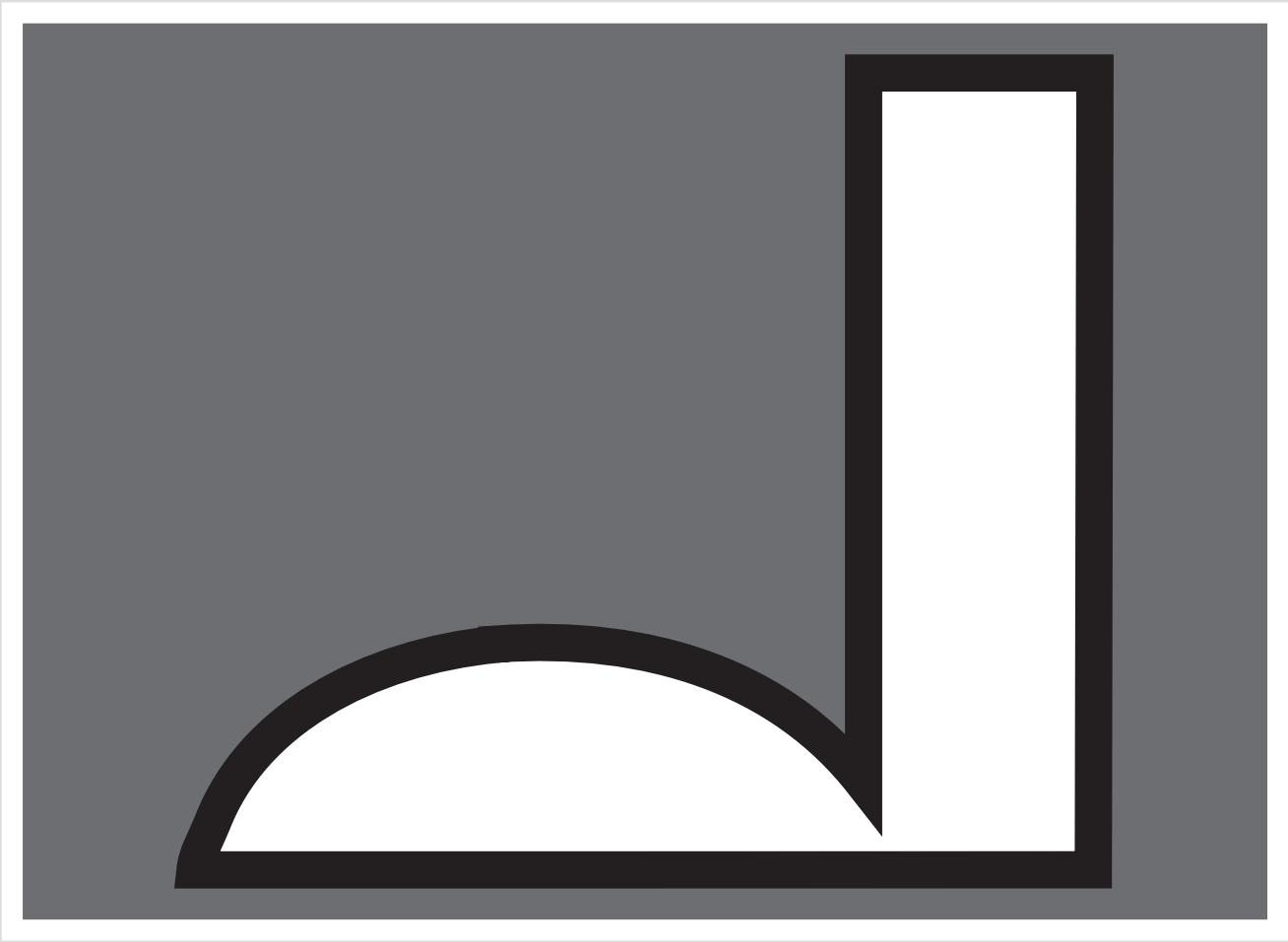
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de março de 2010)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXV – SUP. AO Nº 43 – TERÇA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2010 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 19

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp (6)
Paulo Duque
Francisco Dornelles
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior

.....

Líder do PMDB - 18

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Almeida Lima
Valter Pereira
Leomar Quintanilha (4,5,7,10)
Neuto De Conto

Líder do PP - 1

Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella

.....

Líder do PT - 9

Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns (3)

Líder do PR - 4

João Ribeiro

Líder do PSB - 2

Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2

Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1

Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28

Líder
Raimundo Colombo - DEM (1)

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana

.....

Líder do DEM - 14

José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos (2,9)
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 14

Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 6

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

PV - 1

Líder
Marina Silva - PV

PSC - 1

Líder
Mão Santa - PSC

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
Gim Argello
Romeu Tuma

Notas:
1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
10. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de março de 2010)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 6

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 44

– Secretaria de Comissões..... 48

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de fevereiro de 2010..... 195

Ata da 2ª Reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2010 211

Ata da 3ª Reunião, realizada em 2 de março de 2010..... 230

Ata da 4ª Reunião, realizada em 9 de março de 2010..... 249

Ata da 5ª Reunião, realizada em 16 de março de 2010..... 257

Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de março de 2010..... 284

1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 1ª Reunião, realizada em 3 de fevereiro de 2010..... 293

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de fevereiro de 2010 317

Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de fevereiro de 2010 353

1.2.2.1 – Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa

Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de fevereiro de 2010 388

Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de fevereiro de 2010 394

1.2.2.2 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de fevereiro de 2010..... 418

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 2ª Reunião, realizada em 2 de março de 2010..... 429

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de março de 2010..... 452

Ata da 4ª Reunião, realizada em 9 de março de 2010..... 458

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de março de 2010..... 466

Ata da 6ª Reunião, realizada em 16 de março de 2010..... 487

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de março de 2010..... 507

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de março de 2010..... 533

Ata da 9ª Reunião, realizada em 23 de março de 2010..... 547

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de março de 2010..... 558

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 2ª Reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2010 573

Ata da 3ª Reunião, realizada em 2 de março de 2010..... 575

Ata da 4ª Reunião, realizada em 9 de março de 2010..... 586

Ata da 5ª Reunião, realizada em 16 de março de 2010..... 589

Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de março de 2010..... 603

Ata da 7ª Reunião, realizada em 23 de março de 2010..... 617

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de março de 2010..... 623

1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2010..... 637

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2010..... 659

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2010 666
Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de março de 2010 677
Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de março de 2010 683
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de março de 2010 717
Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de março de 2010 746
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de março de 2010 780
Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de março de 2010 803
Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de março de 2010 822

1.2.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 3ª Reunião, realizada em 25 de fevereiro de 2010 839
Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de março de 2010 855
Ata da 5ª Reunião, realizada em 4 de março de 2010 889
Ata da 6ª Reunião, realizada em 11 de março de 2010 897

1.2.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 55ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009 928
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2010 961
Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2010 985
Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º+ de março de 2010 998
Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de março de 2010 1023
Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2010 1041
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de março de 2010 1063
Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de março de 2010 1076
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de março de 2010 1105
Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de março de 2010 1129

1.2.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2009 1154
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2010 1158
Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de março de 2010 1163

1.2.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária– CRA

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2010 1189
Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de março de 2010 1212
Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de março de 2010 1227
Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de março de 2010 1243
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de março de 2010 1262

1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2010 1286
Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de março de 2010 1287
Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de março de 2010 1297
Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de março de 2010 1334
Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de março de 2010 1338
Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de março de 2010 1358

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura - 2010

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Março/2010

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/03/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	1
Deliberativa Ordinária	13
Especial	1
Não Deliberativa	9
Total	**24**

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/03/2010

	Aprovada na íntegra*	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Retirada pelo autor	Perda da vigência, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso*	Total
MPV	2							1	**3**
PLC		1	7			2			**10**
PLS			10	1	4	1	4		**20**
PDS		16	86						**102**
PRS		4	1						**5**
MSF		5							**5**
Total	2	26	104	1	4	3	4	1	**145**

* As colunas "Aprovada na íntegra" e "Perda da vigência, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso" aplicam-se apenas a Medida Provisória (MPV).

Quadro de Requerimentos
01 a 31/03/2010

Natureza	Total
Audiência de determinada comissão na tramitação de alguma matéria	21
Auditoria (CF, art. 71, incisos IV e VII)	1
Congratulações, pesar, etc (segundo as tradições da Casa - encaminhados pela Presidência)	85
Desapensamento de matérias	4
Informações (CF, art. 50, § 2º; RISF, art. 216)	2
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	11
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	13
Retirada de matéria	8
Tramitação conjunta	10
Total Geral	**155**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
01 a 31/03/2010

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			8	8
PROJETO DE LEI DO SENADO		10		10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	3		99	102
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO		5		5
Total	3	15	107	**125**

REQUERIMENTOS DE LICENÇA – 01/03 a 31/03/2010	
Art. 13	108
Art. 40 sem ônus	0
Art. 43, I	7
Art. 43, II	11
TOTAL GERAL	**126**

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02/2010 a 31/03/2010

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	1
Deliberativa Ordinária	23
Especial	2
Não Deliberativa	16
Total	**42**

Quadro Geral de Matérias
02/02/2010 a 31/03/2010

	Aprovada na íntegra*	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Perda da vigência, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso*	Total
MPV	2								1	**3**
PLC		1	9	1		2				**13**
PLS			26	1	5	1	1	5		**39**
PDS		19	124							**143**
PRS		6	1							**7**
MSF		6								**6**
Total	2	32	160	2	5	3	1	5	1	**211**

As colunas "Aprovada na íntegra" e "Perda da vigência, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso" aplicam-se apenas a Medida Provisória (MPV).

Quadro de Requerimentos
02/02/2010 a 31/03/2010

Natureza	Total
Audiência de determinada comissão na tramitação de alguma matéria	30
Auditoria (CF, art. 71, incisos IV e VII)	1
Congratulações, pesar, etc (segundo as tradições da Casa - encaminhados pela Presidência)	139
Criação ou alteração de comissão temporária	1
Desapensamento de matérias	7
Informações (CF, art. 50, § 2º; RISF, art. 216)	2
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	14
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	20
Retirada de matéria	10
Sobrestamento	1
Tramitação conjunta	24
Voto de aplauso ou semelhante (RISF, art. 222)	1
Voto de censura (RISF, art. 223)	1
Total Geral	**252**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02/2010 a 31/03/2010

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1		9	10
PROJETO DE LEI DO SENADO		26		26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	4		139	143
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO		7		7
Total	5	33	148	**186**

REQUERIMENTOS DE LICENÇA – 02/02 a 31/03/2010	
Art. 13	215
Art. 40 sem ônus	2
Art. 43, I	14
Art. 43, II	25
TOTAL GERAL	**256**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 31/03/2010

MATÉRIA: MEDIDA PROVISÓRIA. Total: 3

Ao arquivo. Total: 1

Perda da vigência, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 00470	2009	Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.	Presidente da República	24/03/2010

À promulgação. Total: 2

Aprovada na íntegra. Total: 2

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 00469	2009	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de R$ 2.168.172.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais), para os fins que especifica.	Presidente da República	09/03/2010
MPV 00471	2009	Altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997 e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.	Presidente da República	24/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DA CÂMARA. Total: 10

Ao arquivo. Total: 2

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 2

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 00092	2004	Acrescenta parágrafo único ao art. 126 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Restringe as hipóteses de extinção do feito sem julgamento do mérito).	José Roberto Batochio	02/03/2010
PLC 00029	2006	Acrescenta o art. 521-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (Dispõe sobre a declaração de nulidade em sede de apelação).	Aloysio Nunes Ferreira	02/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DA CÂMARA. Total: 10

Ao arquivo. Total: 2

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 2

À sanção. Total: 8

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 00075	2008	Denomina Aeroporto de Marabá/Pará - João Correa da Rocha - o Aeroporto de Marabá/Pará.	Nilson Pinto	24/03/2010

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 7

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 00113	2009	Acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória aprendizagem noturna.	Celso Russomanno	01/03/2010
PLC 00114	2009	Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.	Carlos Melles	19/03/2010
PLC 00178	2009	Denomina Rodovia Luiz Otacílio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.	Gorete Pereira	19/03/2010
PLC 00208	2009	Denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.	Rubens Otoni	19/03/2010
PLC 00213	2009	Denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima.	Gonzaga Patriota	19/03/2010
PLC 00261	2009	Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.	José Otávio Germano	19/03/2010
PLC 00308	2009	Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.	Alexandre Silveira	19/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 20

À Câmara dos Deputados. Total: 10

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 10

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 20

À Câmara dos Deputados. Total: 10

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 10

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00285	2005	Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações.	Pedro Simon	01/03/2010
PLS 00276	2004	Altera os arts. 17 e 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras dos referidos planos e seus prestadores de serviços.	Lúcia Vânia	12/03/2010
PLS 00114	2004	Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave.	Serys Slhessarenko	15/03/2010
PLS 00303	2009	Revoga o § 4º do art. 107 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica.	Gim Argello	15/03/2010
PLS 00337	2006	Altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música,das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.	Roberto Saturnino	19/03/2010
PLS 00264	2009	Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção.	Flexa Ribeiro	19/03/2010
PLS 00105	2009	Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo "arrendador" por "arrendatário" no inc. IV do seu art. 95.	Osmar Dias	22/03/2010
PLS 00392	2003	Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar - PROAF - Cana de açúcar.	Renan Calheiros	26/03/2010
PLS 00402	2008	Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica.	Gerson Camata	29/03/2010
PLS 00161	2009	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dispor sobre a contribuição social do empregador e do empregado doméstico.	Serys Slhessarenko	29/03/2010

Ao arquivo. Total: 10

Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF). Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00264	2008	Dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico integrante da Carreira de Analista Judiciário do Poder Judiciário da União e dá outras providências.	Mão Santa	19/03/2010

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 4

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00283	2007	Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos.	Renato Casagrande	15/03/2010
PLS 00429	2007	Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos.	Serys Slhessarenko	15/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 20

Ao arquivo. Total: 10

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 4

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00445	2007	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para determinar novas regras para a manutenção da condição de titular de plano de saúde em caso de rescisão de contrato de trabalho ou de aposentadoria.	Alvaro Dias	15/03/2010
PLS 00533	2007	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos.	Aloizio Mercadante	15/03/2010

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00128 (Complementar)	2008	Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências.	Paulo Paim	02/03/2010

Retirada pelo autor. Total: 4

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00170	2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos rótulos das embalagens apresentarem informações sobre a quantidade total de gases de efeito estufa (GEE) emitida na produção, uso e descarte do produto.	Valdir Raupp	02/03/2010
PLS 00166	2003	Altera a Lei nº 6538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais para o fim de dar tratamento especial à distribuição de material didático.	Valdir Raupp	23/03/2010
PLS 00627	2007	Altera o art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para determinar que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas em representações e execuções públicas que não visem a lucro prescindem de autorização do autor ou titular do direito patrimonial do autor.	Raimundo Colombo	23/03/2010
PLS 00007	2010	Acresce o artigo 100-A à Lei nº 9.610/98, para limitar a cobrança das contribuições pelo uso de obras musicais ou lítero-musicais.	Raimundo Colombo	23/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00502	2009	Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	10/03/2010
PDS 00720	2009	Aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	10/03/2010
PDS 00801	2009	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico - Administrativo, celebrado em Roma, em 11 de novembro de 2008.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00819	2009	Aprova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00840	2009	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00846	2009	Aprova o texto do Acordo Tripartite entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação no Campo do Turismo no Âmbito do Fórum de Diálogo IBAS, concluído em Nova Delhi, em 15 de outubro de 2008, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado/Governo do IBAS.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00869	2009	Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 2008.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00871	2009	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Dar es Salaam, em 22 de agosto de 2008.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00872	2009	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia na Área da Educação, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00876	2009	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2008.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00927	2009	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2006.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00928	2009	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00929	2009	Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em São Paulo, em 17 de novembro de 2008.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada pelo Plenário. Total: 16

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00930	2009	Aprova o texto dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, contendo a sua última revisão, realizada em Lisboa, em 2007.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010
PDS 00953	2009	Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004.	Representação Brasileira No Parlamento Do Mercosul	30/03/2010
PDS 01035	2009	Aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata, respectivamente, da reforma da expansão da capacidade de investimento e renda do FMI e da distribuição de quotas e do poder de voto dos países membros.	Comissão De Relações Exteriores E De Defesa Nacional	30/03/2010

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00136	2008	Aprova o ato que outorga permissão à SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00535	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE POÇO VERDE FM - MHZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00731	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÓCIO-CULTURAL MAR AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância, Estado de Sergipe.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00738	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE CARANDAÍ - ACECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00749	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AQUIMIMO MACHADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00779	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AÇÃO SOCIAL DE ICARAÍ DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icaraí de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00836	2009	Aprova o ato que outorga permissão à L.M. RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00838	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA PARA SÃO FÉLIX para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00849	2009	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E ASSISTENCIAL SÃOMATEUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00852	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE MONTEZUMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00855	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DO ALÉM RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00858	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PRUDENTE DE MORAIS DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Morais, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00861	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL LIBERDADE DE GOIÂNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00884	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO EDUCATIVA FM DE MOEDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00889	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PRINCESA ISABEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00911	2009	Aprova o ato que outorga concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baião, Estado do Pará.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00914	2009	Aprova o ato que outorga autorização à CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E AÇÃO CIDADÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00915	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MANOEL FERREIRA VERAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00917	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00918	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO TIAGO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00920	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PARÁ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00921	2009	Aprova o ato que outorga permissão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iracema, Estado do Ceará.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00935	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARAÍSO DO SUL - ASCULPAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00936	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIZADE FM DE RADIODIFUSÃO DE PORTO XAVIER - RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00938	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE AGUDO/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00939	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESSÊNCIA NATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00943	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE NOSSA SENHORA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado do Tocantins.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00962	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00963	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO VOZ AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00974	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE CAPITÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	01/03/2010
PDS 00763	2009	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA JOVEM DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00854	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00879	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BILAC PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL, SOCIAL E ARTÍSTICO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00883	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TELERADIODIFUSÃO DE ABRE CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00887	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRUZILIENSE DE RADIODIFUSÃO - ACCR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00893	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHAPÉU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00896	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE BEBEDOURO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00907	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE BARROSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00909	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE IOMERÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00910	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE UNIFLOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uniflor, Estado do Paraná.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00912	2009	Aprova o ato que outorga concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00913	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE VERA CRUZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00919	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SÓTER - ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00924	2009	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO ATALAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00937	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA AMIGOS DE TANGARÁ (ACCAT) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00947	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO CARAVÁGIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00948	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOIS MIL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE ROQUE GONZALES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00949	2009	Aprova o ato que outorga permissão à CENTRAL DE EVENTOS, PROMOÇÕES E MARKETING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00950	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CULTURA DE ARVOREZINHA LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00966	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA DE MORADORES DE NOVA BRASÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00973	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00975	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA BOAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00977	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE MUNIZ FREIRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00978	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00979	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00987	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE SANTA HELENA DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00989	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO DE SÃO PEDRO DO AVAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu - Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00991	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MORRINHOS - ACDM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00995	2009	Aprova o ato que outorga permissão à LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	24/03/2010
PDS 00337	2009	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO GRAVATÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00641	2009	Aprova o ato que outorga autorização à CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA CIDADE DE ITABI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabi, Estado de Sergipe.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00862	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE DÁRIO MEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dário Meira, Estado da Bahia.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00880	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ADACSOM - FM ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL MILENIUM - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapura, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00904	2009	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SOCIEDADE COMUNICAÇÃO CULTURA E TRABALHO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00906	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GUAPÉ STÚDIO 94 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00940	2009	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00942	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MEIO AMBIENTE E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE PIUM - TOCANTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pium, Estado do Tocantins.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00951	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERIENSE - ASCOSER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sério, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00954	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE ENTRE RIOS - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios, Estado de Santa Catarina.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00956	2009	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA FIGUEROA BELMONTE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00957	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO MEGA CIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00958	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO ATRATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00959	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL "VALE VERDE FM" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00960	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CAPITÂNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00969	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CARLÓPOLIS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00972	2009	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARIANA MOREIRA ALVES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00976	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL DE APOIO A SAÚDE E INSTITUIÇÕES SOCIAIS DE NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00981	2009	Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO DOS MORADORES DE MARANHÃOZINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranhãozinho, Estado do Maranhão.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00984	2009	Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional Maranata de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Grande, Estado do Maranhão.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00992	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA, COMBATE ÀS DROGAS E PREVENÇÃO DE DST PLANETA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuba, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 102

À promulgação. Total: 102

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 86

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 01003	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO PROJETO BRIGIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 01009	2009	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO VILA RICA LTDA., atualmente denominada RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 01019	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO DE VILA DALILA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 01030	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 01033	2009	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JABOTICABAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010
PDS 00005	2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GLOBO DE BRASÍLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática	31/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO. Total: 5

À promulgação. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 00004	2010	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão De Assuntos Econômicos	02/03/2010

MATÉRIA: PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO. Total: 5

À promulgação. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 00010	2010	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até ¥ 14.426.000.000,00 (quatorze bilhões e quatrocentos e vinte seis milhões de ienes), entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e o Japan International Cooperation Agency - JICA, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina.	Comissão De Assuntos Econômicos	17/03/2010
PRS 00008	2010	Autoriza a União a realizar operação financeira de que trata o Contrato de Reestruturação de dívida da República de Cabo Verde com o Tesouro Nacional, a ser celebrado com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US$ 3.895.163,33 (três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e trinta e três centavos).	Comissão De Assuntos Econômicos	30/03/2010
PRS 00009	2010	Autoriza a União a contratar operação financeira com a República do Suriname, no valor de US$ 118.020.795,04 (cento e dezoito milhões, vinte mil, setecentos e noventa e cinco dólares e quatro centavos dos Estados Unidos da América), para reescalonamento de dívida da República do Suriname com o Tesouro Nacional.	Comissão De Assuntos Econômicos	30/03/2010

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 00006	2010	Determina a suspensão da execução do Ato nº 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar.	Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania	11/03/2010

MATERIA: MENSAGEM (SF). Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 5

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 00208	2009	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.	Presidente Da República	10/03/2010
MSF 00256	2009	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor PEDRO MOTTA PINTO COELHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).	Presidente Da República	10/03/2010
MSF 00290	2009	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra ALVARO LUIZ PINTO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos que irá se aposentar em 1º de março de 2010.	Presidente Da República	10/03/2010
MSF 00291	2009	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Apparício Ignácio Domingues que irá se aposentar em 4 de fevereiro de 2010.	Presidente Da República	10/03/2010
MSF 00063	2010	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor OTO AGRIPINO MAIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República Helênica.	Presidente Da República	16/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Deferida pela Mesa. Total: 8

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00096	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 562, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2009	Rosalba Ciarlini	04/03/2010
RQS 00100	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado n º 254, de 2005	Rosalba Ciarlini	04/03/2010
RQS 00103	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 150/2005 com o Projeto de Lei do Senado nº 245/2003, ambos complementares	Eduardo Suplicy	04/03/2010
RQS 00124	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2003-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2003-Complementar	Antonio Carlos Júnior	04/03/2010
RQS 00184	2010	Tramitação conjunta da Proposta de Emenda Constitucional nº 56, de 2009, com a Proposta de Emenda Constitucional nº 53, de 2007	Romero Jucá	17/03/2010
RQS 00201	2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2004, para que tenha tramitação autônoma dos Projetos de Lei do Senado nºs 9, 61/2004, 40 e 253/2006, 45, 112, 223 e 739/2007, que tramitam em conjunto.	Gerson Camata	17/03/2010
RQS 00240	2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2004.	Roberto Cavalcanti	31/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Deferida pela Mesa. Total: 8

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00248	2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 404, de 2008; 104 e 176, de 2009; e do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009.	Romero Jucá	31/03/2010

Aprovada pelo Plenário. Total: 53

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00130	2010	Requer, nos termos do art. 40 combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com Redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão no exterior, a participação nos dias 8 e 9 de março de 2010, na XXII Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL, que se realizará no cidade de Montevidéu, Uruguai.	Sérgio Zambiasi	02/03/2010
RQS 00131	2010	Requer, com fundamento no art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, e comunica ausência do País no período de 07 a 10 de março de 2010, para participar, como integrante da representação brasileira, da XXII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, Uruguai.	Pedro Simon	02/03/2010
RQS 00132	2010	Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, sua participação, nos dias 08 e 09 de março de 2010, por ocasião da XXII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que se ausentará do País no período de 07 a 09 de março de 2010.	Inácio Arruda	02/03/2010
RQS 00133	2010	Requer, nos termos do inciso II, a, do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos do Senado Federal no período de 7 a 9 de março de 2010 para participar da XXII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu - Uruguai, nos dias 8 e 9 de março de 2010.	Efraim Morais	02/03/2010
RQS 00134	2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal c/c art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da XXII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu - Uruguai, nos dias 8 e 9 de março de 2010; e informa que estará ausente do País no período de 7 a 9 de março de 2010.	Geraldo Mesquita Júnior	02/03/2010
RQS 00135	2010	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 08 a 10 de março de 2010, para participar da Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, no Uruguai; e informa que estará ausente do País no período de 6 a 10 de março de 2010, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.	Romeu Tuma	02/03/2010
RQS 00136	2010	Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para comparecer, como Parlamentar do Mercosul - legislatura 2007 - 2010, à XXII Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, na sede do Parlamento, na cidade de Montevidéu - Uruguai, no período de 7 a 10 de março de 2010; e informa, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período citado.	Cristovam Buarque	02/03/2010
RQS 00142	2010	Requerem, nos termos regimentais, a realização de sessão especial, no dia 7 de maio de 2010, destinada a comemorar o centenário de nascimento do ex-Senador Rui Soares Palmeira.	Fernando Collor	02/03/2010
RQS 00159	2010	Requer, com fundamento no Art. 40, inciso II, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos do Senado Federal nos dias 8 e 9 de 2010, para participar como membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, oportunidade em que estará em Missão Oficial fora do País.	Eduardo Azeredo	03/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Aprovada pelo Plenário. Total: 53

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00172	2010	Requer, com fulcro no disposto no artigo 40, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado o Senador Cícero Lucena como representante da Comissão em Missão Oficial junto ao I Seminário Baiano de Energia Fotovoltaica, a realizar-se na cidade de Salvador, no dia 10 de março de 2010.	Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática	04/03/2010
RQS 00189	2010	Licença para desempenho de missão parlamentar no período de 9 a 11 de março de 2010.	Cícero Lucena	09/03/2010
RQS 00008	2010	Audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura na tramitação do PLC 319/2009.	Acir Gurgacz	10/03/2010
RQS 00009	2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei da Camara nº 319, de 2009	Renato Casagrande	10/03/2010
RQS 00010	2010	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei da Camara nº 319, de 2009	Renato Casagrande	10/03/2010
RQS 00092	2010	Audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na tramitação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008.	Cristovam Buarque	10/03/2010
RQS 00093	2010	Audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003.	Adelmir Santana	10/03/2010
RQS 00094	2010	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003.	Adelmir Santana	10/03/2010
RQS 00095	2010	Audiência da Comissão de Assuntos Sociais na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009.	Rosalba Ciarlini	10/03/2010
RQS 00097	2010	Audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008.	Serys Slhessarenko	10/03/2010
RQS 00098	2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008.	Serys Slhessarenko	10/03/2010
RQS 00120	2010	Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010.	Flávio Arns	10/03/2010
RQS 00121	2010	Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009.	Flávio Arns	10/03/2010
RQS 00122	2010	Audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 2009.	Fátima Cleide	10/03/2010
RQS 00168	2010	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010.	Marcelo Crivella	10/03/2010
RQS 00155	2010	Requerem, nos termos do art. 154, III, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o período do expediente da Sessão do dia 22 de março de 2010 destinado a celebrar os 15 anos de transformação das Faculdades Integradas da Católica de Brasília em Universidade Católica de Brasília, e seus 36 anos de exercício de Ensino Superior no Distrito Federal. E ao mesmo tempo, prestar homenagem a toda Rede Católica de Ensino no Brasil, representada pela Associação Nacional de Educação Católica de Ensino no Brasil - ANEC.	Cristovam Buarque	11/03/2010
RQS 00156	2010	Requerem, nos termos do art. 154, III, combinado com o art. 199, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Período do Expediente da Sessão do dia 18 de março de 2010, destinado a homenagear o pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista pernambucano Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, em celebração ao centenário de sua morte.	Cristovam Buarque	11/03/2010
RQS 00161	2010	Requerem, nos termos do art. 154, III, combinado com o art. 199, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do Expediente da Sessão do dia 22 de abril de 2010 seja destinado a celebrar o Dia de Tiradentes e o Aniversário de 50 anos de Brasília.	Cristovam Buarque	11/03/2010
RQS 00182	2010	Requer, nos termos do art. 71 , IV e VII, da Constituição Federal, e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos fundos de pensão PREVI, FUNCEF e PETROS para investigar a aplicação de recursos destas entidades na BANCOOP.	Alvaro Dias	16/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Aprovada pelo Plenário. Total: 53

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00160	2010	Requerem, com fundamento no arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de março de 2010 seja destinado a comemorar os quarenta anos de fundação da TV Verdes Mares, de Fortaleza.	Tasso Jereissati	17/03/2010
RQS 00214	2010	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da conferência "Novas Estratégias nas Políticas de Desenvolvimento Integrado do Mercosul", na cidade de Montevidéu, Uruguai, e informa que estará ausente dos trabalhos da Casa no período de 21 a 23 de março de 2010.	Geraldo Mesquita Júnior	17/03/2010
RQS 00219	2010	Aditamento ao Requerimento nº 156, de 2010, informando que a realização de Sessão Especial do Senado destinada a homenagear o pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco será no dia 30 do corrente.	Cristovam Buarque	17/03/2010
RQS 00220	2010	Aditamento ao Requerimento nº 161, de 2010, informando que a realização de Sessão Especial do Senado destinada a celebrar o dia de Tiradentes e o Aniversário de 50 anos de Brasília será no próximo dia 13 de abril.	Cristovam Buarque	17/03/2010
RQS 00231	2010	Aditamento ao Requerimento nº 142, de 2010, que a realização de Sessão Especial do Senado destinada a homenagear o Centenário de Nascimento do ex-Senador Rui Soares Palmeira, seja na primeira hora do período do Expediente da sessão do dia 7 de maio do corrente ano.	Fernando Collor	17/03/2010
RQS 00125	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2009	Serys Slhessarenko	23/03/2010
RQS 00126	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2008 e do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2007	Eduardo Suplicy	23/03/2010
RQS 00129	2010	Audiência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003.	Eliseu Resende	23/03/2010
RQS 00138	2010	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2003.	Valdir Raupp	23/03/2010
RQS 00140	2010	Audiência da Comissão de Educação na tramitação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002.	Romeu Tuma	23/03/2010
RQS 00143	2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009.	Romero Jucá	23/03/2010
RQS 00179	2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138 e 465, de 2008; e 115, de 2009	César Borges	23/03/2010
RQS 00180	2010	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2009.	Roberto Cavalcanti	23/03/2010
RQS 00183	2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009	Marisa Serrano	23/03/2010
RQS 00185	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2009.	Romero Jucá	23/03/2010
RQS 00192	2010	Audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislaçao Participativa na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001.	Paulo Paim	23/03/2010
RQS 00195	2010	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009.	Arthur Virgílio	23/03/2010
RQS 00196	2010	Audiência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na tramitaçao do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009.	Marisa Serrano	23/03/2010
RQS 00207	2010	Audiência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009.	Romero Jucá	23/03/2010
RQS 00256	2010	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente do dia 17 de novembro de 2010 seja dedicado a comemorar o centenário de nascimento da escritora Rachel de Queiroz.	Inácio Arruda	24/03/2010
RQS 00261	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 com o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2007	Ideli Salvatti	24/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Aprovada pelo Plenário. Total: 53

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00036	2010	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 19 de abril de 2010, destinada a homenagear o Dia Nacional dos Vigilantes.	Paulo Paim	30/03/2010
RQS 00181	2010	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 12 de abril de 2010, destinada a homenagear a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP pelo transcurso de seu 60º aniversário.	Paulo Paim	30/03/2010
RQS 00283	2010	Aditamento ao Requerimento nº 156, de 2010, de Sessão Especial do Senado.	Marco Maciel	30/03/2010
RQS 00290	2010	Aditamento ao Requerimento nº 36, de 2010.	Paulo Paim	30/03/2010

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 7

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00139	2010	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2009.	Valdir Raupp	02/03/2010
RQS 00217	2010	Retirada em caráter definitivo do Requerimento nº 203, de 2010.	Flexa Ribeiro	16/03/2010
RQS 00241	2010	Retirada do Requerimento nº 208, de 2010.	Romero Jucá	18/03/2010
RQS 00242	2010	Retirada do Requerimento nº 209, de 2010.	Romero Jucá	18/03/2010
RQS 00250	2010	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010.	Raimundo Colombo	23/03/2010
RQS 00251	2010	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 627, de 2007.	Raimundo Colombo	23/03/2010
RQS 00260	2010	Retirada da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009.	Fátima Cleide	24/03/2010

Encaminhada pela Presidência. Total: 84

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00127	2010	Requerem, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de voto de profundo pesar, e apresentação de condolências aos familiares, à Academia Brasileira de Letras e a Universidade de São Paulo, pelo falecimento do Acadêmico José Elphim Mindlin, ocorrido dia 28 de fevereiro de 2010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.	Marco Maciel	01/03/2010
RQS 00128	2010	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo assassinato do Doutor Eliseu Santos, Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre.	Paulo Paim	01/03/2010
RQS 00137	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de José Mindlin, ocorrido em 28 de fevereiro de 2010.	Cristovam Buarque	02/03/2010
RQS 00141	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do Dr. José Ephim Mindlin, advogado, empresário, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), amante dos livros (bibliófilo), ocorrido em 28 de fevereiro de 2010 no hospital Albert Einstein em São Paulo, aos 95 anos de idade.	Romeu Tuma	02/03/2010
RQS 00145	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao sociólogo e professor da Universidade Federal de Goiás DIJACI DAVID DE OLIVEIRA pelo artigo "E os jovens de Luziânia?", publicado no Jornal O Popular, no dia 27 de fevereiro de 2010.	Marconi Perillo	02/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Encaminhada pela Presidência. Total: 84

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00147	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao médico ginecologista MARCO AURÉLIO ALBERNAZ por assumir a presidência da Associação Brasileira de Climatério, a SOBRAC, em Goiânia - GO.	Marconi Perillo	02/03/2010
RQS 00148	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao escritor e jornalista DANIEL PIZA pelo lançamento do livro "AMAZÔNIA EUCLIDES".	Arthur Virgílio	02/03/2010
RQS 00149	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimeto Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à Senhora DULCILA BRAGA LUNIERE, que completou 70 anos de existência no dia 20 de fevereiro de 2010.	Arthur Virgílio	02/03/2010
RQS 00150	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à Sra. NEUZA ARACY DE ARAÚJO BRANDÃO pelo transcurso de seu 90º aniversário.	Arthur Virgílio	02/03/2010
RQS 00151	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do professor, jornalista, advogado, escritor, empresário, ex-Secretário de Cultura de São Paulo e sobretudo Bibliófilo JOSÉ MINDLIN, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2010, em São Paulo.	Arthur Virgílio	02/03/2010
RQS 00158	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar ao povo chileno e à Presidente da República do Chile em virtude do terremoto e do tsunami que atingiram aquele país, em de fevereiro de 2010.	Marcelo Crivella	02/03/2010
RQS 00162	2010	Requer Voto de Aplauso ao Jornalista Paulo Ubiratan Campos de Carvalho, que receberá em 3 de março de 2010 o Título de Cidadão Honorário de Londrina.	Flávio Arns	03/03/2010
RQS 00163	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao tenista Tiago Fernandes e à sua equipe de treinamento da Academia Larri Passos, em função de ser o primeiro brasileiro da história a conquistar o título da categoria juvenil de um Grand Slam, o Aberto da Austrália de 2010.	Raimundo Colombo	03/03/2010
RQS 00164	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à Professora LÍLIA DE MELLO PADILHA, residente no Rio de Janeiro, pelo transcurso de seu 90º aniversário, em 05 de março de 2010.	Arthur Virgílio	03/03/2010
RQS 00165	2010	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Professor e Acadêmico amazonense ÁDERSON PEREIRA DUTRA, ocorrido em 17 de fevereiro de 2010, em Manaus.	Arthur Virgílio	03/03/2010
RQS 00166	2010	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar à família de Alex Teódolo da Silva (Pai Leco Arolegi), militar aposentado, dedicado à luta do movimento negro catarinense e vinculado às tradições da religião afro, falecido em 1º de março de 2010.	Ideli Salvatti	03/03/2010
RQS 00167	2010	Requer, nos termos dos arts. 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, em 28 de fevereiro de 2010, do empresário e bibliófilo José Mindlin, aos 95 anos, bem como apresentação de condolências aos filhos.	Eduardo Suplicy	03/03/2010
RQS 00170	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento da IRMÃ MARIA CARMEM CRONENBOLD, ocorrido no dia 3 de março de 2010, em Humaitá - AM.	Arthur Virgílio	03/03/2010
RQS 00173	2010	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da jornalista Marione Machado Leite, Assessora Especial de Comunicação da Prefeitura Municipal de Canoas - RS, ocorrido no dia 2 de março de 2010.	Paulo Paim	04/03/2010
RQS 00174	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao "Jornal do Brasil" pela iniciativa de criar um serviço gratuito de assistência jurídica para seus leitores.	Arthur Virgílio	04/03/2010
RQS 00175	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à população de LÁBREA - AM pelo transcurso do aniversário de criação do Município, no dia 7 de março de 2010.	Arthur Virgílio	05/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Encaminhada pela Presidência. Total: 84

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00177	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do cantor JOHNNY ALF, um dos precursores da Bossa Nova, ocorrido em São Paulo, no dia 4 de março de 2010.	Arthur Virgílio	05/03/2010
RQS 00178	2010	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira.	Paulo Paim	08/03/2010
RQS 00197	2010	Requer, que o Senado Federal encaminhe Voto de Felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (ILECE), entidade de referência na educação da pessoa com deficiência intelectual, por ocasião do cinqüentenário da Instituição, a ser comemorado no dia 12 de março de 2010.	Flávio Arns	10/03/2010
RQS 00198	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à jovem estudante amazonense LAURA CORRÊA CAVALCANTE LEITE, pela sua estréia como escritora, com o livro "Belas Àrvores".	Arthur Virgílio	10/03/2010
RQS 00199	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO às artistas plásticas de Brasília MARLENE GODOY, DILZA GOMES, NELCI BALTAH, ZELINA VENTURA, NAIR ANDRADE, TUCA MORHY e AMBROZINA CORADI, todas classificadas e premiadas na 8ª Biennale Internazionale Di Roma, realizada entre os dias 16 e 24 de janeiro de 2010.	Arthur Virgílio	10/03/2010
RQS 00200	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à equipe de Jiu-Jitsu do SESI/AM, pela conquista do Ouro no 8º Amazon Open, promovido pela Federação Amazonense de Jiu-Jitsu.	Arthur Virgílio	10/03/2010
RQS 00202	2010	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. CLAUDIO BARBOSA DE ARAÚJO.	Mozarildo Cavalcanti	10/03/2010
RQS 00206	2010	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, na madrugada do dia 6 de março de 2010, do Engenheiro e ex-Chefe da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso, Domingos Iglesias Valério, aos 83 anos, em Rio Acima - MG.	Jayme Campos	11/03/2010
RQS 00212	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao CONSELHO DE CONTABILIDADE DO AMAZONAS e a todos os seus integrantes pelo transcurso de seu 60º aniversário de criação, ocorrido no dia 4 de março de 2010.	Arthur Virgílio	11/03/2010
RQS 00213	2010	Requer, nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento, ocorrido no dia 12 de março de 2010, do cartunista Glauco Villas Boas, juntamente com seu filho Raoni.	Eduardo Suplicy	15/03/2010
RQS 00216	2010	Requer, com fundamentação no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Senhora DAISY SALLES SETUBAL, viúva do fundador do grupo ITAÚ, Dr. OLAVO SETUBAL, ocorrido no dia 13 de março de 2010 , em São Paulo - SP.	Romeu Tuma	16/03/2010
RQS 00218	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia - A.V.A.O. pelo transcurso, no dia 10 de março de 2010, dos seus 11 anos de história.	Flexa Ribeiro	16/03/2010
RQS 00221	2010	Requerem, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Barbosa de Miranda, importante personalidade piauiense, que, por 16 anos, foi vereador de Teresina.	Heráclito Fortes	16/03/2010
RQS 00223	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo de SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - AM pelo aniversário de criação do Município, ocorrido no dia 13 de março de 2010.	Arthur Virgílio	16/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Encaminhada pela Presidência. Total: 84

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00224	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO a ROGÉRIO MASCARENHAS, o chargista ROMAHS, do jornal "A Crítica", de Manaus, um dos 50 desenhistas brasileiros que vão ilustrar a segunda edição do álbum comemorativo dos 50 anos de carreira de Maurício de Sousa.	Arthur Virgílio	16/03/2010
RQS 00225	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE REGOZIJO pelo transcurso do 72º aniversário de FÉLIX MIÉLI VENERANDO, o goleiro da Seleção Brasileira que se tornou tricampeão na Copa do Mundo do México, em 1970.	Arthur Virgílio	16/03/2010
RQS 00226	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo do Município de MARAÃ, no Amazonas, pelo transcurso do seu aniversário de criação, ocorrido no dia 15 de março de 2010.	Arthur Virgílio	16/03/2010
RQS 00227	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do cartunista GLAUCO VILLAS BOAS, o Glauco da Folha de S. Paulo, vítima de tentativa de assalto a sua residência, em Osasco - SP, ocorrido na madrugada de 12 de março de 2010.	Arthur Virgílio	16/03/2010
RQS 00228	2010	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas, EURÍPEDES FERREIRA LINS, ocorrido no dia 15 de março de 2010, em Manaus.	Arthur Virgílio	16/03/2010
RQS 00229	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, ocorrido dia 11 de março de 2010, em Brasília - DF.	Arthur Virgílio	16/03/2010
RQS 00230	2010	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado Voto de Congratulação ao Sr. Sulivan Santa Brígida, eleito como novo Presidente da FITIMN - Federação Interestadual dos Trabalhadores Metalúrgicos e Magnéticos da Região Norte, para o biênio 2010/2012.	Flexa Ribeiro	16/03/2010
RQS 00232	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao jornalista ROBERTO POMPEU DE TOLEDO, pelo artigo "O milagre do sorinho e outros milagres", publicado pela revista Veja, em 20 de janeiro de 2010.	Marconi Perillo	17/03/2010
RQS 00233	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à GERDAU, por receber o selo ecológico "Falcão Bauer", que atesta o compromisso da empresa com o meio ambiente.	Marconi Perillo	17/03/2010
RQS 00235	2010	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Senhor EDISON VILLELA, ex-reitor da Universidade do Vale do Itajaí - Univali, pela comemoração dos 21 anos daquela instituição que o professor ajudou a criar.	Ideli Salvatti	17/03/2010
RQS 00237	2010	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do pianista, compositor e cantor Alfredo José da Silva, o Johnny Alf, ocorrido no dia 4 de março de 2010, em Santo André, no ABC paulista.	Comissão De Educação	17/03/2010
RQS 00238	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do sambista carioca Walter Nunes de Abreu, o Walter Alfaiate, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro.	Comissão De Educação	17/03/2010
RQS 00243	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PRONTO RESTABELECIMENTO ao treinador de Muay Thai LUIZ ALVES, hospitalizado após sofrer acidente vascular cerebral.	Arthur Virgílio	18/03/2010
RQS 00244	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO aos habitantes de Pauini, no Amazonas, pelo transcurso do seu 55º aniversário de criação, em 18 de março de 2010.	Arthur Virgílio	18/03/2010
RQS 00245	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO a JOSÉ SOUZA DO NASCIMENTO, o "Zeca Nascimento", como é conhecido em Manaus, ao ensejo do transcurso, no dia 15 de março de 2010, de seus 55 anos de vida.	Arthur Virgílio	18/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Encaminhada pela Presidência. Total: 84

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00246	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Grupo R. Damásio, na pessoa do seu presidente, o Sr. Rufino Damásio, em razão da sua relevância e destaque para a economia do Estado do Piauí, Norte e Nordeste do Brasil.	Mão Santa	22/03/2010
RQS 00252	2010	Requer, nos termos regimentais, seja encaminhado pelo Senado Federal voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do médico José Nilton Salles.	Paulo Duque	23/03/2010
RQS 00253	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao atleta amazonense AÍLSON HERÁCLITO, remador, pela conquista das Medalhas de Ouro e Bronze, categorias Skiff peso leve e simples, nos JOGOS SUL-AMERICANOS, dia 21 de março de 2010, em Medellín, Colômbia.	Arthur Virgílio	23/03/2010
RQS 00254	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao médico Francisco Tussolini pelo lançamento de seu livro "Epilepsia: o que você precisa saber".	Arthur Virgílio	23/03/2010
RQS 00255	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao advogado, jornalista e escritor Armando Moraes Delmanto pelo lançamento de seu livro "História da Vitória Política Paulista - 1934".	Arthur Virgílio	23/03/2010
RQS 00262	2010	Requer, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. JOSÉ FERNANDO PRADO PEREIRA.	Flexa Ribeiro	24/03/2010
RQS 00263	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. José Augusto Soares Affonso.	Flexa Ribeiro	24/03/2010
RQS 00264	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso em comemoração aos 60 anos do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas.	Jefferson Praia	24/03/2010
RQS 00265	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Dr. SALVADOR GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO, ocorrido no dia 21 de março de 2010, em Manaus/AM.	Arthur Virgílio	24/03/2010
RQS 00266	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. GERALDO VIANA, ocorrido no dia 21 de março de 2010, em Rio Preto da Eva/AM.	Arthur Virgílio	24/03/2010
RQS 00267	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento da jornalista CONSUELO NUNES, ocorrido na madrugada de 23 de março de 2010, em Manaus.	Arthur Virgílio	24/03/2010
RQS 00271	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos 10 anos da Escola do Ballet Bolshoi no Brasil.	Raimundo Colombo	24/03/2010
RQS 00272	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Jefferson Luiz de Magalhães.	Gerson Camata	24/03/2010
RQS 00273	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do professor Meirevaldo Paiva, bacharel, licenciado e livre docente em letras pela Universidade Federal do Pará - UFPA.	José Nery	24/03/2010
RQS 00274	2010	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Dr. Eurípedes Lins, ocorrido no dia 15 de março de 2010.	Jefferson Praia	24/03/2010
RQS 00276	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor em comemoração ao Jubileu de Prata da Fundação Rede Amazônica.	Jefferson Praia	24/03/2010
RQS 00277	2010	Requer, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Instván Jancsó, ocorrido no dia 23 de março de 2010.	Eduardo Suplicy	25/03/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 155

Encaminhada pela Presidência. Total: 84

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00278	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Programa Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará pela condecoração com a Medalha da Abolição, maior comenda do Estado do Ceará.	Tasso Jereissati	25/03/2010
RQS 00279	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro UBIRATAN AGUIAR, pela condecoração com a Medalha da Abolição, maior comenda do Estado do Ceará.	Tasso Jereissati	25/03/2010
RQS 00282	2010	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Matheus Schmidt.	Paulo Paim	29/03/2010
RQS 00284	2010	Requer, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Valdemir Cadete, ocorrido na cidade do Recife - PE.	Marco Maciel	29/03/2010
RQS 00285	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso aos jornalistas Fernando Martins, Kátia Brembatti, Karlos Kohlbac, James Alberti, Gabriel Tabatcheik, Guilherme Voitch e Heliberton Cesca, de Curitiba - Paraná, pelo trabalho de jornalismo investigativo que vêm desenvolvendo na cobertura do escândalo de corrupção na Assembleia Legislativa do Paraná.	Alvaro Dias	29/03/2010
RQS 00286	2010	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Armando Nogueira.	Alvaro Dias	29/03/2010
RQS 00287	2010	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Armando Nogueira, ocorrido no dia 29 de março de 2010.	Tião Viana	29/03/2010
RQS 00288	2010	Requerem, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e cronista esportivo Armando Nogueira, ocorrido no dia 29 de março de 2010.	João Pedro	29/03/2010
RQS 00289	2010	Requer, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do professor José Henrique de Sá Mesquita, ocorrido em fevereiro de 2010, em Manaus - AM.	João Pedro	29/03/2010
RQS 00291	2010	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à cidade de Porto Alegre pela passagem de seus 238 anos de fundação.	Paulo Paim	30/03/2010
RQS 00292	2010	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, aos 83 anos, do ex-diretor da Central Globo de Jornalismo e comentarista esportivo Armando Nogueira, ocorrido no dia 29 de março de 2010, no Rio de Janeiro.	Romeu Tuma	30/03/2010
RQS 00294	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo de BENJAMIN CONSTANT - AM pelo transcurso do aniversário do município.	Arthur Virgílio	30/03/2010
RQS 00295	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do jornalista e comentarista esportivo ARMANDO NOGUEIRA, ocorrido no dia 29 de março de 2010, no Rio de Janeiro.	Arthur Virgílio	30/03/2010
RQS 00296	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao povo de BARCELOS - AM pelo transcurso do aniversário do município, no dia 31 de março de 2010.	Arthur Virgílio	30/03/2010
RQS 00297	2010	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento da senhora MARIA VALTRUDES CARDOSO, sogra do Senador Acir Gurgacz, ocorrido no dia 30 de março de 2010.	Arthur Virgílio	30/03/2010
RQS 00300	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do empresário Carlos Augusto Arraes de Alencar, filho do saudoso ex-governador Miguel Arraes, ocorrido no dia 29 de março de 2010, no Rio de Janeiro.	Arthur Virgílio	30/03/2010
RQS 00305	2010	Requer, nos termos do inciso VII do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR e APRESENTAÇÃO DE CONDOLÊNCIAS à família e ao município de Miracema-TO pelo falecimento de MOADIR ANDRADE DOS SANTOS.	João Ribeiro	31/03/2010

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

MARÇO/2010				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
131-M	Mozarildo Cavalcanti	43, I	01 a 07.03	Licença Saúde
132-M	Patrícia Saboya	13	02, 03 e 04.03	Atividade Parlamentar
133-M	Ideli Salvatti	13	04 a 08.02	Atividade Parlamentar
134-M	Magno Malta	13	02.03	Atividade Parlamentar
135-M	Delcídio Amaral	13	02.03	Atividade Parlamentar
136-M	Raimundo Colombo	13	23.02	Atividade Parlamentar
137-M	Marco Maciel	13	04.03	Atividade Parlamentar
138-M	Maria do Carmo Alves	13	03.03	Atividade Parlamentar
139-M	Valter Pereira	13	03 e 04.03	Atividade Parlamentar
140-M	Fernando Collor	13	03.03	Atividade Parlamentar
141-M	Eduardo Azeredo	13	04.03	Atividade Parlamentar
142-M	Antonio Carlos Valadares	13	04.03	Atividade Parlamentar
143-M	Sérgio Guerra	13	04.03	Atividade Parlamentar
144-M	Paulo Duque	13	02.03	Atividade Parlamentar
145-M	Lobão Filho	43, II	04.03	Licença Particular
146-M	Raimundo Colombo	13	04.03	Atividade Parlamentar
147-M	Francisco Dornelles	13	04.03	Atividade Parlamentar
148-M	José Agripino	13	04.03	Atividade Parlamentar
149-M	Eliseu Resende	13	04.03	Atividade Parlamentar
150-M	Inácio Arruda	13	04.03	Atividade Parlamentar
151-M	Maria do Carmo Alves	13	04.03	Atividade Parlamentar
152-M	João Pedro	13	07 a 12.03	Atividade Parlamentar (visita oficial à Estação Antártica "Comandante Ferraz", a convite do Comandante da Marinha do Brasil, sem ônus para o Senado Federal)
153-M	Lúcia Vânia	13	04.03	Atividade Parlamentar
154-M	Kátia Abreu	43, II	09 a 11.03	Licença Particular
155-M	Antonio Carlos Junior	13	09.03	Atividade Parlamentar
156-M	Neuto de Conto	13	09 a 12.03	Atividade Parlamentar
157-M	Delcídio Amaral	13	09.03	Atividade Parlamentar
158-M	Eliseu Resende	13	09, 10 e 11.03	Atividade Parlamentar
159-M	Aloizio Mercadante	43, I	02 a 12.03	Licença Saúde
160-M	Patrícia Saboya	13	09.03	Atividade Parlamentar
161-M	Ideli Salvatti	13	09.03	Atividade Parlamentar
162-M	João Tenório	13	09.03	Atividade Parlamentar
163-M	José Nery	13	09.03	Atividade Parlamentar
164-M	Ideli Salvatti	13	11.03	Atividade Parlamentar
165-M	Rosalba Ciarlini	13	11.03	Atividade Parlamentar
166-M	Marina Silva	43, II	23.02	Licença Particular
167-M	Sérgio Guerra	13	11.03	Atividade Parlamentar
168-M	Lobão Filho	43, II	11.03	Licença Particular
169-M	Raimundo Colombo	13	11.03	Atividade Parlamentar
170-M	Jefferson Praia	13	16 a 18.03	Atividade Parlamentar
171-M	Marconi Perillo	13	11.03	Atividade Parlamentar
172-M	Mozarildo Cavalcanti	13	11 a 18.03	Atividade Parlamentar
173-M	Fátima Cleide	13	11.03	Atividade Parlamentar

MARÇO/2010				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
174-M	Efraim Morais	13	22.03 a 04.04	Atividade Parlamentar (participar da 122ª Assembléia Geral da União Interparlamentar, na cidade de Bangkok, Tailândia)
175-M	Augusto Botelho	13	16, 17 e 18.03	Atividade Parlamentar
176-M	Mauro Fecury	43, I	02.03 a 30.05	Licença Saúde
177-M	Delcídio Amaral	13	16.03	Atividade Parlamentar
178-M	Antonio Carlos Valadares	13	17 e 18.03	Atividade Parlamentar
179-M	Raimundo Colombo	13	16 a 18.03	Atividade Parlamentar
180-M	Patrícia Saboya	13	16.03	Atividade Parlamentar
181-M	Jefferson Praia	13	23.03	Atividade Parlamentar
182-M	Heráclito Fortes	13	24.03 a 01.04	Atividade Parlamentar (participar da 122ª Assembléia Geral da União Interparlamentar, na cidade de Bangkok, Tailândia)
183-M	Renan Calheiros	13	17 e 18.03	Atividade Parlamentar
184-M	Flávio Arns	13	17 e 18.03	Atividade Parlamentar
185-M	João Vicente Claudino	13	18.03	Atividade Parlamentar
186-M	João Vicente Claudino	13	23.03	Atividade Parlamentar
187-M	Ideli Salvatti	13	18.03	Atividade Parlamentar
188-M	Rosalba Ciarlini	43, II	15 a 22.03	Licença Particular
189-M	Aloizio Mercadante	43, I	15 a 26.03	Licença Saúde
190-M	Marisa Serrano	13	18.03	Atividade Parlamentar
191-M	João Tenório	13	25.03 a 03.04	Atividade Parlamentar (participar da 122ª Assembléia Geral da União Interparlamentar, na cidade de Bangkok, Tailândia)
192-M	Sérgio Guerra	13	18.03	Atividade Parlamentar
193-M	Kátia Abreu	43, II	18.03	Licença Particular
194-M	Francisco Dornelles	13	18.03	Atividade Parlamentar
195-M	Valdir Raupp	13	18.03	Atividade Parlamentar
196-M	Cícero Lucena	13	18.03	Atividade Parlamentar
197-M	Lobão Filho	43, II	18.03	Licença Particular
198-M	Patrícia Saboya	13	23.03 a 03.04	Atividade Parlamentar (participar da 122ª Assembléia Geral da União Interparlamentar e da 15ª Reunião de Mulheres Parlamentares, na cidade de Bangkok, Tailândia)
199-M	Sadi Cassol	13	18 e 19.03	Atividade Parlamentar (participar da visita ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira (DCTA), à EMBRAER e à HELIBRÁS, nas cidades de São José dos Campos/SP e Itajubá/MG, respectivamente)
200-M	Marco Maciel	13	18.03	Atividade Parlamentar (participar, na cidade do Rio de Janeiro, da abertura do Ciclo

MARÇO/2010				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
				de Conferências do Ano Cultural Joaquim Nabuco, na Academia Brasileira de Letras)
201-M	Paulo Duque	13	09.03	Atividade Parlamentar
202-M	Paulo Duque	13	10.03	Atividade Parlamentar
203-M	Garibaldi Alves Filho	13	23.03	Atividade Parlamentar
204-M	Raimundo Colombo	13	30 e 31.03 e 01.04	Atividade Parlamentar
205-M	Jarbas Vasconcelos	13	24.03 a 02.04	Atividade Parlamentar (participar da 122ª Assembléia Geral da União Interparlamentar, na cidade de Bangkok, Tailândia)
206-M	Marcelo Crivella	13	18.03	Atividade Parlamentar
207-M	Fátima Cleide	13	18.03	Atividade Parlamentar
208-M	Paulo Duque	13	16.03	Atividade Parlamentar
209-M	Paulo Duque	13	17.03	Atividade Parlamentar
210-M	Mário Couto	13	23 a 25.03	Atividade Parlamentar
211-M	Ideli Salvatti	13	23.03	Atividade Parlamentar
212-M	Paulo Paim	13	23, 24 e 25.03	Atividade Parlamentar
213-M	Gerson Camata	13	23.03	Atividade Parlamentar
214-M	Jayme Campos	13	23, 24 e 25.03	Atividade Parlamentar
215-M	Lúcia Vânia	13	23.03	Atividade Parlamentar
216-M	Gilberto Goellner	13	15.03	Atividade Parlamentar
217-M	Valdir Raupp	13	24.03	Atividade Parlamentar
218-M	Marisa Serrano	13	25.03	Atividade Parlamentar
219-M	Fátima Cleide	13	24.03	Atividade Parlamentar
220-M	Fátima Cleide	13	25.03	Atividade Parlamentar
221-M	Ideli Salvatti	13	25.03	Atividade Parlamentar
222-M	Kátia Abreu	43, II	24.03	Licença Particular
223-M	Kátia Abreu	43, II	25 e 30.03	Licença Particular
224-M	Antonio Carlos Júnior	13	30 e 31.03	Atividade Parlamentar
225-M	Mozarildo Cavalcanti	43, I	23 a 26.03	Licença Saúde
226-M	Romero Jucá	13	25.03	Atividade Parlamentar
227-M	Raimundo Colombo	13	25.03	Atividade Parlamentar
228-M	Valdir Raupp	13	25.03	Atividade Parlamentar
229-M	Adelmir Santana	13	25.03	Atividade Parlamentar
230-M	Sérgio Guerra	13	25.03	Atividade Parlamentar
231-M	Geraldo Mesquita Júnior	13	30 e 31.03	Atividade Parlamentar
232-M	João Ribeiro	13	25.03	Atividade Parlamentar
233-M	João Vicente Claudino	13	30 e 31.03	Atividade Parlamentar
234-M	Magno Malta	13	25.03	Atividade Parlamentar
235-M	Renan Calheiros	13	25.03	Atividade Parlamentar
236-M	Mário Couto	13	30 e 31.03	Atividade Parlamentar
237-M	Gilberto Goellner	13	30.03	Atividade Parlamentar
238-M	Gilberto Goellner	13	31.03	Atividade Parlamentar
239-M	João Durval	13	30 e 31.03	Atividade Parlamentar
240-M	Fernando Collor	43, II	30.03 a 06.04	Licença Particular
241-M	Sérgio Guerra	13	30 e 31.03	Atividade Parlamentar
242-M	Garibaldi Alves Filho	13	31.03	Atividade Parlamentar
243-M	Neuto de Conto	13	30 e 31/03 e 1º/04	Atividade Parlamentar
244-M	Inácio Arruda	13	31.03	Atividade Parlamentar
245-M	Eliseu Resende	13	30 e 31.03	Atividade Parlamentar
246-M	Fátima Cleide	13	30.03	Atividade Parlamentar
247-M	Acir Gurgacz	43, II	30 e 31.03	Licença Particular
248-M	Renan Calheiros	13	30.03	Atividade Parlamentar

MARÇO/2010				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
249-M	Kátia Abreu	13	31.03	Atividade Parlamentar
250-M	Papaléo Paes	13	31.03	Atividade Parlamentar
251-M	Eduardo Azeredo	13	31.03	Atividade Parlamentar
252-M	Marcelo Crivella	13	31.03	Atividade Parlamentar
253-M	Delcídio Amaral	43, I	22 a 27.03	Licença Saúde
254-M	Francisco Dornelles	13	31.03	Atividade Parlamentar
255-M	Magno Malta	13	31.03	Atividade Parlamentar
256-M	Delcídio Amaral	43, I	28.03 a 01.04	Licença Saúde

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(MARÇO/2010)

CONGRESSO NACIONAL – 2010

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL (1º a 31 de março de 2010)

Sessões Conjuntas realizadas..... 02

- Sessões Conjuntas..... -
- Sessões Conjuntas Solenes..... 02

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 2010

Sessões Conjuntas realizadas..... 05

- Sessões Conjuntas..... 01
- Sessões Conjuntas Solenes..... 04

Matérias Legislativas

- **Apreciadas..... 74**

I – Por decisão do Plenário

Vetos (Dispositivos)..... 74

SESSÕES REALIZADAS

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	3-3-2010, às 10 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Centenário de Nascimento do Presidente Tancredo Neves.
Conjunta Solene	9-3-2010, às 10 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras da 9ª Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
1/2010 (public. no DOU de 1º-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 471, de 20 de novembro de 2009, que "Altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional".
2/2010 (public. no DOU de 15-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009, que "Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; altera a redação da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; e dá outras providências".
3/2010 (public. no DOU de 15-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 473, de 15 de dezembro de 2009, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Saúde, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R$ 742.000.000,00, para os fins que especifica".
4/2010 (public. no DOU de 24-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 474, de 23 de dezembro de 2009, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010 e estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2011 e 2023".
5/2010 (public. no DOU de 24-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 475, de 23 de dezembro de 2009, que "Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011".
6/2010 (public. no DOU de 24-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 476, de 23 de dezembro de 2009, que "Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de resíduos sólidos por estabelecimento industrial para utilização como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos, e dá outras providências".
7/2010 (public. no DOU de 24-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 477, de 29 de dezembro de 2009, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, no valor global de R$ 18.191.723.573,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 5.736.743.280,00 para os fins que especifica".
8/2010 (public. no DOU de 24-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 478, de 29 de dezembro de 2009, que "Dispõe sobre a extinção da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH, altera a legislação tributária relativamente às regras de preços de transferência, e dá outras providências".

Nº	Assunto
9/2010 (public. no DOU de 24-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 479, de 30 de dezembro de 2009, que "Dispõe sobre o prazo para formalizar a opção para integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, de que trata o art. 28-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006; a Gratificação de Qualificação - GQ, de que tratam as Leis nºs 11.355, de 2006, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; as tabelas da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - GDACTSP, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006; o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008; a Carreira de Perito Médico Previdenciário e a Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009; as Carreiras da Área Penitenciária Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009; a integração ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009, de cargos vagos redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda; os Cargos em Exercício das Atividades de Combate e Controle de Endemias; a Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos - GEPR, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009; a transposição de cargos do PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, para o Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA; o enquadramento dos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico Federal e de Professor do Ensino Básico Federal dos ex- Territórios na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; a tabela de valores da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009; a tabela de valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM - GDADNPM, e da Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM - GDAPDNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; a Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004; a possibilidade da aplicação do instituto da redistribuição de servidores para a Suframa e para a Embratur; a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; os servidores da extinta Fundação Roquette Pinto cedidos nos termos do inciso I do art. 22 e do art. 23 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; o exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS; a licença por motivo de doença em pessoa da família e o afastamento para participação em programa de pós-graduação **stricto sensu** no País, de que tratam, respectivamente, os arts. 83 e 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; a transposição de cargos do PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, para o Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005; reabre prazo para opção pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006; e dá outras providências".
10/2010 (public. no DOU de 24-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 480, de 26 de janeiro de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.374.057.000,00, para os fins que especifica".
11/2010 (public. no DOU de 31-3-2010)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 470, de 13 de outubro de 2009, que "Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 23 de março do corrente ano.
12/2010 (public. no DOU de 31-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 481, de 10 de fevereiro de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional".
13/2010 (public. no DOU de 31-3-2010)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 482, de 10 de fevereiro de 2010, que "Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, em casos de descumprimento de obrigações do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
119/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foram designados, em sessão do Senado Federal realizada em 26 de março do corrente ano, os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2010, conforme indicações das Lideranças Partidárias.
118/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 (CN), expirou, no dia 23 de março do corrente ano, o prazo integral de vigência da Medida provisória nº 470, de 13 de outubro de 2009, que Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal e dá outras providências."
114/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 22-3-2010, a Mensagem nº 15, de 2010-CN (nº 126/2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2010, tendo sido a matéria despachada à CMO.
112/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 8-3-2010, o Aviso nº 7, de 2010-CN (nº 115/2010-GP/TCU, na origem), do Presidente do TCU, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Atividades referentes ao 4º trimestre do exercício de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
110/2010 CN	Dep. Homero Pereira	Em atenção ao Ofício nº 086/GHP, de 01-3-2010, esclarece que consta do banco de dados do Senado Federal a informação de que em 25-4-1991 realizou-se a reunião de instalação da Comissão Mista de que trata o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme consta do processado do Ofício (CN) nº 43, de 1989. Informa ainda que a referida Comissão Mista foi extinta em 8-10-1991, tendo em vista o término do prazo previsto no art. 51 do ADCT, conforme publicado à fl. 3198 do DCN de 9-10-1991.
109/2010 CN	Dep. Osvaldo Biolchi	Em atenção ao Ofício nº 0001/2010-GOB, de 2-3-2010, esclarece que consta do banco de dados do Senado Federal a informação de que em 25-4-1991 realizou-se a reunião de instalação da Comissão Mista de que trata o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme consta do processado do Ofício (CN) nº 43, de 1989. Informa ainda que a referida Comissão Mista foi extinta em 8-10-1991, tendo em vista o término do prazo previsto no art. 51 do ADCT, conforme publicado à fl. 3198 do DCN de 9-10-1991.
108/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 4-3-2010, o Aviso nº 6/2010 (nº 166-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, encaminhando cópia do Acórdão nº 241/2010-TCU-Plenário, bem como do Relatório e da Proposta de Liberação que o fundamentam, referente ao Programa de Trabalho 20.607.0379.1836.0052 – Construção de Obras de Infraestrutura de Irrigação de Uso Comum – Malhada dos Bois – Construção da Adutora Serra da Batateira/BA, constante do Anexo VI, da Lei nº 12.214, de 26-01-2010 (Lei Orçamentária de 2010) – TC nº 016.358/2009-1, tendo sido a matéria despachada à CMO.
106/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 2-3-2010, o Aviso nº 5, de 2010-CN (nº 19/BCB-Presi/2010, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha as Demonstrações Financeiras daquela Instituição, referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14-8-2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009), tendo sido a matéria despachada à CMO.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES
C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MARÇO DE 2010 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho.
Vice Presidente: Senador Delcídio Amaral.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 3º do artigo 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios.
Autoria: Senador Efraim Morais.
Relatoria: Senador João Tenório.
Relatório: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CAE. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e a de Educação, Cultura e Esporte, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, DE 2006
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o parcelamento do pagamento do DPVAT.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 2003
TERMINATIVO

Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-Açucar – PROAF – Cana de Açúcar.
Autoria: Senador Renan Calheiros.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Prela aprovação da matéria, com as Emendas nºs. 1, 2, 3, e 4 – CRA.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CRA/CAE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2004
TERMINATIVO

Altera o inciso VI do artigo 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a fim de alterar o limite de idade para fins de isenção do imposto de renda.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas 1 e 2 – CAE.

ITEM Nº 05
MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar o "Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – PRODESF.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

ITEM Nº 06
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 - CAE

Requeiro a correção de lapso no Requerimento nº 3, de 2010 – CAE, para que o senhor **Simão Cirineu** figure como Secretário de Fazenda de Minas Gerais e para sanar omissão do nome do economista **Carlos Ivans Simonsen Leal,** Presidente da Fundação Getúlio Vargas, para participar de Audiência Pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009.
A**utoria: Senador Francisco Dornelles.**
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 – CAE

Requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2004, que altera o inciso VI do artigo 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a fim de alterar o limite de idade para fins de isenção do imposto de renda, seja submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para análise dos aspectos constitucionais e legais.
Autoria: Senadores Romero Jucá e Antônio Carlos Valadares.
Resultado: Rejeitado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre o pagamento de juros e comissões relativas a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatoria: Senador Neuto de Conto.

Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CRA e pela rejeição da Emenda nº 2 – CRA, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 – CRA/CAE e 3 – CAE, e rejeitada a Emenda nº 2 – CRA.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, o Contrato de Reestruturação de Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, no valor equivalente a US$ 3,895,163.33 (três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e trinta e três centavos), para reescalonamento de dívida da República de Cabo Verde com o Tesouro Nacional, referente a convênio de crédito firmado com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do artigo 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, dois Contratos de Reestruturação de Dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, no valor equivalente a US$ 118,020,795.04 (cento e dezoito milhões, vinte mil, setecentos e noventa e cinco dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos), para reescalonamento de dívida da República do Suriname com o Tesouro Nacional, referente a financiamentos não pagos do Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX) e de sub-rogações decorrentes de indenizações do Seguro de Crédito à Exportação – SCE.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador César Borges.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.
Autoria: Senador Affonso Camargo.
Relatoria "ad hoc": Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CAE

Requer nos termos regimentais, a inclusão como extra pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, que "altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH".
Autoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CAE

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 656, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que "altera o artigo 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel", com a participação dos seguintes convidados: senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente; senhor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde; senhor **Jackson Schneider,** Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA; senhor **Haroldo de Borges Rodrigues Lima,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; senhor **Oded Grajew,** do Movimento Nossa São Paulo; e senhor **Paulo Hilário Nascimento Saldiva,** Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010 – CAE

Requeremos nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para que seja exposto o chamado "Projeto ômega", cujo objetivo é transformar o País em um centro internacional do mercado de moedas, desregulamentar o mercado cambial e tornar o Real uma moeda com conversibilidade internacional, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Edemir Pinto,** Diretor Presidente da BM&F – BOVESPA; senhor **Fábio Colletti Barbosa,** Presidente da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN; senhor **Marcelo Fidêncio Giufrida,** Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA; e dos Diretores de Assuntos Internacionais e de Política Monetária do **Banco Central do Brasil.**
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Francisco Dornelles.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2010
NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e a Japan International Cooperation Agency – JICA, no valor de até Y14.426.000.000,00 (quatorze bilhões e quatrocentos e vinte seis milhões de ienes), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a matéria.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre "sigilo das operações de instituições financeiras" e dá outras providências.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador Gerson Camata.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2005 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dar novo tratamento jurídico ao sigilo das operações de instituições financeiras, com o fim de tornar mais eficiente a persecução penal do Estado.
Autoria: Senador Antero Paes de Barros.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2005, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2003, que tramita em conjunto.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2005 – Complementar com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo) e contrário ao PLS nº 418, de 2003 – Complementar. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 312, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
AVISOS Nºs. 7 E 11, DE 2010
(nºs. 36 e 42 – MF, de 2010, na origem)
NÃO TERMINATIVOS

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.
Autoria: Ministro da Fazenda.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pelo conhecimento das matérias, e posterior arquivamento.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH.
Autoria: Deputado Chico da Princesa.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 – CAE

Requeiro que seja convidada a professora **Maria da Conceição Tavares** para apresentar à Comissão uma análise da evolução e das perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro.
Autoria: Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010, que "autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos de que trata o inciso I, do artigo 177, da Constituição Federal e dá outras providências", com os seguintes convidados: senhor **Ernani Torres,** Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Superintendente de Pesquisas do BNDES; senhor **Eduardo Teixeira,** Economista e Ex-Presidente da PETROBRÁS; senhor **Paulo Roberto Alonso Viegas,** Consultor Legislativo do Senado Federal; e senhor **Paulo Cesar Ribeiro Lima,** Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.
Autoria: Senadores Renato Casagrande, Gerson Camata e Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater o novo modelo de exploração de petróleo previsto no Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que "dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências" com os seguintes convidados: Ministro de Estado de **Minas e Energia;** senhor **Adriano Pires,** Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura; senhor **Marcio Mello,** Diretor da Analytical Solution e Ex-Empregado da Petrobrás; e senhor **Francisco Eduardo Carrilho Chaves,** Consultor Legislativo do Senado Federal.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater a criação da empresa pública denominada PETRO-SAL, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009, que "autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL e dá outras providências" com os seguintes convidados: senhor **Haroldo Lima,** Presidente da Agência Nacional do Petróleo ANP; senhor **João Carlos de Luca,** Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo – IBP; senhora **Marilda Rosado de Sá Ribeiro,** Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Ex-Diretora da ANP; e senhor **Carlos Jacques Vieira Gomes,** Consulto Legislativo do Senado Federal.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com o objetivo de analisar e debater os

termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados: senhor **Marcelo Piancastelli,** Economista do IPEA**;** senhor **Mauricio de Albuquerque Wanderley,** Secretário de Macro avaliação do TCU; professor **Hamilton Garcia,** Coordenador do Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF; e senhor **Paulo Springer de Freitas,** Consultor Legislativo do Senado Federal.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2008, com a presença de representantes da **Secretaria da Receita Federal do Brasil;** da **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;** e do **Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.**
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

04 Ordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária - Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 41

03 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
03 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
04 Mensagens "SF" (não terminativo).
02 Avisos "SF" (não terminativo).
14 Requerimentos – CAE.
12 Emendas – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI
Vice Presidente: Senador PAULO PAIM

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame DNA na rede hospitalar pública.
Autoria: Deputada Socorro Gomes.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.
Autoria: Deputado Elismar Prado.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Pelo prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 286, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho; altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.
Autoria: Deputado Júlio Redecker.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social para debater a importância de destinar recursos do Pré-Sal para a Previdência Social. Para tanto gostaríamos que fossem convidados representantes da categoria e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, da Comissão de Assuntos Sociais, para abordar as implicações da contratação de pessoa com deficiência, com registro em carteira de trabalho e posterior rescisão do contrato de trabalho, em face do restabelecimento do benefício de prestação continuada – BPC. Deverão ser convidados para expor na audiência pública as seguintes autoridades: um representante do **Ministério Público do Trabalho;** um representante do **Ministério do Trabalho;** e um representante do **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, da Comissão de Assuntos Sociais, para abordar a repercussão de registro em Carteira de Trabalho da pessoa com deficiência na sua condição de dependente junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, para efeitos do direito à pensão por morte, especialmente da pessoa com deficiência com possibilidade de interdição. Deverão ser convidados para expor na audiência pública as seguintes autoridades: um representante do

Ministério Público do Trabalho; um representante do **Ministério do Trabalho;** um representante do **Ministério da Previdência Social;** e uma representação da **Pessoa com Deficiência.**
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2003
TERMINATIVO

Obriga as companhias de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário de passageiros a disponibilizar máscaras cirúrgicas descartáveis a seus passageiros.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para definir procedimentos de gestão cooperativa do Sistema Único de Saúde pelos entes federados.
Autoria: Senador Tião Viana.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Relatório: Pela aprovação da matéria e das duas emendas apresentadas pelo Senador Sérgio Zambiasi.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2007
TERMINATIVO

Isenta o aposentado maior de 60 anos por invalidez de exame médico-pericial.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2003
TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes ao leite distribuído em programas institucionais dos governos federal, estaduais e municipais.
Autoria: Senador Fernando Bezerra.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Pela rejeição da matéria, ficando prejudicada a Emenda nº 1 – CE.
Resultado: Rejeitado o Projeto, fica prejudicada a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2009
TERMINATIVO

Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2008
TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 2º-D à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a ampliação do prazo de concessão do benefício do seguro-desemprego para os trabalhadores desempregados residentes em Municípios atingidos pelas ações de combate ao desmatamento da Amazônia e dá outras providências.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dispor sobre a contribuição social do empregador e do empregado doméstico.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre multa por infração à legislação do trabalho doméstico, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição da Emenda nº1 – CE (substitutivo).
Resultado: Aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1 – CE (substitutivo). O Substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 533, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 487 da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar que a notificação de gravidez interrompe o decurso do prazo de aviso prévio já concedido ou indenizado.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2009
TERMINATIVO

Permite que o trabalhador desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Raimundo Colombo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, DE 2003
TERMINATIVO

Estabelece utilização dos recursos do FAT para financiar a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação ao trabalhador desempregado e de baixa renda.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2005
TERMINATIVO

Altera o artigo 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.
Autoria: Senador José Jorge.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta §§ 4º e 5º ao artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre as gorjetas pagas, entre as vinte e três horas de um dia e as seis horas do dia seguinte, aos garçons, e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Gim Argello.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com quatro emendas que apresenta e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Marcelo Crivella.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1, 2, 3 e 4 – CAS, e rejeitada a emenda do Senador Marcelo Crivella.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a garantia de emprego do trabalhador que estiver a dezoito meses de completar os requisitos para a obtenção do benefício da aposentadoria, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 17
EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NºS. 1 A 4
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2001

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Turismólogo.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Moreira Mendes.
Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatório: Favorável às emendas.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Emendas nº 1, 2, 3 e 4 – CD.

ITEM Nº 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefício da Previdência Social e dá outras providências, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para dispor sobre o rateio da pensão por morte ao ex-cônjuge e ao ex-companheiro.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2009
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais da categoria e pelas pessoas naturais e jurídicas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados.
Autoria: Deputado Paulo Henrique Lustosa.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 – CAE, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 – CAE/CAS e 2 – CAS.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010- CAS

Considerando o relatório do Tribunal de Contas da União sobre auditoria operacional que avaliou a locação, uso e manutenção dos mamógrafos disponíveis para o Sistema Único de Saúde – SUS; Considerando que o Tribunal de Contas da União – TCU constatou vários pontos que podem ser aperfeiçoados para o adequado atendimento da população em relação à oferta de mamografias, sobretudo exame diagnóstico na prevenção do câncer de mama; Considerando, por fim, que diante das constatações do TCU, faz-se necessária a discussão do assunto entre especialistas e gestores da área, de modo a contribuir para a implementação das recomendações determinadas pelo TCU e, por conseqüência, possibilitar o aperfeiçoamento do SUS e a melhora do atendimento à população na área da política de saúde pública; Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, para debater as constatações do Tribunal de Contas da União sobre locação, uso e manutenção dos mamógrafos disponíveis para o Sistema Único de Saúde. Para tanto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: senhora **Ana Ramalho,** Gerente da Divisão de Apoio à Rede Oncológica do Instituto Nacional do Câncer – INCA; senhora **Marianne Pinotti,** Vice-Presidenta da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica – SBPPC; senhora **Maria Inez Pordeus Gadelha,** Diretora de Atenção Especializada – DAE/SAS/MS; e representante do **Tribunal de Contas da União.**
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social para debater o aumento na taxa de desemprego verificado no setor industrial de máquinas pesadas, em face do preço praticado pelas empresas estrangeiras, com os convidados a serem indicados, posteriormente por esse Senador perante a Secretaria desta Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2010 – CAS

Requeiro a dispensa da Audiência Pública para instruir a relatoria do Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2003, aprovada na forma do Requerimento nº 2, de 2006 – CAS, de minha iniciativa.
Autoria: Senadores Flávio Arns e Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Concede incentivo tributário, no âmbito do imposto de renda, às empresas que contratarem trabalhadores nas condições que especifica.
Autoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 298, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (Obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos).
Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS (de Redação). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2010 – CAS

Em aditamento aos Requerimentos nº 14 e 15, de 2010 – CAS, requeiro, nos termos regimentais, que seja convidada a senhora **Maria Aparecida Gugel,** Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho, como representante do Ministério Público do Trabalho, para participar das audiência públicas que serão realizadas no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, da Comissão de Assuntos Sociais, para abordar os seguintes assuntos: **a)** implicações da contratação de pessoa com deficiência, com registro em carteira de trabalho e posterior rescisão do contrato de trabalho, em face do restabelecimento do benefício de prestação continuada – BPC; e **b)** repercussão do registro em Carteira de Trabalho da pessoa com deficiência na sua condição de dependente junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, para efeito do direito à pensão por morte, especialmente da pessoa com deficiência com possibilidade de interdição.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para abordar a regulamentação da Lei nº 12.101, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs. 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Indicamos como convidados: um representante do **Ministério da Saúde;** um representante do **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;** um representante da

Casa Civil; um representante da **Pastoral da Criança**; e um representante de entidade com atuação na área de assistência social – **APAE.**
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de Grupo de Trabalho para debater os graves problemas da saúde pública brasileira, com base na Mensagem do Senado Federal nº 190, de 2009, do Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, que "Encaminha ao Senado Federal Relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde.
Autoria: Senador Papaléo Paes.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, seja remetida ao Ministro da Saúde cópia da Mensagem "SF" nº 190, de 2009, do Presidente do STF, que "Encaminha ao Senado Federal Relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde.
Autoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010 EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CASEMP.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 103, de 2009 e 5, de 2010 – CAS.
Autoria: Senadores Paulo Paim e Roberto Cavalcanti.
Assunto: Debate sobre as Perícias Médicas no âmbito do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e Altas Programadas.

CONVIDADOS:

Senhor **Celso Amaral de Miranda Pimenta,** Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da Nova Central, representando o senhor **José Calixto Ramos,** Presidente da Nova Central;
Senhor **José Augusto da Silva,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **Roosevelt Dagoberto Silva,** Diretor de Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, representando o senhor **Moacyr Tesch Auersvald,** Presidente da CONTRATUH;
Senhor **João Torquato dos Santos,** Diretor Executivo da Central dos Trabalhadores do Distrito Federal, representado a senhora **Rejane Pitanga,** Presidenta da CUT/DF; e
Senhor **Chico Vigilante,** Secretário de Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços – CNTV.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2010 – CAS

Requeiro nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa das Audiências Públicas para abordar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 219, de 2007, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, aprovados na forma do Requerimento nº 34, de 2007 – CAS, de minha iniciativa.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.
Autoria: Deputado Affonso Camargo.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. (Procedimentos e documentos relativos à petição solicitando autorização judicial para doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo vivo, por pessoa que não seja cônjuge ou parente consangüíneo do receptor).
Autoria: Deputado Aloysio Nunes Ferreira.
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria e da Emenda nº 1 – CCJ, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2 – CAS (substitutivo).

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda os proventos de aposentadoria ou reforma recebidos por portadores de diabetes melito.
Autoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatoria "ad hoc": Senador Paulo Paim.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2010 – CAS

Considerando que entre dezembro de 2005 e junho de 2009 houve aumento de 130,80% de presos de 18 a 24 anos de idade, sendo que nesta idade o jovem estaria saindo do ensino médio ou da faculdade; Considerando, segundo grau de instrução, que a maioria dos presos tem o fundamental incompleto (46,02%); Considerando, decréscimo de -10,88% no número de presos alfabetizados entre 2005 e 2009; Requeiro, nos termos regimentais, a realização, de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais, co a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, para discutir as relações sociais cadeia-escola pública. Para tanto, sugerimos sejam convidados as seguintes autoridades: senhor **Luiz Pulo Teles F. Barreto,** Ministro de Estado da Justiça; senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **Fábio Feitosa da Silva,** do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; senhora **Miriam Abramovay,** do Observatório de Violência nas Escolas

– Brasil; e senhora **Alba Zaluar,** Socióloga e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos dos artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, nesta Comissão de Assuntos Sociais, de Audiência Pública com os debatedores na Conferência Nacional de Educação – CONAE, realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, quando foram discutidas as novas diretrizes e estratégias para a educação básica pública e privada no Plano Nacional de Educação, que vigorará de 2011 a 2020.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social para refletir o tema "Campanha da Fraternidade 2010", onde o ser humano seja o grande valor da economia. Para tanto gostaríamos que fossem convidados o Presidente da **CNBB;** senhor **Paulo Vanucci,** Ministro de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, **Frei Beto,** Teólogo; senhor **Leonardo Boff,** Teólogo; senhor **Antônio Cechim,** Irmão Marista e outros a serem indicados, posteriormente por este Senador à Secretaria da Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social para discutir políticas públicas para as comunidades Ciganas no Brasil. Com os convidados a serem indicados, posteriormente, por este Senador perante a Secretaria desta Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, para promover discussão sobre "O avanço e o risco do consumo de crack no Brasil", para tanto, relacionamos os seguintes convidados: senhor **Fábio Feitosa,** Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; General-de-Divisão **Paulo Roberto Yog de Miranda Uchoa,** Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; senhor **Pedro Gabriel,** Coordenador da Saúde Mental do Ministério da Saúde; senhor **João Alberto Carvalho,** Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; senhor **Ronaldo Ramos Laranjeira,** Professor da Universidade Federal de São Paulo, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas – UNIAD e Investigador Principal do Instituto Nacional de Políticas do Álcool e Drogas; e um representante da **Rede Brasil Sul – RBS de Comunicações – Campanha "Crack nunca mais".**
Autoria: Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim e Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante do **Ministério das Minas e Energia – MME;** representante do **Ministério da Fazenda – MF;** e senhor **Márcio Pochmann,** Presidente do IPEA.
Autoria: Senadores Paulo Paim e Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública, com o objetivo com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados: senhor **Marcelo Piancastelli,** Economista do IPEA**;** senhor **Mauricio de Albuquerque Wanderley,** Secretário de Macro avaliação do TCU; professor **Hamilton Garcia,** Coordenador do Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF; e senhor **Paulo Springer de Freitas,** Consultor Legislativo do Senado Federal.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2010 – CAS

Em aditamento ao Requerimento de Audiência Pública nº 14, de 2010 – CAS, que discutirá as implicações da contratação de pessoa com deficiência, com registro em carteira de trabalho e posterior rescisão do contrato de trabalho, em face do restabelecimento do benefício de prestação continuada – BPS, requeiro nos termos regimentais que seja convidado um representante do **Ministério da Previdência Social – INSS.**.
Autoria: Senadores Flávio Arns e Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

05 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 74

15 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
06 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Turno Suplementar (terminativo).

04 Emendas da Câmara dos Deputados (não terminativo).
19 Requerimentos – CAS.
24 Emendas – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP.

Presidente: Senador Paulo Paim.
Vice Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 103, de 2009 e 5, de 2010 – CAS.
Autoria: Senadores Paulo Paim e Roberto Cavalcanti.
Assunto: Debate sobre as Perícias Médicas no âmbito do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e Altas Programadas.

CONVIDADOS:

Senhor **Celso Amaral de Miranda Pimenta,** Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da Nova Central, representando o senhor **José Calixto Ramos,** Presidente da Nova Central;
Senhor **José Augusto da Silva,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **Roosevelt Dagoberto Silva,** Diretor de Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, representando o senhor **Moacyr Tesch Auersvald,** Presidente da CONTRATUH;
Senhor **João Torquato dos Santos,** Diretor Executivo da Central dos Trabalhadores do Distrito Federal, representado a senhora **Rejane Pitanga,** Presidenta da CUT/DF; e
Senhor **Chico Vigilante,** Secretário de Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços – CNTV.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Conjunta – Audiência Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Demóstenes Torres.
Vice Presidente: Senador Wellington Saldo de Oliveira.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Autoria: Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta, com as Emendas nº 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código de Processo Civil relativas ao mandado de segurança.
Autoria: Deputado Dimas Ramalho.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acresce o inciso VI ao artigo 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA).
Autoria: Deputada Sandra Rosado.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, o Relator reformula o relatório, concluindo pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 193, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso IV ao § 2º do artigo 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. (Acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para a reclamação por vícios aparentes ou de fácil constatação).
Autoria: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Favorável à matéria com as Emendas nºs. 1 e 2 – CMA.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CMA/CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta as transmissões da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça, em canal aberto, para todo o território nacional.
Autoria: Deputado Rubens Otoni.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Obs: Durante a discussão, o Relator reformula o relatório, concluindo pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
Autoria: Deputado Inocêncio de Oliveira.
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Favorável à matéria.

Obs: Durante a discussão, o Relator reformula o relatório, concluindo pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai às Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Assuntos Sociais, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte, e dá outras providências.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Relatório: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Obs: A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 3 – CCJ. A matéria vai às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Fixa a taxa de juros real em 12% a.a. para as operações de crédito, de qualquer natureza, formalizadas ou repactuadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, qualquer que seja o instrumento de crédito utilizado.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2004 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Augusto Botelho.
Relatoria "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CCJ. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para prosseguimento da tramitação.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 318, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação, no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, de cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, alterando a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 318, de 2009.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.294 de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados.
Autoria: Senador Tião Viana.
Relatoria: Senadora Marina Silva.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria: Senadora Marina Silva.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senadora Marina Silva.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2008 com uma emenda que apresenta e contrário aos PLS nºs 316, de 2008 e 420, de 2005, que tramitam em conjunto.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2008, com a Emenda nº 1 – CCJ, e contrário aos PLS nºs. 316/2008 e 420/2005. As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 295, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatório: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CRE, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 – CRE/CCJ e 2 – CCJ.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico integrante da Carreira de Analista Judiciário do Poder Judiciário da União e dá outras providências.
Autoria: Senador Mão Santa.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 1.525 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para autorizar o requerimento de habilitação para o casamento por meio eletrônico.
Autoria: Senador Aloizio Mercadante.
Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatório: Pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao artigo 1.565 e parágrafo único ao artigo 1.725 do Código Civil para autorizar ao cartório que registrar o casamento ou lavrar a escritura de união estável, a remessa a outros órgãos de comunicação da alteração de nomes e o regime de bens a outros órgãos.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatório: Pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 307, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Cria cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Suplicy.

Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
Autoria: Senador Tião Viana.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.

TRAMTA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta Capítulo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2007, com uma emenda substitutiva que apresenta, e contrário ao PLS nº 219, de 2007.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2007, com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo) e contrário ao PLS nº 219, de 2007, que tramita em conjunto.

ITEM Nº 08
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 1º do artigo 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a vinte mil habitantes.
Autoria: Senador Jefferson Praia e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o artigo 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o artigo 1º da Resolução nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados; e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Marconi Perillo.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Promotor de Justiça **José Carlos Blat** a comparecer perante esta Comissão com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários).
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a participação do Ministro **Gilmar Ferreira Mendes,** Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de debater a modernização do Poder Judiciário para o desenvolvimento econômico do país.
Autoria: Senadores Efraim Morais e Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010.
Autoria: Senadores Marconi Perillo e Francisco Dornelles.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 – CCJ

Requeiro, com adendo ao Requerimento nº 22, de 2009 – CCJ, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2005, que altera o artigo 159 e o artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal, com os mesmos convidados já aprovados no Requerimento nº 22, de 2009 – CCJ, a saber: **Ministro da Fazenda; Ministro da Previdência Social; Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Ministro da Saúde** ou seus representantes.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento nº 3, de 2010 – CCJ, de autoria do Senador Romero Jucá, para que a audiência pública destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, criado pelo Decreto nº 7.037/09, seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CMA e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, tendo em vista que foi expressado por todas essas Comissões, por meio de Requerimentos de convite aprovados, o interesse de ouvir o senhor **Paulo de Tarso Vanuchi,** Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República acerca do PNDH-3.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 e 18 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE
(17.03.10)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Reforma do Código de Processo Penal.
Autoria: Presidente do Senado Federal e outros.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Favorável nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e contrário aos Projetos de Lei da Cãmara nºs. 34 e 36 de 2003; 77 e 93, de 2004; 69 e 135, de 2005; 35 e 64, de 2006; 4, 35 e 98, de 2007; 8, 202 e 205, de 2008; 8, 127, 145 e 182, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs. 248, de 2002; 437, 479, 486 e 514, de 2003; 77, 82, 116 e 365, de 2004; 1 e 367, de 2005; 148, 160, 230, 276 e 280, de 2006; 119, 149, 179, 212, 321, 335, 422 e 736, de 2007; 270, 327 e 420, de 2008; 239 e 257, de 2009; e 8, de 2010; pelo acolhimento das emendas dos Senadores Demóstenes Torres (nº 2); Pedro Simon (nº 21); pelo acolhimento parcial das emendas do Senador Demóstenes Torres (nºs. 3 e 4), sem prejuízo dos ajustes técnicos e redacionais levados a efeito na emenda substitutiva apresentada, e contrário ás emendas dos Senadores Demóstenes Torres (nºs. 1, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), e Pedro Simon (nºs. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22 e 23.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), com a Subemenda nº 1 – CCJ. Votam vencidos os Senadores Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, contrários à Subemenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 329, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério da Justiça.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador João Pedro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 197, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.
Autoria: Deputado José Eduardo Cardozo.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2006
TERMINATIVO

Dispõe sobre prazo de filiação partidária e de domicilio eleitoral previstos nas Leis nºs. 9.504, de 30 de setembro de 1997 e 9.096, de 19 de setembro de 1995.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 134, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Dispõe sobre o impedimento do juiz).
Autoria: Deputado João Caldas.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.
Autoria: Deputado Zezéu Ribeiro.
Relatoria: Senador César Borges.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Promove post mortem o diploma Marcus Vinícius da Cruz de Mello de Moraes.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatoria "ad hoc": Senadora Ideli Salvatti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 09
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta ao artigo 231 da Constituição o § 8º, que faculta ao poder público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor da comunidade indígena.
Autoria: Senador Juvência da Fonseca e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo). Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy e João Pedro.

ITEM Nº 10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 103 da Constituição Federal para permitir que confederação ou associação de municípios de âmbito nacional, possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi e outros Senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 1.471, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Ex-Presidente da República e sociólogo **Fernando Henrique Cardoso**, pelo artigo "Para onde vamos?", publicado no Jornal O Estado de São Paulo, no dia 1º de novembro de 2009.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 10, de 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 5, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009.
Autoria: Senadores Demóstenes Torres e Marco Maciel.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(18.03.10)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 22, de 2009 e 8, de 2010 – CCJ.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Assunto: Instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2005 que altera o artigo 159 e o artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal. (Altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao Fundo de Participação do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das

regiões), e a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2007, que dá nova redação ao inciso I do artigo 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios.

CONVIDADOS:

Senhor **Márcio L. Coelho,** Coordenador Geral de Gestão de Riscos Operacionais da Secretaria do Tesouro Nacional, representante do Ministério da Fazenda;
Senhor **Remigio Todeschini,** Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, representante do Ministério da Previdência Social;
Senhor **José Dirceu Galão,** Subsecretário de Planejamento e Orçamento, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

Senhor **Elias Jorge,** Coordenador de Assuntos Econômicos, representante do Ministério da Saúde.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
EMENDAS Nºs. 1, 2 e 3 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 1995
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Romero Jucá.
Relatoria "ad hoc": Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Favorável às emendas.
Resultado: Aprovado parecer favorável às Emendas nºs. 1, 2 e 3 da Câmara do Deputados.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a redação de dispositivo da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 (Lei de Pensão Militar), relativo à filiação, e dá outras providências.

Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador César Borges.
Relatório: Pela rejeição da matéria, por inconstitucionalidade.
Resultado: Rejeitado o Projeto, por inconstitucionalidade.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a proibição da venda de fardas, coletes e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das Forças Armadas Brasileiras, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal ou de qualquer órgão que tenha poder de polícia.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria: Senadora Ideli Salvatti.
Relatório: Pela aprovação da matéria com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a obrigatoriedade para as prefeituras municipais de procederem à coleta seletiva de lixo e de materiais recicláveis.
Autoria: Senador Leomar Quintanilha.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Contrário à matéria, por inconstitucionalidade.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2010 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas (cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas).
Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para prosseguimento da tramitação.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 1º da Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz (cria cargos nos quadros do Comando da Aeronáutica).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Romero Jucá.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública com o senhor **Edemir Pinto,** Diretor Presidente da BM&FBOVESPA; senhor **José Sérgio Gabrielli,** Presidente da Petrobrás; senhora **Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana,** Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários; e senhor **Nelson Henrique Barbosa Filho,** Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010.
Autoria: Senadores Antônio Carlos Júnior e Marco Maciel.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater a criação da empresa pública denominada PETRO-SAL, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL e dá outras

providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: senhor **Haroldo Lima,** Presidente da Agência Nacional do Petróleo – ANP; senhor **João Carlos de Luca,** Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo – IBP; senhora **Marilda Rosado de Sá Ribeiro,** Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Ex-Diretora da ANP; e senhor **Carlos Jacques Vieira Gomes,** Consultor Legislativo do Senado Federal.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: senhor **Marcelo Piancastelli,** Economista do IPEA; senhor **Maurício de Albuquerque Wanderley,** Secretário de Macro avaliação do TCU; Professor **Hamilton Garcia,** Coordenador do Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF; e senhor **Paulo Springer de Freitas,** Consultor Legislativo do Senado Federal.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 que "Autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I, do artigo 177, da Constituição e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: senhor **Ernani Torres,** Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Superintendente de Pesquisas do BNDES; senhor **Eduardo Teixeira,** Economista e Ex-Presidente da PETROBRÁS; senhor **Paulo Roberto**

Alonso Viegas, Consultor Legislativo do Senado Federal; e senhor **Paulo César Ribeiro Lima,** Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater o Novo Modelo de exploração de petróleo previsto no Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 que "Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: Ministro Titular do **Ministério de Minas e Energia – MME;** senhor **Adriano Pires,** Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura; senhor **Márcio Mello,** Diretor da Analytical Solution e Ex-Empregado da Petrobrás; e senhor **Francisco Eduardo Carrilho Chaves,** Consultor Legislativo do Senado Federal.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater a criação da empresa pública denominada PETRO-SAL, objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL e dá outras providências" com os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante do **Ministério das Minas e Energia – MME;** representante do **Ministério da Fazenda – MF;** representante da **Agência Nacional de Petróleo – ANP;** e representante da **Empresa de Pesquisa Energética – EPE.**
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater o Novo Modelo de exploração de petróleo previsto no Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 que "Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante da **Advocacia Geral da União – AGU;** representante do **Ministério das Minas e Energia – MME;** representante do **Ministério da Fazenda – MF;** senhor **Modesto Carvalhosa,** Professor da USP, Advogado e Autor renomado na Área de Direito Econômico; e senhor **Floriano Marques Neto,** Professor de Direito Administrativo da USP e da Fundação Getulio Vargas – FGV, Doutor em Direito pela USP e Advogado.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Comissão de Assuntos Sociais – CAS, Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante do **Ministério das Minas e Energia – MME;** representante do Ministério da Fazenda – MF; e senhor **Márcio Pochmann,** Presidente do IPEA.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 que "Autoriza a União a ceder onerosamente o exercício da atividade de

pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I, do artigo 177, da Constituição e dá outras providências" com os seguintes convidados: representante da **Casa Civil da Presidência da República;** representante da **Advocacia Geral da União – AGU;** representante do **Ministério das Minas e Energia – MME;** representante do **Ministério da Fazenda – MF;** representante da Petrobrás; e senhor **Luiz Fernando Cantidiani,** Advogado e Ex-Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário da Comissão, a realização de Audiência Pública para debater, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, os aspectos jurídicos, de proeminência constitucional, que emergem da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 30, de 2007, que acrescenta o artigo 75-A à Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e dá outras providências; formulando-se, para tanto, os seguintes convites: Ministro **Ubiratan Aguiar,** Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Conselheiro **Salomão Ribas Júnior,** Presidente da Associação Brasileira dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON; e o Conselheiro **Hélio Saul Mileski,** Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

05 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 105

06 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
11 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
03 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).
13 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
04 Propostas de Emenda à Constituição (não terminativo).
03 Emendas da Câmara dos Deputados (não terminativo).
01 Requerimento "SF" (não terminativo).

14 Requerimentos – CCJ.
50 Emendas – CCJ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senadora Fátima Cleide.
Vice Presidente: Senadora Marisa Serrano.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS.
Obs: Durante a discussão a relatora reformula o seu relatório, apresentando mais uma emenda.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS/CE e nº 3 – CE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica.
Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 – CAS e cinco emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 – CAS/CE, nºs. 2, 3, 4, 5 e 6 – CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias.
Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador José Nery.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências. (cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico).
Autoria: Deputado Alexandre Silveira.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Disciplina o envio de mensagens eletrônicas comerciais.
Autoria: Senador Duciomar Costa.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Coíbe a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica.
Autoria: Senador Hélio Costa.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre mensagens não solicitadas no âmbito da rede mundial de computadores (Internet).
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Aprovado parecer favorável ao PLS 21, de 2004, na forma da emenda substitutiva que apresenta e pela prejudicialidade dos PLS nºs. 367, de 2003 e 36, de 2004, que tramitam em conjunto.
Resultado Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2004, com a Emenda nº 1 – CE (substitutivo) e pela prejudicialidade do PLS 367, de 2003 e PLS 36, de 2004 que tramitam em conjunto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2006
TERMINATIVO

Altera o § 2º do artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.
Autoria: Senador Roberto Saturnino.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2009
TERMINATIVO

Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.
Autoria: Deputado Carlos Melles.
Relatoria: Senadora Kátia Abreu.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2001
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências.
Autoria: Deputado Ronaldo Vasconcellos.
Relatoria "ad hoc": Senador Paulo Paim.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia.
Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria: Senador José Nery.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Luiz Otacílio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.
Autoria: Deputada Gorete Pereira.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 208, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no KM 432 da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.
Autoria: Deputado Rubens Otoni.
Relatoria: Senador Marconi Perillo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 213, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima.
Autoria: Deputado Gonzaga Patriota.
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 261, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no KM 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Deputado José Otávio Germano.
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 308, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Alexandre Silveira.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 315 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 2, de 2010, aprovado nesta Comissão em 23 de fevereiro de 2010, o adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009, uma vez que este dispõe sobre o Programa Bolsa Família, objeto da Audiência Pública aprovada, a fim que a matéria também seja instruída na referida audiência.
Autoria: Senadores Eduardo Suplicy e Marco Maciel.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado realize Audiências Públicas para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009, que dispõe sobre as garantias e direitos fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos, conforme estabelece a Constituição Federal, com convidados representativos das denominações religiosas.
Autoria: Senadores Flávio Arns, Gerson Camata e Marco Maciel.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

Resultado: A Senadora Fátima Cleide, foi eleita Presidenta da Comissão, por 19 votos.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CE

Considerando o teor do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3; e considerando o disposto nas diretrizes do "Eixo Orientador V" do PNDH-3, que trata da educação e cultura em direitos humanos, requeiro, nos termos regimentais, a realização, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de Audiência Pública para debater sobre o referido eixo orientador, com enfoque especial na necessidade de aprimoramento do texto do Decreto para que o analfabetismo e a criança fora da escola sejam considerados agressões aos direitos humanos. Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes personalidades para a mesa de debates: senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **Paulo de Tarso Vannuchi,** Secretário Especial de Direitos Humanos; Senador da República **Cristovam Buarque;** senhor **Carlos Eduardo Sanches,** Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; e senhor **Roberto Franklin de Leão,** Presidente da Confederação dos Trabalhadores em Educação.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do sambista carioca **Walter Nunes de Abreu, o Walter Alfaiate,** ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro, a ser encaminhado à família do falecido em 79 (setenta e nove) anos de vida e 50 (cinqüenta) de carreira, o sambista compôs mais de 200 (duzentos) sambas. Na juventude, começou criando músicas para blocos de carnaval cariocas e participando de rodas de samba de destaque na época. Mas só foi descoberto pelo grande público nos anos 70 (setenta), quando teve três de suas canções gravadas por Paulinho da Viola – "Coração Oprimido", "Amor Amor" e "Cuidado, teu Orgulho te Mata". Desde a década de 1980, Alfaiate integrava a Ala de Compositores da Portela. Pelos serviços prestados à música popular brasileira, o mestre da velha guarda do samba carioca Walter Alfaiate faz jus à homenagem póstuma que ora propomos.
Autoria: Senadora Fátima Cleide.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do pianista, compositor e cantor **Alfredo José da Silva, o Johnny Alf,** ocorrido no dia 4 de março de 2010, em Santo André no ABC paulista, a ser encaminhado à família do falecido . Como um dos precursores da Bossa Nova, o cantor ficou conhecido pelas músicas "Eu e a Brisa", "Ilusão à Toa" e "Rapaz de Bem", Esta última deu nome a seu disco de estréia, considerado por especialistas como o primeiro álbum do estilo, que só receberia a denominação Bossa Nova oito anos mais tarde com a canção "Chega de Saudade", de Tom e Vinícius. Em 40 (quarenta) anos de carreira, Johnny Alf gravou 13 (treze) álbuns. Pelos serviços prestados à música popular brasileira, o músico Johnny Alf, faz jus à homenagem póstuma que ora propomos.
Autoria: Senadora Fátima Cleide.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CE.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Assunto: Análise da importância do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM no contexto das políticas de avaliação da qualidade da Educação Brasileira.

CONVIDADOS:

Senhor **Joaquim José Soares Neto,** Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC;
Senhor **Antônio Lisboa Leitão de Souza,** Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior – ANDES;
Senhor **Yann Evanovick,** Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; e
Senhor **Edward Madureira Brasil,** do Diretório Nacional da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Goiás – UFG.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
EMENDAS DE PLENÁRIO NºS. 1, 2, 3, 4 e 5 AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, para estabelecer novo prazo de carência nos financiamentos concedidos e a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional aos contratos já formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor e permite a renegociação de contratos nos casos que específica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao FIES; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI, e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Autoria das Emendas: Senadores Álvaro Dias (1), Romeu Tuma (2 e 4) e Acir Marcos Gurgacz (3 e 5).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Favorável às Emendas nºs. 1, 3 e 5 – PLEN e contrário às Emendas nºs. 1 e 4 – PLEN, oferecendo, ainda cinco emendas ao Projeto.

Obs: Durante a discussão a relatora reformula o seu relatório, apresentando mais uma emenda.

Resultado: Aprovado parecer favorável às Emendas nºs. 1, 3 e 4 de Plenário e contrário às Emendas nºs. 2 e 5 de Plenário; com as Emendas nºs 6, 7, 8, 9 e 10 – CE ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 4° da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, para que os Fundos Constitucionais priorizem projetos que contemplem a contratação de assistência técnica e pesquisa com universidades públicas ou instituições públicas de pesquisa.

Autoria: Senador Sibá Machado.

Relatoria: Senadora Wellington Salgado de Oliveira.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 – CE

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no

âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater sobre o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges. Deverão ser convidados para o debate: senhor **Ophir Cavalcante,** Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil; e senhor **Walter de Agra Júnior,** Coordenador Nacional do Exame da Ordem.
Autoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CE

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, que "modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, para estabelecer novo prazo de carência nos financiamentos concedidos e a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional aos contratos já formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor e permite a renegociação de contratos nos casos que específica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao FIES; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI, e dá outras providências".
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater as propostas e resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura, com a presença dos seguintes convidados: senhor **João Ribeiro,** Coordenador da Conferência Nacional de Cultura; senhor **Chico César,** Secretário de Cultura de João Pessoa – PB; senhor **Zeca Baleiro,** Cantor e Compositor; senhor **Daniel Zen,** da Fundação de Cultura do Estado do Acre; e senhora **Sandra de Sá,** Cantora e Compositora.
Autoria: Senadores Ideli Salvatti, Fátima Cleide e José Nery.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 8, de 2010 – CE, que propõe a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, aprovado na reunião ordinária de 16.03.2010, por essa Comissão, com a finalidade de incluir no debate o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, "que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu artigo 9º e do artigo 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional", por tratarem de matéria de natureza semelhante.
Autoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

SEMINÁRIO

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 23 e 37, de 2009 – CE e aditamento.
Autoria: Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti e Fátima Cleide.
Assunto: Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão.

2º PAINEL

"QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS"

Moderadora: Senadora Fátima Cleide, Presidenta da Comissão.

EXPOSITORES:

Senhora **Leonor Franco de Araújo,** Coordenadora Geral de Diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC;
Senhora **Renísia Cristina Garcia Filice,** Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas: Gênero, Raça/Etnia e Juventude – GERAJU;
Senhor **Paulo Vinicius Baptista da Silva,** Coordenador do Grupo de Trabalho Educação e Relações Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED; e
Senhor **Martvs Antônio Alves das Chagas,** Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.
Resultado: Realizado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

CERIMÔNIA DE APOSIÇÃO DOS RETRATOS DOS EX-PRESIDENTES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, SENADORES GERSON CAMATA E WELLINGTON SALGADO DE OLIVERIA.

Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 11, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o estágio-visita no âmbito do Senado Federal.
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE RESOLUÇÃO "SF" Nº 33, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Institui o Programa de Estágio-Visita de curta duração no Senado Federal.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Relatório: Favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2009 e da Emenda nº 2 – CCJ, com apresentação de uma emenda; e contrário ao Projeto de Resolução nº 33, de 2007 e a Emenda nº 1 – CCJ.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2009, com as Emendas nºs 2 – CCJ/CE e 3 – CE; e contrário ao PRS 33, de 2007 e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional do Conselho Tutelar.
Autoria: Deputado Edinho Bez.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Autoriza a utilização da internet como veículo de comunicação oficial.
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Não remanesce conteúdo a ser examinado por esta Comissão, com base na Resolução nº 1 de 2007, do Senado Federal.
Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para abordar a regulamentação da Lei nº 12.101, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs. 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Indicamos como convidados: um representante do **Ministério da Educação;** um representante da **Casa Civil;** e dois representantes das **Entidades de Educação**, com atuação no ensino fundamental e com atuação no ensino superior.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CE

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, e dos artigos 90, incisos II, V, XI e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir as alterações, propostas pelo Comitê Olímpico Brasileiro – COB, no artigo 6º da Lei nº 12.035, de 2009 (Ato Olímpico) e no § 2º do artigo 15 da Lei nº 9.615, de 1998

(Lei Pelé) que regulamentam a proteção aos símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. À oportunidade, sugiro que sejam convidados os seguintes expositores: senhor **Orlando Silva,** Ministro de Estado dos Esportes; senhor **Carlos Arthur Nuzman,** Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; e um (a) especialista na área.
Autoria: Senadores Marisa Serrano e Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CE

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2010 – CE, que seja convidado o senhor **Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes,** Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, para participar da Audiência Pública que irá debater as propostas e resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura.
Autoria: Senadores Fátima Cleide e Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 10 de 2010 – CE e aditamento.
Autoria: Senadores Ideli Salvatti, Fátima Cleide, José Nery e Eduardo Suplicy.
Assunto: Debate sobre as Propostas e Resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura.

CONVIDADOS:

Senhor **Alfredo Manevy,** Secretário Executivo do Ministério da Cultura – MINC;
Senhor **João Batista Ribeiro Filho,** Coordenador Executivo da II Conferência Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura – MINC;
Senhor **Chico César,** Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE;
Senhor **Daniel Zen,** Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM; e
Senhora **Sandra de Sá,** Cantora e Compositora.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Torna obrigatória a inserção de mensagens alusivas aos danos decorrentes do consumo de drogas nas páginas da Internet.
Autoria: Senador Paulo Octávio.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Favorável à matéria com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ, com a apresentação de uma subemenda à Emenda nº 2 – CCJ e com apresentação de uma emenda.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 – CCJ/CE e 3 – CE, e Emenda nº 2 – CCJ na forma da Subemenda nº 1 – CE. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, para denominar Euclides da Cunha o trecho acreano da referida Rodovia.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010 – CE

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados: senhor **Marcelo Piancastelli,** Economista do IPEA**;** senhor **Mauricio**

de Albuquerque Wanderley, Secretário de Macro avaliação do TCU; professor **Hamilton Garcia,** Coordenador do Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF; e senhor **Paulo Springer de Freitas,** Consultor Legislativo do Senado Federal.
Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 10

05 Ordinárias – Deliberativa.
02 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Seminário.
01 Extraordinária – Eleição do Presidente.
01 Extraordinária – Cerimônia de Aposição de Retratos de Ex-Presidentes.

MATÉRIAS APRECIADAS: 66

04 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
06 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
06 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).
05 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
02 Projetos de Resolução "SF" (não terminativo).
01 Substitutivo da Câmara dos Deputado (não terminativo).
05 Emendas da Câmara dos Deputados (não terminativo).
12 Requerimentos – CE.
01 Requerimento de Aditamento – CE.
23 Emendas – CE.
01 Subemenda – CE.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Renato Casagrande.
Vice Presidente: Senador Cícero Lucena.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis.
Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CMA (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2008, que trata dos controles das obras inacabadas no País, contando com a participação dos representantes do **Tribunal de Contas da União – TCU**; da **Controladoria Geral da União CGU**; da **Câmara Brasileira da Indústria de Construção – CBIC;** e do **CONFEA.**
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CMA

Requer, nos termos regimentais, que a Audiência Pública objeto do Requerimento nº 5, de 2010 – CDH, destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme requerimentos nºs. 3, de 2001-CMA, 1, de 2010 – CRA, 5, de 2010 – CRE , 2, de 2010 – CCT e 3, de 2010 – CCJ, já aprovados nas respectivas comissões.
Autoria: Senadores Fátima Cleide, Marina Silva e Jefferson Praia.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010 – CMA

Requer, nos termos do disposto no inciso IV do artigo 71 da Constituição Federal e no artigo 102-A, inciso I, alínea "e" do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao Tribunal de Contas da União – TCU, que realize auditoria no programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA de construção de moradias e apoio à produção de trabalhadores rurais e ribeirinhos, no Estado do Pará.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 – CMA

Requer, a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir a discussão e a análise do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa destinados a dessalinização de água, com a presença dos seguintes convidados: representante do **Ministério do Meio Ambiente;** representante da **Embrapa Semi-Árido;** representante da **Universidade Federal de Campina Grande – PB;** representante do **Ministério da Integração;** e representante do **Ministério da Fazenda.**
Autoria: Senadores João Pedro e Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CMA

Requer, nos termos do artigo 102-A, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, que seja determinada a realização de um Ciclo de Debates sobre os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinado, ainda, a coletar subsídios para propor reforma daquela norma. O Ciclo de Debates se destinará: **a)** à audiência de autoridades doutrinárias do direito consumerista, **b)** ao esclarecimento à sociedade civil dos principais avanços ocorridos com o CDC e após o CDC, **c)** coleta de sugestões para a reforma do Código, e **d)** preparação do Projeto de Lei, nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Comum.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CMA

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criado Grupo de Trabalho para estudo em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, com vistas a analisar os altos custos dos serviços de telefonia fixa e móvel e a dificuldade de acesso aos serviços de banda larga.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CMA

Requeiro, nos termos regimentais, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública, para avaliação dos resultados da 15ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague; discussão da perspectiva da participação do Brasil na 16ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, no México e da implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, tendo como convidados: Embaixador **Luiz Alberto Figueiredo Machado;** um representante do **Ministério de Meio Ambiente;** e um representante do **Ministério de Ciência e Tecnologia.**
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CMA

Requer, nos termos do artigo 58, inciso II da Constituição Federal e do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2009, de autoria do Senado Raimundo Colombo. O projeto dispõe que os postos revendedores de combustíveis deverão disponibilizar aos consumidores, em local visível, informações detalhadas e atualizadas sobre a composição dos preços de venda. Para tanto, solicito que sejam convidados: representante da **Agência Nacional do Petróleo – ANP;** representante do **Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça;** senhor **Paulo Miranda Soares,** Presidente da Federação Nacional do Comércio de

Combustíveis e de Lubrificantes – FECOMBUSTÍVEIS; e senhor **Alízio Vaz,** Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 58 de 2009 – CMA.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre as águas superficiais ou subterrâneas do território brasileiro, sua titularidade e responsabilidade administrativa de seu gerenciamento.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Varella,** Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA;
Senhor **Everton Luiz da Costa Souza,** Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; e
Senhor **Breno Lasmar,** Procurador-Chefe do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, representando o Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ.
Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Concede redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre atividades de reciclagem.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2009

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 9º e altera o artigo 12, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas).
Autoria: Deputado Leo Alcântara.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CMA. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso V, e do artigo 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados: o senhor **José Carlos Blat,** Promotor de Justiça; senhor **Lúcio Bolonha Funaro;** senhor **João Vaccari Neto;** e senhor **Pedro Dallari,** para, em reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários), com graves prejuízos aos cooperados.
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 5 de 2010 – CMA.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2008, que dispõe sobre o controle das obras inacabadas e dá outras providências, de autoria do Senador Fernando Collor.

CONVIDADOS:

Senhor **André Luiz Mendes,** Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União – TCU;
Senhor **Wagner Rosa da Silva,** Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle Interno – CGU;
Senhor **Ítalo Mitre Alves de Lima,** Assessor Jurídico da Comissão de Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria de Construção – CBIC; e
Senhor **Marcos Túlio de Melo,** Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9 de 2010 – CMA.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Assunto: Debate sobre os vinte anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinado, ainda, a coletar subsídios para propor reforma daquela norma.

CONVIDADOS:

Senhor **Herman Benjamin,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
Senhora **Marilena Lazzarini,** Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; e
Senhor **Roberto Lima,** Presidente da VIVO Participações S.A.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 13, de 2010 – CMA e 27, de 2010 – CDH.
Autoria: Senadores Álvaro Dias e Papaléo Paes.
Assunto: Debate sobre as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social),

na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários), com graves prejuízos aos cooperados e com a participação de organização não governamental.

CONVIDADOS:

Senhor **João Vaccari Neto,** Ex-Diretor Financeiro e Ex-Presidente da BANCOOP; e
Senhor **Pedro Dallari,** Advogado da BANCOOP.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

04 Ordinárias – Deliberativa.
03 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 14

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
09 Requerimentos – CMA.
02 Emendas – CMA.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador Cristovam Buarque.
Vice Presidente: Senador José Nery.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2010 - CDH

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize Audiência Pública para discutir o conflito existente entre as várias representações dos garimpeiros no que diz respeito à exploração e destinação das riquezas existentes na área denominada de Serra Pelada, no município de Curionópolis, Estado do Pará, e a situação dos trabalhadores envolvidos. Requeiro, ainda, que sejam convidados para a referida

audiência as seguintes autoridades e representantes: senhora **Ana Júlia Carepa,** Governadora do Estado do Pará; senhor **Raimundo Benigno Moreira,** Presidente do Sindicato dos Garimpeiros e Trabalhadores da Mineração de Serra Pelada – SINGASP; senhor **Gesse Simão,** Presidente da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – COOMIGASP; senhor **Etevaldo da Cruz Arantes,** Representante do Movimento dos Trabalhadores Mineiros – MTM; Representante do **Ministério das Minas e Energia;** Representante da **Caixa Econômica Federal;** Representante do **Banco Central do Brasil;** Representante do **Departamento Nacional de Produção Mineral;** e Representante do **Instituto Nacional de Seguridade Social.**
Autoria: Senador José Nery.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2010 - CDH

Requer a realização de Audiência Pública.
Autoria: Senador Magno Malta.
Resultado: Aprovado. (pendente de formalização).

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 16 de 2010 – CDH.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre as políticas públicas para a Juventude, num processo de socialização e inclusão.

CONVIDADOS:

Senhor **Reginaldo Lopes,** Deputado Federal;
Senhor **Beto Cury,** Secretário Nacional da Juventude;
Senhor **Davi Barros,** Ex-Presidente do Conselho Nacional de Juventude;
Senhor **Maurício Piccin,** Secretário da Juventude – PT/RS;
Senhor **João Vidal,** Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude;
Senhora **Regina Alves,** Membro do Conselho Estadual de Juventude da Paraíba; e
Senhor **Antônio Davi Souza de Almeida,** representante da juventude com deficiência no Conselho Nacional de Juventude.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2010 - CDH

Requeiro nos termos do inciso II e do artigo 93, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, destinada a discutir o desaparecimento de 6 jovens em Luziânia, no Estado de Goiás. Serão convidadas as mães dos 6 (seis) jovens para prestar esclarecimentos e ajudar na elucidação dos fatos, bem como as duas autoridades mais importantes e diretamente relacionada ao caso. Mães de jovens desaparecidos em Luziânia: senhora **Aldenira Alves,** mãe de **Diego Alves Rodrigues – 13 anos;** senhora **Sônia Vieira Azevedo,** mãe de **Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima – 16 anos;** senhora **Valdirene Fernandes,** mãe de **Flávio Augusto Fernandes dos Santos – 14 anos;** senhora **Cirlene Gomes,** mãe de **George Rabelo dos Santos – 17 anos;** senhora **Marisa Pinto Lopes,** mãe de **Divino Luiz Lopes da Silva – 16 anos;** senhora **Maria Lúcia,** mãe de **Márcio Lopes – 19 anos;** senhor **Luis Paulo Barreto Teles,** Ministro de Estado da Justiça; e senhor **Ernesto Roller,** Secretário de Segurança Pública do estado de Goiás.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2010 - CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta comissão para debater a saúde do idoso na composição das PPPs – Parceria Pública Privada. Para tanto gostaríamos que fossem convidados a **Coordenação Geral dos Direitos do Idoso da Presidência da República;** representante do **Hospital SEPACO/SP;** representante do **Ministério da Saúde** e outros a serem indicados, posteriormente, por este Senador à Secretaria desta Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2010 - CDH

Nos termos do artigo 73 combinado com o inciso IV do artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente e da Juventude no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2010 - CDH

Nos termos do artigo 73 combinado com o inciso IV do artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção da Subcomissão Permanente do Idoso no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2010 - CDH

Nos termos do artigo 73 combinado com o inciso IV do artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, composta de 5 membros titulares e 5 suplentes, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2010 - CDH

Requeiro nos termos do inciso II e do artigo 93, a realização de Audiência Pública para debater e discutir as atribuições, responsabilidades e compensações dos Conselhos e Conselheiros Tutelares no âmbito desta Comissão. Por todo o exposto, sugerimos convidar as autoridades abaixo para exporem suas idéias: senhor **Carlos Nicodemos,** Consultor do CONANDA para nova Resolução sobre os Conselhos Tutelares, Coordenador Executivo da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal; o Coordenador do **Movimento Nacional de Direitos Humanos;** um Membro do **Conselho Pleno da OAB;** senhor **Oto de Quadros,** Secretário Executivo do Fórum Nacional dos Direitos **da** Criança e do Adolescente; senhor **Paulo Roberto dos Santos,** das Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional dos Conselhos Tutelares; senhora **Carmen Oliveira,** Presidenta do CONANDA; o Sub-Secretário **Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;** senhora **Tânia Cupiça,** Presidenta da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro – ACTERJ; senhora **Liliane Gomes da Costa,** Presidenta da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2010 - CDH

Requeiro nos termos do artigo 90, inciso V, e do artigo 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o senhor **José Carlos Blat,** Promotor de Justiça; senhor **Lúcio Bolonha Funaro;** senhor **João Vaccari Neto;** e senhor **Pedro Dalari,** a comparecerem perante esta Comissão, em dias alternados, com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil). FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários), com graves prejuízos aos cooperados.
Autoria: Senador Papaléo Paes.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2010 - CDH

Nos termos do inciso III, do artigo 90, combinado com o artigo 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com a finalidade de conhecer in loco a situação dos cooperados da BANCCOP – Cooperativa Habitacional dos Bancários.
Autoria: Senador Heráclito Fortes.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2010 - CDH

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 19, de 2010 – CDH, sobre audiência pública para discutir o conflito existente entre as várias representações dos garimpeiros no que diz respeito à exploração e destinação das riquezas existentes na área denominada de Serra Pelada, no município de Curionópolis, estado do Pará, e a situação dos trabalhadores envolvidos, a inclusão dos seguintes nomes: senhor **Luiz Emanuel da Mata Lima,** Presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil; senhor **Alexandre Valadares Vieira,** da Associação Fiscalizadora dos Direitos dos Garimpeiros; e senhor **João Amaro Lepos,** da Associação de Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada – ADEGASP.
Autoria: Senador José Nery.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 19 de 2010 – CDH.
Autoria: Senador José Nery.
Assunto: Debate sobre o conflito existente entre várias representações dos garimpeiros no que diz respeito à exploração e destinação das riquezas existentes na área denominada de Serra Pelada, no município de Curionópolis, Estado do Pará, e a situação dos trabalhadores envolvidos.

CONVIDADOS:

Senhor **Cláudio Scliar,** Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia – MME;
Senhora **Izabel Marcolin,** Assistente Técnica da Representação do Estado do Pará, representando a senhora **Ana Júlia de Vasconcelos Carepa,** Governadora do Estado do Pará;
Senhor **Jorge Pedro de Lima Filho,** Gerente Nacional da Gerência Nacional de Aplicação Pessoa Física Renda Básica – GEARB, representando a senhora **Maria Fernanda Ramos Coelho,** Presidenta da Caixa Econômica Federal;
Senhor **Miguel Antônio Cedraz Nery,** Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
Senhor **Etevaldo da Cruz Arantes,** representante do Movimento dos Trabalhadores Mineiros – MTM;
Senhor **Luiz Emanuel da Mata Lima,** Presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil;
Senhor **Alexandre Valadares Vieira,** da Associação Fiscalizadora dos Direitos dos Garimpeiros; e
Senhor **João Amaro Lepos,** da Associação de Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada - ADEGASP
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2010 – CDH.
Autoria: Senadora Marina Silva.
Assunto: Debate sobre a situação dos índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul.

CONVIDADOS:

Senhor **José Antônio Roldão,** Diretor Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, representando o senhor **André Puccinelli,** Governador do Estado do Mato Grosso do Sul;
Senhor **Paulo César Zeni,** Promotor de Justiça da Comarca de Dourados;
Senhor **Marco Antônio Delfino de Almeida,** Procurador Federal no Município de Dourados;
Senhor **Márcio Macedo da Costa,** Chefe de Departamento de Meio Ambiente e senhor **Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcanti,** Chefe de Departamento de Biocombustíveis, representantes do senhor **Luciano Coutinho,** Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES;
Senhor **Dárcio Queiroz Silva,** Diretor Secretário, representante do senhor **Ademar da Silva Júnior,** Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul;
Senhor **Rubem Ferreira Thomaz de Almeida,** Antropólogo e Coordenador atual do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Amambaipegua; e
Senhor **Anastácio Peralta Kaiowá,** Membro titular da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas – CNPI.
Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 21 de 2010 – CDH.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Assunto: Debate sobre o desaparecimento de 6 (seis) jovens em Luziânia, no Estado de Goiás.

CONVIDADOS:

Senhor **Hellan Wesley Almeida Soares,** Delegado da Polícia Federal, representando o senhor **Luiz Paulo Barreto Teles,** Ministro de Estado da Justiça – MJ;
Senhora **Bel Mesquita,** Deputada Federal;
Senhora **Andréia Zito,** Deputada Federal;
Senhor **Josuemar Vaz de Oliveira,** Delegado de Polícia, representando o senhor **Ernesto Roller,** Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás;
Senhora **Aldenira Alves,** Mãe de Diego Alves Rodrigues – 13 anos;
Senhora **Sirlene Gomes de Jesus,** Mãe de George Rabelo dos Santos – 17 anos;
Senhora **Lúcia Maria,** Irmã de Márcio Luiz de Souza Lopes – 19 anos, representando a senhora **Maria Lúcia de Lopes,** Mãe;
Senhora **Marisa Pinto Lopes,** Mãe de Divino Luiz da Silva – 16 anos;

Senhora **Sônia Vieira Azevedo,** Mãe de Paulo Victor de Azevedo Lima – 16 anos; e
Senhora **Valdirene Fernandes da Cunha,** Mãe de Flávio Augusto dos Santos – 14 anos.
Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 20 de 2010 – CDH.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Assunto: Debate sobre as dificuldades no exercício das atividades de Oficial de Justiça.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Sérgio Costa da Costa,** Oficial de Justiça, Presidente da Federação das Entidades Representantes dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil – FOJEBRA;
Senhor **Joaquim Castrillon,** Presidente da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais – FENASSOJAF;
Senhor **Rudi Cassel,** Advogado; e
Senhor **Marcelo Sagarbossa,** Coordenador Geral de Democratização do Acesso à Justiça, representando o senhor **Roger de Lima Lorenzoni,** Subsecretário da Reforma do Judiciário.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 27, de 2010 – CDH e 13, de 2010 – CMA.
Autoria: Senadores Papaléo Paes e Álvaro Dias.
Assunto: Debate sobre as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários), com graves prejuízos aos cooperados e com a participação de organização não governamental.

CONVIDADOS:

Senhor **João Vaccari Neto,** Ex-Diretor Financeiro e Ex-Presidente da BANCOOP; e
Senhor **Pedro Dallari,** Advogado da BANCOOP.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 26 de 2010 – CDH.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Assunto: Debate sobre as atribuições, responsabilidades e compensações dos Conselhos e Conselheiros Tutelares.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Nicodemos,** Consultor do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
Senhor **Fábio Feitosa da Silva,** Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
Senhora **Tânia Cubiça,** Presidenta da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro – ACTERJ;
Senhor **Alexandre Nascimento,** Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro/RJ, representando a senhora **Liliane Gomes da Costa,** Presidenta da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro; e
Senhor **Oto de Quadros,** Secretário Executivo do Fórum Nacional de Defesa da Criança e Adolescente.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 09

02 Extraordinárias – Deliberativa.
06 Extraordinárias – Audiência Pública.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 11

11 Requerimentos – CDH.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador Eduardo Azeredo.
Vice Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CRE.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Renato Casagrande.
Assunto: Debate sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, regulamentado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.

CONVIDADO:

Senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 208, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor **Flávio Hugo Lima Rocha Junior,** Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República Islâmica da Mauritânia.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 312, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador João Pedro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 819, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatório: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão o relator apresenta uma emenda.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CRE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 840, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividade Ilícita Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 846, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Tripartite entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação no Campo do Turismo no âmbito do Fórum de Diálogo – IBAS, concluído em Nova Delhi, em 15 de outubro de 2008, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado/Governo do IBAS.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Fernando Collor.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 96, DE 2009 – CRE

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da matéria veiculada no Correio Braziliense de 1º de novembro de 2009, intitulada "Exploração sem regulamentação" da jornalista Danielle Santos. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as seguintes pessoas: senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; senhor **Lindomar Padilha,** Coordenador Regional do Conselho Missionário Indigenista – CIMI; senhora **Débora Duprat,** Subprocuradora Geral da República; senhora **Ana Paula Caldeira Souto Maior,** Advogada do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Sócio Ambiental; senhor **Macilvo Yawanawá,** Filho do Cacique da Aldeia Nova Esperança; senhor **Cassiano Figueira Marques de Oliveira,** Secretário de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, do Estado do Acre; senhor **João Bosco Nunes,** responsável pela Agência de Turismo Maanaim; e senhora **Danielle Santos,** Jornalista do Correio Braziliense, autora da matéria.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor **Oto Agripino Maia,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República Helênica.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Heráclito Fortes.

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 869, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 872, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia na Área da Educação, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Suplicy.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 928, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Suplicy.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 953, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN).
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010 – CRE

Requeiro, nos termos regimentais, que a Audiência Pública objeto do Requerimento nº 5, de 2010 – CRE, destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos – CDH, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme Requerimentos nºs. 5, de 2010 – CDH, 3, de 2010 – CMA, 1, de 2010 – CRA, 2, de 2010 – CCT e 3, de 2010 – CCJ, já aprovados nas respectivas Comissões.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2010 – CRE

Em aditamento ao Requerimento nº 9, de 2010 – CRE, que trata da realização de Audiência Pública, na forma de seminário, em co-participação com várias entidades, para debater sobre "A Revisão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares", a realizar-se no próximo dia 7 de abril, requeiro que sejam incluídos entre os convidados os seguintes nomes: Ministro **Santiago Irazabal Mourão,** Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do Ministério da Relações Exteriores – MRE; senhora **Jackie Cabasso,** Coordenadora para os EUA da organização Prefeitos pela Paz e ativista da luta pela abolição das armas nucleares; e senhora **Socorro Gomes,** Presidenta do Conselho Mundial da Paz – CMP e do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos de Luta pela Paz – CEBRAPAZ, bem como, seja feita a substituição do Professor **Rui Namorado,** pelo Professor **Felipe Carvalho,** físico nuclear e membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação.
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal e do artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador **Celso Amorim,** esclarecimentos sobre as informações abaixo relacionadas, pois o Ministério das Relações Exteriores anunciou a criação de novos postos diplomáticos, entre eles na comunidade de Dominica. Assim, solicito esclarecer: **a)** o seu custo de instalação, **b)** o seu custo mensal de manutenção, **c)** o número e qualificação dos funcionários previstos, seja do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, como de contratos locais, **d)** o número de brasileiros residentes, nos últimos cinco anos, **e)** o número de brasileiros visitantes, nos últimos cinco anos, e **f)** o valor das importações e exportações, nos últimos cinco anos.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Solidariedade aos presos políticos em Cuba em razão das recentes declarações dadas pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.
Autoria: Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 801, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo, celebrado em Roma, em 11 de novembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Inácio Arruda.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 871, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Dar es Salaam, em 22 de agosto de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 876, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Romeu Tuma.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 927, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Pedro Simon.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 929, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em São Paulo, em 17 de novembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Fernando Collor.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 930, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, contendo a sua última revisão, realizada em Lisboa, em 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1.035, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata, respectivamente, da reforma da expansão da capacidade de investimento e renda do FMI e da distribuição de quotas e do poder de voto dos países membros.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2010 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Audiência Pública para debater assuntos relacionados à pavimentação e recuperação da BR-319, objeto de acórdão nº 275/2010 do Tribunal de Contas da União – TCU, que realizou auditoria contábil,

financeira, orçamentária e operacional nas obras da referida rodovia, que liga Manaus/AM a Porto Velho/RO. Para tanto, requer sejam convidados: senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente; senhor **Alfredo Pereira do Nascimento,** Ministro de estado dos Transportes; e senhor **André Luis de Carvalho,** Ministro do Tribunal de Contas da União, e Relator do Acórdão.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 874, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, assinado em Rabat, em 25 de junho de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÃMARA Nº 25, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.
Autoria: Deputado Celso Russomanno.
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Suplicy.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do parágrafo segundo do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre a cobrança de taxas das empresas de segurança privada).
Autoria: Senador José Jorge.
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Suplicy.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº173, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para determinar prazo de arquivamento de filmagens.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Suplicy.
Relatório: Pelo encaminhamento de Requerimento para tramitação autônoma das proposições.
Resultado: Aprovado relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CRE

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação autônoma do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008, do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006, e do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2007.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2010 – CRE

Requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, inciso I, alínea "a", 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações junto ao senhor **Paulo Bernardo Silva,** Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. 1. De que forma os corte que serão impostos pela sua pasta interferem no Orçamento de projetos estratégicos para o país no âmbito do Comando da Marinha. Especificamente: **a)** Programa de construção do submarino nuclear e montagem de um reator a água leve, de pequeno porte, em Aramar, São Paulo; **b)** Licitação em curso para a aquisição de três navios-patrulha de 1.850 toneladas (com mais duas opções em aberto); **c)** Compromissos já firmados com fornecedores para o projeto de helicópteros antissubmarinos Sikorsky SH-60 Seahawk; **d)** Lançamento de licitação para a aquisição de três escoltas de 6.500 toneladas; **e)** Continuação do ProAntar. **2.** Simultaneamente, peço que detalhe o impacto das restrições orçamentárias nos seguintes programas do Comando do Exército e da Aeronáutica: **a)** Desenvolvimento e fabricação de um veículo blindado sobre rodas; **b)** Aquisição de mísseis antiaéreos leves; **c)** Fabricação no Brasil de helicópteros de transporte médio de tecnologia

francesa; **d)** Programa F-X2 para aquisição de uma aeronave avançada de combate supersônica; **e)** Desenvolvimento do avião de transporte médio KC-390; e **f)** Continuação do desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, ligado ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial – CTA.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

04 Ordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 30

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
15 Projetos de Decreto Legislativo "SF" (não terminativo).
02 Mensagens "SF" (não terminativo).
08 Requerimentos – CRE.
01 Emenda – CRE.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador FERNANDO COLLOR
Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre a Formação e Capacitação de Mão de Obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à Infraestrutura do País – Painel 1.

CONVIDADOS:

Senhor **Sandoval Carneiro Júnior,** Diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES;
Senhor **Rosselvelt Tomé Silva Filho,** Diretor do Departamento de Ações Regionais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – MCT;
Magnífico Reitor **Paulo Alcântara Gomes,** Reitor da Universidade Castelo Branco – RJ, representante da **Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior – ABMES;** e
Senhor **Wilson Lang,** Assessor de Projetos Especiais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 2009
TERMINATIVO

Estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e altera a redação do artigo 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do artigo 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.
Autoria: Deputado Leonardo Monteiro.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Pela aprovação da matéria e das Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 – CMA.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 – CMA/CI.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados senhor **Alfredo Peres da Silva,** Presidente do DENATRAM; senhor **Bernardo Figueiredo,** Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; o Presidente da **Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros – ABRATI;** e um representante da **Associação de Usuários de Transporte Coletivo de Âmbito Nacional – AUTCAN** para participarem de Audiência Pública acerca da obrigatoriedade de inclusão de dispositivo de rastreamento por satélite nos veículos automotores destinados ao transporte coletivo interestadual, tema que é objeto do Projeto de Lei do Senado nº 711, de 2007 em tramitação nessa Comissão.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre a Política de Formação e Capacitação de Recursos Humanos frente à Política de Desenvolvimento Produtivo – Painel 2.

CONVIDADOS:

Deputado Federal **Alcenir Guerra;**
Senhor **Reginaldo Braga Arcuri,** Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI;
Senhor **Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho,** Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; e
Senhor **Pedro Wongtschowski,** Doutor em Engenharia Química, Diretor Presidente do Grupo ULTRA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatoria: Senador Jayme Campos.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CI. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional – CDN, e dá outras providências, para conferir ao CDN poder de proposição ou veto de obra de infra-estrutura, por razões de risco para a segurança nacional.
Autoria: Senadora Expedito Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Delcídio Amaral.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 11-A à Lei nº 6.194 de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (determina que as empresas prestadoras de serviço público de transporte coletivo divulguem o direito de os passageiros receberem indenização em caso de acidente de trânsito).
Autoria: Deputado Ronaldo Vasconcellos.
Relatoria "ad hoc": Senador Acir Gurgacs.
Relatório: Favorável à matéria com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1 – CCJ/CI (substitutivo).

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CI

Requeiro, por intermédio desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com base no artigo 71, incisos II, IV e VI da Constituição Federal, e artigo 90, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, que o Tribunal de Contas da União solicite junto à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU esclarecimentos quanto à sua decisão no Processo Administrativo MCIDADES nº 80000.029656/2007-28, de extinção do Contrato 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo formal ad quem assinalado no 8º Termo Aditivo, com vistas a verificar se tal decisão atendeu às prescrições legais, em especial à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como se não houve prejuízo ao erário, por conta de tal decisão.
Autoria: Senadora Francisco Dornelles.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre os Desafios, Necessidades e Perspectivas da Formação e Capacitação de Profissionais da Área de Engenharia no Brasil. – Painel 3.

CONVIDADOS:

Professor **Brito Cruz,** Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP;
Senhor **Michal Gartenkraut,** Ex-Reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA;
Senhora **Fernanda de Negri,** Diretora-Adjunta da Diretoria de Estudos Sócias do IPEA;
Senhor **Luiz Gonzaga Bertelli,** Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE; e
Senhor **Edinaldo Afonso Marques de Melo,** Engenheiro Civil, Professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Pós-Graduado com Mestrado em Administração de Empresas, Membro da Academia Maceioense de Letras e representante da Associação Brasileira de Pavimentação.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2009
TERMINATIVO

Altera dispositivo da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980 para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral e dá outras providências.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Relatório: Pela aprovação da matéria, e das Emendas nºs. 5, 6, 7 e 8 – CCT; e pela rejeição das Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 - CRA.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 5, 6, 7 e 8 – CCT/CI; e rejeitada as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CRA.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CI

Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II, III e V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para que seja discutido o marco regulatório da exploração dos recursos minerais. Solicito que para esta audiência seja enviado convite às seguintes autoridades: Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado das Minas e Energia; senhor **Miguel Antônio Cedraz Nery,** Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; e senhor **Paulo Camillo Vargas Penna,** Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a instituição de linha de crédito especial e incentivos tributários destinados à aquisição de pneus novos de borracha para caminhões.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, reexame do parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2009, que institui a Política Nacional de Segurança de Barragens.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CI

Requeremos, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater o aproveitamento dos rios localizados nos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas para fins de escoamento da produção, bem como sejam convidados a participar, na qualidade de expositores, as seguintes autoridades: representante do **Ministério das Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;** representantes do **Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;** e representantes do **Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e da Agência Nacional de Águas – ANA.**
Autoria: Senadores Gilberto Goellner, Jayme Campos, Serys Slhessarenko e Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010 – CI

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o senhor **José Wellington Barroso de Araújo Dias,** Governador do Estado do Piauí; senhor **Luiz Hernani,** Engenheiro; e senhora **Lucile Moura,** à época Presidenta da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí – EMGERPI, para debater, em Audiência Pública, sobre o desastre da barragem de Cocal, ocorrido no dia 27 de maio de 2009.
Autoria: Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CI.

Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre os Desafios, Necessidades e Perspectivas da Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Energia – Petróleo e Etanol – Painel 4.

CONVIDADOS:

Senhor **Marcos Aurélio Pinheiro Lima,** Diretor do Laboratório Nacional do Bioetanol;
Senhor **Diogo Hernandes,** Gerente Executivo de Recursos Humanos da PETROBRÁS;
Senhor **Raimar Bylaardt,** Gerente de Tecnologia do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP; e
Senhor **Rafael Lucchesi,** Diretor de Operações da Confederação Nacional da Indústria – CNI.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 5 de 2010 – CI.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Assunto: Debate sobre o Marco Regulatório da Exploração dos Recursos Minerais.

CONVIDADOS:

Senador **Edison Lobão,** Ministro de Estado de Minas e Energia – MME;
Senhor **Miguel Antônio Cedraz Nery,** Diretor Presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
Senhor **Paulo Camilo Vargas Penna,** Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM;
Senhor **Cláudio Scliar,** Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; e
Senhor **Mauro Henrique Moreira Sousa,** Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia – MME.
Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM ÚNICO

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2009 TERMINATIVO

Altera dispositivo da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.
Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Obs: Durante a discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CI.
Autoria: Senador Fernando Collor.
Assunto: Debate sobre os Desafios, Necessidades e Perspectivas na Formação e Capacitação de Recursos Humanos para exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas Reservas Petrolíferas do Pré-Sal – Painel 5.

CONVIDADOS:

Senhor **José Lima de Andrade Neto,** Presidente da BR Distribuidora;
Senhor **Nelson Narciso Filho,** Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
Senhor **Marcelo Taulois,** Diretor-Presidente da Aker Solutions do Brasil; e
Senhor **Luiz Fernando Santos Reis,** Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 09

06 Extraordinárias – Audiência Pública.
03 Extraordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 33

02 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Turno Suplementar (terminativo).
06 Requerimentos – CI.
19 Emendas – CI.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Neuto de Conto.
Vice Presidente: Senador César Borges.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2009 – CDR.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Assunto: Debate sobre a situação da Aviação Regional no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **Juliano Alcântara Noman,** Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, representando a senhora **Solange Paiva Vieira,** Diretora-Presidente da ANAC;
Senhor **José Luiz Viana da Cunha,** Diretor de Mercados Internacionais do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, representando a senhora **Jeanine Pires,** Presidenta da EMBRATUR;
Senhor **André da Silva Ordacgy,** Defensor Público da União; e
Senhor **Carlos Alberto Amorim Ferreira,** Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2005 – COMPLEMENTAR.

NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Pode Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Macapá e Santana.
Autoria: Senador Papaléo Paes.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para eliminar a necessidade do visto temporário para os empregados estrangeiros de navio de turismo estrangeiro, quando em águas brasileiras.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria "ad hoc": Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 - CDR

Requeiro, nos termos do artigo 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de debates nos municípios dos diversos estados da Federação, com o intuito de discutir alternativas para o desenvolvimento regional e turismo, voltado à inclusão social.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 – CDR

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR do Senado Federal para debater a paralisação das obras do Aeroporto Santa Genoveva em Goiânia – Goiás. Solicito que sejam convidadas para a referida audiência, as seguintes autoridades: senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa; senhor **Luiz Eduardo**

Pereira Barretto Filho, Ministro de Estado do Turismo; senhor **Ubiratan Aguiar,** Presidente do Tribunal de Contas da União; e senhor **Nazir El Haje Neto,** Presidente do Goiânia Convention & Visitors Bureau.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Resultado: Aprovado, substituindo o Ministro do Turismo senhor Luiz Barretto pelo Presidente da Infraero, senhor Murilo Marques Barboza.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CDR

Requeiro, nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o disposto no artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, senhor **Luciano Coutinho ,** seja convidado para Audiência Pública nesta Comissão, a fim de fazer explanação sobre política de aplicação de recursos do Banco voltada para a redução dos desequilíbrios regionais, em especial sobre o Programa de Dinamização Regional – PDR, forma de atuação, municípios atendidos, critérios para escolha desses municípios, principais setores contemplados, bem como a evolução e perspectivas das aplicações do BNDES por regiões.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 – CDR

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a segurança da aviação civil e o cronograma de instalação de equipamentos de segurança nos aeroportos ainda carentes desses equipamentos, com a presença das seguintes autoridades: senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa; senhora **Solange Vieira,** Presidenta da Agência Nacional de Aviação Civil; e senhor **Ronaldo Jenkins,** especialista em Segurança Aérea e Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação – SNEA.
Autoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado, substituindo o Ministro da Defesa, senhor Nelson Jobim pelo Brigadeiro Jorge Godinho, Secretário de Aviação Civil, e incluindo no escopo do tema da Audiência Pública, a temática Aviação Regional.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CDR

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater e instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 237, de 2008 e 114, de 2009 que propõem "nova redação ao inciso II do artigo 14 da Lei nº 10.893, de 2004, para isentar do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante as mercadorias que específica", com a presença dos seguintes convidados: representante da **Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;** representante da **Secretaria de Fomento do Ministério dos Transportes;** representante da **Confederação Nacional do Transporte;** e representante da **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.**
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 Extraordinária – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 07

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
05 Requerimentos – CDR.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Valter Pereira.
Vice Presidente: Senador Gilberto Goellner.

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo "arrendador" por "arrendatário" no inciso IV do seu artigo 95.
Autoria: Senador Osmar Dias.
Relatoria: Senador Gerson Camata.

Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CRA.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Revoga as Leis Delegadas nºs. 4 e 5, ambas de 26 de setembro de 1962. (Lei Delegada nº 4/62 dispõe sobre a intervenção no domínio econômico; e Lei Delegada nº 5/62 cria a SUNAB).
Autoria: Deputado Ricardo Izar.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Relatório: Favorável à matéria com a Emenda nº 1 – CAE (substitutivo).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAE/CRA (substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO "SF" Nº 232, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Autoriza, nos termos do § 3º do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.
Autoria: Senador Jonas Pinheiro.
Relatoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatório: Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1, 2, 3 e 4 – CRA. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; a de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Sócias, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 - CRA

Requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Audiência Pública para prestar esclarecimentos acerca das decisões em andamento na CAMEX sobre taxação do Glifosato. Para tanto, solicito que sejam convidados: senhor **Guilherme Cassel,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA; senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; senhor **Paulo Bernardo Silva,** Ministro de Estado do Planejamento – MP; senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda –

MF; senhora **Dilma Vana Rousseff,** Ministra Chefe da Casa Civil; senhor **Celso Luiz Nunes Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores – MRE; e senhor **Miguel Jorge,** Ministro de Estado do Desenvolvimento e Indústria e Comércio – MDIC.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado com ressalva de redução do número de convidados.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 - CRA

Requer, o aditamento ao Requerimento nº 3, de 2010 – CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, para que a Audiência Pública destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controla – CMA, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, tendo em vista que o Ministro **Paulo de Tarso Vanucchi** foi convidado em todas essas Comissões para debater o PNDH-3.
Autoria: Senadores Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 - CRA

Requer, com base nas matérias amplamente divulgadas nas últimas semanas dando conta da criação de uma empresa estatal para tratar do segmento de fertilizantes, e tendo conhecimento da extrema importância e relevância deste tema, que seja realizada Audiência Pública com a finalidade de debater junto aos senhores **Edison Lobão,** Ministro de Estado de Minas e Energia e senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA acerca do atual cenário do setor de fertilizantes, bem como o papel e a abrangência da referida empresa.
Autoria: Senador João Tenório.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2010 – CRA e adendo.

Autoria: Senadores Gilberto Goellner e Kátia Abreu.
Assunto: Debate sobre a prorrogação das operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES (FINAME).

CONVIDADOS:

Senhor **Willian George Lopes Saab**, Chefe da Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
Senhor **Claudio Bernardo Guimarães de Moraes,** Superintendente da Área de Operações Indiretas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
Senhor **Ademiro Vian,** Assessor da Diretoria Técnica da Federação Brasileira de Bancos – FBRABAN; e
Senhor **Guilherme Dias,** Economista, Professor da USP e Consultor da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 326, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e da outras providências.
Autoria: Deputado Rodovalho.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
AVISO Nº 27, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Encaminha recomendação proferida por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, de seguinte teor "à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do artigo 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento.
Resultado: Aprovado parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010 - CRA

Na forma do disposto do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a criação de Subcomissão Temporária, composta por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, avaliar as razões do descumprimento do inciso I, do artigo 42, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelecem que durante 25 anos a União aplicará 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste.
Autoria: Senador Valter Pereira.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2010 – CRA.
Autoria: Senador João Tenório.
Assunto: Debate sobre o atual cenário do setor de fertilizantes, bem como sobre o papel e a abrangência da empresa estatal, a ser criada para tratar do segmento.

CONVIDADOS:

Senhor **Cláudio Scliar,** Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia – MME; e
Senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 - CRA

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as PCHs, incluindo as decisões sobre os empreendimentos de Chapadão do Sul/MS, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Maurício Tolmasquim,** Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; senhor **Nelson José Moreira,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; senhor **Pedro Mendes Neto,** Presidente do Sindicato Rural de Chapadão do Sul; senhor **José Carlos Herranz Yague,** Diretor Técnico das Linhas de Transmissão do Itatim Ltda. – LTI; e senhor **Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes,** Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – SEMA/MS.
Autoria: Senador Valter Pereira.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2010 – CRA.
Autoria: Senador Valter Pereira.
Assunto: Debate sobre os critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, incluindo as decisões sobre os empreendimentos de Chapadão do Sul/MS.

CONVIDADOS:

Senhor **Maurício Tolmasquim,** Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
Senhor **Nelson José Hubenr Moreira,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
Senhor **Pedro Mendes Neto,** Presidente do Sindicato Rural de Chapadão do Sul;
Senhor **José Carlos Herranz Yague,** Diretor Técnico das Linhas de Transmissão do Itatim Ltda. – LTI; e
Senhor **Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes,** Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – SEMA/MS.
Resultado: Audiência adiada para a próxima reunião.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 Extraordinárias – Deliberativa.

03 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 17

01 Projeto de Lei do Senado (terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo).
06 Requerimentos – CRA.
07 Emendas – CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Flexa Ribeiro.
Vice Presidente: Senador Lobão Filho.

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informação dos serviços de saúde.
Autoria: Senadora Roseana Sarney.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais que a Audiência Pública objeto do Requerimento nº 5, de 2010 – CDH, destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, conforme requerimentos nºs. 3, de 2010 – CMA, 1, de 2010 – CRA, 5, de 2010 – CRE, 2, de 2010 – CCT e 3, de 2010 – CCJ, aprovados nas respectivas Comissões.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 – CCT

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 4, de 2010 – CCT, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do senhor **Franklin Martins,** Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para expor junto com os demais convidados do requerimento acima citado, sobre o Plano Nacional de Banda Larga.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CCT

Requeiro, com fulcro no disposto no artigo 40, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ser designado representante desta Comissão em Missão Oficial junto ao I Seminário Baiano de Energia Fotovoltaica, a realiza-se na cidade de Salvador, no dia 10 do corrente mês, conforme convite anexo. Ressalto a relevância do tema objeto do encontro e sua pertinência com os assuntos afeitos à área de Ciência e Tecnologia.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA).

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2010 – CCT e aditamento.
Autoria: Senadores Renato Casagrande, Gerson Camata, Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti.
Assunto: Debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga.

CONVIDADOS:

Senhor **Cezar Santos Alvarez,** Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Gobverno Federal;
Senhor **Franklin Martins,** Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM;
Senhor **Luiz Cuza,** Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TELCOMP;
Senhor **Jarbas José Valente,** Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; e
Senhor **José Fernandes Pauletti,** Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 879, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 883, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 887, DE 2009

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão – ACCR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 896, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 975, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 979, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 987, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 989, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu – Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 919, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter – ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 924, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 909, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Amigos de Iomerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 910, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Uniflor para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uniflor, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 937, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará – ACCAT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 947, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 948, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzáles para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 949, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Central de Eventos, Promoções e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 950, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 913, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 966, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica de Moradores de Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 977, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Muniz Freire para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 978, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 763, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 862, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores de Dário Meira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dário Meira, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 893, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 907, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Barroso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 854, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc: Senador Gilberto Goellner.

Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 991, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos – ACDM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 912, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 995, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Línea Sat Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 973, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CCT

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT o tema "Banda Larga no Brasil", com a presença do senhor **Rogério Santana dos Santos,** Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; senhor **Magdel da Costa Santos,** Presidente da Associação Global Info de Provedores; e senhor **Igor Villas Boas,** Consultor Legislativo do Senado Federal. A complexidade do tema, aliada ao relativo desconhecimento da sociedade de maneira geral, apontam na direção da necessidade de uma discussão ampla e aprofundada, capaz de fazer jus a importância do assunto para o desenvolvimento do País e conseqüente formação de juízo de valor por parte dos membros desta Comissão. O doutor Rogério é um profundo conhecedor da matéria e, certamente, a sua contribuição será extremamente valiosa.
Autoria: Senadores Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande e Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE RESOLUÇÃO S/N

Institui Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, a ser conferida anualmente, pelo Senado Federal, a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica.
Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF).
Resultado: Aprovado, ao Plenário para as devidas providências.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, a dispensa da Audiência Pública constante do Requerimento nº 9, de 2009 – CCT, aprovado em 22.04.2009.
Autoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CCT

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública para debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, tema que foi objeto da Consulta Pública nº 31, de 2009, concluída pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, com os seguintes convidados: Embaixador **Ronaldo Sardenberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; senhor **Alexandre Annenberg,** Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; senhor **Carlos André Lins de Albuquerque,** Presidente da Associação de Operadoras de Sistemas MMDS – NEOTEC; senhor **Luiz de Melo Júnior,** Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL; senhor **Antônio Miguel de Brito da Silva Martin,** Diretor-Geral da ACOM Comunicações S.A.
Autoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 940, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 969, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Carlópolis FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 981, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores de Maranhãozinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranhãozinho, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 984, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional Maranata de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Grande, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 956, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Figueroa Belmonte de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.

Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 958, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Atrativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 5, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 951, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Seriense – ASCOSER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sério, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 954, DE 2009

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Entre Rios – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 959, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social "Vale Verde FM" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 972, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Mariana Moreira Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 862, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores de Dário Meira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dário Meira, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 960, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Capitânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 641, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Clube de Mães Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Itabi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabi, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 880, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ADACSON – FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Milenium – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapura, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 906, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Guapé Studio 94 – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 976, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Artística e Cultural de Apoio a Saúde e Instituições Sociais de Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 992, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária, Combate às Drogas e Prevenção de DST Planeta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuba, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1009, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Vila Rica Ltda. atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1019, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de Vila Dalila para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1030, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional de Vista Alegre do Alto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1033, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jaboticabal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1003, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Projeto Brígida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 942, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Meio Ambiente e Comunicação Comunitária de Pium – Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pium, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Efraim Morais.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 904, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 337, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Gravatá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 957, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Mega Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CCT

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o senhor **Samuel Pinheiro Guimarães,** Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, para tratar sobre o Plano Brasil 2022.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CCT

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criado, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, Grupo de Trabalho para estudo em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com vistas a analisar os altos custos dos serviços de telefonia fixa e móvel e a dificuldade de acesso aos serviços de banda larga.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

CERIMÔNIA DE APOSIÇÃO DO RETRATO DO EX-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.
Autoria: Deputado Luiz Bittencourt.
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCT. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui o Fundo de Investimentos em Telecomunicações, e dá outras providências.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.
Autoria: Deputada Ângela Guadagnin.
Relatoria: Senador Flávio Arns.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, na forma da emenda substitutiva que apresenta e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, que tramita em conjunto.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, com a Emenda nº 1 – CCT (substitutivo), e contrário ao PLS nº 146, de 2007 que tramita em conjunto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 980, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Campo Largo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flavio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 997, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural União Comunitária de Mafra Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flavio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 961, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Portovisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 985, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1000, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Anhanguera de Morro Agudo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 965, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Continental Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 996, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Luís Domingues para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Domingues, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 999, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1005, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Bacuriense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bacuri, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1008, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Zutil do Arame para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arame, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1010, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1028, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultura e Meio Ambiente do Planalto "Zé Gomes", Brejo, Estado do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1032, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Raimundo Fróes Peixoto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Livre Comunitária Studio 100 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 944, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural de Perolândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perolândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 902, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 737, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 905, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Haragon de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 899, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária "Feliz Cidade" Emissora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatinga, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 916, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Edcomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cananéia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Geovani Borges.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 964, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sobral & Mayrink Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Geovani Borges.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Sertaneja Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto da Folha, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1004, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Difusão de São Benedito do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 810, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cedro/Pernambuco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 374, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1007, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Sustentável de Bonito para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, DE 2010

TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Cultura S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Guaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CCT

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle - CMA, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a Comissão de Serviços de Infra Estrutura – CI, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, e com a

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública, com o objetivo de analisar e debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 que "Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências" com os seguintes convidados, sem prejuízo de quaisquer outras sugestões: senhor **Marcelo Piancastelli,** Economista do IPEA; senhor **Maurício de Albuquerque Wanderley,** Secretário de Macro avaliação do TCU; Professor **Hamilton Garcia,** Coordenador do Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF; senhor **Paulo Springer de Freitas,** Consultor Legislativo do Senado Federal; representante da **Casa Civil da Presidência da República,** e representante do **Ministério da Fazenda – MF.**
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010 – CCT

Solicita sejam convidados os indicados a comparecerem em Audiência Pública desta Comissão, para debaterem sobre o denominado "Canal da Cidadania". Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite ao **Ministro de Estado das Comunicações;** senhor **Ronaldo Sardenberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; senhor **Pedro Ortiz,** Diretor da TV-USP, e senhora **Cicília Maria Krohling Peruzzo,** Professora de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, a comparecerem perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em data a ser marcada, para ouvi-los sobre as diretrizes para a operacionalização do Canal da Cidadania, segundo Portaria do Ministério das Comunicações publicada no último dia 25 de março, quinta-feira.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Lobão Filho.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CCT

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a inclusão do nome do senhor **André Almeida,** Diretor de Estratégia e Porta-Voz da GSMA no Brasil e na América Latina da GSM Association, entre os convidados para participar da Audiência Pública sobre a qual trata o Requerimento nº 9, de 2010 – CCT, de autoria do Senador Antônio Carlos Júnior – DEM/BA, aprovado por esta Comissão em 17/03/2010, que "requer realização de Audiência Pública para debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, tema que foi objeto da Consulta Pública nº 31, de 2009, conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

04 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.
01 Extraordinária – Cerimônia de Aposição de Ex-Presidente.

MATÉRIAS APRECIADAS: 108

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
88 Projetos de Decreto Legislativo "SF" (terminativo).
10 Requerimentos – CCT.
01 Aditamento – CCT.
03 Emendas – CCT.
01 Projeto de Resolução – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora Ideli Salvatti.
Vice Presidenta: Deputada Vanessa Grazziotin.
Relator: Deputado Colbert Martins.

TOTAL DE REUNIÕES:

MATÉRIAS APRECIADAS:

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 70
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 01
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 506

RELATÓRIO DAS COMISSÕES PERMANETES
REUNIÕES REALIZADAS E
PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM MARÇO DE 2010

COMISSÕES REUNIÕES	ORDINÁRIAS	*EXTRAORDINÁRIAS*	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	04	01	00	05
CAS	00	06*	00	06
CCJ	05	00	00	05
CE	05	05	00	10
CMA	05**	03	00	08
CDH	00	09**	00	09
CRE	04	01	00	05
CI	00	09	00	09
CDR	00	02	00	02
CRA	00	05	00	05
CCT	00	06	00	06
CMMC	00	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIOES	23	47	00	70

*** 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS CONJUNTA COM A 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBSCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, REALIZADA EM 30.03.10.**
**** 10ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA CONJUNTA COM A 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH, REALIZADA EM 30.03.10.**

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	00	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	00	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	01*	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	00	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	00	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	00	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00

Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	**00**	**00**	**00**
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	**00**	**00**	**00**
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	**00**	**00**	**00**
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	**00**	**00**	**00**
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	**00**	**00**	**00**
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	**00**	**00**	**00**
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	**00**	**00**	**00**
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	**00**	**00**	**00**
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	**00**	**00**	**00**
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	**00**	**00**	**00**
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	**01**	**00**	**00**

*** 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL COM A 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, REALIZADA EM 30.03.10.**

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	SCD	ECD	PDH	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	**14**	**03**	**03**	**00**	**12**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CAS	**19**	**15**	**04**	**00**	**24**	**00**	**04**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CCJ	**14**	**06**	**11**	**00**	**50**	**00**	**03**	**00**	**04**	**00**	**00**	**00**	**00**
CE	**13**	**04**	**06**	**00**	**24**	**01**	**05**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CMA	**09**	**00**	**02**	**00**	**02**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CDH	**11**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CRE	**08**	**00**	**02**	**15**	**01**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CI	**06**	**02**	**03**	**00**	**19**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CDR	**05**	**00**	**02**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CRA	**06**	**01**	**00**	**01**	**07**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
CCT	**11**	**00**	**03**	**88**	**03**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**01**
CMMC	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**	**00**
SUB TOTAL	**116**	**31**	**36**	**104**	**142**	**01**	**12**	**00**	**04**	**00**	**00**	**00**	**01**

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMEN PLEN	REC	TUR SUPL	Total
CAE	04	00	00	00	03	00	02	00	00	00	00	00	00	41
CAS	00	00	00	01	06	00	00	00	00	00	00	00	01	74
CCJ	00	00	01	03	13	00	00	00	00	00	00	00	00	105
CE	00	02	00	06	05	00	00	00	00	00	00	00	00	66
CMA	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	14
CDH	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	11
CRE	02	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	30
CI	00	00	00	01	01	00	00	00	00	00	00	00	01	33
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	07
CRA	00	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	17
CCT	00	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	108
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	06	02	01	11	35	00	02	00	00	00	00	00	02	506

LEGENDAS – COMISSÕES
CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.
CAS– COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE.
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE.
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO.
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA.
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

LEGENDAS – PROPOSIÇÕES
REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão.
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo).
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
PDS – Projeto de Decreto Legislativo.
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão.
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado.
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado.
PDH – Petição de Direitos Humanos.
PEC – Proposta de Emenda à Constituição.
IND – Indicação.
PET – Petição.
DIV – Diversos.
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões.
MSF – Mensagem "SF".
PRS – Projeto de Resolução.

RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário.
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
OFS – Ofício "SF".
AVS – Aviso.
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle.
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões.
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário.
REC – Recursos.
TUR SUPL – Turno Suplementar.

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – MARÇO/2010

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI												
Nome	**Ano**	**Reuniões**	**Req. Apresentados**	**Req. Apreciados**	**Doc. Recebidos**	**Proposições**					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Observação
ONGs RQS 201/2007	**2007**	10	130	115	98						
	2008	13	124	104	136						
	2009	6	15	12	219						
	2010	2	7	3	1						
	Total	29	276	234	460						
PEDOFILIA RQS 200/2008	**2007**										
	2008	34	216	216	199						
	2009	26	177	177	210			4	6		
	2010	7	25	25	8						
	Total	67	418	418	417						
	2009										
	2010										
	Total										
	2009										
	2010										
	Total										
	2009										
	2010										
	Total										

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI																			
Nome	**Reuniões**			**Req. Apresentados**			**Req. Apreciados**			**Doc. Recebidos**			**Proposições**					
	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total						Obs.
MST RQN 24/2009	2	5	7	78	121	199		68	68	1	24	25						

COMISSÃO																
Nome	Reuniões			Req. Apresentados			Req. Apreciados			Doc. Recebidos			Boletins Informativos			Observações
	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	
CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	10	0	10										9	0	9	Em 18.6.2009, foi aprovado o 1º Relatório parcial

COMISSÕES TEMPORÁRIAS																							
Nome	Reuniões				Req. Apresentados				Req. Apreciados				Doc. Recebidos				Proposições						
	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Observação	
REFORMA DO RISF RQS 208/2008	3	7	0	10																	1		
TRANSPOSIÇÃO S. FRANCISCO RQS 115/2008	3	1	0	4	3	0	0	3	3	0	0	3											
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PLS 156/2009		17	0	17																		Parecer da Comissão aprovado em 09.12.2009	
ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU RQS 231/2009		2	0	2		3	0	3		3	0	3											
COMEMORAÇÕES CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA RQS 247/2009		2	0	2		2	0	2		2	0	2											

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia nove de fevereiro do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e, em seguida, do Senador Jayme Campos, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Neuto de Conto, Pedro Simon, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Osmar Dias, Jefferson Praia e, ainda, do Senador Romeu Tuma. Deixam de comparecer os Senadores, Tião Viana, Marcelo Crivella, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino e Gim Argello. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 1873-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 023.992/2008-8, bem como do Relatório e o Voto que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 27 de 2008; Aviso nº 499/GMF, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de novembro de 2009, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 35/GMF, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2009, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; em cumprimento ao art. 42, o Ministério informa, ainda, que não consta em seus registros, nos meses de outubro a dezembro de 2009, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios; Aviso nº 120/2009-BCB-Presi, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de novembro de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 07/2010-BCB-Presi, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao quarto trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 34-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 022.708/2009-7, bem como do Relatório e o Voto que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 26 de 2009 e Aviso nº 20-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.330/2008-6, bem como do Relatório e o Voto que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 42 de 2008. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 304 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional", tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Adelmir Santana, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do

PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 2 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de U$ 59,400,000.00 (cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – Preurbis", tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Delcídio Amaral, usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Inácio Arruda e Gerson Camata. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "modifica o artigo 29, da Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infra-estruturas e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestado à população", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01, 02 e 03-CI, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CI. Em 08/12/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para autorizar os titulares de contas a aplicarem até 10% (dez por cento) de seu saldo em fundos de investimento que aplicam seus recursos em projetos de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos situados na área do pré-sal", tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura, com decisão terminativa. Em 01/12/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública", tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Em 09/06/09, foi concedida Vista ao Senador Tião Viana, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 265 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), excluir do conceito de receita corrente líquida dos entes federados as receitas de transferência do Fundo e, das despesas com pessoal, os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. Usam da palavra os Senadores Osmar Dias, César Borges, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Cícero Lucena e Roberto Cavalcanti. A Comissão aprova o Requerimento nº 1/10-CAE, que requer a realização de Audiência Pública para instruir a Matéria, ficando adiada a apreciação da Matéria; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 584 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a regularização e formalização do contrato de trabalho de trabalhadores informais e o parcelamento de débitos perante o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 150 de 2005 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apre-

ciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei da Câmara nº 4 de 2005, não terminativo, de autoria do Deputado Affonso Camargo, que "dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 402 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para prever a livre comercialização de energia elétrica excedente por consumidores livres e especiais", tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Roberto Cavalcanti, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 377 de 2009, terminativo, de autoria do Senado Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer a necessidade de notificação ao contribuinte caso detectada pelo fisco qualquer inconsistência na declaração de imposto de renda", tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Relatório favorável ao Projeto. Em 9/2/10, foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Mensagem do Senado Federal nº 199 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2009", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do PDS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Mensagem do Senado Federal nº 3 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2010", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do PDS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 128 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. Em 01/09/2009, foi concedida Vista Coletiva. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior, usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, César Borges e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela rejeição do Projeto. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 01/2010-CAE, de autoria do Senador César Borges, que requer seja realizada Audiência Pública para instruir o PLS nº 265 de 2008–Complementar, com a presença dos seguintes convidados, Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Alberto Muniz, Presidente da Associação Brasileira dos Municípios; Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; e do Exmo. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária-Adjunta da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Delcídio Amaral,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 2010.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento.

Aviso de nº 1873, TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 023992/2008-8, bem como do Relatório e o Voto que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº 27, de 2008.

Aviso de nº 34, do TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo de nº TC 022708/2009-7, bem como

do relatório e o voto que o fundamentam, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº 26, de 2009.

Aviso de nº 20-SESES-TCU-Plenário, os outros também são do SESES, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 033330/2008-6, bem como do relatório e o voto que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº 42, de 2008.

Item 04, Aviso de nº 499/GMF, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal... Bem vindo, Senador Osmar Dias... De nº 43/01, relatório contendo as características das operação de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério ao mês de novembro de 2009, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos estados e do Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios.

Aviso de nº 35/GMF do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal de nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2009, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos estados e do Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios. Em cumprimento ao art. 42, o Ministério informa ainda que não consta em seus registros, dos meses de outubro a dezembro de 2009, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Aviso de nº 120/2009-BCB-PRESI, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de novembro de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Sete, Aviso de nº 07/2010, repito, 07/2010-BCB-PRESI, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei de nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referente ao quarto trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como relatório da execução da programação monetária.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Lido esse comunicado, com esses encaminhamentos que acabei de relatar, vamos iniciar a nossa primeira Reunião de 2010 pelo Item 01, Mensagem do Senado Federal de nº 304, de 2009, não terminativa, "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até 15 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional." Autoria da Presidência da República. Relatoria, Senador Adelmir Santana; relatório nos termos do PLS que apresenta, com parecer favorável.

De acordo com a Resolução de nº 43/01 do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional.

Com a palavra o relator, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Os recursos da operação de crédito destinam-se, como foi bem colocado, ao financiamento parcial do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional.

Esse Programa, conforme parecer da própria Secretaria do Tesouro Nacional, que está anexado à Mensagem, visa fortalecer o papel articulador do Ministério do Turismo, para que atue de forma mais eficiente no desenho e na implantação das políticas públicas do turismo".

Vale ressaltar que a solicitação em exame foi encaminhada ao Senado Federal em 17 de dezembro de 2009. A mensagem, portanto, tem respaldo nas resoluções do Senado.

Ademais a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do seu parecer também é favorável, o Procurador, o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de nº 2.787, de 15 de dezembro de 2009, também encaminhada ao Senado Federal conclui que a minuta de contrato de empréstimo não contém cláusulas de natureza política atentatórias às soberania nacional e à ordem pública, contrárias à constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique na compensação automática de débitos e créditos.

Relativamente à exigência constitucional de que o programa ou projeto conste do plano plurianual e da lei orçamentária anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico-SPI, que o programa referido se encontra incluído na ação participação da união, na implantação do PRODETUR Nacional.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as informações acerca de dotações orçamentárias previstas para o ingresso de recursos externos e contrapartida nacional, serem elas suficientes para dar suporte ao programa no presente exercício.

O voto, portanto, Sr. Presidente, diante de todas as considerações é favorável à autorização, pleiteada na Mensagem nº 304/2009, nos termos de um projeto de Resolução que está também anexado ao nosso parecer.

O projeto de Resolução autoriza a república federativa do Brasil a contratar operação de crédito externa no valor total de 15 milhões de dólares dos Estados Unidos da América com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, e o art. 1º... Enfim, o projeto de Resolução atende a todos os preceitos, fixa a questão da amortização, do prazo de desembolso, juros, a comissão de crédito, despesa de inspeção e supervisão geral e naturalmente será submetido à Plenário.

Causa-nos, entretanto, preocupação com relação a esse empréstimo, levando em conta que o próprio BNDES recentemente foi avocado e foi colocado um volume de recursos da ordem de 80 bilhões de dólares aprovado por nós, mais 5 bilhões para a Caixa Econômica. O Brasil tem hoje reserva de 210 bilhões de dólares, mais 10 bilhões que o Brasil emprestou ao fundo monetário internacional e a gente vê nesse tipo de empréstimo, isso nos causa uma certa dissonância nesses números e preocupações. O PAC também fala em 40 bilhões, e dá entre suas prioridades, a questão do turismo.

Entretanto, o nosso parecer, levando em conta todas as informações, é pela aprovação, sem antes, sem deixar de fazer registro desse volume de recursos que dispõe o governo brasileiro e, entretanto, fazendo esses empréstimos.

Sou, portanto, mesmo com essas considerações, de voto favorável à concessão do empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, meu caro Senador Adelmir Santana.

A matéria está em discussão. Não havendo alguém mais para discutir, em votação o relatório do Senador Adelmir Santana. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, levando em conta--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): A aprovação por unanimidade, eu peço também que seja dada urgência ao andamento do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então eu peço à Mesa Diretora urgência na apreciação desse empréstimo no Plenário do Senado Federal, meu caro Gonzaga, Secretário-Geral da Mesa, Presidente da Mesa.

Eu gostaria, como sou relator do Item 02, eu gostaria de passar a palavra para o nosso querido Senador Jayme... A Presidência para o Senador Jayme Campos, para que eu faça o relato do Item 02.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, enquanto ocorre a transição da Mesa, eu gostaria de dizer que tive notícia, vindo das terras potiguar que em grandes festejos foi comemorado o natalício do Senador Garibaldi Alves no dia 04 próximo passado e não por valer em dobro, mas por igual valor, no dia de ontem, dia 08, eu tive notícia, mas aí vindo das terras dos pantanais, por aí fora, do natalício do Senador Delcídio Amaral, a quem quero desejar os meus parabéns por mais esta primavera, que ninguém sabe quantas já aconteceram, e esperamos que se multiplique por muitas vezes ou igual número de primaveras que V.Exa. já comemorou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Quero dizer que com muito esforço eu consegui chegar hoje aqui em Brasília.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso é a sintonia de Fortaleza com V. Exa..

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, o relator do Item 02, da pauta do dia de hoje.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Jayme Campos.

"O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 02, de 2010 submete à apreciação do Senado Federal o pleito do Município de Fortaleza, Estado do Ceará", estado do Senador Inácio Arruda. "Solicitando autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

Os recursos advindos da operação de crédito destinam se ao financiamento do Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social e Urbanos-PREURBIS, cujo objeto geral é melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, que vivem em condições de risco ambiental e social, mediante investimento em infraestrutura urbana e a promoção de melhorias habitacionais e nos serviços sociais.

O programa contará com investimento orçados em aproximadamente 99 milhões de dólares, sendo 59,4 financiados pelo BID e 39,6 milhões provenientes da contrapartida municipal, a serem desembolsados no período de 2010 a 2014, conforme orientações da STN, às fls. 29 do processado.

O Banco Central do Brasil-BACEN credenciou a operação de crédito externo sob exame, estando, portanto suas condições financeiras incluídas no sistema de registro de operações financeiras-ROF, do BACEN, conforme TA 525144.

As condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BID. De acordo com as estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 4,37 ao ano flutuante, conforme a variação da 'libor' e considerando, considerada aceitável por aquela Secretaria.

Da análise. E é importante essa análise porque responde algumas preocupações já aqui emanadas por senadores e senadoras.

"A Secretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional emitiram pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União. Nos pareceres da STN são fornecidas informações acerca da situação do Município de Fortaleza no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições estipuladas nas Resoluções de nº 40 e 43, de 2001 e 48, de 2007, do Senado Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2001, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Especificamente quanto à concessão de garantias, esses normativos determinam que a União observe, dentre outras, as seguintes condições prévias à sua prestação: a) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia; b) cumprimento, pelo tomador do empréstimo, dos compromissos tributários financeiros e fiscais assumidos para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público federal.

Destaque-se ainda que a STN informa que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Fortaleza nos últimos anos decorrentes de garantias concedidas.

Por outro lado, estudos sobre a capacidade de pagamento do município, realizado pela Coordenação Geral, desde relação e análise financeira dos estados e municípios daquela secretaria, a Nota Técnica STN-COREN(F) de nº 1.012/2009, de 27 de julho de 2009, indicou que o município está classificado na categoria A, portanto, suficiente à concessão de garantia da União.

Todavia, a STN, de acordo com o Parecer GEF-COREF-STN nº 1.076, de 2009, informa que consulta realizada por meio eletrônico em 07/12/2009 indicou a existência de débitos em nome da administração direta do Município de Fortaleza com a União, ou suas entidades controladas, descumprimento, momentaneamente, o disposto no §1º, do art. 40, da Lei Complementar nº 101, de 2000." Isso inclusive está grifado, essa observação, para deixar bem claro o quadro hoje vigente no município de Fortaleza.

Por outro lado, a STN informa que não há registro de pendências no SIAF em nome do município, relativamente a prestação de contas de recursos recebidos da União. Importa ressaltar também que as leis municipais de nº 9.325, de 28/12/2007, e 9.374, de 2009, autorizam, respectivamente, o Poder Executivo a contratar operação de crédito e a oferecer contragarantias à União sob a forma de vinculação de suas, receitas de que tratam os artigos 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal.

Com efeito, o Governo Federal poderá reter os recursos necessários à cobertura dos compromissos que venha a honrar diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Ademais, como o Município de Fortaleza não realizou nenhum contrato de parceria público-privada, não se lhe aplica assim a observância do limite de despesas de caráter continuado e derivadas de parcerias para a concessão de garantias, a teor do art. 28, na Lei de nº 11.079, de 2004 e do art. 10 da Lei de nº 12.024, de 2009.

Quanto ao controle externo, a STN informa que certidão do Tribunal de Contas da União do Estado do Ceará atestam pleno exercício da competência tributária do Município de Fortaleza, assim como a observância dos limites de despesa com pessoal, saúde e educação.

Em essência, o município observa as normas constitucionais, a lei de responsabilidade fiscal e a Resolução de nº 48/2007 do Senado Federal, relativas à concessão de garantia da União.

Entendemos, assim, como é reconhecido pela própria STN, sendo possível atender a esse pleito de garantia, pois: 1) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, 2): a Prefeitura Municipal de Fortaleza conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados para o ressarcimento da União caso ela venha honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do município e nem são atribuídos ao Tesouro Nacional risco superiores àqueles normal-

mente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Seguem também pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Relativamente à programação orçamentária, a STN informa que os investimentos previstos no programa mencionado encontravam-se incluídos no Plano Plurianual Municipal para o período 2006 e 2007, conforme Lei Municipal 9.044.

Por outro lado, a lei orçamentária de 2009, Lei Municipal 9.940 de 30/12/2008 contemplava a dotação de recursos para execução do programa naquele ano e também, como já foi dito aqui, considerações foram feitas com relação ao endividamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza, estipulado nas Resoluções de nº 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Portanto, o meu voto, ante o exposto, meu voto, pelo exposto, conclui-se que o pleito formulado pelo município de Fortaleza encontra-se de acordo com as Resoluções de nº 48, de 2007 e 40 e 43 de 2001, todas do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida."

É esse o meu voto, Sr. Presidente, e aqui em anexo há o detalhamento de toda operação de crédito que eu citei logo no início do relatório e, portanto, esse é o meu parecer, parecer favorável.

Tomei um tempo um pouco maior, exatamente porque alguns senadores se anteciparam manifestando preocupações com relação a esse empréstimo da Prefeitura de Fortaleza, mas dentro das condições estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, ela está absolutamente em condições de receber empréstimo.

E, importante: nenhum empréstimo é assinado sem a adimplência completa do município que está tomando esse financiamento.

É esse o meu parecer. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE JAYME CAMPOS (DEM-MT): Em discussão a matéria.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Delcídio Amaral pelo relatório, mas principalmente pelo aniversário e desejar ao senador muita saúde e muita paz no coração.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E cumprimentar o Presidente Jayme Campos pelo seguinte: V. Exa. não sabe, mas V. Exa. ganhou hoje mais um enriquecimento do seu currículo; V. Exa. já foi governador do estado, senador, agora poderá colocar no seu currículo: "Fui Presidente eventual da Comissão de Assuntos Econômicos." É o que está escrito aí na placa na frente.

Então, Presidente eventual, meus parabéns.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Obrigado, Senador Osmar Dias. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria pedir-–

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas posso já transferir já a Presidência para o Presidente de fato e direito, terminar a matéria, tendo em vista que foi relator da matéria aqui.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para registrar a importância desse empréstimo para a cidade de Fortaleza, ele praticamente é complementar a uma grande obra que se realiza em Fortaleza e na região metropolitana, ele beneficia Fortaleza, mas tem impacto em três municípios da região metropolitana, que é o município de Caucaia, Maranguape e Maracanauá, trata da macrodrenagem dos Riso Maranguapinho, Rio Cocó e Rio Ceará.

E a cidade de Fortaleza tem a responsabilidade de fazer diante da macrodrenagem desses três rios, que é uma obra executada pelo Governo do Estado, pelo Governador Cid Gomes, dentro do Plano de Aceleração do Crescimento, a cidade da Fortaleza tem a responsabilidade de fazer a re-qualificação urbana na área desses rios.

E ele pega exatamente a região do Rio Maranguapinho, que é uma das regiões mais pobres da nossa cidade de Fortaleza. É dar dignidade, qualidade de vida às populações ribeirinhas, que vão ser muitas delas retiradas daquela região, porque é uma região de alto risco ambiental e risco humano, risco para as populações, e colocá-las em condições adequadas.

Então, por isso eu quero também dar o meu apoio, e dar os parabéns à prefeitura que conseguiu esses recursos para beneficiar a população da cidade de Fortaleza, com impacto em toda a região metropolitana.

Por isso, o meu voto é pela aprovação, acompanhando o nosso relator.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-PT): Com a palavra o Senador Gerson Camata, ordem de inscrição, para discutir a matéria.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado a V. Exa., cumprimentando o relator, dizendo

que voto favorável e dizer que eu fico com um pouco de inveja da Prefeitura de Fortaleza e queria sugerir uma emenda que se estendesse aos cidadãos brasileiros, o direito de pagar juros baixos, o cartão de crédito está cobrando 12% e a Prefeitura de Fortaleza vai pagar 4 e 37 ao ano; todos os brasileiros deveriam ter esse direito.

É uma observação apenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em discussão a matéria.

Em votação o relatório do Senador Delcídio Amaral. Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente peço urgência da matéria em função da sua relevância e a importância, sobretudo, para as populações da cidade de Fortaleza e tenho certeza que tenho o "de acordo" do nosso relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Solicito ao nosso Secretário-Geral da Mesa, Dr. Gonzaga, que tome as providências cabíveis para encaminhar em regime de urgência urgentíssima para a Mesa do Senado Federal.

Concluo agradecendo a oportunidade que o meu caro amigo particular, Senador Delcídio, me permiti presidir essa sessão tão importante, sobretudo quando aqui é aprovado empréstimos de valores bastante substancial, à alguns estados da federação, mas, sobretudo, a Capital, Fortaleza, do Estado do Ceará, que, sem sombra de dúvida este empréstimo vai permitir investimento que possa melhorar as condições de vida melhor para o povo cearense.

De forma que eu cumprimento inicialmente também esse valoroso Senador Inácio Arruda, que tem participado e sobretudo lutado pelos interesses do povo cearense.

Parabéns, Senador Inácio! Muito obrigado, Senador Delcídio.

Passo a palavra... Em votação o requerimento de urgência urgentíssima. Aqueles que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Convido o Senador Delcídio para presidir a Mesa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Quero agradecer ao Senador Jayme Campos pela objetividade, competência e, acima de tudo, uma bonita história do nosso irmão mato-grossense.

Eu passo agora para o Item 03 da pauta. O Item 03, ele foi... Nós vamos adiar para a próxima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos o Item 03, a pedido do relator, o Senador Marcelo Crivella. Portanto, nós vamos pautar o Item 03 para a próxima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que deve acontecer, Senador Osmar Dias, depois do Carnaval.

Vamos para o item agora, o Item 04. O Item 4...

Eu gostaria só de registrar a V. Exas. a ausência do Senador Garibaldi. O Senador Garibaldi, ele permaneceu no Rio Grande do Norte por questões de saúde familiar, não do Senador Garibaldi, mas do seu pai, e é essa razão que eu estou aqui presidindo, tentando presidir a Comissão de Assuntos Econômicos, tão bem comandada pelo Senador Garibaldi, e também adiar essa apreciação do Item 04, cujo relator é o Senador Garibaldi Alves, que solicitou à Mesa para que esse item venha a ser pautado para a próxima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, portanto, Reunião do dia 23 de fevereiro, portanto, após o Carnaval.

Agora, partimos então para o Item 05.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, em relação ao Item 05, nós temos a mesma situação do Item 04. O Senador Garibaldi, que é o autor, não está, o relator também não está. De modo que eu pergunto a V. Exa. da possibilidade de nós aguardarmos uma outra Reunião para discutir essa matéria?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, aguardamos. Então, vamos adiar, também, a apreciação do Item 05, passando a apreciação do Item 05 para a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do dia 23 de fevereiro.

Muito obrigado, Senador Dornelles.

Agora, Item 06, Projeto de Lei do Senado de nº 265, de 2008, Complementar, não terminativo. "Insere o art. 72-A na Lei Complementar de nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, excluir do conceito de receita corrente líquida dos entes federados as receitas de transferência do Fundo e, das despesas com pessoal, os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica."

O autor do projeto é o Senador Osmar Dias. O relator, Senador Valdir Raupp; o relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao Projeto.

[interrupção no áudio].

Eu gostaria de sugerir, Senador Osmar Dias, V. Exa., competente autor do projeto, o Senador Valdir Raupp não está presente. E ele... Como, em tese, quando é pautada a primeira vez nós sempre adiamos para a próxima sessão as matérias em análise, eu gostaria de sugerir, seguindo as regras aqui da Comissão, que nós também pautássemos esse assunto para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, eu compreendo e concordo, porque esse é um projeto de extrema importância, que vai ampliar as possibilidades de mais qualidade no ensino básico e, sobretudo, a expansão do ensino básico em nosso país. E como o relatório é favorável e o Senador Valdir Raupp não pode estar presente hoje, eu concordo com a decisão de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Com a palavra o Senador César Borges e depois o Senador Flexa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, com o maior respeito ao projeto que ora vai ser adiado, mas que estaria em discussão, o Senador Osmar Dias... Na verdade Senador Osmar Dias, eu recebi, acabo de receber um solicitação da Confederação Nacional dos Municípios, que coloca alguns pontos com relação ao projeto, no sentido de que numa avaliação, o projeto traria dificuldades para a sua aplicação quanto ao equilíbrio financeiro dos erários, ao autorizar que a despesa de pessoal, extremamente relevante, não seja computada no limite, permitindo assim que o gasto seja ampliado sem controle.

Então, o Conselho Nacional dos Municípios, que têm uma atuação muito forte nesta Casa e no Parlamento brasileiro, atuando sempre de forma a defender os interesses dos municípios, que, afinal de contas, nós todos temos interesse em fazer a defesa das carências dos nossos municípios, principalmente com relação a esse equilíbrio financeiro e as necessidades de equilíbrio das contas municipais, por isso, Presidente, atendendo a essa solicitação, eu posso encaminhar ao Senador Osmar Dias as razões, não vou ler aqui todo o ofício da Confederação Nacional dos Municípios, prefiro encaminhar ao Senador Osmar Dias uma cópia, para a sua apreciação.

Mas já que V. Exa. vai adiar a apreciação desse projeto, eu vou encaminhar um requerimento pedindo uma discussão mais aprofundada, em atenção até aos municípios representados pela Confederação, que solicitam que esse projeto possa ser examinado pela Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, uma subcomissão daqui dessa Comissão, que já foi implantada pelo Presidente, lamentavelmente ainda não... Existiram reuniões rotineiras, mas acredito que deveria existir para discutir as questões municipais.

Então, esse é o pleito da Confederação Nacional dos Municípios [soa a campanhia]. Eu faço um requerimento pedindo que possa ser feito aqui um debate mais extenso sobre o assunto com a presença do Sr. Paulo Ziulkoski, que é Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Sr. Alberto Muniz, que é Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, o Sr. Arno Agostinho que é Secretário do Tesouro Nacional e o Sr. Paulo(sic) Haddad, Ministro de Estado de Educação.

Estou encaminhando à Mesa este requerimento e vou encaminhar junto a ele também o requerimento que eu recebi da Confederação Nacional dos Municípios, pedindo que possa encaminhar uma cópia ao Senador Osmar Dias e ao Senador Valdir Raupp, para exame.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Senador César Borges. Com a palavra o Senador Flexa e depois o Senador Dornelles.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Delcídio Amaral, quero também parabenizá-lo pelo seu aniversário no dia de ontem, que V. Exa. tenha sempre as bençãos de Deus e o caminho iluminado por ele.

Essa matéria de... O Senador Pedro Simon pergunta se V. Exa. fez 18 anos. Eu digo que ele está com 15 ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Pedro Simon, fiz 36 com carinha de 30.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Dezoito de idade e 200 de sabedoria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, Senador Delcídio Amaral, esse projeto do Senador Osmar Dias, ele altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, então eu quero me colocar com as mesmas preocupações que o Senador César Borges colocou, de que possamos analisá-lo com mais profundidade, porque nós estamos por... Através de uma lei ordinária alterando a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um ganho que o país teve e que nós não podemos flexibilizá-la, porque se o fizermos, nós vamos ter repercussões negativas com relação à questão do uso correto dos recursos públicos e mais também, a questão do endividamento da nação.

Então, eu proponho, como fez o Senador César Borges, que se faça uma audiência pública para que

possamos discutir com maior profundidade esse projeto que é do nobre Senador Osmar Dias, ele lamentavelmente se ausentou, e que tem o parecer favorável do Senador Valdir Raupp como relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Flexa. Senador Dornelles, depois o Senador Cícero Lucena e depois o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu entendo aqui que qualquer mudança na lei complementar que trata de responsabilidade fiscal deve ser feito com muito cuidado. Eu não estou entre aqueles que a lei é imutável, não é; mas tem que ser examinada, pesada, medida e aqui nós temos uma situação que, através de uma lei ordinária nós estamos mudando uma lei complementar.

Eu acho que isso merece exame e eu quero mostrar a minha concordância com V. Exa. de colocar o assunto sob exame mais profundo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Dornelles, só uma observação, a lei é complementar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O projeto é lei ordinária.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É complementar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É complementar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O projeto de lei é complementar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É complementar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Então, retiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Cícero Lucena e depois o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, por demais meritória a iniciativa do Senador Osmar Dias com a preocupação de garantir cada vez mais recursos para a área da educação. Todos nós somos ardorosos defensores de iniciativas como essa.

Mas a preocupação da Confederação Brasileira dos Municípios é por demais pertinente. Esta Casa tem tido a preocupação de avançar nas conquistas da educação, mas tem transferido a responsabilidade, principalmente o ônus, para os estados e municípios e todos nós devemos ter uma preocupação muito grande ao legislar para que as leis possam efetivamente ser aplicadas.

Ao comprometer cada vez mais já finanças debilitadas dos entes federados, no caso os municípios, nós temos a certeza que em vez de melhorar a educação, nós vamos piorar a qualidade da vida, não só na educação, mas na qualidade da vida como um todo desses municípios.

Eu acho que mais do que ampliar e mexer com a preocupação que os senadores aqui fizeram, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma grande conquista da administração pública nacional, eu tenho uma outra preocupação.

Nós temos exemplo, por exemplo, na cidade de João Pessoa, onde foi construída uma Estação Ciência, um belo projeto de Oscar Niemayer, mas que jamais deveria ser construído na Falésia do Cabo Branco, no ponto mais oriental das américas, ameaçando, inclusive, o seu sistema de drenagem, o desmoronamento da Falésia do Cabo Branco, além de ter desmatado parte da pequena reserva da Mata Atlântica que ainda existia naquela localidade. Uma obra de quase 60 milhões de reais, onde para V.Exa. ter ideia, até hoje teve um curso nesse prédio da Estação Ciência, teve um curso preparatório para concurso, particular, e o grande evento desse ano nessa Estação Ciência foi a entrega de doze ônibus novos para circular na cidade de João Pessoa, ônibus coletivos; gasto 60 milhões de reais.

E o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba identificou que somente no exercício de 2008 foi utilizado 6 milhões de reais do FUNDEB, que todos nós sabemos que não é possível usar FUNDEB em atividades que seja fora de escolas, e já no ano de 2008 também foi utilizado mais recursos do FUNDEB.

Então, além dessa preocupação de ampliar os recursos, nós devemos fazer uma grande vigília ou uma verificação nacional ao Tribunal de Contas da União, Ministérios, Senado, Ministério Público Federal, para responsabilizar, aí sim, os desvio os objetivos do FUNDEB, como esta claro e objetivo, eu espero que na cidade de João Pessoa o Ministério Público Federal da Paraíba, o Ministério Público Federal do Brasil e o da Paraíba, façam as devidas verificações e responsabilize aquele que deva ter praticado o desvio do objetivo do FUNDEB.

Então, concordo com que esse assunto seja melhor debatido, seja aprofundado, que tenhamos a audiência pública, para que nós possamos acertar os nossos procedimentos nessa casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu agradeço, Sr. Presidente, e gostaria de me acostar às palavras do Senador Dornelles no tocante

à cautela que nós temos que ter no tocante à Lei de Responsabilidade Fiscal.

É um tema extremamente sensível, extremamente difícil de ser manuseado e eu peço a reflexão de todos e, talvez na próxima Reunião na qual este projeto esteja em pauta, seja da conveniência nós, em conjunto, solicitarmos audiência coletiva.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Requerimento sobre a Mesa. Temos aqui, de autoria do Senador César Borges. "Requeiro, nos termos no inciso II do art. 90, incisos I e II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 265, de 2008, que insere o art. 72-A na Lei Complementar de nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, excluir do conceito de receita corrente líquida dos entes federados as receitas de transferência do Fundo e, das despesas com pessoal, os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica, com os seguintes convidados: o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Alberto Muniz, Presidente da Associação Brasileira dos Municípios; Sr. Arno Hugo Agostinho Filho, Secretário do Tesouro Nacional e Exmo. Sr. Ministro Paulo Haddad, Ministro de Estado."

Perdão, Ministro, aqui há uma correção, Ministro Fernando Haddad, Ministro do Estado da Educação.

Eu entendo que essa sugestão, esse requerimento do Senador César Borges veio de encontro à maioria das falas aqui dos senadores e, portanto, eu coloco em votação. Aqueles senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Requerimento aprovado, o requerimento do Senador César Borges.

A matéria retirada da pauta e fica pendente da audiência pública objeto do requerimento que acabamos de aprovar.

Os itens, eu queria registrar, 07, 08 e 09, como eles estão sendo apresentados agora e os seus respectivos relatores não estão presentes, então eu quero sugerir, se os senadores concordarem, nós adiamos e marcamos e reapresentamos esses três itens na próxima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 22 de fevereiro, depois do carnaval.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Item 08 é um projeto de minha autoria que tem como relator o Senador Gilberto Goellner, com parecer favorável. V. Exa. poderia... Ele não é terminativo, V. Exa. poderia nomear um relator ad hoc para que ele pudesse tramitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Flexa, eu entendo até a pertinência do projeto, mas nós temos procurado, até consultando aqui a Secretaria, adotar sempre esse procedimento. Quando o relator na primeira pauta do projeto ele não está presente, a gente transferir para segunda e acho que é uma coisa bem razoável e tem sido adotada sistematicamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tudo bem. Eu conversei com o Senador Gilberto--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O relator está de acordo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E ele foi para uma Reunião do Ministério do Desenvolvimento com a Frente Parlamentar Rural, mas vamos aguardar, vamos deixar então para a próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, muito obrigado, Senador Flexa, pela compreensão. Então pautamos esse projeto para a Reunião do dia 23 de novembro... Ô! Vinte e três de fevereiro, festa do meu aniversário ontem, foi meio complicado, 23 de fevereiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. já está celebrando a reeleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Deus nos ouça, não é Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A nossa, de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, nós vamos partir agora para o Item 10 e para o Item 11, que os dois relatores estão aqui presentes, o Senador Roberto Cavalcanti e o Senador Pedro Simon.

Então vamos começar pelo Item 10, Projeto de Lei do Senado de nº 402, de 2009 não terminativo. "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para prever a livre comercialização de energia elétrica excedente por consumidores livres e especiais." Autoria do Senador Renato Casagrande. Relatoria do Senador Roberto Cavalcanti; relatório favorável ao projeto e com relação às observações, a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com decisão terminativa.

Com a palavra o relator, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se de um projeto encaminhado a esta Casa, no qual há necessidade de alteração da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 96, para prever a livre negociação da comercialização de energia elétrica excedente para consumidores livres e especiais.

Na verdade, trata-se tão somente da inserção, do acréscimo da expressão "e pelos consumidores livres e especiais" de uma lei que já prevê, que é o PLS 402/2009. Restringe-se, portanto a incluir esse tipo de consumidor entre aqueles que poderão obter autorização da ANEEL para a referida comercialização.

Este... Esta necessidade deste Projeto de Lei, a consistência dele vem no sentido de exatamente flexibilizar; a economia brasileira, é uma economia bastante instável, recentemente nós tivemos uma queda do consumo de energia, mais recentemente tivemos recordes no consumo de energia, esse é o eletrocardiograma da economia brasileira.

E os consumidores que se comprometem a adquirir determinadas quantidades de energia ficam com esse compromisso tendo que vendê-lo no mercado spot em condições adversas, em condições diferentes das que foram pactuadas inicialmente.

Então, o nosso parecer, é favorável à aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

A matéria está em discussão. Não havendo nenhum senador para discutir, em votação o relatório do Senador Roberto Cavalcanti. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura com decisão terminativa.

Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço aos companheiros pela aprovação do referido projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Parabéns pela aprovação do projeto.

Entramos no Item de nº 11. Projeto de Lei de Senado de nº 377, de 2009, caráter terminativo. "Altera a Lei de nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer a necessidade de notificação ao contribuinte caso detectada pelo Fisco qualquer inconsistência na declaração do imposto de renda." Autoria do Senador Expedito Júnior. Relatoria do Senador Pedro Simon, relatório favorável ao projeto.

Observação: em 3 de julho de 2010 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. Quero registrar que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado... Perdão, foi no dia de hoje, não dia 3 de fevereiro, dia 9 de fevereiro, portanto, hoje, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o relator, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas se é terminativo pode ser votado hoje, sem quórum?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): As não ser, Senador Pedro Simon, a ideia seria V. Exa. leria o relatório, nós poderíamos discutir e não havendo quórum, na próxima Reunião nós já votaríamos e suplantaríamos essa etapa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu considero que esse projeto que vem sendo relatado pelo Senador Pedro Simon é da maior importância. Ele realmente é um... Coerente totalmente com o estado democrático e eu acharia importante que o Senador Pedro Simon apresentasse o seu relatório quando tivesse aqui um quórum pronto para votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se o Senador Pedro Simon concordar, então, nós adiamos para a Reunião do dia 23.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Todos de acordo? Então, Ok. Item 11 adiado para a Reunião do dia 23 de fevereiro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só para dizer, Sr. Presidente, já para adiantar, eu sou favorável ao projeto, e sou favorável à emenda do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Do Senador Eduardo Suplicy. Então fica aqui registrado pelo relator, o Senador Pedro Simon favorável ao projeto e favorável à Emenda nº 1, hoje apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy.

E essa matéria nós votaremos na Reunião da CAE e o relatório será apresentado pelo Senador Pedro Simon, no dia 23 de fevereiro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): No sentido de instruir melhor os companheiros senadores, achava que fosse interessante que esta Comissão distribuísse aos nobres colegas essa emenda, porque

senão nós vamos ter um hiato entre hoje e o dia 23 de fevereiro, com o desconhecimento desta emenda.

Então, eu gostaria que... Ok. A competência da Comissão já me traz aqui essa alteração.

Eu só pediria que V. Exa. fizesse o alerta para os companheiros que porventura recebessem, receberam essa emenda, pudessem ter acesso a mesma para que pudessem na votação do dia 23 já terem ciência do texto, porque o texto completo já está em nossas mãos, faltava exatamente essa emenda, parabenizo a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. E quero registrar aqui, conforme orientação da Mesa, que essa emenda, ela constará de todo o material a ser apreciado pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras na Reunião do dia 23 de fevereiro.

Quero registrar aqui também, conforme os outros itens anteriores 7, 8 e 9, o Item 12 e o Item 13, o Senador Romero Jucá não está presente. E seguindo a regra que nós adotamos aqui, quando é apresentado pela primeira vez, nós adiamos para a reunião seguinte e aí, se o relator não comparecer na reunião seguinte, aí é indicado um relator ad hoc.

Portanto, nós vamos adiar os itens 12 e 13 para o dia 23 de fevereiro, para a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

E, finalizando, o item 14, cujo relator, Senador Antonio Carlos Júnior está aqui presente e muito nos honra com a presença. O Item 14, nós colocaríamos então para apreciação. É um Projeto de Lei do Senado de nº 128, de 2008, Complementar, não terminativo. "*Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências*."

Autoria do Senador Paulo Paim. Relatoria do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior; relatório pela rejeição do projeto.

Observação: em 1º de setembro de 2009 foi concedida vista coletiva.

Com a palavra o digníssimo relator, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Cabe a esta Comissão apreciar matéria relativa a tributos.

Quanto à constitucionalidade a União é competente para legislar sobre a matéria, e não é de iniciativa privativa do Presidente da República, portanto o Congresso pode legislar sobre a matéria.

Foram observadas as regras regimentais e o projeto se mostra adequado em relação à juridicidade.

Com respeito à técnica legislativa, faltou a expressão 'nela se possa expressar' após o substantivo 'valor' no final do 'caput' do art. 2º.

No mérito, apesar de ser louvável o objetivo primordial do PLS, qual seja, a distribuição de renda, entendemos que a instituição do imposto sobre grandes fortunas é um retrocesso e não atingirá as metas imaginadas.

Como dito na justificação, outros países adotam ou já adotaram o tributo. Contudo, seus resultados não foram satisfatórios.

Como nos lembra o jurista Ives Gandra da Silva Martins (O imposto sobre grandes fortunas. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, nº 1.697, 23 de fevereiro de 2008), as vantagens do tributo são duvidosas e, por isso mesmo, a esmagadora maioria dos países não o adotou.

Os que o adotaram criaram tantas hipóteses de exclusão que, ao longo do tempo, deixou de ter qualquer relevância, pois o volume de arrecadação termina por não compensar o custo operacional da sua administração, fiscalização e cobrança. Em resumo: o IGF é um tributo rejeitado no mundo.

Os maiores problemas envolvendo o IGF são as dificuldades administrativas para sua implementação e, de outro lado, a pequena arrecadação gerada.

Com efeito, a identificação e a avaliação do patrimônio do contribuinte demandarão atividades administrativas complexas e de êxito discutível, sendo que existem vários bens de valor elevado, mas de fácil ocultação, a exemplo das obras de arte, jóias, etc.

Quanto à arrecadação, estudos têm mostrado que ela se dá em patamares muito pequenos, perfazendo insignificante parcela da carga tributária.

Nesse sentido, aqui está presente, o Senador Francisco Dornelles, em discurso proferido em 25 de abril de 1991, quando ainda era membro da Câmara dos Deputados, nos informava que a Comissão de Assuntos Fiscais da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento-OCDE, indicava que o imposto sobre as grandes fortunas das pessoas naturais, na década de oitenta, contribuía com apenas meio por cento da receita tributária da Áustria, 0,41% da receita da Dinamarca, 0,31% da Noruega e 0,39% da Suécia.

Assim, ao analisarmos os custos e os benefícios da instituição do IGF, verificamos que ele é um tributo caro demais para a administração tributária. A justiça social buscada pelo autor da proposição pode ser feita de forma muito mais eficiente pelo imposto de renda."

O imposto de renda, que é o imposto progressivo que deve exatamente visar essa, a redistribuição de renda efetiva.

Portanto, diante do exposto votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 128/2008, Complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior. A matéria está em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Roberto Cavalcanti e Senador Eduardo Suplicy depois, e Senador Dornelles, claro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar o relatório do nobre colega e amigo Antônio Carlos Júnior. Acho que o Brasil teve muita sorte. Esses relatórios e a competência da Comissão de indicá-lo como relator. Teria que haver a sensibilidade, a coragem e o conhecimento técnico para fazer um parecer como esse.

É muito fácil um senador fazer um parecer pró aprovação, muito mais conveniente, aquela coisa vem toda armada para a aprovação. É muito constrangedor e muito mais difícil fazer um parecer pela reprovação, pela não aprovação.

Então, parabenizo e não é à toa que também faço a referência ao meu guru econômico nesta casa, que é o Senador Francisco Dornelles. O Senador Francisco Dornelles, já em 25 de abril de 91, atentem, 1991, há quase dez anos atrás, vinte anos atrás, nós tínhamos a observação de que os resultados dessa receita tributária nos países que foram utilizados, que é a Áustria 0,41, Dinamarca 0,31 e Noruega 0,39, como foi magistralmente exposto pelo Senador Antonio Carlos Júnior, eu diria que está de parabéns essa casa por rejeitar nesse momento, esta Comissão por rejeitar nesse momento esse Projeto de Lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral. É importante a contribuição dada pelo Senador Antonio Carlos Júnior relativamente ao projeto do Senador Paulo Paim, que trata do art. 153 da Constituição Federal e que institui imposto sobre grandes fortunas, conforme está previsto na Constituição.

É importante lembrar que além de previsto no art. 153 da Constituição, houve justamente uma iniciativa muito importante do então Senador Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da República, o Projeto de Lei Complementar 162, de 1989, que foi por todos nós aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde incorporou as emendas no sentido de tributar a fortuna familiar superior a 4 milhões de reais, isentando o imóvel de residência e instrumentos de trabalho e demais ativos de alta relevância social, tecnológica, com alíquotas graduais e progressivas em quatro faixas de 0,1%, 0,2%, 0,4% e 0,7%.

O pesquisador Humberto de Carvalho Júnior, do IPEA, assinala que este projeto foi rejeitado então pela Comissão de Tributação, Orçamento da Câmara em 2000. Na atual discussão sobre reforma tributária, a bancada do PT apresentou projeto de emenda constitucional transformando o imposto em contribuição sobre grandes fortunas, de forma a tornar mais fácil a sua instituição e regulamentação. Consistiria em três alíquotas de 0,5%, 0,75% e 1% e limite de isenção de 10,98 milhões de reais, isentando a residência do contribuinte.

O imposto sobre a riqueza, instituído em vários países tem apresentado baixa participação na arrecadação e custo administrativo elevado, esse foi um ponto que o Senador Antonio Carlos Júnior ressaltou e é fato que os Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Japão e Itália optaram por não adotá-lo.

O imposto de renda é a grande base da arrecadação tributária da maioria dos países desenvolvidos, tendo o imposto sobre a riqueza finalidade complementar ao imposto de renda e que procura evitar a evasão ao comparar patrimônio e renda declarada; neste ponto ele tem um função muito relevante.

A Alemanha aboliu o imposto sobre a riqueza em 1996, mas o reinstitui em 2007, com a alíquota única de 3%. Na França, o imposto possui alíquotas progressivas de 0,55 % a 1,8%, com reduções para o imóvel de residência e ativos financeiros. Na Espanha a lei é rigorosa, com alíquotas progressivas de 0,2% a 2,5%; porém, a tributação conjunta desse imposto com o imposto de renda é limitada a 60% da renda do contribuinte. A Holanda aboliu o imposto em 2001, mas instituiu outro imposto sobre o patrimônio com uma alíquota efetiva de 1,2%. Já a Suíça tem alíquotas de 0,1 e 0,9%, e a Noruega de 0,9 a 1,1%. A Suécia, alíquota única de 1,5%.

Observamos, pois, que quase todos os países escandinavos que têm uma situação de equidade reconhecidamente muito relevante, praticamente todos eles têm o imposto sobre grandes fortunas, ainda com taxas modestas.

A Índia de 1%, que só alcança bens improdutivos, como jóias, imóveis, automóveis e obras de arte. Em Islândia e Finlândia aboliram o imposto em 2006 e Luxemburgo isentou as pessoas físicas em 2005.

Sr. Presidente, são muitos os desafios político administrativos do imposto sobre a riqueza. Para fugir de sua progressividade, o contribuinte pode diluir o seu patrimônio entre os contribuintes de sua família ou mesmo criar pessoas jurídicas.

É necessário ter um cadastro familiar e um cadastro de empresas com a participação das famílias cotistas. É preciso ter um sistema avaliatório e de bens para confrontar os valores declarados pelos contribuintes, há necessidade de integrar os sistemas municipais de cadastro e avaliações de imóveis.

No Brasil, investir em imóveis tem sido uma proteção contra a inflação e choques macroeconômicos. A urbanização acelerada, a política habitacional e o crédito elevado e seletivo valoriza os imóveis legal que ficaram praticamente sem tributação efetiva durante anos devido à defasagem entre os preços de mercado e os valores venais dos cadastros municipais.

O imposto sobre grandes fortunas pode diminuir a fragilidade, o excesso de incentivos fiscais e o alto custo político que muitos municípios brasileiros têm em cobrar o IPTU, já que uma das propostas discutidas é permitir o contribuinte a abater no imposto de grandes fortunas o que foi pago de IPTU.

Me parece essa uma linha de bom senso. O imposto sobre grandes fortunas sobre também incentivar os donos de imóveis a extrair renda reduzindo a ociosidade do parque habitacional.

Por outro lado, pode ocorrer, como aconteceu na Suécia, de cair em 5 a 10% o valor de mercado das ações, que passa a pagar um novo imposto, mas obviamente isso dependerá da alíquota a ser criada.

Caso o Brasil opte por adotar o imposto sobre grandes fortunas, será preciso tempo para aprimorá-lo, viabilizando os objetivos maiores de melhorar a distribuição de renda e combater a evasão fiscal.

Assim, Sr. Presidente, eu fiz aqui a referência ao artigo do Professor Pedro Humberto de Carvalho Júnior, do IPEA, que me pareceu uma contribuição importante, relativamente a este tema que estamos a discutir, a partir da proposta do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Antonio Carlos pelo brilhante relatório que ele apresentou.

Eu compreendo a intenção do Senador Paim, do Senador Suplicy, de aumentarem a tributação sobre pessoas que tem maior renda e maior patrimônio. Mas o Senador Antonio Carlos disse muito bem: se a intenção é tributar mais as pessoas de maior renda e maior patrimônio, já existem dois impostos hoje no Código Tributário Nacional; um, o imposto de renda, bastaria aumentar a progressividade do imposto de renda e no campo do imposto patrimonial, está na órbita do município o imposto predial urbano, de modo que você...

Eu acho que eu tenho dúvida se a União poderia entrar na tributação do patrimônio imobiliário, que hoje é competência do município. De modo que ainda que hoje os municípios já tributam o imposto predial urbano com alíquotas muito elevadas.

De modo que eu sou totalmente contrário. Se o governo desejar tributar ou aumentar o imposto de pessoa de maior renda e patrimônio teria já o imposto de renda e no campo do patrimônio, simplesmente seria impossível, porque isso é de competência municipal.

Por esse motivo, eu me posiciono contra a aprovação do projeto.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu queria também parabenizar o relator pela maneira corajosa que ele teve de relatar esse projeto, rejeitando-o, porque pode, a primeira vista, parecer que é algo justo se tributar grandes fortunas, mas me parece que a doutrina, inclusive está reconhecida aqui na justificação do autor do projeto, ela é feita sobre a renda, se o patrimônio é renda em estado estático, significa que ela já foi ou deveria ter sido tributada no fluxo.

Então, essa é a posição, o próprio autor coloca isso na sua... Agora, por isso a doutrina aceita que a incidência sobre patrimônio seja uma maneira de suprir as deficiências de tributação; quer dizer, não é justificável que as deficiências da fiscalização da tributação sobre as fases anteriores é que possa agora você penalizar a formação de um patrimônio, já que ele foi tributado ao longo da sua formação.

Então, com essa colocação eu acho que... E esse argumento está aqui dentro da justificação do próprio autor e não poderia também me furtar de me manifestar favoravelmente ao relato do Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu queria inclusive, só para arrematar, digamos, a posição, as contribuições, não só do Senador Suplicy que foram importante em relação ao posiciona-

mento do imposto, mas as observações do Senador Dornelles e do Senador César Borges no sentido de que o caminho correto é o imposto de renda, porque a tributação, o fluxo origina o patrimônio.

Então, a tributação tem que ser no fluxo. Na verdade, o patrimônio é a acumulação do fluxo. Então, o Senador César Borges colocou muito bem esse ponto e também o Senador Dornelles. Então, são... Quer dizer, por que é que nós vamos tributar o patrimônio, vamos tributar a origem dos recursos? A acumulação da renda é que faz o patrimônio, portanto seria justo se fosse no caso de redistribuição de renda é aumentar a progressividade do imposto de renda.

Então, a contribuição do Senador César Borges e do Senador Francisco Dornelles foi muito importante as contribuições, para que a gente realmente fizesse um juízo perfeito e completo do assunto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, só...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A matéria ainda está em discussão. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Dornelles e agora o Senador Antonio Carlos Júnior ponderam que já há o imposto de renda e o imposto predial territorial urbano e assim como outros.

Mas eu gostaria de assinalar que o projeto do Senador Paulo Paim leva em consideração e justamente no seu art. 7º observa que poderão ser abatidas do valor do imposto sobre grandes fortunas, primeiro: "as importâncias efetivamente pagas no exercício anterior, desde que incidente sobre os bens constantes da declaração utilizadas na apuração da base de cálculo, a título de: imposto territorial rural, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, imposto sobre a propriedade da veículo motores, automotores, o IPVA, o imposto sobre a transmissão de bens intervivos ITBI e o imposto sobre o transmissão causa mortis e a doação." Portanto, "e as importâncias efetivamentes despendidas na manutenção e administração dos bens à declaração utilizados na apuração da base de cálculo conforme dispuser o regulamento."

Portanto, quero assinalar que os argumentos aqui apresentados, na verdade são considerados pelo Senador Paulo Paim, que permite abater estes impostos daquilo que se propõe seja a aplicação do imposto sobre grandes fortunas.

Nesse sentido eu acho que a preocupação que foi assinalada, por ser levada em conta e tendo em vista os objetivos de maior equidade e aqui até reconhecendo um aspecto positivo da iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que como senador apresentou a proposta do imposto sobre grandes fortunas, que, aprovada pelo Senado, depois não recebeu a guarida, o voto positivo na Câmara dos Deputados.

Mas neste período em que estamos debatendo quais são os legados do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Presidente Lula, eu aqui, neste caso, sou favorável ao legado do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que neste ponto coincide com o do Partido dos Trabalhadores e com a proposição do Senador Paulo Paim e, portanto, declaro o meu voto aqui a favor do imposto sobre grandes fortunas, Sr. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O último... O Senador Flexa também? O Senador Roberto Cavalcanti e depois o Senador Flexa e aí nós vamos colocar a matéria em votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar a matéria e a competência do Senador Paulo Paim, o mérito de todos que se posicionaram favorável, porém nós temos que refletirmos de que esse país é um país extremamente heterogêneo. O que é que vale o metro quadrado em Angra dos Reis e o que é que vale o metro quadrado no interior da Paraíba. Como é que se pode atribuir o que fortuna nesse país, o que é riqueza nesse país?

Na minha, ao redor da nossa fazenda, um pequeno agricultor que tem uma junta de boi e tem uma vaquinha é rico na comunidade dele. Então, como nós poderíamos aferir o critério de riqueza nesse país, país de fantásticos contrastes sociais.

Então, eu acho que mais uma vez eu louvo a coragem e a competência do Senador Antonio Carlos Júnior no sentido de fazermos com que nós podemos nos livrar deste Projeto de Lei que seria um projeto de lei extremamente danoso ao nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Senador Flexa Ribeiro, o último inscrito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Delcídio Amaral, também como os demais, quero parabenizar o Senador Antonio Carlos Júnior pelo seu parecer.

Eu sou radicalmente contra qualquer aumento de carga tributária. Eu... A sociedade brasileira não suporta que se acresça, sob qualquer título, qualquer percentual a mais de tributação.

Acho sim, Senador Suplicy, que nós deveríamos encarar a reforma tributária, que é necessária de ser feita, aí sim nós vamos ter antes, definir o tamanho do estado brasileiro que tem sido aumentado assustadoramente nesse Governo do Presidente Lula, as despesas de custeio estão aumentando acima do crescimento da

economia, e isso é uma preocupação a médio e longo prazo, não hoje, mas isso vai trazer efeitos danosos ao país mais à frente.

E essa questão da reforma, nós vamos ter que enfrentá-la; sabemos e temos consciência que não podemos fazê-lo neste ano, um ano de eleições, mas espero que o próximo presidente seja o Governador José Serra, e aí acho que a primeira medida que o Presidente, o novo Presidente possa vir a tomar seja encaminhar à discussão e promover um realinhamento não só da questão dos tributos, como também da questão do... Da parte que diz respeito às transferências para estados e municípios.

E o pacto federativo também é um ponto que tem que ser reavaliado no início do próximo governo. Então eu acho que um projeto como esse pode ser discutido de forma global lá na reforma tributária e fiscal que for feita e não isoladamente, sendo criado mais um imposto.

Por esse motivo voto contra, apesar de reconhecer a boa intenção do Senador Suplicy. Mas acompanho o parecer do Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não havendo mais nenhum senador ou senadora inscrito, em votação o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior. Os senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior, com o voto contrário do Senador Eduardo Suplicy, relatório do Senador Antonio Carlos Júnior que passa a constituir o parecer da CAE, pela rejeição do projeto.

Não havendo mais nenhuma matéria na pauta, declaro encerrada a Reunião da Comissão, a primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do ano de 2010, marcando a próxima Reunião para o dia 23 de fevereiro, terça-feira, depois do Carnaval, a partir das 10h00 e, se Deus quiser, com o comando do Senador Garibaldi Alves.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos e um feliz Carnaval também.

Sessão encerrada às 12h04.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, João Pedro, Ideli Salvatti, Sadi Cassol, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Wellington Salgado, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Gerson Camata, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Raimundo Colombo e Adelmir Santana. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente dá início à apreciação da Matéria constante da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 56 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil na vaga da Senhora Maria Celina Berardinelli Arraes", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Eduardo Suplicy, usa da palavra o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Jefferson Praia, Valdir Raupp, César Borges, Gim Argello, João Pedro, João Tenório, Tasso Jereissati, Neuto de Conto, Renato Casagrande, Sadi Cassol, Eduardo Suplicy e Wellington Salgado. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Antonio Carlos Júnior e Gim Argello para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação por vinte e três votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da 2ª Parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "modifica o artigo 29, da Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infra-estruturas e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestado à população", tendo como Relator o

Senador Marcelo Crivella, que oferece Relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01, 02 e 03-CI, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CI. Em 08/12/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para autorizar os titulares de contas a aplicarem até 10% (dez por cento) de seu saldo em fundos de investimento que aplicam seus recursos em projetos de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos situados na área do pré-sal", tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura, com decisão terminativa. Em 01/12/2009, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública", tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Em 09/06/09, foi concedida Vista ao Senador Tião Viana, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 584 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a regularização e formalização do contrato de trabalho de trabalhadores informais e o parcelamento de débitos perante o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 150 de 2005 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera o § 2º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira", tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 4 de 2005, não terminativo, de autoria do Deputado Affonso Camargo, que "dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Mensagem do Senado Federal nº 199 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2009", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do PDS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Gim Argello Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PDS apresentado; Item 08-Mensagem do Senado Federal nº 3 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2010", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do PDS que apresenta. A Matéria é retirada de pauta; Item 09-Projeto de Lei da Câmara nº 13 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado João Herrmann, que "dispõe sobre as operações de fomento mercantil – factoring, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 273 de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão

terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2004, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que "altera a Lei nº 7.670, de 08 de setembro de 1988, e o art. 186, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 67 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Ferando Bezerra, que "altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Relatório favorável ao PLS nº 330/2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 67/2005. As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 29/9/09, foi concedida Vista ao Senador Tião Viana, que devolveu sem manifestação. A apreciação das Matérias é adiada; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 318 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "dispõe sobre a criação, no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, de cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, alterando a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 02/2010-CAE, de autoria do Senador Cícero Lucena, requerendo a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias e condições sobre a operação de aquisição da Empresa GVT Holding S/A pelo grupo francês VIVENDI, com a participação dos convidados: Sra. Maria Helena Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Embaixador Ronaldo Mota Sardemberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Sr. Amos Genish, Presidente da GVT Holding S/A; representante legal da Vivendi no Brasil; representante do Ministério Público Federal; o Requerimento nº 03/2010-CAE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, requerendo a realização de audiências públicas para instruir a matéria do Projeto de Lei do Senado 229 de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que tem como objetivo modernizar e tornar mais transparente o processo orçamentário, com a participação dos seguintes especialistas e autoridades: Nelson Machado – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Arno Augustin – Secretário do Tesouro Nacional (STN); João Bernardo Bringel – Secretário Executivo do Ministério do Planejamento; Célia Correa – Secretária de Orçamento (SOF); Jorge Hage Sobrinho – Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU); Joaquim Levy – Secretário de Fazenda do Estado do RJ; Simão Cirineu – Secretário de Fazenda do Estado de SP; Alexandre Cialdini – Secretário de Finanças de Fortaleza; Guilherme Gomes Dias – Secretário do Desenvolvimento do Estado do ES; André Clemente Lara de Oliveira – Secretário de Fazenda do Distrito Federal; Maílson da Nóbrega – Ex-Ministro da Fazenda; Bernard Appy – Ex-Secretário de Políticas Econômicas e Diretor da BMF; Fernando Rezende – Professor de Finanças Públicas da FGV; Amir Khair – Economista e Ex-Secretário de Finanças da Prefeitura de SP; Martus Tavares – Ex-Ministro do Planejamento; Rubens Penha Cysne – Professor da Escola de Pós-Graduação de Economia da FGV; Ubiratan Aguiar – Ministro-Presidente do TCU; Salomão Ribas – Conselheiro do TCE-SC e Presidente da Atricom (Associação Membros dos Tribunais); Sérgio Rossi – Diretor Técnico do TCE-SP; Luiz Genédio – TC-DF (Líder do Promoex); Ricardo Lobo Torres – Jurista; Heraldo da Costa Reis; Lino Martins – Contabilista e Ex-Controlador da Prefeitura do Rio; Jorge Gerdau – Presidente da Ação Empresarial; Gil Castelo Branco – Dirigente da ONG Contas Abertas; Douglas Melo – Juiz, Assessor do CNJ e Integrante do Movimento Mãos Limpas; e, ainda, o Aditamento ao Requerimento nº 01/2010-CAE, de autoria do Senador César Borges, requerendo que seja também convidado a participar da audiência pública para instruir o PLS nº 265 de 2008 o Sr. Leonardo Santana, Presidente da União Brasileira dos Municípios (UBAM). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária-Adjunta da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação de Ata de

reunião anterior. Deixaremos a votação para quando tivermos quorum.

Informo que o Banco Central encaminhou o relatório de inflação do quarto trimestre de 2009, em atendimento ao Ofício n°. 191/2007 – CAE, que solicita as providências cabíveis, no sentido de atender ao Requerimento de n°. 45/07, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer o envio, periodicamente, pelo Banco Central, do relatório de inflação ou da inflação, bem como das Atas das Reuniões do Copom, relativas ao mesmo período para análise e discussão.

A pauta do dia de hoje, ela tem como primeiro item a Mensagem de n°. 56/2010, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga da Sra. Maria Celina Berardinelli Arraes".

A mensagem é de autoria do Sr. Presidente da República; o Relator é o Sr. Senador Eduardo Suplicy, e o seu relatório vai ser apreciado em votação secreta. Para isso, eu solicito a presença dos Srs. Senadores, para que nós possamos ter o quorum desejado para a votação do nome do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo. O indicado já se encontra no recinto da comissão. Solicito que a Secretaria o conduza ao nosso Plenário.

Concedo a palavra ao relator, o Senador Eduardo Suplicy, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado, e, finda a leitura do relatório, passarei a palavra ao Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, para que faça a sua exposição. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, muito bom dia, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo... Sr. Presidente, "é submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, a indicação do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga da Sra. Maria Celina Berardinelli Arraes.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto, e após arguição pública, entre outros servidores, o Presidente e os demais diretores do Banco Central.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma das mais importantes funções de nós, senadores, de termos aqui a atribuição, a responsabilidade, de arguir e votar a cada um dos senhores ou senhoras indicadas para esta importante missão.

De acordo com a Lei 6.045, de 1974, que alterou a Lei 4.595/64, o Presidente e os diretores do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros. Trata-se, portanto, de uma indicação presidencial, feita por meio da Mensagem n°. 56/2010, acompanhado do curriculum vitae do indicado.

O Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo é brasileiro, nascido em Sobral, Ceará; ele se formou em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará, em 1989; se formou Mestre em Economia pela Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, EPGE/FGV, em 1997".

Destaco que a Escola de Pós-graduação em Economia da FGV, no ano passado, foi qualificada, pelo Ministério da Educação e Cultura, como uma das melhores instituições de ensino em todo o Brasil. Três anos depois, em 2000, recebeu título de Doutor em Economia pela mesma instituição.

Vasconcelos Araújo cita em seu currículo dois cursos de pequena duração: 'Políticas Públicas e Gestão Governamental' na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em 1990, e 'Financial Programming and Policies' no Instituto do Fundo Monetário Internacional, em 2003.

A experiência profissional do indicado abrange três instituições. De 1984 a 1990, ele trabalhou no Banco do Estado do Ceará. De 1990 a 1992, exerceu suas atividades profissionais na Secretaria do Tesouro Nacional. E, de 1992 até o presente, tem trabalhado no Banco Central do Brasil, onde ingressou por meio de concurso público.

Gostaria de ressaltar aos Srs. Senadores que nós sempre temos aqui avaliado como muito positivo, quando é indicada uma pessoa de carreira do Banco Central, que inclusive ingressou no Banco Central por concurso público e tem, portanto, uma experiência acumulada, desde 1992 a 2010, 18 anos, se não me engano, de trabalho ali, Senador Cícero Lucena, é uma experiência acumulada na instituição, de grande relevância, aonde ele pôde conhecer em detalhes, e assim também todo o ambiente.

No Banco Central, o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo exerce, desde março de 2006, a função de Chefe do Departamento de Pesquisa. Suas funções anteriores foram: Chefe Adjunto e Consultor do Departamento de Pesquisas e Chefe da Mesa de Operações no Departamento de Operações do Mercado Aberto.

E o indicado relaciona como 'outras atividades' o trabalho docente em duas instituições: foi professor de Macroeconomia na Fundação Getúlio Vargas e exerceu

a mesma cadeira no Instituto de Mercado de Capitais, IBMEC-Rio de Janeiro.

Dentre as suas publicações, estão: "Componentes de Curto e Longo Prazo das Taxas de Juros no Brasil", Trabalho para Discussão nº. 55, do Banco Central do Brasil, novembro de 2002, em coautoria com Osmani Teixeira de Carvalho Guillén; "Mudanças de Regime no Nível e na Volatilidade do Câmbio Real Brasileiro", Trabalho para Discussão nº. 41, Banco Central do Brasil, junho de 2002, em coautoria com Getúlio Borges da Silveira Filho; "Mercado de Títulos Públicos e Operações de Mercado Aberto no Brasil", Nota Técnica nº. 12, Banco Central do Brasil, janeiro de 2002; "Movimentos de Capitais: O Financiamento Externo à Economia Brasileira", 1991-1998, que foi a sua tese de Doutorado, em 2000, junto à EPGF... E "A Reforma Tributária no Brasil: Efeitos Alocativos e Impactos de Bem-Estar", dissertação de Mestrado, de 1997.

"A formação acadêmica e profissional do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor de Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, cumpridos os trâmites processuais necessários, o nome em apreço está em condições de ser apreciado com louvor, dada a sua trajetória, a sua formação, seu currículo, as suas publicações, por esta Comissão, Sr. Presidente".

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy e concedo a palavra ao Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, para que faça a sua exposição.

Antes de dar a palavra ao Sr. Carlos, ele vai me permitir fazer um novo apelo aos senadores, para que possam vir ao nosso Plenário, a fim de exercer o seu direito de voto, no sentido de apreciar o nome do indicado, Carlos Hamilton Vasconcelos de Araújo.

Então, eu peço aos senadores-membros da Comissão de Assuntos Econômicos para que compareçam ao nosso Plenário. Com a palavra o indicado.

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Garibaldi Alves; Exmo. Sr. Relator, Senador Eduardo Suplicy, senhoras e Srs. Senadores, é com satisfação que compareço a essa digníssima comissão, na condição de indicado para compor a Diretoria do Banco Central do Brasil.

Como funcionário dessa instituição há 18 anos, devo reconhecer que vejo a possibilidade de compor sua Diretoria colegiada como preenchimento de uma aspiração pessoal, mas vejo principalmente como reconhecimento da qualidade de seu corpo técnico.

Quero deixar públicos meus sinceros agradecimentos ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula de Silva, e ao Sr. Presidente do Banco Central, Henrique de Campos Meirelles, pela confiança que em mim depositaram, quando indicaram o meu nome ao Senado Federal.

Permitam-me agora, por gentileza, tecer alguns comentários sobre política macroeconômica. A política macroeconômica, em um sentido amplo, pode, e deve, ser conduzida com o objetivo primário de criar condições favoráveis ao crescimento sustentado.

No que diz respeito especificamente à política monetária, discussões no campo acadêmico e as experiências acumuladas por bancos centrais ao longo do tempo levaram a uma convergência: a de que a contribuição fundamental que a política monetária pode e deve dar para que a economia cresça de forma sustentada é manter a inflação continuamente sob controle, isto é, em níveis baixos e estáveis.

De fato, a evidência internacional indica que taxas de inflação elevadas levam ao aumento dos prêmios de risco e das taxas de juros, tanto para o financiamento privado quanto para o financiamento público. Dito de outra forma, taxas de inflação elevadas determinam encurtamento dos horizontes de planejamentos das famílias, dos empresários e dos governos. Consequentemente, taxas de inflação elevadas reduzem os investimentos e o potencial de crescimento da economia, além de terem efeitos marcadamente regressivos sobre a distribuição de renda.

Esses resultados negativos ocorrem porque um pouco mais de inflação, em geral, apenas se transforma em um pouco mais de expectativas de inflação e em um pouco mais de piora nas perspectivas de médio e longo prazo da economia. Consequentemente, um pouco mais de inflação não traz qualquer resultado duradouro, em termos de crescimento da economia e do emprego, mas, em contrapartida, traz prejuízos permanentes no médio e longo prazo.

Apesar do relativo consenso sobre os danos causados pela inflação, é de que reconhecer que a teoria econômica e a evidência internacional não apontam a existência de uma solução definitiva para o problema. Sugerem, por outro lado, que o compromisso crível da sociedade com a estabilidade de preços pode garantir a permanência da inflação em níveis reduzidos, por períodos prolongados de tempo.

Colocando o Brasil nessa perspectiva, nossa história sugere que, a despeito das melhores intenções que cercavam os procedimentos, algumas tentativas de conquistar de forma repentina e indolor a estabilidade macroeconômica, quer dizer, por meio de intervenções burocráticas no sistema de preços, a rigor, conduziam

o país a curtas temporadas de crescimento. Numa etapa posterior, porém, em geral, esses experimentos envolveram custos elevados e persistentes, quer sob a forma de elevação da inflação, quer sob a forma de redução do crescimento.

No passado recente, todavia, a nossa economia tem convivido em níveis de inflação muito inferiores aos registrados em décadas anteriores, o que, a meu ver, foi fruto de diversas decisões tomadas pela sociedade, no sentido de se comprometer com a estabilidade de preços. Em particular, uma dessas decisões está documentada no Decreto Presidencial 30/88, que introduziu o regime de metas para a inflação no Brasil, poucos meses após a adoção de um regime de câmbio flutuante.

Por oportuno, quero destacar que completa o tripé que tem mantido a inflação sob controle no Brasil a adoção de uma política fiscal compatível com a sustentabilidade das contas do setor público. Sem ser uma panacéia, esse tripé se mostrou robusto e flexível e viabilizou a superação de problemas crônicos, como a escassez de divisas e um mercado de crédito extremamente limitado. Contribuiu, sobremaneira, para mitigar problemas como taxas de desemprego elevadas, baixa remuneração do trabalho e elevada concentração de renda.

Não pode passar despercebido, ainda, que, durante a recente crise financeira internacional, esse tripé permitiu à economia brasileira mostrar resistência e capacidade de reação, sem precedentes. É plausível afirmar que a experiência brasileira recente endossa a experiência internacional, no sentido de que uma política macroeconômica comprometida com a estabilidade está, antes de tudo, comprometida com o crescimento sustentável e a melhoria do padrão de vida da sociedade como um todo.

Diante dos avanços alcançados, acredito que a nossa sociedade continuará demonstrando, diretamente ou por intermédio de seus representantes eleitos, como têm feito os ilustres membros desta Casa, que não mais aceitam políticas que comprometam a estabilidade macroeconômica, diga-se de passagem, duramente conquistada.

Nesse contexto, entendo que resta ao Banco Central se manter continuamente vigilante quanto à evolução da inflação e pronto para agir de forma a assegurar que os ganhos obtidos no combate à inflação no passado recente sejam permanentes.

Para finalizar, caso tenha a honra de receber a aprovação de V. Exas. para compor a Diretoria do Banco Central, permitam discorrer brevemente sobre dois pontos que, na minha avaliação, podem servir de base para a minha participação nesse colegiado: primeiro, procurarei me empenhar ao máximo no sentido de garantir as conquistas, ou seja, de contribuir para que tenha continuidade o processo de estabilidade macroeconômica, essencial para que o país cresça de forma sustentada.

Segundo, no que se refere ao tripé, metas para a inflação, câmbio flutuante, sustentabilidade das contas públicas, a meu ver, avanços são possíveis; a rigor, são desejáveis. Nesse sentido, procurarei contribuir nas reflexões e análises voltadas ao desenho de ações que visem ao aperfeiçoamento e aprofundamento do mercado de câmbio. O mesmo compromisso se aplicaria às reflexões e análises sobre iniciativas que eventualmente possam levar a economia brasileira a metas de inflação, alinhadas com as melhores práticas de política monetária.

Agradeço à V. Exas. pela atenção e me coloco à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, indicado para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, e passo a ouvir a arguição dos Srs. Senadores, de acordo com a lista de inscrições. Indago ao Relator, o Senador Eduardo Suplicy, se vai deixar a sua intervenção para o final ou vai fazê-la agora, como relator.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Posso fazê-la ao final, Sr. Presidente, assim, de maneira mais completa, tendo ouvido os meus colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Carlos Hamilton, o currículo de V. Sa. já me é bastante para aprovar o seu nome, funcionário de carreira de Banco Central, com Mestrado e Doutorado em Economia, e tendo exercido funções importantíssimas, como a Mesa do Departamento de Operações de Mercado Aberto, que é crucial para a operação de política monetária, como também chefia do Departamento de Pesquisa, que dá todo o suporte às Reuniões do Copom, o que é muito importante, ou seja, é um técnico de alta qualificação, tem experiência, tem a formação acadêmica muito importante, e tem trabalhos, inclusive, não só em relação ao câmbio flutuante, como também a movimento de capitais e o financiamento externo, que são exatamente...

Eu não vou fazer exatamente perguntas, mas eu vou fazer alguns comentários, para que V. Sa. também faça comentários, quer dizer, eu não vou fazer... Não é uma arguição; é um debate. Eu sou entusiasta do câmbio flutuante e acho que é uma conquista que não

pode ser perdida. Ao mesmo tempo, nós acompanhamos uma piora na nossa posição de conta-corrente nos últimos anos; nós tínhamos o superávit conta-corrente e, é claro, com o aquecimento da economia mundial, nós tínhamos mais preços satisfatórios e também quantidades mais satisfatórias de nossos produtos de exportação; nós tínhamos, então, uma folga, que nos permitia suprir a balança de serviços e os compromissos de financiamento, portanto, a gente tinha superávit de conta-corrente.

Porém, nos últimos anos, a situação, em função da crise, a situação piorou na balança comercial, e é claro que nós passamos a ter déficits crescentes, e os números projetados para este ano, entre 50 e 60 bilhões de dólares de déficit, é um problema que sempre dá tentação, principalmente dos exportadores, no sentido de interferências da taxa de câmbio, que é uma coisa que eu acho extremamente perigosa. O câmbio flutuante não pode ser derrotado por interesses momentâneos e conjunturais que, obviamente, atinjam o setor exportador, mas nós temos que caminhar por outra via, ou seja, desonerar exportações, tornar mais competitivos os produtos brasileiros, mas não mexer na taxa do câmbio, no regime de câmbio flutuante, isso é impossível.

Mas eu gostaria de comentários nesse sentido e também se ainda é confortável o nível de déficit conta-corrente entre 50 e 60 bilhões de dólares, se ainda é um déficit confortável para que nós possamos financiá-los sem problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos obedecer aqui uma praxe da comissão e ouvir de três em três senadores, ouvindo agora o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero dizer que, ontem, eu tive oportunidade de conversar com o Dr. Carlos Hamilton e perceber um pouco das suas idéias. Estou aqui apenas para levantar algumas questões, Dr. Carlos, que acredito que a nossa população, que acompanha o Senado e quer perceber como o Banco Central continuará sendo conduzido, diante do contexto de um ano eleitoral e após a eleição... Após a eleição, teremos um cenário possível de continuidade, ou não, do atual governo.

Como é que o senhor vê isso? Que análise o senhor faz? Isso pode ter algum reflexo na política adotada pelo Banco Central? Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Dr. Carlos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os senadores já podem votar, lembrando que, após a votação do nome do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos, nós vamos ter apreciação de alguns projetos da ordem do dia, aliás, 12 projetos. Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, em primeiro lugar, eu queria felicitá-lo pela melhora significativa que teve o seu pai, que já deixou a UTI, já é um bom sinal de recuperação, e faço votos que ele continue evoluindo na recuperação.

Cumprimentar as Sras. e Srs. Senadores e o Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, indicado para a Diretoria do Banco Central. Primeiro, desejar sucesso. Creio que seja aprovado sem problema, dado seu currículo já analisado por todos; sabemos que tem capacidade e conhecimento para exercer essa função.

Eu perguntaria apenas se V. Sa. não acha que as reservas cambiais estão exageradas, chegando à casa dos 250 bilhões de reais... de dólares, quase 400 bilhões de reais, e o Brasil, de repente, padecendo de investimentos em infraestrutura. Nós sabemos que o Brasil deve crescer, nos próximos anos, na casa de 5,5%, 6%, podendo até, no ano que vem, ultrapassar esse percentual, e nós podemos ter um problema sério de logística, principalmente na área de transporte, na área de portos, de rodovias, de ferrovias; na área de energia elétrica, creio eu que, com o apoio da iniciativa privada, não teremos tanto problema, com investimentos privados, mas, na área de transporte, pode ser o grande gargalo do crescimento do nosso país, da sustentabilidade do crescimento do nosso país.

E, segundo, os juros da SELIC, da taxa SELIC... Acho ainda um tanto exagerado, diante dos outros países... Se teria como baixar a taxa SELIC. Essas seriam as perguntas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo a palavra agora ao nosso convidado, indicado para a Diretoria do Banco Central na área internacional, para que ele faça os seus comentários, diante do que disse o Senador Antonio Carlos Júnior, Jefferson Praia e Valdir Raupp. Em seguida, concederei à palavra ao Senador César Borges.

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO: Obrigado aos ilustres senadores pelas perguntas.

Iniciando pelas colocações do Senador Antonio Carlos Magalhães, a respeito do câmbio flutuante, Excelência, eu tenho uma ideia similar à sua, e eu vejo que o país, nos últimos anos, tem avançado bastante, e, em parte, esse avanço se deve à adoção do regime de câmbio flutuante, há dez anos atrás; permitiu superar alguns problemas crônicos que nós tínhamos, como crises recorrentes de balança de pagamento, escassez de divisas, etc. Além disso, como a nossa

experiência com a crise internacional de 2008/2009 mostrou, o câmbio flutuante funciona como a primeira linha de defesa da economia na eventualidade de uma crise, e isso amortecendo o impacto de qualquer choque porventura vindo do exterior. Nesse sentido, eu acredito que o país tem muito a ganhar continuando com o regime flutuante.

Sobre a questão da piora na conta-corrente, isso é um fenômeno que resulta... É uma consequência imediata do crescimento forte que a economia vem observando, nos últimos cinco ou seis anos, exceto o ano passado, quando, em função de crise internacional, evidentemente a performance não foi tão boa como vinha sendo em anos anteriores.

De qualquer maneira, essa questão do déficit de conta-corrente tem que ser entendida também como uma absorção de poupança externa. Então, na medida em que nós somos uma economia que cresce em níveis razoáveis, bons, eu diria, há uma expansão dos investimentos. E como a nossa capacidade de poupança não tem sido suficiente para financiar esses investimentos, necessariamente o ajuste passa pela conta-corrente.

Entretanto, esse déficit de conta-corrente tem sido financiado essencialmente pela atração de investimentos diretos-–

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas é com número confortável ainda?

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO: Confortável, plenamente confortável... Não há... Para os níveis de uma economia como a brasileira, historicamente, ele é relativamente baixo.

Agora, no que se refere à colocação do ilustre Senador Jefferson Praia, sobre a continuidade da política monetária em virtude do ano eleitoral-–

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço, com a permissão aqui do Sr. Carlos Hamilton, eu peço silêncio, para que ele possa ser ouvido. Pode continuar.

[soa a campainha]

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO: Sobre a continuidade na política monetária ou alguma influência sobre a política monetária em virtude do ano eleitoral, eu acredito que eu não vejo isso como um evento razoável; não seria bom para o país, não seria bom para a economia, mesmo porque o calendário macroeconômico é diferente do calendário Gregoriano.

Então, nós temos eleições, mas a economia vai seguindo o seu curso normalmente; nos últimos anos, a experiência tem mostrado que o Banco Central, atuando de forma autônoma, tem podido manter a inflação em níveis baixos e relativamente estáveis no Brasil, o que tem contribuído muito para o processo recente de crescimento econômico, de modo que eu entendo que a manutenção desse [ininteligível] ajudará o país nos próximos anos.

Quanto às questões levantadas pelo ilustre Senador Valdir Raupp, Excelência, sobre as reservas, as reservas são uma espécie de seguro; a compra de reservas pelo Brasil tem se constituído um seguro que se mostrou extremamente útil, importante, durante a recente crise internacional. Nunca, em nenhuma outra oportunidade, o Brasil teve uma capacidade de reação tão rápida e eficiente a uma crise financeira quanto a verificada em finais de 2008 e início de 2009, de modo que, a meu ver, o benefício de se segurar contra uma queda brusca no produto e aumento de desemprego e... Brusca e duradoura, tem sido mais do que compensado em função dessa acumulação de reservas.

Então, considerando que a acumulação de reservas se presta a proteger o país contra uma queda brusca de PIB, com aumento de desemprego e todas as consequências sociais decorrentes disso, eu vejo que... Como uma experiência extremamente bem sucedida essa de acumulação de reservas.

Sobre as taxas de juros, eu prefiro olhar essa questão numa perspectiva mais de longo prazo. Em 1997 e 98, o Brasil conviveu, em alguns momentos, com uma taxa de juros, a SELIC, próxima a 50%, acima de 40%. Em 2003, há... Quatro, cinco anos depois, essa taxa SELIC já se encontrava em torno de 26%. Atualmente, ela... A meta para a taxa SELIC se encontra em 8,75%.

Tendo dito isso, Excelência, eu observo uma tendência declinante da taxa SELIC, que se acentuou nos últimos anos. Então, isso me leva a dizer que o país está no caminho certo; se nós continuarmos com esse tripé de política macroeconômica, que tem nos permitido trazer a SELIC de em torno de 30 para nove, no médio e longo prazo, é mais do que justo que nós, brasileiros, aspiremos à observância de taxa de juros menores.

É evidente que, se nós observarmos o que ocorreu aí nos últimos 15 anos, eu estou falando de tendência; tem ciclos, ciclos de alta e de baixa, mas a tendência que nós temos observado, nos últimos anos, é de declínio, e eu acredito que a permanência do arcabouço macroeconômico, que tem permitido esse recuo, no médio e longo prazo, fará com que o país possa conviver com taxas de juros menores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Carlos Hamil-

ton Vasconcelos Araújo. Li o curriculum de V. Exa. com atenção e vi que V. Exa. publicou trabalhos interessantes, entre eles, um trabalho de 2002, "Componentes de curto e longo prazo de taxa de juros no Brasil". V. Exa. já respondeu, de certa forma, a sua visão com relação às taxas de juros no Brasil ao Senador Valdir Raupp. A minha preocupação é exatamente essa, porque comparar uma situação vivida em 97, 98 ou mesmo em 2002, 2003, com o momento que nós vivemos hoje, em 2010, claro que, guardadas as grandes diferenças existentes, não dá como você imaginar que não tenhamos pretensões de reduzir essa taxa SELIC. Claro que queremos que ela possa cair mais, porque o mundo viveu outro momento, passou por uma crise profunda, onde as taxas de juros chegaram a zero em muitos países.

Então, não tem por que imaginar manter um patamar elevado, que traz uma consequência, a meu ver, que termina prejudicando alguns setores de economia brasileira. Qual? O setor exportador. Que, na medida em que se mantém uma taxa de juros a esse nível, termina atraindo, como tem também um trabalho seu: "O financiamento externo à economia brasileira", você atrai capitais externos, que vão colocando dólares no Brasil, o que permite fazer essa grande reserva, mas, por outro lado, mantém também o real sobrevalorizado em relação ao dólar, prejudicando as commodities brasileiras, prejudicando o setor exportador brasileiro, que se queixa dessa taxa de câmbio. Principalmente o setor agrícola, mas também o setor industrial exportador e muitas vezes se perdendo o mercado duramente conquistado.

Então, por isso que nós advogamos diminuir a taxa de juros, até para reduzir um pouco essa entrada de dólares, de financiamento de alguma maneira, mesmo no mercado aberto de capitais, para que os exportadores brasileiros, esse setor da economia muito importante para o país, possa desenvolver.

Então, eu gostaria de ver seu comentário em relação a isso, que é o nosso câmbio supervalorizado, que termina criando dificuldades a setores da nossa economia.

Por outro lado, eu sei que V. Sa. está sendo indicado para a área internacional, mas eu não posso deixar de perguntar da minha perplexidade, que o Banco Central nada faz com relação às taxas praticadas no mercado, que nada têm a ver com a taxa SELIC. Se tem uma taxa de SELIC de 8,75, mas as taxas praticadas pelo nosso sistema financeiro excedem, e muito, indo, às vezes, de encontro à economia popular, porque pode-se dizer: "Não, o cheque garantido é para o uma emergência", "Não, o cartão de crédito você usa, mas não é para... é pagar à vista", mas não é bem assim que ocorre com a grande parte da nossa população. Todos, muitas vezes, pela sazonalidade, pelas compras de fim de ano, termina tendo que avançar um pouco no crédito, seja através do cartão de crédito, seja através do cheque garantido, por qualquer eventualidade, que sabe que todos na economia familiar terminam passando, e vão para juros estratosféricos, que um mês de juros é mais do que a taxa SELIC anual.

Nós já discutimos isso aqui, desde que eu cheguei aqui, ao Senado, há oito anos, e o Banco Central passa ao largo desse assunto, como se não dissesse nada a respeito dele; se propõe levar inclusive para acompanhamento ao CADE, que faria o acompanhamento, mas isso não foi finalmente aprovado aqui no Congresso. E o que há é essa realidade, que penaliza boa parte da classe média brasileira.

Então, como vê V. Sa. essa questão também, que é taxa SELIC versus as taxas praticadas aí para determinadas linhas de créditos, tipo cheque garantido ou cartão de crédito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Gim Argello; em seguida, ao Senador João Pedro.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com muita satisfação que peço para fazer uso da palavra, tendo em vista que é a indicação de um cargo dos mais importantes desse país para a economia, que é o nosso Diretor Internacional do Banco Central, Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos de Araújo, só para parabenizar... E parabenizar mais ainda a instituição Banco Central, que, nessa crise que nós passamos agora, o mundo passou, nesses últimos dois anos, quem nos deu tranquilidade e garantia, que foi realmente uma aroeira nesse sistema, que nem diz aqui no Distrito Federal, Goiás, de resistência, firmeza, em nível de qualidade, dizendo que nós temos reservas de mais de 200 bilhões de dólares, nós temos mais de 300 bilhões de compulsórios, que o Brasil seria o primeiro país a sair da crise, quem nos deu toda essa tranquilidade da economia, com câmbio flutuante, com toda a determinação, com toda firmeza, foi o nosso Banco Central.

Por isso, Dr. Carlos, que eu pedi para dizer do respeito e da admiração que eu tenho hoje pelo Banco Central do Brasil, durante essas gestões, porque realmente nós sabemos que é muito importante o nosso Banco Central, com quase... Nós estamos aqui ainda votando a condição de ser um banco, um Banco Central independente, não é ainda, mas, se Deus quiser, logo será um Banco Central independente, como os primeiros países. Hoje ainda, Sr. Presidente, nós temos também, referindo-se ao Banco Central, uma votação

de um outro projeto importante, não tão importante que nem a indicação do Diretor Internacional, mas muito importante para o Banco Central, que é hoje, se Deus quiser, nessa comissão, que, na hora exata, eu vou pedir inversão de pauta, Sr. Presidente, que é o projeto de Procuradores também, mais 100 Procuradores para o Banco Central, que o Banco Central no Brasil, hoje, é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros. Dizendo isso, parabenizando ao Dr. Carlos Hamilton, que o senhor tenha uma grande gestão à frente da nossa Diretoria Internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Diretor Carlos Hamilton, primeiro, eu quero concordar, Presidente Garibaldi, com o relatório, o parecer do Senador Suplicy acerca dessa arguição.

Segundo, eu gostaria de ouvir do Sr. Carlos Hamilton, do ponto de vista das diferenças regionais, do esforço que o governo vem fazendo, a sociedade brasileira vem fazendo no sentido de diminuir as diferenças regionais, e entendendo o que o debate aqui, ele trabalha muito taxa SELIC, a macroeconomia, a economia internacional, mas gostaria de ouvir de um Diretor de Banco Central, e principalmente de V. Exa., que é o Chefe do Departamento de Pesquisas do Banco Central, como é que o Banco Central, e principalmente V. Exa., o Diretor Carlos Hamilton, olha o Brasil, as economias regionais. Como é que isso se compõe? Como é que isso converge para que o Banco Central decida sobre a macroeconomia, levando em considerações as nossas regiões, a composição da economia brasileira?

Eu sou do Amazonas, da Amazônia... Como é que o preço da borracha, como é que o preço dos óleos, como é que a economia de uma região que trabalha potencialidades regionais faz parte das preocupações, da pesquisa do Diretor do Banco Central que, evidentemente, em última análise, ele pensa o Brasil, ele pensa a sociedade brasileira, ele pensa os seres humanos que compõem a nossa economia... Eu gostaria de suscitar, do ponto de vista regional, como é que isso, e ouvi-lo, como é que isso compõe a compreensão de um Diretor e de... Principalmente de V. Exa., que dirige a pesquisa, o Departamento de Pesquisa do Banco Central. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tendo em vista que só temos mais um orador inscrito... Senador Tasso, então, acaba de se inscrever. Então, eu concedo a palavra ao nosso convidado, Dr. Carlos Hamilton, para que ele possa responder ao Senador César Borges, ao Senador Gim Argello, ao Senador João Pedro.

Em seguida, eu darei a palavra ao Senador João Tenório e ao Senador Tasso Jereissati.

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO: Obrigado, senadores, pelas perguntas. Iniciando pelos questionamentos do Senador... Exmo. Senador César Borges, sobre a questão do câmbio, como eu mencionei anteriormente, eu acredito que a adoção do regime de câmbio flutuante foi um grande passo em termos de política macroeconômica no país; ajudou o país a superar problemas crônicos, associados ao balanço de pagamentos e, enfim, trazendo, por consequência, benefícios significativos em termos de crescimento, de previsibilidade, de planejamento, de bem-estar para a sociedade como um todo.

Tendo dito isso, eu acredito que o país tem ganhos em persistir com o câmbio flutuante, que, eventualmente, responde--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO: Ah, sobre a questão da taxa de juros elevada, o que eu poderia dizer a V. Exa. é que o foco da ação do Banco Central é a inflação. Então, na medida em que as taxas de inflação, as projeções de inflação permitirem, as condições macroeconômicas permitirem, o Banco Central, o Comitê de Política Monetária vai avaliando esse cenário, e um conjunto, outro conjunto significativo de informações, para, eventualmente, tomar alguma decisão sobre a taxa SELIC...

Sobre a questão das taxas de juros de mercado, que V. Exa. considera desvencilhadas do envolvimento da taxa SELIC, de fato, os spreads bancários no Brasil são relativamente altos, quando comparados com os de outros países. Agora, nós temos... Só fazer algumas colocações sobre isso: primeiro, esse spread bancário que o Banco Central divulga, ele incorpora, leva em consideração todas as operações do segmento de crédito livre. Então, tem operações, como V. Exa. mencionou, cartão de crédito, cheque especial, que têm o spread elevado, e... Ao passo que em muitos outros países, o spread bancário é medido, por exemplo, só em créditos com... Ranqueado... Rank A ou mais, com classificação de risco A ou mais. Ou seja, com amostra de operações de crédito que, por natureza, incorporam um risco bem menor. Por conseguinte, um spread bem menor, de modo que... Só para completar, que a comparação do nosso spread com spreads de outras economias tem que ser feito de modo muito cuidadoso.

De qualquer maneira, nos últimos anos, assim como vale para taxa básica de juros, para a taxa SELIC, nós temos observado uma redução gradual nos

spreads bancários no Brasil. Eu atribuo essa dinâmica, em parte, à consolidação do processo de estabilização macroeconômica, à redução do risco macroeconômico, em função da adoção de um tripé que eu mencionei, metas para a inflação, câmbio flutuante e contas fiscais sustentáveis, também a avanços institucionais que nós tivemos, como a Lei de Falências, aprovada pelo Congresso Nacional, a criação do crédito consignado, que foram avanços que melhoraram a garantia do credor e, por conseguinte, reduziram o spread bancário.

Evidentemente que o Banco Central tem também feito um trabalho, no sentido de aumentar a disponibilidade de informação sobre os tomadores de crédito, com a criação de central de risco, e nós vamos continuar trabalhando duramente para que essa trajetória de redução do spread, que a gente tem observado nos últimos anos, continue, é uma preocupação legítima de V. Exa.

Sobre a colocação do Senador João Pedro, Excelência, o que eu... Como V. Exa. mesmo mencionou, a política, a condução da política monetária é feita olhando o país como todo. Então, o foco é o país como um todo, entretanto, eu vejo que o sucesso do país ou da política monetária no combate à inflação nos últimos anos melhorou... Tem como um dos subprodutos a redução das desigualdades na população como um todo; na minha visão, inflação é um imposto extremamente regressivo, por conseguinte, quanto menor a inflação, mais beneficiadas são as categorias de renda mais baixa.

Tendo dito isso, como no Brasil a pobreza é concentrada em algumas regiões, principalmente o Norte e o Nordeste, de onde eu vim, na medida em que a política monetária é bem sucedida em controlar a inflação, ela está beneficiando principalmente essas duas regiões onde se concentra o maior percentual de pobres do país.

Eu acredito que essa também é a melhor maneira que nós... Que o Banco Central, a instituição, pode contribuir para que o país continue avançando na redução das desigualdades regionais, é mantendo a inflação baixa, sob controle. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, dois fatos aconteceram, coincidentemente, no mundo, é bom que se diga, e nós não podemos tentar destacar um do outro, porque parece que estão inteiramente linkados, que é o seguinte: a liberalização progressiva do Banco Central das ações dos governos, de um lado, e a queda da inflação do outro lado; me parece que, quanto mais o Banco Central começou a tornar-se independente, mais ele teve uma ação, assim, digamos assim, independente, importante sobre o controle da moeda, e isso fez com que aquilo que era uma praga nos anos 70, até os anos 70, a grande praga da economia do mundo até os anos 70, era a inflação.

Nós convivemos aqui, Sr. Presidente, com inflação de 60% ao mês, 50% ao mês, e, quando eu vejo, na discussões que tem aqui, discutir se a inflação vai ser 4,5% ou 4,8%, eu sinto como se fosse um preciosismo isso, quando a gente já conviveu com aquela inflação monumental, e não só o Brasil, uma grande parte do mundo.

Então, a liberalização do Banco Central, a independência do Banco Central fez com que essa contribuição fosse dada no controle da inflação e não parece que não há dúvida nenhuma nisso; é uma coincidência que não pode ser uma coincidência; é fato consumado. Muito bem, então, o Banco Central, ele, hoje, tem a condição, teve a condição de estabelecer esse controle absoluto sobre a inflação, que foi um fato pessoal.

Então, o Banco Central, na verdade, tem duas funções fundamentais e importantes, que uma é a questão da inflação, que eu acho que está tendo descontrole, mas uma coisa que nos preocupa muito, sobretudo aqueles que vivem com as exportações brasileiras...

Claro que o Banco Central independente leva naturalmente a um câmbio flutuante, é uma coisa que não tem muito como deslocar, entretanto, isso também está levando a situação das empresas exportadoras brasileiras a uma situação muito complicada, porque há um deslocamento muito grande entre o câmbio, o que faria com que a nossa economia fosse competitiva e aquele que está em exercício, e o que é pior: esse câmbio, ele está sendo obtido dessa maneira, essa apreciação do Real, de uma maneira, até certo ponto, artificial, eu diria, menos pela, digamos assim, performance da economia, menos pela comparação da nossa economia com as demais economia do mundo, mas sobretudo pelas diferenças de fatores, tais como taxas de juros e outros fatores que atraem, de maneira desmesurada, o capital internacional, o que faz com que a apreciação do Real aconteça.

Então, é uma equação difícil, que eu sei que é, mas é preciso que se faça alguma coisa. O Brasil... As indústrias que trabalham com exportação no Brasil não aguentarão muito tempo, se não houver algum tipo de... Eu não diria de intervenção, mas de balizamento desse câmbio, no sentido de que essas indústrias e essa economia, de um modo geral, continue a ser competitiva no mundo.

Então, é essa... Digamos, as dúvidas que eu trago para Vossa... Entendo perfeitamente que o Banco

Central, para ser independente, ele tem que admitir, tem que trabalhar com o câmbio flutuante, mas, ao mesmo tempo, está levando a uma situação delicada de empresas exportadoras, e o que é pior, repito, de uma maneira não natural, não porque o Brasil está sendo competitivo na sua economia a este ponto, mas porque está havendo uma atração excessiva de moedas internacionais para o Brasil, em virtude, sobretudo, dessa diferença de remuneração que o capital tem, em qualquer país do mundo, na grande maioria dos países do mundo, e aqui no Brasil. É essa a questão que eu deixo com V. Sa.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Garibaldi, Srs. Senadores, Sr. Carlos Hamilton, as minhas palavras serão breves, já que nós... O curriculum do sabatinado é aquilo que nós esperamos de alguém que vá para um cargo tão importante e tão relevante do Banco Central; trata-se de um técnico de reconhecida competência, de uma formação acadêmica de alta qualidade, de alto nível, e aqui isso é tudo o que nós esperamos de uma indicação para cargos que tenham essa relevância e cuja atuação tem consequências importantes na vida de cada um dos brasileiros.

Portanto, eu queria dizer, apenas até como partido de oposição, que nós estamos de acordo com todos os critérios e com todas as... Verificamos as condições, o seu passado, a sua história, a sua formação e não temos a menor dúvida sobre a sua qualificação sobre isso. Além do mais, tem uma qualidade a mais e uma qualidade que poucos aqui nesta sala têm, que é ser Cearense, e Cearense de Sobral. Eu não sei se V. Exa. sabia, Senador Suplicy, mas Sobral tem até arco do triunfo, sabia disso? Na entrada, tem o arco do triunfo, e ele, com certeza, conhece lá e é uma cidade linda hoje, cada vez mais bonita, e que muito nos honra em ter agora um Diretor do Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, não paro de cumprimentar o Dr. Carlos Hamilton, que foi sabatinado neste dia, almejando a ele sucesso, bastante prosperidade, e seu sucesso será o sucesso do Brasil, que é muito importante para todos nós.

Tenho uma pergunta a fazer que me intriga muito: o nosso superávit de balança comercial, que deve estar passando dos 240 bilhões de dólares, ele, na sua grande maioria, eu não sei o volume, está sendo aplicado com letras do Tesouro Americano, e temos algumas informações que está em torno de 1% ao ano. É uma informação que eu não sei se é segura e por isso que eu... E me preocupa muito porque todo setor produtivo de Brasil e principalmente o produtor rural, que representa em torno de 34% das exportações brasileiras, e sempre que precisam de recursos, esses recursos, eles retornam muito caros, e quando o Brasil empresta, se esses números são verdadeiros, a 1% ao ano e volta para se pagar 7%, 8%, 10% ao ano para produzir o mesmo produto para aplicar, posteriormente, em letra do Tesouro, faz com que esta economia, ela, cada vez, ela fica mais afunilada, com mais dificuldade.

Saí de uma reunião agora, na Comissão da Agricultura, aonde estamos discutindo o salário agrícola. Imagina se nós pudéssemos dar ao produtor rural, em vez de emprestarmos o dinheiro a 1% ao ano para o banco... As letras do Tesouro do banco americano, pudéssemos transferi-lo, não sei se é possível, e a fórmula de reduzir todo o setor produtivo do Brasil, e transferir para salários, nós teríamos uma elevação em todo processo de ganho pelo trabalho e certamente a circulação de riquezas no país também explodiria, e a riqueza... E o PIB do Brasil cresceria e cresceria toda a nação.

Eu queria, sem me aprofundar muito, imagina se esses números são verdadeiros, quando a taxa SELIC ainda está em 8,75, quando nós vemos o cartão de crédito a mais de 8% o saque do cartão de crédito, quando nós vemos as empresas americanas financiando a produção brasileira, principalmente no setor de automóveis, com juros elevadíssimos, e vemos o nosso próprio dinheiro, da nação, ficar com ganho tão baixo em outros países.

Essa é uma coisa que, se o senhor puder nos dar esclarecimentos, ficaria imensamente gratificado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao nosso convidado, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu poderia fazer... Eu sou o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e... Vou ter que ir lá abrir, mas eu queria deixar pelo menos um registro, minha assessoria depois fica aqui, para ouvir a posição do nosso indicado, antes de o senhor passar para ele, poderia fazer... Um minuto no máximo-–

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra por mais de um minuto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Obrigado, Presidente. Cumprimento o Carlos Hamilton, senadores e senadoras, e eu, de fato, tenho que ir lá presidir a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, mas gostaria de uma reflexão. Pode ser até que o senhor tenha feito essa reflexão, mas, como eu cheguei já tinha iniciado a sabatina, vou correr o risco da repetição, mas o farei assim mesmo.

Nós estamos com o dólar desvalorizado perante o real, isso tem, de certa forma, interferido e influenciado na balança comercial brasileira; nós temos os gastos correntes do governo aumentado acima também da inflação, pelos investimentos, pelos serviços públicos a mais que foram implementados no país; nós temos um déficit nas transações correntes do Brasil... Isso tem promovido e provocado um debate que eu tenho acompanhado e lido, de economistas, de membros do Governo, de entidades da sociedade que manifestam, começam a manifestar a preocupação com relação a isso, e que isso poderia ser uma pressão que o Banco Central e que o Governo Federal estariam sofrendo com relação à necessidade de algumas medidas para evitar uma pressão sobre a possibilidade de retorno do crescimento da taxa SELIC.

Então, eu gostaria, mesmo não acompanhando, mas a minha assessoria acompanhará, gostaria que V. Exa. pudesse fazer uma reflexão sobre esses dados e essa questão do crescimento dos déficits em transações correntes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Sadi Cassol, que é o último orador inscrito, antes da palavra do relator, claro.

SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero aproveitar essa oportunidade, que me parece que é de extrema importância, um projeto que eu tenho tramitando no Senado, referente aos cartões de crédito, crédito e débito, eu acho que é muito oportuno fazer esse comentário.

Eu estive no Banco Central por duas vezes, e nós não temos ainda uma legislação que determina a obrigatoriedade do pagamento de impostos dos cartões de crédito.

Nós temos um projeto no Senado, de minha autoria, aonde tenta regulamentar e que se pague o ISSQN nos municípios aonde é operado o serviço. Hoje, os municípios perdem uma receita enorme, que tudo gira em torno de cartão de crédito nos grandes municípios, porque não se recolhe no município o ISSQN, que a Constituição prevê e obriga o Prefeito a recolher, só que não se sabe para quem cobrar.

Então, eu estive já, por duas vezes, no Banco Central, e lá também não existe uma determinação de como isso pode... Eu gostaria, se pudesse observar isso, até porque vai ocorrer uma Audiência Pública, convidando o Banco Central nesse meu projeto, porque os municípios estão perdendo uma receita muito grande... O não recolhimento de ISSQN nos municípios aonde tem o terminal que opera cartão de débito e crédito.

Então, era essa a minha participação para deixar esse registro, agradeço ao Presidente por ter me dado oportunidade, e eu preciso ir à Comissão de Agricultura. E estou a favor também da indicação a Diretor de Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. Carlos Hamilton, para que possa responder aos Senadores João Tenório, Tasso Jereissati, Neuto de Conto, Renato Casagrande e Sadi Cassol.

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO: Obrigado, uma vez mais, aos ilustres senadores, pelas perguntas, pelas colocações.

Sobre a colocação do Senador João Tenório, a respeito da coincidência, digamos, da observância entre... Simultânea, de independência de bancos centrais e redução da inflação, de fato, a evidência internacional tem mostrado isso, que, nos países, nas economias aonde os bancos centrais dispõem de autonomia operacional, autonomia, independência de instrumentos para conduzir a política monetária, as taxas de inflação têm se mostrado menores e mais estáveis.

Uma das explicações que se encontra para esse fenômeno é de que a autonomia concedida ao Banco Central reduz as incertezas dos agentes econômicos nos horizontes mais longos; as pessoas têm maior confiança de que um rumo traçado pela política monetária, pelos formadores de política monetária, não será alterado repentinamente.

A questão do câmbio flutuante, como eu já coloquei para alguns outros senadores, Exa., eu vejo... A minha avaliação é de que o regime de câmbio tem sido bastante útil para o país; tem nos ajudado aí a resolver e a mitigar, ou mitigar problemas com os quais nós convivemos por décadas, e, de fato, sobre a última colocação de V. Exa., o país tem recebido um volume de capitais internacionais elevados, nos últimos anos, mas é importante destacar que a maior parte desses recursos são investimentos diretos, são investimentos produtivos; o número que eu tenho aqui de memória, no último ano, foi 2008, 80% dos fluxos líquidos de investimento para o Brasil, de capitais internacionais para o Brasil, foram investimentos diretos, ou seja, recursos que se destinam ao setor produtivo, e como o país pre-

cisa e quer crescer mais, tem se tornado um destino atrativo para os capitais produtivos internacionais.

Sobre a questão do Senador Neuto de Conto, as reservas, as nossas reservas, isso, como eu mencionei anteriormente, elas constituem um seguro, na verdade. Depois de muitas décadas, o Brasil finalmente conseguiu contratar esse seguro, e que se mostrou, assim, extremamente útil na crise financeira global recente.

Existe um custo, é verdade, mas eu creio, a minha visão é de que esse custo dado, como V. Exa. chamou, entre a diferença do que o Brasil paga internamente e o que recebe externamente, é um custo financeiro, contábil, mas é mais, na minha visão do que compensado pela estabilidade macroeconômica conquistada pelo fato de os empresários terem confiança para investir, sabendo que, daqui há dois ou três anos, o país não está correndo risco de passar por uma nova crise de balanço de pagamentos, e aí vem uma recessão, vem desemprego; o consumidor desaparece.

Então, em resumo, é um seguro que tem se mostrado extremamente útil ao país e que eu imagino que vai continuar rendendo frutos.

O juro é 1% mesmo? A receita--

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO: Eu não tenho essa informação para dar à V. Exa. sobre qual a taxa de remuneração das reservas do país porque isso é diversificado e, em diversas... É aplicação em diversas moedas, diversos ativos. Infelizmente, eu não tenho essa informação para prestar à V. Exa. neste momento.

Sobre a colocação do Senador Renato Casagrande, o déficit de conta-corrente, é verdade, o país tende a registrar algum déficit em conta-corrente este ano, mas é natural; o país tem sido tornado um destino atrativo para poupança externa e está investindo mais e precisa investir mais para crescer mais. Então, a contrapartida disso é que observe um déficit em conta-corrente.

É oportuno repetir, entretanto, que esse déficit em conta-corrente tem sido financiado essencialmente por capitais estáveis, capitais que vêm para ficar, quer dizer, investimentos diretos.

Finalmente, sobre a questão do Senador Sadi Cassol, infelizmente, eu não estou informado sobre o assunto, mas eu me comprometo a me informar no Banco Central sobre essa questão de cartão de crédito, e eu o informarei oportunamente... Eu acho que é útil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto ao Senador Eduardo Suplicy se deseja falar nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, gostaria. Pois não. Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, V. Exa., que é o relator da matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, V. Sa. vem à Comissão de Assuntos Econômicos, em um dia em que a instituição em que estudou, a Fundação Getúlio Vargas, juntamente com um instituto alemão, IFO, da Universidade de Munique, divulga uma sondagem econômica bastante relevante, pois, conforme publicado hoje, na Folha de São Paulo, no Caderno de Dinheiro, o índice de clima econômico, comparado, do Brasil em relação seja à União Européia, Estados Unidos, Japão, China, Índia, Rússia, os BRICs, ou demais países de América Latina, Argentina, Peru, Venezuela, México, o Brasil apresenta o melhor índice de clima econômico, o que indica que o conjunto dos indicadores macroeconômicos seja a perspectiva de inflação relativamente baixa, se prevê uma inflação entre 4% e 5% este ano, se V. Sa. puder até nos precisar melhor o último dado previsto pelo Departamento de Pesquisa do Banco Central, agradeço, mas também a taxa de crescimento econômico prevista está acima de 5,6%, 5,8%; se o dado do Departamento de Pesquisa do Banco Central for diferente, agradeço puder nos informar, mas... E os demais indicadores, inclusive de equilíbrio externo, nível de reservas alcançadas, fazem com que tenhamos o melhor indicador de clima econômico e uma melhora em relação aos períodos anteriores.

Então, certamente, em seu trabalho no Banco Central e como Chefe do Departamento de Pesquisa, certamente tem colaborado, sobretudo de 2006 para cá, nesta função, para que os Diretores do Banco Central, nas reuniões do Copom e outras, tenham tomado as decisões com base nas melhores informações possíveis.

Eu gostaria de formular perguntas sobre cinco itens em especial. Primeiro: eu achei muito positiva a iniciativa da direção do Banco Central do Brasil em proporcionar ampla discussão com a sociedade brasileira acerca de resolução recém-divulgada, que dispõe sobre a política de remuneração dos administradores empregados das instituições brasileiras.

O Banco Central colocou essa consulta, informando o texto da proposta de Resolução para receber sugestões até o dia dois de maio, através do seu sítio eletrônico.

Avalia V. Sa. que possa haver ainda aprimoramentos nessa proposição? Em que medida avalia V. Sa. que se deva ter a transparência, o conhecimento para os acionistas, para a população, seja do conjunto de remunerações e bônus dos Diretores e Executivos

de instituições financeiras no Brasil, a exemplo do que começa a acontecer mais e mais nos países desenvolvidos, tendo em conta, inclusive, agora, novas regulamentações a respeito para se tornar mais transparentes estas remunerações, se avalia que, conforme o Banco Central está propondo, deva haver a transparência sobre o conjunto da remuneração e dos bônus ou se seria o caso de se avançar, até mesmo explicitando a remuneração de cada Diretor, a exemplo do que algumas instituições e empresas na Europa e nos Estados Unidos vêm realizando; recentemente, no Brasil, a empresa Usiminas, desde o ano passado, passou a divulgar a remuneração de cada um dos seus Diretores, do Conselho de administração e do Conselho Fiscal; se avalia que isto é saudável... Se ter a remuneração transparente, inclusive neste nível.

A segunda questão refere-se à Diretoria de Assuntos Internacionais. O Banco Central do Brasil, no momento de sua indicação para essa Diretoria, e o Presidente Henrique Meirelles determinou a V. Sa. que apresentasse uma proposta de reformulação de Diretoria de Assuntos Internacionais, a ser posteriormente submetida à direção colegiada do Banco Central. Dada a importância do setor externo na manutenção da estabilidade da moeda e no papel do Banco Central, que avaliação faz acerca da estrutura e do desempenho da DIREX, na Defesa dos baixos níveis inflacionários hoje vigentes? Se avalia que seria interessante alguma mudança nessa estrutura.

O terceiro tema refere-se aos spreads bancários que, de alguma maneira, alguns senadores já mostraram a sua preocupação. Como estudioso da economia brasileira e Chefe do Departamento de Pesquisa desde 2006 até hoje, gostaria de ouvi-lo acerca do movimento recente dos spreads bancários e da resistência à redução desses valores.

No final do ano, segundo a imprensa, o Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP concluiu um longo estudo acerca dos spreads bancários praticados pelas instituições financeiras nacionais, elaborado com dados do FMI, e que mostram que o spread médio brasileiro é o maior em um grupo de 40 países, cujas metodologias de cálculo de juros se assemelham à do Banco Central do Brasil; segundo este trabalho, em agosto último, o spread médio cobrado no Brasil era de 26,77 pontos percentuais, enquanto no Chile, por exemplo, era de 6,04; na Itália 4,39 pontos. Tendo em conta essas informações e a sua experiência, como avalia esta evolução? O que pode ser feito para diminuir os spreads ainda tão altos no Brasil?

Gostaria também que possa nos transmitir uma breve avaliação sobre a crise pela qual está passando a Grécia e como é que a União Européia, de um lado, o Fundo Monetário Internacional, e o conjunto dos bancos centrais dos países europeus e a própria Grécia, como é... Se avalia que esta crise que dificulta a situação da Grécia presentemente, por causa de uma situação grave de endividamento, de excesso de gastos, taxas de desemprego altas, se avalia que esta crise da Grécia pode ser transmitida para os demais países europeus e daí, em consequência, para as Américas, para a América Latina e para o Brasil? Que cuidados deveríamos ter, no Brasil, seja o Ministério da Fazenda, o Banco Central e outros, ou se avalia que a solução está hoje já bem equacionada, ali na Europa e na própria Grécia, para não nos preocuparmos tanto, ainda que a transmissão de crises econômicas, segundo a experiência das últimas décadas, informa que todo cuidado é pouco.

E, finalmente, relativamente à questão de taxa de juros, eu gostaria que pudesse relacionar, com a sua experiência de pesquisador e professor de Macroeconomia, como avalia que a taxa de juros, inclusive a SELIC, possa ter um efeito sobre a distribuição da renda no Brasil?

Felizmente, de 2002 para três, para quatro, para cinco, temos tido uma evolução sempre no sentido da diminuição do Coeficiente de Gini da desigualdade em função do conjunto de políticas econômicas, inclusive sociais, no Brasil. Mas eu gostaria de lhe perguntar: avalia que o nível de taxa de juros, inclusive a definida pelas autoridades monetárias, possa ter um efeito significativo sobre a distribuição da renda? Na medida em que são os detentores de capital financeiro aplicados no mercado financeiro, àqueles que recebem o retorno, o chamado pagamento do capital financeiro, na forma de juros, na medida em que os juros se apresentem elevados para os que recebem estes recursos, tem o Departamento de Pesquisas do Banco Central realizado alguma pesquisa que possa nos dar uma informação interessante sobre como, por exemplo, que uma possível queda ao longo do tempo, claro, preservado o objetivo da estabilidade da moeda, mas se conseguirmos combinar uma evolução de diminuição gradativa, como já tem ocorrido, mas se for além disso, da taxa de juros, poderia esta diminuição ter um efeito saudável e positivo, inclusive no que diz respeito ao objetivo de uma melhor distribuição da renda, de maior equidade na distribuição da renda e da riqueza no Brasil? Qual é a avaliação e o conhecimento?

E, finalmente, gostaria até relacionado a este tema de sugerir, eu já o fiz aqui ao Presidente Henrique Meirelles nas suas exposições trimestrais, mas eu gostaria de reforçar que, quando ele estiver vindo aqui, expondo os dados da economia brasileira, que ele sempre acresça, dentre as suas tabelas, a evolu-

ção do Coeficiente de Gini de desigualdade, que felizmente tem apresentado uma evolução positiva, ainda que, como é natural, os senadores, seja de oposição, mas eu também, sempre temos a assinalado, ainda que tenha havido essa melhora, o Brasil ainda tenha um dos maiores coeficientes de desigualdade dentre os países do mundo.

Então, que possamos continuar a assistir a evolução da diminuição desse coeficiente é muito importante e, portanto, essa é a recomendação que faço também ao Banco Central. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. Carlos Hamilton para fazer algumas considerações sobre o que falou o relator.

SR. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS DE ARAÚJO: Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Suplicy, pelas perguntas.

Tentando responder aqui a perguntas pontuais que V. Exa. fez no início, a projeção mais atualizada do Banco Central para a inflação de 2010 é 4.6; foi divulgada no relatório de inflação de dezembro, e a projeção para o crescimento do PIB, em 2010, é 5.8; também consta do mesmo documento.

Sobre a colocação que V. Exa. fez a respeito da pesquisa da Fundação e do Instituto IFO, bom, eu entendo que isso é o resultado de um trabalho árduo que tem sido feito pelo país, e eu acho que é interessante acrescentar que mostra que o ambiente atual, não só que atualmente o ambiente corrente é positivo, mas, principalmente, que as perspectivas são positivas. Eu acho que isso é que é alentador para nós. Mostra que o país está no caminho certo.

Sobre, agora, as perguntas de V. Exa., a questão da proposta de Audiência Pública sobre a política de remuneração, isso foi um compromisso assumido pelo país no grupo dos líderes do G-20; não existe, nessa proposta, uma tentativa de limitar, mas, de forma sumarizada, é de que a remuneração reflita os riscos de médio e longo prazo envolvidos na atividade, quer dizer, e subjacentes às atividades do Executivo.

Sobre aprimoramentos, sem dúvida, nós colocamos em Audiência Pública; vamos aguardar o retorno da sociedade; discutir com a sociedade as propostas que dela recebermos para, na medida do possível, tentarmos aprimorar o documento.

Sobre a transparência... Transparência... Eu vejo que a proposta caminha nessa direção de dar mais transparência e também tem o caráter prudencial, essencialmente a proposta tem o caráter prudencial de não incentivar comportamentos que elevem retornos, excessivamente retornos de curto prazo, e comprometam resultados de longo prazo da instituição.

Sobre a publicação da remuneração de cada Diretor, eu tenho uma preocupação quanto à segurança das pessoas; é uma questão... Eu acho que isso é um ponto em aberto; a sociedade pode debater isso; a proposta está em Audiência Pública, mas a questão da segurança das pessoas, eu acredito... Eu creio que o Banco Central, como regulador, tem que estar atentamente a este ponto; nós não podemos, eventualmente, colocar em risco a segurança dos executivos e das suas famílias. Acho que é um ponto...

Sobre a questão da reformulação da DIREX, da Diretoria de Assuntos Internacionais, mencionada por V. Exa., o que nós observamos nos últimos anos é uma crescente inserção do país como um todo, como nação, e do Banco Central do Brasil em particular, no contexto internacional, participando de diversos fóruns, G-20, por exemplo, é um... Em diversos fóruns, o país deixou de ser... Bom, passou a ser protagonista, e isso exige uma reformulação, uma revisão, digamos assim, das nossas estruturas.

Então, a ideia é adequar a Diretoria de Assuntos Internacionais a esses novos desafios; a concepção dela vem de alguns anos, quando o país vivia um momento diferente, e agora que o país está encarando esses novos desafios, então, nós temos que nos adequar e nos instrumentalizar para, digamos assim, bem representar o país no contexto externo.

Sobre spread, já coloquei, de fato, eu só queria reforçar que a comparação, essa comparação que foi feita com base no FMI precisa ser analisada com cuidado porque estamos comparando taxas de juros distintas; aqui é a taxa média para todas as operações de crédito livre, todas, e como eu mencionei em resposta a uma pergunta de um outro senador, em muito países, há uma seleção das operações de crédito na direção das operações de menor risco de crédito, e isso naturalmente leva a uma redução do spread, então, nós continuaremos, continuamos trabalhando nessa questão, questão relevante para o Banco Central, como é para a sociedade, mas é um ponto que só gostaria de fazer dos riscos que... Envolvidos nessa comparação, que às vezes são feitas.

Sobre a crise grega é difícil, eu acho que uma lição que ela trouxe para nós é que disciplina fiscal traz um pouco de sacrifício no curto prazo, mas benefícios de longo prazo. Então, lá, aparentemente, as autoridades, apesar de reconhecerem que 2009 foi um ano muito difícil, mas o déficit público chegando à casa dos 13% deixou os financiadores temerosos quanto à sustentabilidade das contas públicas... É difícil avaliar se vai ser transmitida aos demais países europeus. Eu creio que isso vai depender da resposta que as autoridades derem para a situação grega em particular.

Sobre a taxa de juros, o efeito da taxa de juros na distribuição de renda, eu acho que a estabilidade de preços no Brasil traz um benefício... Beneficia, como eu mencionei anteriormente, as camadas mais pobres da sociedade, nesse sentido, em trazer a inflação para baixo, por si só, a política monetária, a taxa de juros, já traz um benefício redistributivo. Além disso, ela criou condições para melhorar as relações entre patrões e empregados, também, e principalmente a elevação do emprego, a elevação do emprego, de modo que, na medida em que essa estabilidade macroeconômica duramente conquistada persistir, certamente os ganhos redistributivos vão se elevar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite apenas, Sr. Presidente, um breve comentário, obviamente, respeito a sua opinião. Eu reconheço a preocupação de pessoas relativamente ao tema da divulgação de remuneração individual das pessoas; cheguei a propor aqui; o Senador Antonio Carlos Júnior avaliou que era melhor separar a tabela segundo a função e remuneração de cada um, não vai precisar individualizar, mas vai ser divulgada a tabela aqui, no Portal da Transparência, mas eu queria ponderar. Afinal de contas hoje, por exemplo, nós sabemos, a remuneração dos nossos grandes craques do futebol, como é sabida a remuneração do Robinho, do Ronaldo e de outros grandes craques, e são pessoas tão queridas do povo, eu avalio que um dia vai se chegar ao conhecimento também da transparência da remuneração dos altos executivos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pergunto se algum senador falta... Se falta votar algum senador... Senador Eduardo Suplicy e o Senador Wellington Salgado, já votou, senador?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se houver disponibilidade, que, na comissão de V. Exa., eu sou o suplente. Então, se houver disponibilidade, é possível? Então, votarei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. pode votar. Eu, inclusive, de acordo com o Regimento, eu acho isso meio constrangedor, mas solicito ao indicado para que ele possa aguardar o resultado... A apuração do resultado na sala da comissão, agradecendo a sua participação, que foi objetiva e que esclareceu a todos os senadores a respeito das indagações. Eu nomeio escrutinadores o Senador Antonio Carlos Júnior e o Senador Gim Argello.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria dizer a V. Exa., Sr. Presidente, eu encaminhei à Mesa um requerimento de Audiências Públicas, em relação àquele projeto de autoria do Senador Tasso Jereissati sobre processo orçamentário. Queria perguntar à V. Exa., indiquei alguns nomes e as datas posteriormente nós estabelecemos, de acordo com V. Exa. Queria saber se, enquanto está feito, se poderíamos aprovar esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não, V. Exa. será atendido.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E segundo também, eu sou relator do Item 10, um projeto de autoria do Senador Zambiasi, e ele me fez a solicitação para que esse projeto fosse retirado de pauta para que ele pudesse, inclusive, refazer a sua proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Comunico ao Plenário que foi verificado o seguinte resultado com relação à indicação do Sr. Presidente da República para Diretor do Banco Central: 23 senadores votaram “sim” e apenas um senador votou “não”, não se registrando nenhuma abstenção.

A comissão aprovou, assim, o nome do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A matéria vai ao Plenário. Eu solicito que o Sr. Carlos Hamilton seja reintroduzido no Plenário para receber os cumprimentos.

Em votação o requerimento, nos termos dos arts. 90, 93 e 113, do Regimento Interno, para que seja realizada a Audiência Pública conjunta perante esta comissão e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de que sejam esclarecidos os termos circunstanciais e condições sobre a operação de aquisição da empresa GVT Holding S.A. pelo grupo francês Vivendi, sem prejuízo de expedição de outros convites, requeiro sejam convidados: Maria Helena Santana, Presidente da Comissão da Valores Mobiliários; Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg; Presidente da ANATEL, e o Sr. Amo(F) Genis(F) Presidente da [ininteligível]; representante da Vivendi e do Ministério Público Federal. Quem propõe é o Senador Cícero Lucena. Em votação o Re-

querimento. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno, a realização de Audiências Públicas nessa comissão para instruir a matéria do PLS 229/2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que tem como objetivo modernizar e tornar mais transparente o processo orçamentário.

Antes de submeter a voto, Senador Dornelles, existe tramitando no Senado uma proposta de minha autoria, que trata exatamente também sobre a modernização do processo orçamentário.

Então, eu submeteria à aprovação, desde logo, essa matéria proposta por V. Exa. e depois traria à--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É sobre o mesmo assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Traria à apreciação o meu projeto, para que ele fosse submetido.

A proposta do Senador Tasso Jereissati propõe a presença de representante do Poder Executivo Federal; a proposta do Senador Francisco Dornelles, do Poder Executivo Federal, como o Sr. Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional; João Bernardo Bringel, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento; Célia Corrêa, Secretária do Orçamento; Jorge Hage Sobrinho, Ministro da Controladoria-Geral da União, e do Poder Executivo Estadual, Joaquim Levy, Secretário da Fazenda do Estado do Rio; Simão Cirineu, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Alexandre Cialdini, Secretário de Finanças de Fortaleza; e Guilherme Gomes Dias, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. E, ainda, vários economistas, como o economista Mailson da Nóbrega; Bernardo Api; Fernando Rezende; Marcos Tavares; Amir Khair; Rubens Paia(F) Cysne, e do Tribunal de Contas, Ubiratan Aguiar; Ministro-Presidente, Salomão Ribas, Sérgio Rossi, Luiz Genédio, e juristas, como Ricardo Lobo Torres, Eraldo da Costa Reis, Lino Martins, e da Transparência, sociedade civil: Jorge Gerdau, Presidente da Ação Empresarial; Gil Castelo Branco, dirigente da ONG "Contas Abertas", Douglas Melo, Juiz Assessor do Conselho Nacional de Justiça e Movimento "Mãos Limpas". Portanto, em votação.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, Sr. Presidente. Aqui, Senador Gim. Conversando com o autor do requerimento já, mas na minha autoria, eu gostaria de colocar um adendo e uma sugestão já aceita, que eu gostaria que o senhor colocasse em votação também, entre os secretários convidados, secretários de estado convidados são quatro que o senhor fez referência. Eu gostaria que fossem cinco, que incluísse o secretário também da Fazenda do Distrito Federal, Dr. André Clemente, por favor, e aí submeto à votação para a inclusão--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Será incluído, já, por ocasião dessa votação... O nome dele já será submetido.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, em votação o requerimento de autoria do Senador Francisco Dornelles, relator da matéria do PLS 229/2009. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O Senador César Borges solicita que seja convidado para participar de Audiência Pública, para instruir o PLS n°. 265/2008, o Sr. Leonardo Santana, Presidente da União Brasileira dos Municípios. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Voltando à ordem do dia de hoje-–

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sobre a ordem do dia de hoje, já conversei com as lideranças aqui presentes e todos eles concordam que, por favor, se o senhor assim concordar, a inversão do item que vou ser relator, que é o item não terminativo da pauta, que é o item nº. 12 da ordem do dia de hoje, que é o PLS 318/2009, eu gostaria que V. Exa., por favor, colocasse como primeiro item da ordem do dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com a solicitação de inversão de pauta, aprovado pelo Plenário, está em votação o Projeto de lei da Câmara n°. 318/2009, que dispõe sobre a criação, no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, de cargo de procurador do Banco Central do Brasil, alterando a Lei nº. 9.650, de 27 de maio de 98. A autoria é do Presidente da República; o Relator é o Senador Gim Argello. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Com a palavra o Senador Gim Argello, relator da matéria.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, lhe agradeço muito, agradeço a todos os senadores, e é uma questão de justiça, tendo em vista

que nós, desde 1998, o quadro de Procuradores do Banco Central do Brasil permanece o mesmo. Então, essa alteração, esse Projeto de Lei é desde 2008 que está tramitando. Então, por se tratar... Entre outros encargos que foram colocados para os procuradores, eu vou citar alguns apenas: [ininteligível] novos encargos, o aumento da demanda por informações, providências e perícias oriundas do Poder Judiciário, do Ministério Público, Polícia Federal, das Polícias Estaduais, acompanhamento de ações penais envolvendo administradores, ex-administradores de instituições financeiras das quais o Banco Central ingressa como assistente de acusação; determinação legal de oitiva prévia de obrigação do órgão jurídico da autarquia dos casos de crimes definidos em lei.

Ou seja, eles têm um leque de serviços que são apenas com os 200 Procuradores que lá estão, que não estão dando conta. Então, desde 1998, que essa é uma questão de justiça, a gente... A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal aprovarmos esse projeto ainda hoje, para completarmos já, também, o que foi votado, com a indicação do novo Diretor Internacional do Banco Central, que é o Dr. Carlos Hamilton, e também mostrando que o respeito que essa Casa tem com o Banco Central, votando isso que, por ser realmente uma questão aonde o Brasil todo entende da necessidade do nosso Banco Central ter profissionais qualificados para continuar com o bom trabalho que ele vem fazendo na economia do nosso país, tomando conta de todos os interesses do nosso país.

Colocando essas palavras, Sr. Presidente, gostaria de mais uma vez parabenizar o Dr. Carlos Hamilton e também saudar o Sr. Garibaldi Alves, o senhor e seu pai, que está enfermo, e que melhore o mais rapidamente possível, Sr. Presidente. Muito obrigado. Então, o voto, ante o exposto, é pela aprovação deste projeto de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o relatório do Senador Gim Argello. Os senadores e senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da CAE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, os Itens 7 e 8 tratam de autoria... São mensagens do Sr. Presidente da República, relacionadas com a programação financeira do quarto trimestre de 2009 e do primeiro trimestre de 2010; é um assunto pacífico. Eu gostaria de perguntar a V. Exa. da possibilidade de inversão de pauta para essas duas matérias, pudesse designar o Senador Gim Argello, como vice-líder do Governo, para relatar essas matérias ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles, de acordo com o esclarecimento da Secretaria, nós temos condições no momento de votar o Item 7, já que o Item 8 está ainda pendente, por conta da presença do Presidente do Banco Central, aquele que trata do primeiro quadrimestre, primeiro trimestre de 2010.

O Item 7, de acordo com o Senador Francisco Dornelles, encaminha a Mensagem do Senado Federal de n°. 199/2009, não terminativa, encaminha ao Senado Federal, de acordo com o que estabelece o art. 6º, da Lei n°. 9.069, de 29 de junho de 95, a programação monetária para o quatro semestre de 2009. Autoria é do Presidente da República; a relatoria é do Senador Romero Jucá. Nós, fazendo coro com o que propõe o Senador Francisco Dornelles, fazemos um apelo ao Senador Gim Argello, para que possa relatar essa matéria, aliás, possa ler o parecer porque V. Exa. já terá aí o parecer do Senador Romero Jucá.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente. Já li o parecer o parecer, o parecer bastante consistente, que se trata da aprovação que aprova a programação monetária para o quarto semestre de 2009.

Sr. Presidente, aprovada a programação monetária para o quarto semestre, nos temos da Mensagem 199/2009, do Sr. Presidente da República... Depois de uma análise profunda disso, Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. para ir direto ao voto, tendo em vista que é um parecer bastante consistente e que o Senador Francisco Dornelles já me deu todas as explicações cabíveis a isso. Então, peço licença a todos e vou direto ao voto.

"Ante o exposto, pela aprovação da Mensagem 199/2009, do Sr. Presidente da República". Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o relatório do Senador ad hoc, Senador Gim Argello. Os senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado o relatório, este passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de PDS(F) apresentado.

O Item 6 da pauta não tem condições de ser apreciado nessa sessão. Fica para a próxima sessão. Nada mais havendo a tratar, encerro elevanta(F) ses-

são desta comissão, convocando uma outra para a próxima semana, terça-feira.

Sessão encerrada às 12h30.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e onze minutos do dia dois de março do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Pedro Simon, Renan Calheiros, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Jayme Campos, João Tenório, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Arthur Virgílio e Gim Argello. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 56-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 023.987/2008-8, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 29 de 2008; Aviso nº 61-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.369/2008-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 44 de 2008 e Aviso nº 96-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.366/2008-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 46 de 2008. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece Relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior, usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti e Rosalba Ciarlini. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública", tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Em 09/06/09, foi concedida Vista ao Senador Tião Viana, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 232 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que "altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios", tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, Cultura e Esporte com decisão terminativa. Em 01/09/2009, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra o Relator, Senador João Tenório, e a Senadora Rosalba Ciarlini. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03-

CAE; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 584 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a regularização e formalização do contrato de trabalho de trabalhadores informais e o parcelamento de débitos perante o Instituto Nacional do Seguro Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 273 de 2003, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2004, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que "altera a Lei nº 7.670, de 08 de setembro de 1988, e o art. 186, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os portadores das formas crônicas da hepatite B ou da hepatite C", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 67 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que "altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que tratam aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar", tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Relatório favorável ao PLS nº 330/2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 67/2005. As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 29/9/09, foi concedida Vista ao Senador Tião Viana, que devolveu sem manifestação. As Matérias são retiradas de pauta; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 437 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", para permitir o parcelamento do pagamento do DPVAT", tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc.* Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Renato Casagrande. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02–CAE por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 276 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre o pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação", tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CRA, e pela rejeição da Emenda nº 02-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CRA. O Presidente da Comissão designa o Senador Jayme Campos Relator *Ad Hoc*, que procede a leitura do Relatório*. A* apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 392 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana de açúcar", tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CRA. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Jayme Campos. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CRA-CAE por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "institui Programa para a Revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no Brasil nos anos de 2008 e 2009", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comis-

são de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 187 de 2004, terminativo, de autoria do Senador César Borges, que "altera o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a fim de alterar o limite de idade para fins de isenção do imposto de renda", tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Azeredo, os Senadores Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares apresentam Requerimento para que o Projeto seja submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise dos aspectos constitucionais e legais. Colocado em votação, o Requerimento nº 04/2010-CAE é rejeitado. Colocado o Projeto em discussão, usam da palavra os Senadores César Borges, Efraim Morais, Renan Calheiros, Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Júnior e Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 12-Mensagem do Senado Federal nº 59 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar o "programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – PRODESF", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Roberto Cavalcanti Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado; Item 13-Mensagem do Senado Federal nº 60 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, o Contrato de Reestruturação de Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e República de Cabo Verde, no valor equivalente a US$ 3,895,163.33 (três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e trinta e três centavos), para reescalonamento de dívida da República de Cabo Verde com o Tesouro Nacional, referente a convênio de crédito firmado com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX)"", tendo como Relator o Senador João Pedro, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Jayme Campos Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, o Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Antonio Carlos Júnior nos termos regimentais; Item 14-Mensagem do Senado Federal nº 61 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, dois Contratos de Reestruturação de Dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, no valor equivalente a US$ 118,020,795.04 (cento e dezoito milhões, vinte mil, setecentos e noventa e cinco dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos), para reescalonamento de dívida da República do Suriname com o Tesouro Nacional, referente a financiamentos não pagos do Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX) e de sub-rogações decorrentes de indenizações do Seguro de Crédito à Exportação (SCE)", tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador César Borges, usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Roberto Cavalcanti e Antonio Carlos Júnior. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva nos termos regimentais. A Comissão aprova, ainda, o Aditamento ao Requerimento nº 03/2010-CAE, de autoria do Senador Francisco Dornelles, requerendo a correção de lapso no Requerimento nº 03/2010 para que o Sr. Simão Cirineu figure como Secretário de Fazenda de Minas Gerais e para sanar omissão do nome do economista Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da Fundação Getúlio Vargas, para participar de audiência pública a fim de instruir o PLS 229 de 2009 e rejeita o Requerimento nº 04/2010-CAE, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares, requerendo que o PLS nº 187 de 2004, que "altera o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a fim de alterar o limite de idade para fins de isenção do imposto de renda", seja submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania -CCJ, para análise dos aspectos constitucionais e legais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Pre-

sidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que ficará para um momento posterior. Os Srs. Senadores que estão presentes receberão os seguintes documentos para o seu conhecimento: Aviso nº. 56, TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo n°. Tribunal de Contas 023987/2008-8, bem como do relatório da proposta de deliberação que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº. 29/2008.

Aviso nº. 61, Seses-TCU-Plenário do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº. 033369/2008-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº. 44, de 2008.

Aviso nº. 96, Seses-TCU-Plenário do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº. TC 033366/2008-9, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº. 46, de 2008. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular.

Vamos entrar, então, para a pauta, para o cumprimento da Pauta. Faço um apelo aos Srs. e Sras. Senadoras para que compareçam a este Plenário, uma vez que temos uma extensa pauta a ser cumprida. Além dos Projetos de Lei, temos também empréstimos referentes ao Estado do Rio de Janeiro, referentes também a outros Estados da Federação, como o contrato de reestruturação de dívida a ser celebrado entre a República do Brasil e a República de Cabo Verde, no valor equivalente a três milhões, 895 mil, 163 dólares dos Estados Unidos da América, e 33 centavos. Temos também empréstimo para a reestruturação de dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, no valor equivalente a 118 milhões, 20 mil, 795 dólares dos Estados Unidos da América, e quatro centavos; para reescalonamento da dívida da República do Suriname com o Tesouro Nacional. Faço, portanto, um apelo as Sras. e Srs. Senadores para que compareçam ao Plenário desta comissão, a fim de que possamos iniciar a Ordem do Dia, a votação... As votações previstas na Pauta de hoje.

De acordo com o pedido de inversão de pauta, nós vamos colocar em discussão e votação o Item 5 da Pauta. Página sete.

Item 5. Projeto de Lei do Senado nº. 273, de 2003, não terminativo, que altera a Lei 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido fundo. Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria, Senador Francisco Dornelles. Concedo a palavra ao relator, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, já na sessão anterior, o Senador Zambiasi havia feito uma solicitação, apresentado uma solicitação para que esse projeto fosse retirado de pauta, porque ele deseja fazer uma adaptação à sua proposta. De modo que eu pediria a V. Exa. que considerasse a possibilidade que seja retirada de pauta, atendendo a solicitação do Senador Zambiasi.

E eu queria também solicitar a V. Exa., Sr. Presidente, possibilidade de inversão de pauta para o Item 12, que trata de uma operação de crédito do Banco do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. O relatório já foi elaborado pelo Senador Wellington, que hoje telefonou-me dizendo que não pode chegar, e pedindo a V. Exa. que designasse relator ad hoc, porque essa operação de crédito já foi aprovada por todos, não há dúvida, e é extremamente importante para o Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com a solicitação de V. Exa., o Item 5 será retirado de Pauta. Quanto à outra solicitação com relação ao Item 12, nós queremos solicitar... A despeito de V. Exa. se constituir num relator que só faria abrilhantar os nossos trabalhos, mas V. Exa. é do mesmo Estado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Mas eu não solicitei a relatoria pra mim, não. Eu pedi a V. Exa. que pudesse designar o relator ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu sei, eu entendi. Eu fiz apenas um elogio a V. Exa. Eu solicito ao Senador... Trata-se do Item 12, não é? Solicito ao Senador Roberto Cavalcanti que relate, como relator ad hoc, esta propositura de autoria do Presidente da República.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, como já foi muito bem destacado e pedido, inclusive inversão de pauta pelo nobre Senador Dornelles, e sendo ele uma pessoa que domina inteiramente a área financeira, e sendo do Rio de Janeiro, acho que nós já teríamos assim grandes atributos para poder acompanhar o relator, que é o Senador Wellington Salgado. Na verdade, trata-se de um empréstimo de 485 milhões de dólares dos Estados Unidos da América e que se destina ao programa de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

Eu acompanho o voto do Sr. Relator, que assim se conduz: "Ante ao exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio de Janeiro para contratar a operação de crédito nos termos seguintes: Projeto de resolução do Senado, 2010. Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo com garantia da União para o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o BIRD, no valor de até 485 milhões de dólares americanos".

Existem várias observações, mas todos nós somos detentores do parecer do Senador Wellington Salgado, e eu acompanho na íntegra as condições do financiamento e no sentido da aprovação deste projeto... Desta mensagem que contempla o Estado do Rio de Janeiro no tocante à obtenção desse empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero ressaltar, de acordo com a Resolução nº. 43/01 do Senado Federal, que encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. E o Exmo. Sr. Saint-Clair Souto, Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, tão logo, se possível, dentro do Regimento, após a aprovação em se tratando de uma decisão não terminativa, eu pediria que fosse solicitada a urgência na tramitação desse projeto. Dessa mensagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o relatório do... Eu fui informado agora que ainda não há o quórum necessário. Faria, portanto, um apelo aos membros da comissão que ainda não puderam chegar ao Plenário, que venham ao Plenário, porque nós já estamos no processo de votação.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, na sessão última, a CAE aprovou um requerimento convidando alguns técnicos para a possibilidade de participar de Audiência Pública nessa comissão sobre uma lei de finanças públicas. Houve uma omissão em relação a um dos convidados, que não era secretário de finanças, que é Secretário de Finanças de Minas e não Secretário de Finanças de outro Estado. E também em relação ao nome da Fundação Getúlio Vargas, de modo que encaminho a V. Exa. um requerimento corrigindo esses pontos e pedindo que V. Exa. pudesse botar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou atender a V. Exa., colocando em votação o requerimento que convida o Sr. Simão Cirineu, Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais. Não, o requerimento pede a correção de lapso contido para que o Sr. Simão Cirineu figure como Secretário de Estado de Minas Gerais, bem como para sanar omissão do nome do Economista Carlos Ivan Simonsen Leal, Presidente da Fundação Getúlio Vargas, para a participação em Audiência Pública aprovada nesta comissão para instruir a matéria do PLS 229, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati. O requerimento é de autoria do Senador Francisco Dornelles.

O Item 01 da pauta dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro Desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca e dá outras providências. É de autoria do Senador Valdir Raupp, o relator é o Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório favorável ao projeto, nos termos do substituto que apresenta.

Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior para que leia o relatório enquanto faço um apelo aos Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos para que venham ao Plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Veio no mesmo voo, mas não veio no mesmo carro. É só para ler o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Ok. Sem problema.

"A extensão do seguro-desemprego, durante o período de defeso, aos trabalhadores subsidiários na atividade pesqueira artesanal é, sem sombra de dúvida, medida com elevado alcance social. Resta averiguar a disponibilidade de recursos para fazer face a tal ampliação do público-alvo do seguro.

Nos termos do art. 239 da Constituição Federal, 40% da arrecadação do PIS-PASEP direciona-se ao

BNDES, sendo o restante alocado no Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, que financia o Programa do Seguro-Desemprego e o pagamento do abono salarial.

Em 2008, a arrecadação do FAT correspondeu a 25,9 bilhões e as despesas, a 31,7 bilhões, o que redundou num déficit primário da ordem de 5,8 bilhões. Entre janeiro e setembro de 2009, tal déficit já se encontrava em torno de 9,8 bilhões.

Ao que parece, esses resultados negativos são reflexo da crescente formalização do mercado de trabalho brasileiro, observada nos últimos anos, que, ao trazer para o sistema novos beneficiários do seguro-desemprego e do abono salarial, acaba por gerar aumento de despesas superior ao de receitas, fazendo com que o FAT apresente déficits primários cada vez mais elevados. Não obstante, os resultados operacionais do Fundo, isto é, incluindo as receitas financeiras, ainda são bastante positivos. Isso ocorre em vista da magnitude das receitas próprias do FAT.

Em 2008, por exemplo, enquanto a arrecadação do Fundo correspondeu a 25 bilhões, as receitas próprias somaram quase 10 bilhões. Ou seja, mais do que compensaram o déficit primário de 5,8 bilhões ocorrido naquele ano.

Além disso, a situação patrimonial do fundo em 2008 apontou substancial folga de recursos. Do patrimônio acumulado de 175 bilhões, 17,4 bilhões correspondiam a aplicações de curto prazo destinadas a fazer face a situações emergenciais, 91,3 bilhões encontravam-se aplicados no BNDES e 45,7 bilhões, em depósitos especiais.

Conclusão: há recursos disponíveis para custear a extensão do seguro-desemprego aos trabalhadores que atuam subsidiariamente na pesca artesanal. Em especial, porque estes últimos devem somar reduzido número de potenciais beneficiários e porque o benefício é limitado ao período de defeso.

É preciso destacar que as comunidades de pescadores artesanais vêm enfrentando dificuldades crescentes com a crise dos estoques pesqueiros, a competição desleal da frota industrial, a pressão do mercado, sistema de preços, dependência ao atravessador e a demanda crescente por poucas variedades de pescado, além da perda de identidade cultural.

O pagamento do benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal é meio eficaz, somado a outras políticas públicas, para impedir a desestruturação social e produtiva dessas comunidades pesqueiras e evitar seu êxodo para os grandes centros urbanos.

Cumpre, pois, reconhecer o trabalho daqueles integrantes das comunidades de pescadores artesanais que desenvolvem atividades diretamente relacionadas à pesca, como os que confeccionam e reparam embarcações e petrechos e, também, em especial, as mulheres pescadoras: marisqueiras, algueiras, dentro da cadeia produtiva, garantindo a todos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Com relação à inclusão desses trabalhadores como segurados obrigatórios da Previdência Social, e, assim, com a devida contribuição financeira para o sistema, nada há a obstar. Pelo contrário. É medida sobremaneira oportuna, já que se insere no esforço governamental de inclusão previdenciária em curso no País. Temos hoje um mercado de trabalho informal que abarca mais da metade dos trabalhadores, entre eles os ora analisados. Brasileiros que não contribuem para qualquer regime previdenciário e, no futuro, acabarão como beneficiários da Assistência Social, com repercussões negativas nas contas da Seguridade Social.

Na verdade, a principal ressalva que se faz ao projeto é a necessidade de compatibilizar sua redação com as alterações legislativas pertinentes à matéria ocorridas desde sua apresentação, em 2005.

Por um lado, estão as novas definições para a área de pesca estabelecidas na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, e regula as atividades pesqueiras. Por outro lado, as modificações empreendidas no art. 12, inciso VII da Lei nº 8.212 e no art. 11, inciso VII, da Lei nº 8.213, ambas de 1991, que tratam, respectivamente, do custeio e dos benefícios do regime geral de previdência social.

Por fim, cabe ajustar a redação dos arts. 1º e 2º do projeto de lei à boa técnica legislativa, que recomenda que se agregue em um mesmo artigo mudanças empreendidas em uma mesma lei".

O Voto: "Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005, com a emenda substitutiva apresentada".

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar as duas relatorias, dos dois Antônio Carlos, o Valadares, que construiu o texto, e o Antonio Carlos Júnior que, na verdade, fez a referência no momento desta sessão. Agora, em que pese o mérito e a objetividade do projeto, é muito importante que nós estejamos atentos ao que se passa no tocante à arrecadação do FAT. O próprio relator, que no final dá seu voto favorável, e eu também me acostaria em função da carência

dessa atividade pesqueira no Brasil, principalmente no Nordeste, mas eu faria referência à observação que consta no relatório, que é de que em 2008 a arrecadação do FAT correspondeu a 25,9 bilhões. E as despesas corresponderam a 31,7 bilhões, o que proporcionou um déficit primário da ordem de 5,8 bilhões de reais. Com os dados que nós temos em mãos, que é de janeiro a setembro de 2009, essas informações não fecham o ano de 2009, que já foi fechado, tal déficit já se encontrava em torno de 9,8 bilhões.

Como eu sou originário da iniciativa privada, o déficit em qualquer que seja a atividade, o segmento, é muito preocupante. Então eu atentaria para que a nossa comissão fosse bastante vigilante na prodigalidade do uso de recurso do FAT, tendo em vista o FAT estar com esse perfil deficitário.

Então eu votaria favorável ao projeto pelo seu mérito, e parabenizo os relatores por terem inserido essa constatação, que é essa preocupação com o déficit dos recursos do FAT. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.

Item 3 da Pauta. Projeto de Lei do Senado de nº. 232, de 2006, não terminativo. Altera o § 3º do art. 18 da Lei nº. 8313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do Imposto de Renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios. Autoria, Senador Efraim Morais. Relator, Senador João Tenório. A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. Em 01/09/2009 foi concedida vista coletiva.

Com a palavra o relator, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, na verdade esse relatório já foi lido antes do pedido de vista coletiva, mas eu gostaria de fazer apenas uma pequena consideração sobre o assunto e dizer o seguinte, que trata-se do que há de mais autêntico, cordel, na cultura nordestina, na nossa cultura nordestina. E essa questão da Lei Rouanet é uma coisa que precisa ser revista, inclusive, porque o percentual de distribuição dessa lei em relação ao Brasil é uma coisa completamente destoada. Então, algumas regiões do país têm um percentual extremamente elevado desses recursos, e a nossa região, região nordestina, tem um percentual absolutamente insignificante.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço silêncio para que possamos ouvir o relator.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Então eu gostaria de saudar o Senador Efraim Morais pela iniciativa que foi tomada, e dizer que trata-se de fato de algo que merece ser considerado, em função da importância dessa cultura, dessa manifestação cultural na nossa região, e o fato de que o Nordeste até por não dispor de um lobby mais importante dessa área de cultura, tem se prejudicado muito na distribuição desses recursos.

O Voto, repito, como disse na última vez da leitura do relatório, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria só que fosse verificado o quórum, se já não é o suficiente para que possamos fazer a votação das matérias que ficaram em suspenso, não terminativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ainda continuamos sem quórum. Peço aos senadores que venham ao Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos. Já estamos no Item 3 da Pauta, mas sem votação, em função da falta de quórum. Estamos apenas lendo os pareceres.

Peço aos senadores que compareçam ao Plenário da Comissão. Faltam três senadores... Cinco? A contagem está... Nesse instante faltavam quatro, agora faltam cinco, não vai dar quórum.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É porque eu cheguei, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu cheguei, mas não conto, porque meu suplente estava aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, sim.

Item 6 da Pauta. Altera a Lei 7.670, de 08 de setembro de 1988 e o art. 186 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir entre os portadores das formas crônicas da hepatite B ou hepatite C. Autoria Senadora Júlia Carepa, e tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 67, de 2005, que altera a ementa e o art. 1º da Lei 7.670, de 08 de setembro de 88, e o art. 186 da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender os benefícios de que trata os portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar. Autoria, Senador Fernando Bezerra. Relatoria, Senador Renato Casagrande. Relatório favorável ao PLS nº. 330, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº. 67, de 2005. As matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Sociais. Em 29/09/09 foi concedido vista ao Senador Tião Viana,

que devolveu sem manifestação. Já foi lido? Já foi lido o parecer do relator Senador Renato Casagrande.

A respeito dessa matéria, com fundamento no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno, requeiro que ouvida a Mesa, com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei do Senado 330, de 2004, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 67, de 2005, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro de Estado da Fazenda, tendo em vista o requerimento do Senador Romero Jucá, solicitando informações ao Ministro da Fazenda sobre essa matéria, vamos retirá-la de pauta para aguardar o pronunciamento do Ministro da Fazenda, de acordo com o requerimento.

Item 14 da Pauta. Submete à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso V, VII e VIII da Constituição Federal, dois contratos de reestruturação de dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, no valor equivalente a 118 milhões, 20 mil, 795 dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos, para reescalonamento da dívida da República do Suriname com o Tesouro Nacional, referente a financiamentos não pagos do Fundo de Financiamento às Exportações, FINEX, e de subrogações decorrentes de indenizações do Seguro de Crédito à Exportação. Autoria, Presidente da República. Relator, Senador César Borges, a quem concedo a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O projeto mencionado por V. Exa. é uma Mensagem nº. 61 do Presidente da República. E é com relação à autorização que o Senado Federal tem que dar relativo à contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, no valor de 118 milhões e 020. Com relação a essa mensagem, Sr. Presidente, é preciso colocar que: "A dívida consolidada da República do Suriname, objeto da minuta de acordo bilateral de reescalonamento de dívida, ora submetido ao Senado Federal, é desdobramento das negociações para reestruturação de dívidas daquele país para com o Tesouro Nacional. À proposta eram firmados dois contratos, um para as dívidas originárias do FINEX e outra para os créditos subrogados do SCE.

Os termos e as condições do contrato reestruturação de débito do Suriname e a respectiva composição de dívida, foram consolidadas em 28 de fevereiro de 2009. Posteriormente a esse acordo, a República do Suriname demonstrou intenção de quitar antecipadamente sua dívida e assim usufruir de maior desconto possível. A operação de reestruturação da dívida da República do Suriname, a exemplo de outros créditos, reestruturados ou reescalonados pelo Brasil, implicará remissão parcial da dívida.

Ao Senado é assinalada competência privativa para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, nos termos do inciso V do art. 52 da Constituição Federal. A Resolução nº. 50, de 93, regulamentou esse preceito constitucional. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer 2.278, de outubro de 2009, analisou os aspectos jurídicos envolvidos no contrato, não apontando quaisquer óbices legais à autorização da contratação pretendida, ressaltando ainda que o contrato atende ao art. 11 da Resolução n°. 50, de 17 de junho de 93, do Senado Federal, não contendo dessa forma cláusula de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, nem contrária à contribuição e às eleições brasileiras.

Ademais, os autos do presente processo encontram-se instruídos com a documentação e as informações exigidas pela referida Resolução 50, de 93, notadamente aquelas definidas em seu art. 9º, encaminhadas ao Senado Federal pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior. Enfatiza-se que o contrato de reestruturação de débitos da República do Suriname dá prosseguimento à política brasileira de recuperação de créditos.

Com efeito, conforme análise dos cursos e benefícios econômicos sociais da operação, documento também anexado à mensagem encaminhada ao Senado Federal, o interesse do Governo Brasileiro em renegociar essa dívida decorre, entre outros motivos, da proposta adicional e alternativa apresentada pelo Suriname, que contempla o pagamento antecipado do total da dívida no período de apenas sete meses, ou seja, de 31 de agosto de 2009 até fevereiro de 2010, caso o Brasil concorde com o desconto adicional.

Por outro lado, se for efetivado o pagamento total antecipado, conforme deseja a República do Suriname e considerando a opção mais vantajosa também para a União, conforme entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, deverá haver remissão adicional de dívida, variável em função da data de sua quitação total. Até 31 de agosto de 2009, perdão adicional de 10 milhões de dólares. Até 31 de outubro de 2009, adicional de remissão de oito milhões de dólares. Até 31 de dezembro de 2009, adicional de seis milhões. E até 28 de fevereiro de 2010, perdão adicional de cinco milhões de dólares.

Em conclusão. O acordo firmado entre o Brasil e a República do Suriname contempla redução da dívida, que respeita e considera os procedimentos e as diretrizes definidas na Legislação Brasileira aplicável

à matéria. Assim sendo, somos a favor da concessão da autorização solicitada, nos termos do seguinte projeto:

Senado Federal resolve. Art. 1º. É a República Federativa do Brasil, nos termos do art. 52, inciso V da Constituição Federal, autorizado a celebrar contrato de reestruturação de seus créditos junto à República do Suriname, no montante equivalente a 118 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Art. 2º. A operação de reestruturação da dívida da República do Suriname observará as seguintes condições financeiras: o valor reescalonado de 118 milhões de dólares, dívida afetada 100% das parcelas de principal e juros, e termos de pagamento. Pagamento antecipado, 35 milhões de dólares referentes aos juros de mora devidos até 28 de fevereiro de 2009, desde que cumpridos integralmente o cronograma de pagamento ajustado com o Suriname.

A amortização. O valor remanescente de 56 milhões de dólares deverá ser pago em 11 parcelas semestrais, já descontado o valor a ser perdoado, sendo a primeira parcela em até seis meses após a aprovação do Senado Federal Brasileiro.

Juros. Capitalizados semestralmente, se pagos em 31 de maio e 30 de novembro de cada ano, após a aprovação do Senado Federal Brasileiro, capitalizados a partir de 1º de março de 2009. Taxa de juros. Libor semestral acrescida de spread de 1% ao ano; juros de mora capitalizados semestralmente, calculados à taxa de 1% ao ano acrescida a taxa de juros incidente sobre o pagamento do principal e juros que venham ser efetuados em atraso.

Art. 3º. O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da publicação. Art. 4º. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação".

Esse é o nosso relato, o Voto e o projeto de resolução, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Garibaldi, eu estou com muita dificuldade de entender esse projeto, dificuldade de entender e de votar. Porque, pelo que eu sei, até onde eu sei, e se eu estiver errado o relator me corrija, esse valor emprestado ao Suriname, foi emprestado para a construção de uma ponte que foi inaugurada recentemente, uma ponte que foi construída pela Camargo Corrêa, e este montante de 118 milhões, 20 mil 795 dólares do empréstimo, pelo que eu estou percebendo, a dívida de 118 vira 56 milhões, Presidente. O desconto de 35 milhões de dólares é desconto de juros de mora porque o Suriname já não pagou as parcelas devidas, ou seja, aqui está sendo dado um desconto dos juros de mora que faziam parte do contrato, 35 milhões de dólares, 35.712.077,79, isso é juros de mora, o Suriname não pagou, e, além disso, um fantástico desconto para que a dívida de 118 milhões do Suriname seja paga 56.308.717,25. Eu sugiro que o Tesouro adote esse mesmo critério para cobrar as dívidas dos empresários rurais, dos empresários urbanos, que emprestam dinheiro dos bancos oficiais para gerar empregos no país. Eu estou com muita dificuldade de entender por que o Brasil está concedendo um desconto de mais da metade da dívida.

E eu vou requerer que o Estado do Paraná, que tem um problema com o Itaú, Sr. Presidente... Veja o tratamento diferente. O Banco do Estado do Paraná foi vendido. O Estado do Paraná recebeu do Tesouro da União cinco bilhões e meio para sanear o banco. Mas pagou de dívidas, sete bilhões e 600. Vendeu o banco, recebeu cinco e meio e pagou sete e 600. E tem nove bilhões e cem de dívidas para pagar. Nove e cem mais sete e seiscentos, dá dezesseis e setecentos, Presidente. E o Paraná recebeu cinco e meio.

Então, eu vou requerer o mesmo critério no tratamento da dívida do Paraná. E eu vou fazer isso pedindo vista desse processo, para fazer o requerimento, que seja dado o mesmo desconto pelo Tesouro para a dívida que o Paraná tem com o Tesouro da União em relação ao Banco de Estado. Eu estou pedindo vista do processo, porque eu não tenho condições de votar um projeto ou uma decisão dessas, Sr. Presidente, que dá um desconto tão generoso assim para o Suriname e não dá o mesmo tratamento aos Estados Brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o relator, Senador César Borges. Em seguida o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, é um direito pleno--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O direito de vistas. Vai ser exercitado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas o nosso relatório está explicitado, que se for efetivado pagamento total ou antecipado, conforme deseja a República do Suriname, e considerada a opção mais vantajosa para a União, esse é o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, vai haver uma remissão adicional de dívida variável em função da data de sua quitação. Então, essa é uma explicação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, que vê a possibilidade, inclusive legal na Lei 9.665, de 98, que dá a possibilidade ao Poder Executivo a conceder essa remissão

parcial de créditos externos. Essa é a explicação que está no nosso relato. O pedido de vista e a posição do Senador Osmar nós acatamos e respeitamos, e V. Exa. deverá solicitar no prazo regimental que o projeto retorne a essa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fica concedido vistas, mas antes de encerrar a tramitação por hoje da matéria, concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu pediria então que a vista fosse coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vista coletiva, então.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E a razão é estabelecer que... Um esclarecimento do próprio relator, se as operações estando condicional, se até 31 de agosto, se até 31 de outubro, se até 31 de dezembro, e finalmente se até 28 de fevereiro de 2010, como nós já passamos o 28 de fevereiro de 2010, eu queria saber como que se portou o relacionamento entre devedor e credor, para saber se já ocorreu essa última forma de quitação, que seria no dia 28 de fevereiro de 2010, conforme consta nas opções que estão aqui explicitadas. Por isso, razão pela qual peço vista coletiva para ter acesso a essa informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Presidente, eu também tenho uma dúvida em relação a esse projeto. Porque diz aqui que a remissão atingiria 35 milhões de dólares. Mas vai ter uma remissão adicional de 29 milhões de dólares? Eu também quero saber. Eu também não posso votar isso sem ter essa informação. Quer dizer, falta informação ao projeto. Vai haver uma remissão adicional de 29? Aí fica absurdo. Se fosse a remissão de 35 para receber 74, ok. Agora, se tem uma remissão de 29 adicionais, realmente se torna a coisa absurda, então eu também gostaria de maiores esclarecimentos, porque também não tenho conforto para votar ainda isso hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fica concedida vista coletiva, de acordo com o pedido dos Senadores Osmar Dias, Roberto Cavalcanti e Antonio Carlos Júnior.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 13. Com a palavra a Senadora Rosalba, pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de fazer uma solicitação. O Item 1, que sei que já foi lido o relatório, se já está... Já tem quórum para a sua votação. É o que se refere ao Seguro– Desemprego para os pescadores artesanais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Rosalba, o relator solicitou a retirada de Pauta. O Senador Antonio Carlos Valadares, solicitou a retirada de Pauta do Item 1. Como se trata do primeiro pedido, será atendido.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para tirar uma dúvida, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Presidente, por favor, uma dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 1 que trata do Seguro-Desemprego para os trabalhadores na pesca artesanal foi retirado de Pauta. Retorna na próxima reunião?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Retorna na próxima reunião.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É importante, porque há uma expectativa muito grande de todos os pescadores, das marisqueiras, aqueles que trabalham no dia a dia com essa atividade por esse benefício que eles, como trabalhadores, têm direito. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está em discussão o Item 12 da Pauta. Já foi lido o parecer do relator ad hoc, Senador Roberto Cavalcanti, já que o relator da matéria, Senador Wellington Salgado não pôde estar presente. Autoriza a contratação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional, BIRD, para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de 485 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, para financiar o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentabilidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, o PRODESF.

A matéria está em discussão. Em votação o relatório do senador ad hoc, Senador Roberto Cavalcanti, em substituição ao relator, Senador Wellington Salgado. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do projeto de resolução apresentado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. solicitou já a urgência.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A urgência. Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo relator ad hoc, Senador Roberto Cavalcanti. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente. Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o Item 7 é da minha autoria, o Senador Pedro Simon não se encontra, mas a assessoria dele disse que se eu quiser designar algum senador para fazer o relatório, ele não se importa. Então, como nós temos quórum para votar terminativo, gostaria de pedir a V. Exa. que colocasse, na hora oportuna, o projeto em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria é de autoria de V. Exa.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renan Calheiros com a palavra.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu queria pedir a V. Exa., que V. Exa. colocasse na Ordem do Dia o Item 9, que não foi observado, talvez em função da ausência do nobre relator, Senador Colombo. Talvez fosse o caso, e eu recorro a V. Exa. nesse sentido, de V. Exa. designar o Senador Francisco Dornelles para ser relator ad hoc. Essa é uma matéria muito importante para o Nordeste, para a nossa região, e nós estamos com dificuldade de quórum. Talvez fosse o caso de nós aproveitarmos a oportunidade dessa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou voltar ao Item 3, porque já foi lido o relatório, e em seguida vou atender a V. Exa. e ao Senador Renato Casagrande.

Item 3. Altera o § 3º do art. 18 da Lei 8.313, de 91, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do Imposto de Renda devido sobre as quantias destinadas a doações de patrocínios. O relatório do Senador João Tenório foi favorável ao projeto, com as emendas de nº. 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria está em discussão. Em votação o relatório do Senador João Tenório. Os Senadores que concordam com o relatório e as emendas, permaneçam como estão. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com as emendas nº. 1, 2 e 3 da CAE. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e depois em caráter terminativo à Educação, Cultura e Esporte.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com referência a esse projeto que foi aprovado, eu quero aqui dizer da importância que é para que possamos apoiar cada vez mais a muitos que se dedicam à literatura de cordel. E que tem uma dificuldade imensa quando procuram patrocinadores para imprimir os seus versos, as suas rimas. Então, queria aqui dizer da importância que é a aprovação desse projeto. Com o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à Senadora Rosalba. É um projeto importante para a nossa região, para a cultura da nossa região, como já havia salientado o Senador João Tenório.

Projeto... Item 9 da pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu autorizo V. Exa. a votar o 9 primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.

Projeto de Lei do Senado nº. 392, de 2003. Autoriza a criação do programa de apoio aos pequenos e médios fornecedores de cana-de-açúcar, PROAF. Autoria, Senador Renan Calheiros. Relator, Senador Raimundo Colombo. O relatório é favorável ao projeto e as emendas de nº. 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Agricultura. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com parecer favorável e com as emendas 1, 2, 3 e 4. Designo como relator ad hoc o Senador Francisco Dornelles. Com a palavra o relator.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Em exame nessa Comissão projeto de autoria do ilustre Senador Renan Calheiros, que autoriza a criação do programa de apoio aos pequenos e médios fornecedores de cana-de-açúcar, o PROAF. A matéria já teve parecer favorável na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tendo igualmente parecer favorável no CAE(F), do Senador Raimundo Colombo.

São objetivos do PROAF: “assegurar inserção competitiva dos pequenos e médios fornecedores de cana-de-açúcar no mercado; desenvolver alternativas

de escoamento e armazenamento da produção; instituir e ampliar o treinamento profissionalizante; melhorar as condições educacionais dos pequenos fornecedores e de seus dependentes". O projeto prevê ainda que instituições rurais de ensino profissionalizante e outras de assistência técnica, poderão firmar convênios com a União, visando treinamento de participantes do programa. Será adotada a política de crédito compatível com os objetivos do programa, considerando aspectos da adimplência do mutuário, preservação do meio ambiente, financiamento de propriedades em que se verificou trabalho escravo infantil. No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais. Relativamente à juridicidade, assevera-se que uma parte não fere a ordem jurídica vigente.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Renan Calheiros pelo projeto apresentado, e manifestar-me pela aprovação com as emendas propostas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão e já constou da pauta de duas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, da nossa Comissão.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem, para discutir. Senador Jayme Campos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Jayme Campos para discutir a matéria.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estou apenas fazendo uso da palavra para cumprimentar o Senador Renan Calheiros pela louvável iniciativa de propor esse projeto, porque certamente é importante ao seu estado, lá na região do Nordeste, em que naturalmente uma das atividades é a cana-de-açúcar. Mas, Senador Renan, o projeto de V. Exa. atende também, sobremaneira, o meu Estado do Mato Grosso. Hoje já temos um grande pólo da cana-de-açúcar, que tem contribuído sobremaneira com a produção do açúcar e do álcool, na medida em que esse projeto de V. Exa. estabelece aqui mecanismos que vai permitir naturalmente a assistência técnica aos pequenos, cursos profissionalizantes e etc., etc. De tal maneira que não poderia, aqui nessa oportunidade de cumprimentar V. Exa. pela feliz iniciativa, projeto meritório, e que tem o aplauso de todos nós, tendo em vista que não é só o Nordeste, a Região Centro-Oeste, a Região Sul e Sudeste também vai ser sobremaneira atendido, na medida em que Mato Grosso tem muitos pequenos produtores e que, lamentavelmente, nós não temos uma política clara, nítida, em favor daqueles também, que trabalham nessa atividade econômica em nosso país. De tal forma que eu o cumprimento, parabéns e sucesso nesse projeto que certamente ainda vai a outras comissões, mas vai ser aprovado, e depois no Plenário da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Em votação o projeto e as emendas de nº. 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Tratando-se de matéria terminativa, a votação será nominal. Quem vota com o relator vota sim ao projeto e às emendas de nº. 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador César Borges. É o projeto e as emendas. Senador César Borges, sim. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o relator. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Relator ad hoc. Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator, Sr. Presidente. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, com o relator, e quero parabenizar o autor pela proposição porque isso é muito importante para fortalecer o setor da cana, principalmente os pequenos e médios, que precisam de apoio e de condições para melhor desenvolver esse trabalho e participar da ampliação de combustível não poluente no nosso Brasil, através da cana-de-açúcar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Azeredo. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. O autor, Senador Renan Calheiros. Conta para quórum. Aprovado à unanimidade. Treze votos favoráveis.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, eu queria rapidamente agradecer à comissão e agradecer sobretudo a V. Exa., pela prioridade que deu à apreciação desse projeto aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, que é um projeto fundamental, que autoriza a criação de um programa de apoio aos pequenos e médios fornecedores de cana, Sr. Presidente, cria uma linha de crédito no banco público, no banco privado, e permite convênio no sentido da profissionalização dessas pessoas que aproximam essa atividade do pequeno produtor, do pequeno fornecedor, da verdadeira agricultura familiar. Isso é muito importante para o Brasil, para diversas regiões do Brasil, e especialmente para o nosso Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Parabenizo V. Exa., Senador Renan Calheiros. E agradeço ao Senador Renato Casagrande.

Item 7. Altera a Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o parcelamento do pagamento do DPVAT. É uma taxa de...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Seguro obrigatório, Sr. Presidente. Permitir o parcelamento do seguro obrigatório que hoje não é permitido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Autoria Senador Renato Casagrande. Relatoria Senador Pedro Simon, que não pôde estar presente. Designo o Senador Antonio Carlos Júnior para fazer a relatoria ad hoc.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"A matéria insere-se na competência da União para legislar sobre trânsito, art. 22, XI, da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

A Resolução nº 154, de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados, que consolida as normas disciplinadoras do DPVAT, autoriza o parcelamento do prêmio no seguro para os veículos enquadrados nas categorias 3 e 4, que abrangem ônibus, microônibus e lotações. Entendemos, entretanto, que essa prerrogativa deve ser assegurada a todos os proprietários de veículos e que deve constar da lei. Concordamos, portanto, com as ponderações do autor. Não se justifica que o prêmio do DPVAT não possa ser pago no mesmo número de parcelas do IPVA, tributo cobrado concomitantemente.

Quanto à técnica legislativa, propomos que seja dada uma nova redação ao § 2º do art. 12 da Lei nº 6.194, de 1974, que trata do mesmo assunto, em vez do acréscimo de um novo parágrafo--

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): "Entendemos que a vigência da lei proposta não deve ocorrer na data da sua publicação, mas sim num prazo de até seis meses para a sua perfeita aplicabilidade. Neste sentido, apresentamos nova redação ao art. 2º do projeto".

O Voto: "Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e no mérito pela aprovação do PLS nº. 437, de 2008, com as duas emendas apresentadas".

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e as emendas de nº. 1 e 2. A votação será nominal. Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação. Em votação o projeto e as emendas de nº. 1 e 2. Quem vota com o relator vota sim ao projeto e às emendas de nº. 1 e 2. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Cumprimentando o autor Renato Casagrande pelo projeto, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior, voto conhecido, relator. Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Voto com o relator, Sr. Presidente. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado. João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande é o autor. Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Rosalba Ciarlini, senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o relator, Sr. Presidente. E parabenizando o autor, Senador Casagrande pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Sérgio Zambiasi. Gilberto Goellner, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Azeredo... Ô, Eduardo Azeredo. Renato Azeredo é seu pai, não é?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É um bonito nome, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aprovada à unanimidade o projeto de autoria do Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa., agradecer aos senadores e senadoras da comissão, por ter apoiado este projeto, este projeto, ele na verdade permite que o seguro obrigatório possa ser parcelado na hora do pagamento, da mesma forma que o IPVA. O IPVA hoje é parcelado, o seguro obrigatório não é parcelado, e para alguns veículos, especialmente ônibus, microônibus, esse seguro é muito elevado, o valor é muito caro. E o parcelamento agora estendido a todos os veículos, permitirá uma amortização mais amena, mais tranquila especialmente para o dono do veículo que tem um negócio, que transporta, que vive a sua vida dependendo do uso desse veículo. Então eu quero agradecer a V. Exa. e aos senadores pelo apoio dado ao projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Parabenizo o Senador Renato Casagrande. A comissão aprovou o projeto com as emendas de nº. 1 e 2 da CAE. Pela ordem, com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, o Item 8, eu perguntaria a V. Exa. se poderia nomear um relator ad hoc, porque o Item 8, o Senador Neuto de Conto não estando presente, eu vejo que é em caráter terminativo e poderia ser analisado ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu queria também solicitar a V. Exa., aproveitando aqui a presença do relator, Senador Eduardo Azeredo, o Item 11, é projeto de nossa autoria e nós estamos com o relator presente. Se V. Exa. pudesse inverter a pauta para aproveitar o quórum que existe agora nessa comissão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É terminativo?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É de autoria de V. Exa.?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, que está aqui ao meu lado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E do Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Já vamos para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu queria informar ao Senador Gilberto Goellner que o Senador Neuto de Conto pediu para fazer um ajuste no seu relatório. Um ajuste de ordem técnica, não afeta...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu inclusive sei o teor desse ajuste. Ele, no Voto, no Voto à página 192, ele vota pela aprovação do Projeto de Lei com a Emenda nº. 1, rejeitada a Emenda nº. 2. E ele vai trocar colocando como emenda única, em vez de emenda nº. 1. Ele não coloca em série. Então acho que nós podemos aprovar com essa... Com esse teor, com essa ressalva, já que se trata de uma emenda única.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O relator ad hoc a ser designado pela Presidência é quem poderia se arvorar dessa condição para fazer esse ajuste. É o acordo que eu estou propondo a V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Em que sentido, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Que o relator ad hoc, já que o Neuto de Conto, nosso Senador Neuto de Conto não está presente, o relator ad hoc proponha essa modificação que está... Que foi lembrada pelo relator, mas ele não está presente. Enquanto isso, nós vamos apreciar a matéria do Senador César Borges.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ok. Eu vou conversar com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agora teríamos que designar o Senador... Designaríamos o Senador Jayme Campos. Senador Jayme Campos, rapidamente daria uma nova formatação.

Com a palavra, portanto, o Senador Eduardo Azeredo para fazer o relato da matéria que altera o inciso VI.

[soa a campainha]

Do art. 4º da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 95, a fim de alterar o limite da idade para fim da isenção do Imposto de Renda. O autor é o Senador César Borges.

Agora, para votar esse projeto, todos dois são terminativos. Nós teríamos que contar com a colaboração dos senadores para manter o quórum, porque o quórum não está dos mais generosos. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o Senador César Borges, em bom momento, fez como sempre são seus momentos muito inspirados, ele fez a proposição de que a isenção parcial hoje prevista na legislação do Imposto de Renda, dirige-se ao beneficiário da aposentadoria e pensão, que tem ultrapassado 65 anos de idade, e tem por objetivo auxiliar nas vicissitudes e necessidades da terceira idade. Argúi que o Estatuto do Idoso elegeu como parâmetro a idade de 60 anos, que não cuidou da isenção fiscal. Sustenta ao final não fazer sentido a existência de um parâmetro de idade para fins fiscais e outro para os demais fins.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental, e há que se considerar, portanto, que após a desconstitucionalização da idade de 65 anos, nós não tivemos a Legislação que a adéqua. Eu estou propondo apenas duas emendas de redação, na verdade uma emenda do art. 4º, § 6º, porque nós estamos atualizando o teto de isenção da época da apresentação do projeto para hoje, estabelecendo teto de isenção para R$ 1.434,59, a partir do ano calendário de 2010. E ainda a substituição da expressão "Entidade de Previdência Complementar" por "Entidade de Previdência Privada".

O Voto, portanto, Sr. Presidente, pelas razões expostas, pela justiça necessária ao aposentado, àqueles que recebem rendimentos pagos pela Previdência Social, é no sentido favorável com a emenda que está em poder dos Srs. Senadores, portanto acabando com essa duplicidade de idades, 65 anos para efeito fiscal e 60 para o Estatuto do Idoso. Portanto, uniformizando 60 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Romero Jucá está ausente apenas fisicamente, mas vem se fazendo presente aqui através de requerimentos. Acaba de apresentar um requerimento que pede que essa matéria seja submetida ao exame da Comissão de Constituição e Justiça. Eu consulto o Plenário--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente. Sr. Presidente, com todo respeito ao Senador Romero Jucá, líder do Governo nessa Casa, essa medida é simplesmente procrastinatória. Não tem nenhuma necessidade. Essa comissão tem todas as condições de votar esse projeto. Quer dizer, quando uma proposta no sentido de algum tipo de isenção, que na verdade é uma adequação que nós estamos fazendo ao Estatuto do Idoso, eu posso dizer a V. Exa. dois projetos relativamente recentes, aprovados, destinando a colo-

car sempre no parâmetro de 60 anos. Agora o projeto dos precatórios destina regular o direito assegurado à pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. Há pouco tempo também eu aprovei aqui nessa Casa um projeto de minha autoria, que dá prioridade às pessoas com mais de 60 anos em tramitação de processo. Então, o relator fez um belo relato e foi no âmago do problema, dizendo que você não pode ter dois tratamentos diferenciados. Um tratamento social do idoso com 60, por uma série de motivos, e o tratamento fiscal. E essa isenção se prende apenas aos proventos da aposentadoria, que vai a 1.400 reais, pelo amor de Deus, estamos tratando de pessoas que precisam muito... Menos de três salários mínimos.

Não é possível que se procrastine quando se faz isenções aí bilionárias, eu até concordo com as isenções, mas não é possível quando é uma autoria de um parlamentar que visa atender população mais pobre da nossa... Do nosso povo, como os aposentados, nós tenhamos medidas procrastinatórias.

Então, eu quero me colocar contra este requerimento, Sr. Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, os Democratas ficam com o Presidente e votam contra o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Democratas votam contra...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O PSDB também vota contra o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renan Calheiros, líder do PMDB.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, em consonância com o Estatuto do Idoso e com tudo que nessa direção, essa Casa do Congresso Nacional tem deliberado, nós somos também contrários ao requerimento. Em que pese a ausência do Senador Romero, nós lamentamos muito, somos contrários ao requerimento. Pela aprovação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Governo está pedindo vista. Do projeto original.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão e votação o requerimento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu ouvi mal ou ouvi um certo tom de vaidade no pronunciamento de S. Exa. em dizer "o Governo está pedindo vista"? Achei um tom de vaidade, assim, que não é muito--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pelo contrário, não é de vaidade. É de realidade--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É de responsabilidade--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Governo está pedindo mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Valadares, podemos entender que o Governo está contra os aposentados que recebem essa parcela?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, em absoluto. Pelo contrário. Nós somos favoráveis.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós estamos uniformizando.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na outra sessão, na próxima semana nós estaremos de volta com o projeto. Sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Rejeitado o requerimento. Rejeitado o requerimento, passa-se à votação. Discussão e votação da matéria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço vista, Sr. Presidente. Agora...

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Vista coletiva.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já de antemão... De antemão eu posso dizer a V. Exa., Senador César Borges, vou pedir vista. Mas, de antemão, na outra sessão estarei de volta com o projeto e votarei favorável. Já estou dizendo antecipadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E votará favorável? Então vote logo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não. Agora não. Eu vou melhorar inclusive o projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Vista coletiva, Sr. Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A matéria estará na da próxima semana. A matéria... Já foi lido o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi lido o parecer.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu quero fazer um apelo ao meu colega de Sergipe, Senador Antonio Carlos Valadares, se ele é a favor do projeto, por que a vista? O projeto já foi aprimorado pelo Senador Relator Eduardo Azeredo. É um projeto muito simples, uma coisa que é natural que se faça, se adéqua a 60 anos no Estatuto do Idoso. Não há perda substantiva nenhuma para o erário da União. Então, não tem porque não aprovar esse projeto. Senador Eduardo Azeredo... Senador Antonio Carlos Valadares... Senador Eduardo Azeredo já cumpriu o seu papel. Estou lhe fazendo um apelo veemente, já que V. Exa. se coloca a favor do projeto, o projeto está aprimorado pelo Senador Eduardo Azeredo. Não tem porque procrastinar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu sou favorável. Eu vou até melhorar a redação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não tem como melhorar. O Senador Eduardo Azeredo--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tenho certeza que vai ser melhorado o projeto. Tenha certeza V. Exa. É só uma semana. Na próxima semana, se Deus quiser, nós estaremos aqui. E vamos melhorar a redação e dar maior consistência à aprovação da matéria.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não há como. É muito simples o projeto. Não tem consistência nenhuma, adaptar 65 para 60 anos. Não há nenhuma dificuldade, Senador Antonio Carlos Valadares. Faço um apelo veemente, dramático a V. Exa. O Senador Dornelles aqui conhece bem a questão.

[falas sobrepostas]

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olha, eu não gosto de remar contra a maré. A verdade é o seguinte, o PMDB, que é o partido de maior sustentação do Governo, faz o apelo para que eu não... não peça vista. Então, nesse caso eu não tenho porque... O partido que dá a maior sustentação ao Governo nesta Casa, depois do PT é o PMDB que está pedindo...

[falas sobrepostas]

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O Senador César Borges é da base do Governo também. Está fazendo o apelo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas o partido dele, ainda é como o nosso, é pequeno.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O meu já está grande.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já está grande. Então, se torna maior por causa da autoria do projeto de V. Exa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, retirado?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Retirado o pedido de vista.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Muito bem. Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o projeto e as emendas de nº. 1 e 2. A votação será nominal. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, como já tenho o benefício dessa isenção, eu voto favoravelmente que ela seja estendida a outras pessoas que no momento não tem. Meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Pedro Simon. Vota com o Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande está ausente. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Azeredo foi relator, voto conhecido. Aprovado à unanimidade, 14 votos favoráveis.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente Garibaldi Alves, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu indago a V. Exa. se eu posso relatar o Item 8 da página 189.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode. V. Exa. vai relatar o Item 9 da Pauta... Oito da Pauta. Que altera a redação do art. 1º da Lei 9.481, que dispõe sobre a incidência de Imposto de Renda sobre rendimento de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior e dá outras providências.

Com a palavra V. Exa., Senador Jayme Campos. O projeto é de autoria do Senador Gilberto Goellner.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Farei breve comentário em relação a essa matéria que se encontra aqui nessa comissão. Trata-se--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É terminativo. Eu só queria dizer que o projeto é terminativo. Fazer um apelo porque no momento o quórum caiu. Mas pode subir.

[risos]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Perfeito. Mas Sr. Presidente, tendo em vista, como V. Exa. disse, está caindo o quórum, eu vou na fase de análise da matéria.

"Nos termos do art. 91, inciso I, cumulado com o art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso, dispensada a competência do Plenário.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar a respeito do Imposto de Renda, a teor dos arts. 24, I, e 153, III, ambos da Constituição Federal. A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República, no art. 61, § 1º, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

Quarto parágrafo. Ainda sob o ponto de vista da constitucionalidade, atende à exigência de lei federal específica para a concessão de benefício fiscal, prevista no § 6º do art. 150 da Constituição. No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normatização via edição de lei, é o adequado; a matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Em relação à técnica legislativa, a redação empregada não demanda reparos. Contudo, lembramos que a Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, oriunda da conversão da Medida Provisória, MPV nº 428, de 12 de maio de 2008, acrescentou o inciso XII ao art. 1º da Lei nº 9.481, de 1997, e alterou seu § 1º, renumerando o parágrafo único. Desse modo, o inciso XII, ora proposto, necessitará ser renumerado para inciso XIII, com a consequente atualização da redação do mencionado § 1º, o que já foi feito pela emenda primeira. Por meio de seus arts. 2º e 3º, o PLS respeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal, estando adequado em termos orçamentários e financeiros.

No mérito, a proposição está bem fundamentada, explicando que o agricultor e o pecuarista que não exportam diretamente não recebem o mesmo benefício fiscal concedido aos que têm volume suficiente para exportar seus produtos diretamente.

De acordo com a situação atual, os produtores agropecuários que obtêm recursos no exterior para a produção que será exportada diretamente por eles, não recolhem na fonte o imposto de renda sobre os juros e comissões devidos na operação de financiamento externo. A proposição corrige essa distorção, estendendo o benefício a todos os produtores agropecuários que gerem produção exportável.

Emenda nº 2, que altera o art. 3º da proposição, deve ser rejeitada. Com efeito, ela dispõe que a lei de conversão entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o

disposto no art. 2º. Contudo, pelo texto da Emenda, o art. 2º nunca produzirá efeitos, já que a lei, como um todo, não produzirá efeitos enquanto não for observado o disposto no próprio art. 2º. A Emenda torna a proposição antijurídica. Na verdade, a redação original do art. 3º está correta, pois condiciona a produção de efeitos apenas do benefício fiscal, e não da lei, à implementação do art. 2º".

Voto. "Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 276, de 2008 com a emenda... Será rejeitada a emenda 2". E ainda apresenta, Sr. Presidente, a Emenda 3, que altera o § 1º do art. 1º do projeto para o Parágrafo Único.

Esse é o Voto, S. Exa., Sr. Presidente Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Após o parecer do relator, a matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação. Entretanto, o projeto e as emendas terão que se submeter a uma votação nominal, porque o projeto é terminativo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, lamentavelmente caiu o quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O esforço de V. Exa. e do Senador Gilberto Goellner, que é o autor--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Gostaríamos imensamente que tivesse quórum suficiente, mas deixa para a próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos colocar no primeiro Item da Pauta da próxima reunião.

Mas ainda temos aqui um projeto que não é terminativo. Que é não terminativo. É o reescalonamento da dívida da República de Cabo Verde, no valor equivalente a três milhões, 895 mil, 163 dólares dos Estados Unidos da América e 33 centavos. Relator, Senador João Pedro, mas eu concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, em função até das, digamos, das dúvidas que aconteceram e as operações são semelhantes, as dúvidas que aconteceram no projeto anterior, seria interessante que nós pedíssemos vista para poder ter o mesmo tratamento do projeto anterior. Então, eu pediria vista. Porque então nós esclareceremos as dúvidas em conjunto e votaremos em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Só para termos o processo de votação mais célere, vamos então designar um relator ad hoc que já leria o parecer, porque o Senador João Pedro elaborou parecer, e na próxima reunião seria apreciado. Depois do pedido de vista. V. Exa., Senador Jayme Campos, poderia ser o relator ad hoc? Desse outro.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Desse projeto do Senador João Pedro?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Do Senador João Pedro.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com muito prazer. Posso relatar, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode. Pode relatar.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): V. Exa. vai fazer a introdução do projeto ou... Ou como já está na comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não. V. Exa. pode relatar e em seguida vai prevalecer o pedido de vista já anunciado pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Perfeito. Mas Sr. Presidente, tendo em vista que vai haver, como já foi solicitado pelo Senador Antonio Carlos Júnior, pedido de vista, eu acho que eu passo a ler apenas o projeto de resolução, na medida que está nessa comissão, todos nós temos conhecimento. Para ser mais célere na matéria.

"Autoriza a União a realizar operação financeira de que trata o contrato de reestruturação da dívida da República de Cabo Verde com o Tesouro Nacional, a ser celebrado com a República Federativa do Brasil, no equivalente a três milhões, 895 milhões (sic) de dólares da América. O Senado Federal resolve. Art. 1º. É a União nos termos do art. 52, inciso V da Constituição Federal, autoriza a realizar a operação financeira que se trata o contrato de reestruturação de dívida a ser celebrada entre a República Federal do Brasil e a República de Cabo Verde, no valor de três milhões, 895 mil, 163 dólares dos Estados Unidos da América e 30 centavos. Parágrafo Único. O contrato a que se refere o caput tem por objeto reescalonamento da dívida da República de Cabo Verde com o Tesouro Nacional, oriunda de convênio de crédito firmado com recurso do extinto Fundo de Financiamento de Exportação, FINEX, reestruturado nos termos autorizado pela Resolução nº. 17, de 23 de março de 2000, do Senado Federal. Art. 1º. A operação financeira de que trata o art. 1º desta resolução, tem as seguintes características básicas: Primeiro. Contratantes, República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde. Dois. Interveniente Banco do Brasil S.A. Três. Dívida afetada 100% dos valores de principal e juros devidos até 31/12/08 no montante de três milhões, 895 mil 163 reais e 33 centavos de dólares. Ou seja, nesse caso, os juros operacionais serão de um milhão, 197 mil, juros equivalentes à moeda dos Estados Unidos da América. Valor da remissão. A

República Federativa do Brasil concorda em perdoar o valor total de um milhão, 197 mil, 962, 40 centavos de dólares da América, referente ao juros de mora de 31 de dezembro de 2008, sob condição que Cabo Verde efetue nas datas devidas todos os pagamentos previstos no contrato de reestruturação do que se trata a resolução. Valor a ser pago, dois milhões e 697. Termos de pagamento. Dez parcelas semestrais, sendo a primeira em até seis meses após a aprovação do contrato pelo Senado Federal. Sétimo. Taxa de juros de 1% ao ano acima do Libor. Oitavo. Taxa de juros de mora. A taxa definida no inciso anterior, acrescida de um ponto percentual. Art. 3º. O prazo para exercício da presente autorização é de 540 dias, a contar de sua publicação. Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação".

Esse é a análise, Sr. Presidente Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Tendo em vista o pedido de vista do Senador Antonio Carlos Júnior, será concedida vista até a próxima sessão, reunião dessa comissão.

Requerimento. Requeiro a correção de lapso contido no requerimento de n° 03, de 2010-CAE, para que Sr. Simão Cirineu figure como Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais, bem como para sanar a omissão do nome do Economista Carlos Ivan Simonsen Leal, Presidente da Fundação Getúlio Vargas, para a participação em Audiência Pública aprovada nessa comissão, para instruir a matéria do PLS 229, de 2009 de autoria do Senador Tasso Jereissati. Em votação. Senhores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Está também em votação a Ata da sessão anterior. Sras. e Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerro e levanto(F) a sessão, a esta reunião, convocando uma para a próxima terça-feira, na hora regimental.

Está encerrado.

Sessão encerrada às 11h57.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de março do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, César Borges, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Tasso Jereissati, José Agripino, Flexa Ribeiro e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Tião Viana, Inácio Arruda, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Pedro Simon, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, tendo falta justificada, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino e Gim Argello. A Presidência declara aberta a Reunião e comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 16/2010 (Aviso nº 60/GMF), de 23 de fevereiro de 2010, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2010, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios e Aviso nº 17/2010 (Aviso nº 015/2010-BCB-Presi), de 26 de fevereiro de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 13 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado João Hermann, que "dispõe sobre as operações de fomento mercantil – factoring, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública", tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Em 09/06/09, foi

concedida Vista ao Senador Tião Viana, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 276 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre o pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação", tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CRA, apresentando, ainda, a Emenda nº 03, e pela rejeição da Emenda nº 02-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CRA. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "institui Programa para a Revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no Brasil nos anos de 2008 e 2009", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Mensagem do Senado Federal nº 60 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, o Contrato de Reestruturação de Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e República de Cabo Verde, no valor equivalente a US$ 3,895,163.33 (três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e trinta e três centavos), para reescalonamento de dívida da República de Cabo Verde com o Tesouro Nacional, referente a convênio de crédito firmado com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX)"", tendo como Relator o Senador João Pedro, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 2/3/2010, foi concedida Vista ao Senador Antonio Carlos Júnior. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Mensagem do Senado Federal nº 61 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, dois Contratos de Reestruturação de Dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, no valor equivalente a US$ 118,020,795.04 (cento e dezoito milhões, vinte mil, setecentos e noventa e cinco dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos), para reescalonamento de dívida da República do Suriname com o Tesouro Nacional, referente a financiamentos não pagos do Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX) e de sub-rogações decorrentes de indenizações do Seguro de Crédito à Exportação (SCE)", tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 2/3/2010, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra os Senadores César Borges, Francisco Dornelles e Roberto Cavalcanti. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 418 de 2003 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre "sigilo das operações de instituições financeiras" e dá outras providências", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 49 de 2005 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que "altera a Lei Complementar nº 105, de10 de janeiro de 2001, para dar novo tratamento jurídico ao sigilo das operações de instituições financeiras, com o fim de tornar mais eficiente a persecução penal do Estado", tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Relatório favorável ao PLS nº 49 de 2005, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 418 de 2003. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei da Câmara nº 4 de 2005, não terminativo, de autoria do Deputado Affonso Camargo, que "dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. O Presidente da Comissão designa o Senador Tasso Jereissati Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, a votação da Matéria é adiada para a próxima reunião; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 310 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532,

de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 05-CE, apresentando, ainda, as Emendas nºs 06, 07 e 08. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 05-CE. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 220 de 2000, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre incentivos fiscais a empresas privadas que contratem trabalhadores de faixa etária a partir de 50 (cinqüenta) anos", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 185 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que "institui incentivo fiscal à contratação de jovens para o primeiro emprego em microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Relatório favorável ao PLS nº 220 de 2000, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 185 de 2003. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 530 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas", tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 606 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Valter Pereira, que "acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa o Senador César Borges Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, o Presidente adia a discussão e a votação da Matéria. Em seguida, é lido pelo Senador Eduardo Suplicy o Requerimento de sua autoria, requerendo a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 656 de 2007, que "altera o art. 8º da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel", com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc; Exmo. Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão; Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Jackson Schneider; Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis – ANP, Haroldo Borges Rodrigues Lima; Oded Grajew – Movimento Nossa São Paulo; e Paulo Hilário Nascimento Saldiva – Professor-Doutor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e, ainda, é lido pelo Senador Francisco Dornelles o Requerimento de sua autoria e do Senador Renato Casagrande, requerendo a realização de audiência pública para que "seja exposto o chamado 'Projeto Ômega', cujo objetivo é transformar o País em um centro internacional do mercado de moedas, desregulamentar o mercado cambial e tornar o Real uma moeda com conversibilidade internacional", com a presença dos seguintes convidados: Sr. Edemir Pinto – Diretor Presidente da BM&F-Bovespa; Sr. Fábio Colletti Barbosa – Presidente da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Sr. Marcelo Fidêncio Giufrida – Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima); e Sr. Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central do Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proporia a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o que faremos posteriormente. Os Srs. Senadores que estão presentes, comunico a todos que esta comissão recebeu os seguintes documentos:

O Aviso nº 16/2010, de 23 de fevereiro de 2010, do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2010. Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios.

Aviso nº 17/2010, de 26 de fevereiro de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 95, demonstrativo das emissões do Real, referente ao mês de janeiro de 2010, a razões delas determinantes, e as posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o nosso Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu fui relator, sou relator do Item nº 6, que é uma Mensagem ao Senado Federal nº 61, de 2010, de renegociação de uma dívida da República Federativa do Brasil com a República do Suriname. Foi feito um pedido de vista, vista coletiva, acredito que não houve manifestação, e retornou. É um projeto Não Terminativo, e cujas explicações estão sendo dadas. Isso é importante, porque aprovar essa renegociação, Sr. Presidente, significa permitir que as empresas brasileiras que, hoje, atuam lá no Suriname, que muitas vezes necessitam de recursos do próprio país, do Brasil, para alavancar esses projetos através de financiamentos, necessitam que seja regularizado a situação do país junto... Ou melhor, do Suriname junto com o Brasil.

Então, eu não vejo motivo nenhum para que esse Senado não possa fazer a aprovação dessa renegociação que, inclusive, terá a participação da Holanda, que vai ajudar o pagamento dessa dívida do Suriname com o Brasil, e que regularizando a situação deste país irmão e vizinho do nosso país, com certeza, permitirá que novas obras e novos investimentos brasileiros possam se fazer neste país.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que colocasse, imediatamente, em votação o Item nº 6, cujo relato já foi feito nessa Casa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero concordar plenamente com a exposição feita pelo Senador César Borges. Na realidade, isso é um instrumento de exportação de serviços, isso é extremamente importante para o Brasil, de modo que o que se faz nessa situação, não é dar dinheiro para o Suriname, é criar condições para que as empresas brasileiras possam exportar serviço para aquele país. De modo que eu colocar aqui a minha concordância, solicitar que isso possa ser votado o mais rápido possível.

Muito obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu aprovo plenamente a inversão de pauta para que nós possamos votar a matéria, nós só estamos com o problema do quórum para a votação, inclusive a matéria já foi lida--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O relato já foi feito na sessão passada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --foi lido o relatório, já foi discutido. O que está acontecendo é que nós estamos, até o momento, sem quórum, até para as matérias Não Terminativas. Só temos sete senadores, faltam sete. Eu acredito que os senadores estejam se mobilizando no sentido de prestigiar uma sessão solene que será realizada em homenagem à mulher no Plenário. Mas eu acredito que muitos senadores já estão com a consciência tranquila, porque homenagearam as mulheres nos seus Estados. Eu sou um deles, já participei de várias homenagens às mulheres no Rio Grande do Norte, V. Exa., Senador César Borges, na Bahia; o Senador Francisco Dornelles no Rio de Janeiro. Então, façamos um apelo aos senadores para que se dirijam, nesse instante, ao Plenário desta Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de que possamos votar as matérias constantes da pauta, inclusive esta matéria do Item 6, que já está pronta para votação, aguardando apenas a presença aqui de sete senadores.

Enquanto isso, enquanto os senadores não vêm, eu consulto aos senadores aqui presentes se tem alguma matéria a relatar... Além desta matéria, Senador César Borges, V. Exa. tem algum? Ou então vamos nomeá-lo relator ad hoc, designá-lo... Ou pedir também ao Senador Francisco Dornelles que nos ajude como senador ad hoc.

Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. tem alguma matéria para relatar? Para relatar hoje?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tenho. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, na reunião passada, eu pedi vistas refe-

rente aquele projeto do reescalonamento da dívida do Suriname. E fazia necessidade, existia supostamente a necessidade de se obter informações sobre um suposto pagamento das parcelas que precediam a data atual, e que, na verdade, deveriam ter acontecido durante exercícios anteriores.

A minha pergunta é se a comissão recebeu essas informações que foram solicitadas por ocasião daquele pedido de vista e que motivaram aquele pedido de vista. Era só esse entendimento, Sr. Presidente, no sentido de saber se a comissão recebeu aquelas informações solicitadas, que eram referentes ao possível pagamento ou não das parcelas que precediam a data atual da nossa reunião.

O Senador César Borges deve ter ciência do conteúdo deste fácil... Acessando aqui o texto nós temos condição de chegarmos...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. pediu formalmente isso?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A formalidade é inerente ao pedido de vistas. Ao pedir vistas, o motivo pelo qual eu pedi vistas, foi alertar de que nós senadores teríamos efetiva dificuldade de votarmos a matéria sem termos aquela informação.

Eu estou tentando resgatar aqui exatamente as datas em que deveriam ter ocorrido esses pagamentos, estão aqui, Sr. Presidente. "Cronograma de pagamento e perdão; opção de pagamento antecipado". Aconteceria o pagamento integral em 31/08/2009; pagamento integral em 31/10/2009; pagamento integral em 31/12/2009 e pagamento integral em 28/02/2010. Como todas essas datas são anteriores a presente data, e que haveria variantes no tocante as concessões dadas se os pagamentos fossem efetuados nessas datas, a minha pergunta é se eles, efetivamente, ocorreram ou não. Tendo em vista que era o cronograma de pagamento, supostamente, que deveria ter acontecido nessas datas que estão constando aqui na página 218 do nosso relatório geral.

É só a informação de que se houve a constatação ou não desses pagamentos. Ou se nós tivemos alguma informação a respeito desses supostos pagamentos nessas datas que são anteriores à presente data.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com palavra o Senador César Borges, relator.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A informação que eu posso fornecer, nesse momento, ao Senador Roberto Cavalcanti, se ele procurar a página 212, informações requeridas no art. 9º da Resolução nº 5.093(F), se ele fizer uma análise acurada sobre essas informações, ele vai verificar que, na verdade, só vai ter validade esse acordo de reescalonamento, que só poderia ser pago no momento que o Senado aprovar. Só no momento que o Senado aprovar.

"Então termo de pagamento, pagamento antecipado, 26 milhões, pagamento em 11 parcelas semestrais dos remanescentes, que são 56 milhões de dólares, 308 mil, 717 e 25 centavos, descontados o valor a ser perdoado, sendo a primeira em até seis meses após a aprovação do Senado Federa", está na página 214.

Na página 217 tem cronograma de pagamento. "Pagamento antecipado, 26 milhões a ser depositado no escrow account, no Banco do Brasil em Nova Iorque. Pagamento em 11 parcelas semestrais do remanescente. Aí vem: até a primeira parcela, até seis meses a aprovação do Senado. Segundo, em data a ser determinada, e assim por diante".

Então nós temos que aprovar primeiro do Senado para que entre em validade este acordo e comece a ser feito o pagamento antecipado e valer o acordo.

Eu espero que com isso eu possa ter dado a explicação ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu concordo com o que V. Exa. especifica. O que eu acho que, na verdade, nós deveríamos ter uma forma de correção seria que essas datas de pagamento integral, essas supostas datas de pagamentos fossem, em lugar de estarem especificados datas pontuais, 31/08/2009, ou 31/12/2009, fossem colocadas a 'X' dias da aprovação por nós, pelo Senado Federal. Para que lá na frente não houvesse a possibilidade de nós incorrermos de não termos aprovado aqui no Senado essa proposta de remanejamento de dívida, e pagamento de dívida, e termos datas que, eventualmente, possam ficar obsoletas.

Era essa a observação, mas eu concordo com V. Exa. no tocante da impossibilidade de ter precisão de datas anteriores, tendo em vista que o projeto ainda não passou por essa Casa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Se V. Exa. se dá por satisfeito, essa é a explicação, mas essa nota técnica está encaminhada no próprio relatório, e foi encaminhado pelo Governo Federal, explicando a resolução do Senado, ela diz mais, quer dizer, na verdade o Suriname entrou em moratória, e aí está se fazendo a renegociação onde a Holanda começa a assumir alguns débitos regularizando a situação. Regularizando a situação do Suriname, o Suriname vai fazer jus a novos empréstimos... Regularizada a situação, vim fazer jus a novos empréstimos internacionais, inclusive do Brasil. E, neste caso, o que está sendo feito é a tentativa de se regularizar uma dívida

que estava, sem sombra de dúvida, numa inadimplência do Suriname com o Brasil. É uma maneira de se aprovar, é um contrato bilateral entre dois países na tentativa de se resolver esse débito do Suriname com o Brasil e regularizar essa situação. E quem vai arcar, inclusive, com esse pagamento será a Holanda, em ajuda a sua antiga colônia, que hoje é o estado soberano do Suriname.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem. Eu só gostaria de ter uma informação de que em que momentos nós estamos? Se está no momento da discussão e passará ao momento da votação do Item 6, a qual nós estamos nos referindo nesse presente momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós estamos num momento indefinido, num momento indefinido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): De...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): No momento indefinido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu me apercebi dessa indefinição, por isso estou consultando burocraticamente V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós deveríamos estar na votação, mas não há quórum. Porque a notícia que se tem é que existe um grande número de senadores se dirigindo para o Plenário, onde vai haver uma homenagem à mulher com a presença da Ministra Dilma Rousseff e da Primeira-Dama Marisa Letícia.

Eu já disse aqui, fiz um apelo aos senadores para que eles compareçam, porque lá nos nossos estados nós já homenageamos as mulheres. Pelo menos, eu estou com a consciência tranquila de que homenageamos as mulheres. Eu faço um--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, me desculpe. Agora, eu homenageio as mulheres diariamente. Todos os dias eu acho que é dia de homenagear as mulheres. Só que hoje é um dia, apenas, especial onde se formaliza a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria de lembrar V. Exa., V. Exa. homenageia as mulheres todos os dias, mas vai haver uma homenagem a uma mulher chamada Dilma Rousseff.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Aí é uma questão especial... [risos].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de discordar do Senador César Borges--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é homenagem propriamente, vai haver a presença dela.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): **--**e dizer que eu homenageio segundo a segundo, não é todo dia, não. Eu homenageio segundo a segundo todas as mulheres.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem muita gente com a consciência pesada aqui, viu?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem, e eu não posso dizer que agradeço, porque eu não posso falar em nome das mulheres.

Eu vou nomear aqui, vou designar, por gentileza aqui do senador...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa., senador... No item... O Item 12 da pauta, que acresce ao inciso VIII, ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 89, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. É de autoria do Senador Valter Pereira. Relator, o Senador Arthur Virgílio.

Eu pergunto ao Senador César Borges se queria ser relator ad hoc desse projeto? É o Item 12. Aí é 430 no seu...

Então, com a palavra V. Exa..

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente. Farei o relato, como relator ad hoc, em substituição ao Senador Artur Virgílio, com muito prazer.

Relatório. "O Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, apresentado pelo Senador Valter Pereira intenta incluir novo inciso no art. 5º da Lei que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente para destinar recursos financeiros a projetos de recuperação de área degradada.

A matéria será analisada preliminarmente pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão Terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não foram apresentadas emendas no âmbito dessa comissão".

Análise. "Cabe a essa comissão analisar o mérito do PLS nº 606, quanto aos aspectos econômicos e financeiros pertinentes, conforme preconiza o art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição sob exame foi inicialmente relatada pela Senadora Marina Silva, que apresentou competente relatório. A matéria, no entanto, foi redistribuída em virtude da nova composição da comissão. E, nesta oportunidade, cabe a nós, Senador Arthur Virgílio – eu sou apenas o relator ad hoc -, relatar o projeto.

Por concordar com a análise feita pela relatora que nos antecedeu, tomamos a liberdade de reproduzir suas principais considerações. Como se observa, a iniciativa legislativa não modifica a natureza do Fundo Nacional do Meio Ambiente, como também não altera as fontes de recursos que o constituem, que permanecem sendo aquelas já previstas no art. 2º da Lei 7.797, de 1989.

Por sua vez, o art. 5º da Lei estabelece que os recursos financeiros do Fundo Nacional do Meio Ambiente serão aplicados em projetos relacionados à unidade de conservação da natureza, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo e extensão florestal, desenvolvimento institucional, controle ambiental e aproveitamento econômico e sustentável da flora e fauna nativas.

O projeto de lei modifica pontualmente o art. 5º da norma legal, de modo a estatuir que os recursos financeiros auferidos pelo fundo possam ser também aplicados em projetos de recuperação de áreas degradadas. Embora os aspectos de ordem estritamente ambiental da proposição devam ser examinados de forma detalhada pela Comissão de Meio Ambiente, entendemos que as dimensões econômicas e ambientais da matéria estão intimamente associadas. Nesse contexto, a recuperação de áreas degradadas, em especial as áreas definidas pelo Código Florestal como de preservação permanente, é de fundamental importância para que o desenvolvimento econômico nacional ocorra em bases sustentáveis.

A regeneração e manutenção dessas áreas, em condições ecologicamente equilibradas respondem, por exemplo, pela permanência e qualidade da navegação fluvial, e do fluxo dos corpos hídricos, e pelo controle da erosão dos solos e das enchentes, tanto em áreas rurais, quanto urbanas, com reflexo direto na saúde das atividades produtivas do país e no bem-estar da sociedade.

É exatamente sob esse enfoque econômico que a proposição se torna uma iniciativa altamente meritória e merecedora do acolhimento pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A par da análise ambiental, a Comissão de Meio Ambiente deverá igualmente se pronunciar sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desse PLS 606, uma vez que a ela cabe apreciar a matéria em decisão Terminativa.

Por fim, identificamos na ementa, e no art. 1º do projeto, em correção formal, quanto à data da lei do fundo, que cria o fundo, do Fundo Nacional do Meio Ambiente, o que nós leva a apresentar emenda para substituir a data de 11 de junho de 1989, para 10 de julho de 1989".

Voto. "Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, com a seguinte emenda de redação:

'Substitua-se na ementa e no art. 1º do PLS nº 606, de 2007, a data 11 de julho de 1989, por 10 de julho de 1989'". Sala da comissão, assina o Senador Arthur Virgílio, relator desse projeto, e que eu acabei de ser agora o relator ad hoc, concluindo o meu relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.. A matéria está em discussão. Em votação o relatório, o relatório do Senador Arthur Virgílio, que foi aqui exposto pelo Senador César Borges, como relator ad hoc.

Sou obrigado a encerrar o processo de discussão, mas não posso iniciar o de votação porque falta quórum ainda nos trabalhos de hoje.

Faria um novo apelo aos senadores e senadoras... Bem, as senadoras eu estou temeroso por conta dessa homenagem às mulheres, mas pelo menos senadores, que venham ao Plenário para que possamos ter as votações programadas para o dia de hoje.

Consulto a secretaria se temos algum outro projeto.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Existe aqui um apelo de um projeto com cerca... Com a comissão, que dispõe de cerca de 300 mil assinaturas, pedindo para que seja votado um projeto do Deputado Affonso Camargo, que trata da questão de reprodução de cães e gatos domésticos. E pedido que seja colocado em votação já que isso seria, segundo essa comissão, está há muito tempo parado aqui na CAE e desta maneira me pedem que sugira a V. Exa. que coloque... É o Item 8 e que eu me proporia a ser um relator ad hoc, e eu consulto V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. pode ser relator ad hoc?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Posso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agora não persiste a falta de quórum, mas V. Exa. poderia ser o relator ad hoc enquanto nós aguardávamos a presença de alguns senadores.

Então V. Exa. tem a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, "o PLC do Deputado Affon-

so Camargo propõe, em seu art. 1º, que a reprodução de cães e gatos domésticos será controlada mediante esterilização cirúrgica, sendo vedada a prática de outros procedimentos veterinários.

O art. 2º estabelece que para a execução do programa de esterilização de animais deverão ser considerados:

I) o estudo das localidades ou região que apontam para a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial.

II) o quantitativo de animais a serem esterilizados por localidade, necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios; e

III) o tratamento prioritário dos animais pertencentes ou localizados nas comunidades de baixa renda.

O art. 3º prevê a implementação de campanhas educativas sobre a posse responsável de animais domésticos; enquanto o art. 4º atribui ao poder público o estabelecimento de prazo para os municípios se adaptarem à lei".

Análise. "A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados em todas as comissões pertinentes, foi destacado pelo relator da Comissão de Seguridade Social e Família, que a Organização Mundial de Saúde considera cara e ineficaz a política de captura e extermínio de animais errantes, como o adotado pelo Brasil para controle de zoonose. Desta maneira, consultada a Diretoria de Vigilância Epidemiológica do Distrito Federal, informa que em relação à raiva humana, no Distrito Federal, o único caso registrado foi em 78.

Dessa forma, o nosso Voto é pela aprovação do PLC nº 04, de 2005, PL nº 1.376, de 2003, na origem".

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Tasso Jereissati, cumprimento V. Exa. pelo relatório. Não existe número ainda, de maneira que não temos condições de botar em votação, mas o relatório consta como lido.

Eu coloco em discussão, se alguém quiser opinar. Encerrada a discussão. Vamos entrar, no momento que houver quórum, no processo de votação.

Com a palavra o Senador Suplicy para justificar o requerimento... Senador, senador, Senador Suplicy, tem um requerimento de V. Exa.. Senador Suplicy, tem um requerimento de V. Exa., V. Exa. gostaria de falar sobre ele?

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse ele está pedindo para eu ler.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, para você apresentar--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para apresentar agora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É. O 315 não está na pauta. Você me deu informação errada, tanto é que eu falei: "Venha para cá".

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tem certeza que não está na pauta?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não... PLC 315.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está no papel que eu lhe falei, que eu te dei. Cadê o papel que eu te dei?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): "Sr. Presidente, venho requerer nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno a realização de Audiência Pública com a participação das autoridades especialistas, abaixo relacionados, para a discussão do Projeto de Lei 656, do Senado, 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que tem objetivo de permitir a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel.

A referida proposição encontra-se em tramitação nessa comissão e a sua relatoria foi atribuída ao Senador Delcídio Amaral. São os seguintes os convidados: Ministro do Meio ambiente, Carlos Minc; da Saúde, José Gomes Temporão; Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores, ANFAVEA, Jacson Schneider; Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Borges Lima; Oded Grajew, Movimento Nossa São Paulo e Paulo Hilário Nascimento Saldiva, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

A proposta do Senador Camata tem o objetivo de autorizar a comercialização de motores movidos a diesel em veículos de passageiros com capacidade de carga igual ou inferior a mil quilos, cabendo à Agência Nacional do Petróleo regulamentar a utilização do diesel nesses carros de passeio.

Na justificação da proposição, o senador afirma que os motores de diesel apresentam um maior rendimento termodinâmico e, consequentemente, menor consumo específico do combustível, o que reduz a emissão do dióxido de carbono, principal responsável pelo agravamento do efeito estufa.

Essa autorização, além de trazer efeitos positivos para o meio ambiente, consiste em uma política de estímulo à produção e consumo do biodiesel, que poderá permitir o uso sem restrições de veículos movidos a diesel. Trata-se de proposição louvável que merece nossa atenção.

No entanto, os Srs. Oded Grajew e Sérgio Haddad, do Movimento Nossa São Paulo, encaminharam-me o documento carta aberta aos senadores subscritos pelas entidades Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Greenpeace Brasil, Instituto Akatu, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Instituto Ethos(F) de Empresas e Responsabilidade Social, Movimento Nossa São Paulo, SOS Mata Atlântica e a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

O documento alerta sobre os possíveis riscos e, atualmente, o óleo diesel move a maioria dos veículos comerciais do Brasil, mas não pode ser utilizado pelos carros de passeio. Estudos do Professor Paulo Saldiva, coordenador do laboratório de poluição atmosférica experimental da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo, citados na carta aberta, indicam que esse combustível é responsável pela morte, somente na cidade de São Paulo, de pelo menos seis pessoas todos os dias. Segundo as observações da Faculdade de Medicina da USP, essa frota que representa, não mais do que 10% do total de veículos circulantes, é responsável por 51% da emissão de material particulado, do que faz parte o enxofre na atmosfera.

Essas pesquisas registram, também, que o custo anual gerado pelas internações hospitalares decorrentes da poluição veicular, pelo Sistema Único de Saúde, é de 82 milhões e 600 mil reais na região metropolitana de São Paulo. Se somarmos o total das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife as despesas atingem a 129,5 milhões de reais.

A realização da audiência aqui solicitada proporcionará ao Senado maior conhecimento dos possíveis impactos que poderão ocorrer à saúde dos brasileiros, caso tal proposição seja aprovada. E encaminho anexo a carta aberta aos senadores que consta deste requerimento, Sr. Presidente, assinado pelas diversas entidades aqui listadas".

Encaminho a V. Exa..

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, está na Mesa com V. Exa. o requerimento do Senador Renato Casagrande, e que me solicitou também pudesse fazer a leitura desse requerimento pedindo aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Senador Renato Casagrande encaminhou requerimento a V. Exa. para realização de Audiência Pública para que seja exposto nessa comissão o chamado Projeto Ômega, cujo objetivo é transformar o país em um centro internacional de mercado de moedas, desregulamentar o mesmo cambial e tornar o Real a moeda com conversibilidade internacional.

Como propõe o senador, sejam convidados para essa audiência o Dr. Edemir Pinto, Diretor do Bovespa; o Dr. Fábio Barbosa, Presidente da FEBRABAN; Dr. Marcelo Giufrida, da AMBIMA e Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

É esse o requerimento encaminhado a V. Exa. pelo Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Francisco Dornelles. E tendo em vista a falta de quórum, apesar de ser um homem de muita fé, e V. Exa. também, mas hoje eu não estou acreditando mais que possamos ter o concurso e a participação de outros senadores.

Sendo assim, a pauta de hoje será apreciada juntamente com outras matérias na próxima sessão.

A sessão está encerrada e convocada uma para a próxima terça-feira.

Sessão encerrada às 11h29.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia dezesseis de março do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, César Borges, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Neuto De Conto, Romero Jucá, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, José Agripino, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Tião Viana, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Pedro Simon, Renan Calheiros, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino e Gim Argello. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas

da Terceira e Quarta Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 13 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado João Hermann, que "dispõe sobre as operações de fomento mercantil – factoring, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública", tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Em 9/6/2009, foi concedida Vista ao Senador Tião Viana, que devolveu sem manifestação. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 276 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre o pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação", tendo como Relator o Senador Neuto De Conto, que oferece Relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CRA, apresentando, ainda, a Emenda nº 03, e pela rejeição da Emenda nº 02-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CRA. Após a leitura do Relatório pelo Senador Neuto De Conto, encerrada a discussão, a Comissão aprova o Projeto por onze votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção; aprova as Emendas nº 01-CRA-CAE e nº 03-CAE por doze votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção; e, ainda, rejeita a Emenda nº 02-CRA por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "institui Programa para a Revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no Brasil nos anos de 2008 e 2009", tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 05-Mensagem do Senado Federal nº 60 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, o Contrato de Reestruturação de Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e República de Cabo Verde, no valor equivalente a US$ 3,895,163.33 (três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e trinta e três centavos), para reescalonamento de dívida da República de Cabo Verde com o Tesouro Nacional, referente a convênio de crédito firmado com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX)", tendo como Relator o Senador João Pedro, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 2/3/2010, foi concedida Vista ao Senador Antonio Carlos Júnior, que devolveu sem manifestação. Após a leitura do Relatório pelo Senador Roberto Cavalcanti, usam da palavra os Senadores Osmar Dias, João Tenório e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 06-Mensagem do Senado Federal nº 61 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, dois Contratos de Reestruturação de Dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, no valor equivalente a US$ 118,020,795.04 (cento e dezoito milhões, vinte mil, setecentos e noventa e cinco dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos), para reescalonamento de dívida da República do Suriname com o Tesouro Nacional, referente a financiamentos não pagos do Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX) e de sub-rogações decorrentes de indenizações do Seguro de Crédito à Exportação (SCE)", tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 2/3/2010, foi concedida Vista Coletiva. Encerrada a discussão, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos

do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 418 de 2003 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre 'sigilo das operações de instituições financeiras' e dá outras providências", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 49 de 2005 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que "altera a Lei Complementar nº 105, de10 de janeiro de 2001, para dar novo tratamento jurídico ao sigilo das operações de instituições financeiras, com o fim de tornar mais eficiente a persecução penal do Estado", tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Relatório favorável ao PLS nº 49 de 2005, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 418 de 2003. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação das Matérias é adiada. Item 08-Projeto de Lei da Câmara nº 4 de 2005, não terminativo, de autoria do Deputado Affonso Camargo, que "dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 9/3/2010, foi encerrada a discussão da Matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy. Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 310 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros", tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 05-CE, apresentando, ainda, as Emendas nºs 06, 07 e 08. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 05-CE. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 530 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas", tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 606 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Valter Pereira, que "acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 312 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Suplicy, usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti, Cícero Lucena, João Tenório, Efraim Morais, Osmar Dias, Wellington Salgado e Eduardo Azeredo. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva. Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 242 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de registro do porte do tomador em todas as operações de crédito das instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil", tendo como Relator o Senador Jefferson Praia, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 129 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes", tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Ma-

téria é retirada de Pauta a pedido do Relator. Item 15-Requerimento nº 194 de 2010 apresentado ao Projeto de Lei da Câmara nº 309 de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, "que requer o sobrestamento do PLC nº 309 de 2009 para aguardar decisão do Senado Federal sobre o PL nº 5938 de 2009, que trata do Marco Regulatório do Pré-Sal e que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório pela rejeição do Requerimento nº 194 de 2010. O Projeto de Lei da Câmara nº 309 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL e dá outras providências", está sendo apreciado, simultaneamente, de acordo com o art. 375, combinado com o art. 122, do Regimento Interno do Senado Federal, pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura. Foram apresentadas as Emendas nºs 01 e 08, de autoria do Senador Pedro Simon, nºs 02 e 07, de autoria do Senador Marconi Perillo, nºs 03 e 05, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nº 04, de autoria da Senadora Marina Silva, nº 06, de autoria do Senador Marcelo Crivella, e nº 09, de autoria do Senador Romero Jucá. Usam da palavra a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, Romero Jucá, Antonio Carlos Valadares e José Agripino. A apreciação do Requerimento é adiada. A Comissão aprova, ainda, com os votos contrários do Senador Eduardo Suplicy e da Senadora Ideli Salvatti, o Requerimento nº 05 de 2010-CAE, de autoria do Senador Wellington Salgado, que requer a inclusão como "extrapauta" do Projeto de Lei da Câmara nº 315 de 2009, que "altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH". Usam da palavra os Senadores Wellington Salgado, Eduardo Suplicy e Gilberto Goellner. Extrapauta – Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 315 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Chico da Princesa, que "altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, também, o Requerimento nº 06 de 2010-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, para realização de audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 656 de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que "altera o art. 8º da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel", com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc; Exmo. Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão; Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea, Jackson Schneider; Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis – ANP, Haroldo Borges Rodrigues Lima; Oded Grajew – Movimento Nossa São Paulo; e Paulo Hilário Nascimento Saldiva – Professor-Doutor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Por fim, a Comissão aprova o Requerimento nº 07 de 2010-CAE, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Francisco Dornelles, de realização de audiência pública para que "seja exposto o chamado 'Projeto Ômega', cujo objetivo é transformar o País em um centro internacional do mercado de moedas, desregulamentar o mercado cambial e tornar o Real uma moeda com conversibilidade internacional", com a presença dos seguintes convidados: Sr. Edemir Pinto – Diretor Presidente da BM&F-Bovespa; Sr. Fábio Colletti Barbosa – Presidente da Diretoria Executiva da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Sr. Marcelo Fidêncio Giufrida – Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima); e dos Diretores de Assuntos Internacionais e de Política Monetária do Banco Central do Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós temos, hoje, uma pauta que incluiu as seguintes matérias. E eu espero contar, eu e o Senador César Borges esperamos contar com o comparecimento dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras para que possamos ter o quórum regimental, que ainda não foi alcançado.

O Item 1 da pauta foi retirado por iniciativa do relator. O Item 2 "dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública". A matéria é de minha autoria. O relator é o Senador Efraim Morais.

O Item 3 da pauta, que é terminativo, "altera a redação do art. 1º da Lei nº. 9.481, de 13 de agosto de 1997, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior e dá outras providências para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre o pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação". O relator é o Senador Gilberto Goellner. O autor, aliás. O relator é o Senador Neuto De Conto. Senador Efraim Morais.

O Item 4 "institui Programa para Revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no Brasil nos anos de 2008 e 2009". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relator: Senador Cícero Lucena.

O Item 5 "submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, o Contrato de Reestruturação de Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, no valor equivalente a US$ 3,895,163.33 (três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e três dólares dos Estados Unidos da América e trinta e três centavos), para reescalonamento da dívida da República do Cabo Verde com o Tesouro Nacional, referente a convênio de crédito firmado com recurso do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX)".

O Item 6.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Estou disponível. O Item 2, sou relator, se V. Exa. autorizar, é não terminativo, terei o maior prazer de começar a leitura do meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A não ser que V. Exa. não deseje, deseje retirar como autor... V. Exa. é autor dessa proposta. Se V. Exa. me permitir, eu faria a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim, podemos até ter a leitura do parecer de V. Exa., mas não temos ainda o quórum para a votação.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Vamos aguardar, Sr. Presidente. Estou à disposição dos Srs. Senadores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas podemos dar como lido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Presidente. Também gostaria que, assim que tiver quórum, submeter um extrapauta a V. Exa. e aos presentes, assim que nós tivermos quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós podemos dar como lido nos pareceres, mas não podemos votar...

Senador Antonio Carlos Júnior... Aí só discute. Mas, se encerrar a discussão, é frustrante também, não é?

Então, Senador Efraim Morais...

Eu vou ler o relatório do Senador Wellington Salgado; o requerimento, aliás.

"Requeiro, na forma regimental, que seja apreciado extrapauta, na reunião de 16 de março de 2010, desta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei da Câmara nº. 315/09. Projeto de Lei 0054/03 na Câmara dos Deputados, que altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº. 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos estados e municípios do produto da compensação financeira dos recursos hídricos, tendo em vista que a matéria já se encontra devidamente instruída por relatório e de constituir grande interesse para a sociedade. Sala da Comissão, Senador Wellington Salgado de Oliveira."

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o requerimento. Mas ainda falta...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Só faltam três senadores para que nossos trabalhos ganhem sua normalidade, no dia de hoje.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos votar os requerimentos?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, porque não tem quórum. Não temos lei--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nem na assinatura?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu poderia ler o meu, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Você quer ler seu relatório, agora?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já lia logo. Não pode, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Precisa aprovar o requerimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, é, está certo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão, então? Eu estou recebendo... Eu fiz um convite para Audiência Pública com a presença do Presidente do Banco Central, e ele... Convidei o Presidente do Banco Central para discutir o Projeto Ômega, que é transformar o país num centro internacional de mercado de moedas, desregulamentar o mercado cambial e tornar o Real uma moeda com conversibilidade internacional.

O Presidente do Banco Central acha importante o debate, mas sugeriu que, para esse tema, que é um tema que está sendo discutido no Banco Central por dois diretores, pudesse trocar a presença dele pela presença do diretor de assuntos internacionais e pelo diretor de política monetária. Então, eu queria sugerir, o requerimento é de minha autoria, eu queria sugerir que nós fizéssemos a permuta da presença do presidente aqui pela presença dos dois diretores. O que eu faço?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. sugere--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas só aqui do microfone eu posso fazer essa sugestão ou tem que formalizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, pode fazer e será devidamente... Inclusive, pode ser incluído, porque não foi aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Então, vou entregar para o secretário da Comissão.Está certo?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, a questão do Senador Casagrande cai realmente naquela situação: a Ministra Dilma foi convocada, substituíram por outros. Aqui, se faz um convite, substitui por outro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Esse não foi votado ainda não, senador.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, veja bem, mas eu acho que, nesse caso... Nós nunca vamos aqui fazer a convocação de nenhuma autoridade que desejamos ouvi-la. Pelo contrário, vai ser sempre, na hora que não quiser vir... É um desrespeito e uma desvalorização total.

Se não foi nem convidado, o cara já rejeitava a vinda, se não foi nem votado. É uma preocupação. Então, eu estou levantando, Senador Casagrande, eu estou levantando essa questão, porque o que vai acontecer é sempre isto: na hora que tiver uma convocação ou um convite, o cidadão não quer vir, não tem... Não tem satisfação a dar ao Congresso, etc., manda que os subornados venham.

Então, eu acho que é uma... Existe um requerimento em pauta, nós vamos ter que votar esse requerimento, e, depois, se aprovado, ele poderá ser substituído.

Não podemos criar um requerimento em cima de outro que não foi sequer nem, a meu entender, pelo regimento, nem votado.

Então, como é que nós vamos substituir? A não ser que o senador retire o enorme e faça outro ofício--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas é isso que ele vai ter que fazer.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ele está querendo emendar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas ele vai ter que fazer isso aí, substituir.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Agora, veja a atenção que tem o Sr. Presidente do Banco Central com esta Casa. Não foi nem votado, e já pediu para retirar o nome dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aliás, ele está para vir aqui.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Até porque, se não foi votado, poderia se marcar uma data que ele pudesse vir. Minha preocupação é exatamente esta: é que aqui ninguém convocará nem convidará mais ninguém que tem interesse da Comissão. Será interesse do cidadão de vir ou não. É isso que me preocupa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu estou convidando as pessoas. Eu estou com o espírito de convite. Eu quero esclarecer um projeto que está sendo discutido no Governo. O Presidente do Banco Central, na minha avaliação, está totalmente numa posição de atenção a esta Comissão. Até porque ele já sabe que vai ser convidado. Ele está dizendo que tem outras pessoas no banco que estão cuidando do assunto, está sugerindo. Então, é um convite meu, um requerimento meu, estou pedindo, então, que o nome do presidente seja... Ao invés de eu convidar o presidente do banco, vou convidar os outros dois diretores que estão mais bem preparados e envolvidos no debate com relação a esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já temos quórum. Vamos passar, efetivamente, à Ordem do Dia.

Está em votação o requerimento do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Por sinal, eu estou sabendo de uma notícia... De uma notícia triste para todos nós, de que V. Exa. vai deixar o Plenário desta Comissão, e que esses são os últimos relatórios que serão prolatados por V. Exa. V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu acho que Deus e o Estado de Minas, os eleitores de Minas me deram a oportunidade de conviver com líderes tão grandes no nosso país que eu não posso nem reclamar, chegando no meu momento de abandonar o Senado, pela grande convivência que eu tive aqui, pela experiência que eu acumulei durante esse tempo e pelo grande prazer de conviver, por exemplo, com V. Exa., que já foi governador várias vezes, senador, Presidente desta Casa, e é um homem simples e um homem que entende realmente o que a população do Brasil precisa e sente.

Então, eu não tenho o que reclamar, Presidente, mas é verdade o que V. Exa. acabou de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está em votação o requerimento, para que seja incluído na Ordem do Dia. Ontem, foi ao Plenário...

Está suspensa a reunião até a volta da energia. Tem som? Alô?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Som tem, não é, Presidente? Som tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Som tem. O que permite que V. Exa...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está dando para ler bem aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pode ler?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Posso ler, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Exa. precisa ainda esperar que seja distribuído o parecer, seja rodado e distribuído o parecer.

Vamos continuar, porque o serviço de som vai permitir e a gravação também.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, na pauta de hoje, já há alguns projetos que foram lidos e discutidos e encerrada a discussão. Só não foram submetidos à votação, por conta de falta de quórum na última sessão.

Então, eu acho que seria lógico que nós pudéssemos começar pela votação desses projetos, porque não necessitam nem da leitura e nem da discussão.

Eu cito o caso do Item 6, que, na verdade, já foi lido, debatido nesta Casa, aqui, nesta comissão, por duas sessões, e que não foi votado na última sessão por falta de número. Mas está encerrado o processo de leitura e discussão.

Então, não terminativo, solicito a V. Exa., se pudesse, porque é um processo bem rápido e daria celeridade à aprovação dos projetos ou rejeição, conforme deliberar o Plenário da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Submeto a proposta do Senador César Borges à Comissão. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. Aprovada.

O Item 6 da pauta já foi lido o parecer, já foi discutido. Não foi encerrada a discussão. Os senadores que quiserem discutir a matéria, trata-se do Item 6 da pauta. E trata de dois contratos de reestruturação de dívida a serem firmados entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname. A matéria continua em discussão. Em votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de só esclarecer que, na reunião passada, fui um dos senadores que pediu maiores esclarecimentos a respeito dessa matéria do Suriname; o Senador César Borges obteve todas essas informações, e da minha parte eu estou plenamente atendido, satisfeito, pronto para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o relatório do Senador César Borges. Os senadores e senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do projeto de resolução apresentado.

Qual é o outro item? Senador César Borges. O Item 5. Item 5 da pauta. Mensagem nº. 60/10. "Apreciação do Senado Federal sobre o Contrato de Reestruturação de Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, no valor equivalente a US$ 3,895,163 dólares dos Estados Unidos da América".

O parecer foi lido pelo Senador Jayme Campos. O relatório. Entretanto, S. Exa. não se encontra no Plenário da Comissão, neste momento. Designo, então... Nem também o Senador João Pedro, que é o titular, que apresentaria, discutiria o relatório com os Srs. Senadores.

Sendo assim, designo relator ad hoc o Senador Roberto Cavalcanti. Mas a matéria já está em discussão. Já foi lido o relatório.

Item 5, que trata da reestruturação da dívida, contrato a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde. Os senadores--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, o nosso parecer é favorável, acompanhando a relatoria dos senadores João Pedro e Jayme Campos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. A matéria já tem, assim, o terceiro relator. Os senadores que desejam discutir a matéria, que o façam agora.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, aqui, só para fazer um registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu, na reunião passada, pedi vistas de um projeto parecido com este aqui. Uma mensagem parecida com esta. Porque aqui, de uma dívida de três milhões, três bilhões; aliás, três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e três reais ou dólares, o Brasil vai receber ou vai perdoar um milhão, cento e noventa e sete, novecentos e sessenta e dois.

Então, o Governo Brasileiro está dando aqui um desconto na dívida, nesse caso aqui de Cabo Verde, e, no outro caso que eu levantei a questão foi do Suriname, e, naquele caso, era de mais de 50%, e eu acho que os Estados que têm dívida com a União, como é o caso do Paraná, por exemplo, deveriam ter um tratamento diferente daquele que estão tendo. Porque a dívida do Paraná, ao invés de ter desconto, ela está trocando de indexador hoje, de IGP-DI para a Taxa SELIC. Uma dívida de oito bilhões passou, automaticamente, para nove bilhões e 500 milhões de reais, apenas com a troca do indexador.

Então, que, pelo menos, o Governo Federal mantenha o indexador da origem do contrato de assunção da dívida, porque, senão, vai penalizar os estados brasileiros, como é o caso do Paraná, que teve, por conta de precatórios comprados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, uma dívida que é interminável, vai até 2029.

E aqui a gente está votando para descontar dívida de Cabo Verde, de Suriname, dar desconto de até 50%. E o Estado do Paraná, ao invés de ter desconto, está tendo um acréscimo de um bilhão e 500 milhões de reais em sua dívida mobiliária, que saiu de oito para nove e meio, isso só no caso da dívida, da privatização do Banco do Estado, que foi o negócio mais malfeito que já vi na minha vida, que foi realizado lá no Estado do Paraná, passando pela assembleia, com muita gente votando, e, depois, não prestando contas disso para a sociedade.

Então, eu só estou levantando. Eu não vou pedir vista de novo disso aqui, porque eu sei que não adianta, vai passar mesmo, uma hora vai aprovar, então... Mas eu só estou registrando que os estados deveriam ter o mesmo tratamento que o Governo brasileiro dá para países que devem ao Tesouro Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão. Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu gostaria de ratificar as palavras do Senador Osmar Dias. Eu tive oportunidade de acompanhar uma negociação agora de uma reordenação da dívida, reorganização da dívida do Banco do Estado de Alagoas, que é um dos estados mais pobres da Federação, e eu fiquei impressionado com o rigor que o Tesouro Nacional tem quando trata o sistema dos estados e dos municípios. É uma coisa rigorosíssima.

Até tive oportunidade de ver lá. Se o Tesouro Nacional tivesse com o Governo Federal o mesmo rigor que tem no trato dos assuntos dos estados, então, era muito provável que nós tivéssemos uma posição fiscal muito mais razoável.

Então, eu quero dizer, enquanto isso, o Brasil se propõe a fazer algum tipo de negociação com outros países, que de menor evidente importância para nós, para nós brasileiros, do que aqueles que são feitos aqui dentro do país.

Quero me congratular com as palavras do senador, concordo plenamente com ele. E apenas dizer uma coisa, senador, a parte de Alagoas foi paga ao Paraná a um mês, dois meses atrás, aproximadamente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Realmente foi. Eu estava me referindo à dívida que permaneceu com o Tesouro da União, por conta do não pagamento, por parte do Paraná, das parcelas devidas ao Itaú. Mas Alagoas, realmente, honrou muito recentemente os compromissos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Em votação o relatório do Senador João Pedro. Os senadores--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ad hoc, Roberto Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, desculpe. Em votação o relatório do Senador João Pedro, que foi lido pelo Senador Roberto Cavalcanti, relator ad hoc.

Os senadores e senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do projeto de resolução apresentado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, requeiro urgência para a tramitação de ambos os projetos, Cabo Verde e Suriname.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o regime de urgência solicitado para os itens 5 e 6 da pauta, pelo Senador Eduardo Suplicy, que acabam de ser submetidos à votação e aprovados.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o regime de urgência permaneçam como estão. Aprovado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos passar... Pela ordem, com a palavra Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, nós estamos monitorando com muita atenção um projeto que já chegou aqui no Senado, deverá ser lido hoje à tarde e será encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos em seguida.

E este projeto é uma garantia que o Governo Federal estará dando para que a companhia catarinense de água e saneamento consiga, junto ao banco... É o JICA, não é? O banco japonês. Um financiamento de até 14 bilhões para saneamento no Estado de Santa Catarina.

E aí eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente, porque é o seguinte: o ano fiscal no Japão termina no dia 31 de março. E há uma necessidade, para que a gente não tenha um prolongamento, além do necessário e do adequado para nosso estado, de que esse acordo financeiro possa ser assinado ainda durante o mês de março. Por isso é imprescindível que nós tenhamos a condição de aprovar este aval para este financiamento nesta semana, aqui na CAE e no Plenário.

Então, eu queria pedir a compreensão de V. Exa. e de todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos da possibilidade de uma Reunião Extraordinária, no dia de amanhã, exclusivamente para aprovarmos este aval ao financiamento, obviamente, se for da concordância da maioria dos membros da Comissão.

Mas, para o Estado de Santa Catarina, é um recurso extremamente significativo. São mais de 14 bilhões, e Santa Catarina amarga um dos piores índices de saneamento básico do Brasil. Apesar de sermos um estado economicamente até mais bem aquinhoado do que vários outros, mas nossos índices de saneamento são precaríssimos. Então, este financiamento, para a realidade do saneamento catarinense, é muito importante.

Então, eu queria fazer este apelo, em nome dos mais de seis milhões de catarinenses que vão ter a oportunidade de obras importantes em todo o estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Essa matéria deverá ser lida hoje no Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Hoje à tarde, Presidente, isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hoje à tarde, no Plenário. Então, desde logo, eu já convoco uma reunião para amanhã, uma Reunião Extraordinária, para amanhã, às 10 horas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E vamos trabalhar pelo quórum, em homenagem a Santa Catarina.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, como examinamos os temas de Cabo Verde e Suriname, quem sabe pudéssemos examinar a importante proposta do Poder Executivo para doação para a reconstrução em Gaza, tendo em conta, sobretudo, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontra hoje no Oriente Médio e em Gaza e justamente está conversando, conversou ontem com as autoridades do Governo de Israel e estará hoje visitando a Palestina, de maneira que será importante que possamos examinar este projeto que já foi aprovado na CCJ, na Comissão de Relações Exteriores, faltando apenas a conclusão aqui na CAE. É o Item 12, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy, V. Exa. está o verdadeiro homem invisível para o Senador Wellington Salgado, está impedindo a visibilidade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Garibaldi, são as montanhas de Minas presentes aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas o Senador Wellington... Obrigado, Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos colocar em votação o requerimento do Senador Wellington Salgado, que já foi lido e que trata do Projeto de Lei da Câmara nº. 315/09 e que altera o art. 1º da Lei 8.001, que trata da parcela pertencente aos estados e municípios do produto da compensação.

O Senador Wellington Salgado solicita que seja incluído extrapauta esse projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem. Relacionado ao mesmo, agora que o Senador Wellington fez a gentileza de poder eu ganhar visibilidade, mas, com todo o respeito para com sua iniciativa, avalio que este projeto relativo aos recursos hídricos demandaria uma Audiência Pública, e é justamente sobre ele que eu encaminho a V. Exa., neste instante. Já está na mesa, Sr. Presidente, para que possamos aqui ouvir o diretor presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo; e o diretor-geral da ANEEL, Nelson José Hubner Moreira; os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski e da Frente Nacional dos Prefeitos, João Coser; o coordenador-geral do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, Lupércio Ziroldo Antônio; e os representantes dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, que têm justamente as maiores bacias que seriam afetadas por esta iniciativa.

Então, é a sugestão que eu formulo para que possamos estar mais conscientes do projeto referente... Projeto de Lei 315/09, do Deputado Chico da Princesa, com o objetivo de regulamentar as parcelas pertencentes aos estados e municípios do produto de compensação financeira dos recursos hídricos.

É a proposição que já está em mãos de V. Exa., Presidente Garibaldi Alves.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, para debater. Eu queria pedir a atenção dos senadores, queria pedir a atenção dos senadores. Senador Efraim, Senador Cícero Lucena.

Esse projeto que eu pedi para colocar extrapauta é um projeto que, na verdade, é um projeto municipalista, que pretende corrigir distorções que aconteceram durante a formação dos lagos, para que pudessem ser feitas as barragens que alimentam de energia todo o país.

Existe uma discussão, hoje o royalty, chamado royalty das águas, ele é distribuído da seguinte maneira: 10% para a União; 45% para o estado; e 45% para os municípios.

Esse projeto propõe alteração para 10% para a União, continua; os 45% do estado seriam reduzidos de 45% para 25%; e mais 20 para os municípios, passando para 65%.

Por que isso? Por que essa mudança? Com o alagamento dessas cidades, algumas perderam ferrovias, perderam sua história, perderam a distância, que antes era curta, entre o rural e o urbano passou a ser longa, porque, com o enchimento, você tem que fazer estradas em volta dos lagos para ir pegar os alunos para trazer para as escolas na região urbana.

Muito bem. Além do que, o Ministério Público, quando entra contra uma ação para tratamento de esgoto para cuidar das beiras dos lagos, entra contra os prefeitos, não entra contra o governador.

Então, o que existe aqui hoje? Existe uma pretensa ideia de se fazer uma Audiência Pública, com o intuito de atrasar essa correção financeira desse ato perverso que aconteceu com essas cidades. Eu tive agora no sul de Minas, onde estão as represas de Furnas, conversando com os prefeitos, e tem prefeituras que perderam tudo, inclusive sua história, que antes tinha turismo, e não tem mais.

As regiões que foram alagadas são as regiões mais férteis desses municípios que agora não têm mais as plantações que tinham antes, porque na beira do lago era onde estavam as regiões mais férteis.

Agora vem o Senador Suplicy, com todo o direito que pode ter, requer uma Audiência Pública, que quem é experiente sabe que uma Audiência Pública com essa quantidade de pessoas que está aí é para não se resolver.

Então, eu vou pedir aos senhores que, mesmo reconhecendo todo o direito do Senador Suplicy como

um senador e grande senador, que nós votássemos contra esse requerimento, porque esse é um projeto para corrigir distorções financeiras que aconteceram com pequenos municípios que foram, digamos assim, reservatórios, cobriram os municípios, e, agora, quem está na cidade, que vive da energia elétrica, não quer recompensar esses municípios. É um absurdo isso! Que os burocratas, sentados atrás, ficam fazendo questão de pequenos recursos. Que, para o estado, são pequenos recursos, para a ANA são pequenos recursos. Agora, para os municípios, 10 mil reais por mês, é um absurdo.

Eu tenho aqui a tabela... Eu tenho aqui a tabela de quanto é que vão repassar para os municípios. Só no meu Estado de Minas Gerais são 148 municípios prejudicados. Prejudicados, e continua.

Nós estamos repassando dos 124 milhões, 55 para o município, e o estado continua com 69 milhões. Agora, vem aqui... Eu fui in loco, visitei os prefeitos, vi as cidades, corri o final de semana, fiz a reunião com eles, e agora quem vive nas cidades, tomando água limpinha e com energia bonita, vem propor esse tipo de coisa para poder prejudicar as pequenas cidades, como é o estado que eu represento, que é Minas Gerais.

Então, com todo o respeito ao Senador Suplicy, eu pediria, nesse requerimento, que os senadores votassem contra, porque é uma maneira de postergar uma distorção histórica que aconteceu com os pequenos municípios.

É essa a colocação, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente. Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu digo ao Senador Wellington Salgado e ao Senador Suplicy que o requerimento do Senador Wellington Salgado tem precedência sobre o outro requerimento. Se o requerimento do Senador Wellington Salgado for aprovado, prejudica o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria não é terminativa nesta Comissão, e, sim, na Comissão de Infraestrutura.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria de pedir vistas a esse projeto, com a conscientização do Senador Wellington Salgado, o entendimento do mesmo, porque eu vejo que, da forma como está a distribuição dos recursos nas áreas alagadas, ele é pernicioso aos estados. De tal forma que esse é um entendimento preliminar que nós temos, e eu gostaria de pedir vistas ao projeto, para que pudéssemos apreciá-lo tão logo, numa próxima sessão, pudéssemos apreciá-lo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. está pedindo vistas de algo que nem foi lido ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não foi incluído na pauta ainda, Senador Gilberto Goellner.

Quando for incluído... Quando for incluído na pauta, aí V. Exa. fará o pedido.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Wellington Salgado permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado o requerimento do Senador Wellington Salgado, com dois votos contrários, do Senador Eduardo Suplicy e da Senadora Ideli Salvatti.

Mas o requerimento do Senador Eduardo Suplicy ainda poderá ser apreciado quando da apreciação da matéria.

Agora, atendendo a um apelo do Senador Eduardo Suplicy... Qual é o item, senador? Do pedido de V. Exa. extrapauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Do Item 12, relativo à Faixa de Gaza, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o Item 12. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a inclusão permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem. Também para discussão, não é?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor está votando meu requerimento? Está votando o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De inclusão da pauta. Já foi--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já está na pauta. É só para prioridade, Sr. Presidente. É o Item 12 que já está na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu estou votando a inversão, desculpe, a inversão da pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É inversão de pauta, V. Exa. tem razão.

"Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza." Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para relatar a matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, o Presidente Lula, que se encontra justamente no Oriente Médio, em Israel, na Palestina, enviou esse Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar recursos para a autoridade nacional palestina no valor de até 25 milhões de reais, em apoio à economia palestina, para a reconstrução de Gaza.

A situação econômica, financeira e humanitária na Faixa de Gaza é crítica. A ONU calcula que 613 milhões de dólares é o montante necessário apenas para solucionar as necessidades mais urgentes do total de reconstrução de Gaza, em cerca de dois bilhões de dólares, para alimentação, construção, infraestrutura e saúde.

As autoridades palestinas estimam o custo total da reconstrução de Gaza em cerca de dois bilhões de dólares, a serem empregados em até cinco anos.

Segundo a Agência Nacional das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos, 900 mil pessoas dependem da distribuição de alimentos coordenados pela agência. Há alto número de famílias deslocadas, já que mais de 20% das habitações em Gaza foram parcial ou inteiramente destruídas.

Esta mensagem, transformada num Projeto de Lei da Câmara 4.760/09, informa que os valores envolvidos correrão à conta de dotações orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores.

O projeto que tramitou em regime de prioridade passou já pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Finanças e Tributação, Constituição e Justiça e, em 24 de novembro, foi aprovada na CCJ a redação final da proposição.

Foi encaminhada para a CRE e, agora, para a CAE, em decisão não terminativa. Já apreciada pela Comissão de Relações Exteriores, foi votada com o parecer favorável do Senador João Pedro.

Assim, Sr. Presidente, tendo inclusive em vista a colaboração do Governo brasileiro e do Brasil, que justamente tem tido uma relação de excepcional tradição, inclusive entre os descendentes árabes, descendentes judeus, nós temos uma condição excepcional de colaborar para o bom entendimento, com vistas à construção da paz no Oriente Médio, inclusive entre Israel e a Palestina.

E, certamente, a aprovação dessa iniciativa será muito importante para uma ajuda humanitária para a autoridade nacional palestina. Assim, Sr. Presidente, o parecer é favorável.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o senador--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria pedir vista, porque eu acho que merece também uma Audiência Pública e vou mandar um requerimento assim que for possível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Wellington, eu gostaria apenas de dizer que--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Suplicy, contra Minas eu tenho aqui... O senhor acabou de me prejudicar. O senhor me prejudicou em 148 municípios, para defender interesse da ANA. Eu quero vista.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. está enganado. Seu requerimento foi aprovado. V. Exa. não entendeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Seu requerimento foi aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. está aqui afirmando o que não foi verdadeiro. O requerimento de V. Exa. foi aprovado. V. Exa. diz que respeitava meu ponto de vista, compreendia, mas o requerimento de V. Exa. foi aprovado.

Então, V. Exa. agora quer prejudicar um esforço do Governo brasileiro para o bom entendimento entre... Para que haja a realização da paz no Oriente Médio com entendimento sobre algo e uma afirmação sobre o que não aconteceu.

Senador Wellington Salgado, V. Exa. não se deu conta de que o requerimento de V. Exa. foi aprovado. Como que prejudiquei o Estado de Minas?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, já foi pedido vista. Vamos ao item seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. reitera o pedido de vista? Então, o pedido de vista está concedido ao Senador Wellington Salgado, do Item 12 da pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria que nós fizéssemos... Pediria silêncio aí, porque ninguém... [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio! [soa a campainha]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós gostaríamos que fosse feito... Nós estamos numa comissão, que é a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, nossa preocupação maior é exatamente o lado econômico. Não é o lado político, não é o lado social, é um embasamento econômico.

E eu tenho assistido passar por esta Comissão uma série de projetos, uma série de medidas, que, na verdade, configuram que o Brasil acredita estar muito rico. E, na vida nossa empresarial, na vida privada, nós sabemos que essa história se repete. É pai rico, filho nobre, neto pobre.

O Brasil está navegando numa circunstância econômica formidável [soa a campainha]. Está vivendo um momento econômico extraordinário. Porém, nós temos que atentar para que possamos manter esse equilíbrio econômico.

Então, eu pediria uma reflexão de nós todos, senadores, principalmente nós que fazemos parte da Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos realmente, detidamente, analisarmos essas prodigalidades que o Governo Federal está tendo.

Eu falo isso com muito conforto, Sr. Presidente [soa a campainha], porque sou parte da base do Governo, meu partido é o PRB, faz parte do Governo Lula. Porém, o que eu assisto aqui, semanalmente, é o Governo brasileiro se sentir rico.

O país não navegará em águas tranquilas, se o comportamento de Governo não for semelhante ao comportamento empresarial, que é o comportamento no sentido de que, quando se está numa situação econômica positiva, numa situação econômica boa, não se deva jogar isso fora.

Então, eu pediria que esses projetos que aqui chegam, com esta conotação, conotações na qual o país está doando dinheiro a outros países, o Brasil precisa, antes, cuidar de sua própria casa, da sua economia [soa a campainha] e das carências existentes no nosso próprio país.

Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Presidente. Cícero.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Cícero Lucena. Mas já foi pedido vista.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Tudo bem. Eu só quero fazer um comentário, se V. Exa. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não, com a palavra V. Exa., Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu quero me acostar às preocupações do Senador Roberto Cavalcanti, porque eu me coloco no lugar, por exemplo, de um caboclinho lá do sertão da Paraíba, que, de repente, teve a esperança alentada, a semana passada, com a perspectiva do futuro de seu filho, com o projeto do Senador Tasso Jereissati, onde valoriza o Programa Bolsa Família, desde que o filho tenha destaque na educação, que a educação seja valorizada, que ele possa, além da garantia da manutenção da Bolsa Família, ter uma melhoria dos valores que a Bolsa Família poderá oferecer àqueles que estão na escola, que estão com aprovação.

O projeto responsável, sério e competente do Senador Tasso Jereissati foi aprovado, e, de repente, o Governo achou que aquilo não era bom para o Brasil, que não era bom para os filhos dos pobres brasileiros, e, nisso, chegou a dizer que não tinha dinheiro. De repente, não tem dinheiro para fazer algo que é tão importante no Brasil, e tem dinheiro para estar dizendo ao mundo afora que o país está a mil maravilhas, que estão todos os problemas resolvidos e que pode, inclusive, financiar problema dos outros países; embora nós sejamos solidários, mas nós somos muito mais solidários com o pessoal... Com o povo brasileiro e, principalmente, com os mais humildes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador João Tenório e, depois, o Senador Efraim Morais.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu gostaria de também [ininteligível] e concordar plenamente com as palavras do Senador Roberto Cavalcanti, porque é uma coisa... Eu diria meio surreal o que está acontecendo no Brasil [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio aos patriotas. Estamos falando do Brasil.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): O que está acontecendo no Brasil, eu diria, é de certa forma surreal. Eu tenho acompanhado aqui, no Senado Federal, e todos os senadores, uma disputa que já tem perto de 10 anos, que é a rolagem dos pequenos produtores do agreste nordestino. E o Governo cria todas as dificuldades. Inclusive, na última sessão que nós tivemos no Plenário aí, no sentido de não concordar, de não assumir o compromisso de fazer essa rolagem.

Então, eu não entendo, honestamente, como é que um país que se acha impossibilitado de atender os produtores pequenos do agreste... Sr. Presidente, o senhor é um nordestino, só sabe o que é o agreste brasileiro, só sabe o que são as dificuldades daque-

les que vivem lá nós nordestinos, que vivemos o dia a dia com ele.

É muito difícil você fazer com que uma pessoa que conheça Ribeirão Preto e não conheça Caruaru que entenda perfeitamente o que é a diferença entre a região agreste do Nordeste e as regiões mais beneficiadas do Centro-Sul. Portanto, eu gostaria de sugerir e concordar plenamente com o Senador Roberto Cavalcanti, que tem a sensibilidade de nordestino, que sabe que isso que estamos vivendo lá é verdade, tem aí oito, 10 anos, não sei quanto essa rolagem dessa dívida que não tem mais fim, e, ao mesmo tempo que isso acontece com esse descaso que o Governo Federal nos dá, ao mesmo tempo, o Governo mostra seu beneplácito com situações internacionais.

É bom lembrar uma diferença muito grande, por exemplo, quando o Governo brasileiro resolveu atender o Haiti, isso é uma coisa humanitária, ninguém podia nem questionar isso, porque trata-se de fato um drama, de um trauma pouco vivido por qualquer nação no mundo. Mas não é o caso que nós estamos discutindo agora.

Então, Senador Roberto, parabéns pela sua intervenção, e eu estou de pleno acordo com ela.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Rapidamente, Sr. Presidente, para ir na mesma linha dos senadores Roberto Cavalcanti, Cícero Lucena e o Senador João Tenório.

Está na pauta do Plenário do Senado, no dia de hoje, a questão da rolagem das dívidas dos pequenos, médios agricultores. E só há uma coisa que está evitando ser votado: é que o Governo não está permitindo fazer o perdão da dívida ou a rolagem da dívida a quem tomou emprestado até 15 mil reais.

E, por incrível que pareça, aqui na sessão de hoje, se nós somarmos o que Governo está perdoando do Suriname, do Cabo Verde e da Faixa de Gaza ao Governo desses respectivos países, dá para pagar a dívida desses agricultores.

Eu estive agora mesmo na Paraíba, no sertão paraibano. E lá é um desespero, como é no estado de V. Exa., as chuvas desapareceram, não existe, quem plantou perdeu, mas o Governo Federal não se sensibiliza com isso. O Governo Federal não deixa, em hipótese nenhuma, ser incluída essa matéria, e partiu... Olha que partiu da base do Governo. Foi o Senador Renan Calheiros, que teve o apoio imediato dos tucanos, dos Democratas e de parte da base do Governo. Mas o Governo tem determinação, votar uma matéria dessa natureza. Porque, caso contrário, nós estamos... E acho que isso tem que ser uma posição firme de todos os Srs. Senadores e Senadoras do Nordeste, que, mais uma vez, tentam resolver as dívidas dos grandes, e se esquecem dos pequenos. E, no Nordeste, não tem grandes produtores; não tem grandes agricultores. Eles são pequenos agricultores.

Então, vou me acostar à posição do Senador Wellington Salgado. Vamos ter uma vista desse processo; se necessário, vamos ter que trazer a parte de planejamento e de... da fazenda, do Governo, para explicar essa situação. Porque todo dia, toda viagem que o Presidente Lula faz, aparece uma dívida para ser perdoada. Coincidentemente, o Presidente se encontra lá em Israel.

Então, eu devo dizer a V. Exa. que a posição do Senador Wellington segue minha orientação, até que se vote. Se votar isso hoje de tarde, se fizer o perdão da dívida dos agricultores até 15 mil reais, aquele que deve até 15 mil reais, aí é possível até a gente discutir e votar essa matéria. Caso contrário, nós vamos até obstruir essa votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quer dizer que V. Exa. pede vista também?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu também, Presidente. Peço. Eu peço vista. Acompanho o Senador Wellington.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, é vista coletiva?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vista coletiva.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pode ser que o Senador Wellington seja convencido pelo Governo a retirar a vista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem. V. Exa. marcou uma reunião para amanhã. Então, esse projeto pode voltar amanhã para a pauta.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, não. É extraordinária. Nós vamos ter que analisar. Nós pedimos vista. Então, nós vamos analisar. É extraordinária. É diferente. É diferente. Amanhã, não. O regimento não--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É, eu estou vendo ali que são cinco dias úteis.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Porque eu vou analisar o projeto, o Senador Cícero vai, o João Tenório, todos nós. Então, não dá tempo para amanhã a gente concluir esse estudo. São cinco dias, no mínimo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, a vista é coletiva. Eu gostaria que V. Exa. desse uma olhada no regimento, o que diz o regimento sobre vista coletiva e o tempo de retorno para a pauta possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com o regimento, V. Exa. tem razão, porque pode ser até cinco dias. Não é terminantemente cinco dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então, Presidente, eu peço que V. Exa. cumpra o regimento. Amanhã é até cinco dias. Então, amanhã... Presidente. Presidente, eu queria ter a liberdade de falar sozinho--

[**SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN):** V. Exa. está com a palavra. Senador Osmar Dias está com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é o seguinte: o regimento fala que, para vista coletiva, o Presidente pode voltar com o assunto à pauta em até cinco dias, e não faz referência, se, nesses cinco dias, será numa Reunião Ordinária ou Extraordinária. E eu estou requerendo que o assunto volte para a pauta amanhã, para cumprir o regimento, porque amanhã nós estamos dentro do até cinco dias.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem. Para contraditar. Para contraditar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com todo o respeito ao eminente Senador Osmar Dias, eu devo dizer que há um pedido de vista e há... Toda vez, agora, que se pedir vista num processo de interesse do Governo ou de interesse do exterior, sem levar em consideração o Brasil, se tenha... Todo Presidente de Comissão marca uma extraordinária para daqui a pouco. O senhor pode marcar uma extraordinária para daqui a pouco. Então, daqui a pouco se vota o processo, sem que os próprios senadores sequer leiam a matéria.

Essa matéria foi incluída, está incluída na pauta, foi pedida antecipação, nós concedemos, e aí eu acho que aí a imposição ou tira-se de uma vez por todas as oposições de dentro dessas comissões. Porque, eu, inclusive, quando eu me refiro aqui à questão dos agricultores do Nordeste, é que estou sabendo que o Senador Gim está colocando um jabuti no relatório dele, dizendo que a questão dos 10 a 15 mil reais dos agricultores nordestinos [interrupção no áudio] e não houve... Vamos completar oito dias, e não deu para o Conselho Monetário resolver essa questão.

Então, eu acho que V. Exa., a meu entender, não pode também estar avançando no sentido de tirar o direito dos parlamentares que pediram vista a esse processo de analisar. Caso contrário, convoque imediatamente outra, para que a gente vote.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, agora ficou claro pra mim o que motivou o pedido de vista. É a questão da Medida Provisória. Ou seja--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Deixa eu dizer a V. Exa. que quem pediu vista foi a base do Governo, foi o Senador Wellington.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim. Mas eu não estou me referindo a quem pediu, estou dizendo o motivo pelo qual pediu vista o Senador Wellington. O Senador Wellington quer uma alteração na Medida Provisória. É isso?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador, V. Exa. sabe que eu sou companheiro de V. Exa. Eu sou companheiro de V. Exa., que, para mim, é um dos maiores parlamentares desta Casa, futuro Governador do Estado de V. Exa. Agora, eu estou cansado, estou cansado, e Minas está cansada de toda hora vir alguém de São Paulo e prejudicar Minas.

Já prejudicou na candidatura para Presidente. Toda hora aparece aqui e faz um problema. Então, para mim... Eu não estou aguentando mais. Eu andei em Minas o tempo inteiro, e não estou aguentando mais. Então, para mim, eu não tenho... V. Exa... Eu sou, inclusive, além de companheiro, sou fã de V. Exa. Mas aí não dá mais, não dá mais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Wellington, essa--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Cento e quarenta e poucos municípios prejudicados aqui, olha [soa a campainha]. Cento e quarenta e oito municípios foram prejudicados aqui agora, porque assessor fica no ouvido de senador pedindo para pedir vista de assunto que não interessa para ele, porque alguém da agência pediu para vir aqui falar isso.

O Senador Suplicy até me mostrou um relatório do Governo de São Paulo, que eu não sei mais quem é que V. Exa. apoia. É PSDB, PT... Porque agora V. Exa. faz o que o Governo pede lá. Está aqui, repasse de dinheiro para os municípios de São Paulo. São 191 municípios de São Paulo que vão receber dinheiro. Ele acatou isso. Lá em Minas, são 148. Porém, o repasse para os municípios de Minas são 55 milhões. São Paulo, são 30 milhões. Em São Paulo, 30 milhões para São Paulo não faz falta nenhuma. Estado milionário, sempre se deu bem com os investimentos da União

nele, construção de indústria automobilística, está sempre muito rico.

V. Exa. pertence a um estado rico. Agora, vem aqui prejudicar os pequenos prefeitos de Minas Gerais, que foram alagados, destruíram a história das prefeituras, destruíram ferrovias, destruíram terras férteis, afundaram cidades... E V. Exa. mora num grande prédio na Zona Sul, a água não chega lá... Aliás, a água tem chegado, com as enchentes. Ultimamente, a água tem chegado com as enchentes--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Wellington Salgado. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma pena! Uma pena!

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é que é o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Como eu estava com a palavra, e o Senador estava falando com o Senador Suplicy, precisa ficar claro que tudo o que o senador falou foi para o Suplicy, não foi para mim. Porque, senão, vão pensar que eu moro num prédio na Zona Sul, isso vai dar uma confusão no Paraná danada. Isso era para o Senador Suplicy.

O que eu quero dizer ao Senador Wellington é que eu sou solidário com ele nessa questão aí dessa disputa com a Presidente, mas eu não posso fazer nada, porque eu estou no PDT. E essa disputa, ela tem que ser resolvida fora, evidentemente, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora, aqui eu estou apenas defendendo o que o regimento prescreve. E V. Exa. é que deve decidir quando vai trazer para a pauta. Porque eu também não vou brigar com o Senador Wellington nem com o Senador Efraim, que são meus companheiros, para exigir que o assunto volte para a pauta. Eu só estava querendo encontrar uma solução. E eu achei que eu ia encontrar a solução até ajudando o Senador Wellington, fazendo a mudança aqui que ele queria ou--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A vista coletiva está mantida. Independente da... Eu e o Senador Cícero tivemos o cuidado de fazermos a vista coletiva, já evitando essa questão de o Governo convencer o Senador Wellington a retirar a vista.

A vista está mantida, coletiva.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se tivesse o acordo para o bem de Minas, eu toparia. Aqui é uma Casa de acordos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, foi a primeira vez, em 15 anos, que eu propus um acordo no Senado, e fui vencido. Não consegui. Eu nunca mais proponho acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, pelo que eu estou entendendo, não sou expert em regimentos, mas, pelo que eu estou entendendo, na melhor ou na pior das hipóteses, V. Exa. tem cinco dias para colocar isso em apreciação, como também poderia colocar na Reunião Extraordinária de amanhã. Mas, como trata-se de um tema claramente confuso e importante, então, nada mais impede o direito de fazê-lo amanhã, digamos... Digamos que seja... Proceda. Nada mais razoável do que [soa a campainha] dar os cinco dias para que nós possamos avaliar isso com mais precisão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas, se fosse eu V. Exa., colocaria amanhã.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Garibaldi, a palavra. Presidente, aqui, Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu cheguei, vi aí o Senador Wellington muito exaltado. Ele tem razão na questão realmente de que os municípios que acabam sendo prejudicados pela inundação das usinas hidrelétricas e é justo que eles busquem mais recursos. Entretanto, esse recurso não pode ficar solto. Minha proposta, que já fiz a ele, é que houvesse uma vinculação para a área de meio ambiente, porque, hoje, os municípios recebem esse dinheiro já. O dinheiro que vai para os estados, no Estado de Minas Gerais, ele está vinculado ao meio ambiente. Então, o dinheiro que vai para os estados e que sairia dos estados para os municípios, ao invés de ir para o meio ambiente, estaria agora sendo liberado.

Então, eu estou defendendo Minas Gerais da mesma maneira que o Senador Wellington, só que eu defendo que seja junto com o meio ambiente. Que essa questão que o estado usa para o meio ambiente continue sendo utilizada no meio ambiente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu quero ver a votação de V. Exa. naquelas cidades ali contra minha votação. Vou querer observar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de colocar, nos termos adequados, o teor dessa discussão. O Senador Wellington Salgado colocou que eu estaria aqui defendendo interesses que não seriam os mais adequados, uma vez que é fato, houve recomendação da Agência Nacional de Águas, da ANEEL, houve recomendação da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, e, sobretudo, porque avaliam o seguinte: hoje, os recursos, 6,7-– [interrupção no áudio] propõe uma distribuição de 10% para a União; 65% aos municípios impactados; e 25% aos estados.

Ora, no Estado de São Paulo, 191 municípios, correspondente a 29,6%, receberam, em 2009, 75 milhões e pouco de reais, e o Estado de São Paulo recebeu 75,9 milhões.

No Brasil, 22 estados, apenas 645 municípios recebem a compensação financeira. Essa nova proposta promoverá maior concentração de recursos em poucos municípios, em detrimento de muitos que recebem benefícios através de recursos transferidos aos estados.

Anexamos tabelas aqui com repasse aos estados e rol dos municípios que recebem diretamente a compensação. Do recurso do Estado de São Paulo, 70% é destinado ao FEHIDRO e 30%-– [interrupção no áudio] 489,6 milhões de reais.

O impacto para os estados será de uma redução drástica de 44,5%, que, aplicado sobre a receita de 2009 para São Paulo, significaria uma redução de 42,2 milhões por ano.

E o FEHIDRO teria deixado de investir 217 milhões, nos últimos 15 anos. Caso venha a prosperar a proposta defendida pelo Senador Wellington, toda a política de gestão dos recursos hídricos do Estado de São Paulo ficará seriamente comprometida.

Nos Estados do Paraná e de Minas Gerais, ali é onde eles mais recebem, perderiam, respectivamente, [ininteligível] milhões e 63,2 milhões por ano.

Então, é preciso considerar que, por exemplo, o Governador Aécio Neves, de Minas Gerais, precisa ser ouvido, porque haveria uma retirada significativa de recursos para o Governo do Estado de Minas Gerais.

Então, não estou aqui agindo contra os mineiros, muito menos contra o Estado de Minas Gerais. Estou apenas querendo que haja uma melhor... Um melhor debate, uma reflexão de responsabilidade com respeito aos recursos destinados a evitar que haja problemas em decorrência--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Art. 14, Presidente. Art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou encerrar essa discussão, porque haverá um momento próprio para isso. E eu faço um apelo ao Senador Wellington Salgado, porque a matéria dele foi incluída em pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, esse assunto... Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já foi pedido vista coletiva.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, aliás... Diga, senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, eu gostaria de enfatizar o que V. Exa., na Presidência desta Comissão, está registrando. Esse assunto está bloqueando aí a discussão de vários outros temas da pauta de hoje, já foi pedido vista coletiva, então, nós estamos reprisando num momento que é inoportuno.

Então, eu peço a V. Exa. para voltar à pauta original.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu sou relator do Item 2, que é de autoria de V. Exa., e tenho umas divergências e alguns entendimentos e, com a permissão de V. Exa., que é autor, e na condição de relator, solicitaria a retirada dessa matéria de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concordo.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, no que diz respeito ao Item 14, eu gostaria de, digamos assim, solicitar a mesma coisa, combinado com o Senador Renato Casagrande, que é o propositor da...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Calma! Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, depois, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Presidente, o senhor vai iniciar agora...

Sr. Presidente, o Item 3 é caráter terminativo. E, como nós somos autores, e o relator se encontra presente, ele... Ele poderia ser... Eu gostaria que o senhor antecipasse, invertesse a pauta, colocando o Item 3, que é de caráter terminativo [interrupção

no áudio] e se encontra com quórum esta comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou atender V. Exa. Item 3 da pauta [soa a campainha]. "Altera redação do art. 1º da Lei 9.481, de 13 de agosto de 97, que dispõe sobre a incidência de imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior e dá outras providências, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre pagamento de juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação." A autoria do Senador Gilberto Goellner. Relator: Senador Neuto De Conto, a quem concedo a palavra.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, em relação à decisão de V. Exa., a matéria voltará na próxima terça-feira?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Qual matéria?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Essa que foi pedida vista. A que foi retirada... De vista, que foi solicitada coletiva, em relação à Gaza.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não há possibilidade de um acordo, não?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sem acordo, Presidente. Terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior, V. Exa... Com licença, Senador Neuto De Conto. V. Exa. pediu a palavra pela ordem?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu queria só registrar que o Item 1 da pauta, que eu sou relator, que é o projeto do factoring, a pedido do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, eles pediram entendimento, e, então, eu pedi a retirada de pauta, para tentar o entendimento. Caso não haja o entendimento, volta para a pauta. Havendo entendimento, eu farei, se for o caso de modificar, modificaremos, e ele volta para a pauta em breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. Com a palavra o Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"Trata do Projeto de Lei do Senado, PLS 276/08, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que altera redação do art. 1º da Lei 9.481, de 13 de março de 1997, para reduzir a zero a alíquota do imposto de renda na fonte sobre o pagamento de juros e comissões relativos aos créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação.

A proposição é composta por três artigos. O art. 1º acrescenta o inciso XXII ao art. 1º da Lei 9.481, de 1997, para estabelecer mais uma hipótese de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte, índice sobre o rendimento auferido no país por residentes ou domiciliados no exterior.

No caso, esses rendimentos são os juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadoria agropecuária do exterior.

Também altera o art. 1º, o § 1º do art. 1º da Lei 9.481, de 1997, para estabelecer que a hipótese proposta no inciso XXII se inclua no rol... [soa a campainha]. Que deverão--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio!

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): **--**condições, formas e prazos no Ministério da Fazenda".

Análise. Sr. Presidente, ela está correta, afigura-se desde a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo esse exposto, oferecemos nosso voto. "Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 276/08, com a Emenda nº. 01 da CRA".

Rejeita a Emenda nº. 2 da CRA; apresentada ainda a seguinte emenda: Emenda 3: "altera o § 1º, do art. 1º, do Projeto de Lei do Senado 276/08, para Parágrafo Único, nos seguintes termos: art. 1º, § 13º: juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento da produção de mercadorias agropecuárias de exportação. Parágrafo Único: nos casos dos incisos II, III, IV, VIII, X, XI, XII e XIII do caput desse artigo deverão ser observadas as condições--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [soa a campainha]. Peço silêncio!

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): **--**as formas e os prazos estabelecidos pelo Poder Executivo".

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Se nenhum senador ou senadora deseja discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Neuto De Conto.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam... A votação é nominal. Atenção! Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está em votação o projeto e as emendas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, queria brevemente mencionar aqui algumas considerações que a Receita Federal colocou.

Primeiro, que o setor exportador agrícola, por conta dos preços das commodities agrícolas, tem elevado a sustentabilidade econômica, não tendo a necessidade de ser contemplado com novos incentivos.

Vários outros itens financeiros dos exportadores agrícolas já são objeto de isenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy, faria um apelo a V. Exa., porque a matéria já está em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu serei brevíssimo. O PLS cria condições diferenciadas para os tomadores de crédito externo em detrimento do sistema financeiro nacional; o imposto cobrado no Brasil é compensado nos países de domicílio de tomadores dessas operações; não havendo imposto, irá se beneficiar da isenção autoridade tributária do país de domicílio do tomador da operação de crédito, e o financiamento externo terá condições mais benéficas no financiamento da produção agrícola destinada ao mercado externo.

Hoje, grande parte é financiada pelo Governo Federal. O financiamento agrícola por agentes estrangeiros deixa nas mãos desses agentes de sua estratégia importante sobre a produção agrícola nacional.

Assim, Sr. Presidente, eu, respeitando a iniciativa do Senador Gilberto Goellner e o parecer do Senador Neuto De Conto, eu voto contrariamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges? Senador Francisco Dornelles? Senador Neuto De Conto é o relator. Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Saiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Tenório?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande? Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner é o autor... Senador Alvaro Dias? Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende já votou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Tasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já votou. Aprovado, com voto contrário do Senador Eduardo Suplicy. Onze votos favoráveis e um contrário.

O autor e o Presidente contam apenas para o quórum.

Item... Esclareço ainda que a Comissão aprovou o projeto com as emendas de nº. 1, da Comissão de Reforma Agrária, de nº. 3, da CAE, e rejeitou a Emenda nº. 2 na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, gostaria de pedir preferência para o Item 15.

Presidente, pela ordem. Gostaria de pedir preferência para o Item 15, que é o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 15? Item 15 da pauta, que "requer o sobrestamento do Projeto de Lei Complementar nº. 309/09, para aguardar decisão do Senado

Federal sobre o projeto, o PL nº. 5.938/09, que trata do marco regulatório do Pré-Sal e que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados".

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Autoria do requerimento... Senador Eduardo Suplicy, depois de ler a ementa eu passarei a palavra a V. Exa.

Autoria do requerimento: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senador Gim Argello.

Ementa do projeto "autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública, denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural, PETROSAL, e dá outras providências". Autoria do projeto: Presidente da República.

A matéria, esclareço às Sras. e aos Srs. Senadores que a matéria está sendo apreciada simultaneamente, de acordo com o art. 375, combinado com o art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura.

Foram apresentadas as emendas nº. 1 e 8, de autoria do Senador Pedro Simon; de nº. 2 e 7, de autoria do Senador Marconi Perillo; de 3 e 5, de autoria do Senador Arthur Virgílio; de nº. 4, de autoria da Senadora Marina Silva; e de nº. 6, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

O parecer... O relatório é pela rejeição da solicitação do Senador Tasso Jereissati, de autoria do Senador Gim Argello, que não se encontra no Plenário. Poderemos designar um relator ad hoc.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, é a primeira sessão que o requerimento entra, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É a primeira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, pela norma, pela regra, na primeira sessão, não estando o relator, não se aprecia a matéria, não é? Na segunda sessão, não tendo, é que se designa o ad hoc.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas isso não é uma regra, é uma praxe, só. Não é uma regra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O que acontece é que há uma certa urgência para a apreciação dessa matéria.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Garibaldi, pela ordem. Posso falar, senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Essa praxe se refere a matérias. Isso não é uma matéria, isso é um requerimento, e um requerimento que trata de uma questão que está em urgência urgentíssima. Portanto, cada semana que se perde na votação dessa matéria, mais confusão cria no cenário que hoje já está bastante convulsionado. Então, nós estamos tratando aqui de requerimento, por isso que eu gostaria da apreciação nesta Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O relator já foi contatado, o relator? Está a caminho há quanto tempo?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, por que nós não continuamos as deliberações e alguém da assessoria verifica se o relator, o Senador Gim Argello, virá ao Plenário?

Eu até consigo entender a urgência que a oposição, que o Senador Tasso Jereissati está levantando, mas acho que é bastante ruim a Comissão, na primeira vez que aprecia, na primeira sessão que aprecia a matéria, não ter o relator para poder fazer o debate.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E, Sr. Presidente, inclusive, nós vamos voltar à polêmica se é proposição ou não, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou designar um relator ad hoc para ler o requerimento, e o Senador Gim Argello deve estar chegando, ele, então, assumirá a relatoria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, art. 211, "consistem as proposições: em Proposta de Emenda à Constituição, projetos, requerimentos, indicações, pareceres e emendas". Portanto, o requerimento é, sim, proposição. Apenas para esclarecer que não é uma questão apenas de praxe, é questão de norma regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o relator ad hoc, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, a Senadora Ideli Salvatti. V. Exa. não aceita?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É o seguinte, Sr. Presidente. Eu volto a insistir. Este não é um

requerimento qualquer. É um requerimento que exigiu do relator um aprofundamento a respeito inclusive de constitucionalidade, que não é nenhum mérito desta Comissão, mas este requerimento... Porque, assim, a urgência é constitucional, certo? Está na Constituição.

Então, um requerimento que modifique a urgência constitucional de uma matéria é algo que a própria Comissão de Assuntos Econômicos deveria se precaver, no sentido até de ouvir a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, assim, eu não me sinto em condições de, sem ter feito o estudo que o Senador Gim Argello fez--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas nós estamos votando uma preliminar, apenas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não é preliminar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É um sobrestamento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, se o projeto é tão importante, e o relator se dedicou tanto, ele deveria estar aqui. Se ele não está aqui, não há explicação.

Espero que ele esteja chegando. Agora, essa matéria está correndo em urgência urgentíssima. Ela não pode ser votada com urgência urgentíssima, por uma série de razões que nós iremos aqui defender, existem outros senadores aqui querendo discutir.

É uma matéria que está causando, inclusive, na sua "correlacionidade", um enorme atrito federativo, que há muito tempo não acontece no Brasil, e virou uma verdadeira guerra entre estados, com estados jogando um contra os outros, e o Governo Federal quer que ela seja apreciada em urgência urgentíssima, quando nós não temos condições de apreciar em urgência urgentíssima.

Ora, se ele quer urgência urgentíssima para a votação da matéria, por que não quer urgência na votação do requerimento que se refere à matéria? De um lado, ele quer urgência urgentíssima; do outro lado, ele quer protelar. Eu não entendo. O mínimo de coerência é necessário nessas discussões.

A gente não pode ficar usando argumentos completamente incoerentes e paradoxais entre si para simplesmente fazer aquilo que o Governo quer. E o Governo, hoje, está transtornando o Brasil inteiro.

Você liga a televisão, você vê Governador chorando de um lado, Governador com raiva do outro lado, um estado sendo jogado contra outro... E nós não podemos entrar nesse clima, de maneira completamente atabalhoada.

O que nós queremos é justamente o que a senadora acabou de defender, profundidade e debate. Esse requerimento, o que ele pede é profundidade e debate e o mínimo de coerência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem, aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Francisco Dornelles; em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, a Legislação Brasileira, desde 1997, adotou, na exploração do petróleo, o sistema da concessão, com excelentes resultados, no campo do aumento da produção, no campo da participação do PIB, e houve, recentemente, uma proposta de modificação desse regime para adoção do regime da partilha.

O regime da partilha praticamente acaba com o bônus de assinatura fixado pelo mercado e passa a ser uma função da PETRO-SAL. Acaba com a participação especial que é destinada a ESTADOS E MUNICÍPIOS. E os royalties pagos pelos estados e municípios são ressarcidos às empresas que vão explorar petróleo.

O regime da partilha criou um paraíso fiscal no Brasil para as empresas que vão explorar petróleo. Agora, o que existe? A PETRO-SAL, hoje, é que vai cuidar da partilha. A PETRO-SAL, hoje, é que vai cuidar do bônus de assinatura, que vai cuidar dos custos. A PETRO-SAL só existe para administrar a partilha.

Como é que nós vamos aprovar um projeto, criando a PETRO-SAL, antes de ser aprovado o projeto da partilha? De modo que eu quero trazer aqui meu apoio integral ao requerimento do Senador Tasso Jereissati, porque realmente não ficaria bem para o Congresso aprovar a criação de uma empresa que é constituída para administrar a partilha.

Se a partilha não foi ainda aprovada, como é que nós podemos ter a aprovação dessa empresa? Eu acho que a votação desse requerimento é importante, porque ele está em regime de urgência. Eu pediria que V. Exa. considerasse esse assunto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está conversando com o Presidente Lula?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Gostaria, mas não estou [risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores. O Congresso Nacional todo reconhece a competência de V. Exa. e a firmeza de V. Exa. no comando tanto do Senado Federal, quando presidiu, quanto desta Comissão. V. Exa. já tomou a decisão. V. Exa. já definiu o relator ad hoc, que é o Senador João Tenório, que eu peço a ele que aceite a incumbência e faça o relato simples pela aprovação, porque nós não vamos discutir o mérito da matéria.

O Senador Dornelles, com toda razão, discutiu aqui o mérito da matéria. Mas não é este o caso. Nós queremos discutir a aprovação do requerimento.

Então, eu peço que V. Exa. encaminhe novamente ao senador... Ao Senador João Tenório, para ele relatar ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem também, Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, na Exposição de Motivos Interministerial nº. 38, de 31 de agosto de 2009, dos ministros de Minas e Energia, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Planejamento e Casa Civil, que encaminha o PL nº. 5.938/09, é afirmado que, nos casos em que as jazidas da área do Pré-Sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não partilhadas, a União é representada pela nova empresa pública, denominada PETRO-SAL, e, com base nas avaliações realizadas pela ANP, celebrará com os interessados o acordo de individualização da produção, cujos termos e condições obrigarão o futuro concessionário ou contratado, sob regime de partilha de produção.

E registra expressamente que a PETRO-SAL, que fará a gestão dos contratos de partilha de produção, será indispensável para a construção do novo marco institucional para a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos, sob esse regime de partilha.

À PETRO-SAL caberá ainda celebrar e representar a União em contratos com agentes comercializadores da parcela excedente em óleo.

Na Exposição de Motivos nº. 40 da mesma data, firmada pelas mesmas autoridades que capeiam o PLC nº. 309, que é a PETRO-SAL, fica registrado que tratase de medida vinculada e necessária à implementação do regime de partilha de produção, cujo modelo de exploração e produção de petróleo e gás natural, objeto de proposição legislativa específica, o qual será aplicável às áreas integrantes da nova província petrolífera do Pré-Sal, bem como em áreas estratégicas a serem definidas pelo CNPE.

A mesma correlação é transparente no texto das proposições. O PL 5.938/09 explicita que seu objeto é disciplinar o sistema de exploração e produção de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos na área do Pré-Sal; e, em áreas estratégicas, que esse procedimento será feito no regime de partilha de produção.

Determina ainda que o projeto e a gestão dos contratos de partilha caberão à empresa pública a ser criada.

Ora, então, o contrato... A PETRO-SAL está vinculada ao regime de partilha. Se esse regime não foi discutido aqui, nós não podemos discutir PETRO-SAL.

Então, fica muito claro que há vinculação do 309 ao Projeto do Executivo nº. 3.538. Portanto, sem que esse seja apreciado, é impossível apreciar a PETRO-SAL.

Inclusive, isso vai contrariamente ao regimento da Casa e à própria independência do Senado. Então, é preciso que nós tomemos uma posição firme, porque o Executivo quer nos atropelar, e nós não podemos admitir isso. Nós temos que fazer as coisas de acordo com a sequência natural delas.

Primeiro, o projeto do marco regulatório; depois a PETRO-SAL, se o marco regulatório da partilha for aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, estou aqui na sua frente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente, que já pedi faz tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [soa a campainha] É preciso... Peço silêncio! Vamos ordenar os trabalhos!

Não é possível que um requerimento tenha esse poder de tumultuar tanto. É um requerimento só, não é o mérito da matéria.

Então, eu vou conceder, vou conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para ele ser o relator ad hoc. Ninguém leu ainda.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, é sobre isso. É uma Questão de Ordem, antes de ler o relatório. Antes de ler o relatório, eu queria fazer uma ponderação, que é o seguinte: essa é uma matéria extremamente polêmica. Eu entendo as questões colocadas pelo Senador Tasso Jereissati, e

é por conta disso que gostaria de solicitar, não sei se cabe um pedido de vista ou não, que nós tivéssemos uma semana, até a próxima sessão da Comissão, para que nós tentássemos construir uma alternativa.

Essa alternativa pode ser um calendário, essa alternativa pode ser o desmembramento do projeto, essa alternativa pode ser uma série de caminhos que eu acho que nós devemos construir aqui conjuntamente.

Não vejo essa matéria numa discussão entre oposição e Governo. Vejo uma questão de país, vejo uma questão... Sei da contribuição que o Senador Tasso Jereissati quer dar, não estou colocando, Senador Tasso, que é uma questão aqui colocada pela oposição.

O que eu quero dizer é o seguinte: qualquer ato que nós tomemos agora ou depois será um passo numa direção que nós não sabemos ainda qual será a questão primordial, qual o caminho melhor a seguir.

Eu mesmo tenho duas ou três alternativas, que quero sentar com os líderes da bancada do Governo, com os líderes da oposição, para a gente discutir sobre essa matéria.

Então, gostaria de pedir ou vista da matéria, uma semana, para que nós pudéssemos fazer uma reunião com todas as pessoas interessadas e construir efetivamente uma linha de debate construtiva, que faça com que esse processo possa ser equacionado.

Eu entendo o drama dos estados produtores. Eu acho que nós temos que ter a consciência de buscar uma solução. Eu entendo a necessidade de todos os estados, inclusive o meu, de ampliar a arrecadação.

Então, nós temos aí uma equação que precisa fechar. E essa equação só vai fechar se houver entendimento, se houver consenso. Então, não é sobrestando, se, amanhã, a discussão for: "Sobrestou", então, na verdade, já está enveredando por um caminho que talvez não seja o melhor.

Então, eu gostaria de pedir isso. Eu acho que, em nome do bom-senso, seria o melhor caminho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Jucá, inclusive, regimentalmente, o pedido de vista cabe--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o senador--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu pedi a palavra antes [soa a campainha]. Presidente, eu pedi a palavra antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu gostaria de manifestar meu inteiro apoio às palavras sensatas e equilibradas do Senador Romero Jucá, que isto é uma questão demais complexa e que não é questão de oposição e Governo. Isso já deixou de ser há muito tempo. Nós não estamos falando aqui apenas nessa situação.

Eu, por exemplo, estou de acordo aqui com o Senador Dornelles, que é um dos membros mais importantes da base aliada do Governo. Eu sou da oposição. Mas, aqui, nós estamos fazendo uma série de erros que têm consequências graves para o país, inclusive para a estrutura federativa do país.

Eu vou lhe relatar, Senador Dornelles, apenas... Olha como está esse projeto para ser relatado em urgência urgentíssima. Minha sugestão é na linha do Senador Romero. E a primeira coisa que tem que se fazer é tirar a urgência urgentíssima, para que a gente possa debater isso com calma. É essa minha sugestão.

Ele está pedindo calma, e eu estou pedindo mais calma a ele ainda, porque é essa a solução. Nós não podemos... Olha só isso aqui, Senador Dornelles, Senador Valadares, V. Exa. que é um homem também de Governo mais sensato. Aqui tem escrito o seguinte: "Congresso Nacional decide. Compete à PETRO-SAL A, B, C, Doutor – monitorar e auditar a execução de projetos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo de gás natural e outros hidrocarbonetos; E – monitorar e auditorar os custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção".

No mesmo projeto, no outro projeto mais correlato, diz o seguinte: "Da competência da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e o Bio..." Peço aqui a coleitura do Senador Romero.

"5º: Analisar e aprovar, de acordo com o disposto no inciso IV, os planos de exploração, avaliação e desenvolvimento de produção, bem como os programas anuais de trabalho e produção relativos aos contratos de partilha. 6: Regular e fiscalizar..."

Quer dizer, um anula a outra. Tem duas competências e dois artigos diferentes. Ademais, eu vou repetir: nós estamos nos encaminhando para uma discussão que é muito perigosa e praticamente inédita neste país, que é uma guerra entre os estados. Os estados, um acusando aos outros. Nós não podemos. É um erro, em nome de um marketing político, à pena de um marketing político, colocar o país nessa situação de turbulência e divergências internas.

Nós estamos vendo diariamente na televisão acusações e contra-acusações entre estados. O que eu estou pedindo é justamente o que o Senador Romero aqui colocou: calma, vamos discutir esse projeto. O meu é pedindo calma. O meu requerimento é justamente pedindo o que V. Exa. acabou de pedir: calma. Vamos discutir isso, vamos chegar a um acordo; e com prazo de urgência urgentíssima isso é absolutamente

impossível, até porque tenho visto aqui já declaração de vários senadores de que, no prazo de urgência urgentíssima, no clima que está, cada um vai defender seu estado.

Então, vai se tornar uma verdadeira batalha campal aqui, em que nós vamos acabar com a Federação estraçalhada, em nome de quê, senador?

Vamos usar esse equilíbrio e essa calma não em relação ao meu requerimento. Eu até faço um apelo de que esse requerimento não seja nem necessário, que V. Exa. tome a iniciativa de ir ao Governo e diga: "Não tem clima, não tem condições, em plena campanha eleitoral, de votarmos um projeto dessa magnitude e dessa complexidade".

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, apenas para dizer que eu e o Senador Tasso estamos na mesma direção. Só temos que definir como vamos tratar, quais os assuntos que serão prioritários, de que forma a gente pode atuar nesse projeto, se é discutindo, se é discutindo um calendário, se é suspendendo a urgência, se é dando a urgência, mas partilhando, dividindo, sobrestando uma parte da discussão.

Então, o que eu estou pedindo hoje, já dentro desse espírito de calma, é que nós não votemos essa matéria hoje, sobrestando, porque sobrestar, de certa forma, representa já um ato numa determinada direção. Eu acho que qualquer direção nós temos que discutir em conjunto.

Então, nós não votaríamos nem isso nem as outras questões, faremos uma reunião essa semana, e eu acho que, dentro desse espírito de procurar caminhos, e, efetivamente, esse é um assunto que tem que ser tratado com muito equilíbrio, com muita tranquilidade, respeitando a Federação.

O Pré-Sal é um bem do nosso país. Não pode ser usado para dividir o país. Tem que ser usado para unir o país. E nós temos que ter equilíbrio para fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tasso, V. Exa. desiste do requerimento?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de ouvir os outros senadores. Meu apelo ao Senador Romero é de que procure o entendimento com o Governo e tire essa urgência urgentíssima, aí, sim, fora desse clima de urgência urgentíssima, nós vamos sentar e discutir, entendendo como eu gostei imensamente dessas palavras do Senador Romero Jucá, palavra de um verdadeiro estadista, líder que é do Governo.

O Pré-Sal é uma riqueza que deve unir nosso país, e não dividir o nosso país. Parabéns pela frase; vai estar com certeza na Veja e nos outros jornais como frase--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. Em seguida, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, considero que a palavra abalizada do Senador Jucá, líder do Governo, a respeito dessa matéria, que foi secundada pela palavra, igualmente abalizada, do autor do requerimento, Senador Tasso Jereissati, significa, sem dúvida alguma, uma oportunidade para que uma proposição tão importante quanto essa da criação de uma empresa estatal seja objeto de uma discussão mais ampla.

O Senado Federal sempre foi e será a Casa da Federação, mas, acima de tudo, a Casa da moderação. Aqui são políticos com larga experiência, tanto no Legislativo como no Executivo, que, estudando cada matéria, poderão dar sua contribuição inestimável ao aperfeiçoamento daquilo que vem do Executivo.

O Presidente da República, que é um democrata, naturalmente que vai ouvir as ponderações de seu líder do Governo, que é o Senador Jucá, e quem sabe poderá até fazer a retirada, já que não houve urgência lá na Câmara dos Deputados.

Eu tomei conhecimento de que lá foi retirada a urgência. Então, aqui no Senado pode acontecer a mesma coisa. Dentro de um clima de consenso é que nós podemos melhorar o projeto e dar à Nação mais uma empresa estatal que vai administrar essa grande riqueza nacional que é o Pré-Sal.

Portanto, Sr. Presidente, eu parabenizo o Senador Jucá e o Senador Tasso Jereissati por essa decisão conjunta, que o PSB apoia integralmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu fiquei extremamente satisfeito com as palavras do Senador Jucá, que demonstrou uma concordância plena com os termos do requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Eu acho que houve uma concordância plena. O que disse o Senador Jucá, de acordo com meu entendimento, que essa matéria não pode ser votada em regime de urgência [soa a campainha]. Porque, dentro de um regime de urgência, muitas vezes não se pode entrar em detalhes.

Nós estamos criando uma empresa, PETROSAL, que vai administrar o regime de partilha. Mas se

o regime não foi criado, como é que a empresa pode ser constituída? De modo que eu concordo plenamente com o Senador Jucá e peço que ele vá em frente e retire a urgência desses projetos, para que nós possamos, em um entendimento pleno, votar num clima de paz e de tranquilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, na linha do... Já que o Senador Jucá propõe entendimento, para que haja esse entendimento e que a gente concorde em não votar o requerimento, é preciso que haja um compromisso de retirar o regime de urgência.

Havendo esse compromisso de retirar o regime de urgência, obviamente que nós permitiremos que os projetos tramitem até paralelamente, por quê? Porque nós teremos tempo de ajustar a conexão desses projetos. E num entendimento de Governo e oposição. Mas aí é preciso que o Governo retire. A gente negocia calendário, negocia calendário de votação, sem problema. De discussão e votação. Agora, é preciso que haja a retirada da urgência. Por quê? A urgência nos impede de tratar desses assuntos com a devida profundidade e, inclusive, nos obriga a fazer a conexão pela ordem. Ou seja, primeiro o marco regulatório e depois a empresa que vai gerir uma das formas... A forma que está sendo proposta no marco regulatório.

Mas, havendo a retirada do regime de urgência, nós teremos condição de adaptar e ajustar. Então, não precisaria do sobrestamento. Mas é preciso o compromisso do Senador Romero Jucá de que esse regime de urgência será retirado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nenhum orador mais quer ocupar a Tribuna da Comissão? Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu quero só entender. Vai ser retirado de pauta, vai ser dado vista? Só para gente entender qual é o procedimento. Vai ser adiado?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, eu consultei o Senador Tasso e, pelo que eu entendi, S. Exa. não vai retirar ainda o requerimento, não é?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas vai dar o tempo para as contestações, é isso?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu entendo... Pelas palavras do Senador Jucá, nós estamos aqui... Nós não estamos aqui fazendo oposição. Nós estamos preocupados com o país.

Pelas palavras do Senador Jucá, eu entendi que ele vai fazer conversações junto ao Governo Federal, no sentido, junto com a oposição, junto com todas as lideranças do DEM, do PSDB, do PT, do PMDB, do PP, para que a gente possa ter um procedimento para a votação disso, que não pode ser, evidentemente, em urgência urgentíssima, porque ela é demais complexa para que nós só tenhamos aqui 40 dias para discutir o assunto. Ademais, como as matérias são correlatas, uma depende da outra, nós não podemos votar a que depende da outra antes, evidente, porque nós precisamos saber o acompanhamento.

E, por outro lado, toda essa questão enorme, gravíssima questão federativa, veja bem, estava aqui o Deputado Paulo Lustosa do meu lado, dizia: "Olha, essa questão da partilha e da divisão é uma verdadeira Reforma Tributária que foi feita meio à revelia". Porque mexe com tudo, mexe com a receita de todos os municípios e de todos os estados. É uma Reforma Tributária.

Como é? Nós estamos discutindo Reforma Tributária, Senador Romero, aqui, faz quantos anos? Alguns anos. E nós vamos resolver em 40 dias um assunto dessa gravidade?

Então, eu estou entendendo que o Senador Romero Jucá está fazendo essa proposta de uma negociação calma, com debate amplo, para que a gente pudesse... Dessa maneira, eu quero demonstrar nossa boa-vontade e aguardar o senador para que a gente possa dar andamento a essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu estava reunido com minha bancada e fui informado de que essa discussão estava se processando na Comissão de Assuntos Econômicos e interrompi a bancada para vir aqui colocar a posição de meu partido.

Independente da Emenda Ibsen Pinheiro, eu acho que a instalação da discussão dos quatro projetos do Pré-Sal em regime de urgência urgentíssima é uma agressão ao Poder Legislativo. A lei de 99, que quebrou o monopólio do petróleo, que produziu essa lei, a autossuficiência brasileira em petróleo, foi discutida em mais de um ano de muito debate, muito confronto e muita discussão. Até que se produziu um texto que, por consenso, foi aprovado. Aprovado e um texto bom, de boa qualidade.

Como é que, agora, você quer modificar a lei de 99 em regime de urgência, em 45 dias? Não tem o menor cabimento, não tem o menor sentido, não tem lógica para o interesse nacional. Você pode até, por

sorte, votar um projeto bom. Pode até ser que ele seja bom. Mas quem é que me assegura que ele é bom? Quem me assegura se ele é bom ou não é o debate, é o contraditório, é a Audiência Pública.

Esta Casa já mostrou, independente do que a Câmara tenha feito, que é capaz de fazer muita coisa boa pela via do debate. O Senado tem uma história pretérita, tem um crédito. Então, esse crédito tem que ser usado. Agora, não dá, é para você estabelecer em 45 dias a votação de quatro projetos; a começar pela matéria que está entregue à relatoria do Senador Tasso Jereissati, que é a criação da PETRO-SAL, uma empresa que vai pilotar todo o sistema.

Como é que você vai pilotar todo o sistema com uma empresa, sem ter aprovado ainda o próprio sistema? Criar uma empresa para pilotar algo que não está aprovado? Ou seja, é um contrassenso em cima do outro. Então, nossa posição é frontalmente contrária ao regime de urgência urgentíssima para os quatro projetos do Pré-Sal.

Agora, em cima disso tudo, instala-se uma discussão nova, que é a Emenda de Ibsen Pinheiro, que estabelece critérios com que eu concordo, de distribuição dos royalties de forma equitativa com estados produtores e não produtores. Só que tem um detalhe: é que tem gente que perde aí nessa história. E a Constituição diz que você não pode fazer Legislação para prejudicar de forma pretérita.

E aí já entra outra discussão, que é a constitucional. O que impõe o quê? Tempo para discutir. Debate para discutir. Eu acho que não se pode... É como o Senador Tasso colocava: não se pode discutir uma coisa com a gravidade e profundidade do Pré-Sal e mais uma Reforma Tributária, um socorro que se impõe realmente aos municípios, sem o devido debate.

Hoje, os jornais do Rio de Janeiro trazem uma manifestação do organismo máximo que cuida de esporte amador no Brasil, falando da perspectiva da não ocorrência das Olimpíadas, se o dinheiro dos royalties, a destinação dos royalties mudar de critério. O Rio de Janeiro perderá a condição de sediar as Olimpíadas, uma das razões do orgulho nacional do momento.

Quer dizer, nós estamos com coisas dessa profundidade, desse tipo de discussão em apreciação. Então, nossa posição é frontalmente contrária ao regime de discussão, a discussão em regime de urgência urgentíssima, e acho que o bom-senso recomenda aquilo que o Senador Romero Jucá precisa e deve fazer: se entender com o Governo e estabelecer critérios, cronograma; se for o caso, até o estabelecimento de um plano de trabalho, para a discussão dos quatro projetos do Pré-Sal, aí incluída a Emenda Ibsen Pinheiro, que meu partido, com certeza absoluta, vai emendar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou encerrar esta tranquila reunião e--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu interrompi, sem fazer o payoff, a conclusão a que eu queria me referir. Eu tenho muita confiança na capacidade de negociar do Senador Romero Jucá e sei que ele é um operador competente dos interesses do Governo. Ele precisa, nesse momento, ser um operador competente dos interesses do país.

Nós entregamos a ele, à competência dele a capacidade negocial de, junto ao Governo, quebrar a intransigência e, em nome do interesse nacional, trazer uma espécie de proposta ou uma proposta de cronograma de trabalho, para que a gente possa apreciar, de comum acordo entre Governo e oposição, uma coisa que é interesse nacional.

Nós aqui apostamos nossas fichas e entregamos ao Senador Romero Jucá nossa confiança de que ele será capaz de negociar com o Governo o fim ou a retirada do regime de urgência urgentíssima, em nome de uma coisa só: o interesse nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de dar por encerrada esta reunião, eu vou submeter a votos a dispensa da leitura e aprovação das atas da 3ª e 4ª reuniões da Comissão. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram.

Também os requerimentos. Requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que já foi lida... O requerimento já foi lido. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam este requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

O requerimento tem o objetivo de permitir a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel. A referida proposição encontra-se em tramitação nesta Comissão, e sua relatoria foi atribuída ao Senador Delcídio Amaral.

Também submeto à votação o requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande, que já foi lido, juntamente com o Senador Francisco Dornelles, que seja exposto a esta Comissão o chamado Projeto Ômega, cujo objetivo é transformar o país em um centro internacional do mercado de moedas, desregulamentar o mercado cambial e tornar o Real uma moeda com conversibilidade internacional.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Convoco uma Reunião Extraordinária. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, peço que seja colocado em votação o Item 8. É um apelo do Senador Dornelles aqui, insistente, que é do Item 8, para que seja votado, já foi lido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pergunto ao Senador Tasso Jereissati se poderia funcionar como relator ad hoc.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Já foi lido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi lido por V. Exa.?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Já.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A discussão também foi encerrada. Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº. 4/05, que "dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências".

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam... Senador Suplicy quer usar a palavra?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, apenas informar que, no Plenário, foram apresentados requerimentos de informação aos ministros da saúde e do planejamento, para solicitar informações sobre o custo e a real necessidade de se criar uma estrutura, contratar pessoal e adquirir equipamentos para cinco mil brasileiros poderem atender ao que determina o Projeto de Lei da Câmara, de 2005, e sobre se as despesas com a criação dessa estrutura serão suportadas pelo orçamento da Seguridade Social da União e administradas pelo Ministério da Saúde e pelo Fundo Nacional de Saúde, e quais as ações de seguridade que deverão perder recursos para compatibilizar essa nova medida no orçamento da União.

Então, apenas informo que, no âmbito do Plenário, tais requerimentos foram feitos para melhor informação a respeito dessa proposta, antes de ela ser aprovada pelo Plenário, uma vez que aqui é de caráter não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Romero Jucá apresentou requerimento de informações. Em 11/3, foi dada a leitura desse requerimento em Plenário e despachada à Mesa para a decisão.

Se o requerimento for deferido pela Mesa, a tramitação da matéria ficará interrompida, com base no art. 216, Item 4º do Regimento Interno do Senado Federal. Não há--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas gostaria, aqui, de trazer uma informação relevante a respeito da apuração pelos órgãos de defesa econômica [soa a campainha], tanto a Secretaria de Direito Econômico quanto o CADE, com respeito ao assunto que diversas vezes foi objeto de debates aqui na CAE.

Eu me refiro à questão do cartel do suco de laranja. Ontem, na Folha de S. Paulo--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas, Senador Eduardo Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só uma informação. Ontem, a Folha de S. Paulo trouxe a entrevista do Sr. Dino Tofini, que foi produtor de suco de laranja, hoje planta cana, e onde ele informa, tendo sido um dos diretores de uma dessas empresas, que de fato foi planejado e realizado o que se denomina um cartel das empresas de suco de laranja, com dificuldades para os produtores de laranja no Brasil.

Hoje, o Valor Econômico traz a notícia de como a Citrosuco e a Citrovita estão por unir suas operações. Por outro lado, ontem, conversando com o Presidente do CADE a respeito, ele me informou que, na Secretaria de Direito Econômico, hoje, serão abertas as informações que estavam sendo objeto de sigilo, relativamente à apuração desses episódios.

É importante que a Comissão de Assuntos Econômicos acompanhe com atenção o desenvolvimento da apuração desses fatos pela Secretaria de Direito Econômico, bem como pelo CADE.

Era o registro que gostaria de aqui fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o Item 8º. Com a palavra o senador... Não? Em votação o Item 8º. Projeto de Lei da Câmara nº. 4/05, não terminativo.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Um vota contrário do senador--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Porque avalio que é importante ainda termos as informações solicitadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas a matéria ainda vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas meu voto é contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o voto contrário do Senador Eduardo Suplicy.

Convoco uma Reunião Extraordinária para amanhã, tendo como Ordem do Dia a votação de projeto de financiamento por banco japonês ao Estado de Santa Catarina. Está encerrado.

Sessão encerrada às 12h29.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezessete de março do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Wellington Salgado, Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Jayme Campos, Cícero Lucena, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de licença médica, Tião Viana, César Borges, Gerson Camata, Pedro Simon, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Aviso nº 20/2010 (Aviso nº 240-Seses-TCU-Plenário), de 3 de março de 2010, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 033.367/2008-6, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 40 de 2008. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à apreciação da Matéria constante da Pauta da Reunião. Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 79 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e a Japan International Cooperation Agency – JICA, no valor de até ¥14.426.000.000,00 (quatorze bilhões e quatrocentos e vinte seis milhões de ienes), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina", tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Azeredo, usam da palavra a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Neuto De Conto e Gilberto Goellner. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Em seguida, a Comissão, após deliberação, aprecia as Matérias constantes da Extrapauta. Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 315 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Chico da Princesa, que "altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH", tendo como Relator o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Wellington Salgado, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo, Gilberto Goellner, Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda, Efraim Morais e Flexa Ribeiro. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Gilberto Goellner. Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 312 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. Em 16/3/2010, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, vamos dar início à 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros desta comissão que esta recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, de 13 de março de 2010, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 033367/2008-6, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam, referentes à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2008. O expediente será encaminhado aos membros da comissão por meio de ofício circular.

Na Ordem do Dia, Item 1º. Mensagem Senado Federal nº 79, de 2010, não terminativa. "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e a Japan International Cooperation Agency – JICA, no valor de até 14 bilhões e 426 milhões de ienes, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina." A mensagem é de autoria do Presidente da República. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra nesse instante.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadora.

"Essa operação de crédito externo busca atender a demanda da CASAN, sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Estado de Santa Catarina.

É, portanto, uma estatal não dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 2000.

Embora não esteja sujeita aos mecanismos de controle de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal, a avaliação de sua situação financeira e sua capacidade de pagamento é fundamental para a concessão ou não de garantia da parte da União.

A STN, segundo informação contida no referido parecer, avaliou esses aspectos e concluiu que a empresa apresenta condições de suportar os desembolsos decorrentes da presente operação.

As atividades da companhia conseguirão gerar um retorno superior a taxa de captação em análise e um fluxo de caixa suficiente para cobrir os desembolsos projetados, razão pela qual não foram identificados óbices quanto a contratação da operação com a JICA."

Eu quero apenas na página 03, fazer um pequeno adendo, falta a palavra "não" aí, porque no § 3º tem "em decorrência a STN entendeu que as contrapartidas, contragarantias oferecidas a serem formalizadas em contrato próprio, são suficientes para ressarcir a União caso esta não venha a honrar compromissos na condição de garantidora da operação." Está faltando a palavra "não".

"Mais à frente, com relação à adimplência, a STN não se manifestou, mas um sistema, uma consulta ao sistema mostra que não há pendências em nome da CASAN.

Quanto ao mérito, cabe destacar que os recursos do empréstimo serão destinados a financiar o pagamento de obras civis e serviços de consultoria, no âmbito do mencionado programa de saneamento ambiental do Estado de Santa Catarina."

O projeto de resolução está também disposto aí, portanto, no valor de 14 bilhões de ienes, que significa algo em torno de 150 milhões de dólares. E o prazo de amortização é de 18 anos, as taxas de juros são as taxas internacionais e que são, realmente, bem menores que as praticadas aqui no país.

Portanto, um financiamento internacional é altamente interessante e é importante lembrar que os estados e municípios estão podendo contratar agora esses financiamentos, depois de toda a reorganização que foi feita pós-real, quando houve realmente uma limitação para essas operações e o Brasil foi reorganizado do ponto de vista desse endividamento.

Anteriormente, os estados e municípios podiam se endividar sem esse limite, foi inclusive o problema que a Argentina mais enfrentou, foi exatamente esse.

Aqui não, felizmente os estados e municípios têm hoje uma organização e após essa limitação, com o crescimento da arrecadação, eles estão podendo fazer essas contratações, que são importantes.

Portanto, o parecer é favorável, eu quero aqui também destacar o empenho do nosso ex-colega, Senador Leonel Pavan, que nos próximos dias assume o Governo de Santa Catarina.

E, portanto, em homenagem também ao Pavan, à Senadora Ideli, ao Senador Neuto de Conto, ao Senador Raimundo Colombo, que cumprimento a todos e ao Governador Luiz Henrique, que se afasta nos próximos dias do Governo para se candidatar ao Senado Federal.

Governador Luiz Henrique, do antigo MDB, MDB antigo ainda da época que eu também fui do MDB. Então, o senador, o futuro senador Luiz Henrique terá ainda nos últimos dias a satisfação de poder ver aprovado esse financiamento para a CASAN, Empresa Catarinense de Água e Saneamento.

O parecer, portanto, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, eu quero registrar que está presente aqui no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos o Sr. Adelor Vieira, que é Diretor de Projetos Especiais do Governo de Santa Catarina, da CASAN. E Chihiro Osaki, que é representante da Agência de Cooperação Internacional do Japão, a JICA, além de outros representantes.

E também, como é de praxe, o senhor... É de praxe, da Resolução 43/01, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidade Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda e o Sr. Adelor Vieira, que já registrei aqui, Diretor de Projetos Especiais da CASAN.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria agradecer a V. Exa. por ter marcado esta reunião extraordinária e ao Senador Eduardo Azeredo, que tão prontamente preparou o relatório para que nós pudéssemos, em menos de 24 horas, não é, Senador Eduardo? Porque o projeto foi lido no Plenário do Senado ontem, foi despachado aqui para a CAE ontem à tarde, e o Senador Eduardo Azeredo prontamente preparou o relatório para nós podermos estar aprovando na Comissão de Assuntos Econômicos e esperamos que com a desobstrução da Pauta na tarde de hoje, podermos votar este financiamento que é muito importante para Santa Catarina.

São 14 bilhões de dólares, portanto é muito dinheiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ienes. Ienes, ienes; 150 milhões de dólares, está aqui o Senador Eduardo já me corrigindo aí nas conversões das moedas.

Santa Catarina é um Estado que tem uma situação de saneamento aonde há necessidade de muito investimento, que nós estamos tentando recuperar e efetivar ações de saneamento básico que, infelizmente, ao longo das últimas décadas não foram possíveis de serem realizadas, e agora, com os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, mais este financiamento e outros investimentos, o Estado está buscando ter um atendimento de saneamento mais adequado à economia catarinense.

Então, a CASAN vem realizando este trabalho, e aqui eu queria até cumprimentar o Adelor, ex-Deputado Federal e que agora está prestando esse prestimoso trabalho na CASAN, que tem o, também... Constituinte, Deputado Federal Walmor de Luca, à frente dos trabalhos.

Então, para nós é muito importante e nós queríamos realmente agradecer.

Como eu disse ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, nós estamos correndo contra o tempo. Porque o ano fiscal no Japão termina no dia 31 de março.

Portanto, nós temos, para poder não perder o ano de 2010, nós temos que aprovar aqui na CAE, aprovar no Plenário do Senado para poder fazer as assinaturas ainda antes do dia 31.

E queria aqui também agradecer a presença dos três representantes da JICA, eu não vou me arriscar a pronunciar os nomes, japoneses, aí dos representantes da JICA, mas queria também agradecer a presença.

O Senador Garibaldi, como não poderia deixar de fazê-lo, registrou o nome da assessora, da representante feminina que... A Osaki, a Sra. Osaki, que nos faz a gentileza de acompanhar a votação.

Então, queria agradecer em nome dos catarinenses as prontas providências, tanto da Presidência da comissão, Senador Garibaldi, e também do Senador Eduardo Azeredo, por ter aprontado tão rapidamente.

Eu já brinquei com ele, porque o Governador de Minas frequenta muito o nosso Estado. Ele tem, todos sabem, uma especial predileção por catarinenses. E, então, a gente sabe do carinho que Minas tem para com o nosso Estado e por isso que eu tenho certeza absoluta, a presteza na aprovação.

Então, era isso, Sr. Presidente, só posso agradecer a aprovação no dia de hoje, porque realmente estes recursos são fundamentais para ampliar o atendimento de saneamento básico em Santa Catarina.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Foi, a longo tempo, de muito trabalho e muita participação e de muito entendimento já nascido no Governo passado, renovado no Governo atual de Luiz Henrique da Silveira, aonde a CASAN, representada pelo Diretor Presidente Walmor de Luca, ex-parlamentar, também do ex-Deputado Adelor Vieira, um trabalho incansável não só no levantamento, na conquista, no levantamento de todas as necessidades, mas também pelo entendimento da Japão Internacional Cooperação, a JICA, que tem nos dado a oportunidade desta negociação.

Desse trabalho profundo só nos cabe agradecer e dizer que investimento em saneamento básico e principalmente no litoral de Santa Catarina, aonde traz a satisfação daqueles que vivem lá, vai trazer o bem-estar social das pessoas que tem o seu dia a dia nessa região, mas principalmente o grande fluxo de turismo que ali aporta todos os anos, terão a oportunidade de ter melhor qualidade, quer seja da água, melhor qualidade do esgoto e, consequentemente, maior qualidade de vida.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria deixar nestas poucas palavras, a nossa mensagem de agradecimento ao banco, a todos os representantes da JICA, à nossa CASAN, o nosso Governador, e principalmente os parlamentares que nos dão sustentação a esta proposta liderada pelo nosso... Pelo Senador Eduardo Azevedo (sic), que foi o relator, e também todos os Srs. Parlamentares que nos dão a oportunidade de dar quórum e votação para esse projeto de uma importância singular.

E queria deixar só um dado como registro, para ver as vantagens que vai trazer para Santa Catarina, quando um banco(F), um estado consegue receber em torno de 280 milhões de reais com 25 anos de prazo, com uma taxa de juros de 1.20% ao ano.

Este é o grande fator que vai nos trazer, além do desenvolvimento, conhecimento, bem estar social, vai nos dar a oportunidade de que tenhamos melhor qualidade de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria [interrupção no áudio], Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma referência especial à JICA, que é essa Agência de Cooperação Japonesa, que já nos idos de 1977, 78, iniciou um trabalho muito grande no Estado de Minas Gerais.

Um trabalho de cooperação, aonde agricultores foram remanejados, filhos de agricultores que já não tinham mais espaço de ocupações de áreas dentro de uma mesma propriedade, de uma cooperativa, cooperativa de Encantado, no Rio Grande do Sul, transferiram para Iraí de Minas e em Paracatu iniciou também trabalho com filhos de agricultores japoneses.

Então, nessa região do cerrado, em 77, 78, se iniciaram os primeiros plantios, com sucesso, de soja, de milho, de café, enfim, uma agricultura muito diversificada, irrigada e também de sequeiro, aonde se desenvolveu também a cultura do feijão irrigado.

Enfim, a agência tem cooperado em grandes programas de desenvolvimento do país. E com mais esse... Essa cooperação agora, saneamento básico de Santa Catarina, com a empresa de água e saneamento que é a CASAN, realmente, ela presta uma grande cooperação ao Brasil e ao Estado de Santa Catarina.

Meus parabéns pelo Governo de Santa Catarina, pelo Governo Brasileiro que concede aprovação desse empréstimo. E a Agência, a JICA, pelo entendimento que tem de cooperar com o Brasil e com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Eu só espero que a JICA se volte também para a Região Nordeste.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o relatório do Senador Eduardo Azeredo. Os senadores e as senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado.

Quero me congratular com o Governador Luiz Henrique, com o ex-Deputado Adelor, aqui presente, e com os representantes da JICA.

O Estado de Santa Catarina passa a contar com recursos vultosos para promover um arrojado projeto de saneamento básico, de esgotamento sanitário, de saneamento ambiental daquele estado.

Quero me congratular com a Senadora Ideli Salvatti, que foi incansável no sentido de que tivéssemos a aprovação desse projeto desta maneira, como também com o Senador Neuto de Conto, que muito colaborou. E ainda com os senadores aqui presentes.

A matéria terá que receber o regime de urgência-

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já aproveito para solicitar, Presidente, o regime de urgência para... Que vá ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, vamos proceder a

votação da autorização para o regime de urgência. As senadoras e senadores que aprovam o regime de urgência para esse primeiro Item da Pauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, relativamente ao diálogo que houve ontem aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, conversamos eu e o Senador Wellington Salgado tendo em conta inclusive a importância da votação do acordo com... Relativo ao Projeto de Gaza, uma vez que o Presidente Lula está justamente naquela região, em Gaza, na Palestina, hoje.

Chegamos ao entendimento no sentido de que o projeto sobre recursos hídricos possa ser apreciado e votado de pronto, assim como também o projeto relativo à Gaza e com o compromisso de que a Audiência Pública sobre o projeto de recursos hídricos possa ser realizada na próxima comissão, a Comissão de Infraestrutura.

E eu, inclusive, disse ao Senador Wellington Salgado que se ele quiser acrescentar nomes para a Audiência Pública, que serão muito bem vindos.

Assim, Sr. Presidente, por entendimento poderemos votar ambas as matérias de pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Consulto... O Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, concordo plenamente com o que foi colocado aqui pelo Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, Senador Eduardo Suplicy, submeto ao Plenário, depois de registrar o trabalho do relator, o Senador Eduardo Azeredo, que não sei se esqueci, foi um esquecimento imperdoável.

Mas eu quero submeter ao Plenário o pedido do Senador Eduardo Suplicy, para que seja incluído na pauta da reunião extraordinária de hoje, dois projetos.

O Projeto de Lei da Câmara nº 312, de 2009, Não Terminativo, que "Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza", tendo como autor o Presidente da República e relator o Senador Eduardo Suplicy.

E o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, Não Terminativo, que "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 01, de 11 de janeiro de 91, que trata da parcela pertencente aos estados e municípios do produto da compensação financeira dos recursos hídricos." Autoria do Deputado Federal Chico da Princesa, e o relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Consulto ao Plenário se esses dois projetos podem ser incluídos na Ordem do Dia desta sessão extraordinária. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam a inclusão na Ordem do Dia, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra o relator do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, que "Trata da alteração da Lei 8.001, que altera a parcela pertencente aos estados e municípios do produto da compensação financeira dos recursos hídricos."

Com a palavra o relator, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, esse é um projeto que olhei rapidamente, ele... O percentual continua o mesmo, do royalty, ele só altera a maneira como vai ser repassado, de 10-45-45, ou seja, União, estados e municípios, agora passa a vigorar com 10-25-65.

É esse meu voto, Sr. Presidente. Esse é meu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para discutir, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, permita apenas... Pela ordem. Estou sendo chamado nesse instante para relatar o voto separado na CCJ. Eu estou de pleno acordo aqui com as votações de ambos os projetos. Permita que seja considerado dado meu voto positivo, Sr. Presidente, inclusive requerer o regime de urgência se houver anuência de toda a comissão, Sr. Presidente.

Com entendimento, tal como eu relatei, de que a Audiência Pública se dará na Comissão de Infraestrutura, conforme combinei com o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vou lamentar, portanto, a ausência do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E requeiro urgência para o projeto de lei de doação para Gaza, que é consensual também.

Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, peço para discutir esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe. Pediu a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para discutir a matéria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero só lembrar que a criação desses

royalties foi exatamente para estabelecer uma compensação aos municípios, aos estados, pela atividade.

E nos casos, por exemplo, pela área que é inundada, então os municípios não podem usar profundamente aquela área. E o objetivo foi de quê? Foi de que os Municípios possam, com esse dinheiro, fazer exatamente uma preparação ambiental, tendo essa compensação.

Eu não tenho... Quero até recolocar essa questão, porque ontem houve um mal entendido da parte do Senador Wellington, eu não vejo nenhum problema na mudança do percentual. O que eu insisto é que esses 20% que estão saindo dos estados para os municípios, eles fiquem vinculados à questão ambiental, que é a origem do royalty.

E no Estado de Minas Gerais, esse dinheiro que vai para o estado, ele vai todo para a área ambiental. E perdendo esses 20%, a área ambiental que está perdendo, não é o estado que está perdendo, é a área ambiental.

Por isso, nada contra os 20% enquanto municípios. Acho que está justo os municípios receberem mais, mas eu insisto que a gente possa ter essa vinculação dos 20% ao setor ambiental.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Da mesma forma, eu vejo que qualquer modificação que seja colocada na distribuição desses recursos, esses royalties, na divisão entre o estado e o município, tudo depende da forma como será feita a gestão hídrica.

E nesse caso eu vejo que não há esclarecimento para essa redução de receita. Dessa forma, eu gostaria de analisar melhor o projeto e pediria vistas, assim como já me manifestei no dia de ontem.

Eu sei que os municípios precisam, tem perdas circunstanciais em função da área alagada, perda de renda, de emprego, mas eu vejo que essa área ambiental, área de gestão dos recursos hídricos, que hoje os Estados tem por intermédio do seu fundo, precisa ser melhor analisada.

E com isso, já numa próxima sessão nós traremos uma avaliação dessa nossa dúvida em relação a esse rateio, que está sendo proposto uma modificação. Por isso eu peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner, V. Exa.... Consultei aqui a Secretaria da comissão, a secretária, sobretudo, e V. Exa. tem direito de pedir vista porque o processo, o projeto não teve um pedido de vistas ontem. Pensei até que poderia ter tido, mas não teve.

Então, Senador Wellington Salgado, eu--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, está certo. O Regimento precisa ser cumprido. Eu entendo. Eu só vejo que o Senador Goellner vai tirar suas dúvidas como todo senador merece e deve seguir o Regimento. Eu tenho que me sujeitar ao Regimento. Eu tenho que me sujeitar ao regimento e aos direitos dos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, está concedido vistas ao Senador Gilberto Goellner.

Com a palavra o Senador... Está em discussão a matéria. Mas, tendo em vista o pedido de vista, vamos suspender a discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem. Me parece que foi chamada essa audiência em função de um suposto acordo que teria havido entre o Senador Suplicy e o Senador Wellington Salgado, para que essas matérias fossem discutidas.

Então, no caso de ter havido um pedido de vista para o tema relatado pelo Senador Wellington Salgado, acho que é injusto o tema do Senador Suplicy seguir sem também ser pedido de vista.

Acho que se foi pedido vista para um, se havia um acordo, era para que os dois projetos dessem sequência nesta reunião. Se por acaso um projeto está sendo retido...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A nível de acordo, supostamente eu acredito que o outro projeto tenha que ser retido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que parece que são coisas diferentes.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): São coisas totalmente diferentes, mas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Um vai ser apreciado na Comissão de Infraestrutura.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Por favor, um orador por cada vez.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só para falar sobre o acordo, Sr. Presidente, que eu tive participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra... V. Exa. terminou, Senador Roberto?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu coloco em discussão aos colegas se realmente aconteceu este suposto acordo. Para mim, acordo é uma coisa para ser cumprida.

Então, se foi feito um acordo para os dois projetos passarem e se um projeto vai ficar freado em função de pedido de vistas, justo e merecedor, não estou questionando o pedido de vista, acho que o outro projeto que estaria acostado nesse acordo também deveria passar por um pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu participei de um acordo que, claro, não envolveu os senadores que pediram vista.

Então, da minha parte, o Projeto da Faixa de Gaza está liberado. Agora, eu não mando nos demais senadores; embora o pedido de vista tenha quebrado a minha parte, a parte que seria do meu acordo. Mas eu não posso culpar o Senador Suplicy por um pedido regimental e correto do Senador Goellner.

Então, por minha parte está liberado. Agora, se outro Senador pedir vista [interrupção no áudio].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, aqui no material distribuído está dizendo, no item...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já tinha uma vista.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está dizendo que já teve vista nesse de Gaza.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O outro, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O de Gaza teve aprovado um pedido de vista.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ontem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, acho que foi feito por mim. Eu acho que essa matéria é inócua, totalmente, essa questão de Gaza.

Eu vou ser obrigado a recorrer à taquigrafia da Casa, da comissão, que acertou-se ontem de que a matéria voltaria na próxima terça-feira, e não na extraordinária. Até porque a única matéria que era para ser votada hoje é o empréstimo relativo à Santa Catarina.

Então, eu peço suspensão, se quiserem votar, para as notas taquigráficas, que foi a palavra do Presidente.

Essa história de empurrar de goela abaixo aqui por parte do Governo, nós não vamos aceitar. Essa matéria foi discutida ontem, eu pedi vistas, porque entendo que não há essa urgência, e a matéria foi decidida e V. Exa. determinou que voltaria na próxima terça-feira.

Então, nós não vamos modificar isso. Na Pauta de hoje ficou decidido ontem que seria exclusivamente isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, houve entendimento nesse sentido e nós não temos como fazer um outro caminho a não ser o que foi decidido por V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pois não, V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro está pedindo um aparte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acho que nós não temos nem o que discutir. Nós não temos quórum para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, temos quórum para votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Temos quórum?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Temos. No livro consta--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas presença. Posso pedir verificação de quórum e nós não temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aí é outro jogo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Aí é outra coisa. Mas está certo V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu diria a V. Exa.--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa. que encerre a Reunião pelo entendimento que houve. Pronto.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não tem matéria em pauta. Me permita V. Exa., porque aí eu vou pedir para suspender a sessão para que se

traga a taquigrafia, mostre exatamente o que aconteceu ontem.

E a minha memória, eu digo a V. Exa., está muito boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É porque foi feito um acordo-

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com quem o acordo, seu pedi vistas?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --entre os dois autores.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Quem pediu vista fui eu, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Autor e relator.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Como é que eu posso fazer acordo se quem pediu vista fui eu e não estava presente?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O autor é o Presidente da República.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu, na hora que eu pedi vista, eu sou o relator, porque eu posso apresentar o substitutivo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O autor é o Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dois relatores, aliás.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exa. se o pedido de vista foi coletivo ou se foi apenas um Senador que pediu vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi coletivo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, sendo coletivo ela pode voltar a qualquer hora.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador, senador...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quero ajudar aqui o nosso companheiro da Paraíba.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O Senador Inácio não estava ontem quando--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É verdade. Não estava. Estou só fazendo uma pergunta, se foi coletivo ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi coletivo, sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se foi coletivo, então é possível voltar a qualquer instante.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Presidente, sabe que não há como discutir um assunto de tamanha--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A matéria foi discutida ontem e houve um entendimento. Ou então não se pode mais fazer acordo nem se manter palavra nessa Casa.

Ou então pedir à oposição que não participe mais das comissões, nem de Plenário. Porque aqui se muda todo dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, se teve acordo eu estou também de acordo com o Senador Efraim.

Agora, se não...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, agradeço a V. Exa. a compreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao PCdoB de antigamente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero primeiro entrar no mérito.

Essa questão da doação para a Faixa de Gaza já foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores por unanimidade e o meu partido é favorável, porque trata-se de questão humanitária.

A Palestina já devia existir há mais tempo para o Estado palestino; em 49 previa a construção de dois Estados, o Estado de Israel e o Estado da Palestina.

Então, no mérito eu quero reiterar a questão favorável.

Agora, realmente esta reunião de hoje ela teve o objetivo exclusivo de votar o empréstimo de Santa Catarina. Esses dois assuntos realmente estão entrando como extrapauta. Isso é verdade.

Então, eu acredito que a gente podia entrar no acordo e deixar esses dois assuntos para a semana que vem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Justamente isso. Eles entraram extrapauta em função do acordo dos dois relatores das matérias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Na condição, Presidente, de pedido de vista, eu sou o novo relator. Porque eu posso apresentar um substitutivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E eu submeti ao Plenário. V. Exa. que estava ausente. Foi submetido ao Plenário a inclusão em pauta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A inclusão em pauta foi aprovada, é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador pode testemunhar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Foi aprovada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós já desconvocamos aqui--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas Senador Garibaldi, permita V. Exa., V. Exa. que ontem houve um acordo nessa Casa. Nós discutimos... Se quiserem trazer a taquigrafia, ficou acertado, nós discutimos, a questão de se tratar de uma matéria, pedido de vista coletiva, poderia voltar até cinco dias. Mas, mesmo assim, nós decidimos aqui, no entendimento, de que a matéria voltaria na próxima terça-feira.

Então, isso foi o assunto que foi decidido. Então, se nós fazemos o entendimento, está prevalecendo a palavra do Presidente e dos Srs. Senadores. "O Senador Efraim Morais por algum motivo estaria ausente aqui e vamos descumprir o acordo porque o Senador Efraim Morais não estava?" Ou qualquer outro senador da Casa?

Então, o que eu acho é que nós não podemos forçar em votar uma matéria que houve um entendimento. Nós temos que respeitar esse princípio do entendimento, da conversa, do Parlamento, na hora em que se há entendimento.

Não havendo entendimento, só há um caminho. É o voto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas aí nós vamos ter que apresentar um substitutivo. Porque eu... Como é que vai ser votado se não me consultaram. Eu que pedi vista. Não apresentei meu parecer, não disse que me dava por satisfeito, não apresentei meu parecer, então estão tirando tudo que é Regimento nessa Casa, passando por cima dos parlamentares da oposição.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, a minha posição permanece e eu quero que seja cumprido o Regimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está evidente a falta de quórum nesse momento e não havendo acordo, eu sugiro que seja encerrada a reunião.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu sugiro a V. Exa. que... A vista foi coletiva. Então, claro que poderia voltar a matéria a ser discutida. Ainda mais que o Plenário, sendo soberano, votou a inclusão em pauta.

Mas, há um pedido do Senador Efraim para que se respeite um acordo.

Então, tendo em vista a questão do acordo, eu sugiro a V. Exa. que seja o Item 01 da pauta da próxima reunião ordinária.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero apenas esclarecer que essa Presidência não fez nada de ilegal. Nada de antirregimental.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nada com o Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não estou falando da Presidência. O que eu estou fazendo, falando é que houve um pedido de inclusão de pauta numa matéria que tinha sido acordada.

Se eu tivesse sido comunicado de que essa matéria seria solicitada a inclusão dela em pauta, eu estaria aqui. Porque eu estava na Comissão de Constituição e Justiça, como V. Exa. sabe, são várias, várias e várias, hoje, comissões que nós estamos trabalhando.

Agora, o Senador Suplicy, que fez o entendimento ontem, participou do entendimento, que ficaria para a próxima semana, entra com um pedido de inclusão de pauta, desrespeitando o acordo entre os Srs. Senadores.

Mas se quiseram votar a matéria, vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se há, inclusive da parte do Senador Flexa Ribeiro, uma ameaça de pedido de verificação de quórum, eu não tenho porque insistir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu quero votar, vamos votar. V. Exa. quer votar, vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero votar de acordo com a deliberação do Plenário. O Plenário deliberou há poucos instantes...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Plenário deliberou há poucos instantes... O Plenário deliberou há poucos instantes que a matéria poderia ser votada extrapauta na reunião de hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos votar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu peço verificação de quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, então...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem. Eu estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Precisa de três apoiamentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está aqui o meu apoiamento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Está em um, por enquanto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Apoia, apoia. Vamos votar, Presidente. Vamos votar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, não há quórum para votar. Eu não votarei a matéria e peço verificação de quórum.

E se não tem... Está claro que não tem quórum. Tem quatro... Vou contar porque está sendo gravado, para ficar claro. Tem cinco senadores em Plenário, seis com V. Exa..

Então, o quórum está claro que não pode ser votado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu apoio verificação de quórum.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu solicito de V. Exa., não havendo quórum, que encerre a sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. Pela ordem, ainda.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não complica.

[sobreposição de falas]

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Já teve os três apoiamentos. Os três apoiamentos já foram. Senador Efraim Morais, Senador Flexa Ribeiro e Senador Gilberto Goellner.

Então... Agora eu quero... Peço pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, Eduardo Azeredo, V. Exa. é o relator favorável desse projeto.

Não tenho nada contra nós ajudarmos... Relatoria Senador Eduardo Suplicy, desculpe.

Não tenho nada contra a doação que o Brasil possa fazer para ajudar o Haiti, para ajudar os países... O Chile, Peru, que tem... Sofre por... Sofrem calamidades.

Agora, eu espero que o Presidente não perca de vista os brasileiros. O meu estado está sob enchentes, ameaças de deslocamento de pessoas, de famílias, e não chega ajuda para os paraenses. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O meu Estado está sob seca.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, nós estamos no inverno. V. Exa. sabe que na Amazônia nós temos duas estações: uma que chove o dia todo e outra que chove todo dia. Então, nós estamos na que chove o dia todo.

Então, eu quero dizer que o Presidente devia estar preocupado com o Brasil, em atender os brasileiros que estão com as casas sendo perdidas, como aconteceu no Rio de Janeiro, lamentavelmente em Angra dos Reis, como aconteceu em São Paulo, como aconteceu em Santa Catarina.

Quer dizer, nós temos... Lamentavelmente, o Brasil até então não tinha, não tinhas essas catástrofes. Passamos a ter, lamentavelmente. Então, é preciso que o Presidente Lula olhe para os brasileiros.

Eu não tenho nada de contrário a ajudar os necessitados de outros países, mas quero primeiro ajudar os necessitados do Brasil, em especial do meu Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diante do pedido de verificação de quórum e sendo evidente que não há número para deliberar, eu resolvo encerrar a presente sessão, convocando uma para terça-feira, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h22.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE FEVEREIRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e sete minutos do dia três de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, Presidente da CCJ, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, João Pedro, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, César Borges, Romero Jucá, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão

Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Adelmir Santana, Raimundo Colombo, José Agripino, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges e a Senhora Senadora Kátia Abreu. Justifica ausência o Senador Francisco Dornelles. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) – Terminativo na Comissão – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2009**: Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941– Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Senador Arthur Virgílio. **Observações:** Em 16/12/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 68, de 2009, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 68, de 2009, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 2) – Não Terminativo – RECURSO:** Contra decisão do Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador José Sarney, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avalie, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pelo não provimento do recurso. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 19) – Não Terminativo – MENSAGEM (SF) Nº 290, DE 2009:** Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra ALVARO LUIZ PINTO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos que irá se aposentar em 1º de março de 2010. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatório:** Votação Secreta. **Observações:** Em 16/12/2009, foi concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Almirante-de-Esquadra, ALVARO LUIZ PINTO, para compor o Superior Tribunal Militar, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos favoráveis. **ITEM 20) – Não Terminativo – MENSAGEM (SF) Nº 291, DE 2009:** Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Apparício Ignácio Domingues que irá se aposentar em 4 de fevereiro de 2010. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Relatório:** Votação Secreta. **Observações:** Em 16/12/2009, foi concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do General-de-Exército, RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO, para compor o Superior Tribunal Militar, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos favoráveis. **EXTRAPAUTA: ITEM 1) RECURSO INOMINADO:** "Contra votação do Plenário do Senado Federal, realizada em 16.12.2009, referente à rejeição da indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pelo não provimento do Recurso. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo não provimento do Recurso. **ITEM 2) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009:** "Reforma do Código de Processo Penal." **Autoria:** Presidente do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** (Dependendo de Relatório). **Resultado:** O Senador Renato Casagrande faz a apresentação, em slides, dos principais pontos do Substitutivo aprovado pela Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código de Processo Penal (CPP). **REQUERIMENTO APRECIADO: REQUERIMENTO N° 1, DE 2010-CCJ** "Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oficie ao Ministro de Estado da Justiça, a fim de sensibilizá-lo para a situação dos oitenta e três aprovados que aguardam convocação para participarem do Curso de Formação da Polícia Federal, requisito necessário para conclusão do concurso público a que se submeteram e, por consequência, para a nomeação nos cargos públicos para o qual se habilitaram." **Autoria:** Senadores Romeu Tuma, Aloizio Mercadante e Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e trinta e dois minutos do dia três de fevereiro de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 3)** PLS Nº 148, DE 2004; **ITEM 4)**

PLS Nº 285, DE 2005**; ITEM 5)** PLS Nº 40, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 9, de 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 38 de 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 61, de 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 253, de 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 45, de 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 112, de 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 223, de 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 739, de 2007**; ITEM 6)** PLS Nº 303, DE 2009; **ITEM 7)** PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 8)** PEC Nº 3, DE 2004; **ITEM 9)** PEC Nº 74, DE 2005; **ITEM 10)** PEC Nº 41, DE 2007; **ITEM 11)** PEC Nº 39, DE 2009; **ITEM 12)** PLC Nº 30, DE 2007; **ITEM 13)** PLS Nº 153, DE 2002; **ITEM 14)** PLS Nº 43, DE 2003; **ITEM 15)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 16)** PLS Nº 700, DE 2007; **ITEM 17)** PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 18)** PLS Nº 98, DE 2009**;** e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – CCJ

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 11 HORAS E 07 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens n°s. 1 ao 20 e também às sabatinas de autoridades remetidas pelo Sr. Presidente da República para composição do Superior Tribunal Militar. Primeiramente, o nome do Sr. Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, e, em seguida, do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

Inicialmente, antes de começarmos propriamente a nossa sessão, quero lembrar aos senhores que, ano passado, em decorrência da crise que sofreu o Senado, foi encomendado um estudo à Fundação Getúlio Vargas para se fazer uma reforma administrativa profunda na Casa. Essa reforma, posteriormente, foi encaminhada à Mesa, e a Mesa resolveu fazer uma tramitação, junto à Comissão de Constituição e Justiça. Essa proposta ainda não chegou à Comissão de Constituição e Justiça porque ela está na Mesa, cumprindo o prazo regimental para receber as emendas e, em seguida, virá para cá. Eu queria, como o assunto é muito relevante, compor uma comissão aqui dentro, para que os Srs. Senadores pudessem estudar profundamente essa questão, fizessem uma sugestão à Comissão de Constituição e Justiça, e, em seguida, eu designaria um relator, e acho que poderíamos terminar esses estudos até o final do mês de março. Eu pensei em compor a comissão tendo como Presidente dessa comissão o Senador Jarbas Vasconcelos, a quem eu consulto se aceitaria essa missão, ou não, de compor, de ser o Presidente dessa comissão que estudaria essa reforma. V. Exa. já tem experiências notáveis na área do Executivo, chefiando municipalidades e chefiando também o governo do seu estado, então ficaria em boas mãos. E pensei em também fazer essa composição juntamente com o Senador Tasso Jereissati, que é outro que também já chefiou o seu estado, tem experiência grande na área administrativa, Senador Pedro Simon, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior e, a pedido, o Senador Eduardo Suplicy, que me pediu para poder participar, teve noticia dessa minha intenção.

Então se V. Exa. aceitar essa incumbência, imediatamente, assim que o processo chegar, eu passo às mãos de V. Exa.. V. Exa. poderá inclusive requisitar as audiências públicas com membros da Fundação Getúlio Vargas, outras, quem V. Exa. quiser, a comissão quiser, imediatamente eu colocarei toda a estrutura da Comissão de Constituição e Justiça à sua disposição, com assessoria e tudo que for preciso. E se V. Exa. devolver, assim que chegar às suas mãos, dentro de um mês, eu designarei um relator, que penso que podemos fazer também na figura de uma pessoa também muito expressiva na nossa Casa, que é o Senador Francisco Dornelles. Então seria uma sugestão que a Comissão de Constituição e Justiça daria para a Casa, para, efetivamente, termos um poder que possa caminhar bem, um poder que possa servir à nação, mas um poder que seja também econômico, sem que isso impeça o seu pleno funcionamento. Então já que V. Exa. incumbiu, fica constituída a comissão e comunicarei a todos formalmente da sua existência.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, não sendo membro da comissão, eu queria primeiro cumprimentar V. Exa., pelo excepcional rendimento que essa comissão de produção, de objetividade, durante o ano passado. Foi realmente um ano de recorde desta comissão da qual eu já fui membro. Eu espero que, esse ano, apesar de Copa do Mundo, de eleições, ela possa repetir o êxito que teve o ano passado. Mas eu queria que V. Exa. propusesse a essa comissão um apelo, dirigido da Comissão de Justiça, ao Superintendente da Polícia Federal. Houve um concurso na Polícia Federal, 200 vagas, e passaram 283 dos que concorreram, dos milhares que concorreram. O edital que anunciou o resultado ficou um pouco confuso e os próprios assessores da Polícia Federal reconhecem que ficou confuso. Esses 83 remanescentes que passaram no concurso compraram os seus enxovais, porque, segunda-feira, começa o curso para esses agentes. E o Presidente Lula já apoiou a inclusão dos 83, o Ministro da Justiça apoiou a inclusão dos 83, mas o Superintendente da Polícia Federal permanece assim um pouco resistente à ideia, o Diretor-Geral. Esses policiais irão para as fronteiras, e nós estamos vendo toda hora fatos relativos às fronteiras desguarnecidas do nosso país com entrada de armamento, drogas. Eles são indispensáveis. Eu acho que 83 a mais, já com a concordância do Presidente da República, com a concordância do Ministro da Justiça, deveria ser agora esse desejo do Presidente e do Ministro referendado por esta comissão, que tem entre os seus objetivos, também, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça, que estão dentro da área de atuação dessa comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu conversei com um dos rapazes, ontem e hoje, e realmente é uma dificuldade, segundo o esclarecimento do Diretor-Geral a eles, falta de orçamentária para a academia, o que eu não concordo muito, porque há meios de subsidiar ali para poder...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode-se fazer uma suplementação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): São 83 concursados já formados, só precisam completar o concurso através do curso na academia. Então eu concordo com o Senador Camata e que esta comissão incorpore o apelo para que eles possam realmente ser formados e distribuir para a região amazônica, onde há uma falta muito grande de policiais.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu faço, só para nós podermos formalizar e enviar ainda hoje ao Diretor-Geral, acho que o pleito é da maior justiça, creio que a comissão vai endossar o pleito do Senador Camata, referendado por V. Exa. que faz parte da comissão, e poderia encabeçar o requerimento, que seria secundado pelo nosso Gerson Camata que não faz parte.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ultimado. Como eu não faço parte, seria ultimado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então podemos fazer dessa forma. A assessoria prepara o requerimento junto com V. Exa., e, em seguida, faremos a sua apreciação.

Item 19 da Pauta, vamos inverter. Mensagem n°. 290/2009. Página 362. "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos, que irá se aposentar em 1º de março de 2010". Autoria: Presidente da República; relatoria: Senador Romeu Tuma, a quem convido para que venha à Mesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem, se V. Exa. permitir. Esse relatório foi lido ao final da gestão do último período.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então praticamente não há nada a acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, é porque é praxe o relator ficar na Mesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É uma honra para mim ficar ao lado de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A votação obviamente é secreta, e, como disse o nosso Senador Romeu Tuma, em 16 de dezembro de 2009, foi concedida automaticamente vista coletiva, conforme disposto no art. 2º, do Ato n°. 1/2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nessa comissão. Já foi apresentado o relatório do Senador Romeu Tuma, e, na presente reunião, procederemos a arguição do indicado, em cumprimento à alínea "b", do art. 2°, do ato supracitado referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade no âmbito da CCJ.

Convido os Srs. Senadores Osmar Dias, Antonio Carlos Magalhães Júnior e Adelmir Santana para que acompanhe até a Mesa o Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, para que possa ser sabatinado.

Item 20 da Pauta, página 380. Mensagem n°. 291/2009. "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Apparício Ignácio Domingues, que irá se aposentar em 04 de fevereiro de 2010". Autoria: Presidente da República; relatoria: Senador Eduardo Azeredo, que não se encontra presente, mas que não há qualquer problema, porque ele já proferiu o seu relatório. Em 16 de dezembro, da mesma forma, foi concedida vista coletiva, em razão do disposto no art. 2º, do Ato n°. 1, de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça. Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea "b", do art. 2º, do ato mencionado.

Convido os Senadores Jarbas Vasconcelos, Marco Maciel e Romeu Tuma para que acompanhem até a Mesa o General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

Consideramos visitas honrosas a essa comissão a do Vice-Almirante Leal Ferreira, comandante do 7º Distrito Naval, a do Vice-Almirante Zanella, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha. Consideramos também visita honrosa a do General Marco do Comando de Operações Terrestres. Agradeço a presença de V. Exas.

Inicialmente, passamos a palavra ao Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto para fazer as suas considerações.

SR. ÁLVARO LUIZ PINTO: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, Exmo. Sr. Relator Senador Romeu Tuma, Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores, em primeiro lugar, meu bom-dia. Gostaria de agradecer ao Sr. Romeu Tuma pelo relato que fez sobre a minha pessoa, que foi lido em dezembro do ano passado.

Quase 40 anos, 49 anos separa o aluno do Colégio Naval do Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, hoje Chefe do Estado Maior da Armada. Esses 49 anos serão completados no dia 17 de março deste ano. No início, eram sonhos e expectativas, assim tive o privilégio e a honra de ocupar os mais almejados cargos que um marinheiro pode desejar. Hoje, os sonhos ainda estão presentes, frente à realidade e à dinâmica da chefia que ora exerço. Foram 20 anos embarcado em nossos navios e comandos operativos. Nesse período, destaco os 1.488 dias de mar que passei navegando em nossa Amazônia Azul, contribuindo para a defesa de nossas riquezas e mostrando a presença da Marinha na zona econômica exclusiva do nosso país. A bordo e longe de casa, construímos uma nova família, onde a união em torno dos objetivos comuns faz que o trabalho, executado por comandantes e comandados, resulte no cumprimento da nossa missão.

A minha formação acadêmica no Colégio Naval e na Escola Naval levou seis anos, seguir o seu curso de aperfeiçoamento de máquinas em 1970, os cursos de Estado Maior da Escola de Guerra Naval em 1981, e o equivalente ao de Política e Estratégia Marítimas, realizado no Naval College, em Newport, Rhode Island, nos Estados Unidos, em 91 e 1992. No período de 92 a 94, me dediquei às atividades de ensino na Escola de Guerra Naval. O aprendizado diversificado me proporcionou uma excelente base, não somente nos assuntos ligados à área militar, como também nas áreas das ciências exatas e humanas. A experiência, adquirida ao longo da carreira, os ensinamentos, colhidos dos excelentes mestres, chefes navais, comandantes, oficiais e praças com quem tive a oportunidade de conviver, construíram o alicerce da minha carreira. Durante sete anos e cinco meses, assumi os seguintes cargos de comando: no Navio-Patrulha "Poti" em Natal, do saudoso Contratorpedeiro "Alagoas", do inesquecível Navio-Aeródromo "Minas Gerais", que foi o melhor comando operativo da minha carreira. Das realizações em importância do gratificante comando do 2º Distrito Naval na Bahia e do comando em chefe da esquadra, anseio de qualquer oficial da Marinha.

Estive na Presidência da República em dois períodos, 1985 a 1987, no Governo do Presidente Sarney; e 1997 e 1998, com o Governo de Fernando Henrique. Exerci os cargos de Diretor do Centro de Inteligência da Marinha, Diretor de Aeronáutica da Marinha, Diretor do Pessoal Militar da Marinha e Diretor-Geral do Pessoal. No atual posto, fui Secretário da Marinha, Comandante de Operações Navais e Diretor-Geral de Navegação. Neste último comando, que tem sob as suas responsabilidades 278 das 386 organizações militares da Marinha, são aproximadamente 38 mil militares e civis, homens e mulheres, que trabalham diuturnamente, contribuindo para a manutenção da soberania deste país nas águas jurisdicionais brasileiras, incluindo as nossas bacias hidrográficas de norte a sul e leste a oeste. Esse comando é responsável por todas as ações e emprego das forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais do Brasil. Exemplo disso é o resgate dos possíveis sobreviventes, que aconteceu em maio e junho do ano passado, do acidente do voo da Air France 447, uma operação que levou 26 dias, um esforço logístico fantástico pelas distâncias envolvidas, para se efetuar esse possível salvamento que infelizmente não aconteceu. E agora, no Haiti, com o envio de navios e equipamento para a população ne-

cessitada, depois desse terremoto que aconteceu dia 12 de janeiro.

Ao longo dos anos, participei de todas as áreas de atuação da Marinha, ou seja, a operativa, a financeira, a administrativa, pessoal e do material, não posso deixar de citar o período em que passei como vice-Diretor do Hospital Naval Marcílio Dias, o porta-aviões que cuida da saúde da família naval. Fui o único oficial da Armada a exercer esse cargo.

Quantas lições de vida colhi e as guardei na minha bagagem. Sinto-me honrado, orgulhoso e privilegiado como marinheiro e brasileiro, ao constatar, nessa minha viagem, o reconhecimento, respeito e o profissionalismo que a Marinha e o Brasil são vistos no concerto das nações. Os valores morais, intelectuais, bem como a lealdade, o caráter e a coerência de atitudes são atributos que permanentemente são avaliados pelos nossos comandantes, desde que somos nomeados segundos-tenentes até o último posto da carreira.

Finalmente, dirijo-me ao Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Demóstenes Torres, e aos Exmos. Srs. Senadores, que compõem tão significativa e importante comissão, a fim de submeter o meu nome à aprovação desta Casa, para desempenhar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, com a certeza que continuarei a cumprir as tarefas que me forem confiadas, com o mesmo entusiasmo e conduta que tenho, ao me dedicar a serviço da nossa Marinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. e concedo a palavra ao General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, também para as suas considerações.

SR. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO: Exmo. Sr. Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Eduardo Azeredo, que não está presente no momento, o relator, fez a minha apresentação o ano passado, agradeço também todo o empenho do senador, Exmos. Srs. Senadores, demais autoridades, senhoras e senhores.

Primeiramente, gostaria de externar a minha grande satisfação e dizer da minha emoção de, pela primeira vez, estar no Senado Federal, para que V. Exas. possam apreciar e, se for o caso, aprovar o meu nome para ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, conforme Mensagem n°. 291/2009, do Exmo. Presidente da República, com a minha indicação.

A minha vida pessoal sempre foi marcada pelo sacrifício, meu pai, um nordestino que se alistou no Exército como simples soldado, chegou a cabo, sargento e tenente do quadro auxiliar. Tenho mais três irmãos e duas irmãs, todos formados, meus pais jamais poderiam imaginar que um de seus filhos pudesse atingir a mais alta hierarquia da força terrestre, devo isso a eles e também ao Exército Brasileiro, instituição que me acolheu criança, que me fez um cidadão de bem e um Soldado de Caxias. A minha vida profissional, conforme mostra o curriculum vitae, foi voltado em grande parte para as atividades operacionais, isto implicou enorme sacrifício para a família, além de inúmeros riscos pessoais, foram quase 12 anos de serviço na Brigada de Infantaria Pára-Quedista, onde pude voluntariamente realizar diversos cursos, todos altamente desgastantes e com elevado grau de risco.

Também servi em diversas regiões do país, como é comum na vida de um militar. Na Amazônia, estive por duas vezes, sendo a última como comandante, um sonho que pude realizar, foi uma das mais ricas experiências profissionais, quando tive a oportunidade de conhecer praticamente todos os rincões daquela área, entender melhor a sua gente, a sua cultura e as suas necessidades. O meu comando sempre foi voltado para o entendimento com as diversas autoridades dos três poderes, o trabalho integrado com diferentes órgãos federais, estaduais e municipais foi uma das prioridades. A mídia recebeu especial atenção, e todas as ações foram pautadas pela transparência, o que permitiu uma grande projeção do Exército naquela área. Recebemos inúmeras visitas de autoridades nacionais e estrangeiras, o próprio Senador Eduardo Azeredo esteve por duas vezes no período do meu comando, o que demonstra a importância da Amazônia como área estratégica e prioritária para o Exército e a mais rica e cobiçada do país. Também trabalhei nas atividades voltadas para o ensino, como instrutor do Centro de Instrução Pára-quedista da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, posso dizer que contribuí bastante para formar e aperfeiçoar e especializar militares de todas as patentes.

No exterior, estive na República da Argentina, como tenente e intercâmbio militar; nos Estados Unidos da América, como capitão intercâmbio militar e como aluno do curso de forças especiais, e mais tarde como Tenente-Coronel no curso de estado maior. Integrei a equipe de observadores militares das Nações Unidas em Angola, como Coronel, toda a missão no exterior traz inúmeros ensinamentos pela convivência com militares de diversos países. A experiência na área da Justiça Militar iniciou-se ainda na Academia Militar das Agulhas Negras, onde, durante quatro anos, estudei Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Internacional e Direito Penal Militar; ao término da AMAN, já na

tropa, participei de conselhos de justiça dos corpos de tropa, hoje extintos, para julgar basicamente crimes de deserção e submissão, também fiz parte de conselhos permanentes de justiça ligados a auditorias militares, fui encarregado de inúmeras sindicâncias e vários inquéritos policiais militares, tendo adquirido um razoável conhecimento desses instrumentos jurídicos. O regulamento disciplinar do Exército, instrumento importante para preservação da hierarquia de disciplina, permite o oficial realizar um julgamento subordinado, já que a sua aplicação requer a doação de inúmeros procedimentos, inclusive ampla defesa antes da punição disciplinar, constituindo-se, portanto, em mais uma experiência. Minha última comissão foi de comandante de operações terrestres, órgão encarregado do preparo e emprego de toda a força terrestre, inclusive das tropas do Haiti.

Neste momento, gostaria de dedicar um pouco das minhas palavras àqueles bravos militares que tombaram no cumprimento do dever no Haiti. O trabalho abnegado que vinham desenvolvendo para proporcionar segurança e aliviar a dor daquela população sofrida, merece a nossa admiração e o nosso respeito. Eles foram fantásticos. Tenho certeza que a nação brasileira reconhece a excelência do serviço realizado e presta justa homenagem a todos.

Continuando, as atribuições do COTER, meu último órgão, todas as atribuições subsidiárias, incluindo apoio às eleições, calamidades em geral, distribuição de água no Nordeste, apoio a órgãos federais, com a Polícia Federal, IBAMA, FUNAI e outros, enfim, todas as atividades que impliquem em emprego do Exército são coordenadas pelo COTER. Também planejamos e coordenamos a operação humanitária de resgate de reféns das FARC, em poder das FARC, foram intensos trabalhos que exigiram bom-senso, capacidade de articulação e experiência profissional.

Hoje, com quase 46 anos de serviço dedicados ao Exército e ao Brasil, olho para trás e vejo o longo caminho percorrido, e me orgulho muito do que fiz, foram grandes desafios que enfrentei, mas os desafios nunca me assustaram, pelo contrário, sempre me motivaram. O militar é preparado para enfrentar desafios. A justiça militar por certo também será um desafio, pois julgar é uma das tarefas mais complexas para o ser humano. Contudo, a experiência de vida militar e a conduta norteada por princípios indispensáveis ao exercício da carreira militar, como lealdade, amor à verdade, comprometimento com a instituição, entusiasmo, capacidade de decisão, liderança e tratamento justo aos subordinados, por certo me auxiliarão muito nessa nova missão.

Exmos. Srs. Senadores, eis que resumo a minha vida militar. Estou à disposição de V. Exas. para quaisquer questionamentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Abro agora para o questionamento dos Srs. Senadores e, excepcionalmente, também, vou abrir para votação, uma vez que a sessão legislativa foi iniciada ontem, já no fim da manhã, e as comissões ordinárias não tiveram o seu funcionamento, e esse funcionamento foi transferido para o dia de hoje. Então, nós estamos praticamente com todas as comissões funcionando nesse momento e obviamente os Srs. Senadores estão divididos entre elas. Para que nós tenhamos o quorum necessário para votação, uma vez que os Srs. Senadores praticamente irão passar por essa comissão, então eu já abrirei para a votação, independentemente do questionamento.

Mas já abro também para o questionamento dos Srs. Senadores. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, depois se V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aliás, como relator tem premência. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, o General Cerqueira me fez lembrar do RDE. Eu me lembro que, quando eu fiz o CPOR, o sargento sempre estava no pé da gente: "Olha, o RDE...", o Regimento Disciplinar do Exército. Então, os oficiais que trabalharam, que aqui vêm para responder, para serem designados para o Superior Tribunal Militar, já vêm com o cabedal enorme de conhecimento jurídico, até porque desde oficial inferior já trabalham com a área jurídica para julgar o seu subordinado e cumprir com a lei que o regime disciplinar impõe. Então o General Cerqueira fez referência à disciplina e a hierarquia e o Almirante também, na sua exposição.

Eu apenas queria preliminarmente prestar uma homenagem ao Superior Tribunal Militar. Durante o meu mandato na Diretoria-Geral da Polícia Federal, e de um órgão de Polícia de São Paulo, um período difícil do governo brasileiro, eu tive muito contato com as auditorias de São Paulo e com o Superior Tribunal Militar, e até hoje os advogados que militaram com intensidade, naquela época, em defesa de indiciados ou processados na forma da lei de segurança, nenhum teve queixa das decisões do Superior Tribunal Militar. Então é um Tribunal honrado, o primeiro a ser formado no Brasil com a vinda do D. João VI, que criou o Tribunal Militar, e ele tem essa longa vida a serviço do país. Então, não posso deixar de homenagear e fazer questão sempre, que a quem vem aqui para ocupar um cargo no

Tribunal, eu sei da importância que esse Tribunal tem e a cultura que os chefes militares, ao indicarem pelo Presidente da República, também têm conhecimento do currículo de cada um dos senhores.

O Almirante já fez a leitura do seu currículo, eu citei aqui vários pontos que o senhor se referiu, eu acho que isso traz uma tranquilidade para o Senado, na aprovação do nome do Almirante do qual fui relator, também o mesmo do General Cerqueira, não foi questionar, porque o outro foi relator, mas o Almirante tem uma história brilhante, aqui, na condução do seu trabalho na Marinha, desde a escola militar, e uma coisa me traz aqui uma saudade, senador, é o hospital que V. Exa. foi diretor, Marcílio Dias, por quê? Porque eu tenho um filho médico, e, quando ele adiou para o serviço militar, ele fez, escolheu a Marinha para fazer o curso, prestar o serviço militar como médico, e fez o concurso, tirou um dos primeiros lugares e para lá foi. Quando ele foi falar com o Almirante, com o diretor do hospital, ele recebeu um convite para fazer uma residência especial nos Estados Unidos sobre neuro-oncologia, e o Almirante disse: "É melhor você ir para lá, porque o Brasil precisa de neuro-oncologistas", isso já tem quase 15 anos. E eu também, quando teve o caso do Césio 90, lá, em Goiânia, eu era diretor de polícia e acompanhei toda a evolução do processo, do inquérito que estava em nossas mãos, e também a assistência médica que foi dada no Marcílio Dias. Portanto, V. Exa. é um privilegiado de ter ocupado um cargo naquele hospital tão importante para o país, no desenvolvimento de uma medicina de alta tecnologia. E, fora isso, as outras missões, o resgate do voo 447 da Air France, nós acompanhamos de perto e soubemos o sacrifício das Forças Armadas Brasileiras, não só do Exército como da Marinha, para tentar ajudar aqueles que infelizmente não conseguiram ser salvos, mas conseguiram provar que o resgate, a localização e o resgate das peças do avião e alguns corpos que puderam receber o sagrado enterro com as suas famílias.

Eu desejo boa sorte à V. Exa. e a certeza de que terá um excelente mandato, na sua missão, para servir o país no Superior Tribunal Militar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Almirante Álvaro Luiz Pinto, General Cerqueira. Os currículos de V. Exas. são suficientes, plenamente suficientes, para que nós possamos aprovar os nomes de V. Exas. para o Superior Tribunal Militar. Na verdade, o currículo vasto, a experiência e o serviço prestado ao país por V. Exas., realmente por si só já falam e já permitem que a gente então possa votar favoravelmente à indicação de V. Exas. Então, portanto, eu parabenizo pelo currículo, pelo trabalho que V. Exas. prestaram ao país ao longo das vossas carreiras.

E farei uma menção aqui à temporada em que o Almirante Álvaro Luiz Pinto foi comandante do 2º Distrito Naval em Salvador, onde ele manteve um relacionamento muito bom com a comunidade, um trabalho, digamos, harmônico com os poderes, e manteve um excelente relacionamento com toda a sociedade baiana, comunidade baiana. Portanto, eu queria fazer essa menção, já que tivemos a oportunidade de conviver quando a Almirante Álvaro Luiz Pinto foi comandante do 2º Distrito Naval em Salvador. Mas de qualquer maneira, reitero que votarei favoravelmente, embora a votação seja secreta, mas, diante dos currículos que foram colocados aqui, realmente, V. Exas. merecem a indicação para o Superior Tribunal Militar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Continua aberta a reunião para questionamento.

Eu faria, então, questionamento a V. Exas. na seguinte direção: o Brasil, ainda hoje, continua tendo algum questionamento, especialmente na área internacional, sobre a existência de Tribunal Militar, em época de paz, mas essa matéria foi praticamente superada aqui, durante a sua discussão, aconteceu de uma forma muito convicta, houve essa discussão de forma muito profunda, e o Congresso Nacional, especialmente o Senado, decidiu pela manutenção da Justiça Militar, quando da discussão da reforma do Judiciário. No entanto, alguns militares, ou melhor, alguns magistrados e alguns membros do Ministério Público que militam na Justiça Militar, têm reclamado do Congresso Nacional uma atualização da legislação penal e processual penal militar, por quê? Porque nós fazemos essa reforma cotidianamente aqui da legislação, vamos usar até uma terminologia imprópria, comum, e isso aconteceu agora de uma forma e acontece de uma forma muito significativa, com a reforma do Código de Processo Penal; logo após teremos uma explanação do Senador Renato Casagrande, que é também o relator do novo Código de Processo Penal, que nós deveremos votar até o final do mês de fevereiro, já no Plenário da Casa.

Mas algo reclamam os militares, reclamam os que atuam na Justiça Militar, que a legislação penal militar e processual militar ficou totalmente obsoleta, dou um exemplo: agora, no segundo semestre do ano passado, nós votamos aqui uma matéria que tratava de equiparar os crimes penais militares que ainda se chamam crimes contra os costumes, e aqui nós já mudamos para crime contra a dignidade sexual, vai

transformar esses crimes em crimes hediondos, que não é crime hediondo, por exemplo, dentro da legislação processual penal militar. Então eu questiono a V. Exas., que certamente vão estar no Superior Tribunal Militar, se concordam com essas críticas que têm sido feitas ao próprio Congresso Nacional, que não têm se dedicado à reforma da legislação penal e da legislação processual militar, e, se concordam com essa crítica, quais os pontos que os senhores apontam em que nós deveríamos nos debruçar, para fazer a atualização dessa legislação, conforme os operadores do Direito nessa área têm reclamado, assim, com muita veemência.

Eu passo, inicialmente, a palavra a V. Exa., e, em seguida, ao General Raymundo Nonato Cerqueira Filho, inclusive para, após, já indo para as considerações finais também de V. Exas.

SR. ÁLVARO LUIZ PINTO: Bom, eu confesso que não tenho acompanhado esse processo de mudança na legislação que rege a atuação do Superior Tribunal Militar e essas críticas que têm sido feitas ao status quo sobre o emprego da justiça em determinados casos. Mas eu falo o que nós temos sentido com relação a dar o arcabouço à segurança do ator militar contra, por exemplo, nas atividades que nós podemos considerar extremamente necessárias na área de fronteiras do país. Ou seja, às vezes, a gente vai fazer uma atuação de fiscalização e pode acontecer uma situação em que morra um civil, ou não, e um militar que está fazendo, cumprindo uma determinação, ou seja, tentando defender os interesses brasileiros na nossa jurisdição de fronteira, não estar suficientemente amparado, mas eu acredito que essa situação já deve estar sendo contornada, na medida em que existe uma PEC em vigor ou em estudo, para que esse fato seja contornado. Não tenho notícia, nesse exato momento, se existem críticas concretas na atuação de falhas na legislação da justiça militar, com relação ao que o senhor citou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Críticas à atuação da Justiça Militar?

SR. ÁLVARO LUIZ PINTO: Não, críticas ao consenso da legislação em vigor para o código da justiça militar, vamos dizer assim, é isso que quis dizer para frisar...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. O que eu quis dizer foi que nós estamos discutindo, por exemplo, agora, a reforma do inquérito policial.

SR. ÁLVARO LUIZ PINTO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Estamos discutindo e já discutimos, inclusive, a reforma do procedimento comum, fizemos a discussão, estamos fazendo também, já houve uma aprovação, mas, agora, deve ser aprovada definitivamente, das medidas cautelares dentro do Código de Processo Penal. Então nós estamos atualizando o Código de Processo Penal; no entanto, nós esquecemos de fazer a atualização do Código de Processo Penal Militar. Então, o que os juízes, os antigos auditores, os operadores mesmo, Promotores Militares, têm reclamado, é o que Congresso Nacional não tem dado o suporte necessário em termo de legislação, para que os operadores que trabalham na Justiça Militar tenham a condição de responderem com eficácia, a mesma eficácia que nós estamos buscando dentro do ordenamento comum, digamos assim. E isso tem feito, inclusive, com que essas críticas à Justiça Militar permaneçam. Então, esse é o questionamento que tem sido feito, e repito, dei como exemplo: a legislação penal militar ainda não tem crimes hediondos, por exemplo, a lei dos crimes hediondos é do início da década de 90 no Brasil. Então, desde lá, não há uma atualização nesse sentido. Então, o que os operadores de Direito e do qual V. Exa. vai estar no mais alto tribunal, têm reclamado é que o Congresso Nacional precisa dar instrumentos à Justiça Militar, para que ela possa atuar com a mesma eficiência que nós temos, dado esses instrumentos para a Justiça Comum.

SR. ÁLVARO LUIZ PINTO: Bom, nesse ponto, eu acho que toda mudança que venha a facilitar todo o Processo Penal Militar é bem visto, na minha opinião. Não sei como está sendo tratado no nível do Superior Tribunal Militar, por aqueles que estão militando atualmente como ministros, ele tem uma posição muito mais coerente e mais embasado que o meu, que não cheguei lá ainda e enfrentei esta discussão, mas, de qualquer maneira, se os atores que podem, que participam desse processo, desse processo do Judiciário Militar, reclamam, motivos há para que sejam corrigidos. Então tudo que venha a acontecer que melhore esse processo e o melhor julgamento das ações que ocorrerem no Superior é bem visto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ainda dou outro exemplo para V. Exa., na área cível também. Nós estivemos num almoço com a Procuradora-Geral Militar, e ela reclamava que, por não ter uma legislação específica, as ações civis públicas, por exemplo, um crime ambiental ou uma ação de improbidade na área ambiental cometido dentro de uma repartição militar. Então, o que ela tem que fazer, por não ter uma legislação própria? Ela tem que remeter todo o procedimento que ela fez, apuração, para a Procuradoria da República, para que um Procurador da República tome essa providência,

quando ela fez todo o estudo, quando ela que, na realidade entende da situação, tem que mandar para um leigo, entre aspas, para que ele tome a providência, uma vez que não há legitimação, não há legitimidade para que ela possa tomar um providência. Então é nesse sentido é que eu questionei V. Exas., ou seja, se realmente há uma necessidade de fazermos essa atualização para dotar a Justiça Militar de instrumentos que até agora só foram dados à justiça comum. Com a palavra V. Exa.

SR. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO: Vou dividir a minha resposta em duas partes. A primeira foi comentada pelo Senador Demóstenes Torres, é que muito se questiona a existência da justiça militar. A justiça militar foi a primeira justiça no Brasil. Em 1º de abril de 1908, D. João VI instalou o Conselho Supremo Militar e de Justiça, e atuou durante longo tempo até o período da Constituição de 1894 e que mudou de nome, passou a Supremo Tribunal Militar, e foi prosseguindo, até que, na Constituição de 1934, foi colocado a Justiça Militar fazendo parte do Poder Judiciário, e, posteriormente, a Justiça Militar mudou de nome, já na Constituição de 46, para Superior Tribunal Militar, confirmado na constituição de 67, e até hoje mantém o nome de Superior Tribunal Militar.

A Justiça Militar é importante porque a vida militar tem suas características próprias, muitas vezes teremos que participar de conflito armado. Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, nós tivemos a Justiça Militar funcionando lá. Foram instaladas duas auditorias, foram mais de 271 processos e mais de 406 anos de pena restritiva à liberdade, inclusive duas penas de morte, que foram comutadas na época pelo Presidente Getúlio Vargas, que foi colocado para 30 anos da reclusão, e, com os benefícios da lei, as pessoas foram soltas mais tarde. Para mostrar a importância da Justiça Militar, porque, num conflito armado, a justiça tem as suas características próprias, por isso a importância da Justiça Militar em tempo de paz, porque, se ela não existisse em tempo de paz, seria extremamente difícil instalá-la como foi instalada no caso da Segunda Guerra Mundial.

Com relação à outra parte da resposta que eu vou dar, a atualização da legislação. O Código de Processo Penal Militar tem que caminhar junto com o Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, os dois têm que caminhar juntos, a justiça é uma só. Creio eu que tudo aquilo que for feito para atualizar a parte da Justiça Militar, particularmente o Código Penal Militar, só vem a nos beneficiar. O senador mesmo destacou crime ambiental, ele não está escrito no nosso Código Penal, é preciso se ajustar, e isso é bastante benéfico. Não estou falando em nome da Justiça Militar porque não estou lá ainda, mas estou dando a minha visão, nós temos que nos ajustar sempre correndo junto. A justiça é uma só, é dividida para fins didáticos, em Justiça comum e Justiça Militar, exatamente porque a Justiça Militar tem suas características próprias. Por exemplo, o próprio Almirante falou que vai haver uma proposta no Ministério da Defesa da mudança da Lei 97, complementar 117, que é a atuação na faixa de fronteira que estava restrita ao Exército; hoje, será ampliada, caso seja aprovado o Projeto de Lei, para a Marinha e Aeronáutica, que também tem atuação na faixa de fronteira, porque, muitas vezes, o militar se vê numa situação de ter que empregar a sua arma, ou para a defesa própria, defesa de outro ou defesa do próprio país, por isso que a justiça tem que ser uma justiça específica, é uma situação extremamente difícil se julgar um militar numa situação real de combate. Então essa é a minha resposta.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou reabrir as inscrições. O Senador Eduardo Suplicy quer fazer um questionamento ao General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A ambos. E, em seguida, darei a palavra a V. Exa. Por favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, cumprimento, nesta reabertura de trabalhos. V. Exa. já designou-me para missões que procurarei realizá-las na Comissão de Reforma Administrativa do Senado, e desejo a V. Exa. e a todos um excelente trabalho esse ano.

Gostaria de cumprimentar o Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto e o General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, que, pelo seu currículo, pelas palavras que ambos nos transmitiram no início, eu não presente, mas tive a oportunidade de ouvi-los, porque estava em direção ao Senado e pude ouvir pela Rádio Senado a exposição de ambos, e ambos têm um currículo, uma vida dedicada à Marinha e ao Exército exemplar, e, nas suas respectivas exposições, nos mostraram o quanto que as Forças Armadas Brasileiras acolhem pessoas e acabam contribuindo para que ambos tenham tido uma formação exemplar do ponto de vista dos valores, do amor à pátria, do amor à verdade e do amor para se encontrar justiça em nosso país. E ambos têm uma experiência muito significativa, inclusive sobre um tema que gostaria de lhes perguntar a respeito, por causa de que ambos tiveram experiên-

cias em que as Forças Armadas tiveram ações para acudir populações que foram objeto de calamidade, tais como as que presentemente estão sendo causadas pelas enchentes e chuvas torrenciais de verão e em diversos municípios brasileiros, inclusive no meu Estado de São Paulo, mas em outros também, mas também pela experiência internacional que ambos tiveram, conforme está registrado em seus currículos. O Almirante Álvaro, inclusive, Álvaro Luiz Pinto, em situações na África, mas também preocupado com o que ocorreu no Haiti, e o General Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, que inclusive comandou a MINUSTAH, ali, no Haiti, pelo que pude compreender.

SR. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO: Eu não comandei, eu fui o Comandante de Operações Terrestres, era o órgão de preparar toda a tropa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO: Trabalhei em Angola, como observador militar lá, em Angola, no período de 89 e 90.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas eu quero solidarizar-me com as palavras que o senhor aqui pronunciou de homenagem aos bravos militares brasileiros que, infelizmente, faleceram nesses episódios do terremoto no Haiti. Mas gostaria de aproveitar essa oportunidade, diante da complexidade do que é a operação de ajuda ao Haiti, diante daquelas situações que temos observado pelos meios de comunicação, populações ali, perto do desespero, nas ruas, em busca de víveres, de alimentos, dificuldades imensas para conseguir o devido atendimento para a saúde, dos que foram feridos, muitos com gravidade, inúmeras crianças que inclusive perderam os seus pais. Eu tenho recebido cartas, inclusive de pessoas no Brasil, que se depõem a adotar crianças do Haiti, e que estão nos pedindo informações sobre qual procedimento a fazer, já solicitei ao Itamaraty as informações necessárias.

Mas, dada a experiência de ambos, eu gostaria de lhes perguntar quais são as recomendações que teriam sobre a melhor forma de o que Brasil, em coordenação com os demais países que estão ajudando o Haiti numa situação como essa, o que é que poderíamos fazer para tornar mais eficiente a ajuda do Governo Brasileiro e, ao mesmo tempo, com respeito ao propósito que continua, obviamente, de democratização do Haiti. Acho que foi ontem que o Presidente do Haiti, dada a impossibilidade de bem se organizar as eleições programadas para fevereiro próximo, adiou-as por algum tempo, mas, então, inclusive, no que diz respeito a este aspecto, porque o Brasil está lá para promover a pacificação, promover a democratização, permitir que haja autodeterminação completa, mas aí surgiu esse desastre exatamente na nação mais pobre das Américas. Então é tão importante que haja esse impulso de solidariedade, e o Brasil felizmente está realizando isso, por determinação do Presidente Lula, do Ministro Celso Amorim, das Forças Armadas, do Ministro da Defesa, que esteve lá, Nelson Jobim, e, como ambos tiveram experiências nessa área, eu agradeço muito se podem nos prestar um esclarecimento.

Eu teria até outras perguntas, mas gostaria de concentrar a atenção sobre este tema, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu quero inicialmente também saudá-lo aqui pelo reinício dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, V. Exa. que tem desempenhado tão bem essa missão e essa tarefa, mostrando a sua competência e sua capacidade para exercer essa presidência, às vezes tão complexas dessa comissão. Agradecer a V. Exa., inclusive, o fato de que essa discussão ensejou eu chegar a tempo, estava em viagem, cheguei a tempo, porque não me permitiria de forma nenhuma a faltar aqui a essa reunião para dar aqui o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Atendendo o pleito de V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Exatamente. É esse o meu agradecimento a V. Exa. Eu lhe fiz o pleito que pudesse prorrogar um pouco a discussão, para que me desse a oportunidade de vir aqui dar um voto a uma pessoa portadora de altíssimas qualidades para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, o nome hoje é Superior, já foi Supremo, hoje é Superior Tribunal Militar, que é o prezado amigo, o Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, que exerceu o comando do 2º Distrito Naval da Bahia, com muita competência, muita dignidade, muita altivez, e que deixou inúmeros amigos na Bahia. Eu já ouvi também, pelo rádio, o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Júnior e verifiquei que o que passa, nesse momento, por ele, é o que passa por todos os baianos que tiveram a oportunidade de travar conhecimento com o ministro, posso chamar de ministro porque não tenho dúvida da sua aprovação para esse cargo, do Ministro Álvaro Luiz Pinto, que, no 2º Distrito Naval, contribuiu com o desenvolvimento do Estado da Bahia. A Marinha sempre foi uma amiga do Estado da Bahia, mas nós tivemos a sorte de termos comandantes do 2º Distrito Naval com altíssimo nível de competência, de objetividade, dinamismo, seriedade, criatividade, e, sem sombra de dúvida, entre eles eu destaco o Almirante-

de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, que eu tenho a honra de ser seu amigo, mas o meu voto se dá pela qualidade do profissional militar que ele é e que ele tem demonstrado, no exercício dos diversos comandos que eu tenho acompanhado. Inclusive, aqui, em Brasília, ele alçou rapidamente a cargos importantes de comandos da Marinha, Estado Maior, e chega agora à indicação do Presidente da República para o Superior Tribunal Militar. Portanto, eu queria desejar a ele muitas felicidades e novas vitórias na sua carreira profissional, lá no exercício desse ministério, que é participar dessa alta corte do nosso país para o setor militar brasileiro, que é o Superior Tribunal Militar. Da mesma forma, eu quero desejar ao General-de-Exército Raymundo Nonato Cerqueira Filho também sucesso.

Já foi dito, já foi feito o relato, aqui, o relato do Senador Romeu Tuma, o relato feito também para o General-de-Exército Raymundo Nonato, li todo o currículo, o que leva com que esse Senado possa ter certeza que o Presidente da República fez muito bem em fazer essas duas indicações, e nós, aqui, no Senado, não temos dúvida de que a aprovação se faz ao encontro do que nós desejamos de melhor para as Forças Armadas Brasileiras, para a Justiça Militar, que ela é necessária, sem sombra de dúvida, há uma separação, acredito piamente de que essa separação é necessária em tempo de paz, em tempo de guerra, para que se faça uma justiça própria, que é a Justiça Militar, e que essa justiça se exerça na alta instância pelo Superior Tribunal Militar.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço muito que V. Exa. teve essa deferência de prorrogar um pouco o debate e permitir que eu pudesse, nesse momento, dar o meu voto ao meu prezado amigo Álvaro Luiz Pinto e desejar a ele muito sucesso, a ele, à sua família e às Forças Armadas e à Marinha Brasileira, neste momento que aprovamos aqui dois grandes nomes para o Superior Tribunal Militar do nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes, Presidente desta comissão, Srs. Senadores, também dar as boas-vindas ao nosso Presidente e, mais uma vez, parabenizá-lo e certeza de que vai continuar dirigindo essa comissão com o brilhantismo e a competência com que fez no seu primeiro ano, e dizer também que sabemos que nos incumbiu de participar de uma comissão bastante importante nessa Casa e que nós faremos um trabalho, tentaremos fazer um trabalho à altura daquilo que é esperado, não só por V. Exa., mas pela opinião pública brasileira. Parabenizar os dois, Almirante Álvaro Pinto e o General Raymundo Nonato de Cerqueira, pela sua história de vida, pelo seu trabalho, e, sem dúvida nenhuma, com certeza, a aprovação que terão nesse momento, mas eu gostaria, já que foi falado aqui tanto no Haiti, de ressaltar o trabalho do General Raymundo Cerqueira em relação à questão de distribuição de água no Nordeste e que tem sido um trabalho excepcional, e, sem dúvida nenhuma, para nós, não pela tragédia, a tragédia humana é a mesma em todo lugar, mas pela nossa proximidade, uma coisa que nos diz muito mais proximamente e é um trabalho humano que se repete praticamente quase que todos os anos, e dizer que esse trabalho por si só justifica o aplauso dessa Casa à nomeação, às nomeações que estão sendo aqui confirmadas nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra, primeiro, o General Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

SR. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO: Exmo. Senador Eduardo Suplicy, muito boa pergunta, porque poderemos dar algumas explicações de como o Exército Brasileiro está atuando no Haiti. Primeiramente, o êxito da nossa missão do Haiti está ligado diretamente ao preparo, e o preparo se inicia no COTER, órgão que foi minha última comissão. É um trabalho muito bem elaborado, nós temos já uma memória muito boa, nós desenvolvemos recentemente uma planilha de custos que está servindo de base para que nós mandemos agora, em caráter emergencial, mais um batalhão, uma companhia de polícia do Exército no Haiti. Um trabalho muito bem elaborado, o preparo entra em todos os detalhes, inclusive a preparação psicológica. São simulados ambientes muito semelhantes ao do Haiti. Então, quando o soldado chega lá, ele praticamente tem aquele período de adaptação, é esse um dos sucessos do trabalho que nós fazemos lá. E, na minha diretriz e nas últimas diretrizes, eu dei a ênfase hoje no Haiti antes da catástrofe e agora muito mais, nós temos de dar mais a mão amiga do que o braço forte, o braço forte foi no início, onde houve necessidade de emprego realmente de força, a situação estava sob controle. Eu estive por três vezes no Haiti. Uma das vezes que eu estive no Haiti, antes de ir para o Haiti, eu passei no Rio de Janeiro, onde o Exército estava apoiando a eleição, aquela famosa Operação Eleição, foi também uma missão diferente do normal, tivemos que apoiar o processo eleitoral, e eu fui lá, junto com o Comando Militar do Leste, subi a Favela da Rocinha e olhei e vi todas as carências da favela; entretanto, o que eu vi na favela, o pessoal tinha celular, tinha televisão, não faltava alimentação, faltava estrutura básica de saneamento, apoio de saú-

de e assim por diante. Quando eu cheguei no Haiti, eu tinha ido antes, mas muito rápido. O que eu vi ali, e eu tinha passado um ano e meio na Angola, eu achava que não ia encontrar nada pior, e o Haiti é muito pior do que a Angola. Eu vi o ser humano vivendo quase que na miséria, vamos dizer assim, com miséria total. E eu pensava assim... Eu nunca imaginava como um ser humano conseguisse viver ali. Já passou em várias reportagens, e até uma crítica: por que é que o Brasil está ajudando o Haiti? Aqui também tem enchente. Entretanto, a situação é diferente. Já havia miséria; agora, com o terremoto, virou um caos. Esse é um trabalho muito importante que o Exército está fazendo lá. Ele, além de prover a segurança, agora com essa catástrofe, está dando apoio inestimável para a população. Muitas vezes o pessoal questiona, até outros exércitos, inclusive o Exército dos Estados Unidos, ele não sabe por que o Exército Brasileiro, quando entra numa missão, ele tem sucesso. É a cultura do brasileiro, a cultura de ajudar, porque o Exército Brasileiro é feito de homens do povo, esses homens trabalham também para o povo. Então, nada mais diferente do que estamos fazendo no Haiti, nós estamos fazendo no Brasil também, apoiamos as enchentes, distribuímos água no Nordeste, e lá, no Haiti, estamos fazendo a mesma coisa; e com essa catástrofe aumentou muito mais o número de missão. Então, está aí, um dos motivos do sucesso é o preparo. O homem está sendo preparado não só para o combate, como principalmente, na atual situação, como a mão amiga, ajudar a população haitiana. E esse trabalho que está sendo feito agora para preparar um contingente de caráter emergencial, nós estamos aproveitando o máximo possível de quem já foi ao Haiti, aproveitar a experiência adquirida, logicamente enxertando com outras pessoas que não foram. Eu acredito que, com isso, durante um período, eu não vou estimar o período de seis meses ou um ano, nós possamos aliviar aquela gente sofrida, muito sofrida, da situação que atualmente está vivendo.

Acredito que o Governo Brasileiro agiu de uma maneira muito certa em fornecer um recurso financeiro e apoiar, podemos fazer parceria com organizações lá da área... Em suma, todos têm que trabalhar em proveito do Haiti, deixando de lado até as discussões por não entendimentos, isso é importante. O Exército Brasileiro está lá exatamente fazendo isso. O Exército, junto com a Marinha, lá, com os fuzileiros navais, estão dando, neste momento, um apoio incansável, tanto que nós vimos, um americano chegou lá e colocou tropa rapidamente, está no quintal deles, mas, realmente, os Estados Unidos tem uma estrutura militar de guerra muito grande, ele rapidamente consegue colocar. Mas será que estão fazendo o trabalho que estamos fazendo? Eu acredito que não. O nosso trabalho lá é insubstituível, a nossa presença, tanto do Exército como da Marinha, enaltece muito mais o trabalho do Brasil. A nossa bandeira é vista em todos os lugares do Haiti espontaneamente, espontaneamente colocado pela população, eles procuram o brasileiro a todo momento, apesar de ver americano lá, eles imaginam que aquilo é o brasileiro que está dando apoio. Então esse trabalho que o Comando De Operações Terrestres, que eu comandei recentemente, faz... Todas as diretrizes são emanadas do COTER e está aí o sucesso do nosso emprego no Haiti, que é o nosso preparo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SR. ÁLVARO LUIZ PINTO: Eu queria dar um testemunho sobre o Haiti. Eu estive recentemente no Haiti, em outubro do ano passado, mas precisamente 03 de outubro, quando essas informações, a desgraça que campeia o Haiti já era patente, todos conhecíamos por saber como a situação dos Haiti era. Foi pior no início, como o general falou, o General Cerqueira, e, por causa da criminalidade, isso foi contornado quando se acabaram com as quadrilhas, com as gangues, e estava sob controle, a situação de sobrevivência era difícil. Participei junto com a embaixatriz e com o embaixador de um programa social que se faz lá constantemente, e fiquei muito feliz quando, àquela época, o Presidente Clinton chegou com uma comitiva, negociando como fazer a reconstrução do Haiti. A reconstrução do Haiti passa por investimento, investimento naquilo que eles possam produzir, e, no Haiti, não se produz absolutamente nada, porque há dificuldade da energia, há dificuldade de água e há dificuldade em sobrevivência. A condição do Haiti, em outubro, era muito ruim; agora, ela é inimaginável.

Eu vi, eu andei pelas ruelas do Haiti, vendo as pessoas se alimentarem de barro, e todos sabem disso, bolo de barro como se fossem aquelas rosquinhas que compra na padaria para sobrevivência. Então, o Haiti sozinho ou com a estrutura, hoje, da ONU, que está vigente, não tem solução, a solução para o Haiti é uma reconstrução bolada, programada, estudada, porque não há como fazer o Haiti sobreviver a essa catástrofe que tem lá, sem ter uma ajuda internacional, ajuda financeira, técnica e uma vontade política de erguer o país. A sugestão minha do Haiti: passa o rodo no Haiti, em Porto Príncipe, e reconstrói Porto Príncipe, porque, hoje, Porto Príncipe está, pelo que eu vi, sem governo, sem comida e o povo completamente à deriva. Queira ou não queira, é impossível, com a nossa estrutura da MINUSTAH, com 7 mil homens, me parece que é, coordenar todas as atividades que necessária à reconstru-

ção ou, pelo menos, administrativa do país, só quando é uma ajuda externa de competência e com recursos é que se consegue isso. Tenho lido que os Estados Unidos e o Brasil estão engajados ou pensando em se engajar nesse projeto de reconstruções junto com o Canadá. Se isso acontecer, os haitianos terão uma luz no final do túnel; hoje, eles não têm uma luz no final do túnel, porque o que eu vi e o que se passou nesse começo do ano, acabaram com todas as esperanças que porventura tinha a mínima quantidade da esperança de sobrevivência para aquele povo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Sr. Presidente, eu queria só ressaltar a importância desses depoimentos e do espírito das Forças Armadas, mas também dos brasileiros em poder ajudar a população do Haiti. Há, na verdade, um sentimento mundial. Ainda há poucos dias, no show liderado pela Madonna, em Nova Iorque, e que passou pelas televisões do mundo inteiro, houve uma dedicação muito grande por parte dos maiores artistas, cantores e tudo que, inclusive, conseguiram, naquela oportunidade, levantar 50 milhões de dólares que pessoas do mundo inteiro passaram pela Internet para ajudar o Haiti. Mas é importante canalizar esse espírito de solidariedade que muitas vezes se faz necessário, sejam em situações como as do Haiti, sejam como aquelas como, ainda, recentemente, no ano passado, ocorreu em Santa Catarina e, agora, em muitos municípios brasileiros. É importante ressaltar sempre esse espírito de solidariedade que, por vezes, emana da população do Brasil. Só o registro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.. Faço a última pergunta a V. Exas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, antes de fazer uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para fazer uma saudação, Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de votar no Sr. Raymundo Cerqueira, no Sr. Álvaro Luiz, e gostaria muito de manifestar aqui o meu apoio e minha concordância com a parte daquilo que eu vi, as Forças Armadas do Brasil desenvolve um trabalho excepcional, importante, e os Tribunais Superiores também precisam dar sustentação e estabelecer correções de rumo, quando for necessários. Então, que o trabalho que vocês desenvolveram até agora nas armas que cada um representa também possa ser um trabalho que tenha o mesmo segmento nas funções e cargos que passam a exercer a partir de agora, se essa comissão assim entender que seja o melhor caminho e encaminhar ao Plenário. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. E eu gostaria de questionar sobre uma polêmica que acontece hoje, nos Estados Unidos, e que já foi, aqui, de certa forma, discutido no Brasil, e que os senhores, como membros do Superior Tribunal Militar, certamente, algum momento, poderão, em tese, estar enfrentando essa questão. Eu trato do assunto da lei que foi editada pelo Presidente Bill Clinton, aprovada naturalmente pelo Congresso, que prevê que, quando alguém vai entrar em qualquer das forças americanas, que haja, que pode haver um questionamento sobre a sexualidade das pessoas, ou seja, a pessoa pode ser questionada se é homossexual, e, se responder afirmativamente, pode ser excluído das Forças por essa razão. O Presidente Obama pretende revogar essa lei, ou seja, o fato de alguém se declarar homossexual não seria óbice mais para que ele pertencesse a alguma das Forças nos Estados Unidos. Nós já tivemos um caso aqui, recente, polêmico, não com a mesma dimensão, não em função da legislação, lembrando que o próprio Código Penal Militar prevê que o homossexualismo é crime penal militar. Claro que não tem mais nenhuma aplicação, em função da vigência da nova Constituição. Mas eu pergunto a V. Exas.: V. Exas. são favoráveis ao ingresso de homossexuais em qualquer das forças e acham que essa polêmica tem razão de ser?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Presidente Demóstenes Torres, se também poderia ser considerado se ambos, o Almirante e o General, teriam qualquer objeção a que, eventualmente, possam ser admitidos pessoas de comportamento... Uma coisa é a pergunta: o senhor é a favor de que eles entrem? E a outra é se tem qualquer objeção a que qualquer pessoa, inclusive de orientação com comportamento homossexual, se, porventura, deveria ser excluída. Portanto, uma coisa é ser favorável a que todos entrem, outra coisa é se há objeção a que qualquer pessoa, não importa o seu comportamento sexual, possa servir as Forças Armadas, é uma pequena diferença de ênfase, mas acredito que seja importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, com a palavra o Almirante Álvaro Luiz Pinto.

SR. ÁLVARO LUIZ PINTO: Essa é uma situação muito polêmica. Mas eu vou lembrar um fato que aconteceu alguns anos atrás na França, não com relação às Forças Armadas, mas na igreja, e que houve uma entrevista na TV Le Monde ou no [ininteligível], canal desse, em que um teólogo... Foi feita a mesma pergunta: a igreja admite o homossexual? Aí o teólo-

go pensou, pensou, pensou e ele respondeu: "Eu não tenho nada, desde que ele faça uso do voto da castidade", que é o dogma da igreja. Eu acho que falando, fazendo uma similaridade com as Forças Armadas, eu não tenho nada contra, desde que ele mantenha a sua dignidade, a dignidade da farda, a dignidade do cargo e a dignidade do trabalho que ele executa. Se ele manter a sua dignidade, sem problema nenhum; se ele for indigno disso, ferindo a ética, aí não seria a favor, mas, desde que ele mantenha a dignidade da farda, da arma, ou lá o que for, e do cargo e do posto que ele exerça, sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra V. Exa.

SR. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO: Eu vou responder de uma maneira sincera. Não é que eu seja contra o homossexual, cada um tem que viver a sua vida, entretanto, a vida militar se reveste de determinadas características que, no meu entender, tipos de atividades, inclusive em combates, podem não se ajustar ao comportamento desse tipo de indivíduo. Os casos que ocorreram, esse último, recém, de sargento, estava vivendo propriamente uma indisciplina, não ele como figura humana, e, sim, dentro da caserna. São características que a maior parte dos exércitos do mundo não admitem. O exército americano está discutindo ainda. Mas os casos que eu sei que ocorreram, mesmo do exército americano, foram praticamente rechaçados, não é que o indivíduo seja um criminoso, e, sim, é o tipo de atividade. Se ele é assim, talvez tenha outro ramo da atividade que ele possa desempenhar. Como o Almirante falou, nós sabemos que tem, que existem, mas não sabemos quem. Se ele mantém a dignidade, honra a sua farda e não há conhecimento oficial, também não vejo problema algum. Entretanto, eu não vejo que é compatível o indivíduo assim com trabalho nas Forças Armadas. Estou sendo sincero aqui, dizendo a minha opinião, porque a sinceridade tem que vigorar nesse momento. Se, porventura, for aprovado algum Projeto de Lei que admita, eu, como militar, terei que cumpri-lo; entretanto, na minha opinião pessoal, eu não sou favorável, desde que seja declarado oficialmente, porque eu acho que o tipo de atividade é incompatível. Não há compatibilidade no cargo que se exerce com o tipo de comportamento, porque tem sido provado, mais uma vez, que o indivíduo não consegue comandar o comando, principalmente em combate, tem uma série de atributos, e um deles é esse aí, o soldado, a tropa fatalmente não vai obedecer, isso está sendo provado na Guerra do Vietnã, temos vários casos, eu fiz curso nos Estados Unidos, vários casos exemplificados que a tropa não obedece normalmente indivíduo desse tipo. Não sou contra o indivíduo ser, cada um toma a sua decisão de ser ou não ser, mas estou sendo sincero na minha resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não havendo mais quem queira fazer qualquer comentário, encerro a discussão. E passamos, então, ao escrutínio da votação. Designo como escrutinadores o Senador Alvaro Dias, o Senador César Borges e a Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. levantou um problema sério que é a alteração na legislação militar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nos Estados Unidos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Seria possível...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aqui. Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --fazer uma Audiência Pública com o Presidente do Superior Tribunal Militar, o Procurador-Geral, para gente começar a discutir quais seriam as grandes dificuldades que eles enfrentam para serem alterados e equiparar, como disse o General e o Almirante, porque nós temos alguns problemas de emprego de Forças Armadas em atividades policiais, e, normalmente, os comandantes têm dificuldade no enquadramento, quando há um incidente durante a operação, que é civil feito por militares. Nós temos aqui uma PEC, o Almirante fala, e, talvez, uma discussão, se V. Exa. concordar, eu requeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente. Pode requerer, que, imediatamente...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou fazer, porque aí eu vi que os dois recém-nomeados para o Superior Militar concordem que há necessidade de se adaptar à modernidade dentro das Forças Armadas e emprego dela no exterior, que, normalmente... Ou está acontecendo com bastante incidência com o uso do Brasil através da ONU. Então eu acho que V. Exa. levantou um problema importante. Então vou requerer e V. Exa. faria isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode requerer que imediatamente nós faremos. Já temos um especialista em fazer a atualização, o Senador Renato Casagrande.

Requerimento. "Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania oficie ao Ministro de Estado da Justiça, a fim de sensibilizá-lo para a situação dos 83 aprovados

que aguardam convocação para participarem do curso de formação da Polícia Federal, requisito necessário para conclusão do concurso público a que se submeteram e por consequência para nomeação nos cargos públicos para o qual se habilitaram. Senador Romeu Tuma". Em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, não só quero acompanhar favoravelmente, como quero solicitar que uma parte desses indicados sejam lotados em Roraima, tendo em vista a urgente necessidade de fortalecer a presença da Polícia Federal na fronteira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por favor, assine o requerimento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu recebi um segmento desses servidores, acho que é um concurso já realizado, a Polícia Federal vai treinar 200, o concurso perde validade dentro de algum tempo, e acho que seria interessante, inclusive economicamente, bom, convocar esse restante, não deixar o concurso perder a validade, para ter que se fazer outro concurso, e a Polícia Federal precisa, efetivamente, de aumentar o efetivo em todo o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, nós tivemos uma grave crise da segurança publica, que é competência essencial dos estados da federação, os indicadores, inclusive ontem publicados no meu estado, mostram um agravamento de quase todas as formas de crime: sequestro, assalto, homicídio, roubo; esse quadro o Brasil precisa responder numa parceria mais efetiva entre o Governo Federal, municípios, governos estaduais, e um dos exemplos de eficiência, de competência, no desempenho da função da segurança em todas as atividades: narcotráfico, combate ao contrabando, combate à corrupção, tem sido a Polícia Federal, não só o governo dobrou os efetivos, valorizou os salários, investiu na inteligência policial, e o resultado está aí, o Brasil reconhece e valoriza, uma polícia rigorosa consigo mesmo. Portanto, esses 83 concursados que foram aprovados no concurso, se puderem fazer esse treinamento imediatamente, se habilitam à condição de serem efetivados, eu acho que é uma reivindicação bastante justa, conta integralmente com o meu apoio, e gostaria, em nome da nossa bancada, assinar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

O resultado dos 22 votantes, os 22 votaram 'sim'. Então, a Comissão de Constituição e Justiça aprova, remete para o Plenário, a indicação feita para os cargos de Ministro do Superior Tribunal Militar do Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto e do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria requerer urgência em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não é preciso urgência porque se trata de votação de autoridade, eu já remeto hoje.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É, exatamente. Eu gostaria de pedir a remessa do processado à Mesa porque, se nós tivermos quorum, nós poderemos votar hoje. A pauta está trancada com medidas provisórias, mas nós poderíamos votar duas autoridades. Então, eu gostaria de enviar à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu já envio imediatamente à Mesa. E suspendo por dois minutos para cumprimentos. E retornamos à pauta tranquilos.

[Sessão suspensa às 12h36]

[Sessão reaberta às 12h38]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Reabro a sessão. Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pediria a V. Exa., nós vamos dar prosseguimento à ordem do dia, gostaria que fosse lido o parecer de V. Exa. sobre a questão de ordem, formulada em respeito ao problema da proporcionalidade na definição das presidências de comissões, especificamente na Comissão de Educação. Sei que V. Exa. tem o parecer já pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Cumprirei a palavra que dei a V. Exa. e também ao Senador Arthur Virgílio, ou seja, na última sessão do mês de dezembro, a pedido do Senador Arthur Virgílio, eu retirei de pauta e disse que incluiria nessa Pauta. Houve um pedido tanto do Senador Arthur, que aqui não se encontra, quanto do Senador Flávio Arns, que também aqui não se encontra e de outros Srs. Senadores, para que eu não colocasse em pauta nesse momento. Mas a palavra foi dada, todos já sabiam que eu iria colocar nesse momento e é óbvio que eu lerei o relatório, e é óbvio que qualquer um pode pedir vista e a matéria fica para discussão definitiva na semana que vem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, eu já antecipo o pedido de vista, exatamente porque está ausente o Senador Flávio Arns, e eu creio que seria uma deselegância da nossa parte se deliberássemos na sua ausência. Por essa razão, eu já antecipo o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas também avisei ao Senador Flávio Arns que faria na primeira semana, conversei com ele. Então todos foram devidamente comunicados que eu faria e a pauta já está pronta desde o final do mês de dezembro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só indiquei, incluirei um extrapauta...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, apenas uma pequena observação, este é um assunto que já se arrasta há vários meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Certo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É um debate que nós já fizemos de forma eu diria até informal, claro que teve o recurso, o pedido de um posicionamento da comissão. Pedido de vista, pelo entendimento que nós temos, é um pedido de vista de proposição, esta é uma questão da ordem que foi feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas pode haver o pedido de vista.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E também, Presidente, como V. Exa. mesmo já colocou na abertura, de que era público e notório, havia um compromisso afirmado de nós podermos ter a deliberação no dia da hoje. Então, eu queria pedir até a compreensão do Senador Alvaro de que nós pudéssemos deliberar, esse é um assunto que já se arrasta, é um assunto que nós vamos ter que resolver. A Comissão de Educação ficou, inclusive, sem presidência, apenas com a Senadora Marina Serrano, na condição de vice-Presidente durante meses, e nós precisamos resolver isso, não é possível que nós iniciemos os trabalhos, sem que o regimento, o uso e costume da Casa seja preservado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou cumprir o regimento e vou cumprir a minha palavra, ou seja, eu já garanti ao Senador Aloizio Mercadante que nós faríamos, incluiria hoje na pauta e que nós faríamos a leitura. Não posso impedir quem quer que seja de pedir vista. Então, haverá o pedido de vista, e, como nós sempre fazemos, na semana que vem estará aqui para votação. Havendo quorum, e deve haver, nós votaremos na quarta-feira ou a concordância ou a discordância com o meu parecer.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu imaginava que nós resolveríamos isso por entendimento, demos o tempo necessário, inclusive para acomodar essa situação, tudo o que fizemos na relação com o Senador Flávio Arns foi feito de comum acordo com ele, inclusive a retirada dele como membro titular na Comissão de Educação, tenho certeza que ele deve estar esclarecido desse episódio, ele entendeu que a Mesa tinha tomado uma decisão improcedente, mas, quando ele perdeu a titularidade, ele abriu espaço – a mesma coisa que aconteceu na CPI, em outras situações – para que outro pudesse ocupar a função, e nós entendemos que a proporcionalidade é um princípio fundamental da vida no Parlamento, honramos esse princípio durante toda a nossa legislatura, e, ao longo de toda a história partidária, eu diria, inclusive, na disputa em que o PSDB pleiteava a Comissão de Relações Exteriores, nós fizemos questão de manter essa atitude.

Quero lembrar também que, nessa Comissão de Constituição e Justiça, quando do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve um papel muito importante na história do Parlamento, nós, mais uma vez, reafirmamos imediatamente que a vaga pertencia aos Democratas e o nome que os Democratas indicassem nós honraríamos, porque entendemos que é o povo que define o tamanho de cada bancada e cada bancada tem o seu lugar na Casa. O lugar que foi designado, por sinal o único lugar, nós tínhamos a expectativa de uma outra comissão, não foi possível, era a Comissão de Educação, com a presidência de um senador que deixou o partido, nós não reivindicamos o mandato, respeitamos a atitude política que ele tomou, o caminho que ele escolheu, não fomos à justiça, o princípio da fidelidade partidária, mas disse que esse era um lugar da bancada, a bancada o designou, a bancada indicaria um outro nome. Por isso eu gostaria que não houvesse pedido de vista, que nós pudéssemos acordar, mas, como o Senador Alvaro formalizou o pedido de vista, eu solicito que seja vista coletiva, para que todos os senadores possam evidentemente se manifestar, se julgarem necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 2. Então, como eu sou relator, eu transfiro a presidência para poder fazer o relatório; em seguida, a concessão de vista. Passo a presidência ao Senador José Agripino.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Concedo a palavra ao relator, Senador Demóstenes Torres, para proferir o seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Srs. Senadores, eu não vou me aprofundar na discussão, porque, efetivamente, ela acontecerá na semana que vem. Mas trata-se, evidentemente, de um recurso interposto pelo líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, contra a decisão do Presidente da Mesa Diretora do Senado, Senador José Sarney. Em síntese, a discussão é a seguinte: no critério de proporcionalidade para ocupação da presidência de comissões, coube ao PT uma dessas comissões, que foi a Comissão de Educação. Foi eleito Presidente o Senador Flávio Arns, o Senador Flávio Arns se desfiliou do Partido dos Trabalhadores; imediatamente o líder Senador Aloizio Mercadante comunicou à Mesa que o retirava da comissão, e, retirado da comissão, ele não poderia mais continuar na condição de Presidente. A Casa confirmou, a Mesa confirmou que a vaga pertencia ao PT, e que, portanto, não caberia a discussão de que, embora ele tenha sido indicado para permanecer na comissão pelo PSDB, é que essa vaga evidentemente não poderia ir para outro partido.

Muito bem. O Senador Arthur Virgílio recorreu, a Mesa mandou ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, e o meu parecer é que realmente, nesse caso, tem razão o PT e tem razão a Mesa, o cargo pertence ao partido, por uma questão de proporcionalidade e por uma questão até de disposição regimental. O regimento nosso é claro, art. 79, combinado com o 81, diz o seguinte: "No início de cada legislatura, os líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes". O art. 81 diz: "O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir em documento escrito a substituição em qualquer circunstância ou oportunidade de titular ou suplente por ele indicado". O § 2º é claríssimo: "A substituição de senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada", ou seja, o líder não poderá fazer a indicação, a substituição do Presidente da comissão isoladamente, só poderá fazê-lo com aquiescência da sua bancada, salvo no caso dele ter se desligado do partido. Então, nesse caso, o líder pode fazer isoladamente, está aqui no art. 81, § 2º. Então, o Senador Aloizio Mercadante, como líder do partido, agiu corretamente, legalmente, não há o que se reparar na sua atitude. Todos nós gostamos do Senador Flávio Arns, como nós gostávamos e gostamos também do Senador Expedito Júnior e de outros Srs. Senadores que passaram por aqui, mas que, em determinado momento, nós tivemos que nos posicionar evidentemente contra eles, não contra a pessoa, mas contra a situação. E mais, o nosso regimento manda aplicar, aqui é claríssimo, mas manda aplicar subsidiariamente o Regimento da Câmara, e as leis, o Código de Processo Civil e etc. E o Regimento da Câmara ainda é mais explícito, diz o seguinte: art. 23, Parágrafo Único: "O deputado que se desvincular de sua bancada perde automaticamente o direito à vaga que ocupava em razão dela, ainda que exerça cargo de natureza eletiva". Então, em decorrências disso, o meu voto é pela improcedência do recurso, e para que se proceda nova eleição na presidência da Comissão de Educação. Esse é o meu parecer.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Peço vista, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Vista coletiva ao Senador Alvaro Dias e ao Senador... Quem mais pediu?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O Senador Mercadante e eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Vista coletiva. Passo a item extrapauta, recurso contra a votação do Plenário do Senado Federal, realizada em 16 de dezembro de 2009, referente à rejeição da indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, ANA, de autoria do Senador Magno Malta, o relator é o Senador Demóstenes Torres, a quem passo a palavra para proferir o relatório.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, só para comunicar...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Pela ordem, a palavra a V. Exa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aos colegas de comissão que o Senador Arthur Virgílio não está presente porque está em missão oficial em Washington, nos Estados Unidos. É a razão da ausência dele aqui, hoje, ele que é autor do recurso que discutimos há pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Demóstenes Torres com a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Também é um recurso interposto pelo Senador Magno Malta em face da rejeição da indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, ANA. O Senador Magno Malta expõe uma série de razões para que a votação seja repetida.

E não há como acolher o recurso do Senador Magno Malta, a votação do Senado foi perfeita, foi acabada, aconteceu com quorum, a votação foi tranquila, não houve qualquer alteração, não houve qualquer questionamento. Então o parecer é pela improcedência do recurso inominado. Todavia, eu alerto que já há precedente na Casa em que os líderes por unanimidade decidiram repetir a votação, no caso do Alexandre Moraes, e mesmo agora, no final do ano passado, quando presidia a Mesa o Senador Marconi Perillo, ele mesmo, por um ato próprio, também decidiu que poderia e fez a votação, se não me engano do Dr. Diaulas. Então, não é matéria para ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que há a legalidade do ato.

Se a Mesa quiser anular, se os líderes quiserem repetir a votação, o regimento admite que isso seja feito. Agora, a Comissão de Constituição e Justiça não pode usurpar a função da Mesa Diretora e do próprio Presidente do Senado Federal. É um ato que tem que ser discutido lá, tem que ser discutido com os líderes, a votação não tem qualquer vício. Portanto, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela improcedência desse recurso. Mas ressaltando que, caso os Srs. Líderes decidam repetir a votação, caso o Presidente da Casa decida anulá-lo por algum motivo, já há precedentes na Casa nessa direção; todavia, a Comissão de Constituição e Justiça não pode dar o parecer pelo provimento do recurso porque não houve nenhuma falha, nenhum erro formal durante aquela votação. Foi feito com quorum próprio, se obedeceu a Constituição Federal, o Senado pode aprovar ou rejeitar a quem quiser. De sorte, o parecer é pela improcedência do recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, o parecer está em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Senador Demóstenes Torres, a quem devolvo a presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa., Senador Agripino.

Página 17, item 1. Turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n°.68/2009. "Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 41 – Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente". Autoria: Senador Tasso Jereissati; relatoria: Senador Arthur Virgílio. Em 16 de dezembro do ano passado foi aprovado o substitutivo ao PLS n°.68, de 2009, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Não sendo oferecida qualquer emenda, é dada como definitivamente adotado o Substitutivo sem votação. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passo a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande para que possa fazer uma exposição sobre os principais pontos do Substitutivo aprovado pela Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código de Processo Penal.

Em seguida, lembro aos senhores: o senador é o relator, os senhores já podem apresentar as emendas, essas emendas nós devemos fazer a votação na penúltima sessão ou na última sessão desse mês, já para mandar ao Plenário para fim de cumprir também uma palavra dada ao Senador Presidente da Casa, José Sarney. Veja bem, é o novo Código de Processo Penal, matéria de suma importância para o país.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, ilustre relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Antes até de iniciar, Sr. Presidente, só para dizer que o Código de Processo Penal prevê uma função para a polícia, que é auxiliar na busca de pessoas desaparecidas, para só poder complementar e reafirmar a necessidade da atuação da polícia, que hoje não tem uma provisão legal, e o Código de Processo Penal acaba legalizando essa tarefa e essa função da polícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só uma observação, antes de V. Exa. iniciar. Em decorrência desse sumiço que aconteceu em Luziânia, muitos Srs. Senadores pediram para ter um encontro com o secretário de segurança publica de Goiás e o Diretor-Geral da Polícia Civil. Então nós vamos fazer uma visita à cidade de Luziânia, seis Srs. Senadores já se comprometeram a ir, já pediram para ir, e nós vamos então nos encontrar entre três e quatro horas com essas autoridades mencionadas. Se algum outro senador se dispuser a ir, nós estaremos indo para lá e deveremos retornar até o final do dia;

após o contato com as autoridades, nós vamos colocar à disposição das autoridades a CPI da Pedofilia, os trabalhos do Senado Federal, até porque é mais fácil quebrar sigilo, essa investigação pode ser feita aqui com muita tranquilidade também, mas nós queremos, repetir, colaborar com a investigação. E os Srs. Senadores que quiserem ir lá, nós vamos nos avistar com as famílias das vítimas e a reunião será às três horas lá, entre três e quatro horas. Marquei um encontro com os Srs. Senadores no meu gabinete e, de lá, nós nos deslocaremos para a cidade de Luziânia, que é muito próxima aqui, e nós devemos chegar lá em no máximo uma hora, e os senadores que quiserem ir, uma situação muito delicada, mas nós podemos nos inteirar e também oferecer a nossa colaboração para que esse caso seja finalmente elucidado.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Agradecer o Presidente Demóstenes Torres, agradecer aos senadores. Esse relatório e essa posição que nós nos encontramos hoje já é uma posição que tem que levar em consideração um caminho percorrido. Nós formalizamos aqui, em 2008, uma comissão externa de juristas, que fez um trabalho na elaboração de um anteprojeto, como hoje tem uma comissão externa também fazendo um trabalho no Código de Processo Civil, mas a comissão presidida pelo Ministro Hamilton Carvalhido, relatada pelo Procurador Eugênio Pacelli e diversos outros juristas, chegou a um anteprojeto, o Presidente Sarney foi o autor do projeto, pedimos a ele que pudesse ser o autor do projeto. Esse código tem que tramitar por comissão especial, o Presidente designou uma comissão especial, e essa comissão especial foi feita, votamos no final do ano passados, em dezembro, uma comissão presidida pelo Senador Demóstenes Torres, relatada como relator-geral por mim e diversos subrelatores, que também deram uma bela contribuição a esse trabalho.

Então é importante a reformulação do Código de Processo Penal, porque o Código de Processo Penal é um código de 1941, é um código ainda da época de Getúlio Vargas, é um código que sofreu reformulação, mas não sofreu uma reformulação, mudança no espírito do código, e não teve uma adequação do código à Constituição de 88. Diversos outros países da América do Sul, da América Latina, já fizeram a sua adequação dos seus códigos, especialmente do Código de Processo Penal às novas constituições, depois de um processo de regimes militares, mas nós não tínhamos ainda, não temos ainda um código adequado à Constituição de 88. Então o código hoje é mais um instrumento de protelação, de decisão judicial do que um instrumento de combate à impunidade, por isso a importância desse trabalho que o Senado, hoje, está fazendo.

O modelo que nós estamos apresentando desse novo código – porque o código tem que ter um princípio, tem que ter um modelo, tem que ter um norte, tem que ter uma linha – é do modelo acusatório, modelo atual, hoje, que os advogados, militantes do Processo Penal, definem como modelo inquisitorial, em que o juiz tem uma preponderância na condução do processo. O modelo acusatório é um modelo que segue o princípio da imparcialidade do órgão julgador, o juiz e o Poder Judiciário têm imparcialidade na hora de julgar, e segue o princípio da presunção da inocência. Também temos uma definição clara da função de cada sujeito processual, o juiz tem que julgar, o promotor tem que acusar, a polícia tem que fazer o processo de investigação. E a gestão da prova cabe principalmente às partes, não cabe ao juiz produzir prova, cabe a quem está acusando ou a quem está sendo acusado, através de seus representantes ou diretamente, produzir as provas que poderão orientar no julgamento. Mas não porque as partes podem e que devem ter a obrigação de fazer a condução que o juiz fique inerte; qualquer diligência, qualquer esclarecimento, o juiz pode e tem todo o direito, e pelo parecer e pela reformulação que nós estamos propondo, de atuar ativamente para que tenha toda a capacidade de prestar e de fazer o julgamento.

Além disso, ele pode determinar de ofício outras medidas cautelares na fase processual. Um exemplo claro é como tramita o inquérito policial hoje. O Senador Demóstenes Torres conhece bem, o Senador Romeu Tuma que estava aqui também conhece bem. É uma triangulação, o delegado manda para o juiz, o juiz encaminha ao promotor, o promotor devolve ao juiz, o juiz devolve ao delegado, isso parece ser simples, mas isso, às vezes, demora um mês, dois meses, uma semana, duas semanas para fazer toda essa triangulação. Hoje, tem um prazo de dez dias quando o réu está preso e de 30 dias quando o réu está solto.

Os autos atualmente são enviados ao juiz, que é o destinatário desse processo, o juiz decide sobre o pedido de prorrogação ou não do inquérito, o juiz decide sobre o arquivamento. Com a reforma, nós temos uma relação direta entre o delegado e o promotor, não tem necessidade de encaminhar ao juiz, o juiz encaminhar ao promotor, o promotor devolver ao juiz e o juiz devolver ao delegado. Então uma relação direta do delegado com o promotor, não há uma subordinação de um sobre o outro, mas há um diálogo permanente e o delegado pode pedir medidas cautelares ou medidas comprobatórias e essas medidas cautelares ou probatórias terão que ser definidas pelo juiz das Ga-

rantias. Eu vou falar sobre o juiz das Garantias daqui a pouquinho. Naturalmente, o delegado realiza o seu trabalho com imparcialidade e independência, ele que preside o inquérito, ele que coordena o processo de investigação.

O prazo que nós estamos propondo é um prazo de dez dias para o réu, quando está preso... 90 dias... Estamos aumentando de 30 para 90 dias, quando a pessoa estiver em liberdade. Os autos são enviados ao Ministério Público, que fica sendo destinatário do inquérito, após a conclusão do inquérito. O juiz pode decidir pelo arquivamento, ou não, do inquérito, mas quem decide é o juiz, não é o Ministério Público que decide.

Com a reforma, se o inquérito não for concluído no prazo, o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá decidir por uma prorrogação do prazo por mais dez dias, se o réu estiver preso; se estiver solto, o delegado só comunica o Ministério Público os motivos do atraso, não tem que mandar o inquérito para o Ministério Público, hoje você tem que mandar para pedir prorrogação do prazo. Então só comunica, e, enquanto isso, os autos ficam na delegacia e o inquérito tramita para que a gente possa ganhar tempo na tramitação do processo, isso para evitar perda e da remessa burocrática dos autos. No entanto, o promotor, se o promotor quiser, ele poderá requisitar os autos a qualquer momento, o promotor tem essa prerrogativa.

O que é o juiz das garantias? Aí está a definição, uma explicação simples. É o juiz que decide sobre as medidas cautelares e probatórias no inquérito policial, é o responsável útil pelo controle da legalidade da investigação. Hoje, do jeito que é, hoje o juiz da investigação fica vinculado ao processo, quem auxilia na investigação julga, acaba julgando, quem se envolve na investigação acaba sendo também o juiz que vai fazer e estabelecer decisão, a pena final no processo. Com a reforma, o juiz das garantias não participa do processo final, da decisão final do processo, ele colabora, auxilia no processo de investigação, autoriza quebra de sigilo telefônico, bancário, ele autoriza qualquer decisão na área de investigação, atende a um pedido do promotor ou atende a um pedido do delegado, ele colabora e participa da investigação, mas ele não participa do julgamento, para poder ter isenção na hora do julgamento. O juiz das garantias intervirá apenas quando a investigação atingir direitos fundamentais do investigado. A vantagem do juiz das garantias é que fica um juiz especializado, dedicado exclusivamente à fase de investigação: quebra de sigilo, interceptação telefônica, prisão, e ele tem, além da especialização, imparcialidade, a definição, e a implementação do juiz das garantias dará ao processo um imparcialidade na hora do juiz que não participou de uma investigação poder tomar uma decisão e aplicar uma pena. Quem for aplicar, quem for decidir a pena final tem imparcialidade, porque não participou do processo de investigação, não se envolveu no processo de investigação.

Como é que nós estamos propondo a questão do juiz das garantias? Nós estamos propondo que a lei de organização judiciária da União e dos estados defina como vai ser isso. Não dá para ter uma regra única. E estamos dando um prazo de seis anos nas comarcas que tem apenas um juiz e três anos nas comarcas com mais de um juiz. Hoje, em diversas regiões metropolitanas, nós já temos as centrais de inquérito, que funcionam com juiz especializado nessa área de inquérito. O juiz da garantia é mais do que um juiz especializado em inquérito. Mas é só para citar um exemplo de como pode se resolver, através das decisões de cada Tribunal de Justiça, a forma de implementação dessa novidade, que seria o juiz das garantias.

Também nós... Uma outra questão que eu acho importante, a questão das medidas cautelares. Hoje, nós temos as medidas tomadas pelo juiz no início do processo, antes do processo chegar a seu fim, hoje nós temos três possibilidades de medidas cautelares: o juiz pode mandar prender, pode estabelecer uma liberdade provisória ou pode estabelecer fiança. A fiança é muito pouco usada, porque é muito restrita, o valor é muito pequeno; na prática, o juiz tem duas opções: ou prende ou solta, não tem mais do que duas opções. E os presos provisórios hoje, porque o juiz não tem segurança de estabelecer uma liberdade provisória a um réu, a uma pessoa investigada, então esse juiz acaba determinando a prisão dessa pessoa. E hoje os presos provisórios representam no Brasil 30% do total de presos, 30%, tem uma tabela à frente, está aí aquela parte em negrito, os presos provisórios de 2000 até 2009. Em 2000, eram 43 mil; em 2009, já eram 149.514 presos provisórios, com dificuldade do Poder Judiciário julgar... Então, você, hoje, ou prende ou dá liberdade provisória, você não dá mais alternativas ao juiz, o juiz perde o controle sobre essa pessoa investigada, se ele não estiver preso provisoriamente. Então o juiz acaba sendo conservador, mandando para a prisão, enquanto poderia estabelecer outras medidas.

Aí só para citar ainda um exemplo do crescimento, aquela curva... Aquela mais inclinada é o quanto nós tivemos de crescimento dos presos provisórios no Brasil. Aí as alternativas que nós estamos estabelecendo, além da prisão provisória da fiança, nós estamos estabelecendo recolhimento domiciliar, monitoramento eletrônico, suspensão do exercício de função pública, suspensão de [ininteligível] de pessoa jurídica, proibição de frequentar determinados locais,

suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor, embarcação ou aeronave, afastamento do lar ou outro local de convivência com a vítima, proibição de ausentar-se da comarca ou do país, comparecimento periódico em juízo, proibição de se aproximar ou manter contato com pessoas determinadas, suspensão do registro de arma de fogo e da autorização para porte, suspensão do poder familiar e liberdade provisória. Então diversas alternativas que o juiz passa a ter na fase cautelar, para poder sair apenas da liberdade provisória ou da prisão.

Uma outra medida também cautelar, que é a fiança, nós estamos fazendo uma proposta, até por sugestão do Senador Demóstenes Torres; com a reforma, a fiança pode ser aplicada, e geralmente é aplicada, com outra medida cautelar, não precisa ser só a fiança, pode aplicar a fiança além de outra medida cautelar, aplica-se a fiança além de outra medida que seria a medida, por exemplo, de proibir alguém de frequentar um local, de cassar uma carteira de habilitação e assim por diante. Destina-se ao pagamento de custas da indenização civil e da pena de multa. O delegado de polícia poderá arbitrá-la nos crimes com pena igual ou inferior a cinco anos, qualquer pessoa poderá pagar a fiança em nome do preso, sem necessidade de declarar os motivos do pagamento, o pagamento será feito mediante depósito em conta judicial, e o juiz pode dispensar o pagamento da fiança, se o réu não possuir recurso econômico. Se a pessoa for carente e pobre, o juiz pode dispensar o recurso econômico, podendo exigir provas ou declarações desta condição. Os novos valores estão aí. Os valores com pena de igual ou maior que oito anos, de um a duzentos salários mínimos, e isso daria 102 mil reais, mas o juiz pode, dependendo do grau e da avaliação do juiz, estabelecer até cem vezes mais, que chegaria a 10 milhões e 200 mil reais. Crime com pena menor do que oito anos, de um a cem salários mínimos, que daria 51 mil reais, mas o juiz pode também multiplicar por cem, de acordo com a sua avaliação, chegando a 5 milhões e 100. Ali, na parte debaixo, tem também a possibilidade da redução, porque crimes com maior de oito anos, o limite é esse, o piso é um salário mínimo, e o juiz pode, se a pessoa não tiver recurso, pode reduzir até dois terços o valor da fiança, e menor de oito anos também está ali e pode ter uma redução de até dois terços. Então, a fiança, com esses novos valores, passa a ser uma medida que possa ser aplicada pelo juiz, efetivamente, e que tenha um efeito sobre quem está sendo investigado pela prática de algum delito. Esses valores foi um entendimento que nós tivemos aqui com o nosso Presidente, o Senador Demóstenes Torres, para que a fiança possa ser uma medida que tenha efetividade, que tenha importância na aplicação pelo juiz.

As medidas cautelares, outras medidas cautelares, nós estamos prevendo também a indisponibilidade dos bens, que é o congelamento de todo o patrimônio, incluindo movimentação de contas bancárias, até que sejam identificados os bens ilícitos, o sequestro de bens e a medida de impunibilidade poderão recair sobre o patrimônio do laranja, não só da pessoa diretamente, mas também de algum laranja que esteja sendo investigado, e a alienação cautelar dos bens de origem ilícita. Hoje, no tráfico de drogas, isso existe, você faz a venda do bem da pessoa que está sendo investigada, que está sendo processada, e você faz a alienação desse bem, esses bem vai para uma conta do estado e, depois, se tiver comprovação da inocência, esse recurso em espécie vai para a pessoa que estava sendo investigada, se tiver responsabilidade, a Justiça dá da destinação adequada para esse recurso, para que a gente não tenha deterioração dos bens, como nós temos hoje, no Processo Penal.

Temos um capítulo específico do direito à vítima, onde as pessoas se preocupam muito com o direito do agressor, não tem a preocupação com o direito da vítima, nós estabelecemos aí um capítulo específico com direito, o direito da vítima, é fundamental que a vítima tenha seus direitos, que elas possam requerer alguma coisa ao juiz, que ela possa se proteger individualmente na sua família. Então tem um capítulo tratando do direito da vítima.

Uma questão importante também é a fase de recursos. Lógico que o recurso é uma previsão que você tem o duplo grau de jurisdição, então o recurso já é previsto constitucionalmente, a constituição prevê a possibilidade de recurso, nossa justiça tem essa prática e tem esse princípio do duplo grau de jurisdição e consequentemente a Constituição prevê que de uma instância possa ter o recurso, mas nós estamos diminuindo ou dificultando para que o recurso não seja utilizado como medida protelatória, hoje os recursos são utilizados como medida protelatória. Quem tem um bom advogado e quem tem dinheiro para pagar esse bom advogado, sabe que pode levar o processo para 10 anos, para 15 anos, para não ser julgado nunca, se afasta muito do momento do delito e isso a comunidade esquece. Então nós estamos tentando diminuir, ou se a gente não conseguir acabar, mas diminuindo o espírito protelatório do recurso, o recurso tem que ter, porque toda pessoa tem que ter direito à defesa, mas não pode usar esse recurso como instrumento protelatório. Então nós estamos substituindo a substituição dos recursos em sentido estrito pelo agravo, no caso de decisão interlocutória. O que é que é essa decisão?

O agravo está previsto no Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal é o recurso em sentido estrito. Então são as decisões processuais, não são as decisões de mérito, as decisões processuais, então nós estamos permitindo que haja substituição porque isso também vai permitir uma agilidade na hora que alguém tiver que agravar, que recorrer, que agravar, isso permitirá uma agilidade. Nós estamos reduzindo os embargos de declaração, que hoje o advogado faz quantos desejar de acordo com a decisão do juiz, estamos permitindo um embargo de declaração por instância, um de cada vez, então isso também vai diminuir muito o número de recursos. Os embargos infringentes são os embargos de divergência dentro de uma mesma turma no Tribunal de Justiça, estamos permitindo somente para decisão de mérito, no caso de questionamentos, esclarecimentos processuais, isso não seria permitido. Estamos também prevendo que no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal, possibilidade do relator julgar imediatamente a causa, se já tiver alguma jurisprudência não tem que depois ir para o Plenário dos Tribunais Superiores, o relator pode tomar uma decisão, é lógico que a parte pode recorrer, mas o relator pode tomar uma decisão final com relação a esse processo. Há suspensão da prescrição se houver recurso especial ou recurso extraordinário porque hoje os recursos servem também para buscar a prescrição do delito cometido, e estamos suspendendo quando tiver recurso aos Tribunais Superiores, estamos suspendendo a contagem do tempo para prescrição do processo.

Os Tribunais não poderão criar novos recursos nos regimentos internos, então nós estamos diminuindo as possibilidades ou limitando para que a gente tenha capacidade de estabelecer e fazer de fato justiça através das nossas instituições, tendo um código que seja um código mais ágil, mas, ao mesmo tempo, que dê possibilidade de recurso às pessoas envolvidas.

Uma outra medida para que eu possa encerrar essa apresentação mais geral é com relação a habeas corpus, o habeas corpus hoje é utilizado para atacar diversas questões meramente processuais, serve até como recurso para protelar o andamento de processo, e com a reforma nós estamos estabelecendo que o habeas corpus volte ao seu leito que é da liberdade da locomoção às pessoas, de garantir o direito às pessoas; enquanto couber algum tipo de recurso com efeito suspensivo não será admitido o ajuizamento de habeas corpus. Então tem recurso com efeito suspensivo que proteja o cidadão não será permitido habeas corpus, porque habeas corpus hoje virou um instrumento para se protelar o andamento do processo. Só para se ter um ideia, também, dos números, que eu acho que é importante, em 2008, foram protocolados 3.648 pedidos de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal e julgados 5.446 pelo passivo que se tinha no Tribunal. Até junho do ano passado o Supremo Tribunal Federal recebeu 2.263 pedidos de habeas corpus, sendo que no mesmo período a corte já teria julgado 3.167 habeas corpus, concedendo 116 liminares, 235 ordens defensivas. No Superior Tribunal de Justiça, a situação é muito mais grave, mais grave, assim, a quantidade da habeas corpus que chegam. Em 2008, 26.973 habeas corpus ingressaram na corte, nesse mesmo período o Superior Tribunal de Justiça conseguiu julgar 23.504 pedidos. Para mostrar como o pedido de habeas corpus acaba sobrecarregando os Tribunais Superiores e muitas vezes utilizado para que haja um atraso na tramitação do processo. Então é importante o habeas corpus, é uma conquista da sociedade brasileira prevista no Constituição de 88, mas que tem que voltar ao seu leito original.

Sr. Presidente, eu queria, então, rapidamente, fazer essa apresentação e estarei à disposição de todos os senadores, para que nós possamos, até o final do mês de fevereiro, votarmos essa matéria, essa matéria é uma das matérias mais importantes do Senado. Nós temos um código, como eu disse, um código de 1941, um código que hoje é muito mais instrumento para impunidade e a causa da criminalidade de hoje, a causa maior da criminalidade é a impunidade, é a certeza de que a pessoa não vai ser punida, as pessoas só cometem um crime porque sabem que não serão punidas, que terão advogados para defendê-las, que nosso terão que pagar pelo crime cometido, então isso leva ao ato delituoso. Então nós estamos fazendo com que o Código de Processo Penal possa ser um instrumento do combate à impunidade, hoje ele é infelizmente um instrumento da impunidade, que fortalece a impunidade, nós queremos que ele seja um código que possa ser um instrumento do combate à impunidade. E nós do Congresso, que estamos vivendo tanto problema na área da criminalidade, uma das nossas funções mais importantes, além da função de fortalecer o orçamento da área da segurança, nós temos que aperfeiçoar a nossa legislação, é nossa tarefa principal: o aperfeiçoamento da legislação. Esta Casa e esta Comissão têm feito bons debates e dado a sua contribuição. Se nós conseguirmos votar essa matéria em fevereiro, votarmos em março no Plenário, encaminharmos para a Câmara, nós estaremos, eu não tenho dúvida, dando-se uma grande contribuição para um novo modelo do Processo Penal Brasileiro, que eu tenho certeza que vai adequá-lo à Constituição de 88 e aperfeiçoá-lo para que os agentes do Direito

possam utilizá-lo de forma mais adequada. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu que agradeço a V. Exa. E vamos estabelecer um calendário para votação. Mas, antes, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Renato Casagrande por essa contribuição tão significativa, de exame tão bem feito sobre o Código de Processo Penal. Não me sinto um especialista como V. Exa. é, não tenho a formação jurídica, mas acho importante podermos ouvir as diversas pessoas que muito estudam esse assunto e que vivenciam. Avalio que quase todos os senadores devem ter recebido uma comunicação da Associação dos Juízes Federais do Brasil, da AJUFE, e que tocam num ponto, e eu agradeço se o Senador Renato Casagrande puder refletir conosco sobre se avaliou essa preocupação da AJUFE no que diz respeito a um dos aspectos do seu parecer. Refiro-me à supressão dos poderes de instrução complementar do juiz da ação penal. Pelo projeto, arts. 4º e 163, o juiz de ação penal não poderia determinar a produção de provas complementares a esclarecimento da verdade, se não em benefício da defesa. Pondera a AJUFE que essa proposta contraria a tradição legislativa e jurisprudencial brasileira, que confia juízo o poder de atuar supletivamente no Processo Penal em matéria de provas, o que é relevante diante de possíveis e eventuais falhas não só da defesa, mas também da acusação. Ela também não encontra paralelo na legislação de diversos países como, por exemplo, na Itália, da França, dos Estados Unidos, cujas leis resguardam o poder de instrução complementar do juiz. Eliminar o poder de instrução complementar do juiz da ação penal gera o risco de transformar o Processo Penal em mera disputa entre acusação e defesa, com a vitória do melhor profissional e com prejuízo da descoberta da verdade e a correta aplicação da penal. A imparcialidade do juiz não é, por outro lado, prejudicada pelo exercício do poder de instrução complementar, tese radical que jamais teve guarida em nossos tribunais, inclusive superiores. Então a AJUFE pondera a nós senadores que possamos melhor refletir sobre este ponto, se o Senador Casagrande não tiver ainda... V. Exa. já recebeu este... Então avalio que, até com respeito a esta entidade que muitas vezes tem colaborado conosco, seria importante ouvir o relator para poder responder a esta observação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Eduardo Suplicy, eu já recebi também a documentação, se não fizemos uma avaliação ainda com detalhe necessário talvez, estamos à disposição da entidade e à sua disposição, a hora que o Presidente Demóstenes pediu para a matéria vir para cá, é para isso mesmo, é para a gente ir verificando se tem alguma necessidade de ajustamento antes de chegar ao Plenário, nós faríamos um ajustamento aqui na comissão. Mas a princípio, a declaração da entidade não procede porque o juiz tem toda liberdade da atuar pedindo diligência, determinando esclarecimento, não tem cerceamento da ação do juiz. De qualquer maneira, nós daremos formalmente uma resposta e se for necessário incorporar alguma modificação, nós estamos à disposição também para que a gente possa fazer o ajustamento. Mas no geral, a preocupação dele já está atendida até pelo art. 162, que permite no parágrafo: será facultado ao juiz, no § 1º do art. 162, antes de proferir a sentença esclarecer dúvidas sobre a prova produzida observado o disposto no art. 4º. Então tem todas as discussões de atuação do juiz naturalmente, até porque o que nós queremos é justiça.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeço a sua resposta, acho que certamente a AJUFE está acompanhando esta sessão e o Presidente Fernando Cesar Baptista de Mattos disse que inclusive encaminhará certamente a V. Exa. possíveis sugestões de aprimoramento da proposição, e então isso deverá acontecer. Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de, inclusive, parabenizar também a exposição do Senador Renato Casagrande, um trabalho importante que é reformular o Código de Processo Penal, são assuntos... inclusive traz inovações importantes, e será da maior importância para que nós debatamos esse assunto aqui, na comissão, e tenhamos um trabalho efetivamente profícuo. Mas eu queria parabenizar o Senador Casagrande pelo trabalho e será um assunto importante para que nós discutamos e aprovemos durante esse primeiro semestre.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa. Eu sugiro, então, que nós tenhamos o seguinte cronograma: eu abro a partir de agora prazo para apresentação de emendas pelos Srs. Senadores até o dia 19, ou seja, uma sexta-feira, se não me engano, dia 19. Obviamente que aí nós teremos uma sessão na próxima quarta, que, se não me engano, será dia 23, pode conferir? Vinte e quatro, será dia 24. No dia 24, o Senador Renato Casagrande apresenta o seu relatório já tendo

apreciado as emendas que foram apresentadas pelos Srs. Senadores. Faz o relatório, se houver algum pedido de vista nós concederemos e aí na semana seguinte nós faremos a votação definitiva e remeteremos para o Plenário. Eu consulto aos Srs. Senadores se concordam, especialmente o relator, se concorda com esse cronograma.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então eu vou tomar a seguinte providência, eu peço à Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça que mande por meio eletrônico e também por impressão gráfica o projeto que está nas mãos do Senador Renato Casagrande, para que os Srs. Senadores possam apresentar até o dia 19 as emendas ao novo Código de Processo Penal, que é o PLS n°. 156, de 2009. Combinado?

Então muito bem. Antes de encerrar a reunião, gostaria de fazer um esclarecimento: eu disse aqui ainda a pouco, que após a conclusão do trabalho realizado por esta comissão para apreciar a reforma administrativa do Senado, eu iria nomear como relator o Senador Francisco Dornelles. Ele está no Rio de Janeiro fazendo um check-up e me ligou agora dizendo que não pode aceitar a incumbência porque é Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas que fez o relatório, o que é bastante ético da parte dele. De sorte que então eu revogo esse despacho que tinha nomeado como relator, e, no período próprio, eu encontrarei um outro relator para que possa apresentar o relatório, enquanto que a comissão continua com as sua atribuições.

Agradeço a V. Exas. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h32.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Geovani Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro e das Senadoras Serys Slhessarenko, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Almeida Lima, Wellington Salgado de Oliveira e a Senadora Ideli Salvatti. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) RECURSO:** Contra decisão do Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador José Sarney, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avalie, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pelo não provimento do recurso. **Observações:** Em 03/02/2010, foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. Em 09/02/2010, foi recebido Voto em Separado do Senador Alvaro Dias, que conclui pelo provimento do Recurso. **Resultado:** Adiado para o dia 24/02/2010. **ITEM 2) Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2009:** Acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória aprendizagem noturna. **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4) Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2004:** Altera a Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências", objetivando alterar a competência jurisdicional permitindo o processamento e julgamento dos litígios decorrentes de multa de trânsito. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 5) Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, DE 2005:** Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com duas

Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 14) Terminativo na CAS – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2005:** Acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que "extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências". **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria: "Ad hoc":** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 15) Terminativo na CCT: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2006:** Estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relator "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Contrário à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Educação, Cultura e Esporte e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 17) Terminativo na CMA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, DE 2007:** Altera o art. 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual. **Autoria:** Senador Gerson Camata. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Favorável à matéria com a Emenda que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 23) Terminativo na CAS – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2009:** Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação de recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento habitacional de filhos do trabalhador que sejam maiores de 21 (vinte e um) anos, tenham vínculo matrimonial ou união estável e não possuam imóvel próprio. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável à matéria com uma Emenda que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 29) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2004:** Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (prevê que a prisão de depositário judicial possa ser decretada no processo de execução). **Autoria:** Deputado Luiz Bittencourt. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 30) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2004:** Acrescenta parágrafo único ao art. 126 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Restringe as hipóteses de extinção do feito sem julgamento do mérito). **Autoria:** Deputado José Roberto Batochio. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria: "Ad hoc":** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 32) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2005:** Altera os arts. 468, 482 e 483 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para configurar o assédio sexual como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho. **Autoria:** Deputada Iara Bernardi. **Relatoria:** Senador Lobão Filho. **Relatório:** Contrário à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 33) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2006:** Acrescenta o art. 521-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (Dispõe sobre a declaração de nulidade em sede de apelação). **Autoria:** Deputado Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 35) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2007:** Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo). **Autoria:** Deputado Nelson Pellegrino. **Relatoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** – Em 02/12/2009 foi concedida vista ao Senador Valdir Raupp, nos termos regimentais; Em 10/02/2010, durante a discussão, o Relator acolhe sugestão do Senador Demóstenes Torres, que passa a constituir Emenda de redação ao Projeto. A matéria será apreciada

também pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy. **ITEM 36) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2008:** Altera o parágrafo único do art. 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Determina o valor da multa sobre o valor da causa quando os embargos forem manifestamente protelatórios). **Autoria:** Deputado Regis de Oliveira. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável à matéria com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. **ITEM 37) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2008:** Dá nova redação ao art. 483 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Sentença proferida por tribunal estrangeiro só terá eficácia se homologada pelo STJ). **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatório:** Favorável à matéria com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. **ITEM 40) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, DE 2005 – Complementar:** Acrescenta Seção à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que "Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências". **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Contrário à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 41) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2009 – Complementar:** Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável à matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 43) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 965, DE 2009:** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso dirigido à Convenção das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo, e outros, pela passagem e comemoração de seu Jubileu de Ouro. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 44) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 1228, DE 2009:** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Deputado Federal e Presidente do PSDB de Goiás, Leonardo Vilela, pelo artigo publicado no jornal O Popular, em 9 de setembro de 2009, sob o título "Leite: na base da pressão". **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 45) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2009:** Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Município de Juruti, no Estado do Pará, e à Alcoa América Latina e Caribe pelo início da fase de Operação da sua mina de Bauxita. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador João Pedro. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 46) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 1312, DE 2009:** Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Confederação Nacional de Municípios – CNM pela atuação na defesa dos interesses dos municípios brasileiros. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi e outros. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 47) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 1317, DE 2009:** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Senhor Elias Celso Galvêas pela publicação do livro China Século XXI, O Despertar do Dragão, impresso pela Reproarte Gráfica. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Almeida Lima. **Relator "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 49) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2009:** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Sr. LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS, presidente do Instituto Teotônio Vilela. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **ITEM 50) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 1511, DE 2009:** Requer, nos termos regimentais, Voto

de Felicitação ao povo paranaense, nas pessoas das autoridades eclesiásticas e do poder público do Estado, por ocasião da Festa do Rocio, na cidade de Paranaguá, em 15 de novembro, ocasião em que é comemorada, anualmente, a Padroeira do Paraná, Nossa Senhora do Rocio. **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010-CCJ –** Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas Audiências Públicas perante esta Douta Comissão com a finalidade de analisar e discutir a constitucionalidade e juridicidade das medidas contidas no Decreto nº 7.037, de 21/12/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convocadas e convidadas para participarem, em reuniões individualizadas, as seguintes autoridades: Convocada: Sra. Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil; Convidados: Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Dr. Ives Gandra Martins, Professor e Jurista. Faz-se necessário, com urgência, o recolhimento de explicações sobre esta decisão do Governo Federal, que poderá trazer grandes inquietações ao setor produtivo rural, à igreja e à imprensa nacional. Autoria: Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e doze minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 3)** PLC Nº 172, DE 2009**; ITEM 6)** PLS Nº 40, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 9, de 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 38 de 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 61, de 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 253, de 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 45, de 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 112, de 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 223, de 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 739, de 2007**; ITEM 7)** PLS Nº 303, DE 2009**; ITEM 8)** PLC Nº 129, DE 2009**; ITEM 9)** PLC Nº 198, DE 2009**; ITEM 10)** PLS Nº 153, DE 2002**; ITEM 11)** PLS Nº 43, DE 2003**; ITEM 12)** PLS Nº 171, DE 2004**; ITEM 13)** PLS Nº 316, DE 2005**; ITEM 16)** PLS Nº 57, DE 2007**; ITEM 18**) PLS Nº 700, DE 2007**; ITEM 19)** PLS Nº 160, DE 2008**; ITEM 20)** PLS Nº 284, DE 2008**; ITEM 21)** PLS Nº 484, DE 2008**; ITEM 22)** PLS Nº 98, DE 2009**; ITEM 24)** PEC Nº 13, DE 2003**; ITEM 25)** PEC Nº 3, DE 2004**; ITEM 26)** PEC Nº 74, DE 2005**; ITEM 27)** PEC Nº 41, DE 2007**; ITEM 28)** PEC Nº 39, DE 2009**; ITEM 31)** PLC Nº 66, DE 2005**; ITEM 34)** PLC Nº 68, DE 2006**; ITEM 38)** PLC Nº 51, DE 2009**; ITEM 39)** PLS Nº 404, DE 2003; **ITEM 42)** RQS Nº 922, DE 2009**; ITEM 48)** RQS Nº 1396, DE 2009 e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 27 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 01 a 50.

"Item 01 da Pauta. Recurso. Contra a decisão do Presidente da Mesa-Diretora do Senado Federal, Senador José Sarney, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avalie, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária. Autoria, Senador Arthur Virgílio. Relatoria, Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pelo não provimento do recurso."

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu tenho conhecimento de que há um voto em separado do Senador Alvaro Dias. Pela ausência do Senador Alvaro Dias, eu acho prudente nós adiarmos a votação dessa matéria, porque ela, evidentemente, tem uma conotação política.

Nós estamos discutindo o fato de o Senador Flávio Arns ter deixado o PT. E, por ser do PT, ele ocupava – quando ele era do PT – ele foi eleito o Presidente da Comissão de Educação. Posteriormente, ainda no exercício do mandato, ele deixou o PT e se transferiu

para o PSDB, motivo pelo qual o PT reivindica a presidência da Comissão de Educação.

V. Exa. deu um parecer favorável a essa pretensão, mas há um voto em separado, e quem apresentou o voto em separado não está presente. Creio que seria prudente adiarmos essa matéria para uma outra oportunidade, Presidente. E estou fazendo esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Veja só, conforme eu disse na reunião anterior, eu tenho um acordo com a bancada do PT, que foi feito justamente com o líder Senador Aloizio Mercadante.

Na última sessão, do ano passado, nós iríamos votar essa matéria. A pedido do Senador Flávio Arns, e com aquiescência do Senador Aloizio Mercadante e a bancada do PT, eu adiei para a primeira semana de fevereiro.

Na semana passada, houve um pedido de vista regimental.

É uma matéria, claro, que vai gerar enorme polêmica, como não poderia deixar de ser, porque o Senador Flávio Arns é uma figura muito querida na Casa, mas nós temos um regimento que precisa ser seguido.

Tem um voto em separado, é verdade, mas o regimento é bem claro: se o autor do voto em separado não estiver presente, o voto em separado não existe, o que não impede que outro seja apresentado ou subscrito por qualquer um dos presentes.

Se nós formos retirar de pauta, como requer V. Exa., por não estar presente o Senador Alvaro Dias, e porque o quorum também não está elevado, eu gostaria de fazer um acordo com todos para que nós não procrastinássemos mais a votação dessa matéria. É uma votação, claro, que pode atingir num cargo um membro querido da Casa, mas também firma uma posição em favor dos partidos políticos.

Eu consultaria o Senador Aloizio Mercadante a esse respeito, e sugeriria que, caso o Senador Aloizio Mercadante concordasse, que nós aqui, todos aqui temos um representante, no mínimo, de cada partido ou de cada bloco, que nós fizéssemos o compromisso inadiável, se for o caso, de realmente encerrarmos essa polêmica.

Eu concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Demóstenes, Senador Osmar Dias, demais senadores.

Nós temos um regimento, um histórico na Casa, que é fundamental para convivência partidária, que respeita ao Princípio da Proporcionalidade.

Todos nós temos, eu tenho um particular apreço pelo Senador Flávio Arns. Tanto apreço que, quando ele decidiu sair do partido, eu combinei com ele, e cumpri rigorosamente, quais as comissões que ele desejava permanecer, e ficou, inclusive em nome da bancada do PT. Ele não foi retirado de todas as comissões. E aquelas que nós tínhamos dificuldade, porque havia expectativa da bancada, e que eu seria, teria que fazer a substituição, e fiz de comum acordo com ele: a Comissão de Educação, e havia mais uma comissão, ele pediu para continuar na CAS, que o PSDB não tinha como substituir. Então nas comissões que ele solicitou, nós fizemos. Apesar do PSDB ser um partido de oposição, nós temos diferenças programáticas, eu achei que era pela convivência que temos, fizemos isso de comum acordo.

Então o afastamento dele na Comissão de Educação foi feito em comum acordo. Não só. Eu imediatamente me pronunciei no partido, que apesar da Lei de Fidelidade Partidária, que nós não representaríamos solicitando o mandato. Eu achava que ele contribuiu historicamente para a vida pública, para o partido, era uma divergência e estava procurando outro caminho político, um outro caminho eleitoral, e era da vida democrática. Então a relação foi totalmente preservada.

No entanto, o cargo de presidência da comissão pertence à bancada. Eu me lembro, Senador Osmar Dias, quando, por exemplo, quiseram ferir o Princípio da Proporcionalidade da composição da Mesa, a reação que ele teve de defesa da sua bancada. E uma reação indignada e legítima, e que nós apoiamos, incondicionalmente, o pleito que ele apresentou, dizendo que aquele cargo na Mesa pertencia à bancada do PDT.

Quando nós tivemos, na Comissão de Relações Exteriores, o PSDB indicou o Presidente, Eduardo Azeredo, e houve uma disputa e foi proposto à base e à nossa bancada que nós apoiássemos um outro candidato para manter a nossa base unida, violando o Princípio da Proporcionalidade, o que é que nós fizemos? Nós não aceitamos esse caminho, "Queremos respeito à proporcionalidade", e perdemos a presidência de uma Comissão de Infraestrutura por isso, por respeito ao Princípio da Proporcionalidade, que é a nossa história desde o período que nós éramos oposição a essa Casa, nunca violamos esse princípio.

Agora, o regimento da Casa, o parecer do Presidente Demóstenes Torres é primoroso. É primoroso o parecer do Senador Demóstenes argumentando que o Regimento do Senado diz, e quando nós remetemos ao Regimento da Câmara dos Deputados, é explícito no Regimento da Casa. Mas não...

Eu, inclusive, descobri mais dois argumentos jurídicos, formais, inquestionáveis: Primeiro a prece-

dência, a Jurisprudência na Casa, que foi o caso do Senador Raimundo Lira, na CAE, que depois foi substituído pelo Senador Severo Gomes. Ele sai do partido, esse debate é feito, a Comissão de Constituição e Justiça e o plenário votam a questão de ordem, e dão ganho de causa ao antigo MDB para a nomeação de um substituto.

Lembro-me aqui o debate que eu tive no bloco de apoio ao governo, quando nós perdemos o Senador Antonio Carlos Magalhães, e foi proposto lançar um nome novo, dizendo que o DEM tinha perdido essa oportunidade. Nós, imediatamente, dissemos que isso não tinha procedência, que o nome que os Democratas indicassem nós manteríamos na presidência da comissão.

E nós temos ainda, Presidente, o art. 26 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. O que diz o art. 26 da Lei Orgânica, que nós votamos, nós, senadores, aprovamos? Diz o seguinte: "perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito". Nós votamos isso para defender a fidelidade partidária, para defender o coletivo. O espaço que nós temos na Casa é o espaço dos votos que o povo nos deu; não pertence a mim, não pertence a outro senador, não pertence a quem quer que seja. Isso é decisão da democracia, por isso que a convivência é possível, pela pluralidade do parlamento, o respeito à proporcionalidade. O art. 26 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos é explícito. Nós discutimos isso aqui, votamos esse princípio para defender a fidelidade, o respeito à legenda.

Então, por tudo isso, essa história, nós já temos muitos meses. Era para ter sido definido no ano passado. Nós aceitamos prorrogar a pedido do Senador Flávio Arns. Conversei com o Senador Arthur Virgílio, o Senador Arthur Virgílio disse que faria a representação; adiou a apresentação da questão de ordem. Nós transferimos. Viemos na sessão, a primeira sessão do ano, foi pedido vista, nós aceitamos. Mas, de fato, Presidente, nós temos que resolver isso – não porque vai para o Plenário, e no Plenário as pessoas vão poder se manifestar.

Nós temos o amparo do Regimento do Senado, que eu acho que remete ao Regimento da Câmara, que é explícita a definição; temos a Lei Orgânica do Partido, que é explícita a definição; e temos, ainda, um caso anterior, que já foi votado em plenário, que formou a Jurisprudência dizendo que pertence; e temos a interpretação da Mesa. Além de V. Exa., que não é propriamente alguém da base do governo, que não tem nada porque defender que não seja os princípios fundamentais da convivência democrática.

Então quero reafirmar o meu irrestrito respeito ao Senador Flávio Arns, ao histórico dele, à contribuição inestimável que ele deu à vida pública, ao direito de ele se afastar da bancada, que é um direito partidário – que nós poderíamos requisitar um mandato e não o fizemos. Os afastamentos das comissões nós fizemos de comum com ele. Tudo que eu fiz, como líder, fiz de comum acordo com ele, e disse a ele: "Esse cargo, Flávio, a bancada te deu, mas é um cargo da bancada". E a bancada tem o direito de ter a sua presidência como os demais partidos aqui têm os seus espaços na Casa. A bancada do PT já perdeu a presidência de uma comissão e nós temos o direito legítimo de ter a nossa presidência na Comissão de Educação, amparado pela Lei Orgânica, pelo Regimento do Senado e pelo Regimento da Câmara.

E eu pediria, portanto, que nós resolvêssemos, mesmo porque isso vai a Plenário ainda, não é terminativo no âmbito da comissão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É terminativo no âmbito da comissão, mas pode haver recurso para o Plenário.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só para justificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu entendo todas as razões que foram aqui expostas pelo Senador Aloizio Mercadante; defendo as mesmas teses, porque também sou eu um cobrador sempre do cumprimento do regimento. Eu nunca apoiei qualquer medida que fosse contrária ao regimento e, por isso mesmo, o que eu estava propondo aqui, o que estou propondo aqui não tem nada a ver com o mérito, com a decisão que vai ser tomada pela comissão, apenas levantei uma questão que pode ser prudente em função de não estar presente aquele que apresentou um voto em separado.

V. Exa. já argumentou que não há necessidade porque o voto em separado não existe se o autor não estiver presente. Se é este o regimento, eu acato o regimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas, de qualquer forma, é o seguinte: eu queria ver com o Senador Aloizio Mercadante justamente isso. O Senador Arthur Virgílio pede a presença, o Senador Alvaro Dias pede a presença e o Senador Flávio Arns também pede para estar presente. Se o Senador Aloizio Mercadante não concordar,

como eu tenho uma palavra dada a ele, eu vou cumprir a palavra e vou colocar em votação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu estava numa reunião da executiva nacional do partido, vim aqui para discutir essa questão, e respeito a decisão que foi tomada.

O Senador Flávio Arns, no final do ano passado, disse que não poderia estar presente, nós adiamos para a primeira reunião. Ele não pôde estar presente, por isso não decidimos na reunião anterior. Transferiu para essa. Hoje novamente. Eu entendo que ele deve ter muitas atribuições e respeito. Não sei o que exatamente aconteceu, mas está previsto com muita anterioridade essa discussão, e vai ao Plenário, ele tem direito ao recurso ao plenário. O que nós não podemos é atravessar de novo, já são meses que essa questão está pendente.

Eu acho que é um direito tão legítimo do nosso partido, que eu gostaria que o senador, inclusive o próprio PSDB, com quem nós fomos parceiros na defesa da proporcionalidade, que nós defendemos, fomos até o fim na defesa da proporcionalidade, também preservasse, que nós eliminássemos isso, inclusive por entendimento da Casa, porque é evidente que é esse o princípio. Acho que todos os senadores sabem. E que respeitassem o Princípio da Proporcionalidade, nós votássemos hoje, e, depois, no Plenário, se for necessário, a gente reabre o debate.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é que o PSDB deve estar reunido para decidir quem vai ser o meu adversário lá no Paraná.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não havendo concordância e não havendo pedido para votação se a matéria deve ser ou não ser retirada de pauta, eu vou colocar então em votação.

Transfiro a presidência ao Senador Jarbas Vasconcelos para eu poder fazer o relatório.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o Senador Demóstenes para relatar a matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Na realidade, eu já fiz o relatório a semana passada. O Senador Flávio Arns mudou de partido. Com a mudança de partido, abriu-se uma questão: ele pode continuar na presidência da Comissão de Educação, embora tenha mudado de partido, uma vez que, proporcionalmente, essa vaga foi destinada ao PT quando da composição das comissões, por exemplo, a nós do DEM foi dada a Comissão de Constituição e Justiça; outro partido, outra vaga; e a Comissão de Educação, o PT, é indicado o Senador Flávio Arns.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ao que eu sei, a Comissão de Constituição e Justiça foi destinada mais a V. Exa. que ao DEM.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

E muito bem, a Mesa-Diretora decidiu a questão, houve uma questão de ordem, e a Mesa-Diretora disse claramente que pertencia ao partido. E mais, diz o art. 79, do nosso Regimento Interno: "No início de cada legislatura, os líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes"; art. 81: "O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir em documento escrito a substituição em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado. § 2º – A substituição de senador que exerça a presidência da comissão – que é o caso – salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada". Então aqui é explícito: o líder pode fazer a substituição, uma vez que o que parlamentar mudou de partido.

Em face disso, e também aplicando subsidiariamente o Regimento Interno da Câmara dos Deputados que diz claramente: "art. 23, Parágrafo Único. O deputado que se desvincular de sua bancada perde, automaticamente, o direito a vaga que ocupava em razão dela, ainda que exerça natureza de cargo eletivo". E, ainda: "Em face do dispositivo expresso da Lei Orgânica dos Partidos Políticos que também diz claramente que o parlamentar que sair do partido perde a representação que tem dentro do Parlamento". E ainda do precedente citado nessa Casa, onde a comissão já decidiu, ou melhor, o Senado já decidiu que nesse caso a vaga pertence ao partido.

Por tudo isso, meu parecer é para que não seja dado provimento ao recurso, e que a presidência deve ser consideradas vaga e o cargo deve ser provido mediante nova eleição, obedecidas as normas regimentais. É esse o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Após o relatório, eu concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias que tem voto em separado a apresentar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente Jarbas Vasconcelos, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Eu redigi, por voto em separado, e faço a seguinte análise:

"Com a devida vênia, não podemos concordar com a conclusão do relatório do ilustre Presidente da comissão.

Efetivamente, o Senador Flávio Arns, em nenhum momento, deixou de pertencer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Desaparecida a sua condição de representante do bloco de apoio ao governo, no mesmo momento ele foi indicado representante do PSDB, na referida comissão, sem qualquer interrupção. Não há, assim, como entender que S. Exa. perdeu o cargo de Presidente daquele colegiado, para o qual foi regularmente eleito, conforme Ata aqui reproduzida.

De acordo com o art. 88, § 6º, combinado com o art. 59, caput do Regimento Interno do Senado Federal, a eleição foi para um mandato de dois anos.

O art. 59 estabelece: os membros da Mesa serão eleitos para mandatos de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente, constituição art. 57, § 4º.

O art. 88, no § 6º diz: ao mandato de Presidente e de vice-Presidente das comissões permanentes e de suas subcomissões, aplica-se o disposto do art. 59.

O disposto invocado para justificar a referida vacância do cargo de Presidente, lido expressamente pelo Presidente da Mesa-Diretora do Senado Federal, consiste no art. 81, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina:

§ 2º – A substituição do senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.

Ora, o dispositivo acima transcrito não disciplina a questão da perda do cargo de presidente de comissão, mas tão somente a substituição como membro da comissão do senador que lá exerce o cargo de Presidente.

Na hipótese em que a substituição ocorre por desligamento do partido, não é necessária a autorização da maioria da respectiva bancada, apenas isso. Daí, no entanto, não se pode concluir que o cargo de Presidente da comissão fica vago.

Certamente é consequência lógica que quando o Presidente de comissão não mais pertence a ela, ele não possa presidi-la. Não é o caso.

Não foi, entretanto, o que ocorreu no caso em tela. O Senador Flávio Arns deixou de integrar a representação do bloco de apoio ao governo na comissão por força do Ofício 145/2009, publicado no Diário do Senado Federal, no dia 10 de outubro, mas passou, em continente, a integrar a representação do PSDB na mesma comissão em razão do Ofício 161, publicado no mesmo Diário. Ambos foram publicados e passaram a produzir efeito jurídico no mesmo momento, ou seja, em nenhum momento o Senador Flávio Arns deixou de pertencer à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não existe sequer violação à proporcionalidade na composição da comissão, na medida em que a vaga que o Senador Flávio Arns ocupava como membro titular no bloco de apoio ao governo passou a ser ocupada por suplente do referido bloco, e, ao mesmo tempo, sua permanência na referida comissão decorre de sua designação pelo PSDB em substituição ao Senador Cícero Lucena.

Assim, não há como se extrair das normas regimentais a conclusão de que o Senador Flávio Arns deve perder o cargo de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para o qual foi eleito, por voto secreto, para mandato de dois anos.

Fazer isso, ao contrário, significaria passar por cima da autonomia da Comissão de Educação, desrespeitando a decisão regimental tomada por aquele colegiado quando elegeu a sua Mesa-Diretora."

Esse é o voto, Sr. Presidente, e estamos votando pelo provimento do recurso com a manutenção do Senador Flávio Arns na presidência da Comissão de Educação e Cultura.

Eu acrescento que atender a este pleito de retirá-lo da presidência trata-se de uma desvalorização do voto. Na democracia, o voto deve ser valorizado. Ele é a essência da competição democrática. O Flávio Arns foi eleito Presidente da Comissão de Educação, e não foi nomeado, pelo PT, Presidente daquela comissão. Ele foi eleito suprapartidariamente. Todos os senadores e senadoras participaram da eleição que conduziu o Flávio Arns à presidência da comissão.

No voto, fica claro que cabe ao partido indicar os membros da comissão, não cabe ao partido impor o Presidente da comissão. Se fosse delegado ao partido eleger o Presidente da comissão, se essa fosse uma

prerrogativa do partido, nós nosso teríamos a deliberação pelo voto de todos os integrantes da comissão.

Parece-me lógico: regimentalmente a tese tem sustentação. E na lógica é inquestionável que quem é eleito é detentor do mandato. E não se pode subtrair o direito adquirido. Adquiriu-se o direito através do voto, não podemos retirar-lhe esse direito de qualquer outra forma a não ser que a legislação determinasse, mas não há determinação legal que imponha a subtração de um direito adquirido pelo voto. É claro o regimento. O regimento apenas está restrito à delegação ao partido para a composição dos seus quadros na comissão. Em nenhum momento, em nenhum momento o regimento diz que cabe ao partido comandar a comissão, a não ser pelo voto de todos os integrantes dessa mesma comissão.

De outro lado, apenas uma palavra que foge às questões legais, regimentais. O Senado sempre foi, tradicionalmente, uma Casa do entendimento, da maturidade política. Aqui não há espaço para o revanchismo, para vinditas, não, para vinganças, de forma alguma. Não se entende que uma pessoa cordial, uma pessoa de educação refinada, como é o Senador Flávio Arns, que vai encerrar o seu mandato exatamente nesse ano de 2010, e que não cogita sequer disputar sua reeleição, pelo que se sabe, seja retirado da presidência de uma comissão à qual se dedica com tanto entusiasmo e competência. Creio que não é uma atitude de cordialidade, não é uma atitude respeitosa, não é um comportamento que corresponda nem mesmo às tradições do Senado Federal. Não fosse Flávio Arns a figura que é, certamente não poderia fazer estas afirmações. É um contemporizador, é um homem do diálogo, do entendimento e que tem uma extraordinária relação de amizade, inclusive, com todos os senadores e senadoras desta Casa.

Eu não usaria desse artifício de argumentação se não houvesse o respaldo legal e regimental, conforme o voto em separado explicita, a meu ver, com muita clareza. É evidente o que Senador Demóstenes Torres tem cultura jurídica, que eu não possuo, o Senador Demóstenes é um dos mais competentes parlamentares que tem experiência na área do Direito, a experiência que eu não tenho, mas a leitura do regimento me oferece a tranquilidade para fazer a defesa da permanência do Senador Flávio Arns na presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. E é esse apelo que eu faço aos nossos pares.

Eu não tenho nenhuma dúvida que a condução dos trabalhos é a mais competente e dedicada possível; que o Senado Federal ganha com a presença de Flávio Arns na presidência desta comissão; ele a engrandece e valoriza a instituição que representamos aqui. Isto recomenda a sua manutenção na presidência da comissão.

Nós não estamos cometendo nenhuma violência ao regimento, nós nosso estamos afrontando a legislação, estamos preservando a tradição do Senado Federal, e, acima de tudo, estamos valorizando essa instituição. Num tempo em que os políticos estão desgastados, Flávio Arns é uma peça rara na prateleira da política nacional. Ele a honra, engrandece e dignifica, e, por essa razão, sou defensor da sua permanência. Sei que aqui não há ninguém que possa, nesse terreno, pelo menos, discordar da tese que estou expondo, mas eu peço também que reflitam sobre a conveniência de interpretar o regimento da forma como nós estamos interpretando, exatamente em benefício do conceito e da respeitabilidade do Senado Federal, que tem somado a favor, Flávio Arns, através da sua conduta ímpar de decência e dignidade. Esse é o apelo que eu faço aos meus colegas senadores e senadoras.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para contraditar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O Senador Alvaro Dias proferiu o seu voto em separado.

A presidência coloca em discussão a matéria. O primeiro inscrito é...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Há uma inscrição e eu concedo a palavra a V. Exa. depois.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não. Estou me inscrevendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O Senador Pedro Simon com a palavra. Está em discussão a matéria.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, em primeiro lugar, se nós formos analisar o debate nessa Casa em torno do regimento, dá para dizer que todo mundo tem razão.

Eu volto a repetir aqui o que eu já disse várias vezes: quando eu cheguei aqui – lá se vão 30 anos – eu pedi para o Brossard, que era senador, que me levasse cópia, ou melhor, do Regimento da Câmara, do Senado e o regimento comum. Na praia, li três vezes: primeira, como leitura; a segunda, com um lápis vermelho e azul eu colocava as interrogações; e a terceira, as conclusões.

O Regimento do Senado foi feito para o Presidente decidir como bem entender. Se o Presidente decidir por arquivar uma matéria, ele diz: “De acordo com artigo tal, arquiva-se a matéria”. Se ele decidir por botar em votação: “De acordo com o artigo tal, bota-se em

votação". Se ele decidir em pedir vista: "Pelo artigo..." O nosso regimento é absolutamente ridículo, porque ele não é sério, ele absolutamente não é sério. Ele é feito para quem está na Mesa fazer o que bem entender, a hora que quiser.

Essa matéria, portanto, eu diria que os dois têm razão. O Senador Mercadante, líder do PT, argumenta, e argumenta com razão, que ele até teve gesto de grandeza com o ex-senador do PT: ele escolheu as comissões, ele ficou nas comissões, e que o cargo lhe pertence, aliás, essa é a decisão do relator Presidente. O Senador Alvaro Dias invoca outra série de razões, que são, realmente, de conteúdo.

Eu quero dizer que eu estou me sentido muito mal, não sei nem como votar nessa matéria. Não sei. Vamos ser sinceros: trata-se de um senador, me desculpem o meu pensamento, excepcional. É um homem de uma dignidade, é um homem de uma correção, é um homem de uma seriedade. Teve um problema, saiu do PT – eu lamento, e eu acho que ele devia ter ficado no PT –, mas isso não altera o que eu penso do Senador Arns.

Pessoas, que nem o Senador Arns, eu tenho um carinho muito grande, que são pessoas que tiveram problema pessoal – e eu que perdi um filho sei o que isso significa –, ele teve um problema pessoal, tem com o seu filho, e, ao invés de ficar magoado, ao invés de ficar revoltado, ele se dedicou a essa causa, à causa da criança excepcional. O seu trabalho, a sua luta, os seus projetos, a intensidade com que ele se dedica a essa coisa é qualquer coisa emocionante. É algo realmente emocionante. Ele e a tia dele, essa senhora que foi uma das mulheres mais extraordinárias que eu conheço; ele e o tio dele, cardeal de São Paulo, que é na igreja católica uma das figuras mais espetaculares que eu conheço, mostram realmente a profundidade, a seriedade e a respeitabilidade.

Eu não se sentiria bem votar para destituir. Eu até acho que se desse para suspender, falar com ele, talvez até conversar, chegar a um entendimento. Ele, então, que peça para sair, seria muito melhor do que nós votarmos aqui a destituição dele. Eu acho que uma tentativa de um conversa com ele, com o Alvaro, com o Senador Mercadante, para sair um entendimento, era melhor do que nós votarmos pura e simplesmente a destituição dele.

Eu me sinto mal. Primeiro lugar: está no final do seu mandato; ele não vai se candidatar a uma nova reeleição. É um homem que sofreu a morte da sua tia agora. Eu não sei, o semblante dele é um semblante triste. Ao longo do tempo eu notei, foi depois que eu fiquei sabendo o problema da questão que ele leva, e a claridade, a competência com que ele enfrenta esse problema.

Eu acho, meu querido Mercadante, que V. Exa. tem toda razão: o cargo é do PT, o PT tem razão, essa coisa toda, mas que dá para gente analisar dá. O apelo que eu faria, pelo menos, é de não votar agora, de, pelo menos, vamos tentar conversar, nem que se for o caso de nós convencermos, se é para votar contra, vamos convencer o Senador Arns que ele renuncie, abra mão da presidência, mas não nós votarmos a destituição. É o apelo que eu faço ao Senador Mercadante, ao Senador Alvaro Dias e, de modo especial, a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Srs. Senadores, diante da proposta do Senador Pedro Simon, de tentar em entendimento com o Senador Flávio Arns e mais Alvaro Dias, autor dos voto em separado, e a figura, também, do nobre líder do PT, Aloizio Mercadante, se houver anuência por parte do Senador Osmar Dias e por parte do Senador Aloizio Mercadante, que todos nós entendemos a sua posição de preservar os direitos da partido, e diante da proposta do Senador Pedro Simon, ficaria para o próximo dia 24, já que para a semana, é uma semana de carnaval, a gente tentasse colocar a matéria em pauta, mas já com um argumento e ele estando presente. O senador concorda?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente Jarbas Vasconcelos, para aprofundar esse debate.

Primeiro, eu acho que todos aqui comungam da avaliação, e eu em particular, de que o Senador Flávio Arns é um grande homem, por quem eu tenho um imenso respeito e uma convivência fraterna e amigável. Acho que ele contribui muito para a vida pública do país. Seguramente continuará contribuindo. As qualidades dele, do diálogo, da convivência, sobretudo dessa dedicação que tem a um tema tão sensível, como as pessoas com deficiência, os valores cristãos que ele expressa, só aumentam o nosso reconhecimento e, eu diria, o apreço que temos pelo mandato, pela história, pelas contribuições que deu. Tanto é assim que quando o Senador Flávio Arns decidiu sair da legenda do PT, eu fui o primeiro a lutar, e convenci o diretório nacional que não havia o menor sentido de o partido requisitar o mandato, porque a Lei Orgânica dos Partidos daria essa possibilidade. Então acho que não era justo que nós fizéssemos isso pela contribuição que ele dá à vida pública do país.

Agora, o lugar que ele ocupava como Presidente da Comissão de Educação não foi pela militância anterior que ele tinha no PSDB. A bancada do PSDB não o indicou para a presidência da Comissão de Educação,

indicou o seu filiado, o seu senador, que era o Senador Eduardo Azeredo, na Comissão de Relações Exteriores. E quero repetir o argumento que nós sustentamos essa indicação: apoiamos a indicação do PSDB, inclusive rompendo com partidos da base, naquela ocasião, para respeitar o princípio da proporcionalidade.

Eu comuniquei ao Senador Flávio Arns que... Ele me solicitou permanecer na Comissão de Assuntos Sociais, que o PSDB não tinha como indicá-lo, eu falei: "Permanece". Duas comissões que ele solicitou, ele permaneceu. Portanto, não houve retaliação, não houve intervenção, a bancada inteira de acordo com isso, ele permaneceu nas comissões, e combinei, inclusive, com o Senador Arthur Virgílio que, aonde nós íamos retirar, o Senador Arthur Virgílio o nomearia. Portanto, o PSDB tinha como preencher para não prejudicar o seu mandato. Então todo esse entendimento foi feito.

No que se refere à presidência da comissão, esse é o lugar que o povo brasileiro deu à legenda do PT. Esse é o nosso espaço, é a única comissão que nós presidimos. Assim como todos os partidos têm as suas comissões, os seus cargos na Mesa, esse é o lugar que nós construímos.

Nós tivemos uma situação semelhante em 1990. O Senador Nelson Carneiro decidiu – está aqui, eu vou disponibilizar para todos – uma decisão cristalina, dizendo o que Senador Raimundo Lira teria que se afastar da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos porque tinha saído do PMDB. O Senador Pedro Simon, provavelmente, estava aqui na época. Ele tinha saído... foi para o PDC, e aí o PMDB reivindicou a presidência, foi feita uma nova eleição e foi eleito o Senador Severo Gomes. Então há Jurisprudência na Casa.

O regimento do Senado diz o seguinte – o Senador Alvaro Dias leu o inciso, mas não leu o parágrafo. O parágrafo diz assim: "a substituição do senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada". Ou seja, quando ele sai do partido, ele perde a presidência. O regimento é explícito.

O Regimento da Câmara é mais explícito. O que é que ele diz? "O deputado que se desvincular da sua bancada perde, automaticamente, o direito à vaga que ocupa em razão dela, ainda que exerça cargo de natureza eletiva." Senador Demóstenes, V. Exa. citou o Regimento da Câmara. Diz assim: "O deputado que se desvincular de sua bancada perde, automaticamente, direito à vaga que ocupa em razão dela, ainda que exerça cargo de natureza eletiva." Portanto é absolutamente contundente a definição.

E eu li aqui a Lei Orgânica dos Partidos. O que é que ela diz? Art. 26 – "Perde, automaticamente, a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito." Então, isso aqui foi aprovado por unanimidade pelos senadores, é uma Jurisprudência firmada no Supremo e no TSE, exatamente para valorizar as bancadas.

Portanto, ainda: "Sob as comissões, na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos ou dos blocos partidários que participassem dessa Casa". Portanto, é explícito no regimento esse direito na Lei Orgânica, na Jurisprudência da Casa.

Eu sugeri ao senador – viu Senador Pedro Simon, sobre a sua proposta –, eu sugeri ao Senador Flávio Arns que ele se afastasse da presidência da Comissão de Educação voluntariamente, como um gesto, também, de reconhecimento a toda essa militância de sete anos que ele teve no nosso partido, à convivência fraterna e ao respeito. No entanto, a Mesa, quando ele foi afastado da comissão e o PSDB o indicou em seguida, a Mesa, imediatamente, o afastou da presidência, e foi essa a questão que o fez, pelo que ele disse, solicitar à bancada do PSDB o encaminhamento da questão de ordem.

Nós aguardamos três meses, viu Senador Pedro Simon, três meses para construir esse entendimento. Todos os prazos foram dados. Eu achei que nós fizemos isso buscando o entendimento. Tudo que nós queríamos era o entendimento. Porque a sugestão que nós tínhamos... A Senadora Fátima Cleide, que faz um trabalho exemplar, todo mundo se relaciona bem, nunca teve chance de ter presidência numa comissão. Era a oportunidade dela: ela é educadora, professora, trabalhou a vida inteira nesse setor, e ela falou: "Olha, eu abri a mão pelo Flávio Arns na bancada". Ela abriu mão. Não teve disputa. Nós falamos: "É o Flávio Arns"...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então. Ela cedeu ao Senador Flávio Arns a presidência por acordo. Não houve disputa com o Flávio Arns, foi por acordo da bancada. E aí nós esperávamos essa reciprocidade.

Esperamos terminar o ano para fazer nesse início de ano, por acordo. Semana passada novamente postergarmos a decisão.

O que eu pondero é que eu acho que a una forma de resolver isso, democraticamente... Isso aqui não é uma avaliação da qualidade do mandato do Senador Flávio Arns, que esta acima dessa discussão. Tão pouco da Senadora Fátima Cleide. Não é uma disputa entre PSDB e PT. É apenas o lugar que cada bancada tem nessa Casa. É só assim que a gente constrói

uma convivência... valorizar o voto do povo. O lugar que nós temos é a voto de todos os senadores da nossa legenda.

Portanto, eu quero terminar, Senador Demóstenes, parabenizando V. Exa. que, mais uma vez, tem o compromisso com a lei, os valores jurídicos, independente de afinidades, das relações pessoais ou partidárias, V. Exa. foi fiel ao que o regimento e a Casa estabelece. Quero agradecer de forma sincera. Só aumenta o nosso apreço, o reconhecimento pelo trabalho, a seriedade com que conduz essa comissão e o seu mandato.

Senador Pedro Simon, todo esforço para gente evitar isso. O próprio senador Arthur Virgílio não queria que isso acontecesse. Acho que todo mundo sabe que o lugar é da bancada do PT, a Casa inteira tem essa avaliação. A Jurisprudência, a Lei Orgânica... Eu não vejo... Se nós pudermos postergar para chegar a um entendimento, não tem porque não postergar. Mas nós não vamos abrir mão do nosso direito, não vamos abrir, porque é um direito da bancada, dos eleitores do PT, do nosso lugar da democracia.

Então, mais uma tentativa. Nós participaremos dessa tentativa. O Senador Pedro Simon conversará com o Senador Flávio Arns, Senador Demóstenes, Senador Jarbas Vasconcelos para convencê-lo, e a bancada do PSDB, que não tem sentido essa disputa, e, caso isso não aconteça, nós manteremos a nossa posição e aguardamos o apoio de todos os senadores da Casa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O Senador Aloizio Mercadante concorda com a proposta formulada pelo Senador Pedro Simon. V. Exa. ainda quer falar?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu quero um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Pois não.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para dizer o seguinte: se o Senador Pedro Simon está em dificuldade para votar, imagina eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Todos, todos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Porque, além do mais, o Senador Flávio Arns é do Paraná. E lá no Paraná tem uma coisa assim: "Ah, o Paraná não tem espaço, não ocupa espaços nem no governo, nem no Senado, e, quando tem, alguém do Paraná vai e vota contra". Eu não posso fazer isso.

Sr. Presidente, eu estou numa situação... É claro que eu não vou falar aquela frase aqui, mas a minha situação é complicada, porque o Senador Flávio Arns, além de todas as qualidades que o Pedro Simon ressaltou, ele é do Paraná, e quem apresentou voto em separado foi o Senador Alvaro Dias, que é meu irmão.

Então, se o Pedro Simon está numa situação difícil, imagine eu. Mas eu estou aqui para votar de acordo com a lei, e votarei de acordo com a lei.

Agora, eu acho que nós temos que suspender essa votação, deixar para o dia 24, e, se até lá, o Senador Flávio Arns fizer um acordo, eu me sentirei muito aliviado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): São duas semanas. A matéria só volta à pauta no dia 24, e permanecendo com o Item 01 da Pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu também abro mão da minha fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, Sr. Presidente da CCJ, Senador Demóstenes Torres, Sras. e Srs. Senadores.

Eu serei muito breve, mas eu quero já expressar o meu sentimento, tendo em vista a complexidade do problema, e também ao fato de praticarmos aqui no Senado uma convivência muito rica, eu me inclino, também, no sentido das colocações feitas pelo Senador Pedro Simon.

Nós devemos buscar sempre, aqui, a possibilidade do entendimento, a possibilidade da composição, porque isso é da arte da política, da política enquanto ciência, em virtude do bem comum. Daí porque eu acho que a proposta que foi apresentada pelo Senador Jarbas Vasconcelos, quase como um desdobramento da sugestão do Senador Pedro Simon, é uma proposta que, a meu ver, atende a todos, porque nos dá um tempo para uma interlocução, para um reflexão sobre o tema, e a partir daí então tomarmos uma decisão. Era o que eu gostaria de manifestar, e esperar que isso efetivamente ocorra.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Encerrada a discussão.

Eu retorno a presidência ao Senador Demóstenes para que dê continuidade aos trabalhos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Primeiro só quero fazer comentário, que gostei da solução. Nós insistimos nessa solução, no início, por quê? Porque todos aqui gostam do Senador Flávio Arns. Então é uma pessoa extraordinária, uma pessoa pura, ninguém tem rusga com

ele, é um caso raro de um parlamentar sem qualquer atrito com o seu colega.

Agora, a pergunta que me foi feita é a seguinte: "A vaga da presidência da Comissão de Educação é do partido ou é do Senador Flávio Arns?" Evidentemente que a vaga é do partido. Agora, se nós pudermos fazer esse entendimento será muito melhor para todos, como todos aqui disseram. Isso é fantástico. Se nós conseguirmos isso, eu acho que nós estaríamos poupando inclusive a nós mesmos, porque é um constrangimento para todos ter que votar contra o Senador Flávio Arns. Ou mais, ter que votar contra o Regimento da Casa. Então as duas situações são horríveis para todos nós.

Então o entendimento articulado pelo Senador Jarbas Vasconcelos e pelo Senador Pedro Simon, com aquiescência do Senador Aloizio Mercadante, o Senador Marco Maciel, me parece realmente ser a melhor solução.

Eu vou transferir a presidência, porque tenho uma reunião, pequena reunião no gabinete do líder, e volto imediatamente.

Nós temos duas matérias terminativas consensuais, os relatores estão presentes.

Em seguida eu retorno. Transfiro a presidência ao Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também precisarei me ausentar para ir à posse, transmissão de posse do Ministro da Justiça, mas queria ponderar: V. Exa. disse que instalaria hoje a Subcomissão da Reforma Administrativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos instalar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se por possível realizá-la até às cinco horas ou, possivelmente, às cinco, de comum acordo entre os membros, porque será o aniversário de 30 anos do PT, e eu vou precisar me ausentar do Senado, à partir das cinco e meia, para estar em São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não sendo durante a Ordem do Dia, qualquer momento que o Presidente Jarbas Vasconcelos pedir, eu farei a sessão.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): ...14h30.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É 14h30? Foi isso.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Aqui. É 14h30 aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será esse o horário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É 14h30. Subcomissão Temporária para Análise do Projeto de Reforma Administrativa da Casa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Sr. Presidente Demóstenes, já foi escolhido o novo relator dessa subcomissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, na subcomissão, o relator, o Presidente indicará.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas o senhor tinha... ou o Presidente já tinha feito a sugestão do Senador Dornelles, que não aceitou.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador Dornelles não aceitou. E aí, depois, posteriormente, nós vamos fazer essa decisão.

Transfiro a presidência ao Senador Jarbas Vasconcelos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Retornamos à Ordem do Dia.

"O Item 02 da Pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009. Terminativo. Acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 97 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória aprendizagem noturna. Autoria, Deputado Celso Russomanno. Relatoria, Senador Valdir Raupp.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte."

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, o projeto é de conhecimento de todas as Sras. e Srs. Senadores. Eu vou fazer um relatório bem sucinto.

> "O tratamento infralegal do tema não é suficiente, entretanto, para garantir a sua efetividade. A inclusão do dispositivo, ora proposto no Código de Trânsito Brasileiro, ao tornar explícita a exigência de aprendizagem noturna, certamente contribuirá para sensibilizar a sociedade e as autoridades no setor para que o tema seja tratado com mais rigor".

O voto. "Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009."

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O voto do relator é pela aprovação da matéria.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, a votação será nominal.

Senadora Serys, Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Saiu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senadora Ideli Salvatti. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Pedro Simon. Senador Almeida Lima. Senador Geovani Borges. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Wellington Salgado. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Demóstenes Torres. Senador Jayme Campos. Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Alvaro Dias. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senadora Lúcia Vânia com o relator. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Osmar Dias.

Chama todos ou só quem vai votar?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Eduardo Azeredo com o relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se eu puder, Sr. Presidente, também voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Augusto Botelho. Senador Inácio Arruda. Senador César Borges. Senador Geraldo Mesquita. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Valdir Raupp já votou. Senador Neuto De Conto. Senador Adelmir Santana. Senador Eduardo Azeredo. Já votou. Senador Marconi Perillo. Senador Marconi Perillo. Senador Marconi Perillo vota com o relator, sim.

A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Jarbas, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Tasso Jereissati com a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, existe um projeto de lei que versa sobre a distribuição, nº 35, que já esteve na pauta no nº 01, inclusive, que tem a ver com o Poder Judiciário, porte de arma para os oficiais de justiça.

Existe uma comissão de cerca de 200 pessoas aqui, e se V. Exa. pudesse inverter a pauta para que essas pessoas que vieram até aqui não perdessem a sua viagem, eu agradeceria. É nº 35.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Tasso, há um projeto só para votação nominal. Eu farei isso e atenderei ao pedido de V. Exa..

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu lhe agradeço, Presidente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Pela ordem, Senadora Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria também de solicitar a inversão de pauta do Projeto de Lei nº 23, projeto esse que eu sou relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Eu farei em seguida ao projeto do Senador Tasso Jereissati.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Muito obrigada.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O Item 05.

Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O Senador Pedro Simon acaba de comunicar que ele gostaria de retirar de pauta o Item nº 40, de que eu sou relator. Eu quero demonstrar a minha concordância e solicitar a V. Exa. que seja retirado de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Solicitação atendida. O Item 40 sairá de pauta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós já votamos o Item 02, o Item 03 é de minha relatoria, na sequência, ele também é terminativo. É sobre questão de Código de Trânsito, também é rápido, acredito que não terá dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Vamos votar o Item 05 da Pauta, que eu já havia anunciado, e vou saber da Mesa e darei o retorno a V. Exa..

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Porque estava na sequência.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): "Item 05. Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005. Terminativo. Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 90, determinando prazo para o registro de desaparecimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações. Autoria, Senador Pedro Simon. Relatoria, Senador Valdir Raupp."

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Muito prazer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que relato esse projeto tão importante de autoria do Senador Pedro Simon.

"O PLS nº 285, de 2006 (sic), não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, o Regimento Interno desta Casa atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por deliberação do Plenário, bem assim, no mérito, entre outros, sobre direito civil, em que se enquadra a matéria (art. 101, incisos I e II, alínea "d").

Nada há a opor quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, tendo em vista competir privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, e ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Os termos da proposição não importam violação de cláusula pétrea, não há vício de iniciativa nem ofensa ao art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto de lei, versado sob essa forma, afigura-se adequado ao alcance dos objetivos pretendidos; a matéria nele tratada inovará o ordenamento jurídico; possui o atributo de generalidade; é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e afigura-se dotado de potencial coercitividade.

No mérito, é oportuno o teor legiferante do PLS 285, de 2005, todavia, o cerne da proposição continua a ser iniciativa tardia da autoridade policial, nos procedimentos investigatórios de desaparecimento de criança ou adolescente, pois qualquer demora do desencadeamento de diligências dessa natureza pode revelar-se vital para a definição dos resultados.

Diante da premência de diligências que o desaparecimento de menores suscita, a previsão contida no art. 265-A, do Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser alterada para determinar a adoção de providências imediatas...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador, Senador Valdir Raupp. Eu pediria ao Plenário... Eu pediria ao Plenário atenção para a leitura do Senador Valdir Raupp, que está relatando uma matéria importante.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eles já estão negociando os próximos...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O cidadão que está aí de costas. Ah, desculpe.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): ...visando a localização. Em consequência, também se impõe alteração da ementa à proposição".

Do voto, Sr. Presidente. "Diante de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005, com apresentação das seguintes emendas:

1º. Dê-se à ementa do PLS 285, de 2005, a seguinte redação:

Acrescenta art. 265-A a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar às autoridades policiais o início imediato das diligências investigatórias para localização de crianças e adolescentes desaparecidos.

2º. Dê-se ao art. 1º do PLS 285, de 2005, a seguinte redação: Art. 1º Acrescente-se ao art. 265-A a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com a seguinte redação:

Art. 265-A. Tão logo tenha conhecimento do desaparecimento, a autoridade policial deverá dar início às diligências investigatórias para localização da criança ou adolescente.

Parágrafo único. As primeiras providências incluirão a comunicação à Polícia Rodoviária Federal, aos portos e aeroportos, e às companhias de transportes, sendo fornecidos os elementos necessários à identificação do desaparecido."

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O voto do relator, Senador Valdir Raupp, é pela aprovação da matéria.

Está aberta a discussão. O senador Romeu Tuma é o primeiro inscrito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, queria cumprimentar o Senador Pedro Simon, porque ele...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Presidente, gostaria de me inscrever.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): ...supre uma lacuna. As autoridades policiais, normalmente, quando a família procura para informar o desaparecimento de uma criança costumam demorar 24 horas ou mais para caracterizar o desaparecimento do sequestro.

Nós tivemos em Luziânia, e sei que tem dois senadores de Goiás aqui, três, que lá estiveram. O senador Marconi Perillo reformulou a sua polícia, e, hoje, ela tem um trabalho eficiente na apuração dos crimes. E o Senador Demóstenes foi seu secretário de segurança. E lá, Luziânia, nós sabemos... o Senador Marconi Perillo lá esteve conosco e sabe das dificuldades que estão sendo encontradas para investigar.

E eu acho que suprimindo essa, Senador Pedro Simon, suprimindo essa dificuldade e, imediatamente, iniciar a investigação, nós vamos ter uma resposta mais rápida, porque não se perde no tempo a possibilidade de dados importantes que alguém possa fornecer.

Então eu cumprimento V. Exa. pelo relatório e o Senador Marconi Perillo pela reformulação da polícia. E o secretário nos explicou realmente o que vem acontecendo e a linha de investigação sobre os desaparecidos em Luziânia. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar o Senador Pedro Simon pela oportunidade do seu projeto. Este, sem dúvida nenhuma, é um dos grandes projetos que estamos votando nesta comissão, e extremamente oportuno.

Como colocou aí o Senador Romeu Tuma, no Estado de Goiás, nós estamos angustiados há cerca de dois meses pelo desaparecimento de cerca de sete crianças em Luziânia. E acredito que essa iniciativa de permitir com que essas diligências sejam imediatamente postas em prática, após o desaparecimento das crianças, vai favorecer, sem dúvida nenhuma, um bom desfecho das investigações.

Portanto, quero cumprimentar o Senador Valdir Raupp, o Senador Simon pela oportunidade deste projeto. E, sem dúvida nenhuma, diante do fato que envolve as crianças no Estado de Goiás, o nosso estado se sente gratificado com um projeto dessa natureza.

Portanto, receba, Senador Pedro Simon, como sempre, a sua atuação é sempre uma atuação objetiva, uma atuação que merece destaque nesta Casa pela oportunidade com que V. Exa. trata os temas que aqui são trazidos. Portanto, eu quero agradecer e cumprimentar o Senador Pedro Simon e o Senador Valdir Raupp, relator dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra os nobre senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, esse projeto, de iniciativa do ilustre e respeitado Senador Pedro Simon, chega à apreciação dessa comissão em uma hora muito oportuna, à medida que nós, em Goiás, estamos há cerca de dois meses vivendo uma grande angustia em função do desaparecimento de algumas crianças aqui no município de Luziânia, na região do entorno de Brasília.

Esta região, Sr. Presidente, conta com aproximadamente um milhão de habitantes, é a região mais densamente povoada do nosso estado e aqui da Região Centro-Oeste. E carece de equipamentos sociais, carece de uma porção de recurso na área de infraestrutura. E é uma região que também passa por momentos de dificuldade em relação à própria área de segurança pública.

Eu fui, recentemente, acompanhado de deputados, ex-auxiliares dessa área de segurança, conver-

sar com as mães, conversar com o prefeito, com as autoridades policiais, e percebi que há uma determinação, uma vontade política muito grande no sentido de elucidação desse caso.

Eu confio muito na polícia do meu estado. Procurei apoiá-la, tanto Polícia Civil, quanto militar, bombeiros, durante todo o período em que estive à frente do governo do estado, não só apoiá-la, mas, também, reestruturá-la.

Eu agradeço aqui as palavras do Senador Romeu Tuma em relação à reestruturação que foi iniciada por mim, pelo Senador Demóstenes, quando nosso Secretário de Segurança Pública, que teve sequência na condução dos secretários que substituíram o Senador Demóstenes.

De modo que esse projeto do Senador Pedro Simon vem de encontro a esse problema, a essa angustia que estamos atravessando em Luziânia, e poderá significar uma solução preventiva para que outros episódios dessa natureza não ocorram mais no Brasil.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Jarbas Vasconcelos, posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, Sras. e Srs. Senadores.

Eu gostaria de me juntar a tantos outros que já se manifestaram, apoiando o projeto de autoria do nobre Senador Pedro Simon, que foi aqui relatado pelo Senador Valdir Raupp. Realmente é uma proposição não somente muito bem construída, mas como também extremamente oportuna em virtude de fatos que aqui acabam de ser relatados.

Eu desejo, portanto cumprimentar o ilustre Senador Pedro Simon pela autoria da proposição, pela sensibilidade social que ele, mais uma vez, demonstra, e fazer votos de continuado êxito em sua ação legiferante que tem sido muito útil para o país e suas instituições. Portanto, meus cumprimentos ao Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Encerrada a discussão. A matéria irá à votação. A votação é nominal.

Senador Eduardo Suplicy. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Eduardo Suplicy vota sim. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Pedro Simon. É o autor, não é? Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente. Favorável, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Eduardo Azeredo. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Favorável. Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, se for possível eu gostaria de pedir inversão de pauta para o Item 08.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Item 08.

"Item nº 35, Senador Tasso Jereissati, da Pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007. Não terminativo. Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo. Autoria, Deputado Nelson Pellegrino. Relatoria, Senador Tasso Jereissati.

A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional."

O Senador Valdir Raupp já havia manifestado um pedido de vista, a matéria volta à pauta. V. Exa. tem algum voto em separado?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Qual que é esse projeto, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): É o Item 35.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não, eu já retirei. Eu já pedi a retirada de vista. Pode seguir normal o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para seu relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"Trata-se de Projeto de Lei da Câmara nº 30...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Tasso, V. Exa. já relatou a matéria, é, apenas, agora, considerações. A matéria já foi relatada.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nos resta, então, colocar que não havendo nenhuma consideração a fazer, não havendo nenhum óbice do Senador Raupp, do pedido de vistas, peço apenas, então, que V. Exa. coloque em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Encerrada a discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra os Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela complexidade dessa matéria e em respeito ao nobre relator, eu gostaria de fazer a leitura de um texto que me foi entregue pela assessoria do governo.

"O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 30, de 2007 pretende ampliar o rol de agentes públicos que são autorizados a portar arma de fogo.

O projeto visa alterar art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, incluindo os seguintes agentes: 1º. Técnicos da Receita Federal, perícia médica da Previdência Social, auditoria tributária dos estados e do Distrito Federal, oficiais de justiça, avaliadores do Poder Judiciário da União e dos estados e defensores públicos.

Além disso, outra importante mudança é alteração dos § 1º da lei, excluindo a possibilidade de os públicos de portarem arma de fogo de propriedade particular, restringindo porte a armas fornecidas pela instituição ou corporação.

Atualmente o rol de agentes é mais restrito, entretanto é permitido aos agentes portarem arma de fogo fornecida pela instituição, corporação ou de propriedade particular.

O PLC nº 30 também concluiu o § 2º que estabelece que as condições de uso e termo de duração da autorização para porte de arma serão estabelecidas em regulamento.

Qual é a posição do governo? É contrária ao projeto. Por quê? Porque a ampliação sem precedentes que o PLC gerará, se aprovado, no rol de agentes públicos autorizados a portar arma de fogo, desvirtua o cerne do Estatuto do Desarmamento, que é a Lei nº 10.826, de 2003.

Estender o porte de armas a categorias profissionais que não estão ligadas a órgãos que lidam com segurança vai de encontro à finalidade para qual o estatuto foi criado. O corpo primordial do Estatuto do Desarmamento foi diminuir a oferta de arma de fogo em circulação no país, estabelecendo normas rígidas para o porte."

O Senador Valdir Raupp emitiu parecer favorável, a opinião favorável à aprovação do projeto. Lembro ao nobre Senador Valdir Raupp que foi a luta aqui desencadeada no Senado pelo Senador Renan Calheiros, líder do PMDB, que terminou pela aprovação do Estatuto do Desarmamento. Inclusive, houve um referendo nacional para aprovação desta matéria.

"A utilização de arma de fogo é algo que exige perícia e treinamento, devendo sua autorização ser restringida, ao máximo, aos profissionais que foram treinados para tanto.

Por esse motivo, inclusive, o estatuto define em seu art. 4º que o interessado em adquirir arma de fogo deverá comprovar aptidão psicológica e capacidade técnica para o seu manuseio.

As mudanças ao estatuto são bem vindas, sempre que seu aprimoramento possa contribuir com a redução dos índices de violência."

Então, Sr. Presidente, é a opinião do Ministério da Justiça, do governo, que defende abertamente a manutenção do Estatuto do Desarmamento, que foi,

inclusive, objeto de apreciação da comunidade brasileira. Mas se a comissão resolver o contrário, temos que atender a vontade da maioria. Esta é a opinião do governo a respeito de matéria tão importante que estamos a discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O Senador Antonio Carlos Valadares pediu a palavra e externou a posição do governo . Com a palavra...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Só queria fazer um esclarecimento, Sr. Presidente, que eu não sou relator da matéria, tinha pedido vista.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu disse apenas que V. Exa. deu a sua opinião. O relator não é V. Exa., é o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Porque o pedido de vista é justamente para ver se chega num entendimento, num acordo que possa fazer um... E aí esgotou prazo, então eu pedi a retirada da...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu só quis lembrar que V. Exa. é favorável. V. Exa. é favorável com o projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o Senador Marconi Perillo e, em seguida, V. Exa., Senador Romeu Tuma. O Senador Marconi havia pedido primeiro. O Senador Marconi Perillo desiste da sua fala?

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sr. Senador Tasso Jereissati.

Eu, realmente, é muito difícil a concessão de arma de fogo para generalizar o seu uso. Mas o Senador Tasso Jereissati, ele toma cautela de expor as razões que levaram ao seu relatório de concessão a determinadas atividades que, muitas vezes, enfrentam o inimigo sem nenhum tipo de proteção. E fala, claramente, no seu relatório que a defasagem de policiais para acompanhar diligências, por exemplo, de fiscais do trabalho ou fiscais de renda ou de outra atividade, sem proteção, são sujeitos a uma agressão que poderá levar à morte, que já há vários exemplos nesse sentido.

De forma que eu também fui o relator dessa matéria, e tomei o cuidado, porque todos nós... Eu não uso arma porque ela tem que ter o princípio de só fazer uso quem vai ter a iniciativa da operação.

Agora, aqueles que estão em trabalho de que pode correr um perigo, não tem proteção policial, que dê conta. Não é inconveniente que, depois de um treinamento na própria Academia de Polícia, eles venham a portar as armas.

Então eu sou favorável à descrição clara e objetiva que o Senador Tasso Jereissati traz a cada uma das profissões que foram descritas por ele, que pesquisou junto aos seus funcionários o porquê da necessidade do uso de arma.

Eu não sei se o senador quer algum outro esclarecimento. Eu acho que o governo tem razão de se cautelar com respeito ao uso de armas, mas tem profissões que nós temos que facilitar a dignidade da função e a expectativa da iniciativa de se proteger.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, na realidade, o meu pedido de fala não é para discussão disso, era um questão de ordem. Eu posso esperar o término da discussão para depois me manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra... V. Exa. pediu... Senador Marconi Perillo, que estava inscrito.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jarbas Vasconcelos, eu gostaria de manifestar a minha posição favorável ao relatório do Senador Tasso Jereissati e a esse projeto, porque, observando o conteúdo do relatório, muito bem elaborado, muito bem consubstanciado, eu concluo que a permissão de porte de arma a integrantes dessas carreiras, que trabalham enfrentando um risco muito grande, enfrentando quadrilhas, bandidos, justifica a obtenção desse porte de arma.

São carreiras de auditoria fiscal do trabalho – nós já assistimos vários auditores do trabalho serem assassinados por quadrilhas –, auditores de perícia médica da Previdência Social, auditoria tributário dos estados e do DF, bem como oficiais de justiça, avaliadores do Poder Judiciário da União e dos estados e os defensores públicos.

Eu não tenho dúvida de que esses homens e mulheres, que ocupam estas carreiras de estado, precisam se defender, e o porte de arma é um instrumento legítimo para que eles possam agir na defesa do interesse público. Por esta razão, o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Jarbas, Sras. e Srs. Senadores.

Eu quero apenas fazer uma observação em relação a esta matéria. Ela é muito importante, na medida em que, através desse projeto, nós estamos dando segurança a essa gama de pessoas.

Todavia, Senador Romeu Tuma, vale observar também de que, lamentavelmente, já tem alguns segmentos de servidores públicos desse país que se pode

portar arma e, muitas vezes, extrapolam a sua autoridade, naquilo que diz respeito à sua atividade.

Por exemplo, os agentes fiscais do IBAMA, eles têm a prerrogativa de porte de arma, e alguns até de grosso, pesados calibres. E essas pessoas, Senador Jarbas, muitas vezes não estão preparados para o porte, tendo em vista que são pessoas até desqualificadas para o exercício do cargo que usam.

E eu tenho acompanhado, com muita tristeza, essas pessoas portando arma e usando deste poder da sua autoridade. Muitas vezes o poder de polícia nada mais é do que quando propõe aqui que esses fiscais possam usar o seu porte de arma, mas dentro daquilo que certamente pode dar segurança pessoal. Não para fazer o uso pessoal para, quando, muitas vezes, a polícia usa para combater bandidos que estão nessas ruas desse imenso país, e, muitas vezes, é obrigado a uso dessas armas letal.

Entretanto, é bom observar que quando um projeto desse se propõe aqui, nós temos que ter a consciência de que estamos dando uma arma de fogo para esse cidadão, e, muitas vezes, ele não tem nem o treinamento suficiente para o uso e, muitas vezes, alguns não têm nem capacidade psicológica e, muitas vezes, personalidade para que ele possa, naturalmente, fazer uso dessas armas, mas, muitas vezes, letal.

É essa a minha consideração que eu faço aos senadores aqui que já fizeram com o uso da palavra.

Muito obrigado, Senador Jarbas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o último inscrito, Senador ACM Júnior, e, posteriormente, Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu também quero aqui apoiar o relatório do Senador Tasso Jereissati, porque, embora venha conferir porte de armas aos agentes públicos, houve critério, houve cuidado, houve cautela na maneira como o Senador Tasso, digamos, colocou no relatório, defendendo o projeto, porque, na verdade, esses agentes precisam de se defenderem.

Então, portanto, eu acho que o projeto é meritório, e o Senador Tasso, inclusive, esclarece aqui no relatório as situações onde esse porte de arma pode ser usado. Portanto, eu vou votar a favor do projeto do relatório do Senador Tasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o senador e relator, Senador Tasso Jereissati, para suas considerações finais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Presidente, na verdade, infelizmente, com razão, V. Exa., por um mal entendido, eu não pude ler aqui a íntegra do relatório que explica uma porção dessas circunstâncias, como a levantada aqui pelo Senador Jayme Campos. Porque, na verdade, tinha sido dado por lido pelo Senador Demóstenes, em sessão anterior, mas eu não tinha tido a oportunidade de ler, e não farei agora. Apenas vou dizer que todas essas circunstâncias aí levantadas estão previstas nesse relatório em que as armas, no caso, serão distribuídas pelas instituições, pelo organismo, especificamente àquelas pessoas que tivessem um treinamento necessário e estivessem incorrendo em funções que estivessem sendo ameaçadas ou correndo algum risco de vida.

Aqui, eu tenho, e relatados pelas lideranças dos órgãos que têm aqui, inúmeros casos de assassinatos e ameaças físicas e constrangimentos físicos, sofridos por esses agentes públicos que, constantemente, estão em confronto, estão diante de situações de perigo como essa. Não é simplesmente que qualquer oficial de justiça, qualquer médico legista compra a sua arma e sai por aí. Não é isso que se está falando aqui. Está... São as armas que pertencem à instituição, distribuídas a pessoas que terão treinamento prévio, sob controle de instituição, para essas circunstâncias comuns a essas carreiras em que essas pessoas tenham ameaça de vida, como acontece com alguma frequência.

Queria dizer, inclusive, também, só lembrar o Senador Valadares, que eu acho que a posição, que esse projeto vem de um deputado do PT, Nelson Pellegrino, aprovado na Câmara Federal, com aprovação do PT e do governo, uma coisa com controle. Eu fui um dos maiores defensores do Estatuto do Desarmamento aqui, continuo sendo, mas trata-se de situações específicas e que determinam a qualidade da vida e o risco de vida de agentes públicos importantes. Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Senador Suplicy, e, em seguida, Presidente, falarei. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, sei que o projeto é do Deputado Nelson Pellegrino, do Partido dos Trabalhadores, da Bahia.

E como o Senador Tasso Jereissati, eu também foi entusiasta do Estatuto do Desarmamento. Avalio que devemos minimizar ao máximo a utilização de armas. E é neste espírito, com todo respeito ao pró-

prio Deputado Nelson Pellegrino, as ponderações do Senador Tasso Jereissati, mas, uma vez que o próprio governo – é a palavra do órgão responsável, que é o Ministério da Justiça – avalia que o projeto poderia diminuir os propósitos do Estatuto do Desarmamento, e, sendo eu, desde menino, uma pessoa que sempre ouviu a recomendação de não utilização de abras, eu nunca em minha vida utilizei armas, eu, em que pese ter havido estes acidentes ou assassinatos, até com respeito a pessoas dessa profissão, mas eu imagino que os benefícios do desarmamento são de tal ordem que eu prefiro votar contrariamente, com todo respeito pela opinião dos demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu tenho certeza que esta matéria, pelas opiniões que nós estamos colhendo na comissão, vai ser aprovada. Entretanto, eu gostaria de propor ao nobre relator, quem sabe, uma mudança de redação ao § 1º do art. 1º do projeto. O que é que diz o § 1º? Que as pessoas autorizadas a usar arma de fogo poderão usá-la mesmo fora do serviço, mesmo fora do serviço.

Então, vamos dizer que eu sou um perito médico, aí eu resolvo tomar uma cervejinha, no restaurante, levo a arma do serviço, e pode acontecer uma briga, pode acontecer uma altercação qualquer. Olha aí, a arma sendo utilizada fora do serviço contra o cidadão que porta a arma e contra o cidadão que pode ser alvo de uma agressão.

Então, eu proponho, até para proteger o detentor do porte de arma, que nós tiremos essa expressão "mesmo fora do serviço". É uma mudança de redação. Mesmo porque eu sou favorável à proteção de todos aqueles que detêm funções perigosas na sociedade, como é o oficial de justiça, o perito criminal, o auditor tributário; todos eles são vítimas de ameaça. E acredito até no seguinte: que quando um oficial de justiça se sente ameaçado numa determinada área onde ele vai atuar, hoje, ele pode requisitar a força policial, como pode... "Ah, mas ele não vai, naturalmente, pedir a força policial", e se pedir a dificuldade será maior ainda para ceder a força policial em sua proteção.

Então esta lei, ela tem as suas vantagens e suas desvantagens, pode proteger ou desproteger o cidadão portador de arma, conforme a lei determinar ou regulamento.

A minha proposta, Sr. Presidente, para conciliar ao nobre Senador Tasso Jereissati, que se dedicou ao estudo...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Vamos ouvir o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): ...e aprofundou, eu queria fazer essa proposta de retirar essa expressão que que a arma seja usada até fora do serviço. Acho isso inconcebível, incoerente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Jarbas, eu acho que eu tenho um pouco de dúvida, para ser sincero, em função de que boa parte dos assassinatos desses agentes não é feito durante o serviço, é uma vingança realizada, é uma ameaça na casa, é ameaça aos filhos, é esse tipo de constrangimento.

O Senador Valadares argumenta, com razão, que, tecnicamente, em casos como esse, esses agentes podem pedir a proteção policial, quando se sentem ameaçados e etc. Mas o problema é que a grande queixa desses agentes todos é que eles não são atendidos porque não existe dispositivo suficiente para... Não tem estrutura para fazer certo tipo de atendimento. Essa é a queixa dos agentes, de todos os médicos peritos, etc. Que se tivessem essa proteção policial, o seu problema estaria resolvido. O problema é que a maioria das policiais não tem contingente, não tem estrutura necessária para fazer esse serviço. E por isso é a dúvida, e eu queria colocar de volta. Eu sou pelo desarmamento total. Aqui, defendi, nessa Casa, o total desarmamento. A posse de arma para ninguém, raríssimos os casos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Infelizmente a nossa sociedade é violenta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas infelizmente...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A nossa sociedade é violenta, infelizmente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E, infelizmente, também eu tenho que atender ao pleito dessas instituições que sofrem dia a dia, e diante, como V. Exa. falou, da realidade que nós temos. Se eles tivessem uma proteção policial imediata quando fosse à casa de suas famílias, etc., esse problema não estaria sendo sequer discutido aqui. Então eu, novamente, eu coloco essa questão aqui em discussão...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E a exclusão dessa expressão "mesmo fora do serviço". O que acha V. Exa.? É uma mudança de redação só.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se ele está em diligência, teria que voltar ao serviço para devolver a arma. Vai ter a responsabilidade criminal do mau uso

do porte de arma. Então ele vai ter que responder se amanhã houver um uso indevido. É que é difícil o senhor... Às vezes a diligência demora...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O policial militar não pode usar fora do serviço a sua arma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele pode sair com a arma. Ele é fiscalizado sob treinamento...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tirar um porte específico para usar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Policial, propriamente dito, tem um treinamento permanente, então é correto que a arma é instrumento de trabalho. Agora o que está se discutindo são aquelas atividades que provavelmente ninguém goste de arma, mas sente a necessidade por não ter uma estrutura de defesa.

Agora quando ele está armado, vai a uma diligência, às vezes passa a madrugada, como é que ele vai voltar para devolver? Então ele tem a responsabilidade da usar quando necessária, e responderá criminalmente se ele fizer uso indevido na arma. Então é difícil a gente controlar a devolução da arma depois de uma diligência.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Romeu Tuma, eu acredito o seguinte: que essa licenciosidade a alguém que não tem o devido treinamento, já não tem o devido treinamento, como tem um militar, para portar arma, e sai com ela para qualquer lugar, mesmo fora de serviço, não deixa de ser uma licenciosidade que não é permitida nem ao policial militar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Leva para casa, mas não pode usar fora do serviço, não pode usar fora do serviço, a não ser que ele tenha o porte particular de arma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele tem uma responsabilidade 24 horas...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim, mas é um militar. E um militar não tem direito, por que um civil tem esse direito de fora do serviço?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Fora do serviço, não pode.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Claro, para a sua casa, como o oficial de justiça, o perito criminal poderá levar para casa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou falando é num dia de domingo.

Senador Romeu Tuma, V. Exa. é um homem da segurança pública, conhece mais do que todos nós. Num dia de domingo, um cidadão, fora do serviço, porta arma e vai para qualquer lugar com ela?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, espera aí. Eu não...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está aqui: mesmo fora do serviço. Você acha isso justo?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas quando a extensão da caminhada, porque usar arma para poder passear, ir numa festa, num piquenique...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): ...sugestão, põe a sugestão mesmo fora do serviço, mas em decorrências dele. Pronto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em decorrências dele.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já fica do jeito assim: mesmo fora do serviço, mas em decorrência dele. Emenda de redação que não volta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Estou de acordo com sua proposta, senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está perfeito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já amenizou, mas não resolveu.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Resolve.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Vota contra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu concordo com a proposta sempre brilhante do Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Encerrada a discussão. A matéria vai à votação.

A alteração proposta pelo senador...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): ...emenda de redação proposta pelo Senador Demóstenes Torres. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

Está votando, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está de acordo com a modificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Aprovado por unanimidade.

Devolvo a presidência ao Senador Demóstenes Torres.

[troca de presidência]

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Meu querido Presidente, eu queria apenas confirmar se o Senador Marconi Perillo pediu para retirar de pauta o Item 08?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pediu.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Porque ele afeta diretamente o importante projeto da Deputada Nice Lobão, que também legisla sobre esse tema. Portanto, eu iria pedir vista, mas já que ele retirou de pauta, então... Ah, ótimo.

Então eu pediria, sem prejuízo dos meus pares, se fosse possível, a inversão de pauta do Item 32, que é não terminativo, e é de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inverto a pauta, e votaremos, nesse instante, o Item 23, que já foi deferida a inversão.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes, nós temos aqui também já pronto, com apoio de todos os partidos, o Item 17, que nós poderíamos aproveitar para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E, em seguida, o Item 17, conforme...

"Item 23, página 354. Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2009. Terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 90, para permitir a liberação de recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento habitacional de filhos do trabalhador que sejam maiores de 21 anos, tendo vínculo matrimonial ou união estável e não possuindo imóvel próprio. Autoria, Senador Jarbas Vasconcelos. Relatoria, Senadora Lúcia Vânia."

Concedidos a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores.

> "O Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2009, de autoria do eminente Senador Jarbas Vasconcelos, acrescenta o seguinte parágrafo ao art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:
>
> Art. 21. O trabalhador poderá... § 21...
>
> Art. 20, § 21 – O trabalhador poderá movimentar a conta vinculada nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII para a aquisição de imóvel para descendente de primeiro grau, desde que este não seja proprietário ou promitente comprador de imóvel, que seja maior de 21 anos e que tenho vínculo matrimonial ou comprovada união estável, ainda que o titular já tenha usado sua conta para a aquisição de imóvel próprio ou para outro descendente de primeiro grau.
>
> O art. 2º do projeto constitui a cláusula de vigência.
>
> Em sua justificação, o autor da proposta argumenta que o FGTS é patrimônio do trabalhador e sua utilização deve ser em prol, acima de tudo, do interesse do trabalhador, pois a principal razão para a criação do Fundo foi a constituição de uma poupança para o trabalhador, a despeito da possibilidade de se usar os recursos do Fundo para financiar investimentos.
>
> A matéria foi despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.
>
> Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.
>
> A matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o caput do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa de deputados e senadores, estando em conformidade com as normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, exceção feita ao disposto no art. 2 (sic), § 2º, alínea 'd', que exige a indicação da alteração ao final do artigo alterado com a expressão, e art. 11, inciso II, alínea 'f', que exige a indicação por extenso das referências feitas a números, pelo que propomos a apresentação da emenda de redação nesse sentido.
>
> No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura sem falhas, portanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade, se afigura dotado de potencial coercitividade e se revela compatível com os princípios diretores do sistema do direto pátrio".

Voto. "Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado 375, de 2009, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 1º do PLS 375, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 90, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

§ 21. O trabalhador poderá movimentar a conta vinculada nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII para aquisição de imóvel para descendente de primeiro grau, desde que este não seja proprietário ou promitente comprador de imóvel, que seja maior de 21 anos e que tenha vínculo matrimonial ou comprovada união estável, ainda que o titular já tenha usado sua conta para aquisição do imóvel próprio ou para outro descendente de primeiro grau."

É esse o relatório, Sr. Presidente. E quero aqui cumprimentar o Senador Jarbas Vasconcelos pela oportunidade deste projeto. É um projeto que tem um cunho social abrangente, importante, e que vem sanar uma das grandes deficiências do fundo.

Eu acredito que, hoje, nós temos um problema grave de políticas públicas para a juventude, e acredito que este é um passo adequado para que a gente possa ajudar aqueles que estão iniciando na sua vida cidadã, na sua vida de chefe de família.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

Eu gostaria de fazer um comentário. Esse é um projeto redondinho, que nós chamamos. Qual a visão do Senador Jarbas Vasconcelos e da Senadora Lúcia Vânia? Uma pessoa já tem um imóvel, e não tem nenhum outro compromisso, e tem um Fundo de Garantia, pode usar o Fundo de Garantia para dar o dinheiro para o seu filho, ou seja, para o descendente de primeiro grau, que seja maior de 21 anos, que esteja casado ou amancebado, esteja numa união estável, a fim de que ele possa adquirir o seu imóvel próprio, não tendo ele outro imóvel. Então, realmente, é um projeto louvável, merece os parabéns o senador e a Senadora Lúcia Vânia, pelo relato brilhante que acaba de fazer.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordaram queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 32 da Pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): No que diz respeito ao projeto sobre a questão da utilização da armas, eu havia me pronunciado contrariamente, mas notei depois, fui alertado agora, na hora que o Presidente pediu a votação, eu deixei de registrar que votei contra. Mas, então, quero que seja registrado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Consigno o voto de V. Exa. em contrário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu pediria a V. Exa., ouvir do Plenário, nós pudéssemos depois de discutido esses projetos que já foi anunciado...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Depois votaremos o Item 17, solicitado pelo Senador Tasso Jereissati.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E eu solicitaria o 21, que é de minha relatoria também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, tem acordo para votar o 20 também, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É 21 e 20. Vamos votar. Tem uma lista aqui que... Consensuais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, o 20 está nela.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O 21 e 20 estão na lista?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque a gente não segue a ordem então, Sr. Presidente, se estão todos acordados? Rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos analisar aqui e faremos.

> "Item 32, página 496. Altera os arts. 468, 482 e 483 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 43, para configurar o assedio sexual como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho. Autoria, Deputada Iara Bernardi. Relatoria, Senador Lobão Filho."

Matéria não terminativa, que será concluída na Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Lobão Filho para proferir o relatório.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): "Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, para configurar o assédio sexual como justa causa para rescisão do contrato de trabalho".

Análise. "Não há, no que tange à admissibilidade da matéria, quaisquer óbices de natureza constitucional. Abrangido pelo direito do trabalho, o assédio sexual

insere-se na competência privativa da União para legislar, nos termos do art. 22, da Constituição.

É notória a discriminação, tanto de ordem econômica, como funcional, que a mulher sofre no local de trabalho.

Importante, entretanto, distinguirmos as duas hipóteses de assédio sexual que podem ocorrer no ambiente de trabalho. O assédio pode ser tanto sexual, como moral. O assédio sexual é definido pela legislação penal, introduzido pela Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, que inseriu o art. 216 no Código Penal Brasileiro, tipificando como assédio sexual.

Portanto, o assédio sexual já é punido em nossa legislação penal com bastante vigor. Preocupa-nos o fato de a reparação de ordem trabalhista fazer sucumbir a pretensão punitiva para o ilícito, com a mera reparação moral de natureza trabalhista, que a nosso ver inviabiliza a reparação civil pela mesma motivação.

Ressalte-se, sob este ângulo, que está inserida na responsabilidade civil por fato próprio, previstas no arts. 186 e 187 do Código Civil, a prática do assédio, que ocorre pela ação voluntária do empregador. Também, temos a responsabilidade civil pelo fato de outrem, consoante prevê o art. 932, do mesmo diploma legal. Trata-se da responsabilidade do empregador pelos atos dos empregados, serviçais e prepostos quando agem no exercício do trabalho que lhes competir ou por ocasião dele.

A prática discriminatória, independentemente de previsão legal, enseja à mulher requerer a nulidade da dispensa, com pedido de reintegração ao seu cargo de trabalho, com pagamento dos salários ou remuneração em dobro do período do afastamento, tomando-se por analogia o previsto na Lei 9.029.

Também terá as vítimas o direito de optar pela resolução contratual, por culpa do empregador, nos termos do art. 483 da CLT. Acrescenta-se, ainda, que o causador do dano, que pode ser colega de trabalho, chefe, gerente, etc., pode ser dispensado por justa causa, ficando caracterizada a falta grave, nos termos do art. 482 da CLT, por mau procedimento.

Em face de todas essas considerações, não vejo como razoável disciplinar a matéria em mais um diploma legal, tornando controversa a aplicação de inúmeras normas jurídicas que versam sobre o tema, o que possibilita que as demandas judiciais se eternizem, facilitando a impunidade.

O voto é: em face do exposto, opinando pela admissibilidade e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 106."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o relatório que seguirá, em seguida, para a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inversão de pauta e, ao mesmo tempo, não se trata nem de uma inversão, mas de uma inclusão de pauta para este momento, e apreciação dos colegas, um requerimento de convocação e convite para alguns personagens, e convocação para um demais, para um convidado...

Então gostaria de ler o requerimento neste momento.

> "Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas Audiências Públicas, perante essa douta comissão, com a finalidade de analisar e discutir a constitucionalidade e juridicidade das medidas contidas no Decreto nº 7.037, de 21/12/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convocadas e convidadas para participarem em reuniões individualizadas as seguintes autoridades:
>
> Convocada: Sra. Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil;
>
> Convidados: Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal e Dr. Ives Gandra, professor e jurista.
>
> Faz-se necessário, com urgência, o recolhimento de explicações sobre essa decisão do Governo, que poderá trazer grandes inquietações ao setor produtivo rural, à imprensa brasileira, à igreja, aos militares, enfim a toda a sociedade brasileira que se interessa em debater um assunto da maior importância que foi amplamente discutido e divulgado na imprensa nacional. Coloco à disposição dos colegas senadores e senadoras."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

Pela ordem V. Exa..

Lembrando que um de cada bloco tem direito à palavra por três minutos.

V. Exa. quer usar a palavra ou quer usar pela ordem?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu quero usar para discutir, Sr. Presidente, usar a palavra para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Abro para V. Exa. pelo bloco de apoio ao governo. A palavra por três minutos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu queria ponderar a nobre Senadora Kátia Abreu, nós já aprovamos outros requerimentos, nesse mesmo sentido, em outras comissões, inclusive agora a pouco na Comissão de Ciências, Tecnologia e Comunicações, retirando a Ministra Dilma por se tratar de que esse projeto não foi elaborado na Casa Civil e, sim, no Ministério da Justiça. Então que se convide o Ministro Vannuchi para que possa dar esse esclarecimento. Eu queria, da mesma forma que foi acordado nas outras comissões, que a gente pudesse fazer aqui nessa comissão também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. quer trocar ou V. Exa. quer acrescentar?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Lá foi trocado a Ministra Dilma pelo Ministro Franklin Martins, da comunicação social.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. aceita, Senadora Kátia Abreu, o requerimento?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Sr. Presidente. Sinto muito, mas não é possível a substituição. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão...

Não, não, V. Exa. faz parte do mesmo bloco e o regimento é claro. V. Exa. não faz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque só pode ser um por bloco, e V. Exa. faz parte do mesmo bloco, não?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então V. Exa. tem a palavra por três minutos, se não fizer parte do bloco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, a Senadora Kátia Abreu tem a iniciativa normal de pedir que sejam aqui esclarecidos os aspectos jurídicos do Plano Nacional de Direitos Humanos, mas, ao apresentar os nomes para debater, ao lado de eminentes juristas como Ives Gandra Martins, como o Presidente Gilmar Mendes, eu gostaria de propor à Senadora Kátia Abreu que convide então a pessoa responsável pela área jurídica que justamente é o novo Ministro Luiz Paulo Barreto, da Justiça, que foi empossado na manhã de hoje em substituição ao Ministro Tarso Genro. Porque aqui formular o convite à Ministra Dilma Rousseff para tratar os jurídicos, conforme o requerimento dela, me parece que não seria o apropriado, seria como que convidar o Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, para falar dos aspectos do Ministério da Saúde.

Então, é a proposição, a ponderação que faço, sugerindo que ela possa considerar a presença do Ministro de Justiça, que assim teremos a oportunidade, inclusive, de melhor conhecê-lo. É a ponderação que eu faço, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Sugestão não acatada, Srs. Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, pela ordem, defiro a palavra a V. Exa.. Pela ordem.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem. Eu estou com uma dúvida técnica na comissão. A assessoria está me comunicando de que não há limitação de um parlamentar por bloco para se manifestar na discussão. E, não havendo essa proibição, eu gostaria de me manifestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O requerimento é um parlamentar por bloco.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A assessoria está se baseando num artigo do regimento e o Presidente está se baseando no outro artigo do regimento. Os dois têm razão. O regimento cabe qualquer coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Bom, mas como nós estamos numa democracia, eu acho que devia prevalecer o direito de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quem tem direito de usar ainda a palavra é o PTB e o PDT. Se algum dos dois quiserem usar a palavra.

Não havendo mais quem queira discutir...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero como líder, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como líder, não pode ser utilizado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A qualquer momento da sessão. Isso nunca aconteceu na Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, aconteceu.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente Demóstenes, nunca aconteceu nessa comissão cercear o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas nós não estamos cerceando o debate, não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos, nesta Casa, tendo uma atitude de liberdade de expressão, de estimular a reflexão. Apresentar o requerimento a uma e trinta e ainda não permitir o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela questão de ordem, art. 14. "O senador poderá fazer uso da palavra".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então V. Exa. peça questão de ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estou colocando a questão de ordem. Art. 14, inciso II.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, eu não deferi a palavra a V. Exa.. V. Exa. quer formular a questão de ordem?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estou apresentando a questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então peça. V. Exa. não pode tomar a minha palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Também está no regimento...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pedi pela ordem, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, questão de ordem. Deferido. Apresente os artigos, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): "Art. 14, capítulo 5º, do uso da palavra".

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): "Art. 14. O senador poderá fazer uso da palavra. Se líder, uma vez por sessão."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, não estou indeferindo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Absolutamente permitido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. usou hoje umas 40 vezes a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não como líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas esse nós estamos em discussão. Eu defiro a palavra para V. Exa. como líder após.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quando V. Exa. quiser falar...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quero discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não neste momento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nesse momento, Presidente Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nesse momento, nós estamos em discussão de um requerimento e que o regimento da Casa é claro: em matéria de requerimento, só pode haver, só pode usar a palavra um por bloco.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Inciso III, do art. 14. Um minutinho.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu peço que coloque em votação o nosso requerimento, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Inciso III, do art. 14. "Na discussão de qualquer proposição, uma só vez, por dez minutos." Está escrito no inciso III, no mesmo art. 14. "Na discussão de qualquer proposição", o requerimento é uma proposição, "qualquer proposição, uma só vez, por dez minutos".

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou deixar claro a V. Exa.. Pegue o art. 310, Parágrafo Único. "O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar." O Senador Eduardo Suplicy já usou a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Encaminhamento, eu estou aqui utilizando, na condição de líder, o art. 14, inciso III. "Na discussão de qualquer proposição, uma só vez, por dez minutos."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas não é o caso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que é mais democrático, mais civilizado, e tem sido a práticas nessa comissão, nessa Casa, que os líderes falam sempre. O Senador Arthur Virgílio

tem demonstrado isso em toda a história, o Senador José Agripino...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu darei a palavra a V. Exa. como líder.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos criar um precedente grave, porque agora cassar a palavra de um líder para tentar acelerar uma votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não é verdade. Eu estou dizendo a V. Exa., V. Exa. terá a palavra como líder se pedir. Agora, nós estamos no meio de uma discussão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas é para discutir a proposição. É o inciso III, do art. 14. Mais explícito que isso, Presidente. Está escrito: "Na discussão de qualquer proposição, uma só vez, por dez minutos". Isso aqui é uma proposição, eu tenho direito de falar como líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não é verdade. Existe um artigo específico, esse é um genérico.

O artigo específico é em direito e derruba o genérico. O art. 310 é claro. Parágrafo único: "O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar."

Se houver alguém do PTB ou do PDT que queira utilizar da palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu insisto, o senador José Agripino é líder há sete anos, nunca aconteceu...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a votação do nosso requerimento, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): ...em nenhuma comissão...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tem sempre a primeira vez.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): ...o que pode acontecer agora: cercear a palavra de um líder, quando pede a palavra como líder, para debater uma proposição. Eu estou citando o artigo que me dá esse direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse é um artigo genérico, existe um específico.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não é genérico, é o artigo que diz o uso da palavra, é o que me dá amparo ao uso da palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): De qualquer forma encerro a discussão. Em votação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu quero o direito da palavra. Eu citei a questão de ordem, V. Exa. não pode indeferir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu indefiro entendendo que V. Exa. não tem direito de usar, no caso de requerimento.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu recorro ao plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode recorrer.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estou recorrendo ao Plenário da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Em votação. Aqueles que concordam com o Senador Mercadante permaneçam como se encontram, caso contrário, se manifeste.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho, Sr. Presidente, que os dois têm razão. O regimento acolhe os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Rejeitado o entendimento de V. Exa..

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não, não, quero votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nominal. Com o Senador Mercadante, sim. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então vota não. V. Exa.?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Não. Não. Não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que os dois têm razão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Abstém.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim. Sim. Tasso?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Não. Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Lobão Filho

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria saber a votação nominal por bloco, inclusive para saber, porque V. Exa... É por bloco que faz, para saber se são suplentes ou se são efetivos e titulares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não há nenhum acúmulo na votação. Então a votação, V. Exa. perdeu por nove "não", e três "sim".

Em votação o Requerimento. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado com os votos contrários de Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Aloizio Mercadante, Valdir Raupp, Pedro Simon, Lobão Filho e Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quantos? Vamos contar.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eles não têm nove. Quantos eles têm na comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sete a seis. Então o requerimento da Senadora Kátia Abreu foi aprovado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sete a sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sete não...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O Presidente desempata. Marconi Perillo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não, já foi votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi votado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi sete a sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aguarde um instante.

Já houve a votação. Vamos conferir, vamos lá.

Não, calma. Já foi votado, fica tranquilo que nós temos aqui o resultado nas mãos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. anunciou sete a seis.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foram contados sete votos contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Calma, vamos conferir. O Senador Aloizio Mercadante votou não. O Senador Eduardo Suplicy votou não. O Senador Antonio Carlos Valadares votou não. O Senador Pedro Simon votou não. O senador se absteve.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. se absteve?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, o Senador Pedro Simon se absteve.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como votou V. Exa.?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Se absteve, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi no requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ele disse que os dois têm razão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Na verdade, o meu voto, eu disse que os dois têm razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então se absteve. Senador Francisco Dornelles votou não. O Senador Edison Lobão Filho votou não. O Senador Valdir Raupp votou não.

Quantos votos não?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sete votaram não.

Vamos contar quantos votos sim. Senador Efraim Morais votou sim. Senador Marco Maciel votou sim. Senadora Kátia Abreu votou sim. Senador Agripino Maia votou sim. Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior votou sim. Senador Flexa Ribeiro votou sim. Senador Adelmir Santana votou sim. Senador Jarbas Vasconcelos votou sim. Senador Tasso Jereissati votou sim.

Calma que o resultado vai ser proclamado. Nove votos sim, sete votos não. O requerimento está aprovado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos encaminhar recurso ao Plenário pelo desrespeito ao regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A votação foi anunciada, foi modificada; não foi feito o voto nominal como foi solicitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi feito voto nominal.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É uma aberração o que aconteceu hoje nessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não houve aberração alguma.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aberração, aberração. Um atropelo do regimento, uma manobra que eu acho que não precisaria acontecer no âmbito do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Opinião de V. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos recorrer ao Plenário, e não reconhecemos essa votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Opinião de V. Exa..

Item 17, página 283. Projeto de Lei do senador 438, de 2007. Altera o art. 41 da Lei 8.443, de 16 de julho de 92, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual."

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estamos nos retirando da comissão em protesto pela forma como a Mesa conduziu esse processo. O bloco de sustentação ao governo se retira em obstrução à forma como foi conduzida.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): ..."Autoria, Senador Gerson Camata. Relatoria, Senador Tasso Jereissati.

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa."

Concedo a palavra ao ilustre Senador Tasso Jereissati para proferir o relatório.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Presidente, Srs. Senadores.

> "Vem ao exame dessa comissão o Projeto de Lei do Senado nº 438, de autoria do Senador Camata, que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, para atribuir àquela Corte as seguintes competências:
>
> **a**) fiscalização de todos os atos praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição e não apenas aqueles de que resulte receita ou despesa;
>
> **b**) realização de auditoria operacional em cada agência reguladora, com o fim de avaliar o desempenho de entidade e de seus diretores, encaminhando a decisão e inteiro teor do processo ao Senado Federal até o dia 31 de maio de cada exercício".

Análise. "Cabe a essa comissão, de acordo com o art. 101, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

O projeto não apresenta vício de iniciativa.

Mas quanto à constitucionalidade material, cabe lembrar que a competência constitucional do TCU para fiscalizar as agências reguladoras consideradas autarquias em regime especial, decorre do dever de auxílio ao Congresso Nacional.

Dessa forma, somos a favor com as seguintes emendas:

> **a**) suprime a nova redação proposta ao art. 41 que inclui entre as atribuições...
>
> **SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):** Muito bem, senador. Silêncio, por favor.
>
> **SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):** Obrigado. Está ótimo.
>
> ...do TCU a fiscalização de todos os atos praticados pelos responsáveis – tem remédio para garganta aí? – a sua jurisdição, e não aqueles que importem receita ou despesa, restabelecendo a redação original da lei;
>
> **b**) mantém a previsão de auditorias operacionais anuais sobre as agências reguladoras, mas limita essa atividade à avaliação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; e
>
> **c**) determina o envio dos processos de auditoria operacional das agências reguladoras a ambas as Casas do Congresso Nacional, pois, pelo sistema constitucional vigente, o controle externo do Poder Executivo constitui atribuição tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal.

Quanto à técnica legislativa, o projeto atende às disposições da Lei Complementar nº 95, de 98, que dispõe sobre a elaboração, redação e alteração das leis.

Embora o projeto siga para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, por se tratar de matéria de competência da União, esta comissão também é competente para proferir o parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 101, § 2º, do Regimento desta Casa.

Desta forma, a proposição é acolhida com as emendas".

Voto. "Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto no mérito e na sua aprovação, nos termos da seguinte emenda:

A emenda, art. 5º (sic) – realizar auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em cada agência reguladora, encaminhando a decisão e o inteiro teor do processo a ambas as Casas do Congresso Nacional até 31 de maio de cada exercício."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Se-

nadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): itens...e 48 são projetos de consenso, é voto de aplauso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Voto de aplauso a gente faz depois. Vamos votar as matérias mais importantes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. não está votando o que é consenso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Faremos. Vamos votar as matérias mais importantes.

"Item 40. Também são as matérias consensuais. Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2005. Complementar. Acrescenta Seção à Lei 4.595, de 31 de dezembro de 64, que 'Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências'."

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, de acordo com o Senador Pedro Simon, nós já havíamos pedido a retirada de pauta desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Retiro de pauta a pedido de V. Exa..

"Item 15, página 247. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006. Terminativo na CCT. Estabelece punições para as violações e as diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a corresponsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos. Autoria, Senador Cristovam Buarque. Relatoria, Senador Antonio Carlos Valadares."

Concedo a palavra ao ilustre Senador Marco Maciel, a quem nomeio relator ad hoc para que possa proferir o relatório. Página 247, Item 15. Com a palavra V. Exa..

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O Projeto de Lei que me cabe relatar, como relator ad hoc, nº 78, de 2006, do Senador Cristovam Buarque, "estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a corresponsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos".

O relatório, Sr. Presidente, é o seguinte:

Depois de analisar a proposição gostaria, Sr. Presidente, de "destacar, inicialmente, que cabe a esta comissão análise desse projeto, tendo em vista o disposto no art. 101, inciso II, alínea 'd', do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, é preciso asseverar que a preocupação do Brasil com seres humanos envolvidos em experiência cientifica é antiga. A normatização é feita através da Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, que cuida das 'Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos'.

Essa Resolução nº 196, de 1996, fundamenta-se nos principais documentos internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos: o Código de Nuremberg (1947) – após a Segunda Grande Guerra Mundial, como todos nós sabemos –, a Declaração dos Direitos do Homem (1948) – que se realizou em Paris, em Versaille –, a Declaração de Helsinki (1964 e suas versões posteriores de 1975, 83 e 1989), além disso, do Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro, em 1992), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para as Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos, em 1991.

Cumpre, Sr. Presidente, as disposições da Constituição da República Federativa, de 1988, e da legislação brasileira correlata: Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Saúde, Lei 8.142 (relativa à participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde), decreto que dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde, decreto que dispõe sobre coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no Brasil e decreto que dispõe sobre a retirada de tecidos, órgãos e outras partes do corpo humano com fins humanitários e científicos, e Lei 8.501 (utilização de cadáver), e Lei 8.974 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismo geneticamente modificados), e Lei 9.279, de 96, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e outras."

A Declaração de Helsinki que foi durante muito tempo um país que conservou a neutralidade por se encontrar muito próximo à Rússia, no tempo de Guerra Fria, por ser vizinho da Rússia, "a Declaração de Helsinki declara:

É missão do médico resguardar a saúde do povo. Seu conhecimento e sua consciência são dedicados ao cumprimento dessa missão. Porque é essencialmente importante que os resultados de experiência de laboratório sejam aplicados aos seres humanos para incremento do conhecimento científico e para ajudar a humanidade que sofre, a Associação Médica Mundial preparou as seguintes recomendações, como um guia de todo médico que trabalha na pesquisa científica. É preciso acentuar que os padrões, como apresentados, são somente um guia para os médicos de todo o mundo. Os médicos não são isentos das responsabilidades criminais, civis e éticas de seus próprios países.

Apreciando a justificação do projeto, entendemos que o ilustre autor, Senador Cristovam Buarque, não objetivou criar obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa sobre ou em seres humanos em nosso país. Sua preocupação é a de defender o ser humano de excessos ou absurdos cometidos na utilização de meios científicos.

Entretanto, percebemos que as atribuições da Conep, constantes dos arts. 4º, 5º e 7º do projeto, mostram-se inconstitucionais, por colidirem com o previsto no art. 61, item II, e art. 84, inciso VI, da Constituição Federal, haja vista que não é competência de membro do Poder Legislativo iniciar processo legislativo sobre órgão vinculado ao Poder Executivo.

Saliente-se, ademais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que a definição proposta para a infração administrativa, como consta do art. 6º, mostra-se extremamente ampla, imprecisa, ferindo o princípio da legalidade.

O crime definido no art. 8º é de mera conduta, na forma dolosa, ou seja, para que se consuma basta que a pesquisa seja realizada em desacordo com o termo de consentimento ou protocolo aprovado. É dispensável, portanto, a ocorrência de qualquer prejuízo ou exposição a perigo de saúde aos participantes. Mantida essa ideia de criminalizar o simples desvio em relação ao protocolo ou termo de procedimento, poderá haver um efeito negativo na realização de pesquisas, levando-as para marginalidade.

A hipótese do tipo penal previsto no caput do art. 9º constitui-se em uma modalidade de lesão corporal, com a mesma pena constante do art. 129 do Código Penal – como todos nós sabemos é aquele que dispõe sobre lesão corporal. Nos casos dos incisos I e II do parágrafo do referido art. 9º, as penas foram reduzidas, drasticamente, em relação ao disposto nos §§ 1º ao 3º do citado do art. 129 do Código Penal, que já cuidam de lesão corporal de natureza grave e morte da vítima, ferindo o princípio da proporcionalidade.

Entendemos, portanto, que os casos da criminalização referidos no projeto são alcançados pelos crimes de lesão corporal e exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo direto e iminente, tipificados nos arts. 109 e 132 do Código Penal, do CP.

O nosso voto, portanto, opina, por conseguinte, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006", embora reconhecendo os louváveis propósitos do autor da proposição, que foi o senador, por Brasília, o nobre colega que tomou a iniciativa, o Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

"Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005. Página 240. Terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 97, que 'extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências'. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro, a quem nomeio relator ad hoc para proferir o relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores.

V. Exa. já leu a ementa do projeto, eu vou diretamente ao voto.

"Somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, com as seguintes emendas:

Emenda CCJ.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 1º da Lei 9.506, de 30 de outubro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 10, 11 e 12:

Art. 1º:

§ 10 – Será negada a aposentadoria prevista no § 6º ao parlamentar que, estando submetido a processo que vise ou que possa levar à perda de mandato por ato ou omissão envolvendo recursos públicos, apresente renúncia.

§ 11 – Será cassada a aposentadoria concedida pelo Instituto de Previdência dos Congressistas ao ex-parlamentar que venha ser condenado definitivamente por ato ou omissão lesivos ao Erário, cometidos durante o mandato.

§ 12. É assegurada ao ex-parlamentar, nos casos previstos nos §§ 10 e 11, a contagem do tempo de con-

tribuição do Instituto de Previdência dos Congressistas para o Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Emenda CCJ.

Dê-se e a ementa do Projeto de Lei do Senado 329, de 2005, a seguinte redação:

Altera a Lei 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria, pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), de parlamentar que tenha perdido o mandato de acordo com o art. 55 da Constituição Federal por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas dizer que eu sou favorável, como autor, e acho que o relator foi muito feliz, porque especificou com mais clareza essa questão. Acho que com a proposta apresentada pelo relator, a matéria está perfeita.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa.. Encerrada a discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu só queria, também, manifestar ser favorável ao projeto de iniciativa do Senador Pedro Simon, convalidada pelo relator.

E agradeceria, Sr. Presidente, se, tendo em conta que agora o quorum é muito baixo, que possamos, então, encerrar a reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer. Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Senador Eduardo Suplicy, nós temos aqui uma série de matérias consensuais, acordada com o governo, e, muitos, inclusive, votos de aplauso. Nós poderíamos prosseguir na sessão, uma vez que não há nenhuma matéria polêmica, para que nós possamos encerrar essa pauta, caso haja aquiescência de V. Exa..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, infelizmente, diante do episódio havido, e inclusive com a ausência de todos os senadores da base da governo, que, conforme V. Exa. pôde testemunhar, saímos em circunstância por discordar do procedimento aqui havido, então, neste caso de hoje, eu vou pedir respeitosamente a V. Exa. que não se considere o entendimento que normalmente tenha corrido. Não fosse por essa circunstância, eu estaria de acordo, mas por causa disto, e porque houve uma saída de todos...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. está pedindo verificação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu peço verificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu peço a três senadores que concordem com o Senador Suplicy que apóiem a posição dele.

Como não há ninguém apoiando a posição de V. Exa., prosseguimos para votação matéria consensuais.

Um. Pronto. Faltam mais dois.

> "Item 29. Página 473. Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005. Não terminativo. Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 73, que institui o Código de Processo Civil (prevê que a prisão de depositário judicial possa ser decretada no processo de execução). Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Raimundo Colombo."

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, a quem nomeio relator ad hoc para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"O Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2004, tem por escopo acrescentar o art. 666-A ao Código de Processo Civil, para autorizar a decretação da prisão do depositário judicial no próprio processo em que se constituiu o encargo, independentemente da propositura de ação do depósito.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência regimental para opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas.

No mérito, porém, o projeto revela a colisão da proposta com o disposto no art. 5º, inciso LXVII da Constituição Federal, que só excepciona a prisão civil por dívida nos casos de depositário infiel. Portanto, a decretação da prisão civil por dívida deve apoiar-se em dois fatores: tratar-se de depositário e, nessa condição, tornar-se infiel.

Quanto à técnica legislativa empregada na proposição, falta clareza à ementa, o que desatende à regra ditada no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição.

A proposta incorre também em outra falha de ordem técnica, ao endereçar o art. 666-A em sequência ao dispositivo que trata da penhora, distante do ambiente processual que disciplina a prisão do depositário infiel.

Porém, o ponto mais importante é inconstitucionalidade que foi identificada no PLC 67, de 2004, do art. 5º, inciso LXII, da Carta.

Então, ora, em função disso, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2004."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A matéria encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

> "Item 30, página 480. Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2004. Acrescenta parágrafo único ao art. 126 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73 – Código de Processo Civil. (Restringe as hipóteses de extinção do feito em julgamento de mérito). Autoria, Deputado José Roberto Batochio. Relatoria, Senador Raimundo Colombo."

Concedo a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro, a quem nomeio relator ad hoc para proferir o relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Demóstenes Torres e Srs. Senadores.

A ementa do projeto V. Exa. já fez a leitura, e vou fazer a leitura de uma parte da análise que diz que:

"A iniciativa atende os requisitos do arts. 22, inciso I, e 48 da Constituição Federal, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para se manifestar sobre matéria, pertencente ao direito processual civil, conforme dispõe o art. 101, incisos I e II, da alínea 'd', do Regimento.

No mérito, não há conexão entre o art. 126 do Código de Processo Civil, ao qual se endereça a proposição, e o art. 267 do mesmo Código."

O voto, Sr. Presidente, por esses motivos e por outros motivos que estão aqui de conhecimento dos demais senadores, é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

"Item 33, página 505. Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2006. Acrescenta o art. 521-A a Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73 – Código de Processo Civil (Dispõe sobre a declaração de nulidade em sede de apelação). Autoria, Deputado Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria, Senador Raimundo Colombo."

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, a quem nomeio relator ad hoc para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, o projeto em questão não apresenta vício de regimentalidade nem de constitucionalidade, porém ele falha na técnica legislativa e é vulnerável quanto à juridicidade. Portanto, o voto é pela rejeição do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado o Parecer.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral de Mesa para as providências cabíveis.

"Item 26, página 350. Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2008. Altera o Parágrafo Único do art. 538 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73 – Código de Processo Civil. (Determina o valor da multa sobre o valor da causa quando os embargos forem manifestamente protelatórios). Autoria, Deputado Regis de Oliveira. Relatoria, Senador Raimundo Colombo."

Concedo a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro, a quem nomeio relator ad hoc para proferir o relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Demóstenes Torres, novamente a ementa já foi lida por V. Exa..

Com relação à análise.

> "A iniciativa atende os requisitos dos arts. 22, inciso I, e 48, da Constituição Federal, competindo à CCJ se manifestar sobre a matéria.
>
> Com relação à técnica legislativa também está de acordo com as exigências da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98.
>
> Com relação à juridicidade, revela que a proposição é dotada de generalidade e está de acordo com os princípios gerais de direito, possui potencial de coercitividade, contendo todos os atributos capazes de inovar a ordem jurídica.

E quanto ao mérito, verifica-se que a matéria é consentânea com os objetivos almejados pela proposição em apreço.

O voto, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2008, a seguinte redação:

Altera o Parágrafo Único do art. 538 do Código de Processo Civil, a fim de aumentar multa pela oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que conformam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral de Mesa para as providências cabíveis.

"Item 37, página 537. Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008. Dá nova redação ao art. 483 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 73, que institui o Código de Processo Civil. (Sentença proferida por tribunal estrangeiro só terá eficácia se homologada pelo Superior Tribunal da Justiça). Autoria, Deputado Carlos Bezerra. Relatoria, Senador Raimundo Colombo."

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, a quem nomeio relator ad hoc para proferir o relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"O projeto entende aos requisitos de constitucionalidade, técnica legislativa e juridicidade.

No mérito, resta-nos constatar que há inquestionável necessidade da adequar o teor do art. 483 do Código de Processo Civil ao texto da Constituição Federal, tanto no seu caput quanto no seu Parágrafo Único, tendo em vista que a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, efetivamente transferiu ao Superior Tribunal de Justiça a competência para homologar as sentenças estrangeiras, tarefa de que até então competia ao Supremo Tribunal Federal, tornando, assim, a redação do referido dispositivo do Código de Processo Civil dissonante da modificação operada no âmbito constitucional.

Ante do exposto, votamos pela aprovação do projeto, com uma emenda de redação."

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral de Mesa para as providências cabíveis.

"Item 41, página 575. Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2009. Complementar. Não terminativo. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí. Autoria, Senador Romero Jucá. Relatoria, Senador Arthur Virgílio.

A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo."

Concedo a palavra ao ilustre Senador Flexa Ribeiro, a quem nomeio relator ad hoc para proferir o relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Demóstenes Torres, Srs. Senadores.

O projeto do Senador Romero Jucá, ele propõe "a criação da Região Integrada de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí e também instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí". É um projeto muito importante, de interesse do Estado de Roraima, que o senador Jucá aqui representa.

O voto do senador Arthur Virgílio, Presidente Demóstenes Torres, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2009, complementar nos termos do art. 133, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordaram queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Proponho a V. Exas. que os votos de aplauso que aqui se encontram sejam votados em bloco.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, acho uma boa providência, se não houver impedimento regimental.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem é que vocês não querem aplaudir?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vou ler as ementas para que os senhores concordem ou não.

"Item 46, página 606. Requerimento 1312, de 2009. Requerem, nos termos do art.

222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Confederação Nacional de Municípios – CNM pela atuação na defesa dos interesses dos municípios brasileiros. Autoria, Senador Sérgio Zambiasi e outros. Relatoria, Senador Flexa Ribeiro."

Eu acho que esse aqui não tem qualquer problema.

"Item 44, página 595. Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplausos ao Deputado Federal e Presidente de PSDB de Goiás, Leonardo Vilela, pelo artigo publicado no jornal O Popular, de 09 de setembro de 2009, sob o título 'Leite: na base da pressão'. Autoria, Senador Marconi Perillo. Relatoria, Senadora Kátia Abreu."

Acho que não tem qualquer problema também.

"Item 45, página 600. Requerimento nº 1273, de 2009. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Município de Juruti, no Estado do Pará, e à Alcoa América Latina e Caribe pelo início da fase de operação de sua mina de bauxita. Autoria, Senador Flexa Ribeiro. Relatoria, Senador João Pedro."

Também não vejo problema em votar em bloco.

"Item 47, página 612. Requerimento 1317, de 2009. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Sr. Elias Celso Galvêas pela publicação do livro China Século XXI, O Despertar do Dragão, impresso pela Reproarte Gráfica. Autoria, Senador Marconi Perillo. Relatoria, Senador Almeida Lima."

Também não vejo problema.

"Item 49. Requerimento nº 1428, de 2009. Página 624. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Sr. Luiz Paulo Vellozo Lucas, presidente do Instituto Teotônio Vilela. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Romeu Tuma."

Também não há discussão.

"Item 50, página 629. Requerimento nº 1511, de 2009. Requer, nos termos regimentais, voto de felicitação ao povo paranaense, nas pessoas das autoridades eclesiásticas e do poder público do estado, por ocasião da Festa do Rocio, na cidade de Paranaguá, em 15 de novembro, ocasião em que é comemorada, anualmente, a Padroeira do Paraná, Nossa Senhora do Rocio."

Acho que inclusive esse está prejudicado. Mas pode ser para o ano que vem, ou para esse ano, 15 de novembro.

"Autoria, Senador Flávio Arns. Relatoria, Senador Osmar Dias."

"Item 43, página 591. Requerimento 965, de 2009. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso dirigido à Convenção das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo, e outros, pela passagem e comemoração do seu Jubileu de Ouro. Autoria, Senador Magno Malta. Relatoria, Senador Marconi Perillo."

Se os senhores concordarem, nós podemos votar em bloco. Podemos votar em bloco?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Podemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então designo o relator ad hoc, de todos, o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu acho que V. Exa. inova, a meu ver, acertadamente, quando admite votar em bloco esses votos de aplausos. Com isso, nós não consumimos esse tempo destinado a trabalhos da comissão na análise dos projetos, e, de outra forma também, a Casa responde à solicitação dos respectivos senadores. Portanto, o nosso parecer é favorável para que a votação em bloco, nessas hipóteses, possa ocorrer, sem dano, ao Regimento Interno da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Item 48 foi lido?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Item 48. Não há acordo. Eu me comprometi de fazer só os consensuais pelo baixo quorum.

Só para uma última comunicação: a reunião da subcomissão para analisar a reforma administrativa

da Casa, para instalação dessa subcomissão, será realizada às 15 horas do dia de hoje.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado aos senhores.

Sessão encerrada às 13h12.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Almeida Lima, Geovani Borges, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Wellington Salgado de Oliveira, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Inácio Arruda, César Borges, Romero Jucá, Renan Calheiros, Geraldo Mesquita Júnior, Lobão Filho, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Efraim Morais, Adelmir Santana, Raimundo Colombo, José Agripino, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Arthur Virgilio, Flexa Ribeiro e Gim Argello, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Patrícia Saboya reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer o Senador Aloizio Mercadante e as Senadoras Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Registra presença o Senador Flávio Arns. A Presidência registra a presença honrosa do Deputado Federal Ronaldo Caiado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) RECURSO:** Contra decisão do Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador José Sarney, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avalie, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pelo não provimento do recurso. **Observações:** Em 03/02/2010, foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. Em 09/02/2010, foi recebido Voto em Separado do Senador Alvaro Dias, que conclui pelo provimento do Recurso; **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 5) Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2009:** Revoga o § 4º do art. 107 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica. **Autoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da matéria. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6) Terminativo – OFICIO "S" Nº 12, DE 2009:** Encaminha ao Senado Federal cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 499, que declarou a inconstitucionalidade do Ato nº 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar (auxílio alimentação de Juízes Auditores da Justiça Militar). **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Marco Maciel. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício "S" n° 12, de 2009, com a apresentação de Projeto de Resolução. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ. **ITEM 7) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2005:** Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Wanderval Santos. **Relatoria:** Senador César Borges. **Relatório:** Favorável à emenda nº 4. **Observações:** Matéria em reexame na CCJ; Em 14/10/2009,foi aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Emenda n° 4-CCJ. **ITEM 8) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2006:** Determina a impressão do calendário de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite. **Autoria:** Deputado Enio Bacci. **Relatoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto. **ITEM 14) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2003:** Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da ma-

téria. **Observações:** Em 16/12/2009, foi concedida vista ao Senador Valter Pereira, nos termos regimentais; A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto. **ITEM 18) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2005:** Altera o inciso VII, do art. 94, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Contrário à matéria, por inconstitucionalidade. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores, em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do relatório. **ITEM 19) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2007:** Altera dispositivos da Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei n° 9.981, de 14 de julho de 2000. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Relatório:** Favorável à matéria e à Emenda nº 1. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. – Em 08/03/2007, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador João Vicente Claudino, que recebeu Parecer favorável. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 22) Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2008:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis. **Autoria:** Senador João Vicente Claudino**. Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria "Ad hoc":** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável à matéria nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 27) Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2005:** Altera os arts. 206, 208, 210 e 212, da Constituição Federal, e acrescenta o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Relatoria:** Senador Adelmir Santana. **Relatório:** Favorável à Proposta com quatro Emendas que apresenta. **Observações:** Em 03/09/2009 foi realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instrução da matéria. Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório**. ITEM 30) Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 1537, DE 2009:** Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornalista Merval Pereira, contemplado com o Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade da Califórnia-EUA. **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria "Ad hoc":** Senador José Agripino. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Requerimento. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010-CCJ –** "Requeiro, com base na Constituição Federal, combinado com as disposições do Regime Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Senhor Paulo de Tarso Vannuchi, em substituição à Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, nos termos do Requerimento n º 2, de 2010 – CCJ, aprovado por esta Comissão, com a finalidade de discutir a juridicidade e constitucionalidade das medidas constantes do Decreto nº 7.037/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 2)** PLC Nº 197, DE 2009; **ITEM 3)** PLC Nº 172, DE 2009; **ITEM 4)** PLS Nº 40, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 9, DE 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 38 DE 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 61, DE 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 253, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 45, DE 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 112, DE 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 223, DE 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 739, DE 2007; **ITEM 9)** PLC Nº 110, DE 2006, tramita em conjunto com PLS Nº 204, DE 2005, tramita em conjunto com PLS Nº 327, DE 2007, tramita em conjunto com PLS Nº 199, DE 2004, tramita em conjunto com PLS Nº 307, DE 2005; **ITEM 10)** PLS Nº 51, DE 2009; **ITEM 11)** PLS Nº 129, DE 2009; **ITEM 12)** PLC Nº 198, DE 2009; **ITEM 13)** PLS Nº 153, de 2002; **ITEM 15)** PLS Nº 404, DE 2003; **ITEM 16)** PLS Nº 69, DE 2004; **ITEM 17)** PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 20)** PLS Nº 700, DE 2007; **ITEM 21)** PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 23)** PLS Nº 484, DE 2008; **ITEM 24)** PLS Nº 98, DE 2009; **ITEM 25)** PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 26)** PEC Nº 3, DE 2004; **ITEM 28)** PEC 41, DE 2007; **ITEM 29)** PEC Nº 39, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 40 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nº 1 ao 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Comunico as Sras. e Srs. Senadores, aos Sr. Senadores, o recebimento do Aviso nº 121 – SESES-TCU – Plenário, do Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo, que encaminha para conhecimento cópia do Acórdão nº 196/2010, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão de 10 de fevereiro de 2010, ao apreciar o processo nº TC 007.268/2009-3, que trata de monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 1.003/2004 – TCU – Plenário, referente à auditoria operacional realizada na Fundação Nacional do Índio – FUNAI. O referido documento será enviado para o gabinete dos membros desta comissão via e-mail.

Pela ordem, V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em seguida, V. Exa..

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, na sessão passada esta Comissão aprovou o Requerimento nº 02, de 2010, que tratava da convocação de autoridades para debater o Plano Nacional de Direitos Humanos.

Em corroboração à Constituição, no art. 67, e o Regimento, no art. 240, eu apresentei o requerimento para ajustar, ou seja, para ajustar esse Requerimento nº 02 aprovado.

Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. que nós pudéssemos, antes da votação das matérias normais, votar, apreciar, esse meu requerimento que pretende, o teor do requerimento é fazer a troca do nome da Ministra Dilma Rousseff pelo Dr. Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário de Direitos Humanos, na convocação que foi feita para debater o decreto que define o Plano Nacional de Direitos Humanos.

Esse é o teor, o requerimento, com as justificativas e esta na mão de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É outro assunto. Sem problema, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem problema.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, tem uma PEC da Senadora Ideli Salvatti, relatada por V. Exa., que está pronta para votação em Plenário, que eu acho importante se nós pedirmos ao Presidente Sarney que pudesse pautá-la, com o apoio de todos os líderes.

Nós estamos assistindo o Conselho Nacional de Justiça fazendo um trabalho de ajustamento, de aperfeiçoamento do Poder Judiciário em diversos Estados.

No meu estado, Espírito Santo, agora mesmo está tendo uma grande operação do Conselho Nacional de Justiça, provocando e promovendo um balanço no Tribunal de Justiça e expondo as mazelas do Tribunal de Justiça, está levando à punição de juízes e desembargadores, mas todo o trabalho fica prejudicado, porque a punição do magistrado é aposentadoria compulsória.

Então, V. Exa. já fez o relatório, a Senadora Ideli apresentou a PEC. Se nós pudéssemos pedir para que essa matéria pudesse ser votada, o Senador Romero Jucá, líder do Governo, senadores da oposição, líder da oposição, seria importante que a gente pudesse votar essa matéria para que fazer com que as decisões do Conselho Nacional de Justiça e o trabalho feito em diversos tribunais de justiça, em diversas comarcas desse país, pudesse ter respaldo e nós pudéssemos, de fato, ter a credibilidade junto à população brasileira. Do jeito que está há uma grande movimentação, mas na hora da punição é um prêmio que se dá ao magistrado.

Queria pedir um apelo a V. Exa. se nós pudemos fazer um pedido ao Presidente Sarney para colocar a matéria em pauta.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao Senador Casagrande por estar levantando este assunto e dizer que, inclusive, eu já preparei o requerimento para que todos os líderes assinem a quebra de todos os interstícios.

A PEC é uma PEC que eu dei entrada em 2003, ela levou praticamente quase seis anos para ser aprovada aqui na Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Demóstenes é que foi o relator, e é uma PEC que acaba, terminantemente, com essa questão da aposentadoria compulsória como medida punitiva, porque imaginar que uma aposentadoria na faixa de 25 a quase 30 mil reais, que é o salário normalmente de um juiz, de um desembargador, seja penalidade, é algo que nós não podemos mais admitir.

Então, se foi pego, se comprovadamente cometeu falcatrua, está envolvido em algum crime, não tem a legalidade, a honestidade para continuar exercendo o seu cargo à frente do Judiciário, essa pessoa não pode ser punida, punida, com uma aposentadoria compulsória.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ainda pode advogar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E ainda pode advogar.

Então, essa pessoa tem que perder o cargo, ela tem que sofrer as penas da lei, ela tem que ser punida como todo e qualquer cidadão.

Então nós estamos apresentando, Presidente, o requerimento para poder quebrar todos os interstícios e ser votado numa única Sessão aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente.

Só em apoio à senadora, o requerimento da Senadora Ideli, porque ontem mesmo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o CNJ mandou para a aposentadoria, em Mato Grosso, sete juízes e três desembargadores, porque é o que a lei permite que eles possam fazer.

Então, foram dez, ontem, no CNJ.

Então, é importantíssimo que realmente se aprove essa PEC da nossa Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sras. e Srs. Senadores.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de elogiar a iniciativa do Senador Romero Jucá em propor a vinda do Dr. Paulo Vannuchi a esta comissão.

Entendo elogio dessa forma, em trazê-lo de forma adicional, porque essa Comissão já votou a vinda da Exma. Sra. Ministra Dilma Rousseff, que em nome do Governo emite opinião sobre todos os assuntos, todos.

E, evidentemente, essa comissão deseja ouvir S. Exa. sobre um assunto polêmico com o que está contido nas diversas proposituras do Plano de Direitos Humanos. A comissão já votou e já aprovou. O Dr. Paulo Vannuchi é uma figura importante nesse contexto. Ele vir eu acho importante, mas não que ele venha excluindo a vinda da Ministra Dilma Rousseff. Não vejo razão nenhuma para que um fato exclua o outro. Que os dois venham, eu sou inteiramente favorável eu dou desde já o meu voto a favor.

Agora, da exclusão significa um passo atrás que essa comissão estaria dando no sentido de desejar o não esclarecimento e o não conhecimento por parte desta Casa do pensamento do governo em relação ao Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu concordo, portanto, e elogio iniciativa de S. Exa. na medida em que se somem os comparecimentos. Que venha a Ministra e que venha o Dr. Paulo Vannuchi, que venham os dois para esclarecer e para que essa Casa, que representa a sociedade, tenha pleno conhecimento do que deseja o Governo, pelo titular direto e por uma Ministra que fala sobre todos os assuntos.

E nada mais justo do que esta Casa conhecer o pensamento de S. Exa. a respeito deste assunto que contém pontos muito polêmicos e que é bom que sejam integralmente esclarecidos, conforme esta Comissão já deliberou.

É a proposta que faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Esta mesma proposta que traz o requerimento do Senador Romero Jucá, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu fiz na Comissão de Ciência e Tecnologia quando estava também para aprovar um requerimento convocando a Ministra Dilma, e foi aceita pelo autor do

requerimento, Senador Cícero Lucena, prontamente aceitou a troca da Ministra pelo Paulo Vannuchi, por entender que esse documento foi produzido no Ministério da Justiça e não na Casa Civil, então não tem nenhum vínculo, nenhuma ligação, não tem porque a Ministra Dilma vir dar esclarecimento de uma coisa que ela não ajudou a produzir, que foi produzido no Ministério da Justiça.

Eu acho que é perfeitamente coerente esse pedido de troca, como foi aceito lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, no entendimento do autor do requerimento, o Senador Cícero Lucena, eu propus no mesmo dia aqui à Senadora Kátia, ela não aceitou o que o Cícero aceitou lá.

Mas esse requerimento agora conserta esse erro que foi cometido aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Romero Jucá.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E em seguida Senador Eduardo Azeredo, também pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu respeito a posição de cada Senador, mas o meu requerimento é claro.

Eu entendo que o Senador Raupp foi feliz quando na sua defesa do requerimento define que esse Plano foi discutido no Ministério dos Direitos Humanos, a Casa Civil encaminha administrativo os projetos de lei para o Congresso. Esses projetos não foram encaminhados, inclusive, ainda para o Congresso Nacional, portanto, nem a discussão mais ampla dentro da Casa Civil no que diz respeito a todo o trâmite do Governo foi feito, portanto, eu acho despicienda a vinda da Ministra Dilma e, portanto, fiz essa proposição que eu espero que seja analisada e votado hoje, aqui nessa sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo. Em seguida Ideli Salvatti e Antonio Carlos Júnior.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, são dois pontos.

Primeiro, que o Ministro Vannuchi já está convocado, na verdade, lá para a Comissão de Relações Exteriores, deve ir dentro das próximas duas semanas, esperamos que ele já possa comparecer, então ele já vai falar lá. Então, aqui pode ficar reservado para a Ministra Dilma Rousseff.

É a outra é Questão de Ordem. O requerimento está sendo aprovado e apresentado aqui, mas primeiro tem que aprovar se entra na pauta, porque ele não está na pauta, então é uma Questão de Ordem, em relação a entrada do requerimento na pauta, conforme prevê o art. 108, Parágrafo Único.

Estou colocando, questionando...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. suscita uma Questão de Ordem?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Questão de Ordem, que não foi aprovado extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com base em que artigo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Art. 108, Parágrafo Único. Não foi aprovado e não está na pauta, portanto, teria que primeiro aprovar a inclusão em pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para ler a Questão de Ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu não quero discutir isso. V. Exa. coloca o questionamento do Senador Eduardo Azeredo, nós votaremos a inclusão na pauta ou não, no primeiro item da pauta, eu não tenho o que discutir.

Eu acho que é uma questão, é uma votação a mais que nós faremos com a maior tranquilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): "As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros. Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída, com antecedência mínima de dois dias, aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo."

Então, V. Exa. está requerendo que seja incluído extrapauta?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Politicamente, eu requeiro o mesmo tratamento que foi dado ao Requerimento nº 02, que foi apresentado e votado na mesma sessão anterior e, portanto, se foi votado extrapauta a inclusão do Requerimento nº 02, nós votaremos também o meu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A Questão de Ordem, diz aqui...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu não contesto se V. Exa. entender que há necessidade da votação para incluir na pauta, nós faremos uma votação aqui rápida no Plenário. Não há porque discutir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Diz o art. 403: "Constituirá questão de ordem, suscitável em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento. Para contraditar questão de ordem é permitido o uso da palavra a um só senador, por prazo não excedente ao fixado neste artigo."

Então, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para sustentar a sua Questão de Ordem. Em seguida, faculto a um outro senador, que já se inscreve o Senador Romero Jucá, para contraditar. Em seguida decido eu.

Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O meu questionamento é só para dar legitimidade ao processo, para que possamos ter a votação dentro do rito normal, ou seja, é um requerimento que está sendo apresentado fora da pauta; então, que se primeiro inclua na pauta. O meu questionamento é nesse sentido.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu concordo e requeiro a votação como primeiro item da pauta, está sendo a questão de discutir o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como a questão de ordem é clara nesse sentido, então defiro em favor do Senador Eduardo Azeredo, para que a matéria só possa entrar se for deferida a sua inclusão extrapauta, pelo Plenário.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu já requeri, já fiz a entrega, registrei no primeiro item, solicitei que fosse o primeiro item extrapauta e, portanto, eu solicito a V. Exa. que coloque em votação para que o Plenário possa concordar, ou não, com o primeiro item da pauta, esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como é uma matéria que já foi discutida aqui, eu indefiro.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu recorro para o Plenário, Sr. Presidente, baseado no art. 48, XI.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para discutir.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Para contradizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já não pode mais, mas nós ainda temos aí uma longa sessão, darei a palavra a V. Exa. ainda nesse tempo, só para não ferir o Regimento nesse momento. Art. 48, XI: "Ao Presidente compete impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, à lei, ou a esse Regimento, ressalvado ao autor recurso para o Plenário, que decidirá após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania", que é o caso.

Portanto, defiro o recurso.

Em votação para se decidir se esse requerimento será ou não votado hoje extrapauta. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com a decisão do Presidente de não incluí-lo, permaneçam como se encontram.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Rejeitado, aprovado o requerimento para inclusão extrapauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu solicito que seja o primeiro item, como eu solicitei, não sei se já está implícita na votação de V. Exa., já que eu tinha solicitado que fosse o primeiro item, se não for nós faremos uma votação para que seja o primeiro item. Acho que é despiciendo, o Plenário já mostrou que quer discutir essa matéria como primeiro item, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO):

Nós temos uma porção de matérias terminativas com a aquiescência do Governo. Em seguida à votação dessas matérias eu faço a inclusão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, quantas matérias? Porque eu dependo do quorum. Essa votação será nominal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Cadê a ata?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): São três terminativos e seis não terminativos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então, eu quero propor a V. Exa., nós votaríamos as três terminativas, que dependem de quorum também, e votaríamos o requerimento. Senão, eu solicitarei votação do Plenário para definir como primeiro item. Eu não quero ser radical, mas esse é um assunto importante.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, a matéria é extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Certo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Quem decide a pauta é V. Exa.. Já está decidido, pelo Regimento da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, vamos votar as matérias que estão pautadas, que são da maior importância para o Brasil e nós precisamos votar essas matérias.

Após a pauta, que se vote inicialmente essa matéria.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós temos aqui que aproveitar esse quorum.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu solicitaria o art. 89, inciso I, do Regimento Interno da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu sugiro a V. Exas. que nós possamos fazer por consenso, 89, inciso I.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É por isso que eu estou propondo as três terminativas e o requerimento que também será nominal, não há dúvida disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu sugiro, para que, como nós votamos sempre essas matérias de consenso, não tem briga, não tem pedido de vista, não tem nada. Em seguida às matérias de consenso, eu incluo.

Então, será o Item 10, nove matérias de consenso e essa.

Então, é até bom que nós esgotamos as matérias antes de entrar, e as polêmicas ficam para depois.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Item 10 da pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 10 da pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Está bom, Presidente, vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 05 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 303/2009, terminativo. "Revoga o §4º do art. 107 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica." Autoria, Senador Gim Argello; relatoria, Senador Romero Jucá. Votação nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Romero Jucá para proferir o relatório.

Página 184.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o relatório é favorável e eu solicito, portanto aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): A favor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado, aniversariante do dia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parabéns a V. Exa..

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Longa vida.

Senador Romero Jucá, o relator. Senador Renan Calheiros?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jayme Campos. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Romeu Tuma. V. Exa. vota com o relator? Senador Tuma com o relator? Senador Osmar Dias. Senadora Patrícia Saboya.

A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Aprovado, portanto, o parecer. E será encaminhada a matéria à Secretaria Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 06, página 190, Ofício 'S' nº 12, de 2009, terminativo. "Encaminha ao Senado Federal cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 499, que declarou a inconstitucionalidade do Ato nº 274, de 97, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar (auxílio alimentação de Juízes Auditores da Justiça Militar)." Autoria, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relatoria, Senador Jayme Campos.

Não estando presente, nomeio relator ad hoc o Senador Marco Maciel, a quem passo a palavra para proferir o relatório sobre o Ofício. Página 190.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto que me cabe relatar como ad hoc diz respeito ao Ofício 'S' nº 12, de 2009, "Mediante o qual o Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado Federal cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos de Ação Originária nº 499, que declarou a inconstitucionalidade do Ato nº 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar (auxílio alimentação de Juízes Auditores da Justiça Militar)."

Sr. Presidente, por meio do Ofício 'S' nº 12, a que já me reportei, tem cópia do Acórdão do Plenário daquela Corte no qual se declarou a inconstitucionalidade do Ato 274, de 16 de abril de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar – STM.

Por esse ato, o Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar entendeu que, como o auxílio-alimentação passou a ter caráter indenizatório, e não pecuniário, por força do art. 22 da Lei 8.460, de 17 de setembro de 1992, com a redação dada pela Medida Provisória 1.522, de 11 de outubro de 1996, não haveria mais impedimento para sua percepção pelos juízes-auditores.

Como a mesma decisão negou a concessão do auxílio-alimentação aos demais magistrados da Justiça Militar, o então Ministro Olympio Pereira da Silva Júnior impetrou mandado de segurança perante o STM, requerendo o recebimento do auxílio, tendo o STM se declarado incompetente para decidir, o processo foi remetido ao STF – Supremo Tribunal Federal, onde tramitou como Ação Ordinária nº 499-5 – Distrito Federal.

Ao julgar a ação, o STF não apenas negou o direito de extensão do auxílio-alimentação aos Ministros do STM, como declarou inconstitucional o referido Ato 274, de abril de 1997.

O entendimento do Pleno do Supremo Tribunal Federal, declarado pelo Acórdão adotado naquele processo, em 21 de agosto de 2002, foi o de que a remuneração dos membros do Poder Judiciário é definida pela Lei Orgânica da Magistratura, conhecida como LOMAN, Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que veda a percepção de adicionais ou vantagens pecuniárias nela não previstas.

Ou seja, ao julgar o mandado de segurança, o Supremo Tribunal Federal não apenas se posicionou contra o pedido do autor – recebimento do auxílio-

alimentação pelos ministros do STM -, mas também declarou ser inconstitucional seu recebimento pelos juízes-auditores, devendo comunicar tal decisão ao Senado Federal, para que fosse elaborada a resolução determinando a suspensão da execução dessa norma declarada inconstitucional."

Sr. Presidente, passo agora à análise do projeto objeto de apreciação pela CCJ.

"Nos termos do mencionado dispositivo constitucional, suspender a execução, no todo ou em parte, de norma declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF é competência privativa do Senado Federal."

Daí porque ele foi incluído na pauta como Ofício 'S', ou seja, são aqueles oriundos de processos provindos do Supremo Tribunal Federal.

"Os procedimentos para conhecimento e declaração dessa situação pelo Senado Federal estão previstos nos arts. 386 e 388 do Regimento Interno, que estabelecem que a matéria pode ser originada por comunicação do Presidente do STF e deve ser instruída com o texto da norma cuja execução deva ser suspensa, do acórdão do STF, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

Após a leitura em Plenário, a matéria é encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para formulação do projeto de resolução suspendendo a execução da norma, no todo ou em parte, quando for o caso.

No caso específico, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a inconstitucionalidade declarada pelo STF não incide sobre lei, mas sobre ato administrativo, pelo qual o Conselho de Administração do STM atendeu a requerimento para concessão de auxílio-alimentação aos Juízes-Auditores da Justiça Militar da União, em 16 de abril de 1997.

Em contato com o Conselho de Administração do STM, obtivemos a informação de que, desde o julgamento do STF – Supremo Tribunal Federal, o Ato nº 274, de 1997, deixou de ser aplicado, sem que tenha havido revogação formal alguma.

Assim sendo, cabe ao Senado Federal a elaboração do projeto de resolução para determinar a suspensão da execução do ato normativo declarado inconstitucional, nos termos do inciso X, do art. 52 da Constituição Federal de 1988."

O voto, Sr. Presidente.

"O voto, em face do exposto, somos pelo conhecimento do Ofício 'S' nº 12, de 2009, com a apresentação do seguinte projeto de resolução:

Projeto de Resolução de 2010. Determina a suspensão da execução do Ato 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar – STM.

O Senado Federal, nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º. Fica suspensa a execução do Ato nº 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar, em virtude da declaração de sua inconstitucionalidade, como sabemos, pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º – Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, então quero dizer a V. Exa. que este é o meu voto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só pela ordem. Eu queria pedir desculpa a V. Exa., mas é uma falta de respeito ao relator e nós não conseguimos ouvir com clareza com esse ruído imenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então eu vou pedir que o senador leia de novo o voto em homenagem a V. Exa.. Mas tem razão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, Presidente. Porque eu acho que é desrespeito ao relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas, realmente, tem razão o Senador Romeu Tuma.

Não é possível nós realizarmos uma sessão com esse tanto de conversa. Eu sei que é uma sessão concorrida, mas vamos fazer com que os Srs. Senadores sejam ouvidos.

Dessa feita, eu pedirei que nós não repitamos a leitura do relatório, mas na próxima vamos pedir ao relator que novamente faça a leitura.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Geovani Borges. Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Osmar Dias. Patrícia Saboya.

A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 7, página 211. Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2005. "Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências." Autoria, Deputado Wanderval Santos. Relatoria, Senador César Borges. Matéria em reexame da CCJ. Em 14 de outubro de 2009 foi aprovado parecer favorável ao projeto com as emendas nº 01 – CCJ a 03 -CCJ.

Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges para proferir o relatório. Página 211, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2005, de autoria do Deputado Bispo Wanderval, que "Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências" foi aprovado nesta comissão no dia 14 de outubro de 2009, com três emendas.

Nessa oportunidade, fui designado relator ad hoc dessa proposição.

Entretanto, após a aprovação do relatório verificamos a existência de pequeno equívoco no texto aprovado, relacionado com a alteração acertadamente introduzida por essa comissão, que suprimiu do campo de aplicação das regras estabelecidas as rodovias delegadas.

Ocorre que a redação das emendas acolhidas, em especial da emenda nº 01 dessa comissão, falhou ao não prever a mesma alteração no texto do art. 3º do projeto, uma vez que também nesse dispositivo há referência a rodovias delegadas.

De acordo com art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal, é necessária a correção desse equívoco antes que o projeto retome o curso de sua tramitação.

De forma a saná-la, apresentamos a emenda nº 4 ao PLC nº 66, a seguir formulada: "Suprima-se a

expressão 'delegatário ou' do 'caput' do art. 3º original do PLC nº 66, de 2005."

É esse o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O projeto é oportuno, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nós temos aí várias situações pelos estados em que a confusão se estabelece.

Lá em Minas Gerais, eu estive anteontem na cidade de Sabará e tinha uma faixa numa solenidade assim: "Dois anos que a obra do PAC está parada", pedindo ao Governador que desse uma solução. O Governador teve que explicar: "O PAC é do Governo Federal. Tem dois anos que está parado, mas não é problema nosso, do estado."

As rodovias nós temos situações parecidas. Temos lá no norte de Minas uma rodovia que liga à Bahia, da divisa, que é rodovia federal e vira e mexe nós somos cobrados e não podemos fazer nada, porque é uma rodovia federal.

Então, tem que colocar a placa realmente quando estiver concedido, quando estiver delegado, para que se saiba quem é quem.

E aí a gente pode, talvez, ter um despertar e finalmente algumas obras sejam realizadas ao invés de ficarem atrasadas.

Senador Wellington, eu estou falando a verdade, Senador Wellington. É isso mesmo que está acontecendo. Tem muita obra atrasada lá. Não sei, V. Exa. está balançando a cabeça. É seu aniversário? Não estou perguntando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um pequeno aparte. O triângulo mineiro, aquela região toda, a gente não tem mais onde fazer tanto asfalto. Nós estamos satisfeitos. Tem que procurar ver o que está errado aí.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então foi só no triângulo mineiro. O resto não está, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 08, página 220. Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2006. "Determina a impressão do calendário de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite." Autoria, Deputado Enio Bacci. Relatoria, Senador Renato Casagrande.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande para proferir o relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. O Projeto de Lei da Câmara nº 68, "Determina a impressão do calendário de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite", tipificando o não cumprimento da disposição como infração à legislação sanitária federal.

"Objetiva, nas palavras de seu propositor, alertar a população da importância e da obrigatoriedade das vacinas e, com isso, reduzir o número de pais que deixam de vacinar seus rebentos, contribuindo, por fim, para o controle de uma série de doenças.

A matéria deverá ser apreciada quanto ao mérito pela Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria já é autoexplicativa, Sr. Presidente.

A vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2006.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 14, Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2003, página 309. "Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso de drogas." Autoria, Senador Magno Malta. Relatoria, Senadora Patrícia Saboya; relatório pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa.

Em 16 de dezembro foi concedida vista ao Senador Valter Pereira nos termos regimentais. Consulto ao ilustre Senador Valter Pereira se há manifestação decorrente do pedido de vista. Senador Valter Pereira. Não se encontra. Portanto, a matéria já foi relatada.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Senhoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 19. Página 365. Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2007. "Altera dispositivos da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei 9.981, de 14 de julho de 2000." Autoria, Senador Alvaro Dias. Relatoria, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira, para proferir o relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): "Vem à análise desta comissão, Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2007, que altera dispositivos da Lei 9.615, de 1998, de autoria do Senador Alvaro Dias.

A Proposição visa à instituição do Fundo de Apoio à Reestruturação Financeira dos Clubes de Futebol.

A proposição prevê a transformação prévia dos clubes em empresas e veda o emprego de recursos do Fundo no pagamento de despesas correntes.

Ao Poder Executivo caberia a definição da estrutura e do funcionamento de uma Comissão de Gestão do Fundo.

O projeto se encontra distribuído às Comissões de Constituição, Justiça – CCJ, de Assuntos Econômicos – CAE e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesta comissão, não foram apresentadas emendas à Proposição.

Anteriormente, o Projeto esteve distribuído à CAE, onde recebeu a Emenda nº 01 da CAE, de autoria do Senador João Vicente Claudino. Também é de autoria do mesmo parlamentar o Requerimento nº 666, de 2007, que pede a primazia da CCJ na apreciação do Projeto, para posterior manifestação da CAE".

Análise. "Do ponto de vista da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios.

Trata-se de uma proposição de natureza autorizativa, pois em sua essência, autoriza o Poder Executivo Federal a instituir o Fundo de Apoio à Reestruturação Financeira dos Clubes de Futebol.

Ressalto que o Senado Federal adota, a respeito de projetos de lei autorizativa, o entendimento do Parecer 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Josaphat Marinho, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa.

De acordo com esse Parecer, o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

Desse modo, creio que o PLS nº 57, de 2007, deve ser entendido como uma sugestão ao Poder Executivo que, segundo a legislação em vigor, tem a competência para instalar e colocar em funcionamento o Fundo objeto da proposição em análise, desde que uma lei específica tenha sido aprovada pelo Congresso Nacional.

Quanto ao mérito, não há dúvida de que as atividades esportivas têm um grande potencial econômico. No entanto, os clubes brasileiros vivem em profunda crise financeira e não contam com os meios necessários à retomada de sua capacidade de investimentos, principalmente quanto à recuperação da infraestrutura.

É, portanto, meritória a iniciativa do Senador Álvaro Dias, pois o Fundo proposto poderá canalizar para o futebol brasileiro os recursos que faltam para a transformação de seus estádios e a melhoria de suas instalações de treinamento e de apoio às atividades esportivas em geral.

Neste sentido, a Emenda nº 01 é muito oportuna, pois condiciona a destinação de recursos aos projetos de investimento em infraestrutura e de apoio".

Voto. "Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2007 e da Emenda nº 1."

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Primeiro o Senador Romeu Tuma. Em seguida Alvaro Dias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como nós tivemos aqui a aprovação da Timemania, até que ponto ela entra em conflito ou não com o projeto da Timemania.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, o projeto tem por objetivo organizar melhor a aplicação de recursos já existentes e que ingressam no caixa dos clubes brasileiros e, muitas vezes, são aplicados aleatoriamente, sem levar em consideração o interesse público, possibilitando que investimentos em infraestrutura que poderiam ocorrer para oferecer melhores condições aos clubes e aos torcedores, deixem de ocorrer.

Nós não estamos criando nenhuma fonte nova de recursos. É bom enfatizar que não estamos colocando sobre os ombros do povo brasileiro nenhum encargo novo a favor dos clubes de futebol. Nós estamos nos valendo dos recursos já existentes. Quais são eles? 10% dos recursos auferidos pelos clubes nas transações internacionais de atletas.

Aliás, muitas dessas transações obscuras, com interesses subalternos, não esclarecidos, com recursos que não ingressam legalmente no país e permanecem em contas secretas no exterior. Isto a própria CPI do futebol revelou, e nós não temos nenhum indício de que isto tenha se interrompido no país, infelizmente.

E foi esta razão, inclusive, de uma proposta nossa mais recente, de uma nova CPI, que teria por objetivo

investigar exatamente a ocorrência dessa ilegalidade, CPI que acabou sendo abortada pela retirada de assinaturas.

Dez por cento de toda arrecadação de bilheterias de eventos de futebol, 10% do valor arrecadado pelas empresas que exploram a publicidade estática dos estádios de futebol, 15% das receitas auferidas pela Confederação Brasileira de Futebol, em função dos eventos em que participe a Seleção Brasileira.

Aliás, a CBF é uma espécie de paraestatal, que deveria inclusive ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União, porque aufere recursos que são oriundos de parte do patrimônio cultural brasileiro, que é a seleção nacional.

Caberia, sim, e esse debate se travou no Supremo Tribunal Federal, quando tentaram impedir que a CPI do Futebol se instalasse e quebrasse sigilos bancários de clubes e federações.

O Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao Congresso Nacional que instalou a CPI e quebrou os sigilos bancários que desejou quebrar, com o respaldo do Supremo Tribunal Federal considerando exatamente esse fato a que me refiro, a CBF é uma espécie de paraestatal, porque mobiliza recursos direta e indiretamente de natureza pública, doações de empresas que terão o direito a abatimento no Imposto de Renda, recursos outros, outras receitas que sejam atribuídas.

Então, o fundo é constituído de várias fontes de recursos já existentes. E aí se estabelece a obrigatoriedade da aplicação desses recursos, impedindo que eles sejam utilizados para despesas correntes.

E o que é mais importante, a transformação do clube em empresa proporciona maior transparência, maior legalidade dos procedimentos administrativos e exige gestão mais competente em respeito, sobretudo, à população do país.

É bom dizer, até a CPI do Futebol a impunidade era absoluta na administração do desporto nacional. Os dirigentes chamados "cartolas" arrebentavam cofres, iam para casa e nada ocorria. Depois da CPI do Futebol passamos a ter o mínimo de transparência, com a nova lei de responsabilidade do desporto nacional, incumbindo ao Ministério Público ações que possibilitam a responsabilização civil e criminal daqueles que eventualmente praticarem falcatruas na gestão do futebol. A transparência com auditorias externas, com a divulgação dos balanços.

Hoje, a sociedade sabe quanto deve o Flamengo, quanto deve o Corinthians, há poucos dias publicou-se que a dívida do Flamengo ultrapassa 300 milhões de reais. A dívida do Vasco ultrapassa 300 milhões de reais.

Enfim, há maior transparência, mas nós teremos uma organização mais eficiente da administração do futebol se obrigarmos os clubes a se transformarem em empresas. Passarão a ser regidos pela legislação que rege a atividade empresarial no país.

Esse esporte, o futebol, é uma atividade econômica, geradora de emprego, de renda, de receita pública e deve, dessa forma, ser organizado, deve dessa forma ser administrado.

E a legislação deve levar em conta exatamente isso. Esse projeto é modesto. Esse projeto é apenas um passo. Nós esperamos que ele seja aprovado e, certamente, na Câmara dos Deputados será debatido, aprimorado e nós teremos aí então um avanço na legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 22, página 410. Projeto de Lei nº 284, 2008. Terminativo na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. "Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis." Autoria, Senador João Vicente Claudino; relatoria, Senador Valdir Raupp. A matéria será apreciada em seguida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Valdir Raupp para proferir o relatório.

Não estando presente o Senador Valdir Raupp, nomeio relator ad hoc o Senador Renan Calheiros, a quem concedo a palavra. Página 410.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): O Projeto, de autoria do Senador João Vicente Claudino, é estruturado em quatro artigos.

O primeiro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, diz o seguinte: "Da proposição impõe que, nos rótulos das embalagens de produtos infantis comercializados no Brasil, esteja escrita a expressão: "Pedofilia é crime. Denuncie. Disque 100."

Segundo o art. 2°, a expressão constante do artigo anterior deve estar em local visível.

O art. 3° propõe é a cláusula de vigência fixada para 180 dias após a data da publicação da lei em que o projeto se converter.

Não foram, Srs. Senadores, apresentadas emendas ao projeto de lei.

Após o exame neste Colegiado, o mérito do PLS 284, de 2008, será apreciado no âmbito da Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

> "Compete a esta comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da proposição em referência, consoante o disposto no art. 101, incisos I e II, alínea d, do Regimento Interno do Senado Federal.
>
> Em relação à constitucionalidade, o PLS 284, trata de assunto referente à produção e consumo e à proteção da infância, inserido na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme prevê o art. 24, incisos V e XV, da Lei Maior, da Constituição Federal.
>
> No tocante ao aspecto material, entendemos que o PL, PLS melhor dizendo, 284, de 2008, não apresenta vício de inconstitucionalidade, não obstante as ponderações, a seguir expostas, a respeito do princípio da livre iniciativa econômica."

Portanto, Sr. Presidente, em decorrência do exposto, apresento o voto. Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nos termos do substitutivo:

Passo a ler o substitutivo.

> "Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis.
>
> O Congresso Nacional decreta:
>
> Art. 1º. As embalagens de produtos infantis comercializados no Brasil devem conter, em seus rótulos, as seguintes expressões: 'Denuncie a Pedofilia. Disque 100'.
>
> Art. 2º. Os órgãos federais competentes, em conjunto ou separadamente, devem definir quais os produtos devem ser rotulados e de que forma a expressão contida no artigo deve ser exposta no rótulo.
>
> Art. 3º. O não atendimento ao disposto nesta Lei implicará no recolhimento dos produtos no mercado até sua adequação, podendo o órgão fiscalizador aplicar multa pelo não cumprimento da obrigação.
>
> Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor um ano após a data de sua publicação."

É, Sr. Presidente, em síntese, o relatório do nobre Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Senhoras e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Item 30 da pauta. Página 540. Requerimento nº 1537, de 2009. "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto De Aplauso ao Jornalista Merval Pereira, contemplado com o Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade da Califórnia, Estados Unidos." Autoria, Senador Arthur Virgílio. Relatoria, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao ilustre Senador José Agripino Maia para proferir o relatório em lugar do Senador Jayme Campos. E, para isso, o nomeio relator ad hoc. Página 540.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu faço com muita alegria a tarefa de relator ad hoc de proposição de um voto de aplauso ao jornalista Merval Pereira, contemplado com o Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade da Califórnia. E tive oportunidade de, inclusive, fazer um telefonema para S. Sa., ele estava em Nova Iorque, cumprimentando-o pela obtenção desse prêmio de caráter singular para o jornalismo brasileiro.

> "Requer o autor que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao jornal 'O Globo'.
>
> Ao justificar sua proposição, o autor aduz que o colunista agraciado é também comentarista da 'CBN', emissora de rádio dedicada a notícias, e destaca o trabalho por ele realizado em Brasília, sobretudo na cobertura do Palácio do Planalto."

O Requerimento nº 1.537, de autoria... De 2009, foi apresentado em 24 de novembro de 2009, e após pronunciamento dessa Comissão, segue ao Plenário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): "Esta foi a edição de número 71 do Prêmio Maria Moors Cabot.

Desde 1938, 257 prêmios e 56 citações especiais foram entregues a jornalistas atuantes em mais de 30 países das Américas.

Até hoje, 28 brasileiros receberam este prêmio, destacando-se, exemplificadamente, Alceu Amoroso Lima, Roberto Marinho, Carlos Castello Branco, Otavio Frias Filho, Clovis Rossi, José Hamilton Ribeiro e Miriam Leitão.

Merval Pereira, além de comentarista político da 'Globonews' e da 'Rádio CBN', é colunista no jornal 'O Globo', onde começou a carreira como repórter. Trabalhou no JB, 'Jornal do Brasil', e na revista 'Veja'.

Destacou-se principalmente como editor de política, editor-chefe e diretor de redação. Foi responsável pela direção de jornalismo da área de Mídia Impressa e Rádio das Organizações Globo, até optar pelo colunismo político diário.

Segundo as próprias palavras do premiado, 'um dos objetivos do prêmio é fortalecer a liberdade de imprensa e a imprensa como instrumento de democracia. E, para a imprensa brasileira, é importante sempre que um brasileiro ganhe o prêmio'.

Consoante as disposições regimentais, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ opinar sobre as exigências referentes à técnica legislativa, ao mérito, à juridicidade e à constitucionalidade sobre requerimentos de voto de aplauso, categoria em que se inclui a proposição ora sob exame.

A nosso ver, a homenagem é justa, oportuna e meritória.

Entendemos que a proposição atende aos requisitos de regimentalidade e que está vazada em boa técnica legislativa, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 98, e com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Entendemos, igualmente, que a Proposição se alinha com os princípios constitucionais vigentes.

E, ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.537, de 2009.

Nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, apresentei esse voto de aplauso ao Jornalista Merval Pereira, que considero um colunista político de leitura obrigatória por quem queira acompanhar com responsabilidade a própria política deste país.

Apresentei o voto de aplauso, sobretudo pela importância do prêmio. O Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade da Califórnia, dos Estados Unidos.

O Senador José Agripino, proferindo o relatório, como relator ad hoc, ele lembra que apenas 28 brasileiros fizeram jus a este prêmio até o momento. Outros virão. Eu imagino que mais hora menos hora, uma Dora Kramer estará citada e estará cotada, estará citada e agraciada com algo parecido com este prêmio.

Mas, até agora, 28 brasileiros receberam este prêmio destacando-se, vamos lá: Alceu de Amoroso Lima, Roberto Marinho, Carlos Castello Branco, o 'Castelinho', Otávio Frias Filho, Clovis Rossi, José Hamilton Ribeiro e Miriam Leitão.

Ou seja, é um prêmio efetivo, é um reconhecimento efetivo, verdadeiro, à atuação isenta, correta, de um jornalista que exerce sua profissão de maneira nobre, o jornalista Merval Pereira.

Portanto, eu tive muita honra em assinar este requerimento de Voto de Aplauso à figura tão insigne da nossa imprensa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Jornalista Merval Pereira, que inclusive hoje no seu artigo em O Globo faz uma análise denominada Cautela Suprema sobre o que acontece no Distrito Federal, que é uma análise muito bem feita e recomendo aos Srs. Senadores, para conhecer a natureza do problema que está ocorrendo com o Governo do Distrito Federal.

Meus cumprimentos ao jornalista Merval Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permanece em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Um dos itens consensuais foi retirado a pedido do Senador Francisco Dornelles.

Há um pedido do Senador Arthur Virgílio e do Senador Flávio Arns para anunciar a desistência de um recurso. O Item 01 da pauta. Portanto, vou fazer a leitura do Item 01 da pauta. Item 01: "Recurso contra decisão do Presidente da Mesa-Diretora do Senado Federal", página 22, "Senador José Sarney, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avalie, num caso concreto, a necessidade de substituição de membro da direção de comissão técnica em caso de alteração da filiação partidária." Autoria, Senador Arthur Virgílio. Relatoria, Senador Demóstenes Torres; parecer pelo não provimento do recurso.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, primeiro, a fim de que possa discutir o assunto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isto. Antes do nosso líder, Senador Arthur Virgílio, comunicar a desistência do recurso, eu só quero mencionar que o recurso, na minha ótica, se baseou estritamente em termos regimentais.

O Senador José Sarney declarou a Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte vaga por eu ter deixado de ser membro titular no bloco de apoio ao Governo.

Porém, no mesmo instante, eu fui indicado como membro titular do PSDB, pelo líder do PSDB. Então, não houve qualquer interrupção, qualquer problema nesse sentido.

E, ao mesmo tempo, o Requerimento do Senador Aloizio Mercadante ao Senador José Sarney foi no sentido de indagar que tendo em vista a destituição de membro de Comissão Permanente que exerce a Presidência, como é que fica a situação, com base no art. 81.

Eu quero lembrar a todos os senadores que o art. 81, do Regimento do Senado Federal, aborda a questão de indicação e substituição de senadores nas comissões. Isso é um trabalho do líder. O líder indica e o líder tem a competência regimental de substituir. Porém, quando se trata de uma pessoa que exerce a Presidência, o líder não pode substituir, a não ser que haja a concordância da maioria do partido. Aí pode haver a substituição.

Quando a pessoa sai do partido, se desfilia do partido, o líder, naturalmente, não precisa ter a autorização da maioria do partido. Porque a pessoa está se desfiliando.

Então, o art. 81 trata unicamente de substituição ou indicação. Não aborda, conforme o Senador Aloizio Mercadante colocou no seu ofício, de destituição. Eu, inclusive, disse para o Senador Aloizio Mercadante, a quem respeito muito, dizendo: "Olha, você está fazendo algo ao arrepio do Regimento, atropelando a lei." Por isso que o recurso foi interposto. A proporcionalidade não foi alterada, porque eu fui indicado pelo PSDB no lugar do Senador Cícero Lucena e, ao mesmo tempo, uma outra pessoa do PT, Partido dos Trabalhadores, por cuja bancada também tenho respeito grande, foi indicada para me substituir.

Então, o art. 81 trata unicamente de indicação e substituição. O art. 88, esse sim, esse trata da eleição. E o art. 88 diz que se aplica para a Comissão o art. 59. E o art. 59 fala da eleição para os membros da Mesa-Diretora.

Então, aplica-se para a comissão o mesmo critério de eleição para a Mesa-Diretora, que diz que serão eleitos para dois anos, vedada a reeleição, para o período imediatamente subsequente. Ou seja, o art. 59 não fala absolutamente nada de destituição. Ou seja, aplica-se à comissão o mesmo critério da Mesa-Diretora.

A Mesa argumenta, argumentou na resposta, que há casos anteriores que trariam uma jurisprudência. Não existe qualquer caso no Senado Federal com deliberação definitiva sobre esse assunto. Os recursos que foram feitos foram sempre arquivados em função de término de legislatura ou algo semelhante.

E, ao mesmo tempo, a resposta da Mesa do Senado se refere ao Regimento da Câmara, que é claro, de acordo com a Mesa, sobre esse assunto. Contudo, o regimento da Câmara é o regimento da Câmara. E nós temos outro regimento que é o regimento do Senado.

Portanto, Sr. Presidente, na minha ótica e na ótica de vários advogados com os quais discutimos o assunto, é pacífico o entendimento de que houve um equívoco da Mesa-Diretora na apreciação dessa matéria.

Mas, eu diria, nós temos que pensar dentro de um espírito que o Senador Arthur Virgílio procura enfatizar nessa Casa, no sentido de haver, apesar de não estar previsto no Regimento, que são dois capítulos diferentes, um capítulo é a formação da comissão e outro capítulo é a eleição da comissão.

Então, são dois capítulos completamente diferentes. O Senador Arthur Virgílio defende, como meu líder, o ponto de vista de haver a proporcionalidade não só na comissão, mas também em termos da direção das comissões. E isso é um entendimento político importante, necessário, fundamentado. Porém, não é regimental. Mas é importante. E eu compartilho com esse entendimento.

Por isso, discutindo com o líder, e quero novamente destacar para o Brasil e para o Estado do Amazonas a importância de se ter parlamentares como o Senador Arthur Virgílio, que antes do aspecto partidário, pensa no aspecto de haver também essa proporção, essa participação de todos os partidos, que nós decidimos retirar o recurso, apesar de eu entender, e quero deixar bem claro, de entender que estou amparado no Regimento.

E quero destacar que muitos senadores se manifestaram sobre o assunto dizendo, dizendo que me respeitavam, que eu tinha credibilidade, que fazia um bom trabalho, e por isso que eu deveria continuar. Eu sempre procurei dizer que eu só queria fazer o aspecto regimental. O que o Regimento diz sobre esse assunto, o que a lei diz.

Então, sou grato aos senadores todos que demonstraram essa solidariedade. E sou grato particularmente ao senador do meu Estado, o Senador Alvaro Dias, que com muita competência fez um voto em separado, destacando esses aspectos todos.

Então, mais importante do que continuar na Presidência, e já não estou na Presidência desde o mês de outubro, porque na ocasião, quando a Mesa declarou vago o cargo, apresentamos o recurso e eu não continuei na Presidência, no aguardo da definição do recurso.

Porém, deixando muito claro de que nós estamos falando, o Senador Mercadante se equivocou na sua

consulta à Mesa, ele teria que ter dito: "Tendo em vista a substituição de membro de comissão permanente que exerce a Presidência", e não a destituição.

E ele mencionou o art. 81. O art. 81 não fala isso, como já foi dito, o líder do partido, quando indica, quando substitui, tem toda autoridade para fazer isso. Quando se trata de Presidente, só pode substituir com o apoio da maioria da bancada. Quando o Presidente se desfilia, ele pode substituir sem o apoio da bancada, porque afinal a pessoa saiu do partido.

Então, nesse sentido eu penso que houve um equívoco e sugiro, inclusive, a V. Exa., Senador Demóstenes Torres, que eu sei que o trabalho do Regimento está sendo feito, de revisão, de atualização, de complementação, que o grupo encarregado dessa revisão possa se debruçar sobre esse tema para que em ocasiões futuras não haja qualquer dúvida a respeito desse assunto.

Então, é o que eu tinha a dizer e concordo amplamente com o pensamento, como eu disse, do Senador Arthur Virgílio, enalteço o trabalho do nosso líder e ele tem um espírito público, republicano, que está a prevalecer também nessa situação, dizer, apesar de não haver esta clareza, que eu estou amparado na lei existente, mas nós vamos pensar num princípio de proporcionalidade.

Então, eu quero deixar bem claro para todas as pessoas que eu jamais interporia um recurso contra o que o Regimento diz.

Se o recurso está sendo interposto, é porque existe a compreensão de que o Regimento deveria ser cumprido. Senão, jamais teria sido feito isto.

E sugiro, como eu disse a V. Exa., que a comissão possa deixar mais claro o assunto, para que em ocasiões futuras essa dificuldade não volte a acontecer.

Agradeço a V. Exa. e agradeço também, Senador Demóstenes Torres, porque V. Exa. é uma pessoa do diálogo, do entendimento, da escuta e discutimos muito, pessoalmente, essa situação. V. Exa. fez um conjunto, uma análise muito interessante também e tudo isso faz com que a gente pense, assim, que as nossas leis internas precisam ser aperfeiçoadas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa., Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Senador Flávio Arns, ele sim é generoso e muito correto. Ele provou à farta, do ponto de vista do Regimento que a ele assistiria a razão caso tocasse essa luta até o final.

Afinal de contas, o art. 81 de que se valeram os que se perfilaram contrariamente à ideia exposta pelo PSDB, ele trata de indicação e substituição e não de destituição. Então, são minúcias que conformam, e V. Exa. melhor do que ninguém nesta Casa conhece Direito, são minúcias que conformam a própria... O próprio brilho do Direito. São as minúcias que dizem quem tem razão e quem não tem razão. Indicação e substituição é uma coisa, destituição é outra bem diferente.

Mas a questão, e para ser bem passada lá para fora para que as fronteiras... Para que além fronteira de Senado todos entendam o papel do Senador Flávio Arns, a preocupação dele nunca foi permanecer no cargo de Presidente da Comissão de Educação desta Casa. Ele vinha exercendo com muito brilho esta função. Por razões que expôs sobejamente, disse: "Não vou permanecer no meu partido por razões tais, tais e tais." Alegou razões éticas inclusive para isso.

O Senador Flávio Arns recebeu muita pressão para não abrir mão dessa luta, por parte de artistas como o Odilon Wagner, Beatriz Segall, Christiane Torloni, Maitê Proença e tantos, tantos e tantos, recebi no meu gabinete pilhas e mais pilhas de e-mails com manifestos assinados por artistas, atores, figuras exponenciais do mundo cultural brasileiro, que insistiam em que seria uma perda para o Senado, até porque, naturalmente alheios à questão regimental ou não regimental, eles se preocupavam com a cultura, a cultura poderá perder um grande aliado com a saída da Presidência do Senador Flávio Arns.

E o Senador Flávio Arns, obviamente, que tinha que dar satisfação a essas pessoas. A preocupação nossa é com cultura de verdade. Cultura não é aquela que ditatoriamente um Governo compõe.

Cultura é ver o que o povo está fazendo e apoiar o que o povo está fazendo. Não é patrocinar aquilo que o Governo quer ver dito, porque isso Mussolini fez muito bem, Hitler fez bem, qualquer regime ditatorial faz muito bem e faz com muita eficácia.

Cultura é apoiar aquilo que o povo faz espontaneamente. E quem trabalha cultura nesse país, quem vive de cultura, os atores, as atrizes, os dramaturgos, os escritores, obviamente que eles querem um clima máximo de liberdade no Brasil.

A pressão veio também das universidades comunitárias. Ou seja, algo que parecia interna corporis, virou uma questão nacional, virou uma questão de muita importância para segmentos de muito relevo na sociedade brasileira.

Nós, depois de muita conversa e rememoramos os fatos passados e os fatos recentes, entendemos que, embora com o Regimento a favor de Flávio Arns, a favor do PSDB, nós deveríamos, em nome da harmonia da Casa, da proporcionalidade, que não deveria deixar de fora de uma das comissões mais relevantes o partido, o

peso do Partido dos Trabalhadores, o peso do PT, nós resolvemos abrir mão dessa... Desse recurso.

E lembro, quando apoiamos o candidato do PT à Presidência da Casa, Senador Tião Viana, enfrentando o atual Presidente José Sarney, surgiram várias dúvidas depois. Todo vencedor fica eufórico e então é natural que a euforia tome conta. Não deve tomar conta de pessoas que tem muita experiência, mas às vezes até os experientes ficam eufóricos. E os vencedores queriam se portar no início como se fosse um Exército Romano que invade Cartago e salga a terra e leva os despojos todos e estupra as mulheres e rapta as crianças para fazer elas escravas, enfim.

Então, chegaram a pensar em negar a Comissão de Relações Exteriores para o PSDB. É bom nos lembrarmos disso. O indicado seria o Senador Fernando Collor, que é um partido que por mais valoroso que seja, tem muito menos senadores do que o PSDB. Nós contamos com o apoio do PT naquele episódio. O PT se portou de maneira correta conosco, como nós nos portamos de maneira correta e leal com o PT, apoiando o Senador Tião Viana porque era uma decisão nossa, nós entendíamos que era melhor a opção Tião Viana do que a opção José Sarney e pronto. É um direito nosso. Entendíamos e se houvesse outra eleição hoje eu faria a mesma coisa, apesar de ser ano eleitoral.

Muito bem. O PT, depois, perde a eleição para o próprio Senador Fernando Collor porque aí já houve uma outra composição de forças que facilitou a vitória de Collor contra a Senadora Ideli Salvatti, que recebeu o apoio unânime, o voto inteiro do PSDB para a sua postulação, porque nós entendíamos que o PT deveria ter o quarto lugar, a quarta opção pela ordem natural da proporcionalidade. E acabou depois cabendo à senadora a liderança do Governo no Congresso ou algo parecido.

O fato é que depois de muita conversa e apesar dessa pressão da sociedade, dos meios culturais, dos artistas, dos atores, dos produtores culturais, dos dramaturgos, dos novelistas, surgiu a ideia de que nós deveríamos, em nome do bom senso e da harmonia que precisa reinar nessa Casa, abrir mão dessa indicação. Abrirmos mão de algo com a crença de termos razão regimental, abrirmos mão pelo entendimento e abrirmos mão até para nos tornarmos coerentes com o passado recente da luta que se travou pela Presidência da Casa.

É nesse sentido que depois de ter visto o Senador Flávio Arns, com sua nobreza, e é uma pessoa nobre, é uma figura nobre, figura de enorme dignidade pessoal, de enorme dignidade pública, arrazoar sobre a questão regimental, eu procurei trazer o meu arrazoado para o lado político.

Fiz a lembrança do passado recentíssimo e, então, entendo que, embora regimentalmente bem amparados, nós fazemos justiça ao PT, entregando ao PT a possibilidade de eleger alguém que coloque o seu partido na direção de uma das principais comissões da Casa, comissão que ganhou muito relevo com a Presidência do Senador Flávio Arns.

E mais, e finalmente, Sr. Presidente, o que se espera da pessoa a ser eleita é que venha com as janelas abertas para a liberdade. Que venha para compreender o direito de expressão no país. Que venha para compreender que não se faz cultura procurando adaptar a cultura aos interesses de Governo qualquer. Que se faz cultura simplesmente respeitando o livre pensamento de cada pensador. Porque se é pensador, ele tem que pensar por ele próprio. Esse é o sentido da luta que travamos, e esse é o sentido, portanto, do apelo que faço a quem quer que vá dirigir a Comissão de Educação.

E este é o sentido do gesto nobre do Senador Flávio Arns, quando permite que a liderança do PSDB abra mão do recurso que interpôs para nós fazermos o Senado funcionar, respeitando-se os tamanhos de cada partido.

Aqui, o PSDB tem a maior bancada, a segunda bancada é empatada com o DEM e a do PSDB, a terceira bancada é a do PT. Isso é fundamental. Eu prefiro sempre que todos os partidos, de acordo com que estritamente estabelece a proporcionalidade, façam parte da Mesa.

É uma falácia, uma falácia... Uma falácia que sequer chega a ser inteligente se dizer: “Ah, disputou a Presidência, disputou a Presidência e, portanto, não tem direito a participar da Mesa.” Quem age assim imagina que vai encontrar pela frente guerrilheiros e não adversários normais, adversário leais.

Então, eu sou a favor já que a prática que se estabeleceu é a de se poder disputar livremente a Presidência da Casa e depois se respeitar a proporcionalidade tanto na Mesa quanto nas comissões, eu entendo que essa deva ser a jurisprudência a ser firmada, apesar de a leitura do Regimento nos permitir entender que o Senador Flávio Arns estava coberto de razão ao concordar com a iniciativa do PSDB de fazer o recurso em seu favor.

Mas que seja feliz o novo Presidente da Comissão de Educação, e que trafegue pelas estradas da liberdade. Que não navegue pelas águas do aparelhamento. Que navegue pelas águas da comunhão com quem faz cultura neste país.

Estão todos nos ouvindo, estão todos preocupados, estão todos saudosos da liderança firme do Senador Flávio Arns naquela comissão. Que não haja,

portanto, vou falar uma expressão que eu considero de mau gosto, horrível, que não haja solução de continuidade. É uma expressão que eu gostaria de ter outra no momento, mas não me ocorreu.

Que o Senador Flávio Arns, portanto, seja sucedido à altura da sua capacidade de entender que não existe cultura verdadeira sem se ir ao povo. E não existe respeito ao povo se tenta impor o modelo cultural ao próprio povo. É fortalecer aquilo que o povo já faz.

Portanto, que o exemplo de Flávio Arns como Presidente da Comissão, tão acalentado como ele tem sido por quem faz cultura no país, que ele seja seguido e que vire esse exemplo também uma jurisprudência informal nesta Casa, Sr. Presidente.

Nós do PSDB abre mão, por entender que o PT, como grande partido que é, merece fazer parte de uma das comissões mais relevantes da Casa. Afinal de contas, é o quarto partido pelo número de Senadores que logrou eleger nas eleições que travou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alvaro Dias. Em seguida Tasso Jereissati, Eduardo Suplicy e Wellington Salgado. E Marconi Perillo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu fui autor do voto em separado e quando o discutimos expus as razões regimentais que recomendaram a apresentação do voto na defesa do mandato de Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal.

Hoje, o líder do PSDB, Arthur Virgílio, responde a um ato de intolerância com tolerância. Ele retira o seu recurso exatamente para evitar o constrangimento de um confronto, já que seria constrangedor para qualquer colega do PT, Senador do PT, votar contrariamente à permanência do Senador Flávio Arns na Presidência da Comissão de Educação.

Então, Sr. Presidente, sobre Flávio Arns disse o que tinha que dizer na ausência dele, e hoje prefiro não repetir. A admiração, o respeito que devoto a ele e por quê.

Mas eu gostaria de aproveitar esse ensejo, agora muito mais falando em tese do que propriamente em relação ao fato que estamos discutindo, dizer que nós precisamos aprender a valorizar o voto.

Eu creio que a democracia precede ao Regimento. Valorizar o voto é valorizar a democracia. Se o Regimento impossibilita a valorização do voto, que se mude o Regimento.

Então, esta é a proposta que eu quero registrar hoje. Se o Regimento está impedindo que, neste caso, o voto que eu concedi ao Senador Flávio Arns seja desvalorizado, que o meu voto seja anulado neste ato, ele está sendo anulado, eu votei no Senador Flávio Arns para ele ser Presidente da Comissão de Educação durante dois anos. Estão, portanto, subtraindo um direito adquirido através do voto, democraticamente. Isso não pode estar acima... Isso não pode ficar aquém do Regimento. Isso tem que estar acima do Regimento.

Se as interpretações estão possibilitando anular o voto, que alteremos o Regimento para não dar margem a esse tipo de interpretação que é nocivo aos interesses democráticos.

Ora, Sr. Presidente, nós já tivemos outros casos. Aqui ao meu lado está a Senadora Patrícia Saboya, ela foi Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, mudou de partido e não perdeu o seu mandato de Presidente da comissão.

Talvez ela tenha mais carisma do que o Flávio Arns. Mas, certamente, ambos são dignos, honrados e competentes. Talvez o carisma da Senadora Patrícia tenha se sobreposto ao Regimento da Casa. O carisma da Senadora Patrícia ficou acima do Regimento. A democracia não pode ficar. O voto não pode ficar. O voto tem que ser anulado. O meu voto está sendo anulado. O mandato adquirido democraticamente pelo Senador Flávio Arns está sendo subtraído.

Eu não sei qual o argumento que nós podemos usar para preservar um Regimento que subtrai o direito adquirido através do voto, se o voto é a essência do processo democrático.

Por isso, Sr. Presidente, se este é um fato consumado, se a intolerância acaba prevalecendo sobre o consenso que há nesta Casa de que a figura do Senador Flávio Arns só acrescenta e valoriza a comissão que ele preside, paciência.

Mas vamos, doravante, mudar os procedimentos regimentais para que nós possamos valorizar o voto e valorizar a democracia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes Torres, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Eu gostaria de fazer algumas considerações que... Sobre essa questão que, a meu ver, se coloca alguns pontos importantíssimos para essa Comissão e para o Senado Federal.

Primeiro, eu queria dizer que fui designado pelo Presidente Demóstenes para ser relator de um Projeto do Senador Marco Maciel, de Reforma do Regimento desta Casa. E nós estamos fazendo em conjunto com uma série de senadores, recebendo sugestões, com os setores técnicos dessa Casa, a revisão e a atualização deste Regimento.

E essa questão de hoje levanta realmente um ponto fundamental que nós vamos ter que modificar nessa proposta que nós faremos agora, porque como

disse muito bem o Senador Alvaro Dias, é fundamental que o voto seja respeitado, que o mandato seja respeitado.

Sendo o voto e o mandato respeitado, evidentemente que não teria o menor cabimento, a menor possibilidade que o Senador Flávio Arns não ficasse à frente daquela comissão para a qual foi eleito com o voto dos seus membros, com o voto dos senadores. Ele não foi indicado por nenhum partido para... Ele foi indicado pelo partido para concorrer à Presidência e eleito pelos senadores.

E eleito não somente, e aí é outra coisa fundamental que deve prevalecer nessa Casa, ele não foi eleito somente porque foi indicado, principalmente porque foi indicado pelo PT, pelo Partido dos Trabalhadores. Ele foi eleito pelo enorme respeito que todos os senadores dessa Casa têm pela sua pessoa.

Respeito pelo seu trabalho aqui dentro dessa Casa, respeito pela sua história como político, não só como Deputado Federal, como Senador da República e em outras atividades que ele desenvolve na sua vida pública, mas não exercendo cargos. E é, sem dúvida nenhuma, uma das personagens mais dignas que esse Senado possui hoje.

E eu não acredito, Senador Flávio Arns, que tivesse uma só pessoa, mesmo senadores do PT que, em público, diante da televisão, tivessem a coragem de votar contra a sua permanência. Duvido muito que isso acontecesse. E isso V. Exa. acho que sabe disso também.

Porque fazer as conspirações para que V. Exa. não continuasse, as pressões, sem aparecer publicamente, muitos o fazem. Mas votar publicamente contra a sua permanência na Presidência da comissão, duvido que muitos tivessem, que algum tivesse coragem de fazê-lo pela importância e pela dignidade que V. Exa. representa com sua atuação nessa Casa hoje.

O seu gesto se reveste de maior grandeza ainda, porque V. Exa. sabe disso, que iria, como foi dito aqui, se não me engano pelo Senador Alvaro Dias, causar um enorme constrangimento a quem quisesse ou tivesse por algum tipo de pressão obrigado a votar contra a sua permanência.

Por isso fica aqui a nossa palavra de respeito. Eu não diria que parabenizando por retirar. Eu gostaria de vê-lo porque esse Senado Federal mais do que nunca está precisando de pessoas como V. Exa., representando e dirigindo comissões ou qualquer outra atividade aqui nessa Casa.

Mas me rendo diante da sua grandeza e da sua... Da sua personalidade, nesse momento, realmente, em que levanta esse tipo de caso que nós precisamos resolver.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, como vice-líder da bancada do PT e em nome do Senador Aloizio Mercadante, que inclusive hoje por razão de exame médico que precisa ser feito em São Paulo não pôde estar aqui presente, gostaria de transmitir a palavra aqui de respeito ao Senador Flávio Arns e ao líder, Senador Aloizio Mercadante, bem como aos Senadores Alvaro Dias, Tasso Jereissati, que aqui se pronunciaram, eu quero transmitir aqui, reiterar o respeito que todos temos pelo Senador Alvaro Dias, pelo Senador Flávio Arns que ainda ontem todos nós proclamamos por ocasião da homenagem à Dra. Zilda Arns.

E quero dizer, Senador Flávio Arns, que esse respeito é muito grande. V. Exa. sabe da nossa convivência, inclusive quando tomou a atitude de deixar o PT, todos nós nos pronunciamos dizendo da nossa amizade e respeito por V. Exa..

Mas quero transmitir ao Senador Arthur Virgílio que o passo que V. Exa. dá hoje é no sentido de elevar o grau de convivência entre nossos partidos e com a compreensão do Senador Flávio Arns, pode estar certo, Senador Arthur Virgílio, hoje a decisão de desistir deste recurso faz com que nós tenhamos um grau mais elevado de convivência, para que os nossos partidos possam estar colaborando para decisões na defesa do interesse público e maior da nação brasileira.

Então, apenas aqui esse registro, em nome também do Senador Aloizio Mercadante que, inclusive, ao propor que fosse adiada a decisão para hoje possibilitou esse entendimento.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Eu já tive oportunidade de ser Presidente da Comissão de Educação, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e sou hoje Vice-Presidente da CCJ.

Eu vejo nessa Casa que nós não podemos expor senadores. Eu não sei, o Senador Tasso está agora revendo o Regimento Interno, tenho certeza que essa situação vai ser importante para V. Exa.

Agora, essa situação acontece com o Senador Flávio Arns é realmente algo... Eu sou a favor da proporcionalidade, mas considero algo absurdo. Absurdo porque tirar um senador... Aliás, não foi tirado. O Senador enquanto entrou com recurso, que na minha ótica teria um efeito suspensivo, com o recurso poderia continuar na Presidência, ele não continua.

Meu partido, PMDB, já teve algumas situações semelhantes a essa. Em momento algum procurou tirar senador de cargo, tirar o senador da posição que foi colocado.

Eu sou membro da Comissão de Educação e quando votei, quando tinha a cédula para votar, como bem colocou aqui o Senador Alvaro Dias, eu votei no Senador Flávio Arns. Sou a favor da proporcionalidade. Sem proporcionalidade, quem tem a maioria vira rolo compressor. E isso não é bom para a democracia, não é bom para o Senado Federal.

Essa Casa tem errado e essa tem sido a minha experiência ao longo dos quatro anos e meio, sempre ao expor senadores que são companheiros. Expor de alguma maneira, ou por interesse político, ou por interesse ideológico, ou por interesse de ocupação de cargo.

E isso só tem levado, só tem levado a nossa Casa a ser sempre pessimamente avaliada perante a sociedade. E quando o Presidente Lula tem 80% de aprovação, podem ter certeza que não é 80% do Presidente Lula, não. Dele pode ser 60, 55 e o restante é em função da desmoralização que a nossa Casa tem recebido, por atitudes de confronto, do qual não tiro o corpo que eu também participei de algumas.

Agora, não pode acontecer mais isso. Esse é um momento triste, porque o Senador Flávio Arns sempre como Presidente nunca expôs condições ideológicas ou para poder prestigiar alguém ou desprestigiar outra pessoa. Ele sempre teve uma posição de Presidente da Comissão de Educação. A mesma posição que nós temos aqui do Senador Demóstenes. Todo mundo sabe que o Senador Demóstenes é de um partido de oposição, tem posições duras, mas aqui tivemos exemplos nesse momento que ele seguiu o Regimento e cumpriu o Regimento até mesmo com posição contrária ao que ele pensa.

Eu o vi estudando o Regimento, não encontrou uma saída, vai colocar tudo que vai ser votado aqui no próximo momento dentro do Regimento. Então, a experiência que eu tive nessa Casa nos quatro anos que passei foi isso, formada por grandes homens, homens que fazem esse país, homens que já foram governadores, que já foram prefeitos, senadores, que eu não tive oportunidade de ser, mas homens que às vezes erram em expor companheiro, em expor próprios senadores que não acontece em outros órgãos como o Judiciário, como o Ministério Público.

Temos tido exemplos aí, Senador Demóstenes, me perdoe, sei que V. Exa. é do campo, mas muitas vezes o Ministério Público age corretamente em cima de um outro poder. Mas, algumas vezes não se vê agir em cima do seu próprio poder. Isso talvez até aja internamente, sem expor a organização, que é justamente o contrário que o Senado Federal faz.

O Senado Federal pode tomar suas atitudes drásticas contra senadores, mas não precisa expor. E isso é o que está faltando, grandes nomes que pensem e que amem o Senado.

Nesse momento eu sinto muita falta do Senador ACM. Ele era um Senador que você pode chamar, que tinha amor ao Senado. E amor ao Senado poucos aqui tem. Eu digo amor mesmo, aquele que vai defender o Senado.

Então, Senador Flávio Arns, eu votaria a favor de que V. Exa. continuasse no cargo. Como o líder, em função da proporcionalidade, que eu acho correta também, retirou, eu então não poderia deixar passar esse momento sem colocar aqui a minha posição quanto a essa situação, que eu tenho certeza que o Senador Tasso Jereissati irá prestar atenção, irá dar a atenção forte na mudança do Regimento.

Era essa minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, tive oportunidade de conhecer o Senador Flávio Arns a cerca de 14, 15 anos atrás, quando cheguei à Câmara Federal. Acho que chegamos juntos.

O Senador Flávio Arns, aquela época, já revelava o seu perfil de comprometimento com grandes causas, grandes ideias, grandes sonhos e, graças à sua credibilidade, pôde granjear muita simpatia e respeito por parte de toda sociedade.

Ele sempre defendeu causas muito nobres. Aliás, o Senador Flávio Arns pertence a uma cepa de homens e de mulheres do mais alto valor e do mais alto reconhecimento neste país. Quem é que não respeita profundamente a trajetória de vida e o comprometimento em relação aos direitos humanos e à democracia defendidos por Dom Paulo Evaristo Arns?

Um dos fatores que me levaram a abraçar a causa pública, a política, a defesa da redemocratização do país, a luta pela anistia, a luta pelos direitos humanos foi, certamente, a voz corajosa, e não só a voz corajosa, mas os atos de Dom Paulo Evaristo Arns, este que, na minha opinião, é um dos mais respeitados homens deste país. Aliás, uma das criaturas humanas mais admiráveis desse país.

Quem é que não reconhece, e ontem praticamente toda a Sessão do Senado se dedicou a reconhecer e a apoiar as vítimas do terremoto no Haiti, mas quem é que não reconhece o valor intelectual e, principalmente, o conteúdo do trabalho realizado pela Dra. Zilda Arns, que dispensa comentário. Afinal de contas, durante toda uma vida ela se dedicou às crianças, aos idosos, se

dedicou, assim como Flávio Arns, a causas, ideias, a sonhos, e transformou essa sua luta na esperança de milhões de jovens, de crianças, de idosos brasileiros e, porque não dizer, de crianças e idosos de outras partes do mundo, em especial o Haiti.

O Senador Flávio Arns é uma pessoa que tem um perfil ideológico, filosófico, muito claro, muito definido. Ele tem suas próprias ideias, ele defende causas absolutamente sensíveis à cidadania e à democracia, à solidariedade, a valores como a fraternidade, e por isso que ele sempre mereceu de minha parte todo apoio e todo respeito.

Eu vou lamentar muito como membro suplente da Comissão de Educação a ausência do Senador Flávio Arns como seu Presidente. Dirigiu durante o tempo em que lá esteve a Comissão de Educação, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, com firmeza, mas com muita sensibilidade, abrindo aquela comissão ao debate acerca dos mais importantes temas na área de educação e cultura neste país.

Mas, à medida que o PSDB concorda em abdicar dessa posição e é questionável se teríamos o direito ou não, eu me filio à corrente dos que entendem que o Senador Flávio Arns teria direito a continuar como Presidente da Comissão de Educação, mas louvo a iniciativa do meu partido e, especialmente, louvo a decisão do Senador Flávio Arns de não polemizar nesse momento em relação à manutenção desse cargo.

Até porque o perfil dele não está vinculado a cargos, a funções por si só, poder pelo poder, mas o Senador Flávio Arns, ao longo de toda sua trajetória, sempre buscou atuar na vida pública defendendo suas causas. E ele vai continuar como membro da Comissão de Educação e como Senador da República defender suas nobres causas.

Ele merece o reconhecimento de todos os seus 80 colegas senadores por tudo que ele tem feito aqui em favor das APAEs, das crianças, dos idosos, dos deficientes, em favor da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, vou procurar ser bastante breve com relação a minha manifestação.

Eu acho que o que aqui foi posto, a retirada de um recurso por parte do PSDB, que pleiteava a manutenção do Senador Flávio Arns à Presidência da Comissão de Educação, tem por trás uma iniciativa que eu tenho certeza que é do Senador Flávio Arns.

Esse ato, portanto, mostra muito claramente a dimensão da dignidade do Senador Flávio Arns. Nós estamos tratando aqui é de um requerimento de retirada, ou retirada de um requerimento.

Por trás deste ato de retirada de requerimento há a determinação de um homem de extrema dignidade chamado Senador Flávio Arns. Eu acho que é preciso que isso fique muito registrado.

Em nome da não interpretação de uma ambição pessoal, ele move o partido dele a abrir mão de um requerimento, mostrando a dimensão de sua dignidade pessoal.

Senador Flávio Arns, V. Exa. vai deixar a Presidência da comissão, mas vai marcar com o seu gesto, que está ocorrendo agora, uma posição muito mais forte do que se continuasse Presidente por anos e anos.

V. Exa. está abrindo mão em nome da dignidade, em nome da não divisão, da não polêmica, da harmonia dos seus pares e de não se entender da posição de V. Exa. um desejo ambicioso de permanecer presidindo a comissão.

Os cumprimentos do meu partido e o aplauso público à sua atitude e à sua dignidade que são reconhecidas por todos seus pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão, eu peço apenas ao Senador Arthur Virgílio que formalize por escrito a desistência do recurso, mas, de qualquer forma, já determino que seja devolvido à Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, V. Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, de acordo com que foi pactuado no início da Sessão...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Faremos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Transcorridos os nove itens votados anteriormente, solicitaria que votasse agora o meu requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo adiantado da hora V. Exa. não quer deixar para a próxima quarta a votação?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. Eu solicito a V. Exa. que nós possamos votar agora. No apelo e no adiantado da hora eu peço a todos que sejamos rápidos nos encaminhamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu vejo V. Exas. todas as semanas fazerem esse apelo.

Requerimento. Tinha um requerimento também do Senador Marconi Perillo, por favor.

"Requeiro, com base na Constituição Federal, combinado com as disposições do Regimento Interno

do Senado Federal, a convocação do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, em substituição à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, nos termos do Requerimento nº 02, de 2010 – CCJ, aprovado por essa Comissão, com a finalidade de discutir a juridicidade, a constitucionalidade das medidas constantes do Decreto nº 7.037, de 2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos".

Justificação. "O Requerimento nº 02, de 2010 CCJ parece-nos impertinente ao convocar a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos, pois não se trata das atribuições vinculadas à pasta de S. Exa. os assuntos relacionados na proposição aprovada.

Assim, nada mais adequado que substituir a convocação da Ministra Dilma Rousseff pelo Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, em decorrência da competência da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que foi responsável pela elaboração do Decreto nº 7.037, de 21/12/2009.

Portanto, em consonância com que determina a Constituição Federal e o próprio Regimento da Casa.

Como houve aprovação do Requerimento nº 02/10-CCJ, nada obsta que a substituição ora proposta seja aceita pelo Plenário da Casa, ou dessa Comissão, melhor dizendo, não sendo aplicável ao caso qualquer interpretação ou disposição, seja do art. 67 da Constituição ou do art. 240 do Regimento Interno, exatamente pelo fato de a proposição ter sido aprovada pelo Plenário da comissão."

Em decorrência disso, decido.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente. Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu falarei, inclusive, a respeito do requerimento de V. Exa. Fique tranquilo.

V. Exa., Senador Marconi Perillo requer que seja, nos termos do art. 334 do Regimento Interno, julgado prejudicado.

Em decorrência disso, decido. Art. 334.

Muito bem. Nós aprovamos aqui na semana passada, obedecendo ao Regimento da Casa, a convocação da Ministra Dilma Rousseff. No requerimento aqui apresentado pelo Senador Romero Jucá, diz o Senador que os assuntos relacionados no requerimento não são de alçada da Chefia do Gabinete Civil e, portanto, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não deve vir aqui.

Mas, lembramos a V. Exa., lembramos a todos os Srs. Senadores, que a Casa Civil é justamente o filtro jurídico, entre outras coisas, quando um projeto de lei é apresentado, encaminhado, a Casa Civil é que dá a última palavra. Também é assim quando já está na fase do chamado autógrafo de lei, quando sai da Casa, ainda não foi sancionado nem rejeitado, encaminha-se à Casa Civil para que a Casa Civil possa efetivamente deliberar com o Presidente da República.

E muitas vezes é frequente que isso aconteça juntamente com o Ministério da Justiça, onde aliás está alojada a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que tem como titular o Sr. Paulo de Tarso Vannuchi que tem também secretário de Ministro.

Portanto, o chamado Plano Nacional de Direitos Humanos é um plano que trata de um encaminhamento feito à Casa Civil e ao Presidente da República, para que isso possa se transformar em projetos de leis; um só ou diversos, como parece que é mais pertinente.

E causou estranheza no Brasil, de uma forma geral, o conteúdo do projeto. Não pelos temas propriamente ditos, porque esses temas estão sempre em voga, estão sempre em discussão. Agora, exatamente por parecer que um ideário contrário inclusive às nossas convicções democráticas e à Constituição Federal estaria sendo de certa forma apoiado pela Casa Civil.

Lembramos, temas como: censura à imprensa; temas como obstar a livre atuação do Poder Judiciário, dando no caso de invasão, aos invasores e proprietários uma atribuição supletiva do Poder Judiciário, uma vez que, obrigatoriamente, se encontrariam para tentar o entendimento, procrastinando, inclusive, evitando a decisão liminar do Poder Judiciário; temas ainda piores, como a substituição de nomes de logradouros públicos fazendo um verdadeiro acerto com a história, como disse o Cardeal Titular do Rio de Janeiro, parece que querem tirar inclusive o Cristo Redentor do morro.

Então, lembro que aqui nós tivemos uma proposição que foi mudar o nome da Ala Filinto Miller para a Ala Darcy Ribeiro. E me lembro que foi relator do projeto o Senador Marco Maciel. Eu, votando juntamente com o Senador Marco Maciel, dizia o seguinte: "Nós não temos como fazer acerto com a história." Nós não. Quando nós vamos a Roma, um dos principais que nós, um dos principais lugares que nós visitamos não é justamente o templo de Nero? E Nero fez o que com Roma? Ateou fogo.

Então, nós não podemos desconhecer esses fatos, mudar o nome da Fundação Getúlio Vargas. É isso que nós queremos? Das ruas com o nome de Getúlio Vargas.

Então, é caso grotesco, é caso de discussão, é atribuição da Comissão de Constituição e Justiça e acho, entendo que a Casa Civil deve efetivamente ser chamada para essa discussão.

Então, não entendo que a Ministra tenha sido convocada de forma equivocada. Inclusive, vale lembrar, me traz aqui a assessoria, que a Lei 10.869, de 13 de maio de 2004, dá à Casa Civil justamente as competências que eu acabo de mencionar: "À Casa Civil da Presidência compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais", etc..

Então, por essa razão já seria um motivo para indeferir, efetivamente, esse recurso.

Mas há mais.

V. Exa. se utiliza dos arts. 67 da Constituição e do art. 240 do Regimento Interno da Casa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Para dizer que não são matérias vencidas e, portanto, podem ser...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Exatamente. E desejo contestar essa versão ou esse entendimento de V. Exa. Por quê? Diz o art. 67 da Constituição Federal: "A matéria constante de projeto de lei rejeitado"... Então vamos gravar, ficar bem na memória com essa expressão, 'projeto de lei rejeitado'. "Somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional." Genericamente, portanto, V. Exa. tem razão. Por quê? Porque a matéria não foi rejeitada. A matéria foi naturalmente aprovada. Mas, especificamente, V. Exa. está equivocado, porque não se trata de projeto de lei e sim de requerimento. Então, não se trata de uma proposição legislativa. Todo mundo que for ler aqui vai ver, a Constituição fala especificamente em "projeto de lei rejeitado".

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. Corolariamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, nem Proposta de Emenda à Constituição ou algo semelhante.

Vem também na mesma direção o art. 240 do Regimento Interno da Casa. O que diz o art. 240 do Regimento Interno da Casa? O art. 240 diz: "As matérias constantes de projeto de lei rejeitado somente poderão ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros do Senado" e faz remissão ao art. 67 da Constituição Federal. Portanto, delibera da mesma forma.

É possível que matéria aprovada seja apreciada, desde que seja projeto de lei. Imposição constitucional, imposição regimental.

Diante disso, e até para preservar a própria Casa, porque nós não podemos destruir as comissões como nós fizemos com as CPIs, não podemos destruir as comissões permanentes da casa. As CPIs hoje dão o quê? Dão em nada. CPIs, nós votamos, instalamos as CPIs e não apuramos nada por quê? Porque a maioria... Aí, independe do Governo. A maioria sempre toma a deliberação no sentido de apurar coisa alguma.

E lembrando que a CPI, inclusive, tem atribuições restritas ao Poder Judiciário. Nós podemos quebrar sigilo, nós podemos fazer convocações e nós jogamos isso fora. Agora, a comissão aprovou. Eu convoquei, em nome da comissão, a Ministra Dilma Rousseff. Mandei o Ofício nº 11 para ela e ontem ela recebeu a convocação, recebeu também, foi comunicada por fax.

Então, eu tomei as providências em nome da comissão. Então, acredito que a comissão estaria se desmoralizando e nós vejamos, inclusive, o art. 50 da Constituição Federal, o que diz. O art. 50 também é claro, nós agimos de forma regimental, "A Câmara dos Deputados e o Senado ou qualquer de suas comissões"...

Então, independentemente de ser o Plenário da Casa, de ser o Plenário do Congresso, as comissões podem fazer a convocação em caráter terminativo, "Poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada."

Quer dizer, a Ministra, se não comparecer depois de convocada, o prazo de 30 dias foi dado, ela poderá ser processada por crime de responsabilidade. E mais, diz o seguinte: "Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimento com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério."

E vem o parágrafo segundo: "As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no 'caput' deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não – atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a apreciação de informações."

Então, a Ministra pode vir acompanhada do Sr. Paulo de Tarso Vannuchi. Quer dizer, ela pode inclusive trazê-lo aqui. Pode chegar, pedir... Ao pedirmos algum esclarecimento, ela pode justamente dizer: "Olha, está mais apto nesse momento a prestar esclarecimento quem está me assessorando, em nome da Presidên-

cia da República, o Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, que também tem status de Ministro."

Em decorrência disso, por já ter sido apreciado, acolho também a sugestão do ilustre Senador Marconi Perillo e, com base no art. 334 do Regimento Interno da Casa, que diz: "O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação no Senado". Então, estou fazendo, portanto, de ofício e também estou fazendo por provocação do Senador Marconi Perillo. Diz, inciso II: "Em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação." Então, nós já julgamos essa matéria.

Em decorrência disso, eu julgo prejudicado o recurso e determino seu arquivamento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem. Para recorrer. O próprio art. 334 que V. Exa. citou, no § 2º diz o seguinte: "Da declaração de prejudicialidade poderá ser interposto recurso ao Plenário, ouvido caso a Comissão de Constituição, Justiça", quando for para o Plenário, porque o Regimento é corolário.

Então, eu discordo de V. Exa., V. Exa. já emitiu seu parecer, seu voto quanto à matéria especificamente, mas eu discordo dessa posição e recorro ao Plenário da Comissão essa declaração de prejudicialidade. Portanto, invocando o § 2º e pedindo a votação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. O § 2º do art. 334 diz: "Da declaração de prejudicialidade", que eu fiz, "poderá ser interposto recurso ao Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania", que é o caso.

Em decorrência disso, defiro o recurso e abro a discussão, nos termos do art. 14, inciso III, que diz: "Na discussão, o senador poderá usar a palavra por... Uma só vez por dez minutos".

Então, nesse caso os senhores que quiserem se inscrever para discutir o recurso, a inscrição está aberta. Primeiro...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Para me inscrever, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): ...O Senador Arthur Virgílio e em seguida o Senador José Agripino.

Lembrando que todos, como se trata de recurso, todos podem se inscrever para argumentar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, é obrigado ser nessa sessão essa discussão? Ou pode ser em outra sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode ser em outra sessão. No início, foi, inclusive, votado. Eu indeferi para que não acontecesse, mas já foi votado.

Infelizmente é matéria já prejudicada.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Quer dizer que nós vamos discutir um recurso para que, se aqui aprovado, vá para o Plenário...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Para que nós possamos discutir o requerimento. A discussão aqui, o recurso é se prevalece a minha declaração de prejudicialidade ou se cai a declaração de prejudicialidade. Se cair, aí nós vamos iniciar a discussão do requerimento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O recurso é ao Plenário do Senado ou da Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ao Plenário da comissão. É o Plenário. Quando é na Casa, é Plenário da Casa. Nesse caso, se for Plenário da Casa é ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. Se for feito na própria Comissão, então já é... O recurso é imediatamente para o Plenário. Como nós fazemos aqui, aliás, indistintamente o tempo todo.

Senador Arthur Virgílio, pelo prazo de dez minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, muito bem. O Senador Romero Jucá arrazoa que não estaria afeta à responsabilidade da Ministra Dilma Rousseff essa questão do PNDH 3.

E, no entanto, eu contra-argumento levantando que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que tem status de Ministério, ela é vinculada diretamente à Presidência, e a Presidência, por sua vez, ela é, na prática, exercitada pela ação administrativa e até política do Ministro-Chefe, e no caso da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Então, tem sim a ver com ela, até pela ligação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos com a Presidência da República.

Por outro lado, quando o líder diz: "A Ministra não deve vir porque não tem nada a ver com isso", eu pergunto: por que então obstaculizaram tantas vezes a vinda da Ministra para discutir PAC na Comissão de Infraestrutura? Por que a tentativa, no caso da Dra. Lina Vieira, ela tinha ou não tinha o que explicar naquele episódio? No caso dos cartões corporativos, foi uma batalha campal para que ela viesse.

Ou seja, a verdade é que se quer envolver a Ministra numa bolsa, numa bolha, e isso só denigre o

Plano, que para mim tem mesmo, V. Exa. foi muito feliz, esse caráter ditatorial, esse caráter intervencionista, esse caráter que vai na contramão da consolidação da nossa bonita democracia.

Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, de lembrar que é nessa hora que o presidencialismo me parece mesmo um sistema político selvagem, porque permite essas manobras. No parlamentarismo inglês, o Primeiro Ministro é obrigado a comparecer uma vez por semana à Câmara dos Comuns; ele é obrigado a comparecer pelo menos uma vez por semana e outras vezes se necessário se fizer a presença dele. Lá as perguntas são objetivas e as respostas são igualmente objetivas, mas esse contato entre o Primeiro Ministro inglês e seu gabinete e Câmara dos Comuns, ele é corriqueiro, ele é normal, ele é natural, ele é desejável, porque ele é democrático.

Muito bem. Eu me espanto também com a contradição entre a Ministra, que fala o tempo inteiro, lançando pedras fundamentais pelo Brasil afora e se escafede de dialogar com o Congresso Nacional, como se o Congresso Nacional pudesse fazer algum mal a ela. E não há intenção alguma de fazer algum mal e sim de obter, de quem tem mais autoridade nesse Governo que aí está, obter esclarecimentos sobre um plano que assustou o país. Essa que é a grande realidade.

V. Exa., eu estou Sr. Presidente, eu estou Sr. Presidente, encaminhando à Mesa um requerimento propondo a convocação do Ministro Nelson Jobim. Vejo aqui da Internet um certo bate-boca entre o Ministro Vannuchi e o Ministro Jobim sobre essa mesma matéria.

Então, creio que seria interessante, junto com a Comissão de Relações Exteriores, se ouvir também na CCJ o Ministro Nelson Jobim. Eu entendo que nós estamos diante de uma questão que é extremamente relevante para o Senado.

Há um escândalo, esse da criação da nova TELEBRAS. É um escândalo verdadeiro. E, no entanto, e, no entanto, Sr. Presidente, nós estamos vendo... Sr. Presidente, há um escândalo esse da TELEBRAS que cita nominalmente o Sr. José Dirceu.

Me liga o Deputado Paulo Bornhausen falando: "A bancada assinaria uma CPI mista?" Eu digo: "Assina." Mas falei sem o menor entusiasmo, porque V. Exa. tem toda razão, o instituto da CPI, ele foi desmoralizado nesses últimos anos. A CPI não serve para apurar mais nada. Simplesmente viraram um instrumento de 'abafa' oficial. Nós não podemos concordar com isso.

Agora, estamos transferindo esse mesmo método, essa mesma metodologia para as Comissões Permanentes da Casa. Eu fico muito desalentado porque não é esse o Senado com o qual eu sonho e não era essa a prática do Senado em governos anteriores. Não era assim que funcionava.

Muito bem, Sr. Presidente, eu inclusive deixei de apresentar junto... Eu ia fazer uma PEC entrando pelo Senado com essa PEC e o Deputado José Bonifácio de Andrada faria a mesma coisa pela Câmara, e a que andasse mais depressa seria aprovada. Deixamos de apresentar essa PEC por absoluta razão ética. Pareceria perseguição ao Ministro José Dirceu. Ele estava vivendo aquela crise dele do cai ou não cai, terminou caindo, porque era insustentável sua presença no Governo.

Muito bem, a PEC era se criar a figura do Ministro-Coordenador, que seria um pré-anúncio do parlamentarismo com que meu partido sonha. O Ministro-Coordenador, que no caso seria o Ministro-Chefe da Casa Civil, ele teria que vir uma vez por mês, pelo menos, ao Parlamento. A forma estava ainda sendo o Plenário das duas Casas, a forma estava sendo ainda discutida por nós dois.

E concordamos, o Deputado Bonifácio de Andrada e eu próprio, que pareceria uma perseguição ao Ministro, que pareceria que nós estaríamos querendo explorar politicamente a crise que ele vivia. E fomos deixando. Um projeto que quem sabe já poderia estar aprovado hoje. A vinda obrigatória do Ministro da Casa Civil ao Parlamento uma vez por mês até para tratar de assuntos rotineiros.

Aqui criou-se um clima de que é boa política de Governo não se permitir o contato de Ministros relevantes com o Parlamento. É uma tentativa de minimizar o Parlamento. É uma tentativa de proteger o Ministro e eu pergunto: proteger de quê? Se o projeto é bem intencionado, se o projeto não é ditatorial, se tem o que se explicar, por que não vem a Ministra e explica com toda clareza? Eu, sinceramente, Sr. Presidente, vejo com realismo de alguém que conhece essa Casa, que a maioria impedirá a presença da Ministra.

A pergunta que faço é se nós temos que nos rebaixar ainda mais e recorrer a um poder fora do nosso, ao Judiciário. Seria uma capitis diminutio ainda maior do que aquela que já estão sendo impostas a nós outros aqui Senadores. Então, eu vejo que vamos ter oito votos, nove votos... A Ministra não virá.

Mas está posta a questão de fundo. É licito, é justo, esqueçamos que ela é candidata a isso ou não é candidata a aquilo, é justo, lícito, correto, que uma Ministra, um Ministro, entendam como boa prática o não comparecimento ao Congresso? O desrespeito ao Congresso? Seria bom para o Parlamento e quem é Governo hoje pode ser oposição amanhã, é muito bom que esses exemplos não germinem, é bom que se crie essa prática de se votar para depois se desvotar?

Estamos criando a figura da "desvotação", o que significa dizer que não adianta se ter, se cobrar assiduidade numa Comissão, não adianta se obter maioria para aprovar determinada proposta, porque em seguida vem o requerimento e esse requerimento através de um rolo compressor, de uma eventual maioria desfaz aquilo que foi soberanamente decidido por um Plenário com quórum em determinada comissão.

Eu faço um apelo ao líder Romero Jucá para que retire esse... Para que retire esse requerimento. Se é verdade que a retirada do nosso requerimento em favor do PT, reconhecido que o PT tinha o direito de assumir uma Comissão relevante na Casa e isso se deu graças à generosidade do Senador Flávio Arns, se nós tivemos esse gesto eu entendo que é bom para o convívio que o Senador Jucá retire o seu Requerimento.

Que eu não consigo entender onde está a vantagem de não se ouvir a Ministra. O que perde a Ministra vindo ao Parlamento? Que pessoa frágil é essa que não pode debater conosco? Que pessoa... Ou seja, sem capacidade de explicar, de se explicar para o país, seria essa que inclusive pretende disputar a Presidência da República, que começa com a prática de dizer não a uma convocação soberana da principal Comissão, da mais antiga, da mais tradicional Comissão do Senado da República?

Portanto, eu nem vou arrazoar pelo regimento. Nós vamos votar e se formos votar vamos perder. Mas eu digo: há falácia quando diz o líder Jucá que ela não tem nada a ver com isso com isso. Tem sim, porque o Ministro Vannuchi é ligado à Presidência da República e a Presidência da República, ela na prática, ela se transmite à população pela imagem, pela figura e pela ação da Chefia da Casa Civil.

Em segundo lugar, isso foi votado. A Comissão deliberou. Ela poderia, como V. Exa. muito bem disse, trazer o Ministro Vannuchi para assessorá-la. Ela poderia falar 10% do tempo e Ministro Vannuchi 90% do tempo. Poderia ter sido essa a proporção. Mas não vir me parece que abrimos aqui um precedente gravíssimo. Um precedente que amanhã vai servir para outros governos. Não existe monarquia neste país. Não existe, muito menos, absolutismo.

Então, quem hoje é Governo amanhã é oposição. Essa prática de impedir que CPIs funcionem, pode servir para outros governos. E quem vai perder com isso é o Congresso, quem vai perder com isso é a sociedade, que deixa de ser esclarecida, quem vai perder com isso é a democracia brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, eu entendo que o justo seria o gesto nobre de uma pessoa que nós todos consideramos e estimamos como o Senador Jucá, de retirar estes requerimentos. A Ministra não corre nenhum perigo. Ninguém vai desfeitear a Ministra, ninguém vai perguntar a ela sobre nada a não ser sobre o PNDH 3, se ela pensa que vamos tratar de D. Lina Vieira aqui. Vamos tratar de PNDH 3 e ela é, sim, a pessoa mais indicada, junto com o Ministro Jobim e até subsidiariamente com o Ministro Vannuchi, que é uma figura menor, secundária nesse episódio, para esclarecer sobre as nuances do PNDH 3.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras.

Sr. Presidente, eu acho que essa discussão envolve, fundamentalmente, a gestão pública e as suas responsabilidades. E eu vou procurar ser bastante pragmático e claro na minha fala.

Nós estamos tratando de esclarecimentos sobre o Plano de Direitos Humanos, que traz no seu texto uma série de assuntos polêmicos, tipo censura à imprensa, com a criação de um órgão de monitoramento da imprensa, de sanções. A quem é que cabe esclarecer este assunto? Seguramente ao Ministério da Justiça; topicamente ao Ministério da Justiça.

Menciono a questão do aborto, outra questão polêmica que, para solução, fala-se até em plebiscito no Plano Nacional. Consulta à população sobre sim ou não. Mas é assunto que diz respeito a quem, topicamente? Ao Ministério da Saúde, por exemplo.

Fala em anistia a militares, atos de terrorismo praticados no passado. Por quem? Por terroristas ou por torturadores? Há uma dúvida. Impõe-se esclarecimento. Por parte de quem? Ministério da Defesa, seguramente.

Invasão de terras. Uma enorme confusão em torno do disciplinamento do processo de invasão de terras. A quem caberia o esclarecimento? Ao Ministério da Reforma Agrária? Talvez.

Mas eu falo de responsabilidades da gestão pública, Sr. Presidente.

E existe uma lei que V. Exa. mencionou de relance, que eu queria deixar mais clarificada, mais explicitada. Que lei é essa? É a Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004. Quem era Presidente da República em 13 de maio de 2004? S. Exa., o Presidente Lula, que foi quem propôs a lei. De que trata essa lei? Do disciplinamento de responsabilidades da Presidência da República. De quem? Da Secretaria-Geral, da Secretaria de Comunicação e de Governo, da Secretaria de Gestão Estratégica, de Coordenação Política, de Assuntos Institucionais, do Gabinete Pessoal, do Gabinete de Segurança Institucional e da Casa Civil.

Ou seja, tudo aquilo que está dentro do Palácio do Planalto e que envolve a ação pessoal do Presidente está disciplinado por essa lei da iniciativa de S. Exa., o Presidente Lula. A lei foi proposta, foi aprovada e foi sancionada pelo Presidente Lula. Ela é de 13 de maio de 2004. Muito bem.

Eu disse, o requerimento que foi apresentado por V. Exa. para que a Ministra Dilma aqui viesse, é um Requerimento pragmático, de acolhimento, ao que preceitua uma lei que está aprovada, foi de iniciativa do Presidente Lula, não foi anterior a ele, é uma lei vigente e lei existe para ser cumprida, e que trata de forma clara das atribuições de todos os órgãos da Presidência da República, de forma explicita as atribuições da Chefia da Casa Civil, que eu faço questão de ler, Sr. Presidente.

Porque em jogo está sobre se essa comissão vai se demitir ou não do direito que tem de, amparada na lei da iniciativa do Presidente da República, de promover esclarecimento sobre fatos relevantes de interesse da sociedade brasileira.

Nós poderíamos fazer aqui a convocação do Governo inteiro ou do Presidente Lula, mas não, nós estamos, baseados na lei, procurando na Lei proposta, aprovada e sancionada pelo Presidente Lula, procurando pragmatizar responsabilidades e esclarecimentos. Com base em quê? No que diz a lei. O que diz a lei? Eu vou ler, de forma clara e insofismável, para demonstrar que V. Exa. está sem impertinência nenhuma. Está querendo o cumprimento da lei, só isso.

E o que a Comissão votou foi o estrito cumprimento do que diz a Lei 10.869, que no seu art. 2º diz: "À Casa Civil da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade".

Da oportunidade. É oportuno tratar do plano de Direitos Humanos? Tratar da censura à imprensa, do aborto, da anistia, da invasão de terras? É isso que nós estamos querendo saber, dentre outras coisas, se é oportuno, através de quem? Da palavra da Chefe da Casa Civil. Mas, mais do que isso, mais do que oportunidade, e da compatibilidade das propostas, repito, Sr. Presidente, da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional com as diretrizes governamentais. A Ministra-Chefe da Casa Civil, pela lei, tem a obrigação de promover a compatibilidade com diretrizes governamentais. Está escrito aqui.

Então, o que esta comissão deseja saber é se está compatível com as diretrizes do Governo Lula o que o Plano de Direitos Humanos fala sobre anistia, sobre aborto, sobre censura à imprensa, sobre a nova lei de invasão de terras, é isso. É demais querer saber isso? Querer que a pessoa que, pela lei, tem a obrigação de fazer a compatibilidade das ações governamentais venha a esta comissão para fazê-lo? Ou traremos o Presidente Lula? Não. Nós temos que trazer ou o Governo inteiro ou quem fala pelo Governo.

Não trazê-la ou a base do Governo como está aqui maciçamente postada para tentar derrotar o requerimento de V. Exa., é o não cumprimento a uma lei da iniciativa do Presidente Lula. É no mínimo a suposição fundada de que há medo deste Governo em assumir aquilo que propõe, em discutir com a sociedade e aqui está a sociedade representada, aquilo que está proposto por ele Governo.

Ou seja, a Ministra tem que falar só o que interessa a ela e ao Governo, assunto polêmico, que pela lei é da responsabilidade dela debater, não, porque a ordem é proteger. Proteger em nome de quê? Em nome de que? Ela é uma figura pública, pré-candidata à Presidência. Eu acho que até por isso, não só por isso, mas até por isso é importante que se conheça. Qual é a compatibilidade desses temas todos com as diretrizes do Governo ao qual ela serve? E o que ela pensa sobre estes assuntos? Fora disso é escapismo.

E quem votar contra o requerimento já aprovado, apresentado por V. Exa., aprovado por essa comissão, está negando ao país a oportunidade do esclarecimento por quem tem dever, a Ministra-Chefe da Casa Civil. A nossa posição será legal, determinada e positivamente a favor do requerimento de V. Exa. e contra o recurso do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Demóstenes Torres, eu gostaria que todos tivessem essa noção de cumprir aquilo que manda o Regimento, que manda a legislação, como V. Exa. tem demonstrado.

Mas, tem algumas questões que, a meu ver, ferem princípios maiores do que do próprio Regimento. Eu pergunto a V. Exa. o seguinte: o que nós estamos fazendo aqui? Se o nosso voto, se nós aprovamos nesta comissão um requerimento através de... Da votação, livre, como o Regimento manda, de todos os membros aqui presentes, e vem uma ordem do Governo Federal, uma ordem baseada no plano de marketing que aquilo não deve ser feito, e como o Governo Federal tem uma maioria maciça aqui dentro, essa votação é desfeita.

Aquilo que nós fizemos dentro do Regimento, soberanamente dentro dessa Casa, e o Governo Federal, em nome de um plano de marketing, manda desfazer e aqui, todos aqueles que obedecem cegamente o Governo, independente das suas convicções, independente até da sua força moral, seguem essa ordem do Governo.

E eu repito, em cima de um plano de marketing. Porque, veja bem, eu diariamente vejo jornais, nas televisões, que tudo que acontece de bom no Governo a Ministra está envolvida. Inauguração da PETROBRAS está ela lá fantasiada de PETROBRAS, suja de petróleo, envolvida como sendo a pessoa principal nesse assunto. Evidentemente que PETROBRAS não é diretamente da Casa Civil.

Construção de Casas, a Ministra aparece como a personagem principal, já que ela é a grande articuladora, através da Casa Civil, das ações do Governo.

E este plano de marketing, ele preconiza que a Ministra apareça publicamente sempre, ostensivamente, como pré-candidata em tudo aquilo que é positivo. E preconiza também que o que for negativo ela não apareça.

O Senado Federal tem que obedecer a sua soberania e a instituição ou ao plano de marketing do Governo? Essa é uma pergunta que eu gostaria de lhe fazer. V. Exa. sabe o respeito e a admiração pelo conhecimento, pela profundidade jurídica que V. Exa. tem. Essa interpretação deve prevalecer em função de uma letra menor do Regimento?

Ou seja, a soberania dessa comissão e do Senado estão jogados fora, são jogados fora, em nome de um plano de marketing do Governo.

Se isso prevalece, eu tenho a impressão que a gente devia pensar seriamente em ou submeter isso aqui aos marqueteiros do Governo antes de qualquer votação para não passar esse vexame. Então, eu vou fazer uma sugestão a V. Exa., que toda vida chame o líder do Governo, o líder do PT e pergunte se aquilo atende aos interesses do plano de marketing, do marqueteiro e era bom ele ter um assessor parlamentar aqui para ficar orientando, para que a gente não seja submetido sistematicamente a um vexame como esse que pode ocorrer hoje.

Ou então, outra solução é fazer essa pergunta: o que nós estamos fazendo aqui? Vamos voltar para o plano de marketing, porque se uma Ministra da Casa Civil, que é a grande articuladora do Governo, que é pré-candidata à Presidência da República não aceita e manda uma ordem, e aí me desculpem meus amigos aqui da base do Governo, manda uma ordem aos seus subordinados no Senado para desfazerem aquilo que foi feito, se ela não tem...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite um aparte?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu até já falei, mas abuso do seu tempo para um aparte bastante breve.

Primeiro, eu não vi isso acontecer no Governo do General João Batista de Figueiredo. Não vi. Se acontecesse, um cochilo da maioria e houvesse aprovação da convocação de um Ministro, Ministro pura e simplesmente vinha. E o Regimento é amplamente favorável a qualquer Ministro que compareça ao debate, até porque dispõe de mais tempo. Enfim, é algo que, é um precedente que está sendo aberto que é perigoso.

Segundo, anunciando desde já que se porventura batidos na votação, nós teremos que, infelizmente recorrer ao Supremo Tribunal Federal, por entender que é ilegal e é inconstitucional o gesto que esboça o Governo nesse momento.

Então, se por porventura e por desventura da capacidade de Poder do Congresso, aqui perdermos, o PSDB recorrerá ao Supremo Tribunal Federal e isso talvez seja até de consequências piores para a própria imagem da Ministra. Porque, finalmente, alguém se diz indisposta a debater com os parlamentares, como se fosse...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E pode até agregar um fundamento em tudo que é o ato jurídico perfeito. Quer dizer, nós fizemos tudo certo. Não teve um furo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É na verdade o fechamento simbólico do Senado. É o fechamento simbólico do Parlamento. Ou seja, só vem se interessar. Não vem se não interessar.

Muito obrigado, Senador Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E nós temos, o Senador tem razão, o que diz? A Câmara dos Deputados e o Senado ou qualquer de suas comissões. Quer dizer, então nós estamos cumprindo a Constituição.

Então, pode ensejar realmente... Eu até estou vendo se a comissão tem personalidade jurídica para ir ao Supremo. Se não tiver, acho que a autora do requerimento, Kátia Abreu, com certeza, poderá ir.

Mas conclua V. Exa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador, mais uma vez, apenas complementando, Senador Demóstenes, que essa colocação que V. Exa. faz, sendo um ato jurídico perfeito em que a Ministra já foi notificada.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já completo o ato.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quer dizer, passa a dar uma insegurança total a qualquer ato desse Senado.

Amanhã nós convocamos qualquer outra pessoa, ou qualquer outro tipo de atitude emanada dessa Casa, é notificada e a pessoa fica, diz: "Não vou, porque eu vou tentar desfazer essa convocação."

Além disso, é uma coisa absolutamente incompreensível a Ministra não aceitar, pré-candidata a Presidência da República, não aceitar vir dialogar. Que liderança é essa? Que força moral é essa que não aceita, não tem coragem de vir dialogar aqui nessa Casa?

Eu realmente volto a lhe perguntar, terminando a minha fala, o que nós estamos fazendo aqui, Senador Demóstenes?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Infelizmente, como dizia o Carlos Lacerda, às vezes a democracia não é fácil. Não é, Senador Marco Maciel?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É o melhor dos regimes.

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, eu primeiro gostaria de cumprimentá-lo pela sua atitude afirmativa e tecnicamente impecável na defesa do Regimento e da Constituição.

Eu acho que V. Exa. destruiu inteiramente os argumentos do Senador Romero Jucá neste aspecto, e nos deu uma segurança total em relação à posição que estamos tomando.

Esta comissão, caso este... Esta substituição seja feita, esta Comissão está sendo desmoralizada e também a Casa, o Senado, por uma orquestração do Governo, cuja base age de forma absolutamente teleguiada, ou seja, desculpem os senadores da base do Governo, mas eles não têm vontade própria, eles não têm posição, eles são teleguiados da Casa Civil e do Palácio do Planalto, essa é a função deles aqui.

E preferem desmoralizar a Casa, agindo desta forma, do que preservar a Casa que eles mesmos pertencem, ou seja, a base aliada está fazendo isso. Está desmoralizando a própria Casa a que eles pertencem.

Então, eu vou protestar contra uma atitude absurda que é tentar invalidar uma decisão que essa Casa, essa comissão tomou duas semanas atrás. É inaceitável esse procedimento.

E os argumentos são muito claros. A Casa Civil é responsável pela coordenação do Governo, seja na gestão e seja na questão de... Todo documento que sai da Casa Civil, seja no conteúdo examinado do Governo, sai pela Casa Civil, seja na questão de conteúdo ou de forma, ou seja, tanto na parte do mérito, quanto na parte jurídica.

Portanto, a Casa Civil é absolutamente responsável por todas as posições que o Governo toma. Até porque nada vai ao Presidente Lula sem o crivo da Casa Civil.

Então, a Casa Civil é responsável constitucionalmente por todo o procedimento formal da Presidência da República. Então, o meu protesto, a minha indignação, a minha repulsa a essa atitude.

Me desculpe, Senador Romero Jucá, e a base do Governo, mas essa é a verdade, ou seja, nós estamos sendo teleguiados, estamos sendo comandados pela Casa Civil, pela Presidência da República. Essa é a verdade e isso nós não podemos aceitar.

Os poderes são autônomos, os poderes são independentes e nós não podemos... Isso é uma vergonha para o Senado Federal.

Então, eu quero aqui novamente me congratular com o Senador Demóstenes pela atitude firme que ele se posicionou e protestar, veementemente, contra essa atitude vergonhosa que está sendo colocada aqui pela base do Governo, querendo substituir a Ministra Dilma após todo o procedimento ter sido legalmente estabelecido. Senador Demóstenes inclusive concluiu esse procedimento com a notificação da própria Ministra.

Então, eu quero parabenizar o Senador Demóstenes e com minha repulsa à atitude da base do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exa..

Senador Alvaro Dias, pelo prazo de dez minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, nós poderíamos discutir as questões regimentais e jurídicas. Por exemplo, o ato praticado já resultou efeito jurídico.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ato jurídico perfeito e completo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ato jurídico perfeito e completo. A Ministra já recebeu a convocação. Isso pode ser levado ao Supremo Tribunal Federal. Imagine V. Exa. se o Supremo decidir que a Ministra deve vir.

É uma desmoralização para essa Comissão, sobretudo, se hoje desobrigarmos a Ministra de comparecer. Essa é uma questão que diz respeito à segurança jurídica. Uma Comissão de Constituição e Justiça se deve ter máximo cuidado para praticar atos jurídicos perfeitos que não impliquem na sua própria desmoralização, que retira a sua autoridade para julgar a matéria sobre a questão de jurisdicionalidade e constituciona-

lidade. Acho que esse cuidado é preliminar. Isso tem que ser a prioridade de uma Comissão como essa.

Mas, evidentemente que as questões políticas também são relevantes. O que se deve indagar, a princípio, é o que teme a Ministra Dilma? O que teme o Governo Lula?

É ao apagar das luzes do ano passado, no período já natalino, o Governo adota providências que afronta ao campo e à cidade e desagrada ruralistas, agricultores, que desagrada a imprensa, a igreja e os militares. E não quer dar explicação? Não quer se explicar, não quer a Tribuna do Parlamento para ouvir os questionamentos e esclarecer as dúvidas.

O que esconde a Ministra Dilma? Qual o medo da candidata do Presidente Lula à sua sucessão?

Especialmente por isso, a responsabilidade é maior. A Ministra já é candidata. Aliás, afrontando a legislação eleitoral, porque ainda no exercício da sua função de Ministra, com cargo Executivo, sem o ato de desincompatibilização, é lançada oficialmente candidata à Presidência da República. Portanto, uma antecipação ilegal da campanha eleitoral. Um ato que afronta a legislação e desrespeita a população.

Portanto, cabe à Ministra agora falar como Ministra, e não é uma qualquer, ela tem... Ela tem um status de Primeira Ministra, na verdade, porque o próprio Presidente Lula a coloca como administradora de todos os programas do Governo. Passam, com isso, a ideia de que querem para a Ministra as inaugurações, mas não querem para ela a responsabilidade dos atos praticados pelo Governo em matéria de fundamental importância, que revolve o passado, que discute anistia, que discute direitos humanos, em matéria que diz respeito à essência da cidadania. Não querem dar explicações.

Esse viés autoritário do Governo e da própria Ministra já é conhecido. Impor sem explicar. Quando questionados, não sabem, não viram, não ouviram. Quando pressionados, usam a mentira como arma para a proteção dos seus próprios equívocos.

Portanto, Sr. Presidente, é responsabilidade, sim, da Ministra Dilma Rousseff comparecer a esta comissão e prestar esclarecimentos. Nada impede que o Ministro Vannuchi também compareça. V. Exa. disse bem, ele pode acompanhar a Ministra, pode vir também, se desejar, em outra ocasião. Mas a presença da Ministra é um fato consumado. Não há como voltarmos atrás e cassarmos a nossa própria decisão.

Se a comissão delibera de forma soberana, a atitude de hoje, mais uma vez, se reveste da intolerância daqueles que não aceitam o resultado democraticamente. A comissão deliberou sobre a matéria, aprovou a convocação da Ministra, a Ministra foi convocada, recebeu a convocação, ato jurídico completo.

Portanto, Sr. Presidente, eu creio que nós não podemos recuar desse compromisso com a sociedade de propor transparência aos atos do Governo. Aqueles que não desejam um Governo de transparência, de publicidade para os seus atos, não desejam consolidar o processo democrático no país, está subtraindo direitos da sociedade.

Por esta razão, é claro que nós vamos insistir com a convocação da Ministra, certamente o Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, o Senador José Agripino, líder dos Democratas, haverão de adotar providências complementares na eventualidade dessa Comissão aprovar este requerimento que a nosso ver é extemporâneo e não deveria ter sido apresentado.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a nossa manifestação a respeito deste requerimento do Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, primeiro nosso abraço a V. Exa., nossa total e irrestrita solidariedade e apoio à sua coragem cívica e jurídica de enfrentar esse momento tão crucial, tão penoso para esta Casa e para a democracia.

Eu fico a imaginar, Senador Demóstenes, o que aconteceria há dez anos, a uma década se esse quadro de hoje, esse quadro surrealista de hoje, tivesse acontecido há dez anos com o PT na oposição, o Governo através da sua base tentando desfazer um ato jurídico perfeito, evitar que um Ministro de Estado de Fernando Henrique Cardoso comparecesse aqui para poder prestar algum tipo de depoimento.

Seria um verdadeiro escândalo, com alguém do Ministério Público aqui na porta esperando alguém do PT para orientar o que o PT deveria fazer. Escândalo nos jornais, escândalo na mídia de um modo geral, inconformismo total, ausência de democracia. Fico a imaginar também que esses ares hoje de Brasília deve ter contaminado a base do Governo.

Porque só em Brasília, na situação que Brasília vive hoje, que pode acontecer um episódio como esse, de se tentar através da força, através da maioria, de fazer uma convocação já feita.

Eu acho que o Senador Tasso, em rápidas palavras, colocou a questão de forma primordial. O que estamos fazendo aqui? Se vive dentro dessa filosofia e dentro desse contexto porque o Presidente Lula tem 80%, pode tudo.

Pode tudo até um determinado dia. V. Exa. se lembra que a ditadura também podia tudo. Podia tudo.

Vários generais obtiveram 70, 80% de prestígio, de aprovação. Isso um dia desaparece. Mas o Congresso se submeter a isso, Senador Demóstenes, a um tipo de humilhação como esse, aqui, no Plenário. Para que CPI? Eu vi hoje nos jornais alguém da oposição fazendo uma proposta de CPI contra o ex-capitão do time, que foi expulso do time porque formou uma quadrilha, o ex-Deputado José Dirceu, o mesmo que a Dilma está ocupando o lugar dele agora na Casa Civil. Foi expulso de campo, jogado para fora, porque estava formando quadrilha dentro do Governo.

Então, veja V. Exa., as coisas que estão acontecendo hoje aqui, não é à toa a ausência do Senador Aloizio Mercadante. Não é à toa. Ele é assíduo, gosta desses debates, mas não veio aqui fazer essa proposta. Ela ficou por conta do PMDB. O PMDB é que fez.

Eu só vi duas pessoas até agora falarem. Os anais estão aí para registrarem. O Senador Romero, o autor da proposta, e depois o ex-líder Raupp, Valdir Raupp. Porque os petistas talvez não estiveram aqui há dez anos atrás, não viram como era que o PT fazia oposição.

E talvez, por contar, por saber, por ler, por tomar conhecimento das coisas que passaram aqui nessa Casa é que se sintam acanhados de estar defendendo o indefensável, de estar tentando esmagar a minoria do jeito que a maioria quer fazer.

De forma, Senador Demóstenes, é um fato lamentável. Eu vou ficar aqui somente para votar. A minha obrigação de votar. Mas já sei qual é o resultado. O resultado disso é um resultado negativo. Não é assim que essa Casa, que se encontra já há algum tempo desmoralizada perante a opinião pública, ela vai resgatar algum tipo de prestígio, de credibilidade. Todos esses episódios são episódios ruins para o resgate da imagem, mas se ajustam plenamente a toda essa quadra de degradação que Brasília vive nos dias de hoje.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem. Já que eu fui citado eu quero apenas fazer um esclarecimento. Eu vou colocar a minha posição aqui e vou falar depois da votação. Não vou falar antes da votação para não atrapalhar, vou falar depois da votação. E responderei todos os questionamentos que foram colocados aqui pela oposição.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente. A primeira preocupação que eu gostaria de expor é em relação ao ato jurídico perfeito com a aprovação, por essa comissão, da convocação da Ministra Dilma.

Eu pergunto a S. Exa., a Ata da Reunião anterior já foi aprovada?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi aprovada hoje. Já houve a convocação. Já está tudo certo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A convocação foi feita... Todas as providências foram tomadas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi feita e à Ministra já está correndo o prazo para ela marcar a data.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu fiz essa indagação a V. Exa. porque nós já não temos motivação alguma para participarmos ou sugerirmos ou solicitarmos a aprovação de CPIs.

Nas CPIs, o rolo compressor do Governo é tão nítido, tão gritante, que não conseguimos aprovar sequer requerimentos de convocação de autoridades do Governo. É impossível aprovar quebra de sigilo bancário em qualquer CPI nessa Casa. O instituto da CPI praticamente deixou de existir aqui, a não ser quando alguma coisa é combinada em função de fatos que não interessem ao Governo. O instituto da CPI, Senador Jarbas, nessa Casa, está completamente desmoralizado.

Na Câmara, o rolo compressor é maior ainda. E agora, Senador Demóstenes, me preocupa o fato de que não dá mais sequer para aprovarmos requerimento convidando ou convocando autoridades.

Eu não vou perder mais o meu tempo convidando ou convocando autoridades nas comissões, porque, de repente, o líder do Governo ou algum parlamentar da base do Governo apresenta um outro requerimento desfazendo o que foi... Aquilo que foi aprovado numa sessão democrática e legítima, cujo ato jurídico perfeito já foi inclusive consolidado.

Eu não me sinto mais disposto a apresentar requerimento convocando ninguém, porque na semana seguinte vem aqui o líder do Governo, Senador Jucá, e apresenta um requerimento, como ele tem maioria, ele desconvoca a autoridade que acabara de ser convocada.

Mas Sr. Presidente, me preocupa muito o fato de que uma Ministra que já foi homologada candidata a Presidente da República pelo partido oficial, a candidata chapa branca, não tenha o interesse ou a coragem de vir aqui para debater alguns assuntos considerados polêmicos no Brasil.

Por que essa mulher não pode vir aqui para falar da sua posição em relação ao aborto? Ela é contra ou a favor da descriminação do aborto, descriminalização do aborto? Ou não? Qual é a posição dela? Ela vai ficar ao lado das pessoas que defendem ou vai ficar contra a Igreja Católica, contra os evangélicos, ou seja,

será que esse é o temor da Ministra, colocar aqui claramente a sua posição?

Uma candidata à Presidência da República, um candidato a Presidente da República precisa se posicionar em relação a temas como este. E isso consta do Plano Nacional de Direitos Humanos. A Ministra Dilma é a favor ou contra a invasão de terras? Ela é a favor ou contra a anarquia na zona rural? Quem carrega esse Brasil nas costas, quem produz os alimentos para a exportação e para o consumo interno são os produtores rurais. É o agronegócio, é a agricultura.

Eu, quando Governador do Estado de Goiás, fui provocado inúmeras vezes em relação à invasão de terras. Dezenas foram as invasões. E sempre que um proprietário se sentia ofendido recorria à justiça através de liminares, as liminares eram concedidas e imediatamente eu tomava providências. O Demóstenes foi Secretário de Segurança Pública e testemunhou e tomou providências muitas em relação a isso. E nós cumprimos a lei.

Agora, há de se perguntar, a Ministra Dilma Rousseff é a favor ou contra a invasão de terras? Eu acho que ela é a favor de invasão de terras. E o pior é que não conseguiram resolver o problema da Reforma Agrária. O Governo Fernando Henrique foi muito mais eficiente, muito mais eficaz em relação à Reforma Agrária do que o atual Governo, do que o Governo Lula.

A Ministra Dilma é a favor ou contra a censura à imprensa? Porque este Plano Nacional de Direitos Humanos deixa bem claro o desejo do Governo de censurar a imprensa. Será que a Ministra Dilma receia a vinda aqui para colocar a sua posição em relação à imprensa?

Sr. Presidente, eu acho que V. Exa. não marcou o meu tempo. Eu estou utilizando o tempo anterior.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu estou usando o tempo do orador anterior.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu quero saber qual é a posição da Ministra em relação à invasão de terras, em relação à censura, à imprensa, em relação ao aborto, em relação à união civil entre homossexuais, o casamento de homossexuais. A Ministra Dilma é a favor ou contra?

Eu não estou aqui emitindo juízo de valor. O que eu quero apenas é que a Ministra venha aqui se posicionar. Venha aqui se posicionar em relação ao conteúdo desse Plano Nacional de Direitos Humanos que o Presidente Lula está enviando ao Congresso Nacional. É isso que nós queremos saber.

Não se trata aqui de colocar preconceito algum, Senador Tasso. Apenas nós queremos ter o direito de debater com a Ministra, que é quem, via de regra, define todas as políticas públicas que são encaminhadas ao Congresso e que são debatidas no âmbito interno dos Ministérios e das diversas secretarias que compõem o Governo Federal.

A Ministra Dilma já se considera Presidente. Uma pessoa arrogante, prepotente, acha que os brasileiros devem se comportar cordeirinhos em relação a todas as diretrizes e a todas as políticas que são emanadas ou que são oriundas do poder central. Eles se julgam já no direito de irem aos estados para ofender seus adversários.

Fazem isso no Pernambuco, com Jarbas Vasconcelos, fazem isso no Rio Grande do Norte, com José Agripino, fazem isso no Ceará, com Tasso Jereissati ou no Amazonas com Arthur Virgílio. Fazem isso comigo em Goiás. Por quê? Porque eu sou coerente. Eu tenho um lado na minha vida, na vida pública, eu tenho posição.

O Presidente outro dia foi a Goiás, não levou uma obra sequer. Não fez um compromisso com o Estado de Goiás. Levou sua candidata a tiracolo para falar de 'perereca', para falar se a Ministra Dilma já tinha atingido seu 'ponto G', Senador Demóstenes, o senhor é testemunha disso, Deputado Ronaldo Caiado. O Presidente foi fazer apologia à 'perereca' lá no meu Estado. Foi perguntar se a Ministra Dilma já havia atingido seu 'ponto G'. Não levou uma obra sequer, não levou um compromisso sequer para o nosso Estado.

E é isso que ele tem feito, palanque para difundir e divulgar a candidatura de sua Ministra. Ministra que não tem coragem de vir aqui à CCJ para debater o Plano Nacional de Direitos Humanos.

Em Goiás nós não tememos esse tipo de bravata, esse tipo de discurso. Nós vamos enfrentá-los, nós vamos enfrentá-los democraticamente, no debate democrático, no plano das ideias, no campo das ideias e vamos, naturalmente, questionar e debater esses temas que são tão preocupantes, que obrigam o líder do Governo a vir aqui a apresentar esse requerimento constrangedor, desobrigando a Ministra de aqui comparecer.

Eu lamento muito que isto esteja acontecendo aqui, porque isto diminuiu o papel da Comissão de Justiça, diminuiu a estatura do Senado Federal.

No mundo inteiro os parlamentos democráticos debatem os grandes temas. Lamentavelmente, nós estamos aqui, de forma constrangedora, sendo obrigados a evitar que esse debate ocorra ou que a Ministra possa ser confrontada em relação a suas posições quanto a temas tão importantes para o Brasil e para a sociedade.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por último, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, farei uma declaração de voto depois que votar. Encaminho favoravelmente e entendo que essa é uma questão que foi 'eleitoralizada', vou aqui falar com tranquilidade o porquê do requerimento e da minha postura como líder aqui todos esses anos e, portanto tenho muita tranquilidade de solicitar aprovação do meu recurso e, posteriormente, a votação do requerimento, que coloca em termos a questão da discussão dos Direitos Humanos e da proposta que nós temos que ter nesse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Encerrada a discussão. Em votação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senador Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, é visível que toda base do Governo, de forma singular, inusitada, veio para essa comissão, para cumprir uma tarefa, evidente.

Eu acho que a votação que V. Exa. vai ter que fazer, levar a efeito, é uma desmoralização para a instituição, para a comissão, para o Senado, que já aprovou um requerimento que vai cumprir uma etapa que lhe compete.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Uma etapa que lhe compete e, por essa razão, eu quero dizer a V. Exa. que os Democratas se retiram do Plenário. Porque, evidente que a base do Governo mobilizada tem número para apreciar o requerimento, votar e aprovar.

Nós não queremos participar dessa página negra da Comissão de Constituição e Justiça. Eu respeito à iniciativa do líder do Governo. Ele está cumprindo o seu papel. Mas nós não temos a obrigação de participar desse papel.

Nós, Democratas, nos retiramos do Plenário como uma manifestação clara de protesto pelo que está ocorrendo nesse momento na Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o Senador José Agripino falou obviamente também pelo PSDB. Mas eu reitero a posição do partido.

Esse episódio é tão grave, talvez o mais grave já vivenciado por nós nessa Legislatura, eu me refiro àqueles que começaram o mandato em 2003, como é o meu caso, o caso do Senador José Agripino, é tão grave que entendo que se quer marcar posição pedindo verificação de quorum, iríamos colaborar com Governo com três votos, com quatro presenças. Isso facilitaria o trabalho do Governo.

Nós não queremos de forma alguma isso. A nossa posição é de realmente solicitar e cobrar a retirada dos Senadores do PSDB do Plenário. Porque é muito grave. Isso serve de pretexto.

O algoz de hoje pode ser a vítima de amanhã. Por isso as regras devem ser fixas. Os governos se alternam na democracia brasileira. Essas ideias autoritárias podem servir de mau exemplo para futuros governos. E amanhã os que hoje se beneficiam desse estratagema, desse expediente poderão ser as vítimas.

Em nome da respeitabilidade da Comissão de Justiça, em nome do respeito às leis brasileiras, da Constituição Brasileira, a posição do PSDB será de recorrer ao Supremo Tribunal Federal. É horrível ter que recorrer ao Supremo Tribunal Federal para decidir uma questão que é nossa, é uma capitis diminutio, realmente algo que reduz o nosso peso e nosso tamanho, mas o PSDB não participará da votação, o PSDB se retira e pura e simplesmente com isso manifesta o seu protesto contra um gesto que eu não vi perpetrado ainda no período da ditadura militar, sequer pelo General João Batista de Oliveira Figueiredo.

O PSDB se retira, Sr. Presidente.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o recurso apresentado pelo Senador Romero Jucá para que nós possamos votar o Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento. "Requeiro, com base na Constituição Federal combinado com as disposições do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, em substituição à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, nos termos do Requerimento nº 02/2010, CCJ, aprovado por essa comissão, com a finalidade de discutir a juridicidade e constitucionalidade das medidas constantes do Decreto nº 7.037/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos."

Esclarecendo a V. Exas. que no caso de requerimento, o que foi objeto inclusive de contestação por

parte do Senador Aloizio Mercadante, até uma espécie de revolta, o item... O art. 310 é claríssimo a esse respeito, como é que se procede a votação. Não há discussão no Requerimento; só há encaminhamento de votação. O encaminhamento de votação de requerimento é limitado, limitado, portanto, não pode ser... Os líderes aqui não falam. Podem falar como representante de bloco, limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar.

Portanto, quem fará encaminhamento? Senador Romero Jucá, como sendo aquele que apresentou o requerimento e, caso deseje, um representante de cada partido ou bloco parlamentar.

Com a palavra, portanto, para fazer o encaminhamento, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o encaminhamento é pela aprovação e eu farei o meu discurso rebatendo todas as colocações feitas pela oposição aqui, não aqui porque eles saíram e não viram.

Eu vi cada questão que foi colocada aqui. Como eles saíram, eu encaminho pela aprovação e farei meu discurso no Plenário. Se nós queremos debater política e postura eleitoral nesse Senado, vamos combinar as regras e qualquer tipo de debate nós vamos fazer.

Voto, portanto, e solicito aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Indago a alguns dos Srs. Senadores se desejam usar da palavra.

Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, na hora que o Senador Suplicy deixar a frente aqui eu falo.

Obrigado, Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pelo bloco PT, PR, PSB, PCdoB e PRB.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É uma palavra breve.

É tão-somente para dizer que a nossa votação aqui, favorável a este Requerimento do Senador Romero Jucá, nada tem a ver com qualquer proibição, covardia ou omissão que possamos exigir da Ministra em não comparecer a esta comissão para discorrer sobre um assunto que mesmo não sendo da sua pasta, seria viável.

Entretanto, pelo debate que aqui se instalou, nós verificamos facilmente de que ela está sendo convidada especialmente porque é uma pré-candidata à Presidência da República. Pelo menos é o que eu ouvi aqui. Uma pré-candidata à Presidência da República não poderia deixar de estar aqui para debater sobre direitos humanos, ou sobre qualquer assunto.

Já que há quem queira um debate democrático, aberto, consistente, em torno de qualquer questão do Brasil, o Senado é uma instituição democrática. Por que nós não organizamos um debate no Plenário do Senado ou em outra comissão envolvendo todos os candidatos, pré-candidatos a Presidência da República. Só falta isso. Por que só a Dilma terá esse privilégio de falar nessa comissão? Por que os demais candidatos serão preteridos? Quem sabe alguns deles gostariam de estar presentes a uma comissão tão importante como a Comissão de Justiça? E entretanto, não estão sendo interpelados e convidados. Não estão sendo pressionados.

De forma que a minha palavra aqui é de não concordar com as argumentações que aqui foram feitas de que nós estamos aqui obedecendo às ordens do Governo. Nós estamos apenas sendo coerentes. Estamos dando primazia aos assuntos que dizem respeito a esta comissão.

E assunto eleitoral não pode ser debatido aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Seria um desrespeito nós chamarmos uma pré-candidata, como é a Dilma à Presidência da República, só porque ela é candidata, ela tem que debater sobre direitos humanos.

Então, se isso é assim vamos ter o programa gratuito de televisão. Os canais de comunicação vão convidar a todos os candidatos. O Serra se for candidato que não sei se ainda é. E tanto os outros para debaterem abertamente. O eleitorado do Brasil vai tomar conhecimento das propostas de cada um.

Agora, por que nós perdemos tempo, já que temos tanto assunto importante nessa comissão, de convocar uma Ministra para falar sobre um assunto que não lhe diz respeito, à sua pasta e, além do mais, Sr. Presidente, não convidar é uma desatenção a José Serra, por exemplo, não convidar o Presidente José Serra que é do PSDB, que enaltecido a toda hora e a todo instante para falar sobre um assunto como este.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas se quiserem trocar o convite, eu troco. Vamos convocar, então, o José Serra também.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu acho que deve ser convidado todo mundo. Não só a Ministra Dilma.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Querem fazer?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa. e o voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Lobão Filho, em nome do PMDB e PP.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, rapidamente só para nós votarmos, eu queria só fazer um esclarecimento.

A gente precisa contextualizar o que aconteceu aqui na última reunião. Foram votadas... Quinze Senadores votaram. Houve uma divisão clara de oito votos a sete. No final da sessão, quando a base do Governo toda tinha ido embora nós votamos de forma açodada aqui, dentro do Regimento, mas de forma apressada, que não deu tempo de nenhum Senador da base voltar e nós aprovamos a convocação da Ministra Dilma.

Hoje nós temos aqui 16 Senadores que vão votar praticamente 16 X 0, 16 X 01, substituindo isso. E eu queria fazer um esclarecimento: não houve ato jurídico perfeito nenhum nessa convocação. No momento que há uma lacuna no Regimento Interno do Senado que possibilita essa situação que nós estamos vivendo, ele deixou de ser um ato jurídico perfeito para ser o movimento que está sendo corrigido agora pelo Plenário desta Comissão, democraticamente.

Eu vi aqui um monte de depoimentos dos senadores da oposição falando da democracia. Ora, a democracia só serve quando não serve a nossos interesses? Quer dizer que o instrumento legal, regimental dentro dessa Casa que possibilita essa nova votação é antidemocrático? Não.

Nós estamos aqui, agora, na realidade corrigindo uma convocação que foi política, porque a Ministra subiu nas pesquisas todas alcançando o candidato da oposição e em desespero esta oposição convocou a Ministra para fazer política, não é para falar... O Senador Marconi Perillo disse aqui claramente, ele quer fazer uma sabatina da Ministra Dilma porque ela é candidata.

Isso aqui encerra qualquer análise que os nossos queridos senadores da oposição fizeram. Querem sabatinar a Ministra Dilma porque ela disparou nas pesquisas. E nós não podemos aqui, como senadores e sem ser de oposição ou de Governo, permitir que esta Casa seja usada desta forma.

É o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Disparou nas pesquisas no Maranhão?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, no Brasil e V. Exa. sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ah, perdão. Mas é só para encerrar a discussão, não para rebater o nosso querido Lobão Filho, mas só para dizer que é, obviamente, que a Comissão aprovou regimentalmente, as notas taquigráficas estão aí, foram aprovadas na Sessão subsequente, inclusive as notas taquigráficas, não houve reparo por quem quer que seja.

Hoje mesmo não houve qualquer contestação. O ato jurídico foi perfeito e acabado. Eu não concordo com o que foi feito em termos da discussão para 'desconvocar' a Ministra, acho que isso diminui a Comissão. Mas os senhores usaram o Regimento.

Eu acho, inclusive, que pode caber um recurso ao Supremo Tribunal Federal, embora o Supremo Tribunal Federal frequentemente tenha dito que não entra em questões internas da Casa, mas houve uma violação frontal a um preceito que determina que uma comissão possa convocar. Não é só o Senado que pode convocar. Uma comissão também pode.

De sorte que com todos os esclarecimentos, considerando visita honrosa à nossa Comissão do Deputado Federal Ronaldo Caiado, coloco em votação o requerimento do Senador Romero Jucá para que haja substituição da Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil, pelo Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, afim de aqui comparecer em audiência pública a ser designada por essa Presidência.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com a proposição do Senador Romero Jucá permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h49.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA ADMINISTRATIVA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e quarenta e sete minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati e Antonio Carlos Júnior, reúne-se a presente Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-

se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporário para Analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa. Usam da palavra os Senhores Senadores Tasso Jereissati, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Pedro Simon. A Comissão elege Presidente o Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) e Vice-Presidente o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). A Presidência declara encerrada a Reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Subcomissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **jarbas vasconelos,** Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA ADMINISTRATIVA – CCJSTRA

1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 15 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão para analisar o Projeto de Resolução nº 96, de 2010, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 5.872 e posteriores modificações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente Reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e vice-Presidente da Subcomissão.

Os membros da Comissão são, por ordem alfabética: Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon e Tasso Jereissati.

Há um consenso, ao que eu saiba, quanto à Presidência da comissão. Se os Srs. Senadores, se realmente houver esse consenso, quiserem, em vez de fazermos uma eleição formal, fazermos por aclamação, podemos eleger como Presidente o Senador Jarbas Vasconcelos.

E nós temos que eleger também o vice-Presidente, que, se os senhores concordarem, eu sugiro que seja o nosso Senador Antonio Carlos Valadares.

Se o Senador Antonio Carlos aceitar a indicação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não há dúvida, é uma honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado. Bom, chamo para a Mesa e para tomar posse, então, o Senador Jarbas Vasconcelos e também o Senador Antonio Carlos Valadares.

Parabéns!

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Essa Subcomissão temporária foi criada, como dito inicialmente, para analisar o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, são várias as resoluções.

Depois da crise do Senado do ano passado, nós vimos que o Senado tem uma estrutura gigantesca. É óbvio que o Poder Legislativo, especialmente o Senado Federal, necessita de ter uma estrutura grande, para que possa prover aos trabalhos que a nação necessita, em face do funcionamento regular do Poder Legislativo.

Mas também ficou evidente que nós temos um gigantismo. Ou seja, se nós temos que ter o funcionamento do Poder Legislativo, de forma plena, de forma... Funcionar de forma regular, de forma satisfatória, naturalmente que nós temos também que fazer com esse poder seja econômico.

Então, o que nós descobrimos? É que o prédio da estrutura do Senado, com seus anexos, comporta hoje em torno de 10 mil servidores, entre efetivos, comissionados e terceirizados. Além de... Pelo estudo já feito, inclusive por muitos membros dessa comissão, tem diversas estruturas ociosas, que comportam enxugamento.

Houve um pedido de reestruturação feito à Fundação Getúlio Vargas que já apresentou o seu trabalho. Depois, houve um trabalho da Comissão Diretora e da Mesa da Casa.

E tudo isso, logo no início do mês de janeiro, recebendo um telefonema do nosso Senador Pedro Simon, eu solicitei à assessoria da Casa que fizesse um trabalho de comparação entre a estrutura que nós temos, a proposta da Fundação Getúlio Vargas e a proposta da Mesa-Diretora da Casa.

Esse estudo ficou pronto no dia de hoje, eu já mandei que se distribuísse para todos os senadores, especialmente para chegar primeiro aos membros dessa Subcomissão.

Quando eu vejo aqui eleito um senador que já foi governador do seu estado, um vice-Presidente que

também já foi governador do seu estado, ambos com gestões exitosas, que passaram por reformas administrativas profundas, assim também o Senador Tasso Jereissati, ex-Governador, o Senador Pedro Simon da mesma forma, também com experiências excepcionais, nos seus estados.

O nosso Antonio Carlos Magalhães Júnior, que tem uma experiência na área privada que não pode ser descartada e por isso foi chamado até aqui. O Senador Eduardo Suplicy, que, há muito, também, vem se dedicando a estudar esse tema.

Acredito que essa Subcomissão vai poder fazer um trabalho excepcional, convocando Audiências Públicas para todos aqueles que desejam dar a sua opinião.

Eu espero... É claro que esse é um trabalho que não tem como condicionar o tempo. V. Exas. é que vão ditar esse tempo, mas eu sugiro que, no mais tardar, até o final do mês de março, nós tenhamos pronto esse trabalho para apreciação, primeiro pela Subcomissão, em seguida pela Comissão de Constituição e Justiça, para que finalmente possamos levar ao Plenário da Casa esse estudo que possa, ao fim, viabilizar isso.

Fazer com que o Poder Legislativo, especialmente o Senado Federal, possa funcionar plenamente, mas de uma maneira que a sociedade reclama. Funcionar plenamente, dar todas as condições de trabalho aos Srs. Senadores, continuar sendo o poder que, acima de tudo, fiscaliza a democracia e os gastos do poder público de uma forma geral, mas que seja um poder econômico. Ou seja, não se pode poupar nada para que o senador possa desempenhar bem o seu trabalho, as suas atribuições e suas tarefas. Mas nós também não podemos desperdiçar dinheiro público, muitas vezes até de forma criminosa.

Com essas palavras, eu passo, então, a presidência ao Senador Jarbas Vasconcelos. Em seguida... E também os trabalhos ao nosso vice-Presidente Antonio Carlos Valadares. Pelo regimento da Casa, o Senador Jarbas Vasconcelos, logo após o pronunciamento do vice-Presidente e dele próprio, já faz a indicação de um relator, que será convidado à Mesa, e esse relator tem um prazo exíguo para apresentar, já na próxima reunião, um plano de trabalho para que essa Subcomissão possa trabalhar a plenos pulmões.

Então, transmito a Presidência e, tenho certeza, pelo nome... Aliás, pelos nomes que estão compondo essa comissão, pela biografia que os senhores têm, pelos trabalhos que já realizam ao longo de sua carreira, que nós vamos conseguir dar uma resposta tanto ao Senado quanto à opinião pública, quanto ao brasileiro, fazendo com que nós possamos desempenhar o nosso trabalho a contento, mas não de forma tão dispendiosa.

Transfiro, portanto, a Presidência ao Senador Jarbas Vasconcelos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Bem, eu quero, em meu nome pessoal e de todos os integrantes, de Suplicy, de Tasso, de Simon, de ACM Júnior, de Valadares, agradecer a confiança do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e dizer a ele que a gente vai fazer todo esforço possível, mesmo com todas as limitações existentes no Senado, não na Comissão de Justiça, mas no Senado, de um modo geral, para superar esses obstáculos, o tempo, e poder apresentar algo de razoável, de bom, para ser apresentado ao conjunto de senadores.

Eu designo o Senador Tasso Jereissati relator da matéria, e o convido para que tenha assento à Mesa.

Indago do vice-Presidente se quer falar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): E passo a palavra, pois, ao Senador Tasso Jereissati, essa difícil missão de relatar essa matéria.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Primeiramente, eu queria agradecer ao Presidente Jarbas, Presidente dessa Subcomissão, ao Presidente da Comissão, Senador Demóstenes, ao Senador Valadares, vice-Presidente, e a todos os companheiros, a delegação dessa tarefa de relatar aquilo que for consensuado nas discussões que nós vamos ter nessa Subcomissão.

A tarefa é muito difícil, eu tenho consciência. Provavelmente, em todas as áreas, do lado horizontal, vertical, vamos, se quisermos um trabalho de realmente de profundidade, ter que enfrentar interesses.

Eu já trabalhei em uma reforma administrativa, o Senador Pedro Simon lembra quando éramos governadores juntos, no Estado do Ceará, e sei a... Não se faz uma reforma dessa profundidade, sem enfrentar interesses – interesses coorporativos, interesses específicos, interesses políticos. Essa é uma Casa política, e esses interesses políticos também permaneciam, tradicionalmente, dentro da estrutura administrativa.

E, portanto, o meu trabalho será exatamente que eu peço a colaboração de todos, de relatar. Não vou dar simplesmente uma opinião em cima daquilo que nós estamos pensando. Se nós não conseguirmos fazer um trabalho absolutamente consensuado dentro deste grupo, nós estaremos apenas perdendo tempo, e não será aquele trabalho que eu acho que a nação espera de nós, porque, Senador Jarbas, nós passamos o ano passado dificílimo. O conceito e até a instituição foi questionada durante o ano passado, em função de

uma série de problemas, de escândalos, etc. E, nesse momento, nós estamos, praticamente, aqui, com a responsabilidade de tentar reinstituir essa instituição, a credibilidade que ela merece, por sua história e que o povo brasileiro espera dela.

Então, é essa a mensagem que eu queria dar.

Estava propondo... Gostaria... Não sei se o Presidente aceita fazer já uma primeira proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Claro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu acho que a primeira coisa que nós deveríamos fazer seria, já na próxima reunião, ouvirmos o grupo da Fundação Getúlio Vargas, que fez essa proposta, para que eles pudessem nos explicar, nos esclarecer. E que nós pudéssemos ter uma noção mais clara, mais transparente, das transformações que foram feitas.

O Senador Pedro Simon me disse agora que já tinha tomado a iniciativa de pedir um quadro comparativo entre a atual proposta e o passado, como era, não é isso?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já ficou pronto e eu já mandei.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Já ficou pronto... E com essa proposta na mão e com uma Audiência Pública, no sentido que nós possamos ouvir e tirar todas as dúvidas, eu acho que é o primeiro passo que nós poderíamos dar para começar a trabalhar.

Eu queria novamente agradecer e dizer que realmente só entendo possível fazer o relato de uma matéria dessa complexidade, se for realmente um trabalho consensuado entre todos os senadores que estão aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Tasso, para semana é semana de carnaval, a gente só volta a trabalhar no dia 22 de março.

Era importante que já fosse expedido ofício, convocando a Fundação para o dia 23... 22 de fevereiro, aliás, desculpe.

É... Não sei se vocês perceberam, o calendário de fevereiro e março são iguais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Porque o carnaval em Pernambuco só termina em... Continua em Olinda, que é a terra...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Bom, aí seria... 22 de fevereiro, é uma segunda-feira, a gente marcaria para 10 horas da manhã, aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, dia 23 de fevereiro, às 10 horas da manhã. O ofício teria que ser expedido. V.Exa. concorda?

Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero primeiro cumprimentá-lo por ter sido eleito Presidente com nosso consenso, acho que todos nós confiamos no seu trabalho, como também do vice-Presidente, Antonio Carlos Valadares.

E quero também cumprimentar o Presidente Demóstenes Torres que teve a... Formulou a necessidade de nós termos essa comissão e confiou a todos nós aqui.

E quero transmitir ao Senador Tasso Jereissati... Ainda hoje de manhã, eu transmiti a ele que eu tenho muita confiança, ainda mais depois de ter dialogado com o Senador Pedro Simon, que é a pessoa aqui que todos nós respeitamos, como um dos mais antigos, juntamente com o Senador José Sarney, membro desta Casa, mas uma pessoa sempre tão preocupada com a questão da transparência, da ética, da correção, da aplicação do dinheiro do povo.

É importante também, Senador Antonio Carlos Júnior, que, com a sua experiência, esteja aqui, conosco.

Avalio que este grupo tem uma responsabilidade enorme. Se ao Senado Federal cabe, além de representarmos o povo, legislar, mas fiscalizar o Executivo é uma das principais tarefas, e quem tem a responsabilidade de fiscalizar o Executivo tem que dar o exemplo em casa.

Eu já fui Presidente de um órgão legislativo, a Câmara Municipal de São Paulo, e justamente me interessei de colocar-me aqui à disposição de colaborar, porque ali eu tinha como norma... A transparência em tempo real é a principal forma de colaborar para prevenir irregularidades.

Então, à medida que esse nosso trabalho vier a assegurar transparência de todos nossos atos, para que, a qualquer momento, sempre o povo fique sabendo das coisas, e nós também, para não sermos surpreendidos.

É fato, Senador Pedro Simon, quando, ao final do primeiro semestre do ano passado, a bancada do PT foi jantar com o Presidente Lula, lá no Palácio da Alvorada, e estávamos sabendo de todos aqueles fatos, e eis que o Presidente Lula, no jantar, disse a mim: "Mas, Eduardo, você está lá desde 1991 e você não sabia dessas coisas todas?". E, de fato, as coisas que se passavam aqui, na administração... Eu, ao longo desses anos, fui membro suplente da Mesa, que não sabia de tudo, que o suplente... Então, como é que eu não sabia dessas coisas todas que vieram a nos surpreender, nos entristecer, fazer com que cada um de nós, senadores, ao sairmos pelas ruas deste Brasil, fosse andando no parque, no restaurante, na hora de comprar pipoca, o bilhete no cinema, num restaurante ou na Fundação Getúlio Vargas, de onde eu vinha, eis que professores e cidadãos vinham a mim, disseram: "Mas, senador, você precisa

dizer lá da sua indignação, não é possível continuar uma coisa dessas". Todos nós ouvimos o povo.

Ainda hoje de manhã, ao andar ali, perto da 309, em direção à Capela, ali, de Nossa Senhora de Fátima, que, muitas vezes, cruzei com o Senador Pedro Simon e outros, ali um senhor falou: "Mas, senador, que vergonha! Como é que continuam com aquelas coisas ali, acontecendo? O senhor não vai fazer nada?". Eu falei: "Ainda hoje, eu vou participar da Comissão da Reforma Administrativa, para, justamente, tentar colocar as coisas mais em ordem, para que todos nós fiquemos sabendo das coisas, antes que ocorram os problemas".

E temos os métodos para corrigirmos. Então, acho que é uma missão muito importante, que nós precisamos fazê-la com rapidez. A Mesa-Diretora confiou à FGV, uma das instituições consideradas melhores do Brasil.

Temos uma proposta pela frente, vamos estudá-la, degluti-la, ver o que é de bom senso, se há exageros aqui, acolá, se há inadequações, vamos corrigi-las. Mas é com esse espírito, queridos membros dessa comissão tão importante para a nossa vida, que eu quero colaborar.

Sabem os senhores que, inclusive, eu já apresentei projetos de resolução que foram aprovados aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, mas não sei em que medida foram considerados já no trabalho da Fundação Getúlio Vargas.

Ainda na semana primeira deste ano, apresentei também uma questão de ordem relativamente à regulamentação de quem é que precisa marcar o ponto. Me parece que é necessário uma maior equidade entre todos os servidores. Porque, na regulamentação, apresentada pela Mesa, pelo Primeiro-Secretário, alguns ficam dispensados de apresentar ponto.

Então, muitos vieram perguntar: "Mas por que eles... Por que só alguns vão ter que marcar o ponto?". "Será que não é mais equitativo que todos tenham que fazê-lo?", e assim por diante? São questões que nós vamos ter aqui que analisar e decidir a respeito. Portanto, mãos à obra.

E Senador Tasso Jereissati, V. Exa. vai ter uma missão muito importante. Me coloco à disposição de colaborar com todos.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com a palavra o Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente Jarbas Vasconcelos, Senador Antonio Carlos Valadares, vice-Presidente da comissão, Senador Tasso, relator, Presidente Demóstenes.

Bom, acho que esse grupo é um grupo seleto, que tem muita capacidade, experiência e prestígio político. Isso tudo junto vai nos ajudar, sem dúvida, a que nós possamos fazer um bom trabalho, contribuir para a Casa, com... Exatamente com o prestígio, com a experiência e com o peso político de cada um de nós.

E eu tenho certeza que nós faremos um grande trabalho, sob o Comando do Presidente Jarbas Vasconcelos, do Senador Antonio Carlos Valadares e com o nosso relator, Senador Tasso Jereissati, que sempre, em todos os momentos importantes desta Casa, tem participado com bastante presença em todos eles.

Então, eu acho que aqui o Senador Suplicy, o Senador Simon também, que são pessoas altamente experientes e de grande respeito na Casa.

Portanto, eu acho que nós temos um momento propício para contribuir, essa Comissão tem, para contribuir com a Casa, em relação a essa questão da reforma, apresentando uma... um caminho para que essa Casa possa realmente se reencontrar e voltar aos seus melhores dias.

Então, eu acho que nós temos um desafio; porém, um desafio interessante de nós perseguirmos e, com certeza, nós entregaremos um bom trabalho para esta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Pedro Simon, havia pedido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Presidente, Presidente da Comissão, Presidente da Subcomissão, Srs. Senadores.

Eu também acredito que o trabalho dessa comissão vai ser muito importante.

Repare que havia um movimento no sentido que essa matéria fosse votada em dezembro. Nós recebemos a matéria numa quarta-feira e queriam que votássemos até sexta-feira. Aí houve uma movimentação de toda a Casa e se entendeu que era absolutamente impossível que a gente ia votar uma matéria, sem ninguém sequer ter lido essa matéria.

Daí houve essa evolução, houve por bem mandar a matéria para a Comissão de Constituição e Justiça, porque queriam que a matéria, constituída por uma comissão, fosse direto para o Plenário. Não tem lógica. E a Comissão de Constituição e Justiça foi além: designou a nossa Subcomissão, que iniciou os nossos trabalhos no dia de hoje.

Em primeiro lugar, eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu acho que essa comissão tem que trabalhar, trabalhar com esforço, mas, para mim, não deve ter prazo para terminar. Nós temos que fazer... Claro que não é infinito, o mais breve possível, mas o mais completo possível.

Nós não estamos aqui buscando culpados. Nós estamos aqui buscando soluções, equacionar daqui para frente. E quando eu falo em culpados, eu quero

dizer que eu coloco em primeiro lugar nós, parlamentares, e, entre os parlamentares, eu me coloco em primeiro lugar. Eu e o Presidente Sarney. Eu mais do que o Sarney, embora ele tivesse chegado primeiro do que eu aqui, ele ficou mais tempo fora, como Presidente da República, e eu estou aqui há mais de 30 anos.

Então, se as coisas que estão equivocadas têm equívocos, eu, por ação, por omissão, sou um dos mais responsáveis, porque estou aqui há mais tempo. Então, acho que nós temos que analisar, nós temos que debater essa matéria.

Confesso que – é até pecado o que eu vou dizer, mas eu tenho que dizer – o estudo que eu recebi e que, durante esse mês de janeiro, eu li, lá na Praia de Rainha do Mar, me surpreendeu, porque eu não imaginava. É até ridículo eu dizer que têm coisas que estão aí que eu não sabia nem que tinham, mas que tinham. E volto a repetir: com minha ação e com minha omissão, apareceram. São coisas... Que nem a outra vez... Eu digo isso várias vezes, já disse, quando o Senador Suplicy, em determinado momento, no Plenário, a confessou de que está em votação a Ata da Sessão, pede dispensa da Ata, aí ele foi ver a Ata que se tinha pedido dispensa, estava lá: "Está em votação as decisões da Mesa número tal, a Mesa do dia 18 de setembro, número tal está em votação". Então, o Plenário votou uma decisão da Mesa, que nós não sabíamos qual era a decisão da Mesa e que foi dispensado de votar, porque não se pediu para ler a Ata.

Então, essa é uma forma de conduzir e que está equivocada. E a gente sabe – alguns aqui já foram membros, são membros da Mesa – que, muitas vezes, a decisão da Mesa, a gente colhe a assinatura, um, dois dias depois de decisões que foram tomadas e a gente não tem ideia.

Então, esse debate tem que ser feito.

Eu, quando eu olhei a estrutura, eu vou dizer para vocês, com toda sinceridade, se eu tivesse ligação com Deus, que eu não tenho, eu diria para Deus pegar o Regimento, esse nosso Senado, para aplicar no céu, porque não tem nada no papel mais perfeito, mais bem organizado do que o nosso Regimento. É uma coisa impressionante. Eu duvido que o Museu(F) da República tenha uma organização tão boa como a nossa comissão. Eu duvido que a TV Globo tenha uma organização tão completa como a nossa TV.

Agora, entre a teoria e a prática é o que nós vamos analisar. É isso que nós temos que discutir com tranquilidade, com a mais absoluta tranquilidade.

O principal para mim não está aqui, está nós. O Senado funciona terça de tarde, quarta e quinta, eu acho isso um absurdo. Terça de tarde, quarta-feira o dia inteiro e quinta de manhã.

Eu tenho uma proposta. Eu apresentei até... Como o Dr. Ulysses, me apresentei como anti-candidato à Presidência do Senado. É claro que eu fiquei só com meu voto. Eu queria tirar cinco passagens; em vez de cinco passagens, uma só. Uma passagem por mês, em vez de cinco. E nós trabalharíamos de segunda a sexta, até sábado e domingo. Estabeleceríamos agora qual é a pauta do mês de março, aí começaríamos a trabalhar no mês de março.

Se nós ficássemos 20 dias do mês de março, esgotou a pauta, nós tínhamos 15 dias para ir para casa. Se levasse vinte e cinco dias, nós tínhamos cinco dias para ir para casa. Se levasse 15 dias, nós teríamos 15 dias para ir para casa. Se não esgotasse, nós não iríamos para casa.

Então, repare que eu acho que deve começar por aí. Agora, botar isso em prática não é fácil, sinceramente não é fácil. Então, houve decisões. Eu tenho 1 milhão e 400 mil reais, 1 milhão e 400 mil reais, de verbas de passagem que eu não usei. Não usei, está lá os créditos. Esta aí. Eu vivo do meu salário, eu não posso ir a Montevidéu porque o médico me proíbe de ir sozinho. E eu não posso levar a minha mulher e não tenho dinheiro para pagar passagem.

Então, essas coisas engraçadas que a gente tem que analisar, que a gente tem que debater, porque é uma realidade. Então, nós vamos ter que discutir. Se dependesse de mim, eu sou muito sincero, eu acho que a verba do Senado, o senador devia ganhar "X", o que deve ganhar, ele deve ganhar. Eu sou contra a verba complementar, eu acho que o salário de senador é o salário de senador.

Então, eu quero dizer isso apenas para não dizer que estou aqui debatendo funcionários, eu estou aqui debatendo o Senado, envolvendo também os funcionários. Quero agradecer a presença do Dr. Haroldo, Diretor-Geral, e da Dra. Dora, Diretora de Recursos Humanos, que já nos atenderam e disseram para nós que estão inteiramente à disposição da comissão.

Quero dizer que, atendendo a solicitação inclusive do Presidente da Comissão, Sr. Presidente, já estão praticamente conosco o estudo comparativo. Foi entregue... Nós vamos distribuir para entregar para todos os membros da comissão o estudo comparativo, e eles já entregaram, está aqui, uma parte que ainda não é o completo, do número de funcionários por cada setor. Só que, por enquanto, nós recebemos só dos funcionários estáveis. E nós fizemos um apelo para a Diretora e para o Diretor-Geral, porque nós queremos receber também das funções gratificadas e dos cargos terceirizados, para nós sabermos a distribuição dos 13, 12, 11 mil funcionários, por cada cargo que existe, inclusive dos nossos gabinetes. Onde tem funcionário, nós queremos saber a distribuição desses cargos.

Acho que é importante nós termos isso para nós começarmos a trabalhar, e aí vamos começar a trabalhar lá para fazer uma racionalização.

Eu acho que talvez não possamos fazer o milagre da noite para o dia. Podemos, talvez, até – uma hipótese a ser discutida no futuro – dividir a matéria por etapa, botar a mais urgente, botar em votação e deixar outras partes para ser acrescentadas com uma profundidade, mas não com a urgência contra o tempo. Porque tem coisas que estão aí, ao longo de 30 anos, e que não pode adaptar da noite para o dia.

Mas eu acho que é necessário, com toda sinceridade, eu acho que é necessário. Eu acho que é um trabalho muito importante. Esse trabalho de racionalização é um trabalho necessário, é um trabalho significativo e nós temos a oportunidade.

Eu acho que é essa primeira oportunidade, ao que eu sei, eu estou aqui há quase 30 anos, que a gente está fazendo isso. Porque o resto foi feito sem a gente saber. Muda aqui, muda lá. Muda não sei o quê, mais não sei o quê, mas o conjunto do Senado, primeiro por omissão, eu me digo, por omissão, e, segundo, por falta de preocupação em nos mostrar, a gente não ficou sabendo.

Agora, nós estamos aqui, com o Presidente da comissão, Senador Demóstenes, nós devemos considerá-lo como membro nato da comissão. Ele, como Presidente, eu faço um apelo para que ele venha para cá, venha debater, discutir conosco. Porque, além de Presidente, ele é um jurista, é um homem de uma preocupação, de uma competência, de uma capacidade, às vezes, até exagerada.

Hoje de manhã, por exemplo, ele deu um toque de caixa que eu me atropelei todo, quase caí sentado. Mas é um homem da maior competência e faço um apelo para que ele compareça.

E quero dizer, Sr. Presidente, vale a pena levar a sério esse nosso trabalho, vale a pena, porque é uma chance que o Senado tem de se colocar dentro de uma linha que deve ser. Não adianta nós atirarmos em A, B, C ou D, não adianta querer fazer modificações, se nós não começarmos. Aqui está a origem de tudo, e, nessa origem de tudo, não vamos esquecer, a responsabilidade é nossa.

Embora, hoje é muito cômodo... Eu estou aqui, eu sou Diretor-Geral, eu sou o Primeiro Secretário, eu sou o Presidente, não sei o quê, e só assino e as coisas vão indo, acontecem, e eu não tenho nada que ver com isso. Por isso, eu acho correta a decisão do relator de fazermos a primeira reunião com a Fundação.

Gostaria que nós já enviássemos à comissão esses dados que nós já estamos recebendo e gostaria que a gente conversasse com Diretor-Geral e com a Diretoria, para ver, inclusive, dentro desse contexto, as pessoas que vão ficar à nossa disposição, para a gente conhecer, aprofundar, debater, analisar o que nós vamos ter pela frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Tasso Jereissati para considerações finais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, dada a complexidade do nosso trabalho e a enorme gama de assuntos que nós vamos ter que tratar, eu gostaria de pedir a permissão à V. Exa. para sondar o Senador Júnior, ACM Júnior, se ele gostaria de trabalhar junto comigo, como... de correlator, mas que nós fizéssemos o trabalho, porque nós, assim, teríamos condições de, usando a experiência que ele tem, dar maior celeridade ao trabalho, se fosse feito desta maneira.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Tasso, eu fico a sua disposição para lhe ajudar no trabalho. Sem dúvida nenhuma que eu aceito lhe ajudar no trabalho, com certeza.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Bom, não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA ADMINISTRATIVA

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA CRIADA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Jarbas Vasconcelos, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy , Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon e Tasso Jereissati, reúne-se a presente Subcomissão. Deixa de comparecer o Senador Antonio Carlos Júnior. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença do Senador Geovani Borges, membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e do Senador

Heráclito Fortes, Primeiro Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal. Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009** que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações." **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria na STRA:** Senador TASSO JEREISSATI **Obs.:** Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 1-STRA, de autoria do Senador Tasso Jereissati; **CONVIDADOS:** PROF. BIANOR SCELZA CAVALCANTI, Diretor Internacional da Fundação Getulio Vargas e Ex-Diretor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas; PROF. IRAPOAN CAVALCANTI; Assessor Especial da Presidência da Fundação Getulio Vargas; PROF. FREDERICO LUSTOSA, Professor e Consultor da Fundação Getulio Vargas; PROF. GILNEI MOURÃO TEIXEIRA, Professor e Consultor da Fundação Getulio Vargas; PROF. MARCUS VINÍCIUS RODRIGUES, Professor e Consultor da Fundação Getulio Vargas; SR. JAN THEOPHILO, Assessor de Comunicação da Fundação Getulio Vargas. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Tasso Jereissati e Heráclito Fortes. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e vinte e um minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dez; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Subcomissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **Jarbas Vasconelos,** Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA ADMINISTRATIVA – CCJSTRA

2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PARA ANALISAR O PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 96, DE 2009, QUE "ALTERA O REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 58, DE 1972, E POSTERIORES MODIFICAÇÕES", DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO, ÀS 10 HORAS E 42 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para analisar o Projeto de Resolução nº 96, de 2010, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, conforme o Requerimento nº 1, de 2009, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati. A comissão convocou a Diretoria da Fundação Getúlio Vargas e já houve um entendimento entre os diretores e esta presidência para que o Professor Bianor Cavalcanti, Diretor Internacional da Fundação Getúlio Vargas e ex-Diretor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, fizesse uma única fala em nome da Fundação, evidentemente, em seguida, abrindo o debate para os senadores que integram ou não integram esta comissão, de forma que eu quero convidar o Professor Bianor Cavalcanti para ter assento aqui, à Mesa, e quero fazer o registro dos demais diretores: o Diretor Frederico Lustosa, Professor e Consultor da Fundação Getúlio Vargas, que eu também consultaria para tomar assento à Mesa; o Professor Gilnei Mourão Teixeira, professor e também consultor da Fundação, e registrar as presenças do Sr. Jan Theophilo, Assessor de Comunicação da Fundação Getúlio Vargas, o Professor Marcus Vinícius Rodrigues, Professor e Consultor da Fundação Getúlio Vargas, e do Professor Irapoan Cavalcanti, Assessor Especial da Presidência da Fundação Getúlio Vargas e, também, um dos grandes colecionadores de arte popular do Brasil.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados, no caso o convidado, fará a sua exposição e, em seguida, abriremos à fase de interpelação, pelas senadoras e pelos senadores, na ordem de inscrição que será aberta aqui, pela Secretaria da Mesa. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da comissão.

Convido para a sua exposição, não vou determinar... O normal aqui, o regimental, são vinte minutos, mas o Professor Bianor Cavalcanti terá o tempo necessário para a sua exposição. Com a palavra o Professor Bianor.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Bom-dia a todos. De pronto, cumprimento o Senador Jarbas Vasconcelos, Presidente da Subcomissão, o Senador

Tasso Jereissati, Relator da Comissão, e a todos os senadores aqui presentes, bem como as demais pessoas que, nessa Audiência Pública, estejam presentes. De pronto, também comunico a grande satisfação da Fundação Getúlio Vargas em aqui estar presente, atendendo a essa convocação, para mais uma vez, no cumprimento de seu papel, contribuir para o Senado Federal, e não há exagero nenhum em dizer, contribuir para com a Nação brasileira no que diz respeito a esse processo de modernização, de desenvolvimento, comum e necessário a todas as instituições e para a qual a Fundação foi convidada e aceitou o convite com muita honra e presteza.

Eu vou fazer uma exposição, quero crer, senador, dentro desse espaço de tempo regulamentar, possivelmente poderei expandir um pouco, mas tentarei ao máximo não cansá-los, no sentido de que também possamos aproveitar um tempo para as questões importantes de esclarecimento e de informações que esta subcomissão merece, dada a própria natureza do processo.

Nós temos informações organizadas, e, para efeito apenas de organização, eu pediria, senador, uma visão geral no conteúdo da apresentação, o que não, necessariamente, eu seguirei todos esses itens e poderei retornar a alguns deles, por ocasião das questões colocadas.

Nas considerações iniciais: o objeto da cooperação; os parâmetros estabelecidos pelo Senado para este projeto; os pressupostos iniciais do projeto, que, de alguma forma, se confundem com aquilo que eu vou chamar de programa; o cronograma para a operacionalização do projeto, que é muito importante no sentido de que se possa ter um segmento mais claro de todas as etapas percorridas e de alguns dos atributos dessas etapas; o relatório preliminar da FGV; elementos, assim, absolutamente centrais: relatório da Comissão do Senado, relatório final da FGV, relatório do Conselho de Administração, nota técnica da FGV ao relatório do Conselho de Administração; e, finalmente, o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, ora em tramitação nessa comissão.

Não me estendo, mas apenas lembro que, na administração pública e tudo que se refere a ela, a política e administração são faces de uma mesma moeda intimamente relacionadas. Em qualquer órgão, em qualquer poder. No Legislativo, evidentemente, essa simbiose da política com a administração, ela é mais importante ainda.

O projeto de reestruturação, ele diz respeito e encontra no Senado uma estrutura – por favor, a próxima – organizacional que vai se caracterizar por um número de diretores, pela mídia divulgado, em março/2009, de aproximadamente 181. Esse número é um número que jamais se chegou a uma exatidão, mas existia esse número e referente àquilo que seriam de diretores na estrutura do Senado. O número de cargos com status de diretores e identificados pela FGV com status: 110. Esse conjunto envolvia 110 funções com status de diretoria e 622 funções comissionadas na estrutura.

Em 18 de março, o protocolo é assinado com a FGV, um protocolo de intenções, formalizado pelo Presidente do Senado, Senador José Sarney, com o Presidente da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Ivan Simonsen Leal, e ele teve como objetivo, como objeto, o projeto de modernização do Senado, estabelecendo base de cooperação técnica entre as duas instituições. Eu chamo a atenção para esse protocolo de intenções. Protocolos de intenções, muitas vezes, são considerados como um casamento no religioso, mas não necessariamente um casamento no civil. Mas eles, efetivamente, existem. E eles, efetivamente, colocam expectativas das partes, no sentido de orientar o desenvolvimento conceitual de todo um trabalho que, evidentemente, espera-se que tenha início, meio e um fim.

Esse protocolo, ele foi bastante amplo na sua perspectiva e é importante lembrar – e os senhores verão um pouquinho mais à frente – que ele contém, mas não coincide, com o projeto efetivamente contratado, que foi conscientemente tomado como uma primeira parte, uma primeira abordagem emergencial – e a palavra é importante aqui -, num primeiro momento emergencial, no sentido de contemplar mais especificamente alguns desses elementos, embora muito importantes, desse protocolo como um todo, o objeto desse protocolo como um todo.

Parâmetros foram pensados, desenvolvidos pela Direção do Senado, que orientaram o desenvolvimento do projeto inicial da Fundação e a sua perspectiva em relação aos desdobramentos correspondentes a outras fases mencionadas no protocolo. Dentre os parâmetros estabelecidos, ressalto, em primeiro lugar, o que eu citei como muito importante, a consciência de uma ação de caráter emergencial, uma ação de caráter emergencial com ênfase na área administrativa, que envolvesse redução de custos, que envolvesse racionalização de determinados projetos, processos, a redução significativa do número de cargos de direção superior, a eliminação de estruturas adjetivas superdimensionadas para o apoio àquilo que era considerado, na área substantiva, todas aquelas unidades orientadas para o processo legislativo prioritariamente, e uma redefinição da estrutura hierárquica e classificação da remuneração de cargos de direção, com alteração dos símbolos correspondentes.

Protocolo de intenções entre a FGV e o Senado Federal, base para a proposta inicial e emergencial da FGV, teve como escopo, portanto, a revisão da estrutura organizacional administrativa e sistemática de classificação e remuneração de cargos de provimento em comissão e funções comissionadas, dividida em dois modos. Esses elementos vão substanciar o projeto emergencial, cuja expectativa de realização técnica era na base de três meses.

Revisão da estrutura organizacional com ênfase na estrutura administrativa num primeiro módulo e, num segundo módulo, a elaboração da sistemática da classificação e remuneração de cargos de provimento em comissão e em funções comissionadas.

O objeto dessa proposta? Teve por objetivo assessorar o Senado na revisão da sua estrutura organizacional, administrativa e no desenvolvimento dessa sistemática de classificação e remuneração.

Entendia-se aí, claramente, e face aqueles números anteriormente citados, que havia um deslocamento muito grande entre funções em cargos comissionados e a essência da estrutura administrativa do Senado. Essa sistematização emergencial, portanto, deveria envolver uma aproximação razoável daqueles elementos com os elementos estruturais. Buscava-se, com isso... Buscou-se com isso – e creio que logramos possibilidades muito boas de resultados nesta aproximação -, buscar uma inteligibilidade dessas estruturas em relação a esses cargos e desses cargos em relação à estrutura. O trabalho emergencial se justificou muito no sentido de uma primeira aproximação em que uma situação muito complexa deveria, como resultado desse projeto, representar, deve representar uma simplificação para que o protocolo, no sentido de uma agenda positiva de construção, de reconstrução, possa ser tomada com bases mais firmes. Eu diria que, de pronto, num primeiro momento, não há o alcance da possibilidade de uma abordagem técnica que pudesse garantir resultados, aqueles resultados que realmente todos querem para o Senado.

A proposta da FGV, em caráter emergencial, obedeceu a alguns pressupostos importantes. Os órgãos administrativos e os atos de gestão devem estar sob estrito controle da Mesa-Diretora. Os órgãos administrativos e os atos de gestão devem estar sob estrito controle da Mesa-Diretora, representativa do poder político da Casa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só uma...

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Pois não, senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo plenamente com essa afirmativa, mas eu faria um adendo: eu acho que, hoje, praticamente tudo que acontece no Senado, o Plenário não toma conhecimento. Eu acho que devia haver uma especificação que a maioria dos casos que envolvem assuntos realmente significativos tinham que passar também pelo Plenário da Casa.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Observação que diz muito respeito, eu só me permitirei esse comentário: aquela primeira afirmação de que política e administração no setor público, especialmente numa Casa como essa, necessariamente estão muito relacionados. E é bom que estejam.

Desenho organizacional deve ser traçado em função dos objetivos institucionais e da identificação de macro processos da instituição. Nós tomamos, inclusive como base, um trabalho muito bem feito por funcionários da Casa, que antecedeu a chegada da Fundação ao processo, e esse trabalho envolvia a busca de um modelo de inteligibilidade maior dos macros processos da Casa. A Fundação valeu-se desse trabalho, trabalhamos juntos, como veremos, com comissões da Casa, mas conscientes de que – retorno a esse ponto, se me permitem – o caráter emergencial da ação, da ação, requer, no âmbito do protocolo, desdobramentos, para que questões referentes a esses aspectos possam ser melhor desenvolvidas – e eu vou explorar um pouco mais à frente esse ponto.

O conceito decorrente "dimensionamento das unidades organizacionais" devem ser alinhados, parcimoniosamente, com a essência do processo legislativo. Esse ponto, juntamente ao anterior, são extremamente relevantes. Digo isso em função de necessidades de realinhamentos estratégicos, para que se possa avançar num modelo organizacional apropriado e bem dimensionado. Esse dimensionamento requer muito – e veremos um pouco mais adiante – um trabalho de reconceitualização, possivelmente, de determinadas esferas de funcionamento, o que é que se espera daquelas esferas em relação ao apoio ao processo parlamentar. Isso porque, não só aqui, mas em todas as organizações, há sempre uma tendência muito grande de todos os segmentos terem uma pretensão de fazer o melhor possível, desenvolver o mais possível, ter a maior quantidade de recursos possível para trabalhar com a sua excelência máxima; a excelência máxima das partes está longe sempre de representar a excelência do todo. E isso requer, portanto, decisões conceituais para o redimensionamento, para o dimensionamento adequado daquilo que seria a excelência das partes contributivas para uma real excelência do todo. Posso exemplificar mais à frente.

As soluções de modelagem organizacional e administrativa devem garantir níveis adequados de

diferenciação entre os órgãos, segundo a natureza de suas atividades, evitando uniformidades e simetria. Às vezes, há uma noção falsa de que boa organização é onde existe padronização, uniformidade. Isto não é verdade. Isto serve, muitas vezes, a se replicar por mimetismo, estruturas que podem ser necessárias em determinados segmentos, mas não em outros, evidentemente com repercussões graves, no que diz respeito à gestão do sistema e aos custos do sistema.

Passo a uma breve cronologia de tudo aquilo que foi feito, seguindo aquelas orientações do Senado e aqueles pressupostos contributivos da interpretação da Fundação Getúlio Vargas dos elementos diagnosticados na situação. Creio que essa cronologia poderá ser funcional a esta subcomissão, no sentido de auxiliá-la ao entendimento desse fluxo histórico de eventos.

Em março, no dia 18, é assinado o protocolo, do qual já falamos bastante. Em abril, a FGV, no dia 02, apresenta a primeira proposta de prestação de serviços e inicia as primeiras ações de consultoria. As ações da Fundação foram imediatas. Em maio, a FGV, no dia 12, entrega ao Senado Federal o relatório preliminar. Formação pelo Senado de comissão interna para realizar o relatório preliminar da FGV e examinar críticas e sugestões ao citado documento, amplamente divulgado. Vale dizer que a especificação do projeto, contratado no âmbito do protocolo, e a própria condução desse projeto deu-se através de reuniões seguidas e orientadas tanto pela Presidência como pela Primeira Secretaria, em reuniões com grupos técnicos da Casa, arregimentados no âmbito da Diretoria-Geral. Em maio, no dia 12, entrega ao Senado Federal do relatório preliminar. Formação pelo Senado de comissão interna para analisar o relatório da FGV e examinar críticas e sugestões ao citado documento, amplamente divulgado. Esse documento foi amplamente divulgado internamente e externamente. Ele foi muito publicizado, a própria imprensa teve acesso a ele, o site do Senado colocou à disposição e essas críticas e sugestões ao documento...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa comissão teve...

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Funcionários do Senado. Sim, senador, funcionários do Senado.

Em junho, reuniões da equipes da FGV com a comissão, para debates e sugestões de críticas apresentadas. No dia 07 de julho, recebimento, pela FGV, das considerações e das sugestões resultantes do exame e sistematização realizada pela comissão. Vale lembrar, Senador Pedro Simon, especificando, complementando a minha resposta à sua importante pergunta, quando foi publicizado, a matéria foi colocada à crítica e solicitando sugestões, não só dos funcionários, mas, também, o instrumento abria também, solicitava e foram feitas algumas recomendações, ainda que poucas, de senadores também, de senadores também. Em agosto, a FGV, no dia 17, entrega ao Senado Federal o relatório final da Fundação, fruto dessas sugestões, do empenho também da Comissão de Funcionários do Senado, que conosco interagiu e discutiu, para que pudéssemos chegar a uma proposta que atendesse ao caráter emergencial do contrato. Em setembro, a Direção do Senado encaminha o relatório final da FGV ao Conselho de Administração do Senado para análise e sugestões. O Conselho foi ativado e promoveu sugestões, análise e sugestões que redundaram numa estrutura e em propostas de mudança no Regimento, no Regulamento. Em outubro...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em setembro, foi feito o relatório final da Fundação?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Em agosto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, em setembro, a Direção do Senado encaminha o relatório final da Fundação, isso em agosto. Em setembro, encaminha ao Conselho?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Isso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E depois, em outubro, junto com o Conselho, faz uma modificação em cima do relatório final?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Uma modificação... Há um desdobramento em cima do relatório final. A pedido da Direção do Senado, a FGV, juntamente com técnicos da Casa...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A "Direção do Senado" são funcionários da Casa?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Funcionários da Casa, designados pelo comando da Casa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Claro, claro.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: A pedido da Direção do Senado, a FGV, juntamente com os técnicos da Casa... Acho importante ressaltar que tiveram uma interação absolutamente construtiva com os técnicos da Fundação, absolutamente construtiva, profissional, contributiva.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não levanto dúvida com relação ao mérito dos funcionários da Casa, nota 10. O que eu levanto dúvida é sobre a omissão dos senadores, que não participaram até agora.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: A pedido da Direção do Senado, a FGV, juntamente com técnicos da Casa, analisa as considerações e sugestões de mudança, apresentadas pelo Conselho de Administração, e emite nota técnica, sugerindo e justificando

alterações na proposta do Conselho. Essa foi a última ação da FGV.

Houve nesse período, senador, contribuições de senadores, no sentido de levar contribuições a essa matéria, a essa matéria. A Fundação, ela se colocou, ela se coloca sempre num posicionamento em que não nos cabe avaliar propostas de senadores, não nos cabe e nem temos a competência dos analistas parlamentares para tal. Entendemos – e me parece importante esse comentário – que a era em que o consultor, com a sua racionalidade e os seus valores, desempenha diagnósticos e coloca propostas praticamente prontas e vê com qualquer, com muitas reticências, às vezes, as contribuições, ela já foi muito superada. Nós trabalhamos sempre muito em sintonia com os interlocutores, com a interlocução da Casa, sintonia essa regulada pelos diferenciais de natureza, em função da própria instituição, que aqui tem características muito específicas. Então a natureza dessa distinção que o senhor coloca entre senadores e entre funcionários, há, sem dúvida nenhuma.

Mas quero registrar que, nesse processo, a Fundação se entende como uma catalisadora, gerando documentos que são discutidos, são tanto quanto possíveis compatibilizados e que vão evoluir de alguma forma. E, nesse processo, eu quero crer que toda essa sequência de análises, revisões, críticas, colocam à disposição dessa subcomissão elementos bastante significativos para os desdobramentos que se possa esperar em nível decisório da instituição. A Fundação buscou ser, e, na minha humilde avaliação, logrou êxito em catalisar um processo, fazer esse processo andar e gerar conjuntamente documentos que, evidentemente, sempre podem ser sujeitos a interpretações diferenciadas, a recolocações. E aí está a riqueza, evidentemente, desse processo.

E, finalmente, em dezembro, os senadores recebem o Projeto de Resolução nº 96, ora em tramitação. Esses são...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nessa data, em dezembro, a Mesa queria votar em Plenário. Aquela decisão que os senhores tomaram em conjunto com os funcionários, aquele relatório final... Dá para voltar atrás? "A pedido da.... Os senadores recebem Projeto de Resolução com propostas de reestruturação do Senado". É isso aí. Em dezembro, isso foi para ser votado em Plenário e chegou a marcar data para ser votado em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Entrou na Ordem do Dia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Foi para a Ordem do Dia, para ser votado em Plenário, em Ordem do Dia. Foi aí que houve um movimento, dizendo: "Mas não é possível, os senadores não conhecem a matéria". Foi um debate, foi uma discussão, foi uma ampla discussão. Uma matéria dessa natureza, como é que nós vamos votar sem saber? Tanto que esse Projeto de Resolução que o senhor está referindo, nós recebemos menos de quarenta e oito horas antes da votação no Plenário. Nos entregaram, não chegava a fazer quarenta e oito horas, marcada a votação em Plenário, aí houve um movimento no sentido de: "Não, não é possível. Volte para a Comissão de Constituição e Justiça, que designou essa comissão, agora que nós estamos fazendo parte, para debater essa matéria". Repare como foi realmente importante.

Por isso que eu falo, com o maior respeito, eu acho que esse trabalho da Fundação é nota 10, eu acho que o trabalho dos funcionários foi nota 10, acho que a coisa foi perfeitamente feita. Mas, com todo respeito, tem a omissão dos senadores, nós ainda não participamos. Por uma omissão nossa, V. Exa. diz com razão: "Foi oferecida oportunidade". Foi, eu recebi, acho que todos os senadores receberam a presente emenda, a presente proposta, mas lamentavelmente nessa Casa... É Código de Processo Penal, Código Civil. Andam, vem e vai e, se não haver um trabalho específico, a coisa não anda. A verdade é que nós íamos votar sem conhecer. Agora, nesse momento, é que nós estamos começando a conhecer a matéria.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Essa fase final, aí, de outubro para dezembro, em função daquele caráter emergencial, possivelmente acelerou-se aí um processo, não tento eu justificar, até porque não fomos parte desse...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O caráter emergencial de V. Exa. não tem o porquê justificar, que era absolutamente correto e foi justo. Apenas não votar em Plenário sem a gente ter um aprofundamento da matéria.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Muito bem. A estrutura proposta no relatório preliminar, ela se diferencia, evidentemente, da primeira. Ela resulta em nove funções com status de diretoria...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): ...foi feito em conjunto com a equipe dos funcionários?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Dos funcionários.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quer dizer, a Fundação e a equipe dos funcionários se reuniram, aí os funcionários apresentaram propostas e, algumas delas, os senhores adaptaram.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Houve propostas nossas que derivaram em negociações com os funcionários, com revisão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Uma das coisas que a gente gostaria de saber, na hora oportuna, é quais foram as propostas novas dos funcionários que os senhores emendaram a proposta original da Fundação, para saber a que ponto houveram essas modificações e as razões de elas terem sido efetuadas, de o senhor ter feito uma proposta A, inicialmente pela Fundação, e, depois da discussão com os funcionários, fizeram as alterações.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: O primeiro relatório, o relatório preliminar, para lhe dar uma ideia dessas mudanças, houve certamente mudanças na configuração estrutural, buscando atender aqueles princípios colocados, reduziu-se para nove funções com status de diretoria, apenas nove funções com status de diretoria. Eu diria que diretorias reais, diretorias reais; daquelas 110, que representavam um pouco da confusão...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me permite só fazer uma...

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Uma análise interessante. O Senado, quando os senhores foram chamados, o que chamou a atenção foi o exagero de diretorias criadas. Nós chegamos a cento e...?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Cento e dez, que nós identificamos, com status de diretoria.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Cento e não sei quantas diretorias. Aí a gente foi ver... A gente, que eu digo, é do lado de fora. O que é que tinha acontecido? Dizem as pessoas que tinha se criado uma função gratificada às pessoas que ocupavam cargo de direção. Então o cidadão que cuidava da garagem dos prédios dos senadores não ganhavam essa função, essa gratificação, porque não tinha cargo de diretoria. Então se criou o cargo de Diretoria da Garagem. Na verdade, não se criou coisa nenhuma, era a mesma pessoa fazendo a mesma determinação. Mas, como ele passou a diretor, aumentou.

Tem o serviço para receber senador no aeroporto, para encaminhar a passagem, tirar uma coisa... Ele também não recebia essa gratificação. Então passou a ter uma Diretoria de Recepção, sei lá o quê, do aeroporto. Passou a receber.

Então, aí, as pessoas perguntavam: "Mas não teria sido muito mais fácil, ao invés de ir para cento e não sei quantas diretorias, botar um item que dissesse: 'as funções X e Y também receberão as funções gratificadas?'"

Agora, dizem que os senhores, no estudo que vocês fizeram, vocês diminuíram as diretorias. O cidadão do aeroporto deixou de ser diretor, baixou para não sei o quê, mas continuou ganhando a função gratificada, botaram um item que ele ganhava a função gratificada. Em outras palavras: cento e tantas funções de diretoria ou vinte e tantas diretorias, mas cento e quarenta diretorias, com função gratificada, ou, agora, vinte diretorias, mas cento e trinta funções 'X' gratificadas, no fundo, dá a mesma coisa; só diminui o número de diretor, mas permanecem as funções gratificadas. Então, o Senado fez um ato ridículo de vaidade, no sentido de nomear diretor, todo mundo era diretor, então ficou: "Eu sou diretor", "Eu sou diretor", para ganhar função gratificada, mas, no fim, resolveram: perdem os anéis, mas ficam os dedos; não é diretor, mas continua com a função gratificada. Me disseram que essa é a modificação que tem entre os projetos, entre um e outro. Eu não sei se é real.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: De certa forma, não, senador, porque o que ocorre é que, junto com a função, vão prerrogativas inerentes ao cargo que envolvem custos adicionais, que envolvem custos adicionais, que envolvem custos adicionais. Então essas prerrogativas outras, elas têm consequências, além da simples função. Esse é um aspecto importante. Eu não sei se teria alguma coisa a completar, Fred.

SR. FREDERICO LUSTOSA DA COSTA: Só um esclarecimento para complementar a palavra do Professor Bianor. É que originalmente a mídia apontou a existência de 181 diretorias. Isso é, evidentemente, um exagero. Quer dizer, todos os cargos que ocupavam funções gerenciais no Senado eram apontados como diretoria, mas efetivamente não eram diretores; são pessoas que aqui recebiam status de diretor para poder ter acesso à garagem, para poder ter acesso a celular, etc. Mas funções efetivas e identificadas como gerenciais no Senado eram da ordem de quarenta e cinco. A nossa proposta veio reduzir essas funções para o número de oito. E, ao longo desse processo, houve ajustes, trazendo, a nível de diretoria, um ou dois cargos que foi fruto desse entendimento entre a Fundação e o Senado.

Mas o importante, nessa passagem de um processo para o outro, não está na macroestrutura, mas nos processos pontuais. Existia uma série de serviços, e aí, no item 22, Marcos, na pág. 22, nós temos um quadro que mostra essa passagem do número de cargos que existiam, de funções vinculadas à estrutura. Aí vocês podem ver, a situação atual do Senado, da estrutura, é de 622 cargos. No relatório preliminar da Fundação, foi proposto 412 cargos de funções gerenciais, de natureza gerencial. No relatório da Comissão Técnica do Senado, que analisou a proposta da Fundação, passou para 443. Depois, houve um entendimento no relatório final da Fundação para ficar em 349. No

Conselho de Administração, passaram para 637. E na proposta técnica final da Fundação, em entendimento com técnicos designados para a presidência, ficamos em 436 funções vinculadas à estrutura do Senado Federal. Essa é a proposta final da Fundação. Então não é exatamente essa que está em exame pelos senhores, ou seja, o relatório da Fundação entregue, a última contribuição da Fundação, foi em outubro. Depois disso, a Comissão Diretora incorporou outras sugestões e chegou à estrutura que está sendo analisada pelos senhores, mas não é necessariamente aquela proposta apresentada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Estão sendo analisadas por nós, sem a participação da Fundação e dos funcionários?

SR. FREDERICO LUSTOSA DA COSTA: Não, ela incorporou contribuições nossas, mas é uma proposta nova, feita a pedido da Comissão Diretora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A palavra final é dos funcionários?

SR. FREDERICO LUSTOSA DA COSTA: É da Comissão Diretora do Senado, da Mesa-Diretora.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Naquela questão do tempo que eu estava colocando, sem querer justificar, mas lembrando a questão do tempo.

Bem, esses aspectos todos, eu quero crer que nós já, com esse avanço, com esses esclarecimentos, Senador Jarbas, Exmo. Sr. Presidente, nós já podemos...

Apenas para finalizar, nós entendemos, cumprindo aqueles aspectos primeiramente colocados, entendemos que novas etapas são necessárias para o desenvolvimento desse trabalho. Pág. 24, por favor, Marcos.

Recomendações colocadas pela Fundação disseram respeito:

> – A efetivação imediata da transformação das funções comissionadas, vinculadas à investidura ou à lotação em efetivo exercício, em gratificação de representação, em cumprimento ao art. 7º, convalidada na Lei 10.863, de 29/04/2004;
>
> – A definição de uma política de contratação de serviços terceirizados que privilegie as atividades a serem realizadas, e não o número de empregados a serem contratados, o que seria uma mudança importante nessa lógica;
>
> – Terceirização progressiva e acelerada dos serviços gráficos do Senado Federal;
>
> – Extensão e otimização do sistema de controle eletrônico de frequência para todos os servidores e efetivos, que, de acordo com a natureza da função, terão horários controlados de entrada e saída ou carga horária diária a ser cumprida, podendo, ainda, constituir banco de horas para o cumprimento da carga horária.

SR. FREDERICO LUSTOSA DA COSTA: Medida já adotada.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Medida já adotada, que esse também é um aspecto importante – obrigado pela lembrança, Fred – porque alguns desses itens já prontamente têm sido adotados na Casa;

> – Suspensão da realização de concursos para o preenchimento de vagas decorrentes de demissão, morte ou aposentadoria de servidores efetivos, até a conclusão do alinhamento estratégico. Na medida em que entendemos que os concursos são fundamentais e constitucionais, evidentemente;
>
> – Definição de uma nova política de comunicação social para o Senado Federal que delimite os objetivos, o escopo, o dimensionamento e o alcance dos veículos: TV, rádio, jornal e website, as estruturas correspondentes. Aqui vai um exemplo. Como poderia se pegar a biblioteca e uma série de segmentos que, possivelmente, haja necessidade de um estudo de processos e de realinhamento estratégico no sentido... Volto àquele ponto da conceptualização: o que é que se espera disso? Consequentemente, com a história do Senado Federal... A biblioteca do Congresso Norte-Americano, por exemplo, ela tem uma história, ela tem um significado, ela tem um padrão de excelência e ela cumpre uma função que transcende a função do alimento à própria Casa, por uma questão de escolha, de tradição, de desenvolvimento histórico, que é normal nas instituições. Agora, o que é que se quer no Senado? Esse alinhamento estratégico é importante. A área de comunicação, o que é que se quer? Porque, dependendo desse alinhamento estratégico, há o dimensionamento da área. E volto a dizer: essa perspectiva emergencial não pôde contemplar esse tipo de análise, para que nós, com segurança, pudéssemos colocar aos senhores esse tipo de perspectiva e esse tipo de realinhamento. Não era do escopo do trabalho. Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A área da comunicação argumenta que os senhores teriam proposto que a televisão do Senado, ao invés de vinte e quatro horas, ficasse apenas doze horas. Essa é a argumentação que apresentou. Por outro lado, tem

gente dizendo que, pela nova legislação, o Senado vai ter direito a quatro canais, e pensando que nós devêssemos ver, interrogação, usar, ou não, os quatro canais. Eu, com toda a sinceridade – quer dizer, não estou sabendo de nada, apenas por ouvir falar -, eu respondi à pergunta que me foi feita... Eu estou falando demais, Presidente? Se eu estou falando demais...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Não, o Senador Heráclito perguntou se poderia aparteá-lo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, porque, se eu estou falando demais, eu paro de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Não, não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, eu estou apenas dando um exemplo do que V. Exa. está dizendo, e V. Exa. está correto: o que é que a gente quer? Então eu disse: "Eu acho que pode continuar vinte e quatro horas", porque não significa o Senado produzir vinte e quatro horas de televisão, mas significa repetir. Por exemplo, o Plenário pode repetir de manhã ou a madrugada. Agora, também acho ridículo nós termos quatro canais de televisão. Quer dizer, nós não temos condições, nem estrutura e coisa nenhuma para nos darmos ao luxo de fazer quatro programações de televisão, para quatro coisas diferentes. Então, são apenas essas coisas que... Então, quando o senhor coloca, o senhor coloca... Ali, o senhor coloca, por exemplo, a questão de segurança: "Definição de uma nova política de segurança interna de proteção a autoridades e de investigação de delitos que permitam delimitar os objetivos, o escopo e o dimensionamento da Polícia do Senado e das estruturas correspondentes". Aí está tudo. Quer dizer, o cara pode levar para o lado que quiser. Tem muita gente que está argumentando que, depois desse trabalho apresentado, nós devemos mudar a Constituição. Devemos dizer: "Os órgãos são o Exército Nacional, a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Civil e a Polícia do Senado"; de tal maneira ela teria sido ampliada.

Eu realmente vejo, por exemplo, o próprio Presidente do Senado ter a garantia, por onde ele andar no Brasil, o que tem o Presidente da República, eu acho um exagero. Eu também acho que dizer que qualquer senador que se achar em condições de perigo, pede ao Presidente do Senado, e o Presidente do Senado vai lá para o Pedro Simon, na rainha do mar, e bota quatro seguranças para me cuidar, eu acho um exagero. Então são coisas que têm que ser... Eu acho que o capítulo da Polícia Federal foi feito com alguns exageros que eu, com toda a sinceridade, não acho necessário. Agora, a definição que está aí...

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: O senhor diz na proposta final.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agora, a definição que está aí é genérica, cabe tudo. Com todo respeito que eu digo a V. Exa., no que está aí, cabe o que está e cabe tirar o que está. Então nós temos que ver a análise de como é que vai ser feito. Eu acho que o capítulo da polícia, da segurança, está exagerado. Eu acho que nós avançamos num sinal que, a mim, não me parece correto. Eu, agora, vou pedir para o Sarney: "Olha, Sarney, me telefonaram, eu estou correndo perigo lá em Porto Alegre". Eu acho que não é necessário.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Eu não teria condições de julgar porque, naquela última linha da cronologia, foi a parte não analisada. Agora por nós, em função daquele tempo...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu poderia fazer uma observação que eu queria fazer aqui, ao Senador Pedro Simon? Eu acho, Senador Pedro Simon, que talvez o trabalho mais importante que essa subcomissão poderia fazer são essas definições, porque cabe a nós, senadores, fazermos essas definições.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É isso, mas eu estou dizendo que, dentro desse espírito aqui, cabe tudo. Nós vamos ter que definir, dentro desse item, o que nós queremos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso, eu acho que essa é a grande tarefa que nós vamos ter.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, V. Exa. me permitiria uma... Em primeiro lugar, Senador Pedro Simon, eu vou seguir uma pessoa que eu admirava muito e que V. Exa. tem uma vocação grande, que era o Dr. Tancredo: "Em política pode se falar muito, mas não se fala demais, não se deve falar demais". V. Exa. pode até falar muito, V. Exa. não fala demais. Então essa indagação ao Presidente da Comissão, se V. Exa. estava falando demais, é injusta com V. Exa. próprio. Eu acho que todas as intervenções de V. Exa., têm aquelas que são pedagógicas e são oportunas, mas nós não temos a obrigação de sermos detentores de todas as informações precisas. Essa questão da televisão, o que é que ocorre? A nova tecnologia, a tecnologia digital...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu só falei porque...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exato, mas vamos esclarecer o que é isso: permite a transmissão em até quatro canais. Vou dar um exem-

plo aqui a V. Exa.. V. Exa. poderá ter a oportunidade de acessar simultaneamente, por opção sua, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Relações Exteriores ou, se tiver chata a programação, vai assistir ao Plenário, se estiver funcionando e não tiver Sessão Deliberativa. É uma possibilidade que a tecnologia dará. Se o Senado vai usar ou não, é como disse o Senador Tasso, é uma decisão. Mas a nova tecnologia permite, e nós não vamos ficar atrelado à tecnologia...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo plenamente com V. Exa., mas a discussão que puseram para mim é de nós fazermos quatro produções de televisão. Não é o que V. Exa. está dizendo. V. Exa. está dizendo que pode se utilizar a mesma programação em quatro lugares diferentes. Eu concordo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos tido uma dificuldade muito grande, e isso é justificável, porque nós somos muitos atarefados. Alguns assessores, por falta de dedicação aos fatos ou até por maldade, têm passado aos senadores informações que são completamente inverídicas. Essa é uma. Eu acho injusto alguém lhe informar uma coisa que não é verdadeira. É injusto. Mas isso é normal de um processo dessa natureza. Ninguém faz uma omelete, sem quebrar ovos. Essa reforma administrativa, ela está vindo para socorrer catorze anos de falha, de omissões e seja lá o que interessa. E, de repente, recai-se tudo sobre essa questão.

Infelizmente, eu cheguei um pouco atrasado, mas o que eu queria dizer é o seguinte: o trabalho da Fundação foi oportuno pela credibilidade dela, pela isenção de vir de fora e ver um quadro inteiramente... Agora, nós não poderíamos exigir, por exemplo, da Fundação, que ela fosse perfeita no processo legislativo. O ajuste do processo legislativo é que precisa ser feito e é exatamente para isso essa comissão.

Outra coisa: não houve em nenhum momento, Senador Simon, a intenção da Mesa de atropelar votação da aprovação dessa proposta, até porque nós não podíamos. Nós cumprimos exatamente a tramitação legal. Foi outra informação falha que chegou a V. Exa. Nós tínhamos necessariamente que mandar para a Comissão de Constituição e Justiça, para formar essa comissão da qual V. Exa. participa e poder aprová-la. O trabalho da Fundação foi entregue, atendendo o Regimento, à Mesa. A Mesa aprovou a remessa para a comissão, e aqui a comissão criou essa subcomissão, que é presidida pelo Senador Jarbas e tem o Senador Tasso como relator. Quando o Senado discutiu isso? Se V. Exa. prestar atenção no choque que nós tivemos, nós saímos dos atos secretos para o Portal da Transparência. É um choque grande. Se a gente, Senador Tasso, parar um pouco para pensar, em menos de um ano, nós saímos de catorze anos de ato secretos, de atitudes pouco claras, para uma transparência ampla, geral e irrestrita. Daí por que eu acho que essa comissão vai ter uma oportunidade histórica de mostrar ao Brasil o que é que nós queremos do Senado Brasileiro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E que não deve ter prazo para terminar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é verdade? Eu também acho. Mas também não devemos nos alongar muito no tempo. Eu acho que essa oportunidade, essa oportunidade é ímpar. Agora nós não podemos aprovar nada com dúvida, nós temos que tirar todas as dúvidas, todas as dificuldades, mas também temos que correr um pouco, até porque nós estamos no final da legislatura e nós teríamos que ter pelo menos a oportunidade de dar aos próximos senadores que virão aqui, V. Exa. com certeza, e o Senador Suplicy estão entre eles, a oportunidade de ter a convivência com a Casa que não sofra delimitações, que não sofra de personalíssimo, e que seja um Senado voltado para a atividade legislativa, e não para os penduricalhos que, infelizmente, existem e estão sendo, todos eles, disseminados com esse trabalho, feito conjuntamente pela Comissão, pela Mesa e, agora, com a participação dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Suplicy, o Professor Bianor Cavalcanti ainda não concluiu o seu trabalho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de me inscrever, então, para, logo que ele concluir a apresentação, formular algumas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Ele parece que já está no final da sua apresentação, e aí, sim, abriria a lista de inscrição e a gente abriria o debate, senão a gente não chega à conclusão dele. Tá bom?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu entendi, eu não falo mais, eu entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Não, para que ele possa concluir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Simon está muito sensível hoje; eu não sei o que é que houve com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Ou, então, as limitações da presidência são tão grandes que ele não consegue entender.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É a consagração que ele recebe nas ruas que faz ele chegar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Professor Bianor.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Obrigado, Presidente. Eu vou buscar o mais rápido possível. Se me permite, Presidente, apenas fazer um comentário a um ponto importante, porque, com relação àquela definição da área de comunicação, realmente a leitura e as interpretações, elas podem variar. De fato, existiam turnos, e cada turno tinha um chefe, quando poderia haver um chefe de subchefes de turno. Então isso não quer dizer que se extinga turnos; se quer dizer que a forma de gerenciar isso, de hierarquizar, pode mudar. Então há detalhes dessa natureza.

Com relação às generalidades das formulações, o senhor está absolutamente correto. É exatamente essa a ideia que nós dissemos, que é necessário, posteriormente, alinhamentos estratégicos e definição do que é que nós queremos para a polícia, o que é que nós queremos para a biblioteca, o que é que nós queremos para a área de comunicação. E eu estou citando essas áreas apenas para exemplificar.

> – A definição de uma política de gestão de conhecimento que permita delimitar também os objetivos, escopo, dimensionamento das áreas de produção, circulação, difusão do conhecimento em matéria legislativa, notadamente dos serviços de documentação, capacitação, treinamento, intercâmbio. Também necessidade de reconceptualizações do que é que se quer também com essas áreas.
>
> – Avaliação e redimensionamento da estrutura e composição do seguro-saúde dos senadores e funcionários.
>
> – Exigência de certificação, tipo ISO 9000, para fornecedores de produtos e serviços.
>
> – Avaliação e redimensionamento da estrutura e composição dos serviços médicos, oferecidos nas dependências do Senado.

Enfim, dessa lista, como eu queria lembrar, e o Senador Heráclito não estava ainda aqui presente, como foi dito, alguns desses elementos já foram até medidas já tomadas, como exemplo a do ponto, que foi já levada a efeito. Muito bem.

O relatório final da Fundação, ele propõe, naquele último momento da nossa participação, que se estabeleça esses estudos de reconceptualização necessários, dentre os quais nós destacamos a concepção e implantação do planejamento estratégico e consequente mapeamento de processos organizacionais; a concepção de um plano diretor de tecnologia da informação, dada a centralidade dessa área; realização de auditoria de folha de pagamentos; e a concepção de um plano de cargos e carreiras da qual nós entendemos ser uma necessidade bastante significativa, também, junto com as demais.

Face à natureza das mudanças orientadas para o saneamento de disfunções estruturais, grande parte delas de caráter restritivo, o processo de reforma envolve necessariamente alguma desestabilização, apreensões, desconfortos, incertezas. Por isso mesmo, conforme já assinalado em outras oportunidades, nós entendemos que o arranjo estrutural proposto foi emergencial e constitui apenas um primeiro passo na direção desse amplo processo de reestruturação a ser completado no Senado Federal, em decorrência de estudos mais aprofundados que venham a ser realizados. Tal procedimento permitirá um mais adequado alinhamento entre órgãos e estrutura, face a natureza de suas missões e adesão aos princípios doutrinários da reforma.

Sr. Presidente, eu encerro aqui a apresentação e nos colocamos, eu e a minha equipe, à disposição dos senhores, para esclarecimentos, todos que possam se fazer necessários. Muito obrigado pelo tempo e à sua flexibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Obrigado, Professor Bianor Cavalcanti. Está aberta a lista de inscrição. Inscrito, em primeiro lugar, o Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra. Posteriormente, o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado Presidente Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Heráclito Fortes, Primeiro Secretário, Professores Gilnei Mourão Teixeira, Frederico Lustosa e Professor Bianor Scelza Cavalcanti, que é o responsável principal pela equipe que aqui apresenta hoje este relatório.

Eu tive a oportunidade de, em meados de ano passado, em meio já ao estudo, de certa vez telefonar para V. Sa., ocasião em que lhe relatei Projetos de Resolução que apresentei aqui, como o Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2009, que torna pública, inteiramente transparente, a remuneração, não apenas dos senadores, que esta é pública, mas de todos os que trabalham no Senado Federal. O Projeto de Resolução do Senado nº 29, de 2009, que veda o pagamento de vantagens duplicadas a servidores. E, também, o PRS nº 71, de 2009, que foi apresentado depois, que altera o Conselho de Administração e que refere-se, em verdade, ao art. 14 do Conselho, que agora tem nome aqui nessa proposta de Conselho de Gestão.

Não percebo aqui, neste relatório, qualquer menção a estes projetos que... Pelo menos, o 24 e o 29, naquela ocasião, inclusive, eu havia encaminhado ao senhor. Quando eu o apresentei, acho que foi ao fi-

nal do primeiro semestre, o próprio Presidente José Sarney disse que considerava positiva a sugestão de transparência de remunerações. Estes dois projetos, o 24 e o 29, aqui já foram apreciados no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, salvo engano o Senador Pedro Simon foi o relator do que veda o pagamento de vantagens duplicadas a servidores e que foi aprovado aqui. O que torna pública a remuneração, teve um parecer favorável do Senador Antonio Carlos Júnior; todavia, ele discordou de um aspecto, qual seja que poderia haver até a transparência nome a nome de cada pessoa, "fulano de tal recebe tanto", mas ele considerou que seria mais adequado que houvesse a transparência total relativamente a todos os servidores, respectiva função, remuneração e lotação, e haveria uma tabela de respectivas remunerações para cada função, mas não a identificação nominal.

Aí há um aspecto que eu gostaria de ouvir a sua opinião do ponto de vista até constitucional. Quando fui Presidente da Câmara dos Vereadores em 1989 e 1990, em São Paulo, eu propus à Mesa-Diretora, que assim aprovou, que certo dia fosse publicado no Diário Oficial a remuneração de todos os que trabalhavam na Câmara. Não havia ainda, digamos, o portal, a internet e tal, porque, senão, teria sido este, como aqui, agora, é o propósito. E, na ocasião, até servidores pediram para dialogar comigo, como Presidente, e alguns ponderaram: "Imagine, Presidente, divulgar a nossa remuneração. Alguns de nós fomos casados, a ex-mulher vai saber". Eu falei: "Mas é direito delas, não há por quê". E se a remuneração nossa, de vereadores, ou, no caso, aqui, de senadores, é até pública, por que não? E eu, então, pedi um parecer dos Professores Godofredo(F) da Silva Telles e José Afonso da Silva, e ambos, de forma independente, disseram: "Como são servidores pagos pelo povo, é direito do povo saber". E, por isso, eu fiz a divulgação. Aqui o Presidente do SINDLEGIS e outros funcionários, certo dia, se reuniram conosco, comigo e com o Senador Pedro Simon, no gabinete dele, e ponderaram que achavam isto inadequado, a divulgação nome a nome e da respectiva remuneração. E como o Senador Antonio Carlos Júnior avaliou que isso seria, digamos, como que um exagero, alguns funcionários avaliaram que a divulgação pessoal do nome e a remuneração de cada um poderia até causar problemas de segurança, o que, às vezes, é colocado no debate que está também sendo realizado hoje na sociedade brasileira, sobre a eventual remuneração dos executivos de instituições financeiras, de empresas e tudo... Acredito que saiba que a USIMINAS, por exemplo, passou a divulgar a remuneração de todos, o seu Presidente, nome a nome, de seus diretores, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. E nos países europeus... Aliás, o Presidente da USIMINAS tomou essa atitude depois de ter sido diretor em empresa europeia, que tem essa prática, e avaliou que isto deveria ser algo normal. Eu até fiz um pronunciamento aqui, elogiando esta iniciativa, que me parece na direção de transparência de remunerações de todos os que trabalham no setor público e privado. Por mim, eu acho que seria...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um esclarecimento rápido sobre a questão?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidentemente que essa é uma Casa diferente da empresa privada que V. Exa. citou. Imagine a guerra que está se fazendo porque quer se colocar aí em implantação o ponto eletrônico. Partindo-se do pressuposto que já existe hoje o ponto manual, o ponto eletrônico é apenas uma evolução. Não aceitá-lo significa querer conviver com a burla, porque o ponto manual permite; o ponto eletrônico, ele é mais difícil de ser lesado. Bom, mas vamos à questão da remuneração.

V. Exa. falou... V. Exa. é um homem bem intencionado, o Brasil todo conhece, mas V. Exa. também se vê diante das dificuldades de enfrentar questões como essa, que é a divulgação do salário. E, aliás, nós vivemos um episódio na primeira reunião lá no gabinete do Senador Jarbas Vasconcelos que mostra muito bem o que é isso. V. Exa. tem uma chefe de gabinete que é uma das mais competentes dessa Casa. A sua chefe de gabinete é uma das mais competentes e reconhecida por competência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Naquela reunião, eu perguntei propositadamente quanto ela ganhava. Perguntei três vezes. Ela me disse quantos anos tinha de trabalho, fez uma comparação com a chefe de gabinete do Senador Pedro Simon, uma tinha trinta anos, a outra tinha 24, agregação de remunerações, hora extra, isso e aquilo, mas não disse realmente quanto ganha de salário, quanto é o salário total dela, quer dizer, este é um exemplo...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas ela não disse, porque ela tinha certeza que o Primeiro Secretário da Mesa sabe quanto é que ela ganha.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu não posso quebrar, Senador Pedro Simon, primeiro que eu não saberia, primeiro que eu não saberia, mas eu não posso quebrar...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não sabe quanto ela ganha?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não sei, não sei, porque eu não sou bisbilhoteiro, eu sou o Primeiro Secretário da Casa. Eu me coloco com as questões macro, eu não posso estar examinando... Por que é que eu ia examinar o salário dela e não da sua, e não da minha e não do outro? Agora para V. Exa. ver como é difícil. E nem V. Exa., que quer ser exemplo para a Casa, pode exigir dela isso, porque ela está protegida por um direito constitucional da privacidade. Então eu queria dizer que eu ficaria muito satisfeito se V. Exa. desse o exemplo a esta Casa toda dessa transparência, colocando o salário integral e completo do seu gabinete. Agora vá convencer os nossos colegas de fazer o mesmo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Olha, eu nunca tinha me dado conta desse detalhe, mas ele está certo, hein? V. Exa. levantou a tese de todo mundo fazer. Dá o exemplo para o seu gabinete. Eu vou tentar sair atrás.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço o ilustrativo aparte do Senador Heráclito Fortes e vou fazer aqui uma revelação...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Amanhã, todos no site verão o salário do gabinete.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu vou fazer aqui uma revelação. A minha chefe de gabinete, que, de fato, é uma das... Eu a considero uma das mais eficientes...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): A Casa toda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ...desta Casa, ela é conhecida como por ser uma excelente servidora e...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há quem diga que ela é metade do seu sucesso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É muito provável.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Outros dizem que mais um pouco, outros dizem que menos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu tenho certeza que... Muito mais do que a metade do meu sucesso, eu atribuo a ela e ao conjunto dos servidores que realizam o trabalho. Eu sei que eu estou, como o Senador Tasso Jereissati e o Senador Pedro Simon, dentre aqueles que têm o menor número de servidores por gabinete, no gabinete, dentre os senadores. Eu tenho uma excelente equipe, felizmente.

Mas a revelação que eu quero fazer é que nem sempre os meus servidores e a minha chefe de gabinete concordam comigo. E neste caso, neste caso, ela está mais de acordo com o parecer do Senador Antonio Carlos Júnior, de só publicar a tabela, do que a minha proposição de divulgar nome a nome.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais do que isso; está assegurada pela lei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas este é o ponto que eu gostaria de perguntar justamente ao Professor Bianor Scelza Cavalcanti, se avalia que, tal como o Senador Antonio Carlos Júnior colocou no seu parecer, que tornar individualizada a remuneração poderia ferir o aspecto constitucional mencionado pelo Senador Heráclito Fortes, ou se, de acordo com grandes juristas, que, àquela época, responderam à minha consulta, que me permitiu divulgar, Godofredo(F) da Silva Telles e José Afonso da Silva, que ponderaram, em síntese, como são remunerados pelo povo, é direito do povo saber. Assim como a nossa remuneração, Senador Heráclito, é tornada pública. E assim como hoje, por exemplo, os grandes craques do futebol brasileiro, Ronaldo, Ronaldinho, o meu querido Robinho, que voltou ao Santos para a alegria minha, dos meus filhos e tudo, o salário dele, quando aumenta, tal, os grandes contratos, já está tudo na imprensa, e nem por isso eles sofrem problemas de segurança, assim, extraordinários. Mas eu gostaria de saber o seu ponto de vista e a recomendação à Mesa-Diretora, porque, mesmo a forma como foi aprovada pela CCJ e pelo parecer do Senador Antonio Carlos Júnior, que é um avanço, ainda não foi aprovada em Plenário. Falta a Mesa, por isso que eu quero ouvir a sua recomendação.

Outra questão. O relatório final, apresentado pela Mesa-Diretora à Casa, propôs mudanças na estrutura dos gabinetes de senadores. Eu gostaria de saber em que medida os senhores conversaram com os senadores. Se os consultaram e se poderia até dar exemplos de com quais senadores conversaram sobre a estrutura de gabinete e quais senadores fizeram as recomendações que serviram de base para a proposta, porque este é um ponto que foi objeto de debates. Ainda na reunião mencionada pelo Senador Heráclito Fortes, ele esclareceu um ponto importante que, depois de a FGV ter até recomendado que os chefes de gabinete e outros não precisassem ser de carreira, mas aí houve uma comunicação que ele nos relatou: 54 senadores, mais da metade, avaliaram: "Não, é importante que o chefe de gabinete seja servidor de carreira". E eu sou um dos que, aliás, tenho... A minha chefe de gabinete, Edwiges de Oliveira Cardoso, foi, por exemplo, uma servidora do Senador Itamar Franco, considerada excelente por ele, e daí, pela recomendação tida, eu a convidei, passei a conhecê-la e, felizmente, tenho o testemunho até de outros senadores. Mas eu, por exemplo, não cheguei a ser consultado, mas eu gostaria de saber se os senhores dialogaram com quais senadores.

Gostaria também que fossem citados alguns exemplos. Na sua exposição, o senhor mencionou que houve racionalização de processos, eliminação de estruturas adjetivas. Então que exemplos podem nos dar, seja da racionalização de processos e a eliminação de estruturas adjetivas propostas pela FGV.

E, finalmente, acho que é importante que, até do ponto de vista da transparência, acho que esse valor já foi divulgado, mas é importante para o conhecimento, e esta é uma boa oportunidade, que possa a própria FGV nos relatar qual foi o custo do contrato deste serviço, prestado por uma das instituições. Eu quero ressaltar e sempre tenho dito: a Escola Brasileira de Administração Pública está dentre as instituições que o Ministério da Educação recentemente, no ano passado, divulgou, e a FGV inclusive, a EAESP, onde eu sou professor, mas acho que treze instituições da FGV, inclusive a IBAP, estão dentre aquelas consideradas de melhor nível de ensino do Brasil, ensino, pesquisa e tudo. Então, obviamente, os senhores têm uma conceituação excelente e que justifica que a Direção do Senado Federal tenha escolhido. Mas eu acho que é importante, no ponto de vista da transparência, que possamos, nós, senadores, saber qual foi o valor do contrato, qual é, vamos dizer, o pagamento realizado, se ele já foi completado, se ele ainda estará por ser completado. Eu acho que, do ponto de vista da transparência de todos nós, isso é importante também e no espírito do que a própria Mesa Diretora tem procurado fazer. Então eu agradeceria aqui que essa informação possa ser dada também de maneira conjunta, o Primeiro Secretário e o responsável pela FGV.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de o Professor Bianor responder, eu queria responder pedagogicamente, que vai ser fácil V. Exa. entender. A consultoria custou R$ 250.000,00. Estou certo? Veja bem, para fazer todo esse trabalho, menos da metade do que o ex-Ministro José Dirceu cobrou daquela empresa de telecomunicações para lesar o patrimônio do país. Veja que diferença: R$ 250.000,00 contra seiscentos e pouco. É o que está claro aí. Então veja o quanto esse trabalho foi barato. E ninguém melhor do que V. Exa. aqui pode atestar a eficiência e a seriedade da Fundação Getúlio Vargas. A assessoria do Dr. José Dirceu, embora seja seu correligionário, não saberia se V. Exa., homem probo que é, daria um atestado para um trabalho daquela natureza.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estou aqui, perguntando sobre o preço de uma assessoria para um órgão público, onde eu tenho responsabilidade como senador para saber das coisas. Então apenas gostaria de saber exatamente qual é o preço. Acho que isso é mais do que justo, que possamos saber, e que possamos, inclusive, ter a noção aqui, agora... Por exemplo, quem sabe o senhor possa nos dizer que foi um preço que se justifica, qual o número de professores, consultores da FGV que participaram deste trabalho, por quanto tempo. Isso é uma informação relevante e pela qual todos nós aqui somos responsáveis, até para dizer à Mesa-Diretora: "Olha, sim, esse trabalho teve uma remuneração adequada, que vai propiciar ao Senado Federal, inclusive, uma economia de recursos, maior racionalidade e tudo". Então é com este sentido que formulo esta pergunta, Professor Bianor.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Senador, o número dado pelo Senador Heráclito está absolutamente correto. Esse número foi divulgado à época do contrato, bastante divulgado. Esse número interessou muito, a própria sociedade se interessa, evidentemente, o que é absolutamente justo por esses números.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É natural.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: E, realmente, como observa o Senador Heráclito, o número é um número irrisório, simbólico, e o que justifica isso também é bastante, de certa maneira, conhecido. A Fundação Getúlio Vargas, de certa maneira, consegue ser uma saudável esquizofrênica num determinado sentido. Ela consegue compatibilizar e ganhou grande competência nisso, um compromisso muito grande com a produção de bens públicos, aquele compromisso que ela tem em servir ao país, na produção de bens públicos. Todos nós sabemos que tendências de programas de doutorado, de pesquisa, produção de determinados índices de séries históricas, isso tudo tende ao negativo, mas a Fundação se justifica exatamente por esse atributo de compromisso com a produção de bens públicos e, evidentemente, de outro lado, ela tem todo um processo também de contribuições para a sociedade brasileira relevante, pela qual ela pode ser remunerada em regime concorrencial, no que ela também tem demonstrado, nesse esquizofrenismo saudável que eu me referi, uma competência da qual, eu confesso, me orgulho muito como membro da Fundação há praticamente quarenta anos. Isso explica esse número simbólico, como bem disse o Senador, S. Exa., o Senador Heráclito.

Com relação à questão referente... O senhor lembrou uma ocasião em que me fez uma solicitação, e eu a explicitei como informal, o meu retorno, com relação àquela questão da publicação das listas de salário. Bem, de pronto, longe de mim, não sou especialista, não sou na área jurídica, não me coloco nessa questão, e pedi, pedi, na ocasião, um concurso do pessoal da minha equipe mais afeto, diretamente especializado na área de recursos humanos, na área de gestão de pessoas

e com atenção às restrições legais que possam estar relacionados a isso. Talvez o Professor Gilnei pudesse... Rapidamente, eu peço, professor, fazer alguma consideração. Eu só vou pedir uma brevidade bem grande, porque me parece que essa questão ampla do processo em reforma que está em debate é muito relevante nesse momento.

SR. GILNEI MOURÃO TEIXEIRA: O problema da divulgação nominal, ela fica entre dois parâmetros constitucionais: um é o da privacidade, que afetaria a privacidade; mas, por outro lado, a Constituição também enfatiza muito a transparência da administração pública, que é uma necessidade de você prestar contas ao povo, ao público. Então esse é o problema que fica. Agora, realmente, não se tem exemplos desse tipo nas administrações públicas, mesmo na Europa. Na empresa privada é comum, é comum mesmo; todas elas divulgam e colocam lá em todos os instrumentos. Mas, no Brasil, realmente, exceto a USIMINAS, que é uma empresa privada, na administração pública, nós não encontramos nenhuma...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Existe, sim. E o senhor sabe aonde? Na administração do Partido Democrata, em São Paulo, pois o Prefeito Gilberto Kassab, numa atitude que eu aprovo, consistente com o que eu propus para o Senado, passou a divulgar. Olha, eu apresentei este Projeto de Resolução, acho que foi em junho, acho que, duas ou três semanas depois, o Prefeito Gilberto Kassab passou a publicar no Diário Oficial a relação completa de todos os servidores e respectiva remuneração. Eu tive a oportunidade, por ocasião até de uma visita que fiz ao Senador Heráclito Fortes, logo após a uma cirurgia, coincidiu de o prefeito ir visitá-lo e, perante o Primeiro Secretário, eu elogiei a atitude do Prefeito Gilberto Kassab, que tem feito, deste ponto, um dos pontos importantes da administração. E, neste ponto, eu concordo com ele. Quero dizer mais: tal como aqui, aqui houve um som dos servidores, que protestaram com respeito à minha intenção de transparência nominal, lá também os servidores da prefeitura protestaram, foram à justiça e ganharam em primeira instância. Então houve a primeira decisão, mas daí o Tribunal de Justiça deu a aprovação. Em seguida, recorreram, e o próprio Presidente Gilmar Mendes garantiu que era constitucional a transparência nominal e individual da remuneração. Quero, portanto, informar que, na Prefeitura Municipal de São Paulo, isso acontece desde meados do ano passado e foi considerada constitucional.

SR. GILNEI MOURÃO TEIXEIRA: Então, nesse caso, prevaleceu o princípio da transparência sobre a não privacidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O princípio da transparência, exato, e, neste ponto, eu estou de acordo com o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab.

SR. GILNEI MOURÃO TEIXEIRA: Agora, senador, eu seria de acordo que começássemos realmente com a tabela. É problema de graduar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É um avanço.

SR. GILNEI MOURÃO TEIXEIRA: É um avanço. E logo a seguir, com a transparência, a gente pudesse chegar ao aspecto nominal. Mas, de início, seria realmente a publicação das tabelas com título de cargo, com todas as vantagens, que, inclusive, vai aparecer, em alguns casos, que alguns servidores efetivos vão ganhar mais do que senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, nós sabemos disso, nós sabemos que há servidores que recebem mais que senadores em função... Mas é importante saber.

SR. GILNEI MOURÃO TEIXEIRA: Realmente eu acho mais importante...

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Se V. Exa. permite, eu gostaria de lembrar apenas que não foi, que me parece isso importante para responder à sua pergunta, não foi foco, não foi objeto do nosso trabalho o regulamento de pessoal, lidar com o regulamento de pessoal. Então eu acho que essas questões, quer dizer, elas se incluem de determinada maneira muito nos desdobramentos, nos possíveis desdobramentos desse processo todo em questão, dada a própria relevância do tema nesses parâmetros da proteção e da publicidade, que, como muitos valores com os quais nós somos obrigados a lidar, eles estão sempre em certa, se não em conflito, em certa tensão, e daí exatamente a necessidade e a dificuldade de com ele se lidar.

Eu pediria ao Professor Frederico Lustosa que abordasse a sua última questão com relação à estrutura, que este, sim, é um ponto...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma é da estrutura do gabinete e os dois exemplos de racionalização de processos e eliminação de estruturas adjetivas. Eram as perguntas que ainda falta responder.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Está claro. Eu pediria ao Professor Fred.

SR. FREDERICO LUSTOSA DA COSTA: Com relação aos gabinetes, também não foi objeto do escopo do trabalho; está atrás da estrutura administrativa do Senado. O que nós fizemos, a pedido da Direção do Senado, foi uma série de sugestões, entre elas a fixação de um número médio ou máximo de servidores por gabinete e uma sugestão que partiu da equipe, que era com respeito a desvincular o quadro de servidores

da atividade política de senadores. Essa sugestão, que foi feita sem realmente ouvir os senadores, foi rechaçada por 90% dos senadores. Então nós retiramos essa proposta do relatório final, nós abandonamos essa ideia de que o chefe de gabinete não fosse servidor, a ideia original.

SR. FREDERICO LUSTOSA DA COSTA: Pois é, a gente queria que fosse facultativo, que o senador tivesse a possibilidade de escolher. Mas, como a maioria dos senadores apresentou uma emenda, por escrito, propondo que permanecesse, nós retiramos essa proposta.

Com respeito às estruturas adjetivas, na racionalização do processo também não foi objeto desse momento do trabalho. O que nós queremos dizer com estruturas adjetivas? Por exemplo, hoje, todas as secretarias e todas as subsecretarias do Senado tem um chefe de gabinete. Qualquer burocrata mais graduado no Senado tem um chefe de gabinete. E, além desse chefe de gabinete, tem um serviço de apoio administrativo. Então, no primeiro relatório, a gente propunha a limitação de 43 gabinetes de subsecretarias e de 24 gabinetes de secretarias e a eliminação de 54 unidades operacionais a nível de serviço; serviço de apoio técnico, serviço de apoio administrativo. Então era nesse sentido de desinchar, de reduzir isso, embora você possa ter encarregados dessas atividades, mas precisava ter, segundo o ponto de vista da equipe, uma unidade administrativa encarregada de realizar. Era esse o sentido da estrutura adjetiva.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Que entra naquele caso que eu citava da cissiparidade. Eu me meti: não tem aqui, tem que ter ali, não tem aqui, tem que ter ali... Ali é uma gangorra e que leva a distorções graves, quando... Existe a necessidade de diferenciação em função da natureza da atividade, da tarefa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Tasso Jereissati, segundo orador inscrito.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dr. Bianor, eu queria parabenizar pela sua apresentação e queria colocar três pontos que me chamam a atenção aqui.

O primeiro é que, quando foi colocado atividades subjetivas e atividades adjetivas, eu entendi que seria, numa proposta de visão de reestruturação do Senado, aquilo que é atividade-fim, constitucional da Casa, e aquilo que eu chamaria de atividade ou de apoio ou de atividades-meios, mas que não necessariamente são atividades-meios. Foi feito algum trabalho nesse sentido? Qual é a proporção de funcionários dessa Casa, do quadro de pessoal em número de pessoas e em valor da folha de pagamento, o percentual, daquilo que é a atividade-meio, daquilo que é a atividade-fim? Isso para mim é fundamental, porque a minha visão, que nós já colocamos aqui, é que o trabalho é difícil para nós, senadores, Senador Valadares, Pedro Simon, o Senador Suplicy, Senador Jarbas, entrarmos numa discussão, nós mesmos, nós aprovarmos, ou não, de cargos e salários. “Isso tem remuneração, isso não tem remuneração, isso tem hora extra, isso não tem hora extra”. Mas é importante a definição daquilo que a gente espera do Senado Brasileiro e aquilo que realmente é fundamental e vital para o funcionamento das instituições. Essa separação é importante, a meu ver. Eu pergunto se foi feita esta separação e se existe um quadro. E eu vou complementar depois com mais duas perguntas. Se existe um quadro nessa direção.

A segunda, aí é muito mais do ponto de vista realmente funcional, é que o Senador Simon, o Senador Jarbas e eu mesmo já fomos governadores, e um dos grandes problemas da folha de pagamento de qualquer instituição pública e aqui também, é que, no Brasil, a gente não consegue mais distinguir o que é que é salário e o que é gratificação, o que é que é incorporação. Às vezes fazem incorporações em cima de incorporações, fazendo um efeito cascata, e nós não sabemos, perdemos completamente. Quando vai olhar uma folha de pagamento, não entende mais nada por causa disso. Qual é a atitude, a proposição concreta que, a meu ver, Senador Suplicy, só tem sentido... Aliás, não só tem sentido, não, uma coisa vai ao encontro da outra. Realmente uma avaliação de um programa de cargos e salários, se nós acabarmos ou entendemos ou dermos transparência a essas...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Funções gratificadas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não é só funções gratificadas, hora extra, incorporação do passado, incorporou aquilo, incorporou...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Adicionais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Adicionais, etc., que faz com que nós não possamos ter nunca uma noção exata daquilo que um cargo ganha ou do que deixa de ganhar. Então isso é fundamental, que a gente tenha uma política definitiva daquilo que pode ser incorporado, daquilo que não pode ser incorporado, se, ao deixar um cargo, aquilo é incorporado ou não, se... Enfim, todas essas questões que dão uma distorção. Eu me lembro que... Eu vou dar um exemplo, mas... Na época que eu fui governador, a primeira vez que eu olhei uma folha de pagamento do estado, que tinha... Eu não me lembro, evidentemen-

te, mas era uma função X: Salário era R$ 10.000,00. Aí eu fui olhar a folha e vi gente com cinquenta. Acho que deve ter acontecido a mesma coisa com vocês, o Valadares foi governador, o Pedro Simon foi governador. Eu disse: "Mas como? O salário é dez desse cargo e fulano recebe cinquenta, fulano recebe quarenta, etc.". Então isto aqui que eu acho que é o trabalho, no sentido da moralização e da transparência da folha, é fundamental, é o básico. E uma coisa puxa a outra, porque, sem isso, não tem transparência. E o terceiro ponto que eu queria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nós estamos aqui entre quatro ex-governadores com essa experiência. É importante, só para dizer que eu estou em boa companhia aqui.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que é preciso ser entendido é que uma injustiça que o Suplicy ainda não esteja lá.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E o outro ponto que eu queria colocar, aí mais para o Senador Jarbas, mas eu queria saber da sua opinião, é que não tem o menor sentido isso que nós vemos aqui, que estamos estudando, sem acompanhar o estudo de planos, cargos e carreira também, porque dizem que está correndo aí um plano de cargos e carreira. Como é que nós vamos fazer ou darmos uma palavra final sobre o plano de reestruturação administrativa e o plano de cargos e salários está vindo à parte, quer dizer, que este plano seja apensado nas discussões a essa Comissão, porque é fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Eu sou totalmente favorável e acho que a gente deve conversar com o Presidente da Comissão de Justiça, o Senador Demóstenes, para que, em conjunto, a gente possa adotar a providência.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Exmo. Senador, os seus pontos são de uma relevância absolutamente central nesse trabalho.

Com relação à questão dimensão adjetiva e dimensão substantiva, o nosso trabalho emergencial, ele deu ênfase à parte adjetiva, a toda a parte de suportes; na administrativa, a ênfase foi nessa direção. Embora entendamos, e aqueles pontos que eu busquei levantar, que há necessidade de um alinhamento estratégico adequado para o redimensionamento de toda essa estrutura, há, efetivamente, aquilo que é a área substantiva, fundamental da missão do Senado. Nós partimos daquele quadro ali, que, infelizmente, não está muito claro, mas que foi o estudo de macro processo que nós trabalhamos junto com o pessoal aqui da Casa. E quando eu digo trabalhamos juntos, nós complementamos muito pouquinha coisa, porque foi um trabalho muito bem desenvolvido aqui e que dava uma noção bastante mais clara dessas diferenças entre o que seriam os processos de gestão corporativa, os processos de suportes, associados a estruturas de suporte e toda a parte referente aos processos finalísticos, ditos substantivos. Não trabalhamos em termos de dimensionamento desses números. Nós nos voltamos no trabalho emergencial para aquilo que ali está, mais referente aos processos de suporte e às estruturas correspondentes, embora reitero aquele ponto de que um alinhamento estratégico, um trabalho de realinhamento estratégico, de reconceptualização de determinados segmentos, o que sequer poderá levar a reajustes em dimensionamento que possam, possivelmente, melhor priorizar a área de processo finalístico, substantivo, e redimensionar mais adequadamente a área do suporte de apoio administrativo a todo esse processo. Então esse é um ponto que me parece...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com os dados que vocês tem, seria possível fazer uma disponibilização de um quadro como esse?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Do hoje, situação hoje? Certamente, certamente. Eu entendo que sim, certamente, isso não seria difícil, não. Isso seria bastante fácil, em função do modelo de macro processos e os reflexos na estrutura, tanto na estrutura formal das secretarias, departamentos, coordenações, como das funções; sem problema.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Ele está respondendo às perguntas do Senador Tasso. Quer aparteá-lo, pode fazer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, depois, depois.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Quer dizer, isso de certa maneira, já é possível articular isso com facilidade para municiar a subcomissão. Pois não, professor.

SR. GILNEI MOURÃO TEIXEIRA: Nós temos as duas situações, a atual e a proposta por nós. Hoje, nós temos, na Secretaria-Geral da Mesa no Senado, 81 servidores, e na Diretoria-Geral de Administração, 245, para comparar um substantivo com um adjetivo. Esses 81 na nossa proposta foram mantidos para a Secretaria-Geral da Mesa e na Diretoria-Geral de Administração foram reduzidos de 245 para 117. Então, realmente, a gente tem...

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Esses números podem ser colocados à disposição da subcomissão.

SR. GILNEI MOURÃO TEIXEIRA: ...nesses números um balanceamento entre substantivo e adjetivo.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Por favor, Professor Fred.

SR. FREDERICO LUSTOSA DA COSTA: Só chamando a atenção, Senador Tasso Jereissati, que, evidentemente, esse quadro é difícil de visualizar, mas ele tenta dar conta dessa natureza complexa da atividade do Senado Federal e da dificuldade de distinguir o que é substantivo e o que é adjetivo, ou seja, a atividade, por exemplo, de comunicação, é uma atividade de suporte fundamental para a atividade parlamentar, porque ela é que dá publicidade, dá ressonância à atividade política. A atividade dos gabinetes, ela se confunde com a atividade própria e substantiva. Então é complicado de definir isso.

O nosso foco, como disse o Bianor, foi combater o incêndio do superdimensionamento da área administrativa. Como o Professor Gilnei acabou de chamar de atenção, procuramos reduzir a estrutura de cargos em comissão, que estava superdimensionado naquela área. Isso não quer dizer que esse trabalho, que como sempre nós vínhamos recomendando que se faça o planejamento estratégico para repensar todas aquelas áreas que o Professor Bianor indicou, quer dizer, que comunicação social quer o Senado? Ele deve ter um jornal diário com cento e sessenta mil exemplares? Deve ter repetidores de TV no país como um todo? Deve ter uma biblioteca que sirva nacional ou deve fundir com a Câmara? Tudo isso deve ser pensado, mas o trabalho era emergencial para combater o incêndio, diante da ressonância das denúncias que estavam havendo, em março desse ano. Então muitas dessas coisas não foi possível fazer, mas a ideia é que fizesse o planejamento estratégico, fizesse o plano de cargos. Mas, antes do plano de cargos, recomendamos vivamente que se faça auditoria na folha de pagamento, para compreender isso que lhe escandalizou no Governo do Ceará, certamente deve ter escandalizado o Senador Jarbas e todos aqui que tiveram a oportunidade de dirigir os seus estados e ver... E o Senador Suplicy na Câmara, e ver as distorções, que elas acontecem naturalmente. Então a auditoria, ela vai dar clareza, vai pôr luz sobre esses processos, como foi que as remunerações foram se constituindo ao longo do tempo, o que é que foi incorporando, quais são os atos que ensejaram todas as anotações nos contracheques dos servidores.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: A folha... A revisão da folha é fundamental para esse esclarecimento e a proposta do plano de cargos e carreiras que deve, efetivamente, ser levado a efeito. E concordo plenamente com a sua observação, sintonizado com as mudanças estruturais; a sua observação é absolutamente correta no sentido técnico, inclusive, da questão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Professor Bianor, o senhor poderia me permitir?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse ponto aqui, trazido pelo Senador Tasso, ele é fundamental. De nada adiantaria esse esforço que nós estamos fazendo se nós não tivéssemos como meta o plano de carreira. Vamos falar franco: há catorze anos, os servidores do Senado vivem sem esse plano. Aumentos salariais através de penduricalhos e artifícios, inclusive com hora extra. Hora extra, na Casa, deixou de ser exceção porque passou a ser regra. Nós temos alguns casos, inclusive, que essas horas extras, pelo período do benefício, elas já estão incorporadas ao salário. Agora, não é justo que um funcionário que se dedicou a vida inteira à Casa tenha uma redução salarial no momento em que vai se aposentar exatamente porque o que recebeu, recebeu de maneira totalmente estranha à sua função. O grande beneficiado disso, dessa proposta, será o funcionário da Casa, e nós não teríamos a vocação e nem cometeríamos a irresponsabilidade de fazer algo para prejudicar os servidores. Agora, nós estamos pagando um preço alto. Você tem meia dúzia, infelizmente isso existe em qualquer lugar, de servidores que se revoltam contra o ponto. E aí é o meu questionamento, Senador Simon. Se você assina o ponto através de um livro que tem no gabinete, por que é que você não quer aderir a um sistema moderno que é o ponto eletrônico? Que facilita mais, você pode assinar em qualquer dependência da Casa, você vai ter as dependências específicas. Evidentemente que ela evita fraude, ela evita que as pessoas assinem por ela. Na primeira leva que nós tivemos de organização do livro de ponto, nós tivemos fraudes, que tivemos que tomar providência e instaurar inquérito.

Eu quero dizer, de maneira bem clara, que as reclamações que nós estamos recebendo pela introdução do ponto eletrônico, elas são mínimas, elas são mínimas. E tenho certeza que são comandadas não pelos servidores que dão o suor do seu trabalho, que se dedicam ao longo da sua vida a essa Casa, não. A nossa prioridade tem que ser aos funcionários que produzem. Nós estamos tendo algum problema? Estamos. Nós estamos tendo alguns corporativismos? Estamos. Nós estamos tendo, infelizmente, alguns colegas que estão protegendo integralmente os seus funcionários para livrar do ponto? Estamos. Mas, dentro da transparência, cada um faça a sua responsabilidade sobre isso. O nosso papel nós vamos fazer. Agora, cada um arque com a sua responsabilidade. Nós sabemos que, tendo em vista a natureza do nosso trabalho, nós temos funcionários que têm, pela natureza do serviço que exercem, não podem estar atrelado ao limite do

ponto. Esses serão liberados com a responsabilidade assumida pelo senador, mas isso é uma exceção e não uma regra.

Outra coisa que eu quero deixar bem claro: nós temos que caminhar para a modernização. Nós não podemos exigir o horário de oito e meia. Ele não é rígido. Pode ser que, no gabinete do Senador Suplicy ou do Senador Pedro Simon, ele tenha uma escala de funcionários que não precise que chegue às oito horas, que chegue às dez, que chegue às nove. Ele vai fazer um horário compatível à sua necessidade de serviço. O importante é que cumpra a carga. O que nós não podemos, sendo uma Casa de Lei, é assumir o que vinha sendo feito até agora, de pagar oito horas para servidores que só cumpriam seis. Nós estamos com a ameaça do Tribunal de Contas, aí, em cima da gente, nós estamos com ameaça de ação popular. Dizem que ação popular não dá em nada, mas nós temos ação popular do "trem da alegria", lá, da gráfica do Senado, há vinte anos correndo aqui, e pessoas, umas que já não estão nem mais vivas e outras que já estão na aposentadoria, respondendo a isso. E eu não quero passar por esse constrangimento e nem quero dizer que eu colaborei para uma gestão de uma Mesa que colaborou com esse tipo de irregularidade.

O restante, eu quero dizer, até essa é uma oportunidade boa, esse terrorismo localizado com relação a ponto, ele era esperado, mas ele não nos assusta. Agora mesmo inventaram que os consultores, eu estou dizendo isso aqui por dever de justiça, que os consultores tinham me feito uma correspondência protestando e me agredindo por conta do ponto. Não é verdade. Eu recebi uma correspondência e vou entregar à comissão, dos consultores, preocupados, isso, sim, com o plano. E eu quero lhe dizer até o seguinte: se, legalmente, nós tivermos uma abertura, Dr. Bianor, eu acho que, no caso dos consultores, eles podem ter um tratamento especial, porque eles trabalham com produtividade, por lauda, e não necessariamente são obrigados a estar aqui, nos gabinetes do Senado, desde que cumpram as suas tarefas. E, nisso aí, nós estamos tendo exemplos magníficos, não só na iniciativa privada, como também em algumas empresas ligadas ao governo, aonde a jornada de trabalho, ela não é tão rígida, porque nós temos que buscar aqui a eficiência. Não adianta, seria um trabalho totalmente, Senador Jarbas, sem sentido, nós estarmos apenas obrigando a bater ponto. E aí vem aquela multidão de gente aqui, no final da noite, perfumados recentemente, para cumprir o relógio de ponto. Anteontem eu entrei no elevador e tomei um susto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aí é uma provocação tua. Eles estão perfumados, são perfumados porque saíram da academia e tem que botar um perfume para...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, uns da academia, outros do Conjunto Nacional, outros da... Não importa. E aí lhe olha com a cara feia. Eu acho até justo, que nunca fizeram isso. Mas eu lhe pergunto, Senador Suplicy: é justo que a gente conviva com esse tipo de situação, de pessoas que têm sucesso no comércio local e que têm o salário do Senado como penduricalho? Vamos falar a verdade. E não são salários pequenos, não. Porque, se fosse salário de mil reais, de mil e quinhentos reais, que às vezes funciona até como bolso de estudo e tem formado vários e vários cidadãos que depois contribuem, inclusive, sendo concursados e entram na Casa... Não, são salários altos, são salários altos.

Agora, essa reforma, nós não podemos nos preocupar com as exceções, nós temos que ir para a regra. E eu tenho certeza, e essa comissão, pela qualidade da escolha feita pelo Presidente da CCJ, eu tenho certeza que ela entendeu o objetivo e nós vamos chegar. Chegou o momento de nós definirmos o Senado que nós queremos. Um Senado que saia da crise, que saiu, uma crise longa, uma crise de catorze anos, da qual quem conviveu nesse passado, não tem um aqui que não tem um tipo de culpa. A mais leve é por omissão. Chegou o momento de que, infelizmente, me cabe participar disso como Primeiro Secretário, mas chegou um momento que nós temos que passar o Senado a limpo, nós temos que fazer essas correções e fazer com que essa Casa realmente funcione, preocupados com a atividade-fim, a atividade-fim, que é o exercício do Parlamento Brasileiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. me permite? Eu gostaria de dizer que eu estou de acordo com o propósito da Mesa-Diretora de, inclusive, tornar o ponto uma exigência para todos. Eu até apresentei um projeto nessa direção, foi uma questão de ordem à Mesa com essa sugestão de equidade. Quero dizer que, no meu gabinete, todos os servidores, inclusive aqueles que eu tenho alguns que trabalham em São Paulo, estão submetidos à regulamentação do ponto. Então avalio que essa é uma exigência na linha da transparência e de equidade para com todos os servidores da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Mas vamos avançar, porque aí é impossível a gente analisar aqui agora cada um dos gabinetes. Todo mundo sabe da sua seriedade, senador. O senhor já concluiu?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Já concluí, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Pedro Simon. Porque, Senador Suplicy, se cada um fosse aqui fazer uma exposição sobre o seu gabinete, aí não tem fim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas foi breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Eu sei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Curtinho, foi só uma...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dar o testemunho aqui de que o gabinete do Senador Suplicy nunca foi problema com relação a isso. Nós não temos nenhuma dificuldade com o gabinete dele. É até exemplo, pelo número pequeno de funcionários, não é o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu, em primeiro lugar, quero felicitar, agradecer os membros da Fundação Getúlio Vargas pela colaboração que eles estão nos prestando. Eu não sou só o senador mais velho, não tanto quanto, ironicamente, o Senador Tasso diz que eu venho do tempo do Império, foi um pouco depois, mas sou o senador mais antigo nessa Casa e posso dizer que é a primeira vez que eu vejo um debate dessa natureza. Parece mentira, dolorosamente parece mentira. Mas as coisas foram indo nesses anos todos, foram indo, foram indo e nós sabemos das crises que nós enfrentamos: Primeira República, Segunda República, Senado, Império, República, e nunca se fez um estudo aprofundado e sério com relação a essa Casa.

Então, infelizmente, eu não sinto, com relação ao Senado Federal, um sentimento... Quando eu visitei os Estados Unidos, eu ainda era Deputado Estadual, o Senado e a Câmara dos Deputados, quando eu visitei a biblioteca do Congresso, a gente via aqueles funcionários com orgulho, eles mostravam aqueles trabalhos, aquela história e se sentia que eles se sentiam parte daquilo, representando aquele sentimento que eles integravam. Nós não temos isso no Congresso. Lamentavelmente, as crises que se multiplicaram começa por nós, senadores. Se nós formos analisar e tivermos coragem de fazer uma análise séria e responsável, antes de entrar nisso tudo que nós estamos falando, nós tínhamos que começar por nós. E eu acho que nós, senadores, sinceramente, a forma como nós estamos atuando é uma forma grosseria e absurda. Um Senado que o senador fica dois dias e meio em Brasília, dois dias e meio no seu estado e dois dias andando de avião e de carro para lá e para cá ou esperando em aeroporto... Então o Senado funciona quando? Funciona terça-feira, quarta-feira o dia inteiro e quinta-feira de manhã, sendo que muitas vezes você dá presença e vai embora. Dois dias no aeroporto, para lá e para cá, e dois dias no seu estado de origem.

Eu apresentei projeto e venho brigando há mais de vinte anos para botar isso em funcionamento. E acho que era fácil de mudar. Hoje, dia 25, fizer uma reunião, a Mesa e as Lideranças fazem uma proposta e leva para o Plenário. Nós fizermos uma agenda para o mês de março. Então já olha o mês de março, quando é que é a páscoa, aquela semana toda, vê e faz a agenda para o mês de março. Nós vamos trabalhar no mês de março: segunda, terça, quarta, quinta, sexta, eu até digo sábado e domingo. Pô, vão rir da gente, que nós estamos trabalhando sábado e domingo. Deixa rir, os caras estão no carnaval, e nós estamos trabalhando. Se você executa aquela agenda que foi marcada para o mês de março, até o dia 20, você tem dez dias para ir para o estado. Se você executa até o dia 15, você tem quinze dias para ir para o estado. Se você não executa o mês inteiro, você não vai para o estado. Ao invés de ganhar cinco passagens, já começa a ganhar uma passagem, uma passagem. Fazia um trabalho normal. Então isso é o que acontece hoje, que você não pode fazer nenhuma discussão séria. Poxa, vamos dizer que essa discussão é uma discussão séria e é uma discussão seriíssima. Mas se nós quisermos levar adiante essa discussão, para valer... "Vamos fazer?". "Vamos?". "Então vamos marcar para hoje de tarde, para amanhã?". "Já não dá". Porque, hoje de tarde, já não sei o quê, tem gente já indo embora, quinta-feira, sexta não tem ninguém aqui. Então você não pode fazer nenhum debate que seja sério, que seja real, que tenha a profundidade que invoca mais de dois dias. É terça ou quarta, ou quarta e quinta de manhã, e olhe lá.

Então, eu estou falando isso para dizer que, se nós quisermos realmente fazer uma reforma, a gente tinha que começar por nós. Eu fui propor isso a um senador, e ele me disse: "Não, mas tu, tu está errado porque tu não organiza o meu tempo. Eu acho que está ótimo como está". "Como está ótimo como está?". "Está ótimo como está. A minha vida está organizada. Terça de manhã, quarta-feira e quinta de manhã eu estou no Senado, cumprindo a minha obrigação. Quinta de tarde e sexta-feira, eu estou lá no meu estado, cuidando da minha organização comercial. E sábado, domingo e segunda, eu estou cuidando das minhas plantações de exportação de fruta para o exterior". E a maioria dos parlamentares tem isso, já tem a sua vida organizada lá fora, já organizaram nesse esquema: Senado é terça, quarta e quinta de manhã. Então eu estou apenas falando isso porque, já que nós estamos discutindo essa

matéria, eu quero começar por nós. Eu acho que nós, senadores, temos pouca autoridade para falar que nós queremos melhor, se nós não fizermos a nossa parte. Então se nós não estamos aqui na terça de manhã, se nós não estamos aqui na segunda-feira, se nós não estamos aqui na quinta de tarde, se nós não estamos aqui na sexta-feira, nós não temos o que cobrar dos funcionários, se eles estão aqui, se eles estão acolá, aonde é que eles estão, porque essa é a realidade.

Agora feito isso, eu quero dizer, com todo respeito, que se a Constituição Americana, feita lá no Século XVIII, ela primava pela singeleza de alguns itens, e, hoje, é a emenda mais um, a emenda três, a emenda quatro, e o Brasil tem não sei quantas constituições, já vai para não sei quanto. Isso aqui, com toda a sinceridade, esse projeto que os senhores nos integraram, está em 661 artigos. É um mundo. Olha, eu li e reli com calma. Se eu tivesse chance de ir para o céu, eu falaria lá com São Pedro para copiar isso aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. tem dúvida de que vai? Eu não tenho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Muita. Mas eu acho que eu levaria isso comigo. Mostrar lá para São Pedro, ou adapta, porque aqui é perfeito. Agora, aqui tem o que você quiser. Por exemplo, veja aqui o capítulo dos museus. Olha a parte referente aos museus do Senado. Então está aqui, aonde é que está o museu? "O serviço de museu compete receber, coletar, pesquisar, classificar, conservar, restaurar, guardar as peças e documentos que compõem o acervo histórico e artístico do Senado Federal, divulgar o acervo do museu por meio de exposição permanente, temporária, itinerante, coordenar as ações que envolvam os espaços de exposição do Senado, divulgar as ações do museu...". Nem o museu da República está tão completo como o nosso. A informação que eu tenho é que o nosso museu envolve as peças que sobraram lá de Monroe. O Palácio de Monroe tem as cadeiras dos senadores, a mesa do Presidente, tem uns vasos, tem uns quadros antigos que estão ali, uns expostos lá na sala de honra da Presidência, outros expostos ali, na entrada. No entanto, está aqui, é um troço. Então, eu pedi, é uma das coisas que eu acho que os senadores devem pegar e já tem resposta, eu quero saber quantos funcionários tem para cada local. Dos funcionários que nós temos, dos três mil, mais de três mil, mais de dois mil, cada setor deste quantos têm? Porque, na verdade, isso aqui, na minha opinião, ela devia ser art. 17: vai ter um funcionário e mais um auxiliar encarregado de ver as coisas e não um setor organizado, que é um verdadeiro museu, que não está de acordo com a realidade. Não é o que existe. Então, você vê...

Quando fizeram o serviço do aeroporto, quer dizer, lá tem o funcionário, que os caras se queixaram que teve um senador que se queixou que eles foram mal recebidos. Eu acho que os rapazes que nos recebem lá no aeroporto são cem por cento, quer dizer, educados, gentis. Eu acho um belíssimo trabalho. "Mas ao serviço de apoio aeroportuário...". Aeroportuário é avião ou é porto também? É porto também?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Avião e porto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porto? Porque porto eu não sabia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aeroportuário.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): "Compete coordenar, orientar, controlar os trabalhos referentes à assistência às autoridades do Senado Federal no embarque e desembarque nos aeroportos da capital, nos trabalhos de desembarque de bagagem, encomenda, nos terminais de carga, junto aos órgãos alfandegários, quando procedentes do exterior, manter perfeita interação(F) com os gabinetes dos senadores, com a coordenação de transporte, para melhor desempenho do serviço de sua competência e executar outras atividades correlatas". É um troço... É um serviço...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma redundância, mas eu posso explicar?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Para mim, antigamente, o que eu via é o seguinte: "Tem o serviço de apoio portuário de pessoas para atender os senadores na sua chegada e saída". Ponto, não tinha mais nada. Foi aumentando, foi aumentando, agora está aqui um capítulo especial. Então passou-se a ser diretor, diretor do apoio aeroportuário, quando tem um outro que é diretor da zeladoria e residência oficial. Meu Deus do céu, aí tem um negócio que parece que é um serviço que nem o Lula tem no Palácio da Alvorada.

Agora tem outro setor, repare. Onde é que está? O serviço do... "Ao departamento de engenharia compete a previsão, a coordenação, o controle, a direção dos serviços relativos a projetos de obras do Senado Federal". Projetos de obras, sempre para fazer uma obra nova. Quer dizer, transformar num projeto de obra o Senado está pronto, mas tem um serviço especial a projeto de obra do Senado. "Execução de reparo, edifício, elevadores, manutenção de pisos, vias, escoamento de águas pluviais, instalações sanitárias, hidráulicas, elétricas, prevenção, reparos referentes à infiltração de água na construção, controle e manutenção da usina geradora, força e luz, urbanização de área projetada, controle e execução de todas as instalações realizadas e a realizar no Senado Federal, efetuando a previsão e o controle do serviço de engenharia necessário à instalação, modificação, expansão das instalações e

equipamento. O departamento de engenharia tem a seguinte estrutura: 1) Serviço de apoio administrativo; 2) Serviço de execução e fiscalização de obras; 3) Serviço de prevenção de acidentes e segurança do trabalho; 4) Serviço de manutenção; 5) Serviço de marcenaria; 6) Conservação de projeto de orçamento com as seguintes unidades: serviço de projetos arquitetônicos, serviço de projetos de instalações, serviço de planilha técnica, coordenação e operação da manutenção predial com as seguintes unidades: serviço de instalação, manutenção de elevadores e condicionadores de ar; serviço de instalação elétrica e geração de energia; serviço de instalação e manutenção de eletricidade. Tem todo um serviço que parece que nós estamos em construção permanente e constante.

Eu estava mostrando aqui a Secretaria de Comunicação Social. Tem 604(F) artigos, do art. 316 ao art. 400. Tem 604(F) artigos, do 316 em diante, a subtração do serviço de comunicação social.

Então, com toda a sinceridade, o que eu acho é que isso aqui... Eu não entendo isso aqui. É que foi feito um ano depois, depois o outro depois, depois o terceiro ano, aí entra um Diretor-Geral, daqui a pouco entra um Primeiro Secretário, não tão brilhante que nem V. Exa., daqui a pouco entra um diretor de não sei o quê, de não sei o quê, e chegou a isso, seiscentos artigos. Nós vamos pegar aqui um setor, mas tem um setor que chega a ser... Chega a ser... Me perdoem a sinceridade, mas é humilhante para o Senado, para os senadores. "Ao Centro de Estudos de Consultoria do Senado, que integra simultaneamente estruturas da consultoria legislativa, da consultoria de orçamento, compete coordenar e executar individualmente ou em cooperação com outros órgãos e outras instituições seminários, debates e demais eventos técnicos acerca de temas de interesses do Senado Federal, em especial aquele voltado para a atividade legislativa, viabilizar a especialização de consultores do legislativo, de consultores do orçamento, em temas de grande relevância que serão objeto de análise do Senado Federal, por meio de desenvolvimento de projetos, de pesquisa, aprovada pelo Conselho Deliberativo de que trata o § 3º desse artigo, nos termos da regulamentação, produzir e publicar textos para discussão, elaborado por servidores do Senado ou colaboradores externos, acerca de temas de interesse do Senado Federal, promover o intercâmbio de informações com órgãos públicos e instituições técnicas nacionais e internacionais. O Centro de Estudos será diligenciado por um gestor, designado pelo Secretário-Geral da Administração, mediante indicação feita alternadamente pela Consultoria-Geral Legislativa e pelo Conselho-Geral de Orçamento, dentre os servidores de categoria do consultor legislativo ou consultor do orçamento. O Centro de Estudo será um Conselho Deliberativo que competirá definir os temas prioritários a serem estudados no âmbito do Centro de Estudos, decidir pela realização de seminários, debates e demais eventos técnicos, bem como coordenar a sua execução, definir em regulamento e critério para a seleção de projetos de estudo que lhe forem apresentados e decidir sobre tema relativo à administração do Centro de Estudo com a seguinte composição: o gestor de Centro de Estudos que o presidirá; dois consultores legislativos indicados pelos consultores gerais e legislativos; dois consultores do orçamento indicado pelo consultor geral orçamentário. O Conselho Deliberativo do Centro de Estudos poderá aprovar a execução de projetos de pesquisa, proposto por servidor de nível superior do Senado Federal ou por consultor, pesquisa proposta por servidor de nível superior, desde que haja vaga não ocupadas por consultores do legislativo ou do orçamento do Senado Federal e a decisão não se dê por unanimidade. Ao serviço de divulgação compete dar publicidade à produção técnica do Centro de Estudos, coletar, organizar, preparar, divulgar dados e informações necessárias às atividades do Centro de Estudos, cooperar com instituições públicas e privadas na difusão de dados e informações e exercer outras atividades correlatas. Ao serviço de apoio logístico compete receber, controlar, distribuir expediente e o material do Centro de Estudos, proceder ao controle interno do pessoal do Centro de Estudos, executar os trabalhos de composição, revisão, reprodução dos textos, providenciar a execução de seminários, debates e demais eventos técnicos da responsabilidade do Centro de Estudos, e exercer outras atividades".

Nós temos aqui, praticamente, uma faculdade extra dos funcionários, onde eles fazem, eles publicam, eles realizam, eles fazem o que querem e nós estamos completamente fora, completamente fora. Não tem nenhuma participação nem da Mesa, nem do Senado, nem de coisa nenhuma. Mas o que é que é isso? Juro que eu não entendo o que é que é isso, eu não entendo como é que se chegou a esse nível de ridicularização do Senado como instituição. Ter uma instituição para valorizar os funcionários? Nota cem. Para fazer, para que ele se valorize, para que tenha publicidade, para que ele tenha um debate, para que ele se esmiúce, faça o concurso, faça o debate? Nota cem, mas o Senado tem que participar junto. Eu acho que nós, senadores, tínhamos que estar nesse contexto. Nós devemos fazer essa parte. Esse assunto deve ter eles e nós juntos. Eu não tiro eles, mas nós devíamos estar juntos, nós tínhamos que participar desse contexto. Mas ele é todo feito, desde o início até ao final, não tem nada a ver. E lá dentro um artigo que o específico

é credenciar o funcionário para que ele seja melhor, que isso é o mais importante. Então os senhores vejam isso aqui. Se os senhores analisarem qualquer um dos itens, se transforma num capítulo. Qualquer item referente a qualquer setor se transforma num capítulo onde tudo é possível. Eu falo de coração isso aqui. Isso aqui dava para ser feito em quarenta artigos. Isso aqui dava para ser feito em quarenta artigos, se houvesse a intenção, a sinceridade de fazer uma coisa... Parece que foi feito, foi aumentado, foi aumentado, foi aumentado, foi aumentado e o negócio aumentava. O negócio é aumentar. Então não vai ter saída. Nós estamos aqui, a argumentação é muito singela, porque o senador, vai embora, e eu fico, o que é verdade. Quer dizer, nós vamos embora e os outros ficam. Então tem essas coisas da maneira que estão.

Eu acho, com toda a sinceridade, que... Olha, meu secretário, eu estou falando do fundo do meu coração, eu só estou por causa disso, porque eu me sinto responsável. Eu, quando li isso na praia, me fez um mal muito grande, porque eu sou responsável por isso aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou o mais responsável de todo mundo que está aqui, o maior culpado é o Pedro Simon, porque eu é que estou há mais tempo aqui. Modéstia à parte, eu me considero uma pessoa responsável, que procuro fazer, que procuro acertar. Eu não fui uma pessoa omissa nesse sentido e, no entanto, essas coisas estão aqui. Então eu não estou acusando ninguém. Eu, Pedro Simon, sou o mais responsável, mas alguma coisa tinha que ser feita.

Por isso que eu digo com todo carinho: houve um equívoco. Eu acho que essa reunião agora devia ter sido feita logo que chamaram o senhor. Essa reunião que nós estamos tendo agora, nós devíamos ter conversado e feito no início, para, depois de conhecer o nosso pensamento, dos funcionários, nós debatermos em conjunto, seguir o mesmo caminho. Agora repare o senhor que estão falando conosco pela primeira vez. Estão falando conosco pela primeira vez e, pelo que sei, nem com a Mesa não falaram.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, falaram, o que é isso?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Falaram, tivemos várias reuniões.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): No final?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, não, tivemos várias reuniões no começo. Isso aí não, não, não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então o que eu digo, para ver se é possível, eu estou falando... Por Deus, eu não estou com preocupação aqui nem de A, nem de B, nem de coisa nenhuma. O que é possível fazer? Se há chance de a gente fazer algo que seja um pouco mais sintético, um pouco mais enxuto. Nós vamos ver, porque tem um estudo que deve estar pronto aí e acho que vai ser distribuído, que eu solicitei. Eu quero ver dos dez mil e tantos funcionários, quanto tem no setor do museu? Quantos funcionários estão lá no museu? Quantos funcionários estão lá no aeroporto? Quantos funcionários estão... Para a gente ver, para fazer uma comparação, quer dizer, então são... Eu quero ver cada um dos segmentos do Senado, aonde é que estão os doze mil funcionários, para a gente ver e poder aí fazer uma análise. Será que precisa... Eu não sei, eu estou falando... Será que precisa de trinta funcionários para os museus? O que é que eles estão fazendo ou coisa parecida? Então eu acho que isso seria muito importante a gente fazer. E se desse, eu não sei, mas, se desse para enxugar isso aqui, pelo amor de Deus, porque isso aqui é... O que está aqui eu levo para o lado que eu quiser. É aquela história que pediram para o Jobim, quando o Jobim ainda estava naquela fase de discussão, ele Ministro da Justiça, aí perguntaram para ele: "Jobim, me diga com sinceridade: o Dr. Getúlio Vargas, em 1937, pediu para o Chico Campos fazer a polaca, a Constituição facistóide dele. O Chico Campos parece que pediu três ou quatro meses para fazer a polaca". Hoje, se pedisse para fazer um texto dele, quanto tempo que precisaria? Três dias, que está tudo no computador, tu aperta, tu vai ali e aperta. Em três dias, está com uma Constituição pronta.

Então eu acho que, se nós pudéssemos dar um conteúdo, me desculpe a sinceridade, eu não digo de seriedade, mas de conciso e respeitabilidade, nós faríamos uma grande coisa. Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, é sempre bom a gente ouvir o Senador Pedro Simon porque ele é um homem dedicado, é um obstinado e é um homem coerente. Evidentemente, Senador Simon, que a burocracia brasileira hoje amedronta a todos os administradores. É um risco muito grande não se colocar no papel alguns procedimentos. V. Exa. trouxe para cá o que já está publicado no Portal da Transparência, no nosso Portal da Transparência, uma novidade dessa nova gestão.

Agora, o que é que faz a publicação de detalhes e de filigranas? O medo do futuro, das acusações no

futuro. Veja a palavra de V. Exa. como repercute. Preste atenção, Senador Simon, eu fiquei comovido aqui, fui submetido às lágrimas. Recebi um telefonema de um gaúcho, seu admirador, que traz um fato histórico: V. Exa., preocupado com o desvio do uso do Palácio Piratininga, quando governador, assinou um regulamento de uso e funcionamento do Palácio de Piratininga, renovou, já tinha, apenas renovou, de mais de duzentos e cinquenta páginas, porque vinha do tombamento de obras, das limitações do uso. Por que é que V. Exa. fez isso? Preocupado com o futuro, com o dia seguinte. Eu não posso desqualificar um trabalho por cautela. Eu fiquei comovido com o que eu ouvi aqui agora. Em que ano foi que V. Exa. governou?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Comovido eu fiquei de saber, porque eu sei que a minha vida está sendo investigada desde quando eu tinha oito anos de idade. Me chamou o meu professor de ensino primário, irmão José, no Colégio Nossa Senhora do Carmo, me chamou lá. "Mas o que é que é, professor?". "Não, eu preciso falar muito com o senhor, porque teve um serviço do Exército, esteve aqui, e quis saber por que é que, quando o senhor estava aqui no primeiro ano, o senhor foi expulso da aula, e se era verdade que eu tinha caderno de um lado o melhor aluno e do outro lado, o pior, e que o pior sempre era o seu". Eu tive que explicar, porque, na verdade, o meu trabalho... Eu era órfão, gente pobre, humilde, o meu trabalho era realmente muito esculhambado, tanto que esse Professor José me chamou um dia, dizendo: "Pedro, o teu pai é turco, tu está perdendo tempo aqui estudando. Vai ganhar dinheiro". Quando eu fui governador, me prestaram uma homenagem no colégio, e ele pediu a palavra para pedir desculpas, como se eu tinha mandado ele fazer a coisa(F). Mas, desde aquela idade... Mas eu não sabia que tinham feito esse trabalho. Estão me cuidando mesmo, eu fico satisfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu quero lhe parabenizar porque V. Exa. teve algumas cautelas, inclusive da reposição de algumas fotografias de heróis que tinham sido retiradas pela Revolução e ninguém ainda tinha tido a coragem de recolocar no Palácio Piratininga.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Flores da Cunha.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, está lá escrito e V. Exa. assinou. Imagine se não acontecesse isso, Senador Pedro Simon. Daí por que querer desqualificar o trabalho por esses excessos eu acho um erro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, não, pelo amor de Deus, eu não estou desqualificando, não me faça isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas veja bem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, por favor, eu não estou desqualificando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, veja bem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O trabalho é perfeito, está bonito. Eu estou apenas querendo dizer que é feito de uma maneira tal que na interpretação cabe tudo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os excessos, veja bem, por que esse detalhe de um ponto tópico, aeroporto, a questão aeroportuária, o atendimento em Brasília? Para evitar que algum colega mais afoito exija que tenha um atendimento em Goiânia ou já pensou em Teresina, ter que deslocar o funcionário. Então, infelizmente, essas coisas têm que ser colocadas no papel. Porque o Senado da República, ele não é feito só de Pedro Simon. Se fosse, o fio do bigode resolveria. E o seu, embora embranquecido, vale a peso de ouro. Agora veja V. Exa.: teve que botar no papel a irremobilidade da fotografia do Flores da Cunha para evitar que, numa revolução futura, algum ousado tirasse ela da parede e se rasgasse a história do Rio Grande do Sul. O que se está tentando fazer aqui é isso, e o que a Fundação fez foi respeitar a vontade dos senadores, que agora está nas nossas mãos. V. Exa. é dessa comissão e pode, numa canetada só, eliminar ou propor à comissão que elimine o que achar de excesso. Agora, nós não podemos condenar o trabalho dela por isso. Ela cumpriu, transcreveu a maioria do que já estava aí. Agora, tomou alguns cuidados e algumas cautelas, porque nós passamos, senador, e a instituição fica. E essa reforma tem um objetivo: é tentar fazer com que a Casa fique maior do que é hoje.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu, agora, entendo, me perdoe aqui uma interrupção, sem maiores consequências ao que está acontecendo, mas eu sou vizinho do Senador Pedro Simon. E, outro dia, eu cheguei na porta do meu apartamento e pisei naquelas bombinhas, o chamado traque, e quando eu fui ver...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No Ceará, é "espanta coió".

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E, quando eu fui ver, era o Pedrinho que tinha colocado na minha porta. Mas, agora, eu estou entendendo a quem o Pedrinho puxou, agora eu percebi.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Dr. Bianor, concluiu o seu trabalho, quer fazer as suas considerações finais?

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Já, já concluí. A consideração final é que me parece muito relevante, no sentido da...

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): V. Sa. deu ênfase aqui de que essa é uma Casa política; deve ter constatado hoje mais ainda.

SR. BIANOR SCELZA CAVALCANTI: Exatamente, e eu lhe diria com toda a sinceridade, Presidente, com muita satisfação. Eu sou um estudioso da administração pública já há quase quarenta anos, a minha graduação foi em administração pública, não foi em direito, como eu gostaria de ser um especialista na área para... O meu mestrado foi em administração pública e o meu programa de doutorado foi em administração pública. Talvez isso reflita a falta de criatividade, mas eu garanto que representam uma dedicação muito grande ao tema. Essa questão da política e administração, na medida em que a própria administração, como campo disciplinar com pretensões científicas foi, colocada, para ganhar esse status de disciplina independente, uma construção de uma dicotomia, política é isso e administração é aquilo, que, de certa maneira, tornou-se weberiana também. As décadas posteriores só revelaram que não, que, na administração pública, o burocrata faz política, ele modifica a política, essa interação entre a política e a administração é uma tensão sempre muito viva e uma visão maniqueísta de que o bem ou o mal, a irracionalidade ou a racionalidade está á direita, está aqui ou ali, nesse padrão, absolutamente tem se revelado absurda. Ambas as dimensões interagem, são fundamentais, e, numa Casa como essa, o controle político sobre a administração, ele se faz absolutamente necessário, esse envolvimento que o Senador Pedro Simon fala eu também o vejo como muito necessário. Nem sempre a complexidade da formulação e execução de políticas públicas, a formulação, ela permite um excesso de tempo dos senhores, políticos orientados para aquilo que seria a política administrativa, é sempre uma coisa árdua e, principalmente, quando é da casa da gente, mas se faz necessário, porque o que se deriva dali tem repercussões políticas numa Casa como essa.

Sr. Presidente, abusando da sua generosidade, eu gostaria de deixar o meu sentimento de que vejo esse processo de uma forma muito positiva nesse ponto. Vou deixar aqui um conjunto de documentos a V. Exa., que tenho o prazer de lhe entregar, dos documentos relatados, ali, na nossa sequência, em que nós tivemos um empenho grande, dentro daqueles parâmetros emergenciais de que falamos, documentos que representaram uma interação em determinados momentos, com mais de seiscentas sugestões dadas pela Casa, interação com a Primeira Secretaria e com a Presidência houve. Isso tudo foi levado a efeito, no sentido de que se estabeleça um processo de aperfeiçoamento disso que aí está. Eu quero crer que, com base em todos esses documentos, em todos esses documentos que aqui estão, com as reflexões representadas, com as recomendações, uma comissão, como foi dito aqui, a excelência da excelência na experiência não só legislativa, mas também na experiência executiva, como a maioria dos senhores, eu honestamente saio daqui, Presidente, com uma confiança de que etapas de aprimoramento institucional serão galgadas, sob a liderança dos Srs. Senadores, dos seus diversos papéis dentro dessa Casa. Muito obrigado pela atenção e perdão pelo tempo tomado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Bem, a presidência agradece ao Dr. Bianor Cavalcanti, que fez a explanação em nome da Fundação FGV, e agradecer também a presença de todos os outros diretores, alguns que compõem a Mesa, outros que estão no Plenário. A lista de oradores está esgotada, a presidência vai encerrar a sessão e uma próxima será anunciada com bastante antecedência. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h21.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e trinta e cinco minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador César Borges, com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, e a Senadora Serys Slhessarenko, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Renan Calheiros, Marconi Perillo e a Senadora Patrícia Saboya. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir a

Proposta de Emenda à Constituição n° 21, de 2005 "Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública", conforme Requerimento nº 2, de 2009-SSPJ, de iniciativa do Senador Tasso Jereissati, Presidente da Subcomissão Permanete de Segurança Pública. Convidados: MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO, Delegado da Polícia Federal, representante do Senhor SANDRO TORRES AVELAR, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal; ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON, Secretário-Substituto Nacional de Segurança Pública, representante do Senhor RICARDO BRISOLLA DALESTRERI, Secretário Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça. Justificou a ausência: ALEXANDRE RIBEIRO SARMENTO, Presidente da Associação dos Agentes de Polícia Civil. A Presidência declara encerrada a Reunião às dezenove horas e trinta e seis minutos; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **César Borges,** Presidente em exercício da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA – CCJSSP

1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 18 HORAS E 35 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecem como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se ao debate da reestruturação dos órgãos de segurança pública, conforme Requerimento nº 2, de 2009, e adendo ao referido requerimento, ambos de autoria do presidente dessa Comissão, o Senador Tasso Jereissati. Foram convidados o Sr. Alexandre Ribeiro Sarmento, Presidente da Associação dos Agentes de Polícia Civil; o Sr. Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, Delegado da Polícia Federal e Diretor de Prerrogativas da Associação de Delegados da Polícia Federal, representante do Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Sandro Torres Avelar, que está presente, para quem eu solicito que possa tomar assento; o Sr. Alexandre Augusto Aragon, Secretário Substituto Nacional de Segurança Pública, representante do Sr. Ricardo Brisola Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que eu solicito também que faça o favor de tomar assento.

Então com a presença dos dois palestrantes eu convido então, se não houver qualquer Senador que deseje fazer algum tipo de intervenção anteriormente, eu convido para a sua exposição o nosso primeiro convidado, o Dr. Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, Delegado da Polícia Federal, aqui representando o Presidente da Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal, o Sr. Sandro Torres Avelar. Com a palavra o Dr. Marcos Leôncio Sousa Ribeiro.

SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO: Sr. Senador César Borges, Presidente dessa Subcomissão, Senador Jarbas Vasconcelos, colega Alexandre Aragon, da SENASP.

Em nome da Associação dos Delegados de Polícia Federal, a nossa posição em relação à PEC 21, de 2005, ela tem uma peculiaridade em relação às Polícias Estaduais. Por quê? A Polícia Federal, ela é efetivamente, no nosso entendimento, já é uma polícia unificada, porque a polícia, ela se divide basicamente em dois grandes ramos, que é o ramo da Segurança da Polícia Federal, uma polícia extensiva, mais preocupada com a questão da ordem e da paz pública, e na Polícia Federal nós já temos esse segmento na parte de Polícia de Fronteira, Aeroportuária e Polícia Marítima, além de outras atividades como segurança privada. Então uma série de atividades que no âmbito estadual estariam no âmbito da Polícia Militar, elas estão já no âmbito da Polícia Federal. E o outro grande ramo é a Polícia Judiciária. Então a Polícia Federal, ela já tem essa unificação dessas duas atividades: ela é Polícia Judiciária e ela é Polícia de Segurança Pública Federal.

Nós acompanhamos, aqui no Congresso Nacional, outras propostas de emenda constitucional que tratam de unificação. Na Câmara dos Deputados existem duas propostas, a PEC 430 e a 432, e nessas propostas a Polícia Federal não foi objeto. Apenas foi se tratar da questão estadual, que nós achamos acertado, porque o modelo hoje da Polícia Federal, ela tem, na medida do possível, atendido satisfatoriamente o sistema de segurança pública federal.

A proposta da PEC 21, quando fala da incorporação à Polícia Federal das Polícias Rodoviárias e Ferroviárias Federais, elas nos causam uma certa preocupação. Por quê? Hoje a Polícia Federal, ela se recente de um excesso de atribuições constitucionais,

ela possui uma série de atividades constitucionais e um reduzido número de efetivo policial. Em outras palavras, nós entendemos que a Polícia Federal precisa de muito mais efetivo e menos atribuições. E trazer para a Polícia Federal mais essas atribuições de Polícia Rodoviária, Patrulhamento Rodoviário e Patrulhamento Ferroviário, é algo que nos causa uma certa preocupação, porque nos deixariam ainda mais sobrecarregados com atribuições constitucionais.

Ademais, hoje é uma tendência que está sendo construída dentro da Polícia Federal e, especialmente, entre os Delegados de Polícia Federal, a questão de nós pensarmos, ao invés de unificar, exatamente dividir competências dentro da Polícia Federal. Tramita aqui, o Senador Heráclito Fortes é autor de uma PEC, a 49, que fala da Polícia de Segurança Federal e da Polícia Judiciária da União. E lá na Câmara dos Deputados tem várias PECs nesse mesmo sentido, Régis de Oliveira, Deputado Régis, Deputado Laerte Bessa, exatamente porque nós na Polícia Federal já percebemos o seguinte: com essa grande quantidade de atribuições nós acabamos sendo prejudicados na nossa razão de existir. Qual é a razão de existir da Polícia Federal? Ser Polícia Judiciária, combater o crime organizado, apurar crimes. E quando a Polícia Federal começa a se dedicar a questões aeroportuárias, fronteira, segurança privada, uma série de outras atribuições, com um efetivo reduzido, a nossa razão de existir acaba sendo prejudicada.

Então a tendência hoje majoritária na Polícia Federal é nós termos realmente uma Polícia Judiciária segmentada e uma Polícia de Segurança Federal. Essa Polícia de Segurança Federal, se por acaso uma emenda constitucional nesse sentido for aprovada, ela poderia assumir sim essa questão de uma polícia ostensiva, de uma Polícia Federal.

Uma outra questão que nós chamamos a atenção é que essa Polícia de Segurança Federal, ela tem que ser uma Polícia Nacional. A Polícia Federal, ela não é uma Polícia Nacional. Prova disso é que nós temos uma Força Nacional que, de certa forma, é o embrião dessa Polícia de Segurança Federal de âmbito nacional. A Polícia Federal, a sua razão de existir é apurar crimes de um ente federativo apenas: não é o Estado e nem Município, é a União, tanto os crimes de âmbito internacional como os crimes que de certa forma causam prejuízos aos bens, serviços e patrimônio da União. Então ela tem um foco federativo.

Eu digo isso com muita tranquilidade por quê? O Brasil é uma república federativa. Se nós formos verificar nos países onde nós temos uma república federativa, os Estados Unidos, vocês vão verificar que existem dezenas de agências federativas: DEA, FBI, U.S. MARSHALS. Então são várias agências federais, enquanto no Brasil nós conseguimos unificar isso apenas numa única polícia. Nós temos o exemplo da Alemanha. A Alemanha, que é um modelo que, de certa forma, nós realizamos um congresso agora recentemente, os Delegados de Polícia Federal, e nós trouxemos policiais da Alemanha porque nos chamou a atenção exatamente o modelo alemão: uma polícia de segurança federal ostensiva e uma polícia judiciária federal, que cuidaria especificamente da apuração de crimes. Então esse modelo alemão é um modelo interessante que nós achamos que é algo a se discutir no Brasil.

Nos países onde não existe um modelo federativo, mas um modelo unitário regionalizado, também é assim. Exemplo: Portugal. Portugal também tem uma polícia de segurança e uma polícia judiciária. Em quase todos os países do mundo a atividade de polícia judiciária, ela é separada no âmbito federal da questão de segurança federal, de paz e ordem pública ostensiva. Por quê? Com isso nós permitimos a esse segmento da polícia judiciária ter um resultado melhor e mais efetivo.

Com relação a você introduzir a Polícia Rodoviária e a Polícia Ferroviária no âmbito da Polícia Federal, nós achamos um pouco... Quais são os inconvenientes? Nós até podemos imaginar a possibilidade de no futuro essas atividades fazerem parte de uma Polícia de Segurança Federal, mas os Delegados de Polícia Federal, nós defendemos fórmulas constitucionais que você não pegue determinados servidores policiais e da noite para o dia os coloque dentro de corporações totalmente distintas, estranhas. Os países que experimentaram fazer algum tipo de modificação na sua estrutura policial, o que é que eles fizeram? Passaram ao processo de extinção das polícias antigas. É o caso, por exemplo, do modelo no Chile. Eles extinguiram aos poucos as polícias existentes, criaram a nova e passaram a fazer seleção apenas para as novas polícias. Com isso, nós começamos realmente do zero esses novos modelos de polícia. É extremamente inconveniente nós pegarmos... Por exemplo: a Polícia Ferroviária Federal, ela era, até bem pouco tempo, celetista. Eles eram oriundos da REFESA, que passou por um processo de liquidação. A Polícia Rodoviária Federal, criada por Washington Luís, governar e construir estradas, polícia das estradas, a Polícia Rodoviária Federal até bem pouco tempo era do Ministério dos Transportes e do DNIT. A Polícia Federal, desde a década de 90, exige formação superior para os seus quadros. A Polícia Rodoviária Federal pela primeira vez vai fazer a exigência de nível superior para os seus quadros. Então existem algumas peculiaridades nessas po-

lícias que você simplesmente pegar esses policiais e colocá-los dentro de uma outra estrutura, causará alguns inconvenientes de ordem administrativa para serem administrados.

E com todo respeito aqui ao trabalho da Polícia Rodoviária Federal, o que eu tenho a dizer é o seguinte: por que é que a Polícia Rodoviária Federal cada vez mais faz Polícia Judiciária? Por que é que cada vez menos ela cuida do patrulhamento das rodovias? Porque nenhum país do mundo tem uma polícia exclusiva para cuidar de patrulhamento de rodovias. Nenhum país do mundo tem uma polícia exclusivamente para cuidar de ferrovia. Você tem uma atividade dentro de um organismo maior. Por exemplo: na Alemanha, a Polícia Ferroviária Alemã, ela está dentro da Polícia de Segurança Pública Federal Alemã e o trabalho de patrulhamento das ferrovias, na realidade, é um trabalho de controle migratório, de fronteiras. Em outros países, toda a parte de patrulhamento rodoviário é feito pelas polícias estaduais, porque rodovia, senhores, está nos Estados. Rodovia não está na União. O fato de um crime ser cometido de dentro de uma BR, ele não diz absolutamente nada: ou ele é um crime de competência da Polícia Judiciária da União ou ele é um crime de competência das Polícias Estaduais. Então, sinceramente, a atividade de Polícia Rodoviária, a meu ver, deveria ser aos poucos repassada para as Polícias Estaduais, como é em várias vezes países do mundo. Se nós verificarmos o Plano Nacional de Viação, nós vamos encontrar várias BRs sendo administradas por municípios, vários BRs sendo administradas pelos estados, várias BRs concedidas à iniciativa privada. E com as ferrovias, a mesma ocasião. Então uma polícia para cuidar de patrulhamento rodoviário, por si só, eu acho que não se justifica no Brasil, tão carente de efetivo. Que os policiais rodoviários e ferroviários fossem aproveitados nessa grande força de segurança federal para fronteiras, para policiamento de fronteiras. Tanto é que agora nós estamos criando, a SENASP, a Polícia Especial de Fronteiras, quando a Polícia Rodoviária poderia ser utilizada para essa atividade que, eu repito, a Polícia Federal com o seu diminuto quadro não tem condições de atender.

Outros aspectos gerais da PEC que nós pudemos analisar é o seguinte:

> – A perícia. É outro problema que a Polícia Federal não enfrenta, porque enquanto nas Polícias Estaduais os órgãos periciais desejam sair da polícia, nós não temos esse problema na Polícia Federal, porque a perícia, muito pelo contrário, a perícia não quer sair de dentro da Polícia Federal. Às vezes existem uns estranhamentos entre Delegados e Peritos, os Delegados às vezes até desejam que a perícia saia, mas ela não deseja sair da Polícia Federal. Então é outro fator que nos distingue aqui da PEC, a questão da Polícia Federal, porque a perícia está devidamente ambientada na Polícia Federal.

Com relação à questão da perícia, a única coisa que a Polícia Federal entende é o seguinte: se a perícia deseja sair e se tornar um órgão, como proposto aqui na PEC, ela deve deixar de ser polícia. Ela deve ser trabalhada como está aqui, como um órgão técnico-científico vinculada às faculdades, mas deixar de ser polícia.

Outra coisa que os Delegados entendem com relação a isso é que esses órgãos periciais, eles devem trabalhar para o Poder Público, sob pena de nós termos uma comercialização de laudos. Nós já tivemos experiências na Polícia Federal de determinados peritos que trabalhavam em instituições renomadas desse País e que começaram a confundir o seu papel de perito de universidade e passaram a ser assistentes técnicos de defesa e passaram a ganhar muito dinheiro oferecendo laudo desde a composição da água até o aspecto lunar do planeta. Então essa questão aí tem que ser olhada com cuidado. A perícia, se ela sair da polícia, ela tem que servir ao Poder Público e não a particulares, como consultores privados de determinados segmentos mais abonados da sociedade.

Uma outra ressalva é que causa preocupação a proibição de associação e da questão de greve, a proibição de poder se associar e de poder participar de movimentos paredistas, porque nós, como uma organização policial de natureza civil, entendemos que a Constituição assegura, é claro, com as devidas proporções, com uma exigência maior, mas é um direito constitucional das Polícias Civis poderem se organizar de forma associativa, como é o caso da Associação dos Delegados de Polícia Federal, e poder participar dos movimentos paredistas.

Era o que eu tinha para o momento e perdoe se me estendi em demasia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Agradeço a exposição do Dr. Marcos Leôncio Ribeiro, aqui representando a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal. E com permissão do Presidente Tasso Jereissati, que já está presente, se quiser assumir estamos aqui à disposição, eu passo a palavra ao Dr. Alexandre Augusto Aragon para falar como representante do Secretário Substituto Nacional de Segurança Pública. Com a palavra o Dr. Alexandre.

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Senador César Borges, Vice-Presidente dessa Subcomissão de

Segurança Pública, Senador Tasso Jereissati, Presidente da Subcomissão, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Romeu Tuma. Saúdo todos em nome do Secretário Balestreri e a toda a assistência e imprensa aqui presentes. O Secretário Balestreri hoje está numa solenidade ainda com relação aos crimes ambientais, nós estamos comemorando a diminuição nos últimos vinte anos, o menor índice de desmatamento dos últimos vinte anos agora no Ministério, fruto do trabalho das polícias que aqui estão citadas.

Eu queria parabenizar pela coragem de nós trabalharmos um assunto tão polêmico, que mexe com muitos interesses corporativos. A SENASP está junto com a Comissão porque isso é de interesse da população brasileira. O que nós vivemos nos últimos anos, particularmente de 2004 para cá, foi uma transformação em termos culturais da polícia brasileira. Nos últimos três anos, só fazer uma contextualização inicial, nos últimos três anos nós tivemos 469 mil policiais que passaram pelos cursos administrados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, 469 mil policiais. Hoje, *on-line*, nós temos 196 mil policiais, que fazem 153 cursos, com convênio com 66 universidades. Isso é uma transformação na superestrutura da polícia brasileira. Mas não adianta nós trabalharmos na superestrutura... Só complementando também, são 270 telecentros instalados no País e hoje essa mesma aula que o nosso policial brasileiro está tendo, o policial argentino através de convênio está tendo, o policial uruguaio está tendo, o boliviano está tendo, o angolano está sendo, o moçambicano está tendo, a Guiné-Bissau, e agora fechamos no ano passado um convênio que nós estamos dando aula para a *Scotland Yard*.

Isso é uma evolução cultural, fruto de quarenta anos de erros e acertos em segurança pública. Mas nós temos que evoluir e o nosso cidadão, ele tem que ser beneficiado disso. Não adianta ele ter somente um bom atendimento do policial que está sendo melhor formado. Mas as questões atinentes à segurança passam pelo atendimento direto ao cidadão. E no momento em que um cidadão, ele sofre uma ocorrência, ele sofre um crime, ele chama a polícia, a polícia comparece ao local e apenas remete o cidadão a outra polícia, alguma coisa está errada. Quando eu digo para o cidadão, que teve o seu direito mais intrínseco violado, que o agente do estado não tem condições de resolver o problema dele naquele momento e que ele tem que pegar, desculpem os termos que eu vou usar, tem que pegar a sua fichinha de vale-transporte e ir para a uma Delegacia de Polícia fazer o registro, eu estou causando uma confusão no cidadão. E isso diversos países viveram. Isso Portugal viveu até três anos atrás, quando decidiu não unificar, mas estabelecer competências para as duas polícias, tanto para a polícia ostensiva quanto para a sua polícia judiciária. Será que ao invés, isso é uma ideia, podemos trabalhar, ao invés da unificação nós poderíamos trabalhar no sentido de dividirmos as atribuições, como foi feito nos outros países? Será que a unificação seria a resposta a todos os nossos problemas, se nós temos uma terceira polícia surgindo agora, que são as Guardas Municipais? Será que não seria interessante nós subirmos um degrau cada polícia e a Polícia Civil fazer a escolha que a Polícia Federal fez há alguns anos atrás de se especializar? Se especializar nos crimes contra a pessoa, porque nós sabemos que a Polícia Civil tem pouco efetivo. Será que esse efetivo do policial civil que está numa função cartorial registrando furto de celular, não seria mais interessante designá-lo para os crimes contra a pessoa, que são os crimes de grande monta, que são os homicídios? E a Polícia Militar, que está na rua, ela parar de falar para o cidadão que ele tem que pegar fichinha de vale-transparência e ir na delegacia registrar a ocorrência? Isso nos grandes centros.

Se nós formos para o Amapá, com todo o respeito e saldando os bravos policiais do Amapá, o policial não diz para pegar um vale-transporte; ele diz para pegar o barco, viajar quatro horas e registrar uma ocorrência numa delegacia, a quatro horas de barco. Aí ele vai chegar na delegacia e vai encontrar um policial civil assoberbado de serviço, que está preocupado com homicídio, que está preocupado com outros crimes. Ele pode registrar, mas aquele celular furtado dele, que para ele é muita coisa, vai virar um pilha, vai virar estatística. Será que nós não podemos chancelar isso para as Polícias Militares? E as Polícias Militares também acordarem e passarem um pouco disso também para as Guardas Municipais que estão surgindo, para os crimes de pequena monta.

A SENASP é parceira, acreditamos que nós temos que evoluir nesse sentido. Não basta só nós trabalharmos com os nossos policiais como nós estamos trabalhando e dando lições para o mundo, porque o que chancelou o Brasil para ser escolhido sede das próximas Olimpíadas foram esses programas que nós estamos desenvolvendo. Foi quando a Espanha e os Estados Unidos retiraram a pauta segurança pública ou quando souberam o que nós estamos fazendo em termos de segurança pública. E, assim, nós ganhamos a indicação para as Olimpíadas.

Eu acho que uma polícia única pode ser muito boa para os policiais. Talvez para a população, talvez, não seja muito interessante, porque uma polícia única é o poder centralizado em uma instituição. E quando essa polícia única enfrentar um movimento paredista, a quem a população recorre?

Mas são coisas que nós temos que pensar e no dia 14 de fevereiro nós estaremos montando, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, uma comissão, também para colaborar com a Subcomissão, uma comissão constituída por bombeiros militares, por policiais militares, por policiais civis e por guardas municipais que querem contribuir, porque esses entes têm que ser ouvidos. Os bombeiros militares, eles têm que ser ouvidos. Eles são remetidos aqui à Defesa Civil e pelas entrevistas, pelo contato que nós tivemos com os bombeiros militares, não é interesse de grande parte das corporações passarem para a Defesa Civil. Eles querem continuar sendo órgão de segurança pública.

Então temos que acordar e as corporações deixarem um pouco a questão corporativa, eu estou sendo redundante, corporativa nesse sentido, e nós temos que dois corpos que não ocupam o mesmo lugar ao mesmo tempo. Se nós queremos subir um degrau, e a Polícia Civil quer atingir o nível de excelência que atingiu a Polícia Federal, ela tem que deixar um espaço, tem que subir um degrau, mas vagar um espaço para a Polícia Militar, para os crimes de... Isso se estuda se é por tempo, se são contra o patrimônio, isso essa Comissão pode contribuir. E a Polícia Militar, por si, também deixar um espaço para as Guardas Municipais. Mas nós temos também que acordar que nós temos irregular as Guardas Municipais, para não criarmos Guardas pretorianas, porque senão cada prefeito que entender por bem, apesar de nós termos uma matriz curricular para todas as Guardas Municipais, mas entendendo por bem ele cria a sua própria polícia, que vira a sua guarda pretoriana. Isso em São Paulo, em Porto Alegre, em Curitiba, vai ser regulado. Mas em determinados municípios, que ainda têm resquícios de oligarquias, isso pode ser uma Guarda a serviço de um poder político.

Temos que pensar, estamos alinhados com os senhores da Comissão e nós queremos essa mudança. Da forma como está, apesar de nós termos evoluído muito, apesar de nós estarmos ensinando aos demais países, nós ainda temos um campo a percorrer, que é o campo do atendimento ao cidadão. Nós não temos o direito mais de não dar respostas ao cidadão. Nós não temos o direito mais de remeter o cidadão a outra polícia, porque para o cidadão não interessa se é a Polícia Militar, se é a Polícia Civil, se são os Bombeiros ou se é a Marinha que está atendendo; ele quer ter o seu problema resolvido. Nós não nós não temos mais o direito disso. E nós somos parceiros, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, nós somos parceiros e estamos montando no dia 14 de fevereiro já essa comissão para auxiliá-los nessa nova construção.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu é que agradeço, Dr. Alexandre, pela exposição. Pergunto aos Srs. Senadores: tem uma lista de inscrição, está em aberto. Então eu inscrevo aqui, como primeiro da nossa lista para arguição, o Senador Romeu Tuma, com a sua larga experiência na área, que eu sei que tem muito a colaborar e a discutir. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, eu peço licença ao Tasso Jereissati, ao nosso relator, e à Senadora Serys, porque às dezenove horas me parece que o presidente disse que tem que encerrar tudo em razão do Congresso.

Eu só queria cumprimentar o Coronel Tasso Jereissati *[risos]*, nosso Presidente Tasso Jereissati, o relator, pela criação dessa Subcomissão, com nós todos senadores, porque esta aparente apresentação, pela força que ela foi dinamizada pelo Delegado Federal e o Subsecretário, eu não sei bem qual é o termo, de Segurança Nacional, demonstra a importância do tema que está sendo discutido. Eu cumprimento a V. Exª., Senador Jarbas Vasconcelos, e Senador Tasso Jereissati.

Eu sei que V. Exª. acha que eu sou contra o seu projeto, mas, é claro. Porque o projeto do Senador eu acho que é mais delicado do que os dois expuseram aqui, porque ele quer acabar com o 144 na área da segurança e criar as Polícias Estaduais, que o governador passaria a realmente legislar sobre a competência de cada polícia. Hoje o secretário de segurança e os governadores têm a competência de estabelecer a forma operacional das polícias, tanto é que São Paulo está discutindo a volta do nome de Polícia Militar para a Força Pública, que foi antes da Revolução de 64. Então o governador já está mandando para a Assembléia, conversei com o Comandante da PM e ele acha que é uma reivindicação em razão histórica da volta do nome de Força Pública.

Eu achei interessante a exposição do nosso Delegado Federal sobre a competência definida de cada uma das atividades, não da polícia, mas ela pode ser dividida. V. Exª. traz outros temas aqui, eu não vou comer o tempo, mas eu acho que eu estou alegre pela discussão, Senador, que o senhor trouxe na razão do seu projeto. É claro que o senhor me deu a liberdade de continuar a ser o relator da matéria, mas vejo com simpatia as exposições que estão sendo feitas e cumprimento os dois expositores pelas novidades que estão trazendo em razão de outros países empregarem de forma diferenciada. Em Portugal eu conheci o Chefe da Polícia Judiciária de Portugal, que era um Juiz, um Juiz que preside a polícia. Na época, inclusive, ele foi

meu parceiro para eu ser eleito Vice-Presidente da INTERPOL, quando eu estava na direção da Polícia Federal.

E outro tema aqui interessante e importante que a gente tem que pensar mesmo é o Perito Criminal e o Instituto de Medicina Legal. O Perito Criminal, até aonde eu entendo, e nós estamos fazendo a reforma do Código de Processo Penal, quer dizer, se vingar alguma legislação aqui ele vai cair por terra, porque ele está dentro do contexto atual com algumas modificações para dar um andamento mais rápido nos procedimento criminais. O perito sempre foi aquele que o Delegado requisitava o que ele deveria responder nos questionamentos para a apuração do crime. Então essa independência, essa separação, deve trazer uma dificuldade para a autoridade policial que preside o inquérito. E o Instituto Médico Legal, em São Paulo, quis também fazer a sua independência, porque não queria se submeter às requisições da autoridade policial que preside o processo.

Então é uma coisa que nós temos que fazer, essa unificação, respeitando cada uma das atividades, mas definindo para haver uma conclusão mais correta e unânime nas apurações criminais que, me parece, que é o mais importante nessas discussões. Então eu acho que essa definição de competência é uma coisa importantíssima, nós não podemos deixar. Então eu queria cumprimentar a V. Exª., Senador Tasso, e o Senador Jarbas Vasconcelos, que é o relator da Subcomissão, e acredito que os senhores terão que voltar aqui para a gente continuar no debate.

Muito obrigado, presidente, e desculpe.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Presidente, só para falar com o representante, o Dr. Marcos, da Polícia Federal.

Pelo que eu pude entender, Dr. Marcos, V. Sª. falou que a Polícia Federal tem funções demais e quadro de menos, em linhas gerais, que a polícia não pretende, não postula, não quer mais funções, já tem funções suficientes para um quadro de pessoal deficiente. Ela tem uma opinião formada, há uma opinião formada dentro da Polícia Federal como instituição a respeito desse projeto de unificação? Porque na prática em muitos estados já há uma ação unificada. Eu, quando governador de Pernambuco, também até copiando um pouco o exemplo anterior do Ceará, a gente tentava fazer com que as duas polícias, tanto a Militar como a Civil, tivessem a ação unificada. Como instituição, a Polícia Federal tem alguma opinião sobre formalmente sobre essa unificação das polícias?

SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO: Senador Jarbas, o senhor diz especificamente a unificação das Polícias Estaduais?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sim.

SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO: O que a gente costuma falar é o modelo que nós temos visto em outros países. Efetivamente, na maioria dos países que nós temos estudados, as Polícias Estaduais são unificadas. Eu acredito que a posição majoritária dos Delegados de Polícia é pela necessidade, sim, de unificação dessas Polícias Estaduais, mesmo que, por exemplo, nós tivéssemos uma Polícia Estadual dividida em duas grandes atividades: um ramo da Polícia Estadual de Segurança Ostensiva e uma Polícia Judiciária, dentro de um mesmo corpo de Polícia Estadual.

Outra posição que nós temos em relação a isso é que isso tem que ser para o futuro, porque nós não conseguimos encontrar, apesar de toda a intenção aqui da proposta, como conciliar a estrutura da Polícia Militar hoje e da estrutura da Polícia Civil e juntá-las numa polícia só. O ideal, o que outros países fizeram foi: passou-se gradativamente à extinção das polícias antigas e paulatinamente à constituição dessa nova polícia unificada. Então isso a gente entende que é algo salutar.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Através de um processo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Um processo lento de buscar, sem dúvida nenhuma, uma unificação solidificada, sem ranço, porque aí ela não terá, no meio do caminho, contratempo que possa prejudicar enormemente a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Continua aberta a palavra. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador César Borges, eu queria colocar que o espírito da proposta é justamente esse. Evidente que ninguém imagina uma polícia unificada da noite para o dia, em vinte e quatro horas. O Senador Jarbas, eu, o Senador Tuma, fomos governadores e sabemos como é que é o processo dentro, a estrutura e a ramificação dessas estruturas, o enraizamento dessas estruturas, perfeitamente.

Então o que nós propomos aqui é justamente uma passagem que seja pensada, tanto que nós não propusemos uma obrigação; nós propusemos que seja feito porque achamos que os estados podem estar em diferente estágios de possibilidade de apressar ou não, ou eficientizar este processo, essa passagem. Uns estados podem ir mais rápidos porque já trabalham

nessa direção, o Senador Jarbas deu o exemplo do Estado de Pernambuco, no próprio Estado do Ceará nós fizemos um processo de delegacias comuns durante algum tempo, depois isso parou, mas já houve uma experiência nisso.

Mas a conclusão que nós chegamos é de que trabalhar com as duas polícias do jeito que está é impossível, nós nunca vamos ter uma polícia eficiente, isso independe de governo, de partido, mas nós nunca vamos ter uma polícia eficiente no modelo atual.

E temos a consciência, também, que se não houver uma vontade política muito forte, isso não vai ser possível porque a resistência que foi levantada aqui corporativa é muitos grande. Vemos a noção de se criar e, por causa disso, abrir essa discussão aqui de se criar uma discussão grande e que ao terminarmos essa discussão termos pelo menos um consenso para que se possa ser rompida essa questão corporativa.

Essa proposta está aqui, é da época do Senador Antonio Carlos ainda, e foi praticamente paralisada por pressões que vinham de todos os lados.

Mas a segurança pública hoje, se nós colocarmos a segurança como uma questão de qualidade de vida, assim como educação, casa própria, saúde, etc., a segurança hoje talvez seja um dos maiores infernos dentro da qualidade de vida do cidadão, principalmente do cidadão das grandes cidades brasileiras e, por isso, a discussão. Eu diria que o projeto, evidentemente com sugestões que podem enriquecer muito mais esse projeto, melhorar, vindos de todas as partes, está exatamente dentro desse espírito que o Dr. Marcos alinhou agora aí.

Agora eu queria perguntar ao Dr. **ARAGON:** a Secretaria de Segurança Pública tem uma visão formada sobre isso, sobre esse problema?

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Da mesma forma, Senador, concordamos, achamos que tem que ser paulatino, achamos que vai ser inevitável essa unificação no futuro, como o Dr. Marcos disse acreditamos que nesse momento seria interessante nós dividirmos as competências de cada polícia, que uma está entrando na seara da outra e isso é a causa e muito da competição entre as corporações. Seria interessante, num primeiro momento, e nós já fizemos alguns estudos num primeiro momento de dividir essas competências, e num futuro, eu não digo um futuro tão longo assim, num futuro próximo, nós fazermos existir realmente essa unificação. É um caminho que a SENASP também acena: nós acreditamos que a unificação será o caminho futuro, mas não nesse momento; nesse momento nós teríamos que dividir as competências e... O secretário, ele sempre fala, eu estou aqui representando o Secretário Balestreri, que unificar as polícias agora, é uma figura de linguagem, mas seria a mesma coisa que um Juiz determinar que um casal que quer se separar more junto. Então seria nesse primeiro momento nós dividirmos especificamente com o que cada um fica. Então a Polícia Militar, ela vai até determinado ponto, ela faz a sua investigação até determinado ponto, a Polícia Civil parte daquele ponto e complementa, vai para os crimes de maior monta, e inclusive as Guardas Municipais, que são uma realidade, são um auxílio primordial, principalmente para os municípios menores, também terem a sua alçada de atribuições. No caso, uma ideia: as Guardas Municipais com os termos circunstanciados; as Polícias Militares com todos aqueles que englobam os delitos contra o patrimônio; e as Policiais Civis com aqueles contra a pessoa. Só que o policial civil não vai deixar de investigar também, se for instado, o de menor monta. Isso seria paulatino e é uma ideia também da SENASP, uma ideia da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que isso seja feitos de forma paulatina.

Além disso, Senador, tem outras reivindicações, vamos dizer, das bases, que seria o ingresso único. Se nós estamos exigindo curso superior para os policiais militares entrarem na base, por que não chancelar a eles também que eles cheguem até ao topo da carreira, que eles façam concursos internos? E não havia mais essa divisão entre oficiais e praças, não haver mais essa divisão entre delegados e agentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Não, não seria acabar com a hierarquia, seria chancelar, possibilitar que eles cheguem até ao maior posto mediante concursos dentro da corporação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor dá licença. Concurso interno, até porque nós propusemos isso, é inconstitucional, que a Constituição, ela exige que para cada carreira haja o concurso público direto. Teria que alterar a Constituição para ser uma carreira única, começando na base do agente ou do investigador, para chegar a Delegado, talvez com uma idade avançada, cuja competência traria uma dificuldade até pelo problema físico de cada um de nós. Então é uma coisa delicada fazer uma carreira única, que siga até pelas exigências de formação profissional.

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Sim, Excelência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não estou discordando de V. Exª., eu estou dizendo que eu, como diretor, sofri na pele essa exigência dos agentes, à época, e que foi impossibilitado pela própria exigência constitucional. A carreira hoje exige... Hoje do agente é exigido curso superior, terceiro grau. Até

então, não era, só para o Delegado de Polícia, que era obrigado a fazer o concurso e a Constituição de 1988 exigiu ser bacharel em direito para ser Delegado de Polícia. Então houve alterações. Há uma evolução que, talvez, tenha que aprimorar, mas vem evoluindo, sem dúvida nenhuma.

O nosso Delegado falou sobre a Polícia Ferroviária. A Polícia Ferroviária, quando se discutiu a Constituição, ela existia, mas já estava em liquidação as ferrovias, elas passaram a ser privatizadas. Então hoje ela está ali sem sua existência física correta, tem doze ou treze membros que lá estão residuais, que teriam que ser incorporados a alguma coisa, porque eu não vejo mais, não estou contra, não quero me colocar numa situação difícil, mas não existe mais ferrovia que tenha Polícia Federal, a exigir a presença dela, porque em tese as ferrovias são todas elas privatizadas, não existe mais ferrovia. Talvez a Secretaria Nacional teria que encontrar uma solução para isto, que chamou a atenção e eu sei dessa dificuldade que nós temos, então tornar uma situação que está no art. 144. E o que é que faz a Polícia Ferroviária? Eu não sei responder para o senhor, não sei mesmo. Eu acho que a gente tem que começar a pensar, talvez, na tese dos deslocamentos para a área de fronteira. A Polícia Rodoviária, não pode desmerecer o trabalho dela atualmente, ela está enveredando no negócio de combate a drogas, contrabando, uma porção de coisas, não mais fiscalizando o trânsito. Ela tem uma série de missões e está se viabilizando com uma força instrumental muito grande, tem recebido talvez mais equipamentos do que a Polícia Federal, em tese, dentro do que está conseguindo através do governo. Então a Polícia Rodoviária, que eram as Polícias Militares dos Estados, faziam o patrulhamento de qualquer estrada federal ou não, hoje sabem que só podem fazer para o estado; nas ferrovias federais é a União que tem a Polícia Rodoviária, hoje constitucionalizada.

Então são assuntos que, talvez, a Secretaria, dentro da sua competência, tenha que discutir. O que é que faz hoje a Polícia Ferroviária, se todas as ferrovias foram privatizadas? Não tem mais ferrovia da União. Tem que ter praticamente guardas particulares que tomam conta das estações, do metrô, de tudo que anda sobre trilhos.

Desculpe interromper, mas é que dá uma aflição na gente a hora que se discute.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Tuma, Srs. Senadores, na verdade a Sessão do Congresso já começou, mas não começou ainda a Ordem do Dia da Sessão do Congresso. Eu acho que poderemos continuar o debate, se assim for interessante, até que a Secretaria da Comissão nos avise que vai iniciar a Ordem do Dia da Sessão do Congresso Nacional.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Já começou a Sessão do Congresso, já começou.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Já começou, mas não começou a Ordem do Dia da Sessão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria só antes, César, de deixar bem claro aqui se é o que eu estou entendendo: me parece que dentro do espírito do que há no projeto, evidente que correções devem ser efetuadas, sugestões, etc., mas essa é a primeira Audiência Pública que nós fazemos em torno do assunto. Então me parece que há uma coincidência de pensamento em relação a isso de todos que discutiram aqui hoje. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Tasso, se eu puder fazer aqui uma intervenção, eu acho que o que nós assistimos aqui de comum entre os dois palestrantes é de que é preciso ter competências específicas para as polícias, definir bastante claramente as competências. A união é algo extremamente complexo e vai merecer um debate muito mais aprofundado. Eu acho que trabalhar em conjunto, eu acho que a sua experiência, a do Governador Jarbas, eu também fui governador, o trabalho em conjunto das polícias, por exemplo, Civil e Militar, é essencial. Que haja um comando conjunto, um alto comando que trabalhe em conjunto as suas ações policiais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, desculpe interrompê-lo, mas não foi isso que eu entendi, não. Há um entendimento da polícia, do Dr. Marcos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu estou dando a minha opinião.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu pensei que era um resumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, eu estou lhe dando a minha opinião, o que eu depreendi aqui dos dois palestrantes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que o Senador Tasso nomeou um secretário, policial federal. Hoje nós temos catorze estados em que a chefia das polícias é um Delegado da Polícia Federal; catorze, dos vinte e sete estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então o que eu senti dos dois expositores aqui, do Marco Leôncio e do Alexandre Aragon, é que a definição de competência para cada polícia, a especialização e o melhoramento técnico de cada uma das polícias é que é o objetivo principal a ser per-

seguido. Se priorizar a segurança pública, dando um instrumento a cada uma das polícias, seja de cursos de aprimoramento, seja de equipamento, e as competências, porque talvez as competências não estejam bem definidas, levando a uma ineficiência da atuação de setores da polícia. Eu estou dizendo que essa é uma conclusão que eu tirei das duas palestras, um ponto coincidente.

Agora também achei muito interessante a colocação do Dr. Marcos da necessidade da Polícia de Segurança Pública Federal Ostensiva, que seria diferente da Polícia Judiciária Federal. É a Força de Segurança Nacional ou, como no passado, se chamava de Guarda Nacional, que daria, aí sim, a segurança pública, a ordem pública, onde fosse necessário, em qualquer cidade do País e a qualquer momento.

Então eu acho que nós vamos ter que encerrar a Sessão--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vai ter o problema das Polícias Militares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois é, mas ela está existindo hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Existe, mas se o senhor tiver a Polícia Federal ostensiva no combate ao crime na rua, não mais a Polícia Judiciária, teria que--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, não nas ruas, no caso aqui foi colocado muito claramente que essa Polícia de Segurança Pública Federal seria aquela polícia que ia policiar as nossas fronteiras, aeroportos, portos, de forma ostensiva, não competindo com a Polícia Militar de cada estado. Seria definindo as competências. Esse foi o meu entendimento, apenas eu queria fazer uma intervenção.

Eu acho que o assunto é extremamente complexo, vamos ter que debruçar muito aqui sobre essa questão, ouvir muitos outros palestrantes para avançarmos, porque eu acho que no fundo o que a sociedade brasileira quer é segurança e ela efetivamente não está tendo, lamentavelmente não está tendo. Onde é que está a falha? Como melhorar? Como aprimorar? Eu acho que é uma tarefa do Congresso Nacional, aqui do Senado, e essa Subcomissão Permanente de Segurança Pública veio exatamente ao encontro desse anseio para que não fiquemos só quando há um grande crime de comoção nacional, aí se discute o problema de segurança pública. Porque ele está aí na página de todos os jornais todo dia, em qualquer lugar, em qualquer estado brasileiro. Não é uma questão que se possa dizer que hoje é localizada em determinado estado. É uma questão que está generalizada em todos os estados do País. Claro que há uma gradação aí de situação de cada estado, mas é uma insegurança que eu acho que é uma insegurança do cidadão brasileiro.

Bom, se houver mais alguma intervenção... Acho que o Dr. Aragon pediu aqui a palavra, eu a concederia, a gente caminhando já para o encerramento da Sessão, se os senadores estiverem de acordo.

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Terça-feira, de hoje a quinze.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Dia 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Dia 2. Dia 2 já? 2 de março? Não. De hoje a quinze, que dia é?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): 2 de março. O calendário de fevereiro é o mesmo de março, só que o mês de março tem três dias a mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Terça-feira, de hoje a quinze. Dia 2 de março, está certo. O Senador Jarbas Vasconcelos está com o calendário bem atualizado na sua mente. Então fica convocada a próxima Reunião para a terça-feira, dia 2 de março. Dr. Aragon aí com as suas palavras finais.

SR. ALEXANDRE AUGUSTO ARAGON: Presidente, só para provocar para a próxima Reunião, nós estamos trabalhando a questão da Amazônia e a média de caminhões de madeira apreendidos por semana oscila em torno de mil caminhões carregados de madeira apreendidos por semana. Nós verificamos que houve um deslocamento no eixo rodoviário dessa madeira, desse tráfico da nossa flora e fauna para os rios e fica uma provocação para a próxima Reunião, talvez de nós pensarmos também na criação de uma Guarda Costeira ou alguma polícia responsável pelas hidrovias, porque nós não chegamos em determinadas partes dos País por rodovias. Nós estamos com uma tropa estacionada, da Força Nacional, no Amazonas, que não tem como deslocar porque não existe rodovia. Ela não tem como fazer o patrulhamento nas fronteiras ali. Então o que nós identificamos? A pirataria nas comunidades, as comunidades assoladas por piratas na Amazônia Legal, a imediata madeira saindo pelo delta do Pará. Então seria interessante também nós pensássemos na criação dessa Guarda Costeira Nacional, que hoje fica a cargo, na questão judiciária, da Polícia Federal, da Marinha Brasileira, mas nós precisamos de uma polícia ostensiva que trabalhe nas hidrovias, porque em grande parte desse País se chega--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutor, falaram muito na Alemanha. Eu estive um dia inteiro com a polícia das hidrovias da Alemanha e eles têm um patrulhamento permanente porque o trânsito nos rios

da Alemanha, até dentro de país para país na Europa, é pelo rio, e tem uma polícia especializada na Alemanha. E eu participei com eles de um dia de operação, um dia inteiro, e eles têm um trabalho... É uniformizada até a polícia. Desculpa eu interromper V. Exª.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, só queria fazer uma correção. De hoje a quinze--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É 23. Eu ia fazer essa correção aqui, a Secretaria trouxe. Vai ser em 23 de fevereiro, porque o dia 2 seria de hoje a vinte e um dias. Então no dia 23 de fevereiro a próxima Reunião da Comissão e no mesmo horário.

Me pede aqui o Dr. Marcos Leôncio também que possa fazer uma intervenção final. Eu lhe concedo a palavra aí para as suas breves considerações.

SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO: Srs. Senadores, o que é que nós realmente entendemos? Que há um consenso de que precisamos de um comando unificado. Então isso é um ponto. Não necessariamente unificação das polícias, mas um comando unificado eu acho que é algo de consenso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO: É, nem todos os estados têm. Por exemplo, aqui no Distrito Federal, Senador, o Secretário de Segurança, o Comandante Geral da PM e o Diretor-Geral, todos eles têm o mesmo status, todos são considerados Secretários de Estado e em alguns outros estados nós temos Secretários de Segurança que são verdadeiras rainhas da Inglaterra, eles, efetivamente, não conseguem ter o comando de duas corporações separadas. O comando unificado é importante.

Outro ponto comum: a especificidade de competências. Polícia de Segurança Ostensiva Pública, essa precisa de muito efetivo, de muita gente, porque ela vai dar segurança numa série de atividades: em portos, aeroportos, fronteiras. Isso é um fato. E uma Polícia Judiciária. Essa é mais reduzida porque ela vai efetivamente atuar auxiliando o Poder Judiciário, o Ministério Público, no sistema de persecução.

Nós também não podemos criar a ilusão – e aqui vem a questão corporativa – de que uma Polícia de Segurança vai ter uma estrutura remuneratória igual a uma Polícia Judiciária. Por quê? Porque essa Polícia de Segurança, ela vai precisar cada vez mais de efetivo, cada vez mais de pessoas. E, de certa forma, não tanta especificidade, não tanta complexidade no seu fazer ostensivo, enquanto a Polícia Judiciária... Então nós temos que entender que se algumas corporações estão defendendo a política de unificação, com a vista dizendo da questão remuneratória. "Ah, eu quero que todo mundo fique unido porque eu estou imaginando que amanhã eu vou ganhar igual a um Delegado de Polícia Federal". Então nós temos que tomar cuidado também com essa questão, deixarmos muito claro. Todas as atividades são importantes, mas efetivamente aquelas polícias que vão trabalhar no patrulhamento, na segurança, a tendências delas merece uma justa remuneração, mas a tendência é não acompanhar a estrutura remuneratória daquelas polícias que atuam no sistema de persecução junto à Magistratura, Ministério Público. Isso é um tendência mundial. As formações são distintas com relação a isso.

Sobre o seu projeto, tem algumas coisas que merecem realmente observação positivas:

O fim da Justiça Militar. Não há razão de existir hoje essa questão da Justiça Militar, um Código Penal Militar, uma legislação toda militar para as polícias. Então é algo que realmente esse projeto traz e que está dentro da tendência, o fim da justiça militar; a questão de financiamento de segurança pública é algo também muito interessante que tem nessa proposta. Aqui no Senado tramita já algo muito parecido, que eu acho que é o mais exequível: as Forças Armadas estão com um projeto que pede que não haja, durante dez anos, contingenciamento dos seus recursos. É uma espécie de trégua num investimento das Forças Armadas, está tramitando na CCJ aqui do Senado. Eu acho que isso seria um ganho. Se não se cria um fundo e nós temos muitos fundos, fundos de segurança, mas que não se efetivam, essa questão de pelo menos a gente dar um período de dez anos de investimento em segurança pública aí sem contingenciamento acho que era um ganho interessante; e o grande desafio, Senador, da sua proposta, é que nós vivemos exatamente um fenômeno inverso: aqui nessa proposto é da unificação e nós vivemos hoje no Brasil o fenômeno da policialização. O que é que nós estamos vendo? Polícia Penal. Está lá pronta para ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados; Guarda Portuário. Os antigos servidores celetistas das Companhias Docas estão querendo virar guarda; Polícia do Judiciário. O Ministério Público às vezes--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO: Fora a questão das empresas--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO: O próprio Poder Judiciário--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO: O próprio Ministério Público às vezes atuando como se polícia fosse. Então nós hoje, no Brasil, estamos vivendo exatamente um fenômeno de criação de cada vez mais segmentos policiais. Isso aí é algo que nós temos que enfrentar.

Essa questão da unificação é hercúlea porque lá na Câmara eu vi o seguinte debate entre um Delegado da Polícia Civil e um Oficial da PM: Vamos unificar então as polícias. "Tudo bem, nós temos aqui então um ramo da Polícia Militar, eu posso fazer um curso dentro da Academia e depois eu posso atuar como Polícia Judiciária". Tudo bem. "E eu, como Delegado da Polícia Civil, eu posso fazer um curso e atuar como segurança pública no outro ramo". Beleza. Aí chegaram e disseram: "Mas qual vai ser o nome do cargo?" "Eu não abro mão de ser Oficial da PM"; o outro: "Eu não abro mão de ser Delegado". Então essas barreiras é que são difíceis de serem enfrentadas: é o Oficial que quer ser o chefe de uma delegacia, mas que quer continuar com aquela nomenclatura de Oficial da PM; é o Delegado que vai comandar a tropa e a tropa não vai de certa forma reconhecer nele a figura do Oficial que ele está acostumado. Então são realmente coisas complexas.

Parabéns pela iniciativa, é um assunto que nós temos que discutir no Brasil se queremos unificar as polícias, unificar as atividades ou se queremos esse fenômeno que é perigoso, que está ocorrendo no Brasil, de policialização; é polícia para tudo que é lado, cada um querendo ser polícia e isso não é bom para o País, ninguém vai ganhar com esse tipo de atividade. Temos que investir em especialidades. Ninguém consegue ser bom em tudo. A Polícia Federal, ela poderia ser muito melhor se ela se dedicasse à sua atividade-fim, que é Polícia Judiciária. E como Polícia Judiciária, também é uma tendência nossa de defender que uma Polícia Judiciária, uma polícia para ser republicana, ela não pode ser uma polícia apenas de governo executivo e nós vemos com muitos bons olhos algumas propostas que tramitam no Congresso de sabatina pelo Senado, de criação de mandato do Diretor-Geral, porque quando você tem uma Polícia Judiciária da União submetida apenas ao Poder Executivo, isso é extremamente prejudicial para o Estado Democrático. Quanto mais controle essa Polícia Judiciária tiver do Senado, do Executivo, do Ministério Público, do Judiciário e, talvez, de um Conselho Nacional de Polícia... Porque efetivamente, senhores, o Ministério Público não controla a polícia, o controle externo do Ministério Público é uma falácia, ele não funciona e nem vai funcionar porque é a tentativa de subordinação de uma instituição por outra e em nenhum país do mundo isso funciona. Nós precisamos desses mecanismos de controles do Legislativo, do Judiciário, de um Conselho Nacional de Polícia, com a participação do Legislativo. Isso sim constrói uma Polícia Judiciária republicana. Essa que é a nossa preocupação.

Um episódio, por exemplo, que aconteceu recentemente agora com a Polícia Civil do DF, que para a gente do Polícia Federal é extremamente perigosa. A Polícia Civil do DF é a polícia mais próxima da Polícia Federal, somos coirmãs, nascemos juntas. Da noite para o dia se tira um Diretor-Geral sem nenhuma justificativa, sem nada. Um chefe do Executivo, com uma canetada, tira-se o Diretor-Geral da Polícia Civil do DF. Então isso é ruim. Nós queremos que a Polícia Federal caminhe para essa Polícia Judiciária, que seja uma Polícia Judiciária não do Poder Executivo, não do Ministério da Justiça, mas uma Polícia Judiciária da República Federativa do Brasil e eu acho que o Senado tem um papel importante para construir nesse sentido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não havendo nada mais a tratar, eu declaro encerrada a Sessão e vamos ao Congresso Nacional. Muito obrigado aos senhores expositores.

Sessão encerrada às 19h36.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dois de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Geovani Borges, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, José Nery, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Pedro Simon, Valdir Raupp, Efraim Morais, Marconi Perillo, Sérgio Guerra, João Vicente Claudino e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Sadi Cassol, Mauro Fecury, Wellington Salgado de Oliveira, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Adelmir Santana e Alvaro Dias. A

Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 064, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Alexandre Silveira, que "Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências. (cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico)". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. Antes de iniciar a apreciação do Item 001, o Senhor Senador Eduardo Suplicy requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 03/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Augusto Botelho, que requerem "... nos termos do art. 315 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 2, de 2010, aprovado nesta Comissão em 23 de fevereiro de 2010, o adiamento da votação do PLS Nº 247, de 2009, uma vez que este dispõe sobre o Programa Bolsa Família, objeto da Audiência Pública aprovada, a fim de que a matéria também seja instruída na referida audiência". O Requerimento é rejeitado. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, passa a Presidência ao Senhor Senador Flávio Arns, para relatar o seguinte item: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário, da Senadora Ideli Salvatti, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CAS/CE, 02-CAS/CE e 03-CE, aprovadas por 17 (dezessete) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário, da Senadora Ideli Salvatti, sendo a última apresentada durante a discussão. A Senhora Senadora Ideli Salvatti apresenta declaração de voto, para ser anexada ao projeto, de acordo com o que preceitua a alínea "b", do inciso I, do artigo 202, do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, o Senador Gerson Camata requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 005, cuja relatora é a Senadora Marisa Serrano, o que é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que "Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CAS/CE, nº 02-CE, nº 03-CE, nº 04-CE, nº 05-CE e nº 06-CE, aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis, sendo a última oferecida durante a discussão. Prosseguindo, reassume a presidência a Senhora Senadora Marisa Serrano. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que "Altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música,das Artes Plásticas e das Artes Cênicas". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e nº 02-CE, aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Carlos Melles, que "Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo". A relatora designada é a Senadora Kátia Abreu e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. **Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção". O relator designado é o Senador José Nery e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido e pela rejeição das duas emendas de autoria do Senador Flávio Arns. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Neste momento dá-se início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que

"Denomina Rodovia Luiz Otacílio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis. **Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Rubens Otoni, que "Denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. **Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que "Denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José Otávio Germano, que "Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. **Item 021: Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Alexandre Silveira, que "Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. Finda a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, a Presidência retorna à ordem da pauta. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que "Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)". O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator, para reexame do parecer. Neste momento, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, do Senhor Ophir Cavalcante Junior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que "Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias". O relator designado é o Senador José Nery e o parecer favorável é aprovado. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 021, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Duciomar Costa, que "Disciplina o envio de mensagens eletrônicas comerciais", que tramita em conjunto com os projetos: **Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2003**, de autoria do Senador Hélio Costa, que "Coíbe a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica" e **Projeto de Lei do Senado nº 036, de 2004**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "Dispõe sobre mensagens não solicitadas no âmbito da rede mundial de computadores (Internet)". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, acatando parcialmente os Projetos de Lei do Senado nº 367, de 2003 e nº 36, de 2004, regimentalmente prejudicados, é aprovado. **Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 091, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira, que "Estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer pela prejudicialidade é aprovado. **Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que "Dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado George Hilton, que "Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável. Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 04/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Gerson Camata e Marco Maciel, que requerem "... nos termos regimentais, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado realize audiências públicas para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009, que dispõe sobre as garantias e direitos fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos, conforme estabelece a Constituição Federal, com convidados representativos das denominações religiosas". O Requerimento é aprovado. A matéria fica sobrestada na Comissão até a

realização da Audiência Pública. **Item 022: Comunicado da Presidência**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Ministério da Educação e da Fundação Itaú Social para a cerimônia de lançamento da edição 2010 da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, a realizar-se dia 04 de março do corrente, a partir das 10h30, na Igreja Santo Alexandre, Praça Frei Caetano s/nº, Cidade Velha, em Belém-PA. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2005; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 2009 e Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2006.** A Senhora Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE MARÇO DE 2010.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Entrando agora na agenda e na pauta da nossa reunião de hoje, como não temos quorum ainda para deliberar os terminativos, vamos iniciar pelo Item 8, que é não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº. 64/2008, que "altera a Lei 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências. Cadáver não reclamado, no prazo de 30 dias, será destinado às escolas de estudo, para fins de ensino e pesquisa de caráter científica". Autoria: Deputado Alexandre Silveira. Relatoria: Senador Augusto Botelho. Parecer favorável com a Emenda oferecida. Observações: a matéria constou na pauta da reunião do dia 23/02/2010.

Com a palavra, então, o relator da matéria, Senador Augusto Botelho. Item 8, senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): "Projeto de Lei da Câmara nº. 64/2008. Objetiva alterar o art. 2 º, da Lei nº. 8.501, de 30 de novembro de 1992, para que os cadáveres não reclamados às autoridades pública, no prazo de 30 dias, possam ser destinados às escolas de medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico".

Na justificativa, o autor do Projeto sublinha que a utilização do cadáver é uma tríplice educativa, instrutiva ou informativa como meio de conhecimento da organização do corpo humano, precedendo o estudo no vivo, o material de estudo da anatomia humana transcende, pois, o simples valor de meio ou objeto de aprendizado. E nos fala em linguagem universal que nos educa, na humildade da limitação humana. Aprovado pelas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e Cidadania, na Câmara dos Deputados. Em caráter terminativo, o Projeto foi distribuído no Senado Federal, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em que foi aprovado, e também à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e Comissão de Assuntos Sociais. Nesta comissão, não foi aberto prazo para apresentação de emendas.

No âmbito do Senado da República, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, e também sobre a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

O teor do art. 102, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, como no caso do PLC 64/2008, ora em exame. A proposição em sua redação original fixava em 20 dias o prazo mínimo para destinação dos cadáveres, não reclamados às escolas de medicina e congêneres. Após sofrer Emenda na Câmara de Deputados, contudo, a proposição mantém os 30 dias, tal como atualmente estipulado na lei, porém, ampliando a destinação para as demais escolas de ciências da saúde. Nas áreas de odontologia, farmácia, enfermagem, fisioterapia, educação física, fonoaudiologia, odontologia, nutrição, para fins de ensino e de pesquisas de caráter científico.

O Projeto tem o mérito de ampliar para outras instituições de ensino da área de saúde, porém, esta-

belece um rol fechado de cursos. Entendemos que a lista não deve ter numerus clausus, ou seja, uma lista fechada, conforme a tradicional expressão Latina, uma vez que cursos outros da área de saúde, como o de biomedicina, por exemplo, podem necessitar do uso de cadáveres para ensino e para desenvolvimento de pesquisas científicas.

Ao mesmo tempo, propomos uma pequena alteração redacional, substituindo a expressão 'perante autoridades públicas' por 'as autoridades públicas competentes'. Por isso apresentamos uma emenda infra, que aprimora o texto da lei.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei, na Câmara, nº. 64/2008, com a seguinte Emenda: 'Dê-se ao Projeto de Lei da Câmara 64/2008 a seguinte redação: art. 1º: o art. 2°, da Lei 8501, de 30 de novembro de 92, passa a vigorar com a seguinte redação: O cadáver... Art. 2º: 'O cadáver não reclamado às autoridades públicas competentes, no prazo de 30 dias, poderá ser destinado às escolas de medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, fisioterapia, educação física, fonoaudiologia, nutrição e outra do ensino superior, na área de saúde, para fins de ensino e pesquisa de caráter científico'".

Esse é o relatório, Sra. Presidente, com parecer favorável com a emenda que apresentamos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão o relatório do Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sra. Presidente, com respeito ao Item 1º, refere-se ao Projeto de que V. Exa. é relatora, Senadora Marisa Serrano, e o autor é o Senador Tasso Jereissati, como ele se refere ao Programa Bolsa-Família, e, justamente, a comissão aprovou que seja realizada uma Audiência Pública para se debater o Programa Bolsa-Família, tanto nós estaremos examinando o Projeto do Senador Tasso Jereissati, como também o Projeto do Senador Cristovam Buarque, relativamente ao nome do Programa Bolsa-Família, que decorre muito da evolução do Programa Bolsa-Escola e do Bolsa-Alimentação, eu gostaria de propor, Sra. Presidente, que possamos aproveitar esta Audiência Pública, que será com o Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias; com o Ministro da Educação, Fernando Haddad; com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, para que possamos debater todos os aspectos do Programa Bolsa-Família, sua evolução...

Seria ótimo que a Comissão de Educação venha a debater a natureza do Programa Bolsa-Família, a sua evolução, a sua origem, como é que está o balanço a essa altura, quais foram os avanços conseguidos, a diminuição da desigualdade, a diminuição da pobreza absoluta, os avanços no que diz respeito à presença das crianças na escola, e a transição, inclusive, porque todos nós, senadores, sabemos que, em 2002, no Senado, e, em 2003, na Câmara, foi aprovado Projeto de Lei 10.853, que cria a renda básica de cidadania, que diz que será implementada por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o Programa Bolsa-Família, que, hoje, atinge doze milhões e meio de famílias, correspondente a praticamente um quarto dos 192 milhões de brasileiros e brasileiras que somos hoje, mas, um dia, essa renda básica será incondicional, sim, será por etapas, mas todos estes aspectos podem ser objeto da reflexão desse diálogo. Daí por que eu proponho que esta Audiência Pública inclua a discussão do PLS 247/2009, porque, afinal, o seu conteúdo refere-se também a como, eventualmente, aperfeiçoar o Programa Bolsa-Família.

Assim, diversos senadores assinaram este Requerimento, e agradeço se ele puder ser considerado, então... Porque, assim, o Item 1º teria a sua votação precedida da Audiência Pública sobre o Programa Bolsa-Família.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Requerimento enviado à Mesa pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy diz o seguinte: "*Requeiro, nos termos do art. 315, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº. 02/2010, aprovado nesta comissão, em 23 de fevereiro de 2010, o adiamento da votação do PLS 247/2009, uma vez que esse dispõe sobre o Programa Bolsa-Família, objeto da Audiência Pública aprovada, a fim de que a matéria também seja instruída na referida audiência*". Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero indagar a V. Exa. se está sendo solicitada Audiência Pública em relação ao Item nº. 1 da pauta ou já foi aprovado? O Requerimento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, foi aprovado o Requerimento de audiência sobre o Bolsa-Família.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Suplicy, o Requerimento que, inclusive, foi da minha autoria, era para outro... Para instruir outro Projeto que está aqui, nessa Casa, que também eu sou relatora. É um Projeto do Sena-

dor Cristovam Buarque, que solicita a volta ao nome de Bolsa-Escola, em vez de Bolsa-Família. A volta do nome da paternidade inicial. Esse foi para instruir, justamente porque eu pedi esse Requerimento, justamente porque o Bolsa-Família é um tipo de projeto, e o Bolsa-Escola é outro tipo de Projeto. Não sei se daria só para trocar nome. Se, trocando o nome, resolveria alguma coisa. Então, para discutir esses assuntos e saber como é que anda a parte educacional, porque só no âmbito educacional, como é que anda a questão do Bolsa-Família, em termos de mérito.

Agora, esse outro Requerimento não tem nada a ver com esse. É outro Projeto de Lei, que está aqui, hoje, na pauta, é do Senador Tasso Jereissati, que diz o seguinte: Que cada... Trabalha no mérito, se as crianças tiverem um bom rendimento... Aquelas crianças que tiverem um bom rendimento, as famílias poderão ter um recurso maior no Bolsa-Família. Quer dizer, ele teria um acréscimo ao Bolsa-Família, pela garantia de boa escolaridade das crianças. Se as crianças tiverem um bom rendimento... Aliás, boa escolaridade não; bom rendimento, as famílias ganharão algo mais com isso. Seria isso. Só pela questão de aumentar o Bolsa-Família, num *plus*, se os alunos tiverem bom rendimento. As famílias vão querer que o aluno estude. Portanto, vão acompanhar mais a criança porque vão receber mais, se as crianças estudarem mais. E as crianças também vão querer estudar mais também, tendo em vista que vão ajudar mais as famílias com mais recursos. São dois diferentes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu entendi bem. Eu só quero dizer à V. Exa. e para o Senador Suplicy que, de fato, existem discussões já antigas aqui, no Senado Federal, e na Comissão de Educação também, a respeito do Bolsa-Família e do Bolsa-Escola. E sempre no sentido de pensar: "Será que foi interessante trocar o nome naquelas situações que se referem à escola e à educação?" O Senador Cristovam Buarque alega, com bastante veemência e razão também, que talvez não tenha sido interessante, no sentido de você criar uma cultura, um pensamento para valorizar a escola. Então, o Bolsa-Escola. Isso não significa simplesmente, eu penso, trocar o nome do Bolsa-Família para Bolsa-Escola, porque há inúmeras situações, na sociedade, que demandam a participação do poder público, e o Bolsa-Família é sempre importante, sempre necessário e tem que ser enfatizado.

Agora, isso não quer dizer que, naquelas situações do Bolsa-Escola, a gente enfatiza aqui, como Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas, particularmente, como na área da Educação, que a gente valorize o desempenho escolar, quer dizer, a presença, o desempenho. Inclusive, na reunião passada, nós dissemos isso de acordo com o Regulamento, porque nós também não podemos sempre colocar nas costas da criança, do educando, os resultados por um eventual mau desempenho escolar, que esse mau desempenho pode ser da própria escola, pode ser do professor. Mas há elementos, assim, que fortaleceriam a presença da criança na escola.

Então, particularmente, eu penso que esse debate pode continuar por muito tempo ainda. Quer dizer, não é uma coisa para ser tomada neste momento. E o Projeto do Senador Tasso Jereissati é no sentido de enfatizar de imediato o desempenho escolar.

Então, eu vejo que as coisas podem ser discutidas, podem continuar sendo discutidas no Requerimento de V. Exa., independentemente de a gente enfatizar o desempenho escolar. Então, eu penso que o desempenho escolar deve ser enfatizado, deve ser valorizado, pelo menos antes de se discutir se é Bolsa-Escola para aquelas crianças que estão na escola e a Bolsa-Família junto que eu... Alguma coisa relacionada à Educação possa ser prestigiada e valorizada. Porque eu acho que esse é um retorno. "Não, você tem uma obrigação de ir para escola, de não faltar na escola, de ter a presença na escola e o desempenho escolar ser valorizado".

Então, eu penso, assim, que esse Projeto pode ser apreciado e votado independentemente do debate que se faz. Então, quero só, nesse sentido, contraditar, para dizer: o debate é necessário, é importante. Será que é Bolsa-Escola? Será que é Bolsa-Família? É outro debate. Bolsa-Escola, Bolsa-Família. E aqui a gente só está dizendo: enquanto isso estiver acontecendo, vamos valorizar alguma coisa, conforme Regulamento, que se refira ao desempenho escolar do aluno. Então, eu penso que são debates separados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba Ciarlini.

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um minuto, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Sa. deu um esclarecimento que não é preciso... Eu gostaria de, antes mesmo que a Senadora Rosalba possa argumentar... Se me permite, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, V. Exa. com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Requerimento que eu propus refere-se ao adiamento da votação do PLS 247, mas em referência ao Requerimento nº. 02/2010, aprovado no dia 23 de fevereiro, onde, por solicitação de V. Exa., Senadora Marisa Serrano, solicitada Audiência Pública para análise da efetividade do Programa Bolsa-Família, o Projeto da Lei

10.836, a título de sugestão, indica Fernando Haddad, Patrus Ananias e Ubiratan Diniz. Então, não é propriamente sobre o Projeto... Ainda que se relacione. Mas é sobre o Programa Bolsa-Família como um todo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acho que ficou bem claro isso, já, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim. Mas não é apenas o aspecto do nome Bolsa-Família. V. Exa. propôs uma análise do Programa Bolsa-Família, inclusive nos seus aspectos de controle. Por isso que também vem o Tribunal de Contas da União. Então, me parece muito oportuno que o Projeto do Senador Tasso Jereissati seja analisado em profundidade, tendo em conta o Requerimento que V. Exa. muito bem aqui apresentou para a análise do programa. Me parece um ótimo debate e discussão. Estou de pleno acordo com a audiência. Só gostaria que fosse aproveitado para também discutir o Projeto do Senador Jereissati.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está aí o esclarecimento do Senador Suplicy. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, o que quero deixar aqui bem claro é que, na realidade, acho que são duas coisas distintas. Nós não podemos deixar da analisar hoje, se possível, como eu sou defensora desse Projeto do Senador Tasso, que entendo a importância que é valorizar o mérito dos alunos que realmente têm um melhor desempenho nas escolas, é uma forma de incentivar, de estimular que eles não tenham... Sejam apenas melhores alunos em um ano, mas sejam permanentemente melhores alunos, até chegar à universidade.

Então, eu acho que essa é uma forma exatamente de que o benefício, como a Bolsa-Família, que as famílias mais carentes, necessitadas, recebem, que é um grande programa social, isso nós reconhecemos, mas que ele precisa realmente ter uma forma de estimular outros ganhos importantes, para que, no futuro, os filhos dessas famílias tenham uma porta de saída, de emancipação, de condições para melhores oportunidades, e nada melhor do que o caminho da educação.

Então, a forma de estimular, de incentivar, de apoiar crianças e jovens de famílias que recebem o Bolsa-Família, para que não somente haja o bom desempenho da criança, mas também todo o interesse, todo o envolvimento da família com escola, com o sentido de fazer realmente com que os seus filhos permaneçam na escola, tenham um bom desempenho, e que, com isso que eles possam receber a mais, seja também um incentivo para que eles possam desenvolver outras atividades relacionadas com o ensino.

Então, sou favorável ao Projeto, e a discussão que o Senador Suplicy está colocando, sobre o Programa Bolsa-Família de uma maneira geral, é outra questão de uma Audiência Pública, que pode ser feita em um outro momento, independente desse Projeto, que é urgente que seja aprovado, porque o Bolsa-Família começou como Bolsa-Escola, ainda no Governo Fernando Henrique; o Presidente Lula entendeu da importância, ampliou como Bolsa-Família; é importante, é necessário no combate à fome? É. Nós defendemos? Defendemos. Nós queremos que o programa continue? Queremos. Mas a cada momento nós queremos aprimorar, melhorar. E essa é uma forma de melhorar, levando o sentido maior de valorização da educação no estímulo ao aluno e à sua família.

Então, o Projeto, eu considero, senadora, gostaria muito que nós tivéssemos **quorum** para que fosse aprovado, porque é importante para a educação. Nós temos que, hoje, trabalharmos sempre com os olhos voltados para o futuro. O Brasil precisa planejar mais, precisa acabar com essa questão de só estar apagando o fogo, corrigindo erros e outros erros se somando. Nós temos que fazer acertos, hoje, para que esses acertos tenham resultado ainda melhor no futuro da nação. Cuidar da criança e da sua educação é o maior certo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Verdade. Antes do Senador Romeu Tuma, o Senador Marconi Perillo já tinha pedido, depois o Senador Romeu Tuma. Senador Marconi Perillo e, depois, Senador Cristovam.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores, este Projeto já está tramitando aqui há alguns meses. Aliás, alguns anos. E, nos últimos meses, esta votação foi postergada, primeiro, por pedido de vistas, depois, por falta de **quorum**. A bancada do Governo não tem se preocupado em garantir **quorum** aqui.

E um Projeto que é extremamente meritório, conforme já disse aqui a Senadora Rosalba, que alia o programa ao mérito escolar, de repente, não é votado porque, através de manobras na comissão, os senadores governistas acabam impossibilitando que a maioria aqui, na comissão, possa aprová-lo.

Eu gostaria de fazer um apelo aqui à S. Exa. e ao Senador Suplicy, no sentido de que o Projeto seja votado. A proposta do Senador Suplicy não invalida a aprovação, apreciação e aprovação deste Projeto. E que a Audiência Pública seja realizada posteriormente, com presença nossa, nós temos interesse em debater esse assunto. Eu, particularmente, tenho um enorme interesse, afinal de contas, eu fui o governador, à minha época, que criou o cartão magnético que substi-

tuiu o famigerado Programa de Cestas Básicas. Fui o governador também que sugeriu ao Presidente Lula que juntasse os cartões do Governo Fernando Henrique, num programa só. E ele, inclusive, me agradeceu, quando do lançamento do Programa Bolsa-Família. Agradeceu ao Senador Suplicy e a mim, pela insistência em relação à junção daqueles programas, de modo que eu tenho total interesse em debater esses programas de transferência de renda.

Mas, hoje, sinceramente, Sra. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo à senhora e aos senadores membros dessa comissão que votemos o Projeto de iniciativa do Senador Tasso Jereissati. Vamos ao voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido, senadora. Eu acho que eu... Senadora, eu não posso deixar de referir ao relatório de V. Exa., porque aqui está se discutindo, sem entrar no mérito do seu relatório. Seu relatório esclarece perfeitamente que o Projeto do Senador Tasso Jereissati, em tese, ele beneficia o Projeto do Bolsa-Família com algo a acrescentar com o resultado da participação do aluno na escola.

Então, o Projeto, em si, é uma coisa que não prejudica o Bolsa-Família. Ele acrescenta algo mais, como resultado do acompanhamento da família, que já é uma obrigação do Bolsa-Família a permanência na escola e também o atendimento à saúde. Então, V. Exa. diz... É só ler o seu relatório. Não precisa sair dele para se discutir o tema.

Agora, sobre o andamento do Bolsa-Família é uma outra discussão. Nós temos o direito e devemos a obrigação de atender ao Requerimento de V. Exa. para discutir a quantas anda o Bolsa-Família, que nada tem a ver com esse Projeto, que traz um benefício novo àqueles que se preocupam com seus filhos na escola. Isso que eu queria esclarecer. Leia o seu relatório, não tem nada para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Tuma. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa, nós temos hoje diversos projetos em andamento, ou aqui, ou na Câmara, em torno ao Bolsa-Família. O projeto que tenta resgatar o nome de Bolsa-Escola. O projeto que obriga os pais a visitarem a escola para poderem receber o benefício; o projeto da poupança-escola, que já está na Câmara e, de certa maneira, querem engavetar e arquivar; e o projeto do incentivo ao desempenho do Senador Tasso. São projetos todos relacionados com o mesmo, mas que tem características diferentes. E eu não vejo por que adiar a votação do Projeto do Senador Tasso Jereissati. Ele se choca... Se choca não. Ele é diferente da minha proposta porque a minha proposta não é pagar um valor sobre o desempenho. É depositar o dinheiro numa caderneta de poupança que a criança só recebe se concluir o ensino médio. Ou seja, é um incentivo, não apenas ao desempenho, mas à permanência também da criança. Mas ele não se choca com o Projeto do Senador Tasso. E já que o da poupança está sendo praticamente arquivado na Câmara, vamos votar o Projeto do Senador Tasso Jereissati.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. O último inscrito para que a gente possa votar o Requerimento, Senador Sérgio Guerra. Nós temos que aproveitar o **quorum** aqui para poder votar.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Queria fazer minhas as palavras do Senador Marconi Perillo. Não há possibilidade de ficar postergando a votação dessa matéria. Não me parece uma atitude sincera daqueles que não a aprovam ou não a votam fazer alegações de outro tipo. "Precisamos fazer isso", "Precisamos ouvir aquilo", "Precisamos reunir desse jeito ou daquele jeito". Atitude sincera é votar essa matéria e devemos fazê-lo agora. Acho que é o ponto de vista correto, que deve ser perseguido. Apenas para dizer isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, em votação o Requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Aqueles que concordam com o Requerimento permaneçam como se acham.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não, não.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não, não, não. Está derrotado o Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Rejeitado o Requerimento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, agora, podemos passar para votação do Item 1?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação o Item n°. 1 da pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nominal?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Votação nominal. O item nº. 1 da pauta. Quero chamar para presidir a Mesa o Senador Flávio Arns, já que eu sou a Relatora.

[troca de presidência]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, acho que não precisa... O relatório já foi lido--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O item nº. 1 da pauta, de autoria do Senador Tasso Jereissati, relatado pela Senadora Marisa

Serrano, é o Projeto de Lei do Senado n°. 247/2009, "*que altera a Lei n°. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional, vinculado a desempenho escolar, no âmbito do programa*". Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Parecer favorável, com as Emendas nº. 1, da CAS, e nº. 2, da CAS. E, na reunião do dia 08 de dezembro de 2009, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, que não apresentou manifestação por escrito. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para as emendas. A matéria foi lida, iniciada a discussão, na reunião do dia 23 de fevereiro de 2010.

Eu indago se existe mais alguma manifestação do Plenário a respeito do Projeto. Não havendo, encerrada a discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É só deixar claro que é agregar mais um benefício, não prejudica o Bolsa-Família.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Muito bem. Votação nominal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não vai se discutir?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi lido o relatório e discutido. Já foi discutido.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já foi discutido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que eu acabei de ler... Eu estou presidindo, a pedido da Senadora Marisa Serrano. Eu falei o seguinte: "A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia 23 de fevereiro de 2010". Eu perguntei ao Plenário se havia alguém a mais para se manifestar sobre a matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Me permite, Sr. Presidente, mas eu gostaria de dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para terminar. E aí, ao mesmo tempo, não havendo a manifestação, eu declarei encerrada a discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas eu fui surpreendido com a sua palavra. Permita, respeitosamente. Eu pensei que ainda haveria a oportunidade de discutir, porque acredito que haja elementos importantes para serem esclarecidos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para encaminhamento. Para encaminhar, Sr. Presidente. Eu tinha pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu faço no encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, habitualmente, nós passamos para votação nominal. Mas eu penso que possa haver um encaminhamento também. Então, eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Valter Pereira. E, em seguida, ao Senador Suplicy, que são os dois senadores que solicitaram o encaminhamento até o momento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu entendo que todo investimento tem que corresponder a um resultado. O que busca a iniciativa aqui, do Senador Tasso Jereissati, é exatamente isso: não procura suprimir o benefício, mas acrescentar um prêmio àqueles que estão demonstrando os bons resultados.

Eu acho que só se justificam esses programas quando há mão dupla, quando há a concessão do benefício, mas também o correspondente resultado. Acho que esse programa social é do maior alcance; indiscutivelmente, é um dos mais importantes... Que Governos de países em desenvolvimento podem e têm oferecido às suas comunidades. E eu acho que a medida proposta vai no sentido de aprimorar. E não poderia ser outra a nossa manifestação, senão de apoio à sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço. Passo, em seguida, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Eu só peço que fiquemos no tempo de três minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, dada a importância da proposição, é necessário que nós votemos de maneira consciente. Então, eu quero perguntar ao Senador Tasso Jereissati, autor da proposta, e à Senadora Marisa Serrano porque, para mim, não está inteiramente claro o que é se pretende, porque aqui o Senador Romeu Tuma observou que se trata apenas de um beneficiado adicional, mas o que está no art. 2º, inciso IV, é que o benefício variável vinculado ao desempenho escolar de criança, de seis a 12 anos, e adolescentes de 13 a 17, nos termos dos incisos II e III, sem limite por família, a ser pago em razão de resultados positivos, obtidos em avaliação oficial, conforme regulamento que não está explicitado.

Portanto, o que significa isso? Que os 22, 44 e 66 reais, por criança de sete a 14 anos, e o benefício variável de R$ 33,33, para os adolescentes de 16 a 18, conforme previsto em lei, esses passarão a ser pagos somente se a criança e o adolescente tiverem um desempenho acima da média? E quando é que

será decidido isso? Quando é que... Quer dizer, aqui está escrito de tal maneira que parece que o benefício variável, esse a que me referi, poderá eventualmente ser retirado e não pago à criança ou à família... Então, não está claro quando é que... Qual benefício é. Porque aqui o que está se colocando é uma referência ao benefício variável que está explicitado na lei. Então, é intenção do proponente, Senador Tasso Jereissati, de eventualmente se retirar isso? A família é que recebe, portanto--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, não se fala em retirar, é de acrescentar--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas o que está aqui redigido... Essa é minha dúvida. O que está aqui redigido parece que eventualmente não... Que poderá ser até retirado. Então, vai se deixar de pagar o Programa Bolsa-Família. Quando é que vai se decidir? Depois, já no art. 3º, "sem prejuízo das condicionalidades desse artigo, o benefício concedido será pago no decorrer dos anos subsequentes aos que obtiverem desempenho acadêmico acima da média". Quer dizer, uma coisa é que o benefício variável poderá, ou não, ser pago e, depois, há um benefício adicional? É isto mesmo? De quanto é esse benefício adicional? Qual é a repercussão?

Eu quero, muito respeitosamente, dizer ao Senador Tasso Jereissati que eu não me sinto suficientemente esclarecido. E, por essa razão, avaliei como importante, não para adiar, Senador Tasso Jereissati, não para adiar, é para ser esclarecido sobre o seu Projeto, sobre a sua intenção.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só o Senador Suplicy. Eu só peço que o encaminhamento seja concluído para que a Relatora possa fazer o esclarecimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu quero aqui esclarecer que seria muito adequado se nós pudéssemos ouvir o Ministro da Educação e o Ministro do Desenvolvimento Social e o próprio Presidente do Tribunal de Contas, porque quais serão os instrumentos de controle, aqui, não claramente estabelecidos para este Projeto, no que diz respeito à burocracia que poderá ser instituída por este Projeto, se não se tiver claro, como não está, no meu entendimento, o que é se pretende e como será realizado isto. E, nestas condições, sem esclarecimento, eu não me sinto em condição de votar o Projeto.

Foi por essa razão que eu solicitei, com todo o respeito, a proposição do Tasso Jereissati, que pudesse ser ouvido em audiência, a que todo o debate sobre o Programa Bolsa-Família.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Eu agradeço ao Senador Suplicy pela intervenção. Eu só quero esclarecer que o assunto, tópico: "Requerimento para realização de Audiência Pública" está ultrapassado, tendo sido já votado. Então, neste momento, é apreciação, encaminhamento do Projeto.

Então, nesse sentido, eu passo a palavra à Relatora, para suas considerações a respeito do que foi dito e alguma coisa a mais que queira acrescentar.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de esclarecer um pouco mais, talvez, aí possa ajudar o Senador Suplicy, como esse é um Projeto que visa à valorização do desempenho do aluno. Esse é o objetivo do Projeto: valorização do desempenho do aluno. E se nós estamos aqui, discutindo qualidade e melhora da educação nacional, principalmente dos alunos, cujas famílias recebem um benefício do Bolsa-Família, é justo que a gente possa votar nessa Casa qualquer item – eu tenho dito sempre isso aqui – que vise a melhoria da qualidade da educação brasileira tem que ser alvo do mais estrito e objetivo apoio de todos os senadores e senadoras.

A CAS fez uma ressalva e uma Emenda que justifica aquilo que o Senador Suplicy tem de preocupação. No original do Senador Tasso Jereissati, ele não tinha colocado, no art. 2º, inciso IV, a palavra "educacional". Aí dava ideia que poderia ser, como V. Exa. disse, fosse de toda a Bolsa-Família. Mas não. A CAS colocou aí, na Presidência da Senadora Rosalba Ciarlini, essa modificação. Ficou: "A ser pago em razão de resultados educacionais positivos, obtidos em avaliação oficial, conforme regulamento".

Esse regulamento também é colocado aqui... O regulamento a ser efetuado pelos órgãos competentes. Os órgãos competentes aí, nesse caso, é o sistema de ensino. E o sistema de ensino cuja... Cada estado brasileiro teria condições de avaliar a competência do aluno. E a avaliação vai ser realizada pelos órgãos federais competentes. Então, não há como não deixar de ter aí uma avaliação real do aluno, através dos órgãos federais competentes. E o resultado é só o resultado educacional dos alunos. Não entra aí qualquer outro mérito do Bolsa-Família. Não vão deixar de receber o Bolsa-Família. Só que tem um aditivo a mais, se os alunos, através da avaliação que é feita normalmente pelo MEC, essa avaliação é feita, portanto, os alunos teriam um algo a mais, seriam estimulados. E esse estímulo a mais é que nós estamos colocando. Eu não vejo como um estímulo a mais seja prejudicial à educação brasileira ou prejudicial ao Bolsa-Família.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa, eu gostaria de dar uma sugestão que talvez tranquilizaria o Senador Eduardo Suplicy--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E eu também.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E o Senador Gerson Camata também. Que seria acrescentar a esse dispositivo a seguinte expressão: "Sem prejuízo do benefício concedido do inciso anterior, será assegurado...". Entendeu? Que aí eu acho que garantiria--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tranquilo. "Sem prejuízo do benefício do Bolsa-Família". Se é essa a dúvida, coloca esse acréscimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, a Relatora está acatando a sugestão do Senador Valter Pereira, com apoio de outros...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós aprovamos com essa mudança.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): De acordo, que o objetivo é esse mesmo. O objetivo é um algo a mais. Certo? Então, não é nem um momento do Projeto prejudicar...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passamos... Sem prejuízo... A Relatora pode repetir? Sem prejuízo...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sem prejuízo do benefício concedido no inciso anterior, aí, fica assegurado... Fica assegurado...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O benefício variável.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso aqui tem que dar uma paradinha e escrever. Eu acho que isso aqui nós temos que aprovar a tese e eu ajudo a fazer uma redação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Posso sugerir a redação?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É o item 4°, art. 2º, o item 4º. "O benefício variável vinculado ao desempenho escolar de criança de seis a 12 anos e de adolescente de 13 a 17 anos, nos termos dos incisos II e III, sem limite por família, a ser pago em razão dos resultados obtidos em avaliação oficial, conforme regulamento, sem prejuízo...". Completa aí.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): "Sem prejuízo do benefício, previsto no inciso anterior".

SENADOR PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Ok. Encerrado o encaminhamento, passamos à votação normal. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Paulo Paim. Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator e com a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com o Relator e com a Emenda. Só um minuto que estamos... Estamos no meio da votação. Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator, Sr. Presidente. Parabenizando o autor porque esse é um grande avanço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a Relatora e o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Marisa Serrano, voto conhecido. Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator e com o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator, achando que essa é uma contribuição para resgatar a ideia do programa no seu caráter educacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): A Relatora.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A Relatora. E o nosso autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [ininteligível] ...foram chamados na base de apoio do governo... Do Partido dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, Eduardo Suplicy... Foram chama-

dos, mas V. Exa. pode votar porque Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Inácio Arruda e Sadi Cassol não estão presentes.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu vou ainda estudar esse Projeto. Eu vou votar de acordo com a Relatora, mas acredito que ele precisa ser aperfeiçoado, Sr. Presidente. Para mim, ainda não está inteiramente clara a maneira como ficou definido o propósito do autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Ok. Voto sim. Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu cumprimento o autor pela profundidade do Projeto e também a Relatora, meu voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pedro Simon. Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu parabenizo o autor e parabenizo a Relatora. Na realidade, isso prova que, partindo do Senador Tasso Jereissati, que é um Parlamentar do PSDB, todo e qualquer que venham tentar dizer que há interesse de partidos políticos de acabar com o Bolsa-Família será mera especulação e politicagem. Na realidade, dá uma grande contribuição para que esse programa se firme, nesse Governo, em outros Governos ou em qualquer outra situação.

Por isso eu parabenizo o Senador Tasso Jereissati e por essa iniciativa, deixando aqui registrado: qualquer discurso, qualquer propaganda e qualquer inserção que venha a dizer que a oposição tem interesse de acabar com o Bolsa-Família, isso aqui desmente, porque esse Projeto está sendo aprovado por unanimidade e mostra a intenção de todos nós darmos continuidade a um programa que está dando certo para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com o Relator e o autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Então, está aprovado por unanimidade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Presidente--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senadora Ideli Salvatti, sim, ainda é possível, três... V. Exa. titular e os outros dois foram suplentes e votaram. Mas V. Exa. ainda tem o espaço para votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu, na semana passada, já tive a oportunidade, inclusive, de me reportar, quando a imprensa me questionou a respeito desse Projeto.

Eu tenho a convicção de que um tema desta magnitude mereceria um debate muito aprofundado. Fui informada de que houve apresentação de um Requerimento, inclusive para Audiência Pública, para tratar deste tema. Eu quero dar aqui minha opinião como professora e como mãe.

O Programa Bolsa-Família é um programa que tem como objetivo central a inclusão social, permitir que as famílias que não tenham a renda adequada para um mínimo de condição de dignidade e de sobrevivência possam receber uma ajuda mensal, de tal forma a poder superar as dificuldades e encontrar alternativas de viver com mais dignidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senadora Ideli Salvatti, eu só peço para fazer uma observação. Porque nós estamos no processo de votação nesse momento. Então, eu só consideraria a intervenção de V. Exa. como uma declaração de voto nesse sentido. Só peço a observação do tempo também.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está bom. Te agradeço, Sr. Presidente. E, nas regras do Bolsa-Família, está a exigência da permanência dos filhos, das crianças na escola... Da permanência. Nós agregarmos um critério de permanência no programa, o rendimento escolar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, para que serve, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só peço para critérios de ordem no encaminhamento, que a senadora--

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): --Ideli Salvatti só possa votar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A senadora não teve oportunidade realmente de ler o Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É que nós não podemos abrir discussão do Projeto de Lei durante o processo de votação. Então, só, senadora, eu só peço o voto de V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, é o seguinte, eu posso até pedir escusas. Não, Senador Tasso Jereissati, já tive oportunidade de votar matérias de sua autoria. Inclusive, V. Exa. sabe disso. Eu quero ter o direito de entender para que vai ser-

vir este adicional. Então, como tem, da minha parte, como professora, esta preocupação, eu não me sinto à vontade de votar favoravelmente a esta matéria. Não me sinto. Não me sinto, porque fazer qualquer tipo de diferenciação entre alunos em sala de aula, ou num programa de inclusão social desta magnitude, pedagogicamente não é correto, não é adequado. Da mesma forma como nós não fazemos, Senador Flávio Arns, na nossa família.

E a assessoria está me alertando que, como mudou o relatório, eu teria direito a pedir vista que, no meu caso, já não cabe, porque já está encerrado o processo de votação. Então, Presidente Flávio Arns, eu quero pedir escusas ao Senador Tasso Jereissati. Posso estar enganada na minha avaliação. Posso estar equivocada. Pode ser que o que V. Exas. estão pleiteando seja legítimo, mas eu vou me reservar o direito de votar contrariamente, até porque esse vai ser um Projeto que, com certeza, irá a Plenário. Então, nós vamos poder de ter oportunidade, inclusive de fazer o debate. E, conforme o resultado do debate, ter uma posição diferenciada do que está se dando aqui, na comissão, nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, o voto da Senadora Ideli Salvatti é contrário. Então, o Projeto foi aprovado com o voto contrário da Senadora Ideli Salvatti. Eu só quero esclarecer a todos que o debate, a argumentação foi feita antes e que, agora, nós estamos no processo de votação.

Pergunto ao Plenário se os Srs. Senadores e Sras. Senadoras mantêm o voto para as emendas e para a emenda apresentada pela relatora, fruto da sugestão do Plenário. Se todos estiverem de acordo, mantendo o mesmo voto, então, o mesmo voto está mantido. Então, o Projeto está aprovado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim, e eu retorno a Presidência, terminada a votação desse Projeto. Eu só estava presidindo em função do fato de a Presidente em exercício, Senadora Marisa Serrano, ser também a Relatora. Encerrado o processo--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, a minha questão de ordem é pela permanência de V. Exa. por mais um item. Como a Senadora Marisa é Relatora também do Item 5, da minha autoria, eu pediria que V. Exa., que já está ali, presidisse mais um pouco, para ela exarar exatamente o parecer do Item 5, "*que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica"*. Um Projeto de tramitação pacífica. Se V. Exa. e a Sra. Presidente permitirem, ela já relataria, já que V. Exa. está aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pergunto ao Plenário se há alguma objeção na inversão da pauta, aproveitando a presença dessa Presidência.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Se todos estiverem de acordo, passamos ao Item 5 da pauta. Antes, pela ordem, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu gostaria também de pedir uma inversão de pauta. O Item 4 e o Item 10... Eu sou relatora. Os autores estão presentes. No Item 4 é o Senador Cristovam Buarque, e, no Item 10, é o Senador Roberto... Desculpe. Eu sou Relatora do Item 4 e do Item 10. E o autor, o Senador Cristovam Colombo (sic) está presente no Item 4. Então, eu gostaria também que pudéssemos inverter essa pauta, para que fosse logo apreciado. Ele é terminativo, enquanto temos *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Na sequência, a Senadora Marisa Serrano encaminha esse assunto, porque é mais adequado fazê-lo na condição de Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Presidente, o Item 2 é de minha relatoria. Eu vou concordar com as duas inversões de pauta, mas pediria que, logo após, votássemos o Item 2, seguindo aqui o roteiro da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, Item nº. 5 da pauta, terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 402/2008, "*que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica*". Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Parecer: favorável, com a Emenda nº. 1 da CAS e as emendas oferecidas. Serão realizadas, também, duas votações nominais, uma para o Projeto e outra, para as emendas. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esse Projeto é extremamente importante. E, como disse o Senador Gerson Camata, eu acredito que vá ter uma tramitação tranquila, porque ele admite que o atendimento educacional será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não

for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Eu acrescentei aqui... Esse transtorno, que é déficit de atenção com hiperatividade, o TDAH, ele é um transtorno que atende hoje a um número significativo de crianças da rede de ensino do país. E, portanto, nós não podemos deixar passar a oportunidade de fazer com que esses alunos, de 3 a 4% de crianças que têm esse déficit, possam também ser atendidas nas nossas redes regulares de ensino. É por isso que, além de pedir o voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, eu ainda apresento algumas emendas, que eu passaria a ler.

A primeira dispõe sobre o diagnóstico tratamento da dislexia e o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade na educação básica. Segundo, o poder público deve manter o programa de diagnóstico e tratamento de estudantes da educação básica com dislexia e transtorno no déficit de atenção com hiperatividade. A Emenda terceira, a escolas de educação básica devem assegurar às crianças e aos adolescentes com dislexia e TDAH o acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem.

Emenda nº. 4: "O sistema de ensino deve garantir aos professores da educação básica curso sobre diagnóstico e tratamento de dislexia e TDAH, de forma a facilitar o trabalho da equipe multidisciplinar de que trata o art. 2º.

E ainda uma outra Emenda que eu quero apresentar agora, ainda nesse art. 2 º: "O diagnóstico e o tratamento de que trata a art. 1º deve ocorrer por meio de equipe multidisciplinar da qual participarão, entre outros, educadores, psicólogos, psicopedagogos, médicos e fonoaudiólogos", que nós não tínhamos colocado. Portanto, aí ficaria completa a equipe multidisciplinar para atender as crianças disléxicas que são mais ou menos 3% da população educacional brasileira. Portanto, eu peço a aprovação desse Projeto do Senador Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos à votação nominal.

Ideli Salvatti... O item nº. 5 da pauta... Sim. Augusto Botelho. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Valter Pereira. Gerson Camata. Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Marisa Serrano. Conhecido. Romeu Tuma. Cristovam Buarque. Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Francisco Dornelles. Pedro Simon... Com o Relator. Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a Relatora e com o autor. O Projeto é meritório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sérgio Guerra. Muito bem. Quero, então, declarar que o Projeto de autoria do Senador Gerson Camata, a quem eu quero parabenizar pelo Projeto, que essa área de distúrbios de aprendizagem, disfunções de aprendizagem, é uma área da mais alta importância. Parabenizar pela autoria, parabenizar a Relatora. E dizer que foi aprovado por unanimidade.

Eu, antes de passar a palavra ao Senador Gerson Camata, eu pergunto se os senadores e senadoras mantêm o mesmo voto para as emendas. Sim? Então, estão aprovadas as emendas também. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu quero, com a permissão de V. Exa., agradecer a V. Exa. em primeiro lugar, agradecer ao Plenário o voto, e agradecer à Senadora Marisa Serrano que, com suas emendas, melhorou muito o meu Projeto, e deu um exemplo: ela botou quatro emendas e não botou como substitutivo dela [risos]. Conservou a minha autoria. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem—

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu queria registrar meu voto, Sr. Presidente. Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O voto sim do Senador Augusto Botelho. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu queria só pode ir uma inversão de pauta para o item 21, que também é terminativo. É apenas uma nomenclatura de uma estrada de Minas Gerais. Questão rápida, aproveitando o *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, só quero dizer que temos os Itens 4, 10, o Item 2 da pauta e, na sequência, o Item 21 da pauta. Retorno a Presidência à Senadora Marisa Serrano.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flávio Arns. Eu queria fazer só uma proposta aos presentes. Como ainda temos *quorum*, eu queria aprovar três Projetos que já foram lidos e, iniciada a discussão, só para terminar a discussão. O Item nº. 10, Projeto de Lei do Senado 337, que "*altera o § 2º, do art. 26, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas*". Autoria do Senador Roberto Saturnino. Relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini. Favoráveis, com as emendas apresentadas. Observações: Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para as emendas. A matéria constou da pauta das Reuniões dos dias 08/12 e 23/02/2010. A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia 17/11/2009. Portanto, continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Roberto Cavalcanti. Valter Pereira. Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Rosalba Ciarlini, voto conhecido. Flávio Arns. Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Romeu Tuma. Cristovam Buarque. Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Suplicy. Francisco Dornelles. Pedro Simon. Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sérgio Guerra. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Projeto foi aprovado. Quero solicitar a todos os senadores e senadoras se concordam com mesmo voto para as emendas apresentadas. De acordo? Aprovadas também as emendas ao Projeto.

Item 11 da pauta--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sra. Presidente, antes--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só vou votar aqueles que já foram discutidos para andar mais rápido.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em relação ao item 10, só queria dizer, como fui Relatora, que eu considero esse Projeto de muita importância. Fazer com que a arte e a música estejam presentes na escola desde o pequenininho. Isso é uma forma de estimular e promover cada vez mais o interesse pela escola e as ações voltadas à cidadania. Arte e cultura promovem o cidadão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Verdade. O Item 11 de pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 11/2009, *que cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo* . Autoria do Deputado Carlos Melles. Relatoria da Senadora Kátia Abreu. Favorável. Observação: A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 01/12/2009 e 23/02/2010. A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia 17/11/2009. Continua em discussão? Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Apenas para referendar, ele foi Presidente da CNA, da Confederação Nacional de Agricultura, durante muitos anos, um grande representante da agricultura brasileira. Ernesto Salvo, portanto, é um nome muito bem escolhido pelo Deputado Carlos Melles, homenageando aquele que foi realmente um grande brasileiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Eduardo Azeredo. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de me associar à manifestação do Senador Eduardo Azeredo. Eu conheci e tive a oportunidade de conviver, durante largo período de tempo, com o Antônio de Salvo, e foi um grande líder da agricultura brasileira e deu uma notável contribuição, sobretudo no campo de desenvolvimento da pecuária do nosso país. Portanto, a homenagem é merecida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Votação nominal. Senadora Ideli Salvatti. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim. Roberto Cavalcanti. Valter Pereira. Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marco Maciel. Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator. Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Romeu Tuma. Cristovam Buarque. Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Suplicy. Francisco Dornelles. Pedro Simon. Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, com a Relatora, o Projeto é meritório. O Dr. Antônio Salvo merece esta homenagem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tendo sido chamados todos, o Projeto está aprovado. O item nº. 16 da pauta. Projeto de Lei do Senado n°. 264, "*que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no município de Redenção*". Autoria do Senador Flexa Ribeiro. Relatoria do Senador José Nery. Parecer favorável. Observações: A matéria foi lida e iniciada a discussão, na reunião do dia 23/02/2010. A matéria a ser votada em bloco, segundo a decisão nº. 1 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação nominal. Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Paulo Paim. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma. Senador Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Suplicy. Francisco Dornelles. Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sérgio Guerra. Aprovado por unanimidade. Item nº. 4.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, os Itens de 17 a 21 estão previstos serem votados em bloco. Quem sabe nós não pudéssemos fazer isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só que eles não foram lidos ainda. Quem sabe possamos fazer a leitura hoje. Item nº. 4. Eu gostaria de fazer uma substituição aqui, já que estão todos presentes, o Senador Marconi Perillo tem razão. São os itens n°. 17 a 21.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, após o Item 4, não é, senadora?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): 17 a 21, são todos correlatos, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 17, o Senador Inácio Arruda não está, então, o 18.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, então, o Item 4 não vai ser lido agora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Logo depois.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Infelizmente, eu vou ter que sair. Eu gostaria de fazer logo essa relatoria, como foi pedida desde o início essa inversão. E o Senador Cristovam, que é o autor, está aqui presente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tudo bem. O Senador Marconi Perillo concorda. Item nº. 4, voltamos ao Item nº. 4. É terminativo. Projeto de Lei nº. 54. "*Altera a redação dos arts. 4º, 29, 30 e 87, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil*". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido e pela rejeição das duas emendas de autoria do Senador Flávio Arns. Observações: 1) sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal; 2) serão realizadas duas votações nominais, uma para o substitutivo e outra para as emendas de autoria do Senador Flávio Arns; 3) a matéria constou da pauta das reuniões dos dias 06/05/08, 13/05/08, 03/06/08, 08/09/09 e 23/02/2010. Com a palavra a Relatora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sra. Presidente. "O Projeto de Lei do Senado, PLS n°. 54, de 2007, iniciativa do Senador Cristovam Buarque, efetua mudanças na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de adaptá-la às mudanças feitas pela Emenda Constitucional (EC) nº 53, de 2006, a respeito da idade limite da educação infantil. Assim, o PLS altera os seguintes dispositivos da LDB: art. 4º, IV, que trata do dever do Estado com a oferta da educação infantil; art. 29, que dispõe sobre a finalidade da educação infantil; art. 30, II, sobre a oferta educacional na pré-escola; e 87, § 2 e § 3º, I, a respeito do recenseamento escolar e do dever do Poder Público de matricular os educandos em idade de frequentar a pré-escola. Por fim, o PLS prevê a entrada em vigência da lei proposta para a data de sua publicação.

A matéria, que tem decisão terminativa desta comissão, recebeu duas emendas, ambas do Senador Flávio Arns. A primeira emenda determina o dever do Poder Público de matricular os educandos de até cinco anos de idade na educação infantil e, a partir dos cinco anos, no ensino fundamental. Já a segunda estipula que o Poder Público deve recensear, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os educandos que cursam a educação básica.

A Emenda Constitucional nº. 53/2006, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais, FUNDEB, também adaptou o texto constitucional, explicitando entres os deveres do estado com educação, a garantia de educação infantil, em creches e pré-escolas, as crianças de até cinco anos de idade, art. 208, IV. O PLS em exame tenta, de forma louvável, trazer para a LDB a alteração constitucional promovida, muito embora peque, a nosso ver, em dois pontos que merecem correção. Primeiramente, a alterar o inciso IV do art. 4º,

definindo a faixa etária de cobertura da educação infantil entre zero e cinco anos, definição diferente daquela constante da Emenda Constitucional 53/2006.

A confusão surgiu porque a Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que alterava a LDB, antecipava a faixa etária do ensino fundamental de sete para seis anos. Tendo em vista a superveniência da determinação constitucional, deve-se ter em mente que a garantia da educação infantil vai até os cinco anos de idade, ou seja, 60 meses de vida.

A faixa etária do ensino fundamental, com nove anos de duração, inicia-se, portanto, a partir dos 60 meses, aos cinco anos de idade. Já a observação da proposição é a obrigatoriedade de matricular a criança até cinco anos, na educação infantil, estabelecida com a alteração do inciso I do art. 3 º da LDB.

Quanto às emendas apresentadas pelo Senador Flávio Arns, cabem algumas ressalvas: de fato, a primeira emenda antecipa a matrícula do ensino fundamental para cinco anos, mas obriga a matrícula das crianças até essa idade na educação infantil, ponto sobre o qual fizemos anteriormente as observações cabíveis. Já a segunda emenda confere ao IBGE, tarefa desenvolvida com competência pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão subordinado ao Ministério da Educação. O IBGE também faz suas estimativas e censos populacionais, que levam em conta a escolaridade e complementação ao censo escolar. Salvo melhor Juízo, não vemos razões para transferência de atribuições.

Finalmente, o PLS em apreço observa os princípios de constitucionalidade e juridicidade, embora necessite dos ajustes supracitados.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto do Senado nº. 54/2007, na forma da emenda substitutiva adiante formulada, rejeitadas as duas emendas apresentadas pelo Senador Flávio Arns".

É esse o relatório, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sra. Presidente, eu prestei atenção ao relatório da Senadora Rosalba Ciarlini, e eu gostaria apenas de fazer a seguinte observação: o Projeto do Senador Cristovam Buarque, conforme o primeiro parágrafo do relatório da Senadora Rosalba, tem como principal objetivo adaptar a LDB às mudanças feitas pela Emenda Constitucional n°. 53, de 19 de dezembro de 2011. Só que, posteriormente a esta Emenda à Constituição, a de nº. 53, nós tivemos a Emenda Constitucional de nº. 59, que alterou novamente, inclusive a obrigatoriedade do ensino passa a ser a partir dos quatro anos de idade, até os 17, que deverá estar sendo cumprido... O poder público ofertando as vagas até 2016, portanto, eu estou com uma dúvida no sentido de que se as alterações necessárias a serem feitas à Emenda Constitucional nº. 53 são suficientes ao que nós modificamos posteriormente na Emenda 59.

Por isso que, para poder fazer esta análise, queria pedir mil escusas, tanto ao Senador Cristovam, quanto à Senadora Rosalba, eu gostaria de pedir vista da matéria, com o compromisso de poder devolvê-la na semana seguinte.

Além disso, nós temos, no Plenário, já em regime de urgência, uma matéria que também trata desse assunto, que é o PLC 280. Então, precisaríamos também dar uma olhada, Senadora Rosalba, se não são conflitantes, porque, de repente, a gente aprovaria, aqui na Comissão de Educação, algo que já está no Plenário, em vias de ser votado, tratando do mesmo assunto.

Então, para que não tenhamos nenhuma dúvida e possamos fazer uma votação correta, adequada, da adequação correta da LDB ao novo texto da Constituição brasileira, seja das modificações da PEC 53 e 59, que eu gostaria de pedir vista da matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vista concedida.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vista coletiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vista coletiva.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sra. Presidente, eu só gostaria de dizer que é importante que a agente possa tirar todas as dúvidas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vista coletiva? Agora vamos para a votação em bloco de vários projetos que estão aqui, começando com o Item 17. Projeto de Lei da Câmara nº. 178/2009, "*denomina Rodovia Luiz Otacílio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará*". Autoria: Deputada Gorete Pereira. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer favorável. Observações: 1) matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº. 01 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/09.

Gostaria de pedir ao Senador Antonio Carlos Valadares que pudesse fazer a relatoria do Item 17.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pois não. Presidente, farei uma síntese do Projeto, de vez que V. Exa. já anunciou sua finalidade. A proposição, ela tem apoio constitucional no âmbito da competência da União, e ela tem a maior validade e é meritória, aproveitando a palavra sábia do Senador Efraim.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, passo para o Item nº. 18. Projeto de Lei da Câmara n°. 208, "*que denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no Km 432, da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás*". Autoria: Deputado Rubens Otoni. Relatoria: Senador Marconi Perillo. Parecer: Favorável. Observações: 1) matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº. 01 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/09. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos ao Item nº. 19.

Projeto de Lei da Câmara nº. 213/2009, "*denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima*". Autoria: Deputado Gonzaga Patriota. Relatoria: Senador Marco Maciel. Parecer favorável. Observações: 1) matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº. 01 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/09. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, Item nº. 20.

Projeto de Lei da Câmara, nº. 261/2009. "*Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul*". Autoria: Deputado José Otávio Germano. Relatoria: Senador Pedro Simon. Parecer favorável. Observações: 1) matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº. 01 desta comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/09. Em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só para provar, realmente, é muito justo. O Deputado Júlio Redecker faleceu naquele acidente da TAM, em São Paulo, era um jovem valor da política brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na minha linha. O Júlio Redecker era meu amigo, do Vale dos Sinos, crescemos fazendo política juntos. Eu acho que mais do que justa essa homenagem a ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Corroborar com as palavras dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Azeredo. O Deputado Júlio Redecker era uma das grandes promessas, não só para Rio Grande, mas para o Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Também de acordo. Como relator, dou voto favorável. Reconheço que Júlio Redecker foi uma das figuras mais extraordinárias. É um valor que tinha todas as condições de ter uma atuação na política brasileira. Lamentavelmente, o acidente aéreo nos tirou chance de tê-lo. É uma homenagem justa. E o Rio Grande do Sul recebe com muito amor a manifestação do Congresso dando o nome de Júlio Redecker a esse viaduto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria também, Sra. Presidente, de concordar com manifestação do Pedro Simon e outros colegas da Comissão, por reconhecer em Júlio Redecker um grande Parlamentar e um talentoso homem público, que muito contribuiu para o desenvolvimento do seu Estado e também por ser um ativo defensor da correta utilização dos recursos naturais do país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Falou o Senador Marco Maciel. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir... Eu gostaria de voltar ao Item 19 que eu, com a rapidez, esperando que nós tenhamos *quorum* para votar todas as matérias, eu não dei a palavra ao relator, Senador Maciel, no Projeto de Lei que denomina nova refinaria de petróleo de Pernambuco, Refinaria Abreu e Lima. Se V. Exa. quiser fazer suas considerações...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, Sra. Senadora Marisa Serrano, senhoras e Srs. Senadores, de dizer que o meu parecer é no sentido de aprovação da matéria de iniciativa do Deputado Gonzaga Patriota na Câmara dos Deputados, e eu concordo com a sugestão que ele apresenta, e eu espero que, consequentemente, a refinaria, uma vez construída, ela realmente possa homenagear o ilustre vulto da história de Pernambuco que foi Abreu Lima.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Marco Maciel. O último Projeto dessa leva. Projeto de Lei da Câmara 308/2009. "*Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais*". Autoria: Deputado Alexandre Silveira. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável. Observações: 1) matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº 01 desta comissão, aprovada por unanimidade, em 09/06/09. Em discussão. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Sebastião da Cunha e Castro teve grande empenho na construção da estrada entre Ervália e Muriaé, para o qual chegou a utilizar recursos próprios, possibilitando o acesso dessas cidades a regiões de fácil comércio, aos postos do Rio de Janeiro e Vitória. É, portanto, com honra que eu relato e peço voto favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, nós vamos agora votar, votação nominal, em bloco, de todos esses Projetos. Do 17 ao 21. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com os Relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com os Relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Roberto Cavalcanti. Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os Relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Presidente, com os Relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com os Relatores, Sra. Presidente. Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os Relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com os Relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o Relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com os Relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os Relatores, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com os Relatores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os itens nº. 17, 18, 19, 20 e 21 foram aprovados.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, eu sou relator do Item 2, não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 186 de 2006, que trata da questão do Exame de Ordem. Já ofereci o meu parecer com emenda. Acho até que esse parecer aprimora o Exame de Ordem. Essa matéria já foi lida aqui, na comissão, mas eu gostaria de pedir mais um prazo, atendendo a uma solicitação do Senador Roberto Cavalcanti e também do Presidente Nacional da OAB, Dr. Ofir, para que eu possa reestudar esse parecer e ter oportunidade de discuti-lo melhor com todos os interessados.

Então, eu pediria não só a retirada de pauta, mas também a retirada do parecer, para que eu possa reexaminá-lo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Retirado de pauta o próprio parecer. E está à disposição V. Exa. para dar um novo parecer. Esse foi sobre o Item nº. 2. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de agradecer e parabenizar a competência e a lucidez do Senador Marconi Perillo, no tocante de acolher esse anseio que é da Presidência nacional da OAB, que está aqui presente, e fez esse apelo a nós, senadores, para que pudéssemos reexaminar o texto do relatório. Então, na verdade, eu faço, publicamente, esse agradecimento ao Marconi Perillo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Passamos ao Item nº. 7, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 18/2009. "*Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias*". Autoria: Deputado Celso Russomanno. Relatoria: Senador José Nery. Parecer favorável. Observações: 1) matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra o Relator.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, é com satisfação que passo a ler o relatório. Mas, antes, Sra. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar a presença no Plenário desta comissão do Dr. Ofir Cavalcanti Júnior, Presidente Nacional da OAB, que, nesses dias, no início da sua gestão à frente da Ordem dos Advogados, vem brindando o Brasil com sua luta incansável contra a corrupção e por maior eficiência de funcionamento do Poder Judiciário brasileiro.

Por essa razão, saúdo com enorme satisfação, eu creio, todos os membros desta Comissão, a presença entre nós do paraense, Dr. Ofir Cavalcanti Júnior, Presidente Nacional da OAB.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero também fazer das minhas as suas palavras e agradecer a presença, seja muito bem-vindo à nossa Casa, á nosso Comissão, principalmente quando debatemos questões afetas, de alguma forma, à Ordem dos Advogados do Brasil. Seja muito bem-vindo. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, passo, então, a ler o relatório. "Submete-se a essa comissão o PLC nº. 187, de 2009, de autoria do Deputado Federal Celso Russomanno, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias. A alimentação escolar é garantida pela rede pública estadual e municipal por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE. Este programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE, e visa a transferência em caráter suplementar de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, destinado a suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo. E é o único com atendimento universalizado. O valor nutricional mínimo que o programa visa é garantir uma suplementação alimentar capaz de atender pelo menos 15% das necessidades individuais diárias quanto aos principais nutrientes.

O PNAE passou por várias mudanças recentes. Destaca-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo Governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos, e o respeito aos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, fomentando, assim, o desenvolvimento da economia local.

Uma grande conquista foi a instituição em cada município brasileiro do Conselho de Alimentação Escolar. Em 2009, a sanção da Lei nº. 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos e garantia de que 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. O Projeto de Lei da Câmara ora em análise tem o intuito de assegurar uma alimentação suplementar diferenciada aos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias.

Portanto, Sra. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, o Projeto, pelo seu mérito, merece o acolhimento desta Casa. E meu voto, diante do exposto, é favorável à proposição, nos termos em que foram aprovados pela Câmara dos Deputados". É nosso voto, Sra. Presidente, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, só dizer rapidamente que a assessoria do nobre deputado e nosso amigo Celso Russomanno havia inclusive me ligado, se caso o Senador José Nery não chegasse pela importância do Projeto a ser votado no dia de hoje, com o parecer no nobre Senador José Nery. Eu quero apenas me somar à defesa feita pelo nobre relator, pela importância desse projeto, que vai beneficiar principalmente as crianças com diabetes, hipertensão e anemias.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão, Senador Roberto, claro, Senador Roberto Cavalcanti. E depois, Senador Flávio Arns.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria realmente de parabenizar, principalmente tratando-se da extensão a portadores de diabetes. É uma tese que nós temos, uma bandeira que eu pessoalmente tenho defendido, no tocante às isenções aos portadores... E portadores de diabetes no Brasil crescem de forma assustadora. Então, eu parabenizo e me acosto ao Projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Também quero me associar, Sra. Presidente, inclusive destacar que deverá haver prescrição médica, que deverá haver a integração de esforços entre saúde e educação e isso será apreciado pelo Conselho de Alimentação Escolar. Então, nada mais justo do que prever uma especial para aqueles alunos e alunos que precisam disso, em função de uma dificuldade de saúde. Concordo com o Projeto também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flávio Arns. Continua em discussão. Em votação. Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu não participo da comissão, cedi minha vaga ao Senador Sérgio Guerra, mas pediria para fazer dois registros: primeiro, a satisfação de termos hoje, aqui, no Plenário, o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ofir Cavalcanti Júnior, que veio aqui tratar de um assunto de um projeto que estava em pauta, mas que o Senador Marconi Perillo concordou em tirar de pauta, para que haja uma apreciação mais aprofundada. Eu não teria dúvida que o Marconi Perillo iria concordar com o pedido da OAB. E fazer o registro que é uma satisfação para nós, paraenses, termos o Dr. Ofir, um brilhante advogado, reconhecido nacionalmente na Presidência, hoje, Nacional da Ordem. E lembrando que o pai do Dr. Ofir Cavalcanti Júnior, Dr. Ofir Cavalcanti, também foi Presidente da Ordem, em nível nacional, lá de 89 a 93, mais ou menos, nessa época. Então, o filho segue agora os passos do pai. E, para nós, é uma honra e tenho certeza absoluta que os operadores do Direito e a nação brasileira estão muito bem representadas pelo Dr. Ofir Cavalcanti Júnior na Presidência da OAB Nacional.

O segundo ponto--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nesse ponto, eu quero apenas dizer que o próximo deve ser Mato Grosso do Sul. Deixamos para o Pará, mas, na próxima, vamos lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O segundo ponto que eu gostaria de registrar é um agradecimento. O projeto que eu propus para criar... A criação de um *campus* do Instituto Federal do Pará, no município de Redenção, foi aprovado por unanimidade, eu quero agradecer aos membros da Comissão de Educação e Presidenta, porque isso é da maior importância para o meu estado.

O município de Redenção, que fica lá quase na fronteira, no Sul do Pará, com Tocantins, o Mato Grosso, lá naquela região próspera, aquela região que vai... Já presta serviços... Já presta serviços relevantes ao Brasil.

E agradecer também ao Relator Senador José Nery, do meu estado, Estado do Pará. Esse instituto tem algo que precisa ser aqui sobressaído, porque, no Governo passado, havia lá uma unidade, que era municipal, e que tinha um convênio com Governo estadual, que já mantinha um curso de formação profissional, principalmente naquela área, que é vocação do agronegócio. E, lamentavelmente, o Governo atual cancelou o convênio e a área está abandonada. Quer dizer, existem edificações, existe a área, então, facilita muito ao Governo Federal agora e ao Instituto Federal do Pará abrir um *campus* porque a área física já está pronta, é uma questão agora só de colocar o pessoal e recuperar, porque deve estar degradada a área e voltar a trazer a formação profissional numa área da maior importância para o desenvolvimento do estado do Pará, de Redenção e do Brasil. Muito obrigado, Presidente, era isso que eu queria fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flexa Ribeiro, pelas suas considerações. Gostaria de colocar em discussão e votação o Item nº. 9. Não terminativo. "*Disciplina o envio de mensagens eletrônicas comerciais*". Autoria: Senador Duciomar Costa. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, acatando parcialmente o PLS n°. 367, de 2003, e nº. 36, de 2004, regimentalmente prejudicados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n°. 367, de 2003. "*Coíbe a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica*". Autoria: Senador Hélio Costa. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer pela prejudicialidade do presente projeto e do PLS nº. 36, de 2004, e pela aprovação do PLS nº. 21, de 2004, na forma do substitutivo oferecido. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n°. 36, de 2004. "*Dispõe sobre mensagens não solicitadas no âmbito da rede mundial de computadores (Internet)*". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer pela prejudicialidade do presente projeto e do PLS nº 367, de 2003, e pela aprovação do PLS nº. 21, de 2004, na forma do substitutivo oferecido. Com a palavra o relator, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente e Srs. Senadores, a análise é até ampla, nós já aprovamos lá na CCJ, e eu quero só rapidamente passar por alguns pontos, que esse projeto tem o objetivo de disciplinar o envio de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas, conhecidas como spam, sendo que o substitutivo aprovado na CCJ visa disciplinar o envio de mensagens eletrônicas não solicitadas de qualquer natureza. O spam vem crescendo de forma acelerada. Impõe sobrecarga considerável à capacidade de transmissão e de processamento dos operadores de rede de computadores e de provedores de acesso, ao tempo em que lota as caixas postais eletrônicas e atormenta os proprietários destas, todos aqueles que usam computadores, já são mais de 60 milhões no Brasil hoje.

Além disso, frequentemente serve como vetor de programas malévolos, portadores de vírus, Cavalo de

Tróia e de espiões. Faz-se claramente urgente, portanto, a adoção de medidas que disciplinem o envio de spam. Existem no mundo dois sistemas, eu descrevo aqui: O Opt-out, que é sistema dos Estados Unidos e do Japão, em que é permitido mandar mensagem até o momento em que quem recebe manifeste oposição. Ou o sistema chamado Opt-in, adotado pela comunidade Européia, Austrália e pelo Canadá, onde as mensagens só podem ser enviadas aos destinatários que tenham dado esse consentimento. Nesse sentido aí o entendimento é de que a simples entrega de um cartão de visitas já é um consentimento inicial. De maneira que o sistema Opt-in é que se apresenta como o mais indicado ao Brasil.

Eu quero ainda dizer da importância do Projeto do Senador Antônio Carlos Valadares, do Senador Hélio Costa... E nós estamos, na verdade, fazendo substitutivo, como já fizemos na CCJ, e agora aprovando aqui da mesma forma. Então, temos que, regimentalmente, optar por um. Então, estamos optando pelo Projeto 21, de 2004, aproveitando parcialmente os Projetos dos Senadores Hélio Costa e Senador Antonio Carlos Valadares que ficam, entretanto, regimentalmente prejudicados. O voto, portanto, é favorável. Todo mundo que usa e-mail hoje convive com essa praga que é o spam. A gente abre a caixa postal, você tem lá, de dez mensagens, oito são de spam, mais ou menos, é claro que alguns provedores já têm instalado filtros. Tecnologicamente tem evoluído, mas, entretanto, há uma necessidade de uma legislação, como outros países como eu lembrei que já têm, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão, Comunidade Européia. Portanto, o voto é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Senador Eduardo Azeredo. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação simbólica. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Eu gostaria de pedir ao Senador Eduardo Azeredo que... O próximo Item 15. Projeto de Lei da Câmara nº. 91, de 2005. "*Estabelece critérios mínimos para a inscrição de nomes no livro de Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia*". Autoria da Deputada Raquel Teixeira. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Parecer pela prejudicialidade. Senador Eduardo Azeredo com a palavra, como Relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente, "*não obstante o caráter meritório da proposição sob análise, cumpre observar que, no decorrer da sua tramitação, sobreveio a edição da Lei 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no livro dos Heróis da Pátria. A mencionada lei tem, portanto, proposta coincidente com o Projeto que ora examinamos. Dessa forma, ao tempo que elogiamos a iniciativa, registramos a sua perda de oportunidade, tendo em vista a legislação vigente com mesmo teor. Portanto, o voto é pela [ininteligível] de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº. 91, da Deputada Professora Raquel Teixeira, de Goiás, porque já foi editada uma lei, promulgada uma lei a esse respeito*".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Senador. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Pela rejeição. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Item nº. 12, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 132, de 2001. "*Dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático escolar e determina outras providências*". Autoria do Deputado Ronaldo Vasconcelos. Relatoria do Senador Adelmir Santana. Parecer favorável.

Gostaria de pedir ao Senador Paulo Paim que fizesse a Relatoria *ad hoc.*

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, o Projeto do nobre Deputado Ronaldo Vasconcelos já foi aprovado aqui, na Casa, na CCJ e na CAE, e cabe à Comissão de Educação pronunciar sobre o mérito da iniciativa. Eu vou direto à análise.

> "Na justificação do Projeto, o seu autor, Deputado Ronaldo Vasconcelos, lembra a importância do turismo como atividade geradora de desenvolvimento econômico e social, em especial na atualidade. Aborda ainda o potencial turístico brasileiro e a sua pouca exploração devido a problemas do campo das comunicações, transporte, saneamento, segurança pública e preservação do patrimônio histórico, artístico e também ambiental.
>
> Adiante, o autor enfatiza a importância de despertar os brasileiros para a necessidade da valorização do nosso imenso acervo turístico. Afirma ainda que é inútil pretender atrair visitantes estrangeiros se não se tiver previamente convencida a população local das vantagens e dos prazeres da atividade turística. Exatamente para ajudar a promover esse despertar, o deputado apresentou seu Projeto, que busca informações sobre as riquezas turísticas do Brasil aos estudantes, por meio da material didático produzido pela União".

Cumpre registrar, aquilo que eu dizia antes, que a proposta observa as linhas gerais do Parecer nº. 15/2000 da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, que trata da pertinência do uso

de imagens comerciais nos livros didáticos. Esperamos que essa iniciativa possa contribuir para o desenvolvimento do turismo interno no país.

Em suma, existem óbices de mérito educacional à aprovação da matéria. Pelo visto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n°. 132/91... De 2001, do nobre Ronaldo Vasconcelos. E aqui estou substituindo Relator da matéria, Deputado Adelmir Santana.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Paulo Paim. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação simbólica. Aqueles que concordam permaneçam como se acham.

Quero fazer apenas uma retificação, no Item nº. 15, para as notas taquigráficas. Falei pela rejeição, não, pela prejudicialidade do Projeto.

Gostaria de colocar em pauta o Requerimento, nos termos regimentais, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado realize Audiências Públicas para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº. 160, de 2009, "*que dispõe sobre as garantias e direitos fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos, conforme estabelece a Constituição Federal, com convidados representativos das denominações religiosas. Sala das Sessões, 02 de março de 2010, Senador Flávio Arns, subscrito pelos Senadores Gerson Camata e pelo Senador Marco Maciel*". Solicito aos senadores o apoio para inclusão na pauta. Então, com apoio dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, está incluído na pauta. Senador Flávio Arns, para encaminhar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu penso, Sra. Presidente. Eu, inclusive, conversava com o Senador Paulo Paim para que as denominações religiosas, no plural, viessem aqui para até discutir, inclusive por pedido de várias delas, para que haja um bom debate a respeito desse tema.

Então, é uma ocasião boa para se discutir, se incentivar a pluralidade religiosa, sem dúvida alguma, e as manifestações que o povo vem, no decorrer do tempo, apresentando em nosso país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, na mesma linha, gostaria de contribuir com a indicação, inclusive, num segundo momento, de nomes que envolvam todos os seguimentos. Faremos aqui o que a gente chama de um verdadeiro culto ecumênico para debater o tema que interessa a todos. Enfim, é isso. Eu quero contribuir para indicar, num segundo momento, alguém, tanto evangélico, das religiões de matriz africana, CNBB, enfim, todos os setores, que ninguém fique de fora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, apenas para parabenizar a iniciativa do Senador Flávio Arns, porque, nos últimos tempos, nós temos vivido muito essa discussão, inclusive com manifestações contrárias à liberdade religiosa. Então... Ou a tentativa de impor uma única religião. Então, eu acredito que é muito importante que a Comissão de Educação possa fazer essas audiências, e a gente poder, pelo menos entre aqueles que a gente pode influenciar, esclarecer que a liberdade de culto religioso é um direito de todos e de todas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Acabando a discussão. Em votação o Requerimento. Aqueles senadores e senadoras que estão de acordo permaneçam como se acham. Aprovado.

Eu quero fazer um comunicado aqui. "*Comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadores o recebimento de um convite do Ministério da Educação e da Fundação Itaú Social para cerimônia de lançamento da Edição 2010 da Olimpíada de Língua Portuguesa 'Escrevendo o Futuro', a realizar-se dia 04 de março do corrente, a partir das 10h30, na Igreja Santo Alexandre, Praça Frei Caetano, s/nº., Cidade Velha, em Belém, Pará*". Os senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria dessa comissão. A matéria vai ao arquivo.

E gostaria de convidar todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras para a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se no dia 03 de março de 2010, quarta-feira, às 10 horas da manhã. Item único: Eleição do novo Presidente desta comissão.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h08.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010.

ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Às dez horas e cinco minutos do dia três de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presi-

dente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, Geovani Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Eduado Suplicy, João Ribeiro, Valdir Raupp, Lobão Filho e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, de Cultura e Esporte. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os Senhores Senadores José Nery e Romeu Tuma. A presente reunião destina-se à eleição da Presidente da Comissão para o restante do mandato do ano de 2010. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, convida os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti e Augusto Botelho para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senadora **Fátima Cleide**, 19 (dezenove) votos. Prosseguindo, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, proclama eleita e empossada a Senadora **Fátima Cleide** como Presidente da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Gerson Camata, João Pedro, Cícero Lucena, Roberto Cavalcanti, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Paulo Paim, Augusto Botelho, João Pedro, José Nery e Tião Viana (não-membro desta Comissão). A seguir, a Senhora Vice-Presidente passa a palavra à Presidente recém-empossada, Senadora Fátima Cleide. Após o discurso da Presidente eleita, Senadora Fátima Cleide, encerra a reunião às dez horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senadora **Fátima Cleide,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2010.

ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente desta comissão. Foi registrado até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, a Senadora Fátima Cleide do PT de Rondônia.

Sobre a Mesa encontram-se a disposição dos Srs. Senadores, cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Será procedida a chamada nominal, obedecida as composições partidárias. Encerrada a votação... Não, desculpe, parei aqui.

Os senadores já podem votar. É só pegar a célula aqui na mesa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sra. Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senadora Presidenta Marisa Serrano, eu gostaria, em nome do Senador Aloizio Mercadante, que foi submetido a uma cirurgia na manhã de ontem, então está se recuperando, felizmente está bem.

E gostaria, em nome dele, primeiro agradecer a postura do PSDB, da liderança do Senador Arthur Virgílio, que na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, num sinal de entendimento entre nós todos e de maneira a elevar o grau de entendimento entre todos os partidos, inclusive da oposição e da base de Governo, para elevarmos o grau de diálogo entre nós, aceitou que pudesse ser indicada, agora, em substituição ao nosso colega Senador Flávio Arns.

E V. Exa. tão bem exerceu a vice-Presidência em exercício neste interregno, cumprimento-a por essa forma de agir de V. Exa., que sempre aqui tão bem dignificou o povo de seu Estado.

Mas quero aqui cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, que em sendo uma educadora, uma professora e uma pessoa de interesse profundo na área da educação, que tem dado grande contribuição nesta Comissão de Educação e que por nós do Partido dos Trabalhadores, pelo líder Aloizio Mercadante, foi indicada para ser escolhida a Presidente; então, quero muito desejar à Senadora Fátima Cleide muito sucesso nessa sua missão.

E como temos aí esta importante sessão de homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves, pela passagem dos seus cem anos e muitos desejam ir lá, serei breve aqui para que possa logo ser efetivada a votação Sra. Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Continua em votação [ininteligível].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --aqueles que quiserem já votar, poderão fazê-lo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria também cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, é uma professora, uma educadora, que, como V. Exa., provisoriamente assume a Presidência dessa comissão, eu tenho certeza que ela vai poder produzir muito em favor da educação do Brasil, em favor do Brasil.

Principalmente também com seu grande entrosamento com o Ministério da Educação, com quem ela tem uma convivência muito boa.

E dizer também que eu a vejo tão feliz hoje que quando eu entrei eu pensei fosse uma estagiária que estivesse sentada no lugar de uma Senadora, mas eu quero me congratular com ela e dizer que eu sou eleitor de carteirinha da Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Gerson, pelas palavras.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senadora Fátima Cleide, minha companheira de Partido.

Penso que esta mudança é natural das regras da Casa, da dinâmica da composição das comissões. Esta que é, sem dúvida alguma, uma comissão da maior importância para o Senado, para o Congresso.

Por esta comissão já passaram, passam e passarão matérias da maior relevância, da maior importância para o Brasil.

E eu espero que V. Exa. possa assumir a Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e possa aprofundar debates que possam contribuir com o nosso país, com a nossa sociedade, com o Estado Brasileiro.

Eu desejo à V. Exa., um mandato exitoso à frente desta comissão, V. Exa. que é mãe, que é senadora, que é professora, que é professora, que teve e que continua tendo uma militância na área da educação, possa contribuir com os debates aqui nesta comissão.

Então, eu desejo à V. Exa. que possa exercer, como os outros, Presidentes, como o Presidente Flávio Arns, um mandato à frente da Presidência da Comissão de Educação, Esporte e Cultura, Cultura e Esporte, possa exercer na plenitude da sua inteligência, com muita luz, com muita sapiência, com muita... Com muita contribuição a dar ao Senado e ao Brasil.

Muito obrigado Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sra. Presidente, Senadora Fátima, também, dizer da minha satisfação nesse instante, em nome também do PSDB, outros PSDB, mas dizer da nossa disposição de colaborar, de ajudar a sua coordenação como Presidente, a partir de hoje, dessa comissão, com a certeza de que toda a sua experiência como educadora, como parlamentar, estará a serviço dos grandes debates e da boa causa que é a educação.

Mas também gostaria de registrar e fazer a Justiça ao nosso ex-Presidente, o Flávio Arns, que por uma opção política de ter trocado de partido, ele teve que, então, na partilha desta Casa, das comissões, teve que abrir mão da Presidência de uma comissão tão importante e de um trabalho maravilhoso que ele vinha fazendo, mas que, independente da Presidência, ele, como é de costume, continuará à serviço do povo brasileiro e em particular nessa área que é tão sensível e tão grata a todos nós que é a área da educação.

Então, eu quero parabenizar a V. Exa. que está assumindo essa Presidência, desejando e me colocando a disposição para colaborar e também reconhecer e parabenizar o nosso ex-Presidente, Flávio Arns

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu sempre acreditei em time, em equipe. Na iniciativa privada a coisas acontecem a nível de equipe e quando se tem uma ausência, quando se tem uma... Por razões técnicas estratégicas, nós tivemos que ter a ausência do Flávio Arns na Presidência dessa comissão, tinha certeza que, como sabemos formar bons times, saberíamos fazer essa substituição que é de grande responsabilidade.

Agora, como o meu espírito é de equipe gostaria de, na verdade, ressaltar a extraordinária parceria que a Senadora Fátima terá com a Senadora Marisa Serrano. A Senadora Marisa Serrano é uma pessoa que domina o segmento e, sem dúvida, um Presidente com um grande Vice, terá, sem dúvida, o seu trabalho de forma potencializado.

Então, gostaria de parabenizá-la, imbuir-me da responsabilidade que é de fazer parte com muita honra desta comissão e ter certeza de que a dobradinha, essas duas mulheres, as mulheres estão invadindo

os espaços, por merecimento, de parabéns à dupla Fátima-Marisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Roberto. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Marisa Serrano, eu queria, em primeiro lugar, desejar todo o sucesso para a minha querida companheira Fátima Cleide.

Quando eu digo minha querida companheira é porque a gente já lida na área da educação, eu não vou dizer nem quanto tempo, Fátima, para ninguém achar que a gente já passou e muito da idade, mas da líder sindical, da combatente de primeira hora na defesa da escola pública de qualidade, que a Senadora Fátima Cleide acumula na sua biografia, eu tenho a certeza absoluta de que esta Comissão de Educação não poderia ter à frente, na Presidência, melhor representação.

E digo mais, a Fátima vai ter oportunidade, juntamente com V. Exa. de conduzir os trabalhos desta comissão, tendo duas mulheres, até porque é bom sempre a gente relembrar que as mulheres são maioria na área da educação, nós temos a responsabilidade de ocupar o maior número de vagas, na área docente, na área administrativa das nossas unidades escolares em todo o Brasil.

Então, ter duas mulheres com esta biografia, espero e tenho certeza que o fato de serem de partidos diferentes e até sob alguns aspectos, que há contradições e há, digamos, controvérsias nas análises e nas votações, mas eu tenho certeza de que as duas mulheres, duas professoras, duas educadoras, farão com que a Comissão de Educação tenha, efetivamente, um grande trabalho, agora durante o ano de 2010.

Então Fátima, parabéns, eu acho que você poder ocupar durante o ano de 2010 a Presidência da Comissão de Educação é algo que engrandece o Partido dos Trabalhadores, engrandece o Senado. E eu tenho a certeza absoluta de que engrandecerá também a Comissão de Educação.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Senadora Fátima Cleide, que deve ser eleita daqui a pouco, espero que por unanimidade dessa comissão, e como falou a Senadora Ideli Salvatti, duas professoras, dedicadas pela causa da educação do nosso país e dos estados respectivamente representados por V. Exas., Rondônia e Mato Grosso do Sul.

E Rondônia se sente também muito honrada com a Senadora Fátima Cleide, uma Senadora de Rondônia assumindo a Presidência da Comissão de Educação, eu acho que pela primeira vez, como fala o Presidente Lula, pela primeira vez na história do nosso estado e do nosso país, um parlamentar assume a Presidência de uma comissão tão importante como essa.

E eu sei que o Brasil e Rondônia vão estar bem representados aqui na Comissão de Educação, com a Senadora Fátima Cleide Presidente e V. Exa. na vice-Presidência.

Sucesso, parabéns!

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Amém, obrigada. Senador Paulo Paim

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Marisa Serrano, primeiro eu quero cumprimentar V. Exa. que está no exercício da Presidência, pelo trabalho brilhante que tem feito numa política de parceria com todos os senadores e com a sociedade. A senhora fez um trabalho aí magnífico; essa é a palavra que me vem nesse momento e é própria.

Mas queria também cumprimentar o nosso Senador Flávio Arns. O Senador Flávio Arns que foi Presidente dessa comissão e que, por uma decisão política e legítima, ele trocou de Partido e, consequentemente, se abriu a vaga para a Senadora Fátima Cleide, mas ele merece aqui também os nossos elogios. Eu acho que todos os Senadores aqui dessa comissão sabem que ele também fez, como V. Exa. um brilhante trabalho no tempo que esteve no exercício da Presidência.

E, por fim, eu quero cumprimentar a minha amiga, a minha lutadora, a minha guerreira, a minha líder, a Fátima Cleide, que é na bancada a minha orientadora nessa área. Me lembro que há um tempo atrás, havia a ideia até que eu assumisse mesmo junto com ela a Comissão de Educação, mas eu, nessa área, eu respeito muito a história de cada senador e senadora. Eu digo, Fátima, de minha parte você é a minha candidata.

E eu fico muito feliz, a Senadora Ideli tem um trabalho excelente nessa área, você como professora, como líder dos movimentos sociais, tenho certeza que vai aqui também fazer, a palavra que eu tenho usado, um magnífico trabalho.

Parabéns à V. Exa., se eu pudesse eu votaria duas vezes no momento em que fui àquela Tribuna.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu também gostaria de fazer minhas as palavras do Senador Paulo Paim, que a Senadora Fátima Cleide, como uma educadora tradicional, já que tenho certeza que desempenhará bem a sua função na Presidência dessa Comissão de Educação.

E também, não deixar de reconhecer os méritos do Senador Flávio Arns que continuará também aqui nessa comissão, prestando a sua contribuição den-

tro da área de educação e da área das pessoas com deficiências.

Parabéns Fátima Cleide, sei que V. Exa. vai fazer um grande mandato. O seu espírito de professora vai funcionar e vai lhe guiar aqui dentro da casa, para a gente fazer o que for melhor para a educação desse país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Senador Augusto Botelho. Senador Tião Viana, seja bem-vindo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente Senadora Marisa Serrano, apenas para expressar também a minha homenagem à Senadora Fátima Cleide, à Comissão de Educação, que emite o seu voto e a sua transferência de confiança à condução da comissão pela Senadora Fátima, que honrosamente substitui o grande trabalho que teve o Senador Flávio Arns.

E eu tenho certeza que a Senadora Fátima Cleide simboliza toda a história do movimento sindical brasileiro vinculado à educação e toda a história de uma representação parlamentar voltada a estudar em profundidade os grandes problemas da educação no Brasil, compor alianças com as grandes causas e caminhos que os governos têm adotado, sejam quais forem os governos.

E eu não tenho dúvida que as metas da Comissão de Educação do Senado Federal, estarão à altura dos desafios que o Brasil enfrenta hoje. Nós vivemos uma forte mudança no ensino profissionalizante no Brasil, uma forte mudança no financiamento da educação brasileira e uma forte mudança dentro do processo de expansão do ensino universitário brasileiro.

Então, a Senadora Fátima está mais do que a altura desse desafio e desse tempo, porque ela confundiu sempre a sua vida com a luta pela educação brasileira.

Toda a sorte à nova Presidente que contará, sem dúvida, com o apoio unânime da Comissão de Educação do Senado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Encerrada... Todos votaram? Se todos votaram, dou por encerrada a votação e convido os Senadores Roberto Cavalcanti e Augusto Botelho, para servirem de escrutinadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Finda a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: para Presidente Senadora Fátima Cleide com 19 votos 'SIM', unanimidade.

[palmas]

De 19 votantes, de 19 votantes, 19 'SIM'.

Convido a senadora Fátima Cleide para tomar o seu lugar à Mesa.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu não falei que ia ser por unanimidade?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar a palavra à Senadora Fátima Cleide e declarar para que ela faça uso da palavra, eu gostaria de agradecer primeiro ao Júlio Linhares e a toda a equipe maravilhosa que tem essa Comissão de Educação, que há 13 anos trabalha junto, é dedicada conhece bem os problemas dessa Casa e eu queria agradecer o apoio e a atenção de todos vocês, muito obrigada.

E queria agradecer também aos senadores e senadoras por terem me dado respaldo nesses meses que eu tive que passar aqui. Cumprimentar com carinho especialíssimo o Senador Flávio Arns, ele foi eleito também, teve votação unânime nessa Casa e, portanto, a gente tem que dar o crédito a uma pessoa que tem não só uma vida dedicada à assistência social, à educação, mas é um extraordinário companheiro e a gente tem que agradecer ao Senador Flávio Arns pelo tempo que ele se dedicou a essa comissão.

E eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Cleide e dizendo que, pela primeira vez, nós vamos ter uma mulher na galeria aqui da Câmara de educação, da Comissão de Educação.

[palmas]

E também pela primeira vez vamos ter duas mulheres comandando a Comissão de Educação, na Presidência e na vice-Presidência.

[palmas]

Portanto é uma quebra de um tabu que a gente tem nessa Casa, embora as mulheres sejamos, nós sejamos a maioria dentro da educação, sejamos a maioria do eleitorado brasileiro, mesmo assim nessa Casa é a primeira vez que uma mulher comanda a Comissão de Educação.

Portanto, eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, desejar sucesso, me colocar à disposição, eu tenho certeza que esse ano teremos, mesmo sendo um ano político, um ano de dificuldades para os trabalhos nessa Casa, mas eu tenho certeza que vamos conseguir reunir os companheiros para votar as questões maiores da educação brasileira.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

[*troca de presidência*]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em primeiro lugar eu quero agradecer a Senadora Marisa Serrano que neste período em que nós tivemos um vácuo na Presidência da Comissão de Educação, desempenhou, como diz o Senador Paim,

magnificamente o exercício da Presidência desta comissão.

Quero agradecer em primeiro lugar ao meu líder, Aloizio Mercadante, que não pode estar aqui neste momento e agradecer carinhosamente a liderança do PT, em nome do Senador Suplicy, pela suas palavras, pelo carinho e pela credibilidade e pela confiança, que dependam em mim neste momento.

Agradecer a cada um dos senadores que aqui, dos 19 senadores que vieram votar, dizer, Senadora Marisa, que nós sabemos as limitações deste ano, é um ano eleitoral, mas que faremos de tudo junto com V. Exa., eu quero colocar aqui muito claramente que nosso trabalho se dará conjuntamente, para que os limites que se colocam sobre alguns projetos de importância fundamental para a educação, para a cultura e para o desporto brasileiro nesse ano de 2010, sejam superados e que nós possamos, na Comissão de Educação, atingir as nossas metas e continuar o trabalho brilhante que nesta Legislatura em que eu estou no Senado Federal, vi acontecer com o Senador Cristovam Buarque, depois com o Senador Flávio Arns e agora neste mandato tampão pela Senadora Marisa Serrano.

E dizer que tenho também, Senadora Marisa, muito orgulho de poder assumir esta comissão neste mês de março, mês em que se comemora o dia da mulher e tanto na cultura, quanto no desporto, quanto na educação, nós temos uma presença marcante das mulheres brasileiras atuando não apenas no dia a dia, mas também na definição de políticas, embora sejamos minoria na participação do poder de decisão efetivamente. Mas, nas lutas onde efetivamente a sociedade se manifesta, as mulheres estão presentes.

E é claro que isso me dá uma pontinha de orgulho, mas me dá também um peso de uma responsabilidade muito grande, que eu tenho fé que poderei assumir porque tenho atrás, ao lado, e à minha frente o movimento social, a sociedade brasileira e, principalmente, aqui nesta Comissão de Educação, pessoas que realmente são comprometidas com a educação brasileira, com o desenvolvimento da cultura e com o desenvolvimento do desporto.

Nós já iniciamos o nosso ano de 2010 com algumas tarefas muito importantes para a Comissão de Educação. Eu quero poder contribuir para que a comissão avance, dê, tenha continuidade dos trabalhos que têm sido desenvolvidos, como por exemplo, o Observatório da Imprensa. E quero aqui, ao citar o Observatório da Imprensa, parabenizar a toda a equipe técnica da Comissão de Educação, que tem feito esse material como subsídio informativo para os senadores, todas as semanas, mas gostaria de propor, Senadora Marisa, que inclusive o Observatório da Imprensa passasse a ter um componente institucional do Senado Federal, que a gente pudesse tê-lo como referência, inclusive, para toda a sociedade, na discussão da educação, da cultura e do desporto brasileiro.

Dizer que esta semana que se inicia, na próxima semana, de 11 a 14 de março nós teremos a realização da Conferência Nacional de Cultura. E é importante que a Comissão de Educação acompanhe *pari passu* a realização dessa atividade, que reúne a sociedade brasileira para discutir os próximos passos das políticas públicas com relação à cultura.

E no final deste mês de março nós teremos a realização da Conferência Nacional de Educação, que é a primeira grande conferência, aguardada há décadas por educadores brasileiros, pela sociedade brasileira, e que vai discutir da pré-escola à pós-graduação todos os desafios da educação brasileira para que a gente possa, efetivamente, ter a educação como um elemento fundamental para o desenvolvimento da nossa sociedade.

E desta forma, nós teremos ainda, na Conferência Nacional, a discussão do sistema nacional articulado de educação, a Conferência de Educação, a Comissão de Educação do Senado não pode se ausentar deste debate justamente por isso, aqui nesta Casa se discutem vários projetos de leis que dizem respeito ao sistema educacional brasileiro. E também na CONAE nós teremos a discussão das diretrizes para o novo programa, o novo Plano Nacional de Educação, o novo PNE, que terá vigência a partir de 2011.

Portanto, esta Casa será chamada para ter agilidade naquilo que for emanado como diretrizes da Conferência Nacional de Educação para o novo Plano Nacional de Educação, e o tempo é curto, Senadora Marisa, até porque este ano é um ano atípico é um ano de eleições, mas eu tenho confiança de que nós não faltaremos com a nossa obrigação.

Quero agradecer mais uma vez a todos os nossos senadores aqui presentes, Senador Suplicy, Senador Augusto Botelho, Senador Valdir Raupp, que me honra com a presença e representando o meu estado, obrigada pelas suas palavras, Senador João Pedro.

Agradecer a todos que se pronunciaram aqui, o Senador Gerson Camata, Senador Cícero Lucena, em nome do PSDB, eu quero agradecer, a Senadora Ideli Salvatti, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Paulo Paim e dizer que também faço aqui as minhas reverências ao nosso Senador Flávio Arns.

O que aconteceu foi uma situação que a gente respeita, de opção política, e que nós estaremos, eu espero sempre, junto ao Senador Flávio Arns, nas discussões importantes principalmente com relação

a diversidade na nossa sociedade e ao respeito às diferenças.

Quero também agradecer aqui, de coração, carinhosamente, a nossa assessoria do gabinete, meu gabinete, a assessoria da liderança do Partido dos Trabalhadores, que nunca nos falta.

E dizer, houveram alguns boatos aí nos corredores que nós trocaríamos a comissão técnica aqui da Secretaria. Eu queria nesse momento dizer que boatos são boatos, os fatos é que nós respeitamos o trabalho de vocês e, lógico, temos uma forma de trabalhar, de fazer os encaminhamentos, que deverá ser respeitada também, mas trabalharemos juntos, tenham certeza, todos.

E, mais uma vez, muito obrigado à Senadora Marisa Serrano.

[palmas]

Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente. Sou...

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra, o Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sou o último a chegar na sessão que elege a Senadora Fátima Cleide para presidir a Comissão de Educação do Senado Federal. E, pelo meu estado aqui, vejam o quanto eu corri para chegar antes que V. Exa. dissesse a última palavra na sua saudação, falando dessa Tribuna, dessa comissão, como Presidente eleita para conduzir os trabalhos neste ano de 2010.

Lamentei profundamente não chegar a tempo de também votar, mas o faço aqui simbolicamente, dizer que se aqui estivesse, o meu voto também seria favorável a essa indicação, a essa escolha que, a meu ver, para você, eu posso chamar de você, para a senhora, como educadora, respeitada e uma das mais dignas representantes da educação brasileira nesta Casa do Congresso Nacional

Creio que a assunção à Presidência da comissão é como um coroamento do seu trabalho parlamentar nesses oito anos de mandato defendendo a educação pública de qualidade, defendendo o povo de Rondônia e trabalhando para que o Brasil seja mais justo, onde todos e todas tenham oportunidade de viver com dignidade.

Então, a minha palavra nesse momento é de profunda satisfação, de alegria, de contentamento e de votos de que o seu trabalho à frente da comissão, sucedendo ao nosso companheiro, também, de muitas lutas e dedicado à luta da educação em prol de inclusão social, que é o trabalho aqui realizado pelo Senador Flávio Arns.

Mas como deve ser o respeito às regras democráticas, o Regimento, muitas vezes desprezado, creio que essa decisão que permite com que ao PT seja garantida essa representação nas comissões, no conjunto das comissões e cabendo ao PT a Comissão de Educação, creio que essa é a melhor decisão e o melhor encaminhamento.

Meus parabéns, votos de um profícuo trabalho à frente da comissão e, com certeza, todos aqueles que ao longo da sua trajetória se somaram na militância em defesa da educação pública da qualidade, educação como um direito de todos e não como mercadoria, tenho certeza que na sua gestão terá aqui prioridade absoluta e sempre contará com o apoio, o estimulo de todos os seus colegas que acreditam na sua luta, no seu potencial e na sua referência como defensora da educação pública brasileira.

Parabéns e muito bom trabalho!

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Nery, quero agradecer pelo seu esforço, sua assessoria já havia me comunicado que o senhor estava se deslocando apressadamente para tentar chegar até aqui.

Agradeço muito as palavras, a confiança e eu quero também expressar que tenho total confiança de que teremos em V. Exa. aqui um parceiro nesta luta para que a gente possa estabelecer legislação que fortaleça a educação cada vez mais como um direito e não como mercadoria.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente cessão e convoco a Comissão de Educação para a próxima Reunião Ordinária, na terça-feira, às 11 horas.

Sessão encerrada às 10h38.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia nove de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Jayme Campos, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores

Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Geovani Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Cristovam Buarque. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo", que tramita em conjunto com os seguintes projetos: **Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que "Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal -, para introduzir a remição da pena pelo estudo" e **Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008**, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados". O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido que incorpora duas emendas oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, prejudicando os Projetos de Lei do Senado 164, de 2007 e 230, de 2008, que tramitam em conjunto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 015: Requerimento nº 05/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que requer "... nos termos regimentais, a realização, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de audiência pública para debater sobre o referido eixo orientador, com enfoque especial na necessidade de aprimoramento do texto do Decreto para que o analfabetismo e a criança fora da escola sejam considerados agressões aos direitos humanos. Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes personalidades para a mesa de debates: Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad; Exmo. Sr. Secretário Especial de Direitos Humanos Paulo de Tarso Vannuchi; Exmo. Sr. Senador da República Cristovam Buarque; Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Sr. Carlos Eduardo Sanche; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Sr. Roberto Franklin de Leão". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Fátima Cleide requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Voto de Pesar nº 06/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer "... nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do sambista carioca Walter Nunes de Abreu, o Walter Alfaiate, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro, a ser encaminhado à família do falecido. Em 79 (setenta e nove) anos de vida e 50 (cinquenta) de carreira, o sambista compôs mais de 200 (duzentos) sambas. Na juventude, começou criando músicas para blocos de carnaval cariocas e participando de rodas de samba de destaque na época. Mas só foi descoberto pelo grande público nos anos 70 (setenta), quando teve três de suas canções gravadas por Paulinho da Viola — 'Coração oprimido', 'A.M.O.R. Amor' e 'Cuidado, teu orgulho te mata'. Desde a década de 1980, Alfaiate integrava a ala de compositores da Portela. Pelos serviços prestados à Música Popular Brasileira, o mestre da velha guarda do samba carioca Walter Alfaiate faz jus à homenagem póstuma que ora propomos". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento de Voto de Pesar nº 07/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer "... nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do pianista, compositor e cantor Alfredo José da Silva, o Johnny Alf, ocorrido no dia 4 de março de 2010, em Santo André, no ABC paulista, a ser encaminhado à família do falecido.Como um dos precursores da bossa nova, o cantor ficou conhecido pelas músicas 'Eu e a Brisa', 'Ilusão à Toa' e 'Rapaz de Bem'. Esta última deu nome a seu disco de estreia, considerado por especialistas como o primeiro álbum do estilo, que só receberia a denominação bossa nova oito anos mais tarde com a canção 'Chega de Saudade', de Tom e Vinicius. Em 40 (quarenta) anos de carreira, Johnny Alf gravou 13 (treze) álbuns. Pelos serviços prestados à Música Popular Brasileira, o músico Johnny Alf, faz jus à homenagem póstuma que ora propomos". O Requerimento é aprovado. **Item 017: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) a realização da II Conferência Nacional da Cultura (CNC), tendo como um dos principais temas a 'Diversidade da Cultura Brasileira', que também é tema da programação cultural da Conferência, composta por atividades e manifestações artísticas elaboradas pelo Ministério da Cultura, por meio da Fundação Nacional de Artes (Funarte), a serem realizadas no Complexo Cultural da Funarte/MinC. As mesas de debates da Conferência serão realizadas no período de 11 a 14 de março do

corrente, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília. Os Senadores que desejarem maiores informações poderão obtê-las no endereço eletrônico: www.cultura.gov.br". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 170-Seses-TCU-Plenário, de 24 de fevereiro do corrente, do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, em resposta ao Ofício nº 306/2009/CE, de autoria desta Comissão, que solicita informações quanto à fiscalização da aplicação do percentual de impostos destinado à educação pelos municípios. Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Emendas nº 01-PLEN, 02-PLEN, 03-PLEN, 04-PLEN e 05-PLEN ao Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2009; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2008; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 072, de 2009; Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 2009; Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2009; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2009; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2009; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2008; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2009; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2007; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2009; Item 016: Requerimento**, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti**.** A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Fátima Cleide,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-CE

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2010.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovados.

Srs. Senadores, não há quórum para discussão de projetos terminativos. Neste sentido nós vamos passar a discutir o Item 03, não terminativo. Projeto de Lei do Senado, nº 265, de 2006. "*Altera os artigos 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo*." A autoria do projeto é do Senador Cristovam Buarque. Relatoria do Senador Roberto Cavalcanti; o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, que incorpora duas emendas oferecidas ao Projeto de Lei do Senado 230, de 2008, prejudicando os Projetos de Leis do Senado 164, de 2007, e Projeto de Lei do Senado 230, de 2008, que tramitam em conjunto. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, o relator, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sra. Presidente e gostaria de dizer que foi extremamente difícil para mim relatar este tema, por diversas razões.

Primeiro, porque havia dentro do meu próprio pensamento uma dúvida a respeito da remição de pena.

A sociedade brasileira, ela reclama a morosidade da justiça, a sociedade brasileira reclama que determinados crimes são praticados e, logo a seguir, esses criminosos são soltos.

Por outro lado, eu não poderia não me acostar aos três projetos, porque os três projetos visam, exatamente, cada um ao seu modo, fazer com que houvesse a remição das penas em função de dois fatores da maior importância, que é o trabalho e a educação.

Principalmente a educação, e nós estamos nesta Comissão, a educação nos presídios em todos os níveis, permitindo que, de forma similar, os três projetos nesse item são absolutamente similares, dão o direito a que a cada três dias trabalhados, ou a cada três dias de frequência às aulas, o presidiário tenha a remição de um dia da sua pena.

Na verdade, são três projetos, o Projeto do Senador Cristovam Buarque, que é o 265, de 2006; é o Projeto do Senador Aloizio Mercadante, que é o 164, de 2007; e o projeto do Senador Jarbas Vasconcelos, que é o Projeto 230, de 2008. Nesta ordem cronológica, 2006, 2007 e 2008.

Eu vou tentar ser sucinto, mas na verdade é um tema que ele deveria merecer de todos nós a maior atenção e, repetindo, todos os três projetos, na sua essência, eles são bastante semelhantes, que na verdade é a remição de um dia de pena para cada três dias de trabalho ou estudo.

Num dos casos se refere em lugar de estabelecer o dia, estabelecer o módulo de 20 horas para que então esse módulo de 20 horas abranja esse tal dia de remição de pena.

Na verdade, a iniciativa estabelece ainda que constitui crime declarar ou atestar falsamente a prestação do serviço ou a frequência escolar com o objetivo de instruir o pedido de remição da pena. É muito importante, porque, na verdade, haveria o espaço para que nessa imensidão brasileira fossem feitas informações que não tivessem a precisão da verdade e, com isso, pudesse permitir que esse benefício fosse utilizado de forma indevida.

Outro item que é muito importante destacar, que foi considerado que se for o detento cometer alguma falta grave, a iniciativa prevê que o juiz poderá revogar o direito de até 1/3 do tempo remido, com o recomeço da contagem a partir da data da infração disciplinar.

Isso é muito importante, porque dá aos presídios esse lado da disciplina e do não cometimento de falta grave, que no tocante da administração presidiária vai facilitar.

Na verdade, esse projeto prevê a participação dos programas educacionais ministrados no estabelecimento prisional. Ele prevê também que esses cursos podem ser feitos dentro da modernidade, podem ser feitos de forma eletrônica, que possam ser feitos com educação à distância. E isso também na verdade é muito importante.

São vários, vários os pontos na qual nós tentamos nos acostar, o que tinha de conteúdo meritório dos mesmos, tanto do Senador Jarbas, do Senador Mercadante, como o Senador Cristovam, porém, a estrutura básica ficou na verdade contemplando o Projeto de Lei do Senador Cristovam.

O nosso projeto está... O nosso relatório está às mãos de todos os senadores presentes e, na verdade, eu iria direto ao voto, que é, pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do PLS 265, de 2006, na forma do Substitutivo apresentado, que incorpora as duas emendas oferecidas ao PLS 230/2008, e pela prejudicialidade do PLS 164, de 2007, e do PLS 230, de 2008, que tramitavam em conjunto.

Era isso, Sra. Presidente, no mais, seria na verdade ler esse projeto de lei na sua íntegra, que eu acho que não valeria a pena, em função da sua extensão e de os senhores parlamentares terem esse projeto em mãos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Roberto Cavalcanti. A matéria está em discussão.

Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu considero o assunto da mais alta importância.

Existe uma preocupação da sociedade, por um lado, com a reinserção social da pessoa que esteja no sistema prisional, de toda a sociedade. Nós queremos que as pessoas tenham chances de voltarem, de participarem, de trabalharem. Existe uma propaganda, inclusive, de conscientização muito adequada do Conselho Nacional de Justiça, há projetos em tramitação no sentido de haver, inclusive, um sistema de apoio para esta reinserção social. Então, isso é importante.

Por outro lado, também é importante que haja o sentido de prevenir que a pessoa vá para o sistema prisional. Então, temos todo um aparato de cidadania, de oportunidades, de chances, entre as quais objeto desta situação do projeto de lei, que é o acesso à educação. Quer dizer, até o acesso à educação, e ao trabalho antes, né, de a pessoa cometer um determinado crime.

E, ao mesmo tempo, existe a grande preocupação da sociedade, que certamente vai ser debatido na Comissão de Constituição e Justiça, que é no sentido de separarmos os crimes também. Quem teria direito a diminuição da pena pelo fato de estar trabalhando ou estar estudando e a relação disto com a natureza do crime que foi cometido.

Então isto, vamos dizer, é uma coisa que tem que ser bem pensada também, porque há inclusive certos crimes que são cometidos, em função de um distúrbio que a pessoa tenha, distúrbio mental, distúrbio psíquico, e que exige acompanhamento pelo restante da vida.

Então, haveria, assim, a questão, por um lado, é importantíssimo que se eduque, que se trabalhe, e que isso possa propiciar a reintegração, reinclusão da pessoa, e ao mesmo tempo, esse debate todo.

Então, eu não me sinto, assim, tranquilo em apreciar o projeto sem ouvir algumas opiniões a respeito desse tema, de pessoas que eu sei que vem se debruçando sobre isto há muito tempo.

Então eu gostaria, assim, de ter oportunidade só de ouvir esses especialistas também, que já tem uma opinião formada, e certamente o Senador Roberto Cavalcanti também fez isso, porque é uma pessoa que sempre procura se informar, ver, como ele próprio colocou, discutir, pensar, refletir no assunto.

Então, em função disso, Sra. Presidente, se for possível, parece, não vi, assim, que tenha havido pedido de vistas sobre isso, então eu solicitaria vistas do presente item da pauta, pedindo desculpas, inclusive ao Senador Roberto Cavalcanti, mas é no sentido, assim, de pensarmos mais, porque eu tenho absoluta confiança nos relatórios que o Senador Roberto Cavalcanti produz, mas ao mesmo tempo para se ter, assim, uma certeza maior do encaminhamento que se esteja dando para o assunto.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero também pedir vistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só registrar vista coletiva à matéria, pedida pelo Senador Flávio Arns e Mozarildo Cavalcanti.

Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Fátima, em primeiro lugar eu quero aqui dizer da grata satisfação de tê-la aqui como nossa Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hoje nós estamos, no Senado, comemorando o Dia Internacional da Mulher, ontem, que foi ontem, 8 de março, e como eu era a única mulher Presidente de comissão nessa Legislatura, fico muito feliz que nós já avançamos com mais uma outra mulher também Presidente.

Isso... Essa luta é muito longa ainda, mas nós estamos nela, para somarmos e que possamos ter mais representatividade nas posições mais importantes dessa Casa.

Mas com relação ao projeto, eu também sou favorável ao pedido de vista coletiva.

Presidente, tenho inclusive conhecimento de vivência de algumas experiências que foram muito exitosas no meu estado, com relação a esse aspecto, Senador Flávio Arns. A doutora, hoje desembargadora, lá do nosso estado, ela... Dra. Lena Rocha, a juíza na época, ela fez uma experiência muito interessante com os apenados, exatamente no sentido da recuperação e do trabalho, numa parceria com universidades, numa parceria com prefeitura, associando trabalho, educação e, claro, ela como juíza, era que também tinha conhecimento, tinha os meios de tipificar aqueles que poderiam ter esse direito, até porque muitos estavam cumprindo a pena já em regime semiaberto e em função disso era dada essa oportunidade, e que muitos tiveram, com certeza, os meios, a oportunidade de serem, de se... De retornarem a uma vida normal, sem a criminalidade.

Então eu acho que é bom que nós nos debrucemos, que possamos conhecer melhor todas essas questões e, se possível, dentro dos que forem aqui sugeridos, eu gostaria de trazer essa mulher, que é desembargadora, foi juíza da área, dessa área criminal, e que teve essa experiência aqui quando da audiência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vou sugerir ao requerente, que é o senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só pedi vistas, mas poderia... Só quero dizer que, no caso, o Senador Mozarildo e eu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Foi pedido vista coletiva por prazo regimental de 5 dias.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Mas poderíamos, perfeitamente, sugerir alguma coisa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas ele, inclusive...

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A realização de uma audiência.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): V.Exa. colocou que iria ouvir, não estava tranquilo, que queria ouvir pessoas especialistas na área.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu pensei, assim, mais particularmente--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu entendi que iria haver uma audiência. Foi só isso.

Então, Presidente, também eu gostaria de se fosse possível inverter a pauta para que nós pudéssemos analisar um requerimento, é não... é um requerimento, é o Item 15, de minha autoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Como a próxima relatora de proposição legislativa, que é V.Exa., então está, é o Item de número 15, nós já podemos passar a palavra, então, aliás, passar à análise do Requerimento nº... Ainda sem número, da Senadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): "Considerando o teor do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3, e considerando o disposto nas diretrizes do Eixo Orientador V do PNDH-3, que trata da educação e cultura em direitos humanos, requeiro, nos termos regimentais, a realização, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de audiência

pública para debater sobre o referido eixo orientador, com enfoque especial na necessidade de aprimoramento do texto do Decreto para que o analfabetismo e a criança fora da escola sejam considerados agressões aos direitos humanos.

Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes personalidades para a mesa de debates: Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad; Sr. Secretário Especial de Direitos Humanos Paulo de Tarso Vannuchi; Excelentíssimo Sr. Senador da República Cristovam Buarque; Presidente Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Sr. Carlos Eduardo Sanche; e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Sr. Roberto Franklin de Leão."

É esse o requerimento, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão o requerimento.

Eu gostaria de propor, Senadora Rosalba, vários requerimentos dessa natureza, chamando, convocando o Secretário Especial de Direitos Humanos, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, foram aprovados na Casa para discutir o Plano Nacional de Direitos Humanos, de número 3.

Eu gostaria... Aqui, pergunto à Senadora Rosalba, se nós não poderíamos também aprovar este requerimento, e juntá-lo a aqueles que já estão aprovados, para uma audiência conjunta das diversas comissões que já aprovaram a vinda do ministro Paulo de Tarso para discutir o Plano Nacional de Direitos Humanos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu não sei, Sra. Presidente, se uma audiência conjunta para tratar dos mais diversos aspectos, porque eu acho que a senhora já deve ter visto, o Plano Nacional de Direitos Humanos ele é muito extenso, atinge todos os setores.

Então cada comissão está sendo, vamos dizer, tem um foco dentro de uma área específica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como nós temos, por exemplo, na Comissão de Assuntos Sociais, nós estamos com foco maior na área de saúde, saúde da mulher, mortalidade materna, uma série de questões.

Então, não sei se o Ministro... Trabalho também, são duas audiências do trabalho. Não sei se o ministro poderia numa só audiência conjunta poder... Um assunto que, com certeza, é de... Com certeza, em poucos minutos nós não teremos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acredito, Senadora Rosalba, que aprovando os requerimentos, e colocando para a audiência conjunta, as pessoas que foram autoras dos requerimentos terão prioridade na audiência.

Então, eu acredito que dessa forma daria para suprir a necessidade de discutir todos os temas; mas a Comissão, o Plenário da Comissão é soberano para decidir.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A senhora está falando em reunir todas as comissões numa só audiência?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, porque já foram aprovados em várias comissões.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aqui mesmo na Educação, em várias comissões... Aqui na Educação já tinha sido solicitado...

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Várias audiências conjuntas, aliás, vários requerimentos de audiência conjunta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sra. Presidente, eu quero saber de V. Exa. se aqui na Comissão de Educação, já tinha, com relação a direitos humanos, já tinha alguma?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, não, não. Por isso que a gente está propondo, que eu proponho a V.Exa., que o requerimento seja para audiência conjunta, porque aí a gente pauta, e V.Exa. pode, na audiência pública, ter prioridade para discorrer sobre o assunto, sobre o tema.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu quero concordar com a Senadora Rosalba, que realmente esse Programa de Direitos Humanos é um [pronunciamento fora do microfone] é de uma amplitude muito grande, e nós não podemos aqui na Comissão de Educação decidir pelas outras comissões uma reunião conjunta. Nós podemos decidir que a Comissão de Educação proponha uma sessão conjunta. Vamos ter que discutir na CAS, se a CAS concorda.

Então, eu quero dizer, primeiro, eu não concordo com a sessão conjunta, audiência conjunta, porque eu acho que, realmente, o tema tem que ser dissecado, esse programa não tem emergência, não é para o Governo Lula, é para o Governo do Brasil.

Então nós precisamos fazer uma análise serena, que possamos aprovar, portanto, com consciência de que esse programa de direitos humanos que todos queremos, mas como é que queremos? É como vem? Temos que fazer correndo? Não, nós temos que realmente ter um programa de direitos humanos que

atenda prioritariamente ao cidadão e a cidadã dentro da democracia.

Por isso, eu discordo da audiência conjunta, e quero discutir em cada comissão o assunto de maneira profunda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Só esclarecendo, Senador Mozarildo, foram aprovados vários requerimentos em várias comissões. Nestas comissões onde já foram aprovados, eu não sei na CAS, e aqui na Comissão de Educação não havia sido aprovado nenhum requerimento ainda convocando o Ministro Paulo de Tarso.

Em função de ter sido aprovado em várias comissões, foi proposto nestas comissões aonde foi aprovado, a realização de audiência conjunta, e ele já foi aprovado, pelo que eu acompanhei, na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Reforma Agrária, e na CCJ.

A ideia seria apenas para que o Ministro não tivesse que ficar, como ele é citado em todas, todas as semanas aqui. Mas a gente pode também negociar, não havendo acordo na Comissão, é claro que a gente aprova, eu concordo com o requerimento específico; porém--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque...

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ressaltando a dificuldade do Ministro estar presente. Mas a gente pode, então, ir conversar com o Ministro.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Então ele pode pedir para sair do Ministério e vir outro que tenha mais tempo e mais disponibilidade para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A gente pode ver a compreensão, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Não faça como o Ministro da Saúde, e o presidente da ANVISA, que convidado para tratar de um assunto sério, como é a falsificação de medicamento, a falsificação de equipamentos como prótese etc., mandou representantes.

Nós não podemos aqui, enquanto Senado, ficar aceitando esse tipo de... Nós nos colocando numa posição subalterna a Ministros que nem sequer foram votados.

Eles têm que dar satisfação não é a nós não, é à sociedade brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Mozarildo, eu tenho certeza que o Ministro Paulo de Tarso ele não está se recusando a dar informações.

Nós só gostaríamos de tentar, de uma maneira... Conjunta, tratar todos os temas. Mas há discordância na Comissão, então eu coloco em apreciação.

Em votação o requerimento. Os senadores e senadoras que concordam, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

Não estamos tratando de audiência conjunta, audiência na Comissão de Educação.

[interrupção no áudio].

Não havendo mais itens terminativos ou não terminativos para tratar, nós passaremos aos comunicados.

Na próxima... Amanhã, quarta-feira, nós teremos a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em Reunião às 10h00, nesta mesma sala, para tratar de audiência pública, cujo tema é *análise da importância do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM no contexto das políticas de avaliação da qualidade da educação brasileira*.

A autora do requerimento é a Senadora Marisa Serrano, estão convidados o Sr. Joaquim José Soares Neto, Presidente do INEP; Antônio Lisboa Leitão de Souza, vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes Das Instituições de Educação superior – ANDES; Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; Edward Madureira Brasil, membro do Diretório Nacional Da ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Goiás.

Comunico aos Srs. Senadores e senadoras a realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura, CNC, tendo como um dos principais temas a diversidade da cultura brasileira, que também é tema da programação cultural da Conferência, composta por atividades e manifestações artísticas elaboradas pelo Ministério da Cultura. por meio da Fundação Nacional de Artes, FUNARTE, a serem realizadas no Complexo Cultural da Funarte, do Ministério da Cultura.

As mesas de debate da conferência serão realizadas no período de 11 a 14 de março do corrente, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília.

Os senadores que desejarem maiores informações, poderão obtê-las no endereço eletrônico www.cultura.gov.br. A matéria vai ao arquivo.

Comunico aos senhores e senhoras senadores e senadoras o recebimento do Aviso nº 170-SESIS, TCU Plenário, de 24 de fevereiro do corrente, do Excelentíssimo Sr. vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Benjamim Zymler, em resposta ao ofício nº 306, de 2009, da Comissão de Educação, de autoria desta Comissão, que solicita informações quanto à fiscalização da aplicação do percentual de impostos destinado à educação pelos municípios.

Os senadores que desejarem uma cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão, a matéria vai ao arquivo.

Eu gostaria de solicitar à comissão a inclusão extrapauta de dois requerimentos de voto de pesar que encaminhamos.

> "Requeiro nos termos dos arts. 218 e 221, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do sambista carioca Walter Nunes de Abreu, o Walter 'Alfaiate', ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro, a ser encaminhado à família do falecido.
>
> Em 79 anos de vida e 50 anos de carreira, o sambista compôs mais de 200 sambas.
>
> Na juventude, começou criando músicas para blocos de carnavais cariocas e participando de rodas de samba de destaque na época, mas só foi descoberto pelo grande público nos anos 70, quando teve três de suas canções gravadas por Paulinho da Viola: 'Coração Oprimido', 'Amor', e 'Cuidado, o teu Orgulho te Mata'.
>
> Desde a década de 1980, 'Alfaiate' integrava a ala de compositores da Portela.
>
> Pelos serviços prestados à música popular brasileira, o mestre da Velha Guarda do samba carioca, Walter 'Alfaiate', faz jus à homenagem póstuma que ora propomos."

Senadores que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de voto de pesar. "*Requeiro nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal voto de pesar pelo falecimento do pianista, compositor e cantor Alfredo José da Silva, o Johnny Alf, ocorrido no dia 4 de março de 2010, em Santo André, no ABC Paulista, a ser encaminhado à família do falecido.*

Como um dos percussores da Bossa Nova, o cantor ficou conhecido pelas músicas 'Eu e a Brisa', 'Ilusão à Toa' e 'Rapaz de Bem'. Esta última deu nome a seu disco de estréia, considerado por especialistas como o primeiro álbum do estilo, que só receberia a denominação Bossa Nova oito anos mais tarde, com a canção 'Chega de Saudade', de Tom e Vinícius.

Em 40 anos de carreira Johnny Alf gravou 13 álbuns.

Pelos serviços prestados à música popular brasileira, o músico Johnny Alf faz jus à homenagem póstuma que hora propomos nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal."

Senadores e senadora que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Senadora Rosalba, gostaria de se pronunciar?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de me associar, já aprovamos o requerimento, mas me associar a essa justa homenagem póstuma que prestamos, através desse voto de pesar, a Johnny Alf, e também ao compositor que... Cujo requerimento o antecedeu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Walter 'Alfaiate'.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, o 'Alfaiate', exatamente.

Ele muito representou, Senadora, todos os dois, representaram com a sua música, com sua arte, com sua composição, para a vida dos brasileiros, porque música, ela sempre é algo muito especial, e eles realmente transformaram, fizeram história, e Johnny fez história.

Quantos de nós, da nossa... Eu já digo assim, na minha adolescência, quantas e quantas vezes meus sonhos foram embalados pelas canções do compositor 'Alfaiate', e da música de Johnny Alf.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Rosalba, nós gostaríamos de registrar que à época em que fizemos aquela audiência pública, Senador Flávio Arns, para discutir a situação dos compositores brasileiros, os dois foram convidados, e já não puderam comparecer, em vista de estarem já acometidos por doença, pela doença que os levou a óbito.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive, Senadora, eu gostaria aqui de, após aquela audiência, nós demos entrada ao projeto de lei de reconhecimento da profissão de compositor.

Eu gostaria de contar, a senhora como Presidente, com o seu apoio, para que nós possamos agilizar.

É importantíssimo, para que eles sejam... É uma profissão, precisa ser reconhecida, ser valorizada, para que eles possam ter os mesmos direitos de todos os trabalhadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O projeto está sendo elaborado, Senadora Rosalba, e claro que contará com o nosso apoio.

Não havendo mais nada...

Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero lembrar, Sra. Presidente, que tendo sido lembrada aquela audiência pública que foi realizada, inclusive com convite também para as pessoas que na sequência faleceram, mas tanto quanto eu me lembre, assim, o assunto da... Assim, do apoio para o artista, para o compositor, para, inclusive na sua idade mais

avançada, ou na questão do direito autoral, ou do apoio no decorrer da vida para que não passe inclusive necessidades ao fim da vida, nós tínhamos pensado, salvo melhor juízo, de que nós constituiríamos um grupo de trabalho para chamar um Ministério, outro, e fazermos reuniões internas, e depois apresentar o resultado dessas reuniões para a própria Comissão e para a sociedade.

Porque eu acho, assim, que tem que ser trabalhado, assim, alguma coisa que ultrapasse a questão da Previdência e se insira inclusive na questão do direito autoral também.

Quer dizer, de valorização daquela pessoa que canta, que compõe, que faz o arranjo, enfim, que no final você tem o produto que é apresentado para o público.

Então, eu gostaria até, só lembrando, nesse sentido, e outro grupo de trabalho que eu considero importante, que foi, assim, um grupo, assim, refletindo sobre... Não para mudar o acordo, nesse momento, mas para envolver a sociedade, a questão do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que os expositores, na Audiência Pública disseram: "Olha, seria bom se houvesse, talvez pela própria Comissão, o estabelecimento de um grupo do qual pudessem participar linguistas, filólogos, estudantes, professores de língua portuguesa". Para que a partir de um amplo envolvimento da sociedade se chegue a uma conclusão sobre o acordo ortográfico, que na verdade vem sendo muito combatido por muitas pessoas que se dedicam a esta área, pela demora, pela falta de oportunidade, pela falta de regras, pelas exceções num acordo, e pelas mudanças, inclusive com questões constitucionais.

Muitas pessoas que se dedicam ao direito constitucional nas universidades alegam que a regulamentação do acordo está ultrapassando aquilo que o próprio Congresso aprovou.

Então, eu penso, assim, que são dois temas que... Sobre os quais a gente tem que se sentar, mas nesse segundo até a gente poderia ter, assim, o apoio, vamos dizer, de pessoas da sociedade, que pudessem comandar, junto com a Comissão, lógico, essa situação, e na outra chamar a Previdência, Assistência, Cultura, e dizer: "Olha, precisamos atender as necessidades que foram colocadas naquela Audiência Pública". Quer dizer, dar seguimento, quer dizer, desdobramentos, as conclusões.

São as duas áreas que eu penso, assim, Sra. Presidente, que a gente poderia, assim, trabalhar nisso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, Senador Flávio Arns, eu concordo com V.Exa., e me informa a Secretaria da Comissão, que o GT dos compositores, segundo acordado anteriormente após a realização da audiência pública, se reuniria após a elaboração do pré-projeto de previdência, que trataria da previdência e do seguro.

V. Exa. coloca a questão do direito autoral também, que eu considero muito importante. Penso que uma coisa não inviabiliza a outra. A gente pode formar o GT o mais rápido possível, até para, quando chegar ao pré-projeto, já ter um ponto de partida, a partir da discussão com a sociedade.

Com relação... O secretário nos informa aqui que o Ministério da Cultura tem um grupo de trabalho que está também elaborando um projeto sobre o direito autoral.

Mas eu penso, Senador Flávio Arns, nós podemos nos reunir também para discutir, Senador Mozarildo, o encaminhamento dessas questões com relação aos compositores.

Com relação ao GT da língua portuguesa, nós já estamos fazendo aqui a designação dos senadores, que logo em seguida veio o final do ano, e não foi possível ainda fazer a reunião, mas vamos designar o grupo de trabalho sobre a questão da língua portuguesa, certo?

Mais alguma questão a ser colocada, Senador Mozarildo?

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta Sessão, esta Reunião, e convoco a Comissão de Educação, Cultura e Esporte para a Audiência Pública a ser realizada na manhã da próxima quarta-feira, às 10 horas, nesta sala.

Sessão encerrada às 12h32.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dez de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, Gerson Camata, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Gilberto Goellner, Efraim Morais, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam

de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Valter Pereira, Mauro Fecury, Geovani Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana e Alvaro Dias. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 01/10-CE, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano, destinada a analisar **"A importância do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no contexto das Políticas de Avaliação da Qualidade da Educação Brasileira"**.

Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Rogério da Veiga, Chefe de Gabinete da Presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC; Senhora Lighia Brigitta Matsushigue, Segunda Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior – ANDES; Senhor Rodrigo Lamego, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação – MEC; Senhor Júlio José de Araújo Filho, Assessor Parlamentar da Universidade de Brasília – UnB; Senhora Michele Louise Moura, Assessora Parlamentar do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e Senhora Suelma Costa, Assessora Pedagógica do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Joaquim José Soares Neto, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC; Senhor Antônio Lisboa Leitão de Souza, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior – ANDES e Senhor Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES.** Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque e Romeu Tuma. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano passa a presidência ao Senhor Senador Cristovam Buarque. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao expositor **Edward Madureira Brasil, Membro do Diretório Nacional da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal do Goiás – UFG**, que profere sua apresentação fora do período concedido aos expositores, em virtude de atraso ocorrido no aeroporto de Goiânia que impossibilitou o convidado de comparecer à reunião no horário agendado. Reassume a presidência a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº 1, de 2010, desta comissão, de minha autoria, para a realização de Audiência Pública destinada à "Análise da importância do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no contexto das políticas de avaliação da qualidade da educação brasileira".

Dando início à Audiência Pública, solicito ao secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Com a presença dos nossos convidados, o Dr. Joaquim José Soares Neto, que preside o nosso querido INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; o Sr. Antônio Lisboa Leitão de Souza, vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior (ANDES); e o Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira dos

Estudantes Secundaristas (UBES). Eu quero informar a todos que o Sr. Edward Madureira Brasil, que é do Diretório Nacional da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Reitor da Universidade Federal de Goiás, está chegando, atrasou um pouquinho o avião dele, mas, daqui um pouquinho, ele estará conosco.

Portanto, eu quero dizer da importância que eu imputo a este requerimento, de minha autoria, justamente para que esta comissão, que tem a obrigação de acompanhar todas as ações educacionais, culturais e esportivas do país, esteja atenta para como poder ajudar a melhorar a forma de acesso às nossas universidades, tendo em vista que nós somos responsáveis também, cada um nos seus estados, pelos milhões de brasileiros que tiveram e estão ainda impactados por essa mudança feita no ENEM, como instrumento de acesso às universidades públicas federais, como foi este ano. Quero, de antemão, dizer que sou amplamente favorável a que o ENEM tenha esse aumento de responsabilidade, de mudança interna, amplamente favorável, mas nós temos que achar os caminhos e analisar as questões que aconteceram, do pouco nível, número de estudantes que até agora se inscreveram, para ver qual é a saída, qual é a melhoria que nós podemos fazer, se há alguma gestão em torno de legislação que a gente possa fazer, o que é que nós podemos ajudar, para que os estudantes brasileiros tenham a melhor forma de acesso às nossas universidades e, principalmente, garantir a melhoria da educação, principalmente no nosso ensino médio, que eu acredito que seja o grande gargalo da educação brasileira hoje.

Portanto, sem mais delongas, quero passar a palavra ao Dr. Joaquim José Soares Neto, que preside o INEP, que, para nós, aqui, nessa Casa, é muito importante, é um organismo que sempre tem nos dado o alento e, principalmente, a garantia de um trabalho sério. Nós confiamos no INEP e por isso que nós ficamos felizes com a sua presença hoje aqui. O senhor tem a palavra por vinte minutos.

SR. JOAQUIM JOSÉ SOARES NETO: Obrigado, senadora, pelas suas palavras, obrigado pelo convite. Acho que essa discussão é muito importante, num momento correto de ser colocada.

O INEP, que é uma instituição... O INEP vem da década de 30, de 37, e foi fundado tendo em vista... Naquele momento, a gente encontrou(F), lá na década de 30, pessoas com visões bastante avançadas em relação à educação brasileira, olhando a necessidade de a educação ter um instituto que olhasse e que trabalhasse com os dados da educação do país. Então a missão fundamental do INEP é em relação aos dados da educação do país.

Hoje o INEP, ele tem uma estrutura em relação à educação bastante sólida, é um orgulho para mim, eu sou professor da Universidade de Brasília, eu estou no INEP há dois meses, tenho trabalhado na educação e na avaliação há muitos anos, de ser Presidente de uma instituição do porte do INEP. Ele tem, hoje, uma estrutura já montada que vai... O censo do ensino básico é uma estrutura que, hoje, é bastante sólida e que já está ao nível de aluno por aluno. Então o INEP já tem uma base em que a gente pode acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos, ou o aluno sai de uma escola e vai para outra escola, isso tudo já é algo que está solidificado; a construção do censo do ensino superior, que também está em estágio bastante avançado; os exames, foi um grande avanço para o país passar a avaliar a educação do país, via os exames de avaliação. E aí vem um pouquinho da história do ENEM. Os exames de avaliação foram instituídos lá na década de 90, que era o SAEB para o ensino básico; o ENEM, o ensino médio; e o exame de cursos do ensino superior. Esses exames foram crescendo, e eu trouxe aqui uma análise para colocar aqui o ENEM, como foi crescendo no decorrer dos anos. Então, em 1998, o ENEM teve 157 mil estudantes e foi crescendo; em 1999, foram 346 mil; já no ano de 2004, 1 milhão e 500 mil; em 2005, foram 3 milhões; em 2006, foram 3 milhões e 700 mil; em 2007, foram 3 milhões e 580 mil; em 2008, foram 4 milhões de estudantes participando do ENEM. Então a gente foi da ordem de uma centena de milhar para a ordem de vários milhões de estudantes participando de um exame como esse.

Mas, na verdade, foi também instituído o SAEB, que era a Avaliação do Ensino Básico, e o SAEB trouxe junto consigo uma possibilidade de você... Uma metodologia de comparabilidade. O que é que significa a comparabilidade? Você ter exames... Todos nós já fizemos provas na vida, provas escolares, e a gente sabe o seguinte: se eu faço uma prova, outro estudante faz outra prova diferente, com questões diferentes, se uma prova é mais difícil que a outra, existe um problema de comparabilidade. Como que eu vou comparar a nota desses dois estudantes, se as provas têm dificuldades distintas? Este é um problema metodológico bastante complexo e difícil: como você comparar estudantes que fazem exames com itens distintos.

Essa metodologia, ela foi desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos, chamada Teoria de Resposta ao Item, é uma metodologia estatística bastante sofisticada, e o Brasil passou a trabalhar em cima disso, formar gente nessas metodologias, e, hoje, nós temos várias universidades com especialistas nessas

metodologias. A minha universidade, a Universidade de Brasília, tem grupos na psicologia e na estatística de pessoas que dominam, a universidade de Juiz de Fora tem grupo bastante forte que domina, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de Santa Catarina e a Universidade de Campinas são universidades que já têm grupos. Então foi um investimento, nesses últimos anos, na formação de pessoas que dominam a metodologia de comparabilidade em exames. Então esse investimento também foi feito no país. Hoje tem doutores, professores nas universidades formando estudantes que vão poder atuar tanto a nível do país, da Federação, quanto a nível dos estados e dos municípios, para poder, utilizando a teoria, poder fazer as análises e tudo. Então também é um ponto... Eu estou colocando isso porque tudo isso vai redundar no ENEM 2009. Então a Teoria de Resposta ao Item, o país se apropriou dessa teoria.

Bom, aí vem um outro ponto, que é muito importante se ressaltar em relação ao ENEM. O ENEM também vem... Vamos lá para a década de 60, dos vestibulares. As universidades públicas, com as suas vagas, e aí nós temos o quê? A necessidade da escolha de quem vai participar ou quem vai ter acesso às vagas nas universidades públicas. E nasceu o vestibular. Qual o grande ponto que eu acho importantíssimo ressaltar do vestibular? Eu vejo o vestibular como uma instituição de bastante sucesso no país no seguinte sentido: ora, se criou a tradição de se escolher pessoas para ocupar as vagas públicas através de exames bem estruturados, exames que visam realmente ter acesso, aquelas pessoas que tenham maior competência, para acessar aquelas vagas público. Então, primeiro ponto. Segundo, se criou uma tradição muito grande de logística e de segurança nesses exames. Desde que as vagas estão sendo disputadas, se viu logo, lá no começo, nas décadas de 60 e de 70, que era necessário o quê? Criar estruturas, que foram as COPERVES, que visassem o quê? Esses exames serem feitos em ambientes seguros, ambientes com bastante... Então se criou também uma tradição, e isso não se cria do dia para a noite. Então as universidades públicas e, depois, as universidades privadas beberam dessa água e se estruturou toda uma estrutura de vestibulares pelo país, num processo... o ensino superior, num processo de amplo crescimento e avanço nesses anos todos que se passaram.

Bom, tudo isso foi crescendo, e agora, vamos dizer, na primeira década do Século XXI, a questão do ensino superior se colocou de forma bastante forte no país. O país cresce, o país precisa de profissionais bem formados pelas universidades de nível superior, cada vez mais. Na verdade, eu tenho participado de alguns eventos. Recentemente, eu participei de um evento do CONFEA, na abertura de um congresso, onde se coloca a necessidade da formação de engenheiros, arquitetos e agrônomos para os próximos anos, geólogos também, onde se vê as expectativas de necessidade de profissionais de nível superior com o crescimento do país, se vê a necessidade de se formar cada vez mais esses profissionais. Bom, então, se coloca, na primeira década do Século XXI, a questão das vagas públicas para as universidades. Hoje, nós temos um parque muito grande de universidades pelo país, universidades públicas, tanto a nível federal quanto estaduais, e elas são públicas, são vagas públicas, e como, então, vamos dizer, como eu coloquei a importância do crescimento do vestibular, só ressaltando esses dois pontos: no vestibular, as pessoas que têm maior competência, elas são escolhidas para ocupar aquelas vagas. Agora, qual o ponto que se coloca hoje? Ora, um vestibular, de todo jeito, ele é localizado no espaço, na geografia. Um estudante que almeja uma vaga de uma universidade no Sul do país e mora no Centro ou no Norte, ele não tem condições de pegar um avião ou um ônibus e ir lá no lugar para fazer os vestibular. Os vestibulares, eles se tornaram estruturas localizadas, mas as vagas são públicas. Então como fazer o exame chegar a todos os brasileiros que têm a possibilidade de almejar aquela vaga pública, uma vaga federal ou estadual? Então esse é um primeiro ponto que eu acho que tem que ser colocado, é um ponto muito importante, que é um ponto que se colocou, também, depois da Constituição de 1988, em relação aos empregos públicos, também, ou seja, todo brasileiro que almeja um emprego público, ele tem o direito de almejar e de participar de um exame. O primeiro ponto é esse.

E o segundo, outro ponto, é o seguinte: como se criar uma estrutura de comparabilidade, ou seja... Não necessariamente eu, para almejar uma vaga ou uma bolsa pública, eu preciso fazer esse exame. Eu posso ter feito outro exame e usar aquela nota dentro de um período de validade, usar aquela nota para poder almejar isso. Então esses dois pontos foram colocados.

Então eu gostaria de colocar, de forma bastante marcante na comissão, senadora, a questão de que teve um ganho metodológico muito grande em 2009, quando nós trouxemos ao exame, o ENEM, a Teoria de Resposta ao Item, compondo a base metodológica do exame. Nós trouxemos, com isso, algo chamado comparabilidade. Então o estudante que fez o ENEM 2009, ele vai poder se aplicar ou para as vagas públicas ou para as bolsas públicas ou para outras instituições que, porventura, queiram usar essa nota do ENEM para selecionar pessoas, as mais variadas coisas que você

exija o quê? Que o estudante tenha uma boa base no ensino médio. Então o ENEM, ele tem uma amplitude muito grande que vai além das vagas ou das bolsas. Ele pode ser usado pela sociedade para vários pontos. Então esse foi o primeiro ponto.

O segundo ponto, que eu acho que é importante, é a questão da logística dos exames. É óbvio, quando um exame é feito para 150 mil pessoas, assiste uma logística. Na medida em que você vai para um milhão, a logística vai modificando, e nós estamos na ordem de quatro milhões de estudantes. Então, é uma questão, hoje, que se coloca, eu acho que para o país, se coloca para o INEP, e é um ponto que eu tenho trabalhado intensamente é na estruturação de uma logística adequada para um exame desse porte.

Terminando a minha introdução, senadora, depois, claro, vão ter as perguntas, eu gostaria só de colocar o seguinte: nesse momento, se pensa... No INEP, nós estamos totalmente imbuídos da questão de estruturar essa logística para esse tamanho do evento, e, ao mesmo tempo, trazer tecnologias modernas para se realizar o exame. O que é que eu quero dizer com isso? Como nós temos, agora, um exame em que você pode ter estudantes fazendo exames diferentes e questões diferentes, as notas deles podem ser comparáveis, nós podemos usar métodos metodológicos, que ainda isso vai se colocar para os próximos anos, como provas adaptativas no computador. O que é que significa isso? O estudante, ele senta no computador e ele passa a fazer o exame via computador. Em alguns centros do Brasil, a gente sabe que já têm uma base tecnológica apropriada para isso. Então, nós vamos... No decorrer, agora, da próxima década, o exame, ele vai ser ainda, em muitos lugares, de papel, lápis e papel, mas, em lugares aonde você tem estruturas tecnológicas adequadas, a gente já pode ir trazendo para fazer o ENEM as provas adaptativas no computador. Eu quero dizer o seguinte: que, hoje, na Europa, nos Estados Unidos, já existem, quer dizer, esses exames para a gente acessar as universidades americanas, as provas adaptativas no computador já foram implementadas e a base delas chama Teoria de Resposta a Item. Então nós já temos a base metodológica para dar mais esse passo na direção dos grandes exames.

O ponto fundamental é o seguinte: exames bem estruturados, tanto do ponto de vista das questões que vão ser aplicadas quanto do ponto de vista da metodologia que está sendo aplicada, quanto da logística, são a base de escolhas para pessoas que vão acessar as vagas públicas ou as bolsas públicas, que tem algo que chama a impessoalidade e a imparcialidade. Essas duas questões são pontos fundamentais na nossa Constituição. Então o ENEM, hoje, é uma estrutura que tem como base e tem como filosofia a impessoalidade e a imparcialidade. Obrigado, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos a sua exposição, Professor Joaquim José Soares Neto, que preside o INEP, uma organização de... Oitenta anos?

SR. JOAQUIM JOSÉ SOARES NETO: Setenta e três anos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Setenta e três anos já de existência e que sempre é um orgulho para todos nós.

Eu quero registrar aqui a presença do Senador Sadi Cassol, de Tocantins, do PT; do Senador Roberto Cavalcanti, da Paraíba, do PR; e do Senador Augusto Botelho, de Roraima, do PT. Desculpe-me, PRB, do Senador Roberto Cavalcanti.

Quero passar a palavra ao Sr. Antônio Lisboa Leitão de Souza, vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior – ANDES. V. Sa. tem a palavra por vinte minutos.

SR. ANTÔNIO LISBOA LEITÃO DE SOUZA: Muito obrigado, senadora. Bom-dia a todos e todos. Eu gostaria de cumprimentar, inicialmente, a Senadora Marisa Serrano, pela iniciativa de ter provocado uma discussão como essa. Pela relevância e importância que tem para a sociedade brasileira, eu acho que muito mais vai para além desta comissão e das preocupações que esta comissão tem tido ao longo do tempo, mas, sobretudo, e cumprimentando a senadora, cumprimentar aos senadores aqui presentes, colegas da mesa, e dizer da necessidade que nós julgamos haver de estabelecermos um debate nacional amplo, envolvendo os diferentes setores e segmentos organizados da sociedade brasileira, acerca do perfil do papel e da abrangência que precisam ter o ensino médio e o ensino superior neste país. Pela inexistência de um Sistema Nacional de Educação, nós não temos a clareza ou, pelo menos, para aquelas pessoas que têm se dedicado à análise e ao estudo das políticas educacionais nesse país, não há a clareza, no meio social brasileiro, sobre qual é a função, ou a missão, ou o papel que o ensino médio precisa ter – isso precisa ser definido -, a sua relação com o ensino superior e quais as interfaces que precisam ser estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem, no sentido de cooperação entre educação superior e educação básica, particularmente ensino médio.

Neste sentido, esse debate ganha uma relevância ainda maior a partir do que foi definido como iniciativa governamental, no ano passado, acerca da mudança no ENEM, a redefinição do perfil que esse exame nacional adquiriu como avaliação do ensino médio. Eu acho que, nesse momento, é importante a gente ter clareza

de que, quando ele foi criado, ele foi criado como uma avaliação diagnóstica de síntese do ensino médio, a partir da participação voluntária dos alunos que concluíram o ensino médio. E parece-me que não houve o tratamento adequado dos resultados que o exame mostrou, ao longo de uma série histórica, acerca do que é o ensino médio no Brasil, como ele tem se constituído, qual é o seu perfil, se tem atendido, ou não, as necessidades sociais, se tem acompanhado ou se está sintonizado com aquelas que são as necessidades do desenvolvimento social, cultural, intelectual da sociedade brasileira e qual a necessidade de modificações, de reformulações em sua estrutura curricular, em seu papel nos processos metodológicos de avaliação. E isso tem rebatimento direto no que é o papel e a atuação da universidade enquanto formadora dos formadores, enquanto formadora dos profissionais que estarão diretamente envolvidos no processo de formação na educação básica. Daí a importância dessa discussão de avaliação nacional da educação, seja avaliação da aprendizagem, seja avaliação institucional, não poder absolutamente prescindir da participação direta das universidades nesse processo.

A mudança que foi feita no ENEM, é importante deixar isso claro, na nossa compreensão, mudou completamente o que era o ENEM, por isso que ele é chamado hoje de Novo ENEM, mas não se trata mais de um Exame Nacional de Avaliação do Ensino Médio. A mudança que foi feita provoca, na nossa compreensão, uma reestruturação ou uma redefinição do ensino médio e que está relacionado a um processo em curso de redefinições, reestruturação do que é o ensino superior no país. E isso não tem sido implementado, ressalvadas as preocupações governamentais, do próprio INEP, do Ministério da Educação em promover mudanças qualitativas no ensino médio e na educação superior deste país, não está sendo feito com o tempo de debate, de discussões e envolvimento necessário com os diferentes setores e entidades envolvidas ou que deveriam estar sendo envolvidas. De alguma forma, nós julgamos que a adoção do Novo ENEM foi prematura, porque, se ela é uma mudança decorrente de uma avaliação feita dos resultados no ENEM, no sentido de mostrar que mudanças precisam ser feitas na educação básica neste país – e aí não somente no ensino médio -, que mudanças curriculares, que mudanças de conteúdo e de método precisam ser feitos no ensino médio ou na educação básica, como um todo, para repercutir na educação superior, e atrelada a essa avaliação, a essa percepção de mudanças que processos de avaliação deveríamos estabelecer para promovermos o acesso à educação superior, seja via vestibular, seja um exame nacional, enfim, através de que metodologia.

Não dá para estabelecer uma mudança no meio de um processo que está em curso, sem que as partes envolvidas, tanto educação básica quanto superior, façam a devida reflexão ou tenham uma participação mais ativa do que será a nova metodologia de avaliação.

Nós tínhamos a clareza de que, conforme a nossa Constituição e a própria Lei de Diretrizes e Bases define, a educação básica é um direito. A educação superior também é um direito, mas o acesso é meritocrático. O acesso é pela capacidade e competência de todos aqueles que almejam a educação superior.

Nós temos acompanhado uma certa evolução, e o Professor Joaquim demonstrou, com clareza, a ampliação do número de participantes no ENEM, o que reflete, de alguma forma, a ampliação do número de matrícula na educação básica em geral, mas, em particular, no ensino médio, e, ao longo dos anos 90, nós tivemos um crescimento significativo no número de matrículas e de conclusão do ensino médio. A partir dos anos 2000, há uma certa estagnação na quantidade de matrículas e de conclusão do ensino médio. Nós temos, por outro lado, uma ampliação da oferta, basicamente no setor privado, ao longo dos anos 2000, uma certa estagnação da matrícula e da conclusão na rede pública de educação superior. E há, portanto, uma certa pressão, embora haja um número bastante expressivo do ponto de vista percentual quantitativo de vagas ociosas na iniciativa privada, há, de alguma forma, uma pressão vinda do ensino médio para o acesso à educação superior.

O Novo ENEM, como está estabelecido, ele não assegura, necessariamente, a ampliação do acesso, nem tampouco a permanência na educação superior ou a democratização do acesso e da permanência à educação superior. Por quê? Basta a gente observar os resultados que foram obtidos via SISU, agora, no final de 2009, para o início de 2010, com a quantidade de vagas ociosas em cursos que são tidos como de elite, de uma procura extremamente alta, em universidades renomadas, reconhecidas nesse país. Vagas ociosas em cursos de medicina, vagas ociosas em cursos da área de engenharia, vagas ociosas em cursos na área do direito e assim por diante. De Norte ao Sul do Brasil, nós tivemos, a partir do SISU, um resultado que nos deixa, no mínimo, algumas interrogações. É preciso repensar esse processo, é preciso voltar atrás na definição de como deve ser dada ou como deve ser implementada a passagem ou a avaliação que assegure a passagem da educação básica para a educação superior.

Alguns pontos nos chamam a atenção, e eu gostaria de destacar alguns. Por exemplo, é importante nós levarmos em consideração, e considerando a preocupação que a senadora deixa claro, na justificativa para a convocação desta Audiência, que medidas encontrarmos ou que alternativas poderíamos adotar para a modificação e melhoria, aprimoramento desse processo. Nós sabemos que as universidades públicas brasileiras, destacadamente as universidades federais, e o próprio Professor Joaquim já ressaltou isso, adquiriram, ao longo do tempo, um *know how*, tem uma competência técnica, política, acadêmica e operacional instalada que justificaria, por si só, o fato delas próprias serem as protagonistas, coordenadoras desse processo. O processo de avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e não pode, em absoluto, na nossa compreensão, ser terceirizado, sob pena de incorrermos naquilo que ocorreu, colocando em xeque a lisura e a credibilidade do processo, sob pena de não colocarmos na pauta daquilo que está sendo avaliando os elementos que foram utilizados no processo de formação. Então, se os alunos têm um processo de formação, a avaliação deve corresponder àquilo que foi a sua formação. Um exame nacional padronizado ou estandardizado(F), como nós chamamos, incorre nesse fator de risco. Quer dizer, nós temos diferentes regiões, nós temos diferentes, aspas, "ensino médios" no país, dada as peculiaridades e autonomias que as redes e os sistemas têm em promover perfis de formação diferenciada, a despeito de termos diretrizes curriculares nacionais para a educação básica e para cursos de licenciatura. Um exame nacional pode passar por cima daquilo que são as peculiaridades de formação em determinadas regiões. Se nós tivéssemos as universidades públicas em cada estado como coordenadoras desse processo seletivo, nós estaríamos, de alguma forma, assegurando a lisura, a competência técnica, a abrangência, que hoje são quatro milhões, Professor Joaquim, quatro milhões de participantes no processo, mas acreditamos que poderia chegar a um número muito maior no que diz respeito à logística necessária para atender a essa demanda. As universidades em todos os estados têm uma estrutura montada para a realização de seus processos vestibulares e caberia, então, às universidades públicas, como coordenadoras desse processo, repensar com as diferentes entidades, associações, representações envolvidas, as redefinições do que deveria ser em cada estado ou região o processo seletivo. Quer dizer, nós democratizaríamos o debate, repensaríamos, respeitando as diretrizes nacionais de avaliação que precisariam ser observadas, a realização deste processo. Não dá, portanto, para descolarmos a avaliação como uma parte que pode ser terceirizada e tratá-la numa outra lógica econômica e terceirizar esse processo.

Um outro ponto que eu gostaria de destacar diz respeito ao... Talvez seja essa uma questão de fundo, que o exame, como está composto e orientado, ele valoriza o indivíduo, ele está centrado no indivíduo, no interesse individual, não na necessidade social regional. Na medida em que ressalta permanentemente a importância de permitir ao candidato a opção de cursos e a possibilidade de mobilidade, isto, na verdade, acaba por privilegiar aqueles que já são privilegiados. Então não há um processo de equalização das oportunidades sociais.

Por outro lado, e os resultados de 2009 para 2010 demonstraram isso, o resultado de vagas ociosas e a quantidade de alunos de diferentes regiões se matriculando em outros estados gera um impacto, na nossa compreensão, talvez, mais negativo que positivo, com a mobilidade que artificialmente estaria sendo montada. O que é que justifica a criação ou a institucionalização da universidade numa determinada região, num determinado estado? É a perspectiva do seu próprio desenvolvimento, do desenvolvimento local, regional, social. Ora, se a universidade está ali presente para formar sujeitos que não permanecerão ali ou que não tenham um vínculo direto geográfico, social, econômico, cultural, etc., com a própria região, ela não está atendendo, na verdade, o interesse regional. Ela privilegia o atendimento de interesses individuais em detrimento dos interesses coletivos daquela região. Então ela não estaria, na verdade, cumprindo plenamente aquele que é o seu papel de promotora indutora do desenvolvimento local e regional, que é aquilo que se espera de uma instituição pública. E a experiência mostrou que, mesmo dada a opção de cinco escolhas, depois que foi reduzida para uma escolha, com a possibilidade de se reoptar por uma outra área, a mobilidade não está assegurada. Se nós estabelecêssemos o vestibular ou o processo seletivo seriado ou simplesmente processo seletivo em cada estado, coordenado por cada universidade, o aluno de um outro estado, de uma outra região, que se interessasse em fazer o curso, ele teria que ir lá, valorizaria o elemento regional, valorizaria aquilo que é a disposição regional, o perfil de formação regional e as condições regionais de entrada na universidade. Da forma como está, a despeito do potencial tecnológico existente, a despeito dos recursos tecnológicos existentes, da possibilidade do aluno ficar à frente de um computador, aguardando a abertura de vaga, e como é que esse processo vai se alterando ao longo do tempo, aguardando até o último instante para fazer a sua opção, novamente, aí, tem um privilégio, porque, considerando-se o perfil socioeconômico dos nossos

alunos, não são todos os quatro milhões de alunos que têm em sua casa um computador permanentemente ligado para que ele aguarde o momento oportuno de estabelecer ali a sua escolha e dizer para qual curso e qual universidade ele está fazendo a sua escolha. Então, novamente, por este fator tecnológico, nós temos um limitador daquilo que deveria ser a democratização do acesso. E, novamente, nós temos como justificativa a importância e o papel que tem a presença da universidade em determinados estados e regiões.

Eu vou tomar como exemplo a universidade onde eu trabalho, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que já conseguiu consolidar-se nos processos de avaliação, com a estrutura e a competência que ela adquiriu ao longo do tempo, o seu *know how*, a Universidade de Brasília, a própria UFRJ, uma das maiores universidades desse país, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; eu não sei exatamente as universidades mais novas porque, talvez, não tiveram tempo hábil para se consolidar neste processo. Mas há uma referência regional clara, um reconhecimento da idoneidade, da competência acadêmica, política, que é a própria UFRN, a própria UnB, a própria UFRJ adquiriram nesse processo seletivo, na efetivação e implementação desses processos. Talvez a dúvida, o receio dos reitores das universidades federais – lamentavelmente o colega presidente da ANDIFES não está aqui para comentar um pouco sobre isso – em adotar o ENEM como medida de entrada nas universidades, substituindo os seus próprios vestibulares, já fosse um alerta para a sociedade brasileira de que algo precisava ser amadurecido, de que algo não estava muito claramente definido. Eu acho que foi uma decisão acertada dos reitores em não terem adotado integralmente o ENEM e não terem adotado... Desculpa, não terem decidido pela supressão imediata de suas experiências de processos vestibulares.

Então eu acho que nós poderíamos aprimorar bastante esse processo, nós poderíamos estabelecer uma discussão que se faz necessária, na nossa compreensão, entre as Secretarias Estaduais de Educação, através de suas representações, CONSED, UNDIME, o FORUMDIR, que é o Fórum dos Dirigentes das Faculdades de Educação nesse país, a ANDIFES, Sindicatos de Docentes, União Nacional dos Estudantes ou as Representações Estudantis, melhor dizendo, no sentido de que elas possam se expor e definir o que é que deveria ser o processo seletivo, qual é o papel da universidade.

Eu gostaria aqui de lembrar de um documento que o INEP publicou, se não me falha a memória, em 1999, ou no ano 2000, que diz respeito ao Relatório Meirieu sobre uma consulta que foi feita na França acerca sobre que "Saberes ensinar nos Liceus franceses", para se promover, então, uma reforma no ensino médio francês [soa a campainha] e no processo seletivo no *Baccalauréat*, que promove o acesso à universidade.

Então, para concluir, eu acho que foi uma iniciativa importante, e nós estamos com a oportunidade ímpar de repensar, neste momento, a partir do que provocou o Novo ENEM, uma reflexão sobre o papel que o ensino médio tem nesse país e o papel que as universidades podem desempenhar como consolidadoras, digamos assim, de um Sistema Nacional de Educação articulado, já que este é o mote que está aí posto para a CONAE 2010. Muito obrigado, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, e nós que agradecemos, Professor Antônio, a presença e a sua explanação.

Quero agradecer também a presença e nominar as pessoas que estão aqui no Plenário: o Sr. Rogério da Veiga, Chefe de Gabinete da Presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Seja bem-vindo. A Sra. Lighia Brigitta. Matsushigue.

SR. ANTÔNIO LISBOA LEITÃO DE SOUZA: Lighia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Lighia. Tem um engano aqui. Desculpa, Lighia. Seja muito bem-vinda, é a Segunda vice-Presidente da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a ANDES, Regional de São Paulo; o Sr. Rodrigo Lamego, Chefe de Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação – MEC. Seja bem-vindo. E o Sr. Júlio José de Araújo Filho, Assessor Parlamentar da Universidade de Brasília. Seja bem-vindo. Quero, ainda, cumprimentar a Michele Louise Moura, que é Assessora Parlamentar da ABMES, do Fórum de Representação das Entidades de Ensino Superior Particulares do País; e a Sra. Suelma Costa, Assessora Pedagógica do CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. Seja bem-vinda também. Obrigada.

Quero passar a palavra ao Yann Evanovick. Falei certo, Yann?

SR. YANN EVANOVICK: Evanovick.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Evanovick, Yann Evanovick, que preside a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a UBES. Eu quero informar que houve uma polêmica, inclusive, se devia convidar a UNE ou a UBES, e eu advoguei pela causa da UBES, porque é o ensino médio, é a eles que está afeta a discussão maior, é a eles, é sobre eles que está recaindo toda essa questão e não à UNE mais especificamente. Portanto, eu

fico muito contente de ter o Yann, que veio lá do Amazonas, veio do Amazonas, para estar conosco nesta manhã. Com a palavra, Yann.

SR. YANN EVANOVICK: Bom-dia a todos que estão presentes nesse debate. Eu queria, inclusive, pedir permissão para, antes de apresentar a nossa opinião, saudar as mulheres, já que, nessa semana, completou cem anos do 08 de março, e esta comissão, pela primeira vez na sua história, tem uma mulher presidindo e uma outra mulher vice-presidindo essa comissão.

A UBES, durante todo o ano de 2009, travou um intenso debate sobre a questão do fim do vestibular. Nós achamos que o vestibular, no nosso país, ele acaba excluindo muitos jovens, muitos estudantes, e nós não nos furtamos do direito de sonhar, já que, em vários países da América Latina, não se têm vestibular, e nós achamos que nós temos que trabalhar em perspectiva, para, num futuro não muito distante, fazer com que todos os jovens ou a grande maioria dos jovens possam ter acesso à universidade.

Eu acho que todos os dois outros meus companheiros aqui de mesa, que fizeram a apresentação, acho que o INEP apresentou bem os dados que demonstram claramente do avanço que significa o ENEM para todos os estudantes do nosso país, e eu também aqui compartilho da opinião que o ENEM, nós temos que ampliar a discussão do ENEM. Aconteceu, de fato, de forma muito prematura, o processo de implementação do ENEM. E os reitores, de forma muito sábia, conseguiram entender que tudo que é muito novo nós temos que ter um pouco de cuidado, não implementaram de forma plena o processo do ENEM. E nós, da UBES, acreditamos, primeiro, que o ENEM, ele criou um constrangimento muito grande para os estudantes brasileiros. E nós concordamos também que não dá para estar na mão de empresa privadas até a produção das provas do ENEM. Isso tem que ser responsabilidade única do Estado Brasileiro, inclusive nós tivemos a oportunidade de, em reunião, apresentar para o Presidente da República essa questão que nós achamos que todo o processo do ENEM, o processo tanto da formulação que hoje já é de responsabilidade do estado, mas também o processo de produção da prova, seja de responsabilidade do estado.

Outro ponto: nós achamos que o ENEM, ele tem que ter um recorte social. Hoje, apesar dos esforços feitos por parte do governo federal, por parte de muitos governos estaduais, a escola que nós temos ainda não é a escola que nós queremos. Portanto, muitos são os estudantes que hoje sonham em estar na universidade e estão na escola pública, mas muitos, pela qualidade que se tem na escola pública, não vão poder chegar até a universidade. Isso reflete diretamente, enfim, no futuro do nosso país. Então, portanto, nós achamos que 50% de todas as vagas oferecidas pelo SISU têm que ser destinadas para estudantes oriundos de escola pública. Nós achamos que deve haver um recorte social dentro do ENEM.

Do ponto de vista da mobilidade, que foi apresentado. Lá já em 1932, ali, os pioneiros da educação, Anísio Teixeira, faziam esse debate da construção de um Sistema Nacional de Educação. E o ENEM, ele vem no bojo desse debate, porque o fundamental é a questão do currículo que é aplicado no ensino médio. E não dá para diminuir o papel do ensino médio, colocando o ensino médio como somente uma fase ali preparatória para um vestibular. A gente vê que, nos últimos períodos, o ensino médio foi pautado pelas provas do vestibular, e nós achamos que o ENEM, ele tem que interferir de certa forma, mas o papel do ensino médio, ele tem que ser ainda muito mais valorizado. Isso inclusive em todas as fases, em todos os sistemas educacionais. Nós achamos que tem que se criar a unidade, tem que se fazer os sistemas interagirem de forma mais ampla. Portanto, do ponto de vista da unificação da prova, nós achamos muito positivo você ter uma prova unificada no país.

Agora, apesar de hoje se fazer muitas mobilizações nesse sentido da mobilidade, segundo os dados do IBGE – e aí me corrija se eu estiver errado -, somente 0,4% dos estudantes que residem, que fazem faculdade nos estados, estudam há menos de um ano nesses estados. Então é um número muito pífio, um número muito pequeno. Essa é a verdade. Eu acho que nós temos que fazer um esforço muito grande de tentar segurar ainda mais essa mobilidade. Eu, apesar de morar hoje em São Paulo, mas vim do Amazonas, tive a oportunidade de conversar com a Professora Márcia Perales, que é reitora daquela universidade. E aí eu concordo que o ENEM, ele tem que acontecer de forma seriada, inclusive nessa perspectiva de valorizar o ensino médio. Lá se criou uma discussão muito grande na aplicação da prova, porque, em um curso de medicina, mais de 50% das vagas do curso de medicina seriam ocupados por estudantes de outros estados, ali, naquele estado que tem uma demanda muito grande, uma demanda muito... Que tem uma demanda muito grande. Enfim, então, se criou um certo tensionamento, hoje mudou um pouco a realidade, muito por essa questão da mobilidade dos estudantes não conseguirem chegar até lá, um número razoável de estudantes do Amazonas ocuparão essas vagas que estavam na lista de espera. Então, portanto, eu acho, inclusive para valorizar a questão regional, para valorizar o ensino médio, eu acho que o ENEM tem que acontecer de forma seriada, como tem em vários

estados do país. Vários estados do país têm o processo seriado, inclusive que aconteceu, vou utilizar esse termo, de forma mista: alguns estados que destinaram parte das vagas para o processo do ENEM, mas que também mantiveram o seu processo seriado.

Do ponto de vista dos avanços, pode parecer para alguns que não seja muito, mas a gratuidade no ENEM, ela é algo extremamente positivo. A prova unificada, como já coloquei, ela é algo extremamente positivo. A ampliação dos recursos de assistência estudantil é um avanço significativo. E, também, no conteúdo, nós fazemos uma avaliação positiva do conteúdo do ENEM. Eu acho que o conteúdo do ENEM foi muito melhorado. Então nós achamos que, do ponto de vista do conteúdo, também tem alguns avanços significativos.

Agora, o fundamental, e esse debate, senadora, eu gostaria de valorizar muito, apesar de achar, de certa forma, um pouco tardio, porque nós vamos agora entrar numa Conferência Nacional de Educação, e essa Conferência Nacional de Educação, ela deve apresentar propostas ao novo Plano Nacional de Educação, que vai pensar a educação no nosso país durante os próximos dez anos, durante os próximos dez anos. E eu, particularmente, acho que o ENEM, ele é uma boa iniciativa; agora, nós não podemos permitir que aconteçam falhas que constrangeram os estudantes, como foram constrangidos no final do ano passado. O adiamento da prova e o vazamento de informações foi algo muito ruim e nós achamos que isso tem que ser responsabilidade do Estado Brasileiro. O estado tem que ter controle de todas as informações, tem que ter controle da produção do ENEM. Agora, eu acredito que, para se avançar ainda mais, principalmente do ponto de vista da inclusão, deve ser feito esse recorte social. Por isso que a UBES não se furta em dizer, mesmo existindo uma certa polêmica no debate das reservas de vagas nas universidades, que tem que ter uma reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública, um recorte social.

Então eu queria agradecer aqui ao espaço que foi dado à União Brasileira dos Estudantes, eu fico muito feliz em saber que nós temos uma boa advogada da nossa causa, das pautas referentes à educação básica no nosso país. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos ao Yann, a participação, e como todos aqui viram, eu vi várias pessoas anotando as falas, se preocupando em acompanhar o que está sendo dito aqui, já que é a primeira vez que essa comissão se debruça sobre essa questão, e é... É claro que não vamos esgotar aqui uma problemática como essa, mas é pelo menos um alerta e é a primeira vez que nós estamos discutindo uma questão que mobilizou quatro milhões de estudantes, mas, se você colocar a família dos estudantes, os namorados, as namoradas, todo mundo que foi, de alguma forma, impactado por essa questão, nós temos aí um universo muito grande de brasileiros que... No mínimo, trinta milhões, aí, foram impactados com essa questão do ENEM.

Quero informar também a todos que essa sessão está sendo gravada pela TV Senado e vai para todo o Brasil, na íntegra.

Eu vou fazer algum questionamento, depois eu quero passar para o Senador Augusto Botelho, mas alguns questionamentos que eu acho que aqui nós precisávamos aclarar.

Primeiro, nós tivemos na primeira etapa do SISU, das 47.900 vagas oferecidas, 18.660 foram incluídos. Na segunda etapa, dos 29.240 colocados à disposição do alunado, só 7 mil vagas foram aceitas e preenchidas. Depois disso, da segunda para a terceira etapa, até a terceira etapa que vai ser feita dias 15 e 16 agora de março, quer dizer, na próxima semana, temos 21.457 vagas, praticamente a metade das vagas que foram oferecidas na primeira etapa, isso na terceira etapa, metade. Das 47 mil, 21 mil serão oferecidas agora, na terceira etapa, para os nossos estudantes. Há uma discrepância muito grande no preenchimento das vagas, e essa é uma pergunta que eu quero deixar aos nossos convidados, para que nos expliquem, nos ajudem a entender o que foi que aconteceu, para que nós chegássemos na terceira etapa com metade praticamente das vagas ociosas.

Além disso, uma outra pergunta que me preocupa muito. Há ainda, depois da terceira etapa, uma possibilidade de os alunos ainda entrarem na lista de espera, para que as próprias universidades possam fazer a sua própria inclusão como gostariam e como aceitariam fazer a inclusão desses alunos nas universidades, quer dizer, as próprias universidades vão ter a oportunidade de fazer essa seleção. Será a quarta etapa. A minha pergunta e a minha preocupação é essa: e a qualidade do ensino, a qualificação desses alunos? Quer dizer, numa quarta etapa, pressupõe, a princípio, a princípio, que são alunos que não conseguiram entrar nem na primeira, nem na segunda, nem na terceira. Aí a universidade faz uma outra forma de acesso, e esses alunos entrariam por terceiro na universidade. Quer dizer, a qualidade e a qualificação desses alunos que terão uma quarta etapa ainda para o ingresso nas universidades.

Ainda quero fazer uma constatação. Quando o Professor Antônio disse que o ENEM não pode existir apenas para se discutir os problemas do ensino superior ou o ensino superior, quando o ENEM foi criado, a

criação do ENEM foi justamente para avaliar o ensino médio e procurar alternativas para melhorar o ensino médio. Você faz uma avaliação com um objetivo, ninguém faz uma avaliação sem objetivo. Você faz uma avaliação com um objetivo. O objetivo era dar mais força ao ensino médio, que é o grande gargalo da educação brasileira hoje. Se nós não temos mais essa opção, se a opção do ENEM vai ser para o ingresso nas universidades, como é que fica o ensino médio brasileiro? Quer dizer, a grande questão, o grande gargalo, o grande problema nosso, hoje, da educação brasileira está aí, é uma área que não tem identidade, ela não serve como ela só. Ela é uma passagem para o ensino superior ou nós temos que garantir que o aluno saia do ensino médio com todas as ferramentas necessárias, com aquisição de tudo aquilo que é importante na área curricular, para que ele possa ingressar no ensino superior. Quer dizer, o ensino médio é um problema que nós temos que discutir. O que vai se colocar no lugar do ENEM, se o ENEM passar a ser apenas uma forma de ingresso no ensino superior?

Quer dizer, essas eram algumas das minhas preocupações iniciais que eu gostaria de deixar aqui, como autora do requerimento.

Passo a palavra agora ao Senador Augusto Botelho, depois ao Senador Cristovam, aí, depois, nós fecharíamos com as respostas de todos os nossos convidados.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, Professor Joaquim, Professor Antônio, Yann, estudante. Eu sou de Roraima. Lá em Roraima nós temos três universidades, uma estadual e duas federais, somos quase 400 mil habitantes.

Eu acho que o ENEM é um exame necessário e louvo o ENEM porque a gente tem algum parâmetro para alguma coisa. Mas me preocupa quando acontece o que o Professor Antônio falou realmente, de a gente pegar e as nossas vagas serem... Eu sou de Roraima, ele saiu do Amazonas, mas serem ocupadas por pessoas que não vão ficar lá. Por isso que eu acho que a universidade tem que continuar tendo autonomia para adotar, ou não, o ENEM, e a coincidência das datas no vestibular também é boa para isso, para evitar que... Senão o que acontece realmente é assim: o indivíduo que estuda em melhores escolas é mais privilegiado, vai ocupar os melhores lugares. Isso aí não tem nem dúvida que acontece, existe uma discriminação nesse sentido, tira a oportunidade. As universidades realmente foram feitas para fazer trabalhadores para qualquer lugar. Eu não posso reclamar, que eu saí de Roraima para estudar no Rio de Janeiro, também ocupei uma vaga lá dos cariocas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu esqueci de avisar que o Senador Augusto Botelho é médico.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sou médico, isso. Então a gente tem que dar uma forma nisso. As universidades têm autonomia. O professor falou de uma forma que é uma ideia boa que tem que ser discutida, de que as próprias universidades sejam responsáveis pela aplicação, no caso do ENEM. Por outro lado, esse ENEM terceirizado, ele não deixa de ser responsabilidade do estado, não. O estado não pode jogar uma bola na mão da terceirização. Ele tem que continuar, tem que haver maior fiscalização. O estado tem que fazer da forma que for mais econômica. Quatro milhões de provas é um custo grande, não pode ser feito assim. Por exemplo, se a gente deixar para fazer em cada universidade, vai ser uma confusão danada, o custo vai lá para cima também do exame. Temos que fazer pelo menor custo e o mais eficiente. Agora o estado não pode deixar de fiscalizar, de ficar em cima.

É muito bom a gente estar ouvindo os senhores falar, para a gente ter uma ideia para ver o rumo que a gente vai tomar. Eu espero que, nas minhas universidades de lá, a gente use o ENEM só um pouquinho, um pouquinho de vaga para o ENEM, porque realmente eu preciso que mudem lá. A nossa faculdade de medicina, se ocupar esse percentual pequeno que tu falaste, mas vai 20%, já são vinte vagas. Se entrar dois alunos de fora – e entram muito mais -, alguns ficam, mas a maioria vai embora. E os nossos também ficam, quando vêm fazer residência para cá, ficam por aqui. Isso não tem como a gente segurar para lá e para cá, mas, se você der mais oportunidade para os que estudaram lá, para os que estão lá, fica mais fácil de ficarem...

Se a gente for fazer um levantamento, nós temos mais de dois mil municípios – eu vou falar em médico, ela falou da minha área – no Brasil que não têm médico, e está sobrando médico proporcionalmente, em relação à proporção da OMS no Brasil. Se a gente formar os médicos lá perto das pessoas, eles têm muito mais chance de ficar. Eu estou falando de médico, eu estou falando de professor, professor com mestrado, professores qualificados também... Todos eles tendem a ir para os lugares maiores. Por isso que essa regionalização que o Professor Antônio Lisboa estava falando, eu vejo, assim, com muita simpatia, que seria uma forma de a gente conseguir colocar as pessoas que trabalham no lugar.

Lógico que o ensino médio tem que melhorar. Eu acho que, como a senhora falou, agora, aqui, realmente o ensino médio está num limbo, ele parece ser uma passagem para a universidade. Mas nós temos que

trabalhar, como o Senador Cristovam aqui e o Senador Romeu Tuma também, é de que a gente tem que profissionalizar o ensino médio, tem que profissionalizar mesmo nesse país, que é para dar oportunidade de o cara terminar o ensino médio e já ter um jeito de sobreviver. E para melhorar também, se o Brasil quer ser uma potência, quer ser um país das maiores economias do mundo, ele tem que dar essa direção, porque a gente, quando termina o ensino médio, mesmo, fica sem saber. Terminou o ensino médio. E agora? Então tem que profissionalizar o ensino médio.

Quanto às cotas do Yann, da cota social, eu também sou favorável a isso. Essa cota racial, a gente fica meio assim. Se for uma cota social, aí, sim, ela vai ser justa, porque, como tem o negro que estudou na escola ruim, tem o mestiço, o branco. Eu, por exemplo, sou descendente de índio, de branco, de negro, de tudo. E aí, como é que eu ia ficar se eu fosse entrar nesse negócio de cota? Eu ia depender do cara olhar para a minha cara e dizer o que é que eu era? Pela cota social seria diferente. Também nessa cota social de escola pública, a gente tem que analisar que alguns pais pobres fazem sacrifício para botar os filhos para estudar em escola particular, mas são pobres. Então além de o indivíduo vir de uma escola pública, tem que levar em consideração a renda da família. Como no PROUNI se considera a renda da família, eu acho que, nessa cota de vagas, tem que ser considerado também o fator renda, para poder ser mais justo com as pessoas. Porque, lá, em Roraima, por exemplo, tem muitos filhos de negros, de índios, que são pessoas ricas e que estudam em escolas boas. Ainda ele vai entrar numa cota? Fica complicado. Por isso que eu acho que a cota social é uma coisa mais justa, tem que haver uma cota social, nós temos que lutar para isso.

E o ENEM... Não é para se acabar o ENEM, é para continuar. O que não pode é ficar desse jeito que está agora, que vai um lá do Rio Grande do Sul estudar em Roraima, depois ele... E muitos começam a faculdade lá e pedem transferência, como é federal, e fica a vaga ociosa, caiu na vaga ociosa, que eu não sabia que tinha tanta vaga ociosa como o senhor acabou de falar aí. Vaga ociosa é um problema, a gente está gastando dinheiro. O dinheiro que o estado gasta para formar vinte médicos é o mesmo que vai gastar para dez, se dez abandonarem o curso. Então nós temos que trabalhar para ocupar essas vagas ociosas. Eu não sei qual é o caminho, os senhores são da educação, eu sou apenas médico, mas nós temos que pensar, discutir e achar. Mas o ENEM é uma coisa boa, nós temos que continuar aplicando. Temos que dar uma forma de deixar na autonomia das universidades para decidirem. Nós não podemos querer interferir na autonomia, é uma coisa desagrada. Como a liberdade de imprensa, a autonomia das universidades são coisas sagradas no nosso regime democrático. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Augusto Botelho. Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, eu queria agradecer a presença do Professor Edward Madureira Brasil, do Diretório Nacional da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Goiás. Seja muito bem-vindo à nossa Casa.

Antes de passar a palavra ao Senador Cristovam... E no final, eu quero informar que, no final, quando passar para a mesa, passo com um tempo maior para o Professor Edward fazer as suas considerações. Senador Tuma, depois, o Senador Cristovam. Antes de passar para o Senador Cristovam, eu queria completar aqui as minhas considerações.

Uma consideração que eu queria ainda pedir aos colegas da mesa que analisassem para nós aqui: por que é que nós tivemos e qual a forma de corrigir a distorção entre 210.9, quase 211 candidatos por vagas na UnB e 6% no Rio Grande do Sul, na Federal do Rio Grande do Sul? Quer dizer, há uma discrepância tão grande que nós temos que ver o que é que aconteceu, estudar isso aí. Eu quero dizer aqui que eu não sei o que é que foi que aconteceu, mas isso tem que ser discutido e estudado, para que haja um equilíbrio maior, talvez, aí, na escolha das vagas ou na colocação das vagas. Eu não sei o que não tem de atração no Rio Grande do Sul e o que é que tem de tanta atração em Brasília. Talvez aí a regionalização, a localização. Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia, Presidenta, a todos da mesa, Srs. Senadores. Eu quero começar pedindo desculpas de não estar aqui, no momento oportuno e certo, do início dos trabalhos, porque a gente aqui vive numa roda viva muito grande, com problemas dentro do Senado e fora do Senado também, sobretudo no caso de Brasília. Então eu peço desculpas.

Segundo, eu quero, primeiro, fazer referência à fala da Senadora Marisa sobre o gargalo. Eu acho que o gargalo está na educação fundamental. Se tivermos uma boa educação fundamental, teremos um bom ensino médio; se tiver um bom ensino médio, teremos uma boa universidade; se tivermos uma boa universidade, vamos ter muitos cientistas e pessoal de nível superior. O que a gente esquece no ensino fundamental é porque a gente diz: "Todos já estão lá". Estão lá, mas numa qualidade muito ruim. Essa qualidade puxa o ensino médio para baixo, e o ensino médio, hoje, está

depredando a universidade. Aqui, na UNB, eu dou aula, eu saio e fico conversando com os alunos no corredor, os alunos de engenharia estão tendo que reaprender matemática dentro da escola do departamento de engenharia, porque chegam sem saber nada de cálculo, sem saber nada do básico, para entender o que o curso de engenharia precisa. Isso serve para todos os outros cursos. No curso de línguas, os alunos chegam sem saber nada de inglês, para estudar literatura inglesa, porque o ensino médio não funciona. Mas o ensino médio não funciona, a meu ver, porque a educação de base, o ensino fundamental, não está com a qualidade suficiente.

Então esse peso é que faz com que a gente esteja perdendo ou deixando de ter qualidade em todos os níveis. Eu digo e gosto de dizer que o ABC da educação está no ABC, está lá embaixo, está na ponta, na ponta debaixo mesmo.

Segundo, sobre o problema do ensino profissionalizante que o Senador Augusto Botelho colocou. Eu continuo insistindo que o ensino médio, e talvez os representantes deles não gostem disso, o ensino médio devia ter quatro anos, e todo aluno sair do ensino médio com uma profissão, com um ofício. Sem um ano a mais, a gente teria que sacrificar muito da parte propedêutica, da parte de cultura geral, o que prejudicaria também os alunos. Há o lado das escolas técnicas, claro, mas não dá para querer que só os que vão para a escola técnica tenham ofício. Mesmo a escola, essa que eu sempre cito com uma grande admiração, a escola de ensino médio do SESC, onde os alunos são internos, lá não tem horário integral apenas, lá tem ensino permanente, os meninos têm aula de oito às dez da noite, de oito da manhã às dez da noite, não é de oito da noite às dez da noite, não. Claro que aí incluindo oficinas, assistir o Jornal Nacional ou outro jornal com o professor junto, lá eles fazem isso, porque os professores moram lá também, os professores moram no campus. É uma condição. Almoçam com os alunos. É uma condição. Até mesmo as famílias dos professores vão lá almoçar no restaurante. Então, mesmo lá, eles reconhecem que precisam de um ano a mais, porque eles estão passando ofício de fotógrafo, computação, mas sentem que não saem preparados só com isso. Então, Augusto Botelho, eu queria dizer que eu sou defensor de que a gente tenha um ano a mais, o que é uma coisa também boa para segurar um ano a mais o jovem antes de entrar desesperadamente no mercado de trabalho. E entraria com um ofício.

Entrando no assunto do ENEM, eu acho que o ENEM foi um grande avanço. Eu diria até mais: os únicos grandes avanços que nós tivemos na educação brasileira nos últimos vinte anos foram as avaliações que são feitas. Isso foi um avanço. Podíamos dizer que poderia ser melhor na qualidade, podíamos dizer que tem deficiência, mas foi um avanço. O próprio Provão, e eu substituí o Provão por outra coisa que eu achei melhor, que depois o governo desfez também, mas o Provão foi um avanço. O IDEB é um avanço. Essas avaliações são um avanço. Usar o ENEM, que foi um avanço, para ingresso nas universidades, eu considero um avanço, com todos os defeitos que podem ocorrer, inclusive esse que eu acho que não tem nada a ver com a gente de educação, que é o fato de terem sabido da prova antes. Isso aí é um problema de polícia, não é um problema de educação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É um crime.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um crime, não é uma questão do Ministro da Educação. Isso pode acontecer em qualquer outra atividade, qualquer outra seleção. Foi um descuido do ponto de vista gerencial. Não dá para com isso punir o ENEM. O ENEM a ser usado é um avanço. Por quê? Primeiro porque reduz os custos dos vestibulares de cada universidade. Mas tem uma coisa muito boa: ao ser único, evita uma prioridade daqueles que têm dinheiro para ficar saindo de vestibular em cada cidade. O aluno sai de cidade em cidade porque o pai pode pagar para fazer vestibular, e muitos não têm uma data única. É um exame só. Eu acho positivo.

O que eu gostaria de perguntar é por que não algo melhor do que o ENEM para a seleção, não para a avaliação, é o Programa de Avaliação Seriada, usado pela Universidade de Brasília já há uns treze ou catorze anos. Muita gente já se formou. Senador Tuma, a gente nunca conseguiu divulgar bem isso, mas aqui, na UnB, os alunos, não todos, depois eu digo por que não todos, mas a maior parte dos alunos que entram, são selecionados por uma prova feita no final do primeiro ano do ensino médio, outra no final do segundo ano, outra no final do terceiro. Tira-se a média. Quais são as vantagens? 1) Reduz muito a tal da sorte. Você tem três chances, ao invés de uma; 2) Você tem um impacto muito maior no ensino médio, porque o aluno estuda durante os três anos, ao invés de fazer um cursinho no final, a partir de julho do terceiro ano para passar numa prova só. Não, você vai ao longo do curso. Se casar bem a universidade com a Secretaria Estadual de Educação, isso daria um salto muito grande no ensino médio. O aluno, como eles dizem para mim, eles falam: "Poxa, agora a gente está ralando muito, a gente está ralando muito os três anos". E aumenta a chance dos alunos de escolas públicas, porque o aluno da escola pública, quando ele vai pensar no vestibular, aí ele já perdeu. Mas se ele sabe que tem a prova

no final do primeiro ano, ele começa a estudar, e aí a gente tinha a chance de aumentar, embora essa ideia de cotas sociais é uma farsa, porque só teríamos cotas sociais se a gente garantisse que os mais pobres tivessem uma boa escola, e não apenas dando vagas que eles não vão usar, as vagas das cotas, porque eles não terminam o segundo grau. Como é que a gente vai dar cota para os pobres que são analfabetos? É uma farsa, então. Como é que a gente vai dar cota... E olha que está falando um defensor de cotas, hein, das raciais. Como é que vai dar cota para os alunos que não terminam a quarta série? 50% só chegam até a quarta. Como é que a gente vai dar cota para aqueles que abandonam a escola no primeiro ano do ensino médio, no segundo ano do ensino médio, no meio do ano do ensino médio? A cota social só vai valer para aqueles que terminam o ensino médio, que, hoje, deve estar em 34% ou 35% do total. Então é uma cota dentro de uma seleção anterior, feita por razões sociais. Então não vai valer, é falsa a ideia de cotas sociais. As cotas raciais, sim, porque vai beneficiar os ricos e os negros, os negros que estudaram em boas escolas, porque esse país não pode continuar a ter uma elite apenas de branco. Aqui, na frente, eu não vejo negro. Olhando para trás, é capaz de eu não ver negros. Eu, um dia, fiz uma palestra para quinhentos reitores e surgiu o assunto das cotas. Desculpa, presidenta, eu estar tomando tanto tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem problema.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aí, para os reitores, eu digo: "Aqui só tem um negro entre vocês, quinhentos reitores". Quando eu saí para o cafezinho, esse reitor negro me procurou e disse: "Ministro – eu era Ministro -, me desculpe, eu não quis ali lhe desdizer, mas eu não sou reitor, não. Eu estou aqui representando a Embaixada de Cuba". Então era o único. A gente tem que quebrar essa elitização branca ou essa brancura da elite, e a única maneira é, enquanto não tiver uma boa educação de base boa para todos, e os negros são pobres e, como são pobres, são excluídos, não por serem negros, por serem pobres, é verdade, mas termina a exclusão sendo para eles, que são negros. Então pelo menos os que chegam lá em cima – e não vão ser os pobres negros -, que aumentem um pouco a cor negra dentro das universidades. O Brasil tem que estar cansado dessa ideia que se fizer uma foto de cima, lá de cima das universidades, só se vê quase branco. Se fizer uma foto lá de cima, das prisões, só se vai ver quase negros. Por falta de oportunidade, não porque negros têm mais tendência à criminalidade, mas por falta de oportunidade aos pobres. As cotas raciais têm esse papel, nada a ver com a educação. É uma questão de dignidade racial do Brasil. Pintar a cara da elite brasileira de negro em uma parte dela, misturar as raças que estão na elite. A primeira vez que eu fui a um médico negro, e eu sou pernambucano, não tenho nenhum preconceito, nem minha família, eu já tinha sessenta anos e estava em viagem a Angola. A primeira vez. Tem que dar cotas para que a gente mude isso. E não vai piorar a qualidade porque eu nunca vi ninguém perguntar ao médico em que lugar você passou no vestibular. Você pergunta em que universidade estudou, onde fez a sua residência. Depois que passou no vestibular... E as cotas obrigam a passar não vestibular, é uma questão de classificação. Mas só para responder ao Augusto Botelho sobre as cotas sociais.

O que eu quero deixar aqui é só uma pergunta: por que o governo não se anima a adotar o PAS? O Ministro, uma vez, me disse que é o custo. O custo, então, a gente começaria com duas provas, uma no primeiro e outra no segundo. No outro ano, fazia as três, mas chegava lá. Eu tenho a impressão que o custo não seria tão alto se parassem todos os vestibulares e fizessem apenas o PAS. Eu acho que talvez houvesse até uma economia. Então eu deixo essa pergunta, sobretudo ao Dr. Joaquim, por que a gente não vai para o PAS diretamente e mantém o ENEM como um instrumento de avaliação dos cursos da educação, não de seleção do aluno para entrar na universidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Cristovam. Temos aqui já uma proposta de nacionalizar o PAS e a discussão que muitos aqui têm tido de como melhorar o ensino médio, como forçar a melhoria do ensino médio, talvez o PAS fosse um começo. Tem um amigo meu que diz que o começo de cantiga é o assovio. Seria um assovio nessa, nossa cantiga aí.

Quero passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, de São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Marisa, eu queria apenas cumprimentá-la pela ideia de trazer à discussão o problema do ENEM, visto várias ocorrências, principalmente neste último ano, aonde, com o objetivo de acabar com os vestibulares ao longo do tempo, propuseram o aproveitamento das notas do ENEM, que era apenas para avaliação do ensino e classificação das escolas. O exame do ENEM, que já nasceu com o Presidente Fernando Henrique, o Provão, foi evoluindo e é claro que o ENEM tem a sua validade para acompanhamento e definição para as famílias até saberem qual é a escola que pode, ou não, matricular os seus filhos.

Eu não vou discutir muito, porque, depois do que o nosso mestre já explicou e V. Exa. também, são pro-

fundos conhecedores... Eu até me lembrei, outro dia, do exame de admissão que havia, meus dois filhos lutando desesperadamente para entrar no Colégio D. Pedro II, que era um dos melhores colégios de São Paulo, era do Estado de São Paulo, e conseguiram, visto que a mãe ficou no pé. Mas tinha admissão, tinha um monte de exigência e o ensino básico foi caindo. A própria Zilda, minha esposa, me disse: "Eu estou aposentando porque eu não estou com muita esperança de que o ensino básico vá melhorar, porque ele vem de ano a ano piorando e cada vez com mais dificuldade, sem assistência ao professor e à direção da escola".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É bom notar, senador, que a sua esposa é professora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É professora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com muita honra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, completou, fez concurso para diretora, foi diretora de escola de primeiro e segundo grau e tem um profundo amor ao ensino, tanto é que ela ficou professora de primeiro ano durante o período em que pôde alfabetizar os quatro filhos dentro da sala de aula. Então é uma coisa que ela sempre teve esse prazer.

Mas aqui está se discutindo uma coisa bastante séria. Às vezes, se fala aqui que de vagas ociosas, me parece que foi o senhor, segundo o Augusto Botelho disse, mas com o resultado do ENEM sobrou vaga, quer dizer, já tem ociosa desde o exame no ENEM. Por quê? Porque é difícil, quem tem filhos e sabe que botar um filho que nasce e mora em São Paulo, no Rio de Janeiro, no interior, colocar num outro estado, sem nenhum tipo de assistência familiar, não é fácil, não é fácil. As vagas, quando colocam o aluno que fez o ENEM morando em Santos, no Rio de Janeiro ou aqui, em Brasília, colocar no Rio Grande do Sul. Ele vai ter grandes dificuldades porque ele não tem assistência familiar, não tem... E às vezes a família não tem dinheiro para sustentá-lo longe de casa, sem um subemprego, para poder...

Então eu acho que essas coisas têm que ser bem analisadas, e a distribuição de vagas, Senadora Marisa, tem que ser realmente repensadas e saber como colocar a lista de alunos para cada segmento dentro do grande Brasil, porque, se eu tiver um filho para fazer medicina no Amazonas, vai ser duro. Tanto é que a minha nora exigiu que os dois que passaram no vestibular, um em medicina, na USP, e o outro em arquitetura na USP, porque ela não queria que eles saíssem de perto. Então ninguém podia fazer exame fora de São Paulo e, principalmente, na capital, porque era um objetivo [ininteligível] de família, porque ela falou: "Como é que eu vou deixar os meus filhos se afastarem para um lugar que eu não sei como é que eles vão se comportar, como é que vão ser educados, e se eu tenho, ou não, dinheiro para sustentá-los fora?". Então é uma coisa que também a gente tem que pensar no caso das condições de cada uma das famílias. Não é o exame social, mas qualquer um de nós, mesmo a classe média, pode ter dificuldade.

Então eu acho que a senadora traz uma discussão importantíssima. Eu lembraria ao Senador Cristovam Buarque que tem a Faculdade de Palmares, que foi feita para os negros e o diretor, o reitor, é também negro. Eu não sei se é correto falar negro ou não, porque a gente fica meio na confusão aí, mas tem tido um resultado bastante satisfatório, e ele tem vindo aqui prestar depoimentos, realmente, com sucesso. Obrigado, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Tuma. Eu gostaria de pedir licença, o Senador Cristovam assume a presidência. Vou na CAS, na nossa outra Comissão de Assuntos Sociais, e volto logo-logo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho que votar na CCJ também. Eu peço licença, que é o Projeto do Código de Processo Penal.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vocês veem que a vida de senador é como se fosse de atleta, correndo de um lugar para outro.

Bem, terminadas as exposições e as perguntas, eu vou passar, primeiro, a palavra ao Edward Madureira Brasil para fazer uma exposição, que a essa altura eu espero que seja um pouco sucinta, e, depois, eu passarei a palavra aos demais para responder às perguntas ou fazer outros comentários que desejam.

SR. EDWARD MADUREIRA BRASIL: Bom-dia a todos. Primeiramente eu queria justificar o meu atraso. Eu estou aqui bem próximo de Brasília, estou em Goiânia, e, normalmente, eu venho de carro de Goiânia para Brasília. Hoje, eu tive a infeliz ideia de vir de avião e, com o tempo fechado, eu fiquei duas horas e meia no aeroporto. Estava previsto chegar em Brasília às oito e cinquenta, cheguei onze e quinze, que eu cheguei no aeroporto. Então por esse motivo é que só agora eu estou aqui, no Senado, para essa Audiência Pública.

Bom, eu queria rapidamente... Eu peguei um pouquinho das intervenções aqui dos três últimos senadores que falaram, eu queria trazer um pouco da visão da ANDIFES sobre a utilização do ENEM como forma de ingresso, dizer também que, nesse momento,

a ANDIFES começa... A ANDIFES, só para esclarecer a todos, é a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. É o conjunto de reitores do sistema. Hoje nós somos em 58 reitores que compõem a ANDIFES, todas as universidades federais e mais quatro CEFETS... Aliás, dois EFETS e dois CEFETS fazem parte da ANDIFES.

Bom, a adesão e o entendimento da ANDIFES em relação à utilização do ENEM como forma de seleção, eu posso dizer que ela foi praticamente integral. Todas as universidades, de uma forma ou de outra, em diferentes graus de intensidade, elas utilizaram. Então existe um entendimento de que é uma forma de seleção interessante. Logicamente que merece reflexão, merece aperfeiçoar. Eu acho que o Senador Cristovam foi muito feliz de pensar num sistema, possivelmente um sistema seriado para essa avaliação, e eu entendo que o processo pode ser aprimorado.

Bom, com relação à autonomia das universidades, quando eu cheguei, um senador falava sobre essa questão da autonomia, eu posso afirmar que cada universidade exerceu a utilização do ENEM como forma de ingresso, dentro, absolutamente, da sua autonomia. Eu posso até exemplificar com a minha universidade. Eu já utilizava o ENEM nos anos anteriores como 20% da primeira fase do meu vestibular, eu utilizava como 20%. Esse ano, que foi esse ano passado, a nossa previsão era avançar para 40% e gradativamente indo substituir a primeira fase e, depois da estabilização do sistema, talvez migrar integralmente. Esse ano eu não usei nada do ENEM em função do problema aqui levantado da questão do atraso, me atrasaria muito o início do semestre, e eu optei, a nossa universidade, a partir do seu colegiado, optou por não utilizar o ENEM de forma nenhuma como processo de seleção nesse ano. Devemos voltar a utilizar agora, no processo de meio de ano e no final de ano, e a nossa perspectiva é de avançar na utilização do ENEM gradativamente. Outras universidades, e foram pelo menos catorze universidades federais, adotaram como forma única de ingresso.

Então o primeiro ponto que eu queria esclarecer é que a autonomia da universidade deve ser preservada, mesmo porque cada universidade se encontra, no momento, em seu processo seletivo... Algumas já utilizam um programa de avaliação seriado, como é a UnB, o que dificultaria muito a adesão ao ENEM nesse momento. Então este é um primeiro ponto que eu gostaria de chamar a atenção.

Uma questão que agora merece uma reflexão maior é justamente a forma do processo de seleção. Então nós não podemos admitir que tenhamos vagas ociosas no sistema federal, se bem que devo fazer um parêntese: existem vagas ociosas até nas universidades que não utilizaram o ENEM como forma de ingresso. E, de novo, eu vou trazer dados da UFG: no vestibular para o processo seletivo 2010, que nós encerramos agora, nós oferecemos 5.459 vagas; 605 vagas ficaram ociosas no nosso processo seletivo, e isso remete a uma reflexão que o Senador Cristovam diz. Nós fizemos uma análise: onde estão essas vagas ociosas? Essencialmente nos cursos de licenciatura, essas 605 vagas. Tirando algumas em cursos de música, cursos que exigem uma aptidão para cursar, elas se deram predominantemente nas licenciaturas, ou seja, nós voltamos ao problema do ensino básico em que nós não temos mais pessoas querendo ser professores da educação básica. Isso é muito claro, é muito fácil de deduzir. Quando a gente pensa que um piso salarial que foi definido há pouco mais de um ano, nós tivemos seis ou sete estados da Federação que entraram no Supremo contra esse piso, e o piso é de R$ 900,00, o estudante vai querer fazer engenharia, que ele vai ter uma perspectiva de sair da universidade ganhando cinco, seis mil reais, dez mil reais em alguns casos. Então nós temos um problema crônico na educação básica que passa pela valorização do professor. Enquanto nós não tivemos carreiras no ensino básico que permitam mudar essa realidade, nós teremos vagas ociosas, seja qual for o sistema de seleção.

Então eu vou aproveitar essa oportunidade aqui, que nós debatemos enormemente na ANDIFES, agora, no fim de janeiro, e nós tiramos algumas contribuições para a Conferência Nacional de Educação, e uma delas, senador, é que o Brasil possa aplicar 10% do PIB em educação por, pelo menos, uma geração, para que nós possamos mudar essa realidade. Aí, sim, quem sabe, a gente pode pensar em não ter cotas nas universidades.

A gente escuta, às vezes, as pessoas falar: "Não, mas antigamente a escola pública era boa". Mas a escola pública antigamente era para a elite, o ensino era universalizado. Então nós não podemos raciocinar que a escola pública piorou porque ela universalizou e o professor foi desvalorizado. Quem é professor no interior? Antes o professor era conhecido como o juiz, o promotor, o padre, os professores eram as celebridades da cidade. Hoje quem é o professor? O professor é obrigado a ter três, quatro empregos, sai correndo de um lado para o outro para conseguir fazer uma renda de R$ 1.500,00, R$ 2.000,00, para tentar sustentar a sua família. Então se a gente não olhar para a educação como um todo, as outras iniciativas, elas ajudam, mas a gente precisa resolver essa questão.

Então feito esse parêntese, eu já vou encaminhar para a conclusão, senador, eu queria dizer que

o ENEM é bem-vindo, acho que o processo precisa ser aprimorado, principalmente nessa fase de seleção, talvez a gente não oferecer tantas opções para o estudante para que ele decida pela universidade que ele quer utilizar de forma mais rápida, porque, quando ele vai tendo oportunidades, ele vai migrando, e aí pode acontecer o que aconteceu nesse ano, a gente ter uma sobra de vagas grande em alguma universidade e em cursos disputados, vamos dizer assim.

Precisamos, certamente, aprimorar, e acho que isso está sendo debatido no INEP, os pró-reitores de graduação das universidades tiveram uma reunião com o INEP recentemente e já estabelecemos um calendário de trabalho em conjunto, para propor a questão da própria prova, que pode sempre ser melhorada. Eu acho que existe esse diálogo para aprimorar o processo. E a ANDIFES, como representante do conjunto das federais, está disposta a contribuir e a colaborar para o aprimoramento do processo. Então acho que o grande problema, que era um temor particular meu, que era a questão da aplicação da prova e da logística, num primeiro momento, ele se configurou, mas o governo mostrou agilidade na decisão e na construção de um mecanismo que aplicou uma segunda prova, onde nós não tivemos problemas. Eu acho que a gente avançou muito já, a experiência é muito rica, e eu acredito que a gente precisa trabalhar no sentido de cada vez mais aprimorar esse processo, que vai ter reflexo, sim, no ensino médio diretamente. O conteúdo do ensino médio vai ser pautado por uma prova e uma prova de nível nacional, como disse o senador [soa a campainha], ela é muito interessante também para as universidades. Nós hesitamos um pouco em substituir o nosso vestibular num primeiro momento, mas, gradativamente, eu acho que essa é uma tendência em quase todas as instituições federais de ensino superior, essa substituição será gradativa porque a gente vê uma concordância dos reitores com essa posição.

Eu vou parar por aqui, me coloco à disposição e, mais uma vez, peço desculpas, aí, pelo atraso, em função desse contratempo, aí, nos aeroportos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero só complementar ao Professor Edward, de que eu lembro que, quando eu era criança em Recife, eu não consegui vaga na escola pública porque o meu pai não era deputado e nem senador, era um simples comerciário. Agora eu coloquei um projeto que obrigaria os filhos de parlamentares a colocarem os seus filhos na escola pública, e tem gente que acha que isso é demagogia, quando, antigamente, era privilégio colocar os filhos na escola pública. E a razão, claro, como disse o Professor Edward, é que o povo inventou de entrar na escola pública, e aí o governo inventou de sair da escola pública e ficou com as universidades, com as escolas técnicas, mas abandonou a escola pública para os municípios e os estados. Daí o outro projeto que eu defendo, de federalização da educação de base. Enquanto o governo federal não adotar as escolas desse país, entregá-las aos municípios e aos estados, elas não vão ser boas, porque não há dinheiro para fazê-las boas. Por que é que, no Distrito Federal, o salário do professor chega a R$ 4.000,00, como no Colégio Pedro segundo, como nos CEFETS? Porque são federais. Aí diz: "Mas, em Brasília, é o governo local". O governo local administra, mas o dinheiro vem do governo federal, todo, o salário do professor. Quando, em 1995, eles tiveram um aumento muito alto de 60%, aí foi preciso o governo local bancar durante meses e meses uma parte do salário, até que o governo federal voltou a adotar de novo toda a educação.

Então obrigatoriedade de escola pública aos filhos dos governantes, dos eleitos, filho de eleito estudando em escola de filho de seus eleitores, e a federalização, eu acho que são dois projetos fundamentais. E o PAS ajudaria muito no processo de melhoria da qualidade.

Esqueci, mais fundamental: na federalização é a carreira nacional do magistério. Do jeito que os professores das universidades federais têm uma só carreira no Brasil, professor devia ter uma só carreira no Brasil. A gerência é local, eu sou contra a gerência centralizada, mas a carreira ser nacional. E mais: com liberdade pedagógica. A escola ter liberdade de testar métodos, e, depois, com a avaliação, a gente vê quais são os bons métodos e os que não são bons.

Bem, pela ordem, aqui, dos que falaram antes, eu passo a palavra ao Professor Joaquim Soares Neto.

SR. JOAQUIM JOSÉ SOARES NETO: Bom, primeiramente, Senador Cristovam Buarque, meu colega professor da Universidade de Brasília, eu estou engrandecido em estar participando desse debate aqui de altíssimo nível, obrigado pelo convite. Acho que as questões colocadas aqui, eu acho que estão bastante profundas em relação ao momento atual do ENEM, mas de toda a educação brasileira, em especial do ensino médio e ensino superior.

Eu vou responder a algumas questões aqui, começando pela questão do Programa de Avaliação Seriada, do PAS. Eu acho, senador, o seguinte: a questão do Programa de Avaliação Seriada a nível nacional, que nós temos que pensar e resolver, além da questão estrutural, material ou financeira, mas a questão é a seguinte: o PAS, ele é um programa que o estudante entra no primeiro ano do nível médio, segundo, acompanha e no final é uma seleção. Na UnB, como

é que nós resolvemos isso? Tem o PAS e tem o vestibular, que aquele aluno que não conseguiu passar pelo PAS, depois no outro ano ele ainda tem o direito de aspirar à vaga pública. Então, quer dizer, nós temos que resolver como que um aluno que terminou o ensino médio, por algum motivo ele não teve acesso à vaga pública, ele ainda continua aspirando a essa vaga. Então, como nós vamos estruturar o exame, para que esse aluno também tenha direito à vaga, sem ele ter passado pelo ensino médio na forma regular. Então esse é o primeiro ponto que eu acho que é uma questão que não é simples de ser resolvida. Na UnB, se tem o sistema misto: parte das vagas são alocadas via PAS e parte das vagas são alocadas via o programa do vestibular.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso.

SR. JOAQUIM JOSÉ SOARES NETO: Bom, outros pontos que eu acho importante, que tem que ser colocado, é o seguinte: o ENEM, ele começou na década de 90, então, como uma avaliação com os alunos que queriam participar, ele não era obrigatório, e ele foi se transformando, nos anos 2000, primeiro a alocação das vagas do PROUNI, ele é o exame utilizado para isso, e, depois, agora, como sistema de seleção. E tem a questão da avaliação. Mas o ensino médio, ele é avaliado pelo SAEB, ele nunca deixou de ser avaliado pelo SAEB. O diagnóstico do ensino médio é feito... O SAEB é uma sistema de ensino básico, que avalia a quinta série agora, a nona e o terceiro ano de nível médio, sempre teve isso e ele continua sendo. Então a amostra ENEM é um estudo amostral, mas é diagnóstico. Então a gente não perde o diagnóstico do ensino médio e a historicidade. Isso continua do jeito que foi desde a década de 90.

Eu acho que um ponto que hoje foi colocado em várias falações é a questão das vagas ociosas. Na verdade, no sistema SISU, no final do processo não vai ter vaga ociosa. O que aconteceu é que eu acho que é uma experiência importante. Logo após todo esse processo, nós temos que olhar os dados e estudar, vamos dizer assim, a geografia da inteligência brasileira e ver os motivos que aconteceram, o porquê de alunos que se inscreveram no sistema e depois não realizaram a matrícula. Mas, veja bem, eu acho isso, primeiro, é positivo no sentido de que nós vamos ter que olhar e ver por que é que esses alunos não fizeram a matrícula. Algumas coisas hoje estão claras. Alguns alunos, a forma que está estruturada, alguns alunos, simplesmente como eles têm a nota, eles vão lá e põe, mas eles não tem, de começo, já não tem interesse na vaga, por algum motivo ele faz a inscrição no SISU e depois ele não vai lá e faz a matrícula. Eu acho que tem outros motivos, mas vamos esperar terminar [soa a campainha] e aí com os dados a gente vai fazer os estudos.

Mas terminando, eu acho o seguinte, que é o ponto importante disso. Primeiro, aqueles alunos que não teriam condições e nem expectativa de almejar uma vaga pública numa universidade pública, é um conjunto de muitas universidades, o sistema universitário brasileiro, hoje, público, é bastante grande, é um orgulho para o país ter isso, ter esse sistema, mas ele está em algumas cidades, capitais ou cidades do interior, mas, se a gente fizer um estudo, tem cidades que fica a quinhentos quilômetros, seiscentos quilômetros de distância de uma universidade pública. Aquele aluno que estuda lá, ele não tinha acesso ou nem aspirava à vaga. Hoje, ele aspira e mais: a prova chega a ele. A prova chegou em 1.826 municípios no país. Então a prova chegou a esse aluno. Então, ele aspira, e isso vai causar, naquela região, um grupo de alunos, uma quantidade imensa de pessoas aspirando à prova, aspirando o ENEM, aspirando uma vaga, e com certeza vai levar nos próximos anos a quê? A um aumento do financiamento do estudo, então aumento de casas de estudantes nas universidades, aumento de bolsas, vai causar, porque, ao estudar agora e ver, olha, por que é que esses alunos não foram... A questão... O senador colocou aqui a questão... O Senador Romeu Tuma eu acho que colocou a questão do custo que é manter um filho estudando fora. Nós vamos ter que instituir o sistema de bolsas. Mas o que é importante é que aqueles alunos inteligentes que estão ou no Norte do país, ou no interior do país, ou na capital, ou no litoral, ou em qualquer que seja o lugar, ele vai acessar uma vaga pública e ele vai ser financiado. É uma questão que eu chamaria da... É a geografia da inteligência. Quer dizer, são cabeças, são inteligências que nós temos o quê? Que o país precisa delas, e nós temos que solucionar esse problema, apenas isso, solucionar o problema. Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu é que agradeço e passo a palavra ao Antônio Lisboa, que é o vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Educação Superior, a nossa ANDES.

SR. ANTÔNIO LISBOA LEITÃO DE SOUZA: Muito obrigado, Senador Cristovam. Eu gostaria de destacar dois ou três aspectos das intervenções que foram feitas aqui.

Inicialmente, com aquilo que a Senadora Marisa Serrano levantou, acerca da amplitude das vagas inicialmente oferecidas, as 47 mil vagas, na terceira etapa, já reduzindo para 21 mil e depois constituição de lista de espera, etc. Na verdade, eu concordo com o

Joaquim, que eu acho que o ENEM foi uma experiência interessante, nesse sentido de nos fazer pensar ou de ter trazido à tona vários elementos que precisam ser considerados no país, no que diz respeito à qualidade de educação básica, acesso à educação superior, o financiamento da educação, métodos de avaliação, etc. Eu acho que isso foi importante e esta audiência vem num momento extremamente ímpar para nós levarmos a cabo essa discussão.

Eu acho que está havendo aqui uma certa mescla de concepções sobre o ENEM: o ENEM como vestibular ou o ENEM como um processo de avaliação que rebate na reestruturação, na reforma da educação básica, tendo em vista a sua melhoria. Se a ideia é nós fazermos a discussão do ENEM como novo vestibular – e parece que é isso que está se configurando -, algumas questões têm que ser considerados. Se nós pensamos o ENEM como inicialmente ele foi concebido, outros aspectos precisam ser levantados. Independente se um ou se outro, o que perpassa todo o debate, e aí uma questão que o Senador Cristovam Buarque levantou, é a questão da qualidade da educação como um todo e, em particular, da educação básica. E não há melhoria da qualidade, não há avanço neste sentido, sem se avançar nos índices de investimento na educação brasileira. O investimento público que hoje, se nós formos analisar o que é executado do orçamento da União para a educação, fica em torno de 4% do PIB, não atingindo os 4%. Então nós estamos muito distantes de alcançar um patamar de qualidade da educação em relação àquilo que os países desenvolvidos fizeram, especialmente no pós-guerra, pós-Segunda Guerra. Os tigres asiáticos elevaram... Tem 'N' casos que nós poderíamos examinar, vamos pegar o caso da Alemanha também, por exemplo, a França... O que esses países fizeram? Elevaram os investimentos num curto espaço de tempo, foi chamado aqui de uma geração, uma geração e meia da educação escolar, para 14%, 15% do PIB, depois decresceram, e, hoje, estão em torno de 8% a 10% do PIB, mas, depois de ter alcançado um grau de qualidade, um nível de excelência de qualidade na educação básica, que assegura com certa tranquilidade um processo de formação em nível superior diferenciado também.

Eu acho que é preciso planejar melhor a questão da distribuição de vagas e quando nós dissemos aqui que de certa forma foi prematura a instituição do Novo ENEM, é porque algumas questões de fato não estavam devidamente amadurecidas e o que o Professor Brasil, Presidente da ANDIFES, o Professor Edward Madureira Brasil, aponta como que já havia sido destacado aqui, a quantidade de vagas ociosas nos resultados, é exatamente o reflexo de um melhor planejamento que teria sido necessário, no que diz respeito à instituição desse processo como um vestibular e não como um processo de avaliação do ensino médio.

Outra questão que o Senador Augusto Botelho levantou e diz respeito não apenas à autonomia universitária, mas à questão dos centros de excelência. Vejam, o Novo ENEM, na lógica como ele está instituído, ele acaba fortalecendo, valorizando a lógica dos centros [soa a campainha] que já ganharam o nível de excelência, na medida em que induz o aluno a procurar as universidades que oferecem os melhores cursos e induz o aluno a procurar os centros já que estão consolidados. Então, também, nesse aspecto, ele não equaliza, digamos assim, o padrão de qualidade que a educação superior precisaria ter para promover o desenvolvimento nacional e regional, como esperado.

Um outro aspecto que nós poderíamos destacar, eu acho que vale a pena pensarmos nessa estratégia, não é apenas a UnB, a Universidade Federal da Paraíba também adota um Processo de Seleção Seriada ao longo dos três anos de ensino médio, eu acho que são experiências diversas que têm no país, a experiência da UnB, que é chamada de PAS, ou a experiência da Universidade Federal da Paraíba, que é chamada de PSS – Processo de Seleção Seriada, são processos que precisam ser vistos com um certo carinho e com uma atenção muito grande até do ponto de vista econômico. Aparentemente mais caro, mas, na verdade, não é mais caro. O ENEM, como vestibular, vai ser muito mais caro do que já são os vestibulares hoje, porque como todo e qualquer concurso – e o vestibular não deixa de ser um concurso – requer uma logística, requer um investimento e acaba se tornando muito caro, principalmente para atingir milhões e milhões de estudantes num país, porque a logística não é só de concepção, de elaboração e também de distribuição.

E aí, novamente, eu gostaria de resgatar a ideia do papel que as universidades públicas poderiam ter em cada estado como coordenadoras desse Processo de Seleção Seriada. Eu acho que nós eliminaríamos uma série de expectativas e especulações acerca de uma única etapa seletiva, nós estabeleceríamos uma relação muito mais direta, próxima, coerente, condizente com o que é o processo de formação educacional escolar, na medida em que a avaliação do ensino aprendizagem estaria se dando ao final de cada ano de formação, e o resultado final dos três anos seria o demonstrativo do que o aluno adquiriu, mérito ou não, para acessar o ensino superior. Ao contrário disso, um processo vestibular, ou um ENEM, no formato vestibular, não é um processo de aprendizagem, na verdade. Ele é um exame que identifica determinadas características que são ilegíveis, são recortes que são definidos,

portanto, de forma autoritária, e isso interfere no processo da autonomia universitária, porque a autonomia não deve ser entendida apenas como a liberdade de escolher, ou não, a adoção de um processo seletivo. Mas ela tem que ser pensada também como forma política fundamental de a universidade, ao estabelecer o diálogo com a sociedade, e entendamos aqui com as Secretarias de Educação de Estado e dos Municípios, pensar como articular o processo de formação em nível superior com aquilo que vem da educação básica. Eu acho que a gente tem que insistir nesta tecla.

E, finalmente, eu gostaria de destacar, senador, para encerrar, um exemplo que está ocorrendo na Universidade Federal do ABC. Eu acho que é algo que deve nos chamar a atenção. A Universidade Federal do ABC tem uma entrada média de 1.500 alunos/ano. E nós, de 2006 a 2009, nós deveríamos ter aí algo aproximado em torno de 4.500 matrículas. O que é que tem hoje, na Universidade Federal do ABC? 2.600 alunos matriculados, aproximadamente. Isso é um dado de evasão bastante sintomático para uma universidade que foi recém criada, não está devidamente ainda estruturada no que diz respeito à sua estrutura física, pedagógica, etc., mas nos deve chamar a atenção para o modelo de formação que está sendo oferecido naquela universidade, comparativamente ao modelo de formação que tem sido oferecido por outras universidades. E isso está relacionado à valorização da educação básica e a baixa procura ou baixo estímulo que esta comissão, alguns senadores, alguns deputados nesta Casa já têm chamado a atenção para a baixa procura aos cursos de licenciatura. O que é que isso pode representar daqui a cinco anos e o que é que isso pode representar daqui a dez anos, quando as próximas gerações tiveram definindo os rumos da educação nesse país, quando nós não teremos mais professores, quando nós não teremos mais como assegurar uma relação direta entre a educação superior e a educação básica, no que diz respeito à formação profissional.

Eu agradeço a atenção e, mais uma vez, gostaria de ressaltar a feliz oportunidade que esta comissão traz em nós estarmos discutindo este assunto de tão importância para a sociedade brasileira. Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu é que agradeço em nome da comissão. Eu passo a palavra ao Yann Evanovick, que é o último a falar, e, ao mesmo tempo, passo a presidência outra vez para que a Senadora Marisa possa encerrar esse encontro.

[troca de presidência]

SR. YANN EVANOVICK: Senador Cristovam Buarque, a propósito, eu acho que nós temos que fazer um debate sobre os pontos que o senhor apresentou, no que se refere a não concordância dos estudantes. Agora, eu acho que o esforço que todos os movimentos educacionais têm que fazer, primeiro, é consensualizar a sua opinião em torno do ENEM. Depois, essa questão da criação desse tão debatido sistema nacional de educação. E eu concordo plenamente com o senhor: nós temos que debater com muita profundidade e fazer um investimento que consiga responder às demandas que o ensino fundamental, enfim, que o ensino básico tem. Não dá para pensar uma universidade em perspectiva com um certo nível de qualidade se o ensino médio, se o fundamental não tem o devido investimento. Eu insisto em dizer que é necessário dentro do ENEM, primeiro, que ele seja seriado, porque, com o processo seriado, inclusive nesse debate da regionalidade, a gente acaba vencendo, porque o cara vai ter que fazer a prova durante os três anos do ensino médio. Ele vai ter que ir para lá, ele vai ter que viver, vivenciar o dia a dia, a educação que aquele estado oferece. Depois, eu acho que tem que ter um recorte social, e o recorte social é reservar 50% das vagas dos estudantes, 50% das vagas para estudantes oriundos de escola pública. Eu acho que essa é uma das formas de se suprir, de se melhorar a educação, de se melhorar o ensino médio, mas, também, de não permitir que toda uma geração fique fora da universidade.

Nós sabemos que, apesar dos esforços feitos para melhorar a educação do ensino básico, ela ainda está aquém, ela ainda está aquém e, enfim, acaba entrando na universidade aqueles que tiveram acesso a melhor educação, enfim, aqueles que os pais, e aí não é uma questão de guerra entre estudantes de escola pública e estudantes de escola privada, porque muitos são os pais que são da classe média, que são pobres, mas que fazem um esforço muito grande trabalhando para fazer com que os seus filhos tenham uma educação de qualidade, mas, de fato, estabelecer um recorte social e fazer com que mais estudantes da escola pública possam ter acesso à universidade.

A outra questão desse debate, da aplicação de forma prematura do ENEM: eu acho que nós temos que criar, e é muito ruim não ter o Ministro Haddad nessa reunião, eu sei que ele tem uma agenda muito corrida, mas nós temos que tentar criar uma comissão ampla, composta por todo o movimento educacional e o governo, para debater essa questão do controle social. Eu acho que cabe esse esforço. Eu acho que nós devemos tentar fazer esse esforço, inclusive tirar, como encaminhamento dessa audiência, para que todo o movimento educacional possa interferir de fato nessa discussão.

Então, por fim, eu queria agradecer ao espaço que nos foi dado e nos colocar à disposição de todos

os futuros debates, já que eu acho que esse tem que ser um debate permanente nessa comissão, eu acho que tem que ser um debate permanente dos movimentos educacionais. Nós também achamos que tem que se ampliar o investimento na educação. Não é à toa que nós defendemos que 10% do PIB sejam destinados para a educação brasileira. Inclusive, no último final de semana, de forma unificada, a União Nacional dos Estudantes, a UNE, junto com a diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a UBES, nós lançamos a [soa a campainha] jornada nacional de lutas em defesa de 50% de todo o recurso do fundo social do pré-sal para a educação. Então, durante todo o mês de março, nós devemos estar construindo grandes mobilizações em torno dessa bandeira. Inclusive eu gostaria de convidar a todos os senadores, que possam se somar, possam se perfilar ao lado dos estudantes brasileiros na defesa dessa pauta. Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa, eu posso fazer um pequeno comentário?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam, antes, eu só quero informar que os projetos do pré-sal, aqueles que já estão aqui no Senado, a questão da área da educação virá para essa comissão. Quer dizer, nós vamos aqui poder discutir também essa questão, modificar, e acho que é muito importante que a gente esteja atento. O Senador Cristovam queria fazer uma...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero. Primeiro sobre isso dos recursos do fundo social, eu tenho um projeto andando aqui que põe 100% do fundo social para a educação. Eu estou muito mais radical do que os meninos [risos]. Agora, não é um radicalismo à toa. É porque, hoje, o fundo social, ele prevê recursos indo para quatro áreas: cultura, pobreza, ciência e tecnologia e educação. Se for para a educação, a gente está atingindo esses outros três. O dinheiro na educação diminui a pobreza, incentiva a cultura e promove a ciência e a tecnologia. E se deixarmos a possibilidade de projetos em geral aí aparecerem, porque a ideia é essa, cada um apresenta um projeto e pega o dinheiro, o dinheiro vai sumir, como já sumiu do ouro, do açúcar, da borracha. Por isso que é importante que, no meu projeto, Senadora Marisa, a gente distribuiria esses recursos proporcionalmente ao número de alunos que o estado tenha na escola. Então é uma maneira muito simples: estado com muita criança recebe muito dinheiro; estado com pouca criança na escola recebe menos dinheiro. E qual é a vantagem disso? Que atende aos dois maiores estados que se dizem donos do petróleo, porque eles não são donos, Minas Gerais e São Paulo, que são os dois estados com maior população. Então a gente atenderia--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Espírito Santo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Espírito Santo já ficaria menos, o Espírito Santo já não seria tão beneficiado. Então essa é a proposta.

Agora, eu quero só dizer sobre o esforço que vem sendo feito há vinte anos na educação de base do Brasil. Claro que vem sendo feito um esforço, mas esse esforço é muito menor do que as necessidades da educação, ou seja, as necessidades da educação estão crescendo de uma maneira mais rápida do que o esforço que a gente faz. E é um esforço menor do que o que a gente faz do PAC para a infraestrutura, para as Olimpíadas, para todas essas coisas aí. Então não é um esforço que vale a pena a gente comemorar; vale a pena a gente reconhecer. Reconhecer é uma coisa, comemorar é outra. A gente reconhece o esforço, mas eu não comemoro esse esforço, não. Ainda é muito pouquinho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só queria fazer uma correção: V. Exa. deve ter colocado São Paulo e Rio de Janeiro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Desculpe, São Paulo e Rio de Janeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado pela correção. Minas Gerais não tem nada do mar, só tem--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agora, adorariam ter o mar, mas não tem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, Rio de Janeiro e São Paulo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero passar a palavra, para as suas considerações finais, ao Professor Edward Madureira Brasil, pedindo desculpas por não estar aqui, na hora da sua colocação. Com a palavra.

SR. EDWARD MADUREIRA BRASIL: Bom, as minhas palavras são apenas de agradecimento aí pela oportunidade de estar aqui numa mesa dessa qualidade, parabenizar o Senado e a Comissão de Educação pela iniciativa.

Falar de educação, acaba que a gente não consegue tratar de um tema de forma isolada. Nós começamos a falar de ENEM, falamos de escola pública, falamos de fundo social e de uma série de coisas. Eu acho que a educação tem que ser olhada sob esse prisma mesmo.

O Professor Antônio Lisboa comentou aqui de uma outra questão que não é menos importante, que

é a questão da evasão na federal do ABC, que é mais ou menos a taxa de evasão média das engenharias, que é 30%. Essa é uma outra questão que precisa ser tratada no âmbito da educação. Isso reflete certamente a formação: os alunos entram nos cursos ligados às engenharias e não têm a formação devida em matemática e física e isso reflete na evasão muito alta. Então remete de novo à questão da escola básica, reconhecimento do professor e assim por diante.

Eu acho o debate extremamente produtivo, acho que nós temos que avançar muito, mas a decisão, eu gosto de exemplificar: hoje, os bens de consumo que a população tem o maior desejo de tê-los, são os bens coreanos, são os carros, as TVS e tudo mais, os celulares, e isso reflete uma política de 10% do PIB investido por muito tempo na Coreia, numa época que a Coréia estava exatamente como o Brasil em termos de educação. Nós temos, com todo o esforço feito, apenas 14,9% dos jovens de dezoito a vinte e quatro anos nas instituições de ensino superior. A meta do PNE de dez anos atrás era ter 30%. Então nós sequer chegamos nessa meta. Se não houver investimento, a gente não vai conseguir, e toda essa perspectiva que o Brasil tem de ser a terceira ou a quarta potência do mundo se esvazia exatamente nesse contexto. Parabéns, Senadora Marisa, e obrigado pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu é que agradeço e eu gostaria aqui, antes de encerrar essa nossa Mesa, dizer o que ficou patente aqui na fala de todos os nossos convidados: foi que a escola pública tem que melhorar, não tem como. Nós temos que melhorar a escola pública, garantir a ela que seja a indutora realmente do desenvolvimento. Aí não precisaríamos discutir aqui as questões de cotas, devemos discutir a escola pública de boa qualidade, que faça com que os alunos... Seja atrativa para os alunos, para que eles não se evadam, que ofereça o conhecimento necessário, dentro da sua série, para o seu futuro, que ofereça oportunidades futuras, e, também, que ofereça condição de terminalidade. Eu acho que, se nós trabalharmos para que o ensino médio seja dessa forma, nós estaríamos aqui, fazendo uma grande conquista. Eu acho que o ensino médio tem que ser visto de uma outra forma e temos que achar aí a saída ou, talvez, a porta de entrada dessa questão.

E quero dizer, ainda, que o PNUD lançou uma pesquisa, que deu conhecimento no mês passado, muito interessante. Ela pergunta a todos os brasileiros: "O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?". Então é uma pergunta: "O que é que tem que melhorar? A educação, a saúde, a violência?". Não, nada disso. "O que precisa mudar no Brasil, para a sua vida melhorar de verdade, para a sua vida melhorar?". Educação, 21%; segundo, políticas públicas, 14%; depois vem a violência, 13%; valores, é a primeira vez que numa pesquisa desse porte entra valores, nunca tinha entrado, 11%. Tanto que o PNUD vai repetir a pergunta nas cidades onde foi feita essa pesquisa só para que as pessoas detalhem quais os valores, porque isso é importante que se saiba também. Aí vem emprego, meio ambiente, corrupção, saúde, desigualdade, judiciário, infraestrutura, impostos, juventude e pobreza. Quer dizer, o que precisa mesmo para melhorar a vida de verdade, precisa mudar no Brasil, é a educação. A pobreza... "Ah, precisa mudar a pobreza, acabar com a pobreza no Brasil, aí resolve a vida". Não, o que vai resolver a vida é melhorar a educação. Então eu acho que é muito interessante para todos nós termos essa consciência de que nós estamos aqui trabalhando numa linha correta, certa, e fazendo aquilo que a população brasileira nos deu o dever de fazer: trabalhar para que a educação melhore.

Eu disse, no começo da minha fala, que eu sou, como o Senador Cristovam, amplamente favoravelmente ao ENEM, ao ENEM Novo, só que nós precisamos realmente modificar. E modificar tendo o contexto do Brasil. As diferenças que nós temos regionais, os interesses nacionais, mas, também, vendo esse lado do Brasil, que é um Brasil, um país tão dispare, é um país tão grande, que a gente tem que ter sempre o olhar voltado para as nossas peculiaridades. Eu tenho certeza que, para o próximo ENEM, nós vamos ver já as diferenças, confio muito no Professor Joaquim, eu sei que ele veio com toda a garra, com vontade de acertar e nós aqui vamos dar todo o respaldo possível para que as coisas melhorem para o próximo ano.

Agradeço a participação de todos, dizendo que esse é o primeiro. Quem sabe, nós possamos fazer outras Audiências Públicas para que a gente possa discutir. Como o Brasil inteiro vai ter acesso, através da TV Senado, eu tenho certeza que nós vamos receber ainda muito **recall** dessa reunião. Muito obrigado, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h36.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010.

Às onze horas e dezoito minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide,** e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Welling-

ton Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Neuto De Conto, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Efraim Morais, Eliseu Resende, Cícero Lucena e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Geovani Borges, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino e Adelmir Santana. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Flávio Arns. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 001: Emenda nº 01-PLEN**, de autoria do Senador Alvaro Dias; **Emendas nº 02-PLEN e 04-PLEN,** de autoria do Senador Romeu Tuma e **Emendas nº 03-PLEN e 05-PLEN**, de autoria do Senador Acir Marcos Gurgacz, ao **Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, que "Modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para estabelecer novo prazo de carência nos financiamentos concedidos e a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional aos contratos já formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor e permite a renegociação de contratos nos casos que especifica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao FIES; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e dá outras providências". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável às emendas nº 01-PLEN, 03-PLEN e 05-PLEN e pela rejeição das emendas nº 02-PLEN e 04-PLEN, e ainda com as Emendas nº 01-CE, 02-CE (com as alterações propostas pelo relator durante a discussão), 03-CE, 04-CE e 05-CE (com as alterações propostas pelo relator durante a discussão), é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Sérgio Zambiasi requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Urgência nº 09/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que requer "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o **Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009**, que 'Modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para estabelecer novo prazo de carência nos financiamentos concedidos e a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional aos contratos já formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor e permite a renegociação de contratos nos casos que especifica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao FIES; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e dá outras providências.'" O Requerimento de Urgência é aprovado. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que "Altera o artigo 4º da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal, para que os Fundos Constitucionais priorizem projetos que contemplem a contratação de assistência técnica e pesquisa com universidades públicas ou instituições públicas de pesquisa". O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável é aprovado. A Presidência retorna à ordem original da pauta. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no Município de Pacajus". O relator designado é o Senador José Nery e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Neuto De Conto e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior

deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campi do Instituto Federal da Paraíba, nos Municípios de Boqueirão e Itaporanga". O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, a Senhora Senadora Fátima Cleide passa a presidência ao Senhor Senador Romeu Tuma, uma vez que precisará se ausentar da presente reunião. **Item 019: Requerimento nº 08/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que requer "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater sobre o PLS Nº 186, de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges. Deverão ser convidados para o debate os Senhores Ophir Cavalcante, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil e o Walter de Agra Júnior, Coordenador Nacional do Exame da Ordem". O Requerimento é aprovado. **Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Santa Rita". O relator designado é o Senador Efraim Morais e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador José Nery requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 10/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti, Fátima Cleide e José Nery, que requerem "... nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater as propostas e resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura, com a presença dos seguintes convidados: João Ribeiro, Coordenador da Conferência Nacional de Cultura; Chico César, Secretário de Cultura de João Pessoa – PB; Zeca Baleiro, Cantor e Compositor; Daniel Zen, Fundação de Cultura do Estado do Acre; Sandra de Sá, Cantora e Compositora". O Requerimento é aprovado. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "Inclui o nome do cidadão Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura". O relator designado é o Senador Eliseu Resende e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição de pena pelo estudo", que tramita em conjunto com os seguintes projetos: **Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que "Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – , para introduzir a remição da pena pelo estudo", e **Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008**, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), de forma a tornar a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados". O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido que incorpora duas emendas oferecidas ao PLS 230/08, prejudicando os PLS 164/07 e PLS 230/08, que tramitam em conjunto. O projeto é retirado de pauta atendendo à solicitação do relator. Neste momento, o Senhor Senador Romeu Tuma passa à presidência ao Senhor Senador Eduardo Azeredo, justificando a necessidade de sua presença na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Prosseguindo, o Senhor Senador Roberto Cavalcanti requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 08/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que requer "... nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento Nº 08, de 2010, que propõe a realização de audiência pública para debater o PLS Nº 186, de 2006, aprovado na reunião ordinária de 16-03-2010, por essa Comissão, com a finalidade de incluir no debate o PLS Nº 43, de 2009, 'que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino

superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional', por tratarem de matéria de natureza semelhante". O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Efraim Morais, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba no Município de Santa Luzia". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Pepe Vargas, que "Confere ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica". O relator designado é o Senador Paulo Paim e parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 020: Comunicados da Presidência**: Não houve Comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2009; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 072, de 2009; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2008 e Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2007.** O Senhor Presidente Eventual, Senador Eduardo Azeredo, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2010.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam se encontram. Aprovado.

Item 01. O Item 01 é não terminativo.

Nós vamos aqui apreciar as Emendas de nº 01, 02, 03, 04 e 05, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009.

O Projeto de Lei "*modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES, para estabelecer novo prazo de carência nos financiamentos concedidos e a aplicação de taxas de juros, estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, aos contratos já formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor e permite a renegociação de contratos nos casos que especifica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS, para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao FIES; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos-PROUNI, e dá outras providências*".

A autoria do projeto é da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Autores das emendas: de nº 01, Senador Alvaro Dias; de nº 02 e 04, Senador Romeu Tuma; Emendas 03 e 05, todas de Plenário, Senador Acir Marcos Gurgacz. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi; o parecer é favorável às Emendas nº 01, 03 e 05, de Plenário, e pela rejeição das Emendas 02 e 04, oferecendo ainda cinco emendas ao projeto.

Com a palavra o relator, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidenta Fátima Cleide.

E sempre lembrando que este projeto, ele é fruto de um acordo de todos os membros da Comissão de

Educação, quando da aprovação do projeto do novo FIES, que começa já a produzir os seus primeiros resultados e também um aperfeiçoamento.

Ele recolheu inúmeras sugestões e, para que não houvesse nenhum prejuízo do início do ano letivo, para que ninguém ficasse prejudicado, na busca deste novo financiamento que o governo propõe, com 3,5% ao ano, portanto, dando um acesso a um financiamento, realmente, com juros bem razoáveis e facilitando que o estudante das escolas particulares pudesse exercer o seu direito de aprimorar-se profissionalmente, trabalhassem no rumo de um novo financiamento, já aproveitar exatamente o ano letivo com o juro mais baixo, e os milhares, milhares de alunos, que, de alguma maneira, sentiram-se prejudicados com a impossibilidade da retroatividade, tivessem a oportunidade de, através da lei, se corrigir esta... Do ponto de vista dos prejudicados, injustiça, mas que o Parlamento, em diálogo com o governo, com o Ministério da Educação, entre seus membros, aqui, na Comissão de Educação, optou por apresentar um novo projeto, tratando do tema.

> "O Projeto de Lei do Senado 539, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa Legislativa, altera normas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, de que trata a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001.
>
> O projeto é composto por cinco artigos, correspondendo o art. 5º à cláusula que prevê o início da vigência das medidas propostas para 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação da lei.
>
> Em seu corpo, o projeto introduz inovações no FIES (arts. 1º e 2º), modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (art. 3º), que disciplina o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, alterando, ainda, a legislação que rege o Programa Universidade para Todos-PROUNI, notadamente a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005 (art. 4º).
>
> No art. 1º, o PLS insere § 6º, do art. 2º, da atual Lei do FIES, para permitir a alienação de saldos devedores de operações contratadas até a data da publicação da lei em que o projeto vier a se transformar. Dessa maneira, amplia-se a norma constante do § 5º do mesmo dispositivo, cuja redação dada pela Lei n° 10.846, de 2004, admitia a alienação exclusivamente para os contratos celebrados até 31 de maio de 1999.
>
> Modifica os incisos II, IV e V, do art. 5º, da Lei do FIES, para estabelecer a retroatividade de eventual redução de juros decidida pelo Conselho Monetário Nacional, aumentar o prazo de carência do financiamento de seis para doze meses e prever o uso de método de amortização mais favorável ao estudante;
>
> Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 6º, da Lei do FIES, para que os estudantes com enfermidade que gere incapacidade laboral, provisória ou permanente, tenham suas dívidas absorvidas pelo FIES, sendo esse benefício extensivo aos estudantes financiados em gozo de seguro-desemprego.
>
> Em seu art. 2º, o Projeto em exame insere art. 6º-B na Lei do FIES, para permitir abatimento mensal da ordem de 1% do respectivo saldo devedor para estudantes que ocupem cargos de professor da rede pública de educação básica, de médico, enfermeiro e dentista, segundo condições preestabelecidas, de modo que expressem situações revestidas de relevante interesse público.
>
> O art. 3º do Projeto incide sobre o art. 20, da Lei do Fundo de Garantia. Nesse caso, a medida assegura o saque de recursos do Fundo para aplicação no pagamento de juros, amortização ou liquidação de contrato de financiamento estudantil, celebrado pelo próprio segurado ou dependente, com idade de até 24 anos, no âmbito do FIES, alcançando ainda os contratos realizados sob a égide do extinto Programa de Crédito Educativo-CREDUC, objeto da Lei nº 8.436, de 25 de julho de 1992.
>
> Finalmente, o art. 4º, do projeto, prorroga para 2011 o ano-calendário a partir do qual as instituições de ensino superior que aderirem ao PROUNI deverão comprovar a quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal, sob pena de desvinculação do Programa.
>
> No prazo regimental, o projeto recebeu as cinco emendas a seguir comentadas.
>
> A Emenda nº 1, do Senador Alvaro Dias, inclui entre os dispositivos referidos no 'caput' do art. 1º do Projeto 539, de 2009, o art. 4º da Lei 10.260, de 2001, para estabelecer, no âmbito dos procedimentos de análise dos pedidos de financiamento adotados pelo agente operador, uma etapa de pré-qualificação, a ser realizada antes mesmo do vínculo institucional do estudante.
>
> Atribuída ao agente operador, com a participação do estudante candidato, essa pré-qualificação permite ao estudante, consoante sustenta o autor da emenda, o conhecimento

prévio de suas chances de obtenção de financiamento, aperfeiçoando, com isso, o seu processo de opção.

As Emendas 02 e 04 são de autoria do Senador Romeu Tuma.

Pela Emenda 02, cria para o estudante considerado, nos termos da lei e do contrato de serviços educacionais, inadimplente com a IES a que esteja vinculado, o direito de inscrever-se no FIES, a qualquer tempo, ao longo do período letivo.

Para tanto, inclui novo art. 5º no projeto em exame, arguindo que a evidência maior de necessidade do financiamento é a própria situação de inadimplência do aluno.

Já a Emenda nº 04, por meio da qual se acrescenta art. 6º ao projeto, faculta ao estudante inscrito em exame seletivo o direito de requerer o financiamento durante esse período, que é anterior ao ingresso na educação superior e receber o resultado do seu pedido até trinta dias antes do início do período letivo em que começariam seus estudos.

Ao cabo, a Emenda nº 04 tem propósito idêntico ao da Emenda nº 1, cabendo ressalvar o vezo de inconstitucionalidade presente na intenção de criar obrigação para o órgão do Poder Executivo.

Por fim, as Emendas 03 e 05, do Senador Acir Gurgacz, são voltadas, respectivamente, à concessão de descontos progressivos aos estudantes que anteciparem a liquidação de suas dívidas e à suspensão da incidência de juros sobre contratos de estudantes em gozo de seguro-desemprego.

Pela primeira dessas, que insere novo art. 5º ao projeto, os descontos não alcançam o capital ou valor nominal tomado de empréstimo, com o que não haveria prejuízo para o Fundo.

No caso da Emenda nº 5, em que o autor se valeu da oferta de nova redação para o § 4º, do art. 6º, da Lei nº 10.260, de 2001, nos termos do art. 1º do projeto, a medida visa a contornar, segundo o proponente, o efeito 'bola de neve' nas ocasiões em que os financiados enfrentam dificuldades de ordem financeira.

Análise.

O Projeto 539, de 2009, promove importantes e oportunos avanços na legislação que rege o FIES.

Cabe destacar, de início, que se trata de uma proposição construída com base nas discussões acumuladas, entre estudantes, gestores do FIES e do Ministério da Educação e o Congresso Nacional, por meio das suas duas Casas, relativamente às necessidades de aprimoramento do programa.

Daí a conformidade do projeto com a estratégia do MEC de imprimir maior flexibilidade ao Fundo, facilitando o acesso dos estudantes ao crédito.

Para tanto, são reduzidos os critérios restritivos e estabelecidos meios de amparo aos financiados, em face da ocorrência de situações e outras ocorrências de força maior. Geralmente, esses imprevistos corroboram os casos de inadimplência e de total impossibilidade de pagamento de obrigações assumidas.

É possível, também, que parte dessas inovações tenha recebido algum tipo de objeção no Parlamento, mas por razões conjunturais e não por falta de mérito. Afinal, a legitimidade do projeto tem apoio nas contribuições advindas de diversos setores sociais, de instituições de ensino e de estudantes.

Entre essas modificações, por sua relevância, cabe destacar o afastamento da exigibilidade do pagamento de obrigações contratuais por parte de estudantes em situação de comprovada dificuldade para honrar tais compromissos, a exemplo daqueles acometidos de doenças incapacitantes para o trabalho.

Essas medidas, por analogia, gozam de apoio legal e jurisprudencial, assemelhando-se àquelas que criaram condições especiais para o acesso das pessoas em dificuldade ao crédito.

Igualmente relevantes seriam as propostas atinentes ao alongamento do prazo de amortização, pela via da ampliação do prazo de carência e à extensão de eventuais concessões de juros mais baixos aos contratos antigos, com efeito retroativo.

Entretanto, no que toca particularmente à questão do prazo de carência, a medida sugerida perdeu oportunidade. É que o Congresso Nacional aprovou, recentemente, a elasticidade desse termo para dezoito meses, com amortização a partir do 19º mês.

Com efeito, essa medida, já carreada à Lei do FIES, por meio da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, é ainda mais favorável aos estudantes, não lhe cabendo, a nosso juízo, qualquer modificação.

Na linha de direcionamento social da demanda por financiamento, o projeto incentiva descontos pela prestação de serviços de interesse público, conferindo essa concessão a profissionais da educação e da saúde, dando prioridade, no conjunto desses últimos, aos atuantes nas Regiões Norte e Nordeste.

Em relação às categorias agraciadas com a mudança, os médicos e os profissionais da educação já estão plenamente atendidos pela inovação da Lei 12.204, de 14 de janeiro de 2010, que, a propósito, contempla as demais disposições do art. 6º-B, que constitui o objeto do art. 2º do projeto em exame.

Dessa forma, impõe-se a apresentação de emenda a essa parte da proposição, de modo a refletir a alteração já conduzida à Lei do FIES e, principalmente, para estender idêntico abatimento de dívida a enfermeiros e odontólogos integrantes de equipes do programa Saúde da Família.

Por tudo isso, é de se entender que a proposição, em seu conjunto, espelha, em boa medida, reivindicações antigas da comunidade estudantil brasileira: crédito acessível, prazos de amortização e remuneração contratual condizentes com as demais modalidades de investimento; cobertura ou garantia de amparo em situações atípicas e imprevisíveis; e tratamento isonômico em relação a outros usuários de recursos públicos.

É essa, certamente, a base do projeto, que sintetiza anseios de um segmento social alijado do acesso à educação superior gratuita. Trata-se de um grande contingente de jovens e adultos, invisível ao Estado e à sociedade brasileira, estes os beneficiários finais da melhoria de renda e organização social do país em decorrência do processo de expansão da educação superior.

Bom, Presidente, o relatório é um pouco longo. Eu posso... Eu posso...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): As emendas você já falou. As emendas você já...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): As emendas já estão explicadas. Eu apenas estou apresentando, na última emenda apresentada, de autoria do Senador Tuma, a supressão de um parágrafo que já está, para não conflitar com a lei do financiamento, com a lei que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá providências.

Para evitar esse conflito e por um erro formal na hora da formatação do relatório, nós acabamos deixando... Deixando esse parágrafo que pode, de alguma maneira, prejudicar o estudante, e não é nossa intenção.

Então, nós acolhemos as sugestões apresentadas pelo Senador Tuma, reorientamos algumas expressões, retirando a obrigatoriedade da inscrição ao FIES, a possibilidade de, por vontade própria, inscrever-se no FIES, o que obviamente democratiza muito o processo e, ao mesmo tempo, nós estamos retirando o §3º, que é 'a não inscrição no FIES, por parte do aluno inadimplente facultará a instituição de ensino, o cancelamento da matrícula'.

Porque todo esse processo já está previsto nos prazos legais em projeto de lei já em vigor.

Então, eu coloco essa supressão, e apresento, portanto, o relatório favorável ao Projeto de Lei, que foi construído, repito, pela Comissão de Educação, através de um amplo acordo aqui. E também em Plenário, com a concordância de todos os líderes, por ocasião da votação do Projeto de Lei que o MEC apresentou, aprovado na Câmara, confirmado aqui no Senado e optando pelo perfeitamente em novo projeto que esta comissão, recolhendo todas essas sugestões, acabou aprovando e, agora, apresentando aqui, como Projeto de Lei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito bem. Nós, então, acataremos o relatório do Senador Sérgio Zambiasi com a supressão feita oralmente. Aguardaremos, então, o relatório com a correção.

Em discussão. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente. Eu queria cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi e cumprimentar essa comissão.

É difícil uma comissão trabalhar um projeto de consenso que todos participam, ouvindo a comunidade e construindo o projeto. Normalmente, o que se vê aqui é o projeto saindo da lavra individual de um senador e depois ser discutido. Aqui foi o contrário, foi construído coletivamente.

Mas eu tenho algumas... Acho que o projeto foi... Está muito bem construído. Inclusive porque o que mais nós temos ouvido é justamente daqueles estudantes que pactuaram com a Caixa Econômica, com juro maior do que o que hoje está sendo pago. E esse projeto corrige esse problema.

Mas eu queria perguntar ao Senador Sérgio Zambiasi, das emendas que ele apresenta, das quatro emendas, a 2ª, que é 1ª de redação, a 2ª é do art. 2º, § 6º, que diz o seguinte: "Aplicam-se aos contratos firmados no âmbitos do FIES, até 31 de março de 2010, as condições de renegociações previstas para os contratos de que trata o § 5º".

Eu queria perguntar ao Senador Sérgio Zambiasi se, em vez de colocar essa data 'até 31 de março de 2010', nós não poderíamos colocar até a promulgação dessa lei. Porque nós estamos aí, acabando 31 de março, outros alunos vão ter problema, e nós vamos ficar engessando.

Assim, até a promulgação da lei, a hora que promulgar, todo mundo tem que cumprir, não tem mais esse interregno que pode prejudicar.

Era essa a minha consideração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria continua em discussão. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Acho muito oportuna a observação da Senadora Marisa Serrano.

Exatamente, nós estamos exatamente examinando emendas de Plenário e algumas que nós estamos oferecendo no sentido, exatamente, do aperfeiçoamento, da proposta.

Eu acho que é muito sensata a observação da Senadora Marisa Serrano, razão pela qual estou acolhendo a sugestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide, creio que a senhora pode ficar orgulhosa de que assume a Presidência já no momento em que aprovamos um projeto desse tipo.

Porque não é todo dia que nós aprovamos um projeto aqui que vai mexer na vida de centenas de milhares de pessoas já, à medida que o projeto seja aprovado, até o final.

Os projetos que a gente aprova aqui, em geral, vão repercutir na vida de crianças. Vão repercutir, ao longo, portanto, de muitos anos. Esse projeto, eu diria que salva a vida, não do ponto de vista de vida ou morte, mas do ponto de vista com liberdade ou vida escravizada.

Quando nós começamos, alguns de nós recebendo alunos que sofrem, que padecem dessa escravidão, da dívida que ficaram para poder estudar, eu tinha dúvida se a gente ia conseguir chegar a algum lugar.

Fui com um grupo deles ao Ministro e recebi do Ministro Fernando Haddad toda a simpatia para encontrar uma saída. Saída essa que eu acho que foi, inclusive, com o Ministro Fernando Haddad, a quem eu faço homenagem nesse momento.

Eu vi pessoas contando fatos pessoais que me chocavam. Lembro um, desculpe entrar nesse detalhe, mas uma jovem, cuja mãe foi fiadora do namorado que essa jovem tinha na época. O casamento acabou, o namoro acabou, e a mãe ficou prisioneira pagando a dívida do ex- namorado.

Engenheiras cujo salário não bastava para pagar a prestação da dívida. Eu fiquei chocado.

E fiquei chocado com a situação do país, não só dos jovens. Porque um país que obriga uma pessoa a se escravizar para exercer uma profissão de nível superior, que o país precisa, é um país sem futuro.

Eu creio que aqui a gente está dando liberdade a essas, esses jovens, salvando as vidas deles, e está dando um futuro a nosso país. Então, eu fico muito feliz, com o projeto, com o relatório, e com esse casamento da nossa comissão com o Ministro Fernando Haddad.

Parabéns à senhora na Presidência, parabéns ao Zambiasi, parabéns ao Ministério, parabéns a todos que fizeram o possível e esse projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, eu queria fazer uma consulta ao Senador Zambiasi.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Tuma com a palavra.

Eu quero apenas agradecer as palavras gentis do Senador Cristovam, mas dizer que este é mérito de toda a comissão, Senador Cristovam, principalmente de V. Exa, que sempre está a frente, um pouco mais a frente, buscando resolver os problemas da nossa sociedade, com relação a educação.

Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho impressão, Presidente – cumprimentá-la pela posse, infelizmente não pude estar presente, mandei um telegrama a V. Exa. – que esta é uma comissão que tem um valor intrínseco pelo que ela representa para o futuro do país.

Todos nós falamos em educação, educação, educação e aqui é a fábrica que se dá condições de termos um futuro bastante voltado para educação.

Senadora Marisa dirigiu com brilho essa comissão, várias vezes nos trouxe argumentos importantes, V. Exa. também, professora, o Sérgio Zambiazi, o Cristovam é um apaixonado, casado com educação, eu fico até com ciúmes de vez em quando.

Mas eu queria perguntar, Senador Sérgio, eu li agora, recentemente, que a Caixa Econômica vai executar uns 37.000 e uns quebrados, estudantes que estão em débito. Esse projeto alcança para facilitar essas pessoas a não terem o prejuízo de poder serem expurgados do plano por não terem condições de efetuar o seu pagamento?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Tuma, infelizmente o projeto não pode impedir uma execução. O que nós estamos é exatamente, com isto, permitindo aos estudantes que estão submetidos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Reinscrição no REFINS.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --ao financiamento antigo com juros muito alto, que através. Através da possibilidade... Através do Projeto de Lei, retroagir os juros do financiamento de 3,5%, para todos os... Todos os... E com isso, obrigará a Caixa a rever todos esses critérios. É uma forma de fazer com que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É uma ação honesta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Exatamente. É uma forma de fazer com que essa negociação ganhe mais transparência, evite exatamente cobranças injustas e indevidas e corrija situações como estas que o Senador Cristovam acabou de comentar conosco, em relação às fianças, em que, muitas vezes, há conflitos familiares porque um pai, um primo, um irmão, um cunhado, ou a namorada acaba, no sentido de oportunizar o acesso ao financiamento, colocar o seu nome.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Querem acabar com o fiador, também. Tirando a confiabilidade na pessoa que recebe os empréstimos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Exatamente. Então entendo que o projeto, ele consegue, senão estancar essa questão que com a Caixa... Com quem nós já estamos conversando para que não promova mais execuções enquanto a lei não estiver aprovada.

E essa é uma discussão política, que, obviamente, nós, aqui, do Congresso, e o Governo deve fazer com a administração da Caixa.

Mas, através do projeto, nós estamos oferecendo um novo espaço à discussão. E, obviamente, novas oportunidades para esses estudantes também, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, senador, e parabéns pelo seu trabalho.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu só queria acrescentar, Presidenta Fátima, mais uma referência aqui, em relação a essas datas, propostas pela Senadora Marisa Serrano, que, em função de técnica legislativa, eu sou obrigado a admitir este parágrafo como está; porém, nós vamos acrescentar ao final, um artigo, ressalvando que estas questões serão tratadas até a data da promulgação da lei. Então, nós vamos ressalvar em artigo, em novo artigo está sendo apresentado também agora, no relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Continuamos em discussão com a matéria. Alguém mais quer se pronunciar? Não havendo, nós, então, passaremos à votação, com as alterações propostas pelo Senador Sérgio Zambiazi e Senadora Marisa Serrano.

E que nós aguardaremos também a redação para fazer as adequações àquilo que foi discutido aqui, na comissão.

Senadores e senadoras que votam favoravelmente à matéria permaneçam como se encontram. Que aprovam o relatório feito com as alterações, feitas, aqui, pelo Senador Sérgio Zambiasi, relator, e com a sugestão, acatada pelo relator, da Senadora Marisa Serrano. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos agora, como ainda não temos quórum para os itens terminativos, passar para o Item 04, cujo relator está presente, que é o Senador Wellington Salgado.

O Item 04--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidenta Fátima, eu vou pedir urgência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Urgência?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Urgência para Plenário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ok, em votação o requerimento de urgência, solicitado pelo relator Sérgio Zambiasi, ao item que trata das Emendas nº 01, 02, 03, 04 e 05, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 539.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item 04 trata do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2003. "*Altera o art. 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, para que os Fundos Constitucionais priorizem projetos que contemplem a contratação de assistência técnica e pesquisa com universidades públicas ou instituições públicas de pesquisa*". A autoria do projeto é do Senador Sibá Machado. Relatoria favorável, tem parecer favorável do Senador Wellington Salgado. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o relator, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sra. Presidente. Inclusive queria saudá-la, porque é a primeira sessão que eu consegui estar presente com V. Exa. presidindo. Vejo que [interrupção no áudio]. Voltou. Voltou. Então...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem. Dá licença? senadora, a senhora assumindo a Presidência, e ele tendo oportunidade de falar, ele acalmou, porque ele veio muito nervoso da outra comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Evidente, Tuma, e foi causado por um companheiro do estado de V. Exa.. Mas está tudo bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O PT.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O PT.

[risos].

Sra. Presidente, me sinto honrado de relatar um Projeto de Lei do Senado, do nosso querido amigo Sibá Machado, que passou aqui pelo Senado, fez grandes projetos, participou de momentos importantes do Senado Federal durante o período que esteve aqui.

> "O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 169, de 2003, na autoria do Senador Siba Machado, de autoria do Senador Sibá Machado, propõe a concessão de prioridade a beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cujos projetos contemplem a contratação de assistência técnica e pesquisa com universidade pública ou instituições públicas de pesquisa.
>
> O projeto foi distribuído para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.
>
> Em função de requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho, aprovado em Plenário, o projeto foi distribuído inicialmente para a Comissão de Educação, para, posteriormente, retornar à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa".

Eu, para não atrasar muito, eu vou direto aqui, ao final do relatório, que é um pouco extenso.

> "Vale a pena lembrar que tal dispositivo estimulará o recurso dos beneficiários dos Fundos Constitucionais à assistência técnica ou à pesquisa de instituições, tais como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o recém criado Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado, a EMBRAPA e toda e qualquer outra instituição pública de pesquisa ou universidade localizada em qualquer região do país.
>
> Por outro lado, há que considerar que tal dispositivo poderá também ter impacto importante sobre essas próprias instituições, fazendo com que elas aproximem suas linhas de pesquisa e desenvolvimento das reais necessidades ou demandas do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
>
> Com isso espera-se que o dispositivo proposto possa, no longo prazo, contribuir para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
>
> Voto. Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2003".

É esse meu voto Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam com o parecer do relator, Senador Wellington Salgado, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós estamos aguardando aqui o quórum. Vamos, então, propor a leitura de itens terminativos que tem relatores presentes.

Senador Neuto de Conto, Senador Zé Nery. Senador Efraim. Vou passar a palavra para o Senador José Nery, relator do Item 12, para leitura.

O Item 12, trata do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2009, "*Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no Município de Pacajus.*" O autor é o Senador Inácio Arruda. Relatoria favorável do Senador José Nery. A matéria constou na pauta da reunião do dia 09 de março de 2010.

A matéria será votada em bloco, segundo Decisão nº 01, desta comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Senador José Nery, relator, com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Fátima Cleide, Sras. e Srs. Senadores.

O projeto que autoriza o poder executivo a criar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, no Município de Pacajus, é de iniciativa do Senador Inácio Arruda.

O Projeto em tela confere ao Poder Executivo autorização para criar, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no município de Pacajus.

> "A referida proposição autoriza o Poder Executivo: 1º) criar os respectivos cargos de direção e as funções gratificadas indispensáveis ao funcionamento do novo campus; 2º) dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, as denominações das unidades e dos cargos, suas especificações e funções,

assim como sobre o processo de implantação e de funcionamento da instituição; 3º) lotar no estabelecimento os servidores que se fizerem necessários, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos nos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Quanto a análise, Sra. Presidente, consideramos, considerada a necessidade de qualificação para o trabalho, cada vez mais premente em virtude das demandas do setor produtivo, a ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica constituiu-se em uma das prioridades das ações educacionais do Poder Público.

Nos últimos anos, a rede federal de educação profissional e tecnológica voltou a crescer, particularmente após a edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.

O projeto em exame acompanha a tendência de valorizar essa modalidade de ensino, mediante a iniciativa de indicar ao Poder Executivo uma localidade que possui todas as condições para ser sede de uma nova instituição federal de educação tecnológica.

Trata-se do Município de Pacajus, no Ceará, que tem população estimada em cerca de 60 mil habitantes. Cumpre registrar que o município possui grande potencial de desenvolvimento, particularmente nos setores agropecuário e industrial.

Quanto à constitucionalidade do projeto, cabe lembrar o Parecer nº 527, de 98, da Comissão de Constituição e Cidadania do Senado Federal, segundo o qual o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

À luz desse parecer, por conseguinte, não seria possível arguir a inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, de projeto de lei que autorize o Poder Executivo a criar instituições de ensino.

Por fim, o projeto encontra-se redigido conforme a boa técnica legislativa.

Em vista do exposto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, ilustre representante do Ceará nesta Casa, no Congresso Nacional".

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria está em apreciação. Aqueles que concordam com sua aprovação, de conformidade com o relatório do Senador...

Perdão. É que nós estamos aguardando o quórum, a matéria é terminativa, ela vai ser votada em bloco, posteriormente, quando houver o quórum presente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não, Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): [pronunciamento fora do microfone] possibilidade de inversão de pauta, para que pudesse ser votado o requerimento que eu acostei na última reunião.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em apreciação o requerimento do Senador Roberto Cavalcanti para que possamos inverter a pauta.

Eu gostaria só de... Que a gente primeiro ouvisse o relatório do Senador Neuto de Conto, que também está aguardando há um tempo. E então, em seguida, a gente pudesse fazer a leitura do seu requerimento. Pode ser assim? Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Item 13. Autoriza o Poder Executivo, Projeto de Lei do Senado, nº 370, de 2009, "*A criar a Universidade Federal do Centro-Norte Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão*." Autoria do Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Neuto de Conto. Parecer favorável. A matéria constou na pauta da reunião do dia 09 março de 2010.

A matéria será votada em bloco, segundo Decisão nº 01, desta comissão, aprovada por unanimidade, em 09 de junho de 2009.

Com a palavra o Senador Neuto de Conto, relator do Projeto de Lei nº 370, de 2009.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Presidente Fátima Cleide, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

> "O Projeto de Lei do Senado PLS 370, de 2009, de autoria do Senador Lobão Filho, autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Centro-Oeste Maranhense, com sede no Município de Santa Inês, Estado do Maranhão, que desenvolverá atividades nas áreas de ensino superior, de pesquisa e extensão.

Para isso, contará com estrutura organizacional e modelo de funcionamento definidos em seu estatuto, respeitando a legislação pertinente (art. 3º).

Sua instalação fica condicionada à prévia consignação das dotações orçamentárias da União (art. 4º).

Por fim, o PLS em apreço fixa a data de publicação com início de vigência da lei sugerida (art. 5º).

Para justificar sua iniciativa, o autor destaca as desigualdades regionais e a baixa quantidade de universidades públicas no Estado do Maranhão.

Nesse contexto, acredita ser necessário expandir a rede pública de educação superior, principalmente nas áreas menos desenvolvidas do país, entre as quais inclui a microrregião de Pindaré, composta de 22 municípios da mesorregião Oeste Maranhense.

O PLS foi distribuído a este Colegiado, onde será apreciado em caráter terminativo, tendo recebido emendas.

Análise.

A matéria se enquadra entre aquelas possíveis de apreciação por esta comissão, nos termos do que estabelece o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS em exame alinha-se às políticas públicas relativas à área educacional, que preveem investimentos direcionados à expansão da rede pública de educação superior, com o crescimento da oferta nas universidades federais.

Conforme se observa, nos últimos anos, há um grande investimento do Governo Federal tanto na melhoria da qualidade do ensino do país quanto na expansão de oportunidades de qualificação das crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

Assim sendo, julgando que medidas como a que ora analisamos são extremamente importantes para o atendimento da meta acima referida e, principalmente, para garantir à população mais carente que vive no Centro-Norte do Maranhão acesso a nível mais elevado de escolaridade, preparando-a para o exercício pleno da cidadania.

O PLS nº 370, de 2009, não apresenta óbices de natureza constitucional e jurídica, tampouco necessita de reparos quanto à técnica legislativa.

O Voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 370, de 2009."

Era o parecer, é o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria será votada tão logo a comissão tenha quórum.

Passamos a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, para leitura do Projeto de Lei do Senado nº 240, Item 17, que "*Autoriza o Poder Executivo a criar campi do Instituto Federal da Paraíba, nos Municípios de Boqueirão e Itaporanga*." Autoria do Senador Efraim de Moraes. Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti; o parecer é favorável.

A matéria será votada em bloco, segundo Decisão nº 01 dessa comissão, aprovado por unanimidade, em 09 de junho de 90.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, gostaria de parabenizar o Senador Efraim Morais, da Paraíba, pela iniciativa da proposição, de autorizar o Poder Executivo a criar *campi* do Instituto Federal da Paraíba.

Os institutos federais são as antigas escolas técnicas federais, hoje denominadas de IFETs, nos municípios de Boqueirão e Itaporanga. Os dois municípios, como todos sabemos, principalmente quem está na Paraíba, são de extrema necessidade, polos regionais de suas regiões.

Então, tanto Boqueirão, quanto Itaporanga, mereciam ter um projeto como esse no sentido de implantação de campus do Instituto Federal da Paraíba.

Então, meu voto, Sra. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2009, de autoria do Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sra. Presidente, para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra o autor da matéria, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sra. Presidente, inicialmente, agradecer o relatório do Senador Roberto Cavalcanti.

Ele, como paraibano, sabe muito bem da importância dessa iniciativa que tomamos em relação a esse projeto de lei, já que a Comissão de Educação, em caráter terminativo, está criando ou autorizando, vamos assim dizer, ao Poder Executivo a criar campus de Instituto Federal da Paraíba, como ele bem colocou, o relator, as antigas escolas técnicas, no município de Boqueirão e Itaporanga.

Ora, o município de Boqueirão, Sra. Presidente, atenderá a Região Central do nosso estado, notadamente a porção oriental da Região do Cariri paraiba-

no, que geoeconômica é conhecida como Cariri paraibano. Em torno da cidade de Boqueirão, que é uma das citadas, nós temos uma vantagem, portanto que nós contamos com um reservatório com um volume de água da ordem de meio bilhão de metros cúbicos d'água. Evidentemente, esse grande potencial pode ser explorado nas áreas de piscicultura, floricultura irrigada e turismo náutico.

Da mesma forma, se pensa no campus de Itaporanga, que é uma região totalmente diferente, mas que poderá, ela se encontra cravada lá no Vale do Piancó, e tem uma formação específica para dar vazão ao potencial econômico, de toda a região do Vale do Piancó. Por isso, é importante essa iniciativa.

Agradecer a aprovação de todos os nossos companheiros e companheiras, bem como, do relator, pelo brilhante relatório que faz, aprovando essa matéria.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que tendo em conta a importância do projeto para o estado da Paraíba, e sua pertinência, em face do atual projeto federal de expansão da educação profissional e tecnológica, conclamo apoio mais uma vez dos meus pares, e na certeza que teremos uma aprovação em caráter terminativo nessa comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Efraim, não havendo quórum, ela continuará em aberto, será votada em bloco, assim que completar o quórum para a comissão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Seu requerimento agora.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de enfatizar inclusive ao Senador Efraim Morais, como ele relatou aí sobre a cidade de Boqueirão. Essa cidade vai ter o privilégio de ter seu açude perenizado, a transposição do Rio São Francisco, fará com que esse açude fique perene, que é uma dádiva divina.

Sr. Presidente, eu solicitaria que fosse colocado um item não terminativo, que é a votação de um requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Item 19?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Item 19.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está na pauta, V. Exa. poderá usar da palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, Item 19.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a palavra V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Trata-se na verdade, Excelência, de um requerimento que foi acostado a esta comissão, na reunião passada, visando, pedimos uma audiência pública, no âmbito desta comissão para debater sobre o PLS 189 de 2006.

Esse PLS, para relembrar a V. Exas., refere-se à discussão sobre o Exame de Ordem da OAB.

E aproveitando o ensejo, eu gostaria, se possível, nós colocarmos também [interrupção no áudio], o Item 05, que é terminativo, para que este item fosse acostado, apensado, o termo técnico é apensado, ao Projeto de Lei 189, por se tratar de assunto da mesma... Mesma... Mesmo tema.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, pela ordem. Senador Roberto me permite uma parte? Como eu sou relator do Item nº 05, eu também queria, junto com V. Exa., pedir que ele fosse juntado ao 19. A matéria é correlata.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com licença. Tem que requerer em Plenário a juntada dos dois processos. É mais rápido do que aqui. Requerer lá, já na hora sai a decisão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Faremos esse requerimento em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, em votação o requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, sobre a audiência referente ao projeto de autoria do Senador Gilvam Borges. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sr. Presidente, e aos colegas pela aprovação do nosso requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aprovado o requerimento de V. Exa. Item 18. Poder Executivo... É o Senador Efraim Morais, relator, de autoria do Senador Cícero Lucena. "*Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Santa Rita.*

Tem V. Exa. a palavra, Sr. Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado 334, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Santa Rita.

Para isso, confere autorização adicional àquele poder para criar cargos e funções, para dispor sobre

organização, competências e outras atribuições necessárias à implantação... Necessárias à implantação e ao funcionamento da escola.

De acordo com o art. 3º da proposição, o campus de Santa Rita destina-se à formação e qualificação de profissionais de educação superior básica e profissional para atender às necessidades socioeconômicas e de desenvolvimento tecnológico daquele estado.

O art. 4º, por sua vez, determina que a lei proposta entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificativa do eminente autor, o Senador Cícero Lucena, a proposta ressalta a importância da educação profissional e tecnológica para redução das desigualdades sociais, assim como para qualificação adequada dos estudantes brasileiros.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que a área de atuação do Instituto Federal da Paraíba é restrita, e que o município de Santa Rita, que, pelas potencialidades que apresenta, necessita da escola para atacar os elevados índices de desemprego e de violência juvenil.

É bom que se registre que o Município de Santa Rita é um dos municípios mais importantes da Paraíba, está próximo à capital do estado, é uma cidade que tem um grande potencial canavieiro e é a terceira cidade em termos de população do nosso Estado da Paraíba.

Daí a importância de se enquadrar ao município de Santa Rita e se beneficiar com essa atitude do Executivo criar o campus do Instituto Federal de Educação.

Em função disso aí, e em face ao exposto da nossa justificativa, eu me manifesto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2009, que cria, repito, que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba no Município de Santa Rita.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho certeza que a sua Paraíba será atendida pela comissão, assim que nós tivermos número para votação.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E aqui eu registro--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está aberta a discussão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --que a matéria é de autoria do Senador Cícero Lucena e que me honra bastante ter sido escolhido por esta Presidência para relatar essa matéria, que nós, que fazemos a Bancada da Paraíba, eu, senador, Senador Cícero, Senador Roberto Cavalcanti, sabemos da importância dessa matéria, desse projeto, para o nosso Estado da Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E o fez com bastante brilhantíssimo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Senador José Nery. Mas, antes, eu queria... É sobre o assunto? Não, só para abrir a discussão e aguardamos o número.

Com a palavra V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Está em discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está em discussão. Se V. Exa. falar, depois Senador José Nery, pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sobre a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A prioridade é nossa?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É de V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é a prioridade; é continuidade do assunto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): [risos]. Eu gostaria de parabenizar a relatoria do Senador Efraim Morais, como a autoria do Senador Cícero Lucena.

O Município de Santa Rita realmente pertence à Região Metropolitana de João Pessoa, um município de extrema valia e de extrema necessidade, de exatamente ser dotado de instituto como esse Instituto Federal de Ensino, no tocante àquele município.

Então, parabéns à relatoria e parabéns à autoria. Ganha o Município de Santa Rita esse Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no seu município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, para solicitar a inclusão extrapauta, de um requerimento solicitando a realização de audiência pública para debater as propostas e resoluções da Confederação Nacional de Cultura.

O requerimento é de autoria da Senadora Ideli Salvatti, Senadora Fátima Cleide. Eu estou entre os propositores, e demais Srs. Senadores que assinam o requerimento.

É uma solicitação de inclusão extrapauta para deliberação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já está em mãos, e pergunto aos Srs. Se-

nadores que concordam em votar extrapauta o requerimento solicitado pelo Senador que acaba de usar da palavra.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu sou autor também um de Projeto de Lei do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E sobre este aqui, V. Exa. Concorda?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, é um outro item.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, vamos só votar esse, se houver concordância.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas acho que é terminativo. Não temos número.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, esse não. O requerimento não é terminativo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não? Então vamos. Depois eu pediria a palavra, pela ordem, a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Peço desculpa, para a gente ir um por vez.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não, eu é que entrei na hora errada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, em votação, o requerimento que, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno.

Aliás, V. Exa. quer ler? Então, V. Exa. faça a leitura e nós colocaremos em pauta.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater as propostas de resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura, com a presenças dos seguintes convidados: João Ribeiro, Coordenador da Conferência Nacional de Cultura; Chico César, Secretário de Cultura de João Pessoa, Paraíba; Zeca Baleiro, Cantor e Compositor; Daniel Zen, da Fundação de Cultura do Estado do Acre; e Sandra de Sá, Cantora e Compositora*." O requerimento é de autoria da Senadora Ideli Salvatti, Fátima Cleide, José Nery e outros senadores e senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o requerimento extrapauta lido pelo Senador José Nery. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

V. Exa. Senador Efraim. Tem o Item 11 de V. Exa.. Só....

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, estou na fila no... Questão de ordem. Estou na fila após o Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O Item 15 da pauta é de minha autoria. É que, na realidade, é matéria que me diz bastante respeito, até porque é um Projeto de Lei de nº 169, que "*Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba no Município de Santa Luzia*." E aí é minha terra natal. Então... O relator é o eminente Senador Cícero Lucena. Estou tentando...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele comunicou que está vindo para cá. Vamos esperar cinco minutos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Isso é bom, vamos votando outras matérias, nós aguardaremos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Roberto, V. Exa. pediu pela ordem também? V. Exa. Pediu pela ordem? Porque eu vou dar a leitura para o Senador que está no aguardo já do Item 11. No Item 11. Mas V. Exa....

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, eu concedo a prioridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Item 11, "*Inclui o nome do cidadão*", Obrigado, "*Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura.*" Autoria Senador Eduardo Azeredo. Relatoria Senador Eliseu Resende. Os dois mineiros desta Casa.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu fico muito honrado em ter recebido dessa Presidência, a incumbência da relatoria desse Projeto de Lei, Projeto de Lei do Senado nº 437, de autoria do ilustre Senador Eduardo Azeredo, que está presente nesta Sessão.

Essa lei, no seu art. 1 º determina que "*O cidadão Pedro Aleixo, vice-Presidente da República, impedido de exercer a Presidência em 1969, em desrespeito à Constituição Federal, que este cidadão passe a figur na galeria dos que foram ungidos pela Nação Brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais*.

O art. 2º da lei determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto, Senador Eduardo Azeredo, destaca a importância histórica de Pedro Aleixo e assinala as circunstâncias em que lhe

foi vedado exercer a Presidência da República em 1969.

vice-Presidente da República na época em que a Suprema Magistratura foi ocupada por Costa e Silva, Pedro Aleixo foi impedido de ocupar a Presidência quando o titular do cargo foi acometido de grave enfermidade.

O país passou a ser controlado por uma Junta Militar.

Ao assinalar que se trata de personagem da mais elevada importância na política nacional, o autor da proposição afirma que 'Não se pode mudar a história. É possível, entretanto, preservar para as gerações vindouras a verdade dos fatos e resgatar a participação heróica de personagens que devem servir de exemplo para todos os que lutam por um país mais humano e mais fraterno. O cidadão Pedro Aleixo, com sua abnegada dedicação à causa democrática, nos deixou um legado que precisa ser preservado.'

O projeto foi apresentado no dia 24 de agosto do ano em curso e foi distribuído a este colegiado para decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

O autor da proposição foi muito feliz ao afirmar que a lista daqueles que ocuparam a Presidência da República expressa a trajetória de um povo.

De fato, estão inscritos na sequência dos supremos mandatários de uma nação os traços do seu percurso histórico-político e as marcas da luta pela liberdade.

Com períodos de plenitude democrática e interregnos autoritários, essa, é sem dúvida, a história do nosso país no século XX.

Dessa forma, a proposição que ora examinamos afigura-se meritória e extremamente oportuna.

Em se tratando de análise em caráter terminativo, incumbe à Comissão de Educação manifestar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da proposição. Nesses aspectos, nada há a obstar.

Pelas razões apresentadas, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 437."

Sr. Presidente, eu queria apenas destacar que eu pertenci ao Governo naquela época, convivi com Pedro Aleixo, participei da história deste homem que reunia o talento, a honestidade, a sinceridade e a grande sabedoria jurídica a uma humildade inigualável a serviço do país.

Como Professor que participava do governo na época, tenho aqui razões para dizer que fico muito honrado em proferir esse voto e de dedicar as minhas congratulações ao ilustre Senador Eduardo Azeredo, que honra o estado de Minas Gerais nesse Senado da República.

É o que tinha a dizer Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Eliseu Resende, só pode escrever a história quem dela participou. E V. Exa. faz um relatório histórico, baseado no pedido do ilustre Senador, que também participou da história, Eduardo Azeredo.

De forma que eu passo a palavra ao autor para que possa se pronunciar a respeito, visto que não há número para a votação, nós abrimos a discussão e será votado em bloco, com certeza, com aprovação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero inicialmente agradecer ao Senador Eliseu Resende, seu relatório.

Nós dois, como senadores de Minas Gerais, estamos aqui buscando uma reparação histórica. Não há nenhum custo nesse projeto, é um projeto que busca realmente preencher uma lacuna que a história mostra.

Naquela época eu era ainda estudante universitário, na verdade, a minha origem partidária, do meu pai, Renato Azeredo, era do PSD. O Pedro Aleixo era da origem da UDN, antiga.

E na faculdade nós costumávamos acompanhar, evidentemente, a política. E víamos sempre em Pedro Aleixo um homem extremamente respeitado, um grande jurista, com grandes conhecimentos.

E o que nós vimos? Vimos que o regime militar que se iniciou como movimento de reorganização do país, de acalmar o país, de reorganizar o país, na verdade, em pouco tempo, entrou por um rumo, que foi o rumo da ditadura que nós viemos a ter durante muitos anos, mais de uma dezena anos.

Assim foi que este foi o primeiro momento, tivemos o primeiro governo com Castelo Branco, em que era para exatamente fazer essa reorganização, e em seguida, passar o governo para os civis. Isso não aconteceu.

E aí tivemos o segundo governo com o Costa e Silva. E eleito pelo Colégio Eleitoral, que era o sistema da época, com Pedro Aleixo, vice-Presidente. Acontece que Costa e Silva teve uma doença grave. E aí que.... Nós tivemos o golpe dentro do golpe. Ou seja, Pedro Aleixo foi impedido de assumir, ele que era o vice-Presidente, foi impedido de assumir normalmente. E aí nós conhecemos a história, vieram mais vários anos do regime militar.

Portanto, é o objetivo dessa proposição reparar uma lacuna, deixando claro que Pedro Aleixo estava em condições de assumir a Presidência da República, só não o fez por obra do regime militar, de uma medida de força que criou a Junta Militar, ao invés de

dar posse ao vice-Presidente que estava na plenitude das suas funções.

Pedro Aleixo orgulha Minas Gerais. E nós aqui, como seus senadores, do nosso estado, queremos prestar esta homenagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O projeto continua em aberto. Vamos aguardar o número para votação. Senão, na próxima reunião.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Efraim, o Senador Cícero pediu encarecidamente que gostaria de ser o relator e está vindo para cá.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Vamos aguardar o Senador Cícero. Terei o maior prazer tê-lo como relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu diria ao Senador Resende se poderia ficar um pouquinho, tem umas pessoas que querem falar comigo. Se V. Exa. me desse... Pois não, senador. Desculpe.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu aguardo a substituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pode falar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, são três, sobre três itens que eu gostaria a atenção aí da Presidência. Um refere-se ao Item 06, não terminativo. Gostaria como relator, o mesmo fosse retirado de pauta. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. será atendido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Item 06, como relator, solicito que seja o mesmo retirado de pauta.

No tocante ao Item 19, que trata-se do requerimento por mim apresentado e aprovado nessa sessão, gostaria de fazer um esclarecimento, se refere à abordagem do Senador Gerson Camata, se refere ao Item 05 de autoria do Senador Marcelo Crivella, e de relatoria exatamente do Senador Gerson Camata, na qual ele pediu que houvesse o acostamento dos dois projetos.

Então, para ficar bem claro, eu gostaria, que, na verdade, aquele meu requerimento a ele fosse inserido, eu posso providenciar isso de imediato, inserido que no seu texto esteja também a discussão do Projeto de Lei 43, de 2009, do Senador Marcelo Crivella.

Com isso facilitará a discussão e numa só audiência pública, ou em audiências públicas referentes ao mesmo tema, nós pudéssemos decidir sobre estes dois projetos, ou sobre o acostamento desses dois projetos.

A recomendação é de aprovação ou não dos mesmos. Era esse o esclarecimento que eu pediria e faria, estou nesse momento, encaminhando à Presidência.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):. Senador Roberto Cavalcanti. O requerimento de fusão desses projetos, ele é apresentado no Plenário, apresentação conjunta, ele é mais rápido. A tramitação é mais rápida. Porque se apresentado e aprovado aqui, de qualquer maneira tem que ir ao Plenário.

V. Exa. pode apresentá-lo diretamente ao Plenário, ganha na rapidez do trâmite.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ok, que seja feita da forma mais pragmática, mas objetiva, para que nós possamos, no Senado Federal, termos a matéria votada da forma mais rápida.

Agora, era importante que estivesse no requerimento incluído o tema. O acostamento é realmente uma decisão que deveríamos tomar de uma outra forma. Mas constar no requerimento, a minha observação vem de constar no requerimento a observação da matéria.

Na verdade, seria um aditamento ao requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):. Está bem. Então, o aditamento eu coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir. Só aqui o aditamento. Coloca realmente essa... Incluindo o Item 05 nesta... Na instrução do projeto, no âmbito desta comissão, para discussão aqui, os convidados Sr. Ofir Cavalcante e Walter Agra Júnior. PLS 186? E o 43, de 2009 em conjunto.

Então, para discussão em conjunto. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, nós temos, é evidente que o Item 15, nós temos a maior....

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):. O Senador Cristovam está aí que é o relator do Item 02.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então vamos ouvir o Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Enquanto isso, vamos esperar que nosso colega Cícero... Na Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Dois terços da Bancada presente esperando complemen-

tação dos 100% da Bancada para votarmos a matéria. E tenho certeza, estou sabendo que o Senador Cícero está participando de uma votação importante em outra comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E eu não tenho dúvida de que tanto o Senador Roberto Cavalcanti, como eu, mesmo na ausência dele, daremos todo o crédito, a ele como relator, do nosso projeto que teremos a oportunidade de discutir, na votação, para ele justificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Obrigado, Senador Efraim. Vamos passar ao Item 02, que é terminativo também. Nós vamos fazer apenas a discussão, não havendo quórum. Que é o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005 que "*Faculta abrir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar*". Autoria do Senador Pedro Simon e relatoria do Senador Cristovam Buarque.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido; sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, mas nós não teremos como votar, já que é terminativo. Então, com a palavra Senador Cristovam Buarque para leitura e posterior discussão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado é de autoria do Senador Pedro Simon e tem objetivo de possibilitar que se atribuam aos conselhos de educação estaduais, municipais e distrital as competências do Conselho de Alimentação Escolar e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo... Do FUNDEF, no caso, agora, do FUNDEB.

"De acordo com o autor da iniciativa, a medida tem como objetivo simplificar e desburocratizar os procedimentos para a criação e funcionamento dos múltiplos conselhos.

Inicialmente, o PLS foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade e juridicidade; e, nesta comissão, analisamos a matéria em caráter terminativo, devendo lhe dizer que não foram oferecidas emendas.

Cabe ressaltar que a matéria se enquadra entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Educação, segundo o qual a ela compete opinar sobre o mérito de proposições que envolvam, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos.

Nesse contexto, foram se consolidando os conselhos estaduais, alguns municipais e o do Distrito Federal, com natureza semelhante ao CNE, criados e organizados administrativamente em atos normativos dos respectivos entes federados.

Em média, o que se observa com relação à composição e às atribuições dos conselhos municipais é a tendência de privilegiar pessoas comprometidas com a educação, ao mesmo tempo em que procuram manter correspondência no que diz respeito aos representantes dos governos e de segmentos da sociedade civil.

Já os Conselhos de Alimentação Escolar, que existem desde 1998 no âmbito dos estados, dos municípios e do Distrito Federal por força de sucessivas medidas provisórias, são hoje regulamentados pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, resultante da Medida Provisória 455, de 2008. De acordo com seu art. 18, os CAE constituem órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento.

Com relação ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF, a criação foi prevista pela Emenda à Constituição nº 14, de 1996.

Vale lembrar que o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, conforme a Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

O art. 24 da Lei do FUNDEB prevê que, no âmbito de cada ente federado, sejam instituídos conselhos destinados ao acompanhamento e controle social da distribuição, da transferência e aplicação dos recursos destinados aos Fundos.

Ademais, arrola o número de membros dos conselhos junto aos respectivos governos, a natureza de suas composições e suas atribuições.

Vale destacar, Sr. Presidente, o §3º desse dispositivo, que determina aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

As três modalidades de conselho citadas na proposição em análise têm composição e atribuições distintas, o que leva a certa dificuldade de se delegar aos primeiros as atribuições dos outros.

No entanto, devido à dificuldade de os municípios menores comporem todos os órgãos colegiados previstos na legislação brasileira, já se constata, em muitos deles, que os Conselhos Municipais de Edu-

cação exercem, de fato, as funções do Conselho de Acompanhamento e Controle Social.

É dessa forma, entendemos que a flexibilidade proposta pelo Senador Pedro Simon revela-se oportuna e necessária, frente à dificuldade apontada, inclusive pela professora Lúcia Helena que, reconhecendo as dificuldades dos conselhos municipais no desempenho de tarefas essencialmente técnicas, vislumbra a garantia, pelo poder público municipal, de um quadro de pessoal qualificado para lhes assessorar.

Por isso, julgamos como a Comissão de Constituição e Justiça já fez, que a proposição não apresenta óbices de natureza constitucional ou jurídica que dificultem a sua tramitação. Além disso, consideramos apropriadas as emendas ali oferecidas, a CCJ, como bem previu o relator já na CCJ.

Para tanto, julgamos conveniente apresentar um substitutivo, contemplando, assim, as sugestões da Comissão de Constituição e Justiça.

E, pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei na forma do substitutivo em anexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão, o relatório do Senador Cristovam Buarque. Não havendo quem queira discutir, está, portanto, encerrada a discussão, e a votação será feita no momento oportuno, tendo em vista que o projeto é também terminativo.

Nós já íamos encaminhar para a conclusão, mas com a chegada do Senador Cícero Lucena, passamos, portanto, para o último Item da pauta, será discutido hoje, que é o Item 15.

O Item 15 é também terminativo. É o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2009 que "*Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal da Paraíba no Município de Santa Luzia.*" Autoria do Senador Efraim Morais, o relator é o Senador Cícero Lucena, a quem concedo a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, como já foi distribuído e o mérito da matéria, e todos nós que conhecemos a Paraíba, aqui estão os três senadores da Paraíba, todos comungando da importância dessa iniciativa e da interiorização da educação profissionalizante, Presidente, eu vou direto ao voto: é pela aprovação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O relatório é pela aprovação. Eu quero só corrigir o que eu coloquei em relação ao Item 02, o item anterior, relatado pelo Senador Cristovam, que a discussão não está encerrada, ela está suspensa. Ela continua, portanto, em aberto para a próxima reunião. Afinal de contas, eu não sou Presidente dessa comissão. Eu estou aqui temporário.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas será colocado em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão, o Item 15, do Senador Cícero Lucena, de autoria do Senador Efraim. Senador Efraim, V. Exa. Como autor deseja usar a palavra?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, agradecer ao Senador Cícero Lucena pela brilhante relatoria. E fazer o registro, como fiz anteriormente, que é um projeto de minha autoria, que toca realmente, que se trata de não Santa Luzia de Minas Gerais, mas de Santa Luzia lá da Paraíba, minha terra.

E que, evidente, que a importância da autorização que nós nesse momento damos ao Executivo para criação do Instituto Federal da Paraíba no Município de Santa Luzia, são as antigas escolas técnicas.

Santa Luzia que é localizado na meso-região da Borborema e na microrregião de Siridó oriental na Paraíba. É um município que polariza vários municípios do Siridó paraibano.

É evidente que essa... Essa... Essa, a criação dessa.... Desse Instituto levará evidentemente à expansão e oferta da educação profissional em toda a nossa querida região do Vale do Sabugi.

Por isso, agradeço ao Senador Cícero, pelo relatório, e espero que o Governo Federal, após a decisão desta Casa, que é terminativa, e da Câmara dos Deputados, possamos ter esse sonho, de muitos anos, já que a cidade de Santa Luzia remonta, o município remonta ao império, uma vez que Santa Luzia é uma cidade que foi criada pela Lei Provincial, nº 410, de 24 de novembro de 1871.

Então, nada justo que agora que estamos completando 139 anos da criação do município de Santa Luzia possamos ter esse importante instrumento para a juventude da minha terra.

Agradeço ao Senador Cícero e aos meus pares, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):. Senador Efraim, eu faço também a lembrança aí que a Santa Luzia mineira, é uma cidade histórica, da mesma maneira, é uma cidade com grandes características culturais, importantes características culturais, está na região da Grande Belo Horizonte, hoje cresceu muito, já que com o crescimento de Belo Horizonte ela foi, de alguma maneira, também impactada, e hoje é uma cidade com mais de 200.000 habitantes.

Eu ouço ainda o Senador Roberto Cavalcanti, portanto, a Bancada da Paraíba está completa.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Integralmente. Sr. Presidente, eu gostaria de dar meu testemunho da importância das escolas técnicas, hoje, institutos técnicos federais.

Eu, por destino de Deus, nasci vizinho a minha casa, era vizinha exatamente de uma escola técnica federal na época em Recife, Pernambuco e acompanhava, desde criança, a eficiência a disciplina e a competência da gestão das escolas técnicas.

Posteriormente, há mais de 4 anos, resido na Paraíba há 40 anos resido na Paraíba, e como empresário, utilizei-me dos serviços das escolas técnicas da Paraíba. A Escola Técnica Federal da Paraíba, CEFET, e agora, IFET, principalmente de João Pessoa, é celeiro da formação profissional de grandes profissionais que abastecem a indústria paraibana.

Então, na verdade, extremamente meritório esse projeto, do Senador Efraim Morais que foi relatado pelo Senador Cícero Lucena, no tocante a permitir que uma cidade polo como Santa Luzia, também mereça ter essa atenção e essa formação profissional especializada naquela região.

Parabéns aos dois. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):. Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, na verdade, é para aproveitar esse instante para agradecer também a relatoria do Senador Efraim Morais na aprovação de igual importância do Instituto na Cidade de Santa Rita, não é Santa Luzia, mas é Santa Rita, que é na Grande João Pessoa, que sem dúvida faz parte de toda a grande João Pessoa, principalmente na busca de uma qualificação da mão de obra, no setor produtivo de toda região.

Então, quero aproveitar também para agradecer ao Senador e aos demais pares que acompanharam nessa votação.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, veja, as Santas estão unindo a Paraíba.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Efraim, eu estou gostando de ver a Grande João Pessoa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Santa Rita e Santa Luzia, graças a Deus, está iluminando e unindo a Bancada da Paraíba.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ótimo. Muito bem. Não havendo mais quem queira discutir, declaro suspensa essa discussão, essa votação. Porque não tem... Sim, porque tem que continuar, ele é terminativo...

Senadores, só mais um, tem mais um Item só que o Senador Paim, que é o relator, é o Item 8. É Projeto de Lei da Câmara, nº 148 de 2009, "*Confere ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica.*" De autoria do Deputado Pepe Vargas, a relatoria do Senador Paulo Paim, que aniversariou ontem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Presidente Senador Eduardo Azeredo.

O Projeto é do Deputado Pepe Vargas lá de Caxias do Sul, e ele quer garantir que o município de Ipê, no Rio Grande do Sul terá o título de capital nacional da agricultura nacional ecológica.

> "O Projeto de Lei da Câmara 148, de 2009, de autoria do Deputado Pepe Vargas, propõe seja conferido ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica.
>
> Em sua justificação, o autor argumenta que o município que se pretende homenagear é pioneiro na produção de alimentos orgânicos, uma iniciativa que remonta à década de 1990, quando foram criadas várias associações de agricultores ecologistas.
>
> A economia do município é baseada na agropecuária, com pequenas propriedades, até 20 hectares, e predominância da agricultura familiar. Com produção diversificada, destacam-se a fruticultura, a olericultura, assim como a criação de gado de leite e de corte, suíno e aves.
>
> A iniciativa tem recebido, desde o início, o apoio de entidades públicas, fator que levou os produtores a se organizarem em mercado regional de produtos ecológicos.
>
> O trabalho alcançou tal reconhecimento que Ipê tem contribuído para aumentar o número, a consciência de consumidores e servindo de exemplo a outros municípios brasileiros que pretendem trabalhar com agricultura orgânica no Brasil.
>
> Na Câmara dos Deputados, o PLC 148, de 2009, foi distribuído às Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 24, II, e 54, do Regimento Interno daquela Casa, as quais aprovaram a proposição, conclusivamente.
>
> No Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em foro de decisão terminativa.
>
> À proposição não foram apresentadas emendas."

A análise, por fim.

"Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta comissão apreciar proposições que disponham sobre homenagens cívicas, categoria em que se enquadra o PLC 148, de 2009.

A iniciativa do Deputado Pepe Vargas segue uma vertente já inaugurada no Congresso Nacional que é a de conferir títulos às cidades, com base no destaque desses municípios em determinadas áreas, como é o caso da Lei nº 11.264, de 02 de Janeiro de 2006, que conferiu ao município de Passo Fundo o título de Capital Nacional da Literatura.

Esse reconhecimento específico se deve à notoriedade daquele município no que diz respeito às iniciativas de promoção do livro e da leitura.

A exploração agrícola orgânica tem-se constituído em uma prática cada vez mais adotada em nosso país, cuja importância no cenário mundial de produção de alimentos é inquestionável.

E, no que diz respeito a essa cultura sustentável, já somos o segundo no mundo, com a inclusão do extrativismo sustentável da Região Amazônica. Ao todo, são 6,5 milhões de hectares de terra disponíveis para o cultivo de orgânicos como banana, abacaxi, café, mel, leite, carnes, soja, palmito, açúcar, frango, hortaliças e alguns produtos da Amazônia, como castanha, açaí, látex e frutas.

Quanto ao município de Ipê, no Rio Grande do Sul, é igualmente inquestionável o seu pioneirismo na matéria, ainda mais que essa iniciativa ocorre simultaneamente a outras, como a da organização solidária dos agricultores, para a comercialização e distribuição dos produtos.

Levando-se em conta a relevância de se incentivar a agricultura orgânica e a agricultura familiar, entendemos ser pertinente a aprovação do PLC nº 148, de 2009."

Vamos ao voto, então, Sr. Presidente. Já li mais do que sou acostumado a ler.

"*Nos termos do exposto, observada a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2009, nº 2.606, de 2007, de origem*."

Esse é o voto, de autoria... O relatório é de minha autoria, e o projeto de autoria do Deputado Pepe Vargas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discussão. Eu suspendo essa questão para a próxima reunião, tendo em vista que não temos quórum para decisão, tratando-se de questão terminativa.

Esgotada a pauta, eu quero apenas lembrar que amanhã teremos o segundo painel do seminário de diversidades das escolas, preconceito e inclusão, segundo painel sobre questões étnico-raciais, autoria do requerimento Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti e Fátima Cleide. E o autor do aditamento, nº 01, Senador Flávio Arns. Expositores: Leonor Franco de Araújo, Coordenadora Geral da Diversidade da Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade do Ministério da Educação; Renísia Cristina Garcia Filice, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Educação em Políticas Públicas Gênero, Raça/Etnia e Juventude-GERAJU; Paulo Vinícius Batista da Silva, Coordenador do Grupo de Trabalho, Educação e Relação [ininteligível], Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ANPED; e ainda Martus Antônio Alves das Chagas, Subsecretário de Política de Afirmativa da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR.

A moderadora será a Senadora Fátima Cleide, que é a Presidenta dessa comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada essa reunião.

Sessão encerrada às 12h47.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezessete de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Cleide**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, José Nery, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Lobão Filho, Gilberto Goellner e Efraim Morais, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valter Pereira, Mauro Fecury, Geovani Borges, Wellington Salgado de

Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Flávio Arns, Romeu Tuma e Augusto Botelho, que justifica a ausência. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Seminário, atendendo aos Requerimentos nº 37/09–CE, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Flávio Arns e nº 23/09, de autoria do Senador Paulo Paim e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 23/09-CE, de autoria do Senador Flávio Arns, destinados a discutir o tema **"Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão"**. Logo após, dá-se início ao segundo painel do Seminário, iniciado em 21 de outubro de 2009. Como moderadora da mesa, que tem como tema **"Questões Étnico-Raciais"**, a Senadora Fátima Cleide convida os seguintes expositores para dar início ao Segundo Painel: **Senhora Leonor Franco de Araújo, Coordenadora Geral de Diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC; Senhora Renísia Cristina Garcia Filice, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas: Gênero, Raça/Etnia e Juventude – GERAJU; Senhor Paulo Vinicius Baptista da Silva, Coordenador do Grupo de Trabalho Educação e Relações Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED e Senhor Martvs Antônio Alves das Chagas, Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.** Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim – autor do Requerimento e José Nery. Antes de encerrar o Seminário, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, faz a leitura do comunicado que se segue: **Comunicado:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad para a cerimônia de posse dos professores Clélio Campolina Diniz no cargo de Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Paulo Márcio de Faria e Silva no cargo de Reitor da Universidade Federal de Alfenas e Helgio Henrique Casses Trindade no cargo de Reitor Pro Tempore da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a realizar-se dia 18 de março do corrente, quinta-feira, às 16h, no auditório do edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Fátima Cleide,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2010.

SEMINÁRIO

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom-dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende aos requerimentos n.º 37/2009, desta Comissão de Educação, e 23/2009, desta Comissão de Educação, de autoria dos senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti e Fátima Cleide, destinado a debater o tema: "Questões étnico- raciais", foco do 2º Painel do seminário "Diversidade nas escolas: preconceito e inclusão".

Dando início ao seminário, solicito ao secretário da comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Os expositores convidados são: Leonor Franco de Araújo, coordenadora geral de diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC; Renísia Cristina Garcia Filice, pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas: Gênero, Raça, Etnia e Juventude; Paulo Vinicius Baptista da Silva, coordenador do Grupo de Trabalho Educação e Relações Sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ANPED; e Martvs

Antônio Alves das Chagas, Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, SEPPIR.

Bom-dia a todos e a todas. É um prazer tê-los aqui para darmos continuidade ao nosso seminário "Diversidade nas escolas: preconceito e inclusão".

Nós teremos um tempo de 15 minutos, com tolerância até 20 minutos, para que cada um de nossos expositores possa dissertar sobre o tema.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente Senadora Fátima Cleide, ilustres convidados e convidadas, em razão da realização de várias reuniões simultâneas e igualmente importantes quanto esta audiência, que realiza a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para discutir diversidade nas escolas, preconceito e inclusão, de modo que possamos preparar a intervenção nas diversas áreas da educação, sejam elas em nível municipal, em nível estadual ou da União, para contribuir para a paz, o bom andamento das atividades escolares, o respeito às diversidades, em todas as suas dimensões, para que possamos, de fato, construir um projeto ou projetos de educação verdadeiramente democráticos e com característica, de fato, de inclusão.

Então, Sra. Presidente, senhoras e senhores convidados e convidadas, saúdo, antes mesmo de aqui ocorrerem as exposições, porque creio que o debate aqui realizado será fundamental, importante para orientar, reforçar, estimular ações de caráter pedagógico, educacionais, para transformar a escola num verdadeiro espaço da cidadania.

E, em razão de não poder acompanhar toda a audiência é que saúdo a iniciativa dos Srs. Senadores e Senadoras que propõem esta audiência, desejando que, ao final, tenhamos mais orientações e encaminhamentos que nos ajudem a transformar a escola nesse verdadeiro espaço democrático de cidadania e de garantia de direito. Portanto, me antecipando ao sucesso do debate aqui realizado, é que agradeço, Sra. Presidente, essa manifestação inicial. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu é que agradeço, Senador José Nery, sempre atuante na Comissão de Educação e em todos os momentos que nós temos qualquer discussão que envolva a questão dos direitos humanos.

Nós queremos informar que este seminário será gravado e transmitido posteriormente, na íntegra, por toda a rede de comunicação do Senado Federal, tanto pela TV Senado quanto pela Rádio Senado. E, após esgotarmos as inscrições dos senadores, o debate será aberto também para aqueles que desejem participar.

Para iniciar, eu convido a Sra. Leonor Franco de Araújo, coordenadora geral de diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

SRA. LEONOR FRANCO DE ARAÚJO: Alô. Bom-dia a todos e a todas. Eu queria cumprimentar, inicialmente, na pessoa da Exma. Senadora Fátima Cleide, a organização do "Diversidade nas escolas: preconceito e inclusão".

Eu acho que é um momento muito importante, dentro do Senado Federal, nós podermos estar aqui falando de um assunto que é fundamental e estruturante na educação brasileira.

Então, queria cumprimentar esta comissão, em nome da senadora e todos os senadores aqui presentes, agradecendo a todos a presença aqui nesta reunião.

Cumprimentar meus companheiros de Mesa, que já estamos na estrada a longo tempo, representante da SEPPIR, Sr. Martvs, que a SEPPIR é uma parceira constante do Ministério da Educação, em toda essa parte de promoção da diversidade nas escolas brasileiras, na rede educacional brasileira; a Professora Renísia; o Professor Paulo Vinicius, que também são nossos companheiros aí na luta pela implementação da diversidade na escola.

A gente queria começar falando sobre uma questão que é muito importante para que nós tenhamos noção de como as coisas se estruturam dentro da questão da diversidade no Brasil e, principalmente, das políticas de ação afirmativa.

Primeiro, a gente tem que assinalar que o mito da democracia racial, ele não é um mito criado pelo movimento negro; o mito da democracia racial, ele vem no bojo de toda uma ação que partiu da ONU, no sentido de trabalhar essa questão da tolerância, da aceitação do outro, principalmente dentro de um período de pós-Segunda Guerra Mundial, onde a ONU procurava países, procurava locais no planeta onde a convivência pacífica e harmoniosa de diversas diferenças de raça e religião tivessem se dado.

Todos vocês conhecem o livro do Gilberto Freire, que é o livro *Casa-grande & Senzala*. A gente falava, comentava, agora, que foi o livro mais publicado no exterior, até o advento do autor Paulo Coelho. Então, foi um livro que serviu de panorama do Brasil, fora do Brasil, para as outras áreas do mundo, principalmente nas décadas de 30, 40, 50 e 60, e, a partir desta visão, que é uma visão harmônica que o Gilberto Freire coloca no seu livro, a ONU procura o Brasil e procura a recém-criada USP, na figura do Professor Florestan

Fernandes, no sentido de que fosse produzida uma pesquisa para que a ONU pudesse divulgar em todo o planeta das relações harmoniosas, raciais e religiosas que existiam no Brasil.

A resposta, depois de cinco anos de pesquisa do Professor Florestan Fernandes, é que a democracia racial era um mito, que não existia essa harmonia dentro do país.

Então, o mito da democracia racial, esse mito, ele é construído academicamente. São pesquisas que levaram cinco anos, que influenciaram pessoas, como o Professor Fernando Henrique Cardoso, como o Professor Otaviane, que são pessoas conhecidíssimas dentro do panorama educacional brasileiro, a refletir a questão dessa diferença, dessa diversidade existente no Brasil, e da diferença também de oportunidade dessas pessoas, dentro da questão das políticas públicas brasileiras.

Então, com relação à escola, os dados nos mostram e todas as pesquisas nos mostram que existe diferença, dentro da escola, no tratamento das pessoas. Existe uma diferença, essa diferença, ela não é colocada explicitamente, ela é colocada na naturalização e na implicitação da questão racial. Pode passar, por favor.

Em 95 e 98, ainda no bojo do Governo Fernando Henrique, foram criados Parâmetros Curriculares Nacionais, os famosos PCNs, e os PCNs, eles já começavam a introduzir na educação a questão da diversidade e da questão étnico-racial. Então, dentro dos PCNs, foi incluída uma temática, que era chamada pluralidade cultural, e que essa temática, ela era recomendada às escolas e aos currículos, para que houvesse um trabalho transversal, com essa temática dentro das escolas brasileiras. Pode passar, por favor.

Bem, no intuito de trabalhar com essas questões e de colocar essas questões dentro da Política Pública, logo no início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nós criamos o que a gente considera, na verdade, o marco legal de discussão da questão étnico-racial dentro da escola brasileira, que é a Lei 10.639, de 2003, que estabelece uma temática chamada "educacional para as relações étnico-raciais".

Essa lei, ela foi muito negociada dentro do Congresso Brasileiro e ela vem acompanhada por duas peças legais, produzidas pelo Conselho Nacional de Educação, que complementam o que a lei vem trazer.

Essa lei a gente diz que é uma lei revolucionária, dentro da escola brasileira. Por que ela é uma lei revolucionária? Porque ela traz à escola brasileira um novo parâmetro de visão de mundo, um novo parâmetro cultural, um novo parâmetro de referência para a análise e para o conhecimento do mundo, através de uma matriz cultural que é pouquíssimo visto na escola, que é a matriz cultural de descendência africana.

Então, essa lei, muitas vezes, ela é resumida a simplesmente a implementação de história e cultura afro-brasileira, mas ela não é só isso, ela traz a temática da educação das relações étnico-raciais. Isso quer dizer que ela tem como objetivo primordial o combate ao preconceito e à discriminação racial na escola.

E é evidente que, por toda a construção política, racial do país, é uma lei difícil de ser implementada. No bojo dessa lei, o Ministério da Educação cria uma nova Secretaria, em 2004, essa Secretaria é a SECAD, é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que vem trazer para o Ministério, implementar no Ministério uma articulação entre as outras secretarias existentes, no sentido de trabalhar a questão étnico-racial.

A SECAD, ela trabalha com diversos temas, ela é a Secretaria da diversidade. A gente trabalha com a questão étnico-racial; dentro dessa questão, nós trabalhamos com uma população específica, que são os quilombolas, nós trabalhamos com a questão de direitos humanos, nós trabalhamos com a educação do campo, com a educação indígena, com a questão da educação inclusive. O Programa Brasil alfabetizado está dentro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Então, a SECAD veio representar, no Ministério da Educação, aquela área que, até então, o Ministério ainda não tinha incorporado nas suas políticas públicas de educação.

O avanço, dentro do Ministério, é muito significativo, mas ele compreende um período restrito de tempo. Nós estamos trabalhando desde 2004. Então, é uma política que vem sendo implementada e vem sendo conversada com as outras Secretarias do MEC, no instituto de que a questão étnico-racial permeie todas as políticas, tanto da Secretaria da Educação Básica quanto da Secretaria de Educação Superior quanto da Secretaria de Educação Especial, assim como nossos outros organismos, como a CAPES, o CNPq e UNEP(F). Pode passar, por favor.

A gente tem alguns focos, quando a gente trabalha a questão étnico-racial na escola, que são focos necessários para que a questão possa se estabelecer de maneira sistêmica na escola.

Então, a gente tem aí, como elementos estruturais na escola, onde nós temos que atuar, o currículo escolar, a qualificação docente – a qualificação docente, ela passa pela formação inicial e pela formação continuada dos professores, dentro da temática da educação das relações étnico-raciais –, material didático pedagógico.

E aí, Senadora Fátima, depois eu vou entregar à senhora um material que nós trouxemos para a comissão. Ele está aqui; este é um dos materiais que nós temos produzido, dentro do Ministério da Educação. E aí eu passo às mãos da senadora, para a comissão. Tem mais uns livrinhos aqui. Nós não trouxemos tudo, porque nem dava para trazer, mas a gente tem produzido um material muito importante, dentro dessa questão do material didático, porque é um dos maiores pedidos, uma das maiores requerências, tanto de professores quanto de todos os que trabalham, os profissionais da educação, é da falta de material para trabalhar com essa questão, porque, como essa questão não estava na escola, nós ficamos séculos e décadas sem produzir material para essa questão.

Desde 2002, a gente tem um programa, dentro do Ministério da Educação, que é o Programa Diversidade na Universidade. Esse programa, em 2004, com a criação da Secretaria, ele veio para a Secretaria. Ele, antes, andava por outras secretárias do MEC, mas, em 2004, então, ele é incorporado pela Coordenação Geral de Diversidade. É um programa importantíssimo, era um programa que tinha verba internacional e verba nacional, participou dele tanto o Banco Interamericano quanto a UNESCO, como gestora desse projeto.

Esse projeto envolveu aproximadamente nove milhões de dólares, ele trabalhou tanto com acesso e permanência na universidade, financiando pré-vestibulares comunitários, como fazendo formação de professores, como trabalhando com publicações. Nós temos uma série de publicações que são muito importantes, dentro da construção teórico-temática da questão, feita dentro do Programa Diversidade. E, a partir de 2007, nosso foco de publicação está concentrado na produção de material didático.

Nós julgamos que a produção teórica que havia sido feito, ela era importante e já bastava, naquele momento, e passamos a produzir material didático.

A questão que é uma questão importante, que a gente tem trabalhado, é a minimização do problema racial. Isso a gente chama de naturalização do racismo na escola. Nossos professores, como não têm na sua formação inicial nenhum tipo de discussão da temática étnico-racial dentro das instituições de ensino superior, eles vão à escola com uma prática onde eles não conseguem explicitar, nem reconhecer a questão racial e a presença do racismo na escola.

Então, a gente tem pesquisas que compravam, que foram feitas durante oito e dez anos, que há um tratamento diferenciado pelos professores das crianças e jovens brancos e negros.

A distribuição desigual dos estímulos é imediatamente consequente dessa questão da naturalização do racismo. Então, a gente vê a falta de estímulo às crianças negras, aos jovens negros, no sentido das carreiras de ponta, do trabalho dentro da escola e da própria permanência desses jovens dentro da escola.

Os dados mostram para nós, por exemplo, que hoje nós temos praticamente universalizado a entrada na escola: 97,8% das crianças estão na idade escolar correta, entrando na escola no Brasil, mas, quando a gente chega ao segundo ciclo do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a diferença vai de 20% a 25% entre o número de alunos negros que permanecem na escola e número de alunos brancos que estão na escola.

Então, a questão de evasão e repetência, elas atingem principalmente os alunos e alunas negras. Pode passar, por favor.

Bem, a consequência da discriminação na escola, ela vem através da não percepção do diálogo com as possibilidades positivas de contraposição de ideias. Quer dizer, é você ter, dentro do bojo da discussão, um processo dialético que mostre que você tem visões de mundo diferenciadas para analisar sua realidade. Então, isso impede, a partir do momento em que a gente estabeleceu, dentro da escola brasileira, apenas uma matriz cultural, que é a europeia, oriental, e que ela dá toda a reflexão da realidade, você impede de que essa visão de mundo seja ampliada e seja dialogada com todas as outras matrizes culturais que permaneceram e que fizeram a construção deste país.

Isso traz o comprometimento do senso crítico e ético, isso é evidente, e você começa a ter atitude de competição, agressão e violência no cotidiano escolar, principalmente, e essa é uma reação que veio, inclusive, já foi publicada no jornal, no início deste ano, que a classe média tem se dirigido cada vez mais percentualmente para as escolas públicas.

Nós sentimos, por exemplo, que essa entrada, a partir do final da década de 90, promoveu na escola pública um acirramento dos ânimos e das situações de conflito, exatamente por essa diferente visão de mundo e de a escola não conseguir compreender e de a escola não valorizar os diferentes diálogos, as diferentes ideias e as diferentes ideologias que são trazidas pela escola. Então, essa falta [soa campainha]--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Fique tranquila, porque ele avisa com 15 minutos.

SRA. LEONOR FRANCO DE ARAÚJO: Está ok. Essa falta de perspectiva é que nos traz o estabelecimento de conceitos de hierarquia racial, que é uma coisa que vem do século XIX e que é perpetuada a partir da questão da racialização do processo escolar.

Eu vou tentar ser um pouquinho mais rápida. Pode passar.

E aí a gente vem com as consequências para a sociedade: a perpetuação do racismo, a formação de indivíduos racistas, a permanência das igualdades raciais, os potenciais que são subaproveitados – a gente não consegue maximizar o potencial de todos que estão na escola brasileira – e a violência, que é uma relação e um trato recorrente dos professores, dentro da escola brasileira, e dos alunos também. Pode passar, por favor.

Esses são materiais didáticos que a gente vem produzindo, dentro [soa campainha] da SECAD; esse é um dos primeiros livros que nós produzimos, que é chamado *Superando o racismo na escola*. É um livro do Professor Kabengele Munanga, da USP em São Paulo, ele nos deu autorização para reprodução desse livro. Esse livro, junto com o livro *Orientações e ações*, eu passei aí à mão da senadora, eles são livros específicos para os professores da escola brasileira, são livros que tratam para o professor da questão étnico-racial. São como manuais que o professor pode utilizar para poder trabalhar essa questão dentro da escola.

E é uma questão que, para nós, hoje, superou a questão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, na questão da transversalidade, porque ela hoje é uma questão estruturante dentro da escola brasileira. Então, ela tem que estar não só junto aos professores e alunos, mas junto aos gestores, junto aos profissionais da educação, desde a pessoa que faz a segurança do portão da escola até a merendeira, quem limpa, então, quer dizer, todo o corpo escolar, junto com a família desses estudantes, tem que estar envolvido, esclarecido e qualificado para tratar com a questão étnico-racial. Pode passar, por favor.

Esse é o material *Cor da cultura*. Aquela bolsa vermelhinha que vocês viram, aqui é o *Cor da cultura*. Essa bolsa é um problema, porque nós encaminhamos esse material para muitas Secretarias estaduais e municipais de educação e, como a bolsa chama muito a atenção... Senadora, a senhora pode mostrar aí a bolsa aí com a senhora? Ela chama muito a atenção pelo formato que ela consiste. Nós tivemos problemas com esse material, porque esse material acabou sumindo dentro das Secretarias estaduais e municipais de educação, não chegou na maior parte das escolas, porque muita gente carregou o material por causa da bolsa. Nós agora reformulamos esse material, e esse material está indo envolvido num plástico resistente, em outra embalagem, para que ele chegue às escolas.

Esse é um grande problema que nós temos dentro da rede educacional brasileira: é que os materiais cheguem às escolas, porque, geralmente, eles não conseguem ter seu destino finalizado. Então, a gente tem feito esse acompanhamento.

Esse projeto é um projeto que começou com a Fundação Roberto Marinho e ele é um projeto que foi pensado pelo SEPPIR, pelo CIDAN, pela Fundação Roberto Marinho, o Ministério da Educação entrou também nesse comitê. É um material muito bom, porque ele compreende material audiovisual, DVD, CD, livros e um jogo, que é um material que pode ser utilizado diretamente pelo professor na sala da aula. Pode passar.

Aí a gente tem uma relação de tudo o que a gente vem produzindo, as Diretrizes Curriculares Nacionais, que são fundamentais para a discussão da questão étnico-racial, o *Superando o racismo* e outros. Pode passar.

Aí são mais livros que a gente tem produzido, a gente já tem mais cinco livros publicados. Pode passar, por favor. Pode passar.

Esse material todo que a gente produz, ele está no domínio do site do Ministério da Educação, também no site da Secretaria e ele pode ser baixado, pode ser utilizado livremente por todos que acessarem o site: professores, alunos, e nós temos também agora, dentro do portal do professor, que é um link, é um dos grandes links do site do Ministério, todo esse material colocado. Então, o professor pode acessar diretamente o portal, reproduzir esses materiais e utilizar na sala de aula.

A partir de dezembro de 2008, nós financiamos um projeto, que, para nós, é o grande projeto de finalização, agora, deste ano de governo, que é o projeto de publicação, atualização e tradução de uma coleção chamada História da África. Essa coleção é uma coleção que foi produzida pelo UNESCO, no final da década de 80, é uma das maiores coleções que existem sobre a história da África. Ela, na sua maior parte, é escrita por acadêmicos africanos, por pessoas do continente. Então, essa coleção é uma das grandes coisas que nós temos para estudar a história da África.

E essa coleção, ela tem oito volumes; ela só tinha quatro volumes traduzidos no Brasil, pela Ática. Nós, agora, conseguimos os direitos autorais da coleção, estamos traduzindo os quatro volumes que faltaram e estamos atualizando os oito volumes, e o compromisso do Ministério da Educação é colocar uma coleção dessas em cada biblioteca de escola no país. Pode passar.

Nós temos programas que trabalham com a questão da formação de professores, que trabalham com produção de material didático; são diversos programas que nós temos. Nós trouxemos nosso programa maior e que tem maior perenidade dentro da coordenação, que é o UNIAFRO. O UNIAFRO é um programa que nós dividimos com a Secretaria de Educação Superior, com a SESU. Esse programa, ele faz pesquisa e, nos

últimos anos, a partir de 2008, ele trabalhou basicamente com foco em formação de professores, na questão étnico-racial, e em produção de material didático, também dentro da questão étnico-racial.

A gente tem também a rede da Universidade Aberta do Brasil, que hoje forma uma média de 10 mil professores por ano, em todo o Brasil; são editais que o Ministério publica e que as universidades, que as instituições aderem a esse edital, mandam projetos, e nós financiamos esses projetos para que isso aconteça em todo o Brasil. Pode passar, por favor.

Então, essas são ações específicas para áreas de quilombos, para as comunidades quilombolas. Nas comunidades quilombolas, nós também trabalhamos com formação continuada de professores, com produção de material didático específico. O primeiro material didático específico para a área quilombola foi feito em 2005, que foi um material... Perdão, ele foi feito em 1998 e depois reproduzido em 2005, que foi um material para a área calunga, aqui no Estado de Goiás, para a comunidade calunga, e, a partir daí, a gente já produziu outro materiais para outras comunidades.

E, principalmente, a ação de construção de escolas. O Ministério da Educação ficou 2006, 2007 e 2008 sem construir uma única escola em comunidades remanescentes de quilombo. Nós tínhamos dificuldades que eram dificuldades técnicas, porque a gente só pode construir escola quando a prefeitura nos envia projetos, e dificilmente esses projetos vinham qualificados para que pudessem ser financiados pelo FNDE.

No ano passado, numa ação contundente do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nós revertemos o processo, nós passamos a ir às prefeituras, levando os engenheiros do FNDE, para que eles qualificassem os engenheiros das prefeituras no envio dos projetos.

Isso significou que, enquanto a gente não tinha construído nenhuma escola, 2006, 2007 e 2008, em 2009, já foram conveniadas 28 escolas, que significam aproximadamente 100 salas de aula, e nós temos mais 80 convênios a serem feitos no ano de 2010, para a construção de mais 220 salas de aula.

Então, nós tivemos um trabalho muito árduo no segundo semestre do ano passado, nós visitamos diversos municípios brasileiros, no sentido de qualificar essas prefeituras para que os projetos fossem enviados. E aí nós estamos muito felizes em saber que em um ano e meio nós vamos recuperar três anos que, infelizmente, a gente não tinha conseguido fazer essa qualificação dos processos.

O que a gente pode... Está finalizada a apresentação? O que o Ministério da Educação tem refletido, dentro de toda essa caminhada que a gente vem fazendo com a SECAD, é a intercessão, é todo o esforço que nós temos feito para que essa questão étnico-racial seja incorporada em todo o Ministério da Educação, enquanto política pública.

Nós temos conversas seguidas e significativas com a Secretaria de Educação Básica; isso já resultou, no ano passado, num edital que explicitava a Lei 10.639 e o Parecer 03 e a Resolução 01, dentro do Programa Nacional de Biblioteca Escolar, não é? Nunca antes havia acontecido de tantas obras aparecerem dentro da questão, no Programa Nacional do Livro, e, no ano passado, para nossa grata satisfação, dentro do edital do PNBE, dos 82 livros publicados e que estão hoje em todas as bibliotecas brasileiras, 18 falavam especificamente da questão étnico-racial.

Então, é um trabalho árduo que a gente vem implementando desde 2004, com a criação da SECAD, e a gente tem trabalhado para que isso seja aprimorado e seja uma política pública e realmente consiga trazer a implementação da Lei 10.639. No ano 2000--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Um minuto para encerrar.

SRA. LEONOR FRANCO DE ARAÚJO: Pois não. Nós fizemos um processo, que foi um processo que começou em 2008, através de um grupo de trabalho interministerial, nós fizemos em todo o Brasil diálogos nacionais nas cinco regiões, para montar um Plano Nacional que pudesse agilizar a implementação da Lei 10.639.

Esse plano foi lançado no ano passado, numa ação conjunta MEC e SEPPIR, em 13 de maio do ano passado, e, a partir daí, nós fizemos lançamentos em todo o Brasil do Plano Nacional. O Plano Nacional também está disponibilizado no site do MEC, e nós nos comprometemos, aqui, a trazer um exemplar para a Comissão de Educação.

E o Plano Nacional, ele é um plano didático, no sentido de dizer aos entes da Federação o que cada um tem que fazer para implementar a Lei 10.639.

Obrigada a todos pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR SADI CASSOL (PT-TO) Obrigada à Dra. Leonor. Após as explanações da Dra. Leonor, nós convidamos, para fazer uso do tempo que é destinado, a Dra. Renísia Cristina Garcia Filice, pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Educação e Políticas Públicas: Raça/Etnia e Juventude, GERAJU. É isso?

SRA. RENÍSIA CRISTINA GARCIA FILICE: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SADI CASSOL (PT-TO): Pelo tempo regimental, por favor.

SRA. RENÍSIA CRISTINA GARCIA FILICE: Bomdia, Exmo. Senador Sadi Cassol, também à Senadora

Fátima, aos colegas da Mesa, Paulo, Martvs e Leonor, e a todos os presentes. É um prazer estar aqui com vocês, mais uma vez, até porque, pela responsabilidade e pelo que esta Casa representa em termos de política pública no Brasil.

A apresentação que eu fiz para vocês... E é muito bom e providenciar que minha fala seja após a Leonor, porque a Leonor faz um levantamento da forma como ela vê a implementação da política, e eu estou aqui me colocando como professora e, especificamente, como pesquisadora da implementação da política. Então, é um olhar crítico em relação às formas possíveis de contribuir em compreensão do processo. Pode passar, por favor. Bom, volta só mais um minutinho, por gentileza.

Raça e classe na gestão da Educação Básica Brasileira. Na verdade, esse é o título da minha tese de doutorado, cuja defesa será agora quarta-feira que vem, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Então, foi um levantamento exaustivo, de três anos, para tentar acompanhar a relação entre raça e classe, na gestão da educação básica brasileira, tendo como campo empírico a implementação do art. 26 A da LDB, que foi alterado pela Lei 10.639.

Pois não. Bom, acho que, na verdade, tem outras falas também, dessa longa trajetória de pesquisa na área. Mas, basicamente, assim, e eu tive o cuidado de pensar no espaço do Senado como sendo um espaço primordial para que a gente possa, de fato, fazer com que essa política ganhe corpo, de uma forma mais sistematizada, porque a forma como vem correndo, que nós temos comprovado cotidianamente, todos os pesquisadores são muito, assim, conscientes do que está acontecendo, é uma fragmentação dessa política pública, como todas as outras.

Agora, essa política em específico, ela tem um elemento muito importante, que é a questão do peso da cultura do racismo, que está impregnado na sociabilidade brasileira, e nem sempre é reconhecido. Então, assim, uma das coisas que rapidamente essa fala, esse **slide** nos coloca é uma perspectiva de política pública que tem assento e que tem tido muita receptividade, que é uma perspectiva de política pública que se estrutura a partir de referenciais, objetivos, metas, estratégias, processos, instrumentos e ferramentas que gerarão essas atividades, ou seja, um planejamento, uma elaboração da política, um planejamento, a implantação e o monitoramento dessa política. Esses seriam os encaminhamentos técnicos para a elaboração de uma política pública que é comumente aceita.

Só que, quando nós olhamos esse material, essa visão objetiva de análise de políticas públicas, nós consideramos seu devido valor. Nós mostraríamos alguns elementos que precisam ser considerados, quando você está falando sobre políticas de ações afirmativas e política de educação inclusiva, porque você está mexendo com temas que você está tratando, por exemplo, da questão étnico-racial, você está mencionando a questão do indígena, você está falando da questão geracional, você está falando da questão de gênero e você está falando da questão também das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Então, são temáticas que necessariamente não têm tanta receptividade, e, mais do que isso, já existe, na sociabilidade brasileira, uma receptividade ou não e formatos de receptividade que vão significar uma abertura para a implementação dessa política ou não.

Esse é nosso grande, acho que obstáculo e nosso grande objetivo a se focar e perceber, o que significa falar em relações étnico-raciais no Brasil, dentro do formato de política pública, em que a maioria dos gestores trabalham com esse desenho: referenciais. De onde você parte? Quais são os objetivos que você quer atingir, as metas, as estratégias utilizadas, os processos, os instrumentos e as ferramentas e as atividades? Pode passar, por favor.

E aí essas duas falas, esses dois *slides*, eles foram retirados da fala da Dra. Augusti, que é do Instituto Florestan Fernandes e que retrata bem, resume bem essa perspectiva de políticas públicas. Então, esse referencial pensado para o Poder Executivo Municipal e na gestão, nesse desenho, ela vai entender que, e não só ela, mas a maioria dos gestores, até porque eu peguei essas duas falas, que a capacidade de gestão vai ser fortalecida ou ampliada se você aumenta para os gestores o domínio dos métodos, técnicas de planejamento, organização, controle, coordenação, avaliação e decisão, e sua articulação com os entes federados e agentes políticos sociais e/ou se você reduz. E, com isso, você vai reduzir o quê? O grau de complexidade e a dificuldade das funções e atividades que ele precisa desempenhar.

Então, nós estamos vendo um foco muito na capacitação, para aumentar o quê? O domínio dos métodos e técnicas de planejamento, organização, controle, coordenação e avaliação.

É um elemento importante? Sim. Ninguém questiona, porque necessariamente nós temos que ter uma sistematização, implementar políticas públicas. O que nós estamos colocando aqui é o elemento da cultura organizacional da empresa na qual essa política vai ser implementada, que seja uma comunidade, que seja um grupo, que seja um local. É necessário que nós compreendamos de que pessoa se fala, de que gestor você fala.

Então, assim, feito esse preâmbulo sobre a visão comumente aceita de elaboração e de formato das políticas públicas, eu vou entrar no meu foco de estudo específico, para repensar outro elemento, para que possamos pensar essa política, a forma de ver as políticas públicas no Brasil; em especial, as políticas inclusivas. Por gentileza, pode passar.

Bom, a primeira coisa que eu estou levantando aqui, o foco são as políticas públicas, mas essa política pública, ela se insere numa cultura, e na cultura brasileira. E essa cultura, vocês estão vendo que ela vai trespassar a política pública. A política pública, ela está sendo vista como um construto social, é uma construção coletiva de diferentes agentes e atores.

Então, toda aquela perspectiva de metodologias, de métodos e planejamentos, elas são importantes sim, mas elas são importantes de que lugar, em qual lugar? De que grupo você fala? Então, a cultura vai influenciar na política pública, e isso vai gerar ação.

Qual é o posicionamento do gestor em relação a essa temática da qual você está falando? E nós estamos falando aqui da educação das relações étnico-raciais, e essa não é qualquer temática, em específico, em absoluto, em se tratando de Brasil.

A Leonor já elencou, e é muito bom, volto a repetir, falar sobre ela, porque ela faz esse levantamento, e aí eu venho um pouco fazendo outra leitura crítica do processo. Pode passar, por gentileza.

Qual é a complexidade? Então, a complexidade primeira que eu coloquei, a cultura. A cultura negra no Brasil. E aí o que eu chamo de cultura negra? O que eu chamo de cultura negra tanto é a afirmação do pertencimento étnico-racial, a cultura afro-brasileira e os elementos e os signos que todos nós aqui nesta sala reconhecemos, quer para afirmá-los, quer para negá-los.

Se você falar de samba, de alimentação, se você falar de vestimenta, de "n" elementos que correspondem a essa perspectiva que vão decodificar e associar a pessoa, seu comportamento à população afro-brasileira, à população negra, tudo bem, as pessoas reconhecem. Esse é uma formatação. Seja para afirmar, seja para negar, as pessoas sabem de qual segmento social elas estão falando. Elas sabem.

Então, é nessa perspectiva que eu chamo de cultura negra tanto a afirmação do pertencimento étnico-racial como a negação. E ela impregna e ela atravessa a sociabilidade brasileira desde o Brasil Colônia. Então, toda a nossa história do Brasil, ela vem sendo pensada e falada a partir de raças; ela vem sendo pensada a partir de negros, indígenas, broncos, e essa não é uma construção do movimento negro, essa é uma construção da historiografia brasileira; e eu, como historiadora, posso falar isso com muita tranquilidade, e todos nós sabemos disso.

Mas vamos pensar o seguinte: essa cultura negra, ela chega também no cotidiano. E aí esse trabalho, seja ele… Se nós pensarmos, esse é de 1995, foi feito pela *Folha de S. Paulo* e também já se tornou conhecido de todos os pesquisadores.

Esse trabalho foi feito com uma pergunta simples: você conhece alguém racista? E o que é que nós, quando a gente vai pensar essa cultura negra no cotidiano... A maioria das pessoas vai dizer que conhece parentes ou colegas, colegas de escola ou trabalho. E por um número… Você conhece alguém? Olha lá, 46,7 vai dizer que sim; 52,1 diz que não. Quase se equiparando. Depois, colegas de trabalho, de escola ou trabalho, 60,6 diz que sim e 37,… Desculpa, 60,6 diz que não; 37,8 diz que sim. Vizinhos ou conhecidos em geral, 48,7 diz que não; 50,2 diz que sim.

A grande questão que essa pesquisa depois desencadeou e se desdobrou é que a maioria das pessoas conhece alguém, mas não se reconhece como racista. Esse é um grande problema. Isso foi de 1995.

Um último estudo, que foi feito em 2009 e está no *site* da SECAD, que é da USP, que foi feito pela USP, vai demonstrar o seguinte, também: que um dos conflitos que as pessoas não reconhecem, os convívios que são considerados dentro do espaço da escola mais próximos é com os negros. Então, ou seja, professores, estudantes, profissionais da educação, alunos, todos foram ouvidos, e todos reconhecem que a maior proximidade deles é com a população negra, com mulheres, com idosos, com indígenas menos e com os portadores de necessidades especiais menos ainda. Só que, quando vão perguntar sobre as provocações e o *bullyng,* o negro sobe de uma condição de convivência, mas de provocação para primeiro lugar.

Então, acaba que há uma convivência com as pessoas negras, mas há também o reconhecimento das provocações e do *bullyng* em maior número com as crianças negras e com os colegas negros.

Então, assim, é muito complexo pensar na cultura negra no Brasil e pensar na implementação da Lei 10.639 ou do art. 26-A, e, agora, vamos falar em LDB, com uma complexidade dessa forma, em que as pessoas reconhecem: "O racismo existe lá, mas não existe dentro de mim".

E, quando você muda a pergunta sobre provocação e *bullyng,* eles reconhecem: "A maior provocação é com o negro", até porque ele está ali brincando com o menino, está perturbando o menino o todo tempo, e ele reconhece isso. Pode passar, por favor.

Outro elemento que vai nos demonstrar a complexidade de uma sociedade que não reconhece a cultura

do racismo. Reconhece quais são os signos da cultura afro-brasileira, mas nega e atua preconceituosamente e cotidianamente.

O mercado de trabalho, esse também é um estudo que foi feito pelo Instituto Ethos, em 2005, e não mudou muito, as mudanças são muito vagarosas. Quando você pensa no cargo de executivos, olha lá: indígenas, amarelas, brancos e negros, quando você olha os brancos, os executivos eram 96,5 da população brasileira, quando você olha os negros 1,8% estavam representados no cargo das 500 maiores empresas do Brasil, em 2005. Quando você fala dos indígenas, 1,7.

O que chama atenção é que a população branca brasileira, em 2005, estava na faixa de 51%, e a população negra, de 48%. Então, nós temos 96%, o dobro da representação branca nas 500 maiores empresa do Brasil e apenas 1,8% de negros, uma população de quase 50%.

E o mais grave ainda, se nós pensarmos os asiáticos, os amarelos, o IBGE usa a categoria amarelos, 1,7; o indígena nem aparece, porque é uma população... Nós não temos 2% de orientais no Brasil, à época, e nós temos uma representação quase igual à população.

Então, há de se pensar um pouco sobre aqueles hábitos cotidianos e pensar mais uma coisa: essa criança que brinca e que faz piada e que pratica o **bullyng** com a população negra, quando ela se torna um empresário, o olhar dela muda sobre esse funcionário que ele vai contratar? Por isso a educação das relações étnico-raciais está sendo trazida, muito bem colocada pela Exma. Senadora.

O que faz com que a criança mude seu olhar? Pode passar, por favor.

Como isso se reflete na educação? Gente, desculpa, não ficou a cor, não ficou muito visível, mas o primeiro item é raça/cor: negros e brancos. Vamos pensar um pouco. Esses dados são de 2002, e eu tenho os dados de 2005 e eu teria de 2008, também, mas os dados não mudam, a mudança tem sido muito gradativa, muito lenta.

Quando você fala no Ensino Fundamental, a representação dos negros na base da pirâmide, que é o Ensino Fundamental, que é do 1º ao 9º ano, 53,2%. Quando você vai... E os broncos, 46,4%. Quando v vai para o Ensino Médio, os negros caem para 43,9%, e os brancos sobem para 55,6%. Quando você vai para o ensino superior, os negros, 23,1%, e nossa universidade, 75,9%, o que faz com que a universidade [soa a campainha] seja eminentemente branca.

Em 2005, os números de negros na universidade era 73%. Esse quadro, quando chega à pós-graduação, mestrado e doutorado, 18,5% de negros e 81,5% de brancos.

O sistema de cotas, ele visa rapidamente interferir nesse processo. Como eu coloquei para vocês, na etapa inicial, se você tem uma sociedade que pratica a discriminação racial e tem o preconceito arraigado, e não reconhece isso, necessariamente, essas pessoas vão crescer, vão se transformar em empresários, isso está sendo refletido no mercado de trabalho.

A educação vai mostrar esse quadro, e essas políticas de ações afirmativas, essas formas de intervenção, elas são necessariamente necessárias, em que sentido? Para formar professores que comecem a pensar formas de interferir nesse processo. Tudo bem?

Feito esse preâmbulo inicial para traçar o quadro que a Leonor já pontuou mais, eu passo à frente, por favor.

Bom, então, nós precisamos pensam como a política está funcionando, e aqui é uma análise crítica, mesmo, da implementação do art. 26-A, que é a questão da história da África, cultura africana e afro-brasileira e educação das relações étnico-raciais.

Eu pensei um pouco, foquei em três instituições: a SEB, que é a Secretaria de Educação Básica do MEC; a SECAD, a UNDIME; o NEN, que é o Núcleo de Estudos Negros de Santa Catarina. E aí eu vou falar para vocês por quê.

Bom, a SEB… Porque nós sabemos o seguinte: se você pensa numa implementação de uma política pública para a educação básica, necessariamente, há de se ter o envolvimento da Secretaria de Educação Básica. A SECAD, porque ela foi criada especificamente para estar pensando o quê? A implementação da educação das relações ético-raciais… Na verdade, não só isso, mas os temas da diversidade e com foco na educação das relações étnico-raciais.

A UNDIME por quê? Foi feita uma consulta nacional da implementação da lei, movida e motivada pelo Núcleo de Estudos Negros de Santa Catarina. Então, nós estamos vendo aqui a participação e os movimentos sociais e nós sabemos que o movimento negro brasileiro é um movimento negro… Nós sabemos, não, algumas pessoas sabem mais, outras desinteressam-se por isso, e outras sabem menos, e outras nem querem saber. O movimento negro brasileiro tem atuado e tem atuado grandemente. Se não, diante do quadro da sociedade brasileira, nós não estaríamos aqui, nesta Audiência Pública tão bem encaminhada.

O Núcleo de Estudos Negros pressionou a UNDIME para que houvesse o quê? Essa consulta nacional. E a UNDIME foi um parceira do núcleo para distribuir para os municípios brasileiros um questionário sobre a implementação da lei.

Então, assim, esse material bruto foi-me repassado pelo NEN, pelo Núcleo de Estudos Negros, para fazer a análise. Então, foram 133 questionários, e aí, a partir dessa pesquisa, eu fui ver como a SEB recebe a implementação da lei e a SECAD.

Bom, vamos lá. O que é que eu percebi? O diálogo entre a SEB e a SECAD não está fluindo como poderia ou deveria estar. Se existem gestores que são receptivos à lei, existem gestores que são completamente refratários à implementação da lei.

E nós estamos falando aqui que uma política pública de implementação da educação, relações étnico-raciais, se você está falando da questão da educação inclusiva, se você está falando de direitos humanos, você está falando de política de Estado. Então, a ideia deveria ser: "Cumpra-se". Só que, naquele formato de política apresentado anteriormente, se você fala em planejamento, organização da política, mas você não pensa nos atores que vão ou não abraçar essa causa – entendeu? –, necessariamente, ele vai interferir, sim, na implementação da política.

E a Leonor não focou, mas eu foco na minha pesquisa as dificuldades que há de diálogo entre essas duas secretarias. E são as duas... A SECAD, desculpa. A SECAD é do MEC, e a SEB também é do MEC.

Você vai ver que, em 2003, se vocês abrirem o site do MEC, vocês verão na SEB, na parte que fala da SEB, em 2003, há, sim, um programa voltado para a educação quilombola, a educação de portadores de necessidades especiais, tinha essa perspectiva de diversidade e está nas ações pensadas pela SEB.

Em 2004, a partir do momento em que a SECAD é criada, a SEB não faz mais referência explícita à diversidade. E você, quando você vai à SEB, você ouve dos próprios gestores que esse assunto é assunto da SECAD. Agora, nós temos que pensar o seguinte: qual é a Secretaria que tem mais trânsito nos municípios brasileiros, a SEB ou a SECAD, e há mais tempo? Com certeza a SEB. Então, esse tem sido um entrave na implementação da política.

E mais uma coisa: a SEB coloca, e isso é uma fala do nosso Ministro Fernando Haddad, uma educação sistêmica, a articulação entre os diferentes níveis de ensino e modalidades de ensino. Só o que foco dela é no PAR, no Plano Articulado de Ações Articuladas e no Plano Municipal de Educação, e no FUNDEF, do IDEB, tudo bem. A questão da diversidade foi repassada à SECAD. Então, ela não vai dialogar efetivamente com a SECAD, a quem compete, segundo as falas, implantar a Lei 10.639/2003. Esse é um problema, a SECAD.

Então, nós temos aqui, e aí a referência é o Plano Nacional... Desculpa, gente, o nome não é esse. É Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da África, Cultura Africana e Afro-brasileira, que foi elaborado pela SEPPIR, em parceria com a SECAD e outros parceiros.

Por que eu pego esse plano? Porque, nesse plano, vão estar a projeção das ações para 2009 e 2015, e aí eu vou referendar mais uma vez a falta de diálogo, para que a política efetivamente se estabeleça.

De 49 propostas que tem nesse plano para 2009, 2015, apenas duas evidenciam efetivamente uma parceria entre SECAD e SEB. Então, assim, existem outras em curso, como a Leonor falou? Sim, mas, reconhecidamente, são poucas as parcerias, e elas precisam… Até para... Se vai haver uma reelaboração, por exemplo, uma seleção de livros didáticos, é preciso que haja alguém especialista na temática étnico-racial junto com o grupo, isso acontece? Se você está pensando quais são as políticas, como são pensadas.

Bom, vamos ver. O que é que os materiais do NEN me mostraram? E aí, além dessa visão do plano institucional, vamos pensar aqui antes a UNDIME. Como fica a UNDIME nesse processo? *A priori*, eu pensei que a UNDIME era uma parceira do NEN, e não deixou de ser uma parceira, só que é uma coisa, a UNDIME tem atuado como um braço do Estado, em que sentidos? A UNDIME tem repassado aos municípios as orientações do MEC, que é a elaboração do Plano Articulado, do Plano Municipal e aumentar os índices da educação básica.

São importantes? Sim, mas eu gostaria de saber o seguinte: como a educação das relações étnico-raciais e a educação inclusiva entram nesse universo? Ele não tem sido tão efetivo também em relação às preocupações da UNDIME.

E aí, em relação... E como isso tudo, esse quadro repercute nos municípios? Porque aí foram 133 analisados a partir do NEN e mais 39 ouvidos aqui em Brasília. Uma diversidade de visões sobre a desigualdade racial no Brasil, ou seja, culturas diferenciadas dos gestores vão redundar em quem? Em diferentes ações, variáveis e formatos da política antirracista. E a política, sim, se transforma em construto social e repensa um pouco aquela forma da política colocada anteriormente.

O NEN vai se destacar como uma pedagogia multirracial e popular, que vai atuar na educação popular e também com uma elaboração muito grande de materiais pedagógicos para pressionar. Ou seja, é necessário, dentro desse quadro, repensar essa articulação entre os entes federados; desculpa, entre os entes do âmbito federal com o estadual e municipal.

E a atuação popular é imprescindível para que efetivamente as coisas caminhem no Brasil [soa a campainha]. Pode passar, por favor.

Bom, qual é o grande problema nesse universo? "No âmbito da elaboração e implantação de políticas públicas, raça está subordinada ao processo de distribuição dos individuais nas posições de estrutura de classes e no sistema de estratificação social." Essa uma fala do Fernando Henrique Cardoso, na introdução do livro Hasenbalg sobre relações raciais no Brasil, que é uma das grandes referências.

O que isso implica? Isso implica que as pessoas, a maioria dos gestores acredita que o problema do Brasil é social, e não racial. E isso vai justificar até um pouco ou nos dar uma compreensão dessa desarticulação entre os órgãos federais e os municípios e a receptividade alheia. Pode passar, por favor.

Então, a relevância da cultura, das visões de mundo e convicções interiores dos gestores e profissionais da educação interferem sobremaneira na implantação dessa política pública. Pode passar, por gentileza.

As questões colocadas para pensar isso são: como está a implementação da lei aos municípios? Como está a implantação da Lei 10.639 no seu município? Os professores têm sido capacitados para o ensino de história da população afro-brasileira e Africana? Qual a carga horária? O município tem disponibilizado material didático? Ou seja, então, você aborda as três questões-chave: a implantação, a formação e o material. Pode passar, por favor.

Olha o quadro que se dá da realidade brasileira: foram ouvidos 19 estados. Como foi o material que foi passado? A amostragem que se faz não dá os 5%, nem 5% dos municípios brasileiros. Mas dá um quadro que nos diferencia, que nós sabemos o seguinte: no Sul e no Sudeste, a implantação aparentemente está melhor, depois o Nordeste, Centro-Oeste, e o Norte só um estado respondeu.

Só que tem uma coisa, gente, o agravante que tem aqui, implementação. É esse roxinho. Olha quantos dizem que estão implementando. Em Minas Gerais, no Rio, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul. Olha a capacitação de profissionais como é menor. Há de se compreender… E aí é uma pesquisa qualitativa, existe essa pesquisa.

O que eles entendem como sendo formação, implementar uma lei, se você implementa, e não tem formação de professores? Se você não tem material, como você implemento? E aí ela veio colocando alguns números. Esses números não chegam à fala das pessoas que foram ouvidas.

O material não é suficiente, por mais que esteja se esforçando; há necessidade de aumentar esse número de materiais, até porque existe uma cultura de não reconhecimento da importância das questões étnico-raciais; não há material, a política não anda. Pode passar, por gentileza.

Aqui não dá para ler, mas aqui era só para vocês… Para mostrar isso, aqui na região Sudeste. Os números ficaram um pouco escuros, mas eu já falo para vocês.

Cinco minutos, espera aí.

Vamos lá, 51 – aqui só para… Eu vou pegar só o Sudeste para vocês verem – falaram que estão implementando a lei; 51, aqui, 30 aqui no Sul, 11 aqui no Nordeste e 17 no Sudeste. Pode passar, por favor.

Agora, quem está fazendo formação de professores? Quando você fala da formação de professores, cai para 34 municípios aqui, aqui cai para 24, aqui 6, aqui 15, ou seja, fala que você está implementando, mas não realiza formação de professores. O material, então, a questão é muito mais gritante. Pode passar, por favor.

Para pensar isso, essas perguntas são mais objetivas, implantação, formação e tal, mas aí você tem que pensar a questão racial. Então, eu inseri aqui outros elementos, outras perguntas que foram feitas para os gestores que vieram participar de políticas, eventos que aconteceram em Brasília de políticas de formação da igualdade racial, para ver como eles percebem não só aquelas perguntas, mas isso aqui; essas perguntas foram feitas para eles.

Como você compreende as relações raciais no Brasil? Quais os principais fatores da desigualdade social no país? Segundo os dados estatísticos recentes, os negros são a maioria dos desempregados nas principais regiões metropolitanas brasileiras e são também os que mais evadem das escolas. Qual sua opinião a esse respeito? Essa aqui, ela pergunta é direta. Eu falo sobre relações raciais. Essa aqui é indireta, eu falo sobre desigualdade social e eu queria como eles recuperam a questão do negro aqui dentro desse universo da desigualdade social. E a outra não tem como ser mais direta, a evasão.

E, efetivamente, os sujeitos das pesquisas seriam pessoas que, pressupõe-se, se estão aqui, foram indicados como delegados, como observadores, como participantes para representar seu município. Pode passar, por gentileza.

São só mais duas transparências.

Universo dessa pergunta, o que surgiu? A diversidade de respostas foi tão grande, em relação ao grupo do NEN, que ouviu, que é o Núcleo de Estudos Negros que ouviu o Brasil todo, você tem gestores que se… E aí... Até por uma questão didática, de organização da tese, foi necessário dar uma organização e pensar

na figura dos gestores. Existem gestores que são ausentes ou alheios. Quem são os gestores? Aí eu não pude pensar na figura do gestor como aquele que dirige a escola, mas o gestor da lei, sabe por quê? Porque o limite foi tão grande que fica o seguinte: quem é a pessoa que abraça a lei? Está desta forma: está uma política individualizada e personalista. Não é esse nosso objetivo, porque se trata de um problema da nação brasileira e tem que ser uma política de Estado.

Então, o gestor ausente ou alheio são aqueles que acham que o problema do Brasil é apenas social, não tem problema de negro aqui. Eles não conseguem perceber. O diálogo é improfícuo, é um diálogo de surdos, é muito complicado. E aí não adianta a Leonor ir, não adianta a SEPPIR, não adianta, porque as pessoas são refratárias, definitivamente.

O gestor sensível... Esse aqui, gente, por incrível que pareça, às vezes, a forma como ele se apresenta é mais explícita para nós do que o sensível. Por quê? Porque ele já fala: "Não tem esse problema no Brasil" e ele mostra isso em suas falas, com suas falas preconceituosas, e aí você já sabe de que lugar ele fala. O sensível é o mais complicado, porque aquele que ouve, a SECAD vai lá, fala, ou a SEPPIR, ou eu mesma vou e faço uma palestra, a pessoa te ouve, depois, ele já faz outra leitura, ele já: "Não, não tem esse problema no país".

Se tiver um professor na escola que fala para ele: "Eu quero fazer uma exposição". "Pode fazer, mas aí você faz sozinho, você resolve"; dá aquele apoio verbal. Quando ele ocorre, ele é sensível, mas ele oscila, porque ele está muito tendendo a achar que o problema no Brasil é única e exclusivamente social, ou seja, econômico. O problema do Brasil para eles é econômico.

Quais são os gestores pró-ativos? Normalmente, são pessoas envolvidas com movimentos sociais e que acreditam efetivamente que o problema racial existe, e eles fazem a diferença. E aí, se tem recurso ou se não tem recurso, caminha.

Eu acho que esse desenho nos mostra mais uma vez, naquele pensamento de políticas públicas, há que se considerar com mais efetividade a perspectiva da cultura e da forma de cultura como conflito e visão de mundo.

Eu não trouxe aqui agora, mas eu tenho todos e posso te falar já, já, porque está aqui comigo. Você pode passar, por gentileza?

Características... E outra coisa, desculpa, esqueci de falar, além do percentual, eu fui fazendo uma leitura qualitativa das falas. E os gestores pró-ativos, quem são os gestores pró-ativos? Quais são as características dos gestores, que vão influenciar no formato da política pública, definitivamente? Gestores pró-ativos são aqueles convictos da existência da discriminação racial, têm uma postura pró-ativa, procuram parcerias – isso se destacou muito no Nordeste – mas é tudo muito fragmentado.

Por exemplo, no Sudeste, vamos pensar no Estado de São Paulo, você tem municípios em que a política caminha de uma forma linda, e tem outros que têm recursos, e que nada acontece. Há de se pensar a postura do gestor, quando você fala de políticas inclusivas.

Então, análises aprofundadas, eles fazem análises aprofundadas do processo. A leitura que eles fazem da formação de professores, da postura do professor de medo de abrir mão de seus valores arraigados são leituras que merecem ser consideradas. Essas pessoas são parceiras e precisam ser ouvidas, até porque são experiências exitosas dentro de uma perspectiva colocada.

Os gestores sensíveis, então, são aqueles aparentemente receptivos à temática racial, oscilam entre raça e classe, sem convicção da centralidade do racismo no sistema educacional. "Atuam se provocados" –essa foi uma fala que eu ouvi na SEB, na UNDIME e na SECAD. Isso não é um formato de uma política pública da forma como nós estamos pensando e gostaríamos para o Brasil.

Os gestores ausentes e alheios são aqueles convictos de que o problema no Brasil da desigualdade, por exemplo, que o problema da desigualdade no Brasil – desculpa, inverti – é econômico; pela posição que ocupam, às vezes, aparentam serem mais sensíveis, ou seja, é só para serem politicamente corretos. Tudo bem? Pode passar, por gentileza.

Então, minhas últimas, assim, algumas conclusões breves. A fala da Auguste, que é aquela do Instituto Federal, desculpa, Florestan Fernandes, que foi a primeira que eu coloquei, com aquela visão de políticas públicas, caminha nesse sentido, do que é uma gestão.

Ela colocaria: "Não há política pública sem capacidade de gestão". Esse material também está no *site* da UNDIME. "Gestão é atividade por meio da qual um agente procura atingir um dado conjunto de objetivos, utilizando recursos de que dispõe para isso, e que possa realisticamente vir a ter um prazo razoável e previsível". Os recursos são extremamente importantes, mas eu posso confirmar para vocês, tem gente que está buscando recursos eu não sei de onde, porque ele acredita que é importante mudar este país.

Eu acredito na pesquisa cada vez mais aprofundada, de profissionais fazendo altos estudos, para que nós compreendamos que a mudança do país parte

pelas mãos de cada um, e o Estado há de assumir também sua responsabilidade. Por gentileza.

Então, concluindo. A partir dessa minha fala, eu acresceria, naquela fala da Dra. Auguste: "Não há política pública sem o estudo detalhado da cultura, das visões de mundo e convicções dos gestores e profissionais da educação". E aí eu coloco: "da comunidade, da cultura organizacional, do grupo no qual você fala, para quem você fala". Então, não há… Essa política pública, principalmente porque, sem estudo detalhado da cultura, em relação à temática que se quer implementar, ou seja, desnaturalizar. A Leonor falou sobre isso. Ela disse que a implementação da lei é uma implantação de uma visão de mundo. Eu acho que ela está mexendo com visões de mundo, está mexendo com visões de mundo. E as pessoas nem sempre estão obrigadas, abertas a sair do lugar comum. Pode passar, por gentileza. A última. Aqui.

Então, não há política inclusiva, quando não se envida esforços para revelar as diferentes faces dos preconceitos, das discriminações que se materializam. E aí, gente, cultura não é um conjunto de crenças. Eu penso no concreto pensado, e o método que eu utilizo é o materialismo histórico dialético. Eu utilizo a teoria maxiana, para discutir o quê? O problema da cultura no Brasil.

O problema da raça no Brasil é tão importante quanto o problema da classe, do problema econômico. Então, as duas são categorias de análise para mim.

Então, inclusive quando se envida esforços para revelar as diferentes faces do preconceito e das discriminações, que se materializam nas ações dos gestores e profissionais da educação e estruturam a cultura do racismo, a lesbofobia, a homofobia e toda a forma de preconceito e violência, no cotidiano e no sistema de ensino brasileiro.

Era isso que eu queria passar. Você pode passar.

Enfim, a cultura do racismo, assim como a desigualdade econômica, estrutura as relações sociais no país, as visões de mundo, convicções e ações, sugestões de profissionais da educação e formato das políticas educacionais, diferentes configurações que a cultura negra assume, se de negação ou afirmação, vai interferir, sim, no acesso, na permanência e no sucesso dos estudantes negros nos sistemas de ensino.

A última, por gentileza. Fica aí meu convite, meu nome é Renísia Cristina Garcia, minha defesa é dia 25 de março, às 08h30, na Faculdade de Educação da UNB, na Sala Papiros.

E aí eu sou da linha de pesquisa "Educação e Políticas Públicas: gênero/raça, etnia e juventude". Obrigada pela atenção.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Renísia. Nós agradecemos. E quero registrar aqui a presença da Senadora Marisa Serrano; passaram aqui conosco também.

E, hoje, gostaria de informar aos nossos palestrantes que nós temos várias comissões na Casa e comissões com requerimentos disputadíssimos. Então, em função disso, nós temos por aqui passando alguns senadores, mas quero registrar que por aqui passaram os senadores José Nery, o Senador Valdir Raupp, o Senador Sadi Cassol, o Senador Roberto Cavalcanti e Senadora Marisa Serrano.

Nós queremos informar aos expositores que nós disponibilizamos 15 minutos para cada um, com uma tolerância de cinco, então, com 15 minutos, o som soa ali, a campainha soa. E a gente dá mais cinco minutos para que vocês possam concluir. Está ok?

Passo a palavra, então, para o Paulo Vinicius da Silva, que é coordenador do Grupo de Trabalho e Relações Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ANPED.

SR. PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA: Bom-dia a todas e a todos. Gostaria de inicialmente saudar a Senadora Fátima Cleide e a Comissão de Educação e Cultura do Senado, na pessoa da senadora, saudar meus colegas de Mesa e audiência e manifestar que as associações das quais eu participo, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, o Consórcio de Núcleos, Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação estão abertas para o diálogo com a Comissão de Educação aqui desta Casa. Passa o próximo, por gentileza.

Eu vou começar minha fala a partir de uma questão conceitual e, logo em seguida, vou apresentar alguns resultados de pesquisa, pensando no requerimento de chamamento para esta audiência como apontando uma pesquisa que foi concluída no ano passado, pelo INEP, e os resultados que essa pesquisa apresentou, em termos de uma grande presença de discriminação e preconceito dentro das escolas brasileiras, em diversas áreas, em sete áreas, sendo que, como a Renísia apontou, no que se refere ao *bullyng*, no que se refere à situação cotidiana de discriminação contra negros, o índice foi mais altos entre todas.

É claro que a gente não pode ficar fazendo gradação entre formas de descriminação, a gente tem que perseguir uma escola que não descrimine ninguém por causa nenhuma, mas, nessa pesquisa em específico, o fato de o **bullyng** ser tão alto contra os alunos negros na escola brasileira certamente tem correlação com os resultados sistematicamente piores dos alunos negros nessa mesma escola.

Bom, a Leonor, em determinado momento, falou de racialismo, racialização, e eu vou me prender nisso um pouquinho aqui, porque eu acho que é importante para compreender que raça não tem nada de biológico, mas, como nós somos formados com a ideia de raça, nós, sistematicamente, discriminamos as pessoas por conta dessa ideia de raça. Então, ela opera socialmente através de nossas ações e através de nossas manifestações simbólicas: quando a gente escreve, quando a gente dirige uma tele novela ou uma peça de teatro, nossa fala é organizada a partir de perspectivas racistas.

E quais são os grupos que são racializados no Brasil, apontados pelas pesquisas? Negros e negras, indígenas e ciganos. E como esses grupos se colocam na educação brasileira? A população indígena é uma população que foi dizimada; hoje, corresponde, na media, a menos de 1% da população brasileira, no total, com uma maior concentração na região Norte. A educação escolar indígena, embora tenha tido grande avanço nos anos 90, é incipiente e precisa de muito mais investimento para reverter um quadro de abandono de décadas, para falar só do Século XX.

A população cigana é quase que invisível, não existem dados oficiais, tem poucas pesquisas, e os ciganos são rechaçados de forma muito mais aberta, em todas as instituições, inclusive nas escolas.

Então, a gente passou a ter, muito recentemente, por exemplo, com a SEPPIR, alguma interlocução com representações ciganas, mas ainda com um processo muito incipiente.

E a população negra brasileira corresponde a 50% da população que sofre discriminação sistemática. Então, a ideia de racialização supõe isso. O que é racialização? Não é simplesmente ter uma manifestação de uma discriminação pontual, é sistematicamente, numa sociedade, tem acesso a bens materiais e a bens simbólicos negados a um grupo social.

Então, sistematicamente, no Brasil, nós temos acesso negado a bens materiais e a bens simbólicos para a população negra, para a população indígena, população cigana. E a escola brasileira é partícipe nesse processo. A pesquisa do INEP apresentou dados muito contundentes que reforçam uma série de dados que a pesquisa brasileira já apresenta.

Então, é sobre esses dados que eu vou me debruçar um pouquinho, colocando, conforme aquele esquema, duas grandes matrizes de pesquisa: dados sobre cotidiano escolar, pesquisas sobre racismo no Brasil, no cotidiano escolar, incluindo currículos, interação adulto-criança e interação entre pares e nos materiais didáticos usados na escola, livros didáticos, literatura infanto-juvenil e literatura e discursos midiáticos. Próximo, por gentileza.

Eu vou começar por livros didáticos, por conta de ter sido o primeiro sistematizado na pesquisa brasileira, ainda na década de 50. O Dante Moreira Leite, que foi o catedrático de psicologia social, primeiro catedrático de psicologia social da USP, coordenou uma pesquisa vinculada com o projeto UNESCO, sobre preconceito racial em livros didáticos.

E esse grupo dos anos 50, o que eles descobriram e continua presente até hoje? Desde os anos 50 que a gente não tem racismo de formas explícitas nos livros didáticos, mas nós temos formas implícitas de racismo, que são lugar comum.

O que é que são formas implícitas? População negra e indígena não aparecem, quando aparecem ou é de forma estereotipada ou é em posição de subalternidade, e nossos livros continuam com tais características.

Eu fiz um caminho com certo detalhe na apresentação sobre os resultados dessas pesquisas e não vou me delegar tanto sobre os resultados, para sobrar tempo para que eu falar mais das propostas do que dos resultados das pesquisas.

Passo para a comissão um livro que se chama *Racismo em livros didáticos,* de minha autoria, que tem uma parte discutindo as pesquisas brasileiras sobre o racismo midiático, até o ano de 2005. E temos trabalhado com uma série de pesquisas lá no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, na Universidade Federal do Paraná, que eu coordeno, atualizando essas pesquisas, e as mudanças são muito tênues.

E, no campo de política educacional, tem uma importância muito grande, porque o então Senador Fernando Henrique Cardoso, articulado com o então vice-presidente da República, hoje, um senador que participa desta Comissão, articularam, no início dos anos 90, a vinculação orçamentária para o Programa Nacional do Livro Didático. Isso possibilitou um recurso estável e crescente, ano a ano, e o Brasil compra, em media, 100 milhões, o Estado brasileiro compra, em média, 100 milhões de livros didáticos por ano, desde 94, se não me falha a memória. E isso corresponde a cerca de 40% de todo o mercado editorial brasileiro e corresponde a cerca de 60% do mercado de livro didático, que é a maior área brasileira.

Significa o quê? O grande comprador de livro no Brasil é o Estado. Nos anos 80, as editoras que cresceram, cresceram com financiamento do Estado; as editoras de livro didático recebiam antes de entregar o livro. E esses livros que são comprados pelo Estado e são financiados, em grande parte, pelo Estado con-

tinuam tendo um discurso racista, sexista e homofóbico, em sua maioria.

Do meu ponto de vista, a ação teria que ser contundente para mudar esse quadro de uma forma rápida. Bom, vamos pensar um pouquinho, eu vou me ater menos naqueles resultados tão detalhados, mas procurar explicitar isso, imaginando, inclusive, a veiculação desta Audiência no programa do Senado, para a população brasileira em geral.

Vamos pensar um pouco nos livros didáticos que as pessoas da minha geração, que fizeram a educação básica nos anos 60 e 70, o que a gente encontrava nos nossos livros? A mulher negra não existia; quando existia, era empregada doméstica. Os homens negros quase que 100% em posição que era de emprego de subalternidade.

Então, criou um imaginário tão forte, que isso até hoje implica em situações de racismo velado; velado, não, melhor, implícito dentro da escola brasileira. Por exemplo, uma diretora de uma escola em Curitiba, que deve ser uma diretora importante, porque eu estava fazendo uma palestra para o secretário de educação do Estado do Paraná, e ela estava representando, então, a secretária de educação de Curitiba. Eu, abordando as relações sociais na escola, ela pede a palavra e diz: "Olha, eu sofro todos os dias racismo implícito, quando eu recebo um material na escola. Por quê? Chegam os entregadores, entregam o material na escola, vêm até a sala da direção, e, às vezes, eu tenho reunião na Secretaria e eu estou de *tailler*, de vez em quando, eu ando de calça jeans, porque eu tenho programação com os alunos, mas, às vezes, eu estou de *tailler*. Mesmo quando eu estou de *tailler*, entram os entregadores, com a nota fiscal, se dirigem à secretária e pedem para ela assinar a nota, e a secretaria diz: 'Não, mas a diretora é ela'. Eles olham para mim e, via de regra, dizem: 'Ah, é ela? Não parece'".

Por que não parece? Porque nosso imaginário é formado com a ideia de que a população negra não pode ocupar lugar de destaque, lugar de poder. E a escola, os materiais didáticos e os materiais midiáticos continuam formando nosso imaginário dessa forma. Então, a gente precisa quebrar com essa forma de construção do imaginário sobre espaços sociais para brancos e negros no Brasil. Próximo, por gentileza.

Aqui eu vou fazer, na apresentação, um histórico das pesquisas sobre literatura infanto-juvenil. Por exemplo, uma grande pesquisa coordenada pela Fulvia Rosemberg, da Fundação Carlos Chagas, no final dos anos 70, início dos anos 80; outra pesquisa, também da Fundação Carlos Chagas, da Regina Paim Pinto, sobre livros didáticos de 4ª série, pegando período muito grande entre 45, 58 e 72, entre 1945 e 1975, com resultados muito similares. E, no estudo da Regina Paim Pinto, mostrando que, no primeiro triênio 45, 48, até o último triênio, quadriênio, melhor dizendo, até o último quadriênio, 72 e 75, as modificações foram muito tênis. A atualização da pesquisa da Regina Paim Pinto, que eu fiz em 76 a 2003, continua apresentando resultados muito tênues de mudança. Próximo, por gentileza.

Aqui, uma pesquisa interessante sobre literatura infanto-juvenil, por quê? O estereótipo, na década de 90, se expandiu. Então, a mulher negra deixou de ser só empregada doméstica; além de empregada doméstica, a mulher negra, no máximo, conseguiu o direito de ser a [soa campainha] hiper-sensualizada, a mulher de vida fácil, para usar uma série de eufemismo aqui, ao passo que, nas nossas famílias, quem são nossas familiares negras? São mulheres hiperafetivas, via de regra, de raciocínio muito rápido, muitas vezes, elas são argutas na argumentação, e, principalmente, essa afetividade faz com que elas sejam a base da estabilidade da relação nas nossas famílias.

E, no discurso que a gente encontra nos livros, ela só tem direito de ser ou uma mulher hipersensualizada, quando não prostituta, ou empregadas domésticas. Próximo, por gentileza.

Tem uma parte também sobre indígenas, em livros didáticos. Aqui eu trago os principais resultados. Os indígenas, nos livros didáticos, também são tratados ou de uma forma muito estereotipada, generalizante, então, nós aprendemos todos que índio vive em oca, certo? E reproduzimos isso como se fosse uma verdade, desconhecendo a diversidade que tem das nações indígenas brasileiras.

Isso tem mudado muito lentamente, no final dos anos 90, início deste século. E tratamos os indígenas brasileiros como uma questão do passado; indígena serviu para nossa formação, mas não existe mais. Próximo, por gentileza.

Bom, aqui os resultados após o ano de 2000. Como eu disse, as mudanças são muito tênues, eu não vou me estender. Próximo, por gentileza.

E as pesquisas sobre o cotidiano da escola. Então, o que essas pesquisas mostram? Também, desde a década de 80, que tem, primeira coisa, quando tem situação de racismo, há um silêncio sobre esse racismo, a gente não fala sobre o racismo, nós temos medo de encarar de frente o nosso racismo, o racismo que nos constitui, eu insistente nisso, que nós somos formados numa sociedade racista e somos racistas e, para deixarmos de ser, e aí é uma ambiguidade: ao mesmo tempo, nós queremos ser antirracista, e a ambiguidade é que a gente quer ser antirracista não tematizando o racismo, e a proposta é: nós só podemos ser antir-

racistas se a gente encarar de frente essa parte que nos constitui. Próximo, por gentileza.

Aí tem uma série de pesquisas que vão apresentar como essas relações se dão na escola. Então, a gente tem hostilidade, desqualificação dos negros, como parte do cotidiano da escola, apelidos pejorativos; isso em pesquisa feita em todas as regiões do Brasil, desde a década de 80 até os anos atuais, tanto entre os alunos quanto de professores em relação aos alunos, quanto de professores com outros professores, quanto de professores com funcionários da escola. O racismo está muito presente dentro do cotidiano da escola, e a quantidade de pesquisas é grande. Eu coloquei até umas referências, um número grande de referência no final, para mostrar como a gente já tem muito resultado sobre isso. Próximo, por gentileza.

Aqui são alguns grupos de pesquisa que se destacam nessas pesquisas, da Universidade Federal Fluminense, o PENESB, da Federal do Mato Grosso, NEPRE, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros na Universidade Federal de São Carlos, Ações Afirmativas da UFMG, Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade da PUC de São Paulo e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFPR. Próximo, por gentileza.

Grande parte do que a Leonor e a Renísia disseram tem a ver com o currículo [ininteligível], que é a ausência de forma de identificação positiva de alunos negros. E aí o porquê de a gente estudar história e cultura afro-brasileira. Próximo, por gentileza.

Eu vou passar já para as propostas, falando de um termo de uma pesquisadora afro-americana que eu gosto de usar muito e vou gastar um minutinho para explicar esse tema, que é a alfabetização da diáspora. O que é que significa isso? Nós precisamos de ser alfabetizados sobre nossa diáspora afro, sobre o espalhar da população afro pelas Américas, porque nós desconhecemos completamente. E, quando eu digo nós, eu estou...

Recentemente, eu estava numa reunião na SECAD, discutindo aquela pesquisa do INEP com uma especialista da área de relações raciais, e tinham sete especialistas, um de cada área, um de homofobia, um de deficiências [soa a campainha], todos doutores, e eu fiz algumas perguntas básicas sobre nosso passado afro, e esses doutores não sabiam.

Então, quantos de nós sabe o percentual de negros livres que tinham antes da abolição? Nossa ideia é que o Brasil era um país que tinha escravos, agora, no século XIX inteiro, o percentual de negros livres era muito maior do que de negros escravos. Então, nós tínhamos uma participação muito ativa na construção do Brasil, principalmente dos negros livres. Ao ponto de, em 1880, a população negra livre de São Paulo era… Tem estimativa de 85%, em São Paulo, que era o lugar de resistência maior à abolição. Resistência por quê? Porque os fazendeiros tinham medo não de substituir a mão de obra escrava por uma mão de obra livre, porque a mão de obra livre era mais barata, mas tinham medo de perder patrimônio, porque o escravo valia como patrimônio. Então, seres humanos feito coisa e feito patrimônio. Mas era um percentual mínimo da população.

Eu penso nos ciclos de riqueza, como tem nos livros de história do Brasil. Ciclo do café. O café é uma planta de onde? Essa bebida servida para a gente aqui? Quantos de nós sabe que café é uma planta etíope? E, quando eu falar sobre a Etiópia, o que todo mundo lembra? De um país de fome endêmica e das fotos de Sebastião Salgado. E o que é a Etiópia? É um império poderoso, milenar, proto-cristão, isto é, de um cristianismo anterior ao cristianismo apostólico romano, que foi uma barreira militar à expansão do islamismo na África negra, tamanho poderio.

Então, à época em que os islâmicos ganhavam as guerras nas penínsulas itálica e ibérica, eles perdiam as guerras para a Etiópia. Ganhou uma guerra da Itália em 1889. Então, próximo ao século 20, tamanho seu poderio militar. Quando a África inteira foi feita colônia, a Etiópia ganhou uma guerra da Itália e não foi feita colônia. Só foi feita colônia na década de 20 do século 20, porque aí tinha tangue, avião de Guerra, e aí eles não resistiram.

Então, esse país que tem uma história grandiosa, qualquer semelhança com mexicas, com incas e com maias não é mera coincidência, porque tiveram seus impérios destruídos e depois passaram por situação de grande apenaria.

Quando eu falo de exploração do ouro, o outro ciclo do Brasil, a tecnologia de exploração do ouro do Brasil de onde veio? Os geógrafos têm muitos dados comprovando que os dois continentes, América e África, eram unidos, principalmente o Brasil, nossa curva lá onde fica Natal, na ponta, era encaixada no Golfo da Nigéria. Então, o tipo de ouro em veio que tinha aqui no Brasil já era explorado na África há centenas de anos. Então, trazer africanos para trabalhar aqui no ciclo do ouro era também estratégico, porque os africanos tinham a tecnologia que os europeus não tinham. E não é à toa que o Chico Rei, em Minas Gerais, comprou de seu ex-senhor uma mina esgotada e achou ouro.

Como é que ele comprou uma mina esgotada e achou ouro? Porque ele tinha um conhecimento técnico sobre a exploração de ouro em mina que seu antigo senhor não tinha.

Então, os exemplos se multiplicam. Nós não conhecemos esse nosso legado afro-brasileiro, esse nosso legado e somos analfabetos, por isso a necessidade da alfabetização da diáspora. E aí o que é que eu coloquei como proposta? Levar a termo o Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais, que tem um conjunto de proposta que foram construídas de uma forma coletiva, com a participação de movimentos sociais de diversos segmentos da educação.

Bom, outra questão é a… Outras duas questões: o enfrentamento do racismo de frente, que eu já citei alguns exemplos aqui e não vou me delongar e a formação de professores para análise crítica desse discurso que nos forma, porque nós já temos algumas pesquisas dizendo o seguinte: "Olha, se eu tiver um livro excelente, isso adianta?". Depende.

Tem uma pesquisa, por exemplo, feita por um professor do Rio de Janeiro, de que os alunos vão discutir um texto que chama "Respeito à diferença", aí um professor malformado, trabalhando com o texto que a proposta é respeito à diferença, consegue escambar ou para um discurso racista ou para um discurso homofóbico, porque um aluno diz: "Ah, racismo. O que é racismo?". "Não, racismo é aquilo que existe lá em Cuba. Ah, tem também na África do Sul."

E aí que discurso é esse? É um discurso de manter a ideia do Brasil como democracia racial, então, reforça o mito da democracia racial, e a gente não enfrenta de frente nosso racismo.

Então, a formação de professores é fundamental, porque o professor pode fazer o contrário, ele pode pegar um livro, uma peça de teatro, um romance e fazer uma leitura crítica com seus alunos. E é uma tarefa zumbília, dizia Edna Roland, é zumbília a tarefa de formação de professores para a educação das relações étnico-raciais no Brasil, porque nós temos milhares de professores, e todos estão malformados como nós.

Precisa de ter investimento público nas agências formadoras; e, nas universidades, aí eu tenho uma proposta muito concreta. Muito saudável que a gente tenha tradução simultânea em Libras. O que é que tem acontecido, nos últimos anos, para a população surda brasileira? Uma lei determinou o ensino de Libras em todas as licenciaturas, em todos os cursos de formação de professores. E foram disponibilizadas vagas para as universidades públicas específicas para cumprimento de lei.

Então, o que eu estou advogando? A mesma coisa para a universidade pública brasileira, que é quem forma a intelectualidade no Brasil. Vagas específicas para professores operarem na concretização, na formação dos alunos da Lei 10.639/03. Junto com isso, ampliação do investimento em pesquisa e fortalecimento dos núcleos de estudos afro-brasileiros nas instituições de ensino superior, por meio de editais específicos de financiamento de pesquisa específico, porque a gente faz pesquisa, por grande parte das vezes, por voluntariedade, como voluntários, sem ter acesso a financiamento, ao passo que a pesquisa, como a do INEP, o ano passado, que teve uma interlocução menor do que devia com os pesquisadores sobre relações raciais no Brasil, teve um investimento de seis milhões de reais, se não me falha a memória.

Então, a gente precisa de ter uma modificação também nesse investimento; e lembrando que a proposta de ensino histórico e cultura afro-brasileiro… E eu vou concluir por aqui. A proposta de ensino de história e cultura afro-brasileiro, a proposta de fortalecimento dos núcleos de estudos afro-brasileiros e a proposta de ações afirmativas no ensino superior, elas estavam já todas contempladas, detalhadas no Projeto de Lei apresentado pelo então Deputado Federal Abdias do Nascimento, em 1983.

Então, o que nós queremos é a concretização do que estava no Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Abdias do Nascimento sobre políticas compensatórias para a população negra, em 1983. Demandamos aquilo que não foi construído nesses 27 anos que nos separam da apresentação da proposta pelo Deputado Abdias. Muito obrigado pela audiência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Professor Paulo Vinicius. Quero registrar aqui a presença do Senador Paulo Paim, um dos autores do requerimento para este seminário e com este tema.

Eu passo a palavra ao Martvs Antônio das Chagas, subsecretário de políticas e ações afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, SEPPIR.

SRA. MARTVS ANTÔNIO ALVES DAS CHAGAS: Bom-dia, Senadora Fátima Cleide, Senador Paulo Paim, minhas companheiras de Mesa, Renísia e Leonor, e Paulo.

Acho que não vou necessitar do tempo regimental, senadora, até porque acho que não dá para ficarmos chovendo no molhado, como acho que meus antecessores foram muito felizes em diagnosticar e apontar o grave problema da diversidade nas escolas, o da falta das diversidades nas escolas brasileiras, principalmente no que tange à questão étnico-racial negra.

No entanto, em nome do Ministro Edson Santos e da equipe da SEPPIR, eu não poderia deixar de dizer que todo esse diagnóstico montado aqui pelos professores, ele, por mais… Dialogando um pouco com a Professora Renísia, por mais que a tese apresentada

por ela diga da pouca eficiência da implementação da Lei 10.639, do Plano Nacional, mas é bom que a gente diga também que passos estão sendo dados, nós não estamos paralisados, o Governo Federal não está paralisado, a Câmara não está paralisada, o Senado Federal não está paralisado.

Eu trouxe até um *slide*, mas eu não vou apresentá-lo, porque, senão, eu vou com certeza ultrapassar meu tempo aqui e vou só dialogando com nossos parceiros aqui, só com o que eu tenho mesmo no computador.

Essa ação que o Governo Federal desenvolveu, principalmente a partir de 13 de maio do ano passado, com o Plano Nacional; e é bom que se diga, esse plano foi, acredito que a Leonor, o André Lázaro, a equipe da SECAD, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que eu aprendi recentemente a falar o nome completo, tiveram muito esforço, no sentido de fazer com que esse plano pudesse sair das ideias, um plano que foi feito a várias mãos, com participação da sociedade civil; e, por falar em sociedade civil, porque não é pouco coisa, é bom que se diga também, que, se nós estamos aqui hoje fazendo esse debate, é bom a gente sempre lembrar, fazendo esse debate, se a Comissão de Educação do Senado está aberta a esse debate, é porque, antes de nós, há muitos anos, vieram os valorosos guerreiros, ativistas do movimento negro, do movimento social, que colocaram esse tema, que ficaram batendo sobre esse tema, que, antes dos números que hoje nós temos em profusão serem apresentados, a intuição da população negra, a intuição daqueles ativistas, com sua exclusão, com sua falta de presença nas universidades, com sua falta de presença no mercado de trabalho, já dava conta dessa realidade brasileira.

E, hoje, é muito bom que a gente tenha pesquisadores, a gente tenha pessoas, tendo dados em condições de colocar aquilo que nós já vivenciamos, nós negros, no Brasil, negros e negras no Brasil, já vivenciamos, sentimos na pele, e que os ativistas do movimento social nos apresentavam.

Inclusive, a própria ação que nós temos hoje, da Lei 10.639, é fruto disso. Do que eu iria apresentar, eu estava, ia dizer que, na verdade, nós fizemos um rápido retrospecto da Lei 10.639, para poder falar do plano. Em 1999, muito antes de 99, e alguns lugares, já na década, no final da década de 80, começou-se a discutir sobre a necessidade de a escola absorver a educação pluriétnica, de a escola absorver a educação para a diversidade.

E, quando a gente faz esses debates, às vezes, alguns debates até acalorados, e eu sei que esta Casa é um Casa racional por excelência, porque é uma Casa de leis e deve tratar na estrita racionalidade, mas a gente não pode abrir mão de nossas emoções. Acho que o homem e a mulher pública, eles são fruto de suas emoções, fruto de seu meio, e a gente não pode abrir mão disso.

Eu estou dizendo, porque eu sempre participei muito desses debates, mas eu nunca tive um exemplo na minha casa, um exemplo perto, do que significa a necessidade de uma educação pluriétnica e do que significa a presença de negros e negras, de pessoas, de índios, de pessoas de outra etnia ou de outra raça no Brasil nos espaços de poder e nos espaços da sociedade.

Até, um dia, eu em casa, meu filho, na época, tinha três anos e meio, me chamou, eu sou meio arcaico, ao contrário de determinadas coisas. Então, esse negócio de TV a cabo, esse troço não passava pela minha cabeça, não, isso não podia acontecer, por vários motivos que hoje eu reconheço que são ultrapassados, que não vale a pena brigar contra isso, que são coisas da vida. Mas a mãe de meus filhos falou: "Não, vamos colocar aqui TV a cabo", e meu filho assistia à televisão sempre, e, um dia, ele me chamou, gritou: "Pai, pai, vem aqui, corre aqui!". Aí eu fui lá para ver o que estava... "Olha eu na televisão, eu na televisão." Eu: "Meu filho na televisão?". Olhei assim, não era ele, era uma criança negra, com o fenótipo semelhante ao dele, e que estava, inclusive, numa TV, fazendo um papel, mas numa TV a cabo, num programa canadense, não era nem um programa brasileiro, era um programa americano, um programa canadense. E ali ele se reconheceu e ali ele falou que ali ele estava. E aí foi quando eu passei a perceber de maneira efetiva o significado da ausência de referências para nossas crianças.

E esse significado dessa ausência de referência, ele se repete no ambiente escolar. Quando você pode ter até ali algumas crianças negras, no qual meu filho, o filho de qualquer um de nós poderia se identificar, mas que você não tem um professor com a qualificação necessária ou a escola com a abertura necessária para dizer para dela criança que viver daquela maneira, viver em diversidade, viver misturado é uma coisa boa.

E nós sabemos que essas imagens e que essas percepções da vida, elas… Eu gosto delas traduzidas em número, mas elas atingem muito mais, de maneira muito mais vil, a nós da população negra do que os não negros.

E por que eu estou dizendo-se tudo isso? Porque eu acho que a gente sempre tem que ter um objetivo na nossa vida. Eu acho que a gente tem que sempre… E eu costumo falar muito, aqui tem dois colegas de trabalho, a Verônica e o Rogério, eu costumo dizer muito para as pessoas que trabalham comigo que a gente, sem um propósito, sem saber, inclusive, por que nós

temos um audiência dessa. Porque tem um problema no Brasil, foi diagnosticado o problema. Nós temos uma doença, que é o racismo, e que nós precisamos combatê-lo. Então, é por isso que nós estamos fazendo esta audiência, por isso que nós estamos aqui, por isso que os senadores passarão por aqui e colocaram seu tempo e também seu trabalho.

E essa ação e essa necessidade de mudança, ela também tem ser de todos nós. Então, eu reconheço, inclusive, de novo, debatendo um pouco com a Renísia, as falhas que nós ainda temos, que no Governo Federal nós ainda encontramos. Eu reconheço isso e acho que nós temos que trabalhar de maneira muito mais acirrada, de maneira muito mais profunda para eliminar essas falhas que foram apresentadas. Mas também temos que fazer um rápido retrospecto, que, antes de 2003, nenhuma lei que permitia fazermos esse debate existia no Brasil. E nós estamos falando de sete anos, nós estamos falando de sete anos, que, para um período histórico, significa traço, enquanto um período histórico é nada, não é uma geração, mas com um entendimento de que precisamos necessariamente aprofundar.

Eu fico utilizando de questões, talvez porque alguns companheiros meus dizem que são simplórias, mas eu também me acho uma pessoa simplória, então, não tenho problema de usar, mas porque, assim, por mais que a gente tenha essas informações e esses dados, mudar a mentalidade do brasileiro ou mudar nossa própria mentalidade… Porque nós tivemos, agora há pouco, e o Senador Paulo Paim esteve brilhantemente presente, nas audiências públicas promovidas pelo Supremo Tribunal Federal, sobre uma DPF que se encontra naquela Casa impetrada pelo Partido Democrata. E, nessa Audiência Pública, nós conseguimos ali ver as posições contrárias e favoráveis à política de cota. Na verdade, para ser correto, a política de cotas da UNB, da universidade instituída pela Universidade de Brasília.

E ali nós conseguimos ouvir as várias posições e percebemos que muitos faziam análises conceituais fortíssimos, e outros falavam da vida do cotidiano, como é que… Daquilo que tem gente que não gosta, mas que eu acho que compõe a maioria da população brasileira, de senso comum. E tem uma coisa que me incomoda profundamente nesse senso comum e aqui nós temos professores, e eu tive o privilégio de ser e hoje já não sou mais, porque professor também tem que estar na sala de aula, vinculado a uma instituição, eu não estou nem na sala de aula e nem vinculado à instituição, só por profissão. E algo que eu acho que a gente tem que tratar, não sou linguista, acho que eles deveriam ver, é como ainda nosso dicionário, para dizer, para dar um exemplo crasso, assim, de que esse debate aqui nosso é importante.

Como o dicionário trata ainda o branco e o negro. Eu costumo dizer que se você pega uma criança que, dentro da sua causa, tem pais com índice baixo de alfabetização e que é solicitada a essa criança a realização de um trabalho escolar sobre brancos e negros, ela vai ao dicionário, ao Aurélio ou qualquer outro, e vai encontrar ainda as seguintes expressões, o que significa, o significado de branco, ainda hoje: “da cor da neve, do leite, da cal, alvo, cândido, claro, transparente, translúcido, pálido, descorado, ‘ficou branco de susto’, diz-se do indivíduo de raça branca, sem mácula, inocente, puro, cândido, ingênuo, alma branca”.

Aluno, de maneira atenciosa, anota essas informações, interioriza essas informações e passa para pesquisar a outra raça que compõe a nacionalidade brasileira, que é o negro. E lá está escrito, está dito: “Diz-se do indivíduo de raça negra, preto, sujo, encardido, preto; ‘a criança está com as mãos negras’, muito triste, lúgubre, melancólico, funesto, lutuoso, ‘negro destino o esperava’, maldito, sinistro, perverso, nefando”. E termina com escravo.

Qual criança que, ao terminar de realizar esse trabalho, vai querer ser negro? Qual? Qual delas? Qual criança que, ao final dessa viagem, vai querer valorizar seus aspectos culturais, familiares, seus amigos? Não vai. Não vai.

Eu estou dizendo, porque é mais do que urgente as ações necessárias, as ações que nós precisamos desenvolver, e aí os Três Poderes da União, para que esse quadro se reverta e se reverta de maneira rápida [soa a campainha].

E eu vou encerrar em um minuto, de maneira rápida.

E, para isso, eu acho que nós precisamos, para além, Leonor, Paulo, Renísia, Senadora Fátima Cleide, Senador Paulo Paim e os demais, de criar mecanismos para que o Plano Nacional de Implementação seja efetivamente implementado com agilidade, e isso passa, de maneira efetiva, pelas universidades, Professor Paulo, não tem jeito, e, pelas universidades, permitindo também que a universidade, que essa diversidade esteja no âmbito da universidade, que nossos alunos tenham condições de entrar na universidade, permanecer e ter sucesso, esse tripé, porque, muitas das vezes, a gente está discutindo o acesso, mas não discute a permanência; discute a permanência, mas não discute o sucesso, e nós temos que discutir isso de maneira concomitante; essa trinca, ela tem que estar, a todo o momento, como os principais motivos das nossas preocupações em relação aos alunos.

O que a gente vem fazendo, eu acho, considero pouco, mas acho promissor. Principalmente nesse aspecto, ano passado, a SEPPIR, junto com o CNPq, nós fizemos um termo de cooperação, no qual os alunos que hoje estão nas universidades federais entraram ingressados por ações afirmativas, eles têm condições de ter uma bolsa de iniciação científica no valor de R$ 300,00, que este ano está indo para R$ 360,00, para permitir que esses alunos, uma boa parte negros e negras, iniciem já no seu curso de graduação sua dedicação à iniciação científica.

Isso são 600 alunos que tiveram o ano passado, esse ano mais 1.800 alunos, mais 600 alunos, que serão 1.200 alunos, nesses dois anos, e nós pretendemos, até 2012, com certeza, nós vamos continuar expandindo isso, fazer com que um número maior desses alunos possam ser atendidos.

Da mesma forma, junto com o MEC, acho que é importante isso, a Fundação Ford tem até hoje um programa no Brasil voltado para os afro-descendentes de graduação, aliás, de pós-graduação, de mestrado e doutorado, e o Governo Federal está absorvendo essa experiência da Fundação Ford, nós estamos para anunciar, ainda nesses próximos dias, em primeira mão digo aqui no Senado, uma parceria também da CAPES, do CNPq, da SECAD e do MEC e da SEPPIR, com o objetivo de oferecer essas bolsas, a Fundação Ford oferecia anualmente 50 bolsas para os afro-descendentes que terminavam seu curso de graduação. E nós vamos oferecer essas bolsas para aqueles oriundos do ProUni, os estudantes oriundos do ProUni, oferecer essas bolsas para os oriundos das ações afirmativas e também oferecer essas bolsas para as pessoas que terminaram seu curso superior e que não tiveram as oportunidades de dar continuidade.

Dessas 50 bolsas, nós estamos tentando transformá-las em 300 bolsas anuais, nós vamos ampliar essa oferta em seis vezes do que tem hoje, exatamente para permitir que o ambiente da universidade possa incorporar essas diversidade e aí também fazer essa troca necessária com o Ensino Fundamental e com o Ensino Médio.

Porque, hoje, nós, talvez um dos aspectos da falta de implementação é que nós também não temos profissionais qualificados ainda dentro das escolas, para poder abraçar isso; não foram educados dessa maneira, não foram orientados dessa forma. Então, precisa de um processo muito grande para… Ainda de conscientização, de debate para isso.

Além disso, eu acho que nós precisamos trabalhar fortemente, e, com isso, pedindo aqui apoio desta Casa [soa a campainha] para a aprovação do PL de cotas, que está aqui tramitando nesta Casa. Nós precisamos de esforço coletivo, e isso há necessidade também de mobilização grande da sociedade civil. E, por fim, que eu acho que é um marco legal que vai permitir que esse debate nosso possa ganhar uma dimensão bem maior, que é o Estatuto da Igualdade Racial, Senador Paulo Paim que também está nesta Casa, que é um debate que não é tranquilo de se fazer, até porque é uma discussão que é polêmica, a gente sabe disso, e que, necessariamente, na mesma maneira que o Brasil tem aqueles que são contra, aqueles que são a favor, e acredito na expertise, acredito na sensibilidade e acredito no compromisso dos senadores desta Casa, para que ainda este ano a gente possa dar ao Brasil mais esse presente, que é o Estatuto da Igualdade Racial, para a gente dirimir de vez ou tentar, a passos largos, fazer com que a educação pluriétnica seja uma realidade, que a diversidade possa estar nas escolas e que, definitivamente, o Brasil deixe de ser menos racista. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Dr. Martvs. Eu vou passar a palavra, imediatamente, ao Senador Paulo Paim, que precisa, logo em seguida, presidir a Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu começo, rapidamente, pedindo desculpas, aqui, a todos, porque eu sou um dos autores do requerimento. É que na Casa pegou muito hoje aquela questão da cooperativa dos bancários de São Paulo, enfim, as posições são muito duras, de ambos os lados, eu tive que intervir lá, para não deixar que esse debate vá para as eleições de 2010e que a gente olhe somente os interesses do mutuário.

Enfim, construímos um acordo lá do requerimento, e eu vim para cá, mas, no caminho, já me disseram que eu tenho que presidir a Comissão de Assuntos Sociais, e eu pedi, no mínimo, cinco minutos.

Mas eu queria primeiro cumprimentar a todos os expositores, eu tive a oportunidade de ouvir a dois e li um pouco do material deixado aqui pela Professora Leonor, Professora Renísia, pesquisadora, o Professor Paulo ouvi aqui, e só ter terminado, Paulo, dizendo que, se tivessem aprovado e comprido o que mandou o Abdias Nascimento, estava tudo resolvido.

Acho que só nesse fechamento você já dá o recado, que, no meu entendimento, é um sinal para esta Casa. Eu tenho no Abdias uma grande referência da luta dos negros e negras, e não só negros e negras, todos que estão discriminados neste país. Um homem que, na minha avaliação, esteve sempre à frente do seu tempo e é um marco para todos nós, hoje ele… Tomara

que chegue a mais de 100 anos, mas deve estar com 93 anos já o Abdias, mais ou menos isso, não?

Eu escrevi uma poesia para ele e declamei a poesia no encontro internacional e entreguei em mãos para ele, o que está no meu livro *Política, cumplicidade e poesia*.

O Martvs eu conheço de anos e anos, um militante dessa causa, é sempre uma satisfação te ouvir, Martvs, eu não tenho nenhuma dúvida e permite que eu diga isso. Da reunião que eu vim agora, o que eu mais ouvi lá, e eu sei que não foi de má-fé, de alguns senadores é que: "Não, se não tomarmos essa decisão, nós estamos denegrindo o Senado". Isso dói nos ouvidos da gente, a palavra, "estamos denegrindo esta Casa, estamos denegrindo o Senado", como se nós aqui estamos entendendo e quem está ouvindo eu acho que é educativo também, é como se fosse… Negro fosse uma coisa feia, ali já vem pela boca dos próprios senadores. E até não acho que fizeram por maldade. E falava, diz: "Não é, Senador Paim?". Eu dizia: "Não é" [risos]. Mas eu fazia assim: "Não entendi", porque ele queria aprovar um requerimento até nos moldes que foi feito positivo, mas era o termo que ele tinha usado que eu fazia assim. E depois ele perguntou: "Por que tu fazias assim, se você disse que concordava, tinha um entendimento com o acordo de reajuste". Daí eu disse para ele. E daí: "Tem razão".

Mas, enfim, eu aqui lia rapidamente e quero dizer à Dra. Renísia que só ver aqui o nome do Florestan Fernandes para mim, embora eu não ouvi a palestra, vale. Eu apresentei dois requerimentos aqui na Casa, um deles é um projeto chamado "Cantando a diferença", enfim, respeitando a diferença, onde o símbolo é o Florestan Fernandes. É a data que ele nasceu. E aprovei no Senado e, agora, ser o Dia Nacional Florestan Fernandes, para discutir o corte das diferenças.

E eu vi aqui também o material da Professora Leonor, e só essa frase, que eu peguei rapidamente aqui: "Atitude de competição e agressão e violência no dia a dia das escolas".

Quando nós levantamos esse debate, foi com esse viés também, da violência dentro das escolas. Aí discutindo com a Senadora Fátima Cleide, com o Senador Flávio Arns, e tantos outros: "Olha, Paim, vamos partir para um debate de uma audiência mais ampla, para não só discutir por que agrediu e não agrediu e qual são as implicações que podem gerar a violência nas escolas, e no que nós podemos ajudar".

A qualidade do debate eu não tenho nenhuma dúvida, é uma pena que os senadores não estão aqui, devido à polêmica estabelecida na Casa, mas eu mesmo vou me propor, se os senhores concordarem, eu vou pedir na Comissão de Direitos Humanos uma Audiência Pública, me permita, Júlio, convidando os mesmos painelistas, para que vocês possam também fazer esse mesmo depoimento. E aqui deveria, Martvs, ser feito lá na CCJ, porque a CCJ teria que discutir, na questão das cotas, do Estatuto da Igualdade Racial, se é constitucional ou não; o resto, o de mérito é aqui nesta Comissão de Educação, mas lá estão discutindo mérito. Já que estão discutindo mérito, vamos botar pessoas que possam lá ajudar a nós senadores ter esse visão mais clara da importância da diferença, enfim, da questão racial.

E alguns dizem: "Não, mas a raça só uma, é uma raça humana". Tudo bem, tudo bem, se quiser, eu digo, então: "A discriminação é contra o negro" (ponto e vírgula), porque o debate não é mais se tem ou não tem o racismo ou preconceito, é se a raça é humana ou não.

Claro que a raça é humana, nós sabemos o debate que tem. Digo: "Se contenta vocês, eu vou dizer, a discriminação é contra o negro ou não". Mas claro que isso não é o debate, mas eles tentam levar o debate para essa área.

E, para concluir, porque eu quero ouvir mais e vou provocar esse debate, a Senadora Fátima Cleide vai coordenar também lá, com certeza absoluta, só dizer para vocês que eu tenho muito orgulho de dizer que, antes mesmo da Lei 10.639/2003, quatro anos antes, eu aprovei essa mesma lei na Câmara dos Deputados e aprovei por unanimidade, e ela foi engavetada aqui no Senado da República. Depois, a deputada Esther Grossi e o Deputado Raul Ben-Hur desarquivaram e reapresentaram a lei, e hoje é uma realidade.

No Rio Grande do Sul, no dia 22, o Ministério Público vai fazer um grande evento, e pediram que eu participasse da abertura e falasse um pouco da história da lei e fizeram uma bela cartilha, exigindo a aplicação da 10.639, porque, se nós analisarmos friamente, não sei os número que vocês usaram, mas para não mim não chega a 20%, no Brasil todo, o número de prefeituras que adotam uma lei. Quer dizer, é uma lei que cumpre um papel fundamental, que é buscar a igualdade, a liberdade, a justiça, que ninguém seja discriminado por motivo nenhum, aqui, especificamente, contando a formação do povo brasileiro, a partir da história da África, enfim, do Brasil, simplesmente, fazem de conta que não existe.

Aí, como o professor falou muito bem, é o tal de racismo disfarçado; para nós é muito melhor todos nós brasileiros admitirmos: "Tem o racismo e vamos combatê-lo, brancos e negros, homens e mulheres de bem, que querem acabar com esse racismo, esse preconceito que mantém mais da metade da população numa situação sempre de exclusão".

Mas, enfim, eu tenho que abrir lá a outra comissão. Quero cumprimentar a todos. Eu te confesso, Martvs, você citou aqui que, naquele dia, lá no Supremo Tribunal Federal, eu poderia ir muito mais além, porque havia me preparado, mas, enfim, a emoção tomou conta um pouco, e eu fiz um pronunciamento muito mais coração, alma, sentimento e, como eu tentei falar na abertura, talvez eu pedi, pedi, repito aqui, digo antes de eu falar, digo: "Olha, que o espírito de Zumbi, de Gandhi e de Mandela me iluminem nesse momento".

Eu acho que eu pedi demais, e eles vieram muito fortes, e a energia foi tão forte que eu não conseguia segurar, viu? Mas foi um momento bonito, eu fiquei muito feliz, depois visitei a militância que estava ali, 300 homens e mulheres, brancos e negros, estavam lá torcendo para o resultado positivo, e eu torço para que isso aconteça. Enfim, parabéns a todos vocês. O Plenário não está lotado, mas eu peço aqui para companheirada que está aqui que batam palmas, porque eles todos merecem [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Paulo Paim, sua participação sempre engrandece muito esta comissão e, principalmente, quando nós discutimos a questão da superação das desigualdades e da necessidade de efetivamente vermos neste país o respeito às diferenças, e falo em todas as diferenças.

Quero, aqui, inicialmente, dizer que, embora a gente não tenha a presença física dos senadores e senadoras, que a gente não tenha aqui um Plenário repleto, nós temos, na oportunidade deste evento, deste seminário, a partir dos meios de comunicação do Senado Federal, uma audiência de no mínimo dois milhões de pessoas. Portanto, este é um momento também formativo e informativo de muita importância. E eu quero, em nome da Comissão de Educação, em nome dos autores do requerimento, agradecer a cada um e a cada uma de vocês que veio aqui contribuir conosco, nesta manhã, para que a gente possa caminhar no sentido de melhorar cada dia mais as políticas públicas.

Como aqui falou o Martvs, nós temos resultados, nós temos alguns... Já temos o que comemorar, embora eu também considere, assim como a Renísia, que o que a gente tem para comemorar ainda é muito pouco.

Lamento, Renísia, o que você colocou aqui, porque sei do esforço da Leonor, do André Lázaro, na SECAD, mas nós temos que dar visibilidade aos problemas, para podermos superá-los, não é? Senão, a invisibilidade é o pior instrumento de negação.

E, a partir do momento em que a gente detecta, eu também já tenho esse sentimento da falta de articulação entre a Secretaria de Educação Básica e a SECAD, para poder implementar as políticas públicas na área de educação, que deem conta de caminharmos para a superação dessas diferenças existentes não apenas nas questões étnico-raciais, mas muito bem colocadas aqui por todos vocês, vai além, vai também na questão da orientação sexual.

E eu perguntava para a Renísia, e o Paulo, de certa forma, pontuou, aqui: há algum estudo com relação à questão da orientação sexual e a raça negra, no nosso país? Porque eu tenho certeza, de forma empírica, intuitiva, de que, se nós formos estudar, nós veremos que, além da discriminação sofrida pela cor da pele, Martvs, as pessoas que têm uma orientação sexual que parte para a população LGBT, lésbica, gay, travesti, transexual, enfim, da cor negra, da raça negra sofre muito mais ainda, dentro das nossas escolas, portanto...

Eu estou colocando isso porque, aqui neste Senado, sou também relatora de um Projeto de Lei, Projeto de Lei 122, que trata de criminalizarmos a homofobia, e a gente sente uma das primeiras, um dos meus aprendizados com relação às questões ligadas à população LGBT foi de que, principalmente quando nós fazemos o recorte entre travestis, transexuais, transgêneros, nós encontramos pessoas de baixíssima escolaridade.

Que, lá na escola, sofreram, na infância, o *bullyng* e não tiver o cuidado, por parte de professores, orientadores, diretores, enfim, há uma invisibilidade com relação à presença dessas pessoas nas escolas, e a maioria delas, como a maioria da população brasileira, é da raça negra, diferente do que se coloca nas pesquisas ou no que é divulgado, até mesmo porque as pessoas também são culturalmente levadas a negar sua origem. Nós teremos, com certeza, a presença muito sofrida das pessoas de raça negra também sofrendo outro preconceito, outra discriminação, que vem somar, que é a questão da orientação sexual.

Então, e nessa discussão, nós temos uma contraposição de parte do movimento negro, que não quer alterar a Lei 7.616, para incluir a questão da homofobia. Então, eu penso, Renísia, que você colocou aqui muito fortemente, e o Paulo também, de certa forma, fortaleceu essa minha visão de que nós não podemos tratar em caixinhas: "Agora, nós vamos tratar a questão do negro, agora, nós vamos tratar a questão do índio; agora, nós vamos tratar a questão do homossexual, do cigano", mas nós temos que ver ou que aprender, como disse o Paulo, em primeiro lugar, nos alfabetizarmos, e aí eu acho que é muito importante alfabetizar as pessoas que têm a responsabilidade, dentro do Poder Público, de promover as políticas públicas, porque, infelizmente, como são, na sua grande maioria,

técnicos de muito tempo, que entraram por concurso ou por indicação, mas que estão já enraizados na estrutura do Poder Público e que não tiveram o acesso a essa informação, é importante que a gente comece capacitando, formando essas pessoas que estão com a responsabilidade de promover a política pública, para superar aquilo que eu chamo a coisa da caixinha.

Eu só vou discutir, aqui na SECAD, a questão da homofobia, porque é só isso o que me cabe. Eu só vou discutir a questão do negro, porque é só isso que me cabe. Eu só vou discutir a questão indígena, porque é só isso que me cabe. Eu sou citando a SECAD, aqui, como exemplo, mas eu acredito que a SECAD é um dos melhores instrumentos que nós temos hoje, dentro da educação, e que a gente precisa potencializar, mas que, infelizmente, nós ainda encontramos isso dentro do Ministério da Educação e, se a gente for… Nós estamos falando aqui de educação, por isso citamos o Ministério da Educação, mas, se a gente for olhar cada um desses instrumentos do Governo Federal, dos governos estaduais, dos governos municipais, nós vamos nos deparar com essas dificuldades.

E aí eu penso, Leonor, que essa questão da formação, ela é muitíssimo importante, eu acredito que a formação, ela deve vir até… Um programa de formação, ele deve ter um reforço primeiro até que a produção do material. Eu acho que a produção do material, ela é uma consequência. Concordo com o Paulo, se o material chega na frente, sem a formação, as pessoas não sabem o que fazer com ele.

E eu fiz uma discussão nesse sentido, ainda como técnica, lá na Secretaria de Estado da Educação no Estado de Rondônia, uma técnica que discutia a educação ambiental.

A orientação que eu recebia dos meus superiores era para que a gente elaborasse material, e aí, quando vem a questão do material, vem justamente aquilo que o Paulo colocou, com relação à produção do livro didático. Tem um interesse econômico, tem um interesse financeiro, quem ganha, quem perde. Tem todo esse jogo. E eu dizia: "Não, eu me nego a participar de qualquer atividade que promova, em primeiro lugar, a elaboração do material, eu quero, primeiro, discutir qual o compromisso do estado com relação à formação, à capacitação, como é que nós vamos trabalhar com essa massa que está lá todos os dias, com, no mínimo, 40 pessoas, que são os alunos e que são os professores que estão formando, primeiro, a cabeça deles para a questão ambiental". E aí eu coloco mais um ingrediente aqui, que é também a questão ambiental dentro dessa questão da diversidade.

Então, nós temos que formar nossos professores para lidar com tudo isso, não dá para chegar um e falar daquilo que é específico, mas tudo isso é muito importante, no meu entender – sabe? –, para que a gente possa superar as desigualdades raciais, as desigualdades de gênero e, principalmente, as igualdades de classe.

Então, eu quero parabenizar a todos vocês. Deixo aqui a palavra aberta para suas considerações finais, e, mais uma vez, agradeço enormemente a contribuição que vocês veem dar aqui à Comissão de Educação, neste momento.

A palavra está aberta para que alguém possa colocar...

SRA. LEONOR FRANCO DE ARAÚJO: A gente tem a agradecer. E eu quero fazer uma defesa da SEB, aqui neste momento. Eu acho que a pesquisa da Renísia vem indicar uma realidade que acontecia até 2008, pelo menos, quando a gente começa a fazer articulação para produzir o Plano Nacional, mas eu acho que nós estabelecemos uma relação de diálogo com a SEB, que ela não existia, e ela já deu muitos frutos para nós, dentro do Ministério.

Quando eu falei do PNBE e quando eu falo do Programa Nacional do Livro, nós não tínhamos acento na comissão do Programa Nacional do Livro, hoje, a SECAD tem acento no Programa Nacional do Livro. É bom que a gente compreenda a relação que existe entre o Ministério da Educação e a questão da formação de professores.

Quem faz a formação de professores inicial são as universidades públicas e privadas. E nós temos investido, tanto que, hoje, toda a formação de professores, feita pelo Ministério da Educação, está no âmbito da CAPES, desde o ano passado, para que essa formação ganhasse qualidade e ganhasse amplitude, porque nós sabemos perfeitamente, quando eu brincava com relação à questão do material que foi para as secretarias, e não chegou à escola, é porque a qualificação não passa só pelos professores, ela passa pelos gestores também. Os gestores também precisam ser qualificados.

E essa brincadeira foi para mostrar que, sem qualificação, não adianta você ter um excelente material; o material vai, e vai ficar na prateleira. Às vezes, ele é bonitinho, ele é coloridinho, e ele vai ficar lá na prateleira, ele não vai ser utilizado.

Então, a gente tem feito um investimento pesado na formação de professores. A Plataforma Freire é a resposta da CAPES e da organização do Ministério com relação à formação continuada, que é a que nós fazemos, formação continuada presencial e a distância. Agora, o que nós temos falado com as instituições de ensino superior nós vamos repetir aqui para vocês: se a temática da questão étnico-racial, da questão do

meio ambiente, dos direitos humanos, do combate à homofobia, lesbofobia das questões de gênero não estiver na formação inicial dos professores, o Estado brasileiro vai colocar um dinheiro enorme, e não vai resolver.

Por que não resolve? Porque, com formação continuada, a gente não consegue atingir toda a rede de educação brasileira. Não é uma rede única, é uma rede que está na administração do governo federal, do governo estadual e do governo municipal, então, os três entes têm que trabalhar com essa questão.

Então, essa é um conversa que a gente está desenvolvendo com a SESU, porque nós temos a figura da autonomia universitária, e é complicado [soa a campainha]… A questão que o Paulo colocou muito bem colocado aqui, no percentual de negros nas universidades brasileiras, reflete a questão de que as instituições de ensino superior ainda são muitos racistas.

Então, isso passa pela formação inicial e passa até pelo Programa Nacional de Livro Didático, onde as comissões contratadas pelo Ministério são comissões montadas dentro das universidades públicas brasileiras. Então, isso tudo está imbricado com a questão primordial, que é a questão estruturante do racismo.

Então, muito obrigada por a gente poder estar aqui e fazer, tentar fazer a diferença aqui dentro da Comissão de Educação do Senado, juntamente com vocês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós é que agradecemos, Leonor. Renísia.

SRA. RENÍSIA CRISTINA GARCIA FILICE: Bom, gente, muito obrigada por terem estado aqui conosco até agora. E, novamente, eu estou aqui falando para vocês o resultado de uma pesquisa; se o processo de 2003 a 2010, Martvs tem razão, são só apenas sete anos, a política é uma política ainda em processo de consolidação, mas, como também a senadora já destacou, a possibilidade, nossa proposta é sempre estudos mais aprofundados, para que essa política efetivamente caminhe com melhor qualidade.

E, em relação à questão de as universidades serem as responsáveis pela formação, se nós consideramos a dimensão territorial brasileira, nós temos que considerar também a necessidade de formação continuada, e, efetivamente, as universidades não conseguirão dar conta dessa formação. Então, há aquilo que o Senador Paulo Paim também já nos colocou, a necessidade de formação, e que os próprios gestores dos municípios também se responsabilizem na implantação do art. 26-A ou da implementação da lei.

E, em relação ao que a senadora colocou, de um processo de formação e de combate a todas as formas de desigualdade, eu concordo em gênero, grau, número e tudo, só que há de se compreender também que a dimensão da desigualdade racial e todas as políticas de ações afirmativas que atentem efetivamente para a situação da população negra no Brasil, ela tem uma feição bem específica, e a resistência tem sido muito maior.

Eu não estou dizendo que a discriminação em relação aos negros tenha maior ou menor prioridade, não é isso, é que a resistência, efetivamente, é maior, e a gente tem que compreender por que isso acontece.

Até por isso esse nosso debruçar bem atento à especificidade da discriminação racial no país. E, no mais, eu agradeço mais uma vez a participação aqui, e que vocês sejam muito felizes nesse trabalho e que aconteçam muitas audiências e que a política deslanche. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Renísia. Passo a palavra para o Paulo Vinicius.

SR. PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA: Bom, nessas palavras finais, eu vou retomar rapidamente uma questão que, quando da apresentação, eu passei muito rapidamente, sobre os resultados das pesquisas que têm um dos focos principais a ideia de branco como sinônimo de beleza e de negro como sinônimo de feidade, que é tão presente na nossa formação, na nossa cabeça.

E, pegando o exemplo aqui do Martvs, do filho dele, quando o filho dele se alegrou tanto de ver seu igual, infelizmente, só num canal fechado, num programa canadense. Por quê? Essa ideia de beleza, embora ela tenha sido contraposta, no plano internacional, há bastante tempo, principalmente pela população afro norte-americana ou afro-americana, como se autodenominam, por exemplo, o Cassius Clay se dizia o homem mais bonito de mundo, o homem mais belo do mundo.

Nós aprendemos um pouco com o cinema holywoodiano a reconhecer a beleza negra, mas, internamente, nós continuamos reproduzindo essas ideias da feidade, de que o cabelo crespo é cabelo ruim, e isso é outro ponto que é muito importante dentro das escolas, um dos apelidos pejorativos mais presentes é “Bombril”, “Assolan”, dependendo de região.

Então, essa reconstrução de uma ideia que nós começamos a participar um pouquinho, via mídia internacional, com as propagandas da Bennetton ou com a produção holywoodiana, com atores e atrizes negras [soa a campainha], é que entrou recentemente no Brasil uma necessidade de ser aprofundada nessa formação de professores, nessa produção de material didático. Então, uma necessidade de ressignificação que todos nós temos, por conta dessa nossa formação enviesada, deficiente, discriminatória e racista.

E, em termos de projeção, nós temos a ambiguidade, que tem o racismo brasileiro, é ambiguidade que a gente vê nas políticas públicas brasileiras. Felizmente, depois da Constituição de 88, nós temos uma Constituição não só representativa, como também participativa. Nós precisamos amadurecer nossas formas de participação. Eu considero que grande parte do que a gente tem de ganho político para a população brasileira como um todo tem um pouco do amadurecimento dos diversos movimentos sociais, para fazer uso da democracia participativa, mas nós precisamos ampliar esses espaços da democracia participativa, de ter a população brasileira tomando muito mais nas mãos a gestão sobre o que é de interesse de toda a população brasileira.

E a população negra brasileira, tomando muito mais nas mãos o que é de interesse da população negra brasileira, porque isso vai fazer bem para toda a população brasileira, para todos nós brancos, negros, indígenas, amarelas, imigrantes de outros países, que escolheram viver aqui, que precisamos de construir outra nação, uma nação não racista, uma nação de igualdade racial, social, de gênero, de idade e de orientação sexual.

Então, mais uma vez, parabéns pela iniciativa da Comissão de Educação e os votos de que o trabalho da comissão tenha frutos para a sociedade brasileira. E muito obrigado pela abertura, a participação, aqui, neste momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós é que agradecemos, Professor Paulo. E esse é nosso desejo. Martvs.

SR. MARTVS ANTÔNIO ALVES DAS CHAGAS: Bom, na verdade, é agradecer, mais uma vez, em nome da SEPPIR, o convite para estarmos aqui e reafirmar que nosso compromisso, o compromisso do Presidente Lula, o compromisso do Ministro Edson Santos, dos ministros deste Governo é com a total eliminação dessas desigualdades, dessas disparidades.

Não fosse assim, ações múltiplas não teriam sido iniciadas, ações múltiplas não estariam em curso, e nós queremos, com isso, ao contrário daqueles que dizem que políticas de promoção da igualdade racial, políticas inclusivas querem dividir o país, o que nós estamos querendo é, na verdade, dar unicidade a este país, é permitir que as pessoas possam, por conta da sua raça, da sua cor, da sua orientação sexual, da sua condição física, possam também ser incluídas como cidadãs e como cidadãos, dentro desse espaço que o Governo e os aparelhos do Governo, dentro da sociedade civil, porque temos uma sociedade que possa ser dita democrática, mas, quando você para para analisá-la, percebe que existem bolsões de exclusões e existem pessoas que ainda hoje estão à margem da cidadania, à margem das condições de pobreza, e a grande maioria que está à margem da cidadania é muito mais por conta da sua condição de raça e cor, nós precisamos de ter intervenções drásticas, nós precisamos de ter intervenções mais rigorosas.

Eu só queria dar alguns dados, ao finalizar minha fala, de que, até o segundo semestre, por exemplo, de 2008, o ProUni, que também é um programa do MEC, já havia atendido perto de 430 mil estudantes; desses 430 mil estudantes, 70% com bolsa integral e 45% desses estudantes pardos ou pretos, ou seja, com 45 desses estudantes [soa a campainha], 45% desses estudantes da população afro-brasileira.

É um número que, ao falarmos, aqui, em termos de Brasil, parece pouco, mas é gigantesco, perto do que tínhamos antes de 2004; é gigantesco. E isso vai nos ajudar a superar essas dificuldades que nós estamos percebendo hoje, porque falar de diversidade, num ambiente acadêmico, os professores das universidades aqui podem corroborar com minha fala, num ambiente academico, onde os professores, 90%, 99% são não negros ou são brancos, nos espaços da academia de pesquisa, onde não existe... É muito difícil. É uma situação quase surreal. E, para isso e para superar, não basta apenas nós termos a acessibilidade dos não negros, é preciso que os negros estejam ocupando esses espaços, para falar por si mesmo, para poder colocar sua experiência e para poder fazer essa transformação que nós precisamos ter.

Então, essas ações, seja através de ProUni, seja através de vários outros programas do Governo Federal, que permitam a presença de indígenas, a presença de pessoas com deficiência, a presença de negros, a presença de pessoas com orientação sexual diversa, dentro das escolas e, também, não só nas escolas, nós temos que pensar no país como um todo. A escola é o espaço privilegiado de formação, mas nós queremos que essas pessoas estejam no mercado de trabalho, nós queremos que essas pessoas estejam em todos os espaços de poder, nós queremos, Senadora Fátima Cleide, que, aqui, este Senado possa também representar a diversidade brasileira, que mais homens negros, mais mulheres negras possam estar aqui, na condição de senador, possam estar aqui legislando, possam estar aqui representando a Federação, da mesma maneira que nós queremos isso na Câmara dos Deputados, da mesma maneira que nós queremos que prefeitos, homens e mulheres negros e negras possam também assumir. O exercício do poder é uma condição da democracia. Impedir que as pessoas exerçam o poder por sua condição de raça e cor é obstá-las ao exercício da democracia.

Com isso, eu agradeço, mais uma vez, aqui, o convite e digo que… Mas reafirmo que, por mais que os passos não possam ser tão largos quanto gostaríamos de darmos, mas eles estão sendo dados, na busca de uma sociedade mais inclusiva. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Martvs. Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer também, a Renísia Cristina Garcia nos deixou aqui um exemplar de sua produção *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira, entre 1993 e 2005*. Obrigada, Renísia. E agradecer também ao Paulo Vinicius, por sua produção também que nos oferta aqui: *Racismo em livros didáticos: estudos sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa*. E também outro exemplar do livro *Notas de história e cultura afro-brasileiras*, organizado por Paulo Vinicius e Hilton Costa. Muito obrigada. E quero liberá-los.

E, antes de encerrar, comunico aos Srs. Senadores e as Sras. Senadoras o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro do Estado da Educação Fernando Haddad para a cerimônia de posse dos professores Clélio Campolina Diniz no cargo de Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais; Paulo Márcio de Faria e Silva, no cargo de Reitor da Universidade Federal de Alfenas; e Hélgio Rodrigues Cáceres(F) Trindade, no cargo de reitor *pro tempore* da Universidade Federal de Integração Latino-americana, a realizar-se no dia 18 de março do corrente, quinta-feira, às 16 horas, no auditório do edifício sede do Ministério da Educação em Brasília.

Os senadores e senadoras que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta comissão. A matéria vai a arquivo.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h09.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e três de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Gilberto Goellner e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Geovani Borges, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Alvaro Dias, Sérgio Zambiasi e Gerson Camata, que justifica a ausência. Prosseguindo, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, da Senhora Sabrina Della Penna e Senhor Tai-Pan M. Salgado de Oliveira, esposa e filho, respectivamente, do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Como é de praxe nas sessões de aposição de retrato na galeria dos ex-Presidentes da Comissão, será homenageado um educador com relevantes serviços prestados à Educação no Brasil. O homenageado no dia de hoje, além dos Senhores Senadores Gerson Camata e Wellington Salgado de Oliveira, é o Educador Anísio Teixeira. Prosseguindo, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, convida a Senhora Professora e Mestre em Educação Tecnológica Zuleide Araújo Teixeira, para proferir a palestra: "Reflexões sobre o pensamento de Anísio Teixeira". Logo após, a Presidência informa que o Senhor Senador Gerson Camata justificou sua ausência na presente reunião em virtude de audiência anteriormente agendada com o Governador do Estado do Espírito Santo. Na oportunidade, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, faz um breve relato da atuação do Senhor Senador Gerson Camata ao longo do mandato, com as principais Audiências Públicas realizadas e projetos aprovados em sua gestão. Logo após, a Presidência, passa a palavra ao Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira. Prosseguindo, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Roberto Cavalcanti, Heráclito Fortes, Valdir Raupp, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Marisa Serrano, Flávio Arns e Augusto Botelho. Neste momento a Presidência convida o Senhor Senador Valdir Raupp para representar o Senhor Senador Gerson Camata no descerramento de seu retrato. Prosseguindo a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, inicia a cerimônia de aposição dos retratos dos Senhores Senadores Gerson Camata, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no período de 09 de maio de 2005 a 04 de maio de 2006, e Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no período de 11 de julho a 20 de

dezembro de 2006. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Fátima Cleide,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2010.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom-dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião tem como objetivo a aposição do retrato dos Senadores Gerson Camata e Wellington Salgado na galeria dos ex-Presidentes desta comissão.

Eu quero, neste momento, convidar o Senador Wellington Salgado para sentar-se aqui à Mesa, compor a Mesa. O Senador Gerson Camata presidiu esta comissão no período de 09 de agosto de 2005 a 04 de maio de 2006. E o Senador Wellington Salgado, no período de 11 de julho a 20 de dezembro de 2006.

[interrupção no áudio] Cultura e Esportes, Gerson Camata e Wellington Salgado fundamenta-se pelo desempenho auferido pelos senadores, durante os seus mandatos.

Como é de praxe, nesta comissão, no dia da aposição de retrato na galeria dos ex-Presidentes, é homenageado um educador com relevantes serviços prestados à educação no Brasil. O homenageado no dia de hoje, além dos senadores, é o educador Anísio Teixeira.

Para tal fim, esta comissão convidou a Professora Zuleide Araújo Teixeira, professora e mestre em educação tecnológica, que irá proferir agora a palestra "Reflexões sobre o Pensamento de Anísio Teixeira".

Com a palavra, a Professora Zuleide Araújo Teixeira.

SRA. ZULEIDE ARAÚJO TEIXEIRA: Quero cumprimentar a Presidente da comissão, Exma. Sra. Senadora Fátima Cleide; o homenageado, Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado; Exmo. Sr. Senador Roberto Cavalcanti, senhores e senhoras presentes, caros colegas da Casa... Nós vamos falar sobre o estadista da educação, Anísio Teixeira.

E eu começo... Trouxe algumas lâminas para que a gente fosse visualizando algumas informações, que seria menos cansativo do que falando.

Então, ele se baseia sempre na... Em alguns pensamentos. E os dois principais, ditos pela filha dele, Ana Cristina Teixeira, quando houve o seminário pela comemoração dos 100 anos de nascimento foi "há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é formação do homem livre e sadio". Quer dizer, há várias formas de se oferecer e de fazer educação. A educação que é domesticação é aquela que não permite a liberdade, não permite a superação da alienação, a superação da prisão, a falta... E que o conhecimento é feito apenas como a transmissão de conhecimento, sem nenhuma característica mais crítica, que permita o exercício pleno da cidadania e outras coisas similares.

Anísio Teixeira, ele nasceu em 12 de julho de 1900, no Rio de Janeiro; morreu em 1971, como está na lâmina, e deu grandes contribuições à educação nas décadas de 30, 40, 50 e 60. Ele é formado em Direito, terminou o curso em 1922, na Bahia, mas fez a opção por trabalhar com educação, iniciando em 1924, na Bahia, e encerrando em 1964, como Reitor da UnB, em Brasília.

As contribuições... Pode passar. Contribuições históricas de Anísio Teixeira para a educação brasileira. Anísio Teixeira tem uma vasta biografia como educador, como intelectual, como pesquisador, mas a gente tentou pinçar momentos mais marcantes, que deixaram a sua contribuição gravada no sistema educacional brasileiro.

A década de 30 foi muito importante. Foi o Movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto na capacidade do julgamento. Então, não era uma educação adestradora, domesticadora. Foi um dos mais destacados líderes do Manifesto dos Pioneiros, justo com Florestan Fernandes e outros.

Em 32, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros, que tinha como eixo principal, além da defesa do ensino público gratuito, laico e obrigatório, a educação como dever do Estado e não como a maior responsabilidade da família, até então considerada.

Então, quando a defesa era muito grande em torno da escola pública, é porque os pioneiros entendiam que só o Estado tinha essa obrigação e só poderia fazer isso... Ou especialmente a partir da escola pública, sem nenhuma crítica, no nenhum momento, à escola privada, e, sim, a defesa desse dever a ser cumprido pelo Estado.

E uma das suas mais fortes ações, também na década de 30, foi a sua ação, a sua atuação no Rio de Janeiro, tanto criando a Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro como a Universidade do Distrito Federal, em 1935. E ausentou-se, depois disso, da vida pública, por não concordar com o regime autoritário implantado com o Estado Novo.

Nas décadas de 40 e 50, ele retornou à vida pública, vindo do exterior, que ele esteve nos Estados Unidos e na Europa um tempo, quando não tinha espaço político no país para trabalhar... Ele voltou como conselheiro da UNESCO. Tinha sido criada a ONU e Anísio Teixeira foi designado conselheiro da UNESCO no Brasil. E, também, ele, na época, foi convidado por Otávio Mangabeira para retornar à Bahia. Mas ele esteve pouco tempo lá porque, em 1951, ele veio para o Distrito Federal como Diretor do INEP, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, criador e primeiro dirigente da CAPES.

Aí vale salientar a ênfase que ele deu ao ensino primário à época. A escola nova, através do Manifesto dos Pioneiros, defendia um tema até hoje em debate, que inclusive é tema central da CONAE, da Conferência Nacional de Educação, na próxima semana, que é a criação de um sistema articulado de educação para o país.

E ele, no INEP, ele batalhou para implantar uma linha forte de pesquisa que trabalhasse a formação de professores e que conseguisse construir um diagnóstico amplo e profundo sobre a educação no país. E, na CAPES, ele criou o sistema de pós-graduação até hoje considerado o melhor da América Latina, equiparando-se a muitos sistemas da Europa e dos Estados Unidos. E, no INEP, ele tinha também como princípio um trabalho coletivo, um trabalho descentralizado. E, nesse sentido, ele tinha criado cinco grandes centros de pesquisa no país, além do Rio de Janeiro: em Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo, que, depois de 64, foram fechados. E esses centros tinham a mesma função do INEP, de elaborar diagnóstico, construir pesquisas que dessem um caminho ao sistema nacional da educação... da educação infantil à pós-graduação.

E, para completar esse período, ele foi o idealizador do projeto da Universidade de Brasília. O Professor Darcy Ribeiro lhe deu uma grande força política, mas o escopo da universidade foi planejado pelo Professor Anísio Teixeira, que conseguiu ser Reitor em 1963, de onde foi expulso, na época do golpe militar. Mas ainda continuou no Brasil até 68, como conselheiro do Conselho Federal da Educação, onde deu uma importante contribuição. Após isso, ele saiu do país, a convite, saiu do país, e foi ser professor visitante na Universidade de Columbia, Nova York e Los Angeles, na Califórnia.

Como nós estamos vivendo os 50 anos de Brasília, eu entendi que era importante falar a contribuição do Professor Anísio Teixeira para Brasília, que é histórica... Que é o próximo slide: Plano Educacional de Brasília. Em 1959, ele também propôs um plano chamado Plano de Construções Escolares em Brasília, que teve todo apoio do Presidente Juscelino Kubitschek, que facilitou a infraestrutura de recursos humanos, de condições de transporte, de condições físicas, trouxe professor de várias partes do país porque aqui não tinha um quadro ainda suficiente, e criou... A intenção dele e do Presidente Juscelino era criar, em Brasília, um modelo de educação nesses moldes do sistema educacional único, democrático, acessível a todos, onde todas as classes sociais estariam sentadas na mesma sala, conjuntamente, independente da diversidade, ou seja, de raça, etnia, religião, classe social, etc., e onde também a educação geral e a educação específica, como eram pensadas pela escola nova, não estariam divorciadas. Nem a teoria da prática, nem a teórica da profissionalizante.

Então, realmente, o Professor Anísio Teixeira é, como a gente vai ver mais na frente, um homem que, apesar de ter uma ação datada, ele perpassa toda a história da educação até nossos dias. Porque o que é que ainda se discute hoje? A escola única, democrática, o Sistema Único de Educação, a relação da educação, trabalho e cidadania, a relação com da teoria com a prática... E tudo isso, hoje, foi dito, foi defendido pelo Professor Anísio e seu grupo de pioneiros, que ainda hoje não está completamente concluído o debate, e muita coisa ainda em construção.

Agora, por que é que ele chamou de Plano de Construção Escolar? Porque ele entendia que a qualidade da educação não é só o professor bem formado, não é só uma matriz curricular bem desenhada. Tudo isso só se efetiva se houver uma rede física equipada, uma rede física contextualizada num projeto arquitetônico. Por isso, ele, no seu plano, obedecia ao plano arquitetônico de Lúcio Costa para Brasília. Ele tentou fazer isso na Bahia e no Rio de Janeiro, embora não fosse uma cidade nova, como era Brasília, o Distrito Federal. E ele dizia que uma escola não se faz sem essa estrutura, não se faz sem professores, mas também não se faz sem livros e sem uma participação

consciente e dinâmica da população, da comunidade escolar e da comunidade das famílias que estão envolvidas com a escola.

Então, ele, nesse tempo, também teve muita polêmica com a Igreja Católica, desde o Manifesto dos Pioneiros, pela defesa de uma escola laica. Então, ele teve muito problema com a questão da laicidade. E foi pedido muitas vezes que ele fosse expulso do sistema, que ele saísse da frente dos órgãos que ele estava dirigindo, por conta de alguns aspectos, e um deles era esse da laicidade. O outro é da participação efetiva da comunidade, que também incomodava o grupo que mandava há mais tempo no país, numa linha mais clientelista.

Então, a proposta pedagógica para esse sistema de Brasília, alguns princípios, que não precisa ler tudo, mas garantir a vida das escolas com o vínculo da escola com o meio social; a integração com o processo de desenvolvimento que o país estava vivendo... Todo mundo está lembrado que a década de 50 era o desenvolvimentismo no país, liderado inclusive pelo nosso Presidente também, Juscelino Kubitschek, e também ele queria mudar o perfil dessa escola: uma educação diferente daquela implantada na sociedade agrária ou mesmo nos primórdios da sociedade industrial, onde havia um divórcio entre o pensar e o fazer, e a mão de obra dos mais pobres era simplesmente uma educação de adestramento.

Então, nessa linha de proposta para Brasília, ele pensou a educação comum e uma educação especializada. E isso também foi pensado para a UnB. Existiria uma base comum de conhecimento para todos e, após essa fase, conforme a aptidão, a vontade de cada um, ele encaminharia para a continuidade do ensino propedêutico ou para o ensino profissionalizante. Uma proposta também muito atualizada, que nós testemunhamos hoje com a expansão da rede de escola técnica Federal. Exatamente resgata esse ponto defendido por Anísio Teixeira em Brasília, em 1960, que é quando foi publicada a proposta.

Na proposta pedagógica II, eu falo II só por causa da sequência, diz que tipo de escola era essa. A primária, no tempo ainda era primária, integral, onde juntava, mais ou menos, entre cada quatro quadras, teria uma escola, era para a população de quatro a seis anos porque ele pensava na locomoção sem usar transporte e com segurança física das crianças. Então, os pais não precisariam, talvez, a toda hora, se locomover para levar ou para buscar as crianças porque elas teriam acesso muito fácil. Esse era o seu projeto.

E, para o ensino médio, era o centro de ensino e convivência, ônibus que pegava os jovens e adolescentes. Então, além do ensino, teria... No primário, era escola parque e escola classe, que propunha uma educação integral. E aqui eu quero chamar que educação integral não quer dizer oito horas na escola. Pode ser oito horas, mas, mesmo sem oito horas, pode ser uma educação integral no sentido de conhecimento integrado, onde haja interdisciplinaridade entre o conhecimento e haja aquele casamento, que a gente já mencionou, do teórico com o prático, do fazer com o pensar etc.

Então, essa proposta, ele dividia entre a escola parque e a escola classe porque tinha o momento de diversão, de esporte, de lazer, etc., que o espaço físico era outro. E, para os jovens, também tinha essa previsão da parte do conhecimento e da parte do lazer, do esporte, da atividade artística... Por isso era um centro de ensino, onde, em volta dele, teria cinema, teria igreja, teria parque de diversões, para que o jovem também tivesse uma mobilidade física nesse espaço. Não só a mobilidade social, conquistada com o conhecimento.

Em Brasília, para muita gente que conhece Brasília, os três primeiros centros foram o CASEB, o Elefante Branco e a Escola Normal. Então, o essencial para a organização desse sistema funcionar... O essencial para a organização era a formação no sentido da formação humana e não na perspectiva economicista. Ou seja, era em função da felicidade humana, embora o desenvolvimento estivesse presente na proposta. Porque, como disse Saviani, a gente analisa um profissional, uma pessoa pelo caminho de sua vida. Antes, ele tinha sido um adepto do desenvolvimentismo, quando esteve no ISEB. Mas, no caminhar na sua proposta, ele foi se aproximando dessa área de uma educação libertária.

E ele também chamou atenção que uma ação política, ela tem que ter legitimidade para ser eficaz. Eu acho que essa Casa conhece isso melhor do que todo mundo. Uma ação política, para ela ser eficaz, ela tem que ter legitimidade. Eu acho que o voto, inclusive, é um dos instrumentos de legitimação. Deverá estar situada no momento histórico. Então, se ele, na época do desenvolvimentismo, defendeu aquela proposta de educação, hoje, não é mais isso que se defende porque a proposta... Os princípios têm que ser contextualizados e datados no cenário da sua época.

E outra coisa que o Professor Anísio Teixeira chamava a atenção é a questão da representatividade. Quando a educação... Ele destaca muito a presença dos conselhos, tanto os municipais quanto os estaduais, como o nacional, que não está aí na tela. Mas a interlocução com a comunidade educacional, com a comunidade intelectual e com vários outros setores, como o setor político.

Então, nós perguntamos: quem é Anísio Teixeira? É um desenvolvimentista? É um burocrata? É um democrata liberal? É um comunista, é um progressista? Por que perguntas? Porque ele teve... Ele foi muitas vezes classificado com essas denominações. E nacional desenvolvimentista, na época do foco economicista; burocrata porque era muito preocupado com a estrutura interna do ensino; democrata liberal porque ele acreditava na revolução pela educação; comunista porque ele defendia a laicidade e a participação da comunidade; progressista é o que todos nós achamos, mas, no nosso entender, a melhor classificação que vimos até hoje do Professor Anísio Teixeira foi dada pelo Professor Demerval Saviani, que é titular da Unicamp e Presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação, e um crítico da Escola Nova. Na época, ele fez... De 30, ele fez muitas... Ele, analisando o Manifesto dos Pioneiros, elogiou muitas coisas, mas também fez muitas críticas a alguns pontos da escola nova.

Entretanto, ele considera que Anísio Teixeira é um clássico. Por quê? Porque ele, apesar de ter sua história datada, o seu pensamento perpassa todo tempo, diferente do que se diz do... Ele faz uma distinção entre aquele que é convencional, que é conservador, e aquele que é contemporâneo. O clássico nem é conservador e nem é contemporâneo. O clássico é aquele que o seu pensamento está presente e atual, em todos os momentos, como é o caso de Anísio Teixeira.

E aprofundou, isso aí não vou falar, mas só citei na lâmina, ele aprofundou o pensamento do... O perfil do Professor Anísio Teixeira, através de três categorias que não são muito discutidas, que ele foi educador por opção, porque ele era Advogado, era de família abastada, político... Feita de políticos, e ele escolheu trabalhar com educação. Teve esse teste várias vezes na vida. Inclusive, quando foi chamado para o INEP, para a CAPES, ele estava trabalhando fora da vida pública, com grandes possibilidades na jazida de manganês, com grandes possibilidades de ser rico, largou tudo e veio trabalhar no INEP e na CAPES.

E outra perspectiva que o Saviani levanta é na relação educação e política. Conversando com companheiros, há poucos dias, a gente disse: "Ele nunca pertenceu a nenhum partido". Para a surpresa nossa, ele criou um partido político, chamado Partido Autonomista do Distrito Federal. E qual era o eixo principal desse partido para ele? Era a superação do caráter personalista e clientelista dos partidos. E ele tinha como líder Pedro Ernesto, um grande político do Distrito Federal, que realmente foi eleito e era progressista, era comprometido com o desenvolvimento da sociedade, mas ele foi eleito pelo seu nome, não pela proposta do partido. Isso desiludiu bastante Anísio Teixeira que, obviamente, largou o partido.

E a última e terceira categoria, que Saviani analisa, quando fala em Anísio Teixeira, é sobre a organização da educação pública como sistema. E eu volto a lembrar que é um tema central da CONAE, da Primeira Conferência Nacional da Educação. E onde ele destaca a presença do Conselho Nacional da Educação e do Fórum Nacional da Educação, que foi uma luta nossa, de nove anos, para que fosse incluído na Lei de Diretrizes e Bases, e não foi.

Então, volta ao debate o pensamento de Anísio Teixeira, que também é dos movimentos que estão, há anos, na busca da concretização desse sistema articulado, nacional da educação, onde há toda uma interface, desde a educação infantil à pós-graduação, e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e... Da escola em geral, onde tem representação de toda a comunidade civil e da comunidade escolar. Muito obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Professora Zuleide, pela sua brilhante apresentação para a Comissão de Educação, do grande educador que foi Anísio Teixeira, e que nós pedimos ao universo, todos os dias, Senador Romeu Tuma, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Wellington, que continue a nos luminar com os seus propósitos, com as suas ideias, para que a gente possa, aqui, a partir desta comissão, contribuir efetivamente com a melhoria da qualidade da educação brasileira. Ainda temos muito o que fazer no caminho de tornar realidade os sonhos de Anísio Teixeira.

Quero, nesse momento, justificar aqui a ausência do Senador Gerson Camata. O Senador Gerson Camata, infelizmente, teve que ir a uma audiência de urgência com o Governador de seu Estado e não pôde estar presente nesse momento.

Passo a palavra, neste momento, para o Exmo Sr. Senador Wellington Salgado, parabenizando-o desde já pela--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sem interromper o meu querido e grande amigo, mas cumprimentar a professora pela exposição; peguei só uma parte, e acho que o que V. Exa. está fazendo na Presidência é a recuperação da história dos grandes mestres, porque a educação atravessa um período difícil, e nós temos que olhar naqueles que prestaram um grande serviço, para, talvez, darmos continuidade às teses que eles levantaram durante o seu período de vivência, de trabalho, em favor da educação.

Eu pediria, se fosse possível, que a senhora autorizasse a recebermos uma cópia da exposição da professora. Obrigado e desculpa, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, será enviado para o Senador Romeu Tuma e para todos os senadores que compõem a Comissão de Educação uma cópia da brilhante exposição da Professora Zuleide Teixeira. Senador Roberto Cavalcanti? Com a palavra--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Fátima Cleide, Presidente, gostaria também de me acostar a tudo que foi dito pelo senador... E, na verdade, elogiar tudo que foi dito pela Dra. Zuleide Teixeira, principalmente pela capacidade de síntese, porque não é fácil falar sobre Anísio Teixeira em apenas, digamos, 30 minutos, e conseguir extrair, na verdade, os pontos mais importantes de uma fantástica trajetória de vida, que teria que, talvez, ser... Levarmos aqui dias debatendo sobre o tema. Então, a capacidade de síntese de V. Sa. é de extraordinário valor e eu a parabenizo pela competência de ter nos enriquecido pelas informações que foram transmitidas, dentro de uma limitação de tempo que, sem dúvida, deve ter tirado o sono de V. Sa. para poder elaborar esse material. Parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Continuando nossos trabalhos, também quero aqui fazer minhas palavras, tanto do Senador Romeu Tuma quanto do Senador Roberto Cavalcanti, e, neste momento, passar a palavra para o Senador Wellington Salgado, como eu estava dizendo, já parabenizando-o, de antemão, pelo trabalho realizado nesta comissão, desejando ao Senador Wellington, que se afastará de nosso convívio na próxima semana, sucesso nos seus próximos... Com certeza, sob nosso protesto, até porque se tem uma coisa que posso dizer do Senador Wellington, na nossa Casa, é da sua lealdade, da sua fidelidade, da sua parceria e companheirismo constante. Dizer, Senador Wellington, que o senhor deixará saudade entre nós, nesse curto período que se afastará. E desejar muito sucesso nas suas próximas empreitadas políticas.

Com a palavra o Senador Wellington. E gostaria de registrar a presença do Tai-Pan, que é filho do Senador Wellington--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O número um.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O número um.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): São seis--

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Presidente, Senadora Fátima Cleide, Senador Romeu Tuma, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Neuto de Conto, demais presentes a essa pequena homenagem.

Eu queria dizer para os senhores que, analisando, durante o período em que estive à frente dessa comissão, foram apreciadas 153 matérias, de um total de reuniões realizadas, de 25 reuniões.

O destino tem sido bem generoso comigo. Eu vejo que eu sou um homem ligado à educação; a injustiça que o destino coloca aqui é que, com certeza, no local dessa foto teria que estar a foto da minha mãe, que é uma grande educadora, alguém que começou com um colégio primário, professora aposentada, 25 anos dedicados à educação, quer dizer, 50 anos à educação, 25 de magistério, aposentada, e que tudo que eu sei de educação aprendi com ela. Ela foi criando as séries à medida que eu ia crescendo, foi criando as séries. Chegou a ser hoje Reitora de uma universidade nacional.

Pela minha passagem aqui, nessa comissão, eu levo algumas situações que eu gostaria de ter ajudado a solucionar. Primeiro de tudo, é a pouca valorização que tem se dado ao ensino básico nesse país. Por que é que sempre se valoriza o ensino superior? Porque o ensino básico não faz manifestação, não faz... Não se une, não vai para as ruas... A última vez que alguns jovens apareceram num movimento nesse país foi através dos caras pintadas, na época do Presidente Fernando Collor.

Então, hoje tem se investido bastante no ensino superior e pouco no ensino básico. É como se construísse uma casa, começando pela laje e não cuidasse das fundações. É um absurdo. Ainda não tivemos alguém à frente da educação que tivesse a coragem de, de repente, dividir o Ministério em Ministério da Educação Básica e Superior, e que tivesse alguém atuando nessa direção.

Outro grande problema que nós temos enfrentado, essa famosa dicotomia entre ensino privado e público. Hoje, por coincidência, hoje eu estava lendo alguns dados onde o recurso investido no ensino privado é de 15 bilhões, no ensino superior, 15 bilhões de reais. No ensino público, 18 bilhões, onde o ensino privado representa 75% dos alunos do ensino superior, e o ensino público, 25% dos alunos do ensino superior. O dia em que alguém entender que é muito mais cômodo e muito mais barato se comprar vagas na iniciativa privada, vai se ver que vai se gastar muito menos, tornando as universidades públicas grandes centros de conhecimento, pesquisa, como deve acontecer no nosso país.

Há uma grande passagem em que estive por aqui, Presidente Fátima Cleide, acredito também que V. Exa., ao passar por aqui, terá um projeto que terá um carinho especial e que será sua marca de passagem por essa comissão. O meu grande projeto, que não consigo esquecer, foi a lei de incentivo ao esporte. Naquele momento, eu era Presidente dessa comissão, a lei de incentivo ao esporte estava vindo da Câmara, onde, na verdade, ela retirava da Lei Rouanet um percentual e passava para o esporte.

O que eu fiz? Como Presidente, Senadora Fátima Cleide, Presidente dessa comissão, eu avoquei esse projeto para mim. Por que é que eu avoquei? Eu sou filho de uma mãe educadora, professora, e um pai professor também da área de esporte. Então, sempre tive ligações com o esporte. Achei que, se não avocasse esse projeto para mim, nós não teríamos segurança, visto que a força do movimento artístico das pessoas ligadas à cultura era muito forte para que não houvesse corretamente essa diminuição dos seus recursos da Lei Rouanet, para que pudesse passar para o incentivo ao esporte.

Fizemos uma grande negociação à frente do Ministério da Cultura e o Ministério dos Esportes, claro, que com o Presidente Lula conduzindo esse processo e, como seguimos não tocar na Lei Rouanet, e o Presidente Lula criou mais um percentual de 1% para a lei de incentivo ao esporte, onde você possa tirar desse pagamento do Imposto de Renda e aplicar em projetos que não sejam pagamento de salários, mas projetos de iniciação esportiva, de estabelecimento de locais onde possa haver esses treinamentos, essa indução da criança na linha desportiva.

Então, esse foi um grande projeto aqui dentro, me senti, tenho até hoje fotos daquele grande momento, onde tivemos artistas, pessoas do mundo esportivo, ligadas... A senadora estava aqui, presenciou também, e eu guardo com muito carinho uma foto, onde tínhamos a Fernanda Montenegro, a Hortência e mais outros, o Agnelo também, botando a mão todos juntos, chegamos a um acordo. Aquela foto está guardinha, está no meu gabinete de trabalho para que eu possa lembrar sempre desse momento.

Passamos também pela nossa mão, quando eu era Presidente, a questão da legislação quanto ao cinema nacional. Essa situação, Senadora Fátima Cleide, é muito importante porque, durante a ditadura, nós tivemos alguns que lutavam pela democracia, enquanto que algumas pessoas, até mesmo diretores de cinema, faziam a chamada pornochanchada, e viviam se divertindo fazendo filme de pornochanchada, e hoje, esse mesmo Diretor virou um grande... Alguém que é o senhor da ética, que, a todo momento, diz como deve ser praticada a ética dentro do Congresso ou pela sociedade. Eu não acredito que alguém possa mudar sua ética depois de 30 anos de idade.

Então, toda vez que eu vejo esse cidadão, que foi um grande Diretor das pornochanchadas, mas hoje pregando a ética numa televisão de grande audiência, eu fico, assim, muito feliz por eu ter podido conduzir o processo sem ser, digamos assim, ter ódio por essa pessoa ou algum revanchismo, sabendo que aquela pessoa são aqueles acidentes que acontecem em qualquer categoria.

Então, Sra. Presidente, me sinto muito feliz de hoje passar para a eternidade, não é verdade? Quando coloca aqui... Estar perto da foto do Senador Calmon, homem que criou os recursos destinados para a educação como obrigatoriedade, pelas Prefeituras e pelo Governo, então, para que eu não venha me estender muito mais, visto que agora já estou eterno. Eu acredito--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Enquanto dure.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É, enquanto dure. A Senadora Fátima Cleide, conversávamos aqui, com certeza, se nós voltarmos aqui algum dia, depois de uma outra etapa na nossa vida e nós dois sentarmos aqui como almas, conversaremos e olharemos para a nossa foto que vai estar presente ali, e ela vai estar ao meu lado, não é, Presidente?

[risos]

Nós dois... Aqui, de alguma maneira, daqui a 100 anos, vamos estar presentes--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, o senhor pode ter certeza de que a sua figura pode sair daqui, mas o retrato estará no nosso coração permanentemente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Tuma. O Senador Tuma é o exemplo claro de alguém que teve muito poder e chega à idade que tem com uma generosidade que contamina a todos nós. Para mim, foi uma honra muito grande passar pelo Senado e conviver com senadores ilustres que, muitas vezes, são atacados pela imprensa porque isso é mundial: a imprensa briga com o Congresso para saber quem é que representa o povo. Essa é a grande luta no mundo inteiro. Quem é que representa o povo: é o Congresso ou é a imprensa? E essa luta é eterna, e acredito que não vai ter fim nem tão cedo.

Então, Senadora Fátima Cleide, muito obrigado. Não vou ficar aqui relatando todos os projetos que passaram enquanto era Presidente; sei que todos os sena-

dores estão aqui presentes porque nós sabemos que têm uma série de comissões acontecendo, momentos importantes acontecendo nesse Senado neste momento, e para os senhores estarem aqui é uma honra muito grande, sabendo de todas as responsabilidades que os senhores têm, especialmente o Senador Heráclito, que hoje está conduzindo um processo importante para o país e vem... Chega até essa comissão, me dando um prestígio maior do que eu mereço. Chegando agora também Senador Azeredo, senador de Minas Gerais, a quem também eu tenho um grande orgulho de ter passado pelo Senado ao seu lado.

Então, senadores, a bancada inteira do PCdoB também presente aqui... O Senador Inácio Arruda, toda a bancada--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Essa é uma das marcas de V. Exa. Espero que V. Exa. esteja de volta a esta Casa no próximo ano, para poder apreciar a bancada completa do PCdoB.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se não estiver, também apreciarei, estando em outra situação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Que, com certeza, estará ampliada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, é isso, Senadora Fátima Cleide, muito orgulhoso, muito bom tê-la também na Presidência, alguém que representa uma sociedade que antes não era... Uma população que não era muito considerada e, no entanto, V. Exa. representa esse... esse brasileiro que subiu, lutou e chega a ser Senadora da República, com as suas origens, de quem lutou bastante. Então, é uma honra muito grande estar nesse momento colocando minha foto, tendo V. Exa. como Presidente dessa Casa. Muito obrigado a todos, muito obrigado pelo período em que passei nessa Casa e estar ao lado de pessoas tão importantes e que amam, realmente, este país. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Senador Wellington. E, antes mesmo de passar a palavra para os senadores presentes, eu gostaria de, mais uma vez, justificar a ausência do Senador Gerson Camata, que se encontra em audiência com o Governador, e, muito brevemente, fazer aqui um relato também das audiências, do trabalho realizado pelo Senador Gerson Camata durante a Presidência desta comissão.

O Senador Gerson Camata presidiu a Comissão de Educação de 09 de agosto de 2005 a 04 de maio de 2006, quando foram apreciadas 423 matérias em 41 reuniões realizadas. Dentre as principais matérias, aqui discutidas, à época em que o Senador Gerson Camata era Presidente, nós destacamos o PLC 70/05, da Presidência da República, que trata da expansão da educação tecnológica; o PLC 128/05, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e pesquisa a participantes de programa de formação inicial e continuada de professores para a educação básica; o PLS 507, de minha autoria, que modifica o art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores na educação; o PLS 351, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei 9.998 e institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para determinar que, pelo menos, 30% dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação; o PLS 57, do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216 da Constituição Federal; o PLS do Senador José Sarney, que cria o Fundo Social Pró-leitura; o PLS 308, da Senadora Serys Slhessarenko, que institui o Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações para também utilizar o *software* aberto; o PLS 361, do Senador Sérgio Cabral, hoje Governador do Rio de Janeiro, prorrogando o exercício fiscal para criar mecanismos de fomento à atividade audiovisual, que é a prorrogação da lei; o PLC 37, do Deputado Luiz Carlos Hauly, apoiando a cultura...

Enfim, nós tivemos muitas proposições aprovadas na gestão do Senador Gerson Camata, e aqui tivemos audiências públicas realizadas também, num total de 11, neste período em que o Senador Gerson foi o Presidente da comissão, e gostaria também de parabenizar ao Senador Gerson Camata.

Passo a palavra, neste momento, ao primeiro senador inscrito, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem. Senador Roberto, o senhor permite que eu faça só um momentinho? Então, agradecendo ao Senador Roberto, eu tenho uma Reunião lá na Câmara, da Comissão de... Comissão de Assuntos de Inteligência que se reúne agora, mas eu não podia deixar de vir cá, para fazer só uma saudação rápida ao Senador Wellington, o Senador Camata não estando, mas o Senador Wellington é meu colega de representação de Minas Gerais, e realmente, dizer que o Wellington, ele soube se impor aqui. Ele chegou, realmente, nós todos meio desconfiados, ele, com esse cabelo grande dele, ainda mais de um grupo adversário político meu, lá em Minas... Com o tempo também, nós fomos vendo que se trata de uma pessoa realmente que tem todo um sentimento muito forte, um sentimento de amizade, um sentimento de defender as coisas brasileiras, e nós acabamos, realmente, ficando amigos aqui, Wellington. De maneira que quero saudá-lo pela

sua atuação aqui, no Senado, e que você seja muito feliz nas próximas caminhadas, que estaremos juntos em Minas Gerais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, senador, prefeito, governador... E o caminho está longo ainda porque é muito jovem. Obrigado, senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Presidente, Fátima Cleide, meu amigo e companheiro, Exmo. Senador Wellington Salgado, eu tive dois privilégios aqui no Senado: em 2006, eu aqui estive durante quatro meses, e foram exatamente dentro do período que V. Exa. presidiu esta comissão. V. Exa. presidiu entre 11/07/06 a 20/12/06, e eu aqui estava entre 01/08/06 e 01/12/06. Então, tive exatamente o privilégio de contar, àquela época, com a convivência de V. Exa. E, neste último ano, um pouco mais de um ano, final, início de 2009, e estamos aí no início de 2010, continuando com este privilégio.

V. Exa., entre as inúmeras características que tem, duas me fazem ter uma profunda admiração: uma é a coragem. Não sei se pelo porte avantajado... Lhe deu desde criança essa condição de ser corajoso, mas é uma característica intrínseca de V. Exa. Outra não depende da massa corpórea, é a lealdade. Na verdade, V. Exa. deu nesta Casa várias demonstrações de lealdade, mesmo correndo risco de se expor, que é muito importante que nós todos tenhamos esta coragem. Que muitas vezes nós acomodamos em determinada... Nós nos omitimos, nós silenciamos, quando V. Exa. não, V. Exa. teve a altivez de, correndo risco, momentos que atingem exatamente um ano... Há um ano atrás, esta Casa estava em extrema ebulição e V. Exa. era um Parlamentar que defendia esta Casa, defendia os colegas de V. Exa. e zelava pelo bom nome de nós todos, porque, na hora que nós atacávamos, entre nós, reciprocamente, nós estávamos maculando o Senado Federal. Então, V. Exa. teve a extrema coragem e a extrema lealdade para com os amigos de V. Exa.

E, por fim, lamentar a perda momentânea, tenho certeza que nós nos encontraremos e todos nós nos encontraremos num futuro breve, e querer que nós possamos também ter a oportunidade de ver o retrato de V. Exa., porque existe uma curiosidade muito grande nesta Casa para saber como é que conseguiram compactar, numa foto daquele tamanho, V. Exa. e, principalmente, a cabeleira de V. Exa. Muito obrigado.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu apelaria a V. Exa., dando uma sugestão... Está todo mundo aqui na expectativa, primeiro para ver como é que ele fica na foto. Segundo, por causa de compromissos em outros gabinetes. Era que invertesse e procedesse ao descerramento das fotografias agora e os discursos continuariam subsequentemente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos fazer assim, então.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque nós sabemos que há uma promessa que ele fez que, ao sair do Senado, o primeiro ato será cortar o cabelo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se eu fosse matar o personagem. Se o personagem sobreviver...

[risos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos a todos para participarem da aposição dos retratos, ao tempo em que agradecemos suas presenças.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Convido o Senador Valdir Raupp a representar ali o Senador Gerson Camata neste momento.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Peço a palavra, Presidente... Presidente, peço a palavra para continuar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente, pela ordem. Peço a palavra para continuar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Primeiro, Sra. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, dizer que foi uma honra representar aqui esse grande brasileiro, ilustre brasileiro, capixaba, ex-Governador por várias vezes, Senador Gerson Camata, que não pôde estar presente e que conduziu com brilhantismo, com muita sabedoria, esta... A Presidência desta comissão.

Da mesma forma, o Senador Wellington Salgado, não vou ficar muito triste porque ele vai continuar ao meu lado na executiva nacional do PMDB. Senador Wellington deixa a Comissão de Educação, daqui uns dias deixa o Senado Federal, mas espero que seja por pouco tempo. Ele, certamente, voltará para o Congresso, a conviver junto com todos nós e... Principalmente nos trabalhos como membro da executiva nacional do PMDB. Então, na verdade, nós vamos ficar--

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Vamos ficar juntos por muito tempo, espero que, por muito tempo, o Senador Wellington Salgado continue convivendo com todos nós. E parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que fez aqui no Senado, em todas as Comissões, dedicação, com muita sabedoria, com muita lealdade, muita amizade acima de tudo. Acho que a amizade é o que fica, e vamos sentir saudade dos jantares, já falei, não só pelos jantares em si, mas porque você que pagava sempre a conta.

[risos]

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O Wellington sempre pagava a conta dos jantares do PMDB. Então, a saudade vai ser maior nesse sentido também. Mas, brincadeiras à parte, V. Exa. vai deixar saudades, com certeza absoluta, a todos nós, mas espero, V. Exa. estava ainda recebendo os cumprimentos, que seja por pouco tempo. Eu não tenho dúvida de que V. Exa. irá voltar para o Congresso Nacional. Não sei se para aqui ou para lá, mas dentro do Congresso Nacional, vamos continuar a nossa convivência por muito tempo. Parabéns e que Deus abençoe V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, nosso atual vice-Presidente do PMDB nacional, do qual eu também faço parte da chapa. Líder, foi meu líder no PMDB, e é um... Digamos assim, do nosso grupo, que é sempre chamado a dar conselhos, com a sua experiência, com a sua calma. O Senador Raupp tem uma paciência que leva à sabedoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Quero registrar a presença da Sra. Sabrina Della Pena, esposa do nosso companheiro Wellington Salgado. Com a palavra o Senador, Inácio Arruda.

[palmas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, acho que muito importante que a gente possa materializar, com as fotos dos nossos Presidentes, a história da nossa comissão. Acho que, de fato, você vai eternizando, por um largo período da humanidade, a presença dessas figuras que nos ajudaram, contribuíram com o Brasil. Você veja que a sua foto, ela é, digamos assim, inaugurada na nossa galeria, junto com o Gerson Camata, no dia de um debate muito interessante. Num dia que Anísio Teixeira, que é a inspiração de muitas gerações na educação...

Eu vejo você, ao falar da sua mãe, que começou a constituir ali uma escola, eu olho para a vida do povo brasileiro... A minha mãe não teve nem oportunidade de ir à escola nenhuma. Mesmo assim formou os filhos, educou, aprendeu sozinha, autodidata... A força do nosso povo. O Anísio Teixeira teve uma figura ao lado dele, chamado Lourenço Filho, um cearense que é pouco falado e pouco comentado porque o Anísio era a cabeça da grande reforma que nós vivenciamos no início do século XX. E é nesse dia que V. Exa. é homenageado com a sua foto, no dia de um grande educador, você cita sua mãe e ao lado de Anísio Teixeira... E ao lado de uma educadora, que é a Senadora Fátima Cleide. Então, V. Exa. está muito bem, digamos assim.

E registro, ainda, a atitude de V. Exa. Acho que é bom, para registro da nossa comissão, para conhecimento dos mineiros e dos cariocas, que V. Exa. tem dupla representatividade nessa Casa, digamos assim, e até do Piauí, que saiu aqui o Senador Heráclito... A forma como V. Exa. agiu no Senado. É aquilo que colocaram aqui, V. Exa. se impôs. Mas não é que se impôs, de imposição. V. Exa. ganhou... Não é impor, V. Exa. ganhou os senadores para observar a atitude de uma pessoa que tem conhecimento, mas que o seu conhecimento e a sua capacidade não precisava ser demonstrado pela força corpórea. Bastava um tranco para tirar alguém da determinada posição. V. Exa. ganhou de uma outra forma, ganhou com alegria, ganhou com humor e isso tudo contaminou a base do Governo e a oposição, que passaram a enxergar em V. Exa. uma pessoa com conhecimento e capacidade.

Eu vi quantas vezes V. Exa. foi ao Plenário do Senado para tratar da questão da economia do nosso país... Por que é que esse Presidente roda por aí e é recebido de braços abertos pelo povo brasileiro e pelo povo fora do Brasil, nos outros países? V. Exa. vai demonstrando com argumentos, com a força da argumentação. E com tiradas de humor e de alegria. Nunca fez isso se zangando com ninguém. Mesmo na hora que tem que brigar com alguém porque, na batalha política, às vezes, acontece isso. Nós temos que nos enfrentar, às vezes, nuns trancos maiores. V. Exa. fez isso, mas eu nunca vi V. Exa. sair daqui e depois ficar ali emburrado uma semana, duas semanas, zangado com um senador, com um Deputado. V. Exa. enxergou a batalha que trava aqui dentro do Senado também como uma batalha política. Acho que isso é muito interessante. Quer dizer, não sei se foi um aprendizado para V. Exa., mas, para quem esteve entorno, foi, de conhecer a pessoa com capacidade e saber levar as coisas na política e também com alegria. Acho que isso é uma marca muito interessante de V. Exa. e com a coragem, que falou aqui o Roberto. Que é enfrentar situações difíceis. Porque, nas fáceis, eu vejo assim, quando está tudo muito fácil, todo mundo bate nas costas do Presidente, do senador que está

dirigindo a Casa... Agora, na hora difícil, rapaz, todo mundo quer sair de lado. Rapaz, é uma vergonha. V. Exa., não. Segurou a peteca, na hora difícil. Na hora difícil, é que a gente vai medindo quem é que tem lealdade, quem é que tem amizade mesmo, sincera, e V. Exa. demonstrou isso: Lealdade, amizade sincera, nas horas difíceis. Nas horas fáceis V. Exa. soube fazer as coisas com muita alegria. Mas soube enfrentar também a pauleira na hora que ela se apresentou.

Parabéns. Acho que a Casa ganhou com a passagem de V. Exa. no Senado, V. Exa. vai continuar fazendo política, parece que vai continuar com a cabeleira, não vai ter jeito. Acho que é importante para Minas Gerais ter uma liderança como V. Exa. participando da sua bancada, seja no Senado ou seja na Câmara, acho que V. Exa. mostrou que tem condições e preparo para estar em qualquer um desses lugares.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. A passagem pelo Senado você sempre guarda alguns momentos. Tudo acontece, mas tem alguns momentos que ficam guardados na sua mente. E eu acompanhei a eleição de V. Exa. e eu não o conhecia. E, de repente, um senador chamado Inácio Arruda, está lá embaixo, de repente começa a crescer, crescer, crescer... Numa eleição de um único senador, e V. Exa. ganhou a eleição. E eu fiquei curioso. Quem é esse Inácio Arruda? Eu quero conhecer. Como é que ele virou essa eleição, tinha um outro favorito, não vou citar o nome aqui... E V. Exa. chegou no Senado e ficava quieto. Eu falava: "Mas quem é esse Inácio Arruda? Como é que esse homem ganhou essa eleição daquela virada? Tem que ter algo diferente".

E, quando nós tivemos um embate violento, eu vi V. Exa. fazer um discurso. E aí eu vi por que é que V. Exa. ganhou uma eleição. Eu vi V. Exa... Aquilo eu não vou esquecer nunca mais. V. Exa. falou com o coração, com o conhecimento e alguém que acredita no caminho que o Brasil estava seguindo naquele momento. Ali, eu vi, realmente, por que é que V. Exa. tinha ganho uma eleição tão difícil. Porque, se V. Exa. falar, V. Exa. convence.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidenta, Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores, eu quero primeiro agradecer a V. Exa., de me dar a oportunidade de dizer algumas palavras sobre essa figura humana que é o Wellington Salgado, apesar de não ter a honra de participar como membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O Wellington Salgado, como eu disse, é uma figura humana que conquistou, ao longo desse período em que ele substitui... Substituiu, na representação de Minas, ao Senador Hélio Costa, a todos os seus colegas aqui no Senado, pelas suas atitudes coerentes, pela sua disposição de não fugir de uma boa guerra, mas, sobretudo, pela lealdade que ele tem com seus companheiros. Abre mão da sua... Da sua convicção, mas ele é incapaz de não dizer de forma clara e transparente a posição que ele acha correta, mesmo que divirja de outros companheiros, ele sempre diz que... E não foge e nem esconde essa posição.

Eu tive o privilégio de sucedê-lo na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. Hoje nós estamos fazendo a aposição de dois ex-Presidentes importantes dessa Casa, Senador Gerson Camata e o Senador Wellington Salgado. Todos os dois tiveram e têm uma atuação destacada no Senado Federal. Um, representante do Espírito Santo, Senador Gerson Camata, e o Senador Wellington Salgado, por Minas Gerais.

Agora, amanhã, e eu quero aqui estender o convite a todos os membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nós vamos fazer também uma homenagem ao Senador Wellington Salgado, com a colocação do seu retrato na Comissão de Ciência e Tecnologia, com uma diferença: Ele vai ficar solitário porque ele foi o primeiro Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. E como é uma comissão que eu digo "sem-teto", não tem... "Sem-terra, nós somos "sem-teto". Nós não temos Plenário. Então, o Plenário para fazermos as nossas Reuniões é cedido pela Comissão de Infraestrutura. E o retrato do Senador Wellington Salgado vai ficar acima do visor ali da gravação.

A dúvida nossa é se caberia naquele espaço, mas eu estou vendo agora que vai caber. E todas as pessoas que olham a figura do Senador Wellington Salgado, como um *Viking*, ele, realmente, tem uma figura que lembra bem aqueles guerreiros que... Inclusive, ele recebeu uma homenagem do Senador Eduardo Azeredo, que eu tive a alegria de ver a relação que se tornou amistosa, que era inicialmente difícil, mas hoje é uma relação amistosa e de parceria entre os dois senadores de Minas Gerais.

Então, eu quero parabenizar ao Senador Wellington Salgado, dizendo que essa figura, que parece ser muito bruta, na realidade, é o tamanho do coração dele que o faz ficar dessa forma. E eu estava aqui parabenizando a sua família, dizendo ao Tai-Pan, que é o seu filho, ao parabenizá-lo, ele disse: "Não, você tem que dar os parabéns ao meu pai". "Não, tenho que dar a você também para que você possa seguir o exemplo do seu pai, só que eu estou vendo que você tem mais

juízo do que ele porque você ainda não deixou crescer o cabelo". Aí, ele me respondeu o que eu fiquei bastante emocionado com a resposta, Senador Wellington Salgado, que ele disse: "Não, eu vou deixar crescer o cabelo quando eu assumir o Senado". Então, ele já vai seguir a carreira do pai, que não vai sair da política... Não vai sair da política.

Lamentavelmente, ele não disputa o Senado por Minas, mas tem uma cadeira cativa junto com o Senador Eduardo Azeredo, que também será candidato a Deputado Federal, inclusive fazendo dobradinha nas áreas políticas. Parabéns, Senador Wellington Salgado, e parabéns à Senadora Presidente Fátima Cleide.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Rapidamente, só para comentar. Senador Flexa Ribeiro é daqueles amigos que a gente encontra, que pensa igual a gente, fala, luta, briga... Só estamos em partidos diferentes. Mas, isso daí não importa. A personalidade é muito parecida. Mas a minha grande alegria, Senador Flexa, é que, após a minha Presidência na Ciência e Tecnologia, V. Exa. é o atual Presidente, então, sua foto vai estar ao lado da minha para a eternidade. E isso é o que me traz um grande prazer porque é uma amizade... Nós vamos estar juntos. E nós vamos andar à noite, aqui pelo Senado, daqui a 100 anos, e vamos conversando bastante estando um ao lado do outro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, eu estou na Comissão de Direitos Humanos, mas fiz questão de vir aqui para dar o meu abraço ao Wellington porque, ao longo desses anos, eu quero dizer que eu adquiri um respeito pelo Wellington por causa de uma palavra que a gente pode aplicar a ele... É a palavra autenticidade. Diga o que disser, algumas políticas que haja, mas autêntico o senhor é e ninguém pode tirar isso, na maneira de ser, na maneira de falar, nas posições que toma, muitas... Algumas, pelo menos, posições em lados contrários, mas sua autenticidade é absolutamente inegável.

Além disso, uma pessoa ligada à educação desde muito cedo, pela própria mãe, e que vai fazer falta por não querer voltar ao Senado. Eu quero dizer que eu, especialmente por ser seu vizinho de cadeira, e dou minha volta ali pra gente conversar.

Além disso, eu tenho uma curiosidade é para saber como é que vai ficar sua foto com esse cabelo ao lado da minha, com a minha careca. Vai ser divertido.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E a careca vai ficar mais forte ainda e o Flexinha também vai sofrer com esse lado.

Mas olha, Wellington, eu quero lhe dizer que você deixa aqui saudades; não sei se a mim, porque não sei se vou estar aqui no próximo ano também, termina meu mandato, mas, de qualquer maneira, eu espero que... Estarmos, você em Minas, e eu, aqui, no DF, um na sua atividade, e outro, na outra, não nos afasta nem um pouco no caminho que a gente tem de defender um Brasil melhor. Um grande abraço e foi um privilégio estar com você nesses anos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam, muito obrigado, e eu vou falar pessoalmente pra V. Exa. o quanto faz falta um educador de origem, um ex-Reitor, alguém que pensa educação para conduzir a educação no país de hoje.

O país de hoje tem sido conduzido por técnicas, curvas, equações, parametrização... Isso não é educação. Isso não é conduzir educação. Isso é apenas analisar índices. V. Exa., quando saiu do Ministério, tinha a ideia de dar mais força para o ensino básico, estava começando um trabalho nesse sentido. O destino não o deixou concluir. Não sei o futuro, V. Exa. só não volta para o Senado se não quiser. Isso a gente sabe disso. Inclusive pela situação que acontece hoje na capital.

Agora, precisamos de alguém que pense educação. Pense e faça educação como educador. Nós temos a nossa Presidente, que é professora, e professora de quem teve contato em sala de aula, sabe como é que deve ser conduzida a educação. E hoje nós não temos mais isso no país. Hoje nós temos tecnocracia. Nós temos análise de índices, curvas, equações, dinheiro, recursos. E eu, sinceramente, a grande ousadia que eu vi nesse Governo foi o PROUNI e a ideia do ENEM. A ideia do ENEM que, por um acidente, aqui não podemos culpar o Ministro, foi um acidente, acabou tendo um problema que eu tenho certeza que ele vai corrigi-lo. Mas pensar educação como educador eu não tenho visto. Então, V. Exa. faz uma falta tremenda, embora trabalhe bastante nessa comissão. Sinto saudade de V. Exa. e, com certeza, minha mãe, que é uma grande educadora, sempre comenta as ideias de V. Exa. e sempre concorda, sempre concorda. Então, aguardamos o destino para ver até onde V. Exa. vai caminhar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu quero informar à comissão que, no mês de abril, nós estaremos fazendo também uma solenidade... A solenidade de aposição da fotografia do Senador Cristovam Buarque, que vai ser a próxi-

ma, como Presidente da Comissão de Educação e, em maio, do Senador Flávio Arns.

Quero passar a palavra agora, pedindo as nossas escusas aqui para o Senador Romeu Tuma, que foi o primeiro a chegar e está sendo o último a cumprimentar aqui o nosso companheiro, Senador Wellington Salgado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sabe, Senadora Fátima, é gostoso a gente ficar para o fim, quando se ouve falar bem dos amigos, aqueles que vivem no nosso coração. Eu vim a esta Casa e, durante oito anos, posteriormente, conheci o Wellington. Começamos a conversar sobre Minas Gerais, Uberlândia, onde vive minha família e ele tem uma base de ensino muito forte na região. E foi nascendo uma amizade sincera, pura, entre nós, de conselhos recíprocos para continuarmos a merecer o respeito dos nossos companheiros nesta Casa.

Aqui se falou muito, Wellington, sobre a sua personalidade. E o que a gente aprende? Que a covardia não faz parte do representante do povo nesta Casa. Ninguém pode ser covarde quando vem representar uma base da coletividade. Você tem que ter coragem de pôr o seu pensamento e repercutir aquilo que o povo que o elegeu pretende de você. E você tem feito isto aqui. Desculpa te chamar de você, mas você é meu irmão hoje. Considero você meu irmão.

E a certeza de que o seu nome ficará *ad eternum* nessa Casa. Não é só a fotografia. Sua presença será sempre exigida. Sei que o senhor vai sair candidato a Deputado Federal, mas não vai deixar de frequentar o Congresso Nacional. O meu medo é não poder cruzar com o senhor mais a partir do ano que vem pelos corredores desta Casa. Mas, sem dúvida nenhuma, a amizade será permanente, e o meu respeito eterno por um moço que soube nascer de um ventre que deu a luz na educação, trouxe para cá todos os ensinamentos que recebeu da senhora sua mãe, do seu pai, e o carinho dos seus amigos ficaram conosco aqui.

Eu falo que V. Exa. sai daqui sob protesto de um grande número de senadores. Deus te abençoe e te ajude na sua caminhada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, V. Exa... Eu colocava aqui para o Senador Inácio Arruda que tem momentos que você não esquece jamais de cenas que aconteceram no Senado Federal. E eu tive o privilégio de estar ao lado de V. Exa. quando Lula estava sendo empossado no segundo mandato. E V. Exa. conversava comigo naquele momento: "Está ali um Presidente, segundo mandato", e V. Exa. foi, durante muito tempo, homem muito poderoso, que era chefe da Polícia Federal e da Receita Federal. Cumulava as duas funções. E, como chefe da Polícia Federal, cumprindo sua função, participou de momentos, se eu estiver errado V. Exa. me corrija, quando o Presidente Lula se encontrava preso em razão daquele movimento, não de [ininteligível], mas de sindicalista, e parece que a mãe do Presidente morreu. E V. Exa... E não queriam liberar o Presidente para ir ao enterro da mãe, não queriam liberar o Presidente para ir ao enterro de sua mãe. E V. Exa., na mesma hora, liberou e apenas conversou com o Presidente e falou: "Você vai direito?" Ele deu a palavra e V. Exa. botou as pessoas para acompanharem de longe, desarmados, e o Presidente pôde participar daquele momento triste que é perder uma mãe, mas estava lá presente.

Quer dizer, você ter o poder e ter o coração falando ao mesmo tempo, muitos se esquecem, e que quando têm poder, muitos usam para fazer o mal. Poucos usam o poder para fazer o bem. Poucos usam. Aí que o Presidente Lula se deu muito bem, porque ele usou o poder para fazer muito mais o bem do que o mal. A verdade é essa. E o espaço que ele conquistou, eu sou do PMDB, mas o espaço que ele conquistou foi porque ele realmente falou mais com o coração do que com o poder. E V. Exa., um homem poderoso, soube ter o poder e deixar o coração falar forte na hora que tinha que falar. Por isso que eu me orgulho de ser amigo de V. Exa. e ter passado pelo Senado ao lado de V. Exa. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para cumprimentar [interrupção no áudio] companheiros que hoje apostam seus quadros e a sua figura para a posteridade, como disse o Senador Wellington, o Senador Gerson Camata e Wellington Salgado, dizer da alegria de nós trabalharmos nessa Casa, não comungamos nem sempre das mesmas ideias, temos divergências de fundo em algumas questões, mas eu quero reconhecer a sua combatividade, o seu trabalho, a sua dedicação, e isso é fundamental num homem público. Fico muito feliz de estar aqui com V. Exa. e sei que vem de uma família de educadores; eu luto muito, sou sempre... Trabalhei em escola pública, minha vida inteira fiz, como educadora de escola pública, mas não deixo de trabalhar e ajudar as escolas particulares porque eu sei que esse país precisa e muito. 75% do alunado superior está nas escolas particulares. E, portanto, nossa comissão aqui e todos nós temos que acompanhar e ajudar a que melhorem, que acompanhem mais, que participem mais para que o povo brasileiro tenha a melhor educação possível. Portanto, meus parabéns.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): senadora, bem colocou V. Exa. porque tem todos os dados atualizados, sabe que 75% dos alunos da Escola Superior estão na escola privada. E o Ministro fez um grande trabalho. O Ministro Fernando Haddad criou o PROUNI; o ENEM é uma ideia sensacional, o PROUNI... Mas a prova para o ENEM foi nesse Governo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só a prova para o ingresso nas universidades que deu toda essa confusão aí. Foi só essa prova. Eu sou a favor da prova do ENEM, já cansei de falar aqui; acho que melhoramos o ENEM, só que tiramos também a avaliação do ensino médio e precisamos fazer uma outra forma de avaliar o ensino médio, já que o ENEM não vai avaliar mais. Então, nós temos que achar... Não acertamos ainda o passo, mas o ENEM foi criado no Governo Fernando Henrique.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom. Estou deixando para Fernando Henrique, com o aperfeiçoamento do Ministro Fernando Haddad. Pode ser assim? Acho que assim está bom para todo mundo.

Agora, o que acontece rapidamente, só comentando, o que não pode é algo dar errado quando se faz um plano e imediatamente se cria um problema para a iniciativa privada porque algo deu errado na pública. Nós temos visto agora uma campanha para se fechar a universidade privada, avaliações que não levam em conta a matéria-prima... O aluno da capital é diferente do aluno do interior. V. Exa. sabe disso. Não há como você comparar uma avaliação que vai acontecer no local onde tem pouco acesso à Internet, cultura, livros... Com alguém da capital. No entanto, essa avaliação que existe hoje analisa tudo em conjunto e parte da premissa que a capacidade de adquirir conhecimento em qualquer área é a mesma capacidade que o aluno tem numa região pouco privilegiada. Isso está totalmente errado... Está totalmente errado. Quem é da área da educação sabe que está errado. A matéria-prima é diferente. No entanto, se avalia e quem está abaixo é sem qualidade. Está errado isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu quero, ao encerrar--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns... Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Obrigado, Sra. Presidenta. Da minha parte, eu também quero parabenizar os dois senadores, o Senador Gerson Camata e o Senador Wellington Salgado. Os dois, por terem presidido esta comissão, que eu diria que é uma das Comissões... Eu até diria a mais importante do Senado Federal. Eu, em respeito aos outros, aos outros senadores e senadoras e às outras Comissões, às vezes, costumamos dizer que é uma das mais importantes. Mas até porque V. Exa. presidiu Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática, e sem dúvida é fundamental. Mas, educação é tudo. Então, educação, cultura, esporte, mas, particularmente, a educação é o instrumento, a referência para que a pessoa se desenvolva.

Tive com V. Exa. uma proximidade muito grande, eu posso dizer, nesse tempo todo, até lá no Plenário; a bancada de Minas Gerais senta na frente da bancada do Paraná e tivemos a oportunidade, inclusive, de conversarmos bastante no próprio Plenário. E também, em termos das Comissões, porque eu sempre fiz parte da Comissão de Educação, então, como V. Exa. presidia essa comissão, eu era membro e acontecia isto também aqui na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática.

E, ao mesmo tempo, tive o prazer inclusive de, como Presidente dessa comissão, participar de seminários dos quais a senhora sua mãe também participou como educadora, o fato já foi lembrado, educadora de vida inteira, uma luta de vida inteira a favor da educação. Então, há todas as razões para a gente dizer que estamos felizes, satisfeitos com a colocação do seu retrato como ex-Presidente, na galeria aqui desta comissão, que é fundamental.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho desenvolvido, desejar para... Também para toda a família os votos, assim, de saúde, de paz, principalmente, que, quando a gente pensa no trabalho que é desenvolvido aqui, esse trabalho tem que vir acompanhado com uma realização pessoal e familiar intensa, principalmente em termos de saúde, que é o fundamental, de paz, para que a gente possa se dedicar a todos os outros trabalhos da mesma forma.

E dizer, ao mesmo tempo, que a gente deseja que o futuro seja bom, seja promissor, que V. Exa. possa continuar nesse trabalho; tivemos a particularidade de convivermos durante alguns anos aqui porque o Senador Hélio Costa acho que... Quatro anos e meio. Praticamente mais do que um mandato; na Câmara dos Deputados, foram vários anos. E foi uma alegria, um prazer, e que a gente possa vê-lo aí nos anos futuros, encabeçando muitos trabalhos fundamentais para o Estado, para o Brasil, mas sempre a favor do ser humano. Trabalhos bons, produtivos, que possam conduzir o Brasil a patamares melhores, econômicos, e particularmente sociais. Parabéns.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Flávio Arns. V. Exa., com quem eu tive o prazer de conviver, até mesmo pela proximidade das nossas cadeiras no Senado, e aqueles que não convivem diretamente com V. Exa. não sabem da bondade que V. Exa. tem também, e conduz todo o seu trabalho nessa Casa voltado para aqueles que têm realmente desamparo e necessidade.

V. Exa. sempre está ao lado daqueles menos favorecidos. Qualquer luta que tiver, eu vejo V. Exa. e Senador Paim, sempre estão lá. Sempre os dois. Assim, tomando a frente. Alguma necessidade daqueles menos amparados, aí começam a aparecer... Todos os demais também fazem parte desse grupo. Mas, naquele momento inicial, V. Exa. sempre está.

Então, em termos de bondade nessa Casa, pode ter certeza que vou levar sempre a imagem de V. Exa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, Senador Wellington, eu também estava inscrito para falar, para parabenizar V. Exa., Wellington Salgado de Oliveira, e o Senador Gerson Camata, que conduziram muito bem isso aqui e, graças a Deus, a educação passou a ser uma preocupação do país, de todos, dos políticos, das pessoas... Só precisamos colocar a remuneração dos trabalhadores da educação num patamar mais adequado para que a gente possa realmente dar o valor que ela merece.

E nós divergimos de algumas posições, mas, em relação a essa história de acabar com faculdades, é uma coisa meio fora do... Fora da lógica total, porque uma faculdade, por mais ruim que seja, por pior que seja, mas que existe lá numa cidadezinha onde ninguém quer ir, ninguém quis fazer, mas um empresário da educação que se meteu e fez a faculdade lá, ela tem que ser apoiada para melhorar a qualidade. E não ser extinta. Porque quem não tem nenhuma faculdade aquela é a melhor faculdade para ele porque ele só tem condições de estudar naquela.

Então, isso é uma posição que deve ficar bem clara aqui nessa Casa, que acho que... O Senador Cristovam também falava em extinguir faculdade, eu conversei bem com ele, porque no meu Estado, sou de Roraima, nós temos três universidades lá, federais, e várias faculdades particulares, mas as cidades que não têm uma faculdade, aquela faculdade não saiu bem naquelas provas e tudo, mas é a que tem. E quem quer estudar, estuda em qualquer lugar, com qualquer recurso. Com qualquer livro... Então, não é a faculdade que faz o aluno. Quem faz o aluno é ele mesmo, que se dedica e estuda. A faculdade, lógico, se for muito boa, facilita que ele aprenda. Mas senão...

Então, eu sou contra a extinção de qualquer faculdade. Onde ela está fraca, onde é que ela está errada? Para isso que existe o Governo. O Governo é para melhorar as condições de todos. Então, essa posição... E ele é um lutador da educação. Foi bom também que com esse cabelão dele mais revolto, deu um ar mais jovem a essa Casa, que só tem cabeça branca aqui no meio. Ele só foi muito... Na hora de escolher a fotografia dele, aquela fotografia dele não tá sendo muito justa com ele. Ele é bem mais novo do que aquela foto está aparentando ali. Parabéns, senador.

SENADOR FLAVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então, senador, declaro encerrada a 8ª Reunião, e, em cinco minutos, nós convocamos uma reunião deliberativa.

Sessão encerrada às 11h55.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010.

Às doze horas e dois minutos do dia vinte e três de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide,** e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Adelmir Santana, Flávio Arns, Marisa Serrano, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Gilberto Goellner e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Geovani Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo e Sérgio Zambiasi. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Edinho Bez, que "Institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional do Conselho Tutelar". O relator designado é o Senador Au-

gusto Botelho e o parecer favorável é aprovado. **Item 003: Projeto de Resolução do Senado nº 011, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Dispõe sobre o estágio-visita no âmbito do Senado Federal", que tramita em conjunto com o **Projeto de Resolução do Senado nº 33, de 2007**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Institui o Programa de Estágio-Visita de curta duração no Senado Federal". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2009, com as emendas nº 01-CCJ/CE e nº 02-CE e pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 33, de 2007 e da emenda nº 01-CCJ, é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "Autoriza a utilização da internet como veículo de comunicação oficial". O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer pela não remanescência de conteúdo temático a ser examinado por esta Comissão, com base nos arts. 102, 104-C, 91 e 133, V, d, do Regimento Interno do Senado Federal, é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Fátima Cleide, passa a presidência à Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em virtude de compromissos anteriormente assumidos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 023, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "Denomina 'Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos' o trecho da BR-259 que liga os Municípios de Curvelo e Inimutaba, em Minas Gerais". O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 11/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "... nos termos regimentais, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, para abordar a regulamentação da Lei nº 12.101, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. O referido instrumento legal carece de urgente regulamentação, pois dispõe sobre um procedimento administrativo que contém prazos e exigências que precisam ser observados pelas entidades interessadas na certificação ou renovação da certificação, e a ausência da regulamentação prejudica esta dinâmica procedimental, comprometendo o benefício da isenção das contribuições previdenciárias. Ao mesmo tempo, é fundamental que a regulamentação traduza para a prática entendimentos que foram celebrados por ocasião do debate da Lei enquanto Projeto no Congresso Nacional. Assim, a regulamentação urge, pois objetivos pretendidos precisam ser efetivados em conformidade com os pressupostos que serviram de fundamentação para a Lei 12.101/09, sendo necessário que as entidades sejam ouvidas em suas postulações, para ofertar contribuições que reflitam a expectativa do conjunto de entidades que compõem o terceiro setor: beneficentes e filantrópicas, específicas ou mistas, de assistência social, educação e saúde. Indicamos como convidados um representante do Ministério da Educação, um representante da Casa Civil, e dois representantes das entidades de educação, com atuação no ensino fundamental e com atuação no ensino superior". O Requerimento é aprovado. **Item 020: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que requer "... nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE), para debater o mérito da suspensão do pagamento da URP dos professores e funcionários não sindicalizados da UnB, assim como a possibilidade de restituição do valor recebido. Requeiro sejam convidados: Dr. Ubiratan Diniz de Aguiar – Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Professor José Geraldo de Sousa Junior – Reitor da

Universidade de Brasília; Dr. Paulo Bernardo Silva – Ministro do Planejamento; Professor Flávio Botelho – Presidente a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília". O Requerimento é retirado de pauta, atendendo à solicitação da autora. Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 12/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marisa Serrano e Flávio Arns, que requerem "... nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, V, XI, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir as alterações, propostas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), no art. 6º da Lei 12.035, de 2009 (Ato Olímpico) e no § 2º do art. 15 da Lei 9.615, de 1998 (Lei Pelé) que regulamentam a proteção aos símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. À oportunidade, sugiro que sejam convidados os seguintes expositores: – Exmo. Sr. Orlando Silva, Ministro dos Esportes; – Sr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB); e – Um (a) especialista na área. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Suplicy requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 10/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Fátima Cleide e Eduardo Suplicy, que requerem "... em aditamento ao Requerimento 10, de 2010 – CE, que seja convidado o Senhor RANULFO ALFREDO MANEVY DE PEREIRA MENDES, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, para participar da Audiência Pública que irá debater as propostas e resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura". O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 021: Comunicado da Presidência**: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de abertura da Conferência Nacional de Educação (CONAE), a realizar-se dia 28 de março do corrente, domingo, às 18h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Informo que o evento ocorrerá entre os dias 28 de março e 1º de abril do corrente, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Maiores informações sobre a Conferência e programação completa poderão ser obtidas no endereço eletrônico: http://portal.mec.gov.br . É imprescindível a confirmação de presença até o dia 25 de março de 2010, por meio dos telefones (61) 2022-7544/7553 ou pelo email cerimonialmec@gov.br. Os Senadores que desejarem cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 072, de 2009; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 031, de 2008; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 2009; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2009; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2009; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2009; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2008; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 644, de 2007; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2009; Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2009 e Item 018: Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2009.** A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2010.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma.

Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovados.

Tendo em vista que não temos quórum para a discussão dos itens terminativos, nós vamos passar ao Item 04, que é item não terminativo, que trata do Projeto de Lei da Câmara, nº 23, de 2009, "*Institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional do Conselho Tutelar*". Autoria do Deputado Edinho Bez. Relatoria: Senador

Augusto Botelho, e o relatório é com parecer favorável. A matéria constou na pauta da reunião do dia 09 de março de 2010.

Com a palavra o relator, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, "O Projeto de Lei da Câmara, PLC n° 23, de 2009, de autoria do Deputado Edinho Bez, institui o Dia Nacional do Conselho Tutelar, a ser celebrado, anualmente, no dia 13 de julho.

Em sua justificação, o autor assinala que a data escolhida corresponde ao dia no qual foi sancionada a Lei 8.069, de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

O autor enfatiza, ainda, que a atuação do Conselho Tutelar é fundamental para assegurar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, garantidos no referido Estatuto.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, mediante emenda que altera o texto do art. 1º, a fim de adequá-lo aos termos da ementa. Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, a proposição foi aprovada sem emendas.

Nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno daquela Casa, foi dispensada a apreciação do Plenário.

No Senado Federal, o PLC 23, de 2009, após ser apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, segue para a decisão de Plenário.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise.

Cabe à CE, nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação de proposições que disponham sobre datas comemorativas, tais como o PLC 23/2009.

Não restam dúvidas quanto à relevância do Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos mais importantes instrumentos de proteção aos direitos dos nossos jovens.

Em consonância com as determinações estabelecidas pela Constituição Federal, o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, no intuito de garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, determina, em seu art. 4º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura e à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

De outra parte, o ECA regula as ações necessárias para assegurar à criança e ao adolescente a garantia dos direitos estatuídos.

Com o objetivo específico de zelar pelo cumprimento desse elevado propósito, estabeleceu-se que, nos municípios, deve haver, no mínimo, um Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo encarregado de zelar pelo cumprimento do Estatuto, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local."

Escolhidos por eleição, que inclusive mobiliza as pessoas nos municípios.

"Ao Conselho Tutelar compete atender as crianças e adolescentes, em todas as hipóteses de desrespeito aos seus direitos, inclusive no que diz respeito às infrações provenientes de sua relação com os pais ou responsáveis.

Assim, a ação do Conselho Tutelar é imprescindível na efetivação das determinações do ECA.

Nesse contexto, a difusão e a valorização das atribuições e das ações empreendidas pelo Conselho Tutelar são bastante oportunas.

Portanto, a criação de um dia especificamente destinado a celebrar e a enfatizar a missão do Conselho Tutelar chega em boa hora, assegurando o mérito da proposição.

Além disso, a escolha da data destinada à efeméride, que coincide com o dia em que foi sancionado o ECA, contribui para referendar a oportunidade e a pertinência da iniciativa.

Por fim, cabe à Comissão de Educação, no uso de sua competência suplementar, pronunciar-se, também, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e ao atendimento à técnica legislativa.

Sobre tais aspectos, a proposição em comento não requer reparos.

O Voto, Sra. Presidente..

Pelo exposto, apreciado o mérito, e não identificando óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 23, de 2009."

É o relatório, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Augusto Botelho. Em discussão o Projeto de Lei da Câmara, nº 23, de 2009.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, Sra. Presidente, concordar com o projeto de lei e o com o relatório do Senador Augusto Botelho.

O Estatuto da Criança e Adolescente, como o relatório coloca, é do ano de 1990, nós estamos em 2010; portanto, já 21 anos, do Estatuto da Criança e

do Adolescente, que foi um marco, sem dúvida, em nossa sociedade.

E dentro... Dentre os avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente, está a criação dos conselhos de direitos municipais, estaduais e nacional, da criança e do adolescente e dos conselhos tutelares.

O Conselho Tutelar foi, de fato, uma criação muito interessante porque faz com que os direitos aconteçam. O Conselho Tutelar é eleito pela sociedade e tem, dentre os seus objetivos, a concretização dos direitos da criança e adolescente, naquela comunidade onde o Conselho Tutelar foi instalado.

Então, termos uma data para festejarmos isso no Brasil, para refletirmos sobre isso e pensarmos no aprimoramento desse instituto é algo fundamental.

E quero destacar que agora nós estamos no processo de aprovação da emenda constitucional para considerar, além da prioridade para a criança e para o adolescente, o próprio jovem. Quer dizer, nós temos agora, então, a PEC da Juventude. Criança, adolescente e juventude.

Então, parabéns só para o Senador Augusto Botelho, e para o Deputado Edinho Bez, que é o autor do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir.

Eu também quero parabenizar o Senador Augusto Botelho, pela brilhante relatoria, e também dizer que também faço minhas as palavras do Senador Flávio Arns, entendendo da importância de instituirmos um dia para que possamos discutir a importância dos conselhos, a importância desse instrumento de cidadania e de aprofundamento da democracia, que são os conselhos, nesse caso, o conselho tutelar. Parabéns, também, ao Deputado Edinho e parabéns a V. Exa., Senador Augusto Botelho.

Aqueles que concordam com a aprovação do PLC nº 23, de 2009 permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora ao Item 03, também não terminativo. Projeto de Resolução do Senado nº 11, de 2009: "*Dispõe sobre o estágio visita no âmbito do Senado Federal*." A autoria é do Senador Inácio Arruda. A relatoria é do Senador Romeu Tuma; o relatório é favorável ao presente projeto, com a emenda oferecida, e há a emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 33 de 2007, e da emenda 01 da Comissão de Constituição e Justiça.

Tramita em conjunto com o Projeto de Resolução do Senado nº 33, de 2007, que instituiu o programa de estágio visita de curta duração no Senado Federal, de autoria da Senadora Serys Shlessarenko, relator também o Senador Romeu Tuma.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado Senadora.

Esse projeto ele traz... Aliás, são dois projetos que caminham conjuntamente, um da Senadora Serys Shlessarenko, a 33, e nº 11, do Senador Inácio Arruda.

Nós fizemos um estudo profundo e achamos importante que esse projeto seja aprovado, para dar oportunidade aos estudantes conhecerem mais de perto como se realizam os trabalhos dos senadores, quer nas comissões, quer em Plenário, em todas as suas atividades, para levar uma imagem mais correta ao conhecimento do cidadão, porque eles serão portadores permanentes de tudo aquilo que acontece nessa Casa.

Houve uma diferença entre os dois projetos. O 33 apresenta algumas lacunas relativas ao limite de estagiários em cada edição do estágio, a remuneração e aos critérios de seleção para o programa, entre outras.

O do Senador Inácio Arruda, PRS 11, por sua vez, além de tratar dos itens acima mencionados dispõe sobre a oferta de alimentação, de hospedagem e de certificado aos participantes assíduos do programa, razão pela qual, assim como o relator da matéria na CCJ, optamos por sua aprovação observando as ressalvas abaixo, que eu enumero aqui.

O grande problema Senadora, é que além do convite, Senador Inácio Arruda, V. Exa. tem a preocupação de atrair o estudante, dele ter alguma coisa que corresponda a sua expectativa no dia, nos cinco dias que passarem por aqui. Então, ele completa o projeto com a ideia do interesse da presença do convidado, do estagiário, em vir sempre ao Senado para apreender, acompanhar, e poder se alimentar, poder ter todas as... O respeito e dignidade no tratamento durante sua estada aqui.

Portanto, nós rejeitamos o 33 e ficamos com o 11, do Senador Inácio Arruda, dentro disto que eu procurei explicar da melhor forma possível, talvez não alcançando a grande postura do projeto e da justificativa do Senador Inácio Arruda, mas procurei reduzir, de forma que nós pudéssemos sentir de perto o interesse pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Romeu Tuma.

Em discussão a matéria. Com a palavra o autor, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente. Brevemente, eu quero me congratular com o Senador Romeu Tuma porque ele, com sua experi-

ência, percebeu a importância e o significado de nós podermos oferecer esse... Esse projeto, ele acompanha o que já acontece na Câmara dos Deputados.

Se você pegar o depoimento, Senadora Fátima Cleide, dos estudantes de Direito, Administração, dessa área que tem mais ligação com a formatação das leis, dos projetos, pegar o depoimento desses estudantes, pós visita ao Congresso Nacional, você percebe a diferença da compreensão desses estudantes sobre o que é e o papel do Congresso Nacional num processo democrático.

É muito diferente daquilo que é estampado nos grandes jornais, na mídia em geral, que desconhece. Normalmente, a imagem do Congresso Nacional levada para o grande público é a imagem do Plenário vazio; é a imagem da ineficiência, da incapacidade, quando o Congresso Nacional vota as questões mais importantes da República. Veja o debate que nós estamos agora sobre a questão do Pré-Sal, quer dizer, um debate essencial para o futuro do Brasil. Vai ser decidido e votado no Congresso Nacional.

Mas aí se estampa a imagem na televisão, nos grandes veículos de comunicação e nos jornais impressos, de um Plenário vazio. E aquela é a imagem para o grande público, para o povo.

Para e para esse público que estuda, que tem conhecimento e que precisa dessa informação, o nosso projeto tenta fazer com que o Senado, também permita e ofereça aos estudantes brasileiros, um estágio dessa natureza, de que eles venham aqui, passem uma semana, eles vêm ao Plenário, eles vêm a Comissão de Justiça, eles vêm a Comissão de Educação, de Economia, do Senado Federal, quer dizer, para eles é uma experiência espetacular, quer dizer, de muita serventia pessoal, para a formação pessoal e de grande serventia para o país porque permite que um conjunto razoável de estudantes possa compreender melhor o papel do Congresso Nacional.

Então, agradeço Senador Tuma, V. Exa. foi brilhante na ação compreensão e na correção, porque V. Exa. corrige o projeto na passagem dele, da autoria, pela Comissão de Constituição e Justiça. Acho que V. Exa. compreendeu perfeitamente a natureza e o espírito do projeto.

Eu agradeço a V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] profundamente a utilidade dele a serviço do Senado Federal e da cidadania.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agradeço a V. Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria continua em discussão. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu também concordo com o projeto de resolução, pelos argumentos todos que o Senador Inácio Arruda apresentou.

Eu perguntaria ao Senador Romeu Tuma se não seria possível só fazer uma alteração. Porque nós estaríamos sujeitos a críticas também, porque certamente vai haver um número grande de pessoas que deseja acompanhar os trabalhos aqui do Senado. E no projeto de resolução está escrito que os estagiários serão indicados pelo senador. Isto pode causar uma crítica muito grande, eu penso, porque serão critérios subjetivos, quer dizer, a pessoa é amiga, a pessoa falou com o senador, nem todos conseguem falar com o senador ou com a senadora.

Então, isso acaba causando dificuldades e pode, inclusive, desvirtuar um pouco o mérito do projeto. Então, existe para substituir o art. 5 º do Projeto de Resolução, a sugestão da Comissão de Constituição e Justiça do art. 5º e seu parágrafo, que pode participar do estágio visita qualquer estudante que não tenha participado de programa anterior de natureza semelhante no âmbito do Senado Federal. Foi retirada a expressão "*indicado por senador*".

E no parágrafo único os critérios de seleção para o estágio visita serão estabelecidos por ato da Comissão Diretora do Senado, com observância dos princípios colimados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

Então, passa a ser um critério bem objetivo, para atender uma finalidade que eu considero muito importante, que é a aproximação do Congresso Nacional da sociedade, a possibilidade de participação.

E haverá critérios objetivos, então a pessoa não precisa procurar o senador ou a senadora, onde, naturalmente, muita gente não consegue nem falar com senador ou senadora, mas vai ter acesso aí, ao que o Senado determinar via internet ou coisa semelhante.

Então, Senador Romeu Tuma, eu considero o projeto fundamental, importante, bonito, por todos os objetivos, só substituindo o art. 5º e seu parágrafo pelo art. 5º e seu parágrafo, aprovados na Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É uma questão de aparência e essência.

O problema da emenda da Comissão de Justiça é que ela cria dificuldade no custeio. Não é exatamente o problema da seleção.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Certo. E no problema da seleção de quem vem, eu acho que eu e o Senador Flávio Arns tivemos a felicidade de estarmos na Câmara antes, então conhecemos esse programa, de grande êxito, indicado pelos deputados, sem nenhum problema.

Os deputados que indicam, anualmente, podem indicar até dois... Cada deputado pode indicar até dois estagiários. E a procura sempre é muito grande, pelo menos me procuravam bastante. Infelizmente eu só podia indicar dois nomes.

E tinha... Eu acho também que fortalece os senadores, fortalece os deputados. A gente tem muito receio de criar mecanismos que fortalecem a procura dos senadores pelos eleitores e por pessoas que não... Que sequer votaram naquele senador, mas vai procurá-lo para poder participar do estágio visita.

Eu considero, Senador Flávio Arns, que o mecanismo mais adequado era nós fazermos como o da Câmara, que tem uma simplicidade, tem uma facilidade, funciona tão bem, sem precisar de criar critérios que aparentemente são mais democráticos. Eu acho que o formato da Câmara nos ajudaria mais.

Eu seria mais pela manutenção do formato do Senador Romeu Tuma, embora compreenda perfeitamente o sentido da correção que V. Exa. quer fazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite, senadora? Não, eu tenho a impressão que o Senador Flávio Arns está preocupado com a democratização na escolha.

Mas o objetivo que eu senti do projeto é da vinculação forte entre o Senado, senador e os estudantes.

Quer dizer, o objetivo é saber de cada senador como é o seu comportamento dentro da Casa. Então, se os Senadores puderem indicar, ele poderá, sem dúvida nenhuma, trazer aqueles que já tem ambição de querer conhecer como é que funciona o Senado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até peço um aparte, eu peço desculpas, porque, de fato, está lá, eu me equivoquei. Mas é favorável o relatório ao presente projeto com a emenda oferecida. E a Emenda nº 2, da CCJ, e pela rejeição da Emenda 1, que era a dificuldade a que o Senador Inácio Arruda se refere. Então, eu, de fato, me equivoquei na minha observação, porque aquilo que eu falei, solicitando ao Senador Romeu Tuma, ele próprio já havia tomado a iniciativa.

Me desculpe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Está plenamente considerada a observação do Senador Flávio Arns.

E queria aqui fazer uma leve emenda. Eu acho que, não é uma questão de equívoco Senador Flávio Arns. É que V. Exa. Está sempre muito atento, muito preocupado com todas as matérias.

Senador Augusto Botelho, deseja se manifestar sobre a matéria?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu queria saber, entender bem essa emenda que o Senador Tuma apresentou, que eu não entendi bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Todos podem participar e os critérios de seleção, que é o parágrafo único aqui, a Comissão diretora do Senador vai fazer o programa de como aceitar os estagiários. Então, não é uma coisa aleatória. Tem que ter uma regra. E ela está aqui dentro do projeto.

Então, isso eu acho que suprime um pouquinho a preocupação de V. Exa. e o senador também trouxe para cá uma tese que já é conhecida e com bom sucesso na Câmara dos Deputados há cinco anos, se eu não me engano, segundo a exposição de motivos de V. Exa.. Se não ler a exposição de motivos, a gente não entende o relatório.

[risos].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Agora eu entendi. Porque realmente o mérito do aluno pode ser considerado na normatização que a Mesa Diretora vai fazer. Então, aí considerando o mérito. Eu acho que o mérito é uma coisa importante, que é o mérito do aluno. Se ele quiser vir, ele tem que melhorar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não pode vir para passear.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ele tem que ter mérito, tem que ter conhecimento, um bom aluno, essas coisas todas, para a gente poder.

E se ele realmente quer vir aqui, ele começa a tentar atingir os objetivos. Tem que haver uma contrapartida do aluno para poder vir aqui.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada Senador Augusto Botelho.

Eu quero parabenizar também a iniciativa do Senador Inácio Arruda, a preocupação da Senadora Serys, também, em oferecer um projeto de resolução que possa possibilitar uma regulação dessa questão do estágio no Senado Federal.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, a Mesa coloca em votação. Os senadores e senadoras que aprovam, mantenham-se como estão. Com o parecer do Projeto de Resolução do Senado, de nº 11 de 2009. Aqueles que concordam, mantenham-se como estão. Aprovado.

Nós passaremos agora à apreciação do Item 07. Nós estamos precisando ainda da presença de três

senadores para que possamos completar o quórum e decidir sobre matérias terminativas. O Item 07, não terminativo é o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2006 que "*Autoriza a utilização da internet como veículo de comunicação oficial*." Autoria do Senador Demóstenes Torres; a relatoria é do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O relatório, não remanesce conteúdo temático a ser examinado por essa Comissão, com base na Resolução nº 01 de 2007, do Regimento Interno do Senado Federal.

Observação: a matéria é terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Com a palavra o relator, o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sra. Presidente Fátima Cleide, demais Senadores.

"O Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, determina que a União, os estados, os municípios e demais órgãos públicos podem utilizar a internet como meio de comunicação social.

Ademais, a proposição estabelece que a União estimulará e fornecerá recursos técnicos aos interessados em usar a internet com o propósito aventado.

Por fim, a vigência da lei proposta é estipulada para a data de sua publicação.

O projeto foi aprovado pela CCJ, com três emendas, que aperfeiçoam a matéria, ao promover adequação de termos, de garantir a autenticidade das publicações e corrigir a omissão relativa ao Distrito Federal.

A seguir, a proposição será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa, em decorrência de aprovação de requerimento de nossa autoria.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

De início, cabe enaltecer a iniciativa do Senador Demóstenes Torres de promover maior transparência nos atos oficiais, por meio de plataformas digitais, conforme aperfeiçoamento sugerido pela CCJ.

Todavia, no que tange à competência desta Comissão de Educação, cabe fazer alguns esclarecimentos, à luz do Regimento Interno do Senado Federal.

Ao ser apresentado, em 2006, o projeto, corretamente, foi distribuído à CCJ e à Comissão de Educação. Naquela ocasião, a Comissão de Educação estava regimentalmente amparada para apreciar o objeto da proposição.

É o que se evidencia pela redação do então vigente art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal: 'Art. 102. À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre: comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; Item V – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e à criação de tecnologia.'

Todavia, após a referida distribuição, a Resolução nº 01, de 2007, criou a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT.

Desse modo, foi acrescido ao Regimento Interno do Senado Federal o art. 104-C, para tratar das competências da nova Comissão, ao mesmo tempo em que foram revogados os citados incisos IV e V do art. 102.

Já os incisos VI e VII do art. 104-C do RISF, estipulam ser da competência da CCT dispor, entre outros temas, sobre: 'Art. 104-C: Item VI – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia; Item VII – comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens'.

O art. 91 do RISF, por sua vez, estabelece, realçamos: 'Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar: projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código'.

Parece-nos evidenciado, assim, que cabe à CCT dispor sobre o mérito do projeto em apreço, devendo a CE, por não mais dispor da competência para fazê-lo, isentar-se de deliberar sobre a matéria.

Voto.

Em vista do exposto, considero, com base nos arts. 102, 104-C, 91 e 133, V, d, do RISF, que, do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2006, não remanesce conteúdo temático a ser examinado nesta comissão."

É este meu Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores e senadoras que concordam com o parecer, relatado pelo Senador Wellington Salgado, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vai ao arquivo da comissão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vai para a Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação.

Nós estamos ainda dependendo de dois senadores para complementarmos o quórum.

Vamos passar, então, à leitura do item terminativo com os relatores presentes.

Passamos à leitura do Item 02, terminativo. Projeto de Lei do Senado, nº 309, de 2006, que "*Obriga os estabelecimentos de educação básica, superior e profissional da rede federal, estadual e municipal a ceder salas de aula e demais instalações necessárias ao funcionamento de classes de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil*". A autoria do projeto é do Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Romeu Tuma, que tem parecer favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será consolidada em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto do art. nº 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse projeto do Senador Cristovam Buarque tem uma importância vital porque abre espaço para educação, alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por redes públicas e entidades da sociedade civil.

O projeto recebeu nº 309 e veio a exame desta Comissão, em caráter terminativo.

Eu chamo a atenção que por força do Requerimento nº 1.274, do Senador Marco Maciel, ele passou a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei nº 63, de 2004; 12; 105; 64 e com os Projetos de Lei do Senado 96 e 241, 45, 63, 124.

São vários projetos que andavam no mesmo sentido, então foram juntados. Posteriormente, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 388, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, voltou a tramitação normal, independente.

"*Encaminhado inicialmente à Comissão de Constituição e Justiça, pelo PLS nº 309, de 2006 recebeu parecer pela aprovação, na forma de emenda substitutiva, com a finalidade de remover inconstitucionalidade e problemas da técnica legislativa observada em seu art. 1º.*"

Então, o relatório da Comissão de Justiça, ele retirou aquilo que foi, pela própria Comissão, reconhecido como inconstitucional e mandou para esta Casa, para essa Comissão para a solução final, por ser terminativa.

E vem toda a explicação do relator *ad hoc*, Senador Osvaldo Sobrinho, secundado pelo relator original, Senador Alvaro Dias, que entendeu configurar invasão de competência administrativa do Poder Executivo a regra contida no §1º, do art. 1 º do projeto, a qual obriga o poder público da União, por meio de seu estabelecimento de ensino, a publicar o número e também a localização das salas de aulas disponíveis.

E aí ele corrige esse fato. E diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 309, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, substitutivo.

Este é nosso parecer, senadora.

[*troca de presidência*]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Tuma. Está aberta a discussão.

Quero lembrar só que são 15 milhões de brasileiros que não sabem nem ler nem escrever, é um contingente muito grande para qualquer país. Às vezes como nosso país é muito grande, se dilui isso, se fala "Quinze milhões, o que é isso em 200 milhões de habitantes?"

Mas só para lembrar que o Uruguai tem 3 milhões de habitantes. Então, só para termos a noção do que são 15 milhões de pessoas sem saber ler e escrever.

Bom, não havendo mais quem queira discutir, continua aberta a discussão para a próxima semana.

Eu queria lembrar aos Srs. Senadores que há duas semanas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente. Se alcançarmos quórum, que diz que tem dois Senadores correndo, no corredor vindo para cá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, eu sei, mas eu queria só lembrar que nós precisamos na semana que vem fazer um esforço para conseguirmos quórum nessa Comissão.

Item? O Item 19 da pauta, na página 203. Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 23 de 2010, que "*Denomina 'Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos' o trecho da BR-259 que liga os Municípios de Curvelo e Inimutaba, em Minas Gerais*". Relator Senador Wellington Salgado de Oliveira, a quem eu passo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Relatório.

"O projeto em análise denomina 'Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos' o trecho da BR-259 que liga os Municípios de Curvelo a Inimutaba, em Minas Gerais.

Seu autor, o Senador Eduardo Azeredo, justifica a iniciativa destacando pontos da biografia do homenageado.

Nascido em 1916 e falecido em 2005, Olavo de Matos foi prefeito de Curvelo em três ocasiões, além de vice-prefeito e vereador. Construiu praças, escolas e avenidas, sem descuidar de seu forte compromisso com as pessoas mais necessitadas.

O trecho cuja denominação se pretende alterar une Curvelo a Inimutaba, onde se situa a fazenda em que nasceu.

A proposição foi distribuída com exclusividade à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

O projeto de lei em exame observa os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar, nada havendo a obstar no que concerne à sua constitucionalidade.

No que se refere à juridicidade, o projeto encontra amparo no artigo 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, segundo o qual, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

No que toca à técnica legislativa, o projeto obedece aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, consideramos justa a homenagem proposta a Olavo de Matos, notável homem público, que honrou a cidade de Curvelo e o Estado de Minas Gerais.

Voto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 23, de 2010."

É esse meu Voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Wellington.

A matéria vai ser ainda votada em bloco, pela Decisão nº 01 dessa Comissão, aprovada por unanimidade em 09 de 06 de 2009.

Como não temos ainda o quórum estabelecido para votação, falta apenas um senador. São três. Catorze ainda. Catorze. Não temos quórum... Ah, tem dois lá dentro, mas mesmo assim, nós não temos quórum.

Portanto, esse projeto de lei vai ser analisado ainda, vai ser votado e discutido na próxima reunião ou quando tivermos quórum.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de incluir um requerimento extrapauta, enquanto o quórum, talvez tenhamos quórum, daqui a pouco. Mas só solicitar à V. Exa. a inclusão extrapauta o requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Primeiro eu quero... Eu quero colocar à apreciação dos Srs. Senadores a colocação extrapauta do Requerimento de autoria do Senador Flávio Arns. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Há um outro requerimento aqui extrapauta... Que propõe a realização de Audiência Pública para discutir as alterações propostas pelo Comitê Olímpico Brasileiro-COB, da Lei 12.035, que é o ato olímpico e da Lei 9.615, que é a Lei Pelé, que regulamentam a proteção aos símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Estou colocando também à apreciação dos Srs. Senadores se podemos colocar extrapauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos aprovar, Sra. Presidente. Ato Olímpico é importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, fica para extrapauta.

O Secretário Júlio me diz que faltam ainda dois Senadores.

Então, vamos votar os requerimentos extrapauta que entraram agora. E assim, nós poderemos esperar ainda os nossos dois Senadores que faltam.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do seu Requerimento.

SR. SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu, infelizmente, não tenho cópia aqui, mas...

[risos]

Muito bem. É bem rapidinho. "*Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, para abordar a regulamentação da Lei nº 12.101, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social*."

E recomendo aqui a realização de Audiência Pública, por se tratar da Comissão de Educação, de um representante do Ministério da Educação, de um representante da Casa Civil, que o projeto, depois, vai para Casa Civil, e a Casa Civil que está organizando a sistematização, e dois representantes das entidades

de educação, com atuação no ensino fundamental e com atuação no ensino superior.

Só explicando bem rapidamente, a lei sobre entidades beneficentes de assistência social foi aprovada no ano passado, é a Lei 12.101. Então, trata da concessão do título de filantropia, vamos dizer, para entidades de educação, de saúde e de assistência.

Agora, a lei está sendo regulamentada e a sociedade deseja participar do debate da regulamentação da lei, é uma das coisas mais importantes.

Então, nós teríamos que ter duas audiências. Uma aqui, para debater a questão da educação e a outra, na CAS, que é Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre entidades de saúde e de assistência social.

Então, seria uma audiência importante, faço apelo, inclusive, para a Secretaria e para V. Exa., que nós pudéssemos fazer o mais breve possível e que eu sei que os Ministérios estão enviando para a Casa Civil os documentos de como regulamentar essa lei.

Então, nada melhor do que os Ministérios virem aqui junto com a sociedade, debatermos como a lei está sendo regulamentada. Por isso a Audiência Pública, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Alguém quer discutir o Requerimento do Senador Flávio Arns.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos aprovar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Eu quero informar que o Requerimento, o Item nº 20 da pauta, que é requerimento da minha autoria, eu estou pedindo a retirada de pauta porque o governo propõe uma forma de encontro do grupo todo para discutir essa questão que já está em andamento.

Portanto, tornaria-se, tornar-se-ia inócua uma audiência pública a respeito.

Há um outro requerimento à Mesa, da minha autoria e do Senador Flávio Arns, que é justamente sobre alteração na Lei Pelé e no Ato Olímpico, nas duas leis, sobre a mudança, regulamenta a proteção ao símbolos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Esse requerimento, Srs. Senadores, deu-se por uma solicitação do Carlos Arthur Nuzman, que preside o COB, ele propõe ao Senador Sarney que a pudesse fazer uma alteração no texto da lei. A proposta é do COB. E se há uma proposta do COB para mudar a lei, nada mais justo que essa Comissão negocie e discuta essa proposta.

Então, discutimos aquilo que o COB está pedindo. O COB já está pedindo e nós vamos nos propor aqui a discutir numa Audiência Pública a solicitação do COB.

Não sei se o Senador Flávio Arns quer--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Está entrelaçado com a Lei Pelé

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Lei Pelé e Ato Olímpico. São os dois.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que a Lei Pelé tem relações com o PL 09, é isso? Porque tem um Projeto de Lei da Câmara também que vem alterando a Lei Pelé. Se for requerimento, discutiremos em conjunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, como a solicitação foi feita ao Presidente da Casa, eu acho que nós podemos discutir aqui, independente de outras discussões que podemos fazer depois.

Portanto, Senadores que concordam com essa audiência pública permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sra. Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A Senadora Fátima Cleide havia proposto um acréscimo de requerimento para a Audiência Pública de amanhã, o Secretário Executivo do Ministério da Educação.

Então, encaminhar à Mesa, subscrevi o requerimento que ela havia preparado, uma vez que ela se encontra em entrevista nesse momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Suplicy pede a inclusão aqui na pauta de um requerimento da Senadora Fátima Cleide, que adita o Requerimento 10 dessa Comissão, convidando o Sr. Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes, que é o Secretário Executivo do Ministério da Cultura, para participar da Audiência Pública que irá debater as propostas e resoluções aprovadas na Conferência Nacional de Cultura.

Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. Então, aprovado a inclusão extrapauta.

Agora, coloco em discussão o Requerimento. Se algum Senador quiser fazer uso da palavra. Como não há, coloco em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Não havendo quórum para os nossos terminativos, quero fazer apenas um comunicado. Comunico aos Srs. Ministros... Aos Srs. Senadores, o recebimen-

to de Convite do Sr. Ministro de Educação Fernando Haddad para solenidade de abertura da Conferência Nacional de Educação, CONAE, a realizar-se no dia 28 de março do corrente, domingo, às 18h00, no Centro de Convenção Ulysses Guimarães, em Brasília.

Informo que o evento ocorrerá entre os dias 28 de março a 1º de abril do corrente, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Maiores informações sobre a conferência e programação completa poderão ser obtidas no endereço eletrônico, portal. mec.gov.br..

É imprescindível a confirmação da presença até o dia 25 de março de 2010, por meio dos telefones que se encontram aqui nessa Comissão. Os senadores que desejarem cópia do convite também estará à disposição.

Amanhã, nós temos uma Audiência Pública sobre propostas e resoluções, aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura. A autoria do requerimento é da Senadora Ideli Salvatti, Fátima Cleide e José Nery. Os convidados: João Batista Ribeiro Filho, Coordenador Executivo da 2ª Conferência Nacional de Cultura; Chico César, Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa; Daniel Zen, Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour; e Sandra de Sá, cantora e compositora.

Portanto, todos estão convidados para amanhã, às 10h00, nessa sala.

Muito obrigado, e dou por encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h48.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, José Nery, Cícero Lucena e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Sadi Cassol, Valter Pereira, Geovani Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 10/10-CE, de autoria dos Senhores Senadores Ideli Salvatti, Fátima Cleide e José Nery, e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 10/10-CE, de autoria dos Senhores Senadores Fátima Cleide e Eduardo Suplicy, destinada a debater as **"Propostas e resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura"**. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Sérgio Mambert, Presidente da Fundação Nacional de Artes –FUNARTE/ MinC; Senhor Gustavo Vidigal, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Cultura – MinC; Senhor Paulo Brum, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Neide Aparecida da Silva, Assessora Técnica do Ministério da Cultura – MinC; Senhor Maurício Dantas, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura – MinC; Senhor Bernardo Mata Machado, Coordenador de Relações Federativas e Sociedade do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Maria Virginia da Silva Martins, Consultora do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Keilah Diniz, Assessora Técnica do Ministério da Cultura – MinC; Senhor João Roberto Peixe, Coordenador Geral de Relações Federativas e Sociedade e Coordenador do Sistema Nacional de Cultura da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Maria Helena Costa Signorelli, Coordenadora-Geral de Economia do Livro da Diretoria de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura – Minc; Senhora Neiva Maria Ortega Marques, Assessora Técnica da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Rose Mary Bering Valente, Assessora Técnica da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura – Minc; Senhora Jane de Alencar, Técnica de Coordenação da II Conferência Nacional de Cultura – Ministério da Cultura – Minc; Senhora Magali Guedes Moura, Chefe de Gabinete da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura – MinC e Senhor Jorge Vinhas, Assessor Parlamentar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN/MinC. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor João Batista Ribeiro Filho, Coordenador Executivo da II Conferência Nacional de Cultura;**

Senhor Alfredo Manevy, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura – MinC; Senhor Chico César, Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, Cantor e Compositor; Senhor Daniel Zen, Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour – FEM e Sandra de Sá, Cantora e Compositora. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores José Nery – autor do Requerimento e Augusto Botelho. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e um minuto, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 10, desta comissão, deste ano, de autoria dos Srs. Senadores Ideli Salvatti, Fátima Cleide e José Nery, e o Aditamento nº 1 ao requerimento nº 10, de autoria dos Srs. Senadores Fátima Cleide e Eduardo Suplicy, para realização de Audiência Pública, destinada a debater as propostas e resoluções aprovadas pela Conferência Nacional de Cultura.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao secretário da comissão Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Essa reunião de hoje tem o escopo de discutir o resultado da 2ª Conferência Nacional de Cultura, para eleger... Que elegeu 32 prioridades para o setor da cultura.

Mas a nós, aqui, do Congresso Nacional, o que diz especificamente ao nosso interesse mais legal, seria aquelas proposições que estão correndo, ou no Senado ou na Câmara dos Deputados, e, especialmente, aquilo que a 2ª Conferência propõe, que é a aprovação, pelo Congresso, da PEC-416, e essa PEC-416, ela está na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à Constituição 416, de autoria do Sr. Paulo Pimenta, que acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Então essa PEC encontra-se ainda na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial.

Temos ainda a PEC que institui o Sistema Nacional de Cultura, PEC-150. Essa PEC-150, ela foi apensada a várias outras PECs na Câmara dos Deputados. Foi apensada... Aliás, essa 150 foi apensada à mais antiga, que é a 324. Foi apensada a 427, a 310.

Então são quatro PECs caminhando juntas: a 326, a 427, 310 e a 150. Todas elas dizem... O objetivo precípuo é a destinação de recursos à cultura. A última a 110, que essa aqui está, diz mais interesse nós, mais direto, é aquela que fica declarada a solicitação de, pelo menos, 2% para a cultura, que é... 2% para a cultura.

E há outras PECs, que é nunca menos inferior a 6%, e assim por diante. Mas são todas as PECs que ainda estão na Câmara dos Deputados.

A PEC 49, que insere a cultura no rol dos direitos sociais à Constituição Federal, bem como os Projetos de Lei – aí, sim – que institui o Plano Nacional de Cultura, que está lá na Câmara dos Deputados, entrou agora em janeiro deste ano, e a relatora é a Deputada Alice Portugal. Quer dizer, ainda temos aí um tempo para análise. Está começando agora, ela foi designada a semana passada ainda para esta função.

E o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura, o Pró-Cultura, que modifica a Lei Rouanet, também está na Câmara dos Deputados para análise.

E aquela que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura.

Portanto, nós estamos aí com todos aqueles... O marco regulatório... O que poderia ser chamado de marco regulatório da cultura está toda na Câmara dos Deputados. Então é um ano que a Câmara vai trabalhar muito com essa área.

Como é um ano político, e essa Casa, 2/3 dos senadores vão se candidatar ou vão deixar a vida pública, esses 2/3 vão fazer com que julho, agosto, setembro e outubro sejam meses com menos parlamentares trabalhando nessa casa, ou com uma assiduidade menor. Então nós vamos fazer o possível, primeiro, para que a Câmara dos Deputados aprove, porque sem eles aprovarem não vem para cá. Quer dizer, conhecendo um pouquinho já em dois mandados de deputada federal e agora de senadora, eu não acredito que venham para o Senado esses projetos todos esse ano, mas, pelo menos, alguns deles deverão vir, e nós vamos ficar aqui atentos esperando a continuidade. Como eu ainda tenho mais quatro anos, eu, pelo menos, permaneço aqui direto acompanhando esses projetos todos.

Portanto, nós vamos aqui começar a discutir questões que são de fundamental interesse para a cultura. Não só esses marcos regulatórios, por exemplo, recurso é fundamental, sem dinheiro pouco se faz na cultura, e nós estamos aplicando menos de 1%, não chegou a 1% ainda o orçamento nosso, é menos de 1%, e a luta é para que gente chegue pelo menos a 2%.

Agora, não pode a cultura, o esporte dependerem tanto de emendas parlamentares, porque as emendas parlamentares são cíclicas: num ano você pode ter e no outro ano você não pode ter. Quer dizer, aí a cultura fica: eu faço esse ano, o ano que vem não tem continuidade porque no teve o dinheiro. Então, no pode ficar só dependendo das emendas parlamentares, também não pode ficar só dependendo dos aportes externos de recurso. Nós temos que ter efetivamente dinheiro no orçamento para a cultura. Essa que tem que ser a nossa luta. Isso mesmo Mamberti.

E aqui eu quero agradecer a presença e registrar a presença do Sérgio Mamberti, querido companheiro de luta pela cultura, presidente da FUNARTE. Seja muito bem a esta Casa. Do Augusto Vidigal, que é o nosso secretário-executivo adjunto. Cadê o Augusto? Está ali. Secretário adjunto do Ministério da Cultura. O Paulo Brum, que é companheiro nosso aqui de jornada, que é o chefe de Assessoria Parlamentar do Ministério da Cultura nesta Casa. Cadê a Paulo? Estava por aí caminhando. A Neide Aparecida da Silva, assessora técnica do Ministro da Cultura. Cadê a Neide? Estava lá no fundo há pouquinho. O Maurício Dantas, que é assessor da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura. O Bernardo Mata Machado, coordenador de Relações Federativas e Sociedade do Ministério da Cultura – MINC. Seja bem-vindo. A Maria Virgínia da Silva Martins, consultora do Ministério da Cultura. Obrigada pela presença. A Keila Diniz, assessora técnica do Ministério da Cultura. Seja bem vinda, Keila.

E, durante a nossa audiência, nós vamos notificando outras pessoas que, por acaso, estejam conosco.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Nery, um dos autores do requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente. Sra. Presidente Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho. Quero cumprimentar especialmente a todos os nossos ilustres convidados e convidadas para esta Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, dizer que é com muita alegria sou coautor desse requerimento para essa sessão de debates, juntamente com a Senadora Ideli Salvatti, Fátima Cleide e outros Srs. Senadores e Senadoras.

E mesmo nessas nossas manhãs, que temos quatro, cinco comissões funcionando simultaneamente, e, muitas vezes, temos que compartilhar e participar de todas elas, mas fiz questão, atendendo a necessidade da estar aqui, na abertura desses trabalhos, Sra. Presidente, para manifestar aqui uma preocupação de se materializar em definições, em orientações após essa sessão de debate, nessa Audiência Pública, sobretudo relacionado com a questão fundamental de certo desprezo histórico à questão da cultura brasileira, porque a federação, como um todo, município, os estados e a União, embora reconheçamos aqui e ali alguns avanços, mas a grande verdade é que a cultura sempre tem sido aquela que recebe a menor parte do orçamento público nacional em todos os entes(F) da Federação.

Então creio, Sra. Presidente, já me adiantando, nós precisaríamos, ao final desta audiência, estabelecer alguns compromissos, vinculados à necessidade de fazer com que o orçamento da República para o ano vindouro e um luta sem trégua na Comissão de Orçamento e com todo o Congresso Nacional, senadores e deputados, no sentido de valorizar essa verdadeira possibilidade de garantir inclusão social às nossas potencialidades no mundo do turismo, a partir da cultura popular brasileira.

Nesse sentido, eu creio que o compromisso fundamental seria, ao final, definir uma pauta de discussões junto à Comissão do Orçamento, para que 2011 possa ser diferente e não tenhamos apenas menos de 1% do orçamento nacional para a cultura brasileira.

Portanto, quero cumprimentar e parabenizar a presença do Chico César, orgulho da cultura nordestina, paraibano, e quero cumprimentar o secretário-executivo Alfredo Manevy, a Sandra de Sá, nossa querida cantora e compositora, João Batista Filho, que coordenou os

trabalhos da II Conferência Nacional de Cultura, e o Acre, na pessoa do Daniel Zen, que... O Acre, que, por sinal, tem nos dado grandes lições não apenas na área da cultura, mas, sobretudo, Senadora Marisa Serrano, na luta em defesa da sustentabilidade ambiental, e ali realizando projetos de largo... de muita referência não só para a Amazônia, bem como para o Brasil.

Então eu cumprimento a todos, e lamento ter que seguir imediato para um debate na CNBB, que trata da luta no combate ao trabalho escravo no Brasil. Uma chaga que ainda temos que tratar em pleno século XXI. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Quero passar a palavra ao professor João Batista Ribeiro Filho, que coordenou a II Conferência Nacional de Cultura do Ministério da Cultura.

Antes de lhe dar a palavra, quero cumprimentar aqui e agradecer a presença do Senador Augusto Botelho, do PT de Roraima, o Senador José Nery, que já falou aqui, do PSOL, o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, o Senador Roberto Cavalcanti, que hoje está aqui representado... A Paraíba está aqui representada. E a gente fica feliz de estarmos aqui juntos.

Passo a palavra, então, ao professor João Batista Ribeiro Filho.

Senador Inácio Arruda, que acaba de chegar, e é muito bem-vindo.

SR. JOÃO BATISTA RIBEIRO FILHO: Bom-dia a todos e a todas. Excelentíssima Sra. Presidente da comissão, Senadora Marisa Serrano; todos os senadores presentes; meus colegas de mesa; compositor Chico César; meu colega de Ministério, secretário-executivo Alfredo Manevy; minha querida cantora flamenguista, carioca, Sandra de Sá; meu velho companheiro de gestão cultural Daniel Zen; meus companheiros de ministério aqui presentes, que compartilharam comigo essa aventura humana de construção coletiva da II Conferência Nacional da Cultura; colegas da imprensa; todos os demais presentes.

Queria dizer, inicialmente, que é um prazer a gente estar logo nesse momento, pós-conferência, neste convite da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. É a primeira aparição pública das propostas que foram elencadas e aprovadas na II Conferência Nacional de Cultura, e justamente nesse espaço democrático do Senado Federal.

Ali, na nossa projeção, aparece um termo chamado conferindo os conformes. Eu queria, com toda licença, Senadora Marisa Serrano, dizer da origem desse termo. Nós procuramos... Indagados para o que serve uma conferência, o que é uma conferência, e aí procuramos os conceitos, geralmente, dos dicionários... No Aurélio diz que é cotejo, confronto, conferir também o que está sendo decidido. A ONU utiliza essa ferramenta como instrumento de concertação entre as nações. Mas foi de um ribeirinho, da região amazônica do Pará, durante a Conferência Estadual de Cultura daquele estado, que eu ouvi a definição mais precisa para que é que serviria uma conferência. É o mestre Alarino(F), creio que semianalfabeto, já octogenário... Uma repórter perguntou para ele: "Mas mestre, para que serve fazer conferência, na sua concepção?" Ele disse: "Minha senhora, conferência eu creio que é para gente conferir se tudo está nos conformes". Foi a expressão que para mim sintetizou toda essa mobilização que, de uma forma expressiva e inédita, conseguiu, através de um processo participativo, envolver mais de 3 mil municípios, precisamente 3.117 municípios da federação brasileira, todos os estados, de uma forma suprapartidária, todos os chefes de executivo convocaram as suas respectivas conferências, todas as capitais, e a gente chegou a um processo que envolveu 206 mil pessoas, em toda a República Federativa do Brasil. Podemos passar a transparência?

Ali está meio apagado, mas os dados gerais da conferência nos mostram as etapas em que ela foi construída. A primeira etapa é a etapa municipal que envolveu mais de 3 mil municípios; a segunda etapa, que foi a etapa estadual, com todos os estados da federação e 10 mil pessoas participando dessas conferências; acrescentamos também uma etapa inédita, que foram as conferências livres, que acabaram envolvendo cerca de 1.200 pessoas, em 26 conferências; a quarta etapa, que, para nós do Ministério da Cultura, foi um espaço fundamental de ser ocupado, que foi a etapa que nós chamamos de pré-conferências setoriais, que do dia 7 ao dia 9 de março, a semana anterior à conferência propriamente dita, à etapa nacional, conseguiu reunir 19 segmentos das linguagens artísticas, inclusive com segmentos que nunca antes tinham sido convocados para um debate nacional, como é o caso do *designer*, da moda, da arquitetura, do urbanismo, envolvendo 143 pré-conferências setoriais e reunindo, aqui em Brasília, 743 delegados eleitos; e a quinta etapa, que coroou todo esse trabalho, essa construção coletiva, que foi a Conferência Nacional propriamente dita, com cerca de 1.400 mil(F) participantes, de todo o país, englobando observadores, delegados, convidados...

Eu me lembro de uma questão curiosa, no último dia da conferência, num domingo, dois senhores assim bastante rústicos chegaram no ambiente da conferência e perguntaram se poderiam entrar, e uma das organizadoras da conferência perguntou o que é que eles queriam na conferência. E eles: "Nós queríamos passear na conferência". Quer dizer, a conferência

atingiu um grau de diversidade tão grande que eu diria que ela conseguiu representar a fala de muitos brasis, fazendo jus ao seu temário geral: Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento.

Eu creio que, de uma forma inédita, o Brasil revelado, desescondido, visível, ele tentou, nessa conferência, da forma... da mais perfeita tradução, tentar construir um elenco de propostas, que pelo teor e pela qualificação, que nós vamos falar nesse momento, que é o objeto maior da convocação, e que o meu colega Alfredo Manevy deve aprofundar mais, nos mostra primeiro o seguinte, que os fazedores de cultura, os gestores, os artistas, os produtores, os parlamentares, os produtores em geral, estão propondo questões pensando o Brasil, não pensando somente a sua região, não pensando somente o seu segmento artístico. E essa qualidade do que foi traduzido em proposta nos dão um elenco assim fenomenal, um elenco expressivo do que está se debatendo, o que está se construindo nos últimos anos na cultura brasileira, o que tem se acumulado, e um papel preponderante do parlamento nessa construção coletiva, não só na agenda legislativa, nas conquistas e na consolidação dessas questões. Pode passar a outra lâmina, por favor.

Ali nós temos projetado o grau de participação de cada região nessa construção coletiva, e o Nordeste deu uma contribuição altamente expressiva com cerca de 62,63% de seus municípios participando dessa construção. O Norte brasileiro também, a Região Norte, que na primeira conferência teve municípios que inclusive a participação foi zero, sairam desse patamar para o 100% de participação, como é o caso do Acre e o caso de Roraima. O Centro-Oeste também, que na primeira conferência tinha tido uma participação sofrível, aumentou também a sua participação de forma expressiva. O Sudeste com 52,81% também teve um participação exemplar, assim como o Sul, com 53,61.

Esses dados regionais nos mostram uma participação num grau inédito e expressivo, que eu creio que nenhuma outra conferência pública conseguiu atingir esse patamar de participação. Pode passar a última lâmina, por favor.

E ali ainda com a transparência um pouco inibida e quase apagada, nós temos um dado... Os dados em barras, em amarelo aparece a participação de cada estado em termos de município nessa II Conferência, e, em vermelho, a participação que houve na I Conferência. Pode passar.

Então, essas quatro lâminas dão um geral da participação de todos os entes federados da República Federativa do Brasil nessa conferência.

Agora me atento ao produto, em termos de propostas que saiu dessa II Conferência Nacional de Cultura, e focando as 32 propostas que foram consideradas prioridades, não menosprezando as demais que também foram aprovadas durante a conferência, a gente, sem falar de cada uma especificamente, aproveitando um trabalho feito pelo professor Bernardo Machado, que está aqui presente, que foi o coordenador, o elaborador do texto base da II Conferência Nacional de Cultura, nós temos, primeiramente, a destacar que há uma tendência nas propostas de buscar um novo mapeamento da cultura brasileira, de colocar os vários estados nesse mapa da cultura, da valorização dos patrimônio cultural e do intercâmbio, ou seja, apontam para um necessidade do Brasil se ver, se revelar e das trocas culturais.

O segundo grande foco que eu colocaria das propostas que surgiram da conferência é o cruzamento entre cultura, educação e profissionalização. Nas propostas, há uma tendência muito grande e uma demanda muito grande em cima da formação artística, técnica e de gestores: o reconhecimento dos mestres da cultura popular e a necessidade disso estar vinculado ao ensino formal e da profissionalização, que, inclusive, foi objeto de uma Emenda Constitucional, a Emenda Constitucional 48, em 2005, que acrescentou à Constituição Federal o § 3º, no art. 215, e onde um dos incisos fala da necessidade da formação da mão de obra qualificada para a cultura em suas múltiplas dimensões, ganhando *status* constitucionais.

Senadora Marisa Serrano, as terceira incidência cabal das propostas que foram tiradas da II Conferência Nacional, e a proposta mais votada inclusive, trata da institucionalização da cultura, ou seja, os gestores, os produtores, os artistas já prevêem que é necessário consolidar as conquistas na área cultural, que até hoje viraram lei, viraram Emendas Constitucionais, e, mais do que isso, que a gente avance além do que já foi conquistado.

Nesse sentido, transformar em políticas de estado as conferências, os pontos de cultura, a Lei da Cultura Viva, o Mais Cultura foram pontos destacados na II Conferência Nacional de Cultura. Além disso, a grande pauta que está no Congresso Nacional hoje, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, e que há um anseio imenso, todas as regiões do país de verem materializados esses sonhos.

A nova Lei dos Direitos Autorais também foi bastante focada na II Conferência Nacional, a necessidade da sua atualização e reforma.

A consolidação das leis sociais e a cultura, dentro dessa pauta, a Internet, como serviço público, o Plano Nacional de Banda Larga, principalmente quando foi focada uma questão que... vinculada às desigualdades regionais imensas desse nosso país, chamado

Brasil, que não se pode confundir desigualdade com diversidade.

A regulamentação da complementaridade dos sistemas público, privado e estatal de comunicação, como uma necessidade também prioritária da regionalização da produção cultural brasileira tão rica, tão diversa, mas, muitas vezes, bastante invisível.

O fortalecimento do Instituto Brasileiro de Museus; o Sistema Nacional de Cultura, que a senhora fez referência no início da sua fala, incluindo, naturalmente o Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais; a descentralização da política cultural de comunicação, envolvendo, primeiro, a descentralização dos recursos, e, segundo, de equipamentos.

Há uma demanda muito grande vindo da conferência, em termos da construção de centros culturais, bibliotecas, museus, salas de cinema nos municípios, principalmente em função do convênio estabelecido entre o Ministério da Cultura e o IBGE, que desnudou o mapa da desigualdade cultural do país.

A valorização das potencialidades regionais e locais; a promoção da diversidade cultural, regional brasileira por meio das emissoras de rádio e TV do campo público; uma atenção especial ao campo popular, traduzido em propostas que abrangem comunidades e povos tradicionais; culturas indígenas e afro-brasileiras; o combate à discriminação e à tolerância, e a demarcação de terras, principalmente terras de comunidades tradicionais, comunidades quilombolas; ações socioeducativas e ambientes lúdicos com uma transversalidade e uma ponte necessária e urgente entre a educação e cultura.

E, finalmente, desse apanhado mais geral, a questão da cultura, do meio ambiente e do turismo como questões que não podem ser tratadas em separado, mas que, nesse momento, para o país significam ativos econômicos, ativos culturais, ativos sociais da maior grandeza, e que a II Conferência Nacional de Cultura conferiu um destaque substancial.

Então a conferência justamente ela... Eu acho que ela fez jus à colocação do mestre Alarino, ela conferiu os conformes, a II Conferência Nacional de Cultura, e confrontou, conflitou e, no final, ela traduziu o que toda conferência deve traduzir, segundo os conformes da Organização das Nações Unidas. Ela fez um grande uma concertação da cultura brasileira. E essa concertação é que nós estamos apresentando pela primeira vez pós-Conferência Nacional de Cultura aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos ao professor João Batista Ribeiro Filho, que coordenou a II Conferência Nacional de Cultura do Ministério da Cultura, que fez aqui um apanhado daquilo que foi tratado e trabalhado pelos milhares de pessoas, em todo o país, que discutiram a cultura.

Quero cumprimentar aqui o Senador Flávio Arns, que estava aqui há pouquinho, e dizer que o João Batista tem razão, quando fala que nós precisamos interiorizar a cultura. Quero dar um exemplo, Corumbá é uma cidade histórica em Mato Grosso do Sul, fronteira com a Bolívia e uma cidade à beira do rio Paraguai, muito bonita. Está beirando a 100 mil habitantes, tem 94 mil habitantes. Ao lado dela, mas grudado, separado por uma rua, tem outra cidade chamada... Esqueci o nome agora. Vou lembrar já. Um outra cidade ao lado dela e, claro... Ladário. Então, Ladário e Corumbá são juntas, formam mais de 120 mil habitantes, e não têm nenhum cinema, e o sonho deles é ter um cinema. E aí eu estou acertando com o prefeito a possibilidade, e ele estava animado, em restaurar uma antiga casa, já no final do século retrasado para transformar num cinema. E aí, pelo menos, Corumbá vai ter um cinema. E a vizinhança com a Bolívia também muito importante, porque a Bolívia do lado de lá também não tem cinema. Então, o cinema poderia ser uma atração para três cidades, ao mesmo tempo. E essas coisas que a gente tem que pensar na cultura. Isso e muitas outras coisas.

Mas eu quero passar a palavra para o Dr. Alfredo Manevy, secretário-executivo do Ministério da Cultura e grande companheiro. Aqui, temos trabalhado juntos, porque aqui, nessa Casa, pelo menos nessa comissão, eu posso lhes afiançar que, em questão de cultura, não há nenhum tipo de diferenciação partidária. Todo mundo trabalha junto. Independente. Nós sabemos o quanto a cultura é fundamental, é a força, a raiz de um povo, e não há como a gente deixar de lado o apoio irrestrito à cultura. E o Dr. Manevy sabe que conta sempre com o nosso apoio aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Com a palavra por 15 minutos, Dr. Manevy.

SR. ALFREDO MANEVY: Bom-dia a todos e a todas. Prezada Senadora Marisa Serrano, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, hoje presidindo aqui também a Mesa; meu caro Joãozinho Ribeiro, coordenador da Conferência Nacional de Cultura; caro Daniel Zen, secretário de cultura do Estado do Acre; cumprimentar a Sandra de Sá e o Chico César, dois artistas aqui presentes, e o Chico, além de artista, também é gestor público à frente da secretaria de cultura de João Pessoa, e também delegado da Conferência Nacional de Cultura; cumprimentar aqui todos os senadores presentes, a comissão, em nome da Senadora

Marisa Serrano; e também cumprimentar meus vários colegas de Ministério da Cultura aqui presentes: querido Sérgio Mamberti, o Bernardo Mata Machado, Roberto Peixe; coordenador do Sistema Nacional, Maurício Dantas; enfim, todos vocês aqui sintam se homenageados também pelo trabalho feito na conferência.

Eu quero, depois da fala muito científica e precisa do João Ribeiro em torno dos resultados da conferência, eu vou me permitir aqui acho que sublinhar alguns aspectos de ordem de consequência institucional e política que são ganhos profundos dessa conferência que nós, no ministério, eu acho que todos participaram compartilham dessa avaliação, dessa conferência que nós consideramos um grande marco no avanço dessa concertação em favor da cultura brasileira, concertação essa que a Senadora Marisa menciona sempre que fala sobre a cultura brasileira e sobre as políticas culturais, que têm permitido entre nós, Congresso Nacional e Executivo, uma relação de parceria e de visão estratégica que olha fundo nos desafios da agenda cultural brasileira para além das fronteiras partidárias, para além das diferenças de ênfase, permitindo construir uma agenda da cultura brasileira no parlamento hoje que é, de fato, um fato novo na agenda política brasileira.

Eu quero aproveitar e parabenizar a liderança dessa comissão, a sua liderança, senadora, e de muitos outros senadores aqui presentes, como guardiões que são dessa agenda que tem permitido que a gente qualifique muito a presença e o debate sobre política cultural no Brasil.

Eu quero sublinhar o grande salto de participação das cidades brasileiras na II Conferência Nacional de Cultura em relação à primeira conferência, realizada em 2005. Praticamos dobramos o número de cidades que participaram desse processo.

Nesse aspecto, eu acho que o processo é tão importante quanto o produto, na medida em que ao participarem prefeitos, ao participarem secretários de cultura, ao participarem parlamentares, militantes, artistas, produtores, em 3 mil cidades brasileiras, de todo o espectro partidário, de todas as regiões do Brasil, de todos os estados, certamente a consequência desse envolvimento e desse engajamento na discussão sobre política cultural terá um impacto secundário no fortalecimento da institucionalidade cultural nessas cidades, e quando falo em institucionalidade eu estou me referindo ao fortalecimento do orçamento cultural das cidades brasileiras, dos fundos públicos municipais, dos sistemas municipais de cultura, dos planos municipais de cultura.

Em muitas cidades, não há secretaria de cultura ou não há fundos de apoio focado na política cultural, ou a política cultural se dá em função de eventos e não de um caráter mais estruturante. Eu acho que essa participação de mais de 3 mil cidades, em torno dos problemas e desafios da agenda cultural brasileira, vai elevar, e muito, o compromisso e essa concertação nacional em favor dessa agenda.

Outro salto, aí, nesse ponto, não quantitativo, mas qualitativo da II Conferência para a I Conferência é a presença dos artistas e produtores culturais. Nós avaliamos, senadora, que na I Conferência, muito bem sucedida do ponto de vista de uma primeira conferência, uma primeira edição, a presença dos artistas e produtores não estava à altura da nossa força cultural, da nossa criatividade, e era preciso fazer um esforço para que a conferência se transformasse, de fato, num espaço de presença daqueles que fazem arte e cultura no Brasil.

E nós criamos uma... Nós inovamos na II Conferência muito em função desse diálogo e escuta com os setores culturais, os vários segmentos da cultura, estabelecendo pré-conferências por setor da cultura, para além do aspecto federativo, ou seja, as conferências municipais, estaduais, envolvendo os diversos setores da cultura, com representações por setores importantes como teatro, como a dança, como o circo, para falar de alguns setores que são atribuição da FUNARTE, setores que não se relacionavam com a política cultural brasileira, como moda, arquitetura, arquivos. Também trataram das suas diretrizes e prioridades nos seus setores, setores como música, culturas indígenas e populares também.

Eu acho que a criação dessas pré-conferências setoriais permitiram dar tridimensionalidade para essa conferência e aumentar algo que me parece fundamental em qualquer conferência que é a representatividade e a legitimidade dessa participação, e eu acho que a II Conferência deu um grande salto nessa direção.

Um outro aspecto importante foi o suprapartidarismo. Eu tive a oportunidade de abrir a Conferência Municipal de Cultura em São Paulo, ao lado do prefeito Gilberto Kassab. Estive, no Rio de Janeiro, com o prefeito Eduardo Paes, na abertura, e ao vê-los engajados não só na elaboração das conferências, mas levando as suas propostas para esse processo, certamente tivemos aí a construção de uma agenda comum muito relevante para o avanço do resultado dessa conferência, o que permite, de fato, avançar na consolidação e percepção de que a cultura é um direito de todo brasileiro, é uma necessidade básica da população e é um papel do estado garantir, em parceria com a sociedade, em parceria com os artistas, a plena realização desse direito em todo território nacional. Então esse é outro aspecto importante.

Do ponto de vista das prioridades, o João Ribeiro apresentou várias prioridades muito importantes, que foram eleitas nesse debate da conferência. Eu queria ressaltar o caráter homologador que a conferência teve do ponto de vista dos rumos que a política cultural brasileira tem tomado no Brasil. Eu acho que, de um lado, a conferência aponta para o futuro e nos aponta novos desafios, mas ela também fortalece agendas em curso que são muito importantes para o Brasil, entre elas a nossa parceria com o Congresso e pautas que ou são oriundas do Executivo ou são oriundas do próprio Congresso Nacional e que, hoje, são conhecidas do campo cultural como a pauta da cultura no Congresso. São mais de dez pautas, entre elas projetos de lei, PECs de autoria da Câmara, do Senado, ou do Executivo, ou da sociedade em parceria... E que hoje compõem... Não me surpreendeu, embora me deixe muito feliz ver que a prioridade mais votada da conferência era aquela que a amalgamava, por escolha dos delegados, justamente os vários projetos de lei que, hoje, ou PECs, que tramitam aqui no Congresso, entre elas o Sistema Nacional de Cultura, a PEC-150, citada pela Senadora bem no início, a PEC que estabelece a cultura como um direito social na Constituição, a reforma da Lei Rouanet, que ora tramita na Câmara, a reforma da Lei Autoral, que chegará, em breve, ao Congresso, pós-consulta pública, escuta a sociedade. Então eu acho que tem um caráter homologador e de reconhecimento do trabalho que o Congresso Nacional, em parceria com o campo cultural, tem feito, junto com o Ministério da Cultura, de uma pauta para um novo marco regulatório em favor da cultura brasileira que estabeleça um patamar distintivo e elevado do papel do orçamento público, do papel da cultura no escopo dos direitos sociais e dos critérios de desconcentração regional, de desconcentração em setores da cultura, que são preocupações que a conferência trouxe e, nos parece, com muita razão, e o exemplo que a Senadora Marisa trouxe de Corumbá, é um exemplo bastante claro nessa direção de que é um desafio de todos nós garantir que o recurso público para a cultura chegue a todos os estados e cidades brasileiras, porque nós podemos, sim, falar em estados que têm mais PIB, têm maior infraestrutura econômica, mas, quando falamos de cultura, nós temos que reconhecer que existe cultura sofisticada em todos os estados do Brasil, existem artista produzindo, existe história, existe memória, existe produção simbológica, então não podemos adequar, aplicar de maneira mecânica, automática, o critério, porque estaríamos reforçando a concentração regional brasileira, e esse é um tema que a conferência eu acho que fortalece e nos obriga ir muito além do ponto de vista da desconcentração regional.

Outro tema que a conferência sublinhou, e me parece muito importante, é a questão dos equipamentos públicos, no Brasil, de cultura. O IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nesse trabalho que fizemos em parceria junto com o ministério e outras instituições, aponta que 90% das cidades brasileiras, senadora, não têm um centro cultura sequer para oferecer como um serviço público de qualidade na área de cultura: uma boa biblioteca, uma boa sala de cinema, uma programação de qualidade, que afeta a qualidade na educação, primeiro impacto, qualidade da vida da cidade, impacta os índices sociais, índice de violência.

Certamente esse número, de 90% das cidades brasileiras sem equipamento cultural público, é um indicador social relevante do nosso desenvolvimento que a conferência traz à tona como uma das suas prioridades enfrentar. E nós do Ministério da Cultura estamos ouvindo a conferência e incorporando essa preocupação, essa manchete e mensagem da sociedade como uma mensagem muito clara para que os programas na área de equipamentos públicos se fortaleçam na linha do orçamento público, estável e planejados todos os anos nas leis orçamentárias. Então esse é outro tema importante.

Um outro tema que eu acho que foi muito bem colocado pela conferência, pelo debate que o Brasil vive hoje, pelos fatos recentes que perturbaram o debate social no Brasil, a questão da liberdade religiosa. Me parece muitas queixas de religiões afrodescendentes, de comunidades indígenas e tradicionais, por políticas, defendendo políticas em favor da tolerância religiosa e da diversidade religiosa no Brasil como um direito da população brasileira.

Naturalmente o nosso estado é laico, cabe a ele zelar por essa liberdade, mas nos chama a atenção que os setores da cultura, comunidades tradicionais tenham demandado atenção desse estado laico e das autoridades no sentido de garantir o respeito, a diversidade e a liberdade religiosa.

Um outro ponto que eu sublinho também, a questão da relação cultura e educação, um tema que é central a essa comissão, e aqui o Congresso tem feito essa... tem buscado amalgamar os temas de política cultural com os temas de política educacional. Nós também temos feito um esforço, junto com ministro Fernando Haddad, de um trabalho conjunto, mas a conferência aponta essa questão como uma questão prioritária e nós estamos escutando e absorvendo com o objetivo de acelerar todas as medidas nessa direção.

Uma preocupação chave na conferência é o reconhecimento, no sistema formal de ensino brasileiro, dos conhecimentos tradicionais. Me parece [soa a

campainha] uma reivindicação muito legítima de que nosso vasto rol de conhecimentos produzidos pela sociedade brasileira, pelos mestres da cultura tradicional brasileira, que é um grande patrimônio do Brasil, seja absorvido pelo nosso sistema educacional como um grande patrimônio, dando autorização a esses mestres de que eles possam transmitir às futuras gerações esse conhecimento de saber, que é tão importante para o Brasil. É uma reivindicação dessa conferência.

Então, sublinhando esses aspectos, eu quero sintetizar dizendo a grande êxito dessa conferência e acho que ela aclama também essa parceria estratégica com o Congresso Nacional e a pauta que o Congresso tem liderado do ponto de vista da cultura. Então muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Alfredo, só uma [ininteligível] dos colegiados [ininteligível]

SR. ALFREDO MANEVY: Perfeito. Bem lembrado. O Mamberti aqui lembra que outra consequência da conferência é renovação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, instalado em 2006, dos colegiados setoriais de cultura que renovam seus delegados. E quando eu falei em presença de artistas e produtores, além do Chico César, Zeca Baleiro, pessoas que transitam da gestão pública para a produção artística, atacando esses vários territórios de atuação, presença de produtores como Paulo Borges, do mundo da moda, e outros empresários da cultura que também... Tinham grandes gravadoras da área de música, gravadoras de grande peso que participaram, e eu acho que isso também é um ganho, porque sentam na mesma mesa vários elos da cadeia produtiva e criativa para que possam concertar uma visão comum de uma política pública para esses setores. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós é que agradecemos ao Dr. Alfredo Manevy, secretário-executivo do Ministério da Cultura pela explanação do conteúdo, a parte conceitual do II Encontro, II Conferência Nacional de Cultura.

E quero cumprimentar aqui as pessoas ainda que participam dessa nossa Casa hoje: João Roberto Peixe, coordenador-geral das Relações Federativas e Sociedade e coordenador do Sistema Nacional de Cultura da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Longo o currículo. Maria Helena Costa Signorelli, coordenadora-geral de Economia do Livro, da Diretoria de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura. Neiva Maria Ortega Marques, assessora técnica da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Obrigada pela presença. Rosemary(F) Berin(F) Valente, assessora técnica da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Obrigada. Jane de Alencar, técnica da coordenação da II Conferência Nacional de Cultura, Ministério da Cultura. Obrigada. Magali Guedes Moura, chefe de gabinete da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. E Jorge Vinhas, assessor parlamentar do IPHAN, MINC, que está sempre aqui com a gente.

Acho que nós já podíamos fazer aqui uma reunião do Ministério da Cultura. Isso, para nós aqui, é muito bom, e significa que há uma sintonia grande entre o ministério e esta Casa, e que as pessoas se sentem bem aqui e participam junto com a gente. E é bom que os funcionários e assessores do ministério também conheçam essa Casa, conheçam como é que funcionam, e participem também desse processo. Eu acho que essa interação é rica.

Quero passar a palavra ao Chico César, que é diretor executivo da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOP, e dizer que eu admiro muitíssimo a sua terra, sou apaixonada por João Pessoa, não é isso, Senador Roberto? E sempre que eu posso, eu estou lá. Aliás, passei minhas férias desse ano lá. É um prazer enorme vê-lo aqui. O senhor tem a palavra por 15 minutos.

SR. CHICO CÉSAR: Bom-dia, Senadora Marisa Serrano. Bom-dia Daniel Zen; Joãozinho Ribeiro; nossa colega, musa, mulher negra, cantora, compositora, maravilhosa, Sandra de Sá; Alfredo Manevy; e demais colegas que estão aqui nesse auditório.

Anteontem, companheiros, saiu um artigo num jornal de João Pessoa, um artigo de um jornalista esclarecido em que ele dizia... Ele leu as propostas prioritárias da Conferência Nacional de Cultura, e ele enxergava dirigismo cultural por parte do Ministério da Cultura, e como se tudo fosse, vamos dizer, bolado nos escritórios, nos gabinetes do MINC e tal, e eu fiquei pensando: "O Brasil precisa conhecer, discutir essas propostas, e conhecer o processo, porque se um jornalista esclarecido – e eu digo isso porque o conheço e conheço a sua história – escreve algo assim..." E eu vou procurá-lo pessoalmente para discutir...

Essa explanação de Joãozinho Ribeiro é muito esclarecedora do processo de algo que veio de cidade a cidade, depois os estados e tudo, para que as pessoas não pensem que... Na verdade, é algo contrário, é a sociedade propondo para o governo. É claro o que Ministério da Cultura fez uma provocação, é algo que vem fazendo desde a gestão do ministro Gil, depois passando para o ministro Juca, e a sociedade respondeu a essa provocação, com muito afinco, com muita vontade, com muito desejo.

Eu, durante a... Participei da conferência exercendo o que chamei de cidadania cultural plena. Eu

participei como artista convidado a tocar na abertura da conferência, participei como delegado eleito pelo literal da Paraíba e participei como palestrante. Então, eu tive essa oportunidade rara na minha vida, na minha história, como artista e como cidadão.

Eu me lembro que ali, no final dos anos 70, começo dos anos 80, eu e companheiros, artistas, nós não tínhamos governo, não tínhamos dinheiro, éramos contra o governo, nós reuníamos e tínhamos um movimento cultural ali na cidade da João Pessoa, fazendo uma política cultural alternativa, organizando os músicos no Musiclube da Paraíba; organizando um projeto chamado Fala Bairros, que significava levar cultura de um bairro para o outro; Movimentos dos Escritores Independentes, e tal.

Hoje, o que eu vejo é uma rede em que governo e sociedade se entrelaçam e dividem responsabilidades. Nesse processo, eu acho que os conselhos municipais, estaduais de cultura têm uma importância muito grande, e os municípios e os estados, dentro do pacto federativo têm um papel fundamental para realização dessa conferência.

Durante a conferência, eu fiquei imaginando e sentindo que havia ali, vamos dizer, uma espécie de pororoca, no encontro de mar de ideias, de ideais de sonhos, algo que antes estava vindo dos municípios, igarapés, que se juntaram aí em rios mais caudalosos, os estados, as conferências estaduais, e chegamos àquele momento de um grande ruído: era o Brasil inteiro dizendo que era preciso mudar.

E o que saiu dessas discussões eu resumo, talvez de uma forma simplista, em DDD: Democracia, Diversidade e Dinheiro. São várias as resoluções, mas nós podemos sintetizar isso nessa sigla DDD: Democracia, Diversidade, Dinheiro. E vejo a conferência como um passo de consolidação das lutas democráticas daquele momento que estávamos lá atrás, eu e meus companheiros de Jaguaribe Carne, de movimentos alternativos ali.

Quando nós lutávamos, no final de 79, pela anistia, pela volta dos exilados; no começo dos anos 80, pela Constituinte... Essas lutas de agora, da cultura, estão intrinsecamente ligadas àquelas.

Quando nós participamos, juntamos o Brasil inteiro nesse movimento, nessa pororoca, não é nada senão a continuação daquelas lutas em que alguns gatos pingados se reuniam em Porto Alegre, outros em João Pessoa, outros em Salvador. E, hoje, nós temos a felicidade de reunir, com representatividade, gente do Brasil inteiro, de Pelotas a Macapá, que fizeram suas discussões ali em separado, depois nos colegiados dos estados, e, depois, aqui em Brasília.

Acho que é importante, foi de fundamental importância ter a discussão das setorialidades, isso apontando para uma política cultural feita não apenas por nem para artistas, mas também para comunidades, para suas linguagens, para suas peculiaridades. Um encontro, vamos dizer, dos artistas que são e que somos as antenas da raça com os Antunes(F) da roça, aqueles camaradas que estão fazendo a cultura lá longe, lá no fundão. E essa cultura das antenas da raça não se sustenta mais, não se sustentará, se não tiver uma ligação profunda com os Antunes da roça, com os violeiros, com os rabequeiros, com as comunidades tradicionais.

Então, o Brasil, ao realizar essa conferência, foi muito claro, e disse em voz assim uníssona, de modo bastante ruidoso e enfático, como aquele não rotundo de Leonel Brizola lá atrás ao filhote da ditadura, como ele assim chamava e tal. O Brasil disse um não rotundo a um modelo de negócio, um modelo de favores dos balcões das secretarias municipais, estaduais, e do próprio ministério. O Brasil disse: "Temos que criar oportunidades iguais para todos", independente se é um grupo organizado, que tem uma assessoria, um produtor, um *lobby*, ou se é uma manifestação ainda remanescente, que precisa de reconhecimento, de apoio, para que esse lado visível da cultura brasileira não perca a ligação com a sua base.

Fiz aqui algumas anotações. Basicamente a minha colocação vai por aí. Tivemos muitas falas nessa conferência, mas eu vejo que é hora de sairmos do verbo à verba. É levarmos aquelas discussões que foram tidas nos municípios lá atrás, que passaram pelos estados e que vieram aqui para a conferência, elas precisam de uma resposta objetiva, que precisa ser dada a partir do Congresso Nacional, aprovando as proposta que são fundamentais para que essa conferência não caia no vazio. E essa resposta, ela tem que ser dada lá para aquele ponto inicial, lá para aqueles municípios que são células fundamentais na organização e na produção cultural do Brasil. Se a cultura gera, ela por si só é rica, e ela gera excepcional riqueza fundamental, crucial, que parte importante dessa riqueza retorne aos municípios. Digo isso como diretor executivo de uma Fundação Cultural de uma cidade riquíssima, com uma produção cultural intensa, e que precisa desse apoio financeiro, dessa base para que as suas manifestações como um todo possam ser apoiadas, estimuladas.

Se pegarmos as propostas prioritárias, nós temos aqui esses verbos: "implementar", "registrar", "garantir", "articular", instituir". É isso, nós temos agora que partir para uma prática. O país já disse, a sociedade já se colocou e, agora, é hora do Congresso Nacional, dos

nossos representantes se manifestarem. A democracia participativa teve uma representatividade enorme nessa conferência e nós esperamos agora dos nossos representantes, da democracia representativa, um eco, e que as nossas propostas possam ser melhoradas e tudo, mas que isso retorne de um forma concreta e prática para os estados e para todos os municípios. É isso. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O presidente da Fundação, Chico César, da Paraíba, fez uma explanação aqui colocando as necessidades e os interesses da população brasileira e falando muito da participação popular, de como a participação popular é importante, independente do grau de escolaridade, do grau de cultura, como nós dizemos, oficial que possam ter. Qualquer grupo que faz cultura tem que participar e tem que ter o seu espaço.

E nos chama aqui a nós, no Congresso, para que participemos a demos a nossa contribuição. Pode estar certo que isso vai acontecer.

Mas V. Sa. disse que a participação popular, as populações, aqueles que fazem cultura no interior do Brasil, estão esperando de nós, não pode esperar só do Congresso Nacional. A nossa parte eu posso garantir que vai ser feita. Temos aqui o maior interesse em apoiar todas as leis, as propostas e as PECs que venham não só do Governo Executivo, mas que sejam criados aqui dentro. Mas nós precisamos muito que Executivo também dê retorno. Então, não pode deixar o Executivo de fora.

Você falou das lutas populares e falou aqui do Congresso, mas é fundamental o Executivo. É quem tem o recurso, quem pode movimentar a política. Nós aqui vamos fazer a nossa parte, que é dar os instrumentos, e esses instrumentos serão dados. Agora, a utilização desses instrumentos é que fica na mão do Executivo. Quando manda o orçamento para cá, eu olho o orçamento da cultura, me dá uma tristeza imensa. E isso era já desde a época que eu era deputada federal, que eu vivo brigando por isso. Mas não vou esmorecer, não, vou continuar brigando, porque um dia nós chegamos lá.

Quero passar a palavra ao Daniel Zen, que é presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, sim, mas ele tem aqui no currículo dele mais do que isso ainda: ele é do Estado do Acre e preside o Conselho Estadual de Cultura. É isso, Elias (*sic*)?

SR. DANIEL ZEN: Perfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E, além disso, ele toca contrabaixo na Banda Filomedusa. Então, também aí nós temos que discutir que ele não é só aqui um gestor, ele é um artista também.

Portanto o senhor tem a palavra por 15 minutos.

SR. DANIEL ZEN: Obrigado, senadora.

Eu quero cumprimentá-la e em seu nome todos tosse senadores presentes a essa comissão. E cumprimentar também o meu amigo e companheiro também de gestão estadual, ex-secretário de cultura do Maranhão, João Batista Ribeiro. Quero cumprimentar a Sandra e o Chico, que representam aqui também a nossa brilhante e multidiversa e plural classe artística brasileira; o nosso ministro, secretário executivo Alfredo Manevy; e a todos vocês todos que vieram comparecer a esta Audiência Pública.

Acho que, além de tudo que já foi dito a respeito das consequências e desdobramento da conferência, algo muito importante, muito peculiar foi o adensamento do pacto federativo da cultura no nosso país. Os números que o João mostrou do envolvimento, do engajamento dos municípios brasileiros nesse processo de realização das conferências é simbólico dessa característica de adensamento desse pacto federativo. Nós temos exemplos de maior e de menor sucesso em outras áreas da gestão pública, de políticas públicas, como na saúde, na educação, de um histórico que passa também pelo por algumas questões que a área de cultura pleiteia nesse momento, e vem pleiteando há alguns anos, com a vinculação de receitas.

Hoje, na educação, se discute... A discussão já está em outro patamar, já nem se discute tanto a democratização, a universalização do acesso às escolas públicas, ao sistema público de ensino, se discute hoje a qualidade de oferta, das condições de oferta, do que é apresentado na rede pública e na rede privada. Então já é algo que se ainda não superado por completo, mas algo que a vinculação de receitas dos 25% constitucionais garantidos à área da educação resolveu de uma forma bem interessante a ponto de municípios, diversos municípios brasileiros, já bastante evoluídos na área, fazerem verdadeiras ginásticas contábeis para comprovar o investimento do mínimo constitucional destinado à educação: reforma e "rereforma" as escolas várias vezes, doa *notebooks* aos alunos, implementam uma série de ações, no sentido de melhoraria da qualidade de ensino, e ainda, sim, não consegue atingir o patamar mínimo destinado a investimento. E assim deve ser... Em pouco tempo, deve alcançar também a saúde e, mais recentemente, a assistência social, pós-implantação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS.

Então, essa discussão da repartição de atribuições e competências no campo da cultura é funda-

mental para esse aperfeiçoamento, esse burilamento, a sintonia fina no que diz respeito ao pacto federativo na área cultural. As conferências foram um importante passo para isso, essa grande adesão de mais de 3 mil municípios, quase o triplo, ou talvez mais do que o triplo, dos municípios que realizaram e que aderiram esse processo, na I Conferência Nacional de Cultura, lá em 2005, é sintomático disso. O fato de que alguns estados, como o meu Estado do Acre e o Estado de Roraima terem realizado conferências em 100% de seus municípios demonstra o engajamento e a verdadeira intenção de aprofundar e dar outros passos que não somente a realização das conferências, mas também outros passos no sistema de consolidação dos sistemas de cultura nas três esferas.

O sistema realmente entendido, e esse processo de realização das conferências tem que estar entendido dentro dessa lógica sistêmica, de que a conferência é uma das instâncias de pactuação, deliberação, decisão e fiscalização e exercício do controle social sobre a gestão pública de cultura, mas que não se faz, que não se completa sozinha. É necessário que nos municípios brasileiros, e eu, em que pese ser secretário de estado, sou municipalista ao extremo, enxergo muito as coisas pela ótica do município, como diz o prefeito da nossa capital Rio Branco, o professor Raimundo Angelim, ele diz que no município é onde as pessoas moram e namoram, vivem e morrem, é onde tudo acontece, é onde tudo se deslinda, é onde tudo se realiza.

A maioria dos municípios, no campo da gestão pública de cultura, ainda carece das estruturas institucionais mínimas necessárias às boas práticas de planejamento e gestão de políticas culturais. A maior absoluta dos mais de 5 mil municípios brasileiros não possuem um órgão gestor específico para a área de cultura, seja um departamento de cultura ligado a uma secretaria municipal de educação, seja um órgão com autonomia orçamentária e administrativa.

Então, além dos órgãos gestores, as conferências, a necessidade de implantação dos conselhos, dos planos municipais e estaduais de cultura, dos fundos e demais mecanismos de financiamento a projetos da comunidade, partindo de uma lógica de que o estado deve ser cada vez mais o fomentador, o indutor, aquele que promove as condições para que a produção cultural aconteça, e não o estado visto como o próprio produtor de cultura – que, de fato, não o é –, a existência também necessária de que se organize os sistemas setoriais de bibliotecas, de museus, de patrimônio histórico, os sistemas de informações, indicadores culturais que permitam... Que forneçam subsídios para que os gestores públicos e também a comunidade decida estrategicamente a respeito dos assuntos de natureza cultural, as comissões intergestores que vão discutir as questões relacionadas aos repasses e transferências de recursos, que vão ser possibilitadas através da reforma da Lei Rouanet, da instituição do Pró-Cultura, com a possibilidade da transferência de recursos fundo a fundo, do Fundo Nacional de Cultura para os fundos estaduais e municipais – e para que isso aconteça é necessário que os municípios implementem os seus fundos da maneira apta a receber as transferências obrigatórias e também as transferências voluntárias da recursos –, e os programas de formação na área, ou seja, uma série de instâncias, de estruturas, de instrumentos de gestão que se fazem necessários, apesar de toda a complexidade e da demora que, eventualmente, isso possa vir a ser realizado da maneira plena, mas a conferência, em muitos dos municípios, foi o primeiro passo. Mesmo em municípios que não possuem o seu órgão gestor, mesmo municípios que não tinham nunca realizado conferência, que não têm um plano, não têm um fundo de cultura, não têm sistemas setoriais, que dirá sistemas de informações e nem programas de formação voltados para a área, seja da área das artes, seja para a área de gestão pública de cultura. Mesmo assim vários desses municípios que têm esse quadro não tão animador na área da cultura, deram o seu primeiro passo: realizaram as conferências, e, nessas conferências, deliberaram pela criação dos seus conselhos, deliberaram com aprovação de propostas nas diferentes áreas e segmentos artísticos e culturais e que vão servir de embasamento para a formulação de um plano municipal de cultura. Então é algo que caminhou muito no sentido de consolidar essa proposta de implantação e de tratamento sistêmico da cultura no nosso país.

Houve, sim, uma efetiva participação da sociedade, com mais de 200 mil pessoas envolvidas nos processos das primeiras etapas, justamente as etapas municipais, como uma prova, como o Chico colocou, uma prova cabal e concreta do exercício da democracia e da cidadania participativa, do exercício do controle social sobre a gestão pública, isso é fundamental, e não só de forma homologatória de decisões ou de propostas que já vieram elaboradas de outras instâncias, mas sim de propostas que foram elaboradas nessas esferas, nessas conferências municipais, estaduais, e que trouxeram, para o Plano Nacional, o DNA da federação brasileira, o DNA dos produtores culturais, dos fazedores de cultura, dos artistas, dos gestores culturais, que estão localizados lá nos rincões do nosso país, desde o município de Cruzeiro do Sul, no interior do Acre, até a capital do Rio Grande do Norte, Natal; de Macapá a Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Então, as proposta aprovadas como diretrizes prioritárias, que irão nortear a política de cultura para os próximos anos, que ir fortalecer o Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura em tramitação aqui no Congresso, realmente têm esse DNA da participação social, têm o DNA da pluralidade e da diversidade cultural brasileira.

Eu citaria, além daquilo que já foi citado, e que foi consenso entre todos os participantes, todos os delegados, convidados e observadores na conferência, além da chancela e do apelo desses delegados pela aprovação do conjunto de leis e proposta de emenda à Constituição, que constituem esse novo marco regulatório para a cultura, as PECs já mencionadas, o Projeto de Lei do Pró-Cultura, do Plano Nacional, da Lei dos Direitos Autorais, do Vale-Cultura, além de tudo isso, algumas propostas que realmente comprovam esse DNA federativo e republicano.

Uma proposta oriunda, digamos assim, da bancada de delegados da Amazônia brasileira trouxe a lume uma questão muito importante, que era do reconhecimento por parte dos organismos financiadores à cultura, de projetos culturais... Isso o próprio Ministério da Cultura, Secretarias de Estado, Secretarias Municipais e outros agentes financiadores e fomentadores de iniciativas culturais, a necessidade de reconhecimento do chamado custo amazônico, que é a expressão que sintetiza a realidade de que, na Amazônia, em virtude das dimensões continentais da região, da dificuldade de circulação, da ausência de uma infraestrutura rodoviária adequada que permita o acesso mais facilitado aos municípios do interior dos estados, isso tudo são características que sintetizam esse chamado custo amazônico como um fator que onera projetos de natureza cultural a serem realizados pela e na Amazônia. Não só projetos oriundos da própria região, mas projetos de outras regiões do país, destinados, por exemplo, à circulação de artes cênicas, à circulação na área de música, e que se inviabilizam de acontecer nos aparelhos culturais, nos equipamentos culturais situados na Amazônia, em virtude da impossibilidade concreta que eles venham a ser, como a gente diz no jargão popular, se pagar. O custo amazônico realmente onera muito a realização de projetos na região, e isso foi uma proposta entendida como prioritária pela delegação, por todo o conjunto dos delegados presentes à conferência, e não só pelos delegados oriundos dos estados da Região Norte da Amazônia Legal, porque foi entendido realmente como uma questão de interesse nacional. Então é necessário que na análise de projetos, que na composição de custos de planilha orçamentárias de programas e projetos, seja dada uma atenção especial e um reconhecimento desse chamado custo amazônico.

Uma outra questão, além também da questão da transversalidade, já muito bem discorrida pelo nosso secretário executivo, da necessária relação que precisa se fortalecer da cultura com a comunicação, com a educação, também com o turismo e com o meio ambiente, também o apelo dos participantes da conferência pela necessidade de se desenvolver outros mecanismos de reconhecimento, proteção e promoção das culturas e dos conhecimentos tradicionais em que se situem de forma expressa a proteção e promoção dos saberes de ribeirinhos, seringueiros, extrativistas, quilombolas, comunicados ayahuasqueiras, comprovando realmente o quão plural e multidiverso é o nosso país, quantas identidades multiculturais, diferentes o nosso país possui, e tamanho também é o grau, às vezes, de desconhecimento e o de autoconhecimento intrarregional do que se produz, do que se faz no Norte, Sul, no Nordeste, Centro-Oeste. Há, sim, a necessidade de aprofundar os mecanismos de reconhecimento, proteção e promoção dessa diversidade que, realmente, característica o nosso país, um país tão grande, de muitas línguas, e que tem a sua identidade cultural, a sua fortaleza como nação justamente nessa pluralidade e nessa multidiversidade cultural.

Então eram essas palavras que gostaria de dar como contribuição a esse processo. Muitos estados, agora, já concluído todo o ciclo de realização da conferência, com a etapa nacional, passam a se debruçar agora na sistematização dos seus planos estaduais de cultura, através das propostas aprovadas nas suas próprias conferências estaduais, também seguindo a esteira do que preconiza o Sistema Nacional de Cultura na esfera estadual e municipal.

Então muitos passos estão sendo dados. Essa interrelação e esse diálogo constante com o Congresso, através do Senado e da Câmara e das suas respectivas Comissão de Educação e Cultura, é muito salutar e muito proveitoso. Eu me sinto muito honrado de ter sido convidado e poder fazer uso da palavra aqui, já tendo [soa a campainha] também frequentado essa comissão em outras oportunidades, e para mim é sempre uma alegria, sempre uma felicidade estar aqui com vocês. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos.

E antes de passar a palavra para a Sandra de Sá, eu queria perguntar ao Senador Augusto Botelho, que eu sei que V. Exa. está correndo para a outra comissão também e processa de sua votação lá, se quiser fazer uso da palavra antes.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu prefiro ouvir... eu queria ouvir tudo, mas infelizmente ficou empate, uma votação lá e para desempatar eu tinha que estar lá. E fiquei, fiquei... Quando cheguei lá, esticaram a votação, começou a ter discussão, e estão até agora discutindo.

Mas é porque eu queria ouvir tudo isso, porque eu acho, no meu ponto de vista, a cultura... A Ideli Salvatti. A cultura é muito importante para todo mundo. Eu sou de Roraima, sou da Amazônia também. Eu sinto que a nossa cultura... A cultura é uma tradução, é uma expressão da alma das pessoas de cada grupo, de cada grupo social, dos indígenas... O nosso amigo Zen não falou nos indígenas, quando ele falou um monte de gente. Tem que lembrar sempre dos indígenas, que lá em Roraima os indígenas são maioria dos grupos, dos pequenos grupos.

E eu queria ouvir de cada um, mas--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Falta só a Sandra de Sá--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --eu vou ouvir a Sandra e se der tempo... Mas eu quero fazer perguntas, no final.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está certo. Então com a palavra a Sandra de Sá, 15 minutos.

SRA. SANDRA DE SÁ: Boa-tarde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Olha aqui é da área da música, mas do cinema também.

SRA. SANDRA DE SÁ: É geral.

Boa-tarde a todos os presentes: Daniel, João, Chico, Alfredo, senadora.

Prestando muita atenção em tudo que foi dito aqui, eu chego a uma conclusão que eu sempre tive na minha cabeça, que realmente o grande problema da humanidade, em termos de gestão(F) do Brasil, é realmente o que eu chamo de "falta de educação". Eu acho que o grande mal que a gente tem é esse. E essa divergência em termos, digamos assim, da educação e cultura. Eu acho que educação e cultura estão sempre juntas, não pode se ver separadas, como foi dito aqui, também, de jeito nenhum.

E o Chico falou que, desde de 70, década de 70, que se vem lutando, que o resultado... O que está acontecendo agora é resultado disso tudo, então eu acho que a "falta de educação" é que faz esse caminho longo, longo demais, por quê? Porque a gente só consegue amadurecer nossos pensamentos... A população, o povo só consegue amadurecer um pensamento, solidificar um ideal, quando já está, digamos assim, quando já [ininteligível] 30, 20 anos que se começou uma luta.

Então eu acredito que se, nas escolas, quando o sujeito começa a aprender a vida, começasse a aprender o que é cultura, o significado da cultura; se aprendesse as artes, seja a arte que for, arte da vida, música, dança, o circo, eu acho que se o sujeito começa a aprender o que é cultura desde aí, ele aprende a passar cultura, aprende a gostar, entender da cultura e lutar mais pela cultura, porque senão o que acontece...

O que acontece hoje é o seguinte, como o Daniel estava falando da Amazônia, da cultura amazônica. Então, o custo muito grande para se intercambiar a cultura do Sul para o Norte, Nordeste, quer dizer... Às vezes, dentro de um estado, é difícil os municípios intercambiarem a cultura por causa disso. Agora, por quê? Porque eu acho, sinceramente, já que eu estou aqui, o pensamento que a gente tem é para se falar, eu acho porque, inclusive... Inclusive quem está no poder é altamente "mal educado" a ponto de não dar importância para isso. É muito difícil. É muito difícil. Então, há que se ter essa noção da importância da cultura, que é a vida de um país, a história de um país, mas geralmente é massacrado por causa disso.

A questão do orçamento, 150, também é importantíssima para isso, mas, agora, eu acho que o mais importante de tudo isso é que os poderes tenham consciência do que isso significa. Que não é só... não tem verba para isso, não tem verba para aquilo, e eu vejo, todo o Brasil vê, e nós próprios estamos vendo tanta verba indo para tanta coisa que você não entende para que, como e o que está indo, quando eu acho que se voltarem os olhos para a cultura, sobre a importância dela... A educação é importante, mas a educação é isso, é você saber a sua própria cultura.

Eu viajei com a ministra Matilde, sobre os quilombos, vários quilombos do Brasil. E aí acredito que como o senador também estava dizendo, nas culturas indígenas, em todas as comunidades do Brasil, e eu vi sociedades organizadas de uma certa forma por analfabetos praticamente, e culturas organizadíssimas e passando a cultura, as crianças sabendo das suas ancestralidades, as crianças dançando e cantando músicas e danças da cultura dos ancestrais, e eu pedi explicação, um garotinho de 9 anos me explicando algumas coisas.

Agora como eu fui saber disso, eu fui participar disso com 50 anos de idade? Eu acho que... Sabe? Como a religiosidade: "Por que há essa implicância, essas discussões, inclusive até agressões pela religiosidade?". Isso é "falta de educação". Sabe? Por que você não dá importância a fazer esse intercâmbio da cultura entre o país, entre os estados, entre os municípios? Por que não se dá atenção a isso? Não que

não se dê atenção, mas a atenção devida a isso. É "falta de educação".

E eu acho que a partir dessa conferência, pelos diálogos que estão tendo... Eu acho que a partir do momento em que se começa a dialogar, já se começa a mostrar que educação está próxima, que a educação está chegando aí.

Agora eu acho que é alastrar isso. É, como o Chico também falou, é colocar isso na prática, e como a Senadora Marisa falou, vamos ao Executivo, em massa também, vamos todo mundo que estamos aqui. Estamos resolvendo aqui? É isso que vai ser feito? Vamos ao Executivo. E, na minha linguagem, porque é a linguagem que eu sei falar para chegar: "Vamos meter bronca! Vamos parar de correr atrás e não precisa correr na frente, não, chegando junto já fica bacana. É um passo legal para se poder andar, para se poder ir adiante".

E eu acho que todos já falaram aqui eu acho que tudo que teria que ser falado, mas um desabafo meu, que eu tenho há muito tempo é esse: "Educação. Tudo que acontece é a 'falta de educação'". Nós temos que prestar atenção a isso. Desde o lavar a mão para se comer ou para se fazer qualquer coisa, quanto a respeitar. Acho que é isso.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A Sandra de Sá sintetizou aqui muito daquilo que todos nós, tenho certeza, pensamos. Cuidar mais da cultura e focar naquilo que é importante para a cidadania cultural. E como você, também, eu não dissocio educação de cultura: sou professora há 40 anos, mas não tem como dissociar educação de cultura. A luta tem que ser integrada, e as duas juntas... Falo que as nossas escolas têm que ter mais um *locus* cultural, que ainda não têm. Quando foi votado aqui nessa Casa o Projeto de Lei que instituía a música nas escolas, foi uma construção coletiva dessa comissão, eu achei que era muito importante. Aí os governadores falaram assim, prefeitos: "Mas, olha, como vai botar música nas escolas se nós não temos músicos para colocar em todas as escolas? Como é que nós vamos fazer?" Eu falei: "Duvido que tenha uma cidade neste país que não tenha um músico. Não precisa ter diploma, mas tem um músico. E que ele possa despertar o interesse das nossas crianças pela música". Quer dizer, aí é a boa vontade das pessoas poderem trabalhar. E estamos brigando ainda, porque ainda não foi implementada a forma como nós gostaríamos, ainda está faltando que a gente possa fazer com que essas coisas, na prática, aconteçam.

Então eu quero aqui... Nós estamos com problema... Hoje tem um problema pesado na Comissão... É Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. Então a Constituição e Justiça hoje está tendo uma votação pesada, e quando é assim mobiliza toda a Casa, vai todo mundo para lá. Eu, inclusive, tinha duas propostas que eu sou relatora da Comissão de Assuntos Sociais, e a Rosalba deve ter ficado chateada--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem quórum?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, então, se não tem quórum, eu já não estou em falta.

Eles estão votando o pré-sal. É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, e aqui, no Senado, como as coisas são diferentes da Câmara, aqueles que acompanham mais a Câmara sabem que lá o governo tem a maioria, então as discussões não são tão... São acirradas, mas a votação é mais tranquila para o governo.

Nessa Casa, não, aqui há um equilíbrio, e tendo o equilíbrio cada voto aqui... Um voto faz a diferença.

Portanto, não tendo aqui a participação dos nossos companheiros, que eu quero desculpá-los porque realmente hoje está sendo um dia atípico aqui, e fico muito feliz de vários deles terem podido pelo menos participar um pouquinho, dizer da alegaria de tê-los recebido aqui.

Quero agradecer ao Manevy, o companheiro e comandante junto com o ministro Juca da Cultura, aqui no país; o João Batista Ribeiro Filho, parabéns pelo trabalho executado; o Chico César, leve para aquela terra maravilhosa um abraço de todos nós. Pode estar certo que aqui nós estamos juntos com a Paraíba. O Daniel Zen, fiquei contente em saber que além de gestor é um músico também, e estive algumas vezes no Acre também, e sei daquela terra maravilhosa. É difícil, é diferente da minha terra. Eu falo que Mato Grosso do Sul é um estado abençoado ainda, não tem tantas dificuldades como vocês têm para chegar numa cidade no interior do Acre. E cumprimentar a Sandra de Sá... Você é carioca, Sandra?

SRA. SANDRA DE SÁ: Carioca.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carioca. A Sandra, que é carioca, e tem feito discussões aí não só na música, mas no cinema, e a gente acompanha muito a sua trajetória, e ficamos muito felizes de tê-la aqui conosco.

E agradecer a participação de todos. Mamberti, seja sempre muito bem-vindo a esta Casa, é a sua

casa também. A luta nossa é a mesma. Então vamos continuar juntos. E agradecer a todos vocês pela participação. E declarar por encerrada essa sessão. Muito obrigada.

Esqueci de dizer antes que ela foi gravada, está toda gravada, ela vai passar na TV Senado, na íntegra, para todo o Brasil, e isso é muito bom, porque o Brasil todo vai ter a oportunidade de ouvi-los. E também aqui, nessa Casa, nas discussões que se sucederão, é claro que todo mundo vai lembrar daquilo que foi dito hoje nessa manhã.

A Fátima Cleide, quero também desculpar porque ela teve que ir ao Acre ontem e não pôde estar aqui, que é a nossa Presidente, e me pediu que estivesse aqui como vice-presidente, e, para mim, foi um prazer. Portanto, bom-dia a todos, bom trabalho. E viva a cultura.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h01.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **WELLINGTON SALGADO DE OLIVERIA, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, ALVARO DIAS** e **FLEXA RIBEIRO.** Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. EXTRAPAUTA, é aprovado o **REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos regimentais, como contribuição da CMA às comemorações de vinte anos de vigência do CDC, a) que seja constituído um grupo de trabalho, sob a coordenação desta Comissão, formado por um Consultor da área de Direito Consumerista da Consultoria Legislativa do Senado, com auxílio de setor de apoio operacional, e por técnicos da área de pesquisa da Biblioteca do Senado, com vistas à elaboração, no prazo de 60 dias, de um relatório sobre os '20 anos do Código de Defesa do Consumidor – Análise Histórica e Perspectivas'; b) que sejam convidados diretores e técnicos do DPDC-MJ para participarem do referido grupo de trabalho". Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 23, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao maio-ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais". Autoria: Deputado João Grandão e outros. Relatoria "ad hoc": Senador Jefferson Praia. Parecer: Favorável à matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria com a Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Renato Casagrande. Parecer: Contrário à matéria. Obs.: apresentado voto em separado, pelo Senador César Borges, favorável ao projeto, na forma do parecer oferecido pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Adiado. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CI. Resultado: Adiado. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "impõe o fornecimento ao

consumidor final de água mineral em embalagens de dez litros a todos os fornecedores que disponibilizem água mineral em embalagens de vinte litros". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos rótulos das embalagens apresentarem informações sobre a quantidade total de gases de efeito estufa (GEE) emitida na produção, uso e descarte do produto." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 23/2/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Sessão deste ano de 2010. E temos um pedido, faço um requerimento de uma inclusão extrapauta; faço um pleito de inclusão extrapauta. Os senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta de requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

E o requerimento que eu apresento é um requerimento:

> "Nos termos regimentais, como contribuição da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, as comemorações de 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, que seja constituído um grupo de trabalho sob a coordenação desta comissão, formada por um consultor da área de direito consumerista, da consultoria legislativa do Senado, com o auxílio do setor de apoio operacional e por técnicos da área de pesquisa da biblioteca do Senado, com vistas à elaboração, no prazo de 60 dias, de um relatório sobre os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor – Análise Histórica e Perspectiva. E que sejam também convidados diretores e técnicos do Departamento de Proteção e Direito do Consumidor, do Ministério da Justiça, para participarem do referido grupo de trabalho."

Setembro, o Código de Defesa do Consumidor vai comemorar 20 anos da sua existência. Avançamos muito com relação ao Código de Defesa do Consumidor, mas nós temos que dar passos adiante. Então acho que é bom que a gente possa, enquanto Comissão de Defesa do Consumidor, que nós possamos ter propostas de reformulação do Código de Defesa do Consumidor.

Então faço esse requerimento, da constituição desse grupo de trabalho, e coloco em discussão o requerimento da minha autoria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos só um item da pauta, que é não terminativo, não temos quórum para votar os terminativos, mas vamos dar passos, vamos dar, pelo menos, um passo adiante.

A Senadora Marisa Serrano é relatora, não se encontra. Eu vou pedir o Senador Jefferson Praia que faça a leitura do seu relatório.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente.

> *"Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei PLC nº 23, de 2005 (PL 4.435, de 2001, na Casa de origem), que altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 98, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais. A relatora é a Senadora Marisa Serrano."*

Passo ao relatório, Sr. Presidente.

> "O Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 23, de 2005 (PL nº 4.435, de 2001, na Casa de origem), sob exame deste colegiado, propõe inserir dois novos artigos (25-A e 25-B) e dar nova redação aos arts. 24, 25 e 72, da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais).
>
> As modificações sugeridas têm por finalidade diferenciar apreensão e confisco de produtos e instrumentos das infrações ambientais, assim como disciplinar detalhadamente esses procedimentos.
>
> Passamos a relatar, de forma sintética, as alterações previstas:
>
> 1. O Fundo Nacional do Meio Ambiente passa a ser o beneficiário dos bens confiscados em lugar do Fundo Penitenciário Nacional.

2. São acrescidos novos parágrafos no art. 25, da Lei, para prever que:

a) os produtos e os subprodutos da fauna não perecíveis e apreendidos serão avaliados antes de doados ou destruídos;

b) os produtos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, avaliados e destruídos ou inutilizados;

c) os veículos apreendidos serão confiados temporariamente a fiel depositário ou à autoridade ambiental competente, enquanto a apreensão interessar ao processo penal.

3. Sr. Presidente, os artigos 25-A e 25-B inseridos à norma legal fixam que:

a) os instrumentos ilícitos confiscados deverão reverter em favor do órgão responsável pela apreensão;

b) o produto do crime, bem como qualquer bem ou valor obtido com a prática criminosa, será destinado ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

4. O art. 72 é modificado para:

a) definir nova sanção para infração administrativa, qual seja, o confisco de instrumentos ilícitos e produtos apreendidos;

b) determinar que o confisco do produto da infração apreendido, aplicável como sanção administrativa, exclusivamente nos casos em que a infração não constituir crime, será efetivado em favor do órgão responsável pela apreensão.

Não foram apresentadas emendas ao PLC nº 23, de 2005.

A proposição teve, inicialmente, como relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que apresentou relatório pela aprovação do projeto na forma de substitutivo. A manifestação da parlamentar não chegou, contudo, a ser examinada pela Comissão e a matéria foi redistribuída ao Senador Augusto Botelho, que adotou o mesmo relatório, também não votado por este colegiado."

Sr. Presidente, na análise, destacamos:

"Nesta oportunidade cabe-nos relatar a matéria, a matéria que foi redistribuída em face da nova composição da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Por concordar integralmente com a análise feita pelos relatores anteriores, passamos a reproduzi-la."

E, assim, Sr. Presidente, o voto da relatora é:

"Pelo exposto votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005, na forma do substitutivo a seguir."

E aí vem, Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2005, substitutivo, *"que altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 98, no que se refere à apreensão e confisco de instrumentos e produtos dos crimes ambientais"*.

Esse é o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

Coloco em discussão a matéria que altera a legislação, especialmente a destinação do Fundo Nacional de Meio Ambiente, alterando e acrescentando possibilidades de aplicação de recursos nesse fundo. E coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o parecer apresentado pelo Senador Jefferson Praia e também elaborado pela Senadora Marisa Serrano.

Os senadores que forem favoráveis à matéria permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Os demais itens, Srs. Senadores, são itens terminativos. Nós, infelizmente, hoje, não temos quórum para votação deliberativa. Portanto, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, na próxima terça-feira, às 11h30 da manhã.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h35.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e três minutos do dia dois de março de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **JOÃO RIBEIRO**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, JAYME CAMPOS** e **FLEXA**

RIBEIRO. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Renato Casagrande, declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica que recebeu do Senhor Deputado Sílvio Torres, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados no exercício de 2009, Relatório das Atividades desta Comissão, que ficará à disposição de quaisquer interessados na Secretaria da CMA. EXTRAPAUTA, são aprovados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 58 de 2008, que trata dos controles das obras inacabadas no país, contando com a participação dos representantes do Tribunal de Contas da União – TCU; da Controladoria Geral da União – CGU; da Câmara Brasileira da Indústria de Construção – CBIC; e do CONFEA". Autoria: Senador Jefferson Praia. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais, que a audiência pública objeto do Requerimento 05/2010 – CDH, destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme requerimentos 03/2010 – CMA, 01/2010 – CRA, 05/2010 – CRE e 02/2010 – CCT e 03/2010 – CCJ, já aprovados nas respectivas comissões". Autoria: Senadoras Fátima Cleide e Marina Silva e Senador Jefferson Praia. Resultado: Aprovado. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. Assume a Presidência o Senhor Senador João Ribeiro. **Item 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis". Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Renato Casagrande. Parecer: Favorável à matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria nos termos da Emenda nº 01-CMA (Substitutivo). O Senhor Senador Renato Casagrande reassume a direção dos trabalhos. **Item 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 162, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências (cassa registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados)". Autoria: Deputado Celso Russomanno. Relatoria: Senador João Pedro. Parecer: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda". Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (SF). Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Parecer: Favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo). Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010-CMA**, que "requer nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no art. 102-A, inciso I, alínea 'e' do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria no programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de construção de moradias e apoio à produção de trabalhadores rurais e ribeirinhos, no Estado do Pará". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Renato Casagrande. Parecer: Contrário à matéria. Obs.: apresentado voto em separado, pelo Senador César Borges, favorável ao projeto, na forma do parecer oferecido pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Adiado. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2007**

– TERMINATIVO, que "dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel". Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CI. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "impõe o fornecimento ao consumidor final de água mineral em embalagens de dez litros a todos os fornecedores que disponibilizem água mineral em embalagens de vinte litros". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008 – TERMINATIVO**, que "dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador Fernando Collor. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Favorável à metéria com as Emendas nºs 1 e 3-CCJ, Subemenda à Emenda nº 2-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2009 – TERMINATIVO**, que "altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 e 2-CDR e com as três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Usam da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, FLEXA RIBEIRO e JOÃO RIBEIRO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 2/3/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem... Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. A Ata está aprovada.

Um Comunicado do Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres, que presidiu a Comissão no ano passado, no ano legislativo passado, em 2009, e encaminhou a esta Comissão o relatório das atividades.

Então, o relatório ficará na Secretaria da Comissão para se alguém tiver interesse e ter conhecimento do relatório. E nós agradecemos ao Deputado Silvio Torres, que fez um bom trabalho, um belo trabalho como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Lá é uma comissão específica.

E, ao mesmo tempo, o Deputado Silvio Torres também foi um articuladores desse trabalho de fiscalização da Copa do Mundo e das Olimpíadas 2016.

Copa do Mundo e Olimpíadas 2016, naturalmente, depende de um Projeto de Lei que nós demos entrada, eu dei entrada no projeto aqui, dei entrada no projeto lá, obrigando, estabelecendo, melhor a palavra, estabelecendo que o Governo Federal possa identificar no orçamento, na peça orçamentária, os investimentos para esses dois eventos esportivos. Se isso for feito a nossa capacidade de fiscalização aumentará.

Então, por isso que esperamos aprovar essas duas matérias, tanto aqui no Senado, como lá na Câmara, é o mesmo projeto tramitando nas duas casas ao mesmo tempo

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, Questão de Ordem.

Antes de começarmos a analisar os projetos, eu gostaria de externar que estou apresentando um requerimento relacionado ao Item 10, que trata de um Projeto de Lei nº 58/2008, do Senador Fernando Collor, que "*Dispõe sobre o controle de obras públicas inacabadas e dá outras providências*".

A iniciativa do Senador Collor, ela é louvável, o relator do projeto é o Senador Wellington Salgado, mas entendo, Sr. Presidente, que diante da questão relacionada ao papel do Sistema CONFEA e CREAs no Brasil, deveremos discutir um pouco mais.

Por esta razão, eu estou apresentando este Requerimento para que possamos ter os representantes do Sistema CREA/CONFEA, do Tribunal de Contas da União e também de outras instituições relacionadas ao tema, para que possamos aprimorar essa questão relacionada às obras públicas no nosso país.

Percebo a preocupação do Senador Collor nesse sentido, acho louvável a iniciativa dele, mas nós precisamos discutir um pouco mais para estabelecermos essa iniciativa da melhor forma possível, sem causarmos problema ao sistema CONFEA/CREAs que é isso que essas instituições estão querendo. Elas estão querendo contribuir dentro do contexto da fiscalização das obras públicas no nosso país.

Por mais que haja a percepção, não só do sistema, mas da minha... Mas também uma percepção minha, que aquela em que o Estado e nós, parlamentares, deveríamos intensificar as nossas ações nesse sentido. Mas o sistema, ele está em todo o país e pode ajudar bastante nisso.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu gostaria que nós pudéssemos ter o mais breve possível uma audiência pública para discutirmos este assunto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia, nós vamos dar início aos projetos não terminativos, mas já solicitamos a V. Exa. que peça à assessoria para formalizar e o senhor encaminhar à Mesa, para que na hora oportuna nós possamos fazer a aprovação e apreciação do requerimento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Fátima Cleide, pela ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, vou... Estou encaminhando à Mesa também o requerimento para ser incluído na extrapauta, solicitando a realização, em conjunto, das audiências aprovadas em cinco comissões deste Senado Federal, e aqui quero agradecer a assinatura do Senador Jefferson Praia, da Senadora Marina Silva, que concordaram e eu espero que V. Exa. também possa concordar com este Requerimento para que possamos realizar uma única Audiência Pública para discutir o Plano Nacional de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos então solicitar. Temos o requerimento do Senador Jefferson Praia, requerimento da Senadora Fátima Cleide e primeiro colocar em apreciação a inclusão extrapauta.

Senadores que forem favoráveis à inclusão dos dois requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento do Senador Jefferson Praia, que já, se apreciado, a matéria fica sobrestada até a realização da audiência pública, que pede para que possamos ter Audiência Pública para tratarmos do Item nº 10 de autoria do Senador Fernando Collor de Mello.

Os senadores e senadoras que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Requerimento da Senadora Fátima Cleide. Fátima Cleide pede uma audiência para debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos... Já aprovado--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para que a gente possa fazer uma audiência conjunta com todas as comissões que já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a Comissão de Meio Ambiente... V. Exa. já aprovou esse requerimento aqui?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Já aprovamos aqui. Já aprovamos aqui, aprovamos na Comissão de Reforma Agrária, na Comissão de Constituição e Justiça. Então, são cinco missões. Na Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. terá que--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A vinda do Ministro Paulo Vannuchi para discutir o plano.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Venha numa comissão só.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós queremos que seja feita uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Audiência única.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --Audiência conjunta, única, entre a cinco comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. terá que aprovar esse Requerimento nas demais comissões também.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza. Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o requerimento.

Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Muito rapidamente, Sr. Presidente. É só que a iniciativa da Senadora Fátima Cleide é semelhante à iniciativa já realizada aqui pela Senadora Kátia Abreu, que propôs uma audiência conjunta no Plenário do Senado para tratar de questões referentes ao Código Florestal, à questão das áreas de preservação permanente, que foi uma audiência com a participação de todos os Presidentes das comissões e assim acordado conjuntamente, desde que aprovado em cada comissão.

Acho que é uma iniciativa positiva para que o Ministro também não tenha que ficar numa peregrinação de comissão em comissão e pela relevância do debate, digno de ir para o Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Além disso, além disso, Sr. Presidente, outros Ministros também foram convocados para fazer a mesma discussão.

Então, nós entendemos que seria muito mais proveitoso. Inclusive, já foi aprovado também esse requerimento de audiência conjunta na CDH, e, se não me engano, na Comissão de Ciência e Tecnologia na manhã de hoje.

Então, nos já estamos trabalho--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ciência e Tecnologia vai ser amanhã.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Reforma Agrária. Foi na Comissão de Reforma Agrária, hoje pela manhã, já aprovamos, essa seria, então, a terceira comissão que nós aprovaríamos esse requerimento de audiência conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em votação o requerimento da Senadora Fátima Cleide. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

Item nº 01 da pauta. Solicito ao Senador João Ribeiro que possa presidir, porque este item eu sou relator. Então, com muita honra convido o Senador João Ribeiro para fazer, exercer a função de Presidente eventual da comissão.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Item 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 477/2009. "*Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que tenham em sua atividade a venda e a instalação de vidros automotivos pela destinação final ou pela reciclagem dos produtos inservíveis*". Autor, Senador Gerson Camata. Relatoria, Senador Casagrande. Parecer favorável à matéria nos termos do substitutivo que apresenta.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, ilustre Presidente desta comissão, para fazer seu relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador João Ribeiro, muito obrigado pela sua contribuição.

Eu vou direto ao voto, porque eu lendo o projeto, que é curto, e que é o meu substitutivo, os senadores e senadoras já compreenderão o projeto.

Dispõe sobre a responsabilidade das empresas que fabricam e importam, comercializam, instalam vidros automotivos, pela coleta e destinação final ambientalmente adequada dos produtos descartados.

"Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a coleta e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes de vidros automotivos descartados.

Art. 2º. As empresas que fabricam, importam, comercializam ou instalam vidros automotivos são responsáveis pela coleta e pela destinação final ambientalmente adequada dos produtos sem condições de uso ou em desuso, descartados.

§1º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por destinação final ambientalmente adequada os processos de reciclagem e outras formas de valorização ou de destinação dos resíduos provenientes de vidros automotivos descartados, admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

§2º. Os vidros automotivos fabricados ou importados deverão trazer símbolo que informe ao consumidor que seus resíduos submetem ao sistema especial de coleta.

§3º. As empresas que comercializam ou instalam vidros automotivos ficam obrigadas a receber em depósito os produtos descartados e efetuar a devolução desses resíduos aos fabricantes e importadores.

§4º. Os fabricantes e os importadores poderão, de forma individual ou coletiva, operar os sistemas de destinação final de que trata essa Lei em instalações próprias ou mediante a contratação de serviço especializado de terceiros.

§5º. A contratação de serviço especializado de terceiros para os fins previstos no §4º são isentas, não isenta a responsabilidade das empresas contratantes por danos ambientais que venham a ser provocados.

§6º. As empresas responsáveis pela destinação final dos vidros automotivos descartados deverão obter o licenciamento ambiental junto à autoridade ambiental competente.

§7º. A responsabilidade das empresas fabricantes ou importadoras somente cessará quando os vidros automotivos descartados forem reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros vidros produtivos, ou terem outra destinação final estabelecida pelo órgão ambiental competente.

§8º. As empresas de que trata o 'caput' deverão comprovar, quando solicitada pelos órgãos ambientais competentes, a destinação que deram aos vidros automotivos inservíveis.

Art. 3º. Ficam proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de vidros automotivos: I – despejo no lixo doméstico, comercial ou industrial; II – lançamento em corpos hídricos de qualquer natureza, em praias, mar e em áreas de mangue; III – lançamento a céu aberto, sob quaisquer condições, bem como em cavidades subterrâneas.

Art. 4º A ação ou omissão de pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e seus regulamentos sujeitam os infratores às penalidades dispostas na Lei nº 9.605, de 98, e demais leis pertinentes.

Essa Lei entra em vigor após decorridos 120 dias da data de sua publicação oficial."

Bem, senhoras e senhores, este projeto tem o objetivo claro de dar uma destinação a vidros automotivos, que é um resíduo que pode ser totalmente reaproveitado, totalmente, com outros produtos, garrafas e outros produtos e tem empresas que reaproveitam este material, mas ainda assim tem muitos (*sic*) revendas que tem uma relação e uma parceria com indústrias que fazem reaproveitamento, mas tem muitas revendas que não tem essa parceria e às vezes não tem também o acompanhamento do órgão ambiental local.

Então, essa legislação é uma legislação que vem na direção de estabelecer uma regulamentação, uma forma de nós darmos destinação e reaproveitarmos estes, este resíduo, que é um resíduo que tem toda condição de ser reaproveitado e quando não reaproveitado é um resíduo perigoso, perigoso para alguma agressão física, perigoso de acordo com a destinação que pode provocar dano físico a alguma pessoa e, portanto, o projeto do Senador Gerson Camata, que eu parabenizo, é um projeto importante.

Por isso que nosso voto é pela aprovação, com esse substitutivo que eu acabei de ler para V. Exas..

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Em discussão o parecer do Senador Renato Casagrande.

Com a palavra a Senador Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, primeiro parabenizar a iniciativa do proponente e a contribuição aqui apresentada pelo relator, nosso Presidente Senador Casagrande.

Claro que esse projeto, de alguma forma, ele já está contemplado na lei de resíduos sólidos que está tramitando na Casa dos Deputados, na Câmara dos Deputados e que é uma lei mais abrangente, que é a Lei nº 1.991, de 2007.

Eu mesma tive a oportunidade de trabalhar muito fortemente para que tivéssemos uma lei completa sobre resíduo sólido, inclusive trabalhando a questão da logística reversa e outros aspectos.

Mas, no meu entendimento, é uma questão pontual. Obviamente que esse projeto ele vai depois estar contemplado no conjunto da obra. Então, não vejo grandes problemas. Há até uma observação do Ministério do Meio Ambiente de que nós pudéssemos talvez até sobrestar a matéria para aguardar a lei de resíduo sólido.

Mas, como ela ainda está em tramitação e há 20 anos está tramitando no Congresso, uma lei de resíduo sólido no Brasil, então vamos dando... Digamos, encaminhamento ao que é possível já aprovar, sabendo que ele está mais completo na lei quando for aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concordo plenamente com a Senadora Marina Silva. No meu relatório, na descrição, eu trato do tema. Mas nós estamos aqui há muito tempo esperando a lei de resíduo sólido chegar aqui na Casa.

Então... E diversas iniciativas de parlamentares ficam sobrestadas, ficam interrompidas porque a lei mais ampla... Agora parece que está tramitando na Casa com uma organização e com uma forma... E com perspectiva de chegar, de avançar.

Mas, de qualquer maneira, acho que até as nossas posições aqui podem também provocar na Câmara uma mobilização maior para que a gente possa votar a lei geral de resíduos sólidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Continua em discussão. Não havendo quem queira se manifestar, em votação. Aprovado o parecer do Senador Renato Casagrande.

Devolvo a Presidência a V. Exa., Senador.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Ribeiro, muito obrigado pela sua contribuição.

Item nº 02 da pauta. Item nº 02 da pauta. É de autoria do Deputado Celso Russomanno. Relatoria do Senador João Pedro.

Como esse item está pela primeira sessão, pela primeira vez na pauta, nós vamos respeitar a regra nossa. Uma sessão fica esperando o relator. Se o relator não estiver na próxima, a gente coloca em votação, escolhendo um outro relator.

Então, o João Pedro não está presente e, portanto, eu quero adiar a sua votação, a sua apreciação.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, senador.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Podemos tratar do Item 03 ou estamos ainda...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou entrar agora no Item 03. Deixa eu anunciar primeiro o Item 03, Senador Jefferson Praia.

O Item 03 da pauta, também pela primeira vez na pauta, da Senadora Marisa Serrano. Da autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relatoria Senadora Marisa Serrano. "*Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.847, de outubro de 1999, que dispõe sobre fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, para tornar obrigatória a fiscalização anual das empresas de distribuição e de revenda*".

Eu também vou pedir a V. Exa.--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): São assuntos semelhantes, do item do Senador João Pedro com esse outro item. Trata de fiscalização de atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.

Seria até bom--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O item 2 e o Item 03.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Isso. Seria bom que o Senador João Pedro e a Senadora Marisa Serrano conversassem para ver como poderiam--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Recomendaremos esse diálogo e também vou adiar a apreciação, porque a Senadora Marisa Serrano não está presente.

Os demais itens são terminativos. Mas, antes de nós... Nós não temos, infelizmente, quórum para votarmos os terminativos. E quero conversar um pouco com a Comissão sobre isso.

Mas, antes de conversarmos sobre o quórum da comissão--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): É o Item 3, Sr. Presidente? Ou ficou para a próxima...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O item 3 ficou para a próxima porque a Senadora não está presente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os outros são terminativos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): São terminativos. Mas eu gostaria que V. Exa. pudesse permanecer mais um pouco, porque tem um requerimento de V. Exa. aqui que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou sempre prestigiando a Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu agradeço muito, Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

E o Senador Flexa Ribeiro me parece que quer solicitar uma inclusão extrapauta. Então, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --e depois Senadora Marina Silva, que tem um requerimento também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, solicito a V. Exa. que, ouvido o Plenário, possamos incluir extrapauta um requerimento em que... Se encontra sobre a Mesa, em que eu peço uma... A aprovação para uma fiscalização do Tribunal de Contas no programa do INCRA no Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro está solicitando a inclusão extrapauta de um requerimento para que haja uma auditoria no programa... Auditoria, certamente pelo Tribunal de Contas da União, uma auditoria no programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Construção de Moradias e Apoio à Produção de Trabalhadores Rurais e Ribeirinhos no Estado do Pará.

Então, primeira coisa é a inclusão, a votação da inclusão extrapauta, uma vez que a Senadora Marina Silva retirou o requerimento de inclusão extrapauta que estava. Nós temos essa inclusão extrapauta.

Senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta... Em discussão a inclusão extrapauta.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Auditoria na Superintendência do INCRA do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Do INCRA do Pará--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tem duas Superintendências. Tem superintendência em Belém, tem Superintendência em Santarém, tem em Marabá. Tudo tem autonomia financeira. Eu gostaria de entender melhor o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Poderia, Senador Flexa Ribeiro, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador João Pedro, que ele tem toda razão. O Estado do Pará ele possui três Superintendências. E a solicitação é que a auditoria seja feita em todo o Estado. Ou seja, nas Superintendências.

No Estado todo, então inclui as três Superintendências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas qual o fato para fazer com que--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor poderia explicar qual a razão. O Senador João Pedro quer saber por que o senhor está pedindo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quer pedir auditoria em todo o estado, mas qual é o fato para a gente...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas nós já estamos, já estamos para... Na hora de defender o requerimento... Já está incluído extrapauta eu... Defendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, ainda não está incluído extrapauta. Nós não votamos ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Primeiro tem que incluir, Senador João Pedro, para depois...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem que incluir, para poder discutir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se for...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos votar, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero só fazer uma ponderação, que eu acho que para nós votarmos não é contra ou a favor. Mas tem que ter um fato. "Olha, houve um fato que merece ser auditado."

Então, eu acho que a gente fica mais à vontade para votar. Tem três Superintendências. Todas com créditos, todas com assentamentos, com autonomia financeira administrativa. E aí a gente acaba nivelando... Eu não sei se por baixo ou por cima.

Eu queria só entender, o Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos votar a inclusão extrapauta, está certo? Votada a inclusão extrapauta, eu darei a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para poder justificar e defender o seu requerimento.

Senadores e Senadoras favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para explicar a razão e o motivo do pleito que ele está fazendo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, Senador Renato Casagrande, Presidente da CMA, eu... O motivo do requerimento que solicito a auditoria do TCU, não é nas operações do INCRA, todas; não estou me referindo a assentamento, não estou me referindo a... É especificamente no Programa de Construção de Moradias e Apoio à Produção de Trabalhadores Rurais e Ribeirinhos do Estado do Pará.

A Assembleia Legislativa do Estado já fez inclusive denúncias, com Audiência Pública, de uso incorreto dos recursos para esse tipo de programa.

Inclusive, a incorreção foi numa Audiência Pública na Assembleia Legislativa reconhecida pelo próprio Superintendente.

E daí que nós estamos solicitando que seja feita essa auditoria. Por quê? Porque os ribeirinhos, os trabalhadores rurais, eles estão recebendo imóveis diferentemente daquilo que a especificação determina.

Por exemplo, Senador João Pedro, a habitação tem que ter... Eu não sei se o número correto é esse, tem que ter 40 metros quadrados; estão entregando casa com 35 metros. Habitação tem que ser com madeira de lei; estão fazendo habitações com madeira branca.

Então, isso já está confirmado no Estado do Pará. O que eu estou trazendo aqui para a comissão de mérito, que é a Comissão de Fiscalização e Controle, que se peça ao TCU, já que a verba é Federal, que se peça ao TCU que faça essa auditoria e constate.

Tomara, espero, que isso não se verifique, apesar da Assembleia Legislativa no Estado do Pará já ter feito esta audiência, já ter constatado, a mídia impressa no Pará já fez várias matérias a respeito desse assunto, com denúncias de pessoas, inclusive, inclusive, numa localidade no Município de Igarapé-Miri, o contrato era para a construção... Os números também não podem variar, de mil e poucas casas, 1.200, foram construídas novecentas e paga as 1.200.

E na Audiência, que eu posso, se o Senador João Pedro necessitar, eu posso trazer as notas taquigráficas da Assembleia Legislativa, o próprio Superintendente da área reconhece realmente que houve a inclusão, o pagamento a maior e queria mandar complementar.

Então, os fatos todos levam à necessidade de que se faça essa auditoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão o requerimento.

Senador João Pedro com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Srs. Senadores, Senadora Marina Silva.

É evidente que nós não podemos ser contra a fiscalização. Nós não podemos ser contra fiscalização. Acho que tem que haver a fiscalização. Agora, só para colocar aqui, esses procedimentos do INCRA eles são procedimentos extremamente transparentes.

Primeiro porque o dinheiro do crédito habitação ele é colocado na conta da associação dos assentados. Fica na associação. A gestão é muito mais dos assentados do que dos servidores do INCRA. É muito mais deles. É evidente que o INCRA tem que acompanhar um bom produto, para corresponder com o recurso.

Cada assentado, hoje, cada assentado, hoje, Senador Casagrande, Presidente da nossa comissão, recebe R$ 15.000,00 para fazer a moradia. Um valor que eu acho que avançou muito no nosso Governo, porque o Governo Fernando Henrique pagava 2.300 nesse crédito habitação. Melhorou muito no Governo do Presidente Lula.

E eu não vou ser contra a fiscalização, até porque o TCU, se tem uma instituição fiscalizada nesse Governo é o INCRA, pelo Tribunal de Contas da União. Eu quero só chamar atenção para ninguém na hora de votar ou passar de que está havendo um desleixo, uma má gestão do INCRA.

O INCRA, hoje, os gestores do INCRA tem tido esse cuidado de fazer o melhor, do ponto de vista de aplicar esses recursos, para que o morador viva bem. Isso é uma política pública da maior relevância. É a moradia, é o "Luz para Todos" nos assentamentos.

Então, eu não vou votar contra, mas eu quero só registrar o meu... Na minha discussão, o zelo, o compromisso dos superintendentes do INCRA lá na Amazônia, no sentido de fazer uma boa aplicação, uma boa aplicação do crédito habitação e destacar aqui a importância do Governo em contribuir com R$ 15.000,00 para a habitação no campo.

É isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador João Pedro.

Senador João Ribeiro...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para... Um minuto só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero agradecer ao Senador João Pedro e dizer que todos nós somos a favor do programa. Eu acho que o programa é muito bom. É oportuno você dar habitação aos trabalhadores rurais e aos ribeirinhos.

Apenas a preocupação nossa é que o programa não seja desvirtuado. Essa sim é a grande preocupação. Até porque esse... Esses recursos, eles são de financiamento. Então, o trabalhador rural e o ribeirinho, é preciso que eles tenham a defesa dos seus interesses.

É isso que nós buscamos, Senador João Pedro, na solicitação da fiscalização por parte do Tribunal de Contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu, a exemplo do Senador João Pedro, também quero me posicionar favorável ao requerimento do Senador Flexa, porque nós aqui dessa comissão, sobretudo nós dessa comissão, não podemos ser contra fiscalizar nada.

E... Mas também a exemplo dele, nós temos que esclarecer, até porque no Pará eu não acompanho o trabalho do INCRA, mas acompanho no Tocantins, no meu Estado, porque nós que somos parlamentares, mesmo estando aqui no Senado Federal, nós temos que estar a par de tudo que está acontecendo.

E as informações, Senador João Pedro, que eu tenho, também no INCRA do Tocantins é que são... Os recursos são bem aplicados. E que, na verdade, são as associações... Aquilo que V. Exa. colocou.

Então, no sentido do Superintendente ou dos funcionários do INCRA, eu não tenho dúvida que há uma transparência total e completo nesse processo.

Mas, como há denúncia, como disse o Senador Flexa, e há precedente, nós não podemos deixar de ser... Eu acho que o Tribunal de Contas da União já está acompanhando de perto todas essas questões. Mas, o que excede não atrapalha. E, como não atrapalha, nós não podemos aqui nos posicionar contra uma fiscalização, sobretudo numa área definida, não é fiscalização no INCRA.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador João Ribeiro, só [ininteligível]. Só não ficou claro porque tem três Superintendências.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Ele está dizendo que são todas três.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro pode fazer um aditamento.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Faz um aditamento no Requerimento dizendo que são--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou ser mais direto no--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Deixa eu só concluir minha fala, então, para dizer exatamente que eu também, a exemplo do Senador João Pedro, sou a favor, sou da base do Presidente Lula aqui no Senado, apóio o Governo Federal, mas nem por isso eu vou deixar de votar a favor de um requerimento como esse que pede fiscalização na aplicação de recursos.

O Senador não está dizendo aqui que foi desviado, ele está dizendo que há denúncias. E como há denúncias, tem que ser fiscalizado. Ele disse, inclusive, na sua fala, que torce para que tudo esteja corretamente. Se algum problema em alguma associação, é claro que o TCU irá constatar.

Então, meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Senador João Pedro.

Senador Flexa Ribeiro para aditar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu vou ser mais objetivo na questão do Requerimento. Primeiro agradecendo ao Senador João Pedro, que realmente o Pará tem três Superintendências porque tem 40% dos assentamentos do Brasil no nosso Estado. Então, representa 40% da ação do INCRA, está no Estado do Pará.

Então, por isso que tem... Me parece que é o único Estado que tem duas Superintendências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vocês são privilegiados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não sei se somos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Os trabalhadores com certeza.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, eu gostaria de incluir no requerimento exatamente aquelas... Aquelas questões que foram levantadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

E vou encaminhar, e vou encaminhar, para que seja juntado ao requerimento, as notas taquigráficas da Audiência Pública da Assembleia Legislativa do Pará. Porque isso vai poder dar um direcionamento maior à auditoria do TCU.

O que se discute lá, basicamente, é se as habitações que estão sendo entregues, se elas correspondem às especificações legais e técnicas. Ou seja, se elas estão dentro da área prevista, contratada, e com o material que foi especificado.

Segundo, se o programa atende aos objetivos para ele fixado, tanto na quantidade quanto na qualidade.

E, finalmente, se há evidências ou se houve caso concreto de ter sido pagas habitações a mais do que aquelas que evidentemente foram construídas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Com os aditamentos feitos pelo Senador Flexa Ribeiro, os acréscimos feitos, eu coloco em apreciação o requerimento discutido e apresentado.

Os senadores que foram favoráveis--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Gostaria de receber esse material da Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu encaminharei à Comissão e solicito que encaminhe a todos os membros, a cópia.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao Senador João Pedro, em especial, duas cópias. Uma da Comissão e uma minha.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero ter acesso a esse material da Assembleia Legislativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Os Senadores que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Bem, o Senador João Pedro retornou. O Item 02, peço que a gente possa então... Senador João Pedro é relator do Item 02, não terminativo, que possa fazer o relato.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, só para fazer uma ponderação. É porque o Item 3 ele é similar. Tem... A nossa assessoria está chamando atenção para a importância de nós fazermos...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia já chamou atenção para esse ponto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Fazermos uma discussão de... Não sei se são projetos evidentemente que... De autores... De proposições de diferentes deputados, o que eu relato é de um Deputado Federal--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E o outro projeto é da Comissão da CCJ.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Que a relatora é a Senadora Marisa. Não é isso? Como ela não está, qual é a possibilidade de nós discutirmos juntos...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que eu peço à vossa... Totalmente possível. O senhor está pedindo adiamento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): E aí eu peço vista para nós juntarmos e fazermos numa próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor não precisa nem pedir vista. O senhor pedindo o adiamento da apresentação do relatório de V. Exa., para tentar compatibilizar o relatório de V. Exa. com o relatório da Senadora Marisa Serrano.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Item 02 com Item 03. Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E nos apresente na próxima Sessão, na próxima terça-feira.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Combinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Combinado?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Item nº 04 é terminativo. Mas, a Senadora Marisa Serrano... Senadora Marina Silva, pediu vistas da matéria. Eu pergunto a ela se tem um relatório aparte a ser apresentado ou se nós poderemos, assim que tivermos quórum, votarmos a matéria.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É o seguinte, porque a gente... Temos aqui a compreensão de que o projeto precisa de aperfeiçoamentos e, ainda que o mérito seja bom, há uma série de questões do ponto de vista da exequibilidade do projeto que precisam ser resolvidas. Então, o que eu quero fazer é apresentar algumas sugestões para resolver esse problema da exequibilidade.

Obviamente que ainda não tenho aqui, mas estou trabalhando nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Projeto do Senador Expedito Júnior, tem o relatório contrário, meu, e o voto separado do Senador César Borges favorável à matéria, contrário meu e favorável à matéria do César Borges.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Isso. Eu estou pedindo vista para tentar aí um...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E Senadora Marina Silva pediu no mês de novembro vista para poder tentar apresentar um meio termo.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Um meio termo.

Porque, por exemplo, é possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que neste caso possa atender aos melhores do PSB e aos melhores do PR. Semelhante aos melhores do PT e aos melhores do PSDB.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): V. Exa. está se referindo à minha entrevista e pelo visto V. Exa. também concorda de que devemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Gostei, gostei da entrevista de V. Exa..

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Devemos buscar os melhores de todos os partidos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, V. Exa. esqueceu o PV.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu não posso nem--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas o PV buscará os melhores do PSDB e os melhores do PT. Eu estou incluindo aqui o do PSB também.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Subentende-se que V. Exa. já está contemplado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senadora Marina.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A minha surpresa, Presidente Casagrande, não é com os melhores, é como fica a situação dos piores. Isso que é duro.

[risos]

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Mas V. Exa. está preocupado com eles em relação a quê? Qual é o encaminhamento que V. Exa. tem para os piores?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, é que no PT não tem nem... V. Exa. que viveu no PT não tem nem os melhores nem os piores. Tem os petistas.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Não, eu acho que V. Exa. sabe que nós tivemos problemas no PT e lamentavelmente eu sei que V. Exa. sofreu com isso, eu sofri com isso, a grande maioria, V. Exa. tem razão.

Mas, existiram aqueles que inclusive tisnaram o trabalho de 30 anos de todos nós, porque eu me incluo também nesse processo.

Então, quando eu falo isso, eu estou falando das coisas que eu sei que V. Exa. também sofreu por elas, das questões que V. Exa. também quer que sejam esclarecidas e das ressalvas que, como eu, V. Exa. faz ao conjunto da obra, que no conjunto foi boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marina Silva--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu só peço a gente, embora seja agradável, deixar a discussão política para o foro competente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não vamos embora, não.

Quem puxou foi o Presidente. Eu não tenho como encerrar a discussão política.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, e quem vive em partido, dentro dessa lógica da Senadora Marina vai viver sempre. Sempre.

Partido é formado por pessoas com concepções, do ponto de vista ético, moral... Não existe uma camisa de força. Paciência. O PT tem um milhão de filiados, em torno disso. O PV não tem isso, mas tem um conjunto de filiados.

Com certeza--

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu gostaria de entender, foi... Que V. Exa. é relator do Item 04.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sou relator, apresentei--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pela rejeição. Como é que fica?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela rejeição, o Senador César Borges apresentou o voto em separado. Pela aprovação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas a Senadora Marina está pedindo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E a Senadora Marina vai pedir vista para...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ela pediu vistas, ela pode apresentar um outro voto.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um outro voto.

Bem, gente, nós não temos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É o equilíbrio que nós buscamos aqui, que provocou esse debate político que é importante na Comissão de Meio Ambiente.

Só dizer a vocês o seguinte: nós estamos com matérias terminativas com dificuldade de serem apreciadas.

Eu não acho que trocar data resolva o problema. Nós temos que pedir aos senadores e às senadoras... Se quiserem trocar a data, nós trocaremos a data, o horário da reunião.

Queria pedir aos senadores e senadoras, que na terça-feira que vem, nós possamos ter o esforço, Senador João Ribeiro, Senadora Marina Silva, Senador Flexa Ribeiro, Senador Jefferson Praia, João Pedro, Fátima Cleide que estava aqui, Gilberto Goellner que está permanentemente aqui... Que tem Senadores que vem aqui, assina e vai embora. Às vezes tem compromisso...

Então vamos ver se... Vou pedir à assessoria que possa comunicar a todos os senadores, nós vamos votar os terminativos... Comunique hoje com as suas assessorias para que as pessoas possam vir aqui não só assinarem a Ata, a presença e irem embora para outro compromisso. Que dêem atenção à votação dessas matérias, está certo?

Então, vamos tentar, antes de trocar o horário da reunião, vamos tentar mais uma vez um esforço para que a gente possa votar as matérias terminativas que estão pautadas.

Nada mais havendo a tratar e a discutir, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, na terça-feira, às 11h30 da manhã.

Sessão encerrada às 12h46.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e trinta e cinco minutos do dia nove de março de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, FÁTIMA CLEIDE, ADELMIR SANTANA, JAYME CAMPOS** e **FLEXA RIBEIRO.** Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir a discussão e a análise do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009, que 'concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose

inversa destinados a dessalinização de água', com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério do Meio Ambiente; Representante da Embrapa Semi-Árido; Representante da Univ. Federal de Campina Grande – PB; Representante do Ministério da Integração; e Representante do Ministério da Fazenda". Autoria: Senadores João Ribeiro e Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "requer, nos termos do art. 102-A, III, *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja determinada a realização de um Ciclo de Debates sobre os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinado, ainda, a coletar subsídios para propor reforma daquela norma. O Ciclo de Debates se destinará: a) à audiência de autoridades doutrinárias do direito consumerista, b) ao esclarecimento à sociedade civil dos principais avanços ocorridos com o CDC e após o CDC, c) coleta de sugestões para a reforma do Código, e d) preparação do projeto de lei, nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum." Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta § 3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil". Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador Geovani Borges. Parecer: Favorável à matéria, com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel". Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CI. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "impõe o fornecimento ao consumidor final de água mineral em embalagens de dez litros a todos os fornecedores que disponibilizem água mineral em embalagens de vinte litros". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará". Autoria: Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Parecer: Favorável à matérias com as Emendas nºs 1 e 2-CDR e com as três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo". Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e dá outras providências". Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Para reexame da Comissão conforme adequação e consolidação do texto final apresentado. Observação: Matéria aprovada terminativamente em 03/11/2009. Resultado: Adiado. Usa da palavra a Senhora Senadora MARISA SERRANO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 9/3/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Senadores que forem favoráveis à dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada. Nós não temos quorum para votar a ação dos terminativos. Vamos votar as matérias não terminativas. E o primeiro item da pauta é o requerimento do Senador João Pedro, que eu subscrevi o requerimento, porque o Senador João Pedro está na viagem... Naquela viagem à Antártica, junto com a Marinha Brasileira.

Ele "*Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir a discussão e a análise do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2009, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa destinados a dessalinização de água",* com a presença dos seguintes convidados, Ministério do Meio Ambiente, EMBRAPA Semi-Árido, Universidade Federal de Campina Grande, Ministério da Integração, representante do Ministério da Fazenda.

Em discussão o requerimento do Senador João Pedro, que pede a *"Realização de Audiência Pública para instruir o projeto que propõe a isenção do IPI sobre equipamentos para dessalinização de água".*

Não havendo quem queira discutir. Em votação o requerimento. Os que forem favoráveis à aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu também, com relação aos requerimentos, vou pedir a inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria; nós estamos fazendo, Senadora Marisa Serrano, já anunciamos aqui na semana... Algumas semanas atrás, aprovamos um requerimento criando um Comissão de Trabalho, aqui com os membros da Comissão, o Hipólito está participando, a consultoria da Casa, a biblioteca, o Ministério da Justiça, no sentido de fazermos um estudo, do Código de Defesa do Consumidor. O código está completando 20 anos no dia 11 de setembro, então, que nós possamos discutir conceito de Defesa do Consumidor para os próximos 20 anos, fazermos uma análise do que foi a Defesa do Consumidor durante esses 20 anos que nós estamos comemorando neste ano de 2010.

Então, formamos uma comissão, essa comissão já apresentou um Plano de Trabalho, e nesse Plano de Trabalho consta um ciclo de debates, que se destinará a Audiência de Autoridades Doutrinárias do Direito Consumerista; ao esclarecimento da Sociedade Civil dos principais avanços ocorridos com o Código de Defesa do Consumidor e após o Código de Defesa do Consumidor; coleta de sugestões para a reforma do Código; preparação do Projeto de Lei dos termos do art. 142, 143 do regimento comum.

Então, esse requerimento é para formalizar uma parte do plano de trabalho, que é a parte do ciclo de debates que nó faremos com relação ao Código de Defesa do Consumidor.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu só queria parabenizá-lo pelo requerimento, porque não pode passar em branco uma data como essa, não pela data em si, mas pelo o que ela representa. Hoje em dia a Defesa do Consumidor é fundamental no país; é tido como uma das áreas mais respeitadas pelo público, a população entende que esse é um direito que têm *in locus* próprio para que ela possa exercer os seus direitos, e, portanto, nada mais justo do que nesse dia, nós possamos fazer esse trabalho todo de levantamento, de acompanhamento para que a gente possa também fechar aqui, eu acredito não tudo, talvez, mas pelo menos aquilo que é o principal, que é prioritário nessa questão.

Para que as pessoas conheçam mais os seus direitos, para que elas se sintam mais instigadas a participar mais da vida pública e principalmente saber que consumidor, se é consumidor, ele tem o direito de consumir aquilo que é bom, aquilo que é melhor, aquilo que não traga nenhum tipo de prejuízo para si e para a sua família.

Então, eu quero parabenizá-lo pelo requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marisa Serrano.

E de fato nós tivemos uma alteração da relação entre o fornecedor de produto de serviço com o consumidor. O consumidor ficou mais exigente e o fornecedor, uma boa parte dos fornecedores, também ficou mais responsável.

Mas nós temos ainda abusos que precisam ser corrigidos, temos outras áreas que o conceito atual de Defesa do Consumidor não abrange; e que pode passar a ter uma abrangência, e esse debate com especialistas do direito consumerista é um debate importante e é tarefa nossa da Comissão.

Então, eu quero primeiro pedir a inclusão extrapauta, e quem for favorável à inclusão extrapauta,

permaneça como se encontra, aprovado. E voto então o requerimento.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os que forem favoráveis à aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Também informo à Comissão de que nós estamos na Comissão de Ciência e Tecnologia, que eu sou membro, mas acho que é importante a nossa assessoria aqui da Comissão de Defesa do Consumidor acompanhar.

O Senador Flexa Ribeiro compôs um comissão para analisar custo de tarifas telefônicas da área de comunicação, altíssima, uma das mais altas do mundo, e a comissão começa a trabalhar composta pelo Senador Gerson Camata, pela minha participação; com a minha participação, e do Senador Cícero Lucena. Eu acho que essa Comissão, que é a Defesa do Consumidor, deveria acompanhar com a sua assessoria, porque amanhã começaremos o trabalho nessa Comissão.

Informar à Comissão de Defesa do Consumidor desse trabalho que essa Comissão teve que acompanhar, mas que teve origem e iniciativa lá na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra, pela ordem, Sr. Presidente. Dia 22 agora, desse mês de março, nós estamos comemorando o dia mundial da água. Haverá algumas manifestações, a ANA requisitou o Salão Negro desta Casa para uma exposição a respeito do trabalho que tem sido feito no país da água, principalmente sobre a gestão da água.

E eu queria informar à V. Exa. Que entrarei em contato com o nosso Secretário para marcar uma reunião da Subcomissão Permanente de Águas, para que a gente possa já votar, discutir e votar a pauta do trabalho da Subcomissão para este ano.

Então, eram essas as minhas informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ótimo.

E dia 22, eu não sei exatamente qual o dia da semana que é... Segunda-feira, não é? Mas a ANA vai fazer a exposição durante a semana toda aqui, certamente.

E eu acho importante que a Subcomissão presidida ou relatada por V. Exa.? Presidida por V. Exa. possa, de fato, representar o Plano de Trabalho pela importância do tema e por esse tema estar totalmente relacionado ao nosso trabalho aqui na Comissão.

Bem, nós temos um projeto não terminativo na pauta, é um projeto não terminativo, mas a relatoria é do Senador Geovani Borges, mas como é a primeira vez o que projeto está em pauta, nós temos aqui adotado uma prática de que teremos pelo menos uma sessão, se o relator não estiver presente na próxima sessão nós designamos outro relator para apresentar o relatório.

Como o Senador Geovani Borges é a primeira sessão que esse projeto está pautado, nós vamos, então, esperar para a votação e apreciação dessa matéria na próxima sessão.

As outras matérias são matérias terminativas, nós não conseguimos o quorum para que nós possamos votá-la, vamos de novo tentar o quorum para a próxima sessão das matérias terminativas, também anunciando à Comissão que agora toda terça-feira às 9h30 da manhã; toda terça nós teremos Audiências Públicas.

Nós temos diversas Audiências Públicas que precisam ser realizadas e nós... Terças, 9h30 da manhã, o Secretário já começará a marcar a partir da terça-feira que vem, 9h30 a sessão... Audiência Pública, 11h30 Sessão Deliberativa da Comissão.

Nada mais havendo a tratar encerro a presente sessão, convidando para a próxima, na próxima terça-feira às 9h30 da manhã.

Sessão encerrada às 12h45.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e dezessete minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RESENDE, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, ROMERO JUCÁ, ADELMIR SANTANA, ALVARO DIAS, FLEXA RIBEIRO** e **SÉRGIO ZAMBIASI.** Presente também os Senhores Senadores **JOSÉ AGRIPINO** e **PAULO PAIM**, não membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como

aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CI. Resultado: Adiado em virtude de aprovação do RMA 12/2009, em 16.03.2010, para instruir a matéria. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará". Autoria: Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 e 2-CDR e com as três emendas que apresenta. Resultado: Concedido pedido de vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais. É deliberada a inclusão EXTRAPAUTA do **REQUERIMENTO Nº , DE 2010-CMA,** que requer, "nos termos do art. 90, inciso V, e do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Promotor de Justiça José Carlos Blat a comparecer perante esta comissão com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários), com graves prejuízos aos cooperados". Autoria: Alvaro Dias. Resultado: Rejeitada a inclusão extrapauta. O requerimento será pautado para a próxima reunião deliberativa. EXTRAPAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010-CMA,** que "requer, nos termos regimentais, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Audiência Pública, para avaliação dos resultados da 15ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague; discussão da perspectiva da participação do Brasil na 16ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, no México e da implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, tendo como convidados o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, um representante do Ministério de Meio Ambiente e do Ministério de Ciência e Tecnologia". Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 12 , DE 2010-CMA,** que "requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para instruir o PLS 195, de autoria do Senador Raimundo Colombo. O projeto dispõe que os postos revendedores de combustíveis deverão disponibilizar aos consumidores, em local visível, informações detalhadas e atualizadas sobre a composição dos preços de venda. Para tanto, solicito que sejam convidados: Representante da Agência Nacional do Petróleo – ANP; Representante do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça; Sr. Paulo Miranda Soares, Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes – Fecombustíveis e Sr. Alízio Vaz, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom". Autoria: Senadores Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, "nos termos do art. 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criado Grupo de Trabalho para estudo em conjunto com a Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, com vistas a analisar os altos custos dos serviços de telefonia fixa e móvel e a dificuldade de acesso aos serviços de banda larga". Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "concede redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre atividades de reciclagem". Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Renato Casagrande. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica". Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas (CN). Relatoria: Senador Jefferson Praia. Parecer: Favorável à matéria, com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta § 3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil". Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria "ad hoc": Senadora Marisa Serrano. Parecer: Favorável à matéria, com as duas emendas que apresenta. Resultado: Concedido pedido de vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

146, DE 2008 – TERMINATIVO, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "acrescenta art. 18-A à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel". Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "impõe o fornecimento ao consumidor final de água mineral em embalagens de dez litros a todos os fornecedores que disponibilizem água mineral em embalagens de vinte litros". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo". Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 13) PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 138, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e dá outras providências". Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Para reexame da Comissão conforme adequação e consolidação do texto final apresentado. Observação: Matéria aprovada terminativamente em 03/11/2009. Resultado: Adiado. Usam da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) FLEXA RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, ROMERO JUCÁ, CÍCERO LUCENA, CÉSAR BORGES, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, FÁTIMA CLEIDE, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, MARISA SERRANO, e PAULO PAIM. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 16/3/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Antes de nós entrarmos na pauta eu queria só--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicito a V. Exa. ouvir do Plenário que nós possamos fazer uma inversão de pauta, para discutirmos e votarmos o requerimento do Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O requerimento do Senador Alvaro Dias ainda não está pautado, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, peço a inclusão em pauta do requerimento, extrapauta do requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está solicitado a inclusão extrapauta e apreciaremos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a inversão ao mesmo tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Apreciaremos...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se for aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O requerimento está feito e nós votaremos a inclusão extrapauta. Mas antes de entrarmos na pauta, quero fazer aqui dois registros.

O primeiro registro é um seminário que nós faremos hoje e amanhã, de duas, a partir das duas horas da tarde com uma programação que nós já demos até noticia dela aqui na comissão, "A Copa do Mundo 2014: normatização para obras sustentáveis".

Hoje nós teremos palestrantes da USP, da universidade de Santa Catarina, diversas entidades que vão aqui sugerir ações no sentido de nós termos a Copa de 2014, além de ser uma Copa que possa promover um grande evento e divulgar o Brasil turisticamente, a imagem do Brasil, proporcionar investimentos econômicos, nós também queremos ter uma Copa que seja exemplo na área da sustentabilidade.

Então, por isso que nós vamos fazer esse seminário, hoje e amanhã, e gostaria de convidar a todos os representantes da comissão para que possam estar participando.

O Senador Cícero Lucena, que é vice-Presidente desta comissão, vai fazer a abertura hoje, porque eu já pedi a ele, que eu tenho uma reunião dos senadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e que vai... O senhor também vai estar na abertura?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Das 14 horas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tenho a abertura, mas pediria a V. Exa. que estivesse na reunião com a OAB também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quinze e trinta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Às 15h30 para discutir a questão do Código Penal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou fazer uma reunião com os senadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, para que nós possamos... Para que nós possamos discutir a questão dos *royalties* do petróleo.

Então esse é a primeira observação. A segunda observação é que ontem foi o Dia Nacional do Consumidor; e essa comissão é a Comissão de Defesa Do Consumidor, essa comissão também já aprovou um ciclo de debate para que a gente possa fazer uma reformulação do Código de Defesa do Consumidor.

Então, esses dois registros para que a gente possa entrar efetivamente na pauta.

Nós temos um pedido de inclusão extrapauta de um requerimento do Senador Alvaro Dias, que solicita que seja convidado o Promotor de Justiça José Carlos Blat, a comparecer perante esta comissão com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação dos recursos dos fundos de pensão, da PREVI, da Fundação dos Economiários Federais, e da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social e da Cooperativa Habitacional dos Bancários.

Então, foi pedido pelo Senador Flexa Ribeiro a inclusão extrapauta.

Nós temos outros requerimentos que estão aqui também sobre a Mesa.

Tem um da autoria do Senador Gilberto Goellner, está certo, que não sei se está solicitando extrapauta, então também solicitando extrapauta a inclusão dos requerimentos.

Nós... Eu vou pedir a atenção de V. Exas.. Nós temos o quórum qualificado nesse momento, está certo, de votação de matérias Terminativas.

Eu vou pedir a V. Exa., apelar para que a gente possa fazer... Eu vou votar a inclusão extrapauta, mas vou pedir a V. Exa. que nós possamos votar algumas matérias terminativas que a gente dificilmente consegue votar, vou aproveitar a motivação do requerimento, que os senadores estão presentes hoje nessa audiência para que a gente possa votar alguns matérias terminativas, que nós não estamos tendo oportunidade de votá-las, está certo.

Então com a minha sugestão, o meu encaminhamento é que nós votemos algumas matérias terminativas que estão pautadas, para aproveitarmos o quórum qualificado, que dificilmente esta comissão tem, para que nós possamos dar sequência.

Todos concordam que a gente faça essa votação? Votaremos rapidamente as matérias Terminativas dessa comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, há uma solicitação de inversão de pauta para que o requerimento do Senador Alvaro Dias seja votado em primeiro lugar. Eu apelaria a V. Exa. que atendesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu recebi o requerimento... A solicitação do Senador Flexa Ribeiro, mas eu gostaria de fazer uma reflexão com os membros dessa comissão.

Nós temos matérias aqui de dois anos que a gente não consegue apreciá-las, está certo, nessa comissão. O Senador Flexa Ribeiro, que é Presidente de uma comissão, sabe da importância de a gente limpar esta pauta.

Naturalmente, nós votaremos o requerimento, não tem problema nenhum.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São matérias, esse é apenas um requerimento, Sr. Presidente. É um requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo a... Pela ordem, Presidente. Eu...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O espírito democrático de V. Exa., tenho certeza que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo a angústia de V. Exa., inclusive eu tenho um projeto aqui que é terminativo, Item 12, está aqui o relator, o senador Cícero Lucena, eu espero que a gente vote hoje. Mas o requerimento é muito rápido. Está... Está... Feita já a inclusão, vamos fazer a inversão e vamos votar o requerimento. É uma votação simples.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não tenha dúvida que é uma votação simples.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque, Sr. Presidente, dos quatro itens, três não estão presentes e nem os relatores e nem os proponentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dos itens Terminativos?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que os terminativos já estão... Já tem tempo que eles estão pautados, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas não estão presentes nem os relatores e nem os proponentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Gilberto Goellner está presente, o Senador Inácio nomear um outro relator. Nós temos tido dificuldade de votar matéria Terminativa... Naturalmente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já teríamos votado o requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A hora que a gente acabar de votar o requerimento, os parlamentares vão se ausentar. Está certo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí é falta de solidariedade a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, nós... Nós já sabemos que a hora que acabar de votar o requerimento os parlamentares vão se ausentar. Então nós temos... Mas eu tenho que colocar em apreciação o requerimento de V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele vai ficar chateado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque nós estamos tendo dificuldade de votar matéria nessa comissão.

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos votar aqueles que os relatores... Terminativos que os relatores se encontram.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos votar os Terminativos que os relatores se encontram.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Quantos são?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): São... Nós temos aqui Item 9, que é o Senador Gilberto Goellner; Item 12 que é o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena. Item... São dois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto. Vamos votar os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Votaremos os dois?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, havendo concordância do Plenário, vou ao Item nº 9. Item nº 9, "*Altera a Lei 9.847, de outubro de 99, e dá outras providências.*" Autoria, senador Raimundo Colombo. Relatoria, Senador Gilberto Goellner. O relatório é favorável à matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra o senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu gostaria de me antecipar e solicitar nesse requerimento, que já foi protocolado no dia 11, que institui uma Audiência Pública preliminar... Não, não, não, mas eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu não gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor solicitou Audiência Pública desse projeto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, eu gostaria de me referir que uma Audiência Pública sobre esse projeto, antecipadamente, daria mais... condições de avaliarmos esse projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, está bom. V. Exa. requer que retire de pauta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Por isso eu retiro de pauta e--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está certo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): E gostaria que aprovasse esse requerimento constituindo essa Audiência Pública sobre esse tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Então está retirado de pauta porque o relator vai pedir audiência pública com relação a esta matéria.

O Item nº 12, uma matéria do Senador Flexa Ribeiro, relatoria do Senador Cícero Lucena, "*Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascente da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará.*"

Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, como esse projeto já está em pauta há várias reuniões desta comissão, e ele é bastante extenso e tivemos todo cuidado de verificação das coordenadas, pedimos a participação de órgãos responsáveis por isso, para fazer toda a verificação, eu vou direto ao voto.

> "*Diante do que já foi distribuído anteriormente, o exposto votamos pela aprovação da Lei do Senado nº 258/2009, com as emendas aprovadas nas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e com as seguintes emendas que também já foi antecipadamente distribuído*".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria. Algum Senador deseja discutir a matéria.

Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Discutir, Sr. Presidente. Eu tenho dúvida do projeto. Sr. Presidente, eu acho fundamental essa matéria que tenta ampliar a fiscalização dos postos de combustíveis--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, alertar que nós estamos no 12.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, Item 9.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Foi retirado de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Item 9 ele retirou de pauta, Senador Romero Jucá, para pedir uma Audiência Pública. Eu passo a palavra para discutir o Item 12.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, Presidente, pela ordem. Só para ajudar o Senador Jucá que está chegando agora aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, ele já estava aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É só para ajudar. Senador Jucá, o Item 12 é dentro daquilo-

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Deixa eu ver o que é.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que venho conversando com V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Item nº 12, com a palavra Senador Roma Jucá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou pedindo, pela ordem, se V. Exa. me conceder.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Jucá, o Item 12, ele transforma uma reserva biológica nascente em duas áreas, um parque nacional e uma área de proteção ambiental.

Isso há concordância do Governo para isso, eu não mudo a questão da reserva, eu apenas permito o turismo, o turismo naquela região que é uma região turística.

Então V. Exa. é defensor da mudança dessa questão de reservas, nós estamos lutando pela reserva lá de Roraima e do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Romero Jucá com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Presidente, eu tenho aqui uma posição do Instituto Chico Mendes, contrário à posição. Como eu não quero, como eu acho que nós temos que procurar ampliar essa situação das reservas, eu, em vez de votar contra, Sr. Presidente, eu vou pedir vista, vou conversar com o Instituto Chico Mendes e vou verificar de que forma se pode, efetivamente, construir uma alternativa que faça com que essa situação possa se viabilizar.

Portanto eu peço visto da matéria, exatamente no sentido de poder buscar, Senador Flexa Ribeiro, uma solução que possa compatibilizar a proposta aqui prevista.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como nós não conseguimos votar nenhuma matéria, queria pedir atenção, podemos votar dois projetos Terminativos, os dois, um pediu Audiência Pública e outro pediu--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só vamos votar o requerimento e votamos os projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Votamos... Votamos, vamos... Primeira solicitação, então vamos... O que eu peço aos senadores, porque pela razão explícita, há um quórum qualificado no Plenário dessa casa, e eu gostaria de pedir muito que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Você não sabe o motivo, mas tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Gostaria de pedir que toda sessão a gente pudesse ter um requerimento com essa importância e com essa polêmica, para que nós pudéssemos ter quórum sempre nessa matéria.

Então, nós temos um requerimento do Senador Alvaro Dias, que primeiro nós vamos votar o pedido de inclusão na pauta. Não votamos ainda não, não votamos ainda, não, só anunciamos.

Então, quem for favorável à inclusão do requerimento do Senador Alvaro Dias na pauta da sessão, permaneça como--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Para discutir, Sr. Presidente, para discutir.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quem for... Em votação--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, pela ordem, não conheço o teor do requerimento, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu já anunciei o teor do requerimento, senador, mas vou anunciar de novo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Você pode me dar uma cópia, por favor.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Deixa antes de passar a palavra para o senador Romero Jucá, vou só anunciar o teor do requerimento ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Se puder ter um cópia, eu gostaria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): "*Requeiro nos termos do artigo, requerimento para convidar o Promotor de Justiça José Carlos Blat a comparecer perante esta comissão com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI, da FUNCEF, da PETROS e do BANCOOP*."

E primeira votação é inclusão na pauta.

Em discussão o requerimento de inclusão na pauta. Para discutir a matéria o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, esse requerimento, ele se repete, foi feito já na Comissão de Fiscalização e controle e se repete aqui na comissão... Na Comissão de Constituição de e Justiça e se repete na Comissão de Fiscalização e controle. É um requerimento que procura trazer para o Senado Federal uma discussão que está senda feita no Estado de São Paulo.

Há uma CPI no Estado de São Paulo discutindo essa questão, me parece que esta semana houve uma decisão da Justiça do Estado de São Paulo negando informações e andamento a uma série de procedimentos solicitados pelo Ministério Público, e eu estranho porque trazer essa matéria aqui para a Comissão de Fiscalização e controle, já que os fundos de pensão são entidades privadas.

Quer dizer, não cabe a esta comissão fiscalizar recurso de fundo de pensão. Não cabe, não cabe. Os recursos são recursos próprios, dos fundos, dos cooperados; existe uma instituição no Governo que é a PREVIC para acompanhar os níveis de investimento macroeconômico das fundações, não entra no mérito específico dos gastos das fundações, e portanto, eu entendo e vejo essa convocação como simplesmente uma ação, efetivamente, de cunho político eleitoral.

Na verdade é a tentativa de trazer para o Senado uma discussão política que está acontecendo no Estado de São Paulo, que como eu disse, já há uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, portanto, não há porque trazer questões estaduais ou questões privadas para o Senado da República. A vinda desta matéria para cá ensejaria a vinda de outras matérias, de outros estados, nós teríamos aqui uma disputa, o palanque eleitoral estadual montado no Senado para discutir diversas matérias.

Por conta, disso, Sr. Presidente, eu encaminho contrário e mais do que isso, ao encaminhar contrário e pedindo votação nominal, eu declaro o bloco do Governo em obstrução a esse requerimento e, portanto, solicito, se for o caso, votação nominal e faremos obstrução, e não haverá maioria para votar o requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu peço a palavra, Sr. Presidente, rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para encaminhar, o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, apesar do brilhantismo do líder Romero Jucá, não há argumentos que possam sustentar o seu desejo.

Ele pretende afirmar que nós estamos tratando de recursos privados. Na realidade, são recursos oriundos da Caixa Econômica Federal, não só dos servidores da Caixa, mas há a participação patronal, recursos do Banco do Brasil e da PETROBRAS; portanto, três instituições públicas brasileiras.

Trata-se de recurso da seguridade social que são também considerados constitucionalmente recursos públicos. Não cabe à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, isso a CPI vai investigar na Assembleia Legislativa de São Paulo, os desvios da BANCOOP, uma cooperativa de bancários no Estado de São Paulo.

O que nós pretendemos ouvir do Promotor Público, Dr. José Carlos Blat, é sobre a investigação referente a utilização dos recursos oriundos nos fundos de pensão da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da PETROBRAS.

Portanto, cabe sim a esta comissão, é atribuição desta comissão, nós não estamos, de forma alguma, praticando aqui um ato ante regimental, é absolutamente regimental a proposta e nós esperamos que os colegas possam aprovar, até porque não há razão para temer.

Se os procedimentos foram lícitos, se não há ilegalidade, se não há desonestidade, não há porque temer a presença aqui do Promotor Público que terá a oportunidade de responder o questionamento dos governistas da comissão.

O Governo poderá questionar o promotor, colocá-lo contra a parede, se entender que ele está adotando procedimentos que não correspondem a sua função.

Por isso, Sr. Presidente, acho adequado o requerimento, necessária a presença do promotor, oportuna, mais do que nunca oportuna, sobretudo, em razão das matérias veiculadas pela imprensa no último final de semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Alguém mais?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Agripino para encaminhar a matéria.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Rapidinho, Sr. Presidente. Essa Casa realizou, creio que dois anos atrás ou mais, uma CPI, a chamada CPI dos Correios, que ouviu muita gente e que chegou a conclusões e meias conclusões.

As meias conclusões podem ser completadas agora, a partir da instalação do processo de investigação que se inicie com o depoimento do Sr. Blat, promotor, que envolve na sua manifestação o Sr. Lúcio Funaro, muita gente que está nas páginas da Revista *Veja* da edição desse domingo e domingo passado e nas páginas do Jornal *O Globo*, Jornal *Folha de São Paulo*, Jornal o *Estado de São Paulo*, com fatos circunstanciados.

A CPI dos correios chegou a conclusões que podem agora ser completamente esclarecidas, na medida em que o elo perdido, que pode ser o Promotor Blat, que desde 2007 vem levando a efeito o processo investigativo, que está chegando a conclusões importantes e que remetem a coisas que esse Senado tem obrigação, sim, senhor, de esclarecer.

Está dito claramente que produto de aplicação de recurso dos fundos de pensão e há dinheiro público nos fundos de pensão, seria um objeto de propina de 6, 12, 15% e esse dinheiro iria, depois de sacado na BANCOOP, por exemplo, em dinheiro, iria para o financiamento de campanhas eleitorais de partido político.

Isso tem que ser esclarecido, isso não pode deixar de ser esclarecido. E um elo importante nessa história é o depoimento de um Promotor Público, o que se quer é o depoimento de um Promotor Público, Dr. Blat, o que se quer é apenas isso. O meu partido se empenhará no limite máximo para que esse senhor venha aqui, esse e outros, para promover o esclarecimento que não se completou e tem que se completar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua para encaminhamentos. Não havendo quem queira fazer nenhum outro encaminhamento, nós vamos votar a inclusão extrapauta, a inclusão ou não extrapauta.

Os senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não, votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, aprovado e--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Solicito e... Defiro a votação nominal da inclusão do requerimento extrapauta. Vou fazer a chamada dos Srs. Senadores por bloco.

Como vota a... Como vota a Senadora Marina Silva?

Como vota o senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota a Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota... Como vota o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixa eu ouvir o meu líder Jucá. Jucá. Senador Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não. Voto lido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que ele diz que eu ando votando muito contra ele, então, tenho que sempre perguntar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o senador Gilberto Goellner? Não está presente. Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Cícero Lucena? Como vota a Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A votação ficou empatada, seis a seis, e o meu voto é não para não inclusão.

Vamos para os outros requerimentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Decidimos a votação. Ficou empatado, eu votei não. E nesta sessão não entra nessa pauta, da sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E vamos votar os demais requerimentos.

Votaremos os demais requerimentos.

Requerimento do Senador Gilberto Goellner. O Senador Gilberto Goellner "que requer Audiência Pública para instruir o PLS 195 de autoria no Senador Raimundo Colombo que convida o representante da Agência Nacional de Petróleo, representando o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Sr. Paulo Miranda Soares e Sr. Alísio Vaz".

Quem for favorável à inclusão desse requerimento extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão extrapauta.

Senador Gilberto Goellner está presente? Não está presente.

Então nós não vamos votar o requerimento, a não ser que o Senador Flexa Ribeiro queira subscrevê-lo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu subscrevo por ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então com a assinatura do Senador Flexa Ribeiro, vamos votar o requerimento. Os senadores que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

E um requerimento de minha autoria, que solicita, e também peço a inclusão extrapauta, "que convida o Ministério das Relações Exteriores, convida a comissão de... O Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, para debater as questões de mudança climáticas".

Os senadores que forem favoráveis à inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado. A inclusão extrapauta. Os senadores que não forem favoráveis à inclusão extra... Os senadores que forem votando a inclusão extrapauta e forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Item nº 1 da pauta... Item nº 1 da pauta, matéria Não Terminativa, "*Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja determinada a realização de um Ciclo de Debates sobre os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinando, ainda, a coletar subsídios para propor reforma daquela norma.*"

> "*Requeiro, nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja determinada a realização de um Ciclo de Debates sobre os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor, destinado, ainda, a coletar subsídios para propor reforma daquela norma*."

O ciclo de debates se destinará a audiências de autoridades doutrinárias do direito consumerista; ao esclarecimento da sociedade civil dos principais avançados corridos com o Código de Defesa do Consumidor e após o Código de Defesa do Consumidor; coleta de sugestões para reforma do código; preparação do projeto de lei nos termos do art. 142, 143, do Regimento Comum.

Em discussão o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria apenas fazer uma colocação que ontem, quando se comemora os 20 anos, quando comemoramos os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, para nós é importante fase essa proposta e esse levantamento, porque afinal de contas o mundo mudou nesses 20 anos, as condições são outras, os interesses são outros, o consumidor brasileiro se tornou muito mais exigente, aprendeu a conhecer os seu direitos e reclamá-los, e a sociedade todas aprendeu a conhecer o consumidor também.

Então, isso é importante, essa proposta, e eu acredito que está na hora mesmo de nós repensarmos o Código do Consumidor, se há algo que precisa ser modificado, se ele atende as exigências da nossa época, se ele atende os consumidores de hoje.

Portanto, eu sou amplamente favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigada, Senadora Marisa Serrano.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, quero parabenizá-lo e a Senadora Marisa Serrano pelo argumento que fez há pouco, pelo seu requerimento, da maior importância.

Comemoramos os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, nada mais necessário de que se faça uma revisão nesse código, vinte anos, duas décadas, com a tecnologia avançando a cada dia; então, é necessário realmente, que V. Exa. em boa hora coloca o requerimento para que se faça um ciclo de debate para propor reforma, se necessária for, e é, no Código de Defesa do Consumidor.

Parabéns e o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

E, de fato, ontem nós comemoramos o dia do consumidor. E esse é um debate importante para nós aqui na Casa, nós mudamos as relações fornecedor e consumidor nos últimos 20 anos, estabelecemos um sistema nacional de defesa do consumidor, mas nós ainda temos muito o que fazer, porque há muito desrespeito com relação ao consumidor.

Então, vamos fazer esse ciclo de debate. E coloco, então, em apreciação o requerimento. Os senadores que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item nº 2, que nós estamos em conjunto com o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, desenvolvendo um trabalho de avaliação das tarifas de telecomunicações.

E, então, nós já aprovamos um requerimento na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, e resolvemos fazer uma comissão conjunta, um trabalho conjunto, por isso que eu apresentei, como Presidente, o requerimento aqui, para "*que seja criado Grupo de Trabalho para estudo em conjunto com a Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, com vistas a analisar os altos custos dos serviços de telefonia fixa e móvel e a dificuldade de acesso aos serviços de banda larga*."

É um trabalho importante, já tem um grupo trabalhando, o Camata coordena, eu estou trabalhando e o Senador Cícero Lucena.

Eu já fiz, antecipadamente, se a comissão aprovar, o convite à Senadora Marisa Serrano que compõe esse grupo.

Então é um trabalho importante, faço o requerimento e coloco em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

E nós vamos avaliar um plano de trabalho e amanhã às 08h30 lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, antes de iniciarmos a comissão, a Senadora Marisa Serrano já está convidada a participar, porque as tarifas de telefonia no Brasil, é uma das mais caras e por diversos razões, nós vamos avaliar as razões, nós vamos ver se esse Congresso pode fazer algum proposta no sentido de diminuir ou de reduzir o valor e o custo dessas tarifas e desses serviços.

O Item nº 3, da Senadora Serys Slhessarenko, eu sou o relator, como a autora quer também fazer uma discussão mais profunda, eu retiro de pauta e faço o adiamento desta votação para as próximas sessões.

O Item nº 4, "*Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 96, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*" Autoria, a nossa Comissão de Mudanças Climáticas. Relatoria, Senador Jefferson Praia. Matéria... O relatório é favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente. Se houver um relator *ad hoc* eu queria adiantar que eu vou pedir vista desse processo. Se V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou sugerir, como é o primeiro dia que está, a primeira sessão que está em pauta, a gente pudesse...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. que--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A nossa regra aqui é essa, quando tem a primeira sessão, o relator não está presente, a gente deixa para o próximo. Se no próximo...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Inclusive, Sr. Presidente, inclusive eu comuniquei ao relator, mas eu sigo as ordens de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos adiar a matéria, esperando para a próxima sessão, se o relator estiver presente.

O Item nº 5, Projeto de Lei do Senado 196/2007, "*Acrescenta § 3° ao art. 6° da Lei 8.918, de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto ao risco da obesidade infantil.*" Senador Jayme Campos é o autor; Geovani Borges é o autor. Já constou da pauta.

E eu vou pedir à Senadora Marisa Serrano, se ela tem condições de fazer este relatório *ad hoc*, uma vez que essa matéria já constou na pauta da sessão passada e o relator não estava presente, e nós não podemos ficar esperando, temos que tocar a vida para frente.

Se V. Exa. quiser fazer o relato.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Item nº 5, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu vou direto à análise que já é alentada.

"Compete a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle manifestar-se sobre assunto atinente à defesa do consumidor, de acordo com o disposto no art. 102, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

No que tange à constitucionalidade formal, o PLS 196, de 2007, aborda matéria referente à produção e consumo e à proteção e defesa da saúde, inseridos na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, segundo preceitua o art. 24, incisos V e VII, XII, da Lei Maior.

Relativamente à constitucionalidade material, o projeto de lei em questão não fere disposição alguma do texto constitucional. Portanto, a proposta não incorre em vício de inconstitucionalidade material.

Em relação à juridicidade, a proposição cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

Para melhor compreensão da matéria, cabe uma síntese da legislação pertinente à defesa do consumidor e à produção e comercialização das bebidas de que trata o projeto, conforme se expõe a seguir.

Inicialmente, destaque-se que o art. 6°, inciso III, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, assegura, como um dos direitos básicos do consumidor, a informação adequada e clara sobre o produto, com especificação correta de quantidade, características, composição e qualidade, além dos riscos que apresenta.

Ademais, a oferta e a apresentação de produtos devem garantir informações claras, corretas, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas qualidades, quantidade e composição, bem como sobre os riscos que apresentem à saúde dos consumidores, conforme previsto no art. 31 do CDC.

Como se vê, a regra contida no art. 6°, inciso III, define a informação completa sobre o produto como direito básico do consumidor, por necessária para que ele disponha de todos os elementos que o deixem pre-

parado para o ato de consumo. Pela mesma razão, o art. 31 impõe ao fornecedor o dever de informar.

Desse modo, essas disposições refletem o empenho do legislador em proporcionar ao consumidor as condições necessárias para que ele esteja apto a exercer o ato de consumo verdadeiramente livre.

Ressalte-se que, atualmente, devido à ausência de informação sobre o teor energético ou calórico e de advertências sobre os riscos à saúde em decorrência da ingestão abusiva de produtos com elevado teor energético, entre os quais ganham relevância os refrigerantes e bebidas assemelhadas, o consumidor não dispõe dos elementos necessários para avaliar, de forma adequada, os riscos inerentes ao consumo dessas bebidas.

Nessa linha de raciocínio, a proposta sob exame propicia essa informação necessária, requisito imprescindível para que o cidadão possa decidir acerca de consumir ou não o produto. Assim sendo, a proposição está em consonância com a norma consumista (sic).

No tocante ao mérito, recorde-se que a proposta consiste em acrescentar disposição à mencionada Lei 8.918, de 1994, para obrigar a ser informado o teor calórico ou energético, no rótulo dos refrigerantes, refrescos, xaropes, preparados sólidos ou líquidos para refresco ou para refrigerante e dos sucos a que forem adicionados açúcares, e a inclusão de frase de advertência sobre os riscos para a saúde que decorrem do seu consumo excessivo.

A respeito, cumpre-nos mencionar o recente estudo Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), realizado pelo Ministério da Saúde e pela Universidade de São Paulo-USP, em 27 capitais brasileiras, cujos resultados, divulgados em abril de 2009, mostram que 43,3% da população adulta pesquisada estão com o peso acima dos níveis recomendados (sobrepeso) e 13% estão obesos.

Consequentemente, é de realçar que o combate à obesidade deve ser uma prioridade de saúde pública, pois as doenças cardiovasculares e o diabetes, associados ao excesso de peso, têm aumentado significativamente.

Por conseguinte, entendemos que a proposição vem aprimorar a mencionada Lei 8.918, de 94, e, assim sendo, concluímos que o PLS n° 196, de 2007, é relevante e oportuno.

No entanto, com o objetivo de aperfeiçoá-lo, consideramos oportunas algumas alterações no texto.

A primeira delas consiste em ampliar as exigências para as mensagens publicitárias, uma vez que a publicidade das bebidas com elevada quantidade de açúcares, em geral, não alertam sobre o risco do seu consumo indiscriminado.

A veiculação de advertência conferirá caráter educativo à publicidade.

Ademais, a redação original da advertência prevista no projeto restringe-se a alertar para aos riscos de obesidade infantil. Apesar de esta ser um grave problema, outras faixas etárias são, igualmente, afetadas pelo consumo excessivo do açúcar contido nas bebidas. Dessa maneira, usando somente o termo 'obesidade', estaremos alcançando com a mensagem, além das crianças e seus pais, os jovens e os adultos.

Tendo em vista a realidade da saúde bucal brasileira, decidimos inserir advertência sobre a cárie dentária entre os males passíveis de serem causados pela ingestão excessiva de bebidas açucaradas.

Devido à possibilidade de as doenças discriminadas na advertência proposta pelo projeto serem deflagradas mesmo na ausência de obesidade, escolhemos alterar a expressão 'levando a graves doenças'.

O distúrbio 'pressão alta' foi excluído por estar relacionado ao consumo de sódio e não de açúcar.

A fim de tornar a linguagem mais acessível ao público, o termo 'cardiopatias' foi substituído por 'problemas do coração', e, da mesma forma, excluímos as referências ao 'aumento do risco de infarto e derrames'.

Para tanto, oferecemos as duas emendas abaixo formuladas".

Voto. "Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 196, de 2007, com as emendas a seguir indicadas.

Emenda nº 1. Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação: 'Acrescenta § 3° ao art. 6° da Lei 8.918, de 14 de julho de 94, para determinar que os rótulos e as mensagens publicitárias das bebidas que menciona especifiquem seu teor calórico e apresentem frase de advertência quanto aos riscos de obesidade.'

Segunda emenda. Acrescente-se ao art. 6° da Lei 8.918, de 14 de julho de 94, nos termos do que dispõe o art. 1º do PLS 196/2007, o seguinte § 3°: Art. 6°, § 3°: Os refrigerantes, refrescos, xaropes, preparados sólidos ou líquidos para refresco ou para refrigerantes e os sucos a que forem adicionados açúcares deverão mencionar em seus rótulos e mensagens publicitárias, de forma facilmente legível, além dos dizeres obrigatórios estabelecidos na legislação específica, a medida do seu teor calórico, seguida da seguinte frase de advertência: 'O consumo abusivo deste produto pode causar obesidade e cárie dentária, além de graves doenças como diabetes e problemas do coração'. Sala das Sessões"

Sr. Presidente, é esse o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marisa Serrano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu quero parabenizar o Senador Jayme Campos pelo projeto, que é um projeto da maior importância, porque visa advertir quanto aos riscos da obesidade infantil, que isso hoje já é uma doença que preocupa, inclusive, os países desenvolvidos.

Estados Unidos hoje tem já uma ação específica para a questão da obesidade, não só infantil como de adulto.

Mas eu acho que o projeto é importante, mas ele precisa ter alguns ajustes, e eu pediria, então, vista para que a gente possa retornar na semana próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, vista concedida ao Senador Flexa Ribeiro. E retornaremos a matéria na próxima sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bom? Os outros projetos são Terminativos. Não havendo quórum para deliberação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero propor a V. Exa. que todos nós aqui que estamos solidários a V. Exa. até o final das reuniões, nós possamos ajudá-lo apresentando um requerimento a cada sessão, convocando alguém do Governo, porque aí a base do governo vai trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A oposição também vem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela vem sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. e a Senadora Marisa Serrano vem sempre, e o Senador Cícero Lucena também que é meu vice, não posso... Os três aí.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero propor a V. Exa. que como estratégia, nós possamos fazer isso. Eu vou já apresentar a semana que vem...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já apresenta logo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou avisando a base do Governo, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A semana que vem, Senador Flexa Ribeiro, já vai ter o mesmo requerimento, nós só não o incluímos extrapauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas ele vai estar na pauta da semana que quem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então a semana que vem já vai dar quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele só não foi incluído extrapauta, mas ele é pautado na semana que vem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí na outra...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O mérito dele vai ser julgado a semana que vem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na outra eu vou apresentar um requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, já temos quórum garantido para a semana que vem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que seja polêmico para garantir quórum todas as semanas. Essa comissão, Presidente... Eu estou... Presidente Renato Casagrande, essa é uma das comissões mais importantes do Senado Federal e presidida com competência por V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela trata de meio ambiente, ela trata da defesa do consumidor, e ela trata de fiscalização e controle.

Então, o Congresso Nacional não pode se omitir a fiscalizar e controlar o Executivo. Não há como isso.

Então, eu acho que qualquer requerimento aqui que vise fiscalização e controle tem que ser aprovado. Se a comissão é de mérito, por que é que nós vamos evitar de fiscalizar?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós vamos votá-lo a semana que vem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos ser coniventes com o que as revistas publicam semanalmente? Não vejo como.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas nós podemos votar o requerimento, o mérito dele na semana que vem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vai votar favorável pelo mérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O mérito dele a semana que vem votarei favorável. Votei contra a inclusão pela polêmica causada, mas o mérito do convite eu estarei favorável ao mérito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., e não tinha dúvida do seu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, o Item 7 é um projeto de minha autoria.

Ontem foi o Dia Mundial de Defesa ao Consumidor, e eu estou pretendendo fazer uma pequena mudança, para que as empresas nas cidades com mais de 100 mil habitantes, elas têm que ter um representante, porque muitas vezes nós não conseguimos sequer ter a quem reclamar.

O relator é o Senador Valdir Raupp e eu não sei se nós poderíamos... Eu já sei, não tem quórum, não dá para votar. Eu ia pedir para votar. Eu vi aqui que era terminativo, e ele tinha me alertado e eu achei que não era.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Infelizmente, Senador Paulo Paim, vamos tentar votar a semana que vem.

Semana que vem, inclusive, eu vou convidar agora, vou encerrar, se ninguém mais quiser fazer nenhuma colocação, vou encerrar a presente Sessão, convidando para a próxima terça-feira às 09h30 da manhã, que é Audiência Pública para debatermos a titularidade de água subterrânea, uma emenda que tramita na Comissão de Constituição e Justiça, mas que eu convidei uma audiência para cá, porque eu sou relator lá, mas lá não compete muito fazer a análise de mérito, às 09h30 da manhã, porque água subterrânea, hoje, a titularidade é do Estado, e tem alguns aquíferos que vai além de um Estado, como é o caso do Aquífero Guarani.

De qualquer maneira, a emenda transfere para a União a titularidade. Muita gente, profissionais da área, estudiosos da área, questiona isso, porque burocratizará demais a outorga dessa água.

Então, de qualquer maneira, eu tenho dúvida com relação a isso. Então, convidamos para a semana que vem, o Paulo Varela que é o Presidente da ANA, convidamos o Everton Luiz Costa Souza, Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, Júlio César de Sá Rocha, Coordenador do Fórum Nacional dos Órgãos Estaduais Gestores de Recursos Hídricos, que vão debater sobre qual a melhor posição com relação à gestão de águas subterrâneas.

Todas... Já está confirmada a Audiência Pública, às 09h30.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só uma correção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Presidente da ANA é Vicente Andreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É o Vicente Andreu, justamente. Então, o diretor que vem, o Paulo Varela que vai vir. Obrigado pela correção.

E toda terça-feira 09h30 nós vamos fazer Audiência Pública; toda terça-feira 09h30 da manhã, Audiência Pública para a gente poder dar vazão às Audiências Públicas solicitadas por V. Exas. aqui na Casa.

Então toda terça-feira às 09h30, teremos Audiência Pública e 11h30 é a sessão deliberativa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos ter algum problema, porque nesse mesmo horário nós temos... Eu pelo menos, tenho, e outros senadores tem outras comissões...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Assuntos Econômicos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De agricultura e Assuntos Econômicos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Educação e Agricultura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu proporia que nós pudéssemos fazer essas Audiências Públicas pela parte da tarde antes da...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Da sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da Ordem do Dia, antes da Ordem do Dia. Duas horas, duas e meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bom, vamos analisar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Qualquer dia que seja... Vamos tentar essa quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): De qualquer maneira essa já está marcada, vamos deixar e a gente faz uma avaliação de como vai ser e a gente toma a decisão a semana que vem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, eu pediria a V. Exa. que também repetisse o aviso que

V. Exa. vai colocar o requerimento na próxima semana que nós vamos ter quórum, com certeza absoluta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já vai estar pautado, porque só não foi incluído extrapauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que V. Exa. deve começar com os Terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu propus hoje, mas V. Exa. não aceitou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, aceitei, nós votamos os Terminativos primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aceitou dois só. Nós tínhamos muito mais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os outros não estavam aqui. Aí a gente vota os Terminativos, vota o requerimento e faz a audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok, gente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, antes de encerrar só, ia pedir ao nosso secretário que insistisse nessa Reunião das 09h30 que vai ser terrível para todos nós por causa do horário, mas é muito importante. Nós vamos discutir algo aqui que estamos discutindo na América Latina toda, influi enormemente no MERCOSUL, e, portanto, nós precisamos de quórum qualificado...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na terça-feira.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não para votar, mas para discutir essa questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Conhecermos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Conhecer e discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, às 09h30, na terça-feira que vem.

Sessão encerrada às 13h08.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e três de março de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **MARISA SERRANO,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, ADELMIR SANTANA, ALVARO DIAS, FLEXA RIBEIRO** e **SÉRGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente também o Senhor Senador **FLÁVIO ARNS,** não membro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Renato Casagrande, declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 58 de 2009-CMA, de sua autoria e do Senador Flávio Arns, "com o objetivo de discutir sobre as águas superficiais ou subterrâneas do território brasileiro, sua titularidade e responsabilidade administrativa de seu gerenciamento". Comparecem os seguintes convidados: Paulo Varella, Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA; Everton Luiz da Costa Souza – Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS e Breno Lasmar – Procurador-Chefe do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, representando o Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ. Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores RENATO CASAGRANDE e FLÁVIO ARNS. No transcorrer da reunião, assume a direção dos trabalhos a Senhora Senadora Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 23/3/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53º Legislatura.

Os senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do requerimento de minha autoria e do Senador Flávio Arns, com o objetivo de discutir sobre as águas superficiais e subterrâneas do território brasileiro, especialmente subterrâneas, sua titularidade e responsabilidade administrativa de seu gerenciamento.

Então, eu convido para fazer parte da Mesa o Sr. Paulo Varella, Diretor da Agência Nacional de Águas, para compor aqui conosco; convido o Sr. Everton Luiz da Costa Souza, Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas; e convido Breno Lasmar, Procurador do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM; representante do Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ.

Sejam bem vindos à nossa Audiência Pública, a nossa Audiência Pública tem o objetivo claro de fazer um debate sobre titularidade, gestão de águas subterrâneas, até porque tem uma PEC tramitando na casa, PEC do senador, do então senador... Agora fugiu o nome do nosso... Cadê o requerimento?

Uma PEC de um ex-senador que tramita na Casa, e que está na Comissão de Constituição e Justiça, eu sou relator da matéria lá, mas para a gente poder instruir o relatório, eu e o Senador... Eu e o Senador Flávio Arns fizemos um requerimento, está certo. para que haja o aprofundamento desse debate. O Senador Júlio Eduardo, que foi uma Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000. Então, a matéria está tramitando, e está na Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, precisamos manifestar o nosso relatório com relação a esta matéria. Então, por isso que nós vamos fazer o debate deste assunto, um debate importante, um debate no momento importante, ontem foi o Dia Mundial da Água, e esse tema de água subterrânea é um debate importante, é necessário que nós façamos o debate sobre esse tema, pela importância da água.

Hoje tem diversas matérias no jornal dizendo que a água mata mais que a violência, água de má qualidade mata mais do que a violência. Então, é necessário que nós façamos um aprofundamento desse debate.

Ontem, a ANA também abriu uma exposição de fotografias, 48 fotos das 12 regiões hidrográficas brasileiras, e esse trabalho está aqui no Salão Branco do Congresso Nacional, a abertura foi ontem, às 17h30, e ficará até o dia 29 de março. Então, quem ainda não foi, e eu não fui, irei, quem não teve oportunidade de visitar essa exposição, certamente a exposição deve estar muito bonita, não é Paulo Varella?

Então, convidar a todos a participar, é uma forma de a gente homenagear e lembrar a semana, o dia mundial e a semana de trabalho voltada para a área de recursos hídricos.

Essa atividade aqui é uma atividade voltada para essa comemoração, para esse debate, para que a gente possa levantar o tema água, o tema recursos hídricos, num momento tão importante.

Então, eu vou passar a palavra, pela ordem de chamada, pode ser, Paulo? Então eu vou passar a palavra.

Nós temos... A nossa audiência pública pode ir no máximo até 11h30, agora são 10h09, nós vamos passar por 15 minutos. Vocês acham que é... Se passar um pouquinho não tem problema, não tem... É só para ter uma referência, só uma referência de 15 minutos, um tempo não tem problema não.

Então, o nosso diretor da ANA, Paulo Varella, com a palavra por 15 minutos, se for preciso mais tempo a gente flexibiliza.

SR. PAULO VARELLA: Senador Casagrande, Srs. Senadores, amigos da ANA, outros presentes.

Antes de mais nada, expressar a satisfação de mais uma vez estar aqui nessa Casa, trazendo reflexões que possam subsidiar a implementação do sistema.

Esse é um assunto, Senador Casagrande, que ele merece realmente reflexões, e não é um assunto que a gente já possa, assim, de cara, tirar uma conclusão, portanto, nós da ANA fizemos inclusive nos últimos 2 meses reflexões internas, discutimos bastante para podermos hoje, aqui, trazer subsídios à reflexão dos senhores, e naturalmente será soberana, mas que assim pudesse contribuir.

A lei das águas é uma lei inovadora, é uma lei moderna, mas por outro lado também ela é uma lei complexa. Traz nela princípios importantes, como sejam, por exemplo, uma unidade de planejamento com corte territorial, que é fundamental para um país do tamanho do nosso.

Senadora Marisa, bom-dia, um prazer estar aqui com a senhora.

Traz também como um dos seus pilares a ideia de um sistema, de sistematicidade, ou seja, envolve muitas dimensões da federação, dos estados, envolve aí toda sociedade, quando ela tem em si o princípio de descentralizada participativa, envolvendo, então, e integrada.

A água, enquanto ela ao percorrer o território traz no seu DNA a memória de onde passou, ela é integradora do espaço geográfico. Do ponto de vista que ela ultrapassa calhas, fronteiras, estados, ela é integradora de um espaço geopolítico. Portanto, que a gente possa entender por onde ela caminha, a questão técnica de como ela se distribui no espaço, eu acho que é fundamental para a gente entender esse processo.

Mas não estamos discutindo aqui também hoje, isso é importante esclarecer a questão da dominialidade dupla, que é trazida pela nossa Constituição, que ela incorpora, nós estamos aqui simplesmente analisando a dominialidade no que diz respeito à água subterrânea e vendo se ela pode se rebater, exatamente como é feito com a água superficial.

Então, eu vou trazer aqui para vocês uma apresentação de caráter técnico, por excelência, mas que analisa outras dimensões do tema, porque eu acho que é crucial para a gente entender a dimensão desse processo. Próximo.

Vamos fazer uma introdução, comentário sobre a PEC, considerações técnicas sobre a gestão e vamos chegar aí a algumas conclusões como contribuição. Próximo.

Bom, a PEC 43, de 2000, então ela modifica a redação dos artigos 20, aí no § 3, e 26, no 1, da Constituição Federal exatamente para definir a titularidade das águas subterrâneas. Ela está baseada em algumas dúvidas quanto a titularidade dessas águas, face ao texto constitucional, e frente à grande preocupação que é de todos nós, e com relação ao risco de escassez e de poluição, e aí seja escassez seja do ponto de vista quantitativo, seja do ponto de vista qualitativo, muita água de má qualidade não resolve, pouca água de boa qualidade tão pouco.

Então, no 3, nós temos aí os lagos, os rios, e quaisquer correntes de águas subterrâneas, inclusive os aquíferos, em terrenos do seu domínio, ou que banhem mais de um estado, ou sirvam de limite com outros países, ou se estendam a territórios estrangeiros ou deles provenham, bem como pluviais, seriam bens da União, diz lá no art. 20.

No 26, 1, inclui-se como bem dos estados, nesse caso, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes, e em depósito, circunscritas a seu território, e eu queria chamar atenção dos Srs. Senadores para esse circunscrita ao seu território, porque no decorrer da nossa fala a gente vai ver algumas questões específicas sobre isso, ressalvadas, nesse caso, na forma da lei, as decorrentes de obra da União.

Para que a gente possa entender bem o que a gente vai discorrer a seguir, eu queria fazer aqui a definição de alguns temas.

Água subterrânea são as águas que ocorrem ou natural ou artificialmente no subsolo.

Aquíferos é um corpo hidrogeológico, com capacidade de acumular e transmitir água através de seus poros, fissuras ou espaços resultantes da dissolução e carreamento de material rochoso. Essa é a definição do Conselho. E veja lá, o aquífero é, portanto, um meio, uma rocha, ele pode inclusive nem ter água em determinadas situações, mas é um meio físico, capaz de se acumular e é capaz de transferir. Existem outros meios que até acumulam, mas não tem permeabilidade, não deixa a água fluir, não são considerados aquíferos. Então, aquífero não diz respeito à água em si, nem sua movimentação hidrodinâmica.

Corpo hídrico subterrâneo é o volume de água armazenado no solo. Vamos lá. Próximo.

Bom, e aqui eu queria definir dois tipos de aquífero, para que a gente possa entender também melhor a complexidade desse tema.

Nós temos um tipo de aquífero que chama-se de fraturado; ele está presente em rochas mais duras, ele decorre da ocupação de algumas fraturas e ele é de natureza, digamos assim, muito local, quer dizer, ele não tem uma continuidade, nós não temos um fluxo regional, é uma questão de preenchimento daquela área mais localizada.

E temos os aquíferos porosos, esses sim que permitem aí fluxo de longo ciclo.

Agora, aqui só queria chamar atenção, não sei se para todos isso é familiar, a água no subsolo ela não está, assim, como se fosse num rio subterrâneo ou numa panela d'água, ela está entre os grãos de areia, dentro de um meio, ela apenas parte daquele corpo ocupado por ela, às vezes 10%, às vezes 9, às vezes 12, às vezes 20, às vezes muito menos que isso, mas enfim, isso seria um aquífero poroso. Próxima.

Aí, para dar ideia aos senhores da distribuição desses aquíferos aqui no nosso país, o que está em amarelo seriam, então, esses aquíferos granulares, e o que está em branco seriam então esses aquíferos fraturados, nos temos um potencial imenso de água subterrânea. Pode ir passando aí, por favor.

Aqui só para dar para vocês a ideia da relação das águas superficiais com as águas subterrâneas. Na verdade, são duas expressões de uma mesma essência.

Nessa parte do país que chove muito, o que acontece? A água se infiltra, assume um determinado nível dentro daquele aquífero, e é ele que alimenta os rios, conforme pode ser visto naquela figura ali embaixo, os rios, na verdade, são presentes do próprio aquífero, por que nós temos água nos rios quando pára de chover? Exatamente porque o aquífero recebe essa água, mantém e mantém esses rios fluindo, então rios são um presente dos aquíferos. Próximo, ok.

Agora, onde chove muito menos nos podemos ter uma situação inversa, como é o caso lá do semiárido, onde os nossos rios praticamente não têm água no tempo quando não chove, a situação se inverte. Agora os rios passam a recarregar o aquífero, quer

dizer, a situação invertida, por isso não temos rios perenes aí.

Aqui, para vocês terem uma ideia dos tipos de aquífero, ali naquela parte da esquerda, onde tem área de recarga de um aquífero confinado, por exemplo, chove, e se vocês seguirem a letra A, esse aquífero se distribui ao longo de um território grande, passando às vezes por debaixo de várias bacias, inclusive, e ele está confinado, ele está preso, as duas camadas que estão em cima daquele azulzinho são impermeáveis, portanto essa água vem, e ela vai ter a pressão daquela área de recarga, se fizermos um poço ali de mil metros, às vezes 900, 800, a água vai subir e vai chegar quase na altura ali daquela letra A, porque com alguma perda de carga, isso é um tipo de aquífero chamado confinado, que produz os poços artesianos.

E, naquele outro ponto, um pouquinho mais à esquerda, nós temos um aquífero que ele está em contato com a atmosfera, ele não em pressão, então o poço vai ter o nível que o aquífero tenha. Próxima. Dá mais um toque, por favor.

Aqui eu queria pedir muita atenção dos senhores, porque eu acho que é uma transparência decisiva, mais um. Bom, aqui mostra como a água no território se move diferentemente de um rio. O rio a gente sabe onde ele vai, sabe o que ele está cortando, se eu tiro dois litros aqui na montante, é menos dois litros na saída, de cara, se eu ponho um contaminante rapidamente até que isso seja diluído chega na frente.

Com os aquíferos, duas coisas eu quero chamar atenção.

Primeiro, esses ciclos podem ser de dias, ele pode ser de anos, pode ser de décadas, ele pode ser de séculos, e até milenares. Então, nós estamos num meio que é completamente fora da dinâmica, embora seja a mesma água, de que quando nós tratamos a questão de água da superfície.

Agora, ali onde tem divisor de água, eu queria chamar uma atenção muito especial, você vê que a água entra ali e parte do fluxo vem para um lado e parte do fluxo vem para o outro. Portanto, enquanto no rio a gente está sempre sabendo para onde se vai, no meio subterrâneo isso é bem diferente. Vamos supor, por exemplo, que ali onde tem divisor de águas fosse por acaso uma divisão de estados.

Então vocês estão vendo que as águas não seriam compartilhadas, porque uma vinha para a direita e outra vinha pra esquerda, mostrando que a forma como os fluxos se dão dentro do aquífero é muito diferente do que nós temos ele em superfície.

Temos ainda, ali, um rio numa área de descarga, que ele é temporário, e temos outro aqui que é perene, exatamente por aquela questão que a gente mostrou. Próxima.

Aqui para os senhores verem como é a que a coisa acontece. Choveu, essas bolinhas azuis fizeram o caminho da água, e elas foram para o rio, assim nós temos aqui um aquífero mantendo um rio vivo. Próximo.

Agora, veja a complexidade, se eu ponho um poço ou uma bateria delas, os fluxos se invertem, em vez dele vir direto dali de onde ele entrou para o rio, quando a bateria do poço, ou o poço funciona, nós criamos um fluxo radial, e inverte tudo, vai tudo para o poço, e vai sendo criado aquele cone em depressão.

Essa parte branca que está aí, à medida que o poço rebaixa água, ele vai buscar ele mais longe, e ele cria um vazio dentro do próprio aquífero. A retomada desse cone pode levar dias, às vezes leva, enfim, horas, é bem diferente de você ter, por exemplo, uma panela d'água ali, onde você tem contato com ela mesmo, você tira uma xícara, imediatamente ela se fecha. Aqui não, aqui nós temos uma dinâmica diferente. Próxima. Acho que pulou um, não? Ok.

Chega um ponto que, se eu fizesse ali mais abaixamento, eu ia inverter e tirar água do rio em direção ao poço. Aqui, para mostrar que a água que está no rio, uma parte é da própria chuva, aquela azul mais escuro, isso durante o tempo que está chovendo, ou durante a época chuvosa, e depois temos um fluxo que é mantido pelo aquífero. Próximo.

Comentário relativo à PEC. A Lei 9.433, ela é uma lei de recursos hídricos, embora ela seja focada em água de superfície, deixou algumas lacunas, portanto, em relação à água subterrânea. Entretanto nós estamos agora num momento de implementação da lei, nós tivemos momento de criação, concepção, e o jogo agora chama-se implementação, e essa implementação ao longo desses treze anos tem nos mostrado e trazido coisa.

Desde a proposição da PEC, foram promulgadas leis de recursos hídricos em alguns estados, diversas resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos CONAMA procuraram cobrir essa lacuna. Nós temos Resoluções como a 16 e a 15, que é quase uma minilei de águas subterrâneas. Nós temos a 20.

Enfim, o Conselho, no seu mandato legal, procurou suprir isso para que a gente pudesse fazer efetivamente essa gestão das águas. Durante a vigência da Lei 9.433, não ocorreu nenhum ato que sugeria qualquer indicativo de desconformidade legal nesse tema. Ao contrário, observa-se uma estreita articulação entre os órgãos estaduais e o nacional, o que não quer dizer que as coisas estejam resolvidas, gente, apenas nós estamos começando a nos mover aí para fazer isso.

Agora, em aquíferos trans-fronteiriços se faz imperiosa a presença da União na condução de tratativas com países vizinhos, onde questões de natureza estratégica soberania nossa fazem presentes, indiscutível.

Nos aquíferos interestaduais, e a gente já viu que é muito complicado determinar o fluxo como é que ele está, ele pode estar de um estado para outro, ele pode está paralelo, interligação com outro, enfim, ele pode estar passando por abaixo, então é muito complexo essa dinâmica, mas nesses interestaduais também demanda um articulador institucional que possa conferir neutralidade, segurança e simetria pra gestões compartilhadas entre os estados, isso não temos dúvida.

Agora, nós imaginamos que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos pode atuar nesse caso, até porque a própria lei já diz que em conflito cabe ao Conselho definir, inclusive entre conselhos interestaduais, precisa-se melhorar isso, e nós estamos nos propondo a oferecer como contribuição ao Conselho inclusive alguma coisa que possa subsidiar uma resolução dentro dos próximo dois meses.

Os Estados, em parceria com a União, têm imprimido atividades, no sentido de ampliar o conhecimento dessas águas subterrâneas. Isso aqui é uma questão crucial, a gente não vai poder fazer gestão adequada dentro da complexidade que rapidamente aqui eu procurei mostrar para os senhores, se nós não tivemos uma ampliação desse conhecimento efetivo de forma a poder gerenciá-lo de forma correta.

A ANA tem apoiado os estados nessa tarefa, apesar que o domínio é dos estados, nós trabalhamos, entendemos que, a partir das resoluções do conselho, nós tínhamos, sim, obrigação na implementação desse trabalho, fizemos uma agenda, visitamos todos os estados brasileiros, e essa agenda contempla desde diagnóstico até uma dimensão de capacitação, uma dimensão de geração de conhecimento, uma dimensão de aplicação dos instrumentos de política, uma dimensão de articulação entre os estados nessa questão trans-fronteira e por aí.

Isso está em pleno andamento, e, embora ainda com muita dificuldade, o estado tem que avançar criando seus órgãos, etc., [soa a campanhia] mas nós estamos caminhando. Próximo.

Considerações técnicas da questão de águas subterrâneas. As águas subterrâneas ou superficiais, as águas subterrâneas ou superficiais a gente já viu que isso é uma questão de circunstância, e essa gestão tem que ser integrada, isso é fundamental, nós não temos outra solução. Grandes diferenças entre as águas subterrâneas e superficiais, como a gente já viu, velocidade, fluxo, tempo de residência, meio de transporte etc. etc. etc., então elas são bem diferentes nesse particular. Próxima.

As peculiaridades técnicas, eu não vou lê-las todas aqui, mas isso que a gente procurou mostrar, concerne a gestão das águas subterrâneas uma gestão absolutamente local, ela tem que ser descentralizada, ela tem que ser sistêmica, ela tem que ser integrada. Então quero chamar a atenção dos senhores aqui, as águas subterrâneas têm a natureza, a gestão dela, precisa ser... É uma gestão de forte abatimento local. Próxima.

Vamos às conclusões. Faz-se necessário alguns ajustes e aperfeiçoamentos na abordagem da gestão trans-fronteiriça interestadual, de forma a conferir um papel mais definido à União. Imaginamos que tais modificações podem ocorrer por normativo infralegal, como por exemplo, a resolução do CRNH ou até a emenda a Lei 9.433, que é a lei das águas.

A gente considera que o momento atual mostra-se favorável à adequação das normas existentes, uma vez que os estados, em sua maioria, mostram-se refratárias a essa proposta de emenda constitucional, e, portanto, deverão ter interesse político em alterar ou estabelecer normas que aperfeiçoem a gestão, sem alterar necessariamente essa dominialidade. Próximo.

A experiência extraída da gestão integrada de recursos hídricos, deixa claro que não será a alteração da dominialidade que irá imprimir uma gestão mais suficiente, mas sim aplicação dos textos legais existentes, com o efetivo exercício essa gestão.

O problema da nossa lei é de aplicá-la na sua integralidade; realmente tem sido difícil, é preciso que se entenda inclusive dominialidade não como posse efetiva, mas como obrigação e responsabilidade de fazer.

As questões operacionais, isso não deve ser tema e nem foi colocado aqui, porque a gente teria que se adequar, se fosse o caso, mas imagina a complexidade da ANA ter que outorgar centenas de milhares de poços espalhados nesse país a fora, teríamos que efetivamente trabalhar junto com os estados, então o que nós precisamos é que os estados efetivamente cumpram o que tem que cumprir, não é?

Nós temos que estabelecer metas, enfim, e os estados têm que preparar para fazer isso, evidentemente, com a participação também da União. A gestão de águas subterrâneas é uma atividade com forte rebatimento local, demandando grande capilaridade para sua efetividade, sob pena de dificultar ou mesmo até inviabilizar tomar a decisão do gestor, o qual deve considerar os arcabouços hidrogeológicos e locais em sua análise. As peculiaridades técnicas, concernentes

a gestão de águas subterrâneas, remetem necessariamente a uma gestão local, descentralizada, sistêmica e integrada.

Bom, então essa é uma reflexão, senador, que nós fizemos durante quase dois meses na Casa, não foi um assunto simples, não foi um assunto óbvio, mas considerando esses 13 anos de lei, considerando o que a gente já andouo as dificuldades que nós temos, a gente imagina que muito há que se fazer, os nossos estados muito tem que ainda andar, nós mesmos temos muito que nos capacitar, entretanto nos parece que não é simplesmente a mudança dessa dominialidade que iria contribuir e essa reflexão que a gente traz, evidentemente, que a decisão dos senhores é soberana, mas a reflexão que a ANA se propôs a fazer, e traz como subsídio para a análise que vão fazer dessa PEC, muito obrigado.

[*troca de presidência*]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Dr. Paulo, nós é que agradecemos.

Eu acho que ficou bem claro, e, como essa nossa sessão passa para todo o Brasil, é bom que os brasileiros possam, numa linguagem simples, clara, poderem ter acesso a esses conceitos, são fundamentais para que a gente entenda a dominialidade da água subterrânea, que é o problema que está se discutindo, nesse momento, com maior intensidade, nessa casa.

Quero passar a palavra ao Dr. Everton Luiz da Costa Souza, que é Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas-ABAS, por 15 minutos, se precisar alargamos um pouquinho esse tempo.

SR. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA: Bomdia, Senadora Marisa Serrano, demais integrantes da Mesa, Srs. Senadores e toda essa audiência que está aqui conosco hoje para trazer para esse fórum de discussão o posicionamento da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas em relação à PEC 43.

Bem, eu vou fazer uma abordagem, pode ir passando, por favor. Eu vou fazer uma abordagem dos aspectos técnicos, legais e políticos e fazer algumas conclusões também a respeito do tema, que seria o posicionamento nosso e da Associação.

Com relação aos aspectos técnicos. Tecnicamente, os aquíferos não servem para a limitação territorial entre estados e países. Os aquíferos tem escoamento difuso e, por vezes, caótico, como é o caso dos aquíferos fraturados com a circulação controlada por gradientes hidráulicos, que se discordam dos divisores de água superficiais.

Então, sem combinarmos, o Dr. Paulo Varella nos deu uma aula de hidrogeologia, para ilustrar isso que eu estou colocando. Então, existem grandes dificuldades de se traçar linhas de divisores de águas subterrâneas numa extensão tal em que pudéssemos estabelecer fronteiras territoriais.

Com relação a proteções de área de recarga, as áreas de recarga são as áreas onde os aquíferos são alimentados. Essas áreas de proteção têm uma vinculação muito grande com ações local, e, por isso, hoje, existe, senadora, um grande movimento em quem trabalha com gestão de recursos hídricos, um envolvimento cada vez maior dos municípios que são detentores do uso e ocupação do solo, no sentido de que nós efetivamente possamos empreender ações nessas áreas de recarga, que realmente protejam os aquíferos e as águas subterrâneas por consequência.

Existem grandes dificuldades técnicas nas ações de comando e controle das perfurações, que são realizadas em curtíssimos espaços de tempo. Então, hoje nós podemos ter, em questão de horas, a construção de um poço tubular profundo que vai extrair vazões altas de um determinado aquífero, e isso pode acontecer em questão de horas.

Com relação ao número de poços que nós temos, quer dizer, o universo que nós temos hoje nos diz que nós temos mais de 400 mil unidades de captação no Brasil. Então, realmente é uma ação que exige uma atuação mais local, mais regionalizada.

Com relação ao circulo hidrológico, é uma transparência que eu particularmente sempre gosto de apresentar para que a gente possa também ter o entendimento de como que funciona a gota d'água a partir do momento que ela sai de uma nuvem e passa pelo solo, e filtra uma parte, outra parte dela vai escorrer, vai criar os corpos superficiais, que tem calha definida, ao passo que os aquíferos não têm essa calha definida, com aquele escoamento difuso, que pode ser aí também demonstrado. Pode seguir.

Ao passo que o conceito lá da bacia hidrográfica também estabelece uma calha delimitante, e que permite que seja feita essa divisão territorial mais precisamente. Então, nós admitimos que esse estabelecimento dessas divisões devem ser feitos efetivamente pelo conceito da bacia hidrográfica, é a unidade de gestão, nós hidrogeólogos temos que nos adequar ao desafio de verificar os movimentos que essa água subterrânea faz nesse ambiente, para que a gestão dos recursos hídricos seja feita de maneira adequada.

Aí é um exemplo, esse é um trabalho do professor Ernani Rosa Filho, da Universidade Federal do Paraná, e que demonstra a descontinuidade do Aquífero Guarani, o sistema Aqüífero Guarani, que é aquela cor mais acinzentado escura ali, tem a calha do Rio Tibagi, do Rio Tigre, tudo mais, e o Aquífero Guarani com

todos os seus basculamentos, de blocos, não existe uma continuidade.

Nós não podemos dizer que uma gota d'água que cai lá em Ribeirão Preto, que ela vai chegar no Estado do Paraná, porque isso efetivamente não acontece. Pode seguir.

Aqui, também, um exemplo lá do Paraná, em que aquela linha vermelha, vertical, delimita o que seria um divisor de bacia hidrográfica, entre a bacia do Rio Ribeira e do Rio Iguaçu, e aquela linha azul demonstra o que seria na altura de uma atitude de 1.063 metros, se não me engano, se minha vista não estiver me traindo, que seria o delimitador do divisor de água subterrânea. Podemos seguir.

Com relação aos aspectos legais, eu queria aqui valorizar muito o exercício que foi citado pelo Dr. Varella, da Lei 9.433. A Lei 9.433 realmente foi recebida, foi acolhida pela comunidade técnica como uma verdadeira revolução, no sentido de demonstrar a importância que os recursos hídricos têm, que a gestão dos recursos hídricos tem, e ela realmente traçou de forma muito moderna as linhas de ações, diretrizes para que a gente possa exercer esse papel de gestão.

Então, dentre os fundamentos apresentados no art. 1º, que trata da política nacional de recursos hídricos, eu queria destacar o inciso VI que trata da gestão dos recursos hídricos que ela deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Isso efetivamente está se concretizando, na medida em que nós temos aí quase duas centenas de comitês de bacias nesse país, e com esses ambientes de discussão, com esses colegiados efetivamente discutindo esse assunto a um nível local.

E isso sem contar também a atuação dos conselhos estaduais de recursos hídricos, que também tem uma constituição plural, entre usuários, poder público e a própria comunidade, a sociedade civil, e destacar realmente que o que se extrai desses fundamentos é que a gestão deve ser descentralizada, participativa, articulada entre os níveis de decisão.

Então, na medida em que se estabelece o exercício dos instrumentos de gestão, que eu vou falar um pouco mais a frente, nós notamos que se não tivermos uma articulação entre os diversos níveis de decisão, aqui eu destaquei a questão do poder público municipal, muito pouco participante hoje do nosso sistema, nós temos que realmente atrair cada vez mais para dentro do sistema de gestão.

A articulação entre as instituições também, quando a gente, nós agora no Paraná aprovamos o Plano Estadual de Recursos Hídricos. E na construção desse Plano Estadual, nós verificamos a necessidade da articulação entre todas as instituições do estado, entre todos os segmentos, dos usuários, a sociedade civil participando desse processo de construção de planejamento para o estado do Paraná, que é um exemplo que eu estou citando aqui. Podemos seguir.

Ainda dentro dos aspectos legais, nós trabalhamos muito dentro dessa política de recursos hídricos, é no âmbito dos estados. Quer dizer, a implementação das políticas e dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, hoje poderia ser uma alegação a fragilidade que alguns estados exercem essa prerrogativa de fazer a gestão no âmbito dos seus territórios, mas nós entendemos que, efetivamente, com o fortalecimento da política no âmbito dos estados, nós vamos poder realmente concretizar o que almejamos aí com relação à gestão. Pode seguir.

Ainda dentro dos aspectos legais, muitos estados já instituíram essas políticas de recursos hídricos e sistemas de gestão, que estão aí em funcionamento há mais de 13 anos. Com relação à abrangência, em relação tanto em águas superficiais quanto subterrâneas, evidente que mesmo a 9.433, com as carências que ela tem, de referências mais efetivas a respeito das águas subterrâneas, isso está gradativamente, nos estados, se ampliando essa análise, essa amplitude das legislações com relação às águas de superfície, e, portanto, aperfeiçoando esses mecanismos de fiscalização,a outorga e controle dos usos da água. Pode seguir.

Ainda no art. 3º, nas diretrizes, a gestão deve ser sistemática nos aspectos de qualidade e quantidade. Quer dizer, hoje, as ações dos agentes ambientais nos Estados cada vez mais é integrada com os agentes de controle de recursos hídricos, para que a gente possa efetivamente fazer uma gestão sistemática e integrada.

A adequação também da gestão de recursos hídricos, as diversidades físicas, bióticas, demográficas, enfim, de toda essa variabilidade que nós temos, diversidade que nós temos de ambientes, tanto sociais, quanto culturais, econômicos no nosso país, por isso valorizando a descentralização.

Realmente existe essa necessidade, a diretriz da integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, articulação do planejamento de recursos hídricos com os outros setores, quer dizer, nós não podemos pensar que as águas possam ter uma política dissociada das demais políticas, inclusive do setor produtivo. Então nós temos que integrar esses planejamentos, tanto regional, estadual e a nível nacional, e essa articulação dos recursos por causa do uso do solo, que a gente insiste aqui em colocar a necessidade dessa integração.

As áreas dos conflitos estão aí, quer dizer, qualquer gota d'água que passe por aquela atividade agrícola, se o setor produtivo estiver se utilizando de maneira inadequada daquele espaço territorial, sem terraciamento, sem o controle do uso de agrotóxico, se o controle do efluente daquela indústria não for efetivamente exercido pelos agentes ambientais, nós efetivamente vamos ter problema tanto nos recursos superficiais, quanto subterrâneos, e aí para denotar realmente que o ambiente nosso é muito local, e nós devemos valorizar a descentralização da gestão.

Ainda com relação aos aspectos legais, no art. 4º, cita, na Lei 9.433, que a União deve se articular com os estados, tendo em vista esse gerenciamento de interesses comuns. Eu estou aqui valorizando pontos que estão inseridos dentro da 9.433, que nós entendemos que permite realmente que ela substituiria, vamos dizer assim, o que eventualmente a PEC poderia nos trazer. Pode seguir.

Ainda dentro dos aspectos legais, os instrumentos de gestão, como me referi aos planos de recursos hídricos, enquadramentos dos corpos d'água. Na sequência, eu queria dar um destaque especial, pode seguir, ao instrumento da outorga, da cobrança pelo uso de recursos hídricos, e ao sistema de informações.

Quer dizer, a outorga, realmente, diante do que eu coloquei em relação à grande rapidez com que nós hoje podemos captar a água do subsolo, tem que ter realmente uma ação de comando e controle muito forte dos órgãos gestores localmente, com o apoio dos conselhos regionais de engenharia, com o apoio do sistema de saúde também, porque nós temos problemas de poços clandestinos que são perfurados, e que tem problema de qualidade, por conta de uma má qualidade técnica inclusive na execução das obras.

A questão da cobrança pelo uso dos recursos hídricos também é um processo que estamos convencidos que é um processo de pacto, nós efetivamente, dentro das bacias hidrográficas, nós só vamos exercer, exercitar efetivamente esse instrumento de gestão, que é um instrumento importantíssimo que determina o uso racional das águas, tanto superficiais quanto subterrâneas, na medida em que estabelecemos pactos locais. Nós só vamos poder realmente ter cobrança de recursos hídricos na medida que se construir pactos locais.

E a questão do sistema de informações, que é base para todas informações técnicas tem que estar efetivamente dispostas para toda comunidade científica, e a sociedade de modo geral.

Ainda dentro dos aspectos legais, aquela questão de que o Conselho Nacional reamente pode arbitrar conflitos entre conselhos estaduais, também pode deliberar sobre esses projetos de aproveitamento de recursos hídricos e suas repercussões, quando houver uma amplitude entre mais um estado.

Efetivamente, isso pode não estar ainda melhor detalhado, não pode estar ainda, não pode ter ainda uma descrição de como isso pode se operacionalizar, mas realmente como o Dr. Varella colocou anteriormente, pode se pensar em dispositivos que tratem disso de uma forma mais objetiva. Pode seguir.

Agora, dentro dos aspectos políticos, eu queria aqui valorizar o requerimento que foi feito lá pelo Senador Aloizio Mercadante, em 2005, quando colocou que, na época, deveria se buscar à ANA, a Agência Nacional de Águas, que ela, já com cinco anos de idade, hoje, ela tem 10, ela se manifestasse com relação ao assunto, ao tema.

Hoje nós entendemos que passados 10 anos, realmente, o corpo técnico da ANA, com maturidade técnica e de conhecimento realmente tem uma importância muito grande de expressar aqui qual seria a ideia com relação à PEC 43.

Ainda dentro dos aspectos políticos, as moções dos estados dos conselhos de recursos hídricos do Estado do Paraná, de São Paulo, de Sergipe, e de Minas Gerais. Pode seguir.

A moção do Estado do Paraná foi feita em 2005, encaminhada para todo o Congresso, e para todos os conselhos estaduais de recursos hídricos do país. A moção de São Paulo em 2006, a moção de Minas Gerais agora em 2009. Pode seguir. E mais essas moções do comitê dos comitês de bacias hidrográficas da Serra da Mantiqueira e do Baixo Pardo e do Grande.

Ainda dentro dos aspectos políticos [soa a campanhia] a articulação pode ser garantida pelo art. 38 da 9.433, articulação política, onde diz que compete aos comitês de bacia hidrográfica, nos âmbitos da sua área de atuação, várias obrigações, vamos dizer assim, que qualquer conflito entre algum conflito de bacia pode ter decisão através desses conselhos estaduais, ou do nacional, dependendo da bacia hidrográfica em que ele estiver inserido.

Ainda dentro dos aspectos políticos, o processo de articulação no âmbito dos comitês de bacia para estabelecimento do instrumento de cobrança, exige realmente aquele pacto local para a sua concretização. Isso aí é um convencimento de todas as pessoas que hoje trabalham com recursos hídricos, que a cobrança só se efetiva realmente mediante essa pactuação.

Os recursos decorrentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, deve está próximo do âmbito da sua geração. É uma outra questão que é também levantada concomitantemente no âmbito dos comitês de bacia, que é essa aproximação do uso desses recursos,

onde eles são gerados, que possam ser alocados para aquela área onde eles estão sendo gerados.

Alguns desafios que nós entendemos aí para a gestão das águas subterrâneas é estabelecer a gestão compartilhada entre os aquíferos, estados e países na mesma unidade geológica, aperfeiçoar os critérios de outorga, manter atualizados os sistemas de informação, ampliar as estruturas operacionais de fiscalização e monitoramento das captações.

Futuro desejado diante daquilo que se espera, que os órgãos gestores estaduais realmente sejam fortalecidos.

Isso é uma necessidade para que todas aquelas prerrogativas que os órgãos gestores tenham que cumprir no seu âmbito de atuação, para eles efetivamente exercerem essas prerrogativas tem que ter pessoal, equipamentos, capacitação, e nesse aspecto eu queria aqui destacar a atuação da Agência Nacional de Águas, nos últimos anos, através de sua agenda de águas subterrâneas, que ela tem se mostrado uma parceira junto aos estados, levando essa capacitação, levando em alguns casos, equipamentos, enfim, dando suporte para que os estados possam exercer o seu papel.

E nesse aspecto também, a ABAS, em conjunto com a ANA, hoje mesmo nós temos aqui em Brasília um curso que está sendo realizado, um curso de capacitação, que é um convênio ABAS-ANA e que dá treinamento para profissionais de órgãos gestores do Brasil inteiro.

Então, a redução dos usos clandestinos é uma necessidade, a ampliação dos monitoramentos tanto de superfície como de subsuperfície, a ampliação da participação social em campanhas de conscientização, particularmente, ampliação da participação municipal e adoção de modelos de proteção que realmente proteja os recursos hídricos.

Conclusões. As manifestações que eu coloquei anteriormente, dos conselhos estaduais, particularmente dos comitês de bacias do Estado de São Paulo manifestam que a centralização decorrente da PEC seguirá na contramão dos interesses da boa gestão dos recursos hídricos e, portanto, aos anseios da sociedade.

A legislação prevê articulação dos conselhos estaduais para solução de conflitos. O Conselho Nacional pode exercer papel junto aos conselhos estaduais, e com os países vizinhos do Brasil. A PEC 43 trará prejuízo a administração das águas subterrâneas e representa um retrocesso político administrativo, pois fere a descentralização.

A gestão das águas subterrâneas abrange o controle da qualidade, o disciplinamento do uso e ocupação do solo e particularmente da proteção das áreas de recarga dos aquíferos.

Essas atividades exigem presença local do agente público do estado em articulação com os municípios interessados.

Decorridos 22 anos da Constituição Federal, não se te conhecimento de nenhum conflito ou problema administrativo decorrente da dominialidade dos estados. Nós não temos notícia de que tivesse algum tipo de problema.

Eventualmente alguns aquíferos que tem divisão entre estados tem tido suporte técnico, inclusive da Agência Nacional de Águas, para conhecimento técnico, conhecimento hidrológico para uma melhor gestão dessas áreas fronteiriças.

Mais adequada é essa articulação entre a União, os estados e o Distrito Federal e um exemplo dessa articulação foi o Projeto do Aquífero Guarani, em que os 8 estados onde o aquífero ocorre e os 3 países, além do Brasil, os outros 3 países que também tem o aquífero na sua área territorial, fizeram um trabalho importante no sentido de criar diretrizes para uma gestão compartilhada.

Atualmente, existem cerca de 160 comitês de bacias hidrográficas instalados no estado. A União não tem e não teria estrutura administrativa para atuar nos atuais e nos futuros comitês, isso é importante também.

A PEC deve ser arquivada por não trazer benefício à administração pública, e por estar dissociada dos interesses da sociedade brasileira. nós tomamos, aí estão os nossos contatos, tomamos a liberdade, senadora, de nessa última conclusão ter um posicionamento muito claro com relação ao que entendemos a respeito da PEC, e valorizar aqui em muito todo esse trabalho que tem sido feito de articulação, de entendimento, entre a Agência Nacional de Águas e os órgãos gestores dos estados, para que nós possamos ter, no futuro aí cada vez mais garantidas aí as condições de qualidade e quantidade das águas subterrâneas.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Dr. Everton, eu acho que ficou bem claro aqui, muito didática a apresentação, facilitando o entendimento, e passo a palavra ao Dr. Breno Lasmar, que é Procurador do Instituto Mineiro de Gestão Das Águas, o IGAM, representando o Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ.

Seja muito bem-vindo.

SR. BRENO LASMAR: Sra. Presidente, bom-dia, bom-dia, Srs. Senadores, demais membros da Mesa, senhores presentes.

Inicialmente eu gostaria de apresentar aqui as justificativas do Dr. Júlio Rocha, em razão do tempo em Salvador ele não conseguiu embarcar para poder vir, estar atuando aqui nessa Comissão, me pediu para que o representasse.

Nós fazemos parte do fórum nacional de órgãos gestores de recursos hídricos, esse assunto da PEC foi submetido a esse fórum já há algum tempo, onde foi debatido, nós podemos até contar com a participação do Dr. Everton recentemente, onde apresentou algumas considerações e foi levantada a preocupação dos órgãos gestores estaduais a respeito da tramitação da PEC.

Como já bem exposto pelos meus antecessores aqui, a nossa preocupação se dá no sentido de que o entendimento firmado no Estado de Minas Gerais, nos órgãos gestores, e levantado também nesse fórum, é que a transferência da dominialidade das águas, ela não será uma contribuição realmente para uma gestão mais efetiva, uma gestão mais adequada dos recursos hídricos no nosso país.

E em razão disso a gente vem trabalhado constantemente no desenvolvimento de redes de monitoramento, a gente vem criando dentro dos estados, através dos planos de recursos hídricos, ações específicas com outorga, fiscalização e controle das águas subterrâneas, seguindo o conceito que existe hoje da dominialidade das águas subterrâneas estaduais.

E, nessas discussões que nós tivemos, nós entendemos que a União e os Estados precisam trabalhar maiores articulações para poder desenvolver ainda mais essas redes de monitoramento e controle que existem, das águas subterrâneas.

E em razão do que já foi exposto aqui, dos grandes impactos locais que tem a gestão das águas, nós precisamos aumentar também a articulação dos estados e municípios, trazer e envolver mais os municípios na gestão para que a gente possa ter uma grande proximidade dos planos de recursos hídricos, com os planos diretores municipais, e com isso a gente conseguir fazer com que haja realmente o cumprimento de um dos fundamentos da política de águas desse país, que é a questão do uso múltiplo, e a garantia de água para todos.

A nossa dominialidade, da forma como se apresenta hoje, a gente entende que é adequada, que ela tem contribuído para que os estados possam fortalecer seus órgãos gestores, e possam trabalhar no fortalecimento da gestão.

Os comitês de bacia hidrográfica, seus organismos apropriados e adequados para a realização do debate local da questão das águas, e em função disso a gente tem trabalhado no incentivo para a descentralização se tornar cada vez mais presente e que as pessoas, a própria sociedade, ela reafirme esse conceito de que a gestão descentralizada e participativa é realmente o foco, é a forma que vai se dar a melhor garantia de controle, a melhor garantia de cumprimento das normas dos fundamentos e objetivos estatuídos na nossa lei federal.

Minas Gerais já vem fazendo esse trabalho, os demais Estados da Federação também vêm fazendo suas redes de monitoramento, os órgãos gestores estão trabalhando nessa linha.

Nós temos em Minas, inseridos nos planos de recursos hídricos de regiões cujo uso de água subterrânea é mais acentuada, naquelas bacias hidrográficas nós temos inserido capítulos específicos, aprofundando desse detalhamento.

Regiões com maior controle e preocupação, como a própria área cárstica em Minas Gerais, ela necessita estudos bem aprofundados.

Recentemente nós tivemos no IGAM um trabalho com as prefeituras da região da área cárstica. Tivemos um encontro agora com o prefeito de Sete Lagoas, um dos nossos municípios.

E a gente tem demonstrado essa preocupação do uso da água subterrânea, e os impactos na região. E a gente, então, tem trabalhado nessa linha de aprofundar esses estudos, e a gente entende que é através dessas parcerias, União-Estados, Estados-Municípios, que a gente vai conseguir avançar, que vai conseguir, então, estabelecer redes de controle, monitoramento, e uma maior facilidade para que o estado possa exercer essa gestão.

Em razão disso, o que a gente, então, entende, é que a PEC, ela poderia... Essa PEC, ela não vem hoje ao encontro dos interesses do nosso estado, e a gente vem, então, defendendo a manutenção do texto constitucional na regra como está, por acreditar que as articulações que são praticamente todas as bases da política de recursos hídricos, as articulações é que vão fazer com que a gente tenha um maior controle, e uma gestão mais eficiente, e não uma mudança de dominialidade, que vai fazer com que a gente possa conseguir avançar nessa linha.

Após a exposição tanto da ABAS quanto da ANA, eu acredito que os aspectos técnicos, Sra. Presidente, já tenham sido exauridos, então eu gostaria apenas de trazer essas palavras, e colocar-me à disposição.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero agradecer aqui ao Dr. Breno Lasmar pela sua colocação, e dizer, Sr. Presidente que hoje está na plateia, vamos trocar já de lugar, e Senador Flávio Arns, Senador Casagrande, que a dis-

cussão sobre a Emenda 43, se nós devemos mexer na Constituição, e mudar a dominialidade das águas subterrâneas.

Os nossos três expositores hoje, tanto o Dr. Paulo Varella, Dr. Everton, Dr. Breno, os três se colocaram contra uma mudança na Constituição. Eles acreditam que isso possa ser feito ou por emenda à Lei 9.433, de 97, ou por uma portaria do Conselho Nacional dos Recurso Hídricos, quer dizer, algum tipo de legislação infraconstitucional, ou mesmo por problemas, por decisão interna, para clarificar um pouco mais o que está colocado na constituição.

Mas todos concordam também que as águas subterrâneas que tenham pelo menos domínio de vários países, no caso do Aquífero Guarani, que são três países além do nosso, e mais rios subterrâneos que passem por vários Estados, ou aquíferos que passem por vários Estados, que aí sim teria um acompanhamento da União, quer dizer, a União seria ali coordenadora das discussões a respeito. É isso, Dr. Paulo?

Senador Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marisa, quero primeiro pedir desculpas, eu tinha um compromisso agendado, tive que me afastar, acabei não conseguindo acompanhar o pronunciamento do Paulo Varella e do Everton.

Mas a Emenda 43 diz o seguinte: "*O inciso III, do art. 20 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: são bens da União, os lagos, rios e quaisquer correntes de águas superficiais, ou subterrâneas, inclusive os aquíferos, em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais*."

O art. 2º dessa emenda: "*O inciso I do art. 26 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: Inclui-se entre os bens dos estados as águas superficiais ou subterrâneas afluentes emergentes, em depósitos circunscritas ao seu território*." Nesse caso, na forma da lei... Então, pelo que eu pude entender do seu resumo, e também da fala do Senador Flávio Arns comigo, todos aqui foram unânimes em dizer que nós não precisamos alterar a Constituição Federal. Mas, pelo que eu vi, tem alguma coisa para ser alterada na legislação, para deixar claro, é isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade, inclusive garantindo que a gestão é local, o Dr. Paulo estava colocando aqui e o Dr. Everton também, mais de 700 mil poços, 400 mil poços previstos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E quem controla isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ninguém controla, é o local, é o município que tem que controlar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É o município ou o estado que tem que controlar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É o estado.

SR. BRENO LASMAR: A gestão das águas subterrâneas é feita pelo Estado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pelo estado, pela constituição atual.

SR. BRENO LASMAR: Exato. O Estado de Minas Gerais vem fazendo redes de monitoramento ao longo desses anos, já tem implantado essas redes para monitorar todas essas captações de água subterrânea.

O que ocorre, senador, é que ainda existe um grande número de perfurações que são clandestinas, perfurações às vezes antigas, principalmente em regiões cuja oferta de água superficial é muito baixa--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vocês consideram água subterrânea qualquer profundidade?

SR. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA: Bom, a partir da zona saturada do solo passa a ser água subterrânea. Então, realmente, toda a água que está no subsolo seria considerada subterrânea.

Agora, eu queria destacar também isso que o Breno está colocando, quer dizer, a gestão está sendo hoje exercida por estados de maneira diferenciada, senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem estado que tem gestão e tem estado que não tem.

SR. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA: Tem estado que tem gestão e tem estado que não tem todo o sistema de gestão instalado.

Então, nós entendemos que essa proximidade da gestão com o usuário, ela favorece por uma série de aspectos, para cumprir com todos os instrumentos que a Lei 9.433 prevê.

Então, nós aproximarmos essa gestão desses usuários lá no âmbito dos comitês de bacia, enfim, seria interessante e a política prevê isso, que está inserido na Lei 9.433.

A sugestão que o Dr. Paulo Varella colocou é tornarmos mais explícito os artigos e os incisos da Lei 9.433, estou tomando a liberdade aqui, Dr. Paulo Varella, depois vai certamente se pronunciar. Tornar mais claro de que forma vamos operacionalizar a articulação que pode ser exercida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em relação a dois estados, por exemplo, que tenham seus conselhos de recursos hídricos instalados.

Vamos imaginar um conflito estabelecido por uso de um determinado aquífero que ultrapasse os dois estados, e aí o Conselho Nacional pode atuar como mediador nessa questão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa alteração pode ser na lei?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode ser na Lei 9.433, ou através de resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, essa é a proposta que eu imagino que decorre da explanação do Dr. Paulo, e que nós concordamos que pode ser realmente mais explicitada como vai ser operacionalizada essa articulação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Dr. Paulo quer fazer uma colocação.

SR. PAULO VARELLA: Foi realmente uma pena, senador que a gente não pudesse contar com sua presença, naturalmente por motivo justo, onde a gente colocou exatamente essa questão técnica de do que é água subterrânea, aquífero, e como ela se move dentro desse meio.

A gente viu aqui que as águas subterrâneas, diferentemente dos rios, essa é a questão, o que a PEC tenta é rebater o modelo de água de superfície em água subterrânea. O que acontece é que a realidade é de forma tão distinta que fica complicado.

Então, a gente mostrou que a água no meio subterrâneo, ela pode se dar em fluxo, em dias, em meses, em décadas, em séculos, em milênios, então você vê que o impacto é muito diferenciado, e viu também que entre os estados nem sempre o fluxo passa de um estado para outro.

Eles podem ser paralelos, eles podem ser divergentes, é uma dificuldade técnica, com diz ali, das águas circunscritas ao território, embora isso não seja impossível isso seria de uma dificuldade técnica muito grande, ia complicar muito.

Depois acontece o seguinte: quando a gente diz aqui que acha que a PEC não vai contribuir para melhorar a gestão, na verdade, na verdade, nós não temos uma crise legal, uma crise de lei, o que nós temos aqui é dificuldade de implementar a lei, esse é o nosso grande desafio, não só para água subterrânea, mas também para a água superficial.

E o que é implementar a lei, implementar os instrumentos da política? Para fazer isso, nós acreditamos, nós temos que efetivamente fazer, e temos exemplos locais, por exemplo, Ceará, que o senhor acompanhou, fez o PAC das Águas, onde a Assembléia Legislativa coordenou todo movimento interno para convergir na direção de uma gestão integrada.

E essa Casa que não tem faltado, tem acompanhado, que tem orientado, cabe, me parece, um papel fundamental, eu acho que a forma de resolver isso é um grande pacto federativo, para as duas águas.

A nossa lei carece de metas, nós temos que ter um pacto federativo que nos proponha metas, para que a gente possa alcançar esse processo.

O senhor tem razão, quando a gente diz aqui que a dominialidade não vai ajudar no processo, não quer dizer que a gestão das águas subterrâneas não esteja boa, está muito ruim no geral, muito embora tenhamos experiências muito boas.

Há uma diferenciação muito grande, tem estados que avançaram muito, tem outros que estão por começar. Nós já conseguimos fazer aqui o ano passado um grande *workshop* trazendo todo o país aqui, e estamos montando um processo de monitoramento para água subterrânea, que está parado, não começou praticamente, é muito desigual. De forma que todo os estados possam monitorar com a frequência adequada, com a distribuição adequada, usando os mesmos parâmetros, até que a gente possa avaliar a variação dessa qualidade dessa água.

Então, o que nós precisamos, me parece, é esse grande pacto federativo. Aqui a gente falou dos municípios, essas coisas sempre vão trazendo outras, a gente não pode se alongar muito, mas eu tenho a impressão que a gente não pode interpretar a lei por inciso, por artigo, de forma isolada.

A Lei 9.433, que propõe a gestão por um território integrado, além das calhas, além das fronteiras, que propõe ser centralizado e participativo, evidentemente que no seu espírito ela contemple o municípios, embora isso não esteja explícito ali, ele só não tem dominialidade, mas tem responsabilidade.

Não tem como fazer gestão de água se você não vai articular com quem faz o licenciamento de uso de solo, por exemplo, é impossível. Mas nós temos exemplos muito interessantes. Rio Grande do Norte, Ceará, por exemplo, pediram à ANA, nós estamos trabalhando com eles para fazer um marco regulatório do uso das águas ali do Aquífero Açu, do Sistema Jandaí-Açu, que compõe os dois estados.

Aí na água superficial, a Paraíba e o Rio Grande do Norte também fizeram um marco regulatório para ver as águas do Rio Piranhas. Ou seja, o Estado de São Paulo tem avançado, Minas tem avançado, enfim, Paraná tem avançado, ontem passei o dia inteiro lá no Paraná, no Dia Mundial das Águas, etc.. Fizemos as reflexões, o município tem que estar envolvido nesse processo.

Agora, a nossa lei, me parece que ela carece é que nós estabeleçamos essas questões, do ponto de vista intitucional, onde é que nós queremos chegar daqui a tantos anos, do ponto de vista etc. e tal, passar

simplesmente a dominialidade para cá nós vamos ter que delegá-la para os estados de volta, e pedir para eles tomar conta, porque é um país inteiro e milhares de poços espalhados, quer dizer...

Isso pode não ser uma razão, a gente teria que nos preparar para tanto, mas o que a gente diz é que a dominialidade em si efetivamente não vai melhorar o processo. O que eu acho que nós temos que fazer e aí os Estados tem que andar, Dr. Everton, tem o Dr. Carlos Martins do Rio Grande do Norte, o pessoal de São Paulo que aqui está, pessoal de Minas Gerais, quer dizer, nós temos que avançar, fazer nossos concursos, preparar nossos órgãos gestores, e partir na direção de um grande pacto federativo.

E essa Casa acho que é crucial dentro desse processo, os trabalhos que vocês estão fazendo têm que ser ampliado. O que nós temos que fazer é implementar a lei.

Há quem me procure, muitas vezes, querendo trocar a 9.433 em muitas coisas, e a gente imagina que não é hora, a gente tem é que implementar os instrumentos que ela pressupõe.

Talvez, sim, as leis estaduais, que elas são muito parecidas e não deveriam ser, porque uma lei do Acre não deveria parecer com o do Rio Grande do Norte, e assim por diante, e do Norte e do Sul, e com essas modificações de periferia, talvez a gente pudesse melhorar.

Mas, enfim, é nessa direção, simplesmente não é não reconhecendo que as coisas estão para começar em muitas coisas, e para avançar em muitas outras, mas é simplesmente reconhecendo e a gente fez a reflexão por quase dois meses na ANA, e realmente valeu a pena porque a coisa não foi fácil assim, depois chegamos a uma... Alinhamos, todos, mas analisamos todas essas questões. No fundo, no fundo esse é o grande desafio, implementar a lei, que é isso, implementar os instrumentos, plano, outorga, fiscalização, cobrança, sistema de informação, e por aí.

E não só fazer os planos, implementá-los, nós estamos tentando contribuir. Fizemos o plano do Araguaia está com 15 anos, fizemos aqui nessa Casa, viemos aqui nessa sala, apresentamos eles aqui para vocês, fizemos o plano do São Francisco, até junho eu quero anunciar, vamos trazer o plano de todos os afluentes da margem direita do Amazonas, sete anos na fila, um trabalho monumental, que vai dar talvez a primeira visão de conjunto para aquela área do país, bacia por bacia, vocação para irrigação, vocação para cascata hidroelétrica, vocação para isso, vocação não mexer, como foi o caso do Araguaia-Tocantins, aqui, deixa o Rio do Sono dormir, deixa o Rio da Morte descansar, vamos aqui, tal, e assim por diante, 5 milhões de hectares.

Mas implementar esses planos é o grande desafio. Na água subterrânea o desafio é maior, nós estamos ainda atrás, mas por sorte, elas tem uma exigência(F) maior, elas demoram mais, quando estragam, estragam definitivamente, esse é o problema.

O trabalho do Guarani, eu estou encerrando, mostra-nos claramente isso, quer dizer, foi um trabalho que foi feito e mostra que a trans-fronteiricidade das águas subterrâneas não são o que parece. Está claro que o que acontece lá em Mato Grosso do Sul não tem nada a ver com que acontece em São Paulo, tem muito menos a ver com o que acontece no Amazonas.

Do ponto de vista de aquíferos, o Barreiras, por exemplo, corta todo o Nordeste, mas os que vão para o mar, essa interação é muito pequena, de forma que o que acontece em Natal não tem absolutamente nada a ver com o que acontece em João Pessoa e assim por diante.

Então, o que a gente traz aqui é a reflexão para os senhores, que tem decisão soberana, e seguiremos seja qual for, é de que a dominialidade da mudança em si não ajuda, o que a ANA imagina é que o Conselho, como já fez cobrindo uma série de lacunas com a Resolução 15, com a 16, com a 20, com a 22, possa fazer mais uma, que deixe claro quem será o poder mediador dentro desse processo, nem precisa mexer na 9.433, que seria um pouco mais problemático.

O que nós estamos trazendo aqui é nos comprometendo que dentro de dois meses, Dr. Fernando vamos lá, nós temos que colocar no Conselho, Dr. Fernando é o nosso gerente de água subterrânea que fez um trabalho aí espetacular, Dr. Ricardo é superintendente dessa área, e a gente quer exatamente trazer ao Conselho uma sugestão para que a gente possa ter uma resolução, que é infralegal, mas não é menos legal.

Poderá cobrir toda essa lacuna e nos dará a possibilidade de que a gente possa partir na direção desse pacto federativo. Enfim, nós temos aí, andamos alguns metros, mas nós temos quilômetros pela frente.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não sei se eu... Não, da minha parte, assim, o assunto é da mais alta relevância, que quando se discute água, hoje em dia, e deveria ter sido sempre assim, mas particularmente nos dias de hoje é assunto da mais alta relevância para o Brasil, para o mundo, a sua preservação, avaliação, gerenciamento, uso correto, e isso tem que fazer parte da consciência de toda a sociedade.

E nós temos aqui oportunidade, hoje, de ter representantes, assim, expressivos, dessa área, porque, se nós pensarmos na Agência Nacional de Águas, na Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, e também no Instituto de Gestão das Águas e Clima, são, quer dizer, são expoentes dessa área, são instituições das mais expressivas em nosso contexto.

E a opinião é muito clara, eu acho que inclusive a apresentação foi muito didática no sentido de mostrar, na verdade, aspectos técnicos, mas também aspectos legais, importantes, aspectos políticos, e mostrando, de fato, que não existe a necessidade de mudança da Constituição. Eu acho que isso ficou claro, não é?

Existem sim outras muitas necessidades, eu até diria, talvez nem tanto na lei nesse momento, deixar, como foi dito, a lei um pouco mais para frente, mas esta articulação necessária para que a lei possa, assim, ter os seus desdobramentos na sua realidade, seja em termos de estados, em termos de municípios.

E os quadros mostrados foram muito claros, essa necessidade de interação dessa área com todas as demais, meio ambiente, indústria, agricultura, uma gestão, hoje em dia quando a gente fala num modelo sustentável, a gente tem que pensar, de fato, nesta interação entre todas as áreas, quer dizer, como é que a agricultura pode ter um bom desenvolvimento baseado na parte técnica, porém respeitando o que é necessário para o ser humano e para a humanidade de uma maneira geral.

Então, me parece, ficou muito claro para mim que a questão da dominialidade, passar isto para a União, causaria transtornos, causaria problemas. Porque justamente, ficou muito claro nas exposições todas, que o contexto é muito específico para cada realidade. Cada lugar, vamos dizer, são suas variáveis, seus entendimentos, sua técnica, o que é num lugar não é no outro, e por isso que a legislação tem que ser geral, tem que prever esses aspectos todos, mas dando um bom espaço para uma parte técnica, que hoje a área aí nós temos já a parte acadêmica muito desenvolvida nessa área, e nós temos profissionais que podem, de fato, apresentar sugestões, encaminhamentos para o que for necessário.

Então... E não há conflitos, quer dizer, não é um problema, se houvesse assim, tem um problema, tem um conflito que precisa ser resolvido, e aí vamos mudar a Constituição. Mas não há.

Quer dizer, não existe, pelo contrário, existe uma convergência de pontos de vista no sentido de que deve continuar do jeito que está, se aprofundando, modificando, fazendo a reflexão sobre a realidade para ver o que na lei também tem que ser alterado.

E o exemplo do Aquífero Guarani, é um exemplo bonito, eu diria, 8 estados, 3 países, em que você está lá também discutindo, vendo, e é uma questão técnica também que tem que ser gerenciada.

E isso vai aumentar cada vez mais, os exemplos dos 400 mil poços. Quatrocentos mil, se a gente pensar que nós temos 5.564 municípios, se não me engano, município, pensando para 400 mil seriam 100 poços, vamos dizer, por município como média, 100, 160 bacias hidrográficas, aí trazendo todos esses estudos.

Então, me parece, assim, extremamente claro, assim, no sentido de dizer, a PEC, neste momento, não há por que discutir alteração constitucional, vamos refletir sobre a lei, mas, particularmente, vamos fazer com que a lei possa servir como referência para que os estados se estruturem, que os municípios possam, como foi dito também nas falas todas, serem chamados para participarem do processo.

Para mim ficou, assim, extremamente claro, tranquilo, seguro, e com representações das mais importantes aí, e ao mesmo tempo sempre abrindo para a população em geral, através dos meios de comunicação do Senado que também participe.

Mas para mim, está, nem vou perguntar, porque eu acho que as dúvidas que o Senador Casagrande já trouxe também foram esclarecidas, e a apresentação para mim, as apresentações foram extremamente claras.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, de fato eu acho que não tem discordância, eu vou fazer o meu relatório já na CCJ contrário à matéria, porque a voz do povo é a voz de Deus, o povo todo quer contra, então nós vamos já resolver, porque a PEC só tramita lá na CCJ, então já o parecer, darei parecer contra para a gente poder já avançar com relação a essa matéria.

E o Paulo Varella vai fazer a proposta de mudança através do Conselho de Recursos Hídricos, não é isso? A hora que tiver alguma sugestão de mudança da legislação, encaminha para a Comissão, que a Comissão dará prosseguimento a qualquer aperfeiçoamento necessário para essa matéria.

De fato, se nós pudéssemos colocar, não sei se existe possibilidade, nós tínhamos que ter prazo para planos de gestão de águas subterrâneas nos estados, não é? Não sei se...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Metas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Metas. O plano, tem o Plano Nacional, com metas bastante...

Agora, nem todos os estados tem o seu plano estadual, tem sua política, mas não tem o seu plano, então, mas aí nós não vamos também interferir na gestão dos estados, cabe lá à assembléia legislativa e cabe lá aos poderes locais fazer esse debate, mas eu ainda vejo muitas dificuldades.

Fizemos alguns seminários no ano passado, em algumas regiões, fizemos no Nordeste, fizemos no Centro-Oeste, tratando da questão de recursos hídricos, da gestão de recursos hídricos, mas nós não temos de fato os estados na mesma posição, os estados são muito diferentes um do outro em termos de gestão.

E com água superficial, água subterrânea nem se fala.

A subterrânea ainda... Como se diz, é mais embaixo, então é mais difícil ainda a gente ter hoje uma estrutura de acompanhamento.

Então, acho que nós temos que provocar o debate, nós temos que continuar indo às regiões, provocando o debate, fazendo o debate sobre a água, eu acho que é função nossa, da Comissão fazermos isso.

Então, como o parecer técnico dos três é um parecer contrário à emenda, a gente confirma aqui a nossa posição de relatarmos a matéria também contrária na CCJ.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Casagrande, eu quero agradecer aqui em nome dessa Comissão, da Comissão que o Senador Casagrande preside, a minha Subcomissão, que é Subcomissão Permanente de Águas, agradecer ao Dr. Paulo Varella, Diretor da Agência Nacional de Águas, a ANA, ao Dr. Everton Luiz, presidente da Associação de Águas Subterrâneas, a ABAS, e o Dr. Breno Lasmar, Procurador do Instituto Mineiro de Gestão das Águas-IGAM, representando também o Instituto de Gestão das Águas e Clima-, INGÁ.

Quero informar a todos que quiserem voltar a esta discussão, conhecer um pouquinho mais, está disponível no *site* desta comissão, para todo o país e, além disso, a TV Senado ainda vai retransmitir toda essa Sessão.

Quero, encerrando essa composição de hoje, quero lembrar que nós temos uma deliberativa às 11h30, daqui a pouquinho nós estamos todos a postos novamente para uma sessão deliberativa da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Muito obrigado aos nossos convidados.

Sessão encerrada às 11h19.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas do dia vinte e três de março de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **MARINA SILVA, JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, ADELMIR SANTANA, ALVARO DIAS e FLEXA RIBEIRO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Renato Casagrande, declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 90, inciso V, e do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Promotor de Justiça José Carlos Blat, o senhor Lúcio Bolonha Funaro, o senhor João Vaccari Neto e o senhor Pedro Dallari a comparecerem perante esta comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em dias alternados, com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos de pensão da PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), FUNCEF (Fundação dos Economiários Federais) e PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários), com graves prejuízos aos cooperados e com a participação de organização não governamental". Autoria: Senador Alvaro Dias. Resultado: Aprovado. Assume a Presidência o Senhor Senador Cícero Lucena. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 510, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "concede redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre atividades de reciclagem". Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Renato Casagrande. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria. O Senhor Senador Renato Casagrande reassume a direção dos trabalhos. **Item 3) PROJETO DE LEI DO**

SENADO Nº 196, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO, que "acrescenta § 3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil". Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria "ad hoc": Senadora Marisa Serrano. Parecer: Favorável à matéria, com as duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor e da relatora, para reexame da matéria. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes". Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Favorável à matéria com as quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. A Presidência registra a presença do Ex-Deputado Federal Filemon Rodrigues. **Item 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafo único ao art. 9º e altera o art.12, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas)". Autoria: Deputado Leo Alcântara. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria com a Emenda nº 1-CMA. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências". Autoria: Deputado Arlindo Chinaglia. Relatoria: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel". Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. **Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "acrescenta art. 18-A à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "impõe o fornecimento ao consumidor final de água mineral em embalagens de dez litros a todos os fornecedores que disponibilizem água mineral em embalagens de vinte litros". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará". Autoria: Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 e 2-CDR e com as três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo". Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 14) PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 138, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e dá outras providências". Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Jayme Campos. Parecer: Para reexame da Comissão conforme adequação e consolidação do texto final apresentado. Observação: Matéria aprovada terminativamente em 03/11/2009. Resultado: Adiado. Usam da palavra os (as) Senhores (as) Senadores (as) MARISA SERRANO e FLEXA RIBEIRO Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, José Francisco B.

de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 23/3/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os senadores e senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Matéria... Primeiro item de pauta, um requerimento do Senador Alvaro Dias, que ele fez uma reapresentação do requerimento, incluindo o convite ao Sr. Pedro Dallari, na semana passada. Senador Alvaro Dias tinha feito um convite ao Sr. José Carlos Blat, ao Lúcio Bolonha Funaro, ao Sr. João Vaccari Neto, e, agora, como um requerimento, como este, no mesmo teor, foi aprovado na CDH, o Senador Alvaro Dias reapresentou o requerimento e reapresentando o requerimento, incluindo a presença do Sr. Pedro Dallari no requerimento.

E também... Caso... Outra mudança do requerimento, caso seja aprovado, como foi aprovado, como foi aprovado requerimento de igual teor na CDH, como foi aprovado igual teor na CDH, a reunião será conjunta, está certo, a reunião conjunta. Como foi aprovado requerimento de igual teor na CDH, a reunião... CDH, a reunião será conjunta.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma questão de ordem, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, senadora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para clarificar um pouquinho essa questão. O requerimento foi votado, foi votado isoladamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na CDH.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Na CDH. Foi votado isoladamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E aqui também vai ser isoladamente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E aqui também vai ser isoladamente. Agora, depois, podemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para esclarecer a V. Exa.: lá, mesmo isoladamente, mas sugeriu que a reunião fosse conjunta com a CMA, com a CMA.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós estamos aqui também sugerindo que seja.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Certíssimo! Então é isso aí, nós vamos fazer a votação do requerimento nosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nosso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sugerindo também que seja feito conjunto, é uma sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É isso... Como eu não vou... Esse é um outro requerimento.

Eu vou pedir ao... Eu vou também subscrever, mas pedir ao Senador Flexa, Senadora Marisa e Senador Cícero, que são partidários do Alvaro Dias, nós vamos incluir, nós vamos votar a inclusão extrapauta, que tem um outro requerimento, tem uma outra pessoa, tem um outro texto, então é outro requerimento. Está certo?

Então, em discussão... Nós estamos ainda, nós vamos colocar o requerimento...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para inclusão extrapauta. Peça para eles assinarem.

Em discussão a inclusão extrapauta. Quem for favorável permaneça como se encontra. Em votação. Favorável. Aprovado.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o requerimento tem todo o nosso apoio para a sua aprovação.

Como V. Exa. bem o disse, ele já está... Um requerimento de igual teor já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, e nós estamos aprovando hoje, na comissão de mérito, que é a Comissão de Controle e Fiscalização, que é a comissão que V. Exa. preside.

Só que, da mesma forma que na Comissão de Direitos Humanos, nós não podemos aprovar a audiência em conjunto, nós... Eu gostaria que o texto, o texto do requerimento fosse alterado, como se encontra, para que a aprovação fosse feita para uma audiência na CMA, e sugerindo que se possa fazer em conjun-

to, podendo ser em conjunto, não dizendo que será em conjunto.

Porque eu tenho muita preocupação com o problema de agenda das comissões, e, quando é uma reunião conjunta de duas ou mais comissões, dificilmente você consegue, em tempo curto, fechar a agenda das duas.

Então, V. Exa. me disse há pouco que vai fazer a audiência na próxima terça-feira. Quero parabenizá-lo por isso. Então, se o Senador Cristovam não puder fazer nessa terça-feira, nós não vamos deixar de fazê-la aqui na CMA.

Então, eu espero que seja em conjunto, mas pediria a V. Exa. e aos meus pares que nós votássemos o texto como uma audiência na CMA, e sugerindo que ela pode vir a ser em conjunto com a de Direitos Humanos, por já ter sido aprovada, mas não com a forma afirmativa, "*será em conjunto*", ela poderá ser, para evitar, para que se possa evitar, por questão de agenda, uma demora na audiência que nós iremos aprovar hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão, continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

Mas antes de dizer o seguinte: não é de bom senso que a gente convide as mesmas pessoas para dois dias seguidos em duas comissões, não é de bom senso.

Então, se tem o mesmo assunto, o mesmo requerimento, são as mesmas pessoas, é muito mais equilibrado, e não será um retrabalho se nós fizermos na mesma sessão, no mesmo momento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. V. Exa. tem toda razão, e eu espero que possamos fazer em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas em não sendo possível, V. Exa. que já me garantiu que vai convocar a reunião para a próxima terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas vou, naturalmente, consultar o Senador Cristovam Buarque, porque eu já até mandei consultá-lo, porque se não puder ser terça, que seja quarta, mas seja uma sessão conjunta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas a minha preocupação, Senadora...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não vamos deixar de marcar semana que vem essa audiência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A minha preocupação é que, terça-feira, o Senador Cristovam não possa... Quarta-feira, o Senador Casagrande não possa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já pode fazer, já peguei a resposta do Senador Cristovam lá, já podemos fazer na terça-feira, 11h30, acabou a polêmica.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, então, sem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bom?

Em votação o requerimento, para que nós façamos a audiência, ouvindo esses convidados. Senadores e senadoras que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

E já, então, peço que a Secretaria acerte com a Secretaria da CDH, para que façamos a Audiência Pública na próxima terça-feira, às 11h30 da manhã.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, está agendado já para terça-feira, às 11h30, junto com a CDH; é isso, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Terça-feira, 11h30, já acertado com o Presidente da CDH, Senador Cristovam Buarque, terça-feira, 11h30.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero parabenizar V. Exa. pela forma responsável e expedida que toma na marcação dessa audiência, que é da maior importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Flexa.

O Item 02 eu sou relator, vou transferir a Presidência para o meu vice-Presidente, Senador Cícero Lucena, para que eu possa fazer o relato da matéria.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Item 02, não terminativo, Projeto de Lei do Senado 510, de 2009, "*Concede redução dos Impostos sobre Produtos Industrializados-IPI incidente sobre atividades de reciclagem*." Autoria da Senadora Serys Slhessarenko. O relator é o Senador Renato Casagrande, com relatório favorável à matéria.

Com a palavra o relator, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena.

A matéria, Senador Cícero Lucena, Sras. e Srs. Senadores, concede incentivo fiscal à reciclagem, com o propósito de promover a criação de emprego e renda no setor.

> "O art. 1º da proposição esclarece que a concessão de incentivo fiscal à atividade de

reciclagem tem o propósito de gerar emprego e renda nesse setor e reduzir a poluição provocada por resíduos.

O projeto reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI incidente sobre resíduos recicláveis, bem como sobre bens, produzidos por empresas recicladoras, em cuja manufatura as matérias primas representadas por resíduos recicláveis correspondam a pelo menos 70% do custo total das matérias-primas empregadas na produção.

Define resíduo reciclável como qualquer material resultante de bens de consumo industrializados, descartados ou inservíveis que seja possível de reaproveitamento em novo ciclo de produção industrial e consumo; e empresa recicladora como aquela cuja principal fonte de receita seja a reciclagem de resíduos, inclusive bens descartados e inservíveis.

Determina que requisitos e restrições à concessão do benefício previsto pela proposição serão definidos na regulamentação da lei que resultar do projeto.

Finalmente, a proposição fixa para o Poder Executivo estimará o montante de renúncia de receita decorrente das disposições contidas no projeto e o incluirá no projeto de lei orçamentária que for apresentado após 60 dias da publicação da lei decorrente do projeto."

Portanto, considerando a importância de nós incentivarmos a reciclagem de produtos, é fundamental, esse foi o objetivo da Senadora Serys Slhessarenko, produtos que tenham mais de 70% de produtos, na sua composição, produtos reciclados, e a empresa que tem como atividade principal a reciclagem, essas empresas e esses produtos, poderão tem isenção de IPI.

Portanto, considerando sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, melhoraria da qualidade do meio ambiente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 510, de 2009.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, a palavra, Senadora Marisa Serrano, e depois o Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Era só para cumprimentar o nosso relator, Senador Casagrande, pelo seu relatório, porque hoje em dia todos nós incentivamos que tenhamos cooperativas de catadores e que possam reciclar material.

Nós estamos com um problema sério do lixo urbano e que precisa ser trabalhado e a matéria que puder ser reciclada, ser reciclada. Ganham os catadores, ganham as empresas, ganha usuário, ganha o país. Portanto, eu acho fundamental.

Os catadores de lixo já tinham essa redução, mas as empresas não.

Então, para incentivar as empresas a entrar no processo de material reciclado e fazer parte dessa cadeia com mais constância, eu acredito que aí esse aumento desse segmento vai ser muito importante.

No momento que nós estamos discutindo uma política nacional para resíduos sólidos, que passou na Câmara depois de 19 anos, é justo que a gente possa incentivar essas questões como essa.

Portanto, meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Cícero Lucena, relator, Senador Renato Casagrande.

Esse projeto, como disse a Senadora Marisa Serrano, é da maior importância, Senador Cícero. V. Exa., que é um *expert* nessa questão de resíduos sólidos sabe da importância da reciclagem desses produtos.

Eu só queria uma confirmação do relator, porque o projeto fala em redução, e V. Exa. falou em isenção. V. Exa. alterou... Fez.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Reduzido a zero, reduzido a zero. Está certo, eu usei a palavra errada. Porque o projeto de lei, ela reduz a zero o IPI, não dá isenção, reduz a zero.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Corretíssimo, até porque o que ocorre hoje dos produtos reciclados, industrializados com produtos reciclados, você tem uma bitributação, porque eles já foram tributados anteriormente e ao serem reciclados estão sendo tributados novamente.

Quer dizer, ao invés de o governo incentivar a reciclagem, ele traria maiores dificuldades para a adoção, pela sociedade, desses produtos.

Então, esse projeto vem, com isso, fazer com que esses produtos possam ter um preço reduzido em relação a aqueles que não são feitos com materiais reciclados.

Quero parabenizá-lo, o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Bom, não tendo mais quem queira discutir, eu quero também aproveitar para parabenizar a Senadora Serys Slhessarenko, como autora, bem como o Senador Renato Casagrande, pelo apoio a esse projeto, e todos os demais senadores, porque é um momento muito propício para nós discutirmos isso, inclusive com a chegada, como disse a Senadora Ma-

risa Serrano, e momento que aproveito para convocar todos os senadores para que a gente reduza bastante o prazo que o Plano Nacional de Resíduo Sólido permaneça nessa Casa, obviamente sem abrirmos mão da revisão, do debate que, sem dúvida, irá ocorrer.

Então, quero agradecer e parabenizar, colocar em votação. Permaneçam os senadores como se encontram. Aprovado.

Devolvo a Presidência para o Senador Casagrande.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena, pela sua contribuição.

Eu quero agora, o Item 03, Senadora Marisa Serrano é relatora *ad hoc*. Foi pedido, o autor e a relatora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pedido do Senador Jayme Campos, no Item nº 03, que é o autor do Projeto de Lei do Senado 196, pediu a retirada, eu quero pedir a retirada de pauta, para que a gente volte a conversar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pedido concedido à V. Exa. e ao Senador Jayme Campos.

Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Era a observação que eu queria fazer, que eu pedi vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim. Na reunião passada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na reunião anterior, falei com o Senador Jayme Campos, e nós vamos fazer ainda algumas reuniões para que ele possa voltar.

Então, quero agradecer a Senadora Marisa, pela solicitação de retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Retirado de pauta o Item 03.

Item nº 04, autoria do Senador Marcelo Crivella; relatoria: Jayme Campos. É a primeira vez que ele está pautado. Portanto, vamos esperar mais uma sessão, antes da nomeação de um relator *ad hoc*.

O Item nº 05 acrescenta, Projeto de Lei da Câmara, "*Acrescenta parágrafo único ao art. 9º e altera o art. 12, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 94 (Altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas)*." Autoria: Deputado Léo Alcântara; relatoria: Senador Gilberto Goellner, a quem passo a palavra para fazer o seu relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

> "O objetivo da inovação consiste no estabelecimento de mecanismos que vedem a prática de atos notariais e de registro fora da circunscrição territorial pertinente ao tabelionato ou serventia.
>
> Nesse sentido, o parágrafo único que se pretende adicionar ao art. 9º da Lei nº 8.935, de 1994, dispõe que o tabelião de notas que praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu a delegação devolverá em dobro o valor dos emolumentos recebidos ou devidos para a prática do ato no serviço competente, o que for maior, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 32 da Lei 8.935.
>
> Essa justificação visa coibir o condenável costume de muitos tabeliães, que se valem de agentes, prepostos e escreventes, em alguns casos abrindo tipo filiais, escritórios, postos avançados de seus tabelionatos em outros municípios, visando a captar clientela e lavrar a escritura fora de sua competência territorial, ao arrepio da Lei nº 8.935, de 94 e em prejuízo da boa concorrência."

Então, o voto é favorável, Sr. Presidente, e alterando a ementa do PLC nº 143 com a seguinte redação: a lei, "*Altera a Lei 8.935, de 94, para estabelecer sanção para prestação de serviço de notas e registro, fora do município ou comarca da respectiva delegação*".

Era esse o nosso Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Gilberto Goellner.

Quero fazer o registro da presença do Deputado Filemom(F) Rodrigues, está aqui junto conosco, muito obrigado pela sua presença, seja sempre bem-vindo na nossa comissão.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria. De acordo com o relato do Senador Gilberto Goellner, que é favorável à matéria, com a emenda que apresentou. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item nº 06, também é a primeira vez que consta da pauta, nós daremos mais uma sessão de tolerância, antes de votarmos a matéria.

Os demais itens são terminativos, nós não temos quórum para a deliberação. Vou encerrar a presente

sessão, antes, porém, convidando para a próxima que será amanhã, amanhã, às... Qual horário de amanhã? Amanhã, às 14 horas, uma Audiência Pública para debatermos... PLS 58, sobre fiscalização de obras, amanhã, às 14 horas, Audiência Pública, estão todos convidados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quais são os convidados?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obra do Tribunal de Contas da União; Representante da Controladoria Geral da União; Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Marco Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Filemom(F), obrigado, hein?

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h21.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às quinze horas e um minuto do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador **JEFFERSON PRAIA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os (as) Senhores (as) Senadores (as) **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GEOVANI BORGES, GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, ARTHUR VIRGÍLIO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, ADELMIR SANTANA, ALVARO DIAS, FLEXA RIBEIRO** e **SÉRGIO ZAMBIASI.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a primeira parte da presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 5 de 2010-CMA, de autoria do Senador Jefferson Praia, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2008, de autoria do Senador Fernando Collor, que "Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Comparecem os seguintes convidados: André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União –TCU; Wagner Rosa da Silva, Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle Interno – CGU; Ítalo Mitre Alves de Lima, Assessor Jurídico da Comissão de Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria de Construção – CBIC; e Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA. Após a explanação dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA e FLEXA RIBEIRO. A seguir, a Presidência adia a segunda parte da reunião. **Item único) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador Fernando Collor. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 e 3-CCJ, Subemenda à Emenda nº 2-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Jefferson Praia,** Presidente em Exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 24/3/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Boa-tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de audiência pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 05, de 2010, da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, de minha autoria, com objetivo de discutir o Projeto de Lei do Senado n°. 58, de 2008, de autoria do Senador Fernando Collor, que dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências.

Convido para compor a Mesa, Dr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União, TCU; Dr. Wagner Rosa da Silva, Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle Interno, CGU; Dr. Ítalo

Mitre Alves de Lima, Assessor Jurídico de Comissão de Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria de Construção, CBIC; e Dr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, CONFEA.

Nós vamos, então, pela ordem de composição da Mesa, vamos ter um tempo de 15 minutos, com pouco mais, caso seja necessário, uns cinco minutos, para que possamos fazer as considerações sobre o tema. Concedo a palavra ao Dr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Exmo. Sr. Senador Jefferson Praia, Presidente em exercício dessa Comissão, Exmos. Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, antes de mais nada, nós gostaríamos de, em nome do TCU, agradecer o convite para participação dessa Reunião, dessa Audiência, porque ficamos extremamente satisfeitos em poder colaborar com todo e qualquer trabalho em andamento no Congresso que envolva a questão do controle externo.

No caso específico desse Projeto de Lei que hoje se discute, nós nem precisaremos dispor dos 15 minutos, visto que, nesse caso, o TCU não está sendo diretamente envolvido no Projeto de Lei. A nossa participação aqui, então, é no sentido de colaboração dos trabalhos que nós já realizamos na área, da experiência que nós temos nesse assunto, e aí, eventualmente, estarmos aqui à disposição para alguma dúvida, alguma consulta que essa Comissão queira fazer.

Bem, eu só gostaria de registrar que houve um trabalho do Tribunal de Contas da União que tem toda relação com esse Projeto de Lei que é tema dessa Audiência Pública de hoje. Em 2006, final de 2006, início de 2007, o TCU fez um trabalho de levantamento de obras inacabadas, obras em execução, com recursos federais, inacabadas, no Brasil. Foi identificada uma amostra de 400 obras inacabadas, e foi pesquisada aí os... Foram pesquisados os motivos da paralisação dessas obras, quais eram os problemas que levavam... Que as levavam a se arrastar ao longo dos anos e tal.

Esse trabalho, ele foi tratado no Acórdão n°. 1188/2007, do Plenário do TCU. E, dentre as diversas impropriedades que foram observadas nesse trabalho, chamou atenção o fato do desconhecimento dessas obras paralisadas, o desconhecimento da própria existência de muitas dessas obras, não é? Esse Acórdão, então, ele trouxe recomendações ao Ministério do Planejamento, no sentido de que fosse criado um cadastro geral de obras públicas no país, visto que nós observamos que, às vezes, mesmo no âmbito de um determinado Ministério, o próprio Ministério sequer sabia quais eram todas as obras para quais eles estavam destinando recursos e que não estavam ainda concluídas. Isso dificultava sobremaneira não só o controle dos empreendimentos, mas até o trabalho desta Casa, no momento da alocação de recursos orçamentários, saber aquilo que está em andamento e aquilo que já está devidamente concluído.

Da mesma forma, o mesmo Acórdão, ele trouxe também uma determinação para o CONFEA para que criasse um sistema único de registro de responsabilidade técnica, as ARTs, as anotações de responsabilidade técnica, um sistema único, em que esse sistema pudesse ter uma forma de identificar univocamente as obras, uma chave de obras, alguma coisa assim que, evidentemente, teria relação com aquele cadastro que poderia ser criado, então, pelo Ministério do Planejamento.

Para a nossa extrema satisfação, mesmo em que pese o cadastro não ter sido constituído até o momento, e essa a ART, essa nova sistemática de ART ainda não estar concluída, apesar de termos notícia que está num estágio bastante avançado, para a nossa satisfação, houve a iniciativa, aqui nesta Casa, do próprio Senador Jefferson Praia, na apresentação de um Projeto de Lei que obriga o Executivo a criar esse cadastro de obras, já que houve apenas uma recomendação do Tribunal, quer dizer, não tem, evidentemente, a mesma força que uma Lei emanada dessa Casa terá, então, nós vimos, com muita satisfação, essa iniciativa evoluir para um Projeto de Lei. Temos confiança de que esse Projeto vai ter sucesso e, ao mesmo tempo, um outro Projeto de Lei, de iniciativa do Senador Collor, envolvendo o sistema CREA-CONFEA, no acompanhamento das obras públicas, que é o objeto dessa discussão de hoje.

É evidente que, no âmbito do Acórdão a que eu me referi, 1.188, de 2007, esses assuntos foram tratados simultaneamente; hoje nós estamos tratando do Projeto de Lei especificamente, que trata do acompanhamento a ser feito pelo CONFEA dessas obras inacabadas e das informações a serem repassadas para a União.

Então, nós entendemos que são iniciativas excelentes que podem contribuir muito para o melhor controle de obras no país, e estamos, senador, à total disposição para prestar qualquer auxílio, qualquer esclarecimento que possa contribuir para esse objetivo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. André. Concedo a palavra ao Dr. Wagner Rosa da Silva, Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle Interno, CGU.

SR. WAGNER ROSA DA SILVA: Primeiramente, cumprimento V. Exa., Senador Jefferson Praia, Presidente em exercício dessa Comissão, aos outros Parlamentares presentes, senhoras e senhores. E é uma honra para nós, da CGU, estarmos aqui discutindo um assunto de extrema importância para todos nós, cidadãos.

Fizemos aqui algumas reflexões sobre por que se paralisa a obra? Primeiro, nós começamos essas reflexões e vimos que nós temos muitos problemas: Previsão orçamentária subestimada. Muitas das vezes, começa-se uma obra sem ter garantia adequada de recursos para que ela chegue à sua conclusão. Muitas das vezes, questões ambientais são desrespeitadas. E uma tecla já bastante conhecida de todos nós, a questão de deficiência de projetos. A falta de detalhamento, um detalhamento inadequado, uma planilha orçamentária que não contempla todas as informações, as especificações, às vezes, deixam muito a desejar, os critérios de medição não são tão claros; os projetos, às vezes, não consideram mitigação de impactos ambientais e/ou não apresentam situações de projetos complementares e/ou até trabalhamos com projetos antigos, soluções técnicas desatualizadas. Então, essa é uma questão muito importante para a gente, a questão dos projetos.

Na etapa seguinte, deficiências e/ou irregularidades em procedimentos licitatórios, e é algo complexo, porque não depende só do Governo Federal, às vezes, tem execução direta, mas também tem recursos centralizados a estados e municípios, e quando para municípios isso aí amplia bastante o leque... Contratações... Problemas nas licitações e/ou contratações, onde resulta em sobrepreço, jogo de planilha... Alguns, só para exemplificar, projetos inconsistentes ou mal especificados, e até aquela situação anterior, é uma consequência, de iniciar uma obra sem garantia de recursos. Já vimos licitações que diziam: "Está aqui a licitação, vou firmar o contrato, mas esse contrato só tem validade se eu conseguir os recursos federal para custear a obra".

E um outro problema que a gente tem discutido bastante é o baixo nível de transparência das licitações. Como nós estamos trabalhando em três esferas, tem-se uma dificuldade grande de perceber, muitas das vezes, precisa ir *in loco* para conhecer essas licitações.

E um outro problema, utilização de licitação com objeto difuso, que nós chamamos de guarda-chuva, onde vários objetos podem ser inseridos ali. E pendências também em regularização de terreno, muitas vezes, uma obra se inicia sem a questão da titularidade resolvida, e provavelmente, implica em paralisação seguinte.

Mas também temos problemas outros, nas etapas seguintes. Pode ter descompasso entre liberação e execução. A questão de gerenciamento de recursos, nós temos em vários níveis, às vezes até de unidades da federação, de estados bastante aparelhados para fazer gerenciamento de projetos, prefeituras um pouco maiores, mas também temos aquelas pequenas que têm muito dificuldade em fazer análise de risco, gerir bem os prazos, fazer uma gestão de custos e gestão financeira adequada, e a preocupação com a qualidade.

O acompanhamento, muitas das vezes, é algo que nos afeta; no acompanhamento primário do gestor, de quem está fazendo a licitação, tem sido, muitas vezes, deficiente, e os gestores têm aplicado poucas penalidades, quando constatadas irregularidades nas execuções, e isso também é um problema. Paralelo a isso, e quando se constata, tem que se tomar providências enérgicas, a questão da ocorrência de fraudes, quer na licitação, na contratação ou na execução.

Bom, se temos problemas, temos que preocupar como melhorar isso, como evitar essas ocorrências. E essa, entendo que essa, hoje, aqui, é uma das iniciativas para buscar, conhecendo esse cadastro, essas questões de obras, resolver ou minimizar essas questões. A principal para a gente é a melhoraria da qualidade dos Projetos, eu acho que é unânime também, ter uma visão da obra como um todo, dar soluções técnicas disponíveis e a adotada, e ver se ainda está atualizada, uma estimativa adequada para a inclusão nos processos orçamentários, quer no PPA, quer na LOA; a mitigação dos impactos ambientais ainda na fase de projeto, incluir essas variáveis lá, e a responsabilização de agentes públicos, e também de empresas.

A responsabilização de agentes públicos, quando a gente tem trabalhado algum... Tanto do TCU, quanto CGU têm feito isso, e o Executivo apresentou um projeto também para a questão da responsabilização de empresas. E acho que devemos investir bastante na questão de transparência de procedimentos licitatórios, disponibilizando na Internet, facilitando o acesso aos órgãos de controle e ao controle social, à população.

A garantia de um fluxo financeiro compatível com o cronograma também é importante. Já se observou, em relação às obras do PAC, a questão da transferência obrigatória, que uma lei já deu uma regularizada nessa questão, mas nem sempre a amplitude aqui não seriam só obras federais. Há uma preocupação grande com obras em todas as esferas.

E um outro ponto extremamente interessante seria a correção de falhas identificadas, sempre que possível, para retornar essa execução normal. E eu acho que tanto os órgãos de controle interno quanto externo têm

buscado; a gente tem feito recomendação exatamente nessa linha, quando se constata um sobrepreço, pede adequação; se tem uma medição inadequada, pede-se glosas, e assim por diante. E também, associado a isso, uma questão de, quando constatada a fraude, que haja punição, e normalmente se encaminha para as esferas competentes, para Ministério Público Federal, Polícia Federal e outros órgãos.

Então, essa é uma questão que, como o assunto é bastante amplo, a ideia foi trazer pontos que afetam... Que tragam até a paralisação da obra, e que a gente percebe, termos um cadastro, trabalharmos nele, e atuar para que, identificadas as obras paralisadas, busque soluções para que se minimize esse impacto, que é um impacto, afinal, para a população.

Estamos à disposição para comentar, na linha no Projeto que foi colocado, alguma dúvida que nos afete.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Wagner. Concedo a palavra ao Dr. Ítalo Mitre Alves de Lima, assessor jurídico da Comissão de Obras Públicas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

SR. ÍTALO MITRE ALVES DE LIMA: Obrigado, senador, a quem cumprimento os demais componentes da Mesa, os demais Parlamentares aqui presentes, e os demais que estão compondo aqui essa Audiência Pública.

Bom, de fato, não é interesse de ninguém a paralisação de uma obra pública ou privada. O interesse da construção é que a obra se inicie e seja concluída, e isso que é o negócio da indústria da construção civil. Então, a CBIC, ela vê com muito apreço essa iniciativa do Senado de instrumentalizar a fiscalização dessas paralisações; qualquer iniciativa que venha a fomentar a continuidade da execução das obras, a indústria da construção é favorável.

Então, eu acho que a contribuição da CBIC vai ser muito mais na operacionalização disso, em sugerir ou trabalhar em paralelo, do que efetivamente uma discordância com o mérito do Projeto; o mérito nos atende, a indústria da construção não apresenta óbice a que se identifiquem as obras que estão paralisadas. O que é interessante acrescentar aqui é que esse relatório não se limite aos órgãos de controle que o Projeto sugere; é interessante dar publicidade a esses relatórios, senador, para que o próprio construtor ou mesmo a sociedade tenha acesso a esses dados e entenda ou tome conhecimento que há uma obra suspensa ou paralisada e oportunize o construtor, o contratado, exercer sua ampla defesa e divulgar os motivos até dessa suspensão, o que ocorreu com essa suspensão.

Não há muito mais o que acrescentar, por ora. A gente está à disposição aqui para contribuir com os colegas, no andamento desses trabalhos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. Ítalo. Concedo a palavra ao Dr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, CONFEA.

SR. MARCOS TÚLIO DE MELO: Quero cumprimentar o nosso Presidente em exercício dessa Comissão, Senador Jefferson Praia, cumprimentar o Senador Wellington Salgado, aqui também Relator desse PLS, cumprimentar o Dr. André, Tribunal de Contas, Dr. Wagner, da CGU, Dr. Ítalo, da CBIC, todos os Parlamentares, as pessoas que acompanham essa audiência.

Em primeiro lugar, Presidente, parabenizar essa Casa pela iniciativa de discutir um tema de alta relevância como esse aqui colocado. Quero trazer aqui o posicionamento oficial do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, no sentido de apoio a toda normatização e legislação necessárias ao aprimoramento do controle social sobre os empreendimentos públicos, tanto na esfera do Executivo federal, como também dos Executivos estaduais e municipais.

O Projeto de Lei em tela, eu pediria que colocasse lá, ele tem como objetivo identificar todas as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de um ano, nas quais a União tenha participação financeira. Nós consideramos que está correto, e achamos que os instrumentos de controle deverão trabalhar com legislações de mesmo mote para poder buscar também um controle sobre as obras no âmbito dos estados e também dos municípios. E propõe como mecanismo, a alteração da Lei 5.194, que é de 1966, e atribui ao CONFEA e aos CREAs a obrigação de fornecer anualmente relatório consubstanciado, com a das supracitadas obras públicas. Próximo.

Eu queria, primeiro, clarear para todos os Parlamentares, todas pessoas que participam dessa audiência, o que é o sistema CONFEA/CREA? Nós somos autarquias federais, administrativamente autônomas, instituídas pela Lei 5.594, de 1966, e temos como competência a fiscalização do exercício e das atividades profissionais de engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia e meteorologia. E temos como papel, o CONFEA, mais o foco da normatização, e o julgamento de última instância dos processos, inclusive os processos éticos, e aos CREAs a fiscalização e julgamento em primeira instância desses processos.

Uma das questões que está muito relacionada a esse PLS 58, que eu acho da maior importância do controle social que se tem é anotação de responsabilidade técnica, que é um instrumento legal, fixado

pela Lei 6.496, de 1977, que identifica o responsável técnico pelas obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, e demais profissões fiscalizadas pelos CREAs.

No art. 1º dessa Lei, está claro que todo contrato, escrito ou verbal, para execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, arquitetura ou agronomia, fica sujeita à anotação de responsabilidade técnica.

Nós temos um posicionamento em relação a esse PLS 58, integralmente favorável ao seu princípio e, de uma maneira muito clara em relação à inserção do sistema CONFEA/CREA no contexto da fiscalização das obras públicas; nós já temos essa atribuição pela Lei n°. 5.194, de 66, e ela também traz o fortalecimento da Lei 6.496, que é da Anotação de Responsabilidade Técnica da ART.

Nós temos como ações de implementação, propostas integralmente favoráveis a ela, o atendimento na íntegra ao acórdão 1.188, de 2007, do TCU, já referenciado aqui pelo Dr. André. Quero, inclusive, está aí também dos anexos, senador, desse processo, que eu peço todos possam depois consultar mais adequadamente, esse acórdão 1.188, que estabelece, em primeiro lugar, no item 9.1, dele, determinar, com fundamento no art. 43, da Lei 8.443, de 92, e no art. 250 do Regimento Interno, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que 9.1, implemente um sistema de informações para registro de dados das obras públicas executadas com recursos federais, que consubstancie um cadastro geral de obras e permita o controle e acompanhamento dos empreendimentos, bem como a ampla consulta pela sociedade... Que é o objeto do Projeto de Lei, de autoria do senador aqui que preside essa Mesa, Jefferson Praia, com o qual nós estamos plenamente de acordo. É urgente e necessário aprovar essa legislação e obrigar a existência desse cadastro na maneira proposta, inclusive brilhantemente, pelo estudo desenvolvido e pelo acórdão 1.188 do TCU.

Como disse o Dr. André, ele se referencia também, nesse processo, a responsabilidades para o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. No seu item 9.4, desse processo, o TCU recomenda, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, "ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o CONFEA, que os novos procedimentos a serem implantados pelo Projeto ART e acervo técnico contemplem os seguintes itens, de modo a possibilidade futura integração das informações geridas pelo sistema CONFEA/CREAs ao sistema de controle de gestão da administração pública". 9.4.1: "Uniformização dos processos de registros e baixa de ART nos CREAs, padronizando formulários e incentivando o uso de versões eletrônicas e on-line, via Internet, que favorecem a agilidade, precisão, e o acesso às informações tempestivas".

Dr. André, Senador Jefferson Praia, isso está integralmente cumprido. Foi aprovada, no ano de 2009, uma nova Resolução que trata exatamente dessa normatização.

No item 9.4.2 desse mesmo acórdão, estabelece a vinculação de código às obras, serviços públicos, permitindo identificar todas ARTs relacionadas ao mesmo objeto, e isso também foi feita através de coordenadas georreferenciadas, então, isso também já está plenamente atendido.

O item 9.4.3 estabelece a centralização das informações dos CREAs em um único banco de dados nacional. Isso, Dr. André, está em andamento, e fica concluído agora este ano, com toda certeza. O sistema SIC, que é o controle de informações gerenciais nossas, está trabalhando já esse detalhamento para ter, nesse ano de 2010, esse cadastro nacional unificado dos empreendimentos objetos da ART.

Estabelece também, no item 9.4.4, a possibilidade de geração de relatórios a partir de pesquisa ao banco de dados nacional por diversas combinações de chaves. É exatamente o Projeto que nós estamos desenvolvendo, e o 9.4.5 tem total apoio nosso, que é a permissão de acesso aos dados de registro e baixa das ARTs das obras públicas, aos órgãos de controle.

E estendo ainda mais, Dr. André, deveria ser de controle público, disponibilizada publicamente, de maneira que qualquer cidadão, em qualquer município deste país, possa verificar, inclusive, e ter o controle efetivo. A nossa proposta vai além de dar acesso público aos órgãos de controle, mas dar acesso público a toda sociedade brasileira.

Então, esse processo que nós tivemos aí, como está aí colocado, nós fizemos através da Resolução 1.025, e através do Sistema de Informações CONFEA/CREA, que é o SIC, que conclui esse ano de 2010. Então, nós temos esses dados de manifestação integralmente favorável a essas questões. O próximo, por favor.

Uma das questões que nós precisávamos discutir, porque a visão nossa é de um atendimento parcial, porque nós dependemos, para poder realizar competentemente essa proposta que está no PLS 58, da aprovação do Projeto de Lei do Senador Jefferson Praia e da Constituição, e da obrigatoriedade do Cadastro Geral de Obras. Caso contrário, nós só teríamos condição de atender aquilo que é objeto da Anotação de Responsabilidade Técnica, onde nem todas as empresas, nem todos os órgãos contratantes hoje obedecem à legislação 6.496. Então, nós temos

condição, se previamente for dada essa condição da existência desse cadastro.

E a questão da caracterização das obras paralisadas, através de fiscalização, mas também através, inclusive, da anotação, através das ARTs, para paralisação, quando ela houver. Porque, senão nós teríamos que ter uma estrutura de fiscalização, no país, imaginem bem, para todos os empreendimentos, e muitas vezes, sobrepondo atividades que são de responsabilidade definida na 8.666, para o contratante, e não especificamente para um sistema profissional. Então, nós teríamos que trabalhar essa questão também para poder adequar esse Projeto de Lei, que, no mérito, é um bom Projeto de Lei, às questões de operabilidade que são dadas para que haja realmente consequência. Próximo, por favor.

Nós também temos algumas observações porque ele confere atribuições ao sistema CONFEA/CREA, sem prever contrapartida financeira para adequação das novas necessidades, porque se nós tivéssemos a condição para poder fazer isso, poderia ser: "Olha, o Estado define e o sistema vai cumprir", mas nós precisamos ter fiscalização estruturada para isso, caso contrário, nós vamos ter atribuição e não ter a condição, inclusive, gerada e poder competentemente exercer essa fiscalização. Um deles seria ter um quadro de fiscais, em todo o país, de nível superior, pelo menos para fazer a coordenação das atividades de fiscalização de nível médio, que ainda é majoritário dentro do nosso sistema profissional; ter também um planejamento e uma modernização da fiscalização, e nós já estamos trabalhando nesse sentido.

E, interessante, o Projeto, é uma das observações que a gente faz, ele, ao invés de conferir as atribuições e prever a contrapartida, porque já existe inclusive normatização para isso, ele propõe a aplicação de uma multa ao órgão normatizador, que não possui competência para fiscalizar. Quem fiscaliza, na verdade, são os CREAs, mas a multa é imputada ao CONFEA, e a multa é imputada de 0,1% do valor das obras paralisadas. O próprio objeto da justificação do Projeto do Senador Collor de Melo, ele já levanta lá, em determinados momentos históricos, que foram levantadas obras paralisadas em valores exteriores a 15 bilhões... Em determinado momento, em 1995, foram levantadas obras que somavam, naquele momento, a 15 bilhões.

Eu pergunto, qual é o valor das obras paralisadas hoje nesse país com, inclusive, os investimentos que são feitos através do PAC, através de vários outros processos, seja dos municípios, 30 bilhões? Vamos pegar como se fosse o dobro, 30 milhões, o que é 0,1 desse valor? Três milhões de reais de multa aplicada no órgão, que não tem uma atribuição específica na legislação anterior, e que vai ser penalizado, inclusive, quando, na verdade, deveria, para cumprir a proposta estabelecida no Projeto de Lei, ser incentivado inclusive a ter recurso através do Ministério do Planejamento e Orçamento, através de outros instrumentos também, para poder melhorar suas condições de fiscalização. Próximo.

Nós temos algumas propostas. Então, proposta de adequar a Emenda do Projeto de Lei ao conteúdo normatizado, que dispõe sobre identificação das obras públicas paralisadas e abandonadas... Porque, muitas vezes, no Projeto, ele traz também a fiscalização através dos instrumentos inclusive de controle de medição... Controle de medição do empreendimento. Então, é preciso adequar isso. A proposta 2 de alteração é definir que as obras públicas de engenharia, nas quais a União tenha participação financeira, são aquelas constantes de cadastro geral de obras públicas estabelecidas pela União, no caso da aprovação do Projeto de Lei do Senador Jefferson Praia, que, me parece, que precede qualquer execução estabelecida pela União, nos termos do decreto do Poder Executivo, com as ARTs registradas pelas empresas contratadas. E aí nós temos uma concordância com a Emenda feita pelo Senador Flexa Ribeiro, que estabelece exatamente: A obrigatoriedade tem que ser daquilo que está registrado pelas empresas e pelos órgãos contratantes. Caso contrário, esse sistema não terá condição de cumprir competentemente essa proposta. Próximo.

Nós temos como proposta 3 também definir que as obras inacabadas e paralisadas há mais de um ano, que constarão do relatório, são aquelas cujas ARTs encontram-se baixadas pelo motivo de paralisação da obra, e a ART já tem um código específico para indicar a paralisação. E isso é possível de ser atendido tranquilamente se a paralisação for notificada pelo órgão contratante ou empresa, através de uma ART competente.

Na proposta 4, excluir a data de paralisação ou abandono da obra, uma vez que essa competência é da fiscalização do órgão contratante, conforme previsto na Lei 8.666, ou, então, manter a data de paralisação ou abandono da obra, desde seja obrigatória a sua informação no momento da baixa da ART. É preciso estabelecer, então, a condição para o cumprimento ali estabelecido no Projeto do PLS 58, do Senador Collor.

A proposta 5 seria excluir as informações sobre medição, estado, condições e percentuais executados da obra, uma vez que essa competência é da fiscalização do órgão contratante, conforme previsto na Lei 8.666/93, ou, então, estamos de acordo também que

nós possamos vir, suplementarmente, a fazê-lo, mas aí tem que ser mantidas as informações, desde seja obrigatória sua divulgação atualizada no site do órgão contratante. Que aí nós temos uma fonte de acesso para poder acompanhar e gerar o relatório com os dados solicitados pelo PLS 58.

Nós temos aí também a proposta 6, que é excluir o dispositivo que fixa a multa por constituir penalidade desarrazoada. O vulto do valor da multa não possui proporcionalidade com a receita do CONFEA, que estará inviabilizado de cumprir suas atuais atribuições legais, porque ele estabelece multas e, ao invés de, inclusive, trazer recurso para poder viabilizar o acréscimo dessas atividades propostas no PLS.

A fiscalização da execução de obras públicas é competência originária de outros órgãos de controle, que passará a ser compartilhada pelo o sistema CONFEA/CREA, e nós estamos de acordo com isso, no âmbito das nossas atribuições, ou daquelas que vieram a ser acrescidas pelo Projeto de Lei, desde haja condições para tal.

Na proposta 7, excluir o dispositivo que impossibilita contrapartida financeira para a adequação do sistema CONFEA/CREA às novas necessidades, que seria a qualificação do quadro de fiscais, modernização e planejamento, contratação de fiscais de nível superior... Porque essa possibilidade já se encontra prevista no art. 107, §4º, da LDO 2009; a própria LDO já estabelece essa estabelece essa condição, que seria necessária para que nós pudéssemos cumprir competentemente esse processo.

Então, eu quero aqui também, antes de terminar, dizer que nós concordamos com as análises que foram feitas aí pelo Dr. André, pelo Dr. Wagner, pelo Dr. Ítalo e, em relação às razões de paralisação de obra... Eu acho que o Dr. Wagner colocou aqui muito bem vários dos itens que levam às paralisações; é importante que a gente venha, nesse país, a discutir com mais seriedade, mais articulados, através de parceria, nós desenvolvemos grandes esforços, todos nós, mas muito dispersos, para poder garantia para a sociedade o efetivo controle dos empreendimentos públicos.

E aí eu gostaria de dizer o seguinte, nós tivemos recentemente um evento, tivemos a satisfação de ter a participação de quase todos os participantes dessa Mesa aqui, e onde nós discutimos inclusive um momento de combate à corrupção na área específica da engenharia, da arquitetura e da agronomia nesse país. E lá estava claramente... Eu quero reforçar a fala aqui do nosso Diretor, Dr. Wagner Rosa da Silva, em relação a esse país precisa melhorar o instrumento para ter estruturas técnicas de Estado, nos municípios, nos estados e na União, para fazer editais competentes, para ter estrutura de fiscalização efetiva dos empreendimentos porque, ao longo dos últimos anos, e eu entendo e reconheço o esforço do Governo Federal, recentemente, em readequar a estrutura do Estado, mas a estrutura federal, mas a estrutura dos estados, dos municípios, ao longo de 30 anos, foram desmontadas as estruturas de planejamento, controle e fiscalização.

O principal motivo dos processos que nós temos de aditamento, de paralisação são: falta de projetos, projetos executivos contratados competentemente. Porque, da forma como são tratados hoje, como projetos básicos, a maior parte, e eu sou inclusive da área pública também, fui gestor público na área executiva, na prefeitura de Belo Horizonte, é impressionante o que se recebe, muitas vezes como projeto básico, que tecnicamente não se pode considerar nem um estudo preliminar, e são licitados como se fossem projetos básicos.

Então, nós precisamos evoluir significativamente nesse país, recuperar a cultura técnica que nós tivemos, muito competente, e perdemos ao longo de baixo investimento que tivemos no país ao longo dos 30 anos, por aí, e é preciso resgatar essas estruturas e montá-las novamente para cumprir o papel.

E a outra questão que eu gostaria de propor, e nós já propusemos isso também na alteração, e essa proposta tem que estar vinculada também à alteração da Lei 8.666, de 93, em discussão nessa Casa do Senado, que é, inclusive, a obrigatoriedade de orçamento. Além de projeto executivo, orçamento detalhado com responsabilidade técnica claramente identificada.

E essa é uma concordância que nós temos com a CGU, com o TCU, com todo mundo. Nós nos manifestamos juntos, inclusive, aqui no Senado, no mesmo sentido, buscando adequar essa condição lá na proposta de lei de alteração da Lei 8.666, de 93.

Então, eu acho que nós estamos num caminho muito interessante, o Senado, com esses dois Projetos de Lei, se competentemente articulados, corrigidas pequenas falhas aí, eu acho que nós conseguiremos ter uma estrutura melhor. Os órgãos de controle desse país, seja a CGU, seja o TCU, os TCEs, e alguns casos os tribunais de contas de alguns municípios, vêm se adequando de maneira competente, e eu inclusive defendo a ação desses instrumentos de controle cada vez com rigor maior. A origem dos problemas que são apontados nesses relatórios é que precisam ser enfrentados, e que são essas em relação à falta de projetos executivos, à falta de estruturas técnicas, a planejamento adequado.

Porque a questão precisa entrar num mérito, inclusive, se a obra é efetivamente necessária. Fazem-se muitos empreendimentos públicos no país, por de-

terminação inclusive dos Executivos, sem que a obra tenha qualquer tipo de importância estratégica para o desenvolvimento do município, do estado e da União. Então, precisa entrar no médio planejamento também das obras estratégicas, seja para os municípios, para os estados, seja para a União, inclusive com participação e controle social também.

Os uns instrumentos que nós observamos aí, muitas vezes, dos orçamentos participativos, que diversos partidos políticos lançaram ao longo desse país, nas suas prefeituras, nos seus estados, são instrumentos muito interessantes porque incorporam também a iniciativa do controle social sobre o processo de definição dos empreendimentos e um controle efetivo sobre eles.

Então, nós viemos aqui, senador, manifestar o nosso apoio, em primeiro lugar, ao Projeto de Lei de autoria do senhor para constituir o Cadastro Geral de Obras, a obrigatoriedade do Cadastro Geral de Obras. Ele antecede, inclusive, esse processo do PLS 58, com o qual também temos concordância, desde que adequadas pequenas questões, como nós colocamos aqui. Mas, no mérito, estamos plenamente de acordo com o desenvolvimento desse Projeto, feitas essas adequações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. Marcos. Passamos, então, aos questionamentos, e eu gostaria de agradecer a presença do Senador Wellington Salgado, Senador Gim Argello, neste momento que discutimos este Projeto, que, na minha avaliação, é importante e meritório.

Creio que o TCU e o CGU acolhem com muita satisfação a chegada de mais uma instituição qualificada para ajudar a sua tarefa. Tenho receio, entretanto, de alguns aspectos de redação que podem levar a resultados contrários às suas intenções. O ponto central é, e aí eu faço esse questionamento para o TCU e a CGU, quais obras podem ser incluídas na exigência ao CONFEA para que fiscalize? Que dados teria o CONFEA para identificar quais obras são custeadas com recursos federais? Gostaria também de saber do CONFEA como é que a instituição poderia materialmente cumprir a obrigação que é imposta pela redação original do Projeto. Como é que a instituição iria saber quais são as obras que tem que fiscalizar.

Sobre isso ainda, quero confirmar uma informação já ventilada aqui, perguntando aos representantes, mais uma vez, da CGU e do TCU. Se quisessem hoje saber quais são as obras com participação financeira da União, as suas instituições conseguiriam levantar essa informação? De que maneira, refiro-me não a montantes contábeis, estimados, mas à concretização e à localização física de cada obra.

O segundo eixo é a questão de competências legais, da maneira quase universal e irrestrita, como está a redação do Projeto, temo que a jurisdição dos órgãos de controle esteja sendo, de alguma forma, desrespeitada. Pergunto, então, primeiro aos representantes do TCU e da CGU: Se a fixação de uma obrigação genérica de fiscalizar obras ao CONFEA, na abrangência com que faz o projeto original, não estaria avançado sobre as competências do controle externo e interno? Não seria necessário estabelecer, de uma maneira mais precisa, o papel do CONFEA nessa colaboração?

Ainda sobre as competências, pergunto ao CONFEA: A legislação profissional autoriza a fiscalização do Conselho a examinar medições contratuais? E os dados físicos de execução da obra, o grau de fiscalização e etc.? Ou seja, todos esses elementos exigidos pelo Projeto estão sobre a jurisdição da fiscalização profissional, assim como estão do controle interno e externo?

E, para finalizar, antes de passar a palavra ao Senador Wellington Salgado, que certamente deve ter algum questionamento a fazer, gostaria de ouvir o Dr. Ítalo sobre quais são as suas sugestões em relação ao aprimoramento das obras públicas do país.

Dr. Ítalo, esse é um momento importante, e V. Sa., que representa a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, acredito que deve, V. Sa., através da instituição que representa, ter muitas sugestões, então, a hora, desculpe a forma objetiva, a hora de falar é agora. Porque aqui, embora estejamos focando o PL 58, mas é um momento de discussão também que temos como plano de fundo a questão das obras públicas no nosso país. E, é claro, todas as questões aí que também se referem às obras inacabadas.

Senador Wellington Salgado, não tem nenhum questionamento? Bem, então, concedo a palavra, pela ordem, vamos aí ao Dr. André, depois Dr. Wagner, Dr. Ítalo, Dr. Marcos...

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Bem, senador, a primeira questão colocada foi que obras deveriam ser incluídas nessa sistemática prevista pelo PL 58, de objeto de informações do CONFEA sobre o seu estágio, numa hipótese de paralisadas, de inacabadas...

Bem, eu entendo que o ideal seria que todas estivessem, agora, vamos ver o que é possível, o que é viável, num prazo razoável, no curto, no médio prazo, evidentemente que o ideal seriam todas, mas nós entendemos que, seja por meio de alguns ajustes nesse Projeto de Lei, seja mesmo considerando já existência futura de um cadastro geral de obras, essas coisas

são muito difíceis de serem implementadas de uma forma universal.

Quando nós, no âmbito do TCU, fazemos um levantamento preliminar de obras que vão ser fiscalizadas no decorrer de um ano, nós identificamos algo da ordem de duas mil obras recebendo dotação orçamentária acima de dois milhões. Quer dizer, se nós reduzimos isso para as pequenas obras, de 50 mil, de 100 mil, as duas salas de aula nas cidades de interior, nós teremos algumas dezenas de milhares obras. Então, o universo realmente muito grande.

Agora, entendemos também que já passou da hora de se começar a fazer isso, passou da hora de ter o cadastro nacional, passou da hora de haver um acompanhamento transparente, como foi dito aqui, não só pelos órgãos de controle, mas também pela sociedade, como o Dr. Marcos Túlio colocou, ótimo, excelente isso, e é importante começar. Quer dizer, a questão é o que é possível fazer nesse momento.

Então, eu entendo que devemos, nesse momento, incluir tudo aquilo que for operacionalmente viável, tudo aquilo que for possível ser incluído no primeiro momento. Mesmo que isso signifique: "Não, nesse primeiro momento, vão ser só as obras de grande vulto, acima de 20 milhões". Mesmo que num primeiro momento seja dessa forma, mas já será um passo muito grande para uma abrangência nacional no futuro.

A segunda questão foi que dados o CONFEA dispõe hoje para fazer isso, para fazer esse trabalho? De fato, se nós formos considerar o que o CONFEA já dispõe, eu acho que a limitação ficaria muito grande, evidentemente que o Dr. Marcos Túlio vai poder comentar isso com mais propriedade, mas nós sabemos que não há uma sistemática do CONFEA de um levantamento de todas as obras em execução no país.

O CONFEA tem sua sistemática de fiscalização de obras, você vai ver os devidos, a existência de projeto, tal, registros de ART, se existe, mas obviamente que muitas obras são executadas sem o conhecimento do próprio CONFEA; obras onde não há o registro de ART são feitas sem o conhecimento do próprio CONFEA. É claro que nós não estamos aqui falando das grandes obras, dos grandes empreendimentos; não estamos falando de rodovias, e isso acontece. Inclusive obras públicas, porque a experiência do CREA do Paraná, num acordo de cooperação do CREA do Paraná, com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de troca de informações não ajudadas, mostrou isso, muitas obras, mesmo públicas, sendo feitas sem RT.

Então, hoje, me parece que o campo, se contar apenas com aquilo de que o CONFEA já dispõe, esse universo seria bastante reduzido, seria como que conseguíssemos que fosse um pouco mais abrangente.

A outra questão, se nós saberíamos dizer quais obras estão paradas hoje no país, e a resposta... Não tem como tergiversar, a resposta é não. O TCU não tem condição de dizer quais e onde estão as obras públicas, feitas com recursos federais, que estão paralisadas no país, isto não existe. E como eu me referi, há pouco tempo--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Sr. Presidente. O que o Sr. André Luiz está querendo me dizer é que ele é Secretário de Fiscalização de Obra do TCU--

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --E que V. Sa. não é capaz, nem o TCU, de identificar quais são as obras que estariam paradas no país, usando recursos públicos?

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, o órgão que deveria saber fiscalizar, ele diz, no Senado Federal, que ele não tem condições de saber nem as que estão paradas, é isso que o senhor está acontecendo?

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E o Ministério Público não foi em cima do TCU para obrigá-los a reorganizar e saber quais são as obras paradas, isso nunca aconteceu também?

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Não, eu diria, Senador Wellington Salgado, que a situação é muito mais grave do que essa. Porque, se formos a um determinado ministério, à maioria dos ministérios, para perguntar a esses ministérios que estão direcionando recursos para obras públicas, quais dessas obras, para as quais já foram direcionados recursos, quais dessas obras estão paradas, esses ministérios também não sabem, que deveriam ser os primeiros a nos passar a informação.

Esse levantamento foi feito, eu me referi aqui a um trabalho, que gerou o Acórdão nº. 1.188 de 2007, do Plenário do TCU; foi feito um levantamento amostral das obras inacabadas no país, então, foram sete ministérios, se não me engano, pesquisados, para ver, no registro daqueles ministérios, quais são as obras paralisadas. A intenção, naquele momento, era exatamente fazer um grande diagnóstico das obras paralisadas no país, para mandar esse diagnóstico aqui para o Congresso Nacional.

No entanto, nós tivemos que trabalhar com amostra porque nós soubemos, naquele momento, que sequer o órgão gestor, em nível ministral, sequer ele sabia que obras estavam inacabadas para as quais já foram direcionados recursos públicos. Mas, de forma

alguma, o TCU ficou omisso com essa situação. Ao contrário, o acórdão 1.188, ele determina ao Ministério do Planejamento que seja criado o Cadastro Nacional de Obras Públicas, que cada obra tenha uma identificação única, que foi chamado de chave-obra, um número chave, que identificaria univocamente essa obra no país, para que o controle, assim como a sociedade, num segundo momento, pudesse ter a ciência de todas as obras que se encontram em andamento e não concluídas no país.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu posso rebater?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim, V. Exa. tem a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pelo seguinte, Presidente, demais componentes da Mesa, eu tenho acompanhado algumas decisões do Tribunal de Contas da União, exatamente com paralisação de obras, questão de faturamento excessivo, e eu sempre acompanhei, acreditando nas informações que o Tribunal de Contas sabe exatamente o que está fazendo.

Agora, quando vem o Sr. André aqui e diz para mim... Eu não estou discutindo ser... A informação que me dizem é: "Olha, eu não posso falar porque o ministério não me diz quais são as obras que estão sendo tocadas. Então, eu não sei o que parou, e o que não parou, até porque eu não tenho a informação do que está sendo feito". É isso que o senhor André está falando aqui.

Então, as obras grandes, aí será que o TCU também estaria fazendo política, só citando as obras grandes, fazendo encaminhamento, mostrando que está cuidando, quando, na verdade, não estaria vindo, passando uma limpeza em tudo para saber o que está acontecendo no país?

O relatório de um ex-Presidente da República, que eu sou Relator, mas o Projeto é do Senador Presidente Fernando Collor, o que ele quer é que isso não aconteça. E por ele já não sentir que o TCU tenha condições de fazer isso, ele está pedindo auxílio ao CONFEA. Porque o Sr. André chega para mim, agora eu estou cada vez mais certo de que eu tenho que aprovar esse Projeto. Porque o senhor diz para mim: "Olha, eu nem sei o que está sendo realizado". Eu não estou dizendo que é culpa do Sr. André não; estou dizendo que é do sistema. Aí o Presidente Collor fala assim: "Olha, já que a gente não consegue...". E é um ex-Presidente, sabe o que aconteceu e como funcionava o sistema, fala: "Eu preciso que o CONFEA me ajude, ajude o Senado, ajude o TCU". A questão do 0,1%, que, talvez, seja o maior questionamento, mas é a única maneira de fazer o CONFEA também ajudar. Porque o CONFEA, desculpe, era até algo que eu vou ler o meu relatório, temos *quorum* para ler, e depois quando tiver outro voto, vota o de V. Exa., parece que vai apresentar o outro.

Agora, da mesma maneira o CONFEA me diz o seguinte: "Olha, eu não tenho condições, porque eu só posso ser responsável por aquele que assina a RT". Então, quer dizer, se tem obra que, ilegalmente, está sendo construída, sem inclusive documento na prefeitura e não tem ART, eu não posso ser responsável por isso. Então, cada vez, Sr. Presidente, eu vejo que o Presidente Collor tem razão em apresentar esse Projeto. Vão ter dificuldades, eu acho que o CONFEA também não pode ser responsável por uma multa de um valor tão grande.

E aí, se V. Exa. vai apresentar um outro relatório que melhore, a comissão vai decidir, mas, realmente, o Senado aqui apareceu algo como dito que era... Como eram aqueles que não apareciam lançados quando fazia uma alteração? Ato secreto. Aqui nem ato existe, não é nem secreto não, e não sabe, não dá para saber se é secreto ou não, porque nem sabe que existe. É isso que está acontecendo aqui, sendo filmado e discutido no Senado Federal, Senador Jefferson Praia, e V. Exa. é alguém do ramo. V. Exa. entende como funciona o sistema; está tentando ajudar também. Eu espero que o seu voto contrário seja o voto que melhore essa situação. Mas o que o Presidente Collor está querendo é ajuda do CONFEA para ajudar o TCU para ver quais as obras estão abandonadas. E isso o Governo do Presidente Lula melhorou muito isso, tenho certeza absoluta. Porque, pelo menos lá no Triângulo Mineiro, que é a minha região, eu vejo as obras que antes eram por pedaço, fazia o pedaço A, pulava o B e o C e fazia o D, e ficava no meio tudo sem estrada. Agora não, juntou tudo, as obras foram feitas, viadutos corretos, terminou a obra.

Agora, Presidente, diante do que eu estou vendo aqui, eu vou ler o meu relatório, a gente não tem *quorum* para votar. E aí eu espero até que o Relatório que V. Exa. vá apresentar nessa audiência pública melhore o meu relatório, mas eu vejo o Presidente Collor está coberto de razão ao pedir auxílio ao CONFEA para ajudar o TCU e ajudar o Governo, que é a única intenção dele, ele não fez esse Projeto de Lei para prejudicar CONFEA ou passar por cima de autoridade de TCU de jeito nenhum. Ele quer, simplesmente, algo que ele sentiu como Presidente, que as coisas ficavam para traz e ninguém fiscalizava. Desculpa interrompê-lo.

SR. ANDRÉ LUIZ MENDES: Só para esclarecer um pouco melhor, senador, a fiscalização de obras feitas anualmente pelo Tribunal de Contas, enviada ao Con-

gresso Nacional, em cumprimento a dispositivos que vêm constando das LDOs, há 13 anos, desde 1997, é feito, para escolha daquelas obras, é feito uma seleção que leva em conta critérios de relevância e risco, principalmente, quando a gente fala em relevância, a gente está falando de materialidade, de valor financeiro da obra, então, ao mesmo tempo em que eu falo se formos ver todas as obras públicas em andamento no país, nós vamos chegar, talvez, a 20 mil empreendimentos, quando a gente pega uma base de dados apenas daquelas que têm recursos mais relevantes, acima de dois milhões, digamos, a gente já está com mil, duas mil obras aproximadamente; é um número muito elevado. Então, em termos de como o critério materialidade é levado em consideração, se nós fiscalizamos menos de 10%, menos de 5% do total de obras em termos de quantidade, em termos de recursos orçamentários, esse percentual sobe a 80, 90%.

Essa escolha é feita também à luz do que determina a própria lei porque a própria LDO, no seu art. 96, se não me engano, da última LDO, ela estabelece quais critérios o Tribunal deve utilizar para escolher quais obras serão fiscalizadas. Mas, efetivamente, e V. Exa. está coberto de toda razão, não há, o TCU não tem condição de olhar todas as obras que estão em andamento no país. E exatamente por causa disso foi feito esse levantamento, esse trabalho, em 2006, 2007, e esse acórdão, o Acórdão 1.188/2007, ele trouxe exatamente essas recomendações para criação do Cadastro Nacional de Obras, e as recomendações para o CONFEA, para que também os registros feitos e a fiscalização já efetuada pelo CONFEA em âmbito nacional, pudessem contribuir para o sistema de controle, cuja titularidade é do Congresso Nacional.

E, por último, senador, esse acórdão, em seu item 9.8, ele determina encaminhamento de cópia do relatório completo. Isso foi no primeiro semestre de 2007, então, tem aproximadamente três anos, o encaminhamento da cópia do relatório completo ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, e à Comissão Mista de Orçamento e às Comissões de Fiscalização e Controle destas Casas.

Então, essa situação existe, ela é preocupante, e o Tribunal, cumprindo o seu papel no auxílio ao Congresso Nacional no controle externo, ele alertou o Congresso dessa situação.

Bem, prosseguindo, bom, já comentamos que, para essa questão de saber quais obras estão paradas, a iniciativa com maior chance de sucesso que existe hoje é exatamente o Projeto de Lei 439, acho que é esse o número, 439, de autoria do Senador Jefferson Praia, que obriga a criação do Cadastro Nacional de obras Públicas.

A última questão, se o CONFEA avançaria nas atribuições do controle, eu confesso que eu não me sinto preparado para fazer uma análise mais jurídica dessa questão; nós teremos que estudar isso com muito mais cuidado. Agora, eu entendo que isso, de forma alguma, inviabiliza essas iniciativas, porque há muito em que o sistema pode contribuir. O sistema CONFEA/CREA pode contribuir sem haver nenhum tipo de interferência nas atribuições do sistema de controle. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. André. Passo a palavra ao Dr. Wagner.

SR. WAGNER ROSA DA SILVA: Bom, eu concordo com as observações do Dr. André no que se refere à questão de que a situação ideal é que todas as obras devessem ser incluídas, mas nós temos também que nos preocupar com a realidade. Esse é o alvo, é o objetivo final, mas, no momento, dado o universo, o tamanho dessas obras, a quantidade em espalhamento pelo país todo, é bastante difícil. E isso, associado às instituições de Governo conseguiria levantar o universo dessas obras? Olha, eu entendo que conseguem levantar, agora é muito difícil que seja exaustivo. E eles vão, e o TCU já exemplificou essa experiência, cada um, eles conseguem as principais obras, principalmente aquelas em que ainda há uma discussão atual, mas, provavelmente, seria ainda um cadastro impreciso ou que demandaria atualizações.

Alguns critérios para se começar isso podem ser estabelecendo cronogramas e tipologias de obras a serem incluídas. Um caminho... Obras de grande vulto, com materialidade representativa, pode ser um critério, e aí se pode discutir uma linha de critérios que poderiam ser utilizados para, de acordo com o cronograma, e isso é a questão operacional, não depende, eu entendo, da lei, do projeto que está se discutindo, mas uma questão operacional de como, a cada vez mais, melhorar esse cadastro, e quais seriam as dificuldades a se enfrentar.

A outra questão, da fixação da obrigação para o CONFEA fiscalizar obras estaria avançando sobre atribuições de controle interno ou externo? Concordo também que uma análise mais aprofundada depende da área jurídica, mas que o papel de controle social e atitudes como essa somariam já as atribuições dos órgãos atuais, eu vejo isso como extremamente saudável, louvável, e que provavelmente não deve gerar grandes conflitos. Bom, inicialmente, são essas as considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. Wagner. Passo a palavra ao Dr. Ítalo.

SR. ÍTALO MITRE ALVES DE LIMA: Obrigado, senador. Bom, o senhor indagou sobre a contribuição da indústria da construção na qualidade e no problema em si, até propôs extrapolar um pouco o tema.

Bom, eu acho que a primeira providência, e que a gente sai da conclusão do questionamento do Senador Wellington Salgado, é que a gente precisa conhecer o problema, então, nesse sentido, o Projeto de Lei 58, ele contribui, e muito, porque vai jogar luz nesse problema que ninguém tem o conhecimento prático. Então, conhecer o problema eu acho que é a primeira providência.

Segundo, o que a gente pode melhorar nisso? O Dr. Marcos Túlio colocou muito bem... Às vezes, falta de qualidade do projeto básico, então, isso efetivamente contribui para um não perfeito andamento daquela obra pública. Há que se fazer adequações, às vezes, e isso demanda tempo e atrasa o andamento dessas obras.

Outra coisa que foi colocada pelo Dr. Wagner Rosa é que um dos motivos de suspensão ou de paralisação das obras é o fluxo de pagamento. A interrupção desse fluxo de pagamento, e aí se afina com a própria proposição do Dr. Marcos Túlio, de avaliar o mérito administrativo dessas obras. Então, é um pouco complicado a gente discutir, juridicamente ou legislativamente, o mérito administrativo de uma obra pontual, mas eu acho que passa por um planejamento do executivo em avaliar o momento e a utilidade realmente daquela obra, e propor o início dela com essas informações em mãos.

Então, eu acho que isso contribuiria, e acho até um contrato... Um contato, desculpe, prévio dos órgãos de controle com o órgão contratante. Às vezes, a suspensão é motivada por uma mera inadequação técnica, que efetivamente deve ser feita, não estou discutindo isso, mas que poderia ser antecipada e não suspender o andamento da obra, ela já começar com aquela afinação, atendendo aos anseios dos órgãos de controle, e propor já o início dessa obra com esses elementos.

Então, eu acho que, nesse ponto, o PLS 58, ele vai contribuir porque vai jogar luz nesses elementos que hoje são desconhecidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Ítalo. Passo a palavra ao Dr. Marcos Túlio, representando o CONFEA.

SR. MARCOS TÚLIO DE MELO: Presidente, Senador Jefferson Praia, Senador Wellington Salgado, eu gostaria aqui... Senador, nós tivemos a oportunidade, senador, em 2002, 2003, sermos acionados, quando se discutia, na Câmara Federal, o Projeto de Lei 1.767/2003, antecedendo a ele, que é de autoria do Deputado Neucimar Fraga, serem acionados todos os CREAs para levantar as obras paralisadas. Fizemos um esforço enorme; eu era Presidente do CREA de Minas Gerais na época; hoje eu estou no CONFEA, na época, eu era Presidente do CREA de Minas Gerais.

Nós levantamos, naquele momento, senador, em Minas Gerais, mais de 800 empreendimentos paralisados em 2002. Sabe qual foi a grande dificuldade nossa? Saber se tinha recurso público ou não envolvido nele, nós não sabíamos. Para o senhor ter uma ideia, havia dúvidas, quando nós questionávamos, era no município... Nós chegávamos no município para a prefeitura saber se aquilo tinha recurso público. O prefeito, a estrutura da Secretaria de Obras não sabia informar.

Como o senhor aqui inclusive viu, na justificativa do Projeto de Lei do senador, tem obras paralisadas desde o Segundo Império nesse país. Hoje a memória, como não há um cadastro, e é isso que o Dr. André quis se referenciar, não há um cadastro de empreendimentos públicos, a maior parte dos prefeitos, das estruturas atuais, como não têm esse cadastro, essa memória, terminou... Quem contratou empreendimento, paralisado ou não, perdeu-se a memória. Não fica a memória, a não ser o esqueleto. Você lembra que, em 2002/2003, a Globo fez uma grande reportagem, mostrando em todo o país, um punhado de empreendimentos, obras de arte especializadas, que as pessoas não sabiam responder para que eram feitas.

Então a questão é anteceder. Como é que eu vou fiscalizar, se eu não tenho uma informação precisa da origem do recurso que está aplicado naquele empreendimento? Eu consigo, nós conseguimos aqui, se nós juntarmos aqui CGU, TCU, Sistema CONFEA/CREA, nós levantamos todas as obras paralisadas nesse país num determinado tempo, talvez não seja num curto espaço de tempo, agora, para poder identificar inclusive a origem dos recursos, esse eu vou garantir para o senhor, nenhum de nós vai conseguir levantar isso... Porque não tem cadastro.

Então, a questão que nós havíamos colocado inicialmente aqui é a importância de aprovar os dois Projetos: a obrigatoriedade do cadastro, porque ela vai orientar isso para o futuro, e nós estamos plenamente de acordo com o avanço, e acho, Dr. André, e Dr. Wagner, que nós temos que aprimorar para que ninguém entre na área de atribuição um do outro. Nós somos órgãos federais de controle e que podemos ser parceiros. Já temos parcerias com os tribunais de contas, não só lá no Paraná, mas em quase todos os estados, com a Controladoria-Geral da União, nós temos em quase todos os estados também, para poder oferecer

exatamente o papel de potencializar aquilo que é atividade de cada um.

Respondendo objetivamente, Senador Jefferson Praia, às duas perguntas colocadas. Quais seriam as obras que hoje o sistema CONFEA/CREA teria condição de informar? Aquelas que estão registradas como tal. Eu entendo, senador, com toda a certeza, que é absolutamente insuficiente, e que nós precisamos avançar nessa linha da proposta do Projeto, mas, hoje, a condição objetiva e real é essa que nós temos.

Mais ainda, a legislação autoriza medições contratuais e fiscalização da obra por parte do sistema CONFEA/CREA? Não, hoje não tem essa autorização na competência, porque a competência estabelecida é do órgão contratante, que faz isso através de suas estruturas técnicas de controle e fiscalização, ou, então, contrata consultoria terceirizada para poder fazer esse controle.

Então, isso pode ser alterado? Eu não sei se deveria ser alterado. Nós podemos é fazer, suplementarmente, a questão de ter também as anotações, que é um problema grave, senador, de ter identificação técnica de quem mediu. Não existe identificação técnica de quem mediu. E aí eu vou dizer para o senhor. Eu fui assessor de um ministro, nessa gestão do Presidente Lula, no seu início, e tive o desprazer de, em determinados empreendimentos, mandar uma fiscalização do órgão lá, verificar que tinham sido gastos 600 milhões de reais no empreendimento, e o empreendimento não existia; ele foi aplicado em outro tipo de atividade e não no empreendimento.

Então, são situações que nós precisamos corrigir. Tenho certeza que o Tribunal de Contas, a Controladoria, a CIBC, o CONFEA, estão de acordo que nós não podemos continuar com esse sistema existente. Agora, é preciso organizar, de uma maneira estruturada, as informações para que nós possamos exercer. Imagina o senhor, o ex-presidente Senador Collor de Melo, tem um conhecimento muito grande dessa realidade. Provavelmente, ele nunca teve a informação dos empreendimentos que foram inclusive aprovados e financiados durante a gestão dele, porque não havia um sistema de cadastro que assim permitisse essa identificação. E é isso que nós precisamos ter. Concordamos inteiramente. Com os pequenos ajustes que nós estamos propondo aí, eu acho que dá para a gente poder fazer uma grande parceria, através desse Projeto de Lei, com os órgãos de controle e com a sociedade brasileira, para evitar esse descalábrio que nós temos ainda no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Dr. Marcos, concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Jefferson Praia, que preside essa Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumo, Fiscalização e Controle; Srs. Convidados à audiência, Dr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do CONFEA; Dr. Wagner Rosa da Silva, Diretor de Auditoria de Infraestrutura da CGU; Dr. André Luiz Mendes, Secretário de Fiscalização de Obras da TCU; Dr. Ítalo Mitre Alves de Lima, Assessor Jurídico da CBIC.

Presidente, eu ia fazer uns questionamentos porque eu fui relator desse Projeto do Presidente Collor na CCJ, mas eu queria pedir, propor a V. Exa. que fosse retirado de Pauta o Projeto porque o Projeto do Senador Fernando Collor é de uma importância muito grande, muito grande. Ele busca ter o controle das obras inacabadas ou paralisadas no Brasil, permanente. Então, a obra mais cara é aquela que não termina, e a preocupação do Senador Collor eu entendo e acho que é importante.

Acontece que, lamentavelmente, ele, quando pune o sistema CONFEA com 0,01% do valor da obra não apontada pelo CREA, ele traz uma responsabilidade para os CREAs de todo o Brasil que, muitas das vezes, eles não têm condições de atender porque, já foi dito, eu estava no Plenário, não pude assistir às palestras, mas já foi dito que existem, sim, obras não registradas, e muitas, com recursos da União. Basta que haja uma transferência de um ministério para um município qualquer do Brasil, que o dinheiro é da União, os recursos são da União.

E, lamentavelmente, lamentavelmente, o que nós, a realidade do Brasil é de que alguns municípios ainda não têm uma gestão que tenha essa responsabilidade, essa visão de fazer o registro. Às vezes, são obras de 100 mil reais, 200 mil reais, 300 mil reais, e o prefeito, gestor, ele acaba não exigindo, de quem vai executar a obra, o registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Então, eu fiz uma Emenda na Comissão de Constituição e Justiça, atendendo a todo o Projeto do Senador Fernando Collor, só com um adendo: "Desde que essas obras tenham sido registradas no CREA". Aí, se o CREA deixar de informar, tudo bem. O que nós não podemos é responsabilizar o Conselho por algo que ele não tomou conhecimento, nem sabe se a obra está sendo feita ou não.

Ainda agora, Dr. Marcos Túlio deu um exemplo aí de uma obra, quando estava no Governo, de 600 milhões, que não tinha a obra. Vou depois até conversar com V. Sa.--

SR. MARCOS TÚLIO DE MELO: Senador, na verdade, o empreendimento estava como "obra em andamento", só que o dinheiro foi aplicado para ou-

tra finalidade. Quer dizer, fisicamente, senador, não havia nenhuma condição de existência sequer do empreendimento, mas o recurso tinha sido aplicado com aquela finalidade; havia se desviado para outra finalidade, mas foi aplicado... Nem fisicamente era possível identificar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma obra nesse valor não pode passar despercebida, não é? Então, imagina, se acontece isso num caso desses, imagina o que não acontece em valores de transferências menores?

Então, eu pediria a V. Exa., ouvido o Relator, que nós pudéssemos deixar a leitura do parecer do Relator, que não acatou a essa Emenda, para que seja pautado na próxima Reunião da CMA e, ao longo desses dias, eu procurarei, junto com V. Exa., Senador Jefferson Praia, e com o Relator, Senador Wellington Salgado, o autor do Projeto, o Senador Fernando Collor, para que ele possa entender a Emenda de minha autoria, e concordar para que o nobre Relator, Senador Wellington Salgado, possa, entendendo assim, incluí-la no seu relatório. Esse é o pedido que faço a V. Exa., para que, e não farei as indagações, porque nós vamos ter que discutir isso mais à frente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado pela palavra. O Senado é a Casa dos acordos, e acordos aqui, pelo menos todos que eu fiz, sempre foram cumpridos. Aqui não se anota, aqui não se carimba, aqui se combina, e os acordos são cumpridos. Hoje mesmo, tivemos um acordo na CCJ, no pré-sal, que é uma coisa importantíssima, e nós não votamos, e tivemos mais uma semana. Se aqui, no acordo do Senador Flexa Ribeiro, um tucano de alta linhagem, se ele combinar que botará, na próxima quarta-feira, junto com V. Exa., para votar, votar ou eu ler, V. Exa. eu sei que tem um relatório já mais discutido, aí bota também o relatório de V. Exa., ler o meu, depois consegue derrubar... Se estiver combinado que será na próxima quarta-feira, por que isso? Porque todos sabem que eu estou de mudança, e eu queria cumprir essa tarefa, limpei todas as minhas gavetas, e esse é um dos poucos relatórios que ainda devo, para que possa ser relatado com a responsabilidade que eu... Ao pegar para relatar. Não queria simplesmente deixar para trás alguma coisa que está sob minha responsabilidade, e passamos por vários acordos, conversas, a questão de tentar tirar essa multa do CONFEA, foi discutido; depois o CONFEA tentou discutir, mais um recurso repassado para que ele pudesse fazer essas fiscalizações, toda essa parte nós discutimos.

Então, se V. Exa., junto com o Senador Flexa, combinar que colocará em votação na quarta-feira, eu estou de acordo plenamente para que V. Exa. possa começar, para que eu possa discutir também com o Presidente Collor. Porque, nessa função de Relator, existe, entre a minha pessoa e o Presidente Collor, uma única diferença, que ele já foi Presidente do Brasil. E ele sabe, o meu voto é igual ao dele hoje, mas ele, quando conversou comigo sobre esse Projeto, ele me contou toda história do que ele passou como Presidente, e o que ele queria mudar, isso não foi simplesmente: "Relata aí". Não é assim, sentou, conversou comigo, almocei no gabinete dele com ele, depois fui lá, tomei café, ele me mostrou uma experiência aqui que poucos de nós aqui têm. Talvez o Presidente Collor, Senador Marco Maciel, Presidente Sarney, tem mais algum Presidente na Casa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente da República?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os três, então, só esses três que poderiam saber o que o Presidente Collor falou para mim que ele sente. Mas se estiver combinado, eu estou de acordo, para quarta-feira que vem; se V. Exa. conduzir, para mim, está bom. De bom tamanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado. Eu gostaria de dizer que nós vamos, é claro, depender só também da concordância do Presidente Renato Casagrande, mas eu acredito que não há nenhum problema--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu converso com o Presidente Renato Casagrande, e a inclusão na Pauta da próxima Sessão--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É porque, na terça, temos mais uma Audiência Pública--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas nós podemos fazer como hoje, fizemos audiência e fizemos uma pauta em seguida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, isso. Se o Presidente não quiser fazer na quarta, a gente faz na terça.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ou na terça ou na quarta. Fica-

mos acertados assim. Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, ao Senador Wellington Salgado, agradeço a presença do Dr. André, do TCU; Dr. Wagner, da CGU; do Ítalo, da CBIC, e o Dr. Marcos Túlio, do CONFEA, e todos aqui que participaram desta Reunião. Nós percebemos o quanto esse tema é importante, temos que avançar na questão relacionada às obras públicas do nosso país. Acredito que estamos dando passos importantes à discussão deste Projeto, o PLS 58, que é um Projeto bom, mas que, na minha avaliação, precisa de algumas adequações. Acredito que nós tivemos hoje uma Reunião muito produtiva. Muito obrigado e uma boa-tarde a todos. Está encerrada a Reunião.

Sessão encerrada às 16h25.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador (Cristovam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Patrícia Sabóya, Papaléo Paes, José Nery, Gerson Camata, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Magno Malta, Wellington Salgado e Mão Santa. O Senador Flávio Arns justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. (REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 1. Requerimento nº 01, de 2010 – CDH, que requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir a tramitação do PLC nº. 122, de 2006 ("Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências"). Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros Senhores Senadores. Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento nº 02, de 2010-CDH, que requer nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário a realização de Audiência Pública para discutir com amplitude o Projeto de Lei da Câmara, nº 122/2006 "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento Nº 04, de 2010-CDH, que requer nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o objetivo de debater a situação dos índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul. Autoria: Senadora Marina Silva. Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento Nº 05, de 2010-CDH, que requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realize um ciclo de audiências públicas com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do decreto presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarecer reais intenções de pontos considerados polêmicos. Autoria: Senador José Nery. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento nº 03 de 2010-CDH, que requer aditamento aos requerimentos nº 54 e nº 55, de 2009, que tratam da realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, sugiro que seja incluída como convidada a Drª Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (Estado de São Paulo) e atual coordenadora do Grupo de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Procuradoria dos Direitos do Cidadão. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Resultado: Aprovado. Item 6. Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Autoria: Deputada Iara Bernardi. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) que apresenta. Resultado: sobrestada a matéria para a realização de audiências públicas, em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 01, 02 e 03, de 2010-CDH. Item 7. Não Terminativo. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado

Nº 34, de 2005, que altera as Leis nºs 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença, e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do Planejamento Familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Papaléo Paes. Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara, pela manutenção do texto do PLS nº 34/2005, e pelo destaque e aprovação do inciso V, do artigo 4º da Lei nº 10289, de 20 de setembro de 2001, conforme texto consolidado que apresenta. Resultado: adiado . Item 8. Não Terminativo. Aviso nº 53, de 2009, que encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 003.815, de 2009-4, sobre o relatório de monitoramento de auditoria tendo como objeto o Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente – SPDCA, unidade vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ Presidência da República. Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: adiado. Item 9. Não Terminativo. Sugestão nº 2, de 2008, que requer a alteração da legislação de trânsito para que seja restringida a "realização de provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, avaliando a possibilidade de obrigar aos organizadores a contratar assessoria técnica em segurança de entidades com competência, tais como autódromos, especialmente quanto a ambulância, bombeiros, contenções de distância do público etc., assim como, seja dada preferência à sua realização em autódromos ou pistas oficiais, construídos para esse fim, com respeito às pertinentes normas de segurança aos participantes e platéia". Autoria: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: adiado. Item 10. Não Terminativo. Oficio "S" nº 5, de 2009, que encaminha ao Senado Federal expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Paulo Duque. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: adiado. Item 11. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007, que altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. Autoria: Senador Expedito JúniorRelatoria: Senador Cícero LucenaRelatório: Pela aprovação da matéria.Resultado: adiado. Item 12. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2009, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais de crianças e adolescentes apadrinhados, mediante doação a instituições assistenciais de utilidade pública, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria.Resultado: adiado. Item 13. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008, que define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde. Autoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatoria: Senador Mão Santa. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do novo Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado. Item 14. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2009, que acrescenta um artigo 244-B, na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1.990 ("Estatuto da Criança e do Adolescente"), para criminalizar a prática remunerada de ato libidinoso ou conjunção carnal com criança ou adolescente. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: Aprovado. Item 15. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2009, que concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: adiado. Item 16. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2006, que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Educação. Resultado: sobres-

tada a matéria, em função da aprovação do Requerimento nº 8-CDH, de 2010, para realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir a matéria. Item 17. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2009, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria com Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Resultado: adiado. Item 18. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2009, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7. 713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir na isenção do imposto de renda, a condição de pessoa com deficiência, entre as alterações de saúde e doenças que dão direito aos benefícios de que tratam.Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria na foram da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) e a Subemenda que apresenta. Resultado: adiado. Item 19. Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta.Resultado: adiado. Item 20. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 (Substitutivo) que apresenta. Resultado: adiado. Item 21. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: adiado. Item 22. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008, que Modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias.Autoria: Senador Romeu TumaRelatoria: Senador Paulo PaimRelatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta.Resultado: adiado. Item 23. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta.Resultado: adiado. Item 24. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2009, que altera a Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta.Resultado: adiado. Item 25. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006, que dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE, que apresenta. Resultado: adiado. Item 26. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 2 que apresenta.Resultado: adiado. Item 27. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 01/2008-CE e aprovação da Emenda nº 02/2008-CE e inclusão de outras duas Emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 28. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2007, que altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao ado-

lescente infrator.Autoria: Senador Pedro SimonRelatoria: Senadora Rosalba CiarliniRelatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: adiado. Item 29. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 241, DE 2008, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socio-educativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: adiado. Item 30. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003, que dispõe sobre vedações à contratação com órgãos e entidade da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços.Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador José Nery. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 01 – CCJ e a Subemenda nº 01 que apresenta. Resultado: adiado. EXTRAPAUTA. Item 01. Requerimento nº06-CDH, de 2009, que requer a realização de Audiência Pública para discutir com amplitude a questão dos brasileiros dispostos a adotar crianças Haitianas, convidando o Cônsul do Haiti e demais lideranças nacionais e internacionais interessadas em prestar socorro àquele povo abalado por tragédia. Autoria: Senador Magno Malta e outros. Resultado: Aprovado. Item 02. Requerimento nº 07-CDH, de 2010, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no sentido de debater os impactos negativos sobre as comunidades indígenas brasileiras, referentes à vigência do Decreto Presidencial nº 7056, de 28 de Dezembro de 2009 e à flagrante violação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da qual o Brasil é signatário. Autor: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento nº 09-CDH, de 2010, que requer a realização de Audiência Pública para discutir as questões atinentes às políticas nacionais para a juventude, bom como, seus reflexos no Rio Grande do Sul. Autoria Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento nº 08-CDH, de 2010, que requer a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 83 de 2006, que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento nº 10-CDH, de 2010, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, para discutir questões referentes às perícias médicas no âmbito do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e Altas Programadas. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e quarenta e três minutos, o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador José Nery. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Magno Malta, Gerson Camata, Paulo Paim, José Nery, Fátima Cleide, Mão Santa, Patrícia Saboya e Rosalba Ciarlini. O Senhor Presidente, José Nery, não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um. Eu declaro aberta... Convido os visitantes que aqui estão, a comitiva de pastores, se quiserem assistir a nossa reunião, terei o maior prazer em tê-los presentes.

Eu **declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós não temos quórum para diversos dos assuntos, mas temos quórum para votar os requerimentos. Então eu gostaria de colocar em votação três requerimentos que estão sobre a mesa.

O primeiro é um requerimento dos Senadores Marcelo Crivella e outros, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir a tramitação do PLC nº 122/2006 que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e dá nova redação ao terceiro artigo... art. 140 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pela Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Esse, apenas para lembrar, é um requerimento que diz respeito à lei que tem sido conhecida como lei relacionada com a homofobia. O requerimento é no sentido de se fazer uma Audiência Pública para defender, discutir, debater esse projeto.

Existe o outro, exatamente igual, assinado pelo Senador Magno Malta. E existe um, do Senador Arthur Virgílio, apenas acrescentando o nome, caso os

dois projetos dos Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella, os dois requerimentos sejam aprovados. Eu vou por em votação os requerimentos, a não ser que alguns dos senadores presentes queira fazer uso da palavra.

Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu acho que se justifica muito, e eu estou sendo, nós estamos sendo muito honestos ao pedir essa Audiência Pública, porque ela já havia sido pedida e acordada antes de ter sido votada de maneira sorrateira, indecente e nojenta na Comissão de Assuntos Sociais. Tinha 60 em pauta, itens a serem votados, não votaram nenhum que estava em pauta, votou um extrapauta em detrimento dos 60, Senador Gerson Camata, quando não tinha ninguém, sem ter feito essa Audiência Pública.

Na audiência passada aqui nós poderíamos ter derrubado isso de uma vez, mas para ser honesto comigo mesmo ou conosco, que pedimos, e com a sociedade, eu estou propondo, e não sei se eu posso, os nomes eu darei, depois alguns nomes que eu quero incluir aí...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estão aqui.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Aí estão, mas eu não sei se...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero ler os nomes...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas eu tenho outros nomes também a serem incluídos. E posso fazer depois, Sr. Presidente? Essa é a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Hein?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Outros nomes eu posso...?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Aprovamos o requerimento e posso incluir os nomes depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pelos nomes que estão, eu creio que vamos precisar de mais de uma audiência.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os nomes indicados pelo Senador Magno Malta são: Pastor Silas Malafaia; o presidente do Fórum Nacional de Ação Social e Política, Pastor Jorge Linhares; o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Deputado João Campos, que nos honra com a sua presença aqui; o Apóstolo Cezar Augusto, da Igreja Apostólica Fonte da Vida; o Dr. Márcio Luiz Tadeu de Seixas Borba, advogado da Associação Católica Javé Nossa Justiça; o Vereador Moacyr Celia Filho; representante da Confederação Nacional... Um representante da Confederação Nacional dos Bispos; outro da Associação de Magistrados Espíritas; outro da Associação Israelita Brasileira; outro da Sociedade Islâmica; e outro da Sociedade Budista.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esses são os nomes.

O Senador Magno... Desculpe, o Senador Crivella indica outros nomes, que eu posso ler também: o Dr. Célio Borja, ele indica; o Dr. Frei Antônio Moser; o Dr. Carlos Alves Moura, que é secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz; o Reverendo Guilhermino Cunha, figura respeitadíssima da Igreja Presbiteriana do Brasil; e o Pastor e Psicólogo Silas Malafaia.

E o Senador Arthur Virgílio, ele acrescentou um nome: da Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen. Esses são os nomes.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu só queria acrescentar o Pastor Abner Ferreira, as Associações Islâmicas e Umbandistas. A Associação Umbandista do Brasil também?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estão aqui. Umbandista não, Magistrados Espíritas.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente. É tudo nessa faixa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, Abner Ferreira?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Os muçulmanos coloquei também. Todos, e judeus. É.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É pastor.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pois bem. Algum senador quer se pronunciar? Senão eu vou pôr em votação.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu encerro o meu pronunciamento dizendo o seguinte, Sr. Presidente: antes que votemos, só por que haja lucidez, que nós estamos sendo gravado, que que art. 226 da Constituição, § 3º, da Constituição Federal, diz que união estável é entre homem e mulher. Eu não sei se o PL 122 será mais forte que a Constituição. Quem vai obedecer quem? É a Constituição que vai obedecer ao PL 122 ou vamos ter que mudar a Carta Magna?

Por exemplo, nós não temos prisão perpétua porque é causa pétria na Constituição Brasileira; nós não temos pena de morte porque é causa pétria.

Inclusive tem uma consulta pública que foi votada há dois atrás num projeto do Senador Gerson Camata, na CCJ, para uma série de itens, e esse item foi tirado, esse item foi tirado.

Então, é mudar a Constituição Brasileira, é mudar a Constituição Brasileira. E não é um Projeto de Lei que vai mudar a Constituição Brasileira.

Então, fica essa minha fala, e penso que esse debate, dessas Audiências Públicas que teremos, certamente será elucidador para todos nós, para a sociedade brasileira.

Também indico e entrego à secretaria hoje à tarde dois ateus renomados para não achar que se trava um debate de religiosos contra os homossexuais, porque não é nada disso: não é um debate de discriminação, não é um debate de opção sexual de ninguém. Muito pelo contrário, nós estamos discutindo um projeto de lei eivado de inconstitucionalidade, um projeto de lei eivado de sutilezas contra a sociedade e contra a família brasileira.

Acho que o que nós tínhamos que fazer era uma grande campanha nesse país de respeito aos homossexuais, das suas opções sexuais. Se Deus deu livre arbítrio ao homem, não somos nós que vamos impedir. O homem segue o seu próprio caminho, e nós precisamos é respeitar. E esse respeito está dado, e eu estou a cavalheiro para dizer isso, esse respeito está dado da minha parte e da parte das pessoas que me cercam e que raciocinam comigo. Não é possível você atacar um ser humano por autodeliberação de prazer. Um homofóbico realmente é um sujeito que devia estar preso, algemado; sujeito que quer esganar o outro, que quer matar em praça pública, que quer ver sangue derramar, pelo bel-prazer de achar que ele discrimina. A Constituição já diz isso: é crime discriminar.

Então nós precisamos fazer uma grande campanha nesse país de respeito ao cidadão, de respeito ao ser humano e os seus caminhos a seguir. Agora, não é possível que nós deixemos passar ilesa a discussão de um assunto como esse que demanda enfrentamento de respeito à posição de pessoas. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao senador.

Eu vou pôr em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o requerimento do Senador Magno, que não foi o primeiro, mas também--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Declaração de voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeitamente. Está aprovado.

Só antes de passar ao Senador Camata, eu depois conversarei com os senadores para marcar a data e para acertarmos os nomes que virão entre esses, e outros que possam surgir, e como distribuir esses nomes em, talvez, duas ou três Audiências Públicas.

A palavra com o Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu quero me congratular com os companheiros que votaram a favor desse requerimento.

Há a necessidade de um debate bem amplo, não só sob o ponto de vista jurídico, constitucional, mas também sob o ponto de vista religioso da maioria dos cristãos brasileiros. E dizer que há pouco tempo... Li, num jornal, eu não me lembro qual, que se essa lei estivesse em vigor quando esteve aqui o Papa Bento XVI, ele teria sido preso, porque numa das homilias dele, ele disse que não é natural o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo. Então ele teria sido enquadrado na lei. Imaginou o papa ser preso no Brasil sem o direito de fiança. Então há necessidade de um debate muito amplo.

Há na lei também um artigo que, ao meu entender, ele abre para a pedofilia e para o sexo com animais, porque ele diz assim, esse artigo: *"Ninguém poderá ser discriminado em razão da sua preferência sexual"*. Ele pode dizer: *"A minha preferência sexual são crianças, está lá escrito na lei e a lei me protege"*. Ele pode dizer: *"A minha preferência sexual é um tatu"*. Ele bota um tatu para dentro de casa, só o IBAMA para salvar o tatu. Então há necessidade de fazer um estudo mais amplo em torno disso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu vou passar a outro item.

Senador Magno Malta, eu creio... Quero elogiar a sua posição, porque eu acho que, de fato, houve um momento aqui que se tivesse posto em votação com a sua presença, do Senador Crivella, o projeto teria sido recusado, e o senhor teve a grandeza de não querer votar naquele momento, e colocou a ideia da Audiência Pública que, a meu ver, é mais que correta, até para que não apenas esses venham, nós temos que convidar também representantes dos grupos que defendem a lei, que defendem o casamento entre homossexuais, e que venham aqui se pronunciar também eles. Então, que venham também. Mas aí a questão de a gente incluir outros nomes.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu não incluí esses grupos no meu pedido porque eu espero que os senadores que defendem o tema e que acreditam no

PL 122, que eles façam essa inclusão, porque senão fizerem, eu vou fazer, eu vou convidar os grupos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --porque eu acho que o debate tem que ser amplo, está certo, e eles têm todo direito de debater a posição deles, debater o que acreditam, como nós temos o direito de debater a posição do que acreditamos, não é verdade?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então é o seguinte: espero que os senadores que acreditam nessa posição, façam essa inclusão. E será um debate muito bonito, um debate muito bonito porque nós vamos ter posições antagônicas aqui nesse debate, nessa Audiência Pública.

Eu estava dizendo ao Senador José Nery que será uma grande audiência, e nós vamos ver posições diferenciadas aqui, mas se os senadores não fizerem, certamente eu farei sem o menor problema, porque não tenho, não nasci, não tenho a capacidade, não sou homofóbico, não discrimino ninguém, muito pelo contrário, eu respeito, e estou disposto a entrar numa grande luta de respeito às pessoas e os seus caminhos nesse país, que é isso que tem que fazer, uma grande campanha de conscientização e educação. Estou disposto. Se eles não incluírem, eu incluirei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Os três requerimentos estão aprovados. Os três... do Senador Crivella, do Senador Magno Malta e do Arthur Virgílio indicando uma pessoa, sobre o mesmo tema, só indicando uma pessoa. Ele não propõe criar ou não a comissão, ele apenas indica, se for aprovado, uma doutora--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu só quero registrar que sou totalmente favorável às Audiências Públicas. É um tema complexo, merece o maior cuidado, o maior carinho, e, por isso... Ontem já o Senador Magno Malta e outros falaram comigo, e eu também me propus a defender nessa linha da Audiência Pública pela grandeza do tema. E aqui foi colocado muito bem por V. Exa., pelo José Nery aqui ao lado, o Senador Magno Malta, chamando todos os setores que estão envolvidos no tema do PL 122. Só declarar o meu voto totalmente favorável às Audiências Públicas, quantas forem necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quantas forem necessárias.

Passamos ao item... Requerimento 3 da Senadora Marina Silva.

"Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regime Interno, e ouvir do plenário, a realização de Audiência Pública desta comissão em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o objetivo de discutir a situação dos índios Guarani-Caioá do Mato Grosso do Sul."

Eu abro a palavra se algum senador quer se pronunciar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu, casualmente, no Fórum Social Mundial, eu recebi lá uma delegação de índios Guaranis do Rio Grande do Sul. E o cantor Pedro Ortaça, que é índio, um grande cantor, reconhecido a nível internacional, me fez um relato impressionante da situação dos índios Guaranis também no Rio Grande do Sul.

Eu queria ampliar aqui o requerimento, e sei que não vai haver nenhuma contestação, ou seja, argumentação em contrário por parte da Senadora Marina Silva, que a gente deixasse aberto para que a gente, nesse debate, possa olhar para a nação Guarani dentro da sua amplitude a nível nacional, e não somente, e não especificamente na questão do Mato Grosso do Sul. É essa a sugestão. Só ampliar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ampliar o assunto?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não apenas os índios...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Do Mato Grosso do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Do Mato Grosso.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que seja, sim, a nação Guarani, mas dentro do território nacional. Eu mesmo gostaria que o Pedro Ortaça estivesse aqui como meu convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então a sugestão do senador, que me parece extremamente válida, do Senador Paim, é de ampliar não apenas os índios Guarani-Caioá, mas toda a nação Guarani.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Toda a nação Guarani.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E os nomes a gente indica depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Indica depois. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu passo ao Requerimento do Senador José Nery, que *"requer ciclos de Audiências Públicas com o objetivo de debater várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial 7.037, de 20 de dezembro de*

2009, que cria o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, e esclarecer reais intenções e pontos polêmicos".

Eu quero parabenizar o Senador Nery por ter trazido esse tema, e eu subscreveria com o maior prazer essa discussão. Então eu ponho em discussão. Senador Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Srs. e Sras. Senadoras.

A iniciativa de lançamento do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, feito ao final de 2009, suscitou enormes polêmicas em áreas do próprio governo e em setores que têm uma contribuição muito importante no debate do tema Direitos Humanos na Sociedade Brasileira. Durante essas polêmicas, fui instado a falar, em alguns momentos, sobre alguns temas que compõem, algumas temáticas que compõem o plano, e me senti comprometido de propor um amplo debate no âmbito dessa comissão, e muito me honra ter na coautoria desse requerimento, portanto, eu solicito, Senador Cristovam Buarque a sua subscrição, do Senador Paim, Senadora Fátima Cleide, Senador Magno Malta, os senadores que assim desejarem, porque esta tem que ser uma iniciativa, de fato, coletiva. Portanto, estou pedindo a subscrição, no requerimento, de V. Exa. e dos Srs. Senadores ao requerimento que pede a realização desse ciclo de audiência que devemos definir quais os temas que ensejavam maior debate, porque a nossa jovem democracia não estará consolidada se setores conservadores e retrógrados continuarem insistindo que o país não tem direito a discutir fatos, crimes que ocorreram contra os direitos humanos em período recente da nossa história.

Portanto, fazer um debate é a melhor forma de esclarecer equívocos de alguns que não leram uma linha do plano, que não tiveram absoluta clareza do que queremos. O que é o plano? Porque todo defensor dos direitos humanos deve... O plano, claro, pode ser melhorado e aperfeiçoado, tem esse sentido também.

Agora, o que não se pode aceitar é que os setores, inclusive do próprio governo, como foi a área militar, especialmente o Ministro da Defesa, que se transformou num verdadeiro opositor de medidas de edição de leis, de procedimentos, que são absolutamente necessários para esclarecer... na busca da verdade, e, sobretudo, a necessidade de se fazer justiça, porque buscar fazer justiça não é contra a tortura, o exílio, a perseguição política e ideológica daqueles que se envolveram em lutas contra o regime militar da época não pode ser confundido como aqueles que querem o retrocesso, que querem só trabalho, olhando para o passado. Mas se o Brasil não passar a limpo parte dessa nossa história, que significa buscar a punição e a justiça para todos que se envolveram com o crime durante o período da ditadura, a nossa jovem democracia continuará devendo essa resposta do Estado brasileiro. E que diga-se de passagem, o plano sinalizou uma direção, mas há pressões de todas as ordens para modificá-lo, não para fazer avançar aquilo que o plano prevê, mas para retroceder em medidas que são absolutamente necessárias.

Portanto o ciclo de audiência, Sr. Presidente, visa o esclarecimento, os fundamentos do que prevê o plano em suas diversas temas, em suas diversas fases, em suas diversas questões. E eu creio que não há lugar mais apropriado para fazer esse debate do que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Portanto, sei que é importante ter e teremos o apoio de todos os Srs. Senadores e Senadoras, que como disse, faço questão que esse requerimento seja conjunto. Eu apresentei ainda no final, antes do final do recesso, mas eu gostaria de ter na companhia o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Fátima Cleide e o Senador Paim e os demais senadores e senadoras membros desta comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bem breve, Senador Cristovam, para que a gente possa votar todas as matéria, são 30 itens.

Primeiro dizer que, durante o recesso, eu fui, Senador José Nery, Fátima Cleide, e outros senadores que se encontram aqui, interpelado pela imprensa sobre o que eu achava, Senador Magno Malta, sobre o decreto do presidente, sobre o Programa Nacional dos Direitos Humanos. Eu disse exatamente o seguinte: "Bom é que a gente possa debater esse tema no Congresso Nacional". Eu não li o programa. E o Senador José Nery foi feliz na iniciativa, eu sei que todos senadores assinarão para que a gente possa debater aqui. Vamos ver onde é que está a polêmica, onde é que está pegando, qual a questão, de fato, que cria essa posição contrária ao Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos.

Por isso quero cumprimentar a iniciativa, totalmente favorável, de fazermos aqui um amplo debate sobre todos os temas tão polêmicos, como alguns levantam dentro do programa. Favorável totalmente à iniciativa do Senador José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Também muito brevemente, me traz a informação aqui, o nosso secretário, de que o nosso requerimento foi aprovado... o nosso requerimento com relação ao item anterior, que é o PL 122, indicando pessoas para fazer a contraposição aos dois requerimentos anteriormente aprovados, já está aprovado desde esse projeto, antes de esse projeto ir para a CAS, aqui nesta comissão, certo? Só para dar esse esclarecimento.

Mas eu me inscrevi, Sr. Presidente, para parabenizar o Senador Nery pela iniciativa de propor Audiência Pública para discussão do Plano Nacional de Direitos Humanos.

Eu, sinceramente, Senador Nery, não entendi até hoje por que tanta polêmica com relação a este plano, que leva o nº 03, e que, na sua síntese, ele já copia, digamos, é um *copy desk*, como está na moda falar hoje, os planos que levaram o nº 01 o nº 02, e tem um reforço ainda maior que foi o fato de ter sido amplamente discutido em conferências regionais, em conferências estaduais e em conferência nacional.

Toda a sociedade brasileira e suas diversas representações tiveram a oportunidade de debater, discutir, aprovar e referendar as propostas que estão ali naquele plano. Então esse plano não é uma construção de uma cabeça iluminada no Governo Federal, é um plano amplamente discutido na sociedade. E, sinceramente, eu fiquei estarrecida diante de tantas falas contrárias à aprovação do plano. E, de certa forma, Senador Paim, me deu um arrepio na espinha, porque parece que a cada ano eleitoral recrudesce a violência contra o avanço dos direitos humanos neste país em todos os sentidos, contra todos os setores.

V. Exa. mesmo me contava, e eu quero aqui publicamente lhe parabenizar que, na segunda-feira, nesta segunda-feira, Sr. Presidente, de 1º para 2 de fevereiro, quando toda, quando as comunidades de religiões matrizes africanas se reúnem para fazer sua celebração em função do dia 2 de fevereiro, no Rio Grande do Sul, o Senador Paim me contava que só ele de parlamentar, só ele de político, compareceu àquela manifestação, quando muita gente foi convidada. Então me parece que as pessoas ficam com certo receio, com certo medo de representar as minorias ou as ditas "minorias" neste país.

E toda essas falas contrárias àquilo que está expresso no plano, que foi debatido pela sociedade brasileira nas diversas conferências que houveram, só me leva a crer que há, sim, uma reação organizada, e, de certa forma, como disse o Senador Nery, também com a participação de alguns membros do Governo Federal, porque a gente sabe que há sabotagem também contra avanços dentro do próprio governo, embora não seja o que pensa o Presidente Lula. E eu quero parabenizar também a postura aqui do Presidente Lula, do Ministro Paulo Vannuchi, do Ministro Tarso Genro que, em momento nenhum, relutaram na defesa deste plano, e reconheceram, principalmente, que deve, que o governo deve respeitá-lo, porque ele foi construído pela sociedade.

Então, mais uma vez, Senador Nery, meus parabéns pela iniciativa. Eu acho que esta comissão tem o dever e a obrigação de se debruçar sobre o plano para até, também, termos a compreensão: "Será que não faltou alguma coisa que é preciso ainda avançarmos e que a sociedade não discutiu?" O Congresso também pode se manifestar, pode e deve. Então parabéns à Comissão de Direitos Humanos, e ao Senador Nery que propõe e à comissão que acata este debate.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente,

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sobre esse assunto, e pedir a V. Exa., se extrapauta, podemos votar o requerimento do Haiti.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos votar.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero parabenizar o Senador Nery, até porque sou contrário. Na verdade, eu acho que o debate deve se dar, embora eu não concorde com o plano. E faço parte de uma parte significativa da sociedade brasileira que não discutiu, não foi chamada para discutir, não é parte disso, eu não diria que é de uma cabeça iluminada do governo, mas pelo menos de meia dúzia, sim. Acho que o debate deve se dar. Ali tem coisas como aborto e uma série de outras coisas que nós temos que discutir, que parte da sociedade – e eu sou parte desses – não concorda, e, por isso, quero debater contrariamente a essa resolução.

Mas parabéns ao Senador Nery por trazer a discussão para que tenhamos esse debate amplo. E até estou encabeçando um grande movimento, uma frente contra essa resolução que o Presidente Lula assinou – sem ler, como disse, depois voltou atrás –, para que nós deixemos bem claro, a partir de um debate amplo feito nessa comissão. E aí eu parabenizo o Senador Nery.

Antes que V. Exa. nos dê a possibilidade da falar sobre o requerimento e colocar em votação, eu gostaria de registrar que, ontem, sob o comando de V. Exa., porque foi V. Exa. quem provocou, nós fomos à Luziânia, juntamente com o Senador Nery, o Senador Demóstenes, Senadora Lúcia Vânia, Renato Casagrande, Romeu Tuma, tomarmos pé do proble-

ma absolutamente grave acontecido em Luziânia do desaparecimento daqueles jovens, alguns menores e bem menores, e registrar que informação de investigação não se dá para não inviabilizar a investigação, mas parabenizar a polícia de Goiás, a Secretaria de Segurança de Goiás. Não é um crime transnacional, não é um crime federal, razão pela qual não se registra a presença da Polícia Federal, e desnecessário se faz, nesse momento, pelo bom trabalho da polícia de Goiás, uma polícia preparada.

Esse não é o primeiro caso da polícia de Goiás. Quem decifrou o sequestro do Wellington Camargo, um sequestro emblemático, foi a polícia de Goiás. Eu estou citando uma coisa que o Brasil conhece para entender o trabalho da polícia de Goiás.

Então fico muito preocupado com essas declarações de que precisa entrar a Polícia Federal, precisa ser... quer dizer, isso inviabiliza.

As famílias estão fragilizadas e elas reclamam de que não têm informação. Na verdade, pelos caminhos da investigação, a família, de fato, não pode ter as informações reservadas que a polícia tem. E eu, Sr. Presidente, enquanto presidente da CPI da Pedofilia, metido numa investigação séria nesse país de defesa de criança, eu voltei de lá absolutamente satisfeito.

E o que é que nós vamos fazer lá a pedido de V. Exa.? Colocar a CPI à disposição, os instrumentos que nós temos, a celeridade nesses instrumentos – como quebra de sigilo e tantas outras coisas –, e levar para eles a informação de que nós temos ajuste de conduta assinado com os operadores de telefonia para que, em risco iminente de vida de crianças, as quebras de sigilo se deem em duas horas. Então, nós fomos nos colocar à disposição.

Eu estou muito satisfeito com o que eu ouvi do secretário de segurança, dos delegados que estão no caso. Os caminhos que eles estão seguindo tanto pode ser trabalho escravo, como pode ser tráfico de órgão, como pode ser abuso, como pode ser abuso, mas esses caminhos todos estão sendo seguidos no sentido de que eu tenho certeza que, rapidamente, esse crime será elucidado.

E aí eu agora peço a V. Exa. que ponha, se puder colocar extrapauta, que é um pedido, V. Exa. assinou, a Senadora Fátima Cleide assinou, o Senador Nery, o Senador Paim, que é convocando o cônsul, convidando o cônsul do Haiti para discutir conosco o problema das crianças órfãs do Haiti, e mutiladas, e os brasileiros que já se escreveram no consulado haitiano aqui para adotar essas crianças. Quais são esses procedimentos, o que ele pode nos falar, qual a posição do governo, como que é o melhor procedimento, o procedimento legal, o entendimento no sentido de que nós venhamos dar a nossa colaboração e oferecer família para as crianças que já não mais têm família lá no Haiti.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou antes colocar em votação o requerimento do Senador Nery. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Extrapauta, eu vou colocar o requerimento do Senador Magno Malta, até porque as mães estão sendo recebidas agora no Ministério da Justiça, e eu acho que seria muito bom se o senhor pudesse ir lá e eu peço que me represente.

O requerimento é no sentido de uma Audiência Pública para discutir com amplitude a questão dos brasileiros dispostos a adotar crianças brasileiras, convidando o cônsul do Haiti e demais lideranças nacionais e internacionais interessadas em prestar socorro àquele povo abalado pela tragédia. Algum senador quer se pronunciar?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A iniciativa do Senador Magno Malta, nós conversávamos ontem, todos nós estamos acompanhando com uma tristeza que é de toda população do mundo o que vem acontecendo no Haiti.

Eu dizia ao Senador Magno Malta que, inclusive no Fórum Social Mundial, o Presidente Lula, na sua fala, fez um pedido para que o Fórum Social Mundial tirasse o ano de 2010 como o ano onde todos nós vamos trabalhar pela recuperação do Haiti. E quando se fala em recuperação do Haiti, a gente não está pensando somente nos prédios, e mais do que justo esse requerimento que vai olhar, como eu digo sempre, com carinho e atenção devida a questão das crianças, inclusive o tráfico de órgãos, como existem denúncias que podem estar acontecendo.

E o Senador Magno Malta me fez um depoimento ontem, não sei se eu posso contar aqui, inclusive que ele é uma das pessoas que gostaria de adotar uma criança do Haiti, um gesto de solidariedade que está se multiplicando por todo o mundo. Isso é mais do que bom. Agora todo cuidado é pouco porque sabemos o que pode estar acontecendo em alguns países.

Por isso eu sou totalmente favorável. Eu acho que vai ser um grande evento, um grande evento, com o Itamaraty presente, o embaixador do Haiti aqui presente, direitos humanos, enfim, total apoio a essa iniciativa que faz com que o Senado da República traga também para essa Casa o debate sobre o que aconteceu, infelizmente, no Haiti, desde a morte da nossa querida Zilda Arns, 18 militares e de quase 200 mil haitianos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação o requerimento do Senador Magno Malta. Os que estiverem de acordo permaneçam--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, para uma breve manifestação, porque o requerimento do Senador Magno Malta toca numa questão que deve preocupar a todos nós.

O fato, ao mesmo tempo que há uma proposta para o acolhimento, a adoção de crianças haitianas, nós temos notícia de quanto essa tragédia tem servido para interesses mais criminosos, quando grupos internacionais de tráfico de pessoas, e de crianças sobretudo, e de órgãos, estão trabalhando naquele país para cada vez mais tornar a tragédia agravada.

Nesse sentido, a proposta do Senador Magno Malta coloca luz para fazer aí um debate no qual uma forma concreta de solidariedade, sobretudo quando se trata da adoção de crianças órfãos daquele país, creio que seja o momento para o importante debate, a realização dessa audiência, e que, pela sua importância, o requerimento conta com o nosso voto favorável.

E, além do mais, precisamos, no reinício dos trabalhos do Congresso, discutir e debater como aprofundar a solidariedade do nosso país, que já é presente no Haiti, mas como aprofundar essa solidariedade numa situação de uma tragédia como a humanidade não podia esperar, em início de 2010, com tantos mortos. Fala-se em 200 mil mortos, o que, sem dúvida, é algo que comoveu a todos nós brasileiros, até porque, nessa tragédia, perdemos muitos conterrâneos, inclusive o compatriota, inclusive o integrante da Força de Paz da ONU no Haiti e o símbolo maior da luta em defesa dos direitos da vida de criança e adolescente no nosso país, foi a perda da Dra. Zilda Arns.

Portanto, creio que é importante fazer esse debate a partir do requerimento do Senador Magno Malta, e, ao mesmo tempo, discutir outras formas de aprofundar a nossa solidariedade para com os que são vítimas dessa tragédia que comoveu a todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação o requerimento do Senador Magno Malta. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Depois providenciaremos a data e a lista dos que vão participar.

Eu quero--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permita só uma fala rápida.

Só queria deixar claro que nessa fala da Senadora Fátima Cleide, Senador Magno Malta, [ininteligível] até de elogiar as comunidades, que, na Câmara dos Deputados, a bancada evangélica ajudou muito para que no Estatuto da Igualdade Racial fosse assegurado lá o direito a todas as religiões – religião [ininteligível] africana, evangélica, enfim. E, nesse evento que tivemos no Rio Grande do Sul, o Fórum Social Mundial, estavam lá todos os segmentos, não vou dizer um culto ecumênico – evangélicos, católicos, apostólicos, aqueles que defendem e têm posição clara em relação aos mulçumanos, judeus –, e foi um belo momento.

E eu fui homenageado, então, nesse ato por ter aprovado aqui no Congresso Nacional essa questão da liberdade religiosa dentro do Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado por unanimidade lá na Câmara dos Deputados, e nós queremos ver se aqui também a Casa vota com a mesma rapidez para que essa liberdade, que, nesta comissão, nós fizemos diversas audiências e todos, todos defenderam a liberdade religiosa. Era isso e obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Magno Malta, então eu creio o que senhor está livre para representar essa comissão no encontro das mães das crianças desaparecidas com o Ministro da Justiça.

Eu quero insistir que desde a semana passada eu fui lá, ontem voltei com o Senador Magno Malta e o Senador Demóstenes, e essa comissão não pode ficar alheia ao que está acontecendo. Por enquanto, obviamente, ainda é uma questão da polícia local, mas se continuar sem se descobrir o paradeiro dessas crianças, esse assunto tem que vir aqui.

Eu quero dizer que sobre o requerimento anterior relacionado ao que ficou conhecido como Lei da Homofobia, há de fato um requerimento pedindo uma Audiência Pública, desde abril de 2007, assinado pela Senadora Fátima Cleide. Ou seja, ela tomou a iniciativa de pedir essa audiência. E chegamos a ter a audiência, se não me engano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não chegamos. E eu vou tomar a liberdade da incluir os nomes que a senhora coloca aqui nas listas dos outros dois senadores: Paulo Fernando de Melo, que é um Advogado; Hela(F) Wicon(F) [00:40:07], Procuradora Federal; Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário de Direitos Humanos; Jean Wyllys de Matos Santos, Professor Universitário; e dois indicados pela bancada parlamentar evangélica. Como já estão... O próprio presidente já está, então talvez nem precise. Mas eu quero dizer que eu deveria ter citado isso antes mesmo do debate sobre esse período de audiência para que ficasse registrado a sua iniciativa no assunto.

Eu passo... Antes tem mais um requerimento que eu gostaria de submeter, até porque temos aqui a presença de um nobre representante dos povos indígenas, que é vereador, que é... e que eu assinarei, a pedido dele, uma audiência no sentido de debater os impactos negativos para comunidades indígenas brasileiras referentes à vigência do Decreto Presidencial 7.056, de 28 de dezembro de 2009, e a flagrante violação da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da qual o Presidente é signatário. Deverão ser convidados a expor e a debater seus pontos de vista sobre a matéria as principais lideranças indígenas do Brasil bem como o Presidente da FUNAI, Sr. Márcio Meira, e a Dra. Débora Duprat, Subprocuradora-Geral da República.

Se o regimento permitisse, eu até passaria a palavra para ele, mas o regimento, nesse ponto, é rígido. Eu quero dizer que eu subscrevo porque eu recebi a ele e a um grupo de indígenas e de fato manifestaram algo que me preocupou muito, sobre a mudança desse decreto, que esse decreto presidencial trouxe, criando distorções na visão dos indígenas que merecem ser ouvidos aqui. Então eu ponho em discussão. Se algum senador quiser se pronunciar ou senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acho que eu vou adendar, Sr. Presidente, e algumas pessoas aí também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está ótimo. Então ficam abertos nos nomes.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu aprovo e assino embaixo também, adendando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu vou na mesma linha da Senadora Fátima Cleide, porque no Fórum Social Mundial eu tive algumas oficinas com a nação indígena, e, se V. Exa. me permitir, nós temos participado seguidamente aqui em Brasília, todos os anos, do chamado Abril Indígena, que a gente possa também adendar alguns nomes para esse debate. Somente isso, aprovar o requerimento favorável, e eu indicaria um ou outro nome para o debate, que fosse indicado para aqueles que compõem [ininteligível] indígena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. E ficamos a espera de nomes sugerindo.

Vereador, muito obrigado pela sugestão.

Agora nós passamos à votação de projetos de leis que são não terminativos. O primeiro, a relatora é a Senadora Fátima Cleide.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já foi aprovado o requerimento e está sobrestado então. Não podemos votar. Então vamos passar para o Item 13, cujo relator é o Senador Mão Santa, que nos dá o prazer da presença aqui. É o Item nº 13. Eu peço alguém que identifique rapidamente.

O Item 13 é um projeto da Senadora Patrícia Saboya. É o Projeto de Lei do Senado nº 228 que *"define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde."*

Repetindo: a autoria é da Senadora Patrícia Saboya aqui presente. Relator: Senador Mão Santa, também presente.

Eu passo a palavra ao relator para a leitura do relatório.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): "O Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, busca disciplinar o atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de saúde, definindo como objetivos de tal atendimento a promoção, a proteção e a recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento do ser humano nessa faixa etária.

Esses objetivos, de acordo com o projeto, devem ser alcançados por meio de ações preventivas e educativas, objetos dos atendimentos médicos regulares para cuidados com a saúde, e por meio de ações diagnósticas, terapêuticas e de recuperação, inseridas no conceito de atendimentos médicos curativos.

Nesse sentido, determina que as operadoras dos planos e seguros de saúde cubram os atendimentos preventivos na frequência e na regularidade definidas em função da faixa etária do paciente, conforme cronograma anexo ao projeto. Também ordena que elas garantam os atendimentos curativos na quantidade e na qualidade necessárias ao diagnóstico e tratamento integral de todos os agravos à saúde do paciente mirim.

Além de reservar esses atendimentos médicos aos portadores do título de especialista em pediatria reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina, o projeto estipula que o valor da remuneração do atendimento preventivo deve sempre superar o que for atribuído em contraprestação ao atendimento curativo.

Segundo a proposição na consulta preventiva, o pediatra deverá avaliar, no mínimo, o estado nutricional da criança ou do adolescente, sua história alimentar, sua curva de crescimento, seu estado vacinal, seu

desenvolvimento neuropsicomotor, seu desempenho escolar e os cuidados dispensados pela escola, seu padrão de atividades físicas diárias, sua capacidade visual, as condições do meio ambiente que o circundam, os cuidados domiciliares, o desenvolvimento de sua sexualidade, seu sono, sua função auditiva e sua saúde bucal. Também deverá orientar os pais, ou responsáveis, acerca dos cuidados recomendados para cada item avaliado, registrar essas orientações no prontuário do paciente e requerer, sempre que necessário, os cuidados que fujam à sua competência ao profissional da área da saúde pertinente, mediante encaminhamento à respectiva operadora.

De um lado, o projeto imputa aos pais ou responsáveis o dever de ensejar à criança e ao adolescente os atendimentos para cuidados com a saúde previstos no cronograma. Do outro, obriga a operadora do plano ou seguro de saúde a alertar a família um mês antes da consulta programada e manter os registros desses atendimentos.

Por último, estipula que a falta de uma consulta preventiva programada enseja a perda da cobertura de um atendimento curativo pela respectiva operadora e excepcionaliza do prazo de carência para marcação de consulta os atendimentos médicos previstos para cada faixa etária.

A autora justifica o projeto afirmando que a sociedade hoje demanda uma mudança na lógica de atenção à saúde da criança e adolescente, de tal forma que se passe do modelo centrado no atendimento curativo para aquele baseado na assistência preventiva, mais barata e eficaz.

Até o momento, não foram apresentadas emendas à proposição, que será submetida à deliberação desse Colegiado antes de seguir para o exame terminativo da Comissão de Assuntos Sociais.

Análise.

A proposição em exame – cujas raízes remontam a anteprojeto assinado pela Sociedade Brasileira de Pediatria – tem enorme relevância social por conta do tema que abraça: assistência à saúde de crianças e adolescentes. Para que se tenha uma ideia dessa relevância, basta lembrar que a própria Constituição Federal trata o direito à saúde no título referente aos direitos e às garantias fundamentais, além de prescrever prioridade absoluta e proteção integral para população infantojuvenil.

Embora restrito no âmbito dos planos e seguros privados de saúde, o projeto também se destaca por privilegiar o aspecto preventivo e educativo da assistência médica, escolha especialmente feliz e produtiva quando aplicada aos primeiros de vida, período decisivo na formação do ser humano. Como bem argumenta a Senadora Patrícia Saboya, ao justificar a matéria, a prevenção eficaz da maior parte das doenças que acometem a população adulta deve ser feita na infância, porquanto não há dúvida de que a detecção precoce de tendências a desvios evolutivos, orgânicos, psicológicos e comportamentais possibilita e potencializa intervenções mais abalizadas e consequentes da família, da sociedade e do Estado, no sentido de garantir o melhor padrão possível de saúde na fase adulta.

Não é por acaso, aliás, que a tônica da prevenção acompanha a abordagem do direito à saúde nos diplomas-referência de proteção à infância. Nos termos na Convenção sobre os Direitos da Criança, acordo internacional ratificado pelo Brasil e recordista no número de adesões até o momento, os Estados signatários comprometem-se a adotar as medidas apropriadas para desenvolver a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente imputa ao Sistema Único de Saúde a tarefa de promover programas de assistência médica e odontológica para prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos. Ademais, torna obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias e obriga os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes tanto o proceder a exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades do recém-nascido, como a prestar orientação aos pais.

Todas essas disposições parecem basear-se na verdade dita de forma irretocável pela poética de Gabriela Mistral, chilena: “O futuro da criança é hoje. Amanhã já é tarde.” Logo, não há como questionar o mérito e a oportunidade do projeto em exame.

Contudo, não podemos ignorar alguns problemas que saltam aos olhos. O PLS 228 despreza, por exemplo, relevante disposição da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, responsável por regular a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Ela proíbe que o mesmo assunto seja disciplinado por mais de uma lei, salvo quando a subsequente complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Ora, esse é exatamente o caso do projeto em exame, pois a assistência à saúde no âmbito dos planos e seguros privados já encontra disciplinada pela Lei, de 3 de junho de 1998, nº 9.656. Daí a necessidade de transplantarmos para essa legislação básica as inovações pretendidas.

Ainda assim, não é todo o conteúdo do projeto que pode ser transplantado. Importa expurgar do tecido as

partes necrosadas, seja por inconstitucionalidade, seja for contrariedade aos interesses infantojuvenis.

Com efeito, embora seja justificável querer pormenorizar o atendimento médico a ser prestado a crianças e adolescentes, essa atitude não condiz com as regras constitucionais, que inserem a proteção e a defesa da saúde no âmbito da legislação concorrente e limitam a competência da União ao estabelecimento de normas gerais sobre a matéria.

Além de inconstitucionais, os dispositivos do projeto que pormenorizam as atribuições dos médicos e das operadoras, se convertidos em norma legal, criarão riscos para a qualidade da própria atenção que esperam melhorar, no sentido em que impedirão que novos conhecimentos científicos ou tecnológicos sejam incorporados à clínica pediátrica praticada nos serviços dos planos de saúde até a edição de nova lei autorizadora.

Ressaltamos, por fim, a existência do dispositivo do projeto claramente prejudicial aos usuários que busca proteger. Referimo-nos à cláusula segundo a qual a criança ou adolescente, cada vez que faltar a um consulta preventiva programada pela operadora, perde o direito à cobertura de um entendimento curativo. Essa disposição afronta a doutrina da proteção integral, que direciona toda e qualquer disciplina relativa à infância e à adolescência, porquanto permite que os usuários mirins dos planos de saúde fiquem desprotegidos mesmo nas situações de urgência e emergência, quando mais precisam de cobertura. Nessas situações, aliás, parece aconselhável excepcionalizar a reserva de mercado sugerida pelo projeto.

Por entendermos que a ideia central da proposta – qual seja estabelecer princípios para o atendimento médico de crianças e adolescentes no âmbito do Sistema de Saúde Suplementar – deve ser acolhida, apresentamos substitutivo para corrigir os problemas apontados.

Voto.

Em face do exposto, e reconhecendo o mérito da iniciativa, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº, do Senado, 228, de 2008, na forma seguinte:

Emenda nº – CDH.

Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2008.

Altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para instituir política de assistência à saúde da criança e do adolescente de âmbito do Sistema de Saúde Suplementar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 35-F da Lei 9656, de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35-F

§ 1º A assistência à saúde da criança e do adolescente, no âmbito dos planos privados de assistência à saúde, inclui:

I – a prevenção da ocorrência de agravos à saúde que ponham em risco o êxito do processo de crescimento e desenvolvimento;

II – a realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos requeridos para detecção e o tratamento dos agravos que venham a acometê-los;

III – as realizações de ações voltadas para a recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

§ 2º As ações e os procedimentos para a assistência à saúde da criança e do adolescente serão estabelecidos em protocolos clínico-terapêuticos elaborados pela ANS após oitiva da Associação Brasileira de Pediatria e priorização de ações de promoção de saúde e prevenção de doenças.

§ 3º Os atendimento médicos de crianças e adolescente serão feitos por portadores de título de especialista em pediatria reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina, salvo na falta do referido especialista quando for caso de urgência e emergência.

§ 4º É assegurado o acesso ao atendimento por outros profissionais de saúde, segundo estabelecerem os protocolos de que trata o § 2º ou indicação pelo médico assistente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na sala de comissão (sic)."

Relator: Francisco de Morais Souza, Mão Santa. Pronto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão o projeto da Senadora Patrícia Saboya. Eu quero saber se alguém, além da autora, quer fazer uso da palavra. Senadora.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente, eu, antes de mais nada queria agradecer ao Senador Mão Santa, em primeiro lugar por ter lido todo o relatório para que todos pudessem tomar conhecimento desse projeto, que, na verdade, é um projeto fruto, novamente, da nossa parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria, que considera fundamental que as crianças brasileiras possam ter os seus direitos efetivados no dia a dia. E, todos nós sabemos, e eu fiz, acabei de fazer um projeto e aprovar esse projeto, que é basicamente o mesmo projeto, só que garante esse atendimento prioritário no SUS também, de crianças e adolescentes, fazendo jus àquilo que garante o que estabelece a Constituição, da prioridade às crianças e aos adolescentes.

E, agora, Presidente Cristovam, nós consideramos, até porque ouvimos muito a sociedade, e há certa queixa de que, muitas vezes, os planos de saúde privados, eles deixam de atender, por exemplo, de garantir o atendimento preventivo a doenças, e a Organização Mundial da Saúde estabelece um número "x" de consultas que devem ser feitas, justamente para prevenir doenças que podem ser doenças graves, que possam levar a criança à internação hospitalar, que possam levar as crianças até, muitas vezes, à consequência da morte. Por isso essas consultas periódicas e regulares, elas são muito importantes e essenciais para o desenvolvimento, o acompanhamento de desenvolvimento das nossas crianças.

A Senadora Rosalba, que é pediatra, deve concordar com isso, da importância justamente de que essas crianças possam ter. E, muitas vezes, os planos de saúde, Senadora Rosalba, não permitem que uma criança tenha essa consulta garantida todos os meses até, por exemplo, completar um ano de idade, que é o que estabelece a Organização Mundial da Saúde, porque só considera autorizar uma consulta se for um caso de doença, se a criança tiver com a doença, e não se for para ter o seu acompanhamento emocional, o seu acompanhamento físico, aquilo tudo que é essencial.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O acompanhamento, Senadora Patrícia, é fundamental porque a criança, no primeiro ano, ela está... O seu desenvolvimento é... Tanto físico, como motor, como psicológico, todo, todo o desenvolvimento. Então você pode prevenir inúmeras doenças com a questão da alimentação, com o acompanhamento do peso, do desenvolvimento da estatura, da questão das vacinas que... essa visita mensal também é só orientação, é um trabalho muito mais preventivo--

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Preventivo. Exatamente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --de detectar. Muitas vezes você detecta um problema grave numa visita que a criança, aparentemente... nem a mãe traz nenhuma queixa. Mas o médico, ao analisar, detecta uma deficiência, alguma questão que está surgindo.

Agora veja o custo para o Brasil, isso é algo que vai evitar tantas doenças, que só um dia de internamento é mais caro do que todas essas consultas durante um ano todo.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): De um ano todo. Com certeza.

Inclusive, Senadora Rosalba, no projeto da licença maternidade, que foi, graças a Deus, regulamentado nesse início de ano, e todas as mulheres da iniciativa privada, as trabalhadoras brasileiras podem requerer a sua licença maternidade de seis meses, que garante justamente esse convívio, o fortalecimento dos laços afetivos que está garantido, e é algo comprovado pela ciência, que é fundamental para o desenvolvimento dessas crianças. Portanto, esse projeto, de certa forma, vem a complementar também o projeto da licença maternidade nessa parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria.

Eu quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Mão Santa por ter todo o cuidado de analisar, minuciosamente, o projeto, por tudo aquilo que ele pôde contribuir, pela sua emenda, que ele apresentou, enfim, que só ajudou, e eu tenho certeza que vai ajudar na aprovação desse projeto. Portanto, eu espero que essa seja mais uma vitória, Senador Cristovam, de todas as crianças e adolescentes no nosso país. Muito obrigada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mais uma vitória graça a sua ação e a sua preocupação e insistência com o que parece uma nota só também. Nesse ponto somos companheiros.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Projetinhos eu tenho muitos, mas eu tenho certeza que, quando aprovados, eles garantem uma alteração, por menor que seja, mas na vida dessas crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem dúvida.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Então tudo que a gente consegue aprovar, eu acho que é uma vitória, não só para nós aqui que fazemos parte de uma grande frente que luta pelos direitos da criança e do adolescente, essa comissão é a prova e o retrato desses que lutam por esse sonho, mas cada coisinha que a gente... desde o currículo escolar que V. Exa. se preocupa tanto, não é? Então, cada coisa que nós aprovamos aqui pode afetar a vida das nossas crianças e pode melhorar e até salvar a vida delas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero saber se ainda há alguém... Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu queria só aqui complementar e parabenizar a Senadora Patrícia. Realmente esse projeto é fundamental. Algo aparentemente simples, mas que é decisivo na vida de muitas crianças. Decisivo na vida. Não é somente para que ela tenha o bom desenvolvimento e seja um cidadão, um grande homem ou uma grande mulher no seu futuro, não, porque pode salvar vida, sim, senadora. Pode salvar vidas. Reduz custos.

Eu lembro que, quando estudante – eu não sei nem, Mão Santa, se ainda existe a matéria, mas era algo fundamental, era a cadeira de puericultura. O que era isso? Era o acompanhamento da criança no seu primeiro ano para evitar as desnutrições, as carências de ferro, as carências vitamínicas, uma série de questões tão básicas, tão simples. Para detectar, com antecedência, as dificuldades visuais, auditivas, fonéticas, tudo, isso é coisa importantíssima.

Então parabéns, Senadora Patrícia. As crianças brasileiras lhe agradecem. E nós queremos que realmente essa lei, ela venha a acontecer e seja...

Quero, também, aqui, Sr. Presidente, aproveitar, já que falamos em licença maternidade, dizer que a Senadora Patrícia teve um papel fundamental no seu projeto da licença cidadã, quando conseguimos... Eu fui defensora também do projeto dela, votamos favorável, mas também dei entrada a uma PEC para que a licença maternidade seja alterada na Constituição, passe a ser de seis meses para todas as mulheres brasileiras. Um direito que é o direito maior da nação, que é dar esse apoio às nossas crianças, prepará-las para um grande futuro. Foi aprovada na CCJ, e eu quero dizer que está para entrar em pauta no plenário. E, desde já, quero pedir aqui o apoio de todos os senhores que participam da comissão e também que nos assistem, para que nós possamos aprovar essa PEC, e a PEC dar à mulher brasileira e as nossas crianças, aos nossos recém-nascidos esse direito maior à vida, porque aí é defender a vida, e defesa da vida, eu lembro que a Dra. Zilda Arns foi uma que sempre lutou pela vida, não somente ação só com a criança, mas tudo que se referia à mulher também, na defesa da vida, a Dra. Zilda Arns também era partidária dessa licença maternidade de seis meses, pela importância que é o aleitamento na vida da criança e na vida da nação, porque isso reduz custos, prepara as nossas crianças para terem um grande futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço, Senadora. Ponho em votação.

Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De forma muito rápida, Senador Cristovam, quero cumprimentar a Senadora Patrícia, primeiro por ter essa iniciativa da licença gestante para seis meses, que eu tive o orgulho de ser o relator, onde eu ando, e no Fórum Social Mundial, as pessoas falavam e eu dizia: "Eu fui o relator".

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): E eu digo em todo lugar quem foi o relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E é mais uma brilhante iniciativa da nossa senadora que, sem sombra de dúvida, vai garantir mais direito a nossas crianças e adolescentes.

E quero me dirigir ao Senador Mão Santa. Senador Mão Santa, atentai bem. É a segunda vez que nós recebemos aqui a recomendação do governo para aprovar emenda do Senador Mão Santa. V. Exa. está se aproximando, hein? Eu estou entendendo que vai dar certo ainda.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): É a coisa mais fácil, é só tirar a Dilma e botar a Patrícia candidata.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse Mão Santa é fogo.

Vamos lá Mão Santa. A Patrícia, eu sei que vai ser candidata a reeleição, vai fazer uma grande votação, não tenho nenhuma dúvida, e, se depender de mim, e do Mão Santa também, a Dilma vai ser a primeira mulher Presidente da República desse país. Favorável ao substitutivo do Senador Mão Santa, que amplia o projeto original da Senadora Patrícia. Parabéns, Patrícia. Parabéns, Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação... Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, muito rapidamente, também, como membro da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, eu quero parabenizar a Senadora Patrícia pela iniciativa da proposta legislativa que, mais uma vez, como ela mesmo fala, mais um "tiquinho" a gente vai contribuindo para melhorar a vida das nossas crianças na primeira infância.

E parabenizar, também, o Senador Mão Santa pelo relatório que aprimorou a iniciativa da Senadora.

E parabenizar, principalmente, essa humildade, que é brilhante na Senadora Patrícia, de dizer: "Olha, é uma iniciativa coletiva, junto com o movimento, com a Associação Brasileira de Pediatria". Isso é muito bonito, sabe, Patrícia, porque, Senadora Patrícia, a gente demonstra com isso que está aqui para representar realmente. Representar a sociedade, representar aqueles que não têm voz no Congresso Nacional e que, por muitas vezes, também, não tem vez. E é a luta, a sua luta à frente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente que faz vir à tona tantos direitos para as nossas crianças, principalmente na primeira infância. Então meus parabéns e meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu peço licença a todos, que eu tenho que me retirar agora, por um momento, para uma reunião, e passo a presidência ao nosso vice-presidente, Nery.

[troca de presidência]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente Nery, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria... Eu sou relatora de três, do Item 08, do Item 18 e do Item 24. Eu gostaria que pudéssemos ver logo o Item 08, já que nós já estamos no Item 13. Não é assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É. Não, [ininteligível].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 13 foi o da Patrícia. Era possível já...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senadora Rosalba, seu pleito será atendido, obedecida uma ordem que já tinha sido aqui estabelecida. A Senadora Fátima Cleide relatará o próximo item, o Item 14, e, logo em seguida, ouviremos o relatório dos projetos de que a senhora é relatora, logo em seguida.

"Item 14. Acrescenta um art. 244-B, na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a prática remunerada de ato libidinoso ou conjunção carnal com criança ou adolescente." A autoria do projeto é do Senador Marcelo Crivella e a relatoria será feita pela Senadora Fátima Cleide.

Tem a palavra a Senadora Fátima Cleide para apresentar o relatório.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, "o Projeto de Lei do Senado de nº 292, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, pretende criminalizar a prática de ato libidinoso ou conjunção carnal com criança ou adolescente, ainda que mediante consentimento ou remuneração, cominando-lhe a pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa. Para tanto, acrescenta o art. 244-B na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na justificação da proposta, encontramos severa crítica à recente decisão do STJ, Superior Tribunal de Justiça, que isenta de responsabilidade, à luz do art. 244-A do ECA, o "cliente ocasional" que se aproveita da criança ou adolescente submetidos à exploração sexual. Nas palavras do autor:

Uma onda de indignação percorreu o País, após o anúncio de que o STJ, confirmando o acórdão do Tribunal de Justiça mato-grossense, manteve, por unanimidade, a absolvição de réus acusados de exploração sexual de duas meninas, que a época do fato contavam doze e treze anos de idade.

Da análise.

No mérito, procedem as preocupações trazidas pelo autor da proposição. De fato, a prevalecer a decisão da Quinta Turma do STJ, cria-se um verdadeiro salvo-conduto para os clientes que se aproveitam de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. O Brasil passaria a ser um paraíso para a pedofilia. Não atacaríamos o verdadeiro combustível que move a exploração sexual de menores, isto é, a conduta de quem efetivamente se aproveita dos serviços sexuais.

No entanto, recentemente, este problema foi solucionado pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, ao introduzir o art. 218-B no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal que diz:

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena – reclusão, de quatro a dez anos.

§ 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

§ 2º Incorre nas mesma penas:

Inciso I – quem pratica conjunção carnal ou ato libidinoso com alguém menor de 18 e maior de 14 anos na situação descrita no caput desse artigo.

Portanto, Sr. Presidente, doravante, o cliente que pagar pelo serviços sexuais de adolescente entre 14 e 18 anos submetido à prostituição responderá pelo crime previsto no art. 218-B, § 2º, inciso I, do Código Penal. Se a vítima é menor de 14 anos, aí prevalecerá o crime de estupro vulnerável, cuja pena foi sensivelmente elevada por obra da citada lei, como previsto no caput do art. 217-A do Código Penal.

Dessa forma, entendemos que, no seu argumento principal, o PLS nº 292, de 2009, perdeu a oportunidade em face da aprovação da Lei nº 12.015, de 2009, originária, Sr. Presidente, de proposta resultante da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes no País.

Desta forma, Sr. Presidente, em face do exposto, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado em vista a entrada em vigor da Lei 12.015, em agosto de 2009." Este é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradecemos à Senadora Fátima Cleide pelo relatório apresentado. Como o parecer é pela rejeição da matéria, tendo em vista que matéria idêntica

já foi aprovada pelo Congresso e se transformou em lei, a Lei nº 12.015, de 2009. Então submeto à discussão o parecer e, em seguida, à votação.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Senador José Nery, eu quero apenas manifestar a minha posição, acompanhando a relatora, até porque também apresentei um projeto mais antigo do que a lei que existe hoje, e que foi considerado prejudicado, e eu entendo. O importante para mim é que avançamos na legislação. Então o meu projeto foi considerado prejudicado porque já existe, de fato, uma legislação, como é o caso da iniciativa também brilhante do Senador Marcelo Crivella.

Faço esse depoimento para dizer que ninguém aqui está contra a proposta, a proposta é tão boa que a comissão já aprovou, e é lei, uma semelhante a essa. Que ela é prejudicada, embora mais antiga, como a minha também era mais antiga, o importante é que foi fruto de um amplo debate com a sociedade, feito na própria comissão que trata do tema, e, por isso, nesse momento, só podemos rejeitar, embora concordamos, na íntegra, com o mérito da iniciativa do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço a manifestação do Senador Paulo Paim.

Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que votam pela aprovação do relatório que rejeita a matéria, embora importante, mas já consignada em lei, os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório, que votam favorável ao relator, permaneçam como se encontram. Aprovado. Rejeitada a matéria, vai para o arquivo.

Sras. e Srs. Senadores, o item de discussão anterior, o Projeto de Lei do Senado 228, de 2008, foi relatado pelo Senador Mão Santa, foi lido o relatório, mas há necessidade da realizar a votação. Sras. e Srs... O projeto é de autoria da Senadora Patrícia Saboya. O relatório é pela aprovação.

Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o texto apresentado pelo Senador Mão Santa – em votação – permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, há um projeto de minha autoria...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, que eu sou o relator, do Senador Valdir Raupp. Deve estar na pauta, não sei qual o item aí. É o 16? Eu quero, Sr. Presidente, pedir para que a gente retire de pauta, embora eu tenha já o meu parecer pronto. Me foi solicitado por aqueles que atuam nessa área para que, antes do parecer ser lido e votado, eu realizasse uma Audiência Pública, que pode até mudar o meu parecer, se assim for a vontade daqueles que vão participar desse debate. Por isso eu peço para retirar de pauta, e, ao mesmo tempo, apresentaria a V. Exa., ainda hoje, peço, se possível, votar, o requerimento com vista a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 83/2006 que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Foi uma brilhante iniciativa do Senador Valdir Raupp, mas que me pediram que eu realizasse uma Audiência Pública que poderá aprimorar o relatório que, então, apresentaria de forma definitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, de imediato, acolhemos a solicitação de V. Exa..

E coloco em discussão o requerimento de autoria no Senador Paulo Paim que *"fundamenta no disposto do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública com vista a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2006, que fixa a idade mínima para trabalho como ator, modelo e similares"*.

Está em discussão o presente requerimento. Se não há quem queira discutir, coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de submeter à discussão a próxima matéria, queria fazer um breve comunicado e um convite. Estamos, nessa semana, a partir de 28 de janeiro, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, e Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, propondo ao Senado a realização de uma sessão especial para marcar essa Primeira Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, onde ocorreram atividades, seminários, debates, oficinas, inclusive no Fórum Social Mundial, na última semana. Estamos propondo a realização de uma Sessão, a hora do expediente, no dia 10 de fevereiro, às 14 horas, no plenário do Senado Federal. Há um entendimento com o Presidente José Sarney no sentido de colocar em votação o requerimento que trata dessa sessão especial, oportunidade também em que será discutida a criação de uma frente parlamentar mista, composta por deputados e senadores, senadores, senadoras e também deputadas, no sentido de organizar, aprofundar a articulação em prol das lutas e iniciativas para erradicar o trabalho escravo no Brasil.

Todos os Srs. Senadores e Senadoras são convidados a integrar essa frente parlamentar e são convidados, igualmente, para participar desta sessão especial que deverá ser realizada no próximo dia 10

de fevereiro, às 14 horas, no plenário do Senado, mediante requerimento que será discutido e votado na sessão de hoje.

Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, só cumprimentá-lo por essa iniciativa. V. Exa. que fez um esforço enorme e esteve no Fórum Social Mundial, participou de um painel com o Ministro Paulo Vannuchi, onde foi debatido essa questão do trabalho escravo.

Quero, de pronto, dizer que estou me apresentando como seu parceiro para fazer parte dessa frente parlamentar, faço questão de assinar, de combate ao trabalho escravo no Brasil. Parabéns a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meus agradecimentos pela manifestação sempre muito afirmativa do mais importante combatente dos Pampas aqui na luta pelos direitos humanos no Senado Federal. Eu agradeço, Senador Paulo Paim, o seu estilo e a sua luta.

Quando estive em Porto Alegre, participando da oficina realizada no Sindicato dos Servidores Públicos de Fundações lá em Porto Alegre, onde estava presente o Ministro Paulo Vannuchi, várias ONGs, e, além disso, a Organização Internacional do Trabalho, a ANAMATRA e várias outras instituições que fazem parte tanto da CONATRAE, que é a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, bem como a Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, fiz questão de falar com V. Exa.. Infelizmente tantas oficinas e tantas atividades impediram a sua presença, mas sei, e queria contar com a presença, na sua terra, porque o Brasil, o Senado e o Brasil sabem que V. Exa. foi o autor, em outras tantas proposições, do requerimento que criou, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, criou, em 2007, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. Então o senhor é protagonista--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que era provisória e V. Exa. aprovou para se tornar permanente. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu que agradeço, Senador Paim.

Coloco para apreciação o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim que requer a realização de diligência na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul com vistas a tratar das questões atinentes às políticas nacionais para juventude, bem como os seus reflexos no Rio Grande do Sul.

Coloco--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na verdade, eu estou pedindo aqui, com toda franqueza, uma autorização, a possibilidade para que eu possa representar esta comissão, e sei que se depender de V. Exa., do Senador Cristovam e dessa comissão não haverá problema nenhum, sobre um grande encontro que teremos no Rio Grande do Sul para discutir políticas para a juventude.

Nós já tivemos aqui com eles numa audiência com a Presidente Sarney, pedindo para que se vote, com rapidez, a PEC da juventude. A PEC da juventude deverá ser votada no plenário, entendo eu, no máximo, no máximo, até março ou abril, e, quem sabe, a gente já possa estar lá no Rio Grande, nesse evento, falando que congresso aprovou o PEC da juventude tão aclamada, tão querida pela juventude brasileira, como um instrumento de valorizar e melhorar a qualidade da vida de toda a nossa juventude. Por isso eu coloquei o termo, a diligência.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sem dúvida, uma importante iniciativa.

Coloco em votação o requerimento de autoria d Senador Paulo Paim, para que V. Exa. possa representar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em evento a se realizar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que trata das políticas atinentes à juventude brasileira, especialmente a luta pela aprovação da PEC da juventude.

Sras. e Srs. Senadores que concordam com o teor do requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu ainda queria tomar a liberdade e fazer dois encaminhamentos: primeiro dizer que na discussão da situação dos índios Guarani, que eu chamo a nação Guarani, eu indiquei o nome de Pedro Ortaça.

Pedro Ortaça tem uma história bonita, é um cantor, como diz, pagiador(F), que foi lembrado, que o seu canto lembra os quarto troncos da cultura missioneira, onde ele fala que na hora que ele vai aos palcos do Brasil e da Europa falando da história do povo Guarani, ele faz como denuncia, como protesto, aponta para o futuro de um povo esquecido, explorado, mas cheio de encantos e essências. A música dele tem cheiro da terra colorada; essa música está nas universidades, nos centros culturais, nas escolas. Enfim, a sua letra de protesto hoje é contada em verso e em prosa no Brasil e no exterior.

Então eu pedi que no dia que a gente vá aqui debater a situação do povo Guarani do Mato Grosso, por iniciativa da Senadora, e candidata à Presidência

da República, Marina Silva, a gente também possa ter aqui o Pedro Ortaça. Esse, eu encaminharei à Mesa, enfim, o material para que ele seja convidado.

E, por fim, Sr. Presidente, a minha assessoria está batendo o requerimento, está quase pronto, eu queria que nós pudéssemos aprovar um requerimento para uma audiência, que eu entendo que é uma questão de direitos humanos, a questão das perícias médicas no Brasil e a questão das chamadas altas programadas.

Então, eu queria, se V. Exa. permitir, o requerimento está chegando nesse momento, eu quero repetir e insistir que isso, para mim, é uma questão de direitos humanos. Eu não estou discutindo esse ou aquele Projeto de Lei, é o tema Perícias Médicas no Brasil e as Altas Programadas. Que se realize uma Audiência Pública aqui na ótica dos direitos humanos.

Vou dar um exemplo, Sr. Presidente. Já teve dois funcionários meus, não vou dizer o ano, não importa, no momento, que morreram e estavam... Morreram, morreram! E estavam simplesmente tendo alta programada e com perícias médicas que não permitiam a eles, com doenças, ambos os casos, em estado quase terminal, e não tinham o direito a saber se estavam ou não afastado ou estavam aposentados.

Eu quero esse debate de forma muito fraternal e tranquila. É um problema antigo aqui no Brasil essa questão das perícias e também a questão das altas programadas. O cidadão está, às vezes, no hospital, acamado, e [ininteligível] sabe que recebeu alta. Aí tem que fazer nova perícia, se programar, aí fica meses sem receber.

Então eu quero fazer um debate, na linha construtiva, que entendo que isso é uma questão de vida, é uma questão de direitos humanos. Então, se V. Exa. concordar, nós botaríamos em votação o projeto com esse teor, e as pessoas a serem convidadas, os senadores poderiam indicar, inclusive em parceria com os próprios ministérios correspondentes à área.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, primeiro em relação à inclusão de convidado para Audiência Pública que vai tratar da situação do povo indígena Guarani será, evidentemente, acolhido pela comissão e o convite será feito.

Em relação ao requerimento que o senhor apresenta, que apenas chegará a essa comissão a formalização, para a realização de uma Audiência Pública para discutir a questão das altas programadas e realização de perícias médicas, creio que, pela relevância, e com esta comissão, diferentemente de outras que nós participamos, por ser a Comissão de Direitos Humanos, temos aqui, sem ferir o regimento, mas, sobretudo, cumprindo o nosso dever e o nosso papel, acolhido requerimentos com o teor, com o teor tão importante que o senhor agora apresenta, portanto, acolho o requerimento, agora apresentado, que apenas será protocolado aqui na secretaria da comissão, e coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que aprovam--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E se me permitir ainda, Sr. Presidente, eu coordeno, lá na Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão de Trabalho e Previdência. Eu vou propor lá que, inclusive, se faça essa audiência conjunta pela importância do tema, pelas preocupações, e, confesso, eu tenho falado muito na questão do Fórum Social Mundial. Eu participei de diversas oficinas e, tanto na oficina que participei do mundo do trabalho como na oficina que participei falando sobre a previdência, esse foi um dos temas – claro, além do fator e da recomposição dos benefícios – que mais me foi solicitado. E eu assumi o compromisso lá que traria esse debate aqui para o Senado e, no meu entendo, lá eu dizia que é uma questão de direitos humanos, é uma questão de direitos humanos. Se os senadores concordarem, eu, inclusive, vou fazer com que haja audiência conjunta com a Subcomissão de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais. [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sugiro, de fato, a V. Exa. a apresentação do requerimento no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, e também como membro, e [ininteligível] com V. Exa. naquela Comissão de Trabalho e Previdência, creio que é bastante oportuno tratar esse tema conjuntamente, Comissão de Direitos Humanos e a Subcomissão de Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais.

Coloco em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam, que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Demais itens da pauta necessitam de voto qualificado, ou seja, são projetos terminativos--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, antes que V. Exa. conclua--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): As matéria constantes da pauta serão transferidas para a próxima sessão. Concedo-lhe a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, deixa eu lhe fazer uma pergunta e a assessoria pode ajudar. Existe um projeto de minha autoria que V. Exa. é relator, o PL 487/2003. Deve ser terminativo, não é? *"Dispõe sobre vedações à contratação com órgãos e entidades da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indireta-*

mente, utilizem trabalho escravo na produção de bens ou serviços." Deve ser terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O que eu proporia, a exemplo do que fizemos em algumas comissões, se V. Exa. assim entender. Se V. Exa. entender que é o relator que deve ser num outro momento, a gente pode assim proceder. Que se V. Exa. achar que é possível, já é 12h11, V. Exa. poderia ler o relatório, e numa outra reunião, nós votaríamos, como é feito em inúmeras comissões. Ou se V. Exa., pela relevância, pela importância de um tema que V. Exa. é especialista, nós podemos deixar também para ler o relatório num outro momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu considero relevante a preocupação de V. Exa.. Inclusive tinha feito aqui um esforço durante a sessão, quando havia oito senadores e senadoras aqui na comissão, que pudéssemos convocar mais dois para que pudesse ter o quórum necessário, a aprovação. Infelizmente, não conseguimos êxito para que pudesse aprovar no dia de hoje.

Mas eu queria fazer a V. Exa., justamente pela importância, e que é importante fazer o debate quando da apresentação do relatório na próxima... sugerir que, na próxima quinta-feira, pudesse convocar a reunião ordinária da comissão para horário mais cedo, no início da manhã, e pudesse fazer um esforço concentrado na tentativa de apresentar o relatório e votar na próxima sessão. É a sugestão que eu faço para que possamos encaminhar dessa forma.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Há concordância total do senador, como autor da proposta. E quero, mais uma vez, cumprimentar V. Exa.. O seu relatório, inclusive aprimora. Construiu um substitutivo ampliando, inclusive, a fiscalização, a participação da sociedade, para que a gente possa, efetivamente, acabar com essa chaga do trabalho escravo no nosso País. Esse é mais um instrumento, não só ele, mas mais um instrumento, como, principalmente, a PEC, que V. Exa. tão bem defende, de acabar com o trabalho escravo.

A assessoria só lembra, Senador José Nery, e eu acato a recomendação deles que a Subcomissão de Assuntos Sociais, que eu sou presidente, é de Emprego e Previdência. Só esse detalhe.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paim, estou, então, sugerindo ao Presidente Cristovam Buarque que convoque a próxima sessão da Comissão de Direitos Humanos para o dia 10 de fevereiro, às 9h, quarta-feira, um pouco antes da realização da sessão que tratará do tema Trabalho Escravo, no plenário do Senado Federal, e eu creio que aprovando esse projeto de autoria de V. Exa. – fizemos um esforço para que fosse feito hoje, infelizmente não tivemos o quórum adequado –, que *"dispõe sobre vedações à contratação com órgãos e entidade da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços",* sem dúvida é muito relevante para coibir essa prática criminosa que se reproduz em nosso país, 122 anos após à abolição oficial da escravidão.

Também dizer que, nesse sentido, ganha força, em todas as entidades e movimentos ligados aos direitos humanos, a Campanha Nacional pela Aprovação da PEC 438, de 2001, de autoria do ex-Senador paraense Ademir Andrade, aprovado no Senado em dois turnos em 2001, aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados em 2004 e até agora aguarda votação em segundo turno, porque não há um acordo de líderes, porque os setores que, historicamente, se opuseram à mudança significativa na legislação para erradicar, combater, criminalizar o trabalho escravo, vêm criando um conjunto de dificuldades.

Nesse momento, está sendo retomada a mobilização social em torno da coleta de assinaturas em um abaixo-assinado que pretende reunir um milhão de assinaturas para ser entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e aos líderes partidários naquela Casa, solicitando urgência na votação e aprovação da PEC 438, de 2001.

Queremos entregar esse documento ao Presidente Michel Temer na data de 13 de maio de 2010, quando ali comemoraremos 122 anos da abolição oficial da escravidão, que, tristemente, ainda, sob novas formas, é reproduzida em nosso país e em várias partes do mundo.

Portanto, aprovar o projeto de lei de V. Exa. na próxima semana, justamente quando realizamos o encerramento das atividades da semana nacional, da Primeira Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo tem, ao mesmo tempo, um simbolismo e uma importância relevante e concreta, porque teremos mais um instrumento jurídico para combater essa chaga que tanto envergonha o Brasil e o mundo.

Por último, queria registrar, nessa comissão, a realização de um importante ato dos militantes da causa dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental que, às 19h de hoje, realizarão, em Belém do Pará, capital do meu Estado do Pará, realizarão um ato, uma vigília cívica, reunindo todos os movimentos sociais, personalidades que componham cometer Xingu Vivo para Sempre, para que possamos ali realizar um even-

to, questionando a licença prévia para a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Portanto, faço questão de registrar nessa comissão porque os direitos de agricultores indígenas quilombolas, população ribeirinha e das cidades próximas a Altamira, na região Xingu, serão afetados por essa decisão cuja licença prévia foi expedida pelo IBAMA na última segunda-feira, e desde lá vem provocando uma onda de protestos, de manifestações, questionando o fato de ter sido oferecido uma licença prévia estabelecendo 40 condicionalidades, condições, exigências, para o que projeto seja implementado.

Esse é o registro que eu faço em nome de todos aqueles que compõem e lutam para que o Xingu, para que o povo daquela região não seja vítima de mais um grande projeto nessa visão megalomaníaca que acha que os grandes projetos é a solução para o desenvolvimento da Amazônia, e, na verdade, eles têm significado opressão, violência e negação dos direitos humanos dessas pessoas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu quero só participar dessa conversa com V. Exa. na ótica do meio ambiente, se me permitir. Que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, sofreu recentemente com as chuvas, enchentes que levaram à morte oito pessoas. Cidades foram destruídas. Eu estive visitando alguma das cidades, o desespero é enorme tanto dos moradores da área urbana como da área rural.

Ainda no dia de hoje, eu recebi um vasto material de cidades que tiveram prejuízos que ultrapassam, uma única cidade de seis a sete milhões. Para lhe dar um exemplo de uma cidade que eu recebi as fotografias de hoje, tinha um rio, e ali foi fotografado, quando me mostraram eu achei que fosse uma estrada cheia de pedras. Mas sabe o que é que era? Sobre as águas estavam frangos mortos, milhares de francos mortos, porque foram destruídos aviários na região e ali estavam os frangos boiando sobre a água.

Essa preocupação que V. Exa. demonstra com esse ato simbólico que aqui anuncia tem fazer com que a gente reflita essa questão do meio ambiente. O que aconteceu no Haiti tem a ver com a questão do meio ambiente. Hoje, ontem, em Porto Alegre, o calor estava acima de 40 graus. Nunca eu vi isso em Porto Alegre. Então, num momento, uma chuva torrencial destruindo, matando animais, destruindo plantações, ceifando vidas, e dali uns meses um sol torrencial que ultrapassa a 40 graus e que eu vi, inclusive, um apresentador de um programa de televisão, ele sempre... foi o ex-jogador Batista do Colorado, do Inter, desmaiou, naquele momento, devido ao calor que se encontra nesse momento lá no Rio Grande.

Enfim, eu acho o que país, nós todos, e a nível internacional temos obrigação de, cada vez mais, aprofundar o debate sobre o meio ambiente. Nós estamos destruindo o planeta e, consequentemente, destruindo as vidas. Por isso esse gesto, que vai acontecer hoje lá no Pará, às 19h, tem essa simbologia. Não é especificamente uma ou outra usina, é a simbologia da defesa do meio ambiente. E veja que os ativistas, nessa área, vêm denunciando isso há muito tempo, e ninguém dava a mínima atenção.

Está aí o resultado, e a crise nessa área vai aprofundar se medidas urgentes não forem tomadas. Cumprimento V. Exa. pelo registro que faz em defesa do planeta, quando fala do meio ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço a manifestação de V. Exa.. E digo com toda certeza: hoje será o momento muito importante que o Pará vai presenciar, tal qual aquelas imporantes vigílias que temos feito aqui no Senado em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas.

O Comitê Xingu Vivo para Sempre caminhará pelas ruas de Belém, à partir das 19h, saindo da Igreja Matriz de Nossa Senhora, a Basílica de Nazaré, no centro de Belém, rumo à sede do IBAMA, com velas acesas, numa vigília para alertar para os prejuízos incalculáveis, imensuráveis, se não forem atendidas as exigências legais, constitucionais em relação a um projeto de uma hidrelétrica, como a Belo Monte, que, segundo vários estudos especialistas da comunidade cientifica nacional, demonstram a incompatibilidade e a insensatez de persistir em um empreendimento... É a maior obra do PAC, que consumirá algo em torno de 20 bilhões de reais. No entanto, há 30 anos o povo do Xingu, as comunidades do Xingu, inclusive lideradas, em grande parte, por Dom Erwin Klauter, Bispo da Diocese do Xingu, que, inclusive, está aqui em Brasília, e viria a esta comissão, nos faria uma visita nesta comissão no dia de hoje, porém está numa reunião no Conselho Indigenista Missionário e do movimento dos atingidos por barragens aqui, em Brasília, teve reunião com o IBAMA, com a Procuradora da República Dra. Débora Duprat, para tratar, exatamente, dessa questão.

Portanto, hoje, Belém fará esse ato simbólico em prol da vida, da garantia não só da fauna e da flora, da garantia da vida às pessoas naquela região.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, me permita ainda, questão da justiça e de solidariedade. Eu estou aproveitando esse momento para gente falar um pouco de forma quase que, eu diria, global em questão do meio ambiente.

Olha, São Paulo se encontra há praticamente 50 dias sob uma chuva torrencial, eu tenho visto, nos programas de televisão, cidades inundadas, as pesso-

as que morreram. E não tem como não lembrar aqui no caso do Rio de Janeiro, também, de Angra, onde tantas pessoas perderam a vida porque fazem investimento entre a praia e a montanha. A montanha desliza e as pessoas perdem a vida. Podíamos lembrar o que aconteceu em Santa Catarina, não preciso repetir aqui que o Rio Grande do Sul e a terceira vez já de um desastre como que vem acontecendo, devido a chuvas e depois uma seca torrencial.

Então esse cuidado com o meio ambiente nós temos que ter, sim, e por isso gestos como esses, eu estou tentando aqui lidar com uma dimensão, como é que poderia dizer? Internacional. Que quanto mais houver movimentos alertando a importância da defesa do meio ambiente, os homens e mulheres desse país vão pegando consciência de que temos que agir em defesa do planeta e, consequentemente, da vida.

Aqui, só lembrar aqui, a nossa solidariedade ao povo do Rio de Janeiro, e às famílias que perderam vidas lá, como em São Paulo, Rio Grande do Sul e também em Santa Catarina. Obrigado senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Senador Paulo Paim.

Queria, por último, antes de encerrar a sessão, registrar e agradecer a presença do Pastor Pedro Ribeiro, Deputado Federal pelo PR do Ceará, que acompanhou a reunião da nossa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agradecer a presença de V. Exa., que esteve aqui, sobretudo eu creio que com muito interesse, acompanhando a votação de Projeto de Lei de autoria da conterrânea Senadora Patrícia Saboya. Portanto, agradeço a presença de V. Exa..

Não havendo mais assunto a tratar, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h25.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador **(José Nery),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores **Senadores Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, Papaléo Paes e Jefferson Praia. O Senador Cristovam Buarque justifica a ausência**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. **(REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 1.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009,** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher). Autoria: Deputada Alice Portugal. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a emenda nº1. Resultado: **Adiado**. **Item 2.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2008,** que acresce parágrafos ao art. 120 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dispõe sobre a supervisão da autoridade judiciária nas atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades sócioeducativas com adolescente em regime de semi-liberdade). Autoria: Deputado Antonio Carlos Biscaia. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado**. **Item 3.** Não Terminativo. **Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2005**, que altera as Leis nºs 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença, e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do Planejamento Familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Papaléo Paes. Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara, manutenção do texto do PLS nº 34/2005, destaque e aprovação do inciso V, do artigo 4º da Lei nº 10289, de 20 de setembro de 2001, conforme texto consolidado que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 4.** Não Terminativo. **Aviso nº 53, de 2009,** que encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 003.815, de 2009-4, sobre o relatório de monitoramento de auditoria tendo como objeto o Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente – SPDCA, unidade vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República. Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **adiado**. **Item 5.** Não Terminativo. **Sugestão nº 2, de 2008**, que requer a alteração da legislação de trânsito para que seja restringida a "realização de provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em

via aberta à circulação, avaliando a possibilidade de obrigar aos organizadores a contratar assessoria técnica em segurança de entidades com competência, tais como autódromos, especialmente quanto à ambulância, bombeiros, contenções de distância do público etc., assim como, seja dada preferência à sua realização em autódromos ou pistas oficiais, construídos para esse fim, com respeito às pertinentes normas de segurança aos participantes e platéia". Autoria: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **adiado. Item 6.** Não Terminativo. **Oficio "S" nº 5, de 2009**, que encaminha ao Senado Federal expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Paulo Duque. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **adiado. Item 7.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007**, que altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria.Resultado: **adiado. Item 8.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2009**, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais de crianças e adolescentes apadrinhados, mediante doação a instituições assistenciais de utilidade pública, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria.Resultado: **adiado. Item 9.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2009**, que concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 10.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria com Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 11.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2009**, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7. 713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir na isenção do imposto de renda, a condição de pessoa com deficiência, entre as alterações de saúde e doenças que dão direito aos benefícios de que tratam.Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria na foram da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) e a Subemenda que apresenta. Resultado: **adiado. Item 12.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009,** que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 13.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004,** que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 (Substitutivo) que apresenta. Resultado: **adiado. Item 14.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 15.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008,** que modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumpri-

mento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias. Autoria: Senador Romeu Tuma Relatoria: Senador Paulo Paim Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 16.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008,** que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 17.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2009,** que altera a Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 18.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006**, que dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE, que apresenta. Resultado: **adiado. Item 19.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 2 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 20.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 01/2008-CE e aprovação da Emenda nº 02/2008-CE e inclusão de outras duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado. Item 21.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2007**, que altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 22.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, DE 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socio-educativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 23.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003**, que dispõe sobre vedações à contratação com órgãos e entidade da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador José Nery. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 01 – CCJ e a Subemenda nº 01 que apresenta. Resultado: **adiado. EXTRAPAUTA. Item 1. Requerimento nº 11-CDH, de 2010**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para discutir a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados *Dekasseguis* – brasileiros descendentes nipônicos que vão trabalhar no Japão. Autoria: Senadores Flávio Arns, Jefferson Praia, Paulo Paim e José Nery. Resultado: **Aprovado. Item 02. Requerimento nº 12-CDH, de 2010**, de aditamento ao Requerimento nº 5-CDH, de 2010, que requer sejam convidadas as seguintes autoridades para participarem da Audiência Pública que debaterá o Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH3: representante do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos – FNDH e representante da Articulação de Mulheres Brasileira – AMB. Autoria: Senadora Fátima Cleide e Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 03. Requerimento nº 13-CDH, de 2010**, requer aditamento aos Requerimentos nºs 01 e 02-CDH, que tratam de realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, no sentido de que seja convidado o Pastor Abner Ferreira, da Igreja Assembléia de Deus do Ministério Fama, no Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de expositor. Autoria: Senadores Jayme Campos e Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 04. Requerimento nº 14-CDH, de 2010**, que requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente em De-

fesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com vistas a discutir os reflexos da Aposentadoria Especial, Periculosidade e Insalubridade na saúde e qualidade de vida do trabalhador. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 05. Requerimento nº 15-CDH, de 2010**, requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com vistas a discutir questões referentes às Estruturas Sindicais no Brasil envolvendo Sindicatos, Centrais e Confederações com reflexos na vida do Trabalhador. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e José Nery. O Senhor Presidente, Senador José Nery, não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Eu vou solicitar a V. Exa. que, se puder, inclua dois requerimentos de minha autoria, para audiência pública.

Um deles visa, me precavendo já, porque eu sei que o Supremo Tribunal Federal está querendo revogar uma decisão dessa Casa na regulamentação das centrais sindicais, por provocação, se eu não me engano, do Partido dos Democratas. Então eu estou entrando com um pedido de audiência pública para a gente discutir a estrutura sindical no Brasil, me precavendo daquilo que pode acontecer.

E o outro requerimento visa discutir, e ambos requerimentos eu faço parceria Direitos Humanos e Comissão de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais, o mesmo requerimento eu estou encaminhando lá.

E o outro requerimento visa discutir a questão da perícia, a insalubridade, aposentadorias especiais, com reflexo na vida do trabalhador.

Então, ambos requerimentos seriam em parceria com a Comissão de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais, que eu coordeno lá a Subcomissão.

Então, esses dois requerimentos, estou propondo que V. Exa. coloque extrapauta, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Em discussão, extrapauta, os requerimentos solicitados pelo Senador Paim, bem como do Senador Jayme Campos, Senador Flávio Arns e Senadora Fátima Cleide.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Como não há discussão, aprovada a inclusão extrapauta.

Vamos à leitura dos requerimentos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu queria em primeiro lugar--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não, Sr. Presidente... Olha, estou acostumado a chamá-lo de Presidente na Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, Presidente. Eu quero cumprimentar V. Exa., me permite antes mesmo, da importância da sessão do Senado hoje à tarde.

Como eu tenho que estar no Rio Grande do Sul, estou viajando às 13 horas com o Ministro Tarso, para uma atividade em Porto Alegre, dos 30 anos do Partido dos Trabalhadores, eu não poderia estar, mas ontem já falei sobre o tema, fiz um pronunciamento, quero mais uma vez cumprimentar V. Exa., falava para a minha assessoria: "Ah, mas a PEC é do Senador José Nery." Digo: "A PEC não é do Senador José Nery, é do ex-Senador Ademir Andrade, mas ele é que lidera essa causa, dentro do Congresso e na sociedade brasileira."

Então, eu acho que é de vossa autoria, sim, a liderança desse importante movimento em todo o país, no combate ao trabalho escravo. Eu duvido que tenha um homem de bem que não seja a favor da causa que V. Exa. lidera, e eu sou seu seguidor, que é o combate permanente ao trabalho escravo.

Nós, que falamos tanto da liberdade, do fim da escravidão, vemos que hoje, depois de século e tantos anos passados, estarmos ainda discutindo o combate ao trabalho escravo.

Então, eu faço questão de dar esse pequeno depoimento, mas é fruto de um depoimento que eu

fiz ontem lá no Plenário do Senado, cumprimentando V. Exa., que está liderando, eu quero caminhar junto com V. Exa. no combate ao trabalho escravo. Parabéns a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, na verdade, e a bem da verdade, agradecer a V. Exa., mas o Brasil todo sabe, esta Casa sabe, a Comissão de Direitos Humanos sabe, do protagonismo de V. Exa. ao propor aqui, quando Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a criação da Comissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo e, na verdade, por ser o meu Estado um dos que são vítimas da situação de trabalho escravo no Brasil, liderando ainda todas as estatísticas da libertação de trabalhadores nessa condição.

Foi V. Exa. que propôs aqui e trabalhou para que eu pudesse, ao chegar ao Senado, em 2007, assumir a tarefa de coordenar e presidir a subcomissão temporária, depois transformada em comissão permanente. Portanto, V. Exa. que é o líder dessa questão, porque trouxe para esta comissão o debate, fazendo com que o tema trabalho escravo tenha um lugar na agenda política do país, no sentido de trabalharmos para sua extinção.

E a sessão de hoje à tarde, no horário do expediente, tem justamente o sentido de marcar o dia e a Semana de Combate ao Trabalho Escravo, dia 28 de janeiro, em homenagem aos auditores fiscais do trabalho, e os motoristas do Ministério do Trabalho assassinados na chamada "chacina de Unaí", em Minas Gerais, e essa sessão de hoje tem esse sentido.

Já temos a presença confirmada do Ministro Paulo Vannuchi e de um conjunto de entidades que estão na Comissão Nacional de Erradicação e Combate ao Trabalho Escravo no Brasil, e um número significativo de senadores e senadoras inscritos para participar da audiência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, eu quero fazer um pedido aqui de público para V. Exa. se puder justificar de público a minha não presença, eu lhe confesso que estou indo a Porto Alegre por dois motivos: tenho uma filha minha que se opera hoje à tarde, inclusive conversei com o médico, já que a operação poderia ter sido ontem, e ele entendeu que poderia ser hoje, então eu estou indo para essa operação, e também uma atividade à noite. Somente por isso que eu não estou com V. Exa. no Plenário do Senado na tarde de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu justificarei a ausência de V. Exa. e, inclusive, agradecer de público o seu empenho para que o nosso requerimento fosse votado no Plenário do Senado na quinta-feira passada, não estar presente, V. Exa. além de ser subscritor do requerimento, junto comigo, trabalhou para que ele fosse aprovado no momento adequado, para que possamos hoje realizar essa sessão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me comprometo com V. Exa. que provavelmente nesse horário eu já vou estar no hospital, e vou estar na TV Senado de longe dando todo apoio à sessão histórica que será hoje à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado.

Vamos à apresentação e discussão dos requerimentos extrapauta.

De autoria do Senador Flávio Arns. "Requer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, p*ropõe, com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados dekasseguis brasileiros, descendentes nipônicos, que vão trabalhar no Japão. Indico como convidado, o representante do Ministério de Relações Exteriores, o Juiz de Direito, que enquanto advogado atuou em defesa dessas famílias abandonadas, o Exmo. Sr. Rodrigo Melo Oliveira; o Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil, AFAD-Brasil, Sr. Djalma Straube; e a Sra. Aparecida Margarete dos Santos Caiaque, representando as famílias*."

Em discussão o presente requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para discutir, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só dar um depoimento rápido. Eu, quando Deputado Federal, teve uma missão aqui no Congresso Nacional e eu fui indicado para representar, naquele momento, as duas Casas, para ver a situação dos dekasseguis no Japão. Eram milhares que se deslocavam para lá ganhando um salário, digamos, gratificante.

Eu fui em nome do Congresso, foi alguém ligado aos movimentos sociais, foi empresários, foram representantes dos direitos humanos, e lá percebemos, já naquela época, do pleno emprego, a situação delicada dos brasileiros descendentes de japoneses.

Nesse momento, da crise internacional e com o desemprego, eu não tenho nenhuma dúvida que a iniciativa do Senador Flávio Arns veio na hora certa.

Nós temos que discutir, porque a situação desses homens e mulheres brasileiros, descendentes de japoneses, que se encontram lá, deve ser muito difícil.

Aquele tempo já não era fácil, mas viviam lá numa situação, digamos, não muito boa, devido ao que recebiam, e mandavam o dinheiro, naturalmente, para seus familiares no Brasil. Então, acompanhei um pouco a vida deles.

Por isso, eu quero aqui, e fiz questão de assinar, e sei que V. Exa. também vai assinar, essa brilhante iniciativa do Senador Flávio Arns, aqui na Comissão de Direitos Humanos, para discutirmos a situação dos descendentes de japoneses, os brasileiros que foram lá trabalhar e estão agora numa situação de abandono.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Continua a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Jayme Campos: "*Requeiro, em aditamento aos Requerimentos 1 e 2, CDH, de 2010, que trata de realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o Projeto de Lei da Câmara, nº 122/2006, para que seja convidado o Pastor Abner Ferreira, da Igreja Assembleia de Deus do Ministério Fama, do Rio de Janeiro, na qualidade de expositor*."

Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só para concluir, digamos, o raciocínio em relação ao tema anterior, é tanto os que estão abandonados lá, como as famílias abandonadas aqui, porque de lá vinha o dinheiro para mantê-los.

Como eles ficaram numa situação desesperadora lá por devido ao desemprego, calculem as famílias que dependiam do dinheiro que eles remetiam do Japão para o Brasil.

Então, só para complementar a minha defesa do requerimento justo do Senador Flávio Arns. Esse requerimento também, acabei assinando aqui pela não presença do Senador Jayme Campos, porque entendo que é mais do que justo.

Vamos discutir exaustivamente esse projeto, todos têm direito a falar aqui, o Pastor da Assembleia de Deus Ministério da Fama, o Senador Jayme Campos propõe que ele também seja ouvido. Eu assino esse requerimento, como assinarei todos os outros requerimentos para essa audiência pública que já está definida, e aprovado o requerimento, para que todos, todos, seja da CNBB, seja da igreja evangélica, seja das religiões de matriz africana, sejam aqueles que defendem as entidades da livre orientação sexual, possam fazer o debate desse PL.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não havendo discussão, coloco em votação o requerimento de autoria do Senador Jayme Campos. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de autoria da Senadora Fátima Cleide. "*Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidadas as seguintes autoridades para participarem da audiência pública que vai debater o Plano Nacional de Direitos Humanos, PNDH 3, conforme requerimento nº 05/2010, de autoria do Senador José Nery, aprovado por essa Comissão: um representante do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos; um representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, AMB*."

Em discussão.

Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu quero fazer uma fala rápida, porque ontem a Comissão de Economia derrubou um projeto de nossa autoria, que era a tributação da grandes fortunas. Não vou fazer debate sobre o tema aqui, mas no Plano Nacional dos Direitos Humanos, trata também dessa questão, trata da questão das grandes fortunas.

Por isso, é mais do que justo, é mais do que elogiável a sua iniciativa de trazer esse debate aqui para a Comissão de Direitos Humanos, sobre esse tema e, naturalmente, agora com mais duas entidades indicadas pela Senadora Fátima Cleide.

Eu chego a dizer, se me permitir, pegando uma carona nesse requerimento, seria bom que a gente chamasse para esse debate os representantes dos movimentos sociais vinculados ao movimento sindical.

Se puder inserir aqui, já que eu sou signatário, que a gente também chamasse para esse debate centrais e confederações, nem que seja um ou dois representantes, de centrais sindicais, de trabalhadores e de confederações.

Que o tema, de fato, é rico, nós queremos discutir exaustivamente, já que o decreto, no nosso entendimento, tem apontado a importância dos direitos humanos no Brasil. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Acolhemos, conforme requer V. Exa., a inclusão no requerimento de autoria da Senadora Fátima Cleide, o convite para representação das centrais sindicais--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E confederações.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --e confederações de trabalhadores de vários setores do país.

Lembrando, Senador Paim, que o requerimento aprovado, na verdade, trata de um ciclo de audiências, que significa que teremos vários temas que compõem

o Plano Nacional de Direitos Humanos e, evidentemente, elegeremos alguns temas prioritários para trazer ao debate nessa comissão.

E é, portanto, muito justo que um importante setor organizado da sociedade brasileira, os trabalhadores e suas confederações e centrais sindicais também se façam presentes nesse debate tão importante no aprimoramento da luta em defesa dos direitos humanos em nosso país.

E o Programa Nacional de Direitos Humanos é uma expressão de todas essas lutas. Portanto, me somo a essa iniciativa de V. Exa., dizendo que acho fundamental a participação do movimento sindical nesse debate.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim. "*Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com vistas a discutir os reflexos da aposentaria social, periculosidade, e insalubridade na saúde e qualidade de vida do trabalhador. Para tanto, gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria comissão*."

Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, bem rápido, só dizer que eu trago o debate a esse tema e, claro, faço vínculo à Subcomissão que presido, mas acho que é também uma questão de direitos humanos, de trabalho e previdência, vou ver se hoje, no dia de hoje, aprovamos ainda lá na Mesa a Comissão, porque eu entendo que a questão das aposentarias especiais está levando a um desespero grande por parte dos trabalhadores que estão perdendo esse direito, e trabalham em áreas consideradas de alto risco.

Ao mesmo tempo, o adicional de insalubridade, uma decisão da justiça, diz que ele não pode ser mais calculado sobre o salário mínimo. Não pode ser calculado sobre o salário mínimo, se a gente pede, então, que calcule sobre a remuneração do trabalhador, eles dizem também que não; se a gente fala que calcule, então, sobre o piso da categoria, eles dizem também que não. Então, que adicional de insalubridade é esse que eu não tenho nenhum parâmetro mais como referência?

Apresentamos já projetos de lei nesse sentido, inclusive um deles elaborado pela ANAMATRA, Associação Nacional de Juízes do Trabalho, e queremos achar um caminho para resolver a questão das aposentarias especiais, e também dos adicionais.

Esse seria o debate que faríamos com a presença de especialistas na área, indicados por essa Comissão, no momento adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não havendo quem mais queira discutir, coloco em votação o requerimento do Senador Paim. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento também de autoria do Senador Paulo Paim. "*Com fundamento no disposto do art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com art. 90 e inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com vistas a discutir questões referentes às estruturas sindicais no Brasil, envolvendo sindicatos, centrais de confederações, com reflexo na vida do trabalhador*. *Para tanto, gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão*."

Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu, no início, comentava com V. Exa., que me preocupa essa posição agora do Supremo Tribunal Federal de querer revogar uma decisão soberana dessa Casa, inclusive que fui relator, que foi a regulamentação das centrais sindicais.

Eu fui relator, Senador Dornelles foi o outro relator, na outra comissão, e a Senadora Lúcia Vânia; o projeto foi aprovado por unanimidade nas duas Casas, veio da Câmara para cá, nós fizemos substitutivo, tiramos tudo aquilo que poderia ser considerado inconstitucional, volta para a Câmara e a Câmara aprovada o substitutivo que elaboramos, o Presidente Lula sanciona, e não entendemos por que, nessa ação que está agora no Supremo, o direito é livre, não estou contestando, o direito de entrar, está tendo guarida já com três votos a dois.

E por isso, me precavendo, é que eu estou querendo discutir, no momento adequado, aqui, agora, aprovar o requerimento, a questão da estrutura da questão sindical no Brasil, principalmente naquilo que se refere a centrais, confederações, federações e sindicatos.

Aqui no requerimento faltou a palavra *federação*. Se pudermos botar ali, envolvendo, na verdade as *centrais, confederações, federações, sindicatos* e ainda *estrutura para o local de trabalho*. Mas se botarmos já *confederações e federações*, contempla, eles seriam convidados para discutir.

Eu vi um outro dia mesmo, que tramita aqui na Casa, um projeto de lei, e correto o projeto, tem todo meu apoio, que toda empresa com 200 empregados tem que ter um delegado de fábrica com estabilidade no emprego.

Esse é um tema que podemos aproveitar também e discutir nesse momento e, de novo, eu faço em parceria Direitos Humanos, porque vai tratar da vida do trabalhador com a Comissão de Trabalho, de Previdência e Emprego da Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paim, para um rápido comentário, sinceramente há uma inversão completa do papel, atribuições dos Poderes da República. Vem se manifestando sob as mais variadas formas uma invasão de competência entre os poderes. E o Supremo Tribunal Federal está se especializando nessa direção.

Portanto, acho que o Congresso precisa reagir, a sociedade, a legitimidade de questionar qualquer lei, qualquer decisão, pode ser feito. O problema é quando esses questionamentos partem de setores que historicamente se asseguram com ideias ultrapassadas, conservadoras, e o Supremo tem dado guarida a isso.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até contribuindo, me permitir, com V. Exa., a proibição de centrais sindicais é do tempo da ditadura. As centrais que existiam na época, inclusive a CGT, V. Exa. lembra, foi caçada, foram torturados, alguns desapareceram, mas no pleno estado democrático de direito, mais de 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte, o Supremo não querer a legalidade das centrais, não dá para entender. Qualquer país do mundo as centrais são legalizadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para o Supremo avançar nesse tema, ele tem primeiro que revogar dispositivo constitucional que assegura liberdade e autonomia sindical. Eles revoguem isso, depois tomem as medidas que quiserem.

Eu tendo a concordar com a opinião, inclusive de um importante ministro do Supremo, que há poucos dias, Ministro Marco Aurélio, criticou o que ele chamou, não sou eu que estou dizendo, do que ele chamou de "a ditadura do Supremo na sociedade brasileira", dito pelo Ministro Marco Aurélio Melo.

Então, oportuno o debate sobre direito a livre, organização sindical, a estrutura sindical, independente do Estado, só deve interferir, isso no caso do Judiciário, se ilegalidade estiver sendo cometida, mas uma lei aprovada de forma consensual--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E por unanimidade. Todos os Setores da Sociedade, ninguém foi contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E por unidade. O Congresso Nacional, o Supremo não pode dar guarida a esse tipo de questionamento, a meu ver, inconstitucional.

Portanto, coloco em votação o presente requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador José Nery, só uma frase, eu sei que temos que ir para outra comissão já, eu quero ir com V. Exa., pra Assuntos Sociais, eu noto que às vezes o Supremo diz o seguinte: "Não, nós vamos tomar uma posição, vamos decidir, vamos legislar, porque o Congresso não fez sua parte." Quando o Supremo faz, ele quer revogar a decisão do Congresso.

Então, nos criticam por não fazer e nos criticam por fazer, não dá para entender.

Essa redação da legalização das centrais sindicais teve apoio do executivo, do legislativo, dos empresários, de todos os trabalhadores, todos que conseguiram o entendimento, e de todos os partidos aqui na Casa, porque todos votaram a favor.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Coloco em votação o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim. Os senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Tendo em vista, não haver número regimental para aprovação, mesmo que em caráter não terminativo, ou projetos de caráter terminativo, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h48.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador **(Cristovam Buarque),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores **Senadores Paulo Paim, Patrícia Saboya, José Nery, Gerson Camata, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Flávio Arns, Cristovam Buarque, João Pedro, Serys Slhessarenko, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Mão Santa, Papaléo Paes e Jefferson Praia.** Dei-

xam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. **(REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 1.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009,** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher). Autoria: Deputada Alice Portugal. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01. Resultado: **Adiado**. **Item 2.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2008,** que acresce parágrafos ao art. 120 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dispõe sobre a supervisão da autoridade judiciária nas atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades sócioeducativas com adolescente em regime de semi-liberdade). Autoria: Deputado Antonio Carlos Biscaia. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado**. **Item 3**. Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 104, de 2003**, que "assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências". Autoria: Deputada Sandra Rosado e outros. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Pela Rejeição da Matéria. Resultado: **Adiado**. **Item 4**. Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 116, de 2009**, que acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual. Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela Aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 5.** Não Terminativo. **Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2005**, que altera as Leis nºs 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença, e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do Planejamento Familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Papaléo Paes. Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara, manutenção do texto do PLS nº 34/2005, destaque e aprovação do inciso V, do artigo 4º da Lei nº 10289, de 20 de setembro de 2001, conforme texto consolidado que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 6.** Não Terminativo. **Aviso nº 53, de 2009,** que encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 003.815, de 2009-4, sobre o relatório de monitoramento de auditoria tendo como objeto o Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente – SPDCA, unidade vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República. Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado**. **Item 7.** Não Terminativo. **Sugestão nº 2, de 2008**, que requer a alteração da legislação de trânsito para que seja restringida a "realização de provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, avaliando a possibilidade de obrigar aos organizadores a contratar assessoria técnica em segurança de entidades com competência, tais como autódromos, especialmente quanto à ambulância, bombeiros, contenções de distância do público etc., assim como, seja dada preferência à sua realização em autódromos ou pistas oficiais, construídos para esse fim, com respeito às pertinentes normas de segurança aos participantes e platéia". Autoria: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 8.** Não Terminativo. **Oficio "S" nº 5, de 2009**, que encaminha ao Senado Federal expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Paulo Duque. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **adiado. Item 9.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007**, que altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 10.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2009**, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais de crianças e adolescentes apadrinhados, mediante doação a instituições assistenciais de utilidade pública, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Autoria: Senador Jefferson Praia. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatoria ***ad hoc*** do

Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 11.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2009**, que concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 12.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria com Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 13.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2009**, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7. 713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir na isenção do imposto de renda, a condição de pessoa com deficiência, entre as alterações de saúde e doenças que dão direito aos benefícios de que tratam. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria na foram da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) e a Subemenda que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 14.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009,** que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 15.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004,** que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 (Substitutivo) que apresenta. Resultado: **adiado. Item 16.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 17.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008,** que modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias. Autoria: Senador Romeu Tuma Relatoria: Senador Paulo Paim Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 18.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008,** que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 19.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2009,** que altera a Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 20.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006**, que dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE, que apresenta. Resultado: **adiado. Item 21.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 2 que apresenta. Resultado: **adiado. Item**

22. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 01/2008-CE e aprovação da Emenda nº 02/2008-CE e inclusão de outras duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado. Item 23.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2007**, que altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 24.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, DE 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socio-educativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 25.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003**, que dispõe sobre vedações à contratação com órgãos e entidade da Administração Pública, à concessão de incentivos fiscais e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador José Nery. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 01 – CCJ e a Subemenda nº 01 que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 26.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 412**, de 2008, que "altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatório: Pela Aprovação da matéria. **Resultado: Adiado**. **EXTRAPAUTA. Item 1. Requerimento nº 16-CDH, de 2010**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a discutir as políticas públicas para a Juventude, num processo de socialização e inclusão. Devendo serem convidados o Deputado Reginaldo Lopes, o Deputado Lobbe Neto, a Deputada Manuela D'Avila, Maurício Piccin, Secretário da Juventude PT/RS, Augusto Chagas, Presidente da UNE – União Nacional dos Estudantes, Davi Barros, Presidente do Conselho Nacional da Juventude, Beto Cure, Secretário Nacional da Juventude e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado**. **Item 2. Requerimento nº 17-CDH, de 2010**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em data a ser marcada posteriormente, para debater e comemorar os 100 Anos da Política Indigenista, iniciada em 1910 pelo Marechal Rondon. O requerimento sugere que sejam convidadas para participar dos debates as seguintes autoridades: Sr. Márcio Meira, Presidente da FUNAI – Fundação Nacional do Índio; Dom Erwin Käutler – Presidente do Conselho Missionário Indigenista, Bispo da Prelazim do Xingu; Sr. Manoel Uilton santos – Tuxá – Coordenador-Geral da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Autoria : Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado. Item 3. Requerimento nº 18-CDH, de 2010**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objeto do Requerimento 05/2010-CDH, destinado a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conforme requerimentos 03/2010 – CMA, 01/2010 – CRA, 05/2010 – CRE e 02/2010 – CCT, já aprovados nas respectivas comissões". Autoria: Senadora Fátima Cleide e Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Jefferson Praia, Rosalba Ciarlini. Às onze horas e vinte e seis minutos O Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Jefferson Praia. Às onze horas e vinte e sete minutos o Senhor Presidente Jefferson Praia devolve a Presidência ao Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Huma-

nos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Eu quero propor uma mudança da pauta, indo direto ao Item 10. Aproveitando a presença aqui do Senador Jefferson Praia, que é autor do projeto, e pedindo ao Senador Paulo Paim que seja relator *ad hoc*, tendo em vista que o Senador Osvaldo Sobrinho, que fez o relatório, já não está ocupando o cargo de senador. É o Projeto de Lei do Senado nº 378, não terminativo, *"que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais de crianças e adolescentes apadrinhados, mediante doações a instituições assistenciais de utilidade pública, para finais de cálculo do imposto de renda da pessoa física"*. Com a palavra o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, é com enorme satisfação que eu passo a ler o relatório elaborado pelo Senador Osvaldo Sobrinho, em que eu, aqui, vou atuar como relator *ad hoc*. Mas antes mesmo de começar a ler, senador, se me permitir, aproveitando a presença aqui do Senador Jefferson Praia, eu conversava com ele, gostaria de ter o aval de V. Exa. se for possível. Eu presido aqui a Subcomissão do Idoso, o Senador Quintanilha, que foi para uma outra missão do seu estado, era o vice-Presidente. Eu queria propor, se há um entendimento entre nós, que o Senador Jefferson Praia, que tem feito um trabalho excelente nessa questão de idoso e de aposentados e pensionistas, que ele pudesse substituí-lo como vice-Presidente dessa Subcomissão do Idoso, e faríamos nós três um trabalho em parceria aí. Tenho certeza que a contribuição do senador vai ser muito grande para esse setor da sociedade, que envolve hoje já diretamente 30 milhões de pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito satisfeito com a proposta, Senador Paim, de minha parte totalmente de acordo. Eu ponho em votação. Os que tiveram de acordo permaneçam como estão. Então, está decidida. Isso deve deixar satisfeito, o Sr. João Batista de Madeiros, que está aqui perto de nós, e que sempre está ligado em todos os aspectos relacionados aos idosos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele já se comprometeu a dar uma ajuda boa para ambos, não é? E nós vamos precisar, naturalmente, dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Há pouco eu conversava com ele, que ele faz aniversário, mais ou menos no mesmo momento que eu faço, 12 e 20 de fevereiro, e que hoje um amigo dizia: "Mas esse negócio de idade não afeta em nada, você continua jovem". Eu disse: "Claro, a gente continua jovem, mas consciente de que tem menos chance de ter mais tempo de jovem pela frente". Esse é o problema.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas continua jovem, me permita que eu diga--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua jovem, mas com a consciência dos números de juventude pela frente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma frase, senador, porque eu acho que é importante, só lembrando a questão da juventude e da idade. Morreu no dia 23 de janeiro, nós estávamos de recesso, um líder sindical, Tenorinho, 93 anos. Eu fiz uma homenagem a ele no Plenário, ele com 93 anos tinha um programa de rádio em São Paulo, que era assim, uma postura muito, muito firme em defesa dos trabalhadores. Foi exilado, voltou para o Brasil, um grande líder sindical. E por isso que a idade está, eu acho, que na cabeça da gente. E ele com 93 anos, eu me lembro dele do mesmo tempo que eu lembrei há 30 anos atrás. A idade está na cabeça.

Grande Tenorinho, grande Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aproveitando essas lembranças, eu quero dizer de uma entrevista recente do grande Niemeyer, que merecia estar escrito aqui como exemplo de luta pelos direitos humanos. Que perguntaram a ele, aos cento e poucos anos, se houvesse uma pílula da eternidade, da longevidade, se ele tomaria. E a resposta dele foi uma de uma grandeza imensa. Ele disse: "Tomaria se ela estivesse disponível para todos".

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ah, muito bem. Grande Cristovam. Gostei!

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Grande Niemeyer, não é?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Gostei desse exemplo que V. Exa. trouxe aqui ao Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que mais do que isso não pode chegar os direitos humanos: "Eu aceito viver mais, se todos pudessem viver mais também". Palavras do Niemeyer.

Bem, com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos ao relatório. Essa Comissão examina projeto do nobre Senador Jefferson Praia. É o Projeto 378, de 2009, que tem por finalidade modificar a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 95, *"que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências"*.

> "Para permitir que despesas realizadas em prol da educação de criança e adolescente, entre aspas, apadrinhados, mediante doação a

instituições assistenciais, de utilidade pública ou intermediação, dessas mesmas entidades, sejam dedutíveis – aí que é o grande lance da proposta – sejam dedutíveis do imposto de renda da pessoa física, que eu sou totalmente favorável.

Se aprovado o PLS 378, de 2009, só produzirá efeito a partir do 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for realizada a estimativa do montante da renúncia fiscal dele decorrente, e a inclusão dessa previsão do demonstrativo que acompanha o Projeto de Lei Orçamentário, nos termos do § 6º do art. 165 da nossa Constituição.

O ilustre autor da proposição justifica a iniciativa com fundamento na importância de conceder estímulos ao apadrinhamento de crianças e adolescentes para fins educativos.

A Legislação Tributária já admite a dedução de despesas com a educação de crianças e adolescentes pobres, dos quais o contribuinte tenha a guarda judicial, mas não contempla – e aí a proposta estende o apadrinhamento –, que é uma importante forma de solidariedade social.

Após a análise dessa comissão, o PLS 378, de 2009 será remetido ao exame da Comissão de Educação. Das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Econômicos. Cabendo a essa última, a decisão em caráter terminativo".

A análise. "Nos termos do art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a essa comissão opinar sobre a proposição em comento, no que diz respeito à proteção a infância e a juventude. O apadrinhamento que se pretende estimular é uma importante modalidade de favorecimento a educação de crianças e adolescentes carentes, que se constitui em condição indispensável para o exercício de sua cidadania e a plena realização de seu potencial humano. A formalização do apadrinhamento mediante a doação ou intermediação de instituições assistenciais declaradas de utilidade pública, é condição razoável para que as despesas realizadas possam ser deduzidas do imposto de renda a pagar. Sabemos, contudo, que o apadrinhamento informal é prática costumeira no Brasil, no que diz respeito ao custeio de despesas com educação de crianças e adolescentes pobres, e essa prática é extremamente salutar".

Pelo exposto, somos totalmente favoráveis a aprovação do Projeto 378, do nobre senador aqui ao nosso lado, Jefferson Praia.

E uma grande iniciativa, Sr. Presidente, quero dizer de minha parte, na linha da solidariedade, do compromisso; que a gente possa deduzir do imposto de renda as contribuições que a gente possa fazer na linha de garantir melhor qualidade de vida, eu diria, mediante a educação, para a criança e o adolescente.

Alguém me falou ontem no Plenário, Sr. Presidente, quero dar um gancho aqui, que deveríamos pensar em uma forma até de receber crianças do Haiti aqui no Brasil. Crianças, jovens, foi algo que eu vi levantado naquela sessão, tipo, fazendo estágio no campo da educação. E o seu projeto aponta nesse sentido, claro, nós estamos falando aqui do povo brasileiro, mas essa solidariedade, com todas as crianças e adolescentes, do Brasil e mesmo fora do Brasil; e nós podermos deduzir do imposto de renda o investimento feito, é uma grande iniciativa, só podia ser de um senador que hoje mesmo pediu para participar como vice-Presidente da Comissão do Idosos.

Alguém já disse, e eu repito, e faço isso em uma homenagem ao Senador Jefferson Praia, que pobre daquele país que não olhar para suas crianças e para seus idosos. E V. Exa. no dia de hoje, faz dois gols de placa, que é assumir a luta dos idosos, e ao mesmo tempo um projeto aqui para as nossas crianças e adolescentes. Meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo primeiro ao Senador Jefferson Praia e depois a senhora.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Serei breve, Sr. Presidente. Apenas agradecer as palavras do Senador Paim. E eu gostaria de relatar um pouco como surgiu essa ideia. Nós temos hoje no Brasil muitos jovens ainda, pessoas aí com seus 40, 50 anos, 30 e poucos anos que não casaram, não têm filhos. E em uma conversa com um desses jovens de quase 50, que é um amigo meu de longas datas, ele disse: "Jefferson, eu gostaria de apadrinhar uma criança, pagar a educação de uma criança, mas eu gostaria que isso fosse abatido no imposto de renda".

Portanto, esse projeto nasceu desta forma. Eu disse: "Rapaz, eu vou dar uma olhada, se não existir nada nesse sentido, você acaba de nos dar uma grande ideia". Que é aquela ideia em que pessoas que não têm

filhos, mas tem uma renda boa, ainda não se casaram, ou então são casados, mas não tem filhos, mas querem apadrinhar alguém, pagar as despesas educacionais de uma criança ou de um adolescente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria aqui de parabenizar o Senador Jefferson Praia, porque, na realidade, esse é um projeto que traz um grande... É de grande alcance social. No Brasil existem realmente muitos jovens, muitas crianças, que necessitam desse apadrinhamento. Ele aqui colocou que o projeto surgiu exatamente da conversa informal com uma pessoa que tendo condições, e não tendo filhos, gostaria de ajudar crianças carentes. Eu vejo isso como não somente aqueles que não têm filhos, Senador Jefferson, mas muitas famílias têm ao seu redor, muitas e muitas vezes, filhos de pessoas que trabalham na sua casa ou na sua empresa, e que, de certa forma, ajudam e gostariam até de ajudar muito mais. E que esse projeto de lei viria a incentivar esse apadrinhamento.

Nós temos muitos jovens com algumas aptidões, vocações naturais que deixam de ser aproveitadas porque não podem fazer um curso específico. Quando eu vejo isso na área de educação, é algo muito importante. Mesmo que seja um jovem carente, que está na escola pública, mas muitas vezes, ele por falta de um apoio para desenvolver alguma outra aptidão, deixa de ser um grande homem, uma grande mulher no futuro do Brasil.

Então, esse projeto, com certeza, vem de encontro ao apoio educacional, que é fundamental para as nossas crianças e os nossos jovens. Esse é o caminho: é criarmos todas as condições para que a sociedade tenha, possa exercer a sua responsabilidade social. Quantas e quantas vezes nós sabemos de fatos que deixam de receber um apoio maior, um incentivo maior, em função das dificuldades em justificar esse tipo de apadrinhamento.

Então, eu acho que é fundamental. Com isso, quero até, Senador Jefferson Praia, dizer que com a aprovação desse projeto, eu tenho certeza que ele não terminativo na comissão, deverá ir para outras comissões e ao Plenário, tem todo tramite a ser cumprido, mas vale a pena ampliar ainda mais a divulgação, de modo a que com a sua aprovação, seja lançada uma campanha de apadrinhamento.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Boa ideia.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós pensamos... O Senador Paim falou, inclusive, no fato, ontem nós tivemos aquela sessão de homenagem solene com relação às vítimas do terremoto do Haiti. São muitas crianças que estão... que perderam totalmente de seus pais, que precisam de um apoio. Mas aqui no nosso Brasil, em algumas regiões, nós também temos um pouquinho do Haiti. E nós queremos exatamente um projeto dessa natureza ir de encontro a essas regiões mais pobres, mais carentes, para apoiar e alavancar cada vez mais as oportunidades dos nossos jovens, das nossas crianças.

Com isso, o meu voto é mais do que favorável a aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, senadora.

Antes de por em votação, eu faço questão de dar a minha posição. Dizendo, senador, que é mais importante e eficiente esse incentivo ao padrinho, do que ao pai. Porque nós pais, além do amor temos obrigação de dar a educação aos filhos. Padrinho vem apenas por uma opção de relação de amor, então se justifica muito mais. Então, o seu projeto deveria, inclusive, ter sido o início do incentivo ao pagamento de educação particular. Devia ter se começado por isso anos trás. Eu fico feliz de ver, com seu projeto, tentarmos recuperar essa situação.

Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto, vai a Comissão de Educação e Economia (sic), onde será terminativa.

Eu passo agora, Senadora Rosalba, a dois projetos que a senhora é relatora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente. Eu ia, inclusive, pedir para fazer essa modificação na pauta, porque logo após nós teremos a sessão da Comissão de Assuntos Sociais, como V. Exa. sabe, eu sou Presidente, e os senhores também são membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, só para ficar registrado na Ata, eu pediria aos que estiverem de acordo permaneçam assim como estivessem. E foi aprovada a proposta do Senador Praia.

Passamos agora ao Item nº 6. O Item nº 6 é de iniciativa do Tribunal de Contas da União, *"que encaminhou ao Senado cópia do Acórdão proferido nos Autos do processo do Tribunal de Contas 003.815/2009-4, sobre o relatório de monitoramento de auditoria, tendo como objeto o Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, unidade vinculada a Secretaria Especial de Direitos Humanos"*. A Senadora Rosalba é a relatora, a quem eu passo a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): "O Acórdão encaminhado, preferido nos autos do processo nº TC 003.815/2009-4, traz notícia do acompanhamento efetuado pelo TCU relativo ao cumprimento de recomendações feitas por auditoria realizada em 2004, na execução do Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei.

O documento em análise foi examinado na Sessão Ordinária de 02 de setembro de 2009 pelo Plenário daquela Corte, tendo exarado voto como relator, vice-Presidente do Tribunal, Ministro Benjamin Zymler. O texto contém exame detalhado das ações desenvolvidas pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, subordinado a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão da Presidência da República.

A auditoria de 2003, ensejadora do relatório de monitoramento que motivou o documento enviado pelo TCU, constatou graves problemas na execução do programa destinado a acolher e reinserir o adolescente em conflito com a lei, entre os quais se destacam:

> Falta de política específica de atendimento ao adolescente em conflito com a lei;
>
> Baixo grau de articulação entre as esferas de governo, especialmente quanto à municipalização das ações;
>
> Integração deficiente entre as áreas de interesse do programa;
>
> Insuficiência de recursos humanos e materiais;
>
> Deficiência do sistema de informações; e
>
> Falta de indicadores de desempenho".

Esses foram os graves problemas que foram detectados pela auditoria de 2003, do Tribunal de Contas da União, com relação ao programa destinado a acolher e reinserir o adolescente em conflito com a lei.

> "Com a base em tal constatação, o TCU elaborou uma série de recomendações visando sanar a maior parte desses problemas, especialmente os de ordem técnica-operacional, como a urgência de que seja desenvolvida metodologia para a criação dos indicadores de desempenho. Há necessidade de dotação de recursos humanos e tecnológicos necessários para que a subsecretaria possa cumprir sua agenda de trabalho. E o estabelecimento de parcerias entre estados e municípios, para que as ações desenvolvidas obtenham de fato os resultados esperados.
>
> Além desta Comissão, receberam os resultados do monitoramento feito pelo TCU a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria Federal de Controle Interno da Presidência Da República, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão de Seguridade Social e Infância da Câmara dos Deputados".

Uma análise, Sr. Presidente. "Cumpre registrar que cerca de seis anos se passaram desde a finalização da auditoria realizada em 2003, quando foram apresentados à Secretaria Especial dos Direitos Humanos os resultados e as recomendações do TCU. De acordo com os dados apresentados no relatório de monitoramento e encaminhado a esta Comissão, o percentual de cumprimento das ações indicadas pelo TCU foi de aproximadamente 80%, considerando-se o conjunto das ações realmente implantadas e daquelas em processo de implantação.

O índice foi considerado satisfatório pelo Tribunal e revela um bom nível de atendimento e o compromisso dos gestores em acatar as medidas propostas. Entre as evidências que sustentam o resultado considerado suficiente, o relatório aponta:

> Articulação com os Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, da Justiça, entre outros, com vistas à melhor integrar as políticas públicas e os sistemas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei;
>
> Proposta de incremento orçamentário e envio ao Congresso Nacional de proposta de reestruturação administrativa, a fim de dotar a Secretaria de Recursos Humanos em materiais suficientes para o alcance de seus objetivos;
>
> Intensificação das ações de capacitação e treinamento dos operadores das ações;
>
> Conclusão do diagnóstico acerca da situação dos conselhos e da sua autuação, com proposta de aprimoramento dessas instâncias de controle social em fase de implementação;
>
> Definição de parâmetros por meio de documento SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –, para a melhoria das condições operacionais das entidades, com relação à infraestrutura disponível ao quantitativo de pessoal e a capacitação do agente;
>
> Aperfeiçoamento dos critérios para análise dos projetos a serem financiados com recursos do SPDCA e do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, estabelecendo, como uma das condições para a sua aprovação, a consonância com os planos nacionais específicos

e com as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Definição de critérios claros e objetivos de repasse de recursos do programa para entidades governamentais e não- governamentais;

Encaminhamento ao Congresso Nacional de Anteprojeto de Lei, tendo por objetivo aperfeiçoar a execução das medidas socioeducativas; e

Aprimoramento dos meios de divulgação do programa.

As medidas não atendidas, por seu turno, referem-se ao campo da gestão de informação e monitoramento do programa, mais especificamente a implantação do sistema de informação para a infância e adolescência, e sua utilização como critério de transferência de recursos.

Apontou-se no relatório que por ocasião do monitoramento, o SIPIA passava – que é o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência – passava por uma reformulação e que vinha sofrendo resistência por parte de vários estados, detentores de sistema de informação próprios. Esses fatores, na avaliação dos auditores do TCU, decerto contribuíram para as recomendações nessa área não tenham sido efetivamente implementadas.

Contudo, o relator da matéria no TCU entende que o órgão não desconsiderou as recomendações e está trabalhando para que o SIPIA venha a ter atuação plena.

Diante dos fatos relatados pelo Tribunal de Contas da União, concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e arquivamento da matéria".

É esse, Sr. Presidente, o nosso relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. Estando de concordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu passo agora, ainda, a outro projeto da senadora... Outro projeto cuja relatora é a Senadora Rosalba. É o Item nº 13 da Pauta, que está na página 284.

Projeto de Lei do Senado 46, de 2009. *"Altera o inciso XIV, do art. 6º da Lei 7.713, de 22 dezembro de 1988, para incluir na isenção de imposto de renda, com a condição de pessoa com deficiência, e traz alterações de saúde e doenças que dão direito aos benefícios de que tratam"*. O autor, Senador Flávio Arns, Senadora Rosalba Ciarlini, a quem passo a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente.

"Esta comissão examina o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 46, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns que tem por objetivo conceder à pessoa com deficiência isenção do imposto de renda da pessoa física, sobre proventos de aposentadoria ou reforma. Para esse efeito, inclui menção a pessoa com deficiência no inciso IV do art. 6º, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, estabelece que pessoa com deficiência é aquela assim definida na forma da legislação vigente.

O montante da renúncia fiscal decorrente dessa medida deverá ser estimado pelo Poder Executivo incluído no demonstrativo do Projeto de Lei Orçamentário cuja a apresentação se dê após decorrido 60 dias da publicação da lei proposta.

A proposição é justificada com fundamento na importância de compensar as despesas suportadas pelas pessoas com deficiência referentes a equipamentos e ajudas técnicas, que minimizem as dificuldades que enfrentamos, sobretudo em função das más condições de acessibilidade que ainda prevalece nas cidades brasileiras.

Na Comissão de Assuntos Sociais, o PLS nº 46, de 2009, foi aprovado na forma de Emenda Substitutiva, que remete a definição de pessoa com deficiência ao regulamento da lei e promove reparos de técnica legislativa. Convém ressaltar, entre essas alterações, a inclusão de referência a fibrose cística no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, sendo essa condição atualmente prevista no § 2º do art. 30. da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

O PLS nº 46, de 2009, ainda será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Até o momento não foram recebidas emendas a proposição".

Análise. "É certo que a deficiência representa o ônus, seja pela dificuldade inerente a essa condição, seja em decorrência do preconceito que ainda não foi extinto na nossa sociedade. A medida proposta é meritória, pois ajuda a compensar esses problemas.

Entretanto, com intuito de evitar possíveis distorções e restringir o benefício àquelas pessoas com deficiência que realmente necessitam da isenção tributária, consideramos necessário limitar o escopo da proposição às pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho. Nesse sentido, convém alterar o texto aprovado na CAS".

O Voto. "Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 46, de 2009, na forma da Emenda nº-1 – CAS, Substitutivo, com a seguinte emenda:

Dê-se a redação do inciso XIV, e ao § 2º do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, proposto no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2009, nos termos da emenda: 'Os proventos de aposentadoria ou reforma, motivado por acidente em serviço, e os percebidos pela pessoa com deficiência incapacitada para o trabalho, e pelos portadores de moléstias

profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida e fibrose cística, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

§ 2º – Para efeito do disposto no art. (sic) XIV, pessoa com deficiência incapacitada para o trabalho é aquela assim definida no regulamento'".

É esse o Voto, Sr. Presidente, com esta emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria apenas... O Senador Flávio Arns não está presente, mas eu gostaria aqui de parabenizá-lo. Ele sempre tem tido uma sensibilidade muito grande com todas essas questões voltadas aos deficientes.

E ontem, nós tivemos na homenagem aos desaparecidos no Haiti, nós lembramos a presença da Dra. Zilda Arns, que era tia do Senador Flávio Arns. E ela, como uma mulher muito ligada ao social, com muita presença, principalmente no apoio aos mais carentes, aos mais necessitados, com certeza o Senador Flávio Arns também traz esse sentimento do social. Por isso, ele está sempre ligado a essas questões dos deficientes, a quem eu quero parabenizar pela autoria do projeto e dizer que fiquei muito honrada em poder relatá-lo. Porque é muito nobre que, aqueles que são deficientes e incapacitados para o trabalho, sejam realmente... Tenham o imposto de renda, não seja cobrado deles imposto de renda. Já que eles têm muitas despesas e muitas dificuldades na vida.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo agora ao Item nº 5, cujo o relator é o Senador Papaléo Paes.

O Item nº 5 está na página 64. "Analisa um substitutivo da Câmara do Projeto de Lei do Senado nº 34 de 2005, que altera as Leis 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença; e a Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226, da Constituição Federal, que trata do Planejamento Familiar, estabelece penalidades e dá outras providências".

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, este projeto trata sobre o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata e vou à análise do projeto e posteriormente ao Voto.

Da análise. "O texto original do PLS nº 34/2005, continha dispositivo que inseria o controle e a prevenção do câncer de próstata nas ações de saúde preventivas no âmbito da Lei do Planejamento Familiar. Esse artigo, no entanto, foi suprimido mediante aprovação de emenda apresentada pelo relator da proposição junto à Comissão de Assuntos Sociais, por serem muito tênues as relações existentes entre a prevenção e o controle do câncer de próstata e as ações de planejamento familiar. De fato o câncer de próstata ocorre principalmente em faixas etárias mais avançadas, quando geralmente o casal já constitui sua prole e, portanto, já não participa mais de Programas de Planejamento Familiar.

Contudo, o dispositivo que trata desse aspecto, no texto original, foi reintroduzido na Câmara dos Deputados e deve ser novamente rejeitado nesta Casa – aliás, nesta Casa aqui.

Quanto ao art. 4º- A que o Substitutivo propõe acrescentar a Lei nº 10.289, de 2001, consideramos ser supérfluo, visto que o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde, já determina 'como um conjunto articulado e contínuo das ações de serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema'.

Por tais motivos, consideramos que o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 34/2005, não promove melhorias no texto enviado para revisão. Ao contrário, reintroduz dispositivo suprimido ainda nesta Casa por inadequação e acrescenta outro desnecessário, por configurar redundância legislativa. A única alteração constante do Substitutivo que merece ser destacada e acatada é a redação dada ao inciso V, que o texto aprovado no Senado Federal propõe a acrescentar ao art. 4º da Lei 10.289, de 2001".

Voto. "Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 34/2005 e pela manutenção do texto aprovado no Senado Federal, e enviado àquela Casa para revisão, exceto no tocante a redação dada naquela Casa, o Inciso V do art. 4º da Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, para o qual propomos destaque e aprovação. Por isso, o texto consolidado do Projeto de Lei nº 34/2005, que veremos ver aprovado é o seguinte:

'Projeto de Lei do Senado nº 34/2005.

Altera a Lei nº 10.289 de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle ao Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade ao combate à doença.

O Congresso Nacional decreta:

O art. 4º da Lei 10.289, de 20 de setembro de 2001, passa a vigorar com a redação:

Art. 4º, § 2º – Parcerias com as Secretarias Estaduais de Saúde, colocando-se a disposição da população masculina, acima dos 50 anos, exames para a detecção precoce do câncer de próstata.

§ 5º – Sensibilizar os profissionais de saúde capacitando-os e reciclando-os quanto aos novos avanços nos campos da prevenção e da detecção precoce do câncer de próstata.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e assino como relator, Sr. Presidente'".

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Papaléo. Ponho o assunto em discussão. Os que estiverem de acordo... Não há discussão, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o parecer do senador.

Eu quero colocar, agora, em discussão um projeto de autoria do Senador Expedito Júnior, o relator foi Cícero Lucena. Já foi debatido, discutido, pediu-se vista. Não chegou nenhuma sugestão nesse período. Então, agora trata-se nada menos de por em votação.

É o Projeto de Lei do Senado nº 517/2007, que altera... Eu chamo a atenção dos senadores para a votação. "Altera a Lei nº 10.559, de 13 novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato da Disposição Constitucional e Transitória e dá outras providências para tratar sobre o cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determina a forma de fiscalização das decisões". O parecer foi favorável. Não é isso? Foi favorável, mas pediu-se vista. Não houve nenhuma sugestão. A vista foi concedida no dia 14 de outubro, não houve manifestação alguma até lá. Por isso eu reabro a discussão se alguém quiser. Se não, não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Os que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Tem um projeto de senador presente que é da minha autoria. Eu sou relator. O projeto é do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. E eu preciso que algum senador presida. Senador Jefferson Praia poderia presidir enquanto eu faço a leitura do parecer.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Passamos, então, ao Item 7.

"Requer a alteração da legislação de trânsito para que seja restringida a realização de provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, avaliando a possibilidade de obrigar aos organizadores a contratar assessoria técnica em segurança de entidades com competência, tais como autódromos, especialmente quanto à ambulância, bombeiros, contenções de distância do público, etc, assim como seja dado preferência a sua realização em autódromos ou pistas oficiais construídos para esse fim com respeito às pertinentes normas de segurança aos participantes e plateia". Autoria é do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o relator é o Senador Cristovam Buarque, que passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, senador. Eu quero dizer que esse é um parecer que eu dou de uma maneira descontente. Porque é uma boa ideia que nos chegou do Ministério Público do Rio do Rio Grande do Sul. Lamentavelmente, o voto pela rejeição é por conta de vício de origem. Como eu digo aqui no meu parecer, "a proposta encaminhada pelo Ministério Público é bastante meritória. De fato, o perigo representado por tais 'arrancadões' é demonstrado de forma cabal pelos acidentes, inclusive fatais, que têm ocorrido com a sua realização.

Do ponto de vista regimental, contudo, o art. 102-E do Regimento Interno do Senado, determina que compete a CDH opinar sobre 'sugestões legislativas apresentadas por associações de órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso'. O Ministério Público do Rio Grande do Sul, entretanto, não faz parte da lista das entidades cujas sugestões devam ser objeto de análise. Para não contrariar o regimento – mesmo que lamentando -, encaminhamos o voto pela rejeição da sugestão.

Por outro lado, por reconhecer-lhe o mérito, e tendo em vista que a CDH não pode acatá-la sem ferir o regimento, eu próprio encampei a sugestão e apresento como Projeto de Lei, reconhecendo, na minha justificativa, a origem".

O projeto que ora apresentamos tem origem na Sugestão nº 2, de 2008, encaminhada pelo Senado Federal, pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Então, eu rejeito pelo vício de origem, não pelo mérito. E em função do mérito, agradeço ao Ministério Público e vamos transformar isso em um Projeto de Lei através da origem de um senador.

Esse é meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sr. Presidente, V. Exa. conduz daqui para frente. Obrigado pela oportunidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, Senador Jefferson Praia, a ter conduzido neste momento.

Temos apenas mais dois pontos, por falta de presença de relatores ou de autores, dois requerimentos que eu peço para colocar extrapauta.

O primeiro é um requerimento do Senador Paulo Paim. "Porque, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado ao art. 90, inciso II, requer a realização de Audiência Pública no dia 11 de março de 2010, com vistas a discutir as políticas públicas para a juventude no processo de socialização e inclusão. O senador sugere que sejam convidados o Deputado Reginaldo Lopes; Deputado Lobbe Neto; Deputada Manuela D'Ávila; o Sr. Maurício Piccin, Secretário da Juventude, do PT, do Rio Grande do Sul; o Sr. Augusto Chagas, Presidente da UNE; Sr. David Barros, Presidente do Conselho Nacional da Juventude; Sr. Norberto Cury, Secretário Nacional da Juventude, e outros a serem definidos pela própria comissão".

Eu ponho em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim, perguntando se ele quer fazer algum comentário.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] por que eu coloquei aí dia 11 de março. Porque eles terão já um encontro aqui em Brasília, em torno aí de umas 200 lideranças, e gostaria muito... Como tem a PEC da... Esse pessoal que está aqui, esses deputados, estão envolvidos na PEC da Juventude. A PEC da Juventude está aqui no Senado.

Então como tem essa ótica que V. Exa. sempre defendeu muito aqui na comissão, "Direitos Humanos: um olhar para todos", eu entendi que era possível fazermos essa audiência aqui para debatermos políticas públicas para a juventude com a presença desses jovens aqui e, com certeza, com V. Exa. no dia 11, se for possível, dez horas da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Os que estiverem... Não havendo quem queira discutir, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Apenas fica em suspenso a data exata, tentaremos dia 11, se for possível.

Eu ponho em discussão um requerimento assinado pelo Senador Jefferson Praia, Rosalba Ciarlini e eu próprio, e que acredito que o Senador Papaléo, provavelmente, vai querer assinar. É o requerimento que eu faço para realização de audiência pública nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em data a ser marcada, para debater e comemorar os 100 anos da Política Indigenista, iniciada em 1910 pelo grande brasileiro Marechal Rondon.

Eu sugiro, mas podemos ampliar os nomes dos que participariam. O Sr. Márcio Meira, Presidente da FUNAI; Dom Erwin Kräutler, Presidente do Conselho Missionário Indigenista, que é Bispo da Prelazia do Xingu; e o Sr. Manuel Uilton Santos – Tuxá, que é Coordenador-Geral da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

Eu ponho em discussão esse requerimento que tem agora, com o Senador Papaléo, quatro subscritores. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Está aprovado.

Senador Paim pediu a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, tem um outro requerimento. Na verdade, é um pedido do Ministro Vanuque, para que ele venha discutir em todas as comissões – de preferência em uma única oportunidade, todas as comissões juntas -, o Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu, então, estou encaminhando à Mesa, a Fátima Cleide tinha assinado. Eu assino nesse momento. Espero que ele não venha em cinco ou seis comissões e discutir o mesmo tema; e faríamos uma reunião conjunta. A comissão, inclusive, já aprovou.

Esse é o requerimento

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Então está em discussão o Requerimento do Senador Paulo Paim, de que venha aqui o Ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vanuque, e de que seja uma só vez, para todas as comissões. Nada mais justo do que isso, ao meu ver, para tratar um Ministro de Estado, com toda a sua agenda.

Não havendo ninguém que com queira se pronunciar, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Não havendo mais nenhum outro assunto, pergunto se algum outro senador quer usar da palavra. Não havendo esse interesse, está encerrada a sessão.

Agradeço muito a presença de todos.

Sessão encerrada às 11h31.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia três de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Partici-

pativa, sob a presidência do Senhor Senador **(José Nery),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores **Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, Cristovam Buarque, João Pedro e Serys Slhessarenko.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. PAUTA. **(REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 1**. **Requerimento nº 19, de 2010 – CDH**, que requer realização de Audiência Pública para discutir o conflito existente entre as várias representações dos garimpeiros no que diz respeito à exploração e destinação das riquezas existentes na área denominada de Serra Pelada, no município de Curionópolis, estado do Pará, e a situação dos trabalhadores envolvidos. Requeiro, ainda, que sejam convidadas para a referida audiência as seguintes autoridades e representantes: Ana Júlia Carepa – Governadora do Estado do Pará; Raimundo Benigno Moreira – Presidente do Sindicato dos Garimpeiros e Trabalhadores da Mineração de Serra Pelada – SINGASP; Gesse Simão – Presidente da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – Coomigasp e; Etevaldo da Cruz Arantes – Representante do Movimento dos Trabalhadores Mineiros – MTM". Autoria: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. **Item 2**. Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009,** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (inclui nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher). Autoria: Deputada Alice Portugal. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01. Resultado: **Adiado**. **Item 3.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2008,** que acresce parágrafos ao art. 120 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dispõe sobre a supervisão da autoridade judiciária nas atividades de escolarização e profissionalização desenvolvidas pelas unidades sócioeducativas com adolescente em regime de semi-liberdade). Autoria: Deputado Antonio Carlos Biscaia. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado**. **Item 4**. Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 104, de 2003**, que "assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências". Autoria: Deputada Sandra Rosado e outros. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Pela Rejeição da Matéria. Resultado: **Adiado**. **Item 5**. Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara Nº 116, de 2009**, que acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual. Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela Aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 6. Oficio "S" nº 5, de 2009**, que encaminha ao Senado Federal expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Paulo Duque. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **adiado. Item 7.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2009**, que concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 8.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 479, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria com Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. Resultado: **adiado.** Não Terminativo. **Item 9.** Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009,** que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 10.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004,** que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 (Substitutivo) que apresenta. Resul-

tado: **adiado. Item 11.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2007**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 12.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2008,** que modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias. Autoria: Senador Romeu Tuma Relatoria: Senador Paulo Paim Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 13.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008,** que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 14.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2009,** que altera a Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 15.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006**, que dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE, que apresenta. Resultado: **adiado. Item 16.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 2 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 17.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 01/2008-CE e aprovação da Emenda nº 02/2008-CE e inclusão de outras duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado. Item 18.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2007**, que altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 19.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, DE 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socio-educativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 20.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 412, de 2008**, que "altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatório: Pela Aprovação da matéria. **Resultado: Adiado**. **EXTRAPAUTA**. **Item 1. Requerimento nº 20-CDH, de 2010**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater as dificuldades no exercício das atividades de oficial de justiça, com os convidados a serem indicados, posteriormente, por esse senador perante a secretaria desta comissão."Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores José Nery, Cristovam Buarque, Paulo Paim. Às onze horas e trinta e dois minutos O Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão, a presente Ata, que

após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal com a íntegra da estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia, cada um e cada uma. Nós ainda não conseguimos o quórum para iniciar, e eu quero consultar os senadores... Já faz uma hora, se querem que esperemos um pouco mais para discutir.

São três projetos: Dispõe sobre a obrigatoriedade... Ah, não? Outros? São aqueles...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou se nós suspenderíamos essa **4ª reunião** para poder estar junto da homenagem a Tancredo Neves ou outras atividades.

Eu consulto os senadores.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, a consulta que o senhor faz é importante, e eu creio que oportuniza expressar algo que nós já conversamos e tratamos sobre. O que eu considero, Senador Paim, Senador Flávio Arns, Senadora Fátima Cleide, há um núcleo, um grupo de senadores que quase que montam plantão aqui na comissão. Porém, se olharmos entre as comissões do Senado, a Comissão de Direitos Humanos é aquela que tem o maior número de preenchimento das vagas sem senador, sem que os partidos, sem que os [ininteligível] indiquem membros para a comissão. Além do mais, só vêm aqui, muitas vezes, quando há um tema polêmico, relevante, tão relevante... Como não se fosse relevante o que se trata aqui no dia a dia da comissão.

Então, eu queria sugerir a suspensão da reunião, que antes da próxima reunião, Presidente, sugerir a V. Exa. que fizessem um pronunciamento no Plenário, que nós que estamos aqui de forma quase que permanente também, pudéssemos compartilhar uma visão sobre o papel da Comissão de Direitos Humanos, porque eu considero um desprestígio para a causa dos direitos humanos – não para a comissão em si, mas para a causa – essas ausências quase que permanentes, porque é sempre um drama, há uma dificuldade em conseguir o número regimental para realizar a sessão, ou para votar projetos.

Portanto, eu acho que cabe uma pergunta. Se como é que os eleitores que vão escolher o próximo Congresso em outubro... Perguntar se os seus candidatos ao Senado, ou aqueles que já estão senadores, que são candidatos a reeleição, ou os deputados, qual é a importância que eles dão aí ao debate, à causa dos direitos humanos. Inclusive, a participação na comissão que trata desse tema, que na verdade engloba, consegue abarcar todo o conjunto de problemas da nossa realidade, e também da construção de alternativas, de uma visão de futuro para o Brasil.

Então, a sugestão, Presidente, já me alongando, é que a reunião seja suspensa, e antes da próxima reunião, fosse... Ou se o senhor pudesse fazer um chamamento crítico à participação e a presença nessa comissão.

Nós sabemos que todo mundo tem suas prioridades, tem áreas temáticas as quais cada um se dedica nessa Casa. No entanto, eu acho que essa comissão precisaria de um pouco mais de prestígio, um pouco mais de atendimento àquilo que são os tratamentos dos temas que aqui nós levamos a cabo a cada semana.

Então, eu creio que está ficando insustentável essa situação de reuniões esvaziadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer, senador, que eu venho sentindo isso, e já teve dia de... Outros que não teve reunião, e eu me comprometo a fazer esse pronunciamento. Mas quero dizer mais. Eu nunca faço pronunciamento lido, e proponho redatar um texto, submeter aqui àqueles que são mais permanentes, e eu ler em nome de todos, não como um discurso meu, mas como um discurso de um conjunto de senadores. Eu me comprometo a trazer isso e conversar com cada um, dar uma cópia para fazer as modificações, ouvir as sugestões, e ler como o Presidente da Comissão, e não como um simples senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permita rapidamente.

Eu entendo a indignação do Senador José Nery... Indignação e preocupação, porque nós queremos é que a comissão funcione, não é? Porque a Comissão de Direitos Humanos – e uma vez o Senador Cristovam chegou a dizer, prestigiando essa comissão, que essa é uma das comissões que ele considera mais importante. E dizia ele: "Educação, saúde, habitação, saneamento básico, violência, defesa da mulher, das crianças, adolescentes, tudo é uma questão de direitos humanos".

Por isso, Senador Cristovam, eu concordo com a tese, inclusive, levantada por V. Exa., de um pronunciamento chamando, e dizendo que quando há vontade política, eu percebo que os senadores fazem mutirão nessa ou naquela comissão, e votam os terminativos, que é o nosso caso aqui, não é? Nós estamos aqui com dezenas de projetos terminativos, e não conseguimos votar.

Mas, Senador José Nery, eu queria, ainda, antes de nós encerrarmos, se nós pudéssemos votar somente os requerimentos, então, que não exige quórum privilegiado. A votação dos requerimentos que estão

aí em pauta, e quem sabe até algum não terminativo, que não é polêmico.

Esse é o apelo que eu faria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Flávio Arns, depois Senadora Fátima Cleide.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, que está aqui presente, que é membro desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e que ao mesmo tempo, no dia de hoje, foi eleita Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Já falei pessoalmente, mas quero também em público dizer, almejar que faça um bom trabalho, que conte não só comigo, porque hoje eu não pude estar lá presente em função também da homenagem que estava sendo feita no mesmo horário, para o ex-Presidente Tancredo Neves, à Nova República, e com a presença do Governador de Minas, neto de Tancredo Neves, e meu amigo também de longos anos. Mas desejar que o trabalho seja bom, que realmente a educação, a cultura e o esporte, tenho certeza que isso vai acontecer, com a participação da comissão, sob a coordenação da Senadora Fátima Cleide, o trabalho vai ser muito bom, muito produtivo, e os objetivos maiores que todos nós almejamos, sem dúvida, vão ser alcançados. Então, eu quero parabenizar, já o tinha feito particularmente.

Mas também, Sr. Presidente, em relação ao debate, eu concordo com o que o Senador Paulo Paim sugeriu, que pudéssemos votar os requerimentos.

Agora, eu gostaria, talvez, só de sugerir uma metodologia. Se nós estamos aqui às 10 horas com o início da reunião, pelo menos a marcação do horário é às 10 horas, que às 10 horas nós pudéssemos, de alguma forma, iniciar. E ir discutindo os temas relacionados a direitos humanos. Porque há muitas coisas, assim, que são objeto aí de... Que existe a necessidade de debate, de discussão, de apresentação, de preocupações, não é? Quer dizer, está marcado às 10 horas; começamos às 10 horas com... Eu não sei, eu queria sugerir para a comissão com um debate, discussão, apresentação de ideias e tal, e depois, na sequência, com a presença das pessoas, lógico, a votação dos aspectos não terminativos, e dos terminativos.

Porque, sabe, Sr. Presidente... José Nery, o que a gente observa é que de alguma forma a comissão precisa estar em atividade para os membros que acompanham pelos seus computadores, pelas suas televisões, de virem para a comissão. E ao mesmo tempo, nós poderíamos, cada um, individualmente, falar com os membros da comissão para dizer: "Olha, semana que vem vamos votar tais e tais coisas, 10 horas pontualmente estaremos lá começando o debate, já que tiver o quórum a gente vota, e fazemos, assim, uma hora, uma hora e meia, no tempo que for necessário, em um trabalho intenso".

Então, a única modificação, Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, só como sugestão, é a gente dar o espaço que eu acho que... Eu, por exemplo, tenho bastante interesse no que o Paulo Paim vai falar sobre a área, no que a Fátima Cleide, e eu também sempre tenho notícia para dar em relação à criança, ao idoso, a pessoa com deficiência, a mulher, a trabalho escravo... Há tantas coisas, e é uma oportunidade que nós temos, pelo menos, assim, nesse meio tempo, as pessoas, membros dessa comissão, senadores e senadoras, vão também se dirigindo a esse Plenário, não é?

Eu não sei, salvo melhor juízo, me parece que seria uma medida que ajudaria a criar um contexto de conversa, de diálogo, assim, para os temas que são importantes. Mas quero parabenizar V. Exa., e ao mesmo tempo nós podemos falar com as outras pessoas, dizer: "Olha, vamos lá 10 horas". Quer dizer, começarmos com essa dinâmica também para que o trabalho possa ser produtivo.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senador Flávio Arns, Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Nery, eu queria em primeiro lugar agradecer aqui as palavras do Senador Flávio Arns, dizer que tenho certeza, Senador Flávio Arns, que nós daremos continuidade ao trabalho que V. Exa. iniciou na Comissão de Educação, e de forma muito parceira, como sempre fizemos, contando, inclusive, com a sua magnífica participação, como disse o Senador Paulo Paim. Que fez um magnífico trabalho à frente da Comissão de Educação, e vai continuar nos presenteando com esse trabalho.

Com relação ao debate sobre direitos humanos, Senador José Nery, eu quero também me somar a sua indignação, e lamentar que a impressão que fica para a gente é muito negativa, de que a Casa só se interessa por direitos humanos no momento de barrar os avanços dos direitos humanos. Porque todas as vezes que nós tivemos quórum qualificado nesta Comissão de Direitos Humanos, tinha alguma coisa de contrariedade da maioria que aqui estava. Então, eu lamento, e gostaria de que a gente pudesse fazer um esforço muito grande, para que não ficasse para a sociedade esta impressão negativa que eu particu-

larmente estou tendo, e que sei, V. Exa. também tem nesse momento.

E isto leva, por exemplo, a uma... Já circula nos corredores da Casa que há uma proposta de extinção da Comissão de Direitos Humanos. Eu acho que isso... Nós que somos aqui, eu poderia dizer, verdadeiros guerreiros na luta pelo avanço e pela concretização dos direitos humanos na nossa sociedade brasileira, não devemos permitir. Nós vimos aqui no início deste ano um furor em todas as comissões para discutir o Plano Nacional de Direitos Humanos. Eu acho que ficou muito claro para todos nós que aqui estamos, que este furor, esta vontade de discutir o plano, ela não é a partir da vontade de fortalecer o plano, muito pelo contrário, é da vontade de retirar do plano aquilo que significa avanços para a nossa sociedade.

Isso eu fico muito triste. Mas eu sou daquelas que pensa positivamente, e que em tudo vê uma oportunidade, e vejo na apresentação de vários requerimentos para que se discuta o Plano Nacional de Direitos Humanos e a aprovação desses requerimentos em várias comissões, a grande oportunidade de nós termos uma única Audiência Pública no Plenário do Senado Federal e pautarmos efetivamente os direitos humanos. Eu acho que essa é a oportunidade que esta comissão está tendo, e acredito que nós saberemos usá-la.

E também faço coro com V. Exa., acredito que a gente tem... E acato a sugestão do senador Flávio Arns para que a gente procure, de certa forma, prezar pelo horário, porque isso também influencia bastante no quórum, nas comissões, embora que o dia de quarta-feira tenha Comissão de Constituição e Justiça também, mas eu acredito que é possível a gente fazer uma força-tarefa, e dar quórum, e realmente discutir os projetos que são de interesse da nossa sociedade na área de direitos humanos. Fortalecendo, assim, a Comissão de Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Senadora Fátima Cleide.

Bem, na verdade nós não temos número regimental para abrir a sessão, como de praxe tem sido nas últimas sessões nossas. Creio que as sugestões apresentadas, primeiro um chamamento à responsabilidade, quanto à participação dos senhores e senhoras integrantes da Comissão de Direitos Humanos, da forma sugerida e acatada pelo Presidente Cristovam Buarque, seja uma forma de a gente começar a falar também com cada um, como disse o Senador Flávio Arns, tentando convencer os nossos colegas de que aqui há uma pauta, uma reunião que é preparada pela secretaria, por todos os membros que assessoram essa comissão, que trabalham a semana inteira para organizar a reunião, divulgam uma extensa pauta com requerimentos e projetos, e trabalham para convidar, para trazer aqui aqueles que são os convidados de Audiências Públicas... E, no entanto, nós temos visto essa dificuldade para o funcionamento da nossa comissão. Creio que a partir da próxima sessão... E de certa forma, vem funcionando assim... Consegue as assinaturas dos membros, e aqui se faz a aprovação de requerimento – às vezes até de forma precária – em razão dessa ausência, em razão dessa não participação efetiva, pelo menos da maioria dos membros.

Neste sentido eu queria sugerir que pudéssemos fazer a aprovação dos requerimentos que constam da pauta--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se não me engano são só dois, é um seu e um de minha autoria, não sei se V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --são só dois requerimentos?

Agora há um requerimento de nossa autoria, e uma outra do Senador Paulo Paim. Agora, quanto ao requerimento do Senador Paim, dialogando com V. Exa., é que haveria aqui a necessidade de definir melhor, assim, porque ficou, pela secretaria eu também estou sentindo dificuldade em compreender... Eu acho que não foi traduzido aqui o essencial da proposta para a realização da Audiência Pública, para discutir a possibilidade de a profissão de Oficial de Justiça, com reflexo na vida do profissional.

Então, não sei se há algum aspecto aqui que está falando, uma palavra, um texto para que possamos--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estou com o texto aqui. Na verdade...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --vamos combinar primeiro o seguinte--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O texto não foi feliz mesmo, aí a assessoria que vai ter que pagar a conta, a minha, não vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --Senador Paim, até aqui não houve abertura formal da reunião, não é isso?

Então, tudo aqui é informal, é um diálogo que estamos fazendo informalmente, uma conversa informal. Então, para que possamos pelo menos aprovar os requerimentos, vamos, então, proceder a abertura da reunião, inicialmente para poder acolher os requerimentos, e então, fazermos a discussão dos referidos requerimentos.

Declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Direitos Humanos Legislação Participativa do Senado Federal. Não haverá leitura da Ata da reunião anterior, faremos, então, a discussão dos requerimentos. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião

anterior, e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A pauta consta de um requerimento e há uma solicitação de um requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim.

Eu coloco para apreciação o requerimento que consta da pauta, por sinal de nossa autoria, para a apreciação da comissão.

> *"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos realize Audiência Pública para discutir o conflito existente entre as várias representações dos garimpeiros no que diz respeito à exploração e a destinação das riquezas existentes na área denominada de Serra Pelada, no Município de Curionópolis, Estado do Pará, e a situação dos trabalhadores envolvidos. Requeiro, ainda, que sejam convidadas para a referida audiência as seguintes autoridades e representantes: Ana Júlia Carepa – Governadora do Estado do Pará; Raimundo Benigno Moreira – Presidente do Sindicato dos Garimpeiros e Trabalhadores da Mineração de Serra Pelada – SINGASP; Gesse Simão – Presidente da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – COOMIGASP; e Etevaldo da Cruz Arantes – Representante do Movimento dos Trabalhadores Mineiros – MTM."*

O presente requerimento se encontra em discussão. Srs. Senadores que quiserem discutir, por favor. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há um requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim, eu quero colocar... Solicito--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou alterar um pouco a redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Srs. Senadores, para a inclusão na pauta, solicito dos senhores a concordância com a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Paulo Paim.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Acolhido, então, o requerimento extrapauta, com as devidas alterações, sugestões, agora, que será incluído no texto pelo Senador Paulo Paim, que tem a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de uma forma muito rápida, a intenção era fazer uma audiência, e por instrução inclusive, do Senador Cristovam, e da própria assessoria, nós tiraríamos a data, talvez seja nesse dia, mas a combinar a data, e ficaria uma Audiência Pública para discutir a situação do Oficial de Justiça na ótica dos direitos humanos.

Ponto, esse é o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Srs. e Srs. Senadores, o requerimento do Senador Paulo Paim encontra-se em discussão. Não havendo quem queira discutir, o coloco em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria, antes de encerrar a reunião, e repassando a Presidência ao Presidente Cristovam Buarque... Eu queria antes, fazer um comunicado e um convite.

No próximo dia 10 de março, às 15 horas, em um dos plenários da Câmara dos Deputados, será instalada a Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo, composta de senadores e senadoras; portanto, eu convido eventualmente os que ainda não assinaram adesão a Frente para que o façam, e mais do que isso: conto com a presença, com a participação nessa importante instalação da Frente Parlamentar no próximo dia 10 de março.

Retorno a Presidência ao comando do nosso Presidente Senador Cristovam Buarque.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada essa sessão, e eu levarei adiante a recomendação feita aqui pelos senadores de um pronunciamento relacionado ao trabalho e à dedicação dos senadores em relação aos direitos humanos.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h32.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia onze de março dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Paulo Paim, José Nery, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Magno Malta e Jeferson Praia**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta.

Primeira Parte. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 16, de 2010 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 24/02/10, **com vistas a discutir as políticas públicas para a Juventude, em um processo de socialização e inclusão**. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **Beto Cury**, Secretário Nacional da Juventude; **Davi Barros**, Ex-Presidente do Conselho Nacional da Juventude; **Maurício Piccin**, Secretário da Juventude – PT/RS; **Deputado Federal Reginaldo Lopes**; **João Vidal**, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude; **Regina Alves**, Membro do Conselho Estadual de Juventude da Paraíba e **Antônio Davi Souza de Almeida**, representante da juventude com deficiência no Conselho Nacional de Juventude. Deixam de comparecer os demais convidados. Inicialmente, o Senhor Presidente chama os senhores convidados que compareçam à mesa. O Senhor Presidente, faz suas considerações acerca do tema da Audiência Pública. Às dez horas e trinta e dois minutos o **Senhor Presidente** passa a presidência ao Senador **Paulo Paim.** O Senhor Presidente, Paulo Paim, dá a palavra aos senhores e senhoras convidados. Em ato contínuo o Senhor Presidente franqueia a palavra a algumas lideranças da juventude dos Estados brasileiros. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente, Paulo Paim, faz suas considerações finais. Faz uso da palavra os seguintes senhores senadores **Cristovam Buarque**, **José Nery** e **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós hoje vamos fazer uma audiência para discutir as políticas públicas voltadas para a juventude, um processo de socialização e inclusão.

Nós convidamos sete pessoas: a Deputada Manuela D'Ávila mandou um ofício do seu Chefe de Gabinete, dizendo que ela não poderá vir, porque teve que voltar para Porto Alegre; o Deputado Lobbe Neto, provavelmente vai chegar daqui a pouco; o Deputado Reginaldo Lopes, também; o Augusto Chagas, Presidente da União Nacional dos Estudantes, também espero que chegue.

Nós temos presente o Beto Cury, que é Secretário Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, que eu chamo para a Mesa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Davi Barros, Presidente do Conselho Nacional de Juventude. E Maurício Piccin, Secretário da Juventude do PT do Rio Grande do Sul.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu chamo todos eles à Mesa.

Eu quero dizer a minha satisfação, da Comissão de Direitos Humanos estar... Da Comissão de Direitos Humanos estar aqui reunida para discutir o que eu considero um dos problemas mais fundamentais, se não o mais fundamental para o futuro de um pais, que é a sua juventude.

Claro que, quando eu falo da juventude, eu falo já tendo a percepção de termos perdido o período de infância dessa juventude, ou seja, já tem uma parte que as políticas públicas não vão recuperar. Porque uma parte da juventude de hoje, que passou os seus anos de infância por fora das escolas, em escolas ruins, sem acesso ao nível de conscientização, sem participação, poucos deles a gente vai conseguir incorporar de uma maneira plena na atividade de construção de um novo país.

Mesmo assim, eu acho que a gente tem que procurar políticas públicas para a juventude. E aproveitar essa juventude que está aí, que também está se perdendo uma parte dela. Basta andar, como nós políticos andamos, pelas periferias das cidades, e vemos, sábado e domingo, como é que está essa juventude.

Em parte é porque não tiveram educação na hora certa, em parte porque não estão tendo emprego nesse momento, em parte pela mídia que desarticula, em parte pelos costumes que desarticularam as famílias que davam suporte, quando crianças e, agora, quando jovens, mas também por falta de políticas públicas.

Eu digo tudo isso para pedir que, nesse debate, que é sobre políticas públicas para a juventude, a gente não deixe de ter a percepção global do processo nacional. Não fiquemos corporativamente olhando jovens, olhemos socialmente o conjunto da sociedade.

Não haverá políticas efetivas para a juventude, se não tivermos políticas efetivas para as mulheres, para as famílias, para as crianças, para os adultos desempregados.

Não vai haver, não existe política específica para um segmento da sociedade. Mas a cultura brasileira caminhou na direção da corporativização dos problemas. Nós achamos que podemos resolver problemas isoladamente. Podemos, sim, enfrentar problemas isoladamente, mas resolvê-los só na totalidade do problema social.

Eu gostaria que, embora estamos discutindo políticas públicas para a juventude, não esqueçamos a política de uma maneira geral, primeiro ponto. Segundo, para concluir, é a gente perceber que a juventude é um singular falso, não existe a juventude. Existe a juventude de índios, de mulheres, de negros, de brancos, de pobres, de ricos.

Se a gente analisar a juventude como uma unidade, nós cometemos dois erros: primeiro, não ver que é uma unidade dentro de um todo e, segundo, sem ver que é uma unidade dividida, muito dividida num país como o Brasil.

Políticas públicas para a juventude, olhando apenas para os *shoppings centers,* não vai atender a sociedade, a juventude na totalidade. Se olharmos só para as favelas, não vai atender a totalidade. Se olharmos só para os brancos, ou para só para os negros, ou só para os índios ou excluirmos os índios, como a sociedade brasileira costuma, não vamos olhar.

Então, eu pediria que a gente visse, levando em conta, essa que parece uma contradição, que olhássemos a totalidade na qual situa a juventude e olhasse as divisões que compõe a juventude. Isso é que eu gostaria de ver neste debate e em todos os outros que a gente faça sobre políticas públicas para a juventude.

Eu digo isso ao mesmo tempo que eu vou ficar dez minutos ali naquela sala, eu queria que o Senador Nery pudesse presidir a sessão, enquanto eu vou dar uma entrevista, talvez para o desagrado do Senador Paulo Paim, para a Bandeirantes do Rio Grande do Sul.

[risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho certeza que vai falar bem de mim lá, como eu faria o mesmo se fosse aqui de Brasília, eu tenho certeza absoluta.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom, então eu pediria. Eles vão ligar aí pelas dez e meia

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, primeiro, quero registrar a visita aqui, a esta Comissão de Direitos Humanos, e cumprimentando os ilustres convidados, debatedores nessa Audiência Pública.

Quero registrar aqui a presença do Deputado Estadual Arnaldo Jordy, do PPS do Estado do Pará, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Foi o relator da CPI que apurou os crimes e a violência sexual contra crianças e adolescentes, produzindo um trabalho brilhante, um relatório que apresentou à Assembleia e à sociedade paraense na semana passada. E ao vir aqui, inclusive, tratar de uma questão que é muito complexa no meu Estado do Pará, problema da questão fundiária, teremos daqui a pouco, Senador Paulo Paim, uma audiência com o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para discutir a questão da grilagem no Estado, inclusive depois que o Tribunal de Justiça do Pará fez um levantamento e constatou mais de seis mil títulos grilados; no entanto, esses títulos não foram suspensos, não foram caçados por um ato administrativo, mas querem que seja apenas por um ato judicial.

Vamos tratar desse assunto, mas eu fiz questão da registrar a presença, Presidente, por saber que o Deputado Jordy é uma das vozes que, no Estado do Pará, tem se levantado contra a opressão, contra a violência, e tem sido um intransigente defensor dos direitos dos trabalhadores do povo paraense.

E sendo ele Presidente da Comissão de Direitos Humanos, era muito justo que, ao visitar o Congresso e o Senado Federal, fosse aqui registrada a sua presença nesta Comissão de Direitos Humanos.

E dizer à V. Exa. que o tema da audiência de hoje, com os ilustres convidados, o Beto que representa aqui o Secretário Nacional de Juventude, o nosso novo Presidente, Davi Barros, o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, o Maurício representando a grandiosa juventude do PT e a juventude do Rio Grande do Sul, que ao lado do nosso líder, comandante, Senador Paulo Paim, eu dizia ontem para o Paim que ele, com essa sua grandeza e com essa sua atuação tão diversa e de todos os temas, ele consegue abarcar das políticas para a juventude à luta dos idosos, aposentados, as pessoas com deficiência, de todos que sofrem discriminação, dos sem-terra, dos sem teto, dos sem casa.

Enfim, então, essa audiência que aqui recebe a representação da juventude brasileira, é um importante espaço para avançarmos e trazer a juventude de uma

forma mais geral, para o bom combate da política, da luta por transformações que o nosso país almeja.

E dizer, Sr. Presidente, vim aqui rapidamente, e o senhor me pede para presidir [ininteligível], mas eu queria que essa tarefa fosse aqui do nosso autor dessa Audiência Pública, Senador Paulo Paim, tendo em vista que eu faço apenas uma visita rápida, porque eu tenho que atender outros compromissos no meu gabinete.

Portanto, [ininteligível] V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Então, vice-Presidente, eu lhe agradeço.

Senador Paim, enquanto o senhor vem assumir, eu passo a palavra ao Beto Cury.

E voltarei, creio que em cinco ou dez minutos.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes do nosso amigo Beto usar a palavra, em seguida o nosso amigo Davi e o Maurício, eu queria, Senador José Nery, primeiro, agradecer as suas palavras generosas, mais uma vez, com esse senador do Rio Grande, que tem muito orgulho de dizer, que, se, aqui, no Senado, tem, e é bom que a juventude saiba, uma frente, uma trincheira contra o trabalho escravo no Brasil, é porque V. Exa. assumiu essa função.

Eu, quando fui Presidente desta comissão, solicitei a V. Exa., e V. Exa. aceitou como uma missão de fé, de vida e de direitos humanos e lidera, e lidera, para mim, no Brasil, a campanha contra o trabalho escravo. Parabéns, Senador José Nery, é com muito orgulho que eu ouvi suas palavras, porque eu sei que é um homem comprometido com o nosso povo e com toda a nossa gente. Um abraço.

Dizer também aos meus convidados que estão aqui, e também no Plenário, que vocês estão de parabéns, vocês estão de parabéns.

O movimento que vocês fizeram ontem, aqui, a juventude brasileira, lotando as galerias do Senado, visitando o Presidente José Sarney e pedindo, com muito respeito e com muito carinho, mas com muita coragem, que não faltou coragem nas galerias, aplaudindo os senadores e pedindo: "Só queremos que votem a PEC. É isso que nós queremos".

E foi esse movimento, Senador Cristovam, Senador José Nery, que estavam lá, que eles fizeram, que fez com que todos os líderes, quase que uma questão inédita na Casa, viu, porque não estava na pauta, todos os líderes foram à Tribuna, e o Beto perguntava para mim como é que estava essa discussão, todos, inclusive o líder do governo, assumindo o compromisso de votar a PEC da Juventude a semana que vem... Como é que chama? Atropelando ou não respeitando os chamados interstícios, e ficou acertado que, entre terça e quarta-feira, a PEC da Juventude vai ser votada.

Essa Audiência cumpre também um papel fundamental, porque aqui os senadores... Eu sei que muitos não estão aqui, mas estão no gabinete e a TV está transmitindo direto, vocês estarão falando para todos os senadores, estarão falando para o Brasil, da importância de políticas públicas para a juventude.

Então, Senador Cristovam Buarque, só fiz uma pequena introdução e passamos a palavra para o nosso querido Beto, Secretário Nacional da Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República.

SR. BETO CURY: Bom-dia. Bom-dia a todos e a todas. Bom-dia, Senador Cristovam Buarque; bom-dia, Senador Paulo Paim, Senador Nery, bom-dia a todos que estão participando conosco dessa Audiência Pública.

Primeiro, eu quero registrar a minha satisfação de estar aqui, nessa Casa, a convite da Comissão de Direitos Humanos, para estar debatendo esse tema tão importante para a construção da democracia republicana no Brasil, que é a consolidação das políticas de juventude como política de Estado.

O Senador Cristovam, na abertura, falava que a juventude é singular; é singular do ponto de vista de faixas etárias, mas do ponto de vista do ponto de vista dos interesses, das reivindicações, das aspirações, nós trabalhamos com conceito de juventude no plural, 'juventudes', porque são diversas, são várias.

E eu tenho convicção, Senador Paulo Paim, que uma das boas novidades que se estabeleceu na agenda das políticas públicas recentemente é o fato de que o Brasil começa a olhar para sua juventude, não mais apenas como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta, mas percebe a juventude como um segmento social e enxergando o jovem como sujeito de direitos e agente fundamental de qualquer projeto de desenvolvimento do país.

Portanto, essa audiência que acontece aqui, o fato que aconteceu ontem, nessa Casa, no Senado, das lideranças de todas as bancadas se comprometendo a aprovar a PEC, a Proposta de Emenda Constitucional da Juventude, são mais alguns passos que nós damos no sentido desse desafio de termos a política de juventude como política de Estado, não sujeita à sazonalidade da troca de governos, mas perene, permanente e duradoura na agenda das políticas públicas.

Eu trouxe uma pequena apresentação, que eu acho importante destacar como é que anda esse processo em nível do Governo Federal. Pediria ao pessoal para colocar as lâminas no vídeo.

Bom, a Secretaria, o Conselho e, na realidade, os programas direcionados à juventude, eles datam de 2005 para cá.

Em 2004, o Governo Federal determinou a constituição de um grupo interministerial que foi composto, à época, por 19 Ministérios, que fez todo um diagnóstico da juventude com base no senso do IBGE e nos dados da PNAD, quem são os jovens, onde estão, principais problemas, desafios para se construir uma política de juventude. Esse grupo foi coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, eu tive a honra de ser o coordenador técnico do grupo, o Ministro Dulce era o coordenador político, e, ao final de sete meses de trabalho, nós apresentamos ao Presidente Lula um conjunto de propostas.

Essas propostas, elas começaram a se materializar em 02 de fevereiro de 2005, quando, por favor, pode passar a lâmina, quando o Presidente assinou uma Medida Provisória encaminhando ao Parlamento, constituindo a política de juventude... Uma medida provisória que foi encaminhada ao Legislativo, criando a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, o PROJOVEM como um programa carro chefe da política de juventude e instituindo a política; um pouco ali eu coloco os papéis de cada um. A Secretaria, além de coordenar o PROJOVEM Integrado, executar o PROJOVEM Urbano, à Secretaria cabe a articulação com as demais áreas do governo para que sejam implementadas ações e programas com foco na juventude.

O Conselho é o espaço de diálogo sociedade e Estado, e estamos aqui com o ex-Presidente do Conselho, deixou de ser Presidente ontem, o Davi Barros, ontem assumiu o Danilo Moreira, o Conselho, que é um espaço da sociedade civil com o Estado, e é bom destacar que o Conselho têm uma representação de 2/3 da sociedade civil, e 1/3 das cadeiras são do Estado, com representação de 16 Ministérios, mais o Parlamento, o Parlamento Federal, o Parlamento Estadual, representação dos Parlamentos Estaduais, uma representação dos municípios e uma representação dos Estados, e 40 cadeiras são da sociedade civil.

O Davi presidiu o Conselho no último ano, representando a sociedade civil, porque a Presidência é alternada. E o PROJOVEM que eu vou falar um pouco mais sobre ele daqui a frente.

Ao longo desses cinco anos da Secretaria, nós completamos cinco anos agora, dia 02 de fevereiro, nós temos trabalhado em cinco grandes dimensões estratégicas para consolidar a política de juventude. Uma dimensão institucional, que é a multiplicação dos espaços de juventude nos estados e municípios, e, hoje, nós já temos secretarias em 25 dos 27 Estados e em centenas de municípios, secretarias e/ou Conselhos de Juventudes. Uma dimensão internacional... Então, para citar alguns exemplos: o Brasil está aderindo a Organização Ibero-Americana de Juventude, que é o único organismo multilateral de juventude vinculado ao Sistema ONU. O processo está vindo para essa Casa, o processo de adesão já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Nós ajudamos a constituir, em 2006, na reunião de Córdoba, dos chefes de Estado, a reunião especializada de juventude do MERCOSUL que é o espaço, a Câmara temática que trata do tema juventude, no âmbito dos países do MERCOSUL, que atualmente se debruça sobre o tema: "*Trabalho decente e juventude*". Nós temos uma dimensão participativa, que o Conselho é um exemplo disso; nós realizamos, em 2008, o primeiro processo de conferência de juventude, um processo que mobilizou mais de 400 mil jovens e adultos, debatendo o tema juventude, em mais de 800 municípios, nos 27 Estados, com 700 conferências livres, que aconteceram com as diversas juventudes, com a juventude indígena em... No Amazonas, com a juventude que está nos quartéis, num quartel do Exército em Alagoas, com a juventude de periferia na CUFA, com a juventude que participava da Mostra de Cinema em Tiradentes, com a juventude estudantil que participava dos congressos na UNE e da UBES.

Então, nesse processo, nós realizamos a conferência, entre 27 e 30 de abril de 2008, onde foram aprovados, com 2.000 delegados eleitos nesse processo todo, e que aprovaram as 70 resoluções e 22 prioridades da política de juventude.

Temos a dimensão legal, que eu vou me deter sobre ela daqui a pouco, que é a constituição de um marco legal para consolidar o tema juventude a partir da lei, mas impondo, impondo aos estados, aos municípios e ao Governo Federal, aos entes federados, responsabilidade no que diz respeito a enfrentar os desafios e os problemas que afligem os jovens, com programas e ações voltados para esse público, e a dimensão da inclusão. Podia passar.

A dimensão da inclusão, eu queria abordar aqui alguns programas. A Secretaria, como eu falei, ela é responsável pela coordenação do PROJOVEM Integrado e execução do PROJOVEM Urbano.

O PROJOVEM é um programa que surgiu em 2007, resultado da integração de seis programas que já existiam, alguns desde 2003, caso do Consórcio Social de Juventude e do Agente Jovem, outros a partir de 2005. Esses seis programas, entre 2003 e 2005, eles atenderam quase 700 mil jovens, 684 mil jovens. Em 2007, esses seis programas se transformaram no PROJOVEM, sendo que o Agente Jovem virou a modalidade PROJOVEM Adolescente, o PROJOVEM original

virou a modalidade PROJOVEM Urbano, o Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude e o Escola de Fábricas, viraram PROJOVEM Trabalhador, e o Saberes da Terra virou PROJOVEM Campo.

O PROJOVEM é uma experiência... O PROJOVEM, ele é uma experiência de currículo integrado num programa, que integra as dimensões da educação, do trabalho e da cidadania, pagando um auxílio financeiro ao jovem, para jovens direcionados, jovens de 18 a 29 anos, que estejam fora da escola, sem ensino fundamental.

Nesse programa, nesse programa, nós – pode passar a lâmina, por favor – começamos, a partir de 2008, a implementá-lo. Além desse currículo integrado, nós estamos experimentando também a gestão compartilhada. Como eu falei, o PROJOVEM, ele é gerido por quatro Ministérios; o PROJOVEM Adolescente, pelo MDS; o PROJOVEM Urbano, pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretária-Geral da Presidência; O PROJOVEM Trabalhador, pelo Ministério do Trabalho; e o PROJOVEM Campo, pelo MEC. A coordenação é da Secretaria Nacional de Juventude. Cada uma dessas modalidades é executada por um dos Ministérios.

E esse é um grande desafio da política pública no Brasil, hoje, também, Senador Paim, que é exatamente fazer com que superarmos a cultura de caixinhas, das ações fragmentadas, um pouco do que o Senador Cristovam falava aqui, agora há pouco, compreendendo que nós somos um governo e que nós seremos mais eficazes, mais eficientes, se nós quebrarmos essa cultura de caixinha do meu orçamento, do meu programa e trabalharmos, no sentido de que os nossos programas sejam complementares para os jovens.

Nós possamos constituir o que nós chamamos de uma esteira, onde o jovem possa sair de uma determinada modalidade e seguir em outra e melhorar sua condição de acesso aos direitos. Nesses programas, nesse Programa PROJOVEM, nas suas quatro modalidades, até 2009, nós atendemos a cerca de 1 milhão de jovens. E temos a previsão de atender agora, em 2010, pactuado com estados e municípios, mais 1 milhão e 306 mil jovens. Nós temos um orçamento que foi aprovado aqui, nessa Casa, para o PROJOVEM, para esse ano de 2010, da ordem de 1 bilhão, 554 milhões de reais. O desafio é garantirmos, junto com estados e com municípios, que todos aqueles jovens ali tenham condição de acesso ao programa. Nós poderemos chegar ao final desse ano de 2010 com 2 milhões e 300 mil jovens participando do programa. Pode seguir, por favor.

Naquela linha de que a política de juventude, ela é transversal, ela está em diversas áreas, ela está na educação, no trabalho, na cultura, na saúde, no esporte, no desenvolvimento social, eu queria apresentar aqui também alguns outros programas que são desenvolvidos pelo Governo Federal, direcionado especialmente aos jovens.

Tem programas ali, como o PROUNI que está citado ali, que não têm um recorte etário, mas dos quase 600 mil jovens bolsistas do PROUNI, 506 mil são até 29 anos, são jovens até 29 anos. Então, é um programa que incide fortemente sobre a juventude, e essa é uma linha que nós temos trabalhado, naquela dimensão que eu chamei de inclusiva na primeira lâmina, pensar políticas públicas estruturantes, combinado com programas específicos que se complementem.

Então, por exemplo, ao mesmo tempo que o Governo Federal investe fortemente na política estruturante de ampliar as universidades públicas, criando Campus pelo interior, ampliando o número de universidades públicas, para aumentar o número de vagas e facilitar o acesso do jovem à universidade pública, ele faz o PROUNI, que dá bolsa pública em escolas particulares para jovens oriundos de ensino médio público para jovens de família até seis salários mínimos.

Ao mesmo tempo que o Governo Federal faz uma política estruturante de ampliar as escolas técnicas... Hoje, nós temos 215 mil jovens nas escolas técnicas, no ensino tecnológico brasileiro. Com a criação das 214 novas escolas técnicas, que estão em processo de inauguração, algumas já funcionando, 96 já funcionando e outras cento e poucas que serão inauguradas até o final desse ano, nós abrimos mais 285 mil vagas.

Ao mesmo tempo que faz um programa como esse, não a política como essa, faz um programa como o PROJOVEM que eu apresentei agora há pouco. E ali estão alguns números de programas, o programa PRONASCI; de jovens que estão sendo atendidos no Programa Esporte e Lazer na Cidade, que é uma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Justiça; no PROTEJO; no Ponto de Cultura, que é um programa do Ministério da Cultura; a ampliação do Bolsa-Família, do BVJ, que é o Bolsa Variável do Jovem, são 2 milhões e 200 mil jovens adolescentes, de 15 a 17 anos, que as famílias recebem um complemento no Bolsa-Família com a condicionalidade que esses jovens estejam ou retornem para a escola.

Portanto, são alguns números de ações e de programas que o Governo Federal vem implementando para a juventude. Por favor, pode passar a lâmina.

Esse dado eu acho muito interessante, nós fechamos ontem um dado do CAGED. Para quem não sabe o que é CAGED, é o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre 2003 e 2009, foram gerados, de carteira assinada no Brasil, 9 milhões, 173 mil, 176 empregados,

dos quais 7 milhões, 228 mil, 632, 79%, são jovens de 18 a 29 anos.

Ou seja, num cenário que o emprego está crescendo, a perspectiva de crescimento da economia para o ano de 2010 é de 6%, alguns falam em um pouco mais do que isso. Com previsão desse emprego chegar a 11 milhões ao longo dos oito anos, ao final... Oitenta por cento disso são quase dez milhões de empregos para jovens, mais de 9 milhões de empregos para jovens.

Ou seja, no cenário de crescimento da economia, a possibilidade de empregabilidade aumenta; portanto, é fundamental que o Poder Público invista fortemente em políticas de qualificação profissional, de elevação de escolaridade, de inclusão digital, para que a nossa juventude possa ter melhores oportunidades no mercado de trabalho.

O mercado já demanda uma mão de obra mais jovem, isso é um problema para as faixas mais adultas, mas, do ponto de vista da política de juventude, se há o crescimento da economia, se há o aumento da oferta no mercado de trabalho, as possibilidades da empregabilidades dos jovens aumentam. E elas aumentarão de ser um emprego decente – aquela discussão que nós estamos fazendo na reunião especializada de juventude do MERCOSUL – se houver investimento em formação profissional, em elevação de escolaridade e em inclusão digital para a juventude. Essa é uma aposta forte que o Governo Federal vem fazendo, em parceria com estados e municípios e com a sociedade civil, porque, em muitos casos, esses programas são desenvolvidos em parceria com ONGs.

Acho que vale a pena destacar, ainda – eu já estou caminhando para concluir a minha fala, senador -, que nós estamos falando de um universo de brasileiras e brasileiros entre 15 e 29 anos de 50 milhões, segundo o PNAD, mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras nessa faixa etária. E, dentro dos quais, até pela ausência de um olhar do Estado Brasileiro ao longo dos séculos para sua juventude, como um público alvo que requer uma política pública específica, singular, direcionada a eles, os indicadores sociais sempre foram muito graves.

Então, por exemplo, eu me lembro que em 2007, quando nós fizemos o trabalho dentro do governo para integrar aqueles seis programas que criaram o PROJOVEM, nós identificamos pelo PNAD que haviam 4 milhões e meio de jovens de 18 a 29 anos que estavam fora da escola, desempregados e sem ensino fundamental.

Quer dizer, com quatro milhões e meio de jovens, de brasileiros e brasileiras sem ensino fundamental completo, fora da escola, desempregados, qual é a perspectiva de cidadania que esses jovens teriam? Qual que é a possibilidade desses jovens de ter uma vida cidadã? Boa parte desses jovens estavam disputados pelo crime, pelo tráfico e sem ou com pouquíssima perspectiva de inserção no mercado de trabalho, fora da escola, sem perspectiva de crescimento.

Portanto, não é possível se pensar um país que seja plenamente desenvolvido e democrático se nós não dermos oportunidades e direitos para todos o brasileiros e brasileiras. No caso nosso que somos responsáveis pela política de juventude no Governo Federal, que estamos responsáveis por isso, nós não podemos abrir mão de enfrentar esse desafio de assegurar a inclusão desses jovens. Pode passar a lâmina, por favor.

Essa é a última lâmina e aí eu queria me dirigir, muito especialmente na pessoa do Senador Paim, a todos os senadores dessa Casa. Nós estamos com um conjunto de legislação que está tramitando aqui, nas duas casas legislativas, algumas ainda estão na Câmara dos Deputados, outras já estão aqui, que para nós são fundamentais na constituição de um marco legal nessa linha de consolidar a política de Estado. Uma delas é a PEC que o Senador se referiu, quero publicamente, Senador, agradecer o teu empenho, o teu envolvimento, o teu comprometimento com essa causa, ao colocar no texto da Constituição, no Capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais a palavra 'jovem', nós estamos assegurando na nossa lei maior que o jovem, junto com a criança, o adolescente e o idoso serão públicos fundamentais da política pública no Brasil.

Além desse, ainda na Câmara está o Plano Nacional de Juventude, em fase final de acerto. O Plano, ele estabelece um conjunto de direitos a serem implementados pelo Brasil no que diz respeito ao direito do jovem, um conjunto de metas a serem alcançados para os próximos 10, 12 anos.

Está na Câmara, nós estamos acertando a votação; é importante que quando sair daquela Casa, que venha aqui para o Senado que nós consigamos, quem sabe, Senador, antes do processo eleitoral, o Plano Nacional de Juventude.

O Estatuto que também está lá naquela Casa, esse está numa fase mais atrasada de debate, que estabelece um sistema de juventude, de responsabilização dos estados e municípios e o Governo Federal com relação a juventude.

A adesão do Brasil à AIJ, essa já chegou aqui, nessa Casa também, senador, eu pediria a V. Exa., aos senadores comprometidos com a causa da juventude que tivessem atenção. O Brasil, hoje, ele já faz parte politicamente da direção da AIJ, ele é responsável pelo

CONESUL, mas institucionalmente nós precisamos da autorização do Parlamento para que o Brasil faça, consolide essa adesão.

E o PL de reparação à UNE e eu finalizo com ele.

A UNE, ela teve a sua sede, em 1964, destruída, ocupada, foi incendiada pelo governo que ocupou o poder, o governo militar à época. E agora, há três anos atrás, essa sede ficava na... Fica na Praia do Flamengo; hoje, só tem o terreno lá, porque foi destruído o prédio.

Há dois anos atrás, a UNE vinha numa luta, ela, a UNE conseguiu reaver o terreno que tinha sido ocupado por um dono de estacionamento, eles conseguiram na Justiça reaver. E o governo, numa negociação com a UNE, fez um projeto de lei de reparação à UNE.

Eu queria fazer um destaque: nas cortes internacionais de direitos humanos, uma das críticas que se tem ao Brasil no processo de reconhecimento da responsabilidade do Estado, nos danos físicos e morais a diversos cidadãos brasileiros, uma das críticas que tem é que o projeto brasileiro de reconhecimento dessa responsabilidade do Estado, não há nenhum, nenhum processo de reparação coletiva, só reparação individual.

Esse da UNE, será o primeiro processo de reparação coletiva que o Brasil fará. Ou seja, o Brasil estará reconhecendo que o Estado foi responsável pela destruição do prédio da UNE e fará a reparação para que a UNE reconstrua a sua sede na mesmo local. E esse projeto já saiu da Câmara dos Deputados e está aqui no Senado.

Eu pediria, também, uma atenção dos senadores, que são legislações importantes direcionadas aos interesses da juventude brasileira.

Finalizo essa minha primeira fala dizendo que eu fico muito feliz que nesses cinco anos o Brasil caminhou, caminhou bastante no sentido de consolidar uma política de juventude.

Mas é um pouco aquela história de estarmos caminhando em direção ao poente; a gente olha, parece que não está chegando, de vez em quando temos que parar e olhar para trás para ver de onde partimos, a distância que caminhamos. É isso, nós caminhamos muito, mas temos ainda uma longa trajetória pela frente.

E resgatar essa dívida que o Estado brasileiro adquiriu com seus jovens ao longo dos anos é uma tarefa dos governos nas suas três esferas, dos Parlamentos, nas suas três esferas e da sociedade civil brasileira.

A construção da democracia que nós sonhamos e lutamos por ela, não pode prescindir de assegurar que a juventude brasileira tenha acesso a seus direitos e às oportunidades.

Muito obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência cumprimenta o Beto Cury pela sua exposição, e, pode ter certeza, Beto, eu já conversei com o Senador Cristovam, ele vai assumir a Presidência aqui, no momento que ele entender.

Eu estou aqui apenas como autor do requerimento e não tenha nenhuma dúvida que os projetos aqui, no Senado, terão um carinho especial de todos os senadores, especialmente dessa Comissão de Direitos Humanos.

Eu falo isso em nome do Senador Cristovam, porque sei do compromisso dele com essas causas. Então, fique tranquilo e conte conosco.

Então, para agilizar, passamos de imediato ao Davi Barros, Presidente do Conselho Nacional da Juventude, o Davi. O Davi está saindo, quem assume agora é o... Danilo Moreira que não chegou, mas já está conosco o João Vidal, que é o Presidente, eleito ontem, não é?

Então, uma salva de palmas para esse que sai, fez um belo trabalho, grande Davi.

[palmas]

Davi, à disposição a palavra.

SR. DAVI BARROS: Então, está ligado? Um bom dia a todos e todas. Eu queria, primeiro de tudo, agradecer ao Senador Paim pela disponibilidade e pelo compromisso assumido com a juventude brasileira, no que diz respeito a consolidar essa nossa luta, que é de transformar o jovem no Brasil como um sujeito de direitos.

Inserir na nossa Constituição o 'jovem' para muitos parece apenas uma palavrinha, mas, na verdade, abre um precedente significativo para que o Estado Brasileiro possa, de fato, se debruçar sobre a condição juvenil e pensar a juventude não apenas como um segmento, mas como um ator importante no que diz respeito a um projeto de nação.

Então, esse compromisso do Senador Paim é algo que nós queremos aqui deixar nítido e parabenizar pela disponibilidade, pelo compromisso assumido com a juventude brasileira.

Eu queria saudar o companheiro Beto Cury, que nesse último período, nesses últimos sete anos, na verdade, nesses últimos cinco anos, vem desempenhando o papel de Secretário Nacional de Juventude e vem colaborando muito para que essa agenda pública se consolide.

A Secretaria Nacional de Juventude é referência para os estados e municípios no que diz respeito

a gestão das políticas, no que diz respeito a transversalidade das ações e é para a Secretaria Nacional de Juventude que os governos estaduais e municipais olham quando vão pensar as ações destinadas aos jovens no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Davi, eu vou fazer um pequeno intervalo, porque eu faço questão de registrar a presença conosco, ele é convidado como painelista, do Deputado Reginaldo Lopes, que é o relator do Plano Nacional da Juventude e foi o primeiro Parlamentar que me procurou para os dois eventos, tanto aquele de ontem, como esse de hoje.

Então, seja bem-vindo e convido a estar na Mesa conosco aqui Reginaldo.

[palmas]

SR. DAVI BARROS: Então, a Secretaria Nacional de Juventude tem cumprido esse papel de espelhar e de replicar para os estados e municípios essa gestão das políticas de juventude, que é tão inovadora para o nosso país.

Saudar o companheiro João Vidal, que assume a tarefa aí na Mesa Diretora do Conselho Nacional de Juventude, representando a sociedade civil.

E aí eu queria um pouco repetir uma fala que eu fiz ontem, no sentido de que o Conselho Nacional de Juventude, ele tem uma peculiaridade importante que é, no que diz respeito a participação da sociedade civil, ter dois tipos de representação.

A primeira, dos movimentos de juventude, daqueles e daquelas que estão organizados a partir das suas especificidades ou das bandeiras de luta, juventude trabalhadora, juventude negra, as jovens mulheres, os jovens estudantes, os jovens hoje que lutam numa perspectiva de reconhecimento e de cidadania das diversas orientações sexuais vinculadas ao movimento LGBT.

Os jovens que, a partir das suas bandeiras de luta na defesa pela moradia digna, na defesa de uma política de cultura democrática, estão organizados dentro do Conselho Nacional de Juventude, trazendo para esse espaço os debates e os acúmulos que são produzidos no movimento, e, também, temos nesse espaço de representação na sociedade civil, nós temos as organizações que apóiam as lutas juvenis.

As ONGs vinculadas a associações civis, as ONGs ligadas ao Terceiro Setor, então, outras organizações que são comprometidas com essa luta e que ajudam do ponto de vista político, mas também do ponto de vista técnico, metodológico, a colaborar com o fortalecimento da política pública de juventude, a incubar, inclusive, ações que possam, de fato, no futuro, tornar políticas públicas.

E o João, hoje, representa na Mesa-Diretora do Conselho Nacional de Juventude esse segmento da sociedade civil e que tem a tarefa de poder articular todos esses atores, para que o Conselho se fortaleça, mas também para que ele possa cumprir o seu papel de controle social das políticas públicas de juventude e também de propor ações que possam, de fato, avançar nas conquistas dos nossos jovens.

Eu queria saudar também o meu companheiro, o Deputado Reginaldo Lopes, que, de primeira hora, se comprometeu com essa temática, com essa bandeira da juventude brasileira.

O Reginaldo vem aí desde 2004, acho que, claro que anteriormente temos a sua hora trajetória enquanto militante, comprometido com as bandeiras da juventude brasileira, mas que no Parlamento inaugurou uma discussão importante, que é de conceituar o que significa ser jovem no Brasil, no que significa construir políticas públicas, no que significa, de fato, o Estado Brasileiro garantir direitos para esse segmento, direitos para a juventude. Então, o Reginaldo tem um papel importante nesse sentido e entra para a história desse legado de constituição das políticas de juventude.

E o meu companheiro de partido lá do Rio Grande do Sul, companheiro Maurício Piccin, que vem aí, na verdade, tendo a ousadia de construir espaços de militância da juventude, no sentido de ocupar os espaços de poder nesse país, no sentido de participar mais ativamente da democracia, e o Maurício é uma pessoa na qual a gente tem uma confiança de que vai, com certeza, colaborar nesse sentido, a sua história e a sua militância lhe credenciam para poder, nos espaços democráticos, construir uma representação significativa da juventude brasileira.

Gente, nós estamos agora nesse momento saindo de um, vamos dizer assim, de um ciclo do que diz respeito às políticas públicas de juventude, que traz aí alguns acúmulos que para o próximo período precisam ser valorizados e precisam ser parte de um processo hoje de, como eu posso dizer, de uma mudança de patamar das políticas públicas de juventude.

A fala do Beto foi muito emblemática, no sentido de trazer para todos nós os acúmulos construídos no último período de todo o legado que o Governo do Presidente Lula conseguiu construir no que diz respeito às políticas de juventude no Brasil.

E é um legado, porque é a primeira vez na história desse país que nós temos os entes federativos minimamente articulados no que diz respeito a implementar uma política para esse segmento.

É importante a gente lembrar que esse conceito de juventude, ele veio se consolidar de fato a partir de

um período no qual a juventude brasileira foi esquecida pelo Estado Democrático.

Nós, se a gente começa a pensar a juventude brasileira, a primeira referência que se faz são em relação aos estudantes.

A gente faz uma volta no tempo em relação à década de 80, por exemplo, eram considerados estudantes no Brasil aqueles que estavam na escola, aqueles que estavam nas universidades; e todos aqueles que não tiveram essa oportunidade ou que porventura estavam em outros, outras construções de vida, passavam, de certa forma, da adolescência para uma idade adulta sem um processo que pudesse, sem uma trajetória que pudesse de fato consolidar a sua emancipação, pudesse consolidar sua trajetória educacional, pudesse consolidar o seu projeto de vida.

Isso se acentua principalmente na década de 90 quando se começa uma operação de desmantelamento do nosso Estado, quando o Estado Brasileiro, dentro uma de política de Estado mínimo, começa a trabalhar para apenas 1/3 da nossa população e esquece principalmente essa construção que a juventude brasileira vinha fazendo no sentido da sua projeção social, no sentido da construção do seu projeto de vida.

E isso traz pra última década, para a década do ano 2000, no final da década de 90 para o início da década do ano 2000, um problema social que se evidenciou principalmente no que diz respeito às taxas de desemprego e, principalmente, no que diz respeito à violência urbana.

Foram os jovens, na verdade, aqueles e aquelas que passaram por, espelharam, vamos dizer assim, as grandes mazelas sociais que esse país vivenciou, vivencia e vivenciou mais fortemente no último período. Dos jovens brasileiros, daqueles que fazem parte dessa faixa dos 15 aos 29 anos, que, hoje, a partir desse ano de 2010, a gente chega a um contingente populacional de 51 milhões de brasileiros e brasileiras, ou seja, é muito significativo, é praticamente um outro país da América Latina, é quase uma Argentina, o contingente populacional do Brasil, desses nós temos 1 milhão e meio que são analfabetos. Dois milhões desses jovens vivem em situações de assentamentos precários, vivem aí em favelas, 20 milhões deles vivem em assentamentos, no que diz respeito à cidade, em casas, com bastante precariedade, no que diz respeito a uma habitação digna.

Se a gente vai, temos aí os avanços relacionados à empregabilidade juvenil, no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho, mas do ponto de vista das taxas de desemprego os jovens ainda são o triplo da média da nossa população.

Então, de fato, nós temos ainda um problema social que, se for recortado, nós vamos evidenciar que é na juventude brasileira que estão as grandes proporções dessa desigualdade social no país.

Então, isso, para nós, significa que precisa haver uma intervenção concreta, urgente, mas também sistemática, do nosso Estado, para que a gente possa reduzir as desigualdades sociais nesse país e o sujeito dessa redução são as jovens, é a juventude brasileira.

Então, nesse sentido, o legado que o Governo Lula construiu, nesse último período, colabora para que a gente possa, a partir daí, pensar o novo patamar de importância, o novo patamar desse sujeito que é a juventude brasileira. E esse legado, Senador Paim, ele é baseado, primeiro, no que diz respeito ao que são as políticas emergenciais de atender uma parcela da juventude brasileira que, na verdade, estava ali abaixo da linha da pobreza e sem condições nenhuma, de, a partir das suas forças, inicialmente conseguir sair do ciclo de pobreza na qual estavam condenados.

As políticas emergenciais, que foram construídas pelo Governo Lula, deram oportunidades para que esses jovens pudessem construir o seu projeto de vida, que pudessem, a partir de uma intervenção do Estado, ter condições de superar o ciclo de pobreza na qual estavam fadados a uma perpetuação.

No Brasil, hoje, aquele jovem, que nasceu pobre, tem, hoje, a possibilidade de construir uma ascensão social e as políticas emergenciais do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula, colaboraram nesse sentido.

Claro que, paralelo a essa construção, na verdade, muitas vezes construindo uma integração disso, as políticas estruturantes colaboraram nesse sentido. A gente percebe o avanço do ensino técnico, se a gente percebe o avanço das políticas que buscavam democratizar as tecnologias da informação, se a gente percebe o avanço no que diz respeito a uma maior inserção do jovem na universidade pública, se a gente percebe também uma perspectiva de política cultural que estabelece não apenas o jovem como público alvo daquela política, mas o jovem também como produtor dessa ação, o jovem também como protagonista de uma política cultural, nós temos aí uma construção, um acúmulo de ações que fortalecem essa agenda, que fortalece esse essa agenda de política de juventude

E toda essa construção, na verdade, não partiu de um diálogo isolado, mas de uma... Como é que eu posso dizer? Acho que absorver, construir com os acúmulos que foram evidenciados, que foram formulados com a experiência da sociedade civil.

Nós passamos por um período significativo de muita mobilização social da juventude brasileira em torno da sua temática, em torno das suas demandas. E aí nós conseguimos tirar da invisibilidade outros atores estratégicos no que diz respeito à juventude brasileira.

Antes, nós tínhamos aí um tripé da mobilização, da organização e da formação da juventude brasileira, que era, estava concentrado no movimento estudantil, nas pastorais de juventude, no movimento aí das igrejas e, também, no movimento sindical, era o tripé da formação do movimento social brasileiro, que também influenciava na formação na escola da nossa juventude.

E a partir desses debates, desses acúmulos, nós conseguimos aí tirar da invisibilidade outros fatores que começaram a se organizar a partir também de temáticas específicas. Conseguimos aí trazer à tona todo o debate e a organização política que a juventude rural brasileira tem, a partir do movimento sindical, mas também a partir de outros movimentos de luta pela reforma agrária.

Nós conseguimos tirar da invisibilidade o movimento LGBT, que na juventude tem uma incidência profunda, que vem quebrando paradigmas no que diz respeito à produção intelectual, mas também no que diz respeito a construção de novos valores.

Nós tiramos da invisibilidade um movimento que surgiu na periferia, que foi o movimento *hip-hop*, que conseguiu aí construir uma disputa concreta entre a política, a participação política do jovem e o crime organizado. E nós conseguimos trazer à tona organizações no que diz respeito às especificidades relacionadas à luta das mulheres e também a luta ao combate ao racismo a partir, da organização da juventude negra.

Então, esse acúmulo da sociedade civil, esse acúmulo construído pelos movimentos serviu de base para que o Governo Federal pudesse, de fato, ter um legado a apresentar para o próximo período para nossa juventude.

E esse legado também diz respeito a uma política de participação. Na verdade, isso, a participação do jovem nos debates, em relação as políticas de juventude é uma premissa que foi construída não é apenas uma perfumaria ou uma parte isolada do nosso debate. Mas hoje é uma premissa da construção das políticas de juventude.

Até porque, e é importante que a gente possa falar isso, nós estamos num debate conceitual inclusive para consolidar no Parlamento Brasileiro, o debate em relação às políticas de juventude, de uma certa diferenciação do que diz respeito as políticas de criança e adolescente. As políticas de criança e adolescente têm um viés uma perspectiva de proteção social, de tutela do Estado em relação a esse segmento, à infância brasileira.

A política de juventude tem o principal objetivo de emancipar o jovem brasileiro. Esse é o principal caráter que as políticas de juventude tem nessa perspectiva, de construir a autonomia do jovem, de preparar para o momento em que ele chegue a idade adulta e construa ali as condições de ter consolidado uma ascensão social.

Então, é nessa perspectiva que a gente caminha com as políticas de juventude, e o legado, deixado pela prática da política nacional de juventude, traz para nós essa experiência que, no Parlamento, nós precisamos conceituar melhor e consolidá-la do ponto de vista da legislação essa autonomia, essa construção da emancipação do jovem brasileiro.

E isso significa, assim para concluir a minha fala, significa dizer que nós estamos querendo que essa geração e as novas gerações estejam num processo permanente de integração no processo democrático e aí, numa perspectiva de radicalizar a nossa democracia. Porque isso também é uma tarefa dessa nossa geração. Nós tivemos no último período as demais gerações numa luta política constante nesse país.

Na luta pela redemocratização, na luta para eleger seu Presidente, na luta para mudar o modelo político econômico desse país e hoje essa nossa geração tem o legado de poder radicalizar essa democracia para que ela saía, de certa forma, da política do voto ou da transição política democrática e possa de fato democratizar direitos, possa democratizar oportunidades e que possam construir, de fato, uma outra cultura política que trate a democracia não apenas do ponto de vista eleitoral, mas do ponto de vista da construção social de novos atores e de construir cidadania e dignidade para o conjunto da maioria da nossa população.

Então, as políticas de juventude no nosso entendimento, precisam chegar a esse patamar. Se hoje nós tivemos, nesse último período, os pobres como, vamos dizer assim, o sujeito, o público alvo da ação do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula, no sentido de reduzir as desigualdades e mudar o modelo de desenvolvimento, para o próximo período, são os jovens esse sujeito, são os jovens esse público alvo, são os jovens o ator estratégico para a mudança de patamar da civilização brasileira, a mudança da patamar do Estado Brasileiro no que diz respeito a qualidade de vida e no que diz respeito a superação das desigualdades sociais.

A juventude brasileira hoje é protagonista de um processo de mudança política e é protagonista de um novo modelo de desenvolvimento. E cabe agora ao Es-

tado Brasileiro a partir do Poder Executivo e também da formulação do Poder Legislativo consolidar esses jovens como sujeito de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento nacional.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus cumprimentos ao Davi e dizer ao Plenário que a Mesa aceitou a provocação que chegou aqui sutilmente, educadamente, gentilmente, mas com muita ousadia e eu quero dizer que gostei da provocação.

A seguinte pergunta: "Ô meu Senador... Eu estou aqui traduzindo... por que não tem nenhuma jovem mulher aí nessa Mesa." Então a Mesa já decidiu, o Senador Cristovam já concordou e que vocês indiquem então uma liderança das mulheres para vir para a Mesa aqui. Vocês indiquem no momento adequado e vai fazer uso também da palavra. Ok? Vocês indiquem no momento adequado aí.

De imediato, eu passo a palavra ao Maurício Piccin. O Maurício não é só porque ele é Secretário da Juventude do PT lá do Rio Grande, mas ele é que mais me provocou lá no Estado, para que eu assumisse aqui no Senado essa bandeira. O Deputado por um lado e ele lá na base pelo outro, não teve jeito, deu no que deu, estou aí até o fim com vocês nessa caminhada, estou escalado.

Maurício com a palavra.

SR. MAURÍCIO PICCIN: Muito bem, bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de iniciar saudando o nobre Senador Paulo Paim, porque o Paim tem se revelado um lutador incansável também da juventude, além dos idosos, dos motoristas, dos portadores de deficiência, mas também da juventude.

E eu não falei isso pra ele ainda, mas vou falar aqui, que eu acho que o Paim está olhando bastante para o futuro, com os pés no presente. Porque abraça uma pauta que é do presente que é a juventude e mantém uma relação íntima com a pauta que, com certeza ainda vai aumentar muito o debate em torno dela, que é a pauta dos idosos, porque nós estamos num país que talvez, no momento, de maior população jovem e a tendência é que a população idosa aumente cada vez mais também.

Portanto, o companheiro Paim tem se mostrado um lutador incansável da pauta da juventude, no momento em que abraçou essa pauta como uma dimensão estratégica que ela tem que ter e para nós nos orgulha muito poder contar com o senhor para pautarmos este debate aqui no Senado.

Quero saudar também o nosso Senador Cristovam Buarque, que aqui está acompanhando a nossa audiência, saudar também o nosso companheiro Reginaldo Lopes. Reginaldo, desde que eu comecei a militar, quando eu era Diretor da une, depois Vice-Presidente da UNE, eu ouço as intervenções do Reginaldo pautando a questão da juventude aqui no Congresso Nacional como uma grande referência para a juventude brasileira.

[palmas]

De representação, uma representação importante para o conjunto da juventude brasileira não só de Minas Gerais mas de todo o Brasil. Eu quero saudar também o companheiro Beto Cury, o nosso Secretário Nacional de Juventude do Governo, portador desta política positiva, importante, que marcou um outro momento na história do país. E está de parabéns, com certeza nós precisamos avançar cada vez mais, mas um passo importante que nós marcamos nesses dois mandatos do companheiro Lula.

Eu quero saudar também o nosso companheiro Davi, Davi que deixa a Presidência do CONJUV, do Conselho de Juventude e que ao longo de sua gestão conseguiu articular um conjunto de pautas importantes que, com certeza, se não fosse a dedicação do David, a incansável presença do Davi em todos os debates e as construções e articulações em torno do tema da juventude das nossas pautas, com certeza nós não estaríamos aqui comemorando talvez o dia de ontem, comemorando o fato da PEC da Juventude estar sendo pautada no Senado de forma definitiva.

Saudar também o João, o João Vidal, que assumiu ontem a vice-Presidência do CONJUV, com certeza vai ter uma grande tarefa eu tenho certeza que ela será uma gestão de muitas vitórias e, com certeza, se consolidarão nos próximos dias e nos próximos meses.

Eu quero começar, eu vou dizer aqui que eu fui o único que escrevi a minha fala e vou ler ela, porque eu quero não ter a condição de talvez cometer algum erro e, portanto, trazer aqui um conjunto de elementos que eu acho que são importantes para discutirmos nesse momento da definição dos marcos legais e deste novo momento da política nacional de juventude.

Portanto, eu quero começar abordando a respeito dos motivos que acredito serem responsáveis para que o tema de juventude faça parte da agenda de política públicas e sobre quais visões esse debate foi tratado nos últimos anos.

Nos anos 70 e 80, foram marcados por um grande debate de mobilização do conjunto da sociedade sobre a necessidade de garantir os direitos das crianças e adolescentes. Vivíamos nesse momento um *boom* de natalidade e o Estado precisava responder a estas políticas e a esse grande contingente de crianças e adolescentes.

Como resultado de toda luta em torno dessa pauta foi criado o ECA, o Estatuto da Criança e Adolescente

que tem como principal finalidade estabelecer políticas de proteção a esse segmento da população.

Nos últimos anos tem ganhado muito destaque e visibilidade o tema da juventude. Os motivos para isso, acredito que são vários, mas acho que um deles refere-se a quantidade populacional.

As crianças e adolescentes de ontem, na década de 90 em diante, passaram a ser jovens. Sendo assim, dados do IBGE nos mostram que, em 1980, a população de 15 a 29 anos era de 34, 4 milhões de pessoas; em 2007, passaram para 50,2 milhões, ou seja, um crescimento de 45, 9%. As projeções para 2010, para esse ano, portanto, são mais de 51 milhões de jovens.

Outro motivo que eu acredito ser relevante refere-se à gravidade da exclusão social vivida por essa parcela da população.

Só para exemplificar, aproximadamente 50% dos desempregados são jovens. Os jovens recebem em média a metade da remuneração de um trabalhador adulto pelo mesmo serviço e se for negro e mulher, recebe ainda muito menos.

Os homicídios são responsáveis por 56,8% das mortes de jovens; 57,8% dos presos são jovens; 65,7 dos jovens de 18 a 24 anos estão fora da escola; 46,5 milhões dentre os que habitam as áreas urbanas vivem em moradias inadequadas fisicamente.

O nível de escolaridade dos jovens rurais é 26,5 inferior ao jovens urbanos e, além disso, o analfabetismo no campo chega a 8% entre a juventude.

Muito já foi feito. A política de juventude do Governo Lula é o desenvolvimento econômico que conquistamos está superando este quadro. No entanto muito ainda há de ser feito. Vale a pena lembrar aqui a importante campanha nacional contra a violência e o extermínio da juventude, organizada pelas Pastorais da juventude de todo o Brasil.

Outro elemento é sobre a importância da juventude na estratégia de desenvolvimento do país. Os números da população jovem no Brasil retratam a existência de um bônus demográfico, que deve ser encarado pelo Estado com uma grande oferta de recursos humanos para operar esse desenvolvimento.

Portanto, superar essa condição de grande exclusão social entre esse segmento é uma condição para sustentarmos o desenvolvimento do país.

Contudo, para além do tamanho da população e da situação social da juventude o que se constata é que qualquer projeto de desenvolvimento precisa considerar o processo de incorporação das novas gerações como a forma de integrá-las e responder as novas pautas que certamente surgem.

Sendo assim, mesmo com a mudança dos cenários demográficos no Brasil, com alteração da composição etária da população e com a diminuição drástica das desigualdades, aquestão geracional continuará sendo um elemento determinante para o desenvolvimento do país.

As primeiras políticas públicas de juventude passaram a ser implementadas no Brasil principalmente a partir do ano de 1997, com a ocorrência de vários casos da violência envolvendo jovens. Estes fatos, somados a luta de diversas organizações de juventude possibilitaram que o debate viesse a tona no Brasil e as políticas públicas fossem formuladas em várias esferas de governo, a partir da uma percepção da juventude, de forma geral, como uma etapa problemática da vida dessas pessoas, onde a juventude seria caracterizada pelos possíveis desvios, associada a comportamentos de risco e a possíveis disfunções do processo de socialização.

Sendo assim, caberia à sociedade e ao Poder Público desenvolver ações e políticas públicas do sentido do controle social tutelar e repressivo para com a juventude. Exemplos disso são as propostas de redução da maioridade penal e as experiências do toque de recolher nas cidades, o que comprava que esta maneira de perceber a juventude permanece influenciando até hoje.

Outra visão muito presente no cotidiano é a juventude como uma fase de transição. Essa concepção encara este momento da vida como um simples momento para preparar o jovem para o futuro, ser um adulto socialmente justo e produtivo e, portanto, mantém o jovem numa condição de subalternidade e invisibilidade perante a sociedade. Tanto a visão da fase problemática e a fase de transição, possuem ainda até os dias de hoje considerável influência nas temática sobre a juventude.

Talvez um dos maiores avanços do Governo Lula foi inaugurar uma política nacional de juventude a partir de uma visão muito defendida pelos movimentos de juventudes partidárias progressistas, como portadora de direitos. Esta visão permite promover políticas públicas para empoderar(F) a juventude, para que esta possa construir uma trajetória de independência e buscar uma inserção social autônoma na sociedade.

Sendo assim, como estamos nessa Audiência Pública discutindo as políticas para a juventude, discutindo os marcos legais, que inclusive, tramitam nesta Casa e na Câmara dos Deputados, as iniciativas como a PEC da Juventude, o Plano Nacional da Juventude e o Estatuto Nacional da Juventude, acredito ser necessário termos clareza, ou melhor dizendo, a

'escureza' de quais devem ser os direitos específicos dessa juventude.

Como essa fase da vida é marcada por muitas definições, é necessário que o Estado garanta, a partir dos marcos legais que estão em debate, um conjunto de direitos específicos para possibilitar a inserção social da forma autônoma e independente da juventude na sociedade a partir das suas especificidades.

O primeiro deles acredito que seria o direito a emancipação, Os jovens possuem a necessidade da construir uma inserção social é produtiva; sendo assim o Estados devem garantir os meios e os instrumentos para que os jovens construam sua trajetórias de independência e autonomia. Para isto é necessário políticas que garantam a subsistência através do acesso ao trabalho, ampliar escolarização, ter acesso a moradia emancipada da família. Direito ao tempo livre e a experimentação, acredito ser um segundo direito específico importante.

É nessa fase da vida que os indivíduos mais têm tempo livre. É nessa fase da vida em que os indivíduos fazem suas principais escolhas, seja na dimensão profissional, seja na dimensão afetiva, seja na dimensão política e da necessidade de que para se fazer tais escolhas é preciso experimentar o maior número de possibilidades em todas as dimensões.

Sendo assim, esse direito consiste em que o Estado garanta meios e equipamentos para os jovens processarem as suas buscas, esse direito se materializa na garantia do acesso e fluição dos bens culturais, na garantia da prática esportiva, na garantia da produção cultural, na garantia do exercício do turismo e do lazer.

Um outro direito importante é o direito ao território. O território é a principal esfera de relação sócio-afetiva da fase juvenil. A prova disso está na necessidade de o não ficar em casa, na produção cultural e na prática de esportes que interagem com o ambiente, seja o urbano ou o da roça. Hoje os espaços de convivência estão cada vez mais privados. Sendo assim, esse direito consiste em que o Estado garanta espaços no meio urbano e no meio rural para o encontro e a convivência.

Esse direito se materializa na garantia de espaços públicos acessíveis, onde os jovens possam exercer a convivência e na garantia de mobilidade, onde os jovens possam se deslocar e interagir com o território.

Direito a emancipação e ao enfrentamento à opressão geracional. Esse direito leva em consideração que na sociedade a opinião do jovem sempre tem menor valor, com certeza, a juventude que está aqui presente sabe muito bem do que a gente está falando. E dificilmente é considerada nos espaços de decisão, caracterizando uma discriminação geracional.

Portanto, este direito versa sobre a necessidade do Estado garantir mecanismos para que as novas gerações participem das decisões sobre as estratégias da sociedade. Para isso esse direito concretizasse criando espaços de diálogo com o Poder Público, criação de espaços públicos para a expressão e comunicação de opiniões, a democratização dos meios de comunicação e além da criação dos meios para produção da comunicação.

Acredito que, no Brasil, embora já possua importantes políticas de juventude que representam um grande avanço na nossa história, está discutindo tardiamente a sua institucionalização, haja vista a importância que o tema possui para uma parcela significativa, que chega a 30% da população e possui uma pesada influência sobre o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Urge a rápida tramitação e aprovação dos marcos legais da política nacional de juventude. A PEC da Juventude, o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude conformam o arcabouço geral de uma política de Estado, determinando que a política acertada do Governo Lula em relação a juventude se concretize como uma conquista do conjunto da juventude brasileira e de toda a sociedade de forma geral.

Contudo esta política de Estado para a juventude brasileira precisa estabelecer nitidamente seu papel e suas diferenças, como por exemplo, com o Estatuto da Criança e do Adolescente. São políticas diferenciadas com papéis completamente distintos.

O ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, está voltado para o desenvolvimento de políticas a fim de proteger, de cuidar, de tutelar o indivíduo até este possuir condições psíquicas e sociais para dar conta de sua vida, para construir a sua vida. A PEC da Juventude, o Estatuto e o Plano, necessariamente devem ter como diretriz norteadora a necessidade de desenvolver políticas capazes de emancipar, de dar autonomia e possibilitar à juventude a construção plena de suas vidas de forma livre, digna e justa.

O que mais esperamos é que os marcos legais da política nacional da juventude sejam aprovados o mais rápido possível e que os parlamentares tenham o compromisso com toda uma geração que luta por reconhecimento, por visibilidade e por direitos.

Direitos esses que vêm sendo conquistados devido às políticas do Governo Lula, mas que necessitam serem transformados em políticas do Estado a favor de milhões de jovens que lutam todos os dias para construir suas vidas e que são atores fundamentais para a construção de um Brasil mais justo.

Por fim, e aqui eu concluo, parece-me que o Brasil de hoje, cada dia que passa, cada vez mais é necessária a frase de um grande lutador, o Che Guevara, em que ele diz que "O alicerce fundamental da nossa obra é a juventude" e que assim seja, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Maurício, pela sua fala, mais uma vez eu repito, o Senador Cristovam está conosco aqui, ele é o Presidente, ele só não está aqui porque ele entendeu que eu deveria continuar um tempo maior, por ter sido o autor do requerimento. Mas é parceiro nosso em todas as horas, assume no momento que o senhor assim entender, fique bem a vontade.

Senador Cristovam, pelo que eu vejo aqui chegaram também aqui no Plenário os companheiros que estão lutando pela aprovação do projeto dos vigilantes e também os companheiros que a periculosidade, não é? E percebo também os companheiros da FUP, também aqui presente, mas principalmente o projeto dos vigilantes. Total apoio nosso aqui e tenho certeza da juventude para o projeto de vocês.

[palmas]

Perguntei se o Senador Cristovam ia usar a palavra agora, ele me sinalizou que ele já tinha já conversado com ele, que nesse momento falaria, então, o Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Federal, quero dizer que ajudou a articular esse momento. Ele me procurou logo que começamos a conversar, ele disse: "Olha, Paim, vamos fazer uma audiência pública, vamos fazer um movimento no Plenário para que a PEC seja aprovada."

E você me falava naquele momento do estatuto, também, e do plano nacional que você é o relator.

Então, com muito orgulho, passamos a palavra para você, pelo trabalho que vem fazendo na Câmara e essa contribuição que está dando também aqui no Senado.

[palmas]

DEPUTADO REGINALDO LOPES (PT-MG): Obrigado Senador Paulo Paim pelas palavras, e também, pela iniciativa de propor a audiência.

Acho que a juventude brasileira ganha um importante aliado, todos nós somos testemunhas do seu trabalho, da sua determinação, da sua luta em prol da política pública para os idosos no Brasil.

E, com certeza, essa mesma determinação vai contribuir muito para que a gente possa dar andamento à institucionalização das políticas da juventude no Brasil.

Então, eu quero agradecer pelo senhor ter assumido conosco esta luta, em nome da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, que é uma frente da qual eu tenho a honra de ser o Coordenador e que tem sido um instrumento de mobilização em prol dos projetos que tramitam nesta Casa.

Eu quero também agradecer ao Senador Cristovam Buarque, amigo, ainda enquanto Ministro da Educação, nós compartilhamos vários sonhos e fizemos vários atos naquela ocasião, quando a gente estava iniciando ainda o debate das políticas públicas no Brasil e o Senador, enquanto Ministro, foi um forte aliado desta temática.

Então eu agradeço também o Senador Cristovam Buarque.

[palmas]

Beto Cury, o nosso Ministro da Juventude, nosso Secretário Nacional, que assumiu a pasta em 2005, com a criação da Secretaria Nacional e tem desempenhado um extraordinário trabalho. É responsável por um dos programas que eu entendo de maior relevância para nossas juventudes, porque o PROJOVEM é uma programa, mas que dialoga com as várias 'tribos', vamos dizer assim, ele tem quatro modalidades que vem no sentido de dialogar e dar, oportunizar, políticas públicas para a juventude brasileira e tem feito isso com muita competência.

Um programa novo, um formato diferente, o PROJOVEM Urbano é um projeto ousado, a partir de uma nova metodologia do ponto de vista pedagógico, para dar a mão àquele jovem que foi abandonado pelo Estado, daquela educação tradicional, que talvez o modelo foi o grande responsável por expulsar aquele jovem da escola regular.

E o Beto Cury tem essa tarefa de coordenar um projeto que tem um novo formato e a maioria, com certeza, da sociedade, às vezes, não compreende que é preciso um novo formato e acaba achando que é um novo projeto de, vamos supor, 'empurroterapia', para que a gente possa elevar a escolaridade do jovem e não compreende a dimensão do formato, do projeto político pedagógico do Projeto PROJOVEM Urbano.

Nós que convivemos com a juventude e participamos de várias formaturas de vários...Em momentos da fase do PROJOVEM Urbano e convivemos com os jovem que tem essa oportunidade de participar desse programa, nós já conhecemos vários que hoje estão matriculados nas universidades federais do país e vários jovens que estão matriculados nas escolas técnicas do país, sendo, tendo um desempenho acima da média dos jovens que estão ou cursaram os curso regulares. Isso é demonstração que é possível um novo modelo do ponto de vista político e pedagógico.

Eu quero aproveitar, Beto Cury, para fazer aqui, também, um tema, aproveitar aqui o nosso doutor na educação, Senador Cristovam Buarque, eu acho que

a partir da experiência desse novo modelo político pedagógico do PROJOVEM para a formatura do ensino fundamental, para a elevação da escolaridade do jovem que tem mais de 18 anos, eu acho que nós deveríamos também repensar e aumentar o nosso nível de reflexão sobre a necessidade, eu costumo brincar eu sei que é forte a expressão que eu vou utilizar aqui, mas eu acho que o ensino médio tradicional no país faliu.

Eu estou convencido que o formato...

[palmas]

Que o formato de conhecimentos gerais ou, vamos dizer assim, catedrático do ensino médio no Brasil não corresponde mais à necessidade da juventude no Brasil, e o pior, não dialoga mais com o desejo da juventude no país e não dialoga com a necessidade que o país precisa do ponto de vista do seu desenvolvimento, do seu projeto de nação.

E eu falo isso por quê? Vamos aqui nos ater a um dado simples; para cada desempregado, para cada quatro desempregado no país, três são jovens.

Esses três empregados que são jovens, aí, aproximadamente 75%, são jovens que não têm formação do ponto de vista da universidade e não tem formação do ponto de vista da formação técnica, tecnológica. Eles têm o quê? Na ampla maioria não tem a formação do ensino médio, mas aquelas que têm também a formação do ensino médio, simplesmente o ensino médio, o ensino de conhecimentos gerais, também continuam desempregados.

Então, vamos comparar com o jovem que passou por uma escola técnica federal, ou seja, por um instituto federal tecnológico de ciência e educação, ou então, teve a oportunidade de estudar num CEFET, num Centro Federal de Formação.

Esse jovem, hoje, no Brasil ele tem uma taxa de desemprego 1.8, ou seja, nós temos uma taxa de desemprego juvenil no Brasil, de 19.8 Beto? Chegando a 20%.

SR. BETO CURY: É, só que caíram os números ontem, vamos atualizar os dados porque [ininteligível] empregabilidade.

DEPUTADO REGINALDO LOPES (PT-MG): Mas... Sim. E temos aí uma taxa de desempregado adulto do país como um todo de 7.9, não é isso? Com a data do mês de dezembro.

SR. BETO CURY: Isso.

DEPUTADO REGINALDO LOPES (PT-MG): E você tem uma taxa de desemprego no mundo dos universitários de 4.8. Então vamos lá: ensino tecnológico de 1.8, de formação de curso superior 4. 8, de desemprego total de 7.9, aí algumas contradições, vamos dizer assim. E temos aí uma taxa de quase 19 na população jovem.

Então, é evidente que, por este dado, nós podemos afirmar que está errado, que está equivocado o modelo do ensino médio no país. Mas alguém pode dizer assim: "Pô, mas essa fala, ela está muito economista, ela está com o olhar muito do mundo do mercado de trabalho. Mas e a formação para a vida, a cultura e tal." Aí eu quero colocar um outro debate, porque, para mim, o ensino médio no Brasil ele deveria dar conta de duas habilidades fundamentais, essenciais para a vida do nosso jovem.

A primeira habilidade que ele deveria garantir aos jovens é a habilidade profissional, ele deveria ficar ali três anos e ter uma habilidade, saber fazer alguma coisa após a sua formação. Mas ele poderia e deveria dar ao jovem também o início do contato do mundo da pesquisa, da ciência e também essa formação hoje, não garante ao jovem esse tipo de habilidade. Se o jovem não passa por três anos, ele não é um cientista júnior, ele não consegue.

E o que acontece na prática, que há uma cobrança ou há uma necessidade extraordinária, perante a necessidade do mercado de trabalho, então, e também da realidade após a sua formação de ensino médio, dele se inserir no mundo da Universidade.

Então, ele é obrigado, necessariamente, a se inserir no mundo da universidade e ele faz essa inserção. E a grande maioria comete um segundo erro, porque ele se insere sem ter ali uma definição objetiva, concreta, se ele tem talento para aquela área ou não da sua escolha e costuma também ficar depois da sua conclusão na universidade um pouco frustrado porque não era aquilo bem que ele desejava para sua vida.

Então, também isso ocorre na prática, porque principalmente dos mais pobres que são empurrados para as universidades privadas, muitas vezes são empurrados para a inadimplência, ou são empurrados para o FIES, que Graças a Deus, nós tivemos a oportunidade, eu fui relator do novo FIES, que foi enviado pelo Presidente Lula, pelo menos a gente reduziu aí os juros de nove para três e meio, agora os juros vão ser negativos e ampliamos o prazo para pagamento, dobramos o tempo de pagamento e alongamos o perfil do empréstimo.

Pelo menos não vai ser um presente de grego mais, melhorou um pouco a política de financiamento das escolas privadas no país, mas a realidade que não se trata apenas só da inadimplência ou desse endividamento, se trata também um pouco que a gente precisa preparar mais o jovem.

Como é uma fase de experimento é importante que uma fase tão importante da sua formação que é o ensino no país, ele precisava ser essa fase como disse o Maurício, de experimento também.

Então, por isso que ele teria que garantir ali uma habilidade uma inserção inicial ao mundo da pesquisa, ao mundo da ciência.

Para mim, hoje, esse ensino médio não garante essas duas habilidades. Por isso que eu costumo dizer, que ele sai de uma condição de desempregado de luxo, não é? Eu usei uma expressão dessa quando era Presidente do DCE, em 95, na Universidade Federal São João Del Rei, aí eu fui lançar a minha candidata a sucessão, perdi a reeleição, porque os estudantes falaram que eu chamei eles de desempregados.

Na verdade, eu chamei de desempregado de luxo, porque eu tinha feito uma caminhada, uma calorada contra o desemprego, no auge da recessão do Plano Real, e eu queria uma cidade pequena, São João Del Rei, de 80 mil habitantes e estava perdendo uma empresa de 600 empregos. E eu queria uma solidariedade universitária, então eu fiz uma calorada contra o desemprego, tudo que era festa o estudante participava e tudo que era político os estudantes não participaram. Aí eu fiz um ato dentro da Universidade e usei essa expressão "desempregado de luxo" e acabei sendo penalizado na minha sucessão à Presidência do DCE, porque disse que eu chamei os estudantes de desempregado.

Então, na verdade, de fato, o estudante do ensino médio é um desempregado, do ponto de vista assim, evidente acho que o melhor trabalho que possa garantir o jovem é a educação. Evidente que então ele não é desempregado, ele é um grande trabalhador, porque o mais importante da vida de um jovem, o melhor emprego que um país pode garantir ao jovem, o melhor emprego que um pai possa dar ao jovem é permitir que ele tenha acesso a educação.

Então, evidente que essa expressão, ela não está muito bem colocada. Então, é bom explicar, para, depois, não ser cobrado por ela.

Mas eu costumo brincar o seguinte: ele vira só desemprego no dia seguinte, porque ele não é, ele não consegue se inserir, porque, infelizmente, com toda a expansão que nós temos da rede de educação superior, ainda está muito aquém da necessidade do país, nós precisamos ainda investir muito.

Nós precisamos reverter o que já foi um dia no país, nós temos 75% de vagas nas privadas e 25 nas federais, nós temos que reverter para 75 nas federais e 25 nas privadas. O REUNI ampliou muito isso, não é? O REUNI ampliou mais 130 mil vagas nas federais, saímos de 100 mil vagas para 230 mil vagas.

Nas escolas tecnológicas, nós saímos de 100 mil vagas para 500 mil vagas, um grande sacrifício e um grande investimento do governo do Presidente Lula. Mas, ainda necessita e a demanda da sociedade brasileira é enorme. Então, vamos aí acreditar que com o fundo do pré-sal e com os investimentos que a gente vai estar priorizando para a educação, a sociedade brasileira agüenta... Tem condição de dar resposta à necessidade da juventude brasileira.

Então, para concluir esse tema, eu estou convencido que nós precisamos fazer uma força-tarefa e criar, e eu estou refletindo um pouco sobre isso, não é Cristovam Buarque, Paim, a gente precisava criar uma frente Parlamentar para discutir a reformulação do ensino médio do Brasil.

Porque reformular? Porque mesmo com todo o avanço do Brasil, com toda a retomada do crescimento, com a possibilidade de colocar mais recursos na educação, de trazer mais dinheiro do pré-sal, eu ainda acho que nós temos um sistema educacional organizado, do ponto de vista constitucional cada um tem sua responsabilidades.

E a educação de ensino médio é responsabilidade do Estado e hoje tem uma rede pronta, vamos dizer assim, construída do ponto de vista das instalações física, evidente que tem muita carência, falta muito investimento, mas temos professores concursados.

Então eu acho que nós precisávamos combinar uma concomitância nessa etapa de formação do período educacional no país. Então é necessário a gente pensar, e aí evidente, como nós estamos fazendo hoje aqui, Paulo Paim, que essa audiência é para sensibilizar a Casa, o Senado brasileiro da necessidade e da importância de votar esses marcos regulatório do direito da população jovem, nós precisamos também criar um movimento no Brasil que a gente tenha condição de ganhar essa massa crítica para a gente propor aos governadores esse compromisso de reformular e de repensar um pouco essa fase do processo educacional no Brasil.

Eu participo muito de formaturas muito de atos, até por ser um deputado jovem, isso também tem muito compromisso com a temática, o primeiro compromisso meu enquanto parlamentar é com a temática juventude, e eu costumo brincar, Beto Cury, que quando eu participo de formatura, Davi, sabe que o ocorre? Se eu for na formatura de um sindicato, aonde o sindicato dos trabalhadores rurais, ali garantiu um curso profissionalizante de 100 horas, 200 horas, a alegria e o olhar, o brilho nos familiares e no formando é infinitamente vezes melhor do que aquele menino que formou no ensino médio.

Nós não podemos conviver num país com uma etapa da nossa formação aonde a pessoa não tenha nenhuma motivação para estar ali, para cursar aquele curso. O pior de todo o processo é isso, não tem nenhuma motivação. Porque ele sabe que quando ele

concluir aquele ensino médio ele vai ficar na situação daquele, como fosse um cachorro que caiu do caminhão de mudança não sabe pra onde correr no dia seguinte. É um pouco a realidade hoje.

Então eu quero só dizer que nós precisamos repensar um pouco essa questão. É uma tarefa enorme, nós estamos vivendo aí, vamos viver agora o processo eleitoral, aonde vamos renovar todos governos de estado.

Então eu acho que é um debate que talvez tenha aí um lugar que a gente precisa refletir um pouco mais para que a gente possa ganhar as ruas e também...

E refletir mais, "Sim, tudo bem, está falido, o que vai colocar no lugar, qual é a proposta, qual é o modelo?" Eu não tenho resposta evidente para que o eu estou dizendo aqui, mas tem linhas gerais que eu acho que poderia contribuir muito para a política de emancipação, que essa é a grande diferença colocada muito bem pelo Davi, muito bem pelo Maurício, do ponto de vista da diferenciação da política da criança é do adolescente.

Porque criança e adolescente, gente, isso é prioridade absoluta, prioridade zero. O Estado que não der conta de cuidar é um estado falido, acabado, não tem perspectiva nenhuma, não tem idoso pro Paim brigar, não é, Paim? Não tem jovem para nós lutarmos, não tem mais nada. Então isso é evidente que é tarefa, zero, imediata e tal que nós temos que defender todos nós. Eu acho que inclusive nós não demos conta ainda, o ECA é extraordinário, mas, infelizmente, vários atores, que são responsáveis para consolidar o ECA, não assumiram suas responsabilidades.

O que a gente vê é verdadeira falta da implementação em especial de um ente da Federação que é tão importante para as coisas acontecerem de fato, que são os municípios. Quase nenhum município tem uma ação sócio-educativa para lidar com os nossos jovens que tem conflito com a lei, para os nossos adolescentes, nem é jovem.

Nós estamos tratando aí de adolescentes de 12, de 13, acabando a primeira fase da infância entrando na segunda, que o Estado é incompetente para dialogar. Acha mais fácil acumulá-los, acumulá-los em prisões muitas vezes com adulto que é um absurdo que fere todo o Estado de Direito.

E, pelo contrário, ganha força na sociedade a lógica de fazer redução da idade penal, onde o Estado não deu conta ainda de garantir direito. Então essa é um pouco da realidade do nosso país.

Tem melhorado, eu acho que políticas como o Bolsa-Família, que alguns partidos políticos não deram conta que é uma política extraordinária do ponto de vista da emancipação, porque há uma obrigatoriedade para que a mãe receba o Bolsa-Família que é cuidar da escolaridade de seu filho, que não tem nada mais extraordinário do que isso não é? Inclusive paga pouco não é? Eu acho que para uma mãe educar um filho, o Estado deveria pagar pelo menos 1.000 reais por mês, está pagando cento e pouco.

Eu acho que ainda é pouco, se a gente fosse olhar do ponto de vista da importância. Porque o problema educacional no país evidente que é só de uma geração. Se a gente der conta de cuidar de uma geração, as próximas gerações não vão admitir retorno, retrocesso.

Então é isso. Para entrar e para concluir a minha fala, eu quero aqui falar um pouco como se deu esse processo e das nossas responsabilidades, com a conclusão desses documentos que estão aqui na Casa.

Primeiro, desde 2003, nós mobilizamos o Brasil. Quer dizer, o Brasil já estava mobilizado, foi despertado para isso que era institucionalizar, de fato, o direito da população jovem. E foi uma combinação extraordinária, por quê? Pela primeira vez nós combinamos o que a gente poderia dizer de representação direta com representação indireta, vamos dizer assim. Nós, senadores e deputados, como representantes indiretos do povo brasileiro, com a participação do povo no processo. Nós fizemos essa combinação.

Desde 2003, nós fizemos várias etapas de audiência nos Estados, nós municípios pólos dos Estados, fizemos aqui inúmeras. Eu lembro que a Comissão Especial, porque foi criada Paim, uma Comissão Especial para estudar e propor as políticas para a juventude.

Então tanto a PEC quanto o Estatuto, quanto o Plano, não é, não pertence a um deputado a um senador, pertence a um conjunto da sociedade que ficou dois anos estudando e discutindo e encontrou esse... Decidiu por esse modelo de institucionalização das políticas no país. Também da participação do Executivo, é importante dizer isso aqui.

O Presidente Lula, logo que foi constituída uma Comissão no Parlamento para estudar e propor, o Presidente Lula também constituiu por dentro do governo um grupo Interministerial, também para estudar e propor ações objetivas para a juventude, cada com o seu papel.

A sociedade civil também se mobilizou, através do instituto de cidadania também criou um Fórum--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Projeto Juventude.

DEPUTADO REGINALDO LOPES (PT-MG): Projeto Juventude, aonde algumas empresas financiaram esse projeto, e eles percorreram o Brasil durante dois anos, também estudando para encontrar o melhor formato, o melhor modelo para que o Presidente Lula

pudesse acolher, com olhar do Executivo, do próprio Governo, com o olhar da sociedade através do Instituto Cidadania Projeto e Juventude, e com o olhar do Parlamento. Então nós conseguimos combinar com esse três atores e chegamos aí a algumas responsabilidades de algumas ações que são de prerrogativas do Executivo e outras que são prerrogativas do Legislativo.

Por incrível que pareça, o que, de fato, foi compromisso, e é prerrogativa do Executivo, o Executivo tem cumprido, cumprido dentro das suas limitações evidentes, financeiras, mas o Executivo tem cumprido. Posso voltar aqui, criou o Conselho Nacional de Juventude com 2/3 da sociedade civil, nós temos o Presidente Davi Barros hoje, representando a sociedade civil com um mandato para a sociedade civil, com mandato para o governo, essa combinação de mandatos.

E também criou a Secretaria Nacional como órgão, dentro do modelo, dentro do formato que foi estudado pelos três órgãos, pelas três iniciativas, Parlamento, sociedade e governo. Ou seja, uma Secretaria que tivesse o papel de articular e coordenar, ou seja, o que é mais nobre o que deve ser de fato todas as políticas públicas no Brasil deveriam ter esse papel, essa transversalidade, essa capacidade não só de executar, mas dialogar com os diversos Ministérios, porque a questão da juventude é extremamente transversal.

Evidente que muito fácil de ser dito, difícil de ser implementado, porque eu não sei como o Beto Cury faz, mas com sua habilidade e sua capacidade, que são muito típicas dos mineiros, tem conseguido aí articular, mas todo mundo sabe que é difícil você dialogar com os Ministérios afins que executam a política, eles acham que isso é uma intervenção, ainda tem uma cultura muito negativa do ponto de vista da transversalidade das políticas. Mas quero dizer aqui que é o modelo moderno é o que a nossa sociedade precisa, e se tratando de políticas de juventude é impossível ter outro modelo e outro formato.

Então, essa Secretaria Nacional foi construída com esse olhar, a partir de várias experiências de diversos países que implementaram órgãos de governo para cuidar e para debater sobre as questões da juventude.

Então, a Comissão Especial de Políticas para a Juventude concluiu seu trabalho no final de 2004, aprovou seu relatório e apresentou três documentos importantes que a juventude referendou em várias audiências, estaduais, regionais e nas audiências nacional, no Seminário Nacional de Política para a Juventude.

Que é a PEC, nós entendemos a PEC, na ordem, na hierarquia a juventude diz assim: "Nós queremos a PEC, queremos o Plano e queremos o Estatuto." E o encaminhamento que nós demos foi nesta ordem que foi definida pela juventude brasileira.

E por que tem que ser a PEC? Porque nós entendemos que a PEC garante para a juventude brasileira, para o país, um outro olhar. Ou seja, vamos tirar da lógica de um governo e vamos trazer para a lógica do Estado as políticas da juventude no país.

E vamos reconhecer que o jovem é um sujeito de direito e vamos eliminar esse discurso colocado muito bem aqui pelo Davi, pelo Maurício, pelo Beto na lógica do problema, na lógica do futuro. Essa questão da lógica da transição natural, como se as coisas acontecessem de maneira natural, sem nenhuma intervenção, sem nenhum investimento e vamos trazer para a responsabilidade do Estado Brasileiro. Então, por isso que votar a PEC é uma grande vitória, é um grande vitória. E sem falar que nós constitucionalizamos, também o Estatuto e o Plano dentro da PEC.

Ao votar a PEC, nós estamos assumindo uma responsabilidade com o povo brasileiro que nós vamos regulamentar as metas pelo Plano e que nós vamos detalhar os direitos pelo Estatuto. Então, ao votar a PEC, nós vamos garantir os três documentos, nós vamos garantir de fato um marco regulatório dos direitos da juventude no país.

Por isso, Paim, que a sua liderança, a sua representatividade, a sua energia, o seu compromisso, é fundamental para o avanço das políticas de juventudes no Brasil. Então eu quero aqui lhe agradecer e pedir esse empenho, porque eu acho que, nesse ano de 2010, nós precisamos dar conta dessa tarefa.

Eu estava falando aqui com o nosso Secretário Nacional, companheiro Beto Cury, que a gente precisa, pelo menos, para dar uma resposta à sociedade brasileira, há mais de 400 mil jovens que participaram diretamente da Conferência Nacional da Juventude, organizada pelo Governo Federal, que foi uma deliberação das próprias audiências nesse modelo tripartite, vamos dizer assim, de discutir as políticas. E também de mais de 55 mil jovens que participaram e definiram quais seriam os rumos do ponto de vista da estratégia da institucionalização dos direitos das políticas de juventude no Brasil, que definiu pela aprovação da PEC num primeiro momento.

Então, nós precisamos dar essa resposta, e também precisamos garantir, e isso é um compromisso, a bola está comigo lá na Câmara dos Deputados, pelo menos votar na Câmara o Plano Nacional da Juventude e entregar aqui mais uma tarefa para o Paim conduzir aqui, junto com os seus colegas, senadores, a votação do Plano Nacional da Juventude aqui no Senado.

E precisamos também dar conta de tirar o Estatuto da Comissão Especial e levar para o Plenário,

esse deveria ser o calendário para 2010 e na próxima Legislatura aqueles que forem eleitos pelo povo brasileiro, livremente e democraticamente, dar continuidade a esta obra, que é uma obra que pertence aos interesses da nação brasileira.

Porque não há Estado de Direito se não tiver, no mínimo, direito de oportunidades, e o que nós assistimos hoje é que não há direito de oportunidades, essa é a questão que está em jogo. Nós queremos dar ao povo brasileiro direito de oportunidade, é a única coisa que a juventude pede nesse momento.

Inclusive, é bom dizer que em todos os momentos da história no mundo, no planeta, a juventude foi vanguarda, a juventude nunca fez reivindicação específica. Talvez seja a primeira vez que tem alguma, tem temas em pauta que interessa diretamente à juventude, mas com o olhar da nação, com olhar do Estado, não com o olhar pessoal.

Então, por isso que eu acho que a juventude merece e deve ser acolhida essa demanda, do ponto de vista de aprovação desses marcos legais.

Então, eu quero aqui, para encerrar, agradecer, pedir aí esse envolvimento, como nós conhecemos que o Paulo Paim tem feito em várias outras matérias, para a gente levar ao Plenário, para a gerente votar e pedir ao Beto Cury, enquanto representante do nosso Presidente Lula, fazer um grande ato para sancionar a PEC da Juventude, porque não é uma coisa menor, é uma coisa importante. Nós vamos dar visibilidade, nós vamos tirar, na margem, 50 milhões de brasileiros e vamos dizer que eles têm direito.

Isso é fundamental para a gente mudar a cultura política desse país, porque a cultura política desse país, tanto dos atores, tanto dos agentes e quanto dos gestores de políticas públicas do país, é ter uma cultura que é não necessário fazer nada específico para a juventude brasileira.

Essa, infelizmente, ainda é a cultura dos governantes e essa cultura, ainda é um pouco a cultura dos gestores. Então nós temos que mudar, e mudar é a partir do momento que esse marco legal for aprovado.

E eu tenho certeza que, agora, com a entrada do nosso Senador Paulo Paim, nós vamos aprovar esse marco regulatório aqui, no Senado.

Obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Reginaldo, Deputado Reginaldo.

Antes que ele saia, o Senador Magno Malta está aqui, fez questão de ir ao Plenário ontem, falou em nome do seu Partido e deu todo o apoio também para que a PEC seja votada a semana que vem, terça ou quarta, rompendo todos os obstáculos do chamado interstício.

Magno Malta você aqui representa os líderes de todos os partidos.

[palmas]

Eu vou passar a palavra de imediato ao João Vidal, que é o vice-Presidente eleito, ontem, do CONJUV, João Vidal, e, claro, agradecendo ao nosso deputado pela sua brilhante exposição, nós estamos ao vivo para todo o Brasil e todos aqui falaram, e falaram muito bem, da importância desse momento histórico que nós estamos vivendo.

Parabéns, deputado. Com certeza, essa Audiência Pública há de repercutir não só para aprovar a PEC, mas também na sequência dos projetos. Eu diria principalmente esse que V. Exa. é o relator, que é o Plano Nacional da Juventude, sem prejuízo do Estatuto e da Convenção que também está aqui na Casa já.

Então, com a palavra, João Vidal.

SR. JOÃO VIDAL: Boa-tarde a todos e todas. Primeiro saudar o Senador Paulo Paim e fazer um testemunho em nome do Conselho Nacional de Juventude, que esteve ontem no Plenário do Senado Federal, ressaltar o empenho do Senador, na mobilização dos seus companheiros de Senado, pela aprovação da PEC da Juventude, que é um marco histórico na juventude brasileira.

Depois saudar o companheiro Reginaldo Lopes, que para mim, em particular, já é referência no trato dos assuntos da juventude já desde muitos anos, que eu acompanho seus boletins, acompanho suas publicações, seus textos e opiniões acerca da temática da juventude, norteou muito o meu trabalho a frente da juventude trabalhadora brasileira, na condição--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): João, me permita aqui, porque vocês me provocaram, agora o celular tocou antes, "Ô, Paim, cadê a jovem mulher na Mesa?". Chegou? Cadê ela? Então, por favor.

[palmas]

Regina Alves, membro do Conselho Estadual da Juventude da Paraíba, é isso? Seja bem-vinda, agora eu estou em paz com a TV aí. Estavam me ligando aqui. Volta para você a palavra.

SR. JOÃO VIDAL: Obrigado, senador. Saudar também o Beto Cury, é um conforto para nós ter um quadro de tamanha competência e dedicação para o tema da juventude, como o gestor, como falou o deputado, o Ministro da Juventude Brasileira, da temática da juventude brasileira.

Meus dois companheiros, Davi e Maurício. O Maurício acabo de conhecer, não conhecia, anotei muito da sua explanação, dos seus dados e da sua fala.

O Davi, o Presidente do Conselho Nacional da Juventude, também é um líder que eu me espelho muito, é um líder que eu aprendi muito durante esse ano que passou, durante o ano de 2009, você na Presidência do Conselho Nacional da Juventude me inspirou a estar aqui hoje na Vice-Presidência, representando a sociedade civil do Conselho Nacional da Juventude.

E a companheira, que eu saúdo, acabara da chegar aqui a Mesa, que também é de fundamental importância, já que a gente trata de um tema de juventude, Regina, obrigado. E a mulher jovem é um recorte dentro do segmento social que sofre de maneira ainda mais específica as temáticas.

[palmas]

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês, estar em rede nacional, trazendo a representação do Conselho Nacional de Juventude. Considero que eu fui contemplado nas falas que me antecederam, muito contemplado. Acho que eu vou deixar um pouco da fala para a companheira Regina que está na Mesa para a conclusão do Senador, até para não tomar muito tempo de vocês.

Mas dizer que... Ressaltar que, ontem, nós assumimos a vice-Presidência do CONJUV, juntamente com o companheiro Danilo Moreira, que é o Presidente do Conselho Nacional de Juventude.

Essa representação nós assumimos com um compromisso, um compromisso de um eixo de trabalho, de trabalhar para um eixo de metas, que é o empenho do CONJUV, pelos marcos legais, já falado, a PEC, o Plano e a Estatuto.

Também no trabalho da construção da 2ª Conferência Nacional de Juventude, o deputado também falou, foram envolvidos 400 mil jovens no Brasil em torno da 1ª Conferência, nós tiramos de lá 22 resoluções, que também é uma pauta prioritária do CONJUV. Em quarto lugar, em terceiro lugar no eixo a rede nacional de conselhos nacional de juventude. Quando a gente fala em democracia participativa e políticas públicas para a juventude de, para, com os jovens, são os conselhos municipais, estaduais de juventude, são premissas para que essas políticas públicas sejam executadas, sejam construídas com dinamismo e rapidez que é o que requer a juventude brasileira.

Traçar políticas públicas com base em dados sem considerar a realidade de quem está na ponta, de quem está representando somente com base em dados é um risco de não atender mais aqueles, aquela juventude que ora se configurou nessas pesquisas, nesses apontamentos e por vezes as políticas públicas chegam com defasagem estruturais de atendimento às demandas, às necessidades da juventude.

E, por último, nesse eixo, é o Pacto pela Juventude, que é um instrumento que o Conselho Nacional de Juventude reedita, foi utilizado nas campanhas eleitorais de 2008, com prefeitos e vereadores Brasil afora, para pautar um pouco esses programas de governo, pautar os programas de mandato no que tange a agenda de juventude.

E nós temos o compromisso agora nesse mandato 2010-2011, reeditar o Pacto pela Juventude, que é fazer com que jovens do Conselho Nacional, com que jovens de conselhos e jovens militantes pelo Brasil pactuem com seus representantes, com seus parlamentares e com seus governos, em torno de uma agenda propositiva da juventude, para a juventude brasileira.

Eu faço a provocação aqui com o Senador Paulo Paim e com o Deputado Reginaldo Lopes, que com certeza pactuam com a juventude, já está mais pactuado o trabalho desses parlamentares, o mandato desses Parlamentares com a juventude.

Eu só lamento uma coisa: o deputado e o senador não são do meu Estado, porque seriam voto certo ali no meu estado, a gente teria muito conforto--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

[palmas]

SR. JOÃO VIDAL: Em votar, mas o meu estado também tem quadros importantes que nós vamos instigar para trabalhar com a juventude.

E o pacto é o instrumento até da juventude brasileira respaldar esses mandatos, respaldar esses agentes públicos, esses parlamentares, esses governantes na temática de juventude, para fazer essa agenda o mais próximo possível da realidade.

Agradeço, concluo a minha fala colocando a disposição o Conselho Nacional de Juventude desse mandato, dos parlamentares, para que a gente construa junto a agenda de política pública e continue com a agenda já estabelecida de política pública de juventude brasileira.

Obrigado, senador; obrigado, deputado, obrigado aos companheiros da Mesa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns, João Vidal, eu conversava aqui com a Mesa, ainda cada um dos expositores terão direito a cinco minutos para suas considerações finais.

Mas agora eu vou passar a palavra à Regina Alves, que é membro do Conselho Estadual da Juventude da Paraíba, e recebi aqui na Mesa também, registram a presença conosco do Washington Pires, Secretário Estadual da Juventude de Tocantins, da Cristiane Jordão Araújo, Presidente do Conselho Municipal dos Jovens de Sorocaba, São Paulo, é isso?

E eu quero também aproveitar o momento antes de passar para você, Regina, os companheiros que estiveram aí numa delegação e vieram me trazer um informe sobre uma luta que estamos travando aqui, meu Deputado, e que vocês já aprovaram também na Câmara, que é a periculosidade dos vigilantes.

É um projeto da Deputada Vanessa Grazziotin e que eu tive a alegria de relatar. Relatei exatamente como veio da Câmara, houveram algumas emendas aqui no Senado, eu rejeitei as emendas para que ele não voltasse para a Câmara e fosse direto para a Presidência.

Eles me informaram aqui, eu anúncio aqui e agradeço, que estiveram conversando com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá e há o compromisso do projeto ser votado em Plenário, sem que haja a apreciação de um requerimento que o jogaria de volta para o debate nas Comissões.

Eu mesmo falei sobre esse tema ontem com o ex-Deputado Chico Vigilante, depois falei com o Presidente Sarney, e ele também me disse que se depender dele a matéria será votada, então, no Plenário aqui do Senado e vai para a sanção do Presidente.

Eu acho que mais do que justo, os nossos vigilantes eles estão sempre numa situação de risco, tanto na defesa do patrimônio do Estado, como o nosso, particularmente, e das nossas vidas.

Por isso, meus amigos vigilantes, que estão aí, contém conosco, vamos ficar vigilantes no Plenário hoje, mas tenho certeza que a palavra assumida pelo líder do governo, Senador Romero Jucá, de que o requerimento não seria votado, sem que tivéssemos primeiro uma posição da Casa Civil vai ser cumprida, e percebi que essa também é a posição do Presidente Sarney. Como relator da matéria, vou estar no Plenário acompanhando, Ok? Um abraço a todos.

[palmas]

Regina Alves está com a palavra.

SRA. REGINA ALVES: E aí, boa tarde a todas e todos nós. Eu venho, de certo modo, inicialmente saudar a todos os companheiros da Mesa e pela sensibilidade, de certo modo, Paulo Paim, por ter compreendido que a participação das jovens mulheres nesse espaço também é importante.

[palmas]

E aí, nesse sentido, eu quero saudar em nome de Maria que eu sei que é Conselheira Municipal lá de Alagoas, eu quero saudar a todas as conselheiras municipais e estaduais dos Conselhos de juventude desse país.

E dizer que a gente, de certo modo...

[palmas]

É de grande ousadia, primeiro estar aqui, ter aceito o convite em cima da hora, então, de certo modo, não preparei muito o que falar, mas vou falar, de certa forma, da realidade da Paraíba, do Conselho Estadual de Juventude da Paraíba.

Mas dizer que é assim mesmo que a gente constrói, que a gente conquista os nossos direitos, com muita ousadia de ser mulher, de ser jovem, de ser negra, de ser ekedi, então nesse sentido eu também saúdo a todos os meus Orixás, a Nanã, pela grande energia da minha vida e sei que sem ela eu não estaria aqui também.

Então, nesse sentido e com essa ousadia de estar também nesse espaço e colocando um pouco dessa realidade do Conselho Estadual de Juventude da Paraíba, porque, nesse sentido, também, já fui muito contemplada, eu acho que a gente ontem... Fomos lá e ouvimos muitos dos senadores dizendo que estavam apoiando, e a gente, quer dizer que a gente está de olho nisso aí, a gente espera que todo aquele momento de ontem e aquele compromisso que foi firmado ontem de que isso vai ser, a PEC da Juventude vai ser realmente votada e aprovada por unanimidade na próxima semana, que isso realmente se efetive.

[palmas]

E dizer que a gente está aqui, que a Paraíba também está ligada nesse processo, que a gente também está insistindo, têm alguns companheiros também do Conselho Estadual da Paraíba; dizer que na Paraíba também não é muito diferente, a participação de nós jovens mulheres e negras também tem se dado com bastante dificuldade.

Eu me recordo quando a gente estava no 1º Encontro dos Conselheiros e Conselheiras de Juventude, lá em Luizânia, em 2008, a gente fez um documento para ser lido naquele encontro, que relatava a realidade do Conselho Estadual de Juventude.

Para dizer que o Conselho, para estar, hoje, sendo firmado, a gente passou por todo um processo, inclusive de entrada no Ministério Público, porque, lá, inicialmente, foi uma grande complicação, não respeitaram esse processo e a participação dessa juventude dentro do Conselho.

Então, inicialmente, foi toda uma mobilização dessa juventude que estava lá desde 2005, que foi quando foi aprovada a lei estadual para o Conselho Estadual de Juventude. Mas para dizer que a gente só efetivou isso muito tempo depois e isso só deu com a mobilização das organizações, das juventudes que também não estão, que não estão organizadas, mas dessa juventude acima de tudo paraibana para a efetivação desse espaço.

E dizer que, até hoje, a gente está, na verdade, engatinhando, a gente veio de uma plenária recente de recomposição desse Conselho, então a gente está engatinhando ainda nesse processo. A gente ainda tem muitos desafios na Paraíba, a gente tem grandes problemas com relação a visibilidade dessa juventude.

A juventude por vezes ela é desrespeitada nesses processos, a gente não é... O nosso Conselho Estadual é um conselho consultivo, mas nós muitas vezes somos desrespeitados nesse processo, a juventude algumas vezes não é ouvida nisso daí.

Então, de certa forma, dizer que a gente tem esse grande desafio, que é dar visibilidade a essa juventude, também, no Conselho Estadual da Paraíba. A gente sabe que os outros conselhos também passam por inúmeros problemas, dar, de certa forma, também a participação das mulheres das jovens negras nesses espaços também. Dizer que a gente passa por inúmeros problemas, como por exemplo, a gente não tem uma sede ainda, a gente funciona dentro da Secretaria Estadual de Juventude, Esporte e lazer, então isso é uma vergonha, a gente vir aqui e dizer que o Conselho Estadual de Juventude da Paraíba ainda não tem uma sede para funcionamento, a gente não tem uma infraestrutura básica para o funcionamento disso, a gente não tem orçamento ainda, que seja, que garanta as ações do Conselho, o livre funcionamento desse Conselho Estadual de Juventude.

A gente, de certa forma, está, nesse momento, ainda recompondo esse Conselho e dizendo que a gente precisa, de certa forma, pensar um pouco mais num plano estadual também, um plano estadual de juventude. A gente precisa estar sensibilizando os nossos governantes, os nossos representantes para estar sensibilizando cada vez mais a criação de conselhos municipais.

A Paraíba só tem hoje dois. Na verdade, ainda nem foram efetivados, mas dois conselhos, um em Bananeiras, temos um registro lá em Solânea, que é no Brejo Paraibano e o Município de João Pessoa que é a capital, a capital também foi recentemente implantado, mas a gente ainda está num processo de composição desse Conselho.

Então, num estado de 223 municípios, nós só temos atualmente três conselhos e nenhum deles estão funcionando, então... E um Conselho Estadual que está funcionando nessas condições.

Então, nesse sentido, a minha fala é muito para colocar essa realidade do Conselho Estadual de Juventude da Paraíba, de dizer que, ao contrário do que foi dito ontem, inclusive, que seria um presente para a juventude a aprovação da PEC e do Plano e do Estatuto, a gente dizer que isso não é um presente não, isso é um conquista, isso é um direito nosso.

[palmas]

Então, a gente não quer isso de presente, porque isso não é presente, não isso é conquista de direito.

E dizer que a gente vai continuar tá ligado, a gente vai estar viva e vivos, enquanto jovens, inlusive colocar que alguns companheiros aqui também colocaram a questão e a condição dos jovens negros e das jovens negras, no sentido não só do desemprego, mas da evasão escolar, do racismo institucional, que tira de certo modo a gente muitas vezes da escola mais cedo, do **bullying** que falam muito atualmente, ou seja, do racismo que tem cada vez mais tirado a gente da escola.

E, de certo modo, dizer que a gente também apoia as cotas raciais, as ações afirmativas, a gente também está ligado nisso.

[palmas]

O CONJUV, o Conselho Estadual de Juventude, os conselhos municipais de juventude também estão ligados nisso. E nós estamos ligadas nisso também.

Então, agradecer imensamente a Mesa por esse espaço, pela companheira também, porque, assim que eu cheguei, a primeira coisa que ela disse foi assim: "Como assim? Mais uma vez só tem homem na Mesa!". E dizer que a gente, cada vez mais, vai ser mais ousada e vai... Quando não tiver, a gente vai, sim, chegar e dizer: "Ei! A gente também está ligada nisso aí, a gente também precisa tá junto."

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, a Regina, como sempre, eu às vezes digo que a minha vida, quando eu olha para trás, a juventude, eu era muito tranquilo, mas tinha duas coisas que eu acho que eu sempre tive: coragem de fazer os enfrentamentos e ao mesmo tempo a rebeldia. É essa rebeldia que eu ouvi nas tuas palavras e que faz com que, fez com que a gente construísse momentos como esse e ter eleito também, sem sombra de dúvida, um operário, metalúrgico para Presidente da República.

Mas deixa eu dizer mais uma coisa, Regina; sabe que eu sou gaúcho, nascido no Rio Grande, mas recebi recentemente o título de cidadão paraibano. E, consequentemente, suas reclamações, como cidadão paraibano, eu recebi e vou remeter lá para o Governo da Paraíba, pode ter certeza.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora, para concluir os trabalhos, nós vamos encaminhar aqui na Mesa da seguinte forma: cinco minutos para cada um, o nosso Deputado, ele vai ter

que se retirar, então ele é o primeiro a usar a palavra nessa rodada nas considerações finais.

DEPUTADO REGINALDO LOPES (PT-MG): Eu quero pedir desculpas por não ter... Eu vou ter que viajar, eu sou Presidente Estadual do PT em Minas, tem uma reunião da Executiva. Então, eu vou ter que pegar o voo daqui a pouco.

Então, eu quero pedir licença para poder falar primeiro e, depois, pedir desculpa, por não ficar para ouvi-los.

Mas quero, para encerrar, primeiro agradecer. Eu acho, Senador Paim, aprovando a semana que vem a PEC, o resultado de todo esse trabalho, ele termina com a imagem, com a cara que iniciou, ou seja, com a participação da sociedade civil tendo força, tendo presença.

Não basta fazer uma nova lei, uma legislação, se ela não é parte, se ela não é parte integrante, importante, ator principal. E, ao votar na semana que vem, é ganho dessa moçada bonita que está aqui hoje, não é?

[palmas]

É ganho da sociedade civil, da luta dos seus membros, através do Conselho, mas que representam o povo brasileiro.

E também, com o compromisso do Parlamento Brasileiro, com o compromisso do Senador Paim, de ter liderado aqui, no Senado, e ter feito esse encontro das representações diretas e indiretas, vamos dizer assim, da sociedade brasileira.

Então, eu quero aqui dizer que o formato que nós desenhamos lá, em 2003, vai concretizar aí, no Senado. Isso é muito importante.

E espero que o Presidente Lula faça uma grande festa, que ele possa... Não, na verdade, não é o Presidente, vai ter que promulgar, a PEC é promulgada. Então que o nosso Presidente Sarney possa também fazer um ato no Plenário do Senado, chamar a juventude para assinar. Então, eu peço isso ao nosso senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO REGINALDO LOPES (PT-MG): É. Aí, sim, depois nós podemos fazer com o Presidente Lula a sanção, fazendo a sanção no Projeto do Plano Nacional, mas como ainda vai ter que passar pelo Senado, constituir Comissão Especial aqui para dar parecer. Então eu acho que ficaria aí muito distante e tem que promulgar em 15 dias, não é isso? Pelo regimento e tal.

Então que a gente possa fazer um ato bonito para promulgar a nossa PEC da Juventude.

E para encerrar, dizer também para a Regina que, quando nós votamos na Câmara dos Deputados o projeto de lei das cotas, eu fui um dos principais atores para fazer o entendimento do PSDB, dos Democratas com os países aliados do Presidente Lula.

E, naquele momento, ainda, o Paulo Renato, ele era deputado, antes de assumir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e também com o Caiado, com as representações dos líderes do Democrata nós fizemos um entendimento, que ao mexer no percentual das cotas, incluindo também a questão das cotas sociais, que os Democratas e o PSDB estavam assumindo compromisso conosco de convencer suas lideranças no Senado da República.

Então é importante, Paim, a gente retomar esse compromisso, aqui é uma Casa de acordos, é uma Casa de compromissos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Bem lembrado.

DEPUTADO REGINALDO LOPES (PT-MG): E qual que foi o acordo? O projeto inicial era 50% para cotas, cotas raciais e subcotas regionais.

Há, existia uma discussão dos Democratas e do PSDB, que também tem sentido, que há também um preconceito social. Evidente que nós não acreditamos que é maior do que o racial, viu Regina, nós achamos que esse é um discurso de um racismo disfarçado, dissimulado, mas acolhemos para fazer o entendimento.

E dividimos 25% para cota racial, ou seja, só por, vamos dizer assim, para os 'Negão'(*sic*) e 25% para os pobres e negros [soa a campainha], porque também o pobre e o negro e tem o negro que pode ser de classe média, mas sofre preconceito.

Então, nós fizemos a combinação da questão social com a questão racial, esse foi o compromisso. Acertamos a renda *per capita* para a gente não ter várias critérios de políticas públicas no Brasil. Existia o entendimento que deveria ter três salários brutos e nós achamos isso para uma família pobre de dez filhos, impossível de qualquer cidadão sobreviver com isso. Nós achamos que era pouco como propunha o PSDB e com os Democratas e fizemos o acerto para unificar as políticas, os critérios, as políticas públicas no Brasil, o critério do PROUNI, que é um salário e meio *per capita* e fizemos o entendimento, e foi aprovado por consenso, eu fui o relator de Plenário, junto com o então Deputado Paulo Renato.

Então, eu acho que é bom a gente tentar retomar, talvez, quem sabe, puder produzir uma nova audiência, aqui, também, no Senado, para a gente retomar essa discussão, eu acho fundamental. E, naquela ocasião, eu dizia para os Democratas e para o PSDB: "É muito

ruim ficar uma marca que vocês são contra os negros nesse país", por isso que é bom o entendimento. E também nós queremos acolher a sensibilidade que existem também pobres e que sofrem muito por ser pobres, brancos. Então, vós vamos dividir a razão em 50% dos 50% das cotas.

Então, eu quero dizer que o nosso compromisso, votamos na Câmara e vamos aí fazer um movimento também, eu acho que deve ser do Conselho, porque é muito importante para emancipar a juventude mais pobre desse país. Eu acho que deveria ser uma grande bandeira do Conselho Nacional de Juventude, viu Davi, João Vidal, nosso amigo, para o próximo mandato.

Um grande beijo, desculpa não poder ficar, mas eu acho que valeu muito, um forte abraço, um beijo no coração de cada um, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Deputado Reginaldo. Com certeza vamos tocar juntos aí essa caminhada, fazer uma parceria aí em defesa da nossa juventude.

De imediato, eu passo a palavra para o Davi Barros. Davi Barros, do Conselho Nacional da Juventude, Presidente até anteontem.

SR. DAVI BARROS: Na verdade, nessas considerações finais eu quero mencionar que os presentes aqui nessa Audiência Pública, Senador Paim, são companheiros e companheiras, conselheiros e conselheiras, estaduais e municipais de juventude, que estão em Brasília para a realização do 2º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, que é uma realização do Conselho Nacional, com a Secretaria Nacional de Juventude, com a parceria com a UNESCO, no sentido de poder consolidar, criar uma liga, como a gente gosta de falar, na relação dos conselhos de juventude no país. E a partir daí a gente ter uma rede de conselhos que ajude no monitoramento, que ajude no controle social e que também possa propor, qualificar a discussão em relação as políticas de juventude nesse país.

E isso, para nós, é uma contribuição que o Conselho Nacional de Juventude vem a dar numa discussão mais profunda do debate das políticas de juventude no Brasil, que é da criação do nosso sistema nacional de juventude.

Para nós, a consolidação das políticas de juventude como políticas de Estado passa pela aprovação da PEC da Juventude, passa pela aprovação do marco legal, nas também assume, como algo fundamental nesse sentido, a criação de um sistema, lógico, coordenado pelo Governo Federal, mas que estabelece, cria responsabilidades para os estados e municípios, no trato da política pública de juventude.

Para nós, nesse sentido, a contribuição que o Conselho Nacional de Juventude venha a dar nessa construção do Sistema Nacional de Juventude, que precisa, inclusive, para que possa, de fato, visualizar na ponta as demandas, visualizar na ponta, ter algo de referência que possa, os estados e municípios e a própria população jovem ser inserida nesse debate, nessa discussão, nessa execução de um programa de juventude, ter aí equipamentos públicos destinados a operação desse sistema e que possa, de fato, ser pontos de referência, centros de referência para os jovens no sentido da geração de oportunidades e da efetivação de direitos.

Então, nesse sentido, o CONJUV, nesse último período, vem buscando colaborar, nessa perspectiva do aprofundamento da pauta das políticas de juventude no país. Esse encontro tem esse sentido de poder criar, de certa forma, uma política nacional de participação a partir da rede de conselhos, colaborar na construção do sistema nacional de juventude e assim poder participar melhor dos temas que estão envoltos aí na condição juvenil no Brasil.

Essa questão do ensino médio, por exemplo, no ano passado nós realizamos um seminário, junto com o MEC, o Conselho Nacional de Juventude e o MEC e demais parceiros, para aprofundar o debate em relação a reforma do ensino médio.

É notório, é claro para todos nós que da maneira como está não podemos mais ficar, o ensino médio precisa atender as demandas da juventude brasileira e precisa, na verdade, ser um porto no qual os jovens vão a partir daí escolher e projetar sua vida.

Então, é nesse sentido que a gente vem buscando trabalhar para que o Conselho cumpra o seu papel estratégico de fortalecer essa agenda pública de juventude.

Eu queria agradecer a presença e a acolhida do chamado que o Conselho Nacional de Juventude fez aos demais conselheiros e conselheiras nos estados e municípios e dizer que essa parceria tende a se aprofundar e que a gente possa, de fato, consolidar esse modelo de participação da juventude, no que diz respeito a gestão das políticas públicas.

Agradecer mais uma vez o Senador Paulo Paim pelo compromisso assumido conosco, agradecer os companheiros do Mesa pelo debate que nós conseguimos fazer e dizer que estamos muito felizes com tudo que o Conselho conseguiu construir até hoje [soa a campainha] e também com que o nós vamos construir com esse novo momento que o Brasil em relação a sua juventude.

Obrigado e vamos continuar juntos nessa luta.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parabéns, Davi. De imediato passamos a palavra ao João Vidal.

SR. JOÃO VIDAL: Bom, fazer minhas as palavras do Davi, convidar aqui a todos que estão nos assistindo, estão aqui na Sala da Comissão, também aos Senadores, demais Parlamentares que queiram estar com a gente lá no 2º Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, estão lá quase a totalidade dos Estados representados e está acontecendo ali no Hotel Saint Peter, no Setor Hoteleiro Sul.

Então, estão todos convidados a continuar com a gente, a agenda se estende por hoje a tarde e amanhã pela manhã na Plenária final.

Quero também lembrar nesses cinco minutos, aproveitando o alcance que dá a TV Senado, lembrar de uma pauta que está nas prioridades também dentro das 22 prioridades tiradas na Conferência Nacional de Juventude no ano de 2008, que é a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, um projeto que está na Câmara dos Deputados para apreciação, é uma prioridade da juventude, incide diretamente na vida do jovem trabalhador brasileiro essa redução da jornada de trabalho.

É uma somatória do Conselho Nacional da Juventude, da juventude brasileira a essa pauta que foi encabeçada pelo conjunto das Centrais Sindicais do Brasil.

No mais é agradecer a participação, a oportunidade e testemunhar a força que a juventude brasileira, nos seus quase 51 milhões de jovens, de estar representada aqui e também pelos seus parlamentares e essa Audiência Pública, de políticas públicas para a juventude, é exemplo disso.

Então, a juventude ainda precisa ocupar ainda mais espaço que lhe é de direito na agenda pública nacional, nas essa Audiência Pública, provocada aqui pelo companheiro Senador Paulo Paim, pelo companheiro Deputado Federal Reginaldo Lopes, que já não está mais aqui, é exemplo dessa importância que tem sido dada à juventude brasileira na agenda pública nacional.

Obrigado e desejo a todos uma boa tarde aí e continuamos na luta e mobilizados em prol desse segmento importante e fundamental para o desenvolvimento do nosso Brasil, que é a juventude.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, João Vidal, por lembrar, inclusive, da jornada de 44 para 40 horas semanais, é uma PEC de autoria desse Senador e do Inácio Arruda, quando éramos ainda deputados e que estamos acreditando que a Câmara poderá aprovar, espero eu esse ano, se não for esse ano, que seja o ano que vem, pelo menos.

Antes de passar a palavra aqui para os três últimos convidados, eu recebi do plenário e acho mais do que justo que o Antônio, Conselheiro Nacional do CONJUV, eu que sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que ele deseja fazer aqui uma rápida saudação.

Tu terá os mesmos cinco minutos que os nossos convidados estão tendo para fazer a sua saudação, nós que falamos tanto do corte das diferenças, é mais do que justo e parabéns por ter reivindicado a palavra, está com a palavra Antônio.

[palmas]

SR. ANTÔNIO DAVI: Bom, boa-tarde a todos e a todas. Eu sou Antônio Davi, o povo me conhece mais como Davi. Assim, eu sou recém empossado também no Conselho Nacional de Juventude, na cadeira de pessoas com deficiência, jovens com deficiência, no caso.

E, primeiro eu queria fazer, duas, uma critica e uma correção. A critica é porque não deram a palavra para mim, mas porque não deram para esse companheiro jovem que também tem vontade de se expressar? Às vezes a Mesa fala, mas às vezes a Mesa ela precisa ouvir.

[palmas]

Então, fica aqui o meu lamento pela Mesa não ter deixado a gente nos pronunciar.

Segundo; assim, uma correção, não se usa mais o termo 'portador de deficiência', porque a gente não porta a deficiência, a gente não porta. É pessoa com deficiência, tirar esse nome *'portador'*, que por incrível que pareça, todas as audiências a gente fala, mas ainda continua botando esse '*portador*' no meio. Não existe.

E terceiro, eu queria falar duas coisas muito importantes. É inadmissível que o Senado Federal não tenha acessibilidade. Não tenha acessibilidade, é escada, alguns elevadores que tem eu soube que estão quebrados, então é incrível. E eu faço isso não é só pelo cadeirante, mas é pelo cego, pelo piso tátil.

Então fica aqui a minha indignação. O que é uma rampa para o cadeirante, é um intérprete para o surdo, porque não tem aqui um intérprete de Libras? Por que não botaram nessa audiência um intérprete de Libras?

Então, fica aqui os meus pêsames, o meu lamento, porque eu não estou ainda num país democrático, porque dizem que o Brasil é um país de todos, na teoria, porque na prática a gente ainda não vê isso.

Outra coisa que eu queria dizer era com relação à educação inclusiva de pessoas com deficiência, que

não aceitamos mais escola especial, escolas segregadas. As instituições especiais, elas, sim, têm um papel, do tratamento, mas ela não escola, eu mereço [soa a campainha] estar no meio da minha juventude, estar no meio desses jovens e não separado, como se eu fosse um bicho pra eles e eles fossem um bicho para mim.

[palmas]

Eu quero ser incluído não na pessoa com deficiência somente, mas na juventude do meu país, porque, acima de eu ser deficiente, eu sou um jovem, eu sou uma pessoa que também sonha como qualquer outro.

Eu também mereço, quando digo eu, eu gostaria de retratar aqui que esse eu é milhares de pessoas, de jovens que estão lá no meu Estado, no Ceará e em tantos outros, sem poder falar e estão confiando em mim, que eu estou aqui falando.

Quando eu digo eu, eu estou dizendo nós, merecemos respeito porque não somos um bicho, somos um cidadão que merece sim, respeito, dignidade e escola e estar incluído na sociedade.

Porque nós, sim, temos o direito de cobrar, porque nós somos os patrões. Então, eu não quero essa exclusão, mas que olha para inclusão e [ininteligível] escola do ensino regular, escola regular.

Então é só isso que eu queria deixar para vocês, para reflexão, que eu antes de ser uma pessoa com deficiência, eu sou um jovem e mereço dignidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu quero cumprimentar o Antônio Davi pela sua fala e te dizer, Antônio--

SR. ANTÔNIO DAVI: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [risos] Obrigado, Antônio.

E dizer, Antônio, que você tem toda a razão, nós temos um trabalho forte aqui dentro do Senado, na questão das pessoas com deficiência. Eu sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e não do estatuto da pessoa portadora de deficiência, nós já tiramos essa questão de todos os projetos de leis que tramitam aqui na Casa.

Esse projeto tem a relatoria do Senador Flávio Arns, aprovamos aqui com cerca de 300 artigos, foi para a Câmara dos Deputados, a Câmara está fazendo um belo trabalho lá.

Houveram (*sic*) cinco encontros regionais, voltará para o Senado e eu quero, de pronto, te convidar para que você esteja aqui como painelistas no debate do Estatuto, antes da redação final, pelo conhecimento que você mostrou.

Essa salva da palmas é para você, viu?

[palmas]

Tu já está meu convidado aqui na redação final.

E te dizer também, Antônio, que aqui, no Senado, a gente trava um bom debate nessa questão. O Senador Flávio Arns, ele não está aqui, eu quero também falar em nome dele.

Não tinha... Quando nós chegamos aqui, não tinha elevador; hoje, já tem elevador aqui na Casa, não tinha rampas como essa que você vai ver aqui, nós conseguimos botar rampas. E a linguagem de sinais, nós temos aqui na Casa, contratados uma série de profissionais da mais alta qualidade, que fazem esse papel.

Eles estiveram aqui pela manhã. A falha não foi deles; a falha, porque a audiência era para começar às dez, atrasou, os senhores tiveram problema de ônibus, me informaram e a audiência começou quase dez e meia. Daí como não estava previsto, eles foram chamados para outra Comissão, mas aqui na Casa há uma equipe dos mais altos profissionais, que trabalham com a linguagem de sinais, que eu quero aqui cumprimentar a eles também.

Mas quero dizer que o teu protesto procede; nós tínhamos que ter tido um reserva e estado aqui.

Eu quero dizer que tudo que você falou eu concordo na integra, inclusive a educação inclusiva; é a nossa posição, somos todos favoráveis aqui a educação inclusiva, discordamos daqueles que pensam diferente.

Concordamos com você, palmas mais uma vez para você.

[palmas]

Que você entenda essa minha fala que eu estou dando explicações e que você tem razão de tudo o que você ponderou aqui. Você é que está com a razão, eu estou apenas explicando o que aconteceu nesse processo.

E, por último, Antônio, dizer que eu gostaria muito de dar a palavra a todos os convidados do Plenário. O que eu fiz? Eu pedi que o Plenário indicasse alguém para a Mesa, e foi escolhido, me permita que eu diga, Regina, uma mulher e negra, para que falasse em nome do Plenário.

Todas as audiências públicas que eu presido, normalmente eu remeto ainda a palavra ao Plenário e normalmente são cinco pessoas que falam do Plenário.

Como é quase uma hora, nós temos que encerrar a Plenária, mas para mim não há problema nenhum, se alguém do Plenário também quiser falar, eu abro a palavra de novo.

Olha, mais democrata que eu pode existir alguém igual, mas não mais. Então, comigo não há problema nenhum.

Mas, Antônio, eu quero aqui, em nome do Senado, te cumprimentar, pela forma firme, clara, decisiva que você se posicionou aqui. Não estou fazendo nenhum questionamento na tua fala, estou apenas dando explicação para você, porque merece como qualquer um dos jovens que estão aqui.

Eu aprendi, e eu tenho no meu gabinete, e eu sou obrigado a dizer isso para você levar, como eu acredito, na luta das pessoas com deficiência, dois companheiros cegos, totalmente cegos. Um coordena o meu Gabinete do Sul, e o Maurício conhece ele muito bem, Santos Fagundes, ele coordena o meu gabinete na área política, política!

Ainda hoje pela manhã me ligou, de num importante debate que vai ter no estado, no próximo sábado e que ele vai estar me representando. Ele viaja por todo esse país, cego, quando é chamado a falar do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Igualdade Racial, porque ele não fala só da pessoa de deficiência, ele fala com conhecimento de causa.

E aqui, no meu gabinete, no Senado, tem o Luciano Ambrósio, que também é cego, que escreve os meus discursos; seguidamente eu recebo elogios pelos discursos que eu levo à Tribuna, grande parte deles é o Luciano que escreve.

O Luciano, inclusive, quebrou um tabu aqui no Senado, ele anda com a cachorra que é a Mirtze, que está no meu gabinete, minha amiga Mirtze, que é uma cachorra que guia ele dentro do Senado da República.

Eu te digo, Antônio, que nós estamos fazendo o que entendemos possível, mas você tem razão, nós temos que fazer muito mais.

Eu quero no encerramento da minha fala que a gente dê uma salva de palmas não para mim, mas para o Antônio, você merece Antônio; é para você essa salva de palmas.

[palmas]

Se todos falassem como você falou, em todos os lugares, com certeza esse país já seria bem melhor do que é hoje.

Eu passo a palavra agora a nossa convidada especial da Mesa, repito de novo, a companheira Regina, se alguém mais no Plenário entender que não está contemplado, atendendo o pedido do Antônio, eu jogo a palavra ao Plenário de novo. O Antônio aqui manda, Antônio.

Regina.

SRA. REGINA ALVES: Acho que minha fala vai ser bem breve, acho que é mais no sentido de agradecer a sensibilidade da Mesa de ter compreendido que nós jovens e mulheres, precisamos e estamos também nesse debate, ter incluído nesse espaço.

Dizer da importância desses espaços, que é das audiências, estar discutindo as PPJs, para estar discutindo a aprovação da PEC ou do estatuto. Então a gente também... Os conselhos estaduais também tem essas responsabilidades de estar puxando as suas localidades, os conselhos municipais também, de estar puxando nas suas localidades audiências públicas para debater essa questão da juventude.

E dizer que nós participantes do 2º Encontro Nacional de Conselheiros e Conselheiras, também estamos ligadas e estamos, de certo modo, bem... Principalmente eu, numa expectativa grande no que diz respeito a essa rede de conselheiros e conselheiras que o CONJUV tem colocado a gente.

De certa forma, dizer que a gente da Paraíba quer dizer “Eita, a gente tem é que se aviar”, a gente tem que correr, realmente, têm muitas coisas ainda, então se avia, gente, que a gente conquistou muitas coisas, mas ainda tem muito para conquistar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Parabéns, Regina. De imediato o Maurício e depois o Beto conclui.

SR. MAURÍCIO PICCIN: Bom eu gostaria de dizer que acho que o Deputado Reginaldo Lopes acertou em cheio na ideia de que o ensino médio brasileiro faliu. Faliu e nós precisamos reformulá-lo, precisamos construir uma revolução pedagógica, estrutural, no ensino médio brasileiro, que dê conta inclusive da educação inclusiva aqui, o nosso ensino exclui milhares de pessoas, como muito bem o Antônio expressou aqui a pouco.

Acho que nós precisamos construir uma pesada política de bolsas permanência para a juventude no ensino médio, porque nós discutirmos o ensino, a educação descolada do trabalho ou das condições que essa juventude tenha para conquistar sua autonomia é muito vago. Nós precisamos combinar as duas discussões.

E nós, acredito eu, que diminuiremos ou só resolvemos os 50% de evasão que existe no ensino médio brasileiro, se nós combinarmos uma política, sim. de desenvolvimento do país, ampliando essa política que está em curso, formas alternativas de geração de trabalho e renda, mas fundamentalmente garantir as condições para que a juventude possa permanecer na escola.

Porque é muito difícil a situação daqueles que tenham que combinar o trabalho para sustentar a família, ou para construir as suas condições de autonomia com a permanência na escola.

Portanto, esse é um grande desafio do próximo período. E acho que nós precisamos reforçar as políticas afirmativas étnico-raciais, a política de cotas no Brasil. Ultimamente a gente tem visto um debate aflorar de novo em relação a isso. Nós precisamos ser incisivos, termos a ousadia de reafirmar o compromisso que todos temos que ter com esta política que garante uma reparação histórica que o Brasil deve à população negra do nosso país.

Acho também que deve pautar aí a construção dos marcos legais e, em especial do Plano, a necessidade de nós construirmos uma política pesada em torno do acesso a cultura, a produção cultural, ao lazer da juventude e a inclusão digital da juventude, porque hoje um conjunto da juventude e toda a população está excluída digitalmente na sociedade com a nova geração que aí nos encontra.

Portanto, pensar em centros de referência da juventude, em especial nos pequenos municípios e nas áreas rurais é fundamental para garantir isso para a juventude brasileira.

Acredito também que um elemento importantíssimo é a habitação para juventude; nós não conseguimos construir um ambiente em que a juventude conquiste sua autonomia, se nós não garantirmos a habitação para a juventude, para que ela possa construir de forma autônoma sua vida.

E que ela possa escolher se quer morar sozinho, se quer morar com um companheiro, com uma companheira ou assim por diante. Portanto esta é uma política fundamental. Lá em São Leopoldo, no Município do Rio Grande do Sul, quase 50% das pessoas que se inscreveram no Programa Minha Casa Minha Vida são jovens. Portanto a política pública [soa a campainha] tem que considerar essa especificidade.

E, por último, anunciar aqui, já que nós estamos ao vivo, que lá, no Rio Grande do Sul, nós estamos construindo com a Comissão de Direitos Humanos e Educação da Assembleia Legislativa e com o nobre Senador Paulo Paim, junto, aqui, da Comissão de Direitos Humanos do Senado, uma Audiência Pública Estadual para pautar a repercussão dessa política nacional e toda essa discussão que nós estamos fazendo aqui, lá, no Estado do Rio Grande do Sul e de discutirmos os desafios das políticas públicas de juventude no Estado do Rio Grande do Sul.

A audiência não está definida ainda o dia, mas provavelmente será ou dia 12 de maio ou dia 28 de maio e dia 30, agora, de março nós temos uma reunião preparatória lá com os movimentos com as juventudes partidárias, para preparar o ambiente e discutir como é que nós vamos construir essa audiência.

E, por último, dizer, Paim, que nós acreditamos nessa vitória da juventude brasileira. Todos nós aqui estamos compromissados em garantir que ela aconteça, mas tenho certeza que existem milhões de jovens e toda a sociedade brasileira está olhando atentamente para esse momento que nós vivemos no país.

E quero dizer para, ti, Paim, que nós estamos contigo, com a coragem, com a rebeldia e com a ousadia daqueles que acham que, neste momento da nossa vida, apostar na juventude é garantir a transformação de um Brasil para um Brasil mais justo e melhor.

Então, muito obrigado pela possibilidade de fazer essa fala.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou atender um pedido, porque, Flávio, aqui, tu manda, não pede. O Flávio: "Alguém tem que falar do Plenário, além do que eu já falei." Então alguém fale, atendendo o pedido do Flávio.

Quem é que vai ser? Antônio. O pedido é do Davi. Davi, atendendo a teu pedido, nós voltamos ao Plenário, e o meu líder aqui vai esperar um pouquinho mais para encerrar.

Diga o seu nome só para efeito de registro.

SRA. ANA ELIZABETE(F): Meu nome é Ana Elizabete(F) e, além de Conselheira do Município de Delmiro Gouveia, que fica localizado no sertão do Estado de Alagoas, eu sou orientadora social do PROJOVEM Adolescente na minha cidade.

Então, eu convivo diariamente com jovens que tem problemas em casa, problemas que eles tentam resolver indo para o PROJOVEM Adolescente e muitas vezes eles gostam de estar lá com a gente. E vão também porque muitas vezes não tem comida em casa e eles vão mais por causa do lanche.

E eu queria fazer uma pergunta ao Senador Paulo Paim, de que forma nós podemos reduzir o índice de jovens que migram do sertão de Alagoas para trabalharem nos canaviais, na Capital Maceió?

E dizer que ficamos muito agradecidos pela conquista de quase, de luta, de quase dez anos em Delmiro Gouveia, por temos conseguido trazer um Campus da Universidade Federal de Alagoas, onde não só eu vou ser estudante nela agora, como minha mãe e vários jovens da nossa cidade.

E divulgar também a questão cultural da nossa cidade, que anda muito defasadas, uma cidade onde tem belezas naturais, onde é rodeada pelos *canyons* do São Fancisco e não há um investimento nessa região.

Então, eu gostaria que o Senador Paulo Paim me respondesse. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como o Davi manda e não pede, alguém mais quer a palavra.

[risos]

Eu quero ficar bem contigo, Davi, se eu ficar bem contigo eu tô bem com a vida.

SRA. MARIA GUERRA: Bem, boa-tarde, eu sou Maria Guerra, de Delmiro Gouveia, Alagoas, eu quero fazer só um fechamento quanto a questão das políticas de juventude, e quero dizer também que a gente precisa dar um olhar muito especial, tanto a criança e a infância, como, por exemplo, eu sou uma jovem que comecei a trabalhar com sete anos de idade, antes de começar a estudar, eu fui estudar com oito anos, quase nove anos de idade lá no Sertão de Alagoas.

E assim, o nosso Sertão de Alagoas é bastante esquecido. Eu queria dizer que olhassem mais para as nossas crianças e adolescentes, principalmente, do interior, da zona rural e das cidades pequenas, porque nós sofremos muito.

Então, como eu tive que vender picolé na rua, com uma caixinha que cabia só apenas 18 picolés, então, assim, foi um sofrimento para poder chegar até aqui, vocês não sabem o quanto eu caminhei.

Então, essas dificuldades que nós, principalmente por ser mulher, também enfrenta, onde a gente tem que trabalhar primeiro para poder depois estudar. Eu repeti o ensino, a segunda série do ensino fundamental, porque eu tinha que trabalhar; então trabalhar primeiro era prioridade antes de estudar. Hoje eu tenho 26 anos e já trabalho há 19 anos, praticamente.

Isso é, assim, eu tive a minha infância violada, hoje eu sinto necessidade, por exemplo, eu não tenho algumas habilidades, por exemplo, coordenação motora outras coisas, porque foram violados esses direitos e o quanto eu tive que caminhar para chegar até aqui.

Vendi picolé durante seis anos na rua, sofrendo 'violentações', os direitos violados, as necessidades que eu queria estar junto com as outras crianças e brincar, de participar da escola, não tive esse direito.

Então, estou falando aqui em nome de tantas outras Marias, de tantos Josés que passam por isso e não teve a dificuldade. Mas a minha base quando foi falado aqui que tinha o tripé, eu tenho esse tripé, porque eu venho da pastoral da juventude do meio popular, a PJMP; então, a PJMJ foi quem me alavancou, porque se não tivesse ela eu não estaria aqui.

E tive que passar, então, esses procedimentos que foram me encaminhando, hoje eu sou professora, fui garçonete durante três anos. E assim, no período que eu fui garçonete, para terminar o ensino médio, eu tive que trabalhar de garçonete das 18h00 até às 05h00 da manhã, fazer o estágio da escola de oito a meio-dia e tive que estudar na escola de uma até as cinco e meia da tarde.

Então, isso, eu passei noites imensas sem dormir para poder estar, para poder conseguir os objetivos, os sonhos que todo jovem e toda a criança tem seus sonhos.

Eu consegui, eu posso dizer aqui que eu estou muito feliz, primeiro estar aqui no Senado, para mim é muito gratificante estar aqui hoje. Eu consegui, sou professora, sou estudante de Pedagogia da Universidade Estadual da Bahia, do Campus VIII, de Paulo Afonso, curso o 6º período de Pedagogia, então é assim.

Eu tive essa disposição, vamos dizer assim, muita agarra, muita luta, mas assim, não são todos os jovens que tem, vamos dizer, essa energia.

Então, eu falo em nome, principalmente, de toda essa juventude que fica à margem da sociedade, porque eu me sentia à margem da sociedade. Só hoje depois que eu comecei a lecionar, que eu sou professora, que praticamente eu digo lá para as meninas que me conhecem, que hoje eu tenho *status* lá no meu município de Delmiro Gouveia, coordenei o Programa Agente Jovem, o PROJOVEM Adolescente, que eu coordenei até março do ano passado. Hoje faço parte também da rede ecumênica da juventude, a REJU, então são esses que me encaminharam.

E outro desafio que eu queria deixar também é a questão que a gente fala tanto na questão de políticas para a juventude, a gente defende as políticas. E quando chega, nós não temos a oportunidade também de trabalhar nelas; então, a gente fica excluído também, a gente luta, reivindica e não tem.

Outro tempo a gente estava debatendo na faculdade quanto a isso: como é que a gente vai poder atuar se a gente não tem a nossa própria sustentabilidade? A gente tem que deixar de lado muitas vezes e isso fica complicado.

Então era essa a reflexão que eu queria deixar aqui para vocês e que olhassem muito, principalmente, essas áreas da zona rural, principalmente, eu venho da zona rural, tive que sair da zona rural para poder cursar, para poder ter, vamos dizer assim, uma vida melhor. Mas, assim, que foi com essa dificuldade e, então, principalmente que vocês olhassem para a juventude nordestina.

Muito obrigada pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu vou passar para o Beto e daí na minha fala de encerramento eu respondo para a Ana

Elizabete(F) e, naturalmente, cumprimento a Maria também, está bom?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, daí faz agora e o Beto já faz o encerramento.

SR. BETO CURY: E se apresenta também.

SR. EDSON FERREIRA: Eu sou Edson Ferreira. Sou do Juazeiro do Norte, Ceará.

Eu gostaria de falar para o Beto como é que a Secretaria Nacional de Juventude vem acompanhando o controle social das políticas nos municípios?

Porque já veio casos, na região a gente acompanha, no PROJOVEM Urbano, por exemplo, que o núcleo gestor foi constituído mas nunca se reuniu, e a Secretaria executa a política, mas não existe o controle social, e aí você tem, às vezes, na lista oficial que é enviada para Secretaria, a relação de alunos que às vezes não está mais nem... Para manter a cota, mantém o nome informado, mas o aluno, o jovem não está mais no programa.

E isso [ininteligível] como PROJOVEM Adolescente, também não tem essa questão do controle social, acho que... Como é que está avançando a Secretaria Nacional, o Governo Federal vem avançando nesse controle local do controle social local? Apesar do CONJUV fazer um controle social nacional, mas tem que ir na base lá no município onde está implementado o projeto, essa questão do controle.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Por favor, Beto.

SR. BETO CURY: Eu vou começar tentando responder a questão que o Edson levantou. Essa dimensão participativa tem sido um desafio que, por orientação até da política mais geral do Governo, nós temos procurado implementar na Secretaria de Juventude, na construção da política de juventude.

Sem querer entrar em contraposição, pelo contrário nós entendemos que fortalece a democracia plena, a democracia participativa fortalecendo a democracia representativa, não é uma em contra posição a outra.

Evidentemente que a participação da sociedade, Edson, ela reforça a possibilidade de você errar menos, diminui a possibilidade de um recurso mal utilizado. Esse é um dos desafios que eu acho que nós temos daqui para frente, é amplificar os espaços de participação e de controle da sociedade sobre as políticas públicas. Eu estou falando do ponto de vista de juventude. Eu acho que esse é um desafio

Certamente que o próximo governante não partirá do zero e o que nós temos colocado é que nós precisamos avançar para além do que nós temos. Um dos avanços necessários é de amplificar os espaços de participação e de controle social sobre a implementação das políticas públicas.

Eu queria finalizar, primeiro, agradecendo na pessoa do Senador Paim, do Senador Cristovam a oportunidade de estar aqui nessa Casa. É muito bom, Senador Paim ter a meu lado um ex-companheiro de categoria, um ex-metalúrgico como eu, coordenando essa Audiência Pública.

E eu tenho falado que um dos grandes desafios que nós temos para consolidar o tema juventude como política de Estado, é ganhar corações e mentes dos agentes políticos e dos gestores públicos, a maior parte ainda não compreende a dimensão republicana da política de juventude.

Eu brinco que muitos prefeitos fazem na campanha, prometem na campanha que vão implementar a política de juventude e depois quando ganham, eventualmente fazem um torneio de futebol, um *show* musical, compreendendo que o torneio de futebol não é toda a dimensão do esporte, o *show* musical é não toda a dimensão da cultura, a cultura e o esporte são dimensões fundamentais, mas não representam toda a dimensão da política de juventude, é muito mais que isso.

Eu digo o seguinte, que a temática de juventude ela tem que ser feita para o jovem, com o jovem, como diz o João Vidal, o Vice-Presidente do Conselho, mas ela tem que ser de toda a sociedade. Ou há compromisso inter-geracional para resgatar essa dívida ou nós não teremos de fato uma política de juventude como política de Estado no Brasil.

A fala, da Regina ela expressa um pouco isso do que eu falei aqui. Nós estamos num processo de construção. No caso do Governo Federal, que criou a Secretaria em 2005, acabou incentivando muitos estados e municípios a constituírem seus espaços de juventude.

Evidentemente que hoje tem um conjunto de programas e de ações do Governo Federal, em parceria com estados, em parceria com municípios e em alguns no próprio município ou estado, mas nós temos ainda uma longa trajetória pela frente, mais uma vez eu reafirmo isso.

E saber que nós temos aqui no Senado, a Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam, Senador Paim, como aliados, para nós é fundamental.

É fundamental não apenas do ponto de vista dos marcos legais que passarão por esta Casa, que já estão aqui para ser votados, o caso da PEC, e alguns que chegarão. Mas é fundamental porque aqui deve

expressar, deve ser uma caixa da ressonância das aspirações e das reivindicações da sociedade brasileira. E eu não tenho dúvida de que o tema juventude é uma necessidade para construção do Brasil de todos e de todas que nós queremos fazer.

O Brasil democrático do ponto de vista político, inclusivo [soa a campainha] do ponto de vista social, soberano e de desenvolvido, do ponto de vista econômico, libertário, do ponto de vista social.

Esse país está em construção. Para termos de fato esse país uma realidade, esse país dos nossos sonhos uma realidade, com certeza a temática de juventude tem que estar incorporada de forma definitiva, permanente na agenda das políticas públicas.

Essa Audiência, Senador Paim, ela contribui, é mais um passo nesse sentido. A aprovação da PEC que esperamos ter semana que vem será um passo decisivo, não tenham dúvidas vocês de que o Brasil caminha a passos largos para consolidar o tema juventude como política de Estado.

Muito obrigado a todos e a todas.

Eu quero saudar a todos os conselheiros e conselheiras que participam conosco do 2º Encontro Nacional de Conselhos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, eu quero agradecer muito a fala do Beto e dizer da minha alegria por ver o Senador Cristovam Buarque ter voltado, ele disse: "Eu vou, tenho compromisso, mas volto para a encerramento." E esta aqui ele.

Então, o Senador Cristovam com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de expor algo que eu queria dizer, e de pedir desculpas e explicar por que eu estive fora, eu queria fazer uma pergunta, depois eu volto a falar.

Porque o governo não é favor da criação de uma Secretaria da Criança e do Adolescente, por quê é contra, na verdade, ao meu projeto de criar, só que eu chamo Agência Nacional de Proteção da Criança e do adolescente. E o CONANDA?

Eu vejo aqui o Conselho Nacional da Juventude a favor da Secretaria Nacional de Juventude; o CONANDA é contra. E olha que no meu projeto de lei está escrito que o CONANDA é o órgão que coordenará essa agência, mas se quiser a gente troca o nome agência por Secretaria.

Mas a informação que eu tenho é que o governo é contra a criação de uma agência ou de uma secretaria para proteção da criança e adolescente. E é o CONANDA isso eu tenho certeza que é, porque eu já fui debater com eles e eles insistem que não deve haver isso. Claro, que é muito por corporativismo, porque achar que vão perder papel.

Mas imaginem sem a Secretaria, o que o Conselho faria? O Conselho só tem cabeça, não tem mãos, as mãos vem do Executivo. Aqui tem seis crianças que desapareceram em Luziânia; o Governo Federal não tem nada que fazer. O Presidente se acordar de manhã e quiser se preocupar com isso, ele não tem a quem ligar, salvo a Polícia Federal. Salvo se fossem crianças indígenas, porque aí teria a FUNAI, tem a Fundação para os Índios, mas não tem a fundação para as crianças.

Porque que o Governo é contra?

SR. BETO CURY: Senador, eu, de fato, eu não sei te responder. Eu não sei nem se o Governo é contra, até porque o tema criança e adolescente está na Secretaria Especial dos Direitos Humanos com o Ministro Paulo Vanucci .

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pois é, mas aí...

SR. BETO CURY: Talvez valesse a pena uma conversa com o Ministro. Não sei se o governo é contra, não sei mesmo, esse tema não chegou até mim.

Eu sei que existe uma Secretaria dos Direitos da Criança e Adolescente dentro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é para os direitos, não é de proteção, é diferente.

SR. BETO CURY: É, realmente eu não sei dizer.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por exemplo, uma política para a criança a Secretaria não vem trazer; essa Secretaria olha na ótica dos direitos humanos e não na ótica das políticas para criança, está entendendo?

SR. BETO CURY: Eu, de fato, não sei se dizer se o Governo é contra. Eu nunca participei de nenhuma discussão interna no Governo, que o governo tirasse posição contrária a isso.

Eu não sei realmente, acho que vale a pena um debate do senhor, Senador, com o Governo Federal, abrir esse debate com... Já que o senhor esteve debatendo com o CONANDA, debater com o Ministro Paulo Vanucci , eu acho que vale a pena essa conversa. esse diálogo.

E eu não acredito que o Governo seja contra, como essa informação chegou ao senhor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque, além disso, a Secretaria é ligada à Presidência.

SR. BETO CURY: A Secretaria é ligada à Presidência da República.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A da criança é ligada ao Ministro.

SR. BETO CURY: Não, nós somos ligados também ao Ministro Luiz Dulce, a Secretaria Geral da Presidência da República.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, sim, mas na Presidência.

SR. BETO CURY: Na Presidência.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O outro não, o outro é no Ministério, está entendendo? Da criança. Não há razão para a criança ser tratada diferente de jovem do ponto de vista da hierarquia.

SR. BETO CURY: A Secretaria Especial de Direitos Humanos, hoje, ela é vinculada também a Presidência da República.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas de qualquer maneira está vinculada aqui.

É diferente, o Dulce... Mas esse é um detalhe. Mas o importante é que eu acho que é preciso ter um órgão que se preocupe com a criança, de uma maneira transversal entre os Ministérios, por isso que eu não proponho o Ministério da Criança, proponho uma secretaria, uma agência, transversal. Hoje não tem.

Mas eu vou aceitar sua sugestão de falar com o Ministro, para ver se eu consigo, porque já está há seis anos esse projeto rolando e aqui passou, inclusive, no Senado, está na Câmara depois de muitas discussões.

Mas, Presidente, todos já falaram? Todos.

Primeiro eu quero dizer que eu fico satisfeito de eu ter saído, só tinha homem. E eu voltei tem uma mulher na Mesa.

[palmas]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Além do mais, uma mulher negra que eu acho que acrescenta muito.

Mas, olhe--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Falou também o Davi, pelas pessoas com deficiência.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Também não, é? Eu quero pedir desculpas por ter ficado, agora, mas vocês sabem que a vida da gente é aqui e Brasília está num momento muito especial, nas arrumações políticas que a gente está fazendo nas relações entre partidos e de vez em quando tem que sair.

Eu tive que sair para conversar com o Ministro Lupi, agora, e por isso eu não estava aqui durante uma parte do trabalho.

Eu quero dizer que fico muito satisfeito da iniciativa do Paim da gente fazer aqui esse debate, essa audiência, isso aqui vai para o Brasil inteiro, isso aqui fica repetindo. E eu creio que a gente vai tirar muito proveito.

Mas eu volto a insistir o que eu falei no começo, que não estavam todos.

É fundamental ver a juventude como parte de uma coisa muito maior e como uma unidade dividida.

Nem é uma unidade homogênea, em que olhar a juventude nas suas características de um país quase que de castas como o Brasil, então tem que olhar o jovem negro, o jovem índio, o jovem pobre, o jovem rico, que são diferentes.

Se a gente não perceber essas diferenças, se imaginar que é uma unidade, 'jovem', nós vamos fracassar.

Tem uma luta de classes dentro da juventude também. Tem [ininteligível] não acabou a luta de classes. Então, a gente tem que ter essa ideia.

E depois, que não haverá saída para nenhum grupo no Brasil se não houver uma saída para o Brasil. Não existe, não tem como.

Então, a juventude tem que ser vista dentro da perspectiva total, de uma nação, com suas características e divisões.

E, finalmente, que eu vi, aliás, dos que eu assisti aqui, a saída está, sobretudo, na educação. A educação é que vai dar saída, não é a economia; hoje, quem faz a economia é a educação, é o conhecimento.

Isso aqui é fabricado por um robô; agora, quem formulou foi alguém com uma formação muito forte vinda de educação, todos os produtos hoje são produzidos pelo conhecimento. É aí que vai estar a chance de emprego, a chance de participação e é a educação, não adianta, e o Beto uma parte que eu queria retomar da sua fala, não adianta a gente se preocupar só em mudar o ensino médio; aliás foi o Reginaldo que falou, foi o Reginaldo que estava nessa posição.

Não adianta pensar no ensino médio se a gente não pensar no ensino fundamental. Nunca vai ter um bom ensino médio para todos, se não tiver um bom ensino fundamental para todos. E nunca vai ter uma boa universidade, no sentido global e não uma unidade, se não tiver um bom ensino médio. A universidade é feita pelo ensino médio e o ensino médio é feito pelo ensino fundamental e a gente pode até chegar antes, na pré-escola.

Então, era preciso que o movimento da juventude, todos eles, se empenhassem para valer na transformação nacional por meio da educação.

Por exemplo, eu assisti alguém dizer, eu acho que o Maurício falou que tem 8% do jovens analfabetos rurais. A campanha para erradicar o analfabetismo deveria ser uma campanha para o jovem, pelo jovem, entendeu? Para os jovens que são e pelos jovens.

Eu sou um defensor, o Paim sabe, das cotas para a universidade, mas eu sou mais defensor ainda da alfabetização dos negros e dos brancos analfabetos também. Porque se a gente se preocupa só com as cotas nas universidades, a gente está abandonando

todos os negros, os que não aprenderam a ler, os que não terminaram o ensino fundamental os que não terminaram o ensino médio.

E estamos beneficiando, ao Brasil, porque tem uma elite branca e precisa colorir a elite brasileira, mas nós estaremos beneficiando a parcela dos negros de classe média e alta que conseguiram terminar o ensino médio. Mesmo assim, eu sou favorável, por razões étnicas, por razões da negritude que nesse país precisa penetrar na elite brasileira.

Mas está na educação fundamental, está na erradicação do analfabetismo, uma luta das políticas dos jovens.

Mas, finalmente, a gente está falando muito em políticas para os jovens na verdade, e a gente precisa falar também da política nos jovens, para mudar o Brasil inteiro.

No meu tempo de jovem, a gente falava pouco de políticas para jovens, a gente falava é de política nos jovens ou os jovens na política, invés da política dos jovens. A gente falava é os jovens na política, discutindo todos os problemas nacionais.

É impossível que a juventude não lute pela reforma agrária, que é ainda é necessária no Brasil, independente dos jovens que estão sem-terra; hoje a gente se dividiu tanto, são os jovens sem-terra que lutam pela reforma agrária, os jovens universitários estão se lixando para a reforma agrária.

No meu tempo, quem lutava pela reforma agrária eram os camponeses e os estudantes universitários. Nós precisamos lutar pelo conjunto da política no Brasil, ou seja, não apenas como aquela velha e batida frase feita por um presidente americano, não apenas pensar o que o Brasil pode fazer pelos jovens, mas o que o os jovens podem fazer pelo Brasil. Nunca perder essa perspectiva da militância jovem pelo país e até pela humanidade inteira.

Eu espero que a luta por políticas para jovens seja também uma luta para os jovens na política, porque há uma alienação grande hoje nos quadros das universidades.

Claro que a alienação de jovem é culpa dos adultos dos velhos como eu, nunca dos jovens. Somos nós que não temos bandeiras para vocês. Mas vocês podem começar a catar as bandeiras de vocês.

O Maurício citou, foi você que citou o Che Guevara, não foi? Pois é, a gente está precisando de mais 'Che Guevaras', embora eu, pessoalmente, devo dizer que sou solidário com o Senador Suplicy no discurso que fez ontem em relação a greve de fome em Cuba. Eu sou defensor de Cuba, mas o comportamento em relação a essa greve de fome, realmente eu não consigo aceitar.

Como também fiquei meio incomodado com as declarações do Presidente Lula, que eu acho que foi fruto de uma falta de... Que nem a gente fala, né, eu acho que quando ele pensar mais, ele vai ver que a gente não pode comparar grevistas de fome com... Por posições políticas, mesmo que eu seja contra aquelas posições, com greve de fome de presos comuns.

E, aliás, se houver greve de fome de bandidos, a gente tem que negociar com esses bandidos para não deixar que eles morram de fome na cadeia, que eles não se suicidem, ou seja tocar fogo pelo estômago. Os vietnamitas tocavam fogo na pele, tem gente tocando fogo pelo estômago. Também não menosprezo greve de fome, Ghandi conseguiu libertar a Índia inteira com greves de fome.

Então, são... Esse é um parênteses, só porque ele falou em Che Guevara e eu gostei de ver falar, está precisando de outros 'Che Guevaras' por aí.

Mas vamos colocar os jovens na política e não apenas fazer política para os jovens, esse é uma recado que eu queria dar para vocês.

E vamos botar os jovens para lutarem sobre todos os aspectos de um país e não apenas por políticas para jovens.

Mas, Paim, muito obrigado por ter feito essa audiência e por ter presidido durante esses momentos que eu estive tão enrolado em outras atividades.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço ao Senador Cristovam, ele fez aqui um fechamento demonstrando seu compromisso com as causas de todo o povo brasileiro.

Eu quero, para encerrar, só cumprimentar a Maria Guerra, que falou aqui, falou muito bem, parabéns. Cumprimentar o Edson, que aqui o Beto já respondeu. E o Davi, que eu acabei explicando, não é nem resposta, eram explicações porque ele merecia uma série de explicações e, por fim, a pergunta direta que me fez a Ana Elizabete(F).

Ana, eu vejo dois caminhos, claro que a gente tem que aprofundar muito mais. Eu tenho um projeto aqui que é regulamentar a situação especificamente do trabalhador canavieiro, porque é lá que morre o maior número de pessoas em acidente do trabalho. É lá que o maior número de pessoas, perdem o dedo, a mão e o braço e vocês que conhecem a área sabem muito mais do que eu. Eu acho que é preciso regulamentar e ter carga horária, piso salarial e condições de trabalho. É um projeto que está em debate na Comissão de Assuntos Sociais.

E, por fim, nessa área da formação, eu sou um apaixonado pelo ensino técnico, nunca neguei isso, a vinha vida mudou depois que eu conclui o SENAI. Eu

trabalhava na feira livre em Porto Alegre, eu vendia banana, maçã, vergamota, com 12 anos. E para alegria minha eu fiz um teste no SENAI e passei, e daí então me formei e de fato a vida melhorou.

Depois que eu me formei, fui para a indústria e ganhava aproximadamente 7, 8, 9, 10 salários mínimos. Depois, entrei na vida política há mais de 30 anos, estou há 24 anos aqui no Congresso.

E, por isso, que quando eu cheguei aqui e apresentei o FUNDEP, que é um Fundo de Investimento no ensino técnico profissionalizante, que geraria em torno de nove, se aprovado, aliás, é uma PEC também, já foi aprovada por unanimidade na CCJ, geraria em torno de 9 bilhões de reais para investimento no ensino técnico, na formação da nossa juventude.

E eu conversava outro dia com o Maurício, ele dizia que a minha experiência quando eu estava no SENAI, eu estudava e ganhava um salário mínimo, quem pagava era a empresa. Cada número, um número "X", parece que naquela época eram 100 empregados, cada cem empregados tinha que ter uma bolsa onde você pagava para o aluno estudar no SENAI, se formar e ganhava um salário-mínimo.

Apresentei também um projeto nesse sentido, é um projeto ousado, se vai ser 50, vai ser 100, o que é um salário-mínimo para uma empresa, por exemplo, que tem 50 trabalhadores? Um salário-mínimo é nada. Ela paga aquele salário e esse menino, essa menina, então, só estuda.

Eu, quando fiz a defesa da PEC ontem, porque eu falei das 2 horas às 02h30, ontem à tarde, eu falei durante 30 minutos, defendendo a PEC e também o estatuto, enfim as políticas para a juventude, lá eu falei muito da questão da jovem também. Porque a gente fala muito, quando fala em ensino técnico, 'do' jovem e esquece que a mulher jovem também, cada vez mais, tem que ocupar e ocupa corretamente os postos de trabalho.

Então, rapidamente respondendo para você algumas iniciativas nesse sentido.

E por fim só para concluir, eu sou meio saudosista, viu, e metido a escrever algumas poesias também.

Eu não sei se vocês gostam, eu nem consultei ninguém, mas eu pedi que nós botássemos aí no encerramento uma canção que eu gosto muito, que é *Coração de Estudante* que marcou, acho, que a época de muita gente que está aqui.

Então, eu vou pedir que, se possível, que tocasse no momento aqui de entendimento, de alegria, de felicidade para todos nós, de muito amor, de muita, eu diria, muito carinho entre nós.

Eu adoro essa música, então eu pedi que ela tocasse numa homenagem a todos vocês. E, por fim, dizer que não tenho nenhuma dúvida, nós aqui, a Comissão de Direitos Humanos, me permite o Cristovam, tenho certeza, vamos fazer dessa Comissão uma trincheira, de defesa de todas as propostas da juventude. Tanto a PEC da Juventude, como o Estatuto da Juventude como a política nacional para a juventude, como o projeto da construção, da reconstrução do prédio da UNE, do prédio da UNE e também a... Quarta que você falou...

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A adesão do Brasil na [ininteligível]. Contém conosco, vamos trabalhar.

Eu, se o Senador Cristovam me permitir, eu gostaria muito, Cristovam, mas depende de você, me falaram que eu tenho que remodelar a Comissão, a Subcomissão do Estatuto.

Se você permitir, eu gostaria de botar Subcomissão do Estatuto e da Juventude, que tem tudo a ver uma coisa com a outra.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então teríamos uma subcomissão, o Presidente concordou, que vai tratar Subcomissão do Idoso e da Juventude.

Eu acho que com essa fala e a concordância do Senador Cristovam, eu encerro, é incluir no estatuto a Subcomissão do Idoso, da Criança e da Juventude.

Se puder aumentar o som, daí eu encerro, um pouquinho se possível.

[música]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está encerrada. Viva a juventude, coração de estudante, eterno. Está encerrada a audiência.

[palmas]

[música]

Sessão encerrada às 13h31.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às onze horas e vinte minutos do dia dezessete de março de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador **(Cristo-**

vam Buarque), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores **Paulo Paim, José Nery, José Agripino, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, João Pedro, Mão Santa, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Adelmir Santana, Mário Couto e Papaléo Paes** e dos não membros **Tasso Gereisat e Álvaro Dias**. **O Senador Flávio Arns justifica a ausência**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, dá início à apreciação da pauta. **PAUTA. (REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 01. Requerimento nº 21-CDH, de 2010**, que requer a realização de **Audiência Pública** no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa destinada a discutir "o **desaparecimento de 6 jovens em Luziânia, no Estado de Goiás**." Serão convidadas as mães dos 6 (seis) jovens para prestar esclarecimentos e ajudar na elucidação dos fatos, bem como as duas autoridades mais importantes e diretamente relacionadas ao caso. Mães de jovens desaparecidos em Luziânia: Aldenira Alves, Mãe de Diego Alves Rodrigues – 13 anos; Sônia Vieira Azevedo, Mãe de Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima – 16 anos; Valdirene Fernandes, Mãe de Flávio Augusto Fernandes dos Santos – 14 anos; Cirlene Gomes, Mãe George Rabelo dos Santos – 17 anos; Marisa Pinto Lopes, Mãe de Divino Luiz Lopes da Silva – 16 anos; Maria Lúcia, Mãe de Márcio Lopes – 19 anos; Luis Paulo Barreto Teles, Ministro da Justiça e; Ernesto Roller, Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado. Item 02. Requerimento nº 22-CDH, de 2010**, que requer a realização de **Audiência Pública** no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a **saúde do idoso na composição das PPPs** – Parceria Pública Privada. Para tanto gostaríamos que fossem convidados a Coordenação Geral dos Direitos do Idoso da Presidência da Republica, representante do Hospital SEPACO/SP, representante do Ministério da Saúde, e outros a serem indicados, posteriormente, por este Senador à Secretaria desta Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 03. Requerimento nº 23-CDH, de 2010**, que requer, nos termos do art. 73 combinado com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a **extinção da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente e da Juventude**, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 04. Requerimento nº 24-CDH, de 2010**, que requer, nos termos do art. 73 combinado com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a **extinção da Subcomissão Permanente do Idoso**, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 05. Requerimento nº 25-CDH**, de 2010, que requer, nos termos do art. 73 combinado com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a **criação da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, composta com 05 membros titulares e 05 suplentes**, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **EXTRAPAUTA**. **Item 01. Requerimento nº 26-CDH, de 2010**, que requer, "a realização de **Audiência Pública** para debater e discutir as **atribuições, responsabilidades e compensações dos Conselhos e Conselheiros Tutelares no âmbito desta Comissão**. Convidados: Carlos Nicodemos, Consultor do CONANDA para nova Resolução sobre os Conselhos Tutelares, Coordenador Executivo da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal; Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos; Membro do Conselho Pleno da OAB; Oto de Quadros, Secretário Executivo do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;Paulo Roberto dos Santos – Relações Institucionais do Fòrum Colegiado Nacional dos Conselhos Tutelares;Carmen Oliveira, Presidente do CONANDA; Sub-Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Tânia Cupiça – Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro – ACTERJ; Liliane Gomes da Costa – Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado. Item 02. Requerimento Nº 27, de 2010-CDH**, que requer a realização de **Audiência Pública conjunta com a Comissão de Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle** – **CMA**, para que sejam convidados o Promotor de Justiça José Carlos Blat, Promotor de Justiça Criminal da Capital – SP, o senhor Lúcio Bolonha Funaro corretor de valores, o senhor João Vaccari Neto, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores e o Advogado Pedro Dallari, que defende a Cooperativa Habitacional dos Bancários – BANCOOP, a comparecerem perante esta comissão, em dias alternados, com o objetivo de **esclarecer as irregularidades que envolvem a aplicação de recursos dos fundos** de pensão da **PREVI** (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), **FUNCEF** (Fundação dos Economiários Federais**) e PETROS** (Fundação Petrobrás de Seguridade Social), na BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos

Bancários), com graves prejuízos aos cooperados. Autoria: Senador Papaléo Paes. Resultado: **Aprovado.** Observação: caso seja aprovado requerimento de igual teor na CMA, a Audiência será em conjunto e realizada naquela Comissão, em caso contrário, será realizada na CDH. **Item 03. Requerimento Nº 28, de 2010-CDH**, que requer "a realização de **diligência** desta Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, **com a finalidade de conhecer *in loco*, na cidade de São Paulo, a situação dos cooperados da Bancoop** – Cooperativa Habitacional dos Bancários.". Autoria: Senador Heráclito Fortes. Resultado: **Aprovado. Item 04. Requerimento Nº 29, de 2010-CDH**, Requer "em aditamento ao Requerimento 19, de 2010, sobre Audiência Pública para discutir o conflito existente entre as várias representações dos garimpeiros no que diz respeito à exploração e destinação das riquezas existentes na área denominada de Serra Pelada, no município de Curionópolis, estado do Pará, e a situação dos trabalhadores envolvidos, a inclusão dos seguintes nomes: Luiz Emanuel da Mata Lima – Presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil; Alexandre Valadares Vieira – Associação Fiscalizadora dos Direitos dos Garimpeiros e; João Amaro Lepos – Associação de Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada – ADEGASP." Autoria: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado**. Durante o encaminhamento do Item 02, da extrapauta, Requerimento Nº 27, de 2010-CDH, é feito o encaminhamento do Senador Papaléo Paes, para que sejam ouvidos os Senhores Valter Picasso, Advogado da Cooperativa Habitacional dos Bancários – Bancoop; Senhor Antônio Molina, Cooperado da Bancoop; Eduardo Mazer, cooperado da Bancoop. Após os depoimentos dos cooperados da Bancoop e do advogado, o Senhor Presidente franqueia a palavra para alguns cooperados da Bancoop. O Senador Mão Santa encaminha para que o Senhor Valter Picasso, Advogado da Cooperativa Habitacional dos Bancários – BANCOOP, fale da bancada. O Senhor Presidente acata e, após ouvir os membros da Comissão convida o Senhor Valter Picasso para fazer sua apresentação. Em ato contínuo é dada a palavra ao Senhor Antônio Molina Cooperado da BANCOOP, que faz seu depoimento. Em seguida é a vez do Senhor Eduardo Mazer, cooperado, morador do condomínio de Vila da Penha, fazer seu depoimento, no mesmo ato o depoente entrega documentos ao Senhor Presidente. O Senador José Nery encaminha para que os Senhores Senadores compareçam com maior freqüência aos debates e votações da CDH. O Senhor Senador Heráclito Fortes encaminha para que o Senhor Presidente constituir uma comissão para verificação in loco da situação dos cooperados da BANCOOP e que seja realizada antes da realização da Audiência Pública, referente ao Requerimento 27, de 2010-CDH. O Senhor Presidente responde solicitando que o Senador Heráclito Fortes oficialize por meio de requerimento que é apresentado posteriormente. Senadores José Nery e Cícero Lucena encaminham a solicitação para que sejam encaminhados a todos os membros da CDH cópia dos documentos recebidos pela mesa durante a reunião. Fazem uso da palavra os seguintes senhores senadores Cristovam Buarque, José Nery, Paulo Paim, Papaléo Paes, Mário Couto, Heráclito Fortes, José Agripino Maia, Arthur Virgílio, Mão Santa, Cícero Lucena, e os Senadores não-membros Álvaro Dias e Tasso Gereisat. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um de vocês.

Essa sessão não está tendo quórum até aqui, mas já vai, daqui a pouco, uma hora da hora marcada. Eu vou, portanto, tendo em vista a visita de um grupo de pessoas... Uma Comissão de Direitos Humanos tem que estar aberta para ouvir todo mundo que quiser manifestar qualquer reclamação contra instituições, contra organizações estatais. Eu vou permitir que os visitantes que estamos recebendo possam falar e não vamos votar nenhum dos assuntos que estão aqui na Mesa, porque, sem haver quórum, a sessão não abre. Mas, mesmo sem sessão, podemos conversar.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, quantos senadores são necessários para abrir a sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quantos são?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): São cinco senadores.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Nós temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São dez.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): São cinco senadores para abrir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São quantos?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): São cinco senadores.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Nós temos seis senadores.

Nós temos quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dez senadores.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA):Nós temos quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já tem quórum?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cadê?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quórum para abrir a sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para abrir a sessão, já tem quórum.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para abrir é uma coisa, para votar é outra coisa.

O que o Senador Cristovam está propondo acho que é uma posição muito equilibrada. Não prejudica em nada inclusive os convidados que estão aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só tem cinco senadores.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Já tem seis agora. Seis assinaturas.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): O Senador Nery chegou, já vai assinar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Nery, o Arthur Virgílio...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas ainda não tem dez.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Não, mas são preciso cinco para abrir.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, foi exatamente o encaminhamento que V. Exa. fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O meu secretário--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São 19 membros--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O secretário aqui é o meu xerife em matéria de regulamento.

São dez, mas a gente começa a conversar. Não tem nenhum problema. E quando chegar a dez, aí a gente diz: *"Está aberta formalmente"*.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Cristovam, é uma prática utilizada inclusive nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Quando não há quórum para deliberar, colhe-se os depoimentos, e, quando o quórum se constitui, interrompe-se o depoimento para realizar a deliberação, se for o caso.

Então, a sugestão do Senador Cristovam está absolutamente correta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Alvaro Dias me deu uma lista de pessoas que estão aqui presentes, que fazem parte da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo. É uma lista imensa. Desculpe eu colocar o imenso, são dez pessoas, e é difícil segurar senadores ouvindo dez depoimentos. Nunca houve isso, até porque, como você vê aqui, nem tem cadeiras. Além de que vão ficar, obviamente, sentados aí.

Eu vou abrir a palavra para alguns. Quando chegar o momento em que o tempo esteja passando, nós vamos ter que dizer... Terminar os que iam falar. Então, eu vou chamar pela ordem que eu recebi aqui.

Senador Arthur Virgílio quer fazer uso da palavra?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Gostaria, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, antes de abrir a palavra, começando pelo Dr. Walter Picazio Júnior – um momento –, eu vou passar a palavra para o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não, Presidente.

Presidente, é sabido que aqui estão alguns cidadãos e cidadãs lesados nesse episódio do BANCOOP. Eu acredito que, na vida – isso nós ensinamos até para os nossos filhos, e quem não faz isso com seus filhos colhe resultados muito ruins –, na vida há que ter limites: limite para enfrentar as adversidades, limite para enfrentar os adversários, limites éticos, que fazem com que a luta deva se travar no nível mais elevado possível. Agora, há também contrapartidas que não podem ser inobservadas.

Me espanta alguém no Senado não ter interesse em ouvir os lesados, saber da posição deles. Não dá para continuar com esse maniqueísmo que denigre muitas das figuras mais ilustres do governo, do tipo assim: corrupção no Distrito Federal, então pinta a cara e vai para a rua indignado; corrupção no BANCOOP, não deixa ouvir o Sr. Vaccari, ao contrário, o nomeia tesoureiro da campanha, do partido do Presidente da República, do Partido dos Trabalhadores, enfim.

Aí parece que é uma coisa seletiva. Parece que alguns têm o direito de fazer tudo, e sobre ele não deve pesar nenhuma pena; e outros, se fizerem algo errado e sendo justamente punidos pelo errado que cometeram, esses então pagam as penas da lei.

Esse país não pode dar certo. Esse país assim não pode dar certo. Em primeiro lugar, eu questiono: "Quem é o Sr. Vaccari?" A gente sempre olha aquela

barba e diz: "Poxa, é uma pessoa respeitável". A gente cresce com aquela história: "Poxa, aquele homem barbado que foi na minha casa deve ser homem de respeito". Mas não quer vir depor? Tem que ter tropa de choque? Tem que ter ausência? Tem que ter forfé? Tem que ter gente aqui fazendo a sessão não andar? Discutir sem ser...? Quer dizer, não dá. Não dá. É uma questão de honra pessoal dele ele vir dizer que o que dizem não é verdade. Vir provar com dados por A mais B que não lesou ninguém, que, ao contrário, tem um bando de pessoas que estão aí a atribuir calúnia, a caluniá-lo, enfim.

Qualquer pessoa normal, séria, responsável, quando acusada por alguém sério, responsável e com alguma coisa... e através de algum fato que pareça consistente, essa pessoa não precisa que a convoque, ela vem.

Então, aqui nós já vimos coisas terríveis: desconvocar a Ministra Dilma depois de ela ter sido convocada legalmente pela Comissão de Justiça. Isso foi um [ininteligível], foi uma bofetada na face do Congresso Nacional. Nós estamos sempre vivendo desses subterfúgios.

CPI aqui não adianta pedir mais, porque CPI não funciona. Antigamente se colocava o que havia de mais expressivo. Agora se coloca a pessoa para gritar na CPI, para não deixar apurar: não se quebra sigilo, não se toma atitude nenhuma. Então, esse instrumento, que é secular, que nasceu com o Parlamento Inglês, do qual nós somos netos – nós somos netos, junto com os americanos, do Parlamento Inglês. Nossa tradição parlamentar é anglo-saxônica –, nós estamos vendo, primeiro, a desvalorização dos institutos das CPIs.

Aí eu faço a seguinte pergunta: *"O próximo Presidente, seja ele calvo e vista calças, ou seja alguém que use saias – o povo vai decidir – pode gostar disso. Pode achar bonito não precisar mandar nenhum Ministro seu para cá. Pode achar bonito boicotar todo assunto que seja incômodo para esse próprio governo"*.

Então, estão adotando uma tática do silêncio que é uma tática que é revoltante, porque não é séria. É uma tática que denigre as pessoas que supostamente acham que por essas vias se defendem. Alguém se defende provando que é errada a acusação que se faz contra essa própria pessoa.

Eu estou espantado porque a falta de limite está chegando ao paroxismo, está chegando ao máximo, está chegando ao cúmulo. Tem certos limites, diante de certas evidências... E foi assim que começou o Governo do Presidente Lula.

E o episódio do Mensalão foi mais ou menos assim. Havia evidência, a própria base do governo concordava em ouvir as pessoas. Como os resultados foram duros e, afinal de contas, foi um grande escândalo, parece que ficaram escaldados. Gato escaldado tem medo de água fria. Então não querem agora investigação nenhuma sobre nada.

MST, eles passam recibo de cumplicidade com o MST porque não anda a CPI sobre o MST. Não andou CPI nenhuma. Aprenderam a tecnologia de não deixar andar CPI nenhuma, de não andar investigação nenhuma, Presidente Cristovam Buarque.

O que, eu volto a dizer, não é nem tão perigoso, do ponto de vista de um governo que está acabando... Por mais que não acreditem, está acabando. É meses. Questão de tempo. Mas e se o próximo governo gostar disso? E se o governo que vier depois do próximo gostar disso também? Que papel ficará reservado ao Congresso Nacional? Ficar aqui fazendo discurso? Ficar aqui deblaterando? Ficar aqui protestando? Ficar aqui batendo na mesa, quando nós temos atitudes práticas a tomar? Estão querendo minimizar e desmoralizar a função fiscalizadora do Legislativo, ou será que nós vamos ter que sempre usar também da esperteza? Vamos ser bem claros.

Ontem havia o Senador Marconi Perillo na Presidência da Mesa. Havia um relatório... Havia um requerimento do Senador Alvaro Dias pedindo a investigação do TCU em cima do BANCOOP, que é um grande escândalo. É um grande escândalo.

As sugestões dadas pelo Senador José Eduardo, ex-Senador José Eduardo Dutra, são as mais tolas. Processar o jornal. Processar jornal coisa nenhuma. Processar o Estadão. Mentira. Vai processar Estadão coisa nenhuma. Vai não sei o que... Processar ninguém. Tem que se defender e mostrar que não há um escândalo.

E, no mínimo, teria que ter afastado o Sr. Vaccari da tesouraria do partido, justamente porque ele vai mexer com dinheiro, enquanto pesasse as acusações sobre ele. E a ele, como cidadão decente, cumpriria mostrar que isso tudo é um abuso para que nós aqui pedíssemos desculpas a ele, se ele fosse, de fato, alguém que estivesse agindo com boa-fé.

Mas, ontem, o que aconteceu? Qual é a arma que nós temos aqui? Nós temos algum poder nessa Casa: poder de obstrução; somos uma minoria muito forte, a qual V. Exa. muitas vezes se junta quando se trata dessas questões, por exemplo, e temos um certo poder. Temos, por exemplo, a primeira vice-presidência da Casa.

Para provar o nosso requerimento ontem, vamos então abrir o jogo. Marconi, você preside e aprova o requerimento lá do Álvaro. E pronto, está resolvida a conversa. Isso deveria ter sido uma coisa não assim de supetão, mas uma coisa discutida, debatida, com eles

dizendo as razões por que não fazer a fiscalização. Eu não sei por que evitar a fiscalização do TCU. Se você está com tudo certo, que bom que o TCU está fiscalizando. Se você está com tudo errado, melhor ainda que o TCU fiscalize.

Agora, de repente, eles usam o expediente e nós começamos a usar de expediente também. Eles dizem: "Foi muito feia a forma como vocês convocaram a Ministra Dilma". Por quê? Porque, em algum momento, quando eles não tinham maioria na comissão, se aprovou lá. A obrigação... A justiça não ajuda quem dorme. A lei não ajuda o dorminhoco, ajuda quem é presente, enfim.

Mas eu pergunto: *"Não seria muito melhor nós não termos que ter usado do expediente, esperar a hora que eles não estão para nós termos feito a aprovação da Ministra? Não deveria ser um consenso da Casa?"* Afinal de contas, ela tem ou não tem o que explicar sobre o PNDH 3, ela que é a ministra-chefe, poderosíssima, da Casa Civil, tendo um assunto importante como esse, esse assunto, Senador Cristovam, do PNDH 3, que é afeto à Presidência da República, até porque envolve não o Ministro, o Secretário Nacional com status de Ministro, que é o Dr. Paulo Vannuchi, que foi o autor intelectual dessa ideia, enfim. Quer dizer, então estamos num momento que está em jogo a própria credibilidade do Congresso. Está em jogo o poder do Congresso.

Às vezes eu pergunto o que nós fazemos aqui. Se for só para fazer discurso, eu vou entrar para a Academia Amazonense de Letras e pronto, está resolvida a minha vida. Se o meu negócio é fazer discurso, eu tranquilamente entro para a Academia Amazonense de Letras. Em Manaus, é a terra onde vou morar no momento em que não tiver mais nada a fazer na política. Às vezes eu questiono se ainda tenho a fazer.

Eu pensei que isso aqui iria estar fervilhando de gente. Fervilhando de pessoas.

Quero parabenizar o Senador Paim, figura querida, minha querida, os momentos de adversidade não nos separam, por cumprir com seu dever. Está aqui.

Mas eu pensei que ia ser um momento brilhante, fervilhante. As pessoas defendendo... Meu assessor disse: "Não vai ter ninguém lá". Eu digo: "Não acredito. Não acredito que não tenha ninguém lá. Não acredito. Eu não acredito que não tenha ninguém lá. Francamente eu não acredito". Porque não é possível que finjam que não houve a denúncia da revista Veja, e que a saída seja: "Vou processar, vou fazer..." Vai processar nada. É conversa. Já entrou com processo contra a Veja? Não entrou. Entrou com o processo contra o Estadão? Vamos ver se saiu já no *site* do Tribunal algum processo movido pelo Presidente do PT contra... Moveu nada. E se mover, é enrolação. Ou seja, o que nós queremos saber é, primeiro, até a raiz, o que houve nesse escândalo do BANCOOP; segundo, vinculação desse escândalo possivelmente, segundo a revista Veja, com o Mensalão, ou seja, o mesmo personagem também abastecendo lá os cofres do Mensalão; e, terceiro, que destino será dado às pessoas que investiram suas economias?

Uma, 52 anos, um cidadão diz: "Estou com câncer, cansei de lutar, não tenho mais força para lutar"; outra diz: "Juntei tudo que tinha, eu acreditava neles". E eles ainda endurecendo: "Vocês têm que pagar mais porque, se vocês não pagarem mais, vocês não vão ter direito a construir o apartamento". Em outras palavras, eu pergunto: "Será esse o tratamento justo? Nós estamos aqui recebendo tratamento justo, nós todos? Eles próprios, com os dramas deles, estão recebendo tratamento justo? Será que é decente o que estão fazendo conosco aqui, nós estarmos aqui brigando por quórum, discutindo se a gente pode abrir, se não pode abrir a sessão, se vota, se não vota?"

Quer dizer, essas pessoas devem voltar para São Paulo ou para seus lugares de origem, acho que aqui todo mundo é São Paulo, depois de uma sessão frustrada, fraudada? Isso é para bater palmas? "Beleza, o governo agiu forte. O governo tem é que não aprovar, o governo tem é que impor seu poder." Se tem poder, venha com sua maioria para cá e barre, assuma, barre a convocação do Sr. Vaccari. Barre. Diga que esse pessoal está errado e barre. O que não está certo é essa situação. É uma situação constrangedora. O que faz que nós temos a sensação que estamos perdendo tempo, ao mesmo tempo que estamos vendo a casa que nós representamos se desmoralizando.

E não é só pelos escândalos que V. Exa., eu e tantos outros denunciamos aqui. Escândalos que essa Casa praticou e que tiveram até algum jeito. Muita coisa melhorou, embora muita coisa ainda não esteja completamente esclarecida, enfim.

Mas tem também uma outra forma de desmoralizar a Casa: é de fora para dentro, nos tirarem o poder.

E tem uma terceira forma de desmoralizarem a Casa: é nós de dentro para dentro, nós mesmos abrirmos mão do nosso direito de fiscalizar. Isso não é bom para quem é governo e é senador, que pode ser oposição amanhã. Isso não é bom para quem é oposição obviamente porque está sendo castrado do seu direito de fiscalizar.

Mas eu volto a dizer, o algoz de hoje pode ser a vítima de amanhã. Amanhã pode estar na oposição quem hoje está brecando a investigação. E o novo Presidente, tomara que não seja assim, eu tenho mui-

ta convicção, pelo menos em o que eu meu partido pretende lançar. Mas tenho muito medo de que esse poder enorme, aquela solidão selvagem do presidencialismo faça com que o próximo Presidente diga: "Eu também acho bonito isso. Não quero mais CPI nenhuma, não". E quando tiver CPI, escala cinco ou seis tenores ou barítonos para ficarem gritando lá e não deixar ninguém apurar nada. Pode ser que o próximo Presidente goste. Isso pode ser o fim da importância do Congresso Nacional e uma quebra substancial do princípio democrático, necessário à democracia, da interdependência dos poderes.

Portanto, só tenho a lamentar, Sr. Presidente, mas estou aqui cumprindo o meu dever, como estaria aqui, e jamais deixei de estar quando eu era líder do Governo Fernando Henrique. Eu jamais fugi. Meus colegas e companheiros do PT, a começar pelo Senador Paim, sabem disso. Jamais fugi da raia, jamais deixei de dar explicações, jamais deixei de ouvir os meus adversários, jamais passei rolo compressor em cima de quem quer que fosse. É só ir aos anais da Câmara ou recorrer aos depoimentos dos meus adversários, que, por consideração a mim, me deixavam falar, às vezes, duas horas, porque sabiam que eu tinha pouco tempo para defender o governo, e eles, muito aguerridos, atacavam o governo o tempo inteiro.

Eu não consigo entender essa postura. Essa postura não é a favor do Senado, e essa instituição precisa ser defendida por todos nós, não só por quem é oposição, porque quem é oposição não é melhor do que quem é governo, que tem que ser defendida por todos nós, como instituição. Ou nós veremos uma perda de poder que nos transformará irrelevantes perante os fatos brasileiros.

Obrigado, Senador Cristovam, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, senador.

Eu quero dizer que, lamentavelmente, essa Comissão de Direitos Humanos tem muita dificuldade para conseguir quórum. Na última reunião, inclusive, discutimos a necessidade de falar com o Presidente sobre esse assunto. É uma comissão relegada entre as outras comissões. Isso daí é uma realidade que temos discutido entre nós e que nos angustia. Mas é uma comissão que, felizmente, existe e está aberta para ouvir todas as pessoas que tenham aquilo que quiserem falar, denunciar.

Para ter uma ideia da importância, um dos requerimentos que eu quero votar hoje, que é meu, é para saber por que, depois de três meses quase, ainda não localizamos seis meninos desaparecidos aqui na fronteira do Distrito Federal. Tem seis meninos de uma cidade chamada Luziânia, seis meninos adolescentes, que desapareceram. E a Polícia Civil não localizou, a Polícia Federal entrou, e a gente precisa fazer uma audiência aqui para discutir isso.

Mas, hoje, eu fico feliz de ter visitantes que querem trazer as suas inquietações, sofrimentos, preocupações para nós.

Por isso eu passo a palavra... Senador Papaléo, quer falar?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não é hora de a gente ouvir os visitantes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vou só... O assunto tem a ver com os senhores convidados. E aqui quero saudar a todos e agradecer pela presença.

Dei entrada no requerimento, que vai aguardar quórum para que possamos votar, e fazer um registro também, em cima do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio.

Eu quero lamentar profundamente que a base do governo, que, dos 19 membros, tem 10 membros, apresente aqui apenas a presença do Senador Paulo Paim, e não é parte da base de apoio, mas tem uma vaga cedida do Senador José Nery. Quero fazer justiça a esses dois senadores que estão na base do governo relacionados aqui, só relacionados. Senador Nery é independente. Uma vaga cedida. Vou repetir. Vou repetir o que falei. Eu falei isso: *"Vaga cedida para o Senador Nery, pela importância que ele tem nesta comissão"*. E por isso a presença permanente dele aqui, e do Senador Paim.

E lamento, profundamente, que oito senadores da base do governo não estejam presentes para tratar de um assunto extremamente grave. Extremamente grave. E que fere profundamente os Direitos Humanos.

Então, por isso Sr. Presidente, eu dei entrada em um requerimento que faz parte do assunto que nós estamos aqui discutindo, e, por isso, eu peço que logo que haja quórum, que seja votado este requerimento, porque seria a conclusão do excelente andamento que V. Exa. dá a esta comissão.

Então, agradeço a V. Exa., e nós vamos ouvir as grandes vítimas do BANCOOP.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra, portanto, ao Dr. Walter Picazio Júnior, que representa o conjunto, e dependendo do tempo da sua fala, que o senhor necessitar, Dr. Walter, nós podemos abrir para um ou outro mais, ou não, porque há outros assuntos na pauta.

Então, a palavra está com o senhor.

Senador Nery queria falar, ou não?

Eu quero insistir que a gente ouça o Dr. Walter, mas...

Não, não, a preferência é sua.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, é o advogado.

Mas a palavra está com o senhor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras.

Eu havia reclamado duramente na semana passada da... de um certo esvaziamento da Comissão de Direitos Humanos, porque a afluência, a participação na comissão, mesmo compreendendo que nós temos que trabalhar e prestar os nossos serviços em cada uma das comissões da Casa, todos nós temos responsabilidade com isso... Mas eu lastimei, registrei aqui um pronunciamento muito claro e direto e... Quanto ao esvaziamento da Comissão de Direitos Humanos, ao ponto de não termos condições de votar aqui vários projetos importantes para a cidadania, importantes para a causa dos Direitos Humanos, que não têm sido apreciados simplesmente por falta de quórum. E fiz, naquela ocasião, um... uma solicitação ao nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque, para que, em nome de todos nós, fizesse um pronunciamento convidando a que todos líderes, não só trabalhasse para que os membros dessa comissão aqui comparecessem, sejam titulares ou suplentes, mas também um apelo para que as vagas... Eu estava olhando no conjunto das comissões no Senado, e esta é a comissão em que há quatro titularidades vagas, o que demonstra, a meu ver, um certo desprestígio para a comissão e para a causa dos Direitos Humanos.

Então, aproveitando aqui a presença de vários ilustres colegas que compõem esta comissão, é um apelo mesmo de que possamos reforçar a nossa presença, a nossa participação, sem o prejuízo de que o nosso Presidente, segundo sugestão aqui apresentada, possa fazer uma conclamação no próprio plenário ao conjunto da Casa, ao conjunto dos membros dessa comissão para uma participação efetiva no nosso trabalho, tendo em vista que todas as comissões são importantes e que devem ser tratadas com a atenção e o zelo com que nós desenvolvemos as nossas atividades aqui no Congresso Nacional.

Em relação à sugestão para que possamos escutar um membro, o representante dos membros da Cooperativa Habitacional de São Paulo, que é fruto aí de denúncias, de fatos graves, etc., eu creio, Sr. Presidente, que nós poderíamos trabalhar no seguinte sentido: como não há requerimento aprovado sobre o assunto, eu sugiro o encaminhamento que seja ouvir o representante por 10 minutos ou 15 minutos, e prestar os esclarecimentos se vão esses... as suas declarações como elemento, como subsídio para o aprofundamento de investigação a respeito do tema, e creio, eu creio que a comissão... Eu soube que está sendo apresentado requerimento – não sei se o Senador Alvaro Dias confirma isso –, requerimento com o mesmo teor em várias comissões: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Então, a minha sugestão era que pudéssemos fazer um acordo para ouvir, sim, os que querem depor, que vão... Sobre o assunto, de ambos os lados, as partes, na Comissão de Fiscalização, que seria... Todas as comissões do Senado podem ouvir, e, especialmente, a Comissão de Direitos Humanos não pode se recusar a ouvir qualquer que seja o fato trazido à nossa consideração. Porém, se tem aqui um membro da cooperativa, o advogado, que possa dar esclarecimentos, mas fizesse aqui um acordo, e eu proponho isso publicamente, Senador Arthur Virgílio, como líder do PSDB, que nós pudéssemos tratar esse assunto em uma única comissão, todos convidados, convocados para dar esclarecimento, o fossem na Comissão de Fiscalização e Controle o compromisso de aprovar lá, buscar aprovação de um requerimento para que todos pontos sejam colocados claramente e, assim, buscar o esclarecimento.

Concordando, então, com o encaminhamento, Sr. Presidente, de ouvir um representante da cooperativa apenas com um depoimento livre aqui da Comissão e--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Calma, calma.

Senador Nery--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Está o requerimento aprovado? É essa a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Nery, eu acho.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu estava falando a partir, Senador Alvaro Dias... Não, que não havia requerimento aprovado para tratar do assunto, por isso que estou fazendo essa sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho sua sugestão muito procedente, sobretudo no que se refere a um acordo para haver uma audiência, de fato, até para que a gente ouça também o advogado dessa entidade também, para que ouça os dirigentes dessa entidade.

Agora, eu acho que só um falar eu acho pouco. Eu acho que a gente deveria deixar falar o advogado, que é representante legal, mas também um ou dois

dos próprios cooperados, porque eles próprios devem ter o seu sofrimento pessoal, o seu sentimento. Então, a gente daria a palavra a três: o advogado, e eles escolhem dois mais. Mais que isso, de fato, emperraria os trabalhos da comissão e concentraria só neste assunto.

Agora, eu lembro a outra parte, que é muito importante, de que façamos um acordo para que haja uma audiência, até numa comissão mais apropriada, e com todas as partes, não só com a parte dos cooperados, mas também dos dirigentes.

Eu passo a palavra então ao Dr. Walter Picazio.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim, diga.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Todos sabem que eu não enrolo, eu não falo duas horas, até porque eu quero ouvir mesmo, pela decisão tomada por V. Exa., o representante da cooperativa, enfim, daqueles que se sentiram lesados. Acho que é mais do que justo. Quero cumprimentar V. Exa. pela decisão já tomada e pelo encaminhamento feito, que eu entendi que é acordo. A gente vai ouvir o advogado e mais dois cidadãos que foram prejudicados, sem prejuízo, sem prejuízo, eu quero me somar a essa decisão aqui, que eu entendi que está sendo construída, de termos um debate na comissão adequada, sem prejuízo da Comissão de Direitos Humanos estar lá inclusive, para debater esse tema.

Eu discordo daqueles que disseram, e disseram para mim nos corredores, que se prepare que vai ser um debate político partidário visando as eleições de 2010. Eu não estou aqui com esse espírito. Eu estou aqui com um único espírito: de defender os interesses daqueles que se sentiram prejudicados.

Então, fiquem tranquilos os que vão falar, nós vamos ouvir aqui os três depoimentos. Acho que o encaminhamento dado, no meu entendimento, muito correto; e, num segundo momento, vamos ouvir as partes envolvidas, para que a gente possa, no fim das Audiências Públicas, que esse é o objetivo, atender os interesses dos mutuários que, até o momento, se dizem prejudicados, e é importante ouvi-los. Só isso. E estou aqui para ouvir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, com a palavra o Dr. Walter Picazio.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Me permita, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo, vamos ouvir--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, acabamos de completar o quórum, e eu vejo que é prudente solicitar a V. Exa. a inclusão extrapauta do meu requerimento para nós fazermos logo a votação, visto que o quórum está completado com 11 membros da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que se nós formos votar agora vai ter que colocar o que está na pauta antes. E eu mesmo não vou... Eu não vou tirar da pauta os seis meninos desaparecidos de Luziânia.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, não, não é isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos ouvir--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É só inversão de pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É só inclusão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só inclusão, inclusão, e, se for possível, inversão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então muito bem. Então...

Estamos abrindo a sessão já, porque há quórum. Eu dou, portanto, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Coloco em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Está aprovada.

Então, está aberta a sessão. Eu começo pedindo ao Deputado... Desculpe, ao advogado Walter Picazio Júnior que, durante 10 minutos, faça sua exposição.

E eu consulto quais serão os dois outros que falarão.

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Bom-dia...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, qual foi a decisão de V. Exa.? Eu acho que V. Exa., antes de começar a ouvir, devia votar a pauta. Acho que, rapidamente, se vota a pauta, e aí ficaríamos livres o resto de manhã para ouvir as pessoas que vieram dizer das suas condições, que foram lesadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto os senadores, se nós ouvimos aqueles que vieram nos visitar, que já estão aqui há uma hora e 20 minutos, ou se fazemos--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): A pauta vai ser rápida.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): A pauta é rápida.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, pela ordem.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, Senador Heráclito pediu primeiro; depois o Senador...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A inversão, a proposta que faço é apenas um requerimento, em cinco minutos está resolvido--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Menos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, sinceramente, acho que colocar esse assunto antes de seis meninos desaparecidos há três meses--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Vamos voltar aos meninos desaparecidos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --essa comissão não está sendo correta.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Vamos votar os meninos desaparecidos.

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é uma... Há uma concordância total. Não tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto os senadores--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu queria... Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra com o Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sras. e Srs. Senadores.

Em razão inclusive da postura que apresentei aqui a semana passada, criticando duramente o desprestígio, a falta de participação na Comissão de Direitos Humanos...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Solicitei a V. Exa--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --que fizéssemos um chamamento ao conjunto de todos nós, no plenário, todos os partidos, todos os membros titulares e suplentes dessa comissão – está registrado aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está registrado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --tal qual... Então, eu, sendo... Acho aqui que precisava aproveitar a ocasião, inclusive, Sr. Presidente, para colocar em pauta os projetos que são importantíssimos... Eu fazia inclusive questão de dizer: "Como é que um projeto de uma luta que me dedico, Senador Arthur Virgílio, que trata da proibição de contratação de serviços de pessoas ligadas à escravidão contemporânea..."

Então, a sugestão, Sr. Presidente, é que o encaminhamento que V. Exa. há pouco sugeriu, vamos ouvir os prejudicados, os que estão denunciando graves violações de direitos, que vêm aqui à busca de um apoio dessa comissão, e nós não podemos aqui deixar de ouvi-los. Vamos escutá-los e vamos escutar a todos numa outra... Na Comissão de Fiscalização, que me parece que há um requerimento lá propondo isso, eu não sei nem de quem é a autoria.

Agora, aqui ouvimos os prejudicados. Creio que é nossa obrigação fazer isso agora, tal qual V. Exa. acabou de encaminhar. E, em seguida, possamos nós aqui aprovar os requerimentos e alguns projetos que estão na pauta há meses e não votamos porque não há quórum nesta comissão.

Eu creio que podíamos fazer, atender ao pleito dos que estão aqui trazendo o seu clamor para ver atendido o seu direito à moradia, digno e correto, tal qual V. Exa. há pouco propôs, e, em seguida, votaremos requerimentos e começamos a esgotar a pauta, que tem mais de 30 projetos esperando votação nesta comissão, que não tem sido dada--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Democraticamente, não seria a palavra forte e segura do Senador Nery que iria decidir a maioria. Não, ele concorda votar o requerimento depois de ouvir os...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, não, ele aceitou--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então eu quero dizer que concordo, então, com a palavra forte e segura do Senador Nery, no sentido de que nós passamos a decisão. Só botar em votação: vota antes o requerimento? Vota. A votação. Então, o plenário é maioria--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador José Agripino está com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação. Já foi muito colocado, já foi exaustivamente colocado que é difícil conseguir quórum nessa comissão. V. Exa. tem uma pauta. Eu sugeriria que V. Exa. votasse rapidamente, e eu proponho que sem discussão. As pessoas já sabem qual é o voto que tem. Votar rapidamente, sem discussões maiores a pauta que V. Exa. tem sobre a mesa, incluindo o requerimento.

Feito isso, rapidamente nós exauriríamos a pauta que está posta e passaríamos a ouvir o depoimento das pessoas que vieram nos informar o comportamento da BANCOOP.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): É a proposta que faço a V. Exa., aproveitar o quórum, rapidamente colocarmos em votação, votarmos até com a discussão devida, abreviada, e iniciarmos a pauta de audiências com as pessoas que vem falar sobre a BANCOOP.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente. Sr. Presidente. Sr. Presidente. De maneira bastante telegráfica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O que vou dizer, Sr. Presidente... Sr. Presidente, o que vou dizer responsabiliza a todos nós. Vamos ser bem claros. As matérias, outras, elas não têm sido aprovadas por falta de quórum, e nós estamos aqui para garantir o quórum, para exaurir essa pauta.

A audiência, a oitiva dos representantes dos lesados, no caso BANCOOP, obviamente que ela é relevante. Agora, vamos ser bem claros para nós não passarmos, nem V. Exa. nem nós, uma imagem falsa para a nação. Ou nós votamos esse requerimento agora ou nós não o votaremos. Eu digo isso com a experiência de quem conhece essa Casa do avesso. Ou nós votamos agora ou vamos ter que ficar inventando desculpas pelo fato de não termos cumprido com o nosso dever. E eu não consigo ver que bicho de sete cabeças é esse que nos impede de simplesmente dizer: *"Vamos votar as crianças, vamos exaurir a pauta toda"*, até porque ninguém em sã consciência é contra defender crianças desaparecidas. Mas eu tenho visto que gente em sã consciência ou em sã inconsciência é contra apurar para valer esse caso BANCOOP. Ou seja, ou nós votamos isso agora ou talvez não votemos, e não vamos ficar bem, nós todos, no conjunto, de V. Exa. ao mais humilde membro dessa comissão, como é o meu caso. Não vamos ficar bem perante a opinião pública se tivermos, de alguma forma, contribuído para protelar um assunto que mexe tão de perto com vida de pessoas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, para ajudar no encaminhamento.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou colocar em votação tanto a inclusão da pauta como o encaminhamento, mas, antes, o Senador Paim pediu a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, insistir que aqui fiquem tranquilos meus companheiros lá atrás, que batem palmas, e eu duvido que tenha um aqui que não esteja do lado de vocês. Quanto a isso fique tranquilo. Aqui não, repito de novo, aqui não é um debate de oposição contra situação.

Então, para ajudar no encaminhamento de forma direta, Sr. Presidente, que votamos, então, todos requerimentos. Isso é rápido. Para mim não tem... A ordem de preferência não se preocupa, e que, depois dos requerimentos, a gente ouça, então, os nossos três convidados, depois vamos para a nossa pauta, com a maior tranquilidade.

Eu só quero que a gente respeite na votação dos requerimentos, que a gente, ao aprovar, seja requerimento que ouça as partes. Isso tem que ser garantido para o bom andamento do debate que nós teremos na sessão subsequente que seria marcada, calculo eu, por V. Exa..

Então, tranquilamente votamos, se depender de mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu ponho em votação a inclusão de mais um requerimento do Senador Papaléo e o encaminhamento, no sentido de votarmos a pauta, que é curta, o requerimento do Senador Papaléo, e, depois, então, ouvimos as pessoas. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Vamos fazer assim.

Então, pela ordem da pauta... Vamos começar com o requerimento assinado por mim que *"requer realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de discutir o desaparecimento de seis jovens em Luziânia, no Estado de Goiás. Serão convidadas as mães dos seis jovens para prestar esclarecimentos e ajudar na elucidação dos fatos, bem como as duas autoridades mais importantes e diretamente relacionadas ao caso. Mães de jovens desaparecidos em Luziânia: Aldenira Alves, mãe de Diego Alves Rodrigues, 13 anos; Sônia Vieira Azevedo, mãe de Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, 16 anos; Valdirene Fernandes, mãe de Flávio Augusto Fernandes*

dos Santos, 14 anos; Cirlene Gomes, mãe de George Rabelo dos Santos, 17 anos; Marisa Pinto Lopes, mãe de Divino Luiz Lopes da Silva, 16 anos; Maria Lúcia, mãe de Márcio Lopes, 19 anos; Luis Paulo... São as mães. Agora, também, o Ministro da Justiça Luis Paulo Barreto Teles e o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ernesto Roller."

Eu coloco em votação, querendo saber se alguém quer fazer algum comentário.

Não havendo comentários, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, apesar de aprovado, sugeriria a V. Exa. que solicitasse, antes mesmo da realização dessa Audiência Pública sobre a questão das crianças desaparecidas, nós que fomos em comissão... Oito senadores fomos a Goiás tratar desse assunto, e as autoridades policiais do Estado de Goiás ficaram de nos colocar a par a cada momento das etapas da investigação. Então gostaria que V. Exa. solicitasse formalmente ao secretário de Segurança Pública de Goiás estas informações, antes mesmo que eles venham aqui, na data que vai ser agendada esta reunião, essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aceita a sua sugestão--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu creio que ele está na lista de convidados aqui, eu não percebi, o Secretário de Segurança Pública. Está. Está.

Mas que envie formalmente, porque foi um compromisso do Delegado-Geral da Polícia Civil de Goiás. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Segundo Requerimento: *"Requer a realização de Audiência Pública dessa comissão para debater a saúde do idoso na composição das PPPs – Parceria Pública-Privada. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados a Coordenação-Geral dos Direitos do Idoso da Presidência da República, representante do hospital SEPACO/SP, representante do Ministério da Saúde e outros a serem indicados, posteriormente, pela secretaria dessa comissão."*

Esse é um Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, que eu coloco em discussão. Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, só duas palavras.

Eu estive lá em São Paulo e vi a experiência do SEPACO e achei muito interessante. Eles têm lá uma atenção em relação ao idoso, aquilo que eu chamo uma atuação preventiva, e não somente depois que o plano de saúde deles, quando o idoso está acometido já da doença, chama então para operar e para fazer o tratamento. Por isso essa experiência muito rica de uma parceria pública-privada que existe lá em São Paulo e eu quero trazer aqui para essa comissão onde presido a submissão do idoso.

Então, seriam esses os argumentos para que a gente faça a Audiência Pública. Era isso e obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado.

Terceiro Requerimento e último da pauta normal. *"Requer a criação da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, composta com cinco membros titulares e cinco suplentes, no âmbito dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A criação dessa submissão implicará na extinção da Subcomissão permanente da criança, do Adolescente e da Juventude e a extinção da Subcomissão Permanente do Idoso."*

Eu ponho em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, rapidamente.

Na verdade, vamos fazer a fusão da Submissão do Idoso, que eu presido, com a Submissão da Criança e Adolescente, introduzindo agora também a questão da juventude, para que a gente possa tratar, e vem ao complemento, que V. Exa. mesmo propôs, da criança ao idoso, na mesma comissão, aqui, neste espaço de submissão. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, extrapauta vamos ter dois: o do Senador Papaléo e esse que eu leio aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

Eu ponho em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado.

> *"Requerimento, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, eu requeiro, sugiro a realização de Audiência Pública para debater e discutir as atribuições, responsabilidades e compensações dos conselhos e conselheiros titulares no âmbito dessa comissão. Por todo exposto, sugiro convidar as autoridades abaixo:* O Dr. Carlos Nicodemos, que é consultor do CONANDA; *o Dr. Oto de Quadros, que é Secretário-Executivo do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Dr. Paulo*

Roberto dos Santos, Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional dos Conselhos Tutelares; a Dra. Carmen Oliveira, Presidente do CONANDA; a Dra. Tânia Cubiça, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro; e a Dra. Liliane Gomes da Costa, Presidente da Associação de Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro."

Eu ponho em discussão.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu não compreendi direito o sentido da realização da audiência. Por favor...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O sentido é discutir a situação dos conselhos tutelares em todo o Brasil.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Conselhos tutelares em todo o Brasil. Em relação à questão da...?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Do atendimento, das instalações, dos equipamentos... Tudo isso.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Está discutindo, Sr. Presidente.

O senhor lembra que eu apresentei uma emenda de comissão prevendo que nós destinássemos 50 milhões de reais para a estruturação, funcionamento e capacitação de conselhos tutelares de todo o Brasil. Essa emenda, infelizmente, não foi aprovada no âmbito dessa comissão, que seria uma das cinco emendas que nós devíamos priorizar. Acho que inclusive poderíamos fazer nesse debate, nessa audiência, o compromisso de que uma das emendas de comissão para o orçamento de 2011 seja o compromisso de um aporte de recurso para fortalecer os conselhos tutelares em todo o Brasil, e dizer a todos, eu tentei igual iniciativa na minha bancada do Estado do Pará. Uma emenda de bancada de 25 milhões ou 20 milhões, me parece, só para o Estado do Pará, Senador Flexa Ribeiro, mas, infelizmente, nós não tivemos êxito no acolhimento também desse pleito.

Portanto, acho fundamental esse debate para fortalecer, preparar e melhor organizar os nossos conselhos tutelares, em todo país. Portanto, considero fundamental a aprovação desse requerimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, então... Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado.

Vamos ao requerimento do Senador Papaléo, que deu entrada extrapauta. Ele diz:

"Requeiro nos termos do art. 90, inciso V, do art. 102(F), do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados Promotor de Justiça José Carlos Blat, Sr. Lúcio Bolonha Funaro e o Sr. João Vaccari Neto a comparecerem perante essa comissão, em dias alternados, com o objetivo de esclarecer as irregularidades que envolvem aplicação de recursos dos fundos de pensão da Previ, do Funcef, da Petros, na BANCOOP – Cooperativa Habitacional dos Bancários, com graves prejuízos aos cooperados.

A justificativa.

O Ministério Público de São Paulo finalizou a investigação, comandada pelo Promotor de Justiça José Carlos Blat, envolvendo a Cooperativa Habitacional dos Bancários – BANCOOP, na qual foram identificadas movimentações financeiras fraudulentas que serviram inclusive para mascarar o desvio de dinheiro para o caixa dois de campanhas eleitorais.

A BANCOOP teria sido socorrida em 2004, por uma imprudente aplicação de recursos, no montante de 26 milhões, patrocinado pelos fundos de pensão da Previ, Petros e Funcef. O Ministério Público afirma que os dirigentes da BANCOOP, notadamente os diretores financeiros e ex-Presidente João Vaccari Neto, por meio de empresa de fachada, operaram esquema de desvio de dinheiro para campanhas eleitorais que incluíam, até mesmo, a extorsão de empresas que eram responsáveis pela construção das obras para que financiassem ilegalmente políticos por eles indicados.

O esquema de desvio de dinheiro dos fundos de pensão, comandado por João Vaccari Neto – continuo lendo a justificativa do Senador Papaléo – foi descrito em detalhes à Procuradoria-Geral da República pelo corretor de câmbio Lúcio Bolonha Funaro, que apresentou nomes, valores, datas, documentos bancários, bem como forneceu pormenores – está coberta aqui uma parte – e expedientes utilizados para canalização de recursos.

Segundo noticiaram os principais periódicos e publicações nacionais, notadamente a revista semanal Veja, em matéria assinada pela jornalista Laura Diniz, o Ministério Público de São Paulo, após três anos de investigações, conseguiu desvendar uma sofisticada organização criminosa que operava em intermédio do BANCOOP.

> Centenas de família foram lesadas pelo esquema fraudulento, desvendado pelo Ministério Público de São Paulo, para as quais o sonho da casa própria transformou-se em pesadelo em episódio que caracteriza desrespeito flagrante ao consumidor em [ininteligível] dinheiro público.
>
> Nesse contexto, diante da gravidade dos fatos [ininteligível] delituoso, percorrido por essa cooperativa, por intermédio de seu dirigente, torna-se imprescindível colher do Promotor de Justiça José Carlos Blat, do corretor de câmbio Lúcio Funaro e do ex-Presidente João Vaccari Neto informações pertinentes ao caso, no intuito de auxiliar essa comissão no cumprimento de suas atribuições". Sala da comissão. Assina Senador Papaléo Paes.

Antes de abrir a palavra para discussões, eu quero dizer que eu conversei hoje com a Senadora Ideli, vindo para cá, e ela, sabendo dessa reunião, ela me comunicou que o governo quer fazer uma audiência na Comissão de Fiscalização e Controle, que inclusive é algo muito mais natural. Eu assumi com ela que, diante desse compromisso dela, poderia até justificar--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Faremos em conjunto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --não votar aqui. Mas, mas se esse requerimento vem com esta condição de que havendo o requerimento, aprovado na comissão deles--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Junta as duas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --juntaria as duas ou fazia separado.

Então, o que eu quero--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Totalmente de acordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que eu quero é que, nesse requerimento, esteja aprovado que, havendo, lá, como a Senadora Ideli confirmou comigo, faz em conjunto. Só quero ter esse acordo.

[falas sobrepostas]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu faço esse complemento no meu requerimento--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, sessão conjunta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --havendo sessão na Comissão de Fiscalização e Controle sobre o mesmo assunto, que nós façamos em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então faz parte do requerimento, e fica anotado na Ata.

Então, eu abro a discussões.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu não vou nem discutir. Eu quero concordar já com o encaminhamento, que eu entendo que vai ser consenso no plenário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, aprovando lá--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só assegurar, e eu sei que todos vão assegurar, mas quero garantir que as duas partes serão convidadas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, aprovando lá, juntamos. Não aprovando--

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está com o Senador Paim ainda. Senador Paim, conclua.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já me alertaram aqui os meus amigos senadores que, no requerimento, já consta. Se não constasse, eu ia pedir que as duas partes fossem convidadas para fazermos o contraditório e o bom debate.

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não aprovando lá, faz aqui? Aprovando lá, faz as duas?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não aprovando lá, faz aqui.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu nem imagino que não haja lá, porque é um compromisso da Senadora Ideli comigo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Vamos votar, Presidente. Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não posso imaginar. Será feito lá.

Agora, vai ser aprovado aqui, obviamente. Se não houver lá, será aprovado aqui. Eu só quero ler os nomes aqui para ver se o Senador Paim está satisfeito, quando fala nas outras. Aqui tem três nomes: José Carlos Blat, Luis Bolonha Funaro e João Vaccari Neto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu introduzi aqui, nesse momento, tem outros que possamos indicar, o Pedro Dallari, que é o advogado da... para que ele responda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pedro Dallari.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Da nossa parte não há...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria só que ficasse claro: audiência conjunta... Se caso não aprovarem lá, eu concordo, sim, que se faça aqui.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só uma pergunta ao Senador Papaléo, que a assessoria me chamou atenção. É uma para os três. Não são três sessões.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É separadamente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, alternadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por que alternadamente? Por que não ouvimos os três de uma vez?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aí é acareação. Isso aí é acareação. É alternadamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O requerimento está claro, Sr. Presidente. Dias alternados.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A acareação se faz se houver necessidade depois de ouvi-los separadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vão ter que ganhar lá também isso.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai ter que ganhar lá também isso. Nós vamos fazer da mesma forma da Comissão de Fiscalização e Controle: se não fizerem, fazemos aqui. Mas eu nem imagino que será necessário, porque a palavra da Senadora Ideli merece todo respeito.

Não havendo mais nenhum pronunciamento, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Muito bem. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, finalmente, pedindo desculpas aos visitantes, eu passo a palavra, porque eu estou curioso para ouvir ao Dr. Walter Picazio Júnior, e pergunto quais são os outros dois que falarão aqui.

Dr. Walter. Dr. Walter, por favor.

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Bom-dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor tem 10 minutos.

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Bom-dia--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente. Me desculpe, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Paim que vai.

Desculpe, mas aqui os senadores têm primazia.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me desculpe. Presidente, estou com um problema. A Senadora Rosalba Ciarlini, que é do PSDB e minha presidente na Comissão de Assuntos Sociais, está viajando para o exterior e me pediu para que eu presidisse a Comissão de Assuntos Sociais. Eu vou ter que ir para lá, presidir. Senador José Nery não sei se vai poder ficar... É que não fica ninguém aí do outro lado.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Silêncio. Peço silêncio. [soa a campainha].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria fazer um apelo para que nós, ou pelo menos a maioria que aprovou os requerimentos todos, que hoje... Porque o que eu estou falando aqui tem coerência com minha cobrança feita semana passada, Senador Papaléo. A cobrança que fiz da presença nessa Comissão de Direitos Humanos.

Então, sugeriria que déssemos atenção aos que vão expor. Claro que não vamos aqui querer que todo o conjunto que estava aqui que aprovou o requerimento fique aqui, mas é importante que haja o acompanhamento dos depoimentos.

Dizer a V. Exa. também que estou convidado para participar de uma reunião da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que se realiza nesse momento, portanto ficarei no início do depoimento, depois me retirarei para esse compromisso. Mas acho que o conjunto da comissão deveria observar os importantes depoimentos que vão ser aqui apresentados nesta comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [soa a campainha]. Eu quero insistir no silêncio--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, vamos iniciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --para ouvirmos o Dr. Walter, com todo respeito.

E faço minhas as palavras do Senador Nery, que era bom que todos senadores permanecessem aqui.

Eu vou cancelar tudo, até por uma grande curiosidade que estou diante desse fato, para não ficar apenas pela mídia e ouvir diretamente os interessados.

Dr. Walter, o senhor tem 10 minutos.

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Bom-dia, Srs. Senadores. Bom-dia aos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, acho que não está funcionando. Tem que apertar...

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Está funcionando?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está funcionando agora.

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Bom-dia, Exmos. Senadores. Bom-dia aos representantes das associações--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pedir ao técnico de som aí que aumente o volume.

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Bom-dia aos representantes das associações dos mutuários e lesados pela BANCOOP.

Eu vou procurar ser bastante objetivo, aqui, até para ceder, de repente, se for o caso, parte do meu tempo aos próprios--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, pela ordem. Ele não pode falar [interrupção no áudio].

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Não, é importante a fisionomia.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A gente fica vendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não tem nenhum problema. Se os senadores quiserem, não tem nenhum problema.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Há necessidade. A expressão fisionômica fala mais do que a voz, o olhar e a firmeza.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Mão Santa quer ler no rosto.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Sou professor aqui de biologia do Senado, psicologia.

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Assim fica melhor.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Primeiro, o senhor nasceu aonde?

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Eu nasci em São Paulo.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Paulista, não é?

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Bom-dia a todos. Meu nome é Walter Picazio Júnior, eu sou advogado, represento centenas de famílias lesadas pela BANCOOP, e vou procurar ser aqui o mais breve possível, traçando um panorama geral do histórico do que aconteceu e da atual situação em que se encontram essas pessoas, a situação de lesão e de verdadeiro caos.

A BANCOOP, ela foi criada em 1996, pelo, então, Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, o Sr. Ricardo Berzoini. A partir daí, ela tinha proposta de oferecer imóveis a preços atrativos a um mercado indistinto, ao público em geral.

Então, lançou 51 empreendimentos imobiliários até hoje, dos quais 18 foram entregues, 20 estão inacabados e 13 sequer saíram do papel. Dos empreendimentos que estão entregues, raros os imóveis que têm registro perante o registro imobiliário. Alguns ainda a irresponsabilidade administrativa chega a tanto que nem mesmo o terreno onde moram, onde habitam centenas de famílias está nem no nome da BANCOOP. Esses terrenos estão ainda em nome dos vendedores que reclamam também a inadimplência da BANCOOP em relação ao pagamento desses terrenos.

Em agosto de 2004, a BANCOOP recebeu um aporte financeiro no valor de 42 milhões e 500 mil reais provenientes de fundos de pensão estatais, onde os investidores, através de uma operação financeira de adiantamento de recebíveis, fundos de pensão como Petros, Previ e Funcef aportaram, na cooperativa, cerca de 42,5 milhões de reais.

Em dezembro de 2004, após o falecimento do então presidente da entidade, o Sr. Luis Malheiro, e a Assunção da presidência de forma interina pelo Sr. João Vaccari, a BANCOOP apresentou contas onde, mesmo nada tendo sido construído nesse período, esse dinheiro já havia desaparecido do caixa da cooperativa, sem construção de unidades.

A BANCOOP lançou, então, a partir daí, de... a partir de 2006, a BANCOOP passou a lançar na conta dessas pessoas que haviam adquirido imóvel o custo do rombo financeiro que se havia constatado na entidade, alegando que todos ali eram sócios e, como sócios, deveriam, então, contribuir com esses prejuízos.

Na verdade, existiam empresas que... cujos sócios dessas empresas eram os próprios dirigentes da BANCOOP, que, sob pretexto de uma prestação de serviços, recebiam pagamentos milionários da própria BANCOOP, em prejuízo dos cooperados e em detrimento de lucro financeiro desses(F) dirigentes da entidade. O destino desse lucro financeiro dessas empresas, especialmente Germany Construtora e Mirante Artefatos de Concreto, é objeto da investigação em curso com o Dr. Blat, do Ministério Público de São Paulo.

Desses empreendimentos inacabados, cerca de três mil famílias estão sem receber as suas casas, sendo que, das que receberam, nenhuma tem escritura, e que se tornam eternos reféns da famigerada cobrança da BANCOOP, eterna cobrança onde leva esses cooperados a proporem ações na justiça, a fim de resguardar o direito até mesmo de moradia, até mesmo de permanecer nesses imóveis, porque a BANCOOP, ela além de tudo ela ingressa no judiciário com ações de reintegração de posse, ameaçando desalojar essas

famílias das suas moradias, sob o pretexto de que elas estariam inadimplentes.

Essa inadimplência, esse resíduo, esse erro no cálculo que alega a BANCOOP, em alguns casos ele passa do valor de 100% inicialmente contratado. Dessas ações judiciais, cujas sentenças são cerca de 380 decisões já em primeira instância, 180 decisões no Tribunal de Justiça, cabe aqui destacar o que diz não os cooperados nem o advogado que os representa e nem mesmo os senadores, mas o que diz o juiz após a regular instrução processual e após o princípio do contraditório dado à BANCOOP nesse processo aqui, que é o Processo 231.663, do ano de 2006, cujo Juiz Airton Pinheiro de Castro, do Tribunal de Justiça de São Paulo, alegou que *"vem aqui a ré, no caso a BANCOOP, para, descaradamente, refutar a sua condição de incorporadora do empreendimento. Para tanto, se valendo dos mais falaciosos argumentos. Há evidência absolutamente imprestáveis e que apenas desnudam inexorável desvio de finalidade, seu verdadeiro intuito escuso, qual seja o de promover a autêntica comercialização de imóveis na condição de incorporadora, o que efetivamente o é, furtando-se nada obstante aos deveres e responsabilidades inerentes a tal condição jurídica"*. Continua ainda o mesmo Magistrado... Ao se referir ao saldo residual cobrado pela BANCOOP, ele sustenta que *"nem mesmo em juízo a BANCOOP se deu ao trabalho de buscar justificar de onde teria surgido esse saldo"*.

No ano de 2009, mais precisamente no mês de fevereiro, a BANCOOP apresentou aos seus cooperados a prestação de contas de cinco exercícios, de quatro exercícios: 2005, 2006, 2007 e 2008. Nessa prestação de contas, existem inúmeras ilegalidades apontadas pela própria auditoria que a BANCOOP contratou. Uma delas é a confissão de que um milhão e meio de reais foi repassado às empresas que pertenciam aos próprios dirigentes da BANCOOP, sem que ao menos tivesse uma contraprestação em serviços, ou seja, sob a rubrica de adiantamentos a fornecedores.

A justificativa da BANCOOP para esse repasse, para esse desfalque milionário, em prejuízo desses cooperados, é de que esses cooperados, esses devedores, no caso empresas que pertenciam aos próprios dirigentes da entidade, já teriam sido notificados ao pagamento desse débito.

Cumpre aqui também destacar que a BANCOOP alega existir um acordo entre ela e o Ministério Público. A bem da verdade, que se diga que não existe nenhum acordo vigente ou em execução entre a BANCOOP e o Ministério Público. Houve, sim, um acordo judicial em uma Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público, cuja homologação foi objeto de recursos de apelação, inclusive por parte do próprio Ministério Público, e essa apelação [soa a campainha] recepcionada com efeito suspensivo encontra-se no Tribunal de Justiça, onde o próprio Ministério Público, através do parecer do Dr. Rossini Lopes Jota, recomenda a anulação desse acordo. Então, a justificativa de que a BANCOOP estaria cumprindo um acordo judicial com o Ministério Público não passa de uma mentira despudorada, uma vez que não existe nenhum acordo vigente entre BANCOOP e Ministério Público. Que isso fique bem claro, que esse acordo inclusive prevê ainda outras providências as quais não se verifica que a BANCOOP está cumprindo nenhuma. Então, a situação dos cooperados é essa, inúmeras decisões judiciais já contra a BANCOOP. Essas decisões já vêm de longa data, acredito que desde o ano de 2006, 2007, e...

E concluindo, a situação é essa e gostaria agora de que os cooperados mesmo passassem a expor a situação deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Dr. Walter e temos dois aqui indicados. O Marcos Migliaccio, que é cooperado do Edifício Cachoeira, e o Eduardo Mazer, cooperado do Consórcio Vilas da Penha.

Eu convido os dois para virem logo para aqui.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pedi que me indicassem dois. Vamos ouvir os dois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu vou passar minha vez para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, sua vez? Não tem problema nenhum.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Nery e, depois, Senador Heráclito.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não estou vendo. De tanto que emagreceu já não estou vendo. Diga senador... Primeiro o Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, para solicitar à comissão um requerimento, na verdade, de aditamento de convidados para a Audiência Pública, que será realizada amanhã, nesta Comissão de Direitos Humanos, para discutir o conflito existente entre as várias representações de garimpeiros de Serra Pelada, no sul do Pará, Senador Mário Couto.

Amanhã haverá, às 10 horas, essa audiência, e há sugestão de três nomes para a inclusão nessa... de convidado nessa audiência... Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que, ao final, após ouvir os representantes da cooperativa, os trabalhadores, os periciados(F) da BANCOOP, que eles possam, então... que o senhor possa, então, submeter à apreciação extrapauta um requerimento de aditamento para convidados à Audiência Pública de amanhã sobre a questão dos garimpeiros de Serra Pelada. É o requerimento que faço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem, senador.

Bem, eu convido então--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Heráclito. Desculpe, eu tinha esquecido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas pedir ao Senador Nery, em homenagem ao histórico dos que estão ali, que fizesse uma pequena correção. Ele disse: "Associação dos Beneficiados da BANCOOP". É exatamente ao contrário, dos prejudicados da BANCOOP. Para ficar bem claro.

[palmas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora, eu queria fazer uma...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas, em tese, em tese, todos que se associaram e são cooperados buscavam benefícios. É por isso que é correto chamar dessa forma, Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não vamos discutir isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas apenas que não são beneficiados.

Eu queria apenas fazer uma indagação pontual ao advogado, até para desenvolver perguntas futuras. Dentre os prédios que estão inacabados, a OS(F) assumiu quantos... a construção de quantos?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Heráclito, o senhor aceitaria--

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Dois empreendimentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que foi vendido uma unidade ao Presidente da República e o outro aonde?

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Butantã.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como?

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Butantã.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No Butantã?

SR. WALTER PICAZIO JÚNIOR: Isso. No bairro do Butantã, em São Paulo, zona oeste.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era um registro, Sr. Presidente, curioso e importante que eu gostaria de fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos ouvir os dois e depois fazemos perguntas, senadores.

Quem é que vem primeiro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, seria mais um? Ah, sim, no seu lugar. Está bom. Como é o seu nome?

SR. ANTÔNIO MOLINA: Antônio Molina.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antônio Migliaccio. Não, esse é Marcos. Tá bom. Antônio Molina. E onde está o Eduardo Mazer? O Eduardo Mazer é o senhor? Por favor.

Então, primeiro o Dr. Eduardo (*sic*) Molina.

SR. ANTÔNIO MOLINA: Não, doutor, não, eu sou cooperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cooperado.

SR. ANTÔNIO MOLINA: Eu sou cooperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cooperado. Não doutor no sentido de advogado, no sentido de um diploma ou a deferência, que, no Brasil, a gente chama de doutor para não chamar de nobre.

SR. ANTÔNIO MOLINA: Está ok, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por favor, senhor.

SR. ANTÔNIO MOLINA: Obrigado pelo senador receber a gente aqui, no Senado.

Eu vou explicar, mais ou menos, de um jeito meio popular de falar, como estou representando aí 234 famílias do meu empreendimento, e mais ou menos 8.500 pessoas aí que estão lesadas pela BANCOOP.

No fato que, no meu empreendimento... Eu vou só falar bem rápido para não tomar o tempo de todos vocês. O meu empreendimento foi lançado em 2001, pela BANCOOP, de forma bem popular ali, com panfletos na rua, com jornais, canal 16, que na época era

Shop Tour, e outros meios de comunicação que levou a nós a irmos atrás do nosso sonho. Qual era o nosso sonho? Ter a moradia para nós e para nossos filhos. Só que, infelizmente, hoje, a maioria dessas famílias não tem nem onde morar. Não é o meu caso, eu tenho as paredes do meu apartamento lá e eu consigo morar. Mas, infelizmente, a metade dos moradores do meu condomínio, como praticamente a metade dos outros moradores de todos outros empreendimentos não tem nem onde morar. Isso com... a maioria deles com 100% dos valores pagos.

Hoje eu tenho aqui, e posso apresentar para vocês, o Sr. Oscar, com doença hoje de tanta luta através... Muito mais luta do que eu, inclusive, através do seu objetivo de ter sua casa própria, com 100% de seu apartamento pago e ele... 100% do seu apartamento pago, conforme o contrato que a gente assumiu na época, em 2001, no meu caso, e como no meu empreendimento quase todos, 54 parcelas de valores iguais, está certo? O Sr. Oscar está ali – Sr. Oscar, estou falando pelo senhor, e estou falando também pela D. Helena e pelo Marcelo. São duas pessoas que estão ali e tem 100% dos seus valores pagos perante o contrato que nós assinamos, certo, e eles não têm nem onde morar. Muitos deles venderam propriedades para poder quitar, usaram seus Fundo de Garantia, usaram economias de toda uma vida, de toda uma vida, e não tem onde morar. Estão morando de favores. Essa que é a realidade, e é só algum de vocês tentar provar isso e isso vai ser provado.

Então, a gente foi... Nós fizemos contratos de 54 meses com a BANCOOP, valores iguais. E esses 54 meses foram pagos pelos moradores mês a mês, rigorosamente, sem falha. Até porque, se houvesse falha, a partir do terceiro mês, nós estávamos excluídos da cooperativa, sem saber quando iríamos poder receber o dinheiro já empregado. Três meses. Após o terceiro débito, estaríamos excluídos. Muito bem.

Em 2003, o primeiro prédio do nosso condomínio, e isso não é só do nosso condomínio, eu falo por todos os empreendimentos, porque todos eles estão praticamente na mesma situação da gente. Eu estou falando do meu porque eu estou mais presente no meu.

Em 2003, a gente teve o primeiro bloco, de quatro, entregue, no prazo normal. Parabéns à BANCOOP, cumpriu rigorosamente o contrato: nós pagando, eles fazendo.

Aí, em 2005, quando era para ser entregue em 2004, foi entregue a segunda torre, que é onde eu moro, com mais 64 cooperados. Em 2005, então, já com um ano de atraso da segunda torre, as pessoas começaram a ficar de cabelo em pé, como eu posso dizer, preocupadas, porque já havia um atraso de um ano quando, no máximo, podia ser de seis meses perante o contrato que nós teríamos assinado com eles.

Bom, posteriormente a essa data, por alguns... Uma ou duas vezes, o Sr. Vaccari Neto compareceu no nosso empreendimento... Eu estou com a mão levantada ali, foram cinco vezes que o Dr. Vaccari Neto compareceu no nosso empreendimento para, supostamente, mostrar para nós que a cooperativa estava em bom andamento, que a cooperativa estava com todos os seus números favoráveis para o término dos outros blocos, que faltavam dois blocos para nós. E, infelizmente, muitos de nós fomos convencidos por aquele homem.

E passou-se 2006 e nada aconteceu.

Depois de 2006, começamos receber... E volto a afirmar, como outros empreendimentos, uma palavra que apareceu no nosso contrato... Não existia no nosso contrato, mas apareceu no contrato deles, uma palavra chamada aporte. E nesse aporte apareceu um valor que nós deveríamos pagar, que nós não teríamos que pagar, nosso contrato estava rigorosamente sido cumprido, com 54 das parcelas pagas, todos os dias, nas datas corretas. Apareceu esse aporte. Com a confirmação do Dr. Vaccari Neto, que a obra ia andar um pouco mais rápido, depois que cinco milhões, notem vocês, cinco milhões de reais tinham sido emprestados por um empréstimo solidário da BANCOOP a outros empreendimentos, sendo que esses cinco milhões eram nosso, do nosso empreendimento, que a gente estava pagando. Eram contas separadas que deviam existir entre os condomínios. E esses cinco milhões nunca mais nós vimos eles e, infelizmente, talvez nunca mais veremos.

Então, foi... Começou aquela batalha de pagar-se um aporte indevido, que para gente é indevido, e estamos alguns de nós em juízo para poder não pagar, outros pagando em juízo, para que esse dinheiro seja revertido, sim, na construção da obra, e não sendo desviado, quem sabe eu, para pagar talvez advogados com custos elevados que acredito eu que se existe uma cooperativa e advogados são contratados para defender a BANCOOP em relação a processos que os próprios cooperados acham que não devem mais, esses advogados devem ser pagos, e eles estão sendo pagos por quem? Pelos próprios cooperados. Então, está saindo mais dinheiro ainda dos nossos bolsos com advogados que me dizem ser muito conceituados.

Bom, posteriormente, essas brigas continuaram. Continuaram, e, em 2006, foi... Igual eu expliquei, foi feito esse aporte, e as obras não andaram. Não andaram no meu prédio e em outros prédios, porque as obras praticamente pararam em todos os empreendimentos, por falta de verbas, que a gente não sabe

onde foi parar essas verbas que nós já tínhamos pago. Muito bem.

De 2007 para 2008 foram começado a colocar alguns blocos nos apartamentos e foram feito, com essa arrecadação, com essa arrecadação, de 234 moradores, que alguns deles, sim, pagaram em juízo, foram feitos apenas metade da laje de uma garagem, metade da laje de uma garagem e o término de um esqueleto de um bloco. Quer dizer, estamos hoje, então, com dois blocos acabados e estamos com os dois blocos apenas os esqueletos, com apenas algumas paredes externas, porque eu vivo de frente para a obra, como eu já disse... Eu estou morando lá, graças ao meu bom Deus, que me deu esse privilégio, não posso falar o mesmo do Sr. Oscar, do Marcelo e D. Helena. Estou lutando por vocês, e vou continuar até onde eu puder, se Deus me ajudar. E eu vejo que lá não anda nada. Meses e meses sem pessoas lá. Meses e meses. E quando eu encontro um cidadão, que não me lembro o nome agora, num... numa... Pode falar, doutor, naquela audiência que teve no... que nós estivemos juntos, um homem aliado à cooperativa, dizendo na frente do juiz, do juiz, que tudo estava andando bem. E quando um outro advogado nosso – só um minuto, por gentileza –, quando um outro advogado nosso pediu para um oficial de justiça, perante ao juiz, que fosse determinado que fossem na obra para comprovar que isso não era verdade, que não tinha ninguém trabalhando na obra, não existia ninguém trabalhando na obra, esse juiz determinou, sim, o oficial de justiça que ele fosse lá. E ele foi. Ele foi e não encontrou ninguém. Minto. Encontrou um porteiro, que alegou, sim, que quase há quatro meses não entrava um funcionário na obra.

Bom, perante tudo isso, nossa obra continua parada, o nosso dinheiro foi embora e nós não temos nenhuma perspectiva de recuperar esse dinheiro. Então, estou aqui eu outra vez, falando através de 234 amigos meus, quase 8.500 famílias que estão lesadas, que estão esperando alguma providência, seja ele do Senado, de qualquer outro órgão... Eu não sei, eu vim aqui na esperança de que alguém viesse para a gente e achasse uma alternativa para essas centenas de famílias. Isso não pode acontecer mais nesse país, igual disse um colega de vocês ali agora. Nós precisamos dar dignidade aos nossos filhos. As nossas crianças precisam aprender o que é certo para essa nação um dia ser a maior do mundo.

Eu vou interromper... Interromper, não, só uma palavra do meu pai, que ainda é vivo, graças a Deus, teve uma operação esses dias e graças a Deus continuou com nós, ele falou para mim... Meu pai é uma pessoa de outra nação, e quando ele veio ao Brasil, quando eu já sabia o que é o certo e o errado, ele falou para mim: *"Filho, ainda você vai ver, esse país vai ser a maior nação do mundo"*. Eu creio que eu vou ver isso. Infelizmente, acho que não vai sobrar tempo para ele ver, mas eu vou continuar lutando por isso e espero que vocês lutem por nós.

São essas minhas palavras. Eu escutei alguns aplausos aqui na assembleia hoje, para alguns senadores. Eu não queria um aplauso agora para mim e nem para todos que estamos aqui, eu queria que todos nós, junto com vocês senadores, se possível, e com as pessoas que possam fazer isso por nós, em vez dos aplausos, força para nós continuarmos nessa luta. Precisamos de todos vocês e precisamos [soa a campainha] desse Brasil honesto e sincero para que a gente possa progredir. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai ganhar aplauso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Mazer.

SR. EDUARDO MAZER: Bom-dia a todos. Bom-dia a todos os nobres Senadores, à Mesa, aos meus colegas de sofrimento.

Meu nome é Eduardo, eu sou um dos adquirentes de uma unidade habitacional no Condomínio Vilas da Penha, que se encontra localizado no bairro da Penha, em São Paulo.

Eu aqui, em minhas mãos, e gostaria de entregar à presidência dessa comissão, relatos de algumas pessoas do meu condomínio a respeito da situação em que elas se encontram, situação, inclusive, de perigo jurídico. Então, entrego a vocês, inclusive também o relato a respeito da situação do nosso condomínio.

Tenho também em mãos aqui o relato do condomínio Conjunto dos Bancários da Praia Grande. Também entrego aos senhores.

E também aqui, em minhas mãos, entrego a essa comissão o relato da seccional do condomínio Torres da Móoca, também onde as pessoas estão em uma grande dificuldade.

A respeito do meu condomínio, em específico, Vilas da Penha, desde o princípio, nós tivemos graves problemas como... o que é o mais comum entre todos os condomínios da BANCOOP, que é prática comum, atraso na entrega do condomínio. Inclusive uma coisa que, às vezes, não chega até vocês, mas é que muitas famílias que estavam se iniciando daquela coisa de casal, que comprou o primeiro imóvel, espera a data da entrega para ser efetivado o casamento... Muitos desses casamentos não se efetivaram no tempo exato por, justamente, estes imóveis não terem sido entregues.

Ali tem uma pessoa, o Luis é um exemplo, que também faz parte do meu condomínio. O Paulo também é outro, teve que adiar casamento. E tem uma série de pessoas, esse é só um dos... Se esse fosse o pior dos males, já estava remediado, mas não para por aí.

Hoje, o nosso condomínio Vilas da Penha I, Vilas da Penha II, ele tem problemas graves de engenharia, de estrutura, inclusive o condomínio tem passado por uma reforma inclusive extremamente cara, porque isso envolve estrutura. Devido às fortes chuvas, o que foi feito de arrimo não foi suficiente para segurar toda a estrutura do condomínio, que é feita em cima de lajes. Está sendo tudo arrastado. Então, isso precisa ser fortificado, precisa ser feito todo um trabalho de engenharia. E custa muito caro. E a BANCOOP, infelizmente, não quer nem saber dos seus cooperados, mesmo porque esses imóveis, segundo a nossa lei, eles têm cinco anos de garantia. E só fazem três anos, se não me engano, ou dois anos, que foram entregues.

Fora tudo isso, ainda nós temos problemas de água, problema de energia, a infraestrutura geral do condomínio é péssima, e o pior de tudo é a insegurança. O nosso condomínio, ele está construído pela metade. E assim, só fazendo um parêntese nesse problema: 90% das pessoas que adquiriram casas nesse condomínio, ou seja, 252 casas, quitaram as suas casas, casas que tiveram valor inicial lançado de 80 mil reais no lançamento do condomínio. E, hoje, a BANCOOP nos pede um aporte de mais 85 mil ou 100 mil reais, dependendo do tamanho da casa. Então, ultrapassa 100% do valor, do valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO MAZER: Sim, aquilo que a gente sempre diz, que não tem como simplesmente cometer um erro de mais de 100% no cálculo de uma casa.

Inclusive, assim, como eu ia dizendo, metade do condomínio está construída. Fase 3 e 4 está construída. Não está construída. E as pessoas proprietárias não têm ainda hoje uma visão de quando isso vai estar construído. E nem vai ter, nem vai estar. Isso não vai acontecer, dependendo da BANCOOP. A gente já sabe disso. Essa é a grande verdade. E a gente vai ter que, de qualquer forma, buscar meios de nós mesmos financiarmos isso.

Infelizmente, nós não vamos conseguir um financiamento da Caixa Econômica Federal ou governamental, porque este terreno, hoje, embora nós tenhamos uma ação ganha já em segunda instância, não nos confere a propriedade sobre os terrenos, nem sobre as nossas casas. O terreno não está no nome da BANCOOP. Esse terreno é de uma outra pessoa, ela simplesmente repassou. E o dia que ela... Assim, a gente pode entender de como funcionava o golpe, o dia que ela cansasse de nos cobrar, ela passaria diretamente do atual dono para nós, os reais proprietários hoje. Essa é a grande verdade.

Um outro problema grave, também, que nós enfrentamos assim que entramos lá, e que permanece até hoje, é que quando chegamos ao condomínio, fomos levantar toda a documentação a respeito do terreno das casas, e descobrimos que havia uma dívida imensa de IPTU, uma dívida imensa de IPTU, e ainda uma multa que dá, num total, uns 80, 90 mil reais. Isso é muito caro para todos nós. Nós já... Assim, não temos mais como pagar tudo isso que a BANCOOP já pediu e, ainda por cima, temos que arcar com esse prejuízo.

E pior de tudo: quando entramos no condomínio, a BANCOOP lançou boletos de suposto IPTU. Porém, nós pagamos algumas parcelas. Só que fomos checar na prefeitura, na seccional da Penha, não havia um centavo de pagamento. E pior, pouco tempo depois disso eles nos mandaram um outro boleto, lançando um valor duas, três vezes maior, dizendo que como a área estava construída, houve esse acerto na prefeitura. E lá na prefeitura não consta que há nada construído. O nosso terreno é um nada jurídico.

Todos nós aqui, hoje, do Vilas da Penha, estamos numa situação assim: temos uma situação ganha, porém não temos nada, nem mesmo o terreno. E isso não é só no Vilas da Penha, isso acontece com todos os condomínios da BANCOOP. Raríssimo é o caso, eu não sei citar nenhum caso aqui de que um terreno esteja no nome da própria... do próprio condomínio ou da associação.

Inclusive o que a gente cobra e pede para vocês nos ajudarem é o fato de que existem oito mil pessoas, famílias, não sei exatamente o número hoje, nem a BANCOOP sabe, que estão em situação de risco, de perderem o seu imóvel, de perderem o seu patrimônio. Pessoas que recebem cartas ameaçadoras, pessoas... E para vocês verem as ameaças, é só abrir o site da BANCOOP. Lá tem... Lá tem a seguinte frase: *"Faça a melhor escolha para a sua família"* ou *"É a segurança da sua família fazer acordo com a BANCOOP"*, e acordo com BANCOOP está completamente fora de cogitação por qualquer uma das associações sérias que estão nessa luta contra a BANCOOP.

Nós do Vilas da Penha encabeçamos isso, nós vamos até o fim, doa a quem doer. Se isso tiver que esbarrar em tesoureiro, em candidato, ou o diabo que seja, o problema é deles, não é nosso. Nós só queremos o nosso patrimônio, a nossa casa, que é o nosso direito mais básico nessa Constituição. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu abro a palavra, começando pelos que são membros da comissão. Senador Alvaro Dias se inscreveu, mas há outros que são membros. É o regulamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero me inscrever, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se inscrever?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, eu--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, só pela ordem, Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --queria apenas pela ordem para fazer uma proposta a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Diga.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que constitua uma comissão, sob sua presidência, para ir em São Paulo ver *in loco* esses prédios. Eu acho que é a melhor contribuição que nós podemos dar a esse pessoal. Formar uma pequena comissão, botar o Senador José Nery pelo lado humanista que ele tem, criar uma pequena comissão e ir a São Paulo ver pessoalmente. É a sugestão que faço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aceito a sugestão e aceito ir, mas eu gostaria de esperar essa audiência que vamos ter na Comissão de... Se ela demorar muito, aí a gente faz isso.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, independe, porque inclusive vamos pegar--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se ela vai ser rápido, é melhor fazer.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A palavra está--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jose Agripino.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, o senhor é pela ordem também?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu tive oportunidade de conversar com algumas pessoas, alguns mutuários da BANCOOP, e vi depoimentos candentes. E, para mim, essa audiência já cumpriu o seu papel.

Eu tenho aqui depoimentos escritos de pessoas. Eu conversei com um senhor que me exibiu uma pasta, e dentro da pasta não tinha nada. Ele disse: "Eu comprei, paguei 62 mil reais". É um cidadão modestamente vestido. Ele está aqui. E disse: "Eu comprei papel e nunca me foi dada nada". E caiu no choro. Então, para mim, isso fala por si só.

Nós temos que tomar uma providência. Isso aqui é o início de um processo que tem que desaguar no saneamento que vai beneficiar pessoas que foram lesadas. Elas foram lesadas.

Eu tenho carta aqui dizendo que quando comprou o imóvel, não sabia que se tratava de cooperativa. Foi ludibriada pelo Sindicato dos Bancários que vendia ilusão. Então, tem muita coisa numa caixa-preta que tem que ser desvendada.

Eu acho que essa proposta que o Senador Heráclito faz de irmos é um belo início para que a gente possa, conversando com pessoas e vendo o logro, começar a tomar providências efetivas para esclarecer processo de corrupção e para resolver problema de brasileiros que foram lesados de forma criminosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, com a palavra o Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A minha é só uma questão de ordem, obviamente vou me inscrever, mas é apenas que foi entregue relatório de uns três condomínios e qualquer outra documentação, eu pediria a V. Exa. que providenciasse, através da secretaria, cópias para que nós, senadores, tivéssemos acesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito.

Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É o mesmo pleito, Sr. Presidente. Os documentos, relatos que foram trazidos à comissão, creio que seria importante distribuir a todos os membros para subsidiar inclusive a nossa participação, de todos Srs. Senadores, na reunião, na Audiência Pública desta própria comissão, com os envolvidos nesse fato, bem como... ou na Audiência Pública conjunta das duas ou três comissões onde seja aprovado requerimentos.

Então, era no sentido de que fosse providenciado esses documentos para a nossa comissão, inclusive um extrato das decisões judiciais existentes sobre esse caso.

São essas solicitações que faço a V. Exa., tendo em vista a nossa participação naquela que será mesmo a Audiência Pública para tratar deste assunto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E só aproveitar. Para que depois os expositores pudessem responder a questão relativa...

Posteriormente eu pergunto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria ponderar a V. Exa. que a visita nossa da comissão fosse feita antes da Audiência Pública, até para que nós tenhamos subsídios. O que foi dito aqui é muito grave. Então, eu acho que seria muito mais produtivo que essa visita fosse antes, para que na data das audiências aqui realizadas [palmas] nós já tivéssemos um quadro da real situação, e pudéssemos agir com mais tranquilidade e também com mais isenção. É a sugestão que faço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito.

Senador, só para cumprir os termos normais, eu gostaria de que tivesse por escrito a sugestão, só para cumprir aqui...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu até faço por escrito, mas eu gostaria, Presidente, que essa ideia fosse como V. Exa., como Presidente da comissão. Ela teria muito mais sentido se fosse propriamente de V. Exa.. Eu lhe dei a sugestão, se V. Exa. acha que esse modesto admirador, crescente, precisa fazer o requerimento, eu faria. Mas eu acho que ela terá uma simbologia maior se for por uma iniciativa partindo de V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que partir da comissão inteira. E que me cochicharam aqui, os assessores, de que para tenha valor, a gente teria que pôr em votação, depois, [ininteligível] documento que seja.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas pode ser uma iniciativa de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para não ser uma decisão pessoal, monocrática.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro, do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, para não ser monocrática do Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas qual o problema de ser uma decisão de V. Exa. como Presidente da Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque aí eu começo a tomar outras, não é?

Não custa nada, alguém aqui faz--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu assino, eu assino.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo bem, se for o caso, faremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senador assume, e aí eu ratifico.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Nós faremos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não tem nenhum problema.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu faço em conjunto. Não tenho nada contra.

Bem, quem é que está inscrito?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu estou inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero se inscreveu antes. Pode ser? Ou o senador cede? Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só se for pela idade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque eu vou dar--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Vamos pela idade que eu ganho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou dar um argumento melhor: foi o primeiro que chegou aqui. Está aqui desde as dez horas.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, primeiro eu quero parabenizar V. Exa.. Eu que já admirava V. Exa., a partir desta reunião, vou lhe admirar muito mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, esta comissão tem que ajudar, sim. Ajudar em todos os sentidos, Presidente. O que se viu hoje, nós já sabíamos. Já chegou ao conhecimento de cada senador, e nós viemos apenas assistir das próprias pessoas o sofrimento de cada uma. É muito grave, Presidente, o que acontece no nosso país hoje.

O caso da BANCOOP é uma quadrilha que foi formada para assaltar. Olhe, Presidente, observe bem:

252 famílias concluíram os pagamentos dos seus sonhos de terem uma casa própria e ainda não receberam e nem sabe se vão receber suas casas. Isso é uma quadrilha. Isso é o roubo à luz do dia, Presidente. Isso é estraçalhar um sonho.

Calcule cada um de nós se passássemos pela mesma angústia que estão passando essas famílias. Pior, Presidente, o que dói mais no sentimento da gente, e isso está acontecendo, o Senador Arthur Virgílio ainda acabou de falar aqui no Senado Federal, estão tirando a força desse poder, tentando desmoralizar esse poder. As palavras não são minhas, são suas, quando foi criticado até por vários colegas, quando foi à tribuna deste Senado, dizer que esse Senado tinha que ser fechado. Muitos discordaram de V. Exa., criticaram V. Exa.. Eu observei isto. Não se fiscaliza mais ninguém. Tiraram o poder desse Senado. Nós estamos passando uma ditadura política neste país, Presidente. Essa é a grande realidade! Os brasileiros sendo lesados, e esse dinheiro para fazer caixa dois de políticos, de partidos políticos. Dói na alma, Presidente, assistir isso neste país!

Por isso eu lhe pedi aparte para lhe parabenizar sobre a sua conduta. De poder abrir esta comissão para se mostrar ao Brasil o que fazem hoje neste país com os brasileiros. Não basta os que fazem com os aposentados. Tinham que ser agora pessoas líbidas(F), pessoas que sonham em ter as suas residências, que tiram todas as suas economias, que guardam tudo que sobra para poder ter a sua casa própria, que é o sonho de cada um. E se verem lesado anterior criminosos, por bandidos, que assaltam esse país. E este não é o primeiro assalto que se vê neste país.

Ontem eu dizia e clamava na tribuna, dizia que eu era capaz de pedir desculpa publicamente à nação se me indicasse um membro do Partido dos Trabalhadores que já tivesse sido preso nesse país por corrupção. Um. Pelo menos um. Não quero ir muito longe, não. Do Valdomiro para cá. Quem foi punido? Quem foi preso? É por isso que fazem, porque sabem que não acontece nada. Tem que abrir uma CPI para apurar o caso da BANCOOP, ver se não será arquivado imediatamente aqui nesta Casa. Eu duvido que se consiga fiscalizar a BANCOOP. Eu duvido. O Executivo não deixa. É uma ditadura. E nós temos é que ter força. Força, senador.

Por isso eu só lhe pedi a palavra para lhe parabenizar. Força. Vamos abrir esta comissão para ouvir as pessoas, pelo menos para mostrar a nação o que está acontecendo. Essa comissão, senador, tem que ir logo para se mostrar que o Senado que foi lá e viu antes das oitivas.

Senador, esse é o país que nós vivemos hoje. O país que V. Exa. acabou de assistir, que dói na alma, e no sentimento de cada cidadão brasileiro. Eu saio daqui, vou lhe pedir licença para sair desta comissão em forma de protesto. Eu quero sair agora em forma de protesto. Eu quero que fique registrado nos anais, nas Atas desta comissão, a minha forma de protestar. A minha forma de protestar contra esta quadrilha criminosa. Isso é uma quadrilha de bandidos, armadas para roubar. Para roubar as pessoas. E eu me levanto e saio com todo respeito a V. Exa. e a todos meus pares, mas eu quero sair daqui como uma forma de protesto que a nação brasileira... E que fique registrado que a nação brasileira sabe que aqui nesta Casa tem um senador que jamais vai calar para a corrupção dos Partidos dos Trabalhadores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, Senador Mário Couto. Senador.

Apenas para fazer um esclarecimento. O que eu disse, há alguns minutos atrás, é que, se houvesse um plebiscito, o povo era capaz de votar a favor de fechar o Senado. Eu vou lutar para que ele fique aberto, pessoalmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senado ou o Congresso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Congresso.

Bem dito.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, o próximo inscrito é o Senador Arthur Virgílio, mas eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor é da comissão, seria o senhor.

Eu gostaria de passar para o Alvaro Dias, senador, até pelo papel dele--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu estou cedendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --na realização dessa reunião.

Mas o senhor cederia ao Arthur, depois o Alvaro, depois o Senador Alvaro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu tenho dois minutos, é uma coisa bem simples.

Uma história, uma história... Vou ser bem sóbrio e bem sucinto. E é um exemplo como, talvez, se justifique, neste caso, eu que estou muito descrente em relação a Comissões Parlamentares de Inquérito, talvez se justifique neste caso, porque, dificilmente, a pressão da opinião pública não levaria à apuração real dos fatos. Talvez fosse mais difícil, num caso como

esse, que envolve vida de pessoas, se chegar à importação, enfim.

Vou contar uma história aqui bastante simples. Uma senhora chamada Dorothy(F) Poli(F) Massolini(F), de 68 anos de idade, comprou um apartamento da BANCOOP. Esta, a BANCOOP, se nega a dar o termo de quitação a ela sob alegação de que essa pessoa deve 28 mil reais. Ou seja, tudo que ela tinha jogou ali, a BANCOOP fez o que fez e se considera credora da Sra. Dorothy(F) Poli(F) Massolini(F). Muito bem.

Ela foi, obviamente, à Justiça e seu advogado argúi que essa cobrança é inexigível, é ilegítima, ela é insustentável. Mas, enquanto isso, e esse é o grande problema, o apartamento dela está no nome da BANCOOP, porque se negou a lhe dar o termo de quitação, alegando a falsa dívida de 28 mil reais. O que acontece, então? Toda esta confusão, toda essa trama, toda essa tramoia, toda essa trapaça urdida sob... Na BANCOOP, sob os auspícios das figuras que agora nós vamos ter a ocasião de ouvir nesta Casa, esta... O apartamento dela foi penhorado pela Justiça do Trabalho, porque a juíza entendeu que o apartamento, pertencente supostamente à BANCOOP, deveria servir de lastro para quitar dívidas trabalhistas.

Pessoas que tem o que receber para valer, pessoas que merecem receber, que têm dívidas trabalhistas reais a receber, essas se quitariam não com o patrimônio do Sr. Vaccari ou qualquer pessoa perto dele, não por outra via qualquer, mas, sim, através da venda de um apartamento que não pertence à BANCOOP, mas pertence à Sra. Dorothy(F) Poli(F) Massolini(F).

Eu quero ficar em coisas bem factuais, bem pontuais para nós percebermos a profundidade desse lamaçal. É o que mexe com a vida das pessoas muito diretamente. Porque, geralmente, tem aquela corrupção assim: deu desfalque no banco, enfim... Aí a gente não atenta para o mal que essas pessoas fazem. Não liga isso à prostituição infantil; não liga isso à marginal que passa a assaltar, porque o pai está desempregado e ele também.

Mas, nesse caso, nós temos aqui exemplos bem nítidos, bem claros, bem irretocáveis, bem incontrastáveis de pessoas de carne e osso, muitas delas doentes hoje. Eu não duvido de que haja direta ou indiretamente influência dessa crise nas vidas ou na saúde dessas pessoas. Pessoas que foram atingidas por um esquema que, segundo a revista Veja, teria servido até para caixa dois de partido. Mas, de qualquer maneira, com certeza serviu para enriquecimento ilícito de alguns tantos.

Cada caso dos que aí estão e dos que não vieram, deve ser semelhante ao episódio da Sra. Dorothy(F) Poli(F) Massolini(F), que pensava que tinha o apartamento, na verdade, não está tendo esse direito reconhecido. Ela questiona uma cobrança inexigível. A BANCOOP se nega a lhe dar o termo de quitação e, portanto, como o apartamento não é oficialmente dela, a Justiça do Trabalho vem e se dispõe a ressarcir débitos trabalhistas dessa mesma BANCOOP, que se fosse dirigida honestamente e competentemente e seriamente não estaria devendo a ninguém, do ponto de vista trabalhista, do ponto de vista da Legislação Trabalhista, mas dá o apartamento, que é a única coisa que a Sra. Dorothy(F) tem, dá em penhora para cuidar de ressarcir essas dívidas trabalhistas. Ou seja, é uma coisa bem objetiva, bem da vida das pessoas e bem monstruosa.

Eu queria agradecer ao Senador Cícero Lucena, Senador Alvaro, por terem me cedido esse tempo, mas eu percebo que estamos diante de um fato extremamente grave, e um fato muito palpável, muito... As pessoas são de carne e osso. Todas são de carne e osso. Sr. Vaccari é de carne e osso, é um cidadão como os demais. As pessoas que estão aí atrás são de carne e osso. O sofrimento delas é um sofrimento muito compreensível por todos nós. É um drama. São vidas que num país que proíbe a tortura, embora a gente saiba que existem torturas em delegacias, é um país que está vendo, e até então não sabia e não pode ver passivamente, a tortura psicológica que está sendo imposta a essas pessoas. Mas tortura é proibida? Nós temos que acabar com essa tortura.

Não teve o PROER, que não foi para beneficiar banqueiro, ao contrário, protegeu correntistas e deu saúde ao sistema financeiro brasileiro? Pensar num PROER para esses casos. Ou seja, essas pessoas não podem levar de nós só o apoio moral, não podem levar de nós só o conforto psicológico, não podem levar de nós, digamos, eventualmente a indicação ao Ministério Público para averiguação e possível punição pela justiça dos culpados. Elas tem que ser ressarcidas financeiramente no que perderam, no que foram lesadas, no que tiveram de lesão às suas vidas, aos seus sonhos, como disse muito bem o senador que me antecedeu, Senador Mário Couto.

Portanto é um caso sério, que tem que ser levado a sério por todos nós. Me espanta um pouco essa forma mecânica com que o Governo está tratando isso. Forma mecânica. A impressão que dá é que estão de acordo com que houve, quando eu não consigo entender qual é a ligação real entre o governo e isso. Parece que assina um recibo, passa o recibo de que tem alguma coisa a ver. Quando era para estarem aqui indignados, como eu estou, e contristados com um caso como esses. Uma pessoa que não amolece o coração diante de um fato desses está se tornando

um ser biônico, está deixando de ser um cidadão com sangue a correr nas veias.

Portanto, que nós examinemos com muita sobriedade esses casos. Quantas Dorothys(F) e quantas pessoas não tiveram suas vidas consumidas pela violência de uma ambição desenfreada, de pessoas que não conhecem limites, que sempre se julgaram acima do bem e do mal, que agora nós estamos vendo que estão muito mais para o lado do mal do que do bem. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Cristovam, primeiramente eu gostaria de cumprimentá-lo e agradecer. Nós nos entendemos para que essa Audiência Pública ocorresse, e V. Exa. colaborou de forma extremada, superou todas as dificuldades que pudessem existir, inclusive dificuldades regimentais, e proporcionou que esta reunião ocorresse para que os lesados do BANCOOP tivessem voz e pudessem fazer com que o Brasil os ouça, pelo menos através da TV Senado. E, certamente, com a repercussão que cada senador proporcionará, inclusive nos seus estados, sobre o que está ocorrendo em relação a essas famílias.

Eu sei que muitas histórias não foram aqui contadas. Eles vieram para contá-las. O tempo seria insuficiente. Veja, por exemplo, esse amigo que aqui se encontra, que é até paranaense, o sonho dele ficou no papel. Senador Cícero Lucena, esse era o sonho dele. Esse era o prédio, esse era o apartamento: 91 B. Ele pagou. O prédio não está no terreno onde ele adquiriu. Lá há uma outra construção, mas não esta. Mas não o apartamento dele. O apartamento dele é o papel, é esse folder. O apartamento dele está no folder. O sonho dele foi sepultado, porque pessoas desonestas assaltaram o seu dinheiro. Modestos recursos acumulados para realizar o sonho de um pequeno apartamento foram recursos roubados e sonho sepultado. Isso é muito sério.

Há fatos que nós gostaríamos até de indagar para melhor esclarecimento, mas eu creio que a Audiência Pública cumpriu o seu objetivo.

Mas eu posso fazer referência, por exemplo: o Sindicato dos Bancários também está sendo lesado. Há um aporte, segundo consta, de 10 milhões de reais do Sindicato dos Bancários. É contribuição dos trabalhadores ao seu sindicato.

Consta que, de agosto de 2004 a dezembro de 2004, 42 milhões de reais desapareceram. Ingressaram nos cofres da BANCOOP e desapareceram. É preciso saber para onde foram esses 42 milhões, porque, nesse período, não houve construção. Sequer construção houve de agosto de 2004 a dezembro de 2004. O que há como resultado da investigação do Promotor Blat é que esses recursos, que podem chegar a 100 milhões de reais já, depois de auditar cerca de 8.500 estrados bancários, mais de 100 milhões foram desviados para enriquecer pessoas desonestas e para a campanha do Partido dos Trabalhadores, segundo o Promotor Blat, que terá oportunidade de repetir isto aqui nesta comissão.

O Senador Arthur Virgílio falou da penhora para pagamento de dívidas trabalhistas. Há também pedido de reintegração de posse. O cooperado pagou pelo apartamento, teve a sorte de ter o seu apartamento concluído, mora nele, e agora a BANCOOP ingressa com uma ação de reintegração de posse. Nós não vimos tudo ainda. É por isso que dizem que qualquer dia cavalo vai voar, porque em matéria de corrupção também nós não vimos tudo no Brasil.

Esta quadrilha, como disse o Mário Couto, há pouco, está ensinando novo modelo de corrupção. É o IPTU que é recolhido e não chega à prefeitura, fica no cofre dos malandros, engorda a conta bancária dos malandros.

Enfim, nós temos que convocar o Presidente da República a responsabilidade.

A corda sempre arrebenta do lado mais fraco. Sempre preservam o chefe, o comandante. Não há como preservá-lo.

Veja o que Lula disse em 99... Lula sempre foi cabo eleitoral da BANCOOP, sempre foi garoto propaganda da BANCOOP. E olha que, como comunicador, ele é bom. Ele foi um vendedor da BANCOOP. Veja o que ele disse, por exemplo, em 99: *"Para Lula a BANCOOP é o Brasil produtivo que o governo não tem coragem para criar"* – porque era Governo Fernando Henrique Cardoso. Imagine se o Governo Fernando Henrique Cardoso tivesse coragem de criar esse Brasil da BANCOOP, o que seria para todos nós. *"O governo BANCOOP é o Brasil produtivo que o governo não tem coragem para criar"*. Produtivo para quem? Produtivo para o Sr. Vaccari? Produtivo para os malandros que se associaram nesse assalto ao dinheiro de pessoas trabalhadoras? E mais, no programa de Governo do Presidente Lula, ele colocou a BANCOOP como modelo de política habitacional. Imagine se os brasileiros dependessem desse modelo de política habitacional.

Portanto, cabe ao Presidente da República se sensibilizar diante do drama dessas pessoas. São mais de três mil famílias que estão esperançosas, ainda, de ver os seus direitos readquiridos, porque foram usurpados. São famílias que necessitam de defesa. São famílias

que necessitam de proteção. São famílias que necessitam respeito à lei. E o Presidente da República tem que ser convocado à responsabilidade neste caso. De forma direta ou indireta, ele estimulou esse esquema. E foi beneficiário dele, segundo o promotor. Consta inclusive que adesivos do Presidente Lula foram pagos com recursos da BANCOOP. Portanto, é nítida a participação do Presidente da República nesse episódio, e ele tem que ser convocado à responsabilidade.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, mas eu gostaria de dar 30 segundos só para o amigo aqui do lado, que ele tem algo importante a dizer, e me pediu a dar esses 30 segundos a ele como se fosse um aparte. Pode dizer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado.

Só queria concluir as palavras do Dr. Mário Couto, do Senador Mário Couto e do Senador Arthur Virgílio, complementando as palavras dele.

O Vaccari e o... O Vacareti (*sic*) e o... Enfim, o Vacareti (*sic*) falou na televisão que o Vaccari não tem direito de resposta de se defender. E hoje, com exceção, me corrige se estiver errado, com exceção do Paim, eu não vi nenhum outro senador do governo aqui. Eu queria que eles tivessem vindo aqui e olhado nos olhos das pessoas e dissessem que é mentira, que é tudo mentira, que é campanha eleitoreira, porque é época de eleição. Queria que olhassem nos olhos das pessoas que estão aqui e falassem, nos olhos delas, que é mentira.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite um aparte?

Senador Alvaro, um aparte.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se nós criarmos essa ideia de que não se pode fazer denúncia nenhuma em época de eleição, os corruptos vão se organizar e vão começar a roubar só em época de eleição, porque ninguém vai investigar...

Então, é uma balela, é uma falácia que chega a ser nojenta, chega a ser asquerosa mesmo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que nos deixa indignado, assim, não tem um representante que vem aqui acompanhar a gente e discutir, falar se é verdade ou mentira.

O Vacareti (*sic*) falou que o Vaccari dorme de consciência limpa. Dorme mesmo. Ele não tem consciência. Não tem consciência. Eu duvido que esse cara--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ele faz referência ao Vaccarezza, que é líder do PT na Câmara dos Deputados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, e o outro que eu esqueci o nome era o Berzoini. Os dois falaram a mesma coisa.

Então, eu só queria fazer esse complemento e agradecer o Arthur Virgílio, o senhor e todos os outros aqui. Muito obrigado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou concluir, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Álvaro, ele podia esclarecer mais para nós qual o real papel do Berzoini nesse episódio todo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele é o criador da BANCOOP. Ele foi Presidente da BANCOOP.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Idealizador e Presidente. Só deixou a BANCOOP para assumir o Ministério.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exatamente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas, Sr. Presidente, eu vou concluir, dizendo exatamente como caixa de ressonância do desabafo do amigo que aqui veio e quase foi às lágrimas, que é ano de eleição, sim. É um ano muito importante para o povo brasileiro. Mas ano de eleição não pode ser visto como sentença de absolvição judicial para corruptos e para marginais. Ano de eleição não pode ser visto como um ano para a impunidade, para o perdão. Ano de eleição é ano para se combater corrupção, sim. É ano para se combater as falcatruas. Ano de eleição é ano para que não se permita que prevaleça a impunidade nesse país. O Brasil não pode ser esse paraíso de corrupção que querem.

Por isso, mesmo no ano de eleição, temos que combater, sim, a corrupção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Cícero, que se suponha que é o último inscrito, mas que deveria ser o primeiro, mas o Senador Tasso [ininteligível] passarei depois.

Só queria ver se conseguíamos terminar perto da uma hora, porque há muitos compromissos...

Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu me somo aos demais senadores que reconhecem a contribuição de V. Exa. para que essa audiência pudesse ocorrer na forma que nós iniciamos.

Na mesma... No mesmo sentido, eu acho que nós identificamos aqui algo muito grave. Gravíssimo. Os

depoimentos verdadeiros, legítimos que nós estamos escutando, quer seja naqueles que têm a oportunidade de usar o microfone, quer seja naqueles que fora dos microfones ou da câmara têm nos repassado... É um sentimento que eu acho que todos nós temos consciência dele.

É tanto que o Governo do Presidente, que é bom de *marketing*, começou falar da BANCOOP como programa de governo, como estrutura eficiente capaz de resolver os problemas do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro, no sentido da habitação, usou, entre um dos seus programas, exatamente Minha Casa, Minha Vida. E aqui nós estamos vendo o outro lado. É do sonho que virou pesadelo. É da esperança que virou tristeza, em alguns casos colaborando com agravamentos de saúde; outros com problemas seriíssimos que foram citados aqui, embora superficialmente, mas tão verdadeiros, com sentimento daquele que está vivendo o drama, está vendo companheiros vivendo o drama, que eu acho que essa audiência aqui já cumpriu o seu papel. Para chamar atenção, sim, do Senado e de todos os senadores; para convocar, Senador João Pedro, que o senhor é o único, após a presença do Senador Paulo Paim, o senhor é o único do governo que está sentado agora nesse ambiente, como se o governo tivesse culpa no cartório e não querendo que o povo brasileiro tome conhecimento. É estranho. É estranho que a bancada do governo, que tem senadores sensíveis também, responsáveis também, não venha querer ouvir esse problema e dar continuidade à busca de uma solução desse problema.

Nós ouvimos falar de oito mil famílias que estão prejudicadas, quer seja as que não receberam; as que pagaram o papel; as que receberam e estão recebendo cobranças indevidas, segundo já inclusive ações da justiça; ou daqueles que receberam, que estão devendo IPTU, já tendo pago; que estão com seus imóveis em cima de terrenos que não estão escriturados; outros que estão ameaçados por ações trabalhistas de perder o apartamento por ainda se encontrar em nome da BANCOOP, como disse aqui o Senador Arthur Virgílio, trazendo um fato concreto.

Então, eu acho que essa Casa tem a responsabilidade, nessa comissão que iniciou, e aí o mérito de V. Exa. de ter aceito fazer essa... esse início, esse embrião para que tudo seja esclarecido.

Eu espero que o governo cumpra o seu papel, porque do jeito que está vai parecer que ele está devendo, e devendo muito. Agora, obviamente que nós vamos precisar de mais informações.

Eu me preocupo, por exemplo, e não tem ninguém mais aí na Mesa, mas se puder nos passar essa informação, é importante: a condição da BANCOOP em São Paulo, se ela também é repetida em outros estados brasileiros, já que em determinado instante o Governo Lula considerou que ela é eficiente e que poderia resolver o problema da habitação do país. Então, se alguém puder nos informar, isso é importante.

E eu concordo com o Senador Arthur Virgílio, isso é muito mais sério do que para ser tratado em uma audiência da comissão, embora tenha o valor que essa está tendo por estar iniciando o processo.

Eu acredito que nós temos que partir para uma CPI para fazer as devidas apurações do que, efetivamente, está a BANCOOP.

A imprensa do nosso Brasil, ela é muito sábia, ela é muito inteligente. Ela costuma batizar determinados problemas que são debatidos aqui no Senado, na Câmara, como CPI, alguns escândalos. E, com certeza, vai aparecer jornalista para batizar esse novo escândalo não como BANCOOP, mas como "Robocop". Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tasso, o senhor é o último a falar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, Senador Cristovam, eu tenho acompanhado pelas revistas, infelizmente não faço parte dessa comissão, queria primeiro agradecer por me dar a palavra, mas aqui, nos poucos minutos que passei aqui agora, a realidade é muito pior do que dizem as revistas, do que dizem os jornais, do que dizem as reportagens.

Nós estamos vendo aqui, realmente, talvez um dos maiores escândalos... Não maior somente no tamanho, mas maior na profundidade com que se faz uma verdadeira crueldade com as pessoas, com os ingênuos. Isto eu nunca vi. Eu já vi muito desvio de dinheiro público, muito desvio de recursos em que alguns incautos são enganados em função, às vezes, de achar que terão alguma vantagem.

Aqui não. Aqui nós estamos vendo uma verdadeira crueldade pensada, planejada, feita em cima de pessoas honestas, pessoas que em cima de boa vontade se envolveram naquele grande sonho da família brasileira, que é da casa própria.

Eu acho que nós não podemos ficar só nisso aqui de jeito nenhum. Nós temos que ir muito mais longe. E convocar, inclusive... Eu não sei aqui se o Ministério Público já foi convocado, o Sr. Blat, para pedir intervenção. A primeira coisa que precisa fazer é uma intervenção imediata. Não tem jeito. Tem que ter uma intervenção nessa... para que seja feito um levantamento de todos esses lesados e se procure ver de qual maneira nós poderemos, nós, o Estado Brasileiro, resolver essa dívida que nós, Estado Brasileiro, temos com essa

gente que está aqui, que expôs aqui, que são alguns poucos representantes de milhares de brasileiros que foram envolvidos nisso.

É lamentável, e mais lamentável ainda quando a gente vê que gente do governo, gente do PT, está diretamente envolvida nisso e sequer tem a delicadeza, diante da atuação dessas pessoas, a delicadeza de vir aqui tentar se explicar, dizer que vamos... *"Gente, nós vamos procurar uma saída. Vamos trabalhar juntos. Vamos trabalhar com o Senado..."* Sequer essa delicadeza houve aqui nesse momento, o que é absolutamente lamentável diante do que está acontecendo.

Eu queria deixar isso registrado e dizer que, sem dúvida nenhuma, os senhores podem contar conosco aqui dentro dessa Casa, de agora por diante, para lutar junto com os senhores pelo direito de vocês. Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senador Cristovam. Senador Cristovam, um minuto.

Eu apenas gostaria de responder--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

Eu quero insistir, pedir o mais curto possível.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois é, eu só vou complementar o Cícero Lucena.

O Padre Antônio Vieira disse que um bem é seguido de outro bem; mas um mal é seguido de outro bem.

Eu quero dizer, está aí o Heráclito, que no Piauí teve um Investe Bem, e era capitaneado pelo governador, que hoje é do PT. Nunca falei porque envolvia até a mulher, e isso é delicado, tem até pena de Banco Central. Mas, no Piauí, tem o Investe Bem capitaniada pelo governador do PT, que age da mesma maneira como eu vi. E, inclusive, o Banco Central chegou [ininteligível] punir mulher, esposa, é indelicado, eu nunca toquei. Mas é bom ver a conexão, porque lá teve as páginas policiais, denúncias sobre a Investe Bem. Centenas de pessoas também, vamos dizer, foram vítimas, lesadas, desse mesmo esquema, e por coincidência o capitão era do PT, o Governador Wellington Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Heráclito, um minuto para permitir que todos possamos almoçar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, V. Exa. está com a fome que pode ser resolvida em alguns segundos. Eles estão com a fome, Sr. Presidente, difícil de ser saciada, que é a fome de teto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acho que o sacrifício que nós vamos fazer aqui por um ou dois minutos, V. Exa., como homem de justiça--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Até mais de dois minutos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é verdade?

Sr. Presidente, o que nós estamos vendo aqui é estarrecedor. Eu lhe digo com toda sinceridade que eu jamais imaginei que o buraco fosse do tamanho que é.

A partir do momento em que se ouve aqui, que se vê o depoimento de pessoas desesperadas, e olhe que aqui é apenas o extrato. Aqui, Senador Tasso, é apenas uma pequena parcela. Imagine todos os lesados num mesmo auditório, numa mesma sala. O que seria aqui...? Que impressão se daria... Levariam as pessoas que dela participassem?

E o Senador Alvaro Dias mostrou uma coisa fantástica: o Presidente Lula na sua primeira campanha de Presidente da República coloca a BANCOOP como modelo para a solução habitacional no Brasil. Dr. Tasso, imagine só se isso fosse verdade, onde era que nós estaríamos?

Mas, Sr. Presidente, a gente vê o Presidente Lula em viagens fantásticas, resolvendo muitas vezes problemas financeiros de países pobres, ora é o Haiti, ora é Honduras, fazendo doações fantásticas do nosso patrimônio. É louvável. Mas o Presidente Lula precisa entender que a BANCOOP é um Haiti. Não o Haiti que nunca caiu, não foi derrubado por terremoto, mas é o Haiti que tem seus desabrigados, porque as casas nunca foram erguidas. E é preciso que se dê uma solução para isso.

BANCOOP é uma ONG. BANCOOP é uma instituição criminosa. E o Presidente, que permitiu lá atrás, contrariando a lei, que a Previ socorresse o Banco do Brasil quando teve buraco de caixa, tem que determinar que a Previ e os fundos envolvidos com os bancários socorra esse pessoal, e termine esses prédios o mais rápido possível. É muito triste, Presidente.

Agora mesmo um dos presentes me contou que algumas pessoas que acreditaram nas promessas do governo, ou melhor dizendo, da cooperativa, colocaram o patrimônio de uma vida inteira em empreendimentos. Uns compraram três, outros quatro, até dez imóveis. E jogaram todo o esforço de vida dele, da sua família, para o ar. Compraram... Tem o caso de um que comprou 11, Senador João Pedro. Recebeu um. Comprou estimulado pela BANCOOP, como se fosse...

Eu vou pedir aqui o *folder*... Tem um companheiro que está com o *folder*. O *folder* é fantástico. Se você examinar, qualquer um que visse o *folder,* que nos foi mos-

trado aqui, de uma unidade habitacional no Brooklin, apartamento tríplex, apartamento com... Prédio com piscina... Sr. Presidente, isso é uma vergonha.

Portanto, eu quero apenas registrar e louvar V. Exa... Encaminhamos aí a V. Exa. um requerimento para... para que se faça a visita *in loco.* É fundamental, é necessário que esta comissão vá lá, para sentir o sofrimento, a dor de cada um. O Senado fazendo isso estará cumprindo a sua missão, estará cumprindo com o seu dever.

E é preciso que nós acabemos, no Brasil, de uma vez por todas com essas arapucas. Nós não podemos, de maneira nenhuma, Sr. Presidente, colocar por baixo do tapete nem a sujeira promovida pelo BANCOOP, nem tão pouco proteger os promotores disso tudo. É preciso passar a limpo. E se fizermos isso, estamos, pelo menos, nos redimindo com essa população de sem-tetos, que sofrem a dor de ter acreditado numa entidade da qual faziam parte e queixavam, até pelas pessoas envolvidas e pelas pessoas que faziam o proselitismo dessa entidade, acharam de acreditar e entraram no verdadeiro conto do vigário. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e vou pôr em votação dois requerimentos. O requerimento do Senador Heráclito Fortes, subscrito por muitos outros, que pede, nos termos do inciso III, do art. 90, combinado com art. 142 do Regimento Interno, a realização de diligência dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a finalidade de conhecer *in loco* a situação dos cooperados da BANCOOP.

Eu ponho em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

E outro requerimento do Senador José Nery, que "*requer, nos termos do art. 93, [ininteligível], do Regimento Interno do Senado Federal, e também do Requerimento 19, de 2010, sobre Audiência Pública, que foi feito para discutir o conflito entre várias representações de garimpeiros no que diz respeito à exploração, [ininteligível] das riquezas existentes na área denominada Serra Pelada, no Município de Curionópolis, Estado do Pará, a situação dos trabalhadores envolvidos... A inclusão, ele solicita, de mais três nomes: Luiz Emanoel da Mata Lima, Presidente da União Nacional dos Garimpeiros; Alexandre Valadares Vieira, da Associação Fiscalizadora dos Direitos dos Garimpeiros; e João Amaro Lepos, da Associação de Defesa dos Garimpeiros*".

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado.

Está encerrada essa sessão, com uma frase: eu quero que saibam que esta co missão estará pronta para receber todos aqueles que se sentem prejudicados por qualquer fato. Essa comissão se sente aberta para ser invadida, sempre que houver quem quiser trazer os seus direitos aqui para dentro.

Sessão encerrada às 13h08.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinco minutos do dia dezoito de março dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**José Nery**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **José Nery, Cristovam Buarque e Gerson Camata**. Deixam de comparecer os demais membros. **Pauta**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 19, de 2010 – CDH, de autoria do Senador José Nery, aprovado em 03/03/10, "com vistas a discutir conflito existente entre várias representações dos garimpeiros no que diz respeito à exploração e destinação das riquezas existentes na área denominada de Serra Pelada, no município de Curionópolis, estado do Pará, e a situação dos trabalhadores envolvidos"**. Convidados que comparecem: **João Amaro Lepos**, Associação de Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada – ADEGASP; **Alexandre Valadares Vieira,** Associação Fiscalizadora dos Direitos dos Garimpeiros; **Cláudio Scliar**, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral em representação a **Sua Excelência Edison Lobão**, Ministro de Estado de Minas e Energia; **Jorge Pedro de Lima Filho**, Gerente Nacional da Gerência Nacional de Aplicação Pessoa Física Renda Básica – GEARB em representação a **Maria Fernanda Ramos Coelho**, Presidenta da Caixa Econômica Federal; **Luiz Emanuel da Mata Lima**, Presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil; **Etevaldo da Cruz Arantes**, Representante do Movimento dos Trabalhadores Mineiros – MTM; **Miguel Antonio Cedraz Nery**, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; **Luiz Jucá Soares**, Diretor Presidente da Cooperativa Mista de Serra Pelada; **Paulo Ricardo Silva**, Advogado dos Garimpeiros; e

Rodrigo Maia Ribeiro, Advogado dos Garimpeiros. Às dez horas e trinta e seis minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Às doze horas e vinte e um minutos, o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, devolve a presidência ao Senador José Nery. O Senhor Presidente, José Nery dá a palavra aos Senhores convidados na ordem supracitada. O Senhor Presidente, José Nery, faz suas considerações finais. Faz uso da palavra os seguintes senhores senadores Cristovam Buarque e José Nery. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Bom-dia a todos e a todas. **Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Um rápido comunicado. Comunico que a Secretaria desta comissão recebeu, em 18 de março de 2010, o Ofício nº. 796, de 2009, do Exmo. Sr. Juracy José da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Nova Venécia, Espírito Santo, encaminhando cópia da ação civil pública da lavra do Defensor Público, Dr. Sérgio Fávero, em face do governo do Estado do Espírito Santo, do Município de Nova Venécia e do Município de Vila Pavão, para inclusão imediata de toda e qualquer criança ou adolescente viciados em crack em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a toxicômanos, com rigoroso acompanhamento da autoridade do Poder Judiciário.

Os documentos supracitados estão à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras na Secretaria da Comissão.

Infelizmente, atrasamos o início da audiência, para que a comissão fizesse aqui um esforço concentrado para garantir a presença de alguns membros da comissão, mas temos a seguinte situação: os membros da comissão que se encontram no Senado estão em comissões que funcionam paralelamente, nesta manhã, a Comissão de Infraestrutura, Comissão de Relações Exteriores e outras comissões.

Temos aqui um levantamento de que a maioria dos membros da comissão, são 19 titulares e 19 suplentes, encontram-se em viagens aos seus estados ou em outros compromissos, de modo que, para cumprir a deliberação de um requerimento aprovado no Plenário desta Comissão de Direitos Humanos, em 03 de março último, para a realização desta Audiência Pública, tomamos, então, aqui a decisão de realizá-la em razão da presença de boa parte dos convidados e em razão, sobretudo, do respeito aos garimpeiros de Serra Pelada, que aqui se deslocaram para acompanhar, e de suas lideranças, que aqui se deslocaram para acompanhar esta Sessão, bem como a presença, entre nós, de autoridades e representantes dos órgãos oficiais convidados, que se fazem aqui presentes.

Esta Audiência Pública, aprovada através do Requerimento nº 19, de 2010, CDH, de autoria do Senador José Nery, "*com vistas a discutir o conflito existente entre as várias representações dos garimpeiros no que diz respeito à exploração e destinação das riquezas existentes na área denominada de Serra Pelada, no Município de Curionópolis, Estado do Pará, bem como a situação dos trabalhadores envolvidos*".

Faremos duas Mesas, porque são nove convidados presentes. Faremos uma Mesa, primeiramente, com quatro convidados, depois, com cinco convidados; porém, todos participarão do debate que se seguirá às exposições.

Definiremos um tempo de dez minutos para cada exposição, com a tolerância necessária, se algum expositor necessitar de mais tempo; não criaremos nenhum impedimento para a manifestação, desde que a continuidade da manifestação seja para expor razões, argumentos que não sejam parte da fala no período dos dez minutos.

Portanto, a Comissão de Direitos Humanos acolhe e agradece a presença de todos nesta Audiência Pública, torcendo para que, do debate aqui realizado, possamos tomar encaminhamentos, direcionamentos, orientações que ajudem a enfrentar e a superar os problemas relacionados com os garimpeiros de Serra Pelada e sua relação e atuação com os órgãos oficiais do Estado brasileiro.

Sejam todos bem-vindos. Esperamos um debate de alto nível e, principalmente, que possamos chegar a encaminhamentos satisfatórios para os trabalhadores de Serra Pelada.

Convido para fazer parte da primeira Mesa o Sr. Dr. Cláudio Scliar, secretário de geologia, mineração e transformação mineral, em representação à S. Exa., o Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão. Convido para vir conosco à Mesa o Sr. Jorge Pedro de Lima Filho, gerente nacional da Gerência Nacional de Aplicação de Pessoa Física em Renda Básica, em representação à Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho,

presidenta da Caixa Econômica Federal. Seja bem-vindo. Convido para vir conosco à Mesa o Sr. Alexandre Valadares Vieira, da Associação Fiscalizadora do Direito dos Garimpeiros. Convido, finalmente, o Sr. João Amaro Lepos, da Associação de Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada.

Já estão conosco, e registro a presença do Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que já se encontra conosco e fará parte da segunda Mesa. Se encontra conosco também o Sr. Etevaldo da Cruz Arantes, representante do Movimento dos Trabalhadores Mineiros de Serra Pelada; se encontra conosco também o Sr. Luiz Emanuel da Mata Lima, Presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil. E estamos aguardando a presença da Sra. Isabel Marcolin, assistente técnica da representação do Estado do Pará, em representação à S. Exa. Ana Júlia de Vasconcelos Carepa, Governadora do Estado do Pará.

E, contamos, ainda, com a presença de vários garimpeiros de Serra Pelada, que nos dão a honra da presença no Plenário desta comissão, bem como de outros convidados e convidadas.

Bem, vamos conceder a palavra para fazer sua exposição inicial, lembrando que, após as exposições dos nove convidados, teremos uma sessão de debates e, se necessário, ao final da Sessão, concederemos a palavra a de três a cinco garimpeiros que aqui desejem fazer sua manifestação.

Com a palavra o Sr. João Amaro Lepos, da Associação de Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada, para sua manifestação. V. Sa. terá dez minutos; se necessário, prorrogaremos por mais cinco.

Sr. João Amaro Lepos, com a palavra.

SR. JOÃO AMARO LEPOS: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Desejo comunicar que a Sra. Isabel Marcolin, que representa o Governo do Estado, já se encontra entre nós e participará da próxima Mesa. Muito obrigado pela presença.

SR. JOÃO AMARO LEPOS: Sr. José Nery, Presidente desta comissão; Sr. Cláudio Scliar, do Ministério de Minas e Energia; Sr. Jorge Pedro; e companheiro pastor Alexandre. Inicialmente, eu quero agradecer ao Senador José Nery por ter feito o requerimento para atender a esse pedido nosso, dos garimpeiros de Serra Pelada, que vivemos realmente numa situação bastante difícil; não é situação nova, isso já se arrasta há muitos e muitos anos. Eu tenho 27 anos nessa luta, e temos companheiros aqui que têm 30 anos. Então, realmente, é algo que vem se arrastando há muito tempo.

Devido ao tempo, eu vou entrar direto no assunto que nos interessa realmente.

Não é novidade para nós uma polêmica que existe há muito tempo, desde o início da década de 80, 83, 84, por aí, a questão do marco SL-1. Vem governo, sai governo, foi feito um relatório no início, um ministro se manifestou, dando, pedindo que a reserva fosse reservada para os garimpeiros.

O certo é que isso, nenhuma providência foi tomada. Isso tem levado a muitos problemas para nós, garimpeiros. Essa parte quem vai fazer a exposição realmente é o companheiro Etevaldo. Então, eu só vou dar uma citada de que realmente tudo nasceu, tudo partiu realmente desse ato, que fizeram em 1980 e pouco, mudando um marco. Isso tem relatórios que comprovam, e essa situação nós vamos debater daqui a pouco.

Eu quero me ater agora aos últimos tempos, aos nossos dias atuais da COOMIGASP, principalmente. Eu estou falando após, eu vou começar logo com a outorga do direito do alvará de pesquisa que nos foi concedido.

Sabemos que, até chegar a esse alvará de pesquisa, a luta foi muito grande. Primeiro, em 1992, foi nos tirado o direito de explorar a área; depois, em 1997, foi protocolado no Senado um decreto, um Projeto de Decreto Legislativo, veio a ser aprovado em 2002, e conseguimos chegar ao alvará só em 2007.

Infelizmente, no momento em que recebemos esse alvará, a diretoria, no meu entendimento, estava mal representada. Por que mal representada? Porque ela não procurou defender os garimpeiros, seus associados.

Eu posso até afirmar que montou-se um grupo realmente para enganar os garimpeiros. E a coisa foi se desenvolvendo, está desenvolvendo, e a situação está insustentável. Os associados, a maioria está insatisfeito, e, se não tomar uma providência, não sabemos, acredito que aqueles motivos, aquelas situações desagradáveis que ocorreram no passado tendem a retornar. E nós não queremos isso, de forma alguma. Nós queremos resolver, nós estamos procurando o local certo, as autoridades, para que a gente busque uma solução e resolva de vez isso. É nosso pedido.

Então, vamos aos fatos. Em 01/03, todos sabem, em 2007, a cooperativa recebeu o alvará. Aí a cooperativa, imediatamente, deveria pegar esse alvará e realmente buscar uma condição, viabilizar uma pesquisa. Ela passou, enrolou muito tempo, certo? Se aproximou de pessoas, aceitou a aproximação de pessoas para assessorá-los, que levou a todo esse imbróglio que existe hoje.

Eu estou falando do geólogo Pércio Mandetta, que foi o autor intelectual de toda essa trama que está aí. Por exemplo, no dia 25/03/2007, a COOMIGASP realizou a assembleia geral ordinária. E, nessa assembleia, esteve presente o Sr. Mandetta, ele teve acesso ao microfone, fez uma bela exposição, disse da mineração, comparou a mineração garimpeira com a industrial. Então, fez para nós uma bela palestra. Tudo bem.

A cooperativa, em abril de 2007, ela solicitou ao DNPM e conseguiu os relatórios da pesquisa que a Vale fez. Isso repassou para os representantes da Colossus, que fizeram aquela análise e concluíram que tinha dezenove toneladas de ouro.

A cooperativa, com o alvará em mãos e assessorada pelo Sr. Mandetta, esperou 96 dias para convocar uma assembleia para decidir, isto é, convidar empresas para participar de uma licitação, uma falsa licitação, na verdade. Por que falsa licitação? Porque, nesse momento, o Mandetta e companhia limitada já estavam direcionando toda a questão da licitação de uma forma que não permitisse, que não iam permitir nenhum concorrente para qualquer oferta. Isso com 96 dias.

Para piorar a situação, no dia 28/06/2007, em Recife, Pernambuco, a Colossus firmou um contrato com a Phoenix Gems, que já tinha um contrato com a cooperativa feito em 2004. Mas firmou um contrato para eliminar qualquer possibilidade de ação jurídica entre os dois; eu acredito que foi por isso. Mas o interessante é que, nesse dia, no dia 28/06, foi o mesmo dia que a COOMIGASP decidiu, a diretoria reuniu e decidiu que tinha que publicar um aviso, convidando as empresas para participar da licitação para a assembleia geral, que já estava convocada para o dia 08/07/2007. Só no dia 29 de junho, dando prazo de até o dia 05 de julho, para as empresas se manifestarem com as propostas.

Veja bem, aí que está a questão. Para alguém que já vem acompanhando a diretoria desde o final de 2006, a realidade é essa, para essa empresa, é muito fácil ela chegar e fazer a proposta, porque a proposta já estava pronta. Agora, publica-se no Diário do Pará um convite às empresas, que é para o Brasil todo, com seis dias de prazo, e ainda tem que buscar o plano de desenvolvimento mineral, que está na sede da COOMIGASP, lá no Pará.

Não teve, não deram, cortaram todas as possibilidades de qualquer empresa fazer a proposta. Quando a Colossus fez a proposta, veja bem, ela já tinha todo o levantamento da nossa área; ela tinha todos os dados em mãos. É evidente que, com cinco, seis dias, qual a empresa que vai ter condições de fazer uma proposta que seja realmente séria? [soa a campainha] Já passou os dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não. Ainda tem um pouco, mas--

SR. JOÃO AMARO LEPOS: Então, o certo--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mais cinco minutos.

SR. JOÃO AMARO LEPOS: Ok. O certo é que, então, no dia 29, eu vou correr um pouquinho, no dia 29, publicaram o aviso às empresas. No dia 05, a Colossus apresentou a proposta, e, no mesmo dia, a diretoria aprovou essa proposta, levou para a assembleia, para o dia, no dia o7. Durante a assembleia, no edital de convocação, não constava, constava apenas apresentação de proposta das empresas interessadas na exploração da mina; só isso.

O edital de convocação diz que, nos editais, tem que constar: "*Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações. Parágrafo Único: não é permitido o uso da expressão 'outros assuntos, o que ocorrer ou quaisquer outras', só sendo permitido discutir na assembleia geral e votar assuntos da Ordem do Dia expressa no edital de convocação, com toda a transparência*".

Então, esse item, esse item, naquele dia, a votação dele foi totalmente irregular. E vamos demonstrar, pelo próprio edital da própria assembleia, que tinha seis itens. Eles botaram: 1º Item: eleição do conselho fiscal; 2º Item: autorização e deliberação de um assunto; 3º Item: apresentação de proposta às empresas interessadas na exploração da mina; 4º Item: avaliação da consistência técnica de qualquer coisa...; 5º: plano de desenvolvimento mineral; 6º: discussão e deliberação quanto ao assunto.

Então, veja bem, em seis itens, eles queriam deliberação, eles queriam que a sociedade se manifestasse no 1º item, que era a eleição, no 2º, que era autorização e deliberação, no 3º era só apresentação, que é a questão, e, no último, no 6º, discussão e deliberação. Então, os assuntos que a diretoria, quando convocou, queria realmente que o associado se manifestasse, aprovando ou não, foram três assuntos.

Então, não podia, de forma alguma. Mas, durante a assembleia, houve muita chantagem, houve muita mentira, enganaram o pessoal, botaram em votação e, além da votação da proposta em si, botaram também transferência dos direitos mineráveis.

Isso não tem no edital, não tem na proposta. E, infelizmente, o DNPM engoliu essa bucha. O Estatuto é claro, nós temos toda a documentação aí. Então, veja bem: se não tem no edital de convocação, se não está na proposta, não podia aprovar a proposta, não

podia transferir direito minerário; não tem como, está tudo aí.

Então, a questão principal é essa. E a coisa foi enrolando, tem os relatórios, e o DNPM acabou aprovando a cessão de direito minerário toda irregular. Tanto é irregular que, depois que o DNPM decidiu, que ainda era início de setembro, já no dia 04, no dia 04 de setembro, a diretoria já assinou o tal terceiro termo aditivo, outro engodo em cima dos associados.

Para o DNPM, a diretoria fez uma justificativa, que o DNPM solicitou, mostrando quais seriam as vantagens para os associados da cessão de direito. Ali ela enganou o DNPM mais uma vez. Por quê? Ela citou todos aqueles... Para começar, a interessada nessa transferência, naquele documento que foi dado ao DNPM, no meu entendimento, tinha que ser da COOMIGASP. E o DNPM aceitou um documento, assinado da COOMIGASP e da SPCDM. Então, assinou ali Gessé, o outro diretor, Heleno Costa e o Jairo, dois da SPDM e dois da COOMIGASP. E aquela justificativa era da COOMIGASP, não era da Colossus, não era da SPCDM.

E mais: botou todas aquelas ações sociais que qualquer empresa que vai explorar tem a obrigação de fazer. E mais: botou que a cooperativa ia receber prêmios, variando de 80 milhões a um bilhão e 90 milhões. Isso em agosto. Mas, no dia 04, o Sr. Gessé já assinou [soa a campainha], já assinou--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. João Amaro, Sr. Amaro, um minuto para o senhor concluir.

SR. JOÃO AMARO LEPOS: O Sr. Gessé já assinou o terceiro termo aditivo, no dia 04 de setembro, onde dizia que esses prêmios já não existiam mais. E o DNPM aprovou a cessão de direito no dia 09. Então, quando o DNPM aprovou a cessão de direito, a diretoria já tinha articulado tudo, já tinha tirado todos esses prêmios. Então, o DNPM foi enganado, o DNPM analisou muito mal a documentação que exigiu da cooperativa, porque ela tinha que analisar, primeiro, o edital de convocação e a proposta e checar isso com a Ata.

Então, o DNPM errou, sim. E isso é um erro que precisa ser reparado, porque nós não podemos, depois de tantos anos lutando, receber, o governo se esforçou, fez a parte dele, entregou [soa a campainha] alvará de pesquisa para a cooperativa, e, agora, vem uma empresa e está tomando. Um grupo, uma máfia está tomando isso de nós. A verdade é essa. Muito obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Sr. João Amaro Lepos, da Associação de Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada, que fez aqui a primeira exposição nesta Audiência Pública.

Passo a palavra, em seguida, ao Sr. Alexandre Valadares Vieira, da Associação Fiscalizadora dos Direitos dos Garimpeiros, esclarecendo que, após as exposições, todos os convidados e a representação dos órgãos governamentais terão o tempo necessário para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

O Sr. Alexandre com a palavra. O senhor tem dez minutos, prorrogáveis, se necessário.

SR. ALEXANDRE VALADARES VIEIRA: Eu saúdo o Senador José Nery, Dr. Cláudio Scliar, Jorge Pedro, o João Amaro Lepos e todos os presentes, em nome do Senhor Jesus Cristo, com a paz do Senhor.

E eu quero ler um versículo, que se encontra no Evangelho do Apóstolo João, 3: 16, que diz o seguinte: "*Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu seu filho unigênito para que todo que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna*".

Companheiros, esse momento que nós estamos vivendo é um momento ímpar para nós, garimpeiros de Serra Pelada. E, nesse momento, nós temos que aproveitar a oportunidade para revelar ao Brasil a verdade: são mais de 25 anos que os garimpeiros vêm sofrendo, sendo enganados, como diz a gíria, sendo "empurrados com a barriga".

Garimpeiros, a faixa média hoje é de 50 a 60 anos. Muitos estão morrendo, muitos estão enfermos, na miséria, sem casa para morar, sem condições de sobreviverem, sonhando com o garimpo de Serra Pelada, porque eles sabem que lá tem, não são só 19 toneladas, não é só 50 toneladas; lá tem milhares de toneladas de ouro e outras pedras preciosas e outros minérios preciosos.

Então, temos que aproveitar esse momento para revelar ao Brasil toda a farsa, toda a trama que vem acontecendo ali, para que nós não venhamos tomar posse do que é nosso. E o Brasil, por isso também, tem perdido e tem deixado de ter em mãos, nos seus cofres, as riquezas que lhe pertencem.

É grave nossa denúncia, mas temos documentos que comprovam o que nós estamos falando aqui. Não sou homem de mentira, não sou homem de levantar um falso, não sou homem de promover baderna; sou um homem que prego a palavra de Deus e aprendi a pregar a verdade.

Portanto, nós vivemos um momento do Brasil Colônia, em que Portugal levou milhares de toneladas de ouro e pedras preciosas do Brasil. E, hoje, nós não estamos num Brasil Colônia, somos uma Nação livre, independente, uma Nação soberana, vivemos um momento, um regime democrático, e, para chegar até aqui, homens de coragem tiveram que enfrentar oposições

e pessoas que o traíram dentro de seus ideais, para que hoje nós viéssemos gozar da democracia.

Nós também enfrentamos resistência e lutas, para que nós também viéssemos chegar até aqui, mas, para que o Brasil saiba quem tem provocado e quem tem proporcionado toda essa situação de miséria que tem vivido o garimpeiro brasileiro, chama-se Vale. Não é mais Vale do Rio Doce, é Vale amarga. Tiraram o doce, simplesmente é Vale.

Por que é que eu digo que é Vale, senhores? Porque, a partir do momento em que nós começamos a trabalhar e a lutar pelo nosso direito, quando nossa associação surgiu, foi em decorrência das injustiças que vêm acontecendo em Serra Pelada, nós apoiamos, nós acreditamos no atual presidente, Gessé Simão, votamos nele, lutamos e pedimos voto para ele, mas nós fomos traídos por ele.

Nós acreditamos nele, não é uma oposição de perdedores, não. Nós votamos, nós acreditamos, porque seu discurso mostrava uma verdade que, no fim, não foi verdade, foi simplesmente uma mentira. Mas eu quero colocar para todos e quero ler que chegou a nossas mãos um documento que comprova a participação da Vale, de forma que ela tem impedido os brasileiros, os garimpeiros brasileiros, a Nação brasileira de extrair as riquezas minerais que ali existem.

Portanto, chegou a nossas mãos o acordo de confidencialidade, o documento sigiloso entre Vale e COOMIGASP. Eu vou ler rapidamente algumas partes, para que vocês possam ter noção da gravidade do que se refere à Vale e COOMIGASP.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Alexandre, eu vou interromper um instante V. Sa. para anunciar a presença do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Cristovam Buarque, a quem eu convido para temporariamente presidir a Mesa, tendo em vista que o Senador Cristovam tem um compromisso que precisa se deslocar ao meio-dia, saindo daqui 11h30, 12h30. Então, eu convido V. Exa. para que pudesse presidir a Mesa. Enquanto isso, eu vou me dirigir à sala ao lado, para dar quorum à comissão que investiga os crimes de pedofilia no país, que se reúne aqui ao lado. E, como eu tenho um compromisso igual ao que temos na defesa dos garimpeiros, então, eu vou me dirigir à comissão ao lado, mas logo retornei aqui.

Então, eu passo a presidência ao senador Presidente desta comissão, o Senador Cristovam Buarque

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro, eu quero pedir desculpas por não estar aqui na hora certa, para dar as boas-vindas e dirigir todos os trabalhos, mas vocês sabem que a vida nossa aqui é de maratonista, a gente fica correndo de um lugar para outro, ainda mais no meu caso, que sou senador pelo Distrito Federal e tenho uma porção de atividades na cidade também, porque nós, senadores do Distrito Federal, a gente é senador e vereador também. Tem que ficar cuidando dos probleminhas de cada um da cidade, senão, o mandato não tem a validade que precisa ter.

Então, eu peço mil desculpas. E também pelo fato de ter que sair 12h30. Em geral, a gente sai aqui à hora que quer, mas a Força Aérea organizou uma visita de deputados e senadores para conhecer a EMBRAER, e nós vamos sair às 12h30.

Eu não sei se o Senador Nery está no grupo. Está nesse grupo também?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não, fui convidado, mas tive que abrir mão, para poder ficar no dia de hoje aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quis ir, até porque vou visitar também o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, é uma grande escola de engenharia, e uma escola de educação de base, que é mantida pela EMBRAER, com horário integral, que é minha grande bandeira. Então, eu vou ter que sair para pegar o avião, senão, eles vão embora e me deixam para cá.

Mas eu aproveito, então, e peço que retome a palavra, apesar de... E pedindo desculpas pela interrupção.

SR. ALEXANDRE VALADARES VIEIRA: Sim, companheiros, autoridades e todos aqui presentes. O termo de confidencialidade diz o seguinte: a Vale é titular do direito minerário, objeto do processo da DNPM 813687, de 1969. COOMIGASP, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada. É sócia da Serra Pelada a Companhia de Desenvolvimento Mineral.

Eu gostaria que os companheiros e todos aqui presentes lembrassem bem desse nome, SPCDM. Aqui, dando sequência, aqui, na parte, "*a Vale deseja evitar o uso não autorizado das informações, dados ou documentos, todos considerados confidenciais, a serem apresentados à COOMIGASP, assim como o próprio início de tratativas com esta cooperativa, para os fins acima indicados, e deseja garantir que a mesma seja mantida em sigilo*".

Passando aqui a outras cláusulas, diz aqui o seguinte, na parte 7. "*Qualquer informação relativa aos ativos será sempre revelada exclusivamente através da Vale, a COOMIGASP ou vice-versa. 8. Caso a COOMIGASP ou alguém a quem ligado a COOMIGASP transmita essas informações a terceiros ou a COOMIGASP*

se torne legalmente obrigada a revelar as informações, a COOMIGASP deverá fornecer imediatamente aviso escrito à Vale, de forma que esta possa obter uma medida preventiva ou outro remédio apropriado e/ou renunciar ao cumprimento das disposições desse acordo. A COOMIGASP consentirá e assistirá a Vale na obtenção de qualquer medida preventiva ou outro remédio apropriado, que a Vale ou qualquer uma de suas afilhada possam obter com finalidade de impedir a revelação de qualquer informação ao público. 9. Serão de responsabilidade da COOMIGASP os custos para a adoção de uma medida preventiva ou outro remédio apropriado para impedir a transmissão das informações a terceiros."

Senhores, aqui é parte da gravidade do problema, a qual vou deixar com o Senado. E, voltando a essas questões de gravidade que nós vivemos, que os garimpeiros estão vivendo, para ter acesso àquilo que é seu, àquilo que é nosso, que é o ouro de Serra Pelada e outros minérios mais.

Aqui temos documento que também chegou a nós. A partir do momento que foi criada a associação fiscalizadora, tem chegado muitos documentos nas nossas mãos, que nós jamais poderíamos imaginar que chegariam até a nós. Como recebemos um e-mail de um companheiro que diz que o [ininteligível] Steel é sócia da CVRD, Vale. A US Steel é controlada pela Anglo American Corp ou South Africa Ltda. E, dessa forma, se interliga às demais empresas do WWFN – Grã-Bretanha, ou seja, da incorporação do Príncipe Philip, presidente internacional, Príncipe Consorte Duque de Edimburgo.

Examine bem o organograma e ficará sabendo quem comanda a política global de minérios, mantendo o *status quo,* e você entenderá quem comanda, há cerca de aproximadamente um século, toda a política mineral, mantendo inalterável a lei de oferta e procura, consequentemente, não se interessando de que um "jazimento" importante, como o da província mineral de Serra Pelada, possa produzir sem ser embaixo de seu tacão.

O Brasil está perdendo. O Brasil está perdendo. É um problema social grave, onde a miséria na região, no Estado do Pará e outros estados vizinhos, continua.

Portanto, companheiros, aqui nós temos um documentem que nós demos entrada no Ministério Público Federal, em Belém, denunciando a COOMIGASP, denunciando a Colossus e denunciando a Vale. O edital de proposta para edital de assembleia que houve em 2007, para conhecermos a proposta da Colossus, nosso companheiro João Amaro Lepos já passou parte do que aconteceu.

Na proposta que foi apresentada, foi votado ali um contrato com a Colossus, de maneira que, após os garimpeiros retornarem às suas cidades de origem, em vários estados do Brasil, nós não sabíamos, nós não tivemos como acompanhar o que estaria sendo feito; e de fato foi criado ali um contrato, onde nós perdemos, nos tiraram de nós, garimpeiros, 24%, alegando, a Colossus, alegando Gessé Simão, que é o presidente da COOMIGASP e presidente da SPE, que é uma empresa de parceria que foi criada junto a Colossus, para administrar o garimpo. Ou seja, temos um presidente em uma cooperativa que também é presidente de uma SPE. Não sabemos de que lado ele está, principalmente do nosso ele não está, com certeza. Porque o presidente de uma cooperativa está e tem a função de defender os interesses dos associados, mas isso não vem acontecendo.

Então, no edital que foi aprovada a Colossus como a empresa que vai fazer a exploração da mina. No contrato que foi feito, sem conhecimento do garimpeiro, porque não foi levado em assembleia, nós perdemos 24%. E, nesse mesmo contrato, tiraram de nós nosso direito minerário, que é o patrimônio que o garimpeiro tem. Aqui está o documento que vai ser deixado também aqui na Mesa.

Temos o contrato da Colossus, onde ela propõe, em prêmios para o garimpeiro, 80 milhões a um bilhão e 90 milhões, se alcançasse até 550 toneladas. E apresentou uma proposta de 51 toneladas, ou seja, 80 milhões, o mínimo que teria que vir para os garimpeiros não veio até hoje; 80 milhões não chegou no bolso do garimpeiro.

Aqui temos um documento do DNPM, onde é passado para a SPE nosso direito minerário. Agora, entendam os senhores e vejam a gravidade do problema. A SPE, ela foi criada no dia 18 de dezembro de 2007. Mas, hoje, a negociação, vocês lembram lá atrás que eu falei da SPCDM, que era a empresa que vai explorar a mina. Já o alvará de lavra vai sair em nome de SPCDM, a qual foi criada em dezembro de 2001.

E, aqui, na justificação de hoje, que foi apresentada aqui, coloca a SPCDM como a empresa que foi criada, criada para, numa parceria com a COOMIGASP, explorar a mina de Serra Pelada. E uma empresa que já foi criada em 2001, e o contrato surgiu agora, em 2007.

[soa a campainha]

Como é que uma empresa que foi criada em 2001 pode ter sido apresentada agora, já como parceira nossa? Vejam a gravidade, a forma como estão conduzindo o garimpo de Serra Pelada, como estão conduzindo as negociações com os garimpeiros. É muito grave!

E o mais grave, também, senhores, é que o CNPJ da SPE, que foi criada em dezembro de 2007, tem o mesmo CNPJ da SPCDM, que foi criada em 2001. Os documentos vão ficar aqui para apreciação do Senado, para que possam ver a veracidade do que nós estamos denunciando.

Queremos denunciar, também, neste momento, o presidente da COOMIGASP. Passou na mão do presidente da COOMIGASP sete milhões e 600 mil, em 2009; sete milhões e 600 mil, em 2009. A COOMIGASP não pode ter conta, devido às precatórias, e isso eles não têm interesse em resolver o problema, porque o dinheiro cai na conta deles e de terceiros ligados a eles; sete milhões e 600 mil foi o que passou na mão do Presidente Gessé Simão.

E nós precisamos que o Senado venha investigar tudo o que está acontecendo ali em Serra Pelada, porque o Brasil está perdendo, e nós, garimpeiros, brasileiros, sofridos, trabalhadores, também estamos perdendo. É muito grave, senador, o que está acontecendo em Serra Pelada. E somente os senhores... O problema não foi nós que criamos, mas os problemas os senhores podem resolvê-los.

E todos esses que vêm usurpando as riquezas do Brasil têm que ser punidos, precisam ser punidos. O Presidente Gessé Simão, ele mora em Imperatriz, eu o conhecia como professor, mas chegou às nossas mãos também um documento que diz que o documento de escolaridade dele é falso. É falso. O presidente de uma cooperativa tem que ter no mínimo o segundo grau, e o segundo grau dele é falso.

O que nós falamos aqui está documentado. E, com sete milhões e 600 mil, o garimpeiro não tem casa para morar, não tem condições de ter um mínimo de uma moradia decente; muitos moram em casebres e mesmo de aluguel ou de favor. Mas ele está construindo um condomínio em Imperatriz. Está aqui o documento, emitido também pela Secretaria de Infraestrutura. O documento está em nome da sua esposa. O prédio com o térreo e o primeiro andar.

Nós estamos sofridos, no decorrer de todos esses anos, e é preciso que o Brasil, as autoridades brasileiras tomem providência em tudo o que está acontecendo ali. Não pode ser empurrados com a barriga, não podemos mais ser empurrados com a barriga.

E, senador, no dia 22, está convocada uma assembleia geral, em que o Sr. Gessé propõe, na Cláusula 4, a apresentação, discussão e a aprovação das promessas das cessões de direito das áreas de 123 hectares e 700 hectares para a Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral.

Ora, como é que nós vamos votar uma promessa, algo que não chegou a nossas mãos ainda? E já vamos passar para a uma empresa que não é parceira nossa? Uma empresa que foi criada em 2001. E dizem que foi criada agora.

As assembleias, senhores que aqui estão, ela acontece sem que o garimpeiro possa opinar. Não há discussão, não há leitura das cláusulas. É tudo levado por trator, é esmagando os garimpeiros. Contratos de 14 páginas, numa assembleia, tinha que levar no mínimo dois dias para ser debatidos, e se chegasse num consenso. E as assembleias [soa a campainha] são resolvidas em questão de horas, de duas ou três horas – no máximo.

Portanto, eu peço ao senador e às autoridades brasileiras: uma vez tornada pública a verdade, que os senhores tomem providência, façam algo que nós possamos salvar o garimpo de Serra Pelada dos verdadeiros donos e que não chegue a um grupo, a uma quadrilha que ali se instalou, para tirar do garimpeiro e da Nação brasileira as riquezas que nos pertencem.

Os portugueses levaram nossas riquezas, milhares de toneladas, e não podemos permitir que isso agora aconteça, em pleno século XXI, legalizando o que é ilegal, documentos, forjando tudo [soa a campainha] para que eles possam ficar com o que é nosso.

Eu agradeço a oportunidade

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu é que agradeço e passo a palavra, agora, ao Dr. Cláudio Scliar, que representa o Ministério das Minas e Energia.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Bem, um bom dia a todos e a todas aqui presentes. Eu gostaria de agradecer à comissão, aqui em nome do Presidente aqui da Comissão de Direitos Humanos, o Senador Cristovam Buarque; ao João Amaro Lepos; ao Jorge Pedro, na Caixa Econômica; ao pastor Alexandre; a todos aqui presentes.

O Ministro Lobão estava convidado para participar aqui, ele está em outra missão, outra atividade, ele teve que viajar e pediu que eu aqui o representasse.

Então, eu gostaria de levantar alguns aspectos, algumas questões mais gerais, relativas a esse problema que está sendo visto aqui na comissão, e, com certeza, posteriormente, vamos ter outros membros de governo, que vão poder, talvez, detalhar esses aspectos.

Primeiro, eu gostaria de dizer que, desde que assumimos, o Governo Lula assumiu em 2003 e que tive a honra de estar desde 2003 participando na Secretaria, primeiro como secretário-adjunto, o Dr. Giles Carriconde era o secretário, a Ministra Dilma, depois o Ministro Silas, o Ministro Nelson Hubner e agora o Ministro Edison Lobão, nós, desde o início, desde 2003,

nós tínhamos uma avaliação, Senador Cristovam, de que o Ministério de Minas e Energia sempre teve um papel extremamente importante para o grande setor mineiro brasileiro, as grandes empresas de mineração. E nós achamos que era importante que continuasse com essa linha, mas não só ela. Abrimos portas e janelas também para os pequenos. E, dentre os pequenos, os garimpeiros do Brasil.

Desde 2003, uma grande parcela desses que estão aqui, nós nos conhecemos, desde 2003. Estamos discutindo essas questões. Estamos fazendo juntos, construindo juntos alternativas e soluções que, infelizmente, o agradar a todos, muitas vezes, é difícil. Mas, desde 2003, estamos construindo. E, na questão específica de Serra Pelada, foi uma coincidência na formação de Mesa aqui, João Amaro Lepos era o presidente da COOMIGASP, na época. Essa COOMIGASP que ele está falando que depois teve várias eleições. Lá em 2003, João Amaro Lepos. Quantas reuniões, Lepos? Não dá para contar, não é?

Dr. Miguel Nery participando ativamente, Dr. Walter Arcoverde, DNPM, participando ativamente. O MME abriu as portas, abriu as portas. Estava lá João Amaro Lepos, presidente, então, da COOMIGASP, e mais algumas dezenas.

Nossa, eu me recordo que, uma vez, fizemos um levantamento de quantas entidades, e eram umas 30 entidades falando em nome dos garimpeiros. Primeira coisa que era a grande preocupação nossa: como organizar, como juntar esse pessoal, para apresentarem as propostas, para ter um caminho.

Da Mata, sempre crítico e tal, muitas vezes, questionando, mas é testemunha. E tantos outros, e tantos outros aqui. Desde 2003. Estamos em 2010, sete anos. Já nos conhecemos há um bom tempo, muitos de nós aqui. Para o bem ou para o mal, no sentido dos debates, das discussões, mas sempre com muito respeito, com muito debate, com muita discussão.

E nós construímos da seguinte forma: primeiro, era necessário a COOMIGASP, ela, na realidade, naquele momento, com o Lepos, estava com 4.500 associados, mais ou menos. Que [ininteligível], porque, desde a era Curió e outros, eles iam colocando para fora quem não pagava ou por vários motivos.

Um primeiro desafio nosso: tornar a COOMIGASP novamente representativa dos garimpeiros. Poxa, ninguém falou disso! Só se levantou uma série de questões que são importantes, concordo com o senhor, são as questões atuais, mas seria bom também relembrar um pouco o que foi feito.

A COOMIGASP, hoje, senador, tem 45 mil associados, um trabalho que não foi do governo, não, foi nosso. Foi nosso, porque nós inventamos até a palavra, lembra, Etevaldo, inventamos a palavra "readequar". Não pergunte, que o senhor é um intelectual, porque nós inventamos isso, não podia ser simplesmente colocar: "Como a gente...?". A gente inventou o nome "readequar", teve readequação, teve gente até do Japão que readequou, garimpeiro de Serra Pelada que estava no Japão, de 4.500, passou para 45 mil associados essa entidade.

É bom lembrar essas coisas. E está aí, essa COOMIGASP que está se falando, João Amaro Lepos, 4.500, agora está se falando em 45 mil, que foi um trabalho conjunto, coletivo.

O segundo grande desafio, enorme desafio que nós tínhamos, dentro de toda uma demanda jurídica que vinha desde o período do Presidente Collor, que era a questão dos 100 hectares, que é onde está a cava; uma cava que teve, senador, mais de 100 mil pessoas trabalhando, e muitos deles são esses senhores que estão aqui. Cem mil pessoas trabalhando num espaço. Imagina, tirando um ouro que era superficial, que era mais fácil retirar.

E nós, essa cava, ela tinha um aspecto, uma questão de um direito, do direito minerário. Teve até o Senador Lobão, em 2002, ele, teve um momento em que ele ficou como Presidente do Senado, e ele tinha apresentado uma proposta, então, teve o Decreto Legislativo passando 100 hectares para os garimpeiros de novo. Foi muita festa de vocês! Mas todos os jurídicos, em vários lugares, dizendo que não podia ser Decreto Legislativo.

O próprio Senador Lobão depois disse: "Pô, não tem como". Quer dizer, foi uma vitória que não conseguiu se concretizar, porque, como é um bem da União, e tinha toda uma legislação, desde a Constituição, que o direito minerário tinha que ser do Executivo, não poderia ser do Congresso. Então, esse Decreto Legislativo, já o senador Lobão, que hoje é o Ministro de Minas e Energia. Olha só a coincidência desses aspectos, dessas questões.

Bem, então, a COOMIGASP, com readequação forte, qual era o passo importante? Regularizar os 100 hectares. E fomos e discutimos e muito com a empresa que o senhor falou, maior empresa de mineração do mundo, maior do Brasil, e discutimos e muito com a Vale do Rio Doce, e a Vale fez, foi feita a cessão oficial, para um alvará de pesquisa, lá dos 100 hectares, lá em 2007.

Um grande, no auditório nosso do MME, na época, eu me recordo, teve um senador que foi, na época, o Senador Lobão, vários deputados, não teve representantes de alguns outros senadores, já que foram garimpeiros, eu acho que o Amorim, eu não me recordo.

SR. JOÃO AMARO LEPOS: João Ribeiro.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: João Ribeiro. Teve alguns outros que foram. E, naquele momento, senador, olha só, porque nós passamos os 100 hectares numa comunhão com todas as entidades. E, se tem um processo, se vai ter um processo eleitoral, então, se vai ter esse processo eleitoral, onde duas grandes, as maiores entidades que participavam dessa atividade, que um era o sindicato e outro que era a COOMIGASP, eles, indo de acordo, em concordância. E eles recebem, a COOMIGASP recebe o alvará de pesquisa, oficialmente, do DNPM. Está lá, tem seu alvará de pesquisa.

Bem, nós, governo, de maneira alguma, é de lavar as mãos. Senador, nós estamos aqui, eu como secretário, o Dr. Miguel hoje diretor-geral do DNPM, porque nós temos participado e muito de muitas lutas por este país, nesse período todo, e estamos aqui [soa a campainha]. E conhecemos bem o prejuízo que é, muitas vezes, a intervenção estatal dentro de uma entidade. Ela tem que conseguir se organizar.

Esses atos, hoje, que o pastor aqui levanta, o pastor Alexandre, são questões que já se dão nas assembleias gerais da COOMIGASP. As assembleias gerais da COOMIGASP, onde... Que o Lepos aqui me diz: "Mas ninguém consegue falar e tal". É como o governo interfere dentro de uma entidade.

Como é que se dá isso? Isso, eu discordo disso. Eu, como cidadão brasileiro, discordo, e, como secretário de geologia e mineração, é tipo eu não tenho como não ver que isso é uma questão ligada ao Judiciário.

Nós, enquanto Ministério de Minas e Energia, enquanto Ministério de Minas e Energia, caminhamos no sentido de resolver os problemas e para que os garimpeiros, nas suas organizações, consigam construir o que é melhor para a categoria. E utilizando, é claro, todos os instrumentos que a sociedade democrática, hoje, no Brasil, dá, seja no Judiciário, seja no Executivo, seja aproveitando e muito bem, viu, senador? Eu acho que essa vinda deles aqui, eu não tenho dúvida, esse é o espaço, é o fórum do debate, da discussão. Mas, do ponto de vista do Executivo, está se esquecendo, inclusive, de outro aspecto aqui, que parece também que o pessoal, às vezes, esquece as coisas, além da COOMIGASP, tem mais oito cooperativas na região.

Regularizamos; tem uma ainda que está terminando de regularizar, todas elas. Isso ali em Serra Pelada, para não falar do resto do país, olhando para os pequenos, sem deixar de ver a importância, muitas vezes, dos grandes também para o país, sem deixar de ver isso.

Mas onde estão os pequenos, com suas necessidades, procurando contribuir para resolver seus problemas.

Agora, tem questões que nós, enquanto Ministério de Minas e Energia, seja Secretaria, seja DNPM, nós temos, nós vamos cumprindo, cumprindo as leis, por um lado, e, por outro, contribuindo em políticas que possam resolver problemas históricos, como foi esse caminho em relação à COOMIGASP, no caso de Serra Pelada.

A expectativa nossa, hoje, semana passada, senador, o Senador Edison Lobão, nós tivemos mais uma reunião lá no Ministério, foi quinta-feira passada. E sexta foi com vocês, não é? Na quinta-feira passada com as oito cooperativas; são todas as cooperativas que hoje têm as permissões de lavra garimpeira ou o alvará de pesquisa. Todas associadas, pensando exatamente em desenvolver trabalhos de desenvolvimento regional, ali para aquela região.

Entendemos que com isso nós podemos contribuir. Agora, nas questões internas de cada uma dessas cooperativas, realmente, nós vamos sempre torcer para que o Judiciário seja chamado, o Ministério Público, onde quer que seja, para que denúncias que existam, crimes que existam sejam efetivamente punidos.

Nosso papel, nós temos conseguido caminhar, e enfrentando situações muitas vezes difíceis. Mas não temos nos negado a enfrentar cada um desses problemas. E aí, pena que o Senador Nery não está aqui.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu estou aqui, sim.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Desculpa, é que eu estou com problema num dos olhos, desculpa. O senhor tinha citado, logo no início, só para ilustrar essa questão do setor mineral. Eu e o Dr. Miguel ali dissemos: "Olha só!", quando o senhor citou uma das regiões que eu considero das mais bonitas do Brasil, Vila Pavão e Nova Venécia. E o senhor citou uma denúncia de questão de drogas, em jovens, lá.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato, com uma determinação do Juiz da Comarca, atendendo a uma ação civil, protocolada pela Defensoria Pública, determinando que todos os jovens, naquelas duas cidades, que tiverem envolvimento com o consumo de drogas, principalmente crack, sejam acolhidos nos programas estaduais e municipais de atendimento a essas pessoas.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: É que essa região, senador [soa a campainha], é uma região maior produtora de rochas ornamentais do Brasil e, provavelmente, uma das maiores do mundo e onde se tem muitos problemas; nós temos feito muitas ações lá nessa região do Espírito Santo.

Não tem nada a ver com Serra Pelada. Mas, quando o senhor citou isso, eu comentei com o Miguel: "Olha só, de repente, é alguma questão ligada à nossa área".

Mas não é diretamente ligada à área, mas nós estamos com colegas aqui, nós estamos desenvolvendo diversas ações e, mesmo nós não tendo nada a ver com a questão de drogas, depois vamos até conversar, para tentar ver como nós podemos contribuir em questões desse tipo. É a maior produtora de rochas ornamentais do Brasil essa região ali que o senhor citou.

Só para mostrar que nós temos essa situação de Serra Pelada, com um conjunto de políticas que temos desenvolvido. Eu acho que o Dr. Miguel depois vai poder responder algumas questões que foram levantadas aqui, mas dentro de uma linha de procurar contribuir para a organização [soa a campainha], para a regularização desses setores e procurando, em primeiro lugar, que eles realmente se organizem, para nós termos condições de ter interlocutor com quem debater cada um e resolver os problemas. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço e passo a palavra ao Dr. Jorge Pedro de Lima Filho, da Caixa Econômica Federal.

SR. JORGE PEDRO DE LIMA FILHO: Senador Cristovam, Dr. Cláudio Scliar, João Amaro, Alexandre Valadares, parceiro Miguel, nosso companheiro lá no DNPM, senhoras e senhores, colegas da Caixa que estão aqui presentes para nos auxiliar.

Primeiramente, eu queria, senador, pedir desculpa pela ausência da nossa presidenta Ela está em viagem e nos solicitou que viesse representá-la para tentar auxiliar nesta audiência.

Primeiramente, a gente analisou o teor do requerimento e, também, com base nas informações aqui apresentadas pelos demais membros da Mesa, os assuntos aqui tratados, eles ficam um pouco fora das atribuições da Caixa, no seu dia a dia, como representante de governo e como banco público.

Então, o que a Caixa está, na verdade, aqui fazendo, é se colocando à disposição, se tem algum assunto que tenha a ver com a atribuição da nossa instituição, a gente se coloca à disposição. Realmente, eu não tenho como comentar os assuntos aqui tratados, porque foge um pouco da nossa atribuição, essa parte de assembleia, de autorização de DNPM foge um pouco da nossa atribuição, mas, de toda forma, havendo algum tipo de necessidade de esclarecimento, a Caixa vai estar à disposição, conforme foi acertado com o Senador José Nery, o requerente, ontem. Ok?

Então, eu quero agradecer e me colocar à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e o que eu vou fazer é passar a palavra aos--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sei, mas para dizerem ao Dr. Jorge Pedro o que é que gostariam que a Caixa fizesse, não é isso? Ele se colocou à disposição.

Então, eu gostaria de aproveitar o tempo que ele ainda tem e ceder três minutos para um, três minutos para o outro, para que vocês façam as considerações que acharem pertinentes ao representante da Caixa Econômica.

Eu passo, em primeiro lugar, a palavra ao Dr. Alexandre.

SR. ALEXANDRE VALADARES VIEIRA: Bem, eu agradeço mais esse tempo que nos é concedido. E, uma vez que consta dentro da Caixa Econômica o dinheiro pertencente à COOMIGASP, é de suma importância que os valores--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] o dinheiro de Serra Pelada.

SR. ALEXANDRE VALADARES VIEIRA: Sim, sim, os garimpeiros--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] as autoridades [ininteligível] originais, para poder agir com justiça.

SR. ALEXANDRE VALADARES VIEIRA: Sim, verdadeiramente, o dinheiro pertence aos garimpeiros, à instituição, seja a CONGASP ou seja a COOMIGASP, o que importa é que pertence aos garimpeiros.

Então, que a Caixa Econômica, nós sabemos que há umas cláusulas para que esse dinheiro possa chegar até a mão do garimpeiro, mas são mais de 25 anos. Então, precisamos que a Caixa também, de alguma certa forma, colabore e exponha para as entidades representativas como chegarmos a este dinheiro, de forma que ele possa ser distribuído de forma equitativa para todos os associados, porque também a COOMIGASP, nós, garimpeiros, desejemos que esse dinheiro também ele possa ser utilizado, senador, na exploração do minério, porque é uma empresa que nos traiu e quebrou a confiança, ela não nos interessa mais.

Para nós, ela não é uma empresa viável, não é confiável. Então, nós temos capacidade e temos condições de terceirizar a exploração do garimpo de Serra Pelada. Se nós temos recursos que ultrapassam 300 milhões de reais, que está na Caixa Econômica, dinheiro que está no Banco Central, que está na Casa da Moeda, por que não utilizamos esse recurso?

A nós não interessa mais [soa a campainha] termos a Colossus como parceira. Aproveitando só mais um segundinho: esse remédio apropriado que a Vale se propõe a dar para muita gente, senador, eu não quero tomar dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. João Amaro, com a palavra.

[palmas]

SR. JOÃO AMARO LEPOS: Dentro desse assunto, o que eu vou dizer é justamente em direção ao que o Pastor Alexandre disse: é inaceitável, para mim e para a maioria dos companheiros, que nós temos, segundo o levantamento, porque nós temos acima de 300 milhões na Caixa, para ser resolvida nossa questão. E, por 18 milhões, nós entregamos todo nosso patrimônio mineral. É um contrassenso muito grande.

Então, eu acho que o governo precisa, sim, tomar algumas posições nesse sentido, precisa nos ajudar. A Colossus não é bem-vinda, nós não temos sorte para tratar com empresa mineradora. Elas acham que garimpeiro é incompetente e que garimpeiro é um ser inferior E que não tem competência para nada. Mas isso é um engano.

Pode ser, os que estão aí, além de incompetentes são desonestos; é outra questão.

[palmas]

Agora, esse dinheiro da Caixa, que é dos garimpeiros, os garimpeiros que produziram esse dinheiro, são os garimpeiros que trabalham na cava, então, é de todos nós. E, se a lei diz, a lei anterior, na época da mineração manual, dizia que esse dinheiro tinha que retornar para obras, para melhorar a produtividade, o mesmo se aplica agora. Esse dinheiro é para produzir ouro. Esse dinheiro não é para ficar lá na Caixa Econômica, certo? Não é para pagar esses débitos fraudulentos que reconheceram.

Eu acho que aí tem uma falha nas decisões judiciais, porque, se o dinheiro, o destino dele é obras no garimpo para produzir ouro, por que vai penhorar em dívidas fraudulentas? Está tudo errado.

E sempre o erro só prejudica os garimpeiros. Então, eu acho que o governo, a Caixa, a Justiça [soa a campainha] têm que rever toda essa situação e retornar isso para os garimpeiros. E eu sugiro que seja em obra, porque tem pessoas que veem dinheiro e ficam como os que lá estão. Então, em obras seria o mais útil para todos nós. Eu agradeço, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu devolvo a palavra ao Dr. Jorge Pedro de Lima Filho, para responder às duas posições.

SR.JORGE PEDRO DE LIMA FILHO: Bom, agora temos assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso.

[risos]

SR.JORGE PEDRO DE LIMA FILHO: Bom, senador, pastor Alexandre, Sr. Amaro. A Caixa Econômica, ela é um órgão do Governo Federal e, na operação Serra Pelada, ela era uma representante do Banco Central, para recolhimento, pagamento e transferência desse ouro para o Banco Central.

Então, a gente queria já deixar claro o seguinte: a Caixa, ela simplesmente recolhia o ouro, repassava ao Banco Central, durante todo o processo de compra desse ouro. Então, uma coisa que precisa ficar clara é que, se houver algum recurso, que eu não posso afirmar se tem ou não tem, esses recursos, eles não estão na Caixa, porque nós simplesmente fomos os repassadores, conforme orientação de nosso contratado, que era o Banco Central, a receber ou pagar o valor, receber o ouro e encaminhar ao Banco Central.

Eu queria deixar isso claro, que, na verdade, não existe, na Caixa, recursos que possam dizer, que possam ser ditos como créditos aos garimpeiros. Então: "Ah, existem direitos em outros lugares?". Eu não sei, eu não posso afirmar, mas, na Caixa, por ser o representante do Governo Federal, fazendo apenas esse serviço, não existem esses recursos lá disponíveis.

Eu não estou aqui afirmando se existe ou não existe esse direito, porque realmente eu não tenho essa competência para fazê-lo. Existem algumas ações judiciais, as quais a Caixa vem acompanhando e trabalhando, inclusive, nossos advogados estão aqui presentes para tirar alguma dúvida, se houver, e que, por estarmos fazendo essa transferência, eu acho que há essa confusão de que os recursos estão efetivamente na Caixa. Não existem recursos lá para esse pagamento.

Outra pergunta que o senhor fez foi: como auxiliar, como a Caixa poderia auxiliar na distribuição e em consequência de pagar individualmente ou não esses valores ou direto à cooperativa? Os advogados da Caixa entendem que, pelo número de ações judiciais, o ideal é que esses recursos não fossem pagos diretamente à cooperativa. É só isso que a gente tem a comentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço, eu não sei se estão satisfeitos, se querem fazer algum comentário. Quer fazer um comentário bem rapidinho.

SR. JOÃO AMARO LEPOS: Não, o dinheiro, existe a ação da Caixa, a ação ganha pela cooperativa, tanto é que está penhorado um monte de crédito lá, está penhorado, então, o dinheiro existe, a ação existe, sim. Pode ser que não esteja ainda disponível para a Caixa nos devolver esse montante, e é preocupante, sim, pegar esse dinheirão e entregar na mão de uma diretoria, nós nos preocupamos, também, nos

preocupamos, sim, mas que o dinheiro existe, existe, a ação existe, a cooperativa já ganhou, ao longo desses vinte e antes anos, que ela foi ajuizada em 86, são 24 anos.

A Caixa usou de todos os recursos para contestar. O certo é que isso já está aprovado, é da COOMIGASP, é uma sobra de dinheiro que retornava para a Caixa, para a Caixa aplicar em obras no garimpo Serra Pelada. E, como ela não aplicou, ficamos com o crédito lá, certo? Então, existe, sim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quer responder?

SR.JORGE PEDRO DE LIMA FILHO: Não, é uma discussão que...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, então, eu dou por encerrada esta Mesa e convido os que vão participar da próxima Mesa, ao mesmo tempo em que passo a presidência ao vice-presidente; é importante dizer que o Senador Nery é o vice-presidente desta comissão e quem convocou esta audiência, até pelo interesse dele, permanente, que a gente sente nos corredores, no Plenário e em todo lugar, com o problema dos garimpeiros e tudo o que diz respeito à mineração. Não só pela sua formação, pela sua preocupação, mas até mesmo pelo estado que ele representa, que é um estado aonde o problema da mineração e o problema do garimpo se faz mais visível do que nos demais estados do Brasil.

Senador Nery, eu peço que venha e convido para que faça parte da Mesa a Isabel Marcolin. E a gente substituiu os que estão aqui. O Raimundo Benigno Moreira. Apenas dois, não é? O Etevaldo da Cruz Arantes e o Luiz Emanuel da Mata Lima.

Peço licença a todos vocês, quero agradecer que aqui estejam. Esta comissão estará sempre à disposição de vocês, pela sua própria razão de ser, e como também porque a preocupação com o meio ambiente é de todos nós. Contem sempre conosco, especialmente tendo um vice-presidente como o José Nery.

Eu ouvi que faltou alguém? Você convida, então? Ah, o Miguel Antonio Cedraz Nery.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, ilustres convidados, daremos continuidade à nossa [soa a campainha] audiência.

Quero registrar que a Governadora Ana Júlia Carepa enviou, na verdade, como representante, para acompanhar a discussão nesta Audiência Pública, a Sra. Isabel Marcolin, que é assistente técnica da representação do Pará aqui no Distrito Federal, mas veio apenas aqui na condição de acompanhamento da reunião, não exatamente para fazer, para aqui [soa a campainha] expressar a posição do governo do Pará em relação às questões aqui debatidas nesta Audiência Pública.

Dando continuidade, agradecendo a presença dos senhores que estão à Mesa, passo a palavra, de imediato, ao Sr. Luiz Emanuel da Mata Lima, Presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil.

[palmas]

V. Sa. tem a palavra por dez minutos. Se necessário, prorrogaremos por mais cinco.

SR. LUIZ EMANUEL DA MATA LIMA: Senador José Nery, em nome do senhor, cumprimento todos os garimpeiros e toda a imprensa aqui que se faz presente. E espero que a imprensa que aqui se faz presente registre todos os atos que aqui vou colocar para nossa Nação brasileira sobre Serra Pelada.

Em primeiro lugar, quero registrar, aqui, neste Plenário, que fui obrigado a unir os irmãos garimpeiros de todo o Brasil e abraçar o Congresso por três vezes, para apresentar a causa social de Serra Pelada. Me sinto envergonhado, não diretamente às autarquias de governo, mas, talvez, membros que compõem as autarquias do governo, que não respeitam o direito do garimpeiro.

Nós estamos sofrendo as consequências por quase 30 anos. Fomos os brasileiros que colocamos as divisas no Tesouro Nacional, e Serra Pelada hoje é só miséria, em cima da maior mina de ouro do planeta. Quero citar aqui: existiu um ditador com poder na região, por nome de Sebastião Curió, que, em 1990, tomou o poder, como se diz, na arma, da legítima cooperativa de Serra Pelada, que se chama CONGASP, sucessora legal da COOGAR [palmas]. E ela está aqui para registrar à Nação brasileira a certidão dada pela Organização das Cooperativas do Brasil, a OCB, dando sustentabilidade a essa cooperativa. E que tem membros atuantes em número bem maior e é responsável por 45.819 garimpeiros de Serra Pelada.

E a readequação, a readequação criada, palavra difícil, essa readequação foi mais uma farsa para botar o garimpeiro lá fora. Deveria ter vindo uma readequação para colocar os garimpeiros de Serra Pelada dentro da cooperativa, mas não para pegar o garimpeiro cooperado da COOGAR e passar para uma cooperativa criada em 90 e que seu requerimento das áreas tem um número 425 a 326, quanto da nossa cooperativa registrar, requerida em 19/07/1989, tem o número 355.356.

Veja o Brasil em que vivemos. Um Brasil da potencialidade que está aí. E quem está marginalizado? É o garimpeiro de Serra Pelada. Não culpo as autarquias do Governo, mas precisamos abrir uma CPI, precisa-

mos requerer nesta Audiência Pública uma CPI para resolver o caso de Serra Pelada.

A Caixa Econômica se manifesta também criminosamente, dizendo que não tem recursos a repassar aos garimpeiros. Se lá foi depositado pelo Banco Central do Brasil o valor correspondente a 901 kg de ouro, 666 gramas e 58 décimos de ouro, e temos, no Banco Central do Brasil, prata, paládio e platina, e os documentos estão aqui para comprovar.

Eu aqui quero dizer e registrar que a imprensa não saía de Brasília enquanto não botar essa marca registrada do garimpeiro de Serra Pelada, que deixou seus lares e veio aqui cobrar da Justiça brasileira seus deveres. Agora, nós estamos sendo roubados, mais uma vez, sou obrigado a trazer os garimpeiros, é vergonhoso.

Por isso, acredito nos movimentos sociais que se uniram e vieram aqui pedir realmente e, pela primeira vez, que nós tivemos numa Audiência Pública na Câmara dos Deputados, que garimpeiro não teve o direito de falar. Falou lá deputado e o representante do Ministério de Minas e Energia, o Sr. Cláudio Scliar, professor. Mas, hoje, aqui, parece o que Brasil abriu as portas para o garimpeiro poder expressar a verdade, em nome daqueles que aqui não puderam vir, mas que aqui estão todos os documentos que precisam ser levados ao conhecimento da Justiça brasileira.

E aqui eu quero patentear, requerendo em nome de todos os garimpeiros de Serra Pelada, porque garimpeiro de Serra Pelada não são os cooperados, garimpeiro de Serra Pelada é aquilo que o Dr. Cláudio Scliar ali, o professor falou, quase 100 mil garimpeiros que colocaram as 43 toneladas de ouro no Banco Central do Brasil [palmas]. E não poderia ficar do lado de fora.

Em nome desse povo é que eu clamo por justiça e sei que esse governo democrático e nesse momento democrático que nós vivemos que podemos falar agora em nome do Presidente Lula, que quer resolver, sim, o problema de Serra Pelada, mas não está encontrando a saída. Mas eu acredito, hoje, com a intercessão do Senador José Nery, com a intercessão da bancada paraense e de outros estados da Federação, nós vamos encontrar, sim, saída para Serra Pelada, e que seja urgente, seja agora, uma CPI nos órgãos que respondem pelo garimpo no Brasil, pela mineração no Brasil, que seja o DNPM, o órgão mais irresponsável que nós estamos tendo no momento [palmas], o órgão mais irresponsável que nós estamos tendo no momento [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com licença. Normalmente, nós temos por prática não permitir, é regimental, a manifestação das galerias.

Até aqui nós permitimos, sem nenhum problema, mas eu gostaria de pedir a atenção de todos para as manifestações que serão feitas aqui pelos expositores, de modo que possamos ter o melhor clima para a condução da nossa audiência, inclusive, o que é mais importante aqui é justamente o conteúdo e a fala de cada convidado que vir aqui a esta Mesa. Agradeço a todos pela compreensão [palmas].

SR. LUIZ EMANUEL DA MATA LIMA: Peço aos companheiros garimpeiros que mantenham suas emoções e que deixem que o que eu vou expressar aqui eu expresso com documento e com dever cível de brasileiro responsável pelo ato que foi registrado em Brasília, em defesa do garimpo de Serra Pelada.

Quero deixar bem claro: não há paz em Serra Pelada, enquanto não for revisto o marco LS-1 (sic). Não há paz em Serra Pelada, enquanto não for revisto e voltado para seu lugar de origem o marco LS-1 (sic). Temos documento assinado pelo ministro da época, César Cals, que dá todas as coordenadas, e pelo geólogo Assuero, que fez todo o levantamento, e que nossa área não se encontra dentro dos polígonos do decreto da Companhia Vale do Rio Doce.

O Brasil está sendo lesado, mas os brasileiros somos bravos. Nós fomos à Alemanha, nós fomos à Segunda Guerra na Alemanha e, em Serra Pelada, nós vamos dar nosso sangue, e os responsáveis serão os representantes do governo.

E nós estamos aqui para dizer ao Governo Lula, do qual eu faço parte, que não deixe a Serra Pelada numa irresponsabilidade que estão montando, passando a mina de Serra Pelada para uma empresa onde nós temos 400 milhões. Eu posso dizer isso com propriedade para a Caixa Econômica Federal, que, dia 17 de junho de 2009, eu estive com sete cooperativas e um sindicato, em reunião na AGU, onde recebi, a CONGASP me recebeu dessas cooperativas, que está aqui... Deixa eu pegar esse documento aqui... Que está aqui o embasamento legal para comprovar ao Governo brasileiro que a cooperativa de fato de Serra Pelada é a CONGASP.

Sete cooperativas e o sindicato. Prendam os irresponsáveis, que não têm poder de assinar, que são falhos e que pegam propina para poder às vezes deixar a família garimpeira enlutada diante de uma bandeira que nós honramos.

Vamos nela, a qualquer momento, derramar nosso sangue por essa Pátria. E aqui nós sabemos, estamos vendo que estamos sendo, mais uma vez, mais uma vez, lesados.

A Caixa Econômica tem que assumir a responsabilidade ou vamos processar o Banco Central do Brasil também? Porque, quando foi pesado o ouro em Serra Pelada, não foi ouro bruto, foi ouro formatado [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): O senhor terá mais cinco minutos.

SR. LUIZ EMANUEL DA MATA LIMA: Obrigado, senador. Então, nós não vendemos ouro bruto, vendemos ouro formatado. Rapaz, o Banco Central do Brasil refinar esse produto, nós tivéssemos esses acréscimos de paládio, platina e ouro. E o Banco Central do Brasil declara, positivamente, que passou os recursos à Caixa Econômica Federal, que comercializa com nosso recurso, e que eu parabenizo hoje a Caixa Econômica Federal por ter segurado esse recurso, porque, se não, hoje, nós tínhamos que entregar a mina de Serra Pelada para essa empresa que estão forjando para assumir Serra Pelada.

E, hoje, é uma vergonha para a Pátria e o Governo que nós temos, se temos 395 milhões, em 17 de junho de 2009, hoje, penso que estamos com mais. E acredito que 18 milhões, numa organização criminosa, que já está publicada, estão lesando a Pátria: Phoenix e Colossus.

Temos que contar com o apoio deste Congresso Nacional para imputar, incriminar os culpados, e, se aqui eu estiver falando mentira, que me prendam também, porque muitos daqueles garimpeiros que deixam seus lares vêm ouvir o Luiz da Mata. Param para ouvir o Luiz da Mata, que vem aqui em Brasília, abracei e chorei. E vi muitas pessoas se ajoelhar em prol do garimpo de Serra Pelada.

O que é Vale do Rio Doce? Onde é que está o programa social da Vale do Rio Doce, se os garimpeiros estão todos morrendo de fome?

Fiz no Pará, recentemente, está a representante da nossa Governadora do Estado. Nós estamos iguais àqueles patos lá do Amapá, que têm tanto moluscos que eles comem que caem e pena, mas matou ele de vara para se alimentar. E a Vale está nos matando é de cansaço. Pega propina, organização e para o garimpeiro, que ainda tem jovem igual a esse, que está assumindo o compromisso de trazer a bandeira dos garimpeiros, que jamais eu queria vir aqui representar no Congresso Nacional a causa de Serra Pelada, mas aqui estou derramando mais uma vez minha emoção, porque sou garimpeiro de 10 de março de 1980; não sou o Sr. Cláudio Scliar, não sou o Sr. Nery, não sou o Sr. Arcoverde.

Espero que os senhores pensem na sua família, pensem que essa família é muito maior, essa família tem um programa muito maior para o Brasil, que é a família garimpeira.

[palmas]

[soa a campainha]

Meu muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço a manifestação do Sr. Luiz Emanuel da Mata Lima, que aqui falou como presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil.

Vamos conceder a palavra ao Sr. Etevaldo da Cruz Arantes, representante do Movimento dos Trabalhadores Garimpeiros de Serra Pelada e da Região, para que faça sua manifestação em dez minutos; se necessário, prorrogarei por mais cinco.

V. Sa. tem a palavra.

[palmas]

SR. ETEVALDO DA CRUZ ARANTES: Senhores, senhoras, companheiros e companheiras presentes, boa tarde. Senador José Nery, meu amigo Nery, Luiz, todos aqui presentes, é muito importante esse momento para nossa categoria. Mas, antes, senador, eu gostaria de lhe passar esse documento, eu gostaria que o senhor recebesse, porque, aqui, junto está também uma proposta que o MTM apresenta, e depois passaremos também para o Ministério de Minas e Energia, através do Professor Cláudio Scliar e Miguel Nery.

Eu gostaria de fazer uma avaliação da história do garimpo no Brasil. É do conhecimento dos senhores que o garimpeiro, que o Fernão Dias Pais Leme, enquanto representante das bandeiras, saiu de São Paulo para Minas Gerais, adentrou ao seu Estado de Goiás, em busca das esmeraldas, em busca do ouro, ele alargou e definiu as fronteiras do Brasil, assim como os seringueiros.

São responsáveis pela dimensão deste país os garimpeiros e os seringueiros, que muito fizeram pelo enriquecimento e engrandecimento deste país e que hoje não são respeitados como deveriam.

E, hoje, a gente observa o seguinte; eu não vou me ater simplesmente a Serra Pelada, eu quero falar sobre todo o processo de garimpo que existe no país, e minha decepção, ao assistir nos jornais aos assassinatos brutais de companheiros garimpeiros, hoje no Suriname, neste relato do Jornal do Senado, hoje, mais uma vez a gente está constatando que garimpeiros, que cidadãos brasileiros estão sendo mortos, presos na Guiana Francesa, por policiais da Guiana Francesa.

Isso quer dizer o quê, senhores? Que, apesar de todo o empenho, de todo o trabalho prestado a este país, os garimpeiros ainda hoje não são respeitados pelas autoridades, porque, se assim fossem, eles não teriam a necessidade de sair do Brasil para irem morrer

no Suriname ou na Guiana Francesa ou na Venezuela ou Guiana Inglesa, como também temos.

Então, nosso apelo é para que as autoridades brasileiras passem a respeitar essa categoria, que é de mais de três milhões de trabalhadores que estão desempregados e estão sem condições de trabalho, porque, em 1989, o então Presidente da República, Sr. José Sarney, acabou com o certificado de matrícula garimpeira, deixando na clandestinidade mais de três milhões de trabalhadores brasileiros e, de tal forma, mais de três milhões de famílias desassistidas nesse país.

Em seguida, veio o Fernando Collor de Mello, dando uma de garoto propaganda, saiu de avião pelo país afora, explodindo todas as pistas de pouso onde os garimpeiros pousavam para poder, a partir dali, trabalhar e buscar o alimento, o sustento de suas famílias.

Muitos que podiam iam de avião, os outros iam a pé, iam por água, viagem esta que eu, pessoalmente, fiz várias vezes, em vários garimpos do país.

Resultado disso, senhores? É que, em nenhum momento, nem o Governo Sarney, nem o Fernando Collor de Mello, no momento em que tirou nossas possibilidades de trabalho, preocupou-se em arrumar um meio de sobrevivência para essa categoria.

E somos, estamos falando de brasileiros. Enquanto, no resto do mundo, um país qualquer, por um só de seus patriotas faz guerra, declara até guerra, aqui nós estamos vendo o descaso das autoridades brasileiras com mais de três milhões de famílias de trabalhadores.

E aí veio, foi no Suriname, agora recente, tragédia que aconteceu, que saiu no jornal, nos jornais do país, e o que fez o Estado? Com toda a potencialidade que tem o Governo brasileiro, com toda a democracia e socialismo do Governo Lula, simplesmente foram lá no Suriname, deram um avião, trouxeram aqueles coitados de lá, deixaram em Belém. Qual a assistência que foi dada? Nenhuma.

Qual o resultado disso, senhores? Vão voltar novamente para a Guiana, vão voltar novamente para o Suriname, para serem mortos ou serem atacados pelos nossos vizinhos, que têm muita razão. Estamos lá clandestinos, porque nosso Estado nos colocou na clandestinidade. Isto é vergonhoso para nós, que sempre defendemos e estamos defendendo os direitos deste país e a democracia do Estado brasileiro.

E aí a gente volta de novo a Serra Pelada. E o imbróglio de Serra Pelada? Que se detém a partir de uma falsificação. No Brasil, as terras mudam de lugar. O marco SL-1, aqui citado pelos companheiros, ele foi mudado em 80 para beneficiar a Vale do Rio Doce. A prova disso, e aí que me desculpem os senhores, representantes dos órgãos e da autarquia responsável por essa situação, a prova dessa fraude está exatamente quando o DNPM, através de uma nova ação, foi lá para considerar, recolocar o marco SL-1 "no lugar" (entre aspas).

Então, no momento em que foi, admitiu que houve o deslocamento, também admitiu que houve uma fraude. Se não houvesse fraude, não haveria a necessidade de fazerem essa mudança, não admitiriam esse deslocamento. E nós entendemos, e nós entendemos que esse conserto não foi feito na totalidade.

E aí nós temos, em 1996, quando foi criada uma comissão mista de senadores e deputados, para averiguarem *in loco* a situação de Serra Pelada, que, naquele momento, a Vale estava tomando, mandando prender, mandando matar pessoas, foi criada uma comissão de senadores e deputados para ver isso *in loco.* E, após uma série de indagações, uma série de pesquisa, está no relatório final, que, na época, o Presidente Sarney, hoje Presidente do Senado, e o Ministro Edison Lobão presidiu esta comissão, que estava como relator o Senador Ernandes Amorim e, como suplente, o ex-senador também Ademir Andrade.

E, ali, naquele relatório, está explícito, está explícito, por esses deputados e senadores, que houve o deslocamento, que deram sumiço no chamado marco SL-1, que é o que se trata do ponto de partido do Decreto 74.509, advindo da junção de mais dois requerimentos feitos pela ANSA e outra mineradora, que eram cinco mil hectares; a partir daí, originou o Decreto 74.509.

Desculpem que eu esqueci o nome da outra, Mineração Xingu, Xingu Mineração. Então, a partir daí, deu-se, formou-se esse decreto, em 74, e que lá estava, mas não tinha ouro na região, eles só queriam ferro, só queriam ferro. Quando descobrimos o ouro, em 79, a Vale cometeu a idiotice de, ao invés de requerer a área, já que não tínhamos conhecimento, ela deslocou, usando não sei quais os mecanismos, ela deslocou o marco SL-1 e acoplou Serra Pelada, colocou Serra Pelada dentro do decreto, o que é contestado pelo geólogo, Dr. Assuero. Então, o Dr. Assuero. Isso que eu estou falando está no parecer final desta comissão de deputados e senadores desta Casa.

Então, o que acontece nessa situação? O marco, eles afirmaram que o marco desapareceu, afirmam que a Vale usou uma série de explicações que não justificaram o caso. E a prova de que houve essa fraude, eu repito, senhores, está no momento em que o DNPM admite o deslocamento.

Ora, onde já se viu a terra mudar de lugar? Só no Brasil. Só através do DNPM que as terras mudam de lugar. Daqui a pouco, vão colocar a Europa aqui,

e nós vamos lá para a África do Sul. Seria muito interessante, porque isso é possível, já que houve um deslocamento imenso da área do Decreto 74.000, para poder favorecer a Vale do Rio Doce.

A pergunta, senhores, é o seguinte: vão colocar de volta o marco no local de origem? E aí há o questionamento muito claro, quando o Professor Cláudio Scliar disse que, a partir do Governo Lula, o novo Ministério deu acesso aos garimpeiros, e tivemos, agradecemos muito o acesso que nós temos, tivemos e ainda temos dentro do Ministério, e todo esse imbróglio tem, sim, realmente, dado os certificados, os PLGs para as novas cooperativas, mas quero dizer aqui para os senhores aqui o seguinte: nós não queremos terra [soa a campainha] para criar gado, nós não queremos terra para criar gado; nós queremos para minerar. Então, dar a terra para a gente onde não há minério, não nos interessa tanto.

Então, a gente quer o marco SL-1 de volta, nós queremos que se crie uma reserva garimpeira, como estava prescrito pelo então ministro de minas e energia da época, César Cals. César Cals previu a criação dessa reserva garimpeira.

Então, o que nós queremos hoje? Que essa reserva garimpeira seja criada por este Governo, Governo do qual eu milito, desde minha infância, e me sinto muito decepcionado, porque não fizeram, não estão fazendo justiça para com os mais necessitados.

E aí vejam, só para vocês terem uma ideia, o quanto se beneficia e se favorece a Vale do Rio Doce. Em Serra Pelada, nossa comunidade está a menos de mil metros do chamado Projeto Serra Leste. Mas lá liberaram uma licença ambiental sem se preocupar com a comunidade que está morrendo lá embaixo, sem se preocupar que, quando começar essa exploração, a poeira sílica vai cair na cabeça daquelas pessoas, nas fontes de água daquelas pessoas, nos lençóis freáticos. Querem nos matar aos poucos? Querem que petrifique nossos pulmões, que a gente morra de poeira sílica em benefício da VALE? É em benefício de um chamado falso crescimento regional?

Eu creio, senhores, que os conceitos estão invertidos. Eu creio que o que está se fazendo neste país, em nome da reforma agrária, devia ser um exemplo na mineração.

O Governo, sim, está alocando terras, está tomando as terras griladas no Estado, na República Federativa do Brasil, e distribuindo para os trabalhadores da agricultura. Na mineração, está acontecendo o inverso: estão tomando a terra dos coitados dos garimpeiros para dar para uma grande mineradora.

Então, a gente está percebendo nisso uma inversão de valores jamais vista em qualquer democracia do mundo. E aí a gente volta novamente, teve uma Audiência Pública em Curionópolis, para se tratar do Projeto de Serra Pelada. O maior desrespeito que um órgão possa fazer com uma comunidade: marcou-se para nove horas da manhã, começou depois das dez. Quando abriu o teatro, onde aconteceu essa Audiência Pública, os principais lugares já estavam ocupados por membros da prefeitura, por membros da Colossus e COOMIGASP, local este em que ninguém teve o direito de falar, de perguntar. Que Audiência Pública é essa, em que tudo acontece de maneira errada?

A legislação ambiental do Estado diz o seguinte: que, com 50 assinaturas, com 50 assinaturas, o pedido protocolado, far-se-á outra Audiência Pública, onde esta for pedida por esses assinantes. Nós mandamos um relatório com mais de 400 assinaturas, e a SEICOM não obedeceu, não respeitou e não fez outra audiência.

E os mais interessados, em todo esse processo, é o garimpeiro, o morador de Serra Pelada, que não foi convidado a participar, que não teve uma Audiência Pública em Serra Pelada, se tratando do Projeto Serra Leste, e muito menos teve essa Audiência Pública em Serra Pelada para questionar e divagar as questões relacionadas ao morador, ao garimpeiro de Serra Pelada.

Então, observa-se, aqui, que o estado de direito para aqueles trabalhadores não tem sido direito. Observa-se que estão fazendo de conta que aquela comunidade não existe e que aquela comunidade não merece o respeito que está.

Então, senhores, queremos a reserva garimpeira a partir do ponto original do marco SL-1, e aí vou repetir um pouco o que o cidadão Luiz da Mata disse, ele não disse que não haverá paz naquela região, enquanto não se fizer justiça com os garimpeiros. Eu acrescento um pouco mais: não haverá paz naquela região, enquanto não dividirem as terras para o trabalhador trabalhar e sustentar sua família e enquanto não fizer justiça na mineração, dando o que de direito é dos trabalhadores garimpeiros, através dos seus requerimentos.

E observem que a legislação mineral diz que a preferência é de quem requer primeiro. Aí eu vou usar só um exemplo. A cooperativa, chamada COOPAG, ela fez, em 1990, um requerimento de três mil hectares. Em 1992, a Vale do Rio disse fez o requerimento em cima disso.

Ora, se a legislação diz que a preferência é de que o direito é de quem requer primeiro, se a Constituição Federal, no seu artigo 174, § 2º, 3º e 4º diz que as cooperativas dos garimpeiros terão prioridades nos seus requerimentos, como é que, após termos feito esse requerimento antecipado, o Ministério de Minas e

Energia, o DNPM, eu não sei, dá essa área para a Vale do Rio Doce, que requereu dois anos após. Só porque lá, nesse contexto, está uma das maiores jazidas de platina do mundo? Quer dizer que a Vale pode cada vez mais enricar, e essa categoria de trabalhadores não tem direito às riquezas deste país?

Senhoras, senhoras, eu, sinceramente, me decepciono com algumas coisas que têm acontecido em relação à categoria, em relação a esta democracia que tanto lutei por ela, em relação a todo o amparo de cidadão que temos ido. E ainda tem uma situação que não estão levando em conta, que nossa comunidade é uma população praticamente de idosos. Estão, mais uma vez, desrespeitando as leis, porque não estão preocupados com o Estatuto dos Idosos. Não estão respeitando nem os idosos. Então, o que é que vai se respeitar neste país? O que é que vai se respeitar neste país?

E aí está de parabéns, voltando, mudando completamente o assunto, o juiz lá de Nova Venécia, que é minha terra, moro, nasci bem ao lado [soa a campainha], quando o Senador José Nery disse que ele tomou de se preocupa com os jovens viciados e dependentes de drogas, e nós estamos viciados também e dependentes também de justiça. Justiça. Nosso vício é sede por justiça, é sede por respeito àqueles idosos, às crianças que lá estão e à comunidade, que saíram das suas casas, que largaram seus lares, 30 anos atrás, em busca de melhoria, e que agora nós estamos vendo nossos direitos sendo usurpados, usurpados em favor da maior mineradora do país. Só por que é grande? E onde fica o respeito aos pequenos?

Senhores, isso é decepcionante. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. Etevaldo da Cruz Arantes, representando aqui o Movimento dos Trabalhadores Garimpeiros e que fez sua exposição cobrando explicações e respostas a vários problemas que envolvem os garimpeiros de Serra Pelada.

Gostaria de informar que esta audiência foi motivada por uma visita que fiz em Serra Pelada, no final de 2009, quando pude visitar os garimpeiros, durante uma reunião muito representativa, onde, além das condições da categoria, também analisamos a situação de penúria, miséria e abandono a que estão submetidos, porque, na vila de Serra Pelada, não há ruas, há caminhos, porque, à época, a prefeitura começava a fazer uma limpeza das ruas, porque não tem uma rua asfaltada, não tem água, não tem escola para a juventude, inclusive, cheguei a me reunir com professores e estudantes do ensino fundamental e médio, que me contaram da luta, fechando, inclusive, uma estrada estadual para reivindicar o direito à construção de uma escola de ensino médio, iniciada há seis anos e até hoje paralisada.

A escola tem, me parece, três salas de aula ou quatro salas de aula, sendo que são quatro salas de aula em construção de madeira. É uma situação de absoluta miséria, desprezo, que exige de todos nós no estado, do governo do estado, da União, do próprio Município de Curionópolis, uma atenção. Mas esta é uma questão que voltaremos a debater no final desta nossa Audiência Pública.

Quero, neste momento, passar a palavra ao Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para que faça sua exposição e possa aqui esclarecer vários pontos dos questionamentos aqui apresentados pelos representantes dos garimpeiros.

Na parte final da audiência, teremos também a oportunidade para que qualquer, para que todos os expositores possam responder a questões que esclareçam fatos que foram trazidos ao debate nesta Audiência Pública.

Dr. Miguel Cedraz Nery terá dez minutinhos, inicialmente, mas prorroguei pelo tempo necessário, para que todas as explicações sejam aqui oferecidas. V. Sa. tem a palavra.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Muito obrigado, Senador José Nery. Quero cumprimentar a todos que me antecederam, a João Amaro Lepos, Cláudio Scliar, Jorge Pedro de Lima Filho, Alexandre Valadares, também Luiz da Mata e Etevaldo.

Quero dizer que sou servidor de carreira, engenheiro de minas, que comecei minha vida no DNPM na Bahia, só fui contratado como engenheiro de minas porque o DNPM precisava de ter um engenheiro de minas para orientar garimpeiro, no garimpo de Carnaíba. Então, na minha relação com a atividade garimpeira, ela não é recente. E dizer que algumas questões preliminares precisam ser esclarecidas, senador.

Acho que, primeiro, passamos a ter, no Brasil, a partir de 1988, uma nova Constituição.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pode continuar.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: A partir de 1988 uma nova Constituição. Essa Constituição, ela trouxe alguns fatores, alguns dispositivos importantes, dentre os quais, a necessidade de que todo acesso ao bem mineral do país, que é o subsolo, que o subsolo é da União, pudesse ocorrer por meio de autorização, título autorizativo. E o outro aspecto é que esse título autorizativo, naquilo que necessitasse, que ele autori-

zasse a atividade de produção mineral, a necessidade também de ter uma licença ambiental.

Então, esses dois fatores, por incrível que pareça, atingiram a atividade garimpeira frontalmente, o que obrigou, inclusive, o Congresso Nacional a alterar, já em 1989, todo o dispositivo do código de mineração que versava sobre atividade garimpeira no país, que era um capítulo, código de mineração, garimpagem, faiscação e cata, esse dispositivo, ele foi revogado, todo o capítulo, e passou a prevalecer, portanto, a Lei 7.805.

Então, com isso, no garimpeiro, não tinha mais atividade de livre garimpagem, ele teria que ter uma permissão de lavra garimpeira, e, portanto, a permissão de lavra garimpeira tem algumas regras de transição, que eu diria que o prazo para essa transição foi até bastante exíguo e, até ainda hoje, nos traz bastante problema de regularização da atividade garimpeira no país, conflitos de garimpeiros com superficiários, conflito de garimpeiros com mineradores. E quero dizer que, nessa nossa gestão, exatamente pela identificação que nós temos com a atividade, com o garimpeiro e com a preocupação de que a garimpagem é a possibilidade de se fazer inclusão social na mineração, os senhores podem ter certeza de que o DNPM tem dado a máxima atenção a essa atividade no país.

Eu compreendo a revolta do amigo Luiz da Mata, mas sou solidário, mas quero dizer que sua fala, ela veio eivada de certa injustiça com a instituição que eu dirijo, meu amigo. Eu acho que o DNPM tem se esforçado sobremaneira, e os senhores são testemunha, seja em Serra Pelada, Coromandel, Tapajós. Agora mesmo, senador, eu estou indo, terça-feira que vem, para o Tapajós, para discutir a possibilidade de o Governo desenvolver tecnologia ambiental e de mineral para poder encontrarmos soluções ambientais para liberar mais de duas mil PLGs na região de Tapajós.

Então, eu estou articulando o Centro de Tecnologia Mineral, estou articulando cooperativas de Poconé, que já têm a experiência, estou articulando a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Pará e quero registrar aqui o apoio que a Governadora Ana Júlia tem dado a esse trabalho. Inclusive, eu convido todos aqueles que queiram participar do seminário, o seminário será no Hotel Apiacaua(F), que nós estaremos realizando esse trabalho lá.

Mas quero dizer justamente que também o esforço que envolveu o trabalho de Serra Pelada não foi pequeno. Serra Pelada, ele é um garimpo que conviveu com o conflito, de fato, tinha uma grande empresa mineradora, que era estatal, à época, inclusive, e os garimpeiros ocuparam à sua forma, sem entrar no mérito aqui de como houve a descoberta, mas mais de 100 mil seres humanos trabalharam dentro daquela cava, está entendendo?

Então, com o passar do tempo, o minério foi aprofundando, a cava tornou-se inviável de ser aproveitada, de continuar a atividade, porque começava a ter desmoronamento dos barrancos, causando acidentes e até comprometendo vidas humanas, e, efetivamente, chegou a mais de 150 metros de profundidade, e o garimpo se tornou inviável por aquelas condições.

Eu quero dizer, inclusive, que, no meu entendimento, como engenheiro de minas que sou, que, a partir da Lei 7.805, a atividade garimpeira, ela mudou seu foco. Ela deixou de ser uma atividade rudimentar e, pela definição que a lei traz, ela passou a ser uma atividade muito mais empírica, ou seja, é possível utilizar equipamentos nas PLGs; os garimpeiros, hoje, vários utilizam equipamentos do DNPM, concordam com essa utilização, e, na verdade, o que a lei traz de novo? Traz de novo porque a atividade não precisa de trabalhos prévios de pesquisa, e, de alguma forma, o bem mineral que é aproveitado pelo garimpeiro, ele pode ser, faz parte do risco do negócio do garimpeiro, como um empreendedor, um pequeno empreendedor.

Então, isso muda as relações. O garimpeiro, hoje, deixou de ser aquela pessoa que vai para a beira do rio, batear ouro, mas ele pode, inclusive, ter equipamento, mas, para isso, ele tem que ter a licença ambiental, satisfazer condicionantes ambientais e ter, sobretudo, um título autorizativo, que garanta a ele o acesso ao bem mineral.

Então, exatamente por conta disso e diferentemente do que ocorria no passado, é que o DNPM teve que se debruçar sobre centenas de processos, eu até diria, senador, para poder encontrar, desanuviar a confusão de empilhamentos e requerimentos que existiam sobre nossa base, nossa base de dados de controle diário do DNPM. E esse foi um trabalho exaustivo, capitaneado pelo Dr. Walter Arcoverde, que está aqui presente, nosso diretor de fiscalização desde a época, juntamente com a nossa Procuradoria Jurídica.

Nós precisávamos, sim, encontrar uma solução, não queríamos jogar qualquer sujeira para debaixo do tapete, meu companheiro Luiz da Mata, e fizemos disso um estudo extremamente exaustivo, entre os anos de 2003 e 2004, para dizer quem, segundo os rigores da lei, tem direito, e aí me permita, meu amigo Etevaldo, nem sempre aquele direito que chegou primeiro, ele prevalece, porque, se ele for, se o processo não tiver perfeitamente instruído, e eu tenho que observar os rigores da lei, até porque é só dentro da lei que a liberdade impera.

Então, se a gente fala em liberdade, tem que ter um marco legal que imponha a essas condições.

E eu diria, portanto, que eu desconheço exatamente o detalhe todo, a confusão dos processos, mas eu posso garantir, com todo pureza d'alma, que fizemos um trabalho de limpeza de todos os processos, até chegarmos a um quadro que definiria quais são os direitos prioritários.

Em relação ao dito marco SL-1, houve uma discussão, não é um assunto [soa a campainha], não é uma polêmica nova, que meu amigo Etevaldo traz, juntamente com outros.

Nós precisamos partir de um posicionamento. O que é o dito SL-1, para o telespectador que está assistindo e os demais participantes desta audiência? Na verdade, o DNPM faz seu controle de área a partir do que nós denominamos de ponto de amarração. Então, o SL-1, ele era um ponto de amarração, a partir do qual se amarravam as áreas, por meio de um vetor de amarração.

De fato, nós constatamos que havia um deslocamento na base do DNPM. Não me pergunte o porquê que fizeram isso no passado. Não me pergunte, mas eu tive que buscar o ponto SL-1 original, e aí recorremos a um projeto da VALE do Rio Doce, que é o Projeto Carajás, bancado pelo Banco... Financiado pelo Governo Federal e bancado pelo Banco de Desenvolvimento. E foi em cima desse SL-1, com as coordenadas perfeitamente definidas em cima de cinco satélites, triangulação de cinco satélites, ou seja, dificilmente, aquele ponto seria deslocado, foi que nós recompusemos todo o posicionamento das áreas e saímos retirando todas as interferência, sem qualquer interesse de atender a quem quer que seja, até porque 100 processos, um empilhado em cima do outro, nós jamais saberíamos qual seria o resultado das retiradas das interferências.

E chegamos a bom termo, e, hoje, eu diria que estamos regularizando. Praticamente, para todas as cooperativas, inclusive, senador, aquilo que ficou, que remanesceu, aquilo que se retirou de interferência, até para chegarmos, inclusive, a uma conclusão de que o quê? Aquela cava, naquelas condições da linha jurídica recomendada pela nossa Procuradoria, 77 hectares, do que seriam 100 hectares que envolveriam a cava, estariam dentro da área do decreto da VALE.

Chamamos a Vale do Rio Doce e dissemos: "Vale, queremos resolver essa questão". Exigimos, eu, o Professor Scliar e o Dr. Giles: "Exigimos que vocês façam a cessão de direitos, para garantir aos garimpeiros 100 hectares e poder outorgar o direito que lhes é devido, historicamente e legitimamente". Isso foi feito. A Vale não só cedeu por pressão do Governo a área que nós estávamos requerendo, como cedeu todos os furos de sondagem e os relatórios da avaliação das jazidas que foram feitas, e isso foi passado para aquela que efetivamente veio a suceder os direitos minerais.

E aí vem a polêmica, já expliquei a SL-1, vou explicar agora a polêmica de quem seria legitimamente a cooperativa que herdaria esses direitos, em nome de todos os garimpeiros.

Fizemos uma avaliação e convocamos todas as lideranças, de todas as cooperativas, lá no Ministério, no 9º andar. Estavam presentes, inclusive, líderes que hoje já estão falecidos, outros que já estão fora de combate, mas todos, indistintamente, estiveram nessa reunião. E nós dissemos: "Só tem uma solução para atingir a paz de Serra Pelada, é definirmos aqui aquela cooperativa que melhor representa o conjunto dos garimpeiros e que dará a segurança jurídica para que o direito minerário possa ser repassado para essa cooperativa. E, mais, que essa cooperativa seja capaz de abrigar todos os garimpeiros que trabalharam em Serra Pelada e ainda hoje estão em vida e possam ser readequados".

Por que esse termo readequação? Porque exatamente outro termo... Não encontramos outro termo que melhor expressasse essa condição, porque, se dissesse, é recadastramento, aí dizem: "Não, esse recadastramento, ele vai ter direito só a partir de agora, do que vier a ser. Não tem direito ao que é passado". Se for outra coisa: "Não, vai ter que pagar, então, o que deixou de ser pago". O único termo juridicamente seguro para todas as partes foi a tal da readequação, que implicava em quê? Em dar oportunidade a que todos os garimpeiros que estavam em vida pudessem se abrigar naquela cooperativa que receberia esse direito.

Então, isso não foi imposto pelo Ministério e nem pelo DNPM. Isso foi resultado de reunião de consenso, após várias e várias rodadas de negociação [soa a campainha]. Posso continuar?

Várias e várias rodadas de negociação. Então, eu quero dizer que a instituição que eu dirijo tem procurado atuar da forma mais proba que alguma instituição neste país possa estar... possa atuar. Resgatando, inclusive, com seriedade e respeito, tudo o que tem, que é possível uma autarquia federal realizar. Não tenho dúvida disso e reafirmo aqui e desafio quem, na nossa gestão, possa estar depondo contra a função pública.

E mais: todos os casos que me chegaram de corrupção, a gente tem apurado e tem levado a bom termo e demitido os servidores corruptos. Então, deixar muito claro isso aqui, da integridade moral que o DNPM, hoje, resgata, na condução de sua gestão e da gestão dos recursos minerais no país.

Então, sou solidário, meu amigo, mas gostaria de dizer que não concordo com a crítica. Quero dizer que estamos abertos, e todos aqui, seja o Etevaldo,

seja meu amigo Rodrigo, sabem o quanto nós temos a discutido exaustivamente, até oito, nove, dez, onze horas da noite, essas pessoas já estiveram no meu gabinete, discutindo soluções para chegarmos a bom termo e garantir aos garimpeiros o que de fato lhe é devido.

Ocorre o seguinte, também, senador: é que toda a organização popular, ela é eivada da disputa política. E ainda mais numa situação em que você tem mais de oito ou nove grupos políticos disputando dentro da entidade, é um acerto que você faz hoje e uma condução que você orienta, para que toda uma base seja readequada em torno de uma entidade, se algum grupo político, ele hegemoniza, em algum determinado algum determinado momento, e avança naquilo que efetivamente não são os parâmetros, é digno de uma relação democrática, aí não é o Poder Público, como já disse o Professor Scliar, que vai intervir, ou seja, é a questão da liberdade e da autonomia de cada entidade dessas.

E quero dizer que tivemos um esforço para poder repassar para a COOMIGASP. Escolhemos a COOMIGASP, e de comum acordo, mas poderia ser outra, as que foram ditas aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A verdadeira, que é a CONGASP.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: A CONGASP. Sim, mas aí não nos coube, com todo o respeito, foi uma escolha de comum acordo. Então, é por isso que hoje eu não discutiria se é a CONGASP, se é COOGAR. A escolha foi de comum acordo, em relação à COOMIGASP. E mais: chegamos até a admitir, é bom que se diga, ainda algum determinado momento, em que a COOMIGASP, por conta de sua dificuldade comercial, de relação comercial, que nós imporíamos para a COOMIGASP restrições, porque, se não fossem atendidas, nós levaríamos a área para a exclusividade para que outra cooperativa, organizada, inclusive, pelos garimpeiros, de forma conjunta, pudesse suceder esse direito.

Mas, quando foi minha surpresa, senador? Quando, certa feita, numa tarde, eu passava pelo Ministério, e o então ministro me convoca às pressas para uma reunião na sua sala. Estavam todas as lideranças garimpeiras, inclusive as que estão aqui reclamando hoje, pedindo que aquelas exigências que o DNPM fazia para garantir a segurança jurídica no processo de repasse do dinheiro minerário fossem subtraídas, para que... Porque haviam chegado a um entendimento de que a melhor cooperativa de fato era a COOMIGASP, e não caberia qualquer outro processo.

De comum acordo, no gabinete do ministro, nós remetemos a questão para a área técnica, com a recomendação de que havia esse acordo político do Ministério de Minas com as lideranças garimpeiras, e, portanto, fizemos a devida opção para o alvará de pesquisa que facultaria, portanto, aquela cooperativa, a COOMIGASP, a herdar os direitos.

Então, não foi a DNPM que impôs isso, muito pelo contrário, mas, naquele momento, trabalhávamos na perspectiva de garantir ao conjunto dos garimpeiros que estavam adequados naquela base, 45 mil, a possibilidade de ser seu direito da forma mais limpa possível.

Então, nós achamos que fizemos errado, mas foi a opção dos garimpeiros em apostar na COOMIGASP.

Eu não sei se hoje existe problema de relação comercial e se hoje a COOMIGASP, ela tem problemas, se já conseguiu sanear sua vida comercial e se ainda está vulnerável a eventuais arrestos de rendimentos que caiam na sua conta-corrente, decorrentes de precatórios, de fornecedores, que, segundo dizem, muitos desses precatórios são absolutamente ilegítimos, e não me cabe, aqui, porque a Justiça é quem caberia e cabe, ou o Ministério Público, julgar se esses precatórios são eivados de legalidade ou legitimidade.

Mas, voltando, então, portanto, eu estou dizendo por que escolhemos a SL-1, eu estou dizendo por que de todo o nosso esforço para viabilizar a passagem para uma entidade efetivamente representativa, que tivesse sob sua guarda todos os 45 mil garimpeiros em vida. E, também, quero dizer da nossa preocupação, em que nós passaríamos para uma entidade que estivesse saneada comercialmente, e todos os garimpeiros que estavam naquela audiência, com o ministro, reivindicando aquela posição, foram unânimes em dizer: "Ah, essa entidade é a COOMIGASP", e o DNPM, acatando uma reivindicação, naquele momento, remeteu para a COOMIGASP.

Se, posteriormente a esse fato, quando o DNPM, em 2007, emite o alvará, se as relações de disputa política na entidade, elas elevam a um nível de atrito, não caberia ao DNPM, posteriormente, estar tendo qualquer intervenção; não é nosso papel, nas relações políticas, dentro da cooperativa, de suas instâncias democráticas, assembleia, conselho, diretoria, o que seja.

Mas quero dizer, então, senador, que o alvará foi emitido, e ouvimos, pela imprensa, as negociações que a diretoria que estava empossada estava fazendo. Essa diretoria nos encaminhou o contrato, e nossa Procuradoria, eu quero, mais uma vez registrar, nossa Procuradoria, ela é totalmente de servidores de carreiras, procuradores com a máxima responsabilidade com o serviço público, analisaram o contrato de dois entes privados, a cooperativa e a empresa, a cedente e a cessionária. E, nessas condições, ainda com pre-

ocupações políticas sobre... Porque Serra Pelada não é só um processo de direito minerário simples, tem um aspecto político, social, nós não temos a menor dúvida, mas exatamente por conta dessa preocupação é que nossa Procuradoria exigiu alguns dos documentos que aqui foram inclusive levantados. E esses documentos vieram aos autos, e nossa Procuradoria entendeu que eram suficientes para que a cessão fosse feita.

O que eu quero dizer claro aqui é o seguinte: fico muito sensibilizado com as informações que foram trazidas aqui pelos colegas, os representantes dos garimpeiros que me antecederam. A cessão de direitos está feita, está averbada aos autos, e, na hipótese de que alguns desses documentos possam ser documentos fraudulentos, eu peço que eles me sejam encaminhados, para que eu possa pedir uma análise, por parte da Procuradoria, que, de forma muito responsável, à época, fez as exigências que julgou pertinente fazer para recomendar a área de outorga, a averbação da cessão de direitos.

Então, deixo os senhores, a cavaleiro, para fazer o encaminhamento, encaminhar o pleito ou ao diretor-geral, e a esse pleito, será formado um processo administrativo, para que a gente possa fazer uma devida auditoria nesse processo e saber se efetivamente essa cessão, ela guarda alguma ilegalidade.

Eu sou obrigado a abrir essa possibilidade. Não quero dizer que é exatamente isso que vai acontecer, mas irei apurar, porque, numa Audiência Pública, esse fato está me sendo trazido, senador.

Agora, isso não coloca nenhum de nossos encaminhamentos em suspensão, não tem efeito suspensivo isso que eu estou dizendo aqui [soa a campainha]. Os fatos continuarão andando, mas nossa Procuradoria certamente terá a máxima responsabilidade em analisar todos os documentos que aqui foram trazidos e encaminhados ao senador.

Gostaríamos, inclusive, de que esses documentos também nós pudéssemos ter acesso, porque, naquilo que nós conseguimos enxergar, não houve qualquer fato que ferisse o Estatuto da Cooperativa. Mas, se os senhores insistem nessa questão, teremos a máxima atenção em analisar, e encaminharei esse fato, o professor certamente concorda com esse procedimento. Não iremos tergiversar com qualquer ato de ilegalidade, está entendendo? E deixo as portas do nosso gabinete abertas para os senhores.

Quero dizer que, do ponto de vista do andamento do direito minerário, a COOMIGASP está vinculada a... A Colossus criou outra empresa, que foi a cessionária desse direito, apresentou já o relatório final de pesquisa; o relatório final de pesquisa foi vistoriado por equipe técnica responsável, inclusive, para ter a máxima isenção, constituir uma equipe de técnicos de fora do Estado do Pará, para não dizer que estavam sob pressão. Então, até essa conduta nós procuramos ter, trouxemos técnicos do mais alto gabarito do Rio Grande do Sul, para poder vistoriar toda a atividade de pesquisa feita lá no estado, e o processo, o relatório foi aprovado, e a empresa adquiriu, portanto, o direito de requerer a lavra, apresentou o plano de aproveitamento econômico; já conta com a avaliação, a análise técnica da unidade regional da nossa Superintendência do Pará, e o processo está em Brasília, sendo analisado, aguardando dirimirmos alguma dúvida sobre o licenciamento ambiental, e, portanto, uma vez dirimidas essas dúvidas, o processo tem seu curso normal.

Então, eu quero dizer que deixo, mais uma vez, o DNPM, nosso gabinete aberto, porque temos total interesse em esclarecer qualquer fato que seja dúbio, e nosso interesse, em nome do Presidente Lula, em nome do Governo, é de que devemos fazer justiça para quem de fato tem o direito e a legitimidade desse direito.

Então, era esse o recado que eu queria passar aqui para os Srs. Senadores, para os garimpeiros que estão presentes e dizer que o DNPM continua trabalhando firmemente para que a atividade garimpeira seja uma possibilidade de inclusão social dentro da mineração no nosso país. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Nossos agradecimentos ao Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, aqui falou na condição de diretor-geral do DNPM, prestando seus esclarecimentos a respeito do tema em debate nesta Audiência Pública.

Vamos ouvir três pessoas que representam interesses dos garimpeiros, por um tempo de apenas três minutos. Em seguida, retornaremos ao conjunto da Mesa, para que façam, a partir da primeira rodada de exposição, possam fazer observações, reafirmar ou apresentar questionamento e apresentar respostas que são consideradas necessárias ao bom andamento de nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Jucá Soares, diretor-presidente da Cooperativa Mista de Garimpeiros de Serra Pelada, pelo tempo de três minutos, esperando que, como o tema foi aqui exaustivamente apresentado por todos que se pronunciaram, que possamos, nesse período de tempo, ter as considerações das pessoas a quem estamos concedendo a palavra. Depois, ouviremos o Sr. Paulo Ricardo Silva, advogado da CONGASP e, por último, o Sr. Rodrigo Maia Ribeiro, advogado dos movimentos sociais na região de Carajás.

Tem a palavra o Sr. Jucá, Luiz Jucá Soares.

SR. LUIZ JUCÁ SOARES: Senador José Nery, diretor-geral do DNPM, Etevaldo, Luiz da Mata, todos os presentes. Nós queremos ir direto ao fulcro principal. Esse fulcro principal é um problema que já está há quase um século. A lei da oferta e procura é controlada pelo WWFN, ou seja, a coroa britânica e o Governo dos Estados Unidos, através da US Steel. Esse é o problema principal para fazer o *dumping*, pé em cima para a Serra Pelada não produzir. Esse é o ponto básico inicial.

Segundo, nossa diretoria, que foi eleita com uma larga margem de votos, em 30 de julho de 1988, quando modificou de COOGAR para CONGASP, nós estávamos afetando os interesses desse grupo coligado internacionalmente, embora estatal ainda, mas, de fato, com muitas ligações internacionais.

Então, nós não poderíamos continuar e, por isso, nós, como nós estávamos defendendo uma nova postura de trabalho para os companheiros garimpeiros, para evitar aquele trabalho escravo, que lembrava o tempo do trabalho das Pirâmides do Egito, nós procuramos mudar nossa denominação, passamos, aprovado em assembleia, a nos chamar de COOMIGASP, Cooperativa Mista de Garimpeiros de Serra Pelada, onde, estatutariamente, nós poderíamos contratar empresas e contratar técnicos especializados, em cada área, para nos auxiliar.

A verdade é: quando tomamos essa atitude, de publicar o edital para a realização dessas intenções claras, honestas, nacionais, com todo o amor à brasilidade, principalmente àquele povo desassistido e vilipendiado, aí, para esse grupo importante, chama-se Companhia do Vale do Rio Doce, não interessava mais ficar ali. Então, encomendou a um assassino, torturador, Sebastião Curió, nos defenestrar de lá. Tudo indica que foi a Companhia Vale do Rio Doce, e nós fomos defenestradores.

Eu fui sequestrado, eu, Eliezer, e o Oscar Soares, sequestrados para a queima de arquivo. O companheiro Francisco Costa, que aqui está presente, foi com arma na cabeça, e assim outros diretores, inclusive, mataram diversos líderes de Serra Pelada, porque não interessava. Mataram o Sr. Josequias(F) Rocha, mataram o Josimar Elízio, porque sabia demais [soa a campainha], mataram o Mauro, e por aí vai.

Bom, acontece o seguinte: que nós somos a legítima cooperativa; a COOMIGASP é uma cooperativa natimorta, nasceu morta, nasceu morta. Inclusive, os direitos, nós fomos obstados, desculpem-nos ter que falar nesse assunto, mas tem que falar, porque está aqui o Cedraz Nery, diretor do DNPM, está o Scliar, o Professor Scliar, está o Arcoverde. Eu fui obrigado a usar palavras pesadas com esses senhores numa reunião. Eu disse o seguinte: o Presidente Lula não sabe nem 1% das bandalheiras e patifarias que os senhores estão fazendo. E, assim, nossa postura é de nacionalidade.

As palavras do Luiz da Mata, eu as aprovo, Luiz, porque é o direito que está sendo usurpado. Nós fomos tirados de Serra Pelada [soa a campainha] por causa de... Posso prosseguir? O senhor dá um minutinho?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu peço para o senhor concluir.

SR. LUIZ JUCÁ SOARES: Pois não, então, para concluir. O Ministro de Minas e Energia, o DNPM, a Receita Federal, o Ministério da Fazenda e a JUCEPA são coniventes nessa falta tremenda que nós já denunciamos ao Ministério Público, à Polícia Federal, e tem muito mais nada a fazer. Era só. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. Luiz Jucá Soares.

[palmas]

Passo a palavra ao Dr. Paulo Ricardo Silva, para que, em três minutos, faça suas considerações.

SR. PAULO RICARDO SILVA: Exmo. Sr. Senador José Nery, Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, demais representantes da Mesa, Sr. Cláudio Scliar, diretor da Caixa Econômica Federal.

Nós fomos contratados para acompanhar esse processo, visando resguardar a legalidade da sucessão das cooperativas. E tentamos, por diversas vezes, administrativamente, trazer uma conscientização de que aquela cooperativa que ali estava sendo representada, de fato, não produziu a sucessão da forma legal da legislação que rege as cooperativas. Não tivemos êxito.

Então, nos restou bater à porta do Judiciário, onde temos duas ações em andamento, onde questionamos a existência dessa sucessão. Acreditamos no sucesso dessa ação, tendo em vista que a COOMIGASP não contestou a ação, sendo, então, considerando verdadeiros aqueles fatos que nós alegamos ali, de que ela, de uma maneira errada, de uma maneira fraudulenta, teria feito aquela sucessão, que, de fato, não ocorreu. Essa ação está na 14ª Vara Federal. Não temos ainda o julgamento de mérito, mas temos esse fato, que, por si só, demonstra um total descaso daqueles representantes daquela entidade, de que sequer fizeram uma defesa, no sentido de legitimar aqueles atos que foram praticados.

Além disso, nós temos acompanhado esse processo junto à Caixa Econômica Federal, a Banco Central, e essa é uma relação de consumo, direito do consumidor. Ora, são entidades de grande porte, que lá estiveram comercializando ouro, por uma ou pela outra. Isso é uma relação de consumo, e elas são solidárias,

de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, art. 18. Então, elas respondem solidariamente.

O que menos nos interessa é saber se é Banco Central ou Caixa Econômica; são os dois. São solidários: se demanda contra um ou contra o outro ou contra os dois. É um direito da parte menos privilegiada, que é o produtor, nesse caso, que são os garimpeiros que lá estão. Então, essa responsabilidade é solidária no nosso entendimento.

Além disso, questionamos, por último, tendo em vista a exiguidade do tempo, a questão desses contratos que estão sendo feitos com Gems, com Colossus, com os percentuais que têm sido feitos, porque, paralelo a essa legalidade que temos buscado, temos buscado empresas nacionais, de porte, que nos propõem que, uma vez tendo restituído o CNPJ à COOMIGASP, Cooperativa Mista dos Garimpeiros de Serra Pelada, que esse percentual ficaria em torno de, no máximo, 49% para aquela empresa que tivesse o contrato de concessão e 51% para a cooperativa, para que ela tivesse o controle acionário, se tivesse que se lançar ações em mercados internacionais.

Sabermos que a Colossus [soa a campainha] tem um percentual de 75%, salvaguardando cerca de apenas 25% para os garimpeiros que ali estão, nos parece aviltando e que merece uma ação de Ministério Público, na defesa da classe menos favorecida, que é o garimpeiro.

Nós temos estudos técnicos sérios, de empresas nacionais de porte, que nos garantem que é possível fazer isso com percentual muito melhor. Então, há uma lesão ao direito legítimo desses garimpeiros.

Não tenho mais tempo a falar, mas gostaria que esses fatos fossem analisados. Que se dignassem os órgãos, DNPM e demais órgãos envolvidos no processo, a marcar um dia comigo, uma reunião, para que se pudesse colocar esses aspectos jurídicos que são relevantes. Não adianta se fazer o que está sendo feito, se, no Judiciário, for considerado que todo o processo está cheio de vícios.

Então, nós [soa a campainha] pedimos que seja observado isso. Não questiono a legitimidade dos órgãos, das pessoas, a disposição de se fazer crer se fazer correto, mas COOMIGASP não representa o direito daqueles garimpeiros que ali estão, não é a entidade que representa e está vendendo o direito dos garimpeiros. Então, é preciso que haja outra forma para que se resolva essa questão. É o que eu proponho.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Dr. Paulo Ricardo Silva, advogado da CONGASP. Concedo a palavra ao Dr. Rodrigo Maia Ribeiro, advogado dos movimentos sociais que atuam naquela região de Carajás.

V. Sa. tem a palavra por três minutos.

[palmas]

SR. RODRIGO MAIA RIBEIRO: Cumprimento a todos os presentes; em nome do Senador José Nery, cumprimento os garimpeiros de todo o Brasil.

Eu vou ser breve, porque o tempo é exíguo, mas eu gostaria de passar um pequeno relato da minha vida. Advogo desde 2004 na questão de Serra Pelada e, nesse tempo, de 2004 até hoje, já fui ameaçado de morte quatro vezes pelo trabalho que exerço.

Nesse período, por duas vezes, a própria tropa de choque do Estado do Pará teve conflitos com os garimpeiros, as liderança de Serra Pelada, e, nessas duas vezes que tivemos conflitos com a tropa de choque, fui ameaçado pelo comandante, na época, da Polícia Militar do Estado do Pará, comandante do batalhão de Parauapebas. Graças a Deus, esse comandante não está mais na região de Parauapebas, graças à denúncia formulada pelo Sindicato dos Garimpeiros, MTM e as demais lideranças.

O ponto crucial, nesse tempo que vivo em Serra Pelada, e o que mais nos mostra esse disparate é a questão primordial do marco SL-1, a demarcação correta do marco SL-1, porque, a partir desse momento, demarcado de forma correta esse ponto geodésico, o resto dos problemas que a gente tem, principalmente com superposição de áreas, acaba.

Gosto da administração de nosso companheiro Miguel Cedraz Nery, admiro a atuação do Professor Cláudio Scliar, mas as verdades têm que ser ditas. Através de movimento feito na Rodovia Carajás, advogado, então, do MTM, conseguimos, graças ao Senador Nery, ao Professor Cláudio Scliar, abrir a caixa de pandora do Processo 813.697, de 1969, que é o processo que deu origem ao Decreto 74.509.

Na presença do Diretor-Geral do DNPM, nós observamos, *in loco*, manuseando o processo, que a página 99 desse dito processo foi subtraída dos autos, ou seja, a página que dizia a respeito ao memorial descritivo da área que corresponde ao Decreto 74.509 deixou de existir nos autos.

E, apenas em 2004, quando da diretoria do Dr. Walter Lins Arcoverde, que se pede para que seja feita a reconstituição do memorial descritivo.

Então, não só com essa constatação *in loco* do sumiço da página 99, que diz respeito ao memorial descritivo, como outras 40 páginas do mesmo processo [soa a campainha], a gente observa que não existe regularidade na formação dos autos do processo que constituem o Decreto 74.509.

O tempo é exíguo, mas é necessário ainda ser dito que nós, em Serra Pelada, vivemos realmente numa condição subumana e, infelizmente, não somos torturados não só por essas questões de ordem financeira, que alagam, que segam todos nós, mas também, infelizmente, somos todo dia torturados pela PM, que, de forma exaustiva, impõe, de forma brutal, a questão de que as empresas têm que ter a prevalência dentro de Serra Pelada. Tanto é que existe, quero fazer aqui esse depoimento, que existe não só o comandante geral que já saiu, mas como também um cabo, de nome Batista, que leva as crianças para a cadeia, lá as estupra, fornece drogas, defende os representantes da Colossus e da cooperativa como se protetor deles fosse e até hoje continua impune em Serra Pelada.

Este bandido fardado ainda está no meio dessas crianças, protegendo quem não deveria proteger e, ao contrário do que a gente espera, trazendo ainda mais impunidade para dentro do garimpo de Serra Pelada.

Então, dentre outras várias reivindicações, eu sei que meu tempo é curto, mas, dentre outras várias reivindicações, eu gostaria de fazer das palavras do Senador José Nery as minhas, quando ele, no seu texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ele aponta: "*afronta também a Declaração dos Direitos Humanos a tentativa reiterada de tratar os movimentos sociais como criminosos fossem. São ações governamentais [soa a campainha], intimidações policiais e procedimentos jurídicos que visam imputar aos movimentos reivindicatórios um tratamento que inverte a ordem dos fatos, ao invés de punir os que gritam, que os grilam que a terra, sonegam os direitos básicos e ameaçam lideranças, ultimamente, os presídios estão sendo ocupados por sindicalistas e outras lideranças*". É um absurdo. Isso não pode continuar, senador. A gente pede que sejam tomadas providências.

O ponto SL-1 tem que ser colocado no lugar, e quem de direito, está aqui nossas reivindicações, quem de direito tem que pagar pelos crimes que estão sendo cometidos. São minhas palavras e peço providências. Peço, também, para que os garimpeiros de Serra Pelada, os garimpeiros do Brasil se unam, se unam para que, cada dia, a gente possa fazer prevalecer a condição de ser humano. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Dr. Rodrigo, que, de forma destemida, atua em defesa dos movimentos sociais naquela região e tem, somos sabedores das ameaças contra sua vida.

Receba não só nossa solidariedade ao Dr. Rodrigo, mas a todas as pessoas que naquela região se dedicam à luta em favor da vida, contra o crime organizado e o poder do latifúndio, das grandes empresas que atuam naquela região.

Bem, vamos, então, à última etapa da nossa audiência, que pretendemos, agora, em três minutos, que os representantes das entidades que fizeram cobrança, denúncia, questionamentos possam apresentar sua consideração sobre as manifestações dos órgãos governamentais aqui no debate, fazer dirigir alguma pergunta aos órgãos, e, depois, os membros da Mesa, que considerem membros da Mesa todos os nove que aqui fizeram a exposição, mesmo falando de onde estiverem, Dr. Scliar, nós pretendemos ter o tempo para que, se, evidentemente, alguma resposta, alguma questão necessitar de maior tempo, o tempo aqui não será impedimento para que possamos concluir nosso debate, correto?

Então, gostaria que, retomando aqui a lista dos convidados, pudéssemos, então, ouvir o Sr. João Amaro Lepos, para que, se tiver considerações a fazer... Gostaria que essa etapa fosse mais propositiva, ideias, sugestões de como devemos encaminhar essas questões, bem como pode fazer perguntas que serão respondidas posteriormente pelos demais membros da Mesa.

V. Sa. tem a palavra, Sr. João Amaro Lepos, da Associação de Defesa dos Garimpeiros de Serra Pelada.

SR. JOÃO AMARO LEPOS: Muito obrigado, senador. Minha fala, agora, é justamente continuar minha fala anterior. Eu me refiro diretamente ao Dr. Nery, certo? Chefe-geral do DNPM.

O DNPM teve conhecimento do contrato da COOMIGASP e a documentação da transferência, que levou à transferência do direito minerário, através do Dr. Arcoverde, que não está mais.

Ok, que captou uma cópia desse contrato numa Audiência Pública, aqui na Câmara dos Deputados. E ele encaminhou para a Procuradoria-Geral do DNPM, e a Procuradoria encaminhou para Belém, para a Dra. Maria Luiza, que fez um monte de exigências.

Agora, o que eu estou notando é que sabemos que papel aceita tudo, mas eu acho que tem que ser, você escreve o que quer, mas quem vai analisar esse documento tem que ter critério e realmente analisar; nesse caso, principalmente, conforme a lei manda.

Então, veja bem, a procuradora exigiu, a cooperativa fez o documento dela para justificar, apresentou documentos, porém, a interpretação foi totalmente adversa ao que o Estatuto manda. O Estatuto é muito claro. Eu já disse aqui. Como é que vai se, não pode se aprovar nada que não esteja na Ordem do Dia.

Essa cessão de direitos, doutor, isso foi um crime do DNPM. Não consta em documento algum, não consta na proposta, não consta no edital de convoca-

ção. Jamais poderia o DNPM [soa a campainha] aceitar aquele documento como prova para ceder os direitos da COOMIGASP para a SPCDM. Muito obrigado.

Então, eu pergunto o que se pode fazer, enquanto isso, na questão de reverter essa situação, porque nós não podemos aceitar que isso seja dado, esse direito minerário, para a SPCDM. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Sr. João Amaro Lepos, e passo a palavra, de imediato, ao Sr. Alexandre Valadares Vieira, da Associação Fiscalizadora dos Direitos dos Garimpeiros, para sua manifestação.

SR. ALEXANDRE VALADARES VIEIRA: Eu agradeço mais uma vez a oportunidade. E, dentro de tudo o que foi exposto, senador, o Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, ele falou em relação à SPCDM. Claro, os documentos chegaram até a instituição, ao DNPM, mas a Colossus, ela não criou a SPCDM após o contrato com a COOMIGASP. Pelo que consta no documento, a SPCDM foi criada em 12 de dezembro de 2001. Está aqui. O contrato da Colossus com a COOMIGASP foi no segundo período de julho de 2007.

Então, vejamos que toda a trama da VALE do Rio Doce, que está por de trás de todo esse esquema, já vinha sendo tramada desde essa época. O requerimento que foi solicitado pela SPE dos direitos minerários, da cessão de direitos está aqui em 09 de setembro de 2009, SPE. E ela vai ser passada para a SPCDM. Vejamos que as coisas estão todas confusas, são documentos que foram forjados, criados para gerar uma confusão dentro das instituições para beneficiar unicamente a Vale do Rio Doce ou a simplesmente Vale, que não é mais doce, é simplesmente Vale.

Então, são documentos que comprovam toda a trama para tirar do garimpeiro a mina. E isso o Brasil, as instituições, o Senado, o Poder Judiciário não podem permitir que isso venha a acontecer. É injusto, é imoral e é ilegal o que está acontecendo com os garimpeiros no Brasil, principalmente os de Serra Pelada.

Esse documento de confidencialidade, eu quero pedir ao senador que investigue esse documento, no qual a Vale tem um acordo de confidencialidade com a COOMIGASP, onde ela cita que, para evitar que esse documento se torne público, será aplicado o remédio apropriado. Que remédio apropriado é esse para que ela possa impedir de tornar públicas essas informações? Ou seja, nós estamos denunciando coisas gravíssimas e nós estamos com nossa vida numa situação de risco. Mas é preciso que o Brasil tome conhecimento desses fatos. É preciso que o Brasil tome conhecimento da verdade.

Só há democracia, hoje, porque homens corajosos enfrentaram aqueles que não queriam a democracia. E nós estamos aqui é porque nós não tememos as ameaças, estamos aqui porque nós não nos intimidamos em meio ao que pode vir a acontecer. Mas as autoridades do Brasil precisam e estão tomando conhecimento agora desses fatos que estão sendo revelados ao Brasil. Portanto, que a Vale seja responsável por tudo o que vier a acontecer em Serra Pelada. A Vale seja responsável, seja, não, ela é responsável por tudo que venha a acontecer em Serra Pelada, com as lideranças e com os garimpeiros, de um modo geral, porque ela vem fomentando toda essa situação.

O Brasil tem perdido, porque suas riquezas não têm sido exploradas, não têm sido arrancadas do subsolo para se tornar um país, uma potência como ela realmente tem que ser. São mais de 25 anos, são mais de 25 anos que o Brasil está impedido de explorar as riquezas de Serra Pelada. Então, que o Senado e as autoridades do país tomem providências, investigando e punindo verdadeiramente os culpados por tudo o que vem acontecendo com o Brasil, com o povo brasileiro e com os garimpeiros de Serra Pelada. Eu agradeço a oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Sr. Alexandre e passo a palavra, de imediato, ao Sr. Luiz Emanuel da Mata Lima, presidente da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil, pelo tempo de três minutos.

E, momentaneamente, peço licença aqui a todos da presidência, a cadeira do presidente ficará vazia, também denunciando, de certa forma, a ausência de meus pares, que pelo menos alguns deles poderiam, são membros da Comissão de Direitos Humanos, poderiam aqui comparecer para acompanhar e prestigiar um debate tão importante, que tem a ver com a vida de milhares de brasileiros que aqui recorrem ao Senado Federal e a esta Comissão de Direitos Humanos para terem seus pleitos pelo menos escutados e encaminhados nos limites da nossa competência.

Convido também para vir à Mesa o Dr. Cláudio Scliar, que também participará dessa parte final da nossa audiência.

Com a palavra o Sr. Luiz Emanuel da Mata Lima. Não se preocupe com minha ausência, porque tudo o que está sendo aqui dito está sendo gravado.

SR. LUIZ EMANUEL DA MATA LIMA: Obrigado. Dr. José Miguel Nery, Dr. Cláudio Scliar, representante da Caixa Econômica Federal, todo o meu posicionamento que aqui coloquei, deixei documentado. Quero a moralização, a moralização dos direitos sociais do garimpeiro. Quero, na pessoa do advogado Paulo Ricardo, que fez um apelo para que encontrem o caminho e que todos somos irmãos de garimpeiros, tanto

faz na COOMIGASP como na CONGASP, sucessora da COOGAR.

Recentemente, o Ministro de Minas e Energia, dentro da área da reserva garimpeira, criou várias áreas para novas cooperativas. E nós temos dois requerimentos: um, que é da área da casa, onde está meu investimento, está meu assessor, está o investimento de muitos cidadãos que nem lá chegaram, investiram seus patrimônios para vir ao fundo nacional, às reservas. Então, essa área deva ser respeitada e intocável; só o garimpeiro pode explorar, porque nós temos os recursos na Caixa Econômica Federal e podemos nos transformar em empresa para explorar nossa mina. Segundo, temos uma área ao lado de 750 hectares. Para contemplar a COOMIGASP e a CONGASP, podemos dividir. Eu fiz um apelo ao líder do governo para os estados da Amazônia que encontrem uma saída pacífica e que contemple todos os garimpeiros com direitos. E saia ganhando nosso Professor Cláudio Scliar, saia ganhando nosso presidente do DNPM e saia ganhando, hoje, nosso senador da República [soa a campainha] por intermediar esse grande consenso que nós estamos buscando nesta Casa, para o bem do Brasil e para o bem de todos os brasileiros.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Sr. Emanuel da Mata Lima. Passo, então, a palavra aos representantes das instituições governamentais aqui, no caso, o Ministério de Minas e Energia, e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Com a palavra o Dr. Cláudio Scliar, secretário de geologia e mineração e transformação mineral, que aqui representa o Ministro Edison Lobão.

V. Sa. para sua manifestação.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Bem--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Aliás, eu queria... Um pequeno equívoco da Mesa, que o senhor pode falar, e o Dr. Miguel Nery falar por último, eu gostaria de conceder aqui os três minutos ao Etevaldo Arantes, para que faça sua manifestação, nessa etapa final de nossos trabalhos.

SR. ETEVALDO DA CRUZ ARANTES: Ok. Então, foi observado aqui, e de forma muito interessante, que todos concordam com o sumiço da folha que trata do memorial descritivo do Decreto 74.509.

E foi informado, também, que foi através de posições e de informações da VALE do Rio Doce é que fizeram esse conserto. Ora, gente, é brincadeira! É brincadeira! Quem cometeu a fraude é que vai dizer onde conserta ela? É como colocar a raposa para cuidar das galinhas [palmas]. É como colocar a raposa para cuidar das galinhas. Isso é brincadeira!

Então, o que nós queremos... Outra coisa também que é muito interessante: nós, garimpeiros, para trabalhar, tem que ter o PLG, para pesquisar tem que ter o PLG, mas a Vale do Rio Doce pesquisou todas as áreas da COOMANSE, da COOPAG, da COOMIGASP com que autorização? Se as áreas são referidas por essas cooperativas, como a Vale do Rio Doce teve acesso e direito, permissão para pesquisar numa área que não era requerida por ela? Tem explicação isso, senhores? Como a Vale do Rio Doce pesquisou em uma área requerida por outra entidade, por outra empresa? E o DNPM consentiu nisso.

E nós estamos falando aqui de fatos reais, que estão lá os furos que eles não puderam tirar de lá, fu-raram, o buraco está lá, estão as marcações lá, nós temos isso fotografado, inclusive comigo aqui, em *pen-drive*, as fotografias feitas pelos marcos, pelos buracos lá, feitos pela Vale do Rio Doce.

Gente, quem autorizou a Vale a pesquisar numa área requerida por outra entidade? Olha para vocês, observem a falta de respeito que a Vale tem para com a comunidade e para o órgão DNPM, porque isso é ruim para o DNPM, a Vale pesquisar numa área que é requerida por uma cooperativa.

Observem vocês que não tem a menor condição, não existe cabimento colocar a raposa para cuidar do galinheiro; no caso de o marco SL-1 voltar para o lugar com uma indicação da VALE do Rio Doce. É sem fundamento. É falta de respeito às entidades que requereram aquelas áreas.

E aí, quando diz, o professor, meu amigo Miguel Nery, ele diz: "Olha, as cooperativas não receberam". Ora, se a cooperativa não tivesse legal para receber nada, para receber a área, ela não teria recebido 600 hectares da COOPAG. Por que ela estava apta a receber 600, mas não estava habilitada a receber os três mil por ela requeridos? Tem explicação isso? Se não pode, se não estava legal, não deveria ter recebido nada. Se ela recebeu 600, é porque estava legal. E, como ela foi a prioritária no requerimento, teria que ter recebido tudo.

E isto acontece com a COOMANSE também, isso acontece com a COOMISP, isso acontece com a COOMPRO, que fez requerimentos, o andar estava em aberto, mas não recebeu. E a CONGASP também fez requerimento que não recebeu.

[soa a campainha]

Então, o que eu quero chamar a atenção dos senhores, deputados, autoridades aqui presentes, é que parem, os companheiros que aqui estão que parem para refletir o quanto estão sendo enganados e ludibriados os pequenos trabalhadores neste país, ainda neste Estado de democracia.

E, aproveitando, eu quero agradecer a todos os movimentos que têm dado suporte ao MTM, no caso, o MAB, o MST, a Via Campesina, porque o MST hoje é formado na região sul e sudeste do Pará, exatamente por garimpeiros que não tiveram a oportunidade de trabalho nas suas áreas de atuação, que era o garimpo, e foram obrigados a se agregarem em movimento. E, graças a Deus, fortaleceu o MST, fortaleceu a Via Campesina, fortaleceu o MAB, que, neste momento, é um dos mais prejudicados desta região e que luta em defesa daqueles que estão sendo enganados pelas grandes hidrelétricas.

Digamos isso, porque ainda hoje a Hidroelétrica de Tucuruí não ressarciu a todos os atingidos, 30 anos quase. Vai acontecer isso em Belo Monte, vai acontecer em todos os outros lugares.

Senhores, atentem-se para uma coisa: as grandes empresas, à história de capitalizar e de desenvolver regiões, estão subtraindo direitos da minoria. Não é justo, não é justo que a Secretaria de Meio Ambiente do Pará fez em relação a Serra Leste, enquanto relação à Serra Pelada, nas suas audiências públicas.

Então, é o desrespeito à minoria, é o desrespeito às comunidades locais. Estão acabando com a cultura daquele povo, estão acabando com a unidade, estão acabando com os laços culturais de um povo, sem se preocupar com nada.

Parece que estamos em um país, em um momento, é um mundo de fantasia, em que os menores não são respeitados, e os grandes se acham o dono do mundo e com a possibilidade de fazer tudo o que querem e que acham possíveis.

Senhores, companheiros que vieram de Serra Pelada, deputados, representantes do Executivo, Senador Nery, a gente agradece sua intervenção, que foi conhecer *in loco* a verdadeira situação de calamidade em que vive o povo de Serra Pelada. Foi lá ver, isso que ele disse das ruas, isso que ele disse de um colégio que não recebe merenda, porque não tem onde guardar. Um colégio do Estado não recebe merenda, porque não tem onde guardar, não tem quem vigie a merenda, não tem "Prosdócimo" para guardar os frios, não tem nada.

Então, nós estamos jogados à própria sorte, e, aqui, eu peço às autoridades deste país e do mundo que parem para observar uma comunidade, uma categoria que está se desviando dia a dia, por falta de ação e de responsabilidade de alguns órgãos públicos.

Senhores, muito obrigado. Era isso que eu tinha a dizer. Agradeço.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Sr. Etevaldo da Cruz Arantes, que aqui representa o Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração na região de Serra Pelada.

Eu queria, a propósito da fala do Etevaldo, do Sr. Etevaldo, comunicar que vários movimentos sociais, várias organizações de trabalhadores do Brasil e de outros países estão organizando e realizarão, no período de 13 a 16 de abril, na cidade do Rio de Janeiro, um encontro internacional dos atingidos pela Companhia Vale do Rio Doce.

Esse encontro se realiza paralelamente a uma reunião dos acionistas da Vale do Rio Doce, e será um contraponto àquele encontro dos que lucram, acumulam, extraindo, explorando nossas riquezas naturais e que precisa efetivamente daqueles que são atingidos pelos malefícios, pelos crimes ambientais, pelo desprezo às normas trabalhistas. A Vale, é bom dizer, acaba de ser condenada pelo Juiz de Parauapebas, em mais de 300 milhões de reais, por conta das horas não pagas no itinerário de trabalho, ou seja, as horas itinerantes têm que ser consideradas horas trabalhadas. Como não pagava, foi uma decisão do Juiz Dr. Jônatas Andrade, uma decisão corajosa, correta, que multa a Vale em mais de 300 milhões de reais.

Portanto, os trabalhadores e as organizações terão voz e um espaço para debater, discutir e realizar sua luta para que, na área de implantação dos grandes projetos da Vale do Rio Doce, seja do Brasil, seja no exterior, é preciso exigir-lhe dignidade, respeito e dignidade aos trabalhadores, em qualquer parte do planeta.

Bem, vamos ouvir o Dr. Cláudio Scliar, secretário de geologia e mineração do Ministério de Minas e Energia, para suas considerações.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Bem, aqui representando o Ministro Edison Lobão, eu gostaria de dizer que o Ministério de Minas e Energia, desde 2003, temos feito a coordenação política de todo esse trabalho, junto aos garimpeiros, junto às várias entidades, sempre chamando o DNPM nas questões específicas que têm a ver com a regulação, para estar junto conosco.

Desenvolvemos esse trabalho junto com vários outros ministérios do Governo Federal, e gostaria de destacar que foi somente após a posse da Governadora Ana Júlia que nós tivemos uma participação mais efetiva do Governo do Estado; até então, não tínhamos. Eu acredito que os próprios companheiros garimpeiros aqui presentes lembram e sabem disso.

Então, nós, no MME, desenvolvemos esse conjunto de trabalho, procurando sempre resolver as questões trazidas por esses garimpeiros, desde 2003. A sucessão aqui levantada por alguns colegas, pelo da Mata, pelo que foi levantado aqui, a sucessão COOGAR,

primeira cooperativa lá, CONGASP e COOMIGASP, ela foi uma sucessão profundamente discutida com os próprios garimpeiros e em todo o setor jurídico de Governo Federal, com JUCEPA e tudo o mais.

Aqui temos, inclusive, o presidente da COOMIGASP na época, João Carlos Lepos, aqui está, e era uma sucessão, João Lepos, Josimar, Valder, Gessé. Caros companheiros garimpeiros que estão aqui, todos conhecem essa história. Tivemos o Luiz da Mata sempre levantando uma visão crítica em relação a isso, tanto que não participou da readequação a CONGASP. A CONGASP não participou da readequação. Todos os outros participaram.

É uma questão que não é Governo que resolve essas diferenças como se dão; todos os outros presentes e o Luiz da Mata, com a CONGASP, eu não lembro se vocês participaram da readequação, não me recordo. Também não. Mas, de qualquer maneira, foi todo esse trabalho que reconstruiu a COOMIGASP.

É uma linha discutida e debatida com os próprios garimpeiros, com as lideranças de garimpeiros aqui presentes. Então, esse caminhar que nós tivemos como presidentes da COOMIGASP, Lepos, Josimar, Valder, Gessé, eram presidentes que foram sendo eleitos, foram eleitos pela categoria, Senador Nery.

O senhor é uma pessoa com experiência política como nós: quantos presidentes de sindicatos, associações, que foram eleitos, nós tivemos que estar na oposição para, na próxima eleição, eleger outro? Quantas vezes, por este país afora e ainda. Mas quantas vezes na história deste país? É isso.

O importante, o fundamental, nesse aspecto, é se ter uma entidade que tenha representatividade e que, por favor, seus associados se organizem, debatam, discutam e venham discutir com o Governo Federal de uma forma organizada.

E esse foi o caminho que fizemos, com a contribuição enorme de pessoas como o Etevaldo, de tantos outros, que não vou citar o nome dos que estão aqui, dos que não estão aqui. Rodrigo, eu estou falando dos que estão aqui presentes, com a contribuição de cada um desses companheiros, contribuição deles.

Conseguimos essa reorganização de COOMIGASP, que, hoje, hoje, tem críticas, tem questionamentos, mas está lá. Que tenham diálogos em vários outros aspectos, em vários outros lugares. Isso numa primeira questão.

O que eu tenho sempre levantado para os colegas que questionam a legitimidade de COOMIGASP, por favor, lutem para a COOMIGASP cada vez ser mais forte, porque, quando vocês ganharem na Justiça, vocês vão ser dedos de uma entidade cada vez mais forte, na Justiça ou na eleição, na próxima eleição. Agora, não dá para jogar para o Governo Federal decisões que sejam tomadas em assembleias pelos seus associados. Por favor.

O caminho que nós tivemos foi um caminho claro, transparente e foi um caminho que foi baseado, baseado na lei dos nossos, todos os nossos setores jurídicos, dos vários ministérios, onde e com a concordância, a cada passo, da grande maioria das entidades garimpeiras. A grande maioria delas, com uma ou duas exceções, em 20, em 30. Uma ou duas exceções. Esse foi o caminho que tomamos.

Outro aspecto aí que eu gostaria, então, de levantar. Quando se fala de contratos dessas questões, seja dos 100 hectares, que tem a ver com o alvará de pesquisa que foi cedido para a COOMIGASP, a diretoria da COOMIGASP, através de suas assembléias, fez uma associação com outra empresa; uma cooperativa é uma pessoa jurídica de caráter econômico, que fez associações, passando por suas assembleias.

O Dr. Miguel levantou bem aqui, por favor, já foram, já houve toda uma discussão dentro do jurídico do DNPM. Se tem novos dados de falsidades ou coisas desse tipo, por favor, encaminhem. Agora, o que ocorreu de uma forma legal, de documentos apresentados que foram avaliados. Existem questionamentos outros? Por favor, não tenham dúvida nenhuma de que o DNPM vai estar perfeitamente aberto para receber esse documento, se analisar e avaliar.

Quanto a esse outro contrato que agora eu vi hoje, o Lepos me mostrou, já pedi cópia para ele. Tem uma assembleia, uma nova assembleia da COOMIGASP. É uma nova assembleia, pública, da COOMIGASP, para discutir o contrato de opção de pesquisa que COOMIGASP faria com a Vale do Rio Doce, de outra área, que é o tal dos 700 hectares.

Isso vai ser colocado numa assembleia futura, me parece, para ser aprovado pela assembleia. Não é isso? É uma assembleia futura. É um contrato de opção de pesquisa, que vai ser também discutido na cooperativa, pela sua instância de decisão máxima, sei lá, em termos do seu Estatuto.

É na assembleia que vai discutir essa questão. Nós do governo, nós vamos receber as documentações que são. Nós não temos como ter uma militância política e estar presente em cada assembleia de cooperativas, e os companheiros aqui têm que entender: se, em Serra Pelada, nós tivemos um grande garimpo, um grande garimpo nos anos 80, e cada um dos que estão aqui, que tem participado conosco nos seminários, em muitas atividades, podem ter certeza: nós estamos extremamente atentos a algumas dezenas e dezenas de milhares de garimpeiros em todo o Brasil. no Rio Grande do Sul, pelo país inteiro.

A Serra Pelada é extremamente importante, mas nós não temos como estar acompanhando, com militantes nossos, com servidores públicos em cada um dessas centenas de lugares pelo país inteiro, que têm milhares e milhares de trabalhadores extraindo com PLGs e, como o Miguel mesmo falou, indo agora lá em Itaituba, tem todo um trabalho, ou seja no Tocantins ou seja onde quer que seja, tantos outros estados têm garimpos neste país. Então, esse caminho, o caminho, no caso de Serra Pelada, é um caminho que, felizmente, já está bem trilhado. Agora, trilhado no sentido da organização das entidades, inclusive, não só da COOMIGASP, como das outras cooperativas, que nós esperamos mesmo. Já estão com suas PLGs, alguma ou praticamente todas já com suas licenças ambientais, que também produzam, que também produzam, que também tenham uma atividade minerária.

E, agora, só para encerrar, e só uma questão. Sem entrar... Isso é uma questão que o Dr. Miguel com certeza vai falar alguma questão, nesse aspecto mais específico, no DNPM, não é SL-1, mas eu acredito que, quando se fala de Serra Pelada, quando se fala de Serra Pelada, eu não sei se algum de vocês aqui tem como algo que seja mais importante do que a região da cava. Me parece que é o mais importante, ao se falar de Serra Pelada. Essa discussão toda de SL-1, os 100 hectares, deslocou a cava? Como você disse, a cava está lá nos 100 hectares ou não? Ou está em outro lugar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um erro não justifica o outro.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Não, não, não. Por favor, por favor, eu não estou... Isso não é a discussão minha, eu só estou querendo dizer se a cava não está dentro dos 100 hectares que foi cedido, não está no meio dos 100 hectares. Se não estiver, aí... É só uma curiosidade minha, porque parece que os dados que levantam, fica parecendo que a cava, ela está em algum outro lugar. Não foi requerida. Não é o alvará de pesquisa [soa a campainha]. Não está no alvará de pesquisa a cava? Me parece que está.

Mas tudo bem, é só isso, não é um assunto, é só como uma curiosidade, como profissional da área, eu sou geólogo e tenho participado desse debate, mas ficou até me parecendo que houve algum problema com a cava, que está em algum outro lugar e não pertence hoje à COOMIGASP, que fez um contrato com outra empresa, através da decisão de sua assembleia geral. Os responsáveis por isso, por esse debate, essa discussão levantem o dedo. Com certeza não somos nós, Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Dr. Cláudio Scliar, que aqui representa o Ministro Edison Lobão, por sua manifestação.

Antes de passar ao Dr. Miguel Cedraz, eu gostaria de fazer a sugestão de alguns encaminhamentos, para que, ao final da nossa reunião, pudéssemos aqui tomar como orientação. Primeiro, e é claro, tentar com isso obter o consenso, porque aqui não há como votar qualquer encaminhamento, a não ser definir por consenso, entre a representação dos garimpeiros e as instituições oficiais aqui representadas.

Primeiro, encaminhar todos os documentos que nos foram trazidos pelas entidades ou por garimpeiros individualmente ou pela defesa das entidades, que seja da CONGASP e de outros, encaminhar todos esses documentos ao DNPM e ao Ministério de Minas e Energia, solicitando a realização de uma auditoria em relação à questão da concessão, como sinalizou aqui o próprio Dr. Cedraz, relativo à concessão para a exploração dos direitos minerários pelas cooperativas ou aquele processo de negociação que foi aqui amplamente informado, que, segundo as afirmações aqui feitas, o conjunto das entidades estiveram diretamente envolvidas no processo de negociação, para chegar a uma definição de que seria a COOMIGASP a cooperativa que representaria, ressalvados aqui aqueles que não tiveram participação, como é o caso do Sr. Luiz Emanuel Mata Lima, que afirmou não ter participado.

Sugerir uma reunião de trabalho entre as entidades e o DNPM, posteriormente a essa nossa audiência, para combinar o prazo em que essas explicações ou essa auditoria deva ser feita, no sentido, de pelo menos, mais do ponto de vista administrativo, obtermos explicações e respostas para os problemas aqui elencados, sem prejuízo – e depois eu vou perguntar ao advogado, Dr. Paulo Ricardo, o andamento dos processos judiciais que ele acompanha. Perguntar depois, o senhor explique para nós, para todos aqui o andamento desse processo.

Mas a sugestão é que haja uma reunião entre os representantes das cooperativas e das associações, do SINGASP e de outros com o DNPM para tomar...

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não, justamente, eu estou fazendo, Dr. Cedraz, eu estou sugerindo esses encaminhamentos porque o que for aqui orientado é fruto do consenso entre as partes.

Na manifestação do Dr. Miguel, que ele possa nos falar sobre a revisão do marco SL-1, que foi aqui reivindicado pelo conjunto das manifestações da representação dos garimpeiros, e tendo em vista a in-

formação que o senhor mesmo nos prestou, de que a definição ou a redefinição desse marco acabou sendo feito com base em estudos, levantamentos realizados pela Companhia Vale do Rio Doce, e a reivindicação aqui é quanto a essa redefinição do marco SL-1, quais são os procedimentos e se o DNPM tratará do encaminhamento dessa questão.

Em relação à denúncia de violação de direitos humanos, de ameaça, de perseguição, sugerir que o advogado, Dr. Rodrigo, e demais associações e movimentos dos garimpeiros formalizem, perante a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a denúncia que ele apresentou contra o Cabo Batista e outros policiais que eventualmente estejam envolvidos em violência contra trabalhadores naquela região.

Esta comissão encaminhará a denúncia que for formalizada aos órgãos, à ouvidoria e aos órgãos da Polícia Militar do Pará, com expediente à Sra. Governadora do Estado, para que mande apurar e, se comprovarem os ilícitos, punir exemplarmente esses servidores públicos, que, segundo a denúncia, estariam cometendo grave violência contra os trabalhadores daquela região.

Sugerir ao Ministério de Minas e Energia, ao DNPM e às organizações de movimento dos garimpeiros a constituição de um grupo de trabalho para discutir, de forma mais global, as questões que envolvem toda a comunidade de Serra Pelada, que passa por uma participação envolvendo o Governo do Estado do Pará, a Prefeitura de Curionópolis, onde está localizada Serra Pelada, com a participação do DNPM, do Ministério de Minas e Energia e de outras instituições que consideremos necessárias ao debate e à formulação de alternativas econômicas, locais, que possam redirecionar as atividades das pessoas, não só de garimpeiros, mas de seus filhos, das outras pessoas que não são garimpeiros, mas são moradores de Serra Pelada. Pensar, por exemplo, em alternativas que impliquem a realização de capacitação profissional para o exercício de algumas atividades, inclusive algumas delas usando, inclusive, os próprios minerais presentes na região.

Creio que essa ideia teria o significado de discutir, por exemplo, a política de saúde pública naquela área, as políticas de educação, visto que a única escola existente, com quatro salas de aula, caindo aos pedaços, sem funcionários suficientes, o diretor da escola é também o secretário, é o vigia; não tem uma pessoa e um funcionário, uma funcionária para preparar a alimentação das crianças; são os pais, são as mães que ali realizam, em trabalham voluntário. Então, é um caos.

Então, eu acho que é preciso discutir alternativas econômicas às questões existentes lá, especialmente aquela que depende da exploração mineral; é preciso discutir as condições sociais de políticas públicas, saúde, educação, capacitação profissional, para retirarmos aquela comunidade do estado de profunda miséria e abandono em que se encontra.

São essas proposições que a Mesa, depois, ao final dos trabalhos, deverá se manifestar, e, se de acordo, deveremos encaminhar como resultado desta nossa Audiência Pública.

Com a palavra o Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, para a manifestação. Agora, antes, gostaria de ouvir o Dr. Paulo Ricardo a respeito, em rápidas palavras, sobre o andamento dos processos judiciais, tanto em relação aos recursos que estariam de posse da Caixa, que seriam de posse da Caixa Econômica Federal, bem como a questão do processo de concessão para a exploração mineral, por parte das cooperativas e por parte das organizações dos garimpeiros.

SR. PAULO RICARDO SILVA: Ok. Com relação ao processo que envolve a sobra de ouro e paládio, esse processo está em grau de recurso no TRF, onde está pendente de julgamento, e, ali, inclusive, com a intervenção do Ministério Público, questionando essa questão de que de fato esses recursos não deveriam ser direcionados à COOMIGASP ou qualquer entidade, se não a própria classe garimpeira, tendo em vista diversos contratos e penhoras que existem no rosto daqueles autos, reivindicando créditos, inclusive de ordem trabalhista e de outras ordens, como, por exemplo, contratos que foram feitos com empreiteiras, na região, e que muitos deles, sabidamente, são fraudulentos.

Então, nesse processo, que é o processo que correu na 7ª Vara Federal, é o processo mais antigo, onde se discute a sobra de ouro e do paládio daqueles que se encontravam à disposição, que foi retido pela Caixa Econômica. Então, esse processo ainda está pendente de julgamento nesse sentido.

No que diz respeito ao processo que envolve a questão do questionamento da sucessão das cooperativas, foi protocolizada uma ação na 14ª Vara, onde se questiona que essa passagem do CNPJ da CONGASP para a COOMIGASP foi de uma forma fraudulenta. Então, esse processo da 14ª Vara, onde se discute isso, que esse CNPJ, não houve uma sucessão e que, portanto, esse CNPJ não poderia estar na posse da COOMIGASP. Isso ainda está pendente de julgamento de primeiro grau, mas, como eu disse, não houve uma contestação por parte da COOMIGASP, alegando contrapondo àqueles argumentos nossos.

A outra ação é da 9ª Vara Federal, onde está o UNGB e a CONGASP, onde se pleiteava a inclusão

dos chamados garimpeiros de carteiras amarelas, que efetivamente trabalhavam no garimpo de Serra Pelada, e esse, no primeiro grau, não foi dado provimento, porque o órgão, a Secretaria de Fazenda informou que não possui o cadastro desses garimpeiros que, efetivamente, trabalharam, que eram os portadores da carteira amarela. Então, ela disse que no Governo Collor esses arquivos foram destruídos e que, portanto, não se teria como levantar efetivamente esses cerca de 100 mil garimpeiros que efetivamente trabalharam em Serra Pelada.

Então, esse é o processo da 9ª Vara e que não foi dado provimento em razão da ausência desse documento.

Então, basicamente, são esses os três processos que nós temos em andamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço os esclarecimentos do Dr. Paulo Ricardo e comunico a todos que o Dr. Cláudio Scliar, em razão de compromisso assumido anteriormente, até porque o início da nossa audiência atrasou em uma hora, e já nos estendemos aqui para fazer todo o debate necessário, ele pede licença para se ausentar, mas nós aproveitamos a oportunidade para agradecer a presença do Ministério de Minas e Energia, na pessoa de V. Sa., que aqui prestou os esclarecimentos e participou do debate; sobretudo, nossa solicitação, que eu creio que será o compromisso final firmado nesta audiência, de que, além das questões da exploração mineral pelos garimpeiros e a questão que envolve a organização e o respeito às demandas das cooperativas e dos movimentos dos garimpeiros, nós possamos obter o compromisso conjunto de um grupo de trabalho para realizar um seminário, lá em Serra Pelada, no prazo de no máximo 60 dias, no máximo 60 dias, sendo que, nesse período, se as instituições aqui citadas concordarem com o encaminhamento, deveremos ali, antes, fazer um levantamento, nas nossas instituições representadas, fazer um levantamento das instituições mais específicas, e possamos fazer o seminário com algum grau de capacidade para responder e apresentar propostas concretas quanto ao processo de desenvolvimento local, inclusive, considero que, nesse aspecto, devemos ter a presença e a participação da Companhia Vale do Rio Doce, porque ela também é devedora, ela tem uma dívida social com toda aquela comunidade.

Agradeço a presença do senhor e concedo a palavra ao Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, aqui representando o DNPM.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Obrigado, senador. Eu vou começar essa minha última fala, portanto, esclarecendo alguns fatos.

Só para que nós tenhamos clareza e não convivamos aqui nesse fechamento, senador, com alguma confusão, eu vou trabalhar com dois conceitos: o conceito CVRD e o conceito Vale.

O conceito CVRD é a estatal que trabalhava pelo Governo, na década de 70, e veio a ser privatizado no Governo do Presidente Fernando Henrique. Mas, na década de 70, antes mesmo de existir o garimpo de Serra Pelada, a CVRD realizou, em nome do Governo Federal, um amplo processo de levantamento geodésico, geológico na região, com recursos do BNDES, independentemente de isso estar vinculado a processo de direito minerário. E esse amplo levantamento é que identificava e amarrava o conjunto de direitos minerais, que dela, inclusive, são volumes de um trabalho que... São volumes de mais de oito ou dez... Volumes... É um projeto que, seu relatório final envolve mais de oito ou dez volumes. E as plantas que nós recorremos para poder, aí, sim, meu caro amigo Rodrigo, reposicionar aquilo que existia de dúvida sobre a verdadeira alocação do SL-1, não foi em cima de processo, de suposta página subtraída ou o que quer que tenha sido, foi em cima de um documento que posicionava esse marco, antes mesmo de qualquer...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Garimpo existente.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Garimpo existente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse é o ponto.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: E aí, meu amigo Etevaldo, não vamos confundir aqui a Vale privada hoje e dizer: "Botou a galinha para tomar conta do galinheiro". Isso não existe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A raposa.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Desculpa, é raposa. Mas isso não existe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Por favor, por favor, por favor [soa a campainha].

Então, não dá para trabalhar como se o DNPM estivesse se subordinando à Vale. O DNPM utilizou as informações do Governo Federal, à época, em 1972, quando não existia qualquer atividade garimpeira na área.

Então, essa foi nossa divergência, fomos ao campo com vocês, coloquei 15 dias uma equipe com GPS geodésico para identificar onde de fato estava esse ponto, e, a partir desse ponto, fizemos o encaminhamento que amarrou todos os vértices e todos as poligonais, que hoje estamos outorgando as PLGs para cada um das cooperativas. Então, com todo o respeito, vamos

falar a verdade, e não ficar utilizando de retórica aqui nesta Reunião para tentar desmerecer o trabalho sério que o DNPM realizou. Ponto um.

Admitido, portanto, que o SL-1 que o DNPM está trabalhando e trabalhou para poder emitir todas as PLGs foi, de fato, é de fato o SL-1 correto, reposicionado para poder colocar todas as áreas no seu devido lugar e retirar as interferências, após o estudo de controle de área, é exatamente o mosaico de áreas remanescentes, após a retirada de interferência, que tem nos permitido outorgar PLG para COOMISP, para COTIA(F), para cada uma das cooperativas, das oito cooperativas que estarão se beneficiando de todo esse trabalho, COOMANSE, COOMPRO, com o trabalho, inclusive, de parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do estado, que está emitindo as licenças ambientais para que a gente possa dar o devido direito aos garimpeiros.

Então, não podemos aqui conviver com utilizar da confusão de Vale privada e Vale como um braço direito do Governo Federal, em 1972. Então, esse é o primeiro esclarecimento que eu acho muito importante fazer aqui.

Uma vez dito isso, quando nós fizemos a limpeza dos processos, identificamos o quê? A cava cairia, recairia sobre 77%, desculpem, 77 hectares dentro da área da VALE, e aí esse Governo chamou essa Vale, não a CVRD, porque era essa agora, para poder fazer a cessão de direitos. E poderia fazer para qualquer uma. Poderia ser, inclusive, para a CONGASP. Só que... Ou para alguma outra. Só que a grande maioria das lideranças optou, em reunião com o Governo, e não fomos nós que impusemos, que aquele direito que nós requeremos que a Vale cedesse para os garimpeiros fosse cedido para uma cooperativa, que nos foi trazida a melhor solução.

Qual era? COOMIGASP. Não foi o Governo que impôs isso. Respeito meu amigo da Mata, mas que se ausentou porque discordava do processo, era um direito que ele tinha, mas a grande maioria das lideranças e das cooperativas concordou com isso.

Então, só para concluir, então, SL-1 para mim, não resta dúvida. E eu diria que, do ponto de vista administrativo, o DNPM, não tenho dúvida de que, após todo o desenvolvimento entre as lideranças e as cooperativas, que a cava ficaria para a COOMIGASP. Caso os senhores logrem êxito nas teses jurídicas de vocês, perante a Justiça, o DNPM não irá vacilar e cumprirá a decisão judicial, caso essa seja a tese vitoriosa judicialmente.

E aí, do ponto de vista da discussão real que se coloca hoje aqui, para mim, é a questão seguinte: se o direito ficou por uma ampla maioria em favor da COOMIGASP, o que está assim me sendo trazido de novo aqui é se o contrato de cessão de direito da COOMIGASP com a Colossus, ele é eivado de legalidade.

E aí, senador, é a que eu me refiro, que peço que toda a documentação comprobatória daquilo que eventualmente os denunciantes aqui hoje levantam como sendo um processo fraudulento, que possa ser encaminhado para o diretor-geral, Eu formarei um processo administrativo, e não será o distrito que irá analisar, os melhores procuradores que nós temos no DNPM se debruçarão sobre esses fatos e, oportunamente, responderão àquele ou àquela entidade que efetivamente nos encaminhe a denúncia.

O DNPM, a Procuradoria, representante da AGU irão se pronunciar sobre a denúncia e dirão qual será o caminho. E aí eu acho que pega tanto o aspecto da relação SPCDM e Vale, a nova, pega todos os aspectos que possam ser trazidos aos autos de um processo administrativo, que a gente discutiria o processo de cessão, o DNPM se coloca aberto, porque não vai pactuar com qualquer processo fraudulento, se assim ficar caracterizado. Até que provem o contrário, os documentos que a Procuradoria analisou eram eivados de legalidade.

Então, coloco a autarquia mais uma vez à disposição. Então, esse fato eu acho que é um fato [ininteligível]. Os demais eu considero, senador, administrativamente superados. Com todo o respeito ao meu amigo Rodrigo, com todo o respeito ao meu amigo Etevaldo, mas são fatos superados e o que nós não temos é segurança jurídica para repor um ponto de SL-1 para onde vocês estão achando que deve. Eu tive que recorrer à bibliografia técnica existente nos nossos acervos, que remetem a 1972, quando nem se imaginava ter garimpo. Então, foi isso que foi a armação.

E mais, só para concluir, a tal da folha aqui descolou e saiu do processo, nós temos as segundas vias [risos], nós temos as segundas vias, as segundas vias originais. Pois não, Dr. Walter.

SR. WALTER LINS ARCOVERDE: Existe Serra Sul, Serra Leste e Serra Norte. São as jazidas de minério de ferro no Pará. Esse trabalho, em 1972 que foi feito, amarrou todas essas áreas, senador. Então, esse mapa, ele é único para todas essas áreas. Então, esse ponto é de 1972, e foi desse ponto que nós fizemos todo esse reestudo que chegou à outorga de uma PLG, um alvará, me desculpem, de 100 hectares na cava, onde está a mineralização de ouro trabalhada pelos garimpeiros, a cooperativa dos garimpeiros que requereu, porque os estudos foram feitos, e o requerimento era da COOMIGASP. Então, o DNPM tinha que dar à COOMIGASP, mais outra área ao norte para a COOMIGASP e mais uma área à COOMISP de qua-

trocentos e tantos hectares, outra área à COOMANSE, outra área à COOMPRO, outra área à COOPAG.

Então, tem dois mil hectares de áreas outorgadas, isso já é uma reserva garimpeira, como o colega Etevaldo está pleiteando. Já é, já é uma reserva garimpeira ali, tem dois mil hectares de reserva garimpeira. Minério de ferro, que está ao sul da cava de Serra Pelada, que é o projeto Serra Leste, é minério de ferro não garimpável, é uma planta industrial que tem que ser implantada. Então, ali o trabalho técnico-jurídico foi perfeito e foi acompanhado pelos senhores.

E nós já respondemos, vamos responder aos senhores, ao Sr. Senador, parabenizo pela audiência, muito boa a audiência aqui, só senti falta aqui do Ministério da Justiça, do Ministro da Saúde, do Ministro do Desenvolvimento Social e de inúmeras outras instituições que foram citadas aqui como um problema [ininteligível] região. Porque o único órgão; não vou dizer o único, mas o órgão que fez inclusão social em Serra Pelada e que concedeu os títulos historicamente reivindicados pelos garimpeiros aos garimpeiros, o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral, que tem 75 anos de existência e que há sete anos tem uma diretoria coletiva que nunca mudou e, se não mudou, com tudo isso que passamos nesses anos, aí eu lembro aqui o advogado Paulo Ricardo e agradeço a menção dele e desconstituo qualquer outra denúncia que foi feita pelos representantes.

Ele, como advogado, diz: "Eu não tenho nada contra a lisura dos dirigentes dessa autarquia". Muito obrigado, advogado, muito obrigado. E o advogado Rodrigo também disse que foi corrigido o ato da gestão do diretor que está falando aqui. Muito obrigado, advogado Rodrigo.

Então, que fique claro: nós trabalhamos com toda a lisura técnico-jurídica o tempo inteiro, em comissão interministerial e com participação dos representantes dos garimpeiros o tempo inteiro. Os atos são livres, já respondemos ao Ministério Público demandas, à Polícia Federal demandas, às próprias cooperativas demandas, ao Tribunal de Contas demandas [soa a campainha], porque Serra Pelada é um problema histórico.

Eu gostaria de deixar registrado isso. O mapa é um mapa de 1972.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Volta a palavra ao Dr. Cedraz.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Obrigado pelo aparte, Dr. Walter. E quero dizer, para encerrar, que o DNPM, nesse esforço de fazer a inclusão social, se coloca alinhado com V. Exa., senador, e com os demais órgãos de governo federal e estadual, na busca por se encontrar alternativas de sustentabilidade econômica para o povo garimpeiro de Serra Pelada. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço ao Dr. Miguel Cedraz Nery e creio que, pelas manifestações aqui expressas, nós temos consciência de que, diante de problemas graves e difíceis, como essa situação dos garimpeiros, que envolvem o problema de diversas ordens, das formas e dos processos de organização de conflitos entre lideranças e entre organizações da mesma categoria, da relação, às vezes, conflituosa com a empresa Vale do Rio Doce e de questionamentos junto aos órgãos governamentais, não temos a pretensão de aqui esgotar o debate, nem a pretensão de aqui encontrar a solução para todos os problemas que foram aqui sobejamente apontados e repetidos, tal é o grau de preocupações e, sobretudo, representam um pouco o que foi dito aqui, a luta de milhares de pessoas que, ao longo dos últimos 30 anos, se dedicou à atividade garimpeira na região de Carajás, na região de Serra Pelada.

Portanto, os encaminhamentos que aqui propomos – e aceito –, ao que eu pude entender pelas partes, que, além de encaminhar os documentos que nos chegaram aqui nesta audiência, na Comissão de Direitos Humanos, e tomando como base a fala do Dr. Miguel, as próprias entidades, a meu ver, fica melhor assim, nós faremos o encaminhamento formal ao DNPM do documento recebido, mas seria importante combinar aqui que as próprias entidades, de forma mais direta, peticionem diretamente ao DNPM o exame de todas as questões que foram aqui relacionadas, de modo que o encaminhamento que faremos apenas se soma ao que as entidades, de forma protagonista, podem realizar junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

Gostaria que as entidades pudessem ter um prazo mínimo aí, não sei, ou se imediatamente já têm condições de realizar, enviar essa petição, fundamentada com provas e documentos, ao DNPM. Evidentemente, ao DNPM caberia estabelecer um prazo para responder; quando instaurar a devida auditoria, ter um prazo que nós esperamos, Dr. Miguel, que seja um prazo razoável para que a gente possa ter essa resposta.

Inclusive, solicito a V. Sa. o encaminhamento final desse resultado dessa auditoria à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

SR. MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY: Assim que eu tenho a resposta da Procuradoria da análise que ela fará na sua auditoria, senador, dos autos, no processo de cessão de direitos, certamente que remeteremos para cá a conclusão. Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Reitero que os denunciantes formalizem

a denúncia que envolve participação de membros da Polícia Militar em atos de violência, lá em Serra Pelada, para que possamos tomar os encaminhamentos adequados.

E considero muito importante o fato de que aqui tenhamos conseguido firmar um compromisso para, no prazo de 60 dias, realizar um seminário em Serra Pelada, em que os diversos órgãos, governo do estado, governo federal, através do Ministério de Minas e Energia e do DNPM, vamos contatar com a Prefeitura de Curionópolis, com a participação das entidades, todas que aqui se fizeram presentes, possamos discutir e apresentar, naquele seminário, ideias, e, a partir dali, se estabeleça um processo de luta e organização em relação a alternativas econômicas para a população de Serra Pelada, e não apenas à exploração mineral, como maior referência, bem como traçar ali uma pauta, definir uma pauta das questões sociais mais relevantes e importantes, relativas à educação, saúde, infraestrutura da cidade, saneamento, meio ambiente.

É bom dizer que ali, naquela comunidade, está o maior número de pessoas contaminadas com... É a região do Estado do Pará com o maior número de hansenianos, certo? Então, isso deve preocupar a todos e implica uma ação muito firme, tanto do governo do estado, da Secretaria de Saúde Pública do estado, bem como da Secretaria de Saúde Pública do Município de Curionópolis.

E consolido nesse processo pensarmos um programa de formação e capacitação profissional para os adultos, para os moradores daquela cidade e, também, especialmente, para a juventude.

Creio que com esses encaminhamentos... E as questões judiciais, é o tempo da tramitação desse processo nas diversas instâncias, para que, com a análise, com as provas, com os documentos apresentados, a Justiça brasileira possa apresentar uma conclusão, através de uma sentença, dizendo realmente a quem são garantidos os direitos dessa exploração por parte dos garimpeiros ou que entidades estão realmente aptas a fazer essa exploração, em nome da comunidade garimpeira.

Creio que esses encaminhamentos são aqueles possíveis numa audiência no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Agradecemos a presença de todas as instituições, de todas as entidades, do Ministério de Minas e Energia, da Caixa Econômica Federal, do Governo do Estado do Pará, do DNPM e das associações, do movimento dos garimpeiros, dos trabalhadores garimpeiros, da União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores, das associações de defesa dos garimpeiros do Brasil e também de Serra Pelada.

Creio que, com esses encaminhamentos, temos a orientação de que aqui não encontramos resposta para todas as questões. Tem caminhos, tem lutas, tem tarefas, tem obrigações de cada um de nós, e o Senado Federal se sente, de alguma forma, na responsabilidade – e esta Comissão de Direitos Humanos – de acompanhar, monitorar os encaminhamentos, as definições que tomamos aqui por consenso.

Desejo que procuremos, todos nós, as mesmas associações e a própria luta em relação ao papel da COOMIGASP, se for ela, ao final, ou a entidade a que efetivamente venha a ser garantido o direito da exploração mineral, o que nós sugerimos a todos os garimpeiros e a todas as lideranças de todas as entidades é um pedido muito simples: vamos fazer do debate o instrumento fundamental, e da luta, o instrumento fundamental da conquista de nossos direitos. Vamos repudiar e recusar qualquer ação violenta que possa significar a agressão a qualquer dos que estão nessa contenda. Vamos nos armar, sim, com os melhores argumentos, com as melhores ideias, com as melhores lutas, para fazer prevalecer o direito de 60 ou, quem sabe, de 100 mil garimpeiros de nosso país, em especial, daqueles da região de Serra Pelada, do Pará, do Maranhão, do Piauí, etc.

Precisamos ir nesse caminho e esperamos nos encontrar, quem sabe, em outras audiências, em outras lutas, mas que a reunião desta comissão quer ser apenas uma humilde contribuição à busca do entendimento, da paz, do respeito aos direitos de quem tem direito, e que nós façamos deste momento algo que nos estimule a dar passos largos para poder viver melhor, lutar melhor, conquistar nossos direitos e trazer, enfim, a felicidade que nós queremos para todas as pessoas daquela região, com paz, com justiça e sem violência. Muito obrigado a todos e todas.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h55.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de março dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora (**Marina Silva)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação

Participativa com a presença do seguintes senhores Senadores membros da CDH **Cristovam Buarque, Flávio Arns e a Senadora Marina Silva**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Audiência Pública**, nos termos do **Requerimento nº 04, de 2010 – CDH**, de autoria da Senadora Marina Silva, aprovado em 04/02/10, **com o objetivo de debater a situação dos índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul**. A Senhora Presidenta abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **José Antonio Roldão –** Diretor Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Agraer em representação a Sua Excelência **André Puccinelli** – Governador do Estado do Mato Grosso do Sul; **Paulo César Zeni** – Promotor de Justiça da Comarca de Dourados/MS; **Marco Antônio Delfino de Almeida** – Procurador da República no Município de Dourados; **Márcio Macedo da Costa –** Chefe de Departamento de Meio Ambiente e **Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcanti –** Chefe de Departamento de Bicombustíveis em representação a **Luciano Coutinho** – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES; **Dárcio Queiroz Silva –** Diretor Secretário, em representação a **Ademar da Silva Junior** – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul; **Rubem Ferreira Thomaz de Almeida** – Antropólogo – Coordenador atual do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Amambaipegua e **Anastácio Peralta Kaiowá** – Membro titular da Comissão Nacional de Políticas Indigenista – CNPI. Deixam de comparecer os demais convidados. Inicialmente, a Senhora Presidenta, Marina Silva, chama os senhores convidados para que compareçam à mesa. A Senhora Presidenta, Marina Silva, faz suas considerações acerca do tema da Audiência Pública. A Senhora Presidenta dá a palavra aos senhores convidados. Às onze horas e quarenta e nove minutos, a Senhora Presidenta passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, franqueia a palavra a Senhora Rosene de Mattos Kaigang, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Em ato contínuo, o Senhor Presidente passa a palavra à Senadora Marina Silva. O Senhor Presidente faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Marina Silva e o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, e solicito a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior, colocando-a em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Eu permaneço como me encontro, porque eu sou a única senadora presente nessa sessão. Então, a Ata está aprovada.

Audiência Pública. "Nos termos do Requerimento nº. 04, de 2010, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria da senadora que está presidindo interinamente essa comissão...". Justificando aqui, o Senador Cristovam, ele tem aula nessa data, e ele já havia dito que não poderia estar presente, em função dessa aula, que não poderia faltar, e me pediu para que presidisse a reunião. A sessão tem... A Audiência Pública tem como objetivo debater a situação dos Índios Guarani-kaiowá do Mato Grosso do Sul. Temos aqui um conjunto de convidados, representando as comunidades indígenas, representando, enfim, outras instituições públicas, e eu vou então fazer aqui o convite para que possam compor a Mesa, dizendo que essa sessão se reveste, no meu entendimento, de uma importância fundamental. Essa comissão tem esse papel de promover o debate sobre as questões de Direitos Humanos, sobre a defesa da vida, a defesa de valores que no meu entendimento, não podem ser relativizados. Nós temos uma situação inaceitável de segregação no Brasil em relação a algumas das nossas etnias, e no caso dos Guarani-kaiowá talvez seja o exemplo mais gritante dessa situação. De sorte que poder falar aqui, no Senado, ainda que, eu diria, lamentavelmente, numa situação em que não temos nenhum dos Srs. Senadores, já é parte dessa sessão. De que não temos também representantes do Ministério da Justiça, não vamos ter também o representante do BNDES, e isso... Do BNDES está aqui, então está bom. Muito obrigada. Vamos ter já parte da sessão como a denúncia do que está acontecendo em relação aos Guarani-kaiowá.

Eu convido o Ministério da Justiça, em função, segundo o que foi me dito pela assessoria, de que o convite só chegou na sexta-feira, de que não foi possível estar aqui o Ministro Tarso Genro, inclusive meu amigo Ministro Tarso Genro e o Presidente da FUNAI também, meu companheiro Márcio Meira, também não pôde estar aqui. Mas eu convido à Mesa o Sr. José Antônio Roldão, Diretor-Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão para que possa

compor essa Mesa; convido também o Sr. Antônio André Puccinelli, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, também não está presente; Sr. Paulo César Zeni, Promotor de Justiça da Câmara de Dourados; Marco Antônio Delfino de Almeida, Procurador Federal de Dourados. Por favor, podemos compor a Mesa. Márcio de Macedo da Costa, Chefe de Departamento de Meio Ambiente, e Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcante, Chefe de Departamento de Biocombustíveis em representação ao Dr. Luciano Coutinho, e já faço aqui as minhas escusas, dizendo que não tinha ninguém do BNDES. Por favor, o senhor pode compor a Mesa. Já completou. Está sugerindo que a gente possa fazer então em duas Mesas, dada a quantidade de pessoas, então, os demais convidados poderão compor a Mesa num segundo momento. Eu não sei... Quantas representações das comunidades indígenas que temos aqui? Bem, vamos fazendo esse formato, dividindo em dois.

Antes de começar, eu queria apenas fazer aqui um breve registro. Eu estive no ano passado na última **Aty Guasu** dos índios Guarani-kaiowá, tive a oportunidade de participar de um evento que é uma mistura de algo grandioso, bonito, lúdico e ao mesmo tempo doloroso, dado a desterritorialização e a situação de opressão a que vivem os índios Guarani-kaiowá. E lá, naquela tsunami, eu me comprometi que o que eu poderia fazer era sugerir nessa Comissão essa Audiência Pública, e assim o fiz, fazer uma carta ao Presidente Lula relatando a situação dramática que já venho acompanhando desde 97 dos índios Guarani-kaiowá, o que fiz, enviando inclusive uma cópia da carta de conhecimento ao Presidente, de que enviaria a cópia da carta para as lideranças Guarani. E uma coisa interessante que na época que eles vieram aqui me convidar, eu tinha uma agenda, que foi um período bastante intenso aqui da minha agenda política, uma agenda muito difícil. Mas eles vieram pessoalmente me convidar para ir para a **Aty Guasu,** e eu explicava que não podia ir porque já tinha vários compromissos e, em função da distância, era impossível o deslocamento e cumprir com a agenda que já estava há muito tempo comprometida, e eu estava indo pela Comissão de Direitos Humanos, representando a Comissão de Direitos Humanos, e uma das lideranças, não sei se está aqui, me fez o seguinte argumento que foi muito convincente: "Senadora, nós queríamos que alguém..." Essas foram as palavras dele, eles passaram em vários gabinetes. "Nós queríamos que alguém importante fosse na nossa **Aty Guasu,** porque antigamente muitas pessoas importantes iam na nossa **Aty Guasu** e agora já não vai mais nem o Deputado Zé Grandão, que ele sempre ia". Quando ele me disse isso, eu simplesmente peguei o telefone, eu digo: "Dêem um jeito com essa outra agenda, porque eu quero ir na **Aty Guasu***"*. "Mas não pode, é 500 quilômetros de Campo Grande", acho que é 500 quilômetros de Campo Grande até lá. E eu liguei para o Ministro... O Ministro, não, o comandante do Exército e disse: "Comandante, eu vou cumprir uma agenda institucional". E eu relatei isso que eu acabei de dizer para ele: "Eu gostaria muito de poder chegar nesse lugar e eu peço encarecidamente que o senhor me ajude a chegar nesse lugar". E ele me dispôs um helicóptero do Exército Brasileiro, nós fizemos um voo até lá e foi muito rico pra mim e para o Exército Brasileiro fazer aquele gesto, aquelas crianças, aqueles idosos, aqueles homens, aquelas mulheres, cheios de esperança ainda em relação ao seu futuro, que é bem duvidoso dada as circunstâncias que temos lá. E foi interessante, porque quem me conhece sabe que eu tenho muito medo de avião, mas é muito medo mesmo, dada algumas situações que já tive que enfrentar naqueles aviões monomotor na Amazônia, por duas vezes. Mas aí eles me disseram: "O retorno vai ser à noite e com óculos infravermelho do helicóptero". E aí, naquele dia, eu fiz essa viagem voltando, com o medo que eu tenho, e eu descobri que em alguns momentos não é a gente que tem a causa, é a causa que nos tem. Então, em nome de todos aqueles que são possuídos pela sua causa é que nós estamos fazendo essa Audiência Pública. A causa da Justiça. A causa da verdade. A causa da defesa dos Direitos Humanos para todos os seres humanos, inclusive para os Guarani-kaiowá.

Eu passo a palavra, pela ordem de... Para o Dr. José Antônio Roldão, Diretor-Presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão para que faça as suas manifestações.

SR. JOSÉ ANTÔNIO ROLDÃO: Bom-dia a todos. Bom-dia, Senadora Marina; bom-dia aos integrantes da Mesa e a todo o Plenário. Nós estamos aqui, na condição de representantes do Estado, do Governo de Mato Grosso do Sul, como dirigente de uma agência de desenvolvimento agrário e extensão rural. Esta agência é uma agência criada em 2007, sucedendo as outras instituições responsáveis pela assistência técnica e extensão rural do Estado de Mato Grosso do Sul. Cumpre-me fazer um destaque bem rápido a respeito desse segmento de assistência técnica e extensão rural, que ele vem se deteriorando infelizmente no país, e graças àqueles governos que enxergaram a sua importância com instrumento de desenvolvimento rural, nesses casos ela sobrevive e muito bem, a exemplo do Estado de Minas Gerais, Santa Catarina, e os outros padecem desde a extinção da EMBRATER no ano 2000, e especificamente no Estado do Mato

Grosso do Sul com a extinção da EMPAER. E nasce o Governo em 2007 criando essa estrutura. E eu falo dela porque nós temos uma interface direto com a comunidade indígena, são clientes dessa agência. Mas eu pretendo aqui, Senadora Marina Silva, dizer que o Estado de Mato Grosso do Sul está essencialmente preocupado com a resolução desses problemas, com a resolução desses impasses, com a eliminação de conflitos, inclusive participando através da S. Exa. o Sr. Governador, de todas as reuniões demandadas. Às vezes pelo Ministério da Justiça, às vezes pela FUNAI, às vezes pelo Ministério Público Federal na sua sexta Câmara... Em síntese, participado pessoalmente porque tem interesse, determinação em contribuir para a resolução desses impasses. Encara o Governo de Mato Grosso do Sul que essa clientela é exatamente idêntico a qualquer outro cliente. Seja lá o branco, negro, indígena, produtores rurais, assentados, mini produtores, ou seja, os habitantes de Mato Grosso do Sul têm que ter tratamento igualitário e essa é a postura do nosso Governo.

Especialmente na comunidade indígena, esse Governo tem desenvolvido várias ações que vêm de encontro a essa população, inclusive pesquisado em audiências, em documentos, e nós elaboramos vários programas de atendimento a essa comunidade. Eu pretendo destacar de forma bem sintética, rápida, alguns investimentos nessa cidadania indígena. Nós temos a cesta alimentar indígena, um programa de complementação nutricional às famílias indígenas, com recurso 100% estadual, distribui mensalmente cesta com 27 quilos de alimentos, inclusive com proteína animal, para 14.329 famílias residentes nas 76 aldeias distribuídas em 27 municípios. São atendidas 58.128 pessoas. O programa busca autonomia de sustentabilidade para todos, respeitando a cultura e resgatando a dignidade dos povos indígenas.

Vale Universidade indígena. O Programa Vale Universidade foi criado para assegurar apoio aos estudantes indígenas na sua formação universitária e proporcionar experiência profissional para inserção no mercado de trabalho. Em 2010 a previsão é de investimento de em torno de 500 mil para atender a meta de 120 acadêmicos indígenas nos diversos pólos da Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso do Sul. Temos três centros de referência a Assistência Social para atendimento à população indígena, localizado em Miranda, Dourados e Caarapó. Os CRAs atuam no fortalecimento dos vínculos familiares, proteção às famílias e melhoria da qualidade de vida.

Programa Aldeia Produtiva. Ela visa promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares pertencentes às comunidades indígenas, através da implantação de programas de fortalecimento da produção sustentável e incremento da estrutura de assistência técnica e extensão rural, visando garantir a geração de renda, bem-estar social, exercício da cidadania e qualidade de vida. Desde a sua criação, em 2007, o programa já distribuiu 11.285 sacas de semente de arroz e milho, 680 mil litros de óleo diesel, mil kits de horta contendo vários utensílios para execução de horta doméstica, seis mil kits pomares de várias frutas, 68 patrulhas mecanizadas, composta por trator agrícola, carreta de quatro mil quilos, grade e arado, grade de 28 discos.

Cursos, vários cursos realizados nas aldeias, tem aqui a relação dos cursos. Esse programa investido em 2007 em torno de 10 milhões de reais, 1.480 casas indígenas, o Governo do Estado trabalha para garantir a segurança habitacional nas aldeias indígenas do estado em parceria com o Governo Federal, o Programa Casa Indígena totaliza 1.480 unidades habitacionais, das quais 433 já foram entregues desde 2007, há 968 unidades em construção e outras 79 contratadas. Programa de moradia indígena contempla atualmente 36 aldeias localizadas em 15 municípios, tem a relação dos municípios, isso é localizados no sul do estado.

Educação escolar indígena. Mato Grosso do Sul tem 57 escolas indígenas, 18.900 alunos, sendo 2.200 na rede estadual, que cresceu em 54.72% desde 2007. Os principais investimentos, em torno de 13 milhões de reais, construção de 11 escolas indígenas, aquisição de equipamento e mobiliário, formação inicial de professores, transporte escolar, pagamento de professores, livros didáticos indígenas, manutenção das escolas. A formação inicial de professores indígenas. Tem um centro de formação inicial que oferece cursos de normal médio em parceria com o Governo Federal e prefeituras municipais, os cursos atendem 24 municípios através dos pólos de Dourados e Aquidauana. Formação inicial superior, que o Governo do Estado em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados disponibilizou quatro professores para o curso de Licenciatura Indígena Guarani-kaiowá, Teko-Arandu, a 120 professores das etnias Guarani-kaiowá. Com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul de Aquidauana, conclui o projeto de Licenciatura Indígena dos povos do Pantanal. A universidade realiza processo seletivo em julho de 2010 para o curso de Licenciatura Indígena específica e diferenciada a 80 estudantes e professores indígenas.

Os programas do Governo do Estado buscam assegurar a autonomia de sustentabilidade para as comunidades indígenas, respeitando a cultura, resgatando a dignidade e elevando a qualidade de povos que vivem em território sul-mato-grossense.

Cara senadora, essas são algumas das ações que o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul investe na comunidade indígena, e nós estamos aqui, à disposição, e, nesse momento, nós ficamos por aqui, no aguardo de alguma demanda que porventura existir. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Muito obrigada, Dr. José Antônio Roldão, que representa, nesse ato, nessa sessão solene, o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. André Puccinelli. E passo então a palavra para o Dr. Paulo César Zeni, Promotor de Justiça da Comarca de Dourados.

Eu vou... Antes eu esqueci, mas, aqui, o Dr. José Antônio foi bastante rigoroso e sintético em relação à sua apresentação, o nosso tempo, dada a quantidade de pessoas, é de 10 minutos. Quando tivermos nos nove minutos vai soar a campainha para que possa fazer aí a síntese final da apresentação. Por favor, o senhor tem a palavra.

SR. PAULO CESAR ZENI: Primeiramente gostaria de cumprimentar S. Exa., Senadora Marina Silva, e na sua pessoa toda a Comissão de Direitos Humanos, que ofereceu ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul essa oportunidade de algum modo contribuir, expondo a nossa experiência vivida lá na Comarca de Dourados. Mais especificamente na atuação em defesa do meio ambiente, que indiretamente acaba oferecendo ao Ministério Público uma experiência relacionada à situação indígena na região. No Estado do Mato Grosso do Sul, o Ministério Público tem acompanhado e percebido o processo de expansão do setor sucroalcooleiro. A implementação das usinas de açúcar e álcool e o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar. Essa expansão do setor sucroalcooleiro mobilizou uma série de reuniões entre os promotores de justiça, porque é grande a nossa preocupação em relação à preservação das áreas de Reserva Legal e das áreas de preservação permanente, que na verdade já estão bastante prejudicadas no sul do Mato Grosso do Sul, na região da Bacia do Paraná. A Bacia do Paraguai ainda um pouco mais protegida, em razão do Pantanal e da força que essa... Que esse ecossistema tem na mídia e também na própria Constituição Federal. Mas o cerrado menos protegido tem sido objeto desse impacto da cana, e o impacto da cana que nós temos acompanhado acaba também atingindo as comunidades indígenas locais, e em razão do tema da reunião, eu gostaria de trazer os dois pontos que lá na minha Promotoria de Justiça e no contato com os colegas, eu tenho que são importantes e que comecem uma atenção.

O primeiro deles é diretamente relacionado à saúde do trabalhador, e aí a gente fala da mão de obra indígena, que é bastante empregada na colheita da cana-de-açúcar, em razão da queima da palha da cana, que ainda é um método admitido no Estado de Mato Grosso do Sul, existe uma legislação estadual que estabeleceu prazos para a eliminação dessa prática, mas são prazos extensos, ainda se imagina que isso vá acontecer por muito tempo. Poucos municípios no sul do estado tentam por legislação municipal proibir. Lá na comarca onde eu atuo, Dourados, existe uma Lei Municipal que impede, mas por exemplo, na cidade de Ponta Porã, vizinha, também havia uma lei cuja vigência já foi interrompida por uma ADIN ajuizada do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, e a mão de obra indígena empregada na colheita da cana-de-açúcar após o processo de queima, fica submetida à respiração direta de materiais particulados que são tóxicos, inclusive o ozônio, que enquanto nos pontos mais altos da atmosfera é uma substância útil, que nos protege dos raios ultravioletas, quando fica aqui na superfície é tóxica, e o trabalhador, de modo geral, e a mão de obra indígena em particular, que é amplamente empregada na colheita da cana, enquanto submetido a esse processo de queima, vai viver uma situação de vulnerabilidade que merece atenção.

E o segundo ponto, esse me parece o mais importante e relacionado à expansão do setor sucroalcooleiro, é a discussão da abrangência dos estudos de impacto ambiental das usinas de cana-de-açúcar. O Ministério Público vem se esforçando, porque nós entendemos que as áreas de lavoura também deveriam ser objeto de estudo mais acurado nos processos de licenciamento, mas na prática o que nós temos observado? Desmembra-se um trecho curto de uma propriedade rural maior, pequeno o suficiente apenas para a implantação da planta industrial da usina, e licencia-se apenas essa indústria, essa planta industrial. E o estudo de impacto ambiental não tem reservado atenção para as áreas contíguas, para as áreas de lavoura, e aí a gente chega no problema, no impacto que isso pode causar às populações indígenas. Como a área abrangida pelo EIA/RIMA é uma área mais limitada, acaba-se não se dando a atenção devida para as áreas indígenas próximas, que às vezes não são imediatamente contíguas às áreas da planta industrial, normalmente não são, mas que são indiretamente impactadas, seja em relação à questão da mão de obra, seja em relação ao problema da expansão da cana-de-açúcar, seja em relação aos impactos poluentes da usina. Nós temos registros, reclamações das comunidades rurais em relação à aplicação dos agrotóxicos, enfim, todo esse impacto da expansão

das lavouras atinge as comunidades indígenas locais, mas não são profundamente analisados, porque os estudos de impacto ambiental costumam restringir a avaliação da planta da usina. E por essa razão me parece importante trazer aos senhores essa preocupação nossa, acho que merece um estudo, uma atenção maior, uma discussão maior, até porque no âmbito estadual foi dispensado. Até a nossa expectativa era assim, era a seguinte: não se tratará desse assunto no licenciamento das usinas, então que esse assunto seja tratado no licenciamento das lavouras. Mas, em seguida, regulamenta-se o assunto dispensa-se o licenciamento das lavouras de cana-de-açúcar. Então as lavouras não são licenciadas, o licenciamento das usinas não abrange adequadamente a questão indígena, normalmente são pequenos... Faz-se um estudo naquela pequena matrícula que é objeto... que foi desmembrada já para a implantação da usina. Então eu temo que no futuro a falta dos estudos agora... E a gente fala isso não é no intuito de atrapalhar, não, é no intuito de contribuir inclusive com o desenvolvimento porque nosso não é prejudicar a implantação dessas indústrias, a preocupação nossa é apenas que agora a gente já considere esses impactos, para que essas mesmas indústrias não tenham problemas no futuro, se vejam obrigadas no futuro a solucionar questões que não foram previstas com a necessária antecedência. Então, essa é uma preocupação que nós temos e que nos parece importante.

As demais questões relacionadas à atuação do Ministério Público na área indígena são enfrentadas mais proximamente pelo Ministério Público Federal, que vai poder inclusive trazer as informações relacionadas à questão também das investigações do Ministério Público do Trabalho, que já constatou, com a implantação, com o crescimento do setor sucroalcooleiro a prática de ações discriminatórias em relação aos trabalhadores indígenas.

Enfim, são essas observações que eu gostaria de fazer, deixar registrado aqui as nossas preocupações, sugerindo esse esforço especial de avaliar se essa... os prazos da eliminação da queima da palha também em defesa da saúde dos trabalhadores indígenas que atuam na colheita da cana, e de se prestar uma especial atenção no processo de licenciamento, esse processo começou mas ainda não terminou, existe um número enorme de usinas que ainda haverão de ser licenciadas e pensar melhor uma forma de se permitir que os estudos de impacto ambiental já analisem a avaliação não só no meio ambiente natural, mas principalmente no meio ambiente cultural indígena, que é algo que me parece importante e deve ser observado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Muito obrigada por sua manifestação, pela sua contribuição, Dr. Paulo César.

Então, eu passo a palavra agora para o Dr. Márcio Macedo da Costa, Chefe de Departamento de Meio Ambiente e para o Dr. Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcante, Chefe do Departamento de Biocombustíveis, em representação ao Dr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDES.

Como são dez minutos, eu gostaria de pedir aos senhores que pudessem dividir o tempo em cinco minutos para cada um dos senhores.

SR. CARLOS EDUARDO DE SIQUEIRA CAVALCANTE: Bom-dia, senadora. Agradecemos aí a oportunidade que foi proposta, de participação do BNDES nesse painel. Nós vamos fazer então a divisão de tempo proposta.

Bom-dia a todos. Eu vou falar primeiramente sobre quais são as questões ligadas ao tratamento que o banco dá na análise dos projetos que são apoiados com recursos do BNDES, depois o Márcio Macedo, que é responsável pelo departamento de meio ambiente vai fazer algumas considerações sobre a política socioambiental do banco.

Bom, o banco tem visto, tem acompanhado o desenvolvimento de projetos agroindustriais no Estado do Mato Grosso do Sul, particularmente na cultura da cana, a gente sabe que as indústrias, elas estão se deslocando para regiões de nova fronteira, dada a ocupação já em áreas tradicionais, notadamente São Paulo, e o Mato Grosso do Sul por questões geográficas e por questões climáticas, enfim, topográficas e de logística, ele é um lugar olhado, é uma região olhada com bastante interesse pelos grupos que estão entrando no setor. O banco, ele procura estabelecer para as operações que são apoiadas, alguns mecanismos de acompanhamento e controle, e vou falar muito rapidamente sobre que tipo de demandas a gente faz para os projetos que nós apoiamos. Então, rapidamente, em termos de licenciamento, o que eu diria é que o banco não pode aprovar nenhum projeto que minimamente tenha a licença prévia para aquela indústria. E ainda que esse projeto tenha sido aprovado pela diretoria do banco, nós não podemos contratar a operação e desembolsar recursos se ele não tiver a licença de instalação, que é a licença definitiva para aquele projeto. Então, não analisamos se não tiver licença prévia, e não contratamos e desembolsamos recursos se não tiver a licença de instalação. Essa é uma questão que na verdade transcende o setor de açúcar e álcool e ela é prática e extensiva para todos os setores apoiados no Estado do Mato Grosso. Afora isso, nós cobramos da empresa, ou se a operação não for diretamente com

a empresa e for através de um banco repassador, nós exigimos uma série de declarações pertinentes aos projetos, que aí envolvem a situação da observância das reservas legais e das APPs, nos imóveis que estão envolvidos no projeto, sejam eles terras próprias da empresa ou terras arrendadas. Então, nós procuramos estender essa prática para o arrendamento também. Quando for aplicável, nós cobramos também a declaração sobre outorga uso de águas, quando aplicável. E também uma declaração que se refere ao cumprimento das relações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia. Isso está conectado com o Decreto 6.321, de 2007, então isso é regra corrente no banco.

Com relação ao licenciamento especificamente, eu diria o seguinte: está implícito que todo licenciamento que é dado para um novo projeto que venha ser apoiado pelo banco ou não, mas está implícito que ele tenha sido precedido por um estudo de impacto ambiental, um EIA/RIMA; e aí o estudo de impacto ambiental normalmente ele analisa quais são os impactos daquele empreendimento particular na área de influência do projeto ou nas regiões de entorno. Caso se verifique alguma comunidade indígena na área de influência do projeto, por lei, ela tem que ser previamente consultada sobre o empreendimento. Isso é uma norma da OIT. E eu reforçaria aqui o recado que o Promotor de Justiça Paulo César colocou, dizendo que particularmente no caso do Estado do Mato Grosso do Sul, você não tem hoje o licenciamento ambiental para plantio de cana-de-açúcar, ou seja, seguindo as regras nós hoje temos as licenças amparadas tão somente por EIA/RIMAs que estudam os impactos decorrentes dos projetos industriais. Mas a parte agrícola, como você bem colocou, ela hoje se encontra desamparada. E eu só reforçaria a mensagem de que em outros Estados da União, os estudos têm que ser precedidos de EIA/RIMAs que cobram os impactos decorrentes dos projetos industriais e agrícolas. Então, só reforço aqui a mensagem que já foi passada e vou deixar a palavra para o Márcio, para colocar algumas questões ligadas à política ambiental.

SR. MÁRCIO MACEDO DA COSTA: Bom-dia. Para complementar a parte da política socioambiental, falar um pouquinho do processo que está ocorrendo dentro do banco, falar um pouquinho de futuro também. Claro que, baseado no que o Carlos Eduardo falou, o banco depende de outras instituições para ter a autorização sobre projetos a serem financiados. E aí a gente pode incluir os órgãos estaduais de meio ambiente, as instituições do Judiciário, o Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, do ponto de vista do sistema brasileiro, o ideal é que todo o sistema financeiro, não apenas o BNDES, tivesse acesso a informações públicas e que esse controle, as regras claras pudessem estar disponíveis, tanto diretamente para o BNDES, nas suas operações diretas, como para os agentes financeiros. Então, isso é algo que, no Brasil, nós temos um caminho ainda a seguir dessa associação mais direta do sistema financeiro com os órgãos estaduais de meio ambiente, o judiciário e outras instituições.

Hoje, no banco, existe uma preocupação muito clara em estabelecer políticas setoriais sócioambientais específicas para cada setor da economia. Então, nós temos, como o Carlos Eduardo citou, uma base de exigências, com licenciamento, na parte do trabalho, exclusão baseado na lista de trabalho forçado, trabalho infantil, mas agora nós queremos ficar mais detalhados naquilo que se refere aos problemas específicos de cada setor. E no que se refere à política de cana-de-açúcar, nós realmente estamos trabalhando muito fortemente para estabelecer esse detalhamento. E esse detalhamento, ele leva em conta aspectos sócioambientais que vão desde localização de empreendimento, que nós temos recentemente o zoneamento agroecológico da cana, estabelecido, questões como da parte industrial e da parte também da lavoura. Então a gente suporta, de fato, que os licenciamentos incluam também a parte de lavoura. O BNDES tem essa base de autorização, de licenciamento, e a partir de agora, neste detalhamento, ele pode ir além da licença. É claro que identificando exatamente a perspectiva socioambiental e econômica dos territórios em que há projetos que o BNDES apoia. Então, questões como o fim das queimadas, citado aqui, questões da intensidade do consumo de água, as questões de mão de obra, elas podem ser melhor definidas nas políticas setoriais. É claro que a base institucional é o que faz mais avançar, mas o BNDES hoje está nitidamente envolvido nessa definição, tanto na parte da caracterização dos seus projetos, como da parte dos critérios a serem estabelecidos para a aprovação de projetos.

E, por outro lado, também, temos o outro eixo, que é de apoio a projetos, a parte socioambiental dos projetos. Hoje, o BNDES tem linhas de financiamento bastante diferenciadas, temos um leque de opções para financiamento de itens da parte social, da parte florestal, de atendimento ao Código Florestal, pequenos projetos, grandes projetos. Então, hoje, no banco, não faltam linhas de financiamento adequadas para esses investimentos. O que nos falta é exatamente uma perspectiva mais clara do setor público com relação aos investimentos, e, no que se refere à questão dos Kaiowá, me parece que o banco poderia contribuir se empresas, e aí depende também do Estado do Mato Grosso do Sul, mas o banco se coloca à disposição de

financiar estudos de demarcação, identificação, estudos antropológicos, isso pode ser incluído em projetos do próprio estado, das empresas produtoras de açúcar e álcool, ou seja, nós estamos aqui numa posição... Vamos olhar um pouco pra frente, agora. Claro que esse é um conflito histórico e que tem raízes que ultrapassam aí o alcance que o BNDES tem nesse momento, enfrenta outras instituições, outras racionalidades, mas a gente se coloca à disposição para incluir nos itens financiáveis todos os passos necessários para avançar e melhorar na solução desse problema histórico.

E, além do mais, o banco tem uma linha especial de responsabilidade social com condições, são as melhores condições do banco e que se aplicam tanto à parte interna da empresa como no entorno também. Quando tem investimentos no entorno, e aí se incluem o caso das comunidades indígenas, isso pode ser incluído em um projeto do BNDES. Muito obrigado, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Muito obrigada, Dr. Márcio. Eu passo, então, a palavra ao Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida, Procurador Federal do Município de Dourados.

Mas, antes, eu quero registrar as pessoas e instituições, entidades que estão acompanhando essa Audiência Pública: Saulo Feitosa, Secretário Adjunto do CIMI, do Conselho Indigenista Missionário, e Éden Magalhães, Secretário-Executivo. Temos também aqui a presença da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, APIB; temos a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, APOINME; temos Articulação dos Povos Indígenas do Sul, que está representando aqui ***Rosane*** Kaigang; temos também Mauro Barros Terena, ARPIPAN, que também representa aqui a articulação dos povos indígenas.

Eu acho que essa audiência, ela se reveste de uma importância muito grande. Como já disse anteriormente. E o Dr. Márcio disse que nós temos que olhar pra frente. Acho que é exatamente esse o objetivo de todos nós e a razão pela qual eu fiz o convite para essa Audiência Pública. É de que em cima desse passado que temos, e é um passado que precisa ser reparado, só para se ter uma ideia, esse passado em cima do qual nós temos que olhar para frente, tem um suicídio entre os Guarani-kaiowá, entre jovens de 20 a 29 anos, de 159.9 por cada cem mil habitantes em 2005, contra uma média nacional de 6.1 em cada cem mil habitantes. Então, esse é um passado que, ao olhar para o futuro, nós não podemos perdê-lo de vista. Porque, é claro que é louvável todo o esforço das instituições que estão querendo se ajustar, eu ouvi que o BNDES para dar a licença, os recursos, tem que ter a licença prévia. Mas ouvi também aqui que a licença que é dada não considera vários aspectos no processo de licenciamento, em relação aos impactos ambientais. Então, como a gente faz esse ajuste necessário para que esse nosso olhar para frente tenha uma aprendizagem com esse passado doloroso, que é muito grave.

Mas eu passo, então, agora, a palavra para que Dr. Márcio Antônio Delfino de Almeida faça as suas considerações. São 10 minutos.

SR. MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA: Senadora, bom-dia. Em nome da... Em seu nome, eu gostaria de cumprimentar a Mesa e, igualmente, parabenizar pela iniciativa, que realmente é algo que vem explicitar essa situação extremamente grave pela qual passa o povo Guarani-kaiowá. E nessa situação é importante considerar que o crescimento da indústria de etanol, principalmente do agronegócio como um todo, é com certeza o maior fator de pressão, para que haja um impedimento da retomada dos territórios dos Guarani-kaiowá. Apenas para exemplificar, em relação ao consumo do etanol, o plantio do etanol, nós temos as seguintes usinas que plantam em terras indígenas. A Usina Monte Verde, do Grupo Bunge, a Usina Nova América, ligada à COSAN e à Shell, a Usina... A São Fernando, ela tem áreas também que são reivindicadas pelas populações indígenas; e em relação especificamente à Infinit, que foi recentemente adquirida pelo grupo Bertin, há em curso no Ministério Público do Trabalho um Inquérito Civil Público que aponta que essa indústria pratica discriminação em relação à população indígena. Ou seja, ela sistematicamente promove demissão dos indígenas para a contratação de trabalhadores não indígenas. Então, o setor do etanol tem, infelizmente, uma relação não muito, digamos assim, adequada com a população indígena.

A valorização de terras, ocasionada pela expansão da fronteira do etanol, ela tem um impacto direto sobre as populações indígenas, em relação à violência sofrida por essas populações, em relação à pressão que a imprensa exerce nas populações, e em alguns casos concretos, não etanol, mas, por exemplo, a soja, tem também um impacto direto. Posso exemplificar aqui três casos, um caso recente em que dois professores indígenas foram mortos, a área é ocupada, era de uma fazenda com plantio de soja. Tem uma outra área agora em que há uma desocupação de área já determinada pela Justiça Federal, que é também uma fazenda com plantio de soja e que os indígenas estão ocupando uma área de preservação que não há, digamos assim, interferência com a área plantada de soja. Igualmente, talvez um dos casos mais acintosos de desrespeito aos Direitos Humanos é o caso da área indígena ***Ñande Ru,*** onde os indígenas estão na beira da rodovia acerca de um ano, e a área

por eles reivindicada é uma área de plantio de soja. Então, obviamente que tanto a soja quanto o etanol são empreendimentos financiados com recursos públicos, direto ou indiretamente, o próprio BNDES, em algumas dessas empresas citadas, tem participação direta ou participação indireta, e é importante que o BNDES, agora pelo menos foi aventado aqui, estabeleça de fato mecanismos que permitam que de forma antecipada, os financiamentos sejam condicionados à realização de estudos antropológicos que identifiquem se nas áreas de abrangência desses empreendimentos haverá ou não territórios indígenas. E fazendo isso, ele seguirá, por exemplo, um caso concreto, à atuação do IFC. O IFC é o ramo privado do Banco Mundial para financiamentos, e o IFC em um empreendimento no Mato Grosso do Sul exigiu da empresa financiada a realização de estudos antropológicos, para que pudesse ser concedido o financiamento.

Então, nós esperamos que o BNDES venha a adotar em todos os financiamentos a seguir concedidos, o mesmo procedimento. E da mesma forma também permita, à semelhança do Banco Mundial, a efetivação de inspeções. O Banco Mundial, ele tem uma coisa chamada pedido de inspeção. O que é o pedido de inspeção? Qualquer comunidade que se sinta afetada por um empreendimento pode demandar de um grupo, de um *board* lá de diretores do Banco Mundial, a realização de uma inspeção. E enquanto houver essa inspeção, o financiamento para aquele empreendimento, ele é paralisado. Então seria interessante que o BNDES também tivesse a mesma iniciativa, ou seja, mecanismos que a sociedade civil pudesse acionar para que, em casos que for clara que o financiamento do banco está ocasionando lesões às populações indígenas, populações tradicionais, ao meio ambiente, haja a paralisação de concessão de investimento, dos financiamentos ao banco.

Apenas para citar um caso concreto, por exemplo, há um caso da Brenco, financiada pelo BNDES, de plantio em APP, Área de Preservação Permanente. Se houvesse mecanismo semelhante, esse do Banco Mundial, obviamente que o financiamento a essa empresa poderia ser paralisado. E da mesma forma, eu citei aqui o caso da soja, o próprio caso da pecuária, se o banco também tivesse, em relação à soja e pecuária mecanismos que permitissem que os agentes que comprassem essa produção fossem de alguma forma ou outra orientados a não comprar produtos que advenham de zonas de conflito, que advenham de áreas identificadas como indígenas, o banco com certeza estaria efetivamente fazendo uma política com efetividade socioambiental.

São vários temas, vou procurar ser bastante breve. Outro ponto também bastante grave em relação aos Guarani-kaiowá, é em relação à Segurança Pública. Infelizmente, há um limbo jurídico que, atualmente, está impedindo que haja a prestação de Segurança Pública aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul. Algo que qualquer cidadão brasileiro tem acesso, infelizmente, Guarani-kaiowá não tem. Se um Guarani-kaiowá pega o telefone e liga para o 190, ele não é atendido. Por quê? Porque, por parte do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, há um parecer, determinando que apenas a Polícia Federal ou apenas por intermédio de Ordem Judicial, a Polícia Militar pode entrar nos territórios indígenas. Então, é até uma situação totalmente absurda, uma vez que não há essa discriminação, por exemplo, para atendimentos na Caixa Econômica Federal, quando há assaltos nos Correios, na Caixa Econômica Federal, que estão... Que também são áreas de interesse Federal e há, por parte dos órgãos de Segurança Pública estaduais, o pleno atendimento em caso de ocorrências emergenciais. Foi expedida uma recomendação ao Ministério da Justiça para que houvesse a celebração de um convênio com a Polícia Federal, com o Ministério da Justiça e o Governo do Estado para que essa... Para que esse fato pudesse ser solucionado da forma mais breve possível. Mas é igualmente algo extremamente grave, principalmente se nós levarmos em conta a violência experimentada, sofrida pelos Guarani-kaiowá. A taxa de homicídios na terra indígena de Jaguapiru Bororó, ela é da ordem de 150 por cem mil habitantes. É quase que o dobro da experimentada no Iraque. Então, é um cenário quase de guerra civil e que, infelizmente, não recebe do Poder Público a atenção desejada.

É igualmente importante se colocar a questão da violência simbólica, ou seja, há casos explícitos de racismo, que já foram inclusive pelo Ministério Público Federal verificados, há denúncias e processos cíveis em relação a isso, há ausência sistemática de consulta, todas as ações que são feitas, ações governamentais que são feitas em relação aos povos indígenas, os povos indígenas não são consultados para construção de casas, distribuição de sementes, nada disso há consulta prévia à população indígena. Para empreendimentos igualmente não há consulta prévia. Recentemente houve uma... Está em curso a duplicação da estrada que atravessa a reserva indígena, e o estudo de impacto ambiental, que na vertente antropológica foi postergado para após a conclusão da obra, um prazo de cinco meses. Após a obra ser concluída é que haverá a efetivação do lado antropológico. Então, é óbvio que há uma violência simbólica também,

infelizmente existente, infelizmente clara, em relação a Guarani-kaiowá.

E encerrando, é importante, se pudesse haver o retorno dessa iniciativa, é que, por ocasião do relatório da CPI de desnutrição infantil, houve a criação do comitê gestor. O que é o comitê gestor? O comitê gestor, ele visava congregar várias ações governamentais em relação aos territórios Guarani-kaiowá. Infelizmente, com o apelo midiático da desnutrição infantil e não mais existe, o comitê gestor foi desmobilizado. Então, não há mais uma estrutura que permita ao Governo Federal uma atuação coordenada, uma atuação efetiva em relação aos povos indígenas. Infelizmente não há por parte do Governo Federal uma priorização da questão Guarani-kaiowá. Talvez aí posso até ser mal interpretado, mas a grande questão é que o Haiti é aqui. E não há por parte do Governo Federal a mesma priorização que há em relação ao próprio Haiti. Os quadros de desnutrição, os quadros de violência são extremamente graves e não recebem do Governo Federal o mesmo tratamento. Então, é importante que, em relação especificamente ao comitê gestor, haja, se possível, a sua implementação, para que, novamente, políticas públicas possam ser, de forma coordenada, prestadas a essa população.

E aí, encerrando definitivamente, talvez, a maior demonstração de que não existe essa priorização, que não existe uma atenção adequada, voltada à autossustentabilidade dessas comunidades, é a distribuição sistemática de cestas básicas, tanto pelo Governo do Estado como pelo Governo Federal. Creio que, para os povos indígenas não há algo mais degradante do que receber mensalmente cestas básicas para que não venha a morrer de fome. Agradeço o espaço e desculpas pelo tempo excedido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Muito obrigada pela sua contribuição. Bem, agora, nós teríamos, para essa primeira Mesa, a fase das perguntas dos Srs. Senadores. Como, infelizmente, não temos nenhum dos Srs. Senadores aqui presentes, então, eu vou fazer as perguntas, como autora do requerimento que, enfim, propôs essa Audiência Pública. Eu vou me ater aqui a dois questionamentos. O primeiro deles é que achei muito interessante essa proposta que foi feita para o BNDES, de que nós pudéssemos, a exemplo do que acontece com o Banco Mundial, que o Dr. Marco Antônio falou, do que acontece com o Banco Mundial e o Banco Interamericano, que o BNDES... Eu inclusive venho insistindo nisso, não só em relação a isso, mas em relação também ao projeto de integração regional, que envolve os países da Bacia Amazônica. Porque ali temos também graves denúncias de desrespeito às populações locais em impacto ambiental na relação com os países irmãos que a gente recebe o tempo todo. Acho bem interessante, de que o banco possa ter um sistema de acompanhamento e que esse sistema de acompanhamento, a minha pergunta é como que os representantes aqui do BNDES veem essa proposta, em que a sociedade civil possa também fazer esse acompanhamento no sentido de que a gente tenha uma ferramenta de controle e participação social. Que mecanismos podem ser criados para que a gente não tenha inclusive um processo *sui generis* em nenhum lugar do Brasil que esteja em contradição com a Legislação Ambiental Federal. Porque se em alguns aspectos questões importantes do ponto de vista das usinas, das empresas aí, de produção de etanol, se não é feito quando está fazendo o licenciamento da usina, não é feito quando é dada a licença para o plantio, então significa que se subtraiu algo muito importante do processo de licenciamento, e é claro que os impactos, eles não ficam resolvidos, não são diminuídos em função de que se mudou a legislação. No Brasil eu sempre digo que a gente tem a mania de mudar o teste em lugar de passar no teste, e dessa forma os impactos são muito graves. E eu... A pergunta que faço para o BNDES é da possibilidade de acolher uma sugestão como essa.

Eu lembro que, na década de 80, antes do assassinato do Chico Mendes, ele fez uma denúncia no Senado Americano de que a BR-364, que estava sendo feita no Acre, estava sendo feita com o financiamento do Banco Interamericano, e, em função disso, os impactos para as populações locais, o impacto ambiental era muito grave. E já naquela época, 20 anos atrás, mais de 20 anos atrás, o Chico Mendes saiu daqui e foi fazer essa denúncia no Senado Americano. E aquilo criou um constrangimento muito grande e, a partir daí, o movimento ambientalista, a academia, a sociedade civil, formadores de opinião, criaram todo um processo em que o banco passou a exigir cláusulas ambientais e que os países para serem tomadores deveriam ter o cumprimento de alguns requisitos. Ter legislação ambiental, ter fundo de meio ambiente, trabalhar com a ideia do licenciamento ambiental, uma série de ganhos que foram feitos, que no meu entendimento deveria ser feito de moto-próprio dos países, mas foi induzido por esse círculo virtuoso de que o banco, em função do constrangimento ético que passou, teve que começar a exigir essas questões. Isso foi para todos os tomadores do banco.

A minha pergunta para o BNDES é dessa disposição de termos um mecanismo que alavanque, tanto nos estados quanto na relação com outros países, para que a gente não tenha o nivelamento da política ambiental e socioambiental por baixo, mas sim utili-

zando a força e a importância que tem o BNDES no processo de desenvolvimento econômico-social, os esforços que vêm sendo feito inclusive o Presidente Luciano Coutinho, de reposicionar o banco ligado com a agenda socioambiental de que a gente possa criar mais essa ferramenta em que o banco funciona não apenas do ponto de vista de alavancagem econômica, mas também para esse capital intangível, fundamental hoje nas relações entre as instituições financeiras e a sociedade e os seus empreendedores. E a pergunta que faço ao representante do Governo do Estado do Mato Grosso, é que diante dessa afirmação feita pelo Dr. Marco Antônio, de que há uma discriminação da Segurança Pública no Estado do Mato Grosso, se ele tem informações sobre isso e em que base é feita essa transferência de responsabilidade para a segurança dos índios, para a Polícia Federal, quando o mesmo não é feito em relação a outras instituições federais, no caso aí ele mencionou a Caixa Econômica, Banco do Brasil.

E eu queria só dar um dado aqui, que eu acho que isso que o Dr. Marco falou tem um fundamento, é que nós tivemos 44 índios assassinados em Mato Grosso do Sul em 2007. Um aumento de 214% em relação ao ano anterior. E que as instituições que têm pesquisado esse problema, têm acompanhado, têm uma percepção de que com o aumento da produção de cana-de-açúcar aumentou os conflitos e também o assassinato de lideranças indígenas. Um outro dado que tenho aqui, que revela também essa questão, é o fato de que em 2008 tivemos 70 casos de violência contra os índios Guarani-kaiowá, representando 50% do total de casos registrados em 21 estados brasileiros, ou seja, só com essa população nós temos aí cerca de 50% dos casos de violência. Inclusive no dia que eu fui lá fazia pouco tempo que tinham sido assassinados pessoas da etnia Kaiowá. E uma coisa que eu gostaria ainda de mencionar aqui, a título de... Enfim, essa questão da violência, como é que é feita a parceria com a Polícia Federal para evitar inclusive essas situações de crimes e incêndio das barracas dos índios, às vezes os índios... Tem denúncias de que são privados de poder ter acesso à água, porque não conseguem passar por dentro das fazendas, isso que ele falou é muito grave, de que um índio não é atendido quando liga, enfim, explicações, porque afinal de contas ainda que não tenhamos senadores, mas os ouvintes da TV Senado obviamente que estão nos acompanhando com muito interesse.

E eu queria apenas fazer aqui um registro em relação... Eu estava ouvindo a manifestação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, a quantidade de cesta básica, um esforço talvez de atender a situação de carência, uma série de serviços que foram mencionados aqui, com certeza de fato devem acontecer, mas que estão bem aquém da situação de aviltamento que essas populações estão passando, e enquanto ele mencionava a quantidade de ações de assistência para os índios, eu me lembrava dos Índios Ashaninka no Estado do Acre. Os Índios Ashaninka não recebem uma cesta básica, não recebem nenhum tipo de auxílio. Mas lá nós não temos uma criança desse jeito, eles vivem com as suas práticas tradicionais, inclusive eles estão ajudando ao próprio estado e às populações locais a recuperar terra degradada, estão ajudando a povoar os rios de peixe e de tracajá, estão ajudando no processo de fazer com que a caça seja abundante de novo dentro das áreas de refúgio, eles criaram uma área de refúgio, e têm uma parceria muito forte com o Governo do Estado, aonde eles criaram um centro de pesquisa não para aprender conosco, mas para nos ensinar a como manejar a floresta. Se você olha os Índios Ashaninka, você vê o que é a dignidade na pessoa, na presença, na cultura, na espiritualidade. Numa demonstração de que os problemas indígenas não se resolvem, ainda que seja necessário numa situação de vulnerabilidade, mas não se resolve dissociado do problema da demarcação de suas terras. Só é possível resolver de forma estrutural com a demarcação da terra para os índios. Então, a pergunta que faço é qual é o tipo de parceria que o Governo do Estado está fazendo com o Governo Federal no sentido, já que não temos ninguém do Governo Federal aqui, de tentar resolver estruturalmente esse problema dos Índios Guarani-kaiowá.

BNDES, então, e, em seguida, o representante do Governo do Estado do Mato Grosso.

SR. CARLOS EDUARDO DE SIQUEIRA CAVALCANTE: Obrigado, senadora. Bem, em primeiro lugar o BNDES se coloca à disposição de receber propostas de contribuições sobre aspectos específicos dos setores em que atua. Isso está colocado hoje, o BNDES tem uma ouvidoria aberta--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Mas, nesse caso, não se trata, desculpe, de receber a proposta. Isso aí obviamente que é perfeitamente possível. Eu diria de implementar e de criar um mecanismo, de criar um mecanismo efetivo. Receber a proposta. Essa comissão, inclusive, ela recebe propostas da sociedade civil, ela tem esse caráter também. Mas é... Até a gente, a sociedade apresenta. Agora, até a gente conseguir aprovar aqui é que é a história. Então eu digo da disposição de fazer algo semelhante ao que aconteceu no Banco Interamericano e no Banco Mundial depois de casos denunciados seguidas vezes de violação dos Direitos Humanos, de

degradação ambiental e de pressão sobre populações indígenas e populações locais.

SR. CARLOS EDUARDO DE SIQUEIRA CAVALCANTE: Bom, certamente. É mais do que receber a proposta, e aí o processo hoje no banco é exatamente de um detalhamento da política setorial de vários setores e o setor de açúcar e álcool é uns dos que estão mais à frente dessa discussão. Então, é uma definição de critérios, perspectivas.

Mas eu gostaria de salientar que o banco é uma das partes envolvidas em toda essa complexidade do atendimento. Em geral. Falando em todos setores da economia, em especial do setor agropecuário, que recentemente o banco também estabeleceu diretrizes para o financiamento da cadeia pecuária bovina, com critérios específicos e bastante restritos. E nessa política setorial que eu coloco assim, que é como fazer, estabelecer exatamente a parte dos critérios, em que se coloca, na avaliação de uma empresa, aquilo que é necessário ela demonstrar, ou que uma avaliação seja feita para que o projeto seja aprovado, mas nós também temos a parte do acompanhamento. Então, digamos que uma empresa cumpriu todos os critérios e lá na frente, no acompanhamento, há uma... Um acompanhamento e por intermédio de uma denúncia, ou um conhecimento de algo que está em desacordo àquilo que foi definido nos processos de licenciamento, ou mesmo no atendimento aos critérios do banco. Então, nós temos sempre essas duas partes, a coisa dos critérios e depois o acompanhamento. Muitas vezes há uma crítica que o BNDES apoiou determinado projeto, mas na aprovação estava tudo certo e depois acontece alguma coisa. Então, no acompanhamento, os procedimentos devem ser um pouco diferentes e há mecanismos de avaliação, até mesmo possibilidades de suspensão dos desembolsos, mas a gente tem que considerar que o banco tem que seguir o que a Legislação manda com relação às questões de condenação. Então, apesar de ter, na sua política, diretrizes específicas, o banco também tem que... Quando está considerando um projeto específico, verificar até o fim como aquelas questões, ou levantadas pelo Ministério Público, ou levantadas por algum Ministério do Governo, como isso está estabelecido, e, ao final, todas as partes passaram pela verificação e o processo tenha chegado ao fim.

Então, nessa parte de acompanhamento e de critérios, além da possibilidade de recepção das propostas, nós estamos efetivamente moldando essa nova política, no sentido de dar esse detalhamento e conseguir que o BNDES, através dos seus financiamentos, consiga promover para territórios e para setores de fato, uma melhoria do desempenho socioambiental, com toda a complexidade que nós temos no setor rural brasileiro, e assim como em outros setores da economia. Então, essa que é a ajuda que o BNDES também solicita, que a demanda seja realizada e a gente possa discutir, estabelecer e colocar em eficácia essas novas propostas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Representante do Governo de Mato Grosso.

SR. JOSÉ ANTÔNIO ROLDÃO: Em relação à discriminação da Segurança Pública, eu quero crer que é simplesmente uma questão de competência constitucional. E é competência da Polícia Federal, do Governo Federal. E como o próprio Procurador disse, me auxilia muito nessa questão, é que nós, Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, nós enviamos reiteradas vezes uma solicitação ao Ministério da Justiça para que, num instrumento jurídico, nos delegue essa competência e o estado está apto a contribuir através da polícia estadual. E nós não temos resposta desse instrumento jurídico de delegação de competência.

Ações de assistência, eu acredito ser muito insuficientes a que o Governo do Estado faz, sim. Mas, eu registro aqui, Senadora Marina Silva, a ausência da FUNAI, do Ministério da Justiça, que eu acredito ser mecanismo diretamente relacionado com a matéria. E nós fizemos um grande diagnóstico da sua atuação desse órgão no estado, e é muito minúscula a ação, é muito irrelevante a situação por parte da FUNAI. E nós temos feito parceria com o Governo Federal, além daquelas que somente o Governo do Estado faz. É como, por exemplo, parceria com a FUNASA na questão de saneamento básico. Nós temos vários projetos de obtenção de água, de canalização, de retenção de redes de esgoto em parceria com a FUNASA. E parceria com o Ministério das Cidades, construção de casas nas aldeias, e também com o Ministério da Educação parceria de construção de escolas nas aldeias. E vale ressaltar que as ações específicas do Governo do Estado, e eu me atenho aqui especificamente a um projeto, Aldeia Produtiva, nós temos coletado os resultados expressivos nessa ação. Inclusive com uma rede de escritórios que nós temos, uma capilaridade em todos os municípios, e em os municípios que têm as aldeias, nós temos índices aqui de produção já, e que não é um projeto imperativo. É um projeto de produção, um projeto que se quer participar dele o Governo tem pesquisado o que querem fazer, como é o caso de plantar pomares, horta, ou às vezes cereais como o milho e o feijão, nós estamos colaborando com sementes, com assistência técnica, com equipamentos, com [ininteligível] mecanizada, com cursos de comercialização,

e preocupado com comercialização de excedente de subsídio. Então, eu registro a parcela insuficiente, sim, dessas ações, mas poderia ter um grande leque com o Governo Federal, em especial a FUNAI, cuja competência básica é direta nessas ações, e que eu registro não só a ausência, mas a insuficiência de ações com esses povos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, eu quero agradecer a participação dos senhores, e vamos, então, à segunda Mesa, para que possamos dar continuidade a essa Audiência Pública. Muito obrigada.

Acaba de chegar entre nós, agora, o nosso Presidente, o Senador Cristovam Buarque, eu peço que ele venha presidir os trabalhos, por favor, Cristovam. Eu já fiz essa primeira parte, agora eu vou ficar, para que a nossa audiência possa ter a honra da sua presença aqui, presidindo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia, quase boa-tarde a cada uma, cada um. Peço desculpas por não ter estado desde o princípio na audiência, que eu queria, mas fico feliz também de poder chegar numa parte em que a audiência está caminhando. Eu quero chamar o Dácio Queiroz Silva para vir à Mesa, Diretor-Secretário e vem em representação a Ademar da Silva Júnior, que é Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul; quero convidar o ***Rubem Ferreira*** Thomaz de ***Almeida***, que é antropólogo, Coordenador atual do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra; e ao Anastácio Peralta Kaiowá, que é Membro Titular da Comissão nacional de Políticas Indigenistas.

Eu vou passar a palavra na ordem que eu chamei. Começando pelo Dácio, depois seguindo o Rubem e finalmente o Anastácio. Dácio, está com a palavra.

SR. DÁCIO QUEIROZ SILVA: Presidente, Senador Cristovam Buarque, Senadora Marina Silva, autora do requerimento, eu quero aqui trazer o cumprimento dos produtores rurais no momento estanque da história contemporânea, considerados por nós os proprietários das terras em questão pelo lado cível, pelo lado de um entendimento que é o conflito que nos move até aqui.

Eu gostaria que esse Plenário estivesse cheio de senadores. A relevância do tema do Brasil de hoje não permite que a gente tenha deixado como hoje numa audiência dessas, afazeres que tivessem maior importância. Foi dito aqui por todos, praticamente, que as crises de competência da segurança, das polícias, a crise de responsabilidade, a falta de definição de quem é a responsabilidade da política de amparo e de inclusão, de proteção dos nossos indígenas e por às vezes até o abandono e o desprezo, eu quero fazer questão de trazer em nome daquela Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, a presença dos produtores rurais nesse debate. Viemos até aqui, reconhecemos a importância da sua preocupação, acompanhamos o seu trabalho e reconhecemos a dimensão da sua sensibilidade que traz e levanta um tema para o debate aqui hoje nesta manhã em Brasília.

Rapidamente foi falado aqui, não pertine à minha fala a questão estadual, mas além de agricultura de grãos e pecuária, nós estamos iniciando duas grandes pilastras econômicas que são as florestas e a atividade sucroalcooleira. O nosso estado tem 35 milhões de hectares, e as canas-de-açúcar, as agriculturas estão ainda em 18 indústrias ocupando 400 mil hectares, aproximadamente. É louvável o detalhamento socioambiental do BNDES na aprovação dos seus projetos, mas a Secretaria de Estado de meio ambiente exige, e principalmente essas áreas transformação de áreas degradadas de pecuária, migrando para a opção da agricultura através da cana-de-açúcar, que não sem antes ter uma licença prévia e um projeto devidamente aprovado, não se faz nenhum tipo de avanço no que tange a cultura da cana no Mato Grosso do Sul, quando e principalmente da transferência da área degradada de pecuária para a agricultura, que normalmente oferece impacto de rendimento lenhoso e observação então da implantação da reserva legal e das APPs.

Foi dito aqui numa crise muito grande de definição da questão das terras indígenas, preconcebidas, prejulgamentos. A gente já teve debates e acho que a gente podia pôr fim nesses conflitos. Porque, enquanto se estabelece o contraditório, enquanto se contesta no Judiciário, não pode-se considerar, e aí embargar, impedir ocupações de pleno domínio e posse dos proprietários, as atividades econômicas. Então, enquanto não for trânsito em julgado uma ação, não se pode prejulgar essa questão. No nosso pensamento, a discriminação é algo que nos repudia, nós somos pela inclusão de todos os seres humanos, nós gostaríamos de saber qual a decisão da sociedade brasileira, se nós vamos realmente proteger, incluir, qualificar, enaltecer, emancipar os nossos índios, considerar todos iguais, ou se nós vamos, numa consulta a eles, indígenas, saber o que querem e desenhar para eles próprios políticas próprias, específicas. Porém, quero crer que a segregação não tem mais espaço. A inclusão dos povos é a tônica para que a gente pudesse fazer justiça a todos. Todos os seres humanos. Ainda tivemos em Campo Grande, recebemos o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, conselho o qual vejo aqui alguns membros que lá estiveram nos

visitando, e incansáveis na determinação de manter o diálogo e um canal de comunicação e de estender a mão, nós produtores rurais temos alguns gargalos que não permitem o avanço, que é a questão das terras serem privadas, de domínio privado, de atividade plena, econômica, atingindo índices de produtividade e também os requerimentos ambientais.

Então, se nós estamos numa Casa de leis, o Senado Federal, nós temos que fazer, Senador Cristovam, com que os senadores e o Legislativo Brasileiro, a Câmara Federal por consequência, pautem o tema que trava o avanço, que é a questão da legalidade. A legislação não permite. Quando um instrumento de Governo, que é o Ministério da Justiça, através da FUNAI e da sua academia antropológica, considera terras porções do território brasileiro indígenas, não permite que o Governo Federal indenize terra nua e benfeitorias, adquirindo essas áreas para efeito de assentamento e de destinação dessas terras então federais para os índios. Como é o modelo da Reforma Agrária, que se desapropria para aquela finalidade de assentamento de pessoas brancas. No caso transferência do título para a União, ao ver dos proprietários, é muito traumático e inconcebível que se queira anular esses títulos. Qualquer um que se colocar no lugar do proprietário, qualquer um, será que é difícil de entender isso? Qualquer um que se colocar no lugar dos proprietários detentores daquelas matrículas, não aceitaria a nulidade de seu título. Então, como a legislação é dinâmica, é para isso que estamos aqui, para modificar, existe uma Proposta de Emenda à Constituição que o Relator Valter Pereira acaba de fechar a questão e foi aprovada, e já saiu da CCJ, portanto já tem o formato legal, para que os Srs. Senadores, somados aos esforços dos proprietários e dos indígenas, porque nos interessa nós estamos juntos na área rural. Onde estão os índios? Não é na cidade. Eles estão na área rural. Onde está a produção agrícola, onde estão os proprietários rurais? Na área rural. Então, lá nós estamos juntos, fadados a um conflito que só é possível ser destravado se houver uma adaptação na lei, e a Proposta de Emenda à Constituição de nº. 03, de 2004, se nós pudéssemos somar o esforço dos senadores para que entrasse em pauta, para que fosse aprovada essa PEC, depois consideração da Câmara Federal e devidamente emendado o trecho do 231 que autoriza o Governo Federal a adquirir essas áreas, nós teríamos sobremaneira resolvido o problema que a Senadora Marina refuta como fundamental, nós acreditamos nisso e não vamos teimar, apenas queremos encaminhar a solução.

Nesse ato contínuo de dimensão de território do que seria, um dia fizemos um levantamento das áreas em conflito pendentes de solução em Mato Grosso do Sul. Conflitos instalados com portarias que projetam áreas delimitadas, que já tem memorial, que seria muito fácil dimensionar, com aproximadamente 70 mil hectares em aproximadamente 12 diferentes pontos de conflito, com aproximadamente 50 milhões de reais, se resolveriam os conflitos pendentes de solução que se instalam e se arrastam sem solução, promotores do maior número de discussão, de conflito, de discórdia, de embargo de caminho, de liberdade, de dúvida, de sombreamento e de moléstia de ambas as partes, a convivência difícil que muitas vezes se arrasta por mais de década. E os índios não merecem isso, assim como os produtores rurais também não. Colocando no lugar desses povos, colocando no lugar desses proprietários rurais, produtores de boa-fé, nós precisamos, senador, eu acho que a essência dessa audiência, Senadora Marina, é que a gente não perdesse de vista. Na sua ausência, eu aqui mencionei a Proposta de Emenda à Constituição que o Relator Valter Pereira acabou concatenando um texto que foi pela Comissão de Justiça, concordado de que está em perfeito modelo legislativo, e que nós deveríamos fazer uma força tarefa entre índios, produtores e os senadores, para que entrasse em pauta, fosse aprovada a maior trava do desentendimento, que é destinar terras privadas para as comunidades indígenas e transferir os títulos para domínio da União.

Com isso, eu me ponho à disposição, senador, para eventuais indagações futuras, e agradeço a oportunidade de ter vindo até aqui, porque consideramos, produtores rurais do Mato Grosso do Sul, que seja de suma importância todo esforço o encaminhamento da solução, da pacificação e da dignificação, da emancipação, da inclusão do indígena não só Guarani, mas Terena, Kadiwéu e todas as etnias do Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Dr. Dácio Queiroz Silva e passo a palavra ao Antropólogo ***Rubem Ferreira*** Thomaz de ***Almeida***.

SR. *RUBEM FERREIRA* **THOMAZ DE** *ALMEIDA***:** Bom-dia a todos do Plenário e também à Mesa, Senador Cristovam.

Eu vou tentar fazer um breve... Uma breve apresentação de um problema extremamente grave, extremamente repleto de variáveis que, digamos, são importantes de serem levadas em conta para a busca de uma solução a esse grande problema. Eu diria que nos últimos anos há uma... manifestações extremamente veementes por parte de aproximadamente 45 mil indígenas Guarani-kaiowá e Guarani-Ñandeva no Mato Grosso do Sul que tem, por dizer assim, quebrado um pouco a ordem no progressista, indiscutivelmente,

Estado do Mato Grosso do Sul. Em certa medida, esse movimento está enturvado em alguma medida o equilíbrio existente no estado, criando dúvidas e incertezas como aqui já foi em certa medida comentado. Eu não vou tocar na questão ambiental que me parece ser uma variável bastante importante, se pensamos na economia do estado, mas é possível se afirmar que talvez não seja possível grandes procedimentos de preservação do Mato Grosso do Sul, mas apenas de tudo a ser reconstituído do ponto de vista ambiental. Então eu vou tentar abordar só aqui tão somente o problema extremamente grave, que é o problema social representado por essa população de aproximadamente 45 mil indígenas, e me refiro aos Kaiowá e aos Ñandeva, chamados genericamente de Guarani.

Rapidamente, para dizer um pouco a história, o movimento político Guarani por terra surgiu em 78, de maneira absolutamente flagrante. Tivemos oportunidade de acompanhar o crescimento desse movimento. E nos últimos 30 anos justamente esse processo deu grandes avanços da perspectiva obviamente dos índios, na medida em que foi possível a recuperação de aproximadamente 25, 26 áreas em diferentes estágios de regulamentação, e principalmente o reconhecimento do Estado Brasileiro da existência dessa população como indígenas. Eu me lembro que nos anos 80, no início dos anos 80, sequer eram considerados como indígenas os Guaranis, no Mato Grosso do Sul. O problema cresceu e passou a suscitar a partir de talvez 2003, 2004, passou a suscitar uma pergunta importante, seja de Governadores dos Estados, eu me lembro bem ter encontrado com o Zeca do PT que levantava essa questão, deputados, presidentes da FUNAI, quer dizer, quando será que os Guarani vão deixar de reivindicar terras? Essa era uma grande questão que se colocava, porque era interminável o movimento. E continua ainda. E a resposta me parece que é apenas única, e é conhecida bastante dos índios e só será alcançada, e isso me parece determinante, em função dos estudos antropológicos que estão sendo feitos para que se possa conhecer a extensão do problema. Porque é um tema bastante desconhecido, embora tenhamos informações panorâmicas e genéricas sobre a situação dos Guarani, mas não temos com precisão, o que é justamente o que os grupos de trabalho ou grupos técnicos de identificação de terra indígena, que vem fazendo recentemente no Mato Grosso. Isso daria início portanto ao procedimento formal, a Constituição dos GTs, dos Grupos Técnicos, e daria início formal a uma regularização, a um processo, pelo menos, de regularização das terras por eles pretensamente ocupadas tradicionalmente. Em 2005, nesse sentido, a FUNAI indicando uma disposição em lidar com o problema, a FUNAI aceita, entende a existência de um plano operacional justamente para esses estudos. Isso foi em 2005. Em 2007, a FUNAI assina um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul e em 2008, julho de 2008, a FUNAI institui seis grupos técnicos de identificação e delimitação de terras indígenas, segundo determina o Decreto n°. 1.775 do Ministério da Justiça de 96, que acompanha por sua vez a chamada Portaria 14, que é justamente que determina os procedimentos de como se realizar isso. Os GTs, esses grupos técnicos, abarcam, tinham como proposta de trabalho justamente abarcar a totalidade das famílias Guarani, localizar as terras que eles reivindicam, analisar as relações sociais associadas a espaços geográficos, conhecer as suas histórias, especialmente entendendo qual a razão pelo qual não estão nos locais de antiga ocupação, por que é que foram retirados de lá. Entre outras variáveis da pesquisa, o objetivo um pouco ia ou vai nessa linha.

Eu diria que os GTs, é possível se afirmar, constituem o papel, consolida mais que tudo o papel constitucional do Estado Brasileiro face aos povos indígenas do país. Que tem necessariamente, como grupos técnicos, tem que comprovar a veracidade e a pertinência das reivindicações apresentadas pelos indígenas. Orientados pela morfologia social, Guarani, isto é, a maneira como essa população ocupa os seus espaços, os estudos dos grupos técnicos abrangem parte das Bacias do APA, do Ivinhema, do Dourados, Amambai e Iguatemi, que são os rios, as bacias, enfim, aonde os índios Guarani-kaiowá e Guarani-Ñandeva estão localizados, no extremo sul do Mato Grosso do Sul.

Talvez seja importante citar o fato de que os grupos técnicos por determinação do Decreto, são coordenados por antropólogos. Tem, portanto, um caráter de investigação científica, de ampliar o conhecimento sobre o problema e oferecer informações justamente para que o Estado Brasileiro possa, sobre isso, orientar as suas políticas públicas e destinar a esse grupo, esse povo indígena, o destino, enfim, encaminhar soluções a isso. É importante dizer também que os guaranis são detentores de particularidade em sua organização social, sua organização política, sua organização econômica e valores morais e valores éticos, vinculados por sua vez a uma cosmologia singular, além de língua e outros tantos aspectos da sua humanidade, que justamente consolidam esse grupo humano como o que nós chamaríamos, através inclusive da Constituição, como indígenas, como índios. São, portanto indígenas. É importante dizer que não são iguais a outras populações. Eu acho que isso é bastante importante, ou seja, guardar justamente a diferença. A sensação

que fica é que todas as políticas públicas, quando elas são feitas, a FUNAI que tem a sua especificidade com a questão dos índios, mas não se guarda essa diferença, queremos tratar todos como se fossem iguais. Não são iguais. E é justamente esse, diria eu, um dos aspectos problemáticos da relação que se estabelece com eles. Há que se dar a especificidade dos índios e tratá-los, portanto como tal porque não é, digamos, o que decorre disso é que em geral as políticas públicas oferecem aos índios todo um leque, um menu de alternativas, e se desobriga, na medida em que os índios não aceitam esse menu, se desobrigam... "Não, eles não querem". Claro que eles não querem, porque o entendimento que têm do mundo são totalmente, ou é um entendimento totalmente diferente do nosso, e me parece, portanto, que guardar as diferenças é um dado bastante importante.

Os GTs, por sua vez, inspiraram uma intensa movimentação de segmentos oficiais e privados na sociedade sul-mato-grossense. Receosos de que a iniciativa poderia criar mais problemas, e desconsiderando o fato que é esse o único caminho para a solução justamente dos problemas. O plano operacional, por sua vez, não desconsiderou a questão econômica, e não pretendeu de forma alguma inibir o desenvolvimento, muito embora considerasse, pressupunha a possibilidade de concomitância de modos de produção e surgir relações sustentáveis com os recursos naturais. Essa é a perspectiva desses grupos de técnicos que estão trabalhando nessa linha um pouco, metodologicamente falando. Também é importante considerar o fato que em economias da modernidade--

[soa a campainha]

Eu vejo que minha falação... Posso continuar? O grande risco de perdas de mercados por conta de condutas consideradas relevantes no passado, mas que hoje sensibilizam mercados consumidores. Eu me refiro ao fato de que as empresas sem responsabilidade social da produção e sem a utilização sustentável dos recursos naturais, correm o risco de verem bloqueados seus financiamentos. Eu tenho a impressão que isso é uma variável importante de se considerar, pensando no futuro econômico do Mato Grosso do Sul. O desenvolvimento econômico, eu diria que é um conceito polissêmico, deve portanto, realizar-se com a incorporação dos indígenas, e não em detrimento deles. Nem tudo... Nem se pode perder de vista também que o legado que nós vamos deixar de recursos naturais para as gerações futuras.

De qualquer modo, num outro sentido, me parece importante a questão que é a seguinte, quer dizer, o que a gente vai fazer, eu pergunto ao Estado Brasileiro, às instituições do Mato Grosso do Sul, ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, o que nós vamos fazer com 45 mil indivíduos Guarani, agricultores contumazes, portanto sedentários, os Guarani-kaiowá e Guarani-Ñandeva não são nômades, eles têm uma concepção de que pertencem, eles pertencem a uma determinada terra. Portanto, é absolutamente determinante que se leve isso em conta e como é que nós vamos dar conta de 45 mil indígenas. E nós não podemos negar que eles existam, e nem podemos dizer que serão integrados à comunhão nacional. Eu tenho a impressão que não há essa expectativa dos índios em se integrarem, fazerem parte da nossa sociedade, muito ao contrário, eles querem justamente continuar como são, continuar sendo como são. E eu diria que não reconhecê-los como indígenas, do outro lado, aponta para alternativas diria eu altamente duvidosas e arriscadas, do tipo favelização das reservas, manutenção da fome, da desnutrição, da mortalidade infantil, dependência das cestas básicas, conflitos, violência e etc. São problemas conhecidos que justamente delineiam as crises que... A crise que nós vivemos hoje em dia no Mato Grosso do Sul.

Seria prudente e imprudente, diria eu, agir com altivez diante dessa atitude, ou diante dessa situação. Medidas drásticas e peremptórias se mostraram historicamente improdutivas no trato com os Guarani. Eu dou dois rapidíssimos exemplos. Um é a perspectiva de assentá-los em lotes familiares, como aconteceu, por exemplo, no Panambizinho, ali próximo a Dourados nos anos 40. De 40, de 1940 para cá, o que se observou foi uma pertinaz peleja, uma pertinaz luta dos índios em recuperar os seus territórios perdidos e alcançaram depois de 50 anos, alcançaram a recuperação de parte dos seus espaços. Um segundo exemplo que me parece sempre... Que aparece sempre por aí, vamos transferi-los... Isso foi uma ideia, uma sugestão do penúltimo Presidente da FUNAI, a ideia de transferir os índios para lugares despovoados, seja no Mato Grosso do Sul, seja na Amazônia. Também não deu certo. E o exemplo disso é justamente aproximadamente 30 famílias, isso dá 150 pessoas aproximadamente, em 78, que foram levados pela FUNAI da Fazenda Campanário, no Município de Caarapó no Mato Grosso do Sul, foram levadas à Serra da Bodoquena na área dos Kadwéu, uma área extensa, 500 e tantos mil hectares, 800 quilômetros, contudo, do território ou da situação do habitat tradicional dos Guarani. Obviamente que essas famílias eram Kaiowá, iniciaram o processo de volta oito meses depois passaram a voltar a pé, porque a FUNAI não se mobilizava em trazê-los de volta ao lugar de origem.

Um outro aspecto importante... Eu estou acelerando aqui para ver se consigo ir o mais rápido possí-

vel. A segunda prioridade dos Guarani no Mato Grosso do Sul após a terra, é o plantio de roça, isto é, a produção de alimentos. Eu acho que o Marco Antônio, o Procurador, deixou claro isso aqui. Quer dizer, é uma postura extremamente desagradável para os índios depender das cestas básicas. E vejam o cálculo que mais ou menos aproximado da situação das 8.600 famílias Ñandeva e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, perto de cinco mil dependem de cestas básicas distribuídas pelos governos para sobreviverem. E grande parte dessa população, diria eu, poderia produzir. E aí acho que o BNDES pode pensar um pouco que o que eu vou falar agora, quer dizer, os Guarani para produzir, aqueles aonde é possível que isso aconteça, nas áreas onde há espaço para isso no Mato Grosso do Sul, necessitam de apoio no preparo da terra e no fornecimento de sementes e ferramentas, que devem estar presentes quando o cultivo exigir, e não quando a instituição puder oferecer. Dou um pequeno exemplo também, em 2007, 2008, fizemos uma experiência com uma área de 370 pessoas, que alcançou perto de 60% da produtividade. Um desempenho que motivou uma matéria da TV Globo do Mato Grosso do Sul e foi surpreendente, segundo a perspectiva do jornalista, o baixo custo do projeto e os 17 itens alimentícios encontrados pelo jornalista nas roças. Ou seja, os Guarani não vão produzir de forma nenhuma grandes extensões de terra, e isso me parece uma variável bastante importante de se levar em conta. Não é só o exemplo do Panambizinho, eu acho que Itaipu é um exemplo crasso, bastante importante nesse sentido, no que diz respeito à produção do alimento, e como é que se contribui isso. Claro que não vamos entrar nisso aqui, mas enfim, é possível discutir essa questão através dessa instituição grandiosa, que é a tal da Itaipu.

É interessante também observar que, na realidade, as roças dos Guarani não são grandes, quer dizer, não são grandes extensões. Não é como nós produzimos. O cálculo econômico guarani, a rigor, ele é focado na subsistência, e não na produção de excedentes. Me parece importante levar isso em conta. Suas roças variam entre um e três hectares aproximadamente, e nela se prioriza a diversidade de cultivos para a alimentação das famílias durante uma boa parte do ano. Prestígio e reconhecimento de um líder não são dados tanto pela sua capacidade de organizar parentes a produzir, mas sim por sua capacidade de distribuir o que se produz. Entre outros atributos, o seu [ininteligível], isto é, da sua concepção do igualitarismo entre eles. Como não produzem lavouras extensivas, o trabalho não aparece. Os olhos do regional não vê, vê apenas o mato crescendo. De modo impressionista, tão somente de modo impressionista, classifica-se as terras dos índios como quiçaça. Mas essa quiçaça, que os índios denominam de cocuerê(F), tem significado também econômico, diria não só para eles, mas para nós também. É uma conduta esperada por parte de todos os Guarani para uma coisa que eles denominam de [ininteligível], quer dizer permitir que o mato se refaça novamente por sua própria natureza e fortaleça a terra, as plantas e os plantios futuros. Recuperam, portanto, a floresta, isto é, o [ininteligível], simplesmente não tocando nela, permitindo que o seu crescimento seja natural e pensando obviamente em perspectivas futuras de plantio, etc.

Eu diria que a exemplo de projetos econômicos, um programa bem planejado, contínuo, isso eu diria muito ao BNDES, que acho que poderia pensar nessa variável, programas bem planejados, contínuos, executando com responsabilidade, e gestão orientada por especialistas, possibilitará demonstrar, na hipótese de que se regularize de fato as terras de Ñandeva e Kaiowá, que os Guarani podem ter referência de fato para contribuir com a economia da região.

Eu vou terminar, então, dizendo que... Apenas indicando o fato de que a mídia tem uma contribuição bastante grande na situação que está sendo vivida no Mato Grosso do Sul. A rigor, parece que a exemplo dos idealistas alemães do século XIX, acredita-se que as ideias serão capazes de mudar o mundo. A realidade é reelaborada pelo pensamento, que aspira moldá-la a seu modo. É absolutamente ideológica essa perspectiva. E é extravagante e ideologizado, por exemplo, pensar que se criaria um estado dentro do estado, que se comentou muito isso, que se comenta muito até hoje lá. Sugerindo riscos à soberania nacional e vinculando os Guarani a esquemas internacionais inexistentes. Ou uma alegoria, que seria a demarcação dos territórios indígenas contínuos com 26 milhões de hectares, 12 milhões de hectares, três milhões de hectares. É como se fosse necessário cunhar mitos que justificariam atitudes em defesa de interesses exclusivos, revelando o intento de impor a interpretação da realidade calcada em ideologia direcionada em um único sentido, que exclui, por sua vez, o diferente.

Terminando, eu queria dizer que me parece o único caminho possível, o Dácio colocou com alguma propriedade essa história do pagamento das terras. Eu não vejo outra forma de solucionar o problema que não seja a negociação. E a negociação, diria aí com os produtores rurais, com os índios, com o Legislativo e também obviamente o Executivo. E vejo que para que essa negociação possa andar pra frente, quem sabe até pensando em... Como você disse, de talvez mudar a Constituição, o que me parece altamente perigoso, a menos que haja uma participação efetiva da

discussão com os índios. E essa discussão não pode ser feita através de lideranças, ela tem que ser feita numa **Aty Guasu,** nas assembleias dos Guarani, que é onde se decide o que vai se fazer com uma questão da importância que é a terra. Então, para terminar, eu insisto que a única maneira de entrar eventualmente em negociações dessa ordem, é que nós tenhamos com precisão, que nós conheçamos efetivamente qual é a real situação das terras reivindicadas pelos índios, onde estão, quantas são e como é que funciona essa história. Sem isso, e isso só será possível através da finalização dos grupos técnicos, do estudo dos grupos técnicos, que está absolutamente interrompido por conta de judicialização do processo. Mas eu diria, para efetivamente terminar, que através dos estudos, nós teremos uma radiografia mínima da situação e a partir disso através de negociações nós podemos dar solução ao problema. Muito obrigado e perdão pela esticada da conversa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Dr. ***Rubem Ferreira*** Thomaz de ***Almeida***, e passo a palavra ao Anastácio Peralta Kaiowá.

Dizendo, peço um minuto, que aqui está conosco o representante da Articulação dos Povos Indígenas, APIB, que pede a oportunidade de manifestar brevemente a preocupação e o apoio do movimento indígena organizado no Brasil aos Kaiowá, ao final da audiência. Eu creio que não haverá nenhum problema de conceder alguns minutos para que ele faça a sua apresentação, a sua fala. Tem algum problema?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O representante da Articulação dos Povos Indígenas, APIB, quer manifestar o seu apoio. Por favor, Anastácio.

SR. ANASTÁCIO PERALTA: Bom, bom-dia. Meu nome é Anastácio Peralta, sou Guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul. Quero agradecer a Senadora Marina e em nome dela a plateia, e em nome do Senador Cristovam a Mesa aqui.

Eu vejo assim que esse país aqui não foi planejado para ser um país para cuidar de quem já estava aqui. Principalmente os povos indígenas, o meio ambiente. Esse país, chegaram as pessoas somente para explorar. E nesses 500 anos, a mentalidade continua do mesmo jeito. É um país que tem que explorar. Levaram a nossa madeira, levaram nosso minério, agora o que a gente tem de bom? As terras são boas... Veio o boi, veio soja, agora veio a cana. E para a sociedade não índia, outra vez para os não indígenas, valores para eles são econômicos, dinheiro e muito dinheiro. O cara que inventou o dinheiro era muito sábio, porque todo mundo se encanta com isso. Porque acaba com qualquer coisa, tendo dinheiro. Destrói rios, montanha... E vejo que criou assim, vamos construir um país. Primeiro teve uma briga, índio com índio para construir esse país, a guerra, os portugueses, espanhol. Depois dividiram. Fizeram o Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia. Aí não se contentaram e fizeram estado, fizeram um punhado de Estado, "vamos dividir mais um pouco". Dentro do Estado fizeram os municípios, aí dentro dos municípios fizeram uma aldeinha. "Agora você vai ficar preso aqui", confinamento começou aí. E vejo que a nossa sociedade brasileira, principalmente alguns parlamentares governantes, precisa mudar o cego da sua cabeça, porque eles têm uma mentalidade que é uma mentalidade já atrasada, nesses 500 anos a gente não consegui enxergar sem existe aqui. A gente enxerga muito o boi, o soja, agora é a cana. Eu vejo que precisa mudar. Um povo que não cuida da sua própria casa não tem condições de pensar no outro.

Eu vejo assim, que Guarani existe, Guarani-kaiowá existe ainda, porque ele tem uma mentalidade solidária ao meio ambiente e seu povo. Se você for ler na história, o povo que mais sobreviveu e está sobrevivendo, sob pressão ainda, é os Guarani-kaiowá, não perderam seus cantos, suas rezas, suas danças, tem seus rituais. Mas o nosso Brasil ainda é opressor, principalmente quem sempre mandou e continua mandando. A gente corta cana não é de agora, não. Em 1530 já tinha Guarani cortando cana e a gente vai continuar cortando cana até hoje. Então, é muito complicado se a gente não mudar essa situação, porque o Guarani sem terra é a mesma coisa um peixe fora d'água. Eu sei que os governantes tenta ajudar com cesta básica, tenta ajudar com várias coisas, mas isso é uma pena... Eu vejo assim que a gente somos considerado quase igual um animal, tratado com ração. "Vou continuar dando ração para ele, para ele sobreviver e mais tarde tira essa ração dele..." Aí não vai ser desnutrido só criança, não. Adulto também. Então, precisa mudar essa mentalidade.

Precisa mudar esse sentimento, porque nossos governantes, na maior parte são pessoas que não tem conhecimento da pobreza. Tem conhecimento da riqueza. Filho de fazendeiro, filho de empresário, filho de banqueiro, pouca gente é da sociedade pobre. Então, essa mentalidade que vale para ele é o boi, é o soja, é a cana, é o dinheiro, a televisão. Então, a gente não tem um país que cuida da sua população principalmente carente. Então, precisa muito essa mudança. A gente não tem segurança, talvez a polícia não vai lá para atender a gente no momento que precisa, mas

para tirar o pessoal à base do cacete vai lá e tira. O Governo manda. Então, isso precisa ser estudado.

Outra coisa que no país não funciona, o nosso Presidente demarca a terra, homologa. Aí vem a Justiça e suspende. A gente nem sabe quem que manda mais aqui, se é o Presidente ou se é a Justiça. Então, esses dois eixos, não funcionando, não vai funcionar pra ninguém. Porque o Presidente faz uma coisa e a Justiça faz outra. Então, a gente precisa ter o entendimento.

Outra coisa que eu vejo, a Constituição é clara, só que ninguém respeita. A Constituição está aí, ninguém respeita, e fica nessa. Porque eu vejo assim, quando uma Constituição não é respeitada, assim dizia um professor, o livro que você escreve, você não deixa o outro ler, você está assassinando ela. Eu vejo a Constituição também desse jeito, se nós não cumpre a Constituição e não lê a Constituição, então nós mesmo, brasileiro e parlamentares e lideranças indígenas estamos assassinando a nossa Constituição Federal. Então, eu vejo muitos juízes e outras pessoas que é da lei não está cumprindo a Constituição Federal. Então são os verdadeiros assassinos da Constituição Federal. Então eu quero pedir para o nosso senador, que está a Marina aqui e o Senador Cristovam, que vamos pôr em prática a nossa Constituição Federal, porque vamos se dar tudo bem. Tanto o meio ambiente, tanto o povo que já existia aqui, direito é para todos. Agora, direito também tem que entender que tem direito intercultural. O nosso Brasil é cheio de cultura. Aí eu trabalho nessa tese de interculturalidade. Respeitando a interculturalidade, a gente está respeitando a si mesmo e está respeitando o meio ambiente. Então precisamos com urgência mudar essa mentalidade. E o Brasil só vai ser Brasil por quê? Porque tem a sociedade indígena. Tem o povo indígena, com seus cantos, suas tradições, suas línguas, como tem alemão, italiano, outros povos aqui, português... Isso que embeleza o nosso país. Mas também fica feio e fica ruim quando mostra a situação do nosso povo Guarani-kaiowá na miséria, desnutrido, suicídio, violência. Eu se fosse governador do meu estado, eu ia ficar com vergonha de ser governador porque é muito ruim para um Governador. A gente está no olho da imprensa internacional. Então, isso me vergonha e me vergonha mesmo de eu morar naquele estado, porque um povo sofrido, um povo sentido. Que jeito que se manifesta nessa dor, nesse sentimento? É suicidando, é do jeito que está aí, suicídio, violência.

Então o nosso país, nosso estado, as nossas autoridades precisa erguer um pouco a cabeça e mostrar que isso tem jeito. Agora, tem jeito se demarcar nossas terras. É um erro? É um erro. Agora precisa ser corrigido. Não foi os indígena que errou, não foi os Guarani que errou, foi o próprio estado que errou e isso traz um problema grave. Eu sou de acordo corrigir nosso país, só que depende também de todos. Tanto os proprietários de terra, tanto do Legislativo, tanto da Justiça e de quem governa. Porque no nosso estado criaram uma... Criaram uma coisa tão grande, discriminar a gente, é um estado discriminatório que a gente vive, lá é demarcação não, produção sim... Então, é uma coisa criada pela própria política do nosso estado, é uma vergonha. E eu acho assim que a gente precisa acertar isso com urgência. Agora, depende de cada um. Não é o boi valendo mais do que uma criança indígena, não é a cana valendo mais do que um pé de ipê, um pé de soja, um pé de cedro. A nossa madeira também não tem mais. Não sei.

Mas era isso. Quero agradecer e estou aí para colaborar se for para melhorar a situação do nosso povo Guarani-kaiowá e do nosso povo, principalmente indígena a nível de Brasil.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos ainda alguns minutos, eu quero passar a palavra ao representante da APIB. Quem é o representante? Por favor, venha para cá. Como é seu nome? Rosane.

SRA. ROSANE **KAIGANG:** Bom, bom-dia a todos da Mesa, senadores, às lideranças indígenas e a todos que estão nessa Audiência Pública. Queria agradecer também à Senadora Marina Silva, por ter propiciado a nós essa Audiência Pública, ao Senador Cristovam, que preside, e que possamos ter mais audiências públicas sobre os problemas que afetam os povos indígenas e a sociedade não indígena.

Em primeiro lugar, queria falar sobre quem compõem a APIB. A APIB é a articulação dos povos indígenas do Brasil. As organizações que compõem a APIB são a ARPIPAN; ARPIN Pantanal; COIAB, que é Coordenação das Organizações Indígenas do Brasil; a APOINME, que é a Articulação dos Povos Indígenas Leste e Nordeste; a ARPINSUL, que é Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul; ARPINSUDESTE, que é do Sudeste do Brasil e a *Aty Guasu,* que compõe a APIB.

E queria dizer às autoridades, que os Kaiowá não estão sós. Nós, povos indígenas, através da articulação dos povos indígenas do Brasil somos apoiadores da luta pela terra dos Kaiowá. E estamos incondicionalmente apoiando-os nessa luta. E senadora, a senhora foi uma das que lutou para a 169 ser aprovada nesta Casa.

Queria registrar a minha indignação, também dos povos indígenas, do descaso das autoridades não estar

presente, ter sido convidada para esta Mesa. Autoridades essas que eu falo de fundamental importância que é o Sr. Ministro da Justiça, ou alguém que cuida de nós, do nosso órgão, que dirige o nosso órgão, que é a FUNAI. Mas dizer, senadores, que para nós o maior descaso também tem sido a violação da 169. A violação da 169, na consulta, no item J da questão do direito à terra, nos arts. 6º e 7º dela, que fala sobre a consulta prévia aos povos indígenas, que por parte do Legislativo, Executivo, dos problemas que vão afetar a vida desses povos dentro de suas regiões, e isso está sendo violado. Começa uma violação com o Decreto 7.056 da reestruturação da FUNAI, que nós não fomos consultados, a violação está começando por aí. E mais do que tudo, o que nos tem afetado muito é a luta pela terra, a criminalização na luta pela terra. Nossos líderes estão sendo presos, violentados, agredidos e este país não move uma palha. Nós temos um sistema judiciário contrário a nós, nós temos um Congresso Nacional que temos poucos aliados, de 102 projetos que rodam dentro do Congresso Nacional, se dois forem favoráveis aos povos indígenas é muito, inclusive mexendo no 231, o capítulo dos índios, que foi uma Constituição Federal com a participação da sociedade brasileira, do povo brasileiro em 88. E com a participação de nós, povos indígenas. A Constituição Federal está sendo retalhada sem a participação do povo brasileiro, ou seja, então direitos de todos, não somos só nós povos indígenas que estamos sendo violados quando não se aplica, quando não se respeita uma Constituição Federal, a carta máxima desse país.

Queria dizer, Senador Cristovam, que nós estamos aguardando a Audiência Pública para tratar com essa Casa, o Congresso Nacional, o povo brasileiro saber que tipo de violação nós estamos sendo... Sendo feito com nós por parte dos nossos vizinhos, muitas vezes. Então se isso está sendo violado, o que resta para nós, povos indígenas? Resta estar sofrendo como Babau, liderança Tupinambá que está preso e que a família não pôde visitá-lo inicialmente, quando foi preso. É para isso que serve a atuação da Polícia Federal, das Forças Armadas? É para atirar na gente, é para prender, entrar na casa de madrugada, para violentar o convívio familiar dos povos indígenas? É para isso que o Estado Brasileiro está servindo contra nós?

Encarecidamente também nós pedimos que a Força Nacional saia da porta da FUNAI. O Estado Brasileiro não está tendo a competência de dialogar com os povos indígenas, é preciso Força Nacional para cima da gente. Encarecidamente eu peço ao Sr. Presidente Lula, olhe pelo Haiti e pelo Irã, mas olhe por nós, povos indígenas, que somos... Se o Brasil não se orgulha de nós, de ter essa diversidade que somos, 220 povos, 183 línguas distintas, fora os 63 pontos geográficos, índios isolados, se ele não se orgulha disso, que pelo menos respeite nossos direitos, porque já estamos cansados de mandar documentos, já estamos cansados de denunciar. Sr. Presidente da República, é o senhor que mandou botar Polícia Federal nos povos indígenas? É o senhor que está mandando a Força Nacional? É o senhor que está mandando gente dialogar com a gente através das prisões dos nossos líderes indígenas? Queria saber se é o senhor, Presidente da República. O senhor sabe o que está acontecendo conosco? Se sabe, não está nos escutando. É como disse o Raoni: me escuta, me ouve. Se você não está me ouvindo, não atendeu a nossa reivindicação.

Onde o país se diz democrático, se fosse democrático, não estaria prendendo nossos líderes indígenas, invadindo as casas, violentando. Se o fosse um Governo dito popular, que veio de movimentos populares, não estaria uma Força Nacional e Polícia Federal, só para massacrar a nós. Então estamos cansados. Se neste país nós não estamos conseguindo ser escutados pelo Governo, pelo Estado Brasileiro, por um Congresso Nacional, por um sistema judiciário, nós vamos ter que procurar ajuda fora do nosso país. E depois ninguém pode nos acusar que nós estamos buscando ajuda lá fora, porque não estamos tendo no nosso país. E gostaria que os Srs. senadores, com urgência, atendessem a nossa reivindicação de ter uma Audiência Pública sobre a criminalização. Não somos só nós povos indígenas, outros segmentos sociais estão sendo criminalizados. Era isso que eu tinha a dizer e muito obrigada pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer à Rosane. Rosane, não é? Rosane. Quero agradecer seu discurso enfático, sua firmeza. Dizer que aceitar seu interesse em participar não sabia o que você ia dizer, mas se soubesse tinha lhe convidado antes. Não tinha esperado que se oferecesse. Eu creio que com isso terminamos a audiência. Antes eu quero dizer se alguma quiser fazer uso da palavra por um minuto ou dois...

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Só fazer um registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você quer fazer? A Senadora Marina quer falar antes?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Do Anastácio?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Não. Fale, Anastácio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Anastácio, então.

SR. ANASTÁCIO PERALTA: Eu e queria agradecer os nossos parceiros que estão aqui, o CIMI, o Marco Antônio, e os presentes que estão aí, tem interesse em conhecer a situação, e também pedir apoio, que a gente procure ajudar entender essa situação, que nós precisamos resolver isso aí, o problema dos Guarani-kaiowá. Então, quero agradecer pela audiência que a Senadora Marina fez junto com o Senador Cristovam, e a gente precisa vir mais vezes aqui para a gente falar nosso sentimento, nossa dor, porque é um lugar que a gente... É um lugar que a gente pode expressar nosso sentimento e talvez colocar em prática que está na Constituição. Eu queria agradecer a todos e também convidá-los para fazer uma visita lá na nossa região.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bom. Está aceito o convite, vamos combinar quando. Senadora Marina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu queria só pedir um pouco para o Dr. Rubem, porque quando eu estive lá na **Aty Guasu,** uma das grandes questões que foi levantada pelo Ministério Público, pelos índios, é de que os antropólogos não podem fazer seu trabalho. E o senhor colocou assim, com muita competência, que para resolver esse problema que não é de fácil solução, temos que reconhecer, precisamos dos estudos, precisamos dessa ciência, que é uma ciência específica. O problema é que as pessoas querem resolver do ponto de vista político, tendendo para um interesse. E obviamente que as falas aqui tanto do Anastácio quanto da Rosane, elas têm uma força muito grande. Porque, enfim, para nós é muito difícil se colocar nesse lugar. Os que eram cinco milhões hoje são 700 mil, os que eram 12 mil viraram 190 milhões. E ainda dizem que são ameaçados, que ocorrem o risco de que eles internacionalizem o país, que vire uma nação dentro da nação... E aí quando é dito que tem, às vezes... Não falo na totalidade, mas às vezes e em várias vezes, as decisões da Justiça contra eles, as decisões do Legislativo contra eles, as ações do Executivo, até as poucas que são a favor, cheia de boa intenção, muitas vezes se revelam contra, porque não são capazes de ter essa escuta, de fazer a leitura correta da linguagem, dos símbolos, da cosmovisão, enfim, algo muito dramático.

Eu acho que no caso Guarani-kaiowá, é fundamental que a gente busque um acordo. Vamos estudar o que aconteceu na África do Sul, será que é possível estabelecer algo ali em que os proprietários, o Governo Estadual, o Governo Federal, a sociedade exige que se faça um pacto de solução para resolver o problema ali. Eu me incomodo muito com essa coisa de que diz que é um direito dos índios, é uma lei para os índios. É uma lei para todos nós. O direito dos índios é o meu direito. O respeito à sua visão, a sua maneira de consumir, à sua maneira de produzir, à sua maneira de ver a riqueza é o meu direito também, porque o nosso país é assim. O direito da criança é o meu direito, o direito do idoso é o meu direito, o direito do índio é o meu direito, do negro, do branco, esse é o direito que nós temos que reivindicar. Então, eu só queria que falasse um pouco mais sobre essa questão, porque talvez eu não sei o que pode ser feito, porque se a justiça impede os estudos, não tem como dar continuidade ao trabalho. Se não tem estudo, não tem solução, se não tem... Aí fica num impasse *ad infinitum*, é um círculo completamente vicioso, e eu sei o quanto que deve ser pesado, quando o Anastácio diz que gera todo tipo de mazela, inclusive os suicídios, eu fui no Panambizinho em 97, quando um casal bem jovem tinha tomado veneno, e eu fiquei muito impressionada, porque uma pessoa pegou lá e disse: "Olha, o meu está escondido ali na moita, o meu veneno, e eu vou tomar também". Porque as pessoas preferem às vezes morrer do que ser um vivo morto.

E eu achei, quando fui agora na **Aty Guasu**, foi no mesmo momento em que... Com legítima razão, não quero aqui fazer uma crítica, o Presidente Lula estava inaugurando lá a transposição do São Francisco, uma comitiva muito grande de pessoas, lideranças políticas, um evento muito pesado, de peso, e um jornalista me perguntou: "Senadora, a senhora está aqui?" E eu digo: "Olha, estou aqui inaugurando obras que ainda não foram começadas". Eu acho que essa é uma obra não começada para a gente inaugurar.

Eu quero agradecer de uma forma especial, a aliança já é... Porque você foi um mediador aqui, um mediador cultural. Você se colocou entre nós e eles, estabeleceu uma ponte. Eu olho para o Anastácio e vejo ele como um irmão, eu nunca me esqueço, Anastácio, que uma vez, uma homenagem feita pelos Índios Ashaninkas, eu ia ganhar um daqueles colares maravilhosos que usam assim do lado, bonitos, e era uma homenagem, era um prêmio, e eu estava sendo... Enfim, como é que chama? Colocada na posição de alguém importante. E eu, de imediatamente, pensei: "Será que eles vão me considerar como uma indígena?" Aí a pessoa que estava traduzindo falou assim pra mim: "Não, não é isso, não". Aí eu digo: "Então como irmão?" "Não, não é isso, não". Aí eu falei: "E o que é?" "Como parente". Eu estava assim achando... Mas foi maravilhoso aquele ensinamento pra mim, e eu me sinto inteiramente honrada com esse título de parente. Porque até ser irmão, até ser um de vocês, é preciso

pelo menos entender a metade da metade do que ele disse agora para nós como mediador cultural, entrando nessa alma diferente, nessa alma que é diferente, mas altamente necessária para que eu não fique me vendo eternamente no espelho, mas vendo vocês com a sua diferença e vocês me vendo com essa diferença.

Essa Comissão, ela tem esse papel mesmo, de dar nome. Eu fiz a Carta Aberta ao Presidente Lula, como a carta eles têm uma cópia, eu só mandei a cópia para vocês, porque entendia que se vocês querem divulgar, vocês divulgam, se não querem, não divulgam. Então, se vocês acharem oportuno e conveniente, mandem uma cópia para o Senador Cristovam da carta daquela visita, Cristovam, a **Aty Guasu** que você me mandou representando a nossa Comissão. Eu só quero agradecer e que falasse um pouco mais dessa situação que está em que a gente não tem os estudos antropológicos, até porque a outra situação, as pessoas do Ministério Público, enfim, já colocaram e eu acho que foi muito satisfatoriamente e agradecendo também aqui pela presença de todos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também gostaria de receber a cópia da carta, Presidente Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. Assim que eu receber, eu passo para o Senador Suplicy.

Bem, antes de concluir, eu quero fazer um pedido. Que você dissesse aquela palavra que significa, na verdade, qual é o processo correto de relação do ser humano com a natureza de uma forma equilibrada. Essa palavra mostra como nós estamos atrasados, os chamados brancos. Nós precisamos de uma frase inteira para dizer o que eles em uma palavra conseguem. Você podia dizer de novo?

SR. *RUBEM FERREIRA* **THOMAZ DE** *ALMEIDA***:** O termo é [ininteligível]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem que dizer de novo.

SR. *RUBEM FERREIRA* **THOMAZ DE** *ALMEIDA***:** [ininteligível], quer dizer, é permitir... [ininteligível] é o mato. [ininteligível] seria refazer-se. [ininteligível], ou seja, novamente. Então é permitir que o mato se faça... Passe a existir novamente por sua própria conta. O própria conta digo eu, por minha conta, por conta, justamente da necessidade de se entender o termo. Mas na cosmologia Kaiowá e Ñandeva também, que são os Ava Guarani, todas as coisas tem dono, e o mato é o caso. Então eu posso... Ou os bichos, têm as entidades do seu panteão que cuidam dos bichos, das florestas, cuidam das pessoas, e o indivíduo pode ter, digamos, eu tenho lá dois, três lourinhos, papagaios, que são os [ininteligível], como diz, ou seja, que vivem no da casa. Agora, se eu tiver 50 papagaios, que vou fazer negócio com os papagaios, aí eu vou ter problemas lá em cima, ou seja... Não é lá em cima, a rigor é um pouco no horizonte, mas as entidades vão, digamos, me castigar. Se eu tiver também um... Se eu for começar a plantar, se eu tiver uma planta de [ininteligível] é o... Como é que chama? O ipê. Então eu tenho uma planta de ipê, está ótimo, está ali, se eu planto duas, três, cinco, duzentas plantas de ipê, eu vou ter problemas. Então, não há como... Eu acho que o Antonio Brandy, o grande companheiro meu, vem fazendo experiências no Mato Grosso do Sul, e a gente tem notado isso, quer dizer, não há um replantio, eles não reflorestam. Há uma atitude de reação forte de não reflorestar, por conta justamente disso. Quer dizer, não reflorestar nos termos que nós fazemos, você monta as mudas e sai plantando as mudas, eles se negam de fazer isso por conta justamente do perigo que correm de ter uma sanção, digamos, divina. E isso que seria [ininteligível], ou seja, permitir que o mato se faça por sua própria conta, e não que vou lá insistir com o crescimento do mato.

Agora, em cima da questão que Senadora Marina coloca, eu acho que efetivamente há um impasse, é uma coisa que não vai e não volta. Eu costumo dizer em palestras nas aulas, essas coisas, que os antropólogos vieram ao mundo para semear a desordem, onde supostamente existe ordem. E acho que o trabalho do antropólogo nesse caso é justamente para ver aonde é que estão os problemas. Como é que a gente vai lidar com os problemas. Como é que nós vamos entender isso, porque eu pessoalmente eu estou lá, senador, desde 1973 que eu trabalho com os Guarani. E eu vivi entre seis e sete anos nas aldeias fazendo projetos. Faço um esforço gigantesco para falar a língua, para tentar entendê-los. E eu convivi, convivo, eu nunca deixei de ir lá no Mato Grosso. Se passar dois meses sem ir lá eu começo a me sentir mal, me dá urticária. Isso nos últimos 36 anos. E eu confesso com todas as letras, eu não sei como é que dá conta do problema se eu não fizer o estudo. Não, aquela terra é minha, outra... Mas é necessário organizar isso. Para justamente poder fazer com que o Estado Brasileiro, que quem se responsabiliza por isso vá e através desse conhecimento do real, é possível se fazer. Porque o que norteia os procedimentos é de fato o senso comum. É a noção, a ideia de que os índios vão acabar. A gente fica o tempo todo pensando isso, quer dizer, trata-se de sociedades que são transitórias, ou seja, vão se tornar brancos, eles vão deixar de ser índios, eles vão se integrar, eles vão ser incluídos. A pergunta é: Será que eles querem ser incluídos? É a grande

pergunta. Será que eles querem... A rigor, a integração já existe. Porque existe a relação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Serão diluídos.

SR. *RUBEM FERREIRA* **THOMAZ DE** *ALMEIDA*: Exatamente. O encaminhamento é esse, vão acabar... É acabar com o diferente. A judicialização, quer dizer, no momento em que o contraditório... Quer dizer, há toda uma regra estipulada pelo governo, é uma construção do atual Ministro da Defesa, que é o Nelson Jobim em 96, ou seja, estabeleceu como é que vai ser o funcionamento da coisa. E não se chega nunca ao final, porque há uma intercedência da justiça. E eu só vejo como... Por isso que eu insisti um pouco aqui com a presença do Dácio, de que é necessária a negociação. Quer dizer, os fazendeiros têm que entender, os produtores rurais têm que entender que através do levantamento e que será possível procurar uma solução. Senão vai ficar esse impasse permanentemente. Nós acabamos de ver agora um exemplo que me parece bastante tenebroso para o Governo Brasileiro, que é a *Survival International* soltar um relatório muito bem feito, muito acurado, muito cuidadoso e que aponta com precisão o que está acontecendo no Mato Grosso em grande medida. Isso internacionalmente é algo que pesa. Como é que...

A gente vê a FUNAI, é difícil a relação com a FUNAI. A sensação que dá é que quando haviam os militares, a FUNAI era poderosa e forte e não fazia absolutamente nada ou fazia dentro das suas... Na medida que há uma... Como é que se diz, uma relação inversa, no momento que há uma democracia nesse país, a FUNAI começa a perder sua força. Isso é visível, flagrante. Nós temos o líder do Governo no Senado, ele enquanto foi presidente, o Jucá... Enfim, o Senador Jucá, no momento em que foi Presidente da FUNAI, ele destruiu a FUNAI. A sensação era que ele fazia isso deliberadamente: "Vamos acabar com essa instituição, vamos eliminar essa história, porque vamos ter problemas na frente". E a coisa, a sensação que dá é que persiste até os dias de hoje. Eu não sei se é incompetência da FUNAI ou se é má vontade, ou se é relações políticas internas partidárias que definem uma atitude da FUNAI que não leva à solução. Quer dizer, a Legislação com a FUNAI é muito problemática. E é enfraquecida. Quer dizer, hoje o representante do meu estado colocou com precisão, quer dizer, quem é lesado com isso não são só os índios, eu acho que também o produtor rural e é o braço do Estado Brasileiro que cuida das populações indígenas, quer dizer, como é que... Como é que a gente dissolve esse impasse? Acho que haveria uma postura mais enérgica da FUNAI, quer dizer, com maior propriedade, vamos encarar isso, talvez até pensando... Quer dizer, porque nós entramos também no ao ano eleitoreiro, no ano de eleição, e isso fica extremamente complicado, porque as relações da Presidência da República, os interesses com o candidato têm a ver com o Governador do Estado, que é virtualmente contra a questão indígena, o desconhecimento de causa abrange... E eu aí posso falar com uma certa propriedade que uma das... O problema maior o [ininteligível] Laranjeira, a pessoa, a desembargadora que assinou, é uma tia minha. O desconhecimento dos índios dele é uma coisa assustadora, quer dizer, como é que ela vai assinar... Ou seja, como é que a gente faz? Me parece da maior relevância, inclusive agradecer mesmo a existência dessa Comissão, me parece que pode, podemos a partir daqui, digamos que seja um elemento a mais, uma variável a mais para conseguir tentar pressionar governos e produtores rurais para que sentem com os índios, obviamente, para ver se encontra a solução. Mas só... A solução só virá, não tem como, não consigo ver de outro modo, se não for em função desses estudos. Eu recomendaria com insistência ao Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, que cooperasse nessa linha porque o problema não é só dos índios, é um problema também da produção econômica do estado, quer dizer, uma coisa complicadíssima que só através dos estudos, que são técnicos, não são políticos. E então isso é possível de contestá-los. É o único caminho que vejo de dar soluções a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Rubem, a sua força e dizer que essa Comissão está à disposição. Em qualquer momento que a gente puder agir. E o Gabriel, que trabalha comigo, passou um bilhete dizendo que ele estava escutando, parecia que estava assistindo o filme Avatar. Realmente lembra o Avatar, esse tipo de realidade que nós atravessamos e que parece pura ficção e não é ficção. É uma realidade que há no Brasil. Contem comigo, contem com essa Comissão, e eu agradeço a todos que aqui vieram.

A sessão... Antes de encerrar eu quero avisar que vamos ter três audiências rápidas, na verdade, quatro. Uma amanhã para discutir o desaparecimento de seis jovens em Luziânia, ou seja, é uma audiência de vergonha e mistério. Como puderam desaparecer esses meninos já há três meses? A outra será para debater as dificuldades no exercício das atividades de Oficial de Justiça, amanhã também à tarde. Nós vamos ter uma sessão no dia 30/03, junto com a Comissão de Fiscalização, Meio Ambiente e Controle para discutir o escândalo do BANCOOP, e no dia 31 uma Audiência para discutir o trabalho dos Conselhos Tutelares da Infância e da Adolescência.

Está encerrada essa sessão.
Sessão encerrada às 13h06

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e quatro de março dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Cristovam Buarque)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Cristovam Buarque, José Nery, Rosalba Ciarlini, Flávio Arns e a Senadora não-membro Lúcia Vânia**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Audiência Pública**, nos termos do **Requerimento nº 21, de 2010 – CDH**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 17/03/10, **destinada a discutir o desaparecimento de 6 (seis) jovens em Luziânia, no Estado de Goiás**. O Senhor Presidente abre os trabalhos, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **Aldenira Alves** – Mãe de Diego Alves Rodrigues – 13 anos; **Sirlene Gomes de Jesus** – Mãe de George Rabelo dos Santos – 17 anos; **Lúcia Maria –** filha de **Maria Lúcia de Lopes** – Mãe de Márcio Luiz de Souza Lopes – 19 anos; **Marisa Pinto Lopes** – Mãe de Divino Luiz Lopes da Silva – 16 anos; **Sônia Vieira Azevedo** – Mãe de Paulo Victor de Azevedo Lima – 16 anos; **Valdirene Fenandes da Cunha –** Mãe de Flávio Augusto dos Santos – 14 anos. **Hellan Wesley Almeida Soares** – Delegado da Polícia Federal – representante do Ministério da Justiça; **Josuemar Vaz de Oliveira** – Delegado de Polícia – representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; **Bel Mesquita** – Deputada Federal e **Andréia Zito** – Deputada Federal. Inicialmente, o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, chama os senhores convidados para que compareçam à mesa. O Senhor Presidente faz suas considerações acerca do tema da Audiência Pública. Em seguida o Senhor Presidente dá a palavra aos senhores convidados na ordem supracitada. Em ato contínuo, o Senhor Presidente, Cristovam Buarque, franqueia a palavra a Senhora **Lélia Almeida**, Coordenadora Nacional do Projeto Mulheres da Paz do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci-MJ e ao Senhor **Walisson Araújo** – Coordenador-Geral do Sistema de Garantia de Direitos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que manifestaram o interesse de participar do debate. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra o **Senador Cristovam Buarque**, o **Senador José Nery** e a **Senadora Rosalba Ciarlini** e as parlamentares não-membros **Senadora Lúcia Vânia** e as **Deputadas Federais Bel Mesquita** e **Andréia Zito**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um bom-dia a cada uma e a cada um. Eu peço desculpas pela demora em iniciar essa sessão, por outro compromisso aqui dentro do Senado. E não vou dizer que fico feliz com a audiência, porque esse tema não vai deixar nenhum de nós feliz, ao contrário, é uma audiência por uma causa que nos entristece, mas de qualquer maneira, pelo menos aqui nós estamos mostrando presença, a Comissão de Direitos Humanos, na realização desse encontro para que seja divulgado ao Brasil inteiro essa tragédia que está e continua pairando a cada minuto sobre parte da Cidade de Luziânia, sobre famílias da Cidade de Luziânia e sobre todos nós, que temos um mínimo de sensibilidade.

Nós temos um número grande de pessoas que nós queremos ouvir. Eu vou dividir... Fazendo primeiro a parte protocolar para que fique registrado: eu **declaro, portanto, aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Feita essa abertura, eu vou fazer da seguinte maneira: eu vou convidar três em três das seis mães que estão aqui, as que quiserem vir, se não quiser, não tem problema, para que faça um pequeno depoimento sobre o que aconteceu, o que estão sentindo, o que estão passando. Depois, então, nós faremos com as autoridades que estão aqui todos, o Hellan Wesley Almeida Soares, Delegado da Polícia Federal, a Deputada Bel Mesquita, que nos honra com sua presença, a Deputada Andréia Zito, que nos honra, e o Delegado Josuemar Vaz de Oliveira.

Como temos três lugares, eu queria chamar, eu vou chamar três, sobraria uma cadeira, eu gostaria de chamar uma das deputadas para ficar aqui presidindo junto comigo. O mais natural é que seja... Eu chamo a Deputada Bel Mesquita para que ela fique aqui junto conosco, faremos assim uma audiência das duas comissões conjuntas, mesmo que não tenha passado pelos trâmites...

Então eu vou chamar a Sra. Aldenira Alves, se ela quiser vir aqui à frente, sentar e fazer o seu depoimento. Eu acho que seria bom, eu sei que isso pode ser doloroso, mas a senhora diz duas, três palavras. A Sirlene Gomes de Jesus, que é mãe de George Rabelo dos Santos. A Aldenira é mãe de Diego Alves Rodrigues. E chamo a Maria Lúcia de Lopes, que é mãe do Márcio Luiz de Souza Lopes. Depois eu chamarei Marisa Pinto Lopes, Sônia Vieira Azevedo e Valdirene Fernandes da Cunha.

D. Aldenira, a senhora quer dizer uma palavra aqui, o que está sentindo, como é que foi o fato, como é que a senhora tomou conhecimento de que ele não chegou na hora... Diga o que quiser aqui para a gente.

SRA. ALDENIRA ALVES: É o seguinte, tudo aconteceu quando ele saiu de casa para ir a uma oficina e até hoje não chegou em casa. Então a gente entregou o caso para a polícia, logo no começo não fizeram muito caso, entendeu? Foi um descaso, que foi preciso nós sairmos para poder fazer passeata assim em Goiânia, e continuar a nossa batalha, para nós chegar até aonde nós chegamos hoje. E nós continuamos a nossa batalha, só que a gente, até agora já vai fazer três meses, nós não estamos sabendo de nada, nós não tem noticia de nada, e a gente fica a ansiedade, sem saber que o está acontecendo, entendeu? Então a gente pede que a Justiça agilize logo nisso aí, porque é uma angústia, é uma angústia muito grande, entendeu? Que a gente fica sem nossos filhos em casa sem saber onde está, o que está acontecendo, com quem está. Nós não sabemos. Entendeu?

Então nós estamos aqui pedindo a ajuda de todos, todos da... A Justiça, entendeu? Os que têm os poderes nas mãos que nos ajudem, ajudem, tudo isso que nós estamos querendo, entendeu? Que eu creio que todos têm filhos e tudo que nós fazemos nós não estamos só para nós, entendeu? É para poder as outras mães que tenham seus filhos também ter mais segurança, não só para o nosso, mas o de todos, entendeu?

E a gente aqui, nós estamos aqui, as mães, não sei se é certo ou errado, mas nós estamos querendo que se for preciso, se for necessário, que a INTERPOL chegue até... Chegue até a INTERPOL, porque quanto mais ter ajuda, melhor é para nós, melhor para os nossos filhos, porque do outro lado é vidas humanas que está do outro lado, é um jogo com vidas humanas. Então nós pedimos que consigam que ela entre no caso, chegue até a eles, porque eu creio que esses meninos não estão mais aqui. Porque se até agora com três meses a polícia não deu resposta nenhuma, essa resposta que nós tanto quer, não deu resposta nenhuma, nós perguntamos: onde estará nossos filhos? Eles que tem inteligência, que estudaram para isso, entendeu? Para nos ajudar na hora que nós precisa, e nós não temos resposta nenhuma.

Então esse é o apelo que eu e as outras mães vamos fazer, é que pedindo que agilize logo com isso e que devolva os nossos filhos de volta, é tudo que nós queremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu passo agora para a Sirlene Gomes de Jesus.

SRA. SIRLENE GOMES DE JESUS: Em primeiro lugar eu quero dizer bom-dia a todos. E a primeira coisa que eu quero dizer é uma pergunta ao delegado. Porque que já três casos de desaparecimento em Luziânia, a primeira coisa que eles dizem é que não tem ligação com o desaparecimento dos nossos filhos, então é porque a polícia tem alguma pista dos nossos filhos e para nós ainda não chegou nada, sempre a gente pergunta, não tem nada. E nós queremos saber, porque só as mães sabem o que passou para trazer os nossos filhos até onde ele está, para desaparecer e ficar por isso mesmo. São de famílias humildes, mas não seres humanos e nós queremos saber onde está os nossos filhos. Já são muitos dias e só nós que somos mães e Deus sabe o sofrimento nosso, principalmente na hora de dormir, quando colocamos a nossa cabeça no travesseiro, que não sabemos nada dos nossos filhos. E é só isso que eu tenho que falar e continuando a palavra da Aldenira, nós pedindo ajuda da INTERPOL, porque temos que ter um resultado sobre os nossos filhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra para a Maria Lúcia de Lopes. Na verdade ela é irmã do Márcio, está substituindo Maria Lúcia, é Lúcia Maria.

SRA. LÚCIA MARIA LOPES: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que é mãe de Márcio Luiz de Souza Lopes e você é irmã dele.

SRA. LÚCIA MARIA LOPES: Sou irmã. Bom-dia a todos, eu estou aqui representando a minha mãe, eu também sou mãe, eu também tenho três filhos. E eu não estou passando por essa dor, mas eu imagino a dor que ela está sentindo, por conviver com ela. E foi isso que a gente veio fazer aqui hoje. A gente já 'lutamos' tanto, a gente já 'caminhamos' tanto, pedimos a

força da Polícia Federal para entrar, entrou no caso, só que a gente tem pressa, porque só a gente sabe o que a gente está passando.

Eu como irmã, eu já sofro, eu imagino essas mães o que elas não estão sofrendo, né? Então a gente veio aqui hoje para a gente pedir também o apoio da INTERPOL, porque quanto mais gente para nos ajudar melhor, porque nós temos a força de vontade, o que nós podemos fazer para a gente encontrar eles, a gente vai encontrar, só que a gente precisa de apoio. Apoio de quem estudou para poder ajudar a gente. Então a gente quer pedir esse apoio da INTERPOL e queremos também pedir outros apoios também, porque nós somos famílias de baixa renda, como todos sabem, então a gente também queria pedir uma ajuda para famílias, ajuda de custo benefício, para todas as famílias. E é isso aí, a gente está querendo ajuda, a INTERPOL é mais uma ajuda que a gente está precisando e o que a gente puder fazer e precisar fazer, a gente vai fazer, mas esses meninos vão ter que aparecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. E eu quero chamar agora outro grupo de três mães. Eu agradeço a vocês, nós vamos ouvir as outras três mães agora: Marisa Pinto Lopes, é mãe de Divino Luiz Lopes da Silva, de 16 anos, Sônia Vieira Azevedo, que é mãe de Paulo Victor de Azevedo Lima, e Valdirene Fernandes da Cunha, que é mãe de Flávio Augusto dos Santos.

Eu peço então a Marisa Pinto Lopes que diga alguma coisa para que a gente possa conduzir esse esforço.

SRA. MARISA PINTO LOPES: Bom-dia a todos. Eu também estou aqui solicitando a ajuda dos maiorais, aqueles que estão à frente aí, representando a segurança, que nos ajude porque não está sendo fácil, essa situação não é fácil. A gente, como mãe, saber que nossos filhos estão por aí e não sabemos aonde. A gente 'levantamos', nos deitamos, só com a aflição. No meu caso mesmo não tem sido fácil. Saio para trabalhar, muitas das vezes dá vontade até de voltar para casa, porque é muita angústia, é muito sofrimento, então só a gente é que sabe o tanto que não está sendo fácil.

E já vai para mais de dois meses que meu filho sumiu, já tem dois meses e duas semanas, e não tenho nenhuma resposta de nada, nada, nenhuma pista, nada. Então não é fácil, então quem puder ajudar, nós pedimos que nos ajude, nós estamos solicitando também que a INTERPOL entre para poder nos ajudar, e até mais, se for preciso quem mais puder ajudar nessa situação, que possa nos ajudar porque não é fácil, só nós sabemos o que nós estamos passando, porque se estão mortos, onde é que está o corpo? Onde está os ossos, porque no caso é os ossos, não temos resposta. E se estão vivos, estão na mão de pessoas que não estão batendo bem da cabeça, não são pessoas normais, porque normais não vai fazer uma coisa dessas. Então nós precisamos da ajuda de vocês, de todos aqueles que estão responsáveis para poder nos ajudar. E é só isso que eu tenho a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu passo a palavra agora a Sônia Vieira Azevedo.

SRA. SÔNIA VIEIRA AZEVEDO: Três meses dia 04, que ele desapareceu, estou afastada do meu serviço, não sou conseguindo trabalhar, e a gente pede ajuda porque a gente quer encontrar os nossos filhos, está sendo muito difícil esta essa batalha. Eu mesma vivo a custa de remédio, então a gente deita e pensa: "Meu Deus, será que o meu filho está, aonde ele está? Com quem ele está?" É muito difícil. [choro]. Eu não consigo viver sem uma resposta. E eu quero essa resposta, eu quero que vocês gente, porque vocês... Pensem assim: se fosse um filho de vocês como seria você levantar para trabalhar e saber que eu seu filho não voltou para casa e que não sabe onde ele está. É muito dolorido, eu tenho sofrido muito. [choro]

Então eu peço a vocês que nos ajuda, eu quero que as mesmas coisas que as meninas estão pedindo, eu também quero aqui pedir a todos aqui que a gente quer uma resposta, que a gente fica procurando todo dia uma resposta.

Os agentes às vezes chega lá em casa e me pergunta: "E aí, mãe? O que a senhora tem para dizer para nós de novidade?". Se é eu que quero a resposta, ele tem que ir lá me dar a resposta, não, eles vão me perguntar. E a polícia, que a gente lutou para a Polícia Federal entrar no caso, entramos. E a gente está aí até agora, não passaram nada para a gente, às vezes eu entendo que têm muitas coisas que não pode ser passada para a gente, mas já vai fazer três meses, é muito tempo. Aí ficamos nessa luta aí, a gente lutando para federal entrar no caso, se tivesse agido mais antes, talvez não estava tão difícil, o secretário não aceitou a Polícia Federal entrar, ficou aquela luta, e quem está sendo prejudicado? São nós.

Então a gente está lutando aqui porque hoje somos nós que estamos aqui sofrendo por nossos filhos, amanhã pode ser vocês, a gente não sabe quem está por trás. Eu sei que é uma quadrilha muito organizada porque ninguém viu nada, ninguém sabe de nada e está difícil, está difícil para eles trabalhar, porque não tem informação. Então isso tem que encontrar, eles têm que ter uma resposta, porque não pode deixar sem resposta assim, sem resposta. Eu sei que às vezes eu não posso encontrar o meu filho, vivo, mas eu

quero uma resposta para mim poder falar: "Não, eu vou tocar a minha vida para frente".

Então vai chegar um ponto que vai: "Agora eu tenho que erguer a minha cabeça, eu tenho que trabalhar". Mas do jeito que está não dá, enquanto a gente não encontrar... É uma coisa que a gente pede, todo mundo. Aí que está todas as mães, pedindo essa resposta, e eu preciso trabalhar, eu tenho mais meus outros filhos e do jeito que está não dá para a gente trabalhar, não, a gente viver essa agonia, essa angústia, porque eu durante a semana, eu me controlo, mas quando é final de semana eu não me controlo, eu não... Sabe? Eu estou assim vivendo a custa de remédio. Eu fiquei internada, porque eu amo o meu filho. O meu filho não era um bandido, e eu acho que mesmo que seja um bandido, todo mundo tem direito de viver, ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém.

Então eu estou sofrendo muito. E é só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo agora a Valdirene Fernandes da Cunha.

SRA. VALDIRENE FERNANDES DA CUNHA: Bom-dia a todos. Hoje está fazendo dois meses e seis dias que o Flávio desapareceu, então do primeiro desaparecimento já tem três meses, vai fazer três meses na semana que vem. E como as outras mães falaram, a gente está aí nessa angústia de não saber o que fazer, de não saber o que pé está as investigações, o que está sendo investigado. Nós na verdade, nós não dormimos direito, nós vamos... À noite chega, não tem resposta, o dia amanhece e nós não temos resposta. E é difícil essa angústia que nós estamos vivendo, essa agonia, porque nós não sabemos onde está os nossos filhos, nós não sabemos com quem estão os nossos filhos, como eles estão passando. Então a gente acha que os nossos filhos não estão mais aqui no Brasil, por isso a gente está querendo a ajuda da INTERPOL, porque pelo tempo, já vai fazer três meses e não temos nada. A Polícia Federal demorou a entrar no caso, a Inteligência também demorou a entrar no caso, então quer dizer, já vamos aí três meses e nós queremos saber, nós queremos uma resposta, nós queremos os nossos filhos em casa. Tem que ser solucionado, a gente vê na televisão tantos casos que acontecem que são solucionados rapidamente, mas e os nossos? Os nossos filhos? A gente quer uma resposta.

A agonia é muito grande, a tristeza de não saber, de não estar com os nossos filhos ali em casa, eu tive que voltar a trabalhar, trabalhar assim 50%, porque a gente não trabalha, está no trabalho, está doido para chegar em casa, mas chega em casa cadê, cadê meu filho, que podia estar na escola. Quer dizer, então foi uma falha da segurança, da segurança pública, e nós queremos, nós queremos uma resposta, quer dizer que nós não vamos nos cansar, que enquanto não tivermos essa resposta, os nossos filhos não estiver em casa, nós não vamos parar. E é somente isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou dizer que isso que você quer, quer uma resposta, que todos dizem, vamos tentar ouvir agora essa resposta, o que está emperrando, o que está dificultando, a ouvir as outras vezes pessoas convidadas. Eu peço então a vocês que assistam para ver o que as autoridades têm a dizer.

Eu vou chamar os quatro, mas... Eu chamo o Delegado Hellan Wesley Almeida Soares, que é representante do Ministério da Justiça, Delegado da Polícia Federal; e chamo o delegado Josuemar Vaz de Oliveira, que é Delegado de Polícia, representando a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, são os dois.

Eu vou passar a palavra na ordem que eu chamei, então, inicialmente, o Dr. Hellan, porque é Delegado da Polícia Federal e representa aqui o Ministério da Justiça.

O que nós queremos, doutor, o senhor tem toda a liberdade de falar, mas a gente quer saber qual a esperança que a gente pode dar para esses mães e para as mães que hoje temem que o mesmo aconteça com seus filhos daqui para a frente ainda. O que a gente pode saber, que dê a elas uma esperança, isso é o que se está perguntando. E outra, todas falaram que gostariam de ter a INTERPOL no processo, por que não está ainda ou se virá, ou se não é permitido por razões de funcionar bem as investigações, não é possível saber se eles estão ou não nisso. Que esperança a gente poder dar para elas.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, cumprimento as Deputadas Bel Mesquita, deputada pelo Estado do Pará e Presidente da CPI que trata do desaparecimento de crianças e adolescentes, Deputada Fátima Pelaes do Estado do Amapá. Eu quero cumprimentar as mães das crianças e adolescentes que a pouco se pronunciaram, Sr. Presidente, e aos nossos convidados da Polícia de Goiás, o Delegado Josuemar de Oliveira, bem como o Delegado da Polícia Federal, Dr. Hellan Soares.

Mas, Sr. Presidente, faria essa manifestação antes mesmo de ouvir os nossos convidados, em razão de que por um outro compromisso de participar numa reunião da CNBB, que nesse momento está discutindo a campanha pela erradicação do trabalho escravo no

Brasil, num seminário de dois dias. E daqui a pouco eu teria que chegar até esse encontro, só para manifestar, Sr. Presidente. A necessidade de que nós possamos ter, por parte das autoridades policiais de Goiás, a quem visitamos em comissão de oito senadores e também a quem o Município de Luziânia recebeu a presença da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara que trata de crianças e adolescentes desaparecidos, fomos a Goiás, fomos a Luziânia, e ali manifestamos plena confiança de que a Polícia Civil de Goiás poderia realizar o trabalho de investigação e esclarecer este crime que vem atormentando essas famílias e envergonhando o Brasil. Porque como é que jovens, crianças, adolescentes, desaparecem nessa forma, e pelo visto... Deve nos ser dada informação sobre o andamento das investigações, mas é muito grave que em quase dois meses, me parece dois meses, três meses, quase três meses, não tenhamos indícios mais claros ou pelo menos, não temos conhecimento aqui ainda do andamento desses fatos para identificar criminosos ou saber exatamente que o aconteceu a esses adolescentes.

Nesse sentido, eu gostaria também de mencionar um fato divulgado pela imprensa brasileira na semana passada dando conta de que... Pelo menos uma informação que foi oferecida na CPI da Câmara de autoria do Deputado Geraldo Pudim do PP do Rio de Janeiro, dizendo que havia informações de que haveria policiais civis de Goiás envolvidos neste crime. Então não deve ser uma afirmação gratuita e que, portanto, sabendo-se que em alguns Estados da Federação existem grupos de extermínio, eu não sei se é o caso da Goiás, se for a coisa é mais grave do que se possa imaginar, e não estou aqui levantando suspeita, eu estou aqui querendo que nos digam, nos sejam dadas informações e respostas. Portanto, se a Polícia Civil de Goiás, até onde andou o seu trabalho de investigação e o trabalho da Polícia Federal igualmente, Sr. Presidente, nós precisamos daqui com a certeza de que este não é ou não deve ser o crime perfeito, sob o qual não há indício, não há fato não há situação, em que se possa dizer que tem uma luz no fim do túnel para esclarecer todos esses fatos.

Portanto, eu creio que essa audiência aqui, sugerida por V. Exa. com um requerimento de autoria de V. Exa., aprovado nessa comissão, para que possamos aqui na verdade essa reunião tente nos ajudar a caminhar no rumo do esclarecimento desses fatos, inclusive com a resposta muito clara sobre as etapas da investigação, porque isso já está beirando a impaciência das famílias e do povo de Luziânia que quer, e o povo brasileiro que quer resposta quanto a isso.

Aproveito também para registrar e agradecer a presença da Deputada Federal Andréia Zito, que é Relatora da CPI na Câmara dos Deputados. Desejo que a nossa audiência venha a surtir os efeitos desejados, que seja o mais absoluto e urgente esclarecimento deste crime tão hediondo.

Muito obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, senador. Eu quero convidar a Deputada Andréia Zito para ficar aqui conosco, porque ela não está aqui como simples Deputada, ela está aqui como convidada, e realmente foi um descuido meu não tê-la convidado para estar aqui, e, além disso, como Relatora da CPI da Criança Desaparecida na Câmara. Obrigado, Deputada.

Então com a palavra está o Dr. Hellan.

SR. HELLAN WESLEY ALMEIDA SOARES: Bom-dia a todos, ao Senador Cristovam, a quem reitero os cumprimentos e retransmito aos demais membros da Mesa, Deputada Bel Mesquita, aos demais senhores e senhoras presentes, as mães de Luziânia também.

Respondendo a vossa indagação, senador, informo que a providência com relação à INTERPOL já foi adotada há aproximadamente quatro semanas, para ser mais preciso, quando todos os dados que nós já tínhamos com relação aos jovens desaparecidos foram encaminhados à INTERPOL. Hoje há um procedimento chamado difusão amarela, esse procedimento é difundido a todos os países integrantes da INTERPOL, então todas as nações vinculadas a esse grupo, a INTERPOL não existe fisicamente enquanto corpo policial; até respondendo a indagação das mães, a INTERPOL não poderia jamais vir no Brasil apurar esse crime, porque ela não existe enquanto força policial, ela é um convênio entre polícias de várias nações e todas elas filiadas a INTERPOL já tem conhecimento desse dado, obviamente cada uma delas, na medida das suas disponibilidades de pessoal efetivo e condições materiais, já está realizando seguramente monitoramento das fronteiras. Caso os menores estejam fora do país, uma vez em sendo detectados em portos, aeroportos, rodoviárias, ou seja, que outros meios de transporte que ali utilizem, eles já têm conhecimento desse dado.

Então essa é uma providência que já foi tomada por nós, já foi comunicada a Polícia Civil há aproximadamente quatro semanas para ser mais preciso, se não estiver equivocado, quanto ao tempo por ser antes.

Reitero que, respondendo a próxima pergunta, a Polícia Federal deu entrada no caso após 58 dias do primeiro desaparecimento, e nós sabemos que o fator tempo é um fator preponderante nesse tipo de investigação. Leva-se tempo para recompor os dados, leva-se

tempo para conhecer da história de cada jovem, leva-se tempo para recompor o histórico de cada um deles nos dia que antecederam o sumiço, ouvir pessoas, entrevistar os familiares, amigos, parentes, pessoas que possam ter visto os jovens na rua ou na sua movimentação diária; e não tenham dúvidas de que esse trabalho está feito diuturnamente, não só pela Polícia Federal quanto também e seguramente pela Polícia Civil de Goiás a quem nós estamos apoiando e com um clima de total interação, o Dr. Josuemar pode reiterar isso também no seu depoimento, quanto às diligências feitas, sugeridas, e outras vindouras.

Adiantar linhas de investigação aqui, pelo menos da parte da Polícia Federal, e presumo que o Dr. Josuemar tenha o mesmo entendimento, isso seria absolutamente inviável. A uma porque a investigação corre por segredo de Justiça, por ordem judicial, a dois porque adiantar linhas ou passos da investigação seria simplesmente comprometer todo o trabalho realizado. Não tenham dúvidas de que temos trabalhado de forma incessante no trabalho, e muitas linhas têm sido apuradas, todas ainda estão ainda em aberto, não há uma linha exclusiva, não se pode falar em grupo de extermínio, não se pode falar em tráfico de órgãos, mas todas essas hipóteses estão sendo consideradas.

Agora, adiantar linhas de trabalho e um provável suspeito seria uma leviandade, até porque nós não temos prova definitiva. Sei que isso causa angústia às mães, a nós também, o operador de polícia, ele também sente, apesar de ser profissional, mas ele também sente. Agora, muito melhor será se nós num dado momento trouxemos aqui o nome do culpado, do que lançar nomes ou especulações ou linhas de trabalho que à frente podem não se confirmar ou revelar um caminho totalmente diverso do adotado. Sei que é angustiante para todos, falo especificamente às mães, mas reitero o nosso compromisso, a nossa dedicação, estamos na Polícia Federal como equipe dedicada *full time* nesse trabalho, trouxemos especialistas de fora de Brasília para nos auxiliar nesse trabalho. Então, todos os meios materiais, humanos e tecnológicos da Polícia Federal foram colocados a disposição. Agora, é uma ciência que é não exata, ela leva também e infelizmente nós não possuímos a bola de cristal; é um jargão policial, mas isso eu só coloco no sentido de dizer que temos todos os equipamentos e todos os meios necessários para que a investigação flua, e no nosso entender da melhor forma possível. Agora, as respostas não vêm da forma como nós gostaríamos que viessem, elas decorrem de trabalho, de trabalho de campo, de trabalho de rua, de outros levantamentos que estão sendo feitos, tenham toda a certeza disso.

E esperamos trazer os nomes ou o nome do culpado a seu tempo, quando for o momento oportuno para isso e que se tenha certeza e prova material do envolvimento de determinada pessoa seja ela quem for.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Dr. Hellan, eu passo ao Dr. Josuemar Vaz de Oliveira.

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Bom-dia a todos, meus cumprimentos especiais aqui ao Presidente da comissão, Senador Cristovam Buarque, a Deputada Bel Mesquita, com quem estivemos lá em Goiânia também debatendo sobre esse assunto, Deputada Andréia. A nossa senadora por Goiás, Dra. Lúcia Vânia, um prazer ter a senhora aqui com a gente.

Eu estou aqui nesse momento como Delegado de Polícia e também representando o nosso Secretário, Dr. Ernesto Roller, que não pode comparecer, devido a um compromisso já pré-agendado, mas me designou até em virtude de eu estar coordenando as investigações por parte da Polícia Civil desse caso acontecido lá em Luziânia.

Bom, como o Dr. Wesley bem disse aqui, a Justiça de Luziânia decretou o sigilo das investigações, então eu não poderia nesse momento dizer o que está sendo feito dentro do processo investigatório. Eu posso fazer um histórico aqui que desde que os fatos vieram a público, nós instauramos os inquéritos policiais, designamos delegados e policiais para trabalharem exclusivamente nas investigações. Esses policiais estão trabalhando diuturnamente aos finais de semana, feriados, em todos os dias. Em momento algum... Eu ouvi algumas pessoas citarem que a Polícia Civil de Goiás não queria a participação da Polícia Federal, isso não é verdade. Em momento algum nós negamos participação da Polícia Federal e da Polícia Civil de Brasília, que também está nos auxiliando, nós temos que dizer isso aqui. A Polícia Civil de Brasília já nos auxiliou muito, devido aqui a proximidade, nós também tivemos a colaboração, e estamos tendo a colaboração da Polícia Militar, a Polícia Militar também tem nos auxiliado muito. Agora, é um fato realmente que está envolto num mistério muito grande, eu até tenho dito que falta informação, quer dizer, seis jovens desaparecerem numa cidade durante o dia num determinado setor e ninguém saber de nada... Para vocês terem uma ideia até hoje nós não tivemos uma informação sequer segura. Todas as informações que nós tivemos, que nós checamos até hoje não deram resultado positivo. Mas isso não é motivo para desânimo, nós temos conversado todos os dias com policiais, todos estão empenhados, todos querem dar solução. Nós sabemos da angústia das famílias, nós conversamos esse fato, esse detalhe todos os dias, eu também

tenho três filhos e me ponho na situação das mães, quer dizer, a situação realmente é dramática. Nós sabemos que temos que dar uma solução, e a solução mais urgentes possível, só que a polícia, nós temos que respeitar a lei. Nós temos todo um processo para ser cumprido e nós não podemos trabalhar, como o Dr. Wesley muito bem disse aqui, nós não podemos trabalhar com especulação, nós não podemos passar para as mães ou para quem quer que seja: "Ó, nós pensamos isso, nós achamos aquilo".

A polícia, como um órgão do estado tem que passar um fato já comprovado, um fato que já foi investigado e que não há mais nenhuma dúvida sobre ele, até para não criar qualquer embaraço para a própria polícia. Quando a polícia fala: "Olha, eu acho que foi isso", aí as pessoas começam a ligar e dar informações, informações truncadas que às vezes a polícia tem que trabalhar para desvendar aquela informação, a gente perde às vezes uma semana, duas semanas, três semanas para investigar uma informação que não tem correlação com o fato, mas que às vezes surgiu em cima de uma hipótese lançada pela própria polícia.

Então nós orientamos os nossos policiais, e eu penso que pelo que falou o aqui o Dr. Wesley, também orientados os policiais federais a não fazer conjecturas, a não fazer suposições. Uma das mães disse aqui que às vezes o policial procura e pede: "Tem alguma informação?". Quer dizer, por que o policial às vezes faz isso? Porque a família acaba sendo a fonte de informação, porque às vezes a pessoa não vai na polícia, mas vai na família e passa informação.

Então, às vezes, é por isso que o policial chega e indaga se tem alguma novidade. Agora, às vezes a gente tem tido fatos desagradáveis, às vezes a família não passa para o policial, mas passa para a imprensa, a gente toma conhecimento do fato às vezes através da imprensa e isso acaba gerando especulação e acaba dificultando o nosso trabalho. Mas finalizando, eu gostaria de dizer que nós estamos empenhados, o entusiasmo continua o mesmo, nós estamos trabalhando com determinação, com responsabilidade, a Polícia Federal tem nos apoiado muito. Foi ótima a participação da Polícia Federal nesse caso, nós não temos nada a reclamar, muito pelo contrário, tem nos ajudado muito, como também tem ajudado a Polícia Civil de Brasília. E o nosso interesse é desvendar esse crime no menor tempo possível. Não vou dizer para vocês que será amanhã ou depois de amanhã ou daqui um mês, como eu disse para vocês a polícia tem que trabalhar com responsabilidade, apontar quem realmente for o culpado, se tiver culpado, porque de repente nós não encontramos corpos, até quando eu cheguei aqui fui abordado por uma das mães nesse sentido. A polícia não encontrou corpos, então nós não podemos falar que eles estão mortos, até porque na semana passada eu vi uma entrevista de um jornalista, se não me engano do interior de São Paulo, dizendo que quando ele começou no trabalho de jornalista desapareceu um rapaz numa cidade e a polícia na época deu ele como morto e mais de 30 anos depois essa pessoa apareceu viva, dizendo que simplesmente tinha saído por vontade própria.

Então a polícia tem que trabalhar com dados concretos e passar informações reais, informações confirmadas, é por isso que os nossos policiais não estão passando informações que ainda não foram comprovadas. Agora, eu posso afiançar a vocês que tudo que é possível fazer nós estamos fazendo em conjunto com a Polícia Federal. Todas as hipóteses, como disse o Dr. Wesley, que é possível, tudo que é possível, tudo o que está dentro dos padrões policiais, nós estamos fazendo.

Eu não poderia, como eu disse aqui antes, devido ao sigilo imposto pela Justiça, dizer detalhes dessas investigações, mas eu posso afiançar que tudo que é possível fazer está sendo feito. E muito obrigado pela participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra... Senador, vamos ouvir as nossas convidadas deputadas, estaria bem? Depois eu abro a palavra para os senadores.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, eu entendo que o senhor tem toda uma ordem, mas como eu estou sendo chamada lá na comissão que eu presido e vai ser aberta agora, eu gostaria que, com a sua permissão, Presidente, de só externar às mães e a todos que estão participando desse momento estão difícil, a minha solidariedade, colocar a Comissão de Assuntos Sociais à disposição, e dizer que realmente como mãe é algo que nos deixa... Não existem palavras para algo, Deputada Bel, viu os depoimentos que ouvimos aqui. E gostaria inclusive de deixar aqui uma sugestão para ser analisada. Elas estão passando por momentos muito difíceis. Porque são jovens que três meses realmente há necessidade de haver uma investigação a nível internacional, porque já se espera, já se pensa que não estão mais aqui. Mas além do mais são mulheres que precisam manter pelo menos o seu trabalho e não têm condições psíquicas numa situação dessas de se dedicar em ao seu trabalho, porque já que foi uma falha de segurança, porque não encaminhar ao próprio Governo de Goiás um apoio a esta mulheres para que elas possam ficar com mais tranquilidade, pelo menos com relação a não perder os seus empregos ou serem compensadas. Aquelas que já perderam ou que porventura não tem condição

de ir. Era essa a sugestão que eu queria deixar aqui, e mais uma vez dizer da solidariedade porque também sou mãe e imagino o que é uma mãe passar por uma situação dessas, ficar dias e dias, horas e horas noites e noites, imaginando onde está o meu filho, o que aconteceu, onde... e se sentindo impotente, sem poder fazer nada, isso é doloroso, isso é algo inaceitável.

Infelizmente mais crianças estão, mais jovens estão desaparecendo, esse é um caso muito, vamos dizer o foco está em Goiás, mas não é apenas em Goiás, é no Brasil e nós precisamos de medidas muito mais sérias, muito mais eficazes e urgentes. Se desaparece uma criança, um jovem, não podemos esperar tanto tempo para que a polícia entre no caso, tem que ser de imediato, nas primeiras horas, porque muitas vezes essas primeiras horas são realmente as decisivas para salvar ou para resgatar.

Muito obrigada, Presidente, pela sua compreensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senadora Rosalba.

Bem, eu passo a palavra agora a Deputada Bel Mesquita.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, sem ser inconveniente, mas eu penso que gostaria de um minuto apenas, porque eu vou ter que me ausentar para ir a um debate da CNBB, como eu acabei de informar, sobre a questão do trabalho escravo, mas eu gostaria de deixar duas questões para que a Mesa depois pudesse responder. Pode ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que as deputadas aceitam.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com a concordância das ilustres deputadas, que são as próximas a se pronunciar.

Bem, a primeira questão era perguntar se existe na investigação ou pela Polícia Civil ou Polícia Federal, um disque, um número para um disque-denúncia específico para apuração deste caso, se já existe um número específico em que a população seja informada desse número para eventuais informações anônimas à polícia.

Segundo, se... Como é que anda a divulgação, como se trata de crianças desaparecidas, a utilização de que meios de informação têm sido utilizado para fazer com que todo o povo de Goiás tome conhecimento, vendo essas crianças, o retrato dessas crianças, que me parece que nesse caso não há problema para investigação, a possibilidade de que seja maciçamente divulgado, para se alguém tem alguma noticia, alguma informação, algum parente, possa informar à polícia.

E terceiro, é mais ao Dr. Josuemar Oliveira, perguntar se existe na história da Polícia Civil de Goiás ou da Polícia Militar, já que o senhor aqui está representando o Sr. Secretário de Segurança Pública, se existem fatos anteriores que mostram o envolvimento de agentes da polícia em crimes de extermínio, de grupo de extermínio, a primeira pergunta... E o segundo, se neste caso específico, em algum momento nas investigações foi levantada a suspeita por qualquer pessoa ou qualquer agente no processo, se foi levantada a suspeita de que neste caso poderia estar envolvido algum policial civil ou militar, que eventualmente fosse membro de grupo de extermínio. São essas questões que eu gostaria de ver respondida.

Muito obrigado a V. Exa. e aos demais membros da Mesa pela condescendência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Nery. Com a palavra a Deputada Bel Mesquita.

DEPUTADA BEL MESQUITA (PMDB-PA): Bomdia a todos e a todas, agradeço muito o convite feito por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, isso eu acho que é um dado importante, inclusive em termos de CPI. E tenho absoluta certeza que vai ser muito bom essa integração de duas comissões do Senado e da Câmara Federal.

Agradeço muito, e meu abraço sincero às mães que têm passado por esse sofrimento atroz, mas como eu já disse anteriormente, essa é uma luta que não pertence só a vocês. O sofrimento maior é de vocês, mas a luta tem que ser realmente não só de deputados e senadores, de polícia, tanto federal como a polícia civil e militar dos estados, mas tem que ser uma luta de toda a sociedade.

Agradeço a presença do Senador José Nery, do meu Estado do Pará, a Senadora Lúcia Vânia, obrigada de estar aqui compartilhando conosco essa situação, a Senadora Rosalba também, que esteve aqui, e a minha grande companheira nessa luta, Deputada Andréia Zito e a Deputada Fátima Pelaes.

Quando nós falamos do caso de Luziânia, ele na verdade, ele colocou luz em cima desta questão, eu digo colocou luz, porque na medida que o caso da Luziânia veio à tona para o Brasil e a CPI de Crianças e Adolescentes Desaparecidos andando pelo Brasil inteiro, é que se descobriu que este problema de desaparecimentos de criança e adolescentes era um problema transparente, senador. As pessoas até sabiam da existência desse problema, mas era transparente e nós não temos no Brasil, com exceção do Estado do Paraná, nenhum tipo de política pública diretamente

focada nesta situação de desaparecimento de crianças e adolescentes. No caso de Luziânia, o que nós deixa extremamente angustiados em termos de busca, procura, desta CPI, é que tem vários fatores que de uma forma nos mostrou... Principalmente no caso de Luziânia, eu estou falando principalmente, porque tem outros casos acontecendo no Brasil, mas este caso de Luziânia, por se tratar de seis rapazes num município do interior de Goiás, que hoje tem a participação não só da polícia do Estado de Goiás, mas da Polícia Federal, este caso para nós é emblemático porque está nos dando condições de verificar *in loco* as dificuldades que se tem para a questão do desaparecimento.

Na questão desses meninos, desses rapazes em Luziânia, a demora inicial, e eu vou pedir aqui... Aliás, eu vou fazer uma consideração, eu estou fazendo isso como um modelo, mas eu posso afirmar que em todos os estados que nós temos andado, as condições não diferem. A demora para início das investigações, a questão de não se ter os dados imediatos, quer dizer, os indícios, eles vão desaparecendo com o tempo, a dificuldade de tipificar a questão do desaparecimento, senador, porque desaparecimento não é crime, e até um ponto a polícia, ela pode caminhar e depois deste ponto, como não existe a tipificação do crime, fica muito difícil pedir autorização, digamos assim, para quebra de sigilo ou seja lá bancário, telefônico, num caso de desaparecimento porque desaparecimento não crime. Esse é mais um dos desafios que nós vamos querer resolver, não é isso? Porque nós não podemos ter uma questão de desaparecimento e simplesmente como não se tem nenhum indício de início, não investigar com maior capacidade. Então essas situações todas que estão acontecendo, e é muito séria no Brasil inteiro, e em Luziânia, está nos dando mais proximamente as questões que acontecem.

Mas eu quero só levantar um dado aqui que não tem nada a ver diretamente, mas um menino de 15 anos desapareceu em Marabá, no interior do Pará, da minha região, no carnaval, ele não foi encontrado até agora. O pai aquele ficou sabendo que ele poderia estar numa situação envolvido realmente, ele não, mas o irmão dele tinha envolvimento com grupos de tráfico e ele foi atrás. E ele está morto hoje. O pai do rapaz, o pai do menino desaparecido está morto. Então, e este menino, quando eu estive lá na delegacia cinco dias depois não tinha ainda nenhum dado, nenhum inquérito realmente em andamento para saber onde estava esse menino.

Eu estou colocando isso, isso é um caso que estão acontecendo muito próximos da gente, mas no Brasil inteiro tem essa situação. Nós temos cinco crianças desaparecidas há dez anos em Natal, crianças de um até dois anos de idade do mesmo bairro, que foram retirados da mesma forma e há dez anos não se tem nenhum tipo de solução para este caso.

Então nós temos uma situação real que acontece, e nós temos outra situação que é do esquecimento total de crianças e adolescentes desaparecidos. Crianças desaparecidas há sete, dez, dez anos, 17 anos, esses são casos que nós temos visto em todos os estados. E aí, senador, talvez a única forma de tipificar este crime seja dentro da questão de direitos humanos. É isso que nós estamos trabalhando e precisamos contar com o apoio também desta comissão, que é uma comissão realmente que tem todos os elementos que podem nos auxiliar nessa situação.

Agora, quanto à questão do que nós estamos sabendo, tanto a polícia do Estado de Goiás como a Polícia Federal, estão realmente empenhadas nesta situação, eu tenho grande esperança que isso se resolva logo. Eu não sei por que, eu tenho absoluta certeza que eles estão aqui ainda no Brasil, bem guardadinhos, trabalhando, não tenho nenhum dado eu estou fazendo isso por conjectura e estou fazendo isso na verdade movida pela esperança de encontrar o mais rápido possível esses meninos.

E a CPI de crianças e adolescentes desaparecidos está muito empenhada, estamos acompanhando de perto este caso de Luziânia. Tem outros casos em Luziânia que nós estamos atentos, que é o menino Diego também, que está há dois anos e meio desaparecido, um menino de treze anos, é outra situação que realmente me preocupa muito, doutor, porque não tem... Aliás, não é que não tem dados, os dados que nos foram passados pela família nós também não sabemos se tem alguma coisa a ver, não nos compete neste momento em ir atrás de investigação, mas estamos preocupados com esse tipo de situação.

No mais, o que eu acredito, na importância de uma Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, a Comissão Parlamentar de Inquérito que a apura desaparecimento de crianças e adolescentes, esta é uma situação que pode sim e deve trazer para o Brasil propostas sérias para que esta situação que Luziânia está vivenciando nenhuma outra cidade como um grupo, e nenhuma mãe possa passar nesta situação.

Então nós estamos empenhados, aplaudo a iniciativa das polícias poderem realmente juntas investigar melhor, mais profundamente este caso, é uma situação real no Brasil inteiro a falta de condições para a polícia trabalhar, seja ela no Goiás, seja ela no Espírito Santo, seja no Rio Grande do Sul, o que nós estamos vendo é que a questão de segurança pública no Brasil é uma questão extremamente esquecida. Eu estou falando no geral, porque é geral. E eu não dúvida que

a questão de segurança, principalmente de criança e adolescente e da família, segurança social como um todo, também é muito delicada. Porque o desaparecimento presume o quê? O que é o desaparecimento? É a privação da convivência da criança e do adolescente com a sua família, e a privação da família de poder conviver com o seu filho. Isso está dentro do quê? Só se for no direito humano mesmo, é o direito da convivência familiar.

Por outro lado, nós nessa situação, senador, nós não temos nenhum programa que realmente estabeleça a proteção da criança, do adolescente e da família como um sistema, onde o desaparecimento seja um dos fatores. E aqui me preocupa muito, porque as mães colocam as dificuldades que elas estão passando, eu sei que foi colocada a disposição alguns serviços em termos de atendimento psicológico, atendimento social, mas eu não sei da continuidade deles e que de forma isso está se processando.

E, realmente, na medida que elas têm que se deslocar, que elas têm... Estão trabalhando nisso, é importantíssimo que pensemos também numa forma do próprio estado poder amparar esta família neste momento. Mas até quando? Dez anos, cinco anos, dois anos? Então são essas coisas que nós estamos realmente empenhados em discutir. Hoje nós temos uma reunião inclusive nesse sentido, não é Andréia? Porque a comissão não quer terminar, apresentar o seu relatório e suas propostas sem que este caso não esteja completamente resolvido e os meninos de volta às suas famílias.

Então Srs. Delegados, aqui está o nosso maior, a nossa maior esperança nesse trabalho, e o que puder necessitar da Comissão, estamos à disposição. E às mães o meu carinho de sempre, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a Deputada Bel Mesquita, que tem tido um desempenho tão importante nesse setor.

E passo a palavra a Deputada Andréia Zito.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Presidente, eu gostaria de me inscrever.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Bomdia a todos. Eu quero aqui cumprimentar o nosso Senador Cristovam Buarque, desde já parabenizá-lo pela iniciativa. Cumprimentar a nossa Presidente pela CPI da Câmara, Deputada Bel Mesquita, as autoridades aqui presentes, os nossos senadores, a nossa amiga Lúcia Vânia, a nossa Deputada que infelizmente precisou se retirar, que é a Fátima Pelaes, às mães que nesse momento trouxeram mais uma vez aqui as suas angústias. Já tivemos com essas mães lá em Luziânia, assim que surgiu essa matéria, a CPI esteve lá, nós fomos no local. Senhoras, senhores, a imprensa que vem acompanhando e nos ajudando também nessa questão de tentar descobrir o que vem acontecendo em relação ao caso de crianças e adolescentes desaparecidos.

Na verdade, a nossa Presidente, ela fez já aqui um resumo de como nós temos feito o nosso trabalho lá na Câmara, pela Câmara e na CPI. É um trabalho realmente em que nós estamos visitando os estados, e que por incrível que pareça, uma coisa que é comum em cada estado e municípios diferentes, é justamente como a Deputada falou, a aflição, a agonia das mães porque na verdade elas estão sem uma resposta, e eu não sou mãe, mas que o a gente houve sempre é que se uma mãe perdeu o seu filho por um minuto daí já surge a necessidade de encontrar, a angústia para encontrar essa criança. E aí é um fato que a gente realmente, como eu falei, a gente percebe em todos os locais que a gente tem, percebemos em todos os locais que nós temos percorrido. Quando eu apresentei esse requerimento na Câmara solicitando a instalação dessa CPI, foi exatamente pela necessidade que eu percebi pelas mães, pedido de várias mães querendo o apoio dos deputados, e agora também percebo que elas terão, têm o apoio também do Senado em relação ao problema que as atinge no dia a dia.

Como eu falei, a nossa Presidente já fez aqui toda uma prestação um resumo do que nós estamos fazendo, nós estaremos apresentando o nosso relatório agora no final do mês de maio, hoje nós teremos essa reunião, que eu tenho certeza que será muito benéfica, porque realmente nós precisamos dividir, apesar da responsabilidade do relatório estar conosco, mas nós todos, deputados membros da CPI, todos nós participamos das atividades nos estados. Então é uma responsabilidade nossa que na verdade está dividida por todos, porque justamente nós participamos do problema de cada um.

Agora, surgiu hoje um fato novo aqui sobre o desaparecimento de dois adolescentes de 15 anos, deste final da semana em Luziânia, que, aliás, aqui abrindo um parêntese, quando nós estivemos lá em Luziânia, uma conversa minha com a nossa Deputada Bel Mesquita, a nossa Presidente, o que nós chamou a atenção também foi um curto período e são jovens adolescentes meninos, isso aí é um fato que nos chamou muito a atenção naquele momento. Porque sempre que nós percorremos os estados, acontece meninas, meninos e idades diferentes e ali o que nos chamou muito a atenção foi exatamente a questão da idade, serem meninos e esse curto espaço de tempo. E agora chegou aqui a notícia de que dois adolescentes de 15 anos, desde o fim de semana em Luziânia, é o novo mistério a ser

desvendado pela Polícia Civil em Goiás. Há quatro dias Éric dos Santos e Ralifer de Souza Santos estão sumidos e os pais e familiares preocupados.

Eu não ainda informação se já houve o registro de ocorrência na delegacia, que é um fato também que eu quero aqui colocar, que infelizmente algumas mães também passaram para a gente essa necessidade, esse bloqueio, digamos assim, que sentem por parte da polícia em registrar o seu problema, porque muitos dos delegados colocam uma situação em que não podem fazer o registro de imediato porque precisam de 48 horas e 72 horas, até mesmo desrespeitando a lei.

Eu acredito que não houve isso lá em Goiás, mas não chegou a minha ciência se realmente já fizeram, como tem sido o acompanhamento disso. Então eu gostaria de saber aqui, que passassem a informação nessa audiência para a gente, se houve realmente, se os senhores já, se a Polícia Civil já está ciente desse caso e como tem sido realmente acompanhado, nós ouvimos já e compreendemos sem dúvida alguma que sempre que colocarmos o que nós achamos, podem levantar suspeitas e de repente uma expectativa por parte dessas mães. Mas sem dúvida alguma a questão de mais esse adolescente e também dessas mães, como foi também colocado, eu não sou mãe, mas eu gostaria muito de ter o apoio de psicólogos, da própria polícia, porque a gente precisa ter a certeza de que o caso de cada uma delas, que o nosso caso está sendo acompanhado. Essa é a aflição das mães.

Então nós compreendemos muito bem, eu e a Deputada Bel Mesquita, ela é mãe como eu falei, e eu não. Mas na verdade nós estamos envolvidas nessa causa juntamente com cada uma delas.

Obrigada e mais uma vez, senador, parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Deputada.

Eu passo a palavra a Senadora Lúcia Vânia que pediu pela ordem, pela inscrição.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar V. Exa. por essa iniciativa de trazer essa discussão para o Senado Federal numa Audiência Pública, que eu acho que tem um caráter amplo, uma vez que a CPI, ela trabalha em cima de um foco de uma causa determinada.

Eu acredito que uma Audiência Pública nós dá a possibilidade de [interrupção do áudio] principalmente buscar quais são os meios ou quais são as atividades que levaram a este fato. Eu quero, nesse momento, cumprimentar a todas as mães, são companheiras do meu estado, do Estado de Goiás, eu quero me solidarizar com cada uma, já estivemos lá, já tivemos contato com as mães e posso imaginar o sofrimento e a angústia que essas mães atravessam no dia a dia, sem informação e principalmente sem uma definição do caso.

Cumprimento o representante do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ernesto Roller, aqui representado pelo Delegado da Polícia Civil, Josuemar, cumprimento o Wesley Almeida, Delegado da Polícia Federal, cumprimento a Bel Mesquita, Presidente da CPI que tem feito um trabalho magnífico e quero parabenizá-la pelo projeto de lei que acelera o projeto de investigação, eu acho que você foi muito feliz nessa propositura. Cumprimento a amiga, companheira Zito, e que tem feito um trabalho excelente, a propositora dessa CPI, e que tem uma vivência muito grande com o trabalho social, com o contato com as pessoas, eu pude visualizar isso no Rio de Janeiro.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho que lamentar aqui a ausência do Ministro da Justiça. É deplorável que o Ministro da Justiça não esteja aqui para que a gente possa fazer alguns questionamentos. Todos nós sabemos que a RIDE foi criada por lei, e a RIDE é uma região integrada entre o Estado de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Portanto, ela tem, ela está sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Não se pode pensar apenas neste caso isolado, que é extremamente grave, mas mais grave ainda do que esse estado de coisa é o fato se repetir dia-a-dia, todo dia nós estamos tendo uma noticia de que na região estão desaparecendo crianças. Não bastasse a angústia e a indefinição do caso, nós vamos assistindo a cada dia a coisa se agravar.

Foi criado lá na região do entorno o PRONASCI, foram criadas mães da paz, agora eu não posso entender como uma região como aquela que a gente vem diariamente na tribuna, apontando para o Governo Federal as dificuldades que nós temos naquelas regiões. Dificuldades em relação a tráfico de drogas, dificuldades em relação à prostituição infantil, dificuldade inclusive de trabalho escravo na região, tráfico de água, e outras coisas mais que pôde ser apontado pelo Ministério Público de Goiás. Nós fizemos um relatório no Ministério Público de Goiás e foi apontado como a região mais grave do Estado de Goiás, e, portanto, dessa região integrada. Existe no Ministério da Integração Nacional um projeto de lei, aliás, uma carta consulta pedindo 200 milhões de dólares para aquela região. Para a nossa perplexidade o Ministério, a Secretaria de Desenvolvimento Regional disse que aquela região está muito bem servida de obras. Mas não são as obras físicas que vão resolver a questão ali. Não se pode fazer ali um trabalho, um trabalho de repressão sem que haja um trabalho social preventi-

vo paralelo. Eu não posso imaginar que havendo esse desaparecimento dessas crianças, o Governo Federal não tenha aí, aí ao mesmo tempo eu estou afirmando e quero saber da notícia, se o Serviço de Inteligência de Polícia Federal, da Polícia do Estado não permanece lá investigando o que está se passando lá dentro.

Hoje nos jornais de Goiás estampam que 123 crianças estão desaparecidas na região do entorno de Distrito Federal. Ora, se houve esse caso que não foi desvendado, que não tem caminho para chegar nele, como o Serviço de Inteligência não está lá dentro para detectar o que está se passando ali naquela região? Agora, eu não posso entender que um Ministro da Justiça não esteja aqui para nos dar uma resposta nessa direção. Porque o caso ali da região do entorno não é brincadeira, esse caso vem se repetindo ao longo do tempo, nós tivemos casos muito sérios em Santo Antonio do Descoberto, que foi detectado e que foi explorado pela mídia, mas o caso aparece, a mídia dá aquela força e de repente todo mundo cai no vazio. Agora, é preciso que haja uma ação do Governo Federal paralela a ação do Governo Estadual e do próprio Distrito Federal. Não pode ser trabalhado separadamente isso. A RIDE, ela determina isso, mesmo porque o problema do entorno afeta o Distrito Federal, afeta Minas Gerais, uma parte de Minas Gerais. Então é preciso que haja uma posição do Governo Federal em relação a esse caso. Ora, se nós estamos aqui dizendo que as mães estão desesperadas, elas têm que ficar mobilizadas, se elas não se mobilizarem as autoridades não se mexem, então elas têm que estar mobilizadas. Não tem trabalho, não tem como manter os outros filhos, como é que o Governo Federal fecha os olhos e não dá uma resposta a isso?

Eu sou testemunha, Presidente, que o Governo do Estado tem feito o possível, mas este caso extrapola o Governo do Estado de Goiás. Tanto extrapola que nós fomos buscar a Polícia Federal, é mais do que normal que a Polícia Federal esteja ali, porque a RIDE é uma parte, ela é composta de uma parte do Governo Federal.

Então é preciso que essa comissão exija um pronunciamento do Ministro da Justiça em relação a esse caso. E ele exige ou fale para nós se ele colocou lá dentro o Serviço de Inteligência para detectar qual é o problema que existe nessa região.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a senadora. Eu quero dizer que eu vou dar a palavra a uma assessora do Ministério da Justiça, Lélia Almeida, para que diga alguma coisa em nome do Ministério, mas eu pessoalmente quero dizer, Senadora Lúcia Vânia, que eu também comparto desse descontentamento por não ver aqui a presença do Ministro, mas eu quero chamar a atenção de que é lamentável que no Brasil não haja uma Secretaria da Presidência da República que se dedique aos assuntos das crianças. Nós temos Secretaria das Mulheres, nós temos Secretaria de Jovens, nós temos Secretaria outras, nós temos Agência da Água, Agências do Gás, agências... O Presidente da República não tem para quem ele ligar e dizer: "Sumiu uma criança, ou sumiram seis". Se ele achar que ou uma não é assunto para Presidente, a não ser que seja indígena, porque tem a FUNAI.

E esse projeto de criar a Agência Nacional para Proteção da Criança e do Adolescente está, tem tido o seu apoio, e está caminhando, já passou pelo Senado, está na Câmara. Se quiser mudar o nome de agência, ponha Secretaria, realmente pode ser melhor. Colocamos dentro do projeto que o CONANDA terá um papel nisso. Mas o CONANDA tem insistido que não é, não deveria haver um Órgão Executivo, o CONANDA aconselha, precisa ter alguém. Não é possível que a criança seja assunto da Polícia Federal desde o início, no final, sim, mas no início não é, como não é jovem. Nesse caso pode chegar à polícia, jovem... Aqui tem uma PEC da Juventude, não tem uma PEC da Criança. Na verdade criança não é um assunto do Presidente no Brasil, é assunto do prefeito apenas; tem que mudar isso. O Presidente, se acordar de manhã e ver uma noticia grave sobre criança ele vai dizer: "Para quem eu ligo?" Ele não sabe, liga para o Ministro da Justiça. O Ministro da Justiça é quando precisa envolver a polícia, quando precisa envolver o problema dos direitos humanos, mas não é para outros assuntos. Se for na escola pode ligar para o Ministro Educação, se for na saúde, para o da saúde, mas se for assunto criança, não tem no Poder Executivo Federal.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Enquanto não tem ligado à Presidência da República, Presidente, nós temos no Ministério da Justiça um programa que é importante, é o PRONASCI.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos um programa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Se o PRONASCI funcionar, é uma alternativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É. É um programa, mas o programa está andando, não é para os problemas que surgem. Bem, a Senadora Leila (sic) pediu, me mandou a mensagem que gostaria de explicar a ausência do Ministério da Justiça, salvo a Polícia Federal que tem ligação com o Ministério.

SRA. LÉLIA ALMEIDA: Bom-dia, eu agradeço a oportunidade, meu nome é Lélia Almeida e eu sou

a Coordenadora Nacional do Projeto Mulheres da Paz, do PRONASCI do Ministério da Justiça. E eu vim participar dessa audiência, não como representante do Ministro, mas como ouvinte, e quero dizer que o Ministério da Justiça está representando aqui pelo Dr. Wesley, e dizer que o Ministro não está presente porque nesse momento ele está recebendo a Rainha Silvia na Suécia no Ministério da Justiça, e daí o motivo da sua ausência.

Nós trabalhamos com mulheres, o foco do Projeto Mulheres da Paz são as mulheres que vivem nas regiões metropolitanas mais violentas do país. E, portanto, são as mulheres e são as mães exatamente representadas aqui pelas mães de Luziânia. Eu estive em Goiás no fim de semana para a formatura da capacitação das Mulheres da Paz, onde estive contato com que o está acontecendo, e vim a essa audiência com a incumbência de levar ao Ministério da Justiça, o PRONASCI, demandas específicas de que maneira o projeto pode amparo e cuidar dessas mulheres, dessas mães, nesse momento. O foco aqui são os seus filhos, o desaparecimento desses filhos, mas uma dramática espera se instalou na vida dessas mulheres, e nós queremos saber de que maneira o projeto em âmbito nacional, pode nesse momento estar do lado e abraçar essas mulheres nessa situação que é horrorosa para todas nós.

Eu agradeço e parabenizo o Senador Cristovam por essa iniciativa. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Dra. Leila (sic). Eu vou passar a palavra para os convidados, mas antes eu vou ler as perguntas que eu fiz também, além daquelas que foram feitas pelo Senador Nery. Eu gostaria de saber, embora o Dr. Hellan tenha tocado nisso, se há falta de recursos humanos ou de qualquer outro tipo. Eu gostaria de saber também se conhece algo parecido na literatura policial do Brasil ou de qualquer lugar, um grupo tão grande de pessoas desaparecendo assim misteriosamente. Uma pergunta é: se há uma coordenação da Polícia Civil com a Polícia Federal e com outros órgãos, a perguntas é para os dois. Segundo é se houve outros, quais foram os outros desaparecimentos que ocorreram em Luziânia no passado, porque chegam aqui para nós de que tem havido casos como esse; e que desses, se houve antes, quais foram espontâneos, as pessoas, as criança saíram e voltaram, se houve.

Além disso, as perguntas do Senador Nery. Agora, antes de passar a palavra, eu vou quebrar o protocolo, eu vou quebrar de certa maneira o Regimento, e abrir a palavra às mães se elas querem fazer alguma pergunta. Eu acho que não é hora de ficarmos presos aqui a protocolo. Seria um absurdo, então se alguma das mães quiser fazer alguma pergunta, sinta-se como se fosse senadora. Alguma quer fazer alguma pergunta? Não. Depois eu darei outra chance, se quiserem no final.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria, Presidente, de dizer que vou fazer um novo requerimento solicitando a presença do Ministro em outra Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Dr. Hellan.

SR. HELLAN WESLEY ALMEIDA SOARES: Senador, eu penso que com relação às perguntas relacionadas aos desaparecimentos locais, pode ter episódio no qual estamos trabalhando em conjunto com a Polícia Civil, melhor seria se o próprio Dr. Josuemar respondesse, uma vez que a Polícia Federal não tem conhecimento desse tipo de investigação, fora esse caso, uma vez que não é da nossa atribuição legal.

No ponto colocado pelo senador... Perdão, eu esqueci o nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nery.

SR. HELLAN WESLEY ALMEIDA SOARES: Nery. Assim como a Polícia Civil tem, nós temos um número, um número de plantão da Superintendência da Polícia Federal em Brasília, eu faço questão de deixar aqui registrado, é o 3799-9503, onde qualquer cidadão pode, não só nesse caso, mas em qualquer outro, efetuar o registro de uma denúncia, seja ela anônima ou mesmo identificado para que a Polícia Federal trabalhe. Chama a atenção nesse caso, porque até o presente momento nós recebemos apenas duas denúncias. Uma foi checada, a outra não pôde ser checada por absoluta impropriedade da forma como foi passada pelo denunciante, não foi possível levar adiante. É um caso que o próprio Dr. Josuemar já colocou, a nós causa estranheza também, essa... Talvez eu coloque esse termo, apatia da população, em eventualmente prestar algum tipo de informação. Nós trabalhamos com isso também, é uma ferramenta de investigação, independente do material humano das policiais e dos meios tecnológicos, a participação do povo é importante também. E pessoas podem ter visto, mas estranhamente ou de alguma forma não colocaram dados viáveis a investigação. Causa estranheza, porque os desaparecimentos ocorreram no período da manhã, no período do dia, não houve segundo apurado até agora, violência, então ninguém foi arrebatado na rua, mas causa estranheza que ninguém tenha visto algo mais preciso também, fica aqui esse registro, não nos chegou nada viável nesse sentido.

Mas a senadora colocou ali a questão da Inteligência, eu não posso falar pelo Ministro da Justiça, claro, e também não tenho autorização para falar em nome da Direção Geral do DPF, respondendo a questão da Inteligência *lato sensu*; a superintendência de Brasília, ela é responsável por uma área do entorno do DF, alguns municípios de Goiás, não todos. Outros municípios são objetos de atuação da nossa delegacia em Anápolis, ou mesmo da Superintendência em Goiás. Mas a Polícia Federal de um modo geral tem conhecimento, não especificamente dos desaparecimentos no entorno, mas ela realiza um trabalho constante de inteligência na região, dentro obviamente da sua esfera de atribuição, principalmente aí o combate ao contrabando, ao descaminho, ao tráfico de drogas e a roubos a bancos, dentre outros crimes que são de nossa atribuição. Então a Polícia Federal, falando pela Unidade DF, ela atua no entorno, sim, com a sua inteligência, mas especificamente voltada aos casos aos quais a Constituição nos atribui a tarefa de investigar.

Então eu acho que dados específicos sobre isso melhor seriam repassados aqui pelo colega da Polícia Civil.

Quanto a sua pergunta, senador, a última...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A última é como está a coordenação.

SR. HELLAN WESLEY ALMEIDA SOARES: Sim, a coordenação tem sido conduzida pelos trabalhos, pelos dois aqui presentes à Mesa, também com o Dr. Marcos, que também representa a Polícia Federal nesse caso, e um contato diuturno com as autoridades policiais civis de Goiás, as reuniões não são diárias, mas os contatos sim, e muitas das vezes fisicamente lá na sede da Polícia Civil, na 5ª Regional em Goiás, onde é tratada a linha de investigação daquele momento, onde são passadas as informações, compartilhadas as informações e sugeridas ou realizadas medidas em conjunto ou eventualmente dentro da disponibilidade por moto-próprio, tanto por parte da Polícia Civil quanto por parte da Polícia Federal. Temos uma vantagem, que é a capilaridade, podemos acionar colegas em outros estados, como já foi feito a partir de algumas informações que foram passadas, já foram realizadas diligências, infelizmente nesse caso não houve êxito, mas a coordenação tem sido da nossa parte acho que a melhor possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa pergunta de certa maneira implica em saber: existe uma equipe da Polícia Federal dedicada, todos eles, apenas a esse caso ou estão trabalhando dividindo o tempo com outras atividades?

SR. HELLAN WESLEY ALMEIDA SOARES: Não. Há uma equipe, aqui por mim representada, o Dr. Marcos e outros agentes, como reiterei antes, o Departamento disponibilizou pessoas até de outras unidades que estão conosco em Brasília, dedicadas exclusivamente ao caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exclusivamente. Está bom, isso é importante. Eu passo para o Dr. Josuemar.

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Bom, foram algumas perguntas aí, eu vou tentar responder na medida que foram feitas. O Senador Nery primeiro indagou a respeito se havia um telefone disponível para denúncias. A Polícia Civil de Goiás, nós disponibilizamos o telefone 197 para receber denúncias. A pessoa que não quiser se identificar pode recorrer ao telefone 197. E nós temos também divulgado o telefone da própria Delegacia Regional de Luziânia, que é onde as pessoas podem também fazer as suas ligações ou comparecer pessoalmente, que é o 3622-1400; então as pessoas podem ligar ou podem também comparecer pessoalmente.

Com relação ao fato em si, como nós já dissemos antes, nós estamos realizando um trabalho conjunto com a Polícia Federal e sem nenhum, vamos dizer assim, sentimento pessoal de realizar aquilo e de demonstrar que foi a Polícia Civil ou a Polícia Federal que fez. Quer dizer, nós queremos sim é resultado, nós queremos deixar isso bem claro. Eu disse para vocês aqui, que desde o início nós não negamos de forma alguma a participação, ou recusamos a participação da Polícia Federal, nem da Polícia Civil, e nem de qualquer outra instituição. Em momento algum a Polícia Civil de Goiás recebeu, divulgou que não gostaria de ter ajuda. Eu acho que isso vai contra toda e qualquer investigação criteriosa e que queira se obter algum sucesso. Eu acho que as Polícias hoje, cada dia mais têm que trabalhar integradas e buscando o fim comum, que é realmente oferecer um serviço de segurança para a população.

Com relação à outra pergunta do senador, vinculado a grupo de extermínio, até o momento nas investigações não apontaram para esse lado, para essa hipótese. Nós não descartamos ela em momento algum, mas até o momento nós não temos nenhum dado concreto que leve a essa hipótese, que estaria agindo ali um grupo de extermínio, até pelo perfil das pessoas que desapareceram. Não eram pessoas cuja conduta poderia ser alvo de grupo de extermínio. Então nós não descartamos essa hipótese, mas eu posso afirmar aqui com toda a convicção, que até o momento nós não levantamos nenhum dado que leve a existência desse grupo de extermínio e que teria sido o autor ou autores desse fato.

A Deputada Bel Mesquita, ela fez aqui um pontuação aqui, exata e correta do que acontece hoje não em Goiás, mas em todo o Brasil. O desaparecimento por si só não é fato típico, não sendo fato típico, a autoridade policial não pode instaurar inquérito e não podendo instaurar inquérito, ele não pode representar pelas várias medidas aí que nós temos a nossa disposição. Então é sim necessário que haja uma mudança na legislação, e daí seja... A gente vê a importância desse debate que nós estamos fazendo nesse momento, até para que se mude a legislação e que essa legislação dê ali a oportunidade para a autoridade policial iniciar desde logo a instauração do inquérito e que o delegado também possa requer as medidas que ele achar de direito no âmbito da investigação. Mas é bom ficar bem claro que o desaparecimento por si só não é fato típico, não é caracterizado na lei brasileira como crime, e não sendo, o delegado não pode de ofício instaurar o inquérito e tomar as providências necessárias à elucidação do fato.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Delegado, só um aparte. O senhor não acha que o caso, por exemplo, do entorno sai um pouco do normal do que está acontecendo em todo o país, ele vai um pouco além?

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Bom, aí, o que nós dissemos, que a deputada pontuou, é o que nós verificamos, e levando ainda em consideração que mais de 90% dos desaparecimentos são voluntários, que as pessoas retornam ou dão notícia do paradeiro, quer dizer, cria-se para a polícia uma situação muito desconfortável, porque às vezes o delegado inicia a sua investigação e depois, três dias depois a pessoa dá notícia que está em determinado local, como já aconteço aqui em Luziânia durante essas investigações. Para vocês terem ideia, nós já buscamos pessoas desaparecidas em Salvador, no interior da Bahia, e até em propriedade rurais aqui da região. Quer dizer, as pessoas, as famílias noticiaram como de desaparecidas, a polícia iniciou as investigações e poucos dias depois essas pessoas foram localizadas, e declararam que não estavam desaparecidas e que tinham saído do convívio familiar voluntariamente.

Nós tivemos nesse final de semana noticiado para a Polícia Civil de Luziânia dois desaparecimentos, dois desaparecimentos, inclusive um dos casos a Deputada Andréia acabou de citar aqui. Um dos garotos já apareceu e o outro, os policiais estiveram na escola, conversaram com os colegas, no caso do Éric, e os colegas de escola e colegas dele fora da escola disseram que ele há alguns dias vinha manifestando a vontade de deixar a sua casa, teria tido alguns atritos lá com a família, e teria dito para os colegas deles, os amigos, que voluntariamente estaria saindo de casa.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas não apareceu?

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Até o momento não, mas os policiais estão trabalhando, por quê? Porque a senhora, como a senhora contou muito bem, esse caso da Luziânia foge a normalidade, são seis jovens que desapareceram durante o dia e como bem disse aqui o Dr. Wesley, em circunstâncias misteriosas, porque não houve violência, nós durante as investigações não tivemos qualquer informação que eles tenham sido arrebatados, pegos com violência, quer dizer, nós não temos essa informação. O que leva a polícia a supor que eles foram convencidos a acompanhar alguém voluntariamente.

Então é um caso realmente que foge a normalidade, e por fugir a normalidade a polícia também está trabalhando com empenho também redobrado e muito maior nesse caso. Nós colocamos equipes específicas para cada caso, o trabalho de Inteligência da Polícia Civil está atuando no caso, a Polícia Federal com o Serviço de Inteligência também está atuando no caso. E como eu disse antes, nós estamos trabalhando com o desiderato, com a vontade de dar uma solução o mais rapidamente possível.

É lógico que nós não poderíamos aqui marcar tempo: ó, será hoje, amanhã ou depois de amanhã, o que eu posso afiançar é que nós estamos trabalhando com determinação, com responsabilidade, para dar uma resposta no menor tempo possível.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Presidente, eu poderia quebrar o protocolo só para fazer um questionamento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode. Agora a Deputada Andréia quer... A senadora esperaria um minuto?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não, aguardo.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): É somente dentro dessa questão desses dois adolescentes, o que poderia diferenciar aí, o que nós podemos tirar como garantia de que esses dois casos também não estão incluídos na questão desses adolescentes que desapareceram no início do ano?

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Bom, conforme o Dr. José Luiz me passou agora de manhã antes de eu chegar aqui nesse ambiente, eu tive uma conversa pelo telefone com ele hoje, ele falou: "Dr. Josuemar, no que se refere aos dois desaparecimentos, um dos garotos já retornou, já está na sua casa, e o outro que ainda não apareceu, os nossos policiais estão trabalhando, levantando dados, mas as informações que nos

chegaram até o momento é que ele teria manifestado para os colegas a vontade de voluntariamente deixar o seu lar". Então é um fato que difere dos demais, porque nos seis casos que nós estamos investigando, cujas mães estão aqui presentes, não há esse histórico, quer dizer, todos sumiram em circunstâncias misteriosas e sem que nenhum deles tenha manifestado para a família a sua intenção de sair de casa.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): E também no nosso relatório, pelo menos, até uma questão pessoal, um questionamento que eu faço, e não um fato típico a questão da Polícia Civil, mas o ECA, ele garante os direitos da criança e adolescentes, e aí sempre me causa essa dúvida em relação à Polícia Civil, no caso da defesa em relação a essas crianças e esses adolescentes. Daí eu acho que vem esse conflito todo.

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Só com relação a um questionamento da Senadora Lúcia Vânia, a Polícia Civil de Goiás, nós estamos estruturando em todas as regionais os nossos Núcleos de Inteligência, isso não tinha sido feito ainda devido à falta de servidores. Foi realizado um concurso público esse ano, os novos policiais estão tomando posse, a última turma toma posse agora, me parece a semana que vem, e nós estamos criando em todas as sedes de regionais, núcleos de inteligência para dar o suporte para as autoridades policiais que trabalham nessas cidades. Aqui no entorno nós já temos um núcleo já instalado, faltando apenas poucos servidores que chegaram aqui nos próximos dias.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Para mim não fica muito claro o papel da Polícia Federal e a Civil. Vocês teriam o serviço de inteligência voltado inteiramente para esse caso agora, não é isso?

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: A Polícia Civil de Goiás--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Focada nesse caso, a de Goiás.

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Isso, nós designamos, não todo o serviço de inteligência da Polícia Civil, que nós temos inúmeros casos em andamento. Mas boa parte do nosso serviço de inteligência foi deslocado para Luziânia e está trabalhando nesse caso.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Nesse caso específico. A Polícia Federal, ela não teria o papel de colocar o serviço de inteligência para tentar detectar o conjunto das ações, por exemplo, poderia ser um tráfico de pessoas, seria uma coisa com ligação internacional. Esse não é o papel da Polícia Federal?

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Sim, presumo que isso seja tratado em âmbito do nosso órgão central, direção geral, a qual aqui eu não posso falar, falo apenas pela Superintendência de Brasília, que tem o seu setor de inteligência dentro das várias unidades e cada um trabalhando na sua área. Essa matéria que a senhora coloca, ela é tratada em termos de coordenação geral, há uma Coordenação Geral de Defesa Institucional, que possui seus policiais e sua inteligência e trabalha isso nacionalmente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Quem poderia responder por isso seria o Diretor-Geral da Polícia Federal?

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Ou pelo menos o Coordenador-Geral de Defesa Institucional, que pode falar nacionalmente dentro do escalonamento que existe nas unidades da Polícia Federal. Nós temos uma Delegacia de Defesa Institucional na Superintendência do DF que também cuida disto, mas ela reporta-se a coordenação que fala nacionalmente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É isso, Sr. Presidente, que eu facho que a gente precisa saber, qual o papel Polícia Federal nesse sentido da investigação do serviço de inteligência, de forma mais ampla, para detectar o que está havendo nessa região. Então eu acho isso aí, nós teríamos ou o Diretor da Polícia Federal, ou o Ministro para responder por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, tem aqui presente e pediu para falar, o Walisson Araújo, que é da Secretaria especial dos Direitos, Coordenador-Geral do Sistema de Garantia de Direitos.

SR. WALISSON ARAÚJO: Bom-dia, senador, agradeço pela oportunidade. Bom-dia, Deputada Bel Mesquita--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um detalhe, a Secretaria é ligada?

SR. WALISSON ARAÚJO: À Presidência da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): À Presidência da República.

SR. WALISSON ARAÚJO: Na perspectiva de prestar algumas informações, esclarecimentos e aproveitar o espaço do Senado para enfim, prestar algumas informações, então agradecer a oportunidade, Senadora Lúcia Vânia, e também dar satisfação às mães, que a gente tem acompanhado também, enquanto Secretaria Especial de Direitos Humanos. Registrar que estou eu aqui, Coordenador-Geral do Sistema de Garantias da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, está aqui também representada a Ouvidoria da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho dos Direitos da Pessoa Humana.

Então a Secretaria vem acompanhando toda a discussão, acompanhando o caso, tem estado junto com as mães, e também registrar que então existe essa Subsecretaria Nacional que articula as políticas para a infância e para a adolescência, e que nessa fase inclusive está estruturando um plano decenal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e que é o tema e a problemática das crianças e adolescentes desaparecidos é pautado do início ao fim. E que o sistema também, o sistema de garantias é um programa federal que auxilia os conselheiros tutelares, os conselheiros de direitos, na atuação em caso da violação dos direitos da criança e do adolescente.

Então registrar também que a subsecretaria possui uma rede de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidas, que articula as organizações que atuam em relação à problemática dos desaparecidos, ao mesmo tempo em que, em função da aprovação da lei proposta pela Deputada Bel Mesquita, a Leis 12.127, nós criamos então, Senador Cristovam, o cadastro nacional de crianças, adolescentes e pessoas desaparecidas. A Deputada Bel Mesquita nos acompanhou no lançamento e é um cadastro que auxiliará e auxilia muito nesse processo de localização e de identificação de crianças e adolescentes desaparecidos, na medida em que é um cadastro nacional que está acoplado à rede de informações de segurança pública, portanto todos os usuários do sistema de segurança pública podem acessar, buscar informações sobre desaparecimento, visualizar fotografias, ao mesmo tempo a sociedade pode fazer registros de fatos e processar informação sobre desaparecimento, então há ampla divulgação das fotografias, dos fatos, podem nos auxiliar bastante na localização das crianças e dos adolescentes.

Ao mesmo tempo reiterar, deixar público, a disposição e a orientação às mães de que os casos de seus filhos possam então compor esse cadastro nacional, nós já havíamos sinalizado, Senador Cristovam, a possibilidade então de que na medida em que esses registros sejam feitos dentro do cadastro nacional, a gente possa fazer a ampla divulgação junto aos Correios, com o qual a gente tem uma parceria firmada, junto à Caixa Econômica Federal e também junto ao Departamento da Polícia Rodoviária Federal. Então todas essas fotografias, os casos, os nomes, a idade, podem estar sendo então divulgadas em todos os instrumentos dos Correios, Caixa Econômica e Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ajudando nessa mobilização e na disseminação das informações e dos casos de desaparecimento, e dessa forma auxiliar na localização, que é o que a gente deseja. Eu também sou pai, e toda vez que a gente houve o relato de uma mãe ou de um pai que teve seu filho desaparecido dói muito e é por isso que a gente... Eu pedi a palavra para prestar essas informações no sentido de reafirmar o compromisso da Secretaria, o acompanhamento que a Secretaria Especial de Direitos Humanos tem feito, ao mesmo tempo orientar no sentido de ampliar os canais de divulgação e disseminação dos casos das fotografias. Agradeço muito, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço a sua fala e eu pergunto se a Deputada Andréia...

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Presidente, com todo o respeito aqui às autoridades, é um fato que eu venho questionando há um tempo. Eu acompanhei de perto e acompanho ainda, a vontade e a responsabilidade da nossa Deputada Bel Mesquita, quando apresentou o projeto do cadastro único de crianças desaparecidas, foi aprovado na Câmara, aprovado aqui no Senado e eu venho questionando, porque houve lançamento desse cadastro, de um novo cadastro. E eu queria que V. Sa. respondesse, eu não me lembro o nome, perdão.

SR. WALISSON ARAÚJO: Walisson.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Walisson, me respondesse qual a diferença do cadastro que existia, e agora em relação ao cadastro que a Deputada Bel Mesquita solicitou e que agora é uma lei. Qual a diferença que existe?

SR. WALISSON ARAÚJO: O cadastro que... O que nós mantínhamos ontem com o Ministério da Justiça, era um site cadastro de acesso público em que não havia obrigatoriamente na prestação das informações, e eram apenas 45 agências executoras que voluntariamente prestavam informações sobre desaparecimentos, fossem elas delegacias ou fossem elas Organizações Não Governamentais ou pessoas físicas que acessassem a página pública. O cadastro nacional lançado, ele é um cadastro nacional vinculado a rede de informações de segurança pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública, portanto *a priori* é acessado por mais de 87 mil usuários do serviço de segurança pública de todos os estados, ao mesmo tempo, em função da aprovação da lei, esse fluxo de informação dentro desse sistema vai ser estabelecido como um Decreto Presidencial, em que se estabelece a corresponsabilidade da União, via Secretaria Especial de Direitos Humanos e via Ministério da Justiça, e dos estados e dos municípios, no que se refere à alimentação. Então a Secretaria, junto com... A Secretaria Especial de Direitos Humanos, e a Secretaria Nacional de

Segurança Pública já oficiaram a todas as secretarias estaduais no sentido de se comprometerem com a alimentação do cadastro, o acompanhamento. Portanto, é um cadastro que se diferencia pelo seu caráter de normativa legal agora, de pactuação com os estados, e de obrigatoriedade, na medida em que é uma lei e que é um decreto presidencial que vai regulamentar, e é dentro de uma rede de informações integradas em todo o território nacional.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Sem dúvida alguma a resposta de que é uma lei, sem dúvidas alguma é a lógica, não é? Até mesmo a Deputada, sempre quando coloca que o objetivo é que torne-se uma lei realmente, para que possa ser cumprida a questão.

O meu questionamento com o Ministro da Justiça, inclusive na nossa CPI, foi porque não foi, no sentido de que não foi convidado, não foi feita uma reunião ou uma audiência com os secretários de segurança pública dos estados, porque aí, na minha visão, estaria justamente incorporado a essa questão do lançamento, um novo lançamento de cadastro único, que agora é lei, realmente, pela proposta que foi feita pela Deputada Bel Mesquita. É aí sempre que eu faço questionamento, até mesmo aproveito aqui a oportunidade em relação a isso, porque eu sou favorável, sempre fui favorável e admiro a iniciativa da Deputada Bel Mesquita, mas o lançamento que foi feito, para mim ainda é equivocado, porque nesse caso a Secretária de Segurança Pública dos estados deveria estar presente, principalmente com a autora da lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deputada, claro, eu acho que--

DEPUTADA BEL MESQUITA (PMDB – PA): Eu vou ter só que aclarar algumas coisas. Essa Lei 12.127, que foi inclusive discutida aqui, muito bem discutida no Senado, na verdade ela formaliza um cadastro, e aí eu quero dizer que esse cadastro ainda está numa construção. Eu tenho absoluta certeza que ele precisa, é lógico, na vivência dele se reformulado em alguns pontos, acrescentado, diminuído, mas a importância de ser uma lei é que por lei, então, fica obrigatória a participação de todos os estados na alimentação desse cadastro. O que antes era um cadastro muito mais simples do que é hoje, e as entidades na verdade colocavam na medida que quisessem, não tinha participação obrigatória de nada nem de ninguém, e agora, com essa formalização através da Lei 12.127 há a obrigatoriedade deste cadastro ser alimentado por todos os estados, por todas as secretarias de segurança pública estaduais.

Então você tem razão, Deputada Andréia, que esse cadastro ainda não está pronto. E o que eu acredito, trabalhando nessa área de criança e adolescente, e tentando entender o desaparecimento como uma questão que na verdade, senador, o senhor sabe muito bem disso, cada questão passa a ser uma questão, cada caso é um caso que tem a sua peculiaridade. E daí, então, quando este cadastro realmente estiver implantado, eu tenho absoluta certeza que nós teremos as diversidades do próprio estado. No Estado do Pará, por exemplo, nós temos localidades que terão muita dificuldade de alimentar, então terá que ter uma centralização disso, porque não tem nem energia elétrica, digamos assim, suficiente e nem internet para poder fazer a ligação direta. Então a questão de direitos humanos, e o parabenizo mais uma vez, Presidente, na condução dessa Comissão, que dentro dos direitos humanos nós estamos discutindo o próprio direito de vida, e isso é importante que tudo se cruza nesse sentido.

E fico feliz em saber, aliás, todos nós temos absoluta certeza, nós temos delegacia que investiga roubo de carga, roubo de carro, essas coisas, desaparecimento de carro, e na verdade o que nós estamos verificando é a extrema necessidade de ter uma secretaria especializada, obrigatória, institucionalizada de criança e adolescente em todas as cidades, se possível for, ou pelo menos nas regionais. Esse é um fato.

E outro fato que o senhor citou aqui, Presidente, e é real. Não tem como tirar a questão do desaparecimento da questão geral do apoio, da atenção de criança e do adolescente. A criança que foge, ela foge por maus tratos? Ela foge porque ela está sendo abusada sexualmente? Ela foge porque pode ter realmente um namorado, uma namorada. Mas de qualquer forma, não dá para retornar essa criança aos seus lares sem saber a causa. Porque então nós poderemos estar retornando a criança, entregando aos seus algozes como já foi o ano passado, se não me engano em São Paulo, dois irmãos que fugiram de casa e foram encontrados, e foram recambiados para sua casa, e eles disseram que eles eram maltratados pelo pai e pela madrasta, essas duas crianças foram encontradas, foram recambiadas à família e elas foram mortas, esquartejadas e escondidas.

Então a questão do desaparecimento ou da fuga não pode ser visto assim: "Ah, eu encontrei os meninos". Ele é muito mais profundo e muito mais sério. Uma criança ou um adolescente que deixa o seu lar, mesmo se for porque quer, ou acompanhar um rapaz ou a menina. Tem uma menina, um caso que nós vimos agora essa semana, ela saiu de casa com um vizinho que entrou na convivência familiar, e essa menina foi embora com ele, tem 14 anos. Depois que a família ficou sabendo que ele é um homicida, ele tem dois crimes, responde a dois crimes, não se sabe mais onde está

esse rapaz, isso aconteceu em Belém, aliás, sabe-se onde está o rapaz, mas ele é extremamente, desculpe o termo, bandido. Então precisa inclusive de uma ação da polícia mais séria, para inclusive não colocar em risco a vida dessa menina.

Então ela pode até ser terá saído voluntariamente, mas a lei diz claro que a criança, o adolescente tem que ser preservado até a idade adulta. E nesse caso então, a menina, mesmo que tenha sido por vontade dela, ela tem que ser protegida. Então é obrigação nossa, enquanto instituições, ir atrás dessa menina, mas quem toma conta disso? Qual é realmente, a Secretaria de Saúde? De Educação? De Segurança Pública? Vai cair novamente na questão de segurança pública, ela pode até buscar, mas quem faz a complementação desse trabalho, senador, tem que ser um sistema realmente de proteção à criança e adolescente como um todo. Então... Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Deputada Andréia quer falar. Quantas vezes quiser esse assunto aqui...

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): [riso] Obrigada, senador.

Aqui até mesmo retornando ao caso de Luziânia, há duas ou três semanas nós assistíamos o Programa SBT Repórter, Conexão Repórter, que apresentou a ali a venda de crianças no Pará, que é o estado da nobre deputada, e também a venda de bebês no Município de Encruzilhada na Bahia. Onde eu quero chegar com isso? Ficou claro entre os repórteres numa ação isolada e sem qualquer linha de investigação, eles desvendaram casos seriíssimos específicos, e daí o meu questionamento: se a imprensa chegou ao caso, por que a Polícia Civil não conseguiu desvendar? São pessoas ali que foram pessoas... Que ali foram investigados e chegaram à conclusão de nomes, sobre nomes, de contas bancárias e como a imprensa não está preparada para isso, digamos assim, é um caso isolado, ali foi o meu questionado: por que a Polícia Civil não chega à conclusão também dos casos de Luziânia. Esse seria o meu questionamento, já até porque a nossa audiência deve-se tão bem, que eu acredito que nós já estendemos até em vários casos em relação à criança, desaparecimento de crianças, desaparecimento de crianças e adolescentes, perdão, mas nesse caso específico desses adolescentes, é um questionamento que eu faço. A imprensa conseguir desvendar o mistério e a Polícia Civil não conseguiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero concluir, a não ser que outros queiram falar, as próprias mães ainda. Eu quero concluir dizendo que esse fato vai continuar merecendo toda a atenção dessa comissão. Nós aqui discutimos muito os fatos que já terminaram... Quer falar?

SRA. VALDIRENE FERNANDES DA CUNHA: Eu quero perguntar ao delegado no caso se ele tem um prazo estipulado para encerrar as investigações, porque nós não queremos, assim que esse caso venha a cair no esquecimento, porque nós queremos a resposta, então quero saber se realmente esse caso, enquanto não estiver uma resposta não vai parar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou seja, se já há um prazo para encerrar?

SRA. VALDIRENE FERNANDES DA CUNHA: Isso. Eu quero saber se há um prazo para encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem um prazo para encerrar?

SR. JOSUEMAR VAZ DE OLIVEIRA: Bom, no que se refere a prazos processuais o delegado de polícia ele tem um prazo de dez dias para encerrar o caso quando o indiciado estiver preso. Ele estando em liberdade, o inquérito tem um prazo de 30 dias e esse prazo pode ser prorrogado pela Justiça. Mas mesmo que o delegado encerre o inquérito e encaminhe para a Justiça, as investigações podem continuar normalmente, não é empecilho para continuar as investigações. Tanto é que o delegado, ele tendo novas notícias, ele pode solicitar ao Juiz que o inquérito retorne à delegacia para a conclusão. Nesse caso de Luziânia, especificamente, as investigações continuam normalmente e o delegado tem pedido dilação de prazo no inquérito policial, então não há possibilidade desse prejuízo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está respondido.

Bem, antes de encerrar eu quero dizer que esta Comissão vai estar atenta ao assunto, nós queremos continuar em contato. Eu tenho uma pessoa que trabalha comigo, o Prof. Edilson Barbosa, que está praticamente dedicado a isso, como vocês sabem. E eu vou procurar junto com o Edilson, para levarmos diante a proposta que a Deputada Andréia fez, de darmos um apoio mais amplo a essas famílias, inclusive psicológico.

E nesse sentido eu quero contar com a colaboração da Senadora Lúcia Vânia como representante do Estado de Goiás, poderíamos trabalhar juntos, senadora, e obviamente com o apoio do governador, do prefeito, também, tentarmos dar apoio. Elas têm tido algum apoio, mas um apoio mais forte.

Eu aproveito até, quando eu digo eles e elas, dizer que uma das coisas que mais me choca hoje, deputadas, no Brasil, é como na hora dos problemas são as mães que assumem a responsabilidade. Talvez isso seja

até uma das causas de alguns dos desaparecimentos chamados espontâneos. Mas não são espontâneos, é como a migração ainda é espontânea, não é migração, você vai para outro lugar porque naquele que você estava você não conseguiu sobreviver ou alguma força lhe empurrava para fora. Essa desarticulação familiar e a ausência dos homens nas famílias para mim é um dos problemas mais graves que a sociedade brasileira enfrenta daqui para o futuro, a ausência masculina na casa é uma coisa que está se generalizando de tal forma que a gente fica perguntando como é que as mulheres vão carregar sozinhas todas as responsabilidades de construir um país novo.

Então nós vamos continuar em contato, não só buscando os filhos de vocês, mas também dando apoio nesse período, enquanto esses meninos não voltam. Não podemos deixar que esse mistério continue pairando e que e o sofrimento de vocês continue. Todas vocês... Eu anotei muito bem o que cada uma falou, porque eu quero divulgar isso, falou sempre que... Quase que as mesmas palavras sobre sofrimento. Nenhum de nós consegue ficar na pele de vocês, só quem já passou pelo que vocês passam, e eu já conheci outras mães que passaram e continuam passando. Eu conheci uma um dia desses que a... quando eu estive com ela há três anos, 17 anos que o menino tinha desaparecido, saiu na frente da rua com a bicicleta para andar de bicicleta, de repente só acharam a bicicleta, e até hoje não acharam. Ela já andou até no Paraná, é capaz de você conhecer, ela é uma das líderes do movimento, me impressionou profundamente essa senhora.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Aliás, o Paraná é um dos Estados que realmente tem um sistema de busca de criança desaparecidas, exatamente pela Caramês.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sabe que aqui, quando eu fui Governador nós usávamos as contas de luz para botar descrição das criança desaparecidas. Porque contas de luz é uma das coisas que tem maior penetração, de quase qualquer outro instrumento. Eu não lembro o nome dela, me impressionou muito aquela senhora...

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Caramês? Arlete Caramês.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa mesma.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Eu guardo o sobrenome. Arlete Caramês.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me impressionou muito a conversa que eu tive com ela, por acaso, não porque estava tratando disso, num evento que eu estive em Curitiba, ela estava ali por outra razão. Então, ela sabe o que vocês estão passando, nenhum de nós sabe, mas cada um de nós tenta se colocar no lugar de vocês. E isso é uma das coisas que falta no exercício da atividade pública, se colocar no lado do outro, a gente fica mais do lado de cá, sem ir ao lado de lá.

Contem conosco, nós estamos do lado de vocês, com um sofrimento muito menor do que o de vocês, mas sofrendo também. Então eu quero agradecer a cada um que veio aqui, a cada uma e dizer que... Delegados, contem conosco no que a gente poder ajudar, mas também conte conosco no que a gente tiver que cobrar de vocês. Está encerrada--

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deputada.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não encerramos enquanto a senhora tiver o que dizer.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Mais uma vez agradecendo aqui o convite para que nós estivéssemos aqui nessa audiência.

Eu gostaria também de solicitar que as notas taquigráficas dessa audiência fossem também encaminhadas para a nossa CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Com toda a certeza será de grande valia para nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Faremos isso logo que tivermos, vamos pedir rapidamente.

DEPUTADA ANDRÉIA ZITO (PSDB-RJ): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 12h32.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de março dois mil e dez, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência

do Senador (**Sérgio Zambiasi)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, José Nery e a Senadora Serys Shlessarenko**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Audiência Pública**, nos termos do **Requerimento nº 20, de 2010 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 03/03/10, **para debater as dificuldades no exercício das atividades de oficial de justiça**. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova as atas das reuniões anteriores e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **Paulo Sérgio Costa da Costa** – Oficial de Justiça – Presidente da Federação das Entidades Representantes dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil – FOJEBRA; **Joaquim Castrillon** – Oficial de Justiça – Presidente da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais – FENASSOJAF; **Rudi Cassel** – Advogado e **Marcelo Sgarbossa** – Coordenador Geral de Democratização do Acesso à Justiça em representação a **Roger de Lima Lorenzoni** – Subsecretário da Reforma do Judiciário. Inicialmente, o Senhor Presidente, Sérgio Zambiasi, chama os senhores convidados para que compareçam à mesa. O Senhor Presidente faz suas considerações acerca do tema da Audiência Pública. Em seguida, o Senhor Presidente dá a palavra aos senhores convidados na ordem supracitada. Após a explanação dos senhores convidados, o Senhor Presidente, Sérgio Zambiasi, faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra o Senador Sérgio Zambiasi, o Senador José Nery e a Senadora Serys Shlessarenko. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos, lavrando eu, *Altair Gonçalves Soares*, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador **Cristovam Buarque,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Boa-tarde a todas, a todos, prazer em recebê-los. **Estou declarando aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa**, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Eu solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nós estamos abrindo uma Audiência Pública nos termos do Requerimento n°. 20, de 2010, da Comissão de Direitos Humanos de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 03 de março de 2010, para debater as dificuldades no exercício das atividades de Oficial de Justiça. E na abertura eu quero saudar as representações de todo o Brasil que estão aqui presentes, especialmente a representação gaúcha, já que com muito orgulho sou do Rio Grande do Sul, eu sou colega do Senador Paulo Paim, do Senador Simon. E recebi uma missão de última hora, o Paim me ligou a minutos atrás, em função de uma situação de emergência também na atividade parlamentar do nosso querido colega, solicitou-me que eu o substituísse aqui e eu com muito prazer, numa relação de muito carinho, muita amizade que eu tenho com ele, me dispus a alterar toda a minha agenda dessa tarde, inclusive nós estamos agora reunidos com a Confederação Nacional dos Municípios debatendo essa questão do pré-sal, está uma grande confusão nacional, principalmente em função da profunda desinformação que existe sobre esse tema, é um tema muito refratário, isto é um tema tributário e não é algo simples de se tratar, é um tema futuro, e nós estamos debatendo algumas alternativas que venham aprimorar a proposta que o Deputado Ibsen Pinheiro, que é gaúcho também, aprovou lá na Câmara com o apoio de uma imensa maioria de deputados, mas em função de algumas inconformidades, especialmente do Rio de Janeiro, nós estamos encontrando aqui as melhores alternativas. Mas eu pedi licença ao grupo que estava debatendo essas emendas, uma emenda da Confederação Nacional dos Municípios, o Simon está com outra proposta surgida em discussões lá com a Câmara, e que logo, logo será feita em apresentação em coletiva imprensa à entrada do Plenário do Senado, mas eu não poderia negar a mim a oportunidade de estar aqui para acolhê-los com muito respeito, muito carinho e para que o Senado possa guardar aqui nos seus anais essa discussão, e para que a partir dessa discussão, que toda a assessoria técnica da comissão e dos gabinetes vai analisar e vai ouvir, vai acompanhar atentamente as contribuições que os debatedores estão trazendo para esta reunião, e daqui seguramente nós vamos sair com algumas definições, não tenham dúvida. Nós temos que ter alguns projetos tramitando, mas nós queremos ouvir exatamente, é importante que se ouça a classe, porque o verticalismo é extremamente perigoso, muitas vezes alguém pensa aquele projeto maravilhoso e quando ele chega aqui na base, nós percebemos que ele pode desestruturar toda uma carreira.

Então é importante que as bases se mobilizam, que estejam presentes aqui, eu registro com muita satisfação a presença do Paulo Sérgio Costa da Costa, Oficial de Justiça, já convido para vir à Mesa, que é

nosso companheiro do Rio Grande do Sul e presidente da Federação das Entidades--

[palmas]

Das Entidades de Representantes dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, FOJEBRA, o Joaquim Castrillon, que é Presidente da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, FENASSOJAF. E o Rudi Cassel, advogado, também está presente, Rudi, por favor, eu não sei se o Roger Lorenzoni está presente. Chegou? Ainda não. E o Ministro Gilson Dipp infelizmente não pôde comparecer, então, nós vamos ficar com esse debate mais em Casa, mas esta é a Casa de vocês, essa é a Casa dos estados, e aqui estão as representações dos estados. Por isso que eu permito deixá-los muito à vontade e peço que se sintam-se realmente na sua casa porque o Congresso Nacional ele quer, ele tem essa característica de acolhimento e de um debate bastante democrático, dificilmente aqui se chega ao final da aprovação de uma lei sem que se façam audiências públicas e sem que a gente consiga, eu não digo um consenso que é muito difícil, mas pelo menos a maioria. E é em busca dessa maioria que seguramente que vocês estão hoje trabalhando aqui. Por isso eu passo já imediatamente a palavra ao Paulo Sérgio, para que possa expor aí então as suas impressões a respeito dos temas de interesse desse segmento de trabalhadores brasileiros.

SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA: Senador Sérgio Zambiasi, é uma satisfação contar com V. Exa. dirigindo os trabalhos dessa Comissão. Em primeiro lugar nós não poderíamos nos furtar de agradecer ao Senador Paulo Paim, sempre diligente e atencioso aos nossos pleitos, que fez o encaminhamento, o requerimento para que essa Audiência Pública começasse a se desenvolver. A própria Comissão de Direitos Humanos que deferiu esse requerimento, ampliando esse debate.

Nós até nos permitiríamos, nós temos alguns *slides*, já que um convidado não apareceu, nós gostaríamos de usar esse tempo para expor efetivamente aquilo que nos trouxe até Brasília.

Eu quero registrar em primeiro lugar, que recebemos com muita satisfação hoje pela manhã um ofício da União Internacional de Oficiais de Justiça, dizendo que a União Internacional dos Oficiais de Justiça, que é uma entidade que congrega associações de 64 países do mundo, independente de serem funcionários públicos ou profissionais liberais, apresentam os mais respeitosos cumprimentos e se permite vir manifestar solidariedade e compreensão pelas propostas apresentadas pelos oficiais de justiça do Brasil, representados aqui pela FENASSOJAF e pela FOJEBRA, e que foram divulgadas então no Dia Nacional de Lutas dos Oficiais de Justiça, a ocorrer em desdobramento na data de hoje e amanhã. E dizem eles que um dos valores que distinguem os países civilizados é a garantia de uma justiça equitativa e imparcial no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Estamos certos que os oficiais de justiça do Brasil atuam diuturnamente na defesa desses princípios. A União Internacional de Oficiais de Justiça tem acompanhado os trabalhos dos oficiais de justiça do Brasil e não pode deixar de vir apelar a compreensão do Poder Judiciário para empenho dos oficiais de justiça. O seu trabalho de valorização profissional, no qual destacamos a reivindicação de escolas de formação e qualificação, e a necessidade de conferir dignidade e segurança na sua atividade. Assina Leo Netten, Presidente.

Então, fiz questão e fiz a questão da ler esse ofício expedido pelo Presidente da União Internacional, consignando também que o nosso colega Carlos Almeida, que é Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal, também nos telefonou nos prestando solidariedade ao nosso movimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu inclusive vou solicitar à Secretaria da comissão para que faça uma cópia desse documento e anexe aqui aos temas, aos papéis todos que estão sendo produzidos os documentos, estão sendo produzidos como forma inclusive de apoio a todos os debates que estão sendo travados aqui.

SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA: Obrigado, senador. Quero registrar também com satisfação a presença da ASSOJAF Rio Grande do Sul; da ABOJERIS Rio Grande do Sul; do SINCOJUST do Ceará; da ACOJ de Santa Catarina; da AOJA do Rio de Janeiro; da ASSOJASP; da AOJESP, de São Paulo; do SindiOficiais, do Espírito Santo; a ASSOJEPAR do Paraná e a AOJERN do Rio Grande do Norte.

Eu abro a minha participação nessa Audiência Pública, senador, invocando algo que às vezes pode pensar que se soa como uma certa dose de arrogância, mas não é, porque nós não chegamos aqui hoje para pedir, simplesmente pedindo, nós estamos aqui para protestar e argumentar que esse é o direito e a liberdade que tem aqueles que não pedem favores, mas justiça.

Eu, dias atrás participava de uma atividade e durante os debates houve uma pequena história sobre um grupo de trabalhadores e um bode, e confesso a V. Exa. que chamou minha atenção porque era alusão figurativa à relação que ocorre entre os servidores do Poder Judiciário e seus administradores, e dizia essa história que todos os dias um grupo de trabalhadores se espremia na boleia de um caminhão e viajava por

muitos quilômetros por uma estrada esburacada até chegar à sua labuta. Cansados daquelas más condições, resolveram reclamar com o patrão, que também por coincidência era o proprietário do caminhão. Este a tudo ouviu atentamente e disse que analisaria o caso, e que em breve apresentaria uma solução, mas já adiantou que apesar de achar justa qualquer tipo de reivindicação, não havia previsão orçamentária para atender qualquer demanda, eram outras as suas prioridades. Resolveu ele então que doravante aqueles trabalhadores teriam como companhia nas viagens um bode, e assim ele colocou um bode na carroceria, um bode bem fedido, e se já estava ruim para aquele pessoal que utilizava aquele meio de transporte, pior ficou, porque além do aparto e do balanço, tinham que conviver com um animal que exalava mau cheiro, que pisava em todo mundo. Pronto, santa solução para o patrão. Não demorou mais que uma semana nessas condições para que o objeto de reclamação daqueles trabalhadores se desfocasse e passasse a ser o bode. Foi assim que o sensível patrão retirou o bode expiatório da boleia do caminhão e a partir daí todos viram que ruim sem bode, pior com bode.

Enfim, e lhe confesso, senador, que fiquei estarrecido de que essa história tenha terminado ali, e eu questionei aos nossos interlocutores onde estava a dignidade humana, onde estava a dignidade daqueles trabalhadores, onde tinha ficado sepultado o seu poder de indignação. Me parece que daí para frente não me restaria outra alternativa a não ser trabalharem desanimados, e restaria o quê? Os muxoxos pelos cantos. O que teria havido ali? Medo? Acomodação? Desânimo. De imediato me veio à mente um pensamento de Martin Luther King, quando ele disse que o medo nos aprisiona e a esperança nos liberta. Onde tinha ficado depositado a esperança daquele nicho de trabalhadores? Onde estava os seus líderes? Talvez fossem ovelha sem pastor, não seria mais digno para este caso protestar enfaticamente, se recusar a subir naquela boleia, fazer uma greve? Não era caso de apelar para os direitos humanos? Eu digo que particularmente não embarcaria mais naquele tipo de transporte até que me fosse oferecida condições dignas, dignas e adequadas.

Se V. Exa. me permitir, eu quero fazer uma saudação especial ao Senador José Nery, que compreendendo e entendendo a atividade do Oficial de Justiça, nos deu a honra num passado recente de fazer parte da Mesa do Senado Federal que discutia a erradicação do trabalho escravo no Brasil. E terminada aquela audiência, o Senador José Nery nos repassou uma missão muito nobre, porque se nós estamos nessa Comissão de Direitos Humanos falando de direitos humanos, nobre é a missão que nós recebemos de tentar recolher um milhão de assinaturas para que uma PEC seja votada e se erradique de vez a vergonha do mundo, que se chama trabalho escravo.

Então, Senador José Nery, os nossos cumprimentos, nosso reconhecimento, e nós estamos sim imbuídos e prometemos aqui de público que no máximo em 15 dias nós estaremos com uma comissão aqui em Brasília fazendo entrega de significativo número de assinaturas. Colaboraremos de forma muito eficiente.

[palmas]

A propósito, falando sobre essa questão dos trabalhadores, nada mais oportuno do que falar sobre direito de greve de servidores públicos. Como admitir-se a assertiva de que apenas os trabalhadores empregados podem exercer o direito de greve sem desconto dos seus vencimentos, quando esta for legítima e sem abusos. A Lei 7.783, de 89, apenas contempla os trabalhadores empregados, já o trabalhador do serviço público fica reduzido a uma subcategoria, em situação inferior a do trabalhador empregado. Isso é uma verdade desigualdade, porque não dispor de exercício de um direito reconhecido e consagrado pela Constituição Federal, e aí vale ponderar, um direito que não pode ser exercido pode ser considerado um direito? Voltando a nossa história inicial, porque não substituir o caminhão pelo ônibus? Tantos quantos necessários, a fim de garantir dignidade, dignidade para os trabalhadores. O certo é que atendida aquela reivindicação, todos lucrariam com tal medida, desencader-se-a-ria um ciclo positivo com uma série de efeitos: trabalhadores chegariam mais descansados e dispostos, a disposição daquela massa por via de consequência se traduziria em melhor resultado do trabalho, com isso a atenção nos afazeres, além de aumentar a produtividade diminuiria possibilidade de acidentes, e ao final da labuta possibilitaria que todos retornassem mais descansados a seus lares e pudessem conviver com suas famílias. E me lembro e invoco de novo mais um grande pensador, e faço das últimas três frases do manifesto comunista de Karl Marx esse grito de protesto, quando ele dizia: "*Trabalhadores do mundo, uni-vos, vós não tendes nada a perder a não ser os vossos grilhões*". E por uma questão de cidadania, de lógica, de dignidade, ao mesmo tempo em que nada do que está ruim deve ficar como está, nada que está tão bom que não possa ser melhorado, que não possa ser aperfeiçoado.

Nós vivemos novos tempos, é justiça virtual, reforma do Judiciário, reformas processuais, acesso à justiça, celeridade processual, e o que está nos reservando profissionalmente o futuro? O segundo pacto republicano pela reforma do Judiciário tem o mote a

celeridade. Com que olhos os oficiais de justiça estão sendo vistos nesse processo? A reflexão sobre tais pontos para nós, oficiais de justiça estaduais especificamente, iniciou-se após realizarmos em novembro de 2008 o primeiro congresso da categoria, ocasião em que na conclusão da Carta de Gramado, que está expressa em uma revista que nós vamos distribuir amanhã, nós elegemos o dia 25 de março como o Dia Nacional de Lutas, e apenas para fazer uma alusão a esse dia nacional, que ele coincide com a promulgação da Constituição Imperial de 1824 e nela restou sistematizada lá no art. 56 a nossa função, porquanto dizia que todos os juízes de direito e oficiais de justiça são responsáveis pelo abuso do poder e prevaricações que cometerem no exercício de seus empregos.

Nós elegemos 25 bandeiras para lutar. E por que essa nossa luta vale? Porque hoje nós temos a consciência de que oficiais de justiça do alto de sua responsabilidade e imprescindibilidade, não receberam toda a assistência e consideração que merece. Nós temos a consciência de que o expoente da cidadania no sistema democrático é mostrar que nós trabalhadores temos sim o direito de ter direitos. Não queremos mais serviços com desprezo como uma subcategoria, não queremos serviços como meros cumpridores de ordens judiciais, nós somos e representamos muitos mais do que isso, nós somos a personificação do Poder Judiciário nas ruas, nós somos o próprio magistrado, já que o mandado judicial é uma procuração com fins específicos; nós representamos aqui um segmento com mais de quatro mil anos comprovadamente na história do mundo.

Para me ajudar a traduzir o papel do Oficial de Justiça no contexto do Judiciário, a sua importância e imprescindibilidade, eu vou me valer de dois trechos de crônicas do Machado de Assis, porque a sua abrasiva substância de texto ele escavava com habilidade e sutileza a alma humana. Numa dessas crônicas ele discorreu: "*Mas francamente, quem se lembrará da lei? Leis não são dores que se fazem lembrar doendo; leis não doem. Algumas só doem, quando se aplicam; mas não aplicadas, elas e nós gozamos de perfeita saúde, fora isso, é como se não existissem, todos gozam de perfeita saúde. Elas não causam dor e o tempo cuida de levá-las ao esquecimento, ao distanciamento de si mesmas e do porque de existirem. Leis só doem quando aplicadas*", ele conclui. E nós dizemos que é preciso sobejar que a Justiça não lida com objetos, mas com pessoas, dramas humanos, dores, pessoas mais humildes, ou que mesmo nunca tiveram contato próximo, ainda ficam aterrorizadas com a engrenagem da Justiça. Kafka, inclusive descreveu, desenhou com genialidade o sufocamento do ser humano pelas artimanhas do processo judicial na sua obra O Processo. O apelo de ser escutado é um atributo inerente à condição humana, tratar as partes com autoritarismo ou descortesia é uma brutalidade inaceitável.

Nesse contexto, ressalte-se que os Oficiais de Justiça são os atores sociais que fazem esse papel de ligação entre Justiça e cidadão, e, portanto, é imprescindível o preparo. Com que olhos que essa sociedade nos vê? Também me faço valer novamente de uma crônica de Machado de Assis, 27 de dezembro de 1889, quando ele anunciava a morte do carrasco de Minas, cujo ofício foi descrito como desprezível, dizia lá ele: "*Por que cargas d'água há de ser desprezível um ofício criado por lei? Foi a lei que decretou a pena de morte e desde Caim até hoje, para matar alguém é preciso que alguém mate, para executar a pena não se há de vir de buscar o escrivão, cujo dedos só devem tingir no sangue do tinteiro, usamos empregar outros*". E segue: "*Deus meu, não digo que o ofício seja o dos mais honrosos, mas se o carrasco sai para matar um homem é porque o mandam, se a comparação não se prestasse em interpretações sublimes que estão longe da minha alma eu diria que ele, carrasco, é a última palavra do código*". E por analogia com Oficial de Justiça, eu diria que nós também da forma como estamos sendo enxergamos, estamos sendo a última palavra do código moderno. Em comum o que nós temos de ofício que executar a sanção, de impô-la, de dar efetividade; em comum temos o fato de estarmos à margem das luzes brilhantes da teoria, longe do palco radiante do sucesso conceitual abstrato, a posição do carrasco simboliza a dificuldade ainda premente de se situar a sanção como algo que deve existir na concretude, mas para existir é preciso esforço e a exposição de quem a executa, e aplicar a sanção costuma atingir a alma com algo muito mais doloroso do que a tinta do tinteiro. Senhores, é sabido que o conflito vive em todos, e é ele que justifica a vida do Direito.

Quais são as dificuldades enfrentadas pela classe dos oficiais de justiça no exercício profissional? Convém aqui lembrar que em duas ocasiões, em 2008 e 2009, nós demonstramos aqui nessa Comissão de forma exaustiva os perigos da profissão, o descaso e a falta de equipamento de proteção individual, a falta de investimento, os nossos locais de trabalho, a nossa forma de trabalho, situações fáticas que ceifaram vidas em pleno exercício profissional. Invocamos aqui o direito de ter direito de portar armas, o PLC 30/2007 ainda pende de tramitação nessa Casa, diga-se de passagem que desde o dia 11 de fevereiro de 2010 ele se encontra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aguardando a designação de relator.

Lembro perante essa Comissão que o art. 3º da Declaração Universal dos Direitos do Homem prevê que toda a pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Nós aqui, agentes públicos, somos literalmente jogados aos leões todos os dias, desprovidos de qualquer equipamento de proteção individual. Quero lembrar que a nossa é uma atuação solitária, que a aposentadoria especial, direito constitucional que ainda não foi regulamentado, antes mesmo de ser um direito é uma consequência, é um reflexo do nosso trabalho exercido. Eu vou fazer uma pequena alusão disso, dizendo que no Rio Grande do Sul continua a triste estatística de que todos os meses num pequeno contingente de apenas mil oficiais de justiça, um de nós tomba por invalidez. É uma aposentadoria invalidez mês após mês. Mas isso, a questão do direito de aposentadoria especial que nós estamos conquistando via mandando de injunção, eu vou deixar que o Dr. Rudi Cassel discorra sobre ela.

A carga de trabalho, e aqui inclui-se o horário flexibilizado e o número de mandados expedidos cumpridos mês a mês é desumana, é desproporcional. De novo eu invoco o art. 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lembro que toda a pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho.

[palmas]

Por outro lado, se o Judiciário é uno, é nacional, como se bastante propalado, esse entendimento ao menos já serviu para a magistratura que conquistou subsídio, funções iguais, salários iguais. Penso que com essa medida ganhou toda a sociedade, porque hoje ótimos magistrados ligados aos tribunais estaduais permanecem servindo aquela comunidade, aquela sociedade; já o mesmo não acontece com servidores. Eu trago um exemplo aqui, que hoje eu recebi ainda um e-mail pela manhã do Espírito Santo, lá existem oficiais de nível de escolaridade média, que são jogados nas primeiras e segundas entrâncias, enquanto que os da capital, de 3ª entrância ou entrância especial, são de nível superior e com tabela de vencimento diferente, mesmo que executem as mesmas funções, o mesmo trabalho, a mesma responsabilidade.

Lembro aqui também o disposto no inciso II, do art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que toda a pessoa sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. E serve para ilustrar que no âmbito da Justiça Federal existe a exigência de que para habilitação em concurso de Oficial de Justiça se observe dos candidatos, se exija a diplomação de bacharéis em Direito. O padrão remuneratório então, disparidade total, mas dignidade para os nossos colegas federais. Já nós, no âmbito dos estados, a situação é diferente; a Presidência da República vetou o PLC 107, de 2007, que institui como obrigatoriedade para o exercício profissional a diplomação de bacharel em Direito. Eu creio que ainda é tempo de se corrigir essa injustiça e esse equívoco porque esse veto, apesar de parecer técnico não é, não é. Passou pelas duas Casas Legislativas, pelo crivo de todas as comissões, foi aprovado por unanimidade, foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal, ou nós estamos equivocados com relação às assessorias parlamentares, ou eu quero crer que é um equívoco aqui tendencioso da AGU quando emitiu o veto a esse importante Projeto de Lei. Nós ficamos incrédulos ao ver que mesmo o CNJ tendo baixado a Resolução 48, de 2007, essa até hoje vem sendo mitigada por muitos tribunais. Recentemente, para nossa indignação, nosso protesto, a Associação dos Magistrados do Brasil impetrou uma ADIN contra essa mesma resolução. Ela buscou junto ao Supremo Tribunal Federal a sua participação na edição de resoluções, e especificamente no caso da Resolução 48, divulgaram que a grande dificuldade para o atendimento, aplicação dessa resolução, seria o preenchimento de cargos, e eu pergunto: estariam faltando bacharéis de Direito no Brasil? Como que nós conseguimos preencher os cargos da Magistratura por todo o país? Como que nós conseguimos preencher os cargos do Ministério Público em todo o país? Senhores, nós somos 26 mil profissionais no Brasil, nós somos um para cada grupo de sete mil habitantes. E a nossa forma de trabalho, a nossa dinâmica de trabalho, faz com que nós cheguemos a cada canto, a cada recanto desse país. E lamentavelmente nós vimos que alguns estados estão servindo de laboratório para interesses que não estão muito claros e estão excluindo os cargos de Oficial de Justiça, assim como já o fez Sergipe, como já o fez a Paraíba, como já fez o Paraná; e nós não admitimos, porque dentro da legislação nós temos atribuições específicas, atribuições de estado, típicas apenas dos oficiais de justiça. Eu perguntaria que política que é essa, onde se pretende chegar com tais medidas? É preciso reagir, e por isso nós contamos com o apoio parlamentar.

No caso do CNJ, da Secretaria de Reforma do Judiciário, eu lembro que todos os nossos pleitos foram protocolados, muitos ainda penam em dissolução. Eu até tinha discorrido sobre casos de violência contra oficiais de justiça, que somos recebidos a bala, assassinados, está tudo documentado, nós temos algo, um material farto à disposição da Comissão de Direitos Humanos, farto material sobre a violência que atinge a classe dos oficiais de justiça. Quando eu digo que nós somos jogados literalmente aos leões, é falta sim de profissionalização, é falta sim de responsabilidade

do Poder Judiciário. Eu vou passar só analisar essa questão do CNJ e concluo, senador. Está no site do CNJ a Justiça em números, o que nós constatamos, de forma incrédula que não existe estatísticas nenhuma sobre o número de mandados expedidos e cumpridos. Nós temos número de processos, temos números de servidores, de magistrados, temos todos os dados, menos dados de mandados expedidos. No Brasil nós temos hoje 15 mil... Ou até 2008, 15.731 magistrados para 26 mil oficiais, ou seja, na proporção nós somos três oficiais de justiça para atender a cada dois magistrados, isso sem contar que as estruturas cartorárias favorecem muito mais, porque hoje são assessores, são secretários, são juízes auxiliares, e se nós então podemos aplicar uma analogia muito simples, muito simplista: se em 2008 ingressaram 21 milhões e 200 mil processos novos no âmbito do Judiciário, e lá nós já tínhamos um saldo, nós chegamos a 63 milhões e meio de processos circulando dentro do Judiciário em 2008. Se para cada processo fosse expedido um único mandado nós chegaríamos matematicamente a dizer que cada oficial no país receberia de forma linear 222 mandados/mês. Ora, no Rio Grande do Sul, um dos parâmetros para que se crie um cargo de Oficial de Justiça é a observância da média de 120 mandados/mês, então isso só comprova que a nossa carga de trabalho é acima das expectativas. E Oficial de Justiça, é importante que fique consignado, exerce um ofício personalíssimo: não podem delegar, só o titular do mandado pode saber como, quando iniciar e concluir uma diligência. Nós somos servidores públicos com toda a carga de responsabilidade que a lei nos dá, destacando a fé pública que torna efetivo e seguro os atos judiciais e a mão de obra que se sacrifica e enfrenta toda a sorte de dificuldades nas ruas, sem um mínimo de proteção, a mercê de todas as modalidades de violência, para não dizer que não difere muito da omissão dos tribunais em relação a seus servidores. Infelizmente, o nosso protesto fica aqui de que o Poder Judiciário, ele efetivamente ainda é amador, porque o nosso trabalho é um delicado e complexo fenômeno social que exige ciência, arte, coragem e ternura, eficiência e tolerância, sensibilidade e garra, razão e sentimento, cérebro e coração.

Nós somos efetivamente a *longa manus* da Justiça, é como ela, a Justiça, alcança a vida real. É tempo de relembrarmos que a Justiça no Brasil, seja ela Federal ou Estadual, exerce na sua essência poder jurisdicional da mesma natureza, e por isso mesmo constitui importante alicerce do estado democrático de direito. Não haveria e não há assim motivo para se valorar uma Justiça em detrimento da outra, seria como perquirir na Medicina se uma especialidade é mais importante do que a outra, se ao doente o que interessa é uma solução eficaz para o seu problema.

Eu parto para a conclusão, mas não sem antes dizer que se alguém lembra, por exemplo, que em que pese os oficiais de justiça não atuarem com rigor do horário, a legislação prevê que os atos processuais sejam executados das 06 horas às 20 horas. Se alguém lembra que os oficiais de justiça gozam do que podemos classificar como liberdade responsável, sacrificando muitas vezes sábados, domingos, feriados, além de regular horário de almoço e de descanso. Se alguém lembra que Oficiais de Justiça não dispõem de treinamentos, de equipamentos de proteção individual, além de não saberem efetivamente o que existe, o que os espera por trás de cada porta. Alguém lembra que muitos dos nossos colegas tiveram vidas ceifadas no cumprimento do dever? Alguém lembra os casos de agressão contra o patrimônio particular? Alguém lembra que o estado patrão sequer paga seguro para os nossos veículos, que dirá seguro de vida? Alguém lembra que o valor pago a título de indenização de transportes não corresponde com os custos de combustível, manutenção, desgaste e troca de veículo? Alguém lembra que Oficial de Justiça trabalha junto a hospitais e presídios? Alguém lembra que a intempérie é nossa eterna companheira? Alguém lembra que Oficiais de Justiça, mesmo atuando rente a sociedade, expostos, não têm alcance sequer a uma política de prevenção, de vacinação? Alguém lembra que oficiais de justiça no cumprimento do dever são induzidos a irem a qualquer lugar e a qualquer hora? Alguém lembra que por trás de grande mídia de policiamento existe um personagem que efetivamente faz cumprir a ordem judicial? Com essas pequenas reflexões eu tenho certeza que nós vamos encontrar muitas respostas. Não mais ficaremos pregando no deserto, porque encontremos aqui eco aos nossos pleitos. Então, eu encerro dizendo que as lutas dos oficiais de justiça são dignas, voltadas a obter do estado e a da sociedade um maior reconhecimento. Nós não só vamos expulsar o bode expiatório de cima da carroceria do caminhão em que nós viajamos, mas exigir fazer valer os nossos direitos.

Por isso, senhores, Srs. Senadores, Srs. Convidados, meus companheiros, exigência da titulação de bacharel em Direito para o acesso à carreira, aposentadoria especial, porte de arma, isenção do IPI na aquisição de veículos, entre outras gestões consagradas naqueles 25 pontos, com certeza serão conquistas que serão atendidas e servirão para amenizar a nossa atividade. Dia de lutas dos oficiais de justiça. Esta é uma luta que vale e vale para todos.

Então, eu só concluo, agora sim, dizendo que o dia especial, o dia nacional de lutas, ele não é somente

comemorativo, mas reflexivo, de levantar bem alto as nossas bandeiras, de bradar bem forte pelos nossos ideais de comunhão de forças e ideias, de recomeçar e de perseverar. Tenho certeza que esta Comissão de Direitos Humanos, atenta ao que nós estamos aqui expondo, ampliará esse debate, ampliará esse debate e trará todos os segmentos que efetivamente interessam debater conosco. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu vou solicitar ao Paulo Sérgio que também possa nos deixar essa documentação, porque ela servirá também como importante base para análise de todo esse processo que está ocorrendo aqui no Congresso Nacional.

Eu quero saudar a presença do Senador José Nery lá do nosso querido Pará, vice-Presidente da comissão a quem eu disse [ininteligível] agora passo--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, membro militante dessa Comissão de Direitos Humanos, quero na verdade fazer uma breve manifestação, se V. Exa. me permite, para cumprimentar todos os Oficiais de Justiça do Brasil aqui representado na nossa Comissão de Direitos Humanos, em especial a representação e o ilustre participante dessa Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, que aqui comparece para debater as dificuldades dos oficiais de justiça no exercício das suas atividades. Cumprimentar o Paulo Sérgio, que é o Presidente da FOJEBRA; Dr. Joaquim Castrillon, Presidente da Federação Nacional da Associação de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais; Dr. Rudi Cassel, Advogado, e o Dr. Marcelo aqui representando o Ministério da Justiça.

Dizer, Sr. Presidente, que em razão de várias atividades e de uma agenda absolutamente complicada nesse dia de hoje, em razão de não poder ficar o tempo necessário para acompanhar aqui essa Audiência Pública que por proposição de requerimento do Senador Paulo Paim, o nosso digno colega e especial companheiro da bancada do Rio Grande do Sul, que tão brilhantemente integra o Senador Sérgio Zambiasi, dizer que fundamentalmente nós sempre nos somamos aqui à luta pela busca de novos direitos e a busca de preservação de direito dos trabalhadores brasileiros, em especial dos servidores públicos de todos os eixos da federação. Então, se o Congresso aprovou a necessidade da formação, da formatura necessária em bacharel para disputar uma vaga de trabalhador como Oficial de Justiça do Poder Judiciário, creio que a nossa questão cabe ao Congresso melhor analisar, mas dizer Sr. Presidente, que ao cumprimentar todos os oficiais de justiça do Brasil aqui presentes, e dizer que nos somamos e nos somamos às suas lutas e ao trabalho que realizam para a realização mesma da justiça, quero pedir permissão à V. Exa. para cumprimentar e também a todos os oficiais de justiça do Brasil, especial a delegação paraense que se faz presente, representação da Associação dos Oficiais de Justiça, aqui representado pelo Matuzalém Bernardo e Edvaldo Júnior, que sem dúvida representam centenas de trabalhadores, oficiais de justiça do Estado do Pará, com quem inclusive tenho mantido contato sempre que possível, e por último agradecer a participação da federação dos oficiais de justiça na luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil, e espero contar com milhares de assinaturas de todo o Estado Brasileiro, das associações de cada Oficial de Justiça em particular, que nos ajudem a somar, Senadora Serys, pelo menos um milhão de assinaturas para dizer à Câmara de Deputados que chegou a hora de acabar com essa vergonha no Brasil, por isso precisamos expropriar, retirar as propriedades rurais ou urbanas onde foi constatado o crime de trabalho escravo. Obrigado Sr. Presidente, obrigado aos oficiais de justiça.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Parabéns, Senador José Nery, obrigado pela manifestação, entendemos que realmente quando essas reuniões ocorrem à tarde, elas dificultam um pouco inclusive a presença parlamentar. Nós temos uma sessão deliberativa em andamento, nós temos o debate do pré-sal, nós temos a CPI em andamento e para que todos entendam aqui, porque eu vou aproveitar a Serys, José Nery, para fazer um pouco da Defesa parlamentar da Casa. Muitas vezes a mídia nos mostra com o Plenário vazio, ora, o Senado tem se não me engano 11 comissões e elas se reúnem permanentemente; se a Senadora Serys, que também gaúcha como eu e o Paim, mas fez a sua opção pelo Mato Grosso e nós respeitamos, mas nós não abdicamos de tê-la como gaúcha, Senadora Serys, não dá.

[palmas]

[risos]

Nascida em Cruz Alta, lá entre os trigais de Cruz Alta. Não dá para... não admitimos a perda da cidadania, nós estamos oferecendo à Senadora Serys dupla cidadania. Mas eu quero aproveitar exatamente porque daqui a gente leva também conceitos do trabalho parlamentar. E aí alguém pergunta: “Mas eu nem te vi no Plenário?” Ora, o Plenário é uma parte do dia do parlamentar, nós temos que estar lá realmente no

momento que houver o voto e o voto nominal, ali sim, ou então o debate de temas realmente que exijam a nossa presença. No decorrer do dia nós temos um gabinete com uma demanda espetacular, porque ali que a gente acolhe os nossos povos, as nossas representações estaduais. Com exatamente com essa referência que cada gabinete possui de cada estado que nós temos a representação dos estados. E a demanda das audiências que muitas vezes a própria entidade nos solicita ali no Ministério da Justiça, ali no Ministério do Planejamento, e lá estamos nós acompanhando também.

Então, eu queria aproveitar esse momento para clarear esse aspecto da atividade parlamentar, que é um pouco dos itens que o Paulo Sérgio colocou aqui da atividade do Oficial de Justiça, que sobe o morro, que não está no gabinete, que cumpre uma determinação, que está lá na rua, e ao ser encontrado na rua de repente o vizinho vê: "O que está fazendo aqui na rua?" "Sou Oficial de Justiça, eu tenho que estar na rua, meu trabalho básico é aqui". Então, veja como há uma coincidência, uma conjunção, um encontro de atividades, porque são públicas.

E antes, não sei se a Serys quer fazer uma manifestação, eu estava preocupado com a CPI que está andando também, porque em seguida nós teremos outras manifestações, quero registrar aqui mais um gaúcho, meu Deus do céu [risos], o Marcelo ***Sgarbossa,*** além de ser gaúcho de Lagoa Vermelha, lá na fronteira com Santa Catarina quase. Nós temos fronteira, hein, que estado danado, ele é Coordenador geral de Democratização do Ministério da Justiça em representação ao Sr. Roger Lorenzoni, Subsecretário da Reforma do Judiciário.

Bem-vindo Marcelo. Muito obrigado. Senadora Serys.

[palmas]

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu vou fazer uma fala muito breve. Sr. Presidente Senador Sérgio Zambiasi, que a gente sempre brinca sempre porque eles me elegeram, diz que eu sou a quarta senadora do Rio Grande do Sul, mas eu sou a senadora de Mato Grosso, só empresto um pouquinho...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tem tanto gaúcho de Mato Grosso que vão continuar te ajudando com certeza.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nosso Senador, que é um batalhador, José Nery, todas suas causas eu digo sempre: "Nossa, ele faz aqui um papel..." Que a gente faz também, mas a gente faz muito puxado por ele muita coisa aqui, porque não dá tempo para tudo, não dá realmente, então, ele vem--

[palmas]

Me levou lá para o trabalho escravo, eu falei... Aí!

[palmas]

Aí meu Mato Grosso, eu vou ter que tirar uma foto na frente dessa faixa daqui a pouco, para registrar.

Mas quando eu digo ele puxa a gente são muitas as ações, o Senador Zambiasi sabe disso, e já colocou aqui, no trabalho escravo ele acabou me colocando na direção, eu falava: "Mas eu só vou participar como membro". "Não, vai para a direção", e a gente está nessa batalha. E eu estava nesse instante numa reunião com o Presidente Lula, mas eu saí rapidamente porque eu sou titular da CPI da questão do movimento da terra, especialmente do MST e eu tenho que ir para lá, mas eu não podia deixar de estar aqui nesse movimento dos oficiais de justiça, porque é uma atividade da mais alta relevância, não tenho dúvida disso, e realmente uma atividade complexa, ela é muito complicada, ela não é fácil de ser exercida, não é fácil mesmo, se alguém pensa que é fácil, eu diria que é uma das mais complexas, uma das mais complicadas mesmo. E que a gente tem algumas questões que a gente pode ajudar a superar, vamos dizer assim, o Senado pode ajudar a superar. E aí é só realmente me prontificar como senadora pelo Estado do Mato Grosso, eu acho que Mato Grosso sabe do meu compromisso, do meu lado, eu tenho um lado muito claro, e sabe que é realmente, os trabalhadores todos os setores todas as categorias, claro que é da população de modo geral, mas naquelas causas essenciais dos trabalhadores, eu chego junto mesmo, sem medo e sem preocupação, é com compromisso e com... dentro dos meus limites e do meu potencial de possibilidades, de fazer realmente com que se tenha cada vez mais transformações no sentido de superação dos problemas, das dificuldades e o encontro das melhores alternativas e as melhores saídas para o exercício de determinadas profissões, especialmente dessa aqui.

Então, é dizer que eu não posso ficar realmente, porque na CPMI eu tenho, eu sou titular e eu tenho voto lá agora, mas ele também está indo para a CPMI que lá o MST também é um movimento muito importante e a gente tem que estar junto naquelas questões que estão acontecendo por lá, porque lá está dependendo de voto. Aqui é um debate, é uma discussão, tudo fica registrado, está sobre a Presidência do senador, e tudo o que a gente precisar com certeza a gente vai encontrar aqui nas gravações, nos relatos que vão ficar registrados na Casa, para que a gente possa também batalhar com coerência em todas as situações na defesa dessas dificuldades que os oficiais de justiça com certeza enfrentam. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Serys.

Bem, eu também quero saudar a presença desses convidados que chegaram agora por último, e lamentar a impossibilidade de acomodá-los melhor, mas sejam realmente bem-vindos, é importante a presença de todos aqui, e mesmo que as acomodações não possam oferecer um conforto melhor, mas estamos aqui por uma causa, e quando a gente luta por uma causa com certeza não vai ser o joelho que vai impedir. Então, eu quero saudá-los e recebê-los com muito respeito, com muito carinho, e agora eu vou ter que dar uma disciplinada aqui no processo porque senão nós estamos seriamente ameaçados de estender por um tempo excessivo e até esvaziar uma reunião que tem o objetivo, que tem uma grande importância. O Paulo Sérgio me pediu aqui a tolerância do uso de dois espaços, já que o Ministro Gilson não pôde vir, ele foi muito inteligente, e não há mais espaço sobrando agora, não, chegou o Marcelo aqui no lugar do Lorenzoni, então, nós estamos com todos os espaços ocupados e o convencional nessas audiências públicas é que cada debatedor fale por dez minutos com mais cinco de tolerância, e é o que nós vamos fazer a partir desse momento, e eu vou passar a palavra agora ao Joaquim Castrillon que é o Presidente Federal Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, a FENASSOJAF.

Portanto, já estamos oferecendo os primeiros dez minutos.

SR. JOAQUIM CASTRILLON: Muito obrigado, senador, pela oportunidade, eu gostaria de abrir essa minha fala, meus colegas oficiais de justiça, oficiais de justiça homens, oficiais de justiça mulheres, a todos o muito obrigado pela presença de vocês aqui. E antes de qualquer coisa, em lembrança ao recente dia internacional da mulher, eu gostaria que o Plenário que aqui se faz presente, dê uma grande salva de palmas as oficialas de justiça que estão aqui presentes.

[palmas]

Viva as oficialas de justiça, viva!

Eu digo isso porque desta Mesa, meus queridos e queridas Oficiais de Justiça, eu digo com certeza para vocês que eu sou o menor. Saúdo os grandes que aqui se encontram: Paulo, Marcelo, Senador Sérgio, Dr. Rudi, Senadora Serys, José Nery que aqui esteve, a minha saudação e meu caloroso abraço, e tenho certeza que deveriam estar aqui também nessa Mesa todos os oficiais e oficialas justiça presidentes e diretores de associações de Oficial de Justiça e de sindicatos de Oficial de Justiça, que fazem no dia a dia um belíssimo trabalho e mereciam estar presentes nessa Mesa. Sintam-se aqui e recebam o abraço dessa humilde Mesa e desse humilde palestrante que agora vos fala.

Eu, senador, não vou causar preocupação à V. Exa., porque eu não vou ocupar, creio, os dez minutos que me foram reservados, mas eu, no tempo que me reserva a falar, eu gostaria de pedir um favor a todos e a todas: assinem a nossa lista de presença com muita alegria nós tivemos aqui a lista de presença com a assinatura do Senador José Nery, e eu passo agora ao Senador Sérgio Zambiasi e a Senadora Serys Slhessarenko, eu gostaria de uma salva de palmas, porque uma assinatura dessa é uma assinatura que endossa esse momento bonito da nossa vida. Obrigado, senador.

Enquanto nós assinamos a lista, eu peço que todos também faça essa assinatura, porque nós encaminharemos para as entidades um diploma de participação a todos os oficiais de justiça e oficialas que estiveram aqui presentes receberão esse diploma e os senadores também, honorários oficiais de justiça que são a partir de agora, abraçando essa causa, também receberão esse diploma.

[palmas]

Colegas oficiais de justiça, há um ano nós estávamos aqui presentes, há dois anos nós estávamos aqui presentes. Eu faço a vocês uma pergunta: vocês têm conhecimento de alguma outra classe profissional que já há tanto tempo faz o que nós fazemos? Não, não é isso? Então, colegas oficiais de justiça, pura e simplesmente o fato de nós aqui estarmos presentes no dia de hoje já significa vitória, apesar das nossas reivindicações ainda não terem sido alcançadas em sua totalidade, mas os laços que nós abraçamos, de amor a profissão, de amor a cada colega, a cada Oficial de Justiça, se renovam e se reforçam a cada dia que nos aqui nos encontramos no Plenário para o nosso dia nacional de lutas. Tenho certeza, Sérgio, que como Presidente da nossa federação irmã, teve essa iniciativa e nos convidou, e a partir de agora abraçamos com amor, com orgulho, com honra e com garra esse mister de temos os dois brasões, FENASSOJAF E FOJEBRA daqui para frente de mãos dadas nessa luta para que a gente alcance os nossos objetivos.

[palmas]

Colegas oficiais de justiça, nós falamos agora a pouco em dignidade, é algo que nós buscamos e que pode com uma só palavra contemplar praticamente tudo o que a gente demanda.

Eu gostaria de contar em um minutinho para vocês uma diligência que eu fui fazer de reintegração de funcionário estável. No dia marcado, o funcionário que foi demitido e foi reintegrado mediante sentença judicial já transcorrida em julgado sem possibilidade

de recurso, ele marcou a diligência e nós fomos até a Prefeitura Municipal, porque se tratava a reclamada de uma prefeitura, e nós fomos fazer a reintegração colhendo do prefeito da localidade a assinatura, daquele ciente da reintegração e de que deveria colocar o trabalhador nas suas atividades originais que ele exercia antes dessa demissão. E ele falou assim: "Olha eu vou assinar isso aqui, mas eu vou colocar esse trabalhador numa mesa vazia, com gavetas vazias, dentro de uma sala vazia, olhando para a parede vazia, e ele vai ganhar o seu salário sem fazer nada, mas vai ter que bater o ponto aqui na prefeitura". Eu senti aquilo ali não uma afronta ao Juiz que assinou o mandado, ou ao Oficial de Justiça que cumpriu o mandado, nem mesmo ao trabalhador eu percebi aquela ofensa, mas é uma ofensa ao trabalho, e eu certifiquei daquela maneira a frase que aquele prefeito havia dito, informei ao Juiz, e o Juiz tomou não só as dores da sua própria assinatura ou do seu mandado que não fora cumprido, ou mesmo do trabalhador, ou mesmo do seu Oficial de Justiça, o último que somos, mas ele tomou as dores do trabalho, e o prefeito respondeu com muita firmeza, aliás, o prefeito respondeu a firmeza com que o Juiz o advertiu perante aquela afronta ao trabalho, e a partir daí aquele trabalhador foi reconduzido às atividades originais que ele exercia na Prefeitura. Agora eu digo a vocês, colegas oficiais de justiça, conosco está acontecendo a mesma coisa, as ferramentas tecnológicas, o processo eletrônico, convênios com BACEN/JUD, com cartórios ou com RENAJUD, ou com Deus me ajude, está passando no imaginário de presidentes de tribunais que o Oficial de Justiça será uma peça desnecessária, não aceitemos que nos coloquem olhando de cara para a parede, não aceitemos.

[palmas]

Nós temos o nosso lugar, nós temos a nossa missão, e acreditem colegas oficiais de justiça, ilustres senadores, ilustres componentes da Mesa, enquanto no mundo um cidadão sequer clamar por justiça será necessário um Oficial de Justiça bom, honesto, fiel, diligente, para entregar a este cidadão o que ele tanto almeja, que é justiça, nós somos indissociáveis--

[palmas]

Obrigado.

Os oficiais de justiça são esposos indissociáveis da grandeza que é a justiça em si.

Falando em dignidade, nós levantamos todo dia, e antes de tomar o nosso gole de café preto ou acender a nossa cuia de chimarrão, nós tomamos uma dose de coragem para que nós na rua exerçamos as nossas atividades. E às vezes, colegas oficiais de justiça, a gente se esquece um pouquinho porque a coragem que tomamos todos os dias é como a vacina que nós tomamos todos os dias e a gente se acostuma, mas é em dias como hoje, é que nós sabemos sim que a coragem que nós tomamos todos os dias nós dividimos com os nossos colegas, para que o que vimos nesse slide que foi passado aqui, oficiais de justiça aposentados por invalidez, oficiais de justiça assassinados, oficialas de justiça violentadas em sua dignidade humana, em sua dignidade feminina, para que esta coragem ao mesmo tempo em que nos leve a fazer o nosso trabalho no dia a dia com firmeza para que não nos deixe desanimar das nossas lutas e que nós estejamos aqui sempre que nós tivemos por necessário algo para a nossa profissão e para a nossa qualificação.

Descendo um pouquinho mais em detalhes, eu não podia deixar de dar a vocês e aos ilustres senadores a notícia de que estão sendo processadas audiências públicas para a reforma do código de processo civil, um instrumento que nós levamos às ruas não no bolso, mas nós levamos na cabeça e na ponta de caneta todos os dias no exercício da nossa profissão. O Código de Processo Civil será não reformulado, mas o Código de Processo Civil será reescrito e o Senado Federal, através do Presidente José Sarney teve iniciativa de nomear uma Comissão de Reforma do Código de Processo Civil a cargo da Presidência do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux. Já aconteceram audiências públicas no Rio de Janeiro, já aconteceram audiências públicas até aqui em Brasília no dia 18, aqui no auditório Petrônio Portela aonde eu estive presente. Agora ouçam um dos princípios que o editorial do Jornal Estado de São Paulo do dia 14 de fevereiro deste ano, colocou na sua segunda página, eu trago aqui o original: "*Dentre as reformas e dentre as medidas polêmicas que ocuparão as linhas do próximo código de processo civil a ser escrito, está esta medida, é a medida que permite ao advogado de uma parte intimar diretamente a parte contrária para depor e sem que a comunicação tenha que ser feita obrigatoriamente por um oficial de justiça, a justificativa é que de que alguns advogados corrompem esses servidores pagando propina para que retardem ou acelerem a intimação, argumenta-se ainda que a inovação pode adequar o tempo judicial*".

Quero ocupar esse minutinho que me foi concedido para junto com vocês colegas, repudiar essas linhas, nós somos servidores do Judiciário honestos, nós temos nas nossas entidades o nosso código e a nossa Comissão de Ética, e nós não aceitamos nem aceitaremos de modo algum ser pretexto para alteração para melhor ou para pior de qualquer legislação. Conclamo todos vocês a se fazerem presentes depois de amanhã no dia 26, na Audiência Pública que vai acontecer no Tribunal de Justiça do Estado de São Pau-

lo, em seguida outras acontecerão e de cabeça eu me lembro que no dia 15 de abril acontecerá em Curitiba e no dia 16 de abril em Porto Alegre. E eu tenho certeza que os oficiais de justiça ali se farão presentes e repudiarão, como nós estamos repudiando nesse momento este pretexto de que o Oficial de Justiça, por convite do advogado que também está envolvido, eu tenho certeza que existe advogados aqui, e os advogados também tomarão as suas providências.

Então, companheiros e companheiras colegas oficiais de justiça homens, colegas oficiais de justiça mulher, porque Oficial de Justiça é uma palavra que não tem sexo, mas Oficial de Justiça é uma palavra que tem pudor, que tem vergonha, que tem coragem; e nós trabalharemos daqui para frente com uma legislação no processo civil melhor, porque nós precisamos sim, que haja previsão de centrais de mandados, nós precisamos sim que haja previsão da condução coercitiva da testemunha, nós precisamos, sim, que haja previsão do que vai fazer com aquela máquina que não tem mais tamanho que nós temos que fazer penhora e nós temos que remover e ninguém quer saber de ficar como fiel depositário daquilo ali. Nós temos que ter a previsão onde está a penhora na boca do caixa, o dinheiro recolhido, que nós vamos carregar ou não vamos carregar aquele dinheiro, sofrendo risco de vida e de assaltos e de violência.

Mas tem outros colegas e temos advogados aqui que são mais competentes do que eu para tratar sobre esses assuntos, eu gostaria apenas de lembrá-los. E terminando a minha fala, dizer a vocês que tenho certeza tanto FOJEBRA, o nome que nós oficiais de justiça federal tivemos dificuldade em decorar, não é Federação dos Oficiais de Justiça Estaduais Brasileiros, mas que se tivemos dificuldade de decorar, não tivemos dificuldade de levar no nosso coração.

Então, saiba colega Paulo Sérgio, Presidente da FOJEBRA, que também terá eleições em poucos dias, desejo a você brilhantes eleições, boas eleições, conclamo todos a participarem do movimento associativo do movimento sindical, a apoiar o trabalho do Paulo Sérgio Costa da Costa e de sua brilhante diretoria como a Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, que humildemente tem a honra de representar nesse momento, promete apoiar e daqui para frente e também outrora, daqui para outrora, sempre estivemos irmanados e sempre estaremos irmanados nessa bela missão, que é representar e lutar pelos oficiais de justiça. E meus colegas, por fim eu gostaria, não é, as já calejadas mãos de vocês de tantos mandados, de tantas canetas esgotadas, eu gostaria de mais uma salva de Palmas para homenagear duas pessoas: Yvone Barreiros Moreira e Lúcia Bernardes, nossa ex-Presidente.

[palmas]

Parabéns oficialas, parabéns Lúcia, não sei se estão aí. Muito obrigado, muito obrigado, obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só pediria que ambas levantassem para que toda a plateia pudesse acolhê-las.

SR. JOAQUIM CASTRILLON: Onde está a Lúcia? Está lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Parabéns ambas.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Parabéns. Muito bem, então, vamos ouvir agora o advogado convidado, Dr. Rudi Cassel, a quem nós estamos concedendo tempo previsto aqui do nosso regimento dez minutos mais cinco. Dr. Cassel.

SR. RUDI CASSEL: Senador Sérgio Zambiasi, a quem eu cumprimento e saúdo, estendendo esse cumprimento aos demais senadores que aqui estiveram presentes, Senador José Nery, Senadora Serys, cujo sobrenome eu não me atrevo a pronunciar, cumprimento o Paulo Sérgio, Presidente da FOJEBRA e já nos encontramos aqui em outras oportunidades, Joaquim Castrillon, presidente da FENASSOJAF, entidade a qual a gente tem satisfação de participar de vários eventos e várias atividades, cumprimento o representante da subsecretaria, Dr. Marcelo, que aqui se encontra, da Reforma do Judiciário, os oficiais e as oficiais aqui presentes, que conseguem sempre lotar esse Plenário e outros como ocorreu em algumas vezes, houve momento em que foi necessário telão para poder passar as atividades dessa Comissão e comportar todos os oficiais que aqui estavam presentes, e que pela quantidade e qualidade do que representam, acresce a isso um fator predominante de união, quer dizer, hoje temos aqui e tenho observado isso junto a FOJEBRA e a FENASSOJAF, a união entre os oficiais estaduais e federais, união essa que ainda pode evoluir muito, e que no que me toca a falar hoje aqui, em função do tempo que me resta e que já foi parcialmente aproveitado pelos os que me antecederam, felizmente, porque advogado falando demais é algo insuportável, mas o que me cabe falar hoje aqui diz respeito a aposentadoria especial.

Sobre a aposentadoria especial eu quero destacar alguns aspectos essenciais, não vou tratar novamente de todo o histórico, da reforma da previdência do que representa a aposentadoria especial, mas quero fazer um alerta a vocês que aqui estão, um alerta concreto sobre algo que vai afetar o dia a dia de vocês. No

histórico da aposentadoria especial, com base lá no art. 40 § 4º, inciso II, da Comissão Federal, e eu deixei um resumo sobre isso, Senador Zambiasi, com o seu chefe de gabinete, onde nós fizemos um retrato do que isso representa e porque defendemos hoje que o oficial pode se aposentar a partir de 20 anos de atividade, embora isso ainda esteja nebuloso, entre 20 e 25 lá no STF, mas no início dos mandados de injunção sobre a aposentadoria especial, em função da mora legislativa, nós impetramos diversos, diversos, vários mandados de injunção que tiveram decisões favoráveis, tanto para oficial estadual tanto para oficial federal, por associação ou pessoa física ou sindicatos. Esses mandados de injunção foram produzidos com uma vinculação à Lei 8.203 que trata do regime geral de Previdência Social, art. 57, 58. A Lei 8.213 usada por analogia, tem outras consequências, nos trouxe outras consequências, consequências estas que eu remeti, acredito que a maior parte de V. Sas. aqui tenha recebido ou suas entidades, na forma de dois requerimentos e alguns artigos e relatórios que tratam da aposentadoria especial do oficial a partir dos 20 anos, para que aqueles que ingressaram ou fecharam o período de 20 anos antes da Emenda 41 e aqueles que fecharam o período a partir da Emenda 41.

Em outras oportunidades, nós poderíamos debater isso com mais profundidade, em especial com os representantes das entidades com os quais eu já me disponho, aos quais eu já me disponho ao que for necessário para esses esclarecimentos, mas o que é importante destacar destes mandados de injunção e das decisões proferidas é o seguinte: há consequências, há desdobramentos desses mandatos de injunção. Essa aposentadoria especial que agora encontram propostas de regulamento lá na Câmara do Executivo, coincidentemente logo após as decisões dos mandados de injunção, esses mandados da injunção produziram decisões que se nós usarmos regulamento e este regulamento por desdobramento está vinculado à decisão do STF, que é o Decreto 3.048, de 99, isso trouxe uma evolução sobre a matéria, antes nós tratávamos dela sobre o aspecto da Lei Complementar 51, de 85, que eu acredito que todos aqui já tenham ouvido falar, que trata em 20 e 30 anos, 20 anos na atividade... não na atividade de oficial, na atividade policial, e aqui nós defendemos, senador, que a atividade policial tem por substrato a atividade de risco, base essa que também conforma a atividade do oficial e das pessoas encarregadas de atividades de segurança, servidores encarregados de segurança e ordem pública.

Então, mais do que o policial, a atividade de risco está inserida na atividade diária do oficial, ela está conceituada no estatuto de desarmamento, no momento que ele é regulamentado por uma Instrução Normativa de 2005, quer dizer, essa conceituação da atividade do oficial como atividade de risco, ela não é uma conceituação só de fato, ela é pressuposta na legislação brasileira, ela é pressuposta no Ordenamento Jurídico Brasileiro quando cria gratificações, quando cria uma série de questões relacionadas e justifica elas relacionada ao risco, por vezes usando a expressão "perigo", mas é o risco que conforma a atividade do Oficial de Justiça; esse risco justifica esta aposentadoria de 20 anos pelo seguinte: até coincidentemente setembro do ano passado, nós tínhamos no Decreto 3.048 o Anexo 5º, prevendo adicionais de alíquota do empregador na esfera privada de até 2%, este adicional está vinculado a um adicional de por correspondência do trabalhador de 9%, ambos dizem respeito a aposentadorias com grau médio de risco, ou de periculosidade e de salubridade; esse risco corresponde a 20 anos de atividade. Então, você encontra no Decreto 3.048 três percentuais: um, dois e três, e me perdoe o tecnicismo disso que eu digo aqui, mas esse tecnicismo vai se resumir a essa questão, porque eu quero que vocês entendam de onde saíram os 20 anos e de onde poderão sair os 25. Coincidentemente, apesar dessa realidade tabelada no anexo 5° do Decreto 3.048 remeter para 20 anos a atividade de justiça, veja, atividade de justiça, há vários códigos, se vocês procurarem ali vai ser difícil encontrar sem colocar o 8424 dígito oito, 8423 dígito zero, quer dizer, cada código, que é o código nacional de atividades, tem uma representação no Decreto 3.048. Essa representação de Justiça até setembro do ano passado dizia a respeito a 20 anos de atividade, ou seja, inclusive um terceirizado no âmbito Judiciário poderia se aposentar com 20 anos de atividade. Esses 20 anos a partir da alteração do Decreto 3.048, de 99, em 2009, setembro do ano passado, passou a prever 1%, quer dizer, coincidentemente houve uma alteração pontual nesse aspecto.

Então hoje nós estamos entre 20 e 25%, 1% quer dizer o quê? Grau leve de risco, grau leve de risco ou grau leve de... potencial de risco, ou grau de risco preponderante, que é o que se chama, 1% diz respeito a 25 anos, 3% a 15 anos, nós estávamos nos 20, hoje estamos nos 25, mas não fizemos um aniversário tão rápido assim que justificasse pular cinco anos e o aniversário eu atribuo os mandados de injunção, quem sabe, quem sabe os mandados de injunção tenham sido as velinhas que suscitaram esse aniversário prematuro do tempo de atividade que poderia ser destacado aos oficiais de justiça, mas é fato que até setembro do ano passado quem fechou 20 anos está na regulamentação anterior.

Com base nessa regulamentação, e eu já me encaminho para a conclusão, senador. Com base nessa conclusão, até porque eu sei que presidir Mesa é uma coisa muito complicada, nós queremos ser delicados e agressivos ao mesmo tempo e despertamos o masoquismo e sadismo, o masoquismo de quem é censurado e o sadismo de quem censura, mas sei do que ocorre, mas eu vou concluir aqui.

Em relação a esses 20 anos do Decreto 3.048 e da sua alteração agora para 25, nós temos um adendo, temos um argumento complementar que diz respeito a Lei Complementar 51, de 85, quer dizer, a Lei Complementar 51, de 85, enquanto estiver em vigor, pelo menos esse vigor for reconhecido, essa vigência foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3.817, o ano passado, esta Lei Complementar 51, de 85, prevê que o tempo na atividade, a carência na atividade de risco do policial civil da União, do policial, do funcionário policial da União, seria de 20 anos, então o que me parece e o que é possível defender e vocês verão, se já não viram isso nos requerimentos ou nos mandados de injunção, é que a junção entre os 20 anos de atividade da Lei Complementar 51, de 85, e os 20 anos previstos anteriormente e agora misteriosamente alterados da Lei 8.213, de 91, do Decreto 3.048 que regulamenta a Lei 8.213, de 91, que este período, ele é coincidente, e com a Lei 8.203 não exige um período adicional, aqueles 30 ou outro período adicional, nós temos nisso o fechamento dos 20 anos.

Muito bem, fixada essa premissa é possível requerer, nós passamos para o um aspecto muito arriscado, muito perigoso, que ocorreu agora este ano que diz respeito ao PLP 554 que está lá na Câmara, de 2010, e chegará ao Senado, nós tratamos dessa questão naquele material que deixamos aqui, senador.

O que preocupa é que este PLP ele não só, em relação aos oficiais, e talvez felizmente em relação aos oficiais, ele é omisso, não trata da atividade de risco dos oficiais de justiça, ele trata de atividade de risco do policial, agente penitenciário e agente carcerário, enfim, não me lembro nomenclatura exata que ele usa, mas o fato que esse PLP 554 não trata da atividade do oficial. A atividade do oficial, se inserida nesse PLP, passaria a ter um conjunto de prejuízos, eu quero destacar só três prejuízos, e eu quero que vocês saiam daqui sabendo disso porque o movimento dos oficiais aqui comunga com movimento de policiais também, porque este PLP 554, se aprovado, não só prejudicará mais os policiais civis, como pode levar de arrasto os oficiais de justiça. Esse PLP prevê um conjunto de regras adicionais, como 30 anos no total, 25 anos na função, 55 anos de idade para homem, 50 anos para mulher e traz um aspecto perigo... Esse projeto, eu quero destacar que não é nem daqui do Senado e nem da Câmara, até porque eu não acredito... Eu conheço a forma em especial de quem participa dessa Comissão de Direitos Humanos e sei que jamais sairia daqui, esse projeto veio do Executivo, mas o PLP 554 prevê, além dessas questões arriscadas, quebra de paridade e integralidade expressa, ele prevê que a média da remuneração é que vai conformar e não a sua última remuneração, e prevê que não vai haver paridade no futuro com outros planos de carreira dos servidores com seus pares na ativa, e pior do que isso, ele admite que aquele servidor policial... Eu estou abismado com isso, nunca vi uma agressão ao estado democrático de direito ao direito adquirido tão gritante. Ele permite que no art. 6º § 1º e § 2º, que o funcionário policial já aposentado pela Lei Complementar 51, de 85, seja revista a sua aposentadoria, sofra uma revisão de sua aposentadoria, para que ela se insira na nova regra que quebra a paridade e integridade, isso é um absurdo, isso não existe na história do ordenamento jurídico brasileiro e não conheço outros, a não ser regime de exceção, que foram muito criticados no passado, em que teorias dessa natureza foram aplicadas na legislação.

Então eu chamo atenção pelo seguinte: embora a lei deixe uma pegadinha, e é comum, deixa uma pegadinha no § 1º, pegadinha esta que desde já nós nos dispomos a tratar tanto aqui no Senado como em cada etapa dessa apreciação legislativa para que isso fique claro, esse § 1º do art. 6º afirma que é conforme a regra previdenciária da época, no entanto, o fato é o seguinte: você tem regra de transição para quem entrou na antes da Emenda Constitucional 41, ela quebra essa possibilidade, porque mesmo que você tenha ingressado antes da Emenda Constitucional 41, for policial e se aposentou pela Lei Complementar 51 após a Emenda 41, você vai perder integridade e paridade.

Então é muito preocupante esse projeto, não sei se... O projeto já está em Plenário para votação lá na Câmara, me parece, pelo que o Alexandre Máximo me disse hoje, ele tramitou muito rápido porque foi apenso ao PLP 330, de 2006, e deverá ser aprovado, espero que não, com essas nuances, passou muito rápido, acredito que seja uma tentativa de minorar o efeito da aposentadoria especial, ou seja, evitar que outras carreiras tentem se aposentar dessa forma especial, porque na forma como está aqui eu digo a vocês: não há direito a aposentadoria especial previsto na Constituição, porque ele não é exercível, ninguém vai querer se aposentar para perder, pelo menos a maior parte dos oficiais que eu conheço até hoje, com quem convivo, se aposentar para perder paridade e integridade. Por isso que eu recomendo que a gente trate essa ma-

téria e esse PLP com muita seriedade. Assim como eu vejo vocês unidos hoje aqui para tratar de várias questões relacionadas aos oficiais estaduais e federais, já adianto que vocês estão juntos quanto a essa questão do PLP, porque ele ataca tanto os estaduais quanto os federais.

E, além desse aspecto de PLP, nós temos outras questões que afetam o oficialato, em especial o oficial estadual nós sistemas do governador Paraná contra a Resolução 48, a ADI da MB(F) contra a Resolução 48, que afasta a exigência do curso superior, é também uma medida que visa diminuir na verdade a remuneração do oficial, evitar que ele passe a nível superior nos estados, porque na esfera federal assim já é, mas que também se uma vez aprovada, nós entregamos memorial pela FOJEBRA e a FENASSOJAF, acredito que vocês estejam recordados e... recordem disso, e é algo também muito preocupante, então nós temos hoje dois aspectos legislativos muito preocupantes, PLP 554 e seu irmão PLP 554, 555, os dois de 2010, e temos aqui também as ADIs que tramitam contra a Resolução 48. Todos esses aspectos, e eu digo agora aqui com a sinceridade que me é permitido nesses anos em que acompanho vocês, vocês não merecem isso, vocês não merecem esse tipo de tratamento. Não o merecem, porque aguardaram mais de 20 anos para conquistar a aposentadoria especial, não é agora, devido à delicadeza da tarefa de vocês, da atividade de vocês, o grau de risco que vocês se expõem, que isso deve ser retirado do mundo jurídico, e a forma como o PLP traz essa questão, ele praticamente retira essa questão do mundo jurídico, essa possibilidade no mundo jurídico.

No convívio com vocês aprendi a respeitá-los e a execrar matérias como essa do Estado de São Paulo, que conseguiu num só tempo ofender duas categorias: oficiais e advogados. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu passo a palavra então agora ao nosso último debatedor, o Dr. Marcelo ***Sgarbossa,*** que é Coordenador Geral de Democratização do Ministério da Justiça, que representa aqui o Dr. Roger de Lima Lorenzoni, Subsecretário da Reforma do Judiciário.

SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todas e a todos, Senador Zambiasi agradeço acolhida, ao Paulo, ao Joaquim e ao Rudi. Bom, primeiramente gostaria de justificar aqui a ausência do Dr. Roger, agora pela manhã faleceu a mãe dele em Palmeiras das Missões, então, se direcionou para o Rio Grande do Sul. Então, não é sem algum prejuízo que a minha presença aqui ocorre, porque não tenho a quantidade de informações e a qualificação que ele poderia propor, mas de qualquer forma conversei agora a pouco com o Secretário Rogério Favreto, que nesse momento está viajando para o exterior, ele disse: "Não, vamos lá, vai você, Marcelo porque é um símbolo forte a gente participar e demonstrar nosso apoio como já apoiamos, já temos alguns inícios de parcerias", olhando aqui a Carta de Gramado que discute democracia, acesso à Justiça e reforma de Judiciário, somos a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, eu mesmo como Coordenador de Democratização do Acesso à Justiça, então me parece que temos tudo a ver e temos a possibilidade das nossas parcerias, que foram tanto pelo apoio ao Congresso de Gramado, esse, a revista foi feita em parceria conosco, já nos procuraram, agora não sei qual das federações, para cursos na área de mediação de conflitos, foi a FOJEBRA, que são ações do ***PRONASCI*** inseridos dentro da Reforma do Judiciário, visando a democratização do acesso à Justiça no sentido da mediação de conflitos, então somos parceiros aí também.

Então, temos uma série de ligações em comum que podem ser... E eu acrescentaria o seguinte: por estar no dia a dia ali no Ministério da Justiça e na Secretaria, recebemos lá diariamente juízes, promotores, advogados e acho que a categoria dos oficiais de justiça poderia nos procurar mais, porque me parece... já nos procuram, mas podem estar mais, porque realmente a linha, a diretriz da Secretaria de Reforma do Judiciário é a democratização, e me parece... Não quero, já foram feitos muitos elogios aqui, mas tanto como advogado e como quem já trabalhou em Defensoria e Tribunais de Justiça, sabe da importância da fundamentalidade da profissão.

Então acho que não é necessário aqui mais colocações nesse sentido, porque é vocês que estão lá na ponta, na base, sabem os problemas, correm os riscos e assim por diante. Então, me parece que a minha presença aqui é muito curta, muito breve, mas para dizer justamente isso, é um espaço importante dentro de um governo, uma secretaria pequena, uma secretaria criada em 2003, portanto muito recente, mas que pode ser uma parceira fundamental na articulação tanto do governo, da complexidade que é o governo, porque a gente fica numa posição um pouco delicada escutando o que o Dr. Davi estava colocando, às vezes entendimento dentro do próprio Ministério não são os mesmos, então... Mas enfim, uma secretaria que está aí e vem para democratização do acesso à Justiça, e me parece que pode ser um caminho importante para as lutas que foram colocadas aqui, os 25 pontos que estão colocados aí como pauta de lutas dos oficiais de justiça.

Então ficamos à disposição e eu agradeço o convite. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então agora vocês já sabem, qualquer coisa procure o Marcelo na secretaria, mas só até o final do mês, pelo jeito, pelo o que eu sei, depois vai ter um substituto lá.

SR. MARCELO SGARBOSSA: Tem, tem um substituto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas será obviamente da mesma qualificação profissional e com o mesmo grau de acolhida, sem nenhuma dúvida.

Bom, eu sei que em cada coração pulsa uma ansiedade, gostaria de haver uma manifestação, mas infelizmente o Regimento da Casa não permite esse tipo de manifestação nas audiências públicas, nós temos que seguir, portanto, o regulamento da Casa. Essas audiências são para recolher informações exatamente para orientar o voto dos colegas e orientar inclusive o aperfeiçoamento de propostas que estão tramitando aqui no Congresso Nacional, seja na Câmara ou seja aqui no Senado.

Eu quero para completar então, vou conceder agora aqueles três minutos finais para cada um dos componentes da Mesa, iniciando com o Paulo Sérgio.

SR. PAULO SÉRGIO COSTA DA COSTA: Bom, Senador Zambiasi, nós temos algumas coisas em comum, além de gaúchos, nascemos no dia 09 de setembro e Sérgio, ambos Sérgio.

E eu quero ressaltar, enaltecer o trabalho, reconhecimento pelo trabalho de V. Exa. no Senado Federal, que sempre esteve pronto também a nos receber, a atender as nossas reivindicações, e eu aproveitando esse momento, também quero prestar, render minha homenagem ao Senador Paulo Paim, que aniversariou no dia 15 desse mês e nós fomos na festividade dia 21 para transmitir um abraço de todos os oficiais de justiça no Brasil, porque também é um senador dedicado a nossa causa, um senador que também tem nos aberto muitas portas aqui dentro do Senado Federal.

Aos nossos companheiros da Mesa, o Joaquim Castrillon, eu penso que FOJEBRA e FENASSOJAF realmente se fundem nos propósitos, nos ideais, apesar de algumas diferenças nós temos muito mais coisas em comum que nos aglutinam nessa luta, nessa caminhada. O Dr. Rudi Cassel tem sido incansável também nessa questão da aposentadoria especial, encaminhamento de vários mandados de injunção, porque nós cansamos efetivamente de esperar regulamentação desse direito e fomos buscar na via normal, via Supremo Tribunal Federal esse reconhecimento.

Da Secretaria de Reforma do Judiciário efetivamente nós temos nos feito bem presentes no dia a dia, entregamos lá nossas reivindicações estreitamos essas relações, o que era um abismo muito gigante hoje já se liga por uma ponte e nós temos certeza que a continuidade desse processo também fará com que se amenizem algumas situações que se criam hoje.

E em especial destacar a consciência profissional dos oficiais de justiça do Brasil, que se deslocam a Brasília às próprias dispensas, realmente porque querem dias melhores, estão aqui para reivindicar e abrilhantar uma Audiência Pública desse quilate, dizendo que este ano inclusive esse movimento se transcende, porque amanhã nós estaremos dando continuidade a ele com uma passeata aqui em Brasília. E faremos visitas a todos os gabinetes, entregando a nossa Carta de Gramado, as nossas propostas. E finalmente que nós estamos sim com o compromisso humanitário de colher aquele um milhão de assinaturas para a erradicação do trabalho escravo, porque hoje se nós estamos aqui utilizando o direito dessa Comissão de Direitos Humanos é porque também nós somos solidários a todas as causas humanitárias.

Meu muito obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a palavra então o Dr. Joaquim Castrillon.

SR. JOAQUIM CASTRILLON: Muito obrigado. Eu gostaria que o Senado Federal e os parlamentares... Esteve de passagem aqui rapidamente, esqueci de registrar presença do Deputado Federal Carlos Sampaio lá de Campinas, então, eu posso dizer dos parlamentares em geral, que nós desejamos que aprovem, sim, os dispositivos legais tão almejados pelos oficiais de justiça, mas não esqueçam por favor das palavras do Dr. Rudi, que de rude não tem nada, viu, é só... Ainda bem que de rude é só o nome.

Muito obrigado, Dr. Rudi, muito obrigado, porque as palavras suas foram um verdadeiro sinal de alerta e um sinal de orientação para onde nós canalizaremos essa força imensa que nós temos aqui hoje. Oficiais de justiça, nós somos do tamanho do Brasil, meus parabéns a todos, nós venceremos e nós conquistaremos tudo o que nós disporemos a concretizar, o nosso trabalho será frutificado, enaltecido e engrandecido pela presença e pelo trabalho cotidiano de todos vocês e reconhecido também pela legislação brasileira e pelos parlamentares. Ao Senado Federal muito obrigado, à Comissão de Direitos Humanos, gente porque humanos somos, muito obrigado ao Senador Sérgio Zambiasi que demonstrou um carinho especial, mesmo estando conosco aqui em substituição ao Senador

Paulo Paim, que faço um testemunho: leve um abraço da FENASSOJAF ao Senador Paulo Paim, que sempre esteve conosco não só apoiando os oficiais de justiça, a gente, mas compreendendo os oficiais de justiça, porque compreender é mais até do que apoiar, é estar junto, é estar ao lado; e assim também estará ao lado de cada Oficial de Justiça durante todos os dias de seu exercício profissional, e se Deus quiser também da aposentadoria especial que nós teremos, estará ao lado de vocês e ao lado uma da outra, FOJEBRA e FENASSOJAF. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Dr. Rudi de Cassel.

SR. RUDI CASSEL: Senador Zambiasi, oficiais aqui presentes, Mesa com quem divido estas palavras, eu não quis me identificar como gaúcho antes porque fiquei com medo que os presentes considerassem esta Mesa o início de uma revolução.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas pode ser uma revolução nacional.

DR. RUDI CASSEL: Porque houve um momento em que eu só vi, eu falei: "Gaúcho está aqui, o gaúcho está ali, eu vou ficar quietinho que é para não ser alvejado na saída", porque além de advogado gaúcho eu correria um risco sério quando saísse daqui. Mas eu quero dizer ao colega Marcelo que eu sei que a sua subsecretaria não tem nada a ver com esse projeto, de antemão fiquei tranquilo em falar isso, porque sei que não há nada, nenhuma relação com a sua subsecretaria, portanto fique tranquilo também, não há risco de ser alvejado na sua saída daqui.

Como sempre, foi muito bom ter conversado com vocês, e de resto eu não creio que não há mais o que estender aqui, o que era essencial eu disse, e desse essencial eu quero que vocês gravem essas questões envolvendo este PLP 554 e 555, porque ele é fundamental para que no futuro aqueles que também conquistaram o mandado de injunção e fechem o tempo, não percam isso no decorrer do tempo.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E agora Dr. Marcelo para encerrar.

SR. MARCELO SGARBOSSA: Poderia dispensar, mas não sei se posso usar aqui, senador, chegou aqui uma pergunta, eu faço gancho para usar meus dois três minutos: uma pergunta porque o ***Prêmio Innovare*** não para o servidores. O ***Prêmio Innovare*** hoje ele... As pessoas que compõem hoje o Instituto Innovare, que foi criado, realmente o Ministro ***Márcio Thomaz Bastos,*** o ex-Secretário de Reforma do Judiciário, Sérgio Renault, compõe o Prêmio Innovare, então ele, claro, é uma ideia que foi muito nos anos passados muito puxada pela Secretaria da Reforma do Judiciário, mas que hoje não está mais na Secretaria de Reforma do Judiciário.

Eu vejo que vocês, em 2008, o primeiro encontro nacional, agora as vozes aqui de união das duas federações, então, me parece que vocês estão num momento que podem já reivindicar e já poderiam antes também, com muita força, e já teriam a legitimidade há muito tempo de estar em também no Innovare, tantos outros espaços, eu fiz um pouco paralelo com a Defensoria Pública, o crescimento nos últimos anos de Defensoria Pública se deve em grande parte pela união de todas as defensorias dos estados, a sua associação nacional é muito atuante, então me parece que também aqui caminhamos pelo mesmo sentido e as conquistas virão com certeza. Então ficamos novamente à disposição lá na Secretaria para esse apoio de tudo o que for possível. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito bem. Então, eu quero mais uma vez registrar que fiquei muito feliz com a escolha do Senador Paulo Paim, me designando para substituí-lo aqui nesse evento, fiquei muito contente, orgulhoso de poder estar representando meu estado, mas ao mesmo tempo perceber que nós temos questões nacionais que são extremamente importantes e que passam pelo Congresso Nacional, não passam apenas pelo Senado e nem apenas pela Câmara, passam pelo Congresso. E eu tenho um conceito sobre essas questões, informação é tudo. À medida em que vocês promovem a possibilidade do parlamentar ser informado sobre as questões de interesse da classe, é claro que ele terá mais consciência da análise. Nós aqui somos generalistas, nós estamos aqui nesse momento debatendo a questão dos oficiais de justiça. Ali no corredor está o pré-sal, ali do outro lado tem questões da mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lá na outra tem a questão aí da terra, enfim, aí tem a CPI andando, e a gente tem que estar com as antenas ligadas tentando captar estes sentimentos todos que esses movimentos emanam. Por isso eu sempre digo: quando chegarem e debaterem essas questões com o Congresso, procurem ser práticos, didáticos, diretos, didáticos acima de tudo, para que o leigo, o parlamentar que não seja da área, possa entender, porque ele entendendo e informado, ele terá melhor condição de adotar um posicionamento a favor, contra, essa é uma questão muitas vezes de foro pessoal de cada parlamentar, de foro íntimo, ou até por uma questão inclusive de tendência ideológica, partidária, etc. e tal. Mas informação é fundamental,

até então ele pode debater, ele pode justificar a sua posição, o injustificável é tomar uma decisão sem informação. O que nós estamos fazendo aqui hoje é isso, é promovendo um elevado grau de informação para a comissão, com tudo o que foi dito aqui está registrado, está gravado será degravado, será analisado pela equipe técnica do Senado Federal e seguramente será utilizado na análise destes projetos todos que foram abordados aqui.

Por isso eu quero agradecer a presença de todos vocês e dizer que realmente esta é uma Casa em que ela repercute os movimentos populares, ela abre suas portas, acolhe na medida do possível, oferece o espaço para o debate e daqui as decisões, que no futuro vão mexer com a vida de cada um de vocês. Então tem esse aspecto também extremamente relevante: o parlamentar, quando ele vai votar aquele projeto, ele não vota simplesmente meia dúzia de palavras no papel, ele vota algo que pode mexer com as vidas, com as atividades, com a história de milhares e milhões de pessoas. Por isso venham ao Congresso, tragam informação, falem com seus representantes de cada estado, vão aos seus gabinetes, ocupem nos seus gabinetes, de maneira que eles possam receber essas informações, ter a percepção da importância do debate e da importância da sua decisão ali na frente em relação à atividade profissional das senhoras e dos senhores.

Muito obrigado, bem-vindos, e até qualquer oportunidade. Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 16h02.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti** e **Cristovam Buarque**, além do Senador **Marconi Perillo**, Presidente em exercício do Senado Federal. Justificou a ausência o Senador **Francisco Dornelles.** Deixaram de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São apreciados os seguintes itens, constantes da pauta. **Mensagem (SF) Nº 1, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador"*. Relator: Senador **Cristovam Buarque** (lido o relatório). Resultado: concedida vista coletiva aos senhores Senadores. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 502, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007".* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 720, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios"*. Relator *ad hoc*: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. São apreciados os seguintes requerimentos. **Requerimento nº 10/2010-CRE**, para a realização de Audiência Pública com os reitores das universidades federais e estaduais da Região Amazônica, perante a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Autor: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado. **Requerimento nº 11/2010-CRE**, para a realização de Audiência Pública com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a ser convidado para tratar do posicionamento brasileiro frente ao programa nuclear iraniano. Autor: Senador **João Tenório**. Resultado: aprovado. **Requerimento nº 12/2010-CRE**, para aprovação de Voto de Pesar, dirigido à senhora Reina Tamayo, pela morte de seu filho, Orlando Zapata Tamayo, preso político cubano, morto em consequência de greve de fome. Autor: Senador **Heráclito Fortes**. Resultado: aprovado, com voto contrário do Senador **João Pedro**. Durante a Reunião, fizeram uso da palavra os senadores **Cristovam Bu-**

arque, Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Inácio Arruda, Heráclito Fortes, João Pedro, João Tenório, Marconi Perillo, Renato Casagrande e **Romeu Tuma**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 24 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a Ata.

Eu quero registrar aqui conosco a presença do Presidente do Senado, nosso vice-Presidente, hoje, em exercício da presidência, Senador Marconi Perillo, que nos dá a honra de sua presença na nossa reunião ordinária.

Nós temos, hoje, a presença do embaixador indicado para o Equador, o Embaixador Fernando Simas Magalhães, e cujo relator, Senador Cristovam Buarque.

Mas, antes de passar ao convite e ao processo em si, eu quero ainda lembrar aos Srs. Senadores que nós temos o convite do Ministro Celso Amorim para um almoço no Palácio do Itamaraty, na próxima terça-feira, às 13 horas, não é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Às 13 horas, e estava pré-agendada, logo no início da tarde, aqui, já, nessa comissão, a presença do Ministro Nelson Jobim, conforme requerimento aprovado já esse ano, para falar sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. Entretanto, ontem, nós tivemos a informação de que ele estava impossibilitado de vir na própria terça-feira, então nós estamos vendo ainda se será terça ou quarta que ele poderá estar presente, aqui, conosco.

Por outro lado, eu quero colocar ao Plenário que o Ministro Paulo Vannuchi foi, na verdade, convocado para aqui comparecer. Depois, por solicitação dos Srs. Senadores, especialmente da área de base de apoio do governo, nós convertemos a convocação em convite, mas, até o momento, não conseguimos nenhum contato de volta do ministro, de maneira que eu reservo o direito de rediscutir essa questão aqui. Quer dizer, não é possível que um assunto dessa importância, e que nós não tenhamos ainda o posicionamento do Ministro Paulo Vannuchi em relação à data. É muito diferente do Ministro Jobim, que se posicionou, nós estamos só aguardando a data correta que pudesse encaixar com a data aqui da comissão.

O próprio Senador Suplicy ponderou isso. Senador Suplicy. Ele ponderou que nós fizéssemos essa mudança, e eu lamento que até o momento não se conseguiu nenhum contato. Ainda ontem, o nosso secretário tentou contato, e não conseguiu contato com o Ministro Paulo Vannuchi.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou sendo informado pela assessoria do Ministro Paulo Vannuchi... Não chegou ainda o convite a ele, mas que ele está disposto a vir.

Então, eu, de pronto, me--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O convite já foi encaminhado por fax, foi encaminhado por... assinado, e, ainda ontem, o secretário tentou contato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Por escrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Por escrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E por ofício?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, por ofício.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu peço licença, Sr. Presidente, de que... em questão de... Eu próprio, se V. Exa. assim avaliar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, perfeito. Eu gostaria que ele pudesse estar aqui na semana... daqui a, no máximo, dez dias, 15 dias.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu me disponho a telefonar ainda... e conseguir uma comunicação e resposta ainda durante esta reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, perfeito. Aguardo. Muito obrigado.

Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sobre o Ministro Paulo Vannuchi, eu... Ontem, teve um debate forte na Comissão de Justiça em razão da primeira convocação à Ministra Dilma, para falar sobre esse assunto. E, aprovado, foi posteriormente com recurso apresentado ontem pelo Senador Romero Jucá, rejeitado o recurso pelo Presidente Demóstenes, ele recorreu de Plenário, e, realmente, eu vi a troca de pessoas, que o Vannuchi viria no lugar da Ministra Dilma para explicar, arrazoando ele que ela não é a autora do projeto que foi feito no Ministério da Justiça e no Ministério de Relações Exteriores. Então ele deverá ir lá e cá. Não sei se poderia, amanhã, fazer uma reunião só, para evitar dois deslocamos do ministro, com as duas comissões em conjunto. É uma sugestão [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já no início do ano, foi no início, a primeira reunião de fevereiro, que foi feita a aprovação, mas nada... Eu não tenho nenhuma objeção que seja uma reunião conjunta. Eu acho que o interesse é grande, realmente, tendo em vista a polêmica levantada com essa, digamos assim, o projeto de salada geral, quando tem todos os assuntos possíveis dentro daquele projeto.

Bom, vamos... O Senador Cristovam já estando presente, eu quero, então, convidar o Embaixador Fernando Simas Magalhães para fazer parte da Mesa.

> "Trata-se da Mensagem nº 1, de 2010, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Fernando Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador."

Antes, porém, eu concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Compareço aqui na qualidade de primeiro vice-Presidente, Presidente em exercício, para trazer, em nome da Casa, os cumprimentos ao Embaixador Fernando Simas Magalhães, que, na minha opinião, é um dos diplomatas mais experientes, mais respeitados e de melhor conteúdo que o Brasil dispõe no Itamaraty. É uma pessoa que já exerceu inúmeras funções de destaque: foi encarregado de negócios junto à embaixada em Moscou; conselheiro da embaixada em Washington; conselheiro na embaixada em Quito; chefe da divisão da América Meridional II; ministro conselheiro e encarregado de negócios da embaixada de Madri; ministro conselheiro e encarregado de negócios junto à Organização dos Estados Americanos; e diretor do Departamento de África.

Nós tivemos a oportunidade de organizar uma expedição, uma missão de diplomacia parlamentar a oito países africanos, há cerca de um ano e meio. Uma delegação que foi comandada, presidida pelo então Presidente dessa comissão, o Senador Heráclito Fortes, e, durante essa viagem, tivemos a oportunidade da companhia do Embaixador Fernando Simas Magalhães.

Todos nós pudemos perceber, e verificar, *in loco,* as qualidades dele como diplomata, competência como chefe daquele departamento, e é por essa, e por muitas outras razões, analisando o seu currículo, que fiz questão de comparecer aqui, apesar de não ser membro dessa comissão, para trazer o apoio e o apreço do Senado Federal.

São essas as minhas palavras. Parabéns ao senhor, que o senhor seja bem-sucedido nessa sabatina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço, portanto, ao Senador Marconi Perillo, Presidente do Senado, nesse momento.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, solicitando, senador, nós temos ainda um projeto de decreto legislativo, que V. Exa. é o relator, e também um outro que o relator é o Senador Dornelles, se o senhor puder relatar os dois, antes do embaixador, aí nós já... Sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente.

> "Esta comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 502, de 2009, que resulta da Mensagem nº. 40, de 31 de janeiro de 2008, enviada ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, para apreciação do Acordo que fazem a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, acordo esse que já foi assinado em Tegucigalpa, em 07 de agosto de 2007.
>
> Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e

aprovou o Projeto de Decreto Legislativo ora em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Finanças e Tributação.

E a proposta veio ao Senado, onde foi distribuída a esta comissão, em 23 de junho de 2009, e a este relator, em julho de 2009, após cumprimento do prazo regimental.

O tratado, versado em 33 artigos, impõe às partes contratantes o dever de assistência no que concerne à entrega de documentos, à tomada de depoimentos ou declarações de pessoas, transferência de pessoas sob custódia, cumprimento de solicitações de busca e apreensão, fornecimento de documentos, registros e outros elementos de prova e trâmites jurídicos.

Dispõe o tratado de regras de praxe, constantes em atos de cooperação internacional similares, não tendo nada de diferente daquilo que é feito normalmente. O acordo perfila também hipóteses de denegação facultativa (impedimentos constitucionais), de uso de medidas cautelares, de confidencialidade e limitações ao uso de informações, de depoimento e produção de provas no território da parte requerida, de depoimento na parte requerente, de transferência de pessoas sob custódia, de imunidade, etc.

A análise que este relatório faz, Sr. Presidente, é de que as relações bilaterais brasileiro-hondurenhas ganharam novo alento no ano de 2007, quando diversas e novas perspectivas de cooperação foram abertas durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Honduras. Julgavam-se as relações em excelente estado e tendentes ao aprofundamento. A forte cooperação energética aventada, nas áreas do biodiesel e do uso de energia hidroelétrica, assinala a possibilidade de que a cooperação econômica siga o caminho da sua densificação. Esta é, com efeito, a expectativa no que atine à execução dos projetos hidroelétricos de Los Llanitos e Jicatuyo.

É de se esperar – e com isso eu termino – que todo o movimento de aproximação bilateral resulte em maior fluxo de pessoas e negócios entre os países e, com isso, o inevitável, ainda que indesejável, aumento da criminalidade transnacional a abarcar ambas as jurisdições, brasileira e hondurenha. O acordo é oportuno, consoante com os princípios constitucionais regentes das relações internacionais brasileiras, a aconselhar a cooperação internacional como primado e providencial."

Eu acrescento apenas que a criminalidade internacional será, daqui para frente, um fator de mobilização constante das relações internacionais, dos corpos diplomáticos das diversas nações, e, portanto, esse é um acordo que vai facilitar o trabalho nos próximos anos.

Devo dizer, também, que foi conveniente que esse projeto chegasse aqui, passado o período de algumas conturbações que ocorreram nas relações entre o Brasil e o governo provisório que teve Honduras até o ano passado.

Ante o exposto, Sr. Presidente, a opinião é pela aprovação do PDS nº 502, de 2009. Esse é o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam.

Coloco, portanto, a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como estão.

Está, portanto, aprovado "o Projeto de Decreto Legislativo nº 502, que aprova o texto do Tratado entre o Brasil e Honduras, sobre o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007".

Peço ao Senador Cristovam, portanto, que seja relator ad hoc do segundo projeto de decreto legislativo, que é o "Decreto Legislativo nº 720, de 2009, que aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios. O relator é o Senador Francisco Dornelles".

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, esse é outro dos acordos que mostram a importância, nessa comissão, em temas que vão ser fundamentais daqui para frente. Discutimos, até a pouco, um acordo com Honduras para termos um tratamento compatível no combate ao crime e, agora, aprovamos, ou votaremos, o texto de Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento de Água de Lastro e Sedimentos de Navios. Tudo que diz respeito à água, daqui para frente, será tema de importância, pela escassez de recursos, não só econômicos, como aqueles necessários para a vida, como é a água, floresta, e, esta comissão, portanto, é chamada a pronunciar-se sobre o projeto desse decreto de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

"Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Sr. Presidente – por meio da Mensagem 538 – submeteu à apreciação do Congresso o texto do ato internacional.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída às diferentes Comissões de Viação e Transportes, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania, e aprovada em plenário, em 27 de agosto de 2009.

Acompanha a mensagem presidencial referida a Exposição de Motivos do Sr. Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

A convenção visa prevenir, minimizar e, por fim, eliminar os riscos da introdução de organismos aquáticos nocivos e agentes patogênicos, por navios, através do controle e gerenciamento de água de lastro e sedimentos nela contidos. Essas ações contribuirão para evitar as agressões ao meio ambiente aquático e à saúde pública.

O tratado compreende 22 artigos anexos e dois apêndices".

Da análise, Sr. Presidente.

Antes eu queria lembrar que o anexo cuida das regras para controle e gerenciamento da água de lastro e sedimentos. Os apêndices, por seu turno, tratam respectivamente do formulário do certificado internacional de gerenciamento de água de lastro e do formulário do livro de registro da água de lastro no navio.

"A Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios tem sua sede na Organização Marítima Internacional. Com efeito, o texto convencional foi adotado por essa organização internacional, da qual o Brasil é membro, desde 13 de fevereiro de 2004.

O tema é da maior importância, e suficiente para invocar os problemas causados pelo mexilhão dourado no Lago de Itaipu, assunto que foi provocado por uma água desse tipo. É uma espécie exótica, invasora, originária da Ásia. Esse molusco, que se reproduz rapidamente na água doce, acaba entupindo os canos de água, formando verdadeiras colônias. A espécie chegou até nós na água de lastro de navios estrangeiros e, hoje, já está presente em boa parte do território nacional."

Um acordo como esse, se tivesse sido aprovado há alguns anos atrás, teria evitado essa situação catastrófica.

"Ainda nesse sentido, a Coordenação de Recursos Genéticos do Ministério do Meio Ambiente estima que animais e plantas vindos de outros países causem prejuízo anual superior – pasmem os que estão escutando *–, superior a 100 bilhões de reais. Isso ocorre na medida em que as espécies invasoras atacam lavouras, trazem doenças e danificam instalações. O quadro se torna mais agudo se consideramos que, em geral, inexiste inimigo natural para o invasor."* Ou seja, ou impedimos a entrada dele, ou ficamos à mercê do crescimento dessas colônias.

"Se é certo que somos vítimas, também podemos ser, ainda que involuntariamente, agentes desse tipo de problema. É que os navios que zarpam de nossos portos podem, por igual, levar água de lastro contendo organismos aquáticos nocivos e agentes patogênicos. Cuida-se, pois, de assunto que merece tratamento internacional. É isso que visa a OMI com a convenção em apreço: controlar o problema mediante adoção de procedimentos comuns a todos aqueles Estados que se vincularem ao documento de forma preventiva.

Inegável, portanto, que o presente acordo é conveniente ao Brasil e implicará benefícios diretos ao nosso patrimônio ambiental, à saúde pública de nossa população e ao equilíbrio ambiental no mundo inteiro".

O voto.

"Pelo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, por observar os preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, além de ser versado em boa técnica legislativa, tudo isso nos permite defender a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 720, de 2009." Este é o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Portanto esse é o relatório que *"aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios"*. Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Primeiro eu queria informar que a Sra. Maria Victória, chefe de gabinete do Ministro Paulo Vannuchi, conversou há poucos instantes com o Sr. Alexandre, e informou que o ministro está à disposição da comissão, portanto, para dialogar com V. Exa., para ver a data, de comum acordo, para aceitar o convite, que ele aceitou.

E, segundo... Inclusive, sobre a eventual possibilidade no diálogo de V. Exa. com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, de, eventualmente, fazer conjunta, já que ele também foi convidado para a CCJ. Então, talvez possa ser feito, mas isso V. Exa. irá dialogar com o Presidente Demóstenes Torres.

Segundo, eu e o Senador Pedro Simon estamos sendo convocados para outra missão importante, a reforma administrativa, e precisamos pedir licença.

Eu queria dizer ao Embaixador Fernando Simas Magalhães que nós dois queremos voltar aqui para votar, mas, infelizmente, temos que nos ausentar para a sala do lado, e pedir desculpas, Sr. Presidente. E se, porventura, ocorrer algum requerimento surpresa aqui, a assessoria vai me convocar para... Peço, favor, para não votar de maneira relâmpago, porque eu quero estar presente, Sr. Presidente. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aguarde só mais dois minutos. Eu tenho, na verdade, dois requerimentos aqui, um do Senador Mozarildo, que requer uma Audiência Pública perante a Subcomissão Permanente da Amazônia da Faixa de Fronteira, com vista a tratar de respectivas universidades federais, estaduais, em termos relativos à região amazônica. Eu acredito que é um tema que não gera polêmica--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Consensual.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --podemos colocar. Então, são convidados os reitores das universidades federais da região de Amazônia. Quem estiver de acordo. Os Srs. Senadores que estão de acordo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estamos de acordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está, portanto, aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Amazônia brasileira?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Amazônia brasileira, é, exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o segundo?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O segundo é do Senador João Tenório, em que ele propõe também Audiência Pública com a finalidade de debater o posicionamento brasileiro em relação ao Programa Nuclear da República Islâmica do Irã.

> "Para tanto, requeiro seja convidado o Ministro Celso Amorim e o assessor especial da República, da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia."

Evidentemente, esse é mais polêmico, mas--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estamos também de acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --V. Exa. está de acordo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, eu estou... Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu coloco em discussão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É uma Audiência Pública para discutir o posicionamento brasileiro em relação ao Programa Nuclear do Irã, o posicionamento brasileiro--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Convocar quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Ministro Celso Amorim e o assessor especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu discordo. A convocação entre, numa mesma reunião, entre um ministro de Estado e um assessor quebra um pouco a simetria e a liturgia do cargo.

Eu acho que essa comissão trata de assuntos de relações exteriores, da política diplomática, e, para ela, devem ser convocados aqueles que exercessem função diplomática. Um assessor especial, por melhor que seja, por mais competente que seja, preste a sua colaboração à Presidência da República. Portanto, eu acho que é uma diminuição para essa comissão essa convocação, principalmente em se tratando da presença concomitante do Ministro das Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o autor da proposta, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu concordo com o Senador Heráclito, que a convocação seja exclusiva para o Ministro Celso Amorim.

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, só aproveitando aqui a presença dos--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de propor ao Senador João Tenório que, na tradição aqui feita, possa ser feita na forma de convite, conforme fizemos com... Se V. Exa... porque, certamente, o Ministro Celso Amorim, que, inclusive, tem aceito todos os convites aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já está como convite.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem, muito obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador João Tenório, concorda com a minha ponderação?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Concordo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho até que o assessor pode ser convidado para prestar esclarecimento na antessala, mas esta comissão, esta comissão é para tratar de assuntos formais. Eu acho que essa comissão desvia o seu curso se vai ouvir um assessor, essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Brasil.

Por mais importante, como disse o Senador Pedro Simon, por mais que mande o Sr. Garcia, este lugar ainda não é para ele. Pode ser que agora na substituição do Ministro Celso Amorim que, segundo a imprensa, será candidato a um cargo eletivo pelo Rio de Janeiro, ele possa ocupar o seu lugar, aí, sim, tem assento... a convites a essa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Portanto, continua em discussão, o convite, então, apenas para o Ministro Celso Amorim poder falar sobre a questão do porque o Brasil vê... como o Brasil vê o Programa Nuclear Iraniano.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Do motivo desse nosso requerimento. Está se observando é o seguinte: os tradicionais seguidores e companheiros do Irã estão começando a botar o pé atrás. Você vê a Rússia, você vê a própria China começa a fazer isso, e nós estamos, assim, ao contrário, avançando de uma maneira, assim, meio atabalhoada em relação ao apoio indiscriminado ao Irã. Isso é o primeiro ponto.

O segundo ponto é uma coisa que me preocupa muito, e não tem sido muito levantada nem pela imprensa, nem pela comunidade política, é o seguinte: o Brasil tem um Programa Nuclear que também é sujeito a uma série de restrições e cuidados dos controles internacionais. O que eu tenho medo é que essa adesão brasileira, digamos assim, escrachada, como tem sido ao programa do Irã, contamine um pouco e traga o foco dessas preocupações desses grupos internacionais para o caso brasileiro, o que é ruim. Não é questão ideológica, não é questão do Irã, é muito interesse brasileiro nessa questão. É muito perigoso você trazer o foco internacional desses institutos que controlam, com muito rigor, o trabalho dessas nucleares para o Brasil.

Então, por conta disso, eu acho que é conveniente a gente discutir isso da maneira mais [ininteligível]. Concordo plenamente com o Senador Heráclito de que essa Casa merece, por toda--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Lembrando, senador, que o Brasil tem uma aliança estratégica com a França. A França também está se opondo ao Programa Nuclear Iraniano. Já que temos uma aliança estratégica, nós vamos ficar contra um parceiro estratégico? Não estamos falando de Estados Unidos, estamos falando de França, falando de Rússia, que também se posicionam contra o Programa Nuclear Iraniano.

Portanto, não havendo mais quem queria discutir--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ainda quer... o Senador Inácio Arruda quer discutir ainda.

Está com a palavra, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu propus, inclusive, um seminário para que nós pudéssemos, assim, aprofundar a nossa opinião, com a participação de vários setores, sobre o problema do tratado de não proliferação, porque, até hoje, nós ouvimos muito as grandes potências hegemônicas que têm farto arsenal nuclear e que andam soltando bomba em cima de tudo quanto é país aí afora. Defender sempre a não proliferação, que é o que o Brasil, digamos assim, institui como acordo internacional.

De outra parte, neste mesmo tratado, tem o problema do desmantelamento do arsenal nuclear. No entanto, depois de um período de discussão, ali, que os russos, porque não tinham mais como manter aquele arsenal, desmantelaram o seu arsenal, alguém desarmou ali duas ou três bombinhas nucleares, acabou o assunto. Morreu. Então as grandes potências continuam com um farto arsenal nuclear, e oferecem arsenal para quem lhe interessa.

No caso específico do Oriente Médio, o Estado de Israel, na sua relação umbilical com os Estados Unidos da América, mantém no seu território ogivas nucleares que são dentro de acordo com os americanos.

Então, é muito importante a gente levar em conta o contexto mais amplo desse debate. Por isso que eu propus que nós realizássemos, porque vai ser debatido em Nova Iorque, no início ou no final do mês de maio, vai ter a reunião da Convenção Quadros sobre o Tratado de não Proliferação, e é importante que a gente faça um bom debate no Brasil, com os nossos representantes do Ministério das Relações Exteriores, das Nações Unidas, com os nossos embaixadores nesses países que têm farto arsenal nuclear, e naqueles que não têm farto arsenal nuclear, mas passaram a ter bomba, como é o caso do Paquistão, como é o caso da Índia, como é o caso da Coréia do Norte, que já possuem esse tipo de armamento.

Então, eu acho que era muito importante que as nossas decisões a respeito desse tema considerassem este debate que nós vamos realizar, que eu tenho em conta que seria muito, ou será muito significativo, para uma opinião mais completa dos nossos colegas senadores, e também das pessoas que vão nos ajudar: são professores, são intelectuais e são diplomatas que têm tratado desse tema.

O seminário está previsto, nós aprovamos aqui na comissão, para o dia 7 de abril, acho que é uma quarta-feira, me parece, dá para reunir um bom número de parlamentares e também de pessoas interessadas neste debate sobre o TNP. Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero fazer uma proposta, e quero crer que seja unânime nessa comissão, de que nós enviemos um voto de pesar pela morte, em Cuba, ontem, do Sr. Orlando Zapata Tamayo. Morreu em consequência de uma greve de fome, era um dissidente, um homem que vinha sendo... participava de um movimento de dissidência com relação aos acontecimentos políticos da Ilha. E eu sugeriria que essa comissão enviasse a sua mãe, Sra. Reina Zapata Tamayo, os votos de condolência desta comissão, e esse documento pudesse chegar as suas mãos por intermédio da Embaixada de Cuba no Brasil.

Eu acho que é um dever que nós temos, em nome dos direitos humanos e, acima de tudo, em nome de uma vida que se perde em luta de uma causa que nós não podemos abrir mão dela, que é a democracia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, só concluir primeiro, senador.

Concluir o requerimento, então, o requerimento de convite ao Ministro Celso Amorim, portanto, apenas o Ministro Celso Amorim, para falar sobre essa questão do Programa Nuclear do Irã.

Não havendo mais quem queira discutir, eu coloco em votação. Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como estão.

Está, portanto, aprovado o requerimento, e o Senador Inácio lembra que nós vamos ter, depois, uma outra audiência ainda--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para contraditar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agora vamos ao assunto extrapauta, colocado pelo Senador Heráclito Fortes, com relação a Cuba.

Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Srs. Senadores. Agora mesmo essa comissão aceitou uma ponderação, essa ponderação do Senador Heráclito Fortes, na hora que se convida um assessor e um ministro.

O Senador Heráclito Fortes, agora, ele vai pelo lado da dissidência, no sentido de aprofundar a cizânia – parece que ela é contra o governo cubano. É uma coisa tão delicada, e faz não é em solidariedade, mas faz no campo político, no sentido de aprofundar a dissidência.

Então, o Senador Heráclito Fortes, ele é 8 ou ele é 80. Eu gostaria que ele fosse mais... contemporizado, até porque foi Presidente dessa comissão.

Então, eu não sou contra, mas eu sou contra esse conteúdo político, no sentido de estimular a dissidência em Cuba. Então nós temos é que respeitar a situação de Cuba, e, principalmente, esse cidadão que morreu e merece o nosso respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] não pode, está morto, não pode mais se defender, mas ele ia ficar muito triste em ter a sua situação comparada a do Sr. Marco Aurélio Garcia. Seria uma tristeza muito grande ele saber que está tendo uma comparação dessas, completamente desproporcional.

Por outro lado, eu não fiz nenhum comentário à política de Cuba. O meu ato é um ato cristão, é um ato cristão, é um ato cristão de respeito a um cidadão que perde a vida.

E, evidentemente, que eu concordo que V. Exa. seja contra esse meu ato, pode registrar nos anais esse seu voto. Agora, nós, que defendemos os direitos humanos, o Presidente Lula, que tem uma biografia toda na defesa dos direitos humanos, nós não podemos nos omitir, de maneira nenhuma, de prestar nossa solidariedade de um fato que tomou dimensões internacionais.

Tenho certeza que se o Presidente Lula aqui estivesse, embora seja intimamente ligado a V. Exa., concordaria com meu voto de pesar. Até para se redimir da sua missão em não poder ter atendido os apelos de receber aqueles que defendiam uma possibilidade de diálogo do grevista com o Governo Cubano. Mas eu não quero entrar nesse detalhe, o meu voto de pesar restringe-se apenas a uma solidariedade à família de um homem que morreu lutando, morreu acreditando numa causa que o mundo todo acompanha [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O pedido de...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor apresentar o voto, formalizar o voto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, obedecendo a praxes anteriores, eu queria saber se... Eu, formalmente, encaminho aqui, é muito simples, são quatro linhas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, é isso que eu estou pedindo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero saber apenas se tem aprovação--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pode ser até manual, não precisa de computador, não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto, então mandarei fazer, sem nenhuma conotação política, para, inclusive, atender o zelo do nosso Senador João Pedro pelos direitos humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. A secretaria da Mesa, por favor, auxilie o Senador Heráclito, enquanto nós ouvimos o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu quero manifestar meu apoio à proposta do Senador Heráclito.

Apesar de toda simpatia pela luta do povo cubano, da Revolução Cubana, eu creio que a proposta do Senador Heráclito está até moderada demais. Está limitando-se, apenas, ao lado humano, quando, de fato, essa morte, a meu ver, ela tem um simbolismo negativo muito forte.

Eu, na minha história, que eu lembre, só houve um caso, que eu lembre, de morte por greve de fome, protesto político, foi na Irlanda do Norte, muitos anos atrás, quando um jovem perdeu a vida, depois de semanas de uma greve de fome, e foi um grande escândalo mundial naquela época.

Eu me solidarizo com esse voto, lamentando muito ter que fazer isso, mas não podemos deixar passar em branco.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu concordo com o Senador Cristovam Buarque, sempre equilibrado, e o voto tranquilo e espiritualmente perfeito do Senador Heráclito Fortes.

Se V. Exas. viram o noticiário, a chegada do Presidente Lula a Cuba, quando Raul Castro, a imprensa, ao tentar interpelar o Presidente Lula quanto à morte, na véspera, do jovem que se sacrificou, na luta interna – não vamos entrar no mérito dessa luta, como pede o Senador Cristovam Buarque – *"Mas eu sei que vocês vão perguntar, vão perguntar sobre a morte. Nós lamentamos muito"*, e não deixou o Presidente Lula se manifestar a respeito do evento.

Então eu acho que essa proposta do Heráclito, eu voto a favor, e peço a ele que não só mande ao embaixador de Cuba no Brasil, mas que vá cópia ao embaixador brasileiro em Cuba, senador. Senador Heráclito, eu gostaria que V. Exa. também autorizasse não só a remessa ao embaixador de Cuba no Brasil, como cópia ao embaixador brasileiro em Cuba.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não. Tudo que aperfeiçoar um gesto desse, será bem aceito e bem-vindo, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O processo está sendo, então, formalizado, mas nós podemos continuar a discussão e colocar em votação, já que os termos já são de conhecimento de todos.

Mais alguém deseja discutir?

Não havendo quem queira discutir, então eu coloco em votação o requerimento de pesar apresentado pelo Senador Heráclito Fortes. Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como estão.

Aprovado contra o voto do Senador João Pedro.

Vamos, então, agora dar segmento, ainda registrando a presença, hoje, aqui, na comissão, na verdade, no meu gabinete, do Embaixador [ininteligível], embaixador do Paquistão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --que veio a essa comissão exatamente manifestar o interesse do Paquistão em estreitar as relações com o Brasil. Sempre lembrando que o Paquistão tem a 6ª população do mundo, logo após o Brasil, que tem a 5ª população.

Então, ele pediu para transmitir a todos os senhores esse desejo de incremento nas relações, inclusive nas relações parlamentares, e gostaria que um grupo de parlamentares pudesse visitar o parlamento do Paquistão.

Senador Suplicy não está aqui. É um convite para visitar o Paquistão, e Senador Suplicy sempre... gosta dessa região, então poderia também participar do grupo.

Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só um assunto, para encerrar. Eu gostaria de, por dever de justiça, de pedir a V. Exa. que encaminhasse uma cópia dessa decisão do Senado, inclusive com o voto contrário do Senador João Pedro, para que fique registrado na história, à Comissão Internacional de Direitos Humanos.

Era o pedido que eu faria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, antes de nós ouvirmos o relatório do nosso Embaixador Fernando Magalhães, hoje também eu iria apresentar a indicação e o voto do embaixador da Venezuela, mas o indicado pediu para que a gente pudesse fazer na semana que vem, e semana que vem, também, é um dia que V. Exa. não vai estar presente, e estamos, então, definindo que apresentaremos no dia 11 de março, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a presença de V. Exa.

Como a Venezuela é sempre um assunto instigante, e polêmico, vamos fazer a mudança do embaixador na Venezuela, indicação de novo embaixador. Então, só para informar aos membros dessa comissão, e já combinado com V. Exa., que dia 11 eu apresento o meu relatório com relação à indicação do embaixador da Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, Senador Renato Casagrande.

Nós vamos ter, na próxima semana, eu estou colocando na pauta, sob a direção do nosso vice-Presidente Geraldo Mesquita, que eu solicito, senador, se V. Exa. puder presidir no dia 4, porque dia 4 é o dia do Centenário de Nascimento de Tancredo Neves. Então nós vamos ter em Minas Gerais todo o dia de comemorações do nascimento de Tancredo: primeiro com a inauguração da nova cidade administrativa de Minas Gerais, depois a própria cidade de São João Del Rey, aí um evento mais reservado. Mas teremos, também, aqui, no Congresso Nacional, e aproveito para lembrar a todos, convidar a todos, na quarta-feira, às dez horas, no plenário do Senado, uma sessão solene do Congresso Nacional homenageando o centenário de Tancredo Neves.

Então teremos aqui na quarta-feira, mas na quinta que eu vou ter que retornar a Minas Gerais, por isso não vou estar presente. Mas nós estamos pautando para a próxima quinta o embaixador da Mauritânia, que já esteve aqui, o relatório já foi lido, mas falta, ainda, termos, ouvirmos o embaixador e fazermos a discussão final, após pedido de vista que tinha sido feito pelo Senador Fernando Collor.

Então, agora, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, é um outro assunto, mas eu peço um minuto de paciência ao Embaixador Fernando Simas Magalhães.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é bom que ele assista os debates.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas vou ser mais mineiro do que o senhor, eu vou fazer um... Não é nem requerimento, é uma sugestão, mas é para sugestão, é uma consulta se faço ou não uma sugestão.

Na próxima semana deve estar visitando o Brasil a secretária de estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton. Eu queria saber o que a comissão acharia, especialmente o senhor, de fazermos uma consulta para ela fazer um pronunciamento na Comissão de Relações Exteriores do Senado, que poderia ser até no plenário da Casa. Eu acho que é um momento que não se tem todos os dias, não apenas secretário, mas essa figura exponencial, de candidata a Presidente; durante oito anos, uma figura presente ao lado do Presidente dos Estados Unidos.

Eu queria consultar, antes de fazer a sugestão, e aí se consultados forem de acordo, não precisa sugestão, aí já é o senhor, como Presidente, que assumiria isso. É uma ideia que eu gostaria de saber se, diplomaticamente, é correto ou não, se faz sentido, se precisa consultar o Ministério das Relações Exteriores, a embaixada americana, mas fica aqui essa possibilidade de um convite a secretária de estado dos

Estados Unidos para falar na Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, eu acredito que é muito oportuno, sim. Ela está vindo aqui na terça-feira, não é, dia... na quarta-feira, dia 3, e eu vou consultar, então, a embaixada americana, talvez não para um pronunciamento, mas talvez uma reunião com ela, que ela possa nos visitar, ou nós visitarmos, e termos a reunião com ela na embaixada americana, a exemplo do que aconteceu na época da visita do Presidente Jimmy Carter, que esteve aqui, o ex-Presidente Jimmy Carter, [ininteligível] com o Presidente da Colômbia, que nós tivemos uma reunião rápida que foi proposta aqui pelo Senador Suplicy e outros senadores, nós tivemos uma reunião com o Presidente Uribe, ainda na base aérea.

Eu acho que não precisa ser na base aérea, nós podemos ter uma reunião com a secretária de estado americana aqui, mas eu acho que, inclusive, se ela puder vir, claro que seria melhor, mas, tendo em vista que já está a uma semana da vinda dela, não sei se seria o caso de ela fazer um pronunciamento aqui, no Plenário do Senado, mas um contato com os membros da comissão me parece adequado, sim.

É a primeira visita que ela faz aqui na condição de secretária de estado, e, segundo as informações, numa preparação de uma futura visita do Presidente Barack Obama.

Eu vou tomar essa providência junto à embaixada americana.

Vamos, então, agora passar ao item que está previsto da primeira parte da reunião, que, na verdade, virou a segunda parte, que é para ouvirmos o Embaixador Fernando Simas Magalhães, indicado para a República do Equador. O embaixador é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, designado relator.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes mesmo de ler o meu parecer, eu queria dizer da satisfação que eu tenho de estar aqui como relator desse processo, por duas razões: uma porque o Embaixador Fernando Simas Magalhães é meu ex-aluno no Instituto Rio Branco, um dos que chega ao cume da carreira; e segundo porque vai representar o Brasil em um dos países que me receberam quando eu precisei ficar fora do Brasil. Eu morei no Equador durante algum tempo, e tenho uma dívida com aquele país.

E fico muito feliz de ter lá, agora, um embaixador, o Fernando, Sr. Magalhães, além de que é uma figura pela qual eu tenho carinho por ser irmão de um outro embaixador, meu amigo Simas, que está na Polônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): V. Exa. ainda está como professor, ainda, lá, no Instituto Rio Branco?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, o tempo não permite, desde alguns anos.

Mas, Sr. Presidente, "esta Casa do Congresso é chamada a se manifestar com a indicação feita pelo Sr. Presidente da República do Sr. Fernando Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto com à República do Equador.

Nossa constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar, previamente, e deliberar por voto secreto a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente, o que é uma característica muito especial do Brasil e dos Estados Unidos. Poucos países, no mundo, têm esse privilégio de parte do Senado.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo interessado, do qual li com cuidado, e do qual extraí para esse relatório as informações que se seguem:

Ele, de família de diplomata, nascido na cidade do México, em 16 de outubro de 1957, o que mostra que é um dos mais jovens embaixadores do Brasil. É brasileiro nato, pelos acordos que existem.

De acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 46, os filhos de brasileiros ou brasileiras nascidos no exterior, se os pais estiverem a serviço no Brasil, ou não estando, se vierem a residir no Brasil, são brasileiros", como, no caso, minhas duas filhas. "Nesse caso, atingida a maioridade, deverão, para conservar a nacionalidade, fazer o requerimento dentro de quatro anos.

Ingressou, em 1979, no curso preparatório à carreira diplomática Instituto Rio Branco, quando eu fui seu professor, em 1980, e tornou-se terceiro secretário já no ano seguinte.

Foi promovido a segundo secretário em 1982, a primeiro em 1987, a conselheiro em 94, a ministro de segunda classe em 99, a ministro de primeira classe em 2008, sempre por merecimento, e no ritmo que caracteriza os bons Quadros do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, reputados no mundo inteiro como um dos melhores quadros de profissionais da diplomacia.

Entre os cargos exercidos, cumpre destacar: primeiro secretário encarregado de negócio na embaixada de Moscou, 1987 – um momento que lhe permitiu assistir fatos históricos fundamentais desse século; primeiro

secretário e conselheiro na embaixada de Washington, em 1993, embaixada que é um ponto fundamental da formação de qualquer diplomata brasileiro; conselheiro na embaixada de Quito, onde agora deverá ir como embaixador; chefe da divisão de América Meridional 2, em 99; assessor da secretaria geral, onde pôde ter uma visão geral de todas as atividades do ministério, em 2001; ministro conselheiro e encarregado de negócios na embaixada em Madri, em 2003; ministro conselheiro e encarregado de negócios junto à Organização dos Estados Americanos, em 2005; e diretor do Departamento de África, em 2007.

Isso dá ao nosso embaixador uma experiência que não são muitos que podem ter tido até o momento de chegar ao posto de embaixador.

Consta ainda do seu currículo o documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre as relações bilaterais Brasil-Equador. Cabe lembrar que esse relacionamento bilateral tem se pautado por clima de cordialidade e respeito mútuo, até por não termos fronteiras diretas, o Equador e o Brasil sempre foram países sem conflitos.

Nesse sentido, o Equador, juntamente com o Peru, confiou ao Brasil, em conjunto com a Argentina, Chile e Estados Unidos, mediação de disputa territorial envolvendo os dois países. Essa atuação centenária tem mantido um clima de serenidade na fronteira bilateral."

Eu quero lembrar que o Brasil, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, teve um papel fundamental na dissolução dos conflitos de fronteira entre Peru e Equador, que terminaram numa reunião aqui no Itamaraty, eu lembro bem, no dia seguinte às eleições de 1989, onde os dois Presidentes, do Peru, e do Equador, não apenas assinaram documentos, mas trocaram discursos de grande fraternidade entre os povos. Inclusive eu lembro, estava presente, o Presidente do Equador deu ao Presidente do Peru um cantil que tinha sido usado pelo seu avô durante aquela guerra, ou foi o contrário, o Presidente do Peru deu ao Equador, mas foi um momento muito simbólico.

> "Brasil e Equador estão vinculados ao Tratado da Cooperação Amazônica de 78. Apesar da inexistência de fronteira física, gozamos de rica identidade, fauna e flora, graças à Amazônia. Essa circunstância nos torna igualmente comprometidos com a preservação e utilização responsável de significativo patrimônio natural.
>
> A política externa terá como tema central, daqui para frente, por muitas décadas, o problema ambiental, e aí dentro do problema amazônico, e qualquer posição do Brasil terá que ser com os países da região, entre os quais a Venezuela, a Colômbia, o Peru e o Equador estão juntos.
>
> A posse do Presidente Rafael Correa Delgado, em 2007, representou o advento de nova fase nas relações bilaterais. O novo mandatário priorizou em sua política externa o relacionamento com o Brasil.
>
> Nesse sentido, os dois primeiros anos de seu governo testemunharam crescente aproximação de lado a lado, com 12 visitas bilaterais de alto nível. Esses encontros resultaram em significativo número de projetos de cooperação para além dos que já estavam em andamento, e celebrados acordos no âmbito científico e tecnológico de defesa.
>
> No entanto – e isso é muito importante, mostra a importância do papel que será desempenhado pelo Embaixador Fernando Simas Magalhães –, a partir de outubro de 2008, o envolvimento entre os dois países sofreu algumas rusgas. Não por conta das relações de Estado, mas por conta das relações do governo equatoriano e uma empresa brasileira. O ápice das desinteligências ocorreu com a expulsão da Construtora Norberto Odebrecht do país em razão de denúncia de irregularidade em obras realizadas pela empreiteira no Equador."

Cabe aqui deixar claro que a empreiteira brasileira tem deixado muito claro que o problema não está no trabalho que ela fez, mas no trabalho prévio da engenharia que não foi feito por ela. Isso é importante que fique registrado.

> "Some-se a isso a decisão do governo equatoriano de submeter a uma arbitragem internacional a dívida contraída junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
>
> E o ponto culminante da crise se deu com o chamamento a Brasília do embaixador do Brasil em Quito, Antônio Marcos Porto, em novembro de 2008."

Este ponto do relatório está para mostrar a importância de termos um embaixador experiente, que passou pela subsecretaria geral, que passou por cargos fundamentais, que desempenhou papel decisivo em alguns momentos. Nós vamos precisar disso para cobrir essas rusgas, para poder, não apenas dar maquiagem, que não é o que se deseja, mas para poder superar, de uma vez, essas dificuldades, que vai exigir uma relação muito especial entre os dois Estados, entre duas empresas e entre empresas e Estados.

> "No momento presente – e eu termino com isso o meu parecer – ambas as chancelarias discutem formas de normalizar as relações.
>
> No tocante ao comércio bilateral, ele se revela extremamente superavitário para o Brasil. Para se ter uma ideia, exportamos 878 milhões e importamos 42 milhões, ou seja, 20 vezes mais nossas exportações.
>
> Entretanto, no primeiro semestre do ano passado houve uma queda de 25% do fluxo comercial, talvez até em função dessa situação passageira."

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreendida, não tenho a menor dúvida, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório, salvo deixar enfático, já que o voto é secreto, mas deixar enfático que o Embaixador Fernando Simas Magalhães é absolutamente preparado para exercer essa função, e que o Presidente da República está de parabéns, e o Ministro Celso Amorim, pela sua indicação.

Ao mesmo tempo que eu aproveito para parabenizar que, mais uma vez chega aqui, um indicado fielmente dentro do rigor de sempre embaixadores de carreira. O Presidente da República, desde que eu estou aqui, eu não tive que analisar nenhum caso que não fosse de carreira, que eu me lembre.

Então, meus parabéns ao Ministério das Relações Exteriores, e creio que o Brasil estará bem representado se essa comissão, depois da sabatina, porque não basta parecer ele merecer o voto da comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam.

Antes de passar ao processo de votação, e ouvirmos ainda o embaixador, estão inscritos o Senador Fernando Collor e o Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra, primeiro, Senador Fernando Collor, que já tinha se inscrito.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu quero pedir vista, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pedido de vista.

Senador Heráclito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu também, Sr. Presidente, vou acompanhar o Senador Collor, que deve ter razões muito fortes para pedir vista, e eu sabendo da sua profundidade no exame dessas matérias, e mesmo porque ele já tomou providência na Comissão de Infraestrutura para quando se tratar de sabatina, debate, sempre ter um prazo maior, então nós vamos acompanhá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pedido de vista coletivo, portanto.

Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, evidente que o pedido de vista é regimental, tanto o pedido individual, como o coletivo, e o Presidente Collor, com a responsabilidade histórica que tem, tem as suas razões, e irá expressá-las.

Eu quero apenas dar um depoimento, como ex-Presidente dessa comissão, de que tive a oportunidade de conviver com o Embaixador Fernando Simas, inclusive quando empreendemos uma viagem por países da África, quando ele dirigia exatamente o Departamento do Ministério das Relações Exteriores dedicado àquele continente, e pude ver a dedicação, o zelo e, acima de tudo, o respeito e o prestígio que ele goza em toda aquela região. É um diplomata de uma geração que se destaca dos demais, exatamente pela sua dedicação e pela maneira como defende o país. De forma que eu dou esse depoimento por dever de justiça, e, embora, aguardar, irei aguardar as decisões tomadas pelo Senador Collor e pelo Senador Arruda, e esperando dirimir as dúvidas que, por acaso, existam, nós tenhamos, em curto espaço de tempo, a oportunidade de fazer o julgamento da indicação feita pelo governo do Embaixador Simas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O pedido de vista é uma prerrogativa de qualquer senador, ainda mais de um senador com experiência do Senador Collor, e ainda mais vindo com dois senadores, e ainda mais os dois da base de apoio do governo, o que me surpreende, mas é uma prerrogativa.

Entretanto, Senador Collor e Presidente, eu gostaria de sugerir, e consultar, se não seria o caso de fazermos a sabatina. De repente, durante a sabatina, todas as dúvidas serão dirimidas. Depois da sabatina, se houver, ainda, a decisão do Presidente Collor de pedir vistas, obviamente será mantido, mas surgirá até a possibilidade, na próxima sessão, apenas tenhamos que votar, e não mais desgastar o embaixador com outra vinda aqui para submeter a esse tipo de análise, e outra vez eu ter que ler o relatório.

Então é minha consulta: que façamos a sabatina e se, depois, os dois senadores quiseram pedir vista, muito bem, é uma prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A leitura do relatório já está feita, não haverá necessidade de nova leitura, como ocorreu, inclusive, no caso do embaixador indicado para Mauritânia. Nós vamos, na próxima reunião, apenas ouvi-lo e fazer o processo de votação, não há necessidade de

leitura. Mas eu consulto o Senador Fernando Collor, que foi o primeiro autor do pedido de vistas.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O motivo do pedido de vista precede mesmo a leitura do relatório, então eu mantenho o meu pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O pedido é regimental. Portanto, não havendo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De qualquer sorte, o relatório já foi lido?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, o relatório já está lido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, vamos apenas para a sabatina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos aguardar, então... A sabatina não será realizada agora--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O relatório está lido e a sabatina será realizada--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, será realizada em data posterior.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E, sendo vista coletiva, a matéria fica na Ordem do Dia, para a sessão seguinte, digamos assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, como coletiva--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Embora a gente possa fazer isso na base do acordo, mas ela já fica, imediatamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente.

Portanto, sendo regimental, está concedida a vista coletiva.

E nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença dos Srs. Senadores, agradeço a presença do embaixador, cumprimento e desejando que nós teremos a solução futura.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Fernando Collor, ainda antes de encerrar.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu estou inscrito, porque eu gostaria de comunicar à Comissão de Relações Exteriores--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um momento, senadores, é porque eu me enganei realmente. Eu pensei que o Senador Fernando Collor fosse falar apenas sobre a questão do embaixador, mas o senhor está inscrito com outro assunto.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então vamos ouvir ainda, antes de terminar, o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se quiser dispensar o embaixador, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, se V. Exa. quiser, está liberado.

A reunião prossegue ainda.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): No último dia 24 de dezembro, a Assembleia das Nações Unidas, numa reunião, aprovou a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, Rio+20. Essa proposição da realização no Brasil da Rio+20 foi uma proposta encabeçada por mim, com o apoio de vários membros da Comissão de Relações Exteriores, foi apreciada pelo plenário do Senado, e foi encaminhada ao Sr. Presidente da República, que encaminhou, por sua vez, ao secretário geral das Nações Unidas, como uma solicitação formal do governo brasileiro, para que, aqui no Rio de Janeiro, se realizasse a Conferência do Rio+20, ou seja, em 2012. E por que 2012? Porque é exatamente a data em que se exaure o Tratado de Kyoto, e seria uma grande oportunidade para que aqui, no Brasil, o Brasil sempre na vanguarda na luta em favor de um melhor clima, e acompanhado de um desenvolvimento social, conforme foi demonstrado agora na participação que teve o Presidente e toda a cúpula do governo brasileiro voltada para esse tema lá em Copenhague, isso demonstra, mais uma vez, que o Brasil deseja estar na vanguarda desse processo, e que o Brasil nada teme em relação a cobranças que venham a ser feitas sobre a redução das emanações de CO_2 e de outros produtos na atmosfera, porque já foi, por lei, isso reduzido por iniciativa do próprio Governo Federal.

Então, eu gostaria de comunicar a esta Comissão de Relações Exteriores isso que eu considero uma grande vitória de toda comissão, de todo o Senado da República, de ter conseguido aprovar, graças ao prestígio e apoio que emprestou a esse requerimento o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelas Nações Unidas, para que nós aqui realizássemos aqui essa conferência.

E no documento, documento que foi aprovado na reunião plenária das Nações Unidas, ela diz, então, textualmente:

> "Decide organizar, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, no nível mais alto possível, incluindo chefes de Estado e de governo,

ou outros representantes, e, nesse contexto, aceita, com gratidão, a generosa oferta do Governo do Brasil para sediar a Conferência, e também decide que o objetivo da Conferência é o de assegurar um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliando os progressos já alcançados e as lacunas ainda existentes na implementação dos resultados das grandes cúpulas sobre o desenvolvimento sustentável, e abordando novos e emergentes desafios.

O foco da Conferência incluirá os seguintes temas, a serem discutidos e aperfeiçoados durante o processo preparatório: uma economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável, e a erradicação da pobreza e do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável."

E aí o documento prossegue com mais três páginas tratando somente da Conferência do Rio+20, estabelecendo, inclusive, que a primeira reunião do Comitê Preparatório será realizada, em 2010, portanto, esse ano, por três dias, imediatamente após a conclusão da 18ª Sessão e da 1ª Reunião da 19ª Sessão da Comissão, para discutir os temas substantivos da Conferência; a segunda reunião do Comitê Preparatório será realizada, em 2011, de acordo com o que decidiu a assembleia, por unanimidade, a Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 2011, por dois dias, imediatamente após a conclusão da Reunião Preparatória Intergovernamental da 19ª Sessão da Comissão, para discutir mais a fundo os temas da Conferência; e a terceira e última reunião do Comitê Preparatório será realizado no Brasil, em 2012, por três dias, imediatamente anterior à Conferência, para discutir os resultados da Conferência, e a esse respeito a comissão irá adiar o seu programa multianos de trabalho, em um ano.

Era essa a informação que eu gostaria de trazer a esta comissão, a essa V. Exa., Sr. Presidente, que tanto apoiou essa iniciativa, bem como a todos os senadores e senadoras da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de outras comissões que subscreveram esse requerimento.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Fernando Collor.

Realmente é muito importante a realização desse evento, nós vimos como a questão ambiental tem crescido de importância, e realizar, no Brasil, e a ONU já aceitando, é, portanto, muito relevante o que é trazido por V. Exa. aqui nessa reunião de hoje.

Senador Romeu Tuma, depois Senador Cristovam Buarque.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só, eu queria cumprimentar o Presidente Collor, até porque sou testemunha vivo da realização da reunião do Rio, que foi a primeira sobre esse mesmo assunto, e o Senador Collor era Presidente da República, e com devoção trouxe o resultado efetivamente grande para a continuidade dessa grande preocupação da sociedade e por inteiro, internacional, com o meio ambiente.

E me lembro que V. Exa. não faltou dia na presença com todos os Presidentes dos países que fizeram representar durante a reunião do Rio, e com o resultado, efetivamente, satisfatório. E veja o que V. Exa. não abandonou esse objetivo, trazendo, para a nossa satisfação, a alegria de vermos conseguir esta vitória para o Brasil, para o Senado Federal, e, sem dúvida, será um sucesso.

Parabéns, Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Tuma, pelas suas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu quero também me somar àqueles que reconhecem o papel do Presidente Collor, em 92, e agora, em 2012, e dizer que essa reunião não está recebendo ainda a importância que merece. Fico muito feliz que o senhor esteja trazendo o assunto.

Em 92, a reunião foi realizada num momento em que ela era contra a corrente naquela época: era a corrente do fortalecimento, das reformas de Reagan, Thatcher; era o momento do fim do império soviético; era o momento de que o meio ambiente não tinha ainda se consolidado; havia uma euforia em relação ao desenvolvimento através do neoliberalismo.

Hoje, essa reunião se dá num quadro em que temos consciência da crise ecológica, estamos saindo sofridamente de uma crise de desorganização do sistema financeiro, com a redução do crescimento econômico, com um Presidente da República dos Estados Unidos, que é o Presidente Obama. Então, é um momento favorável a trazer propostas novas para os dois pontos: um desenvolvimento sustentável, ecologicamente, e justo, socialmente. Nós estamos vendo: é um momento muito favorável para o futuro, para essa reunião se realizar, buscando alternativas, e não apenas continuar o ritmo que vinho em 92.

É por isso que eu fico até surpreso como a gente está dando muito mais valor a 2014 e 2016, da Copa e

das Olimpíadas, do que 2012, que o futuro do mundo pode ser redesenhado, se formos otimistas.

Por isso, Presidente Collor, eu parabenizo o seu papel, e o Senado deveria, talvez, criar uma comissão para acompanhar esse trabalho até lá, para formular propostas, de tal maneira que o governo brasileiro, que eu espero que esteja tomando as suas medidas, possa ter a nossa colaboração. Essa é a minha proposta aqui de aqui a 2012 trabalhemos quase que com reuniões permanentes, um grande de senadores que desejam, com seus assessores, para termos proposta.

Nenhum lugar do mundo tem mais condições de oferecer uma proposta do que o Brasil, porque nós temos todos os problemas e todos os recursos. Os outros países ou têm o recurso, e são ricos, mas não têm os problemas, ou têm os problemas, são pobres, e não têm os recursos.

Ainda temos uma massa democrática de pensamento capaz de trazer uma saída. É a minha sugestão: que seja um grupo, não vamos chamar de comissão, que trabalha para acompanhar, até 2012, os trabalhos preparativos desse grande encontro do Rio+20.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero concordar com essa importante iniciativa da Rio+20, e lembrar que, no mesmo ano, eu também tive a oportunidade de participar ativamente da Conferência do Rio, em 92. Fizemos, inclusive, uma boa Conferência parlamentar que se deu na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, com parlamentares do mundo inteiro, um movimento muito interessante, muito importante.

Agora, nós estamos na eminência da Rio+20, que não significa exatamente que vai ser realizada no Rio de Janeiro. Eu advogo que seja realizada no Ceará, bem porque a cidade de Fortaleza é cortada por três rios, então ficaria contemplada a questão dos rios, não teria nenhuma dificuldade.

Mas, na mesma época, realizou-se no Estado do Ceará uma conferência muito significativa, porque tratou das regiões áridas e semiáridas do planeta, e são regiões que detém uma situação demográfica ainda explosiva, como é o caso do Nordeste, que é ainda onde você tem a maior taxa de natalidade no Brasil, são nessas regiões; onde a população não quer sair de lá, quer viver no semiárido.

Nas regiões áridas do Oriente Médio e do Extremo Oriente, também são regiões densamente povoadas; na África, essas regiões também são densamente povoadas, e mereceram a atenção da Conferência Internacional do Semiárido, que realizou-se em Fortaleza.

E, este ano, o ano de 2010, nós vamos ter a Segunda Conferência Internacional do Semiárido, que também vai se realizar no Estado do Ceará.

Eu acho que a sociedade começou a ter um entusiasmo maior no debate sobre a questão ambiental, e agregou ao debate o problema do desenvolvimento. Não é apenas a defesa do meio ambiente, é o meio ambiente e o desenvolvimento, porque o meio ambiente não pode, jamais, servir como instrumento de impedir que nações que precisam desenvolver consigam se desenvolver e atender os interesses de suas populações. Essa é uma questão-chave, que nós temos que saber equacionar, mesmo porque esse processo pode garantir que aqueles que sempre deploraram o meio ambiente, continuem por cima, defendendo a bandeira do meio ambiente. Quer dizer, continuam explorando a natureza e os povos, eles que destruíram toda sua natureza, você vê o caso da Europa, dos Estados Unidos, desses países, eles destruíram tudo, e querem impedir que países em desenvolvimento possam ter uma economia voltada para os interesses da população.

É um debate instigante que nós devemos fazer, porque agora ele está colado um no outro. É tão colado que a Copa do mundo e os Jogos Olímpicos estão sendo considerados, no Brasil, a Copa Verde, e os Jogos Olímpicos também, estão nesse mesmo sentido. Então a coisa está entrelaçada com a outra, muito bem, no caso do Brasil. Há um bom debate. Agora, o debate tem que levar em conta isso: nós precisamos manter o nosso desenvolvimento, nós precisamos ampliar o nosso desenvolvimento, nós precisamos incluir milhões e milhões de brasileiros que ainda não têm direito a quase nada, ainda estão no Bolsa-Família. Então, para sair do Bolsa-Família precisa de um longo período de desenvolvimento para que eles possam ter uma vida digna. E sem vida digna, não há sustentabilidade para o meio ambiente. Se esse povo não tiver o mínimo de direito, ele não tem como defender o meio ambiente, ele vai continuar, também, depredando a natureza.

Então eu considero que é muito significativo nós termos alcançado essa decisão das Nações Unidas, porque, de outra maneira, você tem uma opinião das Nações Unidas, para que o Brasil possa ser um dos países a recepcionar a Conferência do Meio Ambiente.

E eu não estou no Executivo no Estado do Ceará, não, o governador é o Cid Gomes, mas eu tenho certeza que o governador do Estado do Ceará topa sediar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, nós estamos aqui firmes. Aqui, nós estamos em maioria, digamos assim. Se for para votar, nós vamos ganhar esse negócio.

Então nós topamos sediar, lá no Estado do Ceará, lá no semiárido, para que a pessoa compreenda melhor o que é a situação da natureza no semiárido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pode ser em Minas também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A data não está prevista, não é, senador? Senador Collor, não está, a data não há previsão, só em 2012, não há previsão, não, não é?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A data ainda não está prevista qual venha a ser, mas, em princípio, será na primavera americana, aqui no Brasil. Mais ou menos por questão de maio, por aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, agradeço aos Srs. Senadores, Senadora Patrícia, também, aqui conosco.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h36.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 15 HORAS E VINTE MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quinze horas e vinte minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Romeu Tuma e Arthur Virgílio.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública "*destinada a prestar esclarecimentos, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3, regulamentado pelo Decreto nº. 7037, de 21 de dezembro de 2009"*, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2010 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Renato Casagrande, aprovado dia 04 de fevereiro de 2010. O Presidente convida para compor a mesa o Ministro da Defesa, senhor **Nelson Jobim** e concede-lhe a palavra. Os Senadores **Pedro Simon, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Arthur Virgílio, Heráclito Fortes** e **Antônio Carlos Valadares** fazem uso da palavra. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezoito horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,REALIZADA NO DIA 02 DE MARÇO DE 2010, ÀS 15 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta Audiência Pública destina-se a prestar esclarecimentos, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3, regulamentado pelo Decreto nº. 7037, de 21 de dezembro de 2009, em atendimento ao Requerimento nº. 01/10, de autoria do Senador Renato Casagrande e minha autoria conjunta, aprovado em 04 de fevereiro de 2010.

Eu convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Inicialmente, quero agradecer ao Ministro a sua presença, mais uma vez, na nossa comissão. Na verdade, nós temos o convite a este assunto, também, para o assunto dos caças e também tem o assunto que vai ligado à estratégia nacional de defesa. Mas, hoje, especificamente, a reunião é sobre a questão dos Direitos Humanos, que causou

polêmica ainda no final do ano passado e retornou, ainda, a semana passada, à pauta de assuntos em discussão. O Senador Renato Casagrande, que é também coautor do convite, ministro, está a caminho. Mas nós já vamos, então, dar início, e eu já gostaria, portanto, de conceder-lhe a palavra, para que possa fazer a sua exposição, abordando essa questão, portanto, do Programa Nacional de Direitos Humanos. Com a palavra o Ministro Nelson Jobim.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhoras e senhores. Farei uma exposição, Sr. Presidente, o mais cronológica, em temos dos acontecimentos, em termos, também, das posições assumidas pelo Ministro da Defesa, dentro do Governo, em relação a essa temática vis-à-vis à Secretaria de Direitos Humanos. No final de... Início de setembro do ano passado, 2009, o Secretário Especial de Direitos Humanos, Dr. Paulo Vannuchi, Ministro Paulo Vannuchi, me procurou e me entregou uma minuta, que era o resultado das várias conferências sobre Direitos Humanos que ele havia realizado, inclusive a última Conferência Nacional que eles haviam realizado. Há que o produto, o documento que ele havia me fornecido, e que estava como minuta inicial, era resultado do que foi aprovado nessa Conferência Nacional. Ele pediu... Me trouxe a minuta e pediu que pudesse examiná-la e que, eventualmente, ficaria muito satisfeito de que eu pudesse assinar o Decreto ou a mensagem ao Presidente da República, para a edição do Decreto, aprovando o texto do Programa Nacional de Direitos Humanos. Isto foi no final de agosto, início de setembro de 2009.

Em 23 de setembro de 2009 – o Senador Pedro Simon sabe muito bem que eu leio tudo -, eu fiz uma leitura completa da minuta que havia sido apresentada e produzi três anexos, três análises, três conjuntos de análises. Um deles, evidentemente, dizia respeito à temática, ou melhor, dizia respeito à competência do meu Ministério, e as demais diziam respeito às minhas observações genéricas sobre os Direitos Humanos. Isso porque, em 1995, quando Ministro da Justiça, do Governo Fernando Henrique Cardoso, eu constituí a comissão para a elaboração do primeiro plano, Plano Nacional de Direitos Humanos, que foi elaborado pelo Dr. José Gregori, que era o meu chefe de gabinete, juntamente com o Professor Paulo Henrique. Pois bem, e, com isso, eu tinha, eu me sentia... E, depois, houve ainda, naquele período, umas alterações no Plano Nacional de Direitos Humanos, eu participei muito ativamente naquele primeiro momento, então eu tinha uma noção geral sobre a temática. Analisei o Programa de Direitos Humanos inicialmente... Ou melhor, esta minuta, e a considerei como uma espécie de um grande programa que ultrapassava, inclusive, os limites daquilo que nós entendíamos, dentro do Ministério da Defesa, e eu mesmo entendia particularmente, como matéria relativa a Direitos Humanos. Tratava, por exemplo, o plano do fomento de plantio de monoculturas, ou seja, tema tipicamente agrícola, e manifestava certo descontentamento o plano, um dos textos do plano, em relação aos plantios das monoculturas de soja, cana-de-açúcar, etc. Havia com o que aumentar(F) e fomentar o debate sobre a expansão de plantio de monoculturas, tais como eucalipto, cana-de-açúcar, soja, matéria tipicamente de agricultura e que eu não via pertinência em relação a Direitos Humanos. Também não via pertinência em relação a Direitos Humanos apoio a organizações de trabalhadores, que diziam respeito a questões de trabalho, direito do trabalho. Exato. Problema de apoios...

Vejam, eu não estou examinando aqui o mérito, eu estou examinando a topologia. Ou seja, topologicamente, não estaria compatível, no nosso ponto de vista, aos Direitos Humanos. Tratava também de Reforma Tributária, sustentando a necessidade da regulamentação do imposto de grandes fortunas, que já se encontra na Constituição Federal e que, até hoje, não foi regulamentado. Tratava da discriminação do aborto. Havia uma proposta de discriminação do aborto. Havia propostas também muito corporativas, como, por exemplo, assegurar a independência institucional, administrativa e orçamentária da perícia técnica, tema que dizia respeito à área do Ministério da Justiça e que, a rigor, não tem nada a ver com Direitos Humanos, porque tratava de uma pretensão que as corporações brasileiras têm hoje e que foi assegurada na Constituição Ministério Público, autonomia financeira, orçamentária e administrativa. A partir daí, todas as corporações pretenderam ter essas autonomias, como formando guetos, dentro do Estado Brasileiro. Estabelecia também o condicionamento, a pretensão... Mexia no espectro federal brasileiro porque pretendia o plano, em uma das suas diretrizes, condicionar o repasse de verbas federais a elaboração e revisão periódica de planos estaduais, distritais e municipais de segurança pública. As únicas verbas federais nós sabemos quais são, que são exatamente os fundos de participação, porque os outros são convênios. Ou seja, eu estava pretendendo uma alteração constitucional, no sentido de que pudessem os estados, os distritos e os... Aliás, o Distrito Federal, distrital e os municípios ficarem sujeitos a uma política que fosse formulada pelo Poder Público Federal, e o Poder Público Federal pudesse reter verbas para forçá-los a adotar essa política. Ou seja, considerava uma visão centralista em relação a essa temática.

Além da perícia técnica, também pleiteava o plano, a minuta, digamos, a autonomia financeira, administrativa, orçamentária e funcional dos órgãos periciais federais. Eu não via pertinência de uma questão de estruturação do Estado em relação a Direitos Humanos. E também determinava a ouvidoria, o fortalecimento da ouvidoria, do departamento penitenciário nacional. Eu fiz essas observações ao Ministro Vannuchi e também ao Presidente da República. Mas havia um tema que me chamava muito a atenção, e esse tema era um tema que eu conhecia historicamente, e que o Senador Pedro Simon o conhece, talvez, epidermicamente, além de intelectualmente. Pretendia o plano a total extinção do controle da União sobre as polícias militares estaduais. Quando eu vi isto, eu me surpreendi. Fui verificar as fundamentações constantes do plano, em relação a essas polícias estaduais, militares estaduais, e verifiquei um completo desconhecimento do processo histórico, em relação às polícias estaduais, e cheguei a expor isto verbalmente ao próprio Ministro Vannuchi, como também dentro do Governo.

O que nós tivemos na história do Brasil? E me permitam que a gente possa fazer essa perspectiva. Os senhores sabem que, na Constituição de 1824, nós tínhamos, além das Forças Armadas Imperiais, nós tínhamos também a chamada Guarda Nacional, que tinha a função de polícia. E, nesta divisão de tarefas, a Guarda Nacional acabou sendo cooptada historicamente pelas lideranças locais, e eram eleitos os membros da Guarda Nacional e, normalmente, eram as elites locais provinciais que controlavam essas guardas nacionais. O Partido Republicano Brasileiro, e, no caso específico, o Partido Republicano Rio-grandense sempre se opôs, desde 1870, a esta Guarda Nacional, que representava exatamente o controle das tentativas de controle de todo o processo eleitoral indireto, que, na época, se estabelecia através da Lei Paraná de 1855. Em 1891, extinguiu-se as polícias... Extinguiu a Guarda Nacional e passaram, então, os Estados a criarem as polícias estaduais, que passaram a ser militarizadas, e essas polícias estaduais, na Velha República, 1891 a 1930, foram, cada vez mais, se constituindo como a Guarda Pretoriana dos Presidentes dos Estados, eram os exércitos dos Presidentes dos Estados. Nós tivemos um exemplo, no Rio Grande do Sul, muito forte, que foi no período do Governo do Presidente José Antônio Flores da Cunha. Flores tinha uma brigada militar gaúcha muito superior ao Exército Nacional. Os Presidentes dos Estados tinham dois instrumentos, à época, para o controle dos seus Estados: um era a guarda à Polícia Militar, e outro era a possibilidade de intervir nos municípios, e os municípios não tinham autonomia, com exceção dos municípios do Rio Grande do Sul, que tinham, por força da Constituição Gaúcha, de 1892, Constituição Castilhista, de 1891, que tinha a chamada Carta, Constituição Municipal, que vem a ser a Lei Orgânica Municipal, que, depois, foi estendida a todos os municípios do país, em 1998, a Constituição Gaúcha tinha isso. Júlio de Castilho havia imposto aos castilhistas da época e republicanos a introdução da Lei Orgânica, dando autonomia aos municípios, mas os outros Estados não tinham. Tinham os municípios, mas não possuíam esses municípios a Lei Orgânica. As leis eram votadas pelas Assembleias Legislativas Estaduais, a partir de 91, e os atos a serem praticados nos municípios estavam sujeitos à fiscalização das Assembleias Legislativas Estaduais. Era mais ou menos, Pedro, o que acontecia com o Distrito Federal, antes de 1988, em que o Senado Federal votava a Legislação do Distrito Federal.

Pois bem. Além desta circunstância, de os governadores, dos Presidentes dos Estados, poderem intervir nos municípios, nós tínhamos um quadro, também, complicado, que era a força militar. Quando Getúlio derrota a Velha República, em 30, e a Revolução de 30 assume o poder, vem, exatamente, a Constituição de 34. E aí a Constituição de 1934 e os republicanos de 30 resolveram romper com a descentralização federativa de 1891. É importante ter presente a compreensão desse processo só para entender que os fenômenos políticos que os senhores votam aqui não são fenômenos que nascem da academia; nascem de um processo histórico que nós todos vivemos. E, naquele caso, o que nós tínhamos era que o Partido Republicano... Os republicanos fizeram a República em cima de um golpe militar. O Marechal Deodoro não queria a derrubada do Imperador D. Pedro II. O Marechal Deodoro queria a derrubada do Gabinete Liberal do Visconde de Ouro Preto. Foi exatamente Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o tenente, o capitão, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, que, juntamente com Trovão, com José do Patrocínio e alguns vereadores do Rio, conseguiu inverter o processo da queda do Gabinete na Proclamação da República. Os republicanos receberam a República da mão dos militares, que interviram para derrubar o Gabinete Liberal, e não o imperador. E, neste momento, os republicanos tiveram uma decisão política importante para aquele momento da República, Senador Francisco Dornelles, em que havia a necessidade dos republicanos, de 1891, destruírem o poder político do Rio de Janeiro, onde era um núcleo administrativo e político do Império. E aí, o que fizeram? Criaram uma descentralização administrativa, outorgando força às elites locais contra o Rio, tanto é que os hoje governadores chamavam-se, na época, Presidente dos Estados. Os Estados podiam

fazer relações internacionais, e os Estados podiam ter uma polícia sob seu controle. Quando o Getúlio, em 30, o Grupo Getulista, em 30, derruba a Velha República, há necessidade da volta de um sistema federal mais equilibrado, com o centro com mais poder do que... O descentralismo absoluto da Velha República. E aí, em relação a isso, Getúlio usou dois sistemas, que estão na Constituição de 34; um foi quebrar o braço político dos Presidentes dos Estados, trouxe para a Constituição Federal as regras da intervenção federal no Estado, se o Estado não respeitasse a autonomia dos municípios, e, portanto, falando politicamente, os prefeitos passaram para o guarda-chuva do Presidente da República, garantidos pela Constituição de 34. E aí nós tivemos vários processos intervencionistas em relação a isso. E, em segundo lugar, submeteu o Presidente da República, a Constituição de 34, transformou as polícias militares em reservas do Exército e passou a atribuir o poder da União de disciplinar a organização das Polícias Militares Estaduais. O que significava isso, e o que significou na Legislação Infraconstitucional? A definição, pela União, dos efetivos e armamentos das Polícias Militares, de forma tal a evitar que essas Polícias Militares continuassem a ser o braço armado dos Governadores, dos, então, Presidentes dos Estados. Isso se reproduziu em 37.

Na Polaca de 37, Getúlio manteve isso e foi mais longe. Getúlio, além de manter a condição de Reserva do Exército, Getúlio atribuiu expressamente, na Constituição de 37, redigida por Chico Campos, além do poder de definir a organização das polícias, também a instrução, a justiça e as garantias. Em 1946, ficou estabelecida a fixação dos efetivos e dos armamentos na Legislação Infraconstitucional. Foi em 1967. E aqui é importante compreender isso. Em 1967, a Carta Castilhista de 67 atribuiu, manteve os mesmos desenhos de 34, mas com um acréscimo – e um acréscimo importante -, atribuiu à Legislação Federal a competência sobre a instrução das Polícias Militares. Por que isso? Porque havia sido, naquela época, e o Governador... O Senador Pedro Simon lembra disto: vigia, naquela época, a doutrina da Segurança Nacional. E se criou, dentro da Escola Superior de Guerra, a doutrina da guerra revolucionária interna. Lembra-se disso? E ao Exército entendia, os militares, então, entendiam que havia necessidade de que as forças estaduais tivessem instrução militar de infantaria para o enfrentamento das chamadas, aspas, "Guerra Revolucionária Interna", que era o nome dado pela doutrina da Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra.

E aí, durante 64 até 88, a instrução militar passou a ser formulada por oficiais que tinham a cabeça de oficiais de infantaria, e, portanto, as Polícias Militares passaram a ter instrução, não de segurança, mas, sim, instruções de combatentes de infantaria.

Em 1988, participei eu na Constituinte, junto com o Deputado José Genoíno, sobre esse tema, e tiramos da mão do Estado, da União, a instrução militar, para que a instrução voltasse a ser uma instrução de policiais de segurança pública, e não policiais de infantaria.

O Plano Nacional de Direitos Humanos queria voltar à Velha República, ou seja, visualizar que os Estados pudessem, eles, autonomamente, definir efetivos e armamentos das suas forças. Não sabiam o que tinha acontecido em 1891 a 1930. Eu submeti isto à análise do... Foi aprovado nos congressos nacionais, etc. Era toda uma... Era toda uma leitura, Senador Pedro Simon, era toda uma leitura equivocada da ação das Polícias Militares Estaduais. Discussão essa que foi feita em 1988, e que o efeito dessa situação seria atribuir aos Estados a possibilidade de serem o que foram na Velha República, terem, os governadores dos Estados, terem seus braços pretorianos. Eu levei esse documento, essa análise, longa análise histórica e política, feita por mim, enviei ao Ministro Tasso Genro, e o Ministro Tasso Genro promoveu alterações no texto do programa final, porque, no texto do programa final, não aparece mais isso. Pelo contrário, no texto do programa final, dizia o seguinte... O texto do programa inicial: "*Propor alteração do texto constitucional, com o propósito de reorganizar as Polícias Militares, desvinculando-as do Exército. Porque o Exército é que define o armamento efetivo, por força da Legislação atual*". O texto, hoje, o texto aprovado pelo Presidente e alterado, pelo trabalho do Ministro Tasso Genro: "*Propor alteração no texto constitucional, de modo a considerar as Polícias Militares não mais como forças auxiliares, mantendo-as apenas como força de reserva*". O que é a mesma coisa. Segundo: dizia a diretriz nº. 11 da minuta: "*Extinguir a inspetoria geral das Polícias Militares*"; a diretriz nova: "*Redefinir as competências de funcionamento das inspetorias militares, das polícias militares e dos Corpos de Bombeiros*", ou seja, manteve a submissão das Polícias Militares a uma fiscalização da União, o que é absolutamente correto e que vem de uma longa história de 1930, que não tem nada a ver com 1964, 1985. 1964 teve um problema, que foi repetido em 1937, a atribuir à União, ao Exército, a instrução das Polícias Militares, e essa instrução fez com que os policiais militares começassem a ser policiais de infantaria, e não policiais de serviço de Segurança Pública, confundindo, portanto... Os senhores sabem a diferença. Um soldado de infantaria tem, na sua frente, um inimigo. Um policial de Segurança Pública tem, na sua frente, um cidadão delinquente. É outra coisa.

Pois bem, essas alterações nós submetemos... Eu mandei ao Ministro Tasso Genro, e o Ministro Tasso Genro promoveu as alterações subsequentes. No que diz respeito ao tema específico, eu quero dizer aos senhores o seguinte: todas essas observações foram enviadas ao Sr. Presidente da República, através de exposição de motivos, feita pelo Ministro da Defesa, em outubro de 2009, enviamos esse material todo, esse material chegou por via do SIDOF, ou seja, o sistema eletrônico, fiz entregas pessoais também desse material, até chegarmos ao tema que diz respeito ao direito à memória e à verdade, ou seja, qual a problemática que devemos verificar agora, que dizia respeito claramente à posição das questões relativas aos Direitos Humanos e que dizia respeito ao problema das perseguições políticas. Eu disse ao Presidente da República, situação que é pública, de que eu tenho uma posição histórica nesse assunto. Em 1995, fui eu, Ministro de Estado da Justiça do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que promovi a criação da Comissão via... Com o auxílio do Dr. José Gregori, a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos, o compromisso que nós tínhamos com a memória e a verdade. Mas eu dizia ao Presidente que eu não tinha compromisso nenhum com alterações da Lei da Anistia, ou seja, com a não bilateralidade da Lei da Anistia. A Lei da Anistia foi votada em 1979, por este Congresso Nacional, e se manteve, nessa discussão, a sua bilateralidade. Houve uma grande discussão à época. À época, houve uma grande discussão em relação à Lei da Anistia. Era a pretensão de que ela não era ampla, geral e irrestrita. E por que não era ampla? Porque um dos parágrafos, do art. 1°, da Lei da Anistia, não outorgava, ou não anistiava, aqueles que houvessem sido condenados com trânsito em julgado, por crimes ditos contra a segurança nacional. Estes... A discussão daquele momento não era se a anistia se atingia aos opositores, ao Governo, e também aos órgãos da repressão. Não. A discussão que se estabeleceu aqui, e que se estabeleceu na população, era se essa anistia também devia alcançar aqueles que tivessem uma condenação com trânsito em julgado.

Pois bem, quando foi-me apresentado o Plano... A minuta do Plano inicial dizia, como objetivo estratégico: "*Promover apuração e esclarecimento público das graves violações de Direitos Humanos, praticados por regimes autoritários, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica*". A este texto, eu propus um substitutivo, com a seguinte redação: "*Promover apuração e esclarecimento público das violações de Direitos Humanos, praticadas no contexto dos conflitos políticos, ocorridos no Brasil, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional"*. Qual era a divergência que estava havendo aqui, que já se bancava entre o Ministro da Defesa e o Sr. Secretário de Direitos Humanos? A pretensão era a apuração da verdade histórica unilateral, ou seja, contra agentes públicos. E o Ministro da Defesa dizia que tinha que ser contra todos, ou seja, um levantamento de tudo que aconteceu em todos os movimentos ocorridos no Brasil. O texto inicial dizia o seguinte: "*Criar Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação...*", era a expressão utilizada no projeto inicial do plano. A palavra 'reconciliação' foi retirada depois. *"... autônoma, composta de forma [ininteligível], incluindo familiares de mortos e desaparecidos, com mandato e prazo definidos, para examinar casos de graves violações de Direitos Humanos, ocorridas no período de 64 a 1985*". Eu, então, depois de uma discussão com o Ministro Tasso Genro, o Ministro Tasso Genro entendia, juntamente o Presidente da República acolheu essas ponderações do Ministro Tasso Genro, de que não deveria haver a criação, por Decreto, de uma comissão, que esta comissão tinha que ser discutida dentro do Congresso Nacional e, portanto, tinha que ser um Projeto de Lei, e não um Decreto criando a comissão.

Então, em face dessas circunstâncias e tendo em vista esse desiderato, nós, então, enviamos uma proposta do Ministério da Defesa, que era designar um Grupo de Trabalho, composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, para elaborar, até abril de 2010, Projeto de Lei que institua a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar a violação dos Direitos Humanos, praticada no contexto dos conflitos políticos ocorridos no Brasil, observado o seguinte... E aí, então, eu colocava a formação no meu texto, a formação dessa comissão, como deveria ser formada, qual o seu objetivo, ela deveria se coordenar com vários órgãos, como arquivo nacional, Comissão de Anistia, etc. Ela poderia... E aqui vem as diferenças. No texto primitivo, não tinha nada a respeito da articulação com as outras comissões. Mas, no texto da minuta, dizia assim: "*Como poder a ser outorgado por Decreto do Presidente, garantir legalmente poderes de requisição de documentos, inspeção e de acesso às normas internas de diversos órgãos*". A proposta feita por nós: "*Requisitar documentos públicos, com [ininteligível] das respectivas autoridades, bem como requerer ao Judiciário o acesso a documentos privados*". Eu dizia que não era possível dar poder, por Decreto, a esta comissão, nem por lei, a esta comissão, para requisitar documentos que estivessem de posse de

privados; isto era função exclusiva do Poder Judiciário. Então, eu propus esta alteração. Mas o texto primitivo dizia o seguinte: "*Garantir plenos poderes e colaboração de todas as instâncias do Executivo Federal para apuração dos crimes de lesa humanidade, como tortura, sequestro e desaparecimentos, cometidos por agentes do Estado, e violações de Direitos Humanos*". Esse era o texto da minuta, Senador Suplicy. O texto da proposta do Ministério da Defesa: "*Colaborar com todas as instâncias do Poder Público, para a apuração da violação dos Direitos Humanos, tais como tortura, sequestros e desaparecimentos, cometidos por agentes públicos ou privados, observadas as disposições da Lei 6683, de 1979*". A Lei 6683, de 79, é a Lei da Anistia. Ou seja, eu colocava, desde logo, que havia a necessidade dessa comissão ser bilateral, e ela não poderia fazer qualquer ato que fosse contrário à Lei da Anistia, de 1979.

O PNH-3, depois, houve uma grande troca de discussões entre o Ministério da Defesa e a Secretaria de Direitos Humanos sobre essa problemática, e eu sustentando... Então, a divisão era clara. A pretensão, a posição da Secretaria de Direitos Humanos era a unilateralidade, ou seja, voltava-se exclusivamente aos agentes públicos. A posição do Ministério da Defesa era: Comissão da Verdade Ampla, ou seja, apura-se tudo, e não só o período de 1965, mas, sim, todo o período compreendido no art. 8º, da Constituição, no ADCT, da Constituição, no Ato das Disposições Transitórias da Constituição, que pega o final de 45 e vem até 1984.

Pois bem, ao fim e ao cabo, Sr. Presidente, nós levamos ao Sr. Presidente da República essas alterações, foram entregues, quando, então, no dia 21 de dezembro de 2009, é publicado, é feita uma solenidade no Itamaraty e é lançado o Plano Nacional de Direitos Humanos 3. Do que interessa para análise, tendo em vista o eixo da discussão, e não determos em detalhes menores, o Plano Nacional de Direitos Humanos, que foi aprovado pelo Decreto de dezembro, ele mantém, em linhas gerais, o que nós tínhamos proposto, mas mantém a unilateralidade. Diz assim... Mantém que é projeto, aceitou... O Presidente da República admitiu que não poderia ser Decreto, mas teria que ser um Projeto de Lei, mas estabeleceu-se o seguinte. Suprimiu-se a expressão... Da expressão reconciliação, passava a ser Comissão Nacional da Verdade, não mais da Reconciliação, e dizia o seguinte o objetivo, estabelecido no Plano Nacional de Direitos Humanos 3: "*Para examinar as violações de Direitos Humanos, praticadas no contexto da repressão política, no período mencionado, observado o seguinte: o período mencionado é exatamente o período correspondente ao art. 8º, da ADCT, que estabelece 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, até 1988*". Ou seja, 46 a 88 seria o universo temporal de competência dessa comissão. Mas, no texto que foi apresentado e que foi aprovado, restringia a repressão política.

Imediatamente... Eu havia assumido, Srs. Senadores, quando surgiu, quando foi-me apresentado a minuta inicial do Plano Nacional de Direitos Humanos, criando a Comissão da Verdade, eu chamei os comandos militares, Comandante do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e disse a ele que o Ministro da Defesa estava favorável à criação da Comissão da Verdade. O Ministério da Defesa iria opinar favoravelmente à Comissão da Verdade, mas tinha uma restrição: ela tinha que ser bilateral, tal qual fora a Lei da Anistia de 79. E que, portanto, eu disputaria, dentro do Governo, e sustentaria, dentro do Governo, contrariamente à minuta apresentada a mim, de que esta Comissão da Verdade tinha que acontecer. O direito à memória e à verdade estava assegurado, e nós tínhamos que assegurar o direito à memória e à verdade. Mas teríamos que assegurar de forma ampla, e a pesquisa teria que ser entre agentes públicos e privados.

Como foi apresentado? Como o texto que foi aprovado, pelo Decreto do dia... do dia 21 de dezembro, do dia 21 de dezembro... Deixa eu me lembrar se é exatamente essa data. Exatamente. O Decreto 7037, de 21 de dezembro, havia sido aprovado. Dessa forma, eu disse aos comandos militares que eu tinha perdido a autoridade moral perante a força, porque aquilo que eu havia assegurado que ia acontecer não tinha acontecido. Portanto, eu era demissionário. Por quê? Porque eu tinha feito uma afirmação, e eu quero dizer aos senhores o seguinte: na relação com os militares, não há meio termo; ou o senhor afirma uma coisa ou nega, não dá para ficar em cima do muro. E eu havia exatamente mantido aquela minha orientação, Sr. Senador, de 1995, quando a Polícia Estadual, a Polícia Federal me apresentou todo o arquivo, localizado nos arquivos da Polícia Federal da Bahia, da perseguição ao antigo Capitão Lamarca. Quando houve, em 1996... 95 e 96, foi localizado, num quarto, atado com cordas, todo o arquivo relativo à busca do Capitão Lamarca e a morte do Capitão Lamarca, inclusive com as fotografias da autópsia, eu levei esses documentos... Foram-me entregues esses documentos pelo então Diretor-Geral da Polícia Federal, esses documentos foram encontrados pelo superintendente da Polícia Federal de Salvador, à época, e a busca, a descoberta desses documentos, decorreu de um trabalho desenvolvido pelo jornalista do Jornal O Globo, que eu não me recordo o nome, que estava atrás dos fundamentos

dessa história, e esse documento se encontrava lá na Polícia Federal, mas dentro de um quarto, atado com cordas, etc. Eu entreguei ao Presidente da República esses documentos e disse ao Presidente da República que a Comissão dos Desaparecidos tinha que indenizar a família do Capitão Lamarca, tendo em vista as circunstâncias da morte de Lamarca.

Eu quero lembrar aos senhores, para tentar recuperar a memória, que, depois de uma discussão interna, no Ministério da Justiça, com o Dr. José Gregori, eu tomei o Projeto de Lei da criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos, que transformou-se na Lei de 1995 ou 96, e fui discutir isto no Alto Comando do Exército, para mostrar, aí, aos militares, de que nós tínhamos assumido um compromisso da recuperação daquilo tudo, sem tocar na Lei da Anistia. Mas que iríamos identificar mortos e desaparecidos, que era um compromisso com o Presidente. Aliás, trabalho esse iniciado pelo então Ministro da Justiça do Governo Itamar, o Dr. Maurício Correia. Foi o Maurício que iniciou o trabalho, digamos, político, de criação da Comissão dos Mortos e Desaparecidos, que acabou acontecendo só no Governo Fernando Henrique. Na época do Governo Itamar, não teve condições políticas de levar adiante isso, através da Comissão de Direitos Humanos, que funcionava junto ao Ministério da Justiça, e V. Exa. era líder, no Senado, do Governo Itamar.

Em cima do trabalho de Maurício Correia, e com base no trabalho de Maurício Correia, nós construímos e desenhamos a Comissão da Verdade, e eu fui discutir isso com os militares e disse aos militares de que nós íamos fazer aquilo. Era o General Zenildo o comandante... O Ministro do Exército, na época. Não havia Ministério da Defesa. Tivemos conversa com eles e com outros ministros militares. E eu disse a eles que nós íamos levar, fazer a Comissão da Verdade. Quando surgiu, quando descobrimos o documento do Lamarca, eu tomei esses documentos, levei ao Presidente, o Fernando Henrique, à época, e, à noite, examinou e ele pergunta a mim: "O que você pretende fazer?". "Não, o que devemos fazer, Presidente, é enviar isso aqui para a Comissão de Desaparecidos, para que ela tome providências para a indenização, uma vez que a morte de Lamarca se deu em condições já de prisão". A Lei de Mortos e Desaparecidos fazia uma distinção de morte, digamos, no tiroteio e na disputa, no conflito, e morte após a submissão ao Estado, e, no caso específico de Lamarca, Lamarca foi morto já submetido ao Estado. Foi morto ajoelhado, quando, com uma crise de asma, ele foi... Atiraram em Lamarca, foi reconhecido isso, inclusive, na época, pelos militares. E, portanto, era de se fazer indenização.

Com isto, eu mantinha, em 2009, a mesma orientação de 1995.; a bilateralidade. Como o texto havia sido aprovado dessa forma, eu disse que eu não tinha condições políticas de me manter como Ministro da Defesa, porque não teria nenhuma autoridade sobre os militares, uma vez que eu havia afirmado alguma coisa, e havia acontecido outra. Procurei conversar com o Presidente da República, naquele dia, o Presidente se encontrava viajando para Natal, para Salvador, uma coisa assim, e aí nós nos encontramos no dia seguinte, onde eu, então, antes, inclusive, de manifestar ao Presidente da República a minha condição de demissionário, o Presidente disse assim: "Jobim, o que houve nesse texto? Qual foi o problema?". Eu disse a ele: "O problema que houve foi esse aqui". "Ah, mas está errado. Não pode. Isso está errado. Porque o que nós tínhamos combinado era de que seria bilateral". "Fique tranquilo, que nós vamos alterar isso". Esta conversa se deu no dia 23 de dezembro, na Base Aérea de Brasília, às 10 horas da manhã. Mostrei ao Presidente: "Está aqui o texto que eu ofereci, está aqui o texto que foi publicado". "Não, eu vou conversar com o Ministro Paulo Vannuchi, e nós vamos alterar isso. Pode comunicar aos oficiais que haverá alteração". A situação estava, evidentemente, tensa. Os Ministros militares, quando eu comuniquei que eu iria me afastar, eles comunicaram que também me acompanhariam no afastamento. Não pretendia isto e nem pedi. "O senhor sai, nós sairemos também". Eles convocaram uma reunião do Alto Comando, dos generais do Alto Comando, para comunicar o que poderia ter acontecido. No dia 24 de dezembro, eu disse ao Presidente que, no dia 24 de dezembro, haveria... Ou melhor, no dia 23 dezembro... A reunião com o Presidente foi no dia 22. No dia 23 de dezembro, pela manhã, haveria uma reunião na Base Aérea de Santos Dumont, com o Alto Comando do Exército, o Alto Comando Almirantado e o Alto Comando da Força Aérea. Eram 34 oficiais generais, onde eu, então, pedi autorização ao Presidente, para comunicar aos oficiais militares de que o acordo que eu havia afirmado a eles anteriormente seria mantido, porque eu não ia fazer isso sozinho. De duas, uma: ou eu não comparecia à reunião no dia seguinte porque estava demitido, porque havia me demitido, ou compareceria autorizado pelo Presidente. E fiz isso. O Presidente me autorizou, eu me reuni aos militares e contei exatamente o que eu estou contando aos senhores. Contei todas essas evoluções, essas idas e vindas. A razão pela qual o texto saiu como estava foi-me dada pelo Secretário Gilberto Carvalho, de que já estava na gráfica o texto e não podia ser mais alterado, porque eu havia... Foi exatamente... Às 16h03, do dia 21, eu recebi essa afirmação do Secretário, dizendo: "Olha,

não há mais tempo de alterar. O texto foi dessa forma e não temos mais como alterar". Então, eu tomei essa providência.

Aí passou o tempo, [ininteligível] Natal, etc., etc., e eu, então, Sras. e Srs. Senadores, no dia 12 de janeiro de 2009, às 5h30 da tarde – desgraçadamente eu tenho uma memória e os registros de tudo que acontece comigo, desde que eu vim para Brasília, em 1987 -, às 17h30, do dia 12 de janeiro de 2009... 2010, este ano, portanto, no Centro Cultural do Banco do Brasil, onde, hoje, funciona a Presidência da República, reuni-me com o Ministro Paulo Vannuchi, e disse ao Ministro Paulo Vannuchi o seguinte: "Ministro, o Presidente da República quer ter uma reunião com nós dois, para resolvermos o problema relativo ao texto da Comissão da Verdade". Eu aprendi com o Dr. Ulysses que a gente, antes de fazer reuniões dessa natureza com o Sr. Presidente, temos que afinar a viola. Se não pudermos afinar a viola, podemos levar ao Presidente ou a viola afinada ou o conteúdo da desafinação, para evitar umas conversas intermináveis, que poderiam se travar perante o Sr. Presidente da República. Portanto, fiquei uma hora e meia, no dia 12, conversando com o Sr. Paulo Vannuchi, e fiz a seguinte proposta a ele: "Eu tenho duas alternativas para solucionarmos o problema. Não vamos mexer no texto do Plano Nacional de Direitos Humanos, que é um Decreto. Vamos fazer um outro Decreto, criando, desde logo, o Grupo de Trabalho para a elaboração do anteprojeto, e, no texto do anteprojeto, ou melhor, no texto do Decreto, que criava o Grupo de Trabalho para elaborar o anteprojeto, já definiríamos a bilateralidade". E ofereci duas alternativas de redação a ele. Eu disse: "Ministro, nós podemos ter uma forma genérica, dizendo, no texto: '*Examinar as violações dos Direitos Humanos, praticadas no período, fixado no art. 8º, do ADCT*', ou termos um termo específico, menos genérico, que era examinar as violações de Direitos Humanos, praticada nos contextos dos conflitos políticos e da repressão política, no período do art. 8º".

Depois de uma discussão sobre os dois períodos, os dois textos, ingressa o Secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Sr. Franklin Martins, a quem havia eu convidado para vir no final da nossa reunião, e eu sustentava... sustentávamos... Para mim, do Ministério da Defesa, qualquer um dos dois servia. Entendi que o genérico era menos, digamos, ostensivo, que era mais fácil, o que foi concordado com o senador, com o Ministro Franklin Martins, e o Ministro Paulo Vannuchi acordou: "Estamos de acordo. Estamos de acordo, mas como é que vamos fazer?". "Não precisa fazer". Aí eu tirei, abri a pasta, e entreguei o Decreto redigido. Eu tinha as duas versões redigidas no Decreto; a versão genérica e a versão específica. Entreguei. "Confira se está de acordo". Aí conferimos o texto da minuta do Decreto genérico, que havia sido escolhido, o Ministro Paulo Vannuchi aceitou a minuta, eu entreguei a minuta, não só a minuta como também entreguei um backup, um PowerPoint ao Sr. Secretário, ao Ministro Franklin Martins, e o Ministro Franklin Martins entregou ao Presidente. Marcamos uma reunião para às nove da manhã, do dia seguinte. Às nove da manhã, o Presidente meramente cumprimentou-nos, por termos entrado no entendimento, e, imediatamente, o texto acabou sendo assinado e publicado no dia 14.

Ou seja, o que eu quero deixar claro aos senhores é o seguinte: é de que, em momento algum, o Ministro da Defesa se opôs à criação da Comissão da Verdade, que, inicialmente, era chamada de Comissão da Verdade e Reconciliação, no projeto inicial. Número dois: a divergência entre o Secretário de Direitos Humanos e o Ministro da Defesa estava sobre o objeto dessa comissão. O objeto pretendido pelo Ministro, pelo Secretário de Direitos Humanos, o Ministro Paulo Vannuchi, era um objeto restrito, que ficou expresso no texto do Decreto que aprovou o Plano de Direitos Humanos, que falava para examinar as violações de Direitos Humanos, praticadas no contexto da repressão política, no período mencionado, do art. 8º.

O Decreto, sem número, de 13 de janeiro de 2010, que eu acabei de me referir, acolheu a seguinte redação: "*Para examinar a violação dos Direitos Humanos, praticadas no período fixado no art. 8º, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade – etc. – e a reconciliação nacional*". E mais, o texto do Decreto que criou o Grupo de Trabalho, que, hoje, já está trabalhando, já está em execução as suas funções, que é presidido pela Dra. Erenice Guerra, porque a Presidência, no caso específico, a coordenação é da Casa Civil, esse texto estabelece... O texto do Decreto estabelece que esse Grupo de Trabalho elaborará o anteprojeto, com as diretrizes fixadas no próprio Decreto. E essas diretrizes são: "*Poderá realizar as seguintes atividades: requisitar documentos públicos, com a colaboração das respectivas autoridades, bem como requerer ao Judiciário acesso a documentos privados; colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração das violações dos Direitos Humanos, observados à Lei 6683, a Lei da Anistia*". Ou seja, o Sr. Presidente da República cumpriu integralmente a palavra, a tudo que nós tínhamos combinado, tudo que tínhamos acertado.

Isso foi o que aconteceu, durante esse período, o assunto está superado, está sendo agora elaborado...

Está sendo discutido o anteprojeto, o representante do Ministério da Defesa, na comissão para elaboração do anteprojeto, é o Dr. Vilson Vedana, que é o consultor jurídico do Ministério da Defesa, da Advocacia-Geral da União. Esse projeto... Esse anteprojeto deverá ficar pronto até abril, será discutido o anteprojeto dentro do Governo e será enviado como Projeto de Lei para o Congresso Nacional discutir, mas, observem bem, o anteprojeto... O projeto deverá vir com a bilateralidade. Se a bilateralidade deve ou não deve ser mantida é um problema a ser discutida no Senado e na Câmara, quando da tramitação. E fiquem certos os senhores de que, durante a tramitação, estará presente o Ministro da Defesa, para defender a bilateralidade. O direito à memória e à verdade não é afastável. O que não se pode é pretender rever o Acordo Político de 1979, que deu a possibilidade da transição política no país. Nós não temos possibilidade nenhuma de fazermos aquilo que teve que ser feito ser desfeito. Isto é, digamos, da mais comezinha razão jurídica. Ou seja, nós sabemos a impossibilidade da retroatividade das leis definitivas. E as leis, como anistia, são leis definitivas. Quem foi anistiado, foi anistiado. Não pode ser desanistiado. Ou seja, não há nenhum poder político de alguém de, no futuro, desanistiar. Poderá haver, fora do Estado Democrático de Direito. Isto, sim. Fora do Estado Democrático de Direito, você pode retroagir lei penal, pode desfazer situações históricas, redescompor e retalhar o passado, mas, dentro do direito, do Estado Democrático de Direito, isto não é possível. E isto eu defenderei, perante o Senado e a Câmara, quando esse projeto aqui tramitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro Jobim. Vejam, Srs. Senadores, a importância das declarações do Ministro. Elas, inclusive, tiram dúvidas que surgiram semana passada, Ministro, em que o noticiário declarou que o Ministro Vannuchi teria duvidado dos fatos que são relatados por V. Exa., em relação às reuniões com os Ministros Militares e a possibilidade de renúncia. Então, só colocando a importância, portanto, que o Ministro reafirma o que ocorreu no fim do ano e reafirma a questão da bilateralidade. Nós já temos vários senadores inscritos, mas eu ouço o Senador Pedro Simon primeiro.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu queria só lembrar o seguinte: isto é uma narração, mostra a narração do processo democrático da discussão, da elaboração do projeto, e a forma como a coisa foi conduzida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa questão que V. Exa. abrangeu aqui foi a única intervenção de V. Exa. nesse projeto. Os outros casos, as outras discussões não--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, eu só... Eu submeti, eu dei ciência ao Presidente dos problemas que poderiam surgir. Primeiro, como ex-Ministro do Supremo, uma... Mas aí não é na área específica do Ministério da Defesa, eu não poderia formalizar isso, evidentemente. Mas eu chamei atenção, por exemplo, de que, se nós adotássemos a integralidade em alguns textos deste plano, nós teríamos que entrar dentro do Supremo Tribunal Federal, no seu Salão Nobre e na Sala de Sessões, e arrancar o crucifixo que está ali presente. Porque, no Supremo Tribunal, há um crucifixo. E há, inclusive, um nódulo(F), na parede, desenhado pelo arquiteto Niemeyer, do antigo Partido Comunista do Brasil, para a posição do crucifixo, porque havia uma confusão teórica, acadêmica, de o Estado leigo e não leigo. Isto não é coisa para nós. Isso não é coisa para o Brasil. Isso é coisa importada. Nós não vamos importar concepções dessa natureza, tendo em vista, digamos, a pluralidade que nós temos em relação a tudo isso. E teríamos que, então, suprimir do Plenário da Câmara dos Deputados o crucifixo que está lá? Por quê? Porque nós precisamos... Não é assim que se fazem as coisas. É a história que produz. São as condições políticas que constroem, e não a vontade unilateral ou voluntarismo lateral de relações, de posições, que sejam, teoricamente, discutíveis, perfeitamente sustentáveis. É possível sustentar academicamente isto. Uma coisa é eu sustentar academicamente e ser vitorioso ou ser derrotado. Outra coisa é eu impor aos outros esses pontos de vista. Isso é outra coisa. Eu posso fazer uma tese acadêmica, sustentando o que for possível. O que pode acontecer, acontece comigo: ou eu sou aprovado ou eu sou derrotado; nada mais do que isso. Agora, outra coisa é gerir a coisa pública. Gerir a coisa pública é respeitar a história e a vontade da maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, só, então, eu como coautor, eu queria só, então, ir um pouco na linha do Senador Pedro Simon, porque uma das críticas é exatamente a abrangência da chamada Comissão da Verdade e as questões que são tratadas, como essa, de aborto, ou de pedir licença ao MST, para poder fazer desocupação de terra, que basicamente é isso que está escrito, tem que pedir uma assembleia, pedir...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não é pedir licença, não. Não vamos exagerar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu estou exagerando propositalmente

mente, estou exagerando propositalmente. É que, realmente, teria que fazer uma assembleia primeiro, para decidir se a reintegração de posse pode acontecer ou não. Então, esses outros dois pontos é que eu gostaria também de ouvir sua opinião, apesar de não ser exatamente da área da Defesa. E a questão, ainda, apesar de V. Exa. não estar aqui para falar sobre a questão dos caças, eu queria só manifestar um pouco, em nome da comissão, um sentimento que existe de um certo desconforto que cresce com a demora na decisão desse assunto. Ou seja, é uma novela que vai se caminhando, especialmente a partir do mês de setembro, e minando um pouco a credibilidade da decisão pelo Brasil, se ela demorar muito mais. Então, se V. Exa. puder colocar um pouco a cronologia, basicamente, desse assunto. E o Senador Renato Casagrande...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente. Mas o Ministro virá aqui, para poder falar sobre esse assunto, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Irá falar especificamente sobre esse assunto também, em outro momento. Se ele puder falar hoje só apenas a cronologia, se isso vai continuar... Para o próximo Governo, se é nesse ou no outro... Basicamente, é essa a questão. Então, Senador Renato Casagrande, V. Exa., também, como autor, e, logo depois, eu passarei a palavra para o Ministro e seguiremos na lista de inscritos aqui.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela presença, Ministro Nelson Jobim, e a explanação de V. Exa., primeiro de forma genérica, sobre os diversos pontos, tratados no Decreto que aprovou o Plano Nacional de Direitos Humanos, e o Plano Nacional de Direitos Humanos é um plano que gerou uma polêmica muito grande na sociedade brasileira, em diversos segmentos, e o Presidente Lula naturalmente deve ter dito em algum lugar que nunca antes, na história desse país, um plano gerou tanta polêmica. Então, nós teremos que acompanhar com muita atenção todos os...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Uma coisa é criar problema que é necessário. Acho que é um problema importante, para a discussão, é vital, e o Presidente, inclusive, me disse várias vezes de que ele não tem compromissos de conteúdo global com o texto que está aqui pronto. Isto aqui é algo para abrir uma grande discussão nacional em vários pontos. E abriu a discussão nacional.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E conseguiu, então?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Conseguiu.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então o objetivo foi atingido, porque nós temos... Em todos os locais que nós estamos presentes, nós temos sido abordados com relação a este tema. Eu também tenho a mesma impressão... Eu também tenho a mesma impressão, apesar de que o Decreto do Presidente, ele não é autoaplicável. Não é isso? Podemos dizer, assim, que dependerá, dependerá... Ali é uma carta de intenções e que dependerá em muitos... Em muitos dos pontos colocados, nós dependeremos de debate sobre o Projeto de Lei que terá que tramitar, que terão que tramitar, aqui, nesta Casa. Mas o Decreto é um Decreto... É um programa... Um programa... Nem em todas as áreas, um programa é apresentado por Decreto. O programa, apresentado por Decreto, é um programa que trata de assuntos diversos, muitos assuntos importantes e assuntos polêmicos, assuntos diversos, assuntos que eu concordo com V. Exa. que têm relação com Direitos Humanos e outros assuntos que não está relacionado diretamente ao conceito de Direitos Humanos, e que nós teremos que ter cautela na apreciação desse projeto e dessa... de cada item da proposta feita pelo Governo Federal. Mas eu compreendo, também, que, mesmo que o objetivo fosse gerar polêmica, acho que nós, até numa questão política, poderíamos ter tido um pouquinho mais de debate interno, de cautela na apresentação. Mas está apresentado, está publicado o Decreto. E não tenho muitas questões a perguntar para V. Exa., mas, na questão do... relacionado às Forças Armadas, à Defesa Nacional, ao Ministério de V. Exa., à Comissão da Verdade, este assunto foi um assunto que se resolveu antes. Este é um assunto que se resolveu, a forma de encaminhamento, antes de o Decreto ser publicado, talvez pela posição firme de V. Exa. numa área totalmente sensível. Essa área é uma área que, de fato, o Ministro tem que ter... Todos os lugares têm que ter, mas, nessa área, tem que ter muito mais cautela na condução, porque, senão, você acaba gerando pontos de fragilidade na condução... Cautela e autoridade.

Então, na área de V. Exa., houve um ajustamento na forma de conduta. Quando se trata da Comissão da Verdade, houve um ajustamento. Uma comissão que vai elaborar um Anteprojeto de Lei e que, depois de um Projeto de Lei, vai vir ao Congresso Nacional. Não teria sido essa a melhor conduta em todas as outras áreas, para que nós pudéssemos ter o encaminhamento mais adequado?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Bem... Senador Azeredo, na época, há anos atrás, ainda, no Supremo Tribunal Federal, examinando as ações de desapropriação relativas à Reforma Agrária, o Supremo Tribunal tomou uma decisão, de que não admitia vistoria sobre áreas invadidas. O problema todo é o seguinte: a desapropriação para Reforma Agrária

tem que ser precedida de uma vistoria, feita na área a ser desapropriada. A vistoria nesta área a ser desapropriada tem que constatar a não produtividade da área, já que a Constituição somente autoriza a desapropriação de áreas improdutivas. Aí começou a surgir o seguinte problema jurídico, perante o Supremo Tribunal, em que eu participei de várias decisões, e, no final, se firmou jurisprudência nesse sentido. Ocorria o seguinte: havia a invasão da área, por um grupo do MST, e esse grupo permanecia lá seis, oito, dez meses. Depois disso, depois da invasão, era feita a vistoria, e a vistoria constatava a improdutividade. E o Tribunal, então, entendeu de que era inviável vistorias de áreas invadidas. Por quê? Porque era impossível se falar em não produtividade de áreas que estavam sobre o não controle direto do seu proprietário possuidor. Direto. Em face disso, e, na época, também, considerando a experiência de advogado, eu sempre entendi o seguinte: que havia uma diferença a ser feita entre dois tipos de invasões. Nós temos em direito, V. Exa. sabe, as chamadas ações possessórias, que são ações de proteção da posse. Tem a ação de manutenção de posse, que é aquela ação em que o possuidor, ameaçado de ser desapossado, promove uma proteção perante o Poder Judiciário e, portanto, é mantido na sua posse, e ação de reintegração de posse, que é aquela em que o possuidor proprietário foi retirado da posse e vai ser reintegrado. Eu advoguei muito nisso. No Rio Grande do Sul, o Senador Simon conhece perfeitamente a minha região, região de minifúndio, pequenas propriedades rurais, havia muito problema de invasões, de conflitos. Mas tem dois tipos de conflitos, senador, em relação a este assunto. Eu estou pondo isso só para meditação. Não estou fazendo afirmação. Há dois tipos de conflito: há o conflito individual e o conflito coletivo. Uma coisa é a invasão de uma propriedade individual, por um personagem individual, por um vizinho seu, ou por um personagem; outra coisa é uma invasão feita por um movimento social.

Então, hoje, nós não temos Legislação que trate de ações de como nos conduzirmos perante movimentos sociais, como não tínhamos, Sr. Senador, ações, processos judiciais, para tratar com o crime organizado. O Senador Tuma sabe muito bem, o nosso Código de Processo Civil, Processo Penal, é um Código de Processo Penal altamente atualizado para tratar do crime individual, do delinquente individual, mas altamente desaparelhado para tratar do crime coletivo. E eu me lembro de que, aqui, nesta Casa, eu era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, no Senado... No Senado, não, na Câmara. Eu era Presidente da Comissão de Justiça, na Câmara, criei uma comissão, uma submissão, um subgrupo, para estudar essa matéria, presidido esse subgrupo pelo Deputado Michel Temer e o relator era o Deputado Miro Teixeira, e, lá, se propôs, Senador Tuma, pela primeira vez, 1989, o agente infiltrado, e todos aprovaram. Nós começamos a abrir uma discussão, o Deputado Miro Teixeira, o Deputado Michel Temer e eu, abrir uma grande discussão sobre o agente infiltrado, ou seja, a necessidade de você colocar um agente policial dentro da atividade criminal – 1989 -, para colocar dentro da organização criminosa, gerenciando este agente, para que esse agente pudesse apurar o [ininteligível] total. E todos sabiam, e o Senador Tuma, à época, sabia muito bem, ele era chefe da Polícia Federal, à época, sabia muito bem que era um dos instrumentos mais eficazes, mas surgiu um problema, surgiu um problema, que é um problema muito comum surgir no nosso tipo de formação aristotélico-tomista. Eu perguntei, em uma reunião de um grupo de deputados e também de professores, enfim, da sociedade civil... "Muito bem. Vamos, então, criar o agente infiltrado. Quais os crimes que ele pode cometer? Porque eu não posso colocar um policial dentro de uma organização criminosa e dizer que ele não vai praticar nenhum crime. Porque a organização criminosa pratica. Porque, senão, será ineficaz, ou será morto". E aí perguntava-se: "Pode roubar? Pode estuprar? Pode matar?". Ou seja, essas discussões sobre como nós deveremos tratar a reintegração de posse, nas questões de invasões de terras, promovidas por movimentos sociais, foi enfrentado, ou está sendo enfrentado, exclusivamente pelo Juiz de Direito. O Juiz de Direito é que tem feito tentativas... Alguns Juízes de Direito, não todos. No Rio Grande do Sul, vários Juízes de Direito tentam fazer entendimentos e acordos com o movimento social, para resolver o problema da reintegração. Nós não podemos deixar de reconhecer que é uma coisa distinta o senhor reintegrar um indivíduo e reintegrar... Ou reintegrar um indivíduo em relação a outro indivíduo, e reintegrar um indivíduo e uma família em relação a 500 indivíduos. É diferente. É outro sistema, é outra realidade.

No Rio Grande, se criaram mecanismos de transação, mas dentro, geridos pelo Juiz, não previdos da Lei, mas imposto pelos fatos. Será que nós não podemos discutir esse assunto? Não é um tema de discutir? Eu não sei qual é a solução, mas há várias possibilidades de tentativa de solução, tal qual nós encontramos na lei de lavagem de dinheiro, em relação a uma série de mecanismos modernos, para o tratamento da criminalidade. É por isso que eu me refiro, meu caro senador, de que eu não me nego a discutir... Uma coisa é alguém propor discutir o que o plano faz, discutir se vamos, ou não, tratar a reintegração de posse de movimentos sociais da mesma forma que é

tratada a reintegração de posse individual. É isso que está proposto, ou é isso que está posto sobre a Mesa, ou seja, encontrar uma forma... Porque nós temos um fato. Qual é o fato? Isso eu quero lembrar ao Senador Pedro Simon. Eu me lembro que, no antigo PMDB... No PMDB, nós discutíamos um assunto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Ah, bom, está bem. Nós discutíamos um assunto qualquer e ficávamos discutindo, e o Pedro, com aquela sua verboralidade(F), não só linguística, mas também manual, o Pedro discutia, o Dr. Ulysses se atirava para trás e dizia o seguinte: "Olha, não adianta a gente conversar muito e sustentar tese, porque, num canto, se levanta um sujeito chamado o fato. S. Exa., o fato". E S. Exa., o fato, no caso, é que existem, no Brasil, e vão continuar existindo, no Brasil, invasões de terras, promovidas por movimentos sociais. Nós vamos negar a existência do fato ou vamos pegar este fato e encontrar uma forma de tratá-lo de forma adequada, de forma que seja introduzida para o sistema jurídico, de forma a resolver o conflito, e não acirrar o conflito? É isso que está proposto. E essa discussão é possível. A questão é que nós não podemos radicalizar, no sentido de negar que o fato existe. O fato existe e vai acontecer. E, se nós não tratarmos, esse fato vai se impor. Ou como é que os senhores pensam que as Constituições tratam o estado de sítio? Por que o estado de sítio foi para dentro da Constituição? Porque foi a forma pela qual as Constituições resolveram constitucionalizar estados de fato, situações que tinham que ser tratadas de uma forma específica. É isso que se passa.

Então, eu não creio, meu caro senador, que nós devemos afastar a discussão como se fosse uma coisa criminosa. Não! Nós temos um fato e queremos saber se esse fato é tratado adequadamente, pelo sistema legal, que vem, nasceu em 1900, pelo Código de Processo Civil de 1965, e que veio do Código de Processo Civil de 1949. E que mais, e que veio das velhas ações possessórias do Direito Romano. Não sei se isso nós devemos fazer assim, caberá aos senhores discutirem isso. Agora, o que eu não posso pensar, meu caro senador, é que esse assunto não seja discutido. Precisamos discutir, com transparência, com coragem, sem deixar nada debaixo do tapete.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu tive oportunidade de ser Secretário de Estado da Agricultura no Espírito Santo, por três anos e alguns meses. E esse era um assunto que pautava todo o trabalho, e nós conseguimos, de fato, resolver todas as ocupações, na época, no diálogo com o comando da Polícia Militar e no diálogo com os Juízes, sem precisar usar, efetivamente, a força, dialogando e se resolvendo. Então, tem caminhos... De fato, não sei se isso tem que ir para uma Legislação, mas tem caminhos que a gente possa--

SENADOR PEDRO SIMOM (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não tenho essa capacidade, não, senador. Só para ser Secretário de Estado.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Isso é provocação do Pedro. O Pedro é o Pedro, não é?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sei. Mas só para reforçar a tese e a fala de V. Exa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu pediria(F) que talvez fosse... Não tenho coragem de fazer sugestões ao Senado, mas nós temos uma mania muito de tentar fazer uma Legislação a partir de hipóteses subjetivas nossas. Por que a gente não faz um levantamento empírico do que aconteceu, das soluções que empiricamente foram adotadas, e verificar se alguma delas é recomendável que se transforme em lei e que seja universalizado em forma de lei? Ou seja, trabalhar empiricamente, e não trabalhar através de uma tese de mestrado, de um grande professor que veio dos Estados Unidos, ou que veio da China, ou que veio não sei da onde. Mas vamos trabalhar com aquilo que a gente tem que estar fazendo aqui e que, eventualmente, funciona, e que a experiência de V. Exa., que é a experiência de outros Secretários de Justiça e Segurança dos países, de Juízes de Direito, das associações, e a gente cria uma solução para esse problema.

Bem, em relação à questão... A questão FX, que é uma questão que V. Exa. disse que está muito nervoso com isso, eu espero, um dia, ver o senhor voar num avião, num supersônico, que eu já voei em todos eles. Só não voei no Gripen, que esse não existe. Mas eu voei no F18, voei no Rafale. É um negócio duro, viu? Não é coisa para mineiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A experiência no porta-aviões, ontem, eu não gostei mesmo, não.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Bem, mas acontece o seguinte--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, era só isso, veja bem, a coisa é a seguinte: eu estou processualizando... Que de resto(F) é a forma pela qual a gente tem que tratar os assuntos. Eu recebi da Força Aérea Brasileira, de forma sigilosa, um trabalho feito pela Comissão de Escolha, chamada COPAC, que é a comissão pela escolha do novo avião supersônico do

Brasil. Esse trabalho eu enviei... Havia enviado para... Já foi analisado pela Secretaria de Logística do meu Ministério e também examinado pela Secretaria de Política Estratégica do meu Ministério. Houve, também... Depois, eu criei um Grupo de Trabalho para fazer uma segunda análise sobre um tema relativo a custos, e, agora, este assunto volta a mim, eu vou discutir este assunto com o comando da Aeronáutica e, depois, eu farei uma exposição de motivos ao Presidente da República. Nessa exposição de motivos ao Presidente da República – isso eu quero deixar bem claro aos senhores -, o Ministério da Defesa vai ter uma posição sobre o assunto. Muitos sugeriram a mim que transferisse ao Presidente... Disse: "Não. O Presidente tem que... É risco e é ônus do Ministro da Defesa...". "É ônus do Ministro da Defesa ter uma posição sobre o assunto, e dizer: 'Olha, a posição do Ministro da Defesa é pela unidade X, pelas razões A, B, C, D, F e G'". Feita essa exposição de motivos, Sr. Senador, o Presidente convocará o Conselho de Defesa Nacional, que discutirá a exposição de motivos do Ministro da Defesa. E, depois, o Presidente tomará a decisão, já que o órgão do Conselho de Defesa Nacional é um órgão consultivo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu espero ter uma segunda manifestação da Aeronáutica dentro de dez dias, e eu apresento, em dez dias... Dentro de 20 dias, eu estarei pronto com essa exposição de motivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não vai ficar para o Governo seguinte, então, não?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não necessariamente. Isso vai depender da decisão do Presidente, mas o Presidente deseja decidir, uma vez que nós precisamos começar a substituir. A frota de aviões supersônicos começa a entrar em obsolescência em 2014. Então, nós precisamos estabelecer uma substituição dessa frota.

E eu quero lembrar aos senhores a necessidade completa do poder dissuasório. Poder dissuasório de um país é absolutamente necessário. E lembrem-se que toda discussão que pode surgir com o problema de energia no mundo, e nós estamos assistindo agora, no nosso entorno, discussões que dizem respeito à produção de energia, e nós precisamos ter uma posição de um poder dissuasório, não de ostensividade e ataque, mas somente dissuasório, e isso depende exatamente de um equipamento das Forças, mas isso é outro assunto que nós vamos tratar em um outro momento.

Quanto ao problema, Senador Casagrande--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: --da autoaplicabilidade, a verdade é o seguinte: como o Pedro é responsável por mim, todos os erros que eu cometi foi culpa dele, porque foi ele que me inventou. Foi o Pedro que me inventou. Então, essas coisas têm que ficar claras logo. A autoaplicabilidade, que V. Exa. se referiu, [ininteligível]. Os textos são textos programáticos, que dependem de decretos, dependem de Projetos de Lei, na sua maior parte, dependem de propostas de emenda constitucional, dependem de uma série de ações e de situações. Por exemplo, aquela situação que o senhor referiu, que nós referimos, sobre símbolos religiosos, o texto diz o seguinte: "*Desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União*". Isso depende de lei. Se alguém é contra isso, isso é outro problema. Agora, ninguém pode se furtar e querer discutir o assunto. Eu, por exemplo, pessoalmente, acho um equívoco a postura dos franceses contra a xaria, contra a burca e contra a expressão de símbolos religiosos de outros países, mas acontece o seguinte: eles não são multiculturais; eles são europeus. Multiculturais somos nós. Nós é que conseguimos fazer essa multicultura. Agora, isso é tema a ser discutido, não é um tema que está sendo imposto.

Bom, em terceiro lugar, a abrangência. Aqui vem um problema nominal. Isto é uma discussão, Senador Casagrande, que não termina nunca, que a discussão é a seguinte: o que significa a expressão Direitos Humanos? E aí surge uma discussão muito curiosa e muito difícil, às vezes, de se conduzir. Eu tenho facilidade de lidar com isso porque eu sou nominalista. A minha posição em relação à teoria da linguagem é nominalista. Ou seja, quando eu discuto com o senhor o que significa Direitos Humanos, eu não estou falando sobre o mundo, eu estou falando sobre regras de uso de palavras. E eu defino o âmbito do uso da minha palavra, daquela frase, e digo: "Esta frase abrange aquele universo". O senhor pode dizer: "Não, não. Eu não concordo que essa frase abrange o universo, eu concordo que essa palavra se destina ao tal universo". Agora, tem outros, e são muitos de nós, e isso decorre da nossa formação judaico-cristã, que entendem que a palavra vem do mundo. Ou seja, que o significado das palavras vem do mundo. Então, eu preferia dizer o seguinte: no meu conceito de Direitos Humanos, não é tão amplo como está aqui, porque não trataria de Reforma Tributária, não trataria de problemas de direito processual civil, não trataria de outros temas, como as questões relativas à distinção do Estado lei-

go ou do Estado laico, do Estado laico ou do Estado religioso. Lembrem-se os senhores da discussão dos novos turcos, [ininteligível], no início do Século XX, em relação à laicidade da Turquia, que, agora, acaba sendo derrotada nas eleições, uma vez que o partido eleito é um partido islâmico.

Então, essas coisas todas nós temos que discutir, mas a amplitude, ou não, é uma questão de saber o que abrange a expressão. Como, neste caso, no meu conceito, a expressão tem um âmbito menos restrito, nós podemos chamar que isso é abrangente. Agora, os outros poderão dizer: "Não, não, nós consideramos que o imposto sobre grandes fortunas integram o conceito de Direitos Humanos". Tudo bem. É uma questão de regra de uso de palavra. Eu só preciso saber como é que as pessoas usam as palavras. Esse é o sentido.

E, por último, em relação à Comissão da Verdade, havia uma unanimidade. Dentro das Forças, havia uma unanimidade, meu caro senador, dentro do Ministério da Defesa, sobre a necessidade da existência da Comissão da Verdade. Tanto isto é verdade de que houve, logo após, o senhor lembra disso, houve uma notícia de um general, de um oficial quatro estrelas do Exército, que manifestou-se contra a existência da Comissão da Verdade, coisa que o Ministro da Defesa havia afirmado, e este General foi exonerado no dia seguinte. Ou seja, foi exonerado das suas funções como Chefe de Departamento do Pessoal do Exército Brasileiro, um general quatro estrelas de fim de carreira. Agora, isto mostra, digamos, o compromisso do Ministério da Defesa com a apuração da verdade, em toda sua extensão, mas com limite, não da verdade, mas um limite funcional à Lei da Anistia, ou seja, a permanência e a manutenção da Lei da Anistia, face à impossibilidade de qualquer tipo de retroatividade que queira se aplicar a essas circunstâncias.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor chegou a pedir... Não compreendi. O senhor chegou a pedir demissão do cargo ao Presidente?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, porque--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ele se antecipou, não é?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O Presidente se antecipou. O Presidente não deu... Quer dizer, a oportunidade não ocorreu. Porque, quando começamos a conversar, ele disse: "Realmente, eu já estou... Acabei de ler isto no voo e verifiquei que não coincide com aquilo que se combinou". Então, nós vamos recompor isto, e a recomposição se deu através desse Decreto. Eu só... Eu quis, com a conversa com o Ministro Vannuchi, exatamente não submeter o Presidente ao... Enfim, ao incômodo de assistir uma discussão de dois Ministros seu, na sua frente. Vamos discutir fora e ver se a gente afina, ou não, a viola. E acabamos afinando a viola, e a reunião com o Presidente durou dez minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito bem. Vamos ouvir agora o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Arthur Virgílio. Arthur Virgílio--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me inscreva, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao senador Presidente, Eduardo Azeredo, cumprimento o Ministro Nelson Jobim.

Ministro, já conheço V. Exa. de outros momentos da história brasileira, quer seja partidária, quer seja jurídica. V. Exa., sem dúvida, atravessaria uma audiência como essa de forma garbosa. Talento, formação histórico-profissional. V. Exa. não sairia daqui que não fosse da forma brilhante que está saindo, em função da explanação que nós todos tivemos o privilégio de assistir.

Ia fazer duas perguntas, uma V. Exa., quase que antecipadamente, já me respondeu, que seria que o assunto dos caças vazou, a princípio, no dia 07 de setembro, em torno do 07 de setembro, nós, como estamos perto do 07 de março, já passaram-se seis meses, e, como o assunto é estratégico, na verdade, acredito que o Brasil precisa tomar uma decisão a respeito do que fazer. Parabenizo V. Exa., dizer que, a nível de dez, mais dez dias, o Brasil pelo menos estaria ouvindo a posição de V. Exa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Fique certo que a solução não será no tempo biológico de nove meses.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, existem outros animais que levariam, pelo menos, dois anos. Mas, pegando carona exatamente na explanação de V. Exa., e de forma mais curiosa como cidadão, no sentido da democracia brasileira e da consolidação da democracia brasileira, eu queria, se fosse possível, que V. Exa. simulasse uma situação inversa. Se V. Exa. tivesse chegado ao Rio de Janeiro, naquela reunião que tinham aproximadamente 35 oficiais generais, reunidos, para discutir exatamente essa posição, e V. Exa. tivesse levando uma notícia desfavorável, uma notícia no sentido de que o Governo não cederia ao compromisso assumido por V. Exa., e V. Exa. estaria ali, na situação de demissionário, o que aconteceria com o Brasil, o que aconteceria com a democracia brasileira, qual seria a reação das Forças Armadas, naquele momento?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir ainda o Senador Arthur Virgílio, depois o Ministro responde os dois. Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu teço alguns comentários a respeito do... Pelo menos do sentido que vi publicado na imprensa sobre essa tal Comissão da Verdade. Eu perguntava, ainda há pouco, ao Senador Pedro Simon o nome do militar que praticou uma enorme crueldade, aquele que arrastou... Servia ao Quarto Exército e era General já, arrastou Gregório Bezerra pelas ruas, prendeu Arraes, prendeu o Seixas Dória... E esse moço, certa vez, do Clube Militar do Rio de Janeiro, me negou... Eu era Ministro de Estado, e ele me ligou os cumprimentos. Eu tenho a impressão que ele já estava tão idoso que ele me confundiu com o meu pai, porque eu fiz [ininteligível] Estudantil no Rio. Nunca tive nada a ver com Pernambuco. E meu pai, sim, era um dos líderes da oposição ao regime autoritário que nascia. Ainda assim, eu sou completamente contra nós subvertermos a ordem da Lei de Anistia, completamente contra qualquer coisa que cheire a revanchismo, que cheire a se reabrir esse processo. Até porque, na Argentina, a Ditadura caiu, quando Galtieri perdeu a Guerra das Malvinas. No Chile, o processo foi igualmente turbulento, o processo da transição. No Brasil, foi feito um acordo. Não quero questionar se foi melhor ou pior. Eu acho até que foi melhor. Mas o fato é que foi feito um acordo que vinha evoluindo de 79 para a transição democrática, que deveria ter sido sob Tancredo, e que acabou sendo, exitosamente, conduzida por Sarney, no plano político, pelo menos. O fato é que eu não vejo utilidade prática nisso. O General de brigada, que, hoje, tem 53 anos de idade, na época, só poderia ser acusado de ter quebrado, em uma pelada de rua, a vidraça da vizinha, mais nada. Quem tinha 53 anos, ou cinquenta e poucos, naquela altura, hoje, não está mais vivo ou confunde o pai com o filho, como fez o General que praticou toda aquela maldade com Gregório Bezerra, naquele episódio, não soube ser um bom vencedor. Eu acho que é para botar uma pedra em cima disso. A família que quer ver os restos mortais dos seus entes queridos, que se entregaram ao que, para mim, foi um equívoco, aquele da luta militar, as famílias têm o direito de encontrar onde estão os cadáveres, de colocar em uma sepultura, de poder dedicar hora de oração, de dedicação espiritual, para os seus entes perdidos, enfim. Mas nada mais do que isso, nada parecido com o processo argentino, porque foi diferente a forma como emergiu a democracia no Brasil da forma como emergiu a democracia na Argentina.

Eu gostaria ainda de dizer que eu vejo os detalhes. A Dra. Erenice Guerra, que é braço direito da Ministra Dilma Rousseff, faz parte da Comissão da Verdade. Eu não sei se isso aí já não macula, já não eiva de impropriedade, de ilegitimidade, o processo. Mas eu vejo uma tentativa, até confusionista, de se fazer um 'mix', que se trata de tudo: casamento homossexual, se trata de aborto, se trata de temas que podem ser discutidos... Herança, tributação de grandes fortunas, de herança, o que for. Tudo isso, no fundo, no fundo, para esconder três episódios: uma certa tentativa, que, volta e meia, vem à tona, de agressão ao princípio sagrado da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa; segundo, agressão ao direito de propriedade, porque é inconstitucional, a meu ver, e V. Exa., Ministro brilhante que foi do Supremo Tribunal Federal poderá me esclarecer sobre isso. Mas eu vejo que o art. 5º, inciso 22º, da Constituição Federal, desmonta essa ideia de se caçar dos juízes o chamado poder de cautela, ou seja, é a garantia do direito de propriedade. E essa questão de se revolver à questão militar. Os militares estão integrados aos mandamentos constitucionais. Os militares estão absolutamente concórdios com a democracia brasileira, eles têm dado exemplos eloquentes disso. Eu creio que é para se pôr um fim.

Agora, Comissão da Verdade... Tem algumas que merecia nós trabalharmos. Comissão da Verdade porque nós íamos ver os casos de corrupção nesse país, de cabo a rabo. Comissão da Verdade, para nós examinarmos... E eu estranho da demora no julgamento do processo do Mensalão, está ficando quilométrico, os crimes vão prescrevendo de um a um, e eu não vejo o processo ser julgado, enfim. Esse escândalo da TELEBRAS, o escândalo com as ações da Gradiente, o escândalo com as ações da ELETROBRAS... Essa Comissão da Verdade, nela ninguém pensa, e era de se pensar em algo parecido com isso, porque isso, sim, seria uma satisfação contemporânea a se dar ao povo brasileiro. Ainda há pouco... E quem sabe não teríamos que ter uma Comissão da Verdade, para saber das reais intenções democráticas, ou não, deste Governo que aí está.

Ainda há pouco, aconteceu um fato, Ministro Jobim, que foi um ilustre deputado, um dos melhores que já conheci, a comissão convoca a Ministra Dilma Rousseff, Comissão de Justiça. No momento, havia a maioria eventual da oposição, se convoca. Em seguida, em uma manobra, se desconvoca a Ministra Dilma Rousseff. Eu nunca tinha visto isso. Foi a coisa mais grave que eu já presenciei nesse Congresso, desde que nele cheguei. Mais grave do que isso só os atentados, que eram praticados de fora para dentro, pelo General Newton Cruz, contra nós outros, da oposição,

que aqui insistíamos em resistir. Eu não vi nada mais grave. Porque, se o próximo Presidente achar bonito isso, ele vai impedir que qualquer... Basta ele ter maioria parlamentar, e não falta cargo público para construir maioria parlamentar nesse país. Basta construir maioria parlamentar, e ele impede que qualquer Ministro seu, em situação nevrálgica, venha a depor na Casa. Se for para tratar de casamento de abelha com elefante, ele vem. Mas, se for para tratar de algo que realmente coloque em xeque o Governo – e a sociedade, às vezes, precisa colocar em xeque as ações de Governo – o Ministro não vem. E se o outro Presidente achar bonito isso, e o próximo também, fica desativada a função das Comissões Permanentes, porque é grave a situação das Comissões Parlamentares de Inquérito. Antigamente, as pessoas diziam assim: "Vou colocar o que eu tenho de melhor para enfrentar os meus adversários na Comissão de Inquérito". Não tem sido essa a prática. A prática tem sido a de colocar pessoas para abafar o resultado das comissões. Senador Suplicy, que está aqui ao meu lado, foi um brilhante membro da Comissão de Inquérito que investigou o caso Coroa Brastel. Eu fui suplente daquela comissão. Mas fui titular da Comissão do Escândalo Delfin/BNH, e o relator, no Governo Figueiredo, era o comunista Alberto Goldman. Figueiredo respeitou isso. Figueiredo respeitou isso, e a comissão ofereceu resultados. Se ele tentou evitar outras e se todos os governos tentam sempre evitar CPIs, isso é das índoles dos governos, eu não poderia negar. Mas, uma vez instalada a CPI, ela deve funcionar, deve dar resultados, deve haver respeito à minoria, deve haver respeito a... Enfim, à representação popular. Figueiredo já tinha essa noção. Eu temo que se esteja perdendo essa noção, neste momento, porque esse atentado à CCJ mereceria, talvez, nós, se prezamos a democracia, nós termos... Quem sabe dizermos: "Olha, precisamos da Comissão da Verdade, para saber se há um plano de longo prazo de se desativar esse Congresso ou não". Em outras palavras, eu, sinceramente, não vejo utilidade na forma como trataram tantos assuntos. Há projetos para quase todos os assuntos que são legítimos, para casamento homossexual, para aborto – gente pode ser a favor, gente pode ser contra, é legítimo se pensar de um jeito, se pensar de outro, enfim -, mas a mistura, no fundo, no fundo, é como negociação sindical. Os sindicalistas levam 180 reivindicações das quais só duas ou três são fundamentais, e eles vão cedendo naquelas 177, para tentar obter as três. E os patrões também sabem que é assim, e se trava aquela luta bonita, em que a inteligência e o jogo de xadrez fazem a marca. Mas, aqui, eu entendo que é muito grave nós vermos, quem sabe, essa mesma manobra, essa mesma manobra. Qual é a manobra? É nós enchermos, fazermos o confeito do bolo e colocarmos dentro desse bolo aquilo que interessaria mesmo. Ou seja, o tal controle social, que não deixa de ser ditatorial, sobre a opinião pública, através da imprensa, controlando a imprensa, a tentativa de se cassar ou de se limitar o direito de propriedade – isso é inconstitucional, isso é totalmente inconstitucional -, e terceiro, a tentativa de se mexer, de se rebuscar, de se revirar, de se refutucar(F) essas questões, que foram encerradas pela Linha de Anistia, em 1979. Nada contra as famílias reaverem seus entes queridos. E mais: eu respeito muito a coragem e a generosidade de quem praticou luta armada. Não quer dizer que tenha havido covardia de nossa parte. Aqueles que, como eu, como V. Exa. e tantos outros, optamos por mobilizar a sociedade com bandeiras, como eleição direta para prefeito de capital, governador de Estado, Presidência da República, isso mobilizava a sociedade... Combate à política econômica do regime autoritário [soa a campainha]. Já concluo, Sr. Presidente. Um pouco mais de tempo. Eu digo... Bandeiras como a Assembleia Nacional Constituinte, que mudaram a face do país, e bandeiras como anistia ampla, geral e irrestrita, nós conseguimos... Isso foi uma conquista aquilo que conquistamos em 79. As pessoas que fizeram luta armada, muito bravas, muito corajosas, tiveram que sair do país ou estavam no cárcere. Então, eu tenho orgulho de dizer que, tendo sido o mais medíocre e o menor dos militantes da luta democrática no país, eu ajudei muito mais essas pessoas a fazer a democracia raiar do que elas me ajudaram a fazer a democracia raiar.

Eu me sinto um sócio minoritário da volta da Ministra Dilma à militância, porque ela não estava em condição de atuar. Eu estava. Eu atuava e atuei... Fiz o que eu pude, um ano mais, um ano menos, durante os 21 anos que durou a Ditadura Militar. Eu trabalhei o que eu pude, um ano mais, um ano menos. Se eu tivesse optado por essa saída valente, generosa – a minha não foi menos generosa -, generosa de achar que eu, com mais de 15 pessoas, iria destruir o Exército Brasileiro, eu, talvez, ficasse dependendo de pessoas pequenas, como foi a minha atuação, para conquistarem as liberdades de que hoje nós desfrutamos. Ela é candidata declarada à Presidência da República, porque houve uma democracia, e não uma Ditadura. Nós não queríamos substituir uma Ditadura por outra, não sei o que pensavam alguns militantes da Luta Armada sobre isso. Nós queríamos substituir uma Ditadura por uma democracia, com clareza. Então, hoje, eu não consigo imaginar que alguém possa [ininteligível] ordem constitucional nos militares. Não consigo imaginar isso. Não consegui... E olha que fala alguém que foi cassado...

Teve o pai cassado, perdão, pela Ditadura, teve sua casa invadida pela polícia, polícia do Rio de Janeiro, que conheceu o que é a supressão da liberdade, que apanhou nas ruas, que teve seu curso de Direito prejudicado, teve que se formar depois, porque não conseguia se formar... Sentava na aula, na prova, e, às vezes, deixavam ir até o fim, às vezes não deixavam, e, no final, não passava de ano. Digo: "Vou trancar a matrícula, porque, enquanto durar esse clima que está aí, eu não consigo concluir meu curso de Direito". Talvez isso explique o fato de eu ser um economista meio [ininteligível], enfim, por conta própria, porque eu fiquei traumatizado com o Direito, sou um bacharel medíocre de Direito mesmo. Mas paguei minhas penas, paguei meus preços. Era para ter recalques.

O Senador Jarbas Passarinho, um dos melhores amigos que eu tenho, assinou a cassação do meu pai. Eu não deixo de exaltar, de respeitá-lo, respeitá-lo nas suas convicções. Não deixei de ser um bom colega de Magalhães Pinto, apoiei a candidatura de Magalhães Pinto, com um monte de candidato a Presidente da República. Ele cassou meu pai. Ou seja, não dá para se viver de rancor, não dá para se viver de retrovisor. Não dá para se imaginar que o passado vai orientar o presente, a não ser se está com a perspectiva histórica. Aí, sim, para fazer melhor, para não repetir os erros cometidos no passado, para se olhar pra frente. Então, eu vejo que isso aí é uma volta para trás terrível, que só faz agitar um quadro tranquilo, como é o quadro do comportamento das Forças Armadas em relação à Constituição.

Portanto, eu gostaria muito... Inclusive, sei da sua posição. Eu posso falar muito mais do que V. Exa. V. Exa., se estivesse no meu lugar, teria muito mais talento e falaria muito melhor, mas eu apreciei sua posição, que foi solidária às Forças Armadas, nesse episódio, demonstrando muito bem a inutilidade. E houve sabedoria do Governo de, pelo menos nesse campo, ter demonstrado a ideia do recuo. No mais, acompanharemos isso com muita atenção, porque esses itens todos são muito importantes. Direito da propriedade é sagrado nesse país. Liberdade de imprensa é sagrada nesse país. É através dela que nós conhecemos quem é corrupto e quem não é, por exemplo. Não é verdade que haja menos corrupção hoje... Que haja mais corrupções do que no tempo do Regime Militar. Havia mais antes. Ponte Rio-Niterói e tantas outras... É que a imprensa não podia noticiar. Os parlamentares falavam aqui, mas não podiam, sequer, usar o horário gratuito, porque o Sr. Armando Falcão inventou os retratinhos, e era nome, número e acabou. E nivelava todo mundo por baixo. Havia mais corrupção antes. Toda Ditadura implantada... Os militares são honrados, mas os espertalhões da falsa empresa, do falso empresariamento, eles implantam a Ditadura, estimulam a implantação de Ditaduras, de esquerda, de direita, de centro, de bola, de rebola, de lado, de carambola... Toda Ditadura, no fundo, quer implantar regime de corrupção. Não se implanta Ditadura, a não ser para se fazer um pequeno grupo, seja qual for, usufruir do poder.

Então, tem menos corrupção hoje e se denuncia mais corrupção hoje, porque tem mais liberdade de imprensa. Isso não pode ser tocado, e é um dever de todos nós, e não deixa de ser um dever de V. Exa. também, eu tenho certeza, a ser cumprido, e V. Exa. haverá de cumpri-lo, como democrata que é, um dever de nós... Certas ideias não podem trafegar. V. Exa. é Ministro e tem que dizer ao Presidente: "Presidente, essa ideia não pode trafegar. Essa ideia não é boa. Essa ideia... Se é para eu me manter como Ministro, essa ideia não pode trafegar. Essa ideia não vale a pena, não vale a missa". E, como oposição, eu tenho que ficar aqui, muito alerta, e dizer que não dá para engolir certas coisas. Agitar um quadro que está calmo? Nossa [ininteligível], eu poderia... Se fosse o Ministro Celso Amorim, eu teria reclamações, outras, a fazer, em relação ao ditador do Irã, em relação àquele retrato lamentável do Presidente da República, sorridente, junto com os ditadores de Cuba, no dia em que morre, por inanição, alguém que estava fazendo greve de fome, porque estava sendo torturado, física e psicologicamente, todos os dias. Não dá para compactuar com isso. Não dá para achar isso bonito. Não dá! Está acima da minha vontade de tentar ser cordato. Está acima. Eu não consigo concordar com isso.

Portanto, a minha posição é muito clara, eu entendo que todas essas partes do processo, do projeto, devem ser discutidas amplamente, cada uma [ininteligível]. Agora, intocáveis. Essa questão da Lei de Anistia, direito de propriedade e liberdade de imprensa.

Muito obrigado, Ministro. É uma honra sempre vê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Vamos ouvir, então, novamente, o Ministro, que vai responder ao Senador Roberto Cavalcanti, Senador Arthur Virgílio, e eu acrescento só um assunto, Ministro, se V. Exa. puder nos trazer, também, alguma informação sobre a questão dos documentos de Aeronáutica que foram agora descobertos.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Senador Roberto Cavalcanti, eu lamento dizer à V. Exa. de que... O senhor me perguntou: se não tivesse resolvido o problema no dia 22, o que eu diria, no dia 23, para os oficiais generais quatro estrelas das três forças. Eu não diria nada, porque eu não iria, porque eu se-

ria um Ministro demissionário. Eu fui, porque não era demissionário, não era possível que um Ministro já demitido ou demissionário, afastado do cargo, fosse comparecer a uma reunião daquela natureza. Mas fique certo do seguinte: V. Exa. está hoje perante uma estrutura militar absolutamente comprometida com o processo democrático e nenhuma possibilidade de qualquer postura político-partidária. Ou seja, o que as Forças Armadas, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica têm é um compromisso absoluto com o país. E o país tem que ser gerido pelos civis. E de outra parte mais: o compromisso vai mais longe, mostrando o projeto que nós acabamos de enviar, que o Presidente acabou de enviar à Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar, alterando a Lei Complementar 97, que altera(F) a estrutura do Ministério da Defesa e consolida o Ministério da Defesa, que foi iniciado com a Reforma de 1999, feita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Presidente Fernando Henrique conseguiu, em 1999, fazer aquilo que era possível ser feito no ambiente político de então, que era substituir quatro Ministros Militares por um Ministro Civil. O Ministro do Exército, Ministro da Marinha, Ministro da Força Aérea e o Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Esses quatro Ministros foram substituídos por um só, que era o Ministro da Defesa, mas dentro das limitações políticas que, até então, tínhamos. Agora, anos após isso, eu lembro à V. Exa., e isso eu não falo por estudos acadêmicos, mas falo de memória, e muitos dos senhores também têm essa memória, sabem muito bem que, depois da transição, nenhum de nós queríamos falar sobre defesa, porque defesa era vista como assunto que se misturava com repressão política. Então, ninguém queria discutir. Era muito raro... Na Constituinte, por exemplo, alguns que queriam falar sobre defesa era eu, o José Genoíno, falarmos sobre o assunto, tinha o [ininteligível] Pinheiro que falava sobre isso... O resto não queria saber desse negócio. Defesa Civil não queria saber. Queria ficar à distância, que era a situação política do momento. Era uma situação política do momento e que era um quadro político que nós lembramos disso. Agora, o que nós temos que ter presente é que, hoje, não; hoje, altera por completo. E o Projeto de Lei que nós enviamos de reforma significa, e eu disse isso ao Clube Militar, foi a primeira vez que o Ministro de Defesa foi ao Clube Militar, no Rio de Janeiro, discutir com os reformados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sobre as reformas que estavam implantando no Ministério da Defesa. E diz um, uma pergunta que me foi feita: "Mas, Ministro, esse projeto significa o fortalecimento civil do Ministério da Defesa e a subordinação dos militares ao poder civil?". Perguntou, assim, com uma forma muito forte. Eu digo: "O senhor tem absoluta razão. É exatamente isso!". Isto é o destino democrático das Forças Brasileiras. Aí o cidadão ficou... Porque ele pensou que eu ia dizer não. Eu disse: "Não, é exatamente isso". Nós vamos definir, no Ministério da Defesa com a Secretaria de Produtos de Defesa, quais são as compras militares, vamos definir qual é a estratégia militar. Ou seja, vamos definir as hipóteses de emprego. Como fazer, é coisa de militar. Eles é que sabem fazer. E vejam, isto, hoje, é absolutamente, completamente aceito pelas Forças. Os senhores observem que a exoneração recente de um Oficial General não deu nenhuma reação, nem mesmo a oposição ao Governo reagiu. Eu recebi, inclusive, telefonemas de oficiais militares da ativa, dizendo que fizeste muito bem. Não havia nenhuma possibilidade, nenhum direito de militar fazer esse tipo de manifestação. Aqui estamos sob disciplina e hierarquia, esta é a regra do jogo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite, Ministro. Uma coisa bem rápida. Eu concordo--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: E o Pedro sabe que eu sei lidar com essas coisas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu concordo com tudo o que o General disse. Com tudo que ele disse, eu concordo. Agora, não concordo com militar da ativa falar. Então, concordo com a demissão dele.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Isso é outra coisa. Isso é outro problema. Agora, veja, o que eu quero deixar claro é o seguinte: em relação ao... Ou seja, não haveria nada. Absolutamente nada. Não haveria mudanças, alterações, enfim, nas estruturas de comando das Forças, alterações no Ministério da Defesa, mas não haveria nada mais do que isso. Absolutamente nada mais do que isso. Por quê? Porque saberia que haveria a discussão no Congresso Nacional de toda essa matéria. A matéria será aberta à discussão. Os senhores podem, inclusive, alterar, os senhores podem, inclusive, decidir contra o ponto de vista do Ministro da Defesa de que deva ser uma pesquisa histórica unilateral. Mas esse é um jogo democrático. Agora, fiquem certo que vou trabalhar no sentido contrário. E vou fazer todas as forças que posso desenvolver, na oposição e na situação, para que o texto se mantenha um texto que seja adequado a quê? A um grande acordo deste país com o seu futuro. E nós assistimos, na América, vários países que querem construir o futuro retaliando o passado. E perde-se uma energia imensa retaliando o passado, e não se constrói nada no futuro. Só se constrói problemas. E o que nós temos que fazer claramente? Em 1979, tomou-se uma decisão, uma decisão que é muito bem retratada pelo Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, em 1979, quando,

dando um parecer, quando advogado, à Ordem dos Advogados do Brasil, e a Ordem dos Advogados do Brasil manifestando-se de acordo com esse parecer, mostrando a bilateralidade da anistia.

Agora, Senador Arthur Virgílio, quem provocou a questão da anistia não foi o Governo, foi o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que moveu uma ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei de Anistia, pretendendo que a Lei de Anistia não tinha sido recepcionada pela Constituição de 1988. E a posição do Governo foi contrária. A posição do Governo, seguindo a posição do Ministro da Defesa... Houve divergência dentro do Governo. O Ministro da Defesa sustentou a constitucionalidade da lei, o Ministro da Justiça sustentou a inconstitucionalidade da lei, o Ministro Secretário de Direitos Humanos sustentou a inconstitucionalidade da lei, e o Procurador, o Advogado-Geral da União, manifesta... que manifesta-se pela União, manifestou-se, nos autos, pela constitucionalidade da Lei da Anistia. Ou seja, a posição do Advogado-Geral da União, que representa a União perante o Supremo Tribunal Federal, V. Exa. sabe muito bem, tomou a posição pela constitucionalidade da lei. Portanto, o Governo manifestou-se pela via do Procurador, do Advogado-Geral da União, pela constitucionalidade da lei. Que deverá, espero, ser votada logo, porque já há um parecer, inclusive, do Procurador-Geral da República favorável à constitucionalidade da lei. Ou seja, vê realmente de que o que se decidiu, em 79, não pode ser revisto pelos parlamentares de 2009. Exatamente 30 anos depois, como se nós pudéssemos fazer com que aquilo que aconteceu deixou de acontecer. Ou seja, não desaparece.

Portanto, meu caro Senador Arthur Virgílio, o fato é que o que nós temos não é uma Comissão de Anistia; hoje, nós temos um Grupo de Trabalho que elabora um anteprojeto, cujo anteprojeto vai ser submetido à análise, pelo Governo, para, depois, o Presidente mandar o projeto. O anteprojeto é presidido... Esta comissão é presidida pelo representante da Casa Civil da Presidência da República, que é a Dra. Erenice Guerra, que tem uma competência extraordinária em relação ao assunto, está conduzindo o tema... O problema todo é o seguinte: nós não podemos, meu caro senador, nós não podemos sentar na mesa somente com aqueles que concordam com a gente; nós temos que sentar na mesa com todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: O senhor está trabalhando com o passado. Vamos trabalhar com o futuro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, mas quem faz dossiê... Enfim.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu não chego a essa limitação. Está sendo trabalhado, vai se produzir um texto, o texto do Decreto do Presidente, de janeiro de 2010, estabelece os limites, o objeto, e também os limites do que virá. E, depois, os senhores vão decidir lá se aumentam os limites, se restringe mais, etc., etc., e a discussão ocorrerá a partir de maio, abril ou maio, enfim, a partir do momento que o Decreto vier a chegar a esta situação. Agora, eu não quero... Digamos, meu caro senador, não podemos, digamos, dizer: "Não vamos fazer a Comissão de Anistia porque não fazemos a CPI tal". Não há relação. Vamos fazer aquilo que pode ser feito, e politicamente é viável ser feito. Agora, a viabilidade de ser feito depende das decisões que o Congresso toma. E essas são as regras da democracia, são regras do processo democrático. O processo democrático... Vejam, o processo democrático não é para criar consenso; o processo democrático administra o dissenso. E a administração do dissenso acaba dando possibilidades, no caso específico, às maiorias, para manifestarem as decisões, criando espaços políticos para manifestação das minorias. Agora, o que as minorias não podem fazer é pretender serem as maiorias. O senhor sabe muito bem disso. E lembre-se muito bem do nosso grande problema que vivemos hoje, no Brasil, face à fragilidade dos partidos políticos, considerando o nosso sistema eleitoral, que cria um ambiente difícil de consolidação e unidade partidária clara e típica.

Quanto à posição do Ministro da Defesa, continua sempre a mesma, em relação a isso. Ou seja, em relação à anistia, a minha posição já é conhecida, eu referi(F). E quanto ao problema que V. Exa. referiu-se, com veemência, ao ter visto a fotografia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto com o Presidente Castro e com outros Presidentes, no encontro de Cancun, isto é a regra do jogo. Fotografia de Cancun. Castro... Não, Fidel, em Cuba.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não. Ele está se referindo a Fidel e Raúl Castro com o Presidente.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Veja, eu não vejo problema nenhum. Absolutamente problema nenhum de que... Eu estava lá. Eu não fui ao encontro, porque eu cheguei em um outro momento. Mas o fato é o seguinte--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. não tinha um passado que justificasse aquela fotografia. Vejo aquela fotografia de nostalgia. Evidentemente que era um reencontro de velhos amigos que--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Velhos amigos, que têm que ter respeito recíproco e mútuo. E mais, vejam o seguinte, nós não podemos construir o futuro, se não reconhecemos os fatos. E, no meu ponto de vista pessoal, não se fará um processo de abertura democrática em Cuba contra os Castros; se fará junto com eles. O embargo americano a Cuba produziu três coisas. Três coisas: um país brutalmente pobre, um povo enormemente orgulhoso e uma desconfiança muito grande na América do Sul. Quantos anos duram os embargos de Cuba? O Presidente Obama começa, agora, a ter um mecanismo de abertura com as limitações políticas da democracia americana, tendo em vista as posições do Partido Republicano, as posições dos cubanos da Flórida, etc. Mas isso é um processo político que nós temos que ajudar. E o Brasil precisa participar disso, ou nós vamos continuar sendo aquilo que o Império nos impôs, estar de costas para a América do Sul. Quantos de nós ficamos de costas para a América do Sul, durante a vida inteira? Quem de nós estudou, no curso ginasial, a história da América do Sul? Estudamos a história da Europa, a história da França, conhecemos a biografia de Napoleão... San Martín? Quem é San Martín? Parece que é um General argentino. Quem é Francisco Fernando... Aí tem ruas do Rio de Janeiro que você fica... Quem é Mitre, Bartolomeu Mitre? Por quê? Porque nós nos esquecemos da América do Sul. Mas isso é no Rio Grande, é outra história. Isso é no Rio Grande. Isto é outra conversa.

Ou seja, nós temos que lembrar, meu caro, e aí é o apelo que faço à V. Exa., o processo democrático exige uma posição forte, exige atos oposicionistas fortes, exige também lucidez e uma coisa fundamental... E aí eu volto ao ensinamento que eu aprendi com o Pedro. Vocês podem achar estranho que eu estou me dirigindo ao Pedro a todo momento, é porque o Pedro que me inventou. Eu estava quieto, em Santa Maria, advogando, quando ele foi me buscar para ser Deputado Federal. Não foi buscar, ele arrancou de lá, porque esse libanês é um fenício muito autoritário. Pois bem, nós temos que lembrar o seguinte, meu caro... Eu aprendi nessa Casa de que, em política, até o ódio é combinado. E nós só seremos... Nós seremos maduros em política se soubermos fazer a combinação do ódio, que é o que a gente fazia na época em que eu era líder do PMDB e o Luís Eduardo era líder do PFL, e nós combinávamos o ódio e combinávamos a briga. A briga era toda regrada, tudo combinado. Ou seja, havia possibilidade de se acertar... E era verdade. Telefonava eu para o Luís Eduardo e perguntava: "Escuta, e o projeto tal?". E o Luisinho dizia assim: "Não, o projeto tal vai solto, que não tem problema". "O projeto tal?". "Ah, não, esse projeto não. Esse é porrete". "Então, que tipo de briga: abaixo à cintura ou acima da cintura?". "Olha, no meio". Então, acertava no meio, aí a gente escolhia os degladiantes. E as coisas eram assim. E assim a gente produzia o quê? A grande transparência que é o Congresso Nacional. Os ônus que a gente tem são os ônus da transparência. Aquilo que se chama o desprestígio do Congresso Nacional decorre da sua transparência. E é exatamente a transparência que poderá resgatar aquilo que, eventualmente, nós queremos que seja. Ou seja, construir um processo democrático transparente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Uma réplica, Sr. Presidente. Vou ser bastante breve, Ministro. Dizer que acho até que, sob esse aspecto, evoluímos aqui, porque nós não combinamos nem o ódio, combinamos a divergência pura e simplesmente. Agora, acho que até evoluímos, porque não combinamos o ódio, não existe a figura do ódio aqui. Nós combinamos a divergência, e ela, às vezes, tem um pouco abaixo da cintura e mais é acima da linha, enfim. O embargo... E daria para ter uma outra sessão, para discutir o embargo, porque ele é execrável, ele é execrando, ele é desnecessário, ele caducou, mas isso não explica o fracasso do modelo econômico, imposto por Cuba, que fracassou no mundo inteiro. Os outros países que não sofreram embargo são igualmente frágeis. Isso aí nos levaria à necessidade de reestudarmos a história da América Latina.

Agora, Ministro, V. Exa. sabe o apreço pessoal, e eu entendo o seu papel de Ministro, que tem que defender o Governo a que pertence, enfim, e o faz muito bem, inclusive com uma voz muito ponderada e muito moderadora, no aspecto, por exemplo, da questão da Lei da Anistia. Agora, para mim, o Presidente Lula pode ser amigo do Presidente Castro, eu já fui pró-Castro, ao longo dos melhores anos da minha vida. Hoje, para mim, ele é um ditador como outro qualquer. As ilusões todas acabaram. Ele pode ser amigo do Presidente Castro à vontade. Até a foto, que é desnecessária, porque foi em um dia trágico, não foi feliz, no dia em que morre alguém, em greve de fome, porque estava [ininteligível], torturado, física e psicologicamente, enfim, eu... Se pode ser amigo de quem se for. Mas, quando se é mais amigo, se diz: "Fulano, eu não vou tolerar...". Como o Luiz Eduardo lhe dizia, esse projeto não... E V. Exa. dizia: "Este sim". Ele dizia: "Castro, nossa amizade é enorme, mas agressão a Direitos Humanos, eu, Luiz Inácio Lula da Silva, que já fui preso político, que ajudei a liderar um caminho de libertação desse país, eu não aceito. Então, conte com o voto contrário do Brasil em qualquer foro internacional. ONU, OEA, aonde for". Combinar como V. Exa. combinava com o Luís Eduardo, dizia: "Olha, vamos combinar, então, nós

dois aqui a divergência, Castro. Toda vez que você matar alguém aqui, eu vou protestar, porque o Brasil não compactua com esse tipo de atitude". Então, aí, nesse campo, eu me coloco em posição contrária à V. Exa. porque eu entendo que é concessão aqui, concessão acolá, e nós não podemos fazer concessão em matéria de respeito aos direitos da pessoa humana, porque significaria agredir a democracia, e, amanhã, em caso de necessidade do Brasil, o próprio Brasil não receber a merecida solidariedade internacional.

No mais, não é nada difícil combinar divergências com V. Exa., dada a estima tão antiga que devoto à V. Exa. e a admiração que só cresce. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir agora o Senador Eduardo Suplicy; em seguida, o Antonio Carlos Valadares e Pedro Simon, que é o último inscrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, prezado Ministro Nelson Jobim. Primeiro, a exposição com que V. Exa. nos brindou trouxe uma revelação de detalhes de uma habilidade muito especial do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao conseguir harmonizar as posições de V. Exa., dos comandantes das Forças Armadas e com o Ministro Paulo Vannuchi. É natural que, às vezes, o Presidente da República possa ter, entre seus Ministros, divergências sobre pontos e pontos tão importantes quanto foram estes daqui. E V. Exa. nos trouxe, com maior detalhes, a revelação de como é que foi o processo de entendimento, e avalio que, neste caso, a habilidade do Presidente foi muito importante.

Eu agradeço, se puder nos fazer um paralelo com aquilo que aconteceu, que foi tão bonito, na história da África do Sul. Em que medida, na hora em que seja o Ministro Paulo Vannuchi, V. Exa. e outros, estavam considerando a experiência havida tão positiva da Comissão de Verdade e Reconciliação, que foi objeto de Projeto de Lei do Presidente Nelson Mandela, logo que ele assumiu... Depois das eleições de 94, foi formada a Comissão que se denominou da Verdade e da Reconciliação, presidida pelo então Bispo Desmond Tutu, o qual recebeu, pela sua atuação neste episódio, o Prêmio Nobel da Paz. E, ali, esta comissão percorreu... Aliás, há um filme muito bonito da Juliette Binoche, de 2004, que passou no Brasil há alguns anos, que eu recomendo a todos que assista, que conta a história da comissão, o bispo percorrendo a África do Sul, ouvindo aquelas pessoas que foram objeto de torturas, de atrocidades, o que seja, mas também eram ouvidos aqueles que foram responsáveis por aqueles atos, e, na medida em que a verdade era revelada, então, havia a anistia e o perdão para as faltas cometidas. E isto contribuiu enormemente para que houvesse a democratização, pacificação e reconciliação. Então, uma experiência muito relevante.

Então, se, por acaso, houve a consideração daquela experiência em relação a esta Comissão da Verdade, que ainda vai ser objeto, pelo que entendi, no Decreto, será realizado, feito o Projeto de Lei pela comissão colocada, definida no Decreto, e, daí, então, se prosseguirá, e eu agradeceria, se puder nos informar quais são os passos, então, que provavelmente serão dados por essa comissão, uma vez que se está pensando na elaboração desses passos naquela lei. E se há um paralelo a ser feito. No que diz respeito à questão dos Direitos Humanos em Cuba, ainda hoje, na hora do almoço, nós tivemos a oportunidade, o Ministro Celso Amorim convidou a Comissão de Relações Exteriores para um diálogo. E eu, ali... O Presidente Eduardo Azeredo concedeu-nos, com o Ministro, a oportunidade de falar, e eu transmiti algumas preocupações, uma vez que... Inclusive, V. Exa. esteve em Cuba, neste episódio mencionado pelo Senador Arthur Virgílio. Eu fico lembrando da visita tão bela que aconteceu em Cuba, em 1989, quando João Paulo II foi extraordinariamente recebido pelo Presidente Fidel Castro e pelo povo cubano. Desde seus primeiros momentos em Havana, em todas as manifestações, ele foi extremamente aplaudido. E, na oportunidade, ele disse coisas muito bonitas, inclusive sobre como... E, na Praça José Martí, como é que José Martí, por exemplo, era um homem que recomendou a todos os cubanos que continuassem a sua religiosidade, porque isto era muito importante. Eu vou ler um pequeno trecho, aqui, das palavras de João Paulo II, na Praça José Martí, de Havana, 25 de janeiro de 1998. "*A doutrina de José Martí sobre o amor entre todos os homens tem raízes profundamente evangélicas, superando, assim, o falso conflito entre a fé em Deus e o amor e o serviço à pátria. Escreve este [ininteligível] pura, desinteressada, perseguida, martirizada, poética e simples, a religião do Nazareno seduziu todos os homens honrados. Todo povo necessita ser religioso. Deve sê-lo não só na essência, mas também pela sua utilidade. Um povo irreligioso morrerá, porque nada nele alimenta virtude. As injustiças humanas desprezam-na; é necessária que a justiça celeste a garanta*". Muitos dos pronunciamentos de João Paulo II eram aplaudidos em muitos momentos, inclusive quando ele disse da importância de se garantir a liberdade religiosa. O Papa Bento XVI, ao final deste ano, recebeu o Embaixador de Cuba, ali, em Roma, e, na ocasião, lembrou dos pronunciamentos e lembrou que avançou bastante a tolerância à liberdade religiosa para os cristãos em Cuba, mencionando, por exemplo, que, agora, se permite a realização de missas até nos cárceres e assim por diante. Mas, se

observarmos os pronunciamentos de João Paulo II, inclusive sobre os avanços, por ele reconhecidos, da Revolução Cubana, no que diz respeito à melhoria da educação, da alfabetização, do atendimento à saúde e assim por diante, ele também dizia com a amizade que ele estava tendo ali, junto ao Presidente Fidel Castro, a quem ele agradeceu pela recepção e tudo, ele também dizia de quão importante era a maior liberdade para o povo cubano e assim por diante.

Eu trago isso à memória porque, como o Presidente Lula é um dos chefes de Estado que desenvolveu maior grau de amizade pelo comandante Fidel Castro, não mais Presidente, e pelo Presidente Raúl Castro, eu acho, sinceramente, que ele pode, ao mesmo tempo que diz... É muito importante o Presidente Barack Obama acabar com o embargo contra Cuba, que possa haver o avanço. Inclusive, quando, amanhã, nós tivermos aqui a oportunidade, às nove horas chega a Secretária Hillary Clinton para conversar conosco, senadores, às nove horas, na Sala da Presidência, eu acho que esse assunto será por nós tratado... Por mim, será tratado de quão importante é que se acabe o embargo. Mas é importante que Cuba... Eu falo aqui como um amigo da Revolução Cubana, mas que avance rapidamente, para que não mais se tenha situações como essas de prisioneiros de consciência em Cuba.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes do Senador Antonio Carlos Valadares, pela ordem, Senador...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Suplicy brilhantemente faz a defesa dos irmãos Castro. Evidentemente que, em algum momento, não concorda com tudo que os Castros fazem, tanto é que defendem que seja banido o tratamento que foi dado, por exemplo, ao Sr. Zapata, recentemente. Mas o Senador Suplicy, na sua memória fantástica e prestigiosa, não trouxe aqui um tema que envolveu, inclusive, o Ministro da Defesa, nessa comissão, há cerca de três anos atrás, e que essa comissão, até hoje, deve à sociedade brasileira explicações, no que diz respeito à maneira como foram levados do Brasil os boxeadores cubanos. Aqueles dois boxeadores foram levados em um avião venezuelano na calada da noite, de maneira pouco explicada, de maneira pouco convincente. Posteriormente a isso, o Senador Suplicy tentou um encontro, foi a Cuba e tentou um encontro com familiares, correspondeu-se telefonicamente com familiares dos boxeadores, tentou, inclusive, numa viagem que teve em Cuba, que fez a Cuba, tentou um diálogo, e não conseguiu. É contra isso que nós nos batemos e o Brasil ficou muito mal naquele episódio, Senador Suplicy. Eu me lembro que as informações foram negadas pelo Ministro da Justiça, meses a fio, até que, por fim, o Ministro da Justiça, cumprindo o seu papel, atendeu um Requerimento dessa comissão e desvendou o mistério que havia sobre aquele episódio. São fatos dessa natureza que nos fazem ficar com o pé atrás do que vem acontecendo ao longo desse tempo, naquela bela e maravilhosa ilha do nosso Caribe. Ninguém defende o embargo. Eu acho que esse embargo é de uma burrice fantástica, de uma burrice sem precedentes. Concordo plenamente com o Ministro Nelson Jobim, esse embargo deu fôlego aos cubanos. Eles já pagaram um preço altíssimo nas suas limitações de vida, mas, em termos de orgulho, em termos de nacionalismo, eles cumpriram o seu papel.

Agora, nós não podemos, de maneira nenhuma, concordar com relação àquele encontro havido em Havana, pelas datas, pelas circunstâncias e pela maneira como foi feito. No dia que um dissidente falecia, após uma greve de fome, sendo ele vítima de uma prisão por caso(F) de consciência, e aquela foto mostrada ao mundo inteiro, a repercussão negativa para o Brasil não foi aqui, só, entre os brasileiros, mas foi no mundo inteiro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Ministro Nelson Jobim. Em primeiro lugar, eu gostaria de reconhecer aquilo que todo mundo enaltece, não só aqui, no Senado, como, tenho certeza, no Brasil inteiro. A capacidade política, a habilidade política do Ministro Jobim, na condução da sua pasta do Ministério da Defesa, e na sua interação(F), nos momentos de dificuldade, sempre que é chamado pelo Presidente da República para integrar comissões ou equipes, visando a solução de problemas complexos. Essa é a demonstração mais eloquente da importância do político brasileiro ocupando postos chaves da nação. Antes, os políticos eram mal vistos, mal considerados e até ridicularizados, quando ocupavam determinados postos do Executivo. A sua presença no Governo, sem dúvida alguma, enaltece a todos nós que somos políticos. As suas virtudes são reconhecidas por todos nós. O seu trabalho tem realmente repercutido, não só na Aviação Civil, com a organização que foi posta na INFRAERO, regularizando os voos internacionais e nacionais que mergulharam em um verdadeiro caos, numa época recente, mas que V. Exa., com a sua autoridade moral, seu espírito de organização, conseguiu tornar este setor finalmente acreditado pelo usuário da Aviação Civil, tanto no plano nacional como internacional.

Mas eu... Somente para que V. Exa. possa nos explicar... A Secretaria de Direitos Humanos divulgou que o trabalho para a feitura e elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos foi efetivado dentro de um clima, o mais aberto, democrático, onde mais de 14 mil pessoas puderam acessar a consultas públicas, e a versão preliminar do Programa ficou disponível no site da Secretaria de Direitos Humanos, durante o ano de 2009, aberto a críticas e sugestões.

Então, eu gostaria de saber de V. Exa. se, durante a divulgação dessa versão preliminar, já existia alguma referência a essa expressão "repressão política", retomando ao passado, quando o Brasil mergulhou em um regime discricionário, ditatorial, e que dava a impressão, com a introdução desta frase, repressão política, de que aqueles que cometeram atos de tortura ou de perseguição política poderiam ser punidos. Mas essa expressão foi substituída. Ao invés de "*no contexto da repressão política*" foi substituída, no Decreto de janeiro, por "*no contexto dos conflitos políticos*".

Então, eu gostaria de saber, em primeiro lugar, se havia já esta divergência no programa preliminar. E por que, então, não se fez nenhuma crítica, nenhum reparo a esse clima, que, inclusive, gerou-se um clima um tanto quanto crítico, dentro do próprio Governo, quando houve uma discordância que se tornou pública, a imprensa tomou conhecimento e tal... Então, eu gostaria de saber de V. Exa. se... Repetindo, para ser mais claro: se, tendo havido essa publicação de termos considerados inadequadas no Plano Nacional de Direitos Humanos, se essa expressão, que foi considerada inadequada, tivesse sido descoberta antes, quem sabe essa crise aparente que se instalou no Governo não poderia ter sido evitada?

E, por último, nobre Ministro, eu gostaria de, também, reconhecer que não só o atual Governo, do qual faço parte, e apoio aqui, no Senado Federal, como também o Governo Fernando Henrique Cardoso, que eu fiz a oposição, durante oito anos, aqui, no Senado Federal, esses dois governos se preocuparam, realmente, com a problemática da construção de um projeto, visando a defesa inalienável dos direitos fundamentais da pessoa humana, e aí estão os Direitos Humanos. E graças a esse debate que nós estamos fazendo é que, no passado, lá pelos idos de 1948, surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em razão daquelas atrocidades cometidas pelos regimes fascistas, onde milhões e milhões de pessoas, principalmente judeus, foram mortos e trucidados em condições cruéis. Então, nasceu essa declaração dos Direitos Humanos e declaração... Essa declaração que nós estamos fazendo através desses planos, aprovados no Brasil, demonstra que nós estamos inteiramente de acordo com aquilo que se aprovou no passado.

Então, eu gostaria de reconhecer, e não só o nosso Governo, também o Governo de Fernando Henrique Cardoso se preocuparam e se preocupam com a força e a riqueza do ser humano como prioridade nas nossas preocupações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Vamos ouvir o Senador Pedro Simon, que é o último orador inscrito, depois ouvimos o Ministro, com as suas conclusões. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Na verdade, pouco tenho a acrescentar à feliz exposição feita pelo Sr. Ministro e às indagações feitas até aqui. Eu acho que o Ministro foi muito feliz ao fazer a explanação e acho que, para muitas pessoas que vão assistir, oportunamente, na TV Senado, essa exposição, ficou claro que... Que S. Exa. tinha feito um entendimento, e esse entendimento ficou de ser publicado no Diário Oficial, como uma decisão conjunta do Governo, e, surpreendentemente, saiu uma versão diferente. E foi por causa dessa versão diferente que V. Exa. solicitou demissão do cargo de Ministro. E foi em função disso, a pedido do Presidente da República que se fosse feito um entendimento entre V. Exa. e o Ministro das Relações de Direitos Humanos que se chegou à fórmula que finalmente foi aprovada. Eu vejo, na atitude de V. Exa., coerência no que foi a vida e a luta de V. Exa. Na verdade, poucas pessoas tiveram tanta participação nessa caminhada como V. Exa. Começou como vice-Presidente da OAB, no Rio Grande do Sul, em uma caminhada que, inclusive, hoje, eu vejo como vocês tinham razão, ao defender a constituinte exclusiva(F). Hoje, eu reconheço. Na época, eu até achava certo exagero. Eu fui favorável, mas eu achava que era uma paixão exagerada. Hoje, eu vejo que... Até não sei se não é de se pensar em uma constituinte exclusiva no futuro, para... Nos termos relacionados conosco, eu não vejo, Sr. Ministro, no Congresso Nacional, condições para algumas normas que são necessárias, como voto distrital, como remuneração pública apenas a campanha... Enfim, alguns diagnósticos necessários a serem feitos e que parece que nós não temos coragem de fazer. V. Exa. foi constituinte, teve uma participação importantíssima na constituinte, como líder do nosso partido, como grande responsável. V. Exa. adquiriu um respeito enorme da figura do Dr. Ulysses Guimarães, que tinha em V. Exa. o orientador final das dúvidas que se apresentavam. V. Exa. teve um papel importante na revisão, que, lamentavelmente, com aquela história da queda do Collor, no Impeachment, o Presidente Itamar não quis participar. Eu acho que o Governo e nós não

fizemos o que poderíamos ter feito. V. Exa., inclusive, fez uma exposição enorme, um debate, uma discussão, mas acho que, ali, sim, porque ali era voto por maioria, ali era uma decisão que podia ter se tomado, foi uma grande oportunidade que nós perdemos. Eu me lembro, ali, como foi interessante quando apareceu a emenda da reeleição, que os governadores, praticamente... Não digo todos, porque eu era governador e era contra a reeleição, mas a grande maioria, a imensa maioria, milhares de prefeitos queriam a reeleição, e o Presidente Itamar foi radicalmente contra, dizendo que, na Constituinte, ele tinha votado contra a reeleição e mantinha sua posição contrária à reeleição. E apesar do Governo ser contrário, por nove votos, não passou a reeleição. Faltaram nove votos para adquirir o quórum necessário para passar a reeleição. Acho que V. Exa. salienta muito bem, o clima da constituinte, eu vejo agora, quando a gente quer... Eu acho, por exemplo, que é um absurdo continuar nas vésperas da eleição, ali, em cima da eleição. Imagine uma rádio do interior que tem um dono e que é praticamente o dono da cidade. Faz uma pesquisa, faz como ele quer, da maneira que ele quer, e nós não conseguimos... Aprovamos lei, caiu no Supremo Tribunal Federal, porque está lá, na constituinte, determinando que é um direito... Nós vivemos, naquela época, um clima, e, como V. Exa. salientou, acho que muito feliz, em que a gente vinha de uma época de tortura, de tanta dúvida que o que valia eram os direitos individuais.

Eu acho que tem que se esclarecer uma coisa que é muito importante para mim, senador. Comissão da Verdade, seja qual for o nome, eu acho que o que não se pode querer é que não se debata a verdade. Uma coisa é querer mudar, uma coisa é querer reverter, uma coisa... Aí V. Exa. diz, e eu concordo que foi feito, está feito. No Estado de Direito, não se volta atrás. Agora, fazer a revisão, permitir que se esclareça alguns fatos, eu acho que isso é absolutamente necessário. E acho que V. Exa. é muito inteligente, ao fazer a proposta que foi aprovada, quando V. Exa. diz: "Não, vamos esclarecer as duas partes. A parte dos terroristas, dos radicais, de um lado, e a parte dos opressores, de outro lado". Eu concordo plenamente. Se bem que, cá entre nós, a parte dos terroristas, ela já está amplamente exposta. Ela foi publicada, republicada, dita, redita... Por exemplo, a Ministra Dilma vai ser candidata à Presidência da República. Se quiserem expor a vida dela, não há quem não se conhece o que aconteceu com ela. Toda a vida, toda a biografia, toda a história dela, [ininteligível]. Então, quando se diz que a gente deve abrir para se ver o que aconteceu por parte dos agentes que lutavam pela derrubada do Regime, é uma coisa que sempre foi feita.

Agora, do outro lado, algumas coisas ainda estão no esquecimento. Ainda agora, a imprensa publicou, em uma manchete, que a Aeronáutica entregou uma série de documentos que ela vinha, até ontem, dizendo que já tinha destruído, que não existiu, que tinha destruído, e, hoje, a imprensa publica que entregou essa série de documentos. Então, eu vejo... Esse esclarecimento, na verdade, não tem por que não fazer. Agora, buscar viver, de reviver o ambiente, eu concordo que não soma e não significa. Eu vou ser muito sincero. Eu não consigo entender o porquê desse Decreto do Presidente, porque não é um Projeto de Lei de saída. Por que não mandar um Projeto de Lei para o Congresso Nacional sobre essas questões todas que estão sendo apresentadas? Apresentar um Decreto, um Decreto que publica as coisas, que não tem valor, porque, se já estivesse em vigor, tudo bem, já está em vigor. Mas não está em vigor, não foi uma Medida Provisória, foi um Decreto que publicou aquilo que vai ser fruto de uma comissão, que vai terminar o trabalho e vai enviar, na forma de Projeto de Lei, para essa Casa. Então, se fez uma confusão desnecessária. O negócio do crucifixo eu concordo com V. Exa.. Não estou entrando nem na discussão se, um dia ou menos dia, vai ter que tirar ou não tirar o crucifixo, mas não está na Ordem do Dia, não é algo que está na sociedade brasileira, como está lá na França o negócio dos muçulmanos; tira o capuz, não tira... Lá é uma discussão que está na briga das ruas. Aqui não tem esse tipo de discussão.

Então, eu concordo com V. Exa., são uma série de fatos sobre os quais não há necessidade. Por isso que eu digo que surpreendeu, e surpreendeu porque, depois, a gente tomou conhecimento. Eu, de repente, não mais que de repente, abro o jornal e está lá o tal do Decreto dos Direitos Humanos, que eu nem sabia que estava para ser... Quando... E eu levei um susto, porque, quando saiu, eu achei que tinha entrado em vigor, que era Medida Provisória. Eu acho que esse assunto foi resolvido. Acho que, felizmente, foi resolvido.

Eu quero dizer à V. Exa. que eu tenho o maior respeito por V. Exa. V. Exa., realmente, entrou na política numa hora difícil, uma hora muito difícil. Mas veja como, hoje, a gente não encontra mais um Jobim da vida, que concorde em entrar na política. Está pior do que naquela época. Porque, naquela época, na época da Ditadura, na hora da violência, na hora do arbítrio, tinha pessoas com a dignidade de V. Exa., com uma banca de advocacia de primeira grandeza, que tinha um futuro pela frente, como professor universitário, como intelectual, como homem escrevendo uma série de livros... Estava com a vida feita; no entanto, aceitou. Hoje, eu tenho tentado fazer isso, e não tenho encontrado. Professores dizem: "Mas eu não vou sair. Eu não

vou sair da minha banca". "Eu não vou sair da minha coluna de jornal". "Eu não vou sair da minha empresa, onde eu tenho [ininteligível]". "Eu não vou sair...". Que nem um médico excepcional do Rio Grande do Sul, de primeiríssima grandeza. "Eu não vou sair daqui para ser candidato". Como diz uma senhora, Presidente da entidade da luta pelo combate ao câncer de mama, que tem um prestígio enorme, enorme, enorme, enorme, essas pessoas não aceitam, porque dizem que entrar na política, em uma hora como essa, onde o povão todo pergunta: "Mas quem é esse cara? Para onde é que vai? De repente, eu sou apontada como isso, como aquilo, não tenho direito nem de me defender". Por isso veja... Sob esse ângulo, parece mentira vivermos em uma plenitude democrática. Liberdade absoluta, democracia absoluta, liberdade de imprensa absoluta, mas tem um número enorme de pessoas que não concordam em entrar na vida pública, porque, hoje, está pior do que naquela época. Naquela época, o medo que a gente tinha era a tortura, era a cassação, era a prisão, era uma série de fatos, mas não com relação à vida, à dignidade, à honradez, que era respeitado, e, hoje, lamentavelmente, não é.

Por isso eu digo à V. Exa.: é muito importante – e V. Exa. tem uma liderança nesse sentido – o movimento que se faz, no sentido de encontrar respeitabilidade, credibilidade, na vida pública e na sociedade brasileira. Eu digo uma coisa muito interessante que eu vejo isso. Eu acho uma coisa muito engraçada de ser analisada, mas eu acho isso. Eu acho que nós não poderíamos encontrar no PT, nas forças que apoiam o Governo, uma pessoa que tenha mais capacidade, dignidade e credibilidade, assim, de se impor à sociedade do que a Ministra Dilma. V. Exa. era meu candidato. Eu acho que V. Exa. seria um grande nome, PMDB, PT, que deveria ser um grande candidato à Presidência da República. Não foi porque o PT ficou com a candidatura dele, mas a Dilma é uma candidata excepcional, na minha opinião. Acho que ninguém pode representar e pode ter mais credibilidade e mais seriedade do que o Governador Serra, pelo que ele é, pelo que ele representa, pelo que ele foi. Acho que, se pegar as forças de oposição, aí, é difícil encontrar alguém melhor do que o Serra. Se nós formos procurar na força da pureza, da dignidade, da santidade, da figura angelical, nós não encontramos ninguém melhor do que a Senadora Marina. E se nós fôssemos olhar no velho MDB, o MDB de guerra, de um grupo que ainda existe, pequeno, mas que ainda existe, nós não encontraríamos ninguém melhor do que Requião, Governador do Paraná. Então, veja como, no meio de tudo, nós podemos caminhar por uma luta de seriedade, dignidade, e não por uma luta fratricida de botar as bandalheiras [ininteligível], que aparece para onde nós estamos caminhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dentre os bons do PMDB, um se encontra aqui, ao meu lado, para esta eventual responsabilidade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que não... Não dá para culpar o Lula. Mas o Lula foi o homem errado, que estava no lugar errado, na hora errada. Não dá para dizer que o Lula foi para Cuba, sabendo que o cara morreu, foi lá e não fez nada. Lula estava em Cuba... Claro que o Lula estava fazendo uma apoteose de despedida dele, do amigo, etc. e tal. E aconteceu aquilo. Agora, o Lula, pelo menos, podia ter ficado quieto. Agora, não só não ficou quieto como falou, e não foi feliz no falar, não foi feliz. O Lula dizer que greve de fome é um absurdo. Ele fez greve de fome. No Governo do Fernando Henrique, ele pediu uma audiência ao Presidente Fernando Henrique, para pedir para o Fernando Henrique determinar, fazer com que um cidadão em greve de fome suspendesse, porque ia ficar muito mal para o Fernando Henrique, muito mal para o Governo Brasileiro, se o cidadão morresse por uma greve de fome, e o Fernando Henrique interviu e não houve a morte.

Então, eu acho que são essas coisas. Não há dúvida nenhuma... E eu acho, inclusive... Com toda a sinceridade, eu queria propor aqui duas questões, se o Ministro me permitir. Amanhã vem a Ministra Clinton, e eu acho que nós deveríamos... Em primeiro lugar, V. Exa. colocar em votação aqui. E nós votarmos aqui. E V. Exa.... Ou se V. Exa. não tiver coragem, o Suplicy tem por nós todos, mas duas questões que nós devíamos levar amanhã para a Ministra Clinton. A primeira é que ela realmente leve ao Presidente o nosso desejo, para terminar com o triste embargo que há 50 anos vem acontecendo. O Obama teve uma atitude fantástica e foi a grande vitória dele, ele conseguiu, ele tem o apoio do povo americano, inclusive ele ganhou em Miami. Em Miami, ele teve uma vitória espetacular, defendendo a tese da reintegração. Ele que faça isso. Eu acho que seria... Pelo menos, vamos levar aqui essa posição da Comissão de Relações Exteriores à Ministra Clinton.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu também sou contra o embargo, mas acho que o Senador Suplicy é o melhor indicado para falar isso(F).

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E a segunda é que a imprensa está publicando uma bela manifestação da Ministra Clinton, onde ela teve uma reunião, saindo da posse do Presidente do Uruguai, ela se reuniu com a Presidente da Argentina. E, de-

pois da reunião dela com a Presidente da Argentina, ela disse que faria todos os esforços no sentido de fazer um entendimento, um diálogo entre a Inglaterra e a Argentina em torno das Ilhas Malvinas.

Então essa manifestação dela eu acho positivo e acho que nós aqui também poderíamos chegar a ela e felicitar por essa decisão, por essa manifestação dela. E esperar que o americano tem condições, nós sabemos que tem, de influenciar com relação à Grã-Bretanha nesse sentido. Eu acho, com toda sinceridade, falo na frente do maior entendedor, como jurista e como homem da defesa, que é o Ministro Jobim, mas eu acho, com toda sinceridade, que a Grã-Bretanha está exorbitando. Porque está lá, com todas as letras, pelo menos eu vi e me mostraram, que embora a Inglaterra venceu a Grã-Bretanha, venceu a guerra, mas não houve, por parte da ONU, a declaração da Malvina como colônia. Malvina é um interposto, mas que depende ainda da questão... A Grã-Bretanha não tem autorização para fazer a exploração do petróleo que ela está querendo fazer. Não tem essa condição. E para nós é importante, e o Ministro da Defesa e entra [ininteligível], para nós é muito importante, que criar um incidente dessa natureza e a quarta frota já está aí, do lado de lá e do lado de cá. Quer dizer, com 18 bilhões de barris de petróleo e a Inglaterra lá, com 18 mil quilômetros de distância, como diz o Lula, querer vir fazer essa exploração aqui, é criar um incidente de condições imprevisíveis, é trazer o terror para o continente sul-americano. E eu acho, com toda sinceridade, que isso, a Inglaterra não podia fazer porque lá está claro, pelo menos um diálogo entre a Inglaterra e a Argentina, pelo menos um entendimento deveria ser feito.

Então, eu acho que nós fazermos chegar à Ministra essa posição, seria realmente muito importante. E ver a posição do Jobim, para nós, realmente, é realmente importante.

Eu lhe felicito, Ministro, pela vossa coragem, pela vossa garra, pela vossa firmeza. Às vezes assim, até lá pelas tantas aparece, não, mas defender uma posição que é mais bonita, que é mais ousada. Mas V. Exa. mantém uma fidelidade aos seus princípios, as suas ideias, que eu acho realmente sensacional. V. Exa. foi Ministro do Fernando Henrique e é Ministro do Lula. Mas vamos ser claros, até vou dizer uma coisa meio engraçada, o Jucá foi líder do Fernando Henrique e foi líder do Lula. Agora, no caso Jucá, ele se adaptou a um e se adaptou ao outro. No caso de V. Exa., V. Exa. tem a mesma linha, a mesma dignidade, a mesma correção, está numa pasta onde isso pode tranquilamente ser feito, porque os princípios da defesa, os princípios da interdependência, esses princípios que V. Exa. está fazendo agora como Ministro da Defesa, e fez ontem como Ministro da Justiça e anteontem como Presidente do Supremo Tribunal Federal, V. Exa. foi sempre o mesmo. O mesmo no Supremo, o mesmo no Congresso Nacional, o mesmo na Defesa e o mesmo na Justiça. É difícil uma pessoa passar por esses cargos, por essa interposição e ter o respeito, a dignidade que V. Exa. tem por parte da nação.

Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E foi Pedro Simon que trouxe para todos nós, não é? Genialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes de passar a palavra para as considerações finais do Ministro, eu quero agradecer de público--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, mas eu já fiz duas moções, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [risos]. Está bem. Eu quero agradecer ao Ministro a sua presença aqui e esclarecer aos Srs. Senadores que o Ministro Paulo Vannuchi ainda não disponibilizou um dia para vir aqui. Então, o nosso Senador Suplicy, que é o intermediário, que continue buscando que ele possa marcar uma data dentro da mesma cordialidade que marca a vinda aqui do Ministro Jobim.

Portanto, eu passo a palavra ao Ministro Nelson Jobim. Eu queria que o Ministro primeiro falasse, uma pergunta que eu coloquei, que ficou em aberto, que é a questão dos documentos da FAB, da Aeronáutica que foram recentemente noticiados.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Antes de agradecer as manifestações do Senador Valadares, Senador Suplicy e Senador Simon, e também as observações do Heráclito, eu faço um breve esclarecimento e depois deixarei documento aos senhores para mostrar de que a Força Aérea Brasileira não ocultou nada. E eu preciso, então, contar as coisas como aconteceram. E aqui tem, inclusive, uma culpa minha, que confesso aos senhores, de desatenção.

Em 22 de fevereiro de 2006, a Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil, envia um aviso ao Ministro José Alencar, o Ministro da Defesa. Que pede, determina a localização do acervo documental sob custódia do Ministério da Defesa e sob custódia do Comando das Forças. Acervo documental esse que dissesse respeito ao acumulado e produzido entre o ano de 64 e o ano de 1990. E que dissessem respeito a toda e qualquer investigação, perseguição, prisão, interrogatório, cassação, falecimento, operação militar, operação policial, infiltração estratégica e outras ações levadas a efeito com o intuito de apurar supostos ilícitos ou envolvimentos políticos indesejados, à época, de

cidadãos brasileiros e estrangeiros. Segundo, tenham sido produzidos ou acumulados [ininteligível] da Lei de Segurança Nacional e nos [ininteligível] atos institucionais. E, terceiro, detêm informações relevantes para identificação dos fatos políticos, falecimentos ou localização de corpos e desaparecidos políticos.

Na hipótese de parte de todo o referido acervo – diz a Ministra Dilma no aviso – houver sido destruído, solicito a [ininteligível] de discriminação detalhada de seus substitutos legais, ou seja, dos termos de destruição.

Este aviso, este mesmo aviso, a Ministra Dilma enviou na mesma data, ou seja, 21 de fevereiro de 2001, para o então comandante do Exército, General Albuquerque, para o então comandante da Marinha, Almirante Roberto Guimarães Carvalho e também para o então comandante da FAB, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno. Isto em 2006. Em 14 de março de 2006, pouco... 15 dias após, o comandante da FAB, o então comandante da FAB, Brigadeiro Bueno, envia um ofício ao Ministro José Alencar dizendo o seguinte: *"14 de março de 2006. É sabido* – depois de alguns detalhes, ele: *É sabido, porém, que a documentação do período notadamente aproduzida pela área de Inteligência, foi, em grande parte, consumida em sinistro ocorrido no prédio do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, que abrigava instalações do então Ministério da Aeronáutica"*. Um incêndio que ocorreu naquele ano. *"Agrega-se a isso natural processo de eliminação de documentos ocorridos com base da vigência do Decreto 79.099 de janeiro de 1977* – que era o decreto que disciplinava os documentos sigilosos. *Deles, já não persistidos eventuais termos de destruição, então também destruídos. No acervo remanescente, quase todo de cunho administrativo ou próprio da operacionalidade da Força Aérea Brasileira, observa-se a não existência de documentos que atendam ao especificado nos Itens 1 e 2 do referenciado aviso da Ministra Dilma. Uma vez que evidencia o seu foco de interesse em acervo documental que digam respeito a ações repressivas ou punitivas de cidadãos brasileiros ou estrangeiros"*.

"*A despeito disso* – Ministro Comandante Bueno, 14 de março de 2006, aviso ao Ministro da Defesa. *A despeito disso, no levantamento efetuado por esse comando, foi possível identificar a presença de documentação genérica entendida como de fortuito componente histórico retratando ambiência nacional então vigente. Tal conjunto de documentos é passível de disponibilização, caso venha ser considerado de interesse o seu recolhimento ao arquivo nacional. Para uma eventual formalização de transferência desse acervo, os contatos poderão ser efetuados com meu gabinete no momento que se façam oportunos. Março de 2006"*.

O comandante da Marinha enviou um ofício também ao Ministro José Alencar dizendo que os documentos do período foram incinerados, o mesmo ocorreu com o General Albuquerque em relação a esses documentos. O Ministro José Alencar dirige-se à Ministra Dilma em 16 de março de 2006 e comunica de que o Ministério da Defesa foi criado em 99, portanto não tem documento nenhum em seus arquivos. Mas que os comandantes de Força informaram tais, tais e tais coisas e anexa ao aviso da Ministra Dilma, anexa os ofícios, principalmente o ofício do comandante da Aeronáutica.

A Ministra Dilma, em maio de 2007, 2006, ou seja, um mês e pouco ou dois meses depois, envia um outro aviso ao Ministro Waldir Pires e diz o seguinte: – referindo-se ao ofício enviado pelo Ministro Alencar.

"Os referidos ofícios informam não terem sido localizados quaisquer documentos com as características apontadas por essa Casa Civil. Exceção feita ao Comando da Aeronáutica no que diz respeito à identificação de documentação genérica entendida de caso fortuito... Entendida como de fortuito componente histórico retratando a ambiência nacional então vigente. Informa ainda que os eventuais documentos produzidos ou acumulados no período foram destruídos, assim como seus respectivos termos de destruição com fundamento no Decreto 79.099, de 1977.

Todavia, em que pese a argumentação exposta nos ofícios, fato é que a Legislação então vigente exigia processo e registro específico para destruição de documentos sigilosos. Sobretudo, quando se tratar de documentos classificados como ultrassecretos e secretos, bem como confidenciais, reservados e controlados, para os quais se impunha também a lavratura e próbio(F) da manutenção correspondente do termo de destruição.

Assim sendo – termina a Ministra Dilma -, diante dos fatos apontados pelos próprios Comandos das Forças Armadas, cumpre solicitar a V. Exa. que determine a apuração imediata dos fatos ocorridos para as eventuais... Para as devidas e urgentes providências cabíveis". Esse ofício é de 10 de maio de 2006.

Em 14, 15 de abril – nada aconteceu depois. Em 15 de abril de 2008, o então Procurador-Geral da República Antônio Fernando Souza envia-me um ofício, envia ao Ministro da Defesa – neste caso eu, a essas alturas -, encaminhando uma representação da Ordem dos Advogados do Brasil, que essa representação havia sido recebida, encaminhada pela Justiça Militar, Procuradora-Geral da Justiça Militar, Dra. Maria Ester Henrique. E nesse ofício 313 que o Procurador-

Geral havia recebido do Ministério Público Federal, da Procuradora-Geral Militar, pede esclarecimentos a respeito da abertura de qualquer procedimento investigatório no âmbito do Ministério da Defesa, cujo objeto seja o desaparecimento dos documentos secretos do serviço de informação das Forças Armadas relativos ao período de 64 a 85. Ou seja, sobre os documentos que os três Comandos, antes, informavam que haviam sido queimados.

O Procurador-Geral também, na mesma data, envia ofício à Ministra Dilma Rousseff sobre o tema. A Ministra Dilma responde ao Ministro, ao Procurador-Geral, em maio de 2008 e informa que solicitou ao Ministério da Defesa a apuração dos fatos, solicitação essa que havia sido feita em 2006 ao Ministro Waldir Pires.

Eu recebo, eu me manifesto em face dessas circunstâncias todas, que tomei conhecimento naquele momento, eu me dirigi ao Comando da Marinha, ao Comando do Exército e ao Comando da Aeronáutica e solicito manifestação no prazo de 15 dias sobre o teor da representação 271 perante a Procuradoria Militar.

E recebo um ofício, depois, do Procurador-Geral, comunico ao Procurador-Geral que considerei oportuno solicitar a manifestação específica dos comandos militares. E informo que estão incursos nesse [ininteligível] diligência com a finalidade de subsidiar a Advocacia-Geral da União, que era o problema do Araguaia.

O Comando da Marinha informou que não há registro de ocorrência de desaparecimento de documentos políticos, públicos. O comandante... O comandante do Exército, por via de seu chefe de gabinete, também informa a mesma coisa e o Comandante Juniti Saito, em 06 de fevereiro de 2008, dirige-se ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, dizendo que, em 21 de fevereiro de 2006, por meio do Aviso X, a Casa Civil da Presidência solicitou recolhimento ao Arquivo Nacional de documentação sobre a custódia do Comando da Aeronáutica. Na ocasião, foi encaminhado ao Ministro da Defesa, e não à Casa Civil, ao Ministro da Defesa, José Alencar à época, em 14 de março de 2006, cujo o texto destaca-se os seguintes trechos... E aí, então, ele reproduz aquilo que eu acabei de ler para dos senhores que foi o ofício. Em que ele reproduz dizendo: *"Que a despeito disso, no levantamento efetuado por esse Comando, foi possível identificar a presença de documentação genérica, etc".* Ele somente reproduz o que o Comandante Bueno havia respondido ao Ministro da Defesa em 2006.

E quanto à abertura de Inquérito Policial Militar, disse o Comandante Saito: *"Não houve instalação de qualquer procedimento investigativo"*. E aí deu explicações também sobre... Lembra-se daquele assunto de documentos que apareceram queimados junto à base de Salvador, matagal junto a Salvador, etc.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Exato. Foi. Que depois abriu inquérito, esse inquérito foi arquivado, etc.

Bem, em setembro de 2008, depois de eu ter recebido esses ofícios dos Comandos, em setembro de 2008, eu encaminho ofício aos três comandantes e determino a abertura de processo de instauração de procedimento investigatório sobre a queima dos documentos. Foi enviado ao Comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Posteriormente, informo a Ministra Dilma, em novembro, que mandei instaurar os inquéritos. O Comandante Saito, em novembro de 2008, disse que: *"Remeto a V. Exa. o resultado do procedimento"*, e me manda um relatório, um relatório longo de todos os atos praticados, mostrando... Sustentando a legitimidade das queimas dos documentos face à Legislação da época, que eu constatei, e referindo, e reiterando a existência desses tais documentos que haviam sido afirmados pelo Comandante Bueno serem genéricos.

Em 2009 o comandante... O Procurador-Geral, em abril desse ano, o Procurador-Geral me passa às mãos um ofício, me envia um ofício do Procurador-Geral da Justiça Militar, da nova Procuradora-Geral, da Representação 271 que havia sido feita pela OAB, também relativa às tais investigações. Se nós tínhamos feito os procedimentos investigatórios da queima dos documentos.

Depois eu enviei ao Procurador-Geral os relatórios que haviam sido produzidos pelas investigações que nós havíamos determinado. O Procurador-Geral... A Procuradora-Geral da Justiça Militar, e aqui começa... Vejam, eu não me dei conta, quando recebi do Ministro Saito, de que ele afirmava – do Comandante Saito – que haviam documentos e que haviam sido classificados pelo Comandante Bueno de documentos genéricos. Isto o Comandante Bueno havia afirmado em 2006. Isto o Comandante Juniti Saito havia afirmado a mim, por ofício, em decorrência desses procedimentos por quê? Porque estávamos nós preocupados, exclusivamente, o Ministério da Defesa, em investigar as queimas de documentos. E nós não prestávamos atenção para esses tais documentos que a Aeronáutica havia disponibilizado e que diziam respeito a questões genéricas.

Pois bem. Em 20/07/2009, o Procurador-Geral da Justiça Militar, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, envia um ofício ao COMAER, ao Comando da Aeronáutica, ao Brigadeiro Saito, dizendo que diante dos

fundamentos expedidos no despacho anexo, participa o interesse – Procuradoria-Geral Militar – o interesse de verificar os referidos documentos *in loco*. Quais documentos? Aqueles que eram ditos como genéricos. E solicito a indicação do local, do tal(F) arquivo, dos papéis em questão para o envio de comissão institucional deste órgão.

O despacho da Procuradora tem esse texto. Examinados relatórios apresentados pelos Comandos das Forças – relatórios que nós havíamos enviado – revela-se dignas de destaque uma informação prestada diligentemente pela Aeronáutica, qual seja? A respeito da existência de documentos para eventual consulta e recolhimento do arquivo [ininteligível], cuja disponibilização já ocorreu em 14 de março de 2006. E também em 02 de junho de 2008; 2006 José Alencar, 2008 Nelson Jobim. Sem, contudo, a consequente análise desse material. Eu fiquei silente, o Ministro Alencar também ficou silente, nós estávamos envolvidos com o negócio das queimas.

Em que pese o relatório encaminhado pelo Exmo. Comandante da Aeronáutica ter [ininteligível] que se trata, aspas, referindo-se ao relatório, ao ofício do Ministro, do Comandante Bueno, de documentação genérica entendida de fortuito componente histórico retratando ambiência nacional então vigente, mostra-se imprescindível a vistoria sobre o controle desses papéis. Ou seja, a Procuradora Militar desejava olhar esses papéis.

O comandante da Aeronáutica, em 24 de julho de 2009, dirige-se à Procuradora dizendo que o Comando da Aeronáutica continua à disposição para a visita solicitada. Uma vez que previamente os documentos foram disponibilizados em 14 de março de 2006 e 02 de junho de 2008.

> *"Tendo em vista, entretanto, o montante do material a ser analisado alcança cerca de 50 mil volumes, já longevos(F), e que o local de armazenamento tem dimensões modestas e pouca infraestrutura, esse Comando solicita que seja comunicado, com antecipação de três dias úteis, a respeito da quantidade de pessoas e dos trabalhos que serão lá realizados pela comissão institucional"*.

O Procurador-Geral da República, Dr. Murgel, atual Procurador-Geral, em outubro de 2009, nomeia uma comissão. Constitui uma comissão para examinar os documentos e arquivos históricos disponibilizados pelo Comando da Aeronáutica. Comissão composta lá de procuradores.

A Procuradora, em novembro do ano passado, 2009, a Procuradora da Justiça Militar dirige-se ao comandante da Aeronáutica e informa que... Aliás, solicita, se possível, a partir do dia 19 de novembro do ano em curso, seja agendado tal período de análise dessa quantidade imensa de documentos. No local onde estão arquivados desse Comando da Aeronáutica.

No dia 11, melhor, no dia 19 de novembro de 2009, o Procurador Rangel dirige-se ao Ministro da Defesa, passa às mãos a decisão do Procurador-Geral que tem o mesmo conteúdo e o mesmo sentido. E eu, então, solicito, determino ao comandante da Aeronáutica – aquele que já tinha aceitado fazer. O Procurador em 21/11/09, o Procurador-Geral da Justiça Militar dirige-se novamente ao comandante da Aeronáutica.

> *"Solicito a transferência dos arquivos e documentos históricos para a coordenação do Arquivo Nacional"*. Ele falava aqui, neste ofício, de 21 de novembro, ele falava assim: *"Solicito a transferência dos arquivos e documentos históricos da Guerrilha do Araguaia para a coordenação do Arquivo Nacional do Distrito Federal"*.

Depois ele retifica a referência à Guerrilha do Araguaia dizendo: *"Informo que os documentos que mencionamos no Ofício tal são os documentos históricos no período de 64 a 85 que já estavam sendo analisados em sala desse Comando"*. E aí vem um problema de Legislação, aqueles problemas... E informa mais a Procuradora que os documentos serão recebidos no estado, exato estado em que estiverem e podem ser levados pela Aeronáutica – o que é o procedimento mais comum. Ou seja, havia preocupações sobre higienização... são documentos de mais de 30 anos... Mas aí as informações do Arquivo Nacional é que não havia necessidade.

O que fez o comando da Aeronáutica em 03 de março de... 03 de fevereiro de 2010 há um termo de recolhimento subscrito pela Coordenadora Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, D. Maria Esperança de Resende e pelo Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica, Brigadeiro Paulo Afonso Pinheiro Lari, e resolvem assinar o termo dizendo o seguinte:

"Objeto do termo. O recolhimento para guarda permanente no Arquivo Nacional do acervo produzido e acumulado pelo Comando da Aeronáutica abrangendo período de 1964 a 1985, perfazendo um total de 140 caixas contendo 49.867 documentos de Inteligência, mais cinco caixas contendo 24 exemplares do volume I dos atos da Revolução, mais três caixas contendo 15 exemplares do volume II dos atos da Revolução e 40 caixas-arquivos de documentos de cunho geral não relativos à atividade de Inteligência que passam a fazer parte integrante desse acordo". Estes docu-

mentos, esta informação da entrega ao... Da entrega ao Ministério Público Federal, Militar Federal, foi lançado no sítio do Ministério Público Federal no dia 10 de fevereiro de 2010.

Portanto, os documentos que hoje são afirmados, que são documentos novos que apareceram, são documentos que a Aeronáutica queria entregar desde 2006. E que eu – agora aqui a minha responsabilidade. Eu quando recebi o ofício do Ministro Saito, quando eu entrei no Ministério não sabia nada dessas providências. Porque a determinação que a Ministra Dilma tinha dado para o então Ministro da Defesa, para abrir o inquérito sobre a queima dos documentos, havia ficado paralisado. E, em 2008, eu tomei conhecimento da existência desses documentos referidos já em 2006 para o Ministro Alencar, eu tomei conhecimento quando o Ministro, quando o Comandante Saito me enviou o resultado do inquérito que ele havia procedido sobre a queima dos documentos. Eu tomei conhecimento disso, referência disso em junho de 2008. Mas atento que estava eu, exclusivamente, à questão das queimas, não me chamou atenção estes documentos. Estes documentos só vieram a ser chamada atenção pela Procuradoria Militar... Pelo Procurador-Geral Militar.

Então, vejam bem, esses documentos não foram sonegados pela Aeronáutica. Estavam disponíveis com termos de manifestação, desde 2006, no caso específico do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, em 2008, voltado com seus olhos para o problema da queima, não mandou, não se atendeu ou não ficou atento a essa disponibilidade. A própria Procuradoria só tomou conhecimento desses documentos porque a Procuradoria abre uma investigação sobre se o Ministério da Defesa tinha aberto procedimentos investigativos sobre a queima dos documentos. Então, ao ler o relatório da Aeronáutica relativo a essas queimas de documento, verifica que o Comandante Saito faz menção a um documento de 2006 em que o então Comandante Bueno refere à existência de documentos que ele, Comandante Bueno, chamava de documentos genéricos.

Meu caro Presidente, eu resolvi... Tendo em vista toda esta celeuma, como se tivesse a Força Aérea ocultado documentos, sonegado a visão de documentos, eu resolvi, então, trazer a esta comissão, e determino a entrega a essa comissão de toda essa cronologia, deste conjunto de documentos que são cópias de todos os ofícios existentes, de todos os relatórios existentes. E também entrego... Faço a entrega a V. Exa. da cronologia com os documentos e faço a entrega também de V. Exa. destes seis volumes que são nada mais e nada menos do que a catalogação que a Comissão Permanente de Avaliação de documentos sigilosos havia feito sobre esses documentos que estão nessas caixas. Documentos esses que estão no Arquivo Nacional. Aqui estão... Em cada aqui tem o volume primeiro, aí vem lá programação estudantil, informe de curso(F) de organismo, armas privativas das Forças, tratamento de presos políticos, pilote(F) Português no aeroporto de São Paulo, Editora [ininteligível] Promoção... E aqui uma série de documentos... O livro, *"O Despertar de um Continente*"; MDB e a atuação de elementos cassados, informes de inteligência que haviam sido produzidos pela Aeronáutica. Estão todos aqui à disposição desta comissão sendo que os originais estão depositados no Arquivo Nacional com todas as referências.

Com isso, eu nego de forma absolutamente demonstrável de que tenha havido qualquer sonegação por parte do Comandante Saito ou da Força Aérea de documentos existentes. Mencionaram a existência de documentos. O que se passou de minha parte foi uma desatenção sobre a necessidade de verificar esses documentos. A necessidade de verificá-los se deu por obra do Procurador Militar que, ao pedir informações sobre os inquéritos que eu havia determinado fazer sobre isto, eu enviei a eles o relatório e ela lendo atentamente esses relatórios verifica a menção feita pelo Comandante Saito desta referência de 2006. E aí, a partir disso, ela pede então para examinar. "O que é isso? Afinal, o que tem dentro dessas caixas?" E o Comandante Saito diz: "Olha, vem aqui olhar. Vamos marcar um dia, é essa imensidão de documentos". E aí começaram a ler os documentos que estão sendo agora examinados pelo Arquivo Nacional.

Portanto, eu quero com isso, manifestar aqui a minha gratidão ao Sr. Comandante da Aeronáutica e à Força Aérea porque mostrou exatamente aquilo que se afirmava. Documentos alguns foram queimados, foram incinerados e incinerados considerando a Legislação da época. Eu quero lembrar aos senhores o seguinte, e aí é importante ter presente, o Brasil teve... Tem uma Legislação sobre documentos sigilosos, Senador Suplicy, que começou em 1949; 14 de dezembro de 1949, Decreto 27.583. Estabelece, na época, graus de sigilos. Dizia a Legislação: *"Assunto ultrassecreto, assunto secreto, assunto confidencial, assunto reservado. Dois subtipos: controlados e não controlados"*. E dizia mais, que os assuntos ultrassecretos e assuntos secretos, quem tinha competência – já em 49. Quem tinha competência para classificar os documentos nesse grau de sigilo de ultrassecreto e secreto era um membro de Conselho de Segurança Nacional e secretários-gerais e autoridades delegadas – em 1949.

E tinha mais, que a destruição dos ultrassecretos, dos secretos, dos confidenciais e dos reservados controlados tinham que ser feitos através de um termo

de destruição. Sendo que os reservados não controlados poderiam ser... Foram destruídos por qualquer pessoa. Isso pela Legislação de 1949.

Em 1967, portanto, já no Regime Militar, 11 de março de 1967, vem o Decreto 60.417, que mantém, mais ou menos, a mesma tradição. *"Classificação: ultrassecreto, secreto, confidencial, reservados, controlados e não controlados*". Agora aqui muda as competências das pessoas que podem classificá-los. Poderiam classificar como ultrassecretos, por Decreto 67, o Presidente da República, o vice-Presidente, o Ministro de Estado, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o Chefe do EMFA, o Chefe de Estado-Maior de cada Força e o Chefe do SNI poderiam classificar documentos de ultrassecretos.

De secretos poderiam ser classificados... Essas autoridades poderiam classificar também de secretos, além delas, diretores, comandantes e chefes de órgãos autônomos. Os confidenciais e reservados as mesmas pessoas mais os oficiais das Forças Armadas, oficiais da administração ou funcionários de categorias mais elevadas.

E a destruição dos ultrassecretos, secretos e reservados controlados tinha que haver um termo de destruição. Os confidenciais e os reservados não controlados, de acordo com o Decreto, qualquer autoridade superior, autoridade que o elaborou, na presença de duas testemunhas, poderia incinerar os documentos sem a necessidade da lavratura de termo de destruição. Eu vou entregar isso aqui também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro, só uma pergunta. Esse material, na verdade, são índices e o material em si, que está aqui desclassificado, isso está com a Procuradoria hoje?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Está no Arquivo Nacional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Está no Arquivo Nacional, o material também--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem material interessante. Tem aqui, olha.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Ministro, só para--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Só poderia encerrar aqui--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então o arquivo, quando vai para o Arquivo Nacional, ele tem que ser classificado, ordenado para poder ser consultado por aqueles que têm interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu folheei aqui, eu vi, tem entrevista da Elis Regina lá na Holanda, tem D. Hélder, tem [ininteligível] no Amazonas--

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Às vezes, tirado do jornal.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Só para encerrar. Em 1977, veio o novo Decreto, Senador Simon, também fazendo a mesma coisa, a classificação ficou igual: ultrassecreto, secreto, confidencial, reservados, controlados e não controlados; só muda um pouco as autoridades que poderiam classificar com esse tipo. Há uma alteração, ultrassecreto, ao Presidente, o vice, o Ministro de Estado e o Chefe do Estado-Maior de cada Força. Tira fora o comandante e o chefe do SNI, etc, etc.

A destruição também a mesma coisa: termos de destruição somente para os ultrassecretos, secretos confidenciais e reservados controlados. Até que, em 2002, veio o novo Decreto do Presidente Lula, no caso, de 27 de dezembro de 2002... Do Presidente Fernando Henrique, no final do Governo Fernando Henrique, vem um último Decreto de classificação de ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado. A mesma coisa estabelecendo só que quem pode fixar como ultrassecreto é o Presidente, o vice, o Ministro de Estado e autoridade com a mesma prerrogativa – que seriam os secretários com condição de Ministro –, o comandante das Forças e o Chefe de Missões Diplomáticas e Consulares. E a eliminação, em 2007, 2002, a eliminação... A regra é um pouco confusa no Decreto. Eles criaram uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos. E essa comissão permanente tinha a capacidade de determinar o destino final da documentação tornada ostensiva. Por quê? Porque esse Decreto tem lá uma série de regras dizendo que determinados documentos poderiam ser... Se tornavam ostensivos em determinado momento ou por determinada competência por determinado personagem. Então, esta era... Esta comissão é que determinava o destino final da documentação tornada ostensiva. E, ainda, poderia ela selecionar documentos para a guarda permanente. Mesmo os ostensivos para a guarda permanente se assim poderia mandar queimar, portanto, os documentos.

O relatório da Aeronáutica, quando refere o problema relativo a essa temática, ele tem a observação... Primeiro renarra(F) longamente esse relatório que está aí, narra... Este é o relatório que deu origem a essa busca, primeiro ele narra o problema da extinção da Agência de Segurança, em 95, e também a transferência dos documentos todos para o Rio de Janeiro, para

o Aeroporto Santos Dumont, onde houve o incêndio. Depois ele demonstra de que quando a Aeronáutica queimou os outros documentos que não estes, ele queimou com base no Decreto de 1977, Decreto esse que só determinava termos de destruição quando fossem controlados reservados. Os controlados... Os controlados, os reservados não controlados poderiam ser queimados por autoridades.

Então, Presidente, só para fechar o esclarecimento e evitar, digamos, que nós possamos afirmar equivocadamente de que a Força Aérea estivesse sonegado os documentos, não é verdade. Em 2006, ela manifestou a existência desses documentos e ainda colocou à disposição das autoridades esses documentos. Pelas razões que acabei de expor, esses documentos só vieram a ser examinados por provocação ou por, digamos, curiosidade, aspas, da Procuradoria Militar ao ler no relatório do Comandante Juniti Saito a existência desses documentos.

Presidente, eu agora encerro para dar as últimas respostas relativas aos temas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então eu vou deixar na secretaria da comissão, os Srs. Senadores que tiverem interesse...

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Tem todo o material aqui, as referências todas, tem coisas interessantíssimas aí. É isso que eles chamavam de genérico, tem carta, tem manifestações... Eu não encontrei, pelo menos na passagem de olhos, eu não encontrei nenhum documento operacional, referência a existência de documentos operacionais. Eu referi documentos, pesquisa lá, deve ter alguma coisa sobre a vida do Pedro Simon, coisa desse tipo, Suplicy também, o Senador perdendo jogo de boxe, ou não... Deve ter coisas desse tipo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: A luta de boxe. Eu não sei se tem, mas poderá ter, tendo em vista a sua notoriedade nesse tipo de esporte.

Bem, senhores, eu... Senador Pedro Simon, eu esclareço a V. Exa.... Bom, em primeiro lugar, em relação ao Senador Suplicy, quando se discutiu, começamos a discutir este assunto no Governo sobre... Eu sustentava exatamente a posição de Nelson Mandela. E eu quero lembrar aos senhores, eu não vi o filme, mas recebi uma notícia da biografia de Mandela. E na biografia de Mandela, me diz um amigo que assistiu a seguinte cena no filme, em que ele assume a Presidência da República ou coisa parecida e chega os seguranças, os negros e os brancos que eram seguranças do antigo Governo. E os negros, seguranças negros de Mandela disseram: "Como? Esse é o que nos reprimiam?" E Mandela disse: "Não, as coisas mudaram. Eles são seguranças também". Isto é uma grande lição. Reconciliação. Exatamente esse foi o trabalho que nós desenvolvemos nesse sentido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só para ser preciso, Ministro Nelson Jobim, este filme a que V. Exa. se refere agora é o *"Invictus"* que está passando e eu recomendo muito. O filme a que eu me referi, denomina-se *"Em Minha Terra"* e a história inteira da Comissão de Reconciliação e Verdade com a Juliette Binoche, que aí sim é a história--

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Mas eu estou me referindo à biografia do Mandela que está passando agora recentemente e que mostra exatamente a conduta de estadista que teve em relação ao enfrentamento do problema.

Essas divergências são normais dentro do Governo e foram resolvidas pelo Presidente da República da forma como eu me referi. Agora, Senador Simon, em momento algum eu manifestei ao Presidente da República de que eu iria me demitir. O Presidente não deu oportunidade. Porque no momento que eu sentei à mesa, no aeroporto, para conversar sobre o assunto, ele disse assim: "Jobim, precisamos resolver esse assunto. O que devemos fazer?" Eu ia me... Aí não tinha mais condições. Depois, à noite, numa festa de Natal, na Granja do Torto, eu disse a ele que ia... Presidente, se a coisa não se resolvesse eu ia sair porque era uma questão de coerência. Mas o senhor sabe muito bem como eu conduzo essas coisas. V. Exa. conhece. E as coisas foram resolvidas de forma absolutamente corretas. O projeto, o Decreto é para que uma comissão elabore um anteprojeto e faça uma grande discussão para a elaboração do anteprojeto. Esse anteprojeto será discutido dentro do Governo para se tornar projeto e vir para cá. Ou seja, processualiza as coisas.

E eu quero dizer a V. Exa. o seguinte, quando V. Exa. fez uma série de elogios a mim, há alguma coisa que V. Exa. há de convir. Em 1988 e 87, que V. Exa. disse que eu tive uma participação extraordinária na constituinte, na verdade eu era um amanuense. V. Exa. lembra disso. Eu era um amanuense e foi V. Exa. que me chamou atenção. Amanuense é aquele que escreve, evidente que todos sabem. E eu não botava o nome no que eu escrevia. E V. Exa. disse: "Que estranho, esse texto foi feito por quem?", e não tinha nome. E ele disse: "Oh, Jobim, tu não bota o nome no que tu escreve? Que coisa curiosa. Todo mundo quer a paternidade aqui nessa Casa e o senhor não quer". Foi V. Exa. que me disse isso lá em 1987, 88; 87. E eu só fazia o quê? Vocês discutiam o grande... Digamos, o grande clero do PMDB discutia, fixava as linhas do partido e eu escrevia. Ou seja, eu conhecia o problema

da redação jurídica. Eu não participava da decisão política. Lembre-se V. Exa.. V. Exa. participou de algumas discussões na casa do Dr. Ulysses sobre o processo constituinte, ele colocava o problema, vocês todos expunham, você, Archer(F), Celso Furtado, Richard(F), Fernando Henrique, Mário Covas, expunham as posições todas, Ulysses ouvia, tomava uma decisão e depois cabia a mim escrever. Eu não era ouvido sobre qual a decisão a ser tomada. Eu era ouvido para escrever, transformar aquilo que vocês todos discutiam num texto. A importância minha, naquele caso, não era importância política, não. Era uma importância meramente de um redator que tinha capacidade de fazer essas... Digamos, transformar aquilo tudo em um texto legal, com uma certa experiência de professor, etc, etc. Então, não foi bem assim.

Em segundo lugar, a revisão foi um fracasso. Mas o fracasso da revisão decorreu do momento histórico em que vivíamos. Ela teve uma função, Pedro. Ela teve uma função porque foi o momento da catarse e da meditação sobre o que tínhamos feito em 88. E o que eu fiz, naquela época? Redigi textos radicais. Os senhores sabem muito bem que redator, relator de texto e de projeto não é relator de si mesmo. Relator de texto de projeto estabelece um teto. E ele sabe muito bem que aquilo vem para baixo. E o que então eu fiz, naquela época? Radicalizei ao máximo possível para quê? Para que tivesse o momento que o Dr. Ulysses chamava da catarse política, do choro, do ranger de dentes, da acusação da tua mãe, da tua irmã, da tua mulher, da tua amante, do diabo a quatro. Depois dessa choradeira vem a lucidez. Não adianta querer tentar dar um salto de um momento a outro sem ter passado pela luta, pelo desgaste, pelo debate, pelo pontapé, pela acusação... Eu fui acusado de falsário, diabo a quatro. Mas fazia parte do jogo, era um momento político importante que depois começou a se consolidar com as reformas que iniciaram em 95, 96, que casualmente eu, Ministro da Justiça, vim redigir as Reformas Constitucionais de 95 e 97, quando Ministro da Justiça do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Então, eu acho que o fracasso da revisão foi em termos de produção. Mas não de preparação de um ambiente político para 1995.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu fiz questão de salientar.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Eu sei. Exatamente isso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O problema foi o impeachment que ele decretou.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Estava todo o ambiente, todo conturbado. Todo conturbado. E havia a necessidade de você ter o conflito, aquela discussão... O Benedito Gama que está aí assistiu essas coisas, aquelas discussões enormes sobre problemas relativos às questões federativas, as discussões sobre a privatização ou não, a exploração as telecomunicações, o problema relativo ao subsolo... Enfim, aquelas coisas todas surgiram em 95, o debate. Aliás, em 93 e em 95 estava pronto. Não tinha mais discussão a fazer. Porque a choradeira já tinha acontecido.

Eu esclareço mais, também, eu queria esclarecer a V. Exa. que eu sou absolutamente, rigorosamente favorável ao esclarecimento dessas verdades todas. Só tenho um limite, que é a anistia. Ou seja, é para saber o que aconteceu. Não repetir e não permitir que se repitam. Mas não pretender com isso sacrificar ou degolar alguém. Por quê? Porque estão protegidos pela Lei da Anistia. Esse é o sentido. Vamos à verdade, não vamos à retaliação. Vamos fazer o que Mandela fez na África do Sul. Vamos à verdade e não vamos à retaliação. E essa foi a decisão política que o Brasil fez. Quanto mais, meu caro Senador Pedro Simon, meu caro [ininteligível] Senador Valadares, eu quero dizer a V. Exa. de que, efetivamente, em setembro, conforme o relatório que eu fiz agora, que eu referi, está aqui, eu recebi o texto do Ministro Paulo Vannuchi em que tinha essa expressão *"Examinar casos graves de violação de Direitos Humanos ocorridos no período de 64 a 85* – e dizia mais adiante o texto – *Apuração dos crimes praticados por agentes do Estado"*. Isto eu fui contra. Eu quero a apuração da verdade global, tal qual a Lei da Anistia fez, ou seja, bilateral. E aí então apresentei a proposta que acabou com todas essas ocorrências redundando do Decreto de 13 de janeiro de 2010. Ou seja, o processo foi democraticamente conduzido pelo Presidente Lula, foi conduzido de forma absolutamente, digamos, tranquila, evidente, com as minhas posições que são afirmativas, eu não escondo as minhas posições, o Pedro Simon conhece essa história e digo: "Olha, esta é a situação". Foi quando saiu no Decreto de dezembro falou em repressão com o texto da repressão política. Ora, no momento em que fala no contexto da repressão política, ele está unilateral. E aí substituímos essa expressão por violação dos Direitos Humanos praticados no período do art. 8º. E com isso, então, as coisas se tranquilizaram e as coisas estão aí produzindo um texto que será bom, que será mau, que será discutido, debatido pelos senhores, pelo Congresso Nacional, considerando as várias posições e trazendo para cá as divergências existentes entre, inclusive, o Ministro da Defesa e o próprio Secretário de Direitos Humanos, coisa absolutamente normal e democraticamente concebível. O que não é possível, o que a gente não pode admitir é que alguém esconda de você as posições. Reserva mental em política é

suicídio. Porque lá adiante você sabe o que vai acontecer. É suicídio. Ou seja, chama-se aquilo que depois... Quem faz reserva mental vai ter que fazer aquilo que o Dr. Ulysses se referia do Benjamin Franklin, ou melhor, do Disraeli, do Benjamin Disraeli, Primeiro-Ministro da Rainha Vitória. Lembra-se que o Dr. Ulysses repetia: *"Never complain, never explain, never apologize"*. Nunca se queixe, nunca se explique, nunca se desculpe. Porque se fizer isso em política já está no corner(F), e já está apanhando, e o Senador Suplicy sabe o que é estar no corner(F) e estar apanhando.

Bem, por último, o Senador... V. Exa. referiu a questão das Malvinas. Eu gostaria de chamar atenção dos senhores, evidente que não vou emitir juízo de mérito, a posição brasileira em relação à posição Argentina sobre as Malvinas. O Brasil não aceita sobrevoo e não admite também permanência ou base de apoio logístico para navios britânicos que se destinem às Malvinas. Ou seja, se nós temos um avião que vá se destinar à Malvina, não pode parar em território brasileiro. Vai ter que vir por Ascension, ou seja, pela linha de ilhas britânicas que tem... Os senhores lembrem que no mar internacional os ingleses têm uma série de ilhas que a última delas é Malvinas, que é *Falkland,* na linguagem inglesa. A nossa posição é favorável à posição argentina no sentido...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não aceita agora ou não aceita normalmente?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não aceita sempre. Desde a posição, desde a guerra não aceitamos. A posição brasileira foi sempre entender de que Malvinas estava dentro da plataforma continental. E veja bem, senão pensem vocês, qual seria a posição nossa sobre se alguém pretendesse Fernando de Noronha? Ou alguém pretendesse a Ilha da Trindade. Lembre-se que por causa de Fernando de Noronha, por causa da Ilha da Trindade, o Brasil tem como soberania no subsolo, nos fundos marinhos, 4.5 milhões de quilômetros quadrados. Se não fora isso, teríamos 3.5 milhões de quilômetros quadrados. Estendemos a nossa soberania e domínio sobre o subsolo marítimo até o limite de 350 milhas, considerados a convenção do mar, ou seja, a convenção de Montego Bay. Com isso, nós espichamos e conseguimos essa soberania.

Agora, eu queria chamar atenção, acho absolutamente correta a posição de V. Exa. em relação à proposta feita, avanço, permite-me que me diga isso, afinal ele provocou a minha posição, acho que é correta a posição sustentada por V. Exa., mas também temos que prestar atenção ao exemplo. O que está se buscando lá? Riquezas nos fundos marinhos relativas a hidrocarbonetos. Petróleo. Aonde? Próximos, muito próximos ao nosso entorno. Ou integrando ao entorno brasileiro. Portanto, é fundamental que nós tenhamos capacidade dissuasória. Porque se nós... Se alguém tivesse capacidade dissuasória... Quem tem capacidade dissuasória ninguém ia fazer esse tipo de coisa. Portanto, é fundamental que nós possamos desenvolver o nosso plano estratégico de defesa, exatamente a nossa estratégia nacional de defesa para assegurar a capacidade dissuasória do Brasil e assegurar a permanência de suas riquezas. Que tipo? Riquezas que são de energia, não só de energia do mar, mas energias alternativas, riquezas que são de minerais e riquezas que são de água potável. Nós temos uma das... Nós participamos da grande reserva da Amazônia e ainda participamos de parte do Aquífero Guarani, que são as duas grandes reservas de água potável do mundo.

Portanto, precisamos ter a capacidade de dizer ao mundo que isto é nosso, a bem da humanidade, será cuidado por nós brasileiros nas regras que nós brasileiros determinarmos. E para isso precisamos ter estrutura para essa situação.

E por último, em relação ao Presidente... Ao Presidente Fidel Castro, o Presidente Lula não fez segredo disso. O Presidente Lula disse abertamente numa mesa, então não há proibição que eu diga. O Presidente Lula... Encontrávamo-nos no Haiti, no [ininteligível], onde os brasileiros desenvolvem um trabalho extraordinário de socorro ao Haiti, V. Exa. conhece, estiveram lá, na mesa, no almoço, o Presidente Lula vira-se para o Comandante Enzo Martins Peri, do Exército, e diz assim: "Olha, eu falo com Castro desde 1983. E o Castro... E o Fidel me disse várias vezes: Aproxime-se das Forças Armadas do Brasil porque são todas elas nacionalistas e tem projeto nacional". Eu, então, mexi com o Enzo: "Enzo, vai ter que botar uma fotografia do Fidel no seu gabinete".

Muito obrigado. Era só. Eu gostaria agradecer à comissão, espero ter feito os esclarecimentos devidos sobre a questão dos Direitos Humanos e, inclusive, sobre documentos da FAB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, sugiro que a proposição do Senador Pedro Simon seja por todos nós aprovada, mesmo que por... Que V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Acredito que sim, mas podemos... Amanhã vamos ver a oportunidade de poder--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --no diálogo com a Secretária Hilary Clinton. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Agradecendo, por-

tanto, e cumprimentando o Ministro Jobim, eu declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 18h52.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e dezenove minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Geraldo Mesquita Júnior** e **Roberto Cavalcanti**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Fernando Collor, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Geovani Borges, Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque.** Justificou a ausência o Senador **Francisco Dornelles.** Deixaram de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São apreciados os seguintes itens, constantes da pauta. **Mensagem (SF) Nº 208, de 2009**, de autoria do Presidente da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia*". Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**, que fez a leitura de seu Relatório em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2009. Resultado: apreciada a Mensagem. **Projeto de Lei da Câmara nº 312, de 2009**, de autoria do Presidente da República, que "*autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza*". Relator: Senador **João Pedro**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 819, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "a*prova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.*" Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria, com a Emenda nº 1-CRE, de redação. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 840, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005".* Relator "*ad hoc*": Senador **Flexa Ribeiro**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 846, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*aprova o texto do Acordo Tripartite entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação no Campo do Turismo no Âmbito do Fórum de Diálogo IBAS, concluído em Nova Delhi, em 15 de outubro de 2008, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado/Governo do IBAS".* Relator: Senador **Fernando Collor**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 953, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "a*prova o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004".* Relator: Senador **Romeu Tuma**. Resultado: adiada a apreciação da matéria. É apreciado o seguinte requerimento. **Requerimento nº 96, de 2009-CRE**, para a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar da matéria veiculada no jornal *Correio Braziliense* do dia 1º de novembro de 2009, intitulada "Exploração sem regulamentação", da jornalista Danielle Santos. Autor: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Resultado: aprovado. Durante a Reunião, fizeram uso da palavra os senadores **Fernando Collor, Heráclito Fortes** e **Roberto Cavalcanti**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião

Senador **Geraldo Mesquita Júnior,** Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 19 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Vamos à nossa pauta.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem. Se V. Exa. permitisse, eu gostaria da fazer uma rápida explanação do porque do pedido de vistas feito por mim, quando estava para ser sabatinado o Embaixador aqui indicado pelo Presidente da República via Ministério das Relações Exteriores para a Mauritânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não, senador. Fique à vontade.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado.

*"Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Alguns senadores têm criticado nesta comissão, com frequên*cia, a criação de Embaixadas em países com pouca relevância internacional e para os interesses brasileiros. A dimensão política e econômica de alguns países não justificaria os grandes gastos envolvidos na instalação e manutenção de uma Representação.

A atividade diplomática, para não ter caráter meramente simbólico, requer um nível intenso de atividades e densa cooperação bilateral, o que envolve grandes despesas para ser efetiva e produzir benefícios. Concordo que nossos recursos devam ser criteriosamente alocados, porque são escassos em relação às demandas da nossa política externa e às necessidades de nossa maior dimensão internacional.

Creio que é necessário o emprego desses escassos meios e que ele seja submetida à adequada consideração estratégica. A designação de Embaixador Residente para a República Islâmica da Mauritânia cumpre esse requisito, pois trata-se de país situado em região – o Norte da África – que vive problemas que afetam a paz e a segurança internacionais.

Essa designação não deve ser vista apenas sob o prisma do incremento das relações bilaterais, mas sim no contexto de sua importância regional. A Mauritânia e seu entorno, países como o Senegal, o Mali, Algéria, Marrocos; têm sido palco de atuação de grupos terroristas que se articulam na Al-Qaeda, especificamente no grupo chamado Al-Qaeda do Maghreb Islâmico. Há na Mauritânia elementos propícios ao desenvolvimento de atividades terroristas, como a tensão entre populações da diferentes etnias e a pequena solidez institucional do país.

Em sua conceituação clássica, cabe à diplomacia representar, negociar e informar. A situação de instabilidade e tensão na área faz com que seja imprescindível acompanhamento cuidadoso. E a Mauritânia é privilegiado posto de observação e informação de todo o Norte da África. Trata-se, portanto, Sr. Presidente, de ação importante da Diplomacia Brasileira a designação de Embaixador Residente.

Louvo também a escolha de diplomata até agora servindo na França, país do qual a Mauritânia tornou-se independente em 1960. Ademais, o embaixador indicado tem experiência regional por ter servido em Argel.

Causa-me estranheza, no entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que assunto dessa importância tenha sido encaminhado ao Presidente da República por meio de documento que não foi firmado pessoalmente pelo Chanceler, de acordo com o processado que aí está. Não considero adequado – que como se pode verificar no processo original – o Ministro das Relações Exteriores submeta à apreciação do Chefe de Estado, designação de embaixador em documento com mera assinatura eletrônica. Documentos de Estado demandam, historicamente, serem revestido de forma adequada e mesmo solene. Essa forma tem sido tradicionalmente, na diplomacia, um garantia da autenticidade e importância dos atos, como ocorre com os acordos internacionais. Os diplomatas revestem-se de características externas que definem a sua importância.

No documento a que me referi consta tão somente que foi assinado eletronicamente, e mesmo assim, a assinatura eletrônica não está ali aposta. A chamada assinatura eletrônica, ela é regulamentada por legislação específica, que garante a sua autenticidade e segurança por meio de órgãos certificadores. No documento em tela, não há nenhuma menção, nenhum indicador de que a assinatura foi, ao menos, aposta de acordo com as normas vigentes.

Creio eu, salvo melhor juízo, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não deverá aceitar documentos que não sejam devidamente assinados pela autoridade responsável. E solicito ao Presidente desta comissão, data venia, que transmita ao Ministério das Relações Exteriores nossa preocupação com o procedimento – pelo menos pouco respeitoso – com as instituições republicanas".

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador Collor. Nós vamos...

Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, é um assunto que é trazido aqui, ele é pertinente, acho que talvez por falta até de cuidado ou de atenção nossa mesmo, esse fato tenha ocorrido ao longo de tempo. Mas eu acho pertinente a observação feita pelo nosso companheiro Senador Fernando Collor. E a sugestão é de que se comunicasse ao Ministério das Relações Exteriores que documentos dessa natureza não teriam a validade legal na tramitação nesta Casa.

Para os próximos casos, é claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não. Acato a sugestão, Senador Heráclito. Vamos entrar em contato, portanto, com a... Conversaremos posteriormente com os amigos que aqui representam o Ministério das Relações Exteriores e verificaremos a possibilidade de atender a sua sugestão, Senador Heráclito.

De qualquer forma, o Sr. Embaixador tem a indicação do Presidente da República. E convido o Embaixador Flávio Hugo para nos acompanhar aqui nos trabalhos.

Embaixador seja bem-vindo. Tudo bem?

A mensagem. *"Submete apreciação do Senado o nome do Sr. Flávio Hugo Lima da Rocha Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia".* Autoria do Presidente da República, o relator foi o Senador Antonio Carlos Valadares, que na reunião do dia 10 de dezembro proferiu o relatório. Vista foi concedida ao Senador Fernando Collor, que fez as sua ponderações na presente reunião. E concedo, incontinente, a palavra ao Embaixador Flávio Hugo para fazer a sua exposição.

Embaixador, fique à vontade.

SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR: Obrigado, Sr. Presidente. Senhoras...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Embaixador, me permita, só mais um minutinho.

Fica aberto, portanto, o processo de votação. Srs. Senadores que já firmaram convencimento podem depositar o seu voto, se assim preferirem.

Embaixador, com a palavra.

SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR: Sras. e Srs. Senadores, bom-dia a todos.

Eu gostaria de iniciar a minha apresentação tentando localizar geograficamente a Mauritânia. É uma pena que hoje nós não tenhamos o mapa que estava exposto da outra vez. Mas a Mauritânia se localiza no Noroeste do Continente Africano, e tem como vizinhos próximos o Saara Ocidental ao Norte; a Argélia, o Mali ao Leste e ao Sul; e o Senegal bem ao Sul do país.

A Mauritânia tem um território de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, o que equivaleria, para nós termos uma ideia, o território do Estado do Mato Grosso. Tudo isso para uma população de três milhões de habitantes, que por sua vez, equivale à população da Cidade da Salvador.

A exemplo de Brasília, a capital da Mauritânia, Nouakchott, foi construída no final dos anos 50 do século passado, e hoje já abriga quase 1/3 da população no país.

A Mauritânia foi colônia da França até 1960, e fazia parte de um grande conjunto chamado África Ocidental Francesa. Não era uma colônia de povoamento e nem necessariamente uma colônia de exploração. E por essa razão, no momento da independência, não dispunha de muitas infra-estruturas e a atividade econômica era muito incipiente.

O deserto do Saara cobre praticamente 95% do território, sobrando, assim, 5% de terras aráveis no Sul do país na área do Rio Senegal, que faz justamente a fronteira ao Sul com o Senegal.

A sociedade tradicional mauritana era organizada em tribos nômades e seminômades de origem árabe-berbere, e também de etnias negras do sul do país, entre as quais, entre as mais importantes, Soninquê, Haalpulaar, e mais algumas outras, Bambara e Wolof.

O grande elemento que une todo esse país vasto, de população escassa, de origem étnica diferente, é a Religião Islâmica de Rito Sunita, que é praticada por absolutamente 99% da população. Então, o Islã e a sua cultura é o que dá o sentido de unidade nacional ao país.

A Mauritânia é considerada um país de desenvolvimento relativo médio, segundo os índices da ONU. Ela, em 2009, ocupou a 154ª posição, com base nos índices econômicos e sociais da ONU. Para se ter uma

ideia, o Brasil, hoje, se encontra na 75ª posição, já considerado como um país de desenvolvimento maior. Tudo isso para um PIB de três bilhões de dólares e uma renda per capita de 930 dólares.

A economia da Mauritânia depende basicamente da riqueza do seu subsolo, sobretudo minerais, e mineral de ferro, mas eles também têm ouro, cobre, e desde 2006 começou a exploração de petróleo, que trouxe uma grande expectativa ao governo e à sociedade local, como uma possível fonte para o desenvolvimento do país. Mas o que começou muito bem com a produção de 75 mil barris por dia, nos anos seguintes declinou por razões técnicas, e hoje se situa por volta de 11 mil barris por dia.

Do ponto de vista político, a Mauritânia tem vivido desde a sua independência, uma certa instabilidade política. A partir de 1978, com o final da guerra no Maghreb, por conta do Saara Ocidental, houve um golpe de estado, e desde então os militares passaram a exercer uma função primordial na vida política do país. Em 2007 houve uma abertura política que possibilitou a eleição do primeiro presidente civil do país, mas essa abertura foi de muita curta duração, e já no ano de 2008 houve um novo golpe militar.

Imediatamente a União Africana suspendeu o país da Organização. Os doadores internacionais, os principais parceiros congelaram os seus investimentos e a sua ajuda ao desenvolvimento. E foi graças a uma longa negociação promovida sob os auspícios da União Africana, da francofonia e de outras organizações, que se chegou a um entendimento político entre todas as forças do país, que possibilitou a renúncia oficial do antigo presidente, a formação de um Governo de União Nacional, e datas para novas eleições presidenciais.

Isso efetivamente aconteceu, e, em agosto de 2009 o General Abdel Aziz foi eleito no primeiro turno com 52% de votos, e em eleições consideradas limpas e regulares pela comunidade internacional.

Por essa razão eu vejo que a abertura da Embaixada do Brasil Residente em Nouakchott ocorre em um momento particularmente rico da vida política do país. E caso o meu nome venha a ser aprovado por essa Casa, eu teria muito interesse em atuar em três áreas principais. A primeira, de observação política, como o Presidente... Collor soube muito bem levantar previamente à minha exposição: A Mauritânia é um posto de observação muito importante, não só para os conflitos regionais, no caso mais específico; o que coloca o Saara Ocidental no quadro do grande Maghreb, onde há uma situação de nem guerra e nem paz, que opõem o Marrocos a Frente Polissario, que luta por um país independente, e também a questão do terrorismo no Maghreb. A Mauritânia também participa da UMA que é União do Maghreb Árabe, uma organização que se recente dos problemas relativos ao relacionamento do Marrocos com a Frente Polissario.

E também, além do ponto de vista político de observação, um ponto de observação político, eu gostaria muito de me dedicar à promoção comercial e estudar as oportunidades comerciais para as nossas empresas brasileiras. Os senhores saibam que no final dos anos 70 a empresa Mendes Júnior esteve muito presente no país, e construiu um dos maiores eixos rodoviários do país, que hoje, passado vários anos, ainda se encontra farta referência em material bibliográfico. Chamam da *"A Estrada da Esperança",* que ligou a capital no litoral até a cidade de Néma, bem no interior, bem a Leste do país. E hoje em dia se encontra implantada no país uma subsidiária da Andrade Gutierrez, que constrói também um trecho de 110 km ao Sul do país. Então acho muito importante estar atento a esse tipo de oportunidade que possa surgir para o incremento do comércio bilateral.

Outra área que eu teria muito interesse também em agir é a área da cooperação técnica, e ver como o Brasil poderia prover, segundo as necessidades mauritanas, como o Brasil poderia prover essa ajuda. Isso requer trabalho de campo, muita conversa. Requer também o apoio da Agência Brasileira de Cooperação, mas antes de nada, exige identificar os setores que a Mauritânia necessita de cooperação e que pode receber, porque muitas vezes o país quer receber, mas não tem nem condições de receber o auxílio que solicita. Então, é um trabalho muito delicado, detalhado, que exige uma boa preparação.

E em terceiro lugar eu assinalaria a cooperação educacional e a concessão de bolsas de estudo, pois há uma grande demanda. No passado vários estudantes mauritanos se beneficiaram de cursos aqui no Brasil em áreas diversas, durações também diferentes, mas que creio eu, ajudam e ajudaram a, enfim, reunir os dois povos. E assim que eu vejo um pouco a minha atuação, caso aprovado, na Mauritânia.

O trabalho da abertura de uma Embaixada é um trabalho já que exige grande atenção do Chefe do Posto. São muitas medidas de ordem prática, de ordem política, e que tomam muito tempo, mas passada essa fase inicial, eu vou querer, efetivamente, me dedicar a esses três temas que eu indiquei.

E assim, senador, eu agradeço a ocasião de me dirigir aqui à comissão, e me ponho à disposição de qualquer pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Embaixador Flávio, agradecemos a exposição feita por V. Exa.

E como todos sabem, a Constituição e o Regimento determinam que a partir de agora a sessão seja secreta. Peço a todos que nos deem essa oportunidade, permanecendo apenas aqueles ligados ao corpo diplomático.

Lembro aos Srs. Senadores o que processo de votação está aberto.

[sessão secreta às 10h44]

[sessão reaberta ao público às 11h12]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Comunico a aprovação do Embaixador Flávio Hugo Lima Rocha Junior, que representará a todos nós, o país, na República Islâmica da Mauritânia.

Essa comissão deseja ao Sr. Embaixador pleno êxito na sua missão, e nos colocamos desde já à sua inteira disposição para a continuidade do nosso contato.

Parabéns e felicidades ao senhor.

SR. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR: Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Um grande abraço.

Bem, vamos agora à segunda parte da nossa reunião. Nós temos aqui alguns projetos, todos não terminativos. E a pedido do Senador Roberto Cavalcanti, vamos fazê-lo com a maior diligência possível.

O primeiro projeto, é um Projeto de Lei oriundo da Câmara, que "A*utoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza".* Um projeto muito importante, de autoria do Presidente da República, e a relatoria coube ao nosso preclaro amigo Senador João Pedro que tem a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara 312.

Do relatório: "O Presidente da República submeteu por meio da Mensagem 115/2009, texto do Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a doar recursos à Autoridade Nacional Palestina, no valor de 25 milhões de reais, em apoio à economia palestina para a reconstrução de Gaza.

Em sua justificação o autor sustenta entre outras coisas que, entre aspas, a situação econômica e humanitária na Faixa de Gaza é crítica. A ONU calcula que 613 milhões de dólares o montante necessário, apenas para solucionar as necessidades mais urgentes de alimentação, construção, infraestrutura e saúde. Autoridades palestinas estimam o custo total de reconstrução de Gaza em cerca de dois bilhões de dólares, a serem empregados em até cinco anos.

Segundo dados da agência de Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos, 900 mil pessoas dependem da distribuição de alimentos coordenados pela agência.

Há alto número de famílias deslocadas, já que mais de 20% dos habitantes em Gaza, foram parcial ou inteiramente destruídas".

Da análise, Sr. Presidente. "Compete a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o exame atento do mérito quanto da constitucionalidade e da técnica legislativa de projeto.

A proposição vincula-se a tema que convida a atenção de todos àqueles que têm preocupação com assuntos internacionais, de modo especial com o conflito envolvendo o Hamas, Israel na Faixa de Gaza. O assunto para além da dimensão geopolítica tem desdobramento humanitário evidente.

O rescaldo do combate armado representa sofrimento indizível para significativa parcela da população civil localizada naquela região, vítima de atrocidades perpetradas de lado a lado".

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 312/2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, senador João Pedro. Não havendo quem queira discutir a matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu, na verdade, gostaria de me antecipar no voto positivo, faço parte da base de sustentação do Governo, então não poderia agir de forma diferente. Porém, gostaria de fazer um alerta a nós todos para que o Brasil atentasse de que não é tão rico quanto pensa.

Sistematicamente nós estamos assistindo passar por esta Casa concessões de moratória brasileira para com países devedores, assistência brasileira a outros países em função de acidentes, em função de deficiências financeiras; porém, na verdade, o Brasil não pode pensar que é um país de primeiro mundo, nem o Brasil... O Brasil tem que pensar economicamente da mesma forma que empresarialmente se pensa.

A consistência da economia brasileira ainda não é da pujança que faça com que o país faça de forma desmedida alguns apoios financeiros a supostos países que estariam financeiramente em posição inferior ao Brasil. Eu faço só esse alerta a nível de economia, fazendo a antecipação de voto, para que não pareça que eu sou contrário a esta proposta do Governo, no

sentido do apoio à assistência à faixa de Gaza. De forma nenhuma, eu só estou querendo que nós como senadores, pensemos com cautela na parte financeira do país, e nós não nos deixemos iludir com uma fantasia de que já estamos ricos. Não; nós estamos na primeira etapa de um país que está alcançando um patamar de um país rico.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Roberto, suas palavras são ponderadas, agora, eu acredito que o sentimento ainda não é o de que nós estamos, ou a falsa impressão de que estamos ricos. Eu acho que ainda é o sentimento que nos move à solidariedade com alguns povos, até porque esse tipo de matéria não envolve jamais o império americano, a república francesa; são pequenos países, são pequenas situações em que eu acho o que Brasil necessariamente tem que comparecer com o seu espírito de solidariedade. Mas a ponderação de V. Exa. é muito pertinente.

Em votação a matéria. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer proferido pelo Senador João Pedro. E a matéria será encaminhada a Comissão de Assuntos Econômicos.

Peço ao Senador Roberto Cavalcanti que presida aqui por alguns minutos para que eu possa relatar o Item 2.

O Projeto de Decreto Legislativo n° 819, que "*Aprova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública*".

Por favor, senador.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Peço ao Senador Geraldo Mesquita que faça a sua relatoria.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Bem...

*"Estamos recebendo aqui um Projeto de Decreto L*egislativo já aprovado na Câmara dos Deputados, que "Aprova com ressalvas os textos da Convenção nº 151 e da recomendação n.º 159 da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 78, que tratam das relações de trabalho Administração Pública".

Como eu disse, a matéria já recebeu aprovação do Plenário da Câmara em outubro do ano passado, após passar pelas Comissões de Relações Exteriores, do Trabalho, Administração do Serviço Público e da Comissão de Constituição e Justiça. Acompanha a proposição a Mensagem Nº 58, do Poder Executivo, encaminhando a matéria.

A Convenção N.º 115 da Organização Internacional do Trabalho, conhecida OIT, cuida das relações de trabalho na Administração Pública, mormente no que diz respeito ao direito de organização.

A maior parte dos dispositivos da convenção e da recomendação já se encontram abraçadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo, no que tange ao direito de representação dos empregados, o qual ao contrário, é inúmeras vezes lacunoso em face dos instrumento internacionais que se propõe a aprovar, ao se referir aos servidores públicos.

Enfim, é uma convenção que os países, para adotarem, precisam introduzir no seu ordenamento jurídico, e o fazem submetendo ao Poder Legislativo, que aprovando esse encaminhamento vai à promulgação. O texto da Convenção fala em 'negociação, mediação, conciliação', mas faz a ressalva de que a 'solução de conflitos deve ser buscada de maneira adequada às condições nacional'. Parece-me que essa ressalva abre espaço para a fixação de outros mecanismos, como os vigentes para os servidores no país hoje.

Como é o Judiciário quem resolve os conflitos entre os servidores e o estado, as garantias de imparcialidade e independência estão presentes. Se o conflito envolver discussões remuneratórias não há outra solução, além da política de se aprovar nova lei salarial.

Vê-se, portanto, plena compatibilidade dos atos ora em apresso com a legislação nacional relativo ao objeto em debate, ou seja, o direito de organização estando suas complementações ao ordenamento jurídico nacional em consonância com a evolução normativa e jurisprudencial da matéria.

Sobretudo, a matéria é de inegável mérito para o desenvolvimento das relações internacionais brasileiras, porquanto instrumento de harmonização normativa, que venha incrementar os padrões de proteção internacional conferidos aos trabalhadores.

Pelo exposto e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, e que está de acordo com a Constituição e o ordenamento jurídico, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, alterado de acordo com a emenda, aqui, meramente de redação. A Emenda nº 1:

Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto de Decreto Legislativo a seguinte redação:

Art. 2º: A expressão 'pessoas empregadas pelas autoridades públicas', constante do Item 1 do art. 1º, no texto original, estava no caput do art. 1º. O art. 1º não tem caput, portanto tem um Item 1. A emenda é meramente de redação".

Portanto, o meu Voto é pelo acolhimento da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Após lido o relatório do Senador Geraldo Mesquita, nos colocamos em discussão o Item 2, Não Terminativo. O Projeto de Lei do Legislativo 819 de 2009.

Em discussão. Ninguém desejando fazer uso da palavra. Em votação.

Os senadores que aprovam a matéria, permaneçam na condição que se encontram. Aprovada a matéria.

Agradeço a oportunidade de presidir e voltarei ao meu local para relatar o próximo item.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, senador.

Bem, aprovada a matéria, vamos ao Item 3. É um Projeto de Decreto Legislativo nº 840. Que "*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005"*.

A autoria é desta comissão e a relatoria *ad hoc* é do Senador Flexa Ribeiro, que não se encontra, e o Senador Roberto Cavalcanti deseja se pronunciar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, com permissão de V. Exa., eu gostaria de fazer uma justificativa do meu pedido de vistas na reunião passada.

Ao ler o conteúdo deste acordo, eu me deparei com a seguinte circunstância: Era um acordo assinado em 2005, portanto, há cinco anos atrás, entre as Repúblicas do Brasil e da Venezuela. A evolução mundial e as circunstâncias por que passam o relacionamento da Venezuela com outros países ao longo desses cinco anos, ela foi modificada. Não desejo descer ao mérito dessas modificações, mas elas foram modificadas.

Existiram, então, três razões fundamentais pela qual eu pedi vistas. Um era exatamente essa defasagem de tempo, para que nós fizéssemos essa avaliação e um dos pontos seria no tocante ao envolvimento de países que fossem fronteiriços com esse acordo, a exemplo da Colômbia.

Brasil, Colômbia e Venezuela são países fronteiriços; o Brasil mantém um relacionamento de extrema... Relacionamento de amizade com os dois países vizinhos, porém, os dois países vizinhos, entre si, não estão atravessando um momento de harmonia. Então, a minha preocupação era no sentido do objetivo deste acordo, que este acordo dizia que era um acordo na qual havia um propósito de combater o tráfico de entorpecente, o tráfico de armas, o contrabando, utilizando-se aeronaves e que estivessem trafegando nessas fronteiras.

Como existe um bolsão fronteiriço comum entre os três países, então, eu achei por cautela que eu deveria me assegurar de melhores informações a respeito do assunto. Procuramos a Assessoria do Ministério das Relações Exteriores; parabenizo o Ministério das Relações Exteriores pela sua competência e atuação aqui no Senado Federal, e o Ministério das Relações Exteriores me fez chegar às mãos um acordo exatamente igual entre o Brasil e a Colômbia.

Então, aquele medo que eu estava tendo, de que supostamente a Venezuela pudesse utilizar deste instrumento para abater, por exemplo, um avião colombiano e a Colômbia se ressentisse de o Governo Brasileiro ser parceiro, ser cúmplice dessa atuação militar, este acordo entre Brasil e Colômbia exime o Brasil de questionamentos futuros, porque o mesmo acordo que Brasil detém hoje com a Colômbia, ele está detendo com a Venezuela, através deste acordo.

Então, estes são pontos nos quais eu quis ter uma sustentabilidade. Agora faria uma observação final, que também foi motivo de meu pedido de vistas, que é o seguinte: existe uma não sintonia nos textos do Acordo com o Decreto Legislativo que é uma questão textual, que é o seguinte... Mas é muito importante que V. Exas. atentem para um detalhe, que é no tocante ao objetivo, é "Combater o tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas transnacionais". Quando no texto, no conteúdo do texto do decreto diz: "Combater o tráfego de aeronaves supostamente" – a palavra supostamente é muito forte – "envolvidas em atividades ilícitas transnacionais".

Então, eu gostaria de que houvesse um ajuste nos textos, para que no mesmo texto não estivesse contido "aeronaves envolvidas", que é uma coisa, *versus* "aeronaves supostamente envolvidas". A suposição pressupõe uma dúvida, e, na verdade, eu acho que o texto do acordo deveria ser corrigido, para que no seu todo estivesse contido "aeronaves envolvidas", ou no seu todo estivesse contido "aeronaves supostamente envolvidas".

Era esse o esclarecimento que eu gostaria de ter, isso está contido para facilitar a leitura de V. Exas., na página 53. O texto é bastante claro, "aeronaves envolvidas", e na página 56 quando fala dos objetivos, fala de "tráfego de aeronaves supostamente envolvidas".

Era esse ajuste que eu gostaria de sugerir nos textos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Roberto Caval-

canti, um esclarecimento, a assessoria está aqui me passando alguns informações.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Como se trata de um Tratado Internacional, nós não estamos em condições de alterá-lo, senão com o oitiva da outra parte e ele teria que ser das partes, ele teria que ser devolvido--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas eu gostaria que o Senado Federal se pronunciasse no sentido de que há uma divergência que é grave, porque uma coisa é "supostamente envolvida" e outra coisa é "envolvida".

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --claro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Para que se faça uma correção futura e as partes ratifiquem esse acordo, contendo um texto que seja uniforme. Não pode ser em um determinado trecho "aeronaves envolvidas" e em outro trecho "aeronaves supostamente envolvidas".

Há uma diferença muito grande para que se abata um avião nessas nossas fronteiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nesse sentido V. Exa. está coberto de razão.

Vou combinar com o Senador Eduardo Azeredo de que forma poderemos abordar essa questão no sentido de recomendarmos que nos tratados futuros essa questão seja levada em consideração.

Como o relatório já havia sido lido pelo Senador Flexa Ribeiro, abro a discussão. Os Srs. Senadores, não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão. Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer favorável à matéria e que será encaminhada à Mesa para as devidas providências.

O Item 4 é, mais uma vez, um Projeto de Decreto Legislativo nº 840, que "*Aprova o texto do acordo tripartite entre o Governo da República Federativa do Brasil, da Índia e da África do Sul"* – retifico, é 846 – *"Sobre Cooperação no Campo do Turismo no Âmbito do Fórum de Diálogo IBAS, concluído em Nova Delhi, em 15 de outubro de 2008, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado e Governo do IBAS".* Autoria, igualmente dessa Comissão de Relações Exteriores, aliás, da Câmara dos Deputados, e a relatoria é do eminente Senador Fernando Collor que tem a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Esta comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 846 de 2009, que resulta da Mensagem nº 11, de 13 de janeiro de 2009, enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49 inciso I, combinado com o art. 84 inciso VII da Constituição, para apreciação do acordo em epígrafe.

O ato internacional foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados em 08 de outubro de 2009.

O fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul, conhecido por "IBAS" foi instituído em 2003 pela Declaração de Brasília. Consiste em mecanismos de consertação entre três países emergentes, potências médias que têm em comum o fato de serem democracia multiétnicas e multiculturais, e de terem perspectivas semelhantes quanto a vários temas da agenda internacional.

Dos 16 Grupos de Trabalho criados para tratar dos temas de interesse comum, um deles se dedica especificamente à questão do turismo, não obstante, até o momento, essa área ainda não tinha sido contemplada com ato de qualquer natureza que fundasse as diretrizes da cooperação".

Voto: "Por todo o exposto e visto estarem observadas à adequação legislativa e regimental, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 846 de 2009."

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Collor.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Um último aqui. Trata-se de um requerimento. Requerimento nº 96, é de minha autoria.

"Com fundamento no disposto no art. 58, inciso II da Constituição, combinado com o nosso Regimento, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da matéria veiculada no Correio Braziliense em 1º de novembro de 2009, intitulada "Exploração sem Regulamentação", da jornalista Daniele Santos. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as seguintes pessoas: Sr. Márcio Meira, Presidente da FUNAI; Lindomar Padilha, Coordenador Regional do Conselho Missionário Indigenista; Dra. Débora Duprat, Subprocuradora-geral da República; Dra. Ana Paula Souto Maior, advogada do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental; Sr. Macilvo Yawanawá, filho do Cacique da Aldeia Nova Esperança; Dr. Cassiano Figueira Marques de Oliveira, Secretario de Estado de Esporte e Lazer do Estado do

Acre; Sr. João Bosco Nunes, responsável pela Agência de Turismo Maanaim; Sra. Daniele Santos, jornalista autora da matéria.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A matéria aborda em que Estado nosso, da Federação?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É ali na nossa Região. Acre...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Amazonas?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não sei se alcança o Amazonas, senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É na Amazônia?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É na Amazônia.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não tenho mais nenhum.

Eu queria agradecer a presença dos Srs. Senadores e de todos aqui presentes.

Esta sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 11h38.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas dezoito minutos do dia onze de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Efraim Moraes, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Patrícia Saboya, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Geovani Borges, José Agripino, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati** e **Cristovam Buarque**, além dos Senadores **Gilberto Goellner** e **Marcelo Crivella**. Deixaram de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São apreciados os seguintes itens, constantes da pauta. **Mensagem (SF) Nº 233, de 2009**, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela*". Relator: Senador **Renato Casagrande** (lido o relatório). Resultado: concedida vista coletiva aos senhores Senadores. **Mensagem (SF) Nº 63, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor OTO AGRIPINO MAIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.*" Relator: Senador **Heráclito Fortes** (lido o relatório). Resultado: apreciada a Mensagem. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 869, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 2008*." Relator: Senador **Flexa Ribeiro**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 872, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia na Área da Educação, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.*" Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 928, de 2009**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2008.*" Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 953, de 2009**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que "*Aprova o texto do*

Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004." Relator: Senador **Romeu Tuma**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. São apreciados os seguintes requerimentos. **Requerimento nº 13/2010-CRE**, para que a Audiência Pública objeto do Requerimento nº 05/2010-CRE, destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Agricultura e Reforma Agrária, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Constituição, Justiça e Cidadania. Autor: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado. **Requerimento nº 14/2010-CRE, em aditamento ao Requerimento nº 09/2010**, para a inclusão entre os convidados da audiência pública destinada a debater sobre "A Revisão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares", dos seguintes nomes: *Ministro* **Santiago Irazabal Mourão**, **Jackie Cabasso, Socorro Gomes** e **Felipe Carvalho**. Autor: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: aprovado. **Requerimento nº 15/2010-CRE**, para a solicitação de esclarecimentos ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador **Celso Amorim,** sobre a criação de novos postos diplomáticos, entre eles o referente à comunidade de Dominica. Autor: Senador **Flexa Ribeiro**. Resultado: aprovado. **Requerimento nº 16/2010-CRE**, para a inserção em ata de Voto de Solidariedade aos presos políticos em Cuba em razão das recentes declarações dadas pelo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva. Autores: Senadores **Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro**. Resultado: aprovado. Durante a Reunião, fizeram uso da palavra os senadores **Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Inácio Arruda, João Tenório, Marcelo Crivella, Marco Maciel, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Valdir Raupp**. O Senador **Eduardo Suplicy** requereu que seu pronunciamento em plenário na sessão do dia 10 de março de 2010 seja registrado em ata. O referido se encontra anexo ao Registro da Estenotipia Informatizada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 18 MINUTOS.

***Não foi possível localizar a troca de presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovada. E passamos à apreciação da pauta.

Nós temos os dois embaixadores e alguns acordos. Os dois acordos, os dois embaixadores é que necessitam de voto, o voto nominal, secreto e os acordos de votação em bloco.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Com a palavra Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Se possível, dentro do regimento, gostaria que, tão logo pudesse ser aberta a votação, tendo em vista que trata-se de profissionais de carreira e que nós estamos tendo o privilégio, temos a honra de fazermos essa sabatina, porém, na verdade, trata-se de profissionais que estão acima de qualquer dúvida. E eu gostaria de, se possível, nós tivéssemos a oportunidade de fazermos nossa opção de voto tão logo e legalmente isso possa ser feito, para evitar que determinados compromissos assumidos lá na frente impeçam que essa votação tenha a presença de alguns parlamentares que gostariam de fazê-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, assim o farei, logo após a leitura do relatório de cada embaixador. Portanto, convido para compor a Mesa os Embaixadores José Antonio Marcondes de Carvalho, indicado para a República Bolivariana da Venezuela, e o Embaixador Oto Agripino Maia, indicado para a República Helênica, Grécia.

O Item 1º, Não Terminativo, é a Mensagem 233/2009, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Antonio Marcondes de

Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela".

E o Item 2, que é a Mensagem 63, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Helênica".

O relator é o Senador Heráclito Fortes, a quem passo a palavra.

O relator do Embaixador Oto Agripino Maia é o Senador Heráclito Fortes; o relator do Embaixador José Antonio é o Senador Casagrande. Já dei a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por idade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Por idade, é, por idade, vai para ele [risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Helênica.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, elaborou o curriculum vitae do interessado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido na Cidade de Mossoró, filho de Tarcisio Vasconcelos Maia e Tereza Tavares Maia, o Sr. Oto Agripino Maia concluiu o curso de preparação à carreira diplomática no Instituto Rio Branco, tendo sido nomeado terceiro secretário em 1967.

Ascendeu a segundo secretário em 70; e, em 76, a primeiro secretário; em 79, a conselheiro; e, em 84, a ministro de segunda classe; em 91, a ministro de primeira classe. Em 1976, concluiu o curso de altos estudos do Instituto Rio Branco com a tese "A aproximação com o leste europeu – expectativa e resistências brasileiras refletidas na ação diplomática".

No Ministério das Relações Exteriores e na administração federal, entre as funções que desempenhou, destacam-se a de chefe da Divisão Ásia e Oceania – II, em 83; coordenador executivo do gabinete do Ministro de Estado, 85; chefe da assessoria para assuntos sociais da Presidência da República, em 90; chefe de gabinete e subsecretário geral da Presidência da República, 91; subsecretário geral do serviço exterior, 93; subsecretário geral das comunidades brasileiras no exterior, em 2007.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de cônsul geral em Londres; embaixador em Pretória; embaixador junto à Santa Sé, isso em 2001; e embaixador em Estocolmo, em 2004.

Consta no processado, além do curriculum relatado, o documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo dados básicos sobre a República Helênica e aspectos concernentes ao sistema político, à economia, bem como as relações bilaterais entre o Brasil e aquele país.

Embora apenas 27% do território da Grécia seja cultivável, as atividades econômicas mais destacadas são a agricultura, a pecuária, a manufatura, a construção, turismo e transporte marítimo. No campo econômico, vale lembrar ainda que, como resultado do ingresso do país na União Europeia, houve liberalização de setores bancário e financeiro, bem como a adoção do euro, em substituição ao dracma, em 2002.

Sr. Presidente, no tocante à posição da Grécia em relação à crise econômica internacional, verifica-se franca deterioração dos índice econômicos do país, o que ocasionou o rebaixamento de sua gratificação creditícia, que já era mais baixa da zona do euro.

Por esse motivo, a comissão europeia tem exercido pressão para que o Governo grego adote medidas de caráter mais permanente para reforçar a política financeira, de modo a controlar o aumento das despesas correntes do setor público e continuar o programa de reestruturação do sistema de saúde e aposentadoria.

O documento ressalta, entretanto, que, segundo analistas econômicos, a Grécia ainda não teria entrado em recessão, pois grande parte de sua economia, equivalente a 70% de seu PIB, é estatal.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, motivo pelo qual julgamos que os integrantes desta comissão dispõem de elementos suficientes para apreciar o ato presidencial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para mim, é um motivo de imensa satisfação ter o privilégio de ser o relator dessa proposta de origem do Executivo, que traz o nome de Oto Agripino Maia para representar o Brasil na República Helênica.

Trata-se de um diplomata da nova geração, um dos mais qualificados, um dos mais competentes e,

acima de tudo, um homem que,por todas as funções que exerceu por onde passou, quer no Itamaraty, ou quer na administração pública federal, se destacou com profunda competência.

Ele traz agregado ao seu currículo dois fatos que gostaria de relatar: é filho de uma extraordinária figura pública, que foi o ex-governador Tarcisio Maia, do Rio Grande do Norte, um homem altamente competente, que soube marcar, de maneira irreversível, como administrador, com visão de futuro, sua passagem pelo governo do Rio Grande do Norte, e sucedido pelo seu filho, hoje o Senador José Agripino, o qual eu tenho a honra de ele ser liderado no meu partido.

De forma que apenas aduzi essas duas referências, mais de caráter sentimental do que com qualquer outro objetivo, para que fique nos anais da Casa registrado que, além de competente, ele está bem cercado: pai, irmão, uma família de profissionais que se destacam e se destacaram na vida pública brasileira. Por isso, meu voto é pela aprovação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Eu quero também enfatizar a importância do trabalho que o Embaixador Oto Maia vem realizando a frente da subsecretaria que cuida dos brasileiros no exterior, que é uma questão da maior relevância, nós já temos quase três milhões de brasileiros no exterior, e, aqui mesmo, nesta comissão, o embaixador fez uma exposição muito importante, ainda no ano passado.

Eu concedo, portanto, agora, antes de passar depois à leitura da mensagem do Embaixador José Antonio, a palavra ao Embaixador Oto Maia para fazer sua exposição. Já declarando aberto o processo de votação, em relação ao Embaixador Oto Maia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Você não quer que eu apresente logo meu relatório, porque aí depois a gente... Se não tiver impedimento regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, é regimental. Estando de acordo, podemos fazer. Então, vamos...

O Embaixador Oto Maia aguarda um pouquinho, nós vamos, então, ouvir o Senador Renato Casagrande, a quem concedo a palavra como relator da mensagem do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, indicado para a República Bolivariana da Venezuela.

Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar os senadores presentes, senadoras, cumprimentar o José Antonio Marcondes de Carvalho, que tenho a honra de relatar sua indicação para o Estado da Venezuela, cumprimentar o Oto Agripino Maia.

Esta Casa, Sr. Presidente, do Congresso Nacional, é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. José Antonio Marcondes de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

A Constituição Federal, Sr. Presidente, atribui competência privativa do Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o curriculum vitae do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

José Antonio Marcondes de Carvalho nasceu na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1975, tendo se tornado terceiro secretário no ano seguinte, quando também foi laureado com o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, e desempenhou função na Divisão de Produtos de Base da estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores.

Foi promovido a segundo secretário em 79 e, por merecimento, a primeiro secretário em 85; a conselheiro em 92; a ministro de segunda classe em 98; e a ministro de primeira classe em 2003.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Divisão de Energia e Recursos Minerais, Departamento Econômico, Embaixada em Washington, Embaixada em Havana, Divisão Especial de Meio Ambiente, missão junto à Organização das Nações Unidas (Nova Iorque, Estados Unidos), Assessoria para Assuntos Sociais da Presidência da República, Subsecretaria Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior, Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias das Nações Unidas, Divisão de Integração Regional, Direção Geral de Integração Latino-Americana, Departamento de Integração, missão permanente junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO (Roma e Itália).

Consta ainda do processado, além do curriculum vitae relatado, documentos informativos anexados pelo Ministério das Relações Exteriores sobre as relações bilaterais Brasil-Venezuela.

Segundo o Itamaraty, as relações bilaterais têm se intensificado nos últimos anos. O comércio bilateral cresceu 88,5%, desde 98. Em 97, foi criado o mecanismo de reuniões trimestrais, para a intensificação das relações bilaterais.

A Venezuela é um grande parceiro comercial do Brasil; 27 acordos foram assinados nos últimos encontros presidenciais, havidos em 2009, concernentes à cooperação técnica nas áreas de moradia e habitação, agricultura familiar, esporte, alimentação, investimento e comercialização de alimentos de alimentos, para o financiamento de projetos bilaterais, para cooperação entre bancos oficiais nacionais em uma lista não taxativa.

Quanto à cooperação bilateral, destacam-se a industrial (produção de leite, de gado leiteiro, de leite, produção de alimentos, complexo industrial da saúde, financiamento de empresas e atividades de bens de base tecnológica, capacitação de pequenas e médias empresas e apoio à formulação de estratégias e implementação de projetos industriais), a cooperação agrícola, a TV digital e a cooperação com a Caixa Econômica Federal, para projetos de habitação.

Afora informações sobre política interna da Venezuela, nisso consistem resumidamente os dados da Chancelaria nacional, contidos no documento informativo.

Esses dados já permitem que os parlamentares possam ter condições de fazer apreciação e manifestar seu voto com relação à indicação do José Antonio Marcondes de Carvalho para a Embaixada da Venezuela.

Fora isso, Sr. Presidente, eu também quero fazer um destaque do trabalho, do último trabalho, que está fazendo ainda, porque ainda está lá junto à FAO, um trabalho importante, que tem desenvolvido junto à FAO. Tive a oportunidade de conversar um pouco, no encontro que tivemos em Roma, tratamos de mudanças climáticas, e, para mim, é uma alegria ser o relator da sua indicação.

Sei que as relações Brasil-Venezuela são relações que suscitam um debate político e acho que isso também é um desafio que se coloca numa representação brasileira, do Estado Brasileiro no Estado Bolivariano da Venezuela. Então, o desafio é grande, mas eu sei da sua competência, sei que você terá todas as condições de capacidade para desenvolver um bom trabalho junto ao Estado da Venezuela. Mesmo que os debates sejam intensos, as pressões sejam intensas, as emoções possam ser intensas, sei que terá capacidade de suportar, porque você torce para o Internacional. Então, quem torce para o Internacional sabe suportar essas pressões.

Então, com base nessas informações é que eu faço meu relatório, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Renato Casagrande, pelo seu relator, da indicação do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, que está hoje na representação permanente junto à FAO, como embaixador em Roma.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, eu quero aqui parabenizar o Senador Renato Casagrande pelo seu parecer, no qual não deixa dúvida com relação à competência do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho para a Embaixada do Brasil na Venezuela.

Ontem, eu estive conversando, no Plenário do Senado, como o embaixador, muito rapidamente, e disse a ele que, com relação à Venezuela, nós temos uma posição muito firme e muito crítica, não quanto ao país, mas quanto ao Governo que lá está instalado.

A tramitação da aprovação da entrada da Venezuela por meios oblíquos no MERCOSUL, sem cumprir com as exigências que eram solicitadas a todos os países membros, levou, daqui da Comissão de Relações Exteriores, um tempo bastante de reflexão, inclusive de seu relator, o Senador Tasso Jereissati, e, ao final, a votação, ela autorizou, mas eu continuo com minha posição firme, sempre me posicionei contrário e continuo com minha posição firme, de que isso possa não ter sido uma boa aprovação para o Brasil; para a Venezuela eu não tenho dúvida, mas, para o Brasil e para a MERCOSUL, eu coloco aqui ainda minhas dúvidas, o que é que pode vir a acontecer, e espero que nós todos possamos ser salvos pelo Paraguai, que, pelo que eu sei, ainda não fez a aprovação.

Então, eu gostaria, Senador Eduardo Azeredo, reconhecendo os méritos do Embaixador Marcondes de Carvalho, pelo relato aqui do Senador Renato Casagrande, acho que V. Exa., inclusive, o Itamaraty deveria colocá-lo num posto que pudesse estar à altura da competência de V. Exa.

Quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, pela sua carreira, pelo que V. Exa. tem feito pelo Brasil, ao longo de todos os cargos ocupados, o último como relator, o Senador Renato Casagrande, representando o Brasil na FAO, mas gostaria muito de poder ter um tempo para conversar com V. Exa., ao longo desta semana, e, em função disso, Senador Eduardo Azeredo, regimentalmente, eu peço vista desse processo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, vista coletiva, para que a gente possa cumprir esse período de uma semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra, primeiro, o Senador Heráclito Fortes, que pediu pela ordem, e depois o Senador--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu peço vista coletiva e, se não tiver objeção, em relação ao nosso Embaixador Oto Agripino, eu pediria que V. Exa. já pudesse abrir a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em relação ao Embaixador Oto Agripino, já está aberto o processo de votação. Em relação ao Embaixador José Antonio, com o pedido de vista do Senador Flexa, nós temos que analisar ainda--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O objetivo era o mesmo, já foi atendido pela solicitação do Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Renato Casagrande.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, não vale um apelo para retirar esse pedido de vistas? Porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vale.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque... Não sei, desculpa, Senador Flexa, não sei se valeria a pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador Renato Casagrande, que é o relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque você... O embaixador preenche todos os pré-requisitos. E, se tiver uma conversa particular, é só convidar para o café no gabinete.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Hugo Chávez não merece isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o Senador Flexa Ribeiro, naturalmente, tem todo o direito regimental de fazer o pedido de vista do relatório que eu apresentei.

Eu, naturalmente, reconheço a polêmica que suscita o debate da forma como Hugo Chávez governa o Estado da Venezuela e eu tenho muitas discordâncias dessa forma.

Nós estamos, na verdade, fazendo um debate, uma discussão sobre uma indicação de um representante do Estado Brasileiro lá no Estado da Venezuela, não está fora, está acima, não tem uma correlação direta das polêmicas causadas pela forma e pela postura do Presidente Hugo Chávez.

Eu sei que o apelo é o apelo que Senador Romeu Tuma já fez, eu também faria, sei que tem pouca possibilidade de nós termos sucesso no apelo, mas não poderia deixar de fazer o apelo, até porque a indicação do Sr. José Antonio Marcondes de Carvalho não tem relação com as discordâncias e o debate do relacionamento Brasil e Venezuela.

Não sei se o Senador Flexa Ribeiro pode fazer uma reflexão desse pedido, uma vez que ele que fez o pedido, se ele retirar, nós podemos também fazer a apreciação da indicação da Venezuela na data de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa, portanto, há um pedido de vista do Senador Flexa Ribeiro, um pedido de vista coletivo pelo Senador Inácio Arruda e Senador Heráclito Fortes, o apelo do Senador Romeu Tuma, o apelo do Senador Renato Casagrande, portanto, o Senador Flexa com a palavra para manter ou não seu pedido de vista.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de falar também, antes de o Flexa--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu gostaria de fazer também uma questão de ordem, rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sobre o pedido de vista?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sobre o fato. É um fato que afeta diretamente meu estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só estou discutindo o pedido de vista.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu quero falar sobre pedido de vista.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sobre o pedido de vista.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas o senhor ainda não abriu inscrição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A inscrição ainda, não, a inscrição ainda está aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Os maiores à frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, não, o senhor já está inscrito aqui, V. Exa. já está.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria também inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Fernando Collor, Augusto Botelho e Romeu Tuma.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa. que me inscrevesse, por favor.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, vai falar sobre o pedido de vista?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sobre o pedido de vista. Então, o senador...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu mantenho o pedido de vista e tenho...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Estamos discutindo o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Porque está em discussão o pedido de vista. V. Exa. quer ouvir os outros que querem falar, os outros senadores?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, pedido de vista não se discute, é regimental, Presidente, é regimental.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então, se há inflexibilidade.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós não estamos discutindo, nós estamos defendendo o pedido de vista.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foi feito um apelo a V. Exa., se V. Exa. retirar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O apelo foi feito, e eu já respondi ao Presidente. Sem nenhum demérito, não estou entrando na questão da indicação do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, não é por isso. Teria meu voto para...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Terá, terá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para ser embaixador em qualquer país do mundo, porque tenho certeza de que ele cumpre com as suas... Com competência, a representação do nosso país. Minha questão é uma questão de princípio, com relação não ao país Venezuela, mas ao governo que lá está instalado. Então, eu preciso conhecer do Sr. Embaixador, ao longo dessa conversa que vamos ter, podemos ter aqui na comissão, inclusive, se o Presidente assim o preferir, com relação o que é o que Brasil pensa em relação às relações com a Venezuela, porque nós temos tido, de lá para cá, sempre posições hostis e, daqui para lá, sempre posições submissas. Então, eu acho que nós temos, e esta comissão é a comissão de mérito que tem que entrar nessa discussão.

Nós perdemos democraticamente, repito, a questão do ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Acho isso um risco muito grande para o Brasil, mas perdemos, a democracia é isso. E eu mantenho o pedido de vista, e não há o que discutir, regimentalmente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nesse caso, eu mantenho o pedido de vista, para que ele seja coletivo, com o objetivo de garantir que, na próxima sessão, na próxima quinta-feira, a matéria esteja na ordem do dia para que nós possamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero exatamente fazer um esclarecimento aos Srs. Senadores. Nós tivemos o pedido de vista em relação ao Embaixador da Mauritânia no fim do ano. Tão logo nós tivemos a retomada dos trabalhos, nós já tivemos, então, na semana passada, a aprovação, foi dissolvido, o processo já foi aprovado.

Nós temos agora um pedido de vista também que foi feito também pelo Senador Fernando Collor, há duas sessões, duas ou três, e também houve o pedido coletivo. O Senador Collor já devolveu também o processado, uma vez que já está pautado para a próxima semana, que possamos votar o embaixador para o Equador.

Então, eu estou só tranquilizando que os pedidos de vista...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós pautaremos a Venezuela na quinta-feira que vem?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com a vista coletiva, o Senador Flexa com o compromisso, nós passaremos, então, o apontamento para a semana que vem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para que não ocorra...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E já temos da República do Equador. Podemos ter Equador e Venezuela à semana que vem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para que não ocorra também fatos daquele tipo que alguém possa levar num pedido de vista o processado debaixo do braço, por isso que eu estou levantando a ideia de fazer um pedido de vista coletivo, o processo fica aqui, as discussões podem ser e as tratativas com o embaixador podem ser realizadas, mas o processado fico aqui, exatamente para que na próxima sessão a gente já tenha as matéria na ordem do dia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Os dois pedidos de vista que aconteceram--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Flexa, eu quero falar também, Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --um já solucionado, o outro para a próxima semana. Senador Augusto Botelho ainda--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É sobre o pedido de vista?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu estou com a palavra. É sobre o pedido de vista dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, então, vamos lá--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Deixa eu falar antes de você, Senador Flexa? Senador, Sr. Presidente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Também, sou pedido de vista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero responder a V. Exa..

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria que V. Exa. me ouvisse [soa a campainha]. Senador Flexa Ribeiro, eu queria falar, que V. Exa. me ouvisse.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu tinha pedido vista por dois motivos: primeiro que eu queria o que Senador Flexa Ribeiro fizesse esse esclarecimento que ele fez agora, em relação à pessoa do Embaixador Marcondes de Carvalho, de que não é nada pessoal contra ele, de que ele conhece a capacidade, a competência e a forma como vem desenvolvendo sua profissão, primeiro; segundo que é um direito, realmente. Graças a Deus, aqui nós estamos numa democracia.

Eu sei que a Venezuela, eu sou vizinho da Venezuela, não é uma democracia como a nossa. Lá existe censura de imprensa, existe preso política, existe tudo isso, e sei que o Senador Flexa também está pedindo essa vista em relação àquela votação em que nós permitirmos que a Venezuela ingressasse no MERCOSUL.

Aqui é uma democracia, e todos nós temos direito de apresentar nossos pontos de vista. O Senador Flexa era contra a entrada, e eu era a favor da entrada. Porque eu acho que o povo venezuelano... O povo venezuelano não pode pagar por causa de um presidente meio atrapalhado que ele tem.

Então, e, para mim, para meu estado, que está encravado na Venezuela, uma ponta de Roraima "entra dentro" da Venezuela não sei quantos quilômetros, então, nós somos... E nós, o povo venezuelano e o povo roraimense, dizemos que nossas linhas de fronteiras não são linhas que nos separam, são linhas que nos aproximam. Então, existe um sentimento de aproximação, de irmandade entre o povo roraimense e o povo venezuelano, por isso que eu acho que nós devemos adiantar, e é um direito do Senador Flexa também postergar essa nomeação, porque é isso que vai acontecer. Ele está pedindo vistas por uma posição política, não em relação à pessoa do nosso embaixador, mas em relação a fatos que ocorreram em relação ao Presidente Chávez, também, que eu também não concordo com o presidente eterno, tem que haver alternância de poderes para a democracia ser uma democracia autêntica.

Era isso que eu queria deixar bem claro e queria que ele esclarecesse em relação ao embaixador, e ele já tinha prestado o esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Valdir Raupp, ainda sobre o pedido de vista.

Eu quero só também lembrar que, além dos nossos pedidos, os dois que tiveram terem sido já solucionados, o pedido de vista, nós temos que lembrar que, nos Estados Unidos, o embaixador indicado para o Brasil, Thomas Shannon, passou seis meses com a discussão do Congresso, ou seja, nós não temos tido nenhuma demora aqui no Senado. O Senado tem sido muito rápido até na análise da indicação dos embaixadores.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Na mesma linha, Sr. Presidente, eu acredito que nós não erramos quando aprovamos a entrada da Venezuela no MERCOSUL, porque a Venezuela é o segundo parceiro mais importante aqui da América do Sul; o saldo do balanço comercial deve girar em torno de seis bilhões de dólares; e nós não podemos, de maneira nenhuma, quebrar essa relação com a Venezuela, em detrimento da questão política do Chávez.

Nós sabemos que o Chávez vai passar, então, a Venezuela fica, a República hoje Bolivariana, amanhã já pode não ser mais, ela vai permanecer vizinha do Brasil, parceira do Brasil comercialmente, e o Chávez vai passar, e só o povo de um país pode mudar o regime.

Da mesma forma que o Brasil tem relações diplomáticas com Cuba, que nós não concordamos também com o regime da família Castro, e eu falei isso na Tribuna do Senado, quando o Suplicy estava fazendo um pronunciamento, que o Presidente Lula tinha que aproveitar esse bom momento da sua popularidade em nível mundial para convencer o Raul Castro, que assume o comando de Cuba agora, abrir, fazer abertura democrática naquele país.

Ninguém aguenta, povo nenhum aguenta uma ditadura de 50 anos. Eu estive em Cuba no ano passado, Cuba está se deteriorando, pode ser até que por um momento a Revolução Cubana foi importante para a educação, para a saúde, mas, hoje, não é mais, já está ultrapassada, já passou, e a Venezuela vai entrar no mesmo caminho, e só o povo de Cuba, só o povo da Venezuela pode fazer essa mudança, e isso vai acontecer na Venezuela também, mas nós não podemos deixar de ter nossa representação política, nosso embaixador na Venezuela.

Então, era isso que eu queria... Eu sei o que Senador Flexa tem todo o direito de pedir vista, é regimental e já pediu, não vai mudar, mas que, na próxima semana, a gente possa votar, aqui na próxima quinta-feira, e enviar nosso Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho para a República da Venezuela. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Valdir Raupp, eu vejo que V. Exa., então, também não concorda que os presos políticos de Cuba sejam iguais aos presos criminosos de São Paulo. V. Exa., então, está de acordo de que sejam diferentes?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu acho até o que Presidente Lula, com todo o respeito ao Presidente Lula, foi uma infelicidade, foi um ato falho do Presidente, ele deveria até se desculpar, porque a mídia hoje está [risos]... Só fala nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Suplicy, ontem, já também sentenciou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu acho que o--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só o Senador Arthur Virgílio, que foi o último a pedir aqui pela ordem, sobre essa questão, e daí nós continuaremos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu acho que o Presidente da República não foi bem entendido, ele quis falar, quando ele falou "os criminosos que matam", os criminosos comparando com os de São Paulo, com relação à Cuba, ele falava nos criminosos que matam, não os que estão presos. Ele foi mal interpretado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não, Presidente. V. Exa. foi feliz ao fazer a comparação entre o caso do embaixador americano, que demorou meses para ser aprovado, e o Brasil ficou vivendo, assim, uma eternidade do embaixador anterior, e a celeridade com que aqui nós tratamos a indicação dos embaixadores.

E eu não considero, de forma alguma, anormal que o embaixador (sic), por quaisquer razões, peça vista de um processo ligado aí à indicação de um embaixador. Eu diria mais, acho até que nossa Comissão de Relações Exteriores talvez, se ela tiver pecado, o pecado é de não se aprofundar nas discussões e não aproveitar a experiência dos embaixadores que são indicados pelos diferentes governos, pelos sucessivos governos, para nos representarem lá fora.

Não vejo... Obviamente, o Senador Augusto Botelho também trabalhou bem nesse sentido, ao explicar que não haveria jamais nada que pudesse se referir desairosamente à figura do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, e, sim, quem sabe querer obter mais esclarecimentos a respeito da questão venezuelana, que é preocupante, sim, a não ser para quem está preso à questão ideológica, para quem imagina que deve se perfilar como soldado de uma causa; eu não vejo que seja muito esse o papel nem do diplomata e nem seja o papel de quem está olhando com maturidade a política externa de um país, já desenvolvido e já maduro como o Brasil.

A todos causa espécie nós vermos um Governo que cerceia liberdade de imprensa e nos causa espécie declarações, por exemplo, quando o Presidente da República, comparando o preso político com um preso comum. É algo que deve estar a essa altura arrependido, sensível e inteligente que é o Presidente, deve estar arrependido da declaração infeliz.

Tem horas que popularidade faz mal, porque se acha que a popularidade que ostenta o sustentará indefinidamente, talvez seja esse um engano; e ainda que ela o sustente até o final do governo, talvez não o sustente perante a história, porque não se faz história a base de popularidade.

Teve um momento em que Mussolini foi muito importante, muito popular, Hitler também, e não é incomum líderes populistas serem populares durante parte de seus governos, enfim, Galtieri foi muito popular até o naufrágio do encouraçado Belgrano, enfim, mas, especificamente em relação ao caso da Venezuela, eu não vejo que resolva a questão grave que esse país coloca para nosso subcontinente nós retardarmos a indicação do embaixador, não vejo que resolva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Peço silêncio aos senhores.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não vejo que resolva.

Nós temos um exemplo bastante grotesco até, de um embaixador, e não é essa a tradição do Itamaraty, a tradição é de embaixadores profissionais, e

aqui nós temos dois do melhor nível, do melhor calibre, Embaixador Oto Agripino Maia e o Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho. Nós temos um caso muito grotesco na história diplomática brasileira, que foi a indicação pelo Presidente Kubitscheck do Sr. Álvaro Lins, grande escritor, grande romancista, e, aliás, eu sempre repito que ele é um grande escritor e um grande romancista, sem nunca ter lido nada dele, mas me disseram que era, e eu passo adiante que era, enfim.

E era tido e visto, nos meios intelectuais brasileiros, como isto que eu estou dizendo agora: um grande escritor, que eu não li, um grande romancista, que também não conheci. Mas o fato é que, como chefe da Casa Civil de Juscelino Kubitscheck, ele foi um desastre e, como embaixador do Brasil, ele foi outro desastre, em Lisboa, chegando ao ponto de, para exercer suas convicções libertárias, que são bonitas na alma de um homem, ele chegou a participar de comício anti-Salazar; ele chegou a fazer comício das forças antiditadura em Portugal, e não era esse o papel do embaixador brasileiro.

Tem duas histórias que se contam: uma é uma história secreta e outra uma história muito aberta, ou seja, o embaixador está lá representando o governo brasileiro, ele tem como alternativa não aceitar o posto, e não é profissional da parte dele fazer isso, até porque outro irá; e tem a história dos telegramas secretos, confidenciais, que ficam nos arquivos do Itamaraty e que um dia a história abrirá, um dia a história dirá qual seria, por exemplo, a posição do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho daqui a 50 anos sobre o episódio tal, tal e tal do cerceamento à liberdade de imprensa na Venezuela.

Ele pode perfeitamente mandar um telegrama da ONU, dizendo: "Votei com o Brasil, o Brasil me mandou votar assim, mas eu não concordo, por isso, isso e isso", e fica guardado nos arquivos da Casa o que é seu pensamento íntimo, enfim. Mas o papel de profissional é representar o país.

E eu volto a dizer: não vejo que resolva a crise venezuelana, que, aliás, do ponto de vista econômico, marcha para levar aquela economia para o caos, e isso estava previsto, e algo que está acontecendo com muita clareza, e não podem nem dar a desculpa de que tem bloqueio, porque não tem bloqueio, eles comerciam largamente com os Estados Unidos, é porque há incompetência mesmo, é porque há incúria mesmo, é porque há descaso mesmo, é porque há a intenção deliberada de praticar populismo, não investiram, durante o "boom" do petróleo, na infraestrutura do país; o país está arcaico, caduco, até mesmo no seu processo de extrair petróleo.

Eu, então, queria dar um depoimento, Presidente, me desculpe me alongar um pouco, mas esse é um assunto relevante, o Senador Flexa Ribeiro agiu como senador, e meu querido companheiro, querido amigo meu, querido colega de partido, inclusive, colega de senado e companheiro de partido, é normal o gesto. Agora, eu quero dar um depoimento.

O Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho é – e olha que nós temos uma burocracia estilo parlamentarista no Itamaraty, capaz, competente – e o embaixador para mim está entre o que há de melhor nessa burocracia competente. É um embaixador competente, ou seja, o que seus chefes sempre passaram para todas as pessoas que com eles conviveram é que ele era uma pessoa que resolvia as coisas; entregava para ele o problema, ele ia e resolvia. Além do que, o Embaixador José Antonio, depois que se tornou ele próprio chefe de departamento, embaixador pleno, é conhecido pela forma humana com que trata seus comandados, enfim, pela forma democrática com que os ouve, com que partilha as decisões, e eu sei que isso bem explicitado não passará para a Chancelaria venezuelana, certamente, nenhum desprestígio do Senado a figura do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho.

Tem que passar mesmo, se é o caso de se manter isso ou não, isso depende do Senador Flexa Ribeiro, tem que passar é a dúvida que o Brasil tem com respeito à questão – posso chamar assim –, à questão venezuelana. Mas o embaixador é capaz? É capaz. Troca o governo, ele será um embaixador capaz. Vier outro governo parecido com esse, ele será um embaixador capaz; se chegar o momento de se ter um governo de linha diferente, será um embaixador capaz, capaz de discutir com os formuladores da política externa, ele próprio um formulador, discutir a portas fechadas; sendo voto vencedor, muito bem; sendo voto vencido, executará aquilo que é da sua missão fazer, mas eu não gostaria que ficasse nenhuma dúvida em relação à competência do embaixador.

Certa vez, um querido amigo meu, ex-Senador, pediu vistas, e as razões não ficaram muito claras, quando aqui foi sabatinado um indicado não profissional, mas foi um grande embaixador, o Andrea Matarazzo. A Itália, até por ser ele neto de quem é, concedeu o mais rápido *agrément* de todos os tempos; em horas, concedeu o *agrément* do neto do Dom Ciccillo Matarazzo, e aí aqui nós pedimos vista. Quando pedimos vista, o que a Itália ficou pensando? "Meu Deus, o que será que tem contra esse moço, que, pela tradição avoenga, nós lhe demos o mais rápido *agrément* da história das relações do Brasil com a Itália, e, de repente, alguém vai e pede vista?".

Então, àquela época, eu era ministro, deu um trabalho danado, nós conseguimos fazer prevalecer o entendimento, enfim, mas eu vejo que o Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho não vai mudar a Venezuela sobre Chávez, não vai participar de comício nem a favor e nem contra Chávez, vai cumprir seu papel profissional de informar ao Brasil com correção o que se passa lá, de fazer gestões no sentido de reforçar a presença brasileira; isso eu sei que aí lhe sobra competência.

Portanto, eu vim pronto para votar no Embaixador Marcondes de Carvalho. Se for a decisão da comissão a de postergar, eu não tenho nem o que examinar, porque eu o conheço sobejamente e sei do que ele é capaz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Vamos, então, com a vista concedida coletiva, que nós possamos dar continuidade a reunião. Então, o Embaixador José Antonio, nós agradecemos sua presença. V. Exa., se quiser permanecer, permanece--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --mas está, então, suspenso o processo de votação e para a próxima quinta-feira. Nós teremos, então, na quinta-feira que vem, os dois, aliás, como estava previsto para o início de março. No início de março, o primeiro agendamento foi para o embaixador para Equador e embaixador para Venezuela, depois, o próprio Senador Casagrande pediu que fizéssemos um adiamento da análise do nome do Embaixador José Antonio. Então, agora, nós vamos ter os dois juntos outra vez--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --Equador e Venezuela, são dois países bem polêmicos, nós podemos colocar como governantes polêmicos, e não países polêmicos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas a vista está concedida já, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é isso. É antes do Embaixador Marcondes se ausentar. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, então, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu quero fazer duas referências: ao meu líder, Senador Arthur Virgílio, que, quando chegou à Comissão, eu já tinha feito a solicitação de vista, e, Senador Arthur Virgílio, reconheci a competência do Embaixador Marcondes de Carvalho, parabenizei o relator pelo parecer. Não tenho dúvida de que ele tem condições de exercer, inclusive disse isso, cargos mais importantes e mais elevados, inclusive na esfera da diplomacia brasileira.

Minha questão não diz respeito à V. Sa., seu currículo, por si só, já lhe dá as condições de aprovação pela comissão. Minha questão é uma questão com relação ao regime instalado na Venezuela e a forma como aquele país tem se comportado com relação ao Brasil, não só de via direta, como também indiretamente, instigando outros países da América do Sul a se posicionarem contrários aos interesses do Brasil.

E, por último, Presidente, por último, eu quero dizer ao Senador Inácio Arruda que ele não me conhece, quando fez referência, de forma irônica, de que ele gostaria que o pedido de vista, o senador não colocasse processo debaixo do braço e não retornasse com o processo para a Comissão.

Senador Inácio Arruda, V. Exa. pode procurar nos anais do Congresso se o Senador Flexa Ribeiro deixou de cumprir com a obrigação em qualquer comissão, em qualquer comissão. Então, não precisava V. Exa. usar da ironia para tentar garantir o retorno do processo da Venezuela na semana que vem.

Ele estará aqui, porque eu vou devolvê-lo e porque o Presidente já o pautou, e, regimentalmente, a vista coletiva exige que o projeto retorne na sessão seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está certo. Perfeito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu não quero arguir o art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só a réplica, então [risos].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas eu quero dizer que nosso colega Flexa, então, mostrou sua flexibilidade. Eu pensei que ele ia falar da questão inflexibilidade, mas ele mostrou foi sua flexibilidade, portanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Uma flecha flexível.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --portanto, V. Exa., se teve uma ofensa, eu retiro qualquer possibilidade de ironia que possa ofender V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Exa. é um homem que cumpre, sim, com a missão

aqui do Senado Federal, da sua representação no Estado do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. O Senador Tasso Jereissati, que representa o Ceará, tem ficado preocupado com a posição do PCdoB, ele gostava mais do PCdoB de antigamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, vamos, Senador Cristovam. Nós já encerramos essa parte--

[soa a campainha]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu considero o Senador Tasso um homem tão moderno, gosta de modernidade. Eu estou preocupado com essa posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador [soa a campainha], a palavra está com o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, muito rapidamente, só para deixar registrada minha posição. Primeiro, o Senador Flexa fez algo que ele tem todo o direito, é legitimo, faz parte do jogo político, ele que manifestou uma posição. Eu só queria dizer, senador, com todo o respeito, que, quanto mais problemática a relação de um país com outro, mais importante e urgente é ter um embaixador lá.

Então, nesse sentido, é muito importante a aprovação do nosso embaixador na Venezuela, mas eu acho que é legítimo, eu diria até correto, do ponto de vista político, um gesto como esse, e isso a gente tem visto muito, por exemplo, no Senado americano, porque, muitas vezes, bloqueiam, durante meses e meses, a nomeação de um embaixador. Mas que, exatamente pelas dificuldades que temos ou que podemos vir a ter com a Venezuela, é que é importante ter nosso embaixador presente lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, vamos dar segmento à pauta. Eu quero ainda, antes de passar a palavra para o Embaixador Oto Maia, só trazer a uma discussão para o Plenário o seguinte: nós temos, por questão de delicadeza, mesmo, evitado fazer convocações.

A convocação de autoridades pressupõe que em 30 dias a autoridade tem que comparecer aqui. Nós sempre temos sempre optado pelo convite. Assim ocorreu agora, recentemente, com o Ministro Paulo Vanucci, que tinha sido convocado, e nós fizemos a transformação em convite.

O Senador Suplicy tem tentado agendar, entretanto, eu devo comunicar ao Plenário que o Ministro Paulo Vanucci não está encontrando horário para atender esta comissão e nem mesmo as demais comissões. Ele deve estar com o Ministério com muitas funções, além, mais até do que o Ministério da Fazenda, talvez. Então, ele não está conseguindo.

Nós já estamos aí com quase dois meses. Então, eu queria propor ao Plenário, aqui, que nós não fizéssemos mais convites, fizéssemos sempre convocações. As convocações são em 30 dias. É legal, é regimental, o regimento são 30 dias, é um prazo suficiente, mas este caso específico está mostrando que não tem sentido nós ficarmos muito gentis.

Esta é uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Ministro Paulo Vanucci é autor de uma questão extremamente polêmica. O Ministro Jobim já esteve aqui, já conseguiu horário na sua agenda, já esteve aqui, o Ministro Celso Amorim vai estar aqui no dia 06 de abril, foi convidado depois. O Ministro Vanucci, que foi convidado no início de fevereiro, ainda não conseguiu achar um horário que ele possa atender o Senado Federal, porque ele está muito atribulado, ele tem várias funções. De maneira que o Senador Suplicy tem auxiliado, tem tentado marcar, mas eu quero realmente colocar a V. Exa. que eu já estou cansado dessa busca de datas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, apenas gostaria, então, relacionado ao tema, até porque V. Exa--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como V. Exa. até ressaltou que será uma audiência conjunta, essa é a única comissão, ainda falta a aprovação do requerimento para ser conjunta, que está sobre a Mesa, o requerimento, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Você propõe colocar em votação antes--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É, porque, já que V. Exa... Porque é consensual, já foi aprovado nas demais comissões...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, e ele está propondo e já concordou, então, com a data do dia 08, que V. Exa., dia 08, na sessão normal, que, tendo... É a informação que eu obtenho agora do próprio ministro, porque assim seria consensual com a proposta de V. Exa. E que também seja em sessão conjunta, porque tinha primeiro proposto dia 06, então, V. Exa., como o Ministro Celso Amorim virá dia 06, então, dia 08--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Ministro Celso Amorim dia 06 à tarde. E dia 07--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ele virá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --nós temos o seminário proposto pelo Senador Inácio Arruda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. E, assim, dia 08, no horário normal, às 10 horas da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem, mas eu, de qualquer maneira, deixo a sugestão de que nós façamos convocações futuras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizá-lo, Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero apenas esclarecer essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na verdade, havia uma convocação do Ministro Vanucci, e, tendo em vista um compromisso do Senador Suplicy, assumido aqui de trazê-lo, ela foi convertida em convite. A pergunta que faço: dia 08 é uma sessão exclusiva da Comissão de Relações Exteriores?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não, mas com o entendimento de que será conjunta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Relações Exteriores e quem?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Todas as comissões. Foi aprovado pelo menos em cinco comissões.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com relação ao Ministro Vanucci?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, é um entendimento novo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Constituição e Justiça...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ciência e Tecnologia, Direitos humanos, Ciência e Tecnologia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está bom, está certo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Meio Ambiente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E Meio Ambiente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, entendi. Está certo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Seria conjunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não havendo objeção, nós podemos, inclusive, já aprovar esse requerimento de votação conjunta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico, lógico.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estão todos de acordo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, eu coloco em discussão. Não havendo quem queira mais discutir, eu coloco em votação o requerimento do Senador Suplicy, que requer que a Audiência Pública destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos seja realizada em conjunto com as comissões de Direitos Humanos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e ainda a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, senadoras, estejam como estão. Aprovado.

Portanto, agora, nós vamos--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Por favor, Senador Flexa, vamos só passar a palavra para o Embaixador Oto Maia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um minuto, só para dizer ao Senador Suplicy--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa, então, pela--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero parabenizá-lo, primeiro, pela atitude que V. Exa. tomou como Presidente da comissão, ao não aceitar que ministros convidados não respondam em tempo hábil o pedido de audiência. E fiz até uma referência ao Ministro Franklin Martins e ao Ministro Nelson Jobim, todas as vezes que são convidados vão vir... Vêm... O Celso Amorim também, tem ministros que atendem, tem outros ministros que não querem vir.

Então, essa sua ideia de fazer a convocação dos que não querem vir é lógica. Estava marcada, Senador Suplicy, a reunião conjunta, como vai ser de todas as

comissões, ela ocorrerá no Plenário do Senado. No Plenário se não há--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode ser aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há como fazer aqui a reunião de todas as comissões. Não há como. E seria dia 30, V. Exa. sabendo que dia 08 nós vamos ter que reformar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, acabou de ser por comum acordo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está bom, dia 08. Estou sabendo agora, mas era dia 30, em princípio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas dia 30...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos dar segmento, então, à reunião. Essa questão do local será resolvida posteriormente.

Com a palavra, portanto [soa a campainha], o Embaixador Oto Agripino Maia, para fazer sua exposição com relação à sua indicação para a Grécia [soa a campainha].

SR. OTO AGRIPINO MAIA: Muito obrigado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Solicito silêncio!

SR. OTO AGRIPINO MAIA: --muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Azeredo, senhores [soa a campainha]... Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Podemos dar segmento, Senador Flexa? V. Exa. já usou da palavra seis vezes hoje. Será sempre muito bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tenho mais umas quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Umas quatro ainda. Então, vamos agora ouvir o Embaixador Oto Maia.

SR. OTO AGRIPINO MAIA: Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, senhores líderes, Srs. Senadores, Sr. Relator, Senador Heráclito Fortes, caro amigo, cujas generosas palavras em seu relatório muito agradeço.

A vinda de todo diplomata brasileiro à Comissão de Relações Exteriores é um momento importante da carreira diplomática. Constitui para nós sempre uma honra cumprir esse rito, que já está associado à própria ideia futura de apresentação de credenciais ao governo, junto ao qual nós seremos credenciados.

Essa é uma associação inevitável, e, para nós, portanto, é sempre uma honra, e para mim é uma honra pessoal muito grande, pela quarta vez apresentar-me, submeter-me à comissão para antes da minha designação como embaixador para a Grécia.

Tendo o Presidente da República enviado mensagem ao Senado Federal, propondo meu nome como embaixador junto à República Helênica, é natural, espera a comissão, naturalmente, que eu diga alguma coisa sobre o país e sobre a missão que deverei exercer.

O Sr. Presidente da comissão sugeriu que eu dissesse também alguma coisa sobre as funções que vinha exercendo nos últimos três anos de subsecretário geral das comunidades brasileiras no exterior, no Itamaraty, e o que faço com muita satisfação.

Todos nós sabemos que o Brasil é um país de imigração, porque, portanto, uma atividade ligada à questão da emigração, o fato é que, nos últimos 20 anos, nos demos conta de que nos transformamos também num país de emigração. Tem hoje o Brasil cerca de três milhões de compatriotas no exterior, em diferentes situações.

Essa diáspora está dívida geograficamente em todo o planeta; a sociedade brasileira gradualmente tomou consciência da importância dessa comunidade no exterior, e o momento importante dessa tomada de consciência foi a constituição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Emigração Ilegal, que terminou em 2006, apresentou seu relatório em 2006, um alentado documento de 600 páginas, que é um dos documentos fundamentais sobre essa questão.

E, entre as conclusões do relatório da CPMI, estava a da criação de um órgão, no organograma do Executivo, de um órgão de alto nível para ocupar-se exclusivamente da questão da emigração.

E isso foi feito no Itamaraty, criada a Subsecretaria Geral das Comunicadas Brasileiras no Exterior, que, imediatamente, encampou o que era o antigo setor consular e jurídico do Ministério.

Hoje, a rede consular brasileira dispõe de 185 repartições, das quais 62 consulados, 126 embaixadas. Para se ter uma ideia do ritmo de expansão da rede consular brasileira, nos últimos anos, entre 2050 e 2010, foram abertos consulados em Beirute, em Lagos, em Genebra, em Quito, Puerto Ayacucho, Mendonça, Mumbai, Madrid, Atlanta, Caracas, México, Washington, Istambul, Cantão e Hartford.

O Itamaraty no exterior emite 250 mil passaportes por ano, 700 mil atos notariais, meio milhão de vistos, faz 240 consulados itinerantes, além dos 185 permanentes que tem. Os consulados brasileiros no exterior fazem uma média diária de 17 mil atendimentos, e nosso núcleo de assistência a brasileiros no Brasil, que é o *call center* do Itamaraty para questões

de brasileiros em dificuldades no exterior, faz mais de 400 atendimentos por mês.

Para preparar-se, melhor equipar-se para atender essa demanda crescente, o Itamaraty iniciou dois projetos, dois grandes projetos de modernização: uma modernização tecnológica, o Sistema Consular Integrado, pelo qual nós estamos introduzindo alta tecnologia em todo o atendimento consular no exterior. Aquilo que era feito de maneira avulsa, heterogênea, diferenciada, de repartição para repartição, agora será feito de maneira unificada, homogênea, centralizada, com checagem de informações que vai elevar e muito a qualidade do atendimento consular brasileiro.

Promovemos também um grande trabalho de repensar o consular, consultamos todos os postos no exterior, recebemos 500 páginas de *feedback*, transformamos essa matéria-prima em um documento consolidado, que, hoje, é a base do que nós temos como um Plano Diretor para o setor consular, de modo que hoje o país conta, dispõe de uma política unificada para sua ação consular.

Organizamos também as conferências "Brasileiros no mundo", a interlocução do governo com a comunidade, com sua comunidade no exterior era feita de forma avulsa, episódica, hoje, ela é feita de maneira crescentemente institucionalizada. A primeira conferência foi realizada no Rio de Janeiro, em 2008, a ela compareceu o senador, inclusive, o Senador Cristovam Buarque, altas autoridades do Judiciário, o Ministro Celso Amorim a presidiu.

A segunda conferência, em 2009, tivemos a satisfação de ter a presença do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, o Senador Eduardo Azeredo. Essas conferências produziram duas coisas importantes: uma ata consolidada, que é grande carta de reivindicações dos brasileiros no exterior, com relação ao seu governo, e um conselho de representantes, que, inicialmente, foi de 12 membros, agora será de 32: 16 permanentes e 16 suplentes.

Com isso, o Brasil está gradualmente criando uma interlocução institucionalizada com seus expatriados. Outro fenômeno, posso chamar de fenômeno, que ocorreu nessa área foi o da politização do consular. Essa politização foi exigida, foi imposta pelas circunstâncias da presença de brasileiros, não necessariamente os mais numerosos, os mais numerosos estão nos Estados Unidos, é quase a metade da nossa diáspora, mas há brasileiros em posição vulnerável na Bolívia, no Paraguai, na Guiana Francesa e no Suriname, e, nos últimos anos, nós nos dedicamos com muito empenho à solução, ao equacionamento da situação, muitas vezes, vulnerável desses brasileiros nesses países.

Negociações importantes com a Bolívia, que levaram ao equacionamento do problema dos brasileiros desalojados da faixa de fronteira, pelo Governo Evo Morales, e, no Paraguai, o equacionamento ao encaminhamento finalmente do problema, do grave problema dos "brasiguaios".

Hoje, com a entrada em vigor do acordo de residência do MERCOSUL, estão podendo ser regularizados, está sendo feito o processo de regularização migratória dos brasileiros no Paraguai. Essa nós consideramos uma grande conquista, um grande avanço da nossa área e dos brasileiros no exterior.

Tivemos negociações também, fizemos negociações em decorrência de um problema novo, surgido, que foi na área de circulação de pessoas, os aeroportos europeus se transformaram em pontos críticos, onde brasileiros começaram ou continuam, inclusive, a ser barrados, detidos, inadmitidos.

O primeiro caso foi a Espanha, uma crise em 2008, que motivou a nossa ida a Madrid, para negociação de um primeiro acordo, que passou a ser modelo para outras negociações com o Reino Unido, com a França e com Portugal e o início de negociação com a Itália.

Através desses acordos, seguindo o que nós chamamos hoje do modelo espanhol, nós procuramos evitar o pior, evitar que brasileiros sofram maus-tratos em serviços de imigração europeus. Porque o brasileiro que vai para os Estados Unidos já vai com o visto, então, o problema, se ocorrer, é no consulado americano no Brasil. Já o brasileiro que vai à Europa, ele vai sem visto, ele não precisa, ele recebe o visto no aeroporto, na hora, então, ele pode ser inadmitido e pode ser recambiado. Esse que é o problema mais grave.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. OTO AGRIPINO MAIA: Exatamente, senador. E é nesse momento que ocorrem as detenções, às vezes, por um dia, por dois dias, por três dias.

Eu visitei pessoalmente o centro de detenção de inadmitidos do aeroporto de Barajas, em Madrid, e pude ver lá as condições; as condições são espartanas, naturalmente, mas não há janelas, é um lugar sem janelas, não é um lugar para se ficar, não é um lugar agradável.

E o nosso objetivo é evitar a repetição de episódios desse tipo. Criamos uma *hot-line* entre nossos consulados na Espanha e no Reino Unido e na França e em Portugal, entre nossos consulados e os serviços de migração, para resolver problemas de brasileiros em dificuldade no aeroporto. Então, existe esse recurso adicional.

Também, em vista da crise econômica que atingiu, em especial, os brasileiros no Japão, também fizemos duas missões ao Japão, onde mantivemos contatos não só com nossas comunidades, mas também com autoridades do governo japonês, do governo central e dos governos provinciais, onde estão concentrados os contingentes maiores de brasileiros.

Eram 317 mil brasileiros no Japão, a crise provocou um retorno de algumas dezenas de milhares, hoje, eles estão em torno de 260 mil.

Eu já tive a oportunidade de fazer essa ilustração do nosso trabalho, para o Senador Eduardo Azeredo. A situação heterogênea dos brasileiros no exterior impõe que nossa ação seja também muito diversificada. Nós podemos, um dia, estar lançando a carteira de matrícula consular em Chicago, num belo prédio da municipalidade, embaixo de uma cúpula Tiffany, e, no dia seguinte, estarmos num barracão em Plácido de Castro, no Acre, com duzentos agricultores, explicando a eles, junto ao vice-Presidente do INCRA, quais são as opções que eles têm, em matéria de reassentamento no Brasil ou na Bolívia.

Nós podemos estar, um dia, posso estar um dia falando para 400 brasileiros, lá no Centro Batista de Fort Lauderdale, e, no dia seguinte, estarmos entrando na colônia de Laterza Kue, no Paraguai, com escolta policial, para ter uma reunião em pé, ao ar livre, com colonos, homens calejados, fazendeiros brasileiros, gaúchos, catarinenses, paranaenses, calejados, que estão em situação muito difícil.

Então, essa é uma nova dimensão do Itamaraty, é uma atividade que nós estamos tendo que desenvolver rapidamente e estamos desenvolvendo. Nós temos um empenho muito grande em acompanhar essa situação dos brasileiros no exterior e de trazer políticas públicas e trazer o apoio do seu governo e tudo aquilo que é possível.

Creio que podemos passar à Grécia. Então, Grécia é uma palavra tem ressonâncias históricas profundas, de modo que nós poderíamos passar por cima das guerras contra os persas, da Guerra do Peloponeso, do Império Macedônico, do Império--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. OTO AGRIPINO MAIA: Posso mandar. Do Império Romano do Oriente, do Império Otomano, do processo de independência que terminou em 1829, e chegar a outubro do ano passado, rapidamente, quando foi eleito um governo de oposição, o governo, o então partido no poder, o partido da Nova Democracia, um partido de centro-direita, foi derrotado pelo partido de centro-esquerda, o Movimento Socialista Pan-Helênico, o PASOK.

Assumiu, então, em outubro como primeiro-ministro George Papandreo, que também, cumulativamente, assumiu a função de ministro das relações exteriores. A política externa da Grécia é dominada pela circunstância de ser aquele país membro da União Europeia, membro da União Europeia desde 1981 e membro da União Econômica e Monetária Europeia e da zona do euro, portanto, desde 2001.

As grandes questões de política externa da Grécia, nós sabemos que os Balcãs, aquela região, são um região de história conturbada, mas, hoje, a Grécia tem uma vizinhança tranquila, pacífica, e os problemas poderiam ser resumidos à questão, a pequenas questões com a Turquia, a questão de Chipre, a questão da demarcação da plataforma continental do Mar Egeu, onde tem petróleo, portanto, onde tem petróleo tem confusão, e a questão da denominação, a questão nomástica com a Macedônia, como denominar a Macedônia.

A Grécia é um país desenvolvido, embora esteja na periferia, no sul da Europa, é um país envolvido, teve, em 2009, um PIB de 360 bilhões de dólares, para uma população de 11 milhões, que dá uma renda *per capita* bastante razoável, de 36 mil dólares.

Entre 1997 e 2007, nesses dez anos, o país cresceu bem, cresceu a uma taxa anual média de 4%, o dobro da taxa europeia. Evidentemente, caiu nos anos de crise, 2008, 2009, e voltará a cair em 2010.

Os serviços são as principais atividades econômicas da Grécia, e aí se destacam naturalmente os transportes marítimos, os fretes. A Grécia tem a maior frota mercante do mundo, mais de três mil embarcações. E esse processo começou há muito tempo, mas, sobretudo, se consolidou depois da guerra, da Segunda Guerra, quando, utilizando as facilidades do chip seis Act(F), de 1946, investidores gregos compraram maciçamente navios usados americanos.

Hoje, o transporte marítimo corresponde a 4,5% do PIB do país. O turismo é outra atividade naturalmente muito importante, basta dizer que, em 2008, ano de crise, 18 milhões de pessoas visitaram a Grécia, e um detalhe que é indicativo do futuro que pode ter o turismo na Grécia é que uma recente repercussão, uma recente pesquisa de opinião pública, na China, concluiu que a Grécia é o destino turístico preferido dos chineses, de modo que a Grécia tem futuro no turismo.

Eu acho que valeria a pena eu dizer algumas palavras sobre um assunto tem que tomado a imprensa, tem tomado a mídia, nos últimos meses, que é a crise econômica da Grécia. Essa crise tem tidos uma repercussão muito grande em função da sua gravidade intrínseca para a Grécia, mas, sobretudo, por representar sintoma de uma crise sistêmica da área

do euro, o que é bem mais importante, e por ensejar movimentos especulativos nos mercados financeiros internacionais.

A conclusão é de que a Grécia seria o primeiro de uma fila que incluiria outros países, como Portugal, os PIIGS, hoje chamados PIIGS, Portugal, Irlanda, Itália, Grécia, a própria Grécia, e a Espanha.

O aspecto externo mais visível dessa crise naturalmente é o endividamento externo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós estamos chamando de PIIGS.

SR. OTO AGRIPINO MAIA: PIIGS, com dois "i".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito pejorativo.

SR. OTO AGRIPINO MAIA: É pejorativo, mas a imprensa tem, internacional e nacional, usado abundantemente esse acrônimo, algo de fato rebarbativo.

Esse endividamento externo decorre de déficits fiscais anuais sucessivos, frente aos quais o governo grego recorre a financiamentos externos e eleva a dívida pública a níveis insustentáveis.

O déficit orçamentário, em 2009, que foi apresentado pelo governo que lá estava nesse ano como de 5%, na verdade, se constata, hoje, que é de 12,7%. Hoje, a dívida grega se situa em torno de 130% do PIB, ou seja, para aquele PIB de 360 bilhões de dólares, a dívida é de 470 bilhões de dólares. Mais ou menos, a metade da dívida pública brasileira, que tem uma economia, muitas vezes, maior do que a grega e onde eu imagino que a dívida pública brasileira hoje, face ao PIB, esteja em torno de 45%.

Então, só para falar de 2010, o Governo terá de levantar 55 bilhões de euros para financiar seu déficit orçamentário no ano. O custo, o problema, hoje, o grande problema para o Governo grego é o custo desse financiamento. Só para dar um exemplo, agora em 25 de janeiro, o governo lançou bônus de dívida soberana e captou oito bilhões de euros, conseguiu captar oito bilhões de euros, mas a um custo de 6,2% ao ano, ou seja, o dobro do custo pago, do preço pago pelo Governo alemão para um tipo de financiamento semelhante. O próprio Presidente Papandreo comentou essa circunstância de que a Grécia está pagando juros que são o dobro dos alemães.

Hoje, então, o esforço grego é mostrar que é capaz de sanear as finanças públicas e, assim, recuperar a confiança dos dirigentes europeus e dos mercados financeiros. Com isso, ele poderá melhorar as condições de financiamento da sua dívida e de rolagem da dívida pregressa. A meta anunciada e exigida, aliás, pela própria União Europeia é de cortar o déficit público dos atuais 12,7% para 8,7% este ano, ou seja, fazer um corte de 4% no ano e chegar a 3% em 2012.

O Primeiro-Ministro Papandreo já anunciou, em dezembro, fevereiro e março, três pacotes de medidas de austeridade. Para se ter uma ideia do conteúdo desses pacotes, eu resumo um pouco o que eles representaram. Só as medidas anunciadas agora, no dia 03 passado, implicam aumentos de receita, através de aumento do imposto do valor agregado, e aumento de impostos sobre petróleo, cigarro, eletricidade e artigos de luxo, e os cortes de despesa, que implicam redução de salários e pensões do setor público, redução em 60% do 14º salário, cortes de bônus salariais, reduções de pensões em empresas estatais, congelamento de todas as pensões dos setores público e privado, redução de gastos de custeio e capital no setor público e redução dos investimentos públicos.

Essas medidas se somaram a outras dos pacotes de dezembro e fevereiro, que tinham congelado salários e cortado benefícios, elevado o nível de taxação de imposto de renda, suspendido contratações de pessoal civil e militar e elevado a idade média de aposentadoria de 58 para 63 anos.

Uma conclusão que nós podemos tirar, analisando esses três pacotes, é que as cartas de intenção, as famosas cartas de intenção do FMI, na América Latina, nos anos 70, 80, eram bastante mais brandas do que está sendo anunciado pelo governo grego. E aí o grande paradoxo que nós vemos é que essa situação, em sua fase final, foi criada por um governo liberal, o Governo Caramanlis, que praticou uma política fiscal flexível, talvez excessivamente flexível, e, hoje, o problema está sendo atacado por um governo socialista, que está sendo obrigado a adotar medidas de política econômica ortodoxa, liberal, da maior dureza.

Nesse momento, o Primeiro-Ministro Papandreo está fazendo uma série de visitas, visitou a Angela Merkel, da Alemanha, visitou o Sarkosy, na França, e está nos Estados Unidos, nesse momento.

Relações bilaterais. As relações bilaterais entre o Brasil e a Grécia são excelentes. Não temos agenda negativa com o país. Existem cinco acordos mais importantes que dão a base institucional para o relacionamento, comércio, Previdência Social, cultura e educação, turismo e consultas políticas.

Existem 30 mil gregos no Brasil, uma comunidade que é visível, atuante e que proporciona uma ponte humana adicional entre os dois países.

Os contatos políticos de alto nível mais recentes foram visitas de vice-ministros gregos ao Brasil, 2006/2008, visita do Ministro Celso Amorim, em 2009, a Atenas, o ano passado, quando foi assinado um acordo para a criação de um mecanismo de consultas políticas.

O comércio se faz ainda em bases modestas, exportações de 332 milhões de dólares, importações de 66 milhões, com o superávit de 265 milhões de dólares.

As principais exportações brasileiras ainda são produtos primários, café, óleo de soja, fumo; os fretes são um elemento importante, que fica embutido naturalmente no comércio, mas acredita-se que os exportadores e importadores paguem em torno de 100 milhões de dólares anualmente aos armadores gregos.

Finalmente, um futuro embaixador ou um proposto embaixador em Atenas deve dizer alguma coisa sobre o que seria, quais seriam as tarefas fundamentais de um embaixador em Atenas. A meu ver, a tarefa básica é naturalmente manter a fluidez do diálogo político com o Governo, com o empresariado, com a área cultural e promover contatos com vistas a aumentar e diversificar as exportações brasileiras.

E aí procurando, inclusive, utilizar as *tradings* gregas como plataformas para exportação a terceiros mercados, naquela região.

A Grécia exerce um papel importante [soa a campainha] nesse campo, nesse terreno da intermediação. A criação de um conselho empresarial em Atenas também seria uma iniciativa interessante, à qual eu procurei me dedicar, procuraria me dedicar em Atenas.

E, finalmente, porém não por último, promover a cooperação na área de esportes, em particular, das Olimpíadas, onde o Rio de Janeiro tem muito a aprender com a experiência de Atenas em 2004. Essa é outra área onde eu pretenderia consolidar contatos com vistas a facilitar essa circulação de informações sobre esse assunto crescentemente importante, que são as Olimpíadas de 2016 no Brasil.

Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Oto Maia, pelas informações tanto em relação ao atual cargo que exerce, em relação aos brasileiros no exterior, quanto às perspectivas da nova Embaixada que assumirá, com o voto dos senadores aqui presentes, na Grécia, como tudo indica.

Antes de passar aos oradores, o primeiro orador é o Senador Fernando Collor, o segundo é Senador Augusto Botelho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu estou inscrito, Sr. Presidente? Eu estou inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está inscrito. Está Augusto Botelho, Romeu Tuma, Wellington Salgado, Arthur Virgílio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Suplicy, Flexa e Arruda. Arruda e Flexa [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria falar um momento do embaixador [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Deixa eu só organizar, então, aqui, só em termos da nossa, da programação aí. Nós vamos, então, ter, na semana que vem, os dois embaixadores indicados para Equador e Venezuela. O Equador o Senador Cristovam foi relator, já leu o relatório, e Venezuela o Senador Casagrande, que também já leu.

Na outra semana, 25, eu estou programando, então, o embaixador indicado para a Inglaterra, e o relator é o Senador Tasso Jereissati, e a embaixadora indicada para Israel, que é o Senador Marco Maciel.

Aí, no dia 06... Temos aí depois a semana que é a semana santa, depois temos 06 de abril, uma segunda-feira, pela tarde, a presença do Ministro Celso Amorim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Segunda-feira?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Terça-feira, não, 06 de abril, terça-feira. No dia 07 de abril, então, durante todo o dia, o seminário sobre as questões ligadas à energia nuclear, ao uso pacífico da energia, e, no dia 08, teremos, então, o Ministro Paulo Vanucci. Vamos ter uma semana com três reuniões da Comissão de Relações Exteriores: duas extraordinárias e uma ordinária.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho, Presidente, sobre o uso pacífico--

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Presidente, eu gostaria de duas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Marco Maciel, um momento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de, em rápida palavra, cumprimentar o chanceler brasileiro por haver indicado o Embaixador Oto Agripino Maia para as funções que vai exercer na Grécia, que é um posto relevante expressão, sobretudo porque a Grécia hoje integra a chamada União europeia.

E devo também aproveitar a ocasião para cumprimentá-lo pela excelente exposição que ele acaba de fazer, demonstrando, mais uma vez, sua habilitação, seu conhecimento nos problemas de política externa brasileira. Por isso eu quero dizer, e como já exerci o

direito de voto e como tenho um compromisso agora, e eu gostaria de, então, fazer esse registro de congratulações pela indicação do diplomata, que é, como todos nós sabemos, extremamente competente, e fazer votos de pleno êxito na missão que ele vai exercitar nos breves dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Senador Augusto Botelho, então, com a palavra. Não tem mais pela ordem.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu apenas só ressalvo a importância que tem o país da Venezuela em relação ao meu estado e tenho certeza de que o Senador Flexa vai liberar o relatório a semana que vem, e nós votaremos nosso embaixador. E também deixar bem claro que nada que aconteceu aqui foi em relação à pessoa do Senador Marcondes, do Embaixador Marcondes, deixar bem claro mais uma vez isso aqui, é que é uma questão política, e o Senador Flexa tomou uma posição política, ele tem direito de tomar, e a democracia é assim.

E desejar ao Senador Agripino Maia, o Embaixador Agripino Maia que tenha uma boa gestão na Grécia. Vemos que o senhor é um homem experiente e de conhecimento, e a Grécia, apesar de ter uma relação comercial com o Brasil pequena, a Venezuela, a média é cinco bi e pouco, a Grécia com 300 milhões, mas é importante para nós. E por quê? Porque ser o berço da cultura da nossa civilização.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido, Presidente. Eu queria homenagear o Embaixador José Marcondes de Carvalho, aproveitando a exposição feita pelo Senador Arthur Virgílio, que é seu colega de turma, segundo ele me disse, destacando as qualidades da V. Exa. aqui.

E, claro, Augusto Botelho se referiu a uma posição política do Senador Flexa, e eu falei com ele, ele disse que flecha lançada não volta atrás [risos]. Então, fica um pouco difícil convencê-lo a retirar o pedido de vista. Mas nós vamos respeitar, e, sem dúvida, na próxima semana, todos nós estaremos aqui para prestigiar a exposição de V. Exa.

Nós temos um problema que não dá para o Brasil cortar relações com a Venezuela, não mandando embaixador. Eu acho que o embaixador tem que ir para lá para amansar um pouco o Chávez, e talvez o Brasil tenha um papel importantíssimo, com sua presença, para trazer talvez uma melhora de comportamento do Presidente Chávez.

Então, cumprimento V. Exa., inclusive, pelo respeito que está tendo com a comissão, permanecendo tempo integral, e também com o Dr. Oto, que fez uma bela exposição, e V. Exa. não arredou pé. Poderia ter pedido licença e saído, sem nenhum desrespeito, mas, tranquilamente, porque não seria apreciada, hoje, sua exposição.

Então, cumprimento V. Exa. e digo que estaremos aqui com o Flexa para ouvi-lo e, sem dúvida nenhuma, ter o voto favorável do Flexa. E também do nosso...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com Flexa ou sem Flexa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com Flexa ou sem Flexa [risos]. Mas é claro, ele disse que flecha lançada não pode voltar mais. Então, dificilmente...

Mas eu também queria cumprimentar o Embaixador Oto, quem eu conheço, aprecio e admiro há muitos anos, inclusive, não só pela pessoa do seu irmão, que é nosso líder aqui, o José Agripino, mas, inclusive, pela exposição de V. Exa. Eu estou lendo aqui que ainda permanece aquele conflito Grécia-Turquia, e, conforme o processo de Chipre, também, onde eu estive, mais uma vez, como chefe de polícia e pertencente à Interpol, e a gente sente de perto aquele muro em Chipre, separando os dois lados.

E outra coisa que V. Exa. expôs aqui, com muita qualificação, por ter chefiado o departamento de brasileiros no exterior, pedido do Senado Eduardo Azeredo, eu, quando estava na direção da Polícia Federal, os decasséguis sofreram muito no início, por falta do relacionamento mais claro, de acordo com que poderia ser feito para que os decasséguis tivessem uma recepção [soa a campainha] mais cordial.

Desculpe, Presidente, é rápido aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pode continuar à vontade, senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas a parte de saúde eles não tinham assistência nenhuma; e eu recebi mais de uma vez membros do governo japonês, para tentar acertar a ida só quando houvesse a empresa contratante definida, porque os brasileiros lá chegavam com possibilidade de trabalho de certo setor, e não encontravam nada.

Era exploração, eu diria até de tráfico de pessoas, que para lá iam decasséguis, trazendo um sofrimento muito grande para as famílias que lá chegavam e tinham dificuldade no emprego e também de assistência à saúde.

E eu não sei, Embaixador Oto, se também a anistia decretada no final do ano, no Brasil, trouxe ou não algum benefício para os brasileiros que estão no exterior e que essa queda econômica, em vários países da Europa, trouxe um sacrifício muito grande, inclusi-

ve nos Estados Unidos, com a deportação ou a saída forçada de brasileiros, em vários países da Europa e nos Estados Unidos.

Eu sei que aqui a gente aprende muito com a exposição dos embaixadores, pelo conhecimento que trazem ao Senado Federal, pela qualidade dos embaixadores brasileiros, trazendo ao nosso conhecimento assuntos importantíssimos que a gene só lê pelo jornal fragmentos, por exemplo, a crise na Grécia e o conflito com a Alemanha, de não querer ajudar a Grécia. V. Exa. já disse que o primeiro-ministro esteve na Alemanha, conversando sobre esse procedimento de possibilidade de ajuda da União Europeia à Grécia, para sair dessa crise gravíssima que ela atravessa.

Cumprimento ambos os embaixadores e desejando boa sorte. Pena que talvez não seja convidado para ir lá visitá-los, de vez em quando. Boa sorte e que Deus os abençoe nesse trabalho maravilhoso, em benefício do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Com a palavra, agora, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, a exemplo do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, nós estamos diante de um profissional da melhor qualidade, do melhor preparo intelectual e da maior experiência, no caso, experiência ainda maior, até por ter ingressado na carreira antes, que é o Embaixador Oto Agripino Maia, que já passou por todos os testes aqui nessa galeria de estado ou nas missões de que se incumbiram no exterior. E tudo com o melhor senso de profissionalismo, com a melhor aplicação pública.

Devemos, inclusive, registrar que eu sou parlamentarista, que eu vejo no Itamaraty uma burocracia muito pronta. E não sei quantas mais estariam assim prontas para o parlamentarista.

Independentemente de quem governe, de quem não governe, e são capazes de dar as respostas que o Brasil precisa, sobretudo, a partir do momento – e aí eu quero lembrar do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em que se começou a ter uma mudança de atitude em relação à questão comercial, quando a diplomacia passou a ser mais agressiva no campo da promoção comercial do país, enfim.

Isso é coisa de 30 anos atrás ou mais de 30 anos, talvez. E o que quero ressaltar? É que o Itamaraty oferece quadros ao país que fazem com que o conceito da nossa diplomacia, do ponto de vista dos seus técnicos, independentemente da orientação política, eu discordo, por exemplo, das linhas básicas da orientação da atual política externa, apesar da amizade fraterna que me liga ao Embaixador Celso Amorim, mas, independentemente de qual seja a linha da política externa, o Itamaraty tem quadros para representar o país, sem ficar a dever aos países que têm obrigação de ter uma diplomacia bastante consolidada, até por terem interesses econômicos muito profundos nas suas relações com o mundo.

O Embaixador Oto Agripino é, portanto, parte brilhante dessa eficaz organização que é a diplomacia brasileira. Nós temos muito o que esperar da sua atuação na Grécia. Ele certamente não vai deixar de me convidar para ir lá, porque é o tipo do posto que...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois é, o Senador Tasso abriu um consulado nas ilhas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Senador Tasso tem uma ilha lá?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se você tem uma ilha lá.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): As ilhas mais bonitas gregas hoje pertencem ao PCdoB. [risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas, se pertencem, não tem por que o capitalismo brasileiro crescer, e o PCdoB não prosperar, tem que prosperar também, não é?

Mas eu gostaria muito de ressaltar que esse posto não será nenhum espinho para o Embaixador Agripino Maia, porque já passou por tantas situações delicadas, por tantos momentos em que vivenciou crises, por tantos testes que exigiram dele a ponderação de que hoje ele é dotado, e a experiência que foi armazenando, a duras penas; há os que pensam que a carreira são punhos de renda, e não, não são punhos de renda, é uma carreira difícil, uma carreira que muitas vezes expõe as famílias dos diplomatas a testes terríveis e que fazem desses profissionais figuras muito significativas para o país, sobretudo, no momento em que o Brasil passa a ter relações mais amplas com o restante do mundo.

Eu não teria questionamentos a fazer ao Embaixador Agripino Maia, mas, sim, revelar, e sem surpresa, que tenho absoluta esperança na boa atuação que desempenhará.

Não poderia ser diferente. No Vaticano, não foi diferente; nos seus postos internos, não foi diferente; por onde passou, não foi diferente. E tem um belíssimo currículo, desde terceiro secretário até o ápice a que chegou.

É um quadro preparado para quaisquer missões, inclusive a de chefiar o próprio Itamaraty, no seu posto mais alto. Mas é uma demonstração de prestígio que o Brasil dá tanto à Venezuela, com o Embaixador Marcondes de Carvalho, quanto à Grécia, é uma demonstração de prestígio que o Brasil dá a esses dois países, indicando dois quadros desse porte para representar seus interesses em Caracas e em Atenas, respectivamente.

Muito obrigado. Meu voto, obviamente, será... Não é nem secreto, está mais do que óbvio que votarei aos dois embaixadores.

Mas, senador, fora desse assunto, eu havia pedido a palavra pela ordem, ainda há pouco, para dizer que V. Exa. vai promover um interessante debate sobre uso pacífico de energia nuclear.

Eu lamento que a TV Senado não tenha sua abrangência estendida até Irã, seria muito importante que lá pudessem presenciar um debate sobre o uso pacífico de energia nuclear. Mas, brincadeiras à parte, eu fico feliz de ver que, nesta quinta-feira, nós tivemos a ocasião de receber aqui dois excelentes profissionais.

E quero deixar bem patente minha concordância com o Senador Tuma, que observou, um homem fidalgo que é, a enorme elegância do Embaixador Marcondes de Carvalho, de cumprir com seu dever, e esse é o caráter dele, ou seja, cumprir com seu dever o tempo inteiro, como democrata que é, compreende o direito que tem o Senador Flexa Ribeiro e que teria qualquer senador de questionar não o embaixador, poderia até questionar o embaixador, se ele fosse questionável; esse, no caso, não é é, mas questionar as relações do país com outro país. E nós aqui voltaremos com muito mais dados, enfim, e eu quero estar presente a essa sessão. E lamento muito até não ter sido escolhido relator, teria tido muito honra em ter sido relator do processo de escolha do Embaixador Marcondes de Carvalho, mas dá para se perceber, já pela sua elegância, pelo seu comportamento, pelo seu equilíbrio que, em nenhum momento, deixará a desejar naquilo que o Brasil pode esperar de um profissional que está limitado às orientações que recebe da Secretaria de Estado.

Não teria razão de ser agir ele diferente do que lhe recomenda sua chefia, que está aqui na Secretaria de Estado. Mas tenho certeza absoluta de que saberá se portar como o embaixador competente que veio do terceiro secretário competente e do aluno brilhante que eu conheci no Instituto Rio Branco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Com a palavra, agora, o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, quero cumprimentar o Embaixador Oto Agripino Maia [soa a campainha] pelas iniciativas que aqui relatou, tão importantes, ao cuidar da diáspora brasileira, tema que inclusive me ajudou a compreender melhor, no diálogo que tivemos, ou seja, daqueles brasileiros que, por razões as mais diversas, estão em outros países do mundo, e pela atenção que teve seja para com aqueles que tiveram problemas no Paraguai, no Japão, na Espanha, e cumprimentá-lo pelas iniciativas.

Também reiterar meu agradecimento pela maneira como se conduziu, nas vezes em que precisei, e sua atenção, seja na África do Sul, em outros países que visitei.

E, com respeito à sua missão diplomática na Grécia, agradeço se puder nos informar sobre como avalia que a Grécia poderá recuperar-se da condição difícil a que sua economia ingressou, recentemente, tendo em conta ser um dos países que mais recebe turistas no mundo, que tem uma potencialidade de recuperação econômica e, sobretudo, pela força das atividades de turismo da Grécia, que atraem pessoas do mundo inteiro.

E gostaria também de cumprimentar o Embaixador Luiz (sic) Antonio Marcondes de Carvalho. Então, na próxima semana teremos a oportunidade de aqui dialogar a respeito dos problemas que têm ocorrido no Venezuela sobre o desenvolvimento de nossas relações com a Venezuela, e da preocupação de muitos senadores, aqui, com respeito à ampliação das liberdades democráticas na Venezuela e que estão, de alguma maneira, relacionados à preocupação também da ampliação das liberdades democráticas, em países como Cuba.

Então, ainda ontem me pronunciei a respeito desse assunto. Avalio o que Governo brasileiro, o Presidente Lula pode perfeitamente, por ser tão amigo do Presidente Raul Castro, do Presidente Fidel Castro, externar nossa preocupação de que ali haja uma ampliação dos direitos humanos, os direitos às liberdades democráticas, assim como aqui foi apreciado e votado o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, nós aqui argumentamos que, com a aprovação da Venezuela no MERCOSUL, mais força teríamos nós parlamentares, senadores e deputados dos países do MERCOSUL de chegar ao Presidente Hugo Chávez e, por exemplo, dizer: “Será bom que aí não haja mais prisioneiros políticos”, e, na oportunidade que porventura surja de uma missão de senadores irem à Venezuela, e eu, por exemplo, se estiver nesta missão, conforme tinha

aqui colocado como uma das iniciativas que teríamos perante o próprio Presidente Hugo Chávez, com sinceridade, irei dizer isso a ele.

Mas esse tema nós vamos conversar, por causa da iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, na próxima semana. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. Senador Inácio Arruda, depois, Senador Flexa e Senador Tasso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, evidente que nós temos que elogiar os nomes dos nossos indicados, embaixadores José Antonio Marcondes de Carvalho, que manteve-se, está aqui e deverá ficar até o final, então, da sessão, porque não há mais razão para que se ausente, mas a questão, digamos assim, da Venezuela, o papel da nossa Embaixada na Venezuela, digamos assim, foi colocado para a próxima semana.

Então, nós elogiamos sua postura, acho que você deu uma demonstração do que é ter uma representação de Estado e representar nosso país. E quero aproveitar para destacar o episódio da indicação do Embaixador Oto Agripino Maia para a Grécia. Primeiro porque a Grécia é um país da história da humanidade, principalmente das relações ocidentais, chamado berço da civilização, embora seja berço da civilização porque muitos desconheciam as outras civilizações. Precisávamos juntar essas civilizações, acho que a Grécia tem um papel destacadíssimo na formação do nosso pensamento, quer dizer, seus filósofos, sua democracia de escravos, tudo isso formou o pensamento ocidental por um largo período e tem influência até hoje, até os dias de hoje: o direito, todas as áreas, a ciência, a medicina, a matemática, quer dizer, o desenvolvimento do conhecimento foi muito forte na Grécia.

E os conflitos atuais, quer dizer, ela perdeu, digamos assim, prestígio, é um país grande, com população pequena, perdeu prestígio no cenário internacional, mas, com o advento da União Europeia e com a crise europeia, ela ganha relevo, ela ganha destaque, e é muito importante a presença do Brasil, digamos assim, no centro de um conflito econômico como é o que está se estabelecendo na União Europeia. Então, nossa presença ali e pelas questões que você tem de interesses nossos naquela região, V. Exa. disse muito bem: ali é uma região de produção de petróleo, de riquezas, de serviços, de conhecimento. Então, nós temos um amplo na Grécia, muito importante a ida de V. Exa. E mais pela trajetória do Embaixador Oto Agripino Maia.

Eu tive a oportunidade de conhecer seu trabalho nas suas exposições aqui na Casa, no Senado, e na atividade, assim, extra Senado, minhas, tive oportunidade de acompanhar, junto com o Senador Azeredo e com o Senador Cristovam Buarque, as atividades da subsecretaria que V. Exa. dirigiu com zelo, com cuidado, com atenção, com isso que o senhor escreveu agora: uma hora tem que estar tratando dos "brasiguaios", que tem desde pobres até bilionários, não se trata de "brasiguaios" de coitadinhos, é de gente que produz no Paraguai, que produz riqueza, e outros que são utilizados como mão de obra barata e das relações dos brasileiros que estão em países riquíssimos, uns vivendo muito bem, e outros vivendo muito mal.

Quer dizer, em Miami, em Nova Iorque, nessas regiões todas de mundo, na Europa, mesmo nós temos situações que o senhor descreveu como de grande dificuldade, de uma parcela dos brasileiros que vivem nessas regiões do mundo.

Então, eu quero destacar esse trabalho, quer dizer, que o senhor estava cuidando indiretamente, do zelo, das conferências, uma conferência de brasileiros que moram, vivem ou sobrevivem no exterior e que têm necessidade. Cada viagem aqui que nós realizamos, seja para as Nações Unidas, seja para a Europa, qualquer país, quando temos a sensibilidade de comunicar nossa Embaixada ou nosso consulado e buscar examinar como vivem os brasileiros, nas reuniões com os brasileiros, no exterior, sempre ou se ouvia muito a reclamação enorme desse carinho necessário do Brasil com os brasileiros no exterior.

E isso vem sendo suprido de forma, digamos assim, muito interessante pela subsecretaria, e eu quero destacar teu trabalho na subsecretaria, que foi muito importante, e o contato que nós temos, porque temos contatos. O Brasil tem essa facilidade. Nós encontramos até um cearense que o senhor recebeu, sindicalista, presidente de um sindicato no Japão, um sindicato de metalúrgicos no Japão, o Francisco Freitas.

Então, para você imaginar como é que é a situação, o brasileiro vai para lá, mas vai com garra, com disposição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É duro ficar ali no pé o tempo inteiro. Então, para mostrar o que é a necessidade desse zelo que o Brasil tem que ter, através de seus consulados e através diretamente do Itamaraty.

E eu quero dizer que o senhor cumpriu essa missão com grande relevo, pela resposta que nós temos de brasileiros que estão no exterior. Então, acho que isso é muito significativo.

E, por último, digamos assim, nossas relações de vizinhança, de Mossoró com o Ceará, e para mim

mais, porque, além da vizinhança, minha mãe também é mossoroense. Então, se estabelecem laços também afetivos. Mas eu já estou batido, porque meu voto já foi oferecido, já foi dado. Então, o senhor não precisa mais se preocupar com o Senador Inácio Arruda, porque nós já cumprimos nossa obrigação de votar indicando seu nome para nossa Embaixada na Grécia.

Então, eu fico muito feliz de tê-lo como representante brasileiro, nessa região tão significativa da história da humanidade, que é a Grécia. E tenho certeza de que o senhor vai ajudar não só a aumentar as relações efetivas entre o Brasil e Grécia, mas, sobretudo, as relações comerciais dos interesses, mesmo, do Brasil, de negócio, de comércio, de indústria, da indústria, da produção. A Grécia tem essa capacidade da área de armadores. Então, eu acho que nós temos que aproveitar também esse conhecimento, porque nós estamos só erguendo nossa indústria nessa área, quem sabe, no futuro, não seremos também um país com grande destaque na área da produção de navio e também na cabotagem nossa, com nossa bandeira, porque, hoje, até a cabotagem, no Brasil, é feita com bandeira estrangeira.

Então, eu me congratulo com a indicação do seu nome para nossa Embaixada na Grécia, Embaixador Oto Agripino Maia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Com a palavra, agora, o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, o Senador Tasso Jereissati.

O Senador João Tenório já se inscreveu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, embaixadores Oto Agripino Maia e José Antonio Marcondes de Carvalho. Também quero fazer referência a V. Sa. ter permanecido por toda a sessão de hoje. E, na quinta-feira, nós vamos retornar com seu processo.

Quero fazer, aqui, parabenizar o Embaixador Oto Maia por tudo aquilo que já foi dito, o reconhecimento de todos os senadores da competência de V. Sa., e tenho certeza absoluta de que, na nova missão como representante diplomático do Brasil na Grécia, vai ter o mesmo desempenho que teve nas demais funções.

Eu dizia há pouco ao meu querido amigo Senador Agripino Maia que o chefe da CLÃ(F), ex-governador lá do Rio Grande do Norte, Tarcisio Maia, ele foi abençoado por Deus, porque tem uma família que tem talentos que são destacados em todas as áreas onde atuam.

Eu quero parabenizá-lo e desejar todo o sucesso que V. Exa. já teve até aqui, que ele seja continuado. Meu voto, apesar de secreto, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Eduardo Azeredo, Presidente desta comissão, Srs. Senadores, Embaixador Oto Agripino Maia, Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, eu, primeiramente, gostaria de pedir desculpas, eu não estive condições de estar aqui a tempo, ainda quando da colocação do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, mas queria dizer do meu respeito de entender a colocação específica, meramente política, e não política pequena, mas grande política do Senador Flexa Ribeiro, mas dizer que nós só temos em V. Exa., eu, pessoalmente, de V. Sa., as melhores informações, apesar de não ter tido ainda o prazer de ter um convívio pessoal, um contato pessoal com V. Sa., tenho as melhores informações, que só fazem recomendá-lo de uma maneira bastante positiva para esse cargo que V. Exa., V. Sa., com certeza, irá, nos próximos, dias.

Embaixador Oto Maia, eu queria dizer que não poderia deixar de dar uma palavra nesse momento, apesar de ser um pouco repetitivo, mas tenho três razões para me expressar nesse momento e dizer da minha alegria em que V. Exa., V. Sa. venha agora a ser conduzido, com toda a sua competência, à Embaixada do Brasil na Grécia. Primeiro porque V. Sa. é o irmão mais novo do Senador José Agripino Maia, e eu soube que praticamente ele lhe criou, ele foi muito mais velho e teve com V. Sa., praticamente, uma relação paterna, foi o que eu ouvi falar.

SR. OTO AGRIPINO MAIA: Ou de avô.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pena que ele não esteja aqui neste momento. E essa já é uma razão suficiente. E, segundo, porque V. Sa. é do Rio Grande do Norte, nosso vizinho, mesmo, com grandes afinidades com nosso Estado do Ceará e do Rio Grande do Norte, de Mossoró, que todos aqueles que conhecem um pouco de geopolítica sabem que Mossoró é da área de influência do Ceará [risos]. Então, mais uma razão, seria a segundo razão. Mas a terceira é realmente sua carreira, sua vida profissional, exercida em vários postos importantíssimos: Londres, Estocolmo, Pretória, Vaticano, suas funções exercidas aqui no Itamaraty e que, sem dúvida nenhuma, o destacam como um dos mais competentes diplomatas brasileiros e o credenciam, nesse momento muito especial que vive a Grécia, a ser nosso representante na Grécia e acompanhar.

Eu, ontem, tive a oportunidade de dizer a V. Sa. que talvez hoje seja das embaixadas mais importantes, interessantes e ricas para acompanhar, e que tem a ver muito com o desenvolvimento do país, do Bra-

sil no futuro. Afinal de contas, lá, hoje, tem uma crise econômica bastante profunda, em que política fiscal é discutida com todas as suas consequências, a questão de uma série de déficits, déficits internos, discutidos com todas as suas consequências, porque a Grécia... Não é uma crise que abrange somente a própria Grécia, ela se estende por todo a comunidade europeia e, mais ainda, ela abala a própria credibilidade ou o próprio futuro do euro como meada comum a todos os países da comunidade europeia.

Aquilo que vai acontecer na Grécia, nos próximos anos, nos próximos meses, já, e nos próximos anos também, vai ter... O que vai se fazer para se tentar solucionar esse enorme problema que acontece hoje no coração da Grécia e na comunidade europeia vai ser realmente importantíssimo para que a gente possa melhor compreender o futuro desse entrelaçamento econômico, social, entre os países e como isso pode ser resolvido e como se deve e vai ter que ser criativo para resolver ou para solucionar ou ultrapassar esse momento difícil que a Grécia vive.

E, portanto, V. Sa. é daqueles que têm mais condições e é o homem certo, no momento certo, para acompanhar de perto esse desenvolvimento dessa crise, e, com certeza, seu conhecimento vai servir de subsídios para que nós possamos ter uma visão melhor do mundo, num futuro próximo.

Por isso eu queria dar meu abraço, dizer da nossa satisfação e, sem dúvida nenhuma, acompanhar a unanimidade que existe aqui nesta Casa, neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Agora, vamos ouvir o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu vou plagiar um pouco aqui meu líder Tasso Jereissati. Não conheço ainda o Embaixador Oto Agripino Maia, mas, pelas, digamos assim, relações familiares já o qualificam, em função da liderança indiscutível de seu irmão aqui nesta Casa.

O Senador Tasso se referiu com muita propriedade ao destaque, à preocupação e à importância que tem as soluções que envolvem as questões da Grécia, onde V. Sa. vai ser nosso embaixador lá.

É uma situação crítica, que pode desdobrar-se, digamos assim, num componente de crise mundial muito grande, digamos assim, tornar a crise em V a crise em W, que é o grande receio que tem a economia do mundo hoje.

Então, nós temos esperança e certeza de que V. Sa. vai dar uma contribuição muito grande, o entendimento para nós outros aqui brasileiros da situação que acontece... E da evolução da solução que deverá acontecer. Então, são nossos votos que isso aconteça e desejamos o melhor dos trabalhos lá que V. Sa. possa ter.

No que diz respeito ao Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, eu tive a oportunidade de conhecê-lo numa reunião importante que aconteceu na FAO. Houve uma reunião extraordinária, se eu não estou equivocado, porque explodiu, como explodiu os preços dos alimentos, num determinado momento, houve, inclusive, um debate muito forte se aquilo era provocado ou não pelo desenvolvimento dos biocombustíveis. V. Sa. se lembra bem.

E quero dar o testemunho, foi um trabalho longo, uma reunião longa, com muita gente, o mundo todo presente. O Presidente Lula também esteve presente lá. E V. Sa. teve um desempenho, assim, absolutamente importantíssimo, primeiro pela organização que conseguiu conferir aos brasileiros, o que não é fácil, o brasileiro não gosta e não sabe submeter-se a uma organização mais rigorosa, como V. Sa. conseguiu; a disciplina que foi tão importante [ininteligível] encontro.

Segundo pelos contatos que foram estabelecidas com uma série de segmentos da vida internacional, naquele momento, para que o Brasil pudesse colocar suas questões mais importantes, seus interesses mais importantes.

Portanto, eu gostaria de dizer ao Embaixador José Antonio, trazer meu abraço a ele, aqui, minhas felicitações, e dizer que essa questão do nosso querido Senador Flexa deve-se a uma preocupação até compreensível.

Nós vivemos, hoje, observando uma Venezuela cada dia mais complicada. É um problema atrás do outro, é uma demonstração de uma pseudodemocracia, que tenta ser mostrada ao mundo como uma democracia consistente e efetiva, e isso preocupa muito os brasileiros, de modo geral, e claramente esta Casa fica preocupada. Entende-se a preocupação do Senador Flexa, conversei um pouco com ele aqui, e ele me fez as melhores referências de V. Sa. Então, não é uma questão pessoal, de jeito nenhum, é uma questão nem de partido, de jeito nenhum, é uma questão que ele tem a preocupação, que se compreende, que se entende, de um situação que, a nosso ver, de deterioração política, econômica muito séria que vive um país que tem uma importância grande para nossa convivência, que é a Venezuela.

Então, eu gostaria só de registrar isso, não defender, mas compreender a posição do Senador Flexa. E dizer a V. Sa. que eu me sinto muito feliz de estar aqui e estarei na quinta-feira aqui para conferir, com muito prazer, com muita satisfação, meu voto para V. Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo ao Senador João Tenório, o último orador inscrito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Crivella, sempre muito bem-vindo, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Eduardo. V. Exa. representa bem a gentileza do povo, a doçura do povo mineiro.

O senhor sabe que o Presidente Sarney, quando recebeu Affonso Arinos, na Academia Brasileira de Letras, ele teve uma frase lapidar e inesquecível, ele disse o seguinte: "Minas não tem mar porque o mar é salgado, e Minas é doce".

V. Exa. representa a doçura de Minas, cercado de um gaúcho e de um potiguar, V. Exa. é a doçura do Brasil.

Eu queria apenas saudar nosso Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho para um posto fundamental, substituindo o José Carlos, o Embaixador José Carlos, que tive a oportunidade de ver como é querido, como é prestigiado na inauguração da ponte sobre o Rio Lindu(F), quando acompanhei o Presidente da República.

O Brasil, hoje, goza de um prestígio na Venezuela que é extraordinário. V. Exa. terá todas as condições de desenvolver um grande trabalho naquele país-irmão. Parabéns pela sua indicação, faço votos de que o senhor tenha muito sucesso e conte com nossas orações.

Oto, querido amigo, eu tenho do senhor as melhores recordações, sobretudo naquela ocasião em que V. Exa., prestando aqui o dever e o privilégio também de ser assessor parlamentar do Ministério, me mostrou toda a sua competência e capacidade de articulação por ocasião daquela medida provisória que o Governo emitiu e que aqui se dava como certo não passar, que era ajuda financeira aos agricultores.

Não se V. Exa. se recorda, mas ela teve no Senador Eduardo Azeredo um dos seus maiores contraditores. Nós conseguimos aprovar era onze e meia da noite, e graças a V. Exa. Se não tivesse sido V. Exa., teria sido uma medida provisória derrubada aqui nesta Casa. V. Sa. foi um a um dos líderes, mostrando que era preciso dar aquele recurso a um país que tinha nos destratado, de certa forma, porque nacionalizou a exploração da PETROBRAS do gás, e havia um clima nacional de revanchismo.

Ora, como é que nós brasileiros iríamos passar recursos para aquele país, se havíamos sofrido, por certa parte da opinião pública, uma afronta? Era possível uma coisa dessas, e V. Exa. foi incansável aqui, para que, às onze e meia da noite, nós conseguíssemos obter aquela aprovação.

Eu não podia deixar de prestar esse depoimento. Talvez outro tivesse até desanimado, desestimulado, mas V. Exa. acreditou até o final, e assim foi feito, a medida provisória foi aprovada, o governo repassou os recursos, e nós evitamos que aqueles agricultores brasileiros sofressem o constrangimento de uma expulsão daquele país, que já tinha mostrado que é um país, de certa forma, que toma medidas inspiradas, imprevisíveis, e nós, como maior potência da América Latina, da América do Sul, sobretudo da América do Sul, precisamos ter a grandeza dos líderes. V. Exa. é um desses líderes. Parabéns!

Eu vim aqui, não sou membro desta comissão. E, hoje, é um dia difícil para esta Casa, que poderia ter muitos aqui senadores para prestigiar os indicados, mas nós estamos num ano eleitoral, todos nós premidos pelo calendário. Nossa sobrevivência política depende das eleições, 2/3 desta Casa estão agora no confronto das urnas, mas eu não podia deixar de vir aqui para lhe prestar esta homenagem e dizer da importância de V. Exa. naquela ocasião.

Faço votos de que esteja na Grécia com todo o sucesso, cercado com o prestígio de seus colegas, com o aplauso do Senado Federal para fazer ali uma grande gestão.

Deus o abençoe. Parabéns, Embaixador Oto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senadora Crivella. Então, antes de passar, como a Constituição prevê, para a parte secreta, mas eu quero encaminhar aqui a votação. Nós temos quatro acordos e três requerimentos. Requerimento, então, extrapauta, o Senador Suplicy tem questionado, senador, mas realmente alguns deles são de natureza urgente. Então, eu vou colocar os acordos e os três requerimentos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, a votação do Embaixador Oto já está completa?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já está completa. Pela oposição, já tá completa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas, antes de fazer a contagem e a apuração, nós temos aqui um acordo entre o Brasil e Israel, dois com a Jordânia, mas os relatores não estão aqui, Rosalba Ciarlini e José Agripino, e um entre o MERCOSUL e Egito, que é muito importante também, o senador é Tuma.

E os requerimentos, um é do Senador Inácio Arruda, que prevê um aditivo aqui para este seminário sobre a revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, e os outros dois, um é do Senador Flexa. E eu já passo, então, à leitura dos dois requerimentos, que dois deles são polêmicos, que V. Exa. colocou.

Então, o primeiro é esse do Senador Arruda, que "Requer que sejam incluídos, entre os convidados, os seguintes nomes: o Ministro Santiago Irazabal Mourão, chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis do Ministério das Relações Exteriores; Jackie Cabasso, coordenadora para os Estados Unidos da Organização para Efeitos pela Paz e ativista da luta pela abolição das armas nucleares; e Socorro Gomes, presidente do Conselho Mundial da Paz e do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos de Luta pela Paz, bem como seja feita a substituição do Professor Rui Namorado pelo Professor Felipe Carvalho, físico nuclear e membro do Conselho Português para Paz e Cooperação".

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

O outro requerimento é do Senador Flexa Ribeiro, que "Requer, nos termos do art. 50, da Constituição, do Regimento Interno, que seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, esclarecimentos sobre as informações abaixo relacionadas, pois o Ministério das Relações Exteriores anunciou a criação de novos postos diplomáticos, entre eles, na Comunidade Dominica. Assim, solicita esclarecer o custo de instalação, custo mensal de manutenção, número e qualificação dos funcionários previstos para o quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, como de contratos locais, e, ainda, qual é o número de brasileiros residentes nos últimos cinco anos e o número de brasileiros visitantes nos últimos cinco anos e, ainda, o valor das importações e exportações nos últimos cinco anos".

Em discussão o requerimento. O Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Queria ressaltar, ainda recentemente, a Comissão de Relações Exteriores encaminhou requerimentos de natureza semelhante, acho que por duas vezes, já respondidos pelo Ministro Celso Amorim, salvo engano.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas não tinha ainda a criação dessa Embaixada de Dominica. Era em relação à antiga Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão(F) e Neves e Granadinas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sei. Aquelas informações já chegaram lá?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aquelas já chegaram e já foram encaminhadas ao seu gabinete.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É semelhante. Tem algumas informações adicionais. O Senador Flexa pede aqui, por exemplo, o valor de importações e exportações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não se repete o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem. Só para saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Azeredo, V. Exa. já fez toda a justificativa, na leitura do requerimento. Eu apenas quero ter do Itamaraty informações a respeito da abertura dessa nova Embaixada no Brasil, quanto vai custar ao nosso país, quantos brasileiros vão ser atendidos por essa Embaixada, ou seja, para que a gente possa votar de forma consciente.

E acho, Senador Suplicy, V. Exa. fez também sua dúvida é minha dúvida. V. Exa. fez alguns pedidos de esclarecimento, e eu estou fazendo esclarecimentos complementares, seguindo sempre sua linha de preocupação com os interesses do Brasil.

Eu pediria o apoio dos nobres colegas, para que possamos aprovar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Encerrada a discussão. Coloco, portanto, em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Essa é mais uma Embaixada, portanto, no Caribe.

E o terceiro requerimento, apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, por mim e também pelo Senador Flexa, "requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade aos presos políticos em Cuba, em razão das recentes declarações dadas pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva". Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Os Srs. Senadores que desejam discutir... Eu coloco, portanto, em votação. Em votação, os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Estão, portanto, aprovados os três requerimentos: o requerimento aditivo sobre o seminário da revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o requerimento com relação à Embaixada de Dominica e o requerimento de voto de solidariedade aos presos políticos em Cuba, em razão das recentes declarações dadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Passamos, agora, então, ao acordo, o primeiro acordo é o registrado pelo Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, apenas quero, relativamente à questão de Cuba, reiterar aquilo que eu ontem falei da Tribuna do Senado e me dirigindo, inclusive, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Da forma mais companheira e amiga, eu avalio que será próprio que ele possa, sim, expressar um sentimento de preocupação pela ampliação das liberdades de expressão, liberdades democráticas em Cuba. Então, é com aquele espírito do meu pronunciamento de ontem que eu gostaria de aqui registrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, senador, eu acredito que V. Exa., pelo pronunciamento e pelo voto, está de acordo também que nós possamos fazer essa solidariedade. Não há dúvida de que o Presidente, salvo melhor juízo, que o Presidente realmente se equivocou ao fazer a declaração que fez, que é contrária aos direitos humanos.

Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, agradeceria se puder constar da Ata para que coloque meu ponto de vista, o pronunciamento que fiz ontem sobre esse tema, agradeço se puder ser assim considerado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente. Será colocado também junto a esse voto de solidariedade em Ata o pronunciamento do Senador Suplicy.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, eu proponho... Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem ou já no acordo?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu proponho que o Senador Suplicy também seja um dos subscritores do requerimento. Pode ser?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu farei nos termos do meu pronunciamento de ontem, por favor. Eu pedi para registrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro, Projeto de Decreto Legislativo n.º 869/2009, que "aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Brasil e Israel, assinado no Rio de Janeiro, em agosto de 2008".

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): "*Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, esta comissão é chamada a examinar o Projeto de Decreto Legislativo 869/2009, que aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado no Rio de Janeiro, em 06 de agosto de 2008".*

Eu quero, inclusive, Senador Eduardo Azeredo, parabenizá-lo. Nós já aprovamos acordos aqui firmados dez anos antes, dez anos depois, o Congresso Nacional vinha homologar o acordo ou, melhor dizendo, aprovar o acordo. E esse tem apenas um ano e pouco.

"O Presidente da República enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº. 911/2008, solicitando senhor apreciação da matéria. A mensagem traz anexa exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: um instrumento tem como objetivo aprofundar a cooperação no campo educacional, como forma de promover, em benefício mútuo, o estreitamente dos vínculos de amizade, entendimento e cooperação entre o Brasil e Israel.

Estabelece como áreas prioritárias, entre outras, treinamento técnico e profissional, avaliação de cursos, educação superior e pós-graduação e inovação na educação.

O tratado foi aprovado pela Câmara, em novembro de 2009; no Senado, não foram apresentadas emendas".

Análise, Sr. Presidente. "O tratado aperfeiçoa e amplia o convênio de intercâmbio cultural assinado entre os dois países, em 1959. O ato cria Comissão Educacional Brasileiro-Israelense para acordar e definir detalhes sobre a implementação dos programas de cooperação.

O documento elenca áreas prioritárias, como ensino dos idiomas, administração escolar, inclusão social na educação, agriculturas em regiões semiáridas, em que há uma expertise de Israel bastante importante e que pode trazer um auxílio principalmente ao Nordeste brasileiro, promoção de estudos relativos às consequências negativas de fenômenos como intolerância, racismo, antissemitismo e xenofobia.

O tratado tem validade de cinco anos, sendo automaticamente renovado por igual período, salvo notificação por escrito de uma das partes.

Consideramos o ato de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais".

O Voto, Sr. Presidente. *"Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 869/2009".*

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos, então, agora ao acordo, ao Item 4, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 953/2009, que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em julho de 2004".

Mas não está conosco aqui desde 2004, não. Chegou aqui recentemente.

Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou pedir permissão a V. Exa. para resumir, visto o horário. Mas é um acordo do MERCOSUL e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, na Argentina, em 07 de julho de 2004, portanto, há cinco anos.

Às vezes, o Itamaraty reclama que adormecem por muito tempo acordos internacionais, que não podem ser modificados, mas pode ser negada sua confirmação pelo Congresso, pelo Senado Federal. Então, eu acho que a possibilidade da urgência nesses acordos internacionais tem uma importância bastante grande para o país.

"O Acordo-Quadro firmado lança as bases para negociação de acordo comercial entre as partes contratantes de livre comércio de preferências tarifárias. O Acordo-Quadro com o Egito é parte da estratégia nacional de promoção do entendimento com parceiros do Oriente Médio e do Magreb, a exemplo do Acordo de Livre Comércio recentemente concluído com Israel e de outras negociações ou contatos em curso com o Conselho de Cooperação do Golfo, o Marrocos e a Jordânia, para onde me parece que o Governo brasileiro irá proximamente para a Jordânia. E eu acho que é importante a aprovação desse acordo já que o Presidente estará lá em breve.

Eu leria, ainda, aqui, como sabemos que o comércio não exaure em si mesmo, a partir dele é sempre previsível o aumento da cooperação na área política e cultural, com maior intercâmbio de atores sociais e importantes, como pesquisadores, professores e artistas, ausentes dos países orientais e particularmente do mundo árabe.

O Brasil necessita priorizar essa nova fronteira, sua política externa a considerar a grande importância da colonização que recebemos com grandes contingentes imigratórios provenientes do Oriente Médio.

Nesse sentido, parece isento de dúvidas que a iniciativa comercial vislumbrada pelo acordo poderá contribuir para o aperfeiçoamento das relações políticas, culturais e econômicas entre os países firmatórios.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 953/2009, que aprova o Acordo-Quadro entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, assinada em Puerto Iguazú, na Argentina, em 07 de julho de 2004".

É nosso relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Principalmente em relação ao MERCOSUL, é muito importante que tenhamos esse acordo, que assim vamos evoluindo. Tivemos a notícia essa semana do Embaixador Regis Arslanian, e que estão sendo retomadas as negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, e isso poderá ser muito importante para um fortalecimento--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E ele falou com muita alegria essa possibilidade. E eu queria deixar registrado aqui a [ininteligível] do Embaixador Regis como tem tratado a Comissão do MERCOSUL, quando lá vai, e a reunião e o jantar que ele realiza, uma reunião expositiva de tudo o que realmente se trata com o MERCOSUL, visto que praticamente o Legislativo tem pouca influência nas decisões governamentais, mas os presidentes têm se reunido, e o Embaixador Regis tem a gentileza de nos relatar todos os acontecimentos referentes à participação do Brasil no MERCOSUL.

Queria deixar registrado isso aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, com meu apoio, também como membro do Parlamento.

Então, não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

Nós temos dois outros acordos aqui, um o relator é o Senador José Agripino e o outro é a Senadora Rosalba Ciarlini, mas eu sou informado de que o Presidente Lula vai à Jordânia nos próximos dias. Então, nós vamos pedir ao Senador Eduardo Suplicy que possa ser relator **ad hoc** dos dois acordos com a Jordânia.

O primeiro é o Decreto Legislativo 872/2009, que "aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia na área da educação".

E o segundo é o Projeto de Decreto Legislativo 928, também de 2009, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, um é cultural e o outro é educacional, também entre o Brasil e a Jordânia. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ambos os acordos são de grande relevância, ainda mais por causa da viagem que o Presidente Lula fará nos próximos dias para a Jordânia, para o Oriente Médio.

"Trata-se de um acordo entre o Brasil e o Reino da Jordânia, com vista a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, por meio da cooperação educacional e interuniversitária entre ambos os países, conscientes de que o desenvolvimento científico e tecnológico exige o auxílio mútuo para a busca da excelência de seus recursos humanos.

Os objetivos do acordo são fortalecimento de cooperação educacional, interuniversitária, formação e aperfeiçoamento de docentes, pesquisadores, o intercâmbio de informações e experiência em educação.

Para alcançar os objetivos, as partes adotarão programas de intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores elaborarão e executarão conjuntamente projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas.

Sobre os auspícios do acordo, as partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e língua da outra parte em seu território.

Registre a disposição sobre o reconhecimento dos estudos formais. Aqueles de nível fundamental e médio ou equivalente, se realizados em uma das partes, terão garantia de imediato reconhecimento na outra parte, por intermédio de suas instâncias governamentais competentes, após legalizados nas repartições consulares.

Quanto aos diplomas e títulos acadêmicos obtidos em um das partes, serão seu reconhecimento ou validação na outra parte sujeito à sua legislação nacional.

O ingresso em curso de graduação e pós-graduação será regido pelos processos seletivos e à respectiva parte contratante, podendo ser criados sistemas de bolsas e/ou facilidades que permitam a pesquisadores e estudante adquirirem aperfeiçoamento acadêmico-profissional.

As partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas. Vale lembrar que a ressalva de que o acordo observará entre as respectivas legislações nacionais. O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação.

Terá vigência por cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes.

O segundo acordo aprova o texto de cooperação cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia.

O acordo tem por objetivo promover valores culturais e estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e de cooperação existente entre o Brasil e a Jordânia.

Prevê intercâmbio de experiência e cooperação nos campos da literatura, arte, música, indústria cultural, destacando a importância de ampliar as facilidades para pesquisa em institutos, arquivos, bibliotecas e museus dos dois países".

Assim, altamente, recomendáveis ambos os acordos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy, em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Estão, portanto, aprovados os acordos.

> "De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da comissão será transformada em secreta, a fim de que o embaixador seja arguido pela comissão".

Eu designo o Senador Augusto Botelho para atuar como secretário. Então, peço aos presentes, com exceção dos diplomatas, que se retirem, mas é muito rápido. Eu acredito que logo em seguida nós estaremos abrindo com a apuração e proclamação do resultado.

O secretário é o Senador Augusto Botelho e, como escrutinadores, o Senador Romeu Tuma e Senador Suplicy. Mas, se tiver alguma pergunta adicional...

[sessão secreta às 12h46]

[sessão reaberta ao público às 12h50]

A reunião está reaberta. Eu comunico a aprovação do Embaixador Oto Agripino Maia por unanimidade, os oito votos, para a República Helênica da Grécia.

E agradeço também a presença do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, indicado para a Venezuela, cuja sabatina ocorrerá na próxima quinta-feira.

Agradeço aos Srs. Senadores, a todos os presentes. Está encerrada a sessão. Antes, porém, cumpri-

mentando o Embaixador Agripino, pelo grande trabalho realizado a favor dos brasileiros que estão no exterior, quase três milhões, e desejando muito sucesso nas novas funções.

Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h51.

Pronunciamento do senhor Senador **Eduardo Suplicy** em sessão do dia 10 de março de 2010.

O **SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, hoje eu estou aqui na qualidade não apenas de Senador pelo Partido dos Trabalhadores de São Paulo em terceiro mandato, com a responsabilidade de quem teve 8.896.803 votos, mas também com a responsabilidade de ser Vice-Líder do PT no Senado.

Como o meu amigo, companheiro e Líder, Senador Aloizio Mercadante, encontra-se em repouso, recuperando-se – felizmente, está bem – de uma cirurgia na semana passada, estou no exercício da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Nessa qualidade, com todo companheirismo, carinho e respeito, quero transmitir ao meu querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o respeito que ele ressaltou ter pela determinação da Justiça e do Governo cubanos não deveria excluir a possibilidade, com toda a sinceridade, de um verdadeiro amigo poder dizer, construtivamente, aos Presidentes Raul e Fidel Castro – este, ex-Presidente, mas considerado o Comandante Maior da Revolução Cubana – da importância de se respeitar os direitos humanos, de se respeitar as liberdades democráticas, sobretudo as liberdades de expressão em todo e qualquer país.

Em janeiro de 1998, uma pessoa que demonstrou ser um amigo extraordinário de Cuba – refiro-me ao Papa João Paulo II – foi muito bem recebida pelo Presidente Fidel Castro e carinhosamente recebida pelo povo cubano. Durante todos os dias que ali esteve, falou para milhões de cubanos e soube expressar com muita franqueza o quão importante seria que se acabasse com qualquer cerceamento de vínculos a outros povos e, portanto, que se encerasse o bloqueio, o embargo, dos Estados Unidos contra Cuba. Igualmente, ressaltou que Cuba deveria criar um ambiente de maior liberdade e de pluralismo. Naquela oportunidade, o Papa João Paulo II, na Praça José Martí, diante de centenas de milhares de pessoas que o assistiam e aplaudiam, ressaltou como seria importante que houvesse a combinação de justiça com liberdade.

Eu gostaria que o Presidente Lula se recordasse de algumas das pessoas da história da humanidade pelas quais, em outras ocasiões, ele demonstrou o maior respeito, pessoas que realizaram greves de fome para alcançarem objetivos importantes na história dos povos. Dentre esses, claro, vem à mente de todos nós a imagem de Mahatma Gandhi, que foi o grande propugnador da ideia de que as transformações na sociedade devem ser realizadas através da não-violência, através dos meios persuasivos e, em algumas ocasiões, através da desobediência civil e de meios como os que inspiraram Martin Luther King Junior à realização de grandes marchas, como aquelas que culminaram, em 28 de agosto de 1963, com mais de duzentas mil pessoas diante do Memorial de Abraham Lincoln em Washington D.C., com o seu histórico discurso I have a dream.

Mas não apenas Mahatma Gandhi. Nelson Mandela inspirou-se em Bobby Sands, líder irlandês do IRA que morreu após 66 dias da greve de fome que iniciou como forma de protesto para que fosse reconhecido como prisioneiro político, chamando a atenção dos povos do mundo para a sua causa.

As autoridades da África do Sul haviam recusado a possibilidade de Nelson Mandela ver seus filhos pequenos, inclusive seu filho de três anos. Ele, então, pouco depois daquele episódio, na prisão onde ficou por 27 anos, realizou uma greve de fome até conseguir seu intento seis dias depois, para que seu filho pudesse, aos três anos de idade, visitar o pai.

Cesar Chavez, no México, foi uma das pessoas que comoveu o mundo com sua greve de fome.

No caso de Bobby Sands, o próprio Presidente Fidel Castro fez uma observação assinalada pelo jornalista inglês Denis O-Hearn, em 6 de maio de 2006, quando escreveu em The Nation "A Fome de Justiça". Ali ele disse, em 6 de maio de 2006:

Vinte e cinco anos atrás, em 5 de maio de 1981, prisioneiro do IRA, Bobby Sands morreu depois de sessenta e seis dias em greve de fome. Ele protestava contra a ser reconhecido como um prisioneiro político, chamando a atenção do mundo para umas das mais terríveis condições de nunca experimentada por prisioneiros. Ele e uma centena de seus companheiros – presos em H notório da Grã-Bretanha Bloco de prisão da Irlanda do Norte – havia passado anos em bloqueio total, nu, com nada além de cobertores para se cobrir, sem material de leitura ou mesmo a simples confortos da vida.

Nos últimos dias de agonia de sua vida, Bobby Sands viu deliciosa ironia ao ser eleito como deputado britânico, um membro da "mãe de todos os parlamentos", o coração do inimigo estava morrendo de vontade de vencer. Ele nunca se queixou, mesmo quando todos os tipos de políticos e clérigos entraram em sua cela do hospital isolado, onde seus amigos não foram autorizados a visitar, e tentou persuadir e enganá-lo

fora de seus protestos. Margaret Thatcher, que finalmente realizou sua vida em suas mãos, havia dito: -a senhora não é para transformar-. Então Bobby Sands sabia que ele iria morrer. Ele sabia que outros se seguiriam. No final, dez grevistas irlandeses morreram naquele verão de 1981.

Em Havana – assinala O'Hearn – Fidel Castro colocou os grevistas de fome da Irlanda em companhia bastante alta, quando ele afirmouo: `Os tiranos tremem na presença de homens que são capazes de morrer por seus ideais, após 60 dias de greve de fome! Próximo a este exemplo, quais foram os três dias de Cristo no Calvário, como um símbolo ao longo dos séculos de sacrifício humano?-

(**Interrupção do som**.)

Será que o Senador Mão Santa, realmente, deume o tempo necessário, porque não é uma comunicação inadiável. Eu sou orador inscrito.

O **SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Exª começou o discurso às 16 horas e 42 minutos.

O **SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O **SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Exª terá o tempo necessário.

O **SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu quero aqui recordar, Sr. Presidente, que nos documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores, nós fizemos questão de ali colocar o quão importante para nós era a democracia e a liberdade.

No manifesto de fundação do PT, de 10 de fevereiro de 1980, estava li registrado: O PT lutará pela...

(**Interrupção do som**.)

O **SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar o povo explorado e suas lutas. E, assim, também aqui se dizia não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora da sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os policiais populares são alvo permanente de repressão policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, e assim por diante.

Com toda amizade ao Presidente Lula, quero aqui dizer que nós defendemos que o socialismo, a maior igualdade entre todos os seres humanos e o direito pleno à cidadania devem ser acompanhados da ampliação da liberdade e da justiça; e assim como João Paulo II disse com muita clareza e assertividade perante Fidel Castro e o povo cubano que as liberdades deveriam estar acompanhadas dos movimentos em favor da justiça, é importante que nós aqui digamos, com toda amizade, ao reconhecer o progresso social da educação, da eliminação do analfabetismo, dos progressos na área da saúde, que ao lado de objetivo tão importante de acabar com o bloqueio econômico, cultural e comercial que os Estados Unidos impõem a Cuba, também queremos que haja ampliação das liberdades.

Inclusive, Sr. Presidente, quero aqui concluir que, ao final do ano passado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por requerimento do Senador-Presidente, Demóstenes Torres, aprovou requerimento para que venha visitar o Senado a blogueira da Generación Y, Yoani Sanchéz, e o Presidente José Sarney encaminhou, assim como o Presidente...

(**Interrupção do som**)

O **SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – ...da CCJ, Demóstenes Torres, o convite pelo Senado, para que a Srª Yoani Sanchéz possa vir ao Senado.

Quero aqui transmitir ao Presidente Lula, pelo que tenho lido do livro e das páginas da Srª Yoani Sanchéz, as suas observações sobre o cotidiano da vida cubana não são mais ferinas do que os discursos que aqui, diariamente, a Oposição ao Governo do Presidente Lula faz com respeito ao que acontece no Brasil e, nem por isso, o Presidente Lula se vê ameaçado. Por isso, eu gostaria de transmitir ao Presidente Lula, como ainda na semana passada, quando esteve aqui a Srª Hillary Clinton, tive a oportunidade de dialogar com o Ministro Celso Amorim, que falou que esse é um assunto muito delicado em Cuba, mas é um assunto suficientemente deliciado para nós, amigos de Cuba, dizermos a eles: "Ah! Como será bom se também em Cuba não houver mais prisioneiros de consciência, prisioneiros de natureza política, prisioneiros que não tenham cometido efetivamente roubos, crimes de sangue e assim por diante".

E que possamos nós, brasileiros, transmitir aos cubanos: -Vamos abrir as fronteiras, vamos colaborar para que os americanos possam ir a Cuba e sair de Cuba na hora em que desejarem, bem como que os cubanos possam visitar quaisquer países das Américas, inclusive o Brasil e, inclusive, a Srª Yoani Sánchez.

Quero aqui agradecer, porque me sinto amigo de Cuba, das vezes em lá estive – e já estive lá quatro vezes desde os anos 80 – e sempre fui muito bem recebido. No ano passado mesmo, fui a Cuba para fazer uma exposição sobre a Renda Básica de Cidadania no Congresso de Economistas de Cuba e do Caribe.

O **Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Peço um aparte a V. Exª.

O **SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Com muita honra Senador Valdir Raupp.

O **Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª aborda um tema interessante. Eu acho que V. Exª deveria pedir ao Presidente Lula – e eu posso até me colocar à disposição para fazer isso, assim como os Presidentes amigos de Cuba – que peça aos irmãos Castro, ao Fidel e ao Raul, que façam a abertura democrática em Cuba. Não há país no mundo que resista a 50 anos de ditadura. Eu estive lá na época em que V. Exª lá esteve. Cuba está se deteriorando. Tudo bem, há os embargos econômicos, mas o regime é muito fechado e os problemas estão ocorrendo. É como o Chávez na Venezuela, que está começando a enfrentar problemas também. Não há mais espaço no mundo para regime ditatorial. O que o que o Presidente Lula tem que fazer é aconselhar o Raúl Castro, que agora está no comando de Cuba, a fazer a abertura democrática naquele país.

O **SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – V. Exª relembra o dia em que o nosso querido embaixador nos convidou para jantar na embaixada em Havana e pode testemunhar que há como que um anseio de todos os povos para que Cuba possa avançar na construção do socialismo, mas também na ampliação das liberdades democráticas, liberdade para todos os seres humanos e liberdade inclusive de ir e vir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 55ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia quinze de dezembro de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATI, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO, GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, HERÁCLITO FORTES, OSVALDO SOBRINHO, ARTHUR VIRGÍLIO, JOÃO TENÓRIO, ACIR GURGACZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, JOÃO PEDRO, LOBÃO FILHO, VALTER PEREIRA, ALMEIDA LIMA, ANTONIO CARLOS JÚNIOR, EFRAIM MORAIS, ADELMIR SANTANA, ROSALBA CIARLINI, CÍCERO LUCENA E GIM ARGELLO.** Comparecem ainda os Senhores Senadores não-membros, **RENAN CALHEIROS E MAGNO MALTA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. Deliberação de matérias: **ITEM 1 -** Decisão Não-Terminativa - **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 260, DE 2009**. "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 23 da Lei nº 9.742, de 16 de julho de1997, o nome do Senhor JARBAS JOSÉ VALENTE para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Plínio de Aguiar Júnior." **Autoria:** Presidente da República**. Relator:** Senador **Wellington Salgado**. **Parecer:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Aprovada a indicação por 13 votos SIM, nenhum não e nenhuma abstenção. **ITEM 2 -** Decisão Não-Terminativa - **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 261, DE 2009**. "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor EDVALDO ALVES DE SANTANA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL."

Autoria: Presidente da República**. Relator "ad hoc":** Senador **Valter Pereira**. **Parecer:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Aprovada a indicação por 16 votos SIM, nenhum não e nenhuma abstenção. **ITEM 3 -** Decisão Não-Terminativa - **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 262, DE 2009**. "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor JULIÃO SILVEIRA COELHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em decorrência do término do mandato da Senhora Jo-

ísa Campanher Dutra, em 22 de dezembro de 2009" **Autoria:** Presidente da República**. Relator:** Senador **João Ribeiro**. **Parecer:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Aprovada a indicação por 16 votos SIM, nenhum não e nenhuma abstenção. **ITEM 4 -** Decisão Não-Terminativa - **MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 270, DE 2009**. "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT" **Autoria:** Presidente da República**. Relator:** Senador **Osvaldo Sobrinho**. **Parecer:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Aprovada a indicação por 18 votos SIM, nenhum não e nenhuma abstenção. **ITEM 5 -** Decisão Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 81, DE 2008**. "Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner**. Relator:** Senador **Eliseu Resende**. **Parecer:** Dependendo de Parecer **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. Por solicitação do Senador **Inácio Arruda,** coordenador do Grupo de Trabalho do Marco Regulatório dos Biocombustíveis, o Senhor Presidente, por deliberação do Plenário, prorroga as atividades do Grupo de Trabalho até o dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dez, e submete o anteprojeto à consulta pública através da página da Comissão, até o dia quinze de fevereiro de dois mil e dez. Usaram da palavra os Senhores Senadores **Inácio Arruda, João Ribeiro, Mão Santa, Eliseu Resende, Osvaldo Sobrinho, Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Gim Argello.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se, em especial, à realização da segunda etapa na avaliação de indicados, conforme Itens de 1 a 4, em que farão as suas exposições e serão submetidos à arguição, pelos membros desta comissão, e, em seguida, proceder-se-á a votação em escrutínio secreto. Para tanto, dividiremos em três blocos as exposições dos senhores indicados, dividindo-os... Para tanto, dividiremos em três blocos as exposições dos senhores indicados, dividindo-os por área de atuação - ANATEL, ANEEL e DNIT, para, em seguida, passarmos à fase das interpelações pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O primeiro item da nossa reunião é a Mensagem do Senado Federal nº. 260/09, "*que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com os arts. 23, da Lei 9742, de 16 de julho de 97, o nome do Sr. Jarbas Valente, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, na vaga do Sr. Plínio de Aguiar Júnior*". Antes de iniciarmos a fase das exposições dos senhores, membros indicados, para ocupar as diversas funções na ANATEL, ANEEL e DNIT, eu gostaria de fazer às Sras. e Srs. Senadores algumas comunicações.

Na quinta-feira passada, dia 10 de dezembro, as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos realizaram a Terceira Audiência Pública, para debater a situação do setor elétrico do país e apurar as causas do blecaute, ocorrido no dia 10 de novembro. Participaram do encontro o Diretor-Geral Brasileiro de Itaipu, Dr. Jorge Miguel Samek; o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE, Dr. Maurício Tolmasquim, e o Engenheiro Eletricista e Professor da Universidade de Brasília, Dr. Evandro Emilio de Souza Lima. O Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, que havia sido convidado para a audiência, em duas outras oportunidades, encaminhou ofício, dizendo que não poderia comparecer. Lamentamos a ausência do Exmo. Sr. Presidente do TCU numa Audiência Pública de tamanha importância e envergadura.

De acordo com o Dr. Jorge Samek, a tarifa de energia elétrica, cobrada do consumidor, deverá ficar

mais barata em 2010. O preço mais baixo da conta a ser paga, segundo o Diretor de Itaipu, decorrerá de dois fatores. O primeiro é o fato de a energia no Brasil estar ficando cada vez mais barata, já que a Itaipu, a maior geradora do mundo, vem operando com folga e ainda fazendo novos investimentos. Também contribuirá para a redução da conta a valorização do real perante o dólar, que já está ocorrendo este ano e deverá repercutir nas tarifas, a partir de 2010. Segundo ele, estamos trabalhando com muita folga. "Está sobrando energia no Brasil". Em sua exposição, o Diretor-Geral de Itaipu afirmou que o sistema elétrico brasileiro, por ser todo interligado, dota o Brasil de uma condição extraordinária, que permite que 95% da energia, gerada por Itaipu, que recebe águas de 44 usinas, seja limpa e barata.

Quanto ao blecaute do dia 10 de novembro, o Dr. Jorge Samek ressaltou que o Brasil, por ser o país que mais recebe descargas elétricas em todo mundo, não está imune a blecautes, como o ocorrido em novembro, e diz ele: "Querer criminalizar o sistema elétrico nacional é um desrespeito com o Brasil. Somos vanguarda do processo em todo o mundo. Houve problemas e poderá haver novos, pois, nos próximos cinco anos, haverá chuvas acima da média, devido ao aquecimento dos oceanos". Garantiu, assim, que, mesmo com a situação favorável do país em relação ao sistema elétrico, as descargas elétricas podem, sim, interferir no processo de produção de energia, apesar de ter descartado qualquer tipo de falha no sistema elétrico brasileiro.

Na avaliação do Professor e Engenheiro Eletricista Evandro Emilio de Souza Lima, é cedo para determinar as verdadeiras causas do blecaute do mês passado, pois se trata de um problema demasiadamente complicado. Como exemplo, o Professor Evandro Emílio citou o blecaute ocorrido em Nova York, em 1965, cuja causa, até hoje, tem várias explicações. Citou, também, várias outras ocorrências do mesmo gênero em diversos países, em diferentes momentos. Para ele, falta ao Brasil a noção de um todo em relação ao sistema. E isso, normalmente, se dá pela natural politização que ocorre com todos os governos, que tendem sempre a defender a sua administração.

Já o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, EPE, Dr. Maurício Tolmasquim, concentrou sua exposição na explicação de que o blecaute de novembro último e os que ocorreram nos anos de 2001 e 2002 nada têm em comum. Naquele ano, quando foi de 2001... Naqueles anos de 2001 e 2002, quando foi decretado um racionamento de energia, que durou nove meses, o problema, segundo afirmou, foi devido à falta de energia, suficiente para atender a demanda e, também, a ausência de investimentos na construção de usinas e linhas de transmissão. Ele ressaltou, ainda, que os prejuízos para o país foram enormes naquela época. O Tribunal de Contas da União registrou um impacto de mais de 45 bilhões de reais, o que não ocorreu desta vez, em novembro último. Diz ele: "Comparar o que aconteceu naquela época, pela falta de investimentos, com o acidente recente, é querer confundir a opinião pública. Naquela época, não tínhamos energia suficiente. Hoje, estamos vertendo água. Nunca tivemos reservatórios tão cheios e abastecidos", disse. O Dr. Maurício Tolmasquim afirmou ainda que o atual sistema elétrico do país, tanto na parte de geração quanto em transmissão, deve ser motivo de orgulho para todo brasileiro, pois é um sistema extremamente robusto, gerenciado por instituições que usam a melhor técnica e, por isso, é visitado por especialistas de todo mundo. Mas, observou ele, não existe imunidade a acidentes.

A esse respeito, e de acordo com o que aqui foi informado, também, na nossa última reunião, e de acordo com o que havia sido, aqui, dito, em Audiência Pública, pelo Dr. Hermes Chipp, Operador Nacional do Sistema Elétrico, que, no dia 04 de dezembro, faria chegar às mãos do Grupo de Trabalho, instituído pelo Sr. Ministro das Minas e Energia, para apurar as causas da falta de energia, ocorrida no dia 10 de novembro, o Hermes Chipp entregou o relatório do Operador Nacional de Sistemas, e, ontem, recebemos, do Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, este relatório, encaminhado aos senhores membros e Sras. Senadoras desta comissão, mediante Ofício nº. 2275/09, cujo o assunto é fornecimento de energia elétrica, dizendo ele: "Srs. Senadores, Sras. Senadoras, faço referência à Audiência Pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, acerca da interrupção de fornecimento de energia elétrica, ocorrida no dia 10 de novembro último. A esse respeito, conforme acordado com V. Exas., encaminho o anexo relatório de análise de perturbação, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS, a respeito daquela ocorrência. Atenciosamente", assina o Sr. Ministro. E, aqui, está a íntegra do relatório do Operador Nacional do Sistema Elétrico sobre a análise da perturbação do dia 10/11/09, às 22h13, envolvendo o desligamento dos três circuitos da linha de transmissão de 765kV Itaberá/Ivaiporã. Traz, também, várias recomendações, no final deste relatório, e recomendações estas que esperamos sejam rigorosamente seguidas pelos agentes aqui citados, e eu peço ao Sr. Secretário desta comissão que faça chegar, de imediato, às mãos de cada um dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras,

membros desta comissão, uma cópia fiel do relatório, hoje encaminhado, pelo Ministro das Minas e Energia, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico no Brasil, apontando as causas da interrupção do sistema elétrico no Brasil.

Mais algumas comunicações.

A Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, sediada em São Paulo, realizou ontem o primeiro leilão específico para a compra de energia eólica, com o objetivo de servir de reserva para o sistema elétrico brasileiro. A modalidade de reserva adotada caracteriza-se pela contratação de um volume de energia além do que seria necessário para atender a demanda do mercado total do país. A Empresa de Pesquisa Energética, EPE, havia habilitado, tecnicamente, 339 projetos, sendo 108 projetos para o Ceará; 105 para o Rio Grande do Norte; 67 para o Rio Grande do Sul; 13 para o Piauí; seis para o Espírito Santo; dois para Santa Catarina e dois para Sergipe. Os empreendimentos somam a capacidade instalada de 10.005 megawatts, o que corresponde a 71% do que produz a usina de Itaipu.

Apesar de a ANEEL já ter autorizado projetos, totalizando 5300 megawatts, o país produz atualmente 602 megawatts de energia eólica, explorados por 36 empreendimentos. O maior usuário deste tipo de energia são os Estados Unidos, com pouco mais de 25 mil megawatts produzidos. O preço inicial do leilão foi de 189 reais por megawatt/hora. Os leilões são vencidos pelos empreendimentos que ofertam os maiores descontos sobre o valor inicial, ou seja, o maior deságio. Os contratos de compra e venda de energia a serem assinados terão a duração de 20 anos, válidos a partir de primeiro de julho de 2012. O leilão terminou com o desconto médio de 21%, ou seja, com o deságio de 21%. O valor a ser pago pela produção gerada pelos ventos será na média de R$ 148,39 o megawatt/hora, variando de R$ 143,07 a R$ 131,00, conforme o lote ofertado. No total, a ANEEL comprou 132 milhões de megawatts por hora de energia elétrica de 71 empreendimentos diferentes, o que corresponde a 21% do total, inicialmente habilitado. Esses empreendimentos viabilizarão instalações com capacidade de até 1.805,7 megawatts, ou seja, 18% dos 10005 megawatts disponibilizados no leilão. O volume contratado é três vezes maior do que a atual capacidade instalada. Com isso, o Brasil terá condições de gerar energia eólica com capacidade acima de 2400 megawatts. Segundo o atlas do potencial eólico brasileiro, do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, CEPEL, feito em 2001, o país pode chegar a 145 mil megawatts nesse tipo de geração de energia. A título de comparação, esse total corresponde à produção de dez usinas de Itaipu. Outros dez parques estão em construção, com capacidade de 256 megawatts, e há, ainda, 45 projetos que já foram outorgados, que podem chegar a 2139 megawatts. Como forma de incentivar o leilão, o Governo anunciou, na semana passada, a desoneração, em caráter permanente, do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, incidente em aerogeradores, os chamados cataventos, utilizados na produção de energia eólica.

Além disso, o Conselho Nacional de Política Fazendária aprovou a prorrogação, até 31 de janeiro de 2010, do convênio que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia solar e eólica. Segundo o Presidente da EPE, Empresa de Pesquisa Energética, Dr. Maurício Tolmasquim, a contratação de energia eólica neste momento reforça ainda mais a posição que o Brasil está levando para a Conferência de Copenhagen, Cop-15, a Conferência do Clima, de promover a manutenção do perfil altamente renovável da matriz energética brasileira.

Continuando, então, a nossa pauta para o dia de hoje, como disse, estaremos ouvindo, em primeiro lugar, o Dr. Jarbas Valente, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, na vaga do Sr. Plínio de Aguiar Júnior. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Wellington Salgado. Parecer: "*A comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação*". Convido o Sr. Jarbas José Valente para que tome assento à Mesa.

Informo ao indicado, Sr. Jarbas José Valente, que V. Sa. dispõe de quinze minutos para fazer sua exposição, com uma tolerância máxima de cinco minutos. Ao final das exposições, concederemos a palavra às Sras. e Srs. Senadores que desejarem sabatinar os indicados, conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a Mesa.

Com a palavra o Sr. Jarbas José Valente, indicado para exercer a função de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações. Como disse, V. Sa. dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente. Queria cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Presidente Fernando Collor de Mello. Gostaria de agradecer a presença dos conselheiros da ANATEL, Conselheira Emília, Conselheiro Bedran, ex-conselheiros, também, aqui presentes, ex-Presidentes da ANATEL, colegas da Agência, que aqui estão, dirigentes de empresas, de associações, a imprensa presente, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, também cumprimento, antes de iniciar a minha breve apresentação sobre o que penso e o conhecimento que tenho sobre o setor de telecomunicações, eu gostaria de destacar alguma coisa sobre a minha vida profissional.

Toda a minha vida profissional foi dedicada ao setor de telecomunicações nesse país. Comecei como estagiário no Ministério das Comunicações, meu projeto final do curso de Engenharia também no Ministério das Comunicações, os empregos no setor privado e público também relacionado à TELECOM. Participei do processo da atualização do atual marco regulatório e estou na ANATEL desde a sua criação, como Gerente-Geral, Superintendentes de Serviço de Comunicação de Massa e, atualmente, como Superintendente de Serviços Privados.

Como os senhores sabem, as telecomunicações constituem um setor de infraestrutura de importante impacto no crescimento e desenvolvimento de uma nação. Do ponto de vista da economia, é notável o impacto da chegada das telecomunicações em localidades antes não atendidas, aproximando fornecedores de consumidores e possibilitando alcance a mercados antes não explorados. O avanço das telecomunicações, no último decênio, muito tem contribuído no sentido de, dela, advirem ganhos sociais e econômicos para a sociedade brasileira. O setor muito evoluiu, no que diz respeito à regulamentação, fiscalização, universalização e massificação do serviço de telecomunicações, não tendo, no entanto, atingido os níveis de qualidade e desenvolvimento tecnológico, exigidos pela sociedade.

A planta do Serviço Telefônico Fixo Comutado, STFC, evoluiu de 18,8 milhões de acessos instalados, em 97, para 43,6 milhões, em 2009, dos quais 20,12%, ou seja, 8,8 milhões de acessos, são provenientes do STFC Privado, [ininteligível] autorizadas essas que concorrem com as atuais concessionárias. Na época da privatização, cerca de 20 mil localidades eram atendidas pelo serviço, sendo que, hoje, esse número passa de 36 mil. Além disso, hoje, existem mais de 1,1 bilhões de telefones de uso público, TUP, instalados, quando, em 97, esse número pouco passava de 500 mil. O serviço móvel pessoal, a planta evoluiu de 4,5 milhões de acessos, em 97, para 168,4 milhões de acessos, em 2009, dos quais, aproximadamente, 82% são pré-pagos e, destes, 7,9 milhões já são acessos 3G banda larga móvel. Além disso, no que diz respeito aos acessos de serviços de comunicação multimídia, que é banda larga do serviço fixo, o número de acesso cresceu de 372.000, em 2001, para 14,8 milhões, em 2009, com 1634 autorizadas em todo país. Esse ponto é importante porque, destas, apenas umas cinco ou seis são grande operadoras. Grande número que, hoje, atua nesse setor são pequenas empresas.

No serviço de TV por assinatura, a planta evoluiu de 2,8 milhões de acessos, em 99, para 7,2 milhões de acessos, em 2009. Os serviços de radiodifusão evoluíram de 3270 emissoras, em 97, para 9118 emissoras, em 2009. Para que tudo isso fosse alcançado, foi investido mais de 160 bilhões de reais, valor este deflacionado(F), no período compreendido entre os anos de 97 e 2009. A título de exemplo, nesse mesmo período, as operadoras de serviço móvel pessoal desembolsaram cerca de 50 bilhões com outorgas e FISTEL; mais oito bilhões só pela aquisição das operadoras da época do Sistema Telebras da Banda A. Apesar desse avanço, Sr. Presidente, reconhecemos, Srs. Senadores, que muito ainda pode, e deve, se evoluir, no setor de telecomunicações brasileiras. Os esforços devem ser empenhados de maneira a levar o acesso ao serviço de telecomunicações ao maior número de brasileiros. Além disso, é de fundamental importância que se dê um foco especial na questão do acesso banda larga, canal essencial para que as informações cheguem a toda população, garantindo-se, assim, sua inclusão digital. Para tanto, no sentido de melhorar e evoluir o cenário atual, necessário que a Agência planeje sua atuação para o período vindouro, coordenando suas diversas ações no sentido de alcançar esses objetivos de melhoria. Nesse sentido, a ANATEL aprovou, em 2008, o Plano Geral para Autorização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil, formalização à sociedade das ações de curto, ações que são... serão executadas em dois anos, da ordem de 23 ações; de médio, em até cinco anos, são nove ações, e, de longo prazo, em até 10 anos, que são [ininteligível]. Este Plano atualiza o marco legal das telecomunicações, sem, contudo, sugerir, nem provocar, nenhuma alteração na Legislação. Ou seja, todo trabalho será feito por regulamentação da própria Agência. Esse trabalho foi desenvolvido, e por mim coordenado, na ANATEL, com todos os órgãos da Agência, tivemos em consulta pública, em várias Audiências Públicas por todo o país, para que pudéssemos chegar nessa proposta.

Entre os objetivos dispostos no Plano Geral de Autorização da Regulamentação, cito como principais norteadores da atuação da Agência a massificação do acesso em banda larga, tendo em vista a demanda crescente por conteúdo multimídia e a possibilidade de inclusão social que este conteúdo permite. Há redução de barreiras ao acesso e ao uso do serviço de telecomunicações, por classes de menor renda, pois os impactos sociais, econômicos, positivos, das telecomunicações, tornam imperativo que estas sejam

acessíveis a todas as classes da população. A melhoria dos níveis de qualidade, percebida pelos usuários da prestação de serviços, de maneira a garantir que suas necessidades sejam plenamente atendidas. Em ampliação do uso de redes de serviços de telecomunicações, de forma a promover o desenvolvimento social, econômico nacional, bem como remunerar o capital investido na construção dessas redes.

O desenvolvimento tecnológico e da indústria nacional. Isso é fundamental, até pela quantidade de acessos que o Brasil tem hoje, da ordem de 220 milhões de acessos dos principais serviços, é imperativo que nós desenvolvemos também algo que possa desenvolver a nossa tecnologia e as nossas indústrias. Uma vez implementadas diversas ações, dispostas no Plano Geral de Autorização de Regulamentação, esses são os números que nós projetamos para o futuro, normalmente os números do órgão regulador nosso, da ANATEL, são números conservadores, mas dão uma ideia do que pode acontecer no futuro, principalmente para os próximos anos. E esse número é o que nós devemos alcançar na evolução dos principais serviços em 2018.

Nós teremos, em 2018, mais de 50 milhões de acessos do serviço de telefones fixos comutados, que, hoje, temos da ordem de 43,6 milhões; aproximadamente 270 milhões de acessos do SMP. Hoje, são 170 milhões. Serão, então, 100 milhões a mais, o que representa uma teledensidade, em 2018, de 130%. Desses, aproximadamente, 125 milhões serão de acessos de banda larga. Hoje, nós temos apenas oito milhões. Aproximadamente 18 milhões do serviço de televisão por assinatura; hoje, nós temos da ordem de 7,2 milhões, quase 40 milhões de acessos fixos em banda larga, em 2018; hoje, nós só temos apenas 15 milhões. Esse número, somado aos 125 milhões de acessos móveis em banda larga, resulta em aproximadamente 165 milhões de acessos em banda larga, em 2018. Além disso, com a implementação dessas ações, a ANATEL estima que serão investidos, até 2018, 250 bilhões de reais em todo setor de telecomunicações, nesses próximos anos, que é cerca de 1,6 vezes a mais do que foi aplicado no setor, nos últimos anos.

Especificamente, no que diz respeito ao serviço de acesso em banda larga, vários projetos vêm sendo desenvolvidos pela Agência, no sentido de massificar o acesso em banda larga, seja fixo ou móvel. Como o senhor sabe, Sr. Presidente, o recente edital de licitação de terceira geração, nas faixas FGIJ, realizado pela Agência, em 2007, impôs a obrigação que as vencedoras atendam mais de 3300 municípios com acesso em banda larga móvel 3G e também levem cobertura celular a todos os 1836 municípios, que eram mudos, em dois anos. 1035 desses municípios já foram atendidos até agora. E os 801 restantes serão atendidos até abril de 2010. Então, até o ano que vem, todos os municípios brasileiros estarão cobertos com tecnologia móvel, e muitos deles já com tecnologia de terceira geração.

Semana passada, eu tive a oportunidade de inaugurar uma dessas estações no interior do Pará, Belterra, uma torre da ordem de 80 metros de altura, com cobertura de 50 quilômetros, já com tecnologia de terceira geração, com projetos voltados para a inclusão social digital. O Plano Geral de Metas e Universalização, o PGU, aprovado em 2008, impôs obrigação aos concessionários do STFC de levar *backhall*, infraestrutura de rede, suporte do STFC para conexão em banda larga a 100% dos municípios brasileiros, até 31 de dezembro do ano que vem.

Então, todos os municípios terão essa grande via de comunicação, para que a gente possa ter vários provedores e prestadores, pequenos serviços nesses municípios. O Programa Banda Larga na Escola tem o objetivo de levar gratuitamente o serviço de banda larga a 64.879 escolas públicas, urbanas, de ensino básico do país. Já foram atendidos, até agora, 36.146 escolas públicas urbanas, restando 28.733 escolas, a serem atendidas até o final de 2010. Em todos os municípios, seja escolas estaduais, federais e municipais, com infraestrutura computacional e com aplicações para que os estudantes de hoje possam ser aqueles grandes usuários do futuro, e, quem sabe, os novos desenvolvedores.

Novas faixas de radiofrequência para possibilitar a oferta de banda larga para os mais diversos serviços. Em tela, cito as faixas de 450 megahertz, 2.5 gigahertz e 3.5 gigahertz, cujos trabalhos encontram-se em andamento na agência. Também em andamento está a licitação para a Banda H - quem sabe teremos um quinto operador - e sobra de radiofreqüência do serviço móvel pessoal com compromissos de abrangência. Quem sabe nós vamos ter aí as estradas digitais, coberturas em áreas rurais, etc.

O projeto de acesso à banda larga, na faixa de 2.4 gigahertz e 5.8, o regulamento sobre equipamento de radiação restrita isenta de qualquer autorização de RF as entidades como os condomínios, associações, cooperativas, prefeituras, que, hoje, já faz uso intensivo dessas faixas de tecnologia Wi-Fi, que pretende disponibilizar acesso sem fio, por meio desse equipamento, às populações desses municípios.

Além desses projetos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e outros projetos que vem sendo empenhados pela Agência, deve-se estabelecer mecanismos que incrementem o uso das fibras óticas [ininteligível] rádios

digitais, para interligação intra e intermunicipal, criando um backbone municipal e nacional com altíssima capacidade de transmissão. Sabemos que a expansão da rede a todos os pontos do território nacional é tarefa que deve ser tomada em conjunto, por vários segmentos, para que seja alcançada.

Com esse objetivo, destaco alguns pontos fundamentais à criação de backbone municipal, ou seja, intra, e nacional, entre os municípios. O backbone deve alcançar todos os municípios do país e ter capacidade suficiente para fluir o tráfego de alta velocidade desse novo paradigma, que é acesso à informação em alta velocidade. A construção do backbone pressupõe a atuação governamental, assim como tem acontecido em todos os países do mundo, por meio de todos os tipos de incentivos. Implantação do backbone pode ser executado por uma ou mais empresas, dedicadas à implantação de infraestrutura de alta velocidade, de modo a incentivar o compartilhamento da rede e o acesso em todos os municípios, por grande números de outras empresas. Para o senhor ter ideia, com a evolução do serviço de celular, hoje, terceira geração de alta velocidade, a demanda por esse serviço tem sido muito além da nossa expectativa, tanto da ANATEL quanto das operadoras, um aumento de tráfego significativo. O trabalho que nós estamos desenvolvendo, para que a gente garanta a qualidade do serviço e que a população seja atendida, é o compartilhamento do uso, não só da infraestrutura física dos cabos e dos rádios, como também das antenas de transmissão. Então, ao invés de ter, nas cidades, quatro torres, uma do lado da outra, a nossa proposta é que vão ter, de início, duas torres. Redução enorme de investimento e, com isso, atendimento com mais qualidade à população brasileira.

Estima a produção do conteúdo nacional, visando a utilização dessas redes, tanto intra quanto intermunicipal, estímulo ao desenvolvimento de tecnologias e indústrias nacionais. A ANATEL promoveu desenvolvimento da cadeia de valores de telecomunicações do país, por meio dos mecanismos regulatórios que tem a seu dispor. Por exemplo, deverão fazer licitação do 3,5 gigahertz, que é uma faixa importante. Temos tecnologia nacional de WiMax. Nós podemos criar condições de investimento de compra apenas desses equipamentos brasileiros.

Para finalizar, falando da qualidade, atendimento aos usuários. As ações para massificação do acesso em banda larga deve essencialmente também se ater às questões de qualidade e atendimento aos usuários. A capilarização do acesso em banda larga não pode ocorrer de outra maneira, que não garantir o nível satisfatório de qualidade percebida pelo usuário e, assim, pleno atendimento de sua necessidade. A Agência vem trabalhando nesse sentido em ações, como inclusão de metas de qualidade, percebida no Plano Geral de Metas de Qualidade para o serviço de telefone fixo comutado, que já está em consulta pública, serviço móvel pessoal, que já encaminhamos ao Conselho Diretor e, em breve, do serviço de comunicação multimídia, que a banda larga fixa, por meio de atuação, também, com parceria com os órgãos de defesa do consumidor e atuando fortemente junto aos prestadores de serviços de telecomunicações, no sentido, não só de coibir práticas que não venha favorecer, mas também de reforçar que o usuário é o elo mais importante na cadeia de prestação de serviços de telecomunicações.

Como se pode ver, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora, o atual estágio de desenvolvimento de telecomunicações demanda que a atenção especial seja dada pelos órgãos responsáveis à massificação do acesso em banda larga. Incluo também o Legislativo, tanto essa Casa, o Senado, quanto a Câmara, os vários debates que devemos travar, para que possamos conseguir almejar esse objetivo, levando a toda população, com níveis de qualidade percebidos satisfatórios, acesso a esses serviços. Somente assim se poderá promover inclusão digital e o desenvolvimento dessa população, garantindo seu acesso à informação e aos benefícios que lhe advém.

Obrigado. Gostaria muito de agradecer Sr. Presidente, S.Exa., Presidente Fernando Collor, por essa oportunidade, Srs. Senadores, em especial o Senador Wellington Salgado, que foi o relator do meu processo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ao final da exposição do Dr. Jarbas José Valente, fica aberta a possibilidade dos Srs. e Sras. Senadoras utilizarem da palavra. Com a palavra o relator, Senador Wellington Salgado. Bom-dia, senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom-dia, Presidente. Presidente Collor, demais senadores presentes. Eu fui o relator - eu estou sendo - do Sr. Jarbas José valente.

O Sr. Jarbas Valente é um daqueles casos que, muitas vezes, acontece uma certa injustiça, que foi alguém que participou de toda a criação, participou efetivo no processo que definiu o atual marco regulatório das telecomunicações e vem sempre trabalhando junto à ANATEL, mas nunca tinha sido indicado ou teve a oportunidade de ser indicado para ser membro da ANATEL efetivamente. Então, eu vejo que, hoje... Eu falo isso porque eu fui Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Sr. Presidente Collor, e, nessas mudanças todas que aconteceram, até mesmo que a

Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, ela saiu da Comissão de Educação, porque a evolução tecnológica foi de tal marco que nós tivemos que criar no Senado uma comissão específica para as questões ligadas à comunicação. E o Sr. Jarbas Valente, naquele momento, foi quem me assessorou bastante, me passou informações, para que eu pudesse entender toda essa evolução tecnológica que acontece. Porque, hoje, na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós estamos, a todo momento, correndo atrás da Legislação que regularize o avanço tecnológico. Não somos nós que criamos as regras para que o avanço tecnológico se adéque. Não. Nós temos que ver como é que avançou e criar Legislação, para que possa regulamentar o mercado, regulamentar, inclusive... Atualizar a Legislação.

Então, hoje, aqui, poderemos ter a oportunidade de corrigir essa história do Sr. Jarbas Valente, de fazer, realmente, parte da Agência Nacional de Telecomunicações. Vejo, também, aqui, dois conselheiros, a Sra. Emília e o meu amigo Bedran, que também são pessoas importantes e vieram aqui prestigiar essa sabatina. Eu confesso que já estava... V. Sa. sabe tudo a respeito do ramo. Então, eu vejo... Da minha parte, prefiro tirar minhas dúvidas, em algum momento, com a evolução tecnológica. Agora, eu queria saber, não da sua história, mas, rapidamente, se o Presidente assim deixar, o que V. Sa. visualiza para o futuro, com relação a esse avanço tecnológico estupendo, com as telecomunicações entrando em áreas de televisões, entrando, aí, podendo competir, o que é um absurdo, porque as teles faturam em torno de 150 bilhões, Presidente, enquanto que as televisões e rádios, que realmente defendem a cultura brasileira e fazem com que nós nos tornamos uma nação, faturem em torno de 16 bilhões. Então, se a ANATEL, junto com o Ministério das Comunicações, não souber coordenar isso, nós vamos acabar com a cultura brasileira e vamos ser colonizado via satélite. Porque eu já vi uma empresa que produziu conteúdo no Equador, se não me engano, e fazia, por satélite, toda a programação no Brasil. Então, essa é a nova maneira de colonização. Aquele negócio de ir mais com as armas, com a metralhadora, isso acabou. Hoje, entra na casa, pega você deitado, tomando uísque, e te conquista, te doutrina e acaba com a sua cultura, criando uma cultura mundial.

Então, queria saber qual é a posição do futuro conselheiro, se assim desejarem os Srs. Senadores, dessa situação, desse conflito entre as empresas de tele, que estão entrando na área de comunicação, por televisão e rádio, e como nós vamos poder defender a produção do conteúdo nacional. Queria ouvir essas...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jarbas.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Senador Wellington Salgado, pela manifestação e pela pergunta.

Essa é uma questão ímpar no setor, uma questão de dificílima resposta, pelos avanços tecnológicos que acontecerão. E é o processo como ele se ocorrerá em todo mundo. Para o senhor ter ideia, na previsão que se tem da evolução tecnológica, é que os nossos celulares do futuro, com um pequeno transmissor que nós vamos colocar basicamente em nossos óculos ou no próprio celular, nós vamos poder ampliar a sua capacidade de visualização para telas do tamanho de 20, 30 centímetros, para que você possa ver, com qualidade, aquilo que você está recebendo, em termos de imagem, em termos de transmissão. Essas imagens serão do ponto de vista virtual. Já foi testado. Você vai ter teclados para digitar, de frente o celular, projeta virtualmente, onde você pode teclar, e, com interceptação, você está ali... iluminação, são canais que estão sendo colocados, ao você digitar uma letra, que ali aparece, você está interrompendo aquele sinal, e ela sabe, e você vai poder dialogar. E esse processo todo... O celular também será uma máquina, onde você vai fazer atualizações, pagamentos em bancos, pagamentos nos táxis, andar por toda a cidade, localização, escolha de restaurantes, etc., e, em casa, vai ser, também, o seu controle remoto. Então, esse futuro é um futuro brilhante, é o futuro que chama da convergência digital, ou seja, a convergência dos processos, integração total desses serviços, seja de mídia e seja de transmissão.

O importante de tudo isso: países como o nosso, como o Brasil, país em desenvolvimento, precisamos de ter a integração nacional, precisamos preservar nossa cultura, é fundamental que não apenas a ANATEL, o órgão regulador do setor, mas, principalmente, o Ministério das Comunicações, e aqui, no Congresso Nacional, com nosso apoio, desenvolvemos mecanismos para promover a cultura nacional, a produção e a defesa do conteúdo nacional. Sem estes, com certeza, nós seremos mais um no meio dessa multidão, no meio desses grandes países que, logicamente, é de lá que se desenvolve essas tecnologias. Por isso que eu coloquei na minha fala a importância de já pensarmos em produção de tecnologia nacional, para garantir que isso seja possível e que esse nosso sonho seja alcançado, senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Wellington, satisfeito com a resposta?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou. Mas eu vou encostar um pouquinho mais na parede o Sr. Jarbas. Eu quero

saber o seguinte: qual é a maneira que nós temos para proteger os produtores de conteúdo nacional, diante de toda essa evolução tecnológica, e, também - estamos agora, inclusive, na Semana da Comunicação, o primeiro encontro de comunicação nacional -, qual é a sua posição sobre como deve proceder a ANATEL e o Ministério de Comunicações, para proteger essas empresas que fazem a produção do conteúdo nacional, pequenas empresas, produtoras... E passando, depois, nessa parte de distribuição também. Mas qual é a sua posição? E eu queria lembrar, encostá-lo um pouquinho mais na parede, que tenho um requerimento meu, que eu entrei na CCJ, que, muitas vezes, Sr. Presidente... Não nesse caso aqui, mas, muitas vezes, nós aprovamos aqui pessoas para agências, que nos colocam seu posicionamento aqui e, quando chegam na Agência, mudam completamente a posição. Então, entrei com requerimento, sabendo, que está na CCJ, se nós podemos desfazer nomeações. Porque, se alguém chega aqui, Presidente, e fala algo para nós, nós acreditamos, chega lá e faz totalmente ao contrário, então eu acho que mudou o que nós pensávamos a respeito.

Então, entrei com esse requerimento, foi aprovado e está na CCJ, para ver se os senadores, como podem, também, desfazer uma nomeação do Procurador-Geral da República, eu acho que podem também desfazer uma nomeação para uma agência. Não da ANATEL, qualquer agência. E aí a CCJ vai decidir. Por isso que eu queria. Então, vou te encostar um pouquinho mais na parede, Sr. Jarbas. Qual é sua posição sobre a proteção dos produtores de conteúdo nacional?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Bom, senador, primeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jarbas.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente, desculpe. Primeiro, acho que incentivos à produção, incentivos fiscais, de desenvolvimento e criarmos condições de cumprir com o que está na Constituição Brasileira. A Constituição Brasileira é clara com relação à produção de conteúdo nacional. Está muito claro, no capítulo da comunicação social, que é competência exclusiva de brasileiros natos, ou naturalizados, há mais de dez anos, a produção desse conteúdo nacional. Então, cabe à Agência fiscalizar para que isso seja realidade, sendo que, para a produção desse tipo de conteúdo, hoje, a Constituição abriu o capital das empresas que vêm aqui a produzir no Brasil em 30%.

Então, esse controle é fundamental, principalmente o serviço como DTH. O DTH, muito das programações, Sr. Presidente, são produzidas lá fora do país, elas são encapsuladas com programação e com propaganda que vem de fora. DTH, para que o público entenda, é uma das modalidades de serviço de TV por assinatura utilizando satélites. Apesar da estação estar no Brasil, muito da programação pode ser controlada lá fora. Então, esse é um risco que a gente corre, assim como corremos no DTH, e isso ocorrerá com mais frequência nos serviços de acesso à internet. Então, acho que esses critérios são fundamentais, e a Constituição tem que ser respeitada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Wellington... Satisfeito. Eu gostaria de comunicar aos Srs. e Sras. Senadoras que o processo de votação para a indicação do Dr. Jarbas José Valente já está aberto, tendo em vista que ele encerrou sua exposição.

Com a palavra o Senador Lobão Filho e, em seguida, o Dr. Osvaldo Sobrinho. Senador Lobão Filho já havia solicitado a palavra.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Jarbas Valente. Antes de mais nada, uma breve referência sobre o vosso currículo. Pude perceber, no relatório do Senador Wellington Salgado, que V. Sa. já faz parte da ANATEL há oito anos, como superintendente do setor privado. Então, eu acho que torna-se desnecessário qualquer comentário, já é superintendente há oito anos, praticamente um patrimônio da casa. Nada mais justo do que alçá-lo à condição de diretor, e que V. Sa. possa continuar dando prosseguimento ao seu trabalho lá. A minha pergunta é no sentido das telefônicas.

Nós vivemos aqui, no Brasil, um oligopólio, onde está claro para toda a sociedade brasileira que a qualidade na prestação de serviço das operadoras de telefonia está cada vez pior. O cidadão brasileiro, hoje, se vê preso a esse oligopólio e num serviço de péssima qualidade, tanto na telefonia móvel quanto a telefonia fixa. Eu assisti, durante muito tempo, na televisão, um comercial, que era uma ironia, sobre uma determinada pessoa ligando para informações das telefônicas e vem uma gravação digital. Eu ria muito daquilo, achava muita graça, até o dia que eu precisei ligar e recebi, também, uma ligação digital e tentei expor para a máquina o endereço que eu queria e não conseguia. E, depois disso, já tentei inúmeras vezes, jamais consegui o endereço de um atendimento digital como esse. Eu perguntaria à V. Sa.: que posicionamento adotaria como Diretor da ANATEL, em relação a esse tipo de qualidade de prestação de serviço, que, hoje, o cidadão brasileiro se vê preso, acorrentado, escravizado e mal atendido?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Jarbas.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente; obrigado, Senador Lobão Filho. Realmente, como eu coloquei na minha apresentação, essa questão da qualidade é uma questão crucial para todos nós que, hoje, convivemos com o setor de telecomunicação no Brasil. O setor cresceu muito, significativamente. Ou seja, como eu coloquei, no princípio, tinha 11 milhões de acessos fixos, dois milhões de móveis para 170 milhões de acessos móveis hoje, 40 milhões de acessos fixos, sem considerar a evolução, também, da banda larga. Talvez o preparo e as condições, por mais que o órgão operador exija, não tenha atendido, e nós reconhecemos esse evento. O que temos feito, na ANATEL, para coibir e não deixar que essas práticas evoluam? Como o senhor... Não sei se tomou conhecimento, recentemente, nós tivemos um problema com a empresa Telefônica, no serviço Speedy, onde tivemos problemas reiterados que a ANATEL vem monitorando o tempo todo, e não restou... A única opção da ANATEL é ter que suspender a comercialização do serviço no estado, por um período, até que ela desenvolvesse o processo que viesse a garantir a qualidade da prestação do serviço. Isso foi fundamental. Hoje, a condição da prestação de serviço de banda larga, o Speedy, atende as condições, ou seja, criou planos emergenciais de 30 dias, 90 dias, 180 dias, esses planos foram não apenas monitorados, mas fiscalizados pela ANATEL e configurado, para que a população pudesse ser bem atendida. E assim nós estamos estendendo para todos os outros. Acho que serviu de exemplo para todas as operadoras. Tem muitas empresas móveis, por exemplo, na sua terra, no Maranhão, que nós proibimos de venda do serviço de terceira geração, porque a estrutura que ela pretende colocar no Maranhão, é um investimento grande no estado, não foi efetivado. Então, tem empresas, por exemplo, que não têm uma central de comutação no Maranhão; central de comutação era em Belém. Nós obrigamos, pelo projeto, vai ter uma central de comutação no Maranhão, vai ter uma quantidade enorme de subestações no estado todo, porque, se o senhor se lembra, o Maranhão tem 227 municípios, por aí. E, desses, apenas 53 têm a telefonia móvel. Agora, todos, até abril do ano que vem, vão ter telefonia móvel. Então, eles tiveram que fazer esse investimento. Nós proibimos a venda do serviço de terceira geração até que as redes sejam preparadas e também proibimos venda de serviço de voz, para que também isso não ocorra. Eu acho que esses são mecanismos que a ANATEL tem usado e o trabalho que a gente tem desenvolvido, talvez, numa próxima resposta, eu vou falar sobre a qualidade percebida que um trabalho que nós desenvolvemos com a universidade que a gente tenta criar e impor nas operadoras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Jarbas. Senador Lobão Filho, satisfeito?

Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Na verdade, eu poderia dizer que a apresentação do Dr. Jarbas Valente é o próprio currículo dele. Currículo... Uma vida dedicada a esse país, dedicada às comunicações, dedicada a esse serviço tão importante para o desenvolvimento nacional. E é um currículo brilhante. Eu acredito que chegou a hora de fazer justiça ao seu trabalho, a sua luta, a sua determinação, àquilo que o senhor tem produzido para o Brasil, dando maiores oportunidades para que o senhor possa fazer mais e mais por esse país. Eu acredito que é uma área importante, em expansão, uma área que é vanguardista do Brasil, uma área que nós temos que estar sempre atentos, porque ela inova a cada minuto que passa; o que é, hoje, coisa nova, amanhã já é coisa antiga, e você tem que correr atrás. Portanto, Sr. Presidente, Presidente Collor, eu digo que essa é uma área que tem que ter gente competente, gente preparada, gente que esteja na vanguarda da tecnologia, do conhecimento, da pesquisa, esse negócio todo. E que também aja uma fiscalização com os organismos existentes. Por exemplo, questão de rádio. Hoje, esses atravessadores que entram aí, na marginália, colocando rádio pirata, esse negócio todo, enquanto que aquele que trabalha na legalidade sofre, perece, e eles trabalham com irresponsabilidade o tempo todo. Portanto, eu pediria que o senhor, também, lá, tivesse a oportunidade de nos ajudar a fiscalizar isso, que é bom até para a segurança nacional e é bom até para que se possa, na verdade, ter um setor limpo de pessoas que não têm compromisso com a melhora desse serviço.

Eu acredito que nós, aqui, da comissão, vendo o seu currículo e as informações que eu já tenho a respeito do senhor, eu votaria de olho fechado no seu nome, porque acredito que nós estamos colocando um bom brasileiro, um bom técnico, um homem de experiência comprovada, renovada, com currículo espetacular, homem que não ficou dormindo, mas foi buscar o que é de melhor em termos de tecnologia. Portanto, V. Sa. merece o meu respeito, merece o meu apoio, e, aqui, votarei a favor, porque acredito que estou escolhendo o que é de melhor, entre os meus irmãos brasileiros, para dirigir um dos órgãos mais importantes desse país, que é o que V. Exa. se candidata. Portanto, eu desejo sucesso, desejo que o senhor lá faça tão bom quanto já fez, nos outros organismos onde já participou, e que a gente possa ter lá uma pessoa que a gente possa acreditar e sentir que o que falou aqui,

lá vai fazer com exagero, até, porque esse sempre foi seu trabalho, sempre foi a sua meta, sempre foi a sua luta. Parabenizo-o e digo que nós estamos satisfeitos com a sua apresentação e também com seu currículo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Osvaldo Sobrinho. E gostaria de passar a palavra ao Dr. Jarbas, para algum comentário que queira fazer sobre a exposição... As palavras dirigidas a V. Sa., pelo Sr. Senador Osvaldo Sobrinho.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, Presidente. O Senador Osvaldo Sobrinho gostaria de agradecer pelo incentivo, tenho certeza que vou dar o melhor de mim para que, se assim conseguir, o Brasil possa ter uma forte representação.

Com a questão da fiscalização das rádios clandestinas no Brasil, a Lei Geral de Telecomunicações é muito clara. Rádio clandestina é crime, e crime tem que ser tratado como criminoso. O que nós fazemos na ANATEL, na fiscalização, trabalho diuturno, junto com a Polícia Federal, para coibir. Mas esse pessoal é um pessoal que atua à margem da lei. Como atua à margem da lei, são difíceis. Por mais que a gente vai, faz busca e apreensão, abre processo criminal, a ANATEL chegou até a criar processo administrativo, nós multamos, também, esses criminosos que atuam. Isso é ruim para o desenvolvimento das telecomunicações no Brasil, para a radiodifusão, porque não tem nenhuma preocupação com relação à qualidade da prestação de serviço, é uma competição desigual com aquele que realmente ganhou, participou de uma licitação, pagou muito por uma radiodifusão correta e tem os processos comuns de buscar o Ministério, ter a sua rádio legalizada. Existe, hoje, a legislação para a rádio comunitária, tem volume enorme de estações que estão sendo outorgadas, acho que isso facilitará que saiam da marginalidade.

O que é importante destacar é que esse trabalho que a Agência tem feito é muito importante, até pelas questões de segurança. Não sei se o senhor acompanhou, recentemente, tem acontecido nos grandes aeroportos do Brasil, o risco que traz, também, para a aviação nacional. Então, acho que isso é um trabalho diuturno que a gente tem que fazer, a ANATEL, cada vez mais, está se especializando, criamos novos sistemas e estamos adquirindo e ampliando, agora, nosso sistema de gerenciamento, monitoração de rede, todo automatizado, para facilitar a identificação exatamente da emissão dessas radiofrequências não autorizadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Jarbas, mais uma vez, pela sua resposta. Há mais algum senador ou senadora que deseje fazer indagações ao Dr. Jarbas? Continua aberta a votação. Eu pediria à Secretaria que providenciasse a chamada dos Srs. Senadores, que estão em outras comissões, para que comparecessem, a fim de votar.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, indagaria à V. Exa. se haveria possibilidade de nós darmos continuidade às outras sabatinas, enquanto aguardamos a presença dos senadores para continuar a votação. Se não me engano, faltam só dois. Eu já conversei com dois senadores que estão se encaminhando para aqui, para esse Plenário, para a gente poder ir adiantando e já fazendo a sabatina dos próximos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concordo com V. Exa., Sr. Senador, que seria o ideal para que agilizássemos os nossos trabalhos, mas, infelizmente, teremos que concluir essa votação para iniciarmos as próximas sabatinas. Falta apenas um voto, se não me engano, para que nós possamos realizar o escrutínio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Wellington. Já temos número suficiente para iniciarmos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma série de senadores me ligaram, pedindo o relatório para mandar... Por isso eu estava achando estranho, porque muitos pediram.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas o relatório foi distribuído para todos...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foram distribuídos também, mas alguns me pediram minha opinião, tudo, aí eu passei. Por isso estou achando... Estão chegando, estão chegando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Adelmir já voltou. Podemos encerrar?

Está encerrada a votação. Eu chamaria como escrutinadores os Senadores Lobão Filho e João Ribeiro, para servirem como escrutinadores e procederem à apuração dos votos para a indicação do Dr. Jarbas José Valente para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Como a urna ainda não foi aberta, está aberta a possibilidade do voto dado pelo Senador Inácio Arruda.

Está encerrada a votação.

Pois não, Senador João Ribeiro, V. Exa., por gentileza, pode anunciar o resultado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, 13 votos 'sim'. Eu até estou dizendo que eu gostaria que a minha eleição, ano que vem, fosse assim também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Por que V. Exa. acha que não vai ser?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso tudo é o 13 do PT.

[rsos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sras. e Srs. Senadores, vou proclamar o resultado. O Dr. Jarbas José Valente foi aprovado pela unanimidade dos votos colocados na urna. Treze votos favoráveis, nenhum voto contrário. Suspendo a reunião por um minuto, para que os Srs. Senadores possam cumprimentar o Sr. Jarbas Valente, e, em seguida, irei chamar para compor a Mesa os indicados para a Agência Nacional de Energia Elétrica.

[Sessão suspensa às 11h01]

[Sessão reaberta às 11h03]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [soa a campainha]. O segundo bloco da nossa reunião será referente aos Itens 2 e 3. Ou seja, Mensagem do Senado Federal nº. 261 e 262. Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para fazer uma consulta à V. Exa., nós concluímos a fase de debate e discussões no Grupo de Trabalho de Biocombustíveis. Nós concluímos os vários painéis e as várias atividades que V. Exa. determinou para um Grupo de Trabalho, para discutir o marco regulatório dos biocombustíveis. Nós temos o relatório, temos uma proposta de minuta para o marco regulatório dessa área, que é significativa para o Brasil, haja vista as discussões que estão acontecendo na conferência do clima, em Copenhague, muito tumulto, espero que tenha algum resultado. Deveríamos estar presente nessa reunião, mas as atividades do Senado não permitiram que nós nos ausentássemos aqui, da Casa. Esse Grupo de Trabalho concluiu essa parte de consulta de Audiências Públicas que a comissão realizou, foram todas muito importantes, nós estamos com uma proposta, o nosso prazo está, evidentemente, se encerrando, porque V. Exa. determinou que era em 90 dias que nós deveríamos apresentar o nosso trabalho. Nosso trabalho está pronto. Nós queríamos fazer uma sugestão e consultamos V. Exa. se é possível que se faça isso. Nós gostaríamos de apresentar esse material para consulta pública, que a comissão abrisse uma consulta pública a respeito do trabalho deste grupo, para que as pessoas, não só aquelas que estiveram aqui, conosco, mas dezenas de estudiosos, pesquisadores, gente que atua no setor, tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista empresarial, produzindo nessa área, pudessem opinar sobre o texto que nós estamos ofertando. Para isso, V. Exa. teria que prorrogar o nosso prazo pelo menos até fevereiro, e, nesse período que inclui o recesso, a matéria estaria sob consulta, e todos que queiram opinar podem se dirigir à nossa página, na rede internacional de computadores, para dar a sua opinião, e evidente que o Grupo de Trabalho vai ter a sensibilidade de poder examinar as proposições que foram apresentadas pelas pessoas que acessarem esse documento na página da comissão.

Então, era a solicitação, a título de consulta, que faço à V. Exa. Requeiro, nesses termos, então, que a gente possa fazer esse adiamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Inácio Arruda apresenta um requerimento, solicitando a prorrogação dos trabalhos do Grupo de Trabalho instituído por esta comissão e que o Senador Inácio Arruda preside, com a finalidade... [soa a campainha]. Com a finalidade de estabelecer o marco regulatório para os biocombustíveis. Ele solicita a prorrogação dos trabalhos até o dia 28 de fevereiro de 2010, ao mesmo tempo em que solicita a aprovação dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para que seja feita uma consulta pública, via internet, para colher sugestões, informações, dúvidas que, porventura, existam, ainda, sobre este tema, no debate que está sendo processado no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Coloco em votação o requerimento do Senador Inácio Arruda, Presidente do Grupo de Trabalho que trata do marco regulatório dos biocombustíveis. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Inácio Arruda, prorrogando os trabalhos do grupo que trata do marco regulatório dos biocombustíveis até 28 de fevereiro e também concordando com a colocação, pela internet, de se recolher opiniões e se recolher informações, por parte da população em geral, com vistas a dar substância ainda maior ao relatório que o grupo de trabalho deverá apresentar a esta comissão, em março do ano que vem, em 2010.

Dando prosseguimento, como dizia anteriormente, o segundo bloco da nossa reunião será referente aos Itens 2 e 3, ou seja, Mensagem do Senado Federal nº. 261 e 262, de 2009, "*que submete à apreciação do Se-*

nado Federal, nos termos do art. 52, art. 3°, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 5º, da Lei 9427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Sr. Edvaldo Alves de Santana para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, e o nome do Sr. Julião Silveira Coelho para exercer o cargo, também, de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, em decorrência do término do mandato da Sra. Joísa Campanher Dutra, em 22 de dezembro de 2009". Autoria: Presidente da República. Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira e Senador João Ribeiro. O Senador Valter Pereira é relator da Mensagem nº. 261/09, e o Senador João Ribeiro da Mensagem nº. 262, também de 2009. Parecer: "*a comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação*". Convido os Srs. Edvaldo Alves de Santana e Julião Silveira Coelho para que tomem assento à Mesa.

Informo aos indicados, Sr. Edvaldo Alves de Santana e Sr. Julião Silveira Coelho, que V. Sas. dispõe de 15 minutos, cada um, para fazerem suas exposições, com uma tolerância máxima de cinco minutos. Ao final da exposição, concederemos a palavra às Sras. e Srs. Senadores que desejarem sabatinar os indicados, mediante e conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a Mesa. Passo a palavra ao Sr. Edvaldo Alves de Santana. V. Sa. dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Exmo. Sr. Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Exmos. Srs. Senadores, aqui presentes. Bom, eu fiz uma apresentação rápida para contar a minha experiência no setor elétrico brasileiro, e os principais desafios, caso de ser aprovado para um novo mandato. Bom, eu estou há 34 anos no setor elétrico, completo no ano que vem, onde parte dele trabalhando em empresa, parte no antigo DNAEE e parte também no meio acadêmico.

Eu tenho uma empresa, chamada Eletrosul, com sede em Santa Catarina, onde entrei em 1975, já fiz a rigor quase tudo que se pode fazer numa empresa, na época de geração. Comecei em obra, depois fui trabalhar na área de planejamento, depois no planejamento tarifário, onde fui chefe da divisão de tarifa. E, em paralelo, eu também fiz parte da equipe do antigo DNAEE, antecessor da ANEEL, onde também cuidava da tarifa. Isso no período entre 1975 e 1992, quando saí da Eletrosul. Saí da Eletrosul porque... Também, em paralelo, desde 1982, eu sou professor universitário, da Universidade Federal de Santa Catarina, onde também entrei como professor auxiliar de ensino. Depois, fiz mestrado, passei para professor assistente, depois, com doutorado, professor adjunto, e, por concurso – hoje, só se chega a professor titular por meio de concurso -, a professor titular, desde 95. Nesse período, orientei diversos trabalhos já no meio acadêmico, de mestrado e doutorado em diversas áreas, mas, sobretudo, na área de regulação de sistemas elétricos. Uma coisa importante... Eu... Mesmo antes de se falar em Agência Reguladora no Brasil - não existia, a primeira Agência foi criada, a ANEEL, em final de 96 -, eu já era pesquisador do CNPq, onde tinha um projeto de pesquisa sobre regulação. Isso desde 1994. E eu jamais imaginei que, um dia, iria trabalhar em uma agência reguladora. Estou na ANEEL desde 2000. Entre 2000 e final de 2005, como Superintendente de Estudos de Mercado e, a partir de 23 de dezembro de 2005, como Diretor, durante esses quatro anos. Meu mandato acaba na semana que vem, dia 22.

Bom, essa combinação de atividade acadêmica e trabalho em empresa e agência reguladora, etc., criou pra mim um ciclo bastante virtuoso, porque, ao mesmo tempo que o trabalho prático me ajudava muito na minha vida acadêmica, a vida acadêmica ajudou com que aprimorasse a forma de executar meus trabalhos práticos.

Bom, quanto aos desafios, que não estão em ordem de prioridade, mas um grande desafio, sempre, para uma agência reguladora, especialmente a ANEEL, é a tarifa. A tarifa é sempre um grande desafio nosso, muito em evidência nos últimos meses, e, quando eu falo em tarifa, eu falo na amorticidade(F) tarifária, que é uma coisa prevista em lei, a busca da amorticidade(F) tarifária, mas, sobretudo, fazer isso de maneira transparente, compreensiva e mantendo a estabilidade regulatória. Uso transparência e compreensão porque esses são, talvez, os nossos principais desafios. Nós fomos muito criticados nos últimos meses, a ANEEL, e, em geral, até por coisa que a gente fez certo. E essa crítica, em geral, ela pode decorrer da falta de compreensão de uma coisa muito complexa, que é o cálculo tarifário. Para muitos, a tarifa decorre de uma simples conta, mas ela não é uma simples conta. A tarifa decorre de uma série de fatores, tudo influencia a tarifa. A tarifa é apenas um resultado. Portanto, o nosso desafio - e eu acredito que dos demais diretores - é tentar chegar em uma equação da tarifa que seja compreensível para todos.

A transparência a gente já faz. Por exemplo, hoje mesmo, teve reunião da Diretoria da ANEEL, começou às nove horas, tem 66 processos em pauta, e a nossa reunião é pública. E qualquer pessoa pode assistir na internet, pode fazer sustentação oral aos interessados. Com uma coisa importante: o voto do relator é por escrito, e, no dia que é publicado a norma objeto

daquela resolução, o voto também está publicado para todo mundo ter acesso. Bastante transparência... Isso acontece desde 2004. Mas as coisas são complexas e ser transparente não necessariamente é exemplo de que todos compreendem. Então, portanto, esse é um tremendo desafio. O outro, embora não seja um papel importante da ANEEL, é contribuir com o tratamento, hoje, cada vez mais, das exigências de meio ambiente. A sociedade, cada vez mais, exige ambiente limpo. E o setor elétrico, ele é naturalmente um agressor do meio ambiente. Para gerar com energia hidráulica, tem que alagar, tem que desmatar. Se for térmica, emite CO2... Portanto, fazer isso de maneira que... Expandir, sem aumentar custo e sem afetar o meio ambiente, mesmo não sendo atribuição da ANEEL, acho esse um enorme desafio, talvez o principal desafio da década: fazer tudo isso, ainda, sem aumentar custo e sem aumentar tarifa. Segurança regulatória, de modo a manter a expansão... Hoje... Ontem, por exemplo, eu até acompanhei, aqui, da sala ao lado, e vi que o Presidente da comissão falou sobre o resultado do leilão de energia eólica de ontem. O leilão começou com preço-teto acho que em torno de... Acho que 189 reais e fechou com alguém fazendo proposta de preço de até cento e trinta e poucos reais. Bom, se alguém consegue construir uma planta eólica com preço abaixo de 70 dólares, quando lá fora esse preço é acima de 75 dólares a 80 dólares, isso significa uma confiança na estabilidade regulatória, em todo o arranjo regulatório, em toda a governança regulatória, que não é só a ANEEL, inclui o Congresso, o Ministério, a Justiça, etc.

Por último... Aliás, penúltimo, é a harmonia entre os componentes da governança regulatória. Isso é um desafio. Porque, enquanto, em outros países, a agência reguladora só existe ela, no Brasil, existe uma infraestrutura regulatória, uma governança regulatória, que inclui o Ministério, a Justiça, o Congresso, etc.. Porque a ANEEL não faz leis, não faz decretos. A ANEEL apenas implementa aquilo que o Congresso delibera ou o Executivo faz por meio de Decreto. E esses conflitos entre o que a ANEEL faz e todos esses que fazem parte do aparato regulatório, toda vez tem que mostrar que é uma forma harmônica; senão, os investidores de fora vêem nisso uma instituição frágil. Esse é um desafio e depende de todos, não apenas da ANEEL.

E o último é manter a independência da Agência. Isso a gente conseguiu a duras penas. A primeira gestão consolidou a Agência, implementou a Agência, e a gestão passada ajudou a consolidar especialmente do ponto de vista da independência do regulador, que é uma coisa bastante importante. Eu, ao final do mandato do Diretor-Geral anterior, eu assumi durante três meses, como Diretor-Geral Interino, e sei o quanto isso é difícil, porque isso depende muito do Diretor-Geral e também dos demais diretores. Portanto, com a apresentação disso, que eu considero os nossos principais desafios, na pior das hipóteses, os meus desafios, eu agradeço a atenção dos senhores e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Santana, pela sua exposição, e coloco a palavra à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras que desejem fazer alguma indagação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A título de sugestão, eu gostaria de propor que já ouvíssemos o Julião e fizéssemos uma sabatina conjunta, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em votação a proposição do Senador Inácio Arruda. Aqueles Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. Passaremos, em seguida, mediante requerimento oral, apresentado pelo Senador Inácio Arruda, a ouvir o segundo indicado para a Agência Nacional de Energia Elétrica, e faremos logo após a abertura das inscrições feitas pelos Srs. Senadores para as perguntas aos indicados. Passo a palavra ao Sr. Julião Silveira Coelho, o segundo nome indicado para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. V. Sa. dispõe de 15 minutos para a sua explanação.

SR. JULIÃO SILVEIRA COELHO: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Presidente Fernando Collor de Mello; Exmo. Sr. Relator, Senador João Ribeiro; Exmos. Srs. Senadores. Foi com muita honra que recebi o convite do Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para me apresentar perante V. Exas., postulando ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Esta sabatina, sem dúvida, é o ponto mais relevante de uma trajetória profissional que se iniciou há cerca de 12 anos, quando comecei minhas atividades, na qualidade de estagiário de direito, na assistência judiciária, perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, atuando em atividade complementar à exercida pela Defensoria Pública do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Após seis meses atuando na assistência judiciária, perante aquele Tribunal, ingressei no escritório de advocacia, no qual fiquei por três anos e dez meses, atuando, sobretudo, no setor

consultivo em matéria tributária. Recém-formado, com seis meses de formado e bastante novo, tive a felicidade de ser aprovado no concurso para Procurador Federal da Advocacia-Geral da União, e tive a felicidade maior ainda de ser lotado na Procuradoria Federal, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, em agosto de 2002. Aquele momento marcava o fim de um racionamento que se viveu nos ano anterior e diversas medidas judiciais eram propostas para se questionar as medidas tomadas para se superar o problema que o país vivenciou. Portanto, era um momento bastante delicado no setor elétrico, conjugado ainda com o ano que marcou o fim da transição entre um modelo de comercialização de energia elétrica, baseado em ampla intervenção estatal, que determinava a quantidade de energia que seria comercializada, os montantes comercializados e os períodos de comercialização e passamos, naquele ano, a viver um regime de livre negociação, em que a compra e venda de energia elétrica entre os agentes setoriais se daria de forma livre e negociada. Era um momento bastante delicado para o setor, e tive a oportunidade, então, de, nos seis primeiros meses, atuar no setor contencioso da Procuradoria Federal da Agência Nacional de Energia Elétrica. Nos dois anos seguintes, atuei no setor consultivo, prestando assessoria jurídica às superintendências e à diretoria da Agência, em questões eminentemente regulatórias.

Na sequência, tive, mais uma vez, a felicidade de ser aprovado em concurso público para o cargo de Procurador do Distrito Federal. Deixei a Agência e passei a atuar como Procurador do Distrito Federal. Em razão de poder advogar, continuei dedicado ao setor elétrico, prestando consultoria jurídica na iniciativa privada. Nesse período de sete anos como advogado público, pude perceber o quão importante é contribuir para o desenvolvimento do país, zelar para o interesse público. E foi esse sentimento, essa vontade de me dedicar ao setor elétrico e contribuir para o desenvolvimento do país que me fez aceitar o convite que me foi formulado pelo Exmo. Sr. Presidente da República e pelo Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia, para me apresentar perante os senhores.

Há 12 anos, Srs. Senadores, me dedico ao estudo da atividade de V. Exas, me dedico ao estudo do Direito, me dedico ao estudo da Constituição e das leis. E como um devoto das leis e das instituições, penso que posso contribuir, zelando pela boa observância da aplicação das leis e pela concretização dos comandos legais. A Agência Nacional de Energia Elétrica é independente. Essa independência deve ser zelada. Mas é importante que a independência gravite com base nas leis, para que o setor tenha segurança e estabilidade. Diversos são os comandos que precisam de maior concretização. Não basta apenas observar as leis, mas zelar para que elas tenham concretização. Um problema, hoje existente, mencionado pelo Dr. Edvaldo Alves Santana, diz respeito às tarifas, e o próprio Dr. Edvaldo Alves Santana menciona que a falta de compreensão quanto ao cálculo das tarifas talvez seja a maior razão de conflito ou de sentimento de desconforto por parte dos consumidores, quanto ao pagamento das tarifas. E a lei da ANEEL, editada por V. Exas., contem previsões que permitem justamente que o consumidor tenha maior compreensão do que ele paga, do que ele remunera, quando paga a fatura de energia elétrica. É importante concretizarmos e viabilizarmos a efetiva atuação dos conselhos de consumidores. Esses conselhos de consumidores, representando os consumidores e com maior participação perante a Agência, certamente permitirão que o consumidor saiba e compreenda o porquê paga tarifa e compreenda a metodologia de cálculo das tarifas. Isso certamente contribuirá para reduzir conflitos e reduzir desconforto, por parte dos consumidores. É importante, também, avançar, no sentido da descentralização das atividades das agências. Hoje, são 13 as agências estaduais conveniadas à ANEEL, ainda muito a percorrer para ampliar a descentralização, o que também permite um maior contato entre a sociedade e a agência.

E, também, igualmente importante, Srs. Senadores, é a prestação de contas perante o Congresso Nacional e, sobretudo, a interlocução com as comissões temáticas. Essa interlocução é o que legitima a atuação das agências. Os mandatos em que são investidos os diretores das agências não decorrem de voto popular. Portanto, é necessário utilizar os mecanismos de legitimação da atuação das diretorias e, por consequência, das agências, e, sem dúvida, a prestação de contas, sobretudo perante as comissões temáticas, é um instrumento que existe para que essa aproximação entre as agências e a sociedade se dê.

Essas considerações, Srs. Senadores, que julguei oportunas fazer, para postular a V. Exas. a confiança e poder, então, exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. Muito obrigado aos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Julião Silveira Coelho, pela sua exposição. Está aberta a inscrição para os Srs. Senadores. Com a palavra o Senador João Tenório. Em seguida, o Senador Lobão Filho, Senador... Pela ordem, depois, Senador Inácio, Senador Wellington. Senador João Tenório, por favor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Embora eu esteja à esquerda de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. também... Desculpe. Pois não, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): [interrupção no áudio] para a sabatina tradicional, no sentido de não [ininteligível] as posições que se propõe. Eu gostaria de dizer apenas uma coisa. Nós, aqui, em outras oportunidades, outros momentos, tivemos recorrentemente, digamos assim, diria até não o direito só, mas a obrigação de reclamar daqueles que aqui vieram para se dedicar a funções meramente técnicas, administrativas, mas técnicas, sobretudo, técnicas, que apresentavam aquela dúvida do conhecer. Conhecer o tema, do conhecer o setor e das suas implicações e das suas necessidades. O que nós vimos aqui, hoje, foi exatamente o contrário. Dois senhores, um pouco mais jovem, outro nem tanto, que demonstraram o mais absoluto conhecimento e demonstraram mais absoluta, digamos assim, possibilidade de atender essa demanda que naturalmente virá da ANEEL e, portanto, capacitados, comprovado, o que nos desmancha daquela visão anterior, de que seria necessário exatamente essa competência, aqui comprovada e demonstrada.

Gostaria, portanto, Sr. Presidente, parabenizar ambos os pretendentes e dizer que acho que dessa maneira, é assim que se constrói um sistema administrativo eficiente para atender as efetivas e necessárias demandas dos diversos setores da economia nacional. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de fazer duas comunicações. A primeira delas é que o processo de votação já está aberto, e também, em segundo, que o Senador Valter Pereira, como relator *ad hoc* de um dos indicados, ele tem precedência sobre os demais senadores, nessa fase de indagação. Então, gostaria de pedir ao Senador Lobão Filho que passasse... Que deixasse que a palavra fosse dada ao Senador Valter Pereira para as suas indagações. Logo em seguida, V. Exa....

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com todo prazer e honra, passo a palavra ao meu nobre companheiro, Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valter Pereira.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O *ad hoc* é mais forte do que o titular, hein, Valter?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade, o *ad hoc* é apenas o eventual. O titular é o Senador Lobão. Eu--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas já está repassada a palavra à V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu não quero fazer nenhum questionamento aos dois ilustres indicados, especialmente ao Dr. Julião, a quem me coube promover a relatoria *ad hoc,* em substituição ao Senador Lobão Filho, que esteve ausente desta reunião, ontem, causando, assim, um desfalque difícil de ser preenchido na sessão de ontem. Mas eu gostaria apenas de traduzir a impressão que tenho do indicado Julião da Silvia Coelho. Em primeiro lugar, trata-se de um colega meu, advogado. Além de ter estudado seu currículo, eu tive a oportunidade de entrevistá-lo longamente. E pude dessumir de que se trata de um jovem. Disse muito bem o colega que me antecedeu. Um jovem e um não tão jovem, que é o Edvaldo. Mas tem duas características que marcam os dois: a carreira, que eu acho que é fundamental para quem vai lidar com assuntos de tamanha magnitude, como o que trata da ANEEL. Todos nós sabemos que os grandes projetos da área elétrica passam necessariamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Mas o Dr. Julião, jovem, mostrou que, desde cedo, é muito estudioso do Direito e muito estudioso do setor elétrico, que são duas características fundamentais, porque as demandas dessa área são de grande magnitude. De sorte que entendo que o currículo dele, pelo tempo de serviço, pela forma que foi admitido no serviço público, sucessivos concursos que avaliaram o seu saber jurídico e, sobretudo, a experiência que amealhou durante esse tempo de serviço, e a cultura jurídica que o curso de Direito, que a militância na área jurídica lhe deu, emprestam-lhe as melhores condições para exercer bem o mister a que se propõe.

Portanto, o que eu quero apenas é ratificar aqui os termos do relatório que proferi ontem. Plenamente favorável e na expectativa de que ele vai se desincumbir muito bem das suas funções para as quais está preparado e, com certeza, compromissado com o serviço público, por ligações profissionais, ligações de cidadania também.

Então, quero apenas desejar que o Julião seja bem sucedido na sua nova missão, junto com esse veterano, que é o Edvaldo, com quem já tive várias discussões e pude constatar que se trata, sobretudo, de um técnico sóbrio, sério, responsável... Acho que nós estamos aqui, reconhecendo méritos de dois grandes profissionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Valter Pereira. [soa a campainha] Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Dr. Edvaldo, Dr. Julião, Srs. Senadores, eu também não vou fazer nenhuma indagação aos dois,

mas queria fazer dois registros. Dr. Edvaldo, pelo currículo que eu tive a oportunidade de analisar para fazer o relatório, praticamente nasceu, apesar de não tão jovem, nasceu no setor elétrico. E fosse ele profissional da área de comunicações, eu acho que iria convidá-lo para trabalhar nas minhas empresas, porque eu nunca vi um currículo tão extenso e tão denso na minha vida. O mercado todo já o conhece, é um *expert* e uma sumidade no setor. Então, parabéns à ANEEL que teve a possibilidade e a capacidade de reconduzi-lo ao cargo.

Dr. Julião traz uma novidade, pelo menos a novidade nesses dois anos que aqui estou no Senado e que tenho participado de inúmeras sabatinas. É um especialista do Direito. Então, em geral, nós temos sabatinado técnicos aqui. Especialista do Direito é a primeira vez que eu participo. E eu acho uma excelente oportunidade para trazer para o colegiado da agência a oportunidade de ter uma consolidação, uma estabilidade, uma certeza maior através do arcabouço jurídico que V. Sa. vai trazer a esta agência.

Então eu acho que é uma experiência para as agências enriquecedora, também, acho que a sua contribuição será extremamente significativa porque trará, conforme eu disse, essa robustez jurídica às decisões da sua agência, ou futura agência, caso seja aprovado nesse Plenário.

Então são duas indicações que eu registro muito oportunas e certeiras, trazendo qualidade para essa agência tão importante para o cenário brasileiro. Uma agência que tem compromissos sérios com a sociedade, que recentemente viu a importância do setor elétrico e da gestão do setor elétrico para o cotidiano dos brasileiros. Então, isso só aumenta ainda mais a responsabilidade de vocês dois. É o que tenho a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado Senador Lobão Filho. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu tenho, assim, a mesma impressão dos nossos colegas que nós estamos diante de duas indicações de grande qualidade. Uma recondução e uma indicação nova, mas os dois com conhecimento, os dois sabendo para onde estão indo, para onde estão sendo reconduzidos, dominam as informações da área. O que ocorre, assim, na minha opinião? Que não é um problema de indagação aos senhores, porque os senhores demonstram exatamente o conhecimento, a capacidade de se bem conduzir na posição de diretores da agência. É que nós criamos as agências, mesmo as mais antigas, como é o caso da ANEEL, diante de um processo de privatização do setor elétrico brasileiro que estava condicionado a tais contratos. E mesmo que os senhores queiram, muitas vezes, porque eu participei de reuniões, de Audiências Públicas da ANEEL, de consultas públicas, de debates nas assembleias, no caso objetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nós temos lá uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito no Estado do Ceará, discutindo o problema da gestão da ANEEL frente ao cálculo das tarifas, especialmente para o Estado do Ceará e Pernambuco. Nós acompanhamos o debate em uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito que está ainda em curso na Câmara dos Deputados, também envolvendo a questão das tarifas, dos preços desse insumo fundamental para o desenvolvimento. E o que ocorre é que nós estabelecemos um tipo de privatização que permitiu lá atrás, a essa época, você ser ao mesmo tempo, em determinados contratos, ser o distribuidor e o gerador, o que cria um desequilíbrio absoluto. São contratos que, na verdade, a população tem que encontrar um meio, não sei se o CADE, outra instituição de Estado pode fazê-lo, de denunciar esses contratos. Ou a própria agência dizer: "Olha, estamos diante desse contrato, não há outro meio para a população brasileira, seja empresas, sejam consumidores individuais chamados residenciais ou do comércio, da indústria, de denunciar esse tipo de contrato". Porque são contratos que ferem profundamente os interesses da população brasileira. Eu cito dois casos. Um é o preço da tarifa exorbitante do Estado do Ceará, que é uma coisa estúpida. Quer dizer, no Sul e no Sudeste, que tem farta oferta, que é rica, que tem meios para pagar mais, paga menos. E no Nordeste, que a oferta ainda é menor, a população pobre, muito carente na nossa região, a energia é quase o dobro do preço do Sudeste. É uma coisa de louco você se deparar com situações como essa, Presidente Collor e senhores diretores, o Diretor e o Sr. Julião que se depender dos votos que acabam de ser liquidados, praticamente, nas urnas deverá ser indicado para a Agência Nacional de Energia.

Então nós estamos diante de contrastes como esses, que tem que ser reexaminados. Não é possível estabelecer um contrato... Os contratos, as correções das tarifas foram vinculadas. Enquanto os salários, enquanto a renda da população brasileira não pode estar vinculada a indicadores, seja de inflação, de salário mínimo, qualquer um, o preço da energia estava vinculado a uma correção de moeda estrangeira. É um índice que se baseia na flutuação da moeda externa. É uma coisa de louco que nós vivenciamos no Brasil. Então, nós temos primeiro o problema das residências, dos domicílios, de famílias muito pobres do Nordeste Brasileiro. E o segundo, são os setores industriais, por razões históricas surgiram naquela região; primeiro

a indústria, uma parte da indústria do álcool está na nossa região, segundo, uma parte da indústria têxtil. É por circunstâncias históricas, o Ceará, uma época, foi o maior produtor de algodão, quando da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Transformou no maior produtor de algodão. Evidente que terminou a guerra, outras regiões surgiram, a produção de algodão se deslocou para o Sudeste e agora para o Centro-Oeste, nós importamos o algodão, mantivemos o parque têxtil no Ceará e hoje nós vemos a nossa situação invertida. Quer dizer, o problema nosso não é nem algodão que nós importamos, é o preço da energia que nós pagamos para produzir tecidos no Estado do Ceará. Em função desses contratos. Ou alguns contratos desses são denunciados e quebram essa lógica louca ou nós vamos continuar tendo uma matriz energética, e se vangloria dela, porque é a que tem... É a energia elétrica produzida mais barata do mundo, mesmo porque as grandes barragens, inclusive, foram já amortizadas ou estão para serem amortizadas totalmente; Itaipu é uma que resta, ainda tem aí uns dez anos ou pouco mais para amortizar totalmente. Quer dizer, quando essa barragem, que fornece 5% de energia elétrica do Brasil, estiver totalmente amortizada, então vai ficar naquela situação, "nós temos a energia elétrica produzida no Brasil como uma das mais baratas do mundo e temos uma tarifa muito alta", porque está vinculado a contratos que se estabelece a partir de regras que não dependem da economia brasileira. Não dependem nem do agente monetário brasileiro, depende o agente monetário de outra nação, de outro país. Então, é uma coisa de louco que acho que nós temos que dialogar com os senhores, que são indicados para a agência, e dialogar com a sociedade brasileira para que ela possa também criar as condições de denunciar contratos como esses porque ferem o interesse da população e da nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado Senador Inácio Arruda. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, queria até que V. Exa. aguardasse eu acabar para poder votar o último voto, parece que falta o meu, segundo a assessoria. Então eu queria acabar para depois votar, para V. Exa. não encerrar a votação antes de eu acabar de falar.

Sr. Presidente, demais senadores, quando o Dr. Julião, que está chegando agora, eu vi no seu currículo que inclusive já foi assessor do Wald Advogados, então por aí eu já vejo que V. Exa. domina o conteúdo porque senão não passaria nem por lá, porque eu conheço bem aquela situação. Então como vai participar ainda da ANEEL, eu vou me dirigir mais às perguntas ao Dr. Edvaldo que está sendo reconduzindo. Então, Dr. Julião, parabéns, boa sorte e que faça um bom trabalho junto à ANEEL.

Dr. Edvaldo que já colocaram aqui que é o mais idoso, já por três vezes, eu acho que até que é mais jovem que o Valter Pereira que falou aqui, mas o Valter está bem conservado, está em campanha, pintou o cabelo, está todo arrumadinho, ficou mais jovem. Mais jovem um pouquinho que o Senador Eliseu, que também está bem arrumadinho, se está em campanha de novo, eu não sei, porque tem mais um tempão aí no Senado. Mas eu queria falar o seguinte, nesse momento não poderíamos passar a V. Sa. por aqui sem que voltássemos à questão que aconteceu daquele acidente, pelo que foi colocado aqui que o Presidente chamou especialistas na área para vir explicar o que aconteceu naquele... Não vou chamar de apagão, um acidente realmente, que parece que caiu um raio num equipamento que inclusive esse equipamento estava dentro das normas brasileiras de padrão técnico, e passou nas normas internacionais. E, consequentemente, terão que ser mudadas as normas para não aconteça aquilo de novo, aquele raio que caiu no equipamento. Ficou bem claro aqui, tinha até a foto, não é, Presidente, onde caiu o raio, e, no entanto, saiu aí, todo mundo, a oposição aproveita para falar de tudo, inventar... Tirar os méritos das agências... Mas isso é política e a gente entende.

Então, eu queria que V. Sa. falasse realmente como está sendo conduzido, já que esses equipamentos estavam dentro das normas internacionais e motivou aquele acidente que aconteceu. E a outra coisa, a outra situação que eu queria colocar também, Dr. Edvaldo, é o seguinte: existem alguns contratos entre grandes consumidores e fornecedores de energia. Por exemplo, um grande consumidor em Minas faz um contrato com a CEMIG, onde a CEMIG já deixa uma certa quantidade de energia... [soa a campainha]. Já deixa uma certa quantidade de energia reservada para aquele consumidor. Se ele não consumir, ele tem que pagar aquela energia de qualquer maneira. Agora, só que é o seguinte. Em função da energia estar ficando cada vez mais cara, como bem colocou aqui o Senador Inácio Arruda, inclusive a CEMIG, hoje, é uma eficiência estupenda, está comprando um monte de... Está virando uma grande incorporadora de outras empresas e quem está pagando é o povo de Minas, que paga a energia e com isso ao invés de baixar a tarifa para melhorar para o mineiro, ela acaba comprando ações de outras empresas. Isso é uma beleza. Agora, queria saber o seguinte, por que quando um grande consumidor ele vê que é melhor comprar um gerador

e colocar, se ele colocar tem chegado informações de que as empresas podem cobrar aquele valor por um ano mais. Ao invés de cortar o contrato imediatamente, na hora que você coloca gerador e opta por na hora de pico você usar petróleo, óleo diesel no gerador do que ficar ligado. Então, na hora do pico você vai, arma lá seu gerador, saiu daquele horário onde a energia é mais cara, você desliga o gerador e volta para o sistema. Então, por que, se hoje dentro do Código de Defesa do Consumidor, se você parar [soa a campainha]... Se você parar de consumir, você não tem que pagar mais. Isso é bem claro dentro do Código de Defesa do Consumidor. No entanto, essas empresas te obrigam a ficar pagando mais um prazo... Te cobrando ir para a Justiça. Queria saber qual é a posição da ANEEL com relação a isso?

Essa é minha pergunta, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Dr. Edvaldo.

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Obrigado, senador. Primeiro caso do... O senhor falou do [ininteligível] apagão, mas, de fato, foi um... Aquele é um caso típico de apagão, quando apaga toda ou parte da energia durante um certo período. O que aconteceu em 2001 e 2002 é que não foi apagão até porque não faltou energia. Nesse caso, sim. Mas, de qualquer forma, se procura comparar aquilo que aconteceu agora com que aconteceu no passado que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Na realidade, todos esses... Eu estava aqui na apresentação dos técnicos, eu assisti ali sentado, o Diretor-Geral da ANEEL foi um dos apresentadores, como a ANEEL se envolve nisso, depois chega a resposta para o senhor. Na realidade, o relatório final é avaliado pela ANEEL e dali a ANEEL faz isso por meio de um processo administrativo punitivo, ou seja, já começa assim depois do primeiro relatório, emiti um termo de notificação para os envolvidos, depois um auto de infração e, se for necessário, emitir uma multa.

No caso do equipamento em si, de fato, as coisas estão andando para a explicação ter sido um curto-circuito em isoladores, que embora estivesse de acordo com as especificações do fabricante, em função da umidade maior do que a prevista pelo fabricante, ele pode ter sofrido o curto-circuito. Se isso acontece, e foi uma falha e se foi comprovado isso, na realidade a fiscalização da ANEEL não é só uma fiscalização punitiva, é também corretiva. Vai procurar corrigir e fazer com que os equipamentos, de maneira imediata, já tenha a proteção contra isso, como falaram aqui, naquele dia, até algumas pessoas levaram na brincadeira, que é colocar um chapéu [ininteligível]... Mas é aquilo mesmo, em cima do isolador até que eles sejam substituídos. Então, essa é a saída imediata. E isso acontece em outros casos. Acontece num tipo de falha e vai se corrigindo para aquela falha não mais acontecer. Mas de qualquer forma o nosso sistema interligado, isso até quando o Diretor-Geral da ONS fez uma ótima apresentação aqui, mas ele esquece sempre, eu sempre falo isso para ele, de mandar as pessoas olharem o site do ONS. No site a ONS... Estará na internet alguns indicadores [soa a campainha] sobre a segurança do sistema e entre eles estará o índice de energia não suprida. Para o senhor ter ideia, estará disponível no site, ele é 0,003% da energia suprida. Isso é equivalente a um brasileiro deixar uma lâmpada incandescente de 100 watts o ano inteiro ligada. E ficar desligada durante meia hora. Esse é o índice de energia não suprida, na rede básica. Isso na rede de alta tensão, onde aconteceu o problema.

Portanto, o sistema é seguro, mas claro, sujeito a falha. Hoje, tem acontecido, como o sistema cresceu muito, tem mais interrupções, porque tem mais equipamentos no sistema, mas o índice de corte cada vez menor. Então, isso eu posso assegurar para o senhor. Portanto, a correção vem na frente desse problema(F).

Quanto ao contrato--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Um minuto.

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Um minuto. Eu lembro que o senhor fez essa pergunta para o Gerson [ininteligível] quando ele veio fazer a prestação de contas aqui na Comissão de Infraestrutura e engraçado, naquela hora, eu não me conformei com a resposta. Mas é o seguinte, em geral, os grandes consumidores têm um contrato, - então vou responder para o senhor -, tem um contrato. [soa a campainha] E esse contrato prevê que para desconectar tem que avisar com tantos meses de antecedência. Ou se a distribuidora aceitar, uma livre negociação pode desligar na hora. Então a conversa entre o consumidor e a distribuidora. O que vai se fazer numa Audiência Pública, que tem alguns contratos que tem dois anos para isso, é reduzir esse prazo para que o consumidor não fique muito dependente da distribuidora. Mas, na realidade, é um contrato, onde tem essa exigência. Só isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi para a Lei do Consumidor?

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Pois é--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Código de Defesa do Consumidor, quer dizer, existe um contrato... Nenhum contrato é válido, e eu sei muito bem disso. Nenhum contrato é válido se é contra a Lei Maior. Você tem um contrato e você é iludido de boa-fé, aquele contrato deixa

de ter valor. Então esse contrato a ANEEL teria que rever porque se está contra a Lei de Defesa do Consumidor, o Código de Defesa do Consumidor, ele não pode ter essa cláusula. E isso compete aos senhores verem isso.

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Compreendo...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Satisfeito, Presidente. Deixa eu votar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado. Após o voto do Senador Wellington... A votação será encerrada.

Pela ordem, com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só para fazer uma indagação muito breve. Nós sabemos que no Brasil o suprimento de energia maior provem das hidrelétricas. Eu gostaria apenas de saber, no momento atual, quais as perspectivas do nosso País com relação à instalação de novas hidrelétricas? Tem a de Belo Monte, que já cuja autorização já foi disponibilizada pela ANEEL, e eu gostaria de saber quais as regiões que tem grandes potenciais para a implantação de mais usinas hidrelétricas, se isso vai interferir em decisões que podem ser tomadas pelos órgãos do meio ambiente no sentido de limitar essa possível ação do Governo visando o crescimento dessa atividade. Então, em resumo, o potencial de energia elétrica proveniente de usinas hidrelétricas e se para a implantação desses novos projetos haveria resistências e quais os locais onde poderiam haver maior... Poderia haver maior resistência para a execução desses projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes da resposta do Dr. Edvaldo, eu convido o Senador Wellington Salgado e o Senador Osvaldo Sobrinho para serem os escrutinadores dos votos conferidos aos dois indicados para a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Com a palavra o Dr. Edvaldo para responder a indagação do Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: Bom, Senador Antonio Carlos, o grande potencial para a geração de hidrelétrica, hoje, está na região amazônica. Lá onde está o grande potencial para grandes hidrelétricas e para pequenas hidrelétricas no Estado de Goiás, no Estado do Mato Grosso e assim por diante. Mas, em razão disso, de ser na região amazônica, também lá onde estão as maiores restrições ou as maiores exigências. Por isso eu coloquei como um dos grandes desafios, o *trade off*, entre ter geração hidrelétrica ou uma outra geração mais cara e tarifa, esse é o grande desafio para todos nós. Não só a ANEEL, o Congresso... Porque algumas coisas passam por mudança de legislação... Mas é por aí, esse é o grande desafio e resistência vai existir para qualquer tipo de fonte. Mas existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Valadares, V. Exa. está satisfeito com a resposta?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com relação ao Nordeste, ainda há possibilidade de aproveitamento por meios hidráulicos da energia elétrica?

SR. EDVALDO ALVES DE SANTANA: É possível, senador, que ainda seja descoberto algum potencial para PCHs. O que tem acontecido muito no Nordeste, atualmente, nós temos autorizados a utilização de capim elefante, bagaço de cana, e tal, para gerar energia elétrica, ou seja, biomassa. Mas grandes hidrelétricas, o potencial já está, praticamente, exaurido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Satisfeito, Senador Antonio Carlos Valadares? Muito obrigado.

Está sendo concluída a apuração dos votos. E eu pediria ao Senador Wellington que anunciasse o resultado dos votos conferidos aos Dr. Edvaldo Alves de Santana... Então... Retificando que o Senador Wellington anunciasse os votos conferidos ao Dr. Julião Silveira Coelho e o Senador Osvaldo Sobrinho anunciasse os votos conferidos ao Dr. Edvaldo Alves de Santana.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, embora saibamos da capacidade do Sr. Julião, eu acho que essa comissão já está imbuída no espírito natalino. Então, foram 16 votos favoráveis a indicação de V. Sa.. Todos favoráveis.

[palmas]

Para que fique registrado, Sr. Presidente, fique registrado nos anais, unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vou anunciar o resultado da apuração dos votos conferidos ao Dr. Julião Silveira Coelho para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. V. Sa. foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura por 16 votos favoráveis, ou seja, pela unanimidade dos Srs. Senadores que colocaram os seus votos na urna.

Quero cumprimentá-lo pela aprovação e vamos aguardar agora o escrutínio e o anúncio que será feito pelo Senador Osvaldo Sobrinho em relação aos votos conferidos ao outro indicado para a ANEEL, Dr. Edvaldo Alves de Santana.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, foram encontradas 16 cédulas na urna, das quais 16 com voto sim para o Sr. Edvaldo Alves Santana.

Portanto, por unanimidade aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Do mesmo modo...

[palmas]

Do mesmo modo, proclamo o resultado da votação conferida ao Dr. Edvaldo, indicado pela e aprovado com 16 votos favoráveis, também por unanimidade dos votos dos Srs. Senadores que compareceram às urnas.

Em nome da Comissão de Serviço de Infraestrutura do Senado, eu desejo a V. Sas. sucesso e êxito no desempenho de suas funções. Suspendo a reunião por um minuto para que os Srs. Senadores possam cumprimentar os Srs. Edvaldo Alves de Santana e Julião Silveira Coelho e em seguida retomaremos os nossos trabalhos.

[Sessão suspensa às 11h57]

[Sessão reaberta às 12h01]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [soa a campainha]. Ao iniciarmos o terceiro bloco da reunião de hoje, eu gostaria de convidar a S. Exa., o Senador Ministro Eliseu Resende para tomar assento à Mesa na condição de vice-Presidente desta comissão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu tenho que apresentar o relator do próximo... A indicação do [ininteligível]... Talvez fosse preferido ficar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. fica bem melhor sentado aqui ao meu lado. Obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende.

No terceiro bloco temos a Mensagem do Senado Federal nº. 270/09, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto para exercer o cargo de Diretor de infraestrutura ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, DNIT. Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Osvaldo Sobrinho. Parecer, a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Convido o Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto para que tome assento à Mesa.

Informo ao indicado, Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto que V. Sa. dispõe de 15 minutos para fazer sua exposição com uma tolerância máxima de cinco minutos. Ao final da exposição concederemos a palavra as Sras. e Srs. Senadores que desejarem sabatinar o indicado. Mediante e conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a Mesa. V. Sa., Dr. Geraldo Lourenço de Souza Neto, dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO: Exmo. Sr. Presidente--

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente. Um momentinho. Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho, relator da indicação do Dr. Geraldo Lourenço de Souza Neto, para compor a Diretoria do DNIT.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, ontem no horário em que foi lido, feito o relatório quanto ao Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto, fora levantada aqui a questão de que alguns dados não constavam no currículo, e inclusive pelo Senador Heráclito Fortes. [soa a campainha]. E nós aperfeiçoamos e já incluímos aqui no currículo do Sr. Geraldo que faltava, que era o cargo efetivo de Delegado de Polícia Classe Especial do Estado de Tocantins. Portanto, tudo aquilo que fora colocado aqui ontem fora resolvido e está, inclusive, no relatório e já entregamos inclusive à comissão, já tem oficialmente parte do relatório... Sim. Eu vou passar a ler, a fim de que possa tirar qualquer dúvida a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O parágrafo que foi incluído?

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): É, no parágrafo... Na segunda página, § 2º, onde o Sr. Geraldo fala nascido em 30 de julho de 1957, da Cidade de Ipatinga, Minas Gerais, o Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto graduou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares. Desde 1990 ocupa o cargo efetivo de Delegado de Polícia Civil Classe Especial do Estado do Tocantins.

Portanto, resolvido a questão que fora levantada naquele momento. Obrigado, Sr. Presidente. Era somente para esse esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Osvaldo Sobrinho. A comissão entendeu e aceitou plenamente a inclusão como um fator adicional do currículo do Dr. Geraldo Lourenço de Souza Neto. V. Sa., Dr. Geraldo, tem os 15 minutos como falei anteriormente para realizar a sua explanação.

SR. GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Fernando Collor de Mello; Exmo. Sr. vice-Presidente, Senador Dr. Eliseu Resende; Exmo. Sr. Senador Osvaldo Sobrinho, digno relator dessa comissão; Exmas. Sras.

Senadoras e Srs. Senadores. É, pois uma honra para qualquer cidadão nacional submeter-se a essa comissão com o propósito de ser arguido a uma função de Governo, pois nesta Casa encontram-se as maiores reservas do saber e do conhecimento político do País. Razão maior de nossa responsabilidade pela grandeza da indicação de S. Exa., o Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, para o qual me submeto buscando aprovação ao cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT.

A sabatina é parte fundamental de um processo formal que dá à Diretoria do DNIT a legitimidade necessária para o desenvolvimento das ações correlacionadas à administração da infraestrutura no modal ferroviário brasileiro. Sou, creio, com o devido respeito, o primeiro afrodescendente a participar de uma arguição técnica nesta insígnia comissão do Senado da República Brasileira com vistas a um cargo de direção no Departamento de Infraestrutura e dos Transportes - DNIT. Razão pela qual me refiro a esta ocasião de maneira extremamente respeitosa, ao mesmo tempo em que não posso deixar de transmitir aos Srs. Senadores e a todos que nos assistem de minha mais absoluta gratidão a Deus por este momento ímpar e de extrema importância em minha vida pública.

Este desafio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é pra mim o ápice da coroação da busca incansável de um sobrevivente à vida, criado apenas pela mãe, oriundo de uma família de nove filhos, nascido no interior das Minas Gerais, viveu na mais absoluta pobreza, tendo alcançado a alfabetização aos 12 anos de idade, a partir de então e com receio da desgraça sofrida, buscou a base do conhecimento com firme propósito de um dia alcançar o espaço laboral justo e digno. Sinto-me, por minhas origens, um homem consagrado e vencedor, primeiro por estar diante dessa assembleia de homens justos e legítimos representantes da República. Segundo, por estar concorrendo a um cargo de tamanha importância, razão pela qual faço esta digressão para demonstrar àqueles outros da mesma origem que o conhecimento e o saber consolidam as oportunidades e resgata a dignidade profissional, humana e a honra. O Governo Federal, ao criar a Diretoria Ferroviária do DNIT, através da Lei 10233, de 2001, reconheceu neste modal uma matriz necessária ao desenvolvimento sustentável do País com o objetivo de programar em sua esfera de atuação a política formulada de administração da infraestrutura no Sistema Federal de Viação. Compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade e ampliação mediante construção de novas vias e terminais, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos em lei.

O DNIT é dirigido por um conselho de administração e uma diretoria composta por um Diretor-Geral, pela Diretoria Executiva de Infraestrutura Rodoviária, de Administração e Finanças, de Planejamento e Pesquisa, Infraestrutura Aquaviária e de Infraestrutura Ferroviária. Em 1992, a rede ferroviária Federal criada em 1957 como sociedade de economia mista, integrante da administração indireta, foi incluída no plano de desestatização que previa transferência ao setor privado do serviço de transporte ferroviário de cargas. Em 07 de dezembro de 99 foi assinado o decreto de dissolução, liquidação e extinção da rede ferroviária Federal. Os bens herdados pelo DNIT receberam denominações distintas, operacional aqueles contidos nos contratos de arrendamento e não operacional aqueles destinados ao transporte de passageiros, agora, sem utilização, assim como os imóveis. O modal operacional conta com a malha concessionada de mais de 27 mil quilômetros e foi arrendada a seis empresas privadas com o único objetivo de conduzir o transporte de cargas no País. Nesse diapasão, a Diretoria tem atuado como difusor de normas quanto à supervisão solucionadora de gargalos em perímetros urbanos, onde temos criado soluções mais adequadas com critérios a priorizar ações e um planejamento estratégico de médio e longo prazo.

Quanto ao patrimônio móvel, o DNIT tem procurado, conforme preconiza a Lei 11483, fazer sua destinação observados os preceitos do Decreto 99658, que traduz aos órgãos federais os limites e as competências de suas ações. Dentro dessa visão, o DNIT juntamente com o Ministério do Turismo, o BNDES, a ANTT, o IPHAN, criou uma comissão gestora com a finalidade de analisar e programar o projeto denominado como "Trem de Turismo", visando um melhor aproveitamento e utilização adequada e responsável do acervo rodante das estações ferroviárias com a utilização da malha não operacional. Assim como a malha concessionada, todos da extinta Rede Ferroviária Federal. Os ativos operacionais, assim como a gestão dos contratos de concessão e arrendamento, fazem parte da gestão administrativa e fiscalizadora da ANTT, após a aprovação do termo de cooperação estabelecido entre este órgão com discriminação qualificada das ações e dos procedimentos do DNIT e a ANTT, todos previstos na Norma 10233. Os planos e programas em desenvolvimento da Diretoria Ferroviária referem-se a estudos, projetos e obras referentes a contornos ferroviários e implantação de dispositivo de transposição de linhas férreas, viadutos, passagens inferiores, passarelas para pedestres, assim como a supervisão e a aprovação dos projetos ferroviários.

Insta obtemperar, todavia, que o compromisso com o desenvolvimento ferroviário visa a contemplação da interligação da malha ferroviária entre as duas bitolas existentes no País. Temos, então, que os projetos de interligação do modal com as mais diferentes regiões proporcionando um crescimento sustentável e uma melhor utilização da malha, correspondentemente, as necessidades locais é um ponto vital ao desenvolvimento sustentável. Falamos, então, das novas malhas com estudo de sustentabilidade comercial garantido, tais como a ferrovia Litorânea Sul, em fase de projeto, e a ferrovia internacional denominada Leste-Oeste, com interligação fomentada pelo desenvolvimento regional em Santa Catarina, interligando com a malha Tereza Cristina, hoje isolada, e consequentemente as Regiões Sul e Sudeste do País. Observa-se, então, a necessidade imperiosa de interligação da malha Nordeste com o Sudeste, ligando Ilhéus, na Bahia, a Vitória, no Espírito Santo, atendendo, em princípio, toda a produção de grãos, celulose, minérios de ferro e granito. Esta junção sustentabilizará o transporte ferroviário com a cendrada(F) economia no transporte rodoviário, além de interligar o litoral nordestino baiano ao litoral carioca, no Estado do Rio de Janeiro. Esta consecução faz parte do Projeto de Lei que tramita nesta Casa de nº. 358 que visa integrar o PNV, Plano Nacional de Viação. Depreende com a aprovação dessa lei a interligação no transporte de cargas na modalidade ferroviária às regiões do Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil, através de Ilhéus a Vitória, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins, e consequentemente ao Centro-Oeste e ao Estado do Pará. Estas últimas em bitola larga. Desta feita, necessário se faz que os investimentos da União continuem tendo um aumento significativo ano a ano, além da participação privada que neste ano deverá atingir, aproximadamente, 30% na matriz ferroviária dos transportes. O Governo tem priorizado a expansão da malha conseguindo dar um *upgrade* importante financeiro na Ferrovia Norte-Sul e também nas linhas de créditos na iniciativa privada para a consecução da nova Transnordestina, onde os projetos de engenharia e de superestrutura, e o acompanhamento das obras ficaram a cargo... Ficaram com o órgão ferroviário do DNIT.

Entrementes, nesse segundo semestre foi autorizado a modelagem... A montagem modeladora do Instituto de Pesquisa Ferroviária, IPF, idealizado no DNIT com a visão primeira de sustentabilidade própria, onde as empresas privadas de transporte e de fabricação de materiais ferroviários terão papel fundamental no desenvolvimento das normas e tecnologias do modal. Temos certeza que esse importante instrumento de estudo técnico-científico resgatará a capacidade tecnológica perdida com o diapasão existente entre o processo de desestatização e liquidação da extinta rede Ferroviária Federal e a implementação das ações abrangidas pelo DNIT. O resgate dessa ferramenta lança o Brasil rumo a excelência técnica, hoje, utilizada pelos países mais desenvolvidos do mundo. Certamente, em médio prazo, teremos uma verdadeira atualização tecnológica que possibilite a melhor capacitação para as necessidades do mercado nacional e o desenvolvimento responsável do modal ferroviário.

Sobre o engessamento da malha arrendada, motivo de inibição substancial de investimentos privados e de intensificada reclamação por parte das concessionárias arrendatárias é importante frisarmos que através de uma norma governamental este dilema pontual, econômico e operacional estará sendo equacionado com retorno facilitador aos investimentos proporcionais à importância do setor, com o propósito de constituir demandas positivas que visam buscar e consolidar os investimentos necessários à retomada da expansão, da remodelação dos parques operacionais e do crescimento da malha via capital privado.

Finalizando, com devido acatamento de respeito, me sinto preparado para o desafio proposto, se assim V. Exas. me concederem esta oportunidade. Agradeço a paciência de todos pedindo escusas pelas possíveis falhas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Geraldo Lourenço de Souza Neto pelas suas palavras.

Está aberta a inscrição dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que desejarem fazer alguma indagação ao Dr. Geraldo. Senador Magno Malta, Senador João Ribeiro... Não havendo quem queira formular nenhuma indagação ao indicado, Sr. Geraldo Lourenço Sousa Neto, para ocupar a função de Diretor do DNIT...

Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaria apenas de fazer uma observação para os Srs. Senadores presentes que nós estamos analisando o nome de um indicado para a Diretoria do DNIT. [soa a campainha]. A Diretoria Ferroviária do DNIT. É importante, quando nós ouvimos aqui a explicação do candidato, distinguir o trabalho, o papel do DNIT no campo ferroviário ou em qualquer outra modalidade do papel da agência. O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, DNIT, substituiu os órgãos públicos do passado, a exemplo do DNER, que fazia investimentos públicos do Sistema Nacional de Viação.

Antes, nós tínhamos o DNER que construía e conservava as estradas; o DNEF que construía e conservava as ferrovias; o DNPVN que construía e conser-

vava o Departamento Nacional de Portos e vias navegáveis quando o sistema de transporte era beneficiado ou contemplado apenas por investimentos públicos. Evoluiu o processo e criaram-se as agências para administrar as linhas, os segmentos viários concedidos a terceiros. Então houve concessão do setor ferroviário, houve concessão das rodovias através de pedagiamento, concessão de portos, e aí se criaram as agências, tirando do DNIT a tarefa de administrar as estradas administradas pelo setor privado sob o controle das agências. Mas continua o DNIT existente para cuidar dos investimentos públicos. É muito importante quando o Governo tem uma via para construir, uma estrada, uma ferrovia, um porto, primeiro é preciso haver, de acordo com o marco regulatório, a decisão política de Governo que é formulada pelos ministérios subordinados ao Presidente da República, se aquela via vai ser construída com o dinheiro público ou privado. Se for investimento público, cabe ao DNIT a construção da rodovia, a administração da rodovia, a conservação, a restauração. [soa a campainha] Se for investimento privado, então a via é concedida ao setor privado.

No DNIT, portanto, há uma responsabilidade muito grande. Antes nós tínhamos as autarquias segmentadas em função das modalidades de transporte. Resolvemos na Lei 10.233, associar essas modalidades num tratamento único. E as ferrovias, as rodovias, os portos, as hidrovias financiadas com o investimento público ficaram tratadas por um órgão só, que é o Departamento Nacional de Infraestrutura encarregado de integrar ou interligar as diferentes modalidades de transporte. No Brasil, com país de diferenças continentais, regionais de âmbito continental, nós temos fluxo de produção escassos numa região, mas abundantes na outra. Então muitas vezes convém dar concessão a uma via, numa área que é densamente ocupada e tem grandes fluxos de produção. Nas outras áreas, quando o investimento público não retorna, quando a aplicação pública não é retornada para a economia da nação, então a preferência é usar o DNIT. E o DNIT, hoje, não só constrói rodovia, mas constrói ferrovia, porto, aeroporto, e numa lei recente aprovada aqui na Comissão de Infraestrutura cuidará também das eclusas. Acho que essa disposição da legislação brasileira é adequada e se criou a estrutura que realmente se acomoda ao desenvolvimento do País. É importante notar que essa estrutura tem de ser comandada pelo ministro, pela política... A política de transportes é formulada pelo ministro. E cabe, no caso do investimento, o discernimento com relação à integração das modalidades.

Quando foram criadas as agências, e esse assunto já foi discutido aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado, houve a exigência de que os diretores das agências fossem sabatinados pelo Senado. Na lei, nós, abrindo uma exceção, criamos esse dispositivo também para o DNIT. Os diretores do DNIT também são sabatinados, dando ao DNIT uma importância semelhante a da agência, não obstante se trate de atividades diferentes, de prerrogativas diferentes.

Nós vemos aqui o nome indicado de acordo com o parecer aprovado pelo Senador Osvaldo Sobrinho, o nome do Sr. Geraldo Lourenço de Souza para exercer a Diretoria do DNIT na área ferroviária. É importante destacar que não se trata de administrar as ferrovias concedidas, e sim as ferrovias novas. E há no Plano Nacional de Viação, substituído pelo Sistema Nacional de Viação, aprovado recentemente aqui no Senado, várias vias a serem construídas com investimentos públicos. Porque não tem a rentabilidade para ser concedida ao setor privado. Destaca-se, inclusive, a Leste-Sul, perdão, a Norte-Sul, e outras estradas que foram colocadas no plano ligando o litoral da Bahia ao Centro-Oeste do Brasil.

De forma que dentro dessas considerações nós temos que aprovar aqui o nome do Sr. Geraldo Lourenço Souza, indicado pelo Presidente da República na conscientização de que ele tem os atributos necessários para isto e esperamos que faça um trabalho à altura das suas responsabilidades, porque nós precisamos ampliar o sistema ferroviário brasileiro e deixá-lo com a mesma ênfase e com a mesma importância das outras modalidades.

São essas observações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende pelas observações que acaba de fazer. O Sr. Senador Ministro Eliseu Resende que orgulha a todos nós por fazer parte desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, sem dúvida, talvez, a maior autoridade no Brasil, no setor de infraestruturas, especificamente no setor de transporte.

Muito obrigado pela sua contínua colaboração, não somente na condição de vice-Presidente desta comissão, nos ajudando na condução dos trabalhos, mas, sobretudo, por nos deixar partilhar da sua experiência e do seu conhecimento sobre diversos temas relacionados à infraestrutura nacional.

Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho, pela ordem.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, questão de ordem. Eu queria pedir, se pudesse, abrir o sistema de votação até porque temos outras comissões que temos votações também. E aqui cada senador participa de quatro, cinco comissões... E

a gente... E agradecer o parecer, ou seja, o comentário do nosso Ministro Eliseu Resende que é um dos homens que mais conhece de infraestrutura nesse País. Ministro competente, homem que, na verdade, ilustra qualquer comissão que ele pertence, ou qualquer comentário que ele faz é um balizamento para todos nós. Fiquei muito feliz com a sua preocupação, até porque eu conheço o seu trabalho desde quando eu também trabalhava no DNIT como assessor parlamentar e V. Exa. sempre nos ajudou nessa missão dando as orientações do Plano Nacional de Viação, e eu sinto muito orgulho de ter convivido com V. Exa., mesmo que pouco, mas que aprendi bastante. É um orgulho para mim participar, agora, do Senado com V. Exa. que é indiscutivelmente uma das figuras maior desse País, homem com currículo e uma biografia que tem que ser seguida. Fico feliz de dizer que posso contemplá-lo e ouvi-lo nessa comissão e ao mesmo tempo seguir seus exemplos. Muito obrigado, ministro.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Presidente Collor, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está aberto o processo... Pela ordem, se o Senador Mão Santa me permitir, está aberto o processo de votação. Os Srs. Senadores que quiserem votar poderão fazê-lo.

Com a palavra o Senador Presidente Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Presidente Collor, isso é muito bom. Eu quero dizer que votei em V. Exa.. Já que estão votando aí para Presidente da República. Mas V. Exa., hoje, o mundo todo está voltado para a Dinamarca, para Copenhagen. V. Exa.... Eu sou médico a etiologia foi a causa. Tudo isso foi despertado no mundo com a Eco 92. Essa é a verdade. Mas eu queria interromper pelo seguinte, V. Exa. também é responsável pelo dia de hoje. O País deve comemorar. E eu que faço parte com muito orgulho dessa comissão presidida aqui... Aí é como Shakespeare disse: "A ousadia dos mais novos com a experiência dos mais velhos dá sabedoria", Fernando e Eliseu. Mas, hoje, é uma data muito importante. Cinquenta anos de SUDENE e V. Exa. também tem muito a ver com SUDENE. V. Exa. governou com muita sabedoria, foi conselheiro da SUDENE, apoiou, e aquele sonho máximo de Juscelino. O tripé. O mineiro Juscelino. Industrializou o Sul, interiorizou o País com Brasília, que só era Rio e São Paulo, e a SUDENE para tirar a diferença regional. E ela, hoje, faz 50 anos.

Então... V. Exa. que tem muito a ver com a SUDENE, e essa comissão que sem dúvida nenhuma... E essa comissão que sem dúvida nenhuma, vamos dizer, é a SUDENE aqui do Senado. Ela planeja desenvolvimento e V. Exa.... Eu sei que todos os Presidentes são bons, mas V. Exa. nenhum tem cedido um trabalho da comissão... E só lembrar V. Exa. que com tantos feitos e realizações para ver como podemos homenagear a SUDENE nesses 50 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Mão Santa, mais uma vez, pelas suas palavras sempre generosas em relação a esta comissão e ao trabalho que estamos desenvolvendo. O processo de votação continua.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu não sou membro da comissão, mas... Aproveitando esse intervalo de votação, o Senador Mão Santa fez uma referência à Eco 92 e eu me lembro que, nessa época, eu estava me elegendo vereador no interior do Espírito Santo, eu que sou nordestino, fui recebido naquele Estado em 1982, cheguei lá em 92. Virei vereador no interior e em 2002 era senador. Coisa de Deus com o nordestino. Então... Mas eu me lembro muito bem, e eu queria fazer uma referência, até porque a gente precisa ser muito justo. A bíblia diz que nós precisamos ter muito senso de justiça e que a gente precisa conceder honra a quem tem honra. E todas as vezes que se faz uma referência elogiosa com relação a um feito, e ele fez com relação à Eco 92, vendo Copenhagen acontecer, e as coisas, na verdade, se desencadearam e o nascedouro daquilo é Eco 92, queira o mundo... Goste eles ou não, nasceu ali, queiram eles ou não, quem inventou o avião foi o Brasil, gostem ou não... Saiu daqui... Quer dizer, esse tipo de coisa... E muitas vezes os mais novos não conhecem a história e quando alguém lhe passa, passa de forma muito negativa, sem fazer referência ao bem da vida que foi proporcionado por alguns indivíduos e instrumentos quando no exercício naqueles dias da oportunidade que lhe foi dada.

E eu gostaria, hoje, e normalmente eu faço isso, quando estou com minhas filhas, com alguém que não tem conhecimento da história, tal assim, muito próximo, e os mais jovens, certamente essa sessão depois será repetida e ela vai ao ar, e muita gente do Brasil vai me ouvir dizer isso, V. Exa. foi Presidente da República e viveu uma turbulência na Presidência da República, ainda um jovem que chegou ao poder... E que teve tino, teve extinto, faro e visão para, naqueles dias, tomar algumas atitudes que trazem um reflexo absolutamente importante para os dias de hoje, e que as pessoas não fazem referência e que os mais novos

não tem conhecimento. A frota brasileira, hoje, quando você anda nas ruas e você vê os carros importados, você vê, está todo mundo aí, Hyundai, Kia... Toyota... Os importados estão aqui. E a gente não pode esquecer que essa abertura se deu no seu Governo. A mudança da frota brasileira se deu no seu Governo. Aquela abertura, naqueles dias, que significa tanto hoje para a população brasileira e o carro popular, ele virou carro popular e deu a possibilidade para que a população de renda média para baixo, ou de pobre para média, até mesmo o pobre, porque não tem demérito nenhum em ser pobre... Demérito é miséria. Jesus disse: "Os pobres sempre tereis convosco". Não há demérito... O pobre trabalha dignamente, tem a casinha dele, cria os filhos direito, tem alimento na mesa... Demérito é miséria, não é pobreza. Então, se hoje eles têm acesso a esse tipo de automóvel, e dificilmente você vê um carro velho no meio da frota, andando nas ruas do Brasil, em qualquer lugar, isso se deve à coragem que V. Exa. teve quando era Presidente da República, de fazer a abertura naqueles dias.

E eu estou fazendo um registro de justiça enquanto se vota, até porque as pessoas não tem o cuidado de fazer a referência e o registro de justiça quando falam das pessoas e da sua história. E os mais jovens acabam não tomando conhecimento e eles acabam comprando tão-somente aquilo que lhes é vendido, aquilo que lhes é dado.

Então, eu acho que se for fazer justiça ao período da Presidência de V. Exa., há muita coisa para se fazer justiça. Há muita coisa para se agradecer do avanço que nós temos hoje. A bíblia diz que um semeia e o outro ceifa. Na verdade, o Presidente Lula não ceifou e semeou. Ele está ceifando o que você plantou, o que o Fernando Henrique plantou... Os fundamentos da economia, só um ignorante vai dizer que isso não começou no Governo Fernando Henrique. E que teve ensaios lá atrás. Quer dizer, não dá para negar. O Presidente Lula não é o inventor da roda. A bíblia diz: Um semeia e o outro ceifa. E cada qual é muito importante no período em que lhe é dada a oportunidade de servir. O problema é que a sociedade brasileira aprendeu muita coisa ruim com a mídia ruim. Existe uma mídia ruim, negativa, que ela quer sobreviver em cima do cadáver das pessoas. E o que ensinou foi tão-somente sem justa e pinçar pontos... Pontos. Nós somos humanos. Pinçar pontos e esses pontos são vendidos como se fosse a história das pessoas e a vida das pessoas e se resumisse àquilo. E os mais jovens deixa de tomar conhecimento de tanto avanço. O sucesso do Governo do Presidente Lula é fruto de plantações que foram feitas. O cara fala: "Mas aquela bolsa lá no Governo Fernando Henrique era tão pouquinho", aquele negócio de vale-gás, não sei o quê, R$ 14,00... E tal--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sim, mas a Bíblia diz que nós não devemos desprezar os dias dos pequenos começos. Foi um pequeno começo. E foi se somando a isso e chegando hoje a Bolsa-Família. Eu sou da base do Presidente Lula, tenho uma ligação pessoal, afetiva, nordestina com ele, entro em qualquer debate, discordo de ações do Governo do Presidente Lula, acho que é legítimo se discordar, mas também não gosto de ver as pessoas atacá-lo no pessoal, mas também discordo dessa tese de que tudo é invenção de agora. Tudo não é invenção de agora. O Presidente Lula está colhendo muito bem uma lavoura muito boa que foi plantada a duras penas lá atrás. E muita coisa foi plantada por V. Exa. no seu governo. Aberturas, avanços... E que não estou lhe rasgando nenhuma ceda. Até porque, embora sejamos senadores, e eu tenha votado em V. Exa., V. Exa. me deve esse voto, eu não tenho um relacionamento muito próximo com V. Exa., a não ser o de cumprimento. Não estou lhe fazendo nenhum favor, só estou fazendo um registro, para a história, de alguma coisa que é absolutamente verdadeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Magno Malta pela sua intervenção e quando V. Exa. refere-se à abertura comercial e refere-se àquela questão da grande guinada que a indústria brasileira deu a partir de 1990, eu fico realmente muito feliz, satisfeito e orgulhoso de podermos, hoje, ver que o nosso parque automobilístico evoluiu de uma posição que era, em 1990, de termos aqui, no Brasil, instaladas quatro montadoras com apenas quarenta e poucos modelos de veículos, para termos, hoje, cerca de 40 montadoras com mais de 400 modelos de veículos. Ou seja, havendo a competição entre eles em benefício do consumidor final, que pode ter um produto de boa qualidade, que não faz feio a nenhum outro país, do primeiro mundo, produtor de veículos automotivos.

Em relação às versões, eu costumo citar sempre um ditado que diz: "Quando a lenda é mais interessante do que a verdade, publica-se a lenda". É mais interessante, mais fácil de consumir, de ser consumida; publica-se a lenda. Mas agradeço a V. Exa. essa referência. O próprio Presidente Lula, ele entende que o grande sucesso do governo dele, a despeito das enormes qualidades que tem S. Exa. do ponto de vista pessoal e da grande equipe que possui ao seu redor, ele mesmo reconhece que o governo dele é a sucessão dos acertos que foram realizados por todos os outros Presidentes, independentemente de questão partidária ou de questão ideológica. E S. Exa.

pode, hoje, comemorar, estar realizando um governo à altura das melhores esperanças que ele colheu nas eleições passadas, atendendo a essas expectativas e tendo esse reconhecimento pelas pesquisas que, periodicamente, são feitas.

Portanto, muito obrigado pela intervenção de V. Exa., Senador Magno Malta, e, apesar de não termos uma aproximação maior, mas eu me sinto muito bem e muito... muito satisfeito de poder... Até porque nos sentamos próximos na bancada do Senado, de ter sua companhia no Senado da República, como de todos os Srs. Senadores aqui presentes. V. Exa. que é um homem de Deus e que prega a palavra do evangelho aonde quer que chegue. Muito obrigado, Senador Magno Malta. Continua o processo de votação. Senador João Ribeiro com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero, como fiz na tarde de ontem, cumprimentar o Dr. Geraldo Lourenço pela exposição, dizer que nós do Tocantins e da Região Norte do Brasil - e acaba também envolvendo a Região Centro-Oeste e Nordeste - ficamos felizes por ter um membro na equipe do Governo do Presidente Lula e, sobretudo, no DNIT, na Diretoria Ferroviária, o Dr. Geraldo Lourenço de Souza Neto, que eu conheço há muitos anos, já serviu, em várias áreas, ao Estado do Tocantins e ao país, e, portanto, eu ouvi bem a sua explanação. Tive que sair rapidamente para duas outras comissões e aqui é assim mesmo, a gente vai, volta, vota... Prestei muita atenção na fala do Senador Eliseu Resende e, a exemplo do Senador Sobrinho, eu quero apenas dizer que a gente está sempre aprendendo, aqui, com o Senador Eliseu Resende, quando se trata de infraestrutura do nosso país. Não só ferroviária, mas, enfim, tudo que é ligado ao Ministério dos Transportes... Ele foi um grande ministro dessa área, dessa pasta, e que ajudou tanto esse país. A gente está sempre, aqui, aprendendo muito.

Então, essa Comissão tem muita alegria de ter tantas figuras ilustres e V. Exa. que foi Presidente da República, eu que fui seu eleitor apaixonado, daqueles que brigava, que fui lá em Imperatriz um dia, lhe dar um abraço, porque V. Exa. não pôde ir naquela época à minha cidade, Araguaína, onde eu fui prefeito, mas eu fui lá e consegui furar a fila; eu era vereador de Araguaína e furei a fila, entrei, subi no palco e dei um abraço em V. Exa e disse: "Olha, Presidente, nós estamos em Araguaína, pedindo voto para o senhor".

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, senador.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Então, eu que sou um admirador do seu Estado, o Estado de Alagoas, inclusive devo estar por lá agora, no final do ano, todo ano eu vou lá para a Praia do Saco, que é uma praia muito bonita; tenho dois amigos no Tocantins que tem casa lá e a gente acaba indo porque fica mais barato para a gente quando já tem hospedagem, não é, senador?

Então, acho que o seu estado é um estado que recebe tão bem as pessoas, então quero aproveitar para dizer isso a V. Exa., que já foi governador daquele estado, foi tudo naquele estado, e até achei muito interessante a história da última campanha de V. Exa., quando me disseram que o povo comprava o seu adesivo no final, faltando uns 20, 30 dias para as eleições. Aí, vários amigos seus que estiveram lá, comigo, dizia: "O Presidente Collor, quando lançou a campanha e foi menos de 30 dias de campanha, o povo até comprava os adesivos dele e tinha que entrar na fila para comprar o adesivo". Essa é a figura que o Brasil conhece e que o seu estado, fazendo justiça a V. Exa., lhe trouxe novamente como senador representante do Brasil.

Então, me atendo à questão do Tocantins, Senador Gilberto e a todos, eu agradeço em nome do Dr. Geraldo porque em que pese ele não ter sido uma indicação minha, pessoal, porque foi indicação do próprio DNIT pelo serviço que prestou, que vem prestando, eu espero que ele consiga fazer um bom trabalho, como ele fez em todas as áreas; já trabalhou comigo e, portanto, até onde eu conheço o Dr. Geraldo, ele é competente no que faz, é leal e é correto.

Então, acho que isso é que importa e essa Diretoria vai ficar bem representada, não só a Região Norte do Brasil, o Tocantins, os estados do Norte e do Centro-Oeste, mas o Brasil como um todo. Desejo muito sucesso, Dr. Geraldo. Eu acho que V. Exa. vai ser aprovado por essa Comissão e depois, mais tarde, se possível no Plenário, e aí é fincar o pé e trabalhar bastante para ajudar o Brasil, porque sua missão, agora, é maior do que as outras que já teve no passado. Então só peço a Deus que o ilumine muito e que te dê muita sabedoria para poder decidir e decidir bem em favor do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador João Ribeiro, pelas suas palavras sempre atenciosas e sempre estimuladoras. Antes de darmos início à apuração dos votos, eu gostaria de fazer um comunicado em relação ao encerramento do ciclo de audiências do blecaute. Gostaria de comunicar que a realização da terceira Audiência Pública da última quinta-feira, dia 10, para apurar as causas do blecaute do dia 10 de novembro e cujo extrato das exposições apresentei aqui, hoje, no início desta Reunião, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, encerra, juntamente com o recebi-

mento do relatório do Operador Nacional do Sistema Elétrico, este ciclo de debates sobre o tema.

Informo que, dos 20 nomes sugeridos no Requerimento nº. 54, de 2009, para participarem como palestrantes, foram convidados 17 autoridades e especialistas, sendo que compareceram 13. Estiveram presentes nas audiências senhores como o Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia, na condição de Ministro de Estado, o Diretor-Presidente da ANEEL, o Diretor-Geral de Itaipu, o Diretor de Operações de Furnas, o Dr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema, e quero dizer que hoje, como apresentei no início da nossa Reunião, recebi, do Ministro Edison Lobão, o relatório que foi apresentado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro, indicando as causas e dando também as providências que deverão ser tomadas para minimizar a possibilidade de... A ocorrência de novos blecautes. É claro que, como nós verificamos aqui, no decorrer dessas Audiências Públicas, ouvindo especialistas das mais diversas tendências, é impossível ter um sistema 100% garantido, 100% imune a qualquer tipo de acidente. O que ocorreu no último dia 11 foi exatamente um acidente.

Então, o relatório do Dr. Hermes Chipp foi enviado hoje e eu já pedi ao secretário dessa Comissão para que fizesse chegar às mãos de cada um dos Srs. Senadores este relatório, para que os Srs. Senadores e Sras. Senadoras tomem conhecimento do seu inteiro teor. Está sendo encaminhado hoje, segundo me diz aqui o secretário da Comissão. Também vieram aqui o Dr. Gilberto Câmara, Diretor-Geral do INPE, já que os fatores climáticos foram os causadores, pelo que nós verificamos aqui, no decorrer dessas Audiências Públicas, e sempre confirmando, um confirmando o que o outro colocava, mostrando, inclusive, os relatórios que eram tirados da máquina com horário estipulado nas transparências que foram aqui trazidas, o Dr. Maurício Tolmasquim, o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, físico e professor da Universidade Federal do Rio, Dr. Evandro Emílio Souza Lima, Físico e Professor da UnB, o Dr. Cyro Vicente Boccuzzi, Presidente do Fórum Latino-Americano da *Smart Grid*, Dr. Djalma Falcão, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro... Enfim, alguns não puderam comparecer como aqui também foi dito, hoje, pela manhã, no início dos nossos trabalhos, como o Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, que, segundo ele, numa entrevista concedida logo após o acidente do dia 10 de novembro, deu uma entrevista dizendo que havia um relatório do Tribunal de Contas da União de alguns anos atrás e que este relatório apontava falhas e deficiências no sistema elétrico brasileiro e que não teriam sido seguidos pelos administradores do sistema.

Então, nós pedimos que ele aqui viesse para apresentar este relatório e, junto com ele, as pessoas que elaboraram esse relatório. Fizemos três convites ao Presidente do Tribunal de Contas da União e, lamentavelmente, ele não pôde aqui comparecer. Também o Professor José Goldemberg, que não pôde vir em função de um problema de sua família, o falecimento de seu filho, e naquela oportunidade a Comissão de Serviços de Infraestrutura apresentou votos de pesar não somente ao Professor José Goldemberg e sua família, mas também a todos os amigos daquele que nos deixou. Enfim, o Dr. Márcio Zimmermann, que veio, como afirmei há pouco, na condição de Ministro interino das Minas e Energia.

Como um relatório também das nossas atividades, nós devemos registrar que a Comissão de Serviços de Infraestrutura se antecipou a vários temas importantes em debate hoje, no Brasil, como a questão do marco regulatório do pré-sal. Nós realizamos quatro Audiências Públicas, cada uma delas referindo-se especificamente a um Projeto de Lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, qual seja sistema de partilha *versus* concessão, criação da Petrosal, criação do Fundo Social, capitalização da Petrobras, ouvimos diversos especialistas fazendo contraponto, dois favoráveis, dois com dúvidas quanto ao... Quanto ao que especificava o Projeto de Lei tema daquele painel; então nos antecipamos ao debate. A Comissão de Serviços de Infraestrutura, que já tinha conhecimento sobre cada um desses temas, pôde, assim, agregar mais conhecimentos para que quando chegarem esses Projetos de Lei da Câmara dos Deputados, o Senado Federal esteja melhor aparelhado para discutir temas de tamanha importância para o futuro do Brasil.

Também aqui nos antecipamos com Audiência Pública em relação à Lei Geral das agências reguladoras. Esse é um Projeto de Lei que está em tramitação na Câmara desde 2004. É o Projeto de Lei 3.337, de 2004. A audiência foi realizada aqui, neste mês de dezembro, dentro da programação dos "desafios estratégicos setoriais", foi o quarto painel do terceiro desafio e também foram levantadas inúmeras questões extremamente importantes para o aperfeiçoamento da Lei Geral das agências reguladoras, que estimamos a Câmara dos Deputados possa apressar para que nós tenhamos uma conformação apropriada, contemporânea, desse grande instrumento de defesa do consumidor, ao final das contas, e de regulador do mercado, que são as agências reguladoras.

Também, aqui, nos antecipamos ao debate na crise que houve com o blecaute no dia 10 de novembro

e realizamos, aqui, várias Audiências Públicas, como aqui foi dito e especificado, não somente para discutir as causas, mas também possíveis soluções para minorarmos as possibilidades de um outro acidente que, porventura, ocorra.

Nós realizamos aqui um total de 55 reuniões, sendo 43 extraordinárias e 12 reuniões conjuntas; foram 35 Audiências Públicas, no decorrer dessas reuniões foram apreciados e(ou) deliberados 166 proposições, sendo 22 Projetos de Lei do Senado, quatro Projetos de Lei da Câmara, sete mensagens do Senado, avisos, petições, 56 requerimentos, 53 emendas a proposições, 15 emendas orçamentárias, dois atos da Comissão de Serviços de Infraestrutura e essa foi a nossa atividade no decorrer de 2009. E para 2010, nós já temos agendado um ciclo de audiências, nesta Comissão, que irá de março a junho, em que trataremos de uma questão que foi aqui levantada no decorrer dessas Audiências Públicas, que diz respeito à formação de mão-de-obra. A formação de mão-de-obra, realizando audiências com o mundo acadêmico, as universidades, as grandes empresas, para que eles ajam de conformidade, ou seja, as universidades formando quadros para o que as empresas necessitam. Foi aqui visto que hoje, por exemplo, há uma carência enorme de engenheiros, e antes, na nossa época, nós temos lembrança de que a engenharia era uma das profissões mais procuradas nos vestibulares ou pelos vestibulandos.

Então, com isso, incentivarmos também a criação dos parques tecnológicos, juntando a universidade, juntando a iniciativa privada e os agentes públicos na formação de recursos humanos de alta qualificação. O pré-sal, por exemplo, ele... A Petrobras necessitará, nos próximos anos, de pessoal extremamente qualificado. Tão qualificado quanto aqueles que levaram a Petrobras a situação que hoje ela alcançou, de uma das maiores empresas do país, do mundo, e orgulho de todos nós, brasileiros.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Wellington Salgado e está aberto o processo de votação. Os Srs. Senadores que desejarem votar, poderão fazê-lo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria aproveitar, nesse momento que V. Exa. faz o relatório do trabalho de um ano da Comissão do qual V. Exa. foi eleito Presidente e o meu partido, o PMDB, fez parte desse apoio a V. Exa. no momento de competição, realmente, para que pudesse eleger o Presidente dessa Comissão, e para nós é uma grande satisfação, porque o Senado precisava já da volta de V. Exa. à Presidência de uma Comissão, impondo o seu estilo de trabalho, o seu modelo, a suas ideias, a sua organização; eu que tive oportunidade de conhecê-lo e votar em V. Exa. antes, como eleitor, e hoje quis o destino que eu tivesse a oportunidade de gozar do ciclo político de V. Exa. Então, isso, para mim, é uma honra muito grande e muitas vezes se comenta em locais reservados e não se fala no microfone o que V. Exa. mereceria ouvir, porque realmente V. Exa. tem uma carreira muito bonita, participou de momentos importantes nesse país, eu sempre disse reservadamente aqui, eu estou em público agora, falando que eu vejo novamente V. Exa. caminhando numa direção que o destino vai dizer qual é o caminho que V. Exa. ou que a história reservou para V. Exa. no país.

Então, me sinto honrado participar dessa Comissão como titular, ter visto o trabalho que V. Exa. fez, a organização, os critérios, o horário e até mesmo segunda-feira, seis da tarde, tivemos, aqui, que estar votando, que não é obrigação de V. Exa. Quer dizer, é obrigação, digamos assim... Não é nada fora, mas que V. Exa. conduz dentro de regras pré-definidas e V. Exa. nunca foge à regra. Eu acho que isso é importante em política. Nós temos visto muitas vezes que se estipula uma regra e, de repente, por razões não muitas vezes explicadas, se muda o caminho. E V. Exa., não. V. Exa. segue um caminho retilíneo, o que foi combinado. Ato nº. 1, que participei da votação, porque eu achei que era algo realmente que poderia criar algum problema em função do funcionamento dessa Comissão e não aconteceu. V. Exa. aprovou nessa Comissão, impôs o ritmo, o ritmo assim foi feito, as regras foram observadas, os relatórios observam as regras estabelecidas nessa Comissão, naquele Ato nº. 1 que V. Exa. apresentou e que foi aprovado. Então eu me sinto muito feliz, talvez não esteja aqui quando terminar o segundo ano do mandato de V. Exa. à frente dessa Comissão, porque em março eu me retiro e volta o Ministro Hélio Costa para cá. Mas, com certeza, vou me sentir, o resto da minha vida, honrado de ter participado durante todo esse ano dessa Comissão, tendo V. Exa. à frente desse trabalho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Wellington Salgado e, antes de passar a palavra pela ordem ao Senador Edison Lobão, eu gostaria de, em nome de todos os membros dessa Comissão, de levar o nosso abraço ao Senador Wellington, já que no próximo mês de março deverá reassumir o mandato o atual ministro, o Senador Hélio Costa. A convivência com V. Exa.,

Senador Wellington Salgado, foi para nós também um momento de aprendizado. Aprendemos muito com a sua impetuosidade, sua juventude, sua lucidez... Não é fácil para alguém da sua geração chegar a uma Casa como esta, que nós conhecemos, o Senado Federal, e se afirmar desta maneira positiva como V. Exa. o fez. E V. Exa. não somente se afirmou politicamente nessa Casa, mas semeou amizades por onde passou. Conheço aqui vários senadores que... para não dizer a totalidade, mas vários senadores que tem por V. Exa. uma admiração e uma estima muito grandes, relação essa que eu próprio me incluo. E está dizendo aqui, o Senador Ministro Eliseu Resende, que aumentou ainda a admiração dos mineiros por V. Exa. Tenha V. Exa. aqui, no Senado da República, a sua Casa. Muito obrigado, Senador Wellington Salgado.

[palmas]

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Presidente Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Edison Lobão havia pedido pela ordem.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Não, um aparte aí. Eu só queria que o Piauí, através da minha pessoa, faz das suas palavras as palavras do Piauí em respeito ao Wellington Salgado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pode me incluir nesse rol de admiradores do meu querido Senador Wellington. Sr. Presidente, não podia deixar de falar, também, para corroborar todas as palavras do Senador Wellington no sentido da admiração que nutro por V. Exa. no comando dessa Comissão. E eu faço esse registro porque o destino quis que, nos últimos dias, eu o procurasse para que desse solução a um grave problema na área do setor do Ministério de Minas e Energia em relação a sua agência que ficaria, para usar um termo popular, 'capenga', com dois de seus diretores sem aprovação pelo Senado. Portanto, uma agência de cinco funcionando com apenas três, o que não poderia ser possível que ela funcionasse. V. Exa. usou o princípio que eu uso na minha vida. O princípio da meta, prazo e resultado. E isso gera o que nós vimos hoje, aqui: produtividade. Isso gera eficiência. Não poderia deixar de ser diferente. V. Exa., com o auxílio e apoio de uma figura ilustre como o Ministro Eliseu Resende, não poderia redundar em nada diferente do sucesso absoluto dessa Comissão. E eu traduzo esse sucesso pelo número de Audiências Públicas, pelo trabalho que eu li em relação à análise do marco regulatório do pré-sal e que eu tive o prazer de entregar em mãos do Ministro de Minas e Energia e que ele ficou impressionadíssimo, e aquilo é apenas um exemplo do tipo de trabalho desenvolvido por esta Comissão, pelas cabeças pensantes que aqui circulam, que aqui se dedicam e que aqui produzem seus resultados para o Brasil. Parabéns a V. Exa. Eu, que já era seu admirador, agora posso dizer em claro e bom tom nessa Comissão: sou ainda mais admirador de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Edison Lobão, pelas suas palavras. O que nós aqui realizamos é fruto da atuação de senadores como V. Exa., que tem tanto contribuído para o nosso trabalho, do aconselhamento sempre presente do Senador Ministro Eliseu Resende, enfim, da participação de todos os Srs. e Sras. Senadoras que tem assento nesta Comissão. O sucesso alcançado nos trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal foi alcançado, foi atingido graças à participação de todos nós. A mim e ao Senador Ministro Eliseu Resende coube apenas a ordenação dos trabalhos. Mas o resultado é o resultado do esforço do conjunto daqueles que fazem da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal uma das comissões que nós temos muita satisfação de poder participar. Do ponto de vista pessoal, muito obrigado a V. Exa. pelas suas palavras, Senador Edison Lobão Filho.

Eu pediria licença, antes de passar a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho, para que nós iniciássemos a apuração dos votos com a permissão de V.Exas., e pediria que o Senador Mão Santa e o Senador Goellner fossem os escrutinadores. Com a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, eu não quero ser redundante, mas também não posso ficar calado. Até porque Deus me deu o privilégio de aqui estar hoje, numa sessão de encerramento dessa Comissão, desse ano que foi tão profícuo e que tanto trabalho se prestou à nação. Deus me deu a oportunidade de aqui estar, assim como deu ao Wellington, deu ao Lobão, deu ao Senador Valter e a todos que aqui estão. E dizer que as palavras que eles falam aqui é um chamamento nacional, é o que se ouve com relação ao trabalho de V. Exa. E que bom que Deus é justo e que consegue, em vida, fazer justiça... Que a justiça apareça às pessoas. E V. Exa. precisava ter voltado à vida pública e voltou, para que essa nação compreendesse o verdadeiro sentido da sua inteligência, do seu trabalho, do seu espírito público, da sua vontade de prestar um trabalho a este país. E essa oportunidade V. Exa. está tendo. Quantas místicas já foram resolvidas ao longo desse processo. Quantas coisas que foram colocadas como lendas e que hoje V. Exa. consegue desmistificar e mostrar a verdadeira face de V. Exa. à nação. Eu fico feliz por isso, porque

V. Exa. foi uma das pessoas que... da minha geração, que movimentou esse país, movimentou essa pátria, que V. Exa. conseguiu fazer uma rebuscada na consciência nacional, fazer com que as pessoas voltassem a acreditar em alguma coisa. Teve as [ininteligível], mas hoje a história começa a recompor as coisas no seu devido lugar. E quando eu vi, aqui, todos os senadores falando hoje da sua vida, seu trabalho, da sua atuação como Presidente da República, é o começo de um resgate profícuo, para que a história registre o outro lado de Fernando Collor de Mello, que eu sempre acreditei nele. Não votei em V. Exa., votei em Afif Domingos naquela época, mas eu quero dizer que V. Exa. prestou grande serviço à nação. E se tivesse talvez concluído o seu período, o Brasil seria outro, muito melhor talvez do que é hoje, que já é bom.

Portanto, eu fico feliz de aqui estar, presidido por V. Exa. e pelo Senador Eliseu Resende, que é uma das figuras máximas desse país. A história desse país será contada verdadeira(F) daqui a pouco, que tem que ter um lapso de tempo para isso, mas figuras como os senhores, elas jamais serão esquecidas, porque são homens que a gente pode dizer que prestaram serviço. Todos nós, homens públicos, somos criticados, falado, mas também chega o momento da verdade. Eu acredito que é o momento de se falar a verdade. E eu fico feliz de estar aqui, participando com V. Exa., sob sua direção, mais uma vez, no sentido de que a gente possa continuar a prestar serviço pelo Brasil.

Parabenizo-o pela condução dos trabalhos, foi uma Comissão que realmente deu resultado positivo e eu tenho certeza que, se essa Comissão, o ano que vem, comandado pelos senhores, se estiverem aqui, nós temos certeza que o Brasil vai caminhar a passos largos. E peço que ano que vem a gente tente buscar aqui, no Senado da República, condições de desburocratizar esse país, de que a máquina pública, ela comece a ser desenferrujada, porque ela está muito anacrônica, muito pesada. Na constituinte, nós não conseguimos avançar muito nisso. O Estado em si, a máquina estatal, nós não conseguimos mover os obstáculos. E, portanto, acredito que é necessário convocar uma constituinte exclusiva para revermos esses temas. Mas é importante que todos nós pensemos nesse sentido.

Portanto, para encerrar, eu quero dizer a V. Exas. que é muito bom presenciar esse momento, esse momento em que, só aqui, na sessão, V. Exa. recebeu cinco ou seis elogios e pessoas que constataram seu trabalho e o trabalho do Senador Eliseu Resende. Os senhores podem se considerar homens felizes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Osvaldo Sobrinho, representante aqui do nosso Partido Trabalhista Brasileiro, que tem exercido o seu mandato com tanta proficiência e parece um peixe dentro d'água. Parece um senador veterano aqui, nesta Casa. Tenho acompanhado sua atuação, Senador Osvaldo Sobrinho, e seu estado deve se sentir orgulhoso pela atuação que V. Exa. nos deu a conhecer nesse período que está convivendo conosco. Muito obrigado a V. Exa. pelas suas palavras. Senador Valter com a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, gostaria de tecer dois comentários. Um a respeito do nosso indicado, Dr. Geraldo, e o outro acerca da condução que V. Exa. imprime nessa Comissão. Dr. Geraldo tem um currículo que justifica plenamente a sua indicação. Ele, dentre uma atividade acadêmica, uma vida acadêmica fortemente alicerçada em cursos, em especializações, e numa atuação em áreas importantes, tem também uma passagem pela Escola Superior de Guerra, que, na minha avaliação, foi, para o Brasil, uma universidade da estratégia do desenvolvimento do nosso país. Eu conheço o trabalho da ESG e sei o quanto o Brasil de hoje foi pensado ontem por essa grande universidade. E ele passou por lá e certamente traz, para o DNIT, a visão estratégica que o Brasil precisa, efetivamente, adotar.

Votei no Dr. Geraldo, meu voto vai ser contabilizado dentro de alguns minutos, já está sendo contabilizado, e tenho a segurança de que o fiz com a convicção de quem enxerga um Brasil com grande vocação para ser uma potência mundial.

V. Exa., ao lado do Ministro Eliseu Resende, assumiu esta Comissão num momento em que o Brasil iria passar por grandes provações, como agora mesmo, com a descoberta do pré-sal, e que reclamava um marco regulatório que desse segurança àqueles que se dispunham a investir e desse segurança também à participação do Estado no devido tamanho que precisava, para que o progresso, para que o desenvolvimento das nossas potencialidades estavam a requerer. E V. Exa., é preciso reconhecer, agiu com bastante segurança e muita serenidade. Isso fez com que as medidas adotadas para o funcionamento desta Comissão e a produção que ela alcançou durante a gestão de V. Exa. e do Senador Eliseu Resende, pudesse alcançar um resultado extraordinário para todos.

Portanto, eu não poderia deixar de fazer este reconhecimento no momento em que nós concluímos esta Sessão Legislativa da qual hoje se realiza talvez a última reunião. Portanto, meus cumprimentos. Eu, hoje, sou suplente desta Comissão, mas tenho acompanhado de perto os trabalhos aqui produzidos na con-

dição de suplente e tenho participado menos dos seus trabalhos porque presido a Comissão de Agricultura, que me rouba o tempo exatamente no dia em que nós realizamos as principais reuniões aqui da Comissão de Infraestrutura. Mas, pelo acompanhamento que fiz, posso afiançar que o trabalho de V. Exa. é meritório. V. Exa. deu uma demonstração de que não desaprendeu de administrar, o que é salutar para o desenvolvimento dessa Comissão, deu a ela uma feição de uma Comissão relevante. Tudo isso é muito importante.

Agora, quanto ao Wellington, que V. Exa. fez a saudação, quero dizer que é meu amigo e concordo com V. Exa. que ele produziu aqui muito, produziu mais do que muitos esperavam, e eu espero que a abstinência que ele vai experimentar daqui algum tempo seja curta. Seja curta, até porque o titular dele de repente pode ser pinçado para funções mais relevantes do nosso partido, certo? Porque o PMDB tem, no Ministro Hélio Costa, um dos grandes nomes para os grandes desafios que nos reserva. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, só um minuto, antes de V. Exa. fazer a... Só um minuto, enquanto V. Exa... É só um minuto para eu fazer uma referência também--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes do resultado, Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --ao meu amigo Boró ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como? Desculpe.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Meu amigo, o Senador Boró.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Era meu nome quando eu jogava basquete.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele e aquele jogador do Botafogo, o Boró. Uma vez foi na Seleção Brasileira... Não foi muitas vezes porque ele era bom jogador no Botafogo, mas, para a seleção, não era tanto. E aí... Foi aquela geração de Oscar. Mas eu gosto muito de Wellington. O Wellington tem três coisas que me chama muita atenção num homem: o Wellington não é dissimulado, tem lado e tem coragem. Um frouxo que não tem lado e é dissimulado, é o traço mais horrível para a cara de um cidadão. E o Wellington chegou aqui como alguém que era suplente só de Hélio Costa, que ganhou um prêmio por chegar aqui. E V. Exa., na verdade, fala uma coisa correta. Ele se estabeleceu, se criou, por ter posição. Por ter posição. Eu acompanhei passo a passo. E criei uma afinidade com ele muito grande. E é verdade quando eu o trato carinhosamente de Boró porque sempre chamei assim. Nunca chamei ele de Senador Wellington aqui, não. Só chamo de Boró. Ligo para ele: "Boró, e aí?". Porque é o velho jogador do Botafogo. E fico feliz por ter convivido, aqui, com ele, e ter feito essa leitura dele, porque um homem, para mim, que eu não consiga fazer essa leitura, ele não merece meu respeito, até porque nem Deus tem compromisso com frouxo, e o Wellington tem posição, é amigo e tem lado. Independente do que vá acontecer, ele tem lado. E um homem tem que ter lado mesmo. Homem tem que ter posição. Tem que caminhar com o que acredita. Não pode ser "Maria vai com as outras". E essas coisas todas me chamam muita atenção.

Então, eu também... Eu fico muito triste da saída dele, da ida dele, sei que ele é um sujeito empreendedor, empresário vitorioso, a família é uma família empreendedora e Deus tem reservado muita coisa para ele adiante ainda e que, se for aqui, se for no Parlamento, certamente se revelará ali na frente, que os propósitos de Deus só ele conhece. Mas eu quero abraçar ele e agradecer a convivência desses dias, desses meses com ele, desses anos que estive perto, porque certamente foi um aprendizado absolutamente significativo.

Com relação a Eliseu Resende, se Aécio Neves nunca acertou na vida pública dele... Já acertou muito, mas se nunca acertou, o maior acerto dele foi ter convidado Eliseu Resende para a chapa dele, quando foi candidato a governador e Eliseu para senador, porque foi Eliseu que elegeu Aécio. Se eu não me encontrar com o Aécio para falar isso antes de alguém aí, se alguém encontrar primeiro, diga que eu falei isso. Que foi Eliseu que elegeu ele. Porque esse é um patrimônio muito bom que esse país tem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, art. 14.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pelo art. 14, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É muito bom, inclusive com certeza o Senador Magno Malta e todos os demais falaram, Presidente Collor também, que vai ser guardada para a campanha essas declarações aqui. Eu vejo essa Casa, é uma Casa onde todos que chegam já passaram por grandes momentos políticos. E é importante algo que eu aprendi aqui e eu... Talvez esse carinho que V. Exa. tem comigo, talvez tenha sido de ouvir cada um e saber que ali tem um conteúdo político, humano e de líder em cada palavra que é dita para um outro senador. Isso é importante nessa Casa, porque você está à frente a um Senador Mão Santa, Valter Pereira, Magno Malta,

recordista de voto no Espírito Santo, alguém que veio de baixo, e realmente é esse o caminho do Magno. O Magno não tem padrinho político, ele veio sozinho. Presidente Collor nem se fala. Sua história está aí. Senador Eliseu Resende, para mim, é sentar ao lado dele na cadeira talvez que foi de Tancredo, mas sentar ao lado de V. Exa. e do outro lado o Senador Azeredo também, eu já declarei aqui uma posição minha, que esse escândalo que está aí, o Senador Azeredo não tem nada a ver com isso. Eu fui o homem que fez Marcos Valério confessar o Mensalão mineiro e, pela experiência que eu vi, Senador Azeredo não tem nada a ver com isso.

Então, essa honra de ter participado do Senado Federal com homens tão ilustres, quanto esses que fazem a história do país. Muitas vezes a imprensa bate sem procurar saber a verdadeira história e a razão de ela estar batendo é porque muitos daqui apanharam para que ela pudesse bater agora. A verdade é essa. A imprensa, hoje, tem uma liberdade muito grande porque muitos que estão no Senado apanharam para que ela pudesse bater em alguns políticos aqui. Bate às vezes pelo caminho de seus editores e, às vezes, pela verdade também. Muitas vezes, alguns acabam prejudicando a carreira de políticos e passam a péssima ideia de que homens de bem não tem que vir para a política. Isso é errado. Aqui tem muitos homens de bem.

Então, usando o art. 14, é só para agradecer a todos e pedir que assinem, no final, os direitos para que eu possa usar, veicular, na publicidade, essas declarações na minha campanha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Gim Argello, líder do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado da República.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, vou do mesmo tom, não com a mesma grandeza, mas o mesmo tom que está sendo colocado sobre os companheiros que aqui, hoje, participam da sessão. Senadores que tenho respeito, meu respeito, meu acatamento da grandeza do Senador Fernando Collor. Presidente, o senhor é motivo de orgulho para o Partido Trabalhista Brasileiro. O senhor, à frente da Comissão de Infraestrutura do nosso país, durante esse ano, mostrou firmeza na condução, firmeza essa que o país todo conhece, e mais do que isso: respeito, o senhor mostrou serenidade, mostrou competência, mas, acima de tudo, trouxe para esse Senado os temas mais importantes que foram discutidos no correr desse ano. Aí muito contribuiu para isso quem está do seu lado. Muito contribuiu para isso a experiência, a grandeza, determinação desse brasileiro também que, como V. Exa., já contribuíram muito para esse país. Ministro Eliseu Resende também, da mesma forma como o senhor foi admirador do Presidente Collor, sou seu admirador e [ininteligível]. Essa Comissão, quando V. Exas. estão sentados à frente dessa Mesa, é a experiência do Senado, é a imagem que o Senado, que nós queremos que reflita para Brasília, para o Brasil e para o mundo; a experiência de pessoas com o equilíbrio que V.Exas. tem e mais do que isso, trazendo esses temas tão importantes, porque se tem uma Comissão que este ano trabalhou diuturnamente para trazer os temas importantes desse país, foi essa Comissão. Testemunho dado agora, pelo Senador Edison Lobão Filho que, quando teve um problema agora, na agência, esse problema do apagão brasileiro, foi discutido com grandeza nessa Comissão e todos os assuntos importantes essa Comissão chamou para si a responsabilidade e mostrando, dando resultado prático, organização com horário, cumprindo tudo que foi aqui estabelecido.

Dentro desse tom, gostaria de agora dizer do meu ciúme por todos terem falado antes de mim do meu amigo Wellington Salgado. Porque Wellington Salgado também é essa pessoa que todos nós, Magno Malta, como você muito bem colocou, Senador Magno Malta, todos nós aprendemos a admirar, como o Mão Santa frisou, como Osvaldo Sobrinho colocou. Esse é um senador que só constrói. É um catalisador de amigos, é um catalisador das coisas boas do Senado, aquele que, realmente, quando você conversa com o Senador Wellington Salgado é aquele que dá o norte, que fala: "Vamos por aqui". Por quê? Porque ele já conversou com a esquerda, com a direita, conversou com todos. E tenho certeza que, a partir de março, o Senado perde. Mas, que a partir de outubro do ano que vem, a Câmara Federal ganha. O Deputado Federal mais votado de Minas Gerais, se Deus quiser. Pelo reconhecimento dos mineiros, não é isso, Senador Eliseu Resende? De um grande mineiro que passou no Senado e se firmou como um grande político que merece, sim, ser ungido das urnas das Gerais. Parabéns, Senador Wellington Salgado. É motivo de orgulho ter sua amizade aqui no Senado também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Gim Argello, líder, no Senado da República, do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Se V. Exas. concordarem, podemos agora solicitar ao Senador Goellner que anuncie o resultado da votação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu perdi o companheiro Mão Santa aqui na Mesa, mas--

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Não perdeu, não. Eu reconheci que V. Exa. era o [ininteligível]

[risos]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas a indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto a Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT foi aprovado por unanimidade, com 18 votos 'sim'.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Comunico, então, oficialmente o resultado da votação. O Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto foi aprovado por 18 votos favoráveis, pela unanimidade dos Srs. Senadores que compareceram às urnas. Nenhum voto contrário, portanto, nenhuma abstenção. O Sr. Geraldo Lourenço de Souza Neto está de parabéns e desejamos, todos nós da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o melhor na sua nova etapa de vida. O Item nº. 5 da pauta... Com a palavra o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, eu sou o relator do Item 5 da pauta, que trata de um Projeto de Lei de autoria do Senador Gilberto Goellner. É um projeto que tem todos os méritos. Procura ampliar o uso do óleo de origem vegetal para servir como combustíveis [soa a campainha]. Essa matéria foi estudada pela assessoria técnica, mas eu, como relator, entendo que ela pode ser melhorada e aperfeiçoada. Por isso, eu peço a V. Exa. que se retire de pauta o Projeto de Lei que comparecerá na pauta, na primeira Sessão Ordinária dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por solicitação do relator, Senador Ministro Eliseu Resende, fica retirado da pauta dos nossos trabalhos de hoje o Item nº. 5 e será apresentado na primeira reunião desta Comissão, no mês de fevereiro de 2010. Antes de encerrarmos a presente reunião, gostaria de agradecer a presença dos Srs. e Sras. Senadoras, parabenizar os indicados, o Sr. Jarbas José Valente para a ANATEL, Sr. Edvaldo Alves de Santana e Sr. Julião Silveira Coelho, ambos da ANEEL, desejando-lhes pleno êxito e felicidades pessoais em suas novas missões, bem como ao Dr. Geraldo, que acaba de ser ungido novo Diretor do DNIT, desejando a todos o melhor sucesso nesta nova fase que iniciam em suas vidas profissionais. Agradecer a todos os integrantes da consultoria do Senado da República, um corpo de consultores da maior e melhor competência, que muito nos auxiliou nos trabalhos da Comissão neste ano de 2009, e espero continuar contando com a colaboração dos senhores para o ano de 2010. Como Senador da República, eu me orgulho muito de participar de uma Casa em que a eficiência, a competência e a capacidade daqueles que ajudam o Senado a funcionar, demonstram no dia-a-dia dos nossos trabalhos. Sem os senhores e sem todos os funcionários que fazem o Senado da República, esta Casa não poderia jamais alcançar os êxitos que vem alcançando, a despeito do que dizem aí fora, de que o Congresso Nacional não trabalha em função das atribuições que lhe são dadas pela Constituição Federal.

Muito obrigado a todos aqueles... a cada um dos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Muito obrigado ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Ministro Eliseu Resende. E aproveitando, ao encerrar as atividades dessa Comissão no ano de 2009, quero desejar a todos boas festas, um ano novo de muita alegria para todos aqueles que nos assistem do mesmo modo. Está encerrada a reunião.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h27.

ATA DA 01ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e Senhores Senadores **JOÃO DURVAL, ELISEU RESENDE, SERYS SLHESSARENKO, JAYME CAMPOS, PAULO DUQUE, GILBERTO GOELLNER, ROSALBA CIARLINI, VALDIR RAUPP, ADELMIR SANTANA, DELCÍDIO AMARAL, ANTONIO CARLOS JÚNIOR, LOBÃO FILHO, WELLINGTON SALGADO, MÃO SANTA, EDUARDO SUPLICY E ACIR GURGACZ.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias: **ITEM 1 -** Decisão Não-Terminativa – **OFÍCIO "S" Nº 59, DE 2009**. "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 45 da Lei nº 9.472, de 1997, Relatório da Ouvidoria, contendo apreciações críticas sobre a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel." **Autoria:** Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL**. Relator:** Senador **Wellington Salgado**. **Parecer:** Para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 59, de 2009 (nº 35/2009, na origem), da Agência Nacional de Telecomunicações, e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 2 -** Decisão Não-Terminativa

– **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2009**. "Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para conceder isenção de pedágio em rodovias federais aos veículos que especifica." **Autoria:** Senador **Expedito Júnior. Relator:** Senador **Eliseu Resende**. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição**. **ITEM 3 -** Decisão Não-Terminativa - **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 711, DE 2007**. "Altera os arts. 105 e 230 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para introduzir dispositivo de rastreamento por satélite como item obrigatório de identificação dos veículos automotores destinados ao transporte coletivo interestadual."

Autoria: Senador **Expedito Júnior. Relator:** Senador **Wellington Salgado**. **Parecer:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Lido o Relatório, foi concedida Vista à Senadora Serys Slhessarenko, pelo prazo regimental. ITEM 4 -** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2008**. "Institui a Política Nacional de Abastecimento" **Autoria:** Senador **Marcelo Crivella. Relatora "ad hoc":** Senadora **Rosalba Ciarlini**. **Parecer:** Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a incorporação da subemenda que apresenta. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 5** - **REQUERIMENTO Nº 01, DE 2010 - CI**. "Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de um ciclo de Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre **Recursos Humanos para Inovação e Competitividade**, com o objetivo de trazer subsídios para um levantamento da situação atual do país quanto à formação e capacitação dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento, gerenciamento e execução das obras de infraestrutura previstas para acontecerem no período de 2010-2015 e apresentar soluções para a execução de ações que levem à formação e capacitação rápida e efetiva dos recursos humanos necessários, composto por 14 (catorze) Audiências, a realizarem-se entre os dias 1º de março e 07 de junho, dentro da programação da **Agenda Desafio 2009-2015**. As Audiências serão realizadas às segundas-feiras, às 18h00, com os convidados elencados, e outros que esta Comissão deliberar."**Autoria:** Senador **Fernando Collor**. **Resultado: Aprovado**. Usaram da palavra os Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, PAULO DUQUE, VALDIR RAUPP, ROSALBA CIARLINI, DELCÍDIO DE AMARAL, JAYME CAMPOS, ALDEMIR SANTANA, MÃO SANTA E SERYS SLHESSARENKO.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente declara encerrada a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu gostaria de dar as boas-vindas a todas as Sras. e Srs. Senadores da Comissão de Infraestrutura, agradecer a participação ativa que V. Exas. tiveram nos trabalhos da última sessão legislativa. Foi uma produção importante para o futuro do país, aquilo que ficou decidido e que foi aqui debatido e discutido no âmbito desta Comissão, sobretudo no que tange ao marco regulatório do Pré-Sal.

O Senado da República acaba da receber, vindo da Câmara dos Deputados, o primeiro Projeto de Lei do Executivo e que foi aprovado naquela Casa, tratando da criação da Petrosal. Deverá estar iniciando tramitação nesta Casa, a partir da próxima semana, e os Srs. e Sras. Senadoras da Comissão de Infraestrutura já têm, além do conhecimento natural que possuem do assunto, têm um subsídio adicional, que foi fornecido pelas discussões sobre esses diversos temas, que tratam do marco regulatório do Pré-Sal, realizados no âmbito desta Comissão.

Também está sendo distribuída às Sras. e Srs. Senadores uma nota técnica, que nos foi enviada pela presidência da PETROBRAS, em resposta a um ofício, por mim encaminhado, ao Presidente Sergio Gabrielli, em que ele coloca os pontos que a PETROBRAS julga serem importantes, do conhecimento dos Srs. Senadores, com base no que ele recebeu, do que foi aqui debatido.

Então, as Sras. e Srs. Senadores têm esse subsídio para poder melhor apreciar e deliberar sobre essas questões que tomarão grande parte das discussões do Senado da República, nesse primeiro semestre de 2010.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, portanto, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Sena-

doras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presidência da Comissão comunica o recebimento do relatório, Senador Paulo Duque, das atividades do Tribunal de Contas da União, TCU, relativo ao terceiro trimestre de 2009, nos termos do art. 71, § 4º, da Constituição Federal.

Registra, também, o recebimento da declaração final conjunta, feita pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, CDES, e pelo Comitê Econômico e Social Europeu, CESE, durante segunda mesa-redonda da Sociedade Civil Brasil e União Europeia, que foi realizada na cidade de Belém do Pará, nos dias 25 e 26 de janeiro do ano de 2010.

A declaração final será apresentada às autoridades políticas do Brasil e da União Europeia, transmitida na próxima cúpula União Europeia e Brasil, que será realizada aqui, também, ainda este ano, no nosso país.

A mesa-redonda da Sociedade Civil União Europeia e Brasil é um órgão permanente de diálogo e cooperação entre as sociedades civis de ambas as partes, representadas pelo CDES, pelo Comitê Econômico e Social Europeu, que é CESE, e contribui para o reforço das relações bilaterais entre as sociedades civis do Brasil e dos países que compõem a União Europeia, no âmbito da parceria estratégica lançada em 2007.

Essa segunda reunião, como disse, realizada nos dias 25 e 26 de janeiro, adotou recomendações, várias recomendações, dentre elas, convenções internacionais, em matéria de ambiente da matriz energética mundial; a participação da sociedade civil em questões ambientais; a dimensão participativa e acuidade social, observações preliminares.

Também a mesa diretora desta Comissão anuncia a publicação, como já foi aqui dito, de três resumos referentes às discussões da Agenda "Desafios 2009-2015", que destacam os principais pontos abordados nas Audiências Públicas relativas aos desafios estratégico-setoriais, realizadas no segundo semestre de 2009, contendo relatórios circunstanciados sobre cada reunião.

No primeiro resumo, foi abordado o desafio, infraestrutura para a inovação e desenvolvimento, que, além da audiência inicial, para a apresentação do desafio, tivemos discussões abrangendo visões da crise, de modo geral, da questão energética, recursos estratégicos, o transporte e seus sistemas de integração, novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos, além das telecomunicações, com enfoque para os aspectos de acessibilidade e inovação.

No segundo desafio, marco regulatório do Pré-Sal, aqui já citado, foram debatidos os quatro projetos de lei enviados ao Congresso, que tratam do regime partilha *versus* concessão, a criação da empresa estatal Petrosal, a instituição do Fundo Social e a capitalização da PETROBRAS, contendo, ainda, pronunciamento feito no Senado Federal sobre o que aqui foi debatido.

E o terceiro desafio, relativo à infraestrutura e políticas públicas, que foi um desafio dividido em cinco painéis, onde foram discutidas as questões sobre telecomunicações, banda larga e acessibilidade, saneamento básico, situação e soluções, ainda a discussão sobre o projeto de lei do governo sobre as agências reguladoras, a Lei Geral das Agências Reguladoras, a infraestrutura e a integração na América Latina.

Passando nossa pauta de hoje, sobre a Mesa, um requerimento, Requerimento nº. 01/2010, da Comissão de Infraestrutura, vazado nos seguintes termos do requerimento.

Antes disso, gostaria de apresentar, em nome da Comissão, as boas-vindas ao Senador Jayme Campos, que volta ao nosso convívio, sempre dando sua colaboração, com seu conhecimento e com seu brilhantismo. Seja muito bem-vindo. Fez muita falta, não é, ministro? Seja bem-vindo, Senador Jayme Campos.

"*Nos termos do Requerimento nº. 01/2010, Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de um ciclo de Audiências Públicas, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre recursos humanos para inovação e competitividade, com o objetivo de trazer subsídios para a formação e capacitação da mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura do país*".

Essas audiências seriam em número de 14 e seriam realizadas do dia 1º de março ao dia 07 de junho, dentro daquela programação da Agenda "Desafio 2009-2015". Essas audiências serão realizadas sempre às segundas-feiras, às 18 horas, com os seguintes convidados e temas e outros, para que esta Comissão possa deliberar.

O que motivou esse requerimento foi o fato de, durante as Audiências Públicas, realizadas no último semestre, aqui, na Comissão de Infraestrutura, nós termos notado, aqui e acolá, sempre preocupação dos palestrantes e de alguns senadores e senadoras sobre a carência que o mercado estaria demonstrando, em termos de mão de obra qualificada para atender a enorme demanda promovida pelos investimentos do Pré-Sal, pelas obras realizadas no "guarda-chuva" do Programa de Aceleração do Crescimento, além de outras iniciativas.

Por exemplo, hoje, há uma carência enorme de engenheiros no país. Algumas faculdades, inclusive, já haviam encerrado cursos de engenharia por falta de procura, de jovens que desejassem cursar e ter, ao final, seu título de engenheiro de qualquer especialização. E, enfim, são carências tanto nessa área de nível universitário, como também de nível técnico. Então, nós achamos por bem realizarmos esse ciclo de audiência, em que colocaríamos na mesa os representantes da iniciativa privada, ligados à área de infraestrutura; representantes do mundo acadêmico, universidades e faculdades; e o Poder Público, para que, então, possamos, de alguma forma, evitar esse descompasso que existe entre as fornadas de profissionais que saem anualmente das universidades e faculdades brasileiras com as necessidades que o mercado, a iniciativa privada e também o Poder Público têm nos dias da hoje, tudo isso num horizonte temporal que nos leva até o ano de 2015.

Por isso, essa proposta, que está colocada dentro do requerimento, e a primeira Audiência Pública seria realizada no dia 1º de março de 2010; a abertura seria "Formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura do país", tendo como convidados o Ministro da Educação; o Ministro da Ciência e Tecnologia; o Dr. Mário Luiz Possas, economista, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em teoria econômica; o Dr. Pedro Wongtschowski, doutor em engenharia química, Diretor Presidente do Grupo Ultra.

O setor petroquímico no país, também, vem alcançando uma expansão realmente notável. Ultimamente, nós assistimos aí a junção de duas grandes empresas, na área petroquímica, brasileiras e também uma dessas grandes empresas já ingressando no mercado norte-americano e sendo a ponta de lança para que o etanol possa finalmente chegar ao mercado americano. Essa é uma notícia extremamente auspiciosa.

A segundo Audiência Pública seria realizada no dia 08 de março de 2010, também uma segunda-feira, às 18 horas, aqui neste Plenário, tratando da política de formação e capacitação de recursos humanos, frente à política de desenvolvimento produtivo. Como convidados, o Dr. Glauco Arbix, sociólogo, professor da USP, ex-Presidente do IPEA; Dr. Celso Melo, professor da Universidade Federal de Pernambuco, do Ministério da Ciência e Tecnologia; o Dr. Reginaldo Arcuri, Presidente da ABDI, Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial; o Dr. Wilson Suzigan, economista, professor da UNICAMP e especialista em economia industrial e inovação; Dr. Alberto Aragão de Carvalho Filho, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico, o CNPq; o Dr. Ramiro Wahrhaftig, ex-secretário de educação do Paraná e Presidente de empresa ligada à educação a distância.

A terceira Audiência Pública, teríamos que incluir também, até por solicitação de um grupo de senadores e senadoras, preocupados com a infraestrutura que o país irá disponibilizar para a realização da Copa do Mundo, em 2014, e para as Olimpíadas, em 2016.

Então, essa Audiência Pública trataria dessas demandas nas cidades que sediarão os eventos, na necessidade de infraestrutura e de formação e capacitação da mão de obra necessária. Seria no dia 15 de março de 2010, tendo como convidados o Ministro Orlando Silva, do esporte; o Dr. Carlos Alberto Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; o Dr. Ricardo Teixeira, Presidente da CBF; e o Dr. João Havelange, ex-Presidente da FIFA e da CBF.

A quarta Audiência Pública, "Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de profissionais na área de engenharia, no Brasil". É exatamente onde há uma carência muito grande de profissionais, em que seriam palestrantes ou debatedores o Dr. Carlos Henrique Brito Cruz, diretor científico da FAPESP, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; o Dr. Evandro Mirra de Paula e Silva, engenheiro e professor da Universidade Federal de Minas, ex-Presidente do CNPq e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; o Dr. Michael Gartenkraut, ex-reitor do ITA, Instituto Tecnológico de Aeronáutica; e o Dr. Eduardo Moacyr Krieger, Presidente do conselho de administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

A outra Audiência Pública, a quinta, seria "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos em energia, petróleo e etanol". Os convidados Dr. Rogério César de Cerqueira Leite, engenheiro e professor da UNICAMP; o Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, diretor do Laboratório Nacional de Bioetanol; o Dr. Diego Hernandes, gerente executivo de recursos humanos da Petrobras; o Dr. Isaias de Carvalho Macedo, professor da UNICAMP; Dr. Marcelo Taulois, diretor Presidente da Aker Solutions do Brasil, que é especializada na tecnologia de exploração de petróleo e gás em grandes profundidades, também engenheiro de petróleo. Engenharia de petróleo é uma área em que há uma enorme carência no Brasil.

A sexta Audiência Pública "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservas petrolíferas do Pré-Sal". Convidados: Dr. José Lima de Andrade Neto, Presidente da BR Distribuidora; Dr. Newton(F) Rui Mon-

teiro, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Dra. Ângela Uller, que é da COPPE, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Carlos Tadeu da Costa, gerente executivo do CENPES, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras; Dr. Zidem Abraão, diretor de recurso humanos da Construtora Norberto Odebrecht.

A sétima audiência, "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos para prospecção e exploração mineral". Convidados: Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor Geral do DNPM; Dr. Roberto Dall'Agnol; Dr. Cláudio Scliar; Dr. Agamenon Dantas. O Dr. Cláudio Scliar é secretário de geologia, mineração e transformação mineral do Ministério de Minas e Energia; Dr. Agamenon Dantas, Diretor Presidente do CPRM, serviços geológicos do Brasil.

A oitava Audiência Pública, "Desafios, necessidades e perspectivas de recursos humanos na formação e capacitação para exploração e comercialização de gás e da área de petroquímica". Convidados: o Dr. Luciano Uller, professor da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Bernardo Gradin, Presidente da Braskem; Dr. José Renato Ferreira de Almeida, coordenador executivo do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural; e o Dr. José Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

A nona audiência, "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos na exploração de recursos energéticos e geração de energia". Convidados: Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Planejamento em Energia; Dr. Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura; Dr. Luiz Cláudio Silva Frade, engenheiro da Eletronorte; e o Dr. Joaquim de Carvalho, consultor e especialista em gestão de recursos hídricos.

A décima Audiência Pública, "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos na área das telecomunicações". Convidados: a Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Curi, diretora da Anatel; o Dr. Luiz Shymura, professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-Presidente da Anatel; o Dr. Luiz Eduardo Falco, Presidente da empresa Oi; Dr. Murilo Ramos, professor da UNB, Universidade de Brasília.

A décima primeira Audiência Pública, também "Desafios, necessidades e perspectivas no campo da exploração de recursos hídricos". Convidados: o Dr. Vicente André(F), Presidente da ANA, Agência Nacional de Águas; Dr. Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabral, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco; Dr. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos; e o Dr. Carlos Eduardo Morelli Tucci, pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A décima segunda Audiência Pública, "Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de recursos humanos na área de transportes terrestres", tendo como convidados o Dr. Ronaldo Cabral Magalhães, servidor da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres; Bruno Batista, diretor executivo da CNT; o general de brigada e engenheiro militar Amir Elias Abdalla Kurban, comandante do IME, Instituto Militar de Engenharia; Dr. Carlos David Nassi, doutor em urbanismo pela Universidade de Paris e professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A décima terceira audiência, tratando da formação de recursos humanos na área de transportes aquáticos, tendo como convidados o Dr. Paulo Augusto Rocha Vasconcelos, conselheiro da ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Aquaviários; o Dr. Segen Farid Estefen, pesquisador da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Douglas Tacla, vice-Presidente de transporte para a América Latina, da DHL Exel Supply Chain; Dr. Rui Carlos Botter, engenheiro naval, pesquisador da USP e bolsista do CNPq, em produtividade e em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora.

E, por último, a décima quarta Audiência Pública, "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos na área aeronáutica". Convidados: o Dr. Sidney Lage Nogueira, superintendente de capacitação e desenvolvimento pessoal da ANAC; Dr. Júlio Franco, vice-Presidente executivo de desenvolvimento organizacional de pessoal da Embraer; Coronel José Carlos Argolo, ex-diretor do instituto de aeronáutica e espaço do Centro Tecnológico da Aeronáutica, CTA; e o Brigadeiro Venâncio Alvarenga, representante do Ministério da Defesa.

Essa é a proposta do ciclo de audiências que poderíamos pretender realizar nesta Sessão Legislativa. E esse requerimento não está fechado. Eu trago à deliberação dos senhores, para ouvir de V. Exas. sugestões sobre se deva ter algum tema a mais a ser analisado por esta Comissão, sugestão de nomes de pessoas, de acadêmicos, de autoridades, de especialistas nas diversas áreas aqui tratadas, no âmbito da Comissão de Infraestrutura, enfim, sugestões outras que, porventura, V. Exas. desejem fazer, para que nós possamos, então, ter o formato definitivo desse ciclo de Audiências Públicas.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de avaliar a 14ª Audiência Pública, quando o assunto é aeronáutica, se não poderia ser modificado para "recursos humanos e formação, capacitação para aeroportuária". Se ela não seria mais conveniente, já que essa infraestrutura está em desenvolvimento, e nós não vamos, queira ou não, ter algo diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pediria à secretaria que anotasse essas sugestões, para que nós incorporássemos. Pois não, senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Em segundo plano eu gostaria de consultar se a área de turismo, a infraestrutura e capacitação de mão de obra para a área de turismo. Recursos humanos, vai ser muito importante, principalmente, para os dois eventos, 2014/2016. Ele não foi contemplado a área de turismo. Pergunto se haveria possibilidade de se contemplar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nesse ponto, Senador Goellner, não incluímos turismo por não estar no âmbito de deliberação desta Comissão. Há outra comissão que trata especificamente do assunto, e achamos por bem não nos imiscuirmos nessa área, com a concordância de V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ao mesmo tempo, na 12ª Audiência Pública, eu gostaria de solicitar a inclusão de algum representante da área de ferrovias, já que transporte terrestre, pelo visto, está maio focado na área de rodovias.

Os dois poderiam ser complementares, colocar alguém da ferrovia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem toda razão. V. Exa. teria algum nome a sugerir?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): No momento, não, poderia trazer sugestões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Poderia trazer sugestões?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): E os demais aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Talvez o Senador Ministro Eliseu Resende também pudesse ter alguma sugestão nesse campo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A referência de transporte terrestre envolve rodovia e ferrovia, está proposto, aqui, a vinda de um representante da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de dar, depois, depois da fala dele.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Que vai abordar ambas as modalidades. Tem também o General Amir, que é o comandante do Instituto Militar de Engenharia, que também cuida das duas modalidades conjuntamente. Em princípio, eu não estou vendo aqui preferência sobre rodovia, em detrimento da ferrovia.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Está ótimo. Então, fico atendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Fica atendida V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado. Continua em discussão o requerimento. O Senador Paulo Duque e, em seguida, o Senador Valdir Raupp. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, desafios monumentais esses que foram expostos por V. Exa. E sem dúvida que será um marco de vitória para esta Comissão e para o Senado, se conseguirmos realizar isto, conforme planejado até agora.

Eu vejo que V. Exa. escolheu uma segunda-feira, às seis horas, que é um horário e um dia factível, fácil, talvez, de serem realizados os desafios, as reuniões aqui em Brasília.

Não pude me ater, não pude prestar atenção se algumas reuniões dessa fora da capital.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Serão todas realizadas aqui em Brasília, na Comissão, nesta sala da Comissão de Infraestrutura.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente. Evidentemente que isso vai facilitar muitos para os senadores que residem na capital, o deslocamento será muito mais fácil, tudo será muito mais fácil.

Agora, minha pergunta inicial, mais de curiosidade: essas pessoas todas já foram contatadas e convidadas?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essas pessoas todas aqui relacionadas, elas já foram pré-contatadas; naturalmente, eu não poderia formular o convite a essas autoridades, sem que antes houvesse a deliberação da Comissão sobre a aprovação do requerimento ou não. Eu precisaria da aprovação de V. Exas. para, a partir daí, oficializarmos o pré-contato que nós já fizemos com várias dessas autoridades aqui relacionadas, para comparecessem como palestrantes.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu vejo muita seriedade nesse programa que V. Exa. está propondo, por isso fez bem em chamá-lo de desafios e, de fato, são desafios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu creio que, oportunamente, vou sugerir a V. Exa. algo mais, algo mais. Embora já esteja muito satisfeito com o que foi exposto aqui.

Em relação a mim, quero adiantar logo que estou de pleno acordo com isso. Farei o possível para comparecer a todas as reuniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Paulo Duque. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu queria dar algumas sugestões nessa área das ferrovias. Eu estive, nesse início de ano, na China, ficamos 10 dias com a Comissão de Viação e Transporte da Câmara, e eu fui aqui designado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, mas, obviamente, estava sem oficiar, mas representando também a Comissão de Infraestrutura.

E estavam presentes o Dr. Bernardo Figueiredo, Presidente da ANTT, e o Dr. Marcelo Perropato, representando o ministro do transporte, secretário lá do transporte, Ministério dos Transportes.

Nós visitamos acho que mais de 2 mil km de ferrovias, fábricas de trem, empresas que constroem trilho. A China tem uma empresa que tem 200 mil funcionários e 3 mil engenheiros, só para construir ferrovias. Eles já estão praticamente no topo do mundo, na área de ferrovias. Eles desenvolveram tecnologia do Japão e da Alemanha e já superaram, já aperfeiçoaram e têm sua própria tecnologia.

Então, estão avançadíssimos nessa área, têm interesse em entrar no Brasil. Então, essas duas pessoas que foram lá e estiveram 10 dias percorrendo toda essa... visitando esse modelo de ferrovias da China, inclusive, tivemos audiência com o ministro das ferrovias, a China tem um ministério exclusivo para ferrovias. O investimento, nesses últimos dois anos, foi da ordem, em torno de 300 bilhões de reais em dinheiro convertido, mas em torno de 200 bilhões de dólares. É uma coisa fantástica.

Até o Barack Obama fez um comentário, recentemente, de que a China silenciosamente está ganhando o topo do mundo na área das ferrovias. É uma coisa fantástica! Então, essas duas pessoas poderiam ser o Dr. Bernardo Figueiredo, que tem um conhecimento profundo nessa área, e o Dr. Marcelo, como sugestão para essas audiências.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Eu pediria ao secretário que anotasse a sugestão feita pelo Senador Valdir Raupp, em relação às duas pessoas, as duas autoridades que poderiam participar do nosso ciclo de debates. Obrigado, Senador Valdir Raupp. Continua em discussão o requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de analisar aquela terceira audiência, onde são convidados os... É sobre a demanda das cidades que sediarão os dois eventos.

Está muito ligada à área de representantes dos esportes, tanto o Nuzmam quanto o Ricardo Teixeira e João Havelange. Se não haveria possibilidade de se colocar um a menos, porque é muito, eles vão mostrar só necessidade, colocar aí alguém da área de turismo.

Qual é a infraestrutura que precisa ser feita da área de turismo? Colocar um representante nesse painel, que nos pudesse mostrar a necessidade que vai ter de ocupação de... principalmente de hotelaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ressalvado aquilo que coloquei, de ser um área que não afeta inteiramente a área de infraestrutura, mas, como há esse correlação, eu submeto à deliberação do Plenário a sugestão do Senador Goellner, de incluir, na terceira audiência, em que trataremos da infraestrutura necessária para acolhermos a Copa do Mundo e as Olimpíadas, em 2016, de alguma autoridade ligada ao setor de turismo.

E eu perguntaria se V. Exa. gostaria que fosse alguém do setor oficial, da área oficial ou da iniciativa privada.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O Senador Paulo Duque está me assoprando aqui, dizendo que, de preferência, alguém do Rio de Janeiro. Falei que já tem, já existem três, aqui, três do Rio de Janeiro. Mas eu deixaria a critério da assessoria da presidência poder escolher alguém da área de, principalmente, hotelaria, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Certo. Na área de turismo, voltada para hotelaria. Então, se todos estiverem de acordo com a proposta do Senador Gilberto Goellner, permaneçam como se encontram. Aprovado.

E, agora, eu continuaria em discussão. Acabou de chegar o Senador Delcídio. Em discussão, Senador Delcídio, o requerimento que está sendo apresenta-

do para a série de Audiências Públicas que proponho sejam realizadas às segundas-feiras, tratando da necessidade da formação de mão de obra para atender a demanda, até o ano de 2015, nesse horizonte de 2015, tendo em vista os grandes investimentos que vêm sendo feitos nesse período ou que serão feitos nesse período, nas áreas do Pré-Sal e pelo Programa de Aceleração do Crescimento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu acho que esse do turismo pode... Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, serão 14 Audiências Públicas, e nós terminaremos... Em seguida, darei a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

Nós concluiríamos essas audiências no dia 7 de junho, porque, em seguida, teríamos a Copa do Mundo e, logo depois, haveria também o recesso branco, chamado recesso branco, em função das eleições. Então, a preocupação foi também de concentrar tudo nesse período que nos leva até o dia 7 de outubro, para que nós concluíssemos essa avaliação da necessidade da formação de mão de obra para atender a enorme demanda existente hoje no país.

Senador Delcídio, em seguida, Senadora Rosalba. Senadora Rosalba, por gentileza. A palavra a V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero, aqui, voltar ao assunto, Presidente. Obrigada, Senador Delcídio, por me ceder sua vez.

Exatamente sobre essa questão do turismo. Eu sei que nós temos a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, mas, quando nós falamos em infraestrutura, e o turismo é algo importantíssimo hoje para o Brasil, principalmente para nossa região Nordeste. Então, a infraestrutura é fundamental para que a gente possa, inclusive, ter um plano de atração de investimentos na área de hotelaria, de *resort*, de algo que venha também a potencializar toda essa vocação natural que temos para o turismo.

Acho que a preocupação do Senador Gilberto também é relativa a isso. Ele é de um estado que também tem um potencial muito grande a ser desenvolvido nessa questão do turismo. Daí por que eu acho que nós devemos pensar não somente na questão da hotelaria, mas também de como analisar os diversos projetos que já têm sido realizados, em termos de infraestrutura, como um produto um, produto dois, que possam estar dando a contribuição de auxiliar, de orientar, de levar um ideia ao governo, de forma que, com a experiência que nós temos em cada estado, em cada região, possamos ter um plano também estratégico de infraestrutura, que leva à questão do desenvolvimento e do fortalecimento turístico. Até porque eu acho que a própria Copa do Mundo já tem...

A Copa vai ser um evento que vai ter que estar devidamente estruturado, para essa questão do turismo. São muitas cidades brasileiras localizadas em regiões desse grande potencial, que nós devemos, inclusive, ter essa infraestrutura voltada para a Copa, mas com uma visão mais além, de que ela será permanente, no sentido de que possamos também deixar um marco que venha a atrair, dar continuidade à atração turística.

Então, era isso que eu queria colocar e acho que é muito importante que nós possamos sem, até se for o caso, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini, corroborando a solicitação formulada pelo Senador Gilberto Goellner e já aprovada pelos senhores integrantes desta Comissão.

Obrigado, senadora, pela contribuição que oferece, mais uma vez, aos nossos trabalhos. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, primeiro, saudá-lo e desejar aí pleno sucesso no comando, junto com o Ministro Eliseu Resende, a continuidade nesse ano do excelente trabalho da Comissão de Infraestrutura. Cumprimentar os demais senadores e senadoras da Comissão de Infraestrutura, também desejando muito sucesso neste ano de 2010.

Falar do meu ciúme com a bancada de Mato Grosso; os três senadores do Mato Grosso são titulares da Comissão de Infraestrutura, o que mostra que o estado está preocupado com a infraestrutura, porque competência o estado tem, precisa ter infraestrutura.

Então, estão os três aqui. E acho isso importante, mostra a mobilização do povo mato-grossense, nosso irmão, nós de Mato Grosso do Sul, e destacando aí a preocupação dos senadores com a infraestrutura do estado, porque Mato Grosso, como também Mato Grosso do Sul, com a infraestrutura, eu não tenho dúvida nenhuma que nós vamos ter muito sucesso.

Eu queria só registrar, Presidente, e, ao longo aí dessas férias, eu pude acompanhar, assim, quase que diariamente as sessões realizadas pela Comissão de Infraestrutura. A TV Senado reapresentou todos os painéis que foram coordenados e presididos por V. Exa. Sobre esses temas que agora já estão aqui consolidados, os desafios estratégicos e setoriais, primeiro, com relação à infraestrutura e políticas públicas, os vários debates, isso passava na TV Senado ao longo do dia, passava à noite, em algumas situações, meia-noite, uma hora da manhã, mas repercutido aquilo tudo que

foi feito ao longo do ano passado pela Comissão de Infraestrutura em temas fundamentais.

A questão do Pré-Sal, eu acho que a Comissão de Infraestrutura foi extremamente feliz, quando V. Exa. sugeriu essa pauta e incluiu, previamente, a discussão do Pré-Sal. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, hoje, os senadores e as senadoras têm todos os subsídios necessários para fazer uma discussão profícua do Pré-Sal, aqui no Senado Federal, agora que as matérias que estão sendo discutidas e aprovadas na Câmara estão chegando ao Senado.

E, ao mesmo tempo, também a questão de inovação e desenvolvimento, para mim, um dos grandes desafios, ao lado dessa pauta, aqui, de capacitação, essas várias Audiências Públicas ligadas à capacitação e qualificação de mão de obra.

No meu ponto de vista, o país crescendo, se desenvolvendo, as várias frentes que o Programa de Aceleração do Crescimento produziu e produz e produzirá, também, está levando o país a uma carência de pessoas, de recursos humanos.

É curioso, eu sou engenheiro, então, puxar um pouco a brasa para a minha sardinha. Hoje, talvez a maior carência no país é de engenheiros, universidades, que, inclusive, não tinham curso de engenharia mais, porque não havia demanda, reabriram cursos de engenharia, porque está faltando engenheiro no país.

Nós estamos entrando na fase dos engenheiros; com todo o respeito que eu tenho também pelas demais profissionais. A fase agora é de engenheiro e também de técnicos, Presidente. Nós não só precisamos de engenheiros, mas precisamos de técnicos em elétrica, mecânica, eletrônica, edificações, porque é o que Brasil está sendo demandado, não só em obras públicas, casas, saneamento, investimentos em infraestrutura urbana e, ao mesmo tempo, também, Sr. Presidente, o advento do Pré-Sal.

Hoje, a Petrobras já movimenta 10% do PIB do Brasil; 10% do PIB! E eu tenho visto um movimento também muito importante no país, a consolidação de grandes empresas no Brasil, não só grandes empresas que atuam aqui, mas que são grandes *players*, hoje, internacionais.

A Petrobras é uma, a Vale do Rio Doce é outra. É importante registrar, também, as empresas de engenharia brasileiras que operam hoje, no mundo inteiro, com competência, com criatividade e são muito bem recebidas em outros países.

Eu tenho visto fusões, eu tive a oportunidade, agora, nesse período de janeiro, conversar um pouco sobre as fusões na área de alimentos. Nós criamos um das maiores empresas de alimentos do mundo, a Brasil Foods, que é a Sadia e a Perdigão, um grande *player* internacional.

Nós estamos vendo aí as operações na área de cimento. Agora, recentemente, a CIMPOR, lá em Portugal; se não me engano, CIMPOR. E empresas brasileiras entrando, também, quer dizer, com participação nessas companhias, também, de outros países.

Eu não poderia deixar de destacar, finalmente, a solução do nó que era a área petroquímica no Brasil. A área petroquímica brasileira, especialmente a Petrobras, a Petrobras era uma morta-viva na área petroquímica. Ela tinha, nas grandes centrais, 30%, 40% não participava do núcleo duro, não entrava na governança, e houve uma reestruturação da área petroquímica, no Nordeste, no Sudeste e no Sul, os três principais polos.

E, agora, a conclusão dessas operações, com o polo do Sudeste, ou seja, nós vamos ser personagens ou protagonistas importantes na área petroquímica brasileira.

Então, acho isso de fundamental importância. Ao mesmo tempo, também, e é fundamental registrar, a Shell, uma das principais empresas de petróleo do mundo, agora estruturando essa operação com a Cosan. Primeiro, abrindo ou criando alternativas para o consumidor brasileiro, em termos de distribuição, até porque a Cosan tinha comprado a Esso e, agora, a Cosan está com a Shell.

Isso aí a Shell sai de 11%, 12%, vai a 18% no *market share* de combustíveis no Brasil. Já se aproxima da Ipiranga, do Grupo Ultra, com a Petrobras lá na frente, com a BR Distribuidora lá na frente. Mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): ...BR já.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Ipiranga já é da BR.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Da BR. Portanto, um sinal que é de confiança no país, um grupo como o Grupo Shell recuperar seus ativos que decresceram nos últimos anos, no Brasil, isso é muito importante, isso é confiabilidade.

Quer dizer, ele se transforma num país crível, fruto aí de anos e anos, onde os governos foram avançando, a economia se estabilizando, uma economia sólida, forte, as regras também se tornando cada vez mais... trazendo cada vez mais confiança para quem quer investir no Brasil. E nós precisamos de investimentos estrangeiros, também, investimentos de fora, investimentos nacionais, não só público, como também privados. Então, nós estamos num momento muito bom.

Eu vejo, assim, com muito boas perspectivas o que se avizinha para o país, a despeito das dificuldades que nós enfrentamos e que nós temos que ter clareza, bom-senso, para avançar. E acho que... Só gostaria de destacar dois temas que, no meu ponto de vista, serão os grandes temas nossos, aqui, na Comissão de Infraestrutura.

Um, essa agenda que está sendo colocada em votação aqui, que é a capacitação de recursos humanos, isso é fundamental, fundamental, porque é um grande desafio que nós temos pela frente. E o segundo ponto é a questão da inovação tecnológica e investimento em tecnologia.

O Brasil ainda investe pouco em tecnologia, apesar dos avanços já corridos, a Lei de Inovação Tecnológica, que nós votamos aqui, que nós discutimos infraestrutura, a Comissão de Infraestrutura, no ano de 2008; 2009, perdão. Então, acho que esses dois temas são cruciais para nós. São temas importantíssimos, e acho que esta Comissão, ela não vai faltar, nesse momento, especialmente em função dos debates profícuos que vêm sendo realizados aqui, sob o comando de V. Exa.

E eu só gostaria de acrescentar, sugerir e vou apresentar um requerimento também na Comissão de Infraestrutura, existe um tema, ontem, os jornais noticiavam o aumento da demanda no consumo de energia elétrica no Brasil, ontem, nós batemos mais de 70 mil mega, ou seja, é o número recorde no país. Dia a dia nós estamos mudando esse patamar; ontem, batemos em 70 mil mega. Isso é fruto do crescimento, é fruto do calor, também, nós estamos num verão aí tremendo, é a retomada do crescimento, depois da crise de 2009, e eu acho que nós temos que fazer um debate, aqui, importante, porque esse tema está prejudicando, inclusive, investimentos no setor de energia elétrica, concessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem lembrado, senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O governo parece que prepara uma medida provisória sobre concessões. O problema de concessões não é só um problema da CESP ou da CEMIG, é um problema da CHESF, é um problema de furnas, do Sistema Eletrobrás, e acho que esse é um tema muito importante, porque ele está prejudicando uma série de decisões que as empresas de energia precisam tomar, inclusive as empresas de energia privadas.

Então, eu vou apresentar, solicito aí, talvez, preparar para aprovar hoje mesmo o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, o secretário vai preparar.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O secretário na Mesa Diretora, porque acho que devíamos fazer uma audiência para discutir essa questão de concessões. E, importante, o impacto disso no preço da tarifa, até porque, se uma concessão terminou, se eu tive uma remuneração estabelecida nos 20 anos de concessão, teoricamente, a geração é só no custo de operação e manutenção; teoricamente, falando aqui em tese.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nem sempre é assim, não é, senador?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nem sempre é assim. Então, é importante acho que essa discussão, porque eu não tenho dúvida, essa indefinição está prejudicando investimentos na área de energia, e quem não tem energia não tem futuro, e o Brasil tem futuro. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Delcídio. Muito bem lembrado por V. Exa. esse tema da questão das concessões. E o secretário irá preparar, para que V. Exa. ponha sua assinatura nesse requerimento, que será levado à deliberação na próxima reunião da Comissão de Infraestrutura.

E essa Audiência Pública, caso aprovada pelos senhores integrantes desta Comissão, essa Audiência Pública, ela será realizada, ou Audiências Públicas, se precisar mais de uma, ela será ou serão realizadas nos dias das reuniões normais desta Comissão de Infraestrutura, quinta-feira, às 8h30 da manhã.

Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Só apenas algumas observações, Sr. Presidente, sobre o que foi discutido aqui. Eu acho que é importante dar algum destaque a mais com relação à nota técnica que a Petrobras encaminhou à Comissão de Infraestrutura, sobre o tema Pré-Sal.

Isso decorreu da iniciativa da Comissão de Infraestrutura, que debateu esse problema aqui antecipadamente, profundamente, causou preocupações. Nós discutimos a constitucionalidade da transferência de reservas petrolíferas para a Petrobras, sem licitação. Isso feriu o regime das concessões que foi aqui abordado pelo Senador Delcídio Amaral, de forma que a importância do debate promovido na Comissão de Infraestrutura, primeiramente, com iniciativa própria do tema Pré-Sal, foi muito importante e produziu preocupações dentro da própria Petrobras, e, agora, a Comissão de Infraestrutura tem elementos para analisar esses problemas, quando chegam aqui os projetos

de lei encaminhados pelo governo. Essa é a primeira colocação que eu quero fazer.

Faço também uma colocação a respeito da colocação do Senador Delcídio Amaral sobre o progresso no campo petroquímico. É importante destacar que, quando em 1980, na década de 80, há 20 anos, nós estávamos embrionários no campo petroquímico. Tínhamos a COPENE, no Nordeste, o polo no Rio Grande do Sul, através de um sistema tripartite, em que o estado entrava, através da Petrobras, na composição societária das empresas, tanto as empresas de geração de primeira grandeza quanto as empresas de geração de derivados da petroquímica, para a produção de resinas e termoplásticos.

Havia o polo, no Rio Grande do Sul, então, 1/3 era o chamado sistema tripartite. Era conduzido pelo setor privado nacional, que nada conhecia e não tinha nenhum domínio do negócio e não conhecia a tecnologia na petroquímica. O outro 1/3 viria do acionista estrangeiro e, finalmente, o outro 1/3 da Petrobras.

Estávamos engatinhando, hoje, temos, neste movimento que foi feito pela Braskem e outras empresas nacionais, a formação da oitava maior empresa petroquímica do mundo. Foi um progresso realmente extraordinário!

Gostaria de destacar, também, outro ponto que foi aqui abordado, e esse se refere à segunda Audiência Pública, a questão relacionada com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas, em 2016. Acho que essa audiência é extremamente importante. Foi discutida, aqui, a área do turismo, como consequência dessas Olimpíadas a serem realizadas no Brasil. Mas, quando se trata da infraestrutura, eu quero adiantar que esse é um quesito que o próprio, a própria escolha dos países que sediam a Copa do Mundo têm de participar.

Aqueles que não oferecem demanda, perdão, atendimento à demanda da infraestrutura e do deslocamento na área, na região metropolitana correspondente não tem condições de participar ou sediar a Copa do Mundo. O Brasil recebeu essa condição, mas quem examina os projetos que estão em andamento, a ampliação do Maracanã, no Rio de Janeiro, dos estádios em São Paulo, do Mineirão, em Belo Horizonte, e nas outras capitais assustam e temem a consecução das metas dos cronogramas fixados. É extremamente difícil.

Sabemos que o transporte urbano e metropolitano não é o oferecido, em termos adequados, pelas capitais dos estados brasileiros, em matéria de oferta de transporte público. Nossos metrôs estão todos parados, praticamente. O metrô do Rio de Janeiro, o metrô de São Paulo, o metrô de Recife, o metrô de Porto Alegre e de Fortaleza. Há faltas de recursos de investimentos para esses metrôs, e quem examina as metas dos projetos para ampliação da infraestrutura, para receber a Copa do Mundo e as Olimpíadas, pode imaginar as dificuldades que o Brasil vai enfrentar para atender este programa, essas metas e esses objetivos.

Acompanhar isso é, portanto, Sr. Presidente, muito importante. Talvez tenhamos de ter, nessas audiências, os representantes das principais capitais dos governos estaduais e das prefeituras municipais, para entender realmente o enfrentamento desse grande desafio.

Finalmente, quero me referir à importância também da colocação do Senador Delcídio Amaral, com relação às concessões no setor elétrico. Nós trabalhamos em 1995, quando criamos a ANEEL, e estabelecemos o regime das concessões.

Tivemos as maiores dificuldades, quando nós identificamos que os grandes geradores eram empresas estatais, e essas empresas estatais, assim como no caso do petróleo, da Petrobras, tiveram de ser transformadas em concessionárias.

A Petrobras é concessionária de serviço público para exploração da indústria do petróleo. A Eletrobrás, Furnas e as outras, Eletronorte, CHESF e outras empresas são concessionárias no setor de energia elétrica. O patrimônio líquido dessas empresas está afetado com a legislação das concessões que aí está.

O governador de São Paulo quis privatizar a CESP, quando viu que a concessão da CESP estava vencendo e que ela teria de leiloar a CESP, sem a garantia de que a CESP continuaria com todas aquelas usinas e também a CHESF no Nordeste, a CESP em São Paulo, a CEMIG em Minas Gerais, a gente vê as dificuldades que essa legislação que cobre o aspecto das concessões no setor elétrico podem deixar a solução desses problemas numa posição muito delicada.

Portanto, Sr. Presidente, são apenas pontos que eu pincei, aqui, nessa minha rápida análise, para dizer que essas audiências são extremamente importantes, e os pontos abordados são efetivamente pontos críticos que o Brasil tem que se dedicar com aprofundado ao seu estudo, para sua solução. Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Ministro Eliseu Resende, pelas suas palavras. E eu gostaria, aditando, antes de passar a palavra a S.Exa., o Senador Jayme Campos, dizer que esse ciclo de Audiências Públicas é também uma homenagem que a Comissão de Infraestrutura presta à juventude brasileira.

Nós encontramos sempre, aqui e acolá, bolsões de desânimo da juventude, em relação a seu futuro, não sabendo para que atividade possa pender sua preocupação, por não ter certeza de haja campo na

iniciativa privada, onde possa desenvolver o resultado de todos os anos de aprendizado que teve nos bancos escolares.

Nós estamos vendo, também, a grande afluência de candidatos aos diversos concursos públicos que são apresentados. Então, ao final desse ciclo de audiências, eu acho que a juventude brasileira terá um quadro exato das grandes necessidades que o país terá no futuro e da enorme importância da participação dessa juventude de se engajar nessas profissões que hoje estão sendo demandadas pelo mercado, que são profissões tanto na área técnica como também, sobretudo na área técnica, universitária, mas, como na área de técnico médio, enfim, o que vai dar condições a que nossos jovens possam participar deste momento extraordinário pelo que o país atravessa e pelo futuro que se avizinha grandioso para o Brasil, em função de tudo o que vem acontecendo, tanto por iniciativa do Governo Federal como também pela parceria da iniciativa privada nesses projetos que hoje estão sendo encetados em todos os campos de atividades do nosso Brasil.

Em relação ao que aqui foi dito, eu gostaria também de lembrar às Sras. e aos Srs. Senadores uma atenção especial à nota técnica, aqui já referida pelo Senador Ministro Eliseu Resende, que foi enviada pela Petrobras à Comissão de Infraestrutura, atendendo à solicitação feita por ofício desta Comissão, quando encaminhou o resultado das discussões realizadas na Comissão sobre o marco regulatório do Pré-Sal.

Essa nota técnica da Petrobras, ela traz informações muito importantes e que servem como uma explicação e de subsídios para as dúvidas que aqui foram levantadas e para os questionamentos que foram levantados no decorrer desses debates.

Essa nota técnica da Petrobras eu fiz chegar ao gabinete de cada um dos Srs. e Sras. Senadoras e eu gostaria muito que V. Exas. dessem especial atenção ao que ali está colocado, ao que ali está posto, bem como ao resultado que foi alcançado por esta Comissão nos debates aqui travados, quanto aos quatro projetos de lei encaminhados pelo Executivo ao Congresso Nacional.

Já estamos começando, desde o dia 27 de novembro deste ano, que já chegou ao Senado Federal, provindo da Câmara dos Deputados, o primeiro dos quatro PL, que trata da criação da Petrosal. Já está aqui no Senado e deverá estar iniciando sua tramitação, acredito, na próxima semana.

Então, com base nas discussões que foram realizadas previamente na Comissão de Infraestrutura e com a nota técnica enviada pela Petrobras, eu acredito que nós tenhamos já, o Senado Federal e, em especial, os membros desta Comissão, condições sobejas de poder discutir e debater, com conhecimento de causa, esses projetos que são de absoluta significância para o futuro do nosso país.

E, em relação à questão da Copa do Mundo, também tratada pelo Senador Ministro Eliseu Resende, é um tema que vai... Essa Audiência Pública, eu não tenho dúvida, ministro e Srs. e Sras. Senadores, que vai suscitar talvez um desdobramento muito grande, porque são várias as capitais envolvidas, como sede ou subsede da Copa do Mundo e das Olimpíadas e a demanda por investimentos que os Srs. Prefeitos e Governadores desses estados envolvidos na realização desses dois eventos estarão fazendo e, também, na condição que o setor turístico, como foi levantado pelo Senador Goellner e pela Senadora Rosalba Ciarlini, terá que apresentar para atender a todos aqueles que acorrerão para assistir esses dois eventos.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, antes de mais nada, eu quero manifestar, aqui, minha alegria e meu contentamento, estamos, hoje, retornando, hoje, às nossas atividades parlamentares.

Tivemos, por um período de 130 de licença, para tratamento de interesse particular, mas eu tenho a certeza de que meu primeiro suplente, o Dr. Osvaldo Roberto Sobrinho, [soa a campainha] nos representou muito bem.

E quero dizer ao Sr. Presidente e demais colegas senadores de que já iniciamos o ano muito bem, na medida em que essa pauta tenha audiência que nós temos aqui até o mês de junho, ela é meritória, até porque serão várias autoridades que estarão presentes nesta Comissão para discutirmos assuntos e problemáticas inerentes a todos os assuntos importantes para nosso país.

Todavia, Sr. Presidente, me causa muita preocupação quando o Brasil se propõe a sediar a Copa do Mundo de 2014, em 2016, eu fico muito preocupado e acho que é o momento de nós refletirmos, na medida em que o Brasil ainda é muito carente de infraestrutura, em todos os setores, sobretudo nas áreas urbanas e regiões metropolitanas.

Um país que pretende investir, até 2014, ou seja, para a Copa do Mundo, nós precisamos de uma soma bastante razoável. Se pegamos o conjunto de investimento de Copa de Mundo e Olimpíada de 2016, está mais ou menos estimado na ordem de 120 bilhões de reais. E o Brasil, nesse ano de 2009, nas obras de infraestrutura investiu apenas 20 bilhões de reais.

Eu pergunto: será que o Governo Federal, mesmo com a parceria com o setor privado, terá capaci-

dade para alavancar esses números a que eu referi aqui, para dotarmos o Brasil, ou seja, prepararmos os estados, os municípios onde vai sediar, para receber esses grandes eventos de caráter internacional em nosso país?

Quando eu vejo, aqui, o Senador Delcídio Amaral dizer que o Brasil está avançando, ninguém pode desconhecer que houve alguns progressos. Por outro lado, também, me causa muito mais preocupação, num país que está avançando, consumindo, no dia de ontem, 70 megawatts, não é Delcídio? De energia. Setenta mil. Esse mesmo país, lamentavelmente, não oferece um mínimo de condições para o cidadão mais humilde, na medida em que, hoje, abrindo os jornais de Cuiabá, para que V. Exas. tenham conhecimento, a dengue avançou tanto em nosso estado que é algo parecido em 700% aumentou, nesses últimos 60 dias, Senadora Serys Slhessarenko.

E, por outro lado, quando se fala em investimento na ordem de 120 bilhões, eu não acredito. Na medida em que os dados e os números apresentados, através dos grandes veículos de comunicação, o Brasil tem que fazer urgentemente, já, grandes ajustes, sobretudo na área fiscal, sob a pena de estarmos inviabilizados a partir de 2011.

Dá a entender de que me parece que está se gastando muito mais do que se pode. Então, nós temos que fazer uma reflexão, hoje, há um clima altamente positivo, de euforia no Brasil, da perspectiva do crescimento da economia nacional, que poderá chegar até 5%. Ótimo. Mas esse mesmo país ainda não está preparado, quando se fala que temos escassez de engenheiros, de pessoas qualificadas, mesmo até capacitada para dirigir um trator da colheita da soja, hoje. Você imagina para os grandes investimentos propostos, que estão sendo feitos aí?

Eu acho o que Brasil tem que também preocupar, também, com as pequenas demandas que existem, diante das políticas sociais brasileiras. Portanto, Sr. Presidente, eu acho que é louvável, é meritório V. Exa. trazer essas autoridades aqui, e nós aprofundarmos alguns assuntos e, sobretudo, nós criamos, se for o caso, aqui, uma comissão também para acompanhar, porque existem alguns estados que criaram-se algumas agências;

Eu, particularmente, com essas agências, elas são todas, elas não têm por que criar uma agência, agência que eu entendo são agências para regular, fiscalizar, lá criou-se a agência de Mato Grosso para executar obra. Eu acho que é inconstitucional, é ilegal, é imoral, dá a entender que vocês estão criando feudos de algum estado, na medida em que nomeia-se o diretor de uma agência por seis anos, sem ter o direito de o próximo governador que vai assumir, ou seja, a partir de 2011, nós teremos um novo governo em todos os estados da federação. E as pessoas que estão nessas agências não poderão ser demitidas. Eu acho que isso é inconstitucional, ilegal e imoral.

Então, eu acho que é preocupante, quando se fala nesses grandes investimentos para a Copa do Mundo, quero saber as fontes de onde virão. O BNDES está oferecendo-se apenas 1 bilhão na linha de financiamento para rede hoteleira do Brasil, que eu imagino que é insignificante, diante do aumento que nós temos proporcionado na construção de novos hotéis, as melhorias dos hotéis já existentes, etc., etc.

Eu pergunto: o Brasil vai ter cacife, ou seja, recursos suficientes para investir para atender as demandas que estamos aí, diante que enfrentar, a partir, naturalmente, do ano que vem? Tem estado que não tem nem projeto, Presidente. Nem projeto do *minimo minimorum*, que é a questão do transporte viário das cidades.

Eu pergunto: vai dar tempo? Tem o dinheiro? O Governo Federal, lamentavelmente, está oferecendo aí um irrisório, mesmo financiamento. O Presidente já anunciou, com alguns ministros, que não vai, aos estados não contam com recursos federais. E eu pergunto: os estados terão suficientemente caixa para bancar a demanda dos investimentos que vai ter? Eu não acredito.

Portanto, é um alerta que eu faço a V. Exa., aqui, e, como Presidente desta Comissão, muito importante dentro de um contexto nacional, sobretudo das obras de infraestrutura, proponho até uma comissão, aqui, para também nós acompanharmos de fato e chamarmos as autoridades de cada estado e o Comitê Nacional para ver de que maneira está encaminhando esse investimento previsto para a realização desses dois grandes eventos que vão acontecer em nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente, me coloco à sua disposição e espero que possa, dentro da minha limitação, continuar contribuindo aqui, dentro da Comissão de Infraestrutura. Muito obrigado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Jayme Campos.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, quero louvar a desenvoltura dos trabalhos

nesta Comissão, tanto do ano passado como o planejamento se apresenta para este ano, principalmente com essas Audiências Públicas até junho. Mas, diante dessas discussões sobre infraestrutura, treinamento de mão de obra, preparação para esses grandes eventos internacionais, Copa do Mundo, Olimpíadas.

Eu queria chamar a atenção de uma recente publicação na Folha de S. Paulo, onde faz referência às nossas deficiências na questão dos aeroportos e faz referência que são preocupantes. Nós tivemos a oportunidades de ver, agora mesmo, com o próprio crescimento brasileiro, nosso povo usando mais a questão do transporte viário ou aéreo, as deficiências já claramente vistas com relação ao tamanho, à fórmula, enfim, aos equipamentos que dispomos nos aeroportos brasileiros.

E essa reportagem faz referência principalmente às subsedes, às sedes dos jogos da Copa do Mundo. E, entre essas referências, há, inclusive, um destaque com relação ao aeroporto de Brasília, que, hoje, se inclui entre um dos aeroportos mais usados, do ponto de vista do transporte pessoal, mas que tem uma infraestrutura insuficiente para quem pleiteia esse tipo de evento e eventos importantes e, como bem foi colocado aqui, que não se limitarão apenas à época do evento; a intenção da questão da infraestrutura é que isso fique para todos nós, para o consumo do povo brasileiro.

Então, chamo atenção de V. Exa. que também essa questão dos aeroportos tem que ser amplamente discutida e buscada uma solução. Os recursos são muitos, necessários são muitos e torna-se que... Evidente que nós temos essa deficiência na área de aeroportos brasileiros.

Na área de treinamento de mão de obra, mesmo voltando à questão do turismo, que é complementar, faz parte desse processo de infraestrutura, sabe-se que há certa movimentação na formação de pessoal de nível médio, em termos de língua, em termos de atendimento dos restaurantes, hotéis, envolvendo o Sistema Senhor: SENAI, SENAC, que já vem fazendo isso, lógico, dentro de uma limitação de suas capacidades, nos último 60 anos.

Há um planejamento, objetivando já começar esse treinamento, porque nós sabemos que, nesse nível de atendimento, nosso pessoal não está amplamente treinado para atender esse volume e a diversidade de turistas que esperamos; turistas que vêm em busca do esporte, acompanhando suas delegações, com diversos idiomas. Infelizmente, a escola média brasileira não nos forma ou não dá a formação adequada para nem mesmo o uso da nossa própria língua, imagine de outras línguas, de outros países.

Então, há uma preocupação do sistema, há uma preocupação do SENAC, há uma preocupação do SENAI, no que diz respeito à formação de mão de obra, não em nível técnico e especificamente voltado para esses dois grandes eventos internacionais.

Estou dando essas informações, mas, ao mesmo tempo, meu objetivo é externar a preocupação com relação aos aeroportos brasileiros.

Era essa minha contribuição, Srs. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Adelmir Santana, pela sua contribuição. A questão dos aeroportos é algo que realmente nos preocupa a todos. Há, hoje, uma sobrecarga em todos eles, praticamente, o de Brasília, que V. Exa. acaba de citar, também. E me parece que está sendo concluído, agora, um Marco Regulatório do setor aéreo, em que vai dar maior flexibilidade à Infraero, para que ela desempenha de recursos, ela própria, recursos, pelo regime de concessão, para fazer face também à ampliação necessária de vários aeroportos no Brasil, com vistas a esses dois grandes eventos, mas é uma preocupação e, dentro desse nosso ciclo de audiências, embora o tema seja formação de mão de obra para atender, no caso da 14ª audiência dessa proposta, hoje, à Comissão, nós poderemos muito bem, se até lá já tiver saído o marco regulatório do setor, tratarmos mais uma vez desse assunto, bem como da 3ª Audiência Pública, quando trataremos da realização da Copa do Mundo e a necessidade da infraestrutura que necessitaremos para atender essa demanda.

Muito obrigado ao Senador Adelmir Santana. Senadora Rosalba com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero até parabenizar, mais uma vez, parabenizá-lo pela condução de assuntos tão importantes para que nós possamos debater e daqui por conhecer melhor como as coisas estão se processando, estão sendo planejadas, como vão acontecer no nosso país, e também podermos levar essas nossas sugestão, nossa certeza e nossa experiência de cada região e dos nossos estados, principalmente.

E é exatamente isso, Presidente, que, mais uma vez, eu volto, aqui, à questão com relação ao desenvolvimento turístico e a Copa do Mundo. Agora mesmo, o assunto que estava se colocando aqui, o senhor colocou já do marco regulatório para a questão dos aeroportos, mas veja o seguinte: o Rio Grande do Norte. Nós temos o aeroporto que serve à capital, que é a grande entrada do turismo, que é o Parnamirim, o único aeroporto que realmente está em condições de

funcionamento, totalmente já insuficiente para a demanda atual.

Tem momentos em que você chega ao aeroporto, que já está aquela coisa angustiante, porque ele precisava ser maior. No entanto, há mais de dez anos que se começou o aeroporto de São Gonçalo, que foi uma escolha, porque, como nós estamos na esquina, vamos dizer assim, na esquina mais próxima do mercado europeu, da África, então, um grande aeroporto de carga. E, até hoje, o aeroporto de São Gonçalo, todos esses anos, ainda não teve uma expectativa de conclusão; as obras vêm se arrastando a passos, eu não digo nem de tartaruga, acho que uma tartaruga ainda anda mais rápido.

Então, eu queria aqui, também, fazer um apelo a esta Comissão, para que nos dê seu apoio, para que possamos fazer com que esse aeroporto, que vai ser fundamental, seria grande solução, agora, quando a gente já está... Nos aproximamos da Copa do Mundo, a grande solução não somente, como ele foi projetado, programado, escolhido esse local ser o Rio Grande do Norte, não foi uma decisão própria do próprio estado, não, foi da nação, por ser o local mais adequado para um grande aeroporto de cargas, que é o aeroporto de São Gonçalo, lá próximo à capital, no Rio Grande do Norte. Próximo à nossa Natal.

Então, nós temos, são esses entraves que nos angustiam em pensar como vamos estar preparados para a Copa, se até essas estruturas que são fundamentais para nosso país e, num momento como a Copa, seria a grande solução na questão do aeroporto no nosso estado, nós vemos que não está caminhando, fica se dizendo: "Vai ser por uma PPA, vai ser por tal e tal projeto", e, nisso, o tempo vai passando, o governo não dá a agilidade que merece, que tem direito. Esse é um grande problema.

Outra questão também de infraestrutura é a infraestrutura hospitalar, Presidente. Você já imaginou a Copa do Mundo, milhares de pessoas vindo de toda parte e, na hora de uma necessidade, de um pronto-socorro, veja a realidade das nossas capitais. Eu vejo o modelo de Natal, que não é diferente. O hospital Valfredo Gurgel, que é o hospital pronto-socorro, já vive com macas permanentemente nos corredores. É um caos, é uma coisa que nos deixa realmente indignados, pela falta de condições na área de saúde, na área hospitalar.

Então, os recursos, para que nós possamos ter uma estrutura melhor hospitalar. Eu vou dar aqui um exemplo bem claro. Por indicação minha, a emenda de bancada que coloquei para meu estado foi para os hospitais universitários. A necessidade era algo em torno de 64 milhões, de repente, o governo corta, são três hospitais universitários, que poderiam, o mais estruturado, ser um peça fundamental, exatamente na assistência à população e também no suporte para um momento tão importante quanto a Copa do Mundo e outro desses, a informação é que o corte é tão grande que não vai chegar nem a 5 milhões.

Então, são coisas dessa natureza que nós estamos assistindo, não concordamos e estamos ficando já impacientes, porque o tempo está passando. Nós estamos em cima da questão, já são quatro anos apenas até que chegue a Copa do Mundo, para que tudo isso possa ser pelo menos melhorado, e a gente ter mais tranquilidade para fazer o Brasil se sair muito bem da Copa do Mundo, levando uma imagem positiva para todo o mundo. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Wellington Salgado e, depois, o Senador Mão Santa. O Senador Wellington havia solicitado.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): O Wellington primeiro, Minas na frente. Liberta que será [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente Collor, V. Exa. fez uma colocação sobre a questão do mercado, por exemplo, a carreira de construtor civil, engenheiro civil, que é uma carreira que não estava sendo procurada nos último anos, algumas faculdades, inclusive, fecharam seus cursos de construção civil, de engenharia civil, porque não havia demanda, e, agora, explode, explode com uma série de construções, algumas faculdades procurando abrir cursos de engenharia civil, rapidamente, procurando trazer professores, que, de repente, estão ganhando até mais no mercado do que dando aula, porque o mercado está superaquecido.

E o que acontece? Se nós não tivermos, por parte do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, uma maior velocidade com relação à análise de novos currículos, com relação à criação de novos cursos para faculdades isoladas, porque a universidade e o centro universitário, ele pode criar automaticamente esses curso, porque ele tem o que, na Constituição, é chamado de autonomia universitária, que é o art. 207 da Constituição, que dá esse direito às universidades e depois foi estendido para os centros universitários.

Então, nesses debates que deverão acontecer nesta Comissão, se V. Exa. puder trazer aqui o Presidente da associação das mantenedoras do Brasil, que representam todas as instituições privadas do país e

também a secretária de ensino superior, a Sra. Dallari, para que possa vir aqui e procurar ver, porque, nesse caso, eu estou citando engenharia civil, mas nós vamos ter turismo, com relação à Copa do Mundo, vamos ter uma série de cursos rápidos, como inglês, português, para poder atender os turistas que virão para a Copa do Mundo; esses cursos poderão ser feitos.

Eu já até sei que a CBF está fazendo algum convênio, através do Ministério do Turismo, com algumas instituições de ensino, para que possa atender e preparar essas pessoas para que possa receber esses turistas no país.

Então, nós teríamos que ter, de alguma maneira, e vejo, hoje, no Ministério, à frente o Ministro Fernando Haddad, ele sempre procurando, nessas demandas de mercado, ele dar um solução rápida; nesse ponto, ele tem facilitado bastante. Mas nós teríamos que forçar esse debate, não só aqui, mas, como V. Exa. criou essa opção para trazer os grandes debates para cá, teria também que passar pela Comissão de Educação, mas eu acho que vai começar por aqui, já que é uma infraestrutura de tudo no país.

Então, nós teríamos que também trazer esses convidados para que pudéssemos pensar. Porque, antigamente, todo mundo falava em curso de direito, todo mundo queria ser advogado, aí era um briga a questão cartorial, para ter uma autorização para o curso de direito, isso aí era a grande febre do mercado. Aí abriu-se uma série de faculdades e o curso de direito caiu, existe mais oferta do que demanda, em relação às vagas. Aí vieram os cursos que normalmente, no Congresso, você transforma essas profissões, corrige essas profissões, por exemplo, enfermeira, essa profissão, ela foi corrigida aqui e dada como profissão, e só pode trabalhar quem tiver o curso superior de enfermagem. Aí, consequentemente, esse curso, ocorre uma demanda momentânea, instantânea, to mundo... E aí não tem curso, faculdade para atender essa demanda ou o que acontece? Criam-se faculdade de qualquer maneira, para atender essa demanda, praticamente como vendendo o diploma.

Então, essas são situações importantes para serem debatidas aqui, nesse momento em que o país está vivendo uma euforia de crescimento, de Copa do Mundo, também, que envolve não só a questão de esporte, que envolve tudo, turismo, construção, como bem colocado aqui pelo Jayme Campos, dinheiro, 1 bilhão ou 2 bilhões para se construir hotéis. E outra, para construir o hotel, tem que ter o engenheiro civil, senão, não se constrói hotel.

Então, esse seria um debate interessante para nós trazermos a esta Comissão, para que pudéssemos sentir se existe uma sintonia entre o público, que é o MEC, que é quem autoriza esses cursos, e a iniciativa privada, porque as universidades públicas, o ministro tem criado bastante curso, mas ela tem uma velocidade que não é tão rápida quanto a iniciativa privada, porém, muitas vezes, a velocidade da iniciativa privada leva o que muitos chamam de baixa qualidade. Então, teríamos que ter um meio termo entre as duas situações e que seria muito importante ser debatido nesta Comissão. É esse meu posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Wellington. É exatamente isso que nós estamos todos observando, o descompasso entre o trabalho que as universidades vêm realizando, no que tange à formação de determinados profissionais, para determinadas áreas, e as demandas do mercado.

Mas é preciso que nós aproximemos o mundo acadêmico, as universidades da iniciativa privada, com a interlocução do Poder Público, para que nós possamos fazer face a essa necessidade premente, já hoje, como V. Exa. bem anotou, inclusive, de engenheiros civis, que existe no Brasil.

V. Exa. também citou e sugeriu a inclusão de dois nomes. Nossa primeira Audiência Pública, exatamente da abertura, vai tratar da formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura do país, de um modo geral. E estão aqui elencados, como convidados: o ministro da educação; o ministro da ciência e tecnologia; o Dr. Mário Luiz Possas, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em teoria econômica; o Dr. Pedro Wongtschowski, que é doutor em engenharia química e diretor-Presidente do Grupo Ultra.

V. Exa., então, sugeriu os nomes para que eu possa incluir no requerimento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vejo que como, se o ministro está convidado, a Sra. Dallari, que é a secretária de ensino superior, ou seria num outro momento ou, vindo o ministro, eu acho que ele consegue cobrir toda a história do Ministério.

Nós temos duas associações importantes no Brasil, hoje, com relação às instituições privadas. Nós temos a ANUP, Associação Nacional das Universidades Privadas, e temos a ABM, Associação Brasileira das Mantenedoras, que é quem mantém todas; essa associação é maior, a ABM, porque mantém não só universidades, como também faculdades isoladas. Então, aí ficaria a critério desta Comissão, traz ou o dirigente da ANUP ou o dirigente da ABM.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Alguma sugestão específica so-

bre algum nome ou V. Exa. pretende deixar aqui a cargo da secretaria?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, os dois são meus amigos, os dois são competentes, e meu posicionamento poderia levar um ciúme entre os dois [risos]. Então, eu colocaria para a Comissão decidir, para nós não ocuparmos um espaço tão grande com dois representantes da mesma área, eu acho que a ABM, a Associação Brasileira das Mantenedoras, é mais abrangente, porque pega não só universidades, como também faculdades isoladas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, se houver a concordância dos senhores membros da Comissão, à sugestão formulada pelo Senador Wellington, estaremos também convidando para a abertura desse ciclo de debates o dirigente da ABM. Associação Brasileira das Mantenedoras.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Associação Brasileira das Mantenedoras, que são aquelas instituições que mantêm todas as faculdades e as universidades.

E que me perdoe meu amigo Presidente da ANUP, ficará para uma próxima convocação, eu sugeriria o nome. Não fique com ciúme, meu amigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A solicitação de V. Exa. foi atendida, Senador Wellington. Com a palavra o Senador Mão Santa. Ainda em discussão a questão do requerimento apresentado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente, depois eu só queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em seguida, o Senador Delcídio.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Presidente Collor, eu pediria permissão, primeiro, para manifestar meu entusiasmo, como senador e como do Nordeste, pela posse de V. Exa. na Academia de Letras.

Eu sei o significado disso, como V. Exa. Eu não sou grande, como V. Exa., porque V. Exa. é do estado, eu sou da minha cidade, mas também V. Exa. viveu a emoção da Academia pelo seu pai ter participado. E eu vivi maior, porque eu estou sentado na Academia de Letras da Parnaíba, na cadeira de minha mãe, Janete de Morais Souza.

E eu queria, então, que é um momento de engrandecimento deste Senado. E o Charles de Gaulle, no seu livro de memória, disse que, na vida dele, e ele que fez a resistência francesa, um dos partícipes da vitória de Churchill, ele disse que viu muitos comandados, muitos comandantes que ele disse que teve, não é? Mas os bons comandantes que ele viu tinham boa cultura, por isso que V. Exa. está aqui a nos comandar, a nos fazer acordar, aquilo que Rui Barbosa disse na "Oração dos Moços": "Quem cedo madruga, Deus ajuda".

Eu digo que passo o dia todo com sono, mas o Rui é que é o patrono daqui. Então, não vou contestar. Mas V. Exa. engrandece, e eu quero brindar aos companheiros, por alguns pensamentos. Eu acredito no livro de Deus, aliás, eu sou o líder do Partido de Jesus, aqui, Social Cristão. Ele diz que a sabedoria vale mais do que ouro e prata.

Então, V. Exa. mostra quando busca Montaigne e diz: "As palavras pertencem metade a quem fala e metade a quem ouve". Aprendi muito. E busca e cita, por várias vezes, o líder maior do parlamento da história mundial, Cícero.

Eu lembro que, quando falava, dizia assim: "O Senado e o povo de Roma". V. Exa. pode dizer: "O Senado e o povo de Alagoas e o povo do Brasil", quando fala.

Cícero, V. Exa. relembra que Cícero disse: "Onde se está bem, aí é a pátria". Então, e, nessa sua academia, que inúmeros são os nomes, mas bastaria citar Aurélio Buarque de Holanda, que V. Exa. é um dos companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ledo Ivo, que é o atual.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): É. Mas eu fico no Aurélio Buarque de Holanda, porque eu gosto muito do Chico Buarque de Holanda, e ele torce para o Fluminense; eu e ele sofremos juntos [risos].

E o senhor cita o bravo pai do senhor, cuja vida política traduz a trajetória de luta e sofrimento dos políticos, e nos ensina que seu pai ensinou, conciliar arte, política com o ofício da escrita.

Machado de Assis consolidara a unidade política pela unidade literária. Cita Sollet(F): "Toda escrita, querendo ou não, é política". Então, eu queria oferecer aos companheiros aqui o que eu pincei. É todo muito bom, mas eu tinha que pinçar alguma coisa. Aí vai mais em Stuart Mill diz: "A liberdade não morre onde resta um folha de papel para decretá-la".

E vai lá aonde começou a democracia direta, lá em Ágora, na Atenas, onde Péricles fez a constituição, primeira direta, com o povo. Então, e cita, como exemplo de homens que frequentaram a academia, e eu me lembro, aqui, do Paulo Duque, Getúlio Vargas.

Presidente Collor, um assunto traz outro, eu me lembro que, um dia, pegando uma manchete, [ininteligível] antiga, no fim da vida de Getúlio, uma reportagem, e tinha uma moça muito bonita, aí eu olhei e disse: "Paulo Duque, quem é essa?". "A secretária de

Getúlio." "Bonita!" Ele disse: "É minha esposa". Olha como é.

Então, aqui tem muita história. E V. Exa. substituiu, por isso que eu estou emocionado, eu e a Rosalba, eu falo por ela e pelo Nordeste. A cadeira que ele senta dois médicos sentaram, Rosalba, Ezequias da Rocha, professor e político, e Ib Gama (sic) Falcão, e nós aqui estamos, um médico emocionado, porque o senhor--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ib Gatto Falcão.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): É. Mas, então, queremos nos congratular, e os agradecimentos que V. Exa. fez, eu participei dele, eu mereci, porque eu estou aqui. V. Exa., do seu reconhecimento, da gratidão, que é a mãe das virtudes, eu aprendi isso no colo de minha mãe, Collor diz assim: "Aos meus leitores...". Eu fui, eu votei em V. Exa. quando prefeito de Parnaíba. "Aos companheiros da política", estamos aqui juntos; "amigos, também, familiares, renovo meu muito obrigado pelo reconhecimento constante, ajuda dessa nova trajetória a que eu me submeto [ininteligível] dessa [ininteligível] instituição [ininteligível]".

Então, é o seguinte. E mais ainda quando se agradece a sua Adalgisinha. À Carolina, Rosalba, a Carolina, eu e o Carlos Augusto vamos fazer como Collor, vamos tatuar aqui: eu, Adalgisa; ele, Rosalba. Mas, então...

Agora, ao objetivo, mesmo. Eu quero cumprimentá-lo pelo êxito daqui. O porto de Luis Correia, secular, V. Exa. reabriu um debate, participação dos senadores do Piauí, Heráclito Fortes, eu fui até ríspido, mas é porque o Maquiavel disse tem que tem que dar de raposa e de leão; naquele instante, leão, quando o representante do governo não sabia nem o tamanho do litoral do Piauí, quando tinha começado, eu tive que dar aquela reação.

Mas ele recomeçou o porto, e V. Exa. que permitiu uma Audiência Pública, chamar a atenção para um porto que começou por Epitácio Pessoa, é quase secular. Então, nosso agradecimento. E, tanto é verdade, que eu, acreditando no resultado do trabalho de V. Exa., eu coloquei toda minha emenda de bancada para o Porto de Luis Correia, 40 milhões de reais.

E queria dar também minha contribuição. Eu ouvi atentamente, eu vinho ouvindo o Delcídio, que é uma das inteligências mais privilegiadas deste país. Eu sonhei muito que o PT ficasse com o PMDB, ele o candidato a Presidente, e eu o vice do PMDB, porque eu era o melhor que tinha lá, mas não fizeram, Deus não quis, até era melhor chapa.

Eu não sei como Luiz Inácio não bolou isso, faltou essa inspiração. Mas eu queria dar. Eu ouvi, nesse debate, foi justamente um mineiro nosso, o senador, o Azeredo, num debate desses, que nós tínhamos uns 400 aeroportos funcionando no Brasil.

Você sabe que o transporte aéreo vem de Santos Dumont, e o Assis Chateaubriand fez aqueles aeroclubes. V. Exa. é testemunha que o Assis Chateaubriand que tinha aquela mania. Mas, de 400, baixou para 100, e queria reviver esse drama.

Está ali o mapa. Então, eu sou lá do nosso Piauí e, antigamente, eu, menino, a gente saía, era uma brincadeira, eu passava minhas férias em São Luiz, daí minha intimidade com o Presidente Sarney, meu pai era maranhense, Parnaíba era num instante.

Presidente Collor, Teresina é um polo de excelência de cirurgias, se faz... Eu, no meu governo, coloquei o estado na área do transplante, faz transplante cardíaco com êxito, há muito tempo, desde quando...

Então, o Maranhão vem, então, vêm muitos de São Luiz para Teresina, a assistência médica é melhor, um fato histórico. Na ditadura Vargas, o governador era médico; os outros eram tenentes, não é? O do Piauí foi médico, o Leônidas Melo. Por isso a razão.

Mas, hoje, para a gente sair e comercializar, mesmo, as duas capitais vizinhas, Piauí e Maranhão, olha, você sai de Teresina e vai para Brasília, passa umas duas horas no aeroporto, e volta para São Luiz. De São Luiz, você quer fazer um transplante cardíaco, um atendimento, então, você sai lá de São Luiz, que é lá no Norte, vai lá para Brasília, fica aqui duas horas e volta, não tem.

Isso, tinha umas que os americanos chamam de linha mamária, são as pequenas linhas, que eram subsidiadas pelas grandes e acabaram, de tal maneira que quase 100 aeroporto da minha cidade só existe na mídia, na mentira, que é o PT, não tem aeroporto, não tem mais nada. Só pousa lá urubu e andorinha, e eu vi João Paulo Reis Veloso, que é ministro, nasceu em Parnaíba, inaugurar.

Então, esta é a realidade: de quase 400 aeroportos que funcionavam no Brasil, cidades de porte médio, como a minha, desapareceram. Então, V. Exa., com sua inteligência, com sua obstinação, veja se reativa essas linhas mamárias, que são comuns nos países de primeiro mundo. Essas são nossas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Mão Santa, pelas palavras tão generosa, ditas no início da sua intervenção. E, no que tange à questão da infraestrutura aeroportuária do país, esse será um dos temas que nós estaremos também tratando, *ad latere*, quando tratarmos, na 14ª Audiência Pública, do setor aeroviário.

Hoje, nós temos, no Brasil, 67 aeroportos e 80 terminais de carga, que estão sob o comando, a coor-

denação da Infraero. E eu dizia, há pouco, antes de V. Exa. chegar, que já está sendo ultimado, no âmbito do Ministério da Defesa, um estudo para se estabelecer o marco regulatório do setor aeroviário, dando condições à Infraero de se capitalizar, mediante o sistema de concessão, e com isso ter recursos suficientes para atender a demanda crescente dos diversos aeroportos do país. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, muito rapidamente, eu acho que, dentro dessa agenda, especialmente de Copa do Mundo, de Olimpíadas, eu acho que nós não poderíamos esquecer a agenda das instituições financeiras, tipo BNDES, que vai ter um papel preponderante nesses investimentos.

E acho que nós poderíamos, eventualmente, num desses dias, trazer, eventualmente, o BNDES, a Caixa Econômica também tem uma participação importante, e acho que isso é fundamental, até para que a gente tenha uma discussão ampla desses investimentos, para não só 14, agora, como 16, nas Olimpíadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vamos tratar de incluir, senador, com a permissão de V. Exa., e se o plenário assim decidir favoravelmente, em qual dessas Audiências Públicas, desses painéis, caberia a inclusão dessas duas instituições para debater sobre a questão da formação da mão de obra. Aqueles que concordarem com essa sugestão do senador permaneçam como estão. Aprovado.

Então, vou colocar em votação agora o requerimento. Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo com o Requerimento nº. 1/2010 da Comissão de Infraestrutura permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

Passamos à pauta, ao Item nº. 1 da pauta. Ofício "S" nº. 59/2009, que "*encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 45 da Lei nº. 9.472/97, relatório da ouvidoria, contendo apreciações críticas sobre a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel*". Autor: Agência Nacional de Telecomunicações. Relator: Senador Wellington Salgado. Parecer: pra que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº. 59/2009, nº. 35/2009, na origem, da Agência Nacional de Telecomunicações, e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado, para proferir seu relatório. Senador Wellington Salgado com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, "*nos termos do art. 45, do Parágrafo Único da Lei 4.4... [ininteligível], de 16 de julho de 1997, Lei Geral das Telecomunicações, o ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, o Sr. Nilberto Diniz Miranda, encaminha ao Congresso Nacional, por meio do Ofício 35/2009 [ininteligível] Anatel, relatório de atividades da ouvidoria daquela agência, referente ao mês de agosto do corrente ano.*

No Senado Federal, a matéria foi protocolada com o Ofício "S" nº. 59/2009. Nesta casa legislativa, cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura apreciar se as atividades desenvolvidas pela ouvidoria estão em consonância com as competências que lhe foram atribuídas pela Lei Geral das Telecomunicações, LGT, e posterior regulamentação, bem como avaliar a efetividade das providências tomadas pela ouvidoria para solucionar os problemas identificados frequentemente a partir de reclamações enviadas por usuários.

A Anatel foi criada pela LGT de julho de 97, no bojo das transformações estratégicas e desencadeadas pelo processo de quebra do monopólio estatal na exploração de serviço de telecomunicação no nosso país.

Um dos aspectos marcantes dessa transformação foi o assentamento do texto da lei de criação da agência, da noção de 'usuário' (entre aspas) dos serviços de telecomunicações e da definição, logo nos primeiros artigos, de seus deveres e direitos básicos.

A defesa desses interesses é responsabilidade da Anatel e, mais especificamente no tocante à regularidade e à qualidade do serviço, de sua ouvidoria.

A esse órgão cabe avaliar as manifestações recebidas dos usuários acerca dos serviços oferecidos pelas empresas operadoras de serviço de telecomunicações e produzir apreciações críticas sobre a atuação da agência. As avaliações devem ser encaminhadas aos órgãos diretores da Anatel, ao ministro das comunicações e ao Congresso Nacional, de modo a torná-las públicas para o conhecimento da sociedade em geral.

O relatório apresentado pelo ouvidor faz uma retrospectiva da atuação do órgão e informa que, desde sua criação, em 1999, muitas ações da ouvidoria resultaram em mudanças, até mesmo conceituais, dos procedimentos adotados pela Anatel.

Destaca que grande número dessas atuações que trouxeram benefícios para a sociedade e para os usuários do serviço contou com a parceria e o apoio de órgãos públicos e privados que agem na defesa do consumidor.

A seguir, o ouvidor aborda questões que, embora sejam recorrentes nos relatórios produzidos pelo órgão, ainda não obtiveram uma solução efetiva. No tocante ao atendimento direto ao usuário, apresenta críticas à atuação da central de atendimento da Anatel, por

entender que a rotina de encaminhamento e acompanhamento das reclamações recebidas dá a impressão, nos usuários, de que a Anatel é mera repassadora de queixas, isso porque toda reclamação é encaminhada, pela central de atendimento, diretamente à prestadora envolvida, deixando a encarregada de oferecer solução a problemas apresentados pelo usuário.

Em dezembro de 2007, o relatório da ouvidoria apontou a necessidade de que fossem corrigidas as falhas estruturais e fragilidades do atendimento, prejudicado, na maioria das vezes, pelos procedimentos adotados pelas gerências técnicas, que dão prioridade ao cumprimento institucional e rotineiro de suas atividades e colocam em segundo plano o tratamento das reclamações dos usuários. Além disso, reiterou a necessidade de fazer funcionar as salas dos cidadãos, cuja infraestrutura e localização seriam inadequadas.

Ainda hoje, de acordo com o ouvidor, persistem falhas estruturais no atendimento prestado pela agência, além disso, a área responsável continua funcionando sem o status *adequado, o que reduz também a ascendência que deveria ter perante as prestadoras.*

Constata, portanto, que as constantes mudanças tecnológicas e qualitativas do setor e a grande elevação do número de reclamações estão a exigir da área de atendimento uma infraestrutura mais moderna e muito superior a existente.

Essas e outras falhas são também apontadas pela auditoria da Anatel e pela Controladoria Geral da União. Na visão do ouvidor, repensar o atendimento ao usuário significa superar a ideia de a central de atendimento da própria Anatel ser apenas link eletrônico entre o cidadão e a prestadora de serviços reclamada.

E o relatório registra que as manifestações de insatisfação, feitas pelo cidadão a respeito do trabalho das centrais de atendimento dos vários segmentos econômicos, culminaram com a publicação do Decreto 6.523, de 31 de julho de 2008, que estabeleceu regras para esse serviço.

Mesmo que não estejam diretamente abrangidas pelo dispositivo do decreto direcionado às prestadoras de serviço, o ouvidor entende que a Anatel, órgão responsável por organizar a exploração de serviço no setor de telecomunicações, deveria servir de parâmetro para outros órgãos.

Convém observar que, segundo o ranking *elaborado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, para avaliar o comportamento das empresas dos diversos segmentos econômicos no período de dezembro de 2008 a 2009, as campeãs de reclamação por segmento são: a telefonia fixa, com 29%; a telefonia móvel, com 28%; logo a seguir, os cartões de crédito, com 18%; e, em quinto lugar, a TV por assinatura, com 4,8%.*

Se forem agrupados os segmentos regulados pela Anatel, quais sejam: a telefonia fixa, a telefonia móvel e a TV por assinatura, juntos representam quase 62% das reclamações, liderando o ranking *de forma absoluta.*

Esse resultado, segundo o ouvidor, expõe a inércia das prestadoras no cumprimento do decreto, que foi editado há mais de um ano. Lembra ainda que a redução desses elevados índices de reclamações não depende de nenhuma técnica complicada, mas, simplesmente, do investimento na ampliação do número de posições e de acesso à centrais de atendimento, para o mínimo conforto do consumidor.

Do ponto de vista do poder sancionador da agência, o relatório informa que, embora, no decorrer da primeira década da atuação da Anatel, os autos de infrações, os processos de apuração de descumprimento de obrigações e, consequentemente, o número de sanções tenha aumentado, os resultados esperados, a saber: o processo educativo e a redução do número de infrações pela força coercitiva não têm sido alcançados; em outras palavras, as prestadoras preferem descumprir os regulamentos, talvez porque o custo financeiro das multas aplicadas seja menor.

De acordo com o relatório, o valor médio das multas aplicadas da Anatel corresponde a 26,6 mil por processo finalizado, com aplicação de multa. Estão incluídos nesse valor médio global não apenas as concessionárias de telefonia fixa ou móvel, mas também os prestadores de outros serviços, tais como, TV por assinatura, comunicação multimídia e rádio amador.

Outra observação importante mencionada é a de que apenas 50% dos procedimentos para apuração de descumprimento de obrigações pagos instaurados no âmbito administrativo da Anatel, nos último dez anos, foram totalmente finalizados, seja por excesso burocrático interno, seja por atividades protelatórias por parte dos interessados. Além disso, avolumam-se as prescrições processuais decorrentes da lentidão na tramitação dos processos.

Diante desse elevado número de [ininteligível] sem finalização, o ouvidor propõe: Item A: unificar o sistema de processamento das infrações; Item B: editar o novo regulamento de sanções com metodologias uniformes para aplicação das penalidades às infrações; Item C: horizontalizar procedimentos para assegurar a uniformização de instrução de tramitação de sancionamento; e Item D: alterar o modelo de administração da agência ou de verticalizado de serviço para o modelo horizontalizado e por processo.

Alerta, ainda, o ouvidor para as questões que envolvem descumprimento das obrigações do termo de compromisso e ajuste de conduta, os famosos TCACs, firmados com prestadoras de serviços de telefone fixo, STFC, os contratos exigiam a disponibilidade de postos de atendimento pessoal aos usuários e serviços, que começaram a ser fechados pelas empresas.

Segundo informa o relatório, apesar de a fiscalização da Anatel ter, em 2004, autuado as empresas pelo descumprimento de tais obrigações e instaurado processo até a data de hoje, não foram geradas ações da agência para a conclusão dos TCACs.

Nesse sentido, a ouvidoria reitera, na esteira das recomendações já feitas pelo Ministério Público Federal, a necessidade de que a Anatel finalize os procedimentos relativos aos descumprimentos dos TCACs, pelas concessionárias do STFC, ou seja, serviço de telefone fixo, para que os mesmos não sejam vistos como incentivos ao cometimento de infrações.

O relatório da ouvidoria posiciona-se ainda pela imperiosa necessidade de as distâncias inferiores da Anatel limitarem suas atuações e manifestações ao regimento interno, expressando-se somente nos limites ali estabelecidos.

Decorre esse posicionamento da publicização do informe técnico produzido inteiramente, que apreciava a razoabilidade do valor das multas aplicadas pela própria Superintendência de Serviços Públicos da agência às concessionárias, em face da capacidade econômica do infrator.

O material produzido, dentro do mesmo órgão da Anatel, que tem a função de instruir processos contra as concessionárias sancionadas quando for necessário, dentre outras assertivas, conclui que há fortes indícios de faltas de razoabilidade dos montantes de multas impostas mencionadas à prestadora.

Tal conteúdo passou a ser apensado pela agência, em dezenas de pares, deles tornando-se parte integrante, fragilizando, de forma inexorável, as metodologias de sancionamentos adotadas pela agência, já fornece argumento aos próprios infratores para questionarem os valores da multa, tanto no âmbito administrativo quanto eventualmente no âmbito judicial. Além disso, o ouvidor apresenta os seguintes questionamentos com relação ao informe."

Sr. Presidente, eu estou fazendo questão de ler, porque eu achei super importante esse relator do ouvidor sobre dados. Falta mais uma página e meia. Se V. Exa. achar que eu poderia ser um pouco mais rápido, eu leria direto o relatório, mas eu achei muito importante o conteúdo, para que os senadores pudessem entender o que está acontecendo na Anatel hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu também entendo que seja importante, mas fica ao talante de V. Exa. prosseguir a leitura do relatório ou a conclusão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Falta uma página e meia, vou ser o mais rápido possível.

"*Além disso, o ouvidor apresenta o seguinte questionamento com relação ao uniforme: como se falar em falta de razoabilidade da aplicação das multas, se, nos últimos dez anos, o volume total de multas aplicadas pela Anatel em todo o segmento regulado, no qual se incluem as concessionárias, sequer atingiu os 700 milhões, frente a uma receita bruta da ordem de 480 bilhões, por parte dessas empresas.*

A principal ação coercitiva financeira da agência reguladora sobre as concessionárias dos serviços públicos estratégicos não atinge nem 0,14% de suas receitas brutas e ainda é considerada exorbitante. Afinal, o que seria uma sanção razoável para que as prestadoras modificassem seu comportamento, com vistas ao cumprimento das obrigações? No que concerne aos reajustes tarifários para o sistema de telefone fixo, a ouvidoria constata o acerto da substituição do índice de reajuste, utilizado anteriormente, o índice geral de preços, pelo índice de serviços de telecomunicações."

Ou seja, já criaram um novo índice, índice de serviço das telecomunicações, IST. Esse eu não ouvi falar. Ouvi antes, mas nunca vi nos jornais, nem nada.

"*A evolução histórica dos três principais índices no período de 2006 a 2008 revela um acumulado de 13,37% para o IST; de 22,9% para o IGPDI; e de 14,9 para o IPCA.*

Observe-se que esse novo índice, o IST, é composto por participações percentuais das despesas das prestadoras, através de rubricas contáveis atreladas a índice, como índice de preço de consumidor amplo do IBGE e o índice de preço do atacado oferta global, da FGV, entre outros.

O ouvidor recomenda à agência um monitoramento constante do IST, não apenas de sua de cesta de composição, mas também das ponderações e das atenuações, decorrentes dos avanços tecnológicos das descaradas mercadológicas da convergência, que poderão influir na redução do mesmo."

Isso é uma brincadeira!

"*O relatório menciona, ademais, a necessidade da revisão do plano de telefonia, acesso individual classe especial, em vista de sua pouca atratividade, que decorre dos elevados custos de comercialização estabelecidos pela agência; da mesma forma, recomenda o aperfeiçoamento da prestação de informações aos*

usuários sobre planos alternativos de serviços e as opções mais vantajosas do consumo.

Com relação à eliminação da assinatura básica da telefonia, como defendida por alguns setores da sociedade, o ouvidor da Anatel considera que isso poderia gerar uma banalização da demanda, com a proliferação de terminais. Afirma, no entanto, que o valor da assinatura básica da telefonia fixa local, por se tratar de um insumo indispensável para a universalização do serviço, deve ter seu valor restrito ao consumo de manutenção, pela disponibilidade de acesso ao usuário.

O relatório da ouvidoria da Anatel conclui pela inquestionável insatisfação dos consumidores brasileiros, diante do desempenho do segmento de telecomunicações. Revela que a própria Anatel, ao se opinar frente aos dados constantes do relatório do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor sobre as telecomunicações, elaborado pelo DPDC, reconhece as dificuldades do setor.

Segundo o ouvidor, nem mesmo a ocorrência de alguns fatos importante e positivos, como a conversão pulso-minuto, a instituição da portabilidade numérica, a alteração do plano geral de outorgas e a formulação do plano geral de utilização de regulamentação das telecomunicações foi suficiente para atenuar as críticas e a insatisfação da sociedade com o setor.

Diante desse preocupante cenário, o ouvidor entende que o reconhecimento da fragilidade por parte da Anatel seria um bom começo para reverter a situação, por isso, além das recomendações expressas ao longo deste relatório, sugere que a agência, em primeiro lugar, realce seu papel de liderança junto ao setor regulado, mediante a edição de normas e estabelecimento de metas, a aplicação de sanções com celeridade e firmeza; antes ou paralelamente a isso, a ouvidoria recomenda a reestruturação da agência, de modo que possa regular e fiscalizar um setor que se expande com velocidade extraordinária.

Em segundo lugar, conclui o que ao setor regulado deve ser assegurada uma competitividade, com oportunidade de negócios aliados a lucros socialmente justos. A visão do resultado econômico deve ter clara a contrapartida social, segundo o ouvidor.

À luz das informações apresentadas pela ouvidoria da Anatel, em seu relatório, consideramos que foram cumpridos os preceitos legais estatuídos na LGT, referentes à atuação daquele órgão. Não foram apresentadas, entretanto, informação que permitam avaliar o acolhimento, eventualmente, e a efetividade das sugestões e ações propostas pela ouvidoria, em prol da melhoraria do atendimento aos usuários do serviço.

Espera-se, no mínimo, que o não acolhimento de sugestões formalmente encaminhadas pela ouvidoria ao conselho diretor da Anatel tenham sido decisões fundamentadas.

A ouvidoria atuou com isenção e independência, em relação à Anatel, destacando-se as observações críticas tecidas pelo ouvidor, quanto à insuficiência do desempenho daquela agência, com respeito a algumas de suas atribuições.

A ouvidoria demonstra desempenhar com eficácia o papel de defender os direitos e deveres básicos do usuário de serviços de telecomunicações, buscando instituir canais permanentes de comunicação e a interação entre ela e a sociedade em geral.

Com base no exposto, opino que a Comissão de Serviço de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº. 59/2009, na origem, da Agência Nacional de Telecomunicações, e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo".

Sr. Presidente, eu fiz questão de ler, porque eu, inclusive, fui Presidente de outra comissão, que é de Ciência e Tecnologia, CCT, e aqui tem dados importantíssimos com relação ao que acontece internamente e é o que vem de informação para nós senadores.

E, aqui, muitas informações que eu tinha antes desse relatório são contestadas. A informação que é passada da Anatel aqui para os senadores, quando você vai receber um relatório da ouvidoria, contesta tudo aquilo que é passado para nós como informações que acontecem.

O ouvidor diz, aqui, por exemplo, que a própria administração interna, ao dar pareceres, dá subsídios para que essas empresas se defendam na questão do Judiciário. O próprio parecer interno para situações de diminuição de multa, de outras situações, dá... Eu sei como isso funciona, já vi isso em outras situações, e acaba dando defesa para essas empresas.

Então, por isso que eu fiz questão de ler o relatório, Presidente. E é esse meu relatório, antes de mandar para o arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório, que conclui que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº. 59/2009, da Agência Nacional de Telecomunicações e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer. A matéria vai à secretaria geral da mesa.

Item 2 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 165/2009, que "*acrescenta o art. 2º à Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, para conceder isenção de pedágio, em rodovias federais, aos veículos que especifica*". Autor: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Ministro Eliseu Resende. Parecer contrário ao projeto. Observação: a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende, para proferir seu relatório, ao tempo em que peço silêncio no Plenário, para ouvirmos o parecer do Senador Ministro Eliseu Resende, por favor [soa a campainha].

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, deem a esta Comissão de Infraestrutura o Projeto de Lei apresentado pelo Senador Expedito Júnior, dando isenção do pagamento do pedágio aos veículos adquiridos por pessoas com deficiência física que tenham a isenção do IPI, do imposto sobre produto industrializado.

Essa matéria nós estudamos com atenção e temos nosso parecer, rejeitando o projeto. Há uma diferença forte e significativa entre o imposto de produto industrializado e o pagamento de pedágio no uso de uma estrada.

O IPI é pago de uma só vez, no ato de compra do veículo, é o imposto sobre propriedade; o pedágio é o pagamento pelo uso da estrada. É nobre a intenção de dar isenção do IPI ao deficiente físico, não obstante saber que o IPI não pertence só à União, mas também pertence aos estados e aos municípios, e, toda vez que há uma iniciativa de isenção de IPI pela União, nós estamos prejudicando as receitas dos estados e municípios. Então, só em condições muito especiais a União pode dar isenção do IPI.

Mas é importante destacar que é o imposto sobre pagamento de uma propriedade. Então, o deficiente físico, ao comprar o veículo para seu uso, ele pode ter a isenção do IPI, mas o Projeto de Lei aqui apresentado estende que essa isenção também ocorra para o pedágio, no uso das estradas.

A questão de pedágio é uma questão delicada, porque ela está inserida no equilíbrio da remuneração do concessionário, e qualquer isenção de pedágio que se dê tem de haver a compensação, através do aumento da tarifa. Então, é evitável.

E, no caso, aqui, especificamente, eu quero dizer uma razão fundamental do nosso voto: se o deficiente físico compra o carro, tem a isenção do IPI, e ele imediatamente transfere a titularidade do veículo para outro proprietário, que não seja físico, o não deficiente físico passa a usufruir da isenção do pedágio, o que é totalmente injusto.

Por causa disso, Sr. Presidente, são razões óbvias, nós optamos pela rejeição do projeto. Esse é nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Para discutir a matéria, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu estou plenamente satisfeito com as explicações e com a razoabilidade da argumentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Paulo Duque. Senador Delcídio Amaral, para discutir a matéria.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só registrar a lógica e a clareza do engenheiro Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório que conclui pela sua rejeição. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria foi rejeitada e vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº. 3 da pauta, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 711/2007, que altera os arts. 105 e 230 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "*institui o Código de Trânsito Brasileiro para introduzir dispositivo de rastreamento por satélite, como item obrigatório de identificação dos veículos automotores destinados ao transporte coletivo interestadual*". Autor: Senador Expedito Júnior. Relator: Senador Wellington Salgado. Parecer: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Observação: a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado, para proferir seu relatório--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu vou pedir vistas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas ainda não ouviu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não, eu só gostaria de colocar que nós vamos pedir vista. Eu não sei se ele leria e depois pede vistas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou ler um pequeno pedaço.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Nós vamos pedir vista, só para anunciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, o projeto sob exame pretende alterar a Lei 9.530, de 23 de setembro de 97, que "*institui o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatório a instalação e o uso de dispositivo de rastreamento por satélite em veículo destinado ao transporte interestadual de passageiro*".

"*Para tanto, alteram-se dois dispositivos do CTB, o art. 105, para incluir o dispositivo na relação dos equipamentos considerados obrigatórios, e o art. 230, para tipificar como infração grave, por nível com multa, a condução de veículo dessa natureza, sem o mencionado equipamento ou sem que ele esteja devidamente integrado a sistema de monitoramento em tempo* real."

Ante o exposto, voto pela aprovação, com a seguinte emenda: "*dê-se à emenda do Projeto de Lei do Senado [ininteligível]/2007 a seguinte redação: altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatória a instalação e uso do dispositivo de rastreamento por satélite nos veículos destinados ao transporte interestadual de passageiros*".

Está bom assim, Senador Delcídio? É esse meu relatório, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Wellington Salgado apresentou seu relatório, e a Senadora Serys Slhessarenko apresenta--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pedido de vista e dizer ao senador, aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras e ao Senador Wellington, em especial, que nós não estamos pedindo vista por sermos contra, a gente está pedindo vista para aprofundar na discussão, e, de repente, oferecemos algumas possíveis sugestões para aperfeiçoamento do projeto. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A vista está concedida à Senadora Serys pelo prazo regimental. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria, V. Exa. é tido como um dos Presidentes mais organizados. Mas, realmente, pegar uma lista onde está impresso relator ao lado do nome, tudo prontinho, é a primeira vez que eu vejo em quatro anos e meio no Senado. Então, V. Exa. e a sua equipe está de parabéns, realmente, porque é uma organização que eu vou levar para outras comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Wellington. Item 4 da pauta. Decisão não terminativa.

Projeto de Lei do Senado nº. 51/2008, que "*institui a Política Nacional de Abastecimento*". Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Heráclito Fortes. Parecer: favorável ao projeto, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a incorporação da subemenda que apresenta. Observação: em 26/11/2008, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou o parecer favorável ao projeto. Em 30 de setembro de 2009, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou o parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº. 01 - CDR (Substitutivo). Em 26 de novembro de 2009, o relator, Senador Heráclito Fortes, apresentou novo relatório, que conclui pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº. 01 da CDR, com a subemenda que apresenta.

A matéria irá às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra a relatora *ad hoc* Senadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente.

"*O Projeto de Lei do Senado nº. 51/2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, submete-se à analise da Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, em decorrência da aprovação do Requerimento nº. 474/2008.*

A proposição em exame institui, por meio de quarto artigos, a Política Nacional de Abastecimento. Nos arts. 1º e 2º da proposta, ficam assentados, respectivamente, os objetivos e fundamentos da PNA.

O art. 3º cuida das competências do Poder Público, no âmbito das ações, e o art. 4º define que a vigência das disposições se inicia 180 dias a partir da publicação da lei.

As comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Desenvolvimento Regional e Turismo, na forma de substitutivo, manifestaram-se favoráveis ao PLS que foi distribuído ainda à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por força do Requerimento nº. 475/2008, e da Constituição, Justiça e Cidadania, à qual cabe a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental. O art. 104, inciso I do Regimento Interno de Senado Federal. Essa é a análise. Atribui competência à Comissão de Serviços de Infraestrutura para as matérias que tratem, entre outro aspecto, de obras públicas e parcerias público-privadas, elementos

inafastáveis da execução da política nacional de abastecimento, vislumbrada no PLS nº. 51/2008.

A incumbência da apreciação, pelo Senado Federal, do conteúdo em exame emana das disposições definidas no art. 23 e 48 da Constituição Federal.

Nesse âmbito, consideramos afastada a invasão de competência das matérias legislativas reservadas constitucionalmente ao Presidente da República.

No mérito, é imprescindível ressaltar a importância da manutenção de um estrutura básica de armazenamento, adequadamente dimensionada para atender as necessidades de segurança alimentar da população e garantir o acesso à medicamentos, sobretudo em situações adversas, como as advindos da ocorrência de secas, enchentes e tufões.

No que tange à juridicidade, uma leitura apressada do PLS nº. 51/2008 pode levar ao equívoco de se verem seus objetivos e princípios já contemplados na Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Contudo, percebe-se logo que o PLS em foco atende aos requisitos de juridicidade, inclusive quanto à inovação que oferece à legislação atual, posto que o escopo do SISAN se harmoniza com a política nacional de abastecimento proposta, inserindo-se nessa, encapsulando a execução apenas da parte de que trata a segurança alimentar.

Entretanto, julgamos necessário um vínculo explícito entre o conteúdo do PLS em análise e o texto da Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2005. Presente essa finalidade, apresentamos a subemenda em anexo.

Entendemos que, com a aprovação da proposta, a legislação avança no sentido de assegurar isonomicamente direitos básicos à população brasileira."

O voto é pelo exposto, manifestando-nos favoráveis ao Projeto de Lei do Senado nº. 51/2008, nos termos do substitutivo, aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a incorporação da seguinte emenda: "*Acrescente-se ao art. 1º do PLS 51, na forma do substitutivo, o seguinte parágrafo. Parágrafo Único: as ações que busquem assegurar o direito humano à alimentação adequada seguirão definições, princípios, diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, SISAN, nos termos da Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006*".

É esse o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Lido o relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 51/2008, pela relatora *ad hoc*, Senadora Rosalba Ciarlini.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a incorporação da subemenda apresentada.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Com esse último item da pauta, estão encerrados nossos trabalhos de hoje. Agradeço a presença das Sras. Senadoras, Sras. e Srs. Senadores e convoco para a próxima reunião, na próxima quinta-feira, às 8h30, neste Plenário. Obrigado.

Sessão encerrada às 10h51.

ATA DA 02ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e Senhores Senadores **ELISEU RESENDE, FLEXA RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, ROSALBA CIARLINI, MÃO SANTA, EDUARDO SUPLICY, MARCONI PERILLO, INÁCIO ARRUDA, HERÁCLITO FORTES, JOÃO PEDRO, ACIR GURGACZ, ADELMIR SANTANA E PAULO DUQUE.** Justifica a ausência o Senador **FRANCISCO DORNELLES.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias: **ITEM 1 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2009**. "Altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, com vistas a, nos novos contratos de concessão ferroviária, instituir o direito de passagem nas diferentes malhas concedidas e autorizar a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas". **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos (SF). **Relatoria:** Senador **Eliseu Resende**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com

uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado Parecer, com a Emenda nº 01 – CI**. **ITEM 2 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2006**. "Altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País". **Autoria:** Senador **César Borges**. **Relatoria:** Senadora **Serys Slhessarenko**. **Parecer:** Contrário ao Projeto e à Emenda n 01 – CAE. **Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto, bem como à Emenda º 01 – CAE. ITEM 3 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, DE 2009**. "Dispõe sobre a venda de espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros". **Autoria:** Deputado Dr. Rosinha. **Relatoria "ad hoc":** Senadora **Rosalba Ciarlini**. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto**. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010.** "Nos termos dos artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para debater sobre a Renovação das Concessões no Setor Elétrico, e seus impactos Tarifários. Para tanto indico os seguintes convidados: **JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES** – Presidente da ELETROBRÁS; **NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA** – Diretor-Geral da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; **MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN** – Secretario Executivo do Ministério das Minas e Energia; e **VILSON DANIEL CHRISTOFARI** – Presidente da CESP – Cia Energética de São Paulo". **Autoria:** Senador **Delcídio Amaral. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Autor.** Os demais itens 4, 5 e 6 ficam adiados. Usaram da palavra os Senhores Senadores **ELISEU RESENDE, ROSALBA CIARLINI E SERYS SLHESSARENKO.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente declara encerrada a reunião às nove e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor,** Presidente.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Presidência informa o recebimento do Aviso nº 78, do Tribunal de Contas da União, de autoria do Presidente daquele órgão, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 017.309/2009-1, pelo plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária, de 03 de fevereiro de 2010, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. Trata-se de acompanhamento de leilão e outorga de concessão para geração da energia elétrica proveniente da usina hidroelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, Bacia Hidrográfica Amazônica, no Estado do Pará.

Cópia do referido aviso encontra-se à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras, na Secretaria desta Comissão, pelo prazo normal de 15 dias, quando seguirá ao arquivo do Senado Federal.

Gostaria de apresentar aos Srs. Membros também o 8º Balanço Quadrimestral do Programa de Aceleração do Crescimento. Na última reunião nossa do ano que findou, nós apresentamos o relatório global, que tem uma capa igual a essa, desse 8º Balanço, referente a maio a agosto de 2009. E, agora, nós recebemos esse relatório estado por estado.

Então as Sras. e Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecer o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento nos seus estados têm à sua disposição, aqui na secretaria, fascículos como esse à sua disposição.

Essa publicação reúne informações sobre a execução dos empreendimentos do PAC, por unidade da federação, como acabei de falar, e também reúne informações sobre outros programas do Governo Federal, executados nos respectivos estados da federação. O objetivo é permitir que qualquer pessoa possa acompanhar as ações governamentais, garantindo a transparência dos programas.

Vale lembrar aqui alguns números referentes aos investimentos do PAC, que foram ampliados, foram ampliados os investimentos, de 504 bilhões de reais para 635 bilhões de reais, no período 2007-2010.

De janeiro de 2007 a agosto de 2009, foram executados 338 bilhões de reais. Este montante equivale a 53,6% do previsto para os quatro anos. As ações concluídas totalizam 210 bilhões de reais ou o equivalente a 33,3 do total.

Em 2009, foram aplicados 98 bilhões de reais no programa. O PAC envolve o monitoramento de 2.392 ações, em todo o país, sem contar as obras de saneamento e de habitação.

Em agosto de 2009, 22% estão concluídas, 70% com andamento adequado, ou seja, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido, 7% em situação da atenção, 1% com ritmo de execução preocupante, pelo critério de valores aplicados.

Pelo critério de quantidade de projetos, são 39% em situação de atenção e 2% preocupantes. Em situação de atenção, são aqueles projetos que estão enfrentando dificuldades pela legislação ambiental, com demandas judiciais em função de desapropriação, alguma carência de projetos executivos, algum indício de irregularidade e assim por diante.

Então, esse relatório está à disposição dos Srs. e Sras. Senadoras.

Gostaria, também, de participar aos Srs. Membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura que foi aprovada, agora, na última reunião da Organização das Nações Unidas, em dezembro do ano passado, a proposta por mim apresentada ao Senado da República, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura, a proposta para que o Brasil sedie, em 2012, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 de 2012, porque, em 2012, estará expirando o Tratado de Kyoto, e nós ficaremos sem nenhum instrumento legal que nos embase e que nos dê condições de discutir questões ambientais com juridicidade, e, por isso, eu propus que, como o Brasil sediou, em 92, a 2ª Conferência Mundial do Meio Ambiente, o Brasil se oferecesse para sediar, aqui, sob o título de Rio+20 – mais 20 porque 20 anos depois da Conferência de 92, realizada no Rio –, para nós debatermos essas diversas consequências do aquecimento global e estabelecermos um novo estatuto jurídico, e fiquei muito feliz, porque isso foi aprovado na Assembleia-Geral das Nações Unidas, proposta essa que foi levada pelo governo brasileiro, que encampou essa proposição, e levou ao plenário daquela organização.

E recebi do Ministro das Relações Exteriores a seguinte correwspondência, datada de 19 de janeiro de 2010:

"Ao recordar a iniciativa de V. Exa. de propor a realização, em 2012, no Brasil, de Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, formalizada na Comissão Mista Permanente sobre Mudança Climática, em março de 2007, e reiterada em 29 de março de 2007, em Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, a qual estive presente, tenho a honra de enviar cópia da Resolução nº 64/236, de 24 de dezembro de 2009, pela qual a Assembleia-Geral das Nações Unidas decidiu aceitar o oferecimento do governo brasileiro de sediar a referida conferência.

Cordialmente, assina o Ministro das Relações Exteriores, e anexa o teor da resolução aprovada pelo plenário da Organização das Nações Unidas."

Gostaria, também, de trazer as Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão um comunicado sobre a questão do saneamento e abastecimento de água potável. Esses são temas do maior destaque e relevância, que envolvem o setor de infraestrutura, e que foi aqui discutido, ou seja, a questão do saneamento básico.

Trata-se de segmento cuja carência ou atendimento à população preocupa autoridades e instituições de todo mundo, notadamente quando se trazem à tona, em pleno século XXI, estatísticas e dados desanimadores.

Recente matéria do jornal francês *Le Monde Diplomatique* revela, ao chamar a atenção para a questão do esgotamento e tratamento sanitários como um perigo ecológico, que mais de 2 bilhões e 600 milhões de pessoas do mundo, ou seja, 38% da população mundial carecem de acesso a um simples banheiro; dessas, cerca de 1 bilhão residem nas zonas rurais, especialmente nos países africanos e sul-asiáticos. Já no meio urbano, estudos mostram ainda que, em certas partes do mundo em desenvolvimento, os rios que cortam as grandes cidades são tão poluídos como eram os rios Tâmisa, Reno e Sena, no século XIX.

Outro dado alarmante demonstra, segundo o jornal, que a diarreia, ocasionada pela falta de saneamento adequado, é a segunda maior causa no planeta da morte de crianças com menos de cinco anos da idade. A situação, em determinadas regiões, é tão crítica, que a Zâmbia, depois do registro de mais de sete mil casos do cólera, com 162 mortes, sendo 30 na capital Lusaka, investiu recentemente 1 milhão e 800 mil euros em um programa de redução de riscos, empregando prisioneiros nas limpezas das redes de esgoto. Além disso, promoveu campanha de informação à população, por meio de capítulos especiais de telenovelas, tudo isso segundo reportagem do jornal francês *Le Monde Diplomatique*.

No Brasil, em que pese nossa situação, na média, não figurar entre os mais graves do mundo, não podemos deixar de reconhecer que ainda temos um quadro crítico quanto ao atendimento sanitário na maioria dos municípios do país. Se nas Regiões Sul e Sudeste os índices de esgotamentos sanitários são próximos aos da Europa e América do Norte, em grande parte das

Regiões Norte e Nordeste, os números aproximam-se aos da África e aos do sul da Ásia. Ou seja, temos ainda um longo caminho a percorrer para solucionar de vez esse atendimento básico à população, que afeta não só à saúde e o bem-estar, mas também a própria dignidade humana.

Assim, informo as Sras. e Srs. Membros desta comissão que, conforme divulgado no final do ano passado, nós estaríamos, logo no início dos trabalhos de 2010, apresentando uma proposta de aperfeiçoamento do marco regulatório do saneamento básico. O tema constou do Painel nº 3, no Terceiro Desafio: Infraestrutura e Políticas Públicas, da agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, cuja Audiência Pública foi realizada no dia 30 de novembro de 2009, com a participação dos Srs. Francisco Danilo Forte, presidente da FUNASA; Raul Pinho, presidente do Instituto Trata Brasil; Mário Vieira Marcondes Neto, presidente da Companhia Nacional de Saneamento – CONASA; e Francisco de Assis Salviano de Sousa, professor da Universidade Federal de Campina Grande.

Esclareço que o marco regulatório do saneamento hoje é composto pela Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, bem como pela Lei nº 11.107, de 2005, que dispõe sabe as normas gerais de contratação de consórcios públicos, e pela Lei 8.987, de 95, que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Das propostas apresentadas diretamente pelos palestrantes, durante a audiência, podem se extrair três sugestões de complementação do marco regulatório. Além disso, como fruto dos debates e dos recentes acidentes ocorridos, em diversas cidades brasileiras, em decorrência das chuvas, propomos também uma quarta proposta. Assim, sugerimos a apresentação, por parte desta comissão de Serviços de Infraestrutura, de quatro projetos de lei, com os seguintes objetivos:

I. Isonomia entre empresas estaduais e empresas privadas nas licitações para concessão de saneamento.

O Sr. Mário Vieira Marcondes Neto, da CONASA, naquela Audiência Pública já citada, alegou que a contratação direta de companhias estaduais de saneamento pelos municípios seria inconstitucional, por violar a exigência de licitação para a concessão de serviços públicos.

A proposta de projeto altera as três leis do atual marco regulatório, deixando claro que toda delegação de serviço para pessoa de direito privado, não pertencente à administração indireta do titular da competência para a sua prestação, sujeita-se ao regime da concessão de serviços públicos e, como tal, deve ser precedida de licitação.

II. Condicionamento da alocação de recursos federais para obras de saneamento à existência de projeto básico.

Na audiência, o Sr. Raul Pinho, do Instituto Trata Brasil, defendeu que, em muitos casos, recursos federais são alocados para projetos vagos, realizados, segundo ele, a toque de caixa, para atender a prazos e demandas políticas.

A exigência de projeto básico já existe para contratação de obras públicas e constitui condição mínima para a garantia de que o projeto atenda aos padrões técnicos de engenharia.

Trata-se, portanto, de proposta que, ao vedar a aplicação de recursos federais no financiamento de obras, sem o projeto básico, atualizado e devidamente aprovado, visa assegurar a eficiência e a eficácia dos programas federais de financiamento e contribuir para o fortalecimento da engenharia brasileira.

III. Permissão para que os recursos do SUS sejam alocados em projetos de saneamento.

A sugestão foi defendida pelo professor da Universidade Federal de Campina Grande, Francisco de Assis Salviano, com base em trabalho do engenheiro Arnaldo Augusto Setti, pesquisador associado da COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A proposta não estabelece qualquer vinculação de recursos ao setor de saneamento, o que poderia comprometer o atendimento ambulatorial e hospitalar. Pretende-se, apenas e tão somente, eliminar restrições à possível destinação de recursos do Fundo Nacional de Saúde a projetos de saneamento, de modo a facultar aos dirigentes do SUS o apoio a projetos nessa área, que é unanimemente reconhecida como uma medida de saúde preventiva.

E, por fim, o quarto. A quarta sugestão proposta que estarei levando à consideração dos Srs. e Sras. Membros desta comissão.

IV. Vedação da regularização fundiária e a implementação de infraestrutura urbana em áreas de risco.

A proposta nos foi sugerida pelo consultor do Senado Victor Carvalho Pinto, que acompanhou a audiência.

Tendo em vista os recentes acidentes ocorridos, em diversas cidades brasileiras, em decorrência das chuvas, que redundaram na morte de centenas de pessoas. A vinculação ao tema do saneamento deve-se ao fato de que muitas dessas áreas sujeitas a alagamentos ou desmoronamentos têm sido beneficiárias de políticas de universalização de serviços públicos, como abastecimento de água, distribuição de energia

elétrica ou de regularização fundiária, que acabam por consolidar a sua ocupação.

A legislação em vigor já proíbe o parcelamento de áreas de risco. A sugestão é de que essa vedação seja estendida àquelas políticas, como forma de controle do uso do solo, o que contribuiria, em última instância, para a preservação de vidas humanas.

Como essas propostas são oriundas de um debate promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em cumprimento a uma agenda pré-estabelecida e aprovada por esta mesma comissão, consideramos conveniente que essa sugestão de projetos de lei, que acabo de fazer, sejam apresentados a todos os membros desta comissão, e que tenha, ao final, como autora, a própria comissão, conforme permite o art. 245 do Regimento Interno do Senado, que reza: *"art. 245. considera-se de comissão a proposição que com esse caráter for por ela apresentada. Parágrafo único. A proposição de comissão deve ser assinada pelo seu presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria de sua composição, ou seja, metade mais um dos Srs. e Sras. Membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura"*.

Assim para que essas proposições tenham legitimidade quanto à autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nós optamos por submetê-las antes de serem formalmente apresentadas à Mesa, dentro dos ritos do processo legislativo, a análise e deliberação de seus membros, na forma de anteprojetos de lei.

Para tanto, concederemos, a partir de hoje, o prazo de duas semanas para exame e eventuais sugestões de alterações por parte das Sras. e Srs. Senadores, que poderão encaminhá-las diretamente à secretaria desta comissão.

As cópias dos quatro anteprojetos serão encaminhadas, ainda hoje, ao gabinete de todos os membros desta comissão.

As propostas, portanto, serão discutidas e deliberadas na nossa reunião do próximo dia 11 de março.

Diante da importância do assunto, que é um dos principais gargalos de nossa infraestrutura, eu espero poder contar com a participação e a colaboração decisiva de cada um dos membros desta comissão, até porque, vale ressaltar, trata-se de um primeiro produto concreto desse ciclo de debates que a comissão tem promovido desde agosto do ano passado, e ao qual daremos continuidade agora em 2010, já a partir do próximo dia 1º de março, segunda-feira próxima, com mais 14 Audiências Públicas até o mês de junho, sempre às segundas-feiras, às 18 horas, para tratar da questão dos recursos humanos para inovação e competitividade, conforme divulgado e aprovado na reunião passada.

Quero dizer que essa preocupação com a formação de recursos humanos qualificados para atender a enorme demanda que está aí já à vista de todos nós, para fundamentar o processo de crescimento econômico que o Brasil, hoje, se encontra habilitado, é necessário que tenhamos mão de obra disponível para atender a essa demanda, e a nossa preocupação, durante os debates, foi que ouvimos de vários dos palestrantes, reiteradas vezes, a indagação: "Será que nós teremos, por exemplo, engenheiros suficientes?" Até o engenheiro civil, nenhuma especialização, não se chegando a considerar nenhuma especialização no campo da engenharia mais refinada, mais pontual.

Engenheiro civil, por exemplo, hoje: há uma falta de engenheiro civil no Brasil. Quanto mais engenharia de petróleo e engenharia de produção e assim por diante, que é um campo que será muito demandado em função da exploração do pré-sal.

Estarei, também, juntamente com esses anteprojetos, enviando um ofício-resposta a uma indagação que fiz a Sra. Ministra Dilma Rousseff, em nome desta comissão, sobre as questão de saneamento básico, perguntando, aqui, em nome da comissão, qual a posição, a visão da ministra e do governo sobre algumas questões, por exemplo, como a destinação de parte dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo, da camada do pré-sal, para programa de saneamento básico e abastecimento de água potável, sobre a preocupação sobre a concentração das ações de saneamento no Ministério da Saúde, por intermédio da FUNASA, já que se entendeu que a pulverização dessas ações – são quatro ou cinco Ministérios que aplicam recursos em saneamento, e isso, no entendimento da comissão, essa diluição de responsabilidades acaba impedindo que se cobrem o próprio andamento muito propício a esses investimentos, nas diversas instâncias em que esses investimentos estão sendo feitos (instâncias de poder, instâncias de administração, seja municipal, estadual ou federal), e também a aplicação de recurso para saneamento básico diretamente pelos municípios – que hoje, essa aplicação é feita via estados –, e diretamente pelos municípios, de preferência sem a intermediação dos governos estaduais e/ou federal, quando acontece, de maneira a acelerar o desenvolvimento das ações.

Também foi colocada para a ministra a indagação sobre a ampliação do total de recursos atualmente destinados à área de saneamento, inclusive mediante emenda ao Projeto de Lei Orçamentário de 2010, o que foi feito, e elaboração de estudo por especialistas, juristas para alteração de dispositivos da legislação em vigor sobre saneamento, de modo a eliminar a insegurança jurídica, hoje, constatada, e que, segundo

avaliação, tem acarretado significativa redução de investimentos privados no setor.

Então esse ofício foi enviado a S. Exa. Sra. Ministra Dilma Rousseff, no dia 10 de setembro de 2009, pela Presidência desta comissão, em nome dos Srs. Membros desta comissão, e a Sra. Ministra respondeu, no dia 08 de dezembro, a cada uma dessas indagações.

Então, eu estarei juntando o ofício que foi enviado pela Comissão de Infraestrutura a Sra. Ministra Dilma Rousseff e a resposta oferecida pela ministra. Como esses assuntos estão relacionados a sugestões que hoje trago à Comissão de Infraestrutura, e que estamos, agora, solicitando que, num prazo de 15 dias, se possível, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores possam oferecer sugestões para que os eventuais projetos de lei que venhamos a apresentar sejam apresentados em nome da comissão, eu peço à secretaria dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura que faça juntar tanto o ofício encaminhado a Sra. Ministra quanto a sua resposta, para que os Srs. e as Sras. Senadoras façam uma avaliação em conjunto do comunicado que hoje apresento na conformação da apresentação de quatro projetos de lei por parte desta comissão.

Ainda sobre essa questão da formação de mão de obra, um diário paulistano publicou um editorial, no dia 16 de fevereiro de 2010, com o título "Mercado Mais Exigente", e então, nesse editorial, ele trata exatamente dessa preocupação que a Comissão de Infraestrutura já se antecipou e já estabeleceu o calendário para a realização dessas Audiências Públicas, tratando especificamente dessa questão.

O que nós pretendemos, nessas Audiências Públicas, é reunir os representantes do setor público, das universidades federais, estaduais, até municipais, faculdades municipais, sejam públicas ou privadas, e também integrantes da iniciativa privada nos setores relacionados à infraestrutura, para que haja um diálogo em que o setor "x" explicite a necessidade que ele prevê àquele setor que ali está representado por aquela pessoa, nos próximos 15 anos, o que ele prevê de necessidade de mão de obra, nível superior ou nível técnico, e em que quantidade. E ouvir dos representantes das faculdades, das universidades públicas ou privadas, o que elas poderão oferecer em termos de formação dessa mão de obra, e o Poder Público como intermediário e fomentador, sobretudo nas universidades públicas, desses cursos mais especializados, e nas escolas técnicas, cursos de nível médio para atender a essa necessidade.

Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós ouvimos, Sr. Presidente, atentamente as comunicações de V. Exa.. Eu gostaria da focalizar um ponto da sua exposição que é aquele relacionado com a questão do saneamento básico.

Nós achamos muito importante que se estabeleça, e a legislação é carente disso, um marco regulatório para o saneamento básico, lembrando determinados pontos que foram aqui colocados por V. Exa. nessa sua exposição. É preciso definir primeiro, e principalmente, a questão do poder concedente na área do saneamento básico.

Há um entendimento na análise constitucional que o poder concedente seria o município, daria a concessão da área do saneamento básico. Mas há um envolvimento tradicional do setor das empresas estatais que foram constituídas para cuidar da área de saneamento básico nos diferentes estados. São empresas estatais muito bem estruturadas e muito fortes. E há o convencimento de que as obras de saneamento básico a serem desenvolvidas em cada estado deva ser feita pela empresa estatal, sem licitação.

Essa é uma questão delicada, porque a constituição determina a exigência da licitação na assinatura no contrato de concessão. Trata-se de um serviço público importante e, como tal, não pode ser concedido sem licitação. Nós estaríamos ferindo profundamente a Constituição Federal.

É preciso que haja, na verdade, uma consideração a respeito desses pontos para a colocação dos problemas básicos.

I. Considerar que o poder concedente é o município;

II. Não existem, ainda, os marcos regulatórios previstos em lei.

III. A licitação que se faz através do representante do poder concedente não deve distinguir a empresa pública da empresa privada. Ambas podem disputar a licitação e assinar o contrato, se apresentar a melhor proposta. Isso já existe no âmbito de outras matérias relacionadas com prestação de serviço público e com exploração de bem público.

Temos a questão do petróleo, por exemplo. Nós estamos discutindo aqui profundamente a questão do pré-sal. A PETROBRAS era a estatal que tinha o monopólio do petróleo e o monopólio da exploração do petróleo. Não se pode considerar a PETROBRAS como recebendo, receptora de um contrato de concessão sem licitação. Quando há uma nova reserva de petróleo a ser explorada, então tem de haver licitação, e a PETROBRAS, como estatal, participa da licitação em igualdade de condições com as outras empresas privadas nacionais ou estrangeiras. Então esses as-

pectos devem ser considerados. Eu acho importante que isso seja analisado profundamente para que nós tenhamos marcos regulatórios definitivos, estruturando essa questão.

A outra questão que V. Exa. citou, que é da maior importância, é a existência do projeto básico de engenharia. Nós não podemos partir para uma concessão vultosa, relevante, da maior importância, particularmente no setor delicado e necessário, como é o setor de saneamento básico, sem que haja o projeto inicial e executivo de engenharia para promover esses procedimentos.

Então, eu quero louvar essa sugestão da Comissão de Infraestrutura e esperar que nós tenhamos condição de elaborar uma legislação que estabeleça realmente os marcos regulatórios definitivos para a solução dos problemas de saneamento básico, que são grandes problemas da infraestrutura física do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende.

E eu gostaria, com a concordância dos Srs. e Sras. Senadoras, de solicitar a V. Exa. que aceitasse ser o coordenador das diversas sugestões que serão apresentadas pelos integrantes desta comissão, para a formatação dos projetos de lei que essa comissão irá, se assim concordarem os membros, apresentar à Mesa do Senado Federal. Então pediria que V. Exa. aceitasse essa incumbência, além das inúmeras que V. Exa. já tem, de ser o coordenador-geral das sugestões que aqui chegarem e da elaboração final dos projetos de lei que venham ser elaborados por esta comissão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fico à disposição de V. Exa. e do Plenário dessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende.

Então fica designado o Ministro Senador... Senador Ministro Eliseu Resende como coordenador das propostas que chegarem por parte dos Srs. Membros desta comissão, tratando dos projetos de lei aqui sugeridos, sejam apresentados por esta comissão à Mesa do Senado Federal, tratando especificamente de problemas relacionados no campo da infraestrutura ao saneamento e abastecimento de água potável.

Da mesma maneira, esta Comissão de Infraestrutura, revisou, no ano passado, se antecipando ao debate aqui no Senado, de diversas Audiências Públicas, tratando do marco regulatório do pré-sal.

Foram quatro audiências. A primeira tratando da questão Partilha *versus* Concessão; depois Criação da Petrosal; depois Capitalização da PETROBRAS e Criação do Fundo Social. Esses projetos de lei do executivo foram encaminhados à Câmara dos Deputados, e o primeiro a ser apreciado pela Câmara dos Deputados foi o projeto da Criação da Petrosal, que já chegou no Senado e está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça.

Então eu gostaria de relembrar aos Srs. Membros o que foi tratado aqui no Painel nº 2 – Criação da Petrosal, realizado no dia 19 de outubro de 2009, quando tivemos a participação do Dr. Wagner Bittencourt, Diretor de estruturação de projetos, infraestrutura e insumos básicos do BNDES, o Dr. Márcio Rocha Mello, Presidente da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Planejamento e Energia, e o Dr. João Carlos de Luca, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

Naquela oportunidade, o Dr. Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética, procedeu aos seguintes comentários, em sínteses:

a) É tendência histórica que a maioria das reservas mundiais de petróleo saiam das mãos de empresas privadas, que detinham as empresas privadas 85%, em 1970, e passem às mãos de empresas nacionais e/ou estatais, que eram, em 2005, 77%. Então vejam que houve uma inversão, uma tendência mundial;

b) São necessárias novas descobertas a fim de atender a demanda de petróleo, em 2030, cujo déficit estimado será de 75 milhões de barris/dia;

c) Países com altos volumes de petróleo e baixo risco exploratório, eles costumam utilizar o modelo de partilha de produção. Este é o cenário brasileiro após as descobertas da camada de pré-sal;

d) A Petrosal objetiva, segundo o Dr. Maurício Tolmasquim:

I. controlar o comitê operacional que irá administrar os poços do pré-sal;

II. controlar os planos da operação e os orçamentos do bloco;

III. representar a União nos respectivos blocos, depois evitar o risco de as empresas superestimarem o custo em óleo – entre parênteses custo em óleo – e, assim, garantir um maior excedente em óleo para a União.

O Dr. Mário Rocha Mello, presidente da Associação Brasileira de Geólogos e Petróleo, procedeu aos seguintes comentários, sintetizando: *"A área do pré-sal possui riscos; nem toda a sua extensão é produtiva, há pontos secos, sem petróleo algum"*.

Depois ele afirma: *"O sistema de partilha é mais adequado onde o petróleo for farto, em grandes campos; onde há riscos, é melhor adotar a concessão, ainda que seja na área do pré-sal"*.

Também, ele continua: *"É um erro vincular partilha ao pré-sal e concessão ao pós-sal. O sistema de partilha é adequado para campos com baixo risco; o sistema de concessão, por sua vez, é adequado para campos com risco maior"*.

Depois, também, ele cita: *"A PETROBRAS foi penalizada ao ser obrigada a participar de todos os poços do pré-sal"*, segundo a afirmação dele. *"Há poços que não serão comercialmente interessantes para a PETROBRAS. Obrigá-la a explorar tais poços representa um enorme prejuízo para a PETROBRAS"*.

Continuando. Ele diz que *"a Petrosal, ao controlar todos os poços do pré-sal, poderá: 1º. gerar dificuldades para uso de recursos em áreas do pós-sal; 2º. não otimizar o acesso de empresas privadas a áreas do pré-sal; depois, inibir a competição no setor de exploração de petróleo, com a consequente subexploração de diversos campos de petróleo; e depois, o contrato de partilha pode levar à chamada maldição do petróleo"*.

Houve uma certa dúvida a respeito dessa afirmação.

Em seguida, o Dr. João Carlos de Luca, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, procedeu os seguintes comentários, também em síntese:

"Não é necessária a adoção do modelo de partilha, bastaria aprimorar o modelo de concessão via outorga de royalties *maiores e participações especiais também maiores.*

A concessão é um modelo de sucesso e exige menos monitoramento estatal, porque o gasto do concessionário, se maiores ou menores, não alteram a taxa de remuneração devida aos estados."

Depois: *"o contrato de partilha é utilizado com maior frequência em países com sistemas jurídico fiscal menos evoluídos"*.

"É prejudicial, segundo ele, segundo o Dr. João Carlos de Luca, *a PETROBRAS ser operadora única dos poços do pré-sal, porque a obriga ingressar em campos não estratégicos para ela, chamados de blocos ruins, e isso pode, inclusive, prejudicar os interesses da PETROBRAS na formação do consórcio vencedor do bloco."*

Também, afirma ele: *"Ter a PETROBRAS como operadora única dos poços do pré-sal é prejudicial também às empresas do setor privado, às quais merecem crescer sua participação no mercado"*.

E continua dizendo: *"Os poderes de gestão conferidos à Petrosal, nos blocos do pré-sal, são exagerados e excessivos, em especial se considerado for que a Petrosal não investirá um centavo sequer na exploração de tais blocos"*.

Pelo modelo prejudicial adotado nos projetos do governo, diz ele: *"Os investidores privados não terão qualquer poder de decisão na gestão dos blocos do pré-sal. A Petrosal tem poder absoluto para gerenciar e decidir, com voto de qualidade, direito de voto irrestrito. A Petrosal não assume riscos financeiros, o que demonstra o desequilíbrio entre o poder da Petrosal (alto) e o risco da Petrosal (muito baixo). E os poderes de gestão da Petrosal devem ser reduzidos, por exemplo, o direito de veto deve ser reduzido a apenas alguns temas de maior abrangência, como é o caso dos orçamentos anuais e do programa exploratório"*.

Já o Dr. Wagner Bittencourt, diretor do BNDES, procedeu aos seguintes comentários, também em síntese: *"O nosso desafio maior é evitar a maldição do petróleo"*.

Porque, todos sabem, a maldição do petróleo foi o que aconteceu na Holanda, em que foram descobertos mananciais de campos imensos de petróleo e gás, e os recursos auferidos foram gastos sem um planejamento, e se esvaíram esses recursos e nada ficou de investido em infraestrutura, e também no campo da educação, da saúde, do desenvolvimento técnico-científico, e assim por diante.

Então o que se pretende evitar é que com os recursos advindos da aplicação do que se conquistar com a venda do óleo obtido no pré-sal, se constituir o fundo, que o Governo Federal encaminhou via projeto de lei, um fundo chamado Fundo Social para que se estabeleçam as aplicações dos rendimentos, e não do principal, como aplicação nesses campos de infraestrutura, de educação, saúde, ciência e tecnologia, desenvolvimento e aí por adiante.

Então, diz ele, o Dr. Wagner Bittencourt, diretor do BNDES *"que o nosso desafio maior é evitar a maldição do petróleo"*;

Segundo: *"que é método do BNDES levar o conteúdo local do setor, especialmente apoiando a indústria da infraestrutura de bens e serviços para o setor de petróleo, como é o caso da produção de navios"*.

Também, *"a política de atração de investimentos para o setor é objetivo de BNDES"*.

E, por último, que *"a Petrosal deve ser criada, porque somente ela garante os interesses da União no regime de partilha"*.

Todas essas Audiências Públicas foram reunidas nesse livreto, com essa síntese de cada uma das Audiências Públicas, e junto a isso, junto ao resultado do que aqui foi discutido, a Comissão encaminhou ao presidente da PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli, esses resultados, solicitando a ele uma nota técnica da PETROBRAS avaliando os resultados desses debates.

Então, o Sr. Sérgio Gabrielli enviou uma nota técnica, que aqui também está incluída nesse livreto, para conhecimento dos Srs. Senadores, e uma melhor avaliação sobre o que aqui foi discutido. Na minha opinião, uma nota técnica exemplar tanto no seu conteúdo, quanto na sua feitura. A leitura acessível a qualquer neófito no assunto, como eu próprio, então a leitura muito fácil, muito didática, um documento que eu digo que merece realce, e que demonstra alta capacitação daqueles que fazem a PETROBRAS.

Em relação a esta questão da criação da Petrosal, que está hoje em discussão na Comissão de Constituição e Justiça, aqui no Senado Federal, essa nota técnica da PETROBRAS faz os seguintes comentários:

"Sobre o intenso controle operacional da Petrosal, com poder de voto e veto".

Diz a nota técnica:

"A recomendação seria a redução do direito de veto a apenas alguns temas de maior abrangência – página 56 – *de maior abrangência, tais como os orçamentos anuais e respectivos programas exploratórios.*

Os modelos regulatórios de partilha de produção pressupõem uma atuação fiscalizadora efetiva por parte de representantes do governo sobre os diversos fatores que irão constituir o custo-óleo em função do efeito direto que isto acarreta no percentual de óleo (óleo-lucro), dominado no PL, no projeto de lei, de excedente em óleo da União.

Se verificados os exemplos internacionais dos países que aplicam o sistema de partilha da produção, este controle pode ser efetuado de diversas formas, sendo mais comum a execução dessa tarefa por uma empresa estatal, a qual pode ou não participar diretamente dos consórcios dos contratos de partilha.

Entendemos, segundo o Presidente da PETROBRAS, *que cabe ao Poder Legislativo, na discussão relativa a esse ponto, debater e decidir sobre quais serão os poderes atribuíveis da Petrosal no comitê operacional, e que melhor proporcionem o atendimento aos interesses do Brasil."*

Então, a PETROBRAS dá a sua opinião, faz a sua colocação, e, naturalmente, deixa ao alvitre, como deve ser, do Poder Legislativo o debate e as decisão final sobre essa questão, no caso, segundo ficou visto aqui na Audiência Pública, o excessivo poder de veto e voto que é conferido pelo projeto de lei à PETROBRAS.

E ele, aqui, então, abre a possibilidade de que realmente esse poder de veto e voto não seja tão absoluto quanto ali está, se encontra estatuído.

Depois, outro ponto que foi realçado: *"A PETROBRAS, como operadora exclusiva no pré-sal"*.

Há questionamentos acerca de como será enfrentada a pressão sobre os recursos humanos da PETROBRAS, necessidade de maciços investimentos na ampliação do corpo técnico. Também, como a PETROBRAS enfrentará a necessidade de ampliar rápida e dramaticamente sua capacidade operacional.

Há temor de que a PETROBRAS, como operadora exclusiva, possa configurar obstáculo ao desenvolvimento empresarial da própria PETROBRAS, uma vez que, inicialmente, perderá a liberdade de escolha de prioridades em alvos comerciais, sendo obrigada a associar-se a todos os licitantes vencedores.

E há, também, um temor de que a PETROBRAS, em razão desse cenário de monopólio, não dê prosseguimento à contínua melhoraria de seus índices de eficiência empresarial e de aprimoramento de seu potencial competitivo.

Sobre essa preocupação, que aqui foi levantada, diz a nota técnica da PETROBRAS:

"Para que exista um entendimento sobre a capacidade da PETROBRAS de fazer frente aos desafios de se tornar operadora única do pré-sal é necessário, primeiramente, apresentar informações relevantes sobre a atuação da PETROBRAS em águas profundas, no contexto mundial.

A PETROBRAS é, segundo levantamento de consultoria independente, *a maior operadora mundial em águas profundas, com larga vantagem sobre gigantes do setor, como o exemplo a Exxon, Shell, BP, Chevron e* Star Oil. Esta posição é, essencialmente, resultado da capacidade dos recursos humanos da PETROBRAS. De outra forma, considerando da sua capacidade da atrair, formar e reter talentos.

E diz aqui a nota técnica: *"Desde 99, a companhia vem aumentando o seu número de funcionários, conforme se pode constatar, a seguir* – vem um quadro, que eu vou me eximir de ler, que demonstra isso que ele afirma. *Tal ação advém da previsão da necessidade de mais pessoas treinadas para atuação nas diversas frentes de trabalho já abertas e ainda por abrir, segundo as perspectivas de seu plano de negócios"* – que é o tema, portanto, do nosso segundo ciclo de Audiências Públicas, conforme aqui já foi anunciado, que trata da formação de mão de obra qualificada.

"O que a companhia fará, continua a nota técnica*, para fazer frente às novas demandas decorrentes da definição do nosso marco regulatório será enfatizar e ampliar a sua atuação na contratação e formação de pessoas."*

Continua, ele: *"Sobre as áreas que virão a ser contratadas, no futuro, na área do pré-sal, o projeto de lei ora em tramitação, e que se encontra agora na Comissão de Constituição e Justiça aqui do Senado,*

que está em tramitação aqui, estabelece que cabe ao Conselho Nacional de Política Energética, entre outras atribuições, definir: 1º. o ritmo de contratação dos blocos sob o regime de partilha de produção, observando-se a política energética, o desenvolvimento e a capacidade da indústria nacional para o fornecimento de bens e serviços, e também os blocos que serão destinados à contratação direta com a PETROBRAS, sob o regime de partilha de produção, bem como os blocos que serão objetos de leilão, para contratação, sob o regime de partilha de produção.

Desse modo, segundo a nota técnica da PETROBRAS*, entendemos,* a PETROBRAS entende*, que além da questão da notória capacitação da PETROBRAS, nos aspectos de recursos humanos, tecnologia, recursos críticos e financiabilidade dos projetos, caberá ao CNPE dosar, adequadamente, a oferta de blocos sobre o sistema de partilha, considerando, inclusive, a capacidade da indústria nacional para o suprimento dos bens e serviços necessários para a atividade. Assim, o mesmo tempo que deverá ser dado à indústria nacional para se capacitar, será suficiente para que a PETROBRAS também se adeque as demandas que se lhe apresentarão.*

Outro fator da preocupação desta Comissão de Infraestrutura, segundo a nota técnica da PETROBRAS*, foi a questão da eficiência empresarial da companhia e seu aprimoramento do potencial competitivo. Sobre esta questão, lembramos que a PETROBRAS continuará atuando em ambiente competitivo, seja para aumentar a sua participação mínima nos blocos sob partilha ou para competir na aquisição dos demais blocos a serem licitados, sob concessão, modelo que continuará vigente no restante das bacias sedimentares brasileiras.*

Mesmo nos contratos de partilha, a participação de outra empresa em parceria forçará o contínuo aprimoramento da PETROBRAS, pois quanto mais eficiente ela se tornar, maior o volume de óleo a ser destinado à União. Desculpe, maior o volume de óleo a ser destinado ao excedente em óleo, isto é, maior o lucro de todos os consorciados e, também, da União.

Existem, ainda, as dezenas de parcerias empresariais, já constituídas pela PETROBRAS no Brasil e no exterior, que expõem a companhia o seu quadro funcional a um ambiente altamente competitivo, de contínuo aprimoramento de sua capacidade técnica e gerencial.

Entendemos, assim, segundo a nota técnica da PETROBRAS, repito, *eles entendem, assim, que o novo regime de partilha não trará prejuízos à eficiência empresarial da PETROBRAS, ao contrário, será fonte de uma demanda a que ela se aprimore ainda mais."*

E aqui vem outras considerações sobre cada um dos pontos aqui levantados nas quatro Audiências Públicas que trataram do marco regulatório do pré-sal, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, e que está à disposição das Sras. e Srs. Senadores que desejem se assenhorear melhor desse debate, já que, brevemente, aqui na Comissão de Infraestrutura, nós estaremos recebendo esse primeiro projeto de lei, que passará, antes, pela Comissão de Assuntos Econômicos, e, depois, virá para a nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Então eu submeto à consideração de todos os Srs. e Sras. Senadoras membros desta comissão, e mesmo os que não são membros dessa comissão, o que aqui foi debatido, discutido, as críticas que foram feitas, os pontos que foram aplaudidos, e a nota técnica da PETROBRAS, que aborda de forma clara, transparente, desabrida e corajosa cada um desses pontos críticos que foram levantados, a sua posição, a sua opinião, submetendo, naturalmente, em última análise, à decisão final ao Poder Legislativo do nosso país.

Dando continuidade à nossa reunião.

"O Item 01 da Pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2009, que altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, com vistas a, nos novos contratos de concessão ferroviária, instituir o direito de passagem nas diferentes malhas concedidas e autorizar a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas. Autor: Comissão de Assuntos Econômicos. Relator: Senador Eliseu Resende. Parecer: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Observação: 1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; 2. A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 05/11/2009, sendo retirada a pedido do relator."

Concedo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende para proferir o seu relatório.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, temos aqui o Projeto de Lei 185, que trata do problema relacionado com os contratos de concessão ferroviária numa tentativa de instituir o direito de passagem ou o tráfego mútuo nos ramais ferroviários.

O projeto de lei veio às nossas mãos para relatar. Nós já apresentamos esse relatório inicialmente, e estamos aqui tratando novamente do assunto. O meu parecer é um parecer favorável, apenas apresentando uma emenda de redação, que eu vou explicar aqui.

Para uma colocação rápida, eu gostaria de dizer que há uma diferença importante entre as duas modalidades de transporte terrestre: o transporte rodoviário e o transporte ferroviário. No caso do transporte rodoviário, o Poder Público oferece a infraestrutura, constrói as estradas, e os operadores de transporte usam essa

infraestrutura livremente; os caminhos e os ônibus entram nas estradas construídas pelo governo e operam transporte, transportam passageiros e cargas, numa via que é ofertada pelo Poder Público.

No caso da ferrovia, nós temos um quadro diferente. Quem opera a ferrovia, administra a infraestrutura, ou seja, a operação ferroviária está intimamente ligada com a construção e manutenção da infraestrutura ferroviária. Então a empresa ferroviária que transporta é proprietária da infraestrutura, é dona da infraestrutura.

Isso acontece em outras modalidades do transporte. Por exemplo, no caso dos oleodutos, a PETROBRAS tem o seu oleoduto, que ela constrói para transportar o gás que produz ou que adquire ou os derivados de petróleo que produz também. Então, o oleoduto pertence à PETROBRAS, assim como a infraestrutura ferroviária pertence à empresa ferroviária. Isso acentua, nitidamente, a grande diferença que há entre a modalidade ferroviária e a modalidade rodoviária.

Muitas vezes, nós dizemos que o Brasil parte para usar mais as rodovias e menos as ferrovias. Mas é preciso notar que no caso das ferrovias há realmente uma limitação, uma inibição operacional. A rodovia é uma modalidade de transporte mais livre, mas autônoma, porta a porta, de maior flexibilidade e maior facilidade de uso.

Essa lei que se propõe aqui, esse projeto de lei, tenta entrar nesta área e permite que o transportador ferroviário possa usar a infraestrutura ferroviária administrada por uma outra empresa ferroviária. É o que nós chamamos de tráfego mútuo ou direito de passagem. Porque, hoje, uma linha operada pela Vale do Rio Doce não pode entrar na ferrovia operada pela MRS, porque é um problema de propriedade da ferrovia e arrendamento da ferrovia ao concessionário.

Nesta lei aqui, nós estamos admitindo a hipótese de que, quando uma outra empresa ferroviária deseja movimentar a sua composição ferroviária ao longo de uma linha férrea que pertence a outra ferrovia, ela pode fazê-lo, negociando com o proprietário da ferrovia, sob a jurisdição ou sob o arbítrio da Agência Nacional de Transporte Terrestre, de forma que isso não deixa de ser um avanço importante, a permissão do tráfego mútuo, do direito de passagem de uma composição ferroviária ao longo de uma malha que não lhe pertence.

O projeto de lei propõe essa liberdade, essa faculdade. Não é proibido, pode passar, depende do entendimento entre os seus concessionários, o proprietário da infraestrutura e o operador do transporte.

Eu aprovo o projeto, portanto. O meu relatório é favorável e o meu voto é a favor. Apenas apresento uma pequena emenda de redação no item XIX do art. 35, do Projeto de Lei 185, dizendo que as "*condições para o exercício de direito de passagem de composições ferroviárias de outras concessionárias*", porque a maneira como o projeto de lei proposto foi redigido, restringe ou amplia esse direito de passagem para outros concessionários, de outras modalidades de transporte. Isso fica impróprio.

Deve, essa decisão, se for aprovada aqui, for tomada, ela deve ser tomada apenas para modalidade ferroviária. Portanto, eu apresento o meu voto favorável ao projeto de lei, com essa emenda de redação aqui proposta.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto com a emenda apresentada. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

"Item nº 02 da Pauta. Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, que altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País. Autor: Senador César Borges. Relatora: Senadora Serys Slhessarenko. Parecer: contrário ao projeto e à Emenda nº 01 da Comissão de Assuntos Econômicos. Observação: 1. no dia 19 de maio de 2008, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 01 da própria Comissão de Assuntos Econômicos; 2. a matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa."

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para proferir o seu relatório.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente, Sr. vice-Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

"De autoria, esse projeto, do Senador César Borges, em pauta, ele pretende alterar o art. 17 da Lei 9.432, de janeiro de 97, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, com a finalidade de prorrogar, por mais dez anos, a isenção do pagamento de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre as mercadorias cuja ori-

gem ou destino final seja porto localizados nas regiões Norte e Nordeste do País.

Sustenta a proposição o argumento de que as condições que justificaram a isenção concedida em 97, relacionadas com padrões de desenvolvimento econômico inferior ao das regiões, ainda remanescem. Nesse sentido, ao destacar que o fim da isenção poderia comprometer a competitividade de setores industriais das duas regiões beneficiadas, os autor considera que o AFRMM representa um mecanismo concentrador de riqueza, uma vez que arrecada recursos de regiões pobres para destiná-los a estados mais ricos, nos quais se concentra a indústria naval.

Na análise, a proposição é constitucional, uma vez que o art. 22, inciso XI, da Carta Política atribui à União competência privativa para legislar sobre transporte, não havendo nos termos do art. 61 do texto constitucional restrição à iniciativa parlamentar.

No mérito, outras razões contrárias se impõem. De plano, importa observar que alguns dos pressupostos da iniciativa já não subsistem. O próprio prazo de vigência do benefício da não incidência do AFRMM nas regiões Norte e Nordeste que, nos termos da Lei nº 9.432, de 97, seria extinto em janeiro de 2007, foi prorrogado até 2012 por força da edição da Lei 11.482, de maio de 2007, decorrente da conversão da Medida Provisória 340, de 29 de dezembro de 2006.

Outra questão de mérito a recomendar a reavaliação do projeto se refere a seus efeitos econômicos. Se, no passado recente, as demandas por financiamentos com recursos da FMM se mostravam inferiores ao montante disponível, levando a que a parcela não utilizada fosse restituída ao Tesouro Nacional, hoje as circunstâncias são outras. Desde o controle eletrônico da arrecadação até o estímulo aos investimentos por meio da redução das taxas de juros e da ampliação dos prazos de carência e automatização, várias medidas de fomento ao setor naval vêm sendo adotadas pelo governo federal. Alavancadas pelo fortalecimento do comércio exterior e, especialmente, pela ampliação e crescente nacionalização das frotas vinculadas à PETROBRAS, essas medidas não apenas vêm resultando em volumosa demanda dos recursos do FMM como também têm levado o governo a prover fontes suplementares de financiamentos destinados à expansão e à modernização da Marinha Mercante.

Desse modo, a decisão de renunciar ainda mais à arrecadação da AFRMM, longe de favorecer a desejável redução das desigualdades regionais, como alega pretender a iniciativa em pauta, poderia operar em sentido oposto".

Voto, Sr. Presidente. *"Em razão do exposto, voto pela rejeição do PLS nº 238, de 2006, bem como da Emenda nº 01 da CAE."*

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaria apenas de entender.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Quer dizer que a ideia é não prorrogar a isenção do adicional de frete para os portos do Norte e Nordeste? O adicional de frete é um recurso que é usado para ampliação da frota mercante.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Perdão.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para longo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para longo curso, para importação e exportação, mais aplicado na importação.

Se a medida já existe há dez anos, nós não teríamos muito a opor com relação à prorrogação disto. Mas é importante salientar que o adicional de frete é importante para que o Brasil tenha os recursos de financiamento da construção naval, e nós estaríamos isentando do pagamento de adicional de frete o transporte de longo curso com acesso aos postos do Norte e Nordeste.

Eu fico favorável à prorrogação, de acordo com o relatório da, o parecer da relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigada, Senador Ministro Eliseu Resende.

Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

Em votação o relatório que concluiu pela rejeição do projeto da Emenda nº 01 da CAE. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

"O Item 03 da Pauta. Decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 2009, que dispõe sobre a venda de espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros. Autor: Deputado Dr. Rosinha. Relator: Senador Wellington Salgado. Parecer: favorável ao projeto. Observação: a matéria irá à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa."

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, relatora *ad hoc,* para proferir o seu relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

"A proposição em análise, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, encontra-se nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura e trata da exploração comercial de espaços publicitários nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros, bem como da aplicação da receita oriunda dessa exploração na redução dos valores das tarifas cobradas dos usuários.

Nesse sentido, determina que os valores captados pelas empresas de transporte com a venda de espaços publicitários sejam apropriados como receita operacional não fixa e considerados na determinação do valor das tarifas.

Estabelece, também, que as receita geradas pela venda de espaço publicitário em terminais, estações e nos pontos de paradas do sistema de transporte sejam utilizadas para subsidiar as tarifas.

Na justificação o autor argumenta que o movimento de pessoas nos veículos e edificações do sistema de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário toma esses espaços privilegiados para a divulgação de mensagens publicitárias.

Sua exploração comercial, contudo, ocorre sem o que respectivo benefício financeiro seja revertido para os usuários na forma de redução tarifária. Segundo o autor, a proposição em tela visa corrigir essa distorção, obrigando o concessionário de transporte coletivo a apropriar o montante obtido com a venda de espaços publicitários como receita operacional não fixa a ser considerada no cálculo do valor das tarifas.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Viação e Transporte, e de Constituição e Justiça e Cidadania. Nesta última, aprovou-se emenda para determinar que a execução da medida seja feita nos termos de lei de iniciativa do ente político responsável pelo serviço.

No Senado, a proposição foi distribuída às Comissões de Serviço e Infraestrutura, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a última decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas".

Análise. *"Compete a esta comissão analisar o projeto quanto ao mérito, no que diz respeito às implicações sobre o sistema de transporte público de passageiros alcançados pela medida.*

Avaliação da constitucionalidade, juridicidade e mérito, no que diz respeito aos direitos dos usuários, será feita pela CMA, que detém a competência terminativa.

Consideramos oportuna a iniciativa ora analisada: o transporte público de passageiros é um dos principais serviços públicos prestados à população brasileira diariamente. Assim, qualquer iniciativa que resulte na redução do preço das passagens, contribui para indiretamente elevar renda de milhões de usuários desse serviço.

Uso de receitas alternativas, complementares ou acessórias, em concessões de serviços públicos, como forma de favorecer a modicidade das tarifas, já está previsto no art. 11 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos. Essas fontes de financiamento têm sido crescentemente empregadas em diversos setores, tornando os respectivos serviços mais acessíveis aos usuários.

No caso específico do projeto em tela deve se registrar que a publicidade no interior de meio de transporte de massa é percebida por muitos passageiros como um incômodo, ou seja, como poluição visual. Nada mais justo, portanto, que as receitas geradas revertam para os próprios passageiros na forma de redução tarifária.

Finalmente, note-se que para não caracterizar interferência indevida na esfera das administrações estaduais e municipais, responsáveis, respectivamente, pelo sistema de transporte urbano intermunicipal de passageiro, o projeto, acertadamente, reserva àqueles entes a competência para definir os procedimentos de fiscalização e controle necessários à operacionalização da medida.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 201, de 2009."

É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado Senadora Rosalba Ciarlini.

Em discussão a matéria relatada pela relatora *ad hoc,* Senadora Rosalba Ciarlini.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto. Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de fazer uma solicitação: o Item 05, que é de minha autoria, o relator é o Senador Jayme Campos, e, em contato com o senador, ele pediu que, como ele, hoje, não pôde estar presente, ele pede para, se possível, transferir esse assunto para a próxima semana, quando ele poderá estar presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A solicitação de V. Exa. será atendida em nome do Senador Jayme Campos. Fica o Item 05 da Pauta transferido para a nossa próxima reunião.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko para esclarecimento.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Esclarecimento. A respeito do Item 05, que é de autoria da Senadora Rosalba e relatoria do Senador Jayme Campos, nós iríamos pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu não sei se já pediria agora essa vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Já será comunicado ao Senador Jayme Campos que, na próxima reunião, V. Exa. irá pedir vistas, e ele, naturalmente, irá tomar as providências devidas para isso. Ou seja, fica garantida à V. Exa., desde já, a vista do projeto constante do Item 05 da Pauta da nossa reunião de hoje.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em relação ao Item 07, requerimento do Senador Delcídio Amaral, Requerimento nº 2, de 2010, o senador não está presente, e eu solicitei também ao Senador Delcídio para que nós pudéssemos conversar melhor sobre o teor desse requerimento, em que ele solicita "*a realização de Audiência Pública para debater sobre a Renovação das Concessões no Setor Elétrico, e seus impactos tarifários, indicando nomes de alguns convidados, como o Dr. José Antonio Muniz Lopes, presidente da Eletrobrás, Dr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da ANEEL, Dr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo e Ministro interino de Minas e Energia, e Vilson Daniel Christofari, Presidente da CESP – Cia Energética de São Paulo"*.

Não estando ele presente, o Senador Delcídio Amaral, e sendo ele o autor do Requerimento nº 2, eu retiro de pauta, e fica sobrestado esse requerimento até que haja um perfeito entendimento da oportunidade de se realizar essa Audiência Pública, tendo em vista o excesso de trabalho que nos aguarda nas próximas semanas em função da discussão das questões do marco regulatório do pré-sal.

Encerrada, portanto, a nossa pauta de trabalhos do dia de hoje.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu gostaria de informar, mais uma vez, as Sras. e Srs. Senadores que, a partir da próxima segunda-feira, dia 1º de março, iniciaremos o ciclo de Audiências Públicas sobre recursos humanos para inovação e competitividade, com o objetivo de trazer subsídios para um levantamento da situação atual do país quanto à formação e capacitação dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento, gerenciamento e execução das obras de infraestrutura, previstas para acontecerem no período de 2010 a 2015, e apresentar soluções para execução de ações que levem à formação e capacitação rápida e efetiva dos recursos humanos necessários.

Convoco, portanto, os Srs. e Sras. Senadoras para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 1º de março próximo, às 18 horas, neste plenário, com a apresentação do primeiro Painel: A formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura do país.

Cumprimentamos a todos os Srs. e Sras. Senadoras, e encerro a presente reunião. E, naturalmente, registrando aqui a presença do senador e presidente de várias das nossas reuniões plenárias, o Senador Mão Santa, que acaba de chegar. Muito obrigado pela sua presença.

Está encerrada a nossa reunião.

Sessão encerrada às 09h49.

03ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 01 DE MARÇO DE 2010, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia primeiro de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência declara aberta a reunião, e anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, integrando a **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** atende ao Requerimento nº 01, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor,** para debater sobre o Desafio:

Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. Apresentando hoje, o Painel 1 – "A Formação e Capacitação de Mão de Obra Necessária para Enfrentar os Desafios nos Setores Ligados à Infraestrutura do País", com a presença dos seguintes convidados**: Dr. Sandoval Carneiro Júnior –** Diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES; **Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho –** Diretor do Departamento de Ações Regionais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – MCT; **Magnífico Reitor Paulo Alcântara Gomes** – Reitor da Universidade Castelo Branco (RJ), representando a Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior – ABMES e **Dr. Wilson Lang** – Engenheiro Civil, Ex-Presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e Assessor de Projetos Especiais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra a Senhora Senadora **Rosalba Ciarlini**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor,** Presidente.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE 2010, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal promoveu, ao longo do segundo semestre de 2009, um ciclo de Audiências Públicas, denominado "Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais". O objetivo básico foi debater sobre as dificuldades e gargalos que o setor precisa superar para o Brasil retomar e potencializar o seu crescimento econômico, sobretudo após a crise mundial de 2008/2009. Com a participação de especialistas de renome representando diversas áreas de atuação na infraestrutura nacional, como o mundo acadêmico e científico, a iniciativa privada e o setor público, tivemos a oportunidade de acompanhar discussões do mais alto nível, abordando os inúmeros e variados problemas do setor. Dividido em três grandes desafios – infraestrutura para inovação e desenvolvimento; marco regulatório do pré-sal e infraestrutura e políticas públicas – e composto por diversos painéis, publicamos, em três edições, que aqui estão à disposição das Sras. e Srs. Senadores e de todos aqueles que, não estando aqui, desejarem ter acesso a esses documentos, poderão, via e-mail, se dirigir à Comissão de Infraestrutura, que nós remeteremos esses fascículos com o que ficou aqui explicitado e discutido nas Audiências Públicas realizadas.

Então, foram esses três grandes desafios. Repetindo: infraestrutura para inovação e desenvolvimento, marco regulatório do pré-sal e infraestrutura e políticas públicas. Composto por diversos painéis, publicamos, nessas três edições, a que já me referi, um extrato dos debates, contendo relatórios consubstanciados sobre os aspectos preocupantes, abordados em cada Audiência Pública. A questão da formação e capacitação dos recursos humanos a serem demandados no processo de crescimento e incremento da nossa economia, especialmente dos segmentos da infraestrutura, foi um tema recorrente nas exposições aqui feitas. Isso reflete a justa preocupação que devemos ter com o rápido e efetivo preparo e a qualificação de nossa mão de obra para suprir as necessidades e deficiências que já se apresentam no mercado. Isto é, fazer um inventário das necessidades de mão de obra nos diversos setores da área de infraestrutura, para dar, sobretudo aos jovens, melhores condições de poder decidir para qual área, para qual carreira deverão pender, se quiserem ter, rapidamente, acesso ao mercado de trabalho. Naturalmente, claro, de acordo, também, com as suas aptidões.

Nesse sentido, e dando continuidade à Agenda 2009/2015, a Comissão de Serviços de Infraestrutura promove novo ciclo de 14 Audiências Públicas entre os dias 1º de março e 07 de junho deste ano, que aqui já estão, cada um desses *folders* com sete audiências, com os palestrantes e convidados – essas as primeiras sete audiências, essas as últimas sete audiências -, que serão realizadas, entre os dias 1º de março e 07 de junho deste ano, com o desafio "Recursos Humanos para Inovação e Competitividade".

Dentro deste assunto, eu gostaria de fazer a leitura do editorial publicado pelo jornal O Estado de São Paulo, do último dia 16 de fevereiro deste ano, cujo título é "Mercado mais Exigente". Diz o referido editorial: "*A margem de lucro operacional é satisfatória, não há problemas financeiros imediatos, as perspectivas são animadoras, novos empreendimentos devem ser iniciados nos próximos seis meses e, por*

isso, as empresas planejam comprar mais insumos e matérias-primas e contratar trabalhadores. Seria inteiramente promissor o cenário para a indústria da construção civil – esse editorial aborda, especificamente, a questão da construção civil -, desenhado pela nova pesquisa mensal, conjuntural, do setor, realizada pela Confederação Nacional da Indústria, em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, se ele não estivesse tisnado por uma preocupação para a qual não há solução fácil e nem rápida: a falta de mão de obra qualificada. A retomada do crescimento e se saírem do papel os projetos públicos para as áreas de petróleo, gás e habitação tornarão mais agudo esse problema, que afetará diversos segmentos econômicos e poderá, até mesmo, limitar o seu crescimento e a sua atualização tecnológica. A despeito da existência de um grande número de desempregados no país, há vagas, e elas estão, e continuarão, a ser oferecidas em números crescentes. Mas as exigências para preenchê-las são rigorosas e serão ainda mais daqui para frente. Já é estreito o gargalo da falta de mão de obra especializada para projetos de construção civil, siderurgia, metalurgia, automação, telecomunicações, petroquímica e outras. Além das obras públicas já anunciadas, o país terá necessidade de outras, como as exigidas para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, que serão realizados no Rio de Janeiro.

Há, ainda, setores novos, como o da cadeia de petróleo, gás e biocombustíveis, que já sofrem com a escassez de profissionais habilitados. Estatísticas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA – mostram que, em 2006, no Brasil, havia seis engenheiros para cada mil pessoas economicamente ativas, metade da proporção observada em outros países em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, a proporção varia de 18 a 20 engenheiros por mil. No Brasil, formam-se 23 mil engenheiros por ano, enquanto a Coréia do Sul forma 80 mil e a Índia, 200 mil. Na construção, porém, o problema não se limita ao topo da qualificação, é tão ou mais grave na base da pirâmide profissional. O setor está deixando de ser a principal porta de entrada do mercado de trabalho para pessoas sem qualificação profissional, em geral, contratadas como serventes e treinadas no canteiro de obras para desempenhar outras funções. Em decorrência da modernização das técnicas construtivas e do uso de novos materiais e novos equipamentos, o semianalfabeto pode ser contratado como ajudante, basta ter um pequena habilidade. A formação é feita desse jeito, disse Yshikawa a uma publicação especializada. Em razão da falta de profissionais preparados, a construção continua a recrutar parte de seus quadros entre trabalhadores sem qualificação para treiná-los no canteiro de obras, como sempre o fez.

Recentemente, o SINDUSCON-SP firmou um convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – para dar treinamento específico, não nas escolas, mas nas instalações das construções. É um bom caminho, mas, de acordo com o diretor do SINDUSCON-SP, por enquanto só existem duas unidades do SENAI voltadas para a qualificação de mão de obra para a construção: em São Paulo, em Bauru, e em Tatuapé. É pouco – finaliza o editorialista -, *para a demanda crescente. O país precisa encontrar soluções que evitem que a escassez de mão de obra se torne o próximo freio do crescimento*".

Em função desses fatores é que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, com a aprovação dos Srs. e Sras. Senadores membros desta mesma Comissão, achou por bem realizar esse ciclo de debates, tentando colocar na Mesa representantes das universidades, tanto públicas como privadas, representantes da iniciativa privada na área a ser considerada específica da infraestrutura. Teremos aqui audiências em que estaremos tratando da demanda de mão de obra na área de geração de energia, na área de telecomunicações, na área de recursos hídricos, de transportes terrestres, de transportes aquaviários, de aeronáutica, de engenharia, de petróleo e etanol, de pré-sal, de exploração mineral. Trataremos, também, da demanda de mão de obra para os eventos Rio+20 – que foi agora, no último dia 24 de dezembro, decidido por unanimidade nas Nações Unidas, que o Brasil sediará essa conferência de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza no planeta -, a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a exploração de gás.

Então, todas essas audiências nós colocaremos a iniciativa privada representando e mostrando, cada um desses setores, a necessidade que terão nesse horizonte temporal até 2015, o Poder Público e também setores que estejam diretamente envolvidos com essas atividades, de modo a que tentemos e, eventualmente, possamos conseguir que haja uma integração dessas diversas atividades e que as universidades possam fornecer ao mercado e à iniciativa privada e/ou ao Poder Público mão de obra qualificada para que não aconteça, como diz o editorialista, um freio no crescimento econômico que se avizinha e que esperamos com 'alvíceras' para os próximos anos.

Apresentando, hoje, o primeiro painel – "A Formação e Capacitação de Mão de Obra Necessária para Enfrentar os Desafios nos Setores Ligados à Infraestrutura do País" -, convidamos os seguintes participantes para que tomem assento à Mesa: o Professor Sando-

val Carneiro Júnior, diretor de relações internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES -, ligado ao Ministério da Educação; Dr. Roosevelt Tomé Silva, diretor de ações regionais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social; Professor Paulo Alcântara Gomes, magnífico reitor da Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro, representando a Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior; e o Dr. Wilson Lang, engenheiro civil, ex-Presidente do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – e assessor de projetos especiais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Convido os senhores palestrantes, portanto, a tomarem assento à Mesa.

Então, concedo a palavra, para iniciar a nossa audiência da noite de hoje, ao Dr. Sandoval Carneiro Júnior, diretor de relações internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – do Ministério da Educação. V. Sa. tem 20 minutos para fazer a sua exposição, com a tolerância de cinco minutos. Com a palavra, V. Exa..

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: Boa-tarde, senador, boa-tarde a todos. Agradeço o convite de representar o Ministério da Educação nesta sessão e queria apresentar alguns dados sobre a evolução da pós-graduação no Brasil e sobre a ciência brasileira, para depois ir ao tema da formação dos recursos humanos necessários para a infraestrutura, basicamente abordando a questão das engenharias no Brasil. Para avançar, eu posso usar esse aqui, ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Pode.

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: Então, a partir dos anos 50, 1951, a CAPES foi fundada, no mesmo ano que o CNPq, e iniciou-se, então, um ciclo que podemos chamar de virtuoso para a ciência brasileira, fundamentado no fomento à pós-graduação, na cooperação internacional, na avaliação da pós-graduação, mantendo a sua qualidade, nos programas de iniciação científica, na formação dos grupos de pesquisa e, mais recentemente, no portal de periódicos da CAPES. Esse sistema, portanto, hoje, é composto por diversos agentes. À esquerda, no âmbito do MCT, temos o CNPq e a FINEP, no âmbito do MEC, fundamentalmente, a CAPES, e, do lado direito, os Governos Estaduais, com a iniciativa que data já de 1962, da criação da FAPESP, e diversos outros Estados vêm acompanhando, através de suas fundações de amparo à pesquisa, que, então, fomentam o desenvolvimento da pós-graduação. Próximo.

No caso da CAPES, recentemente, ela recebeu novas missões, que é a da formação do ensino básico, formação de professores do ensino básico, através de duas diretorias, que, então, está desenvolvendo intensos programas de formação de professores para o ensino de ciências, de matemática e assim por diante. Então, a CAPES, hoje, é composta por seis diretores, e a minha área lá é de relações internacionais. Próximo.

O Brasil, então, vem investindo pesadamente na sua pós-graduação, com o apoio, através das bolsas de estudos, com um crescimento expressivo tanto no mestrado como no doutorado, além de outros programas, os quais eu vou mencionar rapidamente. Então, em 2008, já tínhamos mais de 41 mil bolsistas no sistema. Próximo.

Está aí a evolução em todos os níveis, passando de 40 mil em 2008. Os próximos também podem ir rapidamente. No doutorado, um crescimento expressivo. Próximo. Os programas especiais, que eu vou mencionar mais tarde. A execução orçamentária, já em 2008, chegava perto de 650 milhões de reais. No caso da evolução, a CAPES vem se dedicando mais à pós-graduação, enquanto que o CNPq diminuiu a sua participação da pós-graduação, mas, por outro lado, vem aumentando o apoio direto aos pesquisadores e à iniciação científica. O CNPq não consta aí, porque são as bolsas de mestrado e doutorado, mas somente na iniciação científica concede mais de 30 mil bolsas, uma atuação muito importante e de longo prazo. Então, hoje, o sistema nacional de pós-graduação já conta com mais 4.100 cursos, basicamente 60% no mestrado e 35% no doutorado, uma nova modalidade, o mestrado profissionalizante, visando fomentar cursos de mestrado mais voltados às aplicações das ciências e da tecnologia. O sistema, então, já conta com mais de 150 mil alunos, dos quais, basicamente, 1/3 no doutorado e 2/3 no mestrado, e, em 2009, já tínhamos, então, um total de 50 mil bolsas outorgadas pela CAPES. Próximo.

Aí consta a evolução dos titulados, vem acompanhando, é claro, o crescimento, com destaque para o doutorado que, em 2008, já atingiu a casa dos 11 mil, e, em 2009, estamos ainda esperando os últimos dados, mas deve chegar muito perto dos 12 mil doutores formados. Então, toda essa evolução pode ser vista como um resultado expressivo, o aumento da produção científica brasileira. Eu vou comentar um pouco mais adiante que o crescimento da titulação em doutorado vem sendo acompanhado pela presença crescente do Brasil nos melhores periódicos internacionais, através dos artigos publicados. Então, esse quadro aí, com base nos sistemas do *Institute for Scientific Information*, mostra que o Brasil, em 2008, ultrapassou a Holanda e a Rússia, que, antes, estavam

em 13º. Hoje, o Brasil, então, ultrapassou a Holanda e a Rússia na produção científica, em termos dos periódicos indexados. É um dado bastante significativo e alvissareiro. Na cooperação internacional, que é a nossa área, também é importante para sustentar a capacitação com experiências no exterior. Então, são vários programas. O doutorado pleno, que é aquele clássico, e o doutorado 'sanduíche', uma modalidade que envolve um período no exterior e é um programa muito mais barato para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Mas tem o mesmo valor que o doutorado pleno?

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: Sim. Claro. Não só as avaliações que nós temos feito, senador, mostram que o desempenho dos ex-bolsistas de doutorado 'sanduíche' tem sido igual, e, em alguns casos, melhor do que o doutorado pleno. Próximo.

Então aí é a evolução das diversas modalidades. A questão do doutorado 'sanduíche', então, vem sendo priorizada pela CAPES, em detrimento, vamos dizer assim, do doutorado pleno, por causa dos seus custos e porque eu já falei da questão do próprio desempenho dos bolsistas. Mostra, então, as barras, a evolução do número de bolsas de estudos no exterior. E as curvas mostrando, então, o doutorado pleno decrescendo e as outras modalidades aumentando, que é muito vantajoso para o país. No caso da cooperação internacional, como eu disse no início, é uma das vertentes que ajudou muito o país, no início da implantação da pós-graduação, e nós desenvolvemos, então, muitos mecanismos para fomentar essa cooperação. Não há tempo para detalhar todos eles, mas eu vou mostrar alguns dos resultados desses programas.

Nós temos, hoje, cooperações muito fortes com todos esses países. Em 2009, mais de 526 projetos conjuntos de pesquisa, são projetos que envolvem a mobilidade, nos dois sentidos, de pesquisadores e alunos de pós-graduação. No caso dos projetos conjuntos, a maioria é doutorado ou pós-doutorado. As parcerias universitárias é uma modalidade semelhante que envolve, em alguns casos, até os alunos de graduação, e ele tem uma forte vertente tecnológica. Aqui, com a França, é Brasil/França Engenharia e Tecnologia; na área agrária, com a Argentina, temos uma interação bastante interessante também; com a Alemanha, é um dos parceiros mais tradicionais do Brasil na cooperação internacional; e esse programa é com os Estados Unidos, com um entusiasmo excepcional por parte dos participantes. Um exemplo da interação de grupos, da articulação de grupos de pesquisa, é esse Programa BRAGECRIM, que visa a inovação tecnológica na área da manufatura. A ideia era colocar os parceiros brasileiros e alemães em um projeto conjunto de desenvolvimento tecnológico que envolve tecnologias de ponta, a parte de logística e assim por diante. Próximo.

Então esse é um projeto muito interessante que envolve dez universidades no Brasil, 11 na Alemanha e 30 institutos de pesquisa, mostrando, dando um exemplo de articulação bastante profícua. Esse programa conseguiu alavancar, da agência alemã, e, no caso brasileiro, da CAPES, CNPq e FINEP, mais de 20 milhões de reais para apoiar as pesquisas, incluindo a parte de equipamentos dos laboratórios. Por outro lado, a gente vê uma... Acho que o senador já está bem ciente dessa questão, enquanto que a ciência brasileira vai progredindo bem com as publicações, a parte de inovação tecnológica ainda estamos muito aquém.

Então, vejam, por exemplo, os senhores, as patentes concedidas no *US Patent Office* entre 2002 e 2007. O Brasil está aqui com apenas 288, a Malásia já com 359, comparando com a Índia e a China, quase uma dezena de vezes mais patentes. Então, quando a gente compara a produção científica em diversos países com as patentes obtidas nos mesmos países, nós vemos, por exemplo, que a Alemanha tem uma produção de artigos da mesma ordem que a produção de patente; a Coréia do Sul patenteia mais do que publica; enquanto que o Brasil, a gente teve que fazer um *zoom* aqui porque quase desaparecia lá. Somente a Polônia, nesse indicador, tem o desempenho inferior ao do Brasil, ou seja, publica muitas e muitas vezes mais do que exerce a atividade de patenteamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Por que isso?

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: É uma série de fatores, senador, que a gente teria que explorar com mais cuidado, mas a empresa brasileira não investe em inovação, ela prefere comprar, muitas vezes, a tecnologia de fora. Enquanto, por exemplo, a Coréia, o Grupo Samsung tem um laboratório de pesquisa com cinco mil doutores, se V. Exa. olhar os diversos conglomerados e empresariados brasileiros, eles não empregam mestres e doutores, é raríssima exceção. Então, essa que eu acho que é uma das razões. Então, apesar de todo esse desenvolvimento, há que considerar, também, que o país está aquém da massa crítica de pesquisadores, da presença de pesquisadores. Enquanto, por exemplo, o Japão estava da ordem de 700 pesquisadores para cada cem mil habitantes, o Brasil estava, na época desse levantamento, em 2005, com apenas 34. Então, ainda estamos abaixo. Estamos progredindo na capacitação, mas ainda há que continuar investindo nessa área. Próximo.

Vamos, então, à situação das engenharias, que é o mais próximo da questão da infraestrutura. Então,

os dados da CAPES mostram que, quando a gente analisa a evolução da pós-graduação em todas as áreas do conhecimento e compara com as engenharias e ciências da computação, que são intimamente relacionadas, nós vemos uma participação bastante aquém, da ordem de 11 ou 12%, no mestrado, e, no doutorado, também da ordem de 10, 9%, em relação ao número total de titulados.

Entretanto, mais preocupante ainda é a questão dos egressos dos cursos de engenharia. Eu acho que isso é um problema conhecido, mas cabe ressaltar que, quando a gente olha esse quadro, que é de 2007, tivemos 32 mil engenheiros formados, e isso corresponde a apenas 4,25% do total de formandos. Comparando com alguns países, a Índia está formando 220 mil engenheiros por ano, seis vezes mais, mais de seis vezes a mais, quase sete vezes a mais que o Brasil; a Rússia, cinco vezes a mais; a China, então, nem se fala; e, na Coréia do Sul – lembrem-se que eu citei o dado que no Brasil são 4%, pouco mais de 4,2% dos formandos são engenheiros – na Coréia, quase 30%. Próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Engenheiros nas sua diversas...?

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: É. Em todas as modalidades. Então, outros dados que preocupam são os que constam dessa transparência, onde, em 2007, tivemos 450 mil inscritos nos cursos de engenharia, dos quais, então, eram 198 mil vagas, apenas 115 mil se matricularam, deixando 83 mil vagas ociosas. Além disso, tem um índice alarmante de evasão: 60% nas públicas, apesar de gratuitas, e 75% nas privadas e comunitárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Devido a que isso tudo?

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: Primeiro, que o estudo de engenharia é duro, é puxado. Nos primeiros anos, o aluno ingressa na faculdade, tem que estudar muita física, muita matemática, ele não vê, ainda, a sua aplicação direta, e isso desestimula um pouco. E, outras vezes, o próprio aluno passa a se interessar por outras áreas. O mercado de trabalho não andou tão atrativo, melhorou muito nos últimos anos, mas essa é uma das razões. Próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Isso foi em 2005?

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: Em 2007, por aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Em relação a 2007?

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: É. De 2007. Próximo. Então, o estudo do IPEA, que foi recém divulgado, ainda está na sua fase preliminar, fizeram um levantamento que, além de termos poucos alunos formados – isso é uma característica dos engenheiros – muitos são atraídos para outras atividades. Por exemplo, o sistema financeiro e bancário é um notório empregador de engenheiros, porque eles são atraídos pelas facilidades de raciocínio dos engenheiros e assim por diante. E o IPEA, então, mostrou três cenários de crescimento econômico e todos eles apontam para a escassez de engenheiros. Próximo.

Vamos falar agora do que foi feito no passado. A Associação Brasileira de Ensino de Engenharia – do qual o meu ilustre colega Paulo Alcântara Gomes já foi presidente e um dos fundadores -, ao longo dos anos, vem se preocupando com a questão do ensino de engenharia e, obviamente, da formação dos engenheiros. Foram formulados diversos estudos e projetos ao longo das décadas, alguns dos quais, infelizmente, não tiveram a continuidade que era necessária, no nosso entender, que é o caso do REENGE, que foi inspirado pelo grande mestre, Professor Longo; o projeto [ininteligível], mais recente, na FINEP, não tiveram continuidade. E, mais recentemente, a CNI, em parceria com a própria ABENGE, o CONFEA e o Instituto Euvaldo Lodi vem formulando o projeto chamado Inova Engenharia. E, muito mais recentemente, o presidente da CAPES instituiu um grupo de trabalho das engenharias, o qual eu tenho a honra de presidir, para formular propostas para melhorar, evitar, diminuir a evasão. E nós temos uma audiência com o Sr. Ministro da Educação nesta quarta-feira, para entregar uma primeira proposta do chamado Plano Nacional Pró Engenharias, que visa, então, contribuir para uma menor evasão dos alunos. Próximo.

Rapidamente, algumas parcerias especiais que a CAPES vem desenvolvendo ao longo desses últimos anos. O Presidente Jorge Guimarães é um cientista básico, mas grande incentivador das engenharias. Então, com o apoio da comunidade, vem formulando diversos programas ligados à infraestrutura e à parte tecnológica. Então, esses programas de pós-graduação são voltados a aspectos específicos de necessidade do país. Alguns projetos especiais ligados àquelas ideias, então, se referem ao desenvolvimento das instituições científicas e tecnológicas, dentro da Lei da Inovação. Vários editais já foram publicados e diversos projetos que envolvem empresas e incentivo fiscal para desenvolvimento de tecnologia estão em andamento. Além disso, um projeto específico para as engenharias, ensino e pesquisa tecnológica. Destaco, também, a questão da formação de recursos humanos na TV digital, é um programa que está repercutindo na América Latina, com diversos países aderindo ao

modelo brasileiro e cooperando no desenvolvimento tecnológico nessa área.

Alguns apoios são formulados através dos programas do desenvolvimento da educação, como, por exemplo, o incentivo à absorção de recém doutores nos laboratórios; os programas de excelência acadêmica, que visam apoiar os cursos 6 e 7; e o programa nacional de pós-doutorado. Todos eles têm recebido uma priorização especial da CAPES, quando se fala das engenharias e das ciências básicas. Então, em conclusão, nós vimos os progressos do Brasil na pós-graduação e no desempenho científico. Por outro lado, é um progresso excepcional que tem atraído a atenção e a admiração da vários países, de muitos países.

Nas engenharias, nós temos uma situação bastante desfavorável, quando comparados com economias em desenvolvimento, nos países do BRIC, como eu citei alguns. Alguns dos programas não tiveram a continuidade, é um aspecto fundamental para a infraestrutura do país. E nós viemos tendo um tímido desenvolvimento tecnológico, quando medido pelo baixo número de patentes e registros de marcas. Entretanto, algumas ações futuras, como as citadas do Inova Engenharia, com a articulação do CONFEA, do IEL, da Confederação Nacional das Indústria e da ABENGE, poderão, então, corrigir esse rumo e melhorar essa atuação do país. Temos a sensibilidade do Ministro e do presidente da CAPES. Então, mantendo uma articulação entre esses atores, podemos ser otimistas quanto a um melhor desenvolvimento das engenharias. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Sandoval Carneiro Júnior pela sua explanação. Eu teria algumas poucas perguntas dirigidas a V. Sa., Dr. Sandoval. Nós verificamos, pela sua explanação, alguns pontos que nos chamaram a atenção. Primeiro, o número excessivo de evasão escolar nos cursos de engenharia, tanto nas escolas, universidades ou faculdades públicas quanto privadas. E isso me parece que também poderia estar ocorrendo em função de uma falta de motivação para o aluno prosseguir nos seus estudos. Porque o mercado, hoje, como está aí colocado, o mercado hoje está absorvendo essa mão de obra qualificada, está absorvendo engenheiros, por exemplo, que foi a profissão mais abordada na sua explanação. E nós também sabemos que, ao jovem, o que nós podemos oferecer é uma perspectiva de que, terminado o seu curso, ele vai poder conquistar o seu emprego e colocar em prática tudo aquilo que ele aprendeu nos bancos escolares. Também, essa falta de atenção da iniciativa privada, desses grandes grupos e conglomerados, com a inovação tecnológica e com o desenvolvimento. Essa relação da produção científica versos patentes, nós estamos em uma brutal desvantagem. Produzimos muita literatura científica, e foi aí demonstrado, mas, em termos de patentes, não, porque falta exatamente o que V. Sa. se referiu, que é um apoio mais efetivo da indústria de investir nos seus parques industriais com laboratórios de pesquisa e desenvolvimento. Pelas suas palavras, eles acham mais fácil comprar e importar determinada tecnologia do que formar pessoas capazes de construir essa mesma tecnologia. E isso, acredito eu, seja uma falta de visão em relação ao futuro, porque, no momento em que se tenha um departamento, um laboratório de produção científica, servirá não somente para aquele momento específico em que a empresa esteja necessitando rapidamente de acesso a uma nova tecnologia, mas, tendo uma visão de mais largo prazo, também para o futuro.

Dentro dessa ótica, é que, depois, passando a palavra ao Professor Paulo Alcântara Gomes, magnífico reitor da Universidade Castelo Branco, no Rio de Janeiro, [soa a campainha] é que eu gostaria de saber o que poderia, também, as universidades e as faculdades ajudarem com a criação desses laboratórios nas suas próprias unidades. Eu fui aluno aqui da Universidade de Brasília e, antes de ser aluno da Universidade de Brasília, eu fui aluno de um centro integrado de Ensino Médio, era um centro integrado de Ensino Médio, fundado pelo Professor Darcy Ribeiro, vinculado diretamente à universidade. E eu me lembro que, no Ensino Médio, nós já tínhamos laboratórios de física, tínhamos laboratórios de química, nessa unidade de Ensino Médio, e também na UNB, que havia recém sido criada, também tínhamos laboratórios muito avançados.

E, ao longo desses anos, ultimamente, a universidade também – pelo que eu ouço e pelas informações que me chegam – tem deixado um pouco de lado, talvez por outras prioridades que sejam estabelecidas em função de diversos fatores, tenham deixado de lado um pouco a questão da pesquisa e do desenvolvimento científico e inovação tecnológica. Então, eu acredito que uma reunião, não é, de todos, objetivando criar condições para que o jovem que esteja indeciso do que fazer, de que profissão escolher, que ele pudesse estar motivado com o oferecimento de bons cursos, de boa qualidade, com o incentivo de bolsas do Governo Federal e de governos estaduais e também da iniciativa privada. É importante que a iniciativa privada participe decisivamente desse processo, para que nós não fiquemos com essa distância enorme entre o que a gente produz, em termos de publicações, e de patentes que nós estamos conquistando.

Muito obrigado, mais uma vez, portanto, ao Dr. Sandoval pela sua explanação. E eu passo a palavra ao magnífico reitor da Universidade Castelo Branco, Professor Paulo Alcântara Gomes. Ele também é presidente, ou melhor dizendo, ele representa, nesta Audiência Pública, a Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, a ABMES. Com a palavra o magnífico reitor.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Muito obrigado, Sr. Senador. Eu devo, inicialmente, agradecer o convite da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal para participar desta Audiência Pública e cumprimentar o ilustre Presidente da Comissão, pela organização dos conjuntos de audiências, que vai abordar desde a qualificação profissional e a formação de mão de obra até questões diretamente relacionadas com os avanços da ciência e da tecnologia, e da inovação, nas múltiplas sessões que ocorrerão aqui, às segundas-feiras, principalmente fazendo com que se promova uma efetiva articulação nos vários níveis de ensino, porque, no meu entender, a questão fundamental, hoje, a ser resolvida no Brasil, está muito mais na base da discussão, lá na educação básica, na educação fundamental – porque esta vai ser a questão crônica para enfrentarmos daqui a alguns anos – do que talvez na questão das políticas científicas, porque elas são bem elaboradas e estão bem consolidadas.

Eu vou me permitir, Sr. Presidente, só tecer, antes de começar a minha intervenção, fazer um breve comentário sobre a questão do ensino de engenharia. Por que ocorre a evasão nos cursos de engenharia e não ocorre nos cursos de medicina? Um notável professor de engenharia da Universidade de [ininteligível] nos Estados Unidos, há alguns anos, fez uma relação direta entre as estruturas curriculares dos cursos. Quando um jovem ingressa no curso de medicina, no primeiro dia da aula, ele passa a se identificar com a profissão por duas razões: a primeira delas porque ele veste um jaleco e passa a se entender como um profissional da área médica; e a segunda porque ele vai ao laboratório de anatomia e ali ele tem contato com aquilo que ele lutará ética e profissionalmente para evitar, que é a morte.

Então, nesse contexto, o índice de evasão dos cursos de medicina passa a ser praticamente zero, porque o contato estreito com a profissão ocorre desde o primeiro dia de aula. Infelizmente e historicamente, os cursos de engenharia em todo o mundo – e isso tem se modificado na União Européia e nos Estados Unidos nos últimos anos -, os cursos de engenharia estão muito centrados em uma formação básica, nos primeiros anos, deixando as questões ligadas com a formação profissional específica para os últimos anos. Se nós observarmos os dados do Professor Sandoval, nós poderemos verificar, por exemplo, que os índices de evasão ocorrem, fundamentalmente, ao longo dos dois primeiros anos. Então, torna-se urgente reviver a reforma do ensino de engenharia que foi implantada no Conselho Federal de Educação em 1976, e, aliás, faço um parêntese para agradecer o ilustre Senador Fernando Collor porque, em 1992, por interferência do então diretor da CAPES, Professor Sandoval, e do Ministro Goldberg, eu fui honrado pelo Presidente Fernando Collor para ser membro do Conselho Federal de Educação, há já 18 anos. E, na Resolução 48, isso foi bastante claro e foi bastante definido.

Mas, voltando ao meu tema, e eu vou me restringir àquilo que foi proposto, falando sobre a formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios, eu procurei, primeiro, desenhar um cenário: os fatos que determinam um novo olhar sobre a educação profissional e sobre a capacitação da mão de obra. Primeira questão crucial: as novas profissões geradas pelos avanços da ciência e da técnica muitas vezes não são consideradas por nós. E nós temos um fato incontestável, que está hoje em quase todas as revistas de estratégia de ciência e tecnologia: em 2016, daqui a seis anos, nós teremos 80% da tecnologia desenvolvida a menos de dez anos e 80% da mão de obra disponível formada há mais de dez anos. Veja o impacto que isso vai causar, senador. Porque nós vamos ter pessoas que se formaram há mais de dez anos e não estão em contato com essas tecnologias. Esse é um parâmetro determinante do eventual desequilíbrio na relação entre oferta e demanda de mão de obra. Outro ponto fundamental é que o Professor Sandoval falou muito das grandes empresas, mas o cenário da distribuição de empresas em todo o mundo vem se modificando pela presença crescente dos chamados arranjos produtivos locais. Aqui no Brasil mesmo, grande parte, cerca de 98% dos empreendimentos nacionais, estão ligados ao segmento das micro e pequenas empresas. E, com isso, o conceito de empregado começou a dar lugar ao conceito de empreendedor, e a cultura empreendedora passou a fazer parte do dia a dia, quer na educação superior, quer na educação fundamental, quer na educação básica, na educação técnica e na educação média.

Outro aspecto determinante é a presença crescente das novas tecnologias de informação e comunicação que, no dia a dia, estão alterando completamente os processos pedagógicos e as relações ensino/aprendizagem e passam a interferir naquele tipo de formação que muitas vezes nós chamamos formação no emprego ou *on job*, que é decisivo para que nós possamos qualificar – e eu vou falar sobre isso um

pouquinho mais diante – os saberes dos profissionais que estão no dia a dia na solda, na instrumentalização e que, muitas vezes, não tem a titularidade.

Só para lembrar, em O Globo, em 08 de março em 2009, saiu essa manchete: "Crise gera onda de emprego terceirizado em todo o mundo". O que é que significa emprego terceirizado? Significa exatamente: através dos arranjos produtivos locais, ou das cadeias produtivas, contratar pequenas e micros empresas que estão terceirizando os seus serviços. Não é possível mais pensar, por exemplo, no segmento da indústria automotiva no Rio de Janeiro, senador, lá em Porto Real, onde estão a Volkswagen, a Peugeot e a Citroen, que a eletrônica embarcada de um automóvel vai ser desenvolvida no ambiente – ou do caminhão -, vai ser desenvolvida no ambiente da própria fábrica. Para isso, existem as cadeias produtivas e as cadeias de fornecedores. Isso leva a uma terceirização. Como é que nós estamos, no Brasil, tratando essa terceirização, para podermos resolver uma questão crucial, que é a questão de utilizar pessoas formadas, qualificadas para atender a essas demandas diferenciadas do mercado.

Só para dar um exemplo, eu procurei pegar o Plano de Aceleração do Crescimento e observar as demanda que existem, hoje, no Rio de Janeiro: o Polo Petroquímico de São Gonçalo, que, em sua fase final, terá a oferta de 212 mil postos de trabalho; a Companhia Siderurgia do Atlântico, que terá cerca de oito mil postos de trabalho e mais 14 mil postos indiretos; a duplicação da [ininteligível]; o Polo Gás-Químico, que funciona ali perto da Refinaria Duque de Caxias; o arco rodoviário, que vai gerar uma articulação entre um lado da Baía de Guanabara e o outro, com inúmeras e inúmeras empresas; a empresa retomada da indústria naval e da construção das plataformas de petróleo; não menos importante, a construção de submarinos; e o pré-sal, que não é um problema do Rio de Janeiro, mas é, principalmente, um problema do Rio de Janeiro, e que vai gerar centenas de milhares de novos postos de trabalho.

E aí nós chegamos a uma conclusão: cada vez nós vamos ter mais empregos técnicos em todos os níveis, do chão de fábrica à concepção de novas tecnologias. Isso gera um pergunta: como está o mapa de empregos no Brasil? E eu fui ao mapa de empregos do IPEA. Os dados do IPEA, de 2007, estão aqui, e nós podemos observar o seguinte: em vermelho, na Região Norte, por exemplo, a oferta de mão de obra hoje é 69 mil; a demanda de mão de obra é 99. Mas, quando nós chegamos na região Sudeste, lá o Rio, São Paulo, Rio, Minas e Espírito Santo, nós temos 886 contra 800. Então, a primeira reação de cada um de nós seria dizer: "Não, está sobrando mão de obra". Não é que esteja sobrando mão de obra, é que o problema vem no gráfico a seguir. É que, se nós olharmos por regiões, e no Brasil inteiro, o branco são as pessoas... O título desse gráfico: "Estimativa de trabalhadores ativos que procuram emprego, com e sem experiência e qualificação profissional, em 2007". Não mudou para 2008/2009. O branco é sem qualificação, o verde é com qualificação. Aliás, o vermelho é o total. Vejam o percentual dos sem qualificação, nesse processo.

Por isso que eu volto a dizer que nós temos que tomar providências para equacionar essas questões, porque esse, no meu entender, é um gráfico drástico que mostra a necessidade de mudanças brutais no processo de formação de profissionais em todos os níveis, porque eu não estou falando apenas no nível da formação básica, como eu disse, do soldador ou do instrumentador. Eu estou falando também, muitas vezes, do tecnólogo, do técnico de nível médio, dos indivíduos que não têm essa formação. E aí eu peguei a Folha de São Paulo de domingo passado, 14 de fevereiro, de 15 dias atrás. Em 2009, 1,7 milhões de vagas oferecidas nas agências públicas de emprego não foram preenchidas. Alta rotatividade também é motivo para a sobra de vagas no mercado, e a indústria precisa formar três milhões até o ano de 2014. Vejam vocês, três milhões ao ano, até 2014. Esses dados são de um jornal de grande circulação, de 15 dias atrás. Ou seja, a formação profissional passou a ser uma questão decisiva. E isso está sendo influenciado por quê? Porque a empresa mudou sensivelmente. Quando o Professor Sandoval falou na Samsung e falou na General Motors – não falou, mas podia ter falado na General Motors – há uma diferença fundamental na concepção de empresa da época em que nós estudávamos engenharia, o Professor Lang também, nós três estudávamos engenharia, em relação ao que acontece hoje. Hoje, as ideias e execuções estão muito próximas entre si, sob pena de nós não termos resultados positivos. No domínio de fármacos e medicamentos, que faz parte da discussão da infraestrutura em um país como o Brasil, o que acontece? Uma patente surge em um laboratório de bioquímica ou de farmácia hoje, senador, e, daqui a quatro anos, ela é obsoleta. Se um estudante de química ingressa na universidade agora, com 17 anos, se ele não tiver contato com a inovação, aos 21, ele é um diplomado fora de cenário, fora do mercado, desempregado. E isto vem em decorrência de uma mudança na concepção de empresa, que passou a considerar o quê? Primeiro, que, na sociedade do conhecimento, o ativo, hoje, não é mais aquilo que nós utilizamos antigamente – capital, terra e trabalho -, é o capital humano e a capacidade da criar produtos

e processos mais eficientes. O conhecimento passa a ser visto como eixo estruturante do desempenho da sociedade. E a vantagem competitiva das nações se deslocou gradualmente. Existe um exemplo muito conhecido no meio acadêmico, é aquela velha pergunta: um quilo de soja custa 10 centavos de dólar, possivelmente, ou um quilo de minério de ferro, senador, custa 20 centavos de dólar, e um quilo de laptop custa mil dólares. Por quê? Porque o valor agregado, o produto no laptop, pelo chip, pela tecnologia que está agregada àquele produto é que passou a ser a *commodity* da sociedade do conhecimento. E isso mudou a concepção de empresa e nós passamos a ter, nas empresas, uma nova exigência, a modernização das práticas gerenciais, a inovação e a melhor definição dos perfis de habilidades e competências dos seus quadros, e nós temos que fazer uma pequena reflexão.

Na estrutura de ensino que nós temos hoje, no nosso país, em todos os níveis, nós estamos considerando essa característica de transdisciplinariedade da modernização das práticas gerenciais na formação dos profissionais, porque não se trata, exclusivamente, de formar o técnico. Hoje, o técnico tem que pensar no problema e tem que ser capaz de oferecer uma solução. Ele tem que ser capaz de trabalhar em equipe. Então, tudo isso mudou o perfil de formação do profissional. E a renovação passou a fazer parte do dia a dia. O resultado disso é que, na sociedade do conhecimento, o triângulo da qualidade, que mede o índice de competitividade da empresa, passou a ser definido por esses três lados: inovação, empreendedorismo e conhecimento. Uma empresa competitiva que tiver muito conhecimento e não tiver empreendedorismo e nem inovação, ela é incapaz de gerar bons resultados e ela não será competitiva no cenário da globalização. Eu posso ter muita inovação, mas, se eu não tenho um conhecimento, eu não sei absorver essa inovação e transformá-la em produto, mesmo que eu tenha empreendedorismo. E eu posso ser um grande empreendedor, inventando, fazendo aquelas coisas fictícias e tal, que não levam a bons resultados porque eu não tenho nenhum conhecimento e nem tenho a capacidade de inovar. Esse é o cenário que nós temos e é o cenário que passa a interferir diretamente no processo de qualificação profissional. Dois fatos fundamentais, estão inclusive, em discussão nessa Mesa, porque o nosso companheiro do CNPq vai falar sobre a questão da inclusão social, e a responsabilidade social passa a ser um condicionante na sustentabilidade das nações. E a globalização também não pode ser esquecida, porque, quando eu falo em competitividade, eu não estou pensando em trocar manteiga, no MERCOSUL, trazer a manteiga Argentina em troca do abacate brasileiro. Eu estou pensando em um MERCOSUL mais forte, capaz de articular-se em novas demandas e novas ofertas de tecnologia, para que ele possa enfrentar aquilo que acontece na União Européia. As dificuldades, a grande crise mostrou que a indústria automotiva nos Estados Unidos, ela não estava preparada com uma base tecnológica adequada. Esse foi o grande obstáculo, esse foi o grande problema que a indústria automotiva nos Estados Unidos enfrentou, ao lado de uma série de outros.

E isso leva ao grande desafio, que é o último desse pedaço aqui, e, em seguida, eu vou passar a falar da questão das ações. Então, esse diagrama é um diagrama mundialmente conhecido. Foi desenvolvido por um jovem professor – jovem naquela época, em 1982, na Universidade de Harward -, o Michael Porter, que propôs uma articulação que hoje é chamada de triple hélice, que é o Governo de um lado, a empresa e a universidade. Ou seja, as empresas têm o seu contexto, há condições de demandas, que têm os consumidores, uma estrutura industrial adequada e condições de oferta que começam por todas essas coisas que estão aqui e que envolvem alguma coisa que é fundamental no processo, que é o capital de risco abundante. E aí nós devemos nos preocupar com algo que tem que ser feito. O capital de risco, no meu entender, na educação, é também fundamental, e nós devemos discutir essa questão em um momento oportuno, porque, hoje, o sistema de ensino – e eu estou aqui representando a Associação Brasileira dos Mantenedores de Ensino Superior, do sistema privado -, e essa é uma questão crítica: como nós podemos apoiar atividades de ensino inovadoras, capazes de reformular o desenvolvimento regional? Essa questão, se houver tempo, eu vou abordar um pouquinho mais adiante.

Então, quais são as dificuldades que enfrentamos hoje? Primeiro, não são preenchidos os níveis de escolaridade mínimos. Qual é o comentário que eu faço sobre isso? Eu faço um exemplo. O Comperj, ele tem um problema, ele é um programa de grande importância, ele contrata, ele está fazendo concurso para contratar profissionais, mas, vejam vocês, São Gonçalo, lá no Rio de Janeiro, é uma região de um IDH que eu diria não muito alto. Então, é preciso, quando se localiza uma refinaria, que se gere emprego e renda para as pessoas que estão naquela região. Se eu não tenho as pessoas qualificadas naquela região, eu vou importar de Camaçari, eu vou importar de Aratu, vou importar da refinaria de Paulínia e não vou resolver o problema da distribuição de emprego e renda na região. E, quando eu falo isso, eu não falo apenas do técnico da refinaria, porque, se eu mando o engenheiro para lá, o engenheiro precisa, em um raio de 500m, de algumas

coisas tradicionais da classe média: da veterinária para a tosa do cachorro. Não é verdade? Precisa da clínica da fisioterapia. Precisa da escola infantil para os seus filhos, precisa de um pão de boa qualidade. Ou seja, não se trata apenas de qualificar para a indústria, a infraestrutura exige a qualificação para o setor de comércio e serviços e para o setor de tecnologia, como falou o professor Sandoval.

Então, esse é um ponto crítico. E isso acontece por quê? Por que está havendo? Porque, às vezes, eu tenho um bom soldador, mas ele não tem as cinco primeiras séries, e, com justa razão, a PETROBRAS não pode aceitá-lo, porque, como os equipamentos mudam, senador, a cada quatro, cinco anos, como acontece lá também na bioquímica, ele não será capaz, depois, de, sem escolaridade, ler o manual. Então cresce um impasse aí que só pode ser resolvido com ações paralelas à formação na qualificação profissional e a escolaridade.

Segundo ponto importante é a necessidade de requalificação de expressivos contingente de trabalhadores, porque nós temos um contingente altíssimo de trabalhadores, como disse o Professor Sandoval, que trabalham em empresas que usam as tecnologias já apropriadas e disponíveis, e, obviamente, isso não leva a bons resultados. Ora, é preciso que nós tenhamos condições de fazer com que esses trabalhadores também sejam qualificados.

O terceiro ponto importante, a terceira dificuldade, é que nós não temos a cultura empreendedora estabelecida, e isso leva a uma contradição em relação aquele meu triângulo anterior. Se eu não estou formando pessoas que serão capazes da atuar em uma empresa que é gerida pela inovação, pelo conhecimento e pelo empreendedorismo, eu estou formando profissionais inadequados ao exercício dessas novas profissões que estão surgindo. E o quarto ponto fundamental nesse slide são os prazos exíguos. Veja que a nossa... Eu estou falando, dando o exemplo do Comperj, poderia estar dando o exemplo lá de Pernambuco, da Refinaria Abreu Lima e de tantos outros, mas nós temos um problema muito sério, os prazos para o funcionamento dessas organizações, dessas instituições são até 2013, 2014. E essa é uma questão fundamental. Por outro lado, nós temos um problema fundamental, nós temos pouca gente na indústria. O Professor Sandoval falou sobre isso e eu vou mostrar uma transparência em seguida.

Quando ele falou nas grandes empresas, eu acho que nós temos um problema... Apesar da Lei da Inovação e da Lei do Bem, que foram dois marcos na história da empresa brasileira, ambas aprovadas em 2004 e 2005... Aliás, a Lei do Bem veio mais recente, é 2007, não é, senador? Acho que é 2007. Então, o que acontece, basicamente, é que, apesar disso, ainda existem problemas seriíssimos para a consolidação das microempresas. Existe uma fraquíssima articulação em educação, empresa e inovação em todos os níveis. Nós que somos oriundos da COPPE lá da UFRJ, nós temos a COPPETEC, que é o exemplo nacional de articulação universidade/ empresa, e o Sandoval e eu fomos diretores da COPPE na década de 80 e sabemos muito bem o quanto a COPPE contribui e contribuiu. Entretanto, essa não é a realidade para a totalidade do sistema de ensino superior. Outro problema que nós temos, sério, é a excessiva centralização do saber, senador: 85%, aproximadamente, dos nossos estudantes de doutorado estão nas regiões Sul e Sudeste e aqui em Brasília, e mais de 70% dos grupos de pesquisa, nessas regiões. Temos poucas políticas públicas centralizadoras e temos um problema gravíssimo e não resolvido. Porque, quando falamos em infraestrutura, falamos na área de ciência e na área de tecnologia, e temos pouquíssimos professores de ciências formados no Brasil. O Professor Sandoval apresentou dados de engenheiros aqui que é um dado dramático. Salvo erro, dos seiscentos e tal mil diplomados em 2008, em nosso país, pouco mais de 2.000 eram diplomados em física, e, desses, uma boa parte foi fazer pós-graduação e pesquisa, e poucos se dedicaram ao Ensino Médio. Ora, se nós estamos com um gargalo na base, como nós vamos resolver esse problema?

Só para mostrar aí aquilo que eu tinha falado de pouca gente na indústria. Esse é um gráfico lá do MCT, Ministério da Ciência e Tecnologia. O Brasil tem 65% dos neurônios que inovam na universidade, contra 27 na empresa. O branco é o Governo. Vamos ver a Coréia, que foi referida pelo senador na abertura: 31 contra 58. Nos Estados Unidos, 15 contra 81. Esse é um dado que mostra que nós temos que inverter esse processo e acelerar rapidamente para obter resultados. O outro obstáculo que nós temos: a maioria das empresas convive apenas com as chamadas inovações incrementais, ou seja, pela ausência de quadros e pela ausência de articulação com quem faz a inovação, elas não fazem inovações estruturantes, elas pegam, por exemplo, essa lanterna que está aqui e alteram a lâmpada, um parafuso, uma coisa. A inovação estruturante fica privativa de pequenos grupos. A maioria dos empreendedores não tem experiência e nem conhecimento do negócio que escolheu. Por quê? Comprovadamente, no SEBRAE, a boa parte das microempresas que surgem são decorrentes de situações tipo despedido, ganhou o Fundo de Garantia e resolve montar o seu negócio, quando a ideia era montar o seu negócio no esquema da cadeia produtiva e da

cadeia de fornecedores articuladamente. Da mesma maneira, às vezes, uma separação leva ao quê? A uma divisão de bens, e aí uma das partes resolve montar o seu negócio. E, com isso, os empreendedores, como está lá escrito, iniciam os seus negócio sem um plano de negócio estruturado. E mais, os empreendimentos são iniciados sem garantia de aporte de capital ou de capital de risco. Mais recentemente, foram criados alguns mecanismos de capital de riscos pela FINEP, o chamado subvenção econômica, mas a história do Brasil, que o capital de risco tem que ser privado. Tem que haver entidades privadas que apóiam o capital de risco. E eles têm sido muito centrados na questão da informática e das novas tecnologias.

Na prática, isso significa esses itens que estão aí: baixo volume de capital empregado, registros contábeis pouco adequados, baixo emprego de tecnologias sofisticadas. E isso só para mostrar o seguinte: se nós queremos, realmente, fazer a empresa funcionar e entrar no processo de qualificação, nós temos que equacionar todos esses pontos que estão aí colocados. O exemplo da centralização do saber, eu já dei. Posso passar diante.

E agora vamos ver o que a gente tem que mudar, para finalizar, sobre a educação profissional, mais dois minutinhos. Primeiro, nós precisamos de agilidade na diplomação. Quando o Professor Sandoval mostrou a sua transparência, ele falou que os chineses estão formando engenheiros em três anos. É verdade. Nós precisamos enfatizar e ressaltar a importância dos cursos de tecnólogos, para que nós possamos ter bons resultados. Não estamos, ainda, conseguindo sensibilizar... A nossa sociedade, senador, é muito credencialista, ela acredita sempre naquelas profissões tradicionais, que seria engenheiro, advogado, médico, padre, funcionário do Banco do Brasil ou militar. Eram essas cinco, no meu tempo de estudante.

SRA. SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Funcionário de banco, hoje, já não está mais.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Não, não. E, para o sexo feminino, professora primária.

SRA. SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Militar, também, já é uma coisa também...

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Então nós precisamos de agilidade na diplomação, precisamos novas modalidades de diplomas e precisamos novas concepções curriculares que separem-se dos conteúdos e pensem nas habilidades e competências, ou seja, tem que responder uma pergunta: como transformar o meu saber no meu fazer? Se as nossas estruturas curriculares, na formação profissional, não se adequarem a isto nós estaremos formando candidatos ao vestibular. Os senhores sabem qual o índice de evasão, no Rio de Janeiro, no Ensino Médio? É de 56%. Por quê? Porque nós temos uma estrutura de Ensino Médio que forma no convencional. É preciso que a gente dê possibilidade ao egresso do Ensino Médio ter a vontade de entrar em um emprego e sem fazer vestibular, sem tentar entrar em uma universidade. Quando ele acaba não tendo condições por falta de renda ou por falta de qualificação, ele vira um desempregado em potencial. Ele vai para aquela curva, para aquele gráfico de barras que eu mostrei lá, porque ele não está nem qualificado para o emprego. Então, coisas do seguinte tipo, que, aliás, estão sendo discutidas agora pelo Ministério da Educação, um Ensino Médio em que o indivíduo possa apreender um pouco de Excel, um pouco de inglês, um pouco de relações interpessoais, um pouco de guia de turismo, em uma cidade como o Rio de Janeiro, para atender ao último item que vai ser discutido aqui na última audiência, das Olimpíadas, ou da Copa do Mundo, ou do Rio+20. Essas questões envolvem, então, uma formação diferenciada do não convencional. Então, uma questão fundamental é nós tentarmos fazer isso. Eu quero lhe afiançar o seguinte. Eu, atualmente, sou o presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, e, no Rio de Janeiro, nós estamos nos empenhando para fazer isso, mas há uma resistência tripla: corporativa, do corpo do professores, dos pais, que têm aquela visão credencialista, e dos estudantes. Isso nós temos que quebrar e é uma tarefa muito difícil. E isso impõe, evidentemente, novas práticas pedagógicas, o uso intensivo das novas tecnologias da informação, a formação pluridisciplinar e os novos modelos de articulação com a empresa.

Então, para finalizar. A formação profissional específica já não é mais suficiente, eu não posso me restringir àquela formação profissional do Sistema S, eu preciso usar aquilo. A FIRJAN, no Rio de Janeiro, o Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira montou um projeto no SENAC que é o chamado Projeto Transformar. Ele, além de tirar os meninos da rua, ele está oferecendo a possibilidade, uma formação profissional junto, por exemplo, com a educação de jovens e adultos, o EJA, com os cursos que são oferecidos dentro das próprias empresas. Tornou-se imperiosa a formação básica. Nós temos que ter uma formação básica bem articulada que não provoque aquela evasão que eu me referi anteriormente nos cursos de engenharia, mas ela é fundamental para enfrentar os avanços da ciência. É imprescindível fortalecer a cultura do empreendedorismo, das relações interpessoais e da educação continuada. Como diz o Senador Cristovam Buarque, o diploma... Eu não chego a esse ponto, mas o diploma, de fato, deveria ter uma validade de cinco anos. E é igualmente importante assegurar uma formação

que compreenda o compromisso com a ética e com a responsabilidade social. E agora, sim, é preciso, para isso, que nós tenhamos as seguintes medidas relevantes em todo o Ensino Médio, no ensino profissional e mesmo no ensino superior: a efetiva articulação entre o Ensino Médio e o ensino profissional, de maneira tal que nós possamos fazer com que o Ensino Médio gere emprego e renda; as diretrizes do MEC para a educação profissional, que me parece que são o norte adequado e que deveriam ser discutidas aqui, porque há pontos positivos e pontos negativos; e uma questão crucial que nós estamos deixando para trás no Brasil, a certificação dos saberes, porque, eu dou um exemplo aqui que uma oração inglesa, lá de Londres, centenária, chamada City & Guilds, essa organização, o que ela faz? Ela certifica os saberes de forma a aproveitar a experiência profissional. A certificação dos saberes está sendo proposta agora através do ENCCEJA, e é uma possibilidade, e também através do ENEM. Eu tenho a impressão que nós deveríamos ter agências, até privadas, que oferecessem a certificação dos saberes, porque esse é um ponto fundamental. Muitas vezes, eu tenho um bom soldador e, com ele, eu posso fazer alguma coisa importante. E a contribuição do Sistema S que, no meu entender, é determinante [soa a campainha] para a infraestrutura no país e deverá desenvolver resultados que sejam capazes de nos levar a, efetivamente, preencher aqueles [ininteligíve] da mão de obra. Eu acho que encerrei aí. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNADO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao magnífico reitor Paulo Alcântara Gomes, pela sua brilhante exposição. E, no ciclo de audiências que realizamos no segundo semestre de 2009, foi aqui tratado, até de modo exaustivo, essa necessidade absoluta do fortalecimento do ensino básico como a rampa de lançamento para que nós possamos ter um crescimento com a adequação de mão de obra qualificada para atender a esse crescimento. O Deputado Alcenir Guerra trouxe um exemplo que ele implementou na Prefeitura de Pato Branco, no Paraná, criando um parque tecnológico. Primeiro, ele investiu em escolas de ensino integral. Todas as escolas de Pato Branco passaram a funcionar com tempo integral, em tempo integral, a criança entra às sete da manhã e sai às cinco da tarde, inclusive com, além do ensino normal da série, a eles eram oferecidos também oportunidade de aprender pequenos ofícios para que tivessem condições de, no futuro, poder prestar algum serviço e ganhar, com isso, o seu dinheiro. Mas a questão evoluiu para a criação de um parque tecnológico e, especificamente, na produção de softwares. E eu sei que, em seis anos, esse parque tecnológico de Pato Branco fez aquilo que V. Sa., o magnífico reitor, citou, da importância de se ter, no mercado onde está sendo implantado, onde está sendo investido recursos para a construção de uma refinaria como essa do Recife, que haja possibilidade de empregar as pessoas da própria localidade e não que haja importação dessas pessoas. Em um dos seus gráficos, ali, ficou demonstrado que a grande carência que existe de mão de obra qualificada é no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ali é que existe essa ausência de mão de obra qualificada. Já no Sudeste e Sul, se não me engano é mais ou menos equilibrado o número de... É isso aí. Ali na região Norte, aliás, região Sul, também, e Centro-Oeste, há um saldo negativo, e na região Sudeste... Aliás, desculpe, então, eu citei o Nordeste. O Nordeste é superavitário e, no Brasil, de um modo geral. Então nós temos o Centro-Oeste com a demanda negativa; Sul, negativa; Norte, negativa. Isso se explica, também, quando o reitor informa que 85% daqueles que adquirem uma formação de nível superior, elas estão localizadas nos grandes centros e não estão bem distribuídos pelo restante do país. O que me parece isso? Isso me parece que é um fator de desestímulo para que se invista em regiões onde não haja essa demanda, onde não haja essa oferta de mão de obra qualificada para atender a uma demanda cada vez mais exigente. Aquele número que o reitor citou de que a cada dez anos, se não houver um reciclagem, tudo aquilo que a pessoa aprendeu não vale mais nada, sobretudo se for um técnico, pode ser um grande soldador, mas depois surge uma nova técnica de solda e ele não tem condições de ler o novo manual, e isso nos faz voltar à questão da ausência, da falta do ensino básico na formação, também, dos profissionais de nível técnico. De modo que o que nós estamos verificando, com muita clareza, é que está havendo um descompasso entre as necessidades que nós teremos nesse horizonte até 2015, por exemplo, entre as necessidades que nós teremos de mão de obra qualificada e os enormes investimentos que o Brasil estará fazendo com o Governo, a colaboração, a parceria com a iniciativa privada nos próximos anos. Como resolver isso? Como criar uma solução rápida e efetiva para resolver este problema? Eu acho que essa é a grande questão. E eu acredito que, para isso, seria de fundamental importância que o Governo Federal tomasse a frente, desse esse passo adiante e fosse o grande fator indutor para que os outros segmentos, sobretudo a iniciativa privada, também acompanhassem, como foi o Programa de Aceleração do Crescimento.

Quando ele foi lançado, o Programa de Aceleração do Crescimento, todo mundo dizia: “Poxa, mas como é que vai ter dinheiro para tudo isso?”. A iniciativa privada, muito desconfiada de que esses investimentos realmente sejam feitos, de que isso seja

levado adiante, e o que nós verificamos é que em um espaço de menos de um ano, essa decisão do Governo, acertada, fez com que houvesse um clima de confiança, de esperança no futuro, e levando a iniciativa privada a participar de diversos projetos. Ali, por exemplo, vários desses projetos têm a participação da iniciativa privada. Ali, além da construção dos submarinos, temos também a construção dos navios. A PETROBRAS está incentivando a iniciativa privada a construir estaleiros pequenos, médios, para fornecer navios que possam transportar o óleo que sairá, que será obtido na área do pré-sal. O Polo Gás-Químico, enfim, essa relação concisa que o reitor nos traz. Nós ficamos até assustados com o tamanho do desafio que o Brasil terá que enfrentar nesses próximos anos, nesse curtíssimo prazo.

Então a grande pergunta que remanesce é: o que fazer, de forma rápida e eficaz, para que nós possamos estar de acordo, estarmos coerentes com aquilo que vai demandar esse crescimento que o Brasil estará alcançando nos próximos anos.

Eu agradeço a explanação do reitor, Professor Paulo Alcântara Gomes, e passo a palavra para o Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho, que é diretor de ações regionais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SR. ROOSEVELT TOMÉ SILVA FILHO: Boa-noite, boa-noite, senadora, boa-noite, senador. É uma satisfação estar aqui, na comissão. Agradeço, o Ministério agradece o convite. E a gente vai tentar trazer outra ótica sobre a importância da formação das pessoas. A Secretaria de Inclusão Social, criada em 2003, vem revelando na ponta, na base, as transformações que essas políticas públicas de inclusão social que levam ciência e tecnologia em transformação das realidades locais.

Então, nós temos projetos na área de centro vocacional tecnológico, na área de arranjo produtivo local, na área de inclusão digital e em várias outras temáticas. Mas é importante destacar essas três, porque elas têm tornado, cada vez mais, foco de convergência dessas políticas públicas, para que se revelem em ações que promovam mudanças nas bases, nas comunidades, sobretudo onde elas são inseridas, e promovam, também, o desenvolvimento regional. Então, o que é que... Nós estamos falando aqui, as explanações do reitor e do Presidente da CAPES...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Diretor.

SR. ROOSEVELT TOMÉ SILVA FILHO: Diretor, desculpe. Revelando a carência de engenheiros. Mas, lá na Secretaria de Inclusão Social, nós temos uma visão muito clara da realidade brasileira, do ponto de vista da formação de pessoas. Para gente chegar a formar engenheiros, a gente precisa transformar a formação básica, revelando essa importância na indução da transformação do ensino médio com alternativa do ensino profissionalizante e aumentar a qualidade do ensino superior.

O que é um centro vocacional tecnológico? Imagina um espaço construído, onde em uma comunidade ou em um município, e, nesse espaço, nessa construção, temos lá laboratórios de física, química, matemática, biologia... E um focado em uma vocação daquela região. Esse laboratório é o laboratório profissionalizante. Então, nós temos um centro vocacional tecnológico de construção civil, focando o quê? Já na questão da qualificação de mão de obra para infraestrutura. Mas não só para isso, tem também na área de restauro, tem várias outras áreas, de fruticultura, de leite.

Mas a relevância desses laboratórios vocacionais é que a percepção das pessoas, onde esse centro está inserido, ela se mostra reveladora, porque a procura por esses centros têm aumentado. Tanto que o governo vem estimulando a criação, incentivando a criação desses centros vocacionais tecnológicos no Brasil, já chegando a 600. Se nós formos aos institutos federais de educação, já são mais de 300. Aí com mais de 600 centros vocacionais tecnológicos. Então, nós estamos preparando uma malha de formação profissionalizante que não necessariamente é de ensino superior, mas é fundamental para a existência, para a validação e permanência desses segmentos na economia.

Quando nós formamos lá um tecnólogo, em um instituto federal, ou em técnico, nesse centro vocacional tecnológico, nós possibilitamos que os engenheiros tenham, logo abaixo, uma mão de obra qualificada, mesmo porque sabemos que a formação em engenharia como foi bem anunciado, ela é muito exigente e o abandono, a evasão é alta. Mas sem esses centros, distribuídos de forma ordenada e integrados dentro de uma política de educação profissionalizante, nós não conseguiremos mudar essa realidade.

Outra ação que o Ministério tem, na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, é a Olimpíada Brasileira de Matemática nas escolas públicas. Ano passado, foram 19 milhões de participantes. E o que mais se revela nisso? É a identificação de talentos e a percepção da matemática nas escolas públicas, porque matemática é sempre vista como bicho-papão de qualquer colégio, minha filha mesmo tem esse problema. Mas nós temos que transformar essa realidade. Quando, nas escolas públicas, isso já está sendo trabalhado, indica que o ensino médio já vai sofrer, naturalmente, essa melhoraria e, por consequência, o ensino superior. Mas temos que trabalhar nas bases, a

formação básica, o ensino fundamental é de relevância para a formação dessa mão de obra no futuro.

Temos também, na Secretaria, o programa de inclusão digital. O que é que esse programa tem se revelado? Como uma ferramenta, sobretudo, do ponto de vista de aproximação das novas tecnologias ao povo. Então, os telecentros que nós apoiamos, chamamos Centro de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social, tem se revelado em um espaço de formação. E a ideia da conceber uma rede para dar o suporte a essa inclusão digital nasceu da necessidade de envolver mais a universidade. Então, nós temos uma rede, estamos implantando uma rede de extensão para a inclusão digital. Essa rede prevê o quê? A participação da academia no movimento de inclusão digital, onde as comunidades atendidas por esses centros, elas passarão a ter uma percepção melhor da academia, onde, nesses centros, estarão monitores que estudam nas universidades, professores que acompanham projetos, que podem ser apoiados dentro da universidade, nessas comunidades atendidas por esses centros. A ideia é aproximar cada vez mais a academia da sociedade, com essas ações de inclusão digital e de inclusão social.

Então, tudo isso, como eu já falei, a questão da convergência. A convergência das políticas públicas de inclusão social é fundamental para que nós possamos integrar e otimizar o uso do recurso público, otimizando a gestão. Onde se implantam esses projetos? Quando se fala em inclusão social, não é só ter um CVT, um telecentro, mas quando se fala em escola pública é uma política social que está inserida no município. E no momento que a gente busca essa convergência de políticas públicas, nós estamos, também, buscando a implantação de centros de referência e excelência na formação de mão de obra. Imagine isso... O que é um arranjo produtivo local? É um aglomerado de empresas que busca... Nós apoiamos, na secretaria, temos que apoiar um arranjo produtivo local que evidencie um gargalo tecnológico. Identificado o gargalo tecnológico, nós vamos entrar com um arranjo produtivo local, mas a cadeia produtiva já está formada. Tem um gargalo tecnológico a ser vencido. Então, vamos atuar em cima Deus gargalo.

Mas se é uma cadeia produtiva, precisa qualificar essa mão de obra para atender ali. Nada melhor do que ter um centro vocacional tecnológico, cuja a especialidade desse laboratório profissionalizante atenda aquela cadeia produtiva. "Opa, temos duas políticas de inclusão social que estão conversando". Mas essa mão de obra tem início, meio e ela forma. Quando ela forma, ela vai para o mercado de trabalho, que a absorve. Mas a capacitação, hoje, a gente entende que não é estanque no tempo, ela está sempre precisando ter a capacitação continuada, reciclar, não é? É preciso. Estudar sempre, esse é o mote.

Então, nós estamos falando de três políticas públicas de inclusão social: inclusão digital, centro vocacional tecnológico e arranjo produtivo local. Quando você olha um mapa onde existe esse arranjo produtivo local e, lá dentro, suprindo a mão de obra, qualificando essa mão de obra, o centro vocacional tecnológico e, nas proximidades, esses centros de inclusão digital, essa política, a convergência vai atrair mão de obra para se qualificar. Essa mão de obra qualificada, quando não absorvida por essa região do APL, ela busca sua base. Então, é um centro de referência em qualificação profissional. Mas esse centro de referência em qualificação nacional, ele não vai estar centrado só em uma região. No momento em que a mão de obra se qualificou e volta para suas bases, ela busca sempre capacitação continuada, e isso vai fomentar um novo núcleo. Esse núcleo vai se deslocar, e você vai ter toda uma região com excelência em qualificação profissional.

Agora, alguns elementos importantes para transformar essa realidade: a qualificação, sem levar a cabo a importância de uma visão empreendedora desde o ensino básico, passando pelo ensino médio e chegando no ensino superior, nós corremos o risco de estarmos colocando cada vez mais mão de obra sem uma visão empreendedora no mercado. Outra: os marcos legais, Lei de Inovação, é um marco importante de aproximação do pesquisador na empresa, mas as próprias empresas têm uma resistência. Como vencer essa resistência? Ampliando a divulgação, trazendo a empresa para dentro da academia, dos laboratórios, ampliando o uso dessa disseminação e o uso dessas políticas, a partir da Lei de Inovação.

Se nós remetermos, aqui, à capacitação de mão de obra para enfrentar o desafio do setor ligado à infraestrutura do país, nós estamos atuando, mas ainda são ações muito incipientes, precisamos atuar de forma mais efetiva na questão de centro vocacional na área de construção civil. Temos, também, centro vocacional na aeronaval. Então, tem que dar visibilidade. Nós temos isso lá. Mas quantos sabem aqui? Quantos vão a nós buscar? Temos emendas parlamentares que buscam apoiar essas iniciativas. E essas iniciativas têm logrado êxito, justamente pelo apoio do Congresso e pela vontade que as comunidades manifestam em que essas políticas sejam levadas a cabo.

Não há como dissociar tecnologia da informação, na formação, e nem na construção de redes sociais. Por quê? Hoje, quando se fala em capacitação, se fala em educação a distância. Mas quantos são aqueles formados em educação a distância, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, na educação a dis-

tância, que podem levantar o seu certificado, e ele é válido e reconhecido? Ainda estamos muito presos à educação formal, sentar à cadeira, o professor ali na frente, tendo a aula. Já mudou bastante, mas precisa mudar mais. A qualidade da educação a distância de centros tem que ser cada vez mais divulgados. E outra: a sociedade tem que ser esclarecidas sobre o aproveitamento dessa mão de obra qualificada.

Então, quando se fala certificação dos saberes, a gente tem que lembrar no saber popular. O saber popular, nós enfatizamos muito na ciência e tecnologia para inclusão social, sobretudo, no ponto de vista de tecnologias sociais, que a ciência do povo se revela nessas ações de ciência e tecnologia para inclusão social. Então, quanto mais nós pudermos dispor de políticas públicas integradas onde a mão de obra profissionalizante não está essencialmente centrada da formação do nível superior, nós poderemos, sim, vencer esse desafio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho. O Dr. Roosevelt é diretor de ações regionais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. O senhor, há poucos instantes, V. Exa. colocava o que fazer, como fazer, para que nós pudéssemos, realmente, ter, vislumbrar, pelo menos, essa saída desse túnel, essa luz no final do túnel que nós estamos sentindo, agora, cada vez com a velocidade ainda maior, o quanto nós precisamos avançar em termos de tecnologia, em termos de inclusão, em termos de avanços de profissionalização, de capacitação, porque, senão, estamos cada vezes mais ficando distantes do comparativo com o mundo, vamos dizer assim, mais moderno, mais avançado. Os países estão bem além de nós na questão da educação. E um fator que eu acho que é fundamental é que nós não podemos dissociar. Eu entendo do esforço do governo, da preocupação em ter o centro de inclusão, de ter o centro técnico vocacional e tantas e tantas outras medidas que são tomadas, experiências e ações, mas se nós não focarmos em uma coisa fundamental: escola. A escola que leve a criança desde a educação infantil, desde a pré-escola.

Nós temos dados da UNESCO que provam que as crianças que têm acesso a uma pré-escola – começa por aí -, a uma pré-escola, nos países mais desenvolvidos, onde toda criança tem acesso a esse período de três... Começa, geralmente, aos dois anos, dois anos e meio, até cinco anos, seis anos, de estímulo, de socialização, de descoberta, porque é um período que a criança está em desenvolvimento e que tudo que você coloca, ela já começa a assimilar. Está comprovado que essas crianças que tiveram essa oportunidade formam o adulto com uma política de paz, com ações de paz e de sucesso profissional.

Então, nós temos que começar é do começo. Porque, quando a gente pega já o aluno no 2º grau, mas que ele teve uma base, ele não teve essa mão amiga, vamos dizer assim, da pré-escola, para quando ele entrar no ensino fundamental, ele não somente saiba ler o nome mamãe, papai, mas ele saiba interpretar o que é um papai bom, uma mamãe, saber interpretar um trecho, uma historinha... Então, isso é algo que nós sabemos que nós precisamos. É uma modificação muito ampla, começando lá do início mesmo. Claro que, em função disso, nós sabemos que temos muitos alunos, muitos jovens que já terminaram o 2º grau e que, felizmente, já estão até na universidade e que ainda não estão, não conseguiram superar as deficiências que tiveram no decorrer do seu processo educacional.

Então, o bom é que nós possamos, um dia, ter essa inclusão digital, começando desde a pré-escola. Os avanços tecnológicos, os laboratórios, as experiências, o despertar, o encontro desses novos pesquisadores, dos nossos cientistas, porque tem muita gente que perdeu essa oportunidade, que ficou por aí, porque faltou... Nós encontramos, exatamente quando o Dr. Roosevelt falava aí, pessoas que não tiveram oportunidade de ser, muitas vezes, nem alfabetizados e que são cidadãos com ideias de eventos revolucionários. Nós sabemos disso, não é, Presidente? Pessoas, onde nós sabemos o que nosso povo nordestino, muitas vezes você encontra coisas que você diz: "Mas você não tinha nenhuma noção de aerodinâmica, de uma noção da física, da química, como é que fez isso?". Mostra o potencial, a inteligência que perdemos de tantos e tantas.

Então, eu quero, aqui, parabenizar essa comissão por estar trazendo o debate, estar trazendo, aqui, figuras como o Dr. Paulo Alcântara, o reitor, Dr. Sandoval, Dr. Roosevelt, Dr. Wilson, para que a gente possa aprofundar nessa análise. Não é somente aprofundar, debater, mas mostrar esta realidade. Eu sou de uma cidade que, quando foi descoberta o petróleo, e foi descoberto de uma forma muito interessante: foram perfurar um poço profundo, que a cidade tinha água térmica mineral, em um hotel – o hotel Termas de Mossoró – e jorrou petróleo. Você imagine, então passou a se ter no Rio Grande do Norte a ideia de que a cida-

de era o Eldorado. Todo mundo corria para lá porque o emprego da PETROBRAS era o emprego de níveis salariais maiores, mas ninguém estava capacitado. O que é que aconteceu a partir daí? Nós tivemos o surgimento das favelas na cidade.

Eu fui prefeita três vezes dessa cidade, urbanizei quinze favelas. E quando eu andava... E não somente, estou falando nas favelas, mas conjuntos habitacionais organizados, que eu andava de casa em casa, eu encontrava, em um conjunto, pessoas de todas as regiões do estado e do Brasil. Os bons empregos ficaram para os técnicos que foram importados de Salvador, que já tinham a experiência, enfim, de outras regiões, de Sergipe. Então, mais de 25 anos que a PETROBRAS está na região, somente agora nós temos a escola técnica, que foi uma luta, graças a Deus, surgiu no período que eu era prefeita, a primeira vez, e mostrando a importância de ter o curso direcionado para aquela área.

A OFESA(F), que era, antigamente, a Escola Superior de Agricultura, tratava só da questão da agricultura, que foi importantíssima para a fruticultura da nossa região, no nosso Nordeste e no Brasil, nós encontramos agrônomos que foram formados ali, e outros cursos ligados à área agrícola. Hoje, ela é uma Universidade Federal do semiárido e também já começa a incorporar os cursos de engenharia ligados a... Aí mais... O que eu vejo, o avanço que nós temos nas universidades privadas que chegam, porque eles estão nesse foco, estão vendo, vamos dizer assim: "Aqui nós temos oportunidade que vocês estudem e tenham, de imediato, oportunidade de um emprego".

Então, são muitas refinarias que estão surgindo, agora, no Brasil. Está se colocando, infelizmente, eu acho que a maior era para ter sido no Rio Grande do Norte, porque, no Nordeste, é que produz petróleo... Não é tanto assim, não é um pré-sal, são apenas... Um pouco mais de 100 mil barris/dia, mas é um petróleo barato, que é em terra, foi para Pernambuco, onde não se produz nem um litro, não é? Mas aí é exceção, o é importante que... E, agora, vai ter outra para o Ceará, outra para o Maranhão. Nós vamos ficar lá com um arremedo, lá em Guamaré, que, por sinal, aqui, eu quero – desculpa eu estar falando, mas é outra realidade. Guamaré é uma cidade que fica onde a renda *per capita*, ela chega a 85 mil, em uma realidade em que outras cidades sejam de 4 a 5 mil. Royalties dessa cidade, essa cidade é uma cidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpa, senadora, renda *per capita* de 85 mil reais ou não?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Espera aí, Presidente, eu posso estar confundindo, aqui, os números. Mas vamos ser mais claros, o seguinte: lá, devido a ter *royalty*, nós temos, também, uma série de equipamentos ligados a produzir produtos de aproveitamento de gás, tudo. Então, a cidade tem um *royalty* altíssimo, que é o caso, acho, de Campos.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Quissamá, no Rio de Janeiro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Rio de Janeiro.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Quissamá tem uma renda *per capita* altíssima...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe, o senhor pode repetir, porque não estava gravando.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Quissamá, no Rio de Janeiro, tem uma renda *per capita* altíssima porque ela recebe os *royalties* do petróleo. Então, como os *royalties*, ali, naquela região, são muito elevados, apesar de ser uma cidade, um município relativamente pequeno, aliás, por ser um município relativamente pequeno, sobe brutalmente a renda *per capita*. Costumamos até brincar dizendo que em Quissamã o dinheiro permite asfaltar os postes, porque, realmente, a renda é muita alta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É semelhante, esse caso aí, com Guamaré, a cidade que tem uma renda *per capita*--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em Rio Bonito também, não é? Em Rio Bonito, no Rio de Janeiro, parece, o município em que o prefeito resolveu ladrilhar todas as calçadas com os recursos oriundos dos *royalties* do petróleo. Então, enfim, mas deve ser esse caso parecido com o que V. Exa. está dizendo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, é essa a realidade. E o que é que acontece? Você encontra na cidade desempregados, muitos. A renda *per capita* é altíssima porque é um cálculo que se faz, mas não significa que seja real para os moradores da cidade, é altíssima, é essa a realidade. A maior do Rio Grande do Norte e uma das maiores... Acho que é a maior do Nordeste. Comparando, é uma coisa impressionante.

Então, a gente fica, assim, porque não se teve a preocupação, desde toda aquela exploração de petróleo, o maior produtor de gás, petróleo e ainda entra o ICMS, tudo isso. E lá, em Guamaré, inclusive, que está sendo feita essa pequena, essa minirrefinaria, que é a Clara Camarão, dentro de uma estrutura muito grande, já existente, algo impressionante. Mas falta isso por quê? Porque não houve essa preparação, não houve essa preocupação desde a primeira hora.

E eu espero, aqui, nós possamos, realmente, encontrar caminhos para que possamos avançar a passos de que, meu Deus? Tem que ser muito rápido. Acho que nem o Ayrton Senna andou tão rápido, acelerar mesmo na questão da educação, porque é por aí que passa. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR(PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senadora Rosalba Ciarlini. E passamos, em seguida, a palavra ao Dr. Wilson Lang. O Dr. Wilson Lang é engenheiro civil, ex-Presidente do CONFEA, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e assessor de projetos especiais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, NOVACAP. V. Sa. dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição.

SR. WILSON LANG: Exmo. Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a quem eu agradeço o convite e eu cumprimento pela iniciativa, porque certamente essa aqui é a primeira de uma sucessão de debates, onde cada um desses itens serão esmiuçados e melhor detalhados. E penso que a questão da infraestrutura no país é absolutamente uma questão crucial para o futuro da nação, se queremos ter um país desenvolvido e um país justo para a sua comunidade. Cumprimento a Sra. Senadora, os demais presentes. E dizer a todos que eu vou pautar a minha linha de raciocínio em cima do que eu chamaria de assimetrias sociais.

O que é que está acontecendo no mercado? Porque, por uma sorte da vida, eu tive a oportunidade de estar, ao longo da minha história, em diferentes balcões, tanto do setor privado quanto do setor público, 33 anos de docência do ensino superior, sou colega do nosso amigo Paulo Alcântara Gomes desde a época da sua presidência na Associação Brasileira de Ensino de Engenharia, na ABENGE. Fui Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que é o maior órgão profissional do mundo, e que tem uma regulamentação profissional que trata sobre as principais profissões que permeiam a infraestrutura, e com um arcabouço de regulamentação que eu considero absolutamente obsoleto, diante da nossa realidade, e que o Professor Paulo, em alguns momentos, botou o dedão em cima, só que não traduziu isso para os órgãos de regulamentação profissional.

Tive a oportunidade, também, de construir em vários países de mundo. Tive a oportunidade e tenho... Estou tendo a oportunidade de trabalhar, talvez, na maior construtora desse país, porque a NOVACAP é uma empresa que, neste momento, tem mais de duas mil obras aqui em Brasília, desde estações digitais de televisão até estádios, escolas, colégios, enfim, de tudo que é possível e imaginável que seja necessário para a infraestrutura de um país.

Tenho a oportunidade de ter filhos que fazem doutorado no exterior, tenho a oportunidade de ter filhos que fazem doutorado aqui no Brasil, todos eles, tenho três filhos, todos eles engenheiros. E também tenho a oportunidade de ser consultor de uma empresa de engenharia e, portanto, estou no mercado de trabalho, procurando serviço e dando a minha contribuição, não só no Brasil, como em alguns países deste planeta. E eu queria dizer que eu gostaria que nós buscássemos aqui o que eu chamo de efeito DOG. É uma expressão que eu tiro lá da psiconeurolinguística para dizer que D é distorção, quer dizer, omissão, e G quer dizer generalização. Ou seja, como nós temos aqui 20 minutos para tratar de um tema tão complexo e tão multidisciplinar e que vai decidir o futuro do nosso país e vai dizer para nós quem nós seremos em 2015, então, eu, em alguns momentos, posso distorcer e posso omitir e posso generalizar alguma informação.

Nessas... Eu vou dividir a minha explanação em assimetrias sociais, em inteligência competitiva e a conjuntura mundial em programas de aceleramento que, depois, eu vou dar um nome específico para isso, que são, na verdade, questões pontuais, pelas quais eu penso que nós podemos começar a pensar numa solução com a urgência que a Sra. Senadora está colocando aí, de uma forma muito candente. A senhora quer ver o começo disso tudo e começar tudo pelo começo, só o que começo pelo começo leva tempo, demora, e nós não temos este tempo para resolver o problema. Nós temos que ter soluções muito complexas e multirrelações entre o que há de bom em tudo que foi dito aqui, porque os que me antecederam já colocaram as questões numéricas, quantitativas, conceituais do problema.

Eu vou me posicionar debaixo para cima, da base para cima, ou seja, não quero saber o que as universidades pensam, o que as engenharias vão fazer ou deixar de fazer, se nós vamos ter uma engenharia tronco ou se vamos ter vinte e duas engenharias, se vamos ter quinhentas e quarenta. As questões acadêmicas, neste momento, não são, digamos assim, objeto das minhas considerações. Eu queria fazer uma observação como brasileiro que pensa o cenário futuro e que olha para a história como uma forma de aprendizagem. O processo de desenvolvimento das nações, ao longo da história da humanidade, é um processo excludente, ele não permite que nós percamos tempo e não vai nos permitir e não vai nos perdoar, ao longo do tempo.

Eu quero pegar um exemplo muito fácil de ser pego, que é a Argentina. A Argentina, na década de 30, era um dos países que compunha os dez princi-

pais países do mundo, a Argentina. Todos sabem qual é a situação da Argentina, hoje. E se essa informação não bastasse para nós, eu só queria lembrar para os senhores que a construção do metrô de Buenos Aires é de 1920; 50 anos antes que o de São Paulo. Portanto, Argentina estava em uma situação em relação ao desenvolvimento da sua nação e veja o que é que deu. Vejamos o que foi Portugal e Espanha, que, através da tecnologia da navegação, alçaram o mundo. E vejamos o que são hoje. Se não fosse um programa da União Européia, se não fossem fartos recursos da União Européia, onde que Portugal e Espanha estariam? Independente das questões que a Espanha apresenta, porque a Espanha tem algumas características comerciais de inserção no mundo muito diferentes de Portugal.

Então, eu gostaria da fazer essas observações e dizer para nós todos o seguinte: nós estamos, Sr. Senador, e demais colegas da Mesa, aqui, presentes a esse debate, diante de um problema muito sério. Nós estamos diante do que eu poderia chamar, assim, muito simploriamente, de um apagão de gente. Se o senhor quiser amanhã procurar um secretário que entenda de PowerPoint, o senhor vai procurar que, talvez, o senhor não ache. Se o senhor quiser uma empregada... Esses dias eu contratei uma empregada e eu mandava mensagem pelo telefone, para ela fazer isso e fazer aquilo, e ela nunca fazia. Depois de uns quinze dias, eu descobri que ela não sabia ler, mas ela tinha conta bancária, ela tinha talão de cheque, ela tinha cartão de crédito, mas ela não sabia ler. Então, não adiantava eu ficar mandando mensagem para ela.

Se os senhores abrirem os jornais de domingo, os senhores vão encontrar mais de dez vagas de engenheiros civis no Correio Braziliense, em sabendo-se que a contratação de pessoas de nível superior, via de regra, não se dá pelo jornal. O jornal é a última esperança de quem está contratando gente, porque, via de regra, essas questões são tratadas no boca a boca. Se os senhores pegarem o jornal de hoje, os senhores vãos ver a crise de recursos humanos na construção civil, em que pese os centros de formação tecnológica de cursos que o SENAI faz, que o SECONCI faz, que o SINDUSCON faz, falta gente.

Tudo que os senhores procurarem hoje vai faltar gente, vai faltar gente hoje e vai faltar gente amanhã, ainda muito mais, porque esses nossos 180 milhões de pessoas não são suficientes para dar suporte ao nível de tecnologia, ao nível de infraestrutura que nós gostaríamos de ter. As opções pelo começo, Sra. Senadora, significam, muito bem... Eu faço parte de uma geração que teve aula de pré-escolar com as chamadas titias. A titia deu aula para mim de um ano até seis anos, ou seja, o momento mais importante do ser humano, quando se fixam as estruturas de personalidade do indivíduo. Quem deu aula para mim foi a titia, ela não tinha formação nenhuma, ela não sabia nada de psicologia, de pedagogia, ela era a titia, a principal característica dela era que ela gostava de criança, então ela cuidava de criança.

Essa é a temática quase que no Brasil inteiro. Hoje, aqui, nós temos cursos superiores, até, de educação pré-escolar, de educação infantil, etc. e etc. Por outro lado, esses dias, dei uma prova de [ininteligível] na universidade em que eu estou há mais de 33 anos, onde já fui, também, diretor da escola de engenharia, e o aluno me cometeu, em uma resposta de uma pergunta, em uma pergunta, ele cometeu dez erros de português. Aí eu pergunto: se o cidadão não sabe escrever, não sabe português, como é que ele vai dar ordens, como é que ele vai gerenciar um processo, como é que ele vai administrar alguma coisa? Com base em quê? Com que tipo de informação?

Então, eu penso, senhores, que, se nós começarmos pelo começo, nós vamos levar um bocado de tempo, porque até formar um engenheiro vai mais de vinte anos, e esse tempo nós não temos. Até porque perdemos muito tempo, porque, se nós olharmos na história, nós vamos verificar que a célula mater da escola de Engenharia do Brasil, que foi a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, que é o nascedouro da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Militar de Engenharia, duas grandes e reconhecidas instituições de ensino e pesquisa na engenharia no Brasil e no mundo, foi criada antes que a Academia de West Point, nos Estados Unidos, que é a sua correspondente, à época.

Então, o que é que foi que aconteceu de lá para cá, de 1798 até hoje, que o americano consegue colocar um foguete no espaço, consegue elevar uma aeronave equipada com equipamentos para fazer consertos em uma estação orbital e, depois, consegue voltar e pousar onde quer, que é lá na Estação de Houston ou no Cabo Canaveral? E nós não conseguimos nem colocar um foguetezinho a trinta quilômetros de altura, isso nós não conseguimos. O máximo que nós conseguimos, Sr. Senador, é um avião Legacy, que são os aviões de Embraer. Aviões da Embraer nascidos onde? Nascidos em uma base tecnológica chamada Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Então, a pergunta que nós fazemos é: o que é que nós temos que fazer? Nós temos que mudar o modelo acadêmico, nós temos que mudar o diploma? O que eu penso que nós devemos fazer? O capital humano, como já foi dito aqui, e a criação de produtos e processos, já me antecederam ao afirmar isso, é a base

de tudo. A base de tudo está no capital humano. Por que é o que aluno de engenharia sai fora da escola de engenharia? Porque nós não temos, senhores, um projeto estratégico de nação. Para onde vai o Brasil? Qual é o projeto que nós temos? O que nós pensamos? Qual a consistência?

Os meus colegas de pós-graduação, em 1978, eu fui fazer mestrado, no Rio de Janeiro, na área nuclear, chutaram pedra durante muitos anos, porque o programa nuclear começou, parou, parou, ficou, não sei lá o quê. Agora, está continuando, mas a meia sola, quer dizer, esse pessoal passou. As grandes empresas de engenharia, de consultaria deste país desapareceram, sumiram. Eu conheço engenheiros especialistas em fundações profundas, como foi o caso da minha participação na obra de Angra dos Reis, que, hoje, são comerciantes em Cabo Frio. Especialistas. Por quê? Porque não se tinha um plano de desenvolvimento, um plano estratégico que se defina isso. Por que é que o melhor aluno de engenharia do Estado de Santa Catarina, em toda a história da engenharia de Santa Catarina, não é engenheiro? Porque, há seis anos, não havia expectativa de trabalho, não tinha projeto, ninguém sabia para onde nós íamos, íamos aos trancos e barrancos. Então, ele fez concurso para a Polícia Rodoviária Federal, que é um concurso que exige o 2º grau completo e paga para ele, hoje, oito mil reais. Qual é a universidade que dá para o professor doutor oito mil reais por mês inicial?

Está aí o Dr. Fernando [ininteligível], formado, também, no exterior, está rindo aí, porque sabe que isso não acontece. Esse moço, eu fui atrás dele e digo: "Não, você não pode fazer isso". Eu vim aqui em Brasília, fui falar com o general que era comandante da Polícia Rodoviária Federal, eu digo: "Pelo amor de Deus, tem uma cabeça pensante lá em Santa Catarina, tem que trazer esse cara para Brasília, botar ele para fazer mestrado na UnB". Fui falar com o Professor Dr. Teatino(F), que era o coordenador do curso, o Teatino(F) disse: "Não, pelo amor de Deus, manda esse cara para cá". Aí fui falar com ele. E digo: "Olha, cara, você vai para lá, você vai trabalhar na polícia, lá, você vai fazer mestrado". "Mas eu vou ganhar quanto, professor?". "Você vai ganhar uma bolsa de estudo". "Mas espera aí, aqui eu ganho oito mil reais por mês". Aí o tempo passou, ele passou ganhando oito mil reais por mês e daqui a pouco ele, de tanto eu falar, ele, então, foi fazer mestrado, conjuntamente com os trabalhos de policial rodoviário. Foi, pelo menos, graças a Deus, fazer mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina. Vai defender a tese agora, em maio. E já tem um programa pronto para fazer doutorado em Aachen, na Alemanha. Aí sabe o que é que acontece? Ele passou em primeiro lugar para o exame da Polícia Rodoviária Federal, onde ele vai ganhar quatorze mil reais por mês. Sabe quando que ele vai para Aachen? Nunca. Não pode.

Eu tenho uma sobrinha que se formou em direito e, dois, três anos depois, passou em um concurso para ganhar vinte e um mil reais por mês, não tem como. Se o Estado paga vinte e um mil reais para um advogado recém-formado e quer pagar cinco mil reais para um doutor em engenharia, que levou vinte e cinco anos para ser formado, você não vai ter gente na infraestrutura nunca, senador. Isso é o que eu chamo de assimetrias sociais, não tem como.

Nós temos excelentes escolas de engenharia, nós temos pesquisadores de renome mundial, mas a grande massa, se o senhor sair daqui, a trinta quilômetros daqui... Quando eu fui Presidente do CONFEA, nós fizemos um trabalho de inserção digital, em uma comunidade de Rio Preto, com o Dr. Bemerguy, na época, Presidente da Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior. A trinta quilômetros daqui, não tem sinal de telecomunicações. A trinta quilômetros da sala que o senhor ocupou como Presidente da República, não tem sinal de telecomunicações. Naquela comunidade de Rio Preto, se produz soja, se produz trigo, pouca gente sabe que se produz trigo aqui, pouca gente sabe e se dá conta que nós estamos a 1.100m de altura. Eles não conseguem saber o preço da bolsa de cereais, porque tem que acessar um computador com Chicago e não sei mais onde, está certo? Então, tem que andar vinte quilômetros até chegar no primeiro computador ligado em uma estação, para poder ter essa informação.

Então, nós temos coisas muito boas, nós temos centros de excelência muito bons. Nós temos escolas de engenharia mecânica excelentes, mas 99% dos cadeirantes andam com cadeira que o nego tem que rodar o braço. Por quê? Porque não tem nenhuma pesquisa, não tem nenhum trabalho desenvolvendo um sistema de sensoriamento, para que essas máquinas sejam automatizadas e essas pessoas possam ter, no mínimo, uma vida digna. Isso me traz à consideração... A minha filha foi uma das melhores alunas da escola de engenharia da UnB, ela passou em um processo de seleção e ganhou uma bolsa para doutorado na Nova Zelândia. Aí ela passou, recebeu passagem aérea, três meses de estadia em Christchurch para apresentar um projeto de doutorado. Este projeto de doutorado foi submetido a uma banca da universidade, do governo e do setor empresarial. Os três aprovaram, ela ganhou a bolsa e está terminando, agora, em setembro, o seu doutorado em logística. Eu te pergunto: onde no Brasil se faz isso? Meu filho foi fazer doutorado na UNICAMP,

que não é nenhuma universidade de esquina, e, para ganhar uma bolsa de estudo, foi a maior confusão do mundo, porque não tinha, porque o programa era novo, porque não sei o quê.

Então, com esse exemplo, eu quero demonstrar o seguinte: eu quero demonstrar que este problema, Sr. Senador, de recursos humanos não é um problema brasileiro. Nós estamos correndo atrás da roda, por quê? Porque o neozelandês já chegou aqui antes. Lá naquela Universidade de Canterbury, tem três cabeças brilhantes da engenharia brasileira fazendo doutorado lá. A minha filha acabou de receber um convite para Universidade de Osaka, para ir para o Japão. Veja o que eu estou dizendo? Eu não estou fazendo com isso um engrandecimento de alguém ligado a mim, pessoalmente. Eu estou querendo dizer o seguinte: os países correm atrás de cabeças pensantes, os programas de mestrado, doutorado, de intercâmbio, pós-doutorado e etc. no mundo desenvolvido, não é porque eles estão lá para fazer benesses, não. Eles querem saber onde é que estão as cabeças pensantes, porque elas vão ficar lá.

Há três anos, Sr. Senador, eu procurei emprego, aqui, no Brasil, para uma engenheira eletricista, formada na Escócia, e que tinha cinco anos de trabalho na NASA, em revestimentos de foguetes. Fui à Embraer, falei com o Presidente da Embraer, falei com Deus e todo mundo e não arranjei emprego para essa senhora. Então, qual é a infraestrutura que o senhor acha que nós vamos ter? Qual é? Se o senhor quiser sair daqui de Brasília e ir querer tomar banho no Oceano Atlântico, o senhor vai ter que andar pelo menos 1.200 km, porque não tem estrada. A estrada que vai... Ou o senhor vai para São Paulo, ou o senhor vai via Belo Horizonte para Guarapari, ou, então, vai via Correntes e chega em Salvador, porque o senhor não tem estrada.

Então, fazendo uma analogia a um Presidente que uma vez teve a ousadia de dizer que os nossos automóveis são uma carroça. Eu queria lhe dizer, Sr. Senador, e senhores presentes, de que o nosso modelo de educação para o desenvolvimento da infraestrutura não é uma carroça, é um cadáver, é uma coisa perdida. Nós não vamos a lugar nenhum deste jeito. Temos aqui o CNPq, com os seus programas, o seu trabalho, as estatísticas são bonitas, está tudo crescendo. Ele aqui têm programas que... Ele está preocupado, porque ninguém sabe que o programa existe, ninguém vai lá, pouca gente vai, mas ele está sentado em cima de uma das principais soluções, que eu vou citar daqui a pouco.

O Professor Paulo Alcântara preocupadíssimo com todo esse modelo educacional, com todas as nossas engenharias de longa data. Mas isso tudo são soluções, minha gente, para daqui a 10, 15, 20, 30 anos, e nós estamos falando de 2015, nós estamos falando de 2020, nós não estamos falando para daqui a 50 anos. Daqui a 50 anos, Sr. Senador, o senhor acha que a nossa competição com a China vai ser uma competição legal? Nós produzimos 40 mil engenheiros por ano, eles produzem 500. Eu vi aqui... Um dos meus que antecederam... Era 650 mil. Quer dizer, cresceu mais 150 mil. A Índia produz 200 mil, a Índia com suas assimetrias sociais absolutamente fantásticas, gigantescas.

Então, esse é o nosso problema, gente. Nós temos aí uma assimetria social absolutamente grande, em um processo de captação de cabeças pensantes no mundo inteiro. O mundo inteiro está atrás dos doutores que a CAPES financia aqui. O mundo inteiro está atrás dos mestres e dos doutores que nós produzimos. E não é só as pessoas. Eu tenho aqui uma matéria do jornal de domingo, onde mostra a ação da Espanha, através dos seus centros de desenvolvimento empresarial. Aliás, aqui é da França, eu tenho outra matéria do dia anterior que era da Espanha. Quer dizer, existe uma tecnologia gerencial de apoio ao setor empresarial, para que os empresários saiam vendendo e comprando no mundo. Nós temos a APEX, uma infraestrutura extremamente frágil. Não quero me avançar nessa questão toda, mas eu queria colocar, Sr. Senador, algumas propostas de solução, se o senhor ainda me permitir dois minutos ou cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Cinco minutos.

SR. WILSON LANG: Muito obrigado. Nós temos que ter um PAC, um Programa de Aceleração do Conhecimento, é isso que nós temos que ter. O PAC de fazer obra é tudo muito bonito.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O PAC da educação, o conhecimento de uma maneira geral.

SR. WILSON LANG: Dentro do conhecimento, senadora, está a educação, mas ela não é a essência, ela faz parte. Esse PAC, ele tem que tratar de algumas questões que me parece muito simples, Sr. Senador. O senhor quer ver como é uma coisa simples? Esses dias eu demiti a empregada, porque ela não sabia ler. Aí ela veio propor para mim o seguinte: "Eu vou ganhar o seguro-desemprego e aí o senhor me contrata de novo, porque daí eu ganho dois salários". "Como é?". "É, eu ganho dois salários".

Eu dei consultoria para um grupo de restaurantes nesses dias, porque, como alguém já disse aqui, engenheiro vai muito bem na economia e na administração. Não vai muito bem, porque ele é muito bom, não. Vai

muito bem, porque quem faz economia e administração, via de regra, não gosta de matemática e, por não gostar de matemática, perde todo o resto. Muito bem. Fui lá, a moça disse: "Não, eu vou me demitir, porque daí eu fico no salário– desemprego". "Sim, e daí? Para ganhar o salário-desemprego, o que é que acontece?". "Não, nada. Não faço nada e ganho um salário".

Senador, faço uma proposta ao Senado, o seguinte, o cidadão quer ganhar o seguro-desemprego? Ele tem que apresentar um diploma, ele tem que apresentar um aprimoramento que ele fez, ele tem que ir na escola ganhar uma informação. Eu não estou inventando nada, senador, a Alemanha faz isso. Na Alemanha, o cidadão é demitido, ele não ganha seguro-desemprego, se não apresentar o certificado de que está inscrito em um processo de reciclagem profissional, de aperfeiçoamento profissional. Não importa o que seja, se é garçom, se é área de limpeza, nós precisamos de tudo, de tudo. O que nós não precisamos, Srs. Senadores e Srs. Colegas, aqui presentes, é engenheiros de alta competência na Polícia Rodoviária Federal. Isso aí nós não precisamos, com certeza. Então, um projeto de seguro-desemprego. "Quer ganhar o seguro– desemprego? Ótimo, tudo bem, vai ganhar". Mas foi lá no telecentro e aprendeu a fazer alguma coisa. O que, eu não sei, não importa. O senhor vai colocar, Sr. Senador, milhares de pessoas, pode ter absoluta certeza disso, milhares de pessoas em um processo de reciclagem profissional. O senhor vai permitir que esta base da pirâmide social, que o atual Presidente Lula tão bem inverteu as prioridades... Porque o modelo anterior nós tínhamos esticando o pico da pirâmide; o modelo atual é alargar a base. O resultado deve ser o mesmo, só que com soluções diferentes. Essa é uma questão.

A segunda questão como proposta de solução, Sr. Senador, é um projeto específico para a mulher. A mulher é mais de 50% da população. Mulher que faz engenharia, elas têm lá um nome especial, existem dois tipos de mulheres, as bonitas e as que fazem engenharia. É a brincadeira que a gente faz com elas lá. Esse é um programa que precisa ser colocado. A engenharia, as áreas tecnológicas, aí eu não falo só a engenharia especificamente, mas toda as áreas envolvendo a infraestrutura tem que ter mulher. A mulher tem que ter uma atenção especial, porque ela... Deus fez diferente. Então, ela tem que ter um atendimento especial, e eu não estou inventando nada de novo, senador. Todos os países desenvolvidos têm projetos específicos de atendimento à mulher. Porque, se eu tenho mais de 50% da população, que são mulheres, eu tenho que trazer esse percentual para dentro desse setor profissional, senão eu fico só dependendo dos homens e, dependendo dos homens, eu já perdi 50%. Então, tem que haver um programa específico para a mulher.

Por último, eu queria propor e aí eu faço uma analogia à ciência militar. Eu não gosto de guerra, acho isso uma coisa estúpida, mas a história militar mostra claramente que a gente tem que enfraquecer o inimigo pelo ar, ou eram as flechas, ou eram as lanças, ou eram as catapultas, ou eram os canhões, ou eram os foguetes, ou eram os aviões-bombardeiros da Segunda Guerra Mundial e depois as V2, ou são os mísseis. Toda a experiência mostra que Afeganistão, Iraque e etc., as experiências modernas, o americano fez isso, veio pelo ar, mas não consolidou a paz, porque não foi por terra. Então, agora ele está indo por terra também.

Então, eu queria lhe propor, senador, que o senhor tivesse a iniciativa de propor a este país um choque em algumas áreas, através da educação a distância. Não existe, Sra. Senadora, a possibilidade de nós recuperarmos esse tempo perdido pelo caminho convencional, nós temos que vir com altas tecnologia, nós temos que vir pelo ar. As universidades estão equipadas com isso, o MCT tem programas específicos para isso. O senhor tem aqui, no Senado, uma coisa chamada Interlegis. Lá no CONFEA, nós fizemos um convênio com Interlegis e treinamos rapidamente, em três meses, mais de cinco mil arquitetos, para desenvolver e aplicar o estatuto da cidade, via ar, educação a distância. É por aí que nós entramos, depois vem o convencional, depois vem a infantaria, entre aspas, que vai consolidar esses aspectos.

Neste programa pelo ar, que eu estou lhe sugerindo, evidentemente isso requer muito debate e, certamente, nós não vamos ter tempo para isso, algumas questões fundamentais deveriam ser tratadas. A parte técnica de formação profissional. Eu posso, como o nosso amigo Paulo Alcântara citou aqui, a PETROBRAS não consegue contratar as pessoas necessárias para o seu desenvolvimento, porque falta gente.

Então, vamos treinar esse pessoal em qualquer área, seja ela qual for, o mundo mostra claramente que eu posso ensinar qualquer coisa pelo computador, qualquer coisa, porque, Sra. Senadora, professora em 5.500 municípios, não vamos ter, nós não temos os professores. Podemos até ter as escolas. Esses dias, quando falamos lá com o pessoal do MEC, do ensino a distância da Secretaria de Educação, Ensino a Distância, eles disseram: "Nós temos aqui 40 mil escolas que nem tomada têm". Como é que eu vou trabalhar com isso? Então, um programa de educação a distância, numa associação das grandes universidades, dos grandes centros, capazes de gerar essa matéria-

prima para produzir isso rapidamente, está certo? E envolvendo os aspectos técnicos necessários para as devidas regiões, mas algumas coisas que eu considero fundamentais para definição da infraestrutura do futuro dessa nação, que são: a questão do empreendedorismo.

Esses dias, Sr. Senador, eu fui a um congresso de educação a distância nos Estados Unidos. Cheguei lá, a Noruega estava apresentando um projeto de empreendedorismo para o ensino fundamental, a Noruega, terra da Nokia. Vamos ensinar empreendedorismo para a gurizada. O brasileiro tem várias características que isso pode ser multiplicado. Nós temos que eliminar e reduzir a morte das empresas. Então, vamos ensinar esses caras a serem empreendedores. Não adianta eu ter 40 mil engenheiros por ano, se eu não tenho 40 mil empreendedores, por quê? Porque só o empreendedor sabe o que fazer com o conhecimento e transformá-lo em riqueza. Só. Sem isso, ele não faz. Então, empreendedorismo.

Uma outra questão que eu acho fundamental é a parte de regulação. O Estado Brasileiro regula tudo, a nossa tecnologia de regulação é uma tragédia, é uma carroça, senador, precisamos trabalhar a questão da regulação e aí já estamos trabalhando no topo da pirâmide, porque são pessoas graduadas que vão trabalhar com isso. Também a questão das concessões ambientais. Hoje um projeto para no meio ambiente, porque tem problemas ambientais. Problemas ambientais causados por quem? Pelo órgão público que não sabe bem o que quer e pelo poder privado que quer fazer o que quer. E porque não tem uma norma regulamentadora correta. Então temos que trabalhar isto.

E, por último, uma outra questão que eu acho fundamental, Sr. Senador e senhores aqui presentes. Um dos nossos maiores problemas nesse país é que os nossos gestores públicos não sabem nada, infelizmente. Então, o senhor poderia ter um projeto de educação a distância usando a Interlegis, formando, dando a este Brasil uma formação política, e, dentro dessa formação política, está a figura do gestor público. O senhor vai dar um exemplo, vai dar, os Srs. Senadores vão dar um exemplo e uma capacidade de recuperação deste país, formando cidadãos, formandos gente que tem uma formação política e que tem conhecimento da gestão pública, para evitar os problemas e os malefícios que nós estamos cansados de ver pela televisão e estamos gastando milhões de reais, estamos gastando mais de 25 mil reais para cada juiz desse julgar cada processo desse, enquanto cada 25 mil reais desses dá uma casa e, certamente, o país teria muito mais vantagem com isso.

Com isso, Sr. Senador, eu agradeço a sua gentileza de me permitir a fala e dizer que são apenas abstratos da minha vida do cotidiano, e que, talvez, possam receber melhores incrementos num debate mais longo, e que talvez eu tenha também cometido aqui alguns pecados, em termos... Por isso que eu chamei o efeito DOG, mas eu acho que o Sr. Senador e a Comissão de Infraestrutura têm nas mãos a capacidade da mudar o futuro deste país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Wilson Lang, engenheiro civil, ex-presidente do CONFEA e assessor de projetos especiais da companhia urbanizadora da nova capital, pela sua explanação. Para finalizar a nossa...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu queria só corrigir aqui alguns dados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não, com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, eu apenas [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): 65 mil a renda *per capita* do município de...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De Guamaré. Para o senhor ter uma ideia, 60% da população, que aqui ele fala sobre três municípios especificamente, eu estou falando só Guamaré, 60% desse municípios estão abaixo da linha da pobreza, com renda *per capita* mensal de 232, isso de acordo com os dados do Programa Bolsa-Família. Impressionante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está feita a retificação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu sei que está terminando, mas eu gostaria, Dr. Wilson, de dizer o seguinte: concordo plenamente quando o senhor diz que as medidas tem que ser urgente, tem que ser para ontem, tem que ser pela modernidade via pelo ar, de todas as formas, a distância, isso é ótimo, isso já tem algumas experiências que são exitosas, que tem que avançar mais, investir mais. Passa que nunca a educação foi prioridade. Na hora que o governo realmente der prioridade à educação e botar os recursos que precisa, aí nós vamos conseguir chegar por esse caminho urgente, mas não podemos ficar sempre no emergencial e nem no urgente, daí por que precisam os nossos, já não são nossos filhos, são os nossos netos, ter uma boa, começar os primeiros passos da educação firme, porque, aí, depois, você já... O fluxo já estará realmente, vamos dizer assim, corrigido, e nós teremos, poderemos chegar com mais... Outra coisa

também, eu quero dizer que é muito bom que tenha sempre bons programas para a mulher, porque, se ela tivesse oportunidade, pode ficar certo, na área de advocacia, de direito a gente já viu isso, mais de 50% são mulheres, e na área da medicina também, hoje são mais de 50% que estão nas faculdades de medicina, são mulheres, na engenharia, com certeza, não serão só as feias, porque isso aí é uma observação discriminatória e que, realmente, nós temos que ver que a bonita também é inteligente tanto quanto... Não é questão de estética, não é questão... Mas muito mais a capacidade, o potencial, a força que tem a mulher de mostrar que é competente, sendo mãe, sendo trabalhadora, sendo profissional, ela dá conta de todos os recados, enquanto os homens falam, falam muito, e, muitas vezes, são competentes, não estou dizendo que não são, mas não tem a capacidade, a versatilidade e a força que tem a mulher.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem.

SR. WILSON LANG: Sr. Presidente, o senhor me permite só 15 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Art. 14.

SR. WILSON LANG: Senadora Rosalba. Mas a senhora entendeu pelo lado equivocado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E eu sou de uma família de engenheiros.

SR. WILSON LANG: Eu não falei feias, eu disse as bonitas e as que fazem engenharia, porque as que fazem engenharia, independente de bonitas, são competentes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito bem. O senhor mostrou, mais uma vez, como o senhor é inteligente. Sabe realmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns, Dr. Lang. E agora, para finalizar a nossa audiência de hoje, cinco minutos para considerações finais de cada um dos ilustres palestrantes que nos deram a honra de estar hoje, aqui, na nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura, começando pelo Dr. Sandoval Carneiro Júnior.

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: Muito obrigado. Eu queria, inicialmente, comentar para a senadora que, no ensino superior como um todo... Queria só comentar que, no ensino superior como um todo, atualmente, das quase seis milhões de matrículas – isso são dados do INEP -, no ensino superior brasileiro, que vem crescendo bastante, a maioria já é de mulheres e uma maioria substancial, se não me engano, eram dois milhões e setecentos e cinquenta mil do sexo feminino, contra dois milhões quatrocentos e poucos de homens. Então já é uma vantagem bastante expressiva.

Gostaria de comentar também que o Ministério da Educação, o Ministro Fernando Haddad, tem uma preocupação muito grande com todos os níveis de ensino, inclusive o ensino infantil. Recentemente, tivemos... Eu estive numa reunião, onde pude testemunhar essa preocupação, ele está desenvolvendo diversos programas voltados à primeira infância. Então, acho que, a longo prazo, infelizmente, a gente tem problemas prementes, mas temos também que pensar no longo prazo, nós vamos ter resultados a esse respeito. Com relação à questão municipal, é um outro dado interessante e, frequentemente, triste, que, quando a gente confronta o PIB ou a renda *per capita* de alguns municípios com os índices da educação básica, que foram criados pelo ministério, há uma relação inversa. Era de se esperar que o município com bastante recursos investisse nas suas escolas e tivesse um excelente índice da educação básica, o IDEB. Infelizmente, acontece frequentemente o contrário. Como V. Exa., senador, lembrou, alguns usam ladrilhos, gastam em obras que aparecem, mas não investem em longo prazo. E o petróleo, é bom lembrar... Há uma frase muito interessante que diz o seguinte: "A idade da pedra acabou não foi por falta de pedras, foi porque as tecnologias evoluíram". Isso acontecerá com o petróleo, a era do combustível fóssil vai acabar antes do petróleo acabar, porque o petróleo pode ser usado para outros fins mais nobres, nos plásticos, na petroquímica, sem poluir, sem aumentar as emissões do mundo. Então, eu queria lembrar esses aspectos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade. Essa que é a preocupação que virá depois.

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: Exatamente. E, com relação ao ensino, eu queria lembrar, como eu comentei muito rapidamente, o tempo era curto, a CAPES foi incumbida pelo Sr. Ministro, desde dezembro de 2007, a investir na formação dos professores do ensino básico e fundamental. Então, temos duas diretorias, uma do ensino presencial, que é do nosso colega, lembrado pelo Sr. Lang, e a outra, do ensino a distância. Então, estão sendo implantados... Já foram implantados mais de 750 pólos no Brasil inteiro, cada pólo tem a possibilidade de propiciar ensino *in loco*, facilidades, vamos dizer assim, *in loco*, para os professores que estão sendo treinados, seja no ensino presencial, seja no ensino a distância, tem acesso a bibliotecas, a laboratórios, e assim por diante.

Então, no momento, nós estamos com cerca de 350 mil professores em treinamento para melhorar o nosso ensino básico. É um projeto de longo prazo, mas nós temos que atacar todas as frentes. Então, eu creio

que nós estamos num momento muito auspicioso na área da educação, e, por fim, queria talvez puxar um pouco de brasa para a nossa sardinha dos professores. O Professor Lang lembrou muito bem das assimetrias sociais, não é?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade.

SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR: Então, como professor, eu deixo aqui um pleito, para que a carreira docente do ensino superior seja também valorizada, porque ela está completamente defasada, em relação às outras categorias, como foi apontada aqui. Queria, mais uma vez, agradecer. Muito honrado de estar presente aqui, na comissão, e desejo um bom desenvolvimento dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Sandoval Carneiro Júnior. E, agora, passo a palavra ao reitor Paulo Alcântara Gomes.

SR. PAULO ALCÂNTARA GOMES: Sr. Presidente, mais uma vez, eu deixo aqui o meu agradecimento pela possibilidade de participar desse evento e também pelo fato de nós podermos ter observado que existem algumas ações imediatas que passam a ser decisivas para que a questão da infraestrutura seja atendida no nosso país. Quando o meu prezado amigo, Wilson Lang, se referiu às ações concretas que deveriam ser objeto de reflexão no nosso coletivo e foi seguido pelo Professor Sandoval, colocando a questão da participação do Ministério da Educação, me ocorreu que é fundamental que nós cada vez mais entendamos que um projeto de nação não se faz pela via exclusiva do segmento público, ou pela via exclusiva do segmento privado. E uma das coisas que nós estamos observando, historicamente, em nosso país, é que sempre que nós falamos em República, em pensamento republicano, ou em projetos de nação, nós sempre nos referimos às ações setorizadas para o segmento público. Nós não poderemos atingir os 5700 municípios sem uma estreita parceria entre os dois setores. Nós não seremos capazes de construir um processo de qualificação profissional sem a participação da empresa nacional; é absolutamente fundamental que a empresa nacional esteja ao lado das prefeituras, dos governos estaduais, para que nós possamos, junto com a escolaridade, oferecer a qualificação para determinados segmentos das profissões. Mas mais importante do que isso: é importante que a empresa também se engaje na luta pela oferta desses níveis de escolaridade necessários, para que nós não tenhamos aquele problema colocado pelo Lang, em relação à sua funcionária que não sabe ler e, basicamente, coincide com alguma coisa que eu coloquei aqui, numa escala um pouco diferenciada no domínio da PETROBRAS, por exemplo, que precisa contratar os técnicos, mas eles não têm escolaridade.

Então, o conceito de melhoria de infraestrutura passa, no meu entender, por uma forte ligação entre o segmento público e o segmento privado. E eu tenho certeza, Sr. Senador, que, ao longo dessas 15 Audiências Públicas, 14 Audiências Públicas, nós acabaremos por levar a um projeto nacional de melhoria da nossa infraestrutura acelerada, que terá uma forte participação dos dois segmentos. Quando o Wilson Lang se referia aos modelos da Europa Central, da Alemanha, principalmente da Alemanha que ele se referiu, na Universidade de [ininteligível] e outras, eu me lembrava que, nas universidades austríacas, no território austríaco, os cursos de tecnólogos passaram a crescer, em função das demandas de agrupamentos de empresas que determinam necessidades e sabem que esses cursos são uma demanda reprimida. Atendida aquela demanda, é preciso mudar para outros cursos. Essa velocidade, essa flexibilidade impõe, realmente, uma regulação mais adequada. Nós não podemos ficar restritos a mecanismos de regulação que levem a aplicação de cursos que hoje não tem mais interesse.

Então, todas essas questões acabam permeando para a discussão das políticas públicas educacionais, quer no plano federal, quer nos planos estaduais e municipais. E para a definição clara da presença do setor privado nesse processo. Como disse a senadora, a questão toda está na educação. Quer dizer, não adianta nós continuarmos insistindo em dizer: "Nós vamos fazer essa obra". Nós não vamos conseguir fazer as obras, se nós não tivermos a educação perfeitamente definida. Muito obrigado, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao reitor Paulo Alcântara Gomes, da Universidade Castelo Branco, no Rio de Janeiro. Agora, para as considerações finais, Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho, cinco minutos para fazê-las.

SR. ROOSEVELT TOMÉ SILVA FILHO: Obrigado, Presidente. Como eu havia comentado sobre o papel da Secretaria de Inclusão Social, sem dúvida, o Professor Wilson Lang comentou algumas passagens importantes aqui. O choque de [ininteligível]. Não há como conceber inclusão social, utilizando infraestrutura de banda larga, inclusão digital, sem ter, por trás desse projeto todo, uma infraestrutura de capacitação. Então, por isso que nós, dentro da inclusão digital, nós temos lá espaços de formação, não simplesmente telecentro.

A questão da vinculação com o empreendedorismo é fundamental. Todos os trabalhos de inclusão

social, todos os projetos que a gente apoia de inclusão social devem ter essa vertente focada no empreendedorismo, porque a ideia não é, simplesmente... Não é só qualificar, é permitir a possibilidade de geração de emprego e renda. E, quando se fala em educação a distância, a gente tem que remeter ao envolvimento e o trabalho em redes sociais, porque, no momento que você trabalha utilizando essa infraestrutura de comunicação e permite que essas redes sociais troquem saberes, nós estaremos levando o conhecimento para todo o Brasil, e aí um elemento importante, a inclusão digital percebida como um grande elemento de integração nacional.

Eu estou de acordo com o projeto para mulher, tenho três em casa. Agora, nós temos um trabalho que está começando, embora, dentro dessa perspectiva de reuniões com Audiências Públicas sobre essa temática, o Ministério de Ciência e Tecnologia tem outras secretarias que podem, também, ser muito... Pode ter uma participação muito pró-ativa nessa temática. Mas eu queria só manifestar, agradecer estar aqui e dizer que a Secretaria de Inclusão Social está aberta e ávida por participar desse processo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia. E agora, para consideração final da sua participação e avaliação do que aqui já foi colocado, o Dr. Wilson Lang, cinco minutos para fazê-lo.

SR. WILSON LANG: Eu queria agradecer os meus colegas de Mesa, que contribuíram com as sua explanações, agradecer, em particular, ao Sr. Senador Fernando Collor, presidente da Comissão de Infraestrutura, pela gentileza do convite e parabenizá-lo pela oportunidade de fazer essa audiência que, certamente, é um momento em que podemos começar uma grande revolução. Para fazer uma grande revolução, nós não precisamos de muita gente, basta alguns poucos generais. E, evidentemente, depois teremos os soldados e etc. e etc., mas precisamos ter lideranças, e eu penso que um dos grandes problemas desse país é, efetivamente, a liderança, e é por isso que eu fiz uma sugestão de que um dos vetores intervenientes de alavancagem deste processo de modificação da nação brasileira é um processo através de educação a distância, porque é através dele que é a única maneira que eu enxergo de acessar, rapidamente, a todo esse vasto território brasileiro, a questão dos gestores públicos, mas muito mais em um conceito de formação política. Nós temos que formar politicamente, as pessoas têm que trabalhar politicamente, os engenheiros têm que pensar politicamente, e não só fazer $ql^2/8$, que é a questão numérica que eles gostam de fazer.

Então, eu penso que estamos aí, dando, talvez, o passo mais importante de todo esse trabalho, que é o primeiro passo, e fazer mais uma sugestão, dentro desses vetores de alavancagem, senador, de que nós possamos ter uma lei que permita aos engenheiros ser microempresários, que, hoje, isso é proibido. Quer dizer, se eu quero ser... É proibido. Todas as profissões regulamentadas são proibidas de serem microempresários. Então, eu sugiro que, de duas, uma: ou se cabe com a profissão regulamentada, para permitir que os engenheiros possam ser pequenos empresários e, portanto, dar a sua contribuição formal, ou, então, se faça uma lei permitindo isso, porque o único objetivo da Receita Federal é fazer o imposto de renda, e o imposto de renda está mais do que claro de que esses recentes exemplos de redução de alíquotas mostraram, claramente, que eram determinados momentos você multiplica a receita e não a reduz.

Então, é um grande projeto que o senhor, certamente, vai ser lembrado por todos os engenheiros deste país, hoje e amanhã. Muito obrigado e muito boa-noite a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em relação à essa sugestão do Professor Wilson Lang, eu gostaria de pedir à minha assessoria que fizesse um levantamento e que providenciássemos e verificássemos o que poderia fazer em relação à essa questão que foi colocada.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos convidados, o Professor Sandoval, o reitor Dr. Paulo, o Professor Paulo Alcântara Gomes, o Dr. Wilson Lang e também o Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho, que aqui compareceram, prestaram essa grande e valiosa colaboração sobre o tema, contribuindo de uma forma muito importante, por ser essa a abertura do ciclo de 14 Audiências Públicas, então esse... O tom que aqui foi colocado, que aqui foi dado ao debate, sem duvida nenhuma, será seguido pelas audiências que virão a seguir. Agradecendo, mais uma vez, portanto, a todos os Srs. Palestrantes, aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, particularmente à Senadora Rosalba Ciarlini, pela sua participação tão vigorosa nesse nosso debate. Agradeço aos presentes e convoco os senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura para a nossa próxima reunião, a se realizar no dia 04 de março, às 8h30 da manhã, neste Plenário. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 20h44.

ATA DA 04ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 04 DE MARÇO DE 2010, ÀS 08

HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia quatro de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e Senhores Senadores **DELCÍDIO AMARAL, SERYS SLHESSARENKO, ROSALBA CIARLINI, VALDIR RAUPP, JOÃO RIBEIRO, JOÃO PEDRO, GEOVANI BORGES, NEUTO CONTO, HERÁCLITO FORTES, JAYME CAMPOS, PAULO DUQUE, GILBERTO GOELLNER, EDUARDO SUPLICY E MÃO SANTA.** Justifica a ausência os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO** e **FRANCISCO DORNELLES.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 2ª e 3ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias: **ITEM 1** – Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 711, DE 2007**. "Altera os arts. 105 e 230 da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para introduzir dispositivo de rastreamento por satélite como item obrigatório de identificação dos veículos automotores destinados ao transporte coletivo interestadual.". **Autoria:** Senador **Expedito Júnior. Relator:** Senador **Wellington Salgado de Oliveira**. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado Requerimento para realização de Audiência Pública, de autoria da Senadora *Serys Slhessarenko*** (Item 5 da pauta) **. ITEM 2 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2009**. "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos." **Autoria:** Senadora **Rosalba Ciarlini. Relator:** Senador **Jayme Campos**. **Parecer:** Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos do art. 132, §4º, do Regimento Interno, por solicitação dos Senadores Eduardo Suplicy e Paulo Duque**. **ITEM 3 –** Decisão Terminativa – **PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 168, DE 2009**. "Estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000." **Autoria:** Deputado **Leonardo Monteiro. Relator:** Senador **Gilberto Goellner**.

Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 – CMA (de redação). **Resultado: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 – CMA/CI. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2009.** "Altera dispositivo da Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros." **Autoria:** Senador **Garibaldi Alves Filho. Relatora:** Senadora **Serys Slhessarenko**. **Parecer:** Contrário à Emenda de autoria do Senador Adelmir Santana e favorável ao PLS nº 448, de 2009, com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora. ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 03, DE 2010 – CI**. "Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados o Presidente do DENATRAM, senhor Alfredo Peres da Silva, o Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI) e um representante da Associação de Usuários de Transporte Coletivo de Âmbito Nacional (AUTCAN) para participar de audiência pública acerca da obrigatoriedade de inclusão de dispositivo de rastreamento por satélite nos veículos automotores destinados ao transporte coletivo interestadual, tema que é objeto do PLS 711/2007 em tramitação nessa Comissão." **Autoria:** Senadora **Serys Slhessarenko**. **Resultado: Aprovado**. Usaram da palavra as Senhoras e Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER, PAULO DUQUE, ROSALBA CIARLINI, DELCÍDIO DE AMARAL, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, SERYS SLHESSARENKO, HERÁCLITO FORTES E VALDIR RAUPP.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente declara encerrada a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 4ª Reunião Ex-

traordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 2ª e 3ª reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas as atas.

No intuito de avaliar o andamento das ações do PAC, além de verificar a situação das obras de infraestrutura e os efeitos das medidas que favorecem o crescimento, trago ao conhecimento dos Srs. e Sras. Senadoras o balanço de três anos do PAC, onde são apresentadas detalhadamente as informações sobre o estágio dos diversos empreendimentos que constam deste programa.

Como todos nós sabemos, esse balanço é de fevereiro de 2010. Portanto, bem atualizado. E, como nós sabemos, esse programa foi criado pelo Governo Federal, em 2007, como um plano estratégico, unindo setores público e privado, com a meta de recuperar o tempo perdido, em relação à infraestrutura, criar empregos, melhorar o ambiente de negócios, reduzir as desigualdades regionais e assim por diante.

Eu peço à secretaria desta comissão que distribua a cada um dos senadores e senadoras aqui presentes, ao mesmo tempo em que faça chegar aos seus gabinetes, um exemplar deste balanço das ações do Programa de Aceleração do Crescimento, atualizado este balanço até fevereiro do ano de 2010.

Gostaria também de informar às Sras. e aos Srs. Senadores membros desta comissão, ouvintes e telespectadores da Rádio Senado que realizamos, na última segunda-feira, dia 1º de março, o primeiro painel do novo ciclo de debates da "Agenda 2009/2015: desafios estratégico-setoriais".

Os temas abordados foram: a formação e capacitação de mão de obra para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura no país. Ao todo, serão 14 audiências a serem realizadas até o dia 7 de junho, sempre às segundas-feiras, às 18 horas, neste Plenário, quando será discutida a questão dos Recursos Humanos para a inovação e competitividade.

Deste primeiro encontro participaram como palestrantes o Dr. Sandoval Carneiro Júnior, diretor de relações internacional da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do MEC; e o Dr. Roosevelt Tomé de Souza (sic) Filho, diretor regional da Secretaria de Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia; além do Professor Paulo Alcântara Gomes, magnífico reitor da universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro; e do Engenheiro Wilson Lang, ex-Presidente do CONFEA e assessor da NOVACAP do Distrito Federal.

De modo geral, os especialistas ouvidos traçaram um cenário preocupante. Alguns dados, contudo, demonstram melhorias em determinados setores, como é o caso da produção científica; medida essa produção pela publicação de textos acadêmicos em revistas especializadas.

Segundo o Dr. Sandoval Carneiro Júnior, com estímulos de agendas governamentais, como a CAPES e o CNPq, houve um grande crescimento dessa produção, a ponto de o Brasil, hoje, superar a Holanda e a Rússia.

Foi visto também que não há uma relação direta, como em outros países, entre a produção científica e o número de patentes alcançado pelo mundo científico e tecnológico brasileiro.

Já o sistema de pós-graduação brasileiro exibe números razoáveis, com 4.100 cursos, por onde passaram mais de 150.000 alunos, um terço no doutorado e dois terços no mestrado, mas isso não foi suficiente, como disse anteriormente, para assegurar inovação tecnológica.

Pelos dados apresentados pelo representante da CAPES, no triênio 2005/2007, o número de patentes registradas pelo Brasil no *United States Patent and Tradmark Office,* USPTO, caiu 13% em relação ao triênio anterior, 2002/2004. Enquanto isso, dois países que integram o chamado BRIC, Índia e China, BRIC, como todos nós sabemos, são as iniciais dos países que formam esse grupo – Brasil, Rússia, Índia e China. Então, enquanto isso, dois dos países do chamado BRIC, índia e China, tiveram crescimento de 48% e de 53%, respectivamente, no volume de patentes registradas no USPTO, no período de 2005 a 2007.

A Índia conseguiu 1.411 registros, enquanto, na China, esse número chegou a 2.764, ou seja, 10 vezes o total brasileiro, que foi de 288 registros.

De acordo com o Dr. Sandoval Carneiro, só a Polônia teve desempenho inferior ao Brasil nesse *ranking*. O Diretor da CAPES atribuiu o problema a uma opção da empresa brasileira. Ao invés de investir em inovação, a empresa brasileira prefere comprar a tecnologia que vem de fora do país. Nas suas palavras: "enquanto A Samsung tem laboratório de pesquisa com cinco mil doutores, o conglomerado industrial brasileiro quase não emprega doutores".

A quantidade de pesquisadores também foi apontada como um fator negativo; enquanto o Japão tem 700 pesquisadores para cada cem mil habitantes, o Brasil apresenta a modesta média de 34 pesquisadores para cada cem mil habitantes.

O Dr. Sandoval Carneiro afirmou também que a capacidade de inovação tecnológica de país e sua competitividade industrial estão ligadas ao desenvol-

vimento das engenharias, outra situação que considerou preocupante.

Em 2007, os engenheiros graduados correspondiam a 4,2% do total de formados em todos os cursos, relação que é de quase 30% na Coreia do Sul. No mesmo ano, foram oferecidas 198 mil vagas em faculdades de engenharia, mas apenas 115 mil foram preenchidas. Isso é um número que realmente chama atenção.

No Brasil, foram oferecidas 198 mil vagas em faculdades de engenharia, mas apenas 115 mil foram precedidas, quando o Brasil, hoje, precisa sofregamente de engenheiros, para atender a demanda que o mercado hoje apresenta. Ou seja, 83 mil vagas ficaram ociosas.

O mais grave, segundo o representante da CAPES, é a evasão dos alunos que ingressaram nos cursos, que chega a 60% nas escolas públicas e 75% nas escolas privadas.

Dos engenheiros que se formam, apenas um em cada 3,5 exercem a profissão. Para ele, se o Brasil crescer de 5% a 7% ao ano, um dos traçados pelo IPEA, haverá falta de engenheiro.

O Dr. Lang citou aqui um exemplo de um aluno de engenharia da Universidade de Santa Catarina, segundo ele, o melhor aluno da história da Universidade de Santa Catarina no curso de engenharia, e que ele começou, logo após o término de seu curso, trabalhar num determinado local, mas um salário insuficiente, baixo, e resolveu fazer, ele, um aluno de excelência no campo da engenharia, resolveu fazer um concurso para policial rodoviário federal e passou nesse concurso, ganhando quatro mil reais por mês.

O Professor Lang insistiu para que ele fizesse um mestrado, ele assentiu, fez o mestrado concomitantemente com o exercício da função de policial rodoviário federal, passou em primeiro lugar no mestrado, o Professor Lang dizia que imaginava que ele fosse se dedicar, então, à profissão, mas veio outro concurso, de policial federal, da Polícia Federal, e ele fez esse concurso, passou, e o salário inicial é de 14 mil reais.

Então, aí nós vemos essa distorção na questão dos salários pagos pelo Poder Público, porque, ao mesmo tempo, foi dito aqui pelo Dr. Sandoval, representando o Ministério da Educação, que o magistério tem uma escala de remuneração extremamente baixa, enquanto outras categorias têm uma remuneração não diria alta, mas uma remuneração compatível com a qualificação dos profissionais que ali concursados foram aprovados e exercem essas suas funções.

Ao mesmo tempo, esse número realmente muito alto de evasão nas escolas públicas, de 60%, de 75% nas escolas privadas, também nos chama atenção. Dos engenheiros que se formam, como disse, então, apenas um em cada 3,5 exercem a profissão. E, para que o Brasil cresça de 5% a 7%, segundo as previsões feitas, nós depreendemos que haverá falta de engenheiros.

A situação preocupa tanto, que o Governo Federal criou um Grupo de Trabalho, presidido pelo próprio Dr. Sandoval Carneiro, aqui já referido, com o objetivo de propor ações indutoras para estimular o ingresso de estudantes nos cursos de graduação na área de... ou das engenharias. Já o reitor da Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro, Professor Paulo Alcântara Gomes, disse que a solução para o problema deve começar no ensino básico, que precisa ser reforçado.

A fala recebeu apoio da Senadora Rosalba Ciarlini, ao afirmar que o cuidado com as crianças desde a pré-escola forma cidadãos e profissionais mais habilitados para os novos desafios do mercado.

O reitor defendeu ainda mudanças profundas na formação de profissionais de todos os níveis. Observou que, em 2009, cerca de um milhão e 700 mil vagas oferecidas por agências públicas de empregos não foram preenchidas por falta de qualificação dos pretensos candidatos. Um milhão e 700 mil vagas foram oferecidas, e não preenchidas por falta de qualificação.

Ele notou que a nova configuração das empresas, com os arranjos produtivos locais e o fortalecimento das microempresas, substituiu o conceito de empregado pelo de empreendedor. Outro participante da Audiência Pública, o Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, apresentou políticas de inclusão social adotadas pela pasta, com destaque para os cursos profissionalizantes de inclusão digital em comunidades carentes.

Para o ex-Presidente do Conselho Federal de Engenharia, o Dr. Wilson Lang, o Brasil está diante do que ele chamou de “apagão de gente”, em que a demanda por profissionais qualificados não é atendida pelas escolas de formação. Chamou atenção para nossas assimetrias sociais, que se refletem em toda a cadeia da educação e da formação profissional, e propôs a instituição de um novo PAC, o Programa de Aceleração do Conhecimento.

Além disso, o Engenheiro Wilson Lang apresentou propostas de projeto, como: 1– a concessão de Seguro-Desemprego vinculada à obrigatoriedade de requalificação do trabalhador. E ele disse que esse modelo é aplicado em vários países da Europa, ou seja, quando há um trabalhador desempregado, ele, para receber o Seguro-Desemprego, ele tem que comprovar que está fazendo um curso de qualificação ou de readaptação ou de conhecimento, para atender as demandas que o mercado está a exigir naquele instante; 2– a implantação de um programa específico para o atendimento

e incentivo à mulher, nas áreas tecnológicas, já que são maioria na população, mas com baixo índice de participação nos cursos de engenharia.

Sobre isso, o Dr. Sandoval citou o exemplo de que mais da metade das matrículas feitas nas universidades federais brasileiras, no último ano, mais da metade dessas matrículas foram feitas por mulheres, demonstrando que a participação da mulher vem aumentando a cada dia que passa, também nesta área específica da engenharia. E terceira sugestão do Dr. Lang, a permissão para que profissionais da área tecnológica possam se constituir em micro ou pequenos empresários, com adesão ao chamado Imposto Simples Nacional.

Ele disse – para mim, foi uma surpresa, eu não sabia – que profissionais da área tecnológica, por lei, eles não podem se constituir em micro ou pequenos empresários, porque a categoria, o sindicato da categoria impede que eles assim façam.

Eu não tinha conhecimento disso e pedi, inclusive, à assessoria desta comissão que fizesse esse levantamento, para trazer à consideração de V. Exas. Sugeriu ainda um choque de ações para o incremento da educação à distância, bem como para programas voltados ao empreendedorismo e à formação política dos gestores públicos.

Foi uma audiência muito produtiva, muito elucidativa, e eu acredito que, ao final deste ciclo, nós tenhamos uma visão panorâmica geral do que nós estaremos a necessitar nesse horizonte de hoje até 2015, em termos de mão de obra qualificada para o atendimento das demandas desse mercado.

Na próxima segunda-feira, dia 8 de março, às oito horas... Desculpe, no próximo dia 8 de março, segunda-feira, às 18 horas, nós teremos o segundo painel para discutir a política de formação e capacitação de recursos humanos frente à política de desenvolvimento produtivo, com a presença dos seguintes palestrantes: Dr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq; Dr. Ramiro Wahrhaftig, ex-secretário de educação do Paraná e Presidente de empresa ligada à educação à distância; e o Dr. Pedro Wongtschowski, doutor em engenharia química e Diretor Presidente do Grupo Ultra, um dos maiores grupos privados brasileiros.

Comunico também às senhoras e aos senhores membros desta comissão que, conforme divulgado na reunião da semana passada, na próxima quinta-feira, dia 11, a Comissão de Serviços de Infraestrutura irá deliberar os quatro anteprojetos de lei que complementam e aperfeiçoam o marco regulatório do saneamento, que aqui foi decidido em reunião e com aprovação de todos os Srs. e Sras. Senadoras.

Esclareço que essas proposições foram apresentadas como fruto dos debates e das propostas sugeridas na Audiência Pública, com especialistas no assunto, realizado no final do ano passado. No caso, foi dado um prazo de 15 dias para o recebimento de emendas, por parte dos membros desta comissão. A coordenação dos trabalhos e de consolidação desses mesmos trabalhos está a cargo do Senador e Ministro Eliseu Resende, Vice– Presidente desta comissão.

Em seguida, após a apresentação pelo relator e pelo coordenador desses trabalhos, Senador Ministro Eliseu Resende, se aprovados os anteprojetos por este Plenário, as propostas serão oficialmente apresentadas à Mesa Diretora do Senado, tendo como autora a própria Comissão de Serviços de Infraestrutura, na forma do art. 245 do Regimento Interno.

Observa que os projetos têm os seguintes objetivos: 1º– isonomia entre empresas estaduais e empresas privadas nas licitações para concessão de saneamento; 2º– o condicionamento da alocação de recursos federais para obras de saneamento à existência de projeto básico; 3º– permissão para que os recursos do SUS sejam alocados em projetos de saneamento, na forma em que foi proposto; e 4º– vedação da regularização fundiária e a implementação de infraestrutura urbana em áreas de risco.

Assim, conto novamente com a participação e a colaboração de todos os membros desta comissão, especialmente no encaminhamento de sugestões, que pode ser feito diretamente à Secretaria dessa comissão ou ao gabinete do coordenador dos trabalhos, Senador Ministro Eliseu Resende.

Dando início à pauta de hoje dos nossos trabalhos, com a palavra o Senador Goellner. Pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu, antes de pedir a inversão de pauta, vejo também que nós temos aqui um dos relatores do Item 2, que também terá preferência por se tratar de um projeto não terminativo, mas eu gostaria de fazer uma consideração especial ao Seguro-Desemprego, que V. Exa. citou e que foi debatido na Audiência Pública de segunda-feira, às 18 horas, que esta comissão realiza toda segunda-feira, às 18 horas, objetivando tratar dos aspectos de infraestrutura do país.

Enfim, o que existe hoje, no Seguro-Desemprego, a forma como é colocada, sem uma profissionalização, sem essas sugestões de qualificação da mão de obra, realmente, alguma coisa precisa ser mudada, porque, hoje, o Seguro-Desemprego se tornou uma fábrica de Seguro-Desemprego. Simplesmente, o empregado

trabalhador fica seis meses e requer mais quatro de não trabalhar.

Então, ele deixa o serviço por livre e espontânea vontade. Ele cria uma situação onde ele pede para ser demitido, pede para ser demitido. Isso tem causado transtornos a todo o setor produtivo brasileiro, principalmente na agricultura e pecuária, onde a remuneração não é tão atrativa, de dois, três salários, e que faz a escolha, o trabalhador simplesmente escolhe: "Bom, vou trabalhar seis meses, vou criar um problema, vou ser demitido e vou ficar ganhando do Governo o salário por mais quatro meses". E isso é histórico em todo o país.

Então, algo precisa ser feito para mudar. Como foi citado por um dos apresentadores nessa audiência de que a qualificação, possivelmente, provar que está tendo outra atividade, por um motivo ou outro, porque, na realidade, o empregado pede para ser demitido, ele cria transtorno dentro do trabalho dele, e isso aí se criou hoje... Por isso que hoje o grande problema da Previdência é... Do Ministério do Trabalho é o grande número de demitidos que tem no país. Isso se deve à existência desse Seguro-Desemprego. Quer dizer, uma modificação dos rumos disso, da forma como é feito, realmente, teria que se mudada.

Então, eu lhe agradeço a oportunidade e vejo que nós temos que dar mais presença aqui nas segundas-feiras. Às vezes, não se torna muito fácil, mas as audiências são muito concorridas, em matéria de apresentação, os convidados são de extrema qualificação e estão tratando temas de muita relevância para o país.

Então, eu vejo que, na próxima segunda-feira, nós teremos grande oportunidade novamente de participar de uma audiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Goellner. Em relação a essa questão do Seguro-Desemprego, em específico, eu voltaria apenas a relembrar o que foi dito pelo Dr. Lang, que, em países da Europa e, sobretudo, na Alemanha, onde isso é seguido com maior firmeza, o Seguro-Desemprego é oferecido ao trabalhador como uma garantia, até que ele alcance uma nova oportunidade, mas, nesse meio tempo, ele, para receber o Seguro-Desemprego, ele obrigatoriamente terá que apresentar uma declaração de que está realizando um curso de aperfeiçoamento, de qualificação da sua especialidade, da sua mão de obra, para poder justificar o recebimento desse Seguro-Desemprego.

Partindo do princípio, as autoridades europeias, de que ele eventualmente tenha sido dispensado do seu serviço por não atender à qualificação exigida pela empresa para qual ele trabalhava, no setor específico em que ele prestava seus serviços.

Muito obrigado a V. Exa. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria de pedir a V. Exa., se possível, nós, como já iniciamos os trabalhos nesta comissão de hoje, fazer uma inversão de pauta, tendo em vista que sou o relator do Item 2, um Projeto de Lei da valorosa Senadora Rosalba Ciarlini, evidentemente, se for possível, eu gostaria que V. Exa. me permitisse ler esse relatório e colocasse em votação nesta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Vou colocar em votação o pedido do Senador Jayme Campos, de inversão da pauta. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Jayme Campos, como relator do Projeto de Lei do Senado nº. 380/09, que "altera a Lei nº. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, veículos de carga, quando adquiridos por transportadores autônomos". Autora: Senadora Rosalba Ciarlini. Relator: Senador Jayme Campos. Parecer favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observação: 1º– a matéria constou da pauta da reunião do dia 25 de fevereiro de 2010; 2º– a matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Jayme Campos, para proferir seu relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. "*O projeto sob exame pretende alterar a Lei nº. 8,989, de 24 de fevereiro de 95, que dispõe sobre isenção de impostos sobre produtos industrializados, IPI, na aquisição de automóveis para autorização no transporte autônomo de passageiros, bem como para pessoas portadoras de deficiências físicas e dá outras providências para isentar desse tributo os veículos de carga, quando adquiridos por transportadores autônomos*."

A autora da proposição, a Senadora Rosalba Ciarlini, sustenta a iniciativa com o argumento de que a atividade dos transportadores autônomos de carga, categoria profissional de grande relevância... Eu perdi aqui...

Transporta no Brasil com rodovias... Desestimuladas a renovar seus veículos, em razão dos altos preços do bem. À vista dessa constatação, S. Exa. pretende ensejar a redução dos preços dos veículos para transporte de cargas, por meio de incentivo fiscal, relativo ao Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI. Nesse

sentido, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 380/09, estabelece a isenção do tributo, quando incidente sobre caminhões adquiridos por motoristas profissionais que exercem, em veículo de sua propriedade, a atividade de condutor autônomo de carga.

A autora do projeto ressalta ainda que o incentivo proposto não constitui inovação, pois, em virtude daquela acentuada na venda de automóveis no Brasil, consequência da crise econômica mundial, o Governo Federal reduziu significativamente as alíquotas de IPI incidentes sobre veículos automotores, entre eles o de transporte de mercadoria, benefício que reduzido, gradativamente, terá vigência apenas até 31 de dezembro de 2009.

Ao considerar os excelentes resultados obtidos pelas citadas medidas governamentais, demonstram a necessidade da manutenção dos incentivos, S. Exa. considera, contudo, que a isenção que propõe deve restringir-se aos veículos de carga adquiridos por transportadores autônomos.

Distribuída preliminarmente a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, o projeto será anteriormente examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, a qual caberá decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas.

Análise. A proposição encontra abrigo constitucional no âmbito da competência da União, entre o qual compete, nos termos do art. 22 e 11, legislar privativamente sobre trânsito e transporte. Atende igualmente aos requisitos para iniciativa legislativa, estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política.

No mérito, reconhecemos as justas intenções do projeto, que, quando pretende oferecer aos transportadores autônomos de carga condições de estímulo à renovação dos veículos com que operam, de maneira análoga, é que se ocorre relativamente aos automóveis de aluguel destinados ao transporte de passageiros, táxis.

No aspecto formal, contudo, impõe-se alguns ajustes no sentido de conter o projeto maior clareza e precisão. Na redação proposta pelo caput *do art. 1º, a expressão "veículos automóveis" deve ser substituída por "veículos automotores", para aguardar consonância com a terminologia adotada no Código de Trânsito Brasileiro.*

Já no Parágrafo Único desse mesmo dispositivo, que trata da possibilidade da fruição do benefício pelas atividades, em virtude da distribuição completa, furto ou roubo de veículos, a forma verbal "aplica-se" deve ser substituída por "entende-se, sob pena de restringir involuntariamente o alcance da isenção instituída".

Por fim, cumpre também modificar-se a emenda da Lei nº. 8.989/95, de modo a fazer incorporar as inovações trazidas pelo projeto sob exame.

As alterações necessárias são objeto das emendas adiante formuladas.

Voto. Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 380/09, com as seguintes emendas. Emenda 1: Substitua-se, na redação proposta do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº. 380/09 para o art. 1ºA da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 95, a expressão "veículos automóveis" por "veículos automotores", no caput, *e, no Parágrafo Único, a forma verbal "aplica-se" por "entende-se".*

Emenda C1. Inclua-se, no Projeto de Lei do Senado nº. 380/09, o seguinte artigo: 3º– renumerando-se, como art. 4º, a cláusula de vigência. Art. 3º: Dê-se à emenda da Lei nº. 8.989, de 24 de fevereiro de 95, a seguinte redação: "Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, na aquisição de veículos automotores para a utilização no transporte autônomo de passageiros ou de cargas, bem como pessoas portadoras de deficiência física, nas condições que especifica".

Esse é nosso relatório, é nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Jayme Campos. Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Paulo Duque e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, o país, hoje, nosso país, pelo que eu estou informado, salvo engano, ele possui um veículo para cada cinco habitantes, se não me engano. É isso? Mais ou menos isso?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Parecido.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Parecido. Isso veículos de automóveis. Automóveis, mesmo, para andar. Automóvel de passageiro, automóvel particular. Agora, aqui, esse projeto cuida exclusivamente de donos de caminhões autônomos. É isso?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quero ficar bem esclarecido sobre isso. Caminhonetes...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Caminhões.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Caminhões... Por exemplo, aquela fábrica que tem no meu Estado, em Resende, da Volks, que fabrica... Tem implicações, tem implicações. Mas tudo aquilo que é de interesse público, eu acho que esse projeto é de interesse público. Com estas alterações, aperfeiçoando...

A principal alteração aqui é trocando o nome "automóveis" por "veículos automotores". Exatamente. E o relator dá sua explicação. É porque assim diz o Código Brasileiro de Trânsito. Não é isso?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Positivo. Isso, perfeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nada a opor, é uma tentativa, uma experiência e, possivelmente, vai funcionar. Era o que eu tinha só a dizer. Isso. Esse breve comunitário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Paulo Duque. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, vejo mérito na proposição da Senadora Rosalba Ciarlini, no parecer do Senador Jayme Campos, mas acho que será importante que possa a Receita Federal, como ocorre em projetos dessa natureza, ser ouvida e dar o parecer sobre o impacto, para que o Senado possa votar conscientemente.

Então, eu peço vistas, com o compromisso de, até a próxima semana, e, dede já, aqui solicito à Receita Federal que possa encaminhar a análise do impacto desta medida proposta.

Então, peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concedida vista coletiva, por solicitação do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Paulo Duque, o Senador Delcídio Amaral e outros senadores.

Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de pedir a inversão, então, do Item 3, logo em seguida, já que já relatamos o Item 2, para que nós pudéssemos apreciá-lo e discuti-lo. Trata-se de um projeto de suma importância para as barragens brasileiras, segurança das barragens brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senadores que estiverem de acordo com a inversão de pauta permaneçam como estão. Concedida a inversão de pauta.

Passamos ao Item 3 da pauta de hoje. Decisão terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº. 168/09, que "*estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais e altera a redação do art. 35 da Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº. 9.984, de 17 de julho de 2000*". Autor: Deputado Leonardo Monteiro. Relator: Senador Gilberto Goellner. Parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº. 1 a 8 da CMA, Comissão de Meio Ambiente, e as emendas de redação.

Observação: em 08 de dezembro de 2008, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº. 1 a 8 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, emendas essas, como já me referi, de redação.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 25 de fevereiro de 2010.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, para proferir seu relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores. *O projeto em questão é composto de seis capítulos e propõe a criação de diretrizes para a verificação da segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, definindo as obrigações e responsabilidades dos respectivos proprietários.*

O Capítulo 1 descreve as disposições gerais. O art. 1º da proposição estabelece a política nacional de segurança de barragens e, no seu Parágrafo Único, determina os critérios e as definições que caracterizam as barragens, os cursos d'água, os aterros de contenção de rejeitos industriais. O Capítulo 2, "Dos objetivos", define os objetivos do programa nacional de segurança de barragens. O Capítulo 3, "Dos fundamentos e da fiscalização", estabelecendo os princípios sob os quais deve ser desenvolvido o programa nacional de segurança de barragens e as responsabilidades sobre a fiscalização das mesmas.

O art. 5º estabelece os critérios, pelos quais o Poder Executivo determinará a quais órgãos compete fiscalizar a segurança de barragens e que tal determinação não prejudica a ação de fiscalização ambiental dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

O Capítulo 4, "Dos instrumentos", define como os instrumentos do programa nacional de segurança de barragens o sistema de classificação de barragens, segundo risco e o dano potencial a ela associados, o plano de segurança, o sistema nacional de informações sobre segurança e o sistema nacional de informações sobre meio ambiente, além de cadastros técnicos federais de atividades relacionadas com a defesa ambiental ou com o impacto ambiental e do relatório de segurança de barragem.

O plano nacional de segurança de barragens deverá estabelecer programas de educação e comunicação sobre segurança de barragens. O Capítulo 5, "Das competências", determina as atribuições do órgão

de fiscalização e do... Fiscalizador e do empreendedor ou proprietário da barragem.

O Projeto de Lei estabelece que o órgão fiscalizador deve exigir do empreendedor o cumprimento das recomendações contidas nos relatórios de inspeção e revisão periódica de segurança.

O Capítulo 6 refere-se às disposições gerais e transitórias. Ele estabelece que a barragem que não atender os requisitos de segurança, nos termos da lei, deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, o qual deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências tomadas.

Fixa o prazo de dois anos para que o proprietário ou responsável por barragens submeta à aprovação do respectivo órgão fiscalizador, a um relatório específico, as ações das mesmas.

O art. 20, do Projeto de Lei, acrescenta vários incisos ao art. 35 da Lei 9.432, que é a lei dos recursos hídricos. E que é de 1997, para determinar as competências do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e estabelecer diretrizes para a implementação e os relatórios de segurança.

O art. 21, "Da proposição", entre os incisos ao art. 4º da Lei 9.984, determinando que cabe à Agência Nacional de Águas, ANA, organizar, implantar e gerir o sistema nacional de informação sobre segurança de barragem, promovendo articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragens e coordenar a elaboração dos relatórios de segurança das mesmas.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei foi examinado pelas comissões de Minas e Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aprovado na forma do substitutivo ora analisado.

No Senado Federal, a proposição foi enviada à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nossa comissão, *onde estamos hoje analisando em decisão terminativa.*

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas, exclusivamente emendas de redação, conforme V. Exa. já se referiu, de nº. 1 a 8, e que eu...

Diante do relatório, a análise feita, que não mudou nada, quer dizer, nós estabelecemos que o projeto apenas mereceu emendas de redação do substitutivo, que foi as emendas de... Foram feitas de nº. 1 a 8, a vários artigos, que estabeleciam termos, às vezes, não específicos para um perfeito entendimento, e, dessa forma, após analisar e discutir com diversos setores envolvidos nesse segmento de segurança de barragens, como o Comitê Brasileiro de Barragens, a Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica, a Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental e o IBRACON, Instituto Brasileiro do Concreto e o Clube de Engenharia, nós recebemos uma consideração dessas entidades, uma consideração de interesse público sobre as seguranças de barragens no Brasil e que eu passo a relatar um parágrafo.

Com o objetivo de garantir a importância estratégica [soa a campainha].

Com o objetivo de garantir a importância estratégica das barragens e respectivos reservatórios para o funcionamento dos sistemas de abastecimento de água, de geração de energia elétrica, de irrigação, de prevenção de enchentes, de saneamento, de transportes hidroviários, de piscicultura, de contenção de rejeitos industriais e outros, cumpre aprovar uma Legislação específica para o setor.

Esta deverá regular os procedimentos, uniformizando-os e definindo a dimensão concreta das medidas essenciais, a fim de assegurar a evolução contínua das barragens, com a segurança necessária.

Desse modo, essas entidades consideram que nosso parecer, que eu diria que o mérito essencial é do Deputado Leonardo Monteiro, autor deste projeto, atende plenamente a demanda do setor e as solicitações de suas entidades representativas, portanto, solicitamos, assim fazem essas entidades, aos Srs. Senadores membros desta ilustre Comissão de Infraestrutura que aprovem a referida lei, PLC 168/09, em caráter terminativo.

E se colocam à disposição de todos, das autoridades e do público em geral para prestar maiores esclarecimentos e cooperar nas ações possíveis.

Esse é nosso relatório, favorável à aprovação deste projeto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Gilberto Goellner. A matéria está em discussão. Para discutir, o Senador Paulo Duque.

Pela ordem, está também inscrito o Senador, em seguida, o Senador Delcídio Amaral. Senador Paulo Duque, V. Exa. tem a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu confesso a V. Exa. que desconhecia completamente a existência do Comitê Brasileiro de Barragens, a Associação Brasileira da Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica, a Associação Brasileira da Geologia de Engenharia Ambiental, o Instituto Brasileiro do Concreto e o Clube de Engenharia. Esse eu conheço muito bem.

Só isso, e esta manifestação dessas entidades mostra a seriedade com que foi apresentado este parecer do Senador Gilberto Goellner. Eu não conhecia.

E até, antes de tomar conhecimento, ia pedir informações sobre quantas barragens existem no país, o que é uma barragem, afinal, como é que funciona isso. Depois daquele... Daquele desastre que houve ali em Mangaratiba, ali na Ilha Grande, e que vitimou tantas pessoas.

Por isso é que eu estou vendo seriedade neste projeto e que ele foi bem estudado não só pelos órgãos do Governo como as entidades particulares e pelo Senado, por esta comissão, e pelo relator.

Confesso que eu não me atreveria a formular um parecer dessa natureza, pelo meu desconhecimento da matéria. Por isso eu confio plenamente no relator e aprovo este projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Paulo Duque. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, para discutir a matéria. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy, também para discutir a matéria.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar e eu também, nós estamos aqui com um documento assinado pelo Comitê Brasileiro de Barragens, pela Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica, pela Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, pelo IBRACON, Instituto Brasileiro de Concreto, pelo Clube de Engenharia, e é importante registrar a importância, é fundamental registrar a importância deste projeto sobre segurança de barragens no Brasil.

Aparentemente, é um tema um pouco distante do dia a dia nosso, mas esse assunto é um assunto de extrema relevância, principalmente num país que tem sua matriz energética, uma matriz energética limpa, principalmente focada na geração de energia hidrelétrica.

Nós temos barragens distribuídas por todo o Brasil, na região Sul, na região Sudeste, na região Nordeste, na Amazônia, no Centro-Oeste. E é fundamental, hoje, pelo desenvolvimento dos projetos, anos atrás, quando se fazia uma barragem, se pensava basicamente na geração de energia ou, eventualmente, no suprimento de água para comunidades. Hoje, as barragens têm uma importância absolutamente fundamental no dia a dia do nosso país, não só na geração de energia elétrica, mas os reservatórios, hoje, têm aproveitamentos múltiplos. Aproveitamentos voltados à indústria de pesca, aproveitamentos voltados ao turismo, aproveitamentos voltados à infraestrutura, à logística.

Nós, aqui, o ano passado, aprovamos um projeto muito importante, o projeto das eclusas, que, mais do que nunca, viabilizam, com as barragens, a navegabilidade dos grandes rios brasileiros e, portanto, facilita um escoamento e garantem preços competitivos para nossos produtos.

Agora, uma coisa que é fundamental é a segurança das barragens. É que muita gente não divulga, mas nós já tivemos *overtopping* de barragens, ou seja, quando a água passa por cima das barragens, em várias centrais hidrelétricas, já.

A CESP, por exemplo, tem algumas... Tem histórias nesse sentido e outras companhias de energia também. E, ao mesmo tempo, problemas associados à fundação, à própria construção das barragens. Aparentemente, quando a gente olha uma barragem, a impressão que se tem é de que é só concreto e fundação, mas uma barragem, ela tem sensores em toda a sua extensão. No seu vertedouro, na sua casa de força... As barragens de terra-enrocamento, nós temos medidores de recalque, para ver como é que a estrutura funciona, nós temos medidores de temperatura, nós temos extensômetros.

O que o extensômetro faz? Ele verifica o trabalho, que aparentemente é um bloco uno, mas uma barragem trabalha também. Se o senhor monitorar, Presidente, o trabalho de uma barragem pela força, pelo volume de água que ela armazena, o senhor vai ver claramente, Presidente, que a barragem faz um movimento, em função da pressão da água sobre os barramentos. Isso é fundamental. Isso cresceu muito no Brasil, ao longo dos últimos anos. Por isso a preocupação de todas essas associações. Porque, hoje, uma barragem entrar em pane, as consequências são nefastas. Não só sob o ponto de vista da utilização ou da razão pela qual aquela barragem foi construída, como também as consequências a jusante.

Então, eu entendo que... Parabenizo o Senador Gilberto Goellner pelo relatório. Esse projeto é um projeto que veio da Câmara, ele é absolutamente pertinente.

O Brasil já adquiriu tecnologia de monitoramento de barragens, tem um *know-how* tremendo. Com essa instrumentação, nós temos condição de acompanhar todo o desenvolvimento de um projeto, e, mais especificamente, as hidrelétricas, hoje, têm comitês que acompanham o comportamento de todas as estruturas de concreto, de terra e de rocha.

Então, eu acho que este projeto já... Ele parece que tramita já há alguns anos na Câmara ou aqui no Congresso, melhor dizendo, eu acredito como... Eu entendo este projeto como muito pertinente. É extremamente relevante. Até porque o Brasil vem desenvolvendo tecnologias, vem aprimorando a manutenção de barragens, e o monitoramento e essa preocupação com a segurança de barragens são fundamentais.

Eu estou dizendo isso não porque eu li em algum lugar, mas eu vivi isso e sei o que isso representa para o país, especialmente em função de tudo o que vem aí, do que já está instalado e de tudo o que vem aí, em termos de aproveitamentos hidrelétricos e com consequências, não tenho dúvidas, benéficas para a população, para a sociedade, mas que exigem o monitoramento necessário, para que nós não sejamos surpreendidos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para continuar discutindo a matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, vejo méritos muito importantes nesta iniciativa do Deputado Leonardo Monteiro, aperfeiçoada pelo Senador Gilberto Goellner, e, sobretudo, para se prevenir a perda de vidas humanas, prevenir prejuízos econômicos, materiais e ambientais, que por vezes acontecem quando as barragens são feitas sem os devidos cuidados.

E é importante ressaltar que houve o devido diálogo, tanto com a Agência Nacional de Águas quanto com o Ministério do Meio Ambiente, que se posicionaram também favoráveis ao mérito do projeto. E, portanto, quero cumprimentar o Senador Gilberto Goellner e, então, sou favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Eduardo Suplicy. Enquanto aguardamos... Desculpe! Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, pela ordem.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não, Sr. Presidente. É que eu vou me posicionar a respeito do Item 4, que eu gostaria de pedir a retirada de pauta. Só que eu não sei se já estaria no momento. Só por uma semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A Senadora Serys Slhessarenko solicita a retirada de pauta do Item 4 da nossa pauta de hoje, que "*trata, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº. 448/09, que altera o dispositivo de Lei 11.442, de 05 de janeiro de 2007*". A autoria do projeto é do Senador Garibaldi Alves Filho, a relatoria de S. Exa., Senadora Serys Slhessarenko, e ela pede, então, que seja retirado de pauta, o que lhe é concedido pelo Regimento, Senadora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, inclusive, assumindo o compromisso de que ele poderá entrar em pauta na próxima semana. Nós traremos a pequena reformulação que temos que fazer. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Solicitaria à Secretaria desta comissão que incluísse, então, a pedido da Senadora Serys Slhessarenko este item na pauta da nossa próxima reunião, quinta-feira, dia 11 de junho (sic), às 8h30 da manhã.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, ainda uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Gostaria de pedir a inversão do Item 5, porque há um requerimento de minha autoria para instruir esse item. Eu acredito que nós precisaríamos primeiro tomar uma posição a respeito do requerimento, para daí decidirmos sobre o Item 5. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Passo à leitura do requerimento apresentado pela Senadora Serys Slhessarenko.

"*Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados o Presidente do DENATRAN, Sr. Alfredo Peres da Silva; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Sônia Haddad; o Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros, ABRATI; e um representante da Associação de Usuários de Transporte Coletivo de Âmbito Nacional, AUTCAN, para participar de Audiência Pública acerca da obrigatoriedade de inclusão de dispositivo de rastreamento por satélite nos veículos automotores destinados ao transporte coletivo interestadual, tema que é objeto do PLS 711/07, em tramitação nesta comissão*."

A autora é a Senadora Serys Slhessarenko. Em votação o requerimento. Os Srs. e Sras. Senadoras que estejam e que aprovam o parecer, que estejam de acordo e aprovam o parecer, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de V. Exa., Senadora Serys Slhessarenko.

Aguardando mais um pouco, continuamos a discussão e posterior votação do Item 3 da pauta, eu gostaria de levar ao conhecimento das Sras. e Srs. Senadores uma decisão do Governo Federal, que me parece extremamente importante, porque converge exatamente para alguns dos gargalos da infraestrutura que esta comissão tem identificado ao longo das audiências públicas que nós temos realizado. Além do mais, o assunto está diretamente relacionado ao debate que começamos a promover com o novo ciclo de painéis da "Agenda 2009/2015" iniciada esta semana e que trata da demanda quanto à formação e qualificação de recursos humanos.

Essa decisão trata da criação de um órgão responsável pela elaboração de projetos... de projetos de

obras públicas, cuja execução e acompanhamento, no entanto, continuariam sob a responsabilidade dos ministérios. A previsão é de que o respectivo Projeto de Lei seja encaminhado ao Congresso Nacional até o fim de abril.

O Projeto de Lei e esse órgão, seriam uma reedição dos antigos GEIPOT e da antiga EBTU, Empresa Brasileira de Projetos de Transportes Urbanos para as Cidades.

Um dos problemas principais que o Programa de Aceleração do Crescimento vem tendo nos últimos anos é exatamente... Nos últimos três anos, é exatamente a falta de projetos técnicos apresentados pelas prefeituras e pelos estados, condição *sine qua non* para que sejam esses projetos ou essas solicitações aprovadas.

O atraso que houve, logo no início do lançamento do programa, foi em grande parte devido à falta desses projetos. Confiando no que informavam as autoridades municipais e estaduais, o Governo Federal aceitava a palavra como certa, de que o projeto já existia, e, quando começava-se a liberar a primeira fase, a primeira parte dos recursos, chegava-se à conclusão de que os projetos técnicos não estavam ainda devidamente prontos, e, portanto, a obra não poderia ser iniciada.

Essa questão foi rapidamente ultrapassada, por decisão tomada pela Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, e coordenadora das obras do PAC, mas ainda é algo extremamente preocupante. E o Ministério do Planejamento, por intermédio de S. Exa., o Sr. Ministro Paulo Bernardo, houve por bem colocar isso à deliberação do Congresso Nacional, a criação dessa empresa.

Some-se a todos esses fatos que a criação dessa central de projetos do Governo, além de solucionar um dos problemas crônicos de infraestrutura, que é exatamente a baixa qualidade e a ausência de detalhamento dos projetos, ela irá promover uma valorização do setor tecnológico e de seus cursos de formação, bem como da própria carreira das áreas de engenharia e arquitetura, também, como já foi dito aqui, objeto dessas audiências públicas às segundas-feiras, que tratam da formação de mão de obra qualificada para atender a demanda do mercado, tendo em vista o alto crescimento, o vertiginoso crescimento dos investimentos que o Brasil experimenta nesses anos e que se prolongará, pelo menos nesse nosso plano de trabalho, até o ano de 2015.

Além do mais, deve-se ressaltar que o modelo de centralização em um único órgão técnico especializado para elaboração de projetos vai permitir um melhor controle de fiscalização da qualidade da execução das obras, ainda que esta fique a cargo de outros ministérios e órgãos do Governo. Ao mesmo tempo, o modelo poderá, no decorrer de sua estruturação e experiência, tornar-se uma referência de acervo e um indutor do processo de planejamento e pesquisa na área de obras públicas, cuja maior demanda recai nos diversos segmentos de infraestrutura.

Há de se ter, inclusive, a perspectiva de que o novo órgão ou empresa possa futuramente atender as demandas de projetos padronizados e especializados para estados e municípios que, por falta de estrutura administrativa, tem dificuldades em desenvolvê-los.

Isso é uma realidade. Muitos municípios necessitam de recursos para obras de infraestrutura, mas, muitas vezes, não têm um corpo técnico aparelhado para realizar os projetos técnicos necessários à aprovação dessa solicitação.

Trata-se, assim, de um setor estratégico para qualquer programa de Governo e, mais ainda, projeto de nação, que tenham entre suas metas prioritárias o efetivo desenvolvimento socioeconômico, que, como é sabido, depende necessariamente de uma robusta e eficaz infraestrutura.

Contudo, acredito que o novo órgão somente será bem atendido, quanto ao seu quadro técnico, à medida que o Governo lhe dotar de carreiras e salários condizentes com o nível de conhecimento e qualificação que esses profissionais detêm e merecem.

Além disso, faz-se necessária, para uma adequada e moderna gestão pública, a adoção de critérios de contratação dos servidores, onde prevaleçam a meritocracia e o perfil técnico. Portanto, é uma ótima oportunidade para que o Estado dê o devido reconhecimento e valor à importância do trabalho dessas categorias especializadas.

Eu digo isso, inclusive, porque, quando prefeito, nos idos de começo da década de 80, eu fui... Eu, bem como outros prefeitos de capitais, à época, fomos todos muito bem atendidos pelas empresas que, à época, existiam para dar suporte, tanto em termos da formulação de projetos como também da liberação de recursos, do acompanhamento, da fiscalização, naquela oportunidade.

A experiência foi extremamente positiva, e, infelizmente, alguns anos depois, esses órgãos foram extintos, mas, agora, acredito eu, salvo melhor juízo dos Srs. e Sras. Senadoras, em boa hora, o ministro do planejamento e o Governo Federal colocam novamente em discussão, mediante esse Projeto de Lei que deverá chegar ao Congresso em breve.

Senadora Rosalba Ciarlini, V. Exa. pediu a palavra?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, é porque, ainda sobre o projeto que

foi relatado aqui pelo Senador Goellner, eu só queria colocar aqui a posição do quanto eu considero que é importante.

Porque, quando nós pensamos em barragem, a gente só... A imagem que vem são das grandes barragens, mas nós sabemos, as grandes barragens, geralmente, elas são frutos de muitos estudos, de muito planejamento, porque são investimentos altíssimos, importantes, principalmente no nosso Nordeste, no meu Rio Grande do Norte é fundamental; no nosso Rio Grande do Norte é fundamental as barragens que foram feitas, de Santa Cruz, Armando Ribeiro Gonçalves, mas tem momentos, inclusive, que a população fica angustiada, quando há informações de que está passando do limite suportável, uma série de questões.

E outras barragens que nós esperamos ter na transposição do Rio São Francisco. Nós sabemos de muitas barragens, os que acompanham aquela obra, por fazer parte da Subcomissão de Fiscalização, e, ontem mesmo, eu estive com o Dr. João Santana, lá no Ministério da Integração, já recebendo novos relatórios, informações sobre o andamento das obras, e vamos, em abril, mais uma vez retomar aquela região para visitar, para ver *in loco* realmente o andamento dessa obra que é fundamental, que eu acho que é algo marcante, que eu sempre defendi.

E acho que nosso Nordeste merecia realmente ter a transposição que o Governo do Presidente Lula está tendo, fazendo esse projeto que é importantíssimo. Mas eu queria aqui lembrar também que é algo que é muito normal no nosso Nordeste são as pequenas barragens. Essas, muitas vezes, são feitas sem nenhum conhecimento geológico, de forma empírica, pelo "achômetro", e que nós sabemos que pequenas proporções, mas já tem havido muitos desastres, em função da falta de segurança, de fiscalização, de acompanhamento.

E tivemos lá, o ano passado, acho que foi o ano passado, no Piauí, um exemplo de uma barragem que causou um desastre muito grande. Então, realmente, é importante esse projeto, e eu quero aqui deixar meu apoio; inclusive, as emendas que falam colocadas pelo senador vêm aprimorar e para trazer maior segurança a todo esse trabalho, que é importante que seja realizado e que está sendo realizado.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente, da minha posição com relação ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado à Senadora Rosalba Ciarlini, que teve uma participação importantíssima e decisiva na última Audiência Pública, que aqui realizamos na segunda-feira. Espero contar novamente com a honrosa presença de V. Exa. para nossa próxima audiência.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza, Presidente. Só que segunda eu tenho um problema, dia 08 de maio, Dia Internacional da Mulher... Dia 08 de março, desculpe. Maio é mês de mãe, mês de mulher. Dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, eu vou ter que permanecer no meu estado, porque vou receber um título que muito me honra, que é de cidadã natalense. Natal foi a cidade que me recebeu e onde eu realizei um grande sonho, ser médica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns a V. Exa. pelo título que merecidamente a Câmara... É a Câmara ou a Assembleia? A Câmara Municipal de Natal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Câmara Municipal, mas também a Assembleia Legislativa vai nos prestar uma homenagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns a V. Exa. por essa merecida homenagem que a Câmara Municipal lhe prestará no próximo dia 08 de março, bem como também em outra oportunidade a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Muito obrigado a V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Mas, nas outras, Presidente, com certeza todas as segundas-feiras eu já estou aqui em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa. Eu gostaria também de informar a V. Exas., senhores e senhoras membros desta comissão que o que já foi... O que já fiz no último... na última reunião da Comissão de Relações Exteriores, também em Plenário, numa sessão presidida pela Presidenta Serys Slhessarenko, que, no último dia 24 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, um requerimento, que também foi aprovado aqui na Comissão de Infraestrutura, sobre a realização no Brasil da Conferência Mundial sobre Meio ambiente e Erradicação da Pobreza, "Rio mais 20", no ano de 2012.

Essa solicitação foi encaminhada, depois de aprovada nas comissões de Meio Ambiente, Comissão Mista de Meio Ambiente, Comissão de Infraestrutura, porque, para a realização dessa conferência, naturalmente, a infraestrutura será muito demandada, e na Comissão de Relações Exteriores foi encaminhado à Ministra-chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Rousseff, que rapidamente tomou as providências que cabia. A S. Exa., o Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, na 62ª ou 63ª Sessão ordinária da sua abertura, que cabe ao Presidente do Brasil fazer, ele colocou esse pleito; não esse pleito, mas esse oferecimento,

em nome do Governo brasileiro, de aqui sediar essa conferência em 2012.

Em 2012, porque coincide com o fim da vigência do Protocolo de Kyoto, que é o único instrumento, vamos dizer assim, jurídico de que o planeta dispõe para nortear as ações no campo ambiental. De modo que essa conferência realizada aqui no Brasil, sob o título "Rio mais 20" poderá gerar outro documento que venha substituir o Protocolo de Kyoto. Será de uma importância realmente fundamental.

E, graças ao prestígio que S. Exa., o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desfruta, hoje, no plano internacional, a Assembleia Geral das Nações Unidas houve por bem e por unanimidade dos seus integrantes aprovar o oferecimento que o Governo brasileiro fez para sediar aqui essa conferência, que será realizada no seu mais alto nível, segundo palavras da própria resolução final das Nações Unidas, de chefes de Estado e chefes de Governo de todo o planeta.

Então, aqui, eu quero deixar registrado o agradecimento a todos as senhoras e senhores membros desta comissão pelo apoio a este requerimento, que também foi subscrito pela Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas um esclarecimento, porque, na sua exposição há pouco, mencionou que o propósito da conferência "Rio mais 20" seria a erradicação, o tema erradicação da pobreza. Eu pergunto se não é a questão relativa ao meio ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Aqui, no documento, no documento que aqui está traduzido da Assembleia Geral das Nações Unidas, que foi aprovado, como disse, no último dia 24 de dezembro, ele cita, aqui, no final, no Item 20, ele fala... Eu gostaria que, por favor, encaminhasse ao Senador Eduardo Suplicy uma cópia.

"*Item 20. Decide organizar em 2012 – isso é a resolução aprovada pelas Nações Unidas. Decide organizar em 2012 a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no nível mais alto possível, incluindo chefes de estado e de governo ou outros representantes. E, nesse contexto, aceita com gratidão a generosa oferta do Governo do Brasil para sediar a conferência e também decide que o objetivo da conferência é de assegurar um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliando os progressos já alcançados e as lacunas ainda existentes na implementação dos resultados das grandes cúpulas sobre desenvolvimento sustentável e abordando novos e emergentes desafios. O foco da conferência incluirá os seguintes temas, a serem discutidos e aperfeiçoados durante o processo preparatório: uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. A conferência vai resultar em um documento focado na política.*"

São esses os termos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeço o esclarecimento. Cumprimento, então, a decisão da ONU, por, exatamente como avalio, seja o mais adequado que o propósito, ao se examinar o desenvolvimento sustentável, inclua a erradicação da pobreza absoluta.

Aproveito esta oportunidade, Presidente Senador Fernando Collor, que... Para informar. No próximo dia 30 de junho, 1º e 02 de julho, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, se realizará o 13º Congresso Internacional da BIEN, *Basic Income Earth Net Work*, que é a rede mundial da renda básica.

Estarão presentes os fundadores da BIEN, como os professores Philippe Van Parijs, Professor Claus Offe, Professor Guy Standing e pessoas dos cinco continentes.

O Presidente Lula já aceitou fazer a palestra de abertura, na manhã do dia 1º de julho, que é a abertura da parte internacional da conferência. Dia 30 de junho será mais a parte brasileira.

E já está aberta a chamada de trabalhos, no site da própria BIEN, www.bien.com, bem como os Professores Lena Lavinas e Fábio Waltenberg, da Universidade Federal Fluminense, são os coordenadores brasileiros, que organizam a BIEN e qualquer informação de pessoas interessadas, inclusive de participar, de apresentar trabalhos, podem ser obtidas comigo próprio, que sou Presidente de honra, coPresidente de honra, com o Professor Guy Standing, desta entidade.

Então, que se relaciona, e por isso que eu dei a informação, a este propósito que agora V. Exa. anuncia, de maneira mais completa, do encontro promovido e aceito... Aceita a iniciativa do Governo brasileiro para 2012. Cumprimento, portanto, o apoio também desta comissão e de V. Exa. a este propósito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado e meus cumprimentos a V. Exa., pela realização deste evento tão importante. Obrigado.

E V. Exa. já tem aí, à sua frente, Senador Suplicy, a cópia traduzida da resolução, embora não seja necessário ter traduzido para V. Exa., mas já está aí, nas suas mãos.

O Senador Delcídio havia solicitado, em seguida, o Senador Jayme Campos.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, primeiro, só registrar também mais um acerto da Comissão de Infraestrutura, especialmente agora, com a "Rio mais 20". Nós estávamos comentando, aqui, com a Senadora Serys, Senador Jayme, aliás, os senadores de Mato Grosso hegemonizam a Comissão de Infraestrutura, sobre a Rio 92.

V. Exa. era Presidente da República, à época, foi um grande sucesso, eu mesmo participei também da Rio 92, e, agora, nós temos o repique em 2012, a "Rio mais 20". Foram transcorridos aí 20 anos. De 92 a 2012. E acho que é, sem dúvida nenhuma... Quer dizer, a iniciativa dessa comissão e corroborada aí pela iniciativa do Presidente Lula, da Ministra Dilma, ela vai ser muito importante, será um grande evento, e principalmente na discussão de Kyoto. Quer dizer, os desdobramentos do Protocolo de Kyoto, que, hoje, como V. Exa. disse com muita lucidez e habitual competência, hoje, é um instrumento que se tem, especialmente no que se refere às políticas que, a duras penas... as políticas ambientais que, a duras penas, discutimos aí e tentamos implementar.

Então, queria registrar isso, Sr. Presidente, e queria também aproveitar a oportunidade para fazer mais duas observações. Eu apresentei um requerimento, na semana passada, pedi até a retirada desse requerimento a V. Exa. sobre a questão das concessões, que, no meu ponto de vista, é um tema de fundamental importância para o país, e especialmente para a área de energia.

Muitos investimentos estão sendo sobrestados, se é essa a expressão melhor, em função dessas indefinições ligadas às concessões. Eu vou conversar com o Governo, que também tem preocupações sobre isso, e está discutindo intensamente isso, porque, naturalmente, em se tratando de um assunto como esse, concessão, claro que no Governo podem existir posições diferenciadas. Então, acho que é com esse intuito que eu inclusive solicitei a retirada do requerimento, até para conversar um pouco mais com o Governo e com as autoridades diretamente ligadas a essa questão das concessões, portanto, eu, na próxima reunião, faço uma... Vou procurar fazer uma abordagem sobre esse tema, mas entendendo a preocupação do Governo em dar um tratamento muito cuidadoso com relação a esse assunto.

E eu vou preparar, essa semana, um requerimento, para que a gente converse sobre Belo Monte. Eu acompanhei Belo Monte, Presidente, eu vivia na Amazônia, quando nós acompanhamos Belo Monte com o atual Presidente da Petrobras, Dr. José Antonio Muniz Lopes. Naquela época, eram dois projetos no Rio Xingu. Era um projeto chamado Kararaô e o outro chamado Babaquara.

Numa época em que as barragens eram... Nós tínhamos grandes reservatórios de acumulação... Hoje, a maioria dos reservatórios são a fio d'água. E esse projeto, eu acompanhei a evolução dele durante muitos anos. Sem medo de errar, esse projeto de Belo Monte, que antigamente chamava de Kararaô, e teve aquele problema com os índios, com os Caiapós, com a Tuíra, o Sting estava aqui no Brasil naquela época...

Esse é um projeto que ele foi aprimorado ao longo dos tempos. E, no meu ponto de vista, é um projeto apurado, onde a engenharia, no sentido de mitigar os efeitos desse projeto, causar o menor impacto ambiental possível, tudo isso foi levado no limite e com muita... Com a participação de muitos técnicos, com a participação de muitas pessoas que já vêm trabalhando nesse projeto há um bom tempo.

Hoje, nós vemos nos jornais sobre matérias falando sobre o preço, qual é o preço, o limite estabelecido para as obras de Belo Monte. Então, falavam em 13, 14 bilhões, falavam em 17, agora, falavam em 20, aí nós conversamos com empresas que têm interesse em participar desse projeto, falam em 30, 32... Então, isso sem... Não poderia deixar de destacar questões ambientais que são discutidas, os licenciamentos, a interferência, por exemplo, com áreas indígenas...

Então, eu entendo que seria de extrema relevância um requerimento para que o Dr. José Antonio Muniz, por exemplo, que é Presidente da Petrobras, tem um domínio absoluto desse projeto, e outros técnicos façam uma exposição sobre o projeto de Belo Monte. Até para esclarecer à Comissão de Infraestrutura o que vai representar esse projeto para o país, para a interligação com as demais regiões, com a otimização energética do sistema elétrico brasileiro, até porque a sazonalidade entre a região Sudeste, Sul e a Amazônia, ela é diferenciada. Então, um sistema complementa o outro.

Sobre as interligações, as linhas de transmissão que vão trazer essa energia e vão interligar Belo Monte ao restante do setor elétrico brasileiro. E é importante registrar: as usinas lá de Rondônia, do Rio Madeira, o total desses dois aproveitamentos dá uns cinco mil megawatts, 5.500 megawatts, se não me engano, de valor. Também projetos fundamentais para o país. Tecnologias novas, usinas bulbo, a fio d'água-–

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Rio Madeira, seis e pouco, seis e meio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, o Senador Raupp, que conhece muito melhor do que eu, até porque trabalhou intensamente no desenvol-

vimento desse projeto, então, é um projeto de 6.200 megawatts, as duas usinas, Santo Antônio e Jirau.

Essa usina de Belo Monte, a primeira etapa, são 5.500 megawatts. E, quando fizer a segunda casa de força, são 11 mil megawatts. Então, é uma usina quase do tamanho de Itaipu. Evidente, com uma operação diferenciada, é uma usina fora daquele padrão de usinas de reservatório de armazenamento, é usina a fio d'água, para o Rio Xingu, para não invadir outras áreas, limitar a operação da usina calha do Rio Xingu, MAS eu acho que é um projeto de extrema importância, e é fundamental esclarecer as principais questões associadas à Belo Monte.

Acho que seria muito importante que a Comissão de Infraestrutura tem se antecipado àqueles temas principais que afligem o país, na área de infraestrutura, especialmente na área de energia, fizesse uma Audiência Pública, para que Belo Monte fosse apresentada a todos nós. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado a V. Exa., Senador Delcídio, pela sua sugestão, que eu entendo de muita importância para o esclarecimento melhor desta obra extraordinária que é a usina hidrelétrica de Belo Monte.

Então, a solicitação de uma Audiência Pública para tratarmos desse assunto, com os convidados, aqui, o senhor... a que V. Exa., Senador Delcídio Amaral, já se referiu. A Mesa desta comissão espera e aguarda a apresentação do requerimento, para colocarmos na... Em votação na nossa próxima Reunião Ordinária.

Gostaria, também, complementando a comunicação que aqui fiz sobre a aprovação, pelo Plenário das Nações Unidas, por unanimidade, da realização no Brasil da Conferência "Rio mais 20", de ler aqui o Requerimento nº. 20, coincidentemente, de 2007, que foi apresentado à Comissão de Infraestrutura e que foi assinado por mim, pela Senadora Serys, pelo Senador Sibá Machado, pelo Senador Delcídio Amaral, pelo Senador Marconi Perillo e pelo Senador... Essa assinatura aqui... Aqui é Marconi Perillo. É isso. Senador Jayme Campos, pela ordem, que havia solicitado a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): ...Quero dizer o seguinte: que, na oportunidade do Rio Eco 92, V. Exa. era Presidente da República, e eu era Governador do Estado do Mato Grosso.

Foi um dos maiores eventos particularmente que já assisti no Brasil, dada a importância que aquilo representava, naquela oportunidade, sobretudo uma visão moderna que V. Exa. tinha da importância que representaria aquele Tratado de Kyoto. Todavia, Sr. Presidente, como foi aprovada pela ONU essa conferência para 2012, em relação... Segmento da Conferência do "Rio mais 20", poderia fazer um apelo aqui a todos os senadores, certamente a V. Exa., que está sendo um grande condutor desse processo, de nós realizarmos no Estado do Mato Grosso. É o único estado da federação que tem o privilégio de ter três ecossistemas, que é o Pantanal, o cerrado e a Amazônia.

Eu acho que seria muito interessante se nós conseguíssemos levar essa conferência nessa região do Brasil. Sairmos dos grandes centros, do Rio ou de São Paulo e levarmos, Senadora Serys, lá para o Mato Grosso. Talvez um estado diferenciado pelo seu ecossistema.

Então, eu queria fazer esse pleito a V. Exa., em relação a essa possível conferência que vai ser realizada em 2012, que fosse... Nós encaminharmos, naturalmente, esse pleito ao Poder Executivo, que vai ser naturalmente o provedor desse grande evento, para que realizasse em Mato Grosso.

Por outro lado, quando o Senador Delcídio propõe aqui uma Audiência Pública em relação à construção das usinas de Belo Monte, não é diferenciado, também, do Mato Grosso, tendo em vista que se discute agora o aproveitamento dos recursos hidráulicos do Rio Juruena, Telles Pires e Tapajós.

É um rio extraordinário, com potencial hidráulico fantástico, que estão se pretendendo construir quatro usinas hidrelétricas no primeiro instante, gerando algo quase em torno de dois milhões de megawatts, e isso é fundamental para que nós aqui nesta comissão discutamos, eu já propus anteriormente, a questão da sua navegabilidade.

Não podemos permitir que se constrói quatro ou cinco usinas hidrelétricas nesse rio, e não ser feito o aproveitamento hidráulico, ou seja, dada a ele a navegabilidade, permitindo que essa região do Brasil, que é uma região de alta produtividade, sobretudo, de alta produção na agricultura, seja aproveitado.

Eu acho que não posso concordar, Presidente Collor, de que, agora, um rio como aquele, que tem um potencial fantástico, vai se construir usinas hidrelétricas lá, e não viabilizar as eclusas para nós fazermos com que ele seja navegável, permitindo que aquela região do Brasil, ela pode sair toda sua produção através do Telles Pires-Tapajós, um rio que V. Exa. deve conhecer, já tive oportunidade de tê-lo lá no estado, sobretudo, aquela região de Alta Floresta, V. Exa. lá já passou por uma ou duas vezes-– –

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Várzea Grande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Também [risos]. Então, é um apelo que eu faço aqui, eu acho que... Agregando, naturalmente, o pleito do Se-

nador Delcídio Amaral, também nós tínhamos que fazer uma Audiência Pública, se for o caso, para trazermos aqui as autoridades competentes, para dar uma explicação mais plausível em relação, naturalmente, à navegabilidade, aproveitamento também do Telles Pires-Tapajós, que certamente é importante para nós permitirmos um transporte intermodal para escoamento da nossa produção, da região, da BR-163 de Mato Grosso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Jayme Campos. Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de comunicar, enquanto aguardamos alguns senadores que se encontram na Casa, que estão vindo a esta comissão, para podermos dar nosso voto a esse projeto, de nossa relatoria, gostaria de aproveitar a oportunidade desse assunto de suma importância, que é a navegação dos rios brasileiros, ocupar a potencialidade.

No dia de ontem, nós participamos de um grande fórum da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística, dentro do Ministério da Agricultura. Estiveram lá presentes 25 entidades, de todo o país, e se tratou essencialmente, o foco, o grande foco foi este: dos rios brasileiros, do Telles Pires-Tapajós, do Juruena-Tapajós. O que está faltando, realmente, hoje, são projetos de avaliação, de estudos técnicos que permitam avaliar a capacidade desses projetos das eclusas, já que algumas hidrelétricas foram construídas sem a devida consecução das eclusas.

E isso Tucuruí, principalmente, é o caso, inviabiliza. Inviabiliza, quem sabe, financeiramente, a curto prazo, mas, durante uma avaliação que se tem no transporte de dez a 20 milhões de toneladas para o corredor norte, para o corredor norte brasileiro, é a única solução para desafogar os portos de Santos e Paranaguá, que estão, hoje, acima, operando já acima da sua capacidade.

Então, dentro do DNIT, dentro do Ministério dos Transportes, há uma avaliação, da mesma forma, que projetos precisam ser executados. E isso faltou; faltou essa programação, faltou essa avaliação. E esse é um grande debate. Por isso que uma Audiência Pública aqui, para se avaliar corretamente Ministério dos Transportes, o DNIT, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, e a ANA, seria de suma importância para que nós avaliássemos, pontualmente, esse grande potencial navegável que é Telles Pires-Tapajós e o Juruena-Tapajós. Muito obrigado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu pediria a V. Exa., antes da questão de ordem da Senadora Serys, a V. Exas., Senadores Gilberto Goellner e Jayme Campos, que, se pudessem formalizar isso, mediante um requerimento, para que, já na próxima reunião, pudéssemos levar à consideração deste Plenário.

Questão de ordem, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente. Antes de fazer minha questão de ordem, eu gostaria só de reforçar a importância deste requerimento de sua autoria, aprovado pela ONU, para a realização da "Rio 2012", "Rio mais 20", em 1992, 2012.

Eu diria que esse, com certeza, será um dos momentos da mais alta relevância para o Brasil e para o mundo. Diante da situação que nós estamos vendo a questão ambiental, as coisas que estão acontecendo, como se deu o Encontro de Copenhagen, nós precisamos avançar. E esse avanço eu acredito que virá por aí, não tenho dúvida disso.

Porque em 12 termina o Protocolo de Kyoto, e o que virá depois ainda é... Ainda está muito indefinido. E eu diria que definições deverão ser tomadas até lá, e que, em 2012, a gente pode fechar um grande pacto mundial, aqui no Brasil. Não tenho dúvida.

Parabéns. E eu acho que isso aí é a grande saída, a grande alternativa para o Brasil e para o mundo, nessa área. E que é uma área correlata com todos os outros setores, porque tudo, tudo, tudo, a vida humana gira em função dessa questão. Parabéns.

Minha questão de ordem, Presidente, é breve. No requerimento que nós acabamos de aprovar, de minha autoria, que diz o seguinte: "Nos termos regimentais, sejam convidados o Presidente do DENATRAN, Sr. Alfredo Peres da Silva, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, houve aqui um erro... Esses erros inadmissíveis, mas que acontecem, Sr. Presidente, da ANTT, é o Sr. Bernardo Figueiredo. É só esse conserto que vamos fazer e encaminhar novamente à Mesa, no requerimento que já foi aprovado, apenas porque saiu errado o nome do Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que é o Sr. Bernardo Figueiredo e saiu outro nome. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu peço à Mesa que faça a devida retificação, conforme solicitado pela Senadora Serys, em relação ao nome relacionado para participar aqui da Audiência Pública. E gostaria também de dizer a V. Exa., Senadora Serys, que os cumprimentos devem ser dados a V. Exa., porque V. Exa. é cossigna-

tária deste Requerimento que redundou na aprovação por unanimidade, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da realização, aqui no Brasil, da conferência "Rio mais 20", que será realizada em 2012.

Meus cumprimentos a V. Exa. Pela ordem, com a palavra, o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu quero também me posicionar favorável a esse projeto, já que a questão das barragens no Brasil, a construção de usinas hidrelétricas, enfim, é algo que está absolutamente na prioridade, na agenda prioritária do país.

Nós precisamos de energia elétrica, para melhorar nossa produção, para melhorar a industrialização. Não se faz nada nesse mundo moderno sem energia elétrica. Então, a gente vê que a questão da irrigação, enfim, outras coisas que você tem que fazer para produzir alimentos.

E, especificamente, eu, lá no meu querido Estado do Tocantins, nós fizemos algumas barragens lá, tem outras projetadas e outras sendo construídas. A semana passada mesmo, eu estive com o Ministro Edison Lobão, fazendo uma visita à usina hidrelétrica de Estreito, uma usina hidrelétrica que tem mil e poucos mega, 1.087 mega, e, na verdade, gera hoje cerca de sete mil empregos, e nós sabemos que isso daqui a pouco, quando ficar pronta, essas pessoas vão praticamente ficar desempregadas.

O Ministro Lobão me dizia que tem outras usinas, de Serra Quebrada, e tantas outras, que têm muitos problemas, mas a segurança na construção dessas barragens é muito importante. Em que pesem os acordos que são feitos, com as várias entidades, para que sejam atendidas as populações impactadas, mas é muito importante que se discuta isso também, porque nós sabemos a dificuldade e a população que está envolvida.

Há sempre uma reclamação muito forte e, inclusive, nessa do Estreito, eu até cheguei a intermediar algumas audiências, participar de algumas Audiências Públicas, no sentido de que a gente pudesse resolver algumas pendências, algumas questões pendentes. Mas eu vim correndo, exatamente, estava numa outra audiência fora, para atender o chamado de V. Exa., Presidente, para poder estar aqui para dar o quórum e votar. Então, eu cumprimento V. Exa. e quero cumprimentar o Senador Gilberto Goellner, que é o relator dessa matéria, e vamos votar, porque o Brasil tem pressa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador João Ribeiro. Encerrada a discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 168, decisão terminativa, relatada pelo Senador Gilberto Goellner.

Como disse, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Projeto de Lei da Câmara 168/09, sem prejuízo das emendas apresentadas.

Iniciarei o procedimento da votação nominal. Como vota a Senadora Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o relator. Como vota o Senador Geovani Borges?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Também com o relator. Como vota o Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Voto com o relator, sem restrições.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o relator o voto do Senador Paulo Duque. Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o relator. Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Voto conhecido, por ser ele o relator da matéria. Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o relator. Como vota o Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o relator. Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente, inclusive-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o relator e a favor das emendas. Votos que serão tomados a seguir. Como vota o Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com o relator o Senador João Pedro. Como vota... Senadora Rosalba encontra-se presente?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Collor, com sua permissão, a Senadora Rosalba se ausentou rapidamente e deixou manifestado o voto. Não sei se é válido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito. Não podemos tomar isso como voto, a não ser com a presença da senadora. Mas já temos quórum suficiente, e vou proclamar o resultado: 11 votos 'sim', a favor do Projeto de Lei da Câmara nº. 168/09, sem prejuízo das emendas apresentadas.

Agora, eu indago a V. Exas. se podemos repetir a votação nominal, em globo, das oito emendas apresentadas. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada.

Vamos, então, proceder à votação nominal. Já está aprovado. Então, ficam também essas oito emendas aprovadas em bloco, pelos 11 senadores aqui presentes, que já colocaram seu voto favorável ao relatório apresentado pelo Senador Gilberto Goellner ao Projeto de Lei da Câmara 168/09; 11 votos 'sim'. Portanto está aprovada. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero louvar esta comissão pela aprovação dessa importante matéria e quero louvar o Senador Goellner pelo relatório que faz. Eu sou de um Estado que recentemente nós fomos vítimas de um problema com a barragem, a barragem de Algodões. Várias vítimas estão aí, padecendo das consequências desse problema.

A falta de manutenção, a falta de cuidado público faz com que a insegurança dessas barragens sejam um verdadeiro tormento para populações que delas dependem. Imaginem os senhores que as barragens são feitas em consequência das secas constantes nas regiões. A partir do momento em que a barragem é construída e a segurança não lhe é assegurada, a população passa a viver com o temor desse... do desastre.

A barragem de Algodões, no Piauí, foi um desastre gravíssimo, porque foi um desastre anunciado. Chegou-se, inclusive, a solicitar a retirada das populações que viviam à sua margem do local, mas técnicos aconselharam o governador do estado que mantivesse a população ali. Tivemos um desastre com cerca de dez mortes e várias famílias desabrigadas.

Nós estamos, inclusive, com os sobreviventes e com os atingidos, aguardando promessas do Governo para a recuperação de suas perdas. De forma que eu acho esse projeto da maior importância e, portanto, louvo esta comissão por aprová-lo nesta manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Heráclito Fortes. Mais uma vez, a solidariedade de toda esta comissão ao ocorrido no seu estado, em função do rompimento da barragem.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu convoco os senhores membros para nossa quinta reunião, no dia 08 de março de 2010, próxima segunda-feira, às 18 horas, quando realizaremos, integrando a "Agenda Desafio 2009/2015 – Recursos humanos para inovação e competitividade", o painel nº. 2: "A política de formação e capacitação de Recursos humanos frente à política de desenvolvimento produtivo", com os seguintes convidados: Deputado Alceni Guerra; Dr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da ABDI; Dr. Carlos Aragão, Presidente do Conselho do CNPq; Dr. Pedro Wongtschowski, doutor em engenharia química, diretor-Presidente do Grupo Ultra, representando o setor privado.

Encerro a presente sessão, agradecendo a presença das Sras. e Srs. Senadores. Obrigado.

Sessão encerrada às 10h16.

05ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 08 DE MARÇO DE 2010, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia oito de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER e MÃO SANTA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, integrando a **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** atende

ao Requerimento nº 01, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor,** para debater sobre o Desafio: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. Apresentando hoje, o Painel 2 – "A Política de Formação e Capacitação de Recursos Humanos Frente à Política de Desenvolvimento Produtivo", com a presença dos seguintes convidados**: Dep. Alceni Guerra –** Deputado Federal; **Dr. Reginaldo Braga Arcuri –** Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI; **Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho –** Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e **Dr. Pedro Wongtschowski** – Doutor em Engenharia Química, Diretor-Presidente do GRUPO ULTRA. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Gilberto Goellner e Mão Santa**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor,** Presidente.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2010, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Informo as Sras. e Srs. Senadores, membros desta comissão, que até o dia 11 de março, na próxima quinta-feira, está aberto o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 309/2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural/SA, a Petrosal. Como a matéria passou desde o último dia 04 a tramitar em regime de urgência, as emendas deverão ser apresentadas perante a primeira instância, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Esclareço, porém, que o projeto e as emendas serão analisadas simultaneamente por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, bem como pela Comissão de Assuntos Econômicos. Observo ainda que o projeto tem como prazo final, nas comissões, o dia 29 de março, 29 deste mês. Devendo ser incluído na ordem do dia do Plenário até o dia 09 de abril. A partir de 18 de abril, se não for deliberada, a matéria passará automaticamente a sobrestar a pauta dos trabalhos no Senado Federal.

Informo também as Sras. e Srs. Senadores, membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, que realizamos, na última segunda-feira, dia 1º de março, o primeiro painel do novo ciclo de debates Agenda 2009–2015: Desafios Estratégicos Setoriais. Os temas abordados foram a formação e a capacitação de mão de obra para enfrentar os desafios ligados à infraestrutura no país. Ao todo são 14 audiências a serem realizadas até o dia 07 de junho, sempre às segundas-feiras, às 18 horas, neste Plenário, quando será discutida a questão dos recursos humanos para inovação e competitividade.

Nesse primeiro encontro, participaram como palestrantes o Dr. Sandoval Carneiro Júnior, Diretor de Relações Internacionais da CAPES; o Dr. Roosevelt Tomé de Souza Filho, Diretor Regional da Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia; o magnífico reitor da Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro, Professor Paulo Alcântara Gomes e o engenheiro Wilson Lang, ex-Presidente do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

De um modo geral, os especialistas ouvidos traçaram um cenário preocupante. Alguns dados, contudo, demonstram melhorias em determinados setores, como é o caso da produção científica medida pela publicação de textos acadêmicos em revistas especializadas. Segundo o Dr. Sandoval Carneiro Júnior, com estímulos de agências governamentais – como a CAPES e o CNPq – houve um grande crescimento dessa produção, a ponto de o Brasil, hoje, superar, nessas publicações, a Holanda e a Rússia.

Já o sistema de pós-graduação brasileiro exibe números razoáveis: 4.100 cursos, por onde passaram mais de 150 mil alunos, 1/3 do doutorado e 2/3 no mestrado. Mas isso não foi suficiente para assegurar inovação tecnológica. Pelos dados apresentados pelo representante da CAPES, no triênio 2005/2007, o número de patentes registradas pelo Brasil no *United States Patent and Trademark Office* caiu 13% em relação ao triênio anterior – 2002, 2003 e 2004. Enquanto isso, dois países que integram o chamado *BRIC* – Índia e China – tiveram crescimento de 48% e de 53%, respectivamente, no volume de patentes registradas naquele órgão americano, no período de 2005 a 2007.

A Índia conseguiu 1.411 registros, enquanto na China esse número chegou a 2.764, ou seja, dez vezes mais do total brasileiro, que foi de apenas 288 registros. De acordo com o Dr. Sandoval Carneiro, só a

Polônia teve desempenho inferior ao Brasil no ranking do USPTO. O diretor da CAPES atribuiu o problema a uma opção da empresa brasileira. Diz ele que, ao invés da empresa brasileira investir em inovação, ela prefere comprar a tecnologia que vem de fora do país. Nas suas palavras, enquanto a Samsung tem laboratórios de pesquisa com cinco mil doutores, o conglomerado industrial brasileiro quase não emprega doutores. A quantidade de pesquisadores também foi apontada como um fator negativo. Enquanto o Japão tem 700 pesquisadores para cada 100 mil habitantes, o Brasil apresenta a modesta média de 34 pesquisadores para 100 mil habitantes.

O Dr. Sandoval Carneiro afirmou, também, que a capacidade de inovação tecnológica de um país e a sua competitividade industrial estão ligadas ao desenvolvimento das engenharias, outra situação que considerou preocupante. Em 2007, os engenheiros graduados correspondiam a 4.2% do total de formados em todos os cursos, relação que é de quase 30% na Coreia do Sul. No mesmo ano, foram oferecidas 198 mil vagas em faculdades de engenharia, mas dessas 198 mil vagas oferecidas, apenas 115 mil foram preenchidas, ou seja, 83 mil vagas ficaram ociosas. O mais grave, segundo o representante da CAPES, é a evasão dos alunos que ingressaram nos cursos, que chega ao espantoso número de 60% nas escolas públicas dão(F) dos pretensos candidatos. Ele notou que a nova configuração das empresas com os arranjos produtivos locais e o fortalecimento das microempresas substituiu o conceito de empregado pelo de empreendedor.

Outro participante da Audiência Pública, o Dr. Roosevelt Tomé Silva Filho, apresentou políticas de inclusão social, adotadas pela pasta, com destaque para os cursos profissionalizantes e de inclusão digital em comunidades carentes. Para o ex-Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Engenheiro Wilson Lang, o Brasil está diante do que ele chamou de apagão de gente, em que a demanda por profissionais qualificados não é atendida pelas escolas de formação. Ele chamou a atenção para nossas assimetrias sociais, que se refletem em toda a cadeia da educação e da formação profissional e propôs a instituição de um novo PAC, o Programa de Aceleração do Conhecimento. Além disso, o engenheiro Wilson Lang apresentou propostas de projetos como:

1. A concessão de seguro desemprego vinculada à obrigatoriedade de requalificação do trabalhador.

2. A implantação de um programa específico para o atendimento e incentivo à mulher, nas áreas tecnológicas, já que são maioria na população, mas com baixos índice de participação nos cursos de engenharia.

3. A permissão para que profissionais da área tecnológica possam se constituir em micro ou pequenos empresários, com adesão ao chamado Imposto Simples Nacional.

Sugeriu, ainda, um choque de ações para o incremento da educação a distância, bem como para programas voltados ao empreendedorismo e à formação política dos gestores públicos.

Hoje, nós teremos o segundo painel para discutir a política de formação e capacitação de recursos humanos frente à política de desenvolvimento produtivo, com a presença dos seguintes palestrantes: Deputado Alceni Guerra, ex-ministro da Saúde, ex-Prefeito de Pato Branco, ex-Secretário Extraordinário de Educação Integral do Distrito Federal; Dr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI; Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Dr. Pedro Wongtschowski, doutor em engenharia química e Diretor-Presidente do Grupo Ultra.

Convido os senhores palestrantes para tomarem assento à Mesa.

A todos os senhores palestrantes, os Srs. e Sras. Senadoras, membros desta comissão, desejam as melhores boas-vindas e esperamos todos que seja extremamente produtivo o nosso debate, na noite de hoje.

Eu passo a palavra ao Dr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI. V. Sa. dispõe de 20 minutos para a sua exposição.

SR. REGINALDO BRAGA ARCURI: Obrigado, Senador. Em primeiro lugar, agradeço muito a honra de estar aqui, nessa comissão presidida pelo senhor, tratando de um tema absolutamente central para o país.

Eu queria, antes da começar a exposição propriamente dita, mencionar um fato que correu quando uma das grandes marcas da evolução tecnológica da humanidade ocorreu e qual o efeito disso nos Estados Unidos. Tão logo os americanos ouviram o primeiro bip do Sputinik, a reação foi de que algo essencial tinha mudado na relação entre a então União Soviética e os Estados Unidos, como óbvia perda de posição por parte dos Estados Unidos. E os debates muito intensos que se seguiram a partir daí tiveram resultados práticos e objetivos da parte da estrutura de governo americano. E aquilo que foi considerado à época, e, em seguida, como os resultados se mostraram objetivamente capazes da transformar a realidade em que se focou a sociedade americana foi exatamente em, primeiro, entender o que tinha havido na mudança de currículos escolares na então União Soviética e, em

seguida, de fazer uma grande reforma curricular em todos os níveis da educação norte-americana, o que não apenas, enfim, redefiniu e permitiu a recuperação de uma liderança tecnológica por parte dos americanos, mas foi, inclusive, medida pela quantidade de pessoas que foram laureadas com o prêmio Nobel, nos Estados Unidos, em função, obviamente, depois de concluído o ciclo das mudanças curriculares nisso.

Então, eu acho que, apenas, á guisa de um exemplo histórico, o impacto, a força que tem o conjunto das transformações que podem ser feitas na estrutura de ensino de um país. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, como o próprio nome diz, não tem por missão, fundamentalmente, tratar das questões de educação. Então, eu, obviamente, não vou me aprofundar em questões desse tipo. Mas tem, sim, a missão definida de trabalhar na coordenação e na implementação da política industrial do país e, obviamente, aí há uma relação muito direta, enquanto percepção de que sem esse tipo, não só de preparação, mas muito mais de coordenação de ações, nós não conseguiremos dar os saltos que são necessários para que a gente possa realizar aquilo que alguns economistas, hoje, consideram como um processo que leva o nome, em inglês, de *catch in up*, para que possamos cada vez diminuir a nossa distância em relação aos países onde, de uma maneira central, o conhecimento tem sido apropriado nos processos e nos meios de produção.

Então, eu queria começar a exposição, só com alguns dados genéricos, não pretendendo aqui, obviamente, trazer nenhuma novidade, mas para fazer disso uma, digamos, embreagem da proposição que eu acho que cabe fazer, nesse caso, e para descrever um pouco do que nós estamos participando na feitura.

Obviamente, o Brasil conseguiu dar um salto importante no quantitativo dos anos de estudo da população brasileira, mas se nós formos descer um pouco mais nas análises – e essa é apenas uma análise, e há várias outras que indicam, mais ou menos, a mesma coisa – de se as pessoas, efetivamente, estão absorvendo os conhecimentos e se são capazes de fazer com que esse conhecimento se transforme em algo útil para o processo produtivo, na medida em que, obviamente, cada vez mais as pessoas, mesmo nos processos industriais mais clássicos, não têm mais como simplesmente serem o que se já denominou, em algum momento, mão de obra. Quer dizer, as pessoas são atores, hoje, partícipes do processo de produção, não só através da utilização de máquinas cada vez mais complexas e que demandam um conhecimento, uma capacidade de ler manuais, de entender como, efetivamente, a máquina funciona, como também o grau de exigência que se faz, hoje, quando, por exemplo – também apenas como uma referência –, na indústria automotiva, hoje, com variações entre as diversas empresas. Mas o que se tem não é de novo um processo fordista, passivo, de mero ajuntamento de peças, mas, sim, um processo – também é um dos métodos, só, há vários outros –, em que, em células de produção, os operários, quer dizer, o mais clássico dos montadores tem que produzir, no método Kaizen, por exemplo, um conjunto de propostas quase que cotidianas ou semanais, dependendo de propostas de como aprimorar o processo naquilo que ele faz, o que envolve, inclusive, ter uma noção do conjunto do processo industrial. Esse que é um estudo, é uma avaliação feita pela OCDE, no Brasil é aplicado pelo INEP, que é o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, tenta focar como é que as pessoas são capazes de reagir a testes compreensivos de leitura, matemática e ciências. E isso mostra que nós estamos em uma situação não muito confortável. É bom lembrar, também, que os Estados Unidos aplicam regularmente esse tipo de coisas e que tem resultados muito ruins para os padrões deles. Também há uma discussão muito aprofundada, nos Estados Unidos, sobre isso, não quer dizer que sejamos os únicos a ter problemas, mas indica que há um espaço importante a ser ganho nesse processo.

Alguns outros dados também há, inclusive, com relação a esse segundo gráfico aqui, à esquerda, em azul, dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, que vão até um pouco além disso. Mas isso aí mostra que, além de nós termos algumas disfunções e, obviamente, há sempre um esforço que está sendo feito nesse sentido, não quer dizer que seja estática, e há esforços dando bons resultados, mas quando a gente vai ver, também, isso aí que, digamos, é o retrato mais contemporâneo que se pode ter da nossa herança ibérica, nós vemos o que foco e, consequentemente, o volume de dinheiro que é gasto no Brasil em ciências sociais... Eu sou, enfim, professor de história e me informei advogado, então, não é apenas dizer que isso não é uma coisa importante, mas mostra um desequilíbrio grande em relação a outras áreas do conhecimento que nós, para o desenvolvimento industrial, temos uma carência muito grande, onde precisamos dar um foco não eventual e episódico, mas precisamos ter um processo de formação que nos garanta o mesmo horizonte de tempo que aquele primeiro *slide* demonstrou, quando tratamos da evolução do período de tempo em que as pessoas ficam na escola, isso sem falar nos dados mais básicos sobre o aumento da população atendida pela educação básica.

Outro dado interessante também é esse, quer dizer, quando nós saímos da educação estritamente formal e já nos aproximamos um pouco mais da

questão de quem está recebendo treinamento além da educação básica, nós vamos ver – claro que aqui os dados da PNAD são muito gerais, é um corte bastante, digamos, primário -, mas aqueles que deveriam, por se constituírem ainda em um volume maior da população economicamente ativa brasileira, receber um treinamento que suprisse, para a sua inserção no mercado de trabalho estritamente industrial, um treinamento mais completo para isso são os que menos frequentam. Na medida em que nós vamos evoluindo nas faixas de renda, vamos vendo que esses que já puderam se aproveitar da educação formal por um período maior, que já alcançaram um nível de renda maior, vão, obviamente ocupando mais esse espaço. Por outro lado, a realidade é: estamos agora, de novo, como estivemos até 2007, princípio de 2008, com uma demanda interna, aquecida em alguns setores. Mesmo na exportação, voltamos a ter uma demanda por trabalho qualificado maior do que as condições que nós estamos tendo de formar essas pessoas.

Eu agregaria, não tenho esse dado especificamente, mas agregaria que, na medida em que nós checamos diretamente com os setores econômicos e, principalmente, com as cadeias produtivas como essa situação se dá, nós vamos ver que o impacto da mudança – de novo, para ficar apenas na manufatura, entre aspas, clássica –, quer dizer, na medida em que a evolução das máquinas vai sendo incorporada no processo cotidiano de produção, por exemplo, vestuário, na medida em que as máquinas de costura mudam, ficam mais avançadas, os processo de corte, de costura vão avançando, o trabalhador tem que ter um outro nível de qualificação muito mais específico para aquelas máquinas. E isso acaba sendo feito, muitas vezes, pela própria indústria, dada a velocidade que ela necessita desses trabalhadores. Então, continuamos com um processo em que, obviamente, com variações entre as diversas cadeias produtivas, mas há uma falta de... Eu não digo só imediata de pessoas qualificadas, mas um processo que, claramente, demonstra que nós temos que aperfeiçoar o que vem sendo feito no Brasil. Eu acho que o Brasil, nesse ponto, tem um dos sistemas mais interessantes, pelo menos, da América do Sul certamente o melhor. O Sistema S, todos os sistemas que a federação tem tanto no nível do ensino federal, quanto nos estados que cada vez mais se envolvem nisso, de cursos técnicos, da busca de formação de tecnólogos. Mas o país tem avançado na economia real a uma velocidade maior do que a nossa capacidade de formar, de uma maneira boa, qualificada, aqueles que são os trabalhadores imprescindíveis para esse tipo de esforço.

Aí eu vou me permitir, um pouquinho, localizar o que é a ABDI, para dizer, na política de desenvolvimento produtivo, alguns exemplos de como é que isso está sendo trabalhado. Primeiro, aqui é um pouco só para localizar, porque, às vezes, essa informação fica um pouco dispersa. O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, hoje, controla boa parte daquilo que são os instrumentos necessários à execução de uma política industrial. Eu não vou me deter a isso. É claro que o que BNDES é a grande ferramenta que o país criou, manteve e que tem sido essencial ao longo da história do desenvolvimento industrial brasileiro, mas nós estamos aqui, junto com a PECS e o SEBRAE. A ABDI juridicamente tem a forma, também, de um serviço social autônomo, e a ideia é que ela seja uma ferramenta do Ministro de Desenvolvimento, exatamente para ajudar nesse trabalho de coordenação. É isso aí o resumo. Acho que já podemos passar para o outro.

Essas são as nossas áreas de atuação fundamentais para aquilo que eu acho que pode vir a interessar para a comissão, nós estamos focados na política de desenvolvimento produtivo e em esforços de promoção da inovação.

Uma questão que eu acho que é muito central, que foi uma sugestão específica do Ministro Miguel Jorge, de colocar como designação para o exercício atual de política industrial a ideia de política de desenvolvimento produtivo, porque o que se pretendeu foi fazer algo, que é, sim, sem dúvida, uma política industrial, mas não uma política industrial, digamos, de tipo antigo, em que, simplesmente, se pegava alguns dos mecanismos clássicos do estado, juros subsidiados, a possibilidade de você calibrar tarifas e calibrar alíquotas de impostos etc. para focar alguns setores. Mas, ao contrário, a ideia foi criar um grande painel onde, basicamente em contato com o setor privado, não só inicialmente, mas permanentemente, se possa criar um mecanismo de construção de consenso sobre os problemas, os desafios, as oportunidades e as formas de fazer acontecer o desenvolvimento não econômico no sentido mais vasto do termo, mas especificamente produtivo, e aí incluídos não apenas os setores manufatureiros, mas também o agronegócio, serviços etc. Essa é a sínteses da política. Eu, rapidamente, vou tentar localizar esse *slide*.

O objetivo central é, primeiro, dar sustentabilidade ao atual ciclo de expansão. Como, claramente, a nossa entrada e saída da crise mundial foi em um "V" muito pronunciado, essa postulação, eu acho que continua válida. Fundamentalmente por quê? Porque é claro o que tempo de *per se*, quando as condições não só de estabilidade, mas de expansão se mantém

durante estratos mais longos, o tempo vai gerando efeitos específicos, que é muito do que nós estamos vendo no Brasil, quer dizer, não em um único sentido, mas para o conjunto de sociedade, principalmente da economia industrial, isso permite tomada de decisões mais meditadas, que as informações sejam mais densas, que a maturação não só dos investimentos, mas das tecnologias também possa ser mais apropriada e que, obviamente, a nossa inserção no mundo seja algo mais substancial.

E o fundamental é isso, não é apenas fazer mais do mesmo. O Brasil precisa é ser mais competitivo e estar cada vez com posicionamento estratégico mais focado nisso. Nós não vamos ser apenas detentores de riquezas naturais com, eventualmente, uma mão de obra barata. Nós ou disputamos o jogo da competitividade mundial, ou nós, obviamente, vamos perder as nossas oportunidades. Os desafios básicos, a partir da crise, sugiram vários que precisam ser equacionados. A nossa balança mudou de patamar, houve uma inversão muito rápida de alguns números, e isso tanto foram invertidos, quanto podem ser recuperados. A questão do balanço de pagamentos é central, e esse é o eixo mais fundamental. O Brasil já demonstrou que isso é possível, mas nós temos que incrementar a questão da inovação. E aí nós voltamos àqueles dados fundamentais, quer dizer, nós só vamos, efetivamente, responder aos desafios que o resto do mundo nos propõe, enquanto mecanismos de produzir a inovação no processo produtivo, se tivermos gente capacitada para poder fazer isso, tanto na pesquisa básica, quanto na operação mais direta de máquinas. E precisamos desconcentrar um pouco a nossa economia ainda muito centrada das grandes empresas. Foram construídas macrometas focadas no investimento e metas por programas específicos. E, além disso, a política está articulada em ações sistêmicas, em programas estruturantes e em destaques estratégicos. E aí, um pouco chegando para começar a concluir, a questão das ações focadas em educação. Nós temos um trabalho... [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mais cinco minutos.

SR. REGINALDO BRAGA ARCURI: Obrigado. Um trabalho de articulação com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Programa de Desenvolvimento da Educação do MEC, o PROMINP, o Educação para a Nova Indústria da CNI, os grandes programas do Governo. E em cada um desses programas da política de desenvolvimento produtivo há componentes da educação.

E aqui eu vou, simplesmente, dar os exemplos, obviamente está à disposição dos senadores e aqueles que quiserem, a partir daí, consultar, mas para se ter uma ideia de que em praticamente todos os setores, e por isso que eu procurei frisar que isso não é exercício de gabinete, nem é um exercício de contrato de consultoria. Isso foi discutido com o setor privado e aí, para cada um deles, foi elaborado um programa que estabelece o que fazer, especificamente, com relação à formação humana para cada uma dessas áreas, setores ou cadeias produtivas. Importante frisar que isso está em execução, há uma secretaria executiva dessa política que se reúne a cada segunda-feira, com o BNDES, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Ciência e Tecnologia--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E há atuação da iniciativa privada, também?

SR. REGINALDO BRAGA ARCURI: Através...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nessas reuniões ou não?

SR. REGINALDO BRAGA ARCURI: Não nessas reuniões, porque elas são só do Governo. Mas a iniciativa privada participa regularmente, são reuniões em que cada um estabelece o seu cronograma, através de fóruns de competitividade, câmaras setoriais, grupos de trabalho. E isso é resultado desse trabalho conjunto e só passa a constar da agendas se há concordância do setor privado. E há monitoramento tanto de parte do Governo, quanto de parte do setor privado sobre esses mecanismos.

E, além disso, só para concluir, nós fizemos uma coisa chamada rede nacional de política industrial, onde estamos instalando nos estados – sempre com o mesmo formato –, as federações de indústria, o Governo do Estado, através dos seus órgãos, e os órgãos federais que estão ali, esses núcleos exatamente para que nós possamos não só divulgar a política industrial, como nós estamos divulgando aquilo que já fizemos, no âmbito da ABDI, como projetos, principalmente esses Talentos para Inovação, que foram feitos até hoje para a engenharia, física, matemática e química, que foi um mergulho em conjunto com o setor privado e a academia, exatamente para se discutir isso. Quer dizer, nessas áreas o que temos, o que não temos, quais são as possibilidades de mudarmos, como avançar em relação a isso. E, obviamente, isso está disponível para consulta. A ideia foi propor, a partir daí, esses conjuntos de ações que poderiam ser feitas. Estamos trabalhando, também por indicação do Ministro Miguel Jorge, junto com as instituições federais de Ensino Superior, a questão da...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Poderia voltar a anterior a esse?

SR. REGINALDO BRAGA ARCURI: Pois não.

SR. SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Esse aí.

SR. REGINALDO BRAGA ARCURI: Isso é um trabalho que nós estamos contratando, agora, exatamente para termos, depois da crise, uma visão mais atualizada de como que a nossa matriz de formação está se adequando às estratégias do desenvolvimento industrial. Pode passar.

Enfim, aqui são as ações que nós estamos tendo. E temos o portal da inovação, que é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós trabalhamos administrando o conteúdo disso, onde nós temos esse conjunto de ofertas que, como eu disse, eu encerraria por aqui, a ABDI não tem nenhuma competência específica na área da educação, mas temos procurado fazer um esforço de articulação entre os diversos atores, para que possamos decantar isso em ações mais concretas que privilegiem o desenvolvimento industrial baseado na incorporação de conhecimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Reginaldo Braga Arcuri, que é Presidente da ABDI.

Esse é exatamente o objetivo dessa série de Audiências Públicas que a Comissão de Serviços de Infraestrutura começa a realizar. Juntar as experiências da iniciativa privada, das possibilidades do Poder Público e também do mundo acadêmico, de terem uma resultante do que os três, em conjunto, essas três áreas, em conjunto, possam fazer para formar profissionais que atendam a demanda de mão de obra que esse período de grande crescimento que o Brasil enfrentará daqui por diante irá buscar.

Nós temos distorções, enquanto se procura, por exemplo, por engenheiro químico ou engenheiro de petróleo, se formam engenheiros civis. E aqui, na última audiência, por exemplo, nos foi citado pelo Dr. Sandoval Carneiro, que é do MEC, que em 2007, como aqui já foi dito, os engenheiros graduados correspondiam a 4, 2% do total de formandos em todos os cursos, relação que é de quase 30% na Coreia do Sul. E, no mesmo ano de 2007, foram oferecidas 198 mil vagas de faculdades de engenharia, mas apenas 115 mil foram preenchidas. Quer dizer, 83 mil vagas ficaram praticamente, praticamente não, ociosas. E tem, também, o problema da evasão. Segundo o representante da CAPES, a evasão dos alunos que ingressaram nos cursos, nesses cursos das escolas, que chega a 60% nas escolas públicas e a 75% das escolas privadas, ou seja, se tinha a ideia de que a evasão nas escolas públicas era muito superior àquela verificada nas escolas particulares, e é o contrário, pelos dados de 2007.

Depois, algo mais sério: dos engenheiros que se formam, apenas um em cada 3,5 exerce a profissão. Então, nós precisamos, realmente, urgentemente, fazer algo para que o Brasil não perca essa grande oportunidade que surge, de um crescimento consistente, nos próximos anos. Nós temos uma necessidade de aprimorarmos também essa mão de obra qualificada. Aqui já foi debatido, discutido, visto que um aluno que saia da universidade, vamos dizer, um engenheiro, qualquer uma das engenharias, que sai formado e conquista um emprego, ele, se em dez anos não tiver nenhum curso de aperfeiçoamento, ao final desses dez anos, ele já pode ser considerada uma pessoa fora do mercado de trabalho. Então, a velocidade com que a inovação e a competitividade global exigem de aperfeiçoamento desses profissionais.

Ao mesmo tempo, essa distorção salarial. Foi colocado, na última audiência, um exemplo que eu considerei emblemático de tudo isso. O professor que aqui participou, o engenheiro Dr. Lang disse que ele lecionava na Universidade de Santa Catarina. E na Universidade de Santa Catarina havia um aluno de engenharia, considerado o mais brilhante aluno que já havia passado pelos bancos escolares, pelos bancos daquela universidade. E o aluno, então, se formou, tinha muita confiança que ele pudesse ter uma carreira profissional de grande projeção, porque ele também produzia academicamente estudos e discutia temas e debatia com muita proficiência. E o que aconteceu? Ele foi empregado em uma empresa, foi colocado em uma empresa, de repente, apareceu um concurso para policial rodoviário federal, salário inicial básico de quatro mil reais. E esse engenheiro que, segundo o Professor Lang, foi o mais brilhante aluno que já passou na Universidade de Santa Catarina, na área de engenharia, fez esse concurso e disse: "Eu preciso sustentar a minha família". E o professor ainda insistiu muito para ele fizesse o mestrado na área que ele escolheu, da engenharia, que eu não me recordo, agora, qual tenha sido, e ele acabou fazendo o mestrado, conciliando com a atividade de policial rodoviário federal. Concluiu o mestrado, aí apareceu um novo concurso de policial federal, oferecendo o salário inicial de 14 mil reais, e lá foi ele, fez o concurso, passou e hoje é um policial federal.

Todas essas carreiras são carreiras nobres, mas a demanda que, hoje, o Brasil está a apresentar é uma demanda que vai nessa miríade de profissões técnicas, tanto de nível superior, como de nível também técnico. E nós não temos tempo mais para ficarmos discutindo métodos, isso e aquilo. Nós temos que encurtar o tempo, nós temos que criar... Agora, o Governo vem fazendo um grande esforço, no sentido de levar a banda

larga a todos os recantos do país, porque temos que ultrapassar, talvez, o método tradicional de ensino para recuperarmos o tempo perdido, e fazermos a questão da educação à distância com qualidade, mas para isso precisamos ter profissionais na sala de aula, não é somente ver a transmissão pelo vídeo, mas termos alguém, na sala de aula, que tenha a capacidade de decodificar o que ali está sendo passado, para os alunos, pela televisão, nesses Telecursos. E essas pessoas, esses professores também precisam ser qualificados e ter um salário compatível com o magistério.

Então, um professor, hoje, dependendo do Estado, início de carreira, com oito horas, com 40 horas semanais, varia de dois a seis mil reais. Então, para a capacitação que também nós precisamos ter no magistério, para formarmos pessoas e brasileiros que possam servir à nação, nesse momento, é preciso que também se olhe com muito cuidado para a correta remuneração que deve ser oferecida aos nossos professores.

A exposição do Dr. Reginaldo Braga Arcuri foi uma exposição que nos mostrou o que vem realizando, o que vem fazendo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial para colaborar com isso. Mas é muito importante, também, que participe a iniciativa privada. Porque aqui foi dito que a iniciativa privada, as indústrias – e aqui está o Presidente do Grupo Ultra que, depois, poderá nos esclarecer melhor esse assunto, mas aqui foi dito, na última audiência, que a indústria brasileira não cria centros, laboratórios de desenvolvimento do conhecimento. E não contrata como, por exemplo, aqui, na Coreia... Onde é que está aqui? A Samsung tem cinco mil doutores no seu conglomerado industrial. O Japão tem 700 pesquisadores para cada 100 mil habitantes. O Brasil tem apenas 34 para cada 100 mil. E isso em função, também, do que já foi colocado aqui, por outro palestrante, que a indústria brasileira prefere, simplesmente, comprar essa tecnologia já pronta. Vai a Bangalore, vai lá e já compra o *software* por 10, 15 dólares, ou seja lá o que for. E tem isso sem fazer com que esse *software*, eventualmente, se for o caso da especialização dessa indústria, de fazer isso aqui, com laboratório montado aqui, no Brasil, e dando oportunidade aos nossos pesquisadores, já que, em termos de produção científica, nós estamos muito na frente, por exemplo, de países como a Holanda e a Rússia. Mas em termos de patentes, nós estamos, talvez, junto de Burkina Faso.

Então, há algo que precisamos conciliar: uma enorme produção acadêmica e um baixíssimo nível de patenteamento. Talvez, porque esteja faltando nesse meio o incentivo de criação de laboratórios, de conhecimento, de desenvolvimento e de pesquisa para que nós equilibremos esses fatores.

Eu passo a palavra, agora, ao Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. V. Sa. dispõe de 20 minutos para a sua exposição. Muito obrigado.

SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO: Muito obrigado, Senador Fernando Collor. Queria, em primeiro lugar, agradecer o convite e saudar os demais componentes da Mesa, os Srs. Senadores. Eu vou aproveitar um pouco, o meu trabalho foi facilitado pela exposição do senador, porque o pano de fundo para a minha apresentação já foi um pouco traçado.

Na realidade, para complementar alguns números que são bastante impactantes, em uma comparação do Brasil que, digamos, é parte do que se acostumou chamar de *brick* – Brasil, Rússia, Índia e China. O nosso país, atualmente, forma 30 mil engenheiros por ano e esse número pode chegar a 40 mil, se aí forem incluídos tecnólogos e habilitações em construção civil, ambiente e produção. Para que nós tenhamos uma base de comparação, a Rússia forma 190 mil engenheiros, a Índia, 220, e a China, 650 mil engenheiros, ou seja, é uma competição em que o número de engenheiros formados pelo Brasil está muito aquém daquele que é formado pelos seus parceiros, nesse conjunto dos *bricks*.

O senador já mencionou, também, a comparação com a Coreia, que é um país que, atualmente, forma cerca de 80 mil engenheiros por ano e tem, como ele disse, 29% dos concluintes de curso superior são das áreas de engenharia, a comparar com o nosso caso que, na estimativa que ele mencionou – que é do INEP, de 2007 -, os concluintes, na área de engenharia, não passam de 4%. Na realidade, o número é 4,2%, como já foi trazido aqui pelo meu colega Sandoval Carneiro, da CAPES. Outro dado também importante é o fato de que, apesar do país estar em 13º lugar na produção de conhecimento global, das áreas de conhecimento brasileiras, atinge o 13º lugar, à frente de países, já foi mencionado, como Holanda e Rússia. No caso da engenharia, estamos em 21º lugar. E estamos atrás da China, que é primeiro, da Índia, que está em 11º lugar, e da Rússia, que é o 12º lugar nessa lista.

Outro problema mencionado foi o enorme funil que ocorre nas áreas de engenharia. Nós sabemos e já foi mencionada a alta evasão, 60% para escolas públicas e 75% para as privadas. E esse número, como o senhor mencionou, que parece surpreendente, para as áreas de engenharia não é. Além disso, os cursos de engenharia estão predominantemente em escolas públicas, porque são custos custosos, é preciso um investimento para que você possa ter um curso de

engenharia. Então, não é surpreendente, dado que mais de 70% das universidades do país são universidades privadas, quando a gente olha o perfil dos concluintes, 69% desses concluintes são nas áreas, como já mencionados pelo Reginaldo, nas áreas de ciência humanas e sociais. Isto porque um curso de engenharia é um curso que custa, é preciso ter laboratório, é preciso ter equipamento. E, portanto, muitas universidades privadas optam por não ter cursos nas áreas de engenharia.

Então, a gente pode já antecipar que a nossa educação básica é um problema, um problema sério para a formação de engenheiros, porque é preciso que a formação em matemática, a formação nas ciências naturais seja suficientemente adequada para que um estudante tenha condição de chegar à universidade e fazer um curso de engenharia. A questão da evasão, já mencionada, também é um problema muito sério, são números bastante impactantes. Então, em um ano em que 400 mil estudantes se apresentam em um vestibular, ao final do curso nós vamos ter um décimo disso concluindo e podendo atuar como engenheiros. E um agravante a mais é esse fator de 3,5, já mencionado, de que cada sete engenheiros existentes no Brasil, hoje em dia, apenas dois exercem as suas funções como engenheiros.

A deficiência na educação básica, esse enorme funil para a área de engenharia, que é, digamos, agravado quando comparados com outras áreas, e a questão da inovação já mencionada aqui, ou seja, o fato de que as nossas empresas ainda inovam pouco e diferenciam pouco seus produtos dá um pouco o pano de fundo desse problema que nós vamos ter que enfrentar e que, segundo um estudo recente do IPEA, já em 2015 nós teremos, muito provavelmente, um déficit mais significativo de engenheiros no país. E notem que esse estudo que foi feito pelo IPEA é um estudo que não leva em consideração o fato de que nós vamos ter uma enorme necessidade, por exemplo, em áreas como o pré-sal. São tecnologias a serem descobertas, nós não temos nem ideia das necessidades que nós teremos em termos de qualificação de pessoal, mas não só nessa área. Nós temos áreas como a área espacial, aeronáutica, área nuclear, que já, hoje, se recente da falta de profissionais qualificados.

Esse quadro inicial posto, vamos tentar, então, descrever para os senhores o pouco do que o CNPq faz nessa área, na formação de engenheiros no país. O sumário do que eu vou falar está aí apresentado: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional é o pano de fundo da minha apresentação. Vou tentar traçar para os senhores o papel da CNPq, falar da pós-graduação e o apoio do CNPq às engenharias, e dos nossos programas de tecnologia e extensão e inovação para as engenharias que, justamente, tentam lidar com essa questão de como fazer com o que setor empresarial absorva os nossos formados em números bem maiores do que estão sendo absorvidos hoje em dia.

Os senhores, provavelmente, já conhecem o chamado Plano de Ação em Ciência e Tecnologia e Inovação, que foi proposto Ministério da Ciência e Tecnologia, mas que... Acho que a velocidade está um pouco excessiva. Aí está bom. Esse plano para o quadriênio 2007/2010 foi um plano que propôs uma série de objetivos e metas e quatro eixos principais. O primeiro deles é a expansão e consolidação do nosso Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que congrega todas as nossas universidades, centros de pesquisa e empresas de base tecnológica, enfim, o conjunto de atores que produz ciência, produz tecnologia e produz inovação no país. O segundo eixo deles é a promoção da inovação tecnológica das empresas. Pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas são o um terceiro eixo e, por fim, ciência, tecnologia, e inovação para o desenvolvimento social.

Para que os senhores tenham um ideia de quão ousado é o plano, não no que diz respeito à formação de recursos humanos, uma das metas do plano – e eu sinto informar que ela não será cumprida, mas por outro lado, estamos muito próximos disso, em um anúncio que eu espero fazer amanhã –, nós vamos elevar o número de bolsas do CNPq, que hoje é da ordem de 75 mil para 90 mil bolsas. Infelizmente, por um problema que nós tivemos ao longo do ano de 2009, uma crise internacional, isso teve um certo efeito, mas nós estamos quase atingindo essa meta, que é um exemplo de meta que esse plano propôs. Para que os senhores tenham uma ideia, esse plano tem como um dos seus eixos mais importantes essa questão de formação e capacitação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação.

Então, aí – e eu vou me servir dos meus óculos, porque senão... – um dos desafios do plano é, justamente, ampliar o número de bolsas de formação, pesquisa e extensão concedidas pelo CNPq, com foco nas engenharias e áreas prioritárias da política e desenvolvimento produtivo e setor estratégico e desenvolvimento do país. E isso mostra a evolução do número de bolsas no CNPq, até 2009, e nós esperamos que aquela barrinha ali, a partir de amanhã, passe, ultrapasse o teto desse gráfico, chegando até 90 mil bolsas. O próximo.

O papel do CNPq nesse esforço de capacitação. O CNPq é uma instituição, quase sexagenária, foi fundada em 1951, o ano que vem comemorará os

seus 60 anos, e que atua em três grandes vertentes: a formação de recursos humanos, fomento à pesquisa e programas de tecnologia, extensão e inovação. Eu costumo dizer que o CNPq é a casa da pesquisa e do pesquisador brasileiro.

Na formação de recursos humanos, a instituição concede bolsa para todas as áreas do conhecimento. No CNPq existem 48 comitês assessores dedicados às mais diversas áreas do conhecimento, que avaliam projetos e avaliam bolsas. E dentre essas bolsas, eu estou exemplificando, por exemplo, com as bolsas de iniciação científica e iniciação cientifica júnior. Isso é um apoio que é dado ao estudante no Ensino Médio, a bolsa de iniciação cientifica júnior, que manifesta uma vocação para a ciência e para a tecnologia, ou como, ainda aluno de graduação, ele recebe uma bolsa dita de iniciação científica. Existem bolsas de iniciação tecnológica e industrial para alunos de ensino técnico e superior, que procuram aproximá-los de processos e desenvolvimento tecnológicos, as bolsas de mestrado e doutorado, nas mais diversas habilitações, bolsas de doutorado, sanduíche empresarial e pós-doutorado empresarial, que permitem ao bolsista fazer parte do seu trabalho de tese em colaboração com empresas que desenvolvem programas de pesquisas e desenvolvimento, e as famosas bolsas de produtividade em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que são aportes feitos a pesquisadores, doutores que têm uma relevante produção quer cientifica, quer tecnológica.

Na pós-graduação, o apoio do CNPq às engenharias vai ser explicitado a seguir. Esses gráficos mostram o crescimento da pós-graduação no país. De um lado, nós temos ali o crescimento em todas as áreas do conhecimento para mestrado. E, no outro gráfico, para o doutorado. Como os senhores podem ver as áreas... Todas as áreas tiveram um crescimento mais significativo do que as áreas de engenharia. Então, enquanto o número de mestres, naquele período que está ali, que é de 1998 a 2008, o número de mestres cresceu, no país, 184 %, e o número de doutores, 218%. Vocês veem que as engenharias não acompanharam esse crescimento, o número de mestres cresceu 127 %, enquanto que o número de doutores, 138%. Próximo.

Aí nós temos o número de mestres e doutores, bolsas de mestrado e doutorado das engenharias, do CNPq. Nota-se um aumento, nesse período de 2004 a 2009, de 45% em número de bolsas de mestrado, e 28% em número de bolsas de doutoramento. Próximo, isso já foi comentado. Aí. Essas bolsas são, além do mestrado e doutorado, naquela sequência de listagem de bolsas concedidas pelo CNPq há, também, bolsas de pós-doutoramento, ou seja, uma vez formado, o jovem doutor necessita de um período de treinamento. E esse treinamento tanto pode ser feito em universidades, centros de pesquisas, como pode ser feito em empresas. E isso permite a ele adquirir uma experiência e uma autonomia que são muito importantes, seja para a carreira acadêmica ou para a sua carreira tecnológica.

Aí vocês veem o aumento no número de bolsas de pós-doutorado e engenharia. Enquanto, em 2004, nós tínhamos um pouco mais de 50 bolsas, hoje em dia, nós já temos um número que está próximo de 180. Próximo.

As chamadas bolsas de produtividade em pesquisas nas engenharias são bolsas que são atribuídas a pesquisadores já consolidados, pesquisadores que têm uma produção, seja ela científica ou tecnológica reconhecida. Houve um crescimento no número de bolsas de pesquisa das engenharias que está aí ilustrado, um crescimento de 36%. O número total de bolsas de pesquisa que existe no CNPq, atualmente, é da ordem de 12 mil. Esse número também vai crescer. Mas ali vocês veem uma distribuição pelas áreas de conhecimento, que está difícil de ler, mas... E eu mesmo estou tendo dificuldade de ler. Senador, o meu daltonismo também me impede de ler. Ah, conseguiu.

Esses números, infelizmente, estou... Não consigo ler muito bem, mas são as diferentes áreas de engenharia e o percentual que cada uma delas ocupa. Eu sei que a área de computação é das mais concorridas aqui. Próximo, por favor.

Até aqui eu falei muito de mestrado, doutorado, de pós-doutorado. Nós também temos os programas de tecnologia, extensão e inovação para as engenharias. Próximo.

Aqui se afigura... Acho que você precisa dar mais um clique aí, para essa coisa... Agora, sim. Perfeito.

Isso aí dá, para vocês, uma ideia do crescimento do número de doutores no país. Hoje em dia, nós formamos mais de que 11 mil doutores por ano. E o gráfico que parece ao lado mostra também o impressionante crescimento da produção científica, como já foi mencionado pelo Senado. Então, hoje em dia, o país forma 11 mil doutores por ano, mais de 11 mil doutores por ano, é responsável por 2% de tudo que se publica em revistas indexadas, com uma produção de artigos que passa de 30 mil, nós já estamos quase beirando 35 mil artigos/ano, 13ª produção, primeiro lugar na produção de conhecimento. Próximo.

No entanto, como também já foi mencionado, quando a gente olha o que é que acontece em relação às patentes depositadas. É claro que patente não é o único indicador de avanço na inovação. A atividade de pesquisa e desenvolvimento, registro de marcas, há todo um conjunto de indicadores que precisa ser

utilizado, mas as patentes também fazem parte desse conjunto de indicadores. E ali a gente vê que, em uma comparação com os países do *brick*, o Brasil aparece como aquele que tem o pior desempenho, no que diz respeito a patentes depositadas nos Estados Unidos. Um fato que já foi mencionado, aqui, pelo meu colega Sandoval Carneiro. E o Senador Fernando Collor, já, no resumo que fez, no começo dessa audiência, enfatizou isso bastante. Aqui também uma comparação com a Coreia, só para que nós tenhamos uma noção de um país que tem uma população de 50 milhões e uma renda, um Produto Interno Bruto, em 2008, que é da ordem de 980 bilhões de dólares, uma renda per capita de 25 mil dólares e registra mais de, quase mil patentes por ano, nos Estados Unidos. Próximo.

Aqui, algo que é um pouco revelador. Os senhores podem ver aqui o percentual de cientistas distribuídos pelas universidades, pelo Governo e pelas empresas. Então, como os senhores podem ver, esse gráfico mostra que a situação brasileira é quase o oposto de um país como os Estados Unidos, em que existe um grande número de cientistas que já foi absorvido pelas empresas. As universidades aparecem segundo lugar, no caso norte-americano, e em terceiro lugar o Governo. Isso não difere muito, no caso da Alemanha, da Inglaterra e no Canadá. E, no caso brasileiro, essa situação se inverte com uma predominância de cientista nas universidades, em segundo lugar, as empresas e, por fim, o governo. Então, esse quadro de concentração de mestres e doutores na área acadêmica é algo que precisa ser alterado, se nós quisermos, efetivamente, atingir o padrão de competitividade ao qual se referiu o meu colega Reginaldo Arcuri, na sua exposição. Próximo.

O CNPq tem uma série de programas que tentam minorar essas dificuldades. Então, são atividades de extensão, desenvolvimento tecnológico, inovação, há 11 modalidades de bolsa que privilegiam projetos que envolvem parceria entre empresas, universidades, institutos de pesquisa e incentivam a atividade de extensão inovadora. Então, essas bolsas são, por exemplo, as bolsas de fomento tecnológico, bolsas de desenvolvimento tecnológico e industrial, de iniciação tecnológica e industrial, bolsas de especialistas visitantes, que permitem que um determinado especialista vá fazer um período de um estágio em uma empresa. Aos pós-doutoramentos empresariais e os doutorados sanduíches empresariais, onde um estudante, seja ele um pós-doutor, seja ele um estudante de doutorado, podem fazer, ter períodos de trabalho em uma empresa, e isso faz parte da sua formação. Tem o Programa BITEC, do qual vou falar mais adiante e, por fim, o Programa RAI – Inovação. RAI é uma sigla para recursos humanos em áreas estratégicas. Um programa que, hoje em dia, está todo ele indicado a essa questão da inovação. Próximo.

A bolsa de produtividade em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora, já é uma bolsa para pesquisadores experientes. E aqui a gente vê que, efetivamente, essa bolsa é dada para as áreas de engenharia. As áreas de engenharia lideram, no que diz respeito a essa bolsa, com mais do que 50% delas sendo atribuídas aos engenheiros. Próximo. Como eu mencionei no início da minha exposição, uma das prioridades estratégicas desse plano de ação é a questão da promoção de inovação tecnológica nas empresas. Então, apoiar essa inovação tecnológica é uma forma de contribuir para construir um ambiente, uma cultura de inovação no segmento empresarial. E parte disso é obtido na medida em que a gente consiga inserir pesquisadores no setor produtivo. Eu não gosto dessa palavra setor produtivo, porque parece que os outros são improdutivos. Então, o setor acadêmico seria quase qualificado como improdutivo. Mas aqui o setor produtivo, eu quero dizer o setor industrial, o setor de serviços e, em suma, todo o conjunto que representa, digamos, a parte empresarial do país. Próximo.

Esses programas... Como eu já mencionei, esse Programa BITEC é um programa bastante bem sucedido, é um programa de iniciação cientifica e tecnológica para micro e pequenas empresa. Micro e pequenas empresas são empresas que tem um enorme potencial de desenvolvimento de inovação. Então, esse programa é feito em cooperação com o IEL, com o SEBRAE. E a ideia é transferir conhecimentos gerados nas instituições de ensino para o setor produtivo. É oferecido a alunos de Ensino Superior, por meio dessas bolsas de iniciação tecnológica e industrial, para que eles atuem junto às empresas. E aqui tem uma distribuição do percentual dessas bolsas por região. E vocês veem que a região Nordeste, aqui, aparece muito bem. Ela tem mais do que 46% dessas bolsas. E há, agora, toda uma tentativa de que, desta vez, digamos, o Sul e o Sudeste acompanhem o vigor que tem sido demonstrado pela Região Nordeste, nesse Programa BITEC. Próximo.

O Programa RAI é o programa de pesquisador nas empresas, é um programa que já vem desde 2002, já teve seis editais, mais de 100 milhões de reais foram investidos nesse programa. Cerca de 900 empresas apoiadas, 3.400 bolsas concedidas, 60 % dos projetos de microempresas e empresa encubadas. E, ao longo dos anos, o que se nota é que o número, o percentual de mestres e doutores, exceto por esse soluço, aqui, de 2007 para 2008, mas ele tem aumentado, ou seja, nós já estamos na faixa, próximo de 50% de mestres e

doutores. Os projetos aprovados por grande área estão aí distribuídos e vocês podem ver que as engenharias são responsáveis por 34%. Ciências exatas e da terra é outra fatia grande, que é de 33%. Próximo.

Por fim, eu não quero me alongar, mas algumas propostas interessantes para fortalecer as engenharias, no âmbito do CNPq, a primeira delas é, mais ou menos, óbvia. Esse Programa RAI, que é um programa interessante de fixação de pesquisadores nas empresas precisa, ele precisa ser ampliado. Então, hoje em dia, nós tratamos 200 empresas, ele pode, facilmente, dobrar e atender 400 empresas por ano. O mesmo acontecendo em relação a esse Programa BITEC, que é um programa que, hoje em dia, tem 600 bolsas por edição. E isso pode ser facilmente ampliado para mil bolsas. E, por fim, a ampliação do nosso número de bolsas de mestrado e doutorado para as engenharias é uma necessidade. Nós já detectamos que há uma carência em várias áreas de engenharias. E, obviamente, a ampliação do número de bolsas é uma forma de atrair mais estudantes e dar-lhes uma formação de primeiro nível, que vai ser absolutamente necessária, porque nós estamos falando de áreas, tais como já mencionado aqui, a área de energia, em particular pré-sal, área nuclear, biotecnologia, nanotecnologia, enfim, todo um conjunto de áreas que são, atualmente, vão necessitar... A palavra, hoje em dia: cientistas e engenheiros, uma vez que vários cientistas de outras áreas podem ser, também, absorvidos para trabalhar em áreas de engenharia. Mas, seguramente, se não houver um esforço sistemático, continuado para que nós possamos ampliar o número de concluintes nas áreas de engenharia e dar-lhes uma formação de pós-graduação que, cada vez vai ser mais necessária, dada a sofisticação das áreas que, hoje em dia, nós imaginamos que venham a ser áreas portadoras de futuro para o nosso país, nós vamos ter problemas, como alguns estudos que, a meu ver conservadores, já apontam.

O estudo que foi apontado aqui, pelo Reginaldo, na fala que me precedeu, é da maior importância porque, setorialmente, já é possível ter uma ideia do tamanho do problema. E, obviamente, um órgão como o CNPq, assim como a sua instituição coirmã, que é a CAPES, tem que se preparar, se reorientar para poder enfrentar esse desafio que é um desafio extremamente importante para o nosso país e que ainda será maior, porque nós estamos, praticamente, no limiar de uma mudança de paradigma em que a nossa economia vai ter que evoluir para uma economia sustentável, ou seja, não vai bastar o crescimento econômico. É preciso que se agregue a isso o respeito pelo meio ambiente, a preocupação com a questão social e isso vai implicar muitas mudanças tecnológicas. A maneira de enfrentar isso é muito ensina, muita tecnologia, muita inovação. E, para que isso aconteça, precisamos, definitivamente, de um número bem maior de engenheiros para atender as necessidades do país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Presidente do CNPq. E quando o Dr. Carlos Alberto falava sobre essa necessidade, cada vez mais premente, eu aqui estava fazendo o cálculo do quanto demandará três eventos que estão aí, às nossas portas, que serão realizados no Brasil.

Em 2012, portanto, daqui a dois anos, estaremos realizando a Conferência Mundial do Meio Ambiente, patrocinada pelas Nações Unidas. O que isso demandará em termos de logística, em termos de serviços, em termos de intérpretes, enfim, isso em uma área menos técnica. Depois, temos 2014, a Copa do Mundo. Aí, sim, a engenharia, a arquitetura, o cálculo, enfim, para fazermos o que nos exige a FIFA para sediarmos aqui a Copa do Mundo, 2014. E, logo em seguida, 2016. Tudo isso, concomitantemente com a questão que foi aqui citada pelo Dr. Carlos Aragão, do pré-sal. Imaginem a demanda do que vai ser a camada do pré-sal, a exploração da camada do pré-sal e até mesmo com tecnologias que nós ainda não sabemos quais serão, com quais tecnologias teremos que lidar.

Então, o grau de especialização que será necessário é muito grande. A Petrobras, outro dia, também em uma outra Audiência Pública e até em uma nota técnica que ela enviou a esta comissão, ela vem, independentemente, da questão do pré-sal, investindo fortemente na formação de mão de obra especializada, no aperfeiçoamento. Mas isso ainda é insuficiente, agora tendo em vista a questão da camada do pré-sal. E também a formação desses doutores. Eu entendo que o bolsista do CNPq, quando ele volta com o seu título, ele se obriga a trabalhar por um certo número de anos na área pública, no setor público, ou não? É dado a ele...

SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO: Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ele tem liberdade?

SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO: Ampla liberdade para trabalhar em qualquer universidade ou centro de pesquisa de país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Inclusive pode ficar no exterior?

SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO: Não. O CNPq, atualmente, tem uma política em o que número de bolsas para o exterior é muito reduzido em relação ao que foi no passado. Isso

porque o país adquiriu competência em várias áreas. Então, o que tem ocorrido é que os estudantes fazem os seus mestrados e doutoramentos em instituições brasileiras e ocorre, muito freqüentemente, que eles se valem do que a gente chama de doutorado sanduíche. O doutorado sanduíche é uma modalidade extremamente interessante porque permite ao estudante, ao longo do seu período de doutoramento, que é algo da ordem de quatro anos, que ele passe um ano no exterior, trabalhando com um grupo, em geral, é um colaborador do orientador que ele tem no Brasil, e ele vai para adquirir essa experiência internacional. Então, com isso o estudante passa um tempo lá, retorna ao Brasil e conclui a sua tese aqui no Brasil.

Então, a maior parte dos nossos estudantes vai para o exterior, os que vão para o exterior, seja em doutoramento sanduíche – nesse caso a volta deles é garantida, porque eles têm que terminar, obter o diploma aqui no Brasil –, seja quando vão fazer o doutoramento fora, o retorno, eles retornam ao país e trabalham aqui por um certo número de anos. Isso nós não temos tido nenhum problema de grande evasão.

SR. PRESIDENTE FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E há, Dr. Carlos Aragão, uma interface ou um contato mais próximo entre a iniciativa privada, ou o setor produtivo e o CNPq, na concessão dessas bolsas, ou seja, a concessão das bolsas se dará em função das necessidades apontadas pelo setor produtivo? Há esse diálogo, há essa interação ou qual é o critério para a concessão dessas bolsas em termos não de quantidade, mas em termos de especialização?

SR. CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO: Esse diálogo começa a existir, senador, e cada vez mais. Então, algumas áreas, por exemplo, já. As bolsas são concedidas, de certa forma, a partir das análises embutidas tanto na proposta do plano de desenvolvimento produtivo, quanto no pano de ação e ciência, tecnologia e inovação. Então, por exemplo, uma área como a área nuclear, é uma área que precisa de uma formação. O setor, efetivamente, já começa a sentir os efeitos de carência e de pessoal qualificado.

Então, há, sim, uma preocupação no CNPq, essa preocupação é uma preocupação, digamos, recente. Nós estamos falando dos últimos cinco, seis anos. O número de programas que prevê uma interação com empresas aumenta. E essa tendência, eu acho que é uma tendência irreversível, cada vez mais há a preocupação em estar atento ao que ocorre, do ponto de vista da nossa sociedade, em termos de necessidades setoriais, mas, por outro lado, o Conselho continua a ser, digamos a casa do pesquisador e da pesquisa. Então, aquilo que nós costumamos chamar de balcão, atendimento ao balcão, um estudante que queira fazer um doutoramento em uma área da ciência bastante, digamos, pouco aplicada, também encontrará no CNPq o apoio.

Mas o que se tem notado é cada vez mais uma procura por áreas que tenham uma interface com o setor industrial. Ainda modesta, ainda modesta, se nós pensarmos nas nossas necessidades, nós ainda estamos, eu diria que, em termos de inovação, o país engatinha, e isso pode ser quantificado. Existe uma pesquisa de inovação tecnológica que é feita pelo IBGE, já houve uma edição em 2003, uma edição em 2005, essas pesquisas, muitas vezes, passam pelo crivo e pela análise de órgão como o IPEA. Então, como eu organizei, fui o secretário-geral da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2005, eu tive em contato muito próximo com o Mário Salerno, o João De Negri, que são dois pesquisadores, na época estavam no IPEA. Eles fizeram um estudo em que mostram que de todas as empresas brasileiras que apareceram nesse senso – que na primeira rodada foram 73 mil, em rodadas subsequentes, eu acho que a coisa já passa de, está próximo de 90 mil empresas –, aquilo que, segundo os critérios deles, eles classificam como empresa que inovam e diferenciam os seus produtos. Então, são produtos que têm valor agregado etc. E são empresas que, realmente, têm maior produtividade, pagam melhores salários, têm maiores inserção externa, exportam mais, não passam de 2% do número de empresas licenciadas. Na realidade, no trabalho deles era 1,7, esse número pode ter mudado um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Carlos Aragão. Passo a palavra, agora, ao Deputado Alceni Guerra, ex-Ministro da Saúde, ex-Ministro da Criança, com a preocupação básica de estimular o ensino fundamental e que, como prefeito de Pato Branco, uma cidade do Estado do Paraná, ele promoveu uma verdadeira revolução no ensino, criando – o que ele vai explicar –, núcleos de criação tecnológica junto com as empresas existentes, atraindo empresas e criando escolas de ensino integral com formação de mão de obra especializada. Enfim, foi uma iniciativa brilhante do Deputado Alceni Guerra, como prefeito da Cidade de Pato Branco, e que poderá servir de subsídio para nos ajudar a resolver esse gargalo, hoje, na infraestrutura de pessoal qualificado, que nós estamos sentindo, hoje, no Brasil.

Com a palavra o Deputado Alceni Guerra.

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): Obrigado, Presidente. Há poucos instantes, Presidente, observando o currículo e o notório conhecimento do Presidente da ABDI e do Presidente do CNPq, resolvi

trocar a minha exposição para dois exemplos simples, mas que eu considero dramáticos, de necessidade de repensarmos o nosso Programa de Desenvolvimento Nacional em nível de municípios. O Presidente se referiu bem, a cidade do Pato Branco, antes dessa tentativa de transformá-la em um parque tecnológico bem-sucedido, era uma cidade que arrecadava 15 milhões de reais por ano, dez anos depois, agora, arrecadou 150 milhões, em função do número de empresas atraídas, do número de cursos superiores criados, cursos técnicos, atração de profissionais de mestres, doutores. Houve, realmente, uma revolução. Ela foi parar para o 34º lugar em IDH, no Brasil. Era um IDH quase insignificante, antes. E, agora há pouco, outubro do ano passado, atraiu para a cidade uma empresa de produção de *hardware*, componentes de computador, que empregou, de início, mil pessoas. E, nesse instante, Presidente, ela está brigando para atrair outras três e não consegue, o sistema de impostos é o mesmo, os laboratórios são os mesmos, a cidade tem 104 cursos superiores, mas falta mão de obra qualificada. Não consegue competir com outras cidades. Por quê? O que falta? Porque o CEFET da cidade, que nós levamos para a cidade, e que tinha cursos técnicos e tecnológicos em elétrica e eletrônica, o CEFET se transformou em uma universidade tecnológica e abandonou os cursos técnicos e tecnológicos para investir nas engenharias e na graduação mais sofisticada. Resultado: paramos de atrair empresas e estamos brigando com o MEC para que esses cursos técnicos e tecnológicos voltem à cidade.

Também, Dr. Carlos, percebemos que o alto número de cursos superiores, 104 na cidade, não produz, nas empresas já instaladas, a inovação necessária para que as empresas continuem a crescer da forma que cresciam quando chegaram na cidade. Então, coloco isso como premissa para, depois, concluir sobre esse aspecto exatamente. O primeiro exemplo que eu contei, Presidente, foi esse de Pato Branco, com dificuldade da atrair três novas empresas porque falta mão de obra de nível técnico e tecnológico. Utilizamos toda a mão de obra existente na cidade local, o que é um fator de orgulho excepcional para nós. Criamos as escolas, utilizamos toda a mão de obra, desenvolvemos a cidade, ensino básico. Era, até pouco tempo, a melhor educação básica do Brasil, com 7, 2 de IDEB. É preciso uma política sequencial, manter esse tipo de educação para que a gente mantenha sempre os mesmos resultados.

Mas, Presidente, presidindo uma ONG paranaense muito conhecida, a LACTEC, da universidade, da Copel – Companhia de Energia Elétrica –, convidei um jovem prefeito, padre da cidade de Dois Vizinhos, perto de Pato Branco, para me acompanhar em uma viagem à Itália, já que se pretendia, na cidade, instalar uma industrial de confecções, transformá-la em polo de confecções. Por quê? Porque na cidade havia um curso técnico de formação de mão de obra para confecção e um curso superior recém-instalado. E o dono desse curso, grande empresário da cidade, foi convidado para ir junto, e o Presidente dessa ONG, também, dessa ONG de tecnologia.

Faço uma bem-humorada pausa, Presidente, para dizer que foi a viagem menos efetiva que já fiz na minha vida, do ponto de vista de eficiência gastronômica, o padre só bebia vinho delicado, doce, o empresário só bebia Coca-Cola e o Presidente da ONG era recém-operado de redução de estômago. Passei vontade de tomar bons vinhos, de comer boas comidas porque não podia me fazer acompanhar por eles. E outro quesito, que eu considero uma viagem ruim, do ponto de vista efetividade, é que plantamos a semente que não germinou até hoje por uma razão que eu vou contar. Eu os levei à organização do Giorgio Armani e me reuni com todos os seus diretores, tentando atraí-los para fabricar suas roupas no Brasil, e em Dois Vizinhos, porque sabia que eles estavam saindo do báltico. Porque o Giorgio Armani, a cada peça produzida, cada tantas peças, ele recebe uma para, ele, com o seu olho crítico, ver a qualidade da roupa. E estava insatisfeito com as fábricas na Bulgária, na Romênia, na Hungria, que não produziam com a qualidade que ele queria. Sabendo disso levei os mentores de Dois Vizinhos a Giorgio Armani, para atrair para o Brasil.

Conhecemos que, entendemos que a parte de planejamento de cada produto é exclusiva dele e de sua equipe. Ele planeja cada meia, cada sapato, cada calça, cada camisa. O perfume é ele que desenvolve, que testa, ele e sua equipe. O planejamento central é dele. Logo depois, uma grande equipe de organização, onde entram os produtores de *software*. *Softwares* que, na ponta, os produtores se utilizam para cortar as roupas a *laser*, como o senhor se referiu, costurar com máquinas modernas, sem cometer nenhum erro para que passe para avaliação é de uma equipe central, também. Centenas de pessoas trabalham. E a confecção é sempre descentralizada: um pouco em Milão, o resto pelo mundo. E nós visávamos isto. E resolvi convencer o prefeito e o empresário que aquele era o futuro da cidade, uma marca que vende em todo o mundo, vende em todos os países do mundo, produzindo aqui, com qualidade, com certeza, o mercado estaria garantido. Que é sempre, quando se inova, um problema grave garantir o mercado.

Pois bem, Presidente, fomos trocados pela Ásia. E quando eu perguntei, depois, a um diretor da Giorgio

Armani por que a Ásia, ele me disse: "Porque a mão de obra é mais abundante, mais qualificada, o produto é mais barato e perfeito, como Armani deseja". Fabricar na Ásia aquilo que nós queríamos fabricar no Brasil. Então, eu lhe dou dois exemplos: Pato Branco, sem conseguir atrair novas empresas porque falta mão de obra qualificada, e Giorgio Armani, que preferiu a Ásia, em função da formação de mão de obra. Então, para finalizar, Presidente, dividiria em duas partes. Primeiro: um país não pode prescindir da formação de seus jovens em cursos técnicos e tecnológicos. O que é que nós formamos no Brasil, hoje, matriculados? 861 mil jovens em cursos técnicos. Em cursos tecnológicos, 412 mil, perfazendo um total de 1 milhão, 273 mil jovens matriculados, 0,7% da população. Quer dizer, a cada mil brasileiros, nós temos sete envolvidos na alma, no coração da produção da inovação, da produção com qualidade. Ainda é insuficiente. Temos que criticar o governo? Acho que todos os governos investiram muito na formação técnica e tecnológica, o Presidente Lula está anunciando 300 escolas técnicas. Pelos números, para 195 milhões de habitantes ainda é muito insuficiente. E o outro gargalo que eu me referia, Pato Branco passou dos cursos técnicos para os cursos superiores, 104 cursos superiores: 60 de graduação, 44 de pós-graduação. Muitos a distância, Presidente, mais de 20 a distância.

As empresas encubadas aumentaram? Não aumentaram. Incubadora de empresa, me provoca o Presidente, é um local onde, com incentivos de governo, o jovem, ainda na universidade, começa a planejar o seu produto, organizar sua empresa e só desincumba quando está no mercado e ganhando dinheiro. Em Pato Branco, as mais bem-sucedidas são em *softwares*. O jovem estudante de tecnologia da informática encuba uma empresa, em dois ou três anos desenvolveu um *software*, vai para o mercado, na hora que está ganhando dinheiro no mercado, sai da incubadora e deixa de receber os incentivos que o governo lhe dá.

O segundo gargalo, acho que é isso. Uma política, a falta de uma política mais forte de encubação de empresas, para permitir que o jovem estudante organize sua própria empresa, vá para o mercado e tenha o prazer de ganhar dinheiro com o seu conhecimento. O terceiro gargalo, acho que não é de competência dessa Casa, o Congresso Nacional, talvez nem do Governo, nós só podemos incentivar. No hemisfério norte fala-se muito e usa-se muito o que eles chamam de *papers homes(F)*, pagamento por rendimento, remuneração por desempenho.

Nós temos... O Presidente do CNPq mostrou aqui aquela longa fita de doutores e pós-doutores empregados em universidades, e uma pequena fita de doutores empregados nas empresas. Acho que é porque as empresas brasileiras não conseguem remunerar por desempenho, não conseguem fazê-lo sonhar com a inovação e com o dinheiro a mais que sua família ganharia se a inovação for bem-sucedida no mercado. Então, acho três gargalos: formamos poucos técnicos, e poucos em tecnologia, temos uma política deficiente de encubação de empresa e acho que temos que pensar em remuneração de desempenho como uma política nacional não obrigatória para as empresas, mas, quem sabe, algo de educação para os nossos empresários, mostrando que a livre iniciativa e aquilo que eu ouvi, há poucos dias, de Sebastião Pinheiro, dizendo que o Chile se tornará um modelo de economia social de mercado, é o que nós devemos adotar. Fazer com que o nosso doutor, o nosso mestre, o nosso posso pós-doutor, ao sair da universidade, tenha gana de ganhar dinheiro com o produto que ele ajuda a empresa a inovar e a conquistar o mercado.

Acho que era isso, Presidente, duas premissas e uma conclusão em três níveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANCO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Deputado Alceni Guerra, que em um tempo absolutamente preciso encerrou a sua explanação com muita propriedade. E, realmente, o exemplo de Pato Branco é algo que merece ser estudado. Acho que no site do Pato Branco, quem quiser acessar poderá encontrar todas essas informações. E o site qual é, deputado? É patobranco.org?

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): patobrancotecnopole.org...

SR. PRESIDENTE FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pode, por favor? Quem quiser, saber mais sobre essa sua iniciativa...

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): patobrancotecnopole.org.br.

SR. PRESIDENTE FERNANDO COLLOR (PTB-AL): patobrancotecnopole.org.br. É um exemplo que poderia ser seguido por vários municípios brasileiros, pelo sucesso já alcançado. Muito obrigado a V. Exa., Deputado Alceni Guerra, pela sua participação.

E, agora, eu tenho a satisfação de passar a palavra ao Dr. Pedro Wongtschowski, doutor em engenharia química e Diretor Presidente do Grupo Ultra, um dos maiores grupos privados brasileiros. V. Sa. tem a palavra para fazer a sua exposição em 20 minutos. Dr. Pedro.

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Obrigado. Eu gostaria, em primeiro lugar, agradecer o honroso convite desta comissão, para refletir sobre esse tema tão importante.

Eu vou, primeiramente, de uma maneira muito sintética, complementando, aqui, a apresentação do Dr. Arcuri, analisar a política de desenvolvimento produtivo, já que ela é referência feita por esta Comissão. E, depois, refletir um pouco sobre a situação atual da formação e preparação dos profissionais tanto na esfera pública, quanto na esfera privada. E vou apresentar algumas sugestões que, eu acredito, possam representar um avanço na solução de alguns problemas que já foram aqui identificados e alguns outros que eu vou mencionar.

A política de desenvolvimento produtivo foi formulada a partir da oportunidade gerada pelo crescimento econômico do país. Sua abordagem engloba diversas áreas da economia nacional. Relembrando sua abrangência, cito as áreas consideradas estratégicas: complexo industrial da saúde, TIC, ou seja, informática, energia nuclear, complexo industrial de defesa, nanotecnologia, biotecnologia e outras áreas em que se pretende consolidar e expandir a liderança nacional, como aeronáutica, petróleo, bioetanol, mineração, siderurgia, celulose e carnes. A PDP está desenvolvida em programas, metas claras e previsão de parceria pública e privada. Para alavancar ou viabilizar essa parceria, o governo definiu como instrumentos os incentivos fiscais, o poder de compra do Estado, regulação e apoio técnico em capacitação. Ressalto que a institucionalização desses instrumentos será o divisor de águas entre o sucesso e o insucesso da política.

A própria PDP propõe um processo de capacitação e treinamento de recursos humanos. Esse processo está suportado pelo Plano Nacional de Educação. Esses programas e planos possuem metas bastante desafiadoras. No caso do Plano Nacional de Educação as metas que teriam de ser cumpridas entre 2007 e 2010 levariam à criação de 214 novas escolas e 260 mil matrículas para educação profissional e técnica, e 500 mil novas matrículas para o Ensino Superior. É deste ponto que eu gostaria de partir para integrar ao tema a formação e a capacitação dos recursos humanos. A forma proposta para abordar a questão da capacitação contida no PDP é bem tradicional: mais escolas e mais matrículas. Assumindo esta seja a solução ideal para abordar a questão, vale a pena refletir sobre o binômio: qualidade *versus* quantidade. O crescimento das escolas e matrículas já é percebido tanto na esfera pública, quanto no setor privado. Enquanto aumenta a dúvida sobre a qualidade potencial dos formandos. Um primeiro dado importante, para nos guiar na análise desse binômio, vem do senso de educação de 2008. O senso aponta para o crescimento da ordem de 15% ao ano, nos último cinco anos, o número de alunos matriculados. Em 2008, eram 5 milhões e 808 mil alunos matriculados no Ensino Superior, presencial e a distância, no Brasil.

No Plano Nacional de Educação existe uma meta de taxa bruta de matrícula de 30%, em 2011, o total de alunos matriculados sobre a população total de jovens de 18 a 24 anos. Em 2008, a taxa é de 20,5%, o que significa que, em três anos, com taxas de crescimento anais de 15%, poderemos chegar à meta. Há indicações, contudo, de o que gargalo do ensino do país está no Ensino Médio, ou seja, não há concluintes do Ensino Médio em número suficiente para preencher as vagas hoje existentes no Ensino Superior. Se todos os concluintes do Ensino Médio, formados em 2007, fossem ao Ensino Superior em 2008, ainda assim sobrariam vagas no Ensino Superior.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Seja qual for o curso?

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Seja qual for, o número total, evidentemente, número agregado, ou seja, o gargalo é o Ensino Médio brasileiro, e não mais o Ensino Superior. No Ensino Superior, as instituições privadas responderam, em 2008, por 93% do volume de vagas para graduação. O que chamo atenção, porém, é o crescimento de cursos de pós-graduação, especialmente no formato *lato sensu*, ou seja, não aquele estritamente de mestrado e doutorado. Este fenômeno traz algumas implicações. Por um lado, força o movimento, pelos profissionais, no sentido educação continuada. A oferta desses cursos dobrou, nos último cinco anos. Por outro lado, pela própria forma como esses cursos são criados é necessário que os profissionais tomem muito cuidado com a escolha, para que esta signifique, realmente, um valor, um acúmulo de conhecimento e o benefício que isso traga, efetivamente, para o acesso diferenciado do aluno junto ao mercado de trabalho.

Eu me refiro, em particular, aos cursos de MBA, os chamados cursos de MBA que, na origem, quer dizer, mestrado em administração de negócios, mas que, ao longo do tempo, uma sigla que se generalizou e que, hoje, cursos, muitos cursos de qualidade discutível, para ser magnânimo, são chamados de cursos MBA, atraem os estudantes e frustram tanto a eles quanto ao mercado. No âmbito federal, houve a abertura de mais de dez campi e o orçamento duplicou nos últimos dois governos, sendo, hoje, de 18 bilhões de reais anuais, com ênfase em cursos de graduação, o que reforça o fato do foco, hoje, parecer estar na quantidade e não na qualidade das vagas oferecidas. E V. Exa. já se referiu ao número de vagas ociosas e à evasão que existe no curso superior, não vou repetir o assunto.

Somente reforçando a análise, podemos estender um pouco a visão histórica. Ao observarmos os

últimos 20 anos, no setor federal, o crescimento de professores e vagas nos últimos cinco anos é maior do que os primeiros quinze anos, o que demonstra a intenção explícita de aceleração de processo. Em contrapartida, o número que representa o desligamento e as matrículas trancadas vem aumentando ao longo dos últimos cinco anos. A proporção dos concluintes passa de 70 para 52%, de 2003 para 2008, ou seja, em 2003, 70% dos entrantes concluiu o curso. Em 2008, o número é de 52%. Outras questões também impactam no processo de crescimento. Em 2009, até agora, aproximadamente 45% das vagas não foram preenchidas, o que é decorrência do processo seletivo escolhido para o ingresso dos alunos.

Entendendo o caráter estratégico do PDP, a oferta de crescente de vagas para a formação, o impacto desse processo sobre a qualidade e a inovação, propondo e aproveitando esse fórum, algumas ideias, nem todas elas são novas, algumas, simplesmente, buscam melhor uso da infraestrutura existente. Se atentar para nenhuma prioridade definida, mas apenas listando as ideias, proponho oito ações. A primeira delas seria o incentivo, para que as empresas atuem, conjuntamente com as universidades, nos cursos de formação de tecnólogos. Esse processo pode se dar na forma de professores visitantes, ou seja, técnicos, funcionários, cientistas das empresas serem professores visitantes nas escolas que formam tecnólogos ou na forma de projetos de formação. O objetivo dessa iniciativa é melhorar a formação inicial dos ingressantes do mercado de trabalho e agilizar o processo de adequação dos currículos baseados na experiência conjunta com a empresa.

Uma segunda iniciativa seria o incentivo à pesquisa concentrada em áreas estratégicas. As entidades de fomento à pesquisa, hoje, pulverizam bastante sua verbas. Na configuração atual, acabam existindo muitos grupos de pesquisa com verba residida, não viabilizando o estudo de temas complexos e extensos. Provavelmente, uma reforma na forma da utilização dessas verbas seria necessária. Se de um lado poderíamos contar com verbas para apoio e estudo, formação de mestres e doutores e seus projetos de pesquisa, de outro, seriam criados macrotemas como nanotecnologia, biotecnologia, materiais para acelerar o processo de inovação. Estas verbas seriam direcionadas a projetos integrados. O objetivo, aqui, é concentrar recursos para os focos estratégicos do PDP. Deixe-me explicar um minuto. Eu estou convicto de o que dinheiro é suficiente, ele, simplesmente, é distribuído de maneira excessivamente, permita– me o termo democrático, ou seja, um número muito grande de grupos de pesquisa recebem volumes relativamente pequenos e não tem massa crítica para, efetivamente, desenvolver tecnologias transformadoras. São, necessariamente, programas multianuais, de prazo mais longo, que envolvam grupos de pesquisa em diversas regiões do país, diversas unidades, mas que tenham objetivos mais específicos, mais focados.

Uma terceira iniciativa, também associada à pesquisa, estaria representada ao incentivo à pesquisa conjunta empresa/academia. Esta iniciativa consistiria na criação de laboratórios nacionais geridos por organizações sociais, sob contratos de gestão com a União, para prover condições para projetos de pesquisa para cientistas da área acadêmica e da área industrial. Exemplo dessa iniciativa é o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, que possui três laboratórios: o Laboratório Nacional Luz Síncroton, o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol e o Laboratório Nacional de Biociência. Os laboratórios possuem uma infraestrutura completa de pesquisa, que pode ser utilizada por empresas ou pesquisadores quando projetos de pesquisa são apresentados e aceitos. É uma experiência de sucesso e que eu acho que é usada em grau ainda muito pequeno no Brasil.

O incentivo à pesquisa acadêmica em parcerias internacionais deve ser considerada como uma quarta iniciativa estratégica. Algumas entidades internacionais desenvolvem, de forma muito estruturada e profunda, a pesquisa acadêmica. Fomentar a parceria entre entidades internacionais pode se uma alavanca para o aumento da velocidade e o intercâmbio de informação e futuras relações comerciais. Um exemplo de sucesso são as Redes Cooperativas de Pesquisa Inovação e Transferência de Tecnologia, reguladas pela FINEP, desde 2001. Uma quinta proposta seria a ampliação da atuação do Ministério da Educação sobre a gestão de instituições privadas do nível superior. Dado o volume de vagas das universidades privadas, que eu já mencionei, e também a experiência de crescimento no setor federal, indicadores de gestão devem ser sempre monitorados para garantir qualidade, foco, aderência a metas pré-fixadas. O objetivo não seria controlar ou centralizar a gestão de instituições privadas, mas atuar como um processo de auditoria e certificação contínua das entidades, garantindo, assim, a qualidade da educação superior.

Proponho ainda o aumento dos programas universitários de graduação no formato cooperativo. Algumas universidades das várias regiões do Brasil já possuem cursos neste formato. A Escola Politécnica da Universidade da São Paulo é um bom exemplo disso. Os cursos de engenharia da computação e engenharia química trabalham no modelo créditos estágio. Isso sig-

nifica que, a partir do terceiro ano os alunos intercalam períodos acadêmicos com estágio em tempo integral, sendo quatro meses para cada fase sequencial. Apesar de representar um desafio para a escola, os estudantes e as organizações, pois este modelo quebra muitos paradigmas, o modelo acaba beneficiando a todos. A academia terá que adequar o seu discurso e currículo às necessidades trazidas pelos alunos, além de facilitar, para as organizações, as contratações dos estagiários. Os alunos terão como desafio o desenvolvimento das competências de foco, organização e soluções de problemas de forma antecipada. E as organizações ataram mais efetivamente no processo de formação e terão profissionais mais preparados para atendê-los no mercado de trabalho.

Olhando para o que acontece em outros países, sugiro, e essa é a sétima proposta, o fomento aos exames de certificação que incentivam o desenvolvimento contínuo. O mercado americano é um bom exemplo, no campo das certificações. Temas genéricos, como informática, e outros específicos, como finanças e contabilidade, são focos atuais do mercado de certificação. A vantagem deste processo é que há preocupação constante das pessoas com a sua atualização e o seu desenvolvimento. Essa iniciativa também melhora a qualidade da atuação no trabalho e desafia os sistemas de ensino a se superarem em seus currículos básicos. Especificamente buscando a inovação, entendo o que desenvolvimento de novos cursos – especificamente os relacionados às novas tecnologias – são necessários. Novas tecnologias são resultantes de esforços e processos de aprendizados diferenciados. Novos cursos precisam ser modelados, divulgados e testados no mercado de trabalho. Muitas vezes, a barreira do mercado de trabalho faz com que novos cursos, mesmo que representem o futuro, não tenham a preferência dos alunos. É necessária uma operação tripartite nesse processo. Um exemplo é o USP Leste, é um campus novo da Universidade de São Paulo, que possui cursos novos, diferenciados em diversas áreas, mas que não têm demanda, não tem procura, não tem impacto nos estudantes e não tem, ainda, impacto no mercado de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, Dr. Pedro, o senhor poderia explicar, esse curso, exatamente, o que significa?

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: A Universidade de São Paulo tem o seu campus, tem diversos campus pelo interior, e tem o do Estado de São Paulo, e o campus principal, na cidade universitária, no Butantã, em São Paulo. Ela, há alguns anos atrás, criou um campus novo, chamado USP Leste, que fica próximo ao Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, ao lado da Rodovia Ayrton Senna, e que começou com cursos que a Universidade de São Paulo, em si, não tem. Por exemplo: gestão de saúde para idosos, turismo, cursos, vamos dizer assim, exóticos. Cursos que atendem, aparentemente, a novas demandas do mercado. Mas, por alguma razão, os cursos são pouco procurados, apesar de que nós estamos falando da marca, do carimbo da Universidade de São Paulo, que evidentemente é muita respeitada, os cursos são muito procurados e os formandos das primeiras turmas têm dificuldade de se colocar no mercado de trabalho.

Então, houve a iniciativa da inovação, mas, aparentemente, ela não foi adequadamente costurada com a demando efetiva do mercado e com a visão dos estudantes. Quer dizer, eles não atraem os estudantes e não atraem o mercado de trabalho. Então, digamos, é uma iniciativa de grande porte, a USP Leste exigiu investimentos de porte, mas que acabou, por enquanto, pelo menos, não gerando o atendimento à demanda do mercado.

E, finalmente, eu queria fazer um comentário, houve algumas referências aqui sobre a necessidade da empresa brasileira inovar mais. Acredito que isso seja uma visão unânime. Mas eu queria ressaltar que a Confederação Nacional da Indústria lançou, no ano passado, um movimento chamado MEI – Movimento Empresarial pela Inovação –, um grande conjunto de lideranças empresariais, ou seja, é um movimento pela inovação feito pelo setor privado. Então, por iniciativa do CNI, criou-se o Movimento Empresarial pela Inovação, que foi lançado, já, em diversos pontos do país, e foi formalmente apresentado ao Presidente Lula há alguns meses, em que a indústria começa a criar mecanismos para difundir o valor e a importância da inovação junto às empresas brasileiras.

A verificação que este movimento fez é que a inovação atinge, no Brasil – no setor industrial, no setor privado da economia –, um pequeno número de grandes empresas, a elite das grandes empresas brasileiras, e atende, atinge empresas pequenas de base tecnológica, como essas que Deputado Alceni Guerra mencionou, encubadas em universidades, empresas novas na área de biotecnologia, de saúde, de tecnologia de informática. Um grande meio que o alemão chama de [ininteligível], quer dizer a parte toda central do tecido empresarial brasileiro, que são as empresas médias e pequenas, tem uma atividade inovadora muito pequena. Então, este Movimento Empresarial pela Inovação, por iniciativa dos próprios empresários, visa a mobilizar e a informar e a ensinar e ajudar e assistir estas empresas, especialmente de

médio e pequeno porte, a introduzirem a inovação na sua rotina empresarial.

É o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Pedro, pela sua exposição. Nos traz uma grande noticia, que é a criação, no âmbito da FIESP, desse movimento brasileiro pela inovação, que nós gostaríamos, os membros desta comissão, o Senador Mão Santa, o Senador Gilberto Goellner, de conhecer mais aprofundadamente. Eu pediria que a assessoria entrasse em contato com os diretores dessa área da FIESP.

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Desculpe, senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Confederação Nacional de Indústria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): CNI – Confederação Nacional da Indústria. O Deputado, o companheiro nosso, Dr. Armando Monteiro, que está por deixar agora, se não me engano, para que eles possam nos trazer aqui esse trabalho e o resultado – se, eventualmente, já obtiveram – dessas suas iniciativas. E me pareceu também, aqui, um ponto preocupante na exposição do Dr. Pedro, a criação dessa UNILESTE. Se a USP, que é um centro de excelência reconhecida não somente dentro do Brasil, mas fora do Brasil, como uma grande casa de estudo e de formação de bons e grandes profissionais, é estranho que, ela ao criar ou investir quantidade apreciável de recursos na UNILESTE, ela não tenha feito uma pesquisa de mercado para saber se haveria demanda para os cursos que ela estaria criando. Ou seja, foi feita essa universidade, foi criada a universidade, proporcionado esses cursos de geriatria e outros, e não há nem procura por parte de pessoas que queiram, nesses cursos, se matricular, e aqueles que se matriculam e se formam não têm onde trabalhar. Então, talvez tenha faltado aí, e essa é a preocupação, também, que permeia todos os nossos debates, é essa falta de entendimento, de conversa, de interface entre o meio acadêmico, entre o meio empresarial, com a participação importantíssima do Poder Público. Vamos passar, agora, às inscrições para os Srs. Senadores que desejam fazer uso da palavra.

Eu passaria a palavra ao Senador Gilberto Goellner para as sua pergunta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão, a quem eu parabenizo pela série de audiências que essa Comissão de Infraestrutura está a realizar, toda segunda-feira, a partir das 18 horas. Em sequência, possivelmente, vai mais dois meses. E, hoje, esse desafio que é a Agenda Desafio, que motiva a escolha dessas palestras, realmente, trouxe representantes que mostraram toda a situação por que passa a parte de RH de toda a área de inovação e competitividade que o Brasil precisa se inserir. E passa, realmente, pela qualificação dessa mão de obra.

Mas eu gostaria de perguntar ao Deputado Alceni Guerra de que, quando da realização da instalação do Parque Tecnológico que deu, realmente, uma diferença muito grande para o município de Pato Branco, esse cento e poucos cursos, 104 cursos que já existem na cidade, a preocupação também foi de preparar tecnólogos, porém, não foi atingido. E, realmente, mostrou, hoje, a necessidade, e, inclusive, foi colaborado aqui, pelo Dr. Pedro, do Grupo Ultra, que a integração da empresa com a universidade, na formação do tecnólogo, todos os seus dez pontos de sugestão, Dr. Pedro, passam, realmente, por aquilo que já se sabe, mas está faltando essa grande política de incentivo, que é incentivo a essa pesquisa planejada. Eu vou citar um exemplo: o município da minha cidade de origem, Cidade Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul. Ela é, hoje, considerada a capital da agricultura de precisão. Lá existem grandes indústrias que fazem implementos agrícolas, são vendidos em todo o país. Agricultura de precisão, hoje, é uma inovação. Nós precisamos, hoje, desenvolver essa política, desenvolver a política de tal forma que ela iria por si. A utilização de equipamentos e essa transformação da agricultura passam por essa agricultura de precisão. Teríamos que formar, hoje, mão de obra de Ensino Médio, necessária, principalmente, para transmitir isso aí ao uso de toda a agricultura brasileira. Com isso nós teríamos uma eficiência do uso de insumos agrícolas, principalmente fertilizantes, defensivos agrícolas, diminuindo o custo de produção, viabilizando a competitividade dessa agricultura, que é o grande alicerce do Estado do Paraná, do Rio Grande do Sul e todos os estados brasileiros. Porém, nós não temos essa política incrementada.

Então, políticas como o polo têxtil, que V. Exa. colocou aqui que gostaria de ver crescente em Pato Branco, como também na Cidade da Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, nós já temos... A produção de algodão migrou do Paraná e do Nordeste para o Centro-Oeste, e Mato Grosso, hoje, é o principal pólo de produção. Existem lá indústrias de fiação e tecelagem e, agora, a indústria de confecção entrando. Precisamos desenvolver toda essa visão que o senhor teve de ir à Itália, procurar o mercado e trazê-lo para que essa indústria florescesse no município de Pato Branco, também o município Rondonópolis está inserido nesse contexto. E para isso, inicia com uma ZPE.

Eu pergunto: a ZPE existe, hoje, um polo de informação, uma zona de processamento de exportação em Pato Branco, que poderia estar, também, fomentando a atração dessas empresas exportadoras?

Então, nesse sentido, eu lhe pergunto essa, em função do que poderia ser atraído, realmente, para o desenvolvimento do setor industrial de todos os municípios brasileiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Deputado Alceni Guerra.

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): Senador, nosso calcanhar de Aquiles. Há muitos governos que nós olhamos sempre com mal olhar as tentativas de se criar as ZPEs. Sempre temos muita dificuldade. Pato Branco sobrevive, hoje, ainda atraindo indústrias e atraiu até aqui, porque tinha uma excelente qualificação de mão de obra, laboratórios de pesquisa à vontade e bem equipados, bem gerenciados e com recursos humanos à altura, e uma diferenciação importante no ICMS feito pelo Estado do Paraná, uma redução significativa de ICMS. O que dá competitividade até no exterior. Agora, criar uma ZPE no Brasil é um quebra cabeça insuperável. E, Presidente, a cada ministério, a cada departamento, há diferentes obstáculos e é, realmente, uma necessidade absoluta. A ZPE em Rondonópolis, que já tem o algodão – aliás, fruto de um trabalho de pesquisa da EMBRAPA Centro-Oeste –, que já tem confecções iniciando, é preciso a tecnologia dos grandes consumidores, dos grandes, tipo esse que eu citei da Itália, formar mão de obra qualificada e, claro, facilitar a exportação. Até hoje não conseguimos fazer do aeroporto de Curitiba uma zona de processamento de produtos de exportação. Nem Maringá, nem Londrina, nem Cascavel. É uma tarefa hercúlea, senador. Conto com a sua ajuda para gente enfrentar esse problema. Mas é uma necessidade e V. Exa. colocou muito bem. Uma necessidade absoluta. Porque competem conosco os países asiáticos? Porque todos têm essa ferramenta: zonas de processamento de exportação.

Então, o que o Senador Gilberto se refere é uma necessidade absoluta. Chamou a minha atenção e quero corrigir aqui, Presidente, o que está na rede, hoje, é pbtec.org.br; patobrancotecnopolis, nós usávamos até a associação com os argentinos. Aí, em comum acordo, fizemos o PBTEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto, alguma consideração? Senador Mão Santa, V.Exa., aqui, nos dá a honra pela sua presença nesta sessão. Alguma consideração a fazer, a respeito do que aqui nos foi dito pelos palestrantes?

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Presidente Collor, eu, primeiro, quero cumprimentá-lo pela tentativa. E é sabido que um país no mundo de hoje, no mundo que nós vivemos, no momento, ele precisa de ciência e tecnologia. Mas o eco tem que ser maior, porque o desestímulo desse país é muito grande. Presidente Collor, eu conheço muitos engenheiros da minha geração que eles estão fazendo curso é direito, e é muito, não é pouco, não. Porque a compensação do trabalho é a remuneração. O disparate que há, hoje, entre o ganho do trabalho dos que estão na área do direito e das outras proficiências é uma vergonha para nós – para nós, aqui, do Congresso e para o Senado da República. Não é para nós, não, é para a história, desde o começo. Talvez, o senhor passou despercebido, mas eu olhei o primeiro quadro de senador, lá no gabinete do Sarney. Olhei, lá, as caras deles, só os brasileiros, eram 42. Vinte e dois da área do direito; tinha dez militares, Duque de Caxias; tinha padre, Feijó; tinha dois médicos; dois ligados ao campo. De lá para cá, Presidente Collor, essa gente só fez leis boas para eles. Eu conheço é muito, então, eu fico perplexo, porque entendo e entendo bem. Quando eu vejo, não é um, não, são muitos. E médico fazendo o curso em direito nessas... São inteligentes e, distante, dão um salto salarial que qualquer... da área do direito. Então, quando eu vejo as melhores inteligências, e criando mais estruturas, pedidos mais, é um desestímulo total para isso, ciência e tecnologia.

E isso já vem, não estou culpando ninguém, não, estou e faço história e sei. Eu estudei medicina, e esse país não vai bem, não. Eu vou lhe dizer uma estatística. Eu tenho pena dos pobres do meu país, estão enganando os pobres. Em 1990, o MEC fez uma estatística das dez melhores universidades privadas, em 90, eram sete públicas e três privadas. Em 2000 se inverteu: eram três públicas e sete privadas. Cada vez está mais difícil do pobre adquirir ciência e tecnologia. E sei, e entendo, não é que a saída só tem essa, é o estudo, é a dedicação. Mas está um disparate muito grande de falta de estímulos. E V. Exa. deve ter lido, todo mundo, é um livro: O Mundo é Plano, Thomas Friedman, que retrata a realidade. O Brasil não está bem, não, está é muito... Isso tudo é mídia, mentira, é confusão. É complexo o negócio. Você vê os asiáticos... Você já leu o Thomas Friedman, o professor? Ali diz o quadro da realidade. Esses países aí, que tem uma legislação mais aberta.

Presidente Collor, no seu país, 74% dos brasileiros não têm um livro. Um livro, um. Um livro; 90% das cidades brasileiras estão enganando os pobres, o povo, estão mentindo; 90% das cidades brasileiras não têm

uma livraria. Eu não estou... Livraria mesmo de vender livro, livraria boa, vocês podem andar aí, no Brasil.

Esse país está vivendo às custas da mentira. Eu não vejo avanços em ciência, em tecnologia nenhum. Olha, V. Exa. fez uma grande coisa, quando V. Exa. diz: "Esse país só tem carroça", aí acordou, despertou os engenheiros e povo. Mas eu não vejo evolução em ciências e tecnologia. Não há motivação, não há estímulo. Um país desse, que você vê... Os ganhos de um pessoal da área do direito são de 30 mil reais, e querem mais. Um país em que uma professora, nós todos temos que nos envergonhar. Uma luta doida, esse Senado fez um piso de R$ 960,00, professora, Presidente Collor. Confusão, lotaram audiência, madrugada, Cristovam, R$ 960,00. Piso para professor, que é chamado de mestre. E ele não se tornou lei, não funciona e não vale. É o Boris Casoy, é a vergonha, ele nos diz isso.

Olha, Presidente Collor, eu lamento, mas eu fui prefeito, quando você era governador, você era presidente e cumpria. Lá na minha cidade tinha uma multinacional, a Merck Darmstadt, da Alemanha. Pegava o jaborandi, ia [ininteligível] e tal. Mas lá... Nós somos tão atrasados, Presidente Collor, a carroça é verdadeira. Aquele história, tem que dar outra aí, para despertar. Que aí, de repente, eu fui convidado lá, pelos da Alemanha, o Professor Basedow era o meu intérprete. Andou por aqui e tal. Eu nunca, esse negócio de dizer que tem mordomia, não tem nada, não. Eu nunca passei tão bem. A Merck Darmstadt... Darmstadt, quem é médico sabe mais, porque tem aqueles [ininteligível]. O Professor Basedow, Presidente Collor, em Darmstadt, Frankfurt, lá com ele e tal. Aí, de repente, esse Professor Basedow era o diretor químico. A conta, sonhava, era o prefeito lá da cidade. Mas me chamou a atenção o seguinte, Collor, quando entrava lá, naquele restaurante que roda assim, eu pensei que estava bêbado, mas ele estava era rodando. Lá em Frankfurt, quando eu olhava, era uma coisa, tomando com ele. E é no teatro, o trânsito estava confuso, ele dizia: "Professor Basedow". Ajeitava tudo. "Professor Basedow." Era o melhor mesa do restaurante e eu lá acompanhado, lá. Eles tinham uma fabrica que fazia pilocarpina, que dilatava... Hoje, surgiram outros produtos, ela nem existe mais, porque em medicina é comum isso. Mas naquele tempo estava no auge, isso foi quando V. Exa. era Presidente. "Professor Basedow.". Aí, eu, do meu jeito, no caso: "Professor Basedow. Psiu! Ô, Basedow, vem cá. Você não é o diretor químico da poderosa Merck, pagava as contas, um negócio, assim, o restaurante". "Sou". O Luiz Inácio devia ouvir essa conversa. "Sou, professor. Sou." "Mas o senhor não era diretor químico?" "Não, antes de eu ser diretor químico, eu era Professor de Heidelberg, de química. Passei dez anos..." Aí fez um concurso, subiu, competência, eficiência, subiu, era o diretor químico. Ele, porque sabia português, foi da Merck... Sabe como é intérprete, não é? Indústria alemã. Mas e aí? Ele disse: "Não. Eu uso o título professor porque aqui, na Alemanha, a coisa mais importante é ser professor. Não é negócio de diretor químico, que tem dinheiro, eu sou rico, é o poderoso. Então, para continuar usando o título, eu tenho que, uma vez por semana, dar uma aula de química, para poder ser chamado professor. Você quer ir lá?" Heidelberg, porque lá, não sei se conhecem.

Fiquei impressionado quando eu vi – você é muito mais do que eu, conhece –, a arquitetura antiga e tal, casa no telhado. E a Alemanha é toda moderna, duas guerras, tudo é novo, de espelho e vidro. E aquilo é antigo, aí ele me disse o seguinte: "Heiderberg, a Alemanha sofreu duas guerras, ninguém soltou uma bomba, porque o mundo respeitou a universidade". Darmstadt, não é? Todos os grandes homens. Então, respeitou o saber, a universidade, uma das mais velhas da Europa. E esse é o tratamento dos professores, respeito, mas o nosso, Presidente Collor. Para ter isso tem que ter professor. E isso não é de agora, não, vou ser fraco. Eu sou mais velho do que você, então, eu era universitário, escolas boas, do Governo, era melhor, o país era organizado. Esse negócio de nunca, antes... O nunca antes é o nunca dantes, do Camões. Mas quero lhe dizer, e fiz a universidade boa, e foi a revolução aí. Aí prenderam um bocado, eu era monitor de fisiologia, aquele que arruma bolsinha, matava o rato da sala. Aí prenderam um professor muito bom, o Professor Serra, disseram que ele era comunista. Não teve esse negócio, a revolução? Papai, eu era monitor, aí trouxeram uns professores de anatomia, mas eu era cirurgião. Aí pediram, por isso eu nunca fiz curso de oratória, não, mas eu me comunico... Que dá para entender, não é? Eu estou aqui com isso. Por esse gesto.

Aí prenderam o professor, trouxeram os professores de anatomia, cirurgião, aí os alunos pediram. E o catedrático, então: "Eu vou dar – Aluísio Pinheiro – fisiologia nervosa e você...". O [ininteligível] eu sei todinho, Alceni Guerra. Aí eu dava aula e, com vaidade, passava à noite, para dar aula minha, para as provas. Eu passei a substituir. O professor não era comunista, não, eu era monitor dele. Ele era um teórico e conhecia... Foi preso. E eu fiquei. E no sexto ano, atentai bem, chegou o Aluísio Pinheiro, um homem muito sério, um catedrático satisfeito: "Você fica aqui. Está a sua vaga". Aí ele me foi muito franco. Eu estou aqui por isso. Ele me disse... Aluísio Pinheiro, não tinha nada de Mão Santa, não, era Moraes. "Moraes, você ficou, estamos satisfeitos, estamos pensando..." Naquele tempo, sair

logo da faculdade, ensinar, você que é médico. Mas quero lhe dizer uma coisa: esse negócio não dá, não. A universidade é boa, mas só idealismo. Eu sobrevivo, porque era fisiologia a cadeira, porque temos condições. Naquele tempo, fisiologia tirava eletrocardiograma, que hoje não é. Então, eu ainda tenho e dá para me manter. Tiro eletrocardiograma, [ininteligível], feixe de risco. O Alceni está... Os outros não são médicos, só o Alceni, não é? Mas não dá, não.

Os meus alunos, o Clécio, o Antero, cirurgiões, estão todos aí. Ele: "Morreu ali o professor. Eu sou franco". Ele foi muito franco. "Se você quiser, assume, fica." Ele disse que não dá. Quer dizer, esse país se difere... A Alemanha se bombardeou duas vezes e: "É tão rico lá", não sei o quê. Mas o professor é o mais respeitado, é o mais admirado, é o remunerado, é o titular daquilo. Agora, eu me entristeço, e isso é grave, médicos estão saindo para fazer direito. Engenheiro, um bocado eu conheço. Então, cadê o estímulo? Cadê a motivação? Não vai... Então, é isso que tem a sua... Vamos, quem é o Ministro de Ciência e Tecnologia? Tem que chamar para ele ver isso. Não tem estímulo, não tem negócio de incentivo. De onde é? Quem é que está? Quais são as bolsas que tem para essa pesquisa?

Sabe o que é que a gente vê, Presidente Collor? O senhor foi presidente, foi pouco tempo, foi governador. Eu fui mais tempo que o senhor, governador. Collor, governo tem... Nós, eu, o governador, você tinha o DAS 1, 2, 3 e 4 – Direção e Assessoria Superior. O Governo Federal tem 5 e 6. Um DAS 6, que está 50, 60 mil, sabe quanto ganha hoje? R$ 11.848,00. Eu lhe pergunto: quanto ganha um professor de física aposentado? De química? Isso aqui ele entra com uma assinatura, entra pela porta larga, recebe por mês. Médico nem pergunte, que você sabe a aposentadoria de professor.

Se ao professor, na ativa, não garantimos R$ 960,00, avalie os aposentados como estão. Mas é muito bom, e é bonito, e é assim mesmo. V. Exa. é um herói, mas essa é a verdade. A primeira coisa é chamar o Ministro de Ciência e Tecnologia. Como é o nome dele?

DEPUTADO ALCENI GUERRA (DEM-PR): Sergio Rezende.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Para ele prestar, aqui, como é que está, qual é o estímulo, qual é o salário desses pesquisadores, na realidade? O que é que tem? Eu não vejo, eu sei o que futuro é ciência e tecnologia. Deus me permitiu ver as coisas, estudar e entender. Mas eu não vejo crescer nada. Não vejo, Presidente Collor.

Você quer que eu lhe diga uma do mecânico? Outro dia, eu peguei... Eu sou de Parnaíba, cidade de João Paulo Reis Velloso, Evandro Reis e Silva. Eu peguei um livro, aí eu vi, antigo. "Ah, tinha um cabra que fez um avião andar, porque, antigamente, os mecânicos tinham mais estímulo" e não sei o quê. "Hã?" "Eu lhe mostro, vou lhe trazer um negócio." O cara fez um teco-teco e saiu na rua. Hoje não tem mais, eu não vejo nada de pesquisa, de evolução, eu não vejo nada disso na rua. Eu vejo é O mundo é Plano, do Thomas Friedman, que diz que, então... Você está falando, hoje, aqui... Eu não, porque eu só viajo aqui, coisinha pequena, aqui, em Alagoas. Mas se você quer um grande circuito de turismo, você está falando, ali, de uma grande empresa dessa, pensando. E o cara falando em português? Não é, não. Foi um indiano que aprendeu o português e tal. A maior empresa, hoje, de imposto de renda do mundo é norte-americana, mas está lá na Índia, os técnicos.

Sabe como é, Alceni, que se tiram, hoje, essas sofisticações de diagnóstico de imagem? Eles vendem um aparelho, aí pegaram um bicho lá na Índia, fizeram o curso – porque é mais caro na Europa, os profissionais na coisa –, aí mandaram esses dados, essas parafernálias, aliás, ele mandou o diagnóstico e coisa. Quer dizer, esses, da Ásia, estão crescendo por isso, porque as leis são as mais flexíveis, a mão de obra. Então, eles estão instruindo esse pessoal todo, que é gente, muita, na Índia, na China, aquele negócio lá. Estão instruindo e estão passando de nós na ciência e tecnologia.

Mas é muito bom isso aqui e tal, mas essa eu lamento. No dia que eu puder dizer, como o Professor Basedow: "O professor". Professor que eu digo... Como é que vai aprender ciência e tecnologia sem professor, sem física, sem química, sem não sei o quê. Aí eu começo a acreditar no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Mão Santa, pelas sua considerações. Antes de encerrarmos a nossa reunião de hoje, eu teria algumas questões a fazer ao Dr. Pedro. Na sua empresa, o senhor dispõe de um centro de pesquisa e desenvolvimento de formação de quadros de especialistas, que é uma área tão especificamente técnica, no seu grupo?

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Sim, senador. O Grupo Ultra tem atividades em diversos setores da economia, na área de combustíveis, na área de GLP, na área química, na área logística. E cada um desse negócio tem seu próprio corpo técnico e um grupo sempre dedicado à atividade de inovação. Algumas das empresas nossas têm acordos com universidades, com centros de tecnologia, de forma que somos considerados, no país, como uma das empresas mais inovadoras e os resultados econômicos advindos da inovação são muito relevantes no cômputo do resultado

global da companhia. A inovação é um investimento rentável, para nós e para todas as outras empresas do Brasil que, efetivamente, inova.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O senhor se recente de falta de mão de obra? Em algum momento houve falta de mão de obra especializada, quando o seu grupo teve necessidade de contratá-la?

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Não, em geral não. Eu diria que as empresas de grande porte, no Brasil, tem acesso, hoje, a profissionais muito bem qualificados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Brasileiros?

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Brasileiros muito bem qualificados. Depende um pouco. Talvez, outras empresas tenham mais dificuldade, talvez, porque estejam localizadas de maneira um pouco excêntrica, em relação aos centros de formação, que não tenham, talvez, a própria estrutura de inovação que atrai profissionais qualificados. Eu diria que, na inovação, o difícil é dar sempre o primeiro passo. Dado o primeiro passo e criada uma estrutura de inovação, ela, em geral, consegue atrair profissionais do mercado e mesmo ter alguns profissionais anfíbios. Quer dizer, a empresa também tem a flexibilidade de ter profissionais aos quais se permite manter uma atividade acadêmica, por exemplo. E nem todas as empresas brasileiras, eventualmente, tem essa atitude, o que restringe, às vezes, o acesso das empresas aos profissionais mais qualificados, especialmente, aqueles que querem manter ou continuar mantendo uma atividade docente acadêmica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB): Quantos funcionários tem o grupo?

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Nós temos, hoje, 10 mil funcionários.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Distribuídos em quantos estados?

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Distribuídos em todo o país. Eu diria, talvez, com maior concentração nos estados de São Paulo, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Mas, de uma maneira geral, estamos presentes, felizmente, em todos os estados da federação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E esses dez itens aqui, com que o senhor nos brindou como a sua contribuição para diminuirmos o gargalo que, hoje, existe no que tange à mão de obra especializada para atender a essa grande demanda do mercado. O senhor acha que essa sua sugestão é compartilhada pelos seus pares industriais, por exemplo, a Confederação Nacional da indústria, ela apoiaria essas sugestões que o senhor fez?

SR. PEDRO WONGTSCHOWSKI: Eu tenho atuado intensamente junto com a CNI nesse movimento empresarial pela inovação. Eu também tenho o privilégio de estar em alguns conselhos de administração de entidades de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Quer dizer, eu tenho tido, pessoalmente, uma interação muito grande com a área acadêmica. E, obviamente, pertencendo ao setor industrial, eu posso lhe dizer que eu acredito que estas sugestões representam, sim, ou contariam, certamente, com o apoio de instituições como FIESP, como CNI.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dr. Pedro. Muito grato por essas sugestões que foram feitas com tanta objetividade e com tanta clareza. Essa comissão agradece a V. Exas. pela participação. E, no que tange às suas sugestões, eu pediria à Secretaria desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que preparasse um ofício para que nós encaminhássemos ao Presidente da República, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como a todos os ministérios envolvidos nessa área, como o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento e outros estejam afeitos a esse tema, no sentido de cada vez mais irmos fechando esse círculo até que possamos extrair uma solução. Não sei... Seguramente, não será mágica, mas uma solução racional, uma solução que, efetivamente, possa nos atender no que o país necessita de nós nos próximos anos.

Antes de encerrar a presente reunião e agradecendo a presença de todos os senhores palestrantes pela contribuição que nos deixam na noite de hoje, o Deputado Alceni Guerra, o Dr. Reginaldo Braga Arcuri, o Dr. Carlos Aragão, o Dr. Pedro Wongtschowski. Eu convoco os senhores membros para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 11 de março, quinta-feira próxima, às 08h30 da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa.

Ao tempo em que agradeço a presença das Sras. e Srs. Senadores, dos senhores e senhoras presentes, encerro a presente reunião.

ATA DA 06ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE MARÇO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia onze de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se

extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **JAYME CAMPOS, FRANCISCO DORNELLES, VALDIR RAUPP, ACIR GURGARZ, DELCÍDIO AMARAL, GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, WELLLINGTON SALGADO, EFRAIM MORAIS, INÁCIO ARRUDA, EDUARDO SUPLICY E PAULO DUQUE.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 4ª e 5ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias: **ITEM 1** – Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2009**. "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos". **Autoria:** Senadora **Rosalba Ciarlini. Relator:** Senador **Jayme Campos**. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos das Emendas nºs 01 e 02 – CI. ITEM 2 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, DE 2009**. "Altera a Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional (CDN), e dá outras providências, para conferir ao CDN poder de proposição ou veto de obra de infraestrutura, por razões de risco para a segurança nacional." **Autoria:** Senador **Expedito Júnior. Relator "ad hoc":** Senador **Delcídio Amaral**. **Parecer:** Contrário ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer pela Rejeição do Projeto. ITEM 3 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2004**. "Acrescenta o art. 11A à Lei nº 6.194 de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (determina que as empresas prestadoras de serviço público de transporte coletivo divulguem o direito de os passageiros receberem indenização em caso de acidente de trânsito)." **Autoria:** Deputado **Ronaldo Vasconcellos. Relator "ad hoc":** Senador **Acir Gurgarz**. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 01,CCJ/CI (Substitutivo). ITEM 4 – Decisão Terminativa **– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2009.** "Altera dispositivo da Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros." **Autoria:** Senador **Garibaldi Alves Filho. Relatora:** Senadora **Serys Slhessarenko**. **Parecer:** Contrário à Emenda de autoria do Senador Adelmir Santana e favorável ao PLS nº 448, de 2009, com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora. EXTRA-PAUTA** – **ITEM 5** – **REQUERIMENTO Nº 03, DE 2010 – CI**. "Requeiro, por intermédio desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com base no art. 71, incisos II, IV e VI da Constituição Federal, e art. 90, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, que o Tribunal de Contas da União solicite junto à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) esclarecimentos quanto à sua decisão no Processo Administrativo MCIDADES nº 80000.029656/2007-28, de extinção do Contrato 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo formal *ad quem* assinalado no seu 8º Termo Aditivo, com vistas a verificar se tal decisão atendeu às prescrições legais, em especial à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como se não houve prejuízos ao erário, por conta de tal decisão." **Autoria:** Senador **Francisco Dornelles**. **Resultado: Aprovado**. Usaram da palavra os Senhores Senadores **FRANCISCO DORNELLES**, **JAYME CAMPOS, DELCÍDIO DE AMARAL, EDUARDO SUPLICY, HERÁCLITO FORTES e ACIR GURGARZ.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente declara encerrada a reunião às nove horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação das Atas da 4ª e 5ª Reuniões. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Presidência comunica aos senhores membros desta comissão o recebimento do Ofício nº. 236 do Diretor-Geral da ANP, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Dr. Haroldo Lima, en-

caminhando o Anuário Estatístico Brasileiro, do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – 2009. O anuário consolida os dados relativos ao desempenho das indústrias, reguladas pela ANP, no período 1999-2008, considerando o cenário nacional e mundial e demonstrando a evolução da cadeia produtiva do setor.

O desafio é triplo: manter o ritmo de crescimento da produção e do refino de petróleo no país; da expansão da produção de gás natural, diante de sua crescente demanda, e da consolidação e crescimento do uso dos biocombustíveis pelo consumidor brasileiro. A esse propósito, a comissão aguarda a conclusão da consulta pública e o consequente relatório, consulta pública essa que já foi estendida até o último dia 28 de fevereiro... Aguarda, portanto, que nos seja trazida a conclusão tanto do resultado da consulta pública como do consequente relatório, pelo coordenador do Grupo de Trabalho, instituído por esta comissão, para tratar do marco regulatório dos biocombustíveis, Senador Inácio Arruda, e comissão esta que também tem como membros o Senador Delcídio Amaral e Senador Gilberto Goellner.

Então, já entramos em contato com o Senador Inácio Arruda, e ele ficou de nos oferecer uma data próxima para que seja trazida ao Plenário desta comissão uma sugestão, uma proposta, para que nós possamos ter o marco regulatório dos biocombustíveis em nosso país.

No dia de ontem, foi lido, no Plenário do Senado, o Requerimento nº. 194/2010, de autoria do Senador Tasso Jereissati, do PSDB, do Ceará, que solicita o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº. 309/2009, que tramita simultaneamente nas Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Assuntos Econômicos e nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A Mesa-Diretora do Senado Federal entendeu que, após a leitura do referido Requerimento, enviar a matéria às comissões competentes, para proferirem parecer sobre o referido Requerimento. Determina ao parágrafo único, do art. 335, do Regimento Interno do Senado Federal, que "*a votação de Requerimento de sobrestamento de matéria, quando de autoria de senador, será precedida de parecer de comissão competente para o situado da matéria*".

Assim sendo, esta comissão deve emitir parecer sobre o referido Requerimento, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal. No entanto, parece-nos mais conveniente aguardarmos o término do prazo para recebimento de emendas, que se dá perante a CCJ e a todas as comissões, as outras duas comissões, CAE e Infraestrutura, e que se encerra no dia de hoje, 11 de março. Só, então, nós iremos designar o relator, que deverá se pronunciar tanto em relação ao Requerimento bem como ao mérito da matéria.

Portanto, a matéria continua, durante o dia de hoje, dia 11, até as 18h30, em condições de receber emendas perante à CCJ. E o relator a ser designado pela Comissão de Infraestrutura o será também sobre o mérito do projeto.

Informo também aos membros desta comissão que prorrogamos por mais 15 dias o prazo para encaminhamento de sugestões e emendas aos anteprojetos de Lei, para aperfeiçoamento do marco regulatório do saneamento.

Conforme divulgado na reunião do dia 25 de fevereiro, nós apresentamos quatro projetos, frutos da audiência sobre o tema que realizamos aqui, no final do ano passado. A intenção é de que essas proposições, após deliberadas por esta comissão, sejam apresentadas oficialmente, dentro dos ritos do processo legislativo, tendo como autora a própria Comissão de Serviços de Infraestrutura. O prazo previsto para o recebimento de sugestões encerraria hoje, mas, a pedido do coordenador dos trabalhos de consolidação dessas propostas, Senador Ministro Eliseu Resende, que inclusive justificou a sua ausência de hoje, pessoalmente, junto a esta Presidência, em função de compromissos no seu Estado de origem, Minas Gerais, nós concordamos em prorrogar o prazo. Até porque, vale registrar, nós temos recebido sugestões de entidades especializadas no setor de saneamento, como é o caso do Instituto Trata Brasil, e da Pezco Consultoria, de São Paulo, o que justifica um maior tempo de análise por parte do coordenador desta consolidação.

Assim, a intenção é de deliberar as matérias na reunião do dia 25 deste mês. Até lá, as senhoras e senhores membros desta comissão poderão apresentar as suas sugestões junto à Secretaria desta Comissão de Infraestrutura ou diretamente ao gabinete do Senador Ministro Eliseu Resende.

Além disso, determinei à Secretaria, para que os textos dos quatro anteprojetos de lei sejam disponibilizados para consulta pública, na página da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de modo a permitir que qualquer cidadão ou entidade possa também enviar suas propostas e sugestões.

Informo também às senhoras e senhores, membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, que, no último dia 08, segunda-feira, realizamos aqui o 2º painel, constante do novo ciclo de debates da Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, quando se debateu a política de formação e capacitação de recursos humanos, frente à política de desenvolvimento produtivo.

Participam da audiência, como palestrantes, o Deputado Alceni Guerra, ex-Ministro da Saúde, ou participaram desta Audiência Pública, e ex-Prefeito de Pato Branco, e ex-Secretário Extraordinário de Educação de Brasília; o Dr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Presidente do CNPQ; e o Dr. Pedro Wongtschowski, Doutor em Engenharia Química e Diretor-Presidente do GRUPO ULTRA.

Para o Presidente da ABDI, Dr. Arcuri, o foco e o volume de dinheiro gasto no Brasil, em ciências sociais, mostram um desequilíbrio grande em relação a outras áreas de conhecimento em que há carências de profissionais, provocadas, sobretudo pela inserção do Brasil na economia global nos alguns anos. Afirmou ainda: "O Brasil precisa investir em inovação tecnológica, tendo em vista que o país voltou a ter demanda por trabalho qualificado em alguns setores, como engenharia, que chega a ser maior do que a capacidade do país em formar estes profissionais". Para ele, à medida que as máquinas vão sendo incorporadas ao processo cotidiano de produção, o trabalhador tem que ter um nível mais específico de qualificação. E isso acaba sendo feito pela própria indústria, dada a velocidade com que ela necessita destes trabalhadores.

O Brasil, segundo o Presidente da ABDI, tem que ser ainda mais competitivo, e não apenas detentor de riquezas naturais como mão de obra eventualmente barata. Em sua opinião, só vamos efetivamente responder aos desafios que o resto do mundo nos propõe se tivermos gente capacitada, tanto na pesquisa básica como na operação direta de máquinas.

O Dr. Arcuri observou, ainda, que o Brasil conseguiu, obviamente, dar um salto importante no quantitativo de anos de estudo da população, mas que é preciso observar se as pessoas estão efetivamente absorvendo estes conhecimentos e se elas estão sendo capazes de fazer com que eles, estes conhecimentos, se transformem em algo útil para o processo produtivo. Por fim, ele registrou que os operários são, hoje, atores e, ao mesmo tempo, partícipes do processo de produção, com a utilização de máquinas complexas que demandam conhecimentos.

Na indústria automobilística, segundo ele, já não ocorre um mero ajuntamento passivo de peças, mas a presença dos operários em células de produção, que exigem dos trabalhadores soluções cotidianas ou semanais de como aprimorar o próprio trabalho, o que implica ter noção do processo industrial.

Já o Presidente do CNPQ, Dr. Carlos Aragão, disse que o Brasil forma, anualmente, cerca de 30 mil engenheiros, número bem abaixo do verificado em países como a Rússia, que forma 195 mil engenheiros; a Índia, 220 mil engenheiros; a China, 650 mil engenheiros. E, embora o Brasil esteja em 13º lugar na produção de conhecimento global, à frente da Holanda e da Rússia... Publicações, estudos, teses, que são publicadas em revistas especializadas no mundo inteiro, e, nisso, nós estamos na frente daqueles técnicos e cientistas de países como a Holanda e a Rússia, no caso de engenharia, o país ocupa a 21ª posição.

As empresas brasileiras, segundo o Dr. Carvalho Pinto, inovam pouco e diferenciam pouco os seus produtos. Em 2015, afirmou: "O Brasil já terá um déficit significativo de engenheiros, principalmente em áreas ligadas à província petrolífera da camada pré-sal, que exigirá ainda tecnologia ainda a serem descobertas, além dos setores espacial, aeronáutico e nuclear, que hoje já se ressente da falta de profissionais qualificados".

O Presidente do CNPQ observou ainda que 11 mil doutores são formados anualmente no Brasil, mas que o país responde por apenas 2% da produção científica publicada em revistas especializadas. Afirmou também que o Brasil tem o pior desempenho em relação às patentes depositadas nos Estados Unidos, sendo também superado, nesse setor, pela Rússia, Índia e China, por sinal, nossos companheiros do grupo chamado BRIC.

Na condição de ex-Prefeito de Pato Branco, durante a implantação de um grande pólo tecnológico, o Deputado Alceni Guerra lembrou que o município paranaense, que, há alguns anos, atraiu empresas de tecnologia e hoje detém um dos melhores índices de desenvolvimento do país, agora sofre dificuldades na implantação de novos empreendimentos em razão da falta de cursos técnicos e tecnológicos.

Segundo ele, o sistema de impostos é o mesmo laboratório; os laboratórios são os mesmos, mas falta mão de obra porque os CEFETs, Centros de Ensino Tecnológico, que tinham cursos técnicos, se transformaram em universidades e abandonaram os cursos técnicos para investir em engenharia e graduação mais sofisticadas.

Já o Dr. Pedro Wongtschowski, do GRUPO ULTRA, que conta hoje com mais de 10 mil funcionários no país, sugeriu que as empresas atuem em conjunto com as universidades nos cursos de formação de tecnólogos, como forma de melhorar a formação inicial dos ingressantes no mercado de trabalho e de agilizar a adequação dos currículos.

Recomendou também o Dr. Pedro a adoção de incentivo à pesquisa concentrada em áreas estratégicas, tendo em vista que as verbas encontram-se hoje muito pulverizadas e não favorecem o estudo de temas

complexos e extensos. Solicitou ele também incentivo à pesquisa conjunta entre a empresa e a Academia.

Também sugeriu a criação de laboratórios nacionais, geridos por organizações sociais para projetos de pesquisa da área acadêmica. E também sugeriu o incentivo à pesquisa acadêmica com entidades internacionais. E, ainda, a ampliação da atuação do Ministério da Educação, por meio de instituições privadas, com o aumento dos programas universitários de graduação em formato cooperativo, aliás, já existentes em algumas regiões do país. Também sugeriu e recomendou o fomento aos exames de certificação, o que favoreceria a preocupação constante com atualização e aprimoramento. E, por fim, o desenvolvimento de cursos ligados às novas tecnologias.

Sobre os oito pontos sugeridos pelo Presidente do GRUPO ULTRA, devo salientar que, indagado, ele afirmou que todos eles contam... Todos esses pontos que ele apresentou como sugestões para a Audiência Pública, realizada na última segunda-feira, que todos esses pontos contam com o apoio de representantes do setor industrial brasileiro, já que são propostas oriundas dos fóruns do qual ele participa, no âmbito da Confederação Nacional da Indústria, por exemplo.

Nesse sentido, quero registrar e dar conhecimento aos senhores, membros da comissão, que, diante da importância do assunto e da consistência das sugestões apresentadas pelo Presidente do GRUPO ULTRA, decidi encaminhar, como contribuição desta comissão, ofício, com as referidas propostas em anexo, ao Presidente da República, ao Ministério da Educação, ao Ministro da Educação, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior... E também quero informar aos senhores e Sras. Senadores que cópia desse ofício e dessas sugestões apresentadas estão sendo encaminhadas ao gabinete de cada uma das senhoras e Srs. Senadores, membros desta comissão.

Por fim, informo que, na próxima segunda-feira, dia 15, às 18 horas, neste Plenário, realizaremos o 3° Painel deste novo ciclo de discussão... Aliás, antes disso, gostaria de trazer outras informações, aqui, aos senhores... Num desses sites de variedades, que campeiam pela Internet, foi divulgada uma matéria que julgo muito interessante dar... Trazer ao conhecimento dos senhores e Sras. Senadoras desta comissão e aos ouvintes e telespectadores da Rádio e TV Senado. Nessas matérias, vem retratado o universo e a profundidade dos problemas que nós temos aqui debatido, especialmente quanto ao impacto direto na solução dos gargalos da nossa infraestrutura e, consequentemente, do desenvolvimento econômico brasileiro.

A primeira dessas matérias, intitulada: "IPEA – O Brasil vai gerar dois milhões de empregos em 2010"; segundo o IPEA, o Brasil, em 2010, estará gerando dois milhões de empregos... Empregos novos. E que, desses dois milhões, 700 mil serão em São Paulo. Afirma esse instituto que o Brasil, criando esses novos postos de trabalho, haverá de colaborar com essa demanda que existe hoje no mercado de trabalho porque, de acordo com a entidade, a economia brasileira deverá apresentar uma demanda de 18,6 milhões de ocupações, a serem preenchidas por mão de obra qualificada e com experiência profissional. A perspectiva leva em conta um ritmo de expansão econômica estimada em 5,5% no ano de 2010. Essa demanda de 2.600 ocupações, num prazo até 2010.

O ritmo, porém, não será suficiente para empregar os 24.8 milhões de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho. Mesmo com o crescimento econômico, ainda continuará havendo um estoque de trabalhadores desempregados. Afirma a instituição, na pesquisa "Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil – Impactos do crescimento econômico pós-crise", dos dois milhões de postos de trabalho em todo o país, São Paulo, como já foi dito, deverá responder por 700 mil desses empregos. Na ponta oposta, o Acre deve gerar apenas 1.146 novas oportunidades, seguido por Roraima, com 1.556 postos criados neste ano de 2010.

Especificamente sobre qualificação, a matéria esclarece que, para 2010, a estimativa, segundo o IPEA, é que existam 19,3 milhões de pessoas disponíveis, com qualificação e experiência profissional adequadas para responder à demanda potencial de 18,6 milhões de trabalhadores. Ou seja, entre aqueles com qualificação, haverá um excedente de 653 mil trabalhadores qualificados e com experiência, mas que não encontrarão emprego. A maior parte deles será de um contingente de empregados demitidos. Serviços sociais coletivos e pessoais serão o seguimento econômico com o maior excesso de mão de obra qualificada, com 612.200 trabalhadores.

E aqui eu observo, como se vê, que esse é um excedente que não atende aos seguimentos da infraestrutura, pois o que temos visto até o momento em nossos debates é exatamente o oposto: a falta de profissionais qualificados do setor tecnológico.

Em contrapartida, continua a matéria, a massa de trabalhadores sem qualificação, com os dados do IPEA, a massa de trabalhadores sem qualificação, 22,2% do total de trabalhadores disponíveis requer políticas públicas de combate a essa exclusão, visto que constitui um contingente que não se encontra nas

mesmas condições de competitividade no mercado de trabalho.

Num outro ponto da matéria, traz o título "Paraná e Santa Catarina"... "Paraná e Santa Catarina podem sofrer apagão de profissionais em 2010". Chamo a atenção também para que esse termo "apagão de profissionais" foi aqui utilizado, nesse mesmo contexto, pelo engenheiro Wilson Lang, na primeira Audiência Pública que aqui realizamos, ex-Presidente do CONFEA, que utilizou o termo "apagão de gente". Ele disse que tinha preocupações que nós poderíamos sofrer um "apagão de gente" num futuro muito próximo, caso medidas urgentes não fossem tomadas para a formação de profissionais qualificados, no sentido de atender a demanda crescente por esses profissionais no mercado brasileiro.

E, sob esse título, "Paraná e Santa Catarina podem sofrer apagão de profissionais em 2010", a matéria começa chamando a atenção que, ao contrário da maioria dos estados, Paraná e Santa Catarina podem registrar, em 2010, escassez de mão de obra qualificada. O saldo deve ser de 18,4 mil profissionais em falta no Paraná. E em 18.400 profissionais em falta no Paraná e outros 13.300, em Santa Catarina. Os dados fazem parte desse estudo divulgado na última quarta-feira, ontem, pelo IPEA.

No Paraná, o setor com maior carência de trabalhadores com qualificação deve ser a indústria, com falta de 21 mil trabalhadores. Em Santa Catarina, o comércio deve ser o principal afetado, com falta de 16 mil qualificados. No Brasil, ao se contrastar ao total da oferta de mão de obra qualificada com o total da demanda potencial por esse perfil de trabalhador, chega-se ao excesso de quase 653 mil trabalhadores. Contudo, projeções feitas pela instituição, o IPEA, indicam que alguns setores econômicos deverão registrar a escassez de mão de obra qualificada no país. Comércio e reparação estão em primeiro lugar a registrar essa escassez de mão de obra, com uma escassez total de 187.600 trabalhadores, seguido por saúde, educação e serviços sociais, 50.100 trabalhadores; alojamento e alimentação, 45.200 trabalhadores, e construção civil, 38.400 trabalhadores.

Eu, realmente, tenho que confessar aqui, como economista, e que me perdoem os colegas do IPEA, que eu, ontem, ao ler esse relatório, eu me perguntava: "Como é que eles chegam, com essa precisão, a um número dessas carências?". 45.200... 50.100 trabalhadores... Talvez se eles dissessem: "Aproximadamente 50 mil", "Aproximadamente 45 mil", porque é claro que nós entendemos que é impossível que eles acertem no alvo todas as projeções que eles estão aqui fazendo. Mas, enfim, mas os números tomados de uma forma abrangente, números redondos, demonstram que há uma escassez de mão de obra preocupante, e que precisamos rapidamente encontrar fórmulas de superar esse *gap* que existe. E é para isso que as Audiências Públicas que esta comissão resolveu promover às segundas-feiras estão sendo realizadas.

Continua o estudo, dizendo que o Estado de São Paulo surge com grande escassez de mão de obra nesses mesmos setores econômicos. Apesar disso, alguns estados, como Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, por exemplo, poderão registrar excesso de mão de obra qualificados nessas mesmas áreas, o que também é um fato a se ressaltar porque normalmente se imagina que mão de obra qualificada é mais escassa numa região como a região Nordeste do que em regiões como São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Os setores econômicos com excesso de mão de obra qualificada no país devem ser os de outros serviços sociais, coletivos e pessoais, 612 mil trabalhadores. O setor industrial, 145 mil trabalhadores... Eu estou cortando as vírgulas aqui... E o agrícola, 122 mil trabalhadores. Ou seja, ainda que as matérias não se refiram especificamente à mão de obra técnica, qualificada, das áreas de engenharia, percebe-se que se trata de um tema atual, cujos problemas têm despertado a atenção do setor produtivo, que é o maior interessado, assim como do mundo acadêmico e do setor público, como demonstra esse estudo do IPEA.

E, aí, sim, voltando ao anúncio da Audiência Pública da próxima segunda-feira, comunico às senhoras e Srs. Senadores desta comissão que será realizada, no dia 15, a 3ª Audiência Pública, o 3º painel desse novo ciclo de discussão da Agenda 2009-2015 – Desafios estratégicos setoriais, para debater o tema: "Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de profissionais da área de engenharia no Brasil", especificamente sobre a questão da área de engenharia, onde estarão presentes os seguintes palestrantes: Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Dr. Michal Gartenkraut, ex-Reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, ITA, e sócio da Rosenberg Consultores Associados; Dr. Marco Antonio Raupp, Presidente do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; Dr. Edinaldo Marques, Engenheiro Civil, Professor da UFAL, Consultor e Representante da Associação Brasileira de Pavimentação, e o Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente Executivo do Centro da Integração Empresa-Escola e Diretor da área de infraestrutura da FIESP.

Ainda dentro do tema "Formação e qualificação profissional", objeto do nosso ciclo de painéis deste ano, eu gostaria de trazer ao conhecimento das senhoras

e senhores, membros desta comissão, que o total de Audiências Públicas a serem realizadas será de 14... Serão de 14, concluindo no dia 07 de junho. E, nessas audiências, nós estaremos, a partir de agora, a partir da próxima, abordando a carência que existe em cada um dos ramos profissionais ligados ao setor de infraestrutura. E iremos começar na próxima Audiência Pública, na próxima segunda-feira, dia 15, nós iremos começar pelo setor das engenharias, de um modo geral, onde nós temos percebido que há uma maior reclamação daqueles que vêm participando, não somente no ciclo de debates realizados no ano passado, mas também nesse, agora, onde vem... Onde estamos escutando, estamos ouvindo o maior número de reclamações por falta de profissionais qualificados.

Começando a nossa pauta do dia de hoje, temos o Item 1, decisão não terminativa--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Ministro Francisco Dornelles, com muito prazer.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu quero dizer a V. Exa., encaminhei a V. Exa. um requerimento, solicitando que seja o... Seja solicitado ao Tribunal de Contas da União informações sobre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, e contratos que ela fez para a modernização dos trens do Rio de Janeiro, que existem algumas dúvidas, que seria importante que essas dúvidas pudessem ser equacionadas através de informações privadas.

Eu fui informado que, de acordo com as diretrizes estabelecidas por V. Exa., um Requerimento, quando é apresentado, geralmente ele só pode ser votado sete dias depois. Mas acontece o seguinte: o Requerimento do Rio de Janeiro, V. Exa. é carioca também, e como existe... Toda a regra existe uma exceção, principalmente quando o coração fala, das suas ligações com Rio... Tratando-se de uma coisa simples, um pedido de informação, apenas para instruir um procedimento importante para se dirimir algumas dúvidas sobre o problema dos trens elétricos no Rio, eu pergunto à V. Exa. se haveria a possibilidade de V. Exa., quebrando uma decisão correta, fazer uma homenagem do Rio e aprovar esse Requerimento no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa., Senador Ministro Dornelles, sempre nos dá muita honra com sua presença, nos trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura... E que sempre traz, com o brilho da sua inteligência, contribuições muito importantes. Não é o caso, mas, agora, apenas eu gostaria de recordar um fato: quando eleito Presidente, o Governador Brizola, eleito Governador do Estado. Eu tomei posse em março de 90, e o Governador Brizola se elegeu em outubro, novembro seguinte, né? E tínhamos saído de uma campanha presidencial muito acirrada, muito dura, e aí ele, como Governador, me pediu uma audiência, claro, eu o recebi, Governador do Rio de Janeiro... E ele disse o seguinte... Ele disse: "Olhe, Presidente, eu quero lhe dizer o seguinte: que V. Exa. não pode esquecer que tem compromisso com o Rio de Janeiro, porque V. Exa. nasceu no Rio-–

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E V. Exa. deixou esse compromisso, a linha vermelha, linha amarela, são marcas da sua carioquice.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E a Rio 92, que foi realizada.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E a Rio agora-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agora, em 2012. Aí eu disse para ele: "Mas, Governador, não será por esse fato que eu deixarei somente de ajudar o Rio de Janeiro". O Rio de Janeiro merece, o Rio de Janeiro é a segunda cidade de cada um nós, brasileiros. Onde quer que nasçamos, eu tenho certeza que os brasileiros sentem o Rio de Janeiro como sua segunda cidade, a sua segunda capital, para onde acorrem nos seus momentos de lazer. O Rio de Janeiro, que é um Estado que V. Exa. tão bem representa. Mas ele continuou ainda mais. Aí ele disse: "E também V. Exa. não pode se esquecer do Rio Grande do Sul, porque o Governador Collares precisa muito da sua ajuda". E o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram os Estados em que a gente tinha perdido as eleições de forma, assim, fragorosa. O Governador Brizola havia tido 75% dos votos, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Então, ele disse: "No Rio Grande do Sul, V. Exa. também tem compromisso porque o seu avô, Lindolfo Collor, o gaúcho, nas suas veias corre o sangue gaúcho". [risos] Aí, concluí, dizendo o seguinte ao finado e muito planteado Governador Brizola, eu disse assim: "Governador, eu gostaria muito que o senhor tivesse dito isso durante as eleições. Agora, passadas as eleições, isso de nada vai me valer, mas, de qualquer maneira, fica o compromisso meu de, claro, ajudar o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, bem como todas as unidades da federação".

Mas, senhoras e senhores, membros dessa comissão, o Senador Ministro Francisco Dornelles faz aqui, apresenta um Requerimento e faz uma solicitação. De acordo com as normas e procedimentos internos, aprovados aqui, no Plenário desta Casa, no seu Item 5, sobre apresentação de Requerimentos, diz o seguinte, Senador Ministro Francisco Dornelles, senhoras e Srs. Senadores: "*Salvo em situações ex-*

traordinárias, e a critério do Presidente da comissão, nenhuma reunião da comissão será realizada, sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da Comissão, seja enviada aos membros 48 horas antes da sua realização".

Então, em homenagem a V. Exa. e ao nosso querido Estado do Rio de Janeiro, eu vou considerar esta uma situação extraordinária e vou colocar em votação o Requerimento que V. Exa. apresenta. Então, em votação o Requerimento do Senador Francisco Dornelles, que requer, como ele próprio já anunciou, que sejam solicitadas informações à Companhia Brasileira de Trens Urbanos, esclarecimento quanto à sua decisão no processo administrativo M-cidades nº. 80000.02.9656/2007-28, de extinção do contrato 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo formal *ad quem,* assinalado no seu 8º termo aditivo, com vistas a verificar se tal decisão atendeu às prescrições legais, em especial a Lei 8.666, que é a Lei das Licitações, de junho de 93, bem como se não houve prejuízo ao Erário por conta de tal decisão.

Coloco em votação o Requerimento do Senador Francisco Dornelles. Os senhores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado. Agradeço muito a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu que agradeço a V. Exa., Senador Ministro Francisco Dornelles. Então, iniciando o nosso Item 1 da pauta, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 380/2009, "*que altera a Lei nº. 8.989, de 24 de fevereiro de 95, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, veículos de carga, quando adquiridos por transportadores autônomos"*. Autora: Senadora Rosalba Ciarlini; Relator: Senador Jayme Campos. Parecer favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Observação: "*A matéria constou da pauta das reuniões do dia 25 de fevereiro de 2010 e de 04 de março de 2010. Em 04 de março de 2010, foi concedida vista coletiva, art. 132, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal, por solicitações dos Senadores Eduardo Suplicy e Paulo Duque. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa*".

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, para suas considerações.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, na verdade, o relatório foi lido na sessão passada. Todavia, Presidente, eu gostaria apenas de fazer um comentário. Eu acho que o projeto da Senadora Rosalba é meritório, sobretudo digno de todos nós de aplaudi-lo, na medida em que, no Brasil, vários segmentos recebem incentivo. Os próprios taxistas, hoje, têm incentivo. Entretanto, nesse caso, particularmente que dos transportadores autônomos, não tem sequer um incentivo por parte do Poder Público Municipal, Estadual e muito menos, Federal. E, nesse caso particularmente, o Projeto de Lei da Senadora Rosalba, ela vem beneficiar, ou seja, os transportadores autônomos receberão a isenção de IPI, na verdade, Presidente Collor, senhoras e Srs. Senadores, o projeto, hoje, imagino, que algo parecido em torno de 40, 50% dos transportadores de carga pesada, eles são autônomos. Muitas das vezes, esses proprietários, eles não têm capacidade de nem comprar um... Após 10, 12, 15 anos, um novo caminhão, um automóvel que faz esse transporte, seja de passageiros ou seja de carga.

Então, eu imagino que é louvável o projeto, tendo em vista que eu, particularmente, tenho acompanhado, no meu Estado do Mato Grosso, transportadores, sobretudo, de frigoríficos ali, caminhões com 15 anos de uso, 20 anos de uso, que, muitas das vezes, trabalha 18 horas por dia e não têm capacidade financeira de conseguir adquirir um novo carro. Até porque essas pessoas têm muita dificuldade ao acesso de crédito, ou seja, de financiamento de caminhão para que ele possa trabalhar, ele próprio dirigindo esse caminhão.

De maneira que eu acho que só um incentivo como esse é que vai permitir nós darmos, com certeza, uma renovação, não só na frota de transporte de carga, mas, sobretudo, também, que o senhor tem acompanhado, todos nós acompanhamos, o transporte de pedestre, por exemplo, de passageiros.

O Estado de São Paulo e outros estados da Federação, se o senhor pegar o volume de vans que trabalham no transporte, não só de crianças no transporte escolar, ou seja, transportando para escolas públicas ou escolas privadas, como também de passageiros, é uma imensidão. Eu imagino que tem um ponto de equilíbrio quase mesmo com os transportes coletivos de grandes empresas desse Brasil.

Então, de tal maneira, Presidente Collor, eu acho que o projeto é louvável, é meritório; aqui a gente não pode deixar de cumprimentar a iniciativa da Senadora Rosalba, na medida em que vem favorecer, sobremaneira, esse número enorme, de milhões de brasileiros que dependem deste caminhão ou desta caminhonete para sobrevivência do seu cotidiano.

E, concluindo, Sr. Presidente, V. Exa. aqui deu alguns dados, informações precisas, claro, se aproximando, é o caso que o senhor disse, 41.200... Aí poderia quase chegar a 41.201... Entretanto, é louvável que se aproximem os números, imagino que sim, até porque o IPEA é um órgão que tem um corpo técnico

fantástico... E, há poucos dias atrás, Presidente Collor, assistindo uma matéria e acompanhando bem, nós temos hoje empregados, na indústria canavieira, ou seja, na indústria de etanol, de álcool, das fábricas, 144 a 150 mil trabalhadores. E agora, num acordo firmado, até para que nós possamos exportar nosso etanol, uma das condicionantes é de que nós tiremos esta mão de obra, que é empregada, e qualificamos ela, na medida em que, até 2014, praticamente todos os canaviais no Brasil vai ser colhida a cana... Ou seja, essa cana não vai ser mais cortada manualmente. Vai ser através de equipamentos mecânicos, de máquinas de alta tecnologia, que vão permitir, com certeza, nós darmos também uma qualificação e uma melhor qualidade de vida a esses trabalhadores que, lamentavelmente, trabalham das seis da manhã, muitas das vezes, às seis da tarde, para ganhar, não só um baixo salário, mas, sobretudo, as condições precárias, naturalmente, do exercício dessa atividade que ele tem no cotidiano.

E eu espero que esta mão de obra, esta mão de obra, ela seja qualificada e colocada, inserida no mercado, naturalmente, de forma profissional, de forma profissionalmente, que permita a ele não só ter um bom salário, mas, acima de tudo, ser reaproveitado, reinserido no mercado tecnificado que está todos os dias, Senador e Ministro Dornelles, sendo aprimorado, não só as indústrias, mas, sobretudo, a própria agricultura brasileira, de uma maneira geral, hoje, ela está tecnificada.

Hoje, um operador de máquinas, Senador Dornelles, que não está preparado para guiar um trator, em termos de tecnologia, por exemplo, hoje todos eles têm GPS para colher, seja cana, seja algodão, seja soja, etc. Esses tratores são todos eles com alta tecnologia. Então, é louvável e fundamental que o Governo Federal aplique recursos na qualificação, na capacitação dessas pessoas que vão deixar de trabalhar, não só na área canavieira, em outras áreas. Eu não tenho dúvida alguma de que vai ficar um volume, ou seja, um número muito grande de pessoas desempregadas por falta de qualificação. Porque, lamentavelmente, Presidente Collor, os recursos aplicados através do FAT, da aplicação na qualificação e capacitação dessa mão de obra, é muito pouco, é muito aquém da necessidade, na medida em que V. Exa. citou um número aí que poderia até ter um apagão de Santa Catarina, no Paraná, de 18 mil, 15 mil operários, para as indústrias, para as fábricas, para atividade comercial, seja hoteleira, seja no comércio... Então, é fundamental que o governo dispense urgentemente recursos para capacitação e qualificação dos nossos trabalhadores, de ponta a ponta, Presidente. É do Mato Grosso a São Paulo, de Roraima ao Rio Grande do Sul. Caso contrário, esse apagão, de fato, poderá acontecer, por falta de investimento do Governo Federal.

Concluindo, Sr. Presidente, esse aqui foi meu voto, cumprimento a Senadora Rosalba, na medida em que sua preocupação é de todos nós, na medida em que eu não tenho dúvida alguma que essa redução, mesmo sendo pouco, vai permitir que nós renovemos a nossa frota para todos aqueles que são transportadores autônomos no Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado a V. Exa., Senador Jayme Campos. A matéria continua em discussão porque já foi iniciada na sessão passada. O Senador Dornelles havia solicitado primeiro, em seguida, o Senador Delcídio. À discussão. V. Exa. concorda, então?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito rápido, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro registrar aqui o projeto da Senadora Rosalba, a relatoria do meu querido amigo, irmão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Dornelles havia pedido--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ah, é o Senador Dornelles? Perdão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É. Obrigado, Senador Delcídio, pela sua compreensão. Por favor, Senador Ministro Francisco Dornelles havia solicitado. Eu fui mal entendido pelo Senador Delcídio. Muito obrigado pela sua compreensão, senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu era secretário da Receita, quando recebi um comunicado, determinação do Presidente Figueiredo para promover a isenção do IPI para táxi. Secretário da Receita, que só pensa em arrecadação, eu dei o parecer contrário. E o Presidente me chamou e disse: "Ó, você deu um parecer, mas eu não pedi parecer, não. Eu pedi para fazer a isenção. De modo que o que você acha, isenção subjetiva, objetiva, isso é coisa de técnico, eu já tomei a decisão. Vamos fazer".

Fizemos a isenção do IPI para táxis, posteriormente, eu vi que não houve perda arrecadação porque, sem a isenção do IPI, os taxistas não compravam táxi. Com isenção, eles compraram táxis, o IPI, que não era pago, continuou sem ser pago. Mas foram pagos outros impostos, Imposto de Renda, foram pagos Previdência... De modo que, muitas vezes, uma isenção de um imposto, ela implica em aumento de arrecadação.

Eu quero dizer à V. Exa., Sr. Presidente, que grande parte, hoje, da carga rodoviária do brasileiro,

praticamente, quase toda, é feita por caminhões, e as grandes empresas, hoje, elas fazem um sistema quase de terceirização. Elas utilizam os caminhoneiros autônomos, de modo que grande parte da carga rodoviária brasileira é feita por caminhoneiros autônomos, que, muitas vezes, têm a maior dificuldade de renovar o seu caminhão e fazem o transporte, às vezes, em condições subumanas, e até em problemas de risco.

De modo que eu acho extremamente positiva essa proposta de isenção do IPI para caminhoneiros autônomos. Acho que realmente não vai haver perda de arrecadação. Nós vamos... Eles vão simplesmente renovar uma frota que, sem isenções, eles não têm condições de comprar. E, por razões de segurança, por razões de proteção até ambiental, estradas, eu acho extremamente positivo esse projeto, e eu quero mostrar aqui o meu apoio integral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Francisco Dornelles. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu tenho aqui um parecer da nossa consultoria, atentando para dois fatores. Novamente, aqui, lembrando os comentários do Senador Dornelles, ex–Secretário da Receita, ex-Ministro... Aqui, a orientação da liderança do Governo é que a Receita Federal é contrária ao projeto. Ela esclarece que os veículos utilizados no transporte de mercadorias, para os quais se solicita isenção do IPI, já têm tributação favorecida, excluindo-se os casos de caminhonetas, furgões, pick-ups semelhantes e carros-fortes para transporte de valores, já possuem tributação favorecida com a alíquota favorecida de 5%. Com relação aos demais preços da tabela, essa alíquota é substancialmente baixa. E tem um outro detalhe, também importante, que, no PLS, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro, exigida pelo *caput* do art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como atendimento de uma das duas condições para concessão do benefício, seja a consideração da renúncia na estimativa da Receita da Lei Orçamentária, seja o acompanhamento de medidas de compensação. Portanto, o impacto falta, e isso aí está na Lei de Responsabilidade Fiscal e evidentemente tem que se prever isso no orçamento. Portanto, tem que se prever isso no orçamento.

Portanto, por orientação da liderança do Governo, em função até dessa natureza controversa do PLS 380, até mais do que nunca aqui, elogiando o parecer do atento e competente Senador Jayme Campos, o meu posicionamento, atendendo à orientação da liderança do Governo, é pelo voto contrário ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria continua em discussão. Nós não temos ainda número para deliberar, fica sobrestada a votação desta matéria, passamos ao item seguinte da pauta.

Item 3 da pauta, numa inversão, em função das ausências de um dos relatores... Decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº. 68/2004, "*que acrescenta o art. 11-A à Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o seguro-obrigatório de danos pessoais, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não, e determina que as empresas prestadoras de serviços públicos e de transporte coletivo divulguem o direito dos passageiros de receberem indenização em caso de acidente de trânsito"*. Autor: Deputado Ronaldo Vasconcelos; Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer favorável ao projeto, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. "*Em 21 de outubro de 2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº. 1-CCJ (Substitutivo)*".

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, a quem rendemos também as nossas melhores boas-vindas aos trabalhos desta comissão, que V. Exa. já tem participado. Seja, mais uma vez, muito bem-vindo. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Acir Gurgacz para, como relator *ad hoc*, para proferir a leitura do relatório.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Bom dia, Sr. Presidente, muito obrigado. Srs. Senadores, é um prazer relatar, fazer o relatório *ad hoc* do nosso companheiro, colega de estado, Senador Valdir Raupp de Matos.

"*O relatório chega à Comissão de Serviços de Infraestrutura para exame. Projeto de Lei da Câmara nº. 68/2004. O projeto visa a acrescentar o art. 11-A à Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 74, de 1974, que dispõe sobre o seguro-obrigatório de danos pessoais, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, às pessoas transportadas, ou não, conhecido como DPVAT.*

A lei proposta objetiva obrigar as empresas operadoras de transporte público coletivo ou rodoviário, intermunicipal, interestadual, internacional, a divulgar informações sobre o direito de os passageiros receberem indenizações em casos de acidentes de trânsito decorrentes do Seguro DPVAT, e o Seguro de Responsabilidade Civil do Transporte Interestadual e Internacional.

Segundo o art. 1º da proposição, as informações devem ser de fácil leitura e dispostas em cartazes, a

serem fixados em local visível nos pontos de venda e em nota no verso dos bilhetes de passagens. O PLC nº. 68/2004 também estabelece que o texto de divulgação deve esclarecer os passageiros sobre os diferentes valores de indenização a serem pagos aos beneficiários dos DPVAT, em função da natureza dos danos causados, bem como, quando for o caso, sobre o valor do seguro de responsabilidade civil, contratado pelas empresas de transporte interestadual e internacional, de representação de danos causados aos passageiros em casos de acidente de trânsito".

A análise do projeto... E tem como voto, que eu sigo a leitura: "*Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 68, de 2004, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*". É assim como vota o Senador Valdir Raupp, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Acir Gurgacz, pela leitura do relatório. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. As senhoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

A Senadora Serys Slhessarenko, ela solicitou, agora há pouco, por telefone, enquanto estava lendo... Fazendo considerações sobre o seu relatório o Senador Jayme Campos, a retirada de pauta do Item 4, que é terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº. 448, cuja relatoria cabe à S. Exa., Senadora Serys Slhessarenko, e ela solicitou a retirada de pauta e a inclusão deste item na próxima Reunião Ordinária da Comissão.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Indago de V. Exa.... O projeto que eu relatei aqui, ele não foi votado. Eu gostaria de saber qual é razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Foi sobrestado porque, no momento, não havia número suficiente para que fosse votado.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas eu imagino que já existe, não existe? Dois... Cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Deverá... Não, está faltando, porque saiu o Senador Valdir Raupp. Naquela ocasião, mais uns outros senadores.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nesse caso, particularmente, também, do senador, aqui, não tenho nada contra o projeto, muito pelo contrário. Também não poderia ser votado, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Naquela oportunidade, não, senador. Mas será votado na próxima reunião.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero justiça aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Claro. O equilíbrio.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Na medida em que aprovou o do Acir, imagino que também o meu projeto, que sou relator, teria que ser aprovado. Regimentalmente, estamos dentro... Colocado em votação. Não é porque o Senador Delcídio Amaral não está representando desta feita a bancada do Governo aqui... É nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, é não terminativo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ele não é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas eu atendo aqui as informações que me chegam da Secretaria quanto ao número de senadores presentes. Então, naquela oportunidade, não havia número de senadores presentes. Se... Está sobrestada, a matéria não deixou de constar da pauta de hoje-–

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas eu solicito a V. Exa., como bom brasileiro, bom Presidente, que, nesse caso, particularmente, eu acho que não custaria nada V. Exa. colocar em votação, até em respeito à Rosalba Ciarlini, que me pediu que estivesse presente aqui, nesse relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida nenhuma.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas respeito a decisão de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu quero apenas que V. Exa. entenda, Senador Jayme Campos, que a matéria, ela está aguardando aqui a presença daqueles senadores que se ausentaram no momento, para que possamos colocar em votação. Somente isso. Não foi a matéria retirada, alguma coisa assim...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu sei que não foi retirada. Só que a dúvida que eu fiquei com ela na cabeça, aqui, é de que aprovou a do Senador Acir. O número de senadores da comissão é o mesmo. Por que o nosso não foi aprovado? Não está havendo dois pesos e duas medidas, e não é por interferência do meu querido e bravo Senador Delcídio que, nesse caso, defende aqui, com muita competência, o Poder Executivo.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Mato Grosso, o Estado do Mato Grosso, sempre falando alto. Mas eu pediria a compreensão de V. Exa., Senador Jayme Campos, ela está sobrestada; dentro em breve, teremos o *quorum* suficiente e colocaremos em votação a matéria que V. Exa. também relatou, de autoria da brava e Senadora Rosalba Ciarlini.

O Item 2 da pauta, também decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº. 421/2009, "*que altera a Lei 8.183, de 11 de abril de 1991, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional, CDN, e dá outras providências, para conferir ao CDN poder de proposição ou veto de obra de infraestrutura, por razões de risco para a segurança nacional*". Autor: Senador Expedito Júnior; Relator: Senador Paulo Duque. Indico o Senador Delcídio Amaral, peço a ele gentileza de ser o relator *ad hoc* desta matéria. O parecer é contrário ao projeto. Observação: "*A matéria irá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa*". Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, relator *ad hoc*, para fazer a leitura do relatório.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, "*o Projeto de Lei do Senado de nº. 421, de 2009, altera a Lei nº. 8183, de 11 de abril de 91, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências para conferir ao CDN poder de proposição ou veto de obra de infraestrutura, por razões de risco para a segurança nacional. A proposição modifica o parágrafo único do art. 1º, da referida lei, que define as competências do CDN, mediante acréscimo da alínea 'e', de modo a incluir entre essas competências a de opinar sobre a necessidade de realização ou veto de obra de infraestrutura, por razões de risco para a segurança nacional, dispensando-se, na primeira hipótese, as exigências da legislação ambiental.*

Após a análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas".

E eu vou já encaminhando, Sr. Presidente, que, pela análise, aqui, apresentada pelo Relator Paulo Duque, desse projeto de autoria do Senador Expedito Júnior, o voto do Senador Paulo Duque é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado de nº. 421/2009, pelas razões expostas na análise, aqui, citada no inciso II, do relatório do Senador Paulo Duque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria. Em decisão não terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº. 421, de autoria do Senador Expedito Júnior, relatoria do Senador Paulo Duque, que teve como relator *ad hoc* o Senador Delcídio Amaral. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, fica pronta para votação essa matéria. Não temos ainda número suficiente para fazermos a votação, embora seja decisão não terminativa.

Esse é o último item da pauta porque o Item 4 a Senadora Serys Slhessarenko pediu para que fosse retirado. Então, eu colocarei... Deixarei para próxima...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, uma questão de ordem. Nós temos *quorum* suficiente aqui para votar a minha matéria, que eu sou relator, nós temos *quorum* aqui. V. Exa. pode verificar o Regimento Interno dessa comissão, eu peço que V. Exa. coloque em votação meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. tem razão. A Mesa acolhe a sua questão, a questão de ordem do Senador Jayme Campos. Vamos colocar, então, em votação esses dois itens: o Item 1º da pauta e o Item 2º da pauta. O 1º: Projeto de Lei do Senado nº. 280, de 2009, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que teve como relator o Senador Jayme Campos, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Já foi aqui discutida a matéria.

O Senador Heráclito chegou agora, não sei se deseja continuar a discussão, senão, poderemos proceder imediatamente à votação. O Senador Eduardo Suplicy pede a palavra, para continuar discutindo a matéria referente ao Item 1 da pauta, decisão não terminativa do Projeto de Lei do Senado nº. 380, de 2009. Com a palavra S. Exa., o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, é importante a consideração que devemos ter para com o projeto da Senadora Rosalba Ciarlini, e também com respeito aos argumentos do relator, Senador Flávio, bem como Senador Dornelles, mas é importante também se considerar os argumentos que, além daqueles que o Senador Delcídio Amaral aqui expôs, também foram transmitidos pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Este projeto que propõe que transportadores autônomos de cargas poderão se beneficiar de isenção do IPI na compra de veículos de fabricação nacional, utilizados comprovadamente para transportes de mercadorias, tem como justificativa de que o preço mais baixo dos veículos estimulará a renovação da frota nacional, tornando as estradas mais seguras e o transporte mais eficiente e lucrativo, além dos transportadores autônomos de cargas constituírem categoria profissional de grande relevância estratégica para o país, que merece ser apoiada a manutenção do seu negócio.

Mas, na visão do Ministério da Indústria e Comércio, a redução dos preços de veículos para transporte de carga, por meio de isenção de IPI, não é suficiente para resolver as dificuldades enfrentadas pelos transportadores autônomos na compra de um veículo novo. Em virtude da queda na venda de automóveis, afetada pela crise econômica mundial, o Governo reduziu a zero, em dezembro de 2008, a alíquota do IPI incidente sobre o valor da venda dos caminhões, entre outros veículos. Essa redução a zero será mantida até junho de 2010. Mas, mesmo assim, as não cresceram de imediato. As vendas desses veículos começaram a crescer quando foram feitas algumas alterações no Programa Pró-Caminhoneiro, do BNDES, com as seguintes características: ampliação do prazo de financiamento de 84 para 96 meses; redução da taxa de juros de 3,5% ao ano para 4,5% ao ano; possibilidade de financiar caminhões usados de até 15 anos. O limite anterior era oito anos. E as medidas são válidas até 31 de junho de 2010.

Para dar um impulso maior nesse Pró-Caminhoneiro, o Governo viabilizou recursos para fundos garantidores de crédito, entre os quais para pequenas e médias empresas e para a aquisição de bens de capital, inclusive caminhões. A cobertura chega a até 80% da operação, sendo administrada pelo Banco do Brasil e BNDES, com objetivo de apoiar os caminhoneiros autônomos, que compõem 60% da atual frota brasileira.

Então, em atenção ao memorando 80-GM, de 19 de fevereiro de 2010, a recomendação da Secretaria do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio é no sentido de não ser aprovada a proposição da Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, acho que está em condição de votar. Não tem mais ninguém para discutir. Eu peço licença a V. Exa... Colocamos em votação, que eu acho que é o mínimo. Já votou um, tem que votar o projeto do meu relatório(F). Eu acho que é princípio da igualdade, isso é constitucional.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não tenha dúvida. A questão de ordem de V. Exa. foi aceita.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pesa o argumento do Delcídio, aqui, do senador, que está sendo muito forte, todavia, eu acho que tem que votar. Esse que é princípio da igualdade-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. Agora, me permitiria dar a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que pediu para...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu só quero fazer coro à ansiedade do Senador Jayme Campos. Vamos votar, Presidente.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito bem. Então, em votação o Item 2 da pauta. Aliás, desculpe, o Item 1 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº. 380, de 2009, de autoria da Rosalba Ciarlini, teve como relator o Senador Jayme Campos. A matéria já foi discutida. Em votação a matéria. Os senhores... Em votação, aliás, o relatório, que conclui pela aprovação do projeto, com as duas emendas apresentadas. Os senhores e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Registrando o voto contrário do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Delcídio Amaral...

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A matéria foi aprovada e vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Aproveitando o Item 2 da pauta, Projeto de Lei do Senado 421/2009, também já foi lido aqui o relatório, pelo relator *ad hoc*, Senador Delcídio Amaral, de autoria do Senador Expedito Júnior, o Projeto de Lei 421. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, eu encerro a discussão. Em votação o relatório, que conclui pela rejeição do projeto. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer, que conclui pela rejeição do projeto. A matéria vai á Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Deixa eu ver se falta algo para ser ainda discutido. Não? Com retirada de pauta do Item 4, a pedido do Senadora Serys, encerramos a pauta no dia de hoje. E, antes de encerrar a presente reunião, convoco os senhores membros para nossa 7ª Reunião, no próximo dia 15 de março de 2010, na próxima segunda-feira, às 18 horas, quando realizaremos, integrando a Agenda Desafio 2009-2015, "Recursos Humanos para Inovação e Competitividade", o Painel 3; "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de profissionais na área de engenharia, no Brasil", com os seguintes convidados: Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Dr. Michal Gartenkraut, ex-Reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica; Dr. Marco Antônio Raupp, Presidente do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa-Escola e Diretor da

Área de Infraestrutura da FIESP; e Professor Edinaldo Afonso Marques de Melo, da Universidade Federal de Alagoas.

Com os meus agradecimentos, mais uma vez, às senhoras e Srs. Senadores, aqui presentes, encerro a presente sessão.

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE MARÇO DE 2010, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia quinze de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **MÃO SANTA e EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, integrando a **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** atende ao Requerimento nº 01, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor,** para debater sobre o Desafio: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. Apresentando hoje, o Painel 3 – "Desafios, Necessidades e Perspectivas da Formação e Capacitação de Profissionais da Área de Engenharia no Brasil", com a presença dos seguintes convidados**: Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz –** Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP; **Dr. Michal Gartenkraut –** Ex-Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA; **Dra. Fernanda De Negri** – Diretora-Adjunta da Diretoria de Estudos Setoriais do IPEA; **Dr. Luiz Gonzaga Bertelli** – Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE; **Dr. Edinaldo Afonso Marques de Melo** – Engenheiro Civil, Professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Mestre em Administração de Empresas, Membro da Academia Maceioense de Letras e Representante da Associação Brasileira de Pavimentação. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usaram da palavra os Senhores Senadores **Mão Santa e Eduardo Suplicy**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário-Adjunto da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2010, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Dando continuidade à agenda 2009/2015, retomamos o nosso ciclo de 14 audiências públicas, realizadas entre os dias 1º de março e 07 de junho deste ano, sob o desafio "Recursos humanos para inovação e competitividade".

A intenção, como já dissemos e fazemos sempre questão de repetir, é discutir e trazer subsídios para um levantamento da atual situação do país, quanto à formação e capacitação de mão de obra para enfrentar os desafios necessários ao desenvolvimento, gerenciamento e execução das obras de infraestrutura previstas para o período de 2009 a 2015.

Informo que já se encontra à disposição dos interessados o folder, um folder como este, dos sete primeiros painéis da nossa agenda, contendo os temas dos painéis, a data das reuniões e os convidados para participarem dessas mesmas reuniões.

O segundo painel, realizado na última segunda-feira, tratou da política de formação e capacitação de recursos humanos, frente à política de desenvolvimento produtivo. Participaram dessa audiência, como palestrantes, o Deputado Alceni Guerra, ex-ministro da Saúde, ex-prefeito de Pato Branco e ex-Secretário Extraordinário de Educação Integral de Brasília; Dr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; o Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq; e o Dr. Pedro Wongtschowski, Doutor em Engenharia Química e Diretor-Presidente do Grupo ULTRA. Para o Presidente da ABDI, Dr. Reginaldo Arcuri, o foco e o volume de dinheiro gasto no Brasil em Ciências Sociais mostra um grande desequilíbrio em relação a outras áreas de conhecimento, em que há carência de profissionais, provocada, sobretudo, pela inserção do Brasil na economia global nos últimos anos. Afirmou ainda o Dr. Arcuri que o Brasil precisa investir em inovação tecnológica, tendo em vista que o Brasil, que o país, voltou a ter demanda por trabalho qualificado em alguns setores, como Engenharia, que chega a ser maior que a capacidade do país em

formar esses profissionais. Para ele, à medida que as máquinas vão sendo incorporadas ao processo cotidiano de produção, o trabalhador tem que ter um nível mais específico de qualificação, e isso acaba sendo feito pela própria indústria, dada a velocidade com que ela necessita desses trabalhadores. O Brasil, segundo o Presidente da ABDI, tem que ser ainda mais competitivo e não apenas detentor de riquezas naturais com mão de obra eventualmente barata. Em sua opinião, só vamos efetivamente responder aos desafios que o resto do mundo nos propõe se tivermos gente capacitada tanto na pesquisa básica como na operação direta de máquinas. O Dr. Reginaldo Arcuri observou ainda que o Brasil conseguiu, obviamente, dar um salto importante no quantitativo de anos de estudo da população, mas que é preciso observar se as pessoas estão efetivamente absorvendo esses conhecimentos e sendo capazes de fazer com que eles se transformem em algo útil para o processo produtivo. Por fim, ele registrou que os operários são hoje atores e partícipes do processo de produção, com a utilização de máquinas complexas que demandam conhecimentos. Na indústria automobilística, segundo ele, já não ocorre um mero ajuntamento passivo de peças, mas a presença dos operários em células de produção, que exigem dos trabalhadores soluções cotidianas ou semanais de como aprimorar o próprio trabalho, o que implica ter noção de processo industrial.

Já o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Dr. Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, disse que o Brasil forma anualmente cerca de 30 mil engenheiros, número bem abaixo do verificado em países como a Rússia, que forma 190 mil engenheiros; a Índia, 220 mil; e a China, 650 mil. Embora o Brasil esteja em 13º lugar na produção de conhecimentos global, à frente da Holanda e da Rússia, no caso de Engenharia, o país ocupa a 21º posição. As empresas brasileiras, segundo o Dr. Carlos de Carvalho Filho, inovam pouco e diferenciam pouco os seus produtos. "Em 2015 – afirmou -, o Brasil já terá um déficit mais significativo de engenheiros, principalmente em áreas ligadas à província petrolífera da camada pré-sal, que exigirá tecnologias ainda a serem descobertas, além do setor espacial, aeronáutico e nuclear, que hoje já se ressente da falta de profissionais qualificados". O Presidente do CNPq observou ainda que 11 mil doutores são formados anualmente no Brasil, mas que o país responde por apenas 2% da produção científica publicada em revistas especializadas. Afirmou também que o Brasil tem o pior desempenho em relação às patentes depositadas nos Estados Unidos, sendo também superado nesse setor pela Rússia, Índia e China.

Na condição de ex-prefeito de Pato Branco, durante a implantação de um importante pólo tecnológico, o Deputado Alceni Guerra lembrou que o município paranaense, que, há alguns anos, atraiu empresas de tecnologia e, hoje, detém um dos maiores índices de desenvolvimento humano, IDH, do país, agora sofre dificuldades na implantação de novos empreendimentos, em razão da falta de cursos técnicos e tecnológicos. Segundo ele, o sistema de impostos é o mesmo, os laboratórios são os mesmos, mas falta mão de obra, porque o CEFET, centro de ensino tecnológico, de lá de Pato Branco, que tinha cursos técnicos, se transformou em universidade e abandonou os cursos técnicos para investir em engenharia e graduação mais sofisticada.

Já o Dr. Pedro Wongtschowski, do Grupo ULTRA, que conta, hoje, com 10 mil funcionários no Brasil, sugeriu: 1) que as empresas atuem em conjunto com as universidades, nos cursos de formação de tecnólogos, como forma de melhorar a formação inicial dos ingressantes no mercado de trabalho e de agilizar a adequação dos currículos; 2) recomendou a adoção de incentivos à pesquisa concentrada em áreas estratégicas, tendo em vista que as verbas encontram-se hoje muito pulverizadas e não favorecem o estudo de temas complexos e extensos. Sugeriu também o incentivo à pesquisa conjunta entre a empresa e a academia, solicitou a criação de laboratórios nacionais, geridos por organizações sociais, para projetos de pesquisa da área acadêmica, propôs incentivo à pesquisa acadêmica com entidades internacionais, e, ainda, a ampliação da atuação do Ministério da Educação por meio de instituições privadas, e indicou o aumento dos programas universitários de graduação em formato cooperativo, já existentes em algumas regiões do país. E, por último, recomendou o fomento aos exames de certificação, o que favoreceria a preocupação constante com atualização e aprimoramento, e o desenvolvimento de cursos ligados a essas novas tecnologias.

As sugestões contaram com o apoio do Senador Gilberto Goellner, do DEM de Mato Grosso, sobretudo a que propõe a extensão de programas universitários em formato cooperativo nas regiões mais afastadas do país. Já o Senador Mão Santa, PSC do Piauí, também presente na audiência, lembrou que ensino no Brasil antigamente era mais organizado e que, cada vez mais, precisamos voltar a valorizar a carreira e o título de professor.

Sobre esses oito pontos, sugeridos pelo Presidente do Grupo ULTRA, devo salientar que, indagado, ele afirmou que todos eles, esses pontos, contam com o apoio dos representantes do setor industrial brasileiro, já que são propostas oriundas dos Fóruns do qual

ele participa. Nesse sentido, eu quero registrar e dar conhecimento aos membros da comissão que, diante da importância do assunto e da consistência das sugestões apresentadas pelo Presidente do Grupo ULTRA, decidimos encaminhar, no último dia 10, como contribuição desta comissão, ofício com as propostas ao Presidente da República, ao Ministro da Educação, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, e ao Ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Cópia desse ofício também já foi encaminhado e dado conhecimento a todos os membros desta comissão.

Ainda dentro do tema "Formação e Qualificação Profissional", objeto do nosso ciclo de painéis deste ano, gostaria da trazer ao conhecimento das senhoras e senhores membros da comissão duas matérias divulgadas recentemente na mídia eletrônica, ambas retratam bem o universo e a profundidade do problema que temos debatido, especialmente quanto ao impacto direto na solução dos gargalos de nossa infraestrutura e, consequentemente, do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. A primeira matéria, intitulada "IPEA: Brasil vai gerar dois milhões de empregos em 2010; 700 mil deles serão em São Paulo", afirma que "o Brasil deve criar dois milhões de novos postos de trabalho em 2010, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira – quarta-feira passada -, pelo IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo. De acordo com a entidade, a economia brasileira deverá apresentar uma demanda de 18,6 milhões de ocupações, a serem preenchidas por mão de obra qualificada e com experiência profissional. A perspectiva leva em conta um ritmo de expansão econômica estimado em 5,5% no ano de 2010. Portanto, dentro dessa perspectiva de se crescer 5,5% em 2010, haverá uma necessidade de criação de 18.6 milhões de empregos na área técnica. O ritmo, porém, não será suficiente para empregar os 24.8 milhões de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho. Mesmo com crescimento econômico, ainda continuará havendo um estoque de trabalhadores desempregados, afirma a instituição na pesquisa 'Emprego e oferta qualificada de mão de obra do Brasil: Impacto do crescimento econômico pós-crise'. Dos dois milhões de novos postos em todo o país, São Paulo deve responder por 700 mil empregos criados; na ponta oposta, o Acre deve gerar apenas 1.146 novas oportunidades, seguido por Roraima, com 1.553 postos criados neste ano. Especificamente sobre qualificação, a matéria esclarece que, para 2010, a estimativa, segundo o IPEA, é que existam 19,3 milhões de pessoas disponíveis com qualificação e experiência profissional adequada para responder a demanda potencial de 18,6 milhões de trabalhadores, conforme vimos mais atrás. Ou seja, entre aqueles com qualificação, haverá um excedente de 653 mil trabalhadores qualificados e com experiência, mas que não encontrarão emprego; a maior parte deles será de um contingente de empregados demitidos, serviços sociais, coletivos e pessoais será o segmento econômico com maior excesso de mão de obra qualificada, com 612.2 mil trabalhadores". E aqui eu observo, como se vê, que esse é um excedente que não atende aos segmentos da nossa infraestrutura, pois o que temos visto até o momento em nossos debates é exatamente o oposto, a falta de profissionais qualificados do setor tecnológico. "Em contrapartida – continua a matéria -a massa de trabalhadores sem qualificação, 22.2% do total de trabalhadores disponíveis, requer políticas públicas de combate a essa exclusão, segundo o IPEA, visto que constitui um contingente que não se encontra nas mesmas condições de competitividade no mercado de trabalho".

A outra matéria a que me referi traz o título: "Paraná e Santa Catarina podem sofrer apagão de profissionais em 2010, diz IPEA". Também aqui, volto a lembrar que o termo "apagão de profissionais" foi colocado no mesmo contexto a que se referiu o Engenheiro Wilson Lang, ex-Presidente do CONFEA, em nosso primeiro painel, que ele usou o termo "apagão de gente". A matéria "Paraná e Santa Catarina podem sofrer apagão de profissionais em 2010, diz IPEA", começa a chamando a atenção que "ao contrário da maioria dos estados, Paraná e Santa Catarina podem registrar, em 2010, escassez de mão de obra qualificada. O saldo deve ser de 18.4 mil profissionais em falta no Paraná e outros 13.3 mil em Santa Catarina. Os dados fazem parte do estudo divulgado pelo IPEA. No Paraná, o setor com maior carência de trabalhadores com qualificação deve ser a indústria, com falta de 21 mil trabalhadores. Em Santa Catarina, o comércio deve ser o principal afetado, com falta de 16 mil qualificados. No Brasil, ao se contrastar o total da oferta de mão de obra qualificada com o total da demanda potencial por esse perfil de trabalhador, chega-se ao excesso de quase 653 mil trabalhadores; contudo, projeções, feitas pela instituição, o IPEA, indicam que alguns setores econômicos deverão registrar escassez de mão de obra qualificada no país. Comércio e reparação estão em primeiro lugar, com escassez de 187.6 mil trabalhadores, seguido por saúde, educação e serviços sociais com 50.1 mil; alojamento e alimentação, 45.2 mil; e construção civil, 38.4 mil. O Estado de São Paulo surge com grande escassez de mão de obra nesses mesmos setores econômicos; apesar disso, alguns estados, como Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, por exemplo, poderão registrar

excesso de mão de obra qualificada nessas mesmas áreas. Os setores econômicos com excesso de mão de obra qualificada no país devem ser o de outros serviços sociais, coletivos e pessoais, 612.2 mil trabalhadores; o setor industrial, 145.9 mil trabalhadores; o agrícola com 122.5 mil trabalhadores". Ou seja, ainda que as matérias não se refiram especificamente à mão de obra técnica qualificada das áreas de Engenharia, percebe-se que se trata de um tema atual, cujos problemas têm despertado a atenção do setor produtivo, o maior interessado, assim como do mundo acadêmico e do setor público, como demonstra esse estudo aqui referido do IPEA. A respeito dessa pesquisa, desejo informar que cópias dos dois documentos que contemplam o Comunicado n°. 41 do IPEA e a apresentação dessa pesquisa, da qual fiz aqui um resumo, estão sendo distribuídas para análise dos membros desta comissão. É esse aqui. Chamo a atenção que se trata de um levantamento interessante, muito interessante, pelos dados específicos que ele traz e principalmente porque traz realmente um raio-x detalhado com os diversos índices do mercado de trabalho por Estado da Federação, como abertura de novos empregos, empregos desocupados por demissão, estimativa de demanda de mão de obra, entre outros, e que retratam bem o cenário que envolve toda a dinâmica do mercado de recursos humanos qualificados.

Por fim, informo que, na próxima segunda-feira, dia 22, às 18 horas, neste Plenário, realizaremos o quarto painel deste novo ciclo de discussão da agenda 2009/2015, de Desafios Estratégicos Setoriais, para debater o tema: "Desafios, Necessidades e Perspectivas na Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Energia, Petróleo e Etanol".

Hoje, nesta nossa reunião, discutiremos o terceiro painel: "Desafios, Necessidades e Perspectivas da Formação e Capacitação de Profissionais da Área de Engenharia no Brasil", com os seguintes participantes, que aproveito e convido-os para que tomem assento à Mesa: Prof. Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo; Dr. Michal Gartenkraut, ex-Reitor do Instituto Tecnologia da Aeronáutica, ITA; Dra. Fernanda De Negri, Diretora Adjunta de Estudos e Políticas Setoriais de Regulação e Infraestrutura do IPEA; Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente Executivo do Centro Integração Empresa-Escola, CIEE, e o Dr. Edinaldo Afonso Marques de Melo, Engenheiro Civil, Professor da Universidade Federal de Alagoas, Pós-Graduado com Mestrado em Administração de Empresas, membro da Academia Maceioense de Letras e Representante da Associação Brasileira de Pavimentação. Convido os Srs. Palestrantes para tomarem seus assentos à Mesa, sejam muito bem-vindos.

Para iniciar as palestras da noite de hoje, eu convido o Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, como já disse, Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa-Escola, CIEE. V. Sa. tem a palavra, dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição.

SR. LUIZ GONZAGA BERTELLI: Sr. Presidente Fernando Collor, Exmos. Srs. Senadores, Exmos. Srs. Professores e Cientistas presentes. Rapidamente, conforme o Presidente nos recomendou, vamos tentar resumir essa problemática apresentada sobre os desafios e necessidades para capacitação de profissionais da área de Engenharia na Brasil.

Nós começaríamos dizendo, no primeiro slide, que, ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil deu passos significativos, no sentido de se tornar um país mais maduro. Nos anos 80, o país recuperou as liberdades democráticas, pilar dos desenvolvimentos para uma sociedade mais justa. Na década de 90, conseguiu vencer a hiperinflação e aprovou reformas importantes para modernização e econômica e institucional do país.

Finalmente, na década atual, aumentou o acesso do consumo de amplas camadas da população e fez avanços importantes no ataque a uma das maiores chagas da vida do país, apresentada pela elevada desigualdade na distribuição da renda. Saiu o PIB de 2009 com menos de 0,2%; para o IBGE, não houve de fato recuo, é um resultado bom, considerando que o mundo afundou numa recessão da ordem de 4%, da qual ainda não saiu. Só a China, com 9%, Índia, 6%, e o Peru, 0,9%, conseguiram crescer. A economia brasileira começou crescendo em 2010, nesse cenário desalentador. Famílias continuam consumindo, mesmo com a retirada de alguns incentivos. Saiu o PIB de 2009 com menos 2, 5%. É importante que os avanços tenham continuidade na próxima década. O sucesso do governo que assumir em 2011 será muito provavelmente julgado em função das melhoras que for capaz de mostrar, em termos de eficiência das políticas públicas.

E, nesse particular, três áreas, como sabemos, destacam-se: segurança pública, saúde e educação. As duas primeiras são fundamentais, mas não são áreas da nossa expertise específica. O Brasil terá de adotar mudanças importantes, fundamentais, na área de ensino em relação às práticas vigentes tradicionalmente. Em particular, terá de ser cobrada uma melhora conjunta do desempenho, não só dos nossos alunos, como também dos nossos professores. O INEP divulgou os resultados do índice geral de cursos do ano de 2002 para todas as universidades, centros universitários e faculdades no país. Desse total, 45%, compreendendo 884 instituições, receberam nota 3; no total dessa apuração, apenas 21 instituições, 1% do total, tiveram nota

5, entre elas 11 são públicas – nove federais e duas estaduais – as outras são privadas. Todas elas estão concentradas em quatro estados. Formação do capital humano começa muito tempo antes da criança chegar à escola e documentam o sucesso dos programas de primeira infância, no que diz respeito ao aumento da educação e redução da criminalidade.

Pesados problemas sérios que o segmento apresenta, houve importantes evoluções, com destaque para o fato que a maior proporção de crianças e jovens na escola fez com que no grupo etário de 15 a 30 anos, a escolaridade média tenha aumentado dois anos entre 99 e 2007. Entendemos que a base fundamental, para que um país possa prosperar de forma sustentada, é ter uma educação básica de boa qualidade. Sem isso, dificilmente haverá condições de termos boas universidades.

Em 2009, apenas 25% dos brasileiros entre 15 e 64 anos eram plenamente alfabetizados do ponto de vista funcional, isto é, não tinham restrições para compreender e interpretar elementos usuais da sociedade letrada, como texto longos, problemas envolvendo percentuais, proporções e cálculos de área e tabelas de dupla entrada, mapas geográficos. Para os demais, 75% dos nossos irmãos brasileiros, lamentavelmente, a incapacidade de processar essas funções ou mesmo outras mais simples, diminuiu a sua autonomia, flexibilidade e capacidade de aprendizado no trabalho.

Nada melhor na sociedade do conhecimento que hoje nós vivemos, que nos prepararmos para o futuro, investindo na educação, na boa educação, isso representa o grande dever de casa que o país precisa enfrentar com absoluta urgência. Essa realidade cada vez mais comum é a principal sustentação para o crescimento da tese de necessidade de uma nova formação profissional no país, capaz de evitar o desperdício de recursos financeiros na educação e de tempo na construção de mão de obra qualificada, que será ainda mais necessária para o desenvolvimento econômico e sustentável nos anos de pós-crise financeira internacional.

Entre os países emergentes, o Brasil apresenta alguns dos piores indicadores de escolaridade, desigualdade de renda e percentual da população, vivendo abaixo da linha de pobreza. Após décadas de descaso em relação à educação nos últimos [ininteligível] anos, foram feitas mudanças importantes na política educacional, com o objetivo de reverter esse quadro. Esse período, já falamos, foi praticamente atingido o objetivo de colocar todas as crianças entre 7 e 14 anos na escola e houve um avanço significativo na frequência escolar dos jovens entre 15 a 17 anos, no entanto, e aqui a questão é complexa, a qualidade da educação brasileira nunca esteve pior, é baixíssima tanto em termos de nível de aprendizado adequado a cada série, como quando se compara com outros países. O gasto por aluno na educação básica, como fração de renda per capita, é menor no Brasil, que, nos países desenvolvidos, no entanto, o gasto público por aluno no Ensino Superior é muito alto no Brasil, 95% da renda per capita, em comparação com os países desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento.

Dados divulgados pelo INEP, em outubro de 2011, apontam que o investimento público da educação em relação ao PIB cresceu 0,5% de 2005 para 2006, chegando a 4,4%. Em valores brutos, isso significa que, em 2006, foram aplicados na educação pública 102 bilhões. Para o MEC, o aumento representa um incremento anual muito significativo. Defende como patamar ideal o investimento de, no mínimo, 6% do PIB em educação por ano, como ocorre em outros países da América Latina, como é o caso da Venezuela, da Argentina e do vizinho Chile.

Ocorreu, sim, um aumento expressivo nas taxas de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio. No entanto, a evolução dos indicadores de qualidade da educação nesse período não foi nada satisfatório. Também deve ser ressaltado o engajamento crescente da sociedade civil na educação, em que se destacou aí o surgimento do movimento Todos Pela Educação em 2006, estabelecendo ali alguns princípios básicos: toda a criança e jovem de 4 a 17 anos na escola, toda a criança plenamente alfabetizada até os oitos anos, todo o aluno com aprendizado adequado à sua série, todo o jovem com o Ensino Médio concluído até o 19 anos, investimento em educação ampliado e bem gerido.

Em resumo, existem diversas alternativas promissoras para levar a qualidade à educação brasileira. No entanto, as experiências internacionais de reforma educacional mostram que não existem, evidentemente, receitas prontas. O setor de Ensino Superior privado no Brasil apresentou elevada taxa da expansão na presente década. Esse desempenho promissor foi resultado do atendimento a uma demanda reprimida historicamente, o que foi possível com ampliação das vagas, sobretudo em instituições de Ensino Superior, IES privadas.

Os dados do INEP mostram também que mais de 40% das matrículas do Ensino Superior hoje, no Brasil, são de estudantes com mais de 25 anos de idade, no setor privado já a maioria com a expansão nas universidades federais, especialmente nos cursos noturnos, a próxima década terá em sua maioria estudantes com esse perfil, com mais de 25 anos de idade. E, nesse universo, destacam-se as universidades privadas; ainda conforme o INEP, das dez instituições com mais estu-

dantes no país em 2007, apenas três eram públicas e o restante privadas, salientando-se a UNIP com 146 mil matrículas em 2007 e 25 mil concluintes.

Em 2007, foram oferecidos perto de três milhões de vagas com incremento de cerca de 8% em relação ao ano anterior. No período de 2000 a 2007, o número de vagas expandiu-se à taxa de média 10% ao ano, mas vale assinalar que, nesse período, o número de vagas das entidades privadas cresceu 10% ao ano em média, ante incremento de apenas 2% das instituições públicas no mesmo período. Bom, segundo o censo superior, o Brasil possuía em torno de cinco milhões de alunos matriculados em cursos de graduação presenciais em 2007, é mais ou menos o número que nós temos, nesse ano de 2010, nas instituições de Ensino Superior. Desse total de estudantes, 75% estão concentrados em escolas privadas e o restante nas universidades públicas. Somente 12 a 13% dos jovens brasileiros, de 18 a 24 anos, estão matriculados em curso universitário, incluindo as vagas nas universidades públicas e particulares. Em todo o Brasil, foi registrado 1,5 milhões de vagas ociosas para um país que precisa formar mão de obra de qualidade. Em relação ao total de ingressos em 2007, com o incremento de 14% sobre o ano anterior.

Temos que encontrar, portanto, maneiras de financiar o Ensino Superior e oferecer oportunidades de educação para todas as classes sociais, é um desafio que deveria ser enfrentado com maior afinco pelo Governo. Setores como o automobilístico, o varejo, a construção civil e as linhas aéreas se tornaram viáveis para consumidores da classe C e D nos últimos anos. Em todos esses casos, o suporte do governo foi fundamental. Por que não vemos, então, esse mesmo empenho em relação ao Ensino Superior?

Quase 98% das vagas ociosas em 2007 foram registradas nas instituições de Ensino Superior privadas. Segundo o INEP, o número de vagas criadas foi muito acima do número de alunos que ingressaram na graduação, as instituições privadas apostaram de forma exagerada no aumento da demanda. A região brasileira campeã da ociosidade é a Norte, 62% das vagas sem preenchimento; em segundo lugar o Centro-Oeste, Sudeste, com 51; o Sul, com 40; e o Nordeste, com 37. E só 13% dos jovens brasileiros, repito, estão hoje cursando escolas superiores no Brasil.

A ideia de que há excesso de faculdade no Brasil também é outra falsa. A meta do PNE é ter até 2011, 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados no Ensino Superior. Em 2006 o censo mostrou que só tínhamos 12. Então ainda é preciso aumentar as vagas. Apesar da inexpressiva presença da iniciativa privada, o número de jovens entre 18 a 26 anos sem acesso a Ensino Superior em 2006 chegava a 20 milhões de jovens, uma indicação de que o sistema vem atuando com uma insuficiência que não é coberta pelo setor público e gratuito.

Em 2007, cinco milhões de jovens brasileiros estavam matriculados em instituições de Ensino Superior, de acordo com os dados do INAPE, com um crescimento de 4,4 em relação ao ano anterior. A ociosidade de vagas não é característica apenas das instituições privadas, pela primeira vez na história dessa nação é possível ver instituições públicas que divulgam segundas, terceiras e até quartas chamadas no vestibular.

Nos últimos anos, a proporção de alunos que concluem o curso superior em relação aos que ingressam tem se mantido relativamente instável. Em 2007, 757 mil estudantes concluíram o Ensino Superior no Brasil, número que é mais do que o dobro de 2000; no entanto, nos últimos anos, o indicador tem se estabilizado. Nesse mesmo ano, 134 mil estudantes desistiram do Ensino Superior privado por diversas razões: dificuldade de pagar mensalidade escolar, de emprego e desmotivação. Não há uma única explicação para o aumento de evasão, chega a 50% já nos curso superiores, 50% dos jovens que entram numa faculdade desistem no meio do curso. Estudos apontam que em geral o aluno que desiste não gosta do curso da instituição ou teve problemas financeiros, a falta da preparação para a vida universitária também é um motivo sério para a nossa reflexão. O ensino básico e o médio não preparam hoje o estudante para o ritmo de responsabilidade da graduação.

Conclusão do estudo superior, é evidente nós assinalarmos, oferece melhores oportunidades e colocações profissionais no mercado de trabalho. Pesquisa realizada, 72% dos entrevistados tiveram aumento de salário e 69% dos que fizeram cursos superiores mudaram de cargo ou de empresa em até um ano após a conclusão da faculdade. O aumento de ascensão pela qual passa a economia brasileira traz como consequência o crescimento de novas tecnologias de produção de energia, como é o caso dos investimentos do governo na área de bicombustível, e sem contar com a caça incessante por novas reservas de petróleo no pré-sal.

O contínuo crescimento do número de cursos sempre traz um temor que todos nós temos, que a quantidade acabará comprometendo a qualidade, sobretudo em áreas sensíveis como Medicina e Direito. Os cursos de educação tecnológica têm apresentado um crescimento mais acentuado nos últimos anos, isso indica uma maior preferência já por cursos que são mais voltados ao mercado de trabalho. Aqui no último vestibular havido em São Paulo, as áreas mais

procuradas pelos jovens: Administração, pioneiríssima, segundo em Direito e terceiro Comunicação Social. No final do século passado, as chamadas décadas perdidas, acabaram relegando a Engenharia a um plano inferior, como consequência das grandes dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil, sufocado por uma espiral inflacionária que só viria a ser contida com o plano real em meados do ano de 90. E terceiro curso mais procurado em 97, a Engenharia caiu para 16° em 2006, registrando apenas 62 mil matrículas em Engenharia, situação bem diferente da atual, em 2010, quando esse número sobe para perto de 150 mil jovens hoje que cursam escolas de Engenharia.

O CREA, no qual é preciso se registrar para exercer a profissão de engenheiro, contabiliza perto de 400 mil engenheiros no Brasil; é muito pouco importante para uma população próxima de 200 milhões de pessoas. Aqui estão mencionados todos os ramos das engenharias, os mais requisitados, eu acho que nós podemos passar, Presidente, em função da nossa limitação, deixaremos aqui, explicando cada um deles.

Somente para dar conta das demandas no setor petrolífero como o pré-sal, serão necessários até 170 mil profissionais de engenharia qualificados para atuar diretamente. Segundo o censo de 2008 do INEP, formam-se anualmente... Temos atualmente 2032 cursos de Engenharia oferecendo em âmbito nacional cerca de 40 mil profissionais na categoria, excluídas no caso aí as arquiteturas, e ingresso em torno de 140 mil.

Não obstante, constate que o problema do despreparo para a universidade, repetindo, vem do Ensino Médio, que faz com que o aluno vá para o curso superior sem o preparo efetivo em exatas, não é, com isso a expectativa é mudar o quadro atual em que o Brasil tem apenas 1,5 estudantes de Engenharia por mil habitantes. Apesar das áreas de ponta como mencionamos, petróleo e gás, agroindústria, mineração e siderurgia enfrentarem a falta de profissionais, a principal carência de engenheiros encontra-se na modalidade civil, as grandes construtoras tem procurado capacitar quarto e quinto anistas de Engenharia já no canteiro de obras. O estagiário, ao se formar, é contratado, isso está acontecendo com muita assiduidade. O estágio obviamente não substitui a aprendizagem escolar, a função no caso é de suplementar o conhecimento adquirido em sala de aula, vivenciando na prática o saber teórico que advém do conjunto de disciplinas do currículo de curso. O estágio constituiu uma ação da responsabilidade social a propiciar a formação completa do estudante e sua inclusão no mercado de trabalho.

Saliente-se agora que 60% dos jovens universitários no Brasil estão conseguindo pagar o curso universitário trabalhando ou fazendo estágio, 40% não pagam os seus cursos hoje. O estágio complementa o aprendizado teórico com a prática, mantêm o aluno da sala de aula, só pode ser realizado por jovem matriculado, assegura a ele o que é fundamental, principalmente para o Norte do país, uma renda mensal, recebida na forma de uma bolsa auxílio que pode ser usada para custear despesas escolares ou até mesmo ajudar a família. Certos países como a Alemanha, fazem esses cursos de estágios chamados sanduíches que nós visitamos nas indústrias alemãs. O aluno passa um semestre na sala da aula, recebendo aulas teóricas, e, no outro, nas próprias empresas, nos próprios locais de estágios, voltados para a prática laboral.

O Brasil, que é visto atualmente como a bola da vez, e reúne condições quase inigualáveis, tem que fazer enorme esforço nessa direção. Para superar o gap na infraestrutura, precisa de engenheiros e já se está importando, lamentavelmente, um grande industrial paulista na nossa última reunião lá na FIESP, dizia que estava trazendo engenheiros chineses, todos eles com mestrado, e pagando tais engenheiros em dólares devido à falta de engenheiros para a área de siderurgia aqui no Brasil.

Faz-se mister, portanto, uma política pública voltada para isso, e a conscientização da sociedade com absoluta um urgência. Na Engenharia, a presença brasileira é das mais baixas do mundo, 11%, enquanto os países do Cone Sul está próxima a 30, e nos desenvolvidos chega a 80%, temos que repensar a matriz de formação nos recursos humanos de Ensino Superior de maneira urgentíssima. O número de engenheiros formados no Brasil em 2008 em todas as especialidades é 30 mil, quase 50% dos quais formados em Ensino Superior públicas, e em outras áreas 2/3 se formam em particulares.

Os demais países do BRIC, vamos fazer comparação com [ininteligível], que formam muito mais engenheiros do que nós: a Rússia forma 120 mil; a Índia, 200 mil; e a China, 300 mil. Esses números indicam a nossa absoluta defasagem hoje na formação de engenheiros. O Japão 19 dos formandos está na área de Engenharia, na Coréia 25%, na Rússia 18, no Brasil só 5%, os dados de 2007 da OCDE e a média da OCDE seria de 14%. Seria importante que o governo adotasse uma política agressiva para incentivar a formação de engenheiros pelo setor privado em face da falta da vagas no setor público, utilizando até o mecanismo de compra de vagas em bons cursos que tenham ociosidades.

Calcula-se que para cada milhão de dólares empregados em novos investimentos é preciso agregar um novo engenheiro. Diante dos planos e das perspectivas

de crescimento do país, milhares de novos engenheiros e técnicos serão necessários, a nossa estimativa são 500 mil para a concretização do PAC.

Obrigado. Grato, Presidente, pela oportunidade, obrigado Srs. Senadores, obrigados aos professores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Bertelli pela concisão com que expôs as suas ideias e a sua avaliação sobre o setor de demanda de mão de obra, hoje exigido pelo país. Vamos agora ouvir o Prof. Brito Cruz, Diretor Cientifico da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo, FAPESP. V.Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ: Muito obrigado, Presidente, agradeço a oportunidade de participar dessa reunião e dessa discussão. Eu vou mostrar, então, algumas anotações sobre a questão de formação de recursos humanos no Brasil, e a apresentação do Dr. Bertelli foi muito completa e vai me ajudar a simplificar certos pontos que eu queria destacar. Mas eu acho que o sumário do assunto seria que nós estamos vendo no Brasil, como o Dr. Bertelli acabou de documentar extensivamente, uma enorme necessidade de pessoal qualificado, pessoal qualificado para operar o país, na indústria, nos serviços e no governo, e numa das áreas de atividade da vida nacional, que é a atividade de pesquisa e desenvolvimento, também nós vemos esse mesmo tipo de restrição e de escassez da pessoal. Pesquisa e desenvolvimento é aquela atividade de descobrir coisas novas, e é uma atividade essencial para a inovação tecnológica, ou seja, para que as empresas possam descobrir novos produtos, novos processos e manter a sua competitividade.

Um dos pontos que eu queria destacar aqui nessa Comissão de Infraestrutura do Senado, é que a gente observa... Eu trabalho numa organização estadual, no Estado de São Paulo, e a gente observa que frequentemente as políticas nacionais feitas pelo Ministério da Educação ou pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para questões da pesquisa ou da formação de recursos humanos, elas tendem a ser muito mais políticas federais do que políticas nacionais, porque são políticas que olham apenas para os órgãos federais, enquanto que existe um número muito grande de órgãos estaduais e órgãos municipais que também contribuiriam e contribuem para as questões em pauta, e que frequentemente são deixados à margem dessas políticas, às vezes à margem de certas estratégias e de certas ações por uma falta de articulação. Para terem uma ideia, no Ensino Superior no Brasil, 38% das matrículas no sistema público de Ensino Superior são em instituições estaduais, portanto há um peso muito relevante dessas organizações. Políticas estaduais têm dado resultados expressivos, por exemplo, o sistema que se implantou no Estado de São Paulo desde 1989 de autonomia com vinculação orçamentária para as três universidades estaduais, permite que hoje essas três universidades formem 45% dos doutores que se formam no Brasil, produzem 45% da produção científica, e elas têm tido um aumento importante no número de concluintes por ano, que está em torno de 5% por ano, ali o número eu acho que saiu errado, 0,3, era 5, desde 2001, enquanto que nas universidades federais o aumento no número de concluintes vem sendo de 0,3% por ano, apenas.

Há restrições importantes no sistema de formação de recursos humanos no Brasil e eu apontaria que talvez... Quando a gente fala de formar pessoas no nível do Ensino Superior, talvez a principal restrição que eu vejo hoje não seja falta da vagas no Ensino Superior, é falta da qualidade e quantidade de jovens cursando o Ensino Médio. Nós estamos com um problema que não tem gente suficiente na porta da entrada com a qualificação adequada para cursar, para fazer aquele tipo de curso que está sendo oferecido. Daí a questão de vagas ociosas de várias regiões do país, como foi destacado. A questão do abandono dos cursos, quer dizer, o estudante entra no curso e depois desiste por não conseguir acompanhar o curso que está sendo oferecido. E uma outra característica que acho muito importante e perniciosa de alguma forma no Ensino Superior brasileiro, é que o Ensino Superior é dominado pela ideia de cursos universitários, que são aqueles cursos de longa duração, duração de cinco, seis anos, enquanto que a gente vê a experiência de outros países muito mais ricos do que nós, como por exemplo nos Estados Unidos da América, metade dos jovens que vão ao Ensino Superior vão em cursos curtos, cuja duração é de dois a três anos. Ganham ali uma especialização, tornam-se muito mais capazes da prover própria subsistência, para sua família, ocupar posições de emprego adequadas e contribuem para a sociedade. E o Brasil tenta fazer o sistema inteiro ser uniforme com esses cursos de longa duração, que custam muito mais caro para serem mantidos e custam muito mais caro para o jovem, porque muitas pessoas não podem esperar cinco anos até o conseguir o diploma para conseguir um emprego e ter o salário, ele precisa disso num prazo mais curto. Então isso é um pouco o resumo do que eu queria destacar aqui, eu vou realçar alguns desses pontos.

Então eu vou direto a questão dos desafios na formação do pessoal qualificado. Então, aí eu reproduzi, eu estudei um pouco as apresentações que houve aqui nas reuniões anteriores, e vi um dos temas que tem sido reforçado aqui, essa questão da formação de

doutores. Então eu vou descer aí na escala, eu vou começar nos doutores depois eu vou para o ensino de graduação, depois eu vou chegar no Ensino Médio.

Então essas duas figuras foram mostradas aqui, uma no dia 8, uma no dia 1º, realçando uma realização importante do Brasil que o Brasil chegou já a formar mais do que 10 mil doutores por ano. Mas eu queria, ao mesmo tempo que tem uma positividade irretorquível nesse fato, há também perigos e desafios que são aqueles aos quais eu queria me referir. Passa a próxima figura por favor, pode passar a próxima, aí.

Essa figura que mostra a evolução do número de doutores formados no Brasil por ano, mostra que claramente houve um arrefecimento nessa taxa de crescimento a partir do ano 2003. Quer dizer, tem alguma restrição operando no sistema de pós-graduação que fez com que uma taxa que vinha a 14% por ano de crescimento, tenha caído para uma taxa mais perto de 5% por ano como taxa de crescimento. Isso pode parecer que não é muito relevante, porque bom, está bom, 14 é grande, cinco também é uma taxa alta, mas vejam na próxima figura o efeito que acontece quando a gente compara o número de doutores formados no Brasil com o número de doutores formados nos Estados Unidos, eu usei aí os Estados Unidos porque é um número mais fácil de encontrar, mas representa o número de doutores formados no mundo. O que a gente está vendo nessa figura? Que até o ano 2004, o Brasil estava ganhando posições. O Brasil, em 1980, formava 2% do número de doutores formados nos Estados Unidos; no ano 2004, a gente chegou a vinte e poucos por cento, e, dali para cá, nós estamos decaindo lentamente, o que não é um bom sinal, quando o mundo inteiro está reconhecendo que a economia hoje é movida a conhecimento, a descobertas, a pessoal qualificado e assim por diante. Então há algum defeito na estratégia brasileira para pós-graduação, que encontrou uma restrição, e essa restrição, Presidente, ela não tem sido reconhecida suficientemente, porque a gente vê aquelas outras duas figuras, e todo mundo fica feliz com a história de formar 10 mil doutores por ano, mas não percebe que a tendência também é importante e que nos leva a consequências como essa que está aí mostrada. Pode passar a próxima figura, por favor.

Passando agora para o nível da graduação, o ponto que eu queria destacar se relaciona também com algo que o Dr. Bertelli mencionou, eu mostro aí nesse gráfico o número de concluintes nos cursos de Engenharia, Produção e Construção, são cursos da área relacionada com a Engenharia. A Linha Azul mostra o total desses concluintes, aí eu queria destacar o seguinte ponto: há uma tendência no nosso país, de ao se fazer essa análise, se olhar demais para o número de matrículas e se olhar de menos para o número de concluintes. O número de matrícula não diz automaticamente que haverá pessoas graduadas, porque muita gente abandona o curso, desiste, e até frequentemente leva a comparações erradas.

Por exemplo, às vezes, as pessoas olham a taxa de matrícula e falam: "No Brasil, é 13% a taxa de matrícula". Vejam isso é menor do que na Argentina, do que na Bolívia, para dizer como a situação é desastrosa no Brasil. Mas o que acontece é que nesses outros países não tem exame vestibular, todo mundo que termina o curso médio entra em alguma Universidade, e o exame vestibular efetivamente dura um ano e meio, essas pessoas ficam ali até desistirem e verem que não dão conta de fazer o curso. Quando vamos olhar o número de concluintes, o número de concluintes por população, na idade de conclusão no Brasil, é bem maior do que o da Argentina, bem maior do que o da Bolívia e bem maior do que qualquer outro país da América Latina. Então é importante a gente ter em mente essas diferenças nacionais, no momento de se fazer comparações quantitativas. Então, olhando o concluinte, a gente está olhando o resultado, é aquilo que interessa. Aí, vejam que coisa interessante. Embora a gente saiba que, hoje em dia, quase 80% das matrículas no Ensino Superior estão em instituições privadas, a gente vê que, na área da Engenharia, a contribuição das instituições privadas e das instituições públicas é menos díspar.

Até o ano de 2003 essa contribuição era igual, metade dos engenheiros eram formados em instituição privadas, metade em instituições públicas. Depois de 2003, aumentou um pouco a diferença a favor das instituições privadas, mas mesmo assim os dois setores trazem contribuições importantes. Isso eu queria destacar, porque significa que qualquer estratégia nacional para formar mais engenheiros, precisa olhar para o setor público e também para o setor privado, não pode olhar só para um desses dois setores porque os dois contribuem de maneira quase igual. A próxima figura, por favor.

A gente observa nas universidades federais brasileiras também um arrefecimento no número de matrículas, como eu mostro aí nessa figura, tem uma tendência menos intensa... Pode passar a próxima, por favor. E mais preocupante ainda, uma tendência de estagnação do número de concluintes, o que parece indicar que o sistema de universidades federais no Brasil, que hoje forma... Cada um daqueles triângulos vermelhos ali representa mais ou menos 80 mil graduados. O sistema de universidades federais parece ter alcançado um ponto de estagnação, no qual a injeção de mais

esforço não está trazendo mais resultado, o resultado está estável. Todos têm acompanhado as notícias que o MEC tem sempre anunciado que aumentou muito o investimento nas universidades federais e etc., mas a gente nessa figura não vê um aumento proporcional do resultado, que é o número de estudantes realmente formados e graduados. A próxima figura, por favor.

Uma das características que a gente observa nos sistema de ensino superior federal, é que a distribuição das instituições de Ensino Superior federais no Brasil, e aí, isso eu me reporto do novo ao ponto que eu deste destaquei no início, sobre a questão da política ser nacional ou ser federal, veja que diferença existe. Por exemplo, para um jovem no Acre, um jovem que conclui o Ensino Médio, ele tem 70% de chance de entrar numa instituição de Ensino Superior federal para fazer o curso dele, porque há número de vagas que é igual a 70% do número de jovens que conclui o Ensino Médio, enquanto que aí vocês veem que a gente vai descendo, em Minas Gerais esse percentual caiu para 11% e no Estado de São Paulo caiu para 1%, quer dizer, um jovem no Estado de São Paulo que paga imposto federal como todos os outros jovens do Brasil, ele só tem 1% de chance de poder entrar numa universidade federal, porque o Governo Federal ao longo de muitos anos, fez uma política de praticamente de se desonerar da questão do Ensino Superior no Estado de São Paulo, deixando esse Ensino Superior público a cargo ou de instituições privadas ou do contribuinte estadual, através de instituições estaduais como a USP, a UNICAMP e a UNESP. Então aí há uma disparidade que acaba levando de alguma forma a algum desperdício, porque a quantidade de jovens que completa o Ensino Médio no Estado de São Paulo é enorme, são milhões de jovens que não estão encontrando essa oportunidade em instituições federais que são sabidamente de qualidade boa, de qualidade superior a da média das instituições privadas facilmente. A próxima figura, por favor.

Essa figura, Presidente, ilustra a comparação do... deve ser comparada com aquela sobre o número de concluintes, nas universidades estaduais paulistas um programa que o Governo Estadual fez a partir de 2002, levou a uma intensificação do número de concluintes. Esse programa foi baseado fundamentalmente em autonomia para a universidade, ou seja, ela é responsável pela aplicação dos seus recursos, se a Universidade não usar o dinheiro em pessoal, ela pode usar o dinheiro em capital, se ela não usar em capital ela pode usar em pessoal, mas no fim do ano o governo nunca vai pôr um centavo a mais ali, a soma é constante, é definida previamente para a instituição. E a instituição pode, portanto, otimizar a aplicação dos recursos e otimizando se consegue esse tipo de tendência que eu considero extremamente positiva. Pode passar a próxima figura.

Aqui eu queria me referir à restrição a qual eu mencionei no começo, que é a questão do Ensino Médio. Aí tem duas curvas, uma em cima da outra, mostrando o número de jovens matriculados no Ensino Médio no Brasil, que quase chegou em dez milhões de jovens e começou a cair a partir de 2004. E do lado direito, mostra-se esse número de jovens matriculados, que porcentagem representa da população de 15 a 17 anos que tem no Brasil. O que acontece é que no Ensino Médio têm muitas pessoas que tem muito mais de que 17 anos, por isso é que esse percentual chega a perto de 90%, na verdade como a defasagem idade/série representa mais ou menos metade das matrículas, na verdade a matrícula de gente na idade correta é aproximadamente 50%. Esse é um problema. Pouca gente, muita defasagem idade/série. Mas o problema pior, eu acho, é como é que essa curva pode estar decrescendo num país onde todo mundo fala que precisa ter mais gente educada? Quer dizer, o número absoluto está decrescendo, esse a gente poderia explicar dizendo: bom, mas tem a mudança na pirâmide populacional, os jovens de idade de ir ao Ensino Médio podem ser uma... são na verdade uma população decrescente; mas como o porcentual da população continua sendo baixo, quer dizer, tem algum equívoco sério na política para o Ensino Médio no Brasil, que não está nos ajudando a minorar um problema que vinha sendo minorado até o ano 2004, 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Há um gargalo, não é, aí?

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ: E isso torna-se um gargalo, exatamente, Sr. Presidente, torna-se um gargalo muito importante porque quem não conclui o Ensino Médio não pode aspirar para o Ensino Superior. O gargalo fica pior ainda, quando a gente olha, pelo resultado dos exames como o ENEM, ou aquele outro exame que faz nos jovens do Ensino Médio, que mostra que apenas 5% deles atingem o resultado que é considerado satisfatório. Então na verdade a gente está falando de dez milhões, mas só 5% é que tem a formação adequada, a formação considerada satisfatória, que é aquela que permitiria que ele seguisse um curso superior médio. A próxima figura, que é a última.

Então como conclusão, Sr. Presidente, eu queria dizer, resumir dizendo que primeiro nós claramente temos um desafio enorme na formação em Engenharia, e eu divido esse desafio em duas partes diferentes, porque eu sempre acho que quando a gente vai tratar um problema complicado é importante a gente repar-

tir as componentes para entender que política cada componente do problema precisa, não dá fazer uma política só para tudo, porque tem uma diversidade. No sistema público, claramente, trata-se de uma limitação que requer ou mais instituições ou mais cursos ou mais vagas, quer dizer, na verdade eu mostrei que o sistema está saturado, indica que o número de professores disponíveis está praticamente completamente utilizado, então de algum jeito tem que ter mais professor para lecionar a essas pessoas. Mais professor pode ser criando novas instituições, pode ser pondo professor em instituições que já existem, criando-se cursos novos e vagas novas.

É preciso, nessa estratégia, buscar, se for para fazer a maior efetividade dos recursos do contribuinte, é preciso procurar regiões onde haja mais concluintes do Ensino Médio, não ainda colocar mais universidades num lugar que não tem gente completando o Ensino Médio, porque aquilo vai gerar vaga ociosa e depois a manchete do jornal dizendo que o ensino, o exame deixou a vaga ociosa e etc., e desprestígio para o esforço de mais educação no Brasil. Eu acho que também se deveria considerar no sistema público, a ideia de cursos para tecnólogos, que não são exatamente engenheiros, mas são profissionais muito necessários no mercado de trabalho. Lá no Estado de São Paulo desde 2002 temos feito essa estratégia, o Governo Estadual duplicou o número de FATECs, as faculdades tecnológicas, esses meninos saem da FATEC depois de três anos, todos eles empregados em emprego de bom salário, e uma vantagem adicional são todos jovens de camada mais pobres da população, porque são aquelas camadas que precisam mais de um curso mais curto para entrar logo na fase em que ele vai poder ter uma receita, através do salário que ele recebe.

Já no sistema privado, eu acho que o desafio é muito relacionado com a qualidade, porque a qualidade no sistema privado de ensino posterior brasileiro é bastante limitada e requereria ações, como por exemplo, quando... Eu pensei numa coisa, Sr. Presidente, uma coisa como o programa ProUni, mas que seja dirigido mais no interesse do desenvolvimento do que no interesse do indivíduo. No interesse do desenvolvimento é o seguinte, precisamos de mais engenheiros, então devia ser um ProUni dirigido para a Engenharia e não para a área que indivíduo escolhe que ele quer cursar. E exigindo das universidades e das instituições uma contrapartida de melhora da sua qualidade, uma estratégia que mostre que em cinco anos ela vai ter qualidade melhor do que ela tinha no momento que ela entrou no sistema, coisa que hoje não está presente da sistemática aplicada no ProUni.

No caso da Pós-Graduação, eu destacaria que nós precisamos estudar melhor esse problema, porque nós estamos perdendo a corrida no que diz respeito ao doutorado. Quer dizer, o resto do mundo está avançando mais do que nós. E eu creio que as universidades federais poderiam contribuir mais se elas tivessem mais professores com o título de doutor, hoje nas universidades federais há 51 mil professores, somente 31 mil desses têm o título de doutor, o que dá mais ou menos 53%. Então esses que não tem doutorado, eles podem atuar na graduação, mas não na pós-graduação. E lá em São Paulo nós aprendemos isso, viu? Nas universidades estaduais em São Paulo, em 89 havia 58% dos professores com doutorado, hoje temos 95, e com isso se consegue formar quase metade dos doutores que se formam no Brasil. Agora, isso não foi feito pela inércia, quer dizer, esperando que as universidades, que os professores tirem o título de doutor, houve programas em cada das três universidades incentivando muito fortemente os professores a obterem o título de doutor, sem o que eles perderiam certos privilégios importantes da carreira docente, então isso também eu acho que deveria ser estudado para o sistema de universidades federais. É isso que eu tinha a apresentar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo, FAPESP. E agora vamos passar a palavra ao próximo palestrante, que é o Dr. Edinaldo Marques de Melo, Engenheiro Civil, Professor da Universidade Federal de Alagoas, Pós-graduado com Mestrado em Administração de empresas e Representante da Associação Brasileira de Pavimentação. V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. EDINALDO AFONSO MARQUES DE MELO: Primeiramente eu quero parabenizar a iniciativa do Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, e também agradecer pelo honroso convite a mim formulado, para mim é uma honra, Presidente, estar aqui. E de forma direta, objetiva, abordar esse tema da maior importância, sobretudo para esse momento em que nós estamos vivendo no país. Por gentileza, a próxima.

Eu sintetizei esta apresentação em três itens, fundamentos, propostas diretas eficazes e objetivas e considerações finais. Em 1997, eu me sinto muito à vontade para aqui estar e abordar esse tema, eu intui que o Brasil poderia passar por esta condição atual que nós estamos aqui debatendo. Nós publicamos no jornal de maior circulação lá no Estado de Alagoas, a Gazeta de Alagoas, uma matéria aonde eu focava que a atividade técnica está em baixa no país, daqui algum

tempo existirão profissionais sobrando em determinadas áreas e nas demais haverá uma carência total.

Outros artigos foram também publicados, registrados na Gazeta de Alagoas e em outros jornais de circulação, onde claramente eu dizia: "Nós vamos chegar o dia em que nós vamos precisar formar mais profissionais, e profissionais qualificados", que é exatamente o tema desta reunião, desta Audiência Pública, que é uma espécie de brainstorm, vamos chamar assim, que brilhantemente o Senador Collor, Presidente desta Comissão, teve esta visão, esta percepção de promover para discutir esta questão.

Algumas causas dentro dos fundamentos iniciais, a estagnação na economia nas décadas de 80 e 90, redução de profissionais no mercado, o Brasil forma em média, segundo a Federação Nacional dos Engenheiros, de 30 mil engenheiros por ano, quando o mínimo deveria ser 60, faltam especialização e qualificação profissional, a lei das licitações públicas de 93, ela obriga que o profissional tenha atestado de capacidade técnica, eu acho que essa lei precisa ser talvez revista nesse item específico porque os profissionais que deixam a universidade hoje, eles não têm experiência, então como é que eles podem ter atestado de capacidade técnica? Este é um problema que precisa ser discutido para ter soluções.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Professor, desculpe, quem é que dá, fornece o atestado de capacidade técnica para o engenheiro?

SR. EDINALDO AFONSO MARQUES DE MELO: O atestado de capacidade técnica, Presidente, ele é dado em função das obras executados pelo engenheiro. O engenheiro vai--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É um currículo, então?

SR. EDINALDO AFONSO MARQUES DE MELO: É um currículo. Então, quer dizer, se ele é recém-formado, ele tem dificuldade de cumprir esta exigência e as empresas construtoras que procuram esses engenheiros no mercado também tem essa mesma dificuldade, há uma disparidade salarial e eu fico, como disse anteriormente, à vontade, porque além de professor eu sou engenheiro desde a minha formação, 1978. Então eu vivi parte de minha vida nas escolas técnicas, hoje CEFETs, sou da Universidade Federal de Alagoas, interessante que a Universidade, é bom fixar isso, registrar isso, ela ocupa, a nossa Universidade Federal de Alagoas, a 11ª posição no ranking nacional, ela é a primeira do Nordeste, e ela tem no Curso de Engenharia Civil, eu estou falando especificamente, que é o curso mais antigo das engenharias, ela tem a nota máxima, a nota cinco, isso é um dado que merece um registro. Então, quer dizer, essa disparidade salarial, Presidente, eu convivi com muitos alunos, muito profissionais. Por exemplo, o meu chefe de Departamento, durante muito tempo, eu fui chefe de Departamento de Construção Civil, o meu subchefe, ele era arquiteto e um arquiteto brilhante, de repente ele teve o seguinte insight, ele disse: "Não eu vou parar de ser arquiteto e vou fazer o meu vestibular para Direito". Terminou Direito e hoje exerce a profissão de Procurador Federal. Então é um dado dentre tantos outros que nós podemos citar aqui.

As empresas brasileiras, elas precisam mudar o seu paradigma, sair do século XIX, século XX, porque um dos motivos deste gargalo atual é que nós estamos no século do conhecimento, século XXI, mas as empresas e os órgãos públicos, muitos deles, muitas delas operam como se nós estivéssemos no século XIX, e eu vou mostrar isso nessa apresentação. Então é preciso que essas empresas atuem como atuam as empresas do primeiro mundo.

Nos Estados Unidos e na Europa, a empresa vai pra dentro da Universidade, e o aluno está terminando o curso, a empresa chega faz uma entrevista, verifica currículo, conversa com o aluno, seleciona, leva para uma segunda entrevista, Presidente, onde aí é feita ainda mais o funil, há uma terceira entrevista, e aí fica uma minoria que passa uma semana dentro da empresa sendo treinada, e após esse treinamento aqueles que forem aprovados são selecionados então, para um estágio de dois meses, e quando termina o estágio eles já ficam tranquilos em relação à contratação daquelas empresas. Isso é um dado. Esse paradigma precisa ser analisado e trazido para o nosso país, aqui o nosso Brasil, que é um tão grande e tão forte que precisa ser realmente eficaz.

Então o nosso paradigma acadêmico, ele é um... eu dia assim, ele é um paradigma atrasado, essa coisa de dizer que apenas professor com mestrado e principalmente doutorado está apto a lecionar em cursos de pós-graduação, esse paradigma tem que ser revisto. Eu conheço muito professores com mestrado e com doutorado... Porque uma coisa é ter mestrado, doutorado, é conhecimento, outra coisa é ter sabedoria. Tem muita gente no mercado de trabalho atuando que não tem mestrado e doutorado, mas que são pessoas sábias na profissão. Desenvolveram muita experiência, muita vivência, e aí por que essas pessoas são relegadas? Este paradigma, ele não deve ser um paradigma totalmente exclusivo, ele tem que ser refletido. Eu conheço e eu poderia citar muitos nomes aqui em relação a isso. Próximo.

A proposta que eu vou apresentar é uma proposta eficaz, direta e objetiva. O país não pode esperar por

muito tempo para uma solução, por alguma saída. E a saída tem que ser digo, repito, eficaz. O ponto de partida é esse, a gente erra muitas vezes porque a gente quer inverter, quer ser eficiente para depois ser eficaz, isso é fatal, primeiro escolha a estrada, a direção, seja eficaz para depois ser eficiente, para depois fazer a coisa certa. Quando você inverte por mais gestão, por mais bem feito que você possa fazer nada compensa o erro da estrada errada, da eficácia que tem que vir primeiro. Então vamos tentar fazer esse exercício rapidinho. [ininteligível] etc. O seguinte.

Eu trouxe aqui um exemplo resumido, porque o tempo é somente 20 minutos, está ali, qual é o problema? Disparidade entre o salário do engenheiro e outras profissões. Quem vai resolver? Classe política, Senado, Presidência da Comissão de Serviço de Infraestrutura, o Governo, ou os governos, e as entidades da classe. Como? Como é que pode resolver? Apresentação de um projeto de isonomia salarial com outras profissões. Não pode um engenheiro que passa por um curso tão complexo, tão difícil, tão afunilado no final, porque entra uma quantidade X e sai uma quantidade bem menor. Esses engenheiros, eles sofrem uma injustiça salarial, a disparidade, Presidente, é muito grande, isso precisa ser repensado como forma de resolver esse problema a curto, médio e longo prazo. Então, além disso, além de um novo piso salarial tem que ser estudado o mínimo, imediatamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Qual o piso, hoje, Professor? Desculpe, qual o piso salarial hoje para o Engenheiro?

SR. EDINALDO AFONSO MARQUES DE MELO: Até recentemente, a informação que eu obtive é de dez salários mínimos. Eu não sei se isso teve alguma mudança, mas quando você compara com outras profissões, como por exemplo, advogado, pessoas que terminam Direito, eles ganham três, quatro, eu fui engenheiro do DR(F) durante muitos anos, até 1997, eu ficava trabalhando na construção de estradas, infraestrutura, terraplenagens, drenagem, pontes, pontilhões, grandes obras, tomando sol, poeira, enfrentando as maiores adversidades, e o meu salário era menos de... Vamos dizer assim, era um quarto ou 1/6, de um quarto a 1/6 do salário dos advogados. O nosso curso é tão difícil quanto o deles, nada contra o pessoal do Direito, mas por que nós sofremos tamanha injustiça? Este é um dado, senhores e senhoras, que faz com que nós tenhamos hoje poucos profissionais que queiram, está certo, continuar o exercício da Profissão de Engenharia, das Engenharias de modo geral e da própria Arquitetura, como é o exemplo que eu citei do meu subchefe de Departamento, que hoje é Procurador Federal. Então quando que a gente vai fazer isso? Imediatamente. E aqui vai.

No mercado faltam engenheiros, é o segundo problema específico, capacitados e competitivos para o século XXI, para essa era do conhecimento. Quem vai resolver? As universidades, faculdades, o MEC, CREA, nós temos um projeto que já encaminhamos a essa Comissão de Serviço de Infraestrutura, que pode ser mais detalhado, mais esmiuçado, um projeto completo, um projeto aonde a estratégia e o planejamento tático... Porque Presidente, para que nós vençamos todas as batalhas, nós precisamos ser precisos na estratégia e também precisos, eficazes, nos planos táticos, porque nós vamos encontrar muitas resistências, resistência dentro da universidade, lá dentro do Departamento, dentro do MEC, provavelmente, e nós precisamos superar essas resistência, esse obstáculos.

Então Cursos de Extensão, essa é a parte principal desse quadro, desse slide, se nós quisermos imediatamente vencermos no menor espaço de tempo possível a falta de engenheiros, porque não fazer cursos de extensão? [ininteligível] em MBA para Engenharia, esses cursos de extensão incluiria disciplinas essenciais, Srs. Senadores, Presidente, por quê? Porque o grande erro nosso no Brasil é que nós não focamos, não valorizamos a questão da liderança eficaz.

Presidente, quando a gente erra na questão da liderança, a gente vai fazer um esforço imenso na gestão e não vai compensar o erro da liderança, os profissionais, eles têm que liderar eles mesmos. Tem saber liderar outras pessoas, tem que saber trabalhar com pessoas, tem que saber como é que é gerencia o tempo com eficácia. Cada dia tem 24 horas, há pessoas que em 24 horas fazem muito pouco, outras fazem tanto. As pessoas às vezes valorizam quem é ocupado. Eu não valorizo quem é ocupado, eu valorizo quem é produtivo, primeiro eficaz e também eficiente, nessa sequência.

Então quer dizer, quando é que nós podemos fazer isso? Imediatamente, durante e após a graduação, pós-graduação, temos que oferecer a esses profissionais que estão fora da universidade um ano, dois anos, ou então que acabaram recentemente o Curso de Graduação ou de pós-graduação e trazê-los para que eles passem por um processo de atualização, porque há uma frase que diz: Se você passar um mês sem se atualizar, você fica desatualizado. O mundo hoje é um mundo complexo, muito veloz, cheio de turbulências, cheio de incertezas.

O analfabeto do futuro não é aquele que não sabe ler nem escrever, mas aquele que não sabe aprender, desaprender e reaprender, Alvim Toffoli é dos pensadores mundiais. Então é importante que nós pensemos

nisso, os engenheiros estão sim, é outro problema, desviados da função, por que eles estão desviados? Porque as empresas também precisam mudar seus paradigmas, precisam entender que nós estamos no século XXI e dar sua parcela de contribuição. As empresas devem buscar os engenheiros como fazem empresas americanas e europeias no mundo inteiro. Assim como, desculpe, ainda como alunos nas faculdades, nova política salarial é um outro ponto que vai alimentar essa solução.

Como é que as empresas devem fazer? Como? Vamos por como, isso é um mini planejamento. Como? Entrevistando os alunos, selecionando, oferecendo estágios supervisionados. Nos Estados Unidos, eu acompanhei agora em janeiro, porque eu tenho uma filha que mora lá, Presidente, acompanhei uma seleção, eu acompanhei todos os passos que coisa fantástica! Estive na empresa, o que eles fazem lá? Os que são selecionados ficam para um estágio de dois meses e ao final desse estágio... Durante o estágio percebem um salário de três mil dólares. Evidente que cada um tem a sua realidade econômica financeira, os Estados Unidos é os Estados Unidos, o Brasil é o Brasil. Mas nosso país é muito grande, muito poderoso, muito forte. Pode também acompanhar isso. Portanto... Ou proporcionalmente, portanto depois desse treinamento de uma semana, os que são aprovados passam para esse estágio, percebem três mil dólares e ao final a garantia de quando terminar a graduação serão contratados. Essa é a questão, o próximo por gentileza.

Algumas empresas pedem ao engenheiro, isso já aconteceu comigo como profissional, eu tinha um projeto pronto, então a empresa: "Não, Edinaldo, vê se você baixa o preço". Gente, olha, é preciso questionar esse paradigma, nós estamos na meritocracia, nós não podemos apenas valorizar o preço, temos que valorizar a qualidade, o conteúdo. Então as empresas têm que mudar o paradigma, devem... Como é que é que se resolve isso? Devem analisar o histórico escolar, as habilidades, a capacitação, etc. Então esse quadro, Presidente, ele mostra um planejamento resumido de cada problema que nosso país está enfrentando e o como resolver, que deve ser aprimorado com outras ideias. Não há, senhores e senhoras, Srs. Senadores, Presidente, não há tempo a perder, nós precisamos ser eficazes, a bola está pronta, desenhada, é só pegá-la, está certo, usar o paradigma correto e executá-la de forma eficaz. Porque há uma separação entre você planejar e você executar. Na execução, cuidado, existirão muitas pedras e o envolvimento é maior. Porque você vai ter que envolver todas as universidades, é preciso, por exemplo, criar uma, talvez uma coordenação geral que possa de certa forma quebrar essas pedras, esses obstáculos, para que não haja solução de continuidade. Próximo.

Falta de disciplina profissionalizante. Eu sou testemunha disso, porque a minha participação simultânea como Professor e Engenheiro, eu já fui de CEFET, de escola técnica, hoje sou da universidade, sempre fui engenheiro desde que me formei, então eu tenho a... digamos assim, o olhar de dentro do problema, isso talvez me facilite, tanto que intuí que ia acontecer a falta de profissionais, e vocês vão ver publicado na Gazeta de Alagoas, repito, o jornal de maior circulação, de maior prestígio do Estado de Alagoas.

Então esta aí. Falta de disciplinas profissionalizantes, são as universidades, a UFAL está ali, a nossa UFAL, e o MEC deve promover mudança na grade curricular. Vamos mudar o paradigma no projeto pedagógico, por que a gente só forma pesquisador? O foco principal, Presidente, é esse, nós precisamos do pesquisador, do cientista, precisamos, mas nós precisamos também do engenheiro competente de obras. Não é apenas com o pesquisador que nós vamos chegar adiante, não. Nós precisamos selecionar, você quer ser pesquisador? Quer. Muito bem, então agora eu vou lhe dar um direcionamento para que você possa ser pesquisador. Quer ser engenheiro de obras? Vamos profissionalizar, vamos pegar como algumas universidades fazem. Próximo.

Então a falta de engenheiros é antes de tudo uma falta, é um paradigma podre que nós estamos utilizando, nós precisamos sair da falta para oferta. Oferta de engenheiros capacitados e competitivos. Na vida tem esse tripé que explica quase tudo é o ver, a visão, o paradigma o ponto de vista, o fazer, que é o comportamento, e o obter.

Rapidamente eu vou contar uma história real, em 1927 até 1937, o Henry Ford, por um erro de paradigma, Presidente, o que foi que aconteceu com a Ford? Foi o que aconteceu? Teve um prejuízo de 100 milhões de dólares, e a GM que era a grande concorrente, um lucro de dois bilhões de dólares, por quê? Porque o Ford, ele era paradigma fixo, ele não via diferença entre os consumidores, ele não tinha visão ampla de estratégia. O Sloan, que era o CEO, concorrente na GM, ele tinha essa visão, e com essa visão ele conseguiu obter um lucro fantástico, a Ford, então, depois se levantou, mas essa é uma realidade: se você errar na visão, se você errar no ver, o resultado não será positivo. Isso é uma realidade. Próximo.

Novos modelos mentais, professores, dirigentes, por favor, nós não estamos mais no século XIX, nós estamos no século XX e precisamos entender esse século, não é mais era industrial é era do conhecimento, é inovação, é mudança, é antes de tudo eficácia,

acertar na direção da estrada para depois procurar ser eficientes, que é um dever, uma obrigação. É ser líder. Nós precisamos de um engenheiro líder antes de tudo, porque se ele é líder, ele vai saber que o ele quer, ele vai ter propósito, vai poder chegar onde ele quiser chegar, é diferente. E pensar também no desenvolvimento sustentável, na sustentabilidade, essa é a nova era, não é era passada, próximo.

É um mundo complexo, veloz, incerteza. A metáfora é a seguinte: nesse mundo tão complexo quem corre anda, quem anda está parado, quem está parado é como se estivesse andando para trás, nós precisamos correr, e correr na estrada certa, e correr bem feito, uma corrida com segurança, sabendo onde é que a gente vai chegar e chega. Não tem nada difícil, não tem nenhum obstáculo, o obstáculo está na cabeça das pessoas. Se nós quisermos, nós destruímos... desde que tenha a estratégia e a tática correta. Precisamos aumentar a produtividade. O americano às vezes diz assim... Eu sempre vou citar os Estados Unidos, porque eu tenho uma filha que mora lá. Então diz: "Não, porque os ocupados..." Meu amigo, pare de dizer ocupado, a gente aplaude quem é produtivo, ocupado a gente cumprimenta, mas não dá para aplaudir.

Melhorar os níveis de sistematização, o que é isso? É fazer mais com 24 horas. Como é que eu gerencio o meu tempo com eficácia, como é que eu me organizo? Hoje tem aí várias ferramentas, o Pen plus(F), eu vou até no final, se tiver tempo, apresentar uma ferramenta bem simples que foi desenvolvida num trabalho de pesquisa que eu fiz com uns alunos e uns engenheiros. Trilhar novos caminhos, o sucesso depende das escolhas, próximo.

Manter a mente aberta. Pense no que você pensa, será que o que eu penso é real? Porque entre o que eu penso e a realidade tem uma distância aí muitas vezes e eu tenho que ter pé no chão, humildade para poder substituir o que eu penso por algo melhor. Obstáculo não tem, está na cabeça das pessoas, despertar para a inovação é uma necessidade, sonhar grande, porque dá o mesmo trabalho que sonhar pequeno, o trabalho é o mesmo.

Liderança e eficácia, essas são palavras de ordem, com isso aí, senhores e senhoras, Sr. Presidente, nós vamos resolver rapidamente, esta é a direção. E isso está testado na UFAL, a gente não avança mais nisso sabe por quê? Porque o paradigma, e eu tenho a coragem de dizer isso aqui, o paradigma que está na cabeça de muitos professores cria, Presidente, muitas dificuldades. É preciso que nós somemos mais forças, discutamos mais essa questão, possamos substituir paradigma ruim por paradigma correto para o mundo que a gente vive, essa é a verdade. Próximo.

Está aí, o mundo é como se fosse um rafting. Dá tempo para um camarada desse perguntar ao outro o que deve fazer? Não dá tempo, não, todos eles têm que estar preparados, porque se não isso aqui afunda é morre todo mundo. Nós precisamos preparar um profissional completo, com liderança, com conhecimento de gestão, com capacidade empreendedora, com conhecimento técnico, com inovação tecnológica. É possível fazer isso? É. E rápido. Com um curso de extensão, se quiser chamar de outra forma, chame, chame um MBA, sei lá, põe qualquer nome, o nome não interessa, o que interessa é o resultado.

Está aí, qual é o engenheiro que nós precisamos? Liderança, conhecimento de gestão, conhecimento técnico, não é um engenheiro capenga, um engenheiro incompleto, um engenheiro do século XIX, século XX, esse a gente não precisa, não serve mais. Os diplomas... É como se eles tivessem prazo de validade, e temos que ter cuidado com isso. Próximo. As pessoas valorizam tanto mestrado e doutorado, eu também valorizo, mas isso não é conhecimento nem sabedoria, é super especialização, isso tem que ficar claro. Hoje há uma ferramenta que os engenheiros terminam e não sabem nem o que é, como é se aplica, PDCA, uma ferramenta que foi desenvolvida, está certo, e trazida para o Brasil pelo Prof. Falconi, foi um grande idealizador disso, baseado já em outros trabalhos, ele não conseguiu espaço nos Estados Unidos, foi para o Japão é lá ele... pronto, ele desencadeou isso e o Brasil nos cursos de Engenharia, Sr. Presidente, eu posso lhe garantir que é raro o curso que desenvolve isso, lá na UFAL nós estamos desenvolvendo há oito anos, talvez por isso a nossa... É uma pequena contribuição, a nossa universidade tem crescido tanto, e agora no próximo ano já via criar o Curso de Engenharia de Petróleo. Próximo.

Está aí um detalhamento, eu não vou perder tempo, senhores, o tempo é ouro, é um detalhamento que fica para a Comissão, dois minutos, próximo. Está aí os gráficos que a gente quer, de melhoria contínua. Próximo.

As propostas. Infelizmente não vai dar tempo, mas clica por gentileza, três grupos de propostas: curso de extensão, decisão política, propostas complementares, ao todo são onze, próximo.

Liderança eficaz, está aqui todo o detalhamento que deve ser alvo das mudanças de projetos pedagógicos, grade curricular dos cursos de engenharias, todas as engenharias. Aliás, estendido a outras profissões que o Brasil pode, como a gente sabe que pode ser o número um dentro de mais algum tempo do mundo. Próximo.

Está aí, conhecimento de gestão, eu coloquei aqui uma proposta bem direta e objetiva, isso pode ser feito como disse aquele Presidente, ex-presidente do CONFEA, Wilson Lang, eu assisti aquele debate, ele disse com bastante propriedade que vamos chegar por via aérea, hoje você tem tecnologia. Ou então nós podemos promover isso de uma forma uniformizada, da melhor maneira, na melhor velocidade, no melhor conteúdo para que todas as universidades, todos os engenheiros, recém-formados, os que estão se formando, possam ter acesso. Então todo esse conhecimento. Próximo.

Conhecimento técnico, porque você se passa um mês parado ou sem, você perde, precisa atualizar, próximo. A decisão política de valorizar a profissão, a consequência todos já imaginam. Próximo.

Criar um programa para melhoria de laboratórios. O Presidente Lula, agora no dia 28 ou 29 de janeiro, se não me engano, foi 28 ou 29, lançou um REUFE para resolver problema dos hospitais universitários. Então eu estou copiando aqui o nosso Presidente, está certo? Eu peço até desculpas [soa a campainha] e lançar o RELUFE. Próximo.

Estão aí outras propostas complementares, próximo. Considerações finais, eu mostro nessas considerações finais, mas todo a material vai ficar aqui à disposição da Comissão, eu mosto publicações feitas em diversos jornais, dizendo: "Olha, nós vamos ter falta de engenheiro no Brasil". Eu só não precisei em que data, mas eu tenho tudo aqui documentado. Próximo. Pode. Ir. Vamos lá.

Algumas obras previstas do PAC que estão esperando aí mão de obra especializada, alguns projetos já preparados. Estou terminando, aí o processo decisório, para facilitar a decisão do Presidente dessa Comissão, próximo.

Nós precisamos evoluir de dado para informação para conhecimento e sabedoria, e parar com esse paradigma: só quem tem sabedoria é quem tem mestrado e doutorado. Não. Qualquer profissional com esforço, dedicação, entusiasmo, sabendo como aprender, reaprender, ele adquire isso, próximo. Muito obrigado desculpe por ter passado da...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Edinaldo Marques, sobretudo pelo seu entusiasmo e pelo calor com que ele colocou seu ponto de vista e de uma forma também muito didática. O Prof. Edinaldo é da Universidade Federal de Alagoas, que como ele bem disse a pouco, a Universidade Federal de Alagoas está no ranking de avaliação das universidades federais em 11° lugar, sendo que no curso de engenharia ela recebeu a nota máxima, que é a nota cinco. Portanto, meus parabéns ao Prof. Edinaldo, à nossa Universidade Federal de Alagoas por essa grande performance. E uma informação sobre o salário mínimo profissional de engenheiros, arquitetos, agrônomos e veterinários: 40 horas recebem nove salários mínimos, trinta horas, seis salários mínimos. Esses salários foram fixados pela Lei 4.950 de 1966.

Eu tenho o prazer de passar agora a palavra à Dra. Fernanda De Negri, Diretora Adjunta de Estudos e Políticas Setoriais de Regulação e Infraestrutura do IPEA. V. Sa. tem os 20 minutos regulamentares para fazer sua exposição.

SRA. FERNANDA DE NEGRI: Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, demais colegas de Mesa, obrigada pelo convite, Sr. Presidente. Boa-noite a todos. Bom, nós estamos... O próprio Dr. Edinaldo mencionou que há vários anos a gente, há vários anos ou há pouco mais de anos a gente ver muitas matérias na imprensa, um debate muito forte da imprensa sobre a eventual escassez de mão de obra qualificada em vários setores. Várias empresas estão sentindo isso em suas áreas específicas, e nós achamos no IPEA, que este debate, embora estivesse ocupando bastante espaço na mídia, ele estava carente de algumas qualificações e de alguns números que nos dessem uma visão geral de onde está esse problema e de como... Se problema existe e qual é o tamanho dele.

Bom, por que nós centramos, nesse primeiro momento, em engenheiros? Porque essa é de fato uma profissão essencial para o desenvolvimento tecnológico da economia brasileira. Nós identificamos lá no IPEA que existe uma fortíssima correlação entre investimentos em pesquisa e desenvolvimento realizadas nas empresas brasileiras e engenheiros empregados nessas empresas, quer dizer, essa é uma ocupação muito relacionada com a inovação tecnológica e com pesquisa e desenvolvimento. E o Brasil hoje é um país que está num estágio intermediário em termos de inovação em relação ao resto do mundo. Quer dizer, nós investimos um pouco mais de 1% do nosso PIB em pesquisa e desenvolvimento, os países desenvolvidos investem 2, 2,5%, mas por outro lado nós, apesar de estarmos muito distantes dos países desenvolvidos, estamos muito melhor do ponto de vista de esforço tecnológico do que vários outros países latinos americano que investem 0,7, 0,6% do seu PIB em P & D. Então o Brasil está num estágio intermediário, isso é um bom sinal? É. Quer dizer, nós temos um... Não temos um caminho tão longo a percorrer se quisermos reduzir o *gap* [ininteligível] que nos separa da fronteira tecnológica mundial. Por outro lado a gente está nesse estágio intermediário há muito anos. Aquele dado que o Prof. Brito Cruz nos apresentou de que embora este-

jamos aumentando o número de doutores formados no Brasil, como proporção dos doutores norte-americanos nós estamos estagnados ou até reduzindo, acontece exatamente a mesma coisa em dois indicadores essenciais para a inovação tecnológica: patentes e produção científica. O número de patentes brasileiras vem crescendo sim, nos últimos anos, a produção científica vem crescendo mais ainda, isso é a gente tem visto, os últimos indicadores mostram que o está aumentando muito a sua produção científica no mundo, entretanto, quando a gente compara em termos relativos com o resto do mundo, nós continuamos exatamente na mesma posição que estávamos há 20 ou 30 anos atrás, na posição dos países intermediários.

A Coreia do Sul transitou dessa posição, ela estava atrás do Brasil nos anos 70 e hoje está muito mais a frente do que nós em termos de produção científica e tecnológica; a China é um exemplo de país--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. FERNANDA DE NEGRI: De patentes também. Exatamente, tanto a produção científica de artigos acadêmicos quanto patenteamento, produção tecnológica aplicada nas empresas. A China vem fazendo esse movimento muito mais rapidamente do que nós, e nós, embora tenhamos tido um bom desempenho nos últimos anos, em termos relativos continuamos na mesma situação. Então esta é a razão de nós termos olhado para... A primeira ocupação importante que a gente olhou nessa análise sobre mão de obra qualificada, se existe escassez ou não, foram os engenheiros. Pode passar, por favor. Isso é um pouco o que eu já falei, pode passar o próximo.

Bom, o que nós levantamos? Em 2000, segundo dados da PNAD havia no Brasil 527 mil pessoas graduadas em engenharias, arquiteturas e áreas afins, segundo dados da PNAD. Bom, vamos trazer isso para 2008. A gente somou o número de graduados em Engenharia nesse período, reduzimos de uma taxa de aposentadoria e mortalidade, enfim, e chegamos a uma estimativa que em 2008 nós temos na economia brasileira cerca de 750 mil pessoas graduadas em Engenharia no país. Isso significa que todas essas pessoas estão exercendo funções de Engenharia? Não. A primeira coluna que nós temos aí, o azul mais claro, é um número de engenheiros que atualmente estão ocupados, assalariados, com carteira assinada, nas empresas brasileiras, indústria e serviços, são 211 mil atualmente, o setor produtivo brasileiro emprega 211 mil, 212 mil, arredondando, engenheiros para aquele universo de 750 mil engenheiros que existem formados no Brasil hoje.

É importante ressaltar que aí, como a gente utilizou os dados da RAIS, da Relação Anual de Informação Social do Ministério do Trabalho, não estão contabilizados aí engenheiros que trabalham como autônomos ou que tem as suas próprias empresas, enfim, nós estamos só falando de profissionais assalariados. Mas mesmo que esse número aumente um pouquinho, nós não teríamos mais do que 250 mil engenheiros trabalhando como tal hoje na economia brasileira. Ou seja, dois em cada sete engenheiros estão de fato ocupados em ocupações próprias da sua área da formação, outros cinco desses sete estão exercendo outros tipos de atividades.

Enfim, o que gerou este quadro na economia brasileira, este desvio de funções, digamos assim, dos engenheiros que estão trabalhando por outras áreas? Por um lado se passou por um processo longo de baixo crescimento da economia, então os engenheiros que se formavam naquele, momento ao não encontrar vagas em profissões de Engenharia *stricto sensu,* iam procurar outras oportunidades no mercado de trabalho. Esse é um dos fatores que explica porque você tem um universo tão grande de engenheiros hoje e tão poucos exercendo funções de fato de Engenharia. Pode passar, por favor.

Bom, nós fizemos uma estimativa, dado esse panorama. Ah bom, hoje nós temos 750 mil engenheiros para uma demanda que é no setor produtivo brasileiro de 250 mil, duzentos e poucos mil. Nós fizemos uma estimativa de quanto irá crescer essa demanda por engenheiros ao longo de tempo. Bom, a gente tem que levar em conta também que desse universo de 750 mil, muitas pessoas estão ocupadas há muito tempo em outras áreas, muitos engenheiros estão trabalhando no mercado financeiro ou em qualquer outra área de atividade, e é claro que depois de dez ou 15 anos trabalhando em outras áreas, é muito difícil para esse profissional que está naquele grupo de 750 mil, voltar para exercer uma atividade tipicamente de Engenharia. Então nós fomos olhar o fluxo, como é que aumentaria a demanda por engenheiros na economia brasileira, dada determinadas taxas de crescimento do PIB. Essa primeira estimativa pressupõe uma taxa de crescimento do PIB de 3% ao ano. Nas nossas projeções, a gente identificou que a cada 1% de crescimento do PIB a demanda por engenheiros cresce 2,3%, então se o PIB crescer a 1%, a demanda por engenheiros no setor privado, o requerimento de engenheiros no setor privado, vai crescer a 2,3%. Tomando essa taxa como parâmetro e tomando um crescimento de 3% ao ano do PIB, em 2012 a economia brasileira iria requerer mais 60 mil engenheiros, além dos 211 mil de 2008. Em 2015, que é o último ano da nossa projeção, se-

riam mais 120 mil engenheiros, além dos duzentos e pouco mil atualmente empregados, ou seja, você teria um crescimento de aproximadamente 50% no requerimento de engenheiros para as atividades produtivas da economia brasileira. Pode passar.

Bom, se a economia crescer a 5% ao ano, esse número vai aumentar, obviamente. Então, em 2012, já seriam necessários mais 85 mil engenheiros em relação ao número de 2008; e em 2015, mais 173 mil engenheiros em relação ao número de 2008. Se crescer a 7% ao ano, nós chegaríamos numa expectativa otimista, claro, nós chegaríamos em 2015 com uma necessidade de 275 mil engenheiros, além daqueles 211 mil, de 2008. Se a gente somar aquele primeiro número de 211 mil, significa que, em 2015, a economia brasileira requererá num total de quase 400 mil engenheiros, se crescer a 5% ao ano, ou de quase 500 mil engenheiros se crescermos a 7% ao ano, dada a atual estrutura produtiva brasileira, isso é importante ressaltar. Quer dizer, nós não estamos, não levamos em conta nesse cálculo mudanças na estrutura produtiva. Se eventualmente nós tivermos, e como é o desejo, nós queremos que a economia brasileira cresça e se desenvolva, e incorpore atividades mais intensivas em conhecimento, inovação e tecnologia, é muito provável que a relação entre engenheiros para o restante das ocupações, aumente. Quer dizer, então isso pressupõe uma estrutura produtiva tal como está. E dado também aquela primeira informação que eu disse, existe uma correlação muito forte entre investimentos em pesquisa e desenvolvimento e o número de engenheiros nas empresas, se o Brasil aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento, como é o desejo nosso, e como várias metas fixadas pelas políticas públicas estão pensando, quer dizer, isso vai aumentar o requerimento de Engenheiro. Então a gente pode tomar isso como um patamar mínimo, dada a atual estrutura produtiva brasileira. Pode passar, por favor.

Bom, e como é que fica a oferta de engenheiros? Esses números já foram de modo geral apresentados aqui, os números atuais, o que tem de novidade aí é que nós fizemos uma projeção até 2015. Atualmente, a gente forma entre 40 e 50 mil engenheiros nas universidades brasileiras. Aqui essa estimativa para frente foi simplesmente uma extrapolação da tendência que se observa até hoje, então a gente extrapolou linearmente essa tendência para 2015. Então, até 2015, extrapolada essa tendência de aumento de número de engenheiros formados a cada ano, nós chegaríamos em 2015 com mais de 60, 67 mil engenheiros formados. Então até 2015 nós teríamos mais de 400 mil novos engenheiros formados no país para um requerimento extra, que a gente viu lá atrás, de 120 mil engenheiros a mais no mercado de trabalho, se a gente crescer 3% ao ano. Se a gente crescer 5% ao ano já esse requerimento é próximo de 300 mil engenheiros, mas nada indica a princípio que... Olhando o ponto de vista global não estamos olhando para ocupações específicas. Mas do ponto de vista global, parece que o número de engenheiros que está sendo formado, ele está sendo capaz de acompanhar o que vai se demandar de engenheiros para os próximos anos. Pode passar, por favor.

Esse gráfico o Prof. Brito apresentou, na verdade é como estagnou a formação de Engenharia ali, as universidades públicas e como está crescendo muito isso em universidades privadas. Pode passar. E esse gráfico mostra aqueles diferentes cenários: a linha de cima, que infelizmente ficou meio apagada, que é a linha verde, é o número de concluintes anualmente. Então a gente está passando de algo perto de 40, quase 50 mil engenheiros formados por ano, estaremos passando para quase 70 mil engenheiros formados por ano em 2015, extrapoladas as tendências atuais. Dadas as nossas projeções, nós iríamos precisar na economia brasileira de entre... Num cenário mais otimista de crescimento, de 20 mil novos engenheiros em 2009 e cerca de 35 mil novos engenheiros em 2015, ou seja, a princípio parece que o fluxo de formação de novos engenheiros estaria sendo suficiente para atender a esse requerimento técnico da economia brasileira de profissionais em Engenharia até 2015.

Obviamente... Bom, essa evolução, quais são as nossas conclusões? A princípio isso seria suficiente, esses números indicam que você tem um fluxo de formação de engenheiros capaz de atender a um crescimento da demanda. Entretanto tem algumas coisas importantes que tem que ser ponderadas. Quer dizer, se a gente crescer entre 3 e 5% estaria suficiente essa formação de engenheiros que temos hoje, se crescermos um pouquinho mais aceleradamente do que isso, talvez não, talvez, muito provavelmente não. Por quê? Porque nós não estamos levando em conta alguns fatores importantes para essas qualificações. Primeiro, a qualidade da formação. É claro, você pode ter um número de pessoas sendo formadas em Engenharia todos os anos, que a princípio parece ser suficiente em relação ao que o setor produtivo demanda, mas a qualidade dessa formação é muito variável e nós sabemos disso. A especialização também, Sr. Presidente. Nós, em termos gerais, parece que não vai ter problemas com engenheiros, agora, existem formações e habilidades específicas que aí podem estar sendo, pode estar se identificando essa escassez, por exemplo, não um engenheiro de modo geral, mas um engenheiro de minas especializado em uma atividade muito específica ou com experiência em alguma coi-

sa. Então nesse tipo de formações específicas é onde pode estar havendo problema.

Por que é importante a gente qualificar isso? Porque não adianta a gente simplesmente falar: "Não, precisamos aumentar os cursos de Engenharia de modo geral". Bom, vamos, se a gente acha que está tendo problemas de mão de obra em setores específicos, a gente vai ter que descer para o específico e ver, bom, que tipo de engenheiros de fato estamos precisando nos próximos anos para poder sustentar o crescimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. FERNANDA DE NEGRI: No caso do pré-sal, exatamente. Então é preciso qualificar esse debate também em termos de exatamente que tipo de profissional que está sendo necessário. Um exemplo disso é recentemente um estudo que foi feito para o setor de software. E aí o profissional que estava sendo demandado e que era escasso o mercado, era um profissional muito específico. Era o programador em Java, quer dizer, isso não é simplesmente um analista de sistemas, é um analista de sistemas que conheça uma linguagem de programação específica e que tenha experiência naquilo. Então isso é preciso qualificar também.

Uma outra coisa que não está sendo considerada, é que nós podemos pensar que essa taxa de dois engenheiros hoje ocupados em profissões de Engenharia para cada sete engenheiros que são formados, ela pode ser variável ao longo do tempo. Se nós mantivermos essa taxa de desvio, entre aspas, de engenheiros que vão para outras ocupações, a oferta de engenheiros em 2015 não será suficiente. Agora, se você imaginar que se a demandas por engenheiros na estrutura produtiva brasileira crescer, isso vai levar a um ajuste de salário e esses profissionais vão ser melhor remunerados, é muito possível que essa taxa de desvio, ela reduza. Porque como a gente debateu antes, eu acho que essa taxa de desvio era tão grande em virtude de que você tinha um período de baixo crescimento e os engenheiros foram buscar outras ocupações que não as ocupações típicas de Engenharia.

Bom, por fim, aquilo que eu já falei antes: mudança na estrutura produtiva também não estão, não foram levadas em conta aí nesses cálculos. E tem uma coisa importante, que é também o treinamento da mão de obra dentro da empresa, quer dizer, não é... A formação de nível superior, ela vai dar uma formação ampla, geral e esperamos que se for uma formação da boa qualidade, vai formar um profissional de boa qualidade com uma visão ampla. No entanto, nada vai substituir o treinamento dentro da empresa, isso é importante, porque se você... Os números da pesquisa industrial anual indicam que as empresas brasileiras, da indústria brasileira, investem menos de 0,5% do seu faturamento em treinamento. Quer dizer, talvez a gente estivesse muito mal acostumado no setor produtivo brasileiro, no sentido de que como a economia não estava crescendo era muito fácil encontrar profissionais qualificados nas mais diversas áreas, com experiência. E esse cenário mudou, dado que quando você consegue alcançar uma taxa de crescimento razoável, esse cenário muda e já não é mais tão fácil encontrar aquele profissional com aquelas qualificações, então o treinamento dentro da empresa se torna algo ainda mais importante do que costumava ser.

Era isso, Presidente. Obrigada, eu gostaria de agradecer também aos autores aqui do estudo, ao Divonzir e ao Paulo, que são dois dos autores do estudo que vieram acompanhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Dra. Fernanda De Negri, Diretora Adjunta de Estudos e Políticas Setoriais de Regulação e Infraestrutura do IPEA, bem como a sua equipe que a acompanha.

Vamos agora passar a palavra ao nosso último palestrante dessa nossa Audiência Pública, o Dr. Michal Gartenkraut, ex-Reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o nosso ITA. V. Sa. dispõe dos 20 minutos regulamentares, Dr. Gartenkraut.

SR. MICHAL GARTENKRAUT: Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente da Comissão, Exmo. Sr. Senador Fernando Collor, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes da Comissão e do painel, parlamentares e autoridades aqui presentes, colegas, cientistas, professores. Boa-noite a todos. De início eu gostaria de agradecer o convite do Sr. Presidente para comparecer a essa Audiência Pública. É para mim elevada honra ter a oportunidade de estar perante esta Comissão do Senado para compartilhar as minhas reflexões sobre assunto tão relevante para o desenvolvimento do país.

A atual escassez de engenheiros no Brasil é tema momentoso, objeto de frequentes matérias de jornais, reportagens, suponho que já deve ter chamado a atenção de todos os que se preocupam com os destinos do país. Observo, entretanto, que até agora o debate tem focado principalmente no aspecto quantitativo da questão. Não resta dúvida de que há hoje no país um considerável déficit numérico de profissionais da área de Engenharia, traduzido em número de profissionais disponíveis no mercado de trabalho em quantidade muito aquém da demanda atual, por sinal em significativa elevação desde que a estabilização da economia e as reformas promovidas ao longo das últimas déca-

das colocam em marcha um processo aparentemente sustentado de crescimento.

O equacionamento desse crescente déficit de engenheiro constitui naturalmente um enorme desafio a ser enfrentado com urgência; não vou me furtar, portanto, a tecer algumas considerações sobre ele. Mas gostaria de propor também uma reflexão sobre um outro desafio relacionado, e não menos importante, e que em minha opinião tem estado ausente do debate, que é a qualidade da formação do profissional de Engenharia. Quanto aos aspectos quantitativos da escassez atual, as informações disponíveis dão conta de que o fenômeno na realidade tem origens mais remotas e estruturais. Ilustrados, por exemplo, por uma comparação internacional na qual o Brasil aparece já há muito tempo formando menos engenheiros, em termos absolutos e em relação ao seu tamanho, do que os demais países comparáveis. De resto, é conhecido que o Brasil forma poucos profissionais de nível superior de todas as especialidades, como foi demonstrado aqui por quase todos os participantes do painel. No *ranking* da OECD, por exemplo, que inclui países membros da organização e parceiros, como o Brasil, o Brasil frequenta os últimos lugares. A situação agrava-se no caso da área da Engenharia, pois enquanto a Coreia forma 20 engenheiros para cada cem formados no Ensino Superior, o Brasil forma apenas oito. Vou pular os números que eu preparei aqui, que são uma repetição de tudo o que foi apresentado. São exatamente as mesmas estatísticas, o Brasil formando na ordem de 40 mil engenheiros por ano, a Coréia com um quarto da população forma 80 mil, a Rússia 110, a Índia 250 mil, a China 400 mil, os Estados Unidos 138 mil, só para citar algumas comparações. Enquanto o Brasil forma seis engenheiros para cada mil habitantes inseridos da população economicamente ativa, o Japão e os Estados Unidos formam 25. Segundo especialistas, o número ideal no caso brasileiro seria 20, isso requer uma expansão imediata do sistema de oferta de profissionais de Engenharia por um multiplicador de mais de três, desafio nada desprezível que está, de certa forma, equacionado, quando consideramos a perspectiva do Plano Nacional de Educação, embora em prazo muito mais dilatado do que a urgência requer.

Segundo estimativa do CONFEA, e aí vem os números também já citados, cerca de 800 mil engenheiros registrados no país, 30% deles residentes em São Paulo, e um dado aparentemente paradoxal já citado também, dois em cada sete engenheiros estavam de fato trabalhando em ocupações próprias de sua área de formação. Parte da explicação para este aparente paradoxo encontra-se nas décadas de virtual estagnação do mercado de trabalho para engenheiros, o que provocou de um lado a fuga dos profissionais formados para outras áreas e de outro a queda da procura pelos cursos de Engenharia por parte dos estudantes. As estatísticas mostram isto muito claramente.

Sobre esta última, a queda da demanda, há abundante material estatístico disponível, ocorre aqui o que os economistas chamam de falha de mercado. Eu diria uma grave falha de mercado. Eis que o mercado de trabalho não é capaz de sinalizar de forma correta e a tempo, a escassez futura de profissionais. A sinalização correta seria através da elevação do salário, isso não ocorre a tempo, e portanto o aluno que é, o estudante que é levado a decidir por uma profissão precocemente, é bom que se note, não percebe o sinal de mercado de escassez. Assim, a recente elevação de salários de engenheiros, matéria do Jornal Folha de São Paulo da semana passada, veio tarde para sinalizar aos decisores de anos atrás para as oportunidades que essa escassez traria para os atuais profissionais. Por outro lado, a atual sinalização provavelmente acabará produzindo no médio prazo um excesso de oferta em uma sucessão de distorções de mercado. Isso acontece em parte porque o tempo decorrido entre a escolha da profissão e a entrada efetiva no mercado de trabalho é particularmente longo no Brasil. O estudante é induzido a decidir muito cedo sobre a escolha da profissão, fenômeno que decorre da nossa ânsia em uma especialização cada vez mais precoce. Às vezes essas decisões são induzidas para facilitar a burocracia do vestibular, a própria organização do Ensino Médio e outros exemplos similares.

Hoje, vemos meninos e meninas com idade de 15 e 16 anos chamados a escolher a profissão futura, naturalmente sem o devido conhecimento e maturidade para tal. Nesse sentido, estamos andando na contramão do resto do mundo, que de uma forma geral está promovendo corretamente, a meu ver, o adiamento das especializações, não só no processo de decisão da profissão, como as especializações ao longo do currículo, voltarei a essa tema. Vejo espaço aqui para uma recomendação no sentido de acompanharmos a tendência mundial de evitar essa especialização cada vez mais precoce no país. Por outro lado, tradicionalmente, uma falha de mercado indica a necessidade de uma cuidadosa intervenção do Estado, seja através de uma adequada regulação, seja mediante a utilização de políticas públicas, como incentivos e outros que já foram citados aqui, que possam corrigir as distorções provocadas pela inabilidade inata, no caso, do mercado. A redução do problema de escassez, a simples comparação entre dois números agregados de oferta e de demanda, encobre as outras dimensões da questão. Uma primeira é a heterogeneidade das situações,

tanto do ponto de vista setorial quanto regional. Assim, por exemplo, há estudos mostrando que a situação é mais aguda, muito mais aguda, no campo da tecnologia de informação e os subcampos a ela relacionados. Estudo recentemente divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de TI e comunicação, estimam em trinta mil as vagas abertas e não preenchidas na área e projetam déficit ainda muito maior no futuro das condições atuais da oferta.

Quando assumi a Reitoria do ITA em 2001, vivi pessoalmente o drama da escassez de engenheiros aeronáuticos da EMBRAER, cujo sucesso demandava à época 300 engenheiros aeronáutica por ano, isso em uma época em que a escassez agregada de engenheiros não estava nem no horizonte. Só para se ter uma ideia do estrangulamento, o ITA, na época a única instituição de Ensino Superior do país com curso completo de Engenharia Aeronáutica, formava por ano cerca de 40 profissionais dessa modalidade, ainda alguns deles destinados a seguir carreira militar no quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica. Para atender a essa enorme demanda, a EMBRAER já havia contratado no mercado internacional a peso de ouro, mais de uma centena de engenheiros, fenômeno que hoje se repete em outras áreas. A continuidade desse processo retiraria da empresa um dos fatores de sua competitividade, justamente a oferta de mão bem formada a preços de mercado brasileiro. A solução neste caso foi bastante engenhosa: em parceria, o ITA e a EMBRAER formularam um programa de mestrado profissionalizante em Engenharia Aeronáutica bastante inovador para engenheiros de outras modalidades: mecânico, civis, químicos, etc., visando transformá-los em 18 a 24 meses em engenheiros aeronáuticos. Foi visível imediatamente o excelente desempenho do programa. Primeiro houve uma enorme demanda de candidatos para o programa de mestrado profissionalizante, quatro candidatos por vaga, o que para um curso de pós-graduação é uma taxa elevadíssima. O padrão dos profissionais formados foi avaliado pela empresa como extremamente elevado, em nada devendo ao dos engenheiros estrangeiros que foram substituídos em pouco tempo na totalidade. De quebra, o aprendizado com a experiência de parceria serviu para o ITA reformar de forma significativa o nosso currículo de graduação de Engenharia Aeronáutica. Como solução emergencial foi um sucesso, mas de alto custo de dinheiro e de tempo, não se enquadrando bem na perspectiva de soluções de longo prazo para o quadro geral atual de escassez.

Outra dimensão do problema é sua distribuição regional. Ora, se, do total de engenheiros existentes no país, 30% estão localizados em São Paulo, e o processo de crescimento recente da economia, que penso que terá continuidade, registra taxas mais altas em outras regiões, notadamente no Nordeste, é de se supor que é somente uma questão de tempo para que a situação deficitária nessas regiões torne-se ainda mais aguda do que a observada ao nível nacional.

Há felizmente um leque de instrumentos conhecidos de política pública à disposição para lidar com todos esses desafios de curto prazo. No que se refere às perspectivas de formação de profissionais de Engenharia, refiro-me a um recente estudo do IPEA, exatamente o que foi apresentado aqui, datado de fevereiro deste ano, intitulado “Escassez de Engenheiros, Realmente um Risco”, e vou saltar as conclusões do estudo que eu transcrevi aqui. Exatamente o que foi apresentado.

Não menos importante é a questão da qualidade da formação dos engenheiros no país. Os novos paradigmas do desenvolvimento, a inserção competitiva da economia brasileira no mundo, a crescente preocupação com a sustentabilidade do planeta e o ritmo de mudanças nos mercados, e principalmente na ciência e na tecnologia, demandam hoje um profissional muito diferente daquele que as nossas universidades se acostumaram a formar no passado. Arriscaria a dizer que nesse contexto o mundo mudou 180 graus. Poucos fatores garantidores de sucesso no passado podem garantir o sucesso no futuro.

Já há algum tempo que o mercado de trabalho sinaliza claramente o perfil de necessidades do novo engenheiro. Sólido embasamento em conhecimento básico, empreendedorismo, profissional capaz de inovar, de criar, de mobilizar, organizar e gerir equipes multidisciplinares. E no caso brasileiro, eu acrescentaria ainda a cidadania. Tomando emprestado do criador do ITA e do CTA, o grande visionário Marechal-do-Ar Casemiro Montenegro Filho, o lema por ele cunhado para um instituto, abre aspas, formar técnicos competentes e cidadãos conscientes, decorre de uma constatação dos profissionais por ele contratados no exterior e que fizeram uma análise do mercado brasileiro de educação, concluindo que os formados que chegavam à universidade não estavam com a sua formação completa. A hipótese de que nós poderíamos ter escolas de Engenharia à semelhança das escolas européias, notadamente a École Polytechnique, que realmente ensinava técnicas e focava no ensino técnico, não se verificava no Brasil. Há documentos daquela época que explicitam a decisão do ITA de assumir esse encargo adicional, que não caberia a uma universidade, a um Instituto de Ensino Superior, de completar a educação do cidadão que chega à universidade. É minha percepção, e acredito que haja bons motivos a suportar

essa visão de que esse problema continua, se não estiver agravado. O modelo pedagógico adotado pelo ITA desde a sua criação na década de 40, incorpora boa parte desses elementos: autonomia absoluta da congregação sobre o conteúdo dos currículos revistos e aprovados a cada ano, na minha opinião um dos fatores que garantiram o sucesso da instituição; regime de tempo integral para alunos e professores com intensa interação aluno professor; salas pequenas; laboratórios especializados; professores com conhecimento acadêmico e profissional; atenção à pesquisa e pós-graduação; carreiras baseadas exclusivamente no mérito. Outros destaques tornaram-se ainda mais importantes com o passar do tempo: desenvolvimento saudável e espírito crítico e cívico; existência de um importante departamento de humanidades, desde a criação do instituto, com grande envolvimento de professores e alunos; um envolvimento intenso de alunos e professores em atividades extracurriculares, isto é, fora da sala de aula e atividades do Centro Acadêmico; acima de tudo, a chamada disciplina consciente, um regime voluntário de postura baseado em valores pétreos como honestidade, democracia, cumprimento de regras, ainda que sejam objeto de revisão, cultuado até hoje por gerações de engenheiros formados pela instituição e pelos alunos correntemente matriculados. Uma verdadeira escola de cidadania e empreendedorismo ao mesmo tempo, ao lado do competente ensino técnico. Ao mesmo tempo, um laboratório para a validação de muitas mudanças que mais tarde foram incorporadas por todo o sistema, principalmente através da Lei de Diretrizes e Bases.

Inegavelmente, o nosso sistema de Ensino Superior evoluiu muito nas últimas décadas, como já foi citado aqui, entre outros desenvolvimentos, merece destaque a implantação do maior e melhor Programa de Pós-Graduação da América Latina, fator primordial que nos coloca hoje entre os grandes produtores de doutores e de ciência do mundo. Curiosamente, esse sucesso no campo científico não é acompanhado quando se trata da tecnologia, e assim, enquanto nas classificações mundiais de ciência o Brasil aparece muito bem colocado, posição mais recente, 12º é uma colocação excelente. No campo da tecnologia, a nossa posição perde-se de vista, por qualquer indicador que se use, seja de registro de patentes ou outros similares.

Na raiz desse problema, eu adianto, está o excesso de academicismo, particularmente grave na formação de certas categorias profissionais como a de engenheiros. Essa distorção indesejável origina-se na inflexibilidade da carreira docente das universidades públicas, que por sua vez constituem paradigmas para as demais, ou seja, para as universidades não-públicas, privadas, confessionais e assim por diante. Ocorre que o atual sistema admite na prática uma única carreira docente, a do recém-formado com progressão na própria universidade, em função de cursos de pós-graduação e especialização, naturalmente dos avanços em pesquisa e produção científica, zero de experiência prática. A consequência é que nas escolas de Engenharia, quem ensina Engenharia não tem prática nenhuma de Engenharia. Nenhuma. Não tem nenhum minuto de experiência prática de Engenharia, dos problemas reais de Engenharia. E se porventura aparece alguém com experiência, o sistema trata de repeli-lo, pois ela não conta para a avaliação do docente nos sistemas já tradicionais de avaliação do nosso ensino, ele é considerado um estranho, um intruso. A solução para esse problema é relativamente simples e é conhecida, já que consta de um manifesto subscrito por vários cientistas e intelectuais em 1998, um deles aqui presente, o Prof. Brito Cruz, em defesa da Universidade Pública. Trata-se de um sistema de duas carreiras paralelas, uma acadêmica em regime de dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa e avaliação segundo os critérios usuais do mundo científico, todo o rigor científico, e uma outra de dedicação em tempo parcial, contemplando como docentes os profissionais de reconhecida experiência em seu campo com o sistema de avaliação correspondente a essa característica. Eu brincava na Reitoria do ITA com o meu amigo Ozíres Silva, dizendo que se nós quiséssemos incluí-lo no corpo doente nosso Doutorado em Engenharia Aeronáutica, provavelmente a nossa avaliação cairia. Por quê? Porque tudo que ele tinha não valia nada e que o valia ele não tinha, não tinha publicações indexadas recentes, ele tem, ao contrário de muitos outros profissionais experientes, um mestrado muito bem feito na *CALTECH,* nos Estados Unidos, mesmo assim aquilo não somava pontos suficientes para evitar uma queda da nossa avaliação. Esta é a forma que o sistema achou de repelir esses verdadeiros, entre aspas, intrusos.

Lamentavelmente, nosso sistema educacional evolui muito lentamente, até na própria percepção das mudanças ao redor e da necessidade de mudar internamente. A proposta acima não foi implementada, a burocracia impera de forma crescente, a revisão dos currículos é demorada, o sistema tende para o fechamento em si mesmo, o contato com o mundo exterior enfrenta dificuldades. A mais recente pesquisa sobre inovação tecnológica realizada pelo IBGE em parceria com o FINEP, ela revela um dado muito ilustrativo dessas dificuldades, perguntada à empresa onde ele vai buscar informações a respeito de tecnologia, ela

lista em primeiro lugar os seus competidores, em segundo lugar os seus clientes, em terceiro lugar seus fornecedores e muitos outros até chegar em oitavo lugar na universidade. Isso é revelador justamente dessa dificuldade de diálogo por vários motivos, por falta de interlocutores, por falta mesmo de um costume de colaboração, e acho que os dois lados precisam se esforçar para melhorar esse quadro.

Muitas das tecnologias, hoje, em uso, sobretudo nos campos afetos à Engenharia, não sobreviverão à duração de um Curso de Engenharia. Na área de TI, o ciclo do produto é medido não mais em anos, mas em meses. Me disse um Diretor da empresa líder em fabricação de celulares que o ciclo do produto neste ano é menor do que um ano, portanto, a tecnologia avança e muda incessantemente de uma forma, num ritmo avassalador. O que tudo isso nos indica? A necessidade de muita flexibilidade, de agilidade na adaptação, tudo o que o nosso Ensino Superior, notadamente o público não possui. Existem exceções, e rendo aqui a minha homenagem a meu colega Brito Cruz, como foi Reitor da UNICAMP, a UNICAMP é uma exceção nesse universo tão cinzento pintado no texto. Por outro lado, aponta na direção do fortalecimento do ensino, do conhecimento básico, aquele que muda mais lentamente, portanto com menos risco, e no desenvolvimento de capacidade de criação, inovação e gerenciamento, eis que os engenheiros do futuro serão chamados a criar as novas tecnologias demandadas pelo processo de desenvolvimento e induzidas pelo alucinante ritmo de descobertas científicas.

Finalizo com uma frase de Einstein, outro visionário de extraordinária lucidez: [soa a campainha] "O valor de uma formação universitária não reside no aprendizado de muitos fatos, mas no treinamento da mente para conceber coisas novas. A educação é aquilo que sobra quando se esqueceu todo o resto". Mais do que nunca, esta visão deve servir como um alerta para todos os desenvolvidos no ensino da Engenharia moderna. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Michal Gartenkraut ex-Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, que é por todos conhecido como um Centro, assim como a UNICAMP, de excelência, de referência, de instrução, de saber, de desenvolvimento e de inovação no nosso país.

Com a palavra o Senador Mão Santa para fazer suas indagações.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu não quero fazer indagações, [interrupção do áudio] Collor, que eu aprendi muito, muito, aqui está uma seleção, quem devia estar aqui era o Governo todinho, desde o Luiz Inácio, aquele time, para aprender. Eu aprendi muito mesmo, que eu gosto de aprender.

E eu vibrei até, porque nós os nordestinos estamos representados do Dr. Edinaldo Afonso Marques de Melo, um homem de muita sabedoria, de muita competência, se eu chegar a Presidência, que era bom para o país, V. Exa. já ia lá comigo, porque eu estou encantado.

Primeiro o ITA. Tenho 67 anos, o ITA era um sonho da nossa geração, nós somos bem preparados, eu estou com medo do que está havendo aí. Um país só de mentira, 74% dos brasileiros não tem um livro, Prof. Brito. Atentai bem, 74% dos brasileiros não tem um livro! 90% dos municípios brasileiros não têm livraria. E aí, estão se dividindo um dinheiro aí, que eu não sei onde vai dar, no negócio do pré-sal, Petrosal, e que deu isso. Os técnicos e engenheiros, é tudo ilusão, utopia, é tudo mentira. Cadê os técnicos? Cadê os cientistas? O ITA era [ininteligível] e eu vou lhe dizer o seguinte, eu vou... Eu achei sempre bonito, desde o Leonardo da Vinci, esse negócio de Engenharia, mas era difícil, era o vestibular mais difícil, mais complicado, era só para quem tinha competência. Eu vou abrir logo o jogo, eu sou médico, eu sou do Piauí, me formei em Fortaleza, eu acho que da geração da gente pensava, um, dois, um, não era? E o ITA era um negócio, o ITA, era um... não é? Eu não ousei, eu ouvi falar, eu ouvi cantar, não sei o Presidente Collor é mais novo. Mas o ITA que fez a grandeza de tudo, esse negócio, a seriedade do ensino, era o padrão então. Eu vi até um menino aí do Flexa Ribeiro com um telefone, eu digo: "Rapaz, você devia estar aqui era apreendendo, Flexa Ribeiro". Engenharia nos encanta. Eu não sei nada, eu sabia muito Matemática e tudo, eu fui ser médico, mas Engenharia era mais difícil, a gente admirava os estudantes de Engenharia.

E esse negócio de dizer que nunca antes, não. Nós somos bem notados, a nossa geração era uma elite, eu sei que os colégios mais era privado, era o ensino religioso, se estudou em Marista ou em Jesuítas, ou em Salesianos, eu estudei em Colégio Marista que era muito bom, aprendi [ininteligível]. O ITA, e me impressionou, o país era [ininteligível], tinha umas livrarias do governo, eu estou falando que não tem livraria esse bicho, esse negócio de dizer que nunca antes, não antes, foi melhor, nós estamos aqui é pela antes, viu?

Eu formei em Faculdade de Medicina Pública, extraordinária, muito bom, fui fazer cirurgia num hospital público, servidor do Estado do IPASE, o melhor da época do governo. Teve o antes. O Getúlio Vargas, se V.Exa. foi Presidente e foi um bom Presidente, eu era prefeitinho na época, eu que faço história e posso

dizer, pelo menos ninguém andava com pires aqui, eu nunca vim atrás desse Collor aqui. Chegava o dinheiro devido às prefeituras. Ele cumpria a Constituição e a Constituição reza que do bolo, do bolo 22,5% vá para os municípios, eu era lá esse prefeitinho; 21,5 para os Governos do Estado, 53% para o Presidente da República e 3% para o Fundo Constitucional, some e dá isso. Hoje os Prefeitos baixaram, baixaram, baixaram, estão recebendo 14 a 15%. Eu estou aqui porque fui um bom prefeito, porque V. Exa. cumpria. Então, têm muitos da geração que recebeu e são senadores, foram prefeitos na época que V. Exa. era, não era que era o bom, não um quadro vale por mil palavras e de repente aí não tinha, eu fui candidato a Governador do Estado, logo depois saí para o meu consultório tive 93,84% dos votos da minha cidade, que era do Reis Veloso, [ininteligível] mas porque os prefeitos poderiam ser bons, agora o que houve é o Governo Federal ficou com dinheiro todo, capou dos prefeitos e eles vêm aqui, e não está bom, não melhorou não, teve o antes.

A senhora, D. Dra. Fernanda, é porque é bem nova, mas esse Getúlio Vargas foi um gênio, eu estou estudando aqui, Getúlio Vargas, ele é porque era pra entrar, fez uma guerra que tinha muita corrupção eleitoral, não tanta como há hoje, hoje está muito pior a corrupção eleitoral, eu sei, eu sou [ininteligível], hoje é muito pior, viu? Mas ele entrou, fez uma guerra dizendo que foi vítima da corrupção, os paulistas queriam tirar ele e foi outra guerra, e depois teve a guerra mundial. Então o homem enfrentou três guerras, mas o Getúlio fez um negócio de um DASP, Departamento de Serviço Público, ele tem lá um livro de chefia que você falou, liderança e administração, critérios de nomeação, que o Luiz Inácio devia ver que existe isso, critério é a coisa mais séria, critério daquele tempo, o DASP, Wagner Estelita, tinha isso, Departamento de Assessoria e Serviço Público, o serviço público era uma coisa séria; agora não, é uma vadiagem, aí, é uma assinatura. E que o grande erro está aí, uma assinatura, Collor, você assinou alguns [ininteligível], mas, hoje, é 11 mil, 848 reais.

Atentai bem, uma assinatura entra um companheiro, um aloprado pela porta larga, e quanto ganha um professor hoje para formar esse pessoal da ciência e tecnologia, hein, Presidente Collor? Já começa aí, é 11 mil 848 reais um [ininteligível]. Eu pergunto quanto ganha os professores aposentados do ITA, que era um sonho. Mas as coisas funcionavam melhor, hoje é muita propaganda, ilusão. Existia em toda a cidade, eu era lá de Parnaíba, uma livraria do Ministério da Educação. O melhor livro que eu estudei foi de física, é um tal de *Blackwood*, física prática, situações de física, é um encanto. Era, a gente comprava dessas coisas, esses livros básicos.

Eu acabei de dizer que o país, 90% das cidades brasileiras não tem uma livraria, antigamente o governo tinha essa, a gente comprava o livro bom, depois eu fui medicina, fazia, urologia, citologia até, não tem o país está isso, sem livro. E V. Exa., Presidente Collor, está aí na base aliada do Partido que apóia... Falou-se aqui em Alberto Einstein, ele tem um livro Maturidade, Maturidade tem duas páginas sobre educação. Se V. Exa., ex-presidente da República, convencer a chegar a todos os professores as duas páginas só que ele trata de educação, ninguém poderia falar, foi o que V. Exa. terminou aí. Ele disse que essa escola, que está degradada, que não se consegue o piso de uma professora, falou-se em piso, seria 960 reais, mas isso não se transformou em lei, é uma vergonha. Nós votamos, fizemos audiência, madrugamos, esse aqui, a porque é do governo vai dizer, porque governo é tudo, não é? Divisão do poder, então o Poder Judiciário freou, é uma vergonha, tem professoras no Brasil legalmente recebendo menos de 960 reais. Porque não é lei, não se formou, parou, meteram uma liminar e as bichinhas estão, nesses 5.568 municípios, ganhando menos do que 900 reais, o prefeito pode pagar, governador, privada que não tem lei que é um piso.

E quero lhe dizer o seguinte, a migração é muita séria. É muito séria. Estão saindo da Engenharia porque a compensação do trabalho é uma remuneração condigna. Infelizmente não é isso piso, não, Edinaldo. Na prática, eu vivo da prática e ouço, uma empresa... Eu sou do Nordeste, eu fiquei emocionado com a sua cultura igual a dos demais, não deixou... Todos são brilhantes, mas representa muito bem, não é isso, não. Não realidade estão dando emprego para engenheiro aí. Eu ouço a voz rouca das ruas, é 1500 reais, 2000 que estão oferecendo aos engenheiros, as empresas. Está humilhante, eles estão saindo tudinho para fazer Direito. Estão tudinho. Eu tenho um caso, eu tenho uma filha que eu acho um gênio, ela é engenheira, quando eu vi, ela está com uns livros lá de Direito, e eu digo: "Mas menina..." E ela é bem casada, mas é porque está mesmo. Médicos, eu conheço médicos, muito médicos. Presidente Collor, você já olhou quanto ganha essa gente? Quanto ganha um Desembargador? Quanto ganha um Ministro do Supremo Tribunal? É esse disparate. No meu tempo, [ininteligível] mas sério ou [ininteligível], a gente sonhava em ser engenheiro, e as maiores inteligência para engenheiro porque tinha também, e aí o negócio desgringolou. Não é esse salário do piso, não, não tem isso na lei, não. O senhor sabe qual é o piso do médico?

Presidente Castelo Branco foi um grande homem, a revolução teve um bocado de coisas grandes, isso é besteira, João Paulo Reis Veloso foi lá da minha cidade, filho do carteiro com costureira, ele abria a fabrica do meu avô com dez anos de idade. E aí esse drama todo, o trabalho infantil, não sei o quê, eu sei que ele abria com dez anos a fabrica de meu avô. O Mauá começou a trabalhar com nove anos, exemplos aí de grandeza, e só se faz medo de não sei o quê, trabalha escravo, eu acho que os antigos eram mais inteligentes do que nós. Os nossos avós ensinavam assim, quer estudar vai estudar, não quer vá trabalhar, o trabalho é uma escola, dignifica, e a gente não vê mais isso, essa formação piorou, o Brasil piorou muito, não melhorou nada, não. Olha a barbárie que nós vivemos. Eu estudava no Rio de Janeiro, eu nunca vi esse negócio de, não tinha negócio de bala perdida, não tinha bandido, não, não tinha essas coisas, não. Nos anos 60 eu estudei, a civilização era melhor, isso é uma barbárie que nós... a família está toda, é a educação que vocês viram ali, que está numa falácia. "Ó, quanto ganha a professorinha", como é que pode educar. Aí você falou que não tem o médio, quem educa é a professora. Ela não tem garantido 960 reais, mas vamos adiante. Mas o livro Maturidade são duas páginas que ele dedica à educação, eu acho que ninguém escreveria melhor do que Albert Einstein. Ele diz lá que a escola é único instrumento que nós dispomos para pinçar todos os conhecimentos da humanidade e da paz [ininteligível] se ela não for boa está tudo arrasado e não tem isso e não tem. E aí, eu gostei de V. Exa. ali, o Edinaldo, porque foi o Peter Drucker que fez isso, tem que ter é líder, um líder do futuro inovar, inventar, criar e tudo.

Mas professor, o que eu quero dizer é que estão saindo mesmo, a imigração da Engenharia e eu não vejo isso... Eu vejo só as discussões, não vejo uma justiça salarial, o que tem hoje nas nossas leis, passou aí, eu passei, eu fui relator, botei ali para um médico ganhar em torno de sete mil reais, mas ali morre na cama. Mas o Presidente Castelo Branco, eu era médico residente e graças a ele eu namorei, Collor, com muita enfermeira e gostei, ô cabra macho, porque está bom desse homem aprender. Eu era lá médico residente quando ele botou, pegou, naquele tempo tinha um decreto-lei que era menos imoral do que essas medidas provisórias, porque ia pra cá. Aí eu vi isso, eu vi, menino, esse país melhor, isso só é mídia. Collor, ele baixou lá um negócio. Eu não sei por que ou ele esteve doente. O piso da enfermeira é seis salários mínimos, e tá. Do médico é três, depois eu fui, mas nunca aumentou na lei. O Castelo Branco, num ato de reconhecimento, eu sei que essas enfermarias é o Castelo Branco era o deus delas, e eu gostava porque elas passaram a ter carrinho, Fusca, apartamento e a gente médico residência acompanhava elas e ia. Mas seis salários mínimos foi o Collor que botou, o do médico é três, o do engenheiro não é isso não, pode olhar, eu fui Governador do Estado. É uma... está muito bom esse país para esse pessoal que fez Direito, o primeiro Senado de 42 Senadores tinha 22 da área do Direito e desde daí eles só fazem leis boas para eles mesmos, é uma vergonha a diferença salarial. Eu aqui, ó, fui um dos melhores cirurgiães desse país, trabalhei com Mariano de Andrade, Mão Santa não foi de brincadeira, não. E não iam botar, não, fui numa Santa Casa, tudo dormindo, facada em pobre, bala, e o diabo. A minha aposentadoria, Deus é tão bom que eu estou aqui no Senado, mas a aposentadoria de um médico pós-graduado eu fiz todos os cursos inimagináveis que vocês imaginam, era o Pelé fazendo gol, Roberto Carlos cantando e eu operando os pobres na minha cidade. Collor, eu não olho nem quanto é a minha aposentadoria porque dá úlcera, dá úlcera, os médicos aposentados. Olha, eu vou contar só um fato como esse país é injusto. Tinha um Diretor da Santa Casa, velhinho, Dr. Cândido, aonde ele... esse apelido Mão Santa, foi lá. Aonde Cândido Almeida Ataíde, ele que pegou o João Paulo Reis Veloso, o parto, fez o parto, nós somos da mesma cidade, o filho. Ele era maranhense de Tutóia ali, atravessa o rio, eu sei que era do diretor, Dr. Cândido Almeida Ataíde.

Collor, depois eu fui prefeitinho com você, fui governador, eu "taquei" a medalha no peito do Cândido Almeida Ataíde, aquela Comenda Grande Cruz Renascença, e aí botei pra ele discursar, pra agradecer, você sabe; 94 anos. Dr. Michel, o Dr. Cândido Almeida Ataíde com 94 anos era Diretor da Santa Casa, Dra. Fernanda, na véspera de morrer ele operou cesariana nos pobres do meu hospital, porque as aposentadorias é estão indignas, que ou o sujeito vai ser isso ou não vive. Esses médicos estão todos trabalhando, sendo médico de família, deixando de ser os profissionais de alta resolutividade, cirurgião do meu tempo está para sobreviver essas boquinhas, então nós temos diferença salarial extraordinária, isso é que impede, isso é que está afastando, e quem faz progresso é os engenheiros, mesmo. Eu quando governava o estado eu era rodeado de engenheiro por todo lado. Eu vejo do Piauí, digo: "Rapaz, isso vai falir", a companhia energética é só tirando, todo mundo tirando dinheiro de lá. "Quem é que é esse moço?" Eu perguntei quais são... "Não, ele não usa não, é só com os companheiros", com o anel do bambu preto e esse negócio de PT. É.

E aí está acabando, acabou os valores, não era assim, não, o serviço público, DASP, entraram aí meu

amigo, se aparelharam aí, está é complicado, esse país é o serviço público todo... não foi, acabou o mérito. Está tudo aí, foram nomeados e piorou a escola, a faculdade, piorou a educação, piorou a saúde, piorou a segurança e é isto. E os engenheiros aí, esse negócio, fica só nesse negócio: "Vamos no pré-sal, vamos dividir, vamos não sei que"... é Petrosal, e cadê os técnicos, os cientistas para fazer isso? Dizem que é de 600 bilhões para a gente chegar a isso, eu não sei nem escrever esse número, porque médico sabe pouca Matemática. Médico é 12 por oito a pressão, 70 o coração, a glicemia 120, se der 300 a cabra já morreu, a gente sabe pouco número, não é, médico.

Mas é isso, Presidente, mas eu quero lhe parabenizar porque V. Exa. merece todo o respeito, trouxe os maiores valores, eu aprendi muito, e pelo menos eu não sei como é que o senhor vai dar um grito. Essa é a realidade. A Engenharia está migrando, eu conheço, é da minha geração, os médicos está tudo migrando para ser negócio... é Juiz, desembargador, eu tenho uma filha em casa e já é competente e tudo. Tem que ver, não tem lei, não, viu, Edinaldo, tudo o que você disse é certo, mas não tem lei que dê esses seis salários para engenheiros, não. A realidade, o fato é que eles estão é com vis salários, lá pelo menos no Nordeste, eu não sei essas multinacionais e tudo. Pelo menos é o grito do Collor, essa é a realidade e você está mostrando para o país que a gente tem que pensar e ver e reestudar.

E eu queria cumprimentá-los a todos, eu fiquei encantado, o ITA, é com voz que o é de novo? O ITA é velho, eu era menino, eu sonhava indo pra lá. A sua universidade também, eu quero saber que o é que foi de ciências e tecnologias, só houve de bom mesmo, Presidente Collor, foi aquele seu grito que nós tínhamos era carroça e os carros e melhorados depois aí, para melhorar isso tem que ser engenheiro, é os Leonardo da Vinci da vida que tem é que fazem as coisas. Então os meus parabéns para todos e tudo, e que V. Exa., com a sua inteligência, sua ousadia chame a atenção do país para a reflexão, que tudo é conversa, esse negócio, só se vê negócio de sal e não sei o quê, e não se paga professor, 960 reais, quem vai ensinar Física? Quem vai ensinar Química? Quem vai ensinar Biologia? Que ilusão é essa de pré-sal, Petrosal, o dinheiro. E briga-se e não tem, não tem mais professor de Física, professor de Química, está tudo pode ver, está tudo devassado.

V. Exa. deu uma oportunidade para despertar esse país diante à verdade, a verdade é essa tristeza. E pioraram, eu sinto que não avançou nada, nada em ciência, não. Essa globalização que eles entram aí a gente copia, mas nosso mesmo, pesquisador, técnico nosso, eu não vejo isso, não. Então os meus parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Mão Santa pelas suas considerações.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, cumprimentá-lo por ter sugerido e trazido aqui, convidado, os professores Edinaldo Afonso Marques de Melo, Michal Gartenkraut, Brito Cruz, Fernanda Negri e ainda Prof. Luiz Gonzaga Bertelli, que conforme o Senador Mão Santa também avaliou, deram uma contribuição de excelente nível para nós. Eu gostaria de transmitir que achei muito interessante os diversos relatos aqui, como por exemplo, o episódio em que o Prof. Michal Gartenkraut mostrou como, diante da dificuldade da obter os engenheiros necessários, o ITA e a EMBRAER realizaram um entendimento onde, num prazo relativamente curto, foi possível ao ITA começar a prover a oportunidade de formação na área da Engenharia de Aeronáutica, que foi tão necessário, ali está um exemplo do que pode ser realizado em tantas outras áreas no Brasil.

Eu gostaria que pudessem os senhores e a senhora, nas previsões de número de pessoas com graduação, pós-graduação no Brasil, e sobretudo na área da Engenharia, que foi a ênfase, que possam nos dizer se a expansão de faculdades de Engenharia, tanto na área pública quanto na área privada, tem sido suficiente e a previsão para, digamos, a próxima década estará de acordo com as necessidades. Se na avaliação que fizeram, os diversos professores aqui, de como nós temos pela... uma perspectiva de crescimento de demanda e de oferta por engenheiros, em que medida a expansão do ensino de Engenharia poderá propiciar que a taxa de crescimento da economia venha inclusive a melhorar graças a melhor formação de pessoas em áreas como a de Engenharia, porque uma coisa é ofertar para o futuro o número suficiente de engenheiros que se prevê que a economia vai demandar, mas em que medidas a experiência tem demonstrado, como no caso, por exemplo da Coreia, da China, que a formação num número muito acentuado pode contribuir inclusive para que o Brasil cresça mais acentuadamente.

E há um aspecto que os senhores todos têm vivência, mas por exemplo, o Prof. Brito Cruz que hoje, depois da experiência como Reitor da UNICAMP, mas sobretudo na FAPESP que é, assim como a CAPES, uma das principais entidades de formação de financiamento de bolsa para pessoas que fazem graduação, pós-graduação, mestrado, douramento, tanto no Brasil quanto no exterior, em que medida... Qual é a análise

que o senhor faz relativamente à formação de pessoas hoje, tanto no Brasil quanto no exterior.

Recentemente nós vimos notícias de que, durante a crise econômica, tendo em conta que muitos dos países desenvolvidos tiveram dificuldades muito grandes, muitos brasileiros que estavam no exterior, e tendo a economia brasileira se recuperado mais rapidamente do que aquelas que sofreram dificuldades no exterior e as oportunidades de emprego, então que teria havido uma volta de muitos pesquisadores, engenheiros e pessoas com graduação e pós-graduação do exterior, se pode nos dar alguma informação se as instituições que os senhores são hoje responsáveis e a senhora também, se têm alguma informação nesta área.

E finalmente, a última questão é que como o Presidente Lula, o Ministério da Educação tem enfatizado a expansão não apenas de novas universidades, mas também de faculdades técnicas, em que medida a combinação de, digamos, de engenheiros, mas também a de pessoas na área de nível médio e de formação técnica, isto em que medida isto dará uma boa combinação, uma vez que é importante para os engenheiros terem também a companhia destas pessoas que são formadas na área técnica de nível intermediário e o Presidente tem enfatizado muito a expansão desses institutos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra o Prof. Brito Cruz.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ: Muito obrigado, Presidente. Agradeço as considerações dos Senadores, eu endereçaria aqui nessa rodada de conclusões, a questão formulada pelo Senador Suplicy sobre retorno ao Brasil de expatriados em função das mudanças econômicas mundiais, e a minha resposta é afirmativa e é um pouco mais do que isso, senador, porque a situação que existe no mundo da pesquisa no Brasil hoje, especialmente em certas instituições, como acontece lá nas universidades do Estado de São Paulo, é tal que elas são atraentes não só para brasileiros que foram para o exterior, mas para estrangeiros, porque diminuíram as oportunidades de emprego no mundo em função da crise também na área de pesquisa. Então hoje quando eu estava vindo para cá, eu recebi um *e-mail* de uma pesquisadora inglesa que quer vir trabalhar na UNESP no Estado de São Paulo, e a FAPESP tem um programa justamente para isso, que chama-se "Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes" com o qual nós queremos trazer para o Estado de São Paulo, não só pesquisadores de qualquer lugar do Brasil, mas de qualquer lugar do mundo, porque a nossa visão é que toda vez que você traz muitas pessoas inteligentes para um lugar, não interessa a origem delas, aquele lugar prospera mais. E isso é uma das coisas que eu aprendi cursando o ITA, no ITA é uma das coisas que a gente aprende, porque ali o ITA, acho que foi a primeira escola de Ensino Superior no Brasil que fez vestibular no Brasil inteiro. Quando eu cursei o ITA, de 74 até 78, na minha turma de cem devia ter uns 35 que eram do Nordeste do Brasil, porque o ITA vai a qualquer lugar do Brasil procurar os jovens mais capazes para fazerem o curso, não é para pegar os vizinhos ali. Então ali na FAPESP nós estamos fazendo isso, todo mês a gente publica anúncios em importantes revistas científicas internacionais, oferecendo essas oportunidades, e com isso nós queremos trazer cérebros para contribuírem para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e o desenvolvimento do Brasil. Então a resposta é afirmativa, há oportunidades nesse momento e acho que a gente precisa talvez, o desafio que eu acho que no mundo da pesquisa o Brasil precisa, eu acho que enfrentar melhor, é perceber que as condições para se fazer pesquisa no Brasil são tão boas ou tão ruins quanto em muitos lugares do mundo desenvolvido, porque às vezes o cientista no Brasil fica achando que só aqui tem dificuldade, mas tem dificuldade em todo lugar, tem dificuldade em Harvard, tem dificuldade no MIT, tem dificuldade na Espanha, tem dificuldade na Inglaterra e tem vantagens em todos esses lugares. E aqui nós temos vantagens importantes, e há condições importantes de tal modo que a comunidade científica brasileira precisava se abrir mais para o mundo, precisava se colocar ali como buscadora de cérebros, do mesmo jeito que a comunidade científica dos Estados Unidos faz isso. Eles vivem levando gente do resto do mundo para trabalhar lá. Nós precisamos trazer muita gente para trabalhar aqui, isso vai ajudar o desenvolvimento do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Prof. Brito Cruz.

Com a palavra a Dra. Fernanda De Negri.

SRA. FERNANDA DE NEGRI: Eu vou falar um pouco sobre uma das considerações aqui do Senador Suplicy. O senhor fez a pergunta se... Bom, essa expansão dos cursos de graduação em Engenharia é suficiente para atender ao requerimento do setor produtivo brasileiro? A nossa resposta é, se nós crescermos entre e 3 e 5% é, em termos gerais, pode faltar profissionais em ocupações específicas, crescendo um pouquinho mais rápido... Mas nós estamos limiar já, porque na verdade, se você imaginar que boa parte daqueles cinco da cada sete engenheiros que não estão trabalhando com Engenharia, alguns deles é porque foram buscar melhores remunerações em outras áreas, alguns deles, inclusive o alerta que o Prof. Cruz

me fez, é porque não conseguiram emprego porque tiveram má formação na graduação, então essa taxa de desvio, digamos assim, de engenheiros para outras ocupações, ela vai continuar existindo a despeito de um aumento da demanda e de melhoraria dos salários. Se a gente crescer mais rápido do que isso ou se você mudar, se nós mudarmos a estrutura produtiva brasileira em direção a setores mais intensivos em tecnologia, mas intensivos em Engenharia, existe um risco em algumas formações, mas é preciso, acho que é preciso aprofundar essa análise em que formações específicas dentro da engenharias que estão sendo mais requisitadas nos próximos anos.

Obrigada. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dra. Fernanda. Com a palavra o Prof. Edinaldo.

SR. EDINALDO AFONSO MARQUES DE MELO: Objetivamente [interrupção de áudio] a colocação de V. Exa., Senador Suplicy, eu acho que toda as colocações foram muito pertinentes, mas Presidente, nós temos que eleger prioridades. Nós precisamos, nesse momento, executar essas inúmeras obras que estão previstas no PAC original, e que foram agora complementadas, porque nós temos três eventos fundamentais nesse país. Nós temos a Conferência Internacional do Meio Ambiente em 2012, que foi uma iniciativa do Presidente Collor, nós temos a Copa do Mundo de 2014, e nós temos as Olimpíadas de 2016. Então nós precisamos preparar esses engenheiros que já saíram e alguns que estão saindo, e motivá-los para que eles possam exercer a profissão e eles têm condições, se for dado o embasamento com a velocidade, com a eficácia que o processo exige. Eu não tenho dúvida disso.

Então a prioridade a meu ver essa, nós precisamos parar, mudando um pouco de raciocínio, nós precisamos parar neste país, Presidente, de "achismos" e de "achologia", essa palavra não existe no dicionário, mas que o a gente vê é muito disso sendo aplicado. Por exemplo, existe uma Presidência de uma Comissão de Serviço de Infraestrutura que deve decidir em cima de parâmetros objetivos, estratégias, planos táticos e aí implementar o que é necessário ser implementado para que nós tenhamos profissionais competentes, competitivos, para resolver imediatamente essa questão, e é possível isso.

Nós precisamos formar líderes e gestores em todas as áreas, na área da Medicina, na área da Enfermagem, enfim, isso é possível e é uma necessidade, porque quando você se forma normalmente se você não gerenciar nada, você vai gerenciar a si próprio, e como é que gerencia? Para gerenciar bem antes tem que liderar, como é que lidera? Liderança intrapessoal, liderança interpessoal, eficácia pessoal, interpessoal, gerencial, organizacional. Esta é a estrada que vai nos levar onde nós quisermos chegar, e no menor espaço de tempo, eu não tenho dúvida disso. Porque experiências práticas, objetivas, onde isso foi implementado, deu certo e podem ser devidamente comprovadas.

Então nós temos pessoas em cargos muitos elevados, fazendo muito bem a coisa errada e aí essas pessoas precisam, como todos nós precisamos, engenheiros, doutores, pós-doutores. O nosso conhecimento, ele é um conhecimento que precisa permanentemente de atualização. Os professores que estão nas universidades, nas empresas privadas, os engenheiros, eles têm que entrar nesse processo de educação continuada, esse é o mundo do conhecimento, é o século XXI, ou então vamos continuar com a visão do século XIX, do século XX. E os resultados, aqueles obtidos muito lentamente, e a gente fica apresentando as desculpas. Cidadania, que o nosso colega aqui ao lado também falou, fundamental, essa coisa de tempo integral precisa ter cuidado com isso, nós precisamos é de produtividade, tempo integral com produtividade, aí sim, essa é que vai fazer a diferença. Nós precisamos repensar o academicismo e a gente só aprende... Valoriza-se, Presidente, muito, muito a titulação, a patente. Mas lembremo-nos de um detalhe, a gente aprendeu a andar andando, falar falando, a gente aprende a construir, a ser engenheiro de verdade... E é por isso que as universidades pecam, pecam, porque estão com um paradigma podre, pecam, por quê? Porque para aprender, para exercer efetivamente a profissão, tem que fazer, é no canteiro de obras que também se aprende, a experiência, a prática com a teoria, esse é o casal 20 imbatível, e é isso que o Brasil precisa.

Enfim, Einstein, eu vou terminar, eu acho que já está esgotado, Einstein dizia, já que o meu colega aqui também fez observação, o profissional, ser humano, Presidente, é 99% transpiração, motivação, 1% inspiração. [soa a campainha] Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Prof. Edinaldo. Eu passo a palavra ao Dr. Michal Gartenkraut.

SR. MICHAL GARTENKRAUT: Obrigado, Presidente, muito obrigado pelos comentários dos senadores. Quanto à questão da suficiência da expansão, eu gostaria de lembrar que ela é uma condição necessária, mas não suficiente, no seguinte sentido, não basta ter um número de vagas, acho que nas apresentações de hoje isso ficou muito claro, é preciso ter vagas sem dúvida nenhuma, mas não suficiente. É preciso que haja demanda pelas vagas de Engenharia, então eu preciso convencer os jovens de hoje a procurarem, a optarem pela profissão de engenheiros. Isso não é tão

simples, a tendência tem sido declinante, vamos ver se agora, com a retomada da economia e a melhoria dos salários já noticiada, se há uma inversão nessa tendência. Mas existem coisas que podem ser feitas. Há instrumentos, por exemplo, como mostras de ciências, mostra de tecnologia, especialmente dedicadas a jovens para motivá-los na profissão cujo objeto é a engenhosidade e que podem influir muito nessa condição que é tão importante para que as vagas sejam preenchidas.

E há uma outra condição que também foi abordada hoje aqui, que é a questão da conclusão do curso. As vagas estão lá, parece que são suficientes para um crescimento até 5% com os provisos de sempre, as notas de rodapé, mas se a tendência é observada atualmente, no gráfico que foi apresentado pelo Prof. Brito Cruz, de uma mudança significativa num padrão de conclusão dos cursos das universidades federais, ao contrário do que está acontecendo com as universidades estaduais, as três do Estado de São Paulo, as suficiências das vagas, a condição de existência das vagas não será certamente suficiente para suprir o mercado.

Eu queria fazer mais duas observações, Sr. Presidente, me permite, 5% é a previsão quase unânime dos profissionais que se dedicam a esses exercícios de projeção, para o crescimento do PIB deste ano. Ao redor de 5% inclusive é o parâmetro que está no Orçamento Geral da União aprovado. A economia está hoje crescendo a muito mais de cinco, todos que labutam diretamente envolvidos com as atividades econômicas sentem isso, ela está bem acima disso. Então é bem possível que nós vejamos um cenário melhor, do ponto de vista do crescimento, da distribuição da renda, da melhoria de qualidade de vida, mais preocupante do ponto de vista da demanda pelos nossos profissionais.

Finalmente, eu queria dizer que eu gosto muito daquela sugestão do Prof. Brito a respeito das faculdades da tecnologia, eu sou admirador do sistema de FATECs do Estado de São Paulo. Realmente é uma coisa que o mercado precisava e que em parte está suprindo em boa medida o déficit de engenheiros. [soa a campainha] Muitas vezes, nós vemos os engenheiros executando tarefas que poderiam ser executadas por profissionais formados em período muito curto.

E mais uma observação--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Daí porque eu perguntei se são complementares, porque o crescimento de um pode gerar o crescimento para o outro.

SR. MICHAL GARTENKRAUT: Eu penso que são completamente complementares. Muito bom. O modelo é muito bom.

Finalmente para terminar, eu gostaria que a FAPESP se tornasse um modelo para as demais instituições similares no resto do Brasil. Nós temos, se não me engano já, Fundações de apoio a pesquisa em todos os estados, como mandou a Constituição de 88. Salvo engano, essas fundações existem em todos os estados, mas são poucos os estados que apresentam o desempenho sequer comparável ao que ocorre no Estado de São Paulo. Eu arriscaria dizer que São Paulo é o que é, obviamente em função de muitos fatores, políticos, históricos e etc., mas eu incluiria nessa lista a existência da FAPESP. Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, permita perguntar ao Presidente da FAPESP--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por favor, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quantos são hoje os bolsistas da FAPESP? Só para ter uma ideia, que é uma informação relevante.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ: A FAPESP tem hoje... No mês passado a gente pagou acho que 11.500 bolsistas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ: É uma quantidade que--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É muito significativa.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ: Praticamente duplica a quantidade de cientistas que tem no Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a todos os participantes desta nossa Audiência Pública, ao Prof. Brito Cruz, ao Prof. Michal Gartenkraut, ao Dra. Fernanda de Negri. Eu gostaria também de informar as senhoras e senhores que os senadores e palestrantes, que o Dr. Luiz Gonzaga Bertelli não está aqui porque teve que sair mais cedo em função do horário do seu voo, mas deixou um abraço para todos e os cumprimentos as Sras. e Srs. Senadores. Ao Dr. Edinaldo, e enfim, a todos que participaram hoje dessa nossa Audiência Pública. O objetivo dos Membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal é exatamente o de procurar unir o mundo acadêmico, a iniciativa privada e o Poder Público, no sentido de que haja esse entrosamento que aqui já foi falado, e que desse entrosamento

recursos não sejam desperdiçados, esforços não sejam despendidos em vão, para que nós possamos atender as demandas do mercado que serão muitas e variadas a partir desse vigoroso processo de crescimento que o Brasil já está experimentando neste ano e nos próximos anos também.

Gostaria de fazer uma colocação sobre a questão do ITA, que foi muito citado, e eu me lembro também quando estudante do colégio científico, quando caía em alguma prova pergunta que caiu numa prova do ITA, e tal, assim e assado, os alunos todos, por melhor que fossem em Matemática ou em Física, sempre ficavam extremamente preocupados e poucos, pouquíssimos acertavam. O ITA é uma escola, é um instituto tecnológico que tem quase 70 anos, se não me engano, 70 anos é isso, professor? 60 anos. Mas foi do ITA e do CTA que nasceu a EMBRAER, e foi da EMBRAER que nasceu esse padrão de excelência que o Brasil hoje exporta para todo o mundo. Hoje temos aviões de grande sucesso comercial, todos os engenheiros brasileiros, extremamente competitiva a empresa, como temos também a HELIBRAS, que vem fazendo um grande papel lá em Itajubá, em Minas Gerais, vendendo helicópteros de muita competitividade, de excelente qualidade. Como nós temos também agora a IMBEL, que vem sendo recuperada, graças aos recursos que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem enviando mensalmente, acho que 100 milhões de reais, para que a indústria bélica brasileira possa também dar a sua contribuição a esse processo de desenvolvimento, de conhecimento, de inovação tecnológica. Enfim, tudo isso demonstrando muito claramente que a presença do estado não pode ser simplesmente desapegada da nossa realidade. O Estado no momento em que foi necessária a sua participação, ela se fez decisiva, por uma atitude no Brasil que muitos economistas diziam "Isso é um absurdo, a renúncia fiscal, vai cair arrecadação, isso não deve se fazer, reduzir IPI para carros, reduzir IPI para a linha branca", enfim. E graças a essas decisões e aos fundamentos da nossa política macroeconômica, o Brasil conseguiu superar rapidamente essa crise que se abateu por todo mundo. Mas graças a participação do estado, e portanto quando eu falo... Outro dia comentando sobre a questão da Vale do Rio Doce, uma empresa desse porte, desse tamanho, que recebe tantos recursos do Governo Federal, de financiamentos de subsídios, uma empresa que foi vendida na Bacia das Almas, e teve uma participação pífia no sentido de colaborar com o Estado Brasileiro, colaborar com a nação brasileira no momento em que a crise instalou no mundo inteiro e demitiu quatro, cinco mil funcionários de uma só vez, sem sequer aguardar para saber o tamanho daquela onda que os economistas diziam que se tornaria um tsunami e que arrasaria com as economias de todo o planeta, e que o nosso Presidente em boa hora disse que era uma marolinha e acabou se mostrando mesmo uma marolinha.

De modo que o ITA e o CTA, Centro Tecnológico a Aeronáutica, tem essa grande contribuição que estão dando ao Brasil e todos nós reconhecemos essa contribuição. Como também a UNICAMP, tão bem coordenada, comandada pelo Prof. Brito Cruz, que é, não sabia que o senhor havia sido aluno do ITA, mas, enfim, que dirigiu com tanta competência e com tanta capacidade a nossa UNICAMP. E ao Prof. Edinaldo Marques de Melo que, enfim, demonstra que ele, como Professor do Departamento de Engenharia da Universidade Federal de Alagoas conseguiu levar a Universidade a ter a nota máxima na avaliação do MEC no Curso de Engenharia, uma demonstração de que o Nordeste também está dando a sua colaboração e a sua contribuição numa Universidade Pública. A Dra. Fernanda de Negri, que nos traz esses números todos do IPEA, e ela colocou ali um crescimento de 7%, parece que lá vai acertar, pelo menos nesse ano de 2010, agora, a responsabilidade de nós atendermos a demanda que vai ser criada, é que será muito grande.

Enfim, a todos os senhores e senhoras muito obrigado pela sua participação. E antes da encerrarmos a presente reunião, convoco as senhoras e senhores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião a realizar-se dia 18 março, quinta-feira próxima, às oito e trinta da manhã neste Plenário com pauta deliberativa.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 21h15.

ATA DA 08ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE MARÇO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezoito de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora e Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, ELISEU RESENDE, JAYME CAMPOS, ACIR GURGARZ, JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELLNER, MÃO SANTA, DELCÍDIO AMARAL, JOÃO RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, ADELMIR SANTANA, NEUTO DE CONTO, MARCONI PERILLO, ANTONIO CARLOS JÚNIOR, GEOVANI BORGES, INÁCIO ARRUDA,**

PAULO DUQUE e EDUARDO SUPLICY. Justifica a ausência o Senador **FRANCISCO DORNELLES.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas da 6ª e 7ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Senador **Fernando Collor** procede a leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias: **ITEM 1** – Decisão Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº448, DE 2009**. *"Altera dispositivo da Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros".* **Autoria:** Senador **Garibaldi Alves Filho. Relatoria:** Senadora **Serys Slhessarenko**. **Parecer:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2009. Ficam prejudicados o Projeto e a Emenda nº 01. A matéria vai a Turno Suplementar na próxima Reunião da Comissão, conforme o Art. 282, do RISF. ITEM 2 –** Decisão Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2008**. "*Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências".* **Autoria:** Senador **Gilberto Goellner. Relatoria:** Senador **Eliseu Resende**. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com as Emendas aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, com as Emendas nºs 05, 06, 07 e 08 – CCT/CI e rejeitadas as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 – CRA. ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CI**. "*Requeiro, nos termos do Art. 90, incisos II, III e V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para que seja discutido o marco regulatório da exploração dos recursos minerais, com os seguintes convidados: Ministro de Minas e Energia, Sr. Edson Lobão; Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sr. Miguel Antonio Cedraz Nery; e o Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Sr. Paulo Camillo Vargas Penna".* **Autoria:** Senador **Flexa Ribeiro**. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 4 –** Decisão Não-Terminativa – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2009.** "*Dispõe sobre a instituição de linha de crédito especial e incentivos tributários destinados à aquisição de pneus novos de borracha para caminhões*". **Autoria:** Senador **Expedito Júnior. Relatoria:** Senador **Gilberto Goellner**. **Parecer:** Contrário ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, contrário ao Projeto. EXTRA-PAUTA – ITEM 5** – **REQUERIMENTO Nº 04, DE 2010 – CI**. "*Requeiro, nos termos regimentais, reexame do parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2009, que Institui a Política Nacional de Segurança de Barragens*." **Autoria:** Senador **Gilberto Goellner**. **Resultado: Aprovado**. **EXTRA-PAUTA – ITEM 6** – **REQUERIMENTO Nº 06, DE 2010 – CI**. *"Requeremos, nos termos do art. 93 do RISF, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater o aproveitamento dos rios localizados nos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas para fins de escoamento da produção, bem como sejam convidados a participar, na qualidade de expositores, as seguintes autoridades: Representante do Ministério das Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Representantes do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); e Representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Agência Nacional de Águas (ANA)."* **Autoria:** Senador **Gilberto Goellner,** Senador **Jayme Campos**, Senadora **Serys Slhessarenko** e Senador **Flexa Ribeiro**. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 7** – **REQUERIMENTO Nº 07, DE 2010 – CI**. *"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Excelentíssimo Senhor José Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Estado do Piauí, o Senhor Luiz Hernani, engenheiro, e a Sra. Lucile Moura, à época, Presidente da EMGERPI, para debater, em Audiência Pública, sobre o desastre da barragem de Cocal, ocorrido no dia 27 de maio de 2009."* **Autoria:** Senador **Heráclito Fortes** e Senador **Mão Santa**. **Resultado: Aprovado**. Usaram da palavra a Senhora e Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, GILBERTO GOELLNER**, **ADELMIR SANTANA, JAYME CAMPOS, DELCÍDIO DE AMARAL, EDUARDO SUPLICY, HERÁCLITO FORTES, NEUTO DE CONTO, ELISEU RESENDE, MARCONI PERILLO, MÃO SANTA, ANTONIO CARLOS JÚNIOR, FLEXA RIBEIRO, GEOVANI BORGES, INÁCIO ARRUDA e ACIR GURGARZ.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente declara

encerrada a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário-Adjunto da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 6ª e 7ª reuniões.

Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a aprovação dessas Atas permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício Circular nº 002/09, da Câmara Municipal de Florianópolis, que diz respeito às discordâncias existentes entre a população da Região Norte da Ilha de Santa Catarina, e a CELESC, Companhia de Energia de Santa Catarina, devido à construção de uma nova linha de transmissão de energia.

Informo também o recebimento do Ofício SGP 23, SGP-23, nº 0497/2010, do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Antônio Carlos Rodrigues, encaminhando cópia da solicitação de providências no sentido de se proceder a elaboração e aprovação de proposta, que contemple a produção de veículos com chip, que permita rastreamento e identificação via satélite para fins de controle de infração de trânsito.

Comunico o recebimento por parte da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos, de artigos publicados sobre sugestões em relação à Ferrovia EF 354, e Porto de Minas.

Anunciamos o recebimento da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, que "*Dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte aplicáveis aos atrasos e cancelamentos de voo e às hipóteses de preterição de passageiros e dá outras providências*."

De acordo com a ANAC, as principais inovações trazidas pela norma estão na redução do prazo em que a empresa deve prestar assistência ao passageiro, na ampliação do direito a informação e na obrigação de reacomodação imediata nos casos de vôos cancelados, interrompidos e para os passageiros preteridos de embarcar em vôos com reserva confirmada.

Informo também às Sras. e Srs. Senadores desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, que no último dia 15, segunda-feira passada, nós realizamos o 3º painel do ciclo de debates da Agenda 2009-2015, Desafios Estratégicos e Setoriais, com o tema *Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de profissionais da área de engenharia do Brasil*.

Participaram como palestrantes: o Dr. Carlos Henrique Brito Cruz, Diretor Científico da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo e ex-Reitor da UNICAMP; o Dr. Michel Gartenkraut, ex-Reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA; a Dra. Fernanda De Negri, Diretora Adjunta de Estudos Setoriais de Infraestrutura do IPEA; Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa Escola; e Dr. Edinaldo Afonso Marques de Melo, Engenheiro Civil, Professor da Universidade Federal de Alagoas, Pós-Graduado com mestrado em Administração de Empresas, e representante da Associação Brasileira de Pavimentação.

De um modo geral os debatedores propuseram superar a escassez de engenheiros no Brasil mediante a implantação de uma política educacional descentralizada, com a participação do setor privado e, principalmente, com a adoção do modelo de cursos mais reduzidos, como os de tecnólogos, cuja formação é de curta duração, de dois a três anos, mas que é considerada de nível superior.

O Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, Presidente Executivo do Centro de Integração Empresa Escola, defendeu a necessidade de se incrementar a educação básica no país, para que tenhamos profissionais de engenharia mais qualificados.

Contudo, chamou atenção também para a qualidade do ensino superior, trazendo alguns levantamentos feitos pelo INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e que, segundo os resultados do Índice Geral de Cursos-IGC, de 2008, 45% das instituições de ensino superior receberam nota 3, e apenas 1%, ou seja, 21 instituições, receberam nota 5, que é a nota máxima.

Outros dados divulgados apontam que o investimento público na educação em relação ao nosso Produto Interno Bruto-PIB, cresceu meio por cento de 2005 para 2006, chegando a 4,4%. Em valores brutos isso significa que em 2006 foram aplicados na educação pública 102 bilhões de reais.

O Dr. Bertelli mostrou ainda que em 2007, 757 mil estudantes concluíram o ensino superior no Brasil, número que é mais que o dobro em relação a 2000.

No entanto, nos últimos anos o indicador tem se estabilizado, o que não é bom indicativo.

E finalizou observando que somente para dar conta nas demandas no setor petrolífero, como o Pré-Sal, serão necessários até 170 mil profissionais de engenharia qualificados, atuando diretamente neste seguimento.

Já as deficiências existentes no ensino médio brasileiro, essa é uma questão recorrente aqui nos debates que estamos realizando, nesse novo ciclo de audiências públicas, a deficiência no ensino médio brasileiro, também foram apontadas pelo Diretor Científico da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo, a FAPESP, e ex-Reitor da Unicamp, Dr. Carlos Henrique Brito Cruz, como causa da escassez de mão-de-obra especializada nas várias áreas de engenharia nacional.

Segundo ele, há restrições importantes no sistema de formação de recursos humanos no Brasil, e quando se fala em formar pessoas do nível superior, talvez a principal restrição não seja a falta de vagas nas universidades, mas sim a falta de qualidade e quantidade de jovens cursando o ensino médio.

Como estratégia para o aumento urgente da formação de engenheiros no Brasil, o diretor da FAPESP defendeu a implementação de cursos de especialização curtos, nos moldes dos existentes nos Estados Unidos. O professor criticou ainda a política educacional desenvolvida pelo Governo Federal. Para ele são privilegiados os órgãos de educação federais, em detrimento de importantes instituições municipais e estaduais.

O terceiro palestrante, Dr. Edinaldo Afonso Marques de Melo, Professor da Universidade Federal de Alagoas, conclamou por uma participação mais ativa do setor produtivo na formação de engenheiros. Na sua opinião, as empresas do setor deveriam, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, a mesma opinião do Professor Brito Cruz, buscar seus empregados ainda na faculdade, realizando seleções e oferecendo estágios aos estudantes de engenharia.

O Professor Edinaldo alertou ainda os parlamentares sobre a necessidade de se elevar o piso salarial dos engenheiros no país, para se evitar a evasão na profissão. Ele considerou de relativa importância para o bom desempenho na área, a titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, e ressaltou a necessidade na mudança de paradigmas no trato da formação e qualificação profissional, tanto nas universidades, como nas empresas, e nas próprias diretrizes da política educacional do Governo.

Eu gostaria de ressaltar que particularmente em relação à Universidade Federal de Alagoas, o departamento de engenharia daquela instituição de ensino recebeu a nota máxima na avaliação do MEC, nota 5, sendo a Universidade Federal de Alagoas hoje a 11ª universidade em termos de qualidade de ensino, segundo estudos do MEC, o que deixa todos nós nordestinos, e sobretudo nós alagoanos, muito orgulhosos.

A Dra. Fernanda De Negri, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, destacou a forte correlação existente, conforme estudos desenvolvidos pelo Instituto, entre pesquisa e desenvolvimento, e a demanda das empresas por engenheiros. Ela observou que de 750 mil diplomados em engenharia existentes no Brasil, quer dizer, ao todo no Brasil nós temos hoje 750 mil diplomados nos diversos campos das engenharia, apenas 212 mil estão exercendo a profissão.

Quer dizer, mais de 500 mil engenheiros formados estão com desvio de função, estão trabalhando em outra, estão se dedicando a outra atividade que não a de engenharia, para a qual eles foram formados.

A pesquisa chamou atenção ainda para a importância de se determinar os tipos de engenheiros mais demandados atualmente e necessários para sustentar o crescimento do país previsto para os próximos anos.

Segundo ela, o fluxo de formação de engenheiros do Brasil é capaz de atender ao crescimento da demanda, desde que as taxas do crescimento de nosso PIB-Produto Interno Bruto não ultrapassem 5%. Se, por exemplo, crescermos a uma taxa de 7%, em 2022 serão necessários 1 milhão e 135 mil engenheiros ocupados, ou seja, trabalhando de fato na área.

Assim, se mantido o atual nível de migração de engenheiros para outras áreas, algo em torno de 72%, senador, 72% dos engenheiros formados migram para outras áreas que não a de engenharia. Se isso ficar nesse nível, se esse número ficar nesse patamar, essa demanda não será suprida.

Em conclusão, a Dra. Fernanda De Negri mostrou que o Brasil precisará investir ainda mais na formação de novos engenheiros, arquitetos e afins, ou então contar com mudanças na estrutura de empregos e salários, de forma a gerar menos migração ocupacional desses graduados.

Sobre essa pesquisa do IPEA, que aqui está, e também se encontra à disposição das Sras. e Srs. Senadores, é uma pesquisa muito bem elaborada, com o título, como já disse, *Escassez de Engenheiros*, *Realmente um Risco*, informo que ela estará também disponível na página desta Comissão, dentro da apresentação da Dra. Fernanda De Negri, realizada no nosso 3º Painel.

Esclareço também que as cópias de um outro estudo do IPEA, denominado *Emprego e Oferta Qua-*

lificada de Mão-de-obra no Brasil, *Impactos do Crescimento Econômico Pós-crise*, e sobre o qual me referi nas duas últimas reuniões, já foram encaminhadas ao gabinete ou aos gabinetes das Sras. e Srs. Senadores membros desta comissão.

Dando continuidade ao relato do último painel, na opinião do Dr. Michal Gartenkraunt, ex– Reitor do ITA, Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o principal desafio colocado ao país é o da melhoraria da qualidade da formação dos profissionais de engenharia.

Para ele, é importante que o Brasil acompanhe a tendência mundial de se adiar a especialização dos estudantes, evitando a escolha prematura de profissões. Assim, afirma o professor Michel, aspas: "*O tempo decorrido entre a escolha da profissão e a entrada efetiva no mercado de trabalho é particularmente longo no Brasil. O estudante é induzido a decidir muito cedo sobre a escolha da profissão, fenômeno que decorre da nossa ânsia de uma profissionalização cada vez mais precoce.*" E continua ele: "*Uma falha de mercado indica a necessidade de uma cuidadosa intervenção do Estado, seja através de uma adequada regulação, seja mediante políticas públicas que possam corrigir as distorções provocadas pela inabilidade inata do mercado, no caso*".

Quanto à qualidade da formação dos engenheiros, o ex-Reitor do ITA afirmou que os novos paradigmas do desenvolvimento, a inserção competitiva da economia brasileira no mundo, a crescente preocupação com a sustentabilidade do planeta, o ritmo de mudanças nos mercados, principalmente na ciência e tecnologia, demandam hoje um profissional muito diferente daquele que as nossas universidades se acostumaram a formar no passado.

Para ele, o mundo mudou 180º e, por isso, poucos fatores garantidores de sucesso no passado, podem garantir sucesso no futuro. Assim, expõe o perfil necessidades do novo engenheiro; segundo ele, o novo engenheiro do Século XXI deve ter sólido embasamento em conhecimento básico, empreendedorismo, capacidade de inovação, de criação, de mobilização, de organização e de gestão de equipes multidisciplinares, além do fator cidadania, que no caso brasileiro faz-se necessário com urgência.

Além da simples comparação entre oferta e demanda, o Dr. Michel defende a atenção a outro aspecto que envolve a questão da escassez de engenheiros: ele se refere à heterogeneidade das situações, tanto do ponto de vista setorial, quanto regional.

Do ponto de vista setorial, estudos mostram que a situação é mais aguda no campo da tecnologia da informação e nos setores a ela relacionados. Estimam-se 30 mil vagas abertas e não preenchidas na área de tecnologia de informação, com um déficit projetado ainda maior para o futuro, se mantidas as atuais condições de oferta.

Do ponto de vista regional, o Dr. Michel chama atenção para o fato de que 30% dos engenheiros do Brasil atuam no Estado de São Paulo. Isso retrata um desequilíbrio, se considerarmos que o processo de crescimento recente mostra taxas mais altas em outras regiões, notadamente na Região Nordeste do país.

Por fim, o ex-Reitor do ITA demonstra que se por um lado o Brasil hoje se coloca como um dos grandes produtores de doutores e de ciência no mundo, por outro, esse processo não é acompanhado quando se trata da tecnologia. Para ele, na raiz desse problema está o excesso de academicismo, particularmente grave na formação de certas categorias profissionais como a dos engenheiros.

Essa distorção, segundo ele, indesejável, origina-se da inflexibilidade da carreira docente nas universidades públicas, que por sua vez constituem paradigmas para as demais. Para ele, nas universidades, quem ensina engenharia não tem prática alguma de engenharia.

Assim, como solução, ele aponta para um sistema de duas carreiras paralelas, uma acadêmica, em regime de dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa, com avaliação segundo critérios usuais no mundo científico, e outra, de dedicação em tempo parcial, contemplando docentes ou profissionais de reconhecida experiência em seu campo, com sistema de avaliação correspondente a essa característica.

Esse último painel foi extremamente esclarecedor, e mais uma vez quero, em nome de todos os integrantes da Comissão de Infraestrutura agradecer àqueles que aqui estiveram jogando luzes sobre o nosso debate.

Na próxima segunda-feira, dia 22, às 18 horas, nós estaremos realizando o 4º Painel desse novo ciclo de debates, e o tema a ser abordado serão *Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos em energia – petróleo e etanol.*

Essa vai ser também uma audiência que, espero, muito concorrida, e com um debate muito aceso em função do tema energia, petróleo e etanol.

Participarão como debatedores: Dr. Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da CNI e responsável pela Mobilização Empresarial para Inovação – Esse instituto, Mobilização Empresarial para Inovação, que está ligado à CNI, foi aqui citado pelo presidente do Grupo Ultra, como um grupo que a Confederação Nacional da Indústria instituiu para exatamente trabalhar e prospectar em relação à inovação e ao conhecimento

e as necessidades que teremos de aperfeiçoamento nessas áreas nos próximos anos; o Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, o segundo palestrante convidado, que é Diretor do Laboratório Nacional de Bioetanol; o Dr. Diego Hernandes, Gerente Executivo de Recursos Humanos da PETROBRAS, que tem um importante relato a fazer – conversando com dirigentes da PETROBRAS eu fiquei realmente impressionado com o que esta companhia vem realizando em termos de formação de recursos humanos; e o Dr. Raimar Bylaardt, Gerente de Tecnologia do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis-IBP.

Por fim, informo o recebimento do Ofício nº 82/2010, do gabinete do Senador Gilberto Goellner, que solicita que se requeira junto à Mesa do Senado Federal a devolução do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2009, para reexame da matéria.

Esta Presidência entende que tal solicitação, Senador Goellner, deva ser feita por meio de requerimento de autoria do Sr. Senador Goellner, e que após ser apreciado pelos membros dessa Comissão, será enviado à Mesa do Senado Federal.

A Mesa aguarda a apresentação desse requerimento, para que... Por ser um assunto de urgência, em função da tramitação já estar acelerada, nós possamos ter essa sua solicitação com o Plenário, com a aquiescência do Plenário, para que seja então devolvido esse projeto de lei da Câmara, para ser reexaminado no âmbito desta comissão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Devido a importância do projeto, nós já colocamos à Secretaria a apresentação do requerimento. Não só requerimento de...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se V. Exa. permitir...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, na Mesa, Requerimento do Senador Gilberto Goellner, que de acordo com o que nos permite o Ato nº 2 dos procedimentos e regimentos internos desta Comissão, pela urgência que o caso requer, coloco à deliberação dos Srs. Senadores, requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando, nos termos regimentais, reexame do parecer ao Projeto de Lei da Câmara 168/2009, que institui a política nacional de segurança de barragens.

As Sras. E Srs. Senadores que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento do Senador Gilberto Goellner.

Passando...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Antes de entrarmos em outros assuntos, eu não participei do painel que o Dr. Michel, ex-Reitor do ITA, senhor relator fez um relato aqui da sua apresentação.

Mas cheguei já posterior ao início da leitura, mas me encanta saber que se discute o perfil de formação profissional no Brasil. Quando ele faz referências à área de engenharia, eu que estava aqui matutando, isso é um fato que ocorre em todas as profissões hoje no país, esse academicismo, os conteúdos programáticos sem inovações, e totalmente desfocado do que ocorre na realidade.

Ao vermos que um percentual elevadíssimo de engenheiros estão fora das suas atividades, para as quais foram formados, isso nos deixa extremamente preocupados. E isso ocorre em outras profissões, haja vista a atração para algumas carreiras de funções de estados que a gente percebe profissionais que foram, vamos dizer, que o estado brasileiro, porque usaram as escolas públicas e as universidades públicas, e que foram formados pelas posições inteiramente diferentes daquelas que exercerão através da função que hoje ocupam, conquistado por concurso público, é verdade, mas em prejuízo da própria nação.

Eu vejo a discussão que se faz hoje, Presidente Fernando Collor, da questão do ensino integral, "Ah, precisamos implantar o ensino integral", alguns estados brasileiros já o fazem em pequena escala, é necessário. Mas vejo que o principal enfoque que se dá a isso é a ocupação do aluno durante todo o dia, isto é, com objetivos de tirá-lo da rua, ou até do ambiente que às vezes não é propício, familiar, porque às vezes de pouca densidade cultural e econômica, mas não se discute a questão dos conteúdos.

Em alguns países que tem presença econômica muito inferior ao nosso, e países menores, a gente tem conhecimento de alunos que saem da primeira escola, ou que antes de entrar na universidade, falam duas, três, falam dois, três idiomas.

No Brasil, nós temos o aluno que sai do segundo grau, concluiu a escola, busca incessantemente o terceiro grau objetivando ver se se coloca no mercado de trabalho, porque na verdade não formamos ninguém na escola de segundo grau.

Há um esforço, e é bom que se diga, do sistema S, que vem desde 46, tentando formar técnicos, o SENAI, o SENAC, o SENAR, enfim, essas instituições ligadas às confederações patronais. Mas é muito pequeno para a dimensão do país e para suas necessidades.

Então, eu acho que aliado a essa discussão sob o perfil dos novos engenheiros e dos novos profissionais do Brasil, nós temos que enfocar muito a questão dos conteúdos, como bem colocou no final do seu relatório V. Exa., certamente dito pelo professor Michel, são formados, mas desfocados do mercado, desfocados das exigências do mercado, que são muito grandes, o mercado é muito exigente com todos nós.

O volume de informações, o volume de mudanças, o crescimento tecnológico, exige de nós uma formação constante e a gente percebe que isso não ocorre somente nos cursos superiores, estamos todos desfocados daquilo que exige o mercado dos nossos profissionais.

É preciso que nessa discussão de escola integral, de melhoria de conteúdos, de melhoria de funcionamento da nossa escola, comece a se estudar também a questão dos conteúdos programáticos, tanto da escola de nível médio, escola primária, enfim, até os níveis superiores.

Queria dar esse depoimento, porque eu não estava aqui nesse painel, mas certamente vou procurar segui-lo, como recomendou V. Exa., através da tecnologia da informação.

Muito obrigado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

O que V. Exa. fala com a sua experiência na iniciativa privada, e também com sua participação decisiva no sistema S, parece que V. Exa. esteve presente a todas as audiências públicas.

E foi exatamente isso que aqui se tratou. Por exemplo, foi dito por algum dos palestrantes, que se algum engenheiro, hoje formado, ingresse na sua carreira, ingresse numa atividade em que os seus conhecimentos sejam exigidos e se ele, num período de 10 anos não fizer nenhum curso de aperfeiçoamento, ou de melhoria, ele, ao final desses 10 anos, ele volta ao estágio inicial. Ou seja, ele está fora do mercado de trabalho. E aí vai ser desempregado, e aí vai para o seguro desemprego.

E é também isso bom lembrar que aqui já foi também dito que em países europeus, e foi citado especificamente a Alemanha, a Alemanha, para pagar o seguro desemprego, ela exige que aquele que esteja desempregado e recebendo o seguro, para recebê-lo apresente um diploma ou um certificado de que está cursando alguma área que lhe permita aperfeiçoar os conhecimentos, para que ele possa ser reincorporado ao mercado de trabalho, porque parte do princípio de que se ele foi demitido é porque a sua capacidade técnica não está se adequando às novas exigências que o mercado está aí a precisar a cada ano.

Por outro lado também foi dito aqui que as escolas técnicas, que foi uma grande iniciativa, uma grande criação de governos passados, e que no Governo Lula vem sendo bastante estimulado, é que algumas, ou melhor dizendo, várias dessas escolas técnicas, em função dessa mentalidade que existe no Brasil, de que o estudante precisa ter o anel no dedo, o Brasil já foi conhecido como a terra dos bacharéis, que não necessariamente seguissem a carreira, prestassem o exame da ordem para seguir com a advocacia, exercessem a advocacia, mas simplesmente para ter o título de doutor, que vários desses centros, chamados CEFETs, eles estão se transformando em escolas superiores.

Então, nós estamos perdendo exatamente esse nicho, que é o que o mercado hoje demanda incessantemente, que é o nível de técnico, e tecnólogo nas diversas áreas, e que também faz com que haja essa preocupação para que esses centros permaneçam na atividade fim, para o qual eles foram criados.

E também V. Exa. citou a questão do conteúdo, sem dúvida o conteúdo, o conteúdo tem que estar perfeitamente em concordância com aquilo que se exige no mercado, porque se o conteúdo não estiver adequado aquilo é a mesma coisa que formar a pessoa e não dar a ela os instrumentos necessários pelo conteúdo que ela não teve no seu aprendizado, ficará fora também do mercado.

E cumprimentar também o Senador Adelmir Santana pela grande contribuição que o sistema S vem dando ao Brasil ao longo dos últimos anos. É realmente extraordinário o trabalho que V. Exas. vêm desenvolvendo, e que merece de todos nós brasileiros, e desta Casa, e desta comissão, os nossos agradecimentos, os melhores elogios, e incentivo para que continuem a excelência do trabalho que V. Exas. desenvolvem neste campo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Enquanto aguardamos também a presença dos demais senadores para darmos andamento aos projetos terminativos, de aprovação, nessa Comissão, no dia de

hoje, eu quero destacar aqui, e me congratular com a ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que editou esse exemplar belíssimo, *Estradas D'água*, as hidrovias do Brasil.

Esse belo exemplar fazendo referência aos rios brasileiros, a capacidade, a potencialidade que existe da navegação fluvial no país, um país que tem 60 mil quilômetros de hidrovias, e das quais... Quilômetros de rios, alias, dos quais 42 mil, quer dizer, 70%, navegável, e apenas aproveita 7% de tudo que é transportado no país via fluvial, internamente no país.

Esse é o transporte mais barato, mais viável, desde que façamos as eclusas, que já se iniciaram pelo programa do PAC no rio, na construção de duas eclusas no complexo de Tucuruí, e precisam ser intensificadas no Rio Teles Pires-Tapajós.

E eu acho que o nosso projeto de segurança de barragens, das eclusas, concomitante com a construção das hidroelétricas, enfim, fazermos pelo menos o encabeçamento, o governo fazer o encabeçamento das eclusas, quando da construção das hidroelétricas, propiciará a intensificação da navegação fluvial brasileira, que tanto precisa ser incrementada.

Então, o nosso parabéns à ANTAQ, por essa bela iniciativa, que deveria ser levada a todas as assembléias legislativas, o governo do estado, às prefeituras, enfim, o encaminhamento que eu me dirijo à ANTAQ para que ela se faça interiorizar, esse belo exemplar, que mostra a potencialidade desse complexo de hidrovias que o Brasil possui, que ainda está inexplorado na sua grande maioria.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu gostaria de cumprimentar o presidente, aliás, o Diretor da ANTAQ, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Dr. Tiago Pereira Lima, que aqui está presente, muito obrigado pela sua... Muito obrigado pela sua presença aqui em nossa Comissão, e aqui está o exemplar a que se referiu o Senador Gilberto Goellner, que é um retrato das hidrovias do Brasil, *Estradas D'água*, um exemplar de muito boa qualidade não somente de apresentação, mas de conteúdo. Parabéns a V. Sa., e nossos agradecimentos pelo prestígio da sua presença na nossa reunião de hoje.

Há também uma solicitação do Senador Gilberto Goellner, e baseado no art. 5 do ato de... Do nosso ato de normas e procedimentos internos, para que seja colocado extrapauta, devido também à urgência do assunto, um parecer, um projeto cujo relator é o Senador Gilberto Goellner, que trata, que é o Projeto de Lei nº 355, de 2009, de autoria do senador Expedito Júnior, que dispõe sobre a instituição de linha de crédito especial e incentivos tributários destinados a aquisição de pneus novos de borracha para caminhões.

Eu coloco, eu coloco à deliberação dos Srs. Membros da Comissão, se podemos apreciar isso dentro da nossa extrapauta, por ser não deliberativo. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner, relator do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2009, que, como disse, "*Dispõe, sobre a instituição de linha de crédito especial e incentivos tributários destinados a aquisição de pneus novos de borrachas para caminhões*." Autor, Senador Expedito Júnior. Relator, Senador Gilberto Goellner; parecer contrário ao projeto. Observação, a matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, para proferir o seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, trata-se de um projeto, independente da ausência do Senador Expedito nessa Casa, que ele se ausentou no final do ano passado, eu como fui incumbido de relatar, de analisar esse projeto, eu vejo que instituir linhas de crédito especiais e incentivos tributários para a aquisição de pneus novos de borracha para caminhões, apesar de ser uma atividade meritória, ela é também uma... É algo que deve ser realizado pelo poder público, pelo Executivo.

Mas eu não vou deixar de ler o referido relatório, porque ele embasa a nossa decisão.

"*O parágrafo único do art. 1º estatui que para os fins especificados não se aplicam os dispositivos do art. 2º da Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que trata da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.*

Os dispositivos em questão tratam dos percentuais de biodiesel que serão adicionados ao diesel até 2013.

O art. 2º do PLS 81, de 2008 autoriza as indústrias refinadoras devidamente estabelecidas..."

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu acho que V. Exa. está com um outro relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu estou com o relatório que vai ser analisado o Projeto 81, por isso que eu não estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. começou a ler o que tem a decisão terminativa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É, decisão... Decisão do Projeto do Senador Expedito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É o 355.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O 355.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): "*O projeto é constituído de sete artigos e traz como determinação principal a criação de uma linha especial de financiamento para a aquisição de pneus de borracha para caminhões.*

Essa linha seria mantida até 31 de dezembro de 2011, com juros limitados a 1% ao ano, prazo de financiamento de trinta meses e carência de seis meses. Além disso a proposição também promove, até 2011, a desoneração total das alíquotas do IPI, PIS/PASEP e COFINS aplicadas à produção desses bens.

Na justificação que acompanha o projeto, o autor, Senador Expedido Junior, aponta as razões que o levaram a propor essas medidas, quais sejam: a busca pela redução de acidentes nas estradas brasileiras, que não apresentam condições satisfatórias de manutenção, e o estímulo às atividades produtivas, ora bastante afetadas pela crise econômica mundial.

Em suas próprias palavras, entre aspas "a combinação de estímulo fiscal com o acesso ao crédito em condições favoráveis redundará em benefícios privados, mediante redução de custo operacional do setor, mas também trará ganhos sociais, por meio da redução de acidentes rodoviários e geração de empregos e renda".

Após a manifestação desta Comissão, esse PLS nº 355, de 2009, seguirá para análise na Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.

Análise.

Como, na sequência, a matéria será examinada terminativamente na CAE, aqui analisaremos apenas os aspectos relacionados ao setor de transportes, que é um dos pontos focais da Comissão de Infraestrutura, conforme competência que lhe é atribuída pelo art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal.

Deixamos para a Comissão seguinte a análise dos aspectos econômicos, inclusive no que diz respeito à eventual adequação da proposição aos ditames constitucionais e legais vigentes, como aqueles relativos à Responsabilidade Fiscal.

O Brasil é um país com dimensões continentais, em que o transporte de pessoas e bens se reveste de importância fundamental. No caso específico do transporte de bens, conexões baratas, confiáveis e rápidas entre seu vasto interior e os portos na costa brasileira são fundamentais para se garantir a competitividade de nossa economia e, em particular, do setor do agronegócio.

Por outro lado, sabemos que, a despeito de suas enormes potencialidades, o Brasil tem orçamentos limitados, mormente no que diz respeito ao setor de transportes. Assim, é essencial realizar investimentos que possam trazer o maior benefício possível em função do que for investido.

Em que pese a nobre intenção do PLS 355, de 2009, acreditamos que o caminho proposto não é a melhor aplicação dos nossos escassos recursos públicos. De fato, o ideal seria a concentração dos investimentos em infraestrutura, rodovias, ferrovias e hidrovias, que, entre outros efeitos benéficos, poderia estender a vida útil dos pneus dos veículos e, além disso, reduziria o número de acidentes. Essa seria uma forma mais adequada de atender aos propósitos iniciais do autor."

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do projeto, em função dessa análise que foi efetuada, apesar da intenção meritória, é algo que se começarmos a fazer em todos os segmentos, simplesmente a legislação vai virar uma situação muito difícil de ser adequada.

Então, o nosso voto é pela rejeição do referido projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria relatada pelo Senador Goellner.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaria de ter a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de me manifestar-me a favor do relatório do Senador Gilberto a esse projeto de lei, a que se pretende criar isenções fiscais e benefício para a produção de pneus novos, benefícios eles que envolvem a desoneração de tributos como o IPI, o PIS/PASEP e o COFINS, parte desses tributos, inclusive, formam o fundo de participação dos estados e município.

Nós sempre devemos ter cuidado quando nós damos redução de contribuição tributária nesses produtos, porque nós não estaremos apenas afetando a arrecadação da União, mas também dos estados e municípios.

E eu acho que essa não é a solução, se os pneus estão estragados, se estão estragando, nós temos de olhar a sua origem dos estragos, e a origem está nas péssimas condições das superfícies das rodovias

brasileiras, sejam as rodovias federais, estaduais ou municipais.

O ideal seria nós acumularmos recursos tributários para termos um programa de reconstrução do sistema viário, de tal maneira que o custo operacional dos veículos não caía tanto e, particularmente, não haja tamanho desgaste dos pneus.

De forma que eu sou favorável à rejeição do projeto [soa a campanhia], e estou ao lado do relator Gilberto Goellner para que haja essa rejeição e a lei não seja aprovada aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado.

É a minha palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende.

Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira mais discutir, em votação o relatório que conclui pela rejeição do projeto. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os senhores... Aprovado o parecer, portanto, do Senador Gilberto Goellner, que conclui pela rejeição do projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O Item nº 01 da pauta trata... O Item nº 01 da pauta, em decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2009, que "*Altera o dispositivo da Lei n° 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros.*" Autor, Senador Garibaldi Alves Filho. Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, parecer favorável ao projeto, e a emenda nº 01, de autoria do Senador Adelmir Santana, nos termos do substitutivo que apresenta. Observação: a matéria constou da pauta das reuniões do dia 14 e 11 de março de 2010.

Concedo a palavra à relatora Serys Slhessarenko, para ler e proferir o seu relatório.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente.

É um projeto de lei de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "*Altera a Lei n° 11.442, de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, revogando a Lei nº 6.813, de julho de 80, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros*."

Chega à Comissão de Serviço e Infraestrutura, para decisão em caráter terminativo, de Lei do Senado 448/2009, do Senador Garibaldi Alves filho, que altera dispositivo da lei 11.442, de janeiro de 2007, que dispõe sobre transporte rodoviário, como eu já disse.

"*O projeto recebeu uma emenda, de autoria do Senador Adelmir Santana, que objetiva criar cadastro específico, a ser gerenciado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT, que equivalerá a licença para o transporte de produtos perigosos em todo o território nacional.*

Quanto ao mérito, estamos de acordo com o autor. O transporte de cargas perigosas é por demais sensível e deve ser cercado dos maiores cuidados possíveis. Assim, mesmo que o dispositivo proposto possa ser entendido como redundante por alguns, a necessária cautela que deve ser aplicada a esse setor justifica o zelo proposto no sentido de dirimir dúvidas em relação à aplicabilidade das normas.

Conforme o exposto, opinamos pela aprovação do PL nº 448, de 2009, e da emenda nº 01, nos termos do substitutivo que se apresenta.

Por fim, quanto à emenda nº 01 do Senador Adelmir Santana, entendemos que a emenda aprimora o projeto ao federalizar a regulamentação do transporte de produtos perigosos, evitando a proliferação de regras estaduais, e expondo sobre a questão, e desburocratizando o transporte rodoviário de produtos perigosos, sem, no entanto, reduzir a segurança e a vigilância do mesmo.

O art. 1º, art. 1º da Lei nº 11.442, de janeiro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação: art. 1º, §1º. No caso de transporte de produtos perigosos, será observado exclusivamente o disposto em lei federal, considerando-se as competências estabelecidas nos arts. 22, 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001. §2º. A Agência Nacional de Transporte Terrestre, em articulação com o órgão ambiental federal, estabelecerá o registro nacional para os transportadores rodoviários de produtos perigosos, RNTRPP. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação. Esse é o nosso parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em discussão a matéria, fica aberto. Com a palavra, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu queria louvar a relatora, por ter compreendido inclusive a intenção da nossa emenda, que foi melhorada ainda mais, levando em conta que essa proposição do Senador Garibaldi trata de transporte de cargas perigosas.

Então, a minha palavra é apenas para parabenizá-la pela intenção e pela feitura da melhoraria que ela conseguiu fazer, tanto no projeto original, como da emenda que apresentamos. Ela contemplou a ambas proposições, uma coisa simples, mas de forma muito

inteligente, porque efetivamente dá uma regulação a essa matéria que é de grande importância quando se trata do transporte de cargas perigosas.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Parabéns a V. Exa., Senador Adelmir Santana pela sua emenda, com meus cumprimentos também à Senadora Serys Slhessarenko, pelo seu relatório.

Continua em discussão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaria, Sr. Presidente, também manifestar o meu apoio ao projeto relatado aqui pela Senadora Serys, é importante que o assunto seja tratado, nós estamos inteiramente de acordo, e queremos louvar a regulamentação relativa à emenda que diz respeito às cargas perigosas.

Esse é o setor da maior importância, e aí cabe uma regulamentação importante no caso de produtos perigosos, particularmente os produtos químicos e petroquímicos que são deslocados e movimentados ao longo das rodovias brasileiras.

Estamos inteiramente de acordo com o parecer da senadora, incluída aqui a emenda do Senador Adelmir Santana.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É isso.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende, a discussão continuará posteriormente.

Enquanto isso vamos passar ao Item 02 da pauta, que trata também de decisão terminativa, que é o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que "*Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências*." Autor, Senador Gilberto Goellner. Relator, Senador Eliseu Resende; parecer favorável ao projeto com as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, e contrário às emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Observação: em 1º de setembro de 2009 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou parecer favorável ao projeto, nos termos das emendas nºs. 01, 02, 03 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e em 09 do 12 de 2009, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou parecer favorável com as emendas nº 05, 06, 07, 08, também da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende, para proferir o seu relatório. V. Exa. tem a palavra, senador.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente [interrupção no áudio] Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores.

Eu poderia fazer um relato mais breve desse projeto de lei apresentado pelo Senador Gilberto, mas dada a importância e o ineditismo da matéria e do assunto, eu serei um pouco mais prolixo, tentando ler partes importantes do relatório.

É uma matéria trazida pelo Senador Gilberto, que trata da produção comercialização e utilização de óleos vegetais como combustível.

"*O projeto de lei autoriza, em todo território nacional a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral*."

[soa a campanhia].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Silêncio, por favor.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O parágrafo único do art. 1º estatui que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes da Lei 11.097, que trata da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.

Os dispositivos em questão tratam dos potenciais de biodiesel que serão adicionados ao diesel até 2013.

A proposição atende aos requisitos formais e matéria de constitucionalidade, no que tange a competência do Congresso Nacional. Não há vício de iniciativa, uma vez que conforme o art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre energia, trânsito e transporte.

A matéria atende também ao art. 238 da Carta Magna, que determina a ordenação da lei de venda e revenda de combustível de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis, inclusive os derivados de matéria-prima renovável, respeitados os princípios constitucionais.

Quanto a juridicidade, a proposição em tela não colide com a legislação em vigor, que trata de combustíveis e de transportes.

Para instrução dos pareceres da Comissão de Agricultura, foi realizada Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos 15 e 23, ambos de autoria do Senador Gilberto Goellner.

A Audiência teve como convidados representantes da Agência Nacional do Petróleo, da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, da EMBRAPA, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e da empresa Suner Engenharia e Biocombustíveis.

No que toca ao mérito do projeto de lei, é importante destacar a que a ideia do uso de óleos vegetais como combustíveis, não é nova, é antiga. Eu me lembro quando foi criado, na década de 1970, o programa do álcool, quando tivemos o segundo choque do petróleo, logo depois do primeiro choque, criou-se o programa do álcool para substituir a gasolina, e já naquela época se sonhava com o programa da biomassa, dos óleos vegetais para substituir ou para ser misturada com o diesel.

O programa do álcool teve pleno êxito e o programa da biomassa, procurar o substituto para o diesel, ainda caminha sem definições mais profundas.

Este programa pretenderia substituir o óleo diesel por óleos vegetais, de soja, amendoim, colza e girassol, em mistura de até 30% em volume, e incentivar a pesquisa tecnológica para promover a produção de óleos vegetais nas diferentes regiões do país, até buscar a total substituição do óleo diesel.

O petróleo, o pró-óleo não chegou a ser implantado, inviabilizada pelo alto preço das oleaginosas no início da década de 80.

Outros programas se sucederam, como o pródiesel, e o programa de óleos vegetais, na década de 80, e o pró-dendê diesel, em 1981. Os anos de 1990 presenciaram o surgimento de diretriz global para adoção de políticas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis.

Assim, em 2004 o governo brasileiro lançou programa nacional de produção e uso de biodiesel, introduzindo esse combustível na matriz energética. Essa iniciativa foi importante, porque o custo do diesel é mais elevado, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste.

Com a utilização do óleo vegetal refinado como combustível, o programa do custo é minimizado. No Brasil, a soja participou com 73% de todo o óleo vegetal produzido no país. E segundo a associação brasileira de indústrias de óleos vegetais, no mundo inteiro a maior parte do óleo vegetal é produzido através do dendê, cultura da qual é possível se extrair mais de 6 mil litros de óleo por hectare por ano.

O Brasil possui mais de 100 mil hectares de dendê plantados, mas possui também o maior potencial mundial para produção de óleo de dendê, em razão dos quais 75 milhões de hectares de áreas aptas para a dendeicultura, sobretudo no Norte e no Nordeste.

Diversos trabalhos científicos, tem atestado as vantagens de utilização do óleo vegetal combustível em motores estacionários, com o objetivo de geração de energia elétrica em comunidades isoladas do interior, aonde o diesel chega a custos proibitivos.

Nessas comunidades o maior tempo de funcionamento de geradores tem permitido a melhoria das condições de vida das populações, por intermédio da aquisição de eletrodomésticos, como geladeira, televisão, ou mesmo simplesmente o aumento do número de lâmpadas implantadas em cada residência.

Nas grandes cidades 45% da população(*sic*) do ar deriva das partículas finas resultantes da combustão do diesel em ônibus e caminhões. No interior, entretanto, o diesel é vendido por até 1.800, e 70% do consumo de diesel no Brasil corresponde ao tipo S 1800.

Portanto, o óleo diesel é responsável por um nível de emissão de gases potencialmente agravadores [soa a campanhia] do efeito estufa, bem superior aos observados em veículos movidos a gasolina, álcool, ou gás natural.

A substituição do diesel por óleo vegetal refinado dos motores dos ônibus, micro-ônibus e vans urbanos, resultaria em significativa melhoraria das condições do ar, com reflexos extremamente positivos na saúde e qualidade de vida da população.

As críticas contrárias ao uso do óleo vegetal como combustível em motores diesel se basearam em experiências que utilizaram o óleo *in natura*, diretamente no motor, o que de fato causa uma série de danos por causa do resíduo de glicerina resultante da combustão ineficiente.

Entretanto, experiências conduzidas em alguns países como Estados Unidos, Inglaterra, e Alemanha, desde os anos 80, testaram dispositivos adaptados aos motores, que permitem a combustão eficiente do óleo vegetal refinado.

É o caso dos motores de marca alemã, por exemplo, onde já inclusive a norma DIN V 51605, publicada pelo Instituto Alemão de Normalização, voltada para o óleo de colza como combustível, e que serve para parâmetro para normalização de óleos de outras matérias primas.

Portanto, a queima de óleo vegetal em motores adaptados apresenta níveis de emissão muito menores, além do efetivo sequestro... Além do efetivo sequestro

de carbono da atmosfera com rendimento e desempenho semelhantes ao do diesel e biodiesel.

Adicionamento e uso de óleo vegetal pelo agronegócio reduzirá significativamente o custo de produção elevado pelo uso de diesel nos tratores, máquinas agrícolas, e veículos de transporte de carga, com reflexo positivo na competitividade das respectivas cadeias produtivas de óleos vegetais.

Da mesma forma, para a agricultura familiar a possibilidade de produção de óleo vegetal para consumo como combustível pode representar oportunidades de diversificação e de aumento da renda, considerando que muitas culturas oleaginosas apresentam bom potencial de exploração nos diversos agro-ecossistemas do país.

As emendas propostas no Projeto de Lei 81, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia, aperfeiçoaram cumulativamente o projeto.

Na Comissão de Agricultura o projeto recebeu quatro emendas. A primeira altera a emenda para adequar as propostas de alteração das emendas seguintes. A segunda emenda altera o art. 1º, na especificação dos usos possíveis do óleo vegetal puro, ou com mistura, aí como combustível, destacando-se o uso em veículos de transporte de pessoas e de mercadorias. A terceira emenda altera o art. 2º para condicionar a comercialização ao estabelecimento de normas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia a primeira emenda altera a ementa e também para adequá-la às proposições nas emendas seguintes. A segunda emenda altera o art. 1º, que passou a tratar do óleo vegetal refinado, e não mais puro ou em mistura, resguardando a segurança dos consumidores.

Adicionalmente, especificaram-se em incisos os usos possíveis do combustível em máquinas e equipamentos geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais, no transporte rodoviário, hidroviário e ferroviário de produtos e insumos agropecuários, e florestais, e nos veículos de transporte público coletivo urbano.

Ainda na segunda emenda, o parágrafo único do art. 1º foi alterado para condicionar o uso do óleo vegetal, mediante utilização de dispositivos de adequação dos motores diesel regulamentados pelos órgãos competentes. A terceira emenda, aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia, repete a emenda aprovada na Comissão de Agricultura. Especificando no art. 2º que o óleo vegetal refinado, e não o puro ou com mistura, o combustível a ser comerciado igualmente determina obediência a normas, que devem ser editadas pela Agência Nacional do Petróleo, a fim de garantir a produção de óleos vegetais em conformidade com as exigências de indústrias de veículos e de motores.

Finalmente, em obediência à boa técnica legislativa, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 93, tanto a Comissão de Agricultura, como a Comissão de Ciência e Tecnologia, aprovaram uma quarta emenda para excluir o art. 4º do texto original do Projeto de Lei 81.

Pelas considerações acima expostas, Sr. Presidente, somos favoráveis ao Projeto de Lei do Senado nº 81, com as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, e pela rejeição das emendas aprovadas na Comissão de Agricultura, uma vez que essas foram incorporadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu gostaria de manifestar aqui, eu fiz questão, Sr. Presidente, de fazer uma leitura do parecer nos seus pontos importantes, porque esse é um projeto da maior relevância.

Nós costumamos dizer que a era do carvão acabou antes de carvão, e poderemos afirmar já hoje que a era do petróleo vai terminar antes do petróleo.

As fontes renováveis de energia vão modificar profundamente com esses esforços dos diferentes países, as matrizes energéticas, para que nós possamos ter uma configuração no setor energético mais adequado à preservação do meio ambiente, no planeta, para sua preservação.

É o que eu gostaria de relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, ao senador, ministro, Eliseu Resende--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E meus parabéns ao Senador Gilberto, pela sua iniciativa e relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Os cumprimentos de toda Comissão ao Senador Gilberto Goellner e também a V. Exa., pelo seu consubstanciado relatório e parecer.

Voltando ao Item nº 01 da pauta, cuja discussão ficou suspensa, continua em discussão o Projeto de Lei nº 448, de 2009, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, relatora, Senadora Serys Slhessarenko, que já proferiu o seu relatório, a discussão já foi iniciada, com a participação do Senador Adelmir Santana.

Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir. Coloco em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2009. Votação será nominal.

Como vota o Senador... A Senadora Serys Slhessarenko, relatora?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe Senadora. Muito obrigado. Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Voto com a competente Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Mão Santa? Como vota o Senador... Obrigado. Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O autor não vota. Como vota o Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES(DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

Como vota o Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] é lá da Dilma.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Marconi Perillo, ex-Presidente desta Comissão, e Vice-Presidente do Senado Federal?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O projeto é muito consistente, e atende ao interesse nacional, voto com o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Acir Gurcagz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Acompanho a relatora, Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com a Senadora Serys, relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim, com a Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Aprovado o Substitutivo com 13 votos favoráveis, ficam prejudicados o projeto e a emenda apresentada. A matéria irá a turno suplementar na próxima reunião da Comissão, de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Voltamos ao Item 02 da pauta, o Projeto de Lei do Senado número 81, de 2008, cujo relatório acaba de ser lido pelo Senador Ministro Eliseu Resende e coloco em discussão a matéria, mas antes concedendo, pela ordem, a palavra a Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu vou solicitar a V. Exa. se é possível colocar também em pauta o requerimento proposto pelo Senador Jayme Campos, Senador Gilberto e pela Senadora Serys, que requerem uma audiência pública dessa Comissão, no Estado de Mato Grosso, se possível no município de Sinop, para nós discutirmos com toda a sociedade daquela região a questão das hidrovias, sobretudo Teles Pires-Tapajós, e eu solicito a V. Exa. que se possível, coloque também em pauta esse nosso requerimento no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente, a Mesa aguarda a chegada aqui o requerimento de V. Exa., Senador Jayme Campos.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 81/2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, relator, Senador Eliseu Resende, que proferiu há pouco o seu relatório.

Em discussão. Senador Flexa Ribeiro, e depois o Senador Neuto de Conto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Também, Presidente.

E também o Senador Delcídio para discutir a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Fernando Collor, Vice-Presidente, relator Senador Eliseu Resende.

Eu quero apenas parabenizar o autor do projeto, o Senador Gilberto Goellner, que vem há muito tempo lutando por este projeto para possibilitar o uso dos óleos vegetais como combustível para, inclusive ser regularizado pela ANP e colocados nos postos.

Eu fui relator do projeto do senador, com muita honra, em outra comissão e fizemos a emenda exatamente para que pudesse haver essa regulamentação.

O projeto é muito importante, vai abrir uma nova possibilidade na questão da matriz de energia para os motores, e o relatório do Senador Eliseu Resende também merece os nossos parabéns pela competência com que o fez, já reconhecida por todos. Nosso Ministro nos dá uma aula a cada semana aqui na Comissão de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador, para discutir a matéria, Projeto de Lei nº 81 de 2008, do Senado Federal, Senador Neuto de Conto, com a palavra.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador Presidente, Fernando Collor, Sr. Senador Ministro Eliseu Resende, relator, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Toda a matéria que vem ao encontro... A esta fantástica atividade que é a nossa agricultura, ela deve ser se aprofundada cada vez mais.

Eu busco os números em que a própria economia do setor agropecuário e principalmente *agrobusiness* do Brasil, em que hoje, além de alimentar os 190 milhões de brasileiros, é responsável por 1/3 da exportação nacional, 34% do PIB nacional, 37% dos empregos do país, e é responsável pelo superávit da balança comercial dos últimos cinco anos.

Esses números poderiam se agregar a este fantástico solo nacional, que ainda o Brasil tem para internar o setor produtivo, 90 milhões de hectares de terra só no Cerrado do Centro-Oeste e Nordeste, sem agradir, desmatamento, e nem agredir o meio ambiente.

Poderemos integrar 30 milhões de hectares de terra degradadas nas fazendas e ainda consorciar fazenda com agricultura, o mínimo de 20, 30 milhões de hectares.

Ora, se o país ocupa consome somente 7.3% do seu território para produzir alimentos e as florestas plantadas, nós deveremos alcançar no mínimo 20%, e isso nós vamos multiplicar por quatro a produtividade nacional e, sem dúvida nenhuma, vamos alcançar 50% do PIB nacional.

Nós temos alguns outros estudos de que juntamente... O MAPA, o Ministério da Agricultura, com estudos com a FAU, nos diz que a escassez de terra agricultável no mundo, o alto consumo previsto principalmente pela China e pela Índia, urbanização de todos... Em todo o mundo, urbanização dos cidadãos do mundo inteiro, a elevação da qualidade de vida e mais consumo nas cidades, nos levam a dizer de que o estudo montado FAU/MAPA, e que nós vamos ser nos próximos anos, vamos abastecer 21% da carne de suínos do mundo, 61% da carne bovina e 90% da carne de frango.

Olha, são dados tão fortes e tão fantásticos, que só um governo que enxergue o horizonte e nós que fazemos parte da base legislativa, podemos dar, através de uma legislação do porte que aqui se discute.

Ao cumprimentar o Senador Goellner, Gilberto Goellner, dizer que não é um auxílio, é um caminho para ajudar a produzir, e a produzir com custos compatíveis para que a economia nacional continue crescendo, se multiplicando e fazendo com esse grande espaço.

A bioenergia é um fato claro, o Ministro já falou. A bioenergia, ela vai nos trazer, principalmente através já do álcool, veja o que sai dessa terra, 25% da frota nacional já é abastecida pelo álcool que nasce do solo, na mão do homem.

Nós temos condições, nessa ampliação de território, de abastecer 25 da frota do mundo, em bioenergia. E isso nos dá todos os campos que se avançam.

Por isso, além de cumprimentar o relator pelo brilhante relatório, o autor da matéria, a todos membros que aqui fazem parte, eu quero me solidarizar, dizer que somos favoráveis, somos um abnegado nessa luta da produção primária e, principalmente, nas suas transformações, que é o combustível do ser humano.

Quero cumprimentar a todos e somos favoráveis, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Neuto de Conto. Passo a palavra ao senador, para discutir a matéria, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para... Eu vou adiantar o meu voto, voto favorável, mas eu queria fazer algumas ponderações.

Essa prática, ela já existe hoje, pelo menos lá na nossa região, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, os produtores já estão fazendo isso.

Agora, eu tenho algumas preocupações, primeiramente com relação a motor, porque tecnologicamen-

te é um desvio que está acontecendo sob o ponto de vista do combustível a ser adotado com a tecnologia adotada nos equipamentos hoje utilizados. Então, isso é uma coisa que nós precisamos olhar com...

E por experiência própria, nós todos sabemos que ela barateia o custo da nossa produção, mas também muita gente tem enfrentado dificuldades, especialmente no que se refere a manutenção desses equipamentos, isso é comprovável, muitos já passaram por isso. Apesar de eu entender que essa matéria é absolutamente louvável, até porque, como foi dito aqui, a nossa vocação de energia, de agro, quer dizer, um país voltado para a agroenergia, o Brasil desponta, o Senador Neuto acabou de dizer aqui, o Brasil desponta como um dos países que realmente estão à frente dos demais, especialmente nessa questão.

Mas existe a questão tecnológica, dos motores, existe a questão ambiental também, importante, inclusive existem pareceres do Ministério do Meio Ambiente, e existe a PETROBRAS também, que a gente não pode esquecer, Sr. Presidente, porque evidentemente a PETROBRAS, um projeto como esse, sem dúvida nenhuma, a PETROBRAS vai acompanhá-lo com interesse muito grande, até em função do seu portfólio, em função daquilo que a PETROBRAS Biocombustíveis também projeta ao longo dos próximos anos.

Então acho o projeto... A relatoria do Ministro Eliseu Resende, e o Projeto do Senador Goellner é um projeto procedente, alinhado com os esforços do país, principalmente na consolidação da agroenergia, que vai ser a tendência mundial, inegavelmente, mas com essas considerações que não tenho dúvida nenhuma, a Câmara vai analisar.

A questão dos motores, a tecnologia, a questão ambiental também e, evidentemente, nós não podemos desprezar a atuação da PETROBRAS no Congresso Nacional, até porque ela hoje já é um *player* importante nesse setor, e vai crescer bastante, especialmente em função da PETROBRAS Biocombustíveis, recentemente criada, e que sem dúvida nenhuma vai ter um papel de protagonista, principalmente no cenário da agroenergia brasileira.

Mas meu voto é favorável, porque acho bastante procedente o projeto do Senador Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral. Continua em discussão a matéria.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, o Senador Geovani Borges.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Eu cheguei um pouco atrasado, e eu gostaria de consignar em Ata o meu voto favorável ao Item 01 da pauta, o Projeto de Lei nº 448, de 2009, "Sim".

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A solicitação de V. Exa. será atendida e o seu voto será consignado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, me permite a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Por gentileza, com a palavra, o Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas quero fazer uma referência ao que foi manifestado aqui pelo Senador Delcídio Amaral, com inteira razão.

A gente sabe que o projeto de lei é um projeto matriz, é um projeto que cobre o assunto na sua generalidade, nos seus propósitos fundamentais.

É claro que haverá, para introdução e concretização de um programa como este, as pesquisas tecnológicas envolvidas para ver quais são os caminhos a trilhar.

Nós sabemos a preocupação do uso do óleo vegetal nos motores, por causa dos danos que podem acontecer em decorrência dos resíduos de glicerina. Essa citação do Senador Delcídio tem muita propriedade, porque nós vamos no programa da utilização dos óleos vegetais, Senador Gilberto, nós temos muita coisa a indagar e muita coisa a pesquisar.

Com relação à questão da presença da PETROBRAS, e da razão social dos objetivos da PETROBRAS, lembro ao Senador Delcídio, que já lá na década de 1970 quando nós pensávamos a primeira vez no programa do álcool, havia uma preocupação com a PETROBRAS. Hoje a PETROBRAS e o etanol convivem maravilhosamente.

É o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o Senador Gilberto pela louvável iniciativa de construir um projeto como esse, e hoje concluindo aqui na Comissão de Infraestrutura a sua aprovação na medida em que já passou por outras comissões, sendo encaminhando para o Plenário da Casa.

Ele é um projeto meritório, Sr. Presidente, na medida em que o Senador Gilberto, já desde sua chegada nesta Casa, já vinha estudando com um grupo de

técnicos altamente preparados, qualificados, sobretudo conhecedores profundos desta matéria. Na verdade, quando se discute aqui o uso da soja para dendê, e outros, pinhão-manso, eu imagino que a própria PETROBRAS na verdade quer garantir uma reserva de mercado.

Ora, eu vou exemplificar aqui, de quanto será muito mais barato para nós das regiões produtoras o uso desse produto, tendo em vista de que nos primeiros estudos levantados será reduzido algo parecido em torno de 0,40 reais por litro. O Mato Grosso, o Acre, e a Roraima, se praticam os preços mais caros do diesel em todo território nacional.

Nós somos uma área de produção, V. Exa. conhece perfeitamente. E, sobretudo, está tendo aqui a participação de alguns órgãos do Governo Federal, sobretudo o próprio INMETRO já está fazendo um estudo que vai permitir com certeza nós usarmos motores *flex*.

Ou seja, no primeiro instante, nós teremos dois tanques de combustível, um diesel e outro dessa energia renovável, permitindo fazer no primeiro instante reaquecimento e depois fazer o uso desse biocombustível.

Ora, na Alemanha já existe há muito tempo, já estão usando esse biocombustível, não só na agricultura como no transporte rodoviário e hidroviário, e eu entendo, Senador Gilberto, vale observar, que V. Exa. foi competente.

Eu imagino que o Brasil tem que ter pessoas inteligentes, preparadas, no sentido de buscarmos novas alternativas para energias renováveis. Lamentavelmente, Presidente Collor, Mato Grosso tem sido discriminado. Pra que V. Exa. tenha conhecimento, nós hoje produzimos, através de oito usinas de açúcar e álcool de etanol lá, algo aparecido em torno de quase, me parece, 3 milhões de litros.

E agora, lamentavelmente, nós temos uma região do médio norte do estado que V.Exa. teve a oportunidade de ir quando Presidente da República, me recordo muito bem, naquela região de Tangaré da Serra, ali, a Fazenda Itamarati Norte, do companheiro querido Olacir de Moraes, ali já existe, inclusive o próprio Olacir é proprietário de uma usina de álcool e açúcar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O filho dele, não é?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Hoje é da filha dele, se não me falha..., uma das maiores do Brasil, dizia até do mundo.

E agora, o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, através de Decreto Federal restringiu o plantio da cana naquela região, dizendo que por ser uma bacia do Alto Paraguai, restringiu o plantio.

É uma incoerência de tal maneira. Ora, se nós já temos produzido lá duas usinas, a usina do Itamarati e a Barraalcool, com plantios de mais de 70 mil hectares de terra e gado, agora uma terceira ou quarta usina que gostaria de implantar lá, o Governo Federal restringiu, dizendo que está impossibilitado, que poderá prejudicar a Bacia do Alto Paraguai.

Ora, se já tem há 20 anos, por que não dar seqüência, não dar continuidade nessa atividade econômica que tem dado certo lá? Lamentavelmente dá e chego a acreditar de que isso faça aquele jogo de interesse de qualquer que seja. Aí você me pergunta: "Porque Senador Jayme Campos?" A nossa produção lá, Presidente Collor, um hectare de terra lá produz algo aparecido em torno de quase 100 litros de álcool, um hectare. Aqui nos grandes centros, aqui no Sudeste, Nordeste, produz no máximo 50 litros.

Então, mesmo, nós estamos distantes dos grandes centros consumidores, Mato Grosso, realmente essa terra, clima, etc. etc., tem propiciado realmente nós competirmos e termos até uma maior lucratividade, na medida em que temos maior produtividade, isso tem com certeza incomodado muitos, e agora, lamentavelmente, não só no médio norte, como também no norte do estado e algumas regiões, por exemplo, na região do Vale do Arinos, já tinha um estudo feito, levantado, mostrando que realmente é uma região propícia para essa atividade, também está restringido, ou seja, também não pode mais plantar cana também no Norte de Mato Grosso, toda região, subindo ao longo da BR-163, demandando [ininteligível], também restringido, não pode plantar nem mais um pé de cana para essa atividade econômica.

Então, eu imagino que nós não podemos ter essa visão caolha, no sentido de inviabilizarmos projetos factíveis [soa a campanhia] projetos factíveis como este, de interesse nacional; isso não é de interesse de regiões do Brasil, é de interesse nacional, na medida que são energias renováveis.

Essa aqui é a verdadeira energia renovável, não vai prejudicar, em hipótese alguma, tendo em vista os estudos que o senador Gilberto fez anteriormente, tem até os motores, os kits, jamais, até com os preços que serão praticados no mercado nacional, isso permitindo, sobremaneira, que nos reduzimos os custos nossos.

Portanto, Presidente Collor, eu quero concluir dizendo a V.Exa. que o Senador Gilberto fez um projeto que todos nós brasileiros temos que admirar, cumprimentá-lo, na certeza absoluta, Senador Gilberto, que aqui nasce uma nova perspectiva de nós buscarmos alternativa na produção e sobretudo do consumo aqui do petróleo brasileiro.

Parabéns, felicidades, e muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Jayme Campos.

Senador Marconi Perillo havia pedido a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, tendo sido designado pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para presidir a Sessão, Audiência Pública, que deve se iniciar às 10 horas, que já são, pediria a gentileza de poder registrar o meu voto "Sim", cumprimentando o Senador Gilberto Goellner, bem como ao Senador Eliseu Resende, pelo projeto e pelo parecer com o qual estou de acordo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): A solicitação de V. Exa. será aceita.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem, eu só queria pedir ao Senador Suplicy, cumpridor dos deveres, como é, vai sair para presidir uma comissão, que ele não se esqueça de passar na sala 19 para assinar a presença na Comissão que investiga as ONGs no Brasil, tenho certeza que o Brasil inteiro lhe agradecerá por esse gesto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Senador Marconi Perillo para discutir a matéria.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu tenho uma satisfação muito grande de ser colega do Senador Gilberto Goellner, tudo que ele faz, faz de forma muito competente, é muito meticuloso, é um estudioso em relação a todos os assuntos relativos ao agronegócio brasileiro.

Esse projeto ficou excepcionalmente bem elaborado, vem de encontro a uma expectativa inteira do Brasil, e principalmente da nossa região. Poucos conhecem a realidade do agronegócio na região Centro-Oeste, e no Brasil, mais do que o Senador Goellner.

Já tive a o prazer de conversar com ele, de participar de discussões em relação a uma série de temas que são importantes para a produtividade, e principalmente para a competitividade da agricultura, da pecuária no Brasil.

Lendo aqui essa cartilha percebe-se o quanto ele foi meticuloso, o quanto ele usou da sua inteligência, da sua competência e de sua boa assessoria técnica, para nos brindar com uma cartilha, aqui, informativa, da melhor qualidade, nos ensinando e nos informando quais serão os ganhos, principalmente no aspecto da competitividade com a aprovação desse projeto.

Os produtores rurais, Presidente Collor, são muito sofridos; ao produzirem alimentos, acabam carregando o Brasil nas costas. Só quem conhece a realidade do produtor, que sofre com as intempéries todas, restrição de crédito, quebra de safra, pode aquilatar o quanto um projeto dessa natureza será útil, será importante para a atividade agrícola e pecuária no país.

Portanto, é preciso comemorar esta sessão de hoje aqui na Comissão de Infraestrutura.

Eu tenho muito orgulho, muita honra de ter sido Presidente dessa Comissão, e de pertencer a essa Comissão presidida por V. Exa., e pelo Senador Eliseu Resende.

Também gostaria de estender os meus cumprimentos ao Senador Eliseu Resende. Ele, durante o tempo em que fui Presidente relatou o Novo Código Nacional de Viação. É uma pessoa extremamente estudiosa, talvez quem melhor conheça a realidade da infraestrutura brasileira, e faz tudo com um amor cívico extraordinário pelo Brasil.

Então, ao Senador Goellner e ao Senador Eliseu Resende, meus cumprimentos, e a V. Exa. também por ter se esforçado para ter esse quórum aqui hoje, já que V. Exa. também é um grande brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Marconi Perillo, que nos dá uma enorme satisfação de poder estar presente aqui nessa Comissão e discutindo uma matéria de tamanha importância e envergadura que V. Exa. tão bem conhece.

Muito obrigado V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Continua em discussão a matéria. Para discutir, Senador Heráclito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Heráclito com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, se há um sentimento que eu não carrego na vida é o de inveja nem de ciúmes, mas quero dizer ao Senador Goellner que vou sair daqui com os dois.

[risos].

Por um motivo simples: essa separata dele aqui, muito bem elaborada, tinha obrigatoriamente que cons-

tar algumas páginas com o Estado do Piauí, e vou lhe explicar por que, Senador Goellner.

O Presidente da República no segundo ano de governo foi a Teresina e levou empresários de São Paulo, e instalou na cidade de Floriano a Brasil Ecodiesel, e a planta seria movida a base de mamona.

Foi para lá, fez um carnaval, o empresário passou a percorrer o Piauí de jato, o Jayme Campos sabe o que é custo de querosene. Eu quando vi o 5º voo do empresário, eu digo: "Esse jato, a mamona não paga esse jato, o ecodiesel."

Era uma picaretagem, e o Piauí teve um prejuízo, evidentemente, que o prejuízo maior foi da nação brasileira, que bancou a trampolinagem dos empresários no Piauí; aliás ele quebrou a Brasil Ecodiesel do Piauí e quebrou a do Ceará.

Aí veja minha frustração. Presidente da República vai para o meu estado, lança a Brasil Ecodiesel, como se fosse a redenção, fez inclusive com que alguns piauienses que moravam fora do estado voltassem na esperança do emprego, transferiram residências para Floriano, para Canto do Buriti, [ininteligível] e está aqui, nada.

Isso é para que se veja o tanto que o nosso estado, Senador Mão Santa, foi enganado esse tempo todo.

Mas eu parabenizo V. Exa. pelo trabalho sério, e tenho certeza que o Piauí não consta do seu trabalho, porque realmente não fez por onde, o que é lamentável.

Eu quero fazer esse registro e faço com muita dor, porque gostaria que esse projeto tivesse tido sucesso, e que nós estivéssemos não só produzindo o biodiesel, como também estivéssemos gerando emprego. Mas tudo não passou de alucinações do Governador do Piauí estimulado pelo Presidente da República.

Eu faço esse registro com o maior pesar, agora, parabenizo V. Exa. pelo trabalho, e o Senador Eliseu Resende que nos deu uma aula aqui sobre a matéria.

Parabéns a V. Exa. por ter a oportunidade de presidir esta Sessão, que para mim é histórica, Senador Collor, a história irá dizer se estou certo ou não.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Senador Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Heráclito. Para discutir, continuar discutindo a matéria, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): [interrupção no áudio] Primeiro eu queria mostrar a grandeza do Piauí, o Heráclito trouxe um problema, não é Heráclito? Você [ininteligível] a grandeza do Piauí, ele está ali.

Freitas Neto, economista do Piauí, Elói Portela, engenheiro do Piauí, Alberto Silva e Heráclito Fortes, só está faltando o meu, me candidata aí.

[risos].

Mas, Presidente Collor... Apagar... Mas eu queria o seguinte--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas V. Exa. presidiu essa Comissão conjuntamente comigo nos meus dois anos, fique tranquilo.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Olha aí. Porque tem dois votos do Piauí, ele sabe que o meu primeiro é dele. Eu voto primeiro nele, depois em mim.

Mas é o seguinte, Presidente Collor: primeiro eu quero reafirmar o entusiasmo de estar aqui, só se vê esse Senado da República se agigantou, agigantou o país, a Comissão de Infraestrutura.

Atentais bem. Primeiro o Presidente Collor leu a *Oração aos Moços* do nosso Patrono Rui Barbosa, ele disse que quem cedo madruga, Deus ajuda. Eu digo, fiz uma emenda assim, para bobagem, passa o dia todo com sono, mas nós estamos aqui.

Mas é o seguinte, não é só às quintas-feiras, não, ele desperta o país, que aqui é o cérebro do país, deva ser, nós teremos que ser os pais da pátria, não somos(F). Então segunda-feira ele bota para se pensar.

Eu quero lhe dizer o seguinte: eu estou orgulhoso e limite; não é ali... O Heráclito disse inveja e qual foi o outro Heráclito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ciúme.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Ciúme. Eu queria é o seguinte... Despertar, olha, eu me senti privilegiado por segunda-feira estar aqui, mas quero dividir, a comunhão, o pão, que é o saber.

Nós estamos vivendo este século, que é o do conhecimento, já dizia o Francis Bacon, conhecimento é poder. Olha o que eu vi terça-feira, essa Casa, ô, segunda-feira, reverteu-se no centro do maior estudo da esperança de riqueza do Brasil, porque não tem a ignorância audaciosa, não tem sem saber, e ali reuniram os maiores técnicos que eu apreendi.

Olha... foi o Reginaldo [ininteligível] Não... Foi aqui Carlos Henrique Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação Amparo, de São Paulo, ex– aluno do ITA.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E ex-Reitor da UNICAMP.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): O Michel Gartenkraut do ITA, o ITA é o símbolo maior, é único, é o ícone da grandeza tecnológica e científica. Estava aqui. Agora, o Marco Antônio [ininteligível], presidente do Conselho de [ininteligível] e Gestão de Estatística; o Márcio Pontes(F), Presidente do Instituto de Pesquisa

Econômica, e o Rui [ininteligível]. Qual era o nordestino aí, o nosso...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Edinaldo Afonso de Marques Melo.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): [ininteligível] é esse. Também me encantou, Heráclito, a competência do Nordeste, não é? Quer dizer, ele colocou-se em nível igual aqueles luminares do saber.

Agora, eu lamento não, eu quero premiá-lo, eu vou fazer uma advertência. Olha, não percam a aulinha do professor Collor aqui chamando todos nós para estudar meu Brasil. Toda segunda-feira, quer dizer, começa a missão... Olha, esse negócio está muito bem feito.

Então, é como diz o Padre Antônio Vieira, o bem nunca vem só acompanhado de outro bem. Aí nós vimos se despertar, estava aqui entre os aluninhos da escola do Professor Collor, o Goellner estava aqui, o Suplicy, eu aqui, mas olha, um bem nunca... É sempre acompanhado de outro bem, e o Professor Goellner brinda a essa Comissão, que sem dúvida nenhuma ela que arrasta o Senado e a pátria para uma realidade... Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Pois vamos votar logo, mas meus parabéns, viu [ininteligível] e já admirável o nosso aplauso. E fazemos... E eu sou eleitor do Heráclito mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Mão Santa.

E eu ratifico o convite que o Senador Mão Santa faz a todos os membros dessa Comissão, para que as segundas-feiras, às 18h00 estejamos todos aqui participando das audiências públicas, que agora está tratando, esse ciclo de audiências está tratando da formação de mão-de-obra necessária para atender as necessidades do mercado.

Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação. Votação nominal. Votação do Projeto de Lei do Senado nº 81 de 2008.

Como vota a Senadora Serys Slhessarenko? Como vota o Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com o relator, Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador João Ribeiro? Como vota o Senador Geovani Borges?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA: Como [ininteligível] de Eliseu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Eliseu Resende? É o relator. Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o senador Jayme Campos? Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o senador Acir Gurgacz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota... Já tem os votos aqui consignados, de forma antecipada, do Senador Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior. Como vota o senador Neuto De Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como vota o senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Adelmir. Como vota o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o autor e com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Projeto de Lei nº 81, de 2008, sem prejuízo das emendas apresentadas, foi aprovado por 13 votos.

Eu indago se podemos repetir a mesma votação para as emendas com parecer favorável apresentadas pelo relator. Srs. Senadores que concordarem, permaneçam como estão. Então, aprovadas as emendas, da mesma maneira como foram votados... Como foi votado o teor do Projeto de Lei do Senado nº 81.

Indago ao mesmo tempo se podemos repetir a mesma votação para as emendas com parecer contrário. Os Srs. Senadores, Sras. Senadoras que estiveram

de acordo podem permanecer como estão. Aprovado da mesma maneira, consignado o voto do Senador Inácio Arruda com o relator, aprovado, portanto, com 14 votos favoráveis.

Aprovado o parecer com as emendas a que já me referi também aprovadas pelos 14 senhores senadores, rejeito a matéria, aliás, desculpe, a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Parabéns ao Senador Gilberto Goellner pela brilhante iniciativa, e parabéns ao Senador Ministro Eliseu Resende pela aula que ele nos deu ao realizar o seu relatório, bem como a todos os Srs. Senadores que participaram da discussão desse projeto de lei tão importante para o *agrobusiness* brasileiro.

Pela ordem, Senador Heráclito, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, peço permissão a V. Exa. para apresentar um requerimento que passo a ler. "*Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado que sejam convidado o Excelentíssimos Sr. Governador José Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Piauí, e o Sr. José Hernani, Sr. Luiz Hernani, engenheiro do DNOCS, para debater audiência pública sobre o desastre da barragem do Cocal, ocorrida em 27 de maio de 2009.*"

Fundamento: essa comissão, em momento muito oportuno aprovou aqui a semana passada regulamentações sobre segurança de barragem, e nos surge agora um fato novo: o Sr. Luiz Hernani, que tinha sido na época do acidente acusado de ter garantido que não haveria nenhum risco naquela barragem, Senador Eliseu Resende, agora repõe a verdade e diz que fez vários relatórios comunicando ao Governo que a barragem estava sem manutenção e, por conseqüência, em eminência de uma hecatombe.

Esse fato é muito grave, porque custou vidas de piauienses. E nós precisamos repor a verdade, reparar os fatos.

Daí porque eu solicitaria a V. Exa. a convocação dos dois nomes citados para que prestem esclarecimentos a essa Comissão, em respeito inclusive do que foi aprovado aqui sobre a segurança de barragem.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Presidente Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu assinei aí um documento, mas eu pedi que V. Exa. adicionasse, além dos que ele está convidando para vir, o Piauí houve uma transformação no Governo PDA, aquele que a gente chamava secretaria de obra, eles chamaram e criaram uma super secretaria, um rolo, que chama EMGERPI hoje, e eu queria acrescentar que viesse a diretora aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É procedente, procedente.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): [sobreposição de falas].

A secretária da EMGERPI na época do acidente, o responsável pela EMGERPI na época do acidente. Eu formalizaria apenas o nome, mas...

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): É, o nome...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está acatado.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): É uma mulher lá do PT.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Precisamente, então, está incorporada a solicitação do Senador Mão Santa ao requerimento apresentado pelo Senador Heráclito Fortes.

Eu vou me valer do art. 5º dos atos e normas internos da Comissão de Infraestrutura para colocar ainda hoje em votação o requerimento de V. Exas. bem como do Senador Jayme Campos.

Prosseguindo a nossa pauta, o item 03 trata-se do Requerimento da Comissão de Infraestrutura que "*Requer, nos termos do art. 90, incisos II, III e V, do Regimento Interno Senado Federal que seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão, para que seja discutido o marco regulatório da exploração dos recursos minerais.*

Solicita para que esta audiência seja enviado convite às seguintes autoridades: Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão; Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, Sr. Miguel Antônio Sedras Néri; Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração-IBRAM, Sr. Paulo Camilo Vargas Pena. Autor, Senador Flexa Ribeiro."

Em votação o requerimento. Srs. e Sras. Senadoras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, só para um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O requerimento trata de convite ou convocação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Antes de dizer... Convite , seja enviado convite.

Mas eu queria comunicar a V. Exa. que o Senador, Ministro, o Ministro Senador Edson Lobão, em contato comigo no dia antes de ontem, ele me comunicou, sa-

bendo que este assunto de autoria, esse requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro estaria na pauta da reunião de hoje, ele se antecipou, ligou para mim, e disse que com muito prazer aceitaria esse convite, e pediu para que fosse realizada essa audiência pública já no próximo dia 25, porque depois ele já estará se compatibilizando-se da função de Ministro do Estado, para voltar ao nosso convívio no Senado da República, candidato a reeleição que ele é, pelo Maranhão.

Por isso não sei se responde à indagação do Senador Inácio Arruda.

Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores.

Esse requerimento, Presidente, convidando o Ministro Edson Lobão, o Diretor do DNPM, o Presidente do IBRAM, para que pudéssemos fazer aqui uma audiência pública para discutir o Novo Código de Mineração, é da maior importância.

Maior importância para o Brasil e para os estados mineradores, como o caso de Pará, Minas Gerais, Mato Grosso.

O código de mineração, o Ministro está correto em propor essas alterações que inclusive ele já deu vazão pela imprensa das posições que ele vai propor.

Eu... Esse requerimento está... Foi... Esperando desde novembro para ser aprovado, que nós gostaríamos de conversar com o Ministro, os senadores da Comissão, para que pudessem discutir as ideias, para que eles pudessem incorporar ou não na sua proposta de governo.

Mas como V. Exa. bem colocou, ele tem toda a boa vontade e a alegria de vir até aqui, e quer fazê-lo antes de desincompatibilizar da função honrosa de Ministro das Minas e Energia para disputar a reeleição ao Senado pelo Estado do Maranhão.

Então, nós vamos poder, com certeza, ter um debate bastante produtivo na próxima reunião, com os convidados, e o Ministro colocando a sua posição, que será, evidentemente, a posição do Governo com relação à revisão do Código de Mineração.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento.

Em votação o requerimento. Os Srs. e Sras. Senadoras que estiveram de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Valendo-me como disse, do art. 5º das normas e procedimentos internos da Comissão de Infraestrutura, vou colocar também na pauta de hoje os dois requerimentos apresentados, um pelo Senador Jayme Campos, e subscrito também pelos senadores Gilberto e Serys, Gilberto Goellner e Serys Slhessarenko, e o outro requerimento apresentado pelos Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa.

O Senador... O requerimento dos senadores Jayme Campos, Gilberto Goellner e Serys Slhessarenko está assim descrito ou assim vazado: "*Requeremos, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater o aproveitamento dos rios localizados nos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas para fins de escoamento da produção, bem como sejam convidados a participar, na qualidade de expositores, as seguintes autoridades: um representante do Ministro das Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica; representantes do Ministério dos Transportes, da Agência nacional de Transportes Aquaviários, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres; representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da Agência Nacional de Águas*."

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo com este requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento de autoria dos Senadores Jayme Campos, Gilberto Goellner e Serys.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria também de ver aqui do meu colega, Senador Flexa, que também essa audiência, não só vai atender, naturalmente, o Estado do Mato Grosso, mas também o Estado do Pará e o Estado do Amazonas. Numa conversa que eu tive com o Senador Flexa, eu indago se o senador também não gostaria de subscrever esse requerimento nosso, Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com muita honra, Senador Jayme Campos.

Isso é um assunto da maior importância para a Região Amazônica. Nós temos que incorporar e, Presidente, eu acho que poderia ser uma bandeira que V. Exa. poderia assumir pela Comissão de Infraestrutura, de tornar realidade o sistema de navegação pelas hidrovias e que é, sem sombra de dúvida, o modal de transporte mais barato.

Nosso Senador Eliseu Resende é um *expert* no assunto e, lamentavelmente, nós continuamos transportando a produção do Brasil em cima das rodas dos

caminhões com as estradas todas congestionadas, e com perdas de vida que poderiam ser evitadas.

Eu tenho a maior honra, Senador Jayme Campos, Senador Gilberto Goellner e Senadora Serys, de associar-me ao requerimento dessa audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem prejuízo da aprovação do requerimento, está aposta também a assinatura do Senador Flexa Ribeiro como subscritor do requerimento recém aprovado, de autoria inicialmente dos Senadores Jayme Campos, Gilberto Goellner, Serys Slhessarenko e agora Senador Flexa Ribeiro.

O outro requerimento, de autoria dos senadores Heráclito Fortes e Mão Santa: "Requeiro nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Exmo. Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Estado do Piauí, e o Sr. Luiz Hernani, engenheiro, e a Senhora Lucile Mouta, à época Presidente da EMGERP" – Empresa de Getão de Recursos do Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): EMGERP.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): "*Para debater em audiência pública sobre o desastre da Barragem de Cocal, ocorrido em 27 de maio de 2009*."

As Sras. e Srs. Senadores que estiveram de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Encerrada a nossa Pauta do dia de hoje. Eu gostaria de antes de encerrarmos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Sr. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós estamos com uma incumbência, dada por V. Exa., de debater e apresentar uma proposição sobre o marco regulatório dos biocombustíveis no nosso país.

Uma comissão formada por mim, Senador Delcídio Amaral e Gilberto Goellner, nós realizamos um conjunto razoável de audiências públicas, todos os setores foram ouvidos, todos, o setor... O Governo Federal, representações de estados, regiões, porque deveríamos atender porque é diferente nosso país, todo o setor da produção, desde a produção primária até o processo de transformação e distribuição desse combustível inovador, que são os biocombustíveis em escala, porque nós já conhecíamos os biocombustíveis de muito antes, mas agora eles ganham escala, que permitem sua comercialização, um porte elevadíssimo e o Brasil é destacado nessa área.

Nós concluímos essa etapa com os últimos encaminhamentos da Agência Nacional de Petróleo, do Ministério das Minas e Energia, que ofereceram informações e dados sobre o que eles gostariam de ver no marco regulatório.

Então esse material foi objeto de uma ampla consulta, colocamos na nossa página na Internet, na página da comissão, para que as pessoas que consideram que tem opinião a dar e não foram convidadas, pudessem oferecer também a sua opinião, então isso... Está absolutamente pronto, nós vamos fazer uma última reunião da comissão para aprovar uma proposição que será entregue a V. Exa., para submeter à análise dos nossos colegas da Comissão de Infraestrutura.

Quero dizer a V. Exa. que tivemos que nos demorar um pouco mais por problemas de infraestrutura, problemas de infraestrutura do Senado, não foi da nossa Comissão de Infraestrutura, que ainda tem uma certa lentidão para poder fornecer a oportunidade para o conjunto população se manifestar.

Mas nós deveremos realizar uma reunião na próxima quarta-feira, da nossa subcomissão, no período da tarde e talvez já na quinta, ou na semana seguinte queremos entregar a V. Exa. o produto desse trabalho, desse esforço do Senado e da sociedade, porque foi um esforço coletivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Eu indagaria a V. Exa., se V. Exa. acredita, seria possível a data seguinte ao dia 25, porque quinta-feira, depois do dia 25 de março, se seria...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É quinta-feira santa. Esse dia nós vamos aguardar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, a outra quinta-feira, depois da semana santa. Então, a quinta-feira seguinte a semana santa, então o Senador Inácio Arruda, que de forma competente vem conduzindo os trabalhos para a elaboração do marco regulatório do biodiesel, juntamente com os senadores Gilberto Goellner, e Delcídio Amaral, irá apresentar o resultado desses seus estudos, inclusive como ele próprio colocou, ouvindo toda a sociedade, abrindo a Internet para a participação de todos aqueles interessados no assunto, bem como as audiências públicas que o Senador Inácio Arruda realizou aqui também na Comissão de Infraestrutura [soa a campanhia], ele estará nos apresentando o relatório final do marco regulatório do biodiesel na quinta-feira, dia 09 de abril.

Aliás, melhor dizendo, dia 08 de abril, quinta-feira, às oito e meia da manhã, o Senador Inácio Arruda, coordenador do grupo de trabalho estará, portanto, tra-

zendo aqui o relatório final, e eu quero agradecer em nome de toda a comissão pelo trabalho de V. Exa.

Do mesmo modo que está sendo também tratado no âmbito desta comissão o marco regulatório do saneamento básico, cujo coordenador é o Senador Ministro Eliseu Resende. Então já está em curso o recebimento das sugestões dos senhores membros desta Comissão, e também do Senado da República, bem como do público em geral, para as sugestões que julgarem necessárias serem feitas para a análise do coordenador do marco regulatório do saneamento básico do Brasil, que é o Senador Ministro Eliseu Resende.

Então antes de encerrarmos a nossa reunião, e agradecendo a participação de todos, gostaria de convocá-los para a nossa próxima reunião, no dia 22 de março--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Próxima segunda-feira, às 18h00, quando realizaremos, integrando a Agenda Desafio 2009-2015 o painel nº 04: *Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de recursos humanos em energia, petróleo e etanol*.

Esse é um painel que julgo de muita importância, e que gostaria de contar com a presença de todos os integrantes desta Comissão.

Estão convidados o Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, diretor do Laboratório Nacional de Bioetanol; Dr. Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da Confederação Nacional da Indústria; Dr. Diego Hernandes, Gerente Executivo de Recursos Humanos da PETROBRAS, que vai nos apresentar uma... Que vai nos fazer uma... Vai nos fazer uma apresentação realmente de extrema importância, pelo que eu já tive a oportunidade de conhecer; e o Dr. Raimar Bylaardt, gerente de tecnologia do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

Está encerrada a presente...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe. Pela ordem, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só gostaria de registrar... Na segunda-feira a ELETROBRAS está lançando a sua nova marca, e esse lançamento é um lançamento importante, emblemático, mostrando os novos tempos que a ELETROBRAS vive, especialmente em função da medida provisória que aprovamos aqui no Senado Federal, viabilizando a reentrada da ELETROBRAS nos leilões de linhas de transmissão, nos leilões de geração de energia, junto com as suas subsidiárias.

E agora, mostrando essa [soa a campanhia] ELETROBRAS fortalecida, internacionalizada também, porque ela vai ter condição de operar em outros pais, como já está fazendo, já está começando a estabelecer uma série de tratativas para participar de projetos de energia em outros países.

Isso é importante, porque vão empresas brasileiras para lá, empresas de engenharia também vão trabalhar, vão gerar emprego para que a ELETROBRAS desenvolva esse projeto com sócios, evidentemente, ou estatais, ou privados.

Mas na segunda-feira vai ser lançada a marca, mostrando a unificação da gestão, mostrando esse novo tempo que a ELETROBRAS vivencia.

É um retorno, Senador Eliseu Resende, aos temos que V. Exa. era Presidente da ELETROBRAS, uma ELETROBRAS afirmativa, forte, e mais do que nunca, alinhando e controlando efetivamente as suas subsidiárias, sem que as mesmas percam, venham a perder essa identidade regional que tem.

Então eu não poderia deixar de registrar isso, Sr. Presidente.

E por último também, eu, evidente, eu dei uma olhada muito por alto nesse documento que foi distribuído chamado *As Estradas D'água*. Muito interessante, é bastante detalhado, bastante... Está vindo num momento certo, onde o modal hidroviário é fundamental para o país, para baratear o nosso custo do transporte.

Agora, lamento que a Hidrovia do Paraguai, que é a Hidrovia de integração com os principais países da América do Sul, é feita uma menção muito pequena, uma menção menor, para muito possivelmente uma das hidrovias mais importantes nos próximos anos para o escoamento da nossa produção; não só da Região Centro-Oeste, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, mas também a produção agrícola, mas também a produção mineral, especialmente na região lá de Urucum, na região da minha Corumbá.

E apesar de ser um trabalho muito bem feito, mas estão esquecendo a integração, as menções que são feitas aqui são muito pequenas, são acessórias, e nós, como representantes da Região Centro-Oeste, sabendo o papel que o Rio Paraguai tem para nós, nós não podíamos deixar de fazer esse registro, porque está muito aquém do que nos pretendemos para a hidrovia do Rio Paraguai.

Então era só isso, só esse registro que eu queria fazer, Presidente, e agradecer mais uma vez a oportunidade

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Del-

cídio Amaral, muito obrigado pela sua participação sempre muito importante nas nossas reuniões, Senador Delcídio, e quero dizer que essa, a sugestão e a ideia das audiências públicas que estamos realizando aqui às segundas-feiras, sempre às 18 horas, foi uma ideia originalmente trazida pelo Senador Delcídio Amaral.

E eu quero aqui mais uma vez de público agradecer a V. Exa. por essa sugestão que tem sido... Que tem sido tão importante não somente para os trabalhos da Comissão de Infraestrutura do Senado, mas também para todos aqueles que vêm assistindo o programa da TV Senado, às segundas-feiras, a partir das 18 horas, e tem manifestado um interesse muito grande, haja vista os inúmeros *e-mails* e telefonemas que nós recebemos, e este programa que é levado ao ar na TV Senado todas as segundas-feiras, às 18 horas, é retransmitido, Senador Delcídio, às sextas-feiras, a partir das 14 horas.

Então, meus agradecimentos mais uma vez a V. Exa., em nome da Comissão de Infraestrutura do Senado.

Está encerrada a presente reunião, com o agradecimento a todos pelo comparecimento.

Sessão encerrada às 10h41.

09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE MARÇO DE 2010, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia vinte e dois de março de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores **MÃO SANTA e INÁCIO ARRUDA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, anunciando o motivo da mesma, informa que a Audiência Pública, integrando a **Agenda 2009-2015 "Desafios Estratégicos Setoriais",** atende ao Requerimento nº 01, de 2010-CI, de autoria do Senador **Fernando Collor,** para debater sobre o Desafio: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade. Apresentando hoje, o Painel 4 – "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos em energia – petróleo e etanol", com a presença dos seguintes convidados**: Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima –** Diretor do Laboratório Nacional do Bioetanol; **Dr. Diego Hernandes –** Gerente Executivo de Recursos Humanos da PETROBRAS; **Dr. Raimar Bylaardt –** Gerente de Tecnologia do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP; **Dr. Rafael Lucchesi** – Diretor de Operações da Confederação Nacional da Indústria – CNI. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações iniciais. Após as apresentações dos convidados, usou da palavra o Senhor Senador **Mão Santa**. O Presidente concede a palavra a cada convidado para suas considerações finais. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradecendo a presença de todos, declara encerrada a reunião às vinte horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário-Adjunto da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor,** Presidente.

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2010, ÀS 18 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Dando continuidade à Agenda 2009/2015, retomamos nosso ciclo de 14 audiências públicas realizadas entre 1º de março e 07 de junho deste ano, sobre o desafio "Recursos humanos para inovação e competitividade".

Informo que já se encontram à disposição dos interessados os dois *folders* dos 14 painéis da nossa Agenda 2009/2015, que são esses dois *folders* aqui, e que irão tratar do tema "Recursos humanos para inovação".

Os *folders* disponíveis na Secretaria desta Comissão contêm os temas dos painéis, a data das reuniões e o nome dos palestrantes convidados.

Informo às senhoras e aos senhores membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que, no último dia 15, segunda-feira passada, realizamos o 3º Painel do novo ciclo de debate da Agenda 2009/2015 "Desafios estratégico-setoriais", com o tema "Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de profissionais da área de engenharia no Brasil".

Participaram como palestrantes da audiência o Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP e ex-reitor da Unicamp; o Dr. Michel Gartenkraut, ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA; a Dra. Fernanda De Negri, diretora-adjunta de estudos setoriais de infraestrutura do IPEA; o Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola; e o Dr. Edinaldo Afonso Marques de Melo, engenheiro civil, professor

da UFAL, pós-graduado com mestrado em administração de empresas e representante da Associação Brasileira de Pavimentação.

De um modo geral, os debatedores propuseram superar a escassez de engenheiros no Brasil, mediante a implantação de uma política educacional descentralizada, com a participação do setor privado e, principalmente, com a adoção do modelo de cursos mais reduzido, como os de tecnólogos, cuja formação é de curta duração, de dois a três anos, mas que é considerado um curso de nível superior.

O Dr. Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do Centro Integrado Empresa-Escola, CIEE, defendeu a necessidade de se incrementar a qualidade da educação básica no país, para que tenhamos profissionais de engenharia mais qualificados. Contudo, chamou a atenção também para a qualidade do ensino superior, trazendo alguns levantamentos feitos pelo INEP, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Segundo os resultados do Índice Geral de Cursos, o IGC de 2008, 45% das instituições de ensino superior receberam nota três, e apenas 1%, ou seja, 21 instituições receberam nota cinco. Outros dados divulgados apontam que o investimento público na educação, em relação ao produto interno, e ex-reitor da Unicamp, o Dr. Brito Cruz, como causa da escassez de mão de obra especializada nas várias áreas de engenharia nacional.

Segundo ele, há restrições importantes no sistema de formação de recursos humanos no Brasil, e, quando se fala em formar pessoas no nível superior, talvez a principal restrição não seja a falta de vagas nas universidades, mas, sim, a falta de qualidade e quantidade de jovens cursando o ensino médio.

Como estratégia para o aumento urgente da formação de engenheiros no país, o diretor da FAPESP defendeu a implementação de cursos de especialização curtos, nos moldes existentes nos Estados Unidos.

O professor criticou, ainda, a política educacional desenvolvida pelo Governo Federal. Para ele, são privilegiados os órgãos de educação federais, em detrimento de importantes instituições municipais e estaduais.

O terceiro palestrante foi o Dr. Edinaldo Afonso Marques de Melo, professor da Universidade Federal de Alagoas, que conclamou por uma participação mais ativa do setor produtivo na formação de engenheiros.

Na sua opinião, as empresas do setor deveriam, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, buscar seus empregados ainda na faculdade, realizando seleções e oferecendo estágios aos estudantes de engenharia.

O Professor Edinaldo alertou ainda os parlamentares sobre a necessidade de se elevar o piso salarial dos engenheiros no país, para se evitar a evasão na profissão.

Sobre isso, depois, eu tenho aqui um artigo da Jornalista Miriam Leitão, que eu gostaria de dar conhecimento aos Srs. e Sras. Senadores e os senhores e senhoras presentes.

Ele considerou de relativa importância para o bom desempenho na área a titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e ressaltou a necessidade de uma mudança de paradigmas no trato da formação e qualificação profissional, tanto nas universidades como nas empresas, e nas próprias diretrizes da política educacional do Governo.

A Dra. Fernanda De Negri, pesquisadora do IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, destacou a forte correlação existente, conforme estudos desenvolvidos pelo Instituto, entre pesquisa e desenvolvimento e a demanda das empresas por engenheiros.

Ela observou que, de 750 mil diplomados em engenharia existentes no Brasil, apenas 212 mil estão exercendo a profissão. A pesquisadora chamou a atenção ainda para a importância de se determinar os tipos de engenharia mais demandados atualmente e necessários para sustentar o crescimento do país, previsto para os próximos anos.

Segundo ela, o fluxo de formação de engenheiros no Brasil é capaz de atender ao crescimento da demanda, desde que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto não ultrapassem os 5%. Se, por exemplo, crescermos a uma taxa de 7%, em 2022, serão necessários um milhão e 135 mil engenheiros ocupados, ou seja, trabalhando de fato na área.

Assim, se mantido o atual nível de migração de engenheiros para outras áreas, algo em torno de 72%, essa demanda não será suprida. Ou seja, 72% daqueles que se formam em engenharia não exercem a profissão, hoje, no país.

Em conclusão, a Dra. Fernanda De Negri mostrou que o Brasil precisará investir ainda mais na formação de novos engenheiros, arquitetos e afins, ou, então, contar com mudanças na estrutura de empregos e salários, de forma a gerar menos migração ocupacional desses graduados.

Sobre essa pesquisa do IPEA, denominada “escassez de engenheiros, realmente um risco”, informo que ela já está disponível nas páginas da Comissão, dentro da apresentação da Dra. Fernanda De Negri, no nosso terceiro painel.

Além disso, os membros que tiverem interesse [interrupção no áudio]...

Afirma o Professor Michel. O tempo decorrido entre a escolha da profissão e a entrada efetiva no mercado de trabalho é particularmente longo no Brasil. O estudante é induzido a decidir muito cedo sobre a escolha da profissão, fenômeno que decorre da nossa ânsia em uma especialização cada vez mais precoce. E sugere ainda: uma falha de mercado indica a necessidade de uma cuidadosa intervenção do Estado, seja através de uma adequada regulação, seja mediante políticas públicas que possam corrigir as distorções provocadas pela inabilidade inata do mercado, no caso.

Quanto à qualidade de formação dos engenheiros, o ex-reitor do ITA afirmou que os novos paradigmas do desenvolvimento, a inserção competitiva da economia brasileira no mundo, a crescente preocupação com a sustentabilidade do planeta, o ritmo de mudanças nos mercados, principalmente na ciência e tecnologia, demandam, hoje, um profissional muito diferente daquele que nossas universidades se acostumaram a formar no passado.

Para ele, o mundo mudou 180 graus, e, por isso, poucos fatores garantidores de sucesso no passado podem garantir o sucesso no futuro. Assim, expõe o perfil de necessidades do novo engenheiro. Segundo ele, o novo engenheiro tem que ser ou tem que ter sólido embasamento em conhecimento básico, tem que ter empreendedorismo, capacidade de inovação, de criação, de mobilização, de organização e de gestão de equipes multidisciplinares, além do fator cidadania, que, no caso brasileiro, faz-se necessário, segundo ele.

Além da simples comparação entre oferta e demanda, o Dr. Michel defende a atenção de outro aspecto que envolve a questão da escassez de engenheiros. Ele se refere à heterogeneidade das situações, tanto do ponto de vista setorial quanto regional. Do ponto de vista setorial, estudos mostram que a situação é mais aguda no campo de tecnologia da informação e nos setores também a ele relacionados. Estimam-se 30 mil vagas abertas e não preenchidas nessa área de tecnologia da informação, com déficit projetado ainda maior para o futuro, se mantidas as atuais condições de oferta. Do ponto de vista regional, o Dr. Michel chama a atenção para o fato de que 30% dos engenheiros no Brasil atuam no Estado de São Paulo. Isso retrata, segundo ele, um desequilíbrio, se considerarmos que o processo de crescimento recente mostra taxas mais altas de crescimento em outras regiões, notadamente na região Nordeste do Brasil.

Por fim, o ex-reitor do ITA demonstra que, se, por um lado, o Brasil hoje se coloca como um dos grandes produtores de doutores e de ciência no mundo, por outro, esse sucesso não é acompanhado, quando se trata da tecnologia.

Para ele, na raiz desse problema está o excesso de academicismo, particularmente grave na formação de certas categorias profissionais, como a dos engenheiros. Essa distorção indesejável origina-se na inflexibilidade da carreira docente das universidades públicas, que, por sua vez, constituem paradigmas para as demais.

Para ele, nas universidades, quem ensina engenharia não tem prática alguma de engenharia. Assim, como solução, ele aponta para um sistema de duas carreiras paralelas: uma academia, em regime de dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa, com a avaliação segundo critérios usuais do mundo científico; e outra de dedicação em tempo parcial, contemplando docentes os profissionais de reconhecida experiência em seu campo, com sistema de avaliação correspondente a essa característica.

Esse foi o relato do nosso último painel. E fiz uma observação, na leitura desse relato, quando se falou da falta de engenheiros no país, um artigo da Jornalista Miriam Leitão, do dia 21, com o título "Falta trabalhador". Diz ela: "Começou a faltar trabalhador qualificado. A indústria da construção pesada está sentindo falta de engenheiros técnicos e operadores de máquinas; na tecnologia da informação, faltam 100 mil profissionais, mas há setores que dizem que o país nem voltou ao nível de atividades de antes da crise. O país vive a contradição dessa transição, há setores retardatários e outros onde falta gente para contratar. A Associação Brasileira de Indústria Têxtil acha que só em 2011 vai recompor as perdas de crise, mesmo crescendo este ano 3% na produção e 6% nas vendas do comércio de tecidos e confecções. O diretor executivo dessa associação, a ABIT, Fernando Pimentel, acha que o setor enfrenta um problema adicional à retratação do ano passado, o câmbio chinês. Nosso maior problema, segundo ele, não é o real valorizado, porque ele oscila com as leis de mercado, mas, sim, o *iuan* desvalorizado artificialmente pelo governo chinês. 'Como os principais exportadores do mundo continuam em crise, o mercado brasileiro tornou-se alvo dos produtos asiáticos' – disse o Dr. Fernando Pimentel. Não é ele o único a ter essa queixa – diz a jornalista –, mesmo assim, o setor têxtil brasileiro criou 14 mil postos de trabalho, nos dois primeiros meses do ano – deste ano agora de 2010, foram criados 14 mil novos postos de trabalho –, mais do que todo o ano passado".

O sociólogo José Pastore escreveu um artigo, dias atrás, comemorando e ao mesmo tempo alertando para o risco de falta de trabalhadores qualificados. "No Brasil é assim, quando o crescimento é de 4,5%

falta trabalhador qualificado, quando é de 5,5% a 6%, como este ano de 2010 – é a expectativa dele –, falta trabalhador de forma geral, qualificado ou não".

No artigo publicado no *Estado de S. Paulo,* o Professor Pastore diz que a média dos salários de construção civil, isso é outro fato importante, pela carência de engenheiros nas suas diversas áreas, hoje, no Brasil, e especificamente na engenharia civil, a média dos salários da construção civil, de um modo geral, incluindo aí o dos engenheiros, subiu 20%, em termos reais, nos últimos 12 meses, conclui ele, que é, claro, um sintoma da falta de mão de obra.

O diretor do Departamento da Indústria da Construção da FIESP, Manoel Rossito, confirma que as empresas estão tendo que qualificar trabalhadores e disse que, em algumas áreas, o crescimento da demanda é forte.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, Luiz Fernando Santos Reis, disse que o principal problema deles é a falta de formação de técnicos de grau médio.

É interessante como esse artigo, ele bate exatamente com tudo aquilo que nós estamos observando e ouvindo dos palestrantes que vêm, atendendo ao nosso convite, para fazer parte dos painéis sobre a falta de recursos humanos, hoje, diante da grande demanda que existe no mercado brasileiro.

Disse, então, portanto, ele que o principal problema deles é a falta de formação de técnicos de grau médio. Pastore conta ainda que geólogos, químicos e tecnólogos estão sendo objetos de pirataria. Uma empresa fica sabendo da qualidade do quadro da outra e rouba o profissional; isso não acontece com todos os setores, regiões ou profissões, até porque o país está vivendo essa transição: saiu da um ano perdido para outro de forte crescimento.

Há setores que pressionam mais, o PAC estava quase parado, diz o professor, este ano, ele está deslanchando com algumas grandes obras da engenharia contratando. A indústria, como um todo, voltou a crescer; a previsão é de 7% este ano. Previsão de crescimento da indústria de 7% para este ano de 2010; é um número realmente extraordinário, mas puxada mais pelo mercado interno, que demonstra que o mercado interno está se fortalecendo, o salário está tendo aumento de ganho real e que estamos dependendo menos de importações.

A CNI acha que, no segundo trimestre, chega-se a um nível pré-crise. A biruta mudou totalmente em relação a 2009, quando a indústria foi a mais afetada. "Ainda não estamos em ritmo frenético, mas o crescimento acontece em vários setores" – disse o gerente executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria, Flávio Castelo Branco.

Mas quem depende do comércio internacional – aí é que está o busílis – está ainda encrencado. A economia americana está com números positivos de crescimento, mas muito longe do nível de produção, demanda e emprego de antes da crise. As análises de consultores internacionais são de que o G-3, Estados Unidos, Europa e Japão, vão manter um nível lento de crescimento. O presidente de Associação Brasileira do Comércio Exterior, Dr. José Augusto de Castro, disse que as exportações brasileiras continuam dependendo das *commodities*. Com a atual taxa de câmbio, infelizmente, a exportação de manufaturados tornou-se marginal na nossa pauta de exportações, não temos preços competitivos, e as exportações, o que acontece? São basicamente entre filiais das mesmas empresas.

Quem está comemorando é o setor do comércio, que acha que vai crescer 9% este ano de 2010. "Para o comércio é o céu de brigadeiro, o crescimento no primeiro trimestre foi forte, ainda pautado pelos incentivos fiscais, depois, haverá desaceleração, mas, ainda assim, teremos um ano bem melhor do que o anterior" – diz Carlos Tadeu de Freitas, chefe da divisão econômica da CNI.

O setor de tecnologia da informação está passando aperto por falta de gente. A Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação BRASSCOM, acha que este ano haverá falta de 100 mil trabalhadores no setor, e isso poderá chegar a 200 mil, em 2013.

O setor tem um ritmo de crescimento muito superior ao resto de economia, e o ritmo de formação de novos profissionais em universidades e escolas técnicas é muito baixo. Em 2009, tivemos um crescimento de 9% e, este ano, podemos chegar a 20%.

"O número de vagas nas universidades federais e escolas técnicas ficou congelado no governo anterior" – disse Sérgio Sgobbi, diretor de recursos humanos da BRASSCOM.

As empresas têm também que investir pelo menos um ano em treinamento, logo após a contratação do técnico, porque a tecnologia muda com muita velocidade.

Segundo o Dr. Michel Gartenkraut, na nossa última reunião, ele disse que, na tecnologia de informação, há uma mudança, os equipamentos que são produzidos, com base na evolução da tecnologia da informação, esses produtos, eles são mudados, modificados, porque são aprimorados a cada seis meses. Por exemplo, um telefone celular ou um computador, um *laptop,* ele teria, vamos dizer assim, uma "vida útil" de seis meses; a cada seis meses, aparece, no mer-

cado, um produto mais sofisticado, com maiores *features*, com mais condições de melhor servir ao usuário. E aqui está isso explicitado.

O volume de crescimento de exportação de *softwares* impressiona. Em 2008, houve crescimento de 75%, chegando a 2,2 bilhões de dólares. Em 2009, saltou para três bilhões. A BRASSCOM quer montar parcerias com o Governo para formação de pessoal; é esse um dos objetivos desse nosso ciclo de palestras: colocar todos esses, o mundo acadêmico e todos esses autores, o mundo acadêmico, o Poder Público e a iniciativa privada, em parcerias, para que trabalhem de forma coordenada e possam, de uma maneira rápida, eficiente e eficaz, atender a essas demandas globais da economia.

Um dos projetos a que ele se refere, o Professor Sérgio Sgobbi, um dos projetos que ele quer montar parcerias com o Governo para a formação de pessoal se chama "DNA em tecnologia da informação", que vai ser implantado em 71 escolas federais, para que os alunos tenham aulas de tecnologia da informação.

Nem bem o país saiu de um problema, já entra num problema exatamente o oposto. Nem bem saiu da recessão, já está com dores do crescimento, como a escassez de mão de obra. Essa é a pura realidade que hoje nós estamos vivendo e que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal deseja dar sua colaboração, sua contribuição para evitarmos esse gargalo no momento em que o país entra numa etapa de franco desenvolvimento.

Na próxima segunda-feira, dia 29, às 18 horas, nós estaremos realizando, neste Plenário, o 5º painel do novo ciclo de debate da Agenda 2009/2015. O tema a ser abordado será "Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos, para exploração, refino e distribuição dos produtos existentes nas reservas petrolíferas do Pré-Sal".

Participarão como debatedores o Sr. José Lima de Andrade Neto, Presidente da BR Distribuidora; o Dr. Nelson Narciso, diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, ANP; o Dr. Carlos Tadeu da Costa, gerente executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS, CENPES, que vem realizando um trabalho extraordinário, que me foi dado a conhecer na semana passada, e que eu tenho certeza de irá impressionar muito bem a senhoras e senhores membros da Comissão e aqueles que acompanham esse ciclo de palestras; e o Dr. Zidem Abraão, diretor de recursos humanos da Construtora Norberto Odebrecht.

Na reunião de hoje, discutiremos o 4º Painel sobre nossos desafios. O tema, hoje, é "Necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos em energia, petróleo e etanol", com os seguintes participantes, que aproveito e convido para que tomem assento à mesa, acrescentando as nossas melhores boas-vindas a todos eles. Dr. Rafael Lucchesi, diretor de operações da CNI e responsável pela mobilização empresarial para inovação; Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, diretor do Laboratório Nacional de Bioetanol; Dr. Diego Hernandes, gerente executivo de recursos humanos da PETROBRAS; e Dr. Raimar Bylaardt, gerente de tecnologia de Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, IBP.

Convido os senhores palestrantes a tomarem assento à mesa. Iniciando nosso painel de hoje, eu convido o Dr. Rafael Lucchesi, diretor de operações da CNI e responsável pela mobilização empresarial para inovação, para fazer sua exposição.

V. Sa. dispõe de 20 minutos para fazê-lo e, naturalmente, com alguns minutos de tolerância, caso isso seja necessário.

Com a palavra o Dr. Rafael Lucchesi.

SR. RAFAEL LUCCHESI: Obrigado, Presidente, obrigado pelo convite. A CNI se sente honrada de estar aqui presente nesta Comissão e para falar de um tema extremamente caro e importante para o setor privado, nesse momento, que é a mobilização empresarial pela inovação.

Então, queria... Passa à próxima, por favor. Qual é a leitura que nós fazemos com relação à questão da inovação, ela é chave para a competitividade para empresas em desenvolvimento no país, ela é determinante no aumento da produtividade e da renda. Nenhuma sociedade, nenhum país se desenvolveu sem ter uma estratégia clara na área de educação, ciência, tecnologia, inovação. Há uma elevada correlação de todos os indicadores que a gente possa identificar com relação a essa aderência entre os países ricos e seu esforço na área de inovação, ciência, tecnologia e educação.

Nós identificamos que fizemos um avanço – passa à próxima –, nós avançamos nos instrumentos que foram criados: subvenção econômica de incentivos fiscais, equalização de taxas de juros, programa de pesquisa corporativa, foco da inovação de uma política industrial, que é política de desenvolvimento produtivo, a PDP.

A despeito disso, nós ainda temos problemas tanto de demanda quanto de oferta. Do ponto de vista da oferta, a agenda nossa, a de ciência e tecnologia, ainda é uma agenda muito ofertada às instituições de conhecimento, muito distante do mundo empresarial; e, de outro lado, na ação de demanda, que são das organizações empresariais, das empresas, elas ainda estão muito distantes de ter uma cultura mais

permanente, uma agenda mais permanente, com relação à questão da inovação. Como a estratégia mais permanente, está no centro das ações de negócios, como acontece com as empresas congêneres às do primeiro mundo.

Então, nós temos um problema no país tanto de demanda como de oferta, e a CNI reconhece, na questão da demanda, a necessidade de ter um choque de cultura, como nós fizemos, no início dos anos 90, por conta também de uma iniciativa de integração dos mercados, com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. O setor empresarial deu uma enorme resposta, incorporando novas ferramentas e uma nova cultura empresarial, diante de uma necessidade imperativa de abertura de mercados, que aconteceu à época, e o setor empresarial deu um salto à frente, rapidamente incorporando novos elementos de cultura, que se fazem necessários hoje; novamente, colocando a questão da inovação no centro da arena, no centro das estratégias e da conduta das empresas. A seguinte.

Então, o que nós temos aqui é o esforço que nós estamos com relação à fronteira, aos países que estão na frente, Coreia do Sul, Estados Unidos. Nós vamos ver que estamos bem distantes dos países mais desenvolvimentos, mas somos o país que mais investe em inovação tecnológica na América Latina, estamos, assim, no meio do caminho, temos ambições e possibilidades reais, de uma estratégia de emparelhamento, como muitos países asiáticos fizeram 30, 40 anos atrás que e foram muito bem-sucedidos nessa estratégia de emparelhamento.

Então, o Brasil, hoje, aplica em terno de 1% do PIB em P&D, cerca de duas vezes e meia menor que as principais economias; temos um dever de casa a buscar, mas temos uma massa crítica, temos 30 mil empresas, segundo a PINTEC, que faz inovação tecnológica, e gastamos em torno de 34 bilhões de reais/ano em inovação tecnológica, que são números representativos. A próxima.

Então, nós precisamos de um maior protagonismo privado nessa agenda de inovação. A maior entidade empresarial do país reconhece uma necessidade de uma atuação mais firme nas empresas na agenda de inovação. Nós temos algumas exceções, como PETROBRAS, Embraer, mas, no grosso, falta uma melhor incorporação da cultura de inovação dentro das empresas. Mesmo em grandes empresas, muitas vezes, a agenda de inovação, ela fica nas gerências intermediárias, o C&O, a agenda do C&O não é tocada de maneira premente pela agenda de inovação; é um conjunto de problemas de insegurança jurídica, incerteza macroeconômica, problemas de infraestrutura. Há problemas que ocorrem no Brasil, de uma maneira mais dramática do que recorre nos países de economia industrial avançada, o que, de certa forma, cria essa dispersão nas estratégias empresariais, tomando muito tempo do C&O, e também é um problema de cultura empresarial.

É importante incorporar a agenda de inovação à análise estratégia empresarial. Os gastos privados no país é 50% do gasto total, mas ainda é pequeno e precisa avançar. Como nós vimos lá: duas vezes e meia menor do que os países de economia industrial avançada.

Precisamos dar maior ênfase na inovação nas empresas e nos instrumentos de política pública – tem que se concentrar nessa direção – e maior comprometimento da liderança industrial com essa agenda de inovação, e essa foi toda a estratégia da MEI. Ao longo de 2009, nós reunimos os 100 principais C&O que se envolveram e se comprometeram a liderar esse movimento, de maneira análoga a como fizemos no programa de qualidade. A liderança industrial, ao se envolver, cria um efeito de repercussão junto à base industrial, que é empresário acredita muito no depoimento de outro empresário, principalmente aquele que ele considera um líder empresarial, e, com isso, uma ação de mobilização do setor privado para essa agenda de inovação. A seguinte.

Um desafio é chegar à base industrial. Nós temos, hoje, 500 mil indústrias, 150 mil empresas com cinco empregados ou mais e 91 mil empresas com 10 empregados ou mais. Segundo a base da PINTEC, em torno de 11 mil grandes e médias empresas, onde o jogo de inovação a cidade forma mais importante. A seguinte.

Se nós temos isso, por outro lado, 30 mil empresas brasileiras declaram inovar, e em torno de seis mil empresas têm atividades de P&D, e em torno de 2.700 têm atividades regulares de pesquisa e desenvolvimento, segundo a pesquisa de inovação do IBGE, que é a PINTEC.

Então, nos oito anos, nós precisamos melhorar a base de instrumentos de política pública, elas precisam se tornar, terem uma pegada empresarial num alcance maior. Uma evidência disso é que, nos últimos oito anos, mais de 30 mil empresas brasileiras declaram inovar e apenas 1.000 empresas foram apoiadas de instrumentos de política pública.

As políticas públicas melhoraram, não tenho a menor dúvida; os instrumentos avançaram, mas eles ainda estão distantes do cotidiano da empresa, aquele problema dual que nós temos de oferta e demanda, que nós precisamos avançar. A seguinte.

Os problemas mais recorrentes que nós temos, se a gente for fazer um breve balanço, as isenções fiscais, elas beneficiam apenas um pequeno universo das empresas, em geral, as transnacionais, suas bases P&D não estão no Brasil, ou médias empresas, porque toda a concessão, os benefícios fiscais estão pelo lucro real, é só 8% do universo total das empresas. Nós sabemos que, nos países de economia industrial avançada, 30% do esforço de P&D é de pequenas e médias empresas, que compõem, inclusive, a cadeia, se a gente for pensar o modelo da produção automobilística baseada em produção enxuta, o progresso técnico é distribuído em toda a cadeia de sistemistas, de tal forma que você distribui o esforço tecnológico. Não é diferente na área de petróleo e gás, só que, se você tem instrumentos de política pública que cerceiam a possibilidade de você lincar as pequenas empresas num esforço tecnológico. Então, como isso é sistêmico, você tem um prejuízo da base produtiva de manufatura nacional.

As empresas de menor porte têm problemas com garantias para linha de financiamento. Eu acho que isso é horizontal, serve para a parte de crédito e serve também para a parte de inovação, como dado da realidade. E ainda temos a incerteza jurídica. As legislações, elas são conflitantes, ou seja, instrumentos de automaticidade para isenções fiscais têm o problema de glosa futura da Receita Federal, você ainda não tem uma base reconhecida da ABNT sobre o que é a considerado inovação. É claro que você não pode colocar isso tudo numa camisa de força, mas, pelo menos, partir de um consenso, de um conjunto de consenso que facilite as empresas a adotarem inovação é importante. A seguinte. Mais uma.

Então, se nós... O apoio público é insuficiente, aqui é um dado comparativo, ele vai pegar duas posições do Brasil, uma posição em que o Brasil parece melhor, quando entra os instrumentos da lei de informática. A lei de informática não é uma lei apenas para inovação, ela faz uma equação do regime fiscal, que viabiliza a produção na Zona Franca de Manaus. Então, quando você retira isso, a posição do Brasil, ela cai muito, na parte do apoio governamental ao gasto privado de P&D. Então, a gente sai de uma situação muito positiva para uma posição muito negativa, próxima à do México.

Então, é algo que, se a gente isolar o efeito da lei de informática, a gente vê o quanto nós ainda precisamos estimular o gasto privado na área de inovação. Próximo.

Uma questão-chave, que aí é o centro do debate de hoje, os empresários, eles são racionais, como qualquer ator, em qualquer mercado. Então, eles têm algumas dificuldades com relação ao Brasil, desde o custo Brasil, de uma agenda velha, da dificuldade de infraestrutura, mas certamente um grande problema nosso é a questão da formação e do padrão de escolaridade.

Se nós pegarmos a população, percentual da população de jovens com curso superior, nós vemos que na Coreia do Sul é 56% da população; na Rússia, 55%; Japão, 54%; França, 41%; Estados Unidos, 40%; Espanha, 38%; Reino Unido, 37%; Alemanha, 23%; México, 19%; e Brasil, 10%.

Se nós formos fazer um cruzamento do percentual de egressos dos cursos de nível superior de ciências duras, por assim dizer, e engenharia, de cada 100 formados no Brasil, 4,5 pessoas são formadas em engenharia. Se nós adicionarmos isso à parte de ciências, nós vamos ter em torno de 11; na China, isso é 39; na Alemanha é 31; na França, 27; México, 26; Japão, 25, e assim vai. Então, se você cruzar os dois dados, da população que nós estamos formando para o futuro, apenas 1% da população está no jogo, daquilo que importa.

Nós temos um problema, na nossa, digamos assim, na inclusão social, nós temos um problema, aqui, de inclusão social e temos um problema de matriz educacional. Então, a gente tem um duplo problema: a nossa matriz educacional, ela é preponderantemente, como acontece com a universidade brasileira, focada na área de humanidade, o que, para a agenda de largar a infraestrutura, desenvolvimento de projeto de engenharia, fazer com que o sistema econômico responda, nós vamos ter enormes gargalos e limites com relação à construção do futuro. Então, precisa ter uma forte indução com relação a isso, o que cria enormes dificuldades de as empresas encontrarem os recursos adequados para seu desenvolvimento.

Se nós pensarmos e olhar que nossos competidores diretos, que estão buscando uma plataforma de manufatura, responderam muito melhor a essa questão, elas têm, do ponto de vista da sua matriz educacional, 40% formados na área voltada para a atividade de manufatura moderna, nós vamos ver que, do ponto de vista objetivo, nós vamos ter uma composição de fatores mais cara, mais dificultosa ou, às vezes, até intransponível, porque, quando a gente fala de infraestrutura, muita gente está falando de portos, estradas, sistema de telecomunicação, sistema de geração e produção de energia, e estamos esquecendo talvez do elemento fundamental de infraestrutura, que é a formação de capital humano.

Na sociedade do conhecimento, esse é um elemento-chave e para o qual nós, de certa forma, negligenciamos, negligenciamos, porque a gente teve um

ciclo longo de crescimento lento, de taxas de crescimento pequenas, e, de certa forma, as atividades de formação de recursos humanos não foram premidas como seriam por um ciclo de expansão mais sustentável, com maior taxa de crescimento, ou seja, para a China crescer 10% ao ano, precisa ter uma matriz educacional dessa forma e uma capacidade de incorporação da sua população de jovens mais intensa, para que as atividades de manufatura não tenham problema de gargalo de infraestrutura a de recursos humanos adequados.

Então, esse é um problema central, do ponto de vista da estratégia de formação para a inovação. Vamos à seguinte?

Quais são nossas contribuições na ação efetiva da mobilização empresarial pela inovação? A ideia é, como acontece em todas as experiências bem-sucedidas de iniciativas nacionais de inovação, que ocorrem hoje nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, na Austrália, etc., você precisa ter uma relação sinérgica entre o setor produtivo e o governo, para que se crie um consenso na sociedade, se projete esse consenso na sociedade, voltado à questão da competitividade; menos a questão de algumas disputas que se colocam, do tipo redução da jornada, e tal, nossa agenda, se nós quisermos ter alguma ambição real de buscar sermos uma plataforma moderna, industrial e de competitividade, a gente tem que criar condições para isso, criando uma ação mais sinérgica nos instrumentos de política pública e cultura empresarial, para uma agenda de inovação.

Então, a ideia que nós propusemos isso. Desde o início, o Dr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES, abraçou essa ideia, o Ministro Sérgio Rezende também, a ABDI, as demais instituições empresariais e um grande grupo de líderes empresariais abraçou essa ideia, que é reforçar a iniciativa nacional pela inovação, aos moldes do que fizemos no passado com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, no início dos anos 90.

É desnecessário dizer que, à época, o Presidente da República está sentado aqui à mesa e lidera este debate.

A MEI é uma das plataformas privadas que envolvem a CNI, o Fórum Nacional da Indústria, líderes empresariais do sistema Esso, inclusivo, fortemente envolvidos nisso; o SEBRAE e o SENAI têm sido parceiros importantes, até pelo papel de capilaridade na área de serviço tecnológico e envolvimento de grupos empresariais, essa ação de mobilização. A seguinte.

Então, nossa meta é uma meta muitos simples: é uma ação de mobilização empresarial. E a meta é uma meta mobilizatória, é dobrar o número de empresas inovadoras em quatro anos, ressaltadas as atuais 30 mil empresas para 60 mil empresas, com uma taxa líquida média de cinco mil empresas/ano com atividade permanente em inovação.

A plataforma privada de mobilização assume um compromisso de sensibilizar 10 mil empresas/ano. Nós vamos estar constituindo 35 núcleos de mobilização. Definimos, hoje, instrumentos, inclusive, de apoio em conjunto entre iniciativa privada e governo, para toda essa ação de mobilização, para que haja acesso, haja disponibilidade, a formação e capacitação em gestão da inovação, para pequenas e médias empresas no Brasil, como, aliás, ocorre nos países que competem conosco e nos países de economia industrial avançada, onde esses instrumentos estão mais disseminados e onde tem uma tradição de três, duas gerações de empresas que, no Brasil, não têm essa tradição, que jogam o jogo de inovação já há mais tempo. A meta é adicionar cinco mil empresas/ano. A próxima.

A estruturação da INE, é uma organização nos moldes do antigo programa brasileiro; a ideia é ter ações específicas, uma ação de coordenação que envolva diretamente a presidência do BNDES, o ministro de ciência tecnologia, o ministro do desenvolvimento industrial, do MDIC, de articulação, de mobilização, de capacitação e de disseminação, com documentação de *cases*, criando uma cultura de reprodutibilidade, de informação e de convencimento que retroalimentos a essa ação de mobilização.

Ações de capacitação, nós fizemos todo o mapeamento dos atuais ofertantes, aqueles que têm competência e instrumento de gestão da inovação, de consultoras privadas, de organização MEI, de estruturas próximas à organização de MEI dentro das universidades. Então, de tal forma a criar uma ação que tenha uma coordenação e que seja capaz de responder aos desafios propostos. A próxima.

A governança é criar um núcleo central, onde você tenha os núcleos estaduais coordenados dentro das federações de indústrias; núcleos setoriais, que são ser liderados pelas associações setoriais nacionais. A ideia é ter 15 núcleos nas associações setoriais nacionais e núcleos temáticos. O conselho empresarial, envolvendo aí o Fórum Nacional da Indústria, CNI, IEL, SENAI, SEBRAE, etc., e, na área pública, envolvendo aqui a iniciativa nacional pela inovação, o governo, envolvendo aqui os ministérios, o BNDES [soa a campainha], de tal forma a criar essa coordenação. A seguinte.

As ações... Essa eu acho que é a última. As públicas e privadas, ações de mobilização, capacitação e disseminação, o Governo deve assegurar os instrumentos de apoio. A ideia nossa é que, se o governo colocar instrumento direto voltado para as empresas,

80 milhões de reais/ ano coordenam um gasto privado de 500 a 600 milhões e assegura maior capacidade de competição das empresas no mercado doméstico, no mercado internacional; assegura geração e sustentação de empregos, de investimento, que vão retroalimentar o sistema econômico, gerar demanda efetiva, gerar consumo, gerar ampliação da carga fiscal, mas de forma sustentável.

Então, essa é a ideia. Nós estamos articulados aqui inclusive com a agenda da política de desenvolvimento produtivo e do pró-inova, já negociamos com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com o BNDES os instrumentos voltados para esses instrumentos de apoio à gestão da inovação nas empresas, de tal forma que assegure essa ação de competitividade. A próxima.

Eram essas as ações que estruturam a mobilização empresarial pela inovação. A ideia é de que, mesmo num ano difícil, como o de 2010, que é uma agenda mais eleitoral, nós consigamos avançar. O anúncio desses editais vai acontecer provavelmente no mês de abril, por parte do governo, e o que vai ser muito importante, quando da realização da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, já ter uma ação focada, uma ação de mobilização voltada para a inovação das empresas brasileiras, especialmente as pequenas e médias. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Dr. Lucchesi, pelas suas palavras, pela sua exposição.

Eu lhe faria uma breve pergunta sobre a participação do setor do mundo acadêmico nesse projeto que os senhores têm, porque nós verificamos, de acordo com sua exposição, esse número, que aqui já me foi colocado, sendo que, de outra forma, que, dos jovens de 25 a 34 anos, no Brasil, só 10% deles têm curso superior. Se, desses que têm curso superior, quatro e alguma coisa por centro são formados, saem formados em engenharias, de um modo geral, e, se desses formados em engenharia, nós sabemos também, pelo que disse o IPEA, que 75% deles não exercem a função, então, nós ficamos com um número extremamente reduzido de profissionais para atender essa demanda. Por isso eu senti falta de uma interface do mundo acadêmico com esse projeto tão bem concebido pela CNI.

Eu lhe perguntaria: não seria talvez o caso de um contato maior com a USP, com a UNICAMP, com o ITA, enfim, com o IME, também? Que o IME, toda essa onda de tecnologia que hoje nós alcançamos começou lá atrás com o IME. Tinha outro nome, na época da vinda do Dom João VI para cá, mas foi criado nessa época, e, hoje, é o IME.

Então, essa é minha alguma: não faltaria aí colocar o mundo acadêmico para que pudesse ser mais completo esse trabalho que os senhores vêm realizando?

SR. RAFAEL LUCCHESI: Obrigado pela pergunta. A CNI participa até de uma Comissão direta, nessa ação da engenharia, tem toda uma articulação envolvendo Governo, envolvendo as instituições formadoras, porque esse é um problema de... Faz parte acho que do debate nacional, na agenda do desenvolvimento. Então, a questão... E a CNI fez um conjunto de documentos voltados até para o Inove Engenharia, que é um grupo multi-institucional, que a CNI faz parte.

No âmbito específico da MEI, da mobilização empresarial, o foco é fazer com que haja uma mudança de cultura, do ponto de vista das empresas, e, evidentemente, isso vai se articular com a necessidade de outra matriz formadora para o país. E que esse debate hoje está em discussão no âmbito da Inove Engenharia, entre outras discussões de projeto do Brasil. Mas certamente nós temos que avançar na agenda de inclusão, concomitante a uma melhoria na nossa matriz educacional, formando, tanto como acontece nos países de economia industrial avançada, em que em torno de 30% de seus jovens vão para o ensino profissional. Não existe apenas a visão bacharelesca, como há no Brasil, o que dá um enorme estímulo de produtividade social, e os países emergentes mais bem-sucedidos estão levando nessa direção sua matriz formadora, e como também na parte dos cursos superiores, ter um número maior, de oferta nos cursos de engenharia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, mais uma vez, ao Dr. Rafael Lucchesi, diretor de operações da CNI e responsável pelo movimento por essa iniciativa denominada "Mobilização empresarial para a inovação".

Tenho o prazer de passar a palavra, agora, ao Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, diretor do Laboratório Nacional do Bioetanol.

V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO LIMA: Senador Fernando Collor, Sr. Presidente, é um grande prazer estar aqui e poder contribuir para esse assunto tão importante, que é a formação de recursos humanos. Eu diria, até mais indo além de biocombustíveis, de combustíveis, do assunto energia. Eu não tenho dúvida de que a humanidade vai estar discutindo energia nos próximos 50 anos com muita seriedade.

Eu vou aproveitar para falar um pouco sobre as deficiências de recursos humanos e o que o Brasil poderia fazer no assunto e eu vou usar a implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia

do Bioetanol, que detectou uma série de problemas, uma série de urgências que poderão ser bastante úteis nesta Comissão.

O laboratório nacional, ele nasceu de uma proposta de substituição de 10% da gasolina mundial por etanol brasileiro. Esse foi um projeto encomendado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia ao CGEE, ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, e foi realizado pela UNICAMP, através da coordenação do Professor Rogério Cerqueira Leite.

Uma proposta como essa, ela atinge objetivamente o tema dessa discussão, porque nós estamos falando de multiplicar por dez a produção do etanol brasileiro, que hoje fica ao redor de 25 bilhões, para 250 bilhões. E um projeto como esse, ele faz perguntas importantes, do tipo: é possível o Brasil se tornar um grande exportador de etanol?

E esse número, para vocês terem uma ideia do que significa, 250 bilhões de litros é como se a Arábia Saudita, que faz petróleo e gasolina e toda aquela quantidade de gasolina que sairia do *cracking* convencional da Arábia Saudita, seria a quantidade de álcool que o Brasil faria, numa situação como essa.

Então, para motivá-los um pouquinho, eu queria chamar a atenção de que a motivação brasileira de entrada nesse assunto foi uma motivação econômica, e esse gráfico mostra o preço do petróleo subindo, e o Brasil tomando uma decisão da importância de substituir parte desse petróleo, pelo menos para combustíveis leves, como o álcool etanol, e o Pró-Álcool surge numa situação como essa, e muito rapidamente a produção de etanol cresce no país, mas, quando tem contrapartida, o preço do petróleo volta a barreiras anteriores, a gente tem uma faixa de estabilidade no etanol, que só volta a ficar fortemente agressiva, crescendo rapidamente, por volta do ano 2000, com o aparecimento do *flex*; e eu diria mais do que isso, com a entrada dos americanos nesse assunto do etanol, que certamente motivou o assunto.

Essa venda de veículos leves novos no mercado interno brasileiro também mostra isso, que nós estamos, aqui a gente tem o carro movido a etanol puro, o carro movido a gasolina e o *flex fuel*. Então, a gente percebe que, na ocasião do Pró-Álcool, o carro movido a etanol cresce rapidamente. O *flex fuel,* hoje, a gente tem quase 2,5 milhões de automóveis por ano só do *flex fuel,* e torna, quer dizer, o etanol, a solução brasileira de usar o etanol, torna-se uma realidade; o Brasil, sem dúvida, hoje, é um dos países mais sustentáveis nesse assunto.

E isso não foi feito apenas torcendo para que se chova. Na verdade, o que a gente percebe num gráfico como esse é que houve uma evolução tecnológica muito forte, no setor, desde a parte agrícola, variedades de cana de açúcar, até na indústria, a ponto de, em 1975 para cá, a gente ter um aumento de produtividade, que seriam litros por hectare, que envolvem a indústria e a agricultura, de 125%; isso significa que existem atores nesse cenário muito importantes, desenvolvendo tecnologia, e, obviamente, recursos humanos, capazes de fazer esse tipo de coisa.

O Brasil, hoje, usa 14% da sua área com cana de açúcar, e um projeto, como aquele que eu acabei de destacar, ele envolve... A pergunta é: multiplicar por dez onde? E, a hora que você faz essa pergunta, esse estudo mostrou, deixando a Amazônia de fora, deixando o Pantanal de fora e outras áreas de preservação, sem irrigação e com irrigação, onde a cana de açúcar poderia ser utilizada, poderia ser expandida no país.

E essa... O projeto foi ainda mais em detalhe, a ponto de definindo uma maneira de construir, através de aglomerados de indústrias, ela disposta em várias regiões do país e apontando, inclusive, regiões onde esse etanol poderia ser escoado para uma forte exportação de 205 bilhões de litros, em 2025.

Por que eu usei esse tipo de coisa? Além de... Eu aproveitar a oportunidade de contar sobre o CTBE. Porque, quando você faz uma proposta como essa, para ele virar realidade, a primeira pergunta é: e os recursos humanos necessários para fazer isso? Quando você constrói uma usina, numa região onde não tem uma usina semelhante, todas as pessoas envolvidas, tanto na parte agrícola quanto na parte industrial, os recursos humanos para aquela iniciativa precisam sem criados.

Então, eu diria que, embora isso não seja um projeto de governo, poderia ser, porque ele traz um aumento muito grande de empregos, nove milhões de bons empregos, eu diria, diretos, indiretos e induzidos. Se você faz uma contrapartida do PIB de 2005, um aumento de produção dessa natureza significa um aumento de 13% no PIB, só com esse tipo de iniciativa, e, se você almeja 10%, isso dá uma criação de mil novas destilarias. Lembra que uma destilaria de cana de açúcar, ela carrega toda a parte agrícola, toda a parte industrial, ela, de certa maneira, interioriza a economia. Você espalha isso pelo país, você gera emprego em volta, e tudo o mais, ou seja, é uma ação extremamente importante.

O laboratório, para atacar esses problemas, ele já teve dificuldades iniciais, porque a gente criar um corpo de pesquisadores para realizar uma pesquisa dessa natureza. Então, eu vou chamar atenção que o projeto, o que ele fez? Ele apontou gargalos no setor, gargalo agrícola, gargalo industrial e gargalo científico, porque, de um modo geral, a solução desses gargalos

exige um aprofundamento científico, e aprofundamento científico, de modo geral, é feito pelo Estado, não é feito pela indústria privada.

Essa pesquisa, nós fizemos, logo de início, nesse centro, uma chamada para compor o quadro de pesquisadores, e percebemos rapidamente que nós não temos pessoas formadas para este setor, o que nós tínhamos eram pessoas bem formadas em boas escolas, mas que precisavam ser adaptadas a atuar nessa área.

O laboratório, ele surge com a ideia de um laboratório nacional que disponibilize infraestrutura para grupos externos e trabalha junto com a indústria. Eu não vou entrar em detalhes sobre isso, mas o investimento feito até agora, de 70 milhões, numa área construída desse tamanho, e a gente espera ter 170 profissionais trabalhando nesse setor.

Isso está em São Paulo, em Campinas, no mesmo *campus* do Laboratório Nacional de Luz Sincroton, que é um dos únicos da América Latina capaz de usar luz sincroton para fazer pesquisa em estruturas moleculares e tudo o mais, junto com o Laboratório Nacional de Biociência.

O que me chama atenção claramente é: o que você pode fazer numa área como essa? Se você quer retirar mais álcool da cana de açúcar – hoje, lembra que a gente tira esse álcool do suco da cana de açúcar –, você poderia tirar isso do bagaço e da palha.

O bagaço e a palha é composto de um material lignocelulósico, que, em última instância, são moléculas de açúcar. Se você, cuidadosamente, desmontar o bagaço e a palha, você vai ter mais açúcar para a produção de álcool.

A demanda por pesquisa nessa área, se o Brasil quer continuar líder nesse assunto, ele tem que participar dessa onda. O mundo inteiro está atrás de abaixar o preço de tecnologia de álcool de segunda geração. Então, isso é uma... A formação de pessoas capazes de ter aprofundamento científico nesse setor é muito importante.

O programa industrial do centro, ele tem, na verdade, a proposta de, ao usar o tema álcool do material lignocelulósico, ele tem a proposta de convidar a universidade a fazer o escalonamento para cima de seus experimentos; essa planta-piloto que nós estamos desenvolvendo, de fato, é um ambiente onde você pode convidar pesquisadores da universidade que fazem esse tipo de pesquisa, numa escala de laboratório, a trazer esse experimento para uma escala semi-industrial, que é um desafio importante, porque, normalmente, uma pesquisa acabada na universidade é o início do problema da indústria, e, ao mesmo tempo, esse ambiente serve para convidar o setor produtivo, que já atua no setor, a fazer o escalonamento para baixo dos gargalos que eles podem estar enfrentando.

Essa é a área onde está acontecendo esse assunto. Só decorrendo bem rapidamente, os outros programas, se é um programa agrícola, o programa agrícola, ele mostra o seguinte: a estratégia de cana de açúcar no Brasil, embora seja uma estratégia vencedora, o Brasil é líder no assunto, ela tem um problema sério, eu diria de que natureza? Ao carregar massas muito grandes, como a cana de açúcar, pelo canavial, você causa um alto índice de compactação do solo.

Então, o que precisa acontecer? Você precisa mudar a estratégia e, de um modo geral, a mudança de estratégia significa passar sempre pelos mesmos caminhos, com novas máquinas agrícolas, de maneira que o nível de compactação fique localizado.

Ora, isso é uma mudança de cultura no setor, isso não é fácil de você conduzir, mas isso implica um avanço tecnológico, porque a proteção do solo garante aumento de produtividade e uma estratégia de mais longo prazo.

Essa estrutura está sendo realizada também pelo centro e ela chama atenção de que, se houver uma mudança de cultura, tanto na área industrial quanto na área agrícola, nós precisamos ter recursos humanos adequados para participar do assunto de maneira eficiente.

Eu não vou entrar nos outros programas e vou aqui direto para o assunto recursos humanos. A biorrefinaria virtual de cana de açúcar, ela apenas é uma estratégia de medir avanços tecnológicos no setor.

Eu vou, só para que vocês tenham toda a informação sobre CTBE, ele traz detalhes de todos esses programas, nessa apresentação, e vai ficar disponibilizado na página do Senado.

Então... Desculpe, deixa eu ver o que aconteceu aqui, que eu tive problema. Eu vou...

Então, aos recursos humanos, quer dizer, a hora que eu... O que eu chamei a atenção de vocês é que se propõe a ampliar a malha de produção de etanol pelo Brasil inteiro, o país tem que se preparar. Se você faz... O planejamento de uma estratégia como essa envolve você criar as escolas necessárias, capazes de formar os recursos humanos, que conduzirão esse tipo de coisa.

Então, isso é desde pensando apenas na expectativa de aumento de produção até as mudanças tecnológicas; quer dizer, não adianta um centro, um laboratório sofisticado, capaz de fazer o aprofundamento necessário, criar uma nova tecnologia, se o país, ao mesmo tempo, não se prepara para conduzir esse assunto das mais diversas unidades industriais.

Então, essa mudança tecnológica, ela exige um planejamento sobre formação de pessoal. O déficit da oferta de mão de obra qualificada já é visível no campo. Nós temos, como estava se falando aqui, quando você fala que você tem 10% da população brasileira fazendo curso superior, e um número ainda menor em engenharia e ainda menor dentro do setor, é uma seriíssima, porque, na parte de desenvolvimento de ciência e tecnologia, nós usamos uma fração muito pequena da população brasileira, e, de modo geral, é uma fração relacionada à classe média.

Então, a gente deveria, assim como a gente faz no futebol, que você, de alguma maneira, como todo o garoto que joga futebol no Brasil é testado, quando ele chega ao campo de futebol, ele foi testado em algum momento, nós temos que melhorar a qualidade, nós temos que melhorar as oportunidades para trabalhar com a massa humana ainda maior, capaz de realizar as mudanças tecnológicas necessárias para o país.

Então, eu vou apresentar bem rapidamente as estratégias para capacitação e as considerações finais.

Aqui é simplesmente para dizer que o assunto etanol, posto de outra maneira, ele está crescendo fortemente, através da produção do carro *flex* no Brasil. O Brasil já exporta bastante. Esse gráfico, ele mostra a produção de etanol, exportação de etanol e produção de cana. Então, a gente já vê o Brasil aparecendo como um forte exportador. Então, à medida que o mundo comprar mais álcool, nós vamos ter que resolver assuntos de que o etanol está muito concentrado no Estado de São Paulo, já existem iniciativas em países, em estados como Goiás, Minas Gerais e tudo o mais, mas o problema de recursos humanos necessitados vai ficar cada vez mais sérios, principalmente quando você se afastar do centros que produzem os recursos humanos.

Eu não vou mostrar tabela, que é muito difícil de ver, mas as mudanças tecnológicas, eu diria, está... Na fase agrícola, tem o plantio mecanizado. O plantio mecanizado é uma realidade, embora, no Estado de São Paulo, se prevê que, em 2014, toda a colheita será mecanizada. À hora em que você faz isso, esse é um desafio muito grande, porque você tem que formar pessoas capazes de conduzir esses tratores e realizar a colheita mecanizada; e isso vale para o Brasil como um todo, quer dizer, o etanol de amanhã, ele vai ser, de alguma maneira, ele vai ter bula, vai acontecer, eu não tenho dúvida nenhuma de que o comprador do etanol brasileiro vai querer entender ao fundo a origem daquele etanol, que tipo de mão de obra foi utilizado, que tipo de problema você teve para produzir, se é sustentável, se não é sustentável.

E isso vai induzir o país inteiro a uma colheita mecanizada, e nós vamos ter que enfrentar seriamente o problema de desemprego no setor, quando isso acontecer, mas é inevitável, porque, se vai virar uma *commodity*, o mundo vai prestar atenção em todos os aspectos da produção. Então, a gente tem que se preparar para isso.

A agricultura de precisão, quer dizer, é uma coisa que ela vai, se você quer aumentar sua produtividade, sem aumentar a área; quando você fala multiplicar por dez a produção de etanol, você não pode imaginar multiplicar tudo por dez, seria a solução trivial, o que você precisa fazer é aumentar a produtividade substancialmente, a ponto de você entender se vale a pena fazer bioeletricidade, se vale a pena fazer mais etanol. Lembra que o grande sucesso da indústria petrolífera está no fato de você, de uma mesma matéria-prima, tirar uma série de produtos, isso faz o negócio muito interessante.

Olhar na cana de açúcar como uma fonte de carbono, onde você pode tirar não só os produtos que nós já tiramos hoje, que é o açúcar, o álcool e a eletricidade, mas outras coisas, pode significar colocar o Brasil muito competitivo no setor.

Então, eu diria que a agricultura de precisão exige pessoal qualificado, e, se ela for feita numa escala nacional, de todo o país, você vai ter esses profissionais necessários atuando em todas as fazendas e assim por diante.

Além disso, gestões de operação; isso é uma coisa que já foi dita aqui, que você, para fazer um negócio bem feito, você precisa ter pessoas que sabem fazer todas as etapas, sabem gerir [ininteligível], além do que o aumento da cogeração, modernização da planta, aumento do nível de automação e a introdução de novas tecnológicas, que serão certamente e exigirão a presença das pessoas.

Para não dizer que a gente está só imaginando coisas, você veja que a evolução da colheita mecanizada, ela é real, ela está subindo fortemente, sim, ela está atingindo, e isso nós estamos falando de São Paulo e estamos falando do Centro-Sul. Então, é sinal de que, à hora que aparece a mecanização, você automaticamente exige uma mão de obra mais qualificada, você precisa de escolas formando esse grupo, e tudo o mais.

Outra coisa, falta de mão de obra, isso aqui é um dado interessante do CNI de 2007, onde se pergunta para as indústrias se existe falta de mão de obra; é qualitativo esse censo. Mas isso mostra claramente o problema que a gente tem. Falta mão de obra qualificada no seu setor? Essa era uma pergunta feita pelo CNI, e você veja que, em todos os setores, a respos-

ta é mais de 60% dizendo: "Sim, falta mão de obra qualificada".

Então, de alguma maneira, a gente precisa melhorar nossa lição de casa, que é preparar pessoas para atender o setor produtivo. E, no caso do etanol, 76% das respostas foram "falta mão de obra qualificada".

Outra coisa que se vê é a evolução dos anos de estudo no Brasil, quer dizer, fala: as pessoas que atuam no setor, quantos anos de estudo eles tiveram na vida toda? No começo, em 81, era um pouco mais de dois, hoje, é um pouco mais de três, três e meio; ainda é muito pouco, mas já mostra uma tendência de que as pessoas precisam se formar melhor.

Esse gráfico mostra algo melhor do que isso, porque ele diz: em 1981, quase 60% das pessoas que atuavam no setor cana de açúcar tinham até um ano de escolaridade [soa a campainha]; a partir de então, em 2005, a gente já tem 30%, e assim por diante. Já estou terminando. Mais cinco minutos?

Então, nesse gráfico, a gente mostra também o número médio de escolaridade das pessoas que atuam no setor. Nas mais diversas áreas. Quer voltar um pouquinho?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Incluindo cortadores de cana aí?

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO LIMA: Incluindo cortadores de cana. Isso aí é o setor, todo mundo no setor, então, é uma média nacional. Aqui, de fato, o Brasil é 4,2 anos, e São Paulo, 5,1, três anos, e assim por diante. Isso em 2007.

Então, o que se percebe claramente é que está havendo uma evolução na educação das pessoas que atuam na área, mas só que, à medida que nós introduzimos tecnologia mais sofisticada, nós vamos precisar de uma aceleração maior de investimento na formação de recursos humanos.

E, na área agrícola, isso significa, quando você vai para uma nova unidade de álcool, longe de um centro que produz recursos humanos, você lembra que você tem que levar seus operadores, tratoristas, motoristas de caminhão canavieiro, mecânico de manutenção, tem que ir todo mundo, você não pode imaginar que você vai pegar uma fábrica atuando num outro estado ou num lugar onde tem isso e vai levar todo aquele pessoal, você tem que construir esse recurso humano, isso é algo que precisa ser planejado. E, na parte industrial, tem todas essas pessoas que precisam ser...

A tabela fica à disposição para vocês olharem, pela página do Senado: "Estratégias para capacitação".

Eu diria o seguinte: seria um equívoco dizer que não existem iniciativas no setor; existem. As pessoas, o setor produtivo está preocupado com isso, porque eles sentem exatamente a falta de recursos humanos. Então, você vê diversos programas existentes nessa área, mas eu acho que eles precisam ser intensificados. Aqui eu destaquei algumas dessas iniciativas aqui, de nosso conhecimento. Lembra que eu, como diretor do CTBE, eu não sou especialista nesse assunto, e, obviamente, o Presidente Fernando Collor vai ouvir pessoas do setor e tudo o mais sobre o assunto.

Minhas considerações finais seriam o seguinte: nossa... Se o Brasil pretende se tornar um grande exportador de etanol, e isso é uma realidade que o Brasil deveria almejar. Por quê? Porque ele gera empregos, porque ele move a economia, ele prolifera a economia, onde há cana de açúcar, as usinas, elas se estabelecem, ele precisa planejar a formação de recursos humanos para atender essa ideia.

Hoje, enquanto nós estivemos sozinhos nesse assunto, e nós fizemos muito bem nosso papel, que eu diria até desde o Pró-Álcool até então, o Brasil se tornou um grande produtor de etanol; ele realmente conseguiu introduzir o álcool como uma componente importante energética para o país, mas, em 2002, o mundo começou a prestar atenção nesse assunto, devido à entrada dos americanos no assunto. Quer dizer, eles começaram com álcool de milho, que é muito mais ineficiente que o nosso, mas eles já produzem mais etanol do que a gente, por razões econômicas também, eles entraram nessa discussão em função de o petróleo estar a 150 dólares o barril, mas, efetivamente, a discussão que se dá no mundo é sobre a sustentabilidade do planeta.

O ser humano é sustentável? Aparentemente, não, porque nós estamos gastamos nossas reservas de energia. Se vocês olharem, a gente produz menos da metade da energia que a gente consome, então, em algum momento, nós vamos ter que produzir toda a energia que a gente consome. Você não pode gastar tua poupança, que é nosso petróleo, para o resto dos tempos, você vai ter que resolver o assunto; e vai ter que resolver de uma maneira que não agrida o ambiente, de uma maneira que envolva a comunidade, de uma maneira que dê empregos, que faça parte de um valor importante da sociedade.

Então, planejar uma expansão acentuada é importante, porque vai gerar uma economia saudável para o país, mas, ao mesmo tempo, ela exige um planejamento detalhado de recursos humanos capazes de fazer uma economia vigorosa como essa. A expansão do produtor, de produção no interior do país, nos Estados da região Centro-Oeste, deve dificultar acesso de mão de obra qualificada; é o resumo daquilo que eu acabei de falar, o surgimento de um novo setor agrí-

cola, a produção de cana mecanizada e com o uso de agricultura de precisão. Quer dizer, está mudando o perfil do trabalhador nessa área, e nós precisamos reagir sobre esse assunto.

As dificuldades devidas ao déficit no nível de escolaridade, porque o emprego está ficando mais sofisticado, então, você precisa trabalhar seriamente nesse assunto, e há necessidade de definição de uma estratégia para articular o setor produtivo e o setor público, para ofertar a capacitação na qualidade e na quantidade requerida.

Eu chamo a atenção: o setor produtivo, ele precisa, de alguma maneira, ter mecanismo de indução nas universidades, para formar o profissional que ele precisa. Nós temos alguns mecanismos de indução, mas isso precisa ser melhorado [soa a campainha]. E talvez essa seja uma boa solução. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Marco Aurélio Pinheiro de Lima, diretor do Laboratório Nacional de Bioetanol.

E eu teria uma indagação a lhe fazer, Dr. Marco Aurélio. Ali foi colocado que há uma projeção para que o Brasil produza 250 bilhões de litros de etanol, o que, hoje, comparando, seria a produção de gás, de gasolina, de petróleo da Arábia Saudita.

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO DE LIMA: Não, seria a produção de gasolina da Arábia Saudita, substituição da gasolina que a Arábia Saudita faria, vinda da produção de petróleo dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, a Arábia Saudita hoje produz 250 bilhões de litros de gasolina.

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO DE LIMA: De gasolina, num *cracking* convencional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em 2025, nós estaríamos produzindo 250 bilhões de litros de etanol. Para isso, necessitaríamos de construir mais mil destilarias no país.

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO DE LIMA: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Essas mil destilarias, já há uma expansão, uma área de expansão dessas, parece destilarias, já predeterminadas, ou essa nova fronteira agrícola vai gerar um problema na sustentabilidade do nosso país?

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO DE LIMA: Primeiro, eu gostaria de chamar atenção no seguinte: isso não é um projeto de expansão em andamento; de fato, foi uma proposta de se verificar os gargalos do setor.

Se o Brasil, se nós tivéssemos uma demanda de substituição de 10% de gasolina do mundo com etanol brasileiro, o Brasil conseguiria responder? O que ele precisaria fazer para responder? Então, foi isso que deu origem, inclusive, ao surgimento do CTBE, e eles estudaram, eles passaram... É bom lembrar que, só no cerrado, de pasto degradado, nós temos 50 milhões de hectares, então-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Isso geraria uma produção de quantos bilhões de litro nessa área?

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO DE LIMA: Lembra que nossa produção atual se faz em cima de oito milhões de hectares, então, 50 milhões de hectares já daria praticamente para multiplicar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Só nas áreas degradadas-–

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO DE LIMA: Só nas áreas degradadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): --pastagens, utilizadas antigamente para pastagens.

SR. MARCO AURÉLIO PINHEIRO DE LIMA: Então, o Brasil, ele tem o grande benefício de que ele tem espaço, ele pode acomodar esse tipo de coisa, mas obviamente que isso teria que ser construído como um programa de estado brasileiro, quer dizer: de que maneira que um assunto como este, que o Brasil liderou de forma tão efetiva, ao longo de tantos anos, poderia se tornar um programa econômico brasileiro de desenvolvimento? Quer dizer, levar espalhar, este tipo de... Essas usinas, as fazendas de álcool, pensando em fazê-la de forma sustentável, pode significar uma oportunidade do Brasil de não só continuar liderando, mas de construir uma economia sólida, envolvendo sua população, de maneira bem efetiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeitamente. Muito obrigado ao Dr. Marco Aurélio Pinheiro Lima, diretor do Laboratório Nacional de Bioetanol.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Diego Hernandes, gerente executivo de recursos humanos da PETROBRAS.

V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. DIEGO HERNANDES: Boa noite, Presidente, boa noite a todos os presentes. Senador, gostaria de agradecer o convite feito pelo Presidente e também elogiá-lo pela disposição desse tema, que eu não tenho dúvida: o Presidente acertou na questão da qualificação da mão de obra para o futuro do país, na resposta do crescimento que o Brasil vai ter nos próximos anos; acertou, mesmo. Isso foi um... Dinheiro não falta, pro-

jeto não falta, faltam pessoas qualificadas para poder empreender esses projetos, não tenho dúvida disso.

Nossa expectativa, então – por favor, próximo –, é passar a situação atual da PETROBRAS, do seu efetivo; algumas lacunas eles haviam identificado pela nossa área de recursos humanos, ações que a companhia tem desenvolvido para poder, então, superar e suprir essas lacunas e algumas sugestões também que nós gostaríamos de apresentar aqui à Comissão.

Esse *slide*, Presidente, ele é um *slide* que mostra o consumo de petróleo no mundo, em 2008, em torno de 80 bilhões de barris de petróleo/ano; em 2009, houve uma queda para cerca de 85 bilhões de barris de petróleo/ano; e, em 2010, já houve uma retomada do crescimento, saltando de 85 para 85,5 bilhões de barris de petróleo por ano. Essa linha tracejada significa que, se nenhuma nova unidade entrar em produção de petróleo no mundo, a produção atual, ela vai chegar, no ano de 2030, com aproximadamente 10 bilhões de barris de petróleo, e o mundo, se ele continuar na situação atual, sem crescimento ou crescimento zero, ele vai estar consumindo, então, cerca de 85, 86 bilhões de barris de petróleo por ano.

Observa-se que a indústria de petróleo, ela tem desenvolvido uma série de técnicas novas, em que garante, nas atuais bases de produção, um incremento na sua produção, mas, mesmo com esse incremento de produção, então, significa que, ao longo dos anos 2020, 2030, há aqui um espaço muito grande de novas descobertas e uma necessidade de produção de petróleo para o mundo, e isso leva, então, no caso de PETROBRAS, a estruturar projetos, alavancar projetos, para poder aumentar sua produção de petróleo e com o mercado praticamente garantido no futuro, o que define que, então, há uma expectativa, no ano de 2020, de adição de produção no mundo, entre 43 e 48 milhões de barris de petróleo; em 2030, entre 68 milhões e 79 milhões de barris de petróleo, que é esse espaço vazio, dependendo do cenário econômico em que o mundo se desenvolver, com taxa baixa ou com uma taxa um pouco mais elevada, em torno de 1% a 4% no mundo, que é um crescimento extraordinário. Por favor, próximo.

Esse é nosso mapa estratégico, apenas para poder destacar que a companhia, então, estrutura um programa e projetos fortes de crescimento e expansão, em suas várias áreas de negócio, no E & P, no abastecimento, distribuição, gás, energia, petroquímica e biocombustível, sempre suportado pela excelência operacional de gestão, eficiência energética, tecnológica e também em recursos humanos. Por favor, próximo.

Então, partindo do pressuposto daquele mapa em que há um espaço de crescimento do consumo de petróleo no mundo, a PETROBRAS estruturou seus projetos e plano de negócios com perspectiva de 2009 e 13, esse é nosso mapa, sempre 2009 e 13, onde a companhia, ela parte de um crescimento de dois milhões e 50 mil barris de petróleo, Brasil, com expectativa de chegar, em 2013, com a produção, Brasil, dois milhões e 680 mil barris de petróleo, Brasil. Daqui, cerca de 160 mil barris do Pré-Sal, na Bacia de Santos apenas, Tupi, exatamente, e um pouco também no Espírito Santo; e, em 2020, com a expectativa de produção de óleo, no Brasil, de três milhões e 900 mil barris de petróleo por dia, e aqui já com a previsão de produção na Bacia de Santos, também, e mais Espírito Santo de um milhão de barris do Pré-Sal no mundo, nós chamamos de Bloco Plansal. Então, dos blocos que foram licitados, segundo a regulamentação presente.

Então, de três milhões e 900, menos 1.100, que seria do Pré-Sal, do que a companhia já possui, então, cairia para 2.800; 2.800 menos o que a companhia produz em 2009, mais 800 barris de petróleo, iriam ser produzidos dos atuais campos que já são de propriedade da PETROBRAS, das bases atuais, ok? Incremento de produção.

Evidentemente que, nesse programa de crescimento da companhia, de seu plano de negócio, é aonde vai entrar todos os projetos e empreendimento da companhia e a mão de obra própria necessária para poder suportar esse crescimento e o efeito colateral que a companhia cria no mercado, através de empreendimentos, através de compra de equipamentos, geração de mão de obra para terceiros, fornecedores, etc., etc., então. Ok? Por favor.

Bem, então, o efeito da PETROBRAS no seu plano de negócio de 2009/2013, de investimento de 174 bilhões, a previsão é que, desses 174 bilhões de dólares, 158 fiquem no mercado, investidos no mercado doméstico, entretanto, como nós temos um compromisso de que há um conteúdo mínimo nacional nos equipamentos e investimentos das PETROBRAS, a previsão da companhia é que cerca de 100 bilhões de dólares, dos 174, fiquem exatamente no mercado nacional, o que vai gerar, então, emprego e efeito renda no Brasil. Ok? Por favor, próximo.

Esse efeito é a manutenção ou cerca de um milhão de postos de trabalhos/ano, durante o período de 2009 e 13, o efeito emprego que os investimentos da PETROBRAS impactam no país, ao mesmo tempo em que o efeito renda, ou seja, o valor adicionado em pagamento de *royalties*, impostos, salários, compra de equipamentos, etc., etc., etc., acaba gerando um valor adicionado ao país de cerca de 309 bilhões de reais.

Então, por que estou colocando essas informações? Porque a companhia, ela tem uma capacidade

de atração muito grande, Presidente, a PETROBRAS. E, através de suas políticas de recursos humanos, então, a capacidade de retenção de seus empregados próprios, mas ela tem um efeito no mercado nacional impressionante e que acaba, então, sendo como espécie de concorrente de si próprio com as empresas de engenharia, por exemplo. Ok? Próximo, por favor.

Bem, esse quadro, Presidente, ele mostra o resultado da PETROBRAS, sistema PETROBRAS, onde nós percebemos que, ao mesmo tempo em que crescem os investimentos da companhia, o faturamento este ano teve o efeito do barril de petróleo, em torno de 37% a menos, ok? Do lado de cá, então, o efetivo do sistema PETROBRAS que cresce, ao mesmo tempo em que crescem seus investimentos, saltando, em torno de 2000, de 13 bilhões para cerca de 70 bilhões, aqui em 2009; e de 39 mil empregados para cerca de 77.000 empregados próprios. Próximo, por favor.

Esse quadro, Presidente, ele mostra um efeito mundial, que é o envelhecimento da força de trabalho do mundo, no setor de petróleo, no setor de energia e eu creio que esse fenômeno ocorra nos demais setores também.

Na década de 90, em função de preço e custo, evidentemente, houve um processo de pouca admissão de empregados no setor de energia, o que caracteriza, então, que, um estudo de 2007 já mostra que o mundo hoje possui cerca de sua força de trabalho na indústria de energia apenas 5% de empregados entre 25 e 29 anos de idade. E, acima de 40 anos de idade, 27%, 53%, 63%, 72%, chegando a mais de 80% de empregados acima de 40 anos de idade.

A PETROBRAS, ela, observando esse fenômeno que vinha ocorrendo no seu quadro de empregados, ela já deu um salto, em 2002, e, alavancada, em 2003, ela cresce o processo de admissão. Então, ela se destaca no mundo, por exemplo, onde, na faixa etária de 25 a 29 anos de idade, já tem 14% de seu efetivo próprio. E onde há uma concentração maior das empresas de petróleo no mundo, entre 44 anos, 40 e 44 anos de idade, a companhia está com 11% do seu efetivo.

Então, mostra uma ação assertiva da PETROBRAS num processo de admissão de novos empregados, e esse fenômeno é um fenômeno que ele tem como efeito colateral, em breve, um grupo desses empregados se aposentando, então, requer para as empresas um programa muito forte de passagem do conhecimento. Ok?

Outro fenômeno que nós temos observado, e no Brasil também, é que os jovens têm entrado no mercado de trabalho com um pouco mais de idade. Eu creio que talvez porque eles estejam, mesmo com um quadro, vamos dizer, não tão positivo, comparado a outros países, mas, hoje, eles estão estudando mais do que estudavam há cerca de 10 ou 15 anos. Ok? Próximo, por favor.

Bem, esse é o efetivo da PETROBRAS, controladora, hoje, com 55 mil empregados e uma projeção nossa, até 2013, para 64 mil empregados; aqui já estão os empregados que trabalharão nos projetos do Pré-Sal, na Bacia de Santos, ok? Um efetivo em torno, até 2013, de cinco mil empregados, somente na área do Pré-Sal, na Bacia de Santos. Próximo, por favor. Mais um, por favor.

Presidente, esse quadro, Presidente, mostra o crescimento da produção Bacia de Santos – Plansal, o crescimento da produção, os diversos projetos que vão entrar ao longo do tempo, até 2020, e o efetivo necessário para a alavancagem e manutenção desses vários projetos, ao longo de tempo, até 2020.

De um lado, então, o número de empregados de nível superior, no início do projeto, na fase basicamente exploratória, e, depois, a quantidade de empregados de nível superior, ele decresce, em relação aos empregados de nível médio; no princípio, um pouco menor, e, quando, então, entra a fase produtiva das unidades é onde houve a grande admissão de número de empregados.

A expectativa, então, da PETROBRAS é que, para suportar os projetos da Bacia de Santos, do Pré-Sal na Bacia de Santos, são necessários cerca de 11 mil empregados, até 2020. Ok? Próximo, por favor.

Bem, esse quadro, Presidente, mostra, apenas retrata alguns cargos típicos da indústria de petróleo que a companhia tem feito ao longo de tempo, 2003/2009: geólogos nós tínhamos 569 e, hoje, com 963; engenheiros de equipamento, 2.200, hoje com 4.500; engenheiros de petróleo, 1.200, e hoje com 2.300 engenheiros de petróleo, e assim também no nível de técnicos de operação, nível médio, nível médio também. Esse é um cargo de destaque na companhia e também na indústria de construção, técnico de construção e montagem, e aqui nível superior, engenheiros de processamento, equipamentos, naval, uma grande carência que o Brasil sofre. Se eu não tiver errado, o Brasil, ele forma em torno de 34 engenheiros navais por ano, apenas. Próximo, por favor.

Bem, esse aqui é o processo seletivo da PETROBRAS, então, onde comprova que a companhia não tem um problema de atração. Para geólogos, foram inscritos no processo seletivo 2008 dois mil geólogos; 100 geólogos foram aprovados, e a companhia admitiu 75; geofísicos, 1.500; 144 foram aprovados, e a companhia admitiu 75; engenheiros de petróleo, 30 mil engenheiros se inscreveram no processo; 650 aprovados, e a companhia admitiu 449, e assim para

os demais cargos também, cargos típicos da indústria de petróleo. E, no cargo de nível médio, aqui, técnico de operações, cerca de 94 mil trabalhadores se inscreveram, todos com nível médio técnico, técnico em mecânica, eletrônica, eletrotécnica, civil; foram aprovados 12 mil, e a companhia admitiu 1.300.

Então, há cerco colchão, vamos chamar assim, de técnicos e também, na nossa opinião, de engenheiros para o ano de 2010, que eu creio que aconteça é que alguns setores, especificamente no ano de 2010, eles devem ter carência de mão de obra bem específica e qualificada, no ano de 2010, o que não tira, evidentemente, a preocupação do país para o futuro dos próximos cinco anos. Próximo, por favor.

Bem, esse quadro mostra, então, a formação de nível superior, o que o Brasil forma por ano, e o que a companhia pretende admitir: geofísicos, o Brasil, no ano de 2009, está difícil de ver, mas ele formou em torno de 50 geofísicos, apenas, ano, enquanto geólogos o Brasil forma por ano, em 2008, cerca de 400 geólogos no Brasil. Está ok? Nesse caso de geofísico, a demanda da PETROBRAS, no ano de 2009, são cerca de 40, enquanto aqui nós formamos, no ano de 2009, também, cerca de 50; 40, mas existe um grupo, vamos dizer assim, uma massa de geólogos, também, de geofísicos disponíveis no mercado também. Por isso, que houve aquele número de 1.300 geofísicos, ok?

E, no caso do geólogo, da mesma natureza, o Brasil forma, no caso de 2009, formando cerca de 400, e a companhia deve admitir em torno de 150 novos geólogos na PETROBRAS. Próximo, por favor.

Aqui, assim, é uma carência que o país precisa enfrentar: engenheiros navais. Apenas três universidades no Brasil formam engenheiro naval. Esse foi um setor que sofreu muito, nos últimos anos, e, agora, a retomada de crescimento está demandando muito a formação de engenheiro, um engenheiro extremamente específico, e poucas universidades no Brasil formam.

O Brasil forma por ano, em torno de 2009, cerca de 40 engenheiros navais, o que, na nossa opinião, é insuficiente para poder suportar o plano de negócios de crescimento que a indústria naval do Brasil vai ter. Somente a PETROBRAS, no Plansal, são 122. As universidades: Federal do Rio de Janeiro, Federal do Pará e a Universidade de São Paulo, a USP, são as únicas três que formam engenheiro naval.

A PETROBRAS tem tido um trabalho muito forte, junto ao MEC e algumas universidade, para estimular esse tipo de curso, que ele é fundamental para a indústria naval brasileira. Próximo, por favor.

Bem, aqui mostra, então, Presidente, a situação, no caso da PETROBRAS, um quadro... Cerca de 49% dos empregados da companhia têm menos de nove anos de casa, e cerca de 47 empregados da companhia, acima de 20 anos da casa, o que, então, requer, por parte da área da PETROBRAS, recursos humanos, um esforço absoluto em, primeiro, garantir a manutenção e suprir os novos conhecimentos necessários a esse grupo e, segundo, a passagem do conhecimento desse grupo veterano para um mais jovem na companhia, que vai perdurar na PETROBRAS.

E aqui um quadro que mostra a idade dos empregados da PETROBRAS, faixa etária. Então, 46% dos empregados de companhia acima de 46 anos de idade; esse fenômeno, para mim, se considera em diversas indústrias de setor um pouco mais duradouro, o que significa quem em cinco anos, um grupo grande de trabalhadores deve estar buscando sua aposentadoria. Então, o programa, o presidente preocupado nos desafios da mão de obra hoje, para o crescimento do país, mas há uma preocupação grave também com os atuais trabalhadores que devem se aposentar em breve.

A avaliação que eu tenho experiência na PETROBRAS é de que, após o trabalhador atingir seu pleno direito, vamos chamar assim, de aposentadoria, ele começa a resolver problemas familiares, então, ajuda a filha, ajuda o filho, e assim vai, e, depois de quatro anos em que ele já se estabilizou, ele começa a ponderar o equilíbrio entre qualidade de vida e o que ele pode acumular mais de dinheiro, daqui para frente, por quanto ele vai viver.

Então, essa faixa de cinco anos é a faixa em que ele se define que a qualidade de vida é mais importante e ele vai embora, é uma janela que nós temos para poder desenvolver essa passagem do conhecimento entre o veterano e o jovem da PETROBRAS, o jovem empregado. Próximo, por favor.

Bem, aqui o Brasil forma em torno de 48 mil engenheiros por ano; geólogos, 403; geofísicos, 40; e engenheiros navais, também em torno de 40. Essa aqui é uma necessidade que a PETROBRAS tem, entre 2010 e 2013, uma demanda anual. E aqui é outra carência muito grande que o Brasil vive, são as formações de trabalhadores em empresa naval de embarcações, embarcações de apoio, oficial de máquinas, marinheiros, e que também ficou um pouco distante, nesses últimos anos.

A PETROBRAS, recentemente, assinou um convênio com a marinha, no valor de cerca de 79 milhões de reais, nos próximos três anos, para formar cerca de 1.800 novos trabalhadores graduados em oficial marinho. Com a própria Marinha o curso de formação. Próximo, por favor.

Esse quadro é um quadro em que se destaca a necessidade de que os parceiros, fornecedores, in-

dústria naval, civil, metalúrgica, eletrônica terão, em função dos investimentos da PETROBRAS. É o chamado PROMINP, um programa excepcional, programa de mobilização nacional extraordinário e que tem a grande qualidade dele: além de treinar o profissional, ele também paga uma bolsa, então, isso segura o trabalhador dentro da sala de aula.

A companhia, o PROMINP, ele já conseguiu formar, entre 2006 e 2009, cerca de 53 mil profissionais; a previsão, 2009 e 2010, mais 25 mil, e a expectativa que nós temos é que, em função do plano de negócios da companhia, serão necessários mais cerca de 242 mil trabalhadores qualificados para suportar esse efeito colateral do plano de negócios da PETROBRAS. Próximo, por favor.

Esse estudo, Presidente, é um estudo do IPEA muito interessante, o que, segundo o IPEA levanta, que, no ano de 2010, de modo generalista, não teremos problemas em mão de obra qualificada, é possível que em alguns setores tenhamos esse problema, não significa o futuro, evidentemente, apenas 2010. O IPEA destaca que, no ano de 2010, teremos 18 milhões de empregos disponíveis, no Brasil, sendo 16 milhões em função da rotatividade de mão de obra e dois milhões de novos empregos que serão gerados, ao mesmo tempo em que o IPEA diz que o Brasil vai ter disponível, então, cerca de 25 milhões de trabalhadores, 16 milhões de trabalhadores desempregados, demitidos aqui, 6,5 milhões de trabalhadores que hoje já compõem o grupo de empregados e cerca de um milhão e 700 mil novos trabalhadores entrantes no mercado de trabalho.

E, desses 25 milhões de trabalhadores, segundo IPEA estabelece, 19 milhões são qualificados; os 16 milhões que estavam aqui migraram para cá, então, eles seguramente se enquadraram em novo emprego; dos 6,5 milhões de desempregados, o IPEA avalia que um milhão e 900 mil trabalhadores são qualificados; dos um milhão e 700 mil entrantes, cerca de 800 mil trabalhadores qualificados. Então, que nós teremos aqui uma massa de cerca de 5,5 milhões de trabalhadores sem qualificação. A expectativa para este ano de 2010.

Então, comparando a geração de empregos, 18,6 milhões de empregos, contra 19,3, o IPEA analisa que, exatamente, o que não impede, por exemplo, coisas como a gente viu recentemente, ouvindo lá na imprensa, o pedreiro em Belo Horizonte ganhando quatro mil reais, um engenheiro civil, dois mil reais; na região amazônica, um soldador qualificado, ele ganha em torno de oito mil reais; um inspetor de solda qualificado, ele ganha em torno de 13, 14 mil reais. Então, há um deslocamento de mão de obra, inclusive, da região Sudeste para a região Norte. Ok?

Bem, esse é um estudo que o IPEA levantou, foi recentemente eles publicaram, aqui, em março de 2010. Próximo, por favor.

As ações que a PETROBRAS, então, desenvolve, Presidente, para poder suprir sua necessidade e desenvolvimento interno. É um programa de dimensionamento efetivo, baseado no plano de negócios que a companhia tem para o futuro. Então, ela faz um mapa e projeta seu efetivo, mapeia as competências requeridas necessárias para poder suportar esses investimentos e os projetos de companhia e tem programas de desenvolvimento interno, através da nossa universidade corporativa, com curso de formação, engenheiros de petróleo, por exemplo, a companhia não pega um engenheiro de petróleo formado no mercado, ela abre concurso para qualquer engenharia, mecânica, elétrica, civil, e ela forma seu engenheiro de petróleo com um curso de um ano de formação interno.

Da mesma maneira como ela tem os cursos de desenvolvimento de educação continuada, ou seja, para seus profissionais, um programa, então, contínuo de desenvolvimento, programa forte de liderança. Eu tenho a impressão de que, Presidente, juntamente com a gestão de empreendimentos e gestão de negócios, desenvolvimento gerencial vai ser uma grande lacuna que o Brasil vai viver, a falta de líderes para poder encaminhar e tocar grandes projetos no país.

E também um programa forte em gestão de negócios de companhia. E, de forma descentralizada, que as unidades, no Brasil inteiro, desenvolvem curso para novos conhecimentos, alianças com universidades, fora e dentro do país, e programas de desenvolvimento técnico de gestão.

Ao mesmo tempo em que a companhia também tem um programa muito forte, que nós chamamos de PDRHE, é um programa de desenvolvimento no exterior, através de técnicos que ficam de três [soa a campainha] a dois anos, mestrado, doutorado e pós-doutorado no negócio da companhia. Próximo, por favor.

As ações externas que a companhia desenvolve, através do PROMINP, o PRH junto com a ANP, um programa excepcional, que ele prevê, então, cursos técnicos de nível superior, com bolsa de estudo para o aluno que ficar na escola técnica e bolsa também para o aluno de nível superior. As redes temáticas dos CENPES são 19 estados atendidos, 78 redes temáticas. Impressionante! Esses são recursos das participações especiais, que teve dois pilares: um pilar, primeiro, de estrutura, infraestrutura, laboratórios de primeira linha, e, agora, o segundo bloco, que é o bloco de formação de recursos humanos, tanto professores quanto alu-

nos, convênios com instituições de ensino, nossa reformulação de estágio, que esse é um programa que o Brasil perdeu ao longo do tempo, estagiário.

Para mim, o SENAI tem uma experiência muito, muito boa. Quando o jovem entra no SENAI, ele fica no SENAI, porque ali ele já tem um emprego também. Então, além de ele receber o salário e estudar, ele tem a garantia do futuro estabelecido, e isso segura o jovem na escola.

Engenharia, o Lucchesi fez um comentário de número de formandos, mas engenharia tem um êxodo de mais de 60% do primeiro e segundo ano de engenharia, é muito grande o êxodo: cálculo, física são matérias em que o jovem prefere abandonar de lado, então, há um êxodo muito grande.

Eu creio que, se houvesse incentivo, bolsa, por exemplo, para poder fixar o jovem num curso técnico de engenharia, primeiro e segundo ano, seguramente, nosso resultado de engenheiro seria melhor do que está sendo apresentado. E projetos sociais que a companhia também executa. Próximo. Eu acho que aqui... Próximo, por favor.

Algumas sugestões, Presidente, sugestões de curto prazo e longo prazo. Então, campanha de estímulo a curso profissionalizante, a bolsa de estudo para cursos profissionalizantes, que isso eu vejo como sendo fundamental, incentivos fiscais, para treinamento e desenvolvimento, assim como nós temos incentivo fiscal, por exemplo, para cultura, eu tenho a impressão de que, se as empresas tivessem deduções fiscais, elas iriam investir mais fortemente. Inclusive, é nos filhos de seus empregados que seria um grande projeto para os trabalhadores. Programa de estímulo ao ProUni, principalmente nas áreas de engenharia, fortalecimento de convênio escola técnica-universidade, a possibilidade de um percentual, como tem, por exemplo, o Jovem Aprendiz, um percentual de empregados nível médio, onde a empresa poderia fazer convênio com a escola técnica e garantir esse emprego futuro para o jovem. E, de longo prazo, evidentemente, planejamento espelhado no crescimento do país, com foco bem direcionado nas áreas em que se identificarem essas carências, necessidades. Obrigado, Presidente. Desculpe a passagem do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Dr. Diego Hernandes, gerente executivo de recursos humanos da PETROBRAS.

A companhia, ela tem dois programas muito importantes na formação de mão de obra especializada, que é o PROMINP e o CENPES. Um é vinculado ao Dr. Diego, o outro é ligado ao Dr. Tadeu, que é gerente executivo do CENPES, que também está convidado e já aceitou gentilmente o convite para aqui comparecer.

E o que nós verificamos é a preocupação da companhia com a formação de sua mão de obra. Isso que disse o Dr. Diego, que aceita a inscrição de engenheiros de qualquer especialização, por exemplo, se eles precisam de engenheiro de petróleo, ele aceita inscrição de engenheiro civil, faz um curso de um ano e já o habilita para exercer sua função. Isso foi um dos pontos colocados, se não me engano, pelo ex-reitor do ITA, Michel Gartenkraut, que ele sugeriu que fosse feito exatamente isso, cursos de curta duração para que nós rapidamente pudéssemos formar uma mão de obra capacitada para atender a essa demanda e queimarmos, assim, essas etapas, porque, se formos pelos métodos tradicionais, utilizados no ensino brasileiro, nós jamais conseguiremos alcançar as necessidades do país.

E também outra decisão que foi tomada pela companhia, de que pelo menos 80% do pessoal a ser contratado, nessa nova fase, agora, da exploração na camada do Pré-Sal, sejam brasileiros, e isso vai exigir, portanto, da companhia e da própria sociedade brasileira um esforço muito grande para que nosso Pré-Sal não venha a ser explorado por mão de obra de outros países.

Já há alguns navios, desses que dão apoio às plataformas, que tiveram que ser contratados fora, com pessoal da Ucrânia, pessoal da Polônia, enfim, mas isso por uma questão emergencial, mas o objetivo é fazer com que o Pré-Sal seja explorado por brasileiros e por pessoas e por jovens treinados no Brasil e com especialização dada pela própria PETROBRAS.

Eu verifiquei aqui, também, verificamos todos nós, pela explanação do Dr. Diego, que, de 2009 a 2013, serão necessários quatro milhões de novos empregos no sistema PETROBRAS, mais ou menos, um milhão por ano?

SR. DIEGO HERNANDES: Quatro mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe, quatro mil. Então, já eu fiquei preocupado com o número, que me apareceu muito exagerado, mas eu imaginei que fosse até em todo o ciclo produtivo, quer dizer, não somente PETROBRAS, mas também o que ela demandaria de outras empresas, mas, de qualquer maneira, esses quatro mil são somente na PETROBRAS, não incluem aí fornecedores, outras indústrias que fornecem? Por favor.

SR. DIEGO HERNANDES: A expectativa da companhia, em função de seu plano de negócios para os fornecedores, terceiros é de 242 mil empregos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): São 242 mil empregos num período...

SR. DIEGO HERNANDES: De 2009 a 2013.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, 240 mil, em quatro anos, novos empregos. Está ali no gráfico.

SR. DIEGO HERNANDES: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): São 240 mil novos empregos, nesses próximos cinco anos, em função da descoberta do Pré-Sal, e 242 mil ocupações das mais variadas, não somente técnicas, das quais...

SR. DIEGO HERNANDES: Não, aí vem pedreiro, mecânico, instrumentista, engenheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Soldador.

SR. DIEGO HERNANDES: Soldador. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Todos eles. Então, isso também significa a necessidade que se tem da formação e qualificação da mão de obra, porque aqui também foi dito que um engenheiro que saia hoje da universidade e que passe 10 anos exercendo sua profissão, sem que faça nenhum curso de perfeitamente, ele, ao final desses 10 anos, ele já estará fora de mercado, porque o nível de conhecimento exigido, dez anos depois, já está fora de seu alcance do conhecimento e da técnica.

SR. DIEGO HERNANDES: Exatamente, é necessário ter atualização.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, mais uma vez, ao Dr. Diego, pela sua palestra. E, agora, vamos passar a palavra ao Dr. Raimar Bylaardt, gerente de tecnologia do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, IBP.

V. Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

SR. RAIMAR BYLAARDT: Obrigado, Presidente Fernando Collor, colegas de mesa, senadores, senhores e senhoras. É uma oportunidade muito grande estarmos aqui para debater e discutir um pouco esse assunto, que, sem sombra de dúvida, é fundamental para o desenvolvimento do nosso país. Próximo, por favor.

Só para contextualizar, a indústria do petróleo, a gente observa, digamos assim, um grande crescimento dela a partir da lei do petróleo. O advento da lei de petróleo fez com que nós tivéssemos um aumento significativo na produção nacional, e evidentemente que isso cria uma nova condição no mercado de trabalho, não só no mercado de trabalho, mas, essencialmente, também, na necessidade de postos de trabalho altamente qualificados. Próximo.

Outra questão, para contextualizar, é que, na indústria do petróleo, hoje, aqui, no Brasil, em torno de 25% do que representam os investimentos da PETROBRAS são investimentos adicionais de outras empresas concessionárias, o que, de certa forma, aumenta bastante todo esse volume de investimento. Nós estamos prevendo aí, para o período de 2010/2013, cerca de 177 bilhões de dólares de novos investimentos. Próximo.

Uma das, também, questões que chamam atenção é que, apesar de a atividade ser de capital intensivo, os bilhões de investimentos geram significativa quantidade de postos de trabalho. Esses empregos, eles são gerados fundamentalmente em três categorias: dos empregos diretos, os indiretos e o emprego efeito renda, digamos, dessa atividade.

E outra questão de se chamar atenção é que, no segmento de E & P, a abertura propiciou a entrada de cerca de 70 novos investidores, e isso gera uma demanda significativa de novos empregos, porque, para cada novo investidor que entra no mercado, nova concessionária, você tem que gerar todo um novo conjunto de uma inteligência, digamos, de trabalho, dentro dessas empresas. Próximo.

O setor de petróleo, ele começou, a partir justamente dessa fase de abertura, ele começou a ter uma preocupação já com a questão da mão de obra. Em 1998, imediatamente após essa abertura, a Agência Nacional do Petróleo começou a estudar essa questão e lançou, em 99, o Programa de Formação de Recursos Humanos para o Setor de Petróleo e Gás, que hoje inclui também os biocombustíveis.

Esse programa é um programa bastante interessante, ele é um programa que ele se estruturou em cima de especializações, ele trabalhou essencialmente no sentido de buscar programas existentes, ou seja, ele não criou novas formações, ele trabalhou com especializações, trabalhando em cima dos programas de mecânica, de química, de física, geologia, enfim, todos esses programas, criando especializações desses programas, tanto em nível técnico, graduação, mestrado e doutorado. Próximo.

Esse programa envolveu, então, desde a sua fundação até hoje, 23 universidades brasileiras, distribuídas em 13 estados, já tendo concedido cerca de cinco mil bolsas de estudos, um investimento na ordem de 184 milhões de reais nessas bolsas, sendo que a quase totalidade desses investimentos feitos com recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Fundo Setorial de Petróleo, conhecido como o CT-PETRO.

É importante também registrar que, no começo desse programa, o nível técnico estava sendo atendido com recursos próprios da ANP, onde ela investiu cerca de seis milhões, e, infelizmente, com a falta de recursos orçamentários, a ANP deixou de fazer investimentos na área técnica, e o Ministério de Ciência e Tecnologia não atendeu a reivindicação, no sentido de aplicar recurso do Fundo Setorial de Petróleo. Então, hoje, a ANP não forma mais, não tem mais um programa dentro da área de nível técnico. Próximo.

Um segundo programa é o Programa IBP de bolsas de mestrado. Esse é um programa, eu diria, pequeno, mas um programa que busca desenvolver o efeito vizinho, ele trabalha em parceria com PRH, ele tem toda, é totalmente similar ao PRH, ele não reinventou a roda, exclusivamente da mesma forma de formação que ele tem, trabalha selecionando dissertações sobre temas de interesse da indústria do petróleo, e ele já distribuiu 25 bolsas, em 14 PRHs, de sete estados da Federação.

O IBP, com recursos próprios, fez um investimento já de 1,4 milhão de reais nesse programa. E o efeito vizinho começa a acontecer; a partir de 2010, já se agrega a participação financeira da concessionária da ABG Brasil, que começa também a incluir bolsas nesse programa, e, no momento, estamos negociando a expansão do programa com outras concessionárias e, inclusive, também, com a própria Agência Nacional de Petróleo, a permissão para uso de recursos da cláusula de investimentos em P&D, que está previsto nos contratos de concessão, o que certamente vai dar um impulso nesse programa. Próximo.

O terceiro programa que eu gostaria de chamar atenção, que vem sendo desenvolvido pela indústria de petróleo, é justamente o Programa Nacional de Qualificação Profissional, que foi citado pelo Diego, que é um programa do PROMINP. O PROMINP é, digamos assim, um programa onde nós tínhamos a participação do MME, da PETROBRAS, do BNDES e de uma série de outras instituições ligadas ao setor petróleo e gás. Próximo.

O PNQP, ele começou a partir de uma avaliação justamente de uma carteira de projetos. Então, a partir dessa carteira, fez uma identificação de qual seria, digamos assim, a necessidade de mão de obra, identificando inclusive as categorias profissionais. Dentro dessas categorias profissionais e da quantidade de mão de obra, nós temos aqui uma linha de corte, onde seriam, digamos, os profissionais que se considera existentes no mercado de trabalho e que poderiam ser aproveitados ou que já estão atuando dentro da indústria, e, portanto, nós temos uma lacuna para essa, digamos, oferta de mão de obra e demanda.

Dentro do estudo realizado pelo PROMINP, então, foi feita uma regionalização da demanda, ou seja, em função dos diversos tipos de investimentos, uma definição de que cursos e que tipo de formação teria que ser dada a cada região brasileira, olhando principalmente, então, esses investimentos que estão ocorrendo. Próximo.

Isso aí resulta também no quadro que já foi mostrado pelo Diego, em que surge, então, uma necessidade. Isso aí não é... Eu diria que não é a geração de mão de obra necessária para esse empreendimento, isso aí é a lacuna existente, que depende de uma qualificação. Só chamando atenção, esse decréscimo que é notado aqui é em função apenas de que nós estamos essencialmente falando de novos empreendimentos e da parte relacionada com a parte de construção e montagem e a parte de operação, e leva em consideração os investimentos que estão sendo feitos, previstos hoje, ou seja, com a continuidade dos investimentos, a tendência é de se manter esse patamar, digamos, de novas demandas, de qualificação profissional, ao longo do tempo. Próximo.

Nesse levantamento que aparece no quadro anterior, considerando 207 mil profissionais qualificados, dentro do plano 2009 e 2013, foram identificadas 185 categorias profissionais, distribuídas em áreas de engenharia, de construção civil, construção e montagem e manutenção de operação.

Eu queria só chamar a atenção para os senhores de que nós temos aí, em termos de distribuição, 24% dos cursos são cursos de nível superior, ou seja, nós temos aí uma quantidade grande de áreas de qualificação necessárias que abrangem o nível superior. Próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SR. RAIMAR BYLAARDT: Como? Sim, nós temos a divisão pelo básico, porque, no caso, nós estamos falando de novas obras, nós temos a necessidade de qualificar até operadores de máquinas, o pessoal de pedreiros, carpinteiros. Então, tem todo um conjunto grande de profissionais que são envolvidos dentro disso daí.

Hoje, cerca de 21% estaria voltado para o ensino básico, e 56%, ao nível médio e técnico e de inspetores, de uma forma geral. Ok? Próximo, por favor.

O PROMINP, então, ele estabeleceu parcerias com 71 entidades de ensino, com a ANP, com o Ministério do Trabalho e Emprego, MCT e Marinha, para justamente poder implementar essas iniciativas de qualificação profissional.

Atua em 17 estados brasileiros e 37 cidades do país. Já foram qualificadas cerca de 52 mil pessoas, e o total de investimentos em qualificação compromissados é na ordem de 270 milhões de reais, sendo que cerca de 228 milhões são oriundos da própria PETROBRAS, em função de cláusula de investimentos em P&D, onde a ANP autorizou a PETROBRAS a usar os recursos para essa finalidade, tem cerca de 6,7 milhões oriundos do Ministério de Ciência e Tecnologia, através do Fundo Setorial do Petróleo, e outros 36 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Próximo.

Esse programa também gerou uma série de outros resultados indiretos, eu diria, como é o caso, por exemplo, de investimentos em bolsa-auxílio. Cerca de 84 mil bolsas-auxílio foram distribuídas. Outro investimento interessante foi o investimento feito pela PETROBRAS no CIAGA lá da Marinha, cerca de 78 milhões de reais, justamente para poder ter uma infraestrutura para atender oficiais da Marinha, que é outra questão fundamental para esse processo, principalmente de produção *offshore*. Outro investimento foi do próprio SENAI, do sistema do SENAI, CEFET, cerca de 45 milhões, nas suas instalações para treinamento.

Poderia também citar os cursos *lato sensu* que foram formados pelo PROMINP, cursos com mais de 360 horas, e que, de uma forma geral, esses cursos começam a ser perenes dentro dessas instituições. Cerca de 71 cursos de pós-graduação foram formados em 12 estados da Federação. Próximo.

Mas eu gostaria de, agora, atacar a questão, digamos assim, das dificuldades. Isso que a gente mostrou foram as providências que o setor de petróleo e gás pôde tomar, mediante, evidentemente, essa análise desse crescimento que haveria, mas esses programas nos trouxeram uma série de experiências, ou seja, um bom aprendizado, digamos, para olhar para o futuro.

Primeiro, a questão da falta de infraestrutura, lacunas de escolas com laboratórios e oficinas adequados, na quantidade necessária, quer dizer, implementar aqueles programas todos, em diversos estados da Federação, mostrou um desafio muito grande, por falta justamente dessa infraestrutura.

Outra questão que nos chamou atenção foi dos alunos sem pré-requisitos, de uma forma geral, os bolsistas e esses alunos que participaram do PROMINP, eles tiveram que fazer uma prova e eles não tinham escolaridade suficiente para fazer essa prova. Então, foi necessário fazer uma ação de reforço escolar, para que eles pudessem fazer a prova de qualificação para o próprio PROMINP.

Outra questão que se colocou foi a questão da experiência profissional. Existe uma exigência de experiência profissional por parte das empresas, e isso é uma barreira para os alunos recém-formados, ou seja, a gente forma o aluno, no esforço de que ele vá trabalhar na indústria de petróleo, mas, depois, as próprias empresas exigem uma experiência mínima. E isso, à frente, eu vou apontar uma solução, que é ampliar, digamos assim, a aula prática, porque essa é uma questão, se o aluno... A questão não é ter uma experiência profissional, é ter aula prática, ele precisa trabalhar na prática, digamos assim, da sua atividade profissional.

Outro ponto observado pelo PNQP foi a falta de docentes, e isso está se mostrando agora com esse crescimento, quer dizer, o senhor imagina, Sr. Presidente, que, para 52 mil alunos que foram qualificados, já se sentiu a falta de professores docentes, imagina o senhor agora, quando nós estamos pensando em mais de 200 milhão, para os próximos quatro anos. Então, essa demanda por docentes é uma demanda fundamental e que nós temos que pensar nela. Próximo.

As sugestões, então, que eu gostaria de trazer, Sr. Presidente, a curto prazo, deveria se pensar na ampliação dos programas existentes. O PRH, da ANP, e o PNQP, do PROMINP, são dois programas exitosos, programas que estão trazendo resultado efetivo para a indústria do petróleo, com alto índice de aproveitamento dos alunos que foram formados.

O segundo ponto é ampliar a capacitação nacional para projetos de engenharia. Essa é uma questão estratégia para o Brasil, o Brasil tem que ele próprio desenvolver seus projetos de produtos, de instalações para a indústria do petróleo. Esse é um fator crucial para a ampliação do conteúdo local e todos os seus benefícios que isso traz, porque o conteúdo local, ele gera riqueza, ele gera um número muito maior, digamos, de empregos.

Nós, no IBP, estamos propondo um novo projeto, que está em fase de desenvolvimento, chamado Ambientes de Engenharia, que é justamente uma proposta no sentido de nós fortalecermos, via disponibilidade de *hardware* e de *software* de última geração, poder levar aos universitários e poder levar também aos empresários a disponibilização desses *softwares* e desses *hardwares,* digamos assim, mais avançados para o desenvolvimento de projetos de engenharia.

Recursos existem, e isso é uma questão muito importante de ser frisada: os recursos existem. Existe uma fonte, que é a fonte que vem sendo aplicada, naturalmente, que é oriunda dos contratos de concessão, em que ANP exige que as concessionárias invistam cerca de 1% da produção de petróleo e gás, e existe outro recurso, que é oriundo do Fundo Setorial do Petróleo, são dos *royalties* do petróleo, destinados ao Ministério

de Ciência e Tecnologia. Mas é necessário, nesse caso, garantir a aplicação prevista na lei do petróleo.

Ao contrário da cláusula de investimento em P&D, que é uma obrigatoriedade do contrato de concessão, e, portanto, as empresas, como a PETROBRAS, Shell, Repsol e outras investem, não ocorre isso como no caso do Fundo Setorial de Petróleo. Próximo, por favor.

Só para os senhores terem uma ideia, nos últimos... Desde praticamente da sua criação, em 1998, até hoje cerca, de cinco bilhões de reais foram contingenciados, ou seja, a diferença entre o valor arrecadado, que, no ano de 2008, por exemplo, chegou quase que a um bilhão e 400 milhões, foram investidos efetivamente menos de 200 milhões de reais.

Então, essa diferença do investimento e, em função desse contingenciamento que é aplicado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, ele faz com que você deixe de ter grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento e que poderiam estar sendo utilizados para justamente esse reforço na qualificação profissional. Próximo.

Como sugestões de médio e de longo prazo, eu poderia trazer também, em função de toda essa experiência, mais algum conjunto de sugestões, evidentemente que aqui o número poderia ser muito grande, eu vou me restringir a poucas sugestões, mas uma delas seria criar o sistema de planejamento integrado das ações de formação e capacitação de recursos humanos para indústria de petróleo, ou seja, nós precisamos ter um sistema de planejamento integrado. Nós não temos, hoje, uma comissão, um órgão, alguma coisa que se preocupe por olhar todas as ações que deveriam estar sendo desenvolvidas. Evidentemente que, aqui, os setores olham cada um para suas necessidades: a PETROBRAS tomando suas ações, o IBP, o PROMINP, em função de novos projetos, mas é necessário a gente ter um planejamento integrado.

Outra questão é o retorno à escola. Nós precisamos criar mecanismos ágeis para a atualização e revisão da educação básica, para atender esses requisitos de acesso aos cursos de qualificação necessários a novos empreendimentos.

O que ocorre hoje é que não há uma agilidade, por parte das escolas, numa determinada região brasileira, por exemplo, que começa com um novo investimento, para que ela possa pegar os trabalhadores da sua região e, rapidamente, fazer uma reciclagem desse pessoal. A escola segue aquele seu tradicionalismo, com seus cursos básicos de formação, mas é incapaz de olhar para uma ação emergencial, estratégia, a um determinado momento, quando uma região passa a ter um novo investimento.

Precisamos ampliar a qualificação e a reciclagem de professores, com foco no conhecimento prático. A evolução tecnológica, Sr. Presidente, no setor petróleo, ela é muito grande, e, se nós não fizermos essa reciclagem e olharmos pela qualificação permanente desses professores, nós, num período muito curto de tempo, o senhor próprio citou um engenheiro, em 10 anos, se ele não se recicla, ele deixa de ter condições de atuar no mercado de trabalho. Então, a mesma coisa deve ser aplicada aos professores. Próximo.

Temos que promover a inclusão dos tecnólogos no mercado de trabalho, quer dizer, até hoje, embora o tecnólogo já seja reconhecido pelo MEC e tenha muitos cursos de formação de tecnólogos, ele não se tornou ainda uma prática de contratação no nosso mercado de trabalho. Isso poderia ajudar e muito o atendimento, digamos, dessas novas demandas. Evidentemente que nós temos que olhar um pouco para o tecnólogo e a necessidade desse mercado de trabalho e analisar essa adequação, mas, de qualquer forma, essa é uma oportunidade que surge, uma vez que nós já temos regulamentado esse nível de formação.

Temos que ampliar as oficinas didáticas, laboratórios de recurso para aulas práticas. Isso aí justamente viria a substituir essa experiência profissional, nos requisitos de contratação. O que acontece é que, hoje, de uma forma geral, em todos os níveis, o profissional sai com sua formação, digamos, da escola, com seu diploma, mas a parte prática é sofrível, digamos assim, na grande maioria; evidentemente que existem as exceções.

Temos que flexibilizar o sistema de contratação de professores, permitindo que profissionais experientes ministrem aulas técnicas e/ou práticas. Isso aí nós tivemos muitos exemplos de cursos que estavam sendo formados, e que nós pretendíamos utilizar profissionais do mercado, por falta de professores experientes. Eu poderia citar um caso que ocorreu, por exemplo, em Macaé, onde nós tínhamos profissionais que trabalham 15 dias embarcados e 15 dias desembarcados, que poderiam ser excelentes professores, mas que, em função justamente de uma série de quesitos existentes dentro do próprio sistema de ensino, esses professores têm uma dificuldade muito grande de serem aceitos dentro das escolas, para dar aula prática, e são os únicos que têm efetivamente essa experiência. Está certo?

Então, nós precisaríamos, dentro do sistema, permitir que esses professores sejam contratados. Está certo. Próximo.

Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração. Se lembrar, anos atrás, nós tínhamos muitos dos CEFETs, do SENAI, muitos cursos de cur-

ta duração, por alguma razão, se começou a trabalhar nos cursos mais longos, acima de 180 horas, e muitos atividades nós precisamos apenas de reciclagem, reciclagem de um eletricista, reciclagem de um soldador, ensinar uma nova técnica de soldagem, quer dizer, isso seriam questões de curso de curta duração, que poderiam ser desenvolvidos.

Manter a política de ampliação de curso de nível técnico. Esse Governo, hoje, está desenvolvendo um conjunto enorme de novas escolas de nível técnico, acho que isso é fundamental continuar, porque são os CEFETs, exatamente, isso aí é fundamental para que a gente desenvolva a cultura da tecnologia, a cultura da produção, com o mínimo de nível técnico no nosso país.

E, finalmente, eu gostaria de citar uma infraestrutura adequada para o ensino a distância. Aqui, nós temos uma questão que é o desenvolvimento de conteúdo, nós temos pouco desenvolvimento de conteúdo no nosso país. Em geral, muitos conteúdos que nós temos de ensino a distância vêm de fora. Para isso, nós precisamos, evidentemente, que ter ambientes de acesso, com velocidade de conexão compatível. Hoje, já existem aí alguns problemas governamentais que precisam ser ampliados, de tal forma que a gente possa chegar às cidades interioranas [soa a campainha] com uma velocidade de conexão que seja compatível com as aulas que são dadas pelo ensino a distância.

E um terceiro ponto que eu destacaria é a disponibilidade de monitores, são os assistentes de conteúdo, para atender os alunos. De nada adianta eu ter um curso por ensino a distância se eu não consigo, através da internet, acessar esses assistentes que possam prestar esclarecimentos. É necessário que se tenha isso, e quem sabe poderia se até utilizar da própria mão de obra de bolsista, de estudantes, desde que se modificasse um pouco nossa legislação brasileira, com relação, digamos assim, à remuneração de uma atividade, além da atividade de ensino e da bolsa de estudo que determinados estudantes já têm.

Sr. Presidente, essas são a principais considerações que eu trouxe aqui. E agradeço muito essa oportunidade e fico à disposição, se puder contribuir em alguma outra atividade, dentro dessa perspectiva de desenvolvimento tecnológico de nosso país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Grato ao Dr. Raimar Bylaardt, pela sua exposição. O que nós verificamos nas exposições aqui realizadas foi que o programa brasileiro de qualidade e competitividade foi por diversas vezes citado, e esse programa começou lá atrás, no início dos anos 90, no nosso Governo, e, à época, quando nós lançamos esse programa, houve muitas críticas, as pessoas não acreditavam que ele pudesse dar resultados. E por que a criação desse programa? Porque, com a abertura comercial, nós estávamos expondo, embora de forma paulatina, a indústria nacional à concorrência internacional. Então, nós precisávamos preparar nosso parque industrial, nossos empresários para essa competitividade que se avizinhava.

Então, por isso foi criado esse programa brasileiro de qualidade e competitividade; qualidade para melhor competir no mercado exterior e produtividade por motivos óbvios.

E vejo que, aqui, vários outros programas foram sendo criados dentro dessa mesma linha, sendo um para inovação, também agora o PNQP, que o Professor Raimar acabou de nos falar. Eu acho que, também pelo que nós temos visto, escutado, sentido, pela experiência dos técnicos, professores, especialistas que têm aqui comparecido, eu acho que seria o momento de nós lançarmos um programa brasileiro para formação e qualificação de mão de obra, e de mão de obra, incluindo aí também na formação de docentes, que aqui foi levantado pelo Dr. Raimar, que é absolutamente indispensável; sem docentes, nós não podemos ter um aluno com capacidade suficiente para atender, como foi feito, foi realizada aquela prova, e os alunos não tiveram condições de realizar a prova, porque sua base de conhecimento, oferecida num nível médio, não estava de acordo com a necessidade que a prova estava a demonstrar.

De modo que, nisso tudo que nós estamos discutindo, cada vez mais se consolida, acredito, na nossa mente e no nosso espírito, a necessidade de um enorme esforço para que nós não percamos essa grande oportunidade, que surge diante de nós, de um processo de desenvolvimento sustentável e duradouro. Mas isso nós não podemos fazer, como disse aqui o Dr. Diego, nós temos recursos, temos projetos, mas precisamos do principal, nesse triângulo, que é a mão de obra, que é o fator criativo, orientador, que lidere, que coordene, que haja, que, enfim, traga essa energia necessária para levar esses projetos adiante.

E, devido a todos esses pontos aqui levantados, eu acredito que, ao final dessas nossas audiências públicas, nós possamos oferecer à sociedade brasileira e ao Governo, à Comissão de Serviços de Infraestrutura um bom projeto que reúna as melhores colocações que foram aqui feitas, as maiores e melhores capacidades no setor de formação de mão de obra aqui estarão comparecendo, e acredito que, havendo essa interação e essa integração, que hoje nós sentimos certa carência de se falar mais do mundo acadêmico.

Parece que o mundo acadêmico, ele está um pouco afastado dessa nossa realidade.

Aqui foi colocado pelo Dr. Diego que, por exemplo, existem somente três universidades que formam ou que oferecem cursos de engenharia naval; é a USP, uma no Pará e a outra no Rio de Janeiro, se não me engano. A UFRJ, a USP e a Universidade Federal do Pará. Então, três universidades somente do Brasil que oferecem cursos para formação de engenheiros navais, e, no momento em que nós estamos, precisando muito de engenheiros navais. Isso sem falar nos geólogos, nos geofísicos, nos tecnólogos, profissões de nível médio, que também aqui, conforme foi dito, foi colocado pelo Professor Raimar, distribuição de vagas por nível de escolaridade, de 2009 a 2013: 65% com nível de escolaridade básica; 26% com nível de escolaridade médio, técnico ou inspetores; e apenas 9% de nível superior.

Então, a gente verifica que há uma demanda, há uma demanda, sim, e é importante, pelos cursos superiores, por formandos com curso superior, mas há também uma necessidade premente de formandos nos cursos de nível médio, de técnico médio.

Diante disso tudo, eu gostaria de agradecer mais uma vez a participação dos senhores aqui presentes e passar a palavra ao Senador Mão Santa, para suas considerações.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Eu só queria cumprimentá-lo, Presidente. Realmente, V. Exa. está contribuindo muito, e o país ouve, viu? Porque eu tenho recebido muito e-mail, porque tenho assistido aqui, o país está dentro, e realmente o progresso houve, não como nós esperamos, mas eu me lembro, Presidente Collor, quando eu era deputado estadual, eu chegava, e aí iam atrás professores [ininteligível] professor. Sem ser não que, qualquer coisa, eu vi muito isso, isso no começo, 79, 80. Era assim o ensino, qualquer coisa, era como isso. E, hoje, a gente está chegando à época dessa especialização, como se referiu: futuro é quem sabe, "demais, mais, de menos, menos".

Essa mão de obra... Mas o Professor Raimar Bylaardt entrou num ponto muito positivo e muito objetivo, e o erro, vamos dizer, foi... Há uma legislação que errou muito na educação. No meu tempo, nós fomos bem formados, e eu me lembro, ninguém ensina física melhor do que o engenheiro, o matemático.

Eu fui professor de biologia, fui monitor de fisiologia, andei ensinando, hoje é praticamente proibitivo, corporativismo, fizeram uma lei que, se você é um engenheiro e quer ensinar, até vamos dizer, por gostar mesmo de ensinar, convivência boa com a juventude, você gostou da cadeira da matéria de física, estudou o LP, mais os problemas.

É humilhante, ganha menos. Eu que fui governador recente e fiquei chocado. E dei muita bolsa, porque esse negócio de estudo, por exemplo, um estudante de medicina, você dá um bolsa para ele ensinar ciência, biologia, história natural, ele faz aquilo com uma empolgação, hoje, é praticamente proibitivo; se um engenheiro for ganhar, ele é humilhado, porque ele ganha muito menos. Ficou esse negócio: tem que ter pedagogia, licenciatura de curta duração, de longa duração ganha mais, não sei o quê, e, se um engenheiro for, ele é humilhado, porque vai receber menos.

Então, no nosso tempo, nós tínhamos engenheiro ensinando. Esse Alberto Silva ensinou, no curso científico da minha cidade, física. Quem sabe mais do que ele, não é? Então, ele tocou num ponto em que o corporativismo fez e fez essa lei, e é proibido, é praticamente proibido, porque ele é vai ser humilhado, um engenheiro bom, se ele quiser dar uma aula de física, de eletricidade, de ótica, não vai, porque ele vai ser humilhado, ele vai receber menos do que os da área da pedagogia.

Foi um desastre, nós, V. Exa. estudou no Colégio São José, no nosso tempo, era bom. Hoje, eu recordei uns anos da universidade, eu estava presidindo, que o Collor fez, como eram bons os professores. Eu estudei no Colégio Marista e tive um ensino, eu sei que era menor número, hoje, está quantitativamente, mas piorou, o Estado proibiu um engenheiro.

Eu não sei quem sabe mais física do que um engenheiro? Biologia, história natural. Eu dei foi muita aula, porque gostava e eu, como Governador, via era uma humilhação. Não sei, então, nós temos muita coisa a rever. E meus parabéns aí. E a PETROBRAS está assistindo isso, que precisa, é o saber, é a mão de obra, só tem uma saída.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PSC-PI): Mas, Collor, tenho recebido muito e-mail elogioso, aqui, aos palestrantes, a V. Exa., e tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que bom, os elogios são a toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura, que V. Exa., com sua presença, abrilhanta, e trazendo sua contribuição e colaboração, que nós todos agradecemos. Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu gostaria de comunicar os senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado que já se encontram na Comissão os quatro projetos de lei que tratam do Marco Regulatório do Pré-sal, o Projeto de Lei da Câmara nº. 309, que trata da cria-

ção da Petrosal, o Projeto de Lei nº. 7/2010, que trata do fundo social, o Projeto de Lei nº. 8/2010, que trata de capitalização da PETROBRAS, e o Projeto de Lei, também da Câmara, nº. 16/2010, que trata do regime de exploração partilha *versus* concessão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, portanto, eu agradeço a presença de todos, especialmente dos convidados, pela grande contribuição que nos deixaram.

Quero aqui também registrar que o Senador Delcídio Amaral telefonou, pouco antes de nós começarmos esta nossa reunião, dizendo que ficou retido em Campo Grande, com suspeita, todos nós esperamos que não se confirme, porque terá o resultado amanhã, de que ele possa estar com dengue.

Então, nós todos desejamos ao Senador Delcídio Amaral uma pronta recuperação, lamentamos sua ausência, porque, sem dúvida, ele abrilhantaria muito nosso debate, na noite de hoje.

Agradecendo ao Dr. Marco Aurélio Pinheiro de Lima, do Laboratório Nacional de Bioetanol; o Dr. Diego Hernandes, da PETROBRAS; o Dr. Raimar Bylaardt, do IBP; Dr. Rafael Lucchesi, da CNI.

E convoco as senhoras e senhores membros da nossa Comissão para a próxima reunião, a realizar-se no dia 25 de março, quinta-feira próxima, às 8h30 da manhã, neste Plenário, para a realização de Audiência Pública, com a presença dos ministros Senador Edson Lobão, e a essa Audiência Pública tem como objetivo discutir o Marco Regulatório da Exploração dos Recursos Minerais.

O Ministro Edson Lobão é Senador, nosso colega, foi o primeiro Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura e, hoje, vem realizando um trabalho digno de elogios por todos aqueles que participam não somente dessa área específica, mas da classe política. Ele também virá acompanhado do Dr. Paulo Camilo Vargas Pena, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, IBRAM, e do Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, diretor-presidente do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM.

Portanto, convido a todos os Srs. e Sras. Senadoras para que, no próximo dia 25, já que será a última Audiência Pública que S. Exa., o Ministro Edson Lobão, irá participar antes de se desincompatibilizar do cargo de Ministro das Minas e Energia, para disputar as eleições em seu estado, que todos nós possamos aqui estar presentes, não somente para colhermos dele informações importantes sobre a questão do Marco Regulatório do Campo de Exploração de Recursos Minerais, como também para prestarmos as merecidas homenagens de todos nós, seus companheiros, pelo belo trabalho que executou à frente da pasta de Minas e Energia.

Boa noite a todos. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 20h35.

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e onze minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e nove, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Roberto Cavalcanti, Presidente em Exercício da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Valter Pereira, Delcídio Amaral, Wellington Salgado, Pedro Simon, Valdir Raupp, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena e João Durval. Justifica a ausência o Senador Jefferson Praia. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) A Comissão recebeu, para conhecimento de seus membros, cópia do Acórdão nº 6527/2009 constante da relação 37/2009-BM-ALC, do Tribunal de Contas da União, sobre processo de relatório de auditoria que trata de diagnóstico da área de convênios da EMBRATUR. O referido acórdão será encaminhado aos membros da Comissão por meio eletrônico. Os parlamentares que desejarem obter uma cópia em papel podem enviar a solicitação à Secretaria da Comissão; 2º) A Secretaria desta Comissão terá os seus trabalhos suspensos a partir do dia 23 de dezembro de 2009 (quarta-feira), tendo em vista o recesso parlamentar, em conformidade com o art. 2º do Regimento Interno do Senado Federal. As atividades normais serão retomadas no dia 25 de janeiro de 2010 para preparação dos trabalhos legislativos. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes: Primeira parte-Item Único-Turno Suplementar de discussão da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, terminativo, que "Altera dispositivos da Lei n° 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de re-

servas em aeronave", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, terminativo, que "Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos", de autoria do Senador Renato Casagrande; Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de voos", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko; e Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007, terminativo, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos", de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Relator das Matérias, Senador Almeida Lima, e Relator ad hoc, Senador Roberto Cavalcanti, oferece Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007. As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 01-CMA Substitutivo), de Serviços de Infraestrutura (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI Substitutivo), e de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer: favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 02-CI/CCJ Substitutivo). Em 06/05/09 foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria. Em 17/11/09 foi designado o Senador Roberto Cavalcanti Relator ad hoc. Em 17/11/09, após a leitura do Relatório, a Comissão deliberou no sentido de adiar a discussão e a votação da Matéria. Em 02/12/09 após a discussão e colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo) por 8 votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção, e rejeita os Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007, a ele apensados. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. O Substitutivo oferecido aos Projetos de Lei Senado 114, de 2007, 283, 429 e 533, de 2007, é dado como definitivamente adotado de acordo com o artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, a Presidência passa à Segunda Parte da reunião, destinada à leitura do Balanço geral das atividades da Comissão em 2009. Usa da palavra o Senador Osvaldo Sobrinho. Com a anuência do Plenário, o Presidente em Exercício, Senador Roberto Cavalcanti, submete o seguinte Item Único como extrapauta: Requerimento nº 19/2009-CDR, de autoria do Senador Marconi Perillo, que requer, "nos termos do Art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o Art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal para debater a situação da Radioterapia no Brasil, os projetos disponíveis e a evolução tecnológica para o tratamento do Câncer. Solicito que sejam convidados, para a referida audiência, o Excelentíssimo Senhor Sergio Machado Rezende – Ministro da Ciência e Tecnologia, a Dra. Juliana Castro Dourado Pinezi e a Dra. Criseide Castro Dourado – Associação de Combate ao Câncer do Estado de Goiás, o Senhor Joel de Sant'Anna Braga Filho – Secretário Estadual da Ciência e Tecnologia de Goiás, e o Sr Leonardo Guedes – Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)". Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Roberto Cavalcanti** Presidente em Exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS E 11 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Havendo número regimental declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 30ª Reunião da comissão. As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a deliberação de proposições.

Comunicados: A comissão recebeu para conhecimento de seus membros cópia do Acórdão nº 6527/2009, constante da relação(F) 37/ 2009, BMALC, do Tribunal de Contas da União, sobre processo de relatoria, de auditoria que trata de diagnóstico da área de convênios da EMBRATUR. O referido acórdão será encaminhado aos membros da comissão por meio eletrônico. Os parlamentares que desejarem obter uma cópia em papel podem enviar a solicitação à comissão, à secretaria da comissão.

Comunico que a secretaria desta comissão terá os seus trabalhos suspenso a partir do dia 23 de dezembro de 2009, quarta-feira. Tendo em vista o recesso parlamentar em conformidade com o art. 2º do Regimento Interno do Senado Federal. As atividades normais serão retomadas no dia 25 de janeiro de 2010 para preparação dos trabalhos legislativos. Tal iniciativa visa uma maior economicidade administrativa para a Casa, bem como a unificação do período de férias dos seus servidores mantendo o funcionamento ininterrupto em seu quadro funcional do decorrer do próximo ano.

Item Único. Turno suplementar de discussão da Emenda Nº 01-CDR Substitutivo, oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, decisão terminativa. "Altera dispositivos de Lei nº 7.565, de 1986 que depõe sempre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronaves". Autoria, Senadora Serys Slhessarenko. Tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 283, 429 e 533, de 2007. Relatoria, Senador Almeida Lima. Relatoria ad hoc, Senador Roberto Cavalcanti.

Observação: Em 02/12/2009 foi aprovado substitutivo integral ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004. Os Projetos de Lei do Senado, nº 283, 429 e 533, de 2007 foram rejeitados.

Em discussão, o substitutivo oferecido pelo PLS nº 114, de 2004. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar. O substitutivo está definitivamente adotado de acordo com o art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria será encaminhada a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Coloco em extrapauta um requerimento dos Senadores Marconi Perillo, PSDB, Goiás e Roberto Cavalcanti, PRB, Paraíba. "Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, culminado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal para debater a situação da radioterapia no Brasil, os projetos disponíveis e a evolução tecnológica para o tratamento do câncer.

Solicito que sejam convidados para referida audiência o Exmo. Sr. Sérgio Machado Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia; a Dra. Juliana Castro Dourado Pinezi e a Dra. Criseide Castro Dourado, Associação de Combate ao Câncer do Estado de Goiás; o Sr. Joel de Santana Braga Filho, Secretário Estadual da Ciência e Tecnologia de Goiás e o Sr. Leonardo Guedes, Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás, FAPEG".

Eu gostaria de submeter à votação. Em discussão, em votação, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que permanecem na posição que se encontram, o requerimento presente considera-se aprovado.

Temos aqui, agora, uma segunda parte, uma parte referente ao balanço das atividades desenvolvidos na CDR em 2009. Tivemos durante o ano de 2009, 31 reuniões realizadas. Dessas 31 reuniões, duas foram realizadas em conjunto, uma com todas as comissões da Casa e uma com a CAE e com a CAS.

Realizamos também nove Audiências Públicas. Das Audiências Públicas, a primeira Audiência Pública teve o objetivo de discutir a plataforma do turismo brasileiro, em o 1º de abril. A segunda, realizada em conjunto com todas as comissões da Casa, teve o objetivo de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente, a APPS; e o alcance territorial da Legislação Ambiental Indigenista e as implicações do agronegócio, em 29 de abril. Terceira, teve o objetivo de instruir o projeto de Lei do Senado n° 114/2004, overbooking, que tramita em conjunto com os PLS 283, 429, 533/2007, em 06 de maio. A quarta, realizada em 12 de maio com a finalidade de debater sobre a calamidade provocada pelas chuvas e a necessária recuperação da infraestrutura, especialmente no Nordeste. A quinta teve o objetivo de apresentar o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia, elaborado pela Agência Nacional de Águas, ANA, em 28 de maio. Sexta, realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e com a Comissão de Assuntos Sociais, teve o objetivo de instruir o PLS 174/2009 que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo, SESTUR, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATUR, em 12 de agosto. Sétima, teve o objetivo de apresentar e debater o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turísticas do Meio-Norte, PDSTR, do Meio-Norte, em 26 de agosto. Oitava, teve o objetivo de colher sugestões, subsídios e esclarecimentos relativos ao desvio de destinação dos recursos arrecadados

pela SUFRAMA, do seu contingenciamento pelo Ministério do Planejamento, da sua administração pelo Tesouro Nacional e do atual regramento do Poder Executivo Federal, acerca da utilização desses recursos, em 12 de outubro. Nona reunião, discutiu a autuação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca no semiárido nordestino, os 100 anos do DNOCS, em 27 de outubro.

Foram apreciadas também 75 proposições, sendo 12 Requerimentos de Comissão, oito Projetos de Lei do Senado, terminativos; 16 Projetos de Lei do Senado, não terminativos; 27 Emendas de Comissão, três projetos de Lei da Câmara, uma Emenda de Plenário, uma matéria submetida a turno suplementar. Dentre as 75 proposições aprovadas, podemos destacar: a aprovação dos Substitutivos do Projeto de Lei do Senado 114/2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko que altera dispositivos do Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instruir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronaves, o chamado overbooking.

A aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49/2009, que estabelece legitimidade do Ministério Público para propor ação de usucapião especial urbana; altera o Estatuto das Cidades, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Tivemos também a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2009, "que dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, na aquisição de automóveis para a utilização do transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física". De autoria do Senador Renan Calheiros.

Tivemos também a aprovação da Emenda de Plenário nº 023, Substitutivo, oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro-Oeste, que passará a ser denominada Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Participações da Comissão. A Comissão deliberou, por participar em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto, da Câmara dos Deputados, da organização e da promoção do Projeto Fórum Legislativo nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, o Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa, em 2014. Até o presente momento, foram realizados cinco fóruns: Manaus, em 13 de agosto; Natal em 10 de setembro; Porto Alegre, em 14 de setembro; Cuiabá, em 15 de outubro e Salvador, em 26 de outubro.

Foram também colhidos dados das demais cidades-sedes que servirão de subsídios para a realização do 11° Congresso Brasileiro da Atividade Turísticas, CBRATUR, 2009. Provavelmente, as visitas às demais cidades-sedes, Belo Horizonte, Recife, Brasília, Fortaleza, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo continuarão no próximo ano.

A Comissão participou também do 37º Congresso Brasileiro de Agência de Viagem e Exposição de Turismo, Feira das Américas, promovida pela Associação Brasileira de Agências de Viagens, ABAV, que aconteceu no dia 21 de outubro de 2009, no Rio de Janeiro.

Em parceria com Comissão de Turismo e Desporto, da Câmara dos Deputados, realizamos, no último dia 25 de novembro, o 11° Congresso Brasileiro da Atividade Turística, CBRATUR, 2009, onde foram, como já foi dito, apresentados os dados colhidos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol, de 2014. E, ainda, foram debatidos os temas: Imagem do Brasil na Copa de 2014, Copa Verde; Projeto de Lei prioritários para 2010; uma rede de proteção social necessária e investimentos públicos e privados para Copa de 2014. O CBRATUR contou com a presença e participação, dentre as diversas autoridades, dos Ministros dos Esportes, Orlando Silva e do Turismo, Luiz Barreto.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu gostaria de externar o nosso profundo agradecimento a todos os senadores que aqui participaram; agradecer a esta equipe fantástica que é equipe que mantém esta comissão em tão alto nível. Parabenizar o Presidente efetivo desta comissão, por razões de saúde, sofreu nas últimas 48 horas um acidente no seu veículo, uma capotagem, está bem de saúde, e com esta ausência dele, eu estou tendo esta oportunidade de presidir essa comissão.

Eu passo a palavra ao Senador Sobrinho, meu grande amigo, vizinho de gabinete, que terá a oportunidade de externar o seu pensamento durante a sessão dessa comissão.

Com a palavra o Senador Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, é uma grata satisfação, ao apagar as luzes desse ano de 2009, nesta comissão, nós temos a oportunidade de ler um relatório tão substancioso de trabalhos realizados por essa comissão durante esse ano de 2009. Foi um trabalho constante, um trabalho profícuo, um trabalho de envergadura, um trabalho que foi, logicamente, dirigido pelo Senador Neuto de Conto, a quem nós queremos aqui dedicar a nossa gratidão pelo seu trabalho e desejar também que o mesmo recupere logo sua saúde, tendo em vista que sofreu um acidente nos últimos quatro dias. E dizer a ele que esta comissão deve muito a ele pelo seu trabalho, pela sua inteligência, pela sua competência.

Agradecer a V. Exa. que hoje concluiu os trabalhos vigorosos dessa comissão, trabalhos que eu tenho certeza que muito engrandece o Senado da República e que esta comissão tem desenvolvido um papel de relevância no cenário do Senado da República.

Portanto, quero desejar a todos os funcionários nossos que aqui estão, desejar um feliz Natal, um próspero Ano-Novo. E ao mesmo tempo em nome da comissão agradecer pelo trabalho sério que vocês têm feito, trabalho inteligente, trabalho de companheirismo, e de amizade e de responsabilidade também cívica e patriótica que tem feito por esta comissão através do trabalho de vocês.

Portanto, eu quero dizer que é muito salutar para todos nós, de motivo de muita alegria e felicidade, nós encerramos o ano com tanta produção legislativa que fizemos. E dizer ao senhor, Presidente, que nos honra com a sua inteligência, também nessa comissão, dizer que nós somos gratos a Deus por nos dar essa oportunidade de estar aqui com o senhor e com outros senadores encerrando essa atividade na certeza de que todos nós cumprimos com a nossa obrigação, com o nosso dever para com o povo brasileiro e com os estados que nós representamos aqui no pacto federativo dessa República.

Muito obrigado, feliz Natal, Ano-Novo a todos, e que Deus nos dê saúde e força para o ano que vem estarmos sempre fortes para o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Amém. E diria que com certeza teremos na abertura dos trabalhos a presença restabelecida, porque realmente não há nada de grave na situação física do nosso nobre colega Presidente dessa comissão, Neuto de Conto, uma pequena luxação no ombro, ele estará, sem dúvida, restabelecido, com certeza, comemorará e brindará o Natal e o Ano-Novo.

Eu gostaria também de complementar as palavras do Senador Sobrinho no sentido de dizer que como nordestino eu me sinto extremamente envaidecido de estar, nesse momento, presidindo essa comissão, por ser exatamente uma Comissão de Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Regional atinge fundamentalmente regiões como a de V. Exa., regiões como a nossa, o Nordeste, e que necessita fundamentalmente que haja um efetivo funcionamento desta comissão para que nós possamos acostar as propostas desenvolvimentistas do Governo Federal, a órgãos como a SUDENE e outros órgãos de desenvolvimentos regionais, e que se faz extremamente necessário. As regiões do Nordeste e outras regiões que são regiões mais carentes do País necessitam fundamentalmente do trabalho e da atuação com uma comissão como esta que é de Desenvolvimento Regional. O Desenvolvimento Regional significa equalização da capacidade brasileira de soerguimento. O Brasil, hoje, que está aspirando estar no time dos primeiros cinco países do mundo necessita ter essa padronização do seu desenvolvimento. E a padronização desse desenvolvimento só se dará através de desenvolvimentos regionais específico, e autuação desta comissão como V. Exa é testemunha, senador, ela é de extrema valia para que no futuro nós tenhamos um País equânime, um País que a distribuição de renda e a distribuição das oportunidades econômicas sejam iguais.

Queria agradecer e desejar a todos feliz Natal e bom 2010. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão com um grande e afetuoso abraço no meu colega senador.

Sessão encerrada às 11h30.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dez minutos do dia dez de fevereiro do ano de dois mil e dez, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Serys Slhessarenko, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Demóstenes Torres, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) A Comissão recebeu, para conhecimento de seus membros, cópia do Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 145/2010, de 3 de fevereiro de 2010, sobre Relatório de auditoria na área principal das atividades conduzidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O referido Acórdão será encaminhado aos membros da Comissão por meio eletrônico; 2º) Convite - a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar do Turismo, em parceria com a CNC, convidam a todos para o coquetel de lançamento dos Anais do CBRATUR 2009 – Con-

gresso Brasileiro da Atividade Turística, a realizar-se no dia 9 de março de 2010, às 18 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados; e 3º) Leitura de carta enviada pela Associação Brasileira das Empresas Marítimas – ABREMAR, aos Parlamentares com o objetivo de pleitear o apoio ao acolhimento da Emenda nº 26, oferecida à Medida Provisória nº 472, de 2009, que tem como Relator o Deputado Marcelo Ortiz. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: Item nº 01-Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2004, terminativo, que "Dispensa o visto de turistas estrangeiros para visita à Região Amazônica e ao Pantanal", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. Resultado: A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Autor, Senador Mozarildo Cavalcanti; Item nº 2-Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, terminativo, que "Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAE. Resultado: A Matéria é adiada a pedido da Relatora, Senadora Serys Slhessarenko; Item nº 3-Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2009, não terminativo, que "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Jayme Campos e Jeferson Praia. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Neuto de Conto,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 11 HORAS E 07 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 31ª Reunião da Comissão, última reunião de 2009. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições.

Comunicados. A Comissão recebeu, para conhecimento de seus membros, cópia do Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 145/2010, de 03 de fevereiro de 2010, sobre o relatório de auditoria na área de principal das atividades conduzidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O referido acórdão será encaminhado aos membros da comissão por meio eletrônico. Os parlamentares que desejam obter uma cópia em papel podem enviar a solicitação à secretaria da comissão.

Convite. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e a Comissão de Turismo e Desportos da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar do Turismo, em parceria com a CNC convida todos para o coquetel de lançamento dos Anais da CBRATUR- 2009, Congresso Brasileiro da Atividade Turística, a realizar-se no dia 09 de março de 2010, às 18 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Informações encaminhadas pela ABREMAR, Associação Brasileira das Empresas Marítimas, para conhecimento. "A interpretação recente por parte da Receita Federal sinalizou uma mudança de orientação para, a partir de agora, exigir 25% de imposto de renda na fonte sobre a remessa de valores referentes a serviços turísticos prestados no exterior: hotéis, traslados, navios e etc. Tal prática resultará em efeitos extremamente danosos para o trade turístico brasileiro e também para o país em geral.

Entidades representativas do setor turístico, entre elas ABAV-Nacional, Associação Brasileira de Agên-

cias de Viagem; a BRAZTOA, Associação Brasileira de Operadores do Turismo; ABREMAR, Associação Brasileira das Empresas Marítimas, SINDTUR-SP, Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de São Paulo, vem a V. Exa. pleitear seu inestimável apoio no tocante ao acolhimento da Emenda 26, a Medida Provisória 472/2009, que tem como relator o Deputado Marcelo Ortiz.

A referida Emenda 26, de autoria no nobre Deputado Beto Mansur propõe reduzir a zero esse prejudicial tributo para o setor de turismo. Vale destacar que não haverá qualquer redução de receita da União, pois nunca houve qualquer arrecadação a esse respeito."

Item 01 da pauta, terminativo na Comissão. Projeto de Lei do Senado nº 345/2004, "Dispensa o visto de turista estrangeiro para visita à Região Amazônica e ao Pantanal." Autoria, Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria, Senadora Rosalba Ciarlini; relatório pela rejeição do projeto. Observação: votação nominal. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido aprovado o parecer contrário ao projeto.

Por solicitação do autor, Senador Mozarildo Cavalcanti, o pedido é para retirada da pauta e estamos concedendo a retirada de pauta.

Item 02, terminativo na Comissão. Projeto de Lei do Senado 331/2006, "Acresce Parágrafo Único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências." Autoria, Senadora Roseana Sarney. Relatoria, Senadora Serys Slhessarenko; relatório pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Observação: a votação é nominal.

A pedido da Senadora, relatora, Serys Slhessarenko, pedido para retirar de pauta, que estamos concedendo. Aliás... O pedido é para adiar a apresentação do relatório.

Item 3º, não terminativo. Projeto de Lei do Senado 511/2009. "Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso." Autoria, Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria, Senador Gilberto Goellner; relatório favorável ao projeto. Observação: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao senador Gilberto Goellner para proferir o seu parecer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O Projeto de Lei nº 511, ele trata realmente da criação da ZPE - Zona de Processamento de Dados, de Exportação, aliás, no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.

E ele, consta dele apenas um artigo com um parágrafo e indicando que fica o Poder Executivo autorizado a criar a ZPE no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso, e, parágrafo único, a Zona de Processamento de Exportação de que trata esse artigo terá a sua criação características objetivas de funcionamento, reguladas pela legislação pertinente, qual é? Que seja aprovado pelo Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação.

Eu vou direto, então, à análise.

"Que esse projeto se coaduna com a Constituição, especialmente com as leis 11.508, de 2007 e 11.732, de 2008, são as duas leis hoje que tratam da criação da ZPEs.

O PLS atende também as normas para elaboração previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

A discussão sobre a criação da ZPE no Brasil remonta à década de 80, quando foram criadas mediante decreto presidencial 17 ZPEs. No entanto, elas nunca chegaram a entrar em operação.

Recentemente o debate em torno das ZPEs voltou à tona com a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional dessa lei já mencionada 11.508 e depois ela veio complementada pela Lei 11.732, de 2008.

Diante da discussão sobre a importância das ZPEs como instrumento de promoção do desenvolvimento foram apresentados diversos Projetos de Leis do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPEs em diversos municípios brasileiros, entre os quais está o PLS que ora analiso. Sem sombra de dúvida o PLS 511, de 2009 é meritório, já que as ZPEs são importantes instrumentos de desenvolvimento econômico capazes de contribuir para reduzir as desigualdades entre regiões do Brasil.

Ainda que sejam favoráveis as ZPEs como instrumento de política de desenvolvimento, é necessário levar em conta a legislação sobre sua criação. A Lei nº 11.508, que atualizou a legislação relativa às ZPEs, em seu art. 2º estabelece que a criação da ZPE faz-se-à por decreto à vista, da proposta dos estados e municípios.

O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação analisarão as propostas de criação das ZPEs e dará prioridade para propostas de ZPEs localizadas em áreas geográficas, privilegiadas para exportação.

Portanto, caberá ao Conselho das ZPEs analisar o mérito da criação das ZPEs no município de Sorriso no Mato Grosso, cuja proposta deverá ser feita pelo estado ou pelo município.

De acordo com o parecer 527, de 1998, na Comissão de Constituição e Justiça, de autoria no senador Josaphat Marinho, esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa, pois o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo como forma de colaboração a prática de ato de sua competência.

Assim, o PLS 511 deve ser entendido como uma sugestão, ou indicação ao Poder Executivo, que tem a competência legal para criar as ZPEs por meio de decreto.

Portanto, creio ser possível a criação de uma ZPE em Sorriso, o que poderá contribuir para o desenvolvimento daquele município e da sua região de influência".

O voto. "Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 511".

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão a matéria.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, o senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, Srs. Senadores.

Eu quero, antes de mais nada, manifestar aqui o meu apoio ao voto do Sr. Relator Senador Gilberto, quando da autoria da Senadora Serys Slhessarenko, ela propõe a criação da Zona de Processamento de Exportação para o Município de Sorriso.

Sr. Presidente, eu entendo que é de fundamental importância a criação da ZPE proposta aqui nessa comissão e nas demais, tendo em vista que nós entendemos de que só assim nós poderemos acabar com esses desequilíbrios interregionais que há no Brasil.

Lamentavelmente, o Brasil tem várias regiões que é prosperidade, e outras realmente áreas que foram esquecidas por parte do Poder Público e isso empobreceu, mas não é o caso particularmente da Cidade de Sorriso, até porque é uma das cidades mais prósperas no Estado do Mato Grosso.

Para que V. Exa. tenha conhecimento, é uma das cidades que mais produz soja, algodão nesse imenso Brasil, não só com alto índice de produtividade, mas, acima de tudo, é uma região que, indiscutivelmente, eu antevejo e reservo a ela ser uma das cidades mais prósperas do Brasil.

O mundo tem hoje a primazia de alguns países, por exemplo, a China, de ter algumas centenas de ZPEs. Os Estados Unidos da América tem mais de 600 ZPEs esparramadas naquele imenso país.

E eu vejo que na medida em o que Brasil, na década de 1980, por determinação e orientação do Presidente, naquela oportunidade, o Presidente José Sarney, foram propostas 17 ZPEs no Brasil.

Lamentavelmente, por um motivo ou outro que não interessa saber, essa ZPEs não se prosperaram no Brasil, e eu não sei, imagino que por interesse de grandes grupos econômicos, não houve nenhuma... Não prosperou, na medida em que não havia interesse por parte do Poder Executivo também.

E o sucesso dessa ZPE como zonas francas de exportação, é importante, é o caso do sucesso que nós temos na SUFRAMA, no Estado do Amazonas. Porque eu imagino que se o Estado do Amazonas não tivesse a SUFRAMA, talvez seria o estado mais pobre da federação brasileira.

E eu quero nesta oportunidade dizer o que Mato Grosso já tem aprovado, não só através das comissões, mas, sobretudo do Congresso Nacional, a criação da ZPE da cidade de Cáceres, que iniciou na década de 1989, ela já tem inclusive áreas reservadas para implantação dessa ZPE, que eu imagino que seriam um instrumento de nós viabilizarmos um das regiões que hoje se encontra empobrecida, que é a região oeste do Mato Grosso, tendo em vista que falta de novas atividades econômicas.

E dá a entender, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que não tem se percebido de que há nenhuma boa vontade por parte do Governo Federal no sentido de investir também, ser copartícipe, ser também parceiro dos municípios, dos próprios estados, no sentido de investir nas obras de infraestrutura e, com certeza, naturalmente, ser também o grande indutor para que as empresas sejam instaladas naquela ZPE.

E o que me causa muita preocupação, Sr. Presidente, é de que existe, na criação dessa ZPE quando aprovamos no Congresso Nacional, a possibilidade daquelas que não estiverem iniciadas até o mês de junho, fim de julho, início de julho, perderão este direito, que foi com luta adquirido para a nossa região da grande Cáceres, sobretudo o Estado de Mato Grosso.

Portanto, eu faço esse chamamento aqui nesta Comissão, de tão importância que é a CDR, no sentido de nós propormos ao Ministério do Desenvolvimento, ao Ministério da Fazenda, que sejam prorrogados os prazos para a extração dessas ZPEs, sob a pena daqueles que não estiverem pelo menos com 20% de obra de infraestrutura executada até o mês de junho, sofre, corre o risco, melhor dizendo, de perder, com certeza esse grande instrumento, esse grande mecanismo que foi criado para que nós possamos acabar com esses desequilíbrios interregionais no nosso Brasil.

De modo que eu quero nesta oportunidade não só cumprimentar a Senadora Serys Slhessarenko, pela louvável iniciativa de propor essa criação para a cidade de Sorriso, como também o valoroso Senador da República, Gilberto Goellner, que proferiu aqui um voto maravilhoso propondo a aprovação desta matéria nesta comissão.

E dizer a V. Exas. que também nós fomos autor da criação, ou seja, indicando a criação de outra ZPE, como é a Cidade de Sinop, Alta Floresta, Barra do Garça e Várzea Grande. Com isso, nós estamos hoje contemplando também aqui a cidade de Sorriso. Os nossos projetos estão em fase mais adiantada, porque eles foram propostos no ano passado, que já aprovou, inclusive na Comissão de Assuntos Econômicos e eu espero que dentre em breve também, Senador Gilberto Goellner, possamos aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos esse projeto que V.Exa. foi relator da matéria.

De tal maneira, Sr. Presidente, eu fico muito grato e feliz de que Mato Grosso poderá também ser contemplada com um nova ZPE.

Parabéns, Senador Gilberto.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Jayme Campos.

E continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, neste momento, destacar eu e os demais companheiros que representam o Amazonas, nós votamos as ZPEs, os projetos ZPE onde tivemos a votação em Plenário, porque entendemos que temos que estar sempre cuidando daquela que é a nossa "galinha dos ovos de ouro", que é a Zona Franca de Manaus.

Quando eu vejo uma proposição como esta, no Município de Sorriso, que é um município agrícola, que vai agregar valor aos produtos agrícolas, que não concorre com os nossos produtos, nós sempre estaremos aqui alerta, por exemplo, a algum tipo de ação no sentido de ir de encontro às nossas vocações ou aos nossos interesse relacionados à Zona Franca de Manaus.

Eu votarei favoravelmente, acompanhando o relato do Senador Gilberto Goellner, por entender que nós temos que, no Brasil, estimular iniciativas dessa natureza e hoje eu faço essa reflexão percebendo a importância das ZPEs, desde que sejam para agregar valores aos produtos regionais, como no caso aqui de que é um bom exemplo.

E continuamos, senador, defendendo a Zona Franca, por ser aquele modelo que deu certo. Você imagina bem e aí temos o Estado do Amazonas de forma muito clara para ser percebido.

A Zona Franca de Manaus, há 43 anos praticamente, fazemos agora 43 anos, que tinha como objetivo, veja bem, levar o desenvolvimento àquela região e acabou provocando uma outra coisa fundamental nesse momento, Senador Jayme Campos e Senador Gilberto Goellner, que foi manter a floresta em pé.

O Estado do Amazonas hoje é o estado mais verde do Brasil, mais verde do Brasil, Senador Neuto De Conto, por nós termos aquela Zona Franca, mais de 500 empresas, mais de 100 mil empregos diretos; para cada um emprego direto tem quatro indiretos, é a grande mola que movimenta a nossa economia. E são indústrias sem chaminés.

Portanto, nós entendemos que temos que consolidar aquele polo ali, porque se nós não tivermos tido aquele polo industrial, certamente hoje nós estaríamos como o nosso vizinho estado amazônico, que eu também tenho um grande apreço, que é o Estado do Pará, por exemplo, que foi na direção do aproveitamento dos recursos naturais porque não teve outra opção.

Então, eram essas as palavras e já declaro o meu voto favorável, acompanhando o relato do Senador Gilberto Goellner.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de reforçar as palavras do Senador Jayme Campos também e agradecer o apoio do senador Jefferson Praia a essa indicação de ZPE, e dizer que Cáceres está situada às margens do Rio Paraguai e que o prazo proveniente do início das obras dessa ZPE se deve, particularmente, à dificuldade das licenças ambientais para promover a plena navegação pelo Rio Paraguai.

Já falando com alguns juízes, desembargadores e que atenderam naquela época o processo, elas veem que há como liberar essas licenças, e com isso eu vejo que voltaria ao interesse imediato de investimentos, para que também nesse porto seja canalizado o Porto de Cáceres, sejam canalizadas exportações via Rio Paraguai, chegando no rio Paraná e indo até

Argentina e Uruguai, passando, chegando lá na foz do rio lá junto com o Oceano Atlântico.

Com isso nós teríamos uma logística muito mais saudável, mais viável economicamente para todos os produtos agrícolas produzidos naquela fase da região do Mato Grosso.

E, por isso, que o que solicita o Senador Jayme Campos eu reforço, que é que tenhamos uma iniciativa interna aqui de prorrogar o prazo para a execução, o prazo para início de execução das obras dessas ZPEs que às vezes estão dependendo até de licenças ambientais, algo que está hoje dificultando, inclusive, a duplicação das estradas no país, pelo PAC.

Então, nós precisamos reabilitar essa infraestrutura, e a infraestrutura da navegação é a mais importante para o país. O Brasil não está usando corretamente todo o seu potencial, a oportunidade que se tem de levar seus produtos pela navegação, que é o transporte mais barato do mundo.

Então, por isso que essa prorrogação do prazo é extremamente importante para que as licenças ambientais de navegação do Rio Paraguai sejam aprovadas e, com isso, se inicie o grande investimento no Porto de Cáceres que auxiliará, então seria a primeira ZPE no Estado do Mato Grosso em funcionamento.

Gostaria de agradecer para que façamos então esta comissão, faça esse pleito junto ao Conselho Nacional de ZPEs para que se obtenha o êxito da prorrogação desse prazo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Gilberto Goellner.

Realmente, a missão da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, ela vem ao encontro de projeto de importância no desenvolvimento das regiões carentes; e o Município de Sorriso não é um município carente, é um município pujante, de muita força, mas que isso vai ao encontro do seu desenvolvimento e desenvolvimento daquela região.

E tem razão o Senador Jayme quando cita que temos muitas ZPEs criadas e paradas. Eu acho que cabe um movimento mais atuante, mais à frente dessa proposta para que o Governo possa dar ao desenvolvimento de cada região através das...

Por isso, quero cumprimentar a Senadora autora da proposta, Serys Slhessarenko, o Senador Gilberto pelo relatório, pelo seu conteúdo e os senadores que aqui se manifestaram em favor do projeto ao qual fazemos coro.

Por isso, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator, favorável ao projeto. As senhoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as devidas providências.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h33.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZ DE MERÇO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos do dia dez de março do ano de dois mil e dez, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador César Borges, Vice-Presidente, e dos Senadores Roberto Cavalcanti e Serys Slhessarenko, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Serys Slhessarenko, Marconi Perillo, Gim Argello, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Jayme Campos e João Durval. Justifica a sua ausência o Senador Neuto De Conto. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidência registra a presença do Sr. Antônio Mesquita, Consultor Técnico da Secretaria de Transportes do Estado do Piauí; da Exma. Sra. Luciana Marão Felix, Prefeita Municipal de Araioses, Maranhão; do Sr. Cesar Gonçalves, Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH Nacional; dos Presidentes do Panrotas e da CNTur; e de representantes da ABREMAR, da ABAV e da CNC. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente faz os seguintes comunicados: 1º) A convite do Ministro da Integração Nacional, Excelentíssimo Senhor Geddel Vieira Lima, o Presidente da Comissão, Senador Neuto De Conto, está representando o colegiado na "II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional", que acontece nesta semana (de 10 a 14 de março), na cidade de Florianópolis, Santa Catarina; 2º) A Comissão recebeu convite (extensivo a todos os seus membros) para participar do "Fórum PANROTAS – Tendências do Turismo 2010" e do "III Jantar de Integração do Turismo Brasileiro", que acontecerá entre os dias 15 e 16 de março de 2010, em São Paulo; 3º) Retificada a data do Coquetel de Lançamento dos Anais do CBRATUR 2009 – Congresso Brasileiro da Atividade Turística que acontecerá no

dia 30 de março de 2010, às 18 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados; 4º) A Comissão recebeu expediente da Secretaria Geral da Mesa comunicando que a partir de 25 de fevereiro de 2010 o Senador Sérgio Guerra passou a integrar esta Comissão como membro titular, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que passou a integrar a Comissão como membro suplente. Dando início aos trabalhos, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública com o objetivo de "discutir a situação da aviação regional no Brasil", em atendimento ao Requerimento nº 18/2009-CDR, aprovado em 02/12/09, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como convidados: Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Murilo Marques Barboza, Presidente Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO; Jeanine Pires, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR; André da Silva Ordacgy, Defensor Público da União; José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Carlos Alberto Amorim Ferreira, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV; e Álvaro Brito Bezerra de Mello, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Dr. Juliano Alcântara Noman, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, representando a Sra. Solange Paiva Vieira, Diretora-Presidente; Dr. José Luiz Viana da Cunha, Diretor de Mercados Internacionais do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, representando a Sra. Jeanine Pires, Presidente da EMBRATUR; Dr. André da Silva Ordacgy, Defensor Público da União; e Sr. Carlos Alberto Amorim Ferreira, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Jefferson Praia, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Cavalcanti, Serys Slhessarenko, César Borges e ainda, por concessão da Presidência, a Prefeita do Município de Araioses-MA, Luciana Marão Felix. O Senador Mozarildo Cavalcanti entrega à Presidência Carta manifestando apelo pela celeridade na votação do PL nº 7.199, de 2002, que se encontra na Câmara dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **César Borges,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR .

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 55 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da primeira reunião da comissão. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública.

Antes de iniciarmos a nossa reunião, eu quero fazer alguns comunicados.

Esta comissão recebeu convite do Ministro da Integração Nacional para uma realização de uma Amostra Nacional de Desenvolvimento Regional. Ela está acontecendo nessa semana na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Inclusive o Presidente da comissão, Senador Neuto de Conto, está, neste momento, participando dessa amostra, por isso não está presidindo essa sessão.

A comissão recebeu também convite extensivo a todos seus membros para participar do Fórum Panrotas – Tendências do Turismo 2010 e do Terceiro Jantar de Integração do Turismo Brasileiro, que acontecerá entre os dias 15 e 16 de março de 2010, em São Paulo. O Fórum tem objetivo de promover e incentivar o turismo como alavancador do crescimento e desenvolvimento. O coquetel de lançamento dos anais do CBRATUR 2009, Congresso Brasileiro de Atividade Turística, acontecerá no dia 30 de março de 2010, às 18 horas, no salão nobre da Câmara dos Deputados; e não no dia 09 de março, conforme divulgado por essa comissão anteriormente.

E também a comissão recebeu expediente da Secretaria-Geral da Mesa, comunicando que, a partir de 25 de fevereiro de 2010, o Senador Sérgio Guerra passou a integrar essa comissão como membro titular, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que passou a integrar a comissão de membro suplente.

Eu submeto, antes de iniciarmos... Ele não chegou ainda?

Então, vamos dar continuidade à reunião. Para atender ao Requerimento nº 18, de 2009, aprovado em 02/12/2009, de autoria da nobre Senadora Serys Slhessarenko, com o "Objetivo de discutir a situação da aviação regional no Brasil". Foram convidados a Sra. Solange Paiva Vieira, Diretora Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, que está representada aqui pelo Dr. Juliano Alcântara Noman, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil, a quem eu convido a participar desta Mesa.

Foi convidada também a Sra. Jeanine Pires, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, que está representada pelo Dr. José Luiz Viana Cunha, Diretor de Mercados Internacionais do Instituto Brasileiro de Turismo. A Sra. Jeanine Pires se encontra em Berlim, Alemanha, em atividades de representação da EMBRATUR.

Muito obrigado.

Também foi convidado o Sr. Carlos Alberto Amorim Ferreira, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem, que eu convido a participar também desta Mesa. Também foram convidados Srs. Murilo Marques Barboza, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – a INFRAERO, mas que não teve ainda seu representante, neste momento, aqui, entre nós; convidado também o Sr. André da Silvia Ordacgy, Defensor Público da União, que também está a caminho, por motivo de atraso no voo.

Muito bem, composta a Mesa, em conformidade com o art. 94, § 2º e 3°, do Regimento Interno do Senado Federal, vamos adotar as seguintes providências e normas para essa audiência: os convidados farão suas exposições; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas senadoras e senadores inscritos. A palavra dos senadores e senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos; assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Senador Cavalcanti.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Gostaria só se houve alguma justificativa da ausência de representante da INFRAERO.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Na verdade, a INFRAERO designou... Tem aqui um Requerimento da Mesa para designar o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Jorge Godinho Barreto Nery, Secretário de Aviação do Ministério da Defesa, em substituição ao Dr. Murilo Marques Barboza. Eu ia submeter à votação, mas, na verdade, não chegou ainda o Sr. Tenente-Brigadeiro Jorge Godinho Barreto. Então, vamos aguardar a sua chegada, para que ele possa representar a INFRAERO.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A Senadora Serys, que é autora do requerimento, pede desculpa aos expositores e aos senadores de não estar presente ainda porque está em atividade da Comissão de Constituição e Justiça, votando requerimento que ela tem interesse em estar presente nessa votação. Mas logo que se libere dessa obrigação, ela virá para essa comissão.

Então, nós vamos iniciar nossa reunião concedendo a palavra ao Dr. Juliano Alcântara Noman, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento do Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para que ele possa fazer a sua exposição com relação ao requerimento, que coloca em discussão a situação da viação regional do Brasil.

Com a palavra o Dr. Juliano.

SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN: Obrigado, senador.

Bom-dia a todos.

Primeiramente queria agradecer o convite em nome da ANAC. A Dra. Solange, por um problema de agenda, infelizmente não pôde vir. Mandou os cumprimentos a todos. Acho que tinha até preparado uma... Ia preparar uma pequena apresentação, depois achei melhor não fazer, até para deixar o tempo mais livre para as perguntas dos senhores, para as dúvidas, e aí, talvez, poder conversar melhor e esclarecer especificamente as dúvidas.

Falando sobre o ponto de vista geral, acho que a aviação regional é uma preocupação de todos e não poderia deixar de ser diferente na ANAC, apesar dos bons resultados e alguns bons resultados que a gente vem vendo na aviação, é claro que esse é um tema muito importante, e acho que talvez especialmente aquelas regiões amazônicas, aquelas regiões de difícil acesso que você não tem outros modais como meio de locomover, de transportar as pessoas, então, basicamente queria me colocar à disposição dos senhores no que eu puder esclarecer e contribuir para o debate.

Obrigado, e bom-dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Dr. Juliano.

Eu concedo a palavra agora ao Dr. José Luiz Viana da Cunha, Diretor de Mercados Internacionais do Instituto Brasileiro de Turismo, representando a Presidente da EMBRATUR, Sra. Jeanine Pires.

SR. JOSÉ LUIZ VIANA DA CUNHA: Bom-dia a todos.

Senador César Borges, muito obrigado pelo convite, a possibilidade de participar. Primeiramente, as desculpas da Jeanine de não estar presente. Ela gostaria, mas, durante esses dias, está havendo uma feira muito importante de turismo internacional, a ITB em Berlim, e ela está presente lá na feira junto com o nosso Ministro, Luiz Barreto, motivo pelo qual ela não pôde estar presente aqui.

Com relação ao tema do Transporte Aéreo Regional, existe um interesse muito grande do turismo com relação a esse tipo de transporte, porque, dentro do turismo, se entende que o transporte também é muito importante para o deslocamento de pessoas e desenvolvimento de determinadas regiões.

E o turismo, todos sabemos que é um grande fator gerador de recursos, entrada de divisas, geração de emprego e um desenvolvimento social. Então, nós preparamos, junto com o Ministério do Turismo, uma pequena apresentação, só para dar uma ideia aos senhores do envolvimento do turismo com o Transporte Aéreo Regional.

Então, eu pediria, se nós possamos ver essa apresentação que é bastante breve, e daria uma ideia do que, dentro do âmbito mais do Ministério do Turismo do que da EMBRATUR, se está fazendo em relação ao Transporte Aéreo Regional. Por favor.

Dentro do Plano Nacional de Turismo, dentro do programa, macroprograma de regionalização do turismo, o transporte aéreo tem um papel muito grande. E o transporte aéreo regional também deve ser considerado um importante elo para o desenvolvimento do turismo doméstico. E se entende, dentro desse Plano Nacional de Turismo, que devem ser necessárias adoções de medidas para solucionar problemas estruturais que passam por temas como compensação tarifária; financiamento para aquisição de aeronaves regionais para melhoria, ampliação e adequação da frota; modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária regional. Então, isso está previsto dentro do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, a importância do Transporte Aéreo Regional.

Com o objetivo de dar subsídios a políticas públicas de fomento e indução do desenvolvimento turístico no território nacional, o Ministério do Turismo realizou estudos e ações com foco nesse transporte aéreo regionais(F). Esses estudos e ações, nós mostramos a seguir, por favor.

Foi feito um estudo técnico do setor do transporte aéreo regional, contemplando aspectos muito importantes, como a análise da qualidade dessa cobertura aérea, demarcação do mercado da aviação regional brasileira, estimativa da magnitude do mercado de linhas aéreas regionais, estudo de demanda, desenvolvimento e modelagem econométrica da presença do transporte aéreo regular no Brasil, identificação de microrregiões com alto e médio potencial de geração de demanda por transporte aéreo e identificação de microrregiões que apresentam maior retorno ao investimento público ou privado, que vise fomentar o turismo e o crescimento econômico.

Outro estudo que foi feito é um Plano de Competitividade do Transporte Aéreo Regional, que foi feito no ano passado, em 2009. Aspectos contemplados nesse estudo: a análise do ambiente macroeconômico, avaliação dos benefícios de impulso à aviação regional no Brasil – notadamente, a criação de concorrência em ambiente fortemente competitivo -, desenvolvimento de economias regionais, sugestões de elementos para políticas públicas, que poderiam suavizar os desafios da competitividade, gerar fatores positivos e promover a equalização dos custos das operações regionais, contrapartidas setoriais em relação às políticas propostas. Por favor.

Foram realizados investimentos pelo Ministério do Turismo em aeroportos entre 2003 e 2010. Através de contratos de repasse, um pouco mais de R$ 57 milhões; através de convênios, R$ 10 milhões; e através do PRODETUR, 96 milhões e 700 mil. Foram realizadas 26 ações com repasse, um por convênio e quatro através do PRODETUR, dando um total de 31 ações neste período.

Esses investimentos, realizados pelo Ministério do Turismo, nos aeroportos, por Unidade Federativa, os senhores podem observar o número, os valores por Unidade Federativa e o total de 163.849.000, perfazendo as 31 ações realizadas.

Exemplos de convênios e ações celebradas pelo Ministério do Turismo: no Piauí, por exemplo, foi feito investimento no Aeroporto Internacional da Serra da Capivara; no Ceará, no Aeroporto de Jijoca, no Município de Jericoacoara; em Goiás, o Aeroporto de Caldas Novas; Mato Grosso, o Aeroporto do Sorriso; Alagoas, Aeroporto Costa Dourada, Município Maragogi.

Então, se nota em todas essas ações que são investimentos feitos em áreas de grande potencial ou com potencial ou área bem turística. E essas ações nos aeroportos são ações que visam a melhoria da infraestrutura dos terminais de acesso, não que tenham que vir diretamente com a parte operativa ou pistas, isso porque não é função e não se poderia entrar dentro desses contratos.

Outras ações também que foram feitas pelo Ministério do Turismo no Convênio, uma parceria com o Ministério e a ABETAR, que é a Associação Brasileira

do Transporte Aéreo Regional, visando promover a qualificação dos funcionários dessas 12 companhias regionais, cujas atividades e ocupações estabeleçam relacionamento direto com o viajante. E aqueles que atuam nas 285 empresas que oferecem serviços auxiliares nos aeroportos brasileiros, que está dentro do Programa Bem Receber, visando também a Copa de 2014.

E está sendo também trabalhado, atualmente, um Protocolo de Intenções, do Ministério do Turismo com o Ministério da Defesa, com o objetivo de viabilizar a adequação e modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira, bem como a urbanização das áreas aeroportuárias, com o objetivo de promover o desenvolvimento da Aviação Civil em ligações aéreas domésticas regionais e da atividade turística do país, de maneira segura e ambientalmente viável. Está dentro do programa do PROFAA também.

Esse Protocolo de Intenções, atualmente, está em fase final de ajustes para a sua formalização.

Bom, um pouco era as ações, o que é que o Ministério do Turismo está fazendo, visando uma melhoria na parte, principalmente, de atendimento, de infraestrutura, considerando a importância que muitas regiões têm para o turismo nacional.

E o setor da viação regional nós entendemos que também é um grande fator de integração nacional, união de pólos, pequenas e médias cidades junto, para aqueles grandes centros. Nós sabemos que, no âmbito internacional, em muitos países como Estados Unidos e dentro até da Comunidade Européia, o transporte aéreo regional é muito importante, porque nem todas as grandes companhias aéreas americanas podem voar para pequenas cidades ou médias cidades.

Então, a ligação entre essas localidades, junto... Para outros grandes centros, é feito através de empresas de transporte aéreo regional. E muitas das empresas, como a American Airlines, ela tem uma subsidiária, o American Eagle que faz... A união faz o transporte entre essas pequenas cidades. E era, logicamente, que de um interesse não somente regional, mas de uma economia de toda a cidade, do município, possibilitando o transporte de pessoas, mercadorias entre esses pequenos centros. E devido à extensão também dos territórios, não é, como o Brasil também, sabemos que, dentro de várias regiões, o transporte aéreo regional é muito importante. Muitas vezes, é a única maneira de ter o transporte em regiões como a Região Amazônica, por exemplo, aonde o transporte regional é fundamental para a união de cidades pequenas com grandes centros urbanos.

Então, um pouco era essa colaboração que poderia dar no momento. Agradecemos a atenção e a presença.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço ao Dr. José Luiz pela explanação.

E passo a palavra ao Dr. Carlos Alberto Amorim Ferreira, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem - ABAV.

SR. CARLOS ALBERTO AMORIM FERREIRA: Bom-dia, senador, bom-dia, demais senadores. E a todos os presentes, também, bom-dia.

Agradeço, em nome dos agentes de viagens do Brasil, este convite para estar aqui presente.

E o que nós temos que falar é mais preocupado, também, com os consumidores, que, realmente, é que, nesse aspecto de viação regional, que é importante, devida à grande extensão territorial do Brasil, é que as companhias aéreas, para investirem, as pequenas, têm que ter condições necessárias para isso, adequadas. E nós, hoje, vemos que os aeroportos não têm estrutura nenhuma – pequenos - para receber voos. Nós sabemos que os 12 principais aeroportos aí, que vão para a copa do mundo 2014, estão funcionando já em condições precárias. Então esse investimento da INFRAERO é fundamental, não só nos aeroportos grandes como nesses pequenos, para desenvolver essa viação regional. Então, a preocupação também com o modelo que havia de aviação regional no passado não foi dos melhores, devido àquelas companhias regionais, já havia subsídio nas tarifas domésticas, para a tarifa regional, e as grandes companhias foram incorporando as pequenas regionais, e, com isso, havendo superposição de voos, também concorrendo e havia transferência de subsídio nesse caso.

Isso tudo deveria ser olhado com calma e regulado, e é claro, o problema de tarifa, o consumidor, onde não há opção, a tarifa é cara, e, hoje, as pequenas regionais que têm cobram caro. E aí eu não sei se cabe à ANAC, a ANAC tem a teoria do livre comércio, do livre mercado, o mercado que regula tudo, e nem sempre isso é a melhor alternativa. Então, é fundamental para desenvolver a viação regional no nosso modo de ver, em benefício dos consumidores, que é a nossa preocupação maior, que realmente haja um grande investimento de capacidade aeroportuária nos aeroportos pequenos, uma regulação, talvez, nesse sentido de tarifa, enfim, o mercado não pode funcionar livremente nesse caso.

Então esse é mais um alerta, umas preocupações que nós, agente de viagens, temos, quanto a esse desenvolvimento da aviação regional.

Então, eu agradeço essa oportunidade.

Obrigado e estou à disposição, também, aqui, para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado ao representante da ABAV, coloca suas preocupações, Dr. Carlos Alberto Amorim Ferreira.

E após a explanação dos convidados que estão aqui à Mesa e pela falta do representante, ainda, do Ministério da Defesa, da INFRAERO, eu vou conceder a palavra aos Srs. Senadores inscritos.

Pela ordem, o Senador Jefferson Praia, representante do grande Estado do Amazonas, aonde a aviação regional, sem sombra de dúvida, é fundamental para a agilidade do deslocamento das pessoas naquele grande Estado.

Senador Jefferson Praia com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer a todos que estão neste momento conosco, nessa comissão, que é um prazer tê-los aqui para discutirmos um pouco sobre todas essas questões que envolvem a aviação regional.

Eu vou levantar alguns pontos, sem direcionar o questionamento, e aí, é claro, um deles eu irei direcioná-lo, mas gostaria de todos aqueles que tivessem uma opinião sobre o assunto, pudessem dar a sua visão.

Uma questão que me preocupa muito na Amazônia é a questão relacionada aos voos clandestinos, como é que está sendo feito esse monitoramento de voos e que fiscalização nós temos, como podemos fazer para evitarmos os voos clandestinos naquela região.

Outro ponto que me preocupa, até porque nós fazemos aqui, de vez em quando, viagens para o interior do Estado, usando aeronaves de pequeno porte, é quanto à fiscalização dessas aeronaves. Às vezes, eu não entendo bem dessa área, mas me sinto, às vezes, dentro de uma aeronave que já tem muito tempo de uso. Como é que está esta questão relacionada à fiscalização das aeronaves, nas regiões como um todo, especificamente no ponto que eu coloco, que é em relação à Amazônia?

Agora eu faço um rápido questionamento ao Dr. Juliano. No ano passado, a ANAC interditou 11 aeroportos no interior do Amazonas, e o argumento da ANAC foram riscos como: lixões próximos à pista; trânsito de pessoas; veículos e até animais no interior da área; asfalto da pista de pouso desgastado. Esses aeroportos, nos diversos municípios do nosso Estado, foram feitas essas observações, mas gostaria de saber por parte de V. Sa. como é que está o andamento. Foram resolvidas essas questões? Vocês estão acompanhando? Quem deixou a desejar quanto às providências que foram solicitadas pela ANAC?

E para finalizar, Sr. Presidente, quero apenas deixar algumas observações que eu acho que são muito importantes, não só porque estamos nos aproximando da Copa do Mundo, mas é importante que nós possamos fazer investimentos... Quando eu falo "nós", são todas as instituições que trabalham dentro do contexto da aviação no nosso país, fazendo parcerias, no sentido de capacitarmos e qualificarmos melhor a nossa mão de obra nos aeroportos. Somente aqueles que estão lidando com os passageiros.

Você chega em qualquer aeroporto de um outro país, as pessoas falam inglês, às vezes falam espanhol, e nós poderíamos investir nos nossos trabalhadores, para que pudessem, pelo menos, saber um pouco de inglês, um pouco de espanhol, pelo menos, dessas duas línguas, para facilitar a vida daqueles que estão nos visitando.

Eu entendo um turista que vem, por exemplo, dos Estados Unidos, quando ele está em um aeroporto... Já presenciei várias vezes, acho que ele se sente perdido. Ninguém sabe falar nada. Então, ele está no meio de um... Ele está em um ambiente que ninguém se comunica com ele, ele vai passando, e as coisas são feitas através de gestos.

E, para finalizar, eu gostaria também de deixar aqui ressaltada a questão da importância de termos, nos aeroportos, investimentos em máquinas e equipamentos modernos para agilizarmos a liberação das mercadorias. Nós temos visto, por exemplo, principalmente lá no meu Estado, no Estado do Amazonas... Recentemente tive uma reunião com empresários. Muito embora, lá, o Aeroporto Eduardo Gomes, eles estão fazendo um investimento neste sentido, e por esta razão estou ressaltando, para que possamos resolver o mais rápido o desembaraço, e a fiscalização nas mercadorias possam ser feitas de forma ágil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Por concessão do vice-Presidente da CDR, nosso nobre colega, o Senador César Borges, estou assumindo aqui, temporariamente, a presidência dos trabalhos.

Estava inscrito, seria o seguinte a fazer as perguntas, mas eu passaria, então, a palavra para o meu grande colega Cavalcanti, Mozarildo Cavalcanti, para que ele faça os seus questionamentos.

Então, nós pediríamos que, a cada dois senadores, nós déssemos um time e tivéssemos as respostas, para não acumularmos tantos questionamentos.

Então, faríamos essa metodologia: a cada dois senadores, então, os senhores que estão aqui, compondo a Mesa, fariam as suas respostas às perguntas que efetivamente foram direcionadas de forma genérica, ou que forem direcionadas especificamente a cada um dos participantes.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, Srs. Senadores, Srs. Expositores.

Inicialmente eu quero louvar a iniciativa da Senadora Serys em solicitar essa Audiência Pública. É muito importante, realmente, e aqui falou antes de mim o Senador Jefferson Praia, que é do Amazonas, eu sou de Roraima, lá do extremo norte do país, e é bom aqui que se repita que o extremo norte não é no Oiapoque, mas é no Monte Caburaí, ao contrário do que ainda repetem as televisões toda hora.

E lá, principalmente, nós sentimos muito essa questão da viação regional. Só para citar um exemplo, lá no meu Estado, nós tínhamos a Meta, que é local... É local, a sede é Boa Vista, tínhamos a Rico, que a sede é em Manaus que voava para lá, e realmente o fenômeno de que as grandes empresas fazem uma concorrência predatória, porque, quando, efetivamente, por exemplo, vou dar o exemplo dessas duas que eram uma de Roraima e outra do Amazonas, faziam voos regulares em aviões menores, mas a Rico, por exemplo, era em um Boeing, e o que aconteceu? A TAM e a Gol colocaram dois voos pela manhã, dois voos à noite, e com o mesmo preço das outras empresas. Resultado: a Meta, hoje, voa de Boa Vista para Georgetown, Paramaribo em Belém, porque nenhuma empresa grande tem interesse de fazer esse recurso. E a Rico só voa, praticamente, na Amazônia Ocidental, excluindo Roraima nesse caso.

E esse assunto sempre me procurou, tanto que, em 2001, eu apresentei um projeto aqui, no Senado. Digamos assim, que até dando continuação ao projeto que era de um Deputado também de Roraima, Elton Ronald, que tratava da criação de um adicional tarifário para poder realmente criar um fundo que pudesse não só incentivar as empresas regionais, mas, até por consequência, gerar uma demanda para a própria EMBRAER, que vende mais para o exterior do que para o Brasil.

E esse projeto, ele foi rapidamente aprovado aqui, no Senado. Para ser mais preciso, em um ano, nós aprovamos esse projeto aqui. E ele está na Câmara há muito tempo. Vai de uma comissão para outra, e fica andando. Estamos falando de aviação, e esse projeto está andando a passo de tartaruga lá na Câmara.

Tivemos audiências com o Ministro da Defesa, com o Ministro Mares Guia, do Turismo, depois a Ministra Marta Suplicy; conversamos com autoridades da INFRAERO, da ANAC, e estou estranhando, inclusive, a ausência da ABETAR, que não foi convidada.

É bom que se diga... Eu liguei para eles, justamente para o Presidente da ABETAR, porque vi que eles não estavam no rol de convidados. E acho que se tem alguém mais interessado nessa questão é justamente a Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional.

Então, eu queria aproveitar para dizer que essa audiência poderia servir, Senador César Borges, que está presidindo nesse momento, para que essa comissão fizesse as gestões, tanto junto ao Executivo como junto à Câmara dos Deputados, para que ou se aprove aquele projeto lá – e aliás, recentemente o Presidente Lula disse que iria fazer por Medida Provisória algo semelhante ao que está naquele projeto – quer dizer, desconsiderando um trabalho parlamentar já feito.

Então, eu não sei se o projeto é o ideal, mas o certo é que tem que ser feito alguma coisa, para que um país de tamanho continental, como é o Brasil, não fique à mercê de um duopólio, que a realidade hoje é essa: nós estamos em um duopólio entre Gol e TAM, que monopolizam mesmo todas as grandes rotas e até as pequenas rotas.

Então, eu quero deixar aqui, consignado, primeiro, o meu aplauso pela audiência. De qualquer forma, é muito útil; mas minha estranheza por não estar aqui o Presidente da ABETAR. E segundo, eu quero... Eu estou até fazendo formalmente um documento e encaminhando à Presidência da comissão, para que justamente fique consignado não só a existência desse projeto, já aprovado pelo Senado, como a demora na Câmara.

Eu fui deputado duas vezes; portanto, não pensem que eu estou falando mal de deputado, não. Mas é que o processo Legislativo na Câmara, por si só, já é demorado. Afinal de contas, são muito mais comissões do que aqui, no Senado. Depois, infelizmente, na Câmara, as coisas só andam quando o Poder Executivo quer. É essa que é a verdade. Desculpem os representantes aqui do Poder Executivo, mas é verdade. E eu não entendo por que é que não anda se o Presidente Lula disse recentemente que iria editar uma Medida Provisória, quando houve o início da crise – eu tenho guardado inclusive o recorte do jornal com essa afirmação.

Então, acho que é bom aproveitar esse momento em que há esse debate e realmente pensemos até como um elemento de eliminação das desigualdades regionais. Porque é muito ruim para nós, que mora-

mos lá no extremo norte ou no oeste, no Acre, etc., ficarmos na dependência apenas de duas empresas... Que aí veja bem no caso de Roraima, a TAM e a Gol tinham duas frequências de manhã e duas à noite. Depois que as pequenas saíram, o que elas fizeram? Ficaram cada uma com uma frequência só. Uma pelo dia... Uma diurna e outra noutra.

Quer dizer, depois que afastaram as pequenas reduziram. Aí é lógico, deve ter argumentos econométricos para dizer que não tem demanda, etc., tal, mas por que é que não deixou então as pequenas continuarem?

Então, é meu registro, eu acho que... Eu quero repetir, é louvável essa audiência, espero que haja uma sintonia, Senador César Borges, inclusive V. Exa. que tem lá, na região, algumas empresas regionais importantes, tem a TAF, lá no Ceará, tem a sede em Fortaleza, a Ocean Air, que atende muito bem a região, mas precisa realmente que haja uma incentivo. Veja aqui outro absurdo, por exemplo, a Azul, que entrou recentemente, ela não pode operar no aeroporto X, só pode... E sai de São Paulo e só pode ir para Manaus. Ela não pode passar por aqui, por exemplo, para alguém aqui pegar um voo, pela Azul, para ir para Manaus ou para Boa Vista, meu Estado.

Então, eu gostaria mesmo que aproveitássemos esses últimos meses do Governo Lula e pudéssemos resolver essa questão da aviação regional.

Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Senador Mozarildo, e inscrito também o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, agradeço as duas oportunidades: de ter presidido por algum tempo essa sessão e por ter tido, neste momento, a oportunidade de me pronunciar.

Na verdade é um tema que fascina, principalmente os Estados do Norte e Nordeste. A aviação regional no Brasil, ela, na verdade, ainda não se consolidou. Existem várias constatações de tal fato. Na verdade, estamos aqui com... Temos feito vários convites, tivemos a presença dos nobres três palestrantes ou apresentadores, representando EMBRATUR, a ABAV e a ANAC, e gostaria de tentar fracionar minhas observações, me dedicando a cada um dos senhores.

No tocante à ANAC, na verdade, eu gostaria de cumprimentar o Dr. Juliano, Superintendente de Regulamentação Econômica e Acompanhamento do Mercado, jovem e, sem dúvida, muito competente, porém, em nome desta comissão, eu gostaria de lamentar a ausência sistemática da Dra. Solange. Não é a primeira vez que nós a convidamos, no Senado Federal, em várias comissões, e a mesma sempre, lamentavelmente, tem sua agenda tomada e não comparece aqui. Então, eu gostaria que V. Sa. transmitisse a nossa mágoa, que não é protesto, mas a nossa mágoa pela permanente ausência da Dra. Solange.

Na verdade, a concentração dos voos, eu me reporto aos casos da Paraíba, mas tenho certeza que estou falando em nome de diversas Capitais do Norte e do Nordeste, principalmente, existe uma concentração de horário estranha. Se formos ao aeroporto de João Pessoa, o aeroporto de João Pessoa é capaz de passar, assim, seis, sete horas absurdamente às moscas, e, quando chega na madrugada, por exemplo, entre meia-noite, uma hora da manhã até as três da manhã, o pátio está repleto de alguns aviões das duas operadoras nacionais, que é a TAM e a Gol, e dentro desse horário. Isso causa um transtorno. Estamos até chamando o aeroporto de "Aeroporto Bacurau", porque é um aeroporto que, lamentavelmente, ele funciona de forma intensa.

Isso é muito ruim para o turismo, porque exatamente um turista que tem que pegar um voo neste horário ou chega neste horário, ele perde, pelo menos, um meio expediente descansando. Se ele vai viajar, embarcar meia-noite, uma hora da manhã, ele já não tem o conforto de fazer um programa naquela noite, naquela tarde, já preocupado com seu voo. E se ele chega as duas, três horas da manhã, ele também já tem a necessidade de chegar no hotel, apagar, descansar, e perde toda... Pelo menos uma manhã, todo um expediente, e muitas vezes o turismo brasileiro é feito de ocorrências de dois, três dias em cada cidade, um, dois, três dias, gerando esse dano.

Então, eu gostaria que houvesse, assim, esse carinho para com o Aeroporto de João Pessoa e outros aeroportos que tenham esta mesma condição.

Outro ponto que, na verdade, em 2006, a INFRAERO estava concluindo uma reforma que foi feita no Aeroporto de João Pessoa, e eu estava aqui, no Senado Federal, e me acostei... As obras estavam paralisadas e na verdade teria que ser dado uma solução. E a solução, nós levamos ao Presidente da INFRAERO, fizemos uma ação para que aquele aeroporto tivesse uma solução, e, na verdade, o bom senso diz que deveria ser concluída, pelo menos, aquela reforma. Foi uma reforma que lamentavelmente o Ministério Público não se acostou ao problema, mas uma história daquele passado da INFRAERO e das gestões da aviação brasileira, na qual foram gastos mais de 50 milhões para reformar um aeroporto e deixá-lo na condição, talvez, de uma estação rodoviária de segundo nível. Tanto é que não existe nenhum finger. Os passageiros embarcam e desembarcam na chuva, no sol, na água;

deficientes físicos, cadeirantes ou pessoas que estão recém-operadas, e tal, têm que subir as escadas do avião, exatamente dentro de condições extremamente adversas, até porque a maioria dos voos ocorrem pela madrugada.

Então, na verdade, aconteceu essa decisão nossa, o aeroporto foi estruturado, mas, na verdade, foi uma famosa meia sola na efetivação daquele aeroporto.

Nós estamos buscando fazer com que haja a conscientização da necessidade de um novo projeto e na verdade... Mas, pelo menos, no aeroporto atual, haveria a necessidade de uma intervenção da ANAC ou da INFRAERO, no sentido de fazer com que, pelo menos, algumas esteiras suplementares, algo fosse feito, porque, como há essa concentração de chegada e saída em determinados horários, você às vezes passa... Vamos dizer, o voo, a maioria deles escalam em Recife para irem a João Pessoa, leva 20 minutos de voo, 20 e poucos minutos de voo, e você leva 40 minutos para apanhar a bagagem.

Então, o tempo de voo é menor do que o tempo de se recolher a bagagem, gerando dano ao turismo, dano ao usuário. Então, gostaria que fosse feita alguma intervenção no sentido de agilizar, talvez, com maior número de tratores, número de esteiras... Algo tem que ser feito.

Também na verdade, o Aeroporto de João Pessoa se ressente da falta de apoio tecnológico no sentido de segurança de voo. Diferentemente do aeroporto, por exemplo, de Maceió, que desde o Governo Fernando Collor já tem determinados equipamentos que permitem o pouso e a decolagem com mais segurança.

Eu trarei, entregarei em instantes a V.Sa. uns dados que mostram que esse Aeroporto de João Pessoa merece esse tratamento.

Durante o ano de 2008 em relação a 2009, nós tivemos crescimento, em 2009, de 33% no número de passageiros. Isso é importantíssimo constatar, porque, dentre todos os aeroportos do Nordeste, nós fomos o aeroporto que mais cresceu. Nós saímos de 448 mil para 598 mil passageiros.

O crescimento em 2010 para 2009, se nós pegarmos só o mês de janeiro, nós tivemos um crescimento de 59% de um mês... Considerando o mês de janeiro de 2009 e o mês de janeiro de 2010. Saindo de 59 mil passageiros para 94 mil; 94 mil passageiros multiplicado por 12 já atinge o Aeroporto de João Pessoa, o patamar de mais de um milhão de passageiros/mês, o que, na verdade, caracteriza um grande número, um bom número, a nível de Capital do Nordeste.

Esse crescimento também de janeiro de 2010 foi bastante superior a todos os outros aeroportos da Região Nordeste. Razão pela qual nós acreditamos que esse aeroporto mereça uma atenção.

Essa é a parte de aeroporto.

Agora, eu gostaria de, na verdade, concentrar no tema que nós estamos aqui, que é a malha aeroviária. É um fato, assim, extremamente curioso. Se um passageiro tiver que sair de João Pessoa para Teresina, está ali, que você chega de carro com relativa facilidade, você tem que sair de João Pessoa, vir a Brasília para Brasília ir a Teresina. Não existe nenhuma outra forma.

Então, imagine quantas milhas nós temos que voar para poder fazermos o trajeto entre duas capitais quase vizinhas de Estados Nordestinos.

Essa mesma ocorrência se dá se quisermos ir a Fortaleza ou qualquer outro Estado do Nordeste na direção Norte. Então, isso gera na verdade um dano. E eu tenho certeza que, através de uma decisão de Governo, essa malha aeroviária e a malha regional, porque não necessitamos de um Boeing de 200 passageiros para irmos entre João Pessoa a Teresina ou interligação. Algo tem que ser feito em termos de aviões de menor porte, aí a EMBRAER, fornecedora do mundo, e nós não vemos...

Nós chegamos nos Estados Unidos, chegamos em determinados países e vemos os nossos aviões da EMBRAER vitoriosos. Nós chegamos no Brasil, e as nossas grandes empresas, duas empresas líderes brasileiras, elas não se utilizam dos equipamentos da EMBRAER que competem mundialmente nessa aviação regional.

Então, acho de extrema valia essa nossa reunião no sentido de discutirmos isso, e esta comissão tomar alguma atitude, no sentido de fazer com que a ANAC se mexa efetivamente no tocante... Saia do projeto. Eu estive na reunião há quase um ano atrás em Montes Claros, Minas Gerais, por ocasião do aniversário da SUDENE, e lá a exposição que foi feita, foi feita exatamente no sentido de que o Governo Federal estava incentivando esses financiamentos, essa recomposição da malha aeroviária brasileira, visando dotar o país [ininteligível].

Mas, passado um ano, e a gente... Eu não vejo os aviões e eu não vejo essas companhias, na verdade, operando.

Então, me permita, Sr. Presidente, ter me estendido por demasia no tocante a esse caso da ANAC, mas seriam esses dois pontos: a operação do aeroporto em si, o crescimento do aeroporto e a necessidade da malha.

No tocante à EMBRATUR, eu tenho que cumprimentar a presença, lamentar que, nas 31 ações de aeroportos que foram feitos, lamentavelmente, a Paraíba

não recebeu nenhum daqueles benefícios. Mas isso é bom e significa que nós vamos estar habilitados, já que tivemos zero de participação daquelas 31 ações de aeroportos estendidas pelo Brasil, nós vamos ter oportunidade de ter esta implementação de algum benefício da EMBRATUR.

Eu gostaria de fugir um pouco, com a permissão do Sr. Presidente, no tocante a um tema que aproveitando a presença de um Diretor da EMBRATUR, mas que preocupa a ABIH, e sem dúvida as pessoas que estão diretamente ligadas ao turismo, como o representante da ABAV, que é o tema da volta da classificação dos hotéis através das estrelas.

Eu fiz um pronunciamento no Senado Federal na semana passada, também farei chegar às mãos de V. Sa. Em instantes, na qual os hoteleiros acham que a modernidade não condiz com a volta do sistema classificatório de estrelas. O sistema classificatório de estrelas, ela, no passado, demonstrou, assim, uma fragilidade muito grande. Fragilidade no sentido de fazer com que houvesse a permissividade de atuações eticamente indevidas; a atuação de... Méritos, formas de credenciar determinados hotéis ou determinadas exigências que os determinados hotéis passaram a ter, por exemplo, colocar mais um telefone em cada ambiente; colocar um tipo de iluminação X... Coisas que na verdade muitas delas estavam acionadas por interesses comerciais que influenciavam a EMBRATUR, no sentido de fazer com que houvesse essa classificação.

Os hoteleiros do Brasil acham que os próprios sistemas operacionais, as operadoras de turismo, a internet hoje que permite uma perfeita identificação, visualização dos hotéis, o próprio mercado, as leis do mercado no sentido de quem falsificar uma informação no sentido da sua qualidade, colocar uma fotografia supostamente à beira-mar e o hotel não seja a beira-mar, o próprio mercado se auto regula.

E o pretexto de que a Copa do Mundo e as olimpíadas seriam os fatores pelo qual o Ministério do Turismo e a EMBRATUR voltaria a fazer esse tipo de credenciamento oficial, ele tem uma reação dos hoteleiros brasileiros, na qual eu fui instado a fazer o pronunciamento que faço chegar às mãos de V.Sa..

É um assunto que merece muito cuidado, porque todas as vezes que há uma intromissão do Poder Público, no sentido de credenciar ou cadastrar uma empresa privada, isso gera uma preocupação muito grande por parte da iniciativa privada.

Então, eu pediria que V. Sa. fosse porta-voz junto aos colegas da EMBRATUR, no sentido de ponderarem, ouvirem mais a ABIH, que é entidade que tem a maior credibilidade e zela por toda essa atividade da iniciativa privada no setor hoteleiro, e faça com que não haja a imposição do credenciamento.

Basicamente eram esses os meus questionamentos no sentido do tema da ABAV. É parte interessada nisso tudo, a EMBRATUR e a ANAC, no sentido de fazer com que encare e materialize a aviação regional no Nordeste, principalmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e me desculpe por ter me alongado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti, muito pertinente todas suas observações.

E antes de conceder a palavra aqui aos palestrantes, para que eles possam responder o questionamento dos Srs. Senadores, eu tenho a notícia de que está entre nós o Dr. André da Silva Ordacgy, Defensor Público da União, que está na relação dos convidados desta Audiência Pública.

Então, eu solicito que ele possa se fazer presente à Mesa, e eu concederia a palavra a ele.

Antes vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Na verdade, eu queria fazer realmente uma complementação apenas do que eu falei.

Há poucos dias, atendendo um Requerimento meu sobre a questão de medicamentos, é outro assunto, de contrabando, falsificação de medicamentos, e equipamentos médicos, etc., fruto de uma reportagem de uma semana do Correio Braziliense, mais uma reportagem da revista IstoÉ, nós convidamos... Que aqui nós abrimos mão do direito de convocar um Ministro.

É uma ofensa convocar o Ministro. Aqui criou uma praxe de que tem que se convidar. E nós convidamos, em agosto, o Ministro da Saúde, quando a Polícia Federal detonou a questão toda, convidamos em agosto. Agora, este mês, foi finalmente confirmada a audiência e o Ministro e o Presidente da ANVISA. Nenhum dos dois foi, mandaram representantes.

Eu tenho certeza que representante sabe mais do que eles dois sobre o tema, mas eu acho que é uma desconsideração com o Senado. Desconsideração, no caso, eu estou falando aqui como médico(F), no caso dos medicamentos, uma extrema desconsideração.

E, agora, aqui, eu vejo, o Senador Roberto Cavalcanti chamou a atenção que a Presidente da ANAC sistematicamente não comparece aos convites. Aos convites, não é nem convocação. O Senado já abriu mão do seu direito de convocar. Assim como o Presidente da EMBRATUR que segundo consta está viajando... É aquela história: Está viajando, sabendo que tinha essa agenda. E o da INFRAERO, pior, nem mandou representante.

Então, eu entendo que nós precisamos tomar uma providência, porque se nós continuarmos assim, submissos ao Poder Executivo desta maneira, sempre a reboque do que eles entendem fazer, nós não estamos aqui representando adequadamente os nossos Estados e nem os habitantes dos nossos Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Mozarildo, eu acho que V. Exa. Está coberto de razão.

O Senado Federal--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu quero repetir aqui também.

Eu não estou me sentindo desconsiderado pela presença dos representantes. Porque acho que até... Repito aqui, eles devam saber mais do que os representados. Mas o gesto é o que importa. No termo do gesto, eu considero uma desconsideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Acho que o convite é feito a uma determinada pessoa. E o fato de ela não comparecer e designar apenas um representante, claro que por melhor que seja o nível do representante, sempre... O senador que fez a convocação quer ouvir aquela pessoa que representa institucionalmente o órgão pela sua função, e ela delega uma segunda pessoa, sempre se perde... Pelo menos algo vai se perder a nível de Senado Federal.

Isso tem acontecido corriqueiramente, o que eu lamento. Eu lamento porque algumas autoridades têm essa prática de sempre delegar seus subordinados à representação. E isso não condiz com a importância do Senado Federal. Nós estamos aqui, agora, por exemplo, discutindo uma questão importantíssima para o país, para todos os nossos Estados. Nós representamos uma Unidade da Federação Brasileira. E essa questão da aviação regional, sem sombra de dúvida, é uma questão que afeta todo o país e todo o turismo.

Eu vou aqui apenas adiantar, que eu gostaria também de fazer intervenção, mas vejo a EMBRATUR muito mais interessada no assunto do que a própria ANAC, que deveria estar trazendo um planejamento, pelo menos a sua compreensão do que ela poderá fazer pela aviação regional. A ANAC foi criada com esse intuito de ser um avanço na aviação brasileira; não cuidar apenas dos aeroportos que estão administrados pela INFRAERO, das grandes capitais...

Esse é um problema importante, sem sombra de dúvida. Mas a questão da aviação regional cria uma dificuldade imensa para o nosso país, que é o país dessas dimensões que nós temos, e aqui todos os Srs. Senadores expuseram a questão amazônica, a questão do Nordeste Brasileiro; nós já tivemos empresas regionais e hoje não temos mais, a Nordeste, a Rio Sul, todas foram absorvidas pelas grandes empresas com prejuízo sensível não só para o turismo, mas para toda a economia dos nossos Estados.

O Estado da Bahia, apesar de não ter a dimensão do Estado do Amazônia, é um Estado do tamanho da França. E se nós compararmos também em termos populacionais, são 14 milhões de pessoas que precisam se deslocar. Hoje o desenvolvimento, felizmente, não se representa apenas pela capital, ou pelas principais cidades; mas muitas cidades do interior estão se desenvolvendo. E precisa de infraestrutura aeroportuária. E precisa de voos.

E quando há companhia regional, ou ela tem uma vida curta ou os preços praticados são proibitivos... Então, é algo que as autoridades responsáveis do Governo Federal e no caso aqui do caso da ANAC, porque a Agência foi criada com essa expectativa. A agência foi criada como sendo aquela solução que viria ordenar definitivamente o problema do sistema aeroviário brasileiro. E lamentavelmente isso não está acontecendo.

Então, há interesse nas grandes capitais, na movimentação dos aeroportos que operam com 5 milhões de passageiros, 3 milhões, 1 milhão de passageiros, aí por diante, mas para aquelas cidades menores, realmente o desinteresse é muito grande. E isso dificulta toda a mobilidade social, econômica dos nossos Estados.

Não acho que é uma questão de infraestrutura, definir exatamente quem vai ficar com essa infraestrutura, porque a INFRAERO só se interessa por aeroportos superavitários. E quer se livrar do osso. Quem vai fazer a administração? Quem vai fazer o investimento? Pode ser um trabalho em conjunto entre os Entes Federativos: A União, os Estados Brasileiros, que muitas vezes investem. E a própria iniciativa privada.

Mas, depois da criação da ANAC, ficou tudo a depender da regulamentação da ANAC. E ela não sai, então, nós não sabemos se o Estado pode investir hoje, se a iniciativa privada, claro que não pode investir se não houver a participação da ANAC ou uma licitação.

Eu falava aqui com o Diretor representante da Dra. Solange, o Dr. Juliano, de que há um ano e pouco procurei para resolver um problema de Porto Seguro, que é um grande centro receptor de turismo, do Brasil e até internacional. E que tem uma limitação aeroportuária muito grande. A pista não comporta voos para longa distância, o aeródromo não passa – como disse aqui o Senador Roberto Cavalcanti – de uma estação rodoviária de segunda categoria, os investimentos foram feitos pelo Estado, hoje tem setor privado querendo investir, mas não há regulamentação!

Como é que o setor privado investe? E a ANAC não consegue resolver isso com o Ministério da Defesa, e fica essa questão em uma indefinição que impedem os investimentos, até pelo setor privado que não onera os cofres públicos, seja da União, seja do Estado.

Então, eu acho que é um problema seriíssimo, e nós não estamos aqui efetivamente olhando aqui e assistindo solução para o problema. Nós estamos aqui vendo a EMBRATUR preocupada, dizendo que é importante para o turismo; a ANAC infelizmente não deu nenhuma posição a respeito, eu gostaria de ouvir inclusive, que o Dr. Juliano dissesse se há um projeto, se há um plano... Para onde nós vamos? Qual é o norte? Qual é o caminho a seguir com a aviação regional? Ou não há caminho nenhum, não há projeto, não está preocupado com esse assunto a nível de ANAC?

Afinal de contas, quem vai cuidar do problema da aviação regional? Ela vai voltar a ter, existir no Brasil? Ou não? E vamos ficar no duopólio... Que eu também dou um exemplo. Eu fui acompanhando o Presidente Lula para Petrolina, para inaugurar um projeto em Juazeiro, e queria retornar a Salvador. E procurei um voo. Então, existia o voo da Gol, que me disseram o seguinte: "Você voa Petrolina–Recife, Recife–Brasília, Brasília– Salvador". Realmente... E eu estava no Estado da Bahia. Eu estava em Juazeiro, e Juazeiro utiliza do aeroporto de Petrolina que é do outro lado do Rio São Francisco. Digo: "Isso é uma loucura, isso não existe! Então, eu vou só para Recife, e, de Recife, pego outro voo e voo para Salvador". Aí disseram: "Não, a passagem tem que ser comprada integralmente. Para Recife não tem". Eu fiquei realmente... Totalmente perplexo diante desse tipo de afirmação. Felizmente peguei uma carona em Petrolina e voltei direto para Salvador e não precisei fazer esse périplo e pagar o custo dessa passagem.

Mas essa é uma realidade que estamos vivendo. Se as autoridades competentes não tiverem possibilidade de conceber um plano que leve o país a ter isso, o que vai acontecer é que o país vai continuar sofrendo, não vai se desenvolver no turismo e vai ser uma questão impeditiva do desenvolvimento econômico de muitas regiões brasileiras.

Então, essa é uma realidade que eu também queria me associar com a preocupação aqui dos Srs. Senadores.

Eu, Senador Roberto Cavalcanti, já fui a João Pessoa algumas vezes e sei a dificuldade de se chegar a João Pessoa via aérea.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E sair de lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): E sair de lá.

Então, termino pegando um avião para Recife, alugo um carro e vou para João Pessoa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A Paraíba perde mais de 20% de seu número de passageiros operando ou via Recife ou via Natal. Isso nós estamos com essa informação.

Eu tenho que lamentar que tenho saudade dos anos 50, na qual eu andava de DC-3 e de Curtis Commander para todo lugar do Nordeste sem nenhum problema. Essa aviação foi destruída, há época a VARIG incorporou quase todas, Real, Aerovias, Aeronorte, Nacional, Sadia, todas essas empresas acabaram, e o monopólio fez com que nós perdêssemos aquela aviação regional que funcionava perfeitamente há mais de 50 anos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O que eu queria ver, na verdade, era o modelo, viu Dr. Juliano?

Que se apresentasse o modelo, que a gente olhasse para o futuro, para frente, para o norte: é aqui que nós vamos caminhar. E tivermos condições de cobrar e acompanhar essa implementação desse modelo.

Agora, se não há modelo, se ficamos no quê? Na mesma? Então, nós estamos aqui senadores, exatamente eu acho que a convocação que foi feita dessa Audiência Pública, é para ouvir daqueles responsáveis pelo setor, não digo que é a ABAV nem a EMBRATUR, porque são usuários, na verdade. Não é? São usuários do sistema.

Nós queremos ouvir da ANAC, ou é o Ministério da Defesa e que apresente modelo para o setor. Ou diga: "Não há modelo nenhum". E entreguemos aí a questão às duas que operam, Gol e TAM, e paciência; vai ser por aí mesmo. Porque aí nós vamos procurar, então, outras formas. Aqui o Senador Mozarildo procurou a forma Legislativa, mas, lamentavelmente, até pela curva do próprio trâmite Legislativo, as coisas não avançaram.

Mas vamos tentar a comissão fazer algo que possa avançar.

Então, dito isso que era a minha intervenção, passar a palavra ao Dr. André, e, depois, nós vamos ouvir os palestrantes.

Com a palavra o Dr. André.

SR. ANDRÉ DA SILVA ORDACGY: Bom-dia, Exmo. Presidente da Mesa, Dr. César Borges, Senador da República, em nome do qual eu cumprimento aqui todas as autoridades presentes à Mesa. Cumprimento também o público presente, Exmos. Senadores da República, demais autoridades, senhoras e senhores.

A questão de hoje trata exatamente da aviação regional e os impactos que podem trazer para o nosso país. E o curioso é que a caminho daqui, sofri

justamente um desses impactos proporcionados pela aviação. Saindo do Rio de Janeiro, com voo marcado às seis e meia da manhã. Então tem que chegar uma hora antes; então, cinco e meia da manhã, eu estava no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e não pudemos, enfim, decolar aqui para Brasília, por conta de uma neblina, uma condição climática que pairava aqui no aeroporto de Brasília.

Senhores, isso deixa bem claro que, por conta aí de uma neblina, o aeroporto foi paralisado e demonstra aí até uma ausência de tecnologia. Que um aeroporto que não dispõe de instrumental tecnológico para que possa operar no caso do surgimento de uma neblina. Então, todos os voos, acredito que isso tenha acontecido em todos os demais Estados... O cavalheiro ali, o senhor já disse que com ele aconteceu também, no Rio de Janeiro aconteceu, ficaram impedidos de partir, senador, por conta de uma neblina no Aeroporto de Brasília.

Então ficou impedido... Não só o pouso aqui como até a decolagem do Estado de origem. Então, essa foi inclusive a razão do meu atraso, pelo qual aqui já me justifico, portanto, onde um voo só pôde ser retomado, então, quase nove horas da manhã e foi chegar aqui quase às onze da manhã, e portanto, meia hora aí de desembarque, pegar o táxi e tal e chegar aqui.

Então, por aí já vemos aí, em um claro sinal de um caso concreto o que é que tem acontecido com a nossa aviação regional.

Sou titular de um ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, na Defensoria Pública da União. Sou defensor Federal, e tivemos aí também um caso, eu citei aqui um caso concreto, mas que me afetou, e afetou outras tantas pessoas, mas tivemos também acerca de duas, três semanas atrás, dentro desse aspecto da aviação regional, o Aeroporto Santos Dumont sinalizando aí, com problemas de falta de segurança.

E veio através de um fato comum, um assalto no saguão de desembarque, o saguão público de desembarque do Aeroporto Santos Dumont, coisa que foi noticiada pela mídia largamente. Senhores... Isso a plena luz do dia, meio-dia.

Senhores, através de apuração que a Defensoria Pública da União empreendeu, oficiou-se à INFRAERO e a INFRAERO, então, informou que em todo aquele saguão de desembarque, deve ter uns 300 metros, não havia uma câmera de vigilância sequer. E o efetivo de vigilância privada ali, para cuidar da situação do aeroporto, é ínfimo. É irrisório. Só naquele saguão de desembarque seriam dois vigilantes desarmados.

Então, hoje o que acontece nos nossos aeroportos, e os senadores aqui deram exemplos até piores, porque quando o Rio de Janeiro é uma metrópole, mas quando vocês vão para as cidades do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, os problemas aumentam mais ainda.

Mas se na cidade do Rio de Janeiro, sem dúvida nenhuma, um pólo de entrada do turismo, acontece esse tipo de coisa, onde o Aeroporto Santos Dumont se demonstra completamente inseguro com assaltos acontecendo a mão armada o assalto, em pleno saguão de desembarque do aeroporto, sem que nada aconteça, sem que tenha câmera de vigilância, sem que tenha efetivo de vigilância... Significa que a situação dos nossos aeroportos não é das melhores.

Em conversa com a Superintendência da INFRAERO no Rio de Janeiro apontaram a ausência de um efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil no Aeroporto Santos Dumont. E a Defensoria Pública da União, ela não se faz presente somente para contestar por contestar. Demonstramos o nosso apoio ali à INFRAERO no sentido de oficiar as autoridades estaduais para que providenciem ali o policiamento.

Mas isso não exime, de forma alguma, a responsabilidade da INFRAERO, em prover a segurança daquele aeroporto, já que é um aeroporto Federal. Então, tem que se colocar, tem que se instalar as câmeras de vigilância privada, e colocar efetivo de vigilância provada, seguranças, para inibir qualquer tipo de criminalidade.

Outro caso também apontado no Rio de Janeiro, no Aeroporto Internacional Tom Jobim, foi essa demonstração de total ausência de solidariedade que aconteceu em relação aos chilenos. Houve um terremoto no Chile, vários chilenos não puderam voltar pra casa, reingressar a sua casa e ficaram ali no aeroporto acampados, entre aspas.

Senador, a Defensoria Pública da União oficiou as diversas companhias aéreas, e todas elas se eximiram da responsabilidade com aqueles passageiros. Então, o Brasil enviou diversos aviões da FAB ao Chile para prestar solidariedade, e o Rio de Janeiro que tem ali o Cristo Redentor, a figura do Cristo, e Cristo Jesus sempre pregou a solidariedade, tivemos ali próximos... Tão próximos de nós os chilenos, e nenhuma solidariedade foi prestada no sentido de proporcionar uma estadia para eles no sentido de alojamento, alimentação e todas as coisas correlatas a essa situação.

Então, temos aí diversos exemplos que sinalizam que a situação nos aeroportos são preocupantes. Aliado a isso, temos aí situação também dos voos regionais. É um absurdo, eu poderia citar outros exemplos, mas para que haja celeridade nessa Audiência Pública, vou me ater aos exemplos já citados dos doutos Senadores, do Dr. César Borges aqui presidindo a Mesa, da ausên-

cia de voos entre Estados tão próximos, principalmente quando se fala de Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Alguma medida certamente tem que ser tomada para que essa situação seja regularizada.

O que eu posso dizer é que a Defensoria Pública da União se coloca à disposição desse Senado Federal, agradece o gentil convite para participar dessa Audiência Pública, e inclusive, salienta que a Defensoria Pública da União tem também a legitimidade para a tutela coletiva podendo impetrar ações coletivas em favor da população, inclusive para regularizar essas questões ligadas à infraestrutura aérea.

Isso é tudo que eu tinha a falar, brevemente, agradeço a atenção de todos vocês e devolvo a palavra ao Excelentíssimo Senador Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado ao representante da Defensoria Pública da União, Dr. André da Silva Ordacgy.

Bom, o assunto está colocado, os Senadores colocaram suas posições, e lamentando a ausência daqueles que foram convidados, principalmente da INFRAERO, que não se faz presente, eu queria agora voltar e dar a palavra aos senhores palestrantes.

Em primeiro lugar, eu acho que talvez aquele que nós MAIS temos expectativa que possa dizer o que é que nós podemos esperar da ANAC, da organização da Aviação Regional Brasileira, não é? O que é que a ANAC pensa a respeito, já que o Executivo aqui poderia ser representado por alguém do Ministério da Defesa, ou alguém da INFRAERO que tivesse... Com quem está essa questão? Afinal de contas, de quem é a responsabilidade de estruturar para o Brasil uma eficiente aviação regional? Essa é a expectativa, já que temos tido experiências negativas no passado, não deram certo, nem por isso nós vamos desistir de ter uma aviação regional.

Porque é essencial para um país dessas dimensões. É essencial para tudo. Para a economia, para as pessoas... A mobilidade...

Então, quem é o responsável? Eu acredito aqui, Dr. Juliano, quando nós criamos a ANAC, e eu acompanhei esse processo, já era Senador aqui, a ANAC foi criada, se não me engano, em 2004, é isso? Em 2005, mas o processo se discutia aqui já algum tempo. Em 2004 a expectativa foi muito grande, que a agência vinha exatamente para substituir, era a presença na época da Aeronáutica, que controlava os voos, a presença militar, seria então a eficiência da área civil, dentro de uma modernidade, todos nós lutamos por isso.

E tivemos essa esperança na ANAC. Então, continuamos querendo ter essa esperança. Mas, para isso nós precisamos conhecer, pelo menos, o que é que a ANAC tem para oferecer ao país como modelo para a recuperação da aviação regional no nosso país.

Então, lhe concedo a palavra, para que o senhor possa colocar aí a posição da ANAC.

SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN: Obrigado, senador.

Acho que abordamos aqui vários temas, tentei anotar tudo e vou tentar seguir a ordem aqui das perguntas, mas, eventualmente, um assunto está muito relacionado com o outro, então, vou, ao mesmo tempo em que vou tentar seguir, em alguns momentos vou responder de forma geral.

O primeiro ponto que o senador colocou foi a questão dos voos clandestinos lá no Estado do Amazonas e como que estaria a fiscalização.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN: Na Amazônia como um todo, na Região Norte como um todo.

Bom, a gente... Essa é uma preocupação recorrente e acho que falar de Aviação Civil, acho que é basicamente falar de segurança antes de qualquer coisa, não é? Para a gente poder discutir modelos de viabilidade econômica ou qualquer coisa, temos que ter a garantia que esses aviões, quando voarem, os aeroportos vão estar em condições de implementar a operação com segurança.

Essa é a preocupação nº 1 da ANAC, e, por conta disso, foi feito um amplo trabalho de reestruturação nas áreas de segurança, que até não são as áreas diretamente ligadas a mim, mas que eu acompanhei o processo, uma preocupação da Solange com isso, e foi feito todo um processo de reestruturação, foram criadas duas superintendências.

Antigamente, tinha-se uma única superintendência que cuidava basicamente de todos os assuntos, então nós criamos duas superintendências, a ideia foi realmente dividir para ampliar o poder de atuação e a capacidade de abordar os diversos assuntos, então foi a Superintendência de Aeronavegabilidade e a Superintendência de Segurança Operacional, cada uma com foco bem definido.

Isso deu início a um grande processo de ampliação da fiscalização, revisão de normas, até a metodologia mesmo de como monitorar e fiscalizar. Sobre a Amazônia como um todo, especificamente, não vou falar exatamente... Não posso afirmar porque não é da minha área, mas eu me lembro bem do plano, tenho quase certeza absoluta, no plano de fiscalização, a área que tinha a fiscalização mais intensificada era justamente a área da Amazônia por conta dos voos clandestinos.

A Superintendência faz uma análise de risco, basicamente, sobre toda a aviação, e foi identificada ali uma série de potenciais, um potencial de geração de danos, de eventos não desejáveis na aviação. Então, foi feito um plano de fiscalização intensivo e ele já está em prática, então ampliou-se demais a fiscalização; uma fiscalização específica lá da área, não vou entrar em detalhe, mas o que a gente chama de "Inspeção de Rampa", então esse número...

O número de inspeções que eram realizadas na área e de empresas que eram fiscalizadas aumentou consideravelmente. Além disso, nós entramos em um projeto juntamente com o DECEA, Departamento de Controle do Espaço Aéreo, que é um sistema que chama Decolagem Certa. O sistema basicamente... Porque, no fim das contas, o DECEA, ele pode ser um grande aliado da ANAC, tem que ser um grande aliado da ANAC, na fiscalização da segurança da aviação, porque ninguém decola sem a autorização do próprio DECEA.

Então, o sistema, ele tem basicamente a concepção... Cria-se um grande banco de dados, um centro de informação, e aí cada empresa, cada voo que é solicitado ali, você tem informações prévias para autorizar ou não autorizar o voo. É claro que tem sempre o risco de uma pessoa querer decolar a revelia, e aí, muitas vezes, é até um processo de segurança mesmo nacional, e a Aeronáutica nos ajuda nisso.

Então eu acho que a fiscalização tem aumentado muito, a gente... Nós temos até recebido algumas respostas positivas nesse sentido, mas é claro que há uma vigilância constante. Ela não pode ser nunca desmerecida; não é porque, eventualmente, um ano, se obteve um resultado de sucesso que tem que se relaxar nessa fiscalização.

E a questão dos aeroportos é basicamente a mesma concepção, é uma concepção de segurança mesmo. Área de infraestrutura também passou por uma reestruturação, uma reordenação lá, uma questão de foco mesmo, e a interdição dos aeroportos que o senhor mencionou... Além desses aeroportos, tiveram outros aeroportos que tiveram intervenção da ANAC, eles são resultado basicamente do aumento da fiscalização mesmo e da nossa premissa básica, que é primar pela segurança.

Então, tivemos isso, esses exemplos, em aeroportos pequenos e aeroportos até de capitais, em alguns momentos.

Mas eu acho que isso é um papel que a ANAC não pode se furtar de fazer. É claro que não é desejável, e a ANAC não deseja que haja aviação, que haja aviação regional, que todos os aeroportos recebam voo. Mas tem que ser garantido uma condição mínima de segurança.

Bom, então, o senhor poderia dizer assim: "Não há o que fazer". Não! Há o que fazer. Paralelamente a essa intensificação da fiscalização, que é baseada nos regulamentos e normas que estão vigentes, a área de infraestrutura fez também uma grande análise de risco, considerando eventos e quantidade de... A probabilidade dos eventos ocorrerem, dada a densidade de tráfego nos diversos aeroportos, e eles chegaram à conclusão que a regra hoje que nós tínhamos, ela acabava sendo dura demais com esses aeroportos pequenos. Ou encarecia muito a operação para os administradores aeroportuários, aqueles que eventualmente tinham condição de cumprir, ou até mesmo inviabilizava. E aí a pessoa simplesmente deixava de cumprir a norma.

Então, dentro dos padrões de segurança e dos requisitos de segurança, a ANAC fez uma resolução que acho que já entrou em vigor, se não me engano, em que flexibiliza uma série de critérios de segurança para os aeroportos de menor... que recebem menor volume de tráfego.

Então, acho que são só alguns exemplos de como a ANAC tem agido para garantir a segurança. No fim das contas, acho que isso é o mais importante. É claro que o ideal seria que nós pudéssemos investir, investir cada vez mais, mas aí eu ressalto aqui o papel da ANAC. A ANAC não é uma agência de fomento na Aviação Civil, a ANAC não tem recursos para investimento e para fomento, inclusive logo quando a ANAC foi criada e se dividiu as funções, em um primeiro momento teve-se o entendimento que PROFAA, que é basicamente um programa que arrecada dinheiro do sistema para que se invista em alguns aeroportos dados determinados critérios, ficasse com a ANAC, mas logo se viu que não era o papel da agência. Uma agência é reguladora e fiscalizadora, mas não é uma agência de fomento. Então, o PROFAA hoje está administrado pelo Ministério da Defesa, se não me engano.

Então, a ANAC não tem o poder de investir nos aeroportos e ir lá resolver o problema. Às vezes é comprar um caminhão de incêndio, por exemplo, de combate contra incêndio. Mas como a ANAC não tem esse poder, ela não pode também deixar o aeroporto continuar funcionando, se não tiver com as normas de segurança adequada.

Então, o que a gente tem tentado fazer é um trabalho junto com o comando da Aeronáutica, que tem muito equipamento de segurança por conta da herança antiga de ser autoridade aeronáutica única, assim como com a INFRAERO, e aí temos tentado fazer convênios com esses aeroportos menores para viabilizar

equipamentos, eventualmente alugar ou emprestar. Então, é a maneira que a ANAC tem de ajudar, mas, infelizmente, investir do ponto de vista financeiro, a ANAC não tem recurso.

Repito, mais uma vez, não é uma agência de fomento.

Acho que... Não sei se eu respondi todas suas perguntas. Vou tentar ir adiante, se ficou alguma coisa...

O senador também comentou a questão da concorrência predatória, deu o exemplo da Meta, da Rico... Acho que esse é um exemplo... O exemplo da Rico, especificamente em Cruzeiro do Sul, Cruzeiro, do Rio Branco é um exemplo que nós nos deparamos demais, debruçamos muito nele, e conversamos demais, inclusive, com o Governo do Estado, com as Prefeituras, com a sociedade, e aí é um pouco também até mesmo de esclarecimento do papel da agência, a ANAC é claro que ela deve suportar os órgãos de defesa da concorrência, mas não é a ANAC que dá nenhum veredicto com relação à concorrência predatória, ou que pune, a gente não tem esse poder de punir.

O que a ANAC faz, basicamente, é... Obviamente presta informações, nós celebramos um convênio já com o CADE, com a CEAE(F) também do Ministério da Fazenda e falta o da SDE, se eu não me engano, justamente para agilizar o fluxo de informações, e trocar experiência e fazer um monitoramento cada vez mais eficiente do ponto de vista de qualquer problema de concorrência que possa ocorrer. Mas a ANAC não funciona como um Juiz nesse processo, isso cabe ao CADE.

Bom, falando do... Vou dar o exemplo específico do Cruzeiro do Sul, mas acho que isso serve mais ou menos como questão geral. Realmente a Rico operava, a Rico era uma empresa que operava aeronaves pequenas e fazia basicamente rotas de pequena densidade, ligando essas cidades à capital, e aí isso... As pessoas eram ligadas ao resto do país com as empresas de grande porte, através das capitais. Em um dado momento, a empresa optou por comprar um Boeing e operar numa rota que a gente chama de rota troncal, uma rota de maior densidade. Então ela comprou um avião 727, um avião que já devia ter... Com certeza já tinha mais de dez anos de uso, que tinha uma relação de custo por assento alta, relativamente alta, mas assim iniciou o serviço. É claro que a concorrência TAM e Gol obviamente identificaram uma viabilidade naquele negócio e aí colocaram os aviões.

Bom, a Gol tem uma idade média da frota variando na casa de cinco anos. São aviões moderníssimos, aviões até com capacidade maior do que o 727, e obviamente tem uma relação de custo por assento também menor. Esse fato, por si só, já justifica o fato da empresa conseguir praticar tarifas mais baixas. Quer dizer, se você tem uma estrutura de custos que é menor do que uma estrutura de custo de uma aviação de uma outra empresa, você obviamente pode praticar preços menores. A mesma coisa com a TAM. Até citei a Gol, mas a mesma coisa com a TAM.

O que a gente tem lá de análise sobre esse mercado é que as tarifas estavam sendo praticadas na média, se não me engano, em torno de R$ 400,00; R$ 500,00. Assim que as duas entraram as tarifas caíram demais, para a casa de R$ 100,00; R$ 150,00 na média. E aí, em um segundo momento, depois que a Rico parou de operar, as passagens subiram um pouquinho mais, começaram a ser praticadas na casa de R$ 250,00; R$ 300,00.

Aí a pergunta que a gente deve se fazer e analisar isso, é claro que, para a agência, eu acho que todos acompanham aí a briga da agência para incentivar sempre a concorrência... É claro que, para a agência, o ideal é que tenham três, quatro, cinco, seis empresas operando em cada uma das rotas e para cada uma das cidades. Mas uma vez que uma empresa saiu, a gente tem que analisar se isso foi melhor ou pior do ponto de vista daquela localidade. Quer dizer, antes, você tinha uma única empresa, operava um avião com mais de dez, 15 anos de utilização, praticava na média R$ 450, 00; R$ 500,00. É claro que as tarifas baixaram a 100, 150 e fosse desejável que ficassem até mais baratas, mas, depois que essa empresa saiu, as passagens subiram um pouquinho, mas ainda assim praticadas numa média de R$ 250,00.

Quer dizer, talvez nós não estejamos no ponto melhor, no ponto desejável no melhor ponto dentro de toda a conjuntura, mas eu acho que certamente estamos em um ponto melhor do que aquele ponto inicial. Quer dizer, operando com aviões mais novos e com tarifas ainda assim mais baixas.

Aí eu vou lembrar aos senhores o ponto de vista da lei de criação da ANAC, a lei que criou a ANAC ela traz no seu art. 48, ela diz que toda empresa área pode voar para qualquer destino, desde que haja capacidade operacional e regras que a ANAC venha criar, do ponto de vista de prestação de serviço adequado, esse tipo de coisa.

Então, não cabia à ANAC, a ANAC não tem mandato legal, a lei não nos permite dizer se uma empresa pode ou não pode voar para algum lugar. O que ela pode nos dizer, o que a lei nos dá de mandato é dizer se aquela operação vai ser segura ou não. Quer dizer, se houver capacidade operacional do ponto de vista de disponibilidade de infraestrutura e do ponto de vista de segurança, de infraestrutura a empresa pode pedir qualquer um dos destinos.

Então, eu acho que é importante sempre ressaltar isso, porque a questão da malha aérea ela é uma questão recorrente, eu sou de uma cidade do interior de Minas, eu também sofro um pouco com os problemas de conexões para poder voar para a minha cidade. Mas, infelizmente, isso não é algo que a ANAC possa controlar, porque na lei de criação da ANAC, quando a lei foi aprovada e quando a agência foi criada já foi dito a ela que ela não poderia determinar para onde as empresas devam usar ou como as empresas podem organizar suas malhas.

Então, o que a gente tenta fazer, claro, é criar as normas de prestação de serviço adequado o máximo possível. Um exemplo disso é Congonhas, acho que os senhores acompanharam também a intensa discussão que nós tivemos com a empresa Pantanal na mídia, em que tinha direito de operar no Aeroporto de Congonhas mas não operavam aquilo de acordo com as normas que nós tínhamos estabelecido, de regularidade... Quer dizer, de oferecer serviço à população. Então, nós tentamos retirar, a empresa entrou na justiça, enfim, semana passada o STJ assegurou à ANAC o direito e o mandato legal de redistribuir esses horários. Isso foi feito segunda-feira.

E aí vem um outro ponto que eu acho importante colocar aqui para os senhores. É claro que nós temos uma resolução, uma regulamentação de como distribuir tudo isso, mas o que é importante dessa distribuição de slot é que a gente abriu um aeroporto, que é o aeroporto talvez mais rentável do país hoje, que é o Aeroporto de Congonhas, a novas empresas. E aí acabou que a NHT, que é uma empresa que opera no Sul do país, uma empresa também regional que opera rotas de pouquíssima densidade de tráfego, ganhou o direito de operar um voo diário. E isso é muito importante por quê? Primeiro que dá acesso a um mercado... A uma empresa regional de pequeno porte, um mercado de alta rentabilidade, então isso pode ajudar ela a se sustentar nas rotas de menor densidade, e para os passageiros em si dá uma oportunidade muito boa, porque aí aqueles passageiros que voam com a NHT em cidades pequenas podem agora se ligar diretamente a Congonhas em algum momento do dia. E até mesmo os passageiros de Congonhas que querem ir às cidades do interior, Têm agora um meio de acesso direto em vez de precisar ficar fazendo toda essa peregrinação que já comentaram.

Mas, mais uma vez, essa é uma decisão que cabe à empresa, e aí nós acreditamos que não vai acontecer dado o modelo de negócio da NHT, mas se eventualmente aquela empresa quiser comprar um Airbus e operar numa rota São Paulo/Brasília, a agência não tem um mandato legal para dizer que ela não pode fazer isso.

Então, o que a agência tenta fazer é criar sempre as condições e aumentar o acesso e deixar as regras o mais claras possível para todos os tipos de negócio. Mas se eventualmente as empresas não quiserem explorar dessa maneira, a ANAC não vai caber... A ANAC não vai ter muito como proibir ou determinar como deve ser a atuação.

Bom, aí nós tivemos a pergunta seguinte. Bom, então como viabilizar essas rotas regionais, como viabilizar as cidades de pequena densidade? Deixa isso para lá? Deixa o livre mercado? Acho que não é bem isso, não. Acho que isso é uma crítica injusta feita à ANAC. Se fosse assim a ANAC não tinha brigado tanto para aumentar a concorrência no setor, não tinha feito tanto o que fez para tornar muito menos oneroso, do ponto de vista de custo para a empresa, para ela iniciar a operação para que se tenha novas empresas.

No passado uma empresa não se homologava em menos de dois anos, um ano e meio; uma empresa que queria regular no mercado porte de uma Azul, por exemplo, e nós conseguimos certificar a Azul e dar autorização para operar em menos de um ano. Claro que sem abrir mão das questões de segurança. Então, acho que isso não é uma crítica que é justa, mas a ANAC tem sim seus limites e a ANAC tenta regular da melhor maneira possível, dado o mandato legal que ela recebeu.

Então, a gente acompanha a tramitação do Projeto de Lei do senhor na Câmara, já fizemos diversos pareceres apoiando a medida, não temos nada contra, acho que existem algumas localidades que realmente têm um problema sério de visibilidade econômica para o transporte.

Aquelas localidades que você tem alguma viabilidade econômica, a gente não precisa fazer muita coisa porque o próprio empresário identifica o mercado e explora, enfim. Mas algumas realmente. O problema ele é mais grave ainda quando essa localidade está numa situação geográfica em que você não tem outros modais. Então você não pode escoar por meio rodoviário, enfim. Então eu acho que aí sim cabe é uma política pública na essência, e mais uma vez a ANAC suporta, cabe à ANAC dar todo o suporte, o incentivo, a gente apóia com informações, mas não cabe à ANAC no fim das contas, nem mesmo propor a política pública – isso cabe ao Governo Federal e ao Legislativo.

Em algum momento eu achei que o Projeto de Lei ia sair na Câmara, então nós até estruturamos dentro da Superintendência Gerencia de Regulação Econômica, começamos a estudar e temos já algumas pessoas estudando em como implementar o Projeto

de Lei quando ele virar lei, quando ele for aprovado, e como fazer a melhor distribuição daqueles recursos que a gente acredita que vão ser escassos e não vão dar para todas as localidades, mas como fazer a melhor distribuição gerando a menor distorção possível no resto do mercado, uma vez que isso acaba sendo um subsídio.

Só um dado importante, a questão do duopólio, acho que realmente um duopólio, ele é sempre... Ele é real e é no mínimo sempre controverso, sempre polêmico, e, apesar de a gente ter a convicção e nenhum dado na ANAC mostra diferente, as duas empresas, elas competem ferrenhamente. É claro que você tem no limite só dois modelos de negócios e só duas maneiras enxergar o mercado e, portanto, de explorar o mercado só conforme dois modelos de negócios.

Por mais que haja uma competição entre eles e se esses modelos de negócios tendem a ser parecidos, eles acabam explorando aquele mesmo negócio e brigando só dentro daquele mesmo nicho de mercado, deixando o resto do mercado simplesmente livre.

Então, por isso que a gente vem sempre aumentando a concorrência, até para isso, para que se criem novos modelos de exploração, novos negócios, novas formas de enxergar o mercado e isso viabiliza até naturalmente novas ligações.

Só como dado importante, no passado as duas empresas já tiveram 95% do setor, do mercado. Hoje elas estão com 84, 85, e caindo, caindo vertiginosamente, essa queda foi basicamente ao longo do ano passado. Então, a gente acha que dado as nossas limitações de atuação e dado ao nosso mandato legal, acho que uma série de medidas que a ANAC tem tomado para incentivar a concorrência elas estão dando resultado.

Está aí o exemplo da Trip, que é uma empresa que cresce de maneira espantosa e de maneira consistente. Mas eles tiveram modelo de negócio focado basicamente na aviação regional, sem nunca perder esse foco, então eles não adquirem Boeing, eles não tentam comprar aviões de grande porte; compraram alguns aviões a jato, mas aviões pequenos da EMBRAER, que são os aviões até onde a gente tem de informação, os mais eficientes para atender esse tipo de mercado, e elas tendem a crescer de maneira a captar o mercado regional e fazer isso de forma complementar a grandes empresas e não de forma, de uma briga direta muito difícil para uma empresa que tem 1 ou 2% do mercado, brigar com alguém que tem 40.

Então, acho que é um pouco essa a mensagem, uma mensagem de otimismo mesmo, acho que a gente está caminhando no rumo certo, talvez não na velocidade desejada, mas não desejada até por nós mesmos. Nós gostaríamos de poder dizer hoje que temos 300, 400 localidades atendidas hoje, no país, por transporte regular, estamos na casa de 130. Esse número já foi maior, mas também já foi menor, já tivemos mais ou menos 110 localidades, e é isso.

Estamos prontos, estamos dispostos a colaborar com qualquer medida que de política pública que eventualmente o Legislativo aprove. E aí a nossa ideia é sempre ajudar, viabilizar, enfim, com a experiência, e como implementar isso da melhor maneira possível.

E eu acho que um pouco do que eu falei aqui, que eu tentei passar para os senhores, da dinâmica do mercado e da densidade do tráfego, se aplica um pouco ao Aeroporto de João Pessoa. Até um passado recente, até os dados que o próprio senador apresentou aqui realmente era um aeroporto que tinha movimento pequeno, mas que tem crescido muito. Isso, com certeza, vai chamar a atenção e chama atenção das empresas que vão cada vez explorar mais aquele mercado, e aí, mais uma vez, a ANAC não tem como obrigá-los a fazer voo direto, a não pousar, ou não fazer algum tipo de escala. Porque está na lei da ANAC que a gente não pode fazer isso.

Bom, aí vem a questão dos investimentos em infraestrutura. E vou repetir mais uma vez sem querer ser repetitivo demais. A ANAC não é uma agência de fomento e não é a ANAC que investe ou que diz aonde que o aeroporto tem que ser investido. Aeroporto é propriedade do Governo Federal, da administração direta, é administrado hoje pela INFRAERO, a INFRAERO é basicamente um regulado da ANAC.

Então, o que a ANAC faz também dado todo o arcabouço legal e nossas limitações impostas em lei, é dizer para a INFRAERO como ela opera do ponto de vista de segurança, basicamente. Então, é mais ou menos assim: "Se a sua pista tem tal e tal equipamento, você pode receber um voo ou uma aeronave de tal tamanho. Se a sua pista não tem, você não pode receber"; "Se o aeroporto tem um nível de contra incêndio X pode receber voo tal, se não tem não pode".

Não cabe à ANAC determinar qual aeroporto deve ter cada tipo de estrutura de pista, enfim, muitas vezes a gente naquela ânsia de querer resolver todos os problemas do setor, a gente até lamenta e gostaria que a ANAC tivesse esse mandato para poder pôr a mão na massa, mas acho que do ponto de vista de estrutura organizacional acho que é isso mesmo. Se os aeroportos é propriedade do Governo Federal, nada mais justo que o Governo Federal defina onde e quanto e como investir em cada um de seus aeroportos.

Então, depois que passa esse momento e essa vontade de querer resolver todos os problemas acho que o modelo como ele está hoje é racional. Mas aí

a gente tem que discutir, a ANAC tem discutido publicamente, fizemos já até seminários para discutir isso com o setor, com a sociedade: O que fazer então com os aeroportos? Como investir? Porque a gente tem um setor, um mercado crescendo de maneira vertiginosa. Os dados de fevereiro estão sendo publicados hoje pela ANAC, mas já apontam para um crescimento de mais de 40%, em comparando com fevereiro do ano anterior. Então, isso é um crescimento assombroso em termos de transporte aéreo e a gente sabe que a infraestrutura já está faltando em muitos lugares e vai cada vez mais ser um problema.

Então, o investimento em infraestrutura é sim o ponto principal, eu acho, o que mais deve ser discutido em Aviação Civil hoje no momento, como aumentar a capacidade de investimento, seja do Estado, seja dos entes privados, tenho até minhas opiniões pessoais, mas não vou externá-las aqui. Eu só acho que é uma discussão que a gente tem que ter e tem que ser decidido mesmo.

Se vai ser o Estado, vamos ver como o Estado pode aumentar a rapidez com que esses investimentos podem ser feitos. Se a opção for delegar a iniciativa privada, a ANAC também está fazendo seus estudos, está se preparando para fazer as concessões de aeroportos.

Mas, mais uma vez, isso é uma decisão que passa eminentemente pela administração direta. O que cabe é à ANAC dar todo o suporte para que a decisão seja a melhor possível.

Não sei se eu abordei todos os assuntos. Por favor, acho que, pelo que eu anotei aqui, acho que eu tratei tudo. Mas, se tiver mais alguma dúvida, eu estou à disposição.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Dr. Juliano, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da ANAC. Leve lá o nosso abraço à nossa Presidente Solange.

Isso aí não é nossos comerciais não, Dr. Juliano. Mas sabe como é, não é? São pouquíssimas as mulheres em qualquer instância de poder que quando tem uma a gente tem que fazer um aparte especial. Bom, em primeiro lugar eu gostaria--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, o seu elogio à Presidente, em solidariedade ao gênero é muito boa. Mas nós dissemos aqui que ela é sistematicamente ausente.

Então, converse com ela também sobre isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Mas acontece que ela inclusive nos comunicou da impossibilidade. Gostaria muito de estar aqui, mas foi impossível. Mas, com certeza, em algum momento, ela estará, porque ela não se furta.

Eu queria agradecer a presença inclusive dos nossos... dos senadores aqui, o Senador Mozarildo, o Senador Jefferson Praia, porque eu sou a requerente. Sou a autora do Requerimento. E estava ausente. Então, quero pedir desculpa a todos, especialmente aos que estão na Mesa, porque eu sou titular também da CCJ, e lá eu era relatora de três projetos e os três terminativos. Não tinha jeito de me ausentar. Mas tão logo eu pude sair, aqui estou.

Eu queria anunciar aqui a presença, registrar a presença do Sr. Presidente da Panrotas, anunciar a presença do Sr. Presidente da CNTur; do representante da CNC; do representante da ABREMAR; também do Sr. Antônio Mesquita, consultor técnico do CETRANS(F); e do Sr. César Gonçalves, Diretor Executivo da ABIH Nacional.

Agradecer mesmo a presença do Dr. Juliano aqui representando a nossa Presidente, Solange Paiva Vieira; agradecer a presença do Dr. José Luiz aqui também representando a Jeanine, que é uma mulher que também nos honra muito na Presidência da EMBRATUR... E vão ter que sempre aguentar mesmo essa história. Eu sinto muito.

Quero agradecer o Dr. André da Silva... O sobrenome a gente disputa depois, eu e o senhor, Defensor Público, muito obrigada; e o Dr. Carlos Alberto Amorim, da ABAV.

Muito obrigada mesmo pela presença de cada um dos senhores.

Eu queria fazer algumas questões o mais rápido possível, porque, já que os senhores estão dando a resposta já no conjunto, eu teria três questões.

A do Dr. Juliano eu já cheguei em tempo e já ouvi resposta, ou seja, alguém já perguntou. Aos outros talvez alguém já tenha perguntado e eu peço escusas.

Ao Dr. José Luiz, para ser breve, eu vou ler a questão. A lei nº 11.771, de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, adotou como diretriz o incremento ao turismo pela promoção adequada de tarifas aeroportuárias, em especial a tarifa de embarque, preços de passagens, tarifas direcionadas ou estimuladoras relativas ao transporte turístico. O art. 11. inciso III.

Apesar disso, as tarifas aeroportuárias ainda são regidas por uma antiga portaria do departamento de aviação civil, DAC, órgão substituído pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, que adota valores uniformes para todo o território nacional.

Qual tem sido a posição da EMBRATUR sobre esse assunto? Por que não são reduzidas as tarifas dos aeroportos menos demandados? Questão.

Uma questão também, eu peço aí desculpas ao Dr. André se ela já foi feita, e se ele também já respondeu está respondido, porque eu vou buscar a gravação e a posteriori eu terei condições de verificar.

Os passageiros estão, Dr. André, frequentemente sujeitos a atrasos, e isso a gente entende. Cancelamentos de voo e overbooking, o que é um grande desestímulo ao turismo. Atualmente melhorou bastante. Já esteve muito, muito pior. Eu mesmo sou autora do projeto do overbooking, da multa por overbooking, da multa por atraso a mais de duas horas, a multa por atraso de entrega de bagagem... Não sei se qualquer dia vou conseguir entrar na aviação aérea do meu país. Mas eu estou tentando, não é?

O Superior Tribunal de Justiça chegou, inclusive, a instituir um plantão de juízes federais no interior dos principais aeroportos, visando resolver rapidamente essas situações. Qual tem sido a atuação da Defensoria Pública da União nesses casos? O que poderia ser feito para melhorar a defesa dos direitos dos passageiros?

E, por último, ao Sr. Dr. Carlos Alberto Amorim Ferreira, da ABAV. O transporte aéreo é um vetor fundamental para o turismo. Como a ABAV avalia a evolução do setor após a criação da ANAC em 2005? Que eu pessoalmente tenho... Acho que realmente melhorou bastante, mas o que mais pode ser aperfeiçoado?

E dizer por último, antes de passar a palavra aos senhores, que o objetivo dessa nossa busca, desse nosso requerimento foi no sentido de procurar discutir, melhorar, aperfeiçoar a viação regional, com vistas a integrar mais e mais as nossas regiões, o turismo, o deslocamento das pessoas. Eu vejo o turismo como, assim, um grande mote, um grande salto no desenvolvimento com sustentabilidade, desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, porque vamos botar entre aspas aqui, a indústria limpa, e geradora de emprego, etc. e tal.

Então, é com esse intuito, com esse objetivo que a gente está buscando fazer essa conversa.

E após a resposta dos senhores, nós passaremos a palavra que eu fui informada que tem uma Prefeita, a Sra. Prefeita Luciana Marão Félix, do Município de Araioses. É isso, Prefeita? Do Estado do Maranhão. A senhora usará da palavra daqui a pouco.

Com a palavra o doutor... Eu não sei como é que estava indo a ordem. Pode ser o Dr. Carlos Alberto?

Pois não, Dr. Carlos Alberto. Logo após o Dr. José Luiz e o nosso Defensor.

Muito obrigada.

SR. CARLOS ALBERTO DE AMORIM FERREIRA: Bem, senadora, como é que os Agentes de Viagem vêem a criação da ANAC.

Aí, desculpe, também, ajudando aí o Dr. Juliano, foi questionado pelo Senador César Borges se a ANAC vai resolver todos os problemas aí da aviação. Pela conversa quando nós fomos recebidos pela Dra. Solange lá na ANAC – e aí eu saí de lá até um pouco triste na ocasião – porque a ANAC não reconhecia o papel do Agente de Viagem na ocasião. E disse que a agência foi criada para isso, foi criada para aquilo, para regular a relação entre consumidor e companhia aérea, então realmente acho que o primeiro passo é nós entendermos, e o Dr. Juliano aqui falou muito bem, sobre o arcabouço o que a lei permite à ANAC, e o que não permite.

Então, nós todos temos que entender o porquê da criação da ANAC, para quê é que ela foi criada para a gente criticar ou não.

Então, nós achamos também que seria uma solução, porque o DAC tinha um determinado papel e a gente achou que a ANAC também teria; e hoje na criação entendendo melhor para que é que a ANAC foi criada, eu vejo que não.

Muitos dos problemas aqui citados não é a ANAC que vai resolver realmente. Acho que nós temos que cobrar principalmente, fundamentalmente da INFRAERO, programa de investimentos, porque o turismo começou a se desenvolver muito a partir de 2003 com a criação do Ministério do Turismo.

Então, realmente, o trabalho do Ministério do Turismo foi uma política a longo prazo e vem sendo atualizada, e isso criou um grande problema que nós vimos que não temos infraestrutura nenhuma. Quer dizer, o setor que funcionou muito bem, o Ministério do Turismo trabalhou muito bem; o turismo nacional está crescendo muito, há uma grande camada de pessoas também devido a força da economia brasileira nesse período cresceu, ingressando no mercado de viagem.

Então, tudo isso criou grandes gargalos. E hoje realmente os Agentes de Viagem vêm com muita preocupação isso, esses gargalos, estão surgindo os passageiros, existe e nós não temos produtos para vender.

Então, é fundamental realmente e aí cabe ao Legislativo formas para que isso possa ser resolvido, se é que é o caso, porque realmente...

E temos uma Copa do Mundo e isso nos preocupa mais ainda!

O tema aqui é aviação regional, mas nós não podemos esquecer que temos compromisso com o mundo inteiro para a realização de uma Copa do Mundo e os aeroportos não estão preparados.

Então, se os principais aeroportos não estão preparados, o que diria os menores aeroportos para

a aviação regional. É muito preocupante, o tempo é muito curto para isso tudo.

E senadora, não fica triste que seu projeto está desde 2001 porque a regulamentação de atividade de Agências de Viagens começou em 2001, passou pelo Senado, foi aprovada aqui dentro do que nós gostaríamos que fosse, e está na Câmara desde 28 de abril de 2009 para ser votado.

E não é votado terminativo e isso nos preocupa também, porque ali é um problema sério da responsabilidade solidária e objetiva, e hoje como muito bem o Defensor Público citou aqui: Não pôde voar e atrasou o voo por causa de neblina, nesse caso os passageiros entrarem com uma ação, os Agentes de Viagem que emitiram o bilhete são responsabilizados por isso.

Quer dizer, então, há muitos gargalos, muitas preocupações nesse sentido e de quem é a responsabilidade? Foi citado também atrasos. O que é que a ANAC está fazendo para os atrasos? Acho que melhorou bastante, porque antes as companhias aéreas, principalmente as duas maiores, começaram a querer fazer voos demais com escalas muito pequenas de tempo. Então, realmente qualquer atraso inicial que inicial que houvesse, acarretava a malha inteira e às vezes para normalizar dependia de dois, três dias.

Então, isso foi melhorado bastante, acho que a ANAC interviu bem. Melhorou bastante. Mas, quanto ao fator atmosférico, também ninguém tem culpa. E aí falta bom senso, e aí não sei se também cabe ao Defensor Público, o Código de Defesa do Consumidor começou a criar direitos demais ao consumidor.

Então, é perigoso isso também, porque se não tem... O tempo não permite que o avião decole, ninguém tem responsabilidade sobre isso. Então, nós temos que ter cautela. Eu prefiro ficar em terra, não gosto de andar de avião, ando muito, mas não gosto. Prefiro ficar em terra do que subindo e correndo um risco. Então, a segurança é fundamental. Isso tudo nós temos que analisar, e acho que tem que ter um bom senso nesse sentido todo e não exacerbar determinadas coisas: "Não, isso tem que ser assim!". Atrasou, atrasou! Alguns atrasos. Outros realmente as companhias aéreas são responsáveis.

E a preocupação da aviação regional, que é o motivo dessa reunião, realmente é preocupante, discordando aqui novamente do Juliano, política de livre mercado me preocupa bastante porque o duopólio Boa Vista – Recife, o senhor não deve viajar por menos de R$ 1.500,00. Então, tarifa de R$ 400,00, quando havia, entrou Gol e TAM, foi para R$ 200,00, quando as pequenas saíram não foi para R$ 300,00. Vai para R$ 600,00, R$ 700,00. Vai para mais do que havia. Elas mataram as pequenas.

Então, isso é preocupante, a gente tem que analisar com calma, que nível de mercado, nós vamos discutir sempre.

Houve aí, neste final de semana, todos os senhores sabem, grandes anúncios de mega feirão, mega feirão... Duvido que alguém aqui tenha adquirido o bilhete Brasília – São Paulo, por exemplo, por preços acessíveis algo que é praticado normalmente. E uma briga nossa da ABAV, inclusive no Conselho da ANAC que nós temos assento, e solicitamos que quando houvesse essas promoções, anunciassem quantos lugares naquela tarifa.

Acho que da mesma forma que anunciam geladeiras a R$ 500,00, quantas unidades estão vendendo. Nós solicitamos que se anuncia R$ 79,00 uma tarifa, quantas tarifas naquele preço estão sendo vendidas naquele avião, naquele voo. Isso nós nunca sabemos.

E são no máximo, posso assegurar a vocês, dois, quatro lugares. O resto a tarifa vai lá pra cima.

Aí a ANAC responde que não depende dela, tem que criar uma comissão que eu já solicitei que seja criada essa comissão com as companhias aéreas para discutirmos isso.

Então eu acho que é interessante esse debate, eu agradeço à senadora, e digo também que a ABAV e os Agentes de Viagem se sentem honrados por serem convidados, serem lembrados pelo Senado, e sempre que nós formos convidados nós estaremos presentes.

Então, acho que era isso que eu tinha a dizer. Acho que respondi, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Dr. Carlos Alberto, nós agradecemos.

Passamos a palavra ao Dr. José Luiz, Diretor de Mercados Internacionais da nossa EMBRATUR.

SR. JOSÉ LUIZ VIANA DA CUNHA: Obrigado, Senadora.

Se a senhora me permite eu voltaria nas perguntas anteriores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. JOSÉ LUIZ VIANA DA CUNHA: Com relação ao Senador Jefferson Praia, creio que o Juliano já respondeu as preocupações dele.

Com relação às preocupações do Senador Mozarildo Cavalcanti, eu também concordo, quando o senador mencionou que não está aqui a presença da ABETAR, porque a ABETAR é a Associação que representa as Empresas de Transporte Regional. E eu tive a oportunidade de já agora no passado, de ter tido algumas reuniões onde a ABETAR participou, e eu sei que eles têm várias preocupações, principalmente

alguns gargalos que impedem o desenvolvimento do transporte regional.

Não sou, assim, a pessoa adequada para falar em nome da ABETAR, mas eles têm... Manifestam grandes preocupações quanto ao financiamento de aeronaves, as facilidades de financiamento de aeronaves, ao problema de regulação, acho que o Juliano sabe bastante disso, a regulação sobre a entrada e saída de empresas que é o que se falou... De empresas que entram no mercado em cima de outro, em cima de rotas e então é uma preocupação que é bastante discutida em vários níveis de comissões.

Outra parte diz respeito a incentivos tarifários que poderia ser chamado de subsídio ou não, mas é uma parte que também está sempre em discussão com a ABETAR, e a parte também de custos operacionais que permitam que as empresas regionais tenham determinadas facilidades de operação em determinados aeroportos, regiões com custos operacionais que devam ser estudados de combustível, taxas. E também acho que a ANAC também tem conhecimento disso, que é importante.

Então, a ABETAR, eles têm um estudo completo Eu sei que esses são um dos principais gargalos que eles sempre colocam nas reuniões que tiveram com o Ministério do Turismo, com a EMBRATUR, é sempre uma preocupação deles e a associação que tem os estudos adequados a respeito.

Com relação aos comentários do Senador Roberto Cavalcanti, no que diz respeito a EMBRATUR, o senador comentou sobre os hotéis, sobre a qualificação dos hotéis, as estrelas a ser dada. Então, eu já tive oportunidade de comentar com o senador e esclarecer que desde que foi criado o Ministério do Turismo, a EMBRATUR passou a ter uma função de promoção do Brasil no exterior. E essa parte de qualificação hoteleira, é dentro do Ministério do Turismo, dentro da Secretaria de Política do Turismo.

Então, eu vou passar e transmitir a preocupação do senador para a devida Secretaria do Ministério que cuida esse assunto, recomendando logicamente, os contatos com a ABIH Nacional, para que possa discutir esse tema que é de muita importância também para turismo dentro do Brasil.

Eu aproveitando também o que a Sra. Senadora falou sobre a Jeanine, infelizmente ela não pôde estar presente porque dentro da agenda da EMBRATUR, a ITB de Berlim é das feiras das mais importantes. Talvez a primeira ou a segunda de maior importância. Então, quando houve o convite da senadora para a Jeanine, ela chegou muito posterior ao comprometimentos que a Jeanine já tinha feito de agenda nessa feira, e são agendas que a Jeanine encontra pessoas da imprensa, entrevistas coletivas à imprensa, empresas aéreas, grandes operadores, e nós já havíamos até construído uma agenda que eu tive oportunidade de participar da construção dessa agenda da Jeanine já desde janeiro, de fevereiro. Então, para alterar essa agenda, era muito difícil. Nós até tivemos a preocupação e a Jeanine até se ofereceu em ter possibilidade de vir em outra data, e por isso que lamentavelmente a Jeanine não pôde estar aqui como ela gostaria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Está bem representada.

SR. JOSÉ LUIZ VIANA DA CUNHA: Obrigado.

E com relação à pergunta da senadora...

Realmente, há uma preocupação sobre essas tarifas e taxas aeroportuárias, taxas de embarque. Essas taxas são um pouco diferenciadas, elas não são todas iguais nos aeroportos. Existe uma certa diferenciação. Mas existe um estudo que até o Ministério participou, a EMBRATUR, e foi entregue até creio que à Casa Civil há uns dois anos atrás, com a preocupação de que determinados aeroportos, principalmente aqueles fronteiriços ou de interesse de cidades menores, que possam ter uma tarifa de embarque bastante reduzida de forma a ser um incentivo.

Por exemplo, caso de Porto Alegre e Buenos Aires. Às vezes você vai cobrar de Porto Alegre a Buenos Aires uma tarifa de US$ 30,00, quando a passagem em determinadas ocasiões custa US$130,00, e, para um voo de uma hora, é uma taxa que talvez não condiga com o tempo de voo, ao aeroporto. Você vai cobrar US$ 36,00 de uma taxa de embarque de Guarulhos para Tóquio, você paga US$ 36,00, e você embarca de Guarulhos para Lima ou para Buenos Aires, você paga igualmente US$ 36,00 dólares.

Então, há um estudo no qual se propõe que houvesse um reestudo dessas taxas de acordo com aeroportos de fronteira, aeroportos menores, aproveitando o que o Brasil hoje tem e a partir desse acordo de Fortaleza que permite a maior integração de voos regionais dentro da América Latina, América do Sul, de forma que, por exemplo, a pessoa que embarcasse de Rio Branco, agora, inclusive para nós, é motivo de muita satisfação, que vai iniciar-se o voo de Rio Branco a Cusco, em Lima, abrindo um grande caminho daquela região, uma integração com a região dos Andes Pacíficos(F).

Então seria muito interessante que do aeroporto de Rio Branco, a pessoa que embarque para Cusco, que está a 40, 45 minutos de voo, a taxa de embarque fosse US$ 5,00. Uma coisa que realmente pudesse permitir uma maior vinda de turistas estrangeiros ao Brasil e quando eles saíssem pagassem menos e

possibilitando que mais brasileiros pudessem viajar também ao exterior.

Eu creio que dentro daquele estudo, o único aeroporto que não sofreria uma grande variação seria o Guarulhos, pela... Inclusive, como forma de uma... Do movimento que Guarulhos e o custo de Guarulhos também influi muito na composição das tarifas. Então, existe esse estudo. Eu não me lembro muito, mas, por exemplo, era um grande incentivo de integração da América do Sul poder cobrar do Aeroporto do Rio de Janeiro ou de outros aeroportos para qualquer destino da América do Sul, uma tarifa de US$ 10,00, ou algo assim que estava dentro do estudo.

Mas isso ainda está... Esse estudo não foi adiante. Creio, não sou muito, assim, entendido dessa parte jurídica, mas creio que depende um pouco de uma alteração por parte da ANAC, não é, Juliano, com relação à modificação de um Decreto que houve no passado, aonde a tarifa aeroportuária... Talvez o Juliano possa explicar melhor do que eu. Mas foi as tarifas aeroportuárias foram, vários anos atrás, modificadas em função de... Não me lembro exatamente mais... A construção da tarifa, a ANAC pode talvez modificar esse Decreto antigo para poder fazer um reestudo, uma readequação das tarifas.

Muito obrigado, senadora.

E aproveitando, quando nós fizemos uma apresentação nós falamos que o Ministério do Turismo fez um Estudo Técnico do Setor do Transporte Aéreo Regional e também um Plano de Competitividade desse setor.

Aí eu gostaria de deixar para a senhora a cópia desses estudos que talvez possa ser útil para a utilização da Comissão.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Dr. José Luiz. Obrigada pelo material que nos entrega, pela sua participação. E com certeza nós sabemos da determinação da Dra. Jeanine de um momento outro estar aqui presente já que a agenda dela não permitiu que estivesse hoje.

E com a palavra o Senador Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Serys, eu apenas quero...

Antes, que acho que vai falar por último o Defensor Público, justamente até porque acho que ele vai ter papel mais importante dessa reunião de hoje aqui, porque ele vai defender realmente os consumidores em muitas coisas que ficaram na minha cabeça e que tem um projeto, e repito já aprovado aqui está na Câmara desde 2001, nesse sentido da aviação regional. Sei que deve ter sido discutido ou um lapso não ter convidado a ABETAR para estar aqui presente.

Mas, de qualquer forma, algumas afirmações aqui, feitas pela ANAC, e dada a ausência da INFRAERO aqui, fica uma lacuna... A lei não permite que a ANAC faça isso; A INFRAERO não está aqui para dizer nada. Por outro lado, a EMBRATUR está cumprindo o seu papel de fazer propaganda, de fazer... Incentivar o turismo. Aliás, quero até parabenizar pelos painéis que existem nos aeroportos sobre o turismo nacional.

Mas algumas coisas realmente não ficam claras na minha cabeça e realmente, Defensor, não consigo entender. Por exemplo, no meu Estado o Aeroporto de Boa Vista é internacional porque é uma alternativa de pouso para voos que passam para os Estados Unidos, etc., etc. Que passam toda hora para a Venezuela, para Estados Unidos, passam por cima de Boa Vista. Não opera nenhum voo internacional. Já operou. Nós não temos um voo de Boa Vista, que é 200 quilômetros da fronteira com a Venezuela, não temos um voo para a Venezuela. Seja para Caracas, seja para Puerto Ordaz que é mais perto.

O boa-vistense ou mesmo o manauense que quer ir a Caracas, ou ele vem até Santa Helena e pega um avião venezuelano para prosseguir, e não tem alternativa. Então, não funciona como Aeroporto Internacional; ele apenas é um Aeroporto Internacional alternativo. Já tivemos vários casos de pousos de vários aviões de grande porte lá e em emergência.

E me admiro também, que o representante da ANAC disse que a ANAC não só deseja como já até se preparou para a eventualidade da aprovação do meu projeto que está na Câmara. E nas reuniões que tive, Senadora Serys, com a ABETAR junto ao Ministério da Defesa, com o Ministro da Defesa, com dois Ministros do Turismo e com a presença do Comandante da Aeronáutica e também estava representada lá a ANAC, havia empenho total na aprovação desse projeto. O projeto não aprova. Não é porque os Deputados são malvados, não. Com certeza. Isso aí vou defendê-los, porque quando há interesse efetivo de se aprovar alguma coisa, se aprova aqui numa rapidez alucinante.

Mas, de qualquer maneira, eu quero dizer aqui louvar a iniciativa da Senadora Serys de ter convocado essa audiência e uma oportunidade, portanto, de a gente reavivar essa questão e fazer andar. E se é o caso de aprovar o projeto ou melhorar o projeto ou apresentar alguma coisa melhor, tudo bem. Mas que façamos. Mas no meu Estado, por exemplo, eu falei da Capital Boa Vista. Nós temos dois outros aeroportos asfaltados, prontos, inclusive um de Caracaraí, é também alternativa, e não funciona. Simplesmente não funciona. Não tem autorização para funcionar.

Então, essas coisas estão muito mal explicadas para mim, e para a população, mais ainda! Quer dizer,

eu não tenho como explicar e não consigo compreender como explicar. E eu entendo que a gente poderia realmente pensar em que não só a Defensoria Pública pelo lado do consumidor, mas também o Ministério Público Federal, pelo lado, digamos, da importância para a Federação dessa questão da malha aeroviária, da aviação regional, nós tínhamos que dar uma sacudida nessa questão. Porque realmente eu não vou ficar tranquilo, como o senhor disse, porque meu projeto está parado lá não.

Eu estou muito tranquilo com isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, senador.

Com a palavra o Dr. André da Silva... Deixa eu ver se eu consigo....

SR. ANDRÉ DA SILVA ORDACGY: Ordacgy.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ordacgy. É, não é difícil, não!

[risos]

SR. ANDRÉ DA SILVA ORDACGY: Bom, gostaria de inicialmente cumprimentar a Senadora Serys pelo convite e pela oportunidade de estar aqui. Sem nenhum demérito ao Senador César Borges, mas sou forçado a admitir que a Mesa ficou mais bem composta, mais bem florida.

E respondendo mais objetivamente à pergunta de V. Exa. sobre os consumidores, sabemos todos que os consumidores encontraram aí um grande avanço no Código de Defesa do Consumidor, que foi a Lei nº 8.078 de 1990. Aqui brincando com o Dr. Carlos Alberto, talvez tenha trazido direitos demais. A impressão que passa é essa, tanto que, no meio jurídico, o que se diz é o seguinte: "O Governo cochilou e, por um cochilo do Governo, a lei passou no Congresso". O Congresso que cumpre com o seu papel, veio naquele bojo da Constituição Cidadã de 88, foi e aprovou o Código de Defesa do Consumidor e o Governo não despertou na hora com isso.

Brincadeiras à parte, a verdade é que todos nós somos de uma geração que é anterior ao Código de Defesa do Consumidor. E sabemos o desrespeito que o consumidor sofria. Ele comprava uma coisa em uma loja, o produto era defeituoso, ele voltava lá e ficava por isso mesmo. Se ele recorresse ao judiciário a ação levava anos e anos. Então, a Justiça também era morosa, e, nesse tempo, ela se aperfeiçoou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em alguns casos continua morosa.

SR. ANDRÉ DA SILVA ORDACGY: Em alguns casos continua morosa, é verdade! Tem a burocracia, também, que é inerente ao próprio Poder Judiciário.

Mas, enfim, o Código de Defesa do Consumidor foi um grande avanço em favor da população, e essa questão da aviação também pode ser enfocada dentro desse aspecto da Defesa do Consumidor.

O passageiro, quando ele compra o bilhete dele, ele está inserido ali numa ótica de uma relação de consumo e é um consumidor. E passa a ter diversos direitos. Eu até citei antes da chegada de V. Exa. o caso, por exemplo, dos chilenos.

Os chilenos, houve terremoto no Chile, eles estavam aqui no Aeroporto Internacional, não conseguiam regressar à sua casa e ficaram, entre aspas, acampados no Aeroporto Internacional. Aí surgiu a questão: Mas as empresas são responsáveis? É um fenômeno climático.

Obviamente que o fenômeno climático, ainda mais esse de grandes proporções, ele isenta essas companhias aéreas de responder por dano moral. Mas não isenta de obrigações assessórias, no entender da Defensoria e no entender dos tribunais. Entre eles, o dever da hospedagem e da alimentação. Que não foram respeitados nesses casos. Ora, a questão é até muito lógica. Quando um passageiro está a caminho do aeroporto, e digamos que por um infortúnio, um caso fortuito, ele encontra um grande congestionamento, três veículos bateram, interditaram duas das três faixas da principal via que leva ao aeroporto. Se ele perder o voo dele, quando ele chegar lá no aeroporto ele vai ter que pagar a taxa de remarcação. Vão dizer: "Não, mas aí o problema foi seu, meu amigo. A companhia aérea não tem nada a ver com isso!".

Então, o contrário também se aplica. Se a companhia aérea não pode operar os seus voos, tem um mínimo de obrigações que deve cumprir.

Entre essas obrigações, inclusive, o dever, de acordo com a jurisprudência dos nossos tribunais, de ligar para o hotel onde está hospedado aquele passageiro e avisar que ele não deve se dirigir ao aeroporto porque o voo está suspenso. Nesse caso dos chilenos especificamente falando. E nada disso foi observado. O Governo tentou ajudar no sentido de: "Olha, vamos providenciar uma solução já que as companhias aéreas não deram solução nenhuma ou quase nenhuma solução".

E aí, ao que me consta, de acordo com o noticiado pela mídia, a INFRAERO teria oferecido um galpão no aeroporto. Foram levados esses passageiros para lá para o galpão e olha o espanto: "Olha, só temos colchonetes aqui para os idosos e crianças. O resto é o resto. Pode dormir no chão". Ora, "Cobertor? Não tem". Moral da história, a maioria dos passageiros que não eram idoso e não era criança voltou ao saguão do aeroporto.

Então, a gente viu uma série de desrespeitos, tanto por parte das companhias aéreas, que deveriam

providenciar acomodação, alimentação e não fizeram isso. E feriram aí princípios objetivos aí do Código de Defesa do Consumidor, que inclusive reconhece o consumidor como parte vulnerável, parte mais fraca dessa relação jurídica, e também o Governo que resolveu ajudar, mas também não ajudou adequadamente no sentido... "Olha, vamos aqui para o galpão, mas só tem colchonete para idoso e para criança. O resto pode dormir no chão". Também não é a melhor solução. Ou se resolve o problema ou não se resolve.

A questão que a douta senadora colocou relativa aos juizados, eu vejo como uma excelente iniciativa. Ela começou muito bem, hoje está um pouco meio que parada. Eu acho que seria de bom alvitre que esse poder aqui, o Poder Legislativo do Senado oficiasse ao Poder Judiciário como forma de incrementar esses juizados. Porque são muitos os problemas que surgem em decorrência de voos dentro dos aeroportos, que poderiam ser facilmente resolvidos através da atuação dos juizados.

E fica até uma sugestão: Os juizados hoje da forma como são colocados, eles estão direcionados somente para um atendimento inicial. Então, você vai lá, é feita sua petição inicial na hora, tenta-se uma conciliação. Agora, se não houve conciliação, aquilo é remetido para um Juizado Especial fora do aeroporto. O juizado ele funciona ali de forma embrionária no aeroporto. Chega-se ali, faz-se a inicial, tenta-se uma conciliação, se não houve conciliação, aquele problema é remetido para o Juizado Especial. Às vezes leva mais de ano para haver um julgamento num juizado fora do aeroporto.

O ideal seria que tivesse a presença efetiva, senão de um Juiz de Direito, ter uma remuneração, um custo muito alto, uma remuneração muito alta, de repente para ficar focado em problemas que de repente não atingem um grande quantitativo, de repente a opção do Juiz leigo, ter uma remuneração muito mais modesta e que está voltada aí justamente para julgar, e o julgamento dele é referendado pelo Juiz de Direito.

Então, tem algumas soluções que são viáveis.

Gostaria de agradecer ao senador os apontamentos, realmente a Defensoria Pública, como também o Ministério Público surgem aí como boas... Bons auxiliares, principalmente aqui do Poder Legislativo nessa questão dos aeroportos e dessa malha. O aeroporto de Boa Vista, como outros aeroportos que V. Exa. citou, que tem gabarito para serem... E são assim qualificados pela ANAC como aeroportos internacionais, e, no entanto, funcionam como rota alternativa, na verdade. E impingindo aí aos passageiros que são consumidores, pagam e merecem bons serviços por parte dos órgãos governamentais, não podem fazer uso de um Aeroporto Internacional. Na verdade ele é um internacional de fachada.

Então, essa questão, ela pode ser, sim, encarada tanto pela Defensoria Pública como pelo Ministério Público, até com ações coletivas para que se obrigue o Governo ou as instâncias Federais, Estaduais, Municipais, para que se implementem ali as condições necessárias, desde que haja obviamente... Temos aqui o representante da ANAC, as condições de segurança ideais, eu imagino que sim, Boa Vista com certeza, para que se possam operar essas rotas no sentido de se beneficiar esses consumidores.

Então é isso.

Agradeço a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Dr. André.

Apesar do nosso avançado da hora, nós agradecemos a todos os senhores que participaram, mas eu gostaria de passar a palavra à Sra. Prefeita, Sra. Luciana Marão Félix.

Com a palavra a Sra. Prefeita Luciana.

SRA. LUCIANA MARÃO FÉLIX: Senadora Serys, em nome de quem eu quero cumprimentar toda a composição da Mesa, demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

Quero parabenizá-la pela iniciativa de nos proporcionar essa audiência de grande importância para todo o país. E jamais poderia deixar de aqui me manifestar em prol do nosso Estado, o Maranhão, e consequentemente a nossa cidade de Araioses. O Estado do Maranhão, ele está inserido no Plano de Desenvolvimento Sustentável Turístico da Região Meio-Norte, compreendido no tripé dos três Estados Piauí, Maranhão e Ceará, o qual nós temos aqui pelo Maranhão a inclusão de 22 Municípios contemplados.

E aqui venho representar o Conselho Gestor representando 22 Prefeitos do Estado do Maranhão.

Lamento muito a ausência do Presidente da INFRAERO, do coordenador do plano também, Dr. Júlio [ininteligível – 2:16:44], que aguardava tê-los aqui conosco nesse momento importante qual aqui tenho alguns questionamentos a fazer, porque nós temos no Maranhão, o Município de Barreirinhas, como porta de entrada do Delta, o Município de Araioses também, como a outra opção, e que está no aguardo de informação até a presente data com a questão do aeroporto de Barreirinhas.

É uma obra de grande importância, que temos como carro chefe nesse plano de desenvolvimento sustentável o turismo, como opção de geração de emprego, de renda, de trazer comodidade, e de integrar um roteiro turístico no território. Vale ressaltar que no ano passado, na Feira de Turismo em São Paulo, o

roteiro turístico denominado “Rota das Emoções”, ele ganhou um prêmio como o melhor roteiro turístico. Mas, lamentavelmente nós não temos a infraestrutura adequada para fazer realmente o turista estrangeiro, o turista nacional chegar por via aérea.

Tivemos uma importante posição da Governadora Roseana Sarney, depois da transição de Governo no nosso Estado que todos sabem, nós passamos por uma transição de Governo, o qual realmente emplacou a obra de Barreirinhas, do aeroporto de Barreirinhas.

Mas precisamos assegurar esses recursos e obter essas informações de como está esse processo, como foi disponibilizado para garantir realmente essa obra para Barreirinhas.

Como nós temos esse roteiro integrado, temos necessidade não de aeroportos internacionais ou aeroportos de grande porte, mas precisamos de pistas homologadas, como na cidade de Tutóia, a cidade de Araioses, para que realmente as pessoas possam ter a opção de aterrissar nesses Municípios que fazem parte também dos grandes lençóis e pequenos lençóis.

E aqui eu gostaria de perguntar quais são os critérios para que a gente possa percorrer em cima dos procedimentos legais, padrões determinados pela INFRAERO, para buscarmos essa opção de ter essa possibilidade de levar essas pistas de médio porte para termos aterrissagem de aeronaves de médio porte.

Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sra. Prefeita.

Passo a palavra ao Dr. Juliano, que se prontificou a responder.

SR. JULIANO ALCÂNTARA NOMAN: Prefeita, a ANAC tem uma superintendência, a superintendência de infraestrutura, ela é basicamente dedicada a esse tipo de ação.

Então, eu vou até pedir desculpas à senhora, não tenho exato conhecimento dos detalhes de como se procedem essas homologações, qual é o caminho que se percorre até essa homologação ser feita, mas me prontifico aqui a pegar o contato da senhora e fazer um contato com a área de infraestrutura, até pra gente saber com mais detalhes quais são exatamente as pista, o que está acontecendo, enfim.

Me prontifico a fazer isso e dou uma resposta à senhora o mais rápido possível.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu agradeço.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senadora Serys...

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pois não.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Podia fazer uma frase antes de terminar? Aliás, está no documento que eu encaminhei...

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria justamente chamar a atenção, que esse debate é muito importante e eu escrevi aqui.

De forma geral, a aviação é atualmente a melhor e mais barata forma de integração brasileira. E aí, aqui, falando da Amazônia, então, sua operação não demanda estradas, fala-se tanto de mais estradas na Amazônia, sendo até um meio de transporte de menor impacto ambiental para atender principalmente a região da Amazônia brasileira e a construção de aeródromo de médio porte, também são de valor e impacto ambiental bem menor que a construção de uma rodovia.

Então, eu quero aqui, dentro desse enfoque ambientalista que se dá tanto para a Amazônia, que isso aqui se encaixa perfeitamente, e aí vou pedir aqui a força dos representantes da ANAC, da EMBRATUR, para que a gente mobilize o Poder Executivo para aprovar o projeto, melhorando se for o caso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Senador Mozarildo, mais uma vez. Dr. Jefferson... Dr. Senador... Dr. Senador... Não é Jefferson? Dr. Senador Jefferson Praia.

Eu quero agradecer aqui a participação do Dr. José Luiz, mais uma vez, Dr. Juliano, Dr. André.

E dizer que, Sra. Prefeita, nós nos honramos com a sua presença, com a sua participação, sua vontade, sua determinação, veio sabendo da importância dessa Audiência Pública, colocar a problemática da sua região.

Parabéns. Eu acho que assim que a gente faz as coisas avançarem.

E avançando, o Dr. Juliano por sua parte já se comprometeu também, dentro dos seus limites e responsabilidades, a buscar essa resposta.

E também dizer a todos que estão aqui, na Mesa, que, por mais que não tenha sido participação de nós, senadores, porque cada um está numa comissão, eu estou agora... Já tem uma hora que me chamam para uma comissão aí que eu sou autora de... Ali eu sou autora de três projetos que estão sendo votados, e eu estou aqui.

Então, nós, senadores, todos estamos em várias comissões, é difícil... Não é, Senador Mozarildo, Senador Jefferson Praia, é difícil a gente poder estar em três, quatro comissões ao mesmo tempo. É impossível. Então a gente vai se dividindo.

Mas dizer que todos esses dados que foram muito importantes, com certeza, não estive presente em toda

esta audiência, mas o que eu ouvi aqui, e tenho certeza que tudo que foi falado pelos representantes, vários órgãos aqui, foi da maior relevância, e tudo isso está gravado e que o compromisso que a gente assume é repassar a todos os membros dessa comissão, aos Srs. Senadores e Senadoras, membros dessa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, passar tudo o que foi... Todas as colocações que foram feitas nessa Audiência Pública, porque isso realmente é muito relevante, é muito importante para a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Muito obrigada.

Está encerrada esta sessão.

Sessão encerrada às 13h19.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2010.

Às nove horas e cinqüenta minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **SADI CASSOL, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, VALDIR RAUPP E HERÁCLITO FORTES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Augusto Botelho, César Borges, Gerson Camata e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública, de acordo com a seguinte Pauta: Audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 64, de 2009-CRA, de autoria do Senador Osmar Dias, com adendo do Senador Gilberto Goellner, aprovado em 01/12/2009, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2009, que "Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação e modernização", com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Marcelo Gonçalves Campos** – Assessor da Secretaria de Inspeção no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - **MTE** Sr. **Cristiano Barreto Zaranza** – Chefe do Departamento Jurídico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**, Sr. **Antônio Lucas Filho** – Diretor de Assalariados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG**. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Osmar Dias, Kátia Abreu e Neuto de Conto. Resultado: Audiência Pública Realizada **EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO : REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 01/2010-CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja acrescentado à lista de convidados para participar da audiência pública para debater as medidas contidas no Decreto 7037 de 21/12/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, a Comissão da Verdade, o nome do Sr. Secretário Especial de Direitos Humanos (SEDH), **Paulo de Tarso Vannuchi**. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira, Presidente da CRA**

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 50 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Portanto, não havendo nenhuma manifestação em contrária, está aprovada.

Antes de iniciarmos--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois não, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Já está sobre a sua mesa um requerimento de nº 01/2010, para essa comissão, que eu gostaria que fosse aditado um nome a uma Audiência Pública que vai

acontecer nessa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu gostaria de apresentar esse requerimento, que fosse aprovado nessa sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós colocaremos em votação.

Vamos, primeiro, dar início aos nossos trabalhos, e, em seguida, nós vamos colocar em votação.

Antes de iniciar, portanto, os nossos trabalhos, eu quero comunicar à comissão o recebimento do expediente enviado pela Sra. Liselena Brusa(F), representante da Federarroz, Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul, convidando os membros da CRA para a 20ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, a realizar-se no dia 25 a 27 de fevereiro do corrente, no Município de Camaquã, no Rio Grande do Sul. A programação do evento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores na secretaria da comissão.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, questão de ordem.

Não seria importante a gente aprovar esse requerimento antes do convite e formação da Mesa? Se tratam de assuntos diversos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho até, Senador Gilberto Goellner, que esse requerimento de V. Exa. é inteiramente desnecessário, porque, na reunião em que foi aprovado o requerimento original, está incluído o nome do Secretário de Direitos Humanos, Ministro Paulo de Tarso Vannuchi.

Então, foi votado, foi aprovado, ninguém retirou, não vejo necessidade de aprovação do aditamento. Mas se V. Exa. insiste na votação – eu acho que é fazer buraco n'água. Mas eu submeto à apreciação do Plenário, o Plenário estando de acordo--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Até gostaria, para ressaltar a importância do mesmo, que fosse novamente aprovado como reiterando o convite ao secretário.

Dessa forma, ele é postulado nos seguintes termos: *"que seja acrescentado à lista de convidados, para participar da Audiência Pública para debater as medidas contidas no Decreto 7.037, de dezembro de 2009, que criou o Plano de Direitos Humanos ou 'A Comissão da Verdade', o nome do Secretário Especial dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi*".

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu insisto com V. Exa. que é desnecessário, mas eu vou submeter à apreciação do Plenário. Porque o Requerimento nº 01, de 2010, está vazado nos seguintes termos:

"Requeiro, nos termos regimentais, convite ao Sr. Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Dr. Paulo de Tarso Vannuchi, ao Jurista Paulo Brossard de Souza Pinto, ao Jornalista Denis Rosenfeld e ao Secretário-Geral da CNBB, Dom Dimas Lara, para, em reunião desta comissão, prestar esclarecimentos acerca das medidas contidas no Decreto 7.037, de 21/12/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos - A Comissão da Verdade.

Faz-se necessário, com urgência, o recolhimento de explicações sobre essa decisão do Governo Federal, e que poderá trazer grandes inquietações ao setor produtivo."

Todavia V. Exa. insiste no requerimento e eu submeto à apreciação do Plenário.

Se há alguma manifestação contrária, que se pronuncie.

Não havendo, eu dou por aprovado o requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós vamos, então, hoje, realizar uma reunião que tem o objetivo de apreciar o *"Projeto de Lei 458, de 2009, que altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 73, e estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação e modernização, com a participação de convidados que, logo a seguir, chamarei para compor esta Mesa."*

Antes de fazê-lo, entretanto, eu gostaria de fazer uma breve digressão sobre uma decisão relevante para o setor algodoeiro do nosso país. No ano passado, a Organização Mundial do Comércio, a OMC, autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos em 840 milhões de dólares. Foi uma decisão motivada por subsídios concedidos pelo governo norte-americano aos produtores de algodão daquele país.

Aquilo que nós sempre temos discutido aqui: uma cautela exagerada do governo brasileiro com relação aos subsídios, enquanto outros países o praticam de forma escancarada.

Mas houve uma decisão da OMC que mostra claramente que o produtor brasileiro estava sofrendo uma grande lesão e, por isso, surgiu essa autorização, essa vitória do Brasil na OMC.

Houve certo recuo do Embaixador americano Thomas Shannon nesse contencioso do algodão que, inicialmente, fez algumas ameaças, mas agora está com uma disposição para o diálogo.

E o governo brasileiro está, também, nessa direção. E isso exige de todos nós que prestemos bastante atenção, porque é uma disputa milionária, envolve 840 milhões de dólares, uma batalha comercial que pode

influir nessas relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos, e que, hoje, está chamando a atenção também do governo norte-americano. Para se ter uma ideia já se cogita a vinda aqui no Brasil da Sra. Hillary Clinton para articular um acordo comercial que seja capaz de administrar esse contencioso.

Enquanto isso, a CAMEX está elaborando listas de produtos que possam ser retaliados.

De qualquer forma, é um assunto relevante porque enfrenta um dos paradigmas que tem gerado grande controvérsia junto a produtores brasileiros que sofrem as consequências desses subsídios oferecidos pelos governos a concorrentes seus lá fora. Notícia relevante, indiscutivelmente.

Outra notícia relevante foi publicada numa revista semanal, na *Veja*, relacionada à possível criação de uma empresa estatal para exploração de fertilizantes.

Relevante essa notícia porque, desde o início da nossa gestão nesta comissão, temos nos batido duramente com relação aos custos de produção do setor agrícola e pecuário, sobretudo, na área de fertilizantes. Nessa área, o custo de produção é onerado com cerca de 40% do seu total, o que dá, que impõe ao nosso produtor uma situação de extrema dificuldade para enfrentar a concorrência, já que os fertilizantes, hoje, são explorados, no Brasil, por uns três ou quatro cartéis, que têm trazido um grande ônus para todo o setor produtivo. De sorte que, esta notícia, é uma notícia também alvissareira. Não estamos aqui pregando uma retomada do controle estatal da economia brasileira, mas é preciso levar em conta que sempre que a economia está sendo prejudicada pelo desinteresse de uma concorrência, ou pela dificuldade de uma concorrência mais ampla, acaba surgindo a necessidade de uma intervenção estatal.

E, neste caso, o que aconteceu? Nós tivemos a PETROBRAS já envolvida na produção de fertilizantes, ela recuou durante longos anos, agora, com uma nova postura do governo, volta a operar nessa área, mas todos nós sabemos que o foco principal da PETROBRAS não é produção de fertilizantes. Então, os fertilizantes serão sempre um coadjuvante na atividade principal daquela estatal.

Essa notícia, indiscutivelmente, pode ser a alforria do setor agrícola que espera uma política que desonere um pouco mais o seu custo de produção, que reduza o seu custo de produção para que a sua competição seja mais justa com os produtos estrangeiros.

Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Valter Pereira, eu gostaria de parabenizá-lo por trazer esse assunto a essa Comissão de Agricultura, porque se trata, possivelmente, de algo que precisa, urgentemente, constar dos investimentos ou da PETROBRAS, ou de uma estatal específica, já que o país possui enormes jazidas, principalmente de potássio.

As de fóssil já estão, alguma parte, exploradas, porém são todas empresas de fora do país. E o cloreto de potássio, ele já é um pouco explorado em Sergipe, e como praticamente 95% do mesmo é importado, e a agricultura brasileira necessita desse fertilizante, a Vale, uma empresa genuinamente nacional, já está operando na prospecção de aumentar a produção desse fertilizante de potássio.

E eu vejo que a entrada mais forte do governo via PETROBRAS, via refinadoras, a refinadora lá do Estado de Mato Grosso do Sul, em Corumbá, eu vejo que o aproveitamento dos gases oriundos do petróleo, eles podem ser transformados em nitrogênio. E, hoje, eles são expelidos e não aproveitados, porque nós não temos um foco. O Brasil está importando nitrogênio, está onerando a compra desses produtos, automaticamente dos alimentos que necessitam desses fertilizantes, e nós precisamos nos tornar autossuficientes.

Então, essa linha de nós acoplarmos a uma atividade que precisa de investimentos e que, às vezes, o poder, a iniciativa privada não possui interesse específico em fazê-lo por custos próprios de investimento, necessita, sim, a participação estatal.

E eu diria, como exemplo, um trabalho que o Ministério da Agricultura já prospectou que, no Estado do Amazonas, junto ao Rio Madeira, existe um fértil campo de jazidas de potássio, e que, nessa comissão, nós já tratamos desse assunto.

O que precisa é colocar em prática a sua efetiva prospecção, os projetos, os investimentos, para que, então, junto a esse grande campo de jazidas de potássio, se promovam os investimentos e o país se torne autossuficiente nessa produção de fertilizantes também. Com isso, o nitrogênio e o potássio e mais o fósforo, que já está sendo plenamente explorado, em todo o país, nós nos tornaríamos, então, autossuficientes, diminuindo o custo dessa matéria-prima, que é um componente dos maiores na produção de alimentos, encarecendo os alimentos, porque é cartelizado no mundo todo, e o país, o Brasil, o cerrado brasileiro principalmente, depende desse fertilizante em grande escala. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. V. Exa. tem toda razão. Eu acho que se o Brasil não cessar a dependência externa desses insumos, dificilmente o produtor brasileiro terá condições de enfrentar um dos seus maiores dramas hoje que é a questão da renda: o setor perdeu a sua

capacidade de produzir renda para os seus agentes. Portanto, eu acho que eliminar o cartel, cessar a dependência externa é uma notícia alvissareira para os produtores que precisam do nitrogênio, do fósforo e do potássio, que existe no subsolo brasileiro, mas que precisa de investimentos. E para enfrentar os cartéis poderosos que exploram esse setor, talvez é só mesmo uma empresa estatal.

Portanto, nós queremos aqui assinalar, inclusive, a posição do Ministro Reinold Stefanes que, durante a sua gestão, tem batido duramente nessa política cartelizada que tem trazido tanta erosão financeira para os produtores brasileiros. Então, são duas notícias que merecem comemoração para o setor agrícola e pecuário do nosso país.

Mas, como havia anunciado anteriormente, na verdade, hoje, nós temos uma Audiência Pública para ouvir os seguintes convidados, que já os convoco para participar da Mesa Diretora: o Sr. Marcelo Gonçalves Campos, que é assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego; o Sr. Cristiano Barreto Zaranza, chefe do Departamento Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; [interrupção no áudio] Ribeiro Pinto, assessor da Secretaria de Assalariados Rurais da CONTAG. [interrupção no áudio]. Em lugar do Sr. Luismar Ribeiro Pinto, estará presente, representando a CONTAG, o Sr. Antônio Lucas Filho.

O Senador Osmar Dias, que é o signatário do requerimento, não se encontra aqui, nesta sessão, de sorte que nós vamos passar a palavra, inicialmente, ao Senador Romeu Tuma, por uma questão de ordem...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só pela ordem, se V. Exa. permitir – não é referente à reunião que vamos realizar.

Primeiro cumprimentar V. Exa. por trazer o assunto do algodão, que foi bem colocado também pelo Senador Gilberto Goellner. Mas eu queria cumprimentar o Senador Gilberto Goellner pelo seu aniversário, nesse fim de semana, que, infelizmente, ele não atendeu o nosso telefone, mas o nosso coração deixou a mensagem de felicidade e sucesso. Então eu agradeço V. Exa. para poder registrar, em público, essa nossa bem querência ao nosso grande senador e amigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito provavelmente ele foi comemorá-lo lá na Chapada dos Guimarães, não é foi Senador Gilberto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mais ou menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mais ou menos. Por aquelas paragens. Alguma chapada.

Mas, de qualquer forma, os parabéns de toda a Comissão de Agricultura, que tem V. Exa. um dos parlamentares mais diligentes, mais cavaleiros e mais estimados. Portanto, tenho certeza que os cumprimentos do Senador Tuma exprime o pensamento de todos os componentes desta comissão.

Então, nós vamos discutir agora o Projeto nº 458, o PLS.

Nós vamos passar a palavra, inicialmente, ao Sr. Marcelo Gonçalves Campos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor representa o Ministério do Trabalho, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ministério do Trabalho e Emprego.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Marcelo...

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: Gonçalves Campos.

Bom-dia Senador Valter Pereira. Bom-dia aos Srs. e as Sras. Senadoras.

O Ministério do Trabalho agradece ao convite para participar da discussão desse importante projeto apresentado pelo Senador Gilberto.

E, antes da entrar propriamente na análise do projeto em si, eu gostaria de utilizar uns dois ou três minutos para uma rápida abordagem sobre a questão da legislação trabalhista e sua aplicação, inclusive no meio rural.

Como nós sabemos, a sociedade brasileira, em 1988, ela, através da Assembleia Nacional Constituinte e dos seus representantes na Câmara e no Senado, optou por constitucionalizar os direitos trabalhistas, uma série deles, e esses direitos trabalhistas estão lá elencados no art. 7º da Constituição.

E qual o motivo da sociedade brasileira, através de sua Assembleia Constituinte, tomar essa providência? Naturalmente pela importância que a sociedade brasileira entende que devam ter o conjunto dos direitos trabalhistas. Por quê? Porque é exatamente a união entre capital e trabalho, de uma forma harmônica, que possibilitará o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Essa constitucionalização dos direitos trabalhistas, é importante que se diga, se dará em relação a uma série de direitos, mas, fundamentalmente, ela inovou no sentido de equiparar os trabalhadores urbanos e rurais em relação ao conjunto dos direitos trabalhistas. Por que inovou? Porque, até então, trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais possuíam instrumentos jurídicos diferentes em relação à aplicabilidade a cada setor. Em relação aos trabalhadores urbanos, nós tínhamos a aplicação da Consolidação das Leis

do Trabalho; e em relação aos trabalhadores rurais, a Lei 5.889, de 73.

Olha, o que ocorreu com a Constituição Federal é que, ao equiparar direitos de trabalhadores urbanos e rurais, a Lei 5.899 se tornou praticamente obsoleta, praticamente superada em seu conjunto. Por quê? Porque ela era uma lei restritiva e, nesse sentido, imediatamente com a promulgação da Constituição, o que passou a ser aplicável aos trabalhadores rurais é exatamente o conjunto dos dispositivos e dos direitos contidos na CLT.

E há, ainda, um detalhe: que há alguns aspectos da legislação contidos na CLT que contrariavam, inclusive, a Constituição, recém-aprovada em 88, e que passou também, obviamente, esses dispositivos da CLT passaram a ser modificados à luz daquele comando constitucional.

Estou dizendo isso para estabelecer aqui, vamos dizer assim, um cenário, um patamar, para poder pautar a discussão do projeto. Porque, desde 1988, todos os governos que sucederam, seja o próprio governo de então do Presidente Sarney, do Presidente Collor, Fernando Henrique e do Presidente atual, todos esses governos incorporaram esse conceito, ou seja, da aplicação imediata daqueles direitos constitucionais existentes no art. 7º da Constituição e da igualdade dos direitos entre trabalhadores urbanos e rurais. E as estruturas de Estado, seja no Poder Executivo ou no Poder Judiciário, têm se incumbido de exigir dos empregadores rurais a aplicação deste conceito, a aplicação da igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos.

Nesse processo, e ao longo desses anos, não tem sido rara a propositura de projetos na Câmara e no Senado que rompem com esse conceito. Rompem em que sentido? No sentido de imaginar que se poderiam criar dispositivos específicos para os trabalhadores rurais e dispositivos que, às vezes, parecendo, inicialmente, meramente burocráticos, mas que, sob esse manto de uma modernização burocrática, podem vir a ferir direitos dos trabalhadores rurais, direitos garantidos pela CLT ou pela Constituição Federal. Então é importante partimos dessa premissa e partimos desse conceito da aplicação homogênea e igual dos direitos dos trabalhadores urbanas e rurais.

Não queremos dizer aqui que algumas especificidades relacionadas ao trabalho rural ou mesmo entre categorias de trabalhadores urbanos não possam existir. Os doutrinadores que têm se ocupado dessa questão, especialmente no meio rural, ao longo dessas décadas, cito aqui Maurício Godinho Delgado, Alice Monteiro de Barros, reforçam esse conceito e essa tese da igualdade dos direitos, e deixam bastante claro que, em relação à 5.889, que é a legislação que se pretende modificar com o projeto em questão, são raríssimos e exceções os dispositivos que chocam com a CLT. Poderia citar, por exemplo, o horário de trabalho noturno do trabalhador rural em comparação com o trabalhador urbano, isso muito em razão até, por exemplo, do setor da pecuária, porque, para tirar leite, os trabalhadores e atividades precisam começar muito mais cedo do que normalmente se começa no meio urbano.

Então, algumas especificidades ainda subsistem, mas são especificidades que não rompem e não fragilizam o direito desses trabalhadores rurais.

Dito isso, e agora adentrando especificamente ao projeto, inicialmente eu gostaria de dizer do mérito da propositura do Senador Gilberto, com quem sempre o Ministério do Trabalho sempre tem dialogado de forma democrática e respeitosa, mas, entretanto, gostaríamos de trazer a essa discussão democrática algumas preocupações, no viés desse conceito que acabei de colocar e dessas preocupações.

Pontuarei alguns aspectos da propositura que me parecem chocar com esse conceito que abordei aqui e que está presente na Constituição Federal.

Primeiro deles: a propositura, quando trata do intervalo intrajornada, do intervalo para almoço, se propõe um elastecimento do horário do almoço que poderia chegar até quatro horas. Tenho certeza que a propositura do senador, conforme, inclusive, observei em sua entrevista, inclusive com descanso dos trabalhadores e um maior conforto para os mesmos, mas me permito, talvez, discordar, em certa medida. Conheço razoavelmente o meio rural, sou filho de proprietários rurais, e entendo que um intervalo tão grande, de forma genérica, no meio rural, talvez seja mais prejudicial do que benéfico ao conjunto dos trabalhadores. Talvez para uma atividade como a pecuária se poderia pensar, e, realmente, talvez, fosse possível, mas para o conjunto das atividades, vejo com preocupação. Vamos ver como é que analisará a representação dos trabalhadores. Vejo como preocupação e vejo como algo que realmente pode significar, para trabalhadores especificamente atingidos, um grave prejuízo, e aí contrariando o conjunto do normativo trabalhista e a própria Constituição Federal.

Outro aspecto se refere à remuneração da hora extraordinária. Primeiro, o projeto, ele tenta conceituar o trabalho por força maior e em serviços inadiáveis, e ele o conceitua de uma forma que rompe com conceitos até existentes para o meio urbano. Acho que essa questão deva ser maior aprofundada.

A Constituição Federal, quando determina o pagamento da hora extraordinária, ela não define exceções. O caso da força maior e do serviço inadiável,

ela não coloca como exceção para o não pagamento do adicional da hora extraordinária, apesar de alguns tribunais, em alguns momentos, identificarem que não deva pagar, mas a Constituição não diz isso. Então é importante que tenhamos essa clareza e essa preocupação.

Um outro aspecto importantíssimo que o projeto do senhor traz, que, na realidade, é uma grande discussão que está, hoje, no mundo do trabalho, que é a questão da terceirização.

Sem dúvida, a terceirização é um dos assuntos mais polêmicos, mais espinhosos, hoje, no mundo do trabalho, e se não refere – aí devo dizer – ao trabalho rural. Porque, em tese, no trabalho rural, as limitações da terceirização são muito maiores do que são, hoje, ao setor urbano.

Mas, mesmo no setor urbano, a legislação aplicável – a terceirização se destina basicamente ao setor urbano –, mesmo limitada lá no setor urbano, ela tem sido, talvez, a maior fonte de degradação das condições de trabalho, a maior fonte de prejuízo aos trabalhadores.

E, inclusive, preocupado com essa questão, o Poder Executivo tem feito discussões com o Legislativo e com o Poder Judiciário, em dois campos tem corrido – um no Ministério da Justiça e outro no Ministério do Trabalho.

Recentemente o Ministério do Trabalho, em diálogo com as centrais sindicais e representação de empregadores, produziu um texto de um projeto que visa modernizar e definir os limites legais para essa questão da terceirização, não só para a defesa dos direitos dos trabalhadores e para a proteção contra abusos, mas, inclusive, para garantia da segurança jurídica dos empregadores, porque a legislação, hoje, realmente, ela é bastante tênue e capciosa, permitindo realmente insegurança jurídica. E esse projeto que foi aprovado em consenso e que está na Casa Civil, ele vai, exatamente... rompe com este conceito que o senhor tenta, que o Sr. Senador tenta introduzir para o meio rural.

Imaginar, dentro dos pressupostos hoje existentes para a terceirização, que as atividades mecanizadas no meio rural poderiam ser terceirizadas, não nos parece a melhor ideia. Primeiro porque a terceirização estaria, então, a beneficiar somente aqueles setores mais dinâmicos da economia rural, aqueles que possuíssem a capacidade de fazer essa introdução de tecnologia e maquinário, enquanto aqueles mais, vamos dizer assim, atrasados tecnologicamente não se beneficiariam dela.

E, imaginemos, por exemplo, uma atividade rural, como plantio da cana, que tem sido, praticamente, mecanizado na sua totalidade. Nós vamos chegar em determinadas usinas de produção de cana e açúcar e álcool que não vai ter ninguém empregado, vai ser todo mundo terceirizado. Então nos parece ser a melhor ideia.

Nós entendemos que a questão da terceirização deva ser discutida num projeto que defina os pressupostos, as obrigações, os limites, os direitos para o conjunto dos trabalhadores urbanos e rurais, à luz do que prevê a Constituição, que tem que ser assim, não pode haver diferença.

Então, achamos que essa questão da terceirização tem que ser discutida, queremos dialogar com o Congresso Nacional nesse sentido, tendo como marco a segurança jurídica dos empregadores e a proteção dos trabalhadores, mas entendemos que tem que ser uma discussão que transcende, vai além do trabalho rural.

Nós entendemos que, talvez, seja um equívoco discutir ou imaginarmos que se possa fazer mudanças muito profundas na legislação destinada ao trabalhador rural, desfocado e distante do conjunto da legislação que rege também os trabalhadores urbanos. Não podemos. Isso poderia ser feito antes da Constituição de 88, não depois dela.

São essas minhas considerações, e me coloco à disposição para o diálogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradeço a manifestação do Sr. Marcelo Gonçalves Campos.

E nós vamos prosseguir nas exposições primeiro e, depois, nas intervenções dos Srs. Parlamentares.

Então o próximo será o Sr. Cristiano Barreto Zaranza, chefe do Departamento Jurídico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Com a palavra o Sr. Cristiano.

SR. CRISTIANO BARRETO ZARANZA: Bomdia a todos os presentes.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a todos da Mesa na pessoa do Senador Valter Pereira, que preside os trabalhos aqui da comissão. Cumprimento a todos. Agradeço a oportunidade de estar apresentando um posicionamento, com todo respeito, ligeiramente divergente, um posicionamento mais voltado com as preocupações do agronegócio e com o impacto na empregabilidade, impacto na sustentabilidade do setor, na competitividade internacional e, também, na dinâmica da economia interna, principalmente nesses pontos de crise que o Brasil se saiu relativamente bem no ano passado e continua com prospecções de evolução no cenário atual.

Como um dos principais objetivos por nós identificados nessa proposta, no projeto, podemos destacar

que ela procura, abertamente, dar um dinamismo ao setor primário, porque, em alguns pontos, embora colocados aqui que a Constituição nos traz uma premissa de igualdade entre os trabalhadores urbanos e os rurais, nós defendemos que a igualdade, ela deva ser interpretada de forma relativa, porque toda igualdade, quando você trata de forma absoluta, na verdade, se produz desigualdades. É um setor que tem características especiais, como a gente vai demonstrar mais adiante, e que precisam ser observadas. E boa parte do projeto trata exatamente disso: identificar alguns pontos que são suscetíveis de extensão dos direitos já conferidos aos trabalhadores urbanos, aos trabalhadores rurais, como também avançar em alguns pontos que poderiam ser identificados como forma de resolução de alguns conflitos, de algumas situações peculiares do setor. Então visa também assegurar, de certa forma, melhoraria na qualidade de vida do trabalhador rural, de sua família, e minimizando esses conflitos da aplicação indiscriminada desse instituto igualitário preconizado na Constituição.

Então, como características do projeto, ele tem uma limitação de oito horas do trabalho diário rural, uma limitação regular, com a possibilidade da extensão, limitação essa que a gente já encontra, inclusive, no setor urbano; determina, também, o intervalo de jornada de no mínimo uma hora e no máximo de quatro horas, considerados os usos e costumes das regiões específicas e condições climáticas.

Qual a importância desse ponto para a gente destacar aqui nessa ocasião? Se observarmos com cuidado, uma disposição similar nós encontramos no art. 71, da CLT, que *"prevê para os trabalhadores urbanos intervalos intrajornada de até duas horas"*. Perfeito. Vamos falar até duas horas, mas a proposta é de até quatro. Mas temos uma exceção, já na CLT, que é *"salvo convenção coletiva ou acordo escrito"*.

Cito, por exemplo, aqui, acordo, na própria capital aqui, com o Sindhobar, onde a categoria de restaurantes, você, para permitir um horário mais elastecido, você pode fazer um acordo coletivo de trabalho, de modo que ele atenda, a mesma equipe de funcionário, o serviço de almoço, um intervalo mais elastecido, para, depois, essa mesma equipe trabalhar no serviço de jantar, sem que isso tenha sido identificado como um ato lesivo aos direitos dos trabalhadores. Na verdade, foi a constatação de uma situação especial dos comerciários de bares e restaurantes, e que foi muito bem recebida pela sociedade.

E o que destina esse projeto aqui hoje? Exatamente isso: mostrar para os senhores a especificidade desse setor que, também, por uma questão climática ou operacional, mereça ser observado de uma situação especial.

Aqui foi destacado pelo Dr. Marcelo Gonçalves a situação dos produtores de cana. Pois é, também citamos a situação aqui dos produtores de cana para bem exemplificar isso.

Rotineiramente no TST encontramos julgados, relatando, de alguma forma, o trabalho exaustivo a que os trabalhadores desses setores estão sujeitos. E aí vai uma questão, inclusive, de higiene, de saúde mental desses trabalhadores: será que pela peculiaridade desses trabalhos, que, de certa forma, existe um desgaste grande, eles não seriam merecedores de um descanso um pouco maior? Essa é a pergunta que nos fazemos para fins de melhor exposição e apreciação desse projeto. E com uma ressalva também: que a previsão do intervalo que exceda duas horas deverá constar do contrato individual do trabalho. Para que isso? Exatamente para dar uma proteção para o trabalhador, para que ele saiba que vai estar sujeito a essa condição especial, para que não seja um ato discriminado do empregador. Então, houve também uma preocupação com os trabalhadores quando da proposição apresentada.

Outro ponto importante é a possibilidade de estender a jornada normal, em casos de necessidade imperiosa, seja para fazer face a motivo de força maior ou causas acidentais, como também a necessidade de realizar ou de concluir serviços inadiáveis, cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

Também não temos novidade quanto a isso. Na verdade, temos uma hipótese muito parecida no art. 61 da CLT. Então, apenas estamos identificando e permitindo isso de uma forma mais clara para aplicar ao setor rural. Porque, hoje, qual a grande dificuldade nos Tribunais Trabalhistas? É quando algumas disposições celetistas tratam que *"aplica se ao trabalhador urbano tal, tal e tal direito"*. E quando isso vai ser interpretado pelo juiz, das mais diversas formas, em algumas situações nos surpreendemos com aplicação restritiva, deixando de fora o trabalhador rural.

Então, como forma de resolver esse tipo de conflito, surgiu, de uma forma louvável, a proposta para que não pairem mais dúvidas quanto a essa extensão desse direito em especial.

No mesmo sentido, temos aqui que esse dispositivo exemplifica circunstâncias cuja ocorrência se configura necessidade imperiosa.

Era outra dificuldade, porque se restassem dúvidas quanto à aplicação desse direito, na forma de celetista, para o trabalhador rural, você ainda cai no subjetivismo: o que seria uma atividade imperiosa? Isso

o projeto também trata, que são as geadas, condições de armazenamento e entre outras lá descritas.

Mais adiante, podemos destacar também a possibilidade de prorrogação de jornada em decorrência da anterior interrupção de trabalho, motivada por força maior ou causas acidentais, até o limite de quatro horas excedentes, desde que não ultrapasse 12 horas diárias, em período não superior a 60 dias por ano.

Na mesma linha, hipótese similar encontra previsão na CLT, art. 61, § 3º. *"Todavia tratam de duas horas excedentes, desde que não ultrapasse a dez horas diárias, em período não superior a 40 dias."*

Temos o que de diferente nisso? A extensão de duas para quatro horas e de 45 para 60 dias. Mas, pelas mesmas razões de peculiaridade do trabalho no campo, é um setor mais desgastante, e a gente está tentando exatamente o quê? Apresentar para os senhores esse posicionamento diferenciado, essas condições especiais, e citando, inclusive, os exemplos de forma a permitir a aplicação sem que isso seja interpretado como uma forma de lesão aos direitos dos trabalhadores.

Outro ponto importante do projeto, que ele dispõe sobre o valor a ser pago em decorrência do excesso de jornada.

E, com a devida vênia, discordo, em parte, da colocação feita pelo Dr. Marcelo, porque no projeto trata, num dispositivo muito parecido também com a CLT, e com previsão no art. 7º, inciso XVI, da Constituição, em que estabelece, na proposta, um mínimo de 50%. Se atentarmos para a redação de 61, § 2º, vamos verificar que é muito parecida a redação, eu diria que quase que idêntica. Então, não vejo, na minha interpretação, nenhuma lesão a direito, apenas uma expressa menção quanto à aplicabilidade desse dispositivo ao setor.

Outro ponto importante prevê, ainda, a possibilidade de compensação de horas extras, de horas extraordinárias, por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, hipótese também já contemplada para o setor urbano, no art. 59, § 2º, da CLT.

Outro aspecto que merece o nosso destaque é que, em caso de necessidade imperiosa, a prorrogação da jornada poderá ser exigida mediante anotação do registro de ponto, sujeito à fiscalização do trabalho, independente de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

Na mesma linha do que a gente já apresentou anteriormente, dispositivo semelhante tem previsão no 61, § 1º, da CLT. Todavia o que é que muda para cá? A gente está tentando, com essa exposição, demonstrar o avanço da proposta no seguinte sentido: aqui elimina-se a comunicação da autoridade de competência em matéria de trabalho, por quê? Se esse registro já vai ser formalizado e ficará, a qualquer tempo, à disposição da fiscalização do trabalho, em caso de dúvida é só o fiscal ir lá, solicitar e vai ser dirimido esse procedimento.

Agora, fica um pouco complicado, principalmente se observarmos as distâncias de algumas propriedades rurais em relação à capital, você diligenciar, a todo o momento, no sentido de cumprir essa exigência formal. Então, criamos condições formais de que, caso haja dúvida, o fiscal do trabalho tenha disponibilidade e imediato acesso a essa documentação sem maiores problemas, de modo a resguardar o interesse, inclusive, do trabalhador. É apenas uma medida para simplificar a condução das atividades operacionais de uma propriedade rural.

Outro ponto a ser destacado é o controle da jornada diária do trabalho que deverá ser feito pelo empregador, que deverá fornecer, mensalmente, o demonstrativo individual das horas trabalhadas e o período de compensação de cada trabalhador.

Outro aspecto merecedor do destaque, na nossa exposição, é que, em caso de rescisão do contrato de trabalho, deverá pagar as horas extras não compensadas com base na remuneração na data da rescisão.

Dispositivo também similar a uma atual redação da CLT, no art. 61, § 3º.

Mais um ponto é que possibilita ao trabalhador, que resida em local distante com a concordância do empregador, que ele goze de repousos semanais remunerados de, pelo menos, cinco dias consecutivos dentro do mês.

Aqui temos um avanço merecedor de um destaque que... Qual é a maior dificuldade quando do cumprimento da legislação do repouso semanal remunerado? É, propriamente, a questão do transporte, a questão da localização dessa propriedade rural, em que, muitas vezes, o trabalhador demanda muito tempo para ir e vir. Você dá um, dois dias de folga, dependendo se você estiver falando numa propriedade no interior do Pará, que demanda transporte de barco ou conduções mais rudimentares, ele vai demandar muito tempo no deslocamento e passará pouco tempo com a sua família. Então esse dispositivo permite, desde que acordado entre patrão e empregado, que ele tenha um convívio familiar maior, que ele possa dispor de mais tempo para esse convívio saudável, descanso e acompanhamento das disposições familiares.

Então, nesse ponto, embora não tenhamos localizado nenhuma redação similar no ordenamento jurídico vigente, achamos que pode ser um ponto em benefício do convívio familiar do trabalhador rural em

face às condições especiais de localização e transporte das propriedades rurais.

Outro ponto importante é que ficam inexigíveis as formalidades previstas no § 5º, do art. 9. Quais eram essas formalidades? Contratos com testemunha e notificação do sindicato, quando o empregador rural fornecer moradia e infraestrutura, de acordo com as normas do Ministério e com a legislação aplicável.

Porque isso? No mesmo sentido de tentar facilitar e diminuir a burocracia no que tange a notificações, notificações e formalizações excessivas de contrato. Se você parte da premissa que ele está cumprindo todas as normas, no mesmo sentido, quando a fiscalização tiver dúvida, isso vai ser dirimido no auto de infração ou na fiscalização da propriedade e documentações inerentes às relações trabalhistas. Então, é uma medida para simplificar e dinamizar um pouco mais a atividade do setor.

Outro ponto importante do projeto é que não se considera jornada de trabalho *in itinere* o transporte gratuito de empregados fornecidos gratuitamente pelo empregador – ficou até repetido esse ponto – com segurança, conforto e dignidade em face da ausência de transporte público adequado.

Esse ponto aqui é um ponto até um pouco divergente do entendimento, inclusive dos tribunais – acho que estou até me antecipando um pouco aqui a fala –, mas é um ponto importante, porque, aqui, temos uma questão técnica a ser observada. Não estamos tratando aqui nem de propriedades de difícil acesso nem propriedades situadas em lugares longínquos. Podemos citar assentamentos do INCRA, ou "n" outras situações de propriedades dentro de uma acessibilidade razoável, mas que, por questões econômicas, por exemplo, uma linha de transporte regular não seja viável.

E porque não considerar como jornada *in itinere*? Porque, na nossa visão, isso pode ser interpretado como uma dupla penalização para o empregador rural. Porque tanto ele vai ter que custear a questão inerente ao transporte, ele vai ter que ter essa despesa, como, uma segunda forma de punição, de onerar a atividade produtiva rural, ele também vai ter que arcar com uma hora não trabalhada, que é a hora desse deslocamento efetuado. Então, isso sobrecarrega demais a propriedade rural, principalmente se estivermos tratando de pequenos produtores. Então, é um ponto que merece bastante atenção e cuidado nessa análise, porque o setor é um setor especial, principalmente quando a gente trata de pequenas propriedades.

Outro ponto importante é que autoriza terceirização de atividade-fim no meio rural nos casos de atividades dependentes de maquinários e equipamentos de propriedade de terceiros, desde que inexistentes a subordinação direta e a pessoalidade.

Concordo com a colocação aqui do Dr. Marcelo que, de certa forma, essa medida pode acabar tendo algum grau de restrição. Num primeiro momento, sim, porque só quem se beneficiasse desse tipo de atividade poderia estar terceirizando. Mas a nossa interpretação é sobre um outro ângulo: por que, hoje, é visto como restrição? Porque o custo operacional desse tipo de maquinário é muito alto. O pequeno produtor, ele não tem condições de comprar para uma atividade sazonal, para uma... que ele vai usar um mês, duas vezes ao ano, uma colheitadeira de alto custo, por exemplo, no setor de cana. Então, ele deixa de ter acessibilidade aos mecanismos tecnológicos por uma questão econômica. Quando se você tiver a possibilidade de terceirização, a gente vai estar permitindo, principalmente, à pequena propriedade, ao pequeno produtor, que não tem capital para comprar o maquinário, que ele possa, por exemplo, fazer um contrato de terceirização equivalente ao período que ele, efetivamente, for utilizar esse maquinário. Uma colheitadeira de cinco milhões de dólares, ele não tem condição de comprar, mas ele pode locar a 200 mil e utilizar só no mês que ele for ter a colheita ou preparo da terra.

Então, na verdade, a gente vai estar, num primeiro momento, permitindo a acessibilidade do pequeno produtor à tecnologia existente no mercado. Então, a nossa interpretação para esse dispositivo é um pouco diferente: é mais de acessibilidade do produtor que não dispõe de tantos recursos aos mecanismos atualmente existentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E, hoje, já é praticada a terceirização.

SR. CRISTIANO BARRETO ZARANZA: Exatamente, mas com restrição de terceirização para atividade-fim. Que, de certa forma, a atividade de colheita, por exemplo, mecanizada, é entendida pelos tribunais de atividade-fim. Então estaríamos aqui a regulamentar esse tipo de situação. É mais ou menos isso mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas estamos indo em direção do direito consuetudinário.

SR. CRISTIANO BARRETO ZARANZA: Perfeitamente.

Outro ponto merecedor de nosso destaque é que o projeto estabelece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços terceirizados, desde que este tenha participado da relação processual e que tais obrigações constem do título executivo judicial.

Na mesma linha, já trazemos aqui que não é nenhuma novidade esse tipo de redação. Entendimento

similar aqui nós encontramos já no TST, na Súmula 331, inciso IV.

E, por fim, ressaltamos aqui que o contrato de safra, que suceder a outro após o intervalo mínimo de três meses, mantém a característica de contrato por prazo determinado, desde que vinculada à relação de serviços sazonais, sobretudo em atividades transitórias.

A novidade aqui é que a gente está passando a questão para três meses e destacando a sazonalidade. Porque antes, como é que funcionava a redação anterior? Num período de um ano se houver o prazo de dois meses, acima de dois meses, o contrato passa a ser por prazo indeterminado. Então trazemos aqui o destaque da proposta apresentada no projeto quanto à sazonalidade, que pode, também, desonerar a atividade produtiva de um modo geral.

Então, com essas razões, espero ter contribuído na elucidação das questões técnicas inerente ao projeto de lei, e continuo aqui à disposição para maiores esclarecimentos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Dr. Cristiano, e acredito que tenha realmente lançado luzes sobre o assunto que está sendo debatido.

Nós vamos passar a palavra, a seguir, ao Sr. Luismar... Aliás, Sr. Antônio Lucas Filho, que é o diretor de Assalariados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG.

SR. ANTÔNIO LUCAS FILHO: Bom-dia para todos.

Obrigado Senador Valter Pereira pelo convite, a oportunidade de estar aqui.

Nós não tivemos muito tempo para discutir o projeto, pegamos o projeto agora, já véspera da Audiência Pública, então acho que já vamos adiantar de que estamos abertos, a Confederação está aberta para conversar, para dialogar sobre algumas questões. Porque, dentro do projeto, tem algumas coisas que, *a priori,* não traria nenhum prejuízo, pelo contrário, são alguns pleitos do trabalhador. Mas tem algumas questões que nós vamos comentar e que a gente é contra.

Eu estive observando aqui – não sou advogado, sou diretor da CONTAG, sou agricultor familiar, assentado da reforma agrária –, mas estive observando na justificativa, a própria justificativa, ela traz umas coisas que eu fico pensando como trabalhador, como cortador de cana, como apanhador de algodão, na região de Santa Helena, fico pensando o seguinte: o mercado internacional impõe algumas regras e a gente, em vez de enfrentar essas regras, para que eles mudem alguma coisa lá também, a gente muda as nossas. E aqui tem uma propositura de mudar tirando o direito do trabalhador.

Eu ouvi o Senador Valter Pereira falar da questão da renda. Esse é um problema, nós também sofremos essa perda dessa renda na agricultura familiar muito mais, porque nós não temos capital; nós temos muito mais dificuldade: terras pequenas, terras ruins, porque a grande maioria dos assentamentos são em terras péssimas, terras muito fracas, muito ruins, não tem como você... Ninguém faz milagre em cima de terra, não tem muito milagre, não. Tem o milagre do químico, mas o milagre químico, ele também tem suas limitações, é caro. Então, acho que, às vezes, é importante que a gente enfrente o monopólio, os cartéis, em vez de fazer um enfrentamento ao direito do trabalhador.

O Brasil, e eu tenho andado no MERCOSUL, fora, fui na Europa agora, dado essas discussões da cana-de-açúcar, de uma discussão que a gente está fazendo com o setor e o governo , para melhorar a vida desses trabalhadores, e tenho observado o seguinte: o Brasil é um país que a gente deve se orgulhar muito de ele ter uma lei especial para o trabalhador rural, a Lei 5.889. Nós devemos se orgulhar disso e ter isso, assim, como uma coisa até de resguardar isso para o trabalhador rural, que trabalha numa condição no meio do sol quente, na poeira, na chuva, que a única proteção que ele teve nos últimos anos é NR-31, que ela veio... Primeiro, é uma NR especial e que trouxe uma certa proteção para as situações que eu falei aqui: para sol, para almoçar sentado debaixo de um toldo, porque almoçava no meio do sol quente, na poeira.

Essa lei é ótima, ela é maravilhosa, porque nós somos um dos países que tem uma lei especial; você tem uma lei geral, mas você tem dentro dessa lei geral uma lei especial para o trabalhador rural, que muitas coisas dessa lei fala num limite mínimo, que nós poderíamos ter regulamentado e criado um limite maior. O caso do aviso prévio, por exemplo, o aviso deveria ser maior. E outras questões que nós gostaríamos também que fossem maiores.

A questão da hora extra, por exemplo. Eu, como trabalhador, sempre observei que a hora extra, o limite da lei de 50% está ótimo. Mas quando você ultrapassa duas horas, quando você faz hora extra devido, inclusive, a exigência que a atividade faz, principalmente no período de colheita e no período de plantio, que ela tivesse um pagamento acima de 50%. E, nas convenções e acordos, nós temos estabelecido 100%. Para quê? Para você receber por aquele esforço maior que você fez. Ora, eu trabalhei oito horas e ainda vou trabalhar um pouco mais porque eu tenho que plantar, porque plantar... E aí eu não discordo dos empregadores, que, realmente...

Eu trabalhei muito plantando algodão naquela região de Santa Helena, que foi uma das regiões, no Centro-Oeste, maior produtora de algodão nos anos 70 até os anos 80. Hoje esse algodão migrou para Mato Grosso e está muito bem lá em Mato Grosso. Mas ele foi uma migração, ali foi uma migração da cultura. A cultura estava enfrentando uma disputa com cana e com soja.

Então veja bem, eu achava: "Bom, se você trabalhou oito horas, vai trabalhar mais duas." A lei já permite até 12, até 12 já pode. Mas se você vai trabalhar um pouco mais, nós teríamos que receber essa hora extra 100%, para justificar o esforço físico que eu estou fazendo. A gente tem negociado isso. Mas nem sempre você consegue negociar isso. 90% dessas horas extras são pagas 50% mesmo, até quando passa de duas ou mais. São pagas 50%. Então, acho que aí, nesse aspecto, o projeto não traz alguma coisa de boa.

Mas assim, tem outra questão aqui no projeto que torna o empregador, que cria uma regra de tornar todo mundo como pessoa jurídica.

Bom, nós temos agricultura familiar, e entendemos que, nesse projeto, nós precisamos conversar com o senador, porque, no caso da agricultura familiar, se você fizer isso, nós vamos criar um problema bastante complicado.

Eu sou agricultor familiar hoje. Trabalho com a minha família. Se uma coisa dessa aqui transformar eu em pessoa jurídica, significa que eu vou ter que mudar a forma que eu estou organizado lá para produzir: vou ter que recolher coisas que eu não recolhia, vai ter que mudar alguma coisa na Previdência Social, e vai criar um caráter para mim que eu não vou poder nem estar sócio mais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracanjuba, que é o meu município em Goiás, que para quem não conhece aqui, próximo de Caldas Novas, porque acho que aí Caldas Novas talvez a maioria das pessoas aqui conhecem, porque é uma cidade turística do Estado de Goiás que vai muita gente lá passear. Eu estou ali vizinho.

Se fizer isso, transforma eu, eu nem poder ser sócio do Sindicato do Trabalhador Rural não vou ser mais. Então, cria um problema para nós. É preciso ver isso.

Nós não temos, hoje, no Brasil, nem 5% desses agricultores que enquadram perfeitamente como CNPJ. Podemos ter no Sul, no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina. Santa Catarina não, porque Santa Catarina é especificamente de agricultor familiar mesmo. Mas no Sul a gente tem uns agricultores familiares que, por sua condição, cresceram e hoje já tem mão de obra, já tem uma condição. Talvez, se eles se transformassem aqui, poucos, mas alguns, que não seria muito prejuízo.

Mas aí nós temos um Brasil que não é só o Rio Grande do Sul. Se a gente descer para o Norte e Nordeste, aí é muito mais complicado do que eu, que estou em Goiás. Então essa é outra questão que nós queremos conversar com o senador, queremos... Porque eu acho que é bastante complicado para nós.

Tem outra coisa aqui que é essa coisa de você ter quatro horas de almoço. Quando eu olhei isso aqui eu até dei risada, falei: *"Poxa, a gente tinha só uma hora do almoço, almoçava no meio do sol quente, agora vai ter quatro horas? Que prêmio, que coisa boa!"* Só que esse prêmio não vem de graça. Quando você vai olhar aqui, aí você vê que a coisa não é bem assim, não. Por quê? Parece que é um prêmio: "Poxa, eu tinha uma hora". Nem gozar essa uma hora eu não gozo, porque a maioria do serviço rural é por produção. Então a própria organização do trabalho obriga eu a diminuir a minha hora, uma hora, para menos, comer mais rápido, para produzir, porque eu estou num sistema que não me permite descansar quatro horas de forma nenhuma. O serviço, a maioria dele é por produção. As pessoas ganham por aquilo que produz, e não por um salário fixo.

"Ah, eu sonho, um dia, a gente ter um salário fixo no campo a nível nacional", que o salário mínimo está melhorando, mas que seja um piso bem além do salário mínimo, para que todo trabalhador tivesse um piso nacional, e, a partir daí, ele ganharia sobre a produção, mas depois desse piso, obedecido primeiro o limite desse piso. "Ah, eu sonhasse, antes de eu morrer, ir dessa para outra, tivesse uma coisa dessa nesse país." Eu ficaria muito orgulhoso de tudo que eu fiz como trabalhador e hoje faço na Confederação, mas isso ainda não é possível. Que nem as atividades, hoje, a maioria dos pisos é mesmo para regulamentar situações específicas, mas todo mundo trabalha na produção. 90% é na produção. Mesmo quem planta. Quem planta é produção. Se plantar essa área aqui nós ganhamos tantas sacas de soja; se plantar... Então tudo é produção.

Tem outra questão que é essa situação que a lei traz, o projeto traz, das situações de chuvas, sol, e tal. Eu até fiz uma brincadeira com o Dr. Luismar, que nós estávamos analisando uma reunião com a presença da diretoria, o presidente da CONTAG, e falei para ele: *"Aqui só faltou..."* Aqui é uma brincadeira mesmo, não é nada de ofensa, por favor, não me entenda como ofensa. Falei: *"Só faltou aqui a gente prever aqui um terremoto, uma situação como a que aconteceu em Santa Catarina, porque todas as outras foram previstas aqui"*.

Só que aqui traz uma coisa bastante complicada, gente, transforma o risco da atividade – e aí serve para

nós lá dentro da CONTAG. Nós empregamos pessoas lá. Se acabar energia na CONTAG e as pessoas não trabalhar, o risco é nosso. Se um computador queimar, o risco é nosso, não é do trabalhador. Aqui tem uma ideia de transferir o risco da atividade para o trabalhador. Então nós precisamos conversar sobre isso. Porque disso? Porque transferir? Temos que conversar sobre isso. É muita coisa.

Outra coisa: a situação que é colocada aqui me parece muito que é tudo. Necessidade imperiosa aqui, do jeito que está, parece que tudo é, porque é uma decisão muito da empresa. Onde é que entra a decisão do trabalhador de falar: *"Não, isso aqui não é situação imperiosa, não"*. Nós não concordamos. Onde é que ele vai fazer isso? A empresa vai decidir.

Se eu sou empresário – e aí eu sei muito disso, eu estou do lado de cá, mas conheço um pouco do lado de lá. Se eu for decidir, eu vou decidir de um modo geral, o que me interessa. Nós não estamos falando aqui de ganhar dinheiro, de diminuir custo? Eu acho que diminuir custo, a gente pode diminuir, sem prejudicar o direito do trabalhador. Se tiver como fazer isso, a CONTAG apoio um projeto que vai diminuir o custo da produção para que o trabalhador ganhe mais, e divida isso que vai sobrar com o trabalhador. A gente vai apoiar.

Bom, como o meu tempo está vencido...

Tem outra coisa com relação à hora *in itinere*. Nós temos, hoje, uma coisa que é assim: o trabalho rural, na pecuária, por exemplo, a grande maioria desses trabalhadores, eles trabalham no local, eles vivem na propriedade; eles não saem da cidade de manhã, vão e voltam. A pecuária, ela exige, ela é uma atividade que exige que a pessoa esteja lá, presente.

Há outras atividades que o trabalhador sai da cidade – nós estamos falando de trabalhador rural que mora numa cidade, sai de madrugada, vai trabalhar e volta para a cidade. Ele não mora no campo. Esses assalariados, a grande maioria deles mora nas cidades ou nos perímetros urbanos que foram criados nesse país, que chama de cidade, mas são uns perímetros urbanos, que tem nas rodovias, que você tem dois quebra-molas: um que chega, outro que sai. Ali é uma cidadezinha, chamada cidade, que é uma área rural, não é, lá no meio criaram uma... Nós chamávamos antigamente de corruptela; hoje chama de cidade. Então essas pessoas dormem ali. Ele vai.

Bom, esse transporte, que poderia o Estado estar oferecendo, não existe, transporte público regular que está lá, dito na lei. Ele não existe. A pessoa não vai de bicicleta trabalhar uma hora e meia de distância, porque, se ele for, ele não consegue trabalhar a semana inteira, não. Bicicleta cansa. Ele não tem um carro.

Então, o Estado não faz, a empresa oferece, mas em troco disso ela fala: *"Bom, então nós vamos tirar um direito de vocês constitucional, a hora* in itinere*"*. A gente tira isso e dá o transporte de graça para vocês. Está bom? Está bom para vocês? Essa é uma coisa que nós não concordamos. Nós queremos conversar muito mais sobre isso. Nós queremos conversar sobre isso. Porque quando eu entro lá de madrugada num ônibus para ir trabalhar, da empresa, eu estou a serviço da empresa a partir dali. Eu estou a serviço da empresa. Da mesma forma quando eu fico dentro da propriedade, nessas quatro horas aqui, eu estou a serviço da empresa também. Os riscos têm que ser da empresa também.

E nós estamos entendendo aqui... Não ficou claro, inclusive pela exposição do Cristiano. Nós até estávamos entendendo, Cristiano, que aqui também poderia ter, tipo assim: eu fico descansando, mas depois eu tenho que fazer uma compensação dessas horas que eu descansei. Mas ainda não está claro para nós se vai haver essa compensação. Porque, veja bem... E quero dizer para vocês: eu não sou daquelas pessoas que sou trabalhador rural e sou ignorante ao ponto de não entender como é que funciona as propriedades rural, porque a minha toda foi trabalhando para os outros.

Essa coisa do migrante que vocês disseram aqui, ela é verdadeira. O migrante... E você citou um exemplo que o seu exemplo eu acho que é até muito pequeno, você falou do Pará, dentro do Pará, e tal. Vou citar um exemplo para você que eu conheço e estive a semana passada lá: Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, aquele região ali, região do oeste baiano ali, que é onde estão as principais multinacionais que produz grão nesse país aqui, e vende, exporta e tal. É onde está as principais multinacionais desse país produzindo grão, e não é uma coisa pequena, não. Ali, o migrante é do Maranhão. As 44 horas completa quando? No sábado, às 11 horas. Então ele teria que ir no Maranhão... Sair a partir das 11 horas, ir no Maranhão e voltar para trabalhar na segunda, não é isso? Não dá. Não tem como nem ele chegar, porque quando o ônibus estiver chegando lá no Maranhão, dependendo da cidade, já está na hora de ele voltar.

Essa situação é real. Nós precisamos conversar sobre ela. Porque os trabalhadores lá querem que a gente coloque na convenção - eles querem agora. Nós estamos negociando, estamos em processo de negociação lá. –, querem que a gente coloque na convenção o seguinte: que eles trabalham o tempo inteiro e têm uma folga contínua. A lei não permite. E nós, trabalhadores, entendemos o seguinte: *"Mas espera aí, nós viramos uma máquina agora? Eu trabalho direto..."* Porque para que é um domingo remunerado, no meu

entender, de um leigo aqui? É para você repor as suas energias que você gastou durante aquela semana. Mas como é que eu não repus essa energia e vou repor em cinco dias contínuos lá na frente?

Numa máquina, a gente dá conta de fazer isso: ela quebra um rolamento, uma coisa, você troca. A máquina, para você fazer a manutenção, ela tem um prazo para fazer a manutenção, mas no humano, no físico do humano, não tem como fazer manutenção acumulada. Você acumula o desgaste e descanso lá na frente? Você resolve a questão familiar, Cristiano. Aí tudo bem. Aí vocês têm razão. Não discordo de vocês, não. Resolveria essa coisa de ficar mais tempo com a família. Mas o físico, que foi o desgaste que ele teve naquele intervalo, como é que você repõe isso, acumulando para fazer isso depois? Aí nós precisamos ouvir os médicos de medicina do trabalho, precisamos ouvir profissionais que estudam essa questão. Se vocês já fizeram isso, tudo bem. Nós não fizemos, então nós precisamos ouvir melhor isso. A situação é real e precisamos resolver ela. Concordo com você, ela tem que ser resolvida. Agora, precisamos buscar uma alternativa que não seja da forma que está aqui. Da forma que está aqui nós entendemos que ainda não é.

E para encerrar mesmo, acho o seguinte, gente, temos uma proposta aqui dentro do Congresso Nacional das 40 horas semanais. Aprovada as 40 horas, a gente daria para esse trabalhador um descanso maior, que ele pode ir onde está a família dele. Aí a gente consegue resolver isso também com uma lei. Se a gente quer fazer isso, vamos fazer.

E alguém até me dizia: "Bom, se aprova as 40 horas semanais, para gente ter um descanso maior do que o sábado e o domingo, podemos compensar um dia da semana trabalhando mais durante a semana?" A gente pode discutir isso. Porque um termo coletivo não pode prever a gente fazer essa compensação e o cara ter três dias em vez de dois?

Agora, eu respeito muito essa coisa que vocês colocaram aqui de climático e tal. Tem isso mesmo. Plantei muito algodão, e a gente não podia parar a plantadeira porque o meu horário venceu, porque não tinha chegado o outro para substituir, eu tinha que continuar plantando, porque, se não fizer aquilo, chove e você não faz mais o plantio, ou faz um plantio todo desigual. Essas situações nós reconhecemos, não somos ignorantes para não reconhecer.

E aí, assim, olha: acho que o custo da produção é uma coisa que temos que enfrentar, mas vamos enfrentar o monopólio dos insumos. É realmente uma coisa... O senador falou de cartel. Concordo, acho que tem isso mesmo. Isso tem nos agrotóxicos. Vimos, agora, essa semana, um caminhão sendo preso no Paraná porque ia trazendo agrotóxicos lá para Eduardo Magalhães contrabandeado. Se você vai no Piauí, você acha agrotóxico vendendo em tudo quanto é porta, contrabandeado. Isso mata as pessoas, polui o meio ambiente, não traz o lucro que o empregador quer trazer. Então acho que dá para gente enfrentar isso.

É isso. Me desculpe o alongar do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a intervenção do Sr. Antônio Lucas Filho, falando pelos trabalhadores, falando pela CONTAG, por sua confederação.

E passamos a palavra, a seguir, para os Srs. Parlamentares e, inicialmente, para o Senador Osmar Dias, que é signatário do requerimento, para fazer o contraditório.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Srs. Convidados, Senador Gilberto, que é autor do projeto.

Nós já ficamos aqui pelo Antônio Lucas, hoje, que Caldas Novas fica na região metropolitana de Piracanjuba.

SR. ANTÔNIO LUCAS FILHO: Obrigado, senador.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas eu vou dar um depoimento aqui, Presidente, para ajudar no debate e justificar por que eu pedi essa Audiência Pública.

O Gilberto disse o seguinte para mim: "Você está contra o meu projeto", o Senador Gilberto. Não, pelo contrário, eu quero aperfeiçoar o projeto do Gilberto, porque o Senador Gilberto é um senador que tem todo o meu respeito, muito respeito meu, porque as proposta que ele faz são carregadas da boa intenção, sobretudo. E nós não estamos mais naquele tempo onde havia uma disputa entre o trabalhador e o empregador. Hoje, o que se busca é exatamente, depois de partirmos para conciliação prévia, avanços que foram feitos na legislação trabalhista, o que se procura é exatamente um ambiente harmonioso, com menos conflitos, ou sem nenhum conflito entre empregador e trabalhador, para que os dois sejam beneficiados por esse ambiente. O princípio é exatamente quando está bom para o empregador, está bom, também, para o trabalhador. É assim que tem que ser. Porque se estiver bom só para um, alguma coisa está errada, e a legislação não está certa.

E a legislação é de 1943, a CLT. E eu sou do PDT, o partido, inclusive, do Ministro do Trabalho. E eu citei o ano da CLT, para dizer... Só o Romeu Tuma, o Senador Romeu Tuma e o Senador Gilberto que são dessa época, todos nós aqui somos depois de 1943. Então, eu estou querendo dizer que muita coisa se modernizou, e, muitas vezes, o debate sobre a

legislação trabalhista é feito de uma forma apaixonada e radicalizada. O que nós temos que buscar é se é possível avançar na legislação trabalhista para trazer benefícios para as duas partes, para quem emprega e para quem trabalha, porque aí vale a pena você fazer esses avanços.

E a Senadora Kátia Abreu está aqui, eu não sei se a Senadora Kátia Abreu, que é Presidente da CNA, sabe, mas eu sou autor daquela Emenda Constitucional, que foi aprovada, que regulamentou o prazo de prescrição nas ações trabalhistas do meio rural.

O que acontecia... Porque eu nasci numa propriedade rural, sou filho de produtor rural, sou produtor rural, e como filho de produtor rural daquela era – porque a gente falava era, meu pai era de 1911 –, então, claro que o filho do trabalhador rural, do produtor rural, era um trabalhador, e eu fui trabalhador rural até que saí para estudar. Até eu acho que eu saí para estudar para não ficar trabalhando lá na roça mesmo.

Então eu acho que como eu entendia aquela situação que eu vivia, eu, quando cheguei aqui, apresentei um projeto de lei tentando caracterizar o trabalho rural como diferente do trabalho urbano, porque... Eu fui criado numa fazenda de café, e, na colheita de café, não tem como você começar sete da manhã, almoçar, depois começar de novo. Não tem horário. O horário é feito pela necessidade, o tempo: vai chover, não vai chover, você tem que amontoar o café no terreirão, você tem que recolher o café para tulha, e assim vai.

Se você trabalha numa propriedade de leite, você tem um horário diferente de quem trabalha numa propriedade que planta soja, e assim por diante.

Então eu cheguei, e na boa intenção, eu fiz o que o Gilberto fez, apresentei um projeto de lei, e foi relatora a Senadora Serys, do mesmo estado que o Senador Gilberto. Aconteceu que eu levei uma crítica muito grande com aquele projeto meu, e eu fui estudar, e, em algumas coisas, a crítica estava certa. Porque a gente se vale, evidentemente, de advogados trabalhistas, que nos ajudam a fazer um projeto, e muitos detalhes escapam para quem é leigo. Eu sou agrônomo, e, portanto, não tenho conhecimento que o advogado trabalhista tem sobre o tema. E cometi alguns erros naquele projeto, mas tinha muitos acertos.

Mas a Emenda Constitucional que igualou os direitos trabalhistas, no começo, a CONTAG combateu; depois, a CONTAG apoiou. A própria CONTAG apoiou. Por quê? Porque quando você permitia que um trabalhador rural, daqui a 20, 30 anos, entrasse com uma ação trabalhista sobre o tempo de trabalho exercido lá atrás, aquele empregador já não tinha mais contrato, recibo, documento, não tinha mais nada para comprovar os pagamentos que tinha feito. E, invariavelmente, aquilo tirava um naco da propriedade do empregador. O que é que gerava isso? Insegurança. E a insegurança levava a um resultado pior, ao não registro em carteira. Não se registrava em carteira porque havia essa insegurança jurídica.

Como nós igualamos o prazo de prescrição, Senador Valter, Presidente, no primeiro ano, houve um estudo do IBGE, que 500 mil carteiras de trabalho foram assinadas a mais naquele ano, em função da regulamentação, na Constituição, do tempo de cinco anos de prescrição.

O Partido dos Trabalhadores que era contra, depois votou a favor integralmente, e foi aprovado. O Senador Valadares estava aqui, lembra disso, apoiou. E nós aprovamos isso como uma modernização, como um avanço, que foi bom para todo mundo: foi bom para o empregador e foi bom para o trabalhador.

Então, por que eu acho que é bom discutir esse assunto? Só aqui a fala do Antônio Lucas, a fala do Marcelo, que representa aqui o Ministério do Trabalho, e a fala do Cristiano, da CNA, mostra que há divergências de opiniões. E a gente não pode sentar aqui e aprovar uma lei sem debater os seus detalhes e chegar a um consenso. Os senadores precisam ser orientados.

Aqui mesmo, na justificativa, o Senador Gilberto diz o seguinte: *"que a maior parte dos senadores tem uma formação urbana e, por isso, não entendem as peculiaridades do trabalho rural"*. E por isso mesmo que a gente precisa de uma orientação de quem pode nos dar essa orientação, debatendo sob ponto de vistas diferentes. Então, é essa a razão pela qual eu pedi essa Audiência Pública.

Lembrando, ainda, o seguinte: que eu apresentei aqui um projeto de lei, em 2001. Então, veja bem, em 2001 debati com os caminhoneiros do Brasil inteiro, porque os caminhoneiros reclamam, e com razão, que eles são obrigados, muitas vezes, a tomar o danado do rebite para não dormir, ficar acordado, aceso como eles costumam dizer, e dirigir. Só que, com isso, tem muito acidente, muita morte, morre caminhoneiro, morre gente na estrada, porque a segurança não existe. Qual é, vamos dizer assim, o reflexo de um caminhoneiro dirigindo 14 horas o dia? Não existe. E é desumano. Ele não pode continuar exercendo essa atividade dessa forma.

Então eu vou contar uma historinha para ver como é difícil a gente avançar. E aí o Gilberto se prepare, porque a luta é grande. É muito difícil avançar. Esse projeto, apresentado em 2001, ele teve, mais ou menos, umas 20 Audiências Públicas. Passamos por Audiência Pública com os caminhoneiros, com os empresários, com os empregadores, com o Ministério do Trabalho, e chegamos num consenso. E qual era o

consenso? Era o seguinte: o caminhoneiro tinha que dirigir quatro horas ininterruptamente, aí ele tinha que descansar uma. Se ele tivesse num ponto da estrada que era perigoso e não podia parar, ele tinha uma tolerância de mais uma hora. Então ele já se preparava para parar... Normalmente, o caminhoneiro ia dirigir mesmo cinco horas e parar uma: ele tinha essa tolerância, ele ia usar essa tolerância. Mas ele não podia trabalhar mais do que... Ele não poderia descansar menos do que 10 horas ininterruptamente. Então, era uma combinação de prazos em que o caminhoneiro descansava 10 horas ininterruptamente, em que ele dirigia quatro ou cinco e parava uma, e o dia dele era utilizado dessa forma, num trabalho que dava a ele dignidade, tempo para descansar, ele poderia se preparar para a jornada.

Aí entraram as empresas transportadoras e vieram para cima do projeto.

Aprovado no Senado, aprovado na Câmara, eu falei agora o Presidente Lula, que entende desse negócio de trabalhador, vai sancionar o projeto. Para surpresa minha, o projeto foi vetado. Depois de nove anos de luta, foi uma frustração para mim tão grande ver o Presidente Lula meter a caneta no meu projeto, e veto!

Mas por que vetar? Porque as empresas contratadoras de frete levaram o seguinte argumento: *"Ah, vai aumentar o Custo Brasil"*.

Eu pensei que tinha acabado esse negócio do Custo Brasil, voltou na moda. Foi agora, final do ano passado. O meu projeto, vetado pelo Presidente Lula, que dava aos caminhoneiros uma oportunidade de ter um trabalho mais digno, com direito a descanso.

E eu vou repetir: sou do PDT, da base de apoio do Governo Lula. Mas não concordo com esse veto, em hipótese nenhuma, e acho que Congresso Nacional deveria derrubar esse veto, para que essa lei vigorasse.

Essa proposta que o Senador Gilberto está apresentando, ela traz muitos pontos positivos, e o próprio Antônio Lucas reconheceu. Então, eu faço aqui, não vou fazer pergunta nenhuma, não, mas eu vou fazer uma observação que é uma coisa tão grave que acontece para os agricultores familiares especialmente, Antônio, que é o seguinte: no Paraná, eu sou do Paraná, nós temos cooperativas de agricultores familiares, e não há um agricultor familiar que possa ter uma colheitadeira para colher soja, para colher milho, para colher trigo, que se planta no Paraná. Ele contrata empresas, que já se especializaram nisso. Essas empresas têm uma colheitadeira e têm dois, três trabalhadores, operadores dessa máquina, que trabalham com essa colheitadeira, mecânico. É uma equipe que vai junto para aquela propriedade, faz um mutirão, praticamente, limpam uma propriedade, vai para a outra; são quatro, cinco máquinas numa pequena propriedade.

Bom, se não é permitido que o operador seja da empresa proprietária da máquina e que seja daquele proprietário, ele vai ter que manter esse proprietário, esse trabalhador, o ano inteiro, para colher dois dias, muitas vezes, na sua propriedade, porque uma máquina dessa leva 12 hectares, 15 hectares no dia, colhe 15 hectares no dia. Máquinas lá no Mato Grosso colhem 30 hectares no dia.

Então, uma pequena propriedade do agricultor familiar, uma máquina dessa chega e limpa num dia. Como é que ele vai contratar um operador para um dia? Como é que ele vai se adaptar à legislação para contratar um operador para um dia? Não existe como fazer isso.

Mesmo o médio produtor, aquele que tem, lá no Paraná, 200 hectares, 100 hectares, uma máquina leva 10, 15 hectares num dia, em 10 dias ele já colheu. Ele vai contratar um operador de máquina?

E o dono da máquina, vai aceitar um operador de fora, que ele não treinou, que não sabe como vai utilizar? Então, eu acho que esse ponto é indiscutível, não tem como discutir, porque fica irregular o proprietário e fica irregular o dono da máquina. Fica todo mundo irregular. E fica desempregado o operador de máquina. É ruim para todo mundo.

É isso que eu falo: que se a CLT foi uma grande conquista para o trabalhador, a maior conquista será quando nós todos reconhecermos que há necessidade de avançar e modernizarmos alguns pontos da CLT. E esse é um desse.

Senador Valter Pereira, imagine, naquela planície lá no Mato Grosso, uma propriedade de 100 hectares, e o sujeito vai lá e fala: *"Ah, eu tenho a máquina, mas você tem que dar o operador, porque a legislação é assim". "Mas eu não tenho operador." "Então, como é que faz?"* Dez dias vai lamber a área toda, vai limpar, vai colher tudo. Ele não tem operador e o dono da máquina não pode dar operador? Isso é atraso na lei. Porque a lei não previa que fosse acontecer isso num futuro tão próximo, como aconteceu. O Romeu Tuma não tem tanta idade assim, eu já falei que ele é da idade da lei.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas acompanhei de perto a evolução das necessidades.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele se modernizou, e a lei tem que acompanhar isso. [soa a campainha]

Eu acho que é discutível, Antônio – vou encerrar, Presidente –, que alguns pontos da proposta do Gilberto, do Senador Gilberto têm que avançar, e um

deles é esse aqui. Será bom para o trabalhador, será bom para o empregador e será bom para aquele que se especializou em ter máquinas para prestar serviços. Porque o pequeno produtor, agricultor familiar, não vai poder comprar uma máquina nem vai poder contratar um operador para trabalhar um dia, dois dias na sua propriedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão, Senador Osmar. O pequeno produtor... V. Exa. está dando como exemplo a alocação dos serviços da colheitadeira, que é um equipamento mais sofisticado, de grande porte, etc. Mas o pequeno produtor, na verdade, às vezes se vê compelido a locar equipamentos de pequeno porte. Às vezes ele não tem a máquina para promover a aração da terra, a gradeação, a subsolação. Então--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E o avião pulverizador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E o avião... Exatamente. Eu acho que tem que ter a mobilidade que a atividade agropastoril, realmente, exige. Eu acho que a produção agrícola, inquestionavelmente, é típica, não se confunde com outras atividades econômicas. Mas...

Senador Romeu Tuma é o próximo debatedor. Com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, eu, como debatedor, serei um fracasso, porque nós temos o Goellner, tem o Osmar Dias, tem V. Exa., a Senadora Kátia, que são especialistas na área da agricultura, do agronegócio.

Eu, Sr. Representante do Ministério do Trabalho, agi muito na área de segurança, de polícia, com graves conflitos que houveram, antes dele nascer, na área da agricultura, que era--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, Senador Romeu Tuma, está faltando muita polícia nas imediações das propriedades rurais. Porque o índice de assaltos às propriedades cresce assustador e perigosamente. Hoje, um dos dramas do produtor rural é exatamente esse: a falta de policiamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Osmar, a época do período sazonal em que havia os 'gatos' que contratavam trabalhadores rurais, principalmente no período de colheita, havia conflitos violentos. Tiros. As cidades eram tomadas nesse conflito, trazendo ao trabalhador um risco permanente, porque ela passou a gerar um comportamento ético-político. Então, até as modificações que foram surgindo da lei...

O problema do transporte era terrível, porque pegava um caminhão todo desengonçado, o sujeito subia na carroceria, com risco de uma estrada de difícil circulação, não era nem vicinal, era uma picada aberta, caírem do caminhão ou chegarem com o corpo todo em dificuldade física, pelo movimento que sofriam naquele tempo.

Então, é verdade esse problema do transporte que o senhor disse aqui. Então, começou uma luta, que começou a vingar, para que os produtores, os proprietários colocassem ônibus em segurança. Então já houve uma melhora muito grande. Então isso é uma evolução.

O que me aflige muito – e tem três segmentos aqui importantes, que é do trabalho, do trabalhador e do produtor – é o trabalho escravo, que a definição é difícil ser encontrada. Eu pergunto aqui, quando se sabatina juízes do trabalho, qual é a definição clara sobre o trabalho escravo. Ah, Senador Geraldo (sic), eu fico aqui... Viu, Senador Geraldo (sic) Goellner?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Gilberto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gilberto e Geraldo é tudo bem, porque todos sãos santos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tudo é "GG".

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gilberto, a grande virtude do seu projeto é regulamentar muita coisa que está perdida, e, às vezes, o fiscal do trabalho, cada um pode enquadrar de uma forma pela interpretação de dificuldade de ter um ordenado claro sobre o que se deve ser feito ou não pelo produtor, e também qual é a responsabilidade limite do trabalhador.

Nós já visitamos, eu fui com a Presidente Kátia Abreu. Ela é minha candidata a Presidente, desculpe, mas...

Eu atravessei algumas fazendas onde houve a presença da fiscalização de trabalho escravo, e a gente via que havia acomodações, havia uma dificuldade – a senhora lembra lá no Pará?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Humhum.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E a gente tinha dificuldade de interpretar se era trabalho escravo ou se era dificuldade do empresário levar até o ponto do trabalho a alimentação quente, o banheiro para ser usado, pela distância da sede à área de produção.

Então, são coisas assim que a gente tem que realmente buscar definição. E esse projeto, se deve ou não ser alterado... Eu acho que é importantíssima essa Audiência Pública, ela traz à luz muita coisa que a gente, que não está no campo, às vezes, desconhece, para melhorar o projeto. Mas que tem que ter uma regra clara, eu acho que tem.

Eu perguntava ao Senador Gilberto sobre a patrulha mecanizada. Porque, quando é época de orçamen-

to, vem sempre um prefeito pedir patrulha mecanizada para atender, principalmente, a produção familiar. Então, algumas prefeituras recebem a patrulha mecanizada. Então é terceirizada, no meu ponto de vista.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É um bom exemplo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se o prefeito oferece, na época de produção ou de plantio, a patrulha mecanizada para a lavoura comunitária... Porque é uma patrulha comunitária, porque o prefeito vai tentar atender toda a região. Às vezes, junta quatro, cinco prefeitos...

Estou fora?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Está sabendo demais. Fazendeiro--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então essa patrulha tem, para mim, uma virtude muito grande, que o governo deve investir mais nela. Porque, não sei... O senhor deve saber melhor do que eu como é que vive na colheita, como é que vive: se é na mão, para tirar grão por grão, ou se uma patrulha mecanizada poderia ajudá-lo muito mais a renda da produção familiar.

Outra coisa que o Senador Osmar disse é o caminhoneiro. Eu estou com um projeto de regulamentar essa profissão.

E, recentemente, a *Globo* apresentou, Senadora Kátia, o rebite, o uso do rebite pelos caminhoneiros, que põe em risco a sua vida e a carga que ele transporta. Por isso que nós temos visto nos índices da Polícia Rodoviária, principalmente, o aumento grave dos grandes acidentes nas estradas com caminhoneiros e transportadores de passageiros também.

Então o estatuto está aqui, me designaram o relator, e a gente tem que ter uma cautela grande da assistência permanente na estrada para os caminhoneiros: está cansado, entra lá, vai dormir, vai descansar. Não pode abusar. E o horário que as empresa dá, ela tem que ser com as condições reais do suporte físico do caminhoneiro. Ele não pode ficar 20 horas dirigindo.

Então são coisas... E, aqui, alguém falou sobre o problema... O senhor acho que falou sobre o agrotóxico vendido clandestinamente.

Eu fui Presidente da CPI do roubo de cargas. As empresas, o que mais reclamavam era o período sazonal de plantio em que o transporte do agrotóxico, de insumos agrícolas, é praticamente um caminhão vale 2 milhões. Não é isso senadora? Me ajuda aí.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): São dois milhões que são roubados e não são vendidos por camelôs, não. Não é como contrabando que vem da China e que todo mundo põe na banquinha e vende. O agrotóxico tem que ter um receptador de envergadura, para poder adquirir, imediatamente, e sumir praticamente do vestígio da polícia. Porque a receptação, o senador sabe direitinho, o Senador Valter, que é difícil o enquadramento do receptador por furto ou roubo de carga, porque ela some no meio do caminho: o desvio do trânsito, a troca de caminhão. Então ela é rápida. E se não tiver a materialidade do crime, dificilmente o juiz pode enquadrar.

Então, são coisas que eu fui anotando... Acessibilidade que o senhor falou. Foi o senhor que falou sobre a acessibilidade do ônibus?

Eu acho que o ônibus não pode ser cobrado mesmo, porque é difícil o deslocamento do trabalhador rural para a sua área de trabalho e para o centro para onde ele tem que ir. Acho que é muito difícil. Isso vem uma guerra grande, durante muitos anos, e que se chega à conclusão que o produtor tem que oferecer... Provavelmente faça parte até do ganho do trabalhador, a gratuidade do transporte. Porque ele vai em segurança, vai mais tranquilo e chega em melhores condições para produzir.

E tem outras coisas aqui que fui anotando, mas eu acho que o meu tempo esgotou, não é Presidente?

Essas safras de produção transitória... Isso tudo, nós não temos um mecanismo claro de punição aos tais gatos na regimentação de trabalhadores, que não sabe direito quais vão ser as condições impostas a ele para trabalhar, e qual é a sua renda.

E outra coisa, Sr. Marco, Dr. Marco, que me preocupa muito, não sei, pode ser que dentro da classificação de trabalho dos senhores, chega numa fazenda, reúne os trabalhadores, acha que... não tem registro em carteira e outros dados que caracteriza, no ponto de vista do fiscal, trabalho escravo. Imediatamente fazem pagar, registrar em carteira, e levam embora. Eles ficam desempregados depois de recebem praticamente o que teriam direito e que foi negado. Não há uma imposição de que continuem no trabalho, respeitando o registro em carteira, sem perder o emprego. Então eu fico... É uma dúvida que eu tenho: como é que eles vão encontrar outro emprego na região, se o próprio Ministério do Trabalho retira e os leva de volta à cidade, porque eles receberam o que tinha direito e não foi pago, e também o equacionamento da dívida da compra da loja ou do armazém que funciona dentro da fazenda?

Não sei se isso caberia a gente estudar um pouquinho melhor para evitar o volume de desemprego. Se bem que o próprio relator, o relator nosso, Raimundo Colombo, fala do aumento de emprego na zona rural em razão do aumento da produtividade agrícola.

Eu agradeço V. Exa., mas eu não posso sair muito da área de segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra ao próximo debatedor, que é a Senadora Kátia Abreu, eu quero fazer o registro da presença aqui dos Deputados Neri Gueller e Waldemir Moka, meu conterrâneo do meu estado, e vereadores de Mato Grosso, o nosso estado irmão, não é, Moka?

Então, feitos esses registros, nós passamos a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada a todos os nossos convidados palestrantes pela cooperação, pelos esclarecimentos.

Essa é uma questão delicadíssima, a questão trabalhista, sempre, especialmente no Brasil, na América Latina como um todo, porque, a todo o momento que se dá um passo para uma discussão, imagina-se um conflito, uma divisão, e que alguém quer dar prejuízo a alguém. Então é uma desconfiança permanente e constante e que não deixa a lei avançar.

E eu escutei uma frase muito interessante um dia desses que quando a lei briga com a realidade, a realidade se vinga da lei encontrando uma alternativa e um outro caminho que não seja aquele conflituoso. Então a legislação trabalhista, entre todas no Brasil, é exatamente isso que ocorre, tanto da parte dos patrões como dos trabalhadores. É a tentativa de se vingar de uma lei incompatível com a realidade. Então, as coisas vão acontecendo, e quem sabe daqui 10, 15, 20 anos, inexoravelmente, essas coisas serão mudadas, porque...

Agora, o importante era que se nós pudéssemos todos nos unir e mudar rapidamente aquilo que pudesse ser mudado, sem alterar em nada os direitos pétreos do trabalhador. Ninguém nunca discutiu isso aqui nessa Casa.

Agora, esse excesso de regras, o excesso de leis, ele é ruim para todo mundo. Eu vejo aqui a intenção do Goellner, num projeto de lei, que eu tenho certeza que ele estudou dias e dias para trazer uma alternativa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Um ano e meio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Um ano e meio estudando uma alternativa, ele que produtor rural é.

Mas eu quero aqui ainda deixar registrado que nós ainda temos leis, como a Instrução Normativa 31, que eu ressalvo alguns pontos que são positivos, que foram grandes avanços, tiveram a NR-31, mas que ela foi feita, no meu conceito, não foi para beneficiar o trabalhador, foi para punir o patrão rural. É uma ação ideológica fortíssima por parte de alguns segmentos que é contra a fazenda, que é contra a propriedade privada, que é contra o patrão rural.

Então, quando eu pego uma NR-31, que tem 253 exigências, eu li e reli, várias vezes, uma por uma. É inacreditável que um produtor rural, até da Suíça, possa cumprir. Não é porque ele não queira, não, porque, se fosse fácil, seria tão bom. Não é tão bom cumprir a lei? Agora, a lei não pode empatar um cidadão e nem criminalizar um cidadão por pura dificuldade e impossibilidade de cumprir. Então, isso é desonesto, isso é injusto, isso é covarde. Você impor uma legislação, não estou dizendo só trabalhista, não, qualquer uma, qualquer legislação que um cidadão não consegue cumprir é uma injustiça e uma covardia com quem faz uma lei dessa ou um decreto ou uma determinação.

Mas eu estou muito paciente e muito confiante. A legislação trabalhista, nós já estamos há oito meses fazendo um estudo profundo sobre ela, inclusive aliados à OIT – não queremos de forma alguma trabalhar que não seja em consonância com as regras internacionais –, estamos num esforço concentrado para discutir isso de forma racional, sem adversidade e como se fosse um ringue. Nós nosso podemos transformar a legislação, qualquer ela que seja, num ringue.

Então, como a esperança é um dom, segundo Cora Coralina, eu tenho esse dom, eu tenho muita esperança que nós possamos ter uma legislação que possa ser compatível com todo mundo, que possa ser boa para todo mundo.

Entrando direto no projeto do Goellner, essa questão é inacreditável, como é que uma lei pode impor a não terceirização. Então, eu fico aqui, de toda forma, querendo sempre vestir a camisa do outro lado, do trabalhador. O que é que o trabalhador ganha se a máquina não for terceirizada e o que é que ele perde, o trabalhador? Então, eu gostaria assim de ver isso com clareza. Porque se a CONTAG me disser e o Ministério falar assim: *"Não, Kátia, você não viu ainda, mas tem um ponto aqui que é mortal para o trabalhador se a terceirização persistir"*, eu dou a minha mão à palmatória na hora, e dou razão. Mas não existe. O trabalhador quer as suas condições adequadas, o trabalho decente, como a OIT está usando esse termo muito próprio: amplo, profundo, decente. Se o trabalho é decente e, portanto, ele está ganhando o seu salário justo e com todas as condições possíveis, que mal há ser terceirizado ou não? O que é que este cristão vai perder? Nada. É uma implicância boba. É aquela história do peixe: a tataravó veio vindo, ensinou para a avó, para a bisavó: *"Por que você não corta o rabo?" "Não, aprendi assim. Vou assar o peixe, o rabo fica para fora do tabuleiro, e ninguém nunca me ensinou a fazer diferente."* Aí vai vindo aquela tradição.

Então, eu gostaria muito, com toda tranquilidade, eu quero ouvir uma resposta sobre isso. O que é que o trabalhador pode perder? Eu não consigo enxergar, não só no campo, como nos demais.

Um avião agrícola. Qual é o pobre mortal e cristão de um trabalhador, de um produtor rural, que consegue comprar um avião agrícola, gente? O Goellner consegue, o Blairo Maggi consegue, porque são grandes agricultores. Mas a classe média rural brasileira não consegue, não, gente. Não consegue, não. Como é que ela vai ter que ter um avião?

Então, são coisas tão reais e tão claras que não custava nada a gente avançar nisso, pelo amor de Deus. Não custava nada avançar nisso. *"Ah, mas essa lei é CLT",* como se fosse a Bíblia. Eu só nunca vi mudar a Bíblia, o resto... Lei é para ser mudada por gente. Foi feita por gente, é para ser mudada por gente, por gente que está aqui nesse congresso, avançando e trabalhando nesse sentido. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo, do intervalo... Goellner, eu sinceramente assim não concordo e nem discordo. Eu acho que isso é tão pessoal, isso é tão local. Por que não deixar as negociações livres, na livre iniciativa, e as instituições fiscalizarem aquilo que é pétreo, aquilo que é decente, aquilo que o físico não suporta? Isso tem os sindicatos, para que possa tratar esse detalhamento. Eu tenho um pouco de medo do detalhamento na lei, não gosto.

Principalmente... Estou lendo um livro que recomendo a todos vocês. Eu sei que em 48 anos de idade eu fiquei sem ler esse livro tantos anos, durante todo esse período. É um livro do Benjamin Constant, ele escreveu 1790, mas parece que ele escreveu depois de amanhã, de tão atual que é. Fantástico! "*Princípios da política para qualquer governo*".

Então, mostra o quanto é prejudicial para uma nação a mania que os congressos e os parlamentos têm de achar que estão aqui dentro para legislar 24 horas, ou vai ficar feio na foto.

Então, é uma produção de leis e de projetos igual a uma padaria. Vamos produzir 24 horas. E, na realidade, a nossa função não é só essa, é também legislar, reformular, atualizar as leis, mas não pode existir essa obrigatoriedade e essa compulsão, que eu me incluo nela, de querer fazer projetos de lei para regular a vida das pessoas.

Então, eu tenho aprendido muito com essa leitura, estou muito impressionada, que ele foi o pai do liberalismo no mundo.

Bom, o segundo ponto é a compensação de jornada. A mesma coisa: para quê colocar isso na lei? Tenho dúvidas. Eu acho que nós temos que crescer, nós temos que amadurecer, e essas relações têm que ser feitas no local, por atividade, por região, na presença dos sindicatos, de patrões e empregados. Tem Ministério Público do Trabalho, hoje, para poder corrigir as distorções.

Então, se nós conseguirmos amenizar as nossas relações, nós vamos, também, amenizar a força e o avanço do Ministério Público do Trabalho em cima de nós todos, como se nós fôssemos inimigos, como se isso pudesse ser possível.

Por último, o quarto ponto para mim, que é a jornada *in itinere*, eu também tenho dúvida sobre ela. Eu acho que não é justo nem para o mar nem para a terra. Eu não acho justo que alguém possa ficar num itinerário para o trabalho três horas sem ganhar nada. Eu tenho as minhas dúvidas. Eu sei que isso onera, traz custo, pode trazer certo desemprego, mas nós precisamos achar um meio termo para isso. A ausência do Estado é uma coisa horrorosa no campo.

Nós estamos terminando um estudo na CNA, do nosso observatório: vamos mostrar sobre a questão da escola rural, as ausências do Estado brasileiro no campo, não só do Governo Lula, não; pega 20 anos aí, a ausência é total e absoluta. Total e absoluta. Então, eu não acho que seja justo.

Eu troco de lugar também, eu estou gastando grande parte do meu tempo para ir para o meu trabalho. *"Ah, problema seu que mora longe do trabalho."* Acho que tinha que achar um meio do caminho, e meio do caminho não pode estar em lei também. Eu acho que isso tem que estar nas negociações.

Eu conheço usinas no Paraná que têm trabalhadores, por exemplo, que moram na distância de três horas, outro uma hora, outro de 40, outro de quatro horas, e acharam um meio termo, e paga duas horas para todo mundo, e compensa lá para o patrão.

Então, eu acho que esse avanço e essa maturidade, no sentido de abrir para as relações e para as negociações, eu acho importante. Até porque esse intervalo de quatro horas... Eu sou pecuarista também. Então se você pegar das 11 da manhã até as três da tarde, você pode andar o dia inteirinho que você não vê uma vaca, você não vê uma vaca e nem vê um boi. Por quê? Porque vai para o meio do mato, vai para a sombra. Não é só gente que é sabido, não, animal também é. Então ele some para o meio do mato e não tem Cristo que enxergue. Então para que é que o vaqueiro vai ficar andando no sol quente, a pino? Eu já fiz isso demais, já tive até insolação.

Então, essas coisas têm que ser locais, essas decisões, têm que ser por atividade, deixar que isso tudo aconteça, porque, na realidade, é.

A máquina é diferente. Hoje, as máquinas estão todas com ar-condicionado, então... No cavalo não tem jeito, infelizmente. Então, eu acho que tudo isso...

Um ponto, Goellner, e você me perdoe, e eu discordo, é a questão da pessoa jurídica: produtor rural ser, de qualquer sorte, considerado pessoa jurídica. Eu repito: eu sou extremamente liberal. Esse negócio de obrigar o cidadão a ser alguma coisa, eu sou, radicalmente, contra.

Nós não estamos conseguindo equiparar nem o MST à pessoa jurídica, por que nós vamos fazer isso com os nossos produtores? Eu discordo. Não concordo. Se puder por nesse artigo que o MST vai entrar junto, eu vou pensar. Porque é uma alternativa para negociação.

Então, essa coisa de obrigar, de impor, eu acho que não é saudável para o país. Eu acho que tem regras básicas, claro, regulação básica, regulação mínima, é superimportante. Mas no detalhamento que vai a NR-31 de altura de colchão e de diferença de beliche de um para a outra, quem determinou aquele item, Dr. Marcelo Gonçalves Campos, do Ministério do Trabalho, não sei por que não mudou isso até hoje. Não existe nenhuma diminuição, nenhuma indeferência em fazer uma modificação e reconhecer um erro.

A cama, Sr. Presidente, da beliche, a metragem que está escrita na NR-31, a distância da de cima para a debaixo, nós já procuramos em todas as lojas do país. Não existe.

Então, quem fez esse item nunca comprou uma cama beliche. Então tem que mandar fazer, tem que mandar fazer, porque não tem. Então não sei da onde saiu isso. Devia era proibir de fazer beliche com a distância que tem hoje então, e eu não vejo o Ministério do Trabalho agir nesse sentido.

Então, eu estou falando um detalhe bobo, mas, na realidade, a NR-31, das 253 exigências, e nós estamos terminando dez países do mundo, que são signatários da mesma convenção, nós vamos mostrar para o país que o Brasil quer ser maior que o rei. Pegou a mesma convenção que pautou dez países do mundo e exorbitou, e nós vamos mostrar o que é que os outros países fizeram – logo, logo esse estudo está pronto –, o que é que fizeram com a mesma convenção. Então é questão de interpretação. Tem gente que acha que tem que ser mais importante do que os outros, e castigar os seus patrões rurais, porque assim dorme feliz e dorme tranquilo.

Então eu encerro, Sr. Presidente, dizendo, repito: a NR-31 trouxe grandes vantagens, mas tem um nível de exorbitância de dispensável, que é cruel com o patrão rural, porque impõe a ele o descumprimento, de preferência para ele ficar com a sua propriedade análoga a escravo para ser expropriada. E isso nós vamos lutar muito para não deixar. Justiça seja feita. Se quiserem acompanhar a convenção 29 da OIT, que o senhor conhece muito bem, no seu art. 1º e 2º, que define o que é trabalho forçado, nós votamos aqui na hora, todo mundo. Não tem problema. Copia o que está escrito lá e vamos votar. O senhor está rindo? Eu quero saber do que o senhor será rindo, porque essa é a convenção que nós somos signatários. Agora, análogo? Análogo a quê? Análogo a homem? Análogo a mulher? O que é análogo? Eu prefiro ser ou não ser. Então defina, e não adianta pressão: que nós somos escravocratas, porque não votamos a PEC do Trabalho Escravo. Não adianta essa conversa fiada mais, não. Isso não cola aqui, não. Ou define o que é trabalho escravo ou vai ter dificuldade de votar, porque não vai votar.

Agora escreva: qual é a covardia de não querer escrever? Escreva o que é. E por que não copiar a Convenção 29 da OIT? Ou nós somos signatários de vez em quando ou nós somos signatários sempre ou não somos signatários de jeito nenhum. Agora, dizer que é signatário e querer ser mais importante que as Convenções da OIT, aí não dá. Aí, aqui não tem bobo aqui dentro. Nós vamos lutar para proteger a atividade mais importante do país que é a agropecuária.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu quero fazer o registro aqui também de outro parlamentar importante do agronegócio brasileiro, Deputado Valdir Colatto, presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio.

Mas, Senadora Kátia Abreu, eu gostaria de fazer uma digressão em cima do que a Senadora Kátia Abreu comentou. A Senadora Kátia Abreu fala, com propriedade, sobre esse arsenal jurídico e essa fúria legiferante que, hoje, permeia no congresso, não só no Senado, mas na Câmara dos Deputados também existe um desejo de resolver todos os problemas que permeiam na sociedade através da legislação.

É claro que a legislação é necessária, mas é preciso a gente considerar que uma das fontes da lei está exatamente no direito consuetudinário, que é direito que vem dos usos e costumes. Se nós levarmos em conta exatamente essa fonte, nós vamos perceber que, efetivamente, é necessário que se faça a lei, que ela se adapte às condições dos costumes que estão estabelecidos, até porque quando o congresso não legisla, tem outro poder que legisla, que o faz. Quanta omissão que nós enfrentamos na legislação e que, de repente, é suprida pelas decisões dos tribunais, que fazem não só a interpretação como acabam, na verdade, produzindo verdadeiras normas jurídicas que passam a vigorar como se fora a lei. Até mesmo a li-

vre negociação, que é abordada pela Senadora Kátia Abreu, depende da legislação. A legislação precisa estabelecer que determinadas relações são reguladas pela livre negociação.

Então, nesse campo, é preciso que nós tenhamos a noção da realidade. Essa Audiência Pública tem o condão de produzir esse resultado, ou seja, de levar luz às dúvidas que temos com relação ao que acontece no campo.

Aqui, nós falamos com pessoas que lidam com as atividades do campo, e, nessa circunstância, acabam lançando luzes para que a legislação seja a mais apropriada possível.

Na ausência da lei, vem a Jurisprudência, vem o decreto, vem o regulamento, vem as NRs da vida para produzir normas que nem sempre refletem o direito consuetudinário, nem sempre refletem o que acontece no campo, na prática, porque a atividade do campo, todos nós sabemos, tem outros regulamentos que são ditados pela natureza. Por exemplo: o momento do plantio, depende da natureza; o momento da colheita, depende da natureza; o regime pluviométrico, que, num ano, apresenta-se de um jeito e, no outro ano, de forma diferente. Então tudo isso daí tem que ter agasalho numa legislação que seja flexível. Não adianta, realmente, produzir normas rígidas para atividades que são flexíveis.

Então, eu acho que é por aí que essa discussão tem que caminhar.

Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Venho para cumprimentar o Dr. Cristiano, Dr. Marcelo, Dr. Antônio.

Eu venho da Comissão de Assuntos Econômicos onde lá estamos debatendo alguns assuntos muito interessantes, e, quando se fala em salários rurais, quando se trabalha ganho para o homem do campo, quando se fala... todos os segmentos, reclama-se que falta receita, seja o produtor, seja o trabalhador, todos os segmentos nós temos dificuldades quando vamos para o debate.

Essa agricultura que é responsável para alimentar 190 milhões de brasileiro, que é responsável por 34% da exportação do Brasil, 33% do PIB nacional. E quando falo em exportação, se nós temos lá o superávit da balança comercial na ordem de 240 bilhões de dólares, e que se 34% é produzido pelo setor produtivo primário, e, segundo as informações, esse recurso, a grande maioria dele, está sendo empregado na compra, na aquisição de letras do Tesouro americano a 1% ao ano.

E o nosso produtor, o nosso operário, todo o segmento da agricultura paga 8, 10, 12, 15% para fazer o setor produtivo andar. Por que não – e aqui vem uma reclamação e não uma pergunta – se baratear esse custo do meio produtivo e transferi-lo, sim, para o trabalhador rural, para que ele tenha mais ganho. E tendo mais ganho, teremos mais circulação de riqueza, teremos maior crescimento interno.

E eu fico muito preocupado quando nós pagamos 8% ao mês no cartão de crédito, quando a nossa Selic é 8,75% para qualquer atividade interna, e o nosso produto do suor, do trabalho de nossa gente, aplicado a 1% ao ano. Alguma coisa está errada. É para manter contratos, para ter boa vizinhança? Mas nós temos o Brasil, é muito mais importante do que tudo isso.

Então, eu até venho aqui mais num tom de desabafo, Sr. Presidente, que, num lado, se faz a defesa de que precisa se ganhar mais, mas, por outro lado, a produção, o ganho que se tem, fica no exterior e não para nossa circulação de riqueza, praticamente de graça, de presente, e a longo prazo.

Essa é uma reflexão muito profunda e acho que o debate é muito interessante e muito importante.

A Senadora Kátia levou muito avante, e nós temos que ter isso, sim. Nossas leis têm que ser mais claras, mais abertas, mas justas. Nós não podemos entulhar os tribunais, judicializar tudo. Hoje, adjusante é duas vezes maior do que a vazante. Então, não tem, ela explode, não tem tribunais, não tem quantidade de juízes, de desembargadores que possam julgar. [ininteligível] com toda razão, com toda profundidade. Senadora Kátia, que se faça a lei, que venha...

Nós queremos, com muita clareza, com muita disposição, torná-las, e não só transferir esse processo para os Tribunais de Justiça, e, sim, transferir pela legalidade da lei, que ela fique mais clara e mais aberta.

Era isso, meu Presidente, uma pequena participação dessa comissão que tanto adoramos, e estamos aqui para trabalhar com ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

Antes de encerrar essa sessão, eu gostaria de consultar os expositores se gostariam de fazer alguma manifestação sobre as opiniões produzidas pelos Srs. Senadores.

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: Eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Gostaria? O Marcelo vai fazer uma intervenção.

Com a palavra o Marcelo Gonçalves.

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: Sr. Presidente, em razão das colocações apresentadas pelos

Srs. Senadores, algumas até em questionamento direto ao Ministério do Trabalho, eu realmente tenho que dar uma satisfação aos mesmos.

Primeiro, é uma pena que o Senador Osmar Dias já tenha saído, mas até ia lembrá-lo que, infelizmente, quando ele apresentou aquele projeto que ele fez menção para o trabalho rural, eu já estava no Ministério do Trabalho e Emprego, e fomos nós que produzimos uma nota técnica que levou ao embasamento, que levou à rejeição do projeto por inconstitucionalidade, que são os argumentos que estamos trazendo ao projeto em discussão.

Nós entendemos que determinados tipos de mudanças que têm sido propostas nesse projeto, e em outros semelhantes, são legítimas, as propostas de mudanças, mas elas exigem uma modificação no texto constitucional, que prevê equiparação de direitos de trabalhadores urbanos e rurais. Então, talvez, o mais adequado e legítimo fosse que se apresentasse uma Emenda Constitucional acabando com a equiparação entre trabalhadores urbanos e rurais. Não que nós concordemos, nós não concordamos, mas é legítimo de quem queira propor.

Gostaria de dizer que, embora tenha sido dito pelo Sr. Cristiano que as modificações são muito pequenas, muitas delas são pequenos detalhes em relação à CLT, eu diria que basta uma vírgula para criar e para suprimir direitos. Então, é muito... Dizer que é semelhante, que está mudando pouca coisa, não é verdade. As mudanças que estão no projeto são profundas e, a nosso ver, subtraem direitos dos trabalhadores.

Muito, particularmente, aí já uma resposta em relação ao que a Senadora Kátia nos colocou, sobre a NR-31, eu gostaria de lembrá-la que a NR-31, assim como as outras NRs do Ministério do Trabalho, elas têm um procedimento próprio de produção, que é baseado em um referencial inclusive da OIT, que é a tripartismo. Durante a elaboração da NR-31, a CNA esteve conosco--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: Mas da democracia prevê--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: A democracia prevê o vencimento de suas posições e deve ser assim acatada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCELO GONÇALVES CAMPOS: E, finalmente, em relação à questão do Código Penal, não do Código Penal, mas da referência que a senhora fez à Convenção 29, nós temos absoluto apreço às Convenções Internacionais da OIT, em especial à Convenção nº 29, mas temos muito apreço às decisões do Congresso Nacional, e a senhora se lembra disso.

A senhora, à época, se não me engano, era deputada federal. O Congresso Nacional aprovou uma nova redação para o Código Penal, em seu art. 149, que é uma redação por decisão do Congresso Nacional, e não nossa do Ministério do Trabalho, que ultrapassa o conceito da Convenção 29 da OIT.

Então se há uma insatisfação em relação ao conceito aplicado hoje, que é o do art. 149, deve-se, então, buscar a mudança do artigo, democraticamente e legitimamente.

Nós do Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e do Judiciário, estamos na aplicação restrita do artigo, aprovado por esse congresso, e nos orgulhamos dessa aprovação e do conceito que nós faremos, até que seja mudada a defesa do mesmo. Porque, para nós, apesar de muitas vezes nós parecermos petrossauros, dinossauros, conservadores na defesa de algumas posições, nós estamos obrigados, pela legislação, a cumpri-la. Não é da nossa função a apresentação de proposta, de flexibilização e de modernização, essa é uma característica do conjunto da sociedade aqui no Congresso Nacional. O nosso papel é vir trazer as contribuições, as críticas que eventualmente possamos colocar, e, uma vez aprovadas as mudanças, fazer cumpri-las. Nós temos essa convicção no Ministério do Trabalho e com nossos parceiros do Ministério Público e da Justiça. Se o art. 149, aprovado pelos senhores, estabelece um rumo e uma obrigação, nós vamos cumpri-lo, doa a quem doer, e até que se mude o artigo. A nossa obrigação, nosso rumo, é com o cumprimento da lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar, por favor. Um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Marcelo, eu não estou falando, quando disse que a expropriação de terras com a questão do trabalho análogo ao escravo, ela não foi aprovada, é a PEC que querem aprovar aqui dentro. O senhor não precisa me ensinar que eu sei que as leis devem ser cumpridas, infelizmente todas. Não deveriam, mas nem todas as leis são úteis à nação. Esta realmente foi aprovada, na calada da noite, num fim de ano, aonde o recesso era quase total aqui nesta Casa. Mas tudo bem, aprovou, aprovou-se.

O que eu estava questionando agora a pouco, o senhor talvez tenha se distraído, é com relação à proposta da PEC de expropriação de terras em caso de trabalho análogo ao escravo. Então essa PEC terá boa resistência dessa Casa. Poderá até ser aprovada, mas terá boa resistência enquanto essa distorção não for corrigida. Que essa definição fica muito clara, não é para nós, não, para os juízes, para o Ministério Público do Trabalho, a clareza, para os fiscais do trabalho, principalmente, o que, de fato, estão querendo dizer com esse análogo ao escravo.

É apenas isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

Antônio Lucas.

SR. ANTÔNIO LUCAS FILHO: Não, só duas questões.

No projeto, e como eu falei no início, Presidente, nós estamos abertos a conversar, a dialogar sobre o projeto.

Tem uma questão aqui que é uma pauta da CONTAG, no Grito da Terra, já desde 2006, que é a extensão do PIS para os trabalhadores rurais. Nós tivemos um prejuízo com relação a isso, uma alteração na época do governo Fernando Henrique, viemos pleiteando, nesse governo, desde 2006, que esse direito passe novamente a assistir todos os trabalhadores, e o projeto traz uma coisa positiva nisso: ele traz essa possibilidade quando passa uma obrigação de empregador para uma camada. Mas nós queremos que a agricultura familiar fique fora desse contexto. Mas eu acho que tem uma coisa bacana.

Também me expressei aqui sobre a hora *in itinere*, que é um direito constitucional. É uma força de expressão, porque nós ganhamos isso nos tribunais, na Justiça do Trabalho, não é de hoje. Então, eu estou fazendo isso por força de expressão. Os advogados sabem que não é, mas eu acho que quando a gente... E é uma coisa boa nos tribunais, quando você começa a ganhar, isso vira uma jurisprudência, isso vira até... Para nós, hoje, já é um direito que nós achamos que ele é bem vindo, é devido, pelas decisões, e é importante.

A Senadora Kátia Abreu aqui acabou lembrando de que também não é justo a pessoa viajar tanto tempo à disposição da empresa e não receber nada por isso. Não é uma viagem numa rodovia asfaltada, é uma viagem em estrada de chão batido. Então, a gente tem que conversar e discutir sobre isso.

Tem uma outra questão aqui, que eu acho que é uma coisa que também nos diz respeito, a questão do trabalho escravo. Eu, como trabalhador rural, tenho dito, em todos os Fóruns que a gente está indo, o seguinte: "Olha, eu acredito que nós não vamos acabar com o trabalho escravo no Brasil com pagamento de multa, porque o Código Penal prevê pena, prisão para quem comete esse crime". Se a gente for só aplicando altas multas para penalizar, o que é que o empresário faz? E aí eu não estou aqui, não vou... Eu acho assim: têm muitas pessoas, empresas, pessoas jurídicas que cometeram trabalho escravo, tiveram problema com trabalho escravo que são reincidentes. Pagaram multa e são reincidentes.

Para nós, as ações civis públicas, elas são muito importantes nessa hora, porque se é um crime, por que não... Por que todo cidadão sai algemado e a imprensa sai mostrando algema na mão, e todos que tiveram esse problema no Brasil, eu não vi nenhuma algema no braço de ninguém. Mas por que não? Não é um crime? Não está previsto?

Eu, como trabalhador, estou falando como trabalhador, e ouço os trabalhadores, participo de assembleias em conjunto com o senador(F) aprovando pautas, e eles dizem isso: *"Olha, enquanto pagar multa, eles baixam o preço aqui, paga multa ali, e volta a praticar de novo, porque tem um preço para praticar trabalho escravo. Custa tanto"*.

Então, nós precisamos realmente discutir isso melhor, e acho que Congresso Nacional é competente para discutir isso. Tem pessoas aqui muito competentes, eleitas pelo povo brasileiro, para fazer essa discussão e aprovar uma lei que venha realmente fazer justiça.

Também não é de exagero, todo mundo não faz isso no Brasil. São alguns que ainda têm esses problemas, que eu acredito que com o trabalho que a gente vem fazendo de dialogar socialmente com as empresas, fazer as negociações coletivas, isso vai, devagar, vai diminuindo. Eu acredito nisso, eu acho que é um trabalho de toda sociedade punir o trabalho escravo, acabar com o trabalho escravo.

É muito ruim quando a gente sai fora do Brasil, e a nossa imagem lá é que nós somos um pessoal que... Sabe, escravidão aqui é um negócio que virou moda. Não é verdadeiro. Têm pessoas sérias, empresas sérias, setores produtivos sérios, que não querem isso dentro do setor. Ele não quer isso dentro do setor produtivo que ele participa, de forma nenhuma. A gente sabe disso.

Então, não pode ter de exagero, mas a gente precisa punir melhor, qualificar melhor isso, para punir aqueles que ainda persistem em criar uma situação de escravidão para um trabalhador que já trabalha ganhando pouco, já vive numa situação bastante desconfortável, dadas as particularidades do trabalho rural que é muito pesado, não é um trabalho muito fácil. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

Cristiano, gostaria de fazer um comentário também?

SR. CRISTIANO BARRETO ZARANZA: Presidente, eu serei bem breve aqui só em relação à colocação feita pelo Dr. Marcelo.

Quando tratamos... Vou frisar mais uma vez essa questão da equiparação dos direitos entre trabalhadores rurais e urbanos, que há uma previsão constitucional nesse sentido. Quando tratamos dessa regulamentação do trabalho rural, isso decorre de uma situação fática, de uma premissa fática, qual seja? A interpretação da legislação nos tribunais. Embora haja essa previsão, quando você vai discutir esse tipo de direito nos Tribunais Trabalhistas, isso não se dá na sentença de uma forma muito clara.

Eu acho que todos conhecem a seriedade dessa Casa na proposição dos seus projetos de lei. Se isso fosse uma verdade absoluta, seria absolutamente desnecessária a maioria das propostas dos itens do projeto. Mas não são. Há dúvida nos tribunais, pelos magistrados, quando da aplicação disso. Tanto é que a infinidade de recurso, o tempo da discussão judicial é de conhecimento público. Todos sabem o quanto é desgastante um processo desse tipo. Então, se há uma proposição parlamentar nesse sentido para especificar, clarear e delinear melhor os direitos inerentes à atividade rural é porque exatamente existe uma demanda nesse sentido.

E só fazendo um adendo à colocação do Dr. Marcelo, quando ele diz que realmente uma vírgula faz diferença, realmente, concordo com ele que efetivamente faz. Mas quando afirmei na minha colocação que os dispositivos são similares e encontra a hipótese na CLT, fiz questão de indicar quais dispositivos, na minha apresentação, me referia, porque, efetivamente, faz menção. Concito-vos a analisar os dispositivos ali indicados, porque já são premissas contempladas no setor urbano, e, nos aspectos, embora que não seja diretamente favorável ao setor, mas, nos aspectos, como, por exemplo, aquela distinção do intervalo de duas para quatro horas, dos 45 dias para 60, fiz questão também de destacar para que os senhores tenham conhecimento do que, efetivamente, se propõe.

A intenção aqui não era necessariamente de tomar em defesa própria o parecer do Senador Goellner, mas, efetivamente, prestar um esclarecimento necessário, principalmente no que tange à especificidade do setor, para que todos tenham condições de se manifestar a respeito de acordo com a convicção de cada um.

E, nesse sentido, respeitosamente, reafirmo que as disposições que coloquei na apresentação, efetivamente, são similares, guardam correspondências, e nos pontos diferentes foram efetivamente destacados dentro de cada parâmetro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não havendo mais nenhum orador inscrito, e concluídas as exposições e os debates, nós agradecemos aqui, mais uma vez, a participação dos Srs. Marcelo Gonçalves Campos, assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e do Emprego; agradecemos a participação do Sr. Cristiano Barreto Zaranza, chefe do Departamento Jurídico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, da CNA; e do Sr. Luismar... Aliás, do Sr. Antônio Lucas Filho, diretor de assalariados da CONTAG.

Acho que o debate aqui produzido hoje, abordando os vários aspectos das mudanças propostas, como terceirização, intervalo de trabalho, jornada de trabalho, enfim todos os aspectos que compõem esse projeto, seguramente foram proveitosos e haverão de contribuir decisivamente para que o texto a ser avaliado tenha a melhor análise possível.

Muito obrigado, e esta sessão está encerrada. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h08.

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 2 DE MARÇO DE 2010.

Às nove horas e quarenta minutos do dia dois de março de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPLICY, SERYS SLHESSARENKO, ROSALBA CIARLINI E SÉRGIO ZAMBIASI.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Sadi Cassol, Neuto de Conto e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: - Terminativo na Comissão - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2009: EMENTA:** Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de cor-

rigir erro manifesto, mediante a substituição do termo "arrendador" por "arrendatário" no inc. IV do seu art. 95. **Autoria:** Senador Osmar Dias. **Relatoria:** Senador Gerson Camata. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Obs:** A Matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável, em 21/10/2009. Na fase de discussão, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CRA. A Matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 2: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2009: EMENTA:** Revoga as Leis Delegadas nºs 4 e 5, ambas de 26 de setembro de 1962. (LEI DELEGADA nº 4/62: dispõe sobre a intervenção no domínio econômico LEI DELEGADA Nº 5/62: cria a SUNAB). **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senador Gerson Camata. **Relatório:** Pela aprovação, na forma da Emenda nº 1-CAE. **OBS:** Em reunião realizada em 10/11/09, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). A matéria será apreciada posteriormente pela CCJ, em decisão terminativa. Na fase de discussão, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CAE/CRA (Substitutivo). ITEM 3: - Não Terminativo - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 232, DE 2004: EMENTA:** Autoriza, nos termos do § 3º do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências. **Autoria:** Senador Jonas Pinheiro. **Relatoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatório:** Pela aprovação, com quatro emendas que apresenta. **OBS:** A Matéria será apreciada ainda pela CCJ, CI e CAS**.** Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner, Eduardo Suplicy, Gerson Camata, Kátia Abreu, Rosalba Ciarlini e João Ribeiro. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 4 – CRA. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 – CRA: EMENTA:** Requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária -CRA, audiência pública para prestar esclarecimentos acerca das decisões em andamento na CAMEX sobre a taxação do Glifosato. Para tanto, solicito que sejam convidados: Guilherme Cassel, **Ministro do Desenvolvimento Agrário – MDA;** Reinholds Stephanes **Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;** Paulo Bernardo Silva - **Ministro do Planejamento – MP;** Guido Mantega – **Ministro da Fazenda – MF;** Dilma Vana Rousseff- **Ministra Chefe da Casa Civil ;** Celso Luiz Nunes Amorim – **Ministro das Relações Exteriores – MRE;** Miguel Jorge – **Ministro do Desenvolvimento e Indústria e Comércio - MDIC. Autoria:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado com a ressalva de redução do número de convidados. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CRA: ASSUNTO:** Requer, o aditamento ao Requerimento nº 3 de 2010-CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, para que a audiência pública destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Direitos Humanos, tendo em vista que o Ministro Paulo de Tarso Vanucchi foi convidado em todas essas comissões para debater o PNDH-3. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CRA: ASSUNTO:** Requer, com base nas matérias amplamente divulgadas nas últimas semanas dando conta da criação de uma empresa estatal para tratar do segmento de fertilizantes, e tendo conhecimento da extrema importância e relevância deste tema, que seja realizada Audiência Pública com a finalidade de debater junto aos Excelentíssimos Ministros de Minas e Energia, EDISON LOBÃO e da Agricultura e Pecuária, REINHOLD STEPHANES acerca do atual cenário do setor de fertilizantes, bem como o papel e a abrangência da referida empresa. **Autoria:** Senador João Tenório. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 02 DE MARÇO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 40 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Portanto, não havendo nenhuma contestação, nem do Senador Gerson Camata, nós damos como aprovada a Ata da Reunião anterior.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, e enquanto aguardamos o quorum para deliberação, eu gostaria de fazer uma pequena digressão sobre o cenário que hoje se apresenta com já uma previsão segura de safra. O Brasil está começando colher, na verdade, uma safra recorde, que é a segunda maior de nossa história, e a previsão está estimada em algo em torno de 140 milhões de toneladas de grãos, o que, por um lado, enche os olhos dos produtores, mas não necessariamente o bolso, já que existem problemas estruturais, que preocupam e que interferem decisivamente na questão da renda.

Um dos problemas que o setor produtivo tem se queixado, e tem apontado como causas de perda de renda, está a questão cambial, um dólar depreciado, isso significa algum tipo de risco que existe sobre os resultados efetivos para o produtor dessa grande safra. Indiscutivelmente, é preferível que a safra tenha essa característica, mas não se podem descartar os riscos a que esse cenário oferece, até porque os estoques mundiais de soja, de milho, de trigo, em todo o planeta, são altos, conforme divulga o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Então, num clima de normalidade, e com a pressão de custos que existe em nosso país, o cenário não é aquele mais promissor que poderia se esperar. De qualquer forma, é preciso encarar todos os efeitos que isso poderá promover, e essa Comissão, certamente, vai discutir todos esses aspectos, todos esses efeitos num momento oportuno.

Na verdade, a questão de preços também tem preocupado muito; para que se tenha uma ideia, a soja, que em janeiro de 2009 estava em torno de 45 reais, hoje está na casa aí dos 33, 35, não chega a 35, em Mato Grosso do Sul, é verdade. O milho, que era 17, no mesmo período, em janeiro de 2009, hoje está sendo cotado aí na faixa de 14 reais. O trigo, vejam, o trigo, que é um produto extremamente exigente, que estava aproximadamente em 27 reais, hoje está em torno de 24. Então há, realmente, uma perda de preço. O feijão, que estava em 131, em janeiro de 2009, hoje está na casa de 50 a 52. Então, há uma queda de preço de grãos.

O preço do boi também, de 7%, caiu... Com a perda de 7% e o frango de 4%, e assim por diante. Então há, realmente, um clima de preocupação, o que não desfigura o otimismo também da super-safra.

A grande verdade é que nós poderemos ter dificuldades de endividamento renovadas, como sempre, e nós temos que nos preparar para negociações futuras que certamente serão demandadas pelo setor produtivo. E é preciso que nós não percamos de vista que, nesse custo de produção, além dessa conjuntura comercial toda que o mercado internacional apresenta, que a super-safra também induz, existem também algumas questões de fundo, como a questão do Custo Brasil, decorrente de uma infraestrutura extremamente prejudicada, danificada, de uma cartelização, por exemplo, dos fertilizantes, que, felizmente, parece que começa a ter uma luz no fim do túnel, quando o Presidente da República começa a discutir com o Ministro da Agricultura. Inclusive, ouvindo aqui os clamores da Comissão de Agricultura, e começa a sinalizar aí com a criação de uma empresa estatal para a regulação, para a produção, para a regulação desse mercado que hoje é extremamente cartelizado e que pressiona os custos de produção com cerca de 40%.

Então, com tudo isso, nós vamos confiar que a agricultura e a pecuária brasileiras, seguramente, haverão de superar essas dificuldades, e propiciar aos produtores brasileiros uma condição razoável, uma condição equilibrada de renda e de receita para que o nosso segmento continue influenciando decisivamente na composição do PIB, na pauta das exportações, no desempenho da nossa economia.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exa. me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, para concordar nessa prévia de abertura da nossa Reunião com as palavras que V. Exa. colocou, essa queda brutal dos preços dos produtos agrícolas, no meu entender, ela vai influenciar muito a próxima safra. Porque nós vamos ter um endividamento maior, vamos ter o desestímulo daqueles que acabaram tomando prejuízo, e certamente a redução da área plantada, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E a perda da renda, que é um fato que vem se acumulando--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Acumulando. E uma outra coisa que eu queria também acrescentar, esse fim de semana eu estava no interior do Espírito Santo, e um produtor rural, que nas férias foi a Vitória e conheceu pela primeira vez o McDonald's. E disse: "Olha, o você precisa saber como é difícil produzir 60 quilos de milho, uma saca(F), e ela custar menos, 60 quilos de milho, do que um sanduíche do McDonald's". Aquilo bateu duro nele. Ele disse que nunca mais vai plantar um grão de milho na vida dele.

[risos].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Porque não pode, ele achou uma profanação do agricultor brasileiro um sanduíche do McDonald's vamos dizer mais do que uma saca com 60 quilos de milho, que é difícil de produzir.

O outro problema, o Espírito Santo, no caso, foi atingido duramente também com a seca. Nós tivemos 45 dias de seca no Espírito Santo, tanto que eu aparteei o Senador Suplicy, naquele dia da grande enchente de São Paulo, que estava há 44 dias sofrendo enchentes, sendo que Espírito Santo olhava para São Paulo com dois sentimentos: um de solidariedade, e outro de inveja. Porque enquanto lá tinha 44 dias que chovia exageradamente todo dia, o Espírito Santo estava há 44 dias sem um pingo d'água, começou a chover essa semana. Mas perdemos 40% da safra de café. O café... O Espírito Santo é o segundo maior produtor de café do Brasil, e o maior produtor do mundo de café robusta. Está sendo agora ultrapassado pelo Vietnã, mas ainda mantém a posição.

Então, veja, V. Exa., que além da queda de 9% esse ano nos preços do café, houve uma quebra violenta na produção, em torno de 40%, em consequência da seca. Mamão papaia, o Espírito Santo é o maior produtor do Brasil, maior exportador do Brasil, estamos também com problema, uma perca(sic) de 30% da nossa produção de mamão papaia. Afora, a safrinha de milho, feijão, que foi para o brejo, com essa seca enorme. E os que tinham equipamentos de irrigação, porque o café do Espírito Santo, hoje, mais de 80% já é irrigado, os juízes e promotores proibiram a irrigação porque não tinha água para a população das vilas beber, se retirasse toda água do rio para fazer irrigação. De modo que acabaram, mesmo aqueles que investiram em equipamentos de irrigação, acabaram perdendo substancialmente as suas safras diante da proibição judicial, com razão, para a proibição de irrigação.

De modo que nós estamos enfrentando esse ano, é claro, saindo de uma crise, as coisas estão melhorando um pouco, mas, na agricultura, nós vamos ter dias difíceis que vão se prolongar por esse ano. Pelas condições climáticas, em alguns lugares choveu demais, em outros lugares faltou chuva, e pela queda, que V. Exa. registrou, progressiva dos preços de todos os produtos agrícolas, que vai fazer com muita gente, como esse produtor de milho, comece a pensar o que ele vai fazer, o que ele vai plantar, e como vai viver para ultrapassar o ano.

E no Espírito Santo, como V. Exa. sabe, é um Estado de pequeníssimas propriedades, todas propriedades são pequenas, não existem grandes propriedades, mas nós vamos ter uma crise um pouco complicada, num ano um pouco difícil, e é bom que a gente se prepare para pensar um pouco de apoio a essa gente que vai enfrentar problemas difíceis nesse ano. Era isso que eu queria--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que foi muito proveitosa a intervenção de V. Exa.--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto, depois Senador Suplicy.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, gostaria de colaborar com as avaliações, tanto do Senador Camata, quanto a sua, e dizer que é o ano aonde os leilões de subvenção aos preços mínimos terão uma valia muito grande para a produção brasileira. E, nesse sentido, Emendas que fizemos passar por aqui, uma Emenda de minha autoria, de dois bilhões de reais, que foi acatada pelo Relator do Orçamento, para 2010, em 1,7 bilhões, que somados a um 1,2 bilhões que o governo já tinha previsto, totalizam 2,9 bilhões. Mas esse ano, eu acho que ele não vai ser o suficiente porque o ano passado o Governo já gastou cinco bi, cinco bilhões.

Então, é um ano onde os preços do café, de trigo, e principalmente esses dois, até do feijão, e também do milho, principalmente no Centro-Oeste brasileiro, terão que ter esses leilões de escoamento de produção, que são os PEP, que auxiliam muito para que o agricultor não perca a renda. Ele vai trabalhar... O preço mínimo já não corrige o custo de produção, mas é o mínimo; ele vai ter menos perda de receita com esses leilões.

Então, vejo que o Governo vai auxiliar, está previsto, tem previsões, e isso, por certo, o Governo vai saber, Ministério da Agricultura, Conab, e a Fazenda saberão fazer na hora correta, de acordo com as demandas de cada região.

Mas eu gostaria de fazer uma consideração em relação à nossa última audiência pública, que instruiu o Projeto de lei n°. 458, de nossa autoria, que ele revê a legislação trabalhista. Adapta as condições de trabalho no campo às peculiaridades da mesma, adapta esse trabalho, e eu diria que ele moderniza e aperfeiçoa.

Nesse sentido, eu vejo que a audiência teve seus méritos atingidos, porém, eu só lastimo que um ou outro apresentador não tenha conhecido o Projeto na sua íntegra, na sua íntegra. Isso levou à má interpretação, eu digo, vou levantar só um tópico, que é que se falou aqui na Mesa, e depois foi interpretado pela Senadora... A Senadora Kátia, inclusive, avaliou dessa forma, de que transformava o agricultor, pessoa física, em pessoa jurídica. Esse não é o fim do Projeto; o Projeto é outro, não pode, não era o mérito do Projeto esse, nem a intenção. É o contrário, pela lei, empregador rural é todo produtor rural, pessoa física ou jurídica, e isso já consta da lei, então, ele não estava mudando a lei.

E o ponto que deixava dúvidas, que era considerar como pessoa jurídica o empregador rural, devidamente inscrito nos órgãos competentes, resguardados os interesses dos empregados rurais, esse item eu retirei da pauta porque poderia, como aconteceu de interpretações errôneas, porém, os advogados sabem interpretar, os juízes sabem o que era isso aí, mas eu retirei. Só quero complementar a explicação para não comprometer o escopo do Projeto. Esse item foi inserido no sentido de garantir os direitos do trabalhador, dos empregados e uma possível cobrança judicial de direitos trabalhistas, que daí ia contra pessoa jurídica.

Porém, com o avanço das normas trabalhistas, seria de pouco impacto para o trabalhador, considerando que hoje as responsabilidades trabalhistas equiparam-se independente da personalidade jurídica do empregador. Então, o que causava dúvida eu retirei.

No restante, Senador Valter Pereira, eu vejo que o Senador Valter, o Senador Raimundo Colombo, que é o Relator, está pronto para apresentar essa mudança, e que ele seja avaliado aqui por essa Casa, por essa Comissão, já numa próxima Reunião.

Então, eu vejo que, infelizmente, muitas vezes os membros dessa Comissão não têm o tempo devido de analisar antecipadamente o Projeto. Então, nós nos colocamos à disposição de todos os membros dessa Comissão, titulares e suplentes, para explicar devidamente todos os itens desse Projeto, que ele é aguardado com muita ansiedade, tanto no meio... De parte do empregador, como dos empregados, porque ele moderniza essa relação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com os esclarecimentos prestados pelo Senador Gilberto, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy, e eu quero alertar a todos que o primeiro Projeto que nós vamos apreciar é terminativo, e está faltando apenas um Senador para alcançarmos o quorum necessário a sua votação. Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado Presidente, Senador Valter Pereira, em primeiro lugar, eu gostaria de ponderar que são adequadas as suas avaliações relativamente ao que acontece com a cotação do dólar, que dificulta, de alguma maneira, os preços dos diversos produtos agrícolas mencionados por V. Exa., especialmente os grãos, e assim por diante. E é importante que as autoridades monetárias, especialmente o Banco Central, na hora de estar definindo a taxa de juros, possa examinar, ter em conta os efeitos que acabam havendo com respeito ao valor do dólar; é claro que se de um lado o valor do dólar, hoje, contribui de alguma maneira para que a inflação esteja contida, por outro lado, tem esses outros efeitos, mencionados por V. Exa. sobre a rentabilidade para os produtores agrícolas. Então, é preciso achar o necessário equilíbrio.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de ponderar com respeito ao item 3º, eu conversei com a Relatora, Senadora Marisa Serrano, com respeito a este Projeto do saudoso Senador Jonas Pinheiro, se refere à região dos Rios da Morte, Araguaia e Tocantins, que é caracterizado por cinco terras indígenas... A região desses rios é caracterizada por 18 áreas de alta importância para a conservação, como indicado pelo Ministério do Meio Ambiente. Há algumas dúvidas expressadas pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo IBAMA, pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Governo, e também pelo Ministério de Minas e Energia.

Por outro lado, o Ministério da Defesa se declarou favorável ao Projeto, mas avalio que o principal Ministério, com respeito a esta área, é também o de Transportes, em adição aos outros, que ainda não colocou o seu parecer a respeito.

Então, queria pedir à Senadora Marisa Serrano, que pudéssemos ter o prazo de mais uma semana para apreciação e votação dessa matéria, para obter também a manifestação do Ministério dos Transportes, tendo em vista que eles gostariam de ter mais uma semana. Assim, Sr. Presidente, eu pondero a sugestão de votarmos o item 3 na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, esse Projeto há tempos está nesta Casa, já veio para cá, já retirei, mudamos, ouvimos a ANTAQ, ouvimos a Marinha, conversamos com o Senador Goellner, que tinha dúvida a respeito do Projeto,

voltamos novamente com o Projeto para a votação, e eu queria dizer que os rios que são aqui estabelecidos, rio das Mortes, Araguaia e Tocantins, que estão situados nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará, são rios navegáveis.

No Brasil, nós precisamos de transporte fluvial, é importante para a logística de transporte do Brasil; não há como nós não usarmos as nossas hidrovias. Só que a Constituição Federal, Sr. Presidente, diz que cabe ao Congresso Nacional autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos. Se cabe a nós autorizarmos, é necessário que a gente analise a questão, verifique os prós e os contras, e demos a autorização, é claro, evidente, ouvindo todas as partes interessadas, porque também na Constituição diz o seguinte: "Que o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas, só poderá ser efetivado mediante a autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas". Quer dizer, é necessário que se regulamente isso, não é possível a gente não ter condições de navegabilidade em rios tão importantes, numa região altamente produtora do país.

Quer dizer, é incongruente nós ficarmos aí dependendo de construir mais rodovias, com mais custos, mais problemas... A gente fala tanto no aquecimento global, em crédito de carbono, excesso de carbono na atmosfera, mas, pelo amor de Deus, a hora que a gente vai discutir um Projeto que é necessário justamente para dar condições a que a gente possa trabalhar bem as hidrovias no país, ouvindo todas comunidades, aos interessados, isso é importante para o país.

Além disso, quero lembrar que o Projeto é de 2004, já foi, já voltou, e não é terminativo nessa nossa Comissão. Ele vai ainda para mais três Comissões. Vai para Constituição e Justiça, vai para Serviços de Infraestrutura, e vai para os Assuntos Sociais. Portanto, são mais três Comissões que ele vai passar, a nossa é prévia, e depois ainda passa por mais três.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero só dizer que ou nós temos coragem de enfrentar situações como essa, e discutirmos em verdade como é que nós vamos fazer para que nós hidrovias se tornem os nossos corredores intermodais, senão nós vamos ficar a vida inteira dependendo exclusivamente das nossas rodovias. E um país com água como o nosso, com a quantidade de rios que nós temos, é inadmissível que a gente não comece a discutir essa questão; servindo para o rio das Mortes, Araguaia e Tocantins, vai servir para os outros rios brasileiros também.

Então, essa é uma premissa fundamental que nós estamos discutindo hoje aqui. E como ainda passa por mais três Comissões, eu gostaria de verificar da possibilidade, se for retirado de pauta, e for autorizado pelos meus pares, que daqui uma semana a gente vote esse Projeto, porque já vai longo, senão não vamos votar nunca... 2004 que ele está indo e voltando sem que a gente possa votar. Eram essas minhas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É preciso lembrar a Comissão que esse parecer da Senadora Marisa Serrano já foi apresentado, foi requerida vista pelo Senador Gilberto Goellner, aí, a Senadora acolheu algumas ponderações, elaborando um novo parecer, e é exatamente este novo parecer que deverá ser discutido. A informação prestada pela eminente Relatora é procedente; não se trata de matéria terminativa aqui. Três outras Comissões ainda serão ouvidas antes da palavra final. Portanto—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, apenas quero--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Esse item 3º, eu acho que nós estamos, na verdade, antecipando, já que tem dois outros anteriores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Eu concordo com a preocupação da Senadora Marisa Serrano, tanto sobre o aproveitamento dos rios como meio de transporte; eu reconheço que o meio de transporte fluvial, muitas vezes, é o mais econômico, e a potencialidade de utilização dos rios brasileiros precisa ser prioritariamente considerada, mas apenas, em ela concordando, não se trata de impedir, se trata apenas de ter mais uma semana para o Ministério dos Transportes dar a sua avaliação, apenas isso, e aí concordo que seja votado na próxima semana, conforme ela própria mencionou.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sobre esse mesmo assunto, eu vou passar a palavra para o último interveniente, que será o Senador Flexa Ribeiro, e depois nós vamos retomar as matérias que estão elencadas por sua ordem cronológica, a fim de que a Comissão consiga garantir a produtividade necessária nesta Reunião. Com a palavra, portanto, Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu também queria me manifestar com relação a essa matéria, por um minuto. Se V. Exa. me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Terá chance logo após o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): --Mas eu queria manifestar em relação a essa matéria que se encontra na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Precedendo V. Exa. o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse Projeto da Senadora Marisa Serrano é um Projeto da maior importância—

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, é do Jonas Pinheiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa é a Relatora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Relatora... --Do nosso saudoso Jonas Pinheiro. Todos nós que vivemos na região amazônica, em que nossas estradas são nossos rios, não entendemos que até hoje o Brasil não tenha assumido o compromisso de implementar o sistema hidroviário. À época do Avança Brasil, no Governo do Fernando Henrique Cardoso, o Projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins era considerado, e continua sendo, como sendo o Projeto de maior importância para a integração nacional, porque nós vamos poder navegar desde aqui aproximo de Brasília até o Atlântico, através da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

O Senador Jonas Pinheiro, ao propor, ele, preocupado exatamente com essa implementação do sistema hidroviário, ele fez um Projeto que diz... Que autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, "O aproveitamento dos recursos hídricos do trecho dos rios da Morte, Araguaia e Tocantins, exclusivamente, para fins de transporte fluvial, e dá outras providências".

Ora, nós vamos agora, assim que concluírem as eclusas de Tucuruí, que nós esperamos 25 anos para que pudesse voltar a navegabilidade do Tocantins entre Marabá e Belém, que era navegável, nós vamos poder retomar em parte a navegabilidade, porque ainda não foram feitos os serviços de derrocamento e sinalização em trechos do rio, que é preciso que sejam feitos, para navegar durante os 12 meses do ano.

Como o Senador Jonas Pinheiro colocou aqui, ele inviabiliza a Hidrovia Araguaia-Tocantins, Senadora Marisa, porque ele impede que sejam feitas ações de engenharia para aproveitamento de geração de energia com recursos hídricos. Ele vai... Com isso, ele impede que sejam feitas correções necessárias para que haja navegabilidade.

Existem dois outros Projetos tramitando no Senado, um da Senadora Kátia Abreu, que propõe, Senadora Marisa, que o Rio Araguaia seja transformado num rio parto. Esse ainda é muito pior, porque esse não permite que se toque no Rio Araguaia, ou seja, nem a navegabilidade vai ser possível acontecer.

O Senador Suplicy, preocupado com a questão do Ministério dos Transportes, eu acho que o Ministério dos Transportes está preocupado exatamente por isso, porque se não foram feitas ações ao longo do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins... Tocantins já está sendo feita... Lajeado, agora, não fizeram as eclusas; construíram as barragens, e estão fazendo as eclusas agora. Tocantins vai ter o mesmo problema que o Pará teve em Tucuruí.

Mas eu propunha que nós pudéssemos juntar esses três Projetos, juntar os três Projetos, apensar os três Projetos, e realmente regulamentar isso, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa, eu gostaria só de fazer uma ponderação. É o seguinte: nós não ingressamos ainda no item 1 e V. Exa. está discutindo o mérito do item 3. Eu pediria a V. Exa. para reservar toda a fundamentação que está expendendo agora para o momento da discussão do item 3--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu quero, ao final, propor, Presidente, que o Senador Suplicy permita a continuidade do Projeto; ele vai para a CCJ—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Lá na CCJ, aí nós podemos reunir, Senadora Marisa, com a Senadora Kátia, com o Senador Suplicy, juntar os três Projetos, e chegarmos na CCJ com uma visão global da questão da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que é fundamental, não é para o Pará, não é para Mato Grosso; é para o Brasil, para o Brasil.

Então, eu não vejo por que procrastinar aqui a passagem pela CRA, já que nós vamos ter mais três outras, e ele realmente é importante, mas precisa ser adequado à realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos deliberar sobre isso quando chegar ao item 3. Está feita a ponderação do Senador Eduardo Suplicy e, na apreciação do item 3, aí nós decidimos se vamos votar hoje ou não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu vou passar a palavra para o último inscrito, que é o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, ilustres Senadores e Senadoras, eu quero apenas colaborar com as palavras da Senadora Marisa Serrano, quando ela se manifesta aqui, de que esse Projeto se encontra já por seis anos, é de 2004. Ora, eu acho que já teve todo tempo para maturar; o Ministério dos Transportes está brincando com uma coisa séria. Na medida em que esse investimento terá que ser feito nessas hidrovias, nessas regiões do Brasil, que é Mato Grosso, Goiás,

Tocantins, ou Pará, é de fundamental importância, Sr. Presidente.

Lamentavelmente, V. Exa. tem acompanhado através da imprensa nacional em relação aos custos do transporte rodoviário, que tem pesado sobremaneira no escoamento da produção, sobretudo nessa região de Mato Grosso, lá no Norte, ao longo da BR-163. Se nós não tivermos uma visão moderna, uma visão de futuro no Brasil, que nós temos que rapidamente buscar o transporte hidroviário, ferroviário, fazendo-se a conjugação entre os três transportes do Brasil, lamentavelmente, nunca seremos competitivos.

Eu vou dar apenas um exemplo aqui, Sr. Presidente: o Brasil transporta hoje as suas riquezas 74% em cima de pneu, ou seja, através dos caminhões. Apenas 13% através do ferroviário, e 12% no transporte hidroviário. Esse investimento que terá que ser feito será com toda a segurança possível. Imagino que não só nós teremos grandes debates pela frente, em que vai passar esse Projeto através de outras Comissões, eu imagino que seria uma forma de nós estarmos homenageando o Senador Jonas Pinheiro, nosso colega, brilhante Senador da República, que é autor desse Projeto.

Portanto, eu faço um apelo ao Senador Eduardo Suplicy, que vamos abrir mão desse pleito de V. Exa. porque o Ministério dos Transportes já teve todo tempo para maturar, seis anos, será possível que o Ministério dos Transportes não teve um mínimo de carinho, ou de responsabilidade, de olhar um Projeto de tamanha grandeza que representa para esses Estados que certamente vão ser beneficiados?

De tal forma, Sr. Presidente, eu quero aqui cumprimentar nossa Relatora, e, sobretudo cumprimentar o nosso querido, saudoso, Jonas Pinheiro, lá de cima, com certeza está nos assistindo aqui, acho que é uma forma de nós homenagearmos o Jonas. Era uma luta dele que eu conheci, como Senador da República, como Deputado Federal, por ele ser, Senador Valter Pereira, um dos grandes incentivadores como Presidente da antiga EMATER, no Mato Grosso, que ajudou a desbravar o cerrado da região Araguaia do nosso estado, os cerrados realmente de terras férteis, que permitiu que aquela região prosperasse através dos processos de colonização, que hoje nós temos várias cidades ao longo da BR-080, da 158, lá na região do médio e do baixo Araguaia.

Portanto, eu faço aqui um apelo a V. Exa., meu caro, prezado e valoroso Eduardo Suplicy, que abramos mão, que esse debate poderá ser feito em outras Comissões, e sobretudo é um Projeto que está claro aqui hoje que terá que ter autorização do Congresso Nacional para que essas hidrovias sejam implantadas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Jayme Campos, eu gostaria de homenagear o Senador Jonas Pinheiro, inclusive com o voto favorável, mas com o parecer do Ministério dos Transportes. Eu garanto que não colocarei qualquer objeção, se for adiado na próxima semana, e assim poderei homenagear melhor o querido Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto, vamos ingressar no item 1.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, é nesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos primeiro ingressar no item 1; nós estamos discutindo o item 3, sendo que não apreciamos o item 1 até agora. Então, vamos ao item 1, que é Projeto de Lei do Senado; é um Projeto terminativo nesta Comissão, Projeto n°. 105 do Senado, de 2009, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei 4504, de 30 de novembro de 64, que é o Estatuto da Terra, "a fim de corrigir erro manifesto mediante a substituição do termo 'arrendador' por 'arrendatário', no inciso IV, do seu art. 95". Informo à Comissão que o presente Projeto foi apreciado pela CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido aprovado o seu... Parecer favorável em 21 de outubro último.

E, para relatar, convoco o Senador Gerson Camata, que foi designado para esse fim. Então, ele que vai fazer o relatório, e a sustentação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Trata-se de um Projeto de autoria do Senador Osmar Dias, que praticamente corrige a redação do antigo Estatuto da Terra. Foi um Projeto apresentado em 2009 e já foi aprovado na Comissão de Justiça, com parecer do Senador Suplicy, e eu apenas aqui acrescentei uma Emenda quase que de redação porque, na verdade, ele substitui "arrendador" por "arrendatário", quase que uma correção. E o parecer, um alentado parecer está à disposição dos Srs. Senadores, e eu termino, então, dando a seguinte redação ao Projeto: "Em igualdade de condição com estranhos, o arrendatário...", na lei original está o "arrendador", "terá preferência a renovação do arrendamento, devendo o proprietário até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação extrajudicial das propostas existentes. Não se verificando a notificação extrajudicial, o contrato considera-se automaticamente renovado, desde que o arrendatário, nos 30 dias seguintes, não manifeste

a sua desistência ou formule nova proposta, tudo mediante simples registro de suas declarações no competente registro de títulos e documentos". É aí o parecer... Praticamente na linha do parecer do Senador Suplicy, lá na Comissão de Justiça.

Solicito e peço aos nobres companheiros o apoio para a aprovação desse Projeto, que parece simples, mas é muito importante para regular as relações jurídicas da terra, conforme o Estatuto da Terra pretende desde 1964. É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o parecer do ilustre Relator Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado a V. Exa. pelo "ilustre".

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não havendo nenhuma manifestação, nós vamos colher os votos. Senador Gilberto Goellner, como vota?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Sérgio Zambiasi, como vota?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Projeto aprovado por unanimidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tendo chegado a essa Sessão, consultamos o Senador César Borges, como vota?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso que é confiança em Relator, hein? [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vamos tirar o chapéu, hein, Senador Gerson Camata? V. Exa. basta o nome, é uma grife.

Consulto a Comissão se podemos votar as duas Emendas [ininteligível]. Não havendo contrariedade, eu solicito a dispensa da chamada para prevalecer a votação anterior. Também não havendo divergência, aprovado por unanimidade, vamos ao item 2.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu encaminhei um requerimento, que foi consensualmente assinado por todos no sentido de que a vinda já aprovada do Ministro Paulo Vanucchi sobre o Plano de Direitos Humanos possa ser realizado em conjunto com as demais Comissões que também o convidaram para prestar esclarecimentos sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. Aqui eu conversei com todos os Senadores, inclusive assinaram consensualmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu havia reservado para colocar em votação os requerimentos logo após a votação dos Projetos. Então, será colocado em votação, embora a votação seja até dispensada em tais circunstâncias, já que V. Exa. colheu as assinaturas indispensáveis para garantir a sua aprovação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Item 2, Projeto de Lei da Câmara n°. 68/2009, não terminativo, de autoria do Deputado Ricardo Izar, que revoga as Leis Delegadas 4 e 5, ambas de 26 de setembro de 62.

Informo que a Lei Delegada 462 dispõe sobre a intervenção no domínio econômico, e a Lei Delegada n°. 562 cria a SUNAB. A matéria foi apreciada pela CAE, que aprovou parecer favorável, na forma da Emenda n°. 1. Com o Relator ad hoc, Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra, o Senador Gerson Camata; ele é o Relator do segundo, e eu entendi por que. A partir do momento que o Senador César Borges votou em

confiança, eu acredito que a credibilidade de V. Exa. está dando muita habilitação para todas as votações.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, Excelência. Sr. Presidente, trata-se de uma iniciativa do Deputado Ricardo Izar, lá na Câmara dos deputados passou por todas as Comissões lá; aqui no Senado, já passou pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde o Senador Osmar Dias fez um substitutivo.

O que é que essa lei pretende? Ela pretende revogar as Leis Delegadas 4 e 5, por quê? Essa lei era uma lei que autorizava a SUNAB, em épocas de crise, a desapropriar estoques, a distribuir estoques, a regular a circulação de alimentos no país. Como dizia, "bens de livre distribuição de produtos necessários ao consumo popular".

A SUNAB acabou e essa lei ficou um entulho. Ela não pode ser executada, o órgão executor já terminou. Então, por causa disso, ele apresentou a lei fazendo essa revogação; todas as Comissões técnicas da Câmara já aprovaram; a CAE já aprovou; ela é terminativa lá na Comissão de Justiça, de modo que o meu parecer é um parecer que vai em cima do substitutivo apresentado pelo Senador Osmar Dias lá na CAE, tirando esse entulho que ficou para trás, aliás, que não foi nem reconhecido na Constituição de 88, e caiu em desuso.

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O item 2... Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado por unanimidade, dado o silêncio de todos.

Item 3, que é o Projeto de Decreto Legislativo n°. 232/2004, também não terminativo, de autoria do Senador de saudosa memória, especialmente para esta Comissão, Jonas Pinheiro, que "autoriza, nos termos do § 3º, do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins, exclusivamente para fins de transporte fluvial, e dá outras providências".

Como já foi informado anteriormente, em junho de 2009, foi realizada a leitura do seu relatório pela Senadora Marisa Serrano. Nessa ocasião, foi concedida a vista ao Senador Gilberto Goellner, que devolveu o Projeto à Relatora.

A Senadora Marisa Serrano, entretanto, encaminhou à Secretaria da CRA um novo relatório pela aprovação, desta feita, com quatro Emendas que apresenta, certamente resultado de diálogos, de conversas que ela manteve para amadurecer o seu parecer.

Então, nós passamos a palavra para a Senadora Marisa, já que há, inclusive, um pedido de adiamento por parte do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, se me permite, eu queria registrar aqui a presença do nosso querido amigo, Dr. Jorge Yanai, que é suplente de Senador da República, que, a partir de maio, vai assumir também aqui, com a devida venia do nosso Senador Gilberto, por sinal, esses dois valorosos companheiros que participavam lá atrás da chapa do Jonas Pinheiro; o Gilberto era primeiro suplente e o Senador Jorge era o segundo suplente. E, num gesto de companheirismo, lealdade, o Senador Gilberto vai abrir mão, por 120 dias, para que o nosso querido companheiro Jorge Yanai, grande médico, foi Deputado Estadual quando fui Governador de Mato Grosso, representante lá do norte do Estado, do longo da BR-163, que hoje nos visita, já preparando para assumir a partir do dia 2 de maio, também aqui, o cargo de Senador da República. Muito obrigado, seja bem vindo, parabéns, Senador Jorge Yanai.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aceito o registro, vamos consignar em Ata a visita que nos faz o futuro Senador... E Mato Grosso começa a dar mostras de que realmente tem muitos Senadores, hein? É o estado que tem mais Senadores que o Estado de São Paulo, não é, Senador Suplicy?

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É o desequilíbrio da federação.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): E tem Senadora também.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E tem Senadora também, mas Senadora só tem uma, por enquanto. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Embora a gente já tenha discutido um pouco aqui a questão desse Projeto do Senador Jonas Pinheiro, e é um Projeto de uma longa história nesta Casa, e é inadmissível que a gente não regulamente a Constituição Federal naquilo que ela trouxe, desde 88, para facilitar a vida do povo brasileiro. Quer dizer, esse é um Projeto que realmente facilita.

E eu quero fazer aqui algumas considerações, como eu já disse, o art. 49 da Constituição determina que "compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar em terras indígenas a exploração e o aproveitamento dos recursos hídricos". Se nós não regulamentarmos, ninguém mais vai poder regulamentar.

Portanto, se é competência nossa, nós temos que agir, e resolver essa questão. Como eu disse, ainda temos que ouvir as comunidades afetadas. O objetivo desse Projeto de Lei, nesse Projeto... Decreto Legislativo, é justamente dar cumprimento a esse requisito

constitucional no que se refere à navegação fluvial dos trechos dos rios das mortes, Araguaia e Tocantins, localizados nos estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará, e situados no interior ou às margens de reservas indígenas homologadas e demarcadas, na forma da legislação indigenista pertinente.

Consideramos a iniciativa conveniente e oportuna, haja vista a necessidade de modernização e aperfeiçoamento das alternativas de transporte de cargas, o que contribuirá para a redução dos custos de parte da produção nacional. A proposição possibilita melhorias na infraestrutura nacional de transportes, trazendo benefícios econômicos e sociais para a área de influência da hidrovia. Investimentos públicos e privados permitirão ao país converter o potencial de navegabilidade desses rios em vigorosos corredores multimodais de transporte.

Acreditamos, no entanto, que a proposição merece ser aprimorada pela incorporação de três Emendas apresentadas nesta Comissão pelo Senador Gilberto Goellner. A primeira das sugestões objetiva transformar o parágrafo único do art. 3º em art. 4º, dispositivo autônomo destinado a preservar as competências de outros órgãos do Poder Executivo, para que possam, nas respectivas esferas de atuação, fiscalizar as obras necessárias no que se refere a outros aspectos, que não só o ambiental somente.

A segunda e terceira Emendas acrescentam ao parágrafo do art. 2º e 3º respectivamente, o objetivo geral é estabelecer prazos para a manifestação dos órgãos ambiental e indigenista, a fim de permitir a perfeita conjugação dos aspectos econômico, ambiental e social do desenvolvimento.

Por fim, para atender aos requisitos da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98, com as modificações posteriores, oferecemos Emenda destinada a suprimir a cláusula genérica da revogação das disposições em contrário.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto Legislativo 232, de 2004, com as Emendas que seguem: A Emenda nº. 1, criando o art. 4: "Caberá aos órgãos do Executivo nas respectivas esferas de competência, autorizar e fiscalizar a execução de obras de melhoramento das condições de navegabilidade dos rios abrangidos por esse decreto, em especial nos trechos situados no interior ou à margem das reservas indígenas formalmente homologadas e demarcadas na forma da legislação indigenista federal". Portanto, o rio poderá sofrer adequações para facilitar o transporte.

Segundo, cria-se parágrafo único do art. 2º: "Considerando-se aprovado o Projeto da hidrovia, caso o órgão indigenista competente não se manifeste no prazo de 90 dias, contados da entrega do Projeto". Então, os Projetos da hidrovia que não forem, durante 90 dias, não tiverem nenhuma manifestação do órgão indigenista, ele estará aprovado.

E a Emenda 3ª, acrescenta-se ao art. 3º o parágrafo único: "Considera-se aprovado o Projeto da hidrovia caso o órgão ambiental competente não se manifeste no prazo de 90 dias, contados da entrega do estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental". Isso para garantir que o Projeto seja analisado durante 90 dias, tanto pelo órgão ambiental, EIA/RIMA, como pelo órgão indigenista.

Então, eram essas as Emendas que foram aceitas por mim e incluídas no meu relatório.

Portanto, Sr. Presidente, eu termino aqui, [ininteligível] a todos os meus pares a votarem esse Projeto. Como eu disse, é um Projeto de 2004, é um Projeto que ainda vai passar por mais três Comissões, portanto, essa Comissão teria que ver, é importante para essa Comissão a navegabilidade do rio, e o transporte de carga, principalmente dos grãos que são plantados nessa região? Porque, se for discutir agora aqui a questão energética, outras Comissões, como a CI, poderá discutir isso, a infraestrutura. Aqui nos interessa saber se esse rio, essa forma como está sendo colocada no Projeto, vai facilitar o transporte de carga de quem produz nesse país.

Portanto, se essa Comissão de Agricultura e Pecuária não se notabilizar justamente para garantir a viabilidade desses rios, nesse caso, o Rio Araguaia, Tocantins, e rio das Mortes, eu queria pedir aos pares que vejam o mérito dessa Comissão, e nesta Comissão, eu não acredito que nenhum Parlamentar aqui presente vai deixar de querer garantir a quem produz nessa região a ter um transporte fluvial barato, mais barato, menos poluente, mas com a garantia ainda de chegar a diversas regiões do país, através das inúmeras hidrovias que nós temos. É começar, realmente, a transformar os nossos rios em corredores de exportação e das nossas riquezas. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ao colocar em discussão, eu gostaria de ponderar aqui a todos os senhores, especialmente ao Senador Eduardo Suplicy, que vi no parecer da Senadora Marisa Serrano, cautelas que, talvez, V. Exa. prestando bem atenção pode até se tranquilizar com relação às repercussões que terão em outros segmentos. Mas, para discutir, então, Senador Gilberto Goellner, depois Eduardo Suplicy, e o terceiro, Senador Gerson Camata.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ao colocar aqui essas três Emendas, nós ouvimos o órgão responsável pela navegação fluvial brasileira, que é a ANTAQ. E, nesse sentido, ele foi amplamente discutido com membros desse órgão do Executivo brasileiro. E de forma tal que ele foi aprimorado e foram colocadas as devidas precauções na preservação dos poderes de cada órgão competente brasileiro, tanto na área ambiental, indigenista, e também na área de transporte. Acontece que nós estamos aqui falando de três rios brasileiros, que são o rio das Mortes, Araguaia e Tocantins.

E existem muitos Projetos em andamento na Câmara e no Senado, que avaliam inclusive o Rio Araguaia, Senadora Kátia Abreu, o Rio Araguaia, que divide... Que passa pelo seu Estado, Tocantins, existem Projetos que tornam aquele rio como rio ecológico, um rio de preservação ambiental, um rio aonde não se deveria, em algum espaço dele, algum trajeto dele, permitir a navegabilidade. Então, nesse sentido, eu vejo que as controvérsias a respeito do Tocantins e Araguaia começam por aí.

Nesse sentido, nós não levamos em consideração isso nesse Projeto, sendo que, para isso, nós tiraríamos o mérito dele, que ele prevê um contexto geral dos três rios: permitir exclusivamente transporte fluvial nesses três rios.

Então, ouvindo agora o relatório, eu gostaria de levantar a questão de... Inclusive a Senadora Kátia Abreu, eu me referia a ela, porque ela fez um passeio lá; dum trecho do rio inclusive não é possível navegá-lo, devido ao calado sazonal que existe, bancos de areia, que não permitem o tráfico fluvial em todas as épocas do ano.

Então, nesse sentido, esse Projeto leva em consideração isso também; não especifica qual o trajeto, mas leva em consideração que aos órgãos competentes, ambiental e indigenista, são reservadas as suas prerrogativas como órgão.

Então, quando o Governo coloca que o Meio Ambiente e o Ministério do Transporte não aprovam totalmente esse Projeto, nós gostaríamos de ouvir, que o Governo nos colocasse, de antemão, aonde não é permitido, e por que não é permitido. É o problema de eclusas? Que se façam as eclusas, que deveriam ter sido construídas junto com a hidrelétrica, porque sabe-se que o custo de uma eclusa posterior a uma hidrelétrica é muito maior o custo dela.

Então, nesse sentido, eu gostaria de pedir aos órgãos governamentais, aos Ministérios que contestam a navegabilidade nesses três rios, que informem o motivo que leva ao indeferimento desse Projeto.

Nesse sentido, eu acredito que foi dada a explicação devida. Nós precisamos aproveitar integralmente o máximo que for possível dos rios brasileiros, e o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste são os estados que têm mais potencialidade de navegação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu observo aqui, de um lado, que a Senadora Marisa Serrano apresentou Emendas, e as aprovou, no sentido de que só haverá a aprovação se o Ministério do Meio Ambiente, os órgãos responsáveis, em 90 dias, derem o aval à proposição--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Não se manifestarem, portanto, se não se manifestarem contrariamente, pelo que entendo, então, portanto, este cuidado está tomado.

Segundo, sim, é fato que gostaria de saber da opinião do Ministério dos Transportes, mas, tendo em conta que, em especial dentre as Comissões estar a Comissão de Infraestrutura, onde esse assunto será tratado, eu avalio que até a Comissão de Infraestrutura, o Ministério dos Transportes poderá dar o seu parecer a respeito, então, eu vou respeitar o apelo aqui em homenagem, inclusive ao Senador Jonas Pinheiro, para que a matéria possa prosseguir ainda nas demais Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. contesta a quem, vez por outra, diz que, no PT, só tem radicais. V. Exa. dá uma demonstração de que é um Parlamentar equilibrado e sensato. Próximo debatedor é o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu vou ser bem rápido, agradecendo a V. Exa., para dizer que o Senador Suplicy não precisa se preocupar muito. Primeiro, esse Projeto é de 2004, portanto, ele está tramitando aqui já há seis anos. Até esse ano, ele não chega para a Câmara porque tem mais três Comissões para serem ouvidas. Na Câmara, V. Exa. sabe, o próximo ano é o primeiro ano, novos mandatos e tal, mais seis anos. Então, vai para 2017. Como ele é autorizativo, tem que ouvir as populações envolvidas, tem que ouvir os órgãos de meio ambiente, então, ele, se tudo correr bem, ele vai começar a entrar em vigor, efetivamente, lá para 2020.

Como são obras de engenharia hidráulica, e tal, nós teremos a primeira navegação lá pelo ano de 2035, se tudo correr bem. De modo que não precisa ter velo-

cidade, nem se apavorar não, que V. Exa. conhece, a minha experiência me diz isso, então, ele não precisa ficar com muito medo, porque quando passar a primeira barcaça, nós estaremos olhando do céu essa bela passagem da barcaça... Se tivermos. Era isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A manifestação de V. Exa. é tão lacônica que a desilusão afeta não só aos que nos ouvem, como a nós próprios. Mas o próximo debatedor é o Senador César Borges. Saiu? Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de apoiar o Projeto do Senador Goellner, eu acho que... Jonas Pinheiro, desculpe, e Goellner Relator... Marisa Serrano... Desculpa.

[risos].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --Com a Emenda do Senador Goellner. Agora está certo?

[risos].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O importante é o princípio, não só neste caso, Sr. Presidente, mas nós devemos estar atentos, Senador Suplicy, a vários casos em outras áreas neste país em que ficamos paralisados por conta de ações governamentais que não se implementam. As leis, as regras, as normas, os decretos são implementados, mas não equipam os órgãos de estado do Executivo para cumprir essas determinações. Quero aqui apenas exemplificar o georeferenciamento, aonde nós temos milhares e milhares, centenas e centenas de processos aguardando no INCRA pelo georeferenciamento, e ele não se efetiva, por quê? O georeferenciamento é uma coisa interessante, importante para o produtor e para o país, mas não equipara o INCRA para que ele pudesse dar fim ao georeferenciamento. Portanto, tem produtores rurais aguardando há dois anos pelo seu georeferenciamento. O mesmo caso da hidrovia, se ficarmos eternamente esperando manifestação das comunidades afetadas, nós jamais teremos hidrovias nesses lugares no país.

Então, eu quero aqui dar o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senador saudoso, querido Senador Jonas Pinheiro, Relatora Marisa Serrano, e a Emenda do Senador Goellner. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Próxima inscrita, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu queria aqui também deixar claro o meu voto pela aprovação do Projeto do saudoso Senador Jonas Pinheiro.

Eu lembro o quanto ele era um defensor e mostrava da importância das hidrovias para o seu Estado e para o Brasil de uma maneira geral. A Relatora, Senadora Marisa Serrano, tenho certeza que, como sempre, com competência, com toda a dedicação, ela se debruçou sobre esse Projeto, aprimorando e trazendo o relatório que realmente todos nós devemos aplaudir e aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu, na verdade, vim meio apressadamente... Cheguei, não tive tempo nem de ler o Projeto, porque eu não sou titular desta Comissão; eu estou aqui apenas como Senador, e principalmente como Senador da região tocantínia(F)... Senador do Estado do Tocantins que se preocupa com a situação que hoje aqui é colocada por esse Projeto de Lei. E, sobretudo, nas questões, quando trata de questões ambientais, para se construir hidrovia, para se fazer hidrelétricas, enfim, rodovias, ferrovias, enfim, tudo aquilo que é bom para o progresso e para o desenvolvimento do país.

Eu, particularmente, tenho uma grande preocupação, e eu conversava essa semana passada com o Ministro Edson Lobão, que foi ao Estreito, no Maranhão visitar a Usina Hidrelétrica do Estreito, e eu conversava com o Ministro sobre algumas hidrelétricas que estão programadas, que atendem perfeitamente às questões ambientais, e, na verdade, as coisas ficam muito amarradas, por exemplo: A questão da usina hidrelétrica de Serra Quebrada que, na verdade, parece que tinha ali uma meia dúzia de índios... Há mais ou menos 20 anos, tem essa discussão, essa briga para se construir essa hidrelétrica, e nunca foi possível, em função da questão ambiental e do problema indígena, e ele me dizia: "Agora parece que vai resolver, Senador, depois de 20 e tantos anos".

E eu conversava exatamente também sobre a questão da usina hidrelétrica da Cachoeira de Santa Isabel, no Estado de Tocantins, porque, Presidente, essa usina hidrelétrica, muitas pessoas que, às vezes, não têm conhecimento, e quando se trata de questão ambiental, o grande problema é esse, é a falta de esclarecimento da comunidade envolvida, interessada, e é o que trata esse Projeto, e, às vezes, essas pessoas ficam contra, sem saber por que é contra; existe muito isso no nosso país. Eu poderia chegar aqui, um Senador chegar aqui, e falar: "Eu estou contra esse Projeto". Mas eu preciso conhecer o Projeto, para depois dizer se sou contra ou a favor.

Mas, quando eu vi a leitura do relatório da Senadora Marisa Serrano, quando eu vi a fala da Senadora Kátia, e sei perfeitamente da importância e que esse Projeto também vai passar por mais três outras Comissões, e o que eu queria dizer, Sr. Presidente,

aproveitando esse gancho, é exatamente para dizer que com referência à questão da cachoeira de Santa Isabel, por exemplo, nós tínhamos uma usina elétrica programada para mil e tantos mega. Ou seja, 1180, 1280, uma coisa grande, que traria um impacto ambiental relativamente preocupante na região porque chegaria perto de área indígena, enfim, uma série de outras questões.

Mas, com a versão do novo Projeto, e olha que isso já tem muito tempo, Sr. Presidente, isso já deve ter mais de três anos, três ou quatro anos, que eu conversei inclusive com a Ministra Dilma, ainda naquela época, não quando ela era do Ministério das Minas e Energias, mas já como Chefe da Casa Civil e do PAC, não tinha candidatura colocada ainda, eu discuti isso com ela, fui ao Palácio para discutir como coordenador da bancada do Tocantins, para discutir essa questão da cachoeira de Santa Isabel. E vi, naquela época, com o então Ministro Silas, eu estive lá também, tratando dessa questão, da questão ambiental, e do impacto que essa usina hidrelétrica traria para a nossa região porque a cachoeira de Santa Isabel é algo muito bonito, muito importante, mas mais importante do que isso é fazer algo que não prejudique a comunidade e que traga o progresso e o desenvolvimento para o Brasil.

Então, quero aqui colocar isso para dizer o seguinte, tudo que for para acelerar, Sr. Presidente, que for para agilizar, a gente não pode... Tem que colocar prazo. O Senador de saudosa memória, Senador Jonas Pinheiro, tinha razão nessa questão, que quando se tratava da questão ambiental, e foi aqui muito bem colocado também pela Senadora Kátia, essa questão do georeferenciamento, tudo isso é preciso, Sr. Presidente, estabelecer prazos; nós temos que fazer leis aqui, colocar prazo para definir muitas coisas no Brasil que ficam se arrastando por décadas e décadas, por longos anos, e o povo esperando, os ribeirinhos morrem, os pais morrem, e ficam os filhos sem ver o progresso chegar, o desenvolvimento chegar. E às vezes ficam contra, eu volto a repetir, por não saber o que está acontecendo, por que é contra? Porque às vezes é mal informado.

Então, louvo o Projeto do Senador Jonas Pinheiro, que era um defensor da agricultura, defensor do meio ambiente, da área agrícola, da área rural no Brasil, e tem aqui dois Senadores do Mato Grosso, que são, assim, da maior competência, e que, com certeza, estão trabalhando essa questão com o maior carinho, com o maior respeito pela memória do Senador Jonas Pinheiro, que merece de nós todas as homenagens por tudo que foi para o Brasil como grande agropecuarista que foi para o povo brasileiro, representante da área rural. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Então, ao prever a expansão da logística de transporte no nosso país, na verdade, este Projeto terá, amanhã, quando se transformar em lei, uma significativa repercussão no chamado Custo Brasil, sobre o qual temos discutido aqui frequentemente nesta Comissão, e que é motivo sempre de inquietação com relação àqueles que produzem e que exportam.

Portanto, nós vamos colocar em votação. Os Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Não havendo manifestação em contrário, está aprovado, e aprovado com o parecer favorável das Emendas 1 a 4. O próximo item...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, tendo em conta--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [ininteligível] Requeiro, nos termos do Regimento Interno, o aditamento ao Requerimento nº. 3, de 2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu, para que a audiência pública destinada a debater o 3° Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3, seja realizado em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Tecnologia e Informática, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Direitos Humanos, tendo em vista que o Ministro Paulo de Tarso Vanucchi foi convocado em todas essas Comissões para debater o PNDH-3. E esse PNDH-3 não tem nada a ver com a gripe suína, gostaria de esclarecer.

Então, gostaria de indagar ao autor se deseja comentar. Não havendo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado. Agradeço a anuência de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --Nenhuma manifestação em contrário, está aprovado o Requerimento do Senador Eduardo Suplicy, subscrito por outras expressivas representações.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero apenas agradecer ao espírito de altivez, de grandeza do Senador Eduardo Suplicy, por ter aberto mão no sentido de que protelasse para a semana que vem a aprovação do Projeto de lei do Senador Jonas Pinheiro, que tinha como Relatora a Senadora Marisa Serrano. De tal forma, prezado Senador Eduardo Suplicy, V. Exa. fez um gesto de grandeza, sobretudo em memória do nosso querido Senador Jonas Pinheiro, hoje representado aqui pelo Senador Gilberto, que muito bem representa, e também pelo seu primeiro suplente, Senador Jorge Yanai. V. Exa.

tenha a consciência de que é uma data histórica, na medida em que esse Projeto vai prosseguir, vai para outras Comissões, depois para o Plenário da Casa, e certamente no amanhã, espero que nós estejamos vivos para ver que certamente essa integração intermodal de transporte rodoviário, ferroviário etc. será a redenção de uma das regiões mais ricas do Brasil, que é essa vasta região Norte e Centro-Oeste.

Eu não tenho dúvida alguma que são Projetos como esse que certamente engrandecem o nosso Congresso Nacional e especialmente aqui nós estamos, através da memória do Senador Jonas Pinheiro, prestando a ele essa homenagem no dia de hoje. Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, outro requerimento da lavra do Senador Gilberto Goellner. Mas V. Exa. está convocando uma audiência pública, convidando para o novo Senador dela participar... Não é isso, Senador? Senador Jorge? Eu quero saber se o Senador Jorge avaliza isso? Porque V. Exa. não vai estar aqui, tem que saber se...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Senador Valter, será em maio. A transferência será em maio.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ah, em maio?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Maio, nós vamos fazer essa audiência, eu gostaria que essa audiência fosse imediatamente programada para possibilitar--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. já deixou o Senador Jorge triste, que ele imaginava que ia vagar no mês de maio--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, ele vai ter outras indagações a fazer.

SENADOR JORGE YANAI (DEM-MT): Mas eu agradeço, Presidente, é uma satisfação muito grande estar presente na discussão desse Projeto, da importância que é em relação à trafegabilidade das hidrovias brasileiras. E também pela importância que Jonas Pinheiro representou para o Estado de Mato Grosso, durante seus três mandatos de Deputado Federal, e no seu segundo mandato de Senador da República, ele que é seguramente um dos maiores defensores do agronegócio, não só de Mato Grosso, mas de todo país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem, o Senador Jorge está confirmando uma velha convicção que eu sempre tive: o político de Mato Grosso é extremamente habilidoso, é muito matreiro. Veja que o Senador Jorge inaugura sua participação antes mesmo de fazer o juramento do Plenário, já participa aqui da Comissão de Agricultura, meus parabéns.

Então, o requerimento do Senador Goellner está vazado nos seguintes termos: "Requeiro nos termos do art. 58, inciso II da Constituição, e art. 93, inciso II do Regimento, que seja realizada no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, audiência pública para prestar esclarecimentos acerca das decisões em andamento na CAMEX, sobre a taxação do glifosato. Para tanto solicito que sejam convidados: Guilherme Cassel, Ministro da Reforma Agrária; Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura; Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento; Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Dilma Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil; Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio".

Sobre esse requerimento, eu gostaria de ponderar o seguinte, nós tínhamos pactuado nesta Comissão que não realizaríamos audiência pública com número superior a três debatedores, e por essa razão eu solicito ao autor que calibre o seu requerimento para o número que foi pactuado, a fim de que a audiência pública produza o melhor resultado possível.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, a CAMEX é composta de representantes, dos Ministros que compõem esse órgão de comércio exterior, são sete ministros, e nesse sentido, já houve uma Reunião que pautou uma decisão sobre a taxação desse insumo, que é um herbicida, chamado glifosato. Ele é produzido internamente, uma indústria apenas, e é importado também, o princípio ativo, importado principalmente da China, mas contrabando tem muito pouco, e acho que nós não vamos nem tocar no assunto... Porque o produto importado da China, ele é formulado aqui no Brasil, assim como são medicamentos e outros.

Então, a China é a principal compradora de produtos agrícolas brasileiros. E, nós com isso, essa taxação acima do nível de mercado, veja bem o que a CAMEX fez, com a participação desses Ministros, taxou o produto com uma taxa de referência acima do valor de importação real. Com isso, vai fazer com que o mercado se apresente melhor para a produção interna, porque ele é absorvido por um preço, é paga por um outro preço bem superior a taxação, importação, e o mercado interno fica privilegiado. Verdade que nós precisávamos dar competitividade à produção brasileira; estão aí os preços baixos de todos os produtos agrícolas. Esse aqui foi um fato que vai gerar um aumento desse insumo, e consequentemente um aumento do custo de produção de milho, de soja, de café, onde todas as culturas, onde é utilizado esse

glifosato. Por isso nós precisamos saber o porquê que houve essa taxação indevida de valores de referência acima do valor de importação real, do preço em dólar real de importação.

Então, nesse sentido, eu gostaria que essa audiência fosse marcada brevemente porque é um assunto que impactou(F) demais a agricultura brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [interrupção no áudio] Só que V. Exa. enxugasse o número de--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): São sete componentes--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sete componentes, então, eu gostaria que fosse reduzido para três. Que é p que nós temos pactuado. Com sete, nós temos provas sobejas de que torna-se improdutivo o trabalho realizado em audiência pública. Então, quanto menor é o número, maior é a eficácia. E nós já temos aqui uma experiência de que quando chega em quatro expositores, já começa a comprometer a eficiência da audiência pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, como se trata de um assunto de prestação de informações, cinco minutos serão necessários, são suficientes, aliás, para cada um. Sete vezes cinco são 35 minutos. Porque eles não vão poder fazer considerações acima desse prazo, porque não há... O argumento vai ser analisado, cada Ministério tem o seu argumento. Então, eu não vejo que vai impactar--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por que V. Exa. não chama aqui os Ministérios mais diretamente ligados ao setor? Veja, por exemplo, Ministra Dilma Rousseff, qual é a importância dela nesse tipo de debate?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ela teve um representante na CAMEX.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois é, mas não é uma atividade-fim do Ministério dela, ela é de uma articulação. Ministro da Fazenda, qual é a repercussão na atividade-fim?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Votou, teve voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Também votou, apenas isso. Eu acho que V. Exa. poderia reduzir a três, e aí, se necessário, chamaríamos outros Ministros, ou outros funcionários. Eu vou deixar sobrestado para que V. Exa. calibre—

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Quatro, pode ser quatro?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quatro, e aí nós aprovamos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em votação, com a ressalva de diminuir para quatro. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado.

Há aqui um último requerimento, de autoria do Senador João Tenório, que pede audiência pública com a finalidade de debater, junto aos Exmos. Srs. Ministros das Minas e Energia, Edson Lobão, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, acerca do atual cenário do setor de fertilizantes, bem como sobre o papel e a abrangência da referida empresa. Não está aqui o autor do requerimento. Consulto o Plenário se votamos assim mesmo? Votemos, então, não havendo manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

Senador Gilberto, antes de encerrarmos nessa Reunião, comunico à Comissão o recebimento do Ofício 01/2010, da ANVISA, subscrito pelo Sr. José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, convidando os membros dessa Comissão para o Seminário sobre 'Mercado e Regulação de Agrotóxicos', a realizar-se em Brasília no dia 11 de março do corrente. Os interessados comuniquem à secretaria dessa Comissão. Não havendo mais assunto a tratar, está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 11h08.

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE MARÇO DE 2010.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia nove de março de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS E EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Sadi Cassol, Neuto de Conto, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Kátia Abreu e Marisa Serrano. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública, de acordo com a seguinte Pauta: 1ª audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2010-CRA, aprovado em 09/2/2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com adendo da Senado-

ra Kátia Abreu, que requer a realização de audiência pública sobre a prorrogação das operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES (FINAME), com a participação dos seguintes convidados: Sr. **William George Lopes Saab** – Chefe da Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES**; Sr. **Claudio Bernardo Guimarães de Moraes** – Superintendente da Área de Operações Indiretas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES**; Sr. **Ademiro Vian** – Assessor da Diretoria Técnica da Federação Brasileira de Bancos – **FEBRABAN**; Sr. **Guilherme Dias** – Economista, Professor da USP e consultor da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Gilberto Goellner e Jayme Campos. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da **CRA.**

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 48 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, havendo a anuência de todos, será dada como aprovada.

Srs. Senadores, antes de iniciarmos o nosso trabalho, gostaria de fazer um comentário sobre um assunto relevante para todo o segmento. Sabemos que os meios de comunicação têm trazido diariamente uma enxurrada de notícias muito lamentáveis para a sociedade, não só a sociedade brasileira, mas para a comunidade internacional de maneira geral, relacionada a terremotos, crimes, violência, enchentes em todos os cantos, aqui no Brasil e fora do nosso país, mas é preciso que também se realcem algumas notícias alvissareiras.

Uma delas foi a confirmação, pela OMC, de que o Brasil ultrapassou o Canadá e se tornou o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do planeta. Na última década, o Brasil já havia deixado para trás a Austrália e a China. Hoje, apenas os Estados Unidos e a União Europeia vendem mais alimentos do que os agricultores e pecuaristas brasileiros.

Esta seria uma notícia para uma grande comemoração, e não deixa de ter um significado muito especial, já que demonstra o vigor, a potencialidade, a capacidade do produtor brasileiro. Como diz o Presidente Lula: "Nunca antes na história deste país se exportou tanto".

Mas, vejam bem, esta arrancada não resulta apenas de uma política agrícola agressiva por parte do Governo. Aqui tem sido muito questionada essa falta de agressividade. Especialistas apontam alguns fatores para justificar esse avanço da agricultura brasileira.

Em primeiro lugar, a abundância de recursos naturais, o solo, a água, a luz, tudo isso ajuda, e muito. A enorme diversidade de produtos; um câmbio que, até 2006, foi generoso com a política agrícola; aumento da demanda dos países asiáticos e o crescimento da produtividade das lavouras; o avanço tecnológico, em todo o sistema produtivo nacional... Sem dúvida alguma, houve mudanças que estão favorecendo o Brasil.

O custo de produção baixo para vários desses produtos, nesse período, graças aos seus recursos naturais e principalmente ao câmbio. Mas, infelizmente, não será desta vez que os pequenos, médios e grandes produtores terão motivos reais para festejar. É que existe existem problemas estruturais que ainda prejudicam o produtor brasileiro.

De cada dez sacas de soja colhidas nesta safra, no Estado de Mato Grosso, no Estado do Senador Gilberto Goellner, por exemplo, quase cinco são consumidas pelo frete. É um problema dos mais graves, que oneram significativamente o produtor, já que nós estamos falando aqui do Custo Brasil; 50% da produção vai toda para o frete. Aliás, o preço do frete subiu 25% neste ano, em relação ao ano passado; é um verdadeiro assalto.

Se somarmos os altos preços cobrados pelos pedágios do Paraná, do Senador Dias, senador... Futuro Governador do Paraná, podemos prever que, em breve, o país viverá um apagão logístico.

Pois bem, alguns analistas do setor já têm advertido que o câmbio não tem mais, hoje, aquela grande virtude, já não é mais a tábua de salvação da agricultura nacional. É preciso mexer em questões que o Governo tem negligenciado, de certa forma: A elevada carga tributária, os encargos trabalhistas, os subsídios, são questões... Juros, são questões que precisam ser enfrentadas.

O agronegócio, indiscutivelmente, nós temos proclamado isso aqui, todos os Srs. Senadores, é uma questão de soberania nacional, uma questão estratégica da nossa economia. Não podemos esquecer que as exportações agrícolas tornaram o setor o primeiro e o mais importante gerador de reservas para o Brasil.

É por esta razão que a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado precisa intensificar sua participação nesse processo, precisa cobrar mais ousadia do Governo. Ainda aqui, nós discutimos intensamente a questão do subsídio do trigo, que era concedido pelos Estados Unidos e que exigia uma atuação agressiva do Governo. E o Governo cumpriu o seu papel; o Governo, nós temos que realçar, obteve uma vitória extraordinária para o enfrentamento de uma antiga luta.

E, hoje, quem assistiu ao noticiário deve ter percebido claramente que há uma inquietação por parte do Governo americano, e há uma certa cautela do Governo brasileiro para cumprir aquilo que está autorizado já, pela OMC, que é a retaliação dos subsídios concedidos pelo Governo americano aos produtores de trigo daquele país.

E há uma notícia que nos preocupou, com relação à lista dos produtos... É do algodão, exatamente... A lista dos produtos que já elaborada. Nessa lista existe... Está incluído o trigo, o trigo nosso de cada dia, ou seja, o trigo que produz o pão, o pão que vai para a mesa do consumidor. Se esta lista, se o trigo for mantido nesta lista, obviamente, a pressão sobre esse produto vai elevar o preço do pão nosso de cada dia e isso vai repercutir, não só no bolso do consumidor, como também nos índices de inflação. Então, cumpre aqui alertar ao Governo que escolha todos os supérfluos, escolha todos os produtos dispensáveis, mas poupem o trigo. Poupem o trigo pelo consumidor e poupem o trigo para preservar a inflação.

Hoje, nós temos uma Audiência Pública e alguns representantes do BNDES já estão presentes. Audiência Pública também de um assunto relevante, que precisa de uma tomada de posição firme do BNDES. O BNDES e o Governo devem emitir sinais claros ao setor agrícola e à sociedade porque o assunto requer toda a firmeza do Governo, a fim de que nós consigamos, efetivamente, fazer com que esta comissão produza os resultados necessários, os resultados que, até certo ponto, nós temos conquistado, e os produtores que aqui aportam, sabendo que aqui é o grande fórum de debate da agricultura brasileira, da produção brasileira, têm a expectativa de que nós consigamos mais esse intento.

Gostaria de convidar aqui para participar desta Mesa... Gostaria de convidar para participar desta Mesa o Sr. William George Lopes Saab, Chefe da Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; Sr. Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes, Superintendente da Área de Operações Indiretas; Sr. Ademiro Vian, esse da FEBRABAN, Assessor da Diretoria Técnica da FEBRABAN; o Sr. Guilherme Dias, professor da USP, economista e consultor da Confederação Nacional da Agricultura... Nacional da Agricultura--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de receber a sua permissão para fazer uma... Como requerente dessa... Antes de passar a palavra ao primeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu ia passar a palavra ao senhor para fazer o--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --fazer o encaminhamento. V. Exa., então, já tem a palavra para fazer o encaminhamento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, trata-se do convite que foi realizado a quatro instituições, dentre sete que foram solicitadas, e outras três vão se apresentar numa próxima audiência, que seriam o Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil e o Banco Central.

E eu gostaria de fazer um preâmbulo, dizendo o seguinte: Que a renegociação dos FINAMES rurais, que é essa linha de financiamento, que foi idealizada ao redor de 2002, se não me falha a memória, ela ocasionou um desenvolvimento muito grande... Incentivou a produção de grãos no país, que se tratou de financiar máquinas e equipamentos.

E, nos últimos dez anos, de 2000 a 2009, a produção brasileira subiu 62%; é um acréscimo substancial que o Brasil teve. E, apenas no Centro-Oeste, houve 100% de aumento de produção; a produção saiu de 25 milhões e chegou a 50 milhões de toneladas. Então, por isso essa contribuição do Centro-Oeste para o Brasil de 62.

A par disso, a partir de 2005, pela Resolução 3.269, a cada ano, foram editadas resoluções do Banco Central, que permitiram a renegociação ou de 100% das parcelas de investimento ou de parte delas. E, infelizmente, essa renegociação não se deu com a diminuição desejada dos encargos financeiros.

A Câmara e o Senado participaram da edição dessas modificações, edição de uma lei, e que permi-

tiu ao produtor brasileiro se valer dessas negociações para viabilizar a produção do ano a ano, inclusive, se questionava: ou se planta ou se pagam as prestações de máquinas. Com a prorrogação, se plantou e deu superavit que o Brasil hoje, a cada ano, conseguiu fazer exportações, atender a demanda interna, enfim...

Mas deixou também um saldo negativo na conta daquele produtor que refinanciava as máquinas. Para se dar um exemplo: quem não pagou nenhuma prestação e se valeu de 100% dessas prorrogações, em cinco anos, em cinco anos, e a projeção até o final dessas prorrogações que iniciaram, quer dizer, de um vencimento que existia em 2009, e que se prorroga agora até 2017, e que já está concedido isso aí, esse bem financiado aumentou duas vezes e meia o seu valor; 450 mil reais financiados, projeta-se 1.000.125. Para quem pagou, em 2007, 15% da parcela, ele tem o seu valor, até 2017, ampliado em 2,3 vezes o valor financiado. E, para quem pagou, em 2007, 15%, e em 2008, 40% da parcela, ele tem 2,1 vezes o valor ampliado, desse bem financiado.

Enfim, em relação às máquinas usadas, também o valor, a situação hoje que se encontram essas garantias, esse bem que foi financiado, o valor é superior a cinco vezes o valor original da máquina. E isso foi levado a uma audiência, onde V. Exa. participou, Senador Valter Pereira, com mais alguns Deputados, com a nossa presença, a uma audiência que, junto ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que avaliou a situação difícil por que passam esses produtores que tiveram, em alguns Estados, alguns nichos de produção de regiões que foram afetadas por clima, outras foram afetadas, nesses anos todos, por... Estão sendo afetadas até hoje por logística deficitária, alto custo de produção, enfim, diminuição da capacidade de renda desses produtores, inviabilizando a adimplência desses financiamentos agrícolas.

A par disso, nos preocupa se o BNDES possui uma avaliação real de toda essa situação dos agentes financeiros, da inadimplência por que passam esses agentes financeiros, porque eles, refinanciando, ficam ajustados, mas essa real avaliação dessa inadimplência, das execuções existentes, principalmente da queda das garantias, será que isso aí não está a comprometer todo esse sistema, todo esse programa de FINAME?

Então, essa é a nossa dúvida e por isso que nós chamamos aqui representantes da FEBRABAN, que representam os bancos de fábricas, principalmente, são os grandes agentes financeiros desse crédito do FINAME.

Enfim, que ele nos apresente a real situação desses agentes financeiros e a real situação dessa inadimplência. Porque se nós aqui atuamos, concedendo, fazendo prorrogações, viabilizando, tentando viabilizar uma forma de dar capacidade de pagamento ao produtor, ao mesmo tempo, ele não esta adimplindo a essas parcelas, é porque não teve o efeito necessário.

Então, uma nova solução precisaria ser dada, a ponto de vermos todo esse sistema com sérias restrições que poderia hoje, o Banco Central, numa próxima audiência, colocar essa avaliação que ele tem e qual o levantamento real que ele possui dessa situação de inadimplência dos FINAMES, dos programas de investimento do BNDES.

Era essa a nossa colocação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): De fato, o Senador Gilberto Goellner deu uma informação que era de interesse da comissão. Houve uma audiência com o comando do BNDES; nós estivemos participando dessa audiência, e queremos realçar aqui que o BNDES, nesse encontro, mostrou o maior interesse em enfrentar o problema... Nós fomos recebidos, na ocasião, pelo Sr. Presidente, Luciano Coutinho, que acionou toda a sua equipe técnica, alguns até estão aqui presentes, e mostrou que a instituição tem as suas preocupações muito fortes com a agricultura brasileira.

E hoje, ao fazer essa Audiência Pública, na verdade, nós estamos propiciando aqui, não só a oportunidade de ter um posicionamento mais maduro do Banco, já que aquela audiência foi o primeiro contato para discutir esses investimentos do FINAME na área. E, certamente, ali foram apalavradas algumas providências e hoje, certamente, nós vamos ter oportunidade de conhecer, de saber o que andou de lá para cá.

De sorte que nós vamos abordar hoje um assunto que tem inquietado muito os produtores que estão inadimplentes com instituições financeiras em razão de financiamentos do FINAME.

E, nesse instante, nós vamos abrir essa Audiência Pública, passando a palavra, de imediato, ao Dr. William George Lopes Saab, que é Chefe da Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola do BNDES, que certamente poderá adiantar bastante o assunto que nos levou ao encontro com aquela instituição.

Com a palavra o Dr. William.

SR. WILLIAM GEORGE LOPES SAAB: Bom-dia, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner e demais Senadores presentes. Primeiro, é uma honra e um prazer para o BNDES sempre estar disposto a prestar informações à sociedade, no caso, aqui, o Senado Federal. E a gente, então, tem algumas notícias, algumas mensagens positivas para contribuir aqui para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Antes de tocar especificamente na audiência que foi realizada com a presença do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, eu acho que é sempre bom a gente traçar um cenário acerca de como é que o setor agrícola hoje se encontra atendido pelo BNDES.

A gente trouxe aqui dois breves slides, mas que têm, na verdade, um conteúdo, em termos de mensagem, bastante significativo se a gente olhar para o futuro, ou seja, qual é o futuro que se apresenta em que pese a questão das prorrogações que eu vou comentar logo a seguir.

Então, no primeiro slide, e aí é bom destacar algo significativo que o Governo Federal, no ano de 2009, empreendeu, e o BNDES abraçou com bastante entusiasmo, ou seja, o lançamento, pelo BNDES, do programa de sustentabilidade do investimento, do PSI, o Programa BNDES-PSI, ele provocou um efeito bastante significativo não só no volume de operações, mas também no volumes de desembolso praticado por essas operações.

Qual foi a grande... Eu diria que houve duas grandes alterações propiciadas por esse programa: Primeiro, uma redução da taxa de juros para um patamar fixo de 4,5%. A gente havia praticado no passado, só para dar um exemplo, se pegarmos o Moderfrota, o Moderfrota sempre foi operado com taxas de 9,5 ao ano, no Moderfrota convencional e 7,5 ao ano no Moderfrota-Proger.

E o programa, ele propiciou, ele fez um corte drástico na taxa de juros, rebaixando ela de forma linear para 4,5% ao ano. A demanda que se apresentou, se apresenta e que vem se apresentando para o BNDES é bastante pujante. Vejamos, então, pelo gráfico:

Se os senhores forem reparar, nós tivemos aí um problema muito grave, eu vou partir daí, no ano de 2006; a gente atribui, evidentemente, esse problema grave que, na verdade, desaguou, em 2006, é um processo, como problemas decorrentes de, como já foi falado aqui, endividamento, problemas relacionados a intempéries, problemas de renda, com certeza, quedas drásticas de renda, ou seja, fatores geradores de incapacidade de pagamento. O BNDES não desconhece isso.

Então, havia necessidade de gerar algum estímulo que redundasse alguma alteração no desempenho dos programas. O que a gente verifica basicamente é uma recuperação bastante significativa, de 2007 em diante. Os senhores podem reparar que o que interessa é a tendência... A tendência dos três gráficos aí de barra 2007, 2008 e 2009, e eu já vou trazer alguns dados agora também de 2010, elas trazem, a princípio, um cenário bastante otimista para o BNDES. Senão vejamos:

Em 2007, os desembolsos do BNDES para o setor agrícola, eles montaram a quase cinco bilhões de reais. Em 2008, passou-se para cerca de 5.6 bilhões; um crescimento de 12% e, em 2009, encerramos o ano com quase 6.9 bilhões, um crescimento de 22,5% frente ao ano anterior. Ou seja, o ano de 2009, o crescimento significativo de 2009, já pode ser atribuído, em parte, a alguma redução de efeitos decorrentes do endividamento, mas principalmente pelo efeito positivo gerado pela queda da taxa de juros para 4,5%, além do alongamento do prazo para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas para até dez anos. É uma participação também bastante expressiva, podendo chegar, em alguns casos, a até 100% do financiamento, então, o que a gente verifica é que hoje a linha de crédito destinada para o setor é uma linha atrativa, isso tem sido, inclusive, atestado até pelos agentes financeiros repassadores lá do BNDES.

Um destaque interessante que pode ser dado é nos slide seguinte... É como é que se encontra o FINAME agrícola? Porque, se a gente olhar o slide anterior, a gente tem um panorama de liberações para todo o setor agrícola; isso inclui as linhas do próprio BNDES, como é o caso do FINAME agrícola, mas também inclui programas como o Moderfrota, Moderinfra, Moderagro, enfim, uma série de programas agrícolas que o BNDES executa, mas que são coordenados setorialmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Isolando esses programas, o BNDES quis fazer uma... Mas como é que se encontra a linha do BNDES, o FINAME agrícola? Será que houve crescimento ao retirar os programas que são equalizados? Aí já temos aí todos os programas operados na base da FINAME agrícola e a gente até incluiu ai também o Moderfrota pelo fato de ter compras de máquinas e equipamentos e também pelo fato de que hoje o público-alvo do Moderfrota tem acessado o PSI, ou seja, o Programa de Sustentabilidade do Investimento é a linha hoje que tem sido requerida pelos agricultores no âmbito do nosso país.

Vejamos, em 2007, novamente a gente vê um vale de depressão em 2006; em 2007, uma recuperação para cerca de dois bilhões de reais de financiamento e crescimentos significativos que se estabilizaram nos anos de 2008 e 2009, em cerca de 2.9 bilhões. Então, os senhores podem verificar que o crescimento também se apresentou para compra de máquinas e equipamentos. Ou seja, o FINAME agrícola, ele representa, na sua essência econômica, a compra de maquinário para a renovação daquele parque fabril aplicado no campo.

Então, a gente verifica claramente que houve investimento nesse período, acesso às linhas de crédito do próprio BNDES e muito basicamente provocado por esse aumento do prazo e queda da taxa de juros. Esse efeito realmente foi bastante positivo para a BNDES.

Em 2010, o cenário que se apresenta, e aí eu acho que é um dado bastante relevante, nós fomos dar uma olhada como é que se encontram os volumes de desembolsos no primeiro trimestre de 2010, e também no primeiro bimestre.

Eu lembro que, no ano de 2009 todo, o volume de liberações foi da ordem de 2.8 bilhões. Só no primeiro bimestre, o volume de liberações no FINAME agrícola, ele alcançou 900 milhões de reais. E, avançando para o primeiro trimestre, até março, até a data de ontem, o volume de liberações já alcançou 1.2 bilhão de reais. Ou seja, ainda não terminamos o primeiro trimestre de 2010 e o volume de liberações para o FINAME agrícola já representa cerca de 43% de todo o volume de liberações do FINAME agrícola em 2009.

Então, é um cenário que, aparentemente, em termos de tendência, é um cenário que dá sinais positivos, na visão do BNDES, de que alguma recuperação, o investimento não parou, pelo contrário, os investimentos estão ocorrendo no setor agropecuário, no setor agrícola, ou seja, é uma tendência que se verifica.

Então, isso é a primeira... Eu diria que é a primeira consideração que eu faria para dar uma ideia de como é que tem sido o desempenho do banco no âmbito de apoio ao setor agrícola. A gente volta a ratificar que o BNDES, ele mantém, manterá e sempre colocará todo o seu apoio no que for possível para o desenvolvimento do setor agropecuário no país. Isso aí está dentro da nossa missão enquanto banco de desenvolvimento; a agricultura, ela está dentro sob a ótica de desenvolvimento, se a gente for olhar a expressão econômica do setor agrícola, não há dúvidas que isso é uma linha de apoio do BNDES, por ser um banco de desenvolvimento, e ele continuará nessa linha, até porque faz parte da própria... É uma das ações estratégicas do próprio BNDES.

Agora, no que tange especificamente, aí eu também vou dar uma mais uma notícia positiva, no que tange especificamente à audiência que houve, há cerca de, talvez um mês, ou pouco mais, talvez há cerca de um mês, com a presença dos Srs. Senadores, o Presidente do BNDES, representante do próprio BNDES, que não o Presidente, ele... Tratou-se basicamente de elencar alguns ajustes que seriam necessários numa circular emitida pela Secretaria de Gestão na Carteira Agrícola, no que tange a prorrogações automáticas. O que é isso?

Em 26 de agosto de 2009, ou seja, em agosto de 2009, o Banco Central do Brasil, após reuniões do Conselho Monetário Nacional, ele editou... Eu vou especificamente aqui tratar do crédito agrícola, eu acho que não sei se há necessidade também de tocar no PRONAFE, ou acho que basicamente os créditos coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento... Foi lançada a Resolução 3.772, essa Resolução 3.772, ela pareceu, num primeiro momento, e parece ainda uma resolução bastante interessante porque ela torna padronizada e torna automática a possibilidade de prorrogação de parcelas de principal. Como é que se tem verificado isso?

A base de cálculo para operacionalização da aplicação para essa Resolução é o valor de 8% daquele saldo da principal vincendo, que irá vencer no ano subsequente. O que o BNDES fez, então, em função disso? Ou seja, aquela base de cálculo de 8%, ela pode ser objeto de renegociação automática. Os agentes financeiros, eu já comentar por que, eles já se encontram hoje autorizados a efetuarem prorrogações automáticas, desde que elencadas nas condições da Resolução 3.772.

Em novembro de 2009, o BNDES, ele editou uma circular pela Secretaria que eu atualmente chefio, a SEAGRI, exatamente dando condição para que os agentes financeiros produzissem efeitos jurídicos na ponta, ou seja, pudessem fazer as prorrogações de forma automática e padronizada. Isso se deu em novembro de 2009.

Àquela época, e aí eu tenho que admitir um problema que a gente vem enfrentando, eu acho que já é de conhecimento de alguns aqui presentes, a gente tem um problema, que eu já vou tocar no assunto, que é um problema relacionado à paralisação de cobrança de operações passadas, eu vou já vou tocar nesse assunto.

Em função desse problema muito grave, inclusive objeto de exames do Banco Central no próprio BNDES em alguns bancos, foi verificado que havia uma impossibilidade de se colocar algumas operações passíveis de renegociação, apesar do Banco Central ter autorizado, na circular do BNDES. Isso foi objeto da discussão lá com o Presidente do BNDES; a equipe técnica não se furtou a dar o apoio, e a notícia que eu posso dar, a notícia positiva é que agora, no dia 1º de março, o BNDES editou já a nova circular a respeito.

Então, a SEAGRI, o BNDES, não é? A SEAGRI é um mero preposto do Banco, no dia 1º de março, a SEAGRI editou uma nova circular, que exatamente operacionaliza, com ajustes, a Resolução 3.772, do Banco Central, e também a 3.773, no caso do PRONAFE, só para dar uma informação extensiva. E tornou passíveis

de renegociação aquelas operações anteriormente excluídas dessa possibilidade. Por que elas foram excluídas? Eu acho que isso é um ponto também relevante para tornar, dar ciência à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

A gente, na época, excluiu por uma incapacidade efetiva de processamento de operações renegociadas com base em premissas passadas. Desde 2007, o BNDES vem sofrendo, pela sua própria estruturação enquanto banco de desenvolvimento, ele não tem a velocidade necessária, aquela agilidade necessária, para acompanhar a própria velocidade das renegociações, é um fato.

E desde 2007 a gente teve uma série de medidas: a MP 432, e aqui não vai nenhuma critica, viu, senador? São só fatos. Nós tivemos lei 11.775, ou seja, foram fatos e, posteriormente, talvez cerca de 50 Resoluções ou mais do Banco Central do Brasil tratando do tema.

A velocidade com que essas renegociações ocorrem, evidentemente, não foi acompanhada por uma capacidade do BNDES tratar essas renegociações; é um fato, isso tem que ser admitido.

E, para isso, inclusive, a Diretoria do BNDES, preocupada com o assunto, em julho de 2009, criou essa Secretaria que hoje eu chefio, que é a Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola, do BNDES.

É uma preocupação, acho que é uma notícia positiva, que revela uma preocupação do BNDES, em tratar com a seriedade que merece, um tema bastante preocupante. Ou seja, algumas operações, hoje, elas não estão efetivamente cobradas, ou seja, existe um procedimento que o BNDES, ele adotou de forma mitigatória, que é o recolhimento espontâneo. Só para os senhores terem uma ideia, a carteira de crédito agropecuária, hoje, no BNDES, ela tem um tamanho da ordem de 30 bilhões de reais. Desse tamanho de 30 bilhões de reais, os recolhimentos espontâneos, a palavra é essa mesmo, voluntários, efetuados pelos agentes financeiros, eles já montam, já, hoje, a cerca de oito bilhões de reais.

Então, houve recolhimentos efetivamente efetuados pelos bancos. Houve recolhimentos. Não sabemos ainda... Não identificamos ainda, no âmbito do BNDES a quem atribuir a baixa desses contratos. A missão da Secretaria lá que eu hoje eu estou ocupando esse cargo, de chefe da Secretaria, é exatamente elaborar, e já está em curso isso, por acaso hoje, na Reunião da Diretoria do BNDES, deverá estar sendo comunicado o plano de ação para elaborar, detalhar uma proposta de solução para isso. A gente pretende lá implantar um novo sistema de relacionamento e de cobrança das operações agrícolas.

A gente... Eu sempre comparo um pouco isso, e aqui não nenhuma critica à renegociação. A renegociação sempre tem um motivo econômico, um motivo social, e o BNDES reconhece isso, mas eu comparo sempre isso a um, e aí é uma comparação apenas para dar uma analogia: É igual um formigueiro, a gente põe um balde, mas vai aparecer um efeito num outro círculo. A gente tem uma série de círculos e isso vai crescendo, nós temos problemas de renda, de clima, Então, são problemas decorrentes da própria natureza da agricultura; não há como fugir a isso.

Então, sensível a essa natureza da operação agrícola, o BNDES deverá... É o que a gente chama lá... Deverá romper um paradigma, ou seja, as operações que hoje naturalmente são cobradas individualmente e até estão paralisadas, então, não estariam sendo cobradas como deveriam, elas são objeto desse recolhimento espontâneo... Nós deveremos... Nós elaboramos um plano de ação que prevê exatamente uma nova forma de se relacionar, é um sistema declaratório.

Ou seja, hoje um exemplo que eu poderia dar, de forma muito análoga, é o que o imposto de renda, hoje, de forma muito significativa, a Receita Federal do Brasil teve avanços pujantes, inclusive na parte da eletrônica do controle. Mas o fato é que hoje, ao informamos à Receita Federal do Brasil a nossa declaração de imposto de renda, nós estamos entregando ao imposto de renda o que a gente admite que tem que pagar e a Receita Federal do Brasil, com base naquelas informações, elas homologa ou não a nossa declaração. Eu acho que todos aqui conhecem isso, não há necessidade de explicar.

A gente pretende, de forma muito análoga no BNDES, daqui a algum tempo, é um plano muito complexo, exatamente implantar esse sistema declaratório. Isso vai propiciar, no nosso entender, uma agilidade da apropria renegociação, por quê? Porque os agentes financeiros, eles vão poder ter uma autonomia, desde que amparados normativamente, de processar suas renegociações, declará-las ao BNDES e, para isso, o BNDES terá que ter um novo banco de dados, para recepcionar isso. Isso, inclusive, já foi objeto de conversas com a própria FEBRABAN, até o com o próprio Ademiro, a gente já teve algumas conversas a respeito, muito iniciais, mas a gente entende que, para o futuro, esse sistema, ele atende aos anseios da própria natureza do setor agrícola, ou seja, uma forma de nova de se relacionar com o setor agrícola e uma forma segura, que essas declarações, ela virão auditadas, o próprio BNDES irá auditar, ou seja,mas na ponta, a agilidade estará preservada.

Hoje a gente tem um problema muito sério ente... Existe um lapso temporal muito significativo entre a

edição de uma Resolução do Banco Central que possa eventualmente tratar, de forma pontual, uma renegociação e a implementação, através de sistemas informatizados, daquela base de dados que recepcionará o pedido de prorrogação. O lapso temporal, hoje, ele é muito longo, porque a gente tem uma série de ajuste a serem feitos. Então, por que não tornar isso declaratório? Isso é um sistema que a gente entende que vai dar muita agilidade, celeridade ao processamento das renegociações.

Então, eu acho que são palavras iniciais, senador, que eu gostaria de transmitir aqui para os Srs. Senadores, para dizer, então, eu diria que, em resumo, em essência, isso demonstra toda a colaboração que o BNDES não se furtará a prestar, sempre que requerido e sempre que assim detectar, em termos de apoio ao setor agropecuário no Brasil. Ou seja, setor agropecuário, ele faz parte uma das expressões de poder enquanto desenvolvimento nacional, e o BNDES, enquanto banco de desenvolvimento, não se furtará a sempre apoiar o setor.

São as palavras iniciais que eu gostaria de proferir e agradeço a atenção dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós aqui é que agradecemos a sua exposição, Dr. William, porque trouxe inclusive uma notícia importante para essa comissão no sentido de que mostrou que o esforço que nós desenvolvemos aqui tem dado resultados, não só nesse episódio como em vários outros episódios, onde a intervenção desta comissão produziu resultados--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --E mostrou também a sensibilidade do BNDES para com um segmento que tem muita peculiaridade, que precisa ser observada. Inquestionavelmente, o setor agrícola está subordinado a condições atípicas como, por exemplo, o regime pluviométrico, que se modifica a cada ano, a cada período, as condições de mercado também, que são variáveis importantes, e uma série de outras questões que o crédito tem que considerar, que a instituição de crédito tem que avaliar, para estabelecer um relacionamento efetivamente construtivo.

Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero, apenas para complementar aí, naturalmente, a bela palestra do Dr. William nos proferiu, indagar a ele de que V. Sa. disse aqui que o BNDES esses três meses agora já praticamente investiu 40%, ou seja, já aplicou 40% em relação ao ano de 2009, algo parecido em torno de um bilhão e 200 milhões.

Eu indago a V. Sa. qual o orçamento deste ano previsto, nessa área do BNDES, para que nós saibamos, à medida que investiu 2.8 bilhões em 2009, qual a previsão deste ano de 2010 na área de investimento FINAME agrícola?

Só esta indagação que eu faço para V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jayme Campos, nossa metodologia passa pela exposição de todos e depois a resposta. Ele vai anotar e volta à discussão, aí V. Exa. vai ter a oportunidade de--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É só uma indagação? Então--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): --para o Dr. William.

SR. WILLIAM GEORGE LOPES SAAB: Eu vou me permitir, até por ter mais competência, eu vou passar aqui para a Dr. Cláudio Bernardo, que é o Superintendente da área de operações indiretas, que opera o produto FINAME agrícola.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perfeito.

SR. CLÁUDIO BERNARDO GUIMARÃES DE MORAES: Eu vou fazer uma introdução, Senador Jayme Campos. Na realidade, o orçamento a gente sempre trabalhava por ano-safra, quando era o Moderfrota. Com a introdução do PSI, que é um programa que estimula a antecipação do investimento, ele está prevista a sua continuidade até 30 de junho de 2010.

Então, a nossa expectativa é que não faltarão recursos para o setor agrícola no que diz respeito ao 4,5 até junho de 2010. A partir daí, a gente tem que construir uma solução para que sair do 4,5, que é um esforço grande do Governo, eu acho que foi uma aposta bem sucedida do Governo, com a contribuição de todos os senhores, inclusive para a edição de Medida Provisória, que os senhores têm que aprovar para o efeito da equalização. Então, até 30 de junho de 2010, os 4,5 estariam garantidos. E a nossa expectativa é que provavelmente até junho de 2010, nós devamos chegar a um patamar, por volta de uns dois bilhões e meio de reais, até junho.

A partir daí vai ser construída, eu acho que já começa a conversa do próximo ano-safra, e aí eu não sei se o Governo terá ou não o desejo de estender esse programa mais adiante... Então, o que eu diria para os senhores é que recursos não faltarão para o setor agrícola. O que pode acontecer, aí eu não quero afirmar, é que pode aumentar o custo do dinheiro; hoje 4,5, e o pior cenário 9,5 ou 9,0. Mas o importante é que, pelos indicadores, há uma tendência, que o nosso amigo

William comentou anteriormente, que é a agricultura estar adquirindo novamente a sua capacidade de investimento porque passou por várias intempéries: o câmbio foi muito relevante para vocês; 2004 foi o boom e depois, plantava com dólar lá em cima e, na hora de colher, colhia com dólar baixo. Então, isso tudo que o William comentou procede; a renda agrícola foi caindo e os investimentos foram feitos num cenário positivo e depois não se confirmou o pra frente.

E agora nós entendemos que o parque precisa ser renovado e daí o BNDES não furtará de alocar recurso a esse segmento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou aproveitar e já vou passar a palavra para o Dr. Cláudio, se tiver mais informações, já utiliza o espaço necessário.

SR. CLÁUDIO BERNARDO GUIMARÃES DE MORAES: Da minha parte, está ok aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): À Ok, beleza.

SR. CLÁUDIO BERNARDO GUIMARÃES DE MORAES: --E se eu puder colaborar com vocês, eu estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Então, nós vamos passar a palavra agora para o representante da CNA, Sr. Guilherme Dias, e depois, para finalizar o Sr. Ademiro, da FEBRABAN, vai dar a visão do sistema financeiro privado em toda essa questão.

Com a palavra, Guilherme.

SR. GUILHERME DIAS: Bom, Senador, muito obrigado pela oportunidade. A CNA vem acompanhando de perto essa crise agrícola. A sucessão de perdas que a agricultura teve desde o processo de 2004/2005, entre aquelas que dependem do clima e as que... Dependendo das condições econômicas adversas.

De fato, a gente chega a números grandes, quer dizer, números que chamam a atenção de perdas, em termos de renda agrícola, que superam tenho 23, 25 bilhões de reais, quando você considera só os fatores econômicos que ocorreram durante esse período, supondo uma renda agrícola de padrão 150 a 170 bilhões por ano. E existem, quer dizer, o setor agrícola está subordinado a esse tipo de processos, quer dizer, de quedas de renda de tipo 15%, mais ou menos, em alguns desses anos, de 2005 em diante.

Então, isso, digamos, desestabiliza um conjunto de capacidades de pagamentos do setor. Quando você faz a análise mais detalhada, quer dizer, você vai aonde que isso atinge, em que região atinge mais, nós estamos falando em perdas de renda que chegam a ultrapassar 30, 40%, do setor, de ano a ano. Então, de fato, existe uma incompatibilidade entre um modelo de financiamento e um setor que passa por esse tipo de flutuação da renda.

Então, aí é uma questão de estrutura. Quer dizer, nós temos que olhar essa estrutura e ver que ela é inadequada, quer dizer, está faltando um elemento de estabilização, de flexibilização desse processo de pagamentos, em função do produtor se inserir naquela categoria de perda de renda. Quer dizer, então, é uma coisa que tem uma parte do produtor ou da região, portanto, uma forma que precisa se estudar aí, de você determinar "aqui existe perda de renda" e aí isso acende uma luz amarela, e dá uma garantia ao produtor de certos benefícios ou de uma flexibilização nos compromissos. Então, esse é um ponto.

A gente está tentando, na forma de seguros... O Governo está tentando na forma de expandir sistema de seguros, mas ele encontra o quê? Uma penetração lenta, regionalizada, onde existe estrutura para esse processo, e ele tende a expandir da região já consolidada para a região nova de expansão da agricultura.

Quer dizer, ele é um instrumento que pode funcionar onde tudo já está mais estabilizado e consolidado, mas é muito mais difícil de fazer esse instrumento chegar às regiões que estão em expansão mais recente da agricultura. Quer dizer, então, eu acho muito difícil a gente esperar que o sistema de seguro de produção possa resolver esse tipo de problema.

Então, aponta mais naquela ideia de que se tem perda de renda, se identifica isso, como é que a gente cria um sistema de flexibilização nos compromisso do produtor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. GUILHERME DIAS: É, quer dizer, é um fundo garantidor, que seria uma das formas de amenizar, mas só que aí nós precisamos pensar não só para investimentos, mas você precisa pensar para o conjunto porque, afinal de contas, o agricultor está cheio de compromissos de curto prazo e os de longo prazo também, e passa por isso.

A outra fonte que eu acho que complicou, nos últimos anos, foi o de conjuntura. Nós estamos sentindo uma mudança, no mundo, na estrutura do setor que produz insumos para a agricultura. Isso faz parte do processo geral, mas você tem uma consolidação de empresas, que foi muito rápida, nos últimos dois, três anos, de consolidação, que já vinha na indústria de defensivos e de agroquímicos dos laboratórios se concentrando; a de fertilizantes é assustadora de dois para cá, o processo de concentração; as trading companies também, está certo? Se concentraram...

Então, há claramente um processo onde o setor que fornece para a agricultura se cartelizou; diminuiu

muito o número e, coincidentemente, com esse processo, você olha os dados e vê que a relação entre preço de insumos e preço de produto reverteu, nesses últimos dois, três anos, de uma forma muito ruim para o setor agrícola.

Então, precisamos considerar que o atual quadro de relação preços pagos/preços recebidos pela agricultura entrou numa faixa entre amarelo e vermelho. Quer dizer que você precisa considerar o que está acontecendo, mas mudou, se isso foi uma mudança de patamar, nós temos uma previsão de rendimento para a agricultura, daqui para frente, que é diferente dessa que nós vivemos, principalmente depois que liberou o câmbio, de 99 até 2005, que foi esse grande boom do setor agrícola.

Então, tem um instrumento estrutural aí a considerar; os sinais são muito fortes de que houve uma mudança de relações de força, em termos globais, de cenário mundial e não exclusivo interno da economia brasileira. Mas o fato, isso não está presente inclusive nessa discussão, aliás, não está presente exclusivamente no Brasil, entra na internet, analisa a situação dos Estados Unidos, analisa a situação da Europa, onde você tem mais transparência de informação para a agricultura, e a gente vai encontrar o mesmo tipo de discussão lá.

Então, tem um elemento que a gente precisa parar, analisar com calma, mas há uma multa mudança de patamar nessa relação de preços. É impossível o produtor ter uma bagagem de tecnologia do lado de cá e produzir o aumento da produtividade para superar isso a curto prazo, ainda mais sem investimentos.

Então, esse é um ponto que tem que ficar presente. Nós estamos vendo uma situação que ainda não deu para analisar direito, mas tudo indica que desestabilizou a relação de rentabilidade, e aí depende um pouco de uma atividade ou outra, mais ou menos. Ou quanto tempo demora para a redução de produção mundial em relação à demanda, recuperar o preço do produto agrícola, que seria a tendência do processo.

Agora, isto é o quê? Três, cinco anos, para a gente conseguir verificar isso. Nesse meio tempo, ficam os estoques mundiais muito baixos em relação ao nível do consumo e você vai ter episódios de explosão de preços, como a gente está com açúcar, agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu tenho... Eu gostaria de entrar nessa discussão com uma indagação. Aqui nós temos discutido aqui, frequentemente, a questão de custo de produção. E fertilizantes têm ingressado nessa... Nesse item com cerca de 40% em média, já que o setor realmente é cartelizado; o produtor brasileiro está à mercê de duas ou três empresas aí, que controlam as importações e a comercialização de tais produtos.

De sorte que, quando foi anunciada agora, recentemente, pelo Presidente da República, uma nova postura com relação à questão dos fertilizantes, nós chegamos aqui a fazer um comentário de aplauso ao Governo por acordar para esse insumo, que é fundamental para desinflar o custo de produção. Eu gostaria que o senhor comentasse exatamente sobre isso, se realmente o caminho que nos resta aí é adotar medidas capazes de desinflar o custo da produção. Se aí está um caminho para tranquilizar o produtor.

SR. GUILHERME DIAS: Eu não sei se o senhor anda acompanhando as discussões que vieram no rescaldo dessa ideia de o Governo fazer grandes investimentos no setor de produção de fertilizantes, então, eu vou recuperar um pouco essa discussão.

Os que se lembram de como é que estava a situação de abastecimento de fertilizantes brasileiros no final dos anos 80 e, com isso, dos 90, quando existia praticamente um monopólio do Governo na produção de fertilizantes, tem, na lembrança, a ideia de que o preço do insumo estava altíssimo nesse período em relação ao mercado internacional. Foi no bojo do processo de privatização e de liberalização do comércio, no começo dos anos 90, que você tem um em emparelhamento entre o nosso preço de fertilizantes dentro do mercado e o mercado externo. E aí houve uma grande redução no preço de fertilizantes, e isso é essa fase de expansão da agricultura, depois ali de 97 e 98, que vem no bojo desse processo.

Então, muitos dos nossos distribuidores de adubos e fertilizantes no país, estão olhando com uma certa apreensão, essa ideia de que você vai concentrar a produção e nós vamos, de alguma maneira, nos desvincular do mercado internacional. Porque isso, eu não tenho dúvida nenhuma, todo esse processo que subiu de preço terrivelmente, agora, é uma coisa que não aconteceu só aqui. É uma coisa que aconteceu no Brasil e no resto do mundo, em todos os países estavam negados.

Que eu saiba, só teve um país que enfrentou esse processo subsidiando esse preço de insumos, que foi o caso da Índia, com terríveis problemas de custo para o Governo, de implementar esse processo, tentar isolar o movimento interno de um movimento externo de preços. Então, pelo tamanho do nosso sistema agrícola, se a gente vai entrar uma empreitada desse tipo, haja orçamento para poder tentar equilibrar esse processo.

Então, por mais que a gente esteja comentando o fato de que existe cartelização, existe um problema, nós vamos precisar tratar disso, quer dizer, de passar-

mos a entender da política que essas empresas estão fazendo, quer dizer, desenvolver um processo de acompanhamento como se fosse CADE para o setor de monitoramento para ver o que está se operando.

O fato fundamental é: Nós precisamos saber quanto nós estamos em relação aos outros países no mundo. A agricultura brasileira exporta mais de 30, 30, 35% do seu produto. Então, o nosso problema de crescer, hoje em dia, a agricultura é crescer para fora, é crescer para exportar para dar conta de o mercado interno crescer está fácil, isso não problema, o problema é exportar. E aí o problema é: Quanto os outros estão pagando pelos insumos e quanto nós estamos pagando pelos insumos.

Então, nós precisamos ter uma evolução que nós sabemos que o que está acontecendo aqui é parecido com que está acontecendo com os nossos concorrentes, aí dá para continuar jogando. Agora, se a gente começar a sentir que aqui começa a ter uma evolução diferente do outro, nós precisamos ter muito cuidado com isso, na sustentabilidade desse processo.

Então, de fato, tem que mudar a postura, digamos, relaxada, digamos, que nós tivemos em termos de acompanhamento dos setores fornecedores de insumos, e passar a ser um acompanhamento ali no calcanhar, o tempo todo, verificando todos os movimentos que estão acontecendo e se aquilo é, de fato, uma ampliação de margem de lucro dentro do setor, como é que nós vamos reagir. Quer dizer, é outra postura, sem dúvida, para conviver dentro do sistema.

Então, nós temos essa falta de estrutura nossas para conviver com instabilidade de renda, com volatilidade de renda dentro do setor agrícola, demandando fórmulas de solução. O fundo é uma solução viável, a gente tem que experimentar, ver o tamanho a que ele chega, se dá conta do processo. Então, já tem alguma iniciativa do Governo nessa direção. Esse das margens dentro do setor, precisamos entender, para ver quanto nós vamos podemos crescer, se as margens estão mudando, as margens de lucro dos fornecedores de insumo em relação aos produtores e ao mercado. E entender que isso vai ser resolvido; aumenta o custo, ou os outros países, Estados Unidos e Europa, Japão e outros que têm alguma possibilidade de reagir, aumentando os subsídios para a agricultura, estão fazendo, e como vai ficar o Brasil.

Quer dizer, nós vamos querer continuar competindo com países, recebendo um mar de subsídios e a gente sem um plano de subsídios estável, regulado e conhecido pelo produtor, está aí, vamos voltar a essa discussão, se é para competir com outros. Senão, o que nós vamos ver no mundo, se seguirem as regras, como está previsto em OMC e outros acordos, se isso acontecer, de parte dos outros grupos, nós vamos ter uma recuperação de preços de produtos agrícolas. E isso demora. Como eu estava falando, de três a cinco anos para se completar um ciclo de ajuste desse tema. Nesse período, nós vamos ter que recuar no nosso projeto de crescimento de produção, porque você tem um comprometimento de margens, não dá para você manter o plano de investimentos.

Então, o Governo tem que se posicionar em relação a isso. Vamos reagir de quê forma? Colocando uma margem de subsídios ou de problemas de subsídio do Governo a maior, que eu acho que é inevitável. Eu acho que aqueles números de 2004 e 2005, que a OCDE apresentou para o Brasil, e que a gente festejou muito aqui, quatro, 5% de subsídios do Governo para o PIB agrícola, quando os outros davam 15, 20, a interpretação tinha que ter sido o contrário, quer dizer, não vai dar. Está certo? Quer dizer, não vai dar.

Então, num padrão... O Brasil continuando agressivo, ampliando o papel dele no cenário internacional, como nós estamos fazendo, podemos fazer, nós vamos ter que ir para um esquema de 10, 15% de PIB de subsídios para conviver com essa volatilidade. Eu acho que é o mínimo de estrutura de política que nós ter para conviver com esse cenário internacional e com as turbulências do mercado, e isso nós não chegamos, de jeito nenhum, a esse ponto.

Então, se é para viver com uma economia mais aberta, a dinâmica do setor é exportação, e existe essa transformação estrutural da relação entre os fornecedores de insumos com o setor de produção agrícola, tanto no Brasil quanto no exterior, não tem escapatória: O programa de subsídios tem que ser inteligente, bem feito, sob controle, transparente, mas ele precisa subir muito para a gente poder conviver isso... Com esse cenário.

Então, vamos nos preparar para essa ideia de que o subsídio ao PIB agrícola tem que ficar na faixa de 10 a 15%, e não de 5%, onde ele estava até 2005, e onde a gente não aguentou, quer dizer, simplesmente mostra esse desequilíbrio que nós estamos vendo nos programas de investimentos, na adimplência aos contratos, o que nós vemos no curto prazo, a história por que passou a relação com os fornecedores do crédito privado, os traders principalmente, ou a indústria de insumos para a agricultura que, a partir de 2006, também entrou numa crise de inadimplência muito séria, tudo isso mostra que não tem sustentabilidade.

Quer dizer, o projeto de crescimento nosso, com o padrão de comportamento do mercado internacional, de produtos agrícolas e de insumos, mais a volatilidade de câmbio, que é inerente à política que nós fazemos, esse sistema é insustentável, do ponto de vista priva-

do, financeiro. Ele vai abrindo buraco numa série de caixinhas que financiam o setor agrícola.

Então, temos que montar uma estrutura de política compatível com isso, está certo? E, digamos, é o que a CNA está propondo, ela não está passiva nesse processo, ela está propondo uma mudança no sistema de política agrícola, que implica numa transformação estrutural muito grande, e a iniciativa está posta de forma onde o que a gente acha que tem que acontecer que, para o setor agrícola, ele tem que se expor em relação ao resto da sociedade.

Nós precisamos formalizar as relações dentro da agricultura, quer dizer, nós temos que colocar a forma da firma agrícola numa estrutura muito mais transparente porque mostrar o que está acontecendo dentro do setor agrícola vai claramente ser a sustentação da demanda de política para o setor agrícola. Quer dizer, não adianta a gente vir de um passado, onde a gente sempre se acostumou com esse processo de não revelar a posição da empresa individual, os dados da firma agrícola, a gente passar para o contrário, uma estratégia onde você agressivamente mostra a situação. Quer dizer, passa por uma... Que nós estamos chamando de pejotação(F), quer dizer, da pessoa jurídica, apresenta aqueles dados todos e reorganiza o sistema de informação.

E daí a agricultura exige, em termos de política agrícola do Governo, demanda do Governo uma política agrícola, para poder fazer face a essa realidade dos números e dos desequilíbrios que vão aparecer.

Então, a nossa iniciativa é... Isto só é possível você fazer a transição de um sistema onde está tudo pouco transparente, tudo escuro, tudo confuso, com falta de registros para tudo quanto é lado, para você passar para o sistema, nós temos que ter um acordo com o sistema fiscal da União e dos Estados, porque isto tem que ser acompanhado por um processo de desoneração tributária. Nós temos que reduzir essas alíquotas que oficialmente incidiriam sobre os produtos agrícolas, porque nós temos que eliminar a sonegação de tributos e a sonegação das operações que acontecem dentro do setor agrícola.

Essa conversa está indo com o Ministério da Fazenda; ela tem progredido de uns três meses para cá, quer dizer, está abrindo uns espaços razoáveis para a gente continuar caminhando nesta direção.

Então, a posição da CNA não está, de jeito nenhum, sendo passiva nessa questão de fundo e de estrutura; é uma reestruturação completa de fundo, na lógica da política agrícola, com transparência de firmas, com desoneração tributária, eliminação de sonegação e uma transparência nos dados para regular exatamente esse mundo dos contratos intensos que a agricultura tem que ter com os seus fornecedores, com os bancos e com os compradores de produtos, para você se colocar numa posição onde também aí você pode exigir cumprimento de regras para poder conviver com essa situação.

Então, a CNA não está passiva diante da complexidade dessa situação e também, no que eu acompanho do processo, nós temos tido um razoável grau de atenção das Agências do Governo, considerando o Banco Central, considerando o Ministério da Fazenda e, óbvio, o Ministério da Agricultura, que é parceiro nesse processo também, para conduzir essa discussão. Mas nós temos que ir mais rápido. Do jeito que as coisas são feita do Brasil, com essa instabilidade, isso aí está formando uma confusão, de 2005 para cá, quer dizer, prorroga daqui, prorroga de lá, isso está formando um passivo extremamente confuso, extremamente difícil de a gente entender quais são os números verdadeiros que estão por trás desse processo, que se essas ideias e essas iniciativas não andarem meio rápido, a confusão que vem vindo por trás atropela a gente, mata a gente no meio do caminho.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu só gostaria de sugerir ao Professor Guilherme Dias o seguinte, a CNA coloca aqui a apresentação do... Uma análise conjuntural, acontecida desde 2003/2004, que ocasionou endividamento, os programas de investimento do BNDES, FINAME e Moderfrota; depois, as medidas o senhor também colocou, da Lei 11.775 e todas as resoluções decorrentes aí, e também uma proposta.

Eu vejo, para nós não fugirmos do tema, que muito bem está sendo analisado pelo economista e professor Guilherme Dias, que eu pediria que, se fosse possível, deixar isso em gravação, automaticamente, o senhor teria... Para ter nas notas de áudio aqui dessa Comissão, que o senhor lesse esse conteúdo, são duas folhas, e que tão bem expressam uma proposta, que é o que nós queremos hoje aqui também, ouvir soluções.

Porque essa pejotação(F), quer dizer, toda essa transparência que teria que haver de modificação, isso tudo vai beneficiar muito, mas, como nós vemos que é um ano final de mandato, um ano eleitoral, dificilmente vai ser implantado ainda esse ano, já que isso aí, desde o ano passado, o ano retrasado, V. Sa. tem colocado isso aí como uma proposta da CNA. Mas eu vejo que, se o senhor pudesse nos ler isso aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto Goellner, em síntese, ele já abordou todas as questões que estão aí. Eu acho que aí é arquivar o documento e dispensá-lo dessa tarefa, porque ele já sintetizou todo o conteúdo do documento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Quem sabe as propostas finais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que é importante a gente deixar consignado nos anais da Casa, para a gente adiantar nossa Audiência Pública, concorda?

SR. GUILHERME DIAS: Concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque ele precisaria passar aquela cópia para mim, porque eu acho que a cópia que está comigo é a que está com ele.

[risos].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então, está bom. Está ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, está encerrada a intervenção de V.Exa.?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, encerrada a intervenção do Professor Guilherme, nós vamos ouvir aqui o Assessor da Diretoria da FEBRABAN, Ademiro Vian.

SR. ADEMIRO VIAN: Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, em nome da Federação Brasileira de Bancos, agradecemos pelo convite, por estarmos aqui hoje, debatendo, discutindo e buscando, tentando pelo menos, dar luz sobre algumas propostas que podem ser encaminhadas no que tange a financiamento, especialmente do Moderfrota e FINAME Agrícola.

Na FEBRABAN, a gente acompanha este assunto atentamente pari passu, ainda recentemente, o nosso Presidente me chamou e me perguntou como é que estava esse endividamento, até porque ele estava se municiando de dados para conversar um pouco com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e que foi realizada esta reunião. E, na ocasião até, nós levantamos alguns dados, que passamos a ele, e sugerimos a ele que também, junto ao Presidente do BNDES, solicitasse que fosse o mais rapidamente regulamentado o Fundo de Risco, que foi aprovado e até agora ainda não temos a regulamentação. E a gente entende, na Federação, que esta é uma solução para o futuro, e a gente gostaria de ver ela implementada o mais rapidamente possível.

Concordamos plenamente com o Dr. Guilherme, e esta análise que ele fez de custo e esta análise que ele fez do sistema atual de financiamento. Para nós, o sistema atual de financiamento também é um sistema esgotado, é um sistema que, como tudo na vida, chega um momento que tem que partir, que tem que dar lugar, e já é chegada a hora de a gente buscar uma alternativa para o sistema de financiamento, especialmente de investimentos.

E, para nós, também nós estamos acompanhando, e aqui é interessante porque o sistema financeiro... E eu quero fazer aqui um parêntese, porque o sistema financeiro, ao se internacionalizar, ele vem aderindo a regras internacionais. E ele vai se colocando uma série de análises de crédito, de controles, de exigências de capital e exigências de provisões, tanto para riscos operacionais, para riscos de crédito, e não tem como a gente fugir disso; é uma camisa de força. E não tem como a gente fugir disso, é uma camisa de força. E, cada vez mais, estas regras vão se apertando, vai se ajustando, e que o diga agora, depois dessa crise do sistema financeiro internacional. Perfeito?

Então, isto a gente está com olhando para a regra do sistema financeiro, que a gente tem que cumprir e, do outro lado, a gente tem que analisar o crédito do produtor ou do setor.

Quando a gente aplica estas matrizes de risco sobre o setor, em alguns Estados, a gente chega à conclusão que não é questão da produtividade, não é a questão do preço internacional, é a questão do custo. Então, muitas instituições financeiras, em certos momentos, na análise de crédito ou na decisão de alocação de recursos, ela diz: "Olha, esta região do país, esta atividade, ela é rentável, porém, quando o produtor tem que tirar essa mercadoria e levar para Paranaguá, levar para Santos, levar para outro lugar, ela é deficitária. Então, eu, instituição financeira, não financio mais naquela região, ou seja, até que os cenários mudem". Porque nós trabalhamos hoje, diferentemente do passado, com análises de cenários, ou seja, análises de setores, setoriais, de cadeia produtiva.

Então, as decisões das instituições financeiras hoje, elas são todas baseadas e calçadas, alicerçadas em cima de análises setoriais, seja o setor soja, setor frigorífico, setor... Então, semanalmente, são feitas essas análises e isso direciona o crédito. Está certo?

Especificamente trazendo aqui para a questão do endividamento do Moderfrota, do investimento agrícola, isto, a nosso ver, não é adianta mais, nós já chegamos num ponto, de 2004 para cá, que foram sucessivas prorrogações, prorrogações, prorrogações. Não adianta mais, a nosso ver, dar mais prorrogação, isto não vai resolver. Isto só tem um ponto negativo, que é

o ponto de um problema jurídico. Você leva para esse setor uma insegurança jurídica.

Então, isto não vai dar ao produtor nenhuma tranquilidade, não vai dar ao banco nenhuma tranquilidade de receber, e também não vai dar ao Governo nenhuma tranquilidade de que o assunto está resolvido. Não está resolvido. Há prorrogações por meras prorrogações. Estas prorrogações que foram feitas nos últimos quatro ou cinco anos, ou mais, já vai para seis anos, elas foram tiveram o seu efeito. Muitos produtores conseguiram se renegociar etc. Nós temos os números na FEBRABAN, eu diria hoje que o gargalo, o problema, ele, em termos de números, ele gira em torno, número redondo, de três bilhões de reais, que é o volume, dentro do Moderfrota, que vem sendo negociado e renegociado. Então, para um setor da produção que tem, do faturamento que tem, três bilhões, é relativamente pequeno este número, mas é um endividamento latente.

O Fundo de Investimento, ele não vai resolver este passado e no modelo que aí estamos, quando o Senador Gilberto Goellner coloca que tem o fundo garantidor, para frente, tudo bem, mas quando ele coloca também numa situação que o produtor fez uma operação, lá atrás, de 450 mil reais, e hoje ele deve um milhão, 125, a pergunta que faz é: Isto teve juros embutidos, obviamente, durante todos os estes anos, e isto foi engordado, foi acrescido, obviamente, chegou a este valor pelo acrou(F) de encargos financeiros e moratórios.

Muito se tem discutido isso e, nas negociações, aliás, ontem, eu estou sabendo, teve uma rodada de negociação por alguma instituição financeira no interior de Mato Grosso. Então, os bancos estão negociando, parênteses, estão negociando, têm interesse em negociar. O interesse que nós não temos é levar para o Judiciário, embora sejamos obrigados em alguns momentos, até pela legislação, porque nós somos obrigados a levar para o Judiciário para poder fazer as provisões que o Banco Central manda. Mas o que a gente não quer é ir para o Judiciário para resolver esse tipo de questões.

Então, o que acontece? Se esta operação foi de 450 mil para um milhão, 125, tem aí encargos. E aí a pergunta que faz é: "Bom, vamos negociar. Então, qual é o rebate que você dá nesses encargos para gente acertar?" O banco, seja ele privado ou seja ele federal, que é toda... É o mesmo desenho, é a mesma condição, ele não tem como dar descontos porque ele é um mero repassador do dinheiro; o dono do dinheiro é o BNDES; é Tesouro; é FAT.

Quando ele entrega o dinheiro na mão do banco, o banco acrescenta um, dois, até 3% de del credere e repassa na ponta. Então, no limite, se você me perguntar, no limite, quanto que o banco daria de desconto para uma operação dessas? No limite, o limite do del credere que foi cobrado da operação. Resolveria o problema? De dois, 3% de desconto? Não, não resolve o problema, está certo? Isto ao ano, muito bem lembrado pelo Senador, isto ao ano. Isto não resolve o problema.

Então, a solução, ela tem que vir de outra forma, e vir de uma outra forma, a nosso ver, esse estoque que está aí, ele até passa por uma criação de uma nova sistemática de refinanciamento dessa dívida, senão não tem solução. Nós vamos vir aqui, outras e outras e outras; a dívida não vai mais um, 125, vai ser um e 500, um e 800, dois; ela se torna impagável. Tem muitos produtores que têm condições de pagar, mas, neste momento, ele está com... O caixa dele está em descompasso com a receita.

Então, tem que fazer um processo, um projeto, fazer um programa de realinhamento desse fluxo de caixa, no prazo que o fluxo de caixa dele determinar, e não o regulamento. O regulamento é mero regulamento, então, nós... Tem que se adequar ao fluxo de caixa da pessoa, mas daquelas pessoas, daqueles produtores que têm condições de permanecer na atividade, porque também aqui, com essas renegociações, chegou-se a um número, a uma quantidade de produtores que, por exemplo, aqui, numa instituição financeira, 92 deles sequer procuraram um banco até hoje para renegociar. Mas também nós chegamos já num número de produtores, quantidade de contratos e num volume que dá para tirar dali, ainda uma quantidade de produtores que é viável economicamente.

Mas tem uma outra quantidade que não, este não é viável mais, este, lamentavelmente, este saiu da atividade ou vai sair da atividade, não tem como. Esse não tem salvação, esse já está, para nós, já em provisão, já está a perdas e ponto, que é o nosso negócio de comprar e vender dinheiro, chega um momento que tem algumas perdas. Esse a gente já considera perda.

Então, mesmo deste valor de três bilhões e oitocentos, três bilhões, este número não vai chegar a três bilhões e meio. Eu falei três e oitocentos, é dois e oitocentos; é dois e oitocentos a três e meio, vai oscilar neste valor, um pouquinho mais, um pouquinho menos, mas vai gravitar nesta ordem aí de grandeza. Deste valor, quando você ainda tira aquele que é viável, uns 50% digamos, tem que se buscar uma nova forma de financiamento; não é refinanciamento, passar esta dívida para o final, não adianta; o fluxo de caixas deles está inadequado.

Esperamos que esta solução seja dada para essa quantidade de produtores que ficou no fundo aqui das operações, das renegociações, e contando também, Guilherme, que, a nosso ver, dentro de mais umas três safras, talvez o custo de produção, no que tange a adubo, ou seja, aos insumos, começam a ter uma redução também, pelo que a gente já vem acompanhando na imprensa, algumas empresas já preocupadas em fabricar, aqui no Brasil, amônia, fabricar alguns componentes. A gente já tem conhecimento de algumas plantas de fábricas que estão bastante adiantadas que, dentro de mais, talvez, 12 ou 16 meses, já entram em produção e que isto aliviaria bastante o custo de produção, principalmente do adubo, que hoje, especialmente da uréia e da amônia, que hoje são praticamente 64% desses componentes são importados hoje. Então, com essas fábricas entrando em funcionamento, aí temos a certeza também de que teremos aí uma competição, talvez um equilíbrio de preço e talvez aí, podemos contar com uma redução do custo de produção.

Basicamente seria isso, senadores, e me coloco à disposição para perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Eu acho que o Dr. Ademiro Vian fez uma exposição muito objetiva. Eu acho que todos aqui deram uma contribuição para entender toda essa celeuma que nós estamos discutindo, com relação a crédito, com relação à renda do produtor, com relação a esses calos que pressionam os pés do agronegócio e da agricultura familiar brasileira.

Essa sua exposição me lembra aqui a situação de um doente. O cidadão está com uma infecção muito grave e vem tratando dessa infecção com antibiótico. O antibiótico funciona até determinado momento, de repente, apresenta a resistência, aí o médico o substitui por outro; funciona determinado tempo para frente e começa a manifestar resistência também. Chega a um determinado ponto em que tem que se fazer uma cirurgia. E, entendo que essa cirurgia, que seria uma solução estrutural, uma solução global para o problema, é, necessariamente, uma decisão de Governo, já que esses recursos geralmente são recursos provenientes do Tesouro e, portanto, exigem que o Governo encampe e que o Governo assuma, e que realmente administre de uma forma definitiva.

Na sua avaliação, o problema não é tão gigantesco, mas afeta a quem não tem como solucionar isoladamente. Então, eu acho que esse entendimento aí é um entendimento que realmente precisa passar por uma discussão, precisa ser cobrado, e é o que nós, certamente, vamos fazer aqui.

Eu gostaria de fazer um comentário sobre essa questão dos fertilizantes, que nós abordamos anteriormente. Na minha avaliação pessoal, eu sou contra o monopólio estatal de fertilizantes, como também sou contra a cartelização. Acho que, quando há uma atuação cartelizada, como hoje ocorre, desse mercado, aí, a intervenção do Estado, sem exercer o monopólio, acaba operando como reguladora, reguladora de preços, reguladora de suprimentos, e isso daí não prejudica a concorrência, ao contrário, desmantela o cartel, restabelece a concorrência e quem ganha, nesse regime, passa a ser o produtor. A verdade é que o produtor, hoje, está sofrendo um ônus muito pesado com esses insumos básicos.

Acho que o Governo está andando na linha certa, no momento em que passa a assumir, depois de ter abandonado essa área, passa a assumir novamente um papel importante. Aqui, você lembrou aqui, não especificou claramente quais as fábricas, mas tem realmente algumas fábricas, inclusive uma em meu Estado, mato Grosso do Sul, que é de Três Lagoas, cujo projeto já está em avançado estágio e que seguramente vai contribuir decisivamente para esse mercado, já que ali está numa logística muito importante, ligando o Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul. Então, eu acho que é um bom caminho e há outros projetos também no Pará, em outros Estados da região Amazônica, que eu acho que são importantes para descontrair esse mercado que hoje está muito fechado.

Eu indago ao Senador Gilberto Goellner sobre alguma indagação que eventualmente queira fazer.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que nós alcançamos inicialmente o objetivo, em parte apenas, porque, infelizmente, o BNDES realmente se recente de sistemas de controle, que mostrem essas provisões que os bancos estão fazendo, a análise real do endividamento, já que realmente não acabe, possivelmente, ao banco repassador, mas seria importante tê-los para se analisasse, junto a esses agentes, a real grandeza que a FEBRABAN apresenta.

Quer dizer, dos praticamente 17, 18 bi que fazem parte dessa carteira agrícola, especialmente do FINAME e Moderfrota, nós temos uma inadimplência prevista de 20%, ao redor de 2,8 a 3,5 bilhões, aonde o Sr. Ademiro Vian coloca que praticamente 50%... É viável a recuperação. Porém, essas informações só agora, possivelmente, o BNDES tem a real grandeza, mas teria que se avaliar individualmente, banco por banco, região por região.

O Banco Central também, na próxima audiência, poderá auxiliar desse levantamento; nós sabemos que o Ministério da Agricultura está ultimando fazer uma

avaliação, e realmente propostas teriam que vir que, como disse o representante da FEBRABAN, Ademiro Vian, de que o atual modelo de financiamento se esgotou, o atual modelo de renegociação está esgotado, e que de nada vai adiantar sem analisar individualmente a situação financeira de cada produtor, uma viabilização dessa adimplência.

Atualmente, nós não temos conseguido fazer com que essas prorrogações adimplissem o setor aonde tem os problemas; 80% está saudável; os 20% é que precisam ser tratados. E nesse sentido, eu também gostaria de ouvir novamente se a CNA tem uma proposta, que lapide isso aí, que consigamos, então, de uma nova maneira de, quem sabe, todas as partes, todos os atores envolvidos, consigam, sem subsídios, sem subsídios e sem viabilizar descontos, eu diria que fora de um contexto viável, quem sabe um fundo garantidor também para o estoque de dívidas, viesse realmente dar uma condição mais longa de uma adimplência, mas também sem penalizar aqueles que adimpliram as parcelas.

Quer dizer, avaliar um desconto viável, que pudesse ser benéfico para... Tanto para quem adimpliu, com dificuldade, esses altos custos financeiros, já que novos financiamentos estão por menos da metade do valor renegociado; esse é o grande questionamento desse estoque de dívidas. Os produtores já estão olhando: "Vem cá, por que é que vai pagar isso aqui se uma nova máquina financiada custa menos da metade e o custo é 4,5%?" Então, alguma coisa precisa ser refeita nessas renegociações.

Então, diante disso aí, eu gostaria de especialmente ver da parte do Professor Guilherme Dias, se há uma proposta específica da CNA, dos produtores, para uma solução desse endividamento.

SR. GUILHERME DIAS: O processo de resolução, quer dizer, todos nós falamos em horas diferentes aqui, mas a gente sempre chegou ao ponto de que isto tem que ser resolvido no caso a caso. Quer dizer, não é a solução genérica do processo. Quer dizer, então, precisa chegar ao ponto onde a gente identifica os casos mais graves, que não conseguiram se recuperar e, principalmente com esse imbróglio que foi feito nesses último cinco anos, como é que ele pode sair do processo.

Eu... Aí eu estou falando mais em termos pessoais porque a gente não discutiu isso em maiores detalhes dentro da CNA, mas eu acho que isso tem que passar por uma questão de contrapartidas. Quer dizer, quando a gerente entra na análise caso a caso, você cai naquela situação de, se existe um patrimônio e existe uma dívida do lado de cá, você precisa analisar a viabilidade da solução. Se vai haver, do lado de cá do Governo, alguma concessão de bônus, de bonificação, quer dizer, alguma redução dessa dívida do lado de cá, você deve pedir, como contrapartida, alguma desmobilização de ativos.

Quer dizer, o normal dessa prática, caso a caso, é um equilíbrio entre o que pode ser dado na forma de bônus ou bonificações; a gente já tem uma certa experiência, e ela não foi muito bem sucedida na renegociação da securitização e do PESA, que esse processo tem que ser feito com contrapartidas. Quer dizer, o Governo põe 'X'; se o indivíduo ajuda a pagar a parte da dívida, não só com fluxos de renda, mas com a desmobilização de alguns ativos. Quer dizer, eu acho que a história ensina para a gente que esse é um processo equilibrado de resolver os assuntos.

Então, precisamos dos dados para fazer o caso a caso, e eu acho que só tem solução se houver esse equilíbrio, faz-se um rebate mesmo de algumas dívidas que não vão, ao ponto de tentar manter a estrutura operacional daquele devedor, mas desde que exija uma certa contrapartida, semelhante ao que o Governo está dando do lado de cá, na forma de um rebate, que haja uma desmobilização.

E aí você equilibra a relação e o que sobra desse processo tem que ser viável. O que sobra desse encontro de contas é um sistema que tem viabilidade, que tem sustentabilidade, que tem... Então, eu acho que o caminho passa por uma relação desse tipo, dessa contrapartida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de fazer algumas comunicações. Essa comissão recebeu expediente, convidando seus membros para a apresentação das ações de destaque 2010 da EMBRAPA, a realizar-se hoje, dia 09 de março, às 16 horas, no edifício-sede da EMBRAPA.

Recebeu expediente também do Sr. Cesário Ramalho, Presidente da Agrishow, convidando os membros deste órgão para a abertura da Agrishow 2010, na Cidade de Ribeirão Preto, no dia 26 de abril.

Outro expediente desta feita, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o acórdão nº. 18.303/2007, que trata do pedido de reexame interposto pela Advocacia-Geral da União e INCRA, em processo de representação com a sugestão de que avalie a conveniência de rever o conteúdo do parecer GQ-181, a respeito de irregularidades sobre a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros na região Amazônica.

O Aviso nº. 81, do TCU, encaminhando o acórdão nos autos do processo TC-009789/2009, que trata da auditoria de natureza operacional na ação formação de estoques públicos, inserida na política de garantia

de preços mínimos do Governo Federal, pela Companhia Nacional de Abastecimento.

O aviso 94, do TCU, encaminhando o acórdão proferido nos autos do processo 021004, que trata da auditoria operacional no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sobre gestão da estrutura fundiária...

E são esses os expedientes recebidos. Não havendo mais assuntos a tratar e não havendo nada para ser votado, eu agradeço aqui a participação dos expositores, a começar pelo Dr. Cláudio, pelo Dr. William George, Dr. Ademiro, o Professor Guilherme, que prestaram esclarecimentos importantes para esta comissão e que dizem respeito à vida da produção brasileira no agronegócio, na agricultura familiar... Acho que foi importante este evento, dada a inquietação que existe, especialmente aqueles que contrataram financiamento do FINAME e que hoje esperam medidas capazes de aliviar as tensões.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h34.

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE MARÇO DE 2010.

Às dez horas do dia dezesseis de março de dois mil e dez, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **VALTER PEREIRA** e **GERSON CAMATA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPLICY E JOÃO TENÓRIO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Sadi Cassol, Raimundo Colombo e Kátia Abreu. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Augusto Botelho. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2008. EMENTA:** Institui a Política Nacional de Abastecimento. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo) e Subemenda nº 1 -CI. **OBS:** A Matéria foi apreciada pela CCT, CDR e CI, e será encaminhada posteriormente à CCJ, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Osmar Dias, Gilberto Goellner e Gerson Camata. **Resultado: Adiado. Aguardando a apresentação de requerimento de audiência pública com o objetivo de instruir a matéria. ITEM 2: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2008. EMENTA:** Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análise laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **OBS:** A Matéria foi apreciada pela CCT e será encaminhada posteriormente à CAS, em decisão terminativa**. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 326, DE 2009. EMENTA:** Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Rodovalho. **Relatoria:** Senador Gerson Camata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **OBS:** A Matéria será apreciada ainda pela CMA, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano e Romeu Tuma. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável. ITEM 4: - Não Terminativo - AVISO Nº 27, DE 2006. EMENTA:** Encaminha recomendação proferida por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República - exercício de 2005, de seguinte teor "à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". **Autoria:** Presidente do Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; pela informação ao Presidente do Congresso Nacional e ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quanto ao teor das respostas aos Requerimentos de Informação nºs 190 e 191, de 2008, e posterior arquivamento. Às dez horas e cinqüenta e quatro minutos o Senador Valter Pereira, Relator do Item nº 4, passa a presidência da Reunião para o Senador Gerson Ca-

mata. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gerson Camata, Marisa Serrano, Jayme Campos, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Osmar Dias. **Resultado: Aprovado o Parecer pelo conhecimento da matéria à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; pela informação ao Presidente do Congresso Nacional e ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quanto ao teor das respostas aos Requerimentos de Informação nºs 190 e 191, de 2008, e posterior arquivamento. O Aviso nº 27, de 2006, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa. EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010-CRA: ASSUNTO:** Na forma do disposto do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a criação de subcomissão temporária, composto por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 90 (noventa) dias, avaliar as razões do descumprimento do inciso I, do art. 42, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelecem que durante 25 anos a União aplicará 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste. **Autoria:** Senador Valter Pereira. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Às onze horas e cinqüenta minutos o Senador Valter Pereira reassume a Presidência da CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2010, ÀS 10 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Havendo anuência, é dada como aprovada. Portanto, está aprovada, sem objeção.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo a esta comissão que tomei a liberdade de designar o Senador Gilberto Goellner, *ad referendum* deste Plenário, para representar esta comissão na 11ª Expodireto Cotrijal, feira internacional promovida pela Cotrijal, Cooperativa Agropecuária e Industrial, que foi realizada no Estado do Rio Grande do Sul... Aliás, está sendo realizada no Estado do Rio Grande do Sul, na Cidade de Não-Me-Toque. É isso mesmo, Senador Gilberto? Não-Me-Toque. Então V. Exa. está hoje todo Não-Me-Toque.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, deixa eu só dar um esclarecimento sobre essa Cidade de Não-Me-Toques?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não-Me-Toque. Não é Não-Me-Toques.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não-Me-Toque. É.

Há uns 20 anos, houve um plebiscito para mudar o nome da cidade. E aí ouvi uma transmissão num jornal de televisão, na Rede Globo, que foram entrevistar uma moça, moradora de Não-Me-Toque, que chegou em Porto Alegre. Aí disse: "Você é a favor da mudança do nome?" E a moça: "Sou a favor, sim." "Por quê?" "Porque quando a gente chega aqui em Porto Alegre, que o carro está escrito Não-Me-Toque, os rapazes escrevem no vidro: 'Toco, sim'."

[risos]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já mudou o nome ou não?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não, ainda não mudou. Mas eu participei, e não foi só 20, são 35 anos que houve esse plebiscito. Primeiro ficou durante oito anos com o novo nome, que é Campo Real, e, depois disso, houve um plebiscito para consultar a população e voltou para Não-Me-Toque, nome original, que é dado a uma planta, uma planta sensitiva, ou a um caboclo que morava na região, o pioneiro, e quando as tropas de mulas que levavam carnes para São Paulo passavam por lá, aquele cidadão falava: "Não me toque nessas terras", de tão boas que eram. Queria que o pessoal passasse e fosse embora, que ele queria ficar sozinho por lá. Então daí veio o seu "não me toque", o seu "não me toque" e virou, o seu "não me toque" terminou dando origem a esse mito.

Mas eu gostaria de comunicar que, no dia de ontem, houve abertura dessa feira, com a presença da Sra. Governadora do Estado, diversos deputados federais, estaduais, enfim, com muitas... Todas as lideranças do Estado do Rio Grande do Sul estiveram lá. Na noite anterior houve uma premiação muito grande que, também, eu, como natural de lá, recebi um prêmio de liderança nacional. Até esse ponto--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. é de Não-Me-Toque?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sou de Não-Me-Toque. Sou de lá, é a minha cidade de origem. Eu trabalhei nessa cooperativa, na Cotrijal.

Enfim, essa feira é o maior sucesso, porque atende aquele pequeno agricultor, aquela agricultura familiar, que hoje tem o apoio do Governo Federal, que está ajudando muito a mecanização com esses tratores e colheitadeiras e equipamentos, e lá existem muitas fábricas de máquinas agrícolas. E é o berço da agricultura de precisão, aonde foi aprovado aqui, na nossa relatoria, que chegou da Câmara com o projeto do Deputado Luis Carlos Heinze, que aprovou a indicação de Não-Me-Toque como a capital nacional da agricultura de precisão, devido à transferência tecnológica, os equipamentos, máquinas que são fabricados naquela região, e hoje virou um centro industrial essa região, a cidade de Não-Me-Toque com outras cidades adjacentes, como Carazinho, Ibirubá, Tapera, Espumoso, e todos são fornecedores de mão de obra para essa cidade, de tanto que dá emprego.

Enfim, a feira se realiza... Hoje vai estar o Sr. Ministro da Agricultura, quem sabe até o futuro ministro que, em substituição ao Reinhold Stephanes, que é o atual Presidente da CONAB, o Wagner Rossi, também do seu partido, do PMDB, que é um dos candidatos, escolha do Presidente Lula. Enfim, estará lá o Sr. Ministro da Agricultura, que tem prestigiado todos os anos essa feira, devido a importância, porque são mais de 40 países que afluem para essa região, para esse evento, porque adquirem máquinas brasileiras fabricadas na cidade de Não-Me-Toque.

Então, para nós, foi uma grande satisfação voltar a nossa cidade de origem e prestigiar essa feira, e receber um prêmio lá, uma condecoração de um troféu, primeiro troféu Expodireto, que foi dado na véspera da abertura.

Era isso que eu tinha a afirmar dessa visita.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, da informação prestada por V. Exa., a conclusão que se tira é que não poderia ter escolhido outro parlamentar mais identificado com tudo isso senão V. Exa.. Então V. Exa. representou bem essa comissão e o Senado Federal.

Esta reunião destina-se, hoje, basicamente à apreciação de alguns projetos que estão em tramitação nesta Casa.

Tem o *"Projeto de Lei nº 51, que é não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que institui a Política Nacional de Abastecimento"*.

Lembro a esta comissão que a matéria foi apreciada pela CCT, pela CDR e a CI.

Eu passo a palavra, então, ao ilustre relator, o senador não-me-toquense, Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que concluiu pela aprovação. É isso?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É isso mesmo.

Eu vou passar a ler o relatório, com voto favorável desse projeto, que *"vem a exame, vindo da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o projeto nº 51, de autoria no Senador Marcelo Crivella, que institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA). A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), onde recebeu o parecer favorável. Após a apreciação que ora fazemos na CDR, o PLS seguirá para a Comissão de Infraestrutura, para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..."* Mas eu estou lendo... Eu peguei aqui o relatório da comissão de... da CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. é relator lá também?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu fui relator lá também. Então é a anterior. O senhor me desculpe. Página 7.

"Mas nos arts. 1º e 2º da proposta são estabelecidos os objetivos e fundamentos do Programa Nacional de Abastecimento. O art. 3º trata das ações do Poder Público e o 4º define que a vigência das disposições se inicia 180 dias a partir da publicação da lei.

A CCT e a CDR – na CCT e na CDR foi estabelecida uma Emenda nº 1 (substitutivo) – manifestaram-se favoravelmente ao PLS. A Comissão de Infraestrutura também apresentou voto favorável ao projeto, adicionando a Subemenda nº 1. Concluída a apreciação nesta comissão, a matéria seguirá para a apreciação na CCJ, em caráter terminativo.

Não foram apresentadas outras emendas ao projeto no prazo regimental".

Da análise*. "Cabe pontuar que o abastecimento e a segurança alimentar são temas centrais da execução da Política Nacional de Abastecimento de que trata o PLS 51. Nesse aspecto, o exame da proposição nessa comissão encontra fundamento no Regimento Interno, que atribui competência à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o exame de proposições legislativas que tratem do abastecimento e da segurança alimentar.*

Ressalta-se na iniciativa a preocupação em se dimensionar a estrutura básica de armazenagem suficiente para atender as necessidades de segurança alimentar da população e garantir o acesso a energia e medicamentos, sobretudo em situações adversas como

advindas da ocorrência de secas, enchentes e tufões, e terremotos, como no caso do Haiti e do Chile.

Por isso, a proposição, embora possua abordagem mais abrangente, alinha-se com os princípios estabelecidos na Lei 11.346, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em busca da garantia do direito humano à alimentação adequada.

Fundamentalmente, esse projeto inova a legislação vigente quando, além de prever mecanismos de controle de preços dos bens essenciais à vida, o faz por meio da valorização do associativismo, da agricultura familiar e da integração dos agentes locais.

Nesse sentido, a proposição converte-se em referência obrigatória para o Poder Público, responsável, em grande medida, pela segurança alimentar da população brasileira, sobretudo diante de catástrofes naturais.

Em conformidade com as razões expostas, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 51, nos termos da Emenda nº 1 da CDR, que é um substitutivo, e da Subemenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura.

Eu gostaria de... Para a análise fosse considerado, para não ler todo o programa, eu vou colocar que *"esses estoques não são apenas a função de regulação de mercado, como hoje está previsto na legislação. Os estoques devem assegurar a segurança alimentar, mitigar o risco do colapso no fornecimento de combustíveis, energia e suprimentos médicos emergenciais, além de permitir o consumo de água potável"*.

Vejam bem. O estoque de energia... O álcool, hoje, ele tem o preço valorizado, sobrevalorizado em função da falta de estoques de épocas anteriores, e que poderia ter sido incentivada a produção de álcool, de etanol, da cana, e não o foram. Com isso, como está hoje em falta, uma demanda muito grande, e a oferta foi baixa em função de problemas climáticos que houveram na lavoura da cana, nós temos esses preços elevados de álcool. Por isso que essa segurança é também para nivelar os estoques na questão de mercado. A energia, da mesma forma; e os suprimentos médicos e emergenciais de água potável, da mesma forma.

Foi por isso que nós colocamos de acréscimo a esse projeto, do Senador Marcelo Crivella, as seguintes ponderações: *"ampliando o acesso da população a alimentos de qualidade; promovendo alimentação saudável; e valorizando formas sustentáveis de produção e comercialização de alimentos"*. Isso foi incluso no art. 1º, que são os objetivos.

No art. 2º, que é a política, os princípios básicos dessa Política de Abastecimento, nós incluímos: *"o estímulo às atividades do pequeno produtor rural, ao associativismo e ao cooperativismo"*.

É onde entra o modelo dos Estados de Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, que promovem o produtor rural, agricultura familiar, no associativismo e ao cooperativismo.

Outro item é o *"incentivo à expansão e à melhoria das condições técnicas da rede de armazenamento sob controle da iniciativa privada e do Poder Público"*.

E, nesse ponto, o governo tem hoje um programa, uma exigência de certificação dos armazéns, para que os armazéns se tornem cada vez de melhor qualidade, para o controle de pragas, que aparecem nessa armazenagem. Então por isso que isso é muito importante constar dessa Política Nacional.

O outro item, dos princípios básicos, é *"garantir ao produtor armazenagem para a guarda e a conservação dos produtos, com a ampliação da rede pública em zonas de produção e de distribuição"*.

Então, locais onde há mais carência de produção, e também locais onde tem população e não tem a distribuição, o Governo precisaria ter rede de armazenagem suficiente.

Quanto ao âmbito da Política Nacional, também foi incluso: *"desenvolver tecnologias para reduzir a degradação natural dos ecossistemas brasileiros"*.

Então, isso também competindo ao Poder Público, e foi uma inclusão que nós colocamos.

E *"incentivar o consumo de produtos originais* (sic)*"*.

Vejam a validade dessa iniciativa: o consumo de produtos regionais implicaria, hoje, em estarmos oferecendo o desenvolvimento dessa agricultura familiar e do pequeno produtor, no abastecimento da rede da merenda escolar.

Hoje já, por lei, são 30% obrigatoriamente necessário que sejam comprados ou adquiridos da agricultura familiar, e, cada vez mais, esse item vai ser importante, porque nós precisamos promover de tal forma essa agricultura regional, porque é dela que são os usos e costumes da alimentação.

Então não adianta trazer de grandes centros produtores para merenda escolar produtos que não estão no cardápio do dia a dia daquelas famílias, daquelas crianças que já estão acostumadas com uma alimentação. Então isso também foi incluído, de nossa parte, para que a Política Nacional de Abastecimento promova e incentive o consumo de produtos regionais, principalmente da formação estratégica de estoques, tanto para merenda escolar como para possíveis catástrofes, falta de alimentos por seca, naquela região, enfim, e fazer parte de uma política ampla e orientada com essa finalidade.

Por isso o nosso voto é pela aprovação desse projeto, com os substitutivos e as emendas que foram

incluídas, que deverão ser votadas possivelmente separadamente também.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o parecer--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --do ilustre Relator Gilberto Goellner, que é pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 da CDR, que, na verdade, é um substitutivo, e da Emenda nº 1 da CI.

Havia pedido a palavra, primeiro, o Senador Osmar Dias, antes de V. Exa., mas cavalheiro que é não teria problema em ceder o seu lugar para a Senadora Marisa, minha conterrânea, caso ela mantenha o pedido.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, se fosse o Senador Camata, eu não ia ceder, mas, para a Senadora Marisa, eu cedo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu tenho certeza disso, e V. Exa. assim fica em paz não só com as mulheres de Mato Grosso do Sul, representadas aqui pela Senadora Marisa, mas, sobretudo, com as mulheres do Paraná, que assistem, pela TV Senado, essas sessões, e V. Exa., nesse instante, mais do que nunca eu acho que precisa da arregimentação das mulheres nesse momento tão importante da sua vida. Não é isso, senador?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Preciso, Presidente, principalmente porque o meu adversário é muito mais jovem do que eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois é. [risos]

Então, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente Valter. Obrigada ao Senador Osmar Dias.

Eu gostaria de fazer aqui algumas considerações, e gostaria de algumas explicações do Senador Goellner. Nós estamos tratando de uma Política Nacional de Abastecimento. Não é abastecimento de grãos?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É abastecimento?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Certo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, uma Política Nacional de Abastecimento invoca aí, e é uma política mais complexa, porque ela cuida não só da segurança alimentar, mas do abastecimento da energia, abastecimento de água, abastecimento de medicamentos, quer dizer, é uma política muito mais extensa do que poderia--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Energia.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Energia, então: energia, água, medicamento, alimentos e estoque de todas esses...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Insumos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Insumos todos.

E também se reporta a um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, que existe desde 2006. Quer dizer, além disso, trabalha com as questões de garantia do direito humano à alimentação adequada.

Além disso, ainda valoriza o associativismo, o cooperativismo, a agricultura familiar, a integração dos agentes locais, quer dizer, é um amplo projeto e uma ampla proposta de uma política efetiva na área do abastecimento.

Essa é uma área... A nossa área, aqui, a comissão, é a nossa área temática. É aqui que nós vamos ter que discutir as questões maiores envolvendo as questões de abastecimento no país.

Eu não sei, Senador Goellner, se não seria ideal que nós tivéssemos uma Audiência Pública ou mais explicações, porque eu acredito que é uma política muito ampla e necessária ao país.

Hoje eu sei que nós temos dificuldades de armazenagem de álcool no país – eu sei isso pelo meu Estado, Mato Grosso do Sul. Não conhecemos... Eu não sei se V. Exa. conhece, mas eu desconheço grandes estruturas para o armazenamento de medicamentos. Quer dizer, é uma coisa que tem que ser discutida. Eu não tenho conhecimento suficiente para poder votar a favor.

Quero... Para nós é fundamental. Sou a favor – quero dizer isso antes –, já conta com o meu voto, mas eu não tenho conhecimento suficiente para poder votar um projeto tão amplo como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, Senador Valter Pereira, eu quero cumprimentar o Senador Gilberto pelo relatório, o autor do projeto, Marcelo Crivella, pelo projeto, mas quero fazer algumas considerações.

A primeira exigência para se discutir a questão da segurança alimentar é abolir de vez o pensamento de algumas pessoas que acham que a comida nasce dentro do supermercado. Esse é o primeiro passo, senão a gente não chega a um consenso.

Para que a comida chegue ao supermercado, ela tem que passar por várias etapas, começando pela propriedade menos importante, sob o ponto de vista do tamanho, do porte, até a maior propriedade rural do país, e passando, principalmente, pela agricultura familiar, que, no meu estado, detém 85% das propriedades, e que é um patrimônio social construído ao longo dos anos que não pode jamais ser destruído.

A agricultura familiar de alguns estados, como é no Paraná, é um grande patrimônio, que foi construído com muito sacrifício, desde a colonização, passando por política de viabilização dessa agricultura familiar, passando pela construção de um cooperativismo forte, como é o caso do Estado do Paraná, e onde também nasceu o cooperativismo da agricultura familiar, que se multiplica, hoje, em regiões como o Sudoeste, o Oeste, já vão para o Norte, e que nós queremos multiplicar por todas as regiões do estado, porque é através do cooperativismo que a agricultura familiar vai se consolidar como negócio viável, e esses agricultores familiares passarão a ser pequenos empresários rurais.

Eu sou radicalmente contra o discurso daqueles que acham que o agricultor familiar tem que continuar sempre dependendo do Governo. O sonho é outro: é transformar o agricultor familiar numa atividade viável, onde ele dependa cada vez menos do Governo, até que, um dia, ele seja realmente um empresário, com renda suficiente para sustentar a sua família e gerar outros empregos.

No entanto, por mais bonita que seja a lei, por mais completa que ela seja, ela só vai ser realmente produtiva, trazer benefícios à sociedade se ela for aplicada.

Eu vou citar um exemplo de como o Governo... E olha que eu sou do PDT, partido da base do Governo, mas eu não estou falando desse, eu estou falando de todos os governos.

Aqui está a política de preços mínimos, preços de garantia, que o governo tem como lei, na Lei de Segurança Alimentar e na Lei Agrícola, e nunca eu vi o Governo Federal aplicar a lei.

Eu vou dar um exemplo atual: o trigo, que o Senador Gilberto me soprou aqui. Ele já sabia que eu ia dizer isso pelo seguinte: o Paraná tem 800 mil toneladas de trigo que não é dessa safra, não, é da safra anterior a que foi colhida em setembro – setembro, outubro é que se colhe trigo no Paraná. Os produtores do Paraná não conseguiram vender o seu trigo. Não conseguiram vender 800 mil toneladas. O Brasil consome, aproximadamente, 900 mil toneladas de trigo por mês. Ou seja, o Paraná tem, no estoque dos produtores e das cooperativas, trigo para abastecer o Brasil, por um mês, e não consegue vender.

Aí eu vi, a semana passada, notícias nos jornais dizendo o seguinte: *"O pão vai subir, a farinha vai subir, o macarrão vai subir, vai ser um desastre, porque os consumidores vão ter que pagar pelo preço, já o que Brasil retaliou os Estados Unidos, e nós vamos ter hora pagar mais caro pelo trigo americano"*.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ainda não retaliou, não é?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Anunciou.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Anunciou, e incluindo o trigo na listagem de produtos passíveis--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim, Presidente, é o que eu ia dizer na sequência.

O Governo já deveria ter retaliado. Anunciou, numa lista de 30 produtos, colocou o trigo... E aí veio a oposição à retaliação dizendo que o pão ia subir. Isso é mentira. Não ia subir porque tem trigo nacional esperando pelo consumo.

Por que é que eu estou dizendo que o governo não cumpriu a parte dele? Porque um produto que é importado... 40% daquilo que é consumido aqui é importado, porque nós estamos produzindo em torno de seis milhões e consumimos dez por ano; então importa quatro milhões, 4,5 milhões. E, mesmo tendo trigo, o governo continua importando... Não é o governo que importa, são os moinhos, porque se dá alíquota privilegiada para importação.

O tratado do MERCOSUL, para a cultura do trigo nacional, foi um desastre, porque, espertamente, os argentinos colocaram que a mistura não teria alíquota. E aí coloca lá um quilo de sal em um milhão de tonelada de trigo, já é mistura, porque não se estabeleceu critérios, e aí não tem alíquota.

Se entope os moinhos de trigo, com trigo argentino, com trigo canadense, com trigo americano, e o Governo não exerce a política de preços de garantia, e o produtor, no Paraná, por exemplo, se quiser vender o trigo hoje, ele vende a R$ 24,00 a saca, se encontrar comprador, quando o preço de garantia é 32.

Mas então a gente faz uma lei, a lei fica bonita no papel. Ela realmente cobre os pontos que a gente acha que devem cobrir para... que devem ser cobertos para dar garantia ao produtor, mas o Governo não cumpre a lei. Não cumpre com...

O milho, que no estado do Senador Gilberto, eu não sei quanto está o preço da saca.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Seis reais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Seis reais.

O custo de produção é quanto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Treze.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Treze.

Então o produtor está sendo chamado de burro, está sendo agredido, porque ele está sendo obrigado a plantar, porque senão ele tem a área desapropriada... Se ele não plantar, ele tem a área desapropriada. Tem que mostrar o índice de produtividade. Aí ele coloca no mercado o milho a seis reais, paga sete, por saca, para produzir.

Esse é um grande negócio que o produtor brasileiro está fazendo, plantando milho, para abastecer as granjas de suínos, de aves, para abastecer o Brasil de carne, para abastecer a mesa do brasileiro com carne barata.

E o governo dizer o seguinte: *"No nosso Governo, não tem inflação. No nosso governo, a gente mantém tudo sob controle"*. Mantém sob controle, mas está matando o produtor. Está matando o produtor de trigo, está matando o produtor de milho, está matando o produtor de feijão. Até porque, se fosse há 15 anos atrás, 20 anos atrás, já estaria faltando feijão, porque o consumo, naquela época, era muito maior do que é hoje, consumo *per capita*, e só não falta feijão porque os hábitos alimentares estão, infelizmente, mudando, porque acho que o feijão...

Até o Ronaldo está fazendo uma dieta lá com feijão e arroz – o Ronaldo do Corinthians –, mas acho que não está dando certo, não, porque ele estava bem gordo, domingo, no jogo lá. E essa dieta dele...

Mas então eu até não vou pegar esse argumento, da dieta, porque o feijão e o arroz é a dieta do brasileiro. O trabalhador precisa do arroz, feijão, da carne, do ovo, mas alguém tem que produzir, para dar essa segurança alimentar para o trabalhador, para o consumidor, enfim... Alguém precisa produzir.

E não é possível que o Governo brasileiro continue achando que os produtores brasileiros vão continuar plantando para não ter área desapropriada e cumprir a lei, mas o governo não cumpre a lei de comprar o produto e pôr no estoque para, quando faltar, liberar.

Se esse trigo brasileiro estivesse, hoje, no estoque do Governo, aquele que está na mão dos produtores, as 800 mil toneladas, nós estaríamos cumprindo a Lei Agrícola e cumprindo a Lei da Segurança Alimentar, e o consumidor seria beneficiado, porque não ficaria ameaçado pela alta do pão, do macarrão, da farinha, já que nós vamos taxar o trigo Argentino em 30% para aplicar aquilo que se fala de retaliação comercial.

Então, eu vou votar a favor da lei, mas eu não tenho nenhuma ilusão de que esta lei vai melhorar a vida dos produtores rurais e que ela vai trazer mais segurança alimentar ao Brasil, porque, enquanto nós não tivermos um governo que tiver peito, que tiver coragem de assumir, cumprindo a lei, e colocar preço mínimo, para valer, para os nossos produtos agrícolas, nós vamos continuar assistindo o produtor sendo tratado como se não tivesse inteligência, sendo tratado como se não pensasse, e fosse obrigado a continuar plantando trigo, com custo de 32, recebendo 24; milho, com um custo de 13, recebendo 6.

Sr. Presidente, não dá para continuar desse jeito.

As pessoas querem discutir a causa do êxodo rural. A causa do êxodo rural é a inviabilidade absoluta de alguns segmentos da agricultura, que colocam para fora de suas propriedades os seus produtores, por não terem eles condições de continuar produzindo nessa situação em que o governo não cumpre o preço mínimo dos produtos básicos. Eu estou falando de produtos que vão para a mesa, produtos que fazem parte da alimentação dos brasileiros.

Então, eu não consigo votar esta lei sem fazer um protesto, porque eu sei que esta lei será mais uma lei muito bonita, mas que o governo não vai nem olhar para ela, e não vai cumprir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. está vazado de razão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E é só preparar os nossos olhos e os nossos ouvidos para, dentro de um tempo, a imprensa trazer mais uma notícia desalentadora, que é o apodrecimento do trigo lá do Paraná, porque não foi distribuído, não foi utilizado e não foi colocado no mercado em tempo hábil.

Mas, Senador Gilberto Goellner, para discutir.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu, concordando plenamente que essa Política Nacional de Abastecimento... A estratégia de garantia de preço mínimo é uma política. A Política de Abastecimento regional estratégica para suprir deficiência [interrupção no áudio] de calamidade que poderiam estar acontecendo no país, ou falta de produto, ausência, dificuldade da importação, uma guerra, enfim, nós precisamos promover o suprimento do abastecimento nacional.

Eu vejo que esse projeto do Senador Crivella teve uma intenção muito grande, porque ele foi baseado, principalmente, em relação à CONAB, que cabe o abastecimento de produtos, de grãos. E foi acrescentado aqui, Senadora Marisa Serrano, o abastecimento de combustível, de energia e medicamentos e água potável.

Veja bem, por que não transformarmos, quem sabe, esse projeto, mudarmos completamente e insti-

tuirmos a Política Nacional de Abastecimento Alimentar, especificamente; e um segundo, ou terceiro específico, de critérios de armazenamento de medicamentos emergenciais, água potável, que não é fácil, deve ter critérios, e também de energia, porque são várias as matrizes energéticas: tem a gasolina, tem o diesel, o biodiesel e o etanol.

Então, nesse sentido, nada mais justo do que promovermos aqui uma Audiência Pública sugerida pela Senadora Marisa, a qual eu gostaria de me associar, e não votar esse projeto hoje, e instituirmos, inicialmente, uma Audiência Pública para, possivelmente, separar e transformarmos esse projeto em dois ou três, porque são situações diferenciadas, que não foram contempladas na sua íntegra, que é a energia... Fala mais do abastecimento alimentar aqui, e não dá os princípios de promover esse abastecimento, essa armazenagem de energia, de água, e de combustível, de medicamentos.

Então, por isso que eu sugiro então, eu concordo que a gente faça uma audiência para poder discutir isso aí melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, percebo que, no Plenário, há uma aprovação visível quanto à proposta da Senadora Marisa, e havendo a concordância do relator, eu só indago se há alguma objeção.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu acho que é interessante--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): --se pensar um pouco.

Agora, me parece que, com a redação que está... Porque eu fui relator desse projeto já numa comissão aí. O problema é que ele cria o organismo, mas não diz de onde vem o recurso. Da onde vem o recurso para todas essas ações governamentais?

E parece-me que, quando a gente cria uma despesa, tem que criar da onde vem o dinheiro para pagar aquela despesa. Aqui não está bem fixado isso.

Eu tenho medo de que se não se colocar a origem do recurso para a despesa que vai ser criada, e não é pequena, ele possa, depois, ser considerado inconstitucional, e vir até ser vetado pelo seu Presidente da República.

Por isso que eu acho que quanto mais a gente debater e conversar é melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): À vista da manifestação favorável à proposta da Senadora Marisa, de realizar uma Audiência Pública, eu acho que o que nos cumpre é sobrestar o projeto e aguardar a formalização do pedido da Audiência Pública, com a nominata que deverá fazer parte dela, para marcar a data.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu queria apenas uma sugestão aqui dos senadores que estão nessa comissão, se nós faríamos uma Audiência Pública com... Algo como falarmos de abastecimento alimentar... Eu acho que valeria uma Audiência Pública, porque nós temos problemas à beça no país inteiro; e um outro juntando aí, porque são tão díspares... Quer dizer, eu não sei os problemas todos que tem o abastecimento de medicamentos para estoque de emergência: que tipo de medicamento, como é que se faz, que tipo de abastecimento se dá. Aí nós teríamos o abastecimento de água, o abastecimento de energia, que são coisas díspares.

Se nós faríamos pelo menos duas Audiências Públicas, uma só para segurança alimentar e uma outra juntando esses outros itens, que também são problemáticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa, eu fico aqui imaginando como é diverso esse arsenal de problemas que afeta a população.

Nós, aqui, desde a era Fernando Henrique Cardoso, temos convivido com programas sociais como o Bolsa-Família, o Vale-Gás, desde a época do Presidente Sarney, começou, na verdade. O Presidente Sarney, o Presidente Fernando Henrique, o Presidente Lula, todos eles com programas compensatórios que, efetivamente, mitigam com bastante eficácia as deficiências pelas quais passa a sociedade.

Eu faço esse comentário porque as informações, as notícias que nós temos ouvido, por exemplo, do Haiti, são de dar perplexidade a qualquer ser humano: as crianças lá se alimentando com biscoitos feitos de barro; não poderia ter iniquidade maior.

Eu acho que a comunidade internacional tinha que se preocupar mais com os dramas das populações pobres, como aqui no Brasil nós estamos preocupando.

De qualquer forma, está aprovada a proposta de V. Exa., e eu acho que V. Exa. e o Senador Goellner vão discutir a nominata e os termos da proposta para que nós possamos convocar a Audiência Pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de fazer uma consideração em relação ao acontecimento ocorrido no Haiti, da falta de alimento e água disponíveis para aquela população que foi atingida, que o Governo brasileiro se dispôs a enviar uma

quantia de milho, ou produtos oriundos do milho, que são diversos, e isso teria que ser inquirido ao governo, à CONAB, que cabe essa política de transferência desses produtos. Porque nos falou o presidente da CONAB, Dr. Wagner Rossi, que estavam estudando ou mandar o milho puro ou moído, o grão ou ele moído, ou já o produto já acabado, que são vários, decorrentes do milho, que é o mais justo, que a população não tem... Foi tudo destruído.

Então, nós precisamos fazer com que chegue essa quantidade de alimentos oriundos do milho, e poderia ser de outros insumos também, que se chegue o mais rapidamente ao Haiti, para mitigar essa situação relatada por V. Exa., que é o cumulo que chegou de estar sendo feito bolachas... Bolachas não, biscoitos de barro, quer dizer, se nem digestivo ele é.

Mas nós precisamos fazer com que esse milho... Quer dizer, o país tem um excedente, para se ter uma ideia, de dez milhões de toneladas de milho; um estoque regulador de passagem. É um excesso muito grande, que está fazendo com que esses preços decaiam de tal forma que vão para menos da metade do custo de produção desse produto no Estado do Mato Grosso, que é o mais distante.

Então nós precisamos, realmente, é não dar 100 mil toneladas, é dar dois milhões, três milhões de toneladas; transformar esse produto rapidamente, e fazer chegar às mãos do povo necessitado do Haiti, e por que também não o povo do Chile, que está precisando de alimentos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu sei que não é assunto, mas V. Exa. tocou nele.

Eu estive lá. Eu vi as crianças comendo biscoito de barro, e eu vi as mulheres fazendo biscoitos de barro. E vi a coisa mais triste que eu vi na minha vida; eu fiquei, uma semana, amargurado, que eu vi, é o chamado *boys avec*(F), *les enfants avec*. *Les enfants avec* é uma mãe – porque lá é um regime matriarcado –, quando ela tem seis filhos, ela vê que só vai conduzir quatro, ela tira a roupa de dois, quando eles atingem quatro anos de idade e joga na rua. Eles não recebem mais remédio e não recebem mais comida, esses enjeitados, porque ela tem que salvar um ou dois. E aí eles vão para a rua sem roupa, e ali são destinados a morrer. Se não morrerem, qualquer família que pegar esse menino, ele vira escravo daquela família, que vai escravizando. Quando ele atinge por volta de 14, 15 anos, ele é estuprado e morto pela família que o adotou como escravo.

Me disse lá uma senadora que é hábito cultural. É assim mesmo. Mas aquilo me deixou profunda... Que eu vi os *boys avec(F)*, e chorei. Então é uma coisa muito triste.

E a outra coisa que eu achei interessante: como é que as Forças Armadas Brasileiras são queridas lá, e a imprensa que esteve lá agora no terremoto não descobriu. O *slogan* das nossas Forças Armadas é *Braço Forte, Mão Amiga,* e eles são muito queridos pela população do Haiti pelo trabalho que eles fazem, porque até água o Exército Brasileiro tem que distribuir, porque a água de lá é salobra e eles não tem mais rios; os rios foram destruídos porque destruíram a camada florestal toda.

Então, eu tive a oportunidade de participar, de conversar, de andar e de ver essas coisas todas, e pensar que... E, também, dizer que a EMBRAPA está lá trabalhando no desenvolvimento de sementes ou de alimentos que possam ser plantados naquelas áridas e produzir. Mas está lá também o MST e a Via Campesina; já estão lá, entendeu, ajudando muito o Haiti nessa hora. De modo que nós vamos esperar que o Brasil realmente participe, e o Presidente Lula agiu acertadamente nisso, porque é triste de ver. Eu nunca pensei que houvesse tanta miséria no mundo.

E aí, Excelência, me disse lá o embaixador que ainda tem 16 países mais pobres do que o Haiti no mundo. Eu imaginei o que é que tem nesses 16 países.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É de se pensar o que é miséria, não é?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O que pode ser, não é?

E tive oportunidade de... Eles produzem lá um café muito bom, que é um tipo do bom, aquele café antigo, que tinha no Brasil, de origem francesa, da Guiana Francesa aqui, e eu elogiei o café lá no... O ministro... O Presidente Préval, ele me mandou o café produzido lá. As embalagens pobres, a embalagem pobre; um café de primeira qualidade, mas nem isso eles têm condições de... Uma embalagem que conversasse e tal. De modo que é um país que precisa muito, eu acho, de um regime com muita educação, muito auxílio, porque ensinar a plantar, ensinar a colher, de novo, e estender a mão mesmo, porque é doloroso, é triste, e quem não tem uma boa e sólida construção psíquica, moral, não deve nem ir lá ver porque sofre abalos terríveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, nós vamos passar ao Item 2, já que foi sobrestado o primeiro item da Pauta, para que seja formalizado o pedido de Audiência Pública, proposto pela Senadora Marisa com o Senador Gilberto Goellner.

"O item 2 é o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei 6.437, de 20 de agosto de 77, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O presente projeto foi apreciado pela CCT."

O relator, Senador Gilberto Goellner, tem a palavra para se manifestar sobre a matéria.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, por solicitação do Senador Marconi Perillo, que não está presente... Como ele é o autor desse projeto, ele solicita que ele gostaria de estar presente, discuti-lo, e, por isso, nós pedimos a sua retirada dessa sessão e que seja colocada numa próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deferido o requerimento de sobrestamento.

Vamos ao *"Item 3. Projeto de Lei 326 da Câmara dos Deputados. Também não terminativo. Autoria do Deputado Rodovalho, que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências."*

Tem a palavra o relator da matéria, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, parece assim um projeto um pouco simples, um pouco cobra d'água, mas muito interessante.

Aqui no Brasil já existem grupos de ecólogos, ecologistas e meio ambientalistas que se dedicam a um estudo muito profundo do bambu, tanto para uso para a confecção de papel, celulose, ao qual ele se presta melhor do que o eucalipto, e também porque a maioria das 1.250 espécies de bambu existentes no Brasil pode ser cultivada em terras áridas, não precisa lá de terras muito ricas nutritivamente, e, além disso, ele se presta muito à alimentação. Acho que seria também uma planta que deveria ser migrada para o Haiti, naquelas terras, para recuperar as terras, e servir também como alimento o chamado broto de bambu, que é da culinária chinesa e japonesa; é um prato bem avaliado e muito requisitado.

Eu tenho uma duvidazinha sobre a constitucionalidade, porque, normalmente, ele cria também despesas, e não diz da onde que vem o recurso para pagar as defesas. Mas essa análise deve ser feita lá na Comissão de Justiça, e aqui, com a permissão de V. Exa. e dos demais companheiros, o meu relatório é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão.

Com a palavra, para discutir, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Era só para dizer ao Senador Camata que se dispõe uma Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu é a política, é a forma de discutir. Agora, como fazer, de que forma vai ser tratado isso, a EMBRAPA poderia, talvez, trabalhar em cima, porque, afinal de contas, nós não temos aqui uma facilidade aí na discussão sobre bambu, porque não é um cultivo comum no nosso país.

E aqui eu estava vendo das grandes propriedades do bambu, rico em proteína vegetal, fibras, aminoácidos, cálcio, fósforo, vitamina B1, vitamina B2, vitamina C. Quer dizer, então, se ela tem tanto, se o cultivo do bambu tem tantas propriedades medicinais, como está previsto aqui, e alimentares, talvez aí valesse a forma como está, e que, depois, a própria EMBRAPA possa trabalhar num cultivo mais adequado ao país.

Eu acho que a política é política geral, é a ideia do que deve ser feito no país. Agora, a implementação mesmo vai depender dos organismos, talvez já existentes. Talvez não precise nem criar novo organismo para tomar conta do bambu. É sugestão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas a senhora é favorável?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas as virtudes do bambu realmente são muito grandes. Deve ser um pouco difícil para mastigar, não é, Senador Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não, o bambu não [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ah, o broto do bambu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O japonês usa muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Broto do bambu tudo bem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O japonês usa muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Porque...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu comentava aqui, Sr. Presidente, que garoto, no interior, a varinha de bambu estava sempre na mão da professora e dos meus pais também para corrigir determinados...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O efeito corretivo também é muito bom.

Mas o parecer é favorável e está... Segue em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só diria aqui... Traz uma boa hora, a Senadora Marisa já fez referência, porque a gente ouve falar no bambu, mas ninguém sabe que tem necessidade específica, de um tratamento especial, para cultura do bambu.

O bambu tem várias utilidades, e o relatório descreve ou prescreve corretamente... Prescreve no problema da saúde pública, e descreve na necessidade do bambu para outras atividades que tenham interesse público. Que diz que tem... Há mais de 1.250 espécies de bambus com mais de 90 gêneros diferentes. É assim senador Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É assim mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que coisa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E já houve aqui em Brasília o Congresso Nacional do Bambu, em 2006, do qual saiu esse Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Rodovalho.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque a gente tem a impressão que o bambu é natural ou o plantio para proteger como... Hein?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para proteger encostas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para proteger encostas, para proteger, como se fosse gradio(F), o vento, tudo, e não a utilidade para consumo.

Eu sei que quando você vai num restaurante japonês, pede broto de bambu porque é gostoso, é bem feitinho, cozido, dá para mastigar bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O brotinho de bambu é bom.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É gostoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas eu me lembro aqui, Senador Romeu Tuma, logo que eu comecei advocacia, me apareceu um caso curioso: foi exatamente uma agressão provocada contra um assalto, foi uma reação de legítima defesa, onde a vítima se valeu de um bambu bem grande e provocou lesões de grande repercussão no assaltante. O assaltante sofreu na mão do assaltado. Mas--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem outro detalhe, o senhor é jurista sabe. Condução sob vara, deve ser bambu.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deve ser. Exatamente.

V. Exa., que é delegado, que sabe melhor do que nós.

Mas... Em votação. Não havendo nenhuma manifestação em contrária, está aprovado.

Bom, aqui nós vamos ao Item 4, e esse Item 4 eu gostaria de chamar a atenção especialmente dos parlamentares da Região Centro-Oeste.

Eu sou relator desse Item 4, que não é um projeto; é, na verdade, um aviso, um aviso do TCU. Eu gostaria até de solicitar aqui ao Senador Gerson Camata que assuma a Presidência e nos deixe a bancada do Centro-Oeste livre para debater esse assunto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Vamos fazer então aqui. Vamos lá.

Então é o item... Item quanto? Item 4.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Página 46?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Quarenta e seis, mas eu vou por aqui.

Em discussão o *"Item nº 4. Não terminativo. Encaminha recomendação proferida pelo Tribunal de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício 2005, de seguinte teor 'à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação da Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias'. Autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Valter Pereira"*, que tem a palavra para produzir o seu relatório.

"Informo à comissão que foi aprovado o parecer desta comissão, em 30 de outubro de 2007, tendo como relator o nobre Senador Jonas Pinheiro, o qual concluiu pela ciência ao presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e solicitando ainda informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Integração Nacional sobre o não cumprimento do art. 42, § 1º do ato as disposições constitucionais transitórias."

Com a palavra o relator, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou direto à análise, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): *"Dando sequência à tramitação do Aviso 27, cumpre analisar as respostas aos Requerimentos 190 e 191, ambos de 2008, do Senado, nos quais foram solicitadas aos Ministros do Planejamento e da Integração, respectivamente, informações relativas ao montante anual dos recursos destinados à irrigação nos Orça-*

mentos da União de 2000 a 2007; quanto foi efetivamente destinado à Região Centro-Oeste em cada ano; e qual foi a destinação dos recursos que deveriam ter sido aplicados na região.

Na Nota Técnica 22, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou as seguintes considerações:

- o Estado de Tocantins, criado pelo art. 13 do ADCT, originou-se do Estado de Goiás, situado na Região Centro-Oeste; a ausência daquele estado significou a redução na demanda por irrigação na região, tendo em vista que ela é regida por critérios geográficos e climáticos, e não relacionados à circunscrição territorial;

- a criação política do novo estado não alterou a necessidade técnica de receber investimentos em irrigação, embora seja viável admitir que essa demanda tenha corroborado para o percentual exigido no art. 42, I, do ADCT para a Região Centro-Oeste.

Para fundamentar esses argumentos são apresentados, no Anexo I, os percentuais de aplicação em irrigação na Região Centro-Oeste, indicando que os percentuais aplicados entre 2000 e 2007 estão efetivamente muito abaixo dos 20% previstos no comando constitucional. Porém, quando se agregam os montantes aplicados no Estado do Tocantins, esses percentuais, à exceção de 2002, superam o mínimo, e em alguns anos por larga margem.

Portanto, como se afirma... Aliás, como afirma a nota enviada, caso as áreas hoje pertencentes ao Estado do Tocantins ainda fizessem parte da Região Centro-Oeste, o percentual assinalado no ADCT seria cumprido, com a única exceção do exercício de 2002.

Além disso, a nota do MPO reproduz os argumentos fornecidos pelo Ministério da Integração em anos anteriores para não justificar o não cumprimento do percentual: em primeiro lugar, a inexistência de número suficiente de entidades estaduais capazes de induzir os produtores a adotarem a prática da agricultura irrigada, gerando baixa procura por recursos, principalmente dos Fundos Constitucionais."

Veja aqui, Senador Jayme, é muito grave o que aconteceu com a Região Centro-Oeste: há a disponibilidade de recursos, há o comando constitucional, que obriga a aplicar na região cerca de 20% dos recursos destinados à irrigação no país, e, de repente, o Ministério diz: *"Olha, houve esse problema do Tocantins, o Tocantins é que é o responsável pela não aplicação"*, e, de repente, reconhece que, em 2002, efetivamente, ocorreu um descumprimento do mandamento constitucional, mas isso também tem outras razões que também são apontadas aqui que nós precisamos examinar muito bem.

"E, segundo, a falta de planejamento e de projetos de agricultura irrigada para permitir a integração."

Será que os governadores da Região Centro-Oeste estão dormindo, Senadora Marisa? Ou será que são os produtores que não têm mostrado interesse em adotar uma tecnologia mais avançada de produção que tem, na irrigação, uma das mais exemplares, um das mais promissoras ferramentas?

"Mas segue aqui: "E, finalmente, o fato de que na Região Centro-Oeste, as áreas irrigadas, em produção alcançam somente 318 mil hectares, e são, em quase sua totalidade, de iniciativa particular, do mesmo modo que no país, dos 3,44 milhões de hectares irrigados, apenas 8% correspondem a áreas públicas.

Já na resposta encaminhada ao Senado pelo Ministério da Integração, para atender ao Requerimento 191, a argumentação apresentada fundamenta-se na comparação dos montantes aprovados pelas Leis Orçamentárias Anuais, com os efetivamente liquidados. O argumento é que embora os montantes das dotações para irrigação no Centro-Oeste estejam aquém do que prescreve o comando constitucional, os percentuais são ainda mais baixos se considerados os montantes efetivamente liquidados, que se aproximam dos verificados nos programas de irrigação para o conjunto do país.

Ao analisar os dados do Quadro 'Percentuais de Liquidação dos Investimentos em Irrigação / Brasil e Região Centro-Oeste 2000/2007', verifica-se que, embora os percentuais liquidados para o total do Brasil estejam incorretos, os valores efetivos corroboram, em certa medida, a afirmação apresentada à p. 2 da Nota Técnica 7, de 2008, de que... mesmo frente às restrições financeiras e orçamentárias (resultado em parte do contingenciamento de recursos, que está fora da governabilidade do Ministério da Integração Nacional) os percentuais dos recursos liquidados na região (Centro-Oeste) não ficam muito aquém dos percentuais para o conjunto do país, com exceção do registrado no ano de 2002.

Resta bem justificada, também, a argumentação de que a inclusão dos dados relativos ao Estado do Tocantins eleva os percentuais de aplicação dos recursos de irrigação da Região Centro-Oeste para o nível constitucionalmente exigido.

A criação do Estado de Tocantins, e a concomitante transferência do seu território da Região Centro-Oeste para a Região Norte, foi determinada pela Constituição de 88, que, ao mesmo tempo, fixou em 20% o percentual mínimo de aplicação dos recursos de irrigação na Região Centro-Oeste. Como a área

que abrange o atual Estado de Tocantins é a que mais demanda irrigação quando se considera a antiga composição da Região Centro-Oeste, é razoável supor que o constituinte, ao elaborar a regra dos 20%, tinha em mente que tal área comporia a Região Centro-Oeste. Contrário senso seria supor que o constituinte excluiria do benefício tal área de alta demanda de irrigação para beneficiar o restante da então Região Centro-Oeste, que, por questões naturais, possui baixa demanda de irrigação.

Em suma, as informações solicitadas atenderam às questões formuladas nos Requerimentos 190 e 191, de 2008, trazendo explicações dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Integração Nacional, consistentes com a realidade da região para o não cumprimento do percentual de 20% dos recursos destinadas à irrigação na Região Centro-Oeste, conforme o art. 42, I, do ADCT. De fato, a Região Centro-Oeste não apresenta índices pluviométricos que justifiquem a demanda por irrigação e, ademais, sem esses investimentos, constitui a maior produtora de grãos do país."

Quero aqui dizer que a análise que nós estamos fazendo está em cima daquele período que foi analisado, não do período que nós estamos vivendo.

"Portanto, parece haver sérios óbices ao cumprimento do preceito constitucional, os quais, a nosso ver, dificilmente seriam superados mediante a simples recomendação aos órgãos responsáveis do Poder Executivo no sentido de destinarem à irrigação no Centro-Oeste os recursos orçamentários na proporção prevista na Carta Magna."

Lembrando sempre que o período em análise não é o que nós estamos vivendo.

Voto. *"Ante o exposto, o voto é pelo conhecimento da matéria pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pela informação ao Presidente do Congresso Nacional, e ao Presidente da Comissão Mista e Orçamentos, quanto ao teor dos Requerimentos 190 e 191."*

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e especialmente da região Centro-Oeste, não concordo que esse dispositivo constitucional seja violado e a região Centro-Oeste deixe de aplicar esses recursos constitucionais numa área que, seguramente, teria uma forte repercussão na produção grãos em toda esta área, que é o celeiro de produção de grãos do país.

Nestas condições, quero propor aqui que seja criada uma subcomissão, nos termos do art. 73, para se avaliar as repercussões desta informação e desta concepção que os ministérios fazem acerca da oportunidade de cumprimento do mandamento constitucional.

Eu acho que lei é para ser cumprida. Se existe um mandamento constitucional, ele tem que ser respeitado. E se não está sendo respeitado, até porque os agentes que deveriam ir em busca desses recursos estão agindo com omissão, é preciso que esta comissão tenha conhecimento das razões que estão levando à Região Centro-Oeste a não lutar pela aplicação dos recursos na área de irrigação.

Portanto, a proposta que quero submeter é de criar esta subcomissão a fim de que este mandamento constitucional seja respeitado, seja cumprido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Terminado o relatório, eu devolvo a Presidência ao Senador Valter.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, ele tem que ficar aí para o senhor dar a palavra àqueles que--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ele encerrou o relatório.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Encerrei o relatório, mas vai discutir a matéria, e eu gostaria que V. Exa. continuasse na Presidência para que eu tenha a liberdade de discuti-la com os demais senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Manda quem pode e obedece quem tem juízo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu me inscrevo também, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Primeiro inscrito, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Senador Valter Pereira pelo relatório, e dizer que é inconcebível, com um país como o nosso, que constitucionalmente tem 20% de irrigação para a Região Centro-Oeste e 50% de irrigação para o Nordeste, só 3%, só 8% corresponde a áreas públicas, o que equivale dizer que realmente o Governo não dá a devida atenção à questão da irrigação nesse país. Porque não é só as áreas que não precisam da irrigação, mas as áreas, no país, que precisam, e muito, da irrigação para poder plantar e se desenvolver.

Essa é uma questão que o constituinte de 88, tenho certeza, colocou na Constituição justamente prevendo a ampliação da área plantada na Região Centro-Oeste e na Região Nordeste.

Se a Região Centro-Oeste não tem equipamento, não tem projetos, não tem perspectivas de utilização desse recurso, é claro e evidente que V. Exa. tem toda razão, tem que ser discutido. Se não vai valer para a

Região Centro-Oeste, que se redistribua para quem necessita de recursos para a aplicação da irrigação.

Mesmo assim, eu tenho as minhas dúvidas que isso possa ocorrer, haja vista que apenas 8% correspondem à área pública num país gigante como o nosso, com uma área como o Nordeste, por exemplo, e outras áreas do país, que não é só Nordeste. Há regiões no Rio Grande do Sul que tem desertificação também, que tem áreas necessitando de apoio da irrigação, como no nosso próprio estado tem o Cone Sul que também precisa de irrigação. Quer dizer que eu acredito muito que é necessária, como V. Exa. propôs, a discussão dessa questão, até, se for o caso, para rever o art. 42 da Constituição Federal, que coloca esse percentual de irrigação, com apoio público, para as Regiões Centro-Oeste e Nordeste do país. Eram as minhas palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador Jayme Campos com a palavra.

Inscrito Romeu Tuma e Flexa.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Gerson Camata; ilustre Senador Valter Pereira, relator desta matéria do Aviso, proposto Tribunal de Contas da União.

Primeiro parece que é incrível partir do Tribunal de Contas da União naturalmente o cumprimento da exigência do que está na Constituição Federal.

Ora, na década de 1992, Senador Valter, eu fui governador de Mato Grosso de 91 a 95, e, naquela oportunidade, já existia, através da Constituição Federal, a criação dessa transferência de recurso para irrigação. Naquela oportunidade, que era o secretário nacional de integração, ou seja, o secretário do Ministério da Integração na área do Projeto Irrigar era o Carlos Wilson.

Eu recordo muito bem que nós lutávamos com unhas e dentes para tentar buscar o cumprimento daquilo que é constitucional, que era a transferência para os estados da Região Centro-Oeste para o Programa Irrigar. Com muita luta e com muita determinação, eu consegui algo parecido [ininteligível], mais ou menos de 20 a 30 milhões de recursos e fizemos um programa extraordinário da irrigação de alguns municípios da baixada cuiabana, que permitiu, naturalmente, nós melhorarmos não só a renda *per capita* daquelas populações ribeirinhas, que V. Exa. conhece, e sobretudo levar uma melhor qualidade de vida, tendo em vista que era um projeto de conjugação feito nos seguintes termos: levava a rede de energia elétrica e ligava(F) também os equipamentos para fazer a irrigação.

Feito isso, de lá para cá, quase nada foi investido nessa área. Lamentavelmente o Governo Federal sublimou, ou seja, jogou debaixo do tapete esses recursos que teriam que ser transferidos para os estados da Região Centro-Oeste do Brasil. E, desta feita, volta com muita propriedade essa matéria aqui, para esta comissão, tendo em vista que nós temos que exigir o cumprimento dessas transferências constitucionais para a nossa região, que é uma região rica, sobretudo factível de fazer um projeto de irrigação que certamente nós melhoraríamos a nossa produção algo parecido em torno de 20 a 30%.

Todavia, aqui é muito claro, está bem explícito nas respostas que o Ministério da Integração deu, os governadores, com todo respeito, e inclusive o nosso governador do Mato Grosso aqui, posso falar com muita clareza, o governador Blairo Maggi, não têm buscado esses recursos.

Na medida em que, no ano retrasado, como membro da Comissão de Orçamento de União, lutei, modéstia à parte falando, com muita determinação para conseguir que fosse colocado na LDO, no PPA, 100 milhões de reais; desses 100 milhões de reais, 10 milhões de reais eram para projetos. Entretanto, o Ministério da Integração está com os recursos empenhados, e o Governo do Mato Grosso até hoje sequer lançou a concorrência pública para a execução dos projetos, permitindo que, no ano seguinte, nós tínhamos mais 90 milhões no ano de 2009, 2010 e 2011.

Então, em parte, aqui o Ministério da Integração tem razão, que os governos não estão se interessando. E eu imagino que o meu Mato Grosso do Sul também não interessou, o estado de Goiás não interessou, permitindo que o Ministério da Integração não repassasse.

Ora, é um dinheiro constitucional, é um dinheiro a custo zero, a fundo perdido, e que eu não tenho dúvida alguma nós íamos dar uma nova *performance* na nossa economia, sobretudo da questão da agricultura, não só agricultura do grande e médio produtor, mas sobretudo da agricultura familiar também, que Mato Grosso já tem a primazia--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com prazer, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): No direito, nós aprendemos uma máxima que é o seguinte: o direito não acode aos que dormem. Eu acho que pode se parafrasear, dando o mesmo sentido: na economia, o dinheiro não acode aos que dormem também.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): E é verdade. V. Exa. tem toda razão.

Concluindo, é oportuno, eu acho, essa discussão que nós travamos aqui, e, certamente, buscar o cum-

primento daquilo que é constitucional. Porque também, Senador Gerson, o Governo Federal – você conhece, o senhor já foi governador duas vezes, senador, três mandatos, conhecedor profundo – empenha, e também não libera os recursos. Com muita má vontade, consegui num esforço hercúleo empenhar esses oito milhões de reais, como se fosse quase na marra. E não é que tem que ser na marra coisa alguma, é obrigação de ele empenhar os recursos, e, sobretudo, disponibilizar, dentro do Orçamento da União, o que é previsto constitucionalmente, que seja 20%.

Ora, então nós temos que colocar regras claras, e, sobretudo, exigirmos que cumpra-se aquilo que é da Constituição Federal, na medida em que desde 1989 esses recursos eram para estar disponibilizados, e até hoje, fazendo um levantamento, não foi--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. permite outro aparte?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu entendo o seguinte: essa comissão terá que examinar inclusive se existem sanções previstas para o não cumprimento, porque...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Imagino que sim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --na minha avaliação, o não cumprimento de um mandamento constitucional configura crime de responsabilidade.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com certeza.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E é preciso que o governo seja acionado para isso. É obrigação dele cumprir aquilo que está na Constituição, e não sair com a desculpa esfarrapada... Até mesmo o Governo Federal tem que instigar os outros agentes que estão nessa área, seja o Governo , sejam empresários, tudo para que seja cumprido.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): V. Exa. tem razão.

Como que é obrigado o gestor público, seja o prefeito, o governador, aplicar os 25% da educação, e os 12% dos municípios e 15 os estados... O estado 12 e os municípios 15 na saúde? Se não aplicar esses percentuais, com certeza os Tribunais de Contas dos estados têm a obrigação de penalizar o gestor público que está no exercício do mandato.

Ora, neste caso, se é na constitucional para a educação e para a saúde, por que não também na irrigação, você estar dentro também da Constituição Federal?

De tal maneira que eu imagino que de agora para frente nós temos que fazer o quê? Exigir o cumprimento que todos os anos que for encaminhado o orçamento da federação para a CMO tem que estar inserido, não como aconteceu num ano, há dois anos atrás, que eu briguei e exigi, exigi. Caso contrário eu ia fazer uma denúncia em relação ao que estava acontecendo quando o Programa de Irrigar para a Região Centro-Oeste do Brasil.

Portanto, V. Exa. fez o relatório belíssimo. Evidentemente tem razão, em parte, aqui o Ministério da Integração, na medida que disse aqui que não há nenhum interesse dos governos estaduais de apresentar bons projetos lá no Ministério para que esse recurso seja transferido.

De tal forma que nós temos que criar essa subcomissão aqui e, sobretudo, buscar, através dos governos estaduais da região, como se fosse uma obrigação deles também fazer com que esses recursos cheguem lá, e possamos fazer esse trabalho de irrigação, sobretudo nas áreas compatíveis com os seus recursos hidráulicos, que existem em várias regiões dos nossos estados, tanto Goiás como Mato Grosso.

E não sou contra, ainda vou mais longe, em que pese na Constituição... Diz aqui que o Estado de Tocantins está inserido na Região Norte do Brasil. Todavia, acho que tem uma ligação muito forte... O Estado de Goiás, quando foi dividido, mas nunca perdeu o vínculo com o Estado Tocantins, e o nosso Mato Grosso também faz divisa lá na região no Baixo Araguaia, que V. Exa. conhece, faz divisa com o Estado de Tocantins. Eu, particularmente, não tenho nada contra, até porque, de tudo isso que tinha que ser transferido, na verdade, eu acredito que até hoje não foi nem 3%. Nem 3% daquilo que é constitucional foi transferido para os estados, inclusive colocando o Estado de Tocantins, em que pese não ter o direito, mas, contudo, nem 3% foi transferido para a nossa região.

Portanto, é esse o meu esclarecimento. Louvável a iniciativa meritória este Aviso do Tribunal de Contas da União, e, sobretudo, aqui o relatório de V. Exa. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Antes de passar a palavra, [ininteligível] o Senador Flexa [ininteligível].

Eu queria dizer se nós formos fazer uma comissão para não analisar a não obediência a artigo da Constituição, eu vou colocar mais dois artigos aqui.

Primeiro nós aprovamos aqui no art. 20 da Constituição: bens da União. Aí define quais são os bens da União: as ilhas fluviais, as lacustres e tal, as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas destas as que contenham sede de municípios. Nós aprovamos a emenda.

Vitória é sede de município, portanto, a ilha não é mais da União [interrupção no áudio] de Vitória. A União disse que não obedece a Emenda Constitucional, e mandou para as favas. Santa Catarina e Florianópolis, mandou para as favas. Marajó, mandou para as favas. Não obedece a emenda que nós aprovamos aqui, e que nós proclamamos... A União não obedeceu. Não aconteceu nada.

A outra, ontem na Câmara, antes de ontem, outro artigo, ainda um § 1º do art. 20, a Câmara mandou para as favas, uma Lei Ordinária. Eu entendo, vocês são juristas, eu sou economista, parece que Lei Ordinária não pode revogar artigo da Constituição. Me parece.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, V. Exa. está falando com propriedade.

Na verdade, existe uma hierarquia no universo das leis, uma hierarquia absoluta. Então, a Lei Magna é a Constituição e, subordinada a ela, estão as demais: a Lei Complementar, a Lei Ordinária, os decretos, as resoluções, enfim, todo um ordenamento jurídico que é regido por uma hierarquia rígida, que tem que ser cumprida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então veja V. Exa.--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nenhuma pode ferir a Constituição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): *Roma locuta, causa finita*. Então está aqui. Esse artigo, § 1º do art. 20 diz o seguinte: é assegurada, nos termos da lei, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como aos órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, no respectivo território, na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, como compensação financeira por esta exploração.

A emenda do [ininteligível] mandou às favas o artigo tal, e está aí. Pronto.

Agora, nós não podemos exigir do Executivo que obedeça a Constituição se nós também não obedecemos. Era o que eu queria dizer.

Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido.

Cumprimento... Agradeço o Senador Flexa, e cumprimento V. Exa. pelo inteligente relatório, objetivo, e com dados importantes para serem discutidos, e a proposta da subcomissão que V. Exa. propõe, nós temos vários senadores do Centro-Oeste, que estão envolvidos com a área da agricultura e de irrigação, que, tranquilamente, poderão fazer esse trabalho que a Mesa deverá designar.

Eu estava lendo aqui, porque todo procedimento, V. Exa. fez um belo relatório. Tem vários dados do procedimento que acompanha, inclusive a planilha de aplicação das verbas. Na página 58. A planilha que dá a divisão que foi usada aqui.

E tem um detalhe, Presidente, que eu acho importante, que diz assim: se dê conhecimento ao Presidente do Congresso Nacional – isso já foi feito por um ofício, que eu vi aqui – e ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Essa comissão tem que, essa subcomissão observar quem vai ser o subrelator da área de agricultura e irrigação, para saber se ele vai tomar conhecimento e dar cumprimento à decisão Constitucional. Porque ficar no ar aqui apenas dizendo dá conhecimento e vai pelo arquivamento, V. Exa. tem razão, cai no vazio. É a mesma coisa que chegar aqui, se eu ler, e já se rasga o papel. Tem que acompanhar. Inclusive, quem de nós estiver no orçamento, qualquer um que... Vá lá saber quem é subrelator que vai ser designado para esta área, saber o que ele vai fazer com esses dados que foram... E nós--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permita um apartezinho, Senador Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não. Desculpe, senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Tuma, às vezes a gente não dá muita importância a esses avisos do Tribunal--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu ia falar sobre isso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --e acaba passando batido sobre assuntos da mais alta relevância, como este que nós estamos discutindo aqui.

O Tribunal de Contas fez a sua parte, e muito bem feita. Agora, é preciso que nós também tenhamos a capacidade de remover esses obstáculos e fazer com que a vontade do constituinte se cumpra, afinal de contas é um mandamento constitucional que foi violado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Valter Pereira, eu até queria cumprimentar o Tribunal de Contas. Porque eu fui membro da Comissão de Fiscalização e Controle. Lá vão todos os procedimentos de análises que são feitas no Tribunal, que é uma peça informativa ao Congresso para tomar decisões. E eu comecei a ler o processo, por inteiro. Nas entrelinhas de alguns pareceres de técnicos, nos assusta, porque eles levantam detalhes importantíssimos que

passam batidos, aqui, por nós. Então eu acho que é importantíssimo.

Eu vi aqui, é a primeira vez que eu vejo esta comissão tomar conhecimento de uma indicação do Ministério e do Tribunal de Contas, indicando uma falha na aplicação do que exige a Constituição Federal. E ver como esta comissão começa a ter importância, pela primeira vez enquanto... Não é minha a orientação da liderança do governo como votar na comissão; já estão se preocupando com ela. Senão não teria realmente essa orientação, e aqui concorda que vá pelo arquivamento, que V. Exa., em boa hora, disse: *"Não. Vamos tocar em razão do prejuízo que pode trazer para a produção de grão"*.

Há pouco estavam discutindo o Haiti, que não tem alimento, e tal. Daqui a pouco nós também não vamos ter, por quê? Porque falta aquilo que a Constituição exige, que é tratar a agricultura com respeito, oferecer aquilo que a Constituição decidiu pelos seus membros do Congresso, e, sem dúvida nenhuma, termos os bons resultados no andamento desses procedimentos.

Agradeço Senador Flexa e V. Exa. por permitir que eu falasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado Senador Tuma.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra. Último orador inscrito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Gerson Camata; relator, Senador Valter Pereira; Srs. Senadores.

Primeiro quero parabenizar V. Exa. de, no seu parecer, ao invés de atender a orientação do bloco de governo pelo arquivamento, proponho ao contrário, criação de um grupo de trabalho para que a gente possa aprofundar e discutir este assunto da maior importância.

Falar que o não atendimento de preceitos constitucionais é crime de responsabilidade, não há dúvida disso. Lamentavelmente, o Congresso Nacional não cumpre a sua obrigação de cobrar essas posições do governo quando não cumpre o que determina a Constituição; quando não cumpre essa figura de fantasia que é o Orçamento da União.

Nós nos debruçamos aqui, durante três meses, entramos pela madrugada, discutindo; cada parlamentar buscando recurso para o seu estado, para a sua área, e, chega ao final, o Executivo decide o que vai fazer, não libera o que não quiser liberar, está entendendo, porque o orçamento é autorizativo.

Eu aqui quero lembrar o saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães, que lutava, permanentemente, pelo orçamento impositivo. Não creio que impositivo em 100% seja algo que possa evoluir, mas que a gente deveria ter uma posição firme no Congresso Nacional de tornar parte do orçamento impositivo e ir crescendo até o limite determinado que seja possível de o Governo remanejar verba, eu acho que isso é importante. Agora, cabe a nós.

Agora, o Congresso Nacional se dobra à vontade do Executivo. Nós aprovamos... O ato legislativo, ele só se conclui quando... ou pela sanção da lei ou pela votação do veto, quando o Presidente da República veta o que o Congresso aprova.

Lamentavelmente, historicamente, eu até diria, o Congresso Nacional, para derrubar um veto presidencial, é milagre, é um milagre, porque a base do governo se mobiliza, fazem aqueles pacotes de cento e tantos vetos. Tinha mil e tantos vetos para ser... Os vetos polêmicos, como é o caso da SUDAM, da SUDENE, que foram vetados pelo Presidente, o caso da Emenda 3, outros casos polêmicos... Aí não entra em pauta, não entra em pauta. Quer dizer, o processo legislativo não se completa.

Evidentemente que não cumprir a Constituição é crime de responsabilidade.

Agora, V. Exa. propõe, em boa hora, que se faça um grupo de trabalho para tratar desse assunto. Eu vejo, eu lamento muito... A Região Centro-Oeste e a Região Amazônica são o futuro do Brasil. É para lá que o desenvolvimento vai, e é por essa região... Centro-Oeste já está demonstrando isso. A Amazônia, lamentavelmente, por pressões outras, querem impedir que ela alcance esse processo.

Só que se legisla no Brasil como se o Brasil fosse um único Brasil; e, para a Amazônia, como se a Amazônia fosse uma única Amazônia. São vários biomas na Amazônia. Então dizer que na Amazônia não tem seca, não há necessidade de irrigação, é falácia, não é verdadeiro. Tanto não é verdadeiro que nós temos aqui, agora, o Estado de Tocantins, que era Centro-Oeste e virou Norte, que era o estado que exigia maior recurso para a área de irrigação. Já existe, no meu estado, experiências com irrigação privada que demonstra a possibilidade de ter, dependendo da cultura, duas ou três safras por ano, porque lá chove, mas chove num determinado tempo; e tem o período de seca também, quando para a chuva, não chove mesmo. Então não precisa da irrigação o tempo todo, mas precisa de irrigação para ter a segunda safra, com isso, dobrar a produção. Segundo ou terceira, depende da cultura.

Então eu quero parabenizar V. Exa.. Eu pergunto a V. Exa... O processo vai ficar aguardando a posição desse grupo de trabalho, e eu gostaria, se possível, de participar, porque eu gostaria de incluir a Amazônia também, como uma das beneficiadas nos recur-

sos de irrigação, que será muito importante para a nossa região.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, na verdade, a subcomissão proposta é para apreciar este relatório especificamente. Não bem o relatório, que o relatório já foi apreciado, foi relatado, já deu os subsídios necessários para se formar o juízo de valor. A grande verdade que está posta com esse relatório é que o Ministério da Integração tinha que aplicar na Região Centro-Oeste 20% de toda dotação que recebe destinada à irrigação, e não está aplicando, pelo menos, nesse período que foi analisado.

Nós nosso temos aqui--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está aqui o quadro: 2006 aplicou 2.6%.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É 2,6%.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É 2,6.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pois bem, então não foi--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em 2007, 08, 07; 2005, 09.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não foi aplicado. Então há aí uma infração.

Agora, nós precisamos saber quais são as causas que levaram a não aplicação. Por exemplo, o Ministério alega--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Alega que não há projetos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --que os agentes não apresentaram projetos. Certo. Eu acho que nós temos que conferir isso. Nós temos que conferir também: e o Ministério o que fez para dar azo ao mandamento constitucional? Fez alguma coisa ou ele preferiu, não sendo acionado, manter o descumprimento, a inadimplência com relação a esse dispositivo? Então essa é a questão a ser avaliada.

Eu gostaria de submeter--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pergunto a V. Exa., pelo seu voto... O voto de V. Exa., pelo conhecimento da matéria, pela Comissão de Agricultura, pela informação ao Presidente do Congresso Nacional, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, quanto ao teor da resposta do requerimento e pelo seu posterior arquivamento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O arquivamento do processo é porque, no processo, não há nada que se possa fazer com relação a ele, a não ser investigar quais foram as causas e propor medidas que, nos períodos subsequentes, possam ser adotadas para evitar que isso venha ocorrer novamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O parecer de V. Exa... Com o parecer como está, o processo vai para que arquivamento. Depois de comunicada todas as entidades aqui, os setores que V. Exa. pede para que comunique, V. Exa. pede o arquivamento posterior.

Eu quero dizer a V. Exa., então, que eu vou propor que a gente reabra a discussão com relação à distribuição dos recursos para o uso da irrigação. Aí a gente pode definir realmente a Nota Técnica 22/DEINF, do Ministério do Planejamento. Então eu vou verificar isso na consultoria, ver de que forma a gente pode retomar essa discussão, e aí essa comissão vai ser de grande valia que não só de olhar por que e propor... Não precisava nem propor, porque se é uma ordem constitucional, teria que ser executada. Mas verificar por que não está sendo e tentar que seja cumprida nos anos para frente.

Mas eu vou buscar um meio de a gente retornar a essa discussão para que nós possamos rever.

Já que o Estado de Tocantins saiu da Região Centro-Oeste e hoje faz parte da Amazônia, ele, pelo quadro aqui, é o que demandou os maiores recursos na área. Ele é a Amazônia, o Centro-Oeste é a Amazônia hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [01:39:12]: Não, o Tocantins.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Tocantins, aliás, desculpe. O Tocantins é a Amazônia. Eu queria que o Centro-Oeste fosse também. O Tocantins é a Amazônia. Então ele estaria fora desse percentual que define o Centro-Oeste.

E, pelo quadro que está aqui, na página 59, ele que demandou os maiores recursos para a irrigação nos anos de 2007 e 2006, 2005, todos os anos.

Então há necessidade de se rever essa divisão, e eu peço a V. Exa. que já que o processo... Eu voto favorável ao seu parecer, mas vou retomar o assunto na forma adequada, consultando a consultoria do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria só aduzir, porque se levar em conta de que a intenção do constituinte, ao fazer esse artigo que obriga a aplicação dos 20, incluir o Estado de Tocantins, porque depois que o Estado de Tocantins saiu do Goiás, e foi pra lá. De 2003 para cá, se cumpriu até a mais toda a exigência da Emenda Constitucional, se você analisar sob esse aspecto.

Outro aspecto tocado ali, é interessante se notar que eu tenho observado que o Governo do Presidente Lula tem pago as emendas melhor que outros governos. Muito melhor. Agora... Até para adversários

do governo, com tratamento equânime. Isso tem que se elogiar o Presidente Lula por isso.

Agora, há outro aspecto também, que, às vezes, o que é que acontece? O parlamentar, ele tem um mandato, ele conhece o estado dele... O Senador Jayme Campos vai num município, o prefeito quer fazer uma drenagem, um tratamento de esgoto. Ele faz um orçamento, o orçamento é 250 mil reais, o Jayme Campos bota uma emenda de 250 mil reais, e não é o Presidente da República e nem o Ministro, não, um técnico de quinto escalão, que não tem mandato, que não tem nada, que nunca foi naquele município, vai lá e diz: *"Não é 250, não, é 210"*. Pronto. Ele não foi lá, ele não fez o orçamento. Eu acho que isso é que exorbita um pouquinho. Talvez pelo Ministro não observar, o governo não observar, mas tem que se dizer o que Presidente Lula, dos tempos que eu estou aqui, eu cheguei aqui em 76, na Câmara dos Deputados, eu nunca vi um Presidente, um governo que pagasse mais às emendas parlamentares, e sem discriminar ninguém, do que o Presidente Lula. Isso é necessário que se diga.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Passo a Presidência... Por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero discordar de V. Exa. com relação a não discriminação. A discriminação é real. V. Exa. faz parte da base do Governo, deve ter as sua emendas atendidas. Quem é oposição, não tem, em media, 30% das emendas atendida. Então a discriminação existe, é real, e eu lamento, inclusive, que isso aconteça, porque é falta de respeito para com os parlamentares.

E mais ainda, o ataque, a posição do Presidente Lula com relação ao TCU é uma posição que deveria ter uma resposta enérgica do Congresso, porque o TCU é um braço do Congresso Nacional auxiliar. Então, o Presidente Lula tem, repetidas vezes, ido à imprensa, dizendo que o TCU quer atrapalhar, quer impedir as obras do PAC, porque ele acha... O TCU encontra irregularidades das obras, informa a irregularidade, pede que as obras sejam suspensas, e o Presidente se põe sempre contrário a essas posições do TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu não devo dialogar com V. Exa., mas no caso, por exemplo, de aeroporto de Vitória, que está em obras há oito anos, eu acho o que Tribunal de Contas, e a própria Infraero, eles... A falta de entendimento. Porque o Tribunal de Contas começou a examinar o piso da pista do aeroporto pelos índices de DNIT.

Ora, uma estrada, uma rodovia e uma pista de aeroporto, pelo peso que suporta, pelos impactos, é claro que uma pista de aeroporto vai custar, tem que ter outro índice de avaliação dos custos, e não o índice do DNIT para pista de asfalto.

Depois, a construção civil do aeroporto, ela se baseia nos índices da Caixa Econômica para a construção de casa popular.

Um aeroporto, V. Exa. sabe, tem ar-condicionado embutido, tem aquela fiação, é um piso de granito, de mármore, é uma construção mais luxuosa do que uma casa popular da Caixa Econômica.

Então tem que se estabelecer para um aeroporto, senão nenhum aeroporto do Brasil vai terminar, índices próprios para a construção de aeroporto.

E veja que o Tribunal de Contas pediu à Infraero isso, até hoje, dois anos depois, a Infraero não mandou para o Tribunal de Contas parâmetros para que a Tribunal pudesse analisar e separar uma estrada do DNIT de uma pista de aeroporto, e um prédio de um aeroporto de uma casa popular.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Gerson, [interrupção no áudio] lamentavelmente o TCU tem se confundido. O aeroporto Marechal Rondon de Cuiabá, lamentavelmente, passou por três empreiteiras, Senador Valter, três. Uma obra que era para ser feita com dois anos, demorou seis anos. Porque o TCU--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E o aeroporto de Santa Genoveva? Não, de Goiânia, não é?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Demorou, extrapolou os prazos tendo em vista que os comparativos que V. Exa. disse aqui não se pode: uma obra de um aeroporto, de uma estação de passageiro num aeroporto ser mais ou menos... Ou seja, buscar um preço de casas populares de Caixa Econômica Federal. Não tem nenhum parâmetro.

Um aeroporto, como o senhor bem disse, é mármore, é escada rolante, etc., etc. Entretanto, o TCU não tem agido dessa forma.

E, inclusive, Senador Valter, nós estamos já lá extremamente... O aeroporto Marechal Rondon em Cuiabá já está estrangulado, aguardando urgentemente o início das obras, mas até agora não foi possível na medida em que as concorrências que eventualmente vão ser lançadas, já está, por antecipação, condenada pelo Tribunal de Contas da União.

Ocorre o quê? Hoje o Mato Grosso, para se ter noção, nós estamos recebendo 1 milhão e 800 mil passageiros. Talvez um dos aeroportos mais movimentados entre pouso e decolagem do Brasil. Dados estatísticos da própria Infraero aqui: o aeroporto mais movimentado, na medida em que nós estamos ali atendendo aquela Região Norte, naquela região do país... Exatamente,

Rondônia... E não se faz a obra de ampliação, porque os empreiteiros já estão todos preocupados, ou seja, as obras já são condenadas por antecipação.

Então V. Exa. tem toda razão de dizer que uma rodovia de estrada que trafega caminhão, ela não tem que ser naturalmente os mesmos preços de uma pista de aeroporto. O impacto que uma pista aeroporto vai sofrer... Um boing 320, sei lá, um jato lá, um avião de porte grande é diferenciado aonde vai trafegar caminhões, ou seja, em que pese caminhões que vão trafegar com 50, 60 toneladas, é distribuído o seu peso.

Portanto, eu acho que realmente V. Exa. tem toda razão. Eu, daqui, de público, eu não posso desconhecer. As minhas emendas particularmente, Senador Jayme Campos, 100% foram liberadas. Eu não tenho o que queixar. Eu já fui prefeito, já fui governador, mas, no Governo do Lula, em que pese... Eu não sou da base do Governo, sou do Democratas, mas eu tenho aqui, de público, confessar que minhas emendas, de quando assumi aqui, a partir de 2007, que eu tive direito de fazer minhas emendas, foi liberado, em 2008, foi 100%; 2009, foi 100%; enfim eu não tenho, nesse aspecto, reclamar, muito pelo contrário, não só minhas emendas individuais, como eu tive a primazia, de neste ano aqui, liberar até as emendas de bancada, 30% das minhas emendas de bancada, nós conseguimos liberar. Então aqui eu tenho que fazer justiça: neste Governo Lula, ele liberou 100%. Particularmente comigo, não houve nenhuma discriminação. Não sei o motivo, razão que pode até ser eventualmente que as emendas do Senador Flexa Ribeiro. Mas eu não posso aqui deixar de ser justo, ou seja, eu acho que é muito oportuno dizer que eu, particularmente, não tenho o que reclamar do Governo Lula em relação às minhas liberações de emendas individuais e de bancada no meu estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem. Quem fala a verdade, não merece castigo. Parabéns pela sinceridade de V. Exa..

"O relator Senador Valter Pereira concluiu pelo conhecimento da matéria a esta comissão; pela informação ao Presidente do Congresso Nacional e ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização."

Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral de Mesa.

"Requerimento. Na forma do exposto do art. 73, e seguindo o Regimento Interno do Senado, eu requeiro a criação de uma subcomissão temporária, composta de sete senadores, igual número de suplentes, para que, no prazo de 90 dias, avaliar as razões do descumprimento do inciso 1º do art. 42 do ato das disposições constitucionais transitórias, que estabelece que, durante 25 anos, a União aplicará 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, ouvindo se para tanto os representantes de diversos setores envolvidos e dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, além de técnicos e especialistas do tema. Senador Valter Pereira."

Eu queria só corrigir isso aqui, que ficou "Centro-Peste", enquanto, na verdade, é "Centro-Oeste". Obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E tem outra correção que eu gostaria que V. Exa. fizesse é que ao invés de sete, cinco membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Cinco membros. Quanto menor a comissão, mais efetivamente ela trabalha.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E aí, quanto aos nomes, ficaria para a próxima reunião...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E certamente formado por senadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, como V. Exa. acentua aqui.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obviamente(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Devolvo a Presidência a V. Exa.. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não havendo... Antes de declarar o encerramento desta reunião, eu gostaria de registrar aqui a presença de um prefeito do meu Estado de Mato Grosso do Sul, o Prefeito Albertino Nunes Ferreira, que, carinhosamente, em Jaraguari, onde é o seu pequeno reino, e na capital, todos o tratam como 'Japino'. É uma alegria muito grande recebê-lo nesta comissão, nesta manhã de terça-feira.

E não havendo mais assunto, nenhum assunto a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h50.

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE MARÇO DE 2010.

Às nove horas e cinqüenta e oito minutos do dia vinte e três de março de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, CÉ-**

SAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, VALDIR RAUPP, HERÁCLITO FORTES E JOÃO TENÓRIO. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Delcídio Amaral, Sadi Cassol, Gerson Camata, Raimundo Colombo. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública, de acordo com a seguinte Pauta: Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2010-CRA, aprovado em 2/3/2010, de autoria do Senador João Tenório, com a finalidade de debater acerca do atual cenário do setor de fertilizantes, bem como sobre o papel e a abrangência da empresa estatal, a ser criada, para tratar do segmento, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Reinhold Stephanes** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **MAPA** e Sr. **Cláudio Scliar –** Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia **- MME.** Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Gilberto Goellner, Antonio Carlos Valadares, Kátia Abreu, Neuto de Conto, Osmar Dias e Eduardo Suplicy. Resultado: Audiência Pública Realizada. **EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010-CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater critérios adotados na implantação de linhas de transmissão, especialmente voltadas para as PCHs, incluindo as decisões sobre os empreendimentos de Chapadão do Sul (MS), com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Maurício Tolmasquim** – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética - **EPE**; Sr. **Nelson José Hubner Moreira** – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - **ANEEL;** Sr. **Pedro Mendes Neto** – Presidente do Sindicato Rural de Chapadão do Sul; Sr. **José Carlos Herranz Yague** – Diretor Técnico das Linhas de Transmissão do Itatim LTDA **- LTI;** Sr. **Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes** – Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - **SEMA/MS**. **Autoria:** Senador Valter Pereira. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira,** Presidente da CRA.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 58 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, queremos registrar a presença do ilustre Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Sr. Cláudio Scliar, que é secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia, que vem representando o titular daquela pasta, o qual solicito que participe da Mesa, do nosso lado esquerdo, já que o lado direito já está ocupado pelo ilustre Ministro da Agricultura.

Antes de iniciarmos os nossos debates, eu gostaria de colocar em votação a proposta para a criação de uma comissão de cinco membros aqui, informalmente já foi aprovada, e que destina-se a avaliar as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do ato das disposições constitucionais transitórias, que estabelece que, durante 25 anos, a União aplicará 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado por unanimidade.

Outro requerimento que eu quero submeter à apreciação dos Srs. Senadores é de minha autoria e, nos termos do art. 58 § 2º, II e IV, da Constituição Federal e do art. 902, II e IV do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública desta comissão para debater critérios adotados na implantação de linhas de transmissão especialmente voltadas para PCHs, incluindo as decisões sobre empreendimentos de Chapadão do Sul. Para esta Audiência Pública tomo a liberdade da oferecer os seguintes nomes: Maurício Tolmasquim, presidente da EPE – Empresa de Pesquisa Energética; Nelson José Hubner Moreira, diretor-geral

de ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; Pedro Mendes Neto, presidente do Sindicato Rural de Chapadão do Sul; José Carlos Herranz Yague, diretor técnico da Linha de Transmissão do Itaim (*sic*) Ltda.; e Carlos Alberto Negreiros Said de Menezes, Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

Em discussão o requerimento. Em votação. Não havendo quem discuti-lo... E em votação.

Não havendo manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

Srs. Senadores, eu estive, na quinta-feira passada, na abertura da 72ª Exposição Agropecuária de Campo Grande. Foi uma exposição... É uma exposição tradicional, o maior evento que se realiza desse gênero na região Centro-Oeste, e, desta feita, nós tivemos a oportunidade de perceber uma mudança significativa: uma exposição que se circunscrevia basicamente a Campo Grande e a Mato Grosso do Sul, hoje, pela primeira vez, tem a participação de criadores estrangeiros, especialmente de países vizinhos como a Paraguai e a Bolívia. Além do Paraguai e a Bolívia, é de se registrar também a presença de uma delegação da *Asociación Rural del Paraguay* e de grupos pecuaristas da Guatemala, República Dominicana e Bolívia.

A expectativa de negócio está próxima de 115 milhões de reais. Serão geradas nada menos que cinco mil ocupações, diretas e indiretas, durante esse evento. O público estimado é de 500 mil pessoas, e estão confirmados 1.500 expositores comerciais; 250 só no setor de alimentação. Cerca de 1.200 bovinos, de diversas raças, estão expostos. Isso significa que foi o dobro do ano passado. Mais de 500 equinos e 300 animais de pequeno porte. Serão realizados nada menos que 48 leilões, além de 50 palestras técnicas.

O Banco do Brasil disponibilizou para esse evento uma linha de crédito da ordem de 50 milhões de reais para fazer o financiamento dos negócios que estão em curso, hoje, na Exposição de Campo Grande. Esses números, sem dúvida nenhuma, confirmam a importância desse evento.

Ao fazer esse registro, quero comunicar esta Casa que, na abertura deste evento, representei a Comissão de Agricultura do Senado Federal, e quero, aqui, deixar, portanto, registrado os nossos cumprimentos à AGRICRISUL(F) que é a entidade que promove esse evento de grande relevância para a Região Centro-Oeste.

Srs. Senadores, esta reunião destina-se a uma Audiência Pública especificamente. Decorre do Requerimento nº 6, de 2010, aprovado no dia 02 de março, e de autoria do Senador João Tenório. E a finalidade é debater todos os aspectos relacionados a fertilizantes. É uma inquietação que existe com todos os produtores do Brasil, e é importante que ouçamos aqui a palavra não só do ilustre Ministro da Agricultura, como também do representante do Ministério das Minas e Energia, já que esse ministério tem uma função institucional intrinsecamente ligada a essa pasta.

Outro foco que foi aqui muito bem pontuado, não só pelo ilustre proponente como por outros parlamentares, é essa ideia que surge acerca da possível criação de uma empresa estatal para discutir... Aliás, para pilotar esse segmento que é tão relevante para o setor da agropecuária.

Portanto, nós vamos iniciar os nossos trabalhos ouvindo, inicialmente, o Sr. Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, já que o assunto afeta diretamente a pasta que ele conduz.

Então, com a palavra o ilustre Sr. Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Bomdia, Senador Valter Pereira, meus queridos senadores aqui presentes, jornalistas, técnicos, Valter (sic) Scliar.

A discussão que vou fazer, ela tem um identidade total com o Ministério de Minas e Energia. Esse trabalho foi elaborado em conjunto, e as decisões, até aqui, têm sido tomadas em conjunto.

Mas a questão começa quando se faz uma análise da importância dos fertilizantes na agricultura. Quando eu digo "começa quando se faz uma análise"... Porque parece estranho que, durante dezenas de anos, não tem havido uma preocupação específica com esta questão, e que nós não achamos na literatura anterior qualquer plano em termos ou diretrizes que venham tratar dos fertilizantes como uma questão estratégica e, eu diria até, uma questão vulnerável para o Brasil.

Estratégica por quê?

Primeiro, porque, conforme o produto que nós produzimos, nós podemos ter um custo de até 30% ou, conforme a localidade, até mais do que isso, compondo custo de produção de determinado produto agrícola, ou seja, é o item principal de custo da produção agrícola.

Segundo é porque nós temos uma variação e uma volatilidade de preço muito grande, quer dizer, é possível nós iniciarmos um ano comprando um determinado fertilizante a um preço e terminarmos o ano com o dobro desse valor ou até com o triplo desse valor, quer dizer, há uma variação muito grande em relação ao preço.

O terceiro é que nós somos, evidentemente, altamente dependentes de importação. Não obstante, o Brasil é um grande produtor agrícola e tende a caminhar... Senão o segundo, talvez até o primeiro grande exportador de produtos agrícolas do mundo, e tende a

caminhar também com muitos países mais eficientes em agricultura no mundo, mas é o único país que é altamente dependente de importação de fertilizantes. Não quer dizer que não existam outros países que tenham alguma dependência, mas aqui é altamente dependente. E, em alguns produtos, como no caso do potássio, nós somos dependentes em 91% das nossas importações. E, para mostrar [ininteligível] que se trata de um mercado altamente imperfeito e controlado, nós temos basicamente três países que detêm quase 80% do controle sobre as jazidas de potássio, e temos basicamente duas empresas que comercializam o potássio. Portanto, é um setor altamente controlado, e milhões e milhões de pessoas que compram o potássio.

Como no fósforo, nós temos... Basicamente os detentores das grandes jazidas são dois países, os grandes detentores de jazidas, e o controle sobre essas jazidas, embora aí nós temos um número maior de país, um número maior de jazidas no mundo, e o Brasil aí importa menos, não 91, mas sim 52% das necessidades de fósforo... Mas, de qualquer forma, nós temos que considerar que também esse é um produto que, pelas reservas conhecidas, nós temos aí uma produção para 50, 60, 70, 80 anos, conforme quem fez o dimensionamento desse tempo, e, alguns países, e aí entra a China como a maior detentora de jazidas, já impôs, inclusive, uma alíquota de 135% para exportação de fósforo. Ou seja, quando ela nos coloca o fósforo aqui, ela já está cobrando 135% de uma alíquota interna para exportação deste produto.

No caso dos nitrogenados, a situação é menos vulnerável, porque aí, afinal de contas, teríamos a PETROBRAS, nós temos gás, enfim, seria uma situação menos vulnerável, embora ainda somos grandes importadores, perto acho que de 70%, mais ou menos, de nitrogenados. É isso, mais ou menos, 70%.

Então isso nos leva, evidentemente, a ter que discutir essa questão. Então foi feita uma primeira reunião com o Ministério de Minas e Energia, o Presidente da República, e se decidiu considerar isso uma questão estratégica. E recebemos a determinação do Presidente em montar um programa, ou elaborar um programa, de autossuficiência em termos de fertilizantes para o Brasil, já que todos concluíam, pelas suas análises, pelos conhecimentos que foram sendo adquiridos, pela inteligência que foi sendo obtida ao longo do processo de discussão e de estudos, de o que Brasil tem jazidas suficientes para se tornar, inclusive, autossuficiente, ou menos dependente e menos vulnerável nessa questão. E algumas decisões aí foram tomadas.

A primeira delas é que nós teríamos que sair do Código Mineral, porque o Código Mineral, ele trata de todos os minérios que nós temos, são extremamente diversificados e diferentes, e os interesses também são muito diferentes. São centenas, talvez milhares de minérios que estão envolvidos nesse Código Mineral, é um Código Mineral já muito antigo inclusive, e que está sendo reformulado. Já está com novo projeto pronto, mas que levaria, possivelmente, muito tempo em debate e discussão, e muitos interesses seriam envolvidos num novo Código Mineral, e que nós teríamos dois elementos estratégicos que interessariam à agricultura, que seria o fósforo e o potássio; e os nitrogenados, como nós dissemos, isso a PETROBRAS poderia nos ajudar a dar uma solução mais rápida.

Então o Governo decidiu que efetivamente nós teríamos um Código Mineral propriamente dito e teríamos uma legislação específica que fosse mais dinâmica, mais precisa nos interesse da agricultura em relação aos minerais que interessam diretamente à produção de fertilizantes.

Então esse Projeto de Lei já foi elaborado, está pronto, deverá ser encaminhado numa exposição conjunta entre o ministro das Minas e Energia e o ministro da Agricultura ao Presidente da República, possivelmente até o final do mês, pelo menos esta e a ideia.

Ao lado deste documento, nós elaboramos outro documento sobre a necessidade de decisões políticas e administrativas em relação a uma série de jazidas já existentes e em condições de serem exploradas. Eu vou citar aqui apenas alguns exemplos em relação a essas jazidas.

Primeiro aquelas que precisam ser exploradas. Então, por exemplo, nós temos uma jazida no sul do Amapá, chamado Maicuru. É uma jazida cuja exploração e pesquisa foram suspensas há, aproximadamente, 25 anos, por um decreto presidencial que não se conseguiu explicação ainda por que esse direto suspendeu... Na verdade, ele queria(F) uma reserva mineral do cobre naquela região, mas me parece que o que menos tem lá, o que não tem lá é cobre, me parece. Mas se criou isso, e com isso se eliminou a possibilidade de exploração daquela jazida, que, segundo a Vale do Rio Doce, seria a maior jazida de fósforo do Brasil. Eu não tenho essa dimensão, estou transmitindo aquilo que nos foi dito.

Então, evidentemente, quando digo... Tenho um documento, ele analisa a jazida e coloca para que se tome a decisão política: "Vamos ou não vamos revogar o decreto?" Por que existe o decreto? Que ninguém conseguiu explicar. Vamos revogá-lo. E aí que medidas administrativas para colocar isso em funcionamento? Ou nós temos jazidas que estão... a exploração está suspensa em função de questões ambientais.

Então, vamos pegar em São Paulo, Ipanema, antiga fazenda acho que da condessa da Santos,

da marquesa de Santos, chamada depois de Fazenda Ipanema, porque estaria ali instalada a chamada Floresta Nacional de Iperó, só que não existe absolutamente nenhuma árvore, quanto menos floresta lá. Mas mesmo dentro dessas condições, nós temos tecnologia, no sentido que sejam exploradas e que seja, oficialmente, recomposta a floresta; não há nenhum problema para isso.

Então, evidentemente, são [ininteligível] também, têm que saber as reuniões, as discussões, que sejam tomadas as decisões, ver como se explora e de que forma se recompõe inclusive aquela floresta que se diz que tem lá, mas que não tem. Então são questões que precisam ser colocadas.

Ou nós temos, por exemplo, jazidas em Pernambuco. Aí já são jazidas dimensionadas, prontas. Como temos também na Paraíba.

O Scliar, como é o geólogo e é o, vamos dizer, o maior especialista no assunto, eventualmente pode me corrigir em alguma questão que eu não coloque de forma precisa.

Mas nós temos ali também duas jazidas que pertencem a CPRM, portanto, pertencem ao próprio governo, e que também não tem nenhuma explicação maior porque é que isso não está em exploração, quer dizer, que decisão, então, tem que ser tomada e colocada em exploração. E assim nós temos várias jazidas. Terminamos, inclusive, em Anitápolis, Santa Catarina. Não temos diversas que precisam de uma decisão.

Assim como também na área ainda do fósforo, nós temos ocorrências minerais já constatadas, e em grande volume, no Mato Grosso, e que não estão sendo pesquisadas, ou embora já há um requerimento para pesquisas, mas não há um volume de recursos à disposição para uma pesquisa efetiva e uma solução para elas.

E, vejam bem, quando falo do Mato Grosso, vamos ver a lógica disso. O Mato Grosso importa o seu fósforo de Marrocos. Então ele atravessa todo o oceano, colocado num caminhão lá no Porto de Santos, e levado de caminhão até lá em cima, quando você tem lá as ocorrências e não tem a pesquisa devida para essas ocorrências lá existentes.

Então aí também... Nesse documento também fazem essas análises onde existem ocorrências e que decisões precisam ser tomadas para que esse processo comece a andar.

Em relação ao... Falamos de fósforo até aqui. Em relação ao potássio, talvez foi uma das grandes surpresas que nós tivemos foi quando se começou a discutir a questão do potássio no Brasil. Porque a ideia que se tinha até três anos ou nas primeiras reuniões que nós tivemos é o que Brasil não tem potássio ou se tem não tem condição de explorar o potássio que tem. Era essa a ideia que predominava em todos os debates, em todas as discussões. Mas, no final, a medida em que a inteligência foi evoluindo em relação a essas questões, nós vimos vários pontos que precisam, evidentemente, ser equacionados.

Primeiro, nós temos hoje as jazidas de Sergipe, e em Sergipe nós temos três grandes ocorrências paralelas ou ligadas entre si. Três grandes ocorrências, três grandes faixas. Isso foi entregue pela PETROBRAS, há mais de 20 anos, a então estatal Vale do Rio Doce, que, evidentemente, na sua privatização, ela levou com ela, e a vale vem explorando efetivamente... Os 9% que se produzem no Brasil saem exatamente dessa jazida. Só que a vale manteve, se manteve apenas numa das faixas e não está explorando as outras.

Então, evidentemente, aí precisamos de uma discussão, o que fazer? Ou a Vale vai explorar as outras também, e ela, eventualmente, poderia dobrar a sua produção, eventualmente, ou temos que ver como vamos agir em relação ao restante.

Agora o interessante também é que aquela jazida de Sergipe tem uma outra empresa que está fazendo uma pesquisa em direção ao mar em águas rasas, porque é um jazidas que, geologicamente, se formou, quer dizer, em terra, mas em outras condições geológicas na época, e ela também se estende para o mar, e existe tecnologia já de exploração disso. E, segundo ela, tem grandes ocorrências em águas rasas, quando se estende para o mar aquela análise daquela jazida de Sergipe.

Da mesma forma aqui, a PETROBRAS encontrou ocorrências também no litoral do Recôncavo Baiano e até no Espírito Santo. Então o que é que falta aí? Evidentemente mais pesquisa e melhor dimensionamento do que existe de reservas de potássio nessa região.

Mas, geologicamente, tudo conclui... Da mesma forma que nós temos a formação do pré-sal, é que nesta região devemos ter as ocorrências suficientes em termos de jazidas.

Agora, além disso, nós temos a jazidas de Nova Olinda, no Amazonas, que, segundo as informações que temos hoje, de grandes empresas internacionais, de que ali se localiza a terceira maior jazida de potássio do mundo, ou seja, Rússia, Canadá, Brasil.

A informação que eu tenho é que essa é uma jazida que foi localizada a primeira vez em 1974, portanto, já há muito tempo. A PETROBRAS, também onde eu sei, é detentora de grande parte da pesquisa nessa região, e ela já pesquisou e já dimensionou uma determinada área. Tem outras áreas que temos alguns requerimentos aprovados pelo DNPM para pesquisa e

outras áreas que não estão sendo pesquisadas. Mas é uma ocorrência muito grande.

E ali se encontra tanto o potássio, conforme a PETROBRAS o encontrou a mil metros de profundidade, como também já tem empresa que o encontrou a 300 metros de profundidade, porque aquilo era um vale. Isso era quando o rio ainda corria no sentido contrário, e se formou em outras épocas geológicas, quando o Amazonas ainda corria em direção ao pacífico, antes dos contrafortes dos Andes se formarem.

E, evidentemente, que ali precisa ser tomada uma série de decisões em relação ao que fazer com aquilo que a PETROBRAS já conhece e que a PETROBRAS já tem, que, aliás, ela até, num determinado momento, havia vendido isto para a Falcon do Canadá, e aí todos lembram que o governo influiu no sentido de que esses contratos fossem desfeitos, como também a questão das empresas que já estão pesquisando, e de outras áreas que ainda precisam ser pesquisadas.

Porque me parece que esta ocorrência, e aí o Scliar pode, depois, esclarecer melhor, ela se dá ao longo de quase 400 km. Isso é um vale que existia onde se formaram esses depósitos.

E, o terceiro... Então, o primeiro documento trata da legislação específica, que leva em consideração, evidentemente, todas essas linhas do Código Mineral, que está em elaboração, que nós não podemos ter um lei que amanhã descase com o Código Mineral, embora a gente acredita que o Código Mineral leve muito mais anos em tramitação do que uma lei que trata basicamente duas rochas minerais, não sei se chama exatamente de rochas minerais, de duas rochas. Mas já há um casamento entre as duas situações.

A lei também já prevê as novas situações de como resolver situações passadas. Foi um grupo, eu diria, de muita capacitação, que participou durante meses. Fizeram quase vinte versões até chegar à versão final, levando em consideração todos os aspectos jurídicos e Código Civil, enfim, todos... Tudo que tem que se levar em consideração ao elaborar um projeto de lei dessa forma. Acredito que os especialistas que participaram disso são, efetivamente, pessoas que não só conhecem fertilizantes, mas conhecem legislação. Então, é a lei.

Esse documento para decisões político-administrativas e, depois, temos um terceiro documento, que também é importante, que aborda a questão de adubos organominerais, que são aqueles que aproveitam resíduos hoje existentes. São milhões e milhões de toneladas de resíduos na produção de frango, e são milhões de toneladas no resíduo na produção de suínos.

Então aí se levantaram cinco localidades no Brasil, que começa com Chapecó, Toledo, no Paraná, que são grandes centros de produção de aves e suínos; Rio Verde, Goiás; Lucas do Rio Verde ou Mutum, no Mato Grosso; e Uberlândia, em Goiás (*sic*). Seriam cinco grandes centros, aonde--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É, nas Minas Gerais. Perdão. Eu falei outra coisa? Se eu falei, desculpe.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Goiás.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Goiás... Não, Minas Gerais. É Lucas, não é, que... Aliás, Rio Verde que é Goiás. Rio Verde que é Goiás.

Então como criar as indústrias e recolher todo esse material e transformar isso em adubos? Isso já até... Há viabilidade técnica, há viabilidade financeira, há tudo para isso. Então, isso também faz parte de outro documento.

A pergunta que se faz aqui agora, feita essa primeira exposição, e aí é que entra talvez até na razão da nossa presença, nossa convocação aqui, diz: "Bom, quem vai gerenciar esse processo, ou seja, a lei, as decisões político-administrativos e a implantação--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Veja bem, estou falando em gerenciar, não em produzir absolutamente nada.

Já que o DNPM se transforma numa agência reguladora, e nós achamos que nós devemos ter um órgão que faça com que as coisas aconteçam, ou seja, que a lei aconteça, que o plano de decisões políticas aconteça e que a implantação de indústrias aconteça.

E aí surgiu, quando falamos nisso, que vamos criar uma estatal. Quer dizer, e aí a estatal já dá a ideia de que nós vamos começar a explorar jazidas e minérios. Não. Nós queremos um órgão que gerencie isso.

Aí temos várias opções para isto. Pode ser desde uma companhia que faça esse gerenciamento, como pode ser uma secretaria, um departamento, enfim, mas nós temos que ter um órgão, que seja um órgão com inteligência, com capacidade, que seja um órgão pequeno. Nós até chegamos na exposição de motivos dizer que esse órgão não precisa ter mais de 50 pessoas, para se deixar claro o que se deseja, mas que gerencie esse processo, e que tenha autoridade suficiente a participar tanto técnica quanto juridicamente das discussões que forem necessárias para que esse processo seja gerenciado.

E aí, inclusive, se levantou uma outra questão, pelo menos através da imprensa, de que esse mercado poderia se regular por si. Não. Nós não vemos nenhuma possibilidade deste mercado se regular por si.

Um mercado que tem duas empresas que dominam todo o mercado nesta área e poucos países que são os detentores dessas matérias-primas, e países que já estão colocando restrições as suas exportações dessas matérias, o mercado não tem condições de por si regular essa questão. Nós temos que ter... Claro, vamos ter uma agência reguladora, que substitui o DNPM; vamos ter uma lei, que vai abordar todos os aspectos necessários; e temos que ter um órgão que gerencie esse processo para que as coisas efetivamente aconteçam e até que proponha eventuais condições ou situações no futuro em relação a alguns desses pontos.

E, sim, ter como um esclarecimento... Espero que tenha conseguido dar uma visão geral do que nós estamos falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu acho que V. Exa., Sr. Ministro, abriu o coração, falou com bastante lealdade e muita objetividade. Eu acho que não escondeu nada, mas deixou algumas indagações que, certamente, a função que exerce inibe que o faça, mas que, nos debates, certamente, haverá oportunidade de serem suscitadas.

Nós vamos ouvir, a seguir, o Dr. Cláudio Scliar, que representa o outro lado, que é o Ministério das Minas e Energia... Aliás, Ministério das Minas e Energia, mas na área específica de Geologia, Mineração e Transformação, que é um grande especialista nessa área, todos nós aqui o conhecemos, sabemos que é uma autoridade para falar sobre esse assunto.

Com a palavra o Sr. Cláudio Scliar.

Posteriormente, nós vamos passar para os Srs. Senadores, a fim de promover os debates.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Bom-dia a todos e a todas presentes aqui neste evento.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Senador Valter Pereira; cumprimentar o Ministro Stephanes, a todos os senadores aqui presentes; dizer que o Ministro Lobão, ele realmente não pôde neste momento estar aqui, e solicitou que eu viesse.

Eu vou levantar alguns aspectos que... sobre o assunto, em vários momentos, talvez até contribuindo talvez para os próprios esclarecimentos que venham aqui dos Srs. Senadores, em muitos momentos até me referindo em alguns pontos, pelo menos, da fala do nosso ministro.

Primeiro eu gostaria de dizer, ministro, é interessante quando o senhor falou da preocupação anterior em relação à questão dos fertilizantes.

Eu fui obrigado a me recordar a 1977. Eu, voltando ao Brasil, depois de um tempo fora, eu fui trabalhar na Doce Gel, uma subsidiária da Vale do Rio Doce, porque a prioridade era se descobrir fosfato. E fizemos pesquisa em todo o país, procurando fosfato no Brasil, Norte a Sul, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, procurando, no Brasil, modelos geológicos de depósitos, de depósitos gigantes de potássio, como existem em alguns países do exterior, como Marrocos... Em alguns países existem. Infelizmente, nós... Pelas características geológicas do país, nós, naquele momento, não encontramos.

E isso tem, então, um aspecto que eu gostaria então de ressaltar, que aí eu reencontro o tema, esse tema em 2003. E, nós, aqui em 2003... Era secretário, naquele momento, de Minas e Metalurgia, Dr. Giles Carriconde, eu era o Secretário adjunto, e uma das grandes preocupações nossas, logo que chegamos, era a questão de como retomar as pesquisas, os estudos das jazidas de potássio de Nova Olinda e Itacoatiara. E fizemos todo o esforço, junto com o Governo do Amazonas, inclusive, um esforço muito grande, e conseguimos, eu não estou bem certo da data, mas, se não me engano, 2005. Fizemos uma licitação. Eu fui à PETROBRAS, eu fui lá na PETROBRAS para essa licitação, uma licitação internacional, 13 das maiores empresas do mundo para a pesquisa desse grande depósito de potássio.

Infelizmente, licitação deserta, naquele momento. Foi deserta. Nenhuma apresentou proposta. Nenhuma. Aí, depois que teve a outra licitação, que o senhor se referiu, em que a Falcon ganhou.

E aí esse já é um segundo momento, ministro, porque, desde 2003, como a ministra... A Ministra Dilma Rousseff, como secretário Giles Carriconde, nós já tínhamos essa preocupação em relação ao potássio. E fizemos todo o esforço junto com os nossos colegas na PETROBRAS.

Bem, quando nós, ao discutirmos a questão dos fertilizantes, no aspecto do NPK... É importante se ter também esse quadro, como o senhor deu, de que no caso do N, do nitrogênio, e eu não tenho dúvida algum, senador, ministro, de que com o seu papel extremamente importante, junto com o Ministro Edison Lobão, com o Presidente Lula, Ministra Dilma, e todo mundo, mas o senhor tendo um papel extremamente importante, nós, hoje, temos o compromisso já decidido em conselho da administração da PETROBRAS de construção de duas usinas, de ureia, amônia. Essas usinas é que vão resolver o problema do N. Nós estamos com problema no N, no P e no K. O do N, a partir de 2014, 2015, nós vamos ter o N já, de certa maneira, resolvido. Pois não.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Uma em São Mateus?

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Está sendo debatido, discutido.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É o Ministro Stephanes que está pedindo.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Exato.

Debatido, discutido, essas questões que, sem dúvida, a PETROBRAS junto com o Presidente Lula vão ter toda a capacidade como na escolha.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Você falou em São Mateus, ele entendeu Espírito Santo.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: É verdade.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É verdade, mas é que ele está falando de São Mateus do Paraná.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Não, não, eu conheço os dois São Mateus. O São Mateus do Paraná é o nosso xisto betuminoso, que é o que nós estamos falando. Aqui a gente só fala de NPK, só estamos falando de NPK. Nós lá temos a água do xisto, que o senhor sabe que é extremamente importante, mas que é outro campo do uso de outros materiais como corretivo de solo e fertilizante. O NPK é extremamente importante, mas o rochagem... E no caso de São Mateus do Sul é fundamental.

Mas, bem, retornando. Então, no caso do N, do nitrogênio, tem um caminho, que está dado, e que me parece que, sem dúvida alguma, esta comissão daqui a alguns anos vai ter... Vai ter que continuar acompanhando isso, porque isso é uma questão do aumento de consumo, obviamente pode vir a parecer novamente. Mas o caminho foi dado.

No caso do fósforo e do potássio, são exatamente as questões que são mais os insumos minerais, como o próprio Ministro Stephanes aqui levantou. E são insumos minerais que têm uma lógica específica dos bens minerais. Talvez, não sei quantos aqui talvez que conhecem, por exemplo, o nióbio, é um dos bens minerais mais nobres, hoje, no mundo; 94% da produção de nióbio está no balneário de Araxá. É no Brasil, ali. Não é que outros países não querem, é que a rigidez locacional, esse termo geológico que se tem, tenham tais condições para aquela jazida em Araxá, ao lado do balneário. Quem vai no balneário... Da sua janela, o balneário pode ver a mina que supre 94% do nióbio do mundo. Está ali ao lado.

Até fazer uma propaganda, viu ministro, o senhor desculpa. Mineração pode ser perfeitamente ser feita de uma forma sustentável, e, ali, em Araxá, está perfeitamente provado isso.

E esse aspecto da rigidez locacional, como eu disse dessa minha experiência em 77, infelizmente a geologia brasileira, nós, em temos de fosfato não encontramos ainda grandes depósitos como em outros países.

Como o senhor disse, a Vale diz que Maicuru é uma grande jazida. Mas ela não se compara a esses grandes depósitos como têm em alguns outros países do mundo.

Então, da mesma forma o potássio, no Brasil. O potássio, no Brasil, está em determinado tipos de depósitos onde é necessário investimentos muito altos. No caso, por exemplo, Nova Olinda, Itacoatiara está mais de mil metros de profundidade, na beira do rio Amazonas, que tem com todos os aspectos ambientais.

Mas retornando um pouco esses aspectos extremamente ricos da apresentação que o Ministro Stephanes fez aqui. Nós, hoje, tanto como o caso de nitrogênio, nós tomamos um caminho, em termos de governo, de Governo Lula, com todo esforço dos nossos ministros, que podemos dizer que resolveu.

Do ponto de vista do fósforo, foi criado, dentro do Ministério das Minas e Energias, um grupo de estudo de minerais fertilizantes. Tem aqui o Dr. João César Pinheiro, que é o Diretor-Geral adjunto do DNPM, coordenou esse grupo de trabalho, fazendo acompanhamento de cada direito minerário, seja o alvará de pesquisa, seja concessão de lavra.

O caso de Iperó, ministro, olha, nós, desde 2003, 2004, já fomos tantas vezes lá. Nós, várias... O próprio Dr. João César, me recordo, 2004, 2005, não é João, lembra? Nós tínhamos uma sala de situação, tentando resolver, como a questão de Anitápolis. O senhor tem participado, tem conhecido essas agruras nossas, muitas vezes com preocupações legítimas do meio ambiente, mas, às vezes, nem tão legítimas nos aspectos que o senhor mesmo levantou da floresta que não tem árvore.

Mas esse grupo, esse grupo de estudo do DNPM fez estudos de cada direito minerário nesse país. O Dr. João César, estaria, senador, à disposição aqui... Se o senhor quisesse, tem certeza que estaria à disposição de fazer uma apresentação, pegando cada direito minerário: a quem pertence, o que quer, por que não está produzindo, por que está produzindo tanto, isso e aquilo.

Segundo o Dr. João César, esse trabalho, esse esforço que eles fizeram com esse grupo de estudo, que vem desde 2008, se pode pensar, se calcular em torno de uns 20% de aumento de produção de direitos minerários que estavam produzidos menos. E isso tem que ser ampliado, seja nas concessões de lavra, seja em novos alvarás de pesquisa.

Então, mas, de qualquer forma, o fosfato, o fósforo, no Brasil, nós temos um caminho também, seja, concordo com o ministro, com Maicuru, seja com outras áreas, seja com uma ampliação de produção de dezenas de minas que existem pelo país ou de alvará.

Existe um caminho também para o fósforo no Brasil. Esse, nós temos um encaminho também, que não é simples, mas que é viável, que é possível nós enfrentarmos.

Agora o problema, no Brasil, senadores, senador, sem dúvida alguma, é o potássio. O potássio, ele é o problema maior que nós temos no país.

Como o ministro aqui citou, nós temos os dois depósitos de potássio, no Brasil... Isso é extremamente importante quando se fala dessa questão inclusive de estatal, quando as pessoas levantam a questão de estatal, de outras maneiras e não como o ministro aqui disse. O ministro, pelo menos no meu entendimento, é o que o Ministro Lobão tem me falado, colocou de uma forma muito correta, que é necessário ter formas de gestão dos problemas desses insumos para os fertilizantes, que são tão importantes para o país.

Mas os dois depósitos hoje conhecidos no Brasil de potássio, todos dois pertencem à PETROBRAS. Então pode-se dizer que o potássio já está com uma estatal, pelo menos nos seus dois depósitos conhecidos, que é Sergipe, que desde 91 você tem um arrendamento para a Vale do Rio Doce, e é Nova Olinda e Itacoatiara, que são concessões e alvarás de pesquisa, onde o PETROBRAS tem, digamos assim, usando um termo que um colega nosso no ministério gosta de usar, ela tem o pré-sal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nova Olinda--

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Nova Olinda. Nova Olinda e Itacoatiara, são duas cidades... Nova Olinda fica a uns 150 km de Manaus; a outra é um pouco mais, é uma sequência de depósitos que tem ali. É o filé *mignon* daquela área – óbvio, as pesquisas podem contar outros –, mas o filé *mignon* daquela área, como o ministro aqui falou... Descoberto, ministro, por poços da PETROBRAS, nos anos 70, estudada nos anos 80 pela CPRM, e, após, que acabou a Petromisa, dormindo em berço esplêndido, até 2003, ministro, porque aí a postura da Ministra Dilma e do secretário Giles Carriconde tem que ser destacada, porque, desde 2003, nós estamos tentando resolver essa questão da produção desse enorme depósito, como o senhor disse, que, nesta região PETROBRAS, se conhece, mas têm áreas que não se conhecem, têm que ser feitas pesquisas.

Então, eu gostaria só de destacar, ministro, alguns aspectos. Foi posição nossa já, nesse período, agora, que essas áreas da CPRM, por exemplo, que o senhor citou, não só essas de fertilizantes, como outras áreas da CPRM, que inspirassem essa orientação do marco regulatório nosso. Que, na realidade, a ideia nossa, ministro, e aí, na quinta-feira, agora, depois de amanhã, o Ministro Edison Lobão vai estar na Comissão de Infraestrutura aqui desse Senado, apresentando a proposta do novo marco regulatório, que nós estamos propondo para o Brasil.

E aí é importante se colocar já, inclusive adiantando um pouco essa discussão que o Ministro Edison Lobão apresentará daqui a dois dias, que a nossa proposta, ela não é simplesmente mudanças de leis, ela é um novo modelo para o aproveitamento dos bens minerais do Brasil, que pertencem à União. É a criação de um Conselho Nacional de Política Mineral, é a transformação no DNPM numa agência, é um papel extremamente mais fortalecido no ministério e uma CPRM que sirva, contribua efetivamente para a construção das políticas para o país.

Então, este modelo para a mineração brasileira, que estamos propondo, e que nós esperamos que saia rápido – nós esperamos isso, o senhor tem toda razão, esperar é um direito, e o senhor que está voltando para o Congresso. Nós vamos ter mais um. Nós vamos ter o Senador Lobão, que vai estar aqui, nós vamos ter o senhor também aqui no Congresso nos apoiando.

Então esse novo modelo é um modelo que procure realmente dar uma capacidade de regulação dos minérios do país no interesse do povo brasileiro. Não é só uma questão, às vezes as pessoas pensam, dos *royalties*. Não é só uma questão dos *royalties* ou do que seja. O Ministro Stephanes tem alguma experiência no Paraná e nós temos experiência pelo país inteiro de judicializações, de situações que não se resolvem – cada um de vocês, com certeza, tem – às vezes, por dezenas de anos, por um falta de regulação, por um falta de uma legislação que permita o gestor tomar realmente a medida que seja necessária.

Então, a proposta que... Essa proposta que o ministro levanta, e eu gostaria de dizer que nós, todas essas questões levantadas aqui pelo ministro em relação seja a CPRM, seja ao RENCA, seja a todas elas, isso tem sido amplamente discutido com o Dr. Ali, tem sido amplamente discutido com o próprio MAPA.

Então, a solução dessas questões, elas estão dependendo também dessas decisões que se tomem. Não é uma questão simplesmente do MME, ou do DNPM, ou da CPRM, ou da Embrapa, ou de quem quer que seja. Nós temos um grupo de trabalho que, como o senhor sabe, tivemos um relatório, no final do ano passado, onde ainda o Dr. Roberto Ventura participava, onde consolidava uma série de ideias.

O senhor nos traz pontos fundamentais, que nós temos discutido. E nós temos todas as condições, ministro, não tenham dúvida nenhuma, os dois ministérios juntos... O Ministro Edson Lobão está totalmente engajado nisso, junto com o senhor, para que se consiga resolver realmente essa questão desses

entraves para o controle, a fiscalização dos insumos minerais no país.

É isso, e eu não tenho dúvida que nós, juntos, juntos nós vamos poder caminhar nesse sentido, até resolver esses problemas que, juntos, nós ainda não conseguimos resolver.

Então, nós vamos caminhar para resolvê-los. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Encerradas as duas exposições, nós vamos passar para o debate.

De qualquer forma, eu quero agradecer o Dr. Scliar e o Ministro Reinhold Stephanes, porque ambos falaram aqui com muita franqueza. Isso é fundamental para que nós possamos entender e também colaborar para que o setor seja destravado.

Inquestionavelmente, o que ficou muito claro aqui é que riquezas minerais o nosso país tem para produzir esses insumos tão essenciais à agricultura, mas o setor está travado e o que se busca é exatamente fazer com que ele opere em favor da agricultura do nosso país.

O primeiro orador, o primeiro debatedor inscrito é o Senador Gilberto, mas tem primazia o Senador João Tenório, já que foi autor da proposta.

Então nós vamos assegurar primeiro ao Senador João Tenório e, em seguida, ao Senador Gilberto.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Dr. Cláudio Scliar.

Nós temos uma percepção interessante nesse encontro aqui que nós fazemos. O Governo, finalmente, despertou para um problema seriíssimo, que pode afetar de maneira importante o futuro desse país. Porque se costuma dizer o seguinte: "O Brasil vai ser o celeiro do mundo". E, no que diz recursos naturais, sobretudo terra, melhor dizendo, clima, solo, topografia, isso é perfeitamente possível. Nós podemos ser, de fato... Dar uma contribuição importante como um *player* na produção de alimentos do mundo, sem dúvida nenhuma.

Agora há algum tempo me preocupa, e preocupa, eu tenho certeza, a todos os senhores também, essa questão de fertilizante, o suprimento de fertilidades para o Brasil, e quero, então, registrar a minha satisfação, eu diria até, de ver que o governo, na pessoa do Ministro Stephanes, na pessoa do Ministro Lobão, desperta e toma iniciativa do sentido de que essa coisa seja, senão resolvida, mas pelo menos atenuada para que o Brasil possa, sim, ser um produtor de alimento do futuro que venha a dar uma contribuição para a sua riqueza, a própria riqueza do país, para alimentar... Uma contribuição, para alimentar o mundo, sobretudo aqueles países onde a produção agrícola é mais deficiente.

Mas o problema de fertilizantes, como os senhores bem colocaram, é um problema seriíssimo, seriíssimo. Eu tenho aqui um levantamento, e o ministro citou, eu apenas vou detalhar um pouco o ministro.

Em 2007, produção de 2007. Nós temos uma produção, nós temos... O Brasil produzia, naquele momento, 27% do NPK que consumia e importava 73% do NPK que consumia. Isso há 10, 15 anos atrás era ao contrário: era, mais ou menos, 30% importado e cerca de 60, 70% produzido no Brasil. Evidentemente que a agricultura brasileira cresceu muito e num correspondente crescimento da agricultura.

Só para se ter ideia, no caso do nitrogênio 25% é produzido, 75% é importado; fósforo está mais ou menos empate, meio a meio; e o potássio, que é como V. Sa. bem o disse, Dr. Scliar, é o problema maior que nós temos, o problema mais agrave que nós temos: 9% contra 94%.

Então, esse é um problema que tem que ser equacionado, e digamos assim, a preocupação... Trazer para a agenda do Governo essa questão é uma coisa que nos deixo mais tranquilos, sobretudo aqueles que vivem da agricultura no Brasil e sabem da dependência que têm dessa situação.

Eu tentei fazer uma avaliação da situação do setor e, como não sou especialista, eu fiz o seguinte: eu vi um lado e vi o outro lado. Eu vi o lado dos produtores e vi o lado dos consumidores, e eles são quase que totalmente conflitantes. A visão dos produtores e a visão dos consumidores são coisas assim que se chocam a cada instante, não tem uma... Alguma coisa só eles têm em comum.

Então, nada mais eu vou fazer aqui do que relatar a opinião desse pessoal, que tem uma visão dum lado e uma visão de outro. Os produtores de fertilizante veem o seguinte, a indústria, algumas afirmações que eles fazem, por exemplo: *"A Vale comprou, no final do ano passado, todos os ativos minerais da Fosfertil e da Bunge, tornando-se uma das maiores empresas do ramo de fertilizante do Brasil. Como a Vale é ingerida por fundos de pensão, pode-se dizer que o Governo já tem o controle de mercado de fertilizante... da produção de fertilizante do país"*. Na verdade, isso não é inteiramente assim porque é apenas uma parte da produção de fertilizante que está em discussão.

"O Ministro Stephanes tem dito..." Isso é opinião dos produtores, ministro, por favor.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Os produtores de fertilizantes?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Produtores de fertilizantes, não é o consumidor. Eu considero o consumidor, nós agricultores.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Certo.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Nós, os agricultores.

"Tem dito que um dos objetivos da estatal seria autossuficiência do país na produção de fertilizante."

Segundo a indústria... Primeiro eu quero dizer que o ministro já descartou, muito claramente, a questão da estatal. Não é por aí que... E isso talvez seja o ponto único comum entre a visão do produtor e a visão do consumidor. Eles não veem a solução da criação da estatal para produzir fertilizante como a solução, porque o passado mostra que não é por aí. Então o Brasil cada vez se tornaria mais um produtor, um estado produtor, o que, na verdade, o objetivo... Eu acho que é o entendimento da grande maioria da sociedade brasileira e, particularmente, daqueles que fazem a produção e o consumo de fertilizantes.

Segundo a indústria, isso é... O ministro teria dito que um dos objetivos da estatal seria a autossuficiência do país na produção de fertilizante. Segundo a indústria, isso é absolutamente impossível pela dependência do país do gás natural – deve ser [ininteligível] produção dos nitrogenados, eu imagino – e, principalmente, por causa do elevadíssimo custo para a produção de potássio, além de nossa maior reserva estar localizada na Amazônia, o que geraria problemas também ambientais e problemas de você conseguir licenças ambientais, que nós sabemos que no país, e o ministro sabe muito bem, que lida mais de perto com isso, as dificuldades que isso significa. Também eles têm alguma razão no que diz respeito a essa preocupação.

"A indústria defende que o país já teve uma experiência da presença do governo no setor de fertilizante no passado, com a Petrofertil, que não deu certo, sendo extinta em 1985." Diz ainda: *"que o governo teve prejuízo com a inadimplência e o problema dado pelos pequenos produtores agrícolas do Brasil"*. Isso é a visão, digamos assim, dos produtores. A visão, evidentemente, que atende os interesses daqueles que fazem a produção no Brasil.

Os consumidores já dizem o contrário: *"É extremamente importante a presença do governo no setor de fertilizante. A forma desta presença estatal, agência regulatória e marco regulatório é que deve ser estudada cuidadosamente"*.

Foi exatamente isso que o ministro disse e o Dr. Scliar também colocou aqui. O grande problema é estudar a maneira mais eficiente, menos danosa para a intervenção do Estado no setor privado, regular. Nós somos da iniciativa privada e sabemos como isso é perigoso. Nós sabemos como isso é um problema sério.

Eu vou só citar um número aqui para explicar isso aqui, para deixar isso mais ou menos claro. Eu sou do setor açucareiro-alcooleiro, conheço mais ou menos a história do setor. O setor até 90, ele era regido completamente pelo Instituto do Açúcar e do Álcool. Era uma intervenção absoluta. Você não poderia produzir um quilo de açúcar a mais que não fosse autorizado, você não podia colocar uma bomba a mais na fábrica que não tivesse autorização, toda exportação era feita pelo governo, enfim, a intervenção era uma intervenção completa do governo no setor. Muito bem.

Isso levou o quê? Até no ano 90, o Brasil produziu 200 milhões de toneladas de cana. Isso em 400 anos, não é? A cana tem, no Brasil, 400 anos. A cana tem, no Brasil, 400 anos. Quando foi suspenso, em 90, o Instituto do Açúcar e do Álcool, pelo então Presidente Fernando Collor, e, até hoje, a produção brasileira passou de 200 para 550 milhões de toneladas de cana em 20 anos.

Então isso por si só mostra que aquele tipo de intervenção, aquele excesso de presença do governo no setor, atrapalhava o setor. Então essa preocupação, que é uma preocupação comum, uma das poucas comuns tanto aos produtores quanto aos consumidores, é uma coisa que, realmente, merece ser tratada com todo cuidado.

Os consumidores têm outro tipo de, digamos assim, de anseio e de solicitação, é que essa presença do governo não seja apenas no que diz respeito a fertilizantes, mas todos os insumos da agricultura, porque diz que no caso dos defensivos e sementes e tal, o problema é até maior, às vezes, é maior do que... A dependência é maior e os problemas que se enfrentam no setor consumidor são maiores ainda do que a questão do fertilizante.

Os consumidores concordam que é muito difícil a autossuficiência. Também concordam. Eles estão mais ou menos de acordo com os produtores, principalmente por conta das dificuldades de exploração do potássio. Também é aquilo que vê. Parece que o problema nosso, o Calcanhar de Aquiles é o potássio.

Nós temos Sergipe, que tem uma produção... Uma produção relativamente pequena, é uma indústria pequena. E tem a questão da Amazônia, onde está localizado o maior potencial, e caríssimo, segundo a informação que se tem. Então a produção, digamos, a independência do consumo de potássio no Brasil é uma coisa que o consumidor entende como muito difícil, como muito problemático.

Mas ele diz o seguinte: "que de 25% do consumo, se a gente chegar a 50, já é uma evolução que dá certa tranquilidade, uma maior tranquilidade ao produtor".

Concordam ainda que as dificuldades para a exploração do potássio são enormes, e vão além, acham que as mesmas, as grandes empresas capazes de entrar nessa empreitada não topariam sem a presença do governo, tamanha é a dificuldade. Então essa é a opinião do consumidor. Ele acha que se o governo não chegar perto, não chegar de uma maneira regulatória ou, enfim, ter a mão dele próximo, jamais será possível superar essa questão da produção de potássio.

Segundo os consumidores, a empresa canadense que detém a tecnologia de exploração de potássio na Amazônia, garante que sua técnica permite a extração de potássio com pequenos índices de agressão ao meio ambiente.

Isso eu acho que é uma coisa que hoje está superada. Como disse o ministro, mesmo que você provoque algum dano, você faz uma mitigação, depois você recupera, enfim, isso é uma coisa que eu acho que é perfeitamente superável quando há boa vontade e há entrosamento, como há em diversas partes do governo, que não existe completamente neste, mas, de qualquer forma, é uma coisa a ser trabalhada, a ser buscada.

Bom, as conclusões que nós tiramos é o seguinte: primeiro, minhas dúvidas que eu gostaria que fossem mais bem esclarecidas.

Nós temos um mapa aqui que mostra a participação de produção interna no consumo de NPK, no ano 2006, em porcentagem. O que passa de cem é aquilo que o país exporta. Então, você tem o Canadá com 268% de índice. Digamos o seguinte: ele produz 100% do que consome e ainda sim libera 160, 170% para produção.

Nos países europeus, com exceção da França, todos são superavitários em produção de fertilizante: Alemanha, Ucrânia, Rússia, enfim... E a França é a que apenas produz 29% daquilo que é consumido.

A África do Sul, Malásia, Marrocos têm uma produção importante de... Turquia... Turquia também não tem, Turquia é deficiente, tem 26%. Jordânia 246, enfim, o mundo tem um *mix* aí de... Aqueles que são autossuficientes e aqueles que não o são.

Então, na verdade, seria necessário saber de que nessa formação que os senhores estão tentando dar da presença do Estado no setor, o tamanho e a forma, se houve uma pesquisa sobre como esses Estados resolveram os seus problemas. É importante não inventar a roda, digamos assim. Aqueles que deram certo, é importante que se tire alguma coisa dele para integrar a solução que será dada no Brasil.

Na verdade, é isso. É uma visão bastante diferente entre aqueles que produzem e aqueles que consomem. Há uma consciência de quem está muito concentrado na mão de poucos, não que produzam, mas que comercializam a produção que importam e comercializam. Então isso realmente faz com que o consumidor e, sobretudo, o consumidor, que é o meu caso, digamos assim, eles tenham a consciência de que a presença do governo é uma coisa importante.

Entretanto, há grande preocupação de como essa presença será feita, com a forma da presença, com a intensidade. E existe a unanimidade de que essa produção não deve ser feita, a produção, pelo Governo. Deve ser feita a regulação, digamos assim, as questões que dizem respeito ao manejo e a condução do desenvolvimento dessa atividade, mas nunca a produção propriamente dita. Isso é, de certa forma, um consenso. Mas o Ministro Stephanes, há pouco, tranquilizou, digamos, tanto um lado, quanto o outro, quando disse que esse não é o objetivo do trabalho que está sendo feito.

Então eram esses os meus assuntos, que gostaria de trazer como reflexão, não é nem como perguntas, mas como reflexão, no sentido de que nós possamos construir uma solução que seria boa mesmo. Nós queremos resolver essa pendência: não é parte [ininteligível], não é questão política, não é questão... É uma questão de interesse nacional e, sobretudo, daqueles que têm consciência de que a segurança alimentar do país e do mundo, digamos assim, passa muito, mas passa muito, por essa solução de produção, comercialização do fertilizante no Brasil. Como o Brasil pretende, e pode ser, de fato, um grande supridor de alimentos para si próprio, ou quase na sua totalidade, e um exportador importante que vai fazer com que a dependência dos outros países de produção seja, senão resolvida, pelo menos atenuada. Era essa a posição que gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra o próximo debatedor, Senador Gilberto, eu gostaria só de jogar um pimenta neste debate.

O Senador João Tenório trouxe aqui a sua visão, que é uma visão, hoje, predominante no país, de que o Estado tem que se afastar da atividade econômica. Eu também compartilho com essa visão do Senador João Tenório, porém, entendo que comporta algumas ressalvas que precisam ser avaliadas. Uma delas: a regulação formal, aquela regulação normativa, nem sempre consegue resolver a questão fundamental do mercado, porque o mercado é regido, sobretudo, pela competição. A competição é que é fundamental. Eu acho que mais relevante do que essa questão de

ser estatal ou não ser estatal é a questão da competição. Às vezes o Estado entra e acaba regulando, às vezes não no primeiro momento, mas no segundo, no terceiro momento.

Se nós analisarmos a história econômica do nosso país, nós vamos ver o seguinte: o que alavancou o processo industrial brasileiro foi a decisão sobre a constituição de uma estatal chamada Companhia Siderurgia Nacional. O Brasil se afastou desse segmento. Aliás, o Governo, o Estado se afastou desse segmento. Se afastou depois que o segmento passou a caminhar com as próprias pernas.

O Brasil resolveu o problema do petróleo com a intervenção do Estado. Hoje a PETROBRAS não controla mais o petróleo no Brasil. É a maior companhia, mas está distante do monopólio. Basta examinar a composição acionária da empresa para ver que o controle estatal já não é absoluto como era anteriormente.

Até na indústria automobilística houve certa intervenção. Quem aqui não se lembra, por exemplo, da Fábrica Nacional de Motores?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A FNM foi?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A FNM. A Fabrica Nacional de Motores foi a precursora da indústria de veículos pesados, de veículo de carga, no Brasil. Se afastou, também, no momento que o mercado estava regulado.

Eletrobrás precisava de investimentos maciços para o segmento de energia elétrica, e, naquele instante, só intervenção estatal poderia fazê-lo; o fez. Hoje, o segmento está praticamente privatizado. Hoje tem ainda alguns resíduos, mas, de maneira geral, o segmento está privatizado.

Telebrás. Certo. Todos nós sabemos o avanço que teve a telefonia, mas, partindo de uma base, que foi construída pela intervenção do Estado.

E nós tivemos... Ainda ontem eu estava ouvindo um discurso no plenário do Senador Sadi sobre uma empresa, que é o orgulho de todos nós na área da aviação, que é a Embraer. Aqui cabe uma pergunta: "Não houvesse, aliás, não tivesse havido um intervenção do Estado nessa área, será que nós teríamos uma empresa do porte da Embraer?" A Vale do Rio Doce... Enfim, eu tenho a impressão o seguinte: da mesma forma que essas intervenções ocorreram pontualmente, cumpriram a função, regulam o mercado, porque se estabeleceu a competição. Será que nós temos que ter prevenção contra uma empresa estatal para produção de fertilizantes? Se nós sabemos que o fundamental não é a questão de quem vai ser o titular, mas saber se vai haver a competição ou não.

E, agora, o que é que nós assistimos? Nós assistimos uma prática comercial cartelizada por duas empresas que controlam o mercado brasileiro, e são poucas que controlam o mercado internacional. Então, o que é que é mais importante? Eu acho que o marco regulatório é fundamental, mas não sei se é suficiente. Está aí a pimenta para o debate.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Permita-me só um...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Há uma discordância só no que diz respeito a essa questão da intervenção, da presença do Estado e da produção pelo Estado. Os exemplos que V. Exa. deu, Senador Valter, são todos eles concretos, reais e, de fato, foram importantes nas suas épocas, para que houvesse o lançamento dessas atividades no país.

Eu queria só fazer uma reflexão aqui. É que o mundo mudou muito. Então o mundo hoje, o capital que existe no mundo disposto a fazer investimento não era naquela época. Quando começou a indústria automobilística aqui, não existia disponibilidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas Senador João Tenório, veja uma observação que eu faço aqui. O Dr. Cláudio Scliar deu uma informação para todos nós que houve uma licitação deserta para aquela que seria a maior jazida de potássio do Brasil. Então por que houve uma licitação deserta? Essa é uma indagação que eu duvido que alguém aqui vai responder. Ninguém vai responder.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Mas, ministro, eu gostaria de lembrar que houve algumas licitações também que não foram bem sucedidas em outras áreas, até em petróleo, no Brasil. Até em algumas áreas do petróleo.

O que acontece é que você tem um custo, digamos assim, porque muitas das vezes não é coerente com aquele número que se estabelece numa licitação. Eu acho só isso, ministro.

Foi importante, a CNI foi uma coisa importantíssima para o país no momento... E a produção de energia elétrica nesse país não teria deslanchado se não fosse a presença do governo como um agente produtor. Eu concordo com V. Exa., completamente.

Mas acho hoje que existe espaço para que esta atividade seja iniciada mais intensamente com os interesses dos capitais nacionais e internacionais que aqui viriam para fazer isso. Tanto isso é verdade que, como V. Exa. bem o disse, aqueles que são, não são mais; que foram, não são mais. Por exemplo, a Embraer não é mais; a própria PETROBRAS não é mais, com a mesma intensidade que foi há algum tempo.

Então eu acho o que cenário mudou bastante, e eu acho que tem como, digamos assim, desenvolver,

promover interesse em empresas nacionais, na Vale, e outras empresas que estão aí, no sentido de se interessar pela produção... Eu acho que seria muito mais salutar se nós começássemos com isso, ou seja, se nós concordássemos plenamente com a tese apresentada aqui pelo Ministro Reinhold Stephanes e pelo Dr. Scliar, ou seja, governo presente, governo atento, governo pronto para intervir nas distorções que, por acaso... E nas flutuações extremas que, por acaso, aconteçam no mercado, mas só isso. Deixa que a produção aconteça com a iniciativa privada.

Presidente, que o senhor me permite discordar... Quer dizer, nós concordamos com tudo, menos nesse ponto aí, porque eu sou mais privativista, acredito muito mais na iniciativa privada para fazer as coisas, para produzir as coisas do que o Governo. O Governo tem demonstrado... A não ser em alguns exemplos. Todos os exemplos que V. Exa. deu, eles são verdadeiros, só que, quando o senhor analisa a *performance* desses setores depois que eles foram privatizados, é uma diferença total.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas não tenho dúvida.

Eu privatizei uma empresa, uma empresa estatal.

Eu entendo que é fundamental a iniciativa privada controlar a economia. O que eu acho é que existem determinados momentos que se justificam a intervenção estatal, especialmente quando se faz necessária a competição.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu tentei participar do debate, gostaria de ter participado, mas eu gosto tanto da atuação de V. Exa. na presidência, mas, hoje, eu vou fazer uma observação: é impossível permanecer na comissão porque V. Exa. está praticamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, entrei no debate. V. Exa. tem razão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): --monopolizando o debate e não dando oportunidade nem para os senadores falarem e nem para os convidados.

Eu acho que da outra vez a gente faz o seguinte: a gente marca uma Audiência Pública e V. Exa. faz a palestra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza. Obrigado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu cancelo a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo. Senador Gilberto, eu fiz um desafio aqui para o ministro fazer a resposta. Então V. Exa. faz a intervenção e, depois, ele vai fazer a resposta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Realmente, eu vou ser breve também, para podermos ouvir novamente o Ministério de Minas e Energia e o Sr. Ministro da Agricultura.

Eu acompanhei desde o [interrupção no áudio] onde foi editado o Plano Nacional de Fertilizante, quer dizer, foi editado não, foi colocada a proposta para discussão, aonde tanto o ministério... O MAPA quanto o Ministério de Minas e Energia fizeram, estabeleceram ações e uma agenda para 2009, e que continua, agora, em 2010, aonde se inclui um marco regulatório, que é muito importante, foi tratado aqui, e onde se inclui a dependência que o país tem extremamente de fertilizante, a concentração da exploração nacional e a concentração internacional que existe na prospecção de fertilizantes básicos, como, principalmente, o potássio, onde o país é altamente dependente, 91%.

Colocando esse preâmbulo, eu vejo que a reação do governo já aconteceu: constituição de uma estatal. Muito bem, já houve uma reação, já é um marco. Eu vejo que a PETROBRAS ou uma subsidiária ou a Febrasa Fertilizantes do Brasil vai ser a grande saída para o Brasil, principalmente para colocar o potássio na ordem de exploração em regiões... Na jazida lá de Nova Olinda, no Amazonas, e que tem uma logística muito boa lá que é pelo rio Madeira - poderia descer para a Região do Centro-Oeste, via Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Agora, nós temos outros problemas além da necessidade de investimentos estratégicos da União, por intermédio de uma estatal, que eu concordo plenamente que devemos ter. Nós temos o Decreto 89.404, de 1984, que, na visão de quem trabalha investindo no setor de fertilizante, acha que, hoje, é um desestímulo à produção.

O outro questionamento diz respeito à tributação. Hoje, o fertilizante tem a alíquota zero. Deveria ser mantido. Porém, o CONFAZ vai se reunir até sexta-feira, e eles querem colocar essa alíquota interestadual de 2,8%, subir, inclusive, para 4%. Qual é a alegação? Isso aí também vai onerar automaticamente o importado. Qual é a alegação disso aí? O desestímulo que existe para os estados produtores. Nós teríamos que zerar essa alíquota. Agora, qual é o estímulo que os estados produtores terão em participar de investimentos, sendo

que de nada vão usufruir diretamente, porque aquilo vai ser um bem que vai ser colocado à disposição de outros estados, principalmente.

Além do mais, não se consegue, um estado não consegue hoje fazer o crédito por causa da Lei Kandir que retorna ao redor de 20%. Então, esse adicional que se paga, o produtor termina 'micando' com esse custo e não consegue se beneficiar desse crédito imposto.

Então, essa tributação e também adicional de Marinha Mercante, que ainda persiste, das matérias básicas, quando deveria ser dentro da agenda... Os dois ministérios, deveria ser só de produto acabado, formulado, e não sobre o matéria-prima, isso aí também um adicional hoje que está a encarecer a logística do fertilizante brasileiro.

Mas o que eu vejo que poderia acontecer junto com a estatal seria um incentivo para investidores privados. A despeito do que já foi autorizado a prospecção de minas e fosfato no Estado do Mato Grosso, onde o Sr. Ministro autorizou lá uma autoridade, uma associação, associação do algodão, da soja, enfim, existe um incentivo para as primeiras pesquisas, mas o que falta agora... Pesquisa praticamente já está mostrando que é viável, tem três, 3,5% de fósforo a céu aberto. Poderia ser, hoje, quem sabe... Em vez de até passar na mão, poderia ter investidores interessados.

Então precisa-se de linhas de crédito, precisa ter um incentivo governamental, o BNDES, para viabilizar que cooperativas e consórcios consigam investir nessa área também.

Então, eu deixo essa indagação, essa preocupação, para que nós saiamos fora da dependência. E o primeiro passo foi dado com a Vale, eu vejo que já foi um indício de que investidores privados estão procurando se ausentar, estão vendo o Poder Público entrar, e isso aí, possivelmente, vai diminuir a concorrência. Vejo que tem espaço para dois. Os investimentos básicos, como o do potássio, poderiam ser feitos, sim, pela União. Mas esses investimentos, a PETROBRAS junto à área de nitrogênio, que já está fazendo, vai também investir para daqui três, quatro anos termos os resultados. E o fosfato é de uma extração mais fácil e que poderia, sim, ter incentivos de ordem privada para consórcio, para cooperativas, em cada estado, que nós temos também uma possibilidade de nos tornar autossuficiente em fósforo, em curto prazo, desde que haja incentivos para esses consórcios e cooperativos.

Essa é a sugestão que eu deixo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo orador... O próximo debatedor é o Senador Antonio Carlos Valadares. Esta feita a inscrição de V. Exa..

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário, Dr. Cláudio.

Sr. Presidente, o Estado de Sergipe, conforme foi relatado pelos nobres palestrantes, é um grande produtor de fertilizantes, não só de potássio, mas também de nitrogenados, como a ureia e amônia. Através de uma planta da FAFEN, hoje pertencente à PETROBRAS, no município de Laranjeiras, basta dizer que o Estado da Bahia é um grande comprador desses produtos – 100 mil toneladas de amônia e mais ou menos umas 50 mil toneladas de ureia. É a segunda empresa maior fornecedora de [ininteligível] para o Estado de Sergipe.

Esses produtos nitrogenados têm uma importância muito grande na agricultura e assim também potássio na mina de Taquari-Vassouras no Município de Rosário do Catete, se estendendo até o Município de Santa Rosa de Lima. Ali existem depósitos incomensuráveis de silvinita, cloreto de sódio e potássio. E o cloreto de sódio, que é o sal, ele é um produto, um rejeito da produção do potássio, cujo volume de milhares de tonelada é jogado inteiramente no mar, quer dizer, se o mar já é salgado, imagine com milhares e milhares de toneladas de sal, que são jogados diariamente no litoral sergipano.

E o que nós admiramos é o seguinte, é que o Brasil tem necessidade de soda cáustica. Não sabemos se, hoje, pela tecnologia desenvolvida nos Estados Unidos, que é uma tecnologia mais avançada, e não utilizando cloreto de potássio como fonte principal para produção da soda cáustica, se seria viável a construção de uma planta, visando o aproveitamento desse grande manancial que é jogado no mar de cloreto de sódio, e mesmo porque o Estado de Sergipe, além de ser um grande produtor de sal marinho, nesta usina de cloreto de potássio, é também detentor de grandes unidades de produção de sal, quer dizer, na superfície.

Eu gostaria de perguntar se há possibilidade da um aproveitamento industrial desse cloreto de sódio que está sendo rejeitado no Estado de Sergipe. E também quanto ao aproveitamento da carnalita, que detém não só o cloreto de potássio, também o cloreto de magnésio – o magnésio é um material estratégico, muito utilizado na indústria de produção de aviões e outros segmentos industriais –, já que nós estamos aproveitando tão somente as jazidas de silvinita, e as de carnalita são colocadas num segundo plano. Então, eu pergunto quais os projetos que o governo dispõe com este objetivo. Agradeço a V. Exas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Terminada, depois, a rodada de debatedores, aí nós vamos retomar a palavra para

os expositores, a fim de eles responderem as questões que foram suscitadas.

Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o nosso Ministro, Reinhold Stephanes, e todos os outros nossos convidados, muito obrigada pela contribuição, mas gostaria de aqui reafirmar a obstinação do ministro Reinhold Stephanes com relação a este assunto já há bastante tempo, a sua preocupação, entre tantas outras, com a questão dos fertilizantes no Brasil. Eu tenho testemunhado essa sua preocupação e a vontade de buscar uma solução que realmente se faz necessária.

Ministro, eu gostaria, apesar da minha ausência, estou voltando de Belo Horizonte agora cedo, ontem foi o Panamericano do Leite, em Belo Horizonte, e desculpe pela minha ausência durante a sua exposição e dos demais convidados aqui. Mas a minha assessoria também não conseguiu me repassar e eu gostaria, então, que o senhor pudesse esclarecer um pouco melhor sobre essa entidade governamental. O que seria essa entidade? Se não é uma estatal, ela não é uma agência, como funcionaria? Eu gostaria de entender um pouco melhor.

E devo confessar que, de antemão, a formatação de um estatal me preocupa muito. A governança no Brasil V. Exa. sabe que, infelizmente, está atrasada há quase 50 anos, diferentemente dos empresários do país, e tudo que passa para a mão do Poder Público, no nosso Brasil, infelizmente tem sinônimo de burocracia, de dificuldades. Não é um problema do governo específico, mas ao longo de muito tempo que a governança não tem sido uma prioridade do Poder Público, nem municipal, nem estadual e nem federal. Então, mais uma estatal. Independente da criação de mais despesas para o país, a questão da burocracia, a questão de mais uma interferência governamental na iniciativa privada me preocupa muito. Gostaria o que senhor pudesse explicar melhor essa situação.

Há um tempo atrás também, o senhor teria me falado a respeito de um empresa, de uma grande empresa, em nível mundial, a Falcon, que tinha recebido da PETROBRAS a concessão ou autorização ou já uma formalização para explorar esse jazida de potássio, e eu soube, recentemente, que a Casa Civil teria definido pelo destrato com essa empresa que já estaria com todo *know how*, inclusive ambiental, que é o mais grave na situação, estaria com o *know how* todo apropriado, por isso foi concessionado a ela para explorar a jazida de potássio lá na floresta Amazônica, na Amazônia Legal. Então, minhas duas questões são essas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Presidente Valter Pereira, Ministro Reinhold Stephanes, Cláudio Scliar, os cumprimentos, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Igualmente como a Senadora Kátia, as ações em outras comissões, estava presidindo a CAE, e fez com que eu não pudesse assistir as explanações produzidas pelos dois convidados. Contudo, me preocupa muito, embora que os ecos parece que eles já estão sendo ouvidos ou escutados dos grandes debates, ao longo dos anos, para esse tão importante temo para a vida do país.

Ora, se o país historicamente se preocupa com petróleo, porque ele é estratégico, a energia é um processo estratégico. E tem que se antever o desenvolvimento e o crescimento, e nesse segmento, de uma importância fundamental, que não só alimenta os 190 milhões de brasileiros, segmento da agricultura, do agronegócio, ela ajuda em 1/3 do PIB nacional, 34% das exportações do Brasil, 37% dos empregos da nação, esse segmento, que está previsto, e, segundo um dado que eu vi e li, um estudo do MAPA, o Ministro Stephanes, que ele diz que, nos próximos dez anos, nós vamos ser responsáveis por 21% do consumo de carne suína no mundo, 61% da carne bovina do mundo e 90% da carne de frango. Veja o espaço que o Brasil tem e esse crescimento, e, como estratégico, também são os insumos e fertilizantes.

Eu lamento porque, lá no meu estado, há cinco anos está se trabalhando para abrir uma usina na cidade da Anitápolis, um município eminentemente agrícola, no meio de umas montanhas, praticamente sem população, sem população, uma coisa fantástica, e os ambientalistas acham que não podemos extrair os nossos minérios para essa potencialidade.

Contudo, eu fico satisfeito e fico até gratificado por ter tanta gente de tanta qualidade em busca das soluções para o país, para a nossa pátria e, principalmente, para o combustível para manter o ser humano, que é alimentos. Temos que fazer esse esforço de todos os meios e de todos os caminhos para que nós possamos, sim, não só ouvir ecos, temos que ter realidades, temos que ter proporções, porque está reservado, para o Brasil abastecer, sim, grande parte do consumo mundial, e só conseguiremos com produção estratégica nossa, porque qualquer problema que aconteça em qualquer parte do mundo dos produtores dos nossos insumos, quer seja o potássio, quer seja o nitrogênio, quer seja o fósforo, quer seja qualquer um deles, nos trará, sem dúvida alguma, grandes dissabores e prejuízo para a nação.

Obrigado, Sr. Presidente. Somente a minha contribuição para esse tão importante tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Encerrada a participação dos Srs. Senadores. Quer dizer, encerrada não, que pode ter a tréplica também.

Nós vamos passar a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Reinhold Stephanes para que ele se manifeste sobre o que ouviu dos Srs. Parlamentares e, posteriormente, o Dr. Scliar.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Ok.

Ao Senador João Tenório, pela ordem. O senador usou uma palavra que se trata de uma questão seriíssima. A palavra define completamente isso: é uma questão seriíssima, sim, até porque alguns desses materiais estratégicos têm vida útil em termos de existência de jazidas, até aqui conhecidas, de 60 a 80 anos. É por isso que a China já impõe grandes condições para exportação, ou seja, uma alíquota até 135%. Os Estados Unidos já deixa guardadas as suas reservas e, por enquanto, importa, porque são poucas as reservas em relação às necessidades futuras. E nós não temos como substituir. O petróleo ainda pode ser substituído por outras fontes de energia, só não vai... Ainda não descobriram o substituto para o potássio, para os nitrogenados e para os... Pelo menos no volume que se necessita. Portanto, efetivamente, é uma questão seriíssima, e a tendência sempre é dos preços desses produtos crescerem, até pela escassez futura e pelo mercado que é controlado.

O senador falou de uma questão, que é uma das questões mais sérias na agricultura brasileira, que é o conflito entre os vários elementos que compõem uma cadeia produtiva. E nessa cadeia produtiva que começa na produção agrícola, termina na agroindústria... Continua na agroindústria, continua na comercialização, continua na exportação, o elo fraco, o elo frágil, são os agricultores. E vou dar aqui alguns exemplos: eu tenho 180 mil produtores de trigo, eu tenho cinco cadeias que compram trigo. Eu tenho 380 mil produtores de café, eu tenho seis *tradings* que controlam o café no mundo, não é no Brasil, no mundo. Então, evidentemente, sempre o elo fraco é a dispersão de centenas de milhares de pessoas produzindo e poucos compradores, controladores nos níveis intermediários.

Evidentemente que o mesmo acontece no insumo. Eu tenho tido reuniões e tenho tido participações em debates junto com as empresas que representam exatamente ou a exploração ou a distribuição. E aí eu quero chamar atenção: mais importante que a exploração é quem detém os canais de distribuição. Eu não diria que quando se passou para a Vale, se resolveu o problema por ser uma indústria nacional. Não, porque a distribuição vai continuar nos meios canais de antes, e o controle do mercado vai continuar da mesma forma. Eu tenho dito isto, com essa clareza, pessoalmente, em frente aos produtores, produtores industriais ou distribuidores: "Olha, se eu estivesse do lado de vocês, estaria fazendo a mesma coisa. Eu não estou lhes condenando, eu estou dizendo que é o governo que não consegue dar regras que torne menos imperfeito este mercado. Não existe mercado perfeito, mas que, pelo menos, o torne menos imperfeito."

Nós teríamos muitos exemplos a dar, inclusive no comportamento das nossas elites dirigentes em relação a isso, e até dos nossos políticos. E aí eu tomo essa liberdade porque eu também o sou. Sou um membro dessa Casa há muito tempo. Também o sou. Mas quando surgiu o problema de uma indústria que monopolizava determinado produto defensivo agrícola aqui no Brasil, ela monopolizava, e nós conseguimos abrir para quebrar o monopólio que a China também entrasse nesse mercado, essa indústria começou a pressionar que fecharia a sua unidade industrial na Bahia, que dispensaria 200 funcionários... Eu recebi ligações de governador, de senadores, de deputados, de toda gente que o senhor pode imaginar, pressionando para que se impusesse barreiras à concorrência ao produto chinês. Eu não recebi uma única ligação em nome dos milhões de agricultores brasileiros que estavam pagando três ou quatro vezes mais o preço por esse produto que era controlado por essa única empresa. Então, veja como as coisas se colocam. Claro que é um conflito entre aqui e entre aqui. Evidente. Agora, é um conflito que, por uma razão, nós aceitamos, a imprensa aceita, todos nós aceitamos.

Veja que aqui nós vamos discutir, e é muito provável que essa discussão surja de maneira muito pesada, como surge em Anitápolis, Santa Catarina, ou como surge em Iperó, onde não existe uma única árvore em cima, por parte dos ambientalistas de que não se explore, quando nós temos tecnologias para explorar e repor toda a floresta da maneira que quiserem.

E aqui alguém falou de São Mateus, Paraná, aonde se fazem crateras, que são extraordinárias, são verdadeiros *canyons* que se constroem para retirar o xisto, e, anos depois, se passa por ali, a floresta está como se nada tivesse acontecido. Isso a PETROBRAS faz, isso não tem nenhuma discussão em relação a isso. Assim como a Vale do Rio Doce explora minerais com muito mais prejuízo à natureza, na Amazônia, do que seria explorar o potássio com uma tecnologia absolutamente limpa. Ou a própria PETROBRAS pode perfurar, como ela pode retirar do mar o pré-sal. Isso ninguém discute. Agora, com certeza, vão discutir a questão ambiental na exploração dos minerais.

Agora eu pergunto: "Quem paga, quem financia essa campanha, essa propaganda, quem financia essas ONGs que fazem isso? E nós entramos nisso, não temos capacidade de sentar numa mesa e discutir com seriedade a questão da Anitápolis, onde um procurador... Procurador não, Ministério Público, um pode impedir, por uma decisão dele, simples, a exploração de uma jazida que interessa a centenas de milhares de pessoas, que diminui custo, que interessa ao alimento, que interessa a todos.

Agora, qual é a nossa hipocrisia do outro lado dessa história? E aí os senhores resolveriam isso com uma única lei, com um único artigo de lei: exijam reciprocidade dos países de onde nós importamos esses mesmos produtos, para ver se lá eles estão obedecendo as leis ambientais que nós obedecendo aqui. Porque nós proibimos o plantio ou criamos obstáculos ao plantio do dendê no Brasil, mesmo para recuperar áreas degradadas, não para derrubar árvores, mas importamos da Malásia, aceitando que a Malásia derrube floresta para plantar para nós. Por que não exigir a mesma reciprocidade da Malásia? Com certeza o senhor vai resolver o problema aqui no Brasil imediatamente.

Nós exigimos questões ambientais em relação ao nosso produtor agrícola que a Argentina não exige, mas nós importamos da Argentina; que o Uruguai, que não tem uma árvore em pé, um rio protegido, e nós importamos deles o leite, e não exigimos essa reciprocidade.

O Acre, que proibiu praticamente plantar no Acre inteiro, só tem 5% liberado. O que é o que Acre está pedindo ao Ministro da Agricultura? Que abra as fronteiras, coloque lá postos para a importação de produtos da Bolívia, porque eles não podem plantar: do tomate à alface, o que os senhores desejarem. Esse pedido foi feito pelo Governo, pelos deputados, senadores, todos na minha sala. Não sei se tem algum senador do Acre aqui presente.

E aí eu pergunto: "Bom, mas por que vocês vão importar?" "Porque nós não podemos plantar do lado de cá." Mas, hipocritamente, do lado de lá nós aceitamos que eles derrubem. Então vamos exigir reciprocidade da legislação. Aí nós resolvemos grande parte da questão.

Aqui se levantou a questão da Falcon. É verdade, a PETROBRAS tinha vendido para a Falcon, e o governo brasileiro não sabia disso, nem o Ministério de Minas e Energia sabia, acho que ninguém sabia. Pelo menos eu vi na reunião que aparentemente ninguém sabia.

A Falcon, o negócio, o destrato foi feito, e eu perguntei à Falcon: "Afinal de contas..." Chamei a diretoria, veio toda a diretoria. "Afinal de contas, se todos dizem que não pode ser explorado, tem questões ambientais etc., etc., etc." E a Falcon disse: "Não, nós temos toda tecnologia para essas questões, nós queremos explorar. Nos próximos 60 anos, o potássio vai ser uma necessidade mundial, nós já temos essa previsibilidade e aceitamos qualquer associação, inclusive com a PETROBRAS." E assim como eu falei da Falcon, posso falar da Itafós, posso falar dos chineses, e de tantos outros que nos procuraram, mostrando que é importante.

Agora, o que é que nós, na legislação, estamos prevendo no marco regulatório? É que quando se analisam as várias áreas, e obedecendo aos critérios do novo Código Mineral, vão ser definidas as chamadas áreas especiais de exploração. Então, definindo uma área especial de exploração, são dadas as condições para exploração dessa área. E quando a colocamos em concorrência, já vamos colocá-la em concorrência com questões ambientais resolvidas, porque nós espantamos, evidentemente, quando diz: "Bom, a licitação deu deserta?" Ela deu deserta, na época, por duas razões. Primeiro porque o preço do potássio naquela época era 1/3 do preço do potássio hoje. Só o que preço do potássio subiu e ele vai se mantendo dentro dessa linha. Então, temos aí o primeiro problema, é a questão qual era o preço. Segundo eram as preocupações em questões ambientais. "Tudo bem, nós vamos comprar. E depois?" Então, essas questões, quando se coloca uma licitação, já devem ser razoavelmente resolvidas.

Então a nova legislação, ela já prevê vários obstáculos ou questões que nós temos hoje, de um lado ou de outro, no sentido de corrigir e dar uma dinâmica maior a essa questão.

Então, efetivamente, eu quero dizer que, efetivamente, existe conflito dentro da cadeia de produção, em praticamente todas as cadeias de produção. Como o ministério tem as chamadas Câmaras Setoriais, onde todas as cadeias de produção, desde a soja, do milho, enfim, da pecuária, café, etc., sentam na mesa, a gente sente efetivamente o que efetivamente existe ao longo dessas cadeias de produção. E nós devemos, de uma forma ou de outra, tentar pelo menos equilibrar um pouco esse jogo entre o produtor agrícola e entre os demais membros da cadeia de produção, que, normalmente, são mais fortes, são mais fortes.

Eu até às vezes cito um exemplo, que é bom que a gente saiba, desculpe eu até entrar, desviar ligeiramente desse tema. Os representantes da ponta da cadeia, da ponta mais forte da cadeia normalmente são ex-ministros, ex-embaixadores, ou pessoas de grande influência na sociedade brasileira. Normalmente. Não

vou citar aqui os nomes por uma questão de elegância. Conheço todos. Os representantes da agricultura eu normalmente... Se eu quisesse saber quem é o representante do trigo, quem é o representante do feijão, quem é o representante... etc., etc., você normalmente não consegue identificar.

Então, existe, inclusive, isto. E isso faz parte. Eu não estou criticando isso, eu estou apenas constatando isso e que por isso que nós temos que tentar dar melhores formas para equilibrar isso.

O Senador Goellner... Ah, bom, ele não está, mas eu vou, rapidamente, dizer o seguinte. Ele mostrou aqui um documento... Eu quero dizer o seguinte: desde o primeiro momento que essa questão foi discutida, e a Senadora Kátia Abreu falou nisso, isso tem sido colocado de forma muito transparente. Qualquer documento que foi sendo produzido ao longo desses últimos três anos, os documentos se tornaram livres, abertos, distribuídos, para que se acompanhasse esse processo e não fosse só um processo do Ministério de Minas e Energia e do Ministério de Agricultura, mas que fosse um processo da sociedade e do interesse de toda a agricultura, já que nós, eventualmente, somos transitórios dentro do processo.

Então o processo, no final, é de todos, e muito mais, quer dizer, dos nossos parlamentares.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): De Meio Ambiente entra no fim? De Meio Ambiente entra depois de decidido?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não... Veja bem... Sim...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou achando que--

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não, o que há... Não, não, o que tem que se entender: o conflito existe. Agora, duas questões eu tenho que considerar. Primeira: eu exijo essas mesmas condições dos países de onde eu importo? Porque se eu passar a exigir, eu paro de importar. Então eu exijo aqui, mas não exijo lá. Então, tem algo aqui que não está correto. Então, por isso que eu digo, basta um artigo de lei que resolva isso... A Europa exige a reciprocidade, por exemplo, na rastreabilidade bovina, embora nós temos o problema da doença Vaca Louca, mas ela exige. Por quê? Porque representou custo para o agricultor europeu e ele não aceitou que aqui não tivéssemos o mesmo custo. Ponto. Eles fazem; nós não fazemos. E nós temos que começar a aprender a fazer isso também. Mas o que é que você tinha levantado?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: A questão ambiental.

Agora, evidentemente, o conflito existe. Agora, se nós tivermos a capacidade, a inteligência de sentarmos na mesa e tentar encontrar soluções técnicas, vamos encontrar soluções técnicas para todas essas questões. Quer dizer, se eu posso explorar minério no bioma amazônico, posso explorar gás e petróleo no bioma amazônico, por que eu não posso furar e retirar e reintroduzir nos furos anteriores os resíduos do potássio? A não ser que, evidentemente, haja uma grande pressão internacional, e ela haverá, com certeza, naqueles países que dominam hoje 80% das jazidas de potássio--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --no processo econômico--

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É, e das empresas que controlam toda a comercialização disso no mundo. E à medida que aumenta a oferta, evidentemente que o preço vai cair. Então o interessante e manter essa oferta de maneira bastante limitada em relação à demanda. E aí quando a China produz um pouco mais e dobra de um ano para o outro, veja bem, dobra o preço do potássio, e hoje, se não me engano, para o senhor comprar uma tonelada de potássio, eu gasto três toneladas de soja. É isso? Três toneladas de soja. Então, veja, o nível que nós chegamos.

Então, isso aí acontece... "Desculpa, o mercado da China aumentou a demanda." Pronto, eu não tenho contraoferta. Então, nós temos, evidentemente... Então as reações evidentemente vão surgir. Porque essas mesmas empresas que comercializam aqui têm jazidas lá fora e têm interesses comerciais pelo mundo todo. Ela não é só exclusiva daqui. Ela não está só aqui. Ela tende a manter um mercado regulado. Ela exige só aprendiz do primeiro ano de faculdade, é normal, tranquilo. Isso faz parte. Como diz Samuelson, capítulo 1. Já estudava isso há não sei quanto tempo. Samuelson acabou de falecer agora aos 90 e poucos anos. Já escrevia como se faz isso, como se deve fazer. Então, se eu fosse economista, do outro lado, estaria fazendo exatamente a mesma coisa.

O Senador Goellner levantou uma questão interessante, que ajudará, possivelmente, responder depois uma pergunta da Senadora Kátia. Ele perguntou uma questão importante: "Bom, no Mato Grosso, que hoje traz o seu fósforo lá de Marrocos – coloca no caminhão lá Porto Paranaguá e Santos, e leva até lá em cima, a um custo enorme – tem grandes ocorrências do mineral fósforo, só não foi pesquisado".

Esse fósforo felizmente pertence aos agricultores e às associações de agricultores. A Pró-Soja e outros. A Pró-Soja – Associação de Produtores de Soja. E eles, rapidamente, com ajuda do DNPM e do Ministério de Minas e Energia, requereram, antes que alguém

requeresse, 70 mil hectares para pesquisa. Isso já foi ótimo, isso, senão alguma outra empresa entraria e controladoria, porque já controla as outras todas, controlaria mais essa. Mas, eles vão ter dois problemas. O primeiro é recurso para pesquisa. Isso tem que ser decidido e o Governo tem que entrar nisso, tem que ser gerenciado esse processo. E, segundo, uma hora constatado... Uma vez constatado de que existem jazidas economicamente viáveis, conformo disse o Senador Goellner, que as primeiras sondagens que eles têm feito se demonstram viável--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É fósforo. Aí é fósforo. Precisa ser... O custo de exploração é muito caro. Como se dará esse processo? O Governo vai se associar? A PETROBRAS vai ajudar, vai se associar com cooperativas, com a Pró-Soja, ou, enfim, vai financiar? Como vamos fazer isto? Então esta, evidentemente, é uma questão básica, que precisa ser decidida, que ela não é só de marco regulatório, aí já entra dentro daquela linha de todos os processos de decisão política e administrativa e financeiras, que precisam ser tomadas, que é o segundo documento que eu citei logo na entrada. Mas, de qualquer forma, é uma questão extremamente importante.

O Senador Neuto De Conto, ele falou da questão da Anitápolis, eu acho que é uma questão que tem que ser enfrentada.

Olha, só para gente ter ideia, talvez a gente não tenha se imbuído ainda da seriedade, aliás da dificuldade que nós, às vezes, enfrentamos por incapacidade de agirmos com racionalidade nos nossos processos ou por ter dado excessiva autoridade a determinadas pessoas que podem decidir. Hoje, um simples técnico, no sexto nível da hierarquia, interditou, por exemplo, em Rondônia – não sei se já abriu – em Rondônia, há mais de ano, uma jazida de calcário.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: A única jazida.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: A única jazida existente em toda Rondônia. Por quê? Porque teria dentro dessa jazida, que é calcário, um morcego, numa das grutas, numa das grutas, e ele foi lá lacrou e acabou. Se Rondônia precisar de calcário, vai buscar 100 ou 200 km, o que é--

SR. CLÁUDIO SCLIAR: A 700 quilômetros.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Ah, 700... O que é inviável. E não se teve capacidade, ninguém, de sentar numa mesa e até de discutir: "Bom, então vamos isolar essa parte da jazida para proteger o morcego e vamos explorar o resto". Não, sequer para isso tivemos capacidade da sentar.

Então, essas questões... Temos muitas questões assim. E até não dá para entender isso dentro um processo de racionalidade por que alguém faz isso. Por que Anitápolis não se senta numa mesa e se resolve?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um empresário que foi lá, investiu, quebrou.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Ou porque não, enfim, Ipanema Fazenda Ipanema, Iperó, não se resolve? E tantas outras questões que acabam surgindo no meio do caminho. Então nós temos que tomar muito cuidado em relação a isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Iperó tem uma área de tecnologia importante, que é o enriquecimento do urânio lá da Marinha. Tranquilamente poderia se instalar toda a competência científica para poder formar outro núcleo nessa área que V. Exa. já, pela quinta vez, fala aqui. Eu vou lá ver onde é isso aí, porque, no meu estado, eu acho tão importante, que eu sou um admirador do trabalho da Marinha em Iperó.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: [interrupção no áudio] lá nos navios, porque nós não achamos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gostaria de encontrar pelo menos uma fruta.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Agora, evidentemente que somos altamente favoráveis a que se faça, se reconstitua a floresta. Isso pode entrar até no entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Existe um floresta terciária.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Existe uma floresta terciária, não é nem secundária.

Eu volto à questão, agora, da Senadora Kátia que foi colocada no início. A questão de estatal. Eu vou aqui apenas pensar alto em relação ao tema.

Se nós desejássemos uma estatal para explorar ou se associar à exploração de nitrogenados ou de potássio, seria a própria PETROBRAS, que é a detentora das jazidas de gás, como é a detentora, até agora, das jazidas, da grande jazida de potássio, no Amazonas, ou de parte dela, porque parte dela não foi pesquisada, já está sendo pesquisada por terceiros, parte dela. Então, seria a própria PETROBRAS. Nós não teríamos a menor ideia em criar uma nova empresa para isso. Pelo menos isso não foi colocado em discussão em nenhum momento, mas, sim, que a própria PETROBRAS podia se associar, podia participar.

O que nós propusemos é de que nós teremos que ter uma instituição para gerenciar, Senadora Kátia, para gerenciar aplicação da legislação específica, das medidas políticas e administrativas que terão que ser tomadas em relação a todas as jazidas que não estão em operação por qualquer razão, e daquelas

que precisam ser pesquisadas, o gerenciamento deste processo, como também a questão do uso de resíduos, que são milhões e milhões de toneladas, principalmente na área do frango, na área de suínos, para a produção de, pelos menos, seis grandes centros de produção organomineral no país. Então são questões que precisam ser gerenciadas, e, de preferência, numa instituição, neste caso, vinculada ao Ministério da Agricultura, já que o DNPM se transforma numa agência reguladora. Então, a regulação toda, e a fiscalização, está lá, mas nós precisamos alguém que gerenciei este processo.

Segunda exposição de motivos que nós fizemos, seria uma instituição que não teria mais do que 50 funcionários, entre cientistas, técnicos, especialistas, etc., para gerenciar este processo. Esta foi a ideia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [ininteligível] estatal?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Se quisermos chamar isso de estatal, que pode ser... Ela tem que ter um nível de autoridade que pode ser em nível de departamento, nível de secretária ou pode ser até uma companhia, mas não tem nenhuma função de explorar absolutamente nada. Se tivermos que usar uma âncora para ajudar na exploração de alguns minerais, a própria PETROBRAS poderia participar, já que ela é detentora, como falei, das duas situações, tanto de potássio quanto do gás. Eu acho respondi aqui todas as perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos, mais uma vez, ao Sr. Ministro, e, antes de passar a palavra para o Dr. Cláudio Scliar, eu gostaria de fazer alguns registros importantes.

Estão conosco aqui, desde o início, algumas autoridades desse assunto: o Ali Saab, Professor Ali Saab, coordenador do Plano Nacional de Fertilizantes, que não é a primeira vez que vem aqui para debater, para participar de debate desse assunto; o pesquisador José Polidoro, que é doutor em solo; e o Dr. João César Pinheiro, que também nos abrilhanta nesta sessão.

Agora, nós vamos passar a palavra para o Dr. Cláudio Scliar, a fim de fazer o contraponto das questões que foram suscitadas com relação à sua área.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Primeiro eu gostaria de dizer que o Ministro Stephanes, nas suas respostas, já respondeu uma grande parcela das questões que foram levantadas, então eu vou me ater mais em alguns aspectos que eu acredito que eu possa contribuir.

Primeiro agradecendo-se aos senadores, João Tenório, o próprio Senador Valter, o Presidente, o Senador Gilberto, Antonio Carlos, Senadora Kátia, Senador Neuto De Conto, que as contribuições que deram aqui e nas suas perguntas.

Primeiro, tem um aspecto quanto aos depósitos e jazidas no Brasil, e ocorrências, no Brasil, de potássio. Nós temos conhecidos, no Brasil, como nós falamos, tanto eu como o ministro, dois depósitos conhecidos: um em Sergipe e um no Amazonas.

As ocorrências e áreas de pesquisa, elas são mais amplas, mesmo na Bacia Amazônica. Nós temos uma área, como eu citei, é o filé, que está, hoje, com a PETROBRAS, os direitos [ininteligível] da PETROBRAS, mas têm áreas muito maiores da bacia, que, hoje, estão requeridas, e têm um potencial muito grande de potássio também, na Bacia Amazônica.

Em caso de Sergipe e Bahia, na área continental, além da concessão que é da PETROBRAS, e que hoje está arrendada para a Vale do Rio Doce, nós temos um conjunto de outras áreas, que outras empresas pesquisam, e inclusive com pequenas [ininteligível] da Braskem, e tem outra empresa que produz também o potássio, pouco, na Bahia. Na Bahia há uma pequena produção, é uma pequena produção de potássio, inclusive uma pequena, mas com muitas áreas de pesquisa.

E temos... Porque esta área continental de Sergipe e Bahia, ela nada mais é, como o ministro falou, e aí realmente precisaria de tempo, viu ministro, e o senhor com certeza viu já muitas dessas imagens, que seria... É toda uma história geológica da plataforma continental.

Nós temos a área imersa, emersa, que é esta de Sergipe e Bahia, onde estão os que se chamam esses evaporitos, que são os sais, de potássio, de magnésio, de cloro, o sais, mas esta área que está no continente, ela tem continuidade na plataforma continental, e, inclusive, no nosso tão conhecido pré-sal, onde tem todo um potencial conhecido muito pouco, com uma... Possibilidades enormes de pesquisas minerais que têm que ser feitas, em toda essa região da plataforma continental.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --distribuição dos *royalties* [ininteligível].

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Perfeito. Perfeito.

Mas, então, nós temos, digamos, essa... Do ponto de vista de potássio, eu gostaria de destacar que nós temos essas três grandes regiões do país, dois depósitos conhecidos e uma grande área para pesquisa para capital de risco. É risco. É a procura. É a mineral onde são empresas especializadas em arriscar, em fazer um investimento de risco. Isso num primeiro aspecto.

Um segundo aspecto que eu gostaria de levantar, o Senador Gilberto levantou um série de questões, que eu acho extremamente importantes, e que tem a ver com os aspectos de tributação e que tem a ver com a questão de Mato Grosso... Também essa questão de tributação, eu não vou entrar nesse aspecto, mas sem dúvida alguma é uma questão extremamente séria, dessa questão que nós estamos discutindo. Mas eu gostaria daí que o Dr. João César, ele pegou algumas informações, que falasse também sobre a questão da associação dos produtores de soja lá do Mato Grosso, como é que está essa situação.

Por favor, Dr. João César. Poderia só pedir para ele... E, logo depois, eu dou uma continuidade para encerrar.

SR. JOÃO CÉSAR PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O Sr. Ministro já esclareceu, nós temos lá em Mato Grosso, na região de Planalto da Serra e Paranatinga, é uma área de aproximadamente uns 70 mil hectares que o DNPM disponibilizou para a Pró-Soja. A área está no nome da diretoria da Pró-Soja, e as pesquisas estão em andamento. A Pró-Soja vai ter três anos para entregar o relatório de pesquisa, mas acredito que até antes entregue esse relatório de pesquisa ao DNPM. As pesquisas estão em andamento.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Ok. Dando continuidade aqui.

Tenho também uma pergunta do Senador Antonio Carlos, uma questão que o senador levantou. Primeiro, senador, hoje--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Antonio Carlos Valadares.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Aqui tem dois Antonio Carlos. É o Antonio Carlos Júnior, da Bahia, e o Antonio Carlos Valadares. Ele é o meu xará.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Que é quanto... Hoje a instalação que a Vale do Rio Doce ganhou, como uma concessão, como um arrendamento na PETROBRAS, ela está extraindo hoje o silvinita. Hoje é a silvinita. A carnalita, ela está numa bacia em que, a partir desse conjunto de ações, que os ministros tiveram, que o Governo teve, a bacia onde se tem a carnalita, a Vale do Rio Doce está desenvolvendo as pesquisas para--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Ainda não. Ainda está na fase de pesquisa. Ainda está na fase de pesquisa a carnalita.

Quanto à questão do cloreto de sódio, que o senhor levantou, é uma questão de economicidade, porque... E é uma questão que teve outros momentos. Eu me recordo, eu visitei esta jazida há muito tempo atrás, lá em Carmópolis, Rosário do Catete, e eu me recordo, na época, já se dizia o seguinte: "Se a PETROBRAS, ela utilizasse este cloreto de sódio e colocasse ele no mercado, que é um cloreto de sódio que sai praticamente a custo zero, porque já está totalmente pago--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E de alta pureza, não é?

SR. CLÁUDIO SCLIAR: --já está praticamente pago pelo potássio, quebraria absolutamente toda a indústria salina do restante no país". Era uma questão, na época, há 20 anos atrás.

Eu não tenho dúvida que a PETROBRAS, que é uma empresa séria, deve estar, eu acho que esta questão que o senhor levanta, é uma questão importante, e que o cloreto de sódio, além do aspecto de uso, como uso doméstico, ele tem também o uso químico, como o senhor disse. E, sem dúvida, é uma questão que eu acredito que pode inclusive ser levado até para a PETROBRAS, como uma questão levantada aqui na comissão, como uma indagação aí, no caso, à PETROBRAS, no aspecto que o senhor levanta. Eu lhe digo, uma questão que eu me recordo, na época, há 20 anos atrás, 30 anos, quando eu visitei lá, me deram essa explicação, e que tem certa racionalidade, digamos assim. Mas tem que se saber.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Dr. Cláudio, me diga uma coisa, a projeção da produção da mina de potássio é de 850 mil toneladas. Parece que até agora o máximo que a usina produziu foi de 500 mil toneladas. Isso aí não é um complemento dessa produção global, por causa do mercado, falta de mercado? Porque o Brasil não produz nem 12% do seu consumo. É 10% ou 11% do seu consumo. Por que então não aumentar a capacidade de produção da fábrica, já que as sua instalações têm capacidade até de 850 mil toneladas/ano?

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Senador, em 100%, a produção brasileira é ali. Nós temos feito – e quando digo nós, ministério, DNPM, na época, a Casa Civil, o próprio MAPA –, feito um controle extremamente forte sobre isso, com visitas na região. A Vale ampliou a sua produção. Existem problemas, problemas de relação com produção de petróleo, ali de determinados tipos de galerias, determinada profundidade com a produção de petróleo, porque naquela região tem...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A ocorrência simultânea dos dois produtos.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Tem ocorrência simultânea de petróleo também. Então teve... Nós tivemos...

Chamamos a Vale do Rio Doce lá no DNPM, onde foi feita uma apresentação detalhada, e estamos fazendo um acompanhamento muito direto, não só onde está lavrando, como na área que está pesquisando, e, como o ministro aqui falou, nas áreas que não estão sendo pesquisadas e que nós estamos com uma enorme pressão, no sentido que pesquisa, inclusive, das áreas onde não foram ainda... Ou com pesquisas que nós consideramos que deve pesquisar com mais força.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Dr. Cláudio, quando eu falei, inicialmente, eu decidi uma das aplicações seria ligas com alumínio, quer dizer, que é um elemento muito leve, que é o magnésio. Também ele é aplicado em *flashs* de máquinas fotográficas e pirotecnia, fogos de artifício. Então, ele tem uma grande utilidade na área industrial, em vários segmentos, inclusive no segmento farmacêutico, o magnésio. Daí porque eu acho que o Sergipe, tendo a carnalita, de onde pode-se obter o minério, pode se obter o mineral magnésio, que estranha-se que durante esses anos todos, desde 1981, ainda não tenha sido promovido um estudo detalhado, uma pesquisa mais profunda sobre o aproveitamento industrial do magnésio metálico que existe em profusão nas minas de Taquari-Vassouras do Estado de Sergipe, em Rosário.

SR. JOÃO CÉSAR PINHEIRO: Senador Antonio Carlos--

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Ok. Eu vou passar para a Dr. João César.

SR. JOÃO CÉSAR PINHEIRO: Senador Antonio Carlos, esse assunto é extremamente importante para o Estado de Sergipe e para o Brasil. Essa questão vem sendo estudada pelo DNPM, mas eu quero adiantar, senador, que aquela mina é uma mina de difícil operação. Nós temos operações ali de 500 a 600 metros no subsolo; temos que ter um codificado muito grande com equipamentos, porque eles têm que ser antidetonantes; e temos uma verdadeira cidade montada lá embaixo, a 500m debaixo do chão, para tirar 3% do potássio que o Brasil consome.

Esses novos métodos, como disse o Ministro Reinhold Stephanes, de injeção de água quente para dissolução e depois a recuperação de todos os sais para, inclusive, se possibilitar a montagem de projetos como esse do magnésio, são métodos novos, são métodos interessantíssimos que já são usados pelos nossos países concorrentes, como Canadá que nos vende quase todo o potássio que a gente consome, ministro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E a Rússia também.

SR. JOÃO CÉSAR PINHEIRO: E a Bielorussia e Alemanha também.

Só que esses métodos estão sendo perseguidos por nós, depois do grande esforço que o Ministério da Agricultura e Ministério de Minas e Energia estão fazendo nesses últimos dois anos e meio. Porque são métodos que começaram a ser colocados no Brasil, por exemplo, pela Vale do Rio Doce, lá, vizinha à mina subterrânea que nós temos lá em Taquari-Vassouras.

Visitei recentemente as duas injeções, ministro, lá, em dois postos distantes cerca de 60 metros um do outro, para fazer as duas cavernas lá embaixo, para tirar a salmoura, para tratar em cima, carnalita, não é, carnalita, visando exatamente um avanço em relação a isso que o senhor está levantando, senador, e acho que os resultados estão sendo bastante promissores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, eu quero agradecer a presença do Ministro Reinhold Stephanes, Sr. Cláudio Scliar e dos demais que aqui comparassem.

Com respeito à exposição inicial do Ministro Reinhold Stephanes, eu agradeço se puder precisar um pouco melhor a proposta da empresa ou uma forma de agência reguladora que V. Exa. aqui nos disse. E se puder precisar um pouco mais, se já está definida a sugestão solicitada pelo Presidente Lula para que o Ministro da Agricultura e o Ministro de Minas e Energia possam definir exatamente qual a natureza desta instituição. V. Exa. mencionou que não seria exatamente uma empresa produtora, mas seria mais reguladora. Gostaria de compreender bem melhor em que pé está isso.

E agradecer o Sr. Cláudio Scliar por ser um profundo conhecedor da questão da utilização de minérios, dos recursos naturais brasileiros, e por, certamente, estar acompanhando bem este debate de tamanha intensidade que hoje se dá com respeito aos recursos do pré-sal.

Mas eu agradeço se puder nos transmitir a sua avaliação não apenas com respeito aos recursos do pré-sal. Em que medida, hoje, a legislação está adequada ou pode ser melhorada no que diz respeito à definição do que deve ser feito com os *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais? Os arts. 176 e 177 da Constituição falam que pertence à União, o que me parece pertence ao povo brasileiro. Sim, há artigo, um parágrafo do artigo ou um dos itens do art. 20, que menciona que os estados e municípios produtores precisam ter uma compensação por eventuais consequências ser de natureza ecológica, etc. Então se deve reservar, sim, aos estados e municípios produtores, alguma compensação.

Mas, em princípio, há que se encontrar um equilíbrio, portanto, entre aquilo que vai... Digamos fosse hoje os 192 milhões de brasileiros e a parte que vai para estados e municípios como uma compensação.

Queria lhe pedir, no seu conhecimento, experiência e tudo, que recomendação tem a nós, senadores, que estamos por decidir o que fazer com os *royalties* decorrentes do petróleo, que advirá do fundo do oceano Atlântico, em que medida isso deve ser objeto do benefício para os 192 ou 200 milhões de brasileiros e brasileiras, que seremos em breve, em que medida deve haver também o respeito a este princípio da compensação para os estados e municípios, mas qual é a sua sugestão para encontrarmos um equilíbrio e chegarmos a um entendimento para a União e os estados e municípios brasileiros? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou passar a palavra, inicialmente, ao Ministro Reinhold Stephanes, já que houve também uma indagação a ele, e, depois, em seguida, para o Dr. Scliar.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Tem que ficar bem claro que a decisão o Presidente da República, numa reunião com a Ministra Dilma, o Ministro de Minas e Energia, o Ministro da Agricultura e a PETROBRAS presentes, tomou foi a de o que Ministério da Agricultura e Minas e Energia elaborariam um programa de uma possível autossuficiência em nitrogenados, em potássio, em fósforo. E que dentro disto, caberia uma responsabilidade na área de nitrogenados maior à PETROBRAS, porque ela é detentora do gás, e que ela já utiliza para outros fins, e haveria, então, basicamente um marco regulatório – isso também foi uma decisão – independente do Código Mineral, que tratasse especificamente para a questão do potássio e do fósforo, porque teria que ser uma lei que ela tornasse essa questão mais dinâmica e separasse de um código que trata de centenas ou milhares de minerais. E que os objetivos desses minerais são muito diferentes, e pela visão estratégica que se teria da agricultura... Da participação do fertilizante para a agricultura e para o sucesso da agricultura, e até pela fragilidade que o Brasil tem em relação... Fragilidade futura ou mesmo atual em relação à importação desses fertilizantes, onde nós somos altamente dependentes. Então esta foi a decisão do Presidente: "Então me elaborem um marco regulatório específico para esses minerais", disse à PETROBRAS para tratar da questão dos nitrogenados. E que também fosse elaborado: "Que conjunto de decisões políticas teriam que ser tomadas em relação a jazidas já existentes e dimensionadas para colocá-las em exploração ou não, e que conjunto de medidas teriam que ser tomadas para aquelas que necessitariam ainda de pesquisa e ou desenvolvimento? Então teria que haver uma decisão política e, depois, os recursos necessários e como se fariam essas pesquisas.

O Scliar acaba de informar que nós temos grandes ocorrências ainda não pesquisadas, quando ele falou de potássio. Temos duas já conhecidas, mas ainda temos grande parte ainda não conhecida. Então, isso necessita pesquisa.

Então as decisões do Presidente chegaram até aí. Ok? O Presidente não discutiu estatal, nem empresa, absolutamente nada disso, a não ser que a PETROBRAS deveria se engajar mais no processo, principalmente nos nitrogenados.

E no caso específico, aonde a PETROBRAS é detentora de grande parte das jazidas, que é o caso do potássio, que a PETROBRAS também se envolvesse de uma forma ou de outra nesse processo, ou se associando, ou, enfim, a outras empresas, mas ela tinha que se envolver, já que ela é a detentora.

Qual foi a conclusão e a sugestão que nós chegamos, depois de elaborar tudo isso que o Presidente determinou? E isso ainda vai ser submetido agora a ele, porque tem algo novo dentro das decisões que o Presidente e a Ministra Dilma já tomaram. Esse algo novo é o seguinte: se eu tenho aqui uma legislação a executar... O DNPM vira agência reguladora. Ok. Ele não vira coordenador de execução de programa, e nem de legislação, e essa legislação, no caso agrícola, tem que ser efetivamente dinâmica, ela não pode parar. Eu não tenho que esperar que alguém apareça e diz: "Ah, eu vou tentar me enquadrar aqui". Eu preciso fazer esse processo acontecer, porque eu preciso do fertilizante. Porque, se faltar o ouro, faltar nióbio ou não sei o quê, tudo bem, mas aí já tem outras pressões que fazem isso acontecer. No nosso caso não tem essas pressões para fazer isso acontecer, ao contrário, eu tenho pressões para que isso não aconteça, já que existem controles mundiais em relação a esses materiais estratégicos, que é o caso do potássio.

Então eu tenho essa legislação, que vai ser, acho que vai ser uma legislação muito bem elaborada, muito bem feita. Eu vou ter esse programa de decisões políticas e administrativas e vou ter, ainda, alguns programas. Eu preciso de alguém para gerenciar esse processo. Quem vai gerenciar isso? Essa é a grande pergunta que se faz? Gerenciar. Não é nem explorar, não é nem produzir ou fazer marco regulatório. Agência reguladora é outra, a qual nós não nos subordinamos, que é o DNPM, que vira agência reguladora. Então não é nem regulação e não é nem exploração, é gerenciar, fazer com que as coisas aconteçam, que a lei aconteça naquilo que ela está prevendo, que as

decisões políticas e administrativas sejam tomadas e sejam operacionalizadas, etc., etc. Então é essa.

Agora, se alguém quiser chamar isso de estatal, tudo bem. Mas veja que é órgão simplesmente gerenciador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Scliar.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Senador Suplicy, o senhor me dirigiu uma questão que ela tem sido amplamente discutida, até antes da apresentação aqui ao Congresso, mas por outros colegas dentro do próprio ministério.

Eu, como secretário da Geologia e Mineração, eu me sinto totalmente tolhido nesse sentido de sem ter esse aporte de todos esses colegas que passaram dois anos debatendo essas questões, e, agora, estão, enquanto governo, enquanto Ministério de Minas e Energia, Casa Civil, Presidência da República, aqui, com o Congresso, discutindo e debatendo essas questões, o senhor realmente me desculpa, eu me sinto totalmente tolhido de dar uma opinião, que seria estritamente pessoal, eu aqui estando representando o Ministro Edison Lobão. Desculpa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas quando o senhor quiser, então, dizer a sua opinião para mim, eu agradeço.

SR. CLÁUDIO SCLIAR: Tudo bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o senhor sabe qual é a minha opinião, já expressa em projeto de lei, aprovada, por consenso, no Senado, tramita na Câmara dos Deputados? A criação de um fundo Brasil de cidadania. O projeto tramita na Comissão de Finanças e Tributação, o Deputado Ciro Gomes está aguardando o parecer do governo para dar o seu parecer. Ele gostaria de dar favorável. E o projeto diz que uma parcela dos *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais, das atividades previstas nos arts. 176 e 177, além de outras fontes, serão destinados a um fundo que vai pagar, quando houver a possibilidade, uma renda básica para todos os cidadãos brasileiros e brasileiras, portanto, para o benefício dos... Quando forem 200 milhões, para todos os brasileiros e brasileiras, inclusive o Presidente Valter Pereira será objeto da... E também receberá, todos: o senhor, o Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, o Pelé, a Xuxa e o José, Maria, em toda parte do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem.

Sr. Ministro, nós encerramos essa audiência, depois de duas horas e trinta e três minutos de debates, onde seis parlamentares os abordaram aqui, o senhor e ao Dr. Scliar.

Esse, entretanto, não é o primeiro nem o segundo debate realizado sobre esse mesmo assunto, nessa comissão, mas ficamos felizes de saber, de perceber, de acompanhar que o governo está sensível ao assunto, e está determinado a encontrar solução para o problema, e que V. Exa., efetivamente, cumpriu o mais relevante papel em todo esse processo. Portanto, V. Exa. merece as nossas homenagens pelo papel que desempenhou durante toda a sua gestão e durante toda a nossa gestão aqui também na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senador de República em relação a isso.

Para que V. Exa. tenha uma ideia da importância do assunto que nós estamos discutindo, eu tenho aqui, em mãos, um jornal do Correio do estado, da capital do meu estado, do Mato Grosso do Sul, grande celeiro de grãos do país, que mostra aqui, de forma muito sintética, num quadro, o que representa os fertilizantes e o que representa, qual a importância que tem a gestão desse segmento para toda a agricultura do nosso país. Aqui V. Exa. pode fazer a leitura: "No dia 30 de novembro de 2009, o agricultor brasileiro pagava com 17 sacas de soja o seu preço dos fertilizantes, e, agora, 42 sacas de soja para a mesma quantidade".

Então, veja, V. Exa., que uma diferença de 122% exige efetivamente uma intervenção do Estado para que seja melhor administrada essa área tão relevante e estratégica para a agricultura do nosso país.

Portanto, nós encerramos esta reunião, seguros de que estamos trilhando no melhor caminho para o enfrentamento deste problema. Meus agradecimentos a V. Exa., Ministro Reinhold, ao Dr. Scliar, aos assessores que os acompanham em mais este evento importante para a agricultura do nosso país. Muito obrigado.

E está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h36.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 03ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dez, na sala 13, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Flexa Ribei-

ro, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Roberto Cavalcanti, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi e Acir Gurgacz. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Diretor-Geral Ucraniano da Alcântara Cyclone Space – ACS, Senhor Oleksandr Serdyuk; do Embaixador da Ucrânia, Senhor Volodymyr Lakomov; do 1º Secretário da Embaixada da Ucrânia, Senhor Rostyslav Yevorivsky; dos Deputados Federais Domingos Dutra – PT/MA, Gonzaga Patriota – PSB/PE, Ribamar Alves – PSB/MA, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa de Alcântara, Dr. Ubiali – PSB/SP, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Energia Nuclear e Carlos Brandão – PSDB/MA. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Lobão Filho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 13 de 2009-CCT, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares que requer "Convidar o Exmo. Sr. Dr. Roberto Amaral, presidente da Alcântara Cyclone Space, para debater com esta Comissão sobre a importância estratégica da empresa para a economia do Brasil" e ao Aditamento nº.1 ao Requerimento n.º 13 de 2009-CCT, de autoria dos Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares e Flávio Arns que requer "... nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 13, de 2009, apresentado perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), visando a debater a importância estratégica da empresa Alcântara Cyclone Space para a economia do Brasil, com o escopo de incluir o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Carlos Ganem". Comparecem à reunião o Senhor Roberto Amaral, Diretor-Geral Brasileiro da Binacional Alcântara Cyclone Space - ACS e o Senhor Carlos Ganem, Presidente da Agência Espacial Brasileira- AEB. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Antonio Carlos Valadares. O Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ATA DA 04ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia três de março de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi Flávio Arns, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, José Agripino, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 518, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. Nesse momento, os Senhores Senadores Renato Casagrande, Eduardo Azeredo, Roberto Cavalcanti e Cícero Lucena requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de projetos e requerimentos, com o que todos

concordam.**Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº. 05, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "...nos termos regimentais, que a audiência pública objeto do Requerimento 05/2010 – CDH, destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme requerimentos 03/2010 – CMA, 01/2010 – CRA, 05/10 – CRE, 02/2010 – CCT e 03/2010 – CCJ, já aprovados nas respectivas comissões." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 04, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti, que "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 04 de 2010 - CCT, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do Senhor Franklin Martins, Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para expor junto com os demais convidados do requerimento acima citado, sobre o Plano Nacional de Banda Larga". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº. 06, de 2010-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena que requer "...com fulcro no disposto no artigo 40, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ser designado representante desta Comissão em Missão Oficial junto ao **I Seminário Baiano de Energia Fotovoltaica**, a realizar-se na cidade de Salvador, no dia 10 do corrente mês, conforme convite anexo.Ressalto a relevância do tema objeto do encontro e sua pertinência com os assuntos afeitos à área de Ciência e Tecnologia". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, as seguintes matérias da pauta: **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 879, de 2009, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 880, de 2009, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 883, de 2009. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 887, de 2009, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 896, de 2009, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 906, de 2009. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 975, de 2009, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 979, de 2009, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 987, de 2009. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 989, de 2009, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 919, de 2009, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 924, de 2009. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 909, de 2009, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 910, de 2009, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 937 , de 2009. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 947, de 2009, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 948, de 2009, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 949, de 2009. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 950, de 2009, Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 913, de 2009, Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 966, de 2009. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 977, de 2009, Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 978 de 2009, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 763, de 2009. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 862, de 2009, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 893, de 2009, Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 907, de 2009, Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 854, de 2009, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 991, de 2009, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 912, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 03 de março de 2010.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado. Dispensada a leitura. A Ata será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa. e aos senadores da comissão que possam me apoiar na inclusão de um requerimento extrapauta, que tem o objetivo de unificar a audiência que vai tratar do assunto Plano Nacional

de Direitos Humanos III com o secretário nacional de direitos humanos. Diversas comissões convidaram o secretário e eu acho que é de bom senso que nós possamos unificar. Requerimento com esse formato e com esse conteúdo já foi aprovado em outras comissões.

Eu estou apresentando, pedindo extrapauta, para que a gente possa votar esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloco em discussão a solicitação do nobre Senador Renato Casagrande para inclusão extrapauta do requerimento encaminhado à Mesa, conforme, com o teor que ele acabou de relatar.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovada a inclusão extrapauta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, solicitaria, da mesma forma, que fosse colocada extrapauta a inclusão e votação do requerimento subscrito pelos Senadores Eduardo Azeredo, Roberto Cavalcanti, no tocante Audiência Pública que discutirá sobre Plano Nacional de Banda Larga.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti.

Também, da mesma forma, coloco em discussão o requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, subscrito pelo Senador Roberto Cavalcanti e Senador Eduardo Azeredo, no teor que foi, pelo Senador Roberto Cavalcanti, explicitado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram.

Aprovado. Os dois requerimentos serão incluídos na Pauta do Dia de hoje.

Pela ordem, Senador Flávio Arns

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu sou relator do Item nº 2, de autoria, projeto de lei de autoria do Senador Cristovam Buarque. Eu solicito a retirada de pauta, para o reexame da matéria e apresentação de um relatório diferente.

Então eu peço, como relator, a retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Atendida a vossa solicitação, Senador Flávio Arns.

O Item 2 da Pauta de... Projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque, de nº 518, de 2009, que "altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para transformar o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base".

V. Exa. será atendido e o processo retornará ao seu gabinete.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos iniciar os trabalhos de hoje pela aprovação dos requerimentos que foram incluídos extrapauta.

O primeiro deles, de autoria do Senador Renato Casagrande, que tem o seguinte teor:

"Requeiro, nos termos regimentais, que a Audiência Pública, objeto do Requerimento 05/2010-CDH, destinado a debater o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Relação Exterior e Defesa Nacional, Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, conforme Requerimento 03/2010 da CMA, 01/2010 da CRA, 05/2010 da CRE, 02/2010 da CCT e 03/2010 da CCJ, já aprovados nas respectivas comissões."

Na CCT, vamos aprová-lo com a concordância dos senhores membros, na sessão de hoje.

Eu passo a palavra ao Senador Renato Casagrande para que possa fazer a defesa do seu requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O meu requerimento, Sr. Presidente, é para que a gente possa ter uma Audiência Pública envolvendo todas as comissões que têm interesse em debater o plano. Eu acho que não é razoável que o secretário de direitos humanos venha aqui e percorra todas as comissões, em dias separados. Se o debate é único, se o objetivo é único, podemos fazer uma sessão única. Esta é a argumentação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande, V. Exa. tem toda a razão, que essa Audiência Pública com o Ministro Vanucci, já aprovada em todas as comissões, seja feita em conjunto.

Nós lamentamos só que tenha havido, por parte da base de Governo, a substituição, a desconvocação da Ministra Dilma Rousseff e a substituição pelo Mi-

nistro Paulo Vanucci, porque, como a Casa Civil é o Ministério por onde passam todos os projetos antes da chegarem ao Presidente, passam pelo crivo da Casa Civil, é evidente que a Ministra Dilma poderia muito dar aos senadores e ao Senador e à sociedade brasileira as explicações sobre o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos.

Eu coloco em discussão o requerimento do Senador Renato Casagrande.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Para lembrar que às 10 horas nós teremos sessão do Congresso em homenagem ao nosso Tancredo Neves, e, também, às 10 horas, deveremos estar com duas grandes lideranças do PSDB, o Governador Aécio Neves e o Governador Serra, e que, por isso, acredito que 10 horas nós teremos aqui a sessão esvaziada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa.--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só lembrando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., como--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quanto ao requerimento, eu acredito que há unanimidade na aceitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., como responsável que é, V. Exa. alerta a presidência sobre os compromissos, nós estamos cientes, e V. Exa., como bom Tucano, será o primeiro a chegar para receber o futuro Presidente da República e o Governador de Minas. Faremos isso tão logo terminemos a nossa pauta, que eu espero que seja bastante breve.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aprovado o requerimento de V. Exa.

Eu sugiro, Senador Renato Casagrande, que nós possamos fazer essa Audiência Pública... Não há como ela ser feita num plenário de uma comissão, porque, reunindo essas comissões todas... E o tema, realmente, é um tema instigante, então haverá a presença, com certeza, da base de governo, por inteiro, e, com certeza, da oposição, por inteiro. Então eu acho que nós vamos ter quórum total das comissões que estão promovendo a audiência com o Ministro Paulo Vanucci.

Eu sugeriria, então, Senador Renato Casagrande, eu sugeriria que os presidentes das comissões, V. Exa., que tão bem preside a Comissão de Meio Ambiente, nós procurássemos, talvez, fazer essa audiência no plenário do Senado, porque aí daria mais conforto e...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu acho boa ideia. Acho boa ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, vamos tentar ajustar a data com o ministro e--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Acho boa a ideia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --fazermos, pela manhã, no Plenário do Senado, para que possamos ter todos os senadores--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --presentes.

O segundo requerimento incluído extrapauta, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, e subscrito pelo Senador Roberto Cavalcanti, tem o seguinte teor:

"Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento 04, de 2010 da CCT, com a finalidade de incluir no rol de convidados o nome do Sr. Franklin Martins, ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para expor, junto com os demais convidados do requerimento acima citado, sobre o Plano Nacional de Banda Larga."

Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O tema é de extrema importância e extrema minúcia. Acho que quanto mais pessoas nós possamos trazer para discutir este tema, será inteiramente interessante.

O Plano Nacional de Banda Larga é uma área que dará ao país uma definição de uma área na qual a tecnologia se fará de forma muito consistente e projetará o Brasil ou não a nível de tecnologia futura nesse segmento.

Então o que nós simplesmente estamos pedindo é agregar mais um nome a uma lista já extensa de outros nomes que estavam previamente convocados para essa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, que convida o Ministro Franklin Martins, ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidente da República, para discutir o Plano Nacional de Banda Larga.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero, aqui, agradecer ao Ministro Franklin Martins, que do contato que foi feito com o seu gabi-

nete o convidando para vir participar dessa audiência, de pronto, ele atendeu o convite da comissão e estará conosco nessa audiência.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de registrar que este pedido não se prende a um desejo meu e sim um desejo nosso, e foi subscrito, inicialmente, pelo Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E só para tranquilizá-lo, Senador Roberto Cavalcanti, o Ministro Franklin Martins se mostrou acessível e disposto a vir aqui, apesar de não ser da área específica do seu Ministério, porque nós vamos tratar de uma questão, que é o Plano Nacional de Banda Larga, mas ele, em nenhum momento, colocou qualquer empecilho de participar. Pelo contrário, ele disse que estaria disponível para vir até aqui, e assim que deveriam agir...

Eu quero... Eu faço isso, eu faço isso para parabenizar o Ministro Franklin Martins, porque os ministros, quando convidados pelas diversas Comissões do Senado, eles deveriam atender dessa forma os convites dos senadores para viessem até aqui.

Ainda, ontem, tivemos, que é outro ministro que eu quero parabenizar, o Ministro Nelson Jobim. Todas as vezes que o Ministro Nelson Jobim é convidado, todas as vezes, ele comparece imediatamente à comissão, normalmente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e vem conversar, trocar as informações com os senadores.

Ainda ontem ele esteve aqui a tarde toda na audiência para tratar, também, do Plano Nacional de Direitos Humanos.

Eu só quero--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente,

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só quero registrar e informar aos Srs. Senadores que, em função da agenda do ministro, nós vamos fazer essa audiência na terça-feira próxima, ao invés... A nossa reunião da semana que vem, ao invés de ser na quarta, será na terça-feira, às... Pediria à secretaria que me informasse o horário previsto.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Às nove e meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Às 09h30 da manhã, na sala 3.

Então, os Srs. Senadores Membros da comissão receberão o comunicado, mas eu já quero antecipar que a reunião, da próxima semana, nossa será às 09h30, na terça-feira, na sala 3, com a presença de vários convidados, entre eles a presença honrosa do Ministro Franklin Martins.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria só de, da mesma forma que V. Exa. se referiu para se fazer o registro, gostaria de fazer o registro que eu estou absolutamente calmo, não estava aflito e não estava intranquilo ao registro do Senador Eduardo Azeredo. Foi por questões éticas, tendo em vista que o mesmo tinha subscrito o requerimento antes de mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Na verdade, eu estou fazendo a ressalva--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa... Inclusive eu quero agradecer a V. Exa., porque o Senador Eduardo Azeredo teve que se deslocar até o gabinete da Presidência do Senado, que o Senado Federal recebe a honrosa visita da secretária de Estado Americano, Senadora Hillary Clinton, e ele, como Presidente da--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Comissão de Relações Exteriores, está na comissão, e o Senador Wellington Salgado foi chamado, também, para receber a ministra de Estado Americano e, por isso, está ansioso para que comecemos a pauta--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu assisti, assisti o telefonema em inglês. Ele acabou de... Ele acabou de falar inglês aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. é testemunha, porque ele veio--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Auditiva, testemunha auditiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --ele veio dizer a mim que estava sendo chamado para comparecer, e V. Exa. aqui ouviu a conversa em inglês--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu percebi, eu percebi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --dá a confirmação da importância do nosso futuro Deputado Federal, por Minas Gerais.

Eu quero dar início à nossa pauta pelo Item 1, que tem como relator o Senador Wellington Salgado.

"Item 1 da Pauta. Projeto de Lei do Senado, de autoria da Senadora Roseana Sarney, não terminativo, de nº 474, de 2008, altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde. O Relator é o Senador Wellington Salgado, e o relatório é favorável."

Com a palavra o Senador Wellington Salgado para leitura do seu parecer.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, demais senadores, telespectadores da TV Senado, esse é um projeto de lei importantíssimo.

Para resumir, hoje nós temos uma situação, antes de ler o relatório, porque é muito importante realmente, nós temos a questão dos prontuários. O que acontece? Normalmente o médico que cuida de alguém, ele tem ali o prontuário e ele fica, aquela pessoa fica presa ao médico, porque só ele tem aquela fichinha onde tem todo histórico daquele cliente, ou talvez até amigo, que acaba virando um amigo. E, para esse paciente ir para um outro médico, ele teria que passar o prontuário, mas o prontuário é coisa de segurança, e acaba não passando.

Esse projeto, não. Esse projeto torna acessível, para todos os médicos, o prontuário. Ou seja, se você passa mal lá, na terra de V. Exa., no Pará, e eu de Minas, se eu estiver visitando V. Exa. e passar mal lá, acessa o prontuário e já sabe quais são os meus antecedentes, tudo o mais, então, rapidamente cuida de você, não precisa que venha até aqui para o médico. Então isso é importantíssimo.

É um projeto da Senadora, hoje Governadora, Roseana, que eu passarei a ler, embora tenhamos alguns compromissos, mas eu acho esse projeto muito importante, inclusive vai mexer muito com o estabelecimento, com esse grupo que detém esse poder de decidir sobre essas informações. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. poderia falar em português e não em inglês, por favor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que eu aproveitei, estou inspirado na visita da senadora e também da Sra. Hillary. Vamos lá.

"O Projeto de Lei do Senado 474, de 2008, de autoria da Senadora Roseana Sarney, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde, com o objetivo de criar o prontuário eletrônico do paciente no Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelecer diretrizes para sua implementação.

A proposição dispõe sobre o uso do meio eletrônico na elaboração de prontuário de paciente, bem como sobre a informatização do registro, da comunicação, da transmissão e da autorização de procedimento ambulatorial e hospitalar, de internação hospitalar, de resultado e laudo de exame, de receita médica e demais informações de saúde – veja o quanto é importante Sr. Presidente.

O projeto prevê, também, o envio por meio eletrônico, mediante o uso de assinatura eletrônica, de resultado, de laudo, de receita, de guia, de autorização, e o registro de internação, de procedimento ambulatorial e hospitalar, entre outros documentos utilizados no setor de saúde.

Para a consecução desses propósitos, serão criados cadastros nacionais de três tipos diferentes – de usuário, de profissionais de saúde e de unidades de saúde – que irão abranger a totalidade dos cidadãos brasileiros, os profissionais de saúde em atividade no País e os serviços de saúde públicos e privados existentes no território nacional. Aos cadastrados será atribuído número nacional de identificação e será facultado meio de acesso aos sistemas.

De acordo com a proposta, o SUS desenvolverá e certificará, diretamente ou por intermédio de terceiros, sistema de prontuário eletrônico do paciente. O sistema a ser envolvido deverá ser padronizado e utilizar, preferencialmente, programas com código aberto, e ser acessível ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores.

O prontuário eletrônico do paciente deverá se produzido mediante sistema de criptografia e de segurança de acesso. As informações serão armazenadas em meio que garanta a preservação, a segurança e a integridade dos dados, a fim de assegurar a privacidade e confidencialidade da informação de saúde dos cidadãos. Ademais, os documentos produzidos eletronicamente e juntados ao prontuário eletrônico do paciente serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Por fim, o projeto de lei aplica as suas disposições igualmente ao setor de saúde privado, ou seja, às operadoras de planos de assistência à saúde, aos planos de saúde e aos seus beneficiários.

Quanto à vigência da lei, o projeto estabelece que ela ocorra um ano após a data de sua publicação.

O PLS foi distribuído às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Assuntos Sociais. Não foram apresentadas emendas ao projeto. Na sequência, a proposição será analisada pela CAS, em decisão terminativa.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre proposições que digam respeito à informática e à política nacional de informática.

Por esse motivo, é pertinente avaliar a proposição nesta comissão, vez que, nas palavras do autor, a proposição busca universalizar a informatização no setor de saúde brasileiro e aumentar a equidade na distribuição dos benefícios desse processo.

A informatização caminha a passos largos no setor de saúde. A exemplo do que acontece na área bancária e financeira, onde o País já atingiu elevado grau de informatização e automação, os benefícios aos usuários são evidentes: eliminação de repetições desnecessárias em termos de registro de informações e de realização de exame e terapias, diminuição de erros médicos, e melhora da qualidade da assistência, por conta de disponibilidade de informações do histórico do paciente, entre outros. Em relação ao sistema de saúde, considerado no seu todo, a racionalização de procedimentos e de custos, bem como a potencialidade de aprimoramento de sua gestão, compensa, com ampla margem, o investimento em informática.

Nesse sentido, cabe ao SUS fomentar esse processo e estabelecer as normas gerais e diretrizes para o desenvolvimento de sistemas de prontuário eletrônico de paciente, bem como criar cadastros, requisitos, modelos e padrões necessários.

Com base no exposto, julgamos que a informatização das ações dos serviços de saúde, dentro dos parâmetros éticos e de respeito à privacidade da pessoa, respaldada por diretrizes tecnológicas apropriadas, é essencial para o aprimoramento do setor de saúde público e privado."

Sr. Presidente, eu tenho a impressão que esse... Não, tenho a certeza de que esse é um dos projetos de lei que eu mais me orgulho de relatar, devido a sua importância, e também de estar presente nessa comissão, na qual V. Exa. é o segundo Presidente da história, o primeiro... Nós tivemos a oportunidade que, na verdade, tivemos a oportunidade de criar juntos essa comissão: o seu partido, mais o meu partido e mais os demais partidos, e esse é um momento importantíssimo, e eu me sinto muito orgulho de relatar esse PLS.

"Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 474, de 2008."

É esse o meu voto, Sr. Presidente e demais senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gosto de ler as coisas antes de votar, e ao resumo que nos dava referente ao Item 1, não terminativo, que foi relatado a instantes pelo Senador Wellington Salgado, ele simplesmente dizia: "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde", e somente. E, com isso, foi muito pouco consistente. Aí eu me acosto a tudo o que foi dito pelo Senador Wellington Salgado da extraordinária importância desse projeto. Existem alguns projetos que correm na Casa e não são merecedores de um destaque como esse merece.

Então, eu convocaria até, nós que estamos aí a nível nacional, que a mídia nacional se atentasse para a importância disso. Com isso, gerará, inclusive, um cadastro nacional dos usuários do serviço de saúde, que são os pacientes, gerará o cadastro dos profissionais de saúde e gerará o cadastro nacional dos serviços de saúde pública. Tudo isso informatizado, a nível nacional. É importantíssimo nós termos isso.

Qualquer pessoa que passe por problemas de saúde sabe o quão importante é você resgatar a história, e, com este projeto, se poderá resgatar a história, inclusive todo o prontuário médico do paciente, todo o prontuário médico...

O Senador Papaléo domina inteiramente a área e sabe da importância que é, numa situação de emergência, se ter, on-line, um histórico e tudo o que já foi prescrito e referenciado para aquele paciente.

Então eu parabenizo o Senador Wellington Salgado e fundamentalmente parabenizo a autora do projeto, que é a atual governadora, Senadora Roseane Sarney, que teve o talento e a inspiração de fazer esse projeto. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu conversava aqui com o senador ao meu lado, e o que nós estamos fazendo aqui é a portabilidade da medicina, que você já troca de... troca telefone, leva o seu número.

Eu acho que, agora, com essa lei, que nós vamos aprovar aqui, é a portabilidade do prontuário. Você muda, agora, sem precisar ficar preso a um único médico.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, para--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, me permita--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem ou para discutir?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu quero, também, me somar ao Senador

Wellington Salgado e ao Senador Roberto Cavalcanti, porque eu posso dar o testemunho da importância da informatização da área da saúde. Todo administrador público sabe que parte da qualidade do serviço de saúde a ser executado depende muito de estatística, depende de identificação de uma área pelos números de pacientes atendidos por determinadas demandas [ininteligível], depende do, vamos dizer assim, das informações para que se faça um bom tratamento.

Quando eu fui prefeito da cidade de João Pessoa, Presidente, eu desenvolvi um processo de informatização da saúde daquele município. Foram vários itens que nós conseguimos implantar; outros, infelizmente, não tiveram a continuidade por conta da mudança do governo: outro administrador assumiu e não deu a importância que merece a saúde na sua administração.

Mas para V. Exa. ter ideia, nós não tínhamos nenhuma equipe de saúde da família; deixamos com 180 equipes de saúde da família. Foi a primeira capital do país a ter 100% de cobertura de equipes de saúde da família para o público-alvo – obviamente que não é toda a população que usa o plano, o atendimento da equipe de saúde da família.

Dessas 180 equipes de saúde da família, nós tínhamos 900 agentes da saúde, cinco agentes em cada equipe. Todos eles, todos eles tinham um palm top. Quando ele ia visitar a casa, ele já tinha o prontuário, a ficha de cada morador daquela casa: se fosse uma gestante, para fazer o pré-natal; se fosse um hipertenso, para verificar a pressão. Enfim, todas as informações: da residência, do tipo de residência, se era de taipa, se a rua tinha saneamento básico, se não tinha, todas essas informações o agente era um instrumento da ação da prefeitura, inclusive para o planejamento da prefeitura nas obras de infraestrutura, de saneamento básico, de pavimentação, enfim, de outras ações. E isso nos deu um ganho muito grande. Reduzimos, de forma enorme, a mortalidade infantil, as questões dos atendimentos nos Postos de Saúde, nos hospitais, reduziram, também, em função dessa medicina preventiva, tendo como instrumento...

Ele chegava com o palm top, descarregava no computador de cada PSF – tinha um computador –, descarregava naquele computador. Ele era interligado com a Secretaria de Saúde, e nós identificávamos gerenciamento de fornecimento de remédio para o PSF, administração do almoxarifado do PSF, a marcação de consulta...

Para V. Exa. ter ideia, quando o médico do PSF identificava que determinado paciente precisava fazer a consulta mais específica, por exemplo, de cardiologia, o que ocorria? O próprio médico marcava a consulta com um especialista, o paciente saía da sua comunidade, da sua, perto da sua residência, e sabia em que laboratório, em que hospital ele seria atendido, o dia que ele seria atendido e qual o médico especialista e hora ia atendê-lo. Então, o instrumento da informatização para a saúde, sem dúvida nenhuma, é algo fundamental.

Nós fizemos uma experiência também com 15 PSFs onde os exames básicos, de fezes, urina e coleta de sangue, era feito no próprio PSF. Uma moto passava pelos PSFs, recolhia esse material de cada paciente, ia para o laboratório central da prefeitura e o resultado desses exames voltava pela Internet para o médico que tinha solicitado os exames. Ou seja, o instrumento da informática é algo que, sem dúvida nenhuma, irá nos ajudar a enfrentar um dos problemas mais graves do povo brasileiro, que é o problema de saúde e, principalmente, a saúde pública.

Então, eu quero parabenizar a Senadora Roseana, bem como o relator Wellington Salgado, e espero que esse projeto seja aprovado nessa Casa, no Senado, e, mais do que isso, seja implantado, que não seja apenas uma lei aprovada, e o povo não ter o benefício que merece.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cícero Lucena.

O trabalho que V. Exa. desenvolveu quando prefeito de João Pessoa, quando Governador da Paraíba, que foi, em parte, relatado na área de saúde, lhe dá hoje as condições de reconhecimento do povo daquele estado amigo lá da Paraíba. E tenho certeza absoluta que esse trabalho todo será retomado por V. Exa. à frente do Governo da Paraíba, com apoio do Senador Roberto Cavalcanti, com certeza absoluta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E o meu apoio também, mesmo sendo de Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Apoio de todos nós, mas o importante é a liderança do Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho que, antes de tudo, passa pela mão do partido de V. Exa..

A confusão é no partido de V. Exa.. O Senador Cícero Lucena quer ser candidato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Cícero Lucena, ele é um coordenador e um conciliador nato.

Senador Papaléo Paes, para discutir. V. Exa. alertou a questão do horário e, mas V. Exa. tem um tempo que necessita para, como médico, e dos mais competentes--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --fazer a defesa do projeto que merece parabéns de todos nós à Senadora Roseana Sarney e ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em 1984, eu, quando assumi a Secretaria de Saúde do Estado do Amapá, e lá se vão 26 anos, a primeira providência que eu tomei foi fazer uma revisão em todos os prontuários, no arquivo que era uma imensidão. Ou seja, ali estavam contidos todos os casos, os históricos de doentes do Estado do Amapá.

Lembro que havia uma dificuldade muito grande de pessoal. Convoquei 30 alunos do segundo grau, concluintes do segundo grau, para fazer esse tipo de trabalho, e, realmente, levamos muito tempo para alcançar o êxito que precisávamos alcançar aquela época.

Senador Cícero Lucena, com 34 anos de formado, eu tenho a felicidade de dizer que vi a medicina evoluir. Acompanhei essa evolução, porque eu sempre fui um militante da medicina.

Eu estou, hoje, senador, mas sou médico, militante da minha área, e já vi, já tive a felicidade, quer dizer, já fui pago pela minha profissão de conseguir acompanhar toda essa evolução até os dias de hoje.

E este projeto aqui, nada mais é, nada mais do que a avaliação da importância, e aqui eu quero parabenizar V. Exa. pelo belo trabalho que fez, quando prefeito, na área da saúde, lá no Estado da... na cidade de João Pessoa, da importância do que é um prontuário médico.

Um prontuário médico, Senador Wellington, ele salva uma vida. Ele é fundamental para que nós possamos fazer a avaliação de um paciente que nunca vimos na vida, e que este paciente poderá muito bem ser salvo só da observação do histórico dele, dos antecedentes na área da saúde.

Então, eu parabenizo V. Exa. pela sua visão, parabenizo V. Exa. por ter alcançado a importância desse projeto quando falou que talvez tenha sido o projeto mais importante que V. Exa. relatou aqui, se não é o mais importante, é um dos mais importantes, e esta sua visão faz com que nós tenhamos só que lhe parabenizar e exaltar esse grande avanço que nós vamos ter na área da medicina através da informatização e da abertura dos prontuários médicos, claro, dentro da ética médica, toda aquela segurança que nós precisamos ter, para o paciente se sentir seguro em qualquer lugar desse país.

Então, parabéns a V. Exa. pelo relatório que V. Exa. faz e parabéns a esta comissão que teve oportunidade de julgar este belo parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Papaléo Paes.

Quero só fazer uma referência. Concordo com todos os comentários e as discussões feitas pelos Srs. Senadores que usaram da palavra. Esse, realmente, é um projeto da maior importância. Senadora Roseana Sarney estava iluminada quando propôs, e o Senador Wellington Salgado, ele absorveu exatamente a ideia do projeto e fez uma defesa e um parecer que merece elogio de todos nós.

Mais do que tudo que já foi dito aí, é importante que a saúde à distância – já se fala em educação à distância, já se tem educação feita através da rede mundial de comunicação. A saúde à distância, tanto quanto a educação, tem uma importância porque uma forma o cidadão e a outra salva vidas. Então, é importante.

Você não pode ter, principalmente nas regiões menos favorecidas, você não pode ter o médico especialista que, em determinada doença... Mas você pode ter o generalista, que está lá no interior, faz o exame, e remete através da Internet para um especialista lá em São Paulo, para que ele possa avaliar o exame, dar o diagnóstico e, em contato com o médico lá do interior, salvar a vida do paciente, contribuindo com o seu conhecimento.

Esse projeto é importante. Alguns estados já experimentam, de forma, eu digo, até incipiente, pela vontade dos seus executivos. Mas, no caso aqui, a Senadora Roseana Sarney propõe que seja tornado obrigatório, em todo o território nacional, inclusive para serviço privado, me parece, não é Senador Wellington Salgado? V. Exa. fez o parecer, inclusive para serviços privados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto. Então, isso vai realmente facilitar que os brasileiros que são mal assistidos na saúde possam ter melhoria através da tecnologia.

E nós estamos discutindo o Plano Nacional de Banda Larga que vai poder dar acesso a todos os locais do Brasil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, como relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um comentário final sobre esse assunto: eu estava meditando aqui, nesse momento, e nada... Quem é que estaria à altura desse projeto de lei? A Senadora Roseana, que todos nós sabemos que tem passado por situações difíceis na área de saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, é verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então você vê que ela é uma grande guerreira, um orgulho para todos nós de tê-la como amiga, por tudo o que passou, sempre lutando, sempre otimista. E eu acho que ela mesma sentiu a necessidade disso, porque toda hora ela pode ter que mudar de médico e levar o prontuário. Então, ela fez uma lei de alguém, um projeto de lei de alguém que sente realmente o quanto é importante isso. Eu estava pensando aqui agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E realmente ela sentiu isso na alma: essa questão de ter que, toda hora, levar as fichinhas dela para tudo quanto é lugar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na pele.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na pele, no coração, na carne, aonde for.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas fez também, com certeza, pensando nos menos favorecidos, que esses não têm nem condições de ter acesso à ficha, quanto mais do atendimento médico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam com o projeto permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade. O projeto vai à Comissão de Assuntos Sociais, de forma terminativa. Ou seja, semana que vem pode ser aprovado na CAS, vai a plenário, do Plenário à comissão. Se houver agilidade da Câmara, meu vice-Presidente e Presidente sempre Senador Lobão Filho, se houver agilidade da Câmara, podemos, ainda, aprovar esse projeto da Senadora Roseana Sarney e transformá-lo em lei pela sanção presidencial ainda nesse semestre. Espero que isso aconteça, porque é para o bem do Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Deputado Wellington Salgado vai cuidar disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quando o Deputado Wellington Salgado chegar lá, isso já está atendendo os senadores, os--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Você sabe que ele vem--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --os brasileiros.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --falando que vai me visitar lá, vai me trazer aqui para eu não perder esse ambiente maravilho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. nunca será esquecido, Senador Wellington Salgado.

E, até lembrando os nossos membros da comissão, nós estamos agendando já, talvez a próxima semana ou a semana seguinte, uma homenagem ao Senador Wellington Salgado. Nós vamos colocar, abrir a galeria dos ex-presidentes da CCT, e com a posição do retrato do Senador Wellington Salgado. Nós estamos com uma dificuldade, porque a... É, nós estamos, nós estamos com uma dificuldade, porque a CCT ainda não tem um plenário seu. Nós estamos, nós temos uma comissão sem teto. Então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sem sala.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós estamos solicitando ao Primeiro Secretário Senador Heráclito Fortes que nos encontre um espaço, pelo menos para que a gente possa fazer a homenagem ao Senador Wellington Salgado.

Sugeriram que nós colocássemos sobre aquele, a parede ali acima do visor. Eu estou preocupado que eu acho que o retrato do Senador Wellington não vai caber em função da altura do cabelo, vai passar., vai passar da... Você não acha, Senador Lobão Filho? Vai passar ali do limite do vidro. Então... Mas nós vamos resolver esse assunto, V. Exa. será homenageado com toda a pompa que merece, na posição do coisa.

Eu não sei se V. Exa. fornecerá à secretaria o retrato atual, o retrato anterior, que está no seu gabinete, ou o futuro, ou o futuro que lhe reserva que V. Exa. está já imitando o Senador Paulo Duque na vestimenta, e, com certeza, também, pode chegar à situação capilar do Senador Paulo Duque. Então V. Exa. escolhe o retrato que V. Exa. gostaria que a posteridade, que os seus filhos, seus netos, seus bisnetos, ao visitarem o Senado, o vejam como o primeiro Presidente da CCT.

Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, semana passada foi lido o convite para o I Seminário Baiano de Energia Fotovoltaica, e eu peço, então, através de um requerimento, que seja coloca-

do extrapauta a minha intenção de que, se aprovado, representar essa comissão nesse encontro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre a mesa e o Senador Cícero Lucena solicita a inclusão extrapauta de um requerimento, que ele já fez referência, que pede que ele seja para ser designado representante dessa comissão em missão oficial junto ao I Seminário Baiano de Energia Fotovoltaica.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para esclarecer que nós fomos aprovados numa última para uma de energia eólica, em São Paulo, só que estavam cobrando a inscrição do Senado, e eu fiz questão de não ir, porque eu achei que foi um desrespeito a essa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso já foi comentado aqui.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Nesse caso, é um convite do Seminário para que nós, inclusive, possamos fazer a palestra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E V. Exa. é um profundo conhecedor das fontes alternativas de energia.

Eu coloco em discussão a solicitação da inclusão extrapauta.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos ao requerimento. Requerimento, sobre a Mesa, do Senador Cícero Lucena:

"Requeiro com fulcro no disposto no art. 40, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado representante dessa comissão, em missão oficial, junto ao I Seminário Baiano de Energia Fotovoltaica, a realizar-se na cidade de Salvador, no dia 10 do corrente mês, conforme convite em anexo.

Ressalto a relevância do tema objeto do encontro e sua pertinência com os assuntos afeitos à área de ciência e tecnologia."

Senador Cícero Lucena, para defender o requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como já o fiz, Presidente, acho que sempre é importante essa comissão nos itens, nos temas, estar participando de seminários que venham contribuir para que nós possamos exercer as nossas funções como legisladores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado o requerimento.

Eu submeto... Nós temos quórum para que possamos entrar nos projetos terminativos. Nós... Eu submeto ao plenário se nós damos continuidade à pauta, com os projetos terminativos ou, em função da reunião do Congresso Nacional, marcado para as 10 horas, em homenagem ao centenário de nascimento do ex-Presidente Tancredo Neves, nós possamos respeitar não só a Sessão do Congresso, mas essa figura que é símbolo para todos os brasileiros. Aí nós suspenderíamos os projetos terminativos e retomaríamos na próxima sessão da quarta-feira.

Nós vamos ter duas sessões na semana próxima. Na terça, a sessão com Audiência Pública, às 09h30 da manhã, na sala 3, e quarta-feira a Sessão Ordinária aqui na...

Então, eu coloco em discussão para que possamos--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

A minha presença aqui não é possível, visto o que Tancredo é uma figura emblemática da história de Minas, da democracia brasileira, eu teria que estar no plenário, independente de qualquer decisão que tome aqui os demais senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos concordam que possamos encerrar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ou suspender.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, suspender não. Vamos encerrar a sessão de hoje. Não vamos, apesar de termos quórum qualificado, e eu quero agradecer a presença dos membros da comissão, não vamos entrar nos itens terminativos e o faremos na sessão da próxima quarta-feira.

Não havendo mais outro assunto a tratar, eu agradeço a presença de todos, inclusive dos nossos colaboradores do Senado e da secretaria, e dou por encerrada a Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia de hoje.

ATA DA 05ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010

Às dez horas do dia nove de março de dois mil e dez, na sala 03, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Lobão Filho, Cícero Lucena, Flávio Arns, Geovani Borges, Gilberto Goellner e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Co-

municação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi e Acir Gurgacz. Comparecem à reunião os Senadores Eduardo Suplicy, Adelmir Santana e Augusto Botelho, não membros da Comissão. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 04 de 2010-CCT, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Gerson Camata, que requer "... nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite a Sua Senhoria o Senhor Cezar Alvarez, Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal, o senhor José Fernandes Pauletti, Presidente da Abrafix e o senhor Luiz Cuza, Presidente da Telcomp e o senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardemberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, a comparecerem perante a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data a ser marcada, para ouvi-los sobre o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)" e ao Aditamento nº.01 ao Requerimento n.º 04 de 2010-CCT, de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti que requer "... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao Requerimento nº 04 de 2010 - CCT, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do Senhor Franklin Martins, Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para expor junto com os demais convidados do requerimento acima citado, sobre o Plano Nacional de Banda Larga." Comparecem à reunião os Senhores Cezar Santos Alvarez, Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal, Franklin Martins, Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM, Luiz Cuza, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – Telcomp, Jarbas José Valente, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Lobão Filho, Renato Casagrande, Roberto Cavalcati, Eduardo Azeredo e Augusto Botelho, não-membro da Comissão. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 09 de março de 2010, para a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o Plano Nacional de Banda Larga, atendendo ao Requerimento nº 4/2010, CCT, de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Renato Casagrande e Gerson Camata, e Aditamento nº 1, de autoria dos Exmos. Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Solicito ao Senador Renato Casagrande e ao Senador Roberto Cavalcanti que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa, quando convocados. Convido a sentar-se à Mesa o SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ:, Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal; S. Exa. o Sr. Franklin Martins, Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, SECOM; Sr. Luiz Cuza, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviço de Telecomunicações Competitivas, TELCOMP; Sr. Jarbas José Valente, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; Sr. José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço de Telefone Fixo Comutado, ABRAFIX.

Recebido na secretaria da Comissão o Ofício nº 138/2010, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi, com o seguinte teor: Referência: informa ausência. "Sr. Presidente, cumprimentando-o cordialmente, comunico que o Senador Sérgio Zambiasi estará ausente da reunião desta comissão, a realizar-se no dia 09/03/2010, às 9h30, em decorrência de cumprimento de Missão Oficial em Montevidéu, no Uruguai. Cede a sua compreensão para o assunto, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração. Sr. Dirceu Braz Goulart Neto, Chefe de Gabinete".

Eu quero agradecer, ao iniciar essa nossa Audiência Pública, que tem como objetivo debater o Plano Nacional de Banda Larga, com o Requerimento de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Gerson Camata, com Aditamento dos Senadores Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti. Quero agradecer ao Ministro Franklin Martins e aos demais convidados por terem aceito o convite da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação do Senado Federal, para que possamos, hoje, nesta Audiência Pública, debater um assunto que está sendo muito discutido pela sociedade brasileira e dentro do Congresso Nacional, evidentemente, que é o Plano Nacional de Banda Larga.

É necessário que se dê oportunidade a todos os brasileiros, que tenham acesso à rede mundial de comunicações, pela internet. O que se vê é ainda uma deficiência muito grande, principalmente nas regiões mais afastadas de nosso país, como a minha Região Amazônica de acesso à rede. O programa do governo de universalizar o acesso à banda larga é da maior importância, mas, para universalizar, é necessário não só dar acesso ao usuário, mas também que o usuário tenha condições de acessar a rede. Porque, às vezes, o serviço é ofertado e o custo que chega à oferta não corresponde às condições do brasileiro, principalmente das classes menos favorecidas a terem direito a esse serviço.

Então, como essa questão também, ela é uma questão que traz ao debate a participação do governo na oferta direta do serviço, através da TELEBRÁS, também esta questão vem trazendo, suscitando vários debates na sociedade, no Congresso, e eu diria, Ministro Franklin, no próprio governo. Porque nós temos posições ainda... O Presidente, pelo o que temos de conhecimento, ainda não se definiu pelo modelo, mas nós temos propostas dentro do próprio governo, proposta que tem diferenças na sua concepção. Então, eu acho que aqui nós vamos poder enriquecer aos senadores, membros da comissão, que vão debater esse plano, quando chegar no Congresso Nacional. Isso vai facilitar bastante a posição que o Senado vai tomar e principalmente esta comissão, que é uma comissão de mérito.

Eu quero passar a palavra aos senhores convidados, V. Exas. terão dez minutos para as sua exposições, prorrogáveis por mais cinco, para que possam levar aos nossos senadores as informações que trazem até aqui.

Passo a palavra à S. Exa., o Sr. Franklin Martins, Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, SECOM. Registrando aqui o agradecimento que fiz, Ministro Franklin Martins, na sessão em que foi aprovado o Requerimento de convite a V. Exa.. Fiz referência que V. Exa. é um dos ministros, Ministro Nelson Jobim, da Defesa, e outros ministros, que atendem de pronto os convites das comissões do Senado Federal, sejam elas quais forem. Lamentavelmente, essa prática não é generalizada, por isso eu faço questão de realçar a presença dos ministros que atendem os convites dos senadores, para que possam vir aqui com as experiências, com a responsabilidade da pasta que exercem no governo e trazer as informações necessárias.

Sei que essa questão de banda larga não é diretamente ligada à secretaria, ao Ministério de V. Exa., Secretaria de Comunicação Social, mas, como a área de divulgação do governo, a área do governo como um todo, na área de propaganda, de mídia, de relação com a imprensa, de relação com o setor, passa também pela secretaria especial de V. Exa., os nobres Senadores Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti acharam que o conhecimento de V. Exa. seria bastante importante, no contraponto que nós teremos com os demais convidados que... alguns dos governos, outros da agência reguladora e outros da iniciativa privada. Com a palavra o Ministro Franklin Martins.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Senador Flexa Ribeiro, eu queria primeiro agradecer o convite para estar aqui, mais uma vez, no Senado, eu estou à disposição dos Srs. Senadores para responder ao que estiver ao meu alcance, dentro do meu conhecimento. Como o senhor disse, não é uma área que esteja afeta ao meu ministério.

Para mim, é sempre um prazer, eu acho uma grande vantagem, quando os senhores me convidam, vir aqui. Para mim, é sempre um prazer vir à Câmara, vir ao Senado. Afinal, eu trabalhei aqui como repórter, como jornalista, há cerca de 20 anos. Se eu fosse deputado, eu teria cinco mandatos; como senador, dois mandatos e meio. Quer dizer, não é pouca coisa. Então, eu me sinto muito em casa aqui e, para mim, é sempre um prazer. Mas eu não sei se eu vou poder contribuir, pelo menos em detalhes, na parte mais técnica, nas diferentes opções que venham a ser feitas e [ininteligí-

vel] nessa discussão. Evidentemente, eu posso falar, e é o que eu procurarei fazer nessa primeira intervenção, não sei se eu vou usar todo o tempo, sobre a importância de um Plano Nacional de Banda Larga.

Eu acho que isso é crucial para o país. É crucial porque a inclusão digital não é um luxo, ou um privilégio, ou uma bandeira de um ou de outro partido, que fala isso porque isso pega bem. Não, a inclusão digital é uma necessidade vital de qualquer sociedade moderna. A inclusão digital, o que significa? Levar a banda larga ao conjunto dos cidadãos, a preços módicos, e, se isso não se realiza, se isso produz exclusão digital, é algo da mesma gravidade que foi o analfabetismo, no passado, as pessoas não terem acesso à informação, a falta de energia elétrica em certos pontos do país. Ou seja, inclusão digital que eu queria dizer é o seguinte: do ponto de vista do governo, isso é uma posição de governo, é algo absolutamente vital para o exercício da cidadania, para o controle do governo, o controle das instituições públicas para a realização, integração das pessoas dentro da sociedade, poder exercer plenamente os seus direitos, poder desfrutar e aproveitar as oportunidades que tenham colocadas diante de si. Então, essa é a primeira questão. Para o governo, a existência de um Plano Nacional de Banda Larga que promova a inclusão digital é algo que deveria ser considerado - aí eu faço uma reflexão aqui - não como algo deste governo. Aliás, não só como algo do governo, entendido como Executivo, é algo como o conjunto da sociedade, e isso é tão vital quanto a existência da escola pública no país.

Posto isso, para que isso se realize, na avaliação do governo, é fundamental que a banda larga chegue a todo o país, entendendo as enormes dificuldades que existem para que a banda larga chegue a todo o país, em um país das dimensões continentais do Brasil, com o crescimento econômico e um desenvolvimento econômico desigual, como o que caracterizou o Brasil até hoje. Mas você ter como perspectiva de governo, de Estado, que a banda larga chegue a todo o país é algo vital, que está, a meu ver, no cerne do Plano Nacional de Banda Larga, que está sendo discutido pelo governo.

O segundo é que ela chegue a preços módicos, porque não basta que ela chegue; se ela chegar e não for algo que possa ser bancado pelo cidadão que está na ponta, ele continua excluído. Ele não está excluído tecnicamente, mas está excluído economicamente da banda larga. Então, que ela chegue, que não haja exclusão nem técnica e nem haja exclusão econômica, isso é vital. Então, que chegue a todo o país e que chegue com tarifas módicas.

Terceiro, que ela chegue em condições técnicas adequadas, porque não basta que ela chegue lá de qualquer jeito, lá, dois fiozinhos, etc. e tal, que, na verdade, não permita à pessoa ter acesso a um conjunto de serviços, a um conjunto de informações, a um conjunto de conteúdos, que como ela tiver chegando com uma velocidade muito baixa, ele não consegue... Seria nós dizendo assim, nós teríamos aí, então, os semianalfabetos da inclusão digital. Nós precisamos ter alfabetização plena, escola secundária, escola média, ensino médio e universidade, ou seja, nós precisamos com que chegue na ponta a preços módicos, com velocidade e com qualidade.

Eu acho que, quando o governo começou essa discussão e o Presidente Lula disse: "Nós vamos ter que ter um Plano Nacional de Banda Larga"... Porque ficou patente para o governo que, espontaneamente, o mercado não resolveria o problema. Era necessário que o governo entrasse, enquanto algo que induzisse e regulasse, para que ele induza e para que, ao mesmo tempo, ele regule, ele precisa se debruçar sobre a tarefa, puxar para ele, fazer... Não que ele vá fazer sozinho, evidente que não, nem que ele vá... O governo pretenda, por uma fúria qualquer, estar presente em todos os negócios. Para o governo, o fundamental é que chegue lá, chegue lá sempre, com qualidade, com velocidade e com preços módicos. Se não houver uma pactuação coordenada pelo governo, isso não se produzirá. Isso sabe todo o setor, isso sabem as companhias telefônicas, sabe o usuário, etc. Então é nesse sentido que o governo está fazendo isso.

O governo fez, constituiu um grupo, o Cezar Alvarez é quem está na coordenação deste grupo, vai poder dar uma informação muito mais plena, muito mais completa para vocês.

O que eu estou querendo deixar claro aqui é que isto é o fundamental, do ponto de vista do governo. Muitas vezes a imprensa, ou analistas, ou especialistas, nós temos muito especialistas no Brasil, eles começam a dizer: "Não, o negócio da TELEBRÁS e etc.". Eu acho que isso daí, sinceramente, isso aí é a árvore, não estão vendo a floresta. O essencial não é se vai ter TELEBRÁS, se a TELEBRÁS ou quem é que vai se apropriar, herdar do backbone que está ali e como isso se integra. Isso é discussão que está incurso no governo e se discutirá amplamente na sociedade, isso não é o essencial. O essencial é o seguinte: precisa ter um Plano Nacional de Banda Larga que chegue em todo o país.

Aí eu queria fazer um reparo, eu acho que o problema da banda larga não são só, hoje em dia, pelo menos hoje em dia, não são só as regiões remotas, onde economicamente é muito difícil botar lá. Nós temos um

vazio, um apagão de banda larga nos grandes centros, nas regiões metropolitanas das principais cidades do país, a começar por São Paulo e Rio de Janeiro. Ou seja, não é só um problema técnico que custa muito levar até lá, não. Às vezes é porque não está dando dinheiro botar aqui. Por que não está dando dinheiro? É porque não tem renda? É porque não tem volume? É porque... São discussões que o Plano Nacional de Banda Larga pretende tratar. Porque, senão, quer dizer, nós começamos a achar: "Não, é compreensível que a gente não chegue lá longe". Mas é compreensível que a gente não chegue aqui perto. Por exemplo, o governo fez com as companhias telefônicas um acordo, ao meu ver, um acordo muito positivo, dentro da substituição dos PST pela banda larga nas escolas, em que as companhias telefônicas assumiram o compromisso de colocar banda larga em todas as escolas públicas urbanas no país, até o ano de 2010, e estão cumprindo o cronograma, 55 mil escolas públicas. Estão cumprindo, mas estão cumprindo o seguinte: puxam um fiozinho lá da central, vai levar para uma zona de periferia e bota na escola. Mas aquilo ali é uma coisa quase que dedicada, atravessa um apagão digital e vai chegar lá na ponta. Evidentemente estamos cumprindo, mas evidentemente que não é esse o espírito da coisa que nós precisamos. Nós precisamos levar na escola, nós precisamos chegar na escola, e a molecada ter em casa, entende, também, aquilo, ter a possibilidade de ter em casa. E ela, para ter em casa, vai ter que ter condições técnicas, que chegue com velocidade e também vai ter preços módicos.

Então, estou querendo chamar a atenção que a discussão é uma discussão que eu acho que se a gente entrar com uma cabeça bastante aberta para aquilo que é importante, o que é importante é ofertar para todo o país a preços módicos, de modo que se promova uma verdadeira inclusão digital e sem demagogia. Ontem deu uma notícia no jornal: "Plano de Banda Larga não será realizado esse ano". Evidente que não será realizado esse ano, só um louco acharia que até o final do ano nós teríamos banda larga em todo o país. O que você vai [soa a campainha] é discutir um plano que permita avançar já esse ano, avançar o ano que vem, avançar no outro, para, dentro de um prazo razoável, você poder ter o país coberto, efetivamente, com um Plano Nacional de Banda Larga. Então, nós estamos acho que enfrentando uma discussão, que é uma discussão crucial sobre os destinos do país, os destinos da juventude, a informação, a circulação e etc.

Para continuar, só para concluir, eu queria dizer uma coisa que diz respeito, especificamente, à minha área, comunicação social do governo. A comunicação social do governo, progressivamente, ela se faz cada vez mais pela internet e não poderia deixar de ser, porque as pessoas se informam progressivamente, cada vez mais pela internet. Se nós pegarmos os jornais, por exemplo, impressos, que foram uma grande fonte de informação da sociedade brasileira até os anos 40, 50, os jornais, hoje em dia, pelo menos os jornais tradicionais, eles têm a sua circulação declinante. O que está em crescimento, dentro da mídia impressa no Brasil, são os chamados jornais populares, também os jornais de interior e os jornais das capitais, fora do eixo Rio-São Paulo ou Brasília, mas os mais tradicionais, ou estão estagnados, ou ligeiramente declinantes na sua circulação. O que indica o quê? Um hábito que a sociedade vai tendo, um hábito novo que ela não está se informando basicamente através disso.

Eu não quero nem entrar aqui em uma análise mais profunda de por que exatamente. Isso é uma constatação, cada vez mais as pessoas se debruçam, etc., sobre outros meios. Outro exemplo: eu vi uma pesquisa outro dia revelada, os jovens de classe A, B, no Brasil, até acho que 24 anos, eu creio que era essa idade, que, em 2003, permaneciam em média quatro horas na frente da televisão, hoje em dia, permanecem três. Eu, aliás, me espantei não foi que tivesse diminuído para três, foi que tivesse diminuído só para três, porque, pelo o que eu vejo dos meus filhos, eles não ficam três horas na frente da televisão de jeito nenhum, ficam três horas na frente do computador. Então, digo que a juventude, ou seja, o "futuro mercado", digamos assim, ele está em migração também para outros centros.

Isso coloca desafios extraordinários do ponto de vista da comunicação, ele coloca desafio extraordinário do ponto de vista de produção de conteúdo. Não é à toa, inclusive, que está tramitando aqui, no Congresso Nacional, o PL 29, que eu acho que sua discussão e aprovação está vindo para o Senado. A discussão e aprovação é fundamental para enfrentar o problema de produção de conteúdo, justamente nesse mundo que está mudando, para que não se fique com modelito de antes, que, vou dizer, não funciona mais, não funciona. Dá para sentar um tempo em cima do vulcão, mas, um dia, o vulcão entra em erupção, não tem jeito, porque são forças muito mais fortes, muito mais poderosas, a meu ver, do que certos interesses particulares, segmentados, corporativos e etc., que não são capazes da dar conta da complexidade e, principalmente, da força do dinamismo da realidade que nós estamos enfrentando.

Então, por isso mesmo a SECOM tem procurado progressivamente atuar cada vez mais na internet. Nós lançamos, na semana passada, um grande portal, que os senhores possam ir lá, o www.brasil.gov.br,

um grande portal. Não é um portal de governo, é um portal de Estado, é um portal que reúne cerca de 500 serviços que estão à disposição do cidadão, desde o sujeito consultar o CPF dele até ele poder saber como é que ele limpa o nome no Serasa se teve problema, ou como ele concorre a um bolsa do ProUni, ou como ele se aposenta. São 500 serviços concentrados, evidentemente, serviços que já estão em portais e sites do governo, em outras áreas, mas que você concentrou, trouxe para o mesmo portal, onde você entra de forma diferente. Se você é um aposentado, você entra de uma forma, não só que você entra com letra maior, não, e um contraste maior. É porque tem serviços que te interessam mais. Se você é um jovem, você tem um layout diferente, mas também tem serviços, informações e etc., que te interessam mais. Ao mesmo tempo, é um portal para o exterior, um portal em inglês também, espanhol, ou seja, para o que Brasil possa ser conhecido lá fora e conhecido de forma diferente. Se um empresário quer investir no Brasil, ele quer conhecer o Brasil de uma forma. Se é um jovem que quer vir estudar no Brasil, ele quer conhecer o Brasil de outra forma. Se é um turista que quer vir e conhecer a beleza do Brasil, terá outro tipo de abordagem que ele terá que ter.

Então, nós procuramos, nesse portal, fazer uma coisa que seja voltada para o futuro. Sinceramente, eu, como jornalista, tenho uma coisa que me deu um grande prazer na produção desse portal, que ainda está em uma fase inicial. A gente costuma dizer que nós vamos ter, estamos saindo com 30% do conteúdo que nós vamos ter ao final do ano. [soa a campainha] Não só... Ou seja, na verdade, nós estamos fazendo o plano diretor de uma grande cidade digital, uma cidade de informação digital. Quer dizer, nós estamos passando as guias, as ruas, o saneamento, a água potável, a banda larga, a iluminação, mas as pessoas vão construindo as suas casas, suas edificações, depois, ali, em cima, e nós vamos ter coisas extraordinárias.

Só para dar um exemplo, nós temos uma exposição, quadros de Portinari, quadros de Di Cavalcanti, tudo que está em poder no governo de obras de arte, que sempre ficou... O Banco Central tem um acervo extraordinário, que sempre ficou guardado. Isso tudo, hoje em dia, está sendo revelado ali e, ao mesmo tempo, fazendo parcerias, acordos com outras instituições pública, privadas e etc., nós podemos fazer coisas extraordinárias. Aconselho a vocês: deem uma olhadinha, é realmente interessante.

Mas o que eu fico satisfeito, como jornalista, é que está se procurando fazer uma coisa que talvez seja o grande desafio que o jornalista, os comunicadores, os produtores de conteúdo têm na época digital, que nós estamos começando hoje em dia, senador, que é o seguinte: de um modo geral, os nossos sites, os nossos portais, isso vale para a imprensa, vale para outra coisa, eles são a cabeça de papel com rabo eletrônico. Continua se pensando em papel, em texto, aí você bota uma fotozinha para ilustrar, às vezes um videozinho, mas não se tem a cabeça eletrônica, não se aproveita os extraordinários recursos, que, justamente, a internet e, mais do que isso, a produção digital permite, que é você trabalhar com diversas mídias ao mesmo tempo. Trabalhar com texto, é claro, mas trabalhar também com imagem, trabalhar com som, trabalhar com vídeo, trabalhar com infográficos, trabalhar com animações, com coisas dessa natureza, pode-se contar a história de uma forma não tradicional.

Eu acho que o grande desafio que existe para os jornalistas e os outros comunicadores é deixar de achar que vai transplantar a sua cabeça de papel para a mídia eletrônica, isso dá certo. Isso é limitado, isso é acanhado. A garotada que está vindo ali já está com outra coisa e vai, provavelmente, acontecer aquilo que acontece sempre na humanidade. Nós, os mais velhos, não conseguiremos nos adaptar, nos transformar, a garotada que vem aí nos engolirá e passará por cima de nós. O Freud dizia que as grandes polêmicas, as novas ideias triunfam sobre as velhas, não porque conseguiram, muitas vezes, vencer o debate no plano dos argumentos, é, simplesmente, porque os velhos vão morrendo, os jovens vão vindo, e os jovens são menos presos a preconceitos, acabam se adaptando ao mundo novo e construindo um mundo novo. Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Ministro Franklin Martins, pela sua exposição brilhante. Dando continuidade à audiência, passo a palavra ao SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ:, como disse o ministro, Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal. V. Exa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Bom-dia, Senador Flexa Ribeiro. Cumprimento o Sr. Senador Casagrande, Senador Roberto, Senador Suplicy. Agradeço a oportunidade de esclarecer, debater este tema que cresce e que deve se tornar um objeto forte de discussão dos futuros do nosso país. Deve extrapolar, evidentemente, as dimensões de Governo Federal, alcançar estados, municípios, sociedade civil, esta Casa e este Parlamento.

Como o próprio Ministro Franklin já teve a oportunidade, de forma muito categórica, em afirmar o claro entendimento do Governo Lula. Mais que o claro entendimento, a firme convicção, que o acesso às múltiplas dimensões do conhecimento, a capacidade de proces-

sar esse conhecimento, reconstruí-lo, interagir, cotejar, até mesmo simplesmente acessar, independente da forma que ele está armazenado, com qual velocidade e com qual jeito chega a cada um de nós, é uma tarefa indispensável em um país que se pretenda construir um projeto de desenvolvimento harmônico, sustentado, que crie, produza e distribua riqueza, crie empregos qualificados, tenha produtividade nas suas empresas, seja na área industrial, ou nos serviços, no campo, enfrente as distintas desigualdades, em particular, as desigualdades regionais e sociais no nosso país.

Ao longo dos último dez anos, o Brasil praticamente universalizou a telefonia fixa e, hoje, tem mais de 37 mil localidades atendidas, 41 milhões de telefones, em serviço. Ainda que cada vez emudecendo bastante e estável à telefonia fixa no Brasil, com a discussão de fundo. Aqui não sou especialista da discussão da assinatura. Mas é inegável que isto, por exemplo, um orelhão instalado em cada localidade é um avanço inequívoco, independente do juízo que possamos ter sobre o processo de privatização das telecomunicações, ocorridas ao final da década de 90. Seja a relativização deste número, pois, comparados a uma realidade de desinvestimento, quando não sucateamento da antiga holding TELEBRÁS, seja, no outro extremo, a idealização das perfeições, da capacidade plena do mercado e a sua competição em prover os serviços necessários à telecomunicação. Independente dessa quase caricatural visão de dois extremos, quando se deparado com esses números, são números fortes, são números pesados, e eles se distinguem ainda mais quando olhamos a telefonia fixa.

Eu brincava aqui, provavelmente, o Jarbas, depois, pode me corrigir, que o número que eu tenho usado em um debate, há cerca de um mês e meio, provavelmente é velho, 182 milhões de telefones celulares no Brasil. Talvez eles falem pouco, apagado, ou não, ainda muito caro, o problema de interconexão, mas são 86 milhões de brasileiros que têm 182 milhões de celulares. Este é o número realmente forte, significativo, como eu dizia, independente do juízo que possamos ter.

Mas, na banda larga, é preciso dizer que ainda não decolamos. A infraestrutura, que transporta as grandes transformações que o Brasil precisa, são as modernas tecnologias de informação e telecomunicação. A banda larga é o pulmão, quando não, o coração e também o cérebro deste conjunto de serviços de telecomunicações. É neste conceito que banda larga aqui é uma dimensão de um instrumento, sem, evidentemente, super dimensioná-lo, de uma política de inclusão digital, que é política de inclusão social, é política de cidadania, é política de serviços, é de qualidade das ações do Executivo, de controle social, de participação, de modernização, também, do Legislativo e também do próprio Judiciário, ou seja, precisa uma política de Estado, para, então, participarmos desta dita chamada sociedade da informação, do conhecimento com capacidade de produção, interação e crítica. Quais as lacunas que temos a superar?

Aqui, como eu quero, depois, aproveitar o tempo, muito mais para as diretrizes gerais do programa do que para os elementos de diagnóstico, evidente que eu reconheço, e tenho discutido isso, particularmente com o Pauletti, se nós vamos pegar a curva da evolução da banda larga no Brasil, do início dessa década até este momento, realmente é uma curva com alta inflexão e bastante íngreme, digamos assim. Agora, ela - é preciso reconhecer - ainda é insuficiente para as realidades do Brasil de hoje, que precisa combinar tarefas de ontem com tarefas de hoje e também pensar nas tarefas de amanhã. Quer dizer, essa é a complexidade de um país como o nosso, que combina tarefas de três tempos distintos em um só momento. Vejam, de 57 milhões de domicílios brasileiros, 31% têm computador, mas apenas 23,8 acessa a internet, e, desses, apenas 13 acessam em banda larga. Aqui estou falando de uma banda larga não tão larga assim, acima de 128 kb por segundo. Então, aqui, também, a chamada densidade, que é o total de assinaturas em relação à população, nós temos, alguns dizem 5.3; hoje, já 6.4, por domicílio brasileiro, comparado com o total da população de mais de 190 milhões. A do Brasil está abaixo da do Chile, que é 8.5, da Argentina, 6.4. Evidentemente, não vou aqui falar Canadá, 28, Estados Unidos, 25, a própria Itália, o país da União Européia, dos 12, dos 15... Não, da União Européia, dos 25, ainda com uma taxa de 18.93, em 2008. Ela, além, então, de ser pouco, pequena, em relação à realidade brasileira, ela também é concentrada: dessas assinaturas, 80% está no Sul-Sudeste, São Paulo tem 40% dessas assinaturas, 80,35 %.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] população [ininteligível] .

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Oitenta por cento das assinaturas de banda larga estão nesses estados. Esses estados detêm, provavelmente, 55 % da população, evidentemente, talvez, 70% do PIB.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Há um percentual...

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: 5.3 a 6.4, e 5.3 é PNAD 2008. A PNAD, ainda em avaliação de 2009, 6.4, mas isso considerando a banda acima de 128. Se nós considerarmos que ela é pequena, se dobrarmos para 256, este 6.4 baixa para 4.2. Existe 4,2 assinaturas em endereço fixo de banda larga, em relação ao total de 190 milhões de brasileiros. É este o conceito

de penetração, é um conceito uma vez criticado, com imperfeições. Mas, vejam, ele falava em 1/3 dos domicílios, e desses 1/3 com computador e desses 1/3 com banda larga.

Então, a defasagem em ter computador e não ter acesso à Internet é um... Ter acesso com a internet, na velha linha discada, é outro; e a banda larga, que não é tão larga, é outro. Ou seja, essas são algumas dimensões dos desafios. Aqui não preciso falar do preço, tanto o preço evidentemente dado pelas dificuldades regionais, territoriais brasileiras, como também o preço pela ausência e pouca competição. Há um estudo do [ininteligível] que mostra que o preço onde há apenas um fornecedor é percentualmente 100; com dois fornecedores, é 70; com três fornecedores, é 50; ou seja, três fornecedores, o preço é levado à metade, de uma banda larga média, que tem um preço hoje, para 256k, em torno de 75 reais. Claro, nós sempre vamos ver promoção, mas, quando vão ler o asterisco da promoção, bem pequenininha: "Para os primeiros 100, nos primeiros 60 dias". Então, aqui estamos trabalhando em preço, realmente, médio, real, e não daquela promoção que diga: "Entre aqui, e o primeiro, dos 1000, que entrar, leva uma banda larga bem barata". Não, estou falando aqui preço médio, constante, real, no Brasil.

Então, é com essa realidade de uma banda larga ainda muito cara, para os padrões da capacidade de consumo brasileira, lenta, distribuída desigualmente no Brasil e concentrada, que nós temos que articular políticas públicas, com as iniciativas dos diferentes atores do mundo privado, para, juntos, construirmos um Plano Nacional de Banda Larga. É esse o conceito que nos anima, tanto que o formato previsto para o desenvolvimento desse plano é uma grande mesa permanente, alguns já a apelidam da Mesa Brasil Digital, para, nos próximos dois, três, quatro, oito anos, desenvolver o plano nas suas diferentes dimensões, combinando o resgate do que eu chamaria de uma banda larga social para os milhões e milhões de excluídos, geográfica, econômica e socialmente no Brasil, como também combinando as tarefas [soa a campainha] da necessidade da ultra banda larga para os enormes e cada vez mais complexos aplicativos de desenvolvimento das necessidades do sistema de defesa da tecnologia, da inovação e, quando não, simplesmente de um entretenimento de baixar um bom filme, na hora, pela internet, o chamado video on demand.

Então, dessas necessidades que a cada dia a capacidade que a gente compra é pequena, nós não aguentamos esperar mais tempo ali, cada vez os aplicativos são mais pesados, exigem... Bom-dia, senador. Exigem mais aplicativos, que é preciso combinar tarefas da chamada banda larga social, com uma dimensão estratégica da necessidade de modernas comunicações e a chamada ultra banda larga, também precisa estar no nosso horizonte. Senador, isso foi dez minutos, já? Esse sinalzinho para mim foi dez? Não, falta cinco ainda.

Tenho cinco, mais cinco que eu vou usar, já alerto que vou usar. Vou acelerar um pouco, pular uma ou duas páginas aqui. O preço eu já falei. A gente tem um preço dez vezes o do Japão, três vezes o da Polônia, o dobro do México, duas vezes, um pouquinho mais de duas vezes do Chile, um pouquinho menos de duas vezes da Argentina, preço relativo médio, sempre, poder de compra.

Mas como eu dizia, não basta organizar a oferta, é preciso também organizar e estimular a demanda. É preciso uma política integrada também, onde se dê conta das dificuldades da própria demanda, em termo de renda, distribuição. Se é verdade que 70% daqueles que não têm banda larga atribuem ao preço, tem 30 que não é o preço, que também é a habilidade, conhecimento, necessidade por conhecimento, ou não, e não disposição de compra e de acesso à internet banda larga, ainda que, evidentemente, o preço é o elemento preponderante.

Eu assinalo muito rapidamente com a Política Nacional de Banda Larga. Está inserida em um contexto mais amplo de equipamentos mais baratos, de política industrial e tecnológica, o Programa Computador para Todos, que dá isenção para equipamento e uma política de crédito, que nos levou, de 2006 a 2009, passar de quatro milhões, venda média de computadores no Brasil, para 12 milhões. Uma política forte na educação, equipando o conjunto das escolas com laboratórios de informática, chegando com banda larga em 55 mil escolas públicas urbanas brasileiras. Ainda devendo bastante para as mais de 10 mil escolas, com menos de 50 estudantes, que têm 13% do ensino fundamental e básico do Brasil.

É com essas dimensões mais amplas de qualificação da educação, política industrial e tecnológica, equipamentos mais baratos em uma indústria montadora brasileira, ainda devendo muito em termos da capacidade da produção e desenvolvimento de algumas questões, que não sejam aquelas commodities, que ainda é mais barato comprar em Taiwan, mas o tema dos semicondutores, CEITEC, em Porto Alegre, começando a desenhar, desenvolver e produzir chips, ainda que em lotes de baixa complexidade. É preciso ter a dimensão da Política Nacional de Banda Larga também em uma dimensão de política industrial e tecnológica, e a isso o MDIC, o BNDES vem trabalhando, FINEP e o MCT vêm trabalhando fortemente. Quer dizer, a

Política de Banda Larga não pode estar dissociada de uma política estratégica de desenvolvimento, telecomunicação e, inclusive, [ininteligível] das importações em uma área onde o eletroeletrônico é responsável por um belo déficit do nosso balanço de pagamentos. Fizemos as trocas que o Ministro Franklin já assinalou, de uma antiga obrigação ainda das privatizações, que era uma lojinha, um fax e telefone, por conexão em banda larga, nas cidades que ainda não tinham. No final de 2008, mais de 3000 cidades brasileiras e levar nas escolas, até 2025, banda larga, ainda que um pouquinho lenta, mas estamos negociando para aumentar essa capacidade, a todas as 55 mil, volto a insistir, escolas públicas urbanas brasileiras.

Falado isso com, digamos assim, um diagnóstico e alguns elementos de que situa uma Política Nacional de Banda Larga em um espectro mais amplo. Quais são os desafios que, então, temos pela frente? A nossa ideia é impulsionar e estruturar, eu uso a palavra, pode parecer um pouco grande e eloquente, um Sistema Nacional de Banda Larga, que favoreça, vejam, combinadamente, a competição com bases colaborativas. Pode parecer uma contradição, mas há a necessidade de acordos pontuais, estratégicos, diferentes empresas para uma região, combinando articulação, sociedade e também competição. Que, para o uso privado, público de uma banda larga rápida, barata, segura, acessível para o conjunto da cidadania e das instituições no Brasil. Para isso, buscamos articular e harmonizar o conjunto de instrumentos políticos legais, normativos e federativos [soa a campainha] da nossa disposição, para, em conjunto com a iniciativa das empresas da área, construir esse sistema da melhor forma e no menor prazo possível. Está terminando, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está, Dr. Cezar. Eu vou prorrogar por mais cinco minutos.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Eu estou no dez ou estou no 15?.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está no 15. [risos]

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Achei que eu estava no dez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou lhe dar mais cinco, porque é importante essas informações, para que, depois, os outros convidados possam contrapô-la e os senadores possam fazer as sua arguições.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Uma outra dimensão dessa Política Nacional de Banda Larga, que já mencionei, é aprofundar a política industrial e tecnológica e, também, no adensamento das cadeias produtivas. Quando não, pode parecer, para alguns, pecado eu falar essa palavra, nasce um pouco de nacionalização de alguns segmentos dessa grande cadeia.

As melhores tecnologias de formação e comunicação na gestão da atividade pública, contribuindo para a sua transparência, para a sua efetividade, para a sua democratização em todas as suas dimensões. Logo, eu uso o termo massificação da banda larga para cidadãos, empresas, governos e entidades da sociedade civil. Quais as realidades que temos a enfrentar? Temos que recuperar o tempo perdido no passado, resolvendo, como eu já dizia, os problemas de ontem e hoje, simultaneamente. Levar banda larga boa e barata onde ninguém quer ir. São mais de 1500 municípios onde as prestadoras privadas, por diferentes motivos, basicamente, capacidade de retorno econômica, é evidente, não chegam, nem querem e precisam estímulos para ir, quando não irmos diretamente ou de forma associada.

A segunda, eu brinco, a palavra é dar um empurrãozinho para o mercado ir nos grandes centros urbanos, nas periferias, onde então lá não chegue, não vale a pena, e é preciso chegar por sinal. Então, se tem uma boa banda na Avenida Paulista, ela é péssima, quando não tem em Paraisópolis, ou a tantas grandes favelas, concentrações urbanas que temos em São Paulo. Senador Suplicy, que você conhece muito bem, no Rio de Janeiro e nas grandes metrópoles brasileiras.

A terceira realidade é dispor de tudo que está ao nosso alcance, e está ao nosso alcance um patrimônio inestimável. São 23 mil quilômetros de fibra óptica da melhor qualidade, dentro de cabos de proteção, que são os para-raios dos sistemas ELETROBRAS. Quando falam 16 mil quilômetros, é a ELETRONET, no momento em que tinha a LIGHTPAR lá atrás; hoje, já são 23 mil quilômetros. Se acrescentarmos a PETROBRAS aí, é um equipamento que tem um potencial de chegarmos, com as previsões previstas nos próximos quatro anos, apenas não chegará diretamente em duas capitais do Brasil, no final de 2014, a 31 mil quilômetros da fibra óptica da melhor qualidade. É preciso atualizar a eletrônica dela e é preciso ver como dispor desse ativo. Para nós, ele é um ativo regulador, temos elemento de preço, de política pública, de política tributária, de regulação, a ANATEL, MINICOM, e também teremos a capacidade de produção. Preferencialmente, no atacado, se necessário, em última hipótese, também, no varejo, este belíssimo equipamento do chamado grande backbone, a grande espinha dorsal da sustentação de acesso para 27 capitais do Brasil.

Então, o plano, originalmente, prevê, para o ano de 2010, um acesso original a 200, 300 cidades, para atender pontos de governo, e aqui vai depender da própria capacidade dos governos estaduais e munici-

pais comprarem em rede, junto conosco, bem como se associarem com as sua redes, Estado do Ceará, Estado do Pará, do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, municípios com redes. Quer dizer, é preciso fazer um grande entrelaçamento dessas redes públicas, que elas sejam oferecidas à iniciativa privada e no limite ao consumidor brasileiro, seja no seu domicílio, seja na sua empresa, para os novos e modernos aplicativos.

Temos bem presente as dimensões das dificuldades e a dimensão da carga tributária. Ainda que tenhamos diferença, quando a iniciativa privada apresenta alguns estudos que mostram que esta carga tributária média é de 34%, e, hoje, ela ainda é 90% dos estados. Eu digo para as operadoras: "Não há acordo, se não tiver acordo com os governadores". É preciso dar serviços e é preciso novas fontes de renda, pois as distintas desonerações na área de equipamento, evidentemente, elevaram a uma certa compensação na área de serviços de telecomunicações. Os serviços de telecomunicações, em média, têm o ICMS que vai de 29 a 21 e é quase 1/3, em media, do ICMS dos estados, ou seja, isto é muito pesado, principalmente para estados onde depende muito do repasse dos fundos federais e do ICMS. Então, aqui tem uma questão de fundo também federativa, que não basta apenas o Governo Federal pensar [soa a campainha] em desonerar, porque ainda já há muito pouco a ser desonerado.

Eu termino por aqui. Então, deixo, depois, aberto para as perguntas, dizendo que é preciso apenas ressaltar e destacar um ponto, uma Política Nacional de Banda Larga é uma construção técnica, política, industrial, educacional, de médio e longo prazo. Não será feita, exclusivamente, pelo Governo Federal, será feita, federativamente, com as empresas da iniciativa privada. É preciso uma participação forte do Legislativo e do Judiciário, seja com fiscalizadores, seja como usuários e modernizadores dos seus próprios sistemas. É mais que o digitalizar prontuário. Isto é um processo de competição, isso é um processo de associação, isso é um processo a ser construído em uma Mesa. Uma Mesa que terá momentos de forte tensionamento, uma Mesa que terá momentos de acordo. Este plano tem ambição e esta ambição do Presidente Lula se torne uma política de Estado, com dimensões muito além deste ou daquele mandato, se torne um projeto de prioridade nacional.

Eu peço para relativizarmos a discussão, muitas vezes com viés ideológico, na pior dimensão da questão ideológica, porque podemos ter a bela dimensão, uma visão de mundo, valores, critérios e sociedade, mas aquela dimensão que estigmatiza tudo que é de Estado, público e estatal. A visão do uso desse ativo é uma visão reguladora, ela não pretende substituir o mercado, mas nós não podemos assinar embaixo que nunca iremos onde o mercado não quiser ir. Onde não quiser ir, nós temos a obrigação, enquanto Poder Público, de garantir esse serviço cada vez mais estratégico e essencial a todo e qualquer cidadão brasileiro. Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezado Senador Flexa Ribeiro, quero cumprimentar a todos os depoentes. Eu gostaria de fazer uma sugestão. É possível que meus netos e filhos saibam muito melhor tudo que se refere à internet, porque usam, meus netos usam o meu computador de uma maneira que eu não saberia, quando tinha a idade deles. Mas nós estamos aqui tratando do Plano Nacional de Banda Larga, eu tenho a consciência de que grande parte das pessoas que estão nos ouvindo hoje, aqui, na TV Senado, não sabem bem o que é o termo banda larga. Eu agradeceria muito, acho que será proveitoso, se o Ministro Franklin Martins e Cezar Alvarez possam brevemente definir o que é banda larga, porque não é um termo tão fácil. Se eu examinar aqui a definição na Wikipédia: banda larga, como a capacidade de transmissão que é superior àquela da primária do ISDN a 1,5 ou 2 megabits por segundo; mesmo assim, muitos não vão compreender.

Então, eu agradeço se um deles possa, antes de prosseguirmos, porque estamos discutindo o Plano Nacional de Banda Larga, para que todos saibamos da forma mais clara possível o que é a banda larga. Apenas uma definição de natureza didática, que eu acho que é importante para os que nos assistem e para nós mesmos, senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Suplicy. Com certeza isso é importante e que a explicação seja dada em uma linguagem que a população entenda, que não seja muito técnica, porque, se falar tecnicamente, é capaz de ainda ficarmos na dúvida que V. Exa. tem. Passo a palavra...

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Eu podia...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Dentro do espírito aí...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Ministro Franklin Martins.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Eu acho que, se o Cezar pudesse também, que já sei que vão aparecer outros termos aqui que a gente vai precisar explicar, que pelo menos explicasse também o que é backbone, o que é backhaul, o que é última mídia e o que é linha dedicada. Isso aí, pelo menos, acho que todo mundo precisa saber, também.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode, então, definir, por favor.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Não, ele ali que entende mais que eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, Dr. Cezar, vamos transformar em português todos esses termos em inglês.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Olha, eu estou neste ramo e não faz um ano, entre outras atividades. Então, eu sou um aprendiz absoluto. Mas, então, Jarbas, Pauletti, me corrijam no meio da minha fala. Qualquer comunicação, tem alguém que se comunica, é fonte e [ininteligível]]. É onda, ou é rádio, os sinais, ou é cabo, digamos assim. Esses sinais, no mundo de hoje, estão traduzidos em bits. O sinal, hoje, é uma soma de bits, um, dois, um, dois, luz, não luz. Quando soma oito informaçõezinhas juntas, chama o tal de bit, e isso aí vezes oito, chama o tal de byte. Então, tem o volume de informações por segundo, que vai de um lugar para o outro. O telefone precisa de uma capacidade em torno de 64 kbites por segundo. Agora, para mandar uma imagem, é mais carregada, precisa mais coisa. Então, hoje... Telefone é só voz...

Hoje, o próprio conceito de banda larga... No Brasil, a gente usa qualquer coisa acima de 64. Alguns órgãos internacionais dizem: "Não, mais que 256". É tudo múltiplo de 8: 64, 128, 256, 512... Então começa... Um mega, o tal de mil, um mega. Então, realmente, tem, aí, arbítrios, convenções e um processo de construção. As novas tecnologias cada vez permitem levar mais coisas e mais rápido. Essa aqui é a evolução, então, do celular de segunda geração, a terceira geração, já chega a quarta geração, que é a capacidade de levar mais e mais rápido. É claro que levar por ar, por onda de rádio, sempre tem um patamar de dispersão, digamos assim, do espectro. A ANATEL é craque em alocar espectros, começando a ver que está ficando velho, dizer que aquele espectro é só para aquele tipo de serviço.

As tecnologias estão se unificando, as plataformas são as mesmas. Eu, ainda ontem, li um livro de um americano que dizia: "Olha, pense no Lego". Sabe o Lego, joguinho de armar, que cada um de nós já brincou com o seu filho, alguns com os netos, ou nós mesmos, alguns mais novos. As telecomunicações modernas e a indústria, hoje, cada vez mais, é um joguinho de Lego, tudo está modulado, capaz de interagir um com outro, puxa de cá e monta como quer, seja para televisão, seja para rádio, seja para vídeo, seja para dados. Quer dizer, a confluência tecnológica mostra que inclusive a nossa regulação, separando telecomunicações de radiodifusão, começa a ficar velha e vai dar um crepe, porque a convergência tecnológica vai chamar isso. Mas isso é toda uma outra discussão.

Então, o backbone. Backbone, literalmente, eu acho que é bone, uma espinha dorsal, o osso estruturador, digamos assim, do sistema de telecomunicações. Digamos assim, são as grandes avenidas onde transita o grosso deste conjunto de informações. Todo mundo tem. Então, tem ou aquelas empresas, que, no processo de privatização, se valeram do fio de cobre do sistema telefônico e fizeram o tal do chamado ADSL, que é aproveitar esse fio e essa capilaridade, que são grandes anéis que envolvem os três grandes centros regionais do Brasil, o Sul, Sudeste e Norte, com dificuldades enormes no Nordeste. Então, essa grande espinha dorsal é o chamado backbone. Daí, digamos assim, até chegar, vamos colocar na porta de cada município, pode ter tanto um sinal de cabo, que é muito caro, a NET, hoje, está avançando, mas ela não existe, hoje, em mais de 100 cidades brasileiras. Mas é rádio, fio de rádio, mas rádio potente com capacidades nas grandes estações. As torres, as antenas, é o chamado beckhaul, digamos assim, é a parte intermediária. Da cidade é a costela, digamos assim. Da cidade até chegar na casa, na empresa, no endereço, pode ser mais sinal de rádio, como pode também entrar na telefonia fixa. Alguns chamam da última milha, outros estão preferindo chamar da primeira milha. Eu vejo desde o ponto de vista do consumo e vejo como produz. Então, são três momentos, tem um certo arbítrio. Em que momento eu saí do backbone, da grande avenida, e entrei na via expressa, ou estou na vielinha, digamos assim.

As tecnologias variam enormemente e cada vez levam mais coisa. Agora, também custam mais caro, até adquirir escala. Então, tem também compatibilizações, disputas industriais, padrões e modelos disputando para ser a referência internacional, receber a chancela internacional, para poder aquele modelo prosperar e aquele modelo de negócios. Aí o Jarbas depois pode explicar todas as questões, WiMax, WiFi, WiMesch, tecnologia de quarta geração, long term evolution, usar redes elétricas. Bem, aqui eu já estou... Chutando, eu não diria, mas eu estou escorregando na capacidade do meu conhecimento e espero ter contribuído para a pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado. Pois não. O Dr. Pauletti pede

para fazer uma complementação. Fique à vontade, Dr. Pauletti.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: É que, além do que o Cezar falou, tem três conceitos que são importantes, que são palavras que se usam normalmente, que é importante a gente ter clareza, quando se vai falar de um Plano Nacional de Banda Larga. Que é o conceito de cobertura, de penetração e de velocidade. Às vezes, a gente mistura esses conceitos, fala ora um, ora outro.

Então, por exemplo, o que é que cobertura? Digamos se a gente for fazer uma analogia com estrada, seria construir as estradas, seria o backbone e o backhaul, que ele comentou aqui, quer dizer então, isso entra em um conceito de cobertura. Um país quanto maior é terá mais cobertura, ela necessariamente tem que ter mais estradas, portanto preciso de um maior backbone e de um maior backhaul.

Conceito de penetração é a adesão, ou seja, o que flui nessas estradas, quantas muito mais pessoas. Se fosse no conceitos das estradas, seriam os automóveis. Se fosse um acesso individual, em que cada pessoa dirige o seu automóvel e pode ser por acesso coletivo também, que seriam os ônibus, os trens, as várias que veiculam nas estradas. Então, isso é a penetração, é a quantidade de veículos que veiculam nessas estradas, são as quantidades de pessoas que estão ligadas.

O conceito de velocidade que é uma velocidade e força, você precisa depois de tendo cobertura, tendo a penetração, você pode ter carros com maior potência ou ônibus maiores, não sei o quê. Então, isso é o aumento de velocidade, como diz agora, precisa de uma velocidade maior para fazer você utilizar essas estradas de uma forma mais adequada. Então, esses conceitos são importantes. O Brasil tem problema nos três conceitos, você tem que resolver todas essas coisas ao mesmo tempo, infelizmente...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Esses 23 mil quilômetros de rede de fibra óptica que nós temos.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: É para cobertura.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois é. Esses 23 mil quilômetros são originários do sistema público?

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Esses 23 mil quilômetros...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É um patrimônio público?

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Trinta e um mil, que ele fala, são empresas estatais que detêm esses backbones.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É o sistema público que hoje é utilizado, ou não?

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Não, não. É em adição, quer dizer, é além do sistema, é o sistema ELETROBRAS.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: É o sistema ELETROBRAS, mais algumas parcelas sistema PETROBRAS, mas é 90% aqueles cabos que acompanham as linhas de transmissão do sistema ELETROBRAS.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Que não são utilizados pelo sistema público.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas a rede da antiga TELEBRÁS.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Na época, era 16 quilômetros dos atuais 23, que serão 31, até 2014.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Não.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Agora, conseguimos na justiça, há pouco, o direito de utilizá-la. Ainda que a ELETRONORTE, em particular dentro do sistema TELEBRÁS, tenha arrendado, digamos assim, permitido o uso dessa rede pelas operadoras privadas, principalmente no Norte, em que, muito caro e não dispondo de rede própria, contrata os serviços da ELETROBRAS, ELETRONORTE em particular.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradecendo, então, ao Dr. Cezar Santos Alvarez, pela sua exposição, e agradecendo ao Senador Suplicy, que já antecipou a sua arguição. Nós vamos passar a palavra ao Sr. Luiz Cuza, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviço de Telecomunicações Competitivas, TELCOMP. V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, e, dentro do processo democrático, só o ministro que não solicitou, senão teria dado a ele também, o tempo que os senadores acharem que devam ter para terem as informações que precisam.

SR. LUIZ CUZA: Gostaria de agradecer ao Senador Flexa e os outros senadores aqui, também cumprimentar outros membros da Mesa, senhoras e senhores. Eu gostaria de começar com uma provocação. Como seria uma fazenda, no meio do Mato Grosso do Sul, se tivesse acesso a 20 mega de banda larga? E 20 mega é 300 vezes mais capacidade que uma linha telefônica. Como mudaria essa fazenda? O fazendeiro teria acesso ao preço de commoditie, em tempo real, teria também acesso às informações logísticas de clima, também tivesse treinamento para seus funcionários, treinamento em agrotóxicos, treinamento nas melhores práticas que essa fazenda, que, essen-

cialmente, hoje, isolada tivesse isso, tivesse acesso à telemedicina, fazer um acordo com hospital ou mais, em Campo Grande, educação para seus funcionários e também suas famílias, também governo eletrônico e também comércio eletrônico. Mudaria totalmente essa fazenda. Multiplique isso pelo número de fazendas no Brasil, número de microempresas no Brasil, número de pequenas empresas, fábricas que hoje estão essencialmente isoladas, ou têm acesso a uma banda larga muito curta. Porque aumenta mais a banda larga, mais se podem fazer esse tipo de serviço. O que eu gostaria de focar e vou falar de um estudo, que foi feito nos Estados Unidos e, então, depois vou fazer algumas recomendações. Eu queria falar da fazenda em Mato Grosso do Sul, é um exemplo e só um exemplo de como a banda larga está mudando o mundo. Não é algo que vem no futuro, já é, em muitos países, e o Brasil precisa avançar rápido. Acho que as apresentações que vocês ouviram hoje e outras também falam disso, Brasil precisa de agilidade.

A nova sociedade se desenvolve a partir da informação, desenvolvimento econômico, social de um país de futuro e de presente. E eu vou demonstrar um pouco o presente em outros países. Depende disso a competitividade nos mercados nacionais e de nossas empresas em mercados internacionais, depende de melhorar o acesso à banda larga, como se falou aqui, de altas velocidades, preço acessível e uma qualidade real. Por isso, antes, eu falei de 20 mega real, e não 20 mega, como hoje, em muitas áreas do Brasil, se vende 20 mega, mas a garantia é só 10%; tem que ser real, porque também um não vê o progresso que se está fazendo. Educação, esse é essencial para a educação, segurança pública e saúde.

Recentemente, nos Estados Unidos, a Universidade de Harvard fez um estudo para o governo norte-americano, para determinar uma nova política sobre banda larga no país, que já se falou um pouquinho aqui, também analisar como e por que os Estados Unidos, que era um líder em banda larga, no princípio deste século, hoje está no meio ou um pouco atrás. O que eles encontraram é que o elemento mais importante não é necessário, é importante a participação do governo, sem dúvida, mas a participação do governo como regulador. As questões como unbundling, que são processos que ajudam a outras operadoras poderem usar as redes públicas que existem no país, a questão da separação funcional, que é outra ferramenta regulatória, eu não vou entrar em detalhes aqui, mas há um número de ferramentas regulatórias que o Brasil ainda não implementou, que poderia avançar muito na situação do Brasil e o acesso pelo cidadão.

Aqui é um estudo e está... Se alguém quiser, eu posso dar o link para ele, mas é um estudo... Esse estudo que falei da Universidade de Harvard pesquisou 59 operadoras, através do mundo, comparou quais são as operadoras que têm melhores preços - aqui estamos a zero - e mais velocidade - aqui estamos a um mil megabytes, o que se chama um giga -, e comparar que situação regulatória existia para as empresas em que o serviço era mais caro, o serviço da velocidade era muito menor, esse tipo de coisa, e a diferença de empresas que tinham velocidade muito mais avançada e a preços mais baixos. Lembrem que aqui, aqui estamos a zero, 40 dólares, 80 dólares, aqui estamos em velocidade baixa. São Paulo, no Brasil, provavelmente, está por aqui, 80 reais, um mega, dois mega, algo assim. O que se notou, em parte do que descobriu bem claramente, acho que cientificamente, através de estudos econométricos, é que onde existe regulamentação pelo governo clara, para assegurar acesso para todas as operadoras, assegurar que existe uma multiplicidade de operadoras que podem usar essas redes, esses países estão na parte direita acima, países, incluindo os Estados Unidos e Canadá, onde eles não fizeram isso, deixaram o mercado avançar sozinho, ficaram atrasados.

O que deveriam ser as metas de Plano Nacional de Bando Larga no Brasil? Aqui não é nada original, estou pegando muitas informações de experiências em outros países, Coréia, Europa, etc. Uma meta e não estou falando nos próximos seis meses, estou falando quatro anos, oito anos, mas tem que começar agora, uma é oblíqua(F). Oblíqua(F) é uma palavra que se usa muito nos países, no setor e que eles dizem que todos, como o Dr. Cezar falou, é para que todos tenham acesso à internet, em qualquer lugar, a qualquer tempo e por qualquer terminal, seja computador, seja celular, seja qualquer coisa que tenha. As conexões de alta velocidade precisam existir com qualidade, preços acessíveis e precisam de um ambiente competitivo. Acesso às redes é muito importante, ações para limitar condutas anticompetitivas e também assegurar como mitigar atos de concentração.

A sociedade ao redor do mundo está avançando para ter planos em que, essencialmente, as metas são 20 mega em áreas rurais, em todas as áreas rurais, e 50 mega, em todas as áreas urbanas e periferia. Esse é o objetivo. Na Europa, se está usando esse objetivo, Estados Unidos tem esse objetivo, Coréia e Japão estão muito além, eles já estão oferecendo um giga, a média é mais de 100 mega, mas, para o Brasil ter esse tipo de objetivo, é algo que se deveria considerar. Não se vai conseguir em um dia, dois, um ano ou dois, mas é algo, uma meta que se pode planejar.

Queria falar um pouco das... Há dois planos que existem em discussão, hoje, no Brasil, um pelo Governo e outro pela TELEBRÁSIL. Nós queremos sugerir algumas modificações ou uma diferente maneira de olhar como assegurar, o que eu acho que todos queremos, essa banda larga para todos, de qualidade e alta velocidade. O plano do Governo, queremos cumprimentar o Governo, porque achamos que eles, o Governo e o Congresso são os que fazem políticas públicas, e a consciência que eles estão trazendo ao país é muito importante. [soa a campainha]

É positivo que reconheça a importância da banda larga para todos. É urgência, demonstra um nível de urgência da expansão da banda larga a preços acessíveis em todas as áreas. Valorizar as 1500 outras operadoras que não são concessionárias. Há muitas operadoras pequenas, que estão sozinhas e estão treinando pessoas a usar computadores, a usar os serviços de banda larga.

Algumas metas de curto prazo são realísticas e as mudanças não precisam de mudanças em lei ou de [ininteligível]. São coisas realísticas que podem fazer em curto prazo. Depois, outras coisas é preciso mais a médio e longo prazo. Inclui medidas regulatórias com cronograma, é algo que a lei geral não tinha, algo que o Decreto Presidencial, o Presidente Lula, em 2003, não tinha, e nos parece que ele está incluindo cronograma, para implementar essas regras regulatórias que vão melhorar o ambiente.

Também o uso das redes elétricas e do Governo, que achamos que é muito importante. Em geral, são redes que têm 72 fios de fibra e, em geral, está se usando de dois a quatro. Então, há muito espaço aí, que deveria ser parte do estímulo para este plano que queremos. Partes menos positivas que precisam de certo ajuste, os objetivos são tímidos, estão falando em um mega, dois mega para 2014, quando se precisa de 20, 30. Há certos países que já estão vendendo mil mega ao público. O Brasil precisa ir além de um a dois mega em cinco anos.

Relativo à TELEBRÁS, uma operadora estatal, isso se choca com o modelo existente e, então, você tem que tratar de uma maneira para não eliminar ou assustar investidores. O risco de aceitar investimento, como eu falei. Os objetivos não são claros, se esse plano irá a varejo, será atacadista, vender em atacado e isso precisa clarificar. Não está claro como mudaria, como financiaria as mudanças contínuas em tecnologia, e essas coisas precisam ser clarificadas.

O outro plano, que se está discutindo na mídia, é o Plano da TELEBRÁSIL, que é a Carta do Guarujá. Há parte positivas, reconhece que os serviços de banda larga não são adequados, ainda doze anos depois da privatização, e avança que os impostos no Brasil sobre esses serviços são ridiculamente altos. Isso é uma ferramenta que se devia usar em um tempo para reduzir. A parte negativa que nós vemos, menos positiva, é que o foco principal desse plano é reduzir impostos e taxas, que precisa a aprovação de 27 governadores...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ CUZA: Essas são as grandes operadoras concessionárias do Brasil, mas são principalmente as grandes. A mudança de reduzir imposto precisa de CONFAZ, que são 27 governadores, e precisa mudanças na lei. Nós achamos que, em curto prazo, num ano eleitoral, isso é algo realístico. Metas são muito tímidas, estão falando de velocidades extremamente tímidas, que não vão ajudar, no ponto de vista que eu falei na fazenda e a comparação econômica do país em comparação de outros países, não demonstra um nível de urgência, e não reconhece os problemas regulatórios de acesso, competitiva e alta concentração. Como resultado, nós achamos que esse plano, na realidade, não é um plano sério de curto prazo. Você precisa considerar, porque, sem dúvida, o setor privado vai ser a parte mais chave em qualquer plano, mas se precisa melhorar muito.

Fica claro, portanto, que nenhuma intervenção(F) da TELEBRÁS em si, nem a redução da carga tributária parecem equacionar de modo eficiente, e em curto prazo, as questões primordiais para que o Brasil possa se transformar em uma sociedade de informação. Temos aqui seis propostas para consideração dos senadores, da Câmara e também, sem dúvida, do Planalto. Um: estabelecer políticas públicas baseadas em estudos econômicos, financeiros, sociais e técnicos para identificar o que é que se precisa, quando se precisa para aspectos sócio-econômicos do país. E essas metas têm que ser arrojadas, não pode ser um mega, não pode ser algo que chegamos lá, ainda não chegamos lá. Dois: manter o modelo vigente. É importante defender e manter o modelo vigente regulador onde o setor privado é principalmente provedor do serviço. Não é hora de mudar as regras do jogo, ou de esconder os problemas do setor, temos muitos problemas e precisamos confrontar. Precisa implementar um regulação eficiente e arrojada. A ANATEL hoje está avançando nessa direção de uma maneira muito positiva, achamos que também precisa avançar mais rápido, mas se está avançando de uma maneira positiva e que garante acesso as redes. Temos estudo de 59 operadoras, temos estudo de Harward, das 59 operadoras, para assegurar acesso às redes elétricas, mas, também, principalmente, as redes das conces-

sionárias, que são redes públicas também. Aperfeiçoar os procedimentos de controle, acompanhamento dos resultados da ANATEL, estabelecendo medidas de transparência, cronograma para cumprimento de metas e reportes semestrais ao Senado e ao Congresso. Achamos que isso seria algo muito positivo para a ANATEL e, sem dúvida, seria muito positivo para as empresas competitivas e para a sociedade. Quinto: incluir a infraestrutura pública. As redes elétricas, as redes da PETROBRAS, qualquer rede pública deveria ser parte do apoio a melhor banda larga para o país. Se faz através de alugar as redes para outras operadoras, se faz através da própria TELEBRÁS, vender em atacado... Há diferentes maneiras, mas entra que se respeite modelo de privatização e se reconheça que a ferramenta principal é regulatória das experiências mundiais. E último: fomentar o crescimento dessas 1500 empresas competitivas e provedores de internet, como também o crescimento industrial e tecnológico do país. Para a penetração do serviço e equipamento. Uma das coisas que o governo tem responsabilidade principal é a questão da capacitação, isso é algo que o governo está consciente disso, mas é algo que tem que avançar muito mais.

Como último, meu último slide, no Brasil, permanecem em estágio inicial as discussões sobre qual formato escolher para que o Plano Nacional de Banda Larga transforme o país. Temos urgência, o país tem urgência, não se pode esperar um ano mais, dois anos mais, três anos mais, se precisa fazer o que está fazendo agora e multiplicar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Luiz Cuza pela sua exposição. E passo a palavra ao próximo convidado, O Dr. Jarbas José Valente, membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. Terá também dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, senador. Primeiro gostaria de cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro, o Presidente desta comissão, cumprimentar também o Ministro Franklin Martins, o Cezar Alvarez, Pauletti, Cuza, componentes da Mesa, Srs. Senadores presentes, Sr. Senador Casagrande, Sr. Roberto, Botelho, Lobão e o Senador Suplicy, que, no momento, não está presente. E gostaria de começar a minha pequena apresentação, porque muito já foi dito, e deixado claro o que significa um projeto tão importante, do alcance desse novo paradigma, que é a forma de se comunicar através de fluxo de informações, não apenas informações analógicas, mas informações hoje digitais. É importante que haja realmente uma política pública, e eu acho que o Brasil está no momento exato, nós não estamos nem adiantados e nem atrasados com relação ao que acontece no mundo. O processo, hoje, de desenvolvimento pelo Governo Federal estabeleceu um projeto nacional de banda larga, é fundamental, que nós estamos exatamente nesse limiar dessa mudança que está acontecendo em todo o mundo, que é sair de comunicações de voz para comunicação de dados. Porque as estruturas das redes são muito parecidas com o que era no passado, o que difere agora é a capacidade dessas redes em transportar mais informações.

Então, respondendo e deixando mais claro aquilo que o Senador Suplicy pediu, que o Dr. Cezar foi muito feliz no seu esclarecimento, as redes são construídas de redes de acesso, são as redes municipais, não mudou nada, são as redes urbanas, que, no passado, para comunicação de voz, usava-se fio ou usava-se radiofrequência, mas a comunicação, a princípio, era voz. Hoje, continuam as mesmas redes, só que essas redes precisam de maior capacidade, para transmitir não apenas voz, mas qualquer tipo de informação. Então são novas estradas, novas ruas, ruas cada vez mais largas para que a comunidade possa se comunicar. Para se interligar esses municípios, se falava antigamente, continua o mesmo conceito, em redes nacionais, então não precisa ligar esses municípios todos. Então continua precisando de redes nacionais, só que essas redes nacionais foram construídas para comunicação de voz, essas redes agora precisam ser amplificadas ou criadas novas redes para transporte de informação, para todo mundo ter acesso a qualquer tipo de computador e os computadores também falarem entre si, os carros também começar a falar entre si. Então o volume de informação será maior. Da mesma forma continua precisando de redes internacionais, que o Brasil não vive isolado. Então nós estamos integrados no mundo, e as comunicações, hoje, que utilizam da estrutura da internet, por sua rede mundial, é uma rede internacional. Também precisamos dessas redes internacionais com maiores velocidades, não apenas para voz, mas para voz e para dados.

E aí vem os conceitos do que é backhaul, do que é backbone, como foi muito bem colocado pelo Cezar. E nós precisamos disso em todas essas esferas, precisamos num nível municipal, precisamos entre os municípios e precisamos também a nível internacional de amplificá-la. O que está discutindo hoje, do Projeto Nacional de Banda Larga, é como criar essas redes no âmbito urbano, ou seja, no âmbito municipal, e também entre municípios nacionais, para que a gente crie estrutura suficiente de rede para dar vazão a todo esse tráfego que existirá no futuro. Então, para isso, eu vou dar alguns dados do que acontece hoje, em termos de utilização dessas redes, alguns o Dr. Cezar já foi aqui

colocado, mas outros não. O Brasil, hoje, tem 66 milhões de usuários em internet, e eles fazem esse acesso através de várias formas, usando as redes convencionais, como essas redes, hoje, chamadas de redes de banca larga, que permite tráfegos maiores, com alta velocidade. Com relação aos serviços de banda larga, nós, no Brasil, temos dois serviços básicos para isso. Um chama-se o serviço de comunicação multimídia, que hoje atende a ordem de 1530 operadores no Brasil todo, são grandes operadores e pequenos operadores, que atuam em todo território nacional, utilizando de todas as possibilidades técnicas de chegar com velocidades maiores na casa dos assinantes, seja por fio, seja sem fio, seja para várias tecnologias para fio, como tecnologias para utilização sem fio, que seria radiofrequência. Além disso, nós temos o serviço de comunicação fixa entre pontos, e, às vezes, até dedicado, como colocou aqui o ministro, você liga um determinado ponto a outro, e esse ponto só fala com aquele outro ponto, ele não fala com outros pontos. Quando a gente fala em interligar os municípios, a gente quer que o município seja interligado a qualquer município, e não apenas o município A com o município B. Por isso precisa desses backbones ou dessas infraestruturas muito grandes para a comunicação. E outro serviço é o serviço de comunicação pessoal, que é o serviço de celular, que também avançou, começou com tecnologia só para voz, no passado, e hoje já tem tecnologias para atender comunicação de dados, a gente pode interligar todos os nossos computadores ou as máquinas que são capazes de se comunicar.

No serviço de comunicação multimídia, o Brasil, hoje, já chegou a 16 milhões de acessos, eu diria urbanos, como são acessos interurbanos. Então o acesso está lá, na casa dos nossos usuários, nas residências, ou também nas empresas. Por que eu estou dando esse número? Até para dizermos que número nós imaginamos que vamos ter no Brasil, nos próximos dez anos, ou se, de fato, nós vamos ter um Plano Nacional de Banda Larga, esse número será muito maior do que nós estamos colocando, e será muito mais rápido atingir esse número no Brasil. No celular, hoje, nós já chegamos a 12 milhões de acessos, ou seja, quase o mesmo número dos 16 milhões que tem o acesso fixo, porque, da mesma forma que você faz com o fixo, que é o computador na sua casa, você tem que estar ligado naquela linha fixa, você também pode ligar o mesmo computador a um modenzinho, porque aí está usando radiofrequência, sem fio, para ter e ter as mesmas velocidades. Logicamente, para o futuro, talvez as ligações fixas vão ter velocidade maiores que as ligações móveis, mas todas elas vão ter velocidade suficiente para que as pessoas possam se comunicar. Para se ter uma ideia, está se evoluindo muito. Como disse o Dr. Cezar, antes, era velocidade de 64.000 mil bits por segundo. Hoje, o grande número desses 16 milhões de usuários no fixo, 9 milhões deles já estão com velocidade de 512, ou seja, ampliou a possibilidade de acesso. Cada vez que mais usuário usa mais velocidade, se precisa de mais infraestrutura para ligar esses sistemas aos sistemas das companhias, que são centralizados em alguns pontos em cada estado. Da mesma forma, também, a faixa de 2 megabits por segundo está muito sendo demandadas. Então, as pessoas, hoje, não estão usando mais baixa velocidade, estão buscando velocidade cada vez maior, são 2 milhões de bits por segundo para transportar a sua necessidade, que já é presente, hoje, em 22% dessas conexões. A tendência mundial é que cada vez nós tenhamos mais velocidade à nossa disposição, para que, se nós tivéssemos comunicando em tempo real, como tivesse assistindo televisão, televisão ao vivo, recebo aqui... Então, se eu entrar, por exemplo, na internet, eu recebo qualquer tipo de programa, qualquer filme instantaneamente. Então, preciso de muita velocidade, então precisa de muita estrada digitalizada para dar vazão a todo esse tráfego.

A mesma coisa aconteceu com a telefonia móvel. Ela tem um ano só, no Brasil, em termos de alta velocidade, que é considerada como a terceira geração, que foi a licitação que a gente fez de 3G, saiu de setembro de 2009 agora, para janeiro, o crescimento foi 16%, 200 mil terminais são vendidos/mês. Então, por isso que chegou a 12 milhões, praticamente, em um ano, dois anos de cobertura, e não está cobrindo ainda todo o território nacional, só cobre, como diz o ministro, alguns dos grandes centros, e mesmo os grandes centros não atingem ainda a velocidade e a necessidade que a comunidade precisa.

Na comunicação fixa, ainda utilizado par telefônico, que é usada uma tecnologia chamada ADSL, que permite que esse par telefônico seja usado de voz e para dados também. E o restante, utilização por sistemas de modem de acesso sem fio. Praticamente, hoje, se nós pensarmos, todos os municípios brasileiros teriam acesso a esse tipo de comunicação para banda larga, só que o acesso é caro, está disponível, está disponível via satélite. Se você quer colocar, como disse o Dr. Cuza, em determinada fazenda, 30 megabits por segundo, tudo bem, é possível colocar, só que o preço via satélite é exorbitante para a necessidade de comunicação do ponto de vista econômico para quem vai utilizar. Por isso que é fundamental ter um Projeto Nacional de Banda Larga, para massificar a utilização de todas essas infraestruturas e do acesso, que, massificando isso, o prego vai cair, com certeza,

que as políticas públicas trarão, no bojo da política, as obrigações para que as operadoras o façam. Com isso, com a massificação do sistema, você tem escala, e, tendo escala, os preços serão outros. Hoje, não dá para se falar nisso.

Porque, no Brasil, é muito interessante que os brasileiros utilizam muito a internet. Como disse o ministro, o dado, hoje, atualizado, sua medição, é da ordem de 56 minutos por mês, em média, que cada um fica em média, isso quer dizer que um fica quatro horas, o outro fica oito, e o outro fica dez, quinze, mas, na média, é uma média altíssima, a maior média mundial, em termos de utilização, ou seja, para qualquer tipo de comunicação que hoje está se desenvolvendo nesse mundo. A gente vê claramente que não houve impacto, do ponto de vista financeiro, do que ocorreu o ano passado com essa crise mundial. No Brasil, as empresas continuaram crescendo com seus acessos e serviços de banda larga, ou seja, nós não sentimos esse impacto, até porque isso prova claramente que nós temos demanda no Brasil.

Bom, das ações das opções para banda larga, nós desenvolvemos no passado, na ANATEL, até por questões da mudança regulatória, todos se lembram, tinham que autorizar o plano geral de outorgas, permitiu fusões entre empresas de telefonia fixa, nós criamos um plano chamado Plano de Atualização da Regulamentação no Brasil, conhecido como PGR. Esse plano, nós fizemos um estudo, uma análise do que aconteceu no Brasil, ou seja, desde o começo das telecomunicações, passando pelo projeto da criação da ANATEL, até atual, no país e fora do Brasil, e também analisando do ponto de vista tecnológico, econômico que tem acontecido aqui e fora do Brasil, e, nesse plano, nós criamos o que deve ocorrer para o Brasil nos próximos anos, e, logicamente, o objetivo maior desse nosso trabalho... Eu vou deixar aqui, na comissão, assim como eu fiz na Comissão de Infraestrutura, na época, esse trabalho para aqueles que quiserem consultar, inclusive, com os conceitos que aqui foram perguntados. É um estudo relativamente grande, mas que vale a pena, quem quiser conhecer um pouco, e aqui é o plano de como é, que ações que nós vamos desenvolver, e esse plano... Vou deixar aqui, com o Presidente. E esse plano está sendo cada vez mais esmiuçado, estudado por esse Comitê, essa comissão que o Dr. Cezar, o coordenador, para que a ANATEL possa agilizar e a gente consiga atingir esse nosso objetivo.

O objetivo maior que a gente já tinha colocado nesse plano é a massificação da banda larga. Então nós vamos sair hoje desses 16 milhões de acessos fixos, segundo o nosso projeto, para 40 milhões de acessos fixos, até 2018. Logicamente que um projeto desses, nacional de banda larga, esses números serão muito maiores e os tempos também serão menores. Hoje, nós temos, no Brasil, como foi dito aqui, 40 milhões de acessos fixos, comutada, nós queremos chegar ao mesmo número nesse prazo. Na telefonia móvel, em termos de banda larga, a mesma coisa, vamos sair de 12 milhões para 130 milhões de acessos, também de uma forma conservadora. Para isso, precisa ter novas redes, novas freqüências, para serem listadas. E logicamente esse trabalho passa por muitos projetos que foram desenvolvidos. Aqui eu não vou falar da troca do PST e nem da banda larga nas escolas, mas queria só atualizar em relação à banda larga nas escolas.

Hoje, não são mais 55 mil escolas; são 65 mil escolas e vamos chegar até o final do ano. Isso representa 37 milhões de brasileiros que vão ter acesso, não apenas físico à banda larga, mas o projeto do Governo Federal é maior do que apenas o acesso físico, vem junto um laboratório, vem computadores, vem também sistemas desenvolvidos, para que eles possam ter acesso ao conteúdo, e é gratuito, ou seja, é muito maior, e é importante você estar criando novos consumidores que não vão aprender em casa, vão aprender na escola.

Então, o projeto é importante. O outro projeto nós desenvolvemos e foi discutido nessa casa, foi feita com a licitação do serviço móvel de terceira geração, nós obrigamos as empresas que ganharam os centros, que têm mais rentabilidade, fossem obrigadas, também, a atender os centros menos desenvolvidos. E, nessa composição, até abril desse ano, o Brasil não terá mais nenhum município que não terá telefonia móvel. Então, até agora, abril, senador... Inclusive, outro dia, eu ouvi uma fala do senhor aqui, um dos distritos do Pará, que ainda não é município, não pôde chegar com telefonia móvel, mas, assim que for transformado em município, chegará a telefonia móvel. Isso é o primeiro passo. Logicamente, depois, outras localidades também terão acesso à telefonia móvel. A ANATEL está providenciando novas licitações, para permitir que outros operadores possam vir a participar do mercado brasileiro, em outras faixas, em outras bandas, como também novas bandas, definindo também faixas específicas para que, se as prefeituras assim quiserem, também poderem prover algum tipo de serviço, algumas pequenas empresas. Assim como esses 1600 operadores no Brasil todo, hoje, já produzem serviços de banda larga, aqueles que usam tecnologia que muita gente fala, WiFi, que são faixas não licenciadas, pagam muito pouco pela outorga na ANATEL, também possam participar desse processo. Mas é fundamental quem tem as infraestruturas para dar vazão a todo esse estímulo que hoje tem em termos de utilização do serviço.

Como foi muito bem dito, hoje, na tecnologia terceira geração, o ministro colocou muito bem, nós temos problemas já de congestionamento, por quê? Para se interligar uma ERB, que é uma estação que tem a radiofrequência, até o seu terminal, não há problema, porque vai via o ar, mas, para mim interligar aquela ERB à estação que faz a comutação, que é a parte do sistema inteligente, eu preciso de alta velocidade, ou fibra ótica ou rádio digital. E de onde é que vem isso nas capitais? Também é preciso. De novo a outra questão do backbone, como precisa também dos backbones para interligar todos os municípios. Por isso que a telefonia móvel, do ponto de vista de terceira geração, não avançou muito, porque não teve essa capilaridade suficiente para atender.

O outro ponto importante, a questão do preço, já foi colocado. Ou seja, quanto mais massifica, o preço diminui, mas precisa de incentivos para isso. Computador para todos foi uma realidade, os valores caíram para desktop, 2660 para 1591, hoje, e de 7364 para 2925, porque teve incentivo fiscal e teve também as formas de crédito, para que as pessoas pudessem ter acesso, e isso tem que ser feito também no projeto de desenvolvimento da interligação de todos esses municípios. Qualidade é fundamental. Sem qualidade do serviço, já se discutiu muito nessa casa, não há também o que se pensar em ter uma estrutura boa para prestação de serviço. Essa qualidade tem que ser aquela qualidade percebida pelos usuários.

Outro ponto que nós consideramos muito importante é a questão da tecnologia, da produção nacional. Você tem que incentivar que a tecnologia tem que ser brasileira, não precisamos ter vergonha. Hoje, nós temos mercado. Então, hoje, nós não precisamos mais importar o que importávamos. Então é possível ter planos, e está previsto no Plano Nacional de Banda Larga que nós criamos incentivo da produção. Não que nós estamos contra que as grandes empresas venham produzir aqui, mas que venham produzir e criar inteligência e desenvolvimento aqui, no país. Então, nós estamos falando de acesso na ordem de 200 milhões de acessos para, em 2018, 400 milhões, estamos dobrando. Então, se temos o mercado, temos escala. Por que não termos tecnologia nacional? Isso é fundamental e também faz parte do projeto. E outro ponto importante, que aqui não foi discutido, eu queria trazer à baila, é a questão da segurança, quando você cai num mundo desses, na internet, que serve para você acessar não apenas aplicações que o ministro aqui colocou, estão disponibilizadas hoje, mas para você fazer transações bancárias. Se você trabalha com transações bancária, cada vez mais utilizando até o seu celular, você precisa de segurança, e essa é uma questão fundamental, também nesse grupo e nesse projeto está sendo incluído.

Então, para finalizar, eu gostaria de dizer aqui, como disse o Dr. Cuza, nós estamos avançando nesse processo. E a ideia da ANATEL é trabalhar nesse projeto e entramos de cabeça, porque não apenas o agregador sozinho seria incapaz de criar algo para atender o mercado brasileiro, poderia até entender, mas em dez, quinze anos. Então, queria parabenizar o governo por essa iniciativa, e aqui, também, ao Congresso, por trazer isso ao debate, e ter uma participação fundamental em todos os processos, seja da liberação do FUST, no PL 29, na questão do FISTEL, como pode ser utilizado, como outras fontes de receita possam ser para viabilizar que várias das operadoras possam vir a participar desse mercado. Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Jarbas Valente. E passo a palavra ao último expositor, o Dr. José Fernandes Pauletti, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço de Telefone Fixo Comutado, ABRAFIX. Antes de passar a palavra ao Dr. Pauletti, eu perguntaria ao Dr. Jarbas Valente se a ANATEL não tem esse documento digitalizado de tal forma que a gente possa dar acesso, não só aos senadores da comissão, como a todos os senadores através da rede.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Tenho e está disponível no nosso site, posso mandar para o senhor e depois o senhor colocaria no site da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria muito, porque aí facilita...

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O conhecimento por parte dos senadores. Agradeço a V. Sa., e passo a palavra ao Dr. Pauletti.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado pelo convite, é sempre um prazer vir a essa Casa e tentar, de uma forma ou de outra, contribuir.

Quanto ao famoso Plano Nacional de Banda Larga, eu queria começar colocando o seguinte. Quer dizer, eu acho que nós temos muito mais convergências do que divergências, se é que temos alguma divergência. É óbvio que inclusão digital é importantíssima para o país, que é necessário que tenhamos um Plano Nacional de Banda Larga, é imprescindível e está mais do que na hora que a gente tenha esse Plano Nacional de Banda Larga. Quer dizer, nós concordamos com o diagnóstico feito pelo ministro e pelo Cezar aqui, o diagnóstico, ele está, digamos, a gente não tem nada a discordar do diagnóstico, os preços são caros, há diferença regionais, o serviço de voz, digamos, ele já está equacionado, tem melhoras, tem progressos a fazer,

mas, agora, o serviço de dados, ou seja, essa é uma coisa que está incipiente ainda e se precisa fazer. Podemos ter uma eventual discordância, eventualmente, no remédio, o diagnóstico é o mesmo, e o remédio a gente pode eventualmente ter alguma discordância, e, às vezes, até nem tanto no remédio, eventualmente com a dose que se dá ao paciente, mas, basicamente, nós concordamos, quer dizer, e não vamos aqui enumerar o diagnóstico, mais uma vez, que foi brilhantemente feito aqui pelo Cezar.

Então, voltando a isso. Quer dizer, nós... E, no Brasil [soa a campainha] usando aquele conceito que eu usei antes, de – rapidamente - cobertura, penetração e velocidade, que são, digamos, os desafios que um plano vai ter que conter... E eu queria aproveitar para fazer uma correção ao que o Cuza colocou lá. Quer dizer, não existem dois planos nacionais de banda larga. Quer dizer, não tem o plano da TELEBRÁSIL e o plano do governo; só tem um plano, que é o plano do governo, que ainda está para ser divulgado. Quer dizer, tem um diagnóstico que nós todos concordamos e tem um plano que está sendo elaborado e que eu acredito que vai ser elaborado em conjunto. Quer dizer, esse plano é um plano do país para a banda larga, não é um plano de A, de B, de C, quer dizer, o que existiu foi um documento chamado a Carta de Guarujá, onde um segmento da sociedade expôs os pontos que achava que deveriam estar contidos num plano, mas não foi exaustivo. Então, dizer que aquilo não é sério, eu diria o seguinte: o que não é sério é dizer que aquilo é um plano, é criar confusão num ambiente como esse, isso que não é sério.

Mas, voltando ao Plano Nacional de Banda Larga, que vai ser elaborado, então nós temos mais concordâncias do que divergências, e o que nós concordamos plenamente, por exemplo, e defendemos é que se dê uma utilização a essa infraestrutura, esses backbones que existem no país, são 20, 31 mil km, isso tem que ser utilizado e tem que ser disponibilizado, faz parte... Um Plano Nacional de Banda Larga tem que prever que essa infraestrutura, que está subutilizada, seja utilizada para ampliar a cobertura, que é uma coisa que tem que ser feita ainda. E que, se eles são estatais, se não são, se é uma empresa que vai gerenciar isso, se não é, isso é um detalhe de menor importância, eu acho. Quer dizer, existe uma infraestrutura, e ela deve ser utilizada, e ela deve ser eventualmente utilizada para regular o mercado, sim, é função do governo, o governo tem dentre as funções que tem, uma é agir como ente regulador de mercado. Então não há discordância quanto a isso, quer dizer, da indústria, nós não temos isso.

Eventualmente, o que nós temos discordância é quando o governo diz que vai reativar uma empresa, até porque nós achamos que é ineficaz isso para atender o usuário final. Quer dizer, eu acho que pode, sim, o governo usar isso como uma ferramenta de novo, de regulamentação do mercado, mas que deve ser utilizada quando claramente não houver interesse nítido da iniciativa privada chegar lá e atender, o governo dizer: "Olha, eu quero que atenda a localidade lá do interior do Pará, do nosso amigo senador aqui", e as empresas, por um motivou ou por outro, julgam que não são capazes, não podem ou não querem, aí o governo, se acha aquilo importante, vai lá e oferece o serviço. Não há nada... Agora, o que tem é que ser claro isso e se limitar a isso, agir dessa forma, essa que é a questão. Quer dizer, se vierem a competição, ela é salutar. Agora, qualquer empresa que vá entrar no mercado de competição, ela tem que ter um tratamento e recolhimento isonômico de impostos. Quer dizer, ela tem que recolher impostos como qualquer... Todas as empresas têm que recolher impostos de uma forma igual, isonômica, têm que ter acessos a fundos setoriais de formas isonômicas, não pode haver o privilégio, ou o que quer que seja. Quer dizer, todas as empresas têm que ter o mesmo tipo de... Essa isonomia. A infraestrutura desta... Essa infraestrutura estatal, ela terá que ser disponibilizada em condições isonômicas para as empresas que quiserem adquirir ao preço que o governo usar. Ele, como agente regulador, ele coloca a oferta, e as empresas, qualquer empresa que queira, possa comprar aquela infraestrutura com um preço acertado, isso faz parte de um plano bem executado. As empresas que vierem oferecer serviços e oferecerem para órgãos estatais, quer dizer... Existe uma lei, hoje, que é a Lei 818.666, e que as empresas, os órgãos estatais, o governo, quando vai adquirir, ele faz através de licitação. Então o governo, quando usar o papel dele, de comprador, ele tem que fazer licitação e tem que utilizar a lei, não pode dirigir para uma determinada empresa. São essas as questões, que são questões de segunda linha, de menos importância, eventualmente, mas que podem, se não tratadas adequadamente no futuro, pode vir a atrapalhar o processo maior, que é termos efetivamente a população atendida em banda larga.

O Plano Nacional de Banda Larga, ele tem que prever o atendimento a todos, de forma isonômica. E os preços são caros? São caros, sim. Os preços de telecomunicações no Brasil são caros. A velocidade é baixa? É baixa. O diagnóstico nós concordamos. Agora, vamos analisar as causas. Não vamos minimizar, não vamos dizer o seguinte: "Olha, não dá para reduzir a tributos e impostos". Concordo. Não dá para redu-

zir, que o preço é alto, a tributos e impostos. Agora, eliminar essa variável também não é correto. Porque, se você tem uma variável que é da ordem de 50% do valor do preço, ou seja, se eu te vendo isso aqui por dez, e da ordem de cinco reais são impostos e tributos, a metade, 43%, 44%, 45%, mas vamos, para facilitar, a metade, não dá para dizer que este problema não tem que ser enfrentado; tem que ser enfrentado. E é exclusivamente do Governo Federal? Não é, claro que não é. É do Governo Federal, do municipal, do estadual... Agora, se nós quisermos reduzir o preço, nós temos que pegar a variável que tem 50% do custo, porque, para o usuário final, ele tem que pagar aquele preço, tanto faz se é imposto, se não é, se é lucro, o que quer que seja, e nós vamos ter que enfrentar e resolver essa variável. Senão não vai baixar o preço, não tem milagre, afirmo isso com a maior certeza. Se você quer diminuir o preço de um produto, se você não banalizar a variável, que é metade do custo, você não vai resolver. Achar que você vai diminuir o preço, porque os empresários, os atuais ofertantes cobram caro, estão ganhando dinheiro, ou seja, fazer essa demonização que se faz eventualmente ao setor empresarial, às operadoras, não é adequada, não é correta. Porque, por exemplo, se for proibido por lei, e essa lei pegar, e ela for cumprida, que qualquer empresa de telecomunicações, todas não possam ter um centavo de lucro, lucro, resultado, não estou nem falando de distribuição de dividendos, se for lucro, o preço cairá da ordem de 6%. E se proibir distribuir dividendos - e dividendos não é só para o acionista majoritário, é para o acionista majoritário, para o minoritário, para os fundos de pensões, não sei o que - [soa a campainha], o preço cai na ordem de 3% a 4%. É só pegar os balanços e olhar.

Então, não adianta dizer que vai diminuir o preço, sem enfrentar os problemas que tem que ser enfrentados. Por que o preço é caro? É caro, porque tem uma variável alta, que é imposto. É a única? Não é. Outras têm que ser enfrentadas? Outras têm que ser enfrentadas, mas não pode abstrair dessa, porque, senão, não vai resolver o problema do país. Não vai... Nós vamos ter banda larga, nós vamos obrigar as empresas a ofertar, como é o caso, no caso de telefonia, que as empresas são obrigadas a fazer uma oferta e não tem demanda, o problema do país não é de oferta, é problema que tem que incentivar a demanda, as pessoas não têm capacidade de adquirir, não têm capacidade da pagar os preços que, infelizmente, têm que ser cobrados, essa que é a questão. Agora, a responsabilidade é de quem? É da empresa privada? Tem a sua parte de responsabilidade, mas não é a única responsável. Eu acho que a responsabilidade é nossa: governo, Executivo, Legislativo, sociedade, empresários e todos nós. Nós temos que achar uma solução, para que, efetivamente, nós consigamos implantar um plano nacional que todo mundo tenha acesso, o que é justo, à internet. Essas coisas... Não há discordância disso. O problema é como é que vai fazer, em que velocidade vai fazer, quando vai fazer, que vai financiar. Porque se vai se dar um acesso a um serviço a alguém que não tem capacidade da pagar, e não vamos entrar no mérito de quem é a responsabilidade pela distribuição de renda no país, mas, se quer que alguém tenha serviço... E é justo que ele tenha, porque ele, tendo acesso a esse serviço, ele conseguirá melhorar a sua educação e etc. e poderá eventualmente se capacitar... Agora, se quer ofertar serviço a alguém que não pode pagar, alguém vai pagar, não tem almoço grátis no mundo, alguém está sempre financiando alguma coisa.

Resumidamente, é isso que eu tinha que colocar. Quer dizer, nós não temos discordância no diagnóstico, o diagnóstico é esse mesmo, temos que resolver e, eventualmente, na forma de fazer isso, só se fará com amplo diálogo, com todos participando, e acho que estamos no caminho certo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dr. Pauletti, pela sua exposição, Dr. Pauletti, bastante instigadora, porque V. Sa. trouxe aqui à discussão alguns assuntos bastante polêmicos. Eu quero dizer que esta comissão instituiu o Grupo de Trabalho que tem o Senador Casagrande, o Senador Gerson Camata e o Senador Cícero Lucena, para tratar exatamente do custo da comunicação no Brasil. E isso quando a OIT divulgou, a nível mundial, de que a telefonia no Brasil era a mais cara no mundo. Então, o Senador Gerson Camata trouxe a questão aqui, à comissão, nós criamos o Grupo de Trabalho e ainda, ao retomarmos esta sessão legislativa, o Senador Renato Casagrande solicitou que nós pudéssemos avançar no trabalho.

Eu vou conversar com o coordenador, Senador Gerson Camata, vamos conversar, vamos fazer uma reunião ainda essa semana, com os três, para que isso realmente possa, porque V. Sa. fala... Eu acho que o Grupo vai ter que fazer uma anamnésia no sistema, vai ter que fazer um diagnóstico do sistema e vai ter que encontrar uma resposta que possa subsidiar o governo e a sociedade, porque eu acho que o consenso aqui que une a todos nós é que, eu diria, é uma obrigação do governo e um direito do cidadão, obrigação do governo de dar o acesso a todos com qualidade, porque não adianta, também, se não tiver qualidade. É o mesmo caso do ensino; universaliza o ensino e não tem qualidade. Aí, depois, cria cota para escola pública, porque a escola pública não concorre,

o aluno da escola pública está em condição desigual da escola privada. No meu tempo que eu estudei, naquele tempo, o ginásio, o ensino da escola pública era igual ou superior da escola privada. Então, tem que ter qualidade. Segundo, não adianta ofertar, porque ofertar não universaliza, o que universaliza é o acesso, é a pessoa conseguir. Então você dar o telefone, seja ele próprio fixo. Por que é que eu acho que foi o Dr. Cezar disse que o número de telefones fixos está diminuindo cada vez mais.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas está diminuindo, porque você ofertou, e a população brasileira lamentavelmente não tem condições de pagar assinatura básica, ou seja, ele não usa o telefone, e ele paga 40 reais por mês, mesmo sem usar, aí ele pega o pré-pago... Ministro, se for comparar o gasto do brasileiro, por aparelho - tem 180 milhões de aparelho, pelo menos é o que já foi dito aqui -, é cinco reais, seis reais.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Seis reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o telefone de sessão espírita; só recebe, ele não liga. Eu vou propor aos senadores que nós possamos fazer as perguntas em conjunto, para que possa ter a resposta de todos. E pediria aos nossos convidados que anotassem essas perguntas, porque, quando for dar a resposta, ela também será em bloco.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, antes das perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, meu vice-Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): A primeira palavra...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem sombra de dúvida é o autor do requerimento, o Senador Renato Casagrande é o primeiro...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas vislumbrando exatamente essa situação e no sentido de enriquecer as perguntas e a fala do Senador Casagrande é que eu queria colocar só apenas uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, então.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu, particularmente, não acredito nessa questão dos 6% de lucro das operadoras, acho que essa questão da comunicação no Brasil é quase uma grande falácia. Perceba que 86 milhões de proprietários de celular, dos 86 milhões, a grande base é de telefonia pré-paga, e a telefonia pré-paga, como todos nós sabemos, é quase um real o minuto, um real o minuto quer dizer que a maioria dos brasileiros, a maioria desses 86 milhões de pessoas, paga dez minutos, que é o mínimo, para não falar nada, falar dez minutos por mês. E aí, o que eu quero enriquecer a fala do Senador Casagrande é o seguinte. Eu queria só fazer, dar aqui uma informação. Eu vim da França agora, e, na França, tem uma empresa chamada L'Orange, que é pública, e o pacote da L'Orange, perceba bem, Senador Casagrande, o pacote da L'Orange, que inclui TV a cabo com mais de 100 canais em HDTV, banda larga sem fio, sem limite, e bando larga real - não é essa porcaria que nós temos aqui, no Brasil, não -, telefonia celular, duas horas por mês, gratuita, e telefonia fixa grátis para todas a Europa, grátis. Sabe quanto custa isso, Senador Casagrande? Quarenta euros por mês.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O conjunto?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O conjunto de tudo, 40 euros por mês. Então, eu quero só registrar que o brasileiro, segundo as palavras do próprio Dr. Valente, é ávido por comunicação, basta ver o parâmetro que ele mesmo deu de 56 minutos de utilização média de internet, que coloca o Brasil como campeão mundial neste consumo de tipo de serviço. Os preços e equipamentos despencaram, celular, computador, televisor, só as tarifas é que não despencaram, e o grande limitante hoje do brasileiro, então, não é o preço dos equipamentos, e, sim, o preço das tarifas, e não pode ser 6%. Mesmo abstraindo os 44% de imposto, não pode ser 6% a margem para gerar essa distorção comparando com... Balanço é balanço. Eu tenho 14 pesos, balanço é balanço. Só para encerrar. Não pode ser o limitante o lucro de 6%, mesmo abstraindo os 44% de imposto.

Então, Senador Casagrande, louvo vossa iniciativa de participar desse grupo que analisa o preço das tarifas das telefônicas e louvo ainda mais o Governo Federal, que implanta um serviço de massificação da banda larga, porque trabalhando não como elemento regulador, mas como elemento executor de uma política que dê acesso ao nosso povo à banda larga; caso contrário, nesse ritmo, a gente não vai ter nunca o nosso povo com banda larga.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande, como subscritor do requerimento pelo regimento, tem a primazia de fazer os seus questionamentos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Eu, na verdade, vou fazer uma colocação e vou ter que me dirigir para a Comissão de

Meio Ambiente, que eu sou Presidente da comissão, a comissão é às onze e trinta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. preside com competência a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fiscalização e Controle.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, presidente. Primeiro, dizer que V. Exa. deveria, de fato, amanhã, antes da reunião das oito e trinta, convidar o Senador Gerson Camata, o Senador Renato Casagrande e o Senador Cícero Lucena para uma reunião com V. Exa., para que nós possamos verificar o plano de trabalho com relação à comissão que estuda o custo do setor das tarifas de telecomunicação no Brasil. Diz que é boa a iniciativa, se V. Exa. fizer isso, para a gente poder dar agilidade ao trabalho da comissão.

Segundo, Sr. Presidente, quando que o plano, Cezar, o plano vai ser anunciado? Você poderia responder só quando vai ser anunciado o Plano Nacional de Banda Larga?

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Estamos trabalhando para os ajustes terem terminado antes da próxima reunião com o Presidente, que será na primeira semana de abril e que possa ser anunciada as diretrizes, as grandes metas e os diagnósticos, na primeira quinzena de abril. A proposta que nós estamos fazendo é até o final de abril e instalar, então, a Mesa permanente, que, então, organizará os seus trabalhos para um bom próximo período. Esta é a ideia original.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para aplicação, para execução do plano original?

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: A execução, a construção, na medida em que ele não é um plano acabado, senador, ele tem diretrizes, metas, instrumentos, mas ele vai ser construído na Mesa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim. Mas nós temos, na verdade, um diagnóstico que todos aqui concordam, o diagnóstico aqui não tem nenhuma discordância. Todo mundo concorda que a banda larga chega a muito pouca gente, com custo alto, qualidade baixa, o diagnóstico feito pelo Cezar e a política colocada pelo Ministro Franklin, há uma concordância de todo mundo. Então, de fato, o governo está totalmente correto na implementação, na apresentação, vai começar a implementar que o próximo governo é que vai fazer, de fato, a implementação do plano, mas é positivo. Temos que louvar, temos que apoiar, temos que discutir aqui, no Congresso, nesta comissão, porque é um assunto de interesse da sociedade brasileira, porque não tem nenhuma maneira, hoje, de você chegar com oportunidades às pessoas, se você não der capacidade às pessoas se comunicarem, e internet, hoje, é o principal meio de comunicação e será, cada vez mais, o principal meio de comunicação e uma exigência do cidadão.

O que eu gostaria de perguntar ao Ministro Franklin, ao Cezar, é qual é a ideia? A ideia, quando se discute, foi a polêmica criada com relação à criação de uma nova, ou à reativação da TELEBRÁS, que suscitou o debate sobre interesses de pessoas com relação à criação da TELEBRÁS? A ideia, quando se fala... Isso já está definido no governo de reativação da TELEBRÁS? Se está definido, seria para gerenciar esse backbone ou seria para prestar serviço ao usuário? Acho que essa é uma resposta que seria importante que nós tivéssemos, para sabermos qual o caminho que o governo vai seguir, para que haja, de fato, uma implementação do plano, com relação ao uso dessa infraestrutura que nós temos hoje, no nosso país.

A outra questão: o FUST. O FUST será utilizado, os recursos do FUST serão utilizados efetivamente na implementação do plano? O governo fez, por exemplo, na área de energia, que nós temos estatal de energia, mas o governo fez com as distribuidoras de energia elétrica um programa, que é o Luz Para Todos, que atendeu, universalizou, praticamente levou energia em todo... Subsidiando, o governo subsidiando. Um sistema como esse poderia funcionar em parceria com a iniciativa privada ou não? Qual é o formato? Porque o formato é a decisão do governo e do congresso. Qual é a definição do formato para que a gente possa facilitar o acesso à banda larga?

E última questão, eu também... Eu compreendo perfeitamente o custo dos tributos nas empresas, mas nós precisamos aprofundar o nosso debate aqui, porque, se for o tributo o principal causador de um preço tão elevado do serviço, nós não podemos deixar de discutir, mas o Chile não tem uma carga tributária duas vezes maior do que a do Brasil. A carga tributária do Brasil é um quarto, um terço, maior do que a do Chile, e lá, segundo a descrição e a apresentação dos dados do Dr. Cezar Alvarez, lá, duas vezes mais barato o custo do serviço. O Japão não tem dez vezes mais ou dez vezes menos a carga tributária do Brasil.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: O Chile, 19,2, o imposto lá; 19,2.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se for 19,2... Aqui não é 44, não. Aqui é 35... Você está falando da tarifa específica, não está falando da carga?

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: É o tal de estar por dentro ou por fora que vai de 37...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bom, você está falando da carga. É importante esses dados, eu imaginei que não, eu estava falando, mas, se for, tem razão. Japão, quanto é a carga tributária do Japão?

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Japão... Não tenho aqui, eu tenho China, Índia, Espanha, Reino Unido, Rússia, Peru. Quer que eu fale ou não?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não precisa, não. É só porque... Eu acho que nós temos que fazer essas verificações, porque, se nós temos, de vez em quando, o preço mais elevado do mundo, um dos preços mais elevado do mundo é uma estimativa pode não ser a acertada, mas uma das tarifas mais altas do mundo.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Mas, em telecomunicação, nós temos a segunda maior carga tributária do mundo em telecomunicações, a primeira é a Turquia: 44,6, e o Brasil está aí para bater a Turquia. Logo está 43,16.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Esse dado é importante você deixar para gente aqui, para a nossa comissão, viu, Senador Flexa? Para nossa comissão, é importante esses dados, para a gente fazer a reflexão para a reunião de amanhã, se o senhor convidar.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Posso te dar, porque esse material não é meu, estou tirando de uma apresentação...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, essa questão do preço é uma questão importante para nós. Dr. José Fernandes Pauletti, só para... Senador Flexa Ribeiro, só para concluir, o debate está aqui, o primeiro debate que a gente faz sobre o Plano Nacional de Banda Larga, vamos ter que fazer outros debates, mas está claro a importância do programa, a importância do plano, a necessidade do congresso se envolver nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande, me permita. Nós já tivemos aqui a honra de receber o ministro das comunicações, que fez a exposição do Plano Nacional de Banda Larga.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É verdade. É verdade, é verdade. Mas agora nós estamos chegando perto do seu anúncio. Então eu vou... A minha assessoria permanecerá aqui, eu vou abrir a reunião da comissão. Peço desculpas e licença a vocês. Nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres convidados, eu tenho uma dúvida, nós estamos, através desse programa de banda larga, programa público, usando a estrutura que é da ELETRONET. A estrutura da ELETRONET conhecidamente interliga as capitais do país, através de fibra ótica. Como é que o governo imagina fazer a capilarização disso aos municípios? O nível de investimento é maior ou menor do que o que já foi feito até agora? A pergunta... Até a dúvida do Dr. José Fernando Pauletti é extremamente pertinente, o governo vai atacar no varejo ou vai regular de forma a estar presente no atacado? Estas informações estão deixando todo o mercado excitado, a imprensa está excitada, todo mundo está excitado, todo mundo fala em reviver a antiga TELEBRÁS. Eu, particularmente, não vejo assim. Mas tenho muita curiosidade de saber como o governo pretende capilarizar aos municípios, ao usuário, esta rede, que já está formada aí, que estava semifalida, que era o grande ativo da ELETRONET, a qual o sistema ELETROBRAS é, vamos dizer, acionista, sócio. Então, essa é basicamente a minha pergunta.

Eu tenho muita curiosidade de ver o trabalho da comissão que foi criada, que está extratificando os custos das telefonias da parte de internet, da parte de telefonia, da parte de TV a cabo, também tem que ser explodido, para gente fazer uma análise, onde é que está essa diferença de preço ao brasileiro. Por que o cidadão brasileiro, que não é o mais rico do mundo, paga a tarifa mais cara do mundo? Será que é a gula do governo nos seus impostos? Será que é só isso? Será que os 44%, abstraindo eles desse valor total, a nossa tarifa fica compatível com a do resto do mundo? Então, estou esperando ansioso, querido colega, Flexa Ribeiro, o trabalho desta comissão, para que a gente possa aqui, efetivamente, dentro do Senado Federal, dentro da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, dar esta contribuição ao brasileiro. Porque, antigamente, telefone não era um item de custo que o chefe da casa pudesse estar se preocupando. Hoje em dia, o chefe de casa que não se preocupar com a conta do telefone vai ficar sem o telefone, vai ficar incomunicável. Hoje, é um item de custo importante e pesado, dentro do orçamento familiar do brasileiro. Então eu acho que estamos dando, sim, uma grande contribuição, e o governo dando uma contribuição muito importante para que a nossa sociedade se comunique com o mundo, se conecte com uma internet de boa qualidade. Então, a pergunta, basicamente, é essa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho, e parabenizo V. Exa.. V. Exa. começou as suas palavras e antes tinha uma única dúvida, V. Exa. é privilegiado porque eu estou com tantas dúvidas que eu estou confuso, só falta sair fumaça da cabeça, porque V. Exa. têm uma única, depois eu vou conversar bastante. Acho que vou incluí-lo no

Grupo de Trabalho, se V. Exa. quiser ajudar, porque realmente é importante a gente dissecar o problema, dissecar, saber aonde que está a diferença, se é na carga tributária, se é no mercado, o mercado tem que massificar, porque, não sei se foi V. Exa., ou o Senador Renato Casagrande que fizeram referência ao custo do equipamento. Quando os computadores chegaram ao Brasil, que tinha reserva de mercado, você comprava um computador era como um telefone antigamente e entrava na declaração de imposto de renda, porque era tão caro que você tinha que declarar como um bem, uma linha telefônica fixa.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Aparelho celular ou...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Celular. Hoje nos mercados do mundo, o celular não é cobrado, o telefone não é cobrado, você instala a linha e paga o que você usa, não tem que cobrar pelo aparelho, a companhia dá o aparelho e cada uma dá o mais moderno que é para poder... Aí que é aumentar a competitividade.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas aqui funciona assim, dependendo do pacote.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não chegamos aonde queremos. Senador Roberto Cavalcanti, como subscritor.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao nobre Senador Flexa Ribeiro, que tão bem preside esta casa, inclusive, pela paciência de ter me permitido dar uma fugida rápida e fazer uma votação, numa sala, aqui, anexa. Na verdade, eu gostaria de demonstrar o meu total interesse sobre o tema. Uma área que eu acho que está traçado o perfil de cada país, à medida que ele detenha essa área da melhor forma estruturada. Existe uma intenção do Governo Federal de dar ao Brasil condições de que o Brasil atinja o patamar do primeiro mundo, e o patamar do primeiro mundo, sem dúvida, passa por essa inserção digitalizada.

Eu gostaria de me referir a cada um dos palestrantes, dos expositores, e, em primeiro lugar, agradecer a presença do Dr. Franklin Martins, ao ministro que atendeu uma solicitação nossa, a solicitação de presença de V. Sa. se prende a um requerimento nosso. Eu acho que foi muito enriquecedor a presença, como de todos os demais participantes, e eu, às vezes, comento que você faz uma viagem e vai a uma marina ou vai a um restaurante ou vai a um promotório e tem uma visão e diz: "Só aquela visão valeu a pena a viagem". Então, eu diria que só o depoimento de V. Sa. valeu a pena a audiência. Porque ficou muito claro uma definição que não estava ainda encaixada perfeitamente na minha cabeça, que foi aquela da definição, no sentido da cultura atual de comunicação, da modernidade, da necessidade da modernidade dessa cultura e, na verdade, a cabeça é escrita, a cabeça ainda está no papel e a calda está na informática, está na digitalização.

Eu, como venho da área de comunicação, eu achei isso extremamente verdadeiro, porque nós nos percebemos que a maioria das estruturas de comunicação brasileiras, mesmo dentro desse plano de evolução, elas nascem de profissionais do papel, nascem daquele homem que começou na máquina, depois foi para o computador, mas, na verdade, ele tem no seu DNA, na sua genética, ele tem o papel. E extremamente ilustrador, extremamente enriquecedor para todos nós, essa figuração que V. Sa. fez, no sentido de que instrumentos nós estamos desprezando, como nós estamos usando pouco a modernidade tecnológica. Então, valeu para mim, tão somente a presença de V. Sa., como de estar presente nesta Audiência Pública, em função de levar para casa esse ensinamento.

No tocante ao Dr. Cezar Alvarez, também já o conheço de várias outras oportunidades na trajetória política, e, fundamentalmente, em função da importância da função que hoje ele exerces, que é a coordenação do programa da inclusão digital do Governo Federal, na verdade, ficou bem explicitado as prioridades, política nacional, preços, aplicações, mas, na verdade, a minha pergunta específica vem no sentido, aí é um caso de pergunta de qual modelo que nós deveríamos adotar no Brasil efetivamente e qual o papel da TELEBRÁS? Porque lá na frente, quando nós vamos assistir na explanação do Luiz Cuza, um total contraponto, na verdade, à reativação da TELEBRÁS.

Eu, particularmente, gostaria de ter exatamente, na resposta do Dr. Cezar Alvarez, uma definição desse modelo, porque, na verdade, se verifica de levar banda larga onde as teles não querem ir, isso, na verdade, é o governo ficar com o abacaxi, e nós também não podemos desprezar os 31 mil km da rede digital que estão aí instaladas, está aí instalada, e, na verdade, eu tenho certeza que a missão efetiva, caso seja essa a orientação, o modelo do governo, seria, via essas redes, via TELEBRÁS, ou não, prover as macrorredes. E, no caso, a casa seria, na verdade, atribuição das teles. Então, gostaria de ter, da parte do Dr. Cezar Alvarez, uma definição um pouco mais clara, porque, na verdade, nós, nessa Audiência Pública, nós sobrevoamos, sobrevoamos o problema, mas nós não fomos muito claros, no tocante ao papel eventual do governo participar disto, ou não, através de uma atuação direta, via TELEBRÁS, ou não.

No tocante ao Dr. Luiz Cuza, ele tem uma frase que é emblemática. Não é hora de mudar as regras do jogo, deseja que o modelo permaneça, que é o estado

regulador e o setor privado, provedor de serviços. Esta é uma definição bastante clara. Então, eu gostaria de questionar ao Dr. Luiz Cuza qual a sua posição, se ele é contrário, ou não, à reativação da TELEBRÁS, pontualmente, a pergunta seria pontual para nós não perdermos muito tempo. No tocante à participação do Dr. Jarbas Valente, da ANATEL, que tinha informação paralela, que o mesmo é originário da TELEBRÁS, dos quadros da TELEBRÁS, hoje presta serviço à ANATEL, que é uma agência diretamente ligada ao governo. Então a minha pergunta pontual seria: qual a opinião de V. Sa. sobre a participação da TELEBRÁS no projeto da banda larga? V. Exa. é contrário ou a favor, tendo em vista que V. Sa. atua, hoje, na ANATEL, e, na verdade, as raízes, a base profissional é oriunda da TELEBRÁS. Por fim, gostaria de parabenizar a atuação do Dr. Pauletti, bastante sensato, mesmo representando aqui a ABRAFIX, no tocante aos prós e aos contras, ele foi bastante ponderado, no sentido de que, hoje, não existe uma definição do plano, qualquer conjectura que esteja se discutindo está, na verdade, fazendo elocubrações sobre um fato, e, na verdade, tenho a concordância e a defesa da utilização da infraestrutura que aí está, e se posicionou de forma contrária ao governo atuar no segmento específico, exceto naquelas áreas críticas, como nós já falamos. Eu acho, também, que seria talvez injusto caber ao governo somente essa área, que seria só atuar naquilo que fosse extremamente deficitário. Então, a atividade privada ficaria naquilo que gera lucro, e o governo seria restrito a atuar naquelas áreas mais deficitárias. Mas parabenizo pela forma de conduzir essa discordância, a elegância da discordância.

Por fim, eu gostaria de encerrar e dizer que, na verdade, o meu grande desejo, ao final, de nós termos, como brasileiros, discutido esse problema da banda larga, que seria, na verdade, se não seria chegado o momento de nós repensarmos o modelo, talvez aquele modelo que supostamente estaria sendo condenado no estado, simplesmente como estado regulador e o setor privado como único provedor do serviço, se isso seria a melhor recomendação e futuro do nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. E passo a palavra ao senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Cumprimento a todos os expositores e vou direto ao assunto. Eu sou do Estado de Roraima. Lá no meu estado, a telefonia por voz só chegou em 40% dos municípios. Indaguei uma vez o Ministro Hélio Costa se havia um compromisso oficial, alguma lei que obrigasse a instalarem, as empresas instalarem, ele disse que havia um acordo de cavalheiros quando houve aquela licitação para esse fato. Então, nós já estamos discutindo outra coisa mais na frente, mas eu tenho certeza de que a maioria dos municípios pequenos do Brasil está na situação dos meus lá, não tem nem a de voz. Então, eu espero que nessa 3G... Móvel, móvel, móvel, estou falando de móvel, fixa já chegou. Móvel, telefonia móvel, a fixa nós já temos lá nos municípios, graças a Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E que V. Exa. se referiu à fixa. Mas é a móvel?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É a móvel. Então nós, agora, estamos aqui discutindo sobre a transmissão de dados, de imagens e de outras coisas. Eu acho que, nessa etapa, quando forem fazer as concessões, nas novas concessões, para essas novas gerações, têm que ser amarrado à execução nos pequenos municípios. Eu sou de Roraima. Lá em Roraima, nós já temos uma fibra ótica, graças a uma briga que o Dr. Luiz Cuza me ajudou, nós temos fibra ótica entrando pela Venezuela, e através da fibra da TELEBRÁS, aliás, da TELENORTE lá, ELETRONORTE, pela fibra que já foi cedida e está chegando, e, agora, nós estamos instigando a empresa que fez, é a OI, eu acho que está fazendo, e vai chegando até Manaus, levando a fibra ótica, que significa uma grande melhora. Porém, ainda não está democratizado, são poucas as pessoas que têm acesso à fibra ótica, ainda lá, no caso em Boa Vista, tipo Luz Para Todos. Luz Para Todos chegou em vários lugares do Brasil. Lá, também, não chegou nem a 20% do plano inicial do Presidente Lula, por causa de gestão do programa. Então, eu fico preocupado isso.

Então, eu gostaria dos senhores, que estão elaborando esse projeto, que atentassem bem para isso. Fazer uma nova estatal. Reativar a ELETROBRÁS, eu, pessoalmente, não vejo como bons olhos, porque eu sou do tempo que telefone era um bem caro, era difícil, a gente pagava o celular, mil dólares, mil e poucos dólares, esperava dois anos sem ter certeza... O celular não, o telefone comum, se ia receber, era o tempo que o estado tomava conta. Depois que privatizou, melhorou, democratizou, nós estamos vivendo em outro mundo, mas nós temos que avançar realmente.

Então, eu queria fazer algumas perguntas aos representantes das associações e ao Dr. Cezar, que é o coordenador desse programa. Eu queria saber se as associações estão participando na elaboração desse programa de inclusão digital do Governo Federal. Perguntaria ao Sr. José Fernandes e ao Luiz Cuza. E também se o Sr. Luiz Cuza representa o pessoal do Guarujá, também, ou só aos pequenos prestadores

de serviço? Se ele tiver representando, ele pode falar saber se o pessoal do Guarujá também está participando do programa. Primeira pergunta. Segunda, esse programa de inclusão... Porque é complexo a minha região lá, é difícil, lá na Amazônia, na nossa região. Então, são cidades que são difícil, para 3G. É claro que a gente tem que lutar por 20 megas, mas, para um lugarzinho pequenininho, que não tem nenhuma, até essa internet pé-duro(F) é melhor do que não ter nada. Então, eu acho que tem que se exigir, é lógico que nós temos que almejar chegar no pico do morro, mas, se a gente chegar na metade ou num terço, serve para nós, para os pequenos municípios. Eu estou falando em nome de comunidades de 500 pessoas, de 300 pessoas, 200 pessoas que não têm acesso à internet. Eles têm o telefone residencial, mas não têm a internet. Então, eu acho que temos que lutar... Os senhores, que estão elaborando esse programa, têm que dar um jeito de amarrar, e a ANATEL é a principal responsável de fazer isso, porque ela é que tem feito, porque, naquelas promessas da telefonia de voz celular... Por exemplo, o município de Alto Alegre, de Roraima, ainda não tem, e o prazo era 30 de abril de 2009. Os outros ainda estão dentro do prazo, mas eu não estou vendo movimento para estar, nesse período, cumprida a promessa também. Segundo o ministro, é acordo de cavalheiros, então nós não podemos lazer nada legalmente. Não é acordo de cavalheiros?

Então, se for obrigado, então, eu já vou começar a me mexer, para cumprir o prazo, porque dia 30 de abril é 30 do mês que vem, não tem nem buraco no chão e nem nada para instalar a torre e nem nada lá em Roraima. E quando forem fazer a 3G, também, eu gostaria que os senhores fizessem uma coisa bem amarrada. Se o governo achar que deve fazer, se deve entrar, tem que se discutir. Tem que discutir com a sociedade, para ver o que a gente quer. Não sei se reanimar, fazer outra estatal, outra TELEBRÁS vai ser bom para o Brasil. O que eu quero é que os senhores trabalhem de forma que essa forma de comunicação, essa inclusão, chegue aos pequenos. Pequenos eu falo em nome do meu estado. Eu represento aqui o Estado de Roraima, que é pequenininho e só sobra as pontas. De tudo que chega lá, só a pontinha. Então eu gostaria que o projeto dos senhores pensassem nisso. Como os meus municípios, tem, no Brasil, quase dois mil municípios nessa situação, com menos de 20 mil habitantes, e esses municípios são os mais prejudicados, e são lá onde as pessoas vão ter maior benefício com a internet de qualidade. Porque lá a pessoa pode estudar, fazer a universidade dentro da casa dela, dentro do município dela.

Então, lembrem que os senhores não estão apenas discutindo o lucro de uma empresa ou de uma pessoa, mas estão discutindo uma mudança de paradigma. O celular na Amazônia não é só um instrumento para gente conversar, não; é um instrumento que salva vida. Quando a cobra morde uma pessoa que tem acesso à celular, aquela pessoa certamente não vai morrer, porque dá tempo de avisar, o tempo que o barco levar para chegar de 8 horas, um dia, a gente compensa, ou dá para vir andando de um lado para o outro, porque é assim: você vai chegar um dia, você anda meio dia pra lá e o outro já se encontra no meio, e já vem com o remédio ou com o que for o caso. Lá em Roraima, mesmo, que a gente não tem essas viagens tão longas quanto a do nosso amigo Flexa Ribeiro, que são vários dias, lá o lugar mais longe são três dias, é no baixo Rio Branco, de barco até chegar em Santa Maria, onde existe telefonia fixa, que se comunica com a cidade, que tem jeito de mandar buscar um avião para pegar aquela pessoa ali, e também onde tem pista de avião nessa região, o mais distante está a três dias, mas os outros estão mais perto.

Então, o telefone é isso: é sobrevivência. Aonde tem telefone, os municípios onde têm telefone, já não morre mais o cara com mordida de cobra, já não fica uma fraturo de osso esperando que a ambulância leve três horas para chegar e três horas para sair, porque tem que sair um pessoa, chegar num lugar onde tem comunicação para avisar aquele lugar, geralmente leva um hora, duas horas, três horas, cinco horas, meio dia, depende do local. Na área indígena, então, a coisa é pior: tem lugar que o índio tem que viajar dois dias a pé para chegar num lugar onde tem um rádio funcionando.

Então, os senhores não estão discutindo lucro da empresa dos [ininteligível] ou de quem, mas discutindo sobre a vida de nós, os amazônidas. Eu gostaria que o projeto fosse feito bem amarrado, para não acontecer como está acontecendo lá, em Roraima, em relação a um que até hoje não instalou a telefonia no Alto Alegre, foi a Claro, eu tenho aqui um ofício que me mandaram da ANATEL, dizendo como é que estava a situação. É isso que eu espero. E espero que haja discussão com participação também, para a gente fazer o que é melhor para as pessoas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Augusto Botelho. E antes de passar aos nossos convidados, eu gostaria também de fazer alguns questionamentos, alguns já foram feitos, e eu vou, como gosta o Senador Roberto Cavalcanti, vou acostar-me aos que já foram feito. Mas eu tenho, diferentemente, do Senador Lobão Filho, muitas dúvidas. E aí eu gostaria... Eu vou

fazer a pergunta em geral, e os senhores que couber a cada um de responder, eu pediria que o fizesse. O governo, quando à década passada, ele privatizou o sistema de telecomunicações e construiu a Lei Geral de Telecomunicações, ele fez uma revolução no sistema que já foi dito por todos, o brasileiro não tinha acesso, passou a ter acesso, aquilo que não existia passou a existir. Temos dificuldade ainda... Que a telefonia fixa está universalizada. No meu entendimento, não, porque só estará universalizada quando todos os brasileiros tiverem acesso ao serviço, o serviço está ofertado, mas não tem acesso. Eu comentava com o Ministro Franklin Martins que, ontem, eu estava no município que fica a 150km de Belém, capital do estado, Abaetetuba, o ex-governador, Simão Jatene, e visitando as ilhas, é um município que tem, além da área peninsular, tem 72 ilhas que 40% da população se encontram nessas 72 ilhas. E disse ao ministro, e ele se espantou que, nessas ilhas, não tem luz elétrica. Ele perguntou: "Não tem Luz Para Todos?". "Não, não tem. Não chegou lá". Não tem telefone, ou seja, eles são brasileiros, que estão em condições subumanas, e eles estão de carro uma hora e meia, mas de lancha, de voadeira quase umas duas horas... De navio, vai chegar com umas oito, dez horas, mas chega em Belém. Eles estão ali, juntinho, estão ali, juntinho, e não têm acesso a nada que possa mostrar que nós estamos no Século XXI, eles ainda estão bem atrás. Então, isso me preocupa, essa questão da universalização, dizer que chegou a oferta e não tem o consumo.

Então, a primeira pergunta que eu faço é por que é que o governo, em 2004, renovou as concessões, ele renovou aquilo que a Lei Geral de Telecomunicações determinava que, praticamente, era uma espécie de parceria público-privada, e, depois, o próprio governo criou a lei que estabelece as parcerias público-privada. Então, por que é que, agora, ele pretende... Aí vem uma primeira dificuldade de eu entender, porque me parece, Ministro Franklin Martins, sei que não é da sua área, mas me parece que existem pelo menos três correntes do governo, uma corrente do Ministério das Comunicações, que é o ministério da área, que esteve aqui o Ministro Hélio Costa, apresentou o seu Plano Nacional de Banda Larga, dentro daquilo que está, hoje, em vigor da legislação. Existe um projeto, me parece do Ministério do Planejamento, que é o que recria a TELEBRÁS com a ELETRONET e tem um intermediário aí. Aí a minha pergunta é: por que é que vamos mudar, ao invés de melhorar aquilo que deu certo? Nós temos é que regular, de tal forma que o que avançou avance, mais e não voltar atrás. Porque, se nós colocarmos o estado como... Ele como ofertando, diretamente, ao consumidor, nós vamos voltar 15 anos atrás. Eu não vejo vantagem nisso. Vejo, sim, e aí Ministro Franklin, principalmente, porque sou de uma região que ainda, lamentavelmente, foi incorporada ao Brasil, ela ainda é marginal, e ela serve para o Brasil responder às pressões dos países de primeiro mundo que temem a competitividade do Brasil quando a Amazônia estiver integrada, como já acontece com o Centro-Oeste. Então, é uma questão mais comercial também isso aí, porque nós, amazônios, não queremos acabar com a floresta, não; pelo contrário, queremos a floresta em pé, mas nós queremos que as áreas que estejam já abertas e que estão dentro da reserva legal de 20%... Existe, na Amazônia, hoje, no Pará, 18,5% de áreas abertas, inclusive contando os centros urbanos. Então esses 18,5% tem que ser usado na sua integralidade, e não impedir. Por exemplo, não pode plantar... Vou fugir do assunto. Não pode plantar cana-de-açúcar na Amazônia, isso é a maior bobagem, a Amazônia são várias Amazônias. O meu... Augusto Botelho, em Roraima, não tem floresta, tem campo natural, então não vai plantar cana-de-açúcar onde tem campo natural porque, se derrubar árvore para plantar cana-de-açúcar, isso é um crime, mas onde já está aberto, onde é campo natural, onde tem um bioma que sirva para plantar cana, por que é que não? Por que a Amazônia não pode ter isso?

Então, são essas coisas que, quando se legisla para o Brasil, se legisla de uma maneira geral para São Paulo e para essa ilha que eu me referi, lá na periferia lá de Abaetetuba. Então, eu pergunto e volto a perguntar por que esse conflito de não manter a LGT, aprimorar a LGT, avançar, o governo entrar como regulador, o governo entrar como necessário, o governo necessário... Eu acho que o governo não pode ser nem máximo e nem mínimo, ele não pode estar em tudo e nem pode estar fora de tudo; ele tem que estar onde ele seja necessário. Então, a regulação não tem jeito, ele tem que exigir que as empresas que têm interesse no mercado de São Paulo tenham interesse também no mercado de Nhamundá, lá na divisa do Amazonas com o Pará, ou o mercado de Faro, que fica em frente ao Nhamundá pelo lado do Pará, elas vão ter que ir lá ofertar o mesmo serviço que elas estão ofertando lá em São Paulo. E, para isso, no meu entendimento, a juízo meu, o governo tem os meios de fazer isso que são os fundos setoriais e que, lamentavelmente, não é deste governo, não, já vem do governo passado que os fundos setoriais, que são pagos pelo usuário, estão embutidos nas tarifas, eles são usados pelos governos para fazer superávit primário, o FUST, na sua totalidade, e o FISTEL, em 80%. Aí eu perguntaria ao Dr. Valente. O Locuza(F) disse aqui que a ANATEL precisa - eu anotei aqui - aperfeiçoar os procedimentos

de controle e acompanhamento de resultados. Ora, a função dela é essa mesma, é de fiscalizar, controlar e regular. Então, ou melhor, regular naquilo o que ministério mandar que ela faça. Só que, pelo que eu sei, o orçamento dela, que seria do FISTEL, é só repassado 15%. Uma vez eu fiz uma pergunta: se só são 15%, então vamos reduzir o valor da tarifa para 15% e não precisa onerar a tarifa da comunicação, se basta 15% para a ANATEL. O presidente da ANATEL... Não, não é 10, é 15, não é 15, é 17... O número que for, mas tem que dizer quanto é que precisa para a ANATEL funcionar perfeitamente. Bom, a outra questão, perguntaria. Não há discrepância entre a legislação em vigor hoje e a prestação de serviço por uma estatal? Não vai haver um conflito, não vamos ter uma questão que vai parar no Judiciário das empresas, se acharem prejudicadas, que vieram fazer os investimentos? Eu concordo com o ministro, eu acho que nós temos que aumentar a competitividade aumentando o número de usuários, foi isso que fez baixar o preço dos equipamentos. Se comprava um computador portátil... Há pouco tempo, não é muito tempo, não. A coisa de três ou quatro anos, era seis mil reais; hoje, você compra um por 900 reais um netbook, 900 reais, e vai baixar mais.

Então é o mesmo caso da telefonia: aumenta a base, que é a defesa que eu faço, fugindo, novamente, da carga tributária, nós temos que baixar a carga tributária, o governo deu um exemplo agora, baixou o IPI da indústria automobilística, aumentou a produção, tenho certeza absoluta que não houve queda de arrecadação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Houve uma queda significativa, inclusive, mas valia a pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas você não perdeu o emprego, e o emprego tem a contribuição indireta, eu falo... Talvez tenha havido perda no IPI, mas, no geral, talvez não haja. Então, eu acho que a gente tem que fazer a revisão da carga tributária baixando esse valor e aumentando a base, para todo mundo pagar, porque, se a base for pequena, todo mundo paga, quarenta e tantos por cento começa a complicar. Mas vamos voltar à questão da banda larga. Então, a pergunta... Se não haveria uma discrepância de legislação. O Dr. Cuza fez um afirmação aqui que eu gostaria até que o Dr. Pauletti também pudesse confirmar, se esse Plano Nacional de Banda Larga do governo com a reativação da TELEBRÁS poderia afetar o investimento da iniciativa privada em infraestrutura, ou seja, ela deixa de ter segurança naquilo que vai fazer, como as Telecoms têm uma situação privilegiada, pela legislação, porque podem ter 100% de capital externo, na realidade, o investidor está lar fora. Então, ele vai pensar várias vezes antes de autorizar os investimentos no Brasil, se não tiver a segurança do retorno do seu investimento. Perguntaria se não seria mais razoável considerar a banda larga, como no caso da telefonia, um serviço essencial. E aí ter condições de obrigar as empresas a fornecerem, como foi obrigada a questão da telefonia fixa, a questão da telefonia móvel e usar os fundos como meio do governo ser parceiro das empresas, onde as empresas não tenham interesse econômico de ir atuar e o governo tem a obrigação de ofertar o serviço a todos os brasileiros.

Então, esses recursos do fundo que estão contingenciados serviriam para isso, para que a gente pudesse subsidiar. Eu comentava com o Ministro Franklin Martins que ia apresentar um projeto de universalização da telefonia móvel num modelo que foi feito em Minas Gerais, pelo Governador Aécio Neves. O que é que ele fez? Uma licitação ao contrário, ele fez um licitação ofertando serviços às empresas privadas, ganharia aquela empresa privada que solicitasse a menor participação do governo para garantir um serviço com qualidade e preço.

Então, ele bancava, nos municípios ou nas localidades, onde, economicamente, a empresa não podia ir, e subsidiava; isso o governo pode fazer, basta que a gente altere a lei, e eu, inclusive, fiz um projeto, Ministro Franklin, alterando a lei do FUST para criar telefonia social, porque, como foi dito aqui, os números de telefone fixo estão diminuindo e já me perguntaram, a mídia vem em cima dos aenadores, e aí perguntam assim: "Qual é a empresa que está lhe pedindo para apresentar o projeto?". A visão da mídia sempre que os senadores estão a serviço das empresas. Não é isso, não. Eu apresentei o serviço conversando com a população do meu estado, o meu barbeiro, ele chegou comigo e disse: "Flexa...". Ele me chama de Flexa, eu não vou dizer há quantos anos ele corta o meu cabelo, porque senão eu vou ter que declarar uma parte e eu pago só meia para ele. Já não pago inteira. Ele disse: "Olha aquele meu telefone fixo, eu desativei, eu tenho aqui...". Já lhe dou.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já vou, já, sou só concluir, estou terminando. "Eu tenho agora o telefone móvel que, agora, eu não ligo, tem que me ligar, eu só faço atender". Aí eu digo: "Mas por que tu desligaste o teu fixo?". "Ah, o problema é o seguinte: eu dei ordem para minha mulher, meus filhos, meus netos, ninguém liga no telefone fixo aqui, é só para receber telefonema para que eu vá atender o meu cliente. Só que chegava no fim do mês, vinha a conta, e eu tinha que pagar, sem ter usado, aí eu man-

dei cortar, briguei com a companhia, a companhia não deu jeito aí eu cortei". Então, eu acho que nessa hora se tem os fundos, o governo tem que... Lógico que ele não vai subsidiar para toda a classe de renda. Então, a primeira sugestão minha era quem tem Bolsa Família vai ter direito a ter um telefone fixo com a assinatura básica subsidiada pelo governo, pronto. Ele pagava, exatamente, o consumo, e todos nós sabemos que a comunicação pelo telefone fixo é mais barata que a móvel. E todos nós sabemos que a móvel pós-pago é muito mais barato da pré-paga. Aí a gente tem uma ordem inversa das coisas: 80% ou 90, sei lá, quantos por cento da telefonia móvel, tudo é pré-pago, porque é o telefone que eu digo, só recebe, tinha outras perguntas, mas o avançado da hora aqui não permite, eu vou... Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, senador, era somente na ânsia de termos as respostas dos nossos nobres convidados, V. Exa. se apercebesse do horário, como já teria 13 horas, e V. Exa. teve o privilégio de falar quase durante uma hora sobre a plantação, o nível de plantação no Pará, sobre a navegabilidade, sobre uma série de fatores. Eu saí daqui enriquecido, mas, na verdade, eu queria que nós pontuássemos em cima da banda larga, ou, então, tivesse o privilégio de ouvir a tantas perguntas que foram feitas aos nobres palestrantes, se bem que, na verdade, todas as participações de V. Exa. são extremamente enriquecedoras, e eu tive o privilégio de ter V. Exa. como Presidente desta nossa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, Senador Roberto Cavalcanti, que eu fugi do tema, mas todos nós, amazônidas, não só eu, o Senador Augusto Botelho falou da saúde, nós não podemos perder a oportunidade, tem um Ministro de Estado aqui ao lado, está entendendo? E deixar de dizer, informar ao Ministro de Estado, ele não sabia, ele me perguntou: "A Luz Para Todos não chegou lá na ilha?". "Não, não chegou, ministro". Ele não sabia disso. Então, é importante que se saiba. Não chegou por quê? Porque a energia firme não chegou lá. Nós... Eu ia dizer que o Brasil, que o Pará era exportador de energia, mas vou ficar por aqui. Vamos à resposta dos nossos ilustres convidados, começando com o nosso Ministro Franklin Martins.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Eu queria, em primeiro lugar, agradecer muito aqui o debate. Eu sempre que venho ao Senado, à Câmara, às vezes, tem, assim, um entrevero, às vezes, o clima fica meio encrespado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas, hoje, está tranquilo.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Não, hoje, aqui, está tranquilíssimo, mas é sempre bom, porque a gente... Primeiro porque você sai do palácio, e isso é bom, e segundo porque você tem contato com pessoas com pontos de vista, experiências de vida, representações políticas extremamente diversas. O Senador Flexa Ribeiro aqui falar da ilha, isso tem uma importância porque é sem problema, e você diz: "Mas isso aí não estava bem...". Como é que você resolve o caso de uma ilha assim? Não quer dizer que tem resposta, mas a pergunta fica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por isso e isso vai levar com certeza para o governo problema e vai resolver.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Eu acho que o negócio da Luz Para Todos, o senhor devia subir na tribuna, porque o Luz Para Todos é engraçado. Porque, quando começou a se fazer o Luz Para Todos, o IBGE fez um levantamento e havia dois milhões de casas, de residência, no Brasil, sem energia elétrica. Então, se fez o Programa Luz Para Todos com dois milhões e tanto. Aí já se ligou dois milhões de casas, dois milhão e um quebrado, e se descobriu que tinha um milhão a mais. Lá está nesse um milhão a mais pelo visto. Então acontece disso. Eu queria dizer o seguinte: o Senador Flexa Ribeiro fez uma pergunta: por que é que vamos mudar aquilo que deu certo? O problema, senador, é que, no caso da banda larga, não deu certo ainda, tem que dar. Nós estamos vendo o seguinte: nós temos uma demando na sociedade brutal, isso é uma necessidade do Estado Brasileiro e da sociedade, e nós não estamos dando conta de atingir. Então, eu acho que, nesse caso, a gente tem que estar aberto para todas as perguntas. O essencial é o seguinte: como vamos resolver bem este problema? E aí eu acho que quanto menos ideologizar a discussão, melhor, entende? É o seguinte: como podemos resolver? Eu acho que o debate aqui deixou claro a importância do assunto. Isso é um... Todos estamos de acordo, aqui não temos divergências com isso. Segundo, deixou claro o seguinte: o Congresso Nacional terá de debater profundamente isso. Deixou claro também o seguinte: o fato de o governo estar debatendo essa questão é crucial, porque, se o governo não debater, se não tivesse se propondo a trazer um plano de banda larga, essa discussão nós não estaríamos travando aqui e, naturalmente, o mercado não resolvia isso, porque vamos ter claro, isso não é culpa do mercado, não, o mercado resolve os problemas do mercado, o problema de políticas públicas o mercado não resolve. Quem tem que resolver é o governo, é o Congresso. Então, é isso que o governo começou a fazer. E o governo está debatendo. Evidentemente, quando o governo deba-

te, o governo não chega com uma solução pronta no primeiro dia. É uma discussão por ondas, então discute determinados problemas, resolve determinadas coisas, aparecem novos problemas, questões que não estavam sendo percebidas... Ele disse... Eu tenho uma coisa que eu aprendi no governo, nesse período que estou lá, que não é muito tempo, entende? Embora, às vezes, parece que é eterno, é que as discussões, elas vão agregando novas percepções, etc., que e os problemas são complexos. Não é uma solução rápida, não. Fazer um discurso é muito rápido, falar é muito fácil, fazer é muito complicado, fazer bem feito, então, sai debaixo. Então, eu acho que o governo está fazendo esse processo. O Senador disse: "Não tem três posições?". Eu vou dizer: "Só tenho uma, que é a posição do Presidente Lula, que ele vai bater o martelo no final, só tem uma". O governo só tem uma posição, que, em geral, conhecendo o Presidente Lula, é a posição do que ele costuma chamar do caminho do meio, uma solução que, depois de todas as discussões, de todas as contribuições, da discussão de todos os interesses que os interesses têm que vir à tona, aflorar, e se fazer representar na discussão, ele bate o martelo em torno de uma determinada coisa. Isso quer dizer que vai chegar um prato feito para a sociedade? De jeito nenhum. Como disse muito bem o Cezar, isso vai chegar uma proposta de governo, que ele vai discutir com a sociedade, entende? Vai ter uma mesa que vai discutir esse assunto, todo mundo já contribuiu para que o governo está fazendo e contribuirá mais a partir de um determinado momento. Agora é importante que o governo tenha a posição dele, porque ele chegar com a posição em aberto, algo assim, todo frouxo, etc., não organiza a discussão. O governo tem obrigação de chegar com uma posição, entende, que permita organizar a discussão. Eu vou dar um exemplo para você. Marco regulatório do Pré-Sal. O governo... O que teve de reunião até chegar aquele marco regulatório, mas, desde o momento que o governo discutiu bem, discutiu profundamente, trouxe uma posição para a sociedade, a sociedade está debatendo, mas o fato do governo trazer uma posição consistente, tecnicamente forte, politicamente calçadas, de acordo com as aspirações nacionais, permite o quê? Que as discussões já se dão num patamar muito melhor. Então, acho que o governo está fazendo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permita-me, ministro. Quero parabenizar o governo, por ter retirado a urgência do projeto. Está permitindo que ele seja discutido na Câmara e, depois, venha a ser discutido no Senado. Então, V. Exa. tem toda a razão. O governo tem que ser...

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Senador, com toda franqueza, eu acho o que tempo de oito meses é um tempo razoável para discutir isso, tanto que oito meses foi o que se discutiu a lei, que acabou com o monopólio total da PETROBRAS, se discutiu em oito meses. Teve vários outros assuntos, inclusive, da telecomunicações, foram em quatro meses. Eu acho que o Congresso, quando se debruça sobre o assunto, quando o país quer, discute bem o assunto. Eu acho que nós vamos chegar a uma boa solução, porque o governo encaminhou um bom projeto, eu acho que o país acompanhou, está participando, eu acho que há uma identificação com as ideias centrais do governo, e isso permitiu também que isso chegasse aqui e houvesse um grau, vamos dizer, de que o projeto também não fosse para a vala comum, porque nós sabemos o suficiente que, se o projeto do Pré-Sal fosse para a vala comum, nós íamos daqui a dois ou três anos estar discutindo o Pré-Sal, uma discussão que é urgente, decisiva e importante para o país, mas eu me afastei do assunto devido também a sua intervenção, a sua pequena provocação.

Então, eu diria o seguinte. O governo dá um eixo quando ele está discutindo o Plano Nacional de Banda Larga. Então, eu acho que está claro o seguinte: é necessário um Plano Nacional de Banda Larga, onde o governo jogue um papel de vir ser o propositor, porque senão não sai. Segundo: o governo tem ativos, tem patrimônios de enorme importância, que não podem ficar fora, e isso é que tem que estar sendo posto, a serviço da organização e da estruturação desse plano. O governo tem um papel regulador, e, quando ele bota esses ativos, ele está regulando com esses ativos, ele está aumentando os ativos, ele está aumentando a concorrência, ele está oferecendo serviços no atacado e deve ter governo no atacado. Até então, todos de acordo, o governo deve oferecer os serviços no atacado. Mais ainda... Que a última milha, o que o governo diz é o seguinte: o governo não quer fazer serviço de última milha, o governo tem mais o que fazer do que fazer serviço de última milha, evidente. Agora, se ninguém quiser fazer serviço de última milha, se as telefônicas não quiserem, se as provedoras menores e médias também não quiserem, o que é que nós vamos fazer? Vamos deixar sem? Não, o governo tem que ter os instrumentos para ir lá até para que as telefônicas queiram, até para que os provedores se interessem, até que a nossa imaginação criadora funcione, e a gente encontre forma de solução, porque, se o governo não tiver um instrumento, o mercado sozinho não resolve, eu volto a dizer. Então, é isso que está colocado aqui. É isso que está colocado.

Eu só queria, no finalzinho, dar um palpite aqui, numa coisa. O Pauletti falou muito dos impostos, eu sempre converso com o Pauletti, acho que eu estou devendo alguma coisa ao Pauletti, e o governo está devendo algumas coisas à Telefônica. Eu cobri agricultura muito tempo, antes de cobrir política. Eu cobri a agricultura durante três anos, e eu achava uma coisa extraordinária, que era o seguinte: o ano poderia ser ruim ou bom para a agricultura, o agricultor estava sempre reclamando. Em geral, sempre reclamando do governo, de imposto, disso e aquilo, etc. Eu nunca encontrei um fazendeiro feliz, um fazendeiro sempre tinha uma enorme reclamação. E, no fundo, é isso mesmo. Se ele disser que está feliz, ele acha que vem alguma coisa em cima dele. Então, ele reclama. As companhias telefônicas é, mais ou menos, a mesma coisa. Por mais que estejam bem, por mais que estejam ganhando dinheiro, porque acho que não estão perdendo, elas estão bem, faturando, todo mundo disputa aqui o mercado, acha o mercado do Brasil importante. Uma vez conversei com um executivo de uma grande companhia de telefone, o cara me dizia... Eu estava em São Paulo, tomando café da manhã com ele, ele olhava, assim: "Eu olho para isso aqui e fico imaginando um telefonezinho em cada apartamento desses prédios todos, é uma coisa maravilhosa". Ou seja, é bom, não é ruim. Se fosse ruim, não estava desse jeito. Então é bom. Então eu escuto o Pauletti, eu vejo que o problema é imposto.

Claro que se pode discutir imposto, deve se discutir imposto, em algum momento se discutirá imposto, mas eu acho que uma das causas dos serviços ainda serem caros é que eles são oferecidos de forma restrita. Quanto mais massificar, mais o serviço vai cair. Isso é assim em tudo enquanto é área, por que é que não vai ser telefonia? Por que é que não vai ser na banda larga? Então, nós estamos propondo aqui um plano de massificação de banda larga, isso significa um plano que tem que prever, pelo próprio processo de massificação, uma queda forte do preço dos serviços.

Então, nós vamos continuar brigando, Pauletti. Eu não, porque eu não brigo com ninguém, mas o Cezar e você vão continuar brigando, não tem jeito. Quer dizer, você vai falar de imposto, e o governo vai dizer: "Tem que massificar, etc. e tal". Mas eu acho, sinceramente, que a discussão está sendo uma discussão rica, embora ideologizada, isso é uma bobagem, como se o centro da discussão fosse TELEBRÁS. É o seguinte: o governo precisa de alguma coisa, de uma entidade, para administrar esse ativo que ele tem e para jogar, não apenas pela via, vamos dizer, da entidade reguladora, mas pela via da competição forçada. Ele precisa. O mais fácil é a TELEBRÁS, o melhor é a TELEBRÁS. O resto... Tem muito de ideologia, ideologização nessa discussão, estatização, reestatiza... Você olha, parece campanha eleitoral, entendeu? E o que interessa nisso... Campanha eleitoral é campanha eleitoral, é muito bom, vai ter a discussão, o país vai escolher quem é que ele quer, eu não vou falar em nome porque não pode, mas ele vai escolher quem ele quer. Agora, o povo brasileiro precisa de um Plano Nacional de Banda Larga que promova a massificação, tenda para universalização e que ofereça preços módicos. E o governo é quem tem que atuar no sentido de organizar tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Ministro Franklin Martins, da forma tão convicta, com que ele...

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Peguei leve, peguei leve.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu ia. Eu estava comentando aqui com o Dr. Cezar que eu ia fazer uma... Mas não vou fazer [risos].

Sr. Ministro Franklin, você sabe que eu falei do negócio ruralista...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas eu não sou ruralista, se ela tivesse ouvido, ela entrava aqui feito a... Mas eu vou passar a palavra... Agradecendo ao ministro, ao Dr. Cezar Alvarez, para que ele possa fazer a resposta aos questionamentos.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Agradecendo e me colocando à disposição para mais debates que devemos e precisamos fazer. Eu assinalo que prestará um desserviço à nação, a essa e às futuras gerações qualquer um desses muitos atores que tem participado de um Plano Nacional de Banda Larga, se não participar, tendo presente a complexidade do tema, se não participar tampouco tratando de fugir da simplificação, da demonização, da simplificação da posição do outro. Eu quero lucro e muito lucro, vocês continuam sendo 4,5% do PIB, investindo 10, 12 bilhões, ainda que com margem de seis, que, cá para nós, não é pequena essa margem, se vão pegar outros setores do Brasil. É seis de quanto? De um? Ou é seis de um? Como é que é? Giga, mega, tetrabites em dólares da vida? Então, aqui... É óbvio que, eventualmente, tem um patamar de um mercado consolidado, onde há na curva do investimento e no retorno, um momento negativo até atingir uma nova escala, e nós precisamos atravessar junto esse período de desinvestimento e diminuição do retorno. Esta é uma questão... E esse setor é estratégico para qualquer país. Tem produtividade, tem emprego sem telecomunicação, sem logística, sem banda larga, tem educação de qualidade, com transmissão de ciência, tem conhecimento, tem lazer, tem

rede social, tem controle, tem cidadania? Não. Essa é a infraestrutura do futuro e temos que apostar, então, nela como nação. Será complexo? Será. Será duro? Será. Todos sairemos sorridentes, de braços dados, todos no mesmo passinho, cantando alegre e feliz? Evidente que não. Há elementos e interesse, legítimos todos, mas contraditórios, em caminhos distintos. O que dirá a Oi, com a capilaridade que tem, e, agora, unificada com a BR, quando chega a TIM, que chegou depois, só tem um móvel, tem que comprar a banda e não consegue comprar bom backbone, ou o provedor da lan house que usa bem a lan house, só que aí tem um softwarezinho no interior do provedor dele. Quando ele começa a pegar banda demais e faltar para as outras bandas dos cidadãos que estão naquela região ao redor, o software vai lá e diminui a banda e começa a cair a lan house, que é fonte de acesso a 50% daqueles 66 milhões de internautas.

Então, o próprio aprofundamento do diagnóstico vai nos levar também a uma complexidade de soluções que não são lineares, eu volto a insistir, parece jogo fácil de palavra, mas eu insisto que não é. A combinação de competição e colaboração é a combinação riquíssima com a dimensão da política estratégica, mas os recursos serão diversos. Por exemplo, o Presidente perguntou muito claramente: "E quanto custa tudo isso?".

E nós fomos lá trabalhar e ver quanto custa eu fazendo tudo e quanto custa eu fazendo nada, quanto custa eu fazendo no meio, quanto custa eu fazer mais pra cá e mais pra lá. Quanto custa fazer com o grande, e quanto custa fazer com o pequeno? Quanto custa fazer a parte intermediária e ir até o fim. E temos hoje instrumentos riquíssimos para o nosso poder regulatório, vamos trabalhar a política tributária? É claro que vamos trabalhar a política tributária, mas dirigida, equipamento com política industrial, ao novo adquirente, a uma visão de renda, algumas questões serão universais, outras serão pontuais, poderão até ser regionais, Senador Botelho. A nossa dívida da união com Roraima e Amapá e algumas regiões do Amazonas é enorme.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Amapá.

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Não, eu digo Amapá porque Amapá e Roraima em que nas condições que a ANATEL deu para anuência prévia para fusão Brasil Telecom e Oi a condição era chegar lá, e hoje alguns provedores chegam comprando da Venezuela, fazendo o lub(F), trazendo sinal da Venezuela e está chegando lá, agora chegando com dificuldades, tanto para lhe dar um exemplo para os planos de expansão das redes ELETRONORTE, evidentemente, também um pouco dos grandes gasodutos do sistema PETROBRAS, projetos já aprovados, não quer dizer que não venha a ser construídos novos projetos, até 2014 chegarão dos atuais 23 mil km a 31 mil km mas ainda não fecharão o anel na região amazônica, por quê? Porque a boa engenharia boa de telecomunicações diz que eu tenho que fornecerem em anel, é um redondinho, eu chego por aqui, se tem um problema aqui eu chego pelo outro lado, então são três grandes anéis que estão onde? Onde está o Brasil urbano, quase litorâneo, rico e criado e instruído, ou seja, Sul e Sudeste, eu dizia 80% da penetração está ali, no sul e no Nordeste, então ainda há previsão de expansões, a ponta lá de cima da ELETRONORTE vai chegar bem pertinho lá da Boa Vista, deve chegar perto de Boa Vista, debaixo não passa, do Acre não vai nem à Tarauacá, qual aquela cidade no extremo do Acre lá em cima, e isso tão os atuais planos de expansão. Vamos fazer sozinhos? Não vamos. O documento do Ministro Hélio Costa em que ele, inclusive, apresentou aqui, que está reproduzindo, parcialmente, alguns valores no boletim do Senado de hoje mostra 24 bilhões de investimentos públicos, 46 privados, são 70 e tantos bilhões de expansão, enquanto os americanos anunciavam 370 no seu plano. Quer dizer são aqui discussões de política moderna, inclusive, telecomunicação tem sido elemento de política de combate à crise e à recessão em 2009, foi assim em vários países, Finlândia, Alemanha, Estados Unidos, Japão. Então, nós estamos aqui discutindo um tema de muita complexidade, e dito isso algumas coisas que a gente tem presente e outras que estamos em construção. E aqui uma contradição, um momento rico que nós estamos aqui, o próprio governo não parou e foi à vida sentar e saber que tem que construir alguns parâmetros e alguns definições. Como disse o Ministro Franklin, nós não vamos sentar na mesa e dizer: e aí, o tudo bem? O que é que vocês estão achando? Não, nós chegamos com diretrizes, visões, diagnósticos, sabendo quais são os instrumentos da nossa exposição, mas a partir daí tem que sentar e trabalhar, federativamente, socialmente, e por isso o conceito das entidades.

TELEBRÁS. Aí falsa polêmica, eu acho que oportunidade, não se trata de reconstruir uma holding de 27 TELEBRÁS estaduais com órgão de pesquisa, desenvolvimento, independente do juízo que se tenha ou sobre o seu sucateamento, ou sobre a sua ineficiência, não entra aqui apenas dois extremos que não são, inclusive, excludente na totalidade, não é sobre o juízo que se tenha prévio ao processo de privatização, mas que alguma coisa precisa para gerir esse ativo precisa, sentar na mesa, precisa comprar, precisa alugar, precisa vender, precisa fazer preço, precisa arbitrar, a

ideia hoje é, os estudos mais aprofundados mostram que o melhor é TELEBRÁS. Está decidido? Não, não está ainda essa discussão em andamento. Inclusive, já foi feito o relevante fator de comunicação à CVM. Agora, como vai ser, exatamente, é aquilo que o Ministro Franklin assinou, nós nosso queremos ser prestador do serviço na ponta, tem coisa mais importante, mais estratégica e de mais necessidade do cobertor, que também é curto do orçamento público federal, mas tampouco não podemos dizer: "Você ficará desassistido, quem mandou nascer em Abaetetuba, quem mandou nascer lá em Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, para não ficar longe, quem mandou nascer em Higienópolis, em São Paulo, e não em Bom Retiro? Ou na vila Clementino ou outra área média, ou rica da cidade da São Paulo, quem mandou nascer?" E aí o conceito de política pública, e aí telecomunicações foi autorizado também à iniciativa privada prévio processo de privatização na modificação do art. 08 da Constituição, também se prestado pela iniciativa pública, mas também ser prestado não desobriga o papel regulador organizador deste bem essencial, tanto que a Lei Geral de Telecomunicações prevê o conceito de serviço público.

Então, sobre serviço público, falava do interesse de coletivo, um: essencial, se usava as palavras, Senador Flexa, um conceito. Na lei, é serviço público aquele que é decidido como coletivo. Hoje está fora do nosso escopo porque significa toda uma nova constituição de empresas especiais para prestar um novo serviço público em lugares que ainda não venham ser prestados. E ela já é prestada por mais de 1500 pequenos provedores, nove grandes provedores wireless, com fio, ou sem fio nacionais. Então, hoje será esperar dois anos até parar para discutir como questões jurídicas complexas porque aonde não chegou, é só para área nova, mas todo mundo está chegando, nós acabamos da fazer um acordo para chegar o fio da banda larga em quase 3400 municípios que eu dizia, ao final de 2008, não chegava, está chegando, mas está chegando pouquinho, dois, quatro, oito, 12, 30 mega bits para toda uma cidade, nós estamos discutindo hoje, não estão nos planos da universalização, parece que não deu prejuízo, parece que está dando um bom resultado. Vamos reinvestir? Vamos aumentar a capacidade dos municípios pequenos? Porque assim que chega um benefício, eu quero mais e com razão, e com razão, aquilo demora uma eternidade, dez segundos é um mundo. Então, vamos usar assim o FUST. Você sabe o quanto o presidente já autorizou, conversando com o Ministro Guido Mantega e o Ministro Paulo Bernardo que o colégio de líderes e como a maioria dos líderes da sua base autorizasse junto com as mesas colocasse com como prioridade na pauta de votação o FUST nos termos da modificação feita pelo Senador Mercadante e o Deputado Paulo Lustosa que, então, permitem que o FUST que tem o fluxo a 600, 700 milhões/ano seja capaz de ser usado não apenas mais para universalização para telefonia fixa, mas para o conjunto de serviço de telecomunicações. E vai ser uma bela briga também, o quanto vai para pesquisa, o quanto vai para computador em sala de aula, o quanto vai para equipamento de telecomunicações, os usos vai faltar FUST, evidentemente, e nós vamos ter que fazer uma visão de longa escala.

Tributos. Eu não tenho dúvida em afirmar e estão aí os dados que não vou eu desmentir, mas é preciso relativizar essa absolutização que se faz, o CONFAZ que é o assento de todos os secretários estaduais de fazenda votou uma resolução que só pode ser votada por unanimidade, por consenso há dois anos atrás, em Fortaleza, que permitiu que os estados não cobrassem ICMS daquele serviço de banda larga que fossem oferecidos até 30 reais, então todo mundo começou, deveria oferecer por R$ 29,90, apenas quatro estados se valeram deste direito: Pará, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, só tentou se começar a funcionar até agora, em São Paulo, e assim mesmo começou com a Telefônica e agora está entrando a Net e a dificuldade é enorme por que falta renda? É zero o ICMS lá, lá é zero ICMS. Ah, não, 30 ainda está muito caro, mas também é porque as redes começaram a falir e a dar pane porque houve pouco investimento, quando não desinvestimento, quando não terceirizações de pouca qualidade para manutenção e qualificação dessas redes. Então, o problema é bastante mais complexo e de envergadura. Podemos afastar bem, ICMS está na autonomia de cada ente federativo o estadual em particular, mas não afastamos a discussão de FISTEL na sua dimensão instaladora e fiscalizadora, não afastamos a discussão de equipamentos e moldes específicos como política de popularização, nenhum instrumento está fora do nosso leque de opções, todas serão usadas, devidamente, em comum acordo, em parcerias parciais, me desculpem a redundância total, em algum momento atingiremos a unidade? Ótimo, perfeito, foto, capa do Jornal Nacional e da BAND, e de todos os demais, Record e tudo mais. [risos] Que ninguém brigue nada comigo, os jornais nacionais digamos, os jornais em cadeia nacional, agora, melhorou, senador? Agora sim. [risos]. Então, eu estou correndo muito porque são muitas perguntas, mas só a amplitude das perguntas mostra a complexidade e a riqueza deste tema que, evidentemente, eu começo a falar e me apaixono, mas qual será o papel deste cenário e desta casa, neste posto, acompanhando

esta mesa é uma belíssima pergunta que eu espero que vocês com a expertise que com aqui acumulada com os seus assessores que eu conheço da Câmara e do Senado contribuam para os estudos que falta para os diagnósticos, e até mesmo para a mediação deste grande plano nacional que é uma ambição de geração, mas terá que ser cumprida que como eu dizia: temos que fazer hoje o que faltou fazer de ontem dar conta do de hoje e fazer o de amanhã, porque se não fizer o que amanhã, amanhã nós já estamos de novo devendo. Então, obrigado pela oportunidade. E estou à disposição sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Cezar Alvarez. E passo a palavra ao Dr. Luiz Cuza para as suas respostas.

SR. LUIZ CUZA: São várias. Mas acho que todos estamos a favor de plano nacional, é muito importante, todos tem, mais ou menos, os mesmos objetivos, banda larga para todos a preços acessível e de alta qualidade. Acho que existem diferenças de que o país precisa do ponto de vista de que velocidade, quando, e os preços, e a qualidade, mas acho que aí estamos todos certos. TELEBRÁS, o papel da TELEBRÁS como o Senador Cavalcanti me perguntou, depende, a TELEBRÁS se assiste, a nossa preocupação é se a TELEBRÁS se converte em uma operadora que assume serviços para municípios, federal e etc., mas o uso dessas fibras se precisa, como é lúcido da PETROBRAS também, é lúcido de Oi, de Telefônica, todas essas fibras têm que ser compartilhadas, o país não é rico. Ainda se fosse rico outros países que são muito mais ricos têm essas regras. A única coisa que queríamos nos focar um pouco olhando as experiências mundiais, sem dúvida, o papel de regulador é primário, a eficiência reguladora que assegure acesso a toda infraestrutura que assegure que os atos de concentração não sejam negativos e assegurem que práticas competitivas são eliminadas, rapidamente, asseguram que consumidor vai ter banda larga de várias operadoras, a qualidade mais alta e a preços muito mais baixos. E há exemplo no Brasil que já demonstra isso também. Então, essa é a nossa posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Luiz Cuza. E passo a palavra ao Dr. Jarbas Valente para as sua resposta.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE: Obrigado, senador. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer essa oportunidade em nome da ANATEL. E passo a responder as perguntas, praticamente, dos senadores que foram aqui dirigidos à ANATEL. Era primeiro lugar, com relação à questão dos custos e dos preços, que aqui foi muito falado [interrupção de áudio]. Eu queria dar uma informação para todos os senadores que, em 2003, por meio de um Decreto do Presidente da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nós fomos obrigado a criar uma modelagem, uma ornamentação específica toda ela aderente que se chama no mundo de modelo de custo, isso aconteceu em todos os países do mundo, dos mais desenvolvidos aos menos desenvolvidos, no caso da União Européia, por decisão do grupo e dos países que fazem parte daquela organização, os modelos a serem desenvolvidos. Nós desenvolvemos toda essa modelagem, eu segui toda ornamentação especifica para isso, e isso está sendo agora colocado como licitação para aquisição de toda ferramental computacional para que a ANATEL possa, então, dissecar como disse aqui o Senador Flexa Ribeiro, exatamente, o custo dessas operadoras. Todas aquelas foram consideradas, serão consideradas como poder de mercado significativo, para que possa, então, do ponto de vista simétrico, regular todas essas empresas. Então, para se ter ideia, exatamente, de que se o preço está correto, se o preço não está correto, fica muito naquela: "Eu acho...". Então, todos os países do mundo querem desenvolver, vamos desenvolver metodologias para isso, foi criado a regulamentação, nós estamos agora adquirindo um software para que isso seja possível, ou seja, todas as empresas já encaminharam para a ANATEL nos últimos três anos, um documento chamado documento de separação e alocação de custo onde coloca custo de elemento em elemento de rede de todos os seu empregados e tudo que a empresa tenha para que a gente possa depois usando as ferramentas poder entender e saber se esses custos estão adequados, ou não. E também estamos agora contratando uma consultoria e estar... Por meio uma consultoria internacional o que nos está ajudando isso a União Internacional de Telecomunicações que vai nos ajudar a utilizar esse ferramental que está à disposição nosso. Então, isso era muito útil para que a gente possa ter a ideia de como isso possa se desenvolver. Mas mesmo antes que isso possa acontecer, a ANATEL vem tomando algumas medidas para que os preços venham caindo, senão a gente não teria chegado nos números que chegamos hoje. Para se ter ideia, na telefonia móvel, no passado, os valores eram muito maior do que isso. Quando nós mudamos e criamos, por exemplo, áreas de registros, que hoje são 67, que é a área de tarifação, antigamente, eram 512 áreas, então você tinha muito mais chamada consideradas interurbanas do que hoje, então, você pega cidades distantes a 600 quilômetros e paga um valor de tarifa local. Lógico que os preços não está ainda o preço que a gente espera, caiu muito em termos do que era, mas se compararmos nos valores praticados hoje, a gente tem que ter muito em mente também ter muita das

aplicações que vocês chamam Net de empresa dentro da própria empresa onde você não paga pelo uso de minuto. Logicamente, você paga quando chama outra empresa, e assim vai, mas no mercado de 180 milhões, você tem aí, praticamente, todas as empresas quase com 40 milhões de assinantes. Então, tem um volume grande de chamadas e que já vale à pena.

E outro ponto quando se fala muito a questão do pré-pago, que o pré-pago é muito, o celular pai de santo, na realidade, o Brasil, graças a Deus tem na regulamentação algo que poucos países no mundo têm, que é a chamada a cobrar, ou seja, a pessoa pode chamar assim, ele chama e quem paga é aquele que recebe, paga no valor que ele contratou com a empresa, se ele é um pós-pago ele paga 20 centavos. Então, na realidade a chamada está existindo e o pagamento está sendo feito à empresa por 20 centavos, e não pelo valor que seria de uma chamada pré-pago normal, então existe essa possibilidade. E isso tem feito com que por isso que o celular conseguiu uma massificação, conseguiu chegar aos 180 milhões, eu posso ligar para qualquer um e quem vai pagar é aquele que pode pagar, porque eu não posso que porque a minha renda só me permite pagar, como aqui foi colocado sete, oito, 10 reais por mês, e não adianta e diminuir o valor desse minuto ao extremo que vai pagar isso. Mas os outros podem ter uma chamada muito grande que eu posso equilibrar.

Então, tudo isso está sendo hoje objeto de discussão na própria agência, com o modelo de custo, nós podemos chegar a valores que realmente vão ser significativos, e a competição é que vai melhorar isso, nós temos que fazer novas licitações, para que tenhamos mais competidores, ou seja, não ficar apenas nas quatro que aqui existe, e que possa ter outras também num nível regional, num nível municipal com operadores virtuais, que é o novo regulamento que a ANATEL está lançando, e isso aumentará, com certeza, a utilização, como aconteceu nos outros países e o preço a tendência é de cair.

Com relação à pergunta que foi colocada do Senador Roberto Cavalcanti, a minha pessoa, com relação à questão da TELEBRÁS, eu gostaria de dizer o seguinte; como regulador, hoje existem várias operadoras que são estatais, federal, estadual e municipal, pela ordem da ANATEL a lei não proíbe que nós outorgamos nenhuma delas, então existe empresas com outorgas de serviços que prestam serviços, então assim, essa questão se criar empresa, ou deva ser criada é uma questão de política pública, então não cabe à ANATEL dar a opinião se deve, ou não deve ser criada, então cabe ao governo assim fazer e a ANATEL depois implementar as políticas públicas que aí decorrerão. Então, hoje existem empresas não apenas de energia elétrica, como também de outras áreas que são estatais, foram criadas, tanto no âmbito federal, quanto estadual, como municipal, que receberam outorga da ANATEL e prestam serviços em todos os seus âmbitos como concorrente normal qualquer uma das empresas que aí exista.

Com relação à pergunta do Senador Augusto Botelho, eu gostaria de informar primeiro para o senhor como é que foi feito o processo de licitação e como é que veio a obrigação da cobertura do celular em todos os municípios brasileiros que não tinham o celular até abril agora deste ano. Primeiro o modelo que foi criado foi o modelo que nós mesclamos áreas rentáveis com áreas não muito rentáveis, foi [ininteligível] obrigar a operadora em sua área não rentável não iria, não apareceria nenhum interessado. Então, no caso, por exemplo, nós obrigamos quem ganhou a região metropolitana de São Paulo foi obrigada a levar parte da região norte, ou seja, 25% da região norte, como eram quatro outorgas que estavam sendo listadas e foram quatro vencedoras, foram 25% para cada um deles. Quem ganhou o Interior de São Paulo, foi obrigado a levar o Nordeste, quem levou Rio de Janeiro, Espírito Santo, teve que levar a Bahia e o Sergipe, e assim no Brasil todo a gente fez uma composição que isso fosse possível. Então, foi criada obrigação, então não é um acordo de cavalheiros, é uma obrigação contratual, está no contrato assinado com ANATEL que essas empresas têm obrigação de cobrir esses 1836 municípios, a metade até abril do ano passado e a segunda metade até abril desse ano. Nós acompanhamos, contamos, inclusive, aqui com a colaboração do Senador e todos os outros que por acaso se tiver algum motivo estiver atrasado que nos comunique, a gente tem um contato permanente com as prefeituras e a gente vem acompanhando para que isso seja realidade, ou seja, então a partir de abril desse ano todos os 100% dos municípios brasileiros terão, então, cobertura móvel. E até porque também para que chegasse lá houve investimento federal, o preço público que nós cobramos esse preço público foi abatido dele e esse investimento que teria que ser feito pelas empresas. Então, o governo deixou de receber, o Governo Federal, para viabilizar de alguma contrapartida que a empresa assim o fizesse. Então, todas elas, aliás, estão fazendo, nós levantamos a questão específica de Roraima, estão todas construindo, e até 30 de abril tem que está e, além disso, tem um seguro, nós ficamos preocupados, vamos supor que alguns delas não vão, tem um seguro obrigatório que foi feito junto à ANATEL num valor equivalente para qualquer outra empresa que a ANATEL possa chamar e fazer com que qualquer ou-

tra empresa venha e usa aquele seguro que está em nome da ANATEL no valor equivalente para que seja atendido aquele município. Então, nós entendemos que não ficará nenhuma, e, além disso, nenhuma empresa será louca de não cumprir, porque ela não poderá participar de novas licitações [ininteligível] a ANATEL, e o que vem pela frente de novas licitações, de novos usos e novas tecnologias, nós temos certeza que será atendida. Então é obrigação, conto com o apoio dos senadores, quem estiver nos ouvindo, no Brasil todo, para que possam procurar a ANATEL se aquele município que não essa sendo preparado para atender que nos comunique.

Com relação às questões colocadas pelo Senador Flexa Ribeiro, eu acho que foi muito bem respondida pelo colega Cezar Alvarez com relação que eu acho que é aquela questão mais importante da essencialidade, ou não, no serviço prestado para se atender com banda larga. Eu acho que ele foi muito feliz na resposta, eu só me congratulo e concordo, plenamente, com a resposta que ele deu. E aí até usando o paradigma que o senhor mesmo colocou: as empresas hoje que estão no regime público do STFC levaram o serviço, fisicamente, mas do ponto de vista de uso o serviço hoje está sem uso. Então, não é por ser no regime público, ou não, que você teria a garantia da utilização, eu acho que é um plano composto, um conjunto de ideias que viabilizará e das suas várias formas, então, do ponto de vista regulatório, nós, da ANATEL, estamos à disposição, temos colaborado com o Governo Federal, nós somos instituição de governo, para que nós possamos, então, viabilizar todo esse projeto que está sendo desenvolvido. Obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu vou pedir pela ordem, porque eu estou prejudicado aqui na discussão, já que eu tive que participar da reunião do Parlamento do MERCOSUL e saí às 5h da manhã de Montevidéu eu só cheguei agora, então, não pude ouvir todas as exposições. Mas eu queria de qualquer maneira colocar primeiro o agradecimento à presença de todos, mas levantar algumas questões com relação a prazos, porque eu fico muito ansioso com questão de prazo. Eu acho que não há nenhuma dúvida mais de que, realmente, a privatização do setor de telecomunicações foi um case, foi um caso de grande sucesso no Brasil. O investimento que veio para o país foi o investimento de grande ponta, nós temos aí quase 200 milhões de telefones celulares hoje, é fruto se nós tivemos que tirar dinheiro da saúde e da educação para investir no sistema de telecomunicações estatal, evidente que não seria o mais adequado, então, nós conseguimos trazer dinheiro para fazer esse sistemas que nó temos hoje. Foram investimentos muito importantes. E que vão mostrando, eu diria, uma sequência, o Governador José Serra nas comemorações do centenário de Tancredo Neves, na semana passada, lembrou bem: "Tem 25 anos que o Brasil entrou na normalidade..."; então, hoje não tem coisa péssima e nem coisa ótima, eu acho que a gente está num processo mais maduro, ou seja, nós tivemos uma redemocratização, tivemos uma nova Constituição, tivemos o Plano Real, a lei de responsabilidade fiscal e isso tudo foi encaminhado o país para que você possa funcionar, e aí é a questão das agências, as agências têm que ser, realmente, fortalecidas, quem é que vai cuidar, quem é que vai olhar a questão do preço? É a agência. Que é que vai olhar se está investindo, ou no está investindo no interior? É a agência. Agora a agência tem que ter força, ela tem que funcionar é assim em qualquer lugar onde você tem um processo de competição como é aqui no Brasil tendo em vista o tamanho. E aí entra a questão do FUST. Eu já fiquei rouco, eu já cansei de fazer, ministro, discurso sobre o FUST, desde que eu entrei aqui, em 2003, que eu falo sobre o FUST. E aí vem a questão da sequência mesmo, lá no governo do Fernando Henrique, também, o FUST não foi usado, e aí passa sete anos e o FUST não foi usado até hoje. Agora que tem um projeto para tentar mudar o FUST. Está muito atrasado, está muito atrasado, dava para ter mudado isso muito antes, nós estamos falando isso desde 2003, tem sete milhões, oito bilhões, o FUST não usa nada. O Ministro Hélio Costa, um dia veio cá e explicou que estava usando 76 mil reais, não sei, ou coisa assim, para fazer um sistema para o pessoal portador de deficiências, é 1% do valor, é muito pouco. Então, ainda que eu cumprimentei-o, na época, pelo menos estava usando alguma coisa. O fato é que essa questão do FUST já tinha que estar aprovado há muito tempo, não tem sentido ela ainda está nessa questão depois de sete anos. E aí vai outra vez a questão da sequência, eu acho que a sequência do país como um todo. E aí eu ainda insisto ainda no caso da TELEBRÁS, da banda larga, na ideia da parceria público-privada, nós aprovamos aqui no Senado, também já acho que tem quatro anos que nós aprovamos, eu não conheço nenhum caso de parceria pública e privada do Governo Federal, conheço algumas estaduais, mas do Governo Federal, não conheço nenhuma, foi o Governo Federal que propôs, nós discutimos e aprovamos e, na época, foi colocado como uma grande solução, o próprio governo colocava, parceria público-privada é uma grande solução para

atrair investimento para acelerar, que era o tema que eu iniciei, questão de prazos, acelerar o cumprimento das suas questões, então, não tem parceria público e privada. Então, nesse caso agora que houve mais uma vez alguma trapalhada nessas declarações sobre TELEBRÁS, evidente que houve. Aqui o governante fala demais, o governante tem que falar menos, porque essas coisas afetam mesmo, e tem gente que ganhou dinheiro, sim, muita gente ganhou dinheiro com esse negócio de ação, de flutuação, de dinheiro de TELEBRÁS, então, vem essa questão, um dia fala uma coisa e fala outra e isso vai... Evidente que num país maduro isso não pode acontecer mesmo, não, não pode ter notícias privilegiadas, informações antecipadas, isso não pode acontecer e aconteceu. Agora o que é que vai fazer a essa altura? Não sei; isso é problema da CVM, é problema de outras...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A CVM pode investigar e punir.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Pode exatamente. Então estou dizendo é problema da CVM ver o que aconteceu: se houve, realmente, algum grupo que se beneficiou disso. O fato é que são duas opções: o próprio governo, até agora, não sei se tem uma decisão final, porque o Ministro Hélio Costa defende uma linha, defende a parceria público-privada, e o Ministro Tarso Genro, por outro lado a ideia de ouvir o Ministro Franklin Martins, era isso para saber, afinal de contas qual dos dois, qual é o caminho?

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: O caminho do meio.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E aí nessa questão da parceria privada eu vou...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele está dizendo para o mineiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, eu tenho que lembrar da solução mineira, mesmo. Na questão da telefonia celular, Minas Gerais tem 853 municípios só tinha interesse financeiro pago metade, 400 municípios tiveram atendimento, pronto, todo mundo tinha celular, nos outros 400 não tinha jeito, porque não tinha interesse econômico. O que é que foi feito? Foi feito isso, uma parceria público-privada, o governo entrou lá com a parte do dinheiro, as empresas [ininteligível], está funcionando. Hoje, Minas tem, já hoje, não, já tem dois anos que está a telefonia celular em todo o estado de Minas Gerais, falta agora sim, um pequena área rural, um distrito, uma coisa assim ainda falta, mas os municípios estão todos atendidos. Então, esse é o caminho que está buscando fazer agora também com banda larga, correndo atrás, já que não tem uma posição nacional, que vamos tentar estadual. Então, eu queria insistir na parceria público-privada e nesse aspecto de que os prazos, realmente, têm que ser cortados, nós não podemos ficar nesse assunto, realmente, demorando muito a decidir. Quando a gente pega alguns dados aqui, o Chile tem muito mais assinante de banda larga do que Brasil, Argentina que é um país com dificuldade, então está bom, Chile é um país pequeno, é um país, a gente sabe que é mais desenvolvido mesmo, pronto, apesar do terremoto agora, mas continua, mas Argentina, não, Argentina é um país que tem condições piores que as nossas, é um país grande que nem o Brasil, com grande população e a Argentina tem aí uma cobertura melhor do que o Brasil. Então, eu queria apertar, é no sentido da rapidez que nós precisamos das decisões. Está bem, Nobre Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço pela ordem do Senador Eduardo Azeredo...

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Eu queria fazer um adendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois, não. Ministro Franklin Martins, pela ordem.

SR. MINISTRO FRANKLIN MARTINS: Citando Tancredo, citado por Aécio, ao contrário agora, pode empurrar que é bem vindo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti. Eu estou cumprindo, religiosamente, a solicitação de V. Exa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Está de parabéns. Fantástica atuação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele me autorizou primeiro a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pedi a V. Exa. que pedisse autorização.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós trocamos ideia aqui e eu expliquei do que se tratava e a compreensão do Senador Azeredo foi fantástica, tanto é que ele foi, extremamente pragmáticos e objetivo, vou tentar ser inclusive mais. É o seguinte, eu acho que nós todos estamos saindo enriquecidos disso aqui, dessa audiência, é uma audiência que vai ter que, na verdade, está dando oportunidade, através da TV Senado, da Rádio Senado e do brasileiro como um todo se inteirar até do que era essa tal banda larga; muitos de nós, brasileiros, até parlamentares se colocava ao microfone qual é a sua opinião sobre banda larga e tal, se, na verdade, ficava hesitando em dar um pronunciamento em função de não dominar o assunto

e nós, hoje, vamos sair daqui, realmente, com um nível de informação e os brasileiros que nos assistiram vão ter isso aclarados. Eu gostaria só, Sr. Presidente, de encaminhar a V. Exa. um requerimento nosso no sentido de nós aprofundarmos mais e ampliarmos mais essa discussão, na qual nós tivéssemos uma oportunidade de termos outra audiência, na qual os diversos senadores pudessem encaminhar a esta comissão alguns nomes. Eu estou trazendo um nome, segundo informações que obtive de uma pessoa que domina a área e é extremo conhecedor da área, trata-se do Dr. Rogério Santana dos Santos, ele é Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Então, eu gostaria que nós tivéssemos o privilégio de ouvir o Dr. Rogério. Então, encaminho à mesa esse nosso requerimento para que amanhã, se possível, extra pauta, o mesmo fosse votado na nossa querida CCT. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A mesa aguarda encaminhamento e colocará extra pauta na nossa reunião de amanhã. O último convidado nosso, o Dr. José Fernandes Pauletti, para fazer resposta aos questionamentos.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Muito obrigado, Sr. Presidente, eu prometo que vou ser breve. E agradeço a oportunidade de estar participando de uma mesa tão brilhante. Toda vez que eu tenho a oportunidade de conversar com o Ministro Franklin, o meu amigo Cezar Alvarez, eu saio cada vez mais enriquecido, principalmente, pela capacidade que eles têm de inverter a situação... [risos]. E me deixar devedor e achar que, mas é difícil...

SR. CEZAR SANTOS ALVAREZ: Essa é a tua percepção.

SR. JOSÉ FERNANDES PAULETTI: Eu tenho certeza que eles entenderam o que eu estava falando. Eu não estou querendo resumir o problema à carga tributária, é, obviamente, que não é isso. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: é evitar que os nossos amigos do governo que são os responsáveis pelas políticas públicas, que são responsáveis por dirigir, por levar esse transatlântico no rumo certo, se eximam de discutir a carga tributária, ela é uma parte integrante? Sim. Ela é uma parte que tem 50% dos custos, se a gente não discutir isso, não vai discutir grandes coisas, quer dizer, e as outras coisas também têm que ser discutidas, a gente não pode nem resumir o problema a isso e não discutir essas variáveis. É somente nisso que a gente está colocando. Alguma pergunta específica que eu queria responder, quer dizer, eu acho que é imprescindível que se utilize o FUST, o FISTEL, essas coisas todas já foram faladas, não há o que acrescentar. Há uma grande concordância entre nós, a iniciativa privada não se furtou e não se furtará a entrar e a participar quando o governo jogar que for o momento exato de participar, quer dizer, obviamente, o governo tem que discutir primeiramente, tem que definir, tem que colocar, tem que fazer a política pública, é obrigação, é o dever do governo fazer e dizer, olha, esse governo quer isso, essa e a política pública e vamos discutir então para ver como é que se implanta aquela política pública, essa é assim que se faz. E a iniciativa privada não se furtará discutir quando chegar o momento oportuno, e tenho certeza e o problema tem uma dimensão muito grande. O que eu julgo e eu vou voltar a falar no assunto. Quer dizer, se é importante e é se é relevante para o país e é, se não há desenvolvimento sem que tenha isso e é. Se está caro, eu não consigo entender porque que telecomunicações, se você for olhar lá a tabela lá dos impostos, está lá. Cigarro, bebida alcoólica, álcool, entorpecente, perfume e telecomunicações, são da mesma alíquota, quer dizer, está lá. Qual é a maior taxa de impostos? É essa? Então, quer dizer: entorpecente e não sei o que... e cigarro e tal, e telecomunicações é a mesma coisa, agora é um contrassenso, se é importante por que é que e tratado dessa forma em termos tributários? E prometo que encerro aqui agora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradecendo a presença de todos os nossos convidados, o Ministro Franklin Martins, o Dr. Jarbas Valente, o Dr. Cuza, o Dr. Cezar Alvarez, o Dr. Pauletti. Eu agradeço a presença dos Srs. Senadores. E dou por encerrada esta audiência pública sobre Plano Nacional de Banda Larga.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dez de março de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Efraim Morais, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Gilberto Goellner e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, José Agripino, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. Justifica a ausência o Senador Cícero Lucena. Haven-

do número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 879, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo nº 880, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ADACSOM - FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Milenium - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapura, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 883, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão - ACCR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 896, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Guapé Stúdio 94 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 975, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 979, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 987, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 989, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu - Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter - ADECOM para executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (votos) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Lobão Filho. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 924, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 909, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Amigos de Iomerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 910, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Uniflor para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uniflor, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 947, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 949, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Central de Eventos, Promoções e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 950, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda.-Me para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 913, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 966, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica de Moradores de Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 977, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Muniz Freire para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 978, de 2009**,

de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 763, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 907, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Barroso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 991, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (votos) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar o seguinte item. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 912, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Gerson Camata, Flávio Arns e Roberto Cavalcanti requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Linea Sat Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 973, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (votos) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº. 07, de 2010-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande e Flexa Ribeiro que requerem "..., nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT o tema "Banda Larga no Brasil", com a presença do Dr. Rogério Santanna dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Magdel da Costa Santos, Presidente da Associação Global Info de Provedores e Igor Villas Boas – Consultor Legislativo do Senado Federal. A complexidade do tema, aliada ao relativo desconhecimento da sociedade de maneira geral,

apontam na direção da necessidade de uma discussão ampla e aprofundada, capaz de fazer jus a importância do assunto para o desenvolvimento do País e conseqüente formação de juízo de valor por parte dos membros desta Comissão. O Dr Rogério é um profundo conhecedor da matéria e, certamente, a sua contribuição será extremamente valiosa." O requerimento é aprovado. A Comissão aprovou, ainda, a apresentação do seguinte Projeto de Resolução: "Institui Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento – a ser conferida anualmente, pelo Senado Federal, a personalidades e organizações de destaque no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica", de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF). A projeto vai ao plenário do Senado Federal para as devidas providências. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2009; e Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 862, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezessete de março de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Efraim Morais, Cícero lucena, Sérgio Zambiasi, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes e Cristovam Buarque reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2008,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2009,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para tornar abusiva a "cláusula de fidelização" em contratos de prestação de serviços de telecomunicações." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é retirado de pauta, atendendo solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 4: Requerimento nº. 08, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer "...., nos termos regimentais, a dispensa da Audiência Pública constante do requerimento nº 09, de 2009-CCT, aprovado em 22/04/2009." O requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento nº. 09, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer "...., nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHz a 2.690 MHz, tema que foi objeto da Consulta Pública nº 31, de 2009, conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, com os seguintes convidados: Embaixador Ronaldo Sardenberg – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Alexandre Annenberg – Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA); Carlos André Lins de Albuquerque – Presidente da Associação de Operadoras de Sistemas MMDS (NEOTEC); Luiz de Melo Júnior – Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL); Antônio Miguel de Brito da Silva Martin - Diretor-Geral da ACOM Comunicações S.A." O requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo nº 969, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência

e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Carlópolis FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 981, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores de Maranhãozinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranhãozinho, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 984, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional Maranata de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Grande, Estado do Maranhão". O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 956, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Figueroa Belmonte de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 958, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Atrativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barretos, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 951, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Seriense - ASCOSER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sério, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 954, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural De Entre Rios - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 959, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social "Vale Verde FM" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 972, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Mariana Moreira Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 862, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores de Dário Meira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dário Meira, Estado da Bahia" O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 899 de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária "Feliz Cidade" Emissora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatinga, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 960, de 2009**, de caráter terminativo,

de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Capitânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 641, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Clube de Mães Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Itabi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabi, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 880, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ADACSOM - FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Milenium - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapura, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Guapé Stúdio 94 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 976, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Artística e Cultural de Apoio a Saúde e Instituições Sociais de Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 992, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária, Combate às Drogas e Prevenção de DST Planeta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuba, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.009, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.019, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de Vila Dalila para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.030, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional de Vista Alegre do Alto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.033, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jaboticabal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Livre Comunitária Stúdio 100 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 1.003, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Apro-

va o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Projeto Brigida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 942, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Meio Ambiente e Comunicação Comunitária de Pium - Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pium, Estado do Tocantins." O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 904, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Gravatá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar o seguinte item. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 957, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Mega Cidade, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará" O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande e Cícero Lucena requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº. 10, de 2010-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que requer "..., nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, para tratar sobre o Plano Brasil 2022." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº. 11, de 2010-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Cícero Lucena que requerem "..., nos termos do art. 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criado, por esta Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, Grupo de Trabalho para estudo em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com vistas a analisar os altos custos dos serviços de telefonia fixa e móvel e a dificuldade de acesso aos serviços de banda larga." O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e cinqüenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de março de 2010.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Senador Eduardo Azeredo, V. Exa. concorda com a aprovação da Ata? Então permaneça como se encontra. V. Exa. está se...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Se mexendo muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se mexendo muito, eu estou pensando que V. Exa. está votando ao contrário.

Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Temos aqui um aviso, um ofício, vindo do Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Assunto: Oficina de Trabalho sobre programa nuclear brasileiro; anexo, programação da oficina 'Rumo à 2022: Desafios Estratégicos para o Programa Nuclear Brasileiro'. Desculpe.

"Sr. Presidente, a Secretaria de Assuntos Estratégicos realizará uma série de palestras, seminários e oficinas de trabalho sobre temas estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico e para a segurança do estado brasileiro.

O primeiro evento será uma oficina de trabalho denominada, aspas, 'Rumo à 2022: Desafios Estratégicos para o Programa Nuclear Brasileiro', que será realizada nos dias 30 e 31 de março de 2010, de acordo com a programação anexa ao presente.

Em razão do exposto, incumbiu-me o Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de [soa a campanhia] Assuntos Estratégicos de convidar esta comissão para assistir a Oficina, por intermédio de representante por V. Exa. designado.

As inscrições serão realizadas por intermédio da Assessoria de Defesa dessa Secretaria até 23 de março, pelo contato, telefone: 3411-4010, 3411-4626, e por 'e-mail para o seguinte endereço eletrônico: dias.lopes@planalto.gov.br. Orlando Vieira de Almeida, Assessor Especial do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República".

Solicito à Secretaria que encaminhe cópia do ofício a todos os senadores, membros da comissão, e os senadores que tiverem interesse de participar do encontro, do seminário, que façam chegar a intenção à Secretaria, para que ela possa fazer a inscrição.

Dando prosseguimento à reunião, vamos aos itens pautados. Item 1 da pauta, terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 483/2008, "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária." Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Lobão Filho, nosso vice-Presidente, a quem passo a palavra para leitura do parecer.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. que pudesse retirar de pauta esse projeto, a pedido do Governo Federal e com o beneplácito do autor do projeto, vamos aguardar o encaminhamento de alguns sugestões por parte do Governo.

Portanto, eu pediria que pudesse retirá-lo para passá-lo para a próxima pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do relator--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só saber se o Governo vai mandar um projeto parecido, porque o governo tem essa mania de copiar os projetos.

Hoje, o jornal está mostrando que o Governo está enviando para o Congresso um projeto aumentando a participação de empresas estrangeiras na indústria de aviação, na área de companhia aéreas, para 49%; exatamente o projeto que está tramitando parado aqui do ex-Senador Paulo Otávio.

Então o receio que fica sempre é esse, é que seja, na verdade, uma ação do Governo, desmerecendo as iniciativas do Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Eduardo Azeredo, eu acredito que qualquer contribuição é sempre bem vinda. Como eles pediram apenas uma semana, certamente nada que eles farão irá descaracterizar, primeiro, a iniciativa do autor do projeto. Então não acredito que haja essa desconfiguração do projeto desta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de me acostar a tudo que foi dito, tanto a preocupação do Senador Azeredo como do esclarecimento do Senador Lobão, até da acolhida da sugestão.

Agora, dizer que, numa conversa, até numa comissão aqui, numa Audiência Pública, aqui, com o Dr. Marcelo Bechara, a posição me parece que tem... O que existe de dúvida é o seguinte: quando foram instituídas as rádios comunitárias, foram rádios que foram instituídas dentro de uma determinada potência e dentro de uma frequência específica para atender exatamente aos anseios de uma comunidade. O que é que entende-se como comunidade? Um perímetro urbano limitado, na qual aquela rádio prestaria um serviço.

No tocante à frequência de televisão, há uma dificuldade maior de limitação dessa abrangência do sinal.

Então, me parece que as dúvidas que existem a respeito da televisão comunitária abrangem unicamente essa parte da técnica, que é da expansão do sinal. O sinal de televisão, ele tem uma possibilidade de vazar, extrapolar os limites de uma suposta comunidade que seria atendida pelo serviço de televisão.

Esta é a informação que foi transmitida aqui pelo técnico do Ministério das Comunicações, à época, e que, talvez, seja essa dificuldade de limitar o sinal de TV, quando, num sinal de FM, no tocante às rádios comunitárias, está inteiramente delimitado e contornado.

Esse esclarecimento, não em defesa só do Governo, mas lembrando que existem aspectos técnicos que tem que ser realmente observados.

Muito obrigado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É verdade que há uma preocupação do Governo em relação ao espectro de radiodifusão. A oferta de canais para o programa de difusão em TVs e em sons e imagem. Mas eu acho que isso foi contemplado no projeto, quando nós definimos uma frequência única.

De qualquer forma, o Ministério quer se debruçar mais sobre esse tema da frequência única. Vamos aguardar o que o Ministério encaminha a esta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Lobão Filho. Retirado de pauta, por solicitação do relator, o Item 01.

Item 02, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 88/2009, "Acrescenta o inciso XVII ao art. 51, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para tornar abusiva a cláusula de fidelização em contratos de prestação de serviços de telecomunicações." Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Com a palavra, para emitir o seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, na verdade, eu vou pedir permissão a essa comissão, porque eu tinha pedido informações do Ministério da Justiça, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e tinha demorado um pouco o relatório a chegar. Então, eu já tinha apresentado o relatório, e eu peço à essa comissão o prazo até a próxima reunião, para que eu possa emitir, tendo como análise também essa informação do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Então, peço a retirada--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. pede...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Retirada, exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para revisão do seu relatório?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para revisão do meu relatório, se for o caso, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, V. Exa., como relator, terá o seu pedido atendido.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Retirado de pauta também o Item 02, por solicitação do relator.

Retornamos com o Item 01 e o Item 02, na próxima sessão de pauta de projetos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só um esclarecimento acessório ao senador e companheiro paraibano Cícero Lucena.

É que eu tive uma informação da assessoria do Governo de que o PROCON daria um parecer favorável. Mas não temos isso por escrito, mas a suposição, a informação que eu tenho é que o parecer do PROCON... Porque a razão pela qual foi retirada de pauta na semana passada foi exatamente porque o PROCON desejava se pronunciar, e não tinha se pronunciado.

Mas eu tenho uma informação adicional de que a opinião do PROCON é favorável.

Consulto a assessoria do Governo, então, caso o Senador Cícero Lucena, tendo em vista que existe essa informação de que o PROCON considera, se acosta favoravelmente à matéria, talvez não haja necessidade de se tirar de vista, de tirar de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu tenho... Senador, agradeço a preocupação de agilizar de V. Exa., mas é em função de exatamente receber esse relatório que eu quero ver se tem alguma divergência em relação ao meu relatório.

Então, eu preciso só desse prazo para analisar, que, com certeza, o meu será favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mantido a...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agora, é só ver se há algum ponto a ser acrescentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mantido a retirada de pauta, só lembro ao Senador Roberto Cavalcanti que, na reunião da semana anterior, esse projeto não foi examinado porque o Senador Cícero Lucena, relator, estava representando a comissão, num encontro sobre energia fotovoltaica em Salvador.

Item 03. O Item 03 tem como relator o Senador Flávio Arns, que trata de um projeto não terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 11, apensado o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, que "Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos."

O Senador Flávio Arns fez uma solicitação à Secretaria que, como ele está impossibilitado de comparecer à reunião de hoje, que fosse também deixado para a próxima reunião e assim será feito.

Retirado também de pauta, por solicitação do relator, o Item 03.

O Item 04, não terminativo, é o Requerimento do nobre Senador Antonio Carlos Júnior, que acaba de chegar à comissão e vai poder fazer a defesa do seu requerimento. Requerimento... "Requeiro, nos termos regimentais, a dispensa da Audiência Pública constante do Requerimento nº 09, de 2009-CCT, aprovado em 22 de abril de 2009."

Senador Antonio Carlos Júnior com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Na verdade, esse requerimento já tinha sido aprovado aqui, nesta comissão, mas nós resolvemos atualizá-lo, ou seja, nós retiramos o requerimento anterior e estamos apresentando um novo requerimento, para que nós possamos discutir a questão do MMDS, que é uma forma de... É uma operação de telecomunicações e que ganhou grande importância em função da banda larga e merece ser discutido, porque você tinha, já operadores que tinham as concessões, as licenças e a ANATEL resolveu então se apropriar de parte disso para a distribuição com as empresas de telefonia.

Ora, isso gerou um problema que tem que ser discutido, e nós precisamos discutir esse assunto aqui.

Aí nós fizemos uma atualização, na verdade, digamos, dos participantes desta comissão. E eu gostaria, além de discutir a votação desses nomes já apresentados, eu gostaria de acrescer mais um, mais um nome aqui, que é Antônio Miguel de Brito Silva Martins, Diretor-Geral da ACOM Comunicações, é uma operadora também na área de MMDS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos, só para poder entender: V. Exa. pede a retirada daquele seu requerimento e está apresentando um novo requerimento?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Certo, então esse requerimento vai ser incluído extrapauta?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Exatamente. Não, não, está na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, é o próximo. Está bom, vamos a ele.

Então, por solicitação do autor. Em discussão a dispensa da Audiência Pública, Requerimento 09, de 2009. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. Dispensada a Audiência Pública.

Item 05, não terminativo. Requerimento. "Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública para debater a alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, tema que foi objeto da Consulta Pública nº 31, de 2009, conduzida pela Agência Nacional de Telecomunicações–ANATEL, com os seguintes convidados: Embaixador Ronaldo Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL; Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura-ABTA; Carlos André Lins de Albuquerque, Presidente da Associação de Operadoras de Sistemas MMDS-NEOTEC; Luiz de Melo Júnior, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares-ACEL."

V. Exa....

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): E aqui, eu vou acrescer, eu estou propondo o acréscimo do nome de Antônio Miguel de Brito Silva Martins, que é Diretor-Geral da ACOM Comunicações, que também que é um operador da área de MMDS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, com o acréscimo do Sr. Antônio...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Miguel de Brito da Silva Martins.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antônio Miguel de Brito da Silva Martins é...?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É Diretor-Geral da ACOM Comunicações S.A..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Diretor Geral da ACOM Comunicações S.A..

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Conforme eu já me manifestei, Presidente, nós exatamente estamos propondo a substituição porque atualizamos, estamos fazendo a atualização dos nomes dos participantes.

Então, daí... Foi porque há necessidade da atualizar o nome dos participantes, o objeto é o mesmo, simplesmente nós estamos atualizando o nome dos participantes.

Foi essa, por isso que nós fizemos a modificação, substituindo um requerimento pelo outro.

Então, aqui, eu coloco à apreciação dos colegas para a discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho, vice-Presidente da comissão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação ao Senador Antonio Carlos Júnior. Nós já fizemos uma Audiência Pública sobre essa frequência utilizada pelo MMDS. V. Exa. quer fazer um nova Audiência Pública; há algum fato novo, não há solução daquela problemática que foi jogada aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O que aconteceu é que a ANATEL... Ela fez a Audiência Pública e decidiu liberar uma grande parte da banda para as operações de telefonia, ou seja, tirando das empresas de MMDS.

Então, na verdade, isso tem que ser discutido a forma como isso deveria acontecer. Houve fato novo, exatamente a decisão da ANATEL entre a audiência anterior e essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior, o que a ANATEL fez foi uma consulta pública; Audiência Pública nós fizemos aqui, na comissão.

Eu acho e V. Exa. tem razão, é um assunto da maior importância, que precisa a comissão tomar o conhecimento e tomar uma posição junto com a ANATEL em relação, e o Ministério das Comunicações.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria apoiar o Senador Antonio Carlos Júnior pelo seguinte, Sr. Presidente: o que acontece é que essas empresas ganharam uma concessão com uma certa largura e começaram a fazer as sua assinaturas para TV a Cabo.

Com a evolução tecnológica, elas ficaram com uma margem que dá para fazer a Internet também por esse meio, e aí elas iam ter mais assinaturas, porque hoje só se consegue fazer assinatura na Internet com TV a Cabo, porque se vende a Internet. É o que está crescendo, não assinatura de telefone.

Só que a ANATEL o que é que fez? Fez uma consulta pública com o objetivo de diminuir essa largura.

Então, consequentemente, essas empresas, que poderiam lucrar agora e tiveram essa concessão, que ganharam com assinaturas de Internet, não vão poder fazer, e aí vão perder financeiramente, o que acaba fazendo um privilégio para as empresas de telefonia.

As empresas telefônicas vão ganhar dinheiro com isso e essas outras vão ganhar ou vão ser vendidas. Eu acho que é esse o objetivo do Senador Antonio Carlos, eu venho estudando esse caso e acho que é muito bem colocado essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Wellington, é exatamente, o objetivo da discussão é exatamente esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluída a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Antonio Carlos Júnior, propondo uma Audiência Pública sobre alteração na destinação das faixas de 2.500 MHZ a 2.690 MHZ, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Vamos aos itens terminativos. Itens 08 e 09, relatoria: Senador Lobão Filho.

Item 08, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 981, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores de Maranhãozinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranhãozinho, Estado do Maranhão."

Item 09, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 984/2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional Maranata de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Grande, Estado do Maranhão."

Com a palavra o nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 981, de 2009 que "Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores de Maranhãozinho

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranhãozinho, Estado do Maranhão."

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 981 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à União de Moradores de Maranhãozinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranhãozinho, Estado do Maranhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Lobão Filho, que tão bem e com competência representa o Estado do Maranhão no Senado Federal.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só lamento que V. Exa., com a vinda do nosso grande companheiro, Senador Edison Lobão, V. Exa. vá se ausentar por alguns meses, por algum tempo, aqui, da convivência com o Senado Federal.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Isso mesmo, Presidente, é de pai para filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade. É verdade.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então... Caráter terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 984, de 2009, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional Maranata de Radiodifusão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Grande, Estado do Maranhão."

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 984, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos também pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária na cidade de Cachoeira Grande.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer suas palavras e quero dizer aos senadores, aqui presentes e a você, meu Presidente, [soa a campanhia] que o que melhor levo desta experiência que vivi dois anos e meio é exatamente a amizade; a amizade que conquistei nessa casa, o respeito que aprendi a ter pelos meus pares, meus colegas, pessoas ímpares na sociedade, que tão bem representam todo o país.

E V. Exa. me fez seu admirador e torcedor radical de sua volta a esta casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que Deus o ouça! E o povo do Pará também.

Vamos aos Itens 13, 14 e 15. Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Item 13, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 951, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Seriense-ASCOSER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sério, Estado do Rio Grande do Sul."

Item 14, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 954, de 2008. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Entre Rios, Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios, Estado de Santa Catarina."

Item 15, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 959, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social Vale Verde FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul."

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi para leitura de seus pareceres.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, os pareceres dos Itens 13, 14 e 15 são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Informo à V. Exas. que a discussão dos pareceres e a votação será em bloco, ao final da leitura de todos os projetos da pauta.

Vamos aos itens... Dezesseis, relatoria do Senador Roberto Cavalcanti. Item 16, terminativo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Projeto de Decreto Legislativo nº 972/2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Mariana Moreira Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba."

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se de uma rádio comunitária na cidade de Triunfo, Alto Sertão da Paraíba, 590 quilômetros da Capital João Pessoa, uma cidade conhecida por sua beleza, seu clima, uma cidade de bastante altitude.

Sem dúvida, essa comunitária, mesmo sendo comunitária, vai atingir diversas cidades vizinhas e, na verdade, o nosso parecer é favorável à aprovação da rádio comunitária Fundação Mariana Moreira Alves, na cidade de Triunfo, Sertão da Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Vamos ao Item 17. Relatoria Senador Antonio Carlos Júnior. Projeto de Decreto Legislativo 862, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores de Dário Meira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dário Meira, Estado da Bahia."

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Vamos aos Itens 18 e 19. Relatoria do nobre Senador Eduardo Azeredo, está muito preocupado com o celular aí e não está ainda atento à relatoria de V. Exa..

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele está em campanha, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele está atendendo os eleitores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está em campanha, eu fico preocupado com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem que se preocupar. Eu já sugeri, eu já sugeri que as duas... V. Exas. façam uma dobradinha; na área do Senador Eduardo Azeredo, ele, na época da campanha política, ele possa dizer: "Vota em mim. Mas quem não quiser votar em mim, vote no Senador Wellington Salgado." E vice-versa na área do Senador Wellington Salgado, ele diga: "Vota em mim. Quem não quiser, vote no Senador Eduardo Azeredo."

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele faz campanha por telefone, Presidente. Eu já vi, ele pede voto por telefone e consegue 50 votos com um ligação. É um absurdo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu não tenho área, é o estado todo, Uberlândia, tal...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele tem o reconhecimento do povo de Minas Gerais como V. Exa. também o terá.

Item 18, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 899, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Feliz Cidade Emissora FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatinga, Estado de São Paulo."

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo 960, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Capitânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais."

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, [pronunciamento fora do microfone] na cidade da Itatinga, em São Paulo, preenche toda a documentação necessária, todos os requisitos, parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Ideli, peço a V. Exa. que, com todo respeito, V. Exa. está retirando o quórum da comissão, e nós estamos em projeto terminativo.

Então eu quero...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, longe de mim de retirar o quórum, eu apenas estou pedindo um favorzinho de um bate e volta de dar um quórum lá, só a assinatura lá na CAE, que nós temos uma sessão extraordinária para a aprovação de um financiamento para o meu estado, para saneamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então V. Exa. tem todo o meu apoio. Eu já assinei lá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto, isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para ajudá-la, eu já fui lá.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto. Só lhe agradecer,

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou lá já, já, eu sou o relator.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O pessoal... Aliás, o Senador Eduardo é o relator. Então é só para garantir, eu juro que devolvo todo o seu quórum aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por favor. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, então deixa eu completar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então o Item 18 é esse da cidade de Itatinga, Itatinga, em São Paulo. Eu não sei onde é que fica Itatinga, tem que perguntar ao nosso candidato, José Serra, onde é que fica a cidade da Itatinga, lá em São Paulo.

Agora, já no caso da cidade da Minas Gerais, Montalvânia, no Item 19, Montalvânia fica no Norte de Minas, é uma cidade quase na divisa da Bahia, a cidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lá no Vale do Jequitinhonha?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Foi criada por João Montalvão, no Norte de Minas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, está em campanha, Presidente, e não pode.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. não pode interromper o senador que está com a palavra. V. Exa. tem que esperar ele concluir e depois fazer os seus comentários, pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu estou contando a história, a história da cidade, João Montalvão criou a cidade, por isso ela se chama Montalvânia, fica na divisa com a Bahia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem é o prefeito lá?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não tinha asfalto, agora o Governador Aécio Neves está levando o asfalto para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem é o prefeito lá de Montalvânia?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aí são 853, não é Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, o de Montalvânia.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, você me apertou agora, sãos 853 prefeitos, me falha a memória, são 853 prefeitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se o Senador Wellington souber, vai ficar difícil.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele vai conseguir o nome correndo, [ininteligível] ele sabe o nome, e eu não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acho bom você procurar logo no Google.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Parecer favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Eduardo Azeredo e V. Exa. pode usar... V. Exa. pode usar o telefone celular para saber o nome do prefeito, que eu lhe retorno a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está gravando tudo, hein, Presidente? Vou usar, propaganda extemporânea.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Itens... Item 20, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 641, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Clube de Mães Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Itabi, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabi, Estado de Sergipe." Senador: Cícero Lucena, candidato ao Governo do Estado de Sergipe.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sergipe!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desculpe. Da Paraíba.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, antes dele, eu já descobri o nome do prefeito, Padre José Aparecido, é um Padre.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. se redimiu e peça perdão ao Padre por ter esquecido o nome dele.

Senador Cícero Lucena para leitura do seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Flexa Ribeiro, senador candidato a reeleição pelo Estado do Acre, o meu parecer é favorável.

[risos].

Meu parecer é favorável, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só peço que V. Exa. corrija, porque eu corrigi o seu também.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, com muita alegria e com muita felicidade, pelo povo do Amapá.

[risos].

Estou brincando, senador, com muita satisfação do povo do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. fica ouvindo o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Roberto Cavalcanti e aí faz... Se engana de propósito, eu me enganei sem intenção. V. Exa. se enganou a segunda vez de propósito, não faça isso com seu amigo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas o povo do Pará não se enganará.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos Itens 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, do campeão de pareceres, Senador Wellington Salgado.

Item 21 e Item 22 não há necessidade da leitura do parecer, porque foi pedido vista na reunião anterior.

O Item 21, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 880, de 2009, "Aprova o ato que outorga autori-

zação à ADACSOM - FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social MILENIUM-FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapura, Estado de São Paulo."

O Item 22, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Guapé Stúdio 94 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais." Foi feito pedido de vista pelo Senador Roberto Vasconcelos e não houve nenhuma manifestação. Roberto Cavalcanti.

[risos]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É uma trama contra a Paraíba, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso foi...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Foi um 'colapso'.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, foi... Foi uma falha proposital, porque V. Exa. induziu o Senador Cícero Lucena a errar pela segunda vez.

Não houve nenhuma manifestação do Senador Roberto Cavalcanti.

Os pareceres que o relator Wellington Salgado já fez a leitura na reunião anterior, foi pela aprovação.

Item 23, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 976, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Artística e Cultural de Apoio a Saúde e Instituições Sociais de Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo."

Item 24, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 992, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária, Combate às Drogas e Prevenção de DST Planeta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuba, Estado de Minas."

Item 25, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 1.009, de 2009. "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais."

Item 26, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 1.019, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de Vila Dalila para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo."

Item 27, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 1.030, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional de Vista Alegre do Alto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo."

Item 28, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 1.033, de 2009, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jaboticabal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo."

Item 29, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 2010. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Livre Comunitária Studio 100 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo."

Com a palavra o nobre Senador Wellington Salgado, para a leitura dos pareceres.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, ainda com a operação de 'limpa gaveta', estou aqui com nove rádios para relatar.

Agora, veja bem V. Exa. e os demais senadores, o que sofre alguém que poderá vir a ser candidato, quando tem um Presidente do Partido de alguém como o Senador Azeredo: das nove rádios que eu vou relatar, só três são de Minas, seis são de São Paulo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Você sabe o nome dos prefeitos?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em São Paulo, não conheço nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., Senador Eduardo Azeredo, a palavra está com o Senador Wellington Salgado, essa pergunta eu farei a ele, quando ele terminar os pareceres.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não posso. Seis cidades de São Paulo, que me deram a relatoria.

Então, veja bem, já estão me tirando de Minas, para que eu não possa dar rádio, autorizar rádio para Minas Gerais, isso faz tudo parte dessa tática do PSDB para neutralizar o PMDB em Minas, mas nós vamos suportar e vamos lutar. Entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É que V. Exa. vai fazer a campanha do Presidente José Serra em Minas, então nós já estamos dando a V. Exa. as rádios de São Paulo, para que V. Exa. possa, desde já, se integrar à campanha do futuro candidato, hoje Governador, José Serra, de São Paulo, futuro candidato a Presidência.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Depois de quatro anos e meio

aqui, no Senado, tendo as posições, não tem como mudar agora, nas duas últimas semanas.

A minha candidata é a Ministra Dilma Rousseff, isso é certo, e o candidato ao governo é o Ministro Hélio Costa. Com certeza, chegou a hora do Ministro, a hora que ele vai ser Governador de Minas.

Mas vamos lá.

Sr. Presidente, "tendo em vista que o exame da documentação que acompanha os PDSs não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo regras quanto os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos que outorgam as autorizações das rádios lida por V. Exa. para executar serviço de radiodifusão nas cidades que foram lidas por V. Exa.", para que eu não tenha que repetir as nove cidades.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, V. Exa. sabe o nome dos prefeitos das cidades de Minas Gerais? Eu tenho que fazer a mesma pergunta que fiz ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Públio Chávez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Hugo Chávez?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Públio Chaves.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tomei um susto. Entendi Hugo Chávez.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em Uberlândia, Odelmo Leão. Em Araguari...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não pergunta para os universitários, não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que ele não sabe porque ele não vai no triângulo mineiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ajuda a universitário não vale, Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Outro dia me perguntou se Uberaba é maior que Uberlândia. Ah, perguntou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem mais um minuto para poder pedir auxílio do celular para dizer o terceiro prefeito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essas cidades aqui... O único problema é que eu estou andando e o Aécio está sempre atrás de mim, viu Azeredo? Não aguento mais. O Aécio chega de avião e eu andando da carro. Eu não aguento isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tadinho!

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sofrendo muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aécio é um grande brasileiro, um dos melhores quadros da política nacional e tenho certeza absoluta que um governador que ao final de mandato tem quase 90% de aprovação no seu estado, merece elogios...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Aplausos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E aplausos, tanto da...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu concordo plenamente com V. Exa. Eu acho só que ele está no partido errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tanto da situação, como a oposição.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só o partido dele é que está errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que é V. Exa. está no partido errado, V. Exa. tem um bico de tucano que eu vou lhe contar.

[risos]

Item 30.

O Senador Efraim Morais está dizendo que pluma V. Exa. já tem, está entendendo, então a questão é de...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Faltando 15 dias para terminar o meu mandato eu vou me recolher, ficar quietinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 30. Relatoria do nobre Senador Marco Maciel.

Foi dito aqui, há pouco, Senador Marco Maciel, que V. Exa. está em primeiro lugar lá na pesquisa lá em Pernambuco. Parabéns de todos os membros aqui da Comissão.

Item 30, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 1.003, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Projeto Brigida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco."

Com a palavra o Senador Marco Maciel, o vice-Presidente da República e senador eterno.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Muito obrigado, nobre Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

Eu gostaria de dizer que me coube relatar, por decisão de V. Exa., em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo 1.003, de 2009, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Projeto Brigida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco."

É uma cidade, aliás, a beira do São Francisco, do Rio São Francisco e onde se desenvolvem projetos de irrigação.

O Voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é que "Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 1.003, de 2009 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Projeto Brigida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados."

Este é, consequentemente, o meu voto, nobre Senador Flexa Ribeiro, Presidente desta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel.

Mas, Senador Eduardo Azeredo, o Senador Efraim Morais fez um comentário sobre questão de multa eleitoral, nós não estamos fazendo campanha política não, estamos fazendo elogios merecidos a todos.

Agora, eu quero dizer...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não fiz nenhum comentário, não. V. Exa. está trocando o nome de todo mundo hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendi. Eu entendi. Mas eu vou dizer por quê.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu estou achando V. Exa., inclusive, bastante relaxado, mais feliz, graças a Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Agora, não houve nenhum comentário do senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou dizer porque eu usei o nome de V. Exa. sem a sua permissão. Porque se houvesse isso, o Senador Azeredo que iria pagar multa por todos nós, porque ele é o mais generoso de todos os senadores do Congresso Nacional.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas a multa não vem para nenhum dos Srs. Senadores, é para a TV Senado e Rádio Senado que estão transmitindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas ele é que vai responder, por generosidade com os companheiros.

Item 32. Relatoria do Senador Marcelo Crivella, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 904/2009. "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo."

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, o Item 32... Trata-se da ouotorga, "permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo."

Então, analisando aqui os documentos, Sr. Presidente, não há nada que deponha contra, e o Voto não poderia deixar de ser, Presidente, verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por estes diplomas regulamentares, motivo pelo qual somos pela homologação do ato do Poder Executivo na forma do projeto de decreto legislativo que ora apresentamos.

Então, o Voto é pela aprovação, Sr. Presidente. Voto pela aprovação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Crivella. Vamos aos Item 12, Senador Cristovam Buarque. Senador Cristovam Buarque, Item 12.

SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2010. "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal."

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Trata-se do Decreto Legislativo nº 05/2010 que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Brasília, Distrito Federal."

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi

construída com a conformidade da legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O processo em exame e apreciação dos atos executivos dão toda cobertura para justificação da aprovação.

É entendimento pacífico--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Ideli, eu vou lá aprovar o seu projeto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --de que algumas dificuldades ocorridas na análise foram superadas e não são óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo de Brasília Ltda..

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos ao Item 33, relatoria do Senador Sérgio Guerra, que peço ao Senador Eduardo Azeredo que possa fazer a leitura do parecer como relator ad hoc. Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 337, de 2009, "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Gravatá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco."

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Itens 06 e 07, de relatoria do Senador Flávio Arns.

Solicito ao Senador Sérgio Zambiasi que possa fazer a leitura do parecer como relator ad hoc.

Item 06 terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 942, de 2009, "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina."

Item 07, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 969, de 2009. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Carlópolis FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná."

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, como relator ad hoc.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Os pareceres dos Itens 06 e 07, emitidos pelo Senador Flávio Arns são favoráveis e eu os acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Itens 10 e 11, relatoria do Senador Renato Casagrande, que peço ao Senador Cícero Lucena que possa fazer a leitura do parecer como relator ad hoc.

Item 10, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo 956, de 2009. "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Figueroa Belmonte de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo."

Item 10(sic), terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 958, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Atrativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barretos, Estado de São Paulo."

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro. Vou dispensar a leitura do relatório, porque já foi distribuído a todos os demais senadores e é pela aprovação dos dois, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos ao Item 31. Relatoria do Senador João Ribeiro. Solicito ao senador Efraim Morais que possa fazer a leitura do parecer, como relator ad hoc.

Item 31, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 942, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Meio Ambiente e Comunicação Comunitária de Pium-Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pium, Estado do Tocantins."

Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): No Pará, pium é carapanã, não sei se também lá no Piauí também é.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Lá no Piauí é, na Paraíba não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, na Paraíba. Na Paraíba.

Vou passar a Presidência ao nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho, para que eu possa relatar o Item 34.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dando continuidade à pauta.

O Item nº 34 terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 957, de 2009. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural De Comunicação Mega Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará." Autoria, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Relatoria, Flexa Ribeiro.

Passo a palavra ao relator, para que possa relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Lobão Filho.

"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 957, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Mega Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados."

A cidade de Ananindeua é a segunda cidade do Estado do Pará, tem como prefeito o meu amigo Helder Barbalho e fica localizada no limite de Belém, na Grande... Filho do Deputado Jader Barbalho, e é um município importante, porque tem distrito industrial e estamos buscando, evidentemente, a aliança com todos os partidos para que possamos retomar o caminho do desenvolvimento do Estado do Pará, tirando o estado do Pará do vermelho que se encontra, lamentavelmente.

Esse é o parecer favorável, Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Zambiasi, não.

[risos]

A implicância está generalizada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Apesar de muita honra de ser chamado de Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Me sinto muito privilegiado em...

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Passo a...

[risos]

Passo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não, pela qualidade. Pela qualidade.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero pedir desculpas... Eu quero pedir desculpa a todos pelas falhas, é porque eu estou... Eu estou com a cabeça lá nos municípios do Pará, revendo os meus amigos, por onde eu andei no final de semana.

Vamos à discussão em globo dos Projetos de nº 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34. Depois da discussão, em votação os mesmos números.

Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Um esclarecimento: tem o 409 ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Maciel.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eduardo Maciel?

[risos]

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu peço à assessoria que providencie um remédio para memória para V. Exa..

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu acho que ele merece é intervenção mesmo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Porque senão é caso de intervenção.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ou interdição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel.

[risos]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Intervenção.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Apenas para saber se nele está incluído nesta lista, também está incluído o projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Saber se nesta lista também está incluído o projeto que diz que aprova a radiodifusão sonora para o Município de Orocó, no Estado de Pernambuco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estão todos, estão todos listados. Não tiramos nenhum da Pauta. Não tiramos nenhum projeto terminativo de pauta.

Senador **Roberto Cavalcanti.**

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de re-

ferir a excelência dessa Comissão. É uma comissão que tem, realmente, se empenhado de fazer o seu melhor trabalho, sob a Presidência de V. Exa. e dos demais membros.

Basta dizer que nós hoje estamos aqui aprovando, fora o extrapauta, 34 itens, 21 comunitárias, 7 FMs, uma TV e discutindo cinco outros assuntos.

Isso demonstra, realmente, a nossa agilidade e a nossa preocupação. Nós temos buscado ter um acompanhamento, assim, bastante amiúde do tocante às rádios comunitárias. É muito importante que se saiba que o espírito disso é exatamente dar às boas rádios comunitárias o valor que elas merecem e evitar que determinados grupos, utilizando-se da legislação, proporcionem serviço de radiocomunicação de forma indevida, de forma equivocada.

Na semana passada nós tínhamos pedido vista conjunta, eu e o senador Efraim Morais dos Itens 21 e 22, que constam nessa pauta. Não houve tempo efetivo para fazer uma apuração maior, porém eu entendo que nós não podemos pecar pela suposição, supor alguma coisa, mas eu quero fazer, dar um testemunho aqui, que eu na verdade estava prevendo pedir vista do Item 09 e tive o esclarecimento feito pelo profissionalismo, a ética, a competência do Senador Sérgio Zambiasi.

Eu esclareci, razão pela qual o pedido de vista supostamente seria, deveria ser feito, é porque uma rádio comunitária estava se entitulando, da forma equivocada de verde, Vale Verde FM. O competente Senador e amigo Sérgio Zambiasi, entrou em contato durante essa Sessão com o prefeito dessa cidade, esclareceu que trata-se de uma cidade de 12 mil habitantes, que a cidade é Jaguari, no Rio Grande do Sul, essa cidade tem cinco bairros, esses cinco bairros se uniram numa associação, uma entidade para constituir...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está se referindo ao Item 09?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Estou me referindo ao Item 15.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, 15, V. Exa. falou...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, item 09, eu estou... É Item 15. Citando o caso do Item 15 para justificar o pedido de vista que foi feito na semana passada do 21 e 22.

Dizendo que o 21 e 22, da minha parte, não sei do Senador Efraim, eu vou liberar e considerar voto favorável.

No tocante ao Item 15, eu queria dizer que eu ia pedir vista, porém fui esclarecido de que a razão pela qual foi utilizada na razão social Verde Vale FM, foi exatamente em função de que a região em que está esta cidade se denomina Verde Vale, Vale Verde.

Então, eu gostaria só de fazer essa ponderação e dizer ao Sr. Presidente que vou pedir vista nos itens 18 e 29.

O Item 09 está liberado, o Item 18 e 29 eu peço vista pelas mesmas razões, a fim de tentar proporcionar informações mais precisas a esta Comissão.

Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Senador Roberto Cavalcanti, o pedido de vista dos itens 18 e 19 (sic), com o acompanhamento do Senador Antonio Carlos Júnior, vista coletiva, retorna na próximo reunião.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, vamos à votação nominal dos itens 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34.

O Item 18 e 19 fora de pauta, pedido de vistas.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Magno Malta? Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, excetuando o Item 18 e 29 que eu pedi vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eles estão fora, estão retirados de pauta.

Como vota o Senador Wellington Salvado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como colocou V. Exa., em globo, com os relatores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Desde que seja em tempo recorde. Sr. Presidente, desde que seja em tempo recorde, porque votar em globo somente não...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, mas é que ele falou que era em Globo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores, Sr. 'Seta' Ribeiro, opa, Sr. Flexa Ribeiro.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim, Sr. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Sr. Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos aprovados.

Alguém deixou de votar? Então, aprovado por unanimidade. Um, dois... Dez votos favoráveis. Vamos aos itens extrapauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É rápido, apenas para pedir a V. Exa. para incluir o Requerimento de Audiência Pública para ouvirmos o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, que virá falar sobre o Plano Brasil 2022. Incluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella solicita inclusão extrapauta do Requerimento para Audiência Pública no âmbito desta Comissão com S. Exa. o Ministro-Chefe de Estado da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, para tratar sobre o Plano Brasil 2022.

No início da... No início da nossa reunião, foi lido aqui o ofício do Ministério... Do Ministro de Estado Chefe da Secretária de Assuntos Estratégicos, convidando membros da comissão para participarem do seminário que ocorrerá nos dias 30 e 31 de março agora, sobre, exatamente, o tema 'Rumo a 2022, Desafios Estratégicos para o Programa Nuclear Brasileiro'.

Então, gostaria que V. Exa. pudesse representar a Comissão nesse seminário, já que V. Exa. tem todo o interesse no programa nuclear.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Honrosa indicação, Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.. Será feita a comunicação. E outros senadores que tenham interesse também, poderão fazer a comunicação à Secretaria.

Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu pedi inclusão extrapauta ao Requerimento de minha autoria e da autoria do Senador Cícero Lucena, que implementa o Grupo de Trabalho conjunto CCT e CMA, para que haja um debate e uma discussão sobre as tarifas telefônicas e banda larga. Já aprovamos na CMA; o Grupo, de certa forma, já está constituído por V. Exa. e pela Comissão de Fiscalização e Controle, Defesa do Consumidor.

E gostaria de pedir inclusão para que a gente pudesse votar esse requerimento ainda nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão.

Estamos cumprindo apenas o Regimento para poder o grupo ser em conjunto da CCT e da CMA, que V. Exa. tão bem preside.

E solicita o Senador Renato Casagrande a inclusão extrapauta para que seja criado por esta Comissão de Ciência e Tecnologia um grupo de trabalho para estudo em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O grupo já está criado pela CCT, apenas para que ele funcione em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para analisar os altos custos do serviço de telefonia fixa e móvel e a dificuldade da acesso aos serviços de banda larga.

Em discussão a inclusão extrapauta. Então, aprovado. Em votação. Aprovada a inclusão dos dois relatórios, dos dois requerimentos.

Vamos ao requerimento do Senador Marcelo Crivella, para que possa fazer a sua defesa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, segundo o artigo publicado no jornal Valor Econômico sobre o título "Plano Brasil 2022", nas palavras do jornalista Cristiano Romero,:

"O Ministro de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, trabalha em ritmo acelerado para entregar ao Presidente Lula, até 30 de junho, o Plano Brasil 2022.

E o tempo é curto, mas o embaixador está confiante no cumprimento desse prazo. O plano será submetido por meio de seminário à especialistas em quatro grandes áreas: infraestrutura, social, econômico e institucional e será debatido com entidades e sociedade civil.

'A grande característica do Brasil não é a pobreza, mas as disparidades', diz o Ministro. Disparidades em todos os tipos; regionais, entre cidade e campo, entre centro e periferia, metropolitanas, de gênero, de origem étnica, de renda e de riqueza.

A disparidade de renda, mencionada muitas vezes nos estudos, o índice de Gini é baseada na renda do trabalho, esquecem a renda dos aluguéis, dos juros e dos lucros. A disparidade de riqueza, portanto é extraordinária.

O embaixador diz que mesmo depois dos avanços nos últimos anos, o Brasil padece de vulnerabilidades em pelo menos cinco áreas.

A primeira é política: o Brasil não faz parte ainda dos principais mecanismos de decisão em nível internacional, não faz parte do Conselho de Segurança da ONU e do G8.

Uma outra vulnerabilidade está na área de defesa: o país não tem recursos militares suficientes para defender o seu território do ponto de vista terrestre, marítimo e aéreo.

A terceira área onde há deficiências é tecnológica: ele lembra que enquanto os Estados Unidos registram 40 mil patentes por ano, o Brasil registra apenas 500.

Outra área em que o país é vulnerável é no campo da ideologia, do ponto de vista das ideias: temos conhecimento do mundo normalmente através dos olhos dos outros; se quiser ler um livro sobre os Estados Unidos, o brasileiro é obrigado a recorrer aos autores americanos ou ingleses. Se o tema é a Rússia ou a França, idem. Raramente encontramos livros de uma visão brasileira de um tema qualquer. Nós nos vemos sob os olhos dos estrangeiros e damos muito valor a isso. Vemos os temas mundiais visto o ângulo de outros interesses, mas não do ângulo dos interesses brasileiros.

A quinta vulnerabilidade seria de natureza econômica: uma prova disso, diz o embaixador, é a necessidade de que o país tem de atrair capitais. A poupança externa tornaria o crescimento do país vulnerável no médio e longo prazo."

Diante da relevância do assunto, S. Exa. manifestou todo interesse em participar dessa comissão, de discussão prévia sobre as propostas que estão sendo elaboradas no âmbito do 'Plano Brasil 2022'.

É isso, Presidente. Acho que esses assuntos são relevantes e nós deveríamos debater na nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. e coloco em discussão.

Senador, Vice-Presidente, Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, essa iniciativa do Senador Marcelo Crivella apenas demonstra o estadista que ele é.

Eu aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pela primeira colocação, absoluta, no Estado do Rio de Janeiro, para esse pleito que se aproxima. Acho e fico triste que V. Exa. não seja candidato a governador, porque seria o governador que o Rio de Janeiro precisa.

E quero confessar que sou seu admirador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado. Presidente, que declaração aqui comovente. Quero dizer ao Senador Lobão Filho que é recíproco. Tenho por ele, pelo pai dele, pela mãe, pelos irmãos, pela família toda um apreço muito grande, uma admiração. Ele é filho de um grande político, dos maiores do seu tempo, que é o Senador Lobão.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marcelo Crivella, as palavras do Senador Lobão Filho, elas são subscritas e incorporadas por todos os senadores desta comissão, em reconhecimento ao trabalho que V. Exa. desenvolve no Senado, com competência, representando o querido Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento... Em votação o requerimento do Senador Marcelo Crivella. Os senadores que concordam com a aprovação, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu subscrevi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Subscrito pelo Senador Cícero Lucena.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, o requerimento por si só estaria justificado, além do que está escrito nele, mas também nada mais justo do que tendo esse grupo de trabalho aqui já criado e já em andamento na Comissão de Ciência e Tecnologia, e como é afeto também à Comissão de

Fiscalização e Defesa do Consumidor, que é a Comissão de Meio Ambiente, nada mais natural que também possa ser feito esse trabalho em conjunto, que só vai enriquecer o debate e, consequentemente, buscar uma melhor solução.

Então, por isso a razão de eu fazer questão de subscrever, e aceito pelo Senador Casagrande, que é o Presidente daquela Comissão, e eu sou o Vice-Presidente, inclusive, um dos indicados a participar desse grupo por parte da Comissão de lá, a exemplo da Senadora Marisa Serrano, que será outra também indicada pela Comissão, segundo me informou o Presidente Renato Casagrande.

Daí achar oportuna essa defesa desse trabalho em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

O Senador Renato Casagrande, quando conversou comigo, "Podemos fazer em conjunto", o grupo de trabalho que já tinha sido aprovado na legislação passada e vossas senhorias para estudar os custos da telefonia no Brasil, em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor, eu, de pronto, aceitei, e nós tínhamos três membros da CCT, o Senador Gerson Camata, que é o coordenador, o Senador Renato Casagrande e o Senador Cícero Lucena.

E quero lhe pedir desculpas, que tivemos uma reunião de trabalho hoje, às 08h30 e, por uma falha da Secretaria, não lhe avisaram ontem, só lhe avisaram no dia de hoje.

Então V. Exa. não compareceu, depois a Secretaria passará a V. Exa. o que foi discutido.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Já recebi, Presidente. Recebi e com certeza e o grupo está bem formulado com V. Exa. e com o Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A nossa secretária é eficiente.

E, agora, com a inclusão pela Comissão de Meio Ambiente da Senadora Marisa Serrano, e o Senador Renato Casagrande só incluiu a Senadora Marisa Serrano porque ele é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, e membro da CCT e o Senador Cícero Lucena é Vice-Presidente da mesma Comissão e membro da CCT.

Então, na realidade, o grupo de trabalho com quatro senadores, as comissões, cada uma, representada por três senadores.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordarem com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nenhum item...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, só queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, apenas para não só registrar o agradecimento a essa comissão pela minha indicação a participar do evento fotovotaico a semana passada, na cidade da Salvador, como também aos organizadores pelo convite, e dizer que foi de muita importância aquele evento.

Eu acho que ali não só estavam presentes técnicos da... Que estão, pesquisando nas universidades, como engenheiros, como empresários também que se fizeram presentes, com disposição de fazer investimento e a identificação de uma forma muito clara de um potencial gigantesco que nós temos no Brasil para, vamos dizer assim, buscarmos a implantação de energias alternativas e renováveis.

Eu acho que é algo que vem sendo estudado, alguns países estão bastante avançados em relação ao Brasil e eu, na próxima semana, estarei apresentando, que foi um compromisso que assumi naquele seminário, naquele encontro, de nós fazermos audiências públicas aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, para que outras pessoas tenham oportunidade de debater o que foi debatido lá, tomaram conhecimento, bem como os nossos membros dessa Comissão e da Comissão de Meio Ambiente, poderiam ter maior informação possível, porque, sem dúvida, um dos itens identificados, por exemplo, para algo que já está acontecendo em outros países, que é a possibilidade da geração de energia em residências, em empresas e o excedente dessa energia poder ser compartilhado com a rede.

Para isso, precisa de legislação que o Brasil ainda não a tem. E, consequentemente, é nessa Casa, eu estarei apresentando esse projeto, mas será nessa Comissão que esse assunto será debatido.

Então, quero renovar a importância desse encontro e da participação dessa Comissão honrosamente para mim representá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

E ao terminar a reunião, a Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia de hoje, eu quero pedir desculpas a todos os senadores pelas omissões no chamamento de V. Exas..

É porque eu estou realmente percorrendo todos o Estado do Pará, e talvez o meu pensamento, o coração com certeza, mas o pensamento está lá, junto lá com os nossos amigos nos municípios, como agora mesmo esse final de semana vamos percorrer seis municípios: São João do Araguaia, Brejo Grande do

Araguaia, Palestina, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra.

Então, nós temos andando bastante e quando eu chego aqui, eu estou antenado com o pensamento lá no estado, e aí troquei alguns nomes por aqui, acho que alguns não, muitos nomes por aqui no dia de hoje.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Todos só.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas prometo que na próxima semana não chamarei mais o Senador Cícero Lucena que não seja pelo nome de batismo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não havendo mais...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): E todos nós ficamos tranquilos, senador, porque, já que o senhor está preocupado com o Pará, é sinal do seu envolvimento, do seu engajamento, sua preocupação com um estado tão importante e tão querido por todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta. Será, no futuro - Deus queira que possamos ainda ver isso -, um dos estados mais importantes da Federação Brasileira.

Não havendo mais nenhum item na pauta, dou... E agradecendo a presença de todos, senadores e colaboradores, consultores, dou por encerrada a sessão de hoje da CCT.

ATA DA 08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2010

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e dez, na sala 13, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo e Papaléo Paes, reúnese a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Magno Malta, Gerson Camata, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais, Sérgio Guerra e Acir Gurgacz. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada e comunica a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado, Senador José Sarney, a quem passa a palavra. O Senhor Presidente da Comissão Senador Flexa Ribeiro, comunica a presença dos Senhores Antonio Carlos Valente, Presidente da Telefônica; Arthur Badin, Presidente do CADE; Marcelo Bechara, Procurador Geral da ANATEL; Antônio Bedran, Conselheiro da ANATEL; Jarbas José Valente, Conselheiro da ANATEL; Tite Borges, Representante do Ministério da Saúde; Fulano da Silva, Representante do Ministério da Defesa. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Cerimônia de Aposição do Retrato do Senador Wellington Salgado de Oliveira, Ex-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, no Biênio de 2007/2008. Passa palavra ao Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira. Prosseguindo a palavra é franqueada aos Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Lobão Filho, Roberto Cavalcanti, Sérgio Zambiasi e Antonio Carlos Junior. Neste momento a Presidência convida a todos para participar da Cerimônia de Aposição do Retrato do Senador Wellington Salgado de Oliveira, Ex-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, no período de 17 de fevereiro de 2007 a 11 de fevereiro de 2009. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2010, ÀS 09 HORAS E 33 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta nossa sessão de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia tem por objetivo a cerimônia de aposição do retrato do Senador Wellington Salgado de Oliveira que presidiu essa comissão nos anos de 2007 e 2008, sendo, inclusive, o seu primeiro presidente.

Eu quero aqui agradecer a honrosa presença do presidente do Senado da República do Brasil e Presidente do Congresso, Senador José Sarney, que, face a compromissos que tem logo a seguir - está recebendo os reis da Suécia que estarão em visita ao Congresso Nacional -, eu vou passar a palavra ao Presidente Sarney para que ele possa iniciar esta sessão.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Srs. Senadores, senhores membros da Mesa e demais componentes, eu peço desculpas porque sou obrigado a retirar-me imediatamente, uma vez que, como Presidente da Casa, tenho que receber, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, o rei e a rainha da Suécia que acabaram de nos avisar que anteciparam em 15 minutos a chegada ao Senado, de maneira que eu terei que me retirar imediatamente. Mas fiz questão de passar aqui para prestar a minha homenagem para o Senador Wellington Salgado, cuja presença no Senado, nesses anos que ele está em nossa companhia, tem se revelado um senador competente, um homem inteligente e capaz, tem se aprofundado nas matérias que são sujeitas ao seu exame e, aqui nessa comissão, foi o primeiro presidente e, com brilhantismo, desempenhou as suas funções de presidente. Ele, hoje, passa a figurar nessa comissão definitivamente, fazendo parte da história da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Portanto, é com grande satisfação, com profundo agrado, que eu, pessoalmente, aqui estou para, em nome da Casa, como Presidente, institucionalmente, apresentar a minha homenagem ao Senador Wellington Salgado e, pessoalmente, manifestar a minha amizade, a minha admiração e meu carinho por ele. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Presidente Sarney e vou suspender a reunião por um minuto, só para que possamos nos despedir do Presidente.

[Sessão suspensa às 09h38]

[Sessão reaberta às 09h39]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está reaberta a nossa reunião e eu quero saudar o Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira, o Exmo. Senador Lobão Filho, vice-Presidente dessa comissão, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

Eu quero agradecer a presença honrosa de todos os representantes das associações e das empresas ligadas ao setor que diz respeito à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradecendo pelo prestígio da presença dos senhores e senhoras. Quero registrar e parabenizar a Sra. Della Pena, esposa do Senador Wellington, e do seu filho Tai-Pan Salgado de Oliveira.

Registrar, também, e agradecer a presença do Brigadeiro Sérgio Luiz de Oliveira, que representa o Ministro da Defesa Nelson Jobim; Sra. Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação. Minhas senhoras e meus senhores, como disse ao abrir esta 8ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, hoje é um dia muito especial para nós, nessa comissão, que é a comissão mais nova do Senado Federal. Ela foi instalada em 2007 e teve como seu primeiro presidente, o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Como é tradição no Senado Federal, nós vamos abrir a galeria dos ex-presidentes dessa comissão. Os senhores parlamentares, senhoras e senhores podem até achar estranho nós estarmos com a fotografia do ex-Presidente Senador Wellington Salgado acima ali do vidro da sala de gravação. Acontece que, por ser uma comissão ainda recente, nós ainda não temos uma sala definitiva e nós usamos a sala da Comissão de Infraestrutura, com o apoio do Presidente Fernando Collor e, tão logo tenhamos a sala definitiva da comissão, nós faremos a transferência da foto do Senador Wellington Salgado para o local devido.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom-dia. Damos início à solenidade de aposição do Senador Wellington Salgado de Oliveira na galeria de presidentes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT - da qual esteve à frente no biênio 2007/ 2008, no período de 07 de fevereiro de 2007 a 10 de fevereiro de 2010.

Filho do Professor de educação física Joaquim de Oliveira e da Pedagoga Marlene Salgado de Oliveira, o Senador Wellington Salgado de Oliveira sempre manteve entre os seus valores o esporte e a educação. Na juventude, Wellington foi atleta de basquete, quando atuou no esporte profissional em clubes do Rio de Janeiro. Mesmo depois de deixar as quadras e ingressar no mundo dos negócios, não arrefeceu a verdadeira paixão pelo esporte, que cultivou ao longo de tempo que ainda mantém até hoje.

Em São Gonçalo, Rio de Janeiro, sua cidade natal, deu início, em 1998, a uma vitoriosa história de apoio ao esporte, quando criou o Núcleo Esportivo Professor Joaquim de Oliveira, da UNIVERSO, e passou a

treinar atletas universitários e, posteriormente, o time de handebol do Clube Esportivo Mauá.

Como frutos desse trabalho, surgiram as conquistas de diversos títulos regionais, nacionais e internacionais. A experiência de sucesso foi repetida nos diferentes campos da universidade que presidiu e que, hoje, é uma das potências do esporte universitário brasileiro.

Wellington Salgado é graduado em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense e especializou-se em Administração de Sistemas Educacionais, e doutorando em Educação à Distância pela Universidade Nacional de Educação à Distância - UNED - Madri, Espanha. Participou de diversos congressos, simpósios e conferências nacionais e internacionais. Foi patrono do Destaque Jurídico 2002, promovido pela Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica do Triângulo Mineiro e Alto Paraíba. Recebeu o título de honra ao mérito da Câmara Municipal de Maricá, Rio de Janeiro; a Comenda Santos Dumont, do Governo de Minas; e foi eleito empresário do ano da Cidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Recebeu o título de Cidadão Honorário da Câmara Municipal de Uberlândia e o Mérito em Administração pelo Conselho de Administração de Goiás e Tocantins. Foi condecorado com os títulos de Cidadão Cordeirense, Cidadão Honorífico de Recife e o título honorífico de Cidadão Goianense, além da Comenda de Mérito Empreendedor Renato Freitas, da Câmara Municipal de Uberlândia.

Durante a sua gestão como presidente da Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, viu-se crescer uma das maiores instituições de ensino superior da atualidade, a Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO - e o Centro Universitário do Triângulo - UNITRI -, hoje, uma das mais importantes instituições de Minas Gerais.

Ouviremos, agora, o Exmo. Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira, nosso homenageado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro; Exmo. Sr. Senador Lobão Filho, vice-Presidente dessa comissão; Senador Flexa Ribeiro, Presidente da CCT; Exmo. Sr. Brigadeiro Sérgio Luiz de Oliveira Freitas, representante do Ministro da Defesa; Exmo. Sr. Deputado Paulo Lustosa; Sr. Tite Borges, assessor especial, representando o Ministro da Saúde José Temporão, do meu partido, PMDB; Sra. Tereza Cruvinel, Presidente da EBC - Empresa Brasileira de Comunicações; Sr. Arthur Sanchez Badin, representando o presidente do CAD; Sr. Antônio Ribeiro dos Santos, presidente da Telefônica; Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da ABERT; Sr. Luís Roberto Antônio, Diretor-Geral da ABERT; Sr. Antônio Domingos Bedran, Conselheiro da ANATEL; Sr. Jarbas José Valente, Conselheiro da ANATEL; Sr. Marcelo Bechara, Procurador-Geral da ANATEL; Sr. Evandro Guimarães, vice-Presidente de relações institucionais das Organizações Globo; Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais.

Eu conversava, noite passada, com o Renan e mais alguns senadores e foi dito uma frase que é muito importante. Essa frase, diziam que foi dita pelo Jader Barbalho e essa frase é a seguinte: "Ninguém atravessa a floresta sozinho; aquele que ficar para trás, vai ser comido pela onça". E o que acontece, senhores? Quando o Senado Federal criou a Comissão de Ciência e Tecnologia, criou em um momento importantíssimo no avanço tecnológico no país. Praticamente, a Comissão de Ciência e Tecnologia era uma comissão subordinada à Comissão de Educação, e, com o avanço tecnológico do país, com as telefônicas crescendo, o número de telefones, o chamado triple play chegando ao país nós tínhamos que ter uma comissão independente, para que pudéssemos cuidar, com atenção, da evolução desses avanços tecnológicos, mas, ao mesmo tempo, com muito cuidado, para preservar o conteúdo nacional, as empresas que constroem toda a nossa cultura brasileira, porque senão essas empresas estariam vulneráveis ao capital fenomenal que pertence às empresas telefônicas do país.

E, naquele momento, o Senado Federal - que muitos dizem que não tem sabedoria, mas é sábio - criou a Comissão de Ciência e Tecnologia que, por destino, quis o meu partido que eu fosse presidente. Poderia ser qualquer senador do mesmo nível que eu, do meu partido, porque, em termos de acordo da chamada proporcionalidade, coube ao meu partido a presidência dessa comissão. E o líder, na época, me indicou como representante do meu partido para ser o presidente.

Foi muito importante porque aqui se debateu assuntos importantíssimos em momentos importantíssimos da história recente do avanço tecnológico nesse país. Aqui se discutiu a preservação e a proteção do conteúdo nacional, aqui se discutiu as fusões de grandes empresas de telefonia e vai-se continuar discutindo muitos avanços tecnológicos. Eu vejo, hoje, senhores, que nós chegamos a tal ponto que um senador, hoje, ele faz um discurso da tribuna, senta na sua cadeira, abre o seu blog e, em função do discurso que ele acabou de fazer, a recepção feita via internet, no seu blog, ele pode, de repente, voltar, pedir um aparte, e reconsiderar uma observação que ele fez porque não foi recebida naquele momento imediato pelos seus eleitores no seu Estado que ele representa. Então, esse é o ponto que nós chegamos. Ponto difícil, porque nós podemos ter, de repente, políticos

com personalidades plásticas, moldada pela recepção imediata dos seus eleitores. Esse é o grande problema que eu sinto, hoje, com o avanço tecnológico, o avanço da comunicação.

Os senadores, esse Senado Federal, o Poder Legislativo é o poder mais vulnerável da democracia brasileira. O Poder Judiciário, se alguém fizer uma observação errada, o próprio Poder Judiciário vai julgar aquela observação e vai condenar, com certeza, em função do ataque feito. O Presidente Lula, representando o Poder Executivo, um homem que, talvez, venhamos a levar 100 anos para ter um presidente como ele, está totalmente protegido. Sobra quem? Sobra o Legislativo.

Eu costumo falar que dos 80% que o Presidente Lula tem, 85, 20% é um função do desgaste que o Poder Legislativo recebeu, dos ataques feitos pelo próprio poder da comunicação que, a todo o momento, discute para saber quem é que representa o povo: se são os veículos de comunicação ou se são os políticos eleitos. Essa é a grande discussão no mundo: quem representa o povo, os veículos de comunicação ou os representantes eleitos? E, com isso, senhores, o Poder Legislativo fica altamente vulnerável. Passamos por uma fase difícil, no Senado, onde não aconteceu, positivamente, o corporativismo, onde muitos senadores acabavam cedendo espaço... Aliás, trocando um espaço seu na mídia por um ataque a um companheiro. Isso acabou enfraquecendo muito o Senado e, enfraquecendo o Senado, enfraqueceu a todos os senadores.

Eu costumava dizer que, no momento difícil que o Senado passou, tinha muitos senadores que não participavam daquele momento. Esses são os verdadeiros senadores, porque sabiam, realmente, o que estava acontecendo e iam colocar o seu posicionamento no momento devido. Eu não fazia parte desse grupo; na verdade, eu estava no confronto direto, nas discussões das posições.

Então, senhores, eu vejo aqui muitas pessoas que participaram da criação dessa comissão. A primeira vez que eu ouvi falar em triple play, eu falava: "Triple play? Isso deve ser algo tremendo", e, no entanto, hoje, isso é a coisa mais comum que existe. Todo mundo sabe que o triple play é o telefone, a internet e a televisão. Estou certo, Marcelo? Estou certo.

Então, esses foram os avanços tecnológicos. Com certeza, todos que estão aqui, que acompanharam desde a criação dessa comissão, ajudaram bastante e vão continuar ajudando. Muitas vezes, nós, como presidentes, sofremos problemas sérios como políticos. Nós temos que estar, a todo o momento, sendo atualizados, como se fizéssemos um backup a todo o momento. E os senhores têm sempre encontros que estão organizando. Nós não podemos ir com o convite dos senhores, porque vão falar que estamos fazendo lobby em acima dos senadores; nós não podemos ir com o dinheiro do Senado, então acabamos tendo que ir representando com os próprios recursos financeiros, do próprio político, para poder ir aprender para poder trazer conhecimento para esta comissão, porque não há como acompanhar o avanço tecnológico dos setores dos senhores se nós não formos lá onde os senhores estão participando. Aqui no Senado Federal, as Audiências Públicas, para mim, é o ato mais importante de qualquer comissão. A responsabilidade que os senhores têm ao vir aqui, conversar com o senador, passar para o senador o conhecimento que vocês adquirem na vida privada, o conhecimento que adquirem na vida pública também... O senador não pode conhecer tudo a todo o momento. Ele tem que vir, os senhores tem que vir aqui e explicar para os senadores como eles devem proceder, como eles devem adquirir conhecimento. E é muito difícil para nós, senadores, entender de tudo. Eu tive participando, enquanto presidente, Senador Flexa Ribeiro, de vários encontros, e como eram fabulosos, esses encontros promovidos pela ABERT, promovidos por associações de telefonia, promovidos por provedores. Ali, realmente, aconteciam os grandes debates. As questões tecnológicas, questões de tecnologia.

Então, senhores, para mim, a foto que vai ficar ali para a eternidade... A grande vantagem que eu vejo, claro que é uma honra muito grande, mas eu vou ter ao meu lado o Senador Flexa Ribeiro, com certeza o próximo presidente a ser colocado. Já é presidente e vai ser colocado, também, a sua foto ao meu lado. E tem amizades que acontecessem no Senado que são amizades e admiração que você tem que levar não só para a vida, mas também para a eternidade. Então, no momento que Senador Flexa Ribeiro colocar a sua foto ao lado da minha, eu acho que, além do grande carinho que eu tenho por V. Exa. e que nós temos, em termos de amizade, vai estar, para a eternidade, um cabeludo e um menos cabeludo, um ao lado do outro. [risos] Uma antítese, porém, quem conviveu sabe o carinho que eu tenho por V. Exa..

Então, senhores, me sinto muito orgulhoso, não só da foto, mas também de ter participado desse momento, ter conduzido o processo, as questão, as discussões entre as próprias televisões, a proteção dos produtores de conteúdo - isso é importantíssimo -, a proteção, também, de algumas vezes que até alguma empresa grande, por ter capital, às vezes ela é até mesmo descriminada, porque acham que ela está fazendo uma covardia com uma menor. Então, você tem que saber conduzir o processo. Me sinto orgulhoso de ter passado por aqui. Me sinto orgulhoso de ter podido

atender a todos e ser justo. Na vida, você dorme tranquilo e não precisa andar na rua olhando para trás se você for justo. E justo é aquilo que faz com que nós venhamos a dormir tranquilos. Eu durmo tranquilo, durmo feliz e agora mais orgulhoso de ter a minha foto como a primeira foto da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado, senhores.

[palmas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente. Valente, me desculpe, colocaram para mim o seu nome errado, eu até achei que estava sem o Valente, mas o Sr. Antônio Carlos Valente, Presidente da Telefônica. Me colocaram como Antônio Vieira dos Santos. Eu falei: "Ué, será que tiraram o Valente?".

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ou ele deixou de ser valente.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Promoveu o [ininteligível]? Então está bom. Desculpe, Valente.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Registramos a presença da Sra. Mariana Tavares de Araújo, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Meu amigo, meu irmão Wellington Salgado de Oliveira, o protocolo é algo bastante sensível, por isso que eu não nominei os nossos amigos que estão aqui atendendo ao convite, prestigiando essa cerimônia, e nominei apenas os ministros e esqueci... Quero agora repor que não me deram a ficha para saudar o Sr. Tite Borges, que representa o Ministro da Saúde José Temporão.

Nós já ouvimos, pela leitura que foi feita do currículo do nosso homenageado de hoje pelo cerimonial, que esse é um momento de grande importância para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a aposição do retrato do seu ex-Presidente Wellington Salgado de Oliveira. No seu currículo já foi demonstrado toda a sua vida dedicada ao empreendedorismo, dedicada à educação, que é, com certeza absoluta, o instrumento mais importante da mudança que se pretende fazer para que o Brasil alcance, o mais rápido possível, a igualdade entre o seu povo. É pela educação, Wellington, que nós vamos construir um novo Brasil, eu tenho certeza absoluta. E eu quero aqui fazer uma homenagem ao seu pai, o Dr. Joaquim, e a sua mãe, Dra. Marlene, pedagoga, que foi quem iniciou esse conglomerado de empresas que V. Exa. tão bem conduziu e ampliou.

Eu quero falar do amigo Wellington Salgado. Essa pessoa que tem uma aparência bastante aterrorizante. [risos] Parece que ele foi treinado para ser lutador de luta livre, mas eu dizia, na Comissão de Educação, ontem, que ele... O Senador Eduardo Azeredo, em uma viagem que fizemos, ele achou o Senador Wellington como um viquingue, pela sua bravura, pela sua determinação. E, realmente, é isso que, talvez, passe, essa imagem dele. Mas, na realidade, o ser humano Wellington é de uma delicadeza, é de uma relação de amizade e tem um coração do tamanho do corpo. Eu acho que a maior parte, ou toda parte do seu corpo, é tomado pelo seu coração.

Ele, ao chegar ao Senado como suplente, para assumir a vaga do Senador Hélio Costa, que assumia o Ministério das Comunicações, ele dizia que estava chegando, que não conhecia a Casa, mas que ele iria se empenhar para que pudesse, ao longo do tempo, aprender com os seus pares e poder exercer a função que estava sendo iniciada naquele instante. Ele não só aprendeu muito rápido como também ocupou, por esses quatro anos e meio, eu diria como titular, a representação do Estado de Minas Gerais aqui no Senado Federal, honrando aquele Estado. O Senador Wellington Salgado é uma pessoa transparente, de posições firmes, mas de lealdade incontestável. Em função disso, granjeou a amizade de todos nós que... Eu, especialmente, por ter a honra da bancada do Pará sentar ao lado da bancada de Minas Gerais - porque as bancadas dos senadores se distribuem pelos Estados em ordem alfabética e depois de Minas vem o Pará -, e eu tive, então, a oportunidade de conviver primeiro com o Senador Hélio Costa, em seguida, com o Senador Wellington Salgado, Senador Eduardo Azeredo e o Senador Eliseu Rezende, que tão bem e de forma honrosa representam Minas Gerais. E tive a oportunidade de ver que, apesar das divergências políticas, que todos nós temos, diferentes partidos não coligados, diferenças ideológicas, o Senador Wellington é da base de apoio ao Governo, eu sou... Não chamo de base, não posso chamar de base, mas eu sou oposição ao Governo, não ao Brasil, mas o relacionamento fora dessas discussões - e as discussões são feitas de forma transparente e leal, como eu disse -, mas ele tinha, em uma questão particular... E eu faço questão de registrar isso. A política, ela se torna cada vez mais difícil de conciliação à medida que nós vamos chegando aos outros entes federados. A União é mais fácil, nos Estados a coisa se torna um pouco mais difícil, nos Municípios, então, é briga de Vasco e Flamengo, Palmeiras e Corinthians, porque tem lado mesmo, lá nos Municípios. E aqui no Senado... Evidente que o Senador Eduardo Azeredo do PSDB é oposição

ao Senador Wellington Salgado, não só no Senado como no seu Estado, mas isso não impediu dos dois se aproximarem e formarem uma amizade, como tem sido declarada constantemente pelo próprio Senador Wellington Salgado e pelo Senador Eduardo Azeredo. Isso é uma prova de que este homem, aqui ao nosso lado, esse meu irmão, ele, realmente, constrói amizade, ao longo da sua vida. E é importante que não percamos as amizades antigas, até porque, face ao avançando da idade que ele se encontra, não vai mais ter possibilidade de fazer novas amizades de 40, 50, 60 anos, como a gente constrói desde a infância.

Mas eu quero, Senador Wellington Salgado, dizer que esta comissão se sente honrada por tê-lo como seu primeiro presidente. V. Exa. implantou a comissão e deu prestígio à comissão, que é, sem demérito das demais, uma das mais importantes do Senado Federal, porque trata de assuntos que são vitais para o desenvolvimento do nosso país.

O Wellington falou da área das comunicações, da área da informática. Nós não podemos esquecer a área da ciência, tecnologia e inovação, que é, sem sombra de dúvida, o vetor em que nós devemos apostar - "nós", que eu digo, o Governo Brasileiro - para avançarmos mais velozmente no desenvolvimento. Eu digo sempre que o Brasil, ainda hoje, não dá a importância que tem a ciência, tecnologia e inovação, e o apoio aos seus pesquisadores. Nós exportamos cérebros e importamos conhecimentos. Então nós temos que inverter essa equação. Nós temos que manter os cérebros aqui em nosso país, desenvolver as suas pesquisas. É o conteúdo dessas pesquisas, quer dizer, o conhecimento gerado, é que nós vamos exportar com valor agregado. Nós estamos fazendo, ainda, na área da ciência, o que, lamentavelmente, nós fazemos no meu Estado e no Estado do Senador Wellington Salgado com a indústria da mineração: exportamos os nossos minérios como matéria-prima e importamos os produtos acabados com valores agregados de outros países. Nós temos que agregar esses valores no solo brasileiro, gerar emprego e renda para os brasileiros, e isso, evidentemente, essa comissão está empenhada em levar adiante para deixar de ser um discurso político e ser uma prática a questão da ciência, tecnologia e inovação em nosso país.

Com relação às comunicações, o Wellington já se referiu, eu quero parabenizar a todos pelo salto de qualidade que o Brasil teve ao longo desses últimos 15 anos. Eu tenho absoluta certeza que nós estamos passando por um momento que esta comissão tem uma responsabilidade, junto com o Senado Federal e com o Congresso Brasileiro, de fazer uma revisão da nossa legislação do setor, porque não podemos legislar sobre tecnologia. A tecnologia avança, eu não diria a cada dia, mas a cada minuto, e nós somos surpreendidos, no dia seguinte, por uma tecnologia diferente, que a legislação acaba trazendo dificuldade, engessando as empresa de avançarem e prestarem um serviço de melhor qualidade e de preço acessível à população.

Então, Senador Wellington, quero que V. Exa. saiba que V. Exa. continua conosco como membro da comissão. Quem foi rei, sempre será majestade. Então, V. Exa. continua como sendo presidente, também, da Comissão de Ciência e Tecnologia. E eu desejo... Eu sei que V. Exa. vai disputar, em seu Estado, uma vaga à Câmara Federal e, em função disso, não tem projeto de retornar ao Senado, mas aquela poltrona ao lado lá do Pará vai ter sempre, não só quando eu deixar a presidência, os nossos retratos juntos, mas a sua amizade e a sua presença sempre junta à minha pelo resto dos dias que Deus há de nos dar, porque eu o considero mais do que um amigo, eu o considero, realmente, como todos os outros senadores, as amizades que a gente faz aqui dentro, mas você, como outros tantos, se tornaram quase que parte do nosso coração e da nossa relação de amizade, e eu posso, como lhe chamo sempre, de irmão, como a outros senadores também. Parabéns, Senador Wellington Salgado.

Parabéns à sua família, aos seus pais que iniciaram isso tudo e lhe deram a educação, a firmeza de caráter, de honestidade, de lealdade que V. Exa. demonstrou no convívio com seus pares. E parabéns aos seus filhos, que sigam o exemplo do pai e que, com isso, possam galgar as posições e ajudar Minas Gerais e o Brasil a se desenvolverem.

[palmas]

Eu quero franquear a palavra para que os senadores possam fazer as suas homenagens ao nosso Senador Wellington Salgado, iniciando pelo nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Obrigado, Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, Senador Wellington Salgado.

A vida, Wellington, é uma caminhada, uma jornada, e uma caminhada, uma jornada diferente de todas as outras, onde o grande objetivo da caminhada não é chegar ao final, é exatamente o passo a passo, a jornada, o desfrute dessa jornada. Nessa jornada, eu tive, durante esse período de dois anos e meio, a alegria e o prazer de conviver com o amigo e quero dar esse testemunho, que fique registrado, da imensa alegria, satisfação e prazer de ter me irmanado a você nessa fase dessa minha jornada. Você, um amigo leal, uma personalidade forte e agregador e que posso dar esse testemunho hoje, aqui, como cidadão, como ser

humano, dessa amizade que levo da experiência que tive aqui no Senado.

Portanto, guarde essas palavras como um registro, para o resto de nossas vidas, da amizade que foi criada aqui entre nós dois. Como político, não posso deixar de desejar boa sorte ao amigo nessas eleições que se avizinham, sabedor de que tens, agora, a experiência e a competência para muito bem representar o seu Estado de Minas Gerais, e que o seu Estado, os seus cidadãos irão reconhecer a sua participação nesse momento maravilhoso que o Brasil passou, e que está passando, e que contou com o seu apoio e a sua ajuda para que este momento pudesse existir. Esse momento não é uma vitória apenas do Presidente Lula, é uma vitória de todos os políticos, de todos os brasileiros, e V. Exa. teve um participação muito forte nesse momento que o Brasil vive.

Então, como político, como cidadão, eu parabenizo ao amigo. E parabenizo a sua família, a sua esposa, o seu filho pelo orgulho que eles possam ter de você pelo que você representa, pelo que você é e pelo que você tem lutado em prol de todos.

Parabéns a você, amigo Wellington Salgado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Lobão Filho.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Wellington Salgado, eu serei bastante breve, mas não posso deixar de registrar que acho que a sua personalidade, a forma de você agir pode ser resumida de várias formas. Mas eu gostaria de dar o depoimento de que, ao chegar a esta Casa, mesmo tendo disputado a eleição com um amigo seu e ter vencido essa eleição pela vontade de Deus e do povo da Paraíba, seria natural que você me recebesse com certa reserva, mas, sem dúvida nenhuma, você foi uma das primeiras pessoas a me acolher nessa Casa. E essa forma de acolher e agir, que lhe é peculiar, você transformou essa recepção em um laço de amizade muito forte, consolidada e, com certeza, com uma caminhada longa que nós teremos pela frente, porque você age com sinceridade, age com lealdade, com correção, tem posições firmes, contraria, muitas vezes, alguns, mas ninguém pode dizer que você não faz diferente da convicção que você tem, mas coloca sempre a amizade e a lealdade acima de tudo.

Então, para mim, foi um prazer enorme, imenso, tê-lo como companheiro nesses instantes, no Senado, e, futuramente, nas nossas vidas, independente do cargo que você esteja ocupando, que eu esteja ocupando, até porque nós temos a consciência de que esses cargos são passageiros, o que fica é o homem com a sua prática, com a sua atitude, com o seu procedimento. E eu tenho certeza que nós construímos uma amizade com um alicerce bastante forte, sobre rochas e, principalmente, com fé em Deus.

O que eu tenho a lhe dizer é que Deus lhe proteja e lhe dê discernimento e sabedoria para que você, ao lado da sua família, possa continuar nessa encaminhada vitoriosa. E tenho certeza absoluta: toda vez que eu ver o Senador Flexa Ribeiro, eu vou me lembrar de V. Exa. pela aparência que vocês tem, pela igualdade de aparência que vocês tem, não só em termos de cabelo, mas também em termos de altura. Que Deus lhe proteja.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero agradecer ao Senador Cícero Lucena e passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Presidente Flexa Ribeiro; senador homenageado hoje nessa Casa, Wellington Salgado.

Ontem, eu tive a oportunidade, já, de me referir de forma muito carinhosa, mas muito contundente sobre o perfil de V. Exa. e repito: talvez as duas grandes características sejam a coragem e a legalidade para discernir... Eu falei, ontem, sobre essas duas grandes características que são pessoais suas e ninguém vai lhe tirar esse privilégio. Eu me acosto a Flexa no sentido da grande falta que nós vamos ter como companheiro, mas, principalmente, na CCT. A CCT, a participação do Wellington Salgado nela era fortíssima. Os laços, os vínculos com o Ministério das Comunicações, com o Ministro Hélio Costa e a forte presença da CCT na área de comunicação fez com que V. Exa. fosse uma parte, uma pilastra fundamental, até por interagir no pensamento da CCT com pleitos e decisões junto ao Ministério das Comunicações. Na vida, existe empatia. Nós dois talvez tenhamos essa empatia fruto dos perfis, mas, eu diria, se tivesse que defini-lo com uma frase, eu diria que V. Exa. é um fazedor de amigos.

Meus parabéns. Siga a sua vida e nos encontraremos sempre. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa, eu pretendo ser muito breve, porque não tem nada pior que café frio, especialmente em uma despedida, não é? [risos] Mas eu não poderia deixar de também transmitir o meu abraço muito fraterno e de profunda admiração Wellington, porque eu estou lembrado da chegada dele aqui. O Wellington entrou

no meio do jogo, substituindo o titular. Não é uma coisa simples. Então, chegar com a Casa já constituída e encontrar um espaço aqui no Senado é só para quem tem, realmente, muita capacidade de comunicação e muita capacidade de administração, também, porque tem que administrar esse processo todo. São todos os Estados representados e aqui, independente de maior ou menor espaço de mídia, na hora de apertar o botãozinho lá e apertar o voto, somos todos do mesmo tamanho, mas não fisicamente, obviamente, não é, Wellington, que foi o mais surpreendente do seu ingresso aqui. Eu lembro de ele chegando e alguém perguntando: "Quem é esse cara?". Porque a gente faz isso mesmo. Nós somos pessoas absolutamente comuns em nossos comportamentos e nos perguntamos, eventualmente, quando chega um colega: "Quem é esse cara? De onde é?" Diz: "Olha, parece que o Wellington, lá de Minas Gerais, veio substituir o Hélio Costa". "Ah, é?" "E esse cabelo?" A primeira coisa: "E esse cabelo?". Ora, esse cabelo, essa postura nos trouxe aqui essa pessoa surpreendente. Surpreendente no melhor sentido, com posições fortes, transparentes, claras e que, pioneiramente, como manifestou o Wellington, presidindo e desbravando, portanto, esse pioneirismo, nessa Casa, com a CCT, e incorporando uma importância, que nós mesmos desconhecíamos, a esta comissão, porque ela era nova.

E, portanto, conquistando todos os seus membros, a nós todos, e nos transmitindo, com a sua conduta, uma enorme responsabilidade nas discussões de temas de profundo interesse da sociedade, não apenas das grandes companhias, das grandes empresas, mas também discutindo temas de interesse daquelas populações mais distantes que hoje já começam a usufruir das vantagens da inclusão da comunicação. E este fato se deve, exatamente, à formatação dessa comissão aqui nessa Casa, presidida com competência pelo Senador Wellington Salgado. Por isso, eu deixo aqui a minha admiração e desejo a ti, Wellington, muito sucesso nessa caminhada nova, porque, efetivamente, será uma caminhada nova onde o personagem dessa caminhada será, realmente, o Wellington Salgado. E, com certeza, vais viver muitas emoções, muitas alegrias, eventuais frustrações, que essas a gente deixa que as águas levem, e vais produzir um trabalho muito bonito na Câmara dos Deputados, não apenas para Minas Gerais, mas para o Brasil.

Parabéns, Wellington.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Zambiasi. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Senador Lobão Filho. Senador Wellington, foi marcante, para mim, quando eu cheguei aqui, a acolhida que eu tive de V. Exa.. Então, para mim, foi a coisa mais importante que eu vi em todo o nosso relacionamento, foi a maneira como V. Exa. me acolheu. A amizade, a lealdade, a sinceridade e nós construímos uma amizade e V. Exa. sempre me incentivou em todas as ações em que eu participei. Fui bastante incentivado por V. Exa. aqui na presidência da comissão, assim também como sou prestigiado pelo Senador Flexa Ribeiro. Mas tive o carinho e a amizade de V. Exa. e, portanto, só tenho a agradecer e dizer que seremos sempre amigos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Antonio Carlos Júnior.

Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria falar depois do Senador Antonio Carlos Júnior porque, na vida, a gente tem muitas situações. O Senador Antonio Carlos Júnior teve uma responsabilidade na sua família e assumiu o Senado como suplente, como eu, e, hoje, eu tenho certeza que vai se tornar um grande político. Eu tenho a Universidade de Salvador, tenho andado, eu tenho visto, é um grande professor universitário e tem, agora, conquistado o seu espaço na política no Estado da Bahia.

Mas eu não poderia deixar de falar, senador, me perdoe, porque, ao chegar nesse Senado, se existe paixão entre homens, foi a paixão que eu tive pelo pai de V. Exa.. Eu conhecia o Senador ACM antes, mas todos os valores como um grande Senador da República, que eu costumo falar que, muitas vezes, isso falta no Senado, aquele senador que saiba ser senador e que diga: "Eu sou senador, quero ser senador e gosto de ser senador". Não é usar o Senado para uma passagem para o Governo, não é usar o Senado para uma passagem para uma Prefeitura, mas aquele que diga: "Eu sou senador". E toda vez que eu via o Senador Antonio Carlos, eu via um Senador da República. Eu via, eu olhava. O ritual pelo cargo, o respeito, o caminhar. É impressionante como, sem eu nunca ter visto, sem nunca ter gozado da privacidade da amizade, e a grande frustração, realmente, que eu trago, foi que ele tinha me prometido que eu ia caminhar com ele em Salvador na lavagem do Bonfim, e eu não consegui ir, ele faleceu antes. Essa foi uma das grandes frustrações que eu tive aqui no Senado. E a imagem de um senador, eu vejo sempre o pai de V. Exa.. Vejo porque sabia o ritual do cargo, sabia por que estava ali. Como defensor do Estado da Bahia, ele le-

vou a Bahia a um patamar que todos nós conhecemos hoje. Era um Estado do Nordeste que... Do Sudeste, mas um Estado que era conhecido mais como do Nordeste, porque não tinha resultado. Toda a oportunidade para o Estado, ele conseguia levar, como grande senador. Levou fábrica, levou indústria... E esse amor é que eu não consigo, muitas vezes, ver aqui, Senador Flexa. Claro que a gente vê alguns senadores, mas eu digo amor ao cargo. E, com isso, eu tenho certeza: se todos tivessem o mesmo amor que o Senador ACM tinha pelo cargo de senador, o Senado seria como o Supremo, o Senado seria como o Ministério Público. E esses, sim, têm amor à profissão que eles têm, ao cargo que eles representam. Resolvem os seus problemas internamente, não expõem as entranhas dos problemas. Com certeza, são os mesmos problemas que nós temos aqui. Não ache que lá não tem, não, porque tem, sim. Ali é um reflexo da sociedade brasileira: todos os casos que acontecessem, acontecessem em todos os locais.

Então, eu não podiam deixar, Senador ACM Júnior, de... Toda vez que eu olho para V. Exa., eu sei que vai ser um grande político como o seu pai, porque passa de pai para filho, não adianta, o sangue é o mesmo. E eu não consigo olhar e não lembrar dele: aquele jeitinho, sempre bem arrumado, aquele sapatinho ajeitado, caminhando, todo mundo em volta, e sempre sabia levar o Senado na direção certa. Como eu senti falta do Senador ACM na crise que nós passamos com o Renan, na crise que nós passamos com o Sarney. Como eu sentia falta dos conselhos dele, da conversa com a oposição, da conversa com outros setores. Como ele sabia conversar e mostrar qual é o caminho verdadeiro do Senado. Quis o destino que, em um momento difícil do Senado, nós perdêssemos o prestígio do Senado e perdêssemos, também, o Senador ACM. Triste, aquele momento, alguém que sabia representar... Eu me lembro claramente, senador, o dia que ele passou mal. Eu não posso deixar de falar. Ele branco, pálido, e queriam que ele saísse em uma cadeira de rodas. Ele, pálido, ele falou: "Eu, não. Não vai existir foto minha em uma cadeira de rodas". Eu estava lá e eu vi o quanto ele sabia ser oposição no cargo. Como eu me orgulho de ter passado por aqui e ter convivido com ele, como eu me orgulho. Como eu tinha respeito por ele, como eu o admirava, sem nunca ter o conhecido pessoalmente. Conheci, nos quatro anos e meio que eu estou aqui, só o período que eu tive com ele, uns dois anos, dois anos e meio.

Então, eu não podia deixar de passar esse momento sem falar o que eu vou levar para o resto da vida com relação ao pai de V. Exa.. E V. Exa., hoje, já tem um filho que é o recordista de voto no Estado da Bahia. Então, quer dizer, as coisas estão de pai para filho e já está no neto, e V. Exa. está no meio, tendo que coordenar tudo isso.

Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Obrigado, Senador Wellington. Nossa amizade é grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, V. Exa. lembra, aqui, a figura do saudoso ACM, todos nós conhecíamos. Ele, realmente, nos deixou de forma brusca, mas a sua presença é permanente, Senador Antonio Carlos Júnior. V. Exa., que o sucedeu como titular, tem demonstrado, realmente, a formação e a continuidade do que representou o ACM, não só no Senado, na política brasileira.

Eu quero dizer, ao final, antes de devolver a palavra ao cerimonial, que a nossa Sabrina, eu pensava que quando terminasse essa missão do... Esposa do Senador Wellington, ele iria voltar para o convívio, que eu sei que a política afasta muito nós do convívio familiar, e aos negócios. Mas essa política ela é um bichinho danado que quando... O Senador ACM que dizia que você entra na política pelos amigos e não sai da política pelos inimigos. Isso, ele dizia sempre no Plenário. Mas não é por isso que ele vai continuar na vida política, disputando um cargo a Deputado Federal por Minas, mas é pela consciência que ele adquiriu de que as coisas avançam e são resolvidas pela política. É no Congresso que nós podemos ajudar a população do Brasil a ter, o mais rápido possível, menor desigualdade, mantendo as diferenças que existem, que são culturais, mas as desigualdades, elas não devem ser mantidas, elas devem ser extirpadas da sociedade.

Então, a D. Sabrina e os filhos e a família vão ter que enfrentar, agora, além da campanha eleitoral, que ele vai passar por ela, também mais quatro anos, ou mais oito ou mais 12, como Deputado Federal. Sucesso, que Deus abençoe a você.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, convidamos a todos para participarem da aposição do retrato.

[palmas]

Agradecemos a presença do todos e avisamos aos convidados que será servido um café da manhã. Tenham um bom dia.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 10h33.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 10 de março de 2010.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata, será publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só pediria, Sr. Presidente, se V. Exa. e os colegas concordarem, de colocar como extrapauta o Projeto de Resolução que institui menção honrosa Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e que seria uma proposta que a própria Comissão apresentaria para o Senado.

Então, não seria uma iniciativa individual, particular, mas uma iniciativa da própria comissão, que, aliás, a comissão já tem colaborado decisivamente na realização da Semana da Ciência pela Paz, pelo Desenvolvimento. Então, haveria uma menção honrosa nesse sentido, é um projeto de resolução.

E outra solicitação, Sr. Presidente, é a inclusão extrapauta e já da minha parte, que é o PDS 973/2009.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só... Já...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Primeiro, só... Com licença, é inclusão extrapauta? Então, vamos fazer por completo.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti. Extrapauta também?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, um tema que foi debatido ontem, numa Audiência Pública, na qual V. Exa. de forma, assim, extraordinária, presidiu merecedor inclusive hoje da capa do nosso jornal de Senado, está a fotografia de V. Exa. junto com o Ministro Franklin Martins, e nós nos apercebemos da importância e da necessidade de discutirmos mais detidamente o assunto da banda larga.

Então, está nas mãos de V. Exa. um requerimento, solicitando uma nova audiência, com a inclusão do nome do Dr. Rogério Santana dos Santos, do Ministério do Planejamento.

Era essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria que fosse colocada em discussão e votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu que lhe agradeço, Senador Roberto Cavalcanti.

Senador Gerson Camata, pela ordem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, exatamente para que seja incluído extrapauta o Parecer de nº 20/10, está nas mãos de V. Exa..

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Gerson Camata.

Então, coloco à apreciação dos Srs. Senadores as solicitações de inclusão extrapauta do Senador Flávio Arns, de um Projeto de Resolução que "Institui menção honrosa Ciência pela Paz e Pelo Desenvolvimento, a ser conferida anualmente pelo Senado Federal a personalidades e organizações de destaque, no emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica."

Ninguém melhor do que o Senador Flávio Arns para propor esta resolução, porque o Senador Flávio Arns foi, até bem pouco tempo, Presidente da Comissão de Educação, tem uma atividade bastante intensa na questão das... Do atendimento dos... Na parte social e na área de ciência e tecnologia.

Então, esse é o primeiro... Vamos votar em bloco o pedido de inclusão extrapauta, depois nós discutimos os requerimentos.

Também de autoria, por solicitação do Senador Flávio Arns, a inclusão extrapauta do PDL 973/2009, que "Outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná."

Solicitação de inclusão extrapauta do Senador Roberto Cavalcanti, de requerimento, solicitando que se faça mais uma audiência sobre banda larga no Brasil, com a presença do Dr. Rogério Santana dos Santos.

E solicitação também de inclusão extrapauta, do Senador Roberto... Senador Gerson Camata, do PDL 995, de 2009, que "Aprova o ato que outorga permissão à Línea Sat Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo."

Em discussão a inclusão extrapauta dos quatro... Das quatro solicitações. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada a inclusão.

Vamos, então, à nossa pauta, nós temos um PLS não terminativo que o relator, o Senador Cícero Lucena, que está viajando, vamos deixá-lo então para a pauta da próxima reunião de quarta-feira.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O Item 01 foi transferido para a próxima reunião?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Próxima reunião.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Parabéns Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos projetos terminativos. Itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11. Senador... Relatoria do Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 02, vou ler aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quer que eu leia para V. Exa.? Se V. Exa. quiser, eu já leio e vamos matar de uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu preciso ler para o registro na Ata.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aguardarei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 02, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 879, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo."

Item 03, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 880, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à ADACSOM-FM Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Milenium-FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapura, Estado de São Paulo."

Item 04. Projeto de Decreto Legislativo nº 883, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais."

Item 05, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 887/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão-ACCR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais."

Item 06, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 896, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo."

Item 07, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Guapé Stúdio 94 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais."

Item 08, Projeto de Decreto Legislativo nº 975, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo."

Item 09. Projeto de Decreto Legislativo 979, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo."

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 987/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais."

Item 11, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 989, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu - Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais."

Com a palavra Senador Wellington Salgado, relator dos dez pareceres.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, como dá para notar, eu já estou na operação malas prontas. Estou limpando tudo, as gavetas, os armários, a mesa, e morrendo de saudade, já antecipadamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. E hoje, também, como eu tinha dez itens aqui, nessa operação, Senador Azeredo acordou cedo, pensando que eu não viria, então, ele já iria relatar ad hoc, já estava aquecido.

Mas eu vim, não vou deixar, porque nós estamos em época pré- eleitoral, não posso dar essa oportunidade, porque lá, em Minas, o partido de V. Exa. também está num momento maravilhoso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é verdade, mas nós estamos chegando. Estamos chegando, o Hélio Costa está chegando. Quer dizer, já está na frente, quem está chegando é o de vocês, mas o Governador é muito forte, o Governador é muito forte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos lá, então, todos os itens.

Item 02, Sr. Presidente, eu, como V. Exa. já leu todos os itens--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem o tempo que precisar para fazer toda as informações necessárias para o processo que se avizinha.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou, então, Sr. Presidente, só ler os locais num grande respeito ao trabalho, que é conseguir uma rádio, e depois passaremos a um voto, que é unificando todas elas.

Então, o Item 02, Sr. Presidente, é o "ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo."

Esse é, eu peguei e dei uma adiantada, porque São Paulo a gente tem sentido que as coisas tem demorado um pouco para se decidir. Então, eu peguei essa relatoria de São Paulo para andar mais rápido, porque eu sinto que V. Exa. está aguardando alguma coisa de São Paulo já há bastante tempo.

Pode comentar V. Exa..

[risos].

Item 03, "Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural da cidade(F) de Milenium-FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapura, Estado de São Paulo", também.

"Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais."

O Item 05, é o Projeto de Decreto Legislativo 887/2009, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão-ACCR para execução serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais."

Sr. Presidente, Cruzília é o berço do cavalo mangalarga marchador. Aqui estão as melhores origens do cavalo mangalarga marchador.

Item 06, Projeto de Decreto Legislativo nº 896/2009, que autoriza a "Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo."

O Item 07, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Guapé Stúdio 94 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais."

O Item 08, Projeto de Decreto Legislativo nº 975/2009, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo."

Item 09, que "outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo."

O Item 10, Projeto de Decreto Legislativo 987/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais."

E o Item 11 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 989, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu - Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais."

Todos esses itens, Sr. Presidente, está o... "Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha todos esses PDSs não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos que foram lidos e que dão outorga de autorização para executar serviço de radiodifusão nas cidades de acabei de ler, Sr. Presidente".

Esse é o meu voto, favorável a todos os itens aqui lidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, nós vamos fazer a leitura de todos os pareceres, como sempre em todas as reuniões--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao final, faremos a discussão e a votação nominal de todos os projetos em bloco.

Mas eu quero fazer uma referência a V. Exa.. Antes de V. Exa. chegar, nós todos estávamos comentando aqui a falta que todos nós vamos sentir da sua companhia.

Você foi uma pessoa que conquistou a todos, independente de questão partidária, ideológica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. Foi ao longo do tempo em que ele ficou conosco.

E de vez em quando, V. Exa., por ser autêntico, por ser transparente, toma atitudes que algumas pessoas podem até achá-lo como sendo um incendiário, mas, na realidade, você trabalha muito bem como bombeiro, tentando reunir as várias divergências que possam vir a ter na discussão de um projeto ou de uma questão até política mesmo.

E a maior prova disso é o seu relacionamento com o nosso Senador Eduardo Azeredo. Ele, conversando comigo ontem, no Plenário, dizia para mim que nós vamos sentir falta quando olharmos para... Eu olhando para a esquerda, não termos mais a sua presença.

Só que ele estava brincando, dizendo que era por causa do porte e da figura de V. Exa. com os cabelos, mas, na realidade, ele sente também que é pela amizade, tanto que, e aí aproveitando a introdução de V. Exa., ele queria propor a V. Exa., e eu disse que V. Exa. já tinha, já estava fazendo isso, e nas áreas políticas suas e ele nas áreas políticas dele, posso dizer ao encerrar o discurso: "Olha, votem em Wellington Salgado, mas quem não quiser votar em Wellington Salgado vote em Eduardo Azeredo, e vice-versa. Vote em Eduardo Azeredo; quem não quiser votar em Eduardo Azeredo vote em Wellington Salgado".

Eu acho que faria uma dobradinha que daria certo para Minas Gerais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria... Já que V. Exa. tocou no assunto, eu vou ser rápido, Senador Valdir Raupp tem um compromisso, quer relatar, mas eu, nessa Casa, eu estou há quatro anos e meio. Eu vejo o seguinte: nessa Casa, você tem que ouvir os mais experientes, aqueles que têm experiência política, ver a vontade dos mais jovens, mas sempre tendo posição. Eu acho que, em política, posição é fundamental.

Eu não vou ficar elogiando muito o Senador Azeredo, porque, realmente, antes de eu entrar no Senado, eu não o conhecia e tive uma imagem totalmente diferente do Senador Azeredo.

Nesses quatro anos de convívio, eu costumo falar, independente de qualquer local que eu esteja, inclusive na festa do Governador Aécio, eu era o único PMDBista presente, o único atual, que tinha um monte que já foi, o único que foi no almoço oferecido pelo Governador, e o Senador Azeredo realmente é uma pessoa maravilhosa.

Que V. Exa. goza do convívio privado do Senador Azeredo e foi uma grande revelação e uma grande participação aqui. Eu jamais poderia imaginar que estaria, um dia, sentado, discutindo, ao lado do Senador Camata, a quem eu acompanho há muito tempo, estar ao lado também de um jovem recordista de votos no Estado do Senador Camata, que é o Casagrande, Senador Valdir Raupp já foi governador.

Então, eu ia ficar enumerando. E gozei também de momentos maravilhosos que foi conviver com Senador ACM, do qual sempre me convidou para ir um dia com ele a Salvador, caminhar e ver como as baianas iam beijá-lo e eu não tive oportunidade de caminhar, que o destino me tirou essa última vantagem que eu teria com o Senador ACM, de gozar aquele momento junto com ele.

Mas dizem que, quando se entra na política, você não consegue sair mais, e eu digo que isso é verdade.

[risos].

Isso é verdade, mas pelo convívio com os grandes políticos, com os grandes amigos, que só chega ao Senado quem realmente é lider, é quem representa uma grande quantidade de pessoas, é respeitado. E muitas vezes a Casa teve alguns problemas, que eu não vou ficar enumerando aqui, mas os grandes senadores, muitas vezes, aí eu estou me colocando contra mim mesmo, são aqueles que não aparecem nas confusões, são aqueles que só chegam para dar o voto. E isso talvez tenha aprendido da metade do meu mandato para frente.

Mas eu digo só o seguinte: vou sentir muita saudade daqui e essa expectativa de você saber se um dia vai voltar ou não, que é aquela que dá um frio na barriga, "Será que um dia eu vou voltar?", sensacional.

Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza. A saudade, ela é de todos nós, e nós vamos lembrá-lo, lembrar sempre de V. Exa., dos momentos em que estivermos em Plenário e quando estivermos na comissão, porque nós vamos fazer uma homenagem, colocando a sua foto, talvez... Está programado--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O cabelo vai ocupar o lugar todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A foto dele vai ser o Wellington Salgado do futuro, que vai ser igual do Paulo Duque.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ah, é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, igual do Paulo Duque, está entendendo. Então [risos] ele...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Terno branco eu já tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O terno branco, só precisa cortar o cabelo máquina zero. Nós pretendemos até... V. Exas. receberão o convite.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Faremos, então, um dia de homenagem ao Wellington aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um dia de homenagem ao Wellington.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou declinar da palavra hoje.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, eu deixo para falar outro dia, porque eu ia dizer que, quando eu cheguei aqui, eu fiquei com um pé atrás com ele.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixa para última. Presidente, deixa para a última.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É uma figuraça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deixa para lá, vamos continuar.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Presidente, eu peço a palavra para pedir encarecidamente à V. Exa. e também aos nobres colegas, se pudesse inverter a pauta para mim votar o Item 25, eu sou relator, e eu tenho compromisso, com toda a Bancada de Rondônia, para tratar de uma questão que todos... V. Exa. já sabe o que é, que é a transposição do servidor de Rondônia lá no Planejamento, agora, daqui a cinco ou dez minutinhos, a regulamentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloco em discussão a solicitação de inversão de pauta do Senador Valdir Raupp para o Item 25. Em discussão. Não havendo em queira discutir, em votação. Aprovado. Invertida a pauta.

Eu só, Senador Valdir Raupp, vamos fazer a inversão, nós temos o quórum necessário para a votação, mas o Senador Gilberto Goellner está aqui ao lado, ele foi assinar a...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Certo, daqui a pouco, aparecem mais alguns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A educação e dá tempo dele votar.

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 763, de 2009. "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia."

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dê o seu parecer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Antes de dar o voto, eu só queria dizer que nós já estamos sentindo saudades antecipadamente do Senador Wellington Salgado, pelo bom relacionamento que ele teve com todos os pares aqui, nessa Casa, e pelos jantares também que ele oferecia sempre lá.

[risos].

Quem vai pagar esses jantares agora?

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu também não... Eu estou querendo...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mas é a Bancada, a Bancada sempre se reunia na casa dele, a Bancada do PMDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp, eu acho que os Senadores do PMDB eram os privilegiados. V. Exa. deixou o Senador Wellington numa situação difícil porque ele não convidava... Olhe, o Senador Renato Casagrande já fez, já se sentiu excluído, mas...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Estou falando da Bancada... Mas, como ele vai voltar, eu tenho certeza que ele vai voltar, que ele já apreendeu duas coisas básicas aí, que, na política, você encontra porta de entrada, mas não encontra a porta de saída, e, às vezes, você entra pelas mãos dos amigos e não sai por causa dos inimigos, para mostrar que... [risos] Para mostrar que vai se eleger.

Mas vamos ao voto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é uma aula.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): "Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 763, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão ao Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados."

Esta cidade não tem nenhuma rádio, nem comunitária, nem comercial e, com certeza, vai ser de grande relevância este projeto para esta cidade, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, para discutir. Para discutir, rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valdir Raupp, pela... Nós vamos discutir ao final.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ao final?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao final.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas eu queria apenas registrar a minha alegria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado. Por ter lá em Rondônia uma cidade chamada Ministro Andreazza. O Espírito Santo deve muito a esse Ministro. Ele fez a Rodovia BR 262, que liga Vitória a Belo Horizonte, uma obra monumental de engenharia para a época. Depois fez a BR 101 e depois 269, ligando o Espírito Santo à Bahia; fez a Rodovia 269 ligando o Espírito Santo a Minas Gerais por Teófilo Otoni, duas rodovias.

Foi ele que iniciou o Porto de Tubarão, o maior porto de minério de ferro do mundo, onde está instalada a maior siderúrgica, da ponta do tubarão, do Hemisfério Sul.

De modo que o Espírito Santo deve muito à atuação vigorosa desse Ministro. Foi um belo Ministro dos Transportes e o Espírito Santo devia tê-lo homenageado. Como Rondônia, que é filial do Estado do Espírito Santo, lá tem muito capixaba, o homenageou, eu quero me solidarizar com essa homenagem que esse Ministro mereceu muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me permitir--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Rondônia por causa da BR 364, de Cuiabá a Porto Velho. Ministro Andreaza também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me permitir, Senador Gerson Camata, eu quero me somar a V. Exa., dizer que o Ministro Andreaza foi um grande brasileiro.

Ele teve um papel importante na infraestrutura do nosso país. No caso do meu estado, Estado do Pará, foi ele que propiciou a ligação, evidentemente com Juscelino Kubitscheck, lá começou, Brasília, fazer a ligação com Brasília e Belém, a Belém-Brasília. Hoje, o Pará está interligado ao Brasil, por via rodoviária, em função da estrada.

Então, V. Exa. tem toda a razão, o Ministro Andreaza merece as homenagens de todos os brasileiros e Rondônia faz essa homenagem através desse município.

Vamos ao Item 13. Relatoria do nobre Senador Roberto Cavalcanti. Item 13, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 924, de 2009, "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe."

Senador Roberto Cavalcanti, para leitura do seu parecer.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, com muita satisfação que faço a relatoria dessa renovação de uma concessão de TV para uma capital brasileira, Aracaju, Estado de Sergipe, de uma emissora que atua já há vários anos, pertencente ao grupo do empresário Valter Franco, irmão de Albano Franco, é uma família bastante conhecida e, na verdade, também me acosto aos interesses do Senador Antonio Carlos Valadares, que me procurou, em função de dar o melhor tratamento à renovação dessa concessão.

Na verdade, o meu voto é pela aprovação, tendo em vista que não há nenhuma violação da legislação, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, está toda conforme.

Então, parabenizo ao grupo de Sergipe pela renovação dessa sua concessão de televisão na capital do estado.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

O hoje deputado, Albano Franco, ele foi senador, Governador do Estado, Presidente da CNI, é uma pessoa que só conquista amigos e tem o apreço de todos nós.

Eu lembro quando nem pensava em política, em assumir uma função política, eu estava vice-Presidente da CNI, e o Presidente da CNI era Albano Franco, e ele... Aí a gente brincava, que, quando se chegava a Sergipe, se perguntava para o taxista: "Albano, Albano é de Sergipe?". Aí o taxista: "Não, Sergipe que é de Albano".

Era assim que ele era conhecido no Estado de Sergipe.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, só fazendo ressalva de que essa empresa pertence a um irmão, ao Valter.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, lógico.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E, na verdade, é uma família, mas, na verdade, eles

são concorrentes. Albano tem uma bandeira de uma determinada rede nacional, e o seu irmão, através da TV Atalaia, tem uma outra bandeira referente a uma grande rede nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que também é uma grande figura, a família Franco.

Vamos aos Itens 14, 15, 16, relatoria do nobre Senador Flávio Arns.

Item 14, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 909, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Amigos de Iomerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina."

Item 15, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 910, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Uniflor para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uniflor, Estado do Paraná."

Item 16, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará-ACCAT, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina."

Com a palavra, vamos aproveitar também, um Projeto de Decreto Legislativo incluído extrapauta, que é o projeto de nº 973, de 2009, terminativo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná."

Relatoria também do nobre Senador Flávio Arns. Com a palavra, para leitura dos pareceres.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Os pareceres, Sr. Presidente, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Itens 17, 18, 19, 20, relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 17, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo 947/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravaggio, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul."

Item 18, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzáles, para executar serviço de radiodifusão na cidade de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul."

Item 19, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 949/2009, "Aprova o ato que outorga permissão à Central de Eventos, Promoções e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul."

Item 20, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 950, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda., microempresa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul."

Com a palavra o grande Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, bem sucinto, os pareceres dos itens 17, 18, 19 e 20, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 21, 22, 23 e 24, relatoria do nobre Senador Renato Casagrande.

Item 21, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 913, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo."

Item 22, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 966, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica de Moradores de Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo."

Item 23 terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 977, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Muniz Freire para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo."

Item 24, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 978/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo."

Senador Renato Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Os pareceres são favoráreis, Sr. Presidente. Na rádio em São Paulo, Vera Cruz; uma rádio comunitária do Município de Lindemberg, que é Noroeste do Estado do Espírito Santo, importante que lá não tem nenhuma rádio ainda para fazer comunicação; uma rádio em Muniz Freire, também é uma rádio comunitária; e o Item nº 24, no Município de Vila Velha, também um município grande, mas importante, porque será uma rádio regional.

Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Itens 27 e 28, relatoria do Senador Eduardo Azeredo.

Item 27, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo."

Item 28, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 907/2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Barroso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais."

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

A documentação enviada pelo Ministério das Comunicações atesta que o processo da Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu cumpre toda a documentação exigida. O voto, portanto, é favorável.

Da mesma maneira, em relação à Associação Comunitária Amigos de Barroso, Barroso fica na Região da Mata mineira, da região perto lá de São João Del Rei e de Barbacena, e a documentação também está toda correta, de maneira que também o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Azeredo.

E agradeço também a acolhida que V. Exa. deu a todos nós que estivemos em Belo Horizonte, a convite do Governador Aécio Neves para inauguração do Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, uma obra, Senador Wellington Salgado, estava lá, uma obra admirável, num governo que tem 90%, quase, de aprovação dos mineiros.

Então, o Governador Aécio Neves e todos os mineiros estão de parabéns e agradeço a acolhida que V. Exa. deu a seus companheiros que lá estiveram.

Item 29, relatoria do Senador Cícero Lucena... Ou melhor, Item 12, relatoria do Senador, nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

Pediria ao Senador Wellington Salgado que pudesse fazer a leitura do parecer, como relator ad hoc.

Item 12, terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter-ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão."

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, muito obrigado, é uma honra muito grande relatar ad hoc um relatório do Senador Lobão Filho.

Eu vou direto ao voto, que, na verdade, esse é o Projeto de Decreto Legislativo 919/2009, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter-ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão.

Tendo em vista que o exame de documentação que acompanha o PDS 919/209 não evidenciou violação na legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter-ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados."

Esse é o voto do Senador Lobão Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Salgado.

Vamos ao Item 29, relatoria do Senador Cícero Lucena, que pediria ao Senador Gilberto Goellner que pudesse fazer a leitura do parecer como relator ad hoc.

Item 29, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo 854/2009, "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará."

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O voto é pela aprovação da matéria que "outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará."

Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 30. Relatoria do nobre Senador Efraim Morais. Pediria ao Senador Eduardo Azeredo que... Para que não possa reclamar do número de pareceres do Senador Wellington Salgado, vou permitir que V. Exa. possa relatar ad hoc no... No... O parecer do nobre Senador Efraim Morais no Item 30, terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 991, de 2009, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos-ACDM

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará."

Antes de V. Exa. ler o parecer... Antes de V. Exa. ler o parecer, eu quero só lembrar que o Senador Tasso Jereissati me informou que nessa cidade de Morrinhos, Estado do Ceará, teve um colônia de mineiros muito grande e que têm, evidentemente, parentes em Minas Gerais, então, V. Exa. poderia mandar uma mensagem também a esses mineiros do Ceará, que votam em Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo para relatar, ad hoc, o Item 30.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, mineiro tem em todo o Brasil, tem mineiro para tudo quanto é lado, realmente, sempre trabalhando muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Barack sabe disso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Olha, o parecer aqui é favorável. Cidade de Morrinhos, Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos. O Senador Efraim estava na reunião do Parlamento do MERCOSUL, não pode chegar ainda e ele, o relatório dele é favorável, portanto, lá na cidade de Morrinhos, do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Azeredo. Vamos ao item extrapauta proposto pelo Senador Gerson Camata, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2009, que "Aprova o ato que outorga a permissão a Línea Sat Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo."

Senador Gerson Camata, para a leitura do seu parecer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, meu parecer é favorável, mas eu queria aduzir uma coisa sobre o Ministro Mário Andreazza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Quando ele faleceu, ele faleceu em São Paulo, foi o homem que mais fez estradas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Morreu pobre.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E é necessário falar pelas coisas que a gente ouve aqui hoje escuta, lê nos jornais.

Ele morreu pobre, eu participei da vaquinha para levar o corpo dele para o Rio de Janeiro. Um amigo meu, então senador, participou das negociações, porque ele tinha comprado um apartamento de quatro quartos, financiado, a pensão que a viúva dele estava recebendo não conseguia pagar, ele negociou por um apartamento menorzinho, de três quartos, para diminuir a prestação, e eu arranjei, no tempo do Governo Sarney, um emprego para o filho dele na Usina de Tubarão que ele ajudou a construir.

É um exemplo de vida para a política brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com relação ainda ao ex-Ministro Andreazza, realmente o que o Senador Camata coloca é verdade. Ele foi muito acusado e depois se viu que haviam feito injutiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Injustamente, e, ao final, ficou na situação que o Senador Camata relatou agora e que é de conhecimento de todo o Brasil.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E ele, eu quero lembrar, o Senador Camata falou da estrada 262, a que liga Belo Horizonte à Vitória, que foi feita naquela época e ontem eu fiz um pronunciamento no Plenário em que o Senador Casagrande até também fez um aparte, mostrando a necessidade urgente de duplicação dessas rodovias, pelo menos na parte mais próxima à Vitória e na parte mais próxima à Belo Horizonte e, lamentavelmente, o Governo tem adiado várias vezes a decisão sobre essa questão.

Gastou um ano para desistir de fazer sobre regime de concessão e agora anuncia que vai fazer por conta própria, só que não tem recurso no orçamento e está anunciando um projeto para agosto. Então, é realmente um protesto que eu fiz ontem e aproveito aqui esse momento novamente.

Essa rodovia é a rodovia que mais morte causa no estado de Minas Gerais, rodovia importantíssima para a ligação com os Portos do Espírito Santo e essa coisa vai continuando.

Eu só espero que antes tarde do que nunca, que dessa maneira agora seja definitiva, porque um ano para descobrir que o pedágio estava alto, é muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Eduardo Azeredo, passo a Presidência ao nosso Vice-Presidente Lobão Filho para que eu possa relatar o Item 31.

Mas peço inclusive desculpa ao Senador Lobão Filho, porque ainda há pouco, coisa de minutos, nós fizemos, pedimos ao Senador Wellington Salgado que relatasse ad hoc o Item 12 que, V. Exa. era o relator; se trata de uma rádio no estado do Maranhão.

Então, V. Exa. pode, antes de ler o 31, fazer a referência ao Item 12, que trata da rádio... No seu estado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu quero agradecer ao nobre Deputado (sic) Wellington Salgado e percebo aqui que a voracidade do deputado, do senador é terrível; ele já tinha relatado dez projetos de lei, mas relatou o meu também.

[risos]

Quero agradecer à V. Exa. e dizer que V. Exa relatou de uma rádio no município de São João do Sóter, um pequeno município maranhense que tem agora, graças a essa Comissão, a oportunidade de ter mais uma rádio comunitária levando informação para os seus cidadãos e quanto mais isolado e menor é o município, mais importante é uma ação como essa que a gente desenvolve aqui.

Obrigado ao Senador Wellington Salgado.

Dando continuidade, Item 31, Projeto de Decreto Legislativo nº 912, terminativo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará." Autoria, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Relatoria Senador Flexa Ribeiro, a quem eu passo a palavra para relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Lobão Filho.

"O parecer é pela aprovação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 912 não evidenciou violação de legislação pertinente.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Paraná (sic), conforme Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

Só para fazer uma referência a Tomé-Açu, Tomé-Açu é uma cidade importante, tem como prefeito hoje o Sr. Carlos Vinícius, como Vice-Prefeita a Sra. Hilda Taketa, esposa de José Alves, um ex- prefeito e tem o nosso amigo lá, o Eldes, que também é ex-prefeito e deve retornar à prefeitura; estamos todos nós e todos os filhos de Tomé-Açu esperando por isso.

Mas ela tem uma importância capital, por ser, no Estado do Pará, a cidade que concentra a maior colônia de imigrantes japoneses. O Estado do Pará é o terceiro estado da Federação Brasileira a adotar japoneses e descendentes japoneses; o primeiro é São Paulo; segundo, Paraná; terceiro, o Pará. Tanto que estivemos, há pouco, fazendo os festejos dos 80 anos de imigração japonesa em Tomé-Açu também, não só em Belém, como em Tomé-Açu, pela importância que Tomé-Açu tem à colônia japonesa, que mandou um abraço a todos os nossos amigos que ajudaram e ajudam muito o Pará no setor da agricultura, do agronegócio e agora da indústria com a CANTA, a cooperativa deles, exportando polpa de frutas para o mundo todo, de açaí, cupuaçu, bacuri, às frutas tropicais da nossa região.

O parecer, então, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido lido o relatório do Item 31, passo, volto a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Edson... Ao Senador Lobão Filho... O Senador Edson Lobão não sai do coração da gente; ele é um amigo tão querido que eu olho para você e vejo o Senador Edson Lobão novo, está entendendo, à época em que tinha a sua idade.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Faz muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não faz.

Nós vamos retirar de pauta o Item 26m por solicitação do Senador Antonio Carlos Júnior, que solicitou que fosse retirado de pauta.

Então, eu vou colocar em discussão e depois em votação os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31 e os Itens 01 e 02 extrapauta, todos com pareceres favoráveis.

Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu queria parabenizar a atuação dessa comissão no tocante ao dia de hoje, no qual nós superamos a marca de mais de 41 itens, de 31 itens, aprovando duas FM, uma AM, uma TV, mas na verdade aprovando 26 comunitárias.

Então, isso demonstra que essa comissão tem um extremo carinho e consciência da importância das rádios comunitárias.

Apesar disso, eu pediria vistas nos itens 03 e 07, referentes a Milenium FM e a Studio 94 FM, por razões pessoais de me deter na análise desses dois grupos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista concedida aos itens 03 e 07. O Item 03, PDS 880/2009; o Item 07 PDS 906/2009. Por solicitação do Senador Roberto Cavalcanti.

Vamos então, ainda em discussão.

Por solicitação do Senador Efraim Morais, vista coletiva.

Os projetos retornarão à pauta... A pauta da próxima semana, Senador Roberto Cavalcanti, 03 e 07, todas duas de relatoria do Senador Wellington Salgado.

Como o Senador Efraim Morais solicita vista, solicita vista coletiva, Senador Roberto Cavalcanti, nós a incluiremos, os itens 03 e 07, na Sessão da próxima quarta-feira.

Vamos a... Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação nominal.

Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Efraim Morais? Como vota o Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antônio Carlos Valadares?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com todos os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovados os projetos da pauta, com exclusão do Item 03 e 07 e o Item 25, exclusão do 03 e 07, por pedido de vistas, e o Item 26, por solicitação do relator Antonio Carlos Júnior. Os demais aprovados por unanimidade.

Vamos aos itens extrapauta.

Senador Flávio Arns, com Projeto de Resolução que "Institui Menção Honrosa Ciência pela Paz e Pelo Desenvolvimento, a ser conferida anualmente pelo Senado Federal a personalidade e organizações de destaques no emprego pacífico de desenvolvimentista da atividade científica".

Para defender o Projeto de Resolução do Senado, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como eu mencionei antes, Sr. Presidente, é uma iniciativa e vai ser uma iniciativa da comissão, não é uma iniciativa individual, mas coletiva, aqui, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática.

Eu leio rapidamente o art. 1º: "Instituída Menção Honrosa Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, para personalidades e organizações com destaque no emprego da atividade científica, pacífica e desenvolvedora do progresso social.

Art. 2º. A menção honrosa será conferida anualmente durante Sessão do Senado Federal especialmente convocada para este fim, a realizar-se durante atividades do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, 10 de novembro, e agraciará três personalidades ou organizações em diferentes áreas de atividade científica.

A indicação do candidato à menção honrosa deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal acompanhada do respectivo 'curriculum vitae', para as personalidades, ou portfólio para as organizações, e de justificativa, até 1º de agosto do mesmo ano; toda entidade governamental ou não-governamental de âmbito nacional, que desenvolva atividades relacionadas à educação e ao desenvolvimento científico poderá indicar um nome de candidato à menção honrosa a cada ano.

Art. 4º. A apreciação das indicações e escolha dos agraciados serão realizados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal em conjunto com o representante da

UNESCO, no contexto de memorando de entendimento firmado entre ambas as instituições."

Aliás, a UNESCO, que é o órgão das Nações Unidas para educação, ciência e cultura, já vem participando dos eventos no Senado Federal.

"Os nomes dos agraciados serão previamente enviados à Mesa do Senado Federal e publicamente divulgados na sessão a que se refere o art. 2º.

Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Quer dizer que é uma iniciativa importante, Sr. Presidente, vai, assim, divulgar ainda mais a área, vai divulgar o trabalho da comissão, vai valorizar as iniciativas no Brasil, é um segmento de atividades que já vem sendo desenvolvidas aqui, dentro do Senado, e vai, assim, ser, assim, uma alavanca, penso, para aprimorar ainda mais essa área tão fundamental da ciência pela paz e pelo desenvolvimento.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Flávio Arns.

Hoje, o Senador Flávio Arns faz a apresentação de um projeto de resolução e, por generosidade do Senador Flávio Arns, ele concede a autoria do projeto à Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, à comissão, ou seja, todos os membros são co-autores do Projeto de Resolução.

Então, o projeto será entregue à Mesa-Diretora do Senado Federal, para que seja enumerado e volte, então, para tramitar no Senado, para que... Acredito que a aprovação será bastante rápida, para que possamos, ainda este ano, já iniciarmos as homenagens às personalidades que ajudam o emprego pacífico e desenvolvimentista da atividade científica.

Então, em discussão a apresentação do Projeto de Resolução. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado por unanimidade.

Vamos aos requerimentos. Requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, que propõe uma nova Audiência Pública para debater na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o tema Banda Larga no Brasil, com a presença do Dr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Antes de passar a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti para defesa de seu requerimento, quero pedir autorização ao senador, porque tenho aqui a inclusão de dois nomes para comporem essa Audiência Pública, uma da Sra. Magdiel da Costa Santos, Presidente da Associação Global Info de Provedores, de autoria do Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já pedi permissão ao Senador Roberto Cavalcanti, ele já me autorizou a fazer a inclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E uma segunda inclusão, de um consultor do Senado, dessa área de telecomunicações, Sr. Igor Vilas Boas, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Então, se V. Exa. permitir--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Lógico.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que junto com a sua indicação tem a indicação do Senador Roberto Cavalcanti e do Senador Flexa Ribeiro, desses dois nomes.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, como V. Exa. acompanhou a audiência ontem, durante mais de quatro horas debatendo exatamente o tema da banda larga, nós ficamos enriquecidos, porém, nós sentimos falta de uma complementação de informações.

Então, razão pela qual eu acostei um nome para ser convidado por essa Comissão. E os dois outros nomes apresentados, há unanimidade da Casa, no sentido de que são pessoas de extremo valor e contribuirão de forma decisiva para que nós possamos ter uma consciência formada sobre o tema banda larga.

Então, parabenizo aos colegas senadores por fazerem incluir no nosso requerimento mais esses dois nomes. É um privilégio, uma honra estar acostado ao meu requerimento mais essas duas sugestões.

Para isso, Sr. Presidente, espero que possamos votar e termos a data marcada para esta nova audiência.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o requerimento do Senador Roberto Cavalcanti. Não havendo quem queira discuti-lo, até pela excelência do requerimento, coloco em votação. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nenhum item da pauta, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, dos nossos colaboradores, da Secretaria, do corpo de consultores do Senado Federal, estou sentindo a falta da nossa amiga Ana Luíza, que está de licença, e declaro encerrada esta reunião da CCT.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



Edição de hoje: 1380 páginas
OS: 2010/11657